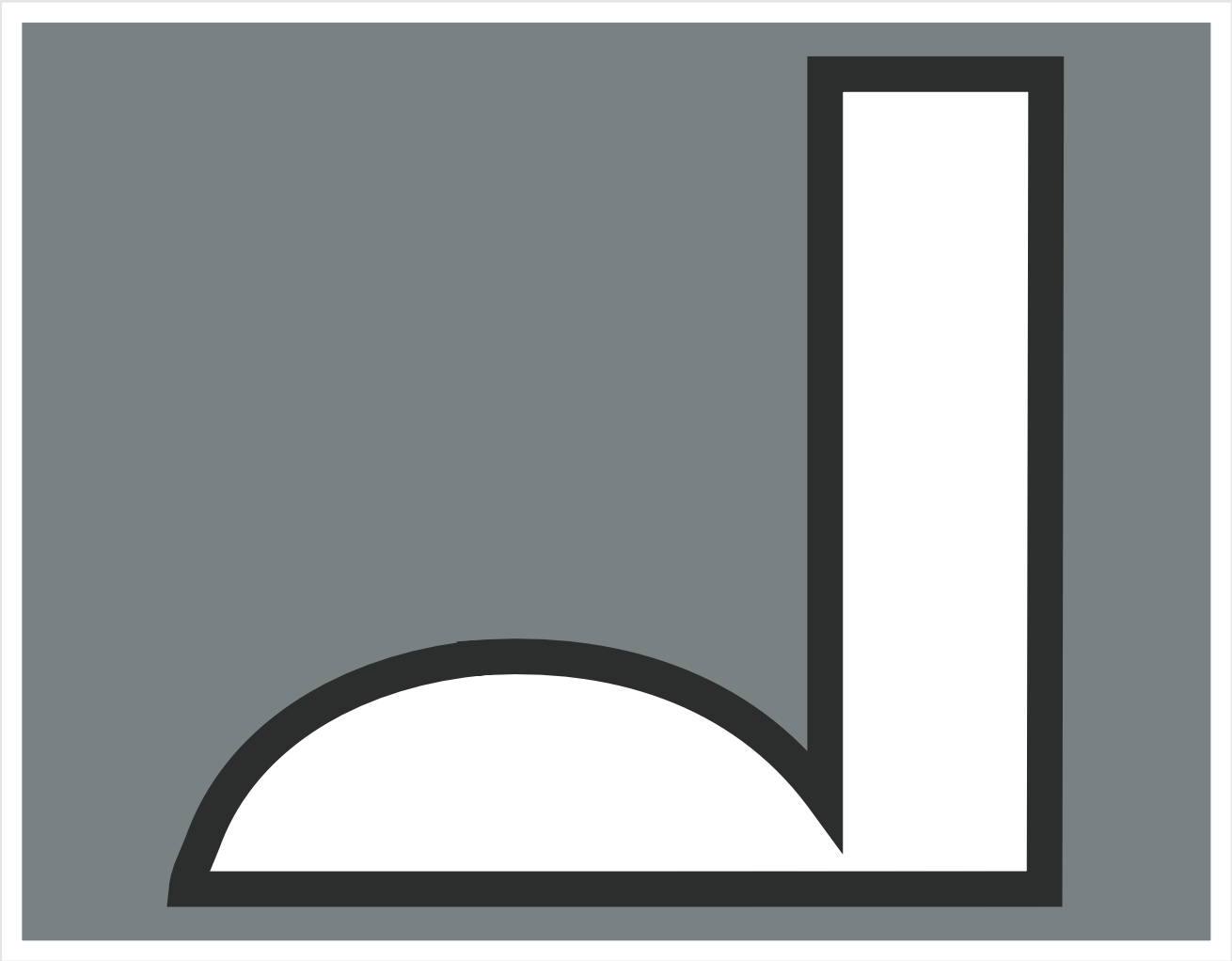
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MENSAGEM PRESIDENCIAL

Mensagem nº 23, de 2010-CN (nº 139/2010, na origem)

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, REFERENTE AO PERÍODO DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009, CONTENDO O RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL E OS BALANÇOS E DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS DA UNIÃO

ANO LXV – SUP. "A" AO Nº47 – SÁBADO, 10 DE ABRIL DE 2010 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE	3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)	Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE	4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)	Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE	
Serys Slhessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO	1º - César Borges - (PR-BA)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 19	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18**	**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28**
Líder **Renan Calheiros - PMDB**	**Líder** **Aloizio Mercadante - PT**	**Líder** **Raimundo Colombo - DEM (1)**
Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior ..... **Líder do PMDB - 18** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,10) Neuto De Conto **Líder do PP - 1** **Francisco Dornelles**	Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella ..... **Líder do PT - 9** **Aloizio Mercadante** Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) **Líder do PR - 4** **João Ribeiro** **Líder do PSB - 2** **Antonio Carlos Valadares** **Líder do PRB - 2** **Marcelo Crivella** **Líder do PC DO B - 1** **Inácio Arruda**	Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana ..... **Líder do DEM - 14** **José Agripino** Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,9) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais **Líder do PSDB - 14** **Arthur Virgílio** Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	**PSOL - 1** **Líder** **José Nery - PSOL**	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 6 **Líder** **Osmar Dias - PDT**	**PV - 1** **Líder** **Marina Silva - PV**	
	PSC - 1 **Líder** **Mão Santa - PSC**	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
10. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, a partir de 01.04.2010.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal	**Cláudia Lyra Nascimento** Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	**Maria Amália Figueiredo da Luz** Diretora da Secretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	**Denise Ortega de Baere** Diretora da Secretaria de Taquigrafia

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
EXERCÍCIO DE 2009

RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

ABRIL 2010

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

Jorge Hage Sobrinho
Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União

Guido Mantega
Ministro da Fazenda

Paulo Bernardo
Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
EXERCÍCIO DE 2009

RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

ABRIL 2010

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
Setor de Autarquias Sul, Quadra 01 – Bloco A, 8º andar, Edifício Darcy Ribeiro
Brasília – DF
Tel.: (61) 2020-7115 / 2020-7116 – Fax: (61) 2020-7129

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
Esplanada dos Ministérios – Bloco P – Ed. Anexo – Ala A
Brasília – DF
Tel.: (61) 3412-3063 – Fax: (61) 3412-1959

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS
Esplanada dos Ministérios, Bloco K – 3º e 8º andares – salas 331 e 864
Brasília – DF
Tel.: (61) 2020-4080 – Fax: (61) 3226-8122 e (61) 2020-4326 – Fax: (61) 3223-5605

PLANO DA OBRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA / 2009

RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL
BALANÇO GERAL DA UNIÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PCPR
EXERCÍCIO DE 2009

PARTE I
INFORMAÇÕES PRELIMINARES

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES 1
1.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO FEDERAL 1
1.2. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA 2
1.2.1. O Balanço Geral da União 2
1.3. POLÍTICA ADOTADA PARA A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2009 3
1.3.1. O Ordenamento Jurídico do Sistema de Programação Financeira 3
1.3.2. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício de 2009 4
1.3.3. Execução Financeira 4
1.3.4. Política de Restos a Pagar 7

PARTE II
POLÍTICA ECONÔMICA

2. POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESEMPENHO DO SETOR ECONÔMICO-GOVERNAMENTAL 9
2.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL 9
2.1.1. Panorama Econômico em 2009 9
2.1.2. Produto Interno Bruto - PIB 11
2.1.3. Inflação 12
2.1.4. Política Monetária e Crédito 12
2.1.5. Mercado de Trabalho, Nível de Emprego e Salários 13
2.1.6. Balanço de Pagamentos 14
2.1.7. Desempenho Fiscal 14
2.2. MOEDA E CRÉDITO 16
2.2.1. Aspectos Gerais 16
2.2.2. Agregados Monetários 16
2.2.3. Títulos Públicos Federais 17
2.2.4. Operações de Crédito 17
2.2.5. Sistema Financeiro Nacional 19
2.2.6. Operações Extra-Balanço 20
2.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO 21
2.3.1. Política de Comércio Exterior 21
2.3.2. Política Cambial 22
2.3.3. Movimento de Câmbio 25
2.3.4. Balanço de Pagamentos 26
2.3.5. Reservas Internacionais 38
2.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional 40
2.3.7. Dívida Externa 40
2.3.8. Indicadores de Endividamento 46
2.3.9. Captações Externas 47
2.3.10. Posição Internacional de Investimento (PII) 51
2.4. HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS 53
2.4.1. Saneamento Financeiro de Estados e Municípios 53
2.4.1.1. Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES 53
2.4.1.2. Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas 54
2.4.2. Empréstimos Concedidos 54
2.4.3. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público 54
2.4.4. Retorno de Repasses de Recursos Externos 54
2.4.5. Saneamento de Instituições Financeiras Federais 55
2.4.6. Aquisição de Valores Relativos a Participações Governamentais 55
2.4.7. Outros Créditos 55
2.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL 57
2.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira 57
2.5.1.1. Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH 57

2.5.1.2. Programa Minha Casa Minha Vida - Municípios com População de até 50 mil habitantes 57
2.5.2. Haveres Financeiros da União, não Relacionados a Estados e Municípios 57
2.5.2.1. Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas 58
2.5.2.2. Haveres Originários de Operações Estruturadas 58
2.5.2.3. Haveres Oriundos de Privatizações 58
2.5.2.4. Haveres Originários de Legislação Específica 58
2.5.2.5. Haveres Originários do Crédito Rural 59
2.5.2.6. Administração de Créditos 60
2.5.2.7. Recebimentos de Créditos 60
2.5.3. Haveres Mobiliários 60
2.5.3.1. Principais Variações nas Participações Societárias da União em 2009 64
2.5.3.2. Recebimento de Prêmio de Debêntures 67
2.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA 67
2.6.1. Variação do Estoque da Dívida Pública Federal 67
2.6.1.1. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) em Poder do Público 67
2.6.1.2. Dívida Securitizada em Poder do Público 68
2.6.1.3. Títulos da Dívida Agrária 68
2.6.1.4. Composição da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi 69
2.6.1.5. Prazo e Custo Médio da DPMFi 69
2.6.1.6. Dívida Pública Federal Externa - DPFe 71
2.6.2. Administração da Dívida Pública 71
2.6.2.1. Estratégia e sua Execução 71
2.6.2.2. Evolução dos Indicadores da DPF 73
2.6.2.3. Composição da Dívida 73
2.6.2.4. Tesouro Direto 74
2.6.2.5. Avanços Institucionais 74
2.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS 74
2.7.1. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal 74
2.7.2. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas 75
2.7.3. Estoque das Dívidas 76
2.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real - RLR 76
2.7.5. Cálculos dos Valores das Transferências estabelecidas nas Leis Complementares nº 87/96 e 115/02 76
2.7.6. Cálculos dos Valores referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores 77
2.7.7. Prestação de Apoio Financeiro aos Entes Federados que Recebem Recursos do Fundo de Participação dos Municípios 77
2.7.8. Cálculo da Capacidade de Pagamento 78
2.7.9. Consolidação dos Balanços de Estados e Municípios 79
2.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO 80
2.8.1. Aspectos Gerais 80
2.8.2. Financiamento 80
2.8.2.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF 80
2.8.2.2. Financiamento para Promoção das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) 80
2.8.2.3. Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS 80
2.8.3. Equalização 81
2.8.3.1. Equalização de Taxas de Juros 81
2.8.3.2. Equalização de Preços 82
2.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas 83
2.8.4.1. Aquisições de Operações do Programa Nacional da Agricultura Familiar 83
2.8.4.2. Encargos Financeiros da União - Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária 83
2.8.4.3. Repasses concedidos à CONAB para a Execução do Programa de Aquisições do Governo Federal 84
2.8.5. Autorização para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação 84
2.8.5.1. Análise de Requisitos - Descrição e Objetivos 84
2.8.5.2. Beneficiários 84
2.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS 85
2.9.1. Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens 85
2.9.2. Concessão de Garantias Externas 85
2.9.3. Concessão de Garantias Internas 87
2.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias 87
2.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito 90
2.9.6. Securitização de Dívidas 90
2.10. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS 91
2.11. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA 100
2.11.1. Arrecadação 100
2.11.2. Cobrança 110

2.11.3. Carga Tributária no Brasil 114
2.11.4. Renúncias de Receitas 116
2.11.4.1. Renúncias Ministério da Cultura 117
2.12. DIVIDA ATIVA 121
2.12.1. Dívida Ativa da Fazenda e Previdenciária 121
2.12.2. Dívida Ativa da Administração Indireta (Autarquias e Fundações) 131

PARTE III
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3. ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 141
3.1. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 141
3.2. DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DOTAÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 151
3.3. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 157
3.3.1. Análise da Execução Orçamentária da Receita 157
Anexos da Realização da Receita 175
3.3.2. Execução da Despesa Orçamentária 199
Anexos da Dotação e Execução Orçamentária da Despesa 223
3.3.3. Resultado Orçamentário 299
3.3.4. Execução de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e da Inscrição de Restos a Pagar do Exercício 300
3.4. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS 310
3.4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE 310
3.4.2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb 315
3.4.3. Ações e Serviços Públicos de Saúde 317
3.4.4. Aplicação dos Recursos Destinados à Irrigação 318
3.5. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 320
3.5.1. Despesas com Pessoal da União 320
3.5.2. Dívida Pública Consolidada 321
3.5.3. Garantias e Contragarantias de Valores 323
3.5.4. Operações de Crédito 324
3.5.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa 325
3.5.6. Resultado Primário 328
3.6. EXECUÇÃO DO OFSS PELAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS DE FOMENTO 332
3.6.1. Banco do Brasil S.A. - BB 332
3.6.2. Caixa Econômica Federal - CAIXA 335
3.6.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 341
3.6.4. Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB 348
3.6.5. Banco da Amazônia S.A. - BASA 355

PARTE IV
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS

4. ASPECTOS GERAIS 363
4.1. ANÁLISE DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 365
4.1.1. Fontes de Financiamento 365
4.1.2. Execução da Despesa 367
4.1.3. Distribuição Geográfica da Despesa 368
4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS 375
4.2.1. Setor Financeiro 375
4.2.2. Setor Produtivo Estatal - SPE 385
4.3. CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 424
4.4. RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 441
4.4.1. Setor Financeiro 442
4.4.2. Setor Produtivo Estatal 443
4.4.3. Outras Considerações 445
4.5. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO 450
4.5.1. Aspectos Gerais 450
4.5.2. Desempenho 450
4.5.3. Fontes de Financiamento dos Investimentos 450

4.5.4. Despesa por Órgão/Unidade 451
4.5.5. Distribuição Geográfica da Despesa 454
4.6. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 455
4.6.1. Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos 459
4.7. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO 460
4.7.1. Reserva Global de Reversão - RGR 461
4.7.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE 463
4.7.3. Conta de Consumo de Combustíveis - CCC 464
4.7.4. Uso de Bem Público - UBP 465
4.7.5. Saldos 465
4.8. ANEXOS DA DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 467

PARTE V
ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

5. ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL 475
5.1. AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO 475
5.1.1. Presidência da República 475
5.1.2. Controladoria-Geral da União 500
5.1.3. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Função Agricultura 516
5.1.4. Ministério da Ciência e Tecnologia - Função Ciência e Tecnologia 525
5.1.5. Ministério da Cultura - Função Cultura 533
5.1.6. Ministério da Defesa - Função Defesa 539
5.1.7. Ministério da Educação - Função Educação 560
5.1.8. Ministério da Fazenda 578
5.1.9. Ministério da Integração Nacional 590
5.1.10. Ministério da Justiça - Função Segurança Pública 597
5.1.11. Ministério da Previdência Social - Função Previdência Social 606
5.1.12. Ministério da Saúde - Função Saúde 615
5.1.13. Ministério das Comunicações - Função Comunicações 628
5.1.14. Ministério das Relações Exteriores - Função Relações Exteriores 637
5.1.15. Ministério de Minas e Energia – Função Energia 649
5.1.16. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Função Organização Agrária 654
5.1.17. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Função Indústria 668
5.1.18. Ministério do Esporte - Função Desporto e Lazer 677
5.1.19. Ministério do Meio Ambiente - Função Gestão Ambiental 684
5.1.20. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 696
5.1.21. Ministério do Trabalho e Emprego - Função Trabalho 707
5.1.22. Ministério dos Transportes - Função Transporte 716
5.1.23. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Função Assistência Social 723
5.1.24. Ministério das Cidades – Funções Habitação, Urbanismo e Saneamento 736
5.1.25. Ministério do Turismo - Função Comércio e Serviços 750
5.1.26. Ministério da Pesca e Aquicultura 759
5.2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS CONSTANTES DA LDO PARA 2009 773
5.2.1. Aspectos Gerais 773
5.2.2. Análise Setorial 774

PARTE VI
BALANÇO GERAL DA UNIÃO

6. BALANÇO GERAL DA UNIÃO 803
6.1. ASPECTOS GERAIS: ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 803
6.1.1. Órgãos, Entidades e Fundos 803
6.1.2. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos 803
6.1.3. Diretrizes sobre a Elaboração das Demonstrações e sua Consolidação 803
6.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 804
6.2.1. Balanço Orçamentário 804
6.2.2. Balanço Financeiro 831
6.2.3. Balanço Patrimonial 864
6.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais 898
6.2.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 925
6.3. NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO GERAL DA UNIÃO 926

6.3.1. Diretrizes Contábeis ... 926
6.3.2. Mudanças de Critérios Contábeis ... 927
6.3.3. Critérios de Avaliação do Ativo ... 928
6.3.4. Critérios de Avaliação do Passivo ... 929
6.3.5. Conversão da Moeda ... 929
6.3.6. Disposição da Receita ... 929
6.3.7. Ajustes de Exercícios Anteriores ... 930
6.3.8. Integração de Saldos Contábeis ... 930
6.3.9. Outras Informações Relevantes ... 930
6.3.10. Aspectos Inerentes às Demonstrações ... 932
6.3.11. Demonstrações Contábeis ... 932

PARTE VII
PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA - EXERCÍCIO DE 2008

7. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO ... 937
7.1. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO ... 937
7.1.1. No âmbito do Ministério da Fazenda ... 937
7.1.2. No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ... 938
7.2. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO ... 938
7.3. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL ... 939
7.4. PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS ... 940
7.4.1. Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério das Relações Exteriores ... 940
7.5. PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS ... 942
7.5.1. Casa Civil da Presidência da República e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ... 942
7.6. MINISTÉRIO DA CULTURA ... 942
7.7. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA ... 943
7.8. DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS – DEST ... 944
7.9. PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS ... 944
7.9.1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério de Minas e Energia ... 944
7.10. PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS ... 945
7.10.1. Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Patrimônio da União ... 945
7.11. SECRETARIA TESOURO NACIONAL ... 946
7.12. BANCO CENTRAL DO BRASIL ... 954
7.13. MINISTÉRIO DA FAZENDA ... 956
7.14. PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS ... 956
7.14.1. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério dos Transportes, Ministério da Previdência Social e Ministério da Integração Nacional ... 956

MENSAGEM N.º 23, DE 2010-CN

Mensagem nº 139

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, encaminho a Vossas Excelências os volumes anexos que compreendem as contas do Governo Federal relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009.

Brasília, 30 de março de 2010.



EM N.º 003 / CGU-PR

Em 29 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a Prestação de Contas do Poder Executivo Federal, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009, organizada em um volume contendo o Relatório sobre os Orçamentos e Atuação Governamental e os Balanços e Demonstrativos Contábeis da União.

Saliento, por fim, que as Contas relativas ao exercício de 2009 devem ser submetidas ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no inciso XXIV art. 84 da Constituição da República, no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Respeitosamente,

JORGE HAGE SOBRINHO
Ministro de Estado do Controle e da Transparência

PARTE I

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

A presente Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República foi organizada pela Controladoria-Geral da União - CGU para encaminhamento ao Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias contados da abertura da sessão legislativa, em cumprimento ao que determina o artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal.

As informações que integram esta obra são provenientes de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e contemplam os mais variados aspectos da atuação do Poder Executivo Federal no exercício de 2009 e estão estruturadas em sete partes, assim compreendidas:

PARTE I – Informações Preliminares
PARTE II – Política Econômica
PARTE III – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PARTE IV – Orçamento de Investimento – Empresas Estatais
PARTE V – Atuação por Setor Governamental
PARTE VI – Balanço Geral da União
PARTE VII – Providências sobre as Recomendações do TCU, exercício de 2008

As informações preliminares buscam contextualizar o leitor sobre a organização administrativa do governo, na qual se inserem os órgãos e entidades que apresentam informações para a Prestação de Contas Anual do Presidente da República - PCPR. A segunda parte evidencia o desempenho da economia brasileira, que nesta prestação de contas possui um caráter dialético pois ao mesmo tempo que é influenciado pela ação governamental também estabelece as condições para o desenvolvimento das atividades da Administração Pública.

A terceira parte contempla uma visão consolidada do orçamento fiscal e da seguridade social, evidenciando a autorização legislativa para a previsão e fixação das receitas e despesas públicas, bem como a sua execução no exercício de 2009.

A Parte IV é formada por informações referentes às Empresas Estatais não dependentes do Poder Executivo Federal, vinculadas ao Orçamento de Investimento, e foram produzidas pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Parte V – Atuação por Setor Governamental contempla a atuação setorial, privilegiando a informação por função de governo, expondo uma análise temporal da execução orçamentária e os principais resultados alcançados no exercício de 2009.

O Balanço Geral da União, integrante da Parte VI, foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão do Ministério da Fazenda e contempla a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, materializadas nos demonstrativos e nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. Após os balanços e respectivas análises encontram-se as notas explicativas, que buscam evidenciar aspectos relevantes que afetam a elaboração e conteúdo das informações contábeis.

A última parte retrata as providências adotadas pelos órgão e entidades no âmbito do Poder Executivo Federal quanto às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União no parecer prévio emitido quando da apreciação da Prestação de Contas do exercício de 2008.

Encontra-se encartado nesta Prestação de Contas um CD-ROM com informações adicionais referentes à execução orçamentária e aos balanços, e outras que possam subsidiar a compreensão dos dados constantes do texto impresso.

Em continuidade ao processo de reestruturação das contas de governo, iniciado em 2007, a Prestação de Contas Presidencial relativa ao exercício de 2009 é novamente apresentada em um único volume, incluindo o Relatório da Atuação Governamental e o Balanço Geral da União.

Como contribuição a este processo em comparação aos anos anteriores, merece destaque a alteração do conteúdo relacionado à Parte V - Atuação do Poder Executivo Federal. Pela primeira vez, o desempenho governamental é apresentado com enfoque à ***FUNÇÃO DE GOVERNO***, na busca de apresentar o melhor resultado à sociedade e ao Tribunal de Contas da União, instância responsável pela análise das contas de governo.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), esta Prestação de Contas estará disponível, na íntegra, no endereço eletrônico www.cgu.gov.br, bem como em meio impresso na Controladoria-Geral da União, na Secretaria do Tesouro Nacional, no Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governo.

1.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GOVERNO FEDERAL

A organização administrativa adotada no Brasil resulta, principalmente, da forma de Estado e de governo cunhadas na Constituição, tal como ocorre nos demais países.

Assim, esta organização reflete a forma federativa definida pelo constituinte originário e expressa em seu artigo de abertura "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]".

Depreende-se então que a organização político-administrativa do Estado brasileiro compreende a União, os estados membros, o Distrito Federal e os municípios numa descentralização territorial em três níveis de governo – federal, estadual e municipal.

A organização administrativa reflete também o fato de o Brasil constituir um Estado Democrático de Direito, ou seja, ação do Estado é auto-limitada pelas leis, que são a expressão da vontade geral, e que se utiliza do princípio da divisão de poderes para garantir a efetividade dos princípios democrático-legais. Assim, a Constituição Federal brasileira instituiu como Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário (art. 2º).

A forma de governo presidencialista adotada define que o comando do Poder Executivo, que abrange as funções de chefia de Governo e de Estado, no âmbito Federal, é exercido pelo Presidente da República e em seus impedimentos, pelo Vice-Presidente, ambos auxiliados por uma equipe de governo liderada pelos Ministros e Secretários de Estado.

Para cumprir a missão determinada pela Constituição Federal e legislação infra-constitucional a União e demais entes da federação necessitam estruturar-se em órgãos e entidades a quem são atribuídos competências específicas e disponibilizados meios para o atendimento das necessidades e demandas da sociedade.

A esta estrutura é que se refere a chamada organização administrativa, representando, em sentido formal, o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo e, em sentido material, o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos.

A Administração Federal é classificada em Direta e Indireta. A Administração Direta é formada por órgãos que não possuem personalidade jurídica própria, pois exercem, diretamente, as competências a cargo da União, demonstrando, desta forma, a centralização administrativa está materializada pela Presidência da República, pelos Ministérios e pelos órgãos dos Poderes Legislativos e Judiciários.

A Administração Indireta é formada por entidades que possuem personalidade jurídica e patrimônio próprios, caracterizando assim a descentralização administrativa das atividades do Estado, sendo vinculadas e supervisionadas pelos Ministérios ou por outros Órgãos da Administração Direta.

Tais entidades dispunham, até a Constituição Federal de 1988, de grande autonomia administrativa e financeira, e, após a promulgação da vigente Carta Magna, as exigências administrativo-financeiras a que essas entidades estavam sujeitas passaram a ser praticamente as mesmas a que se sujeitava a Administração Direta.

A Constituição Federal exige que a Administração Pública de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, seja Direta ou Indireta, obedeça, dentre outros, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e tenha por finalidade precípua a promoção do bem-estar social, que será alcançado mediante à elaboração de políticas públicas.

As políticas públicas, para que possam se concretizar, devem ser inseridas nos planos e orçamentos governamentais, que, de acordo com a Constituição, devem revestir-se de caráter legal. Assim, os planos são materializados na Lei que estabelece o Plano Plurianual - PPA e sua execução em cada exercício financeiro por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que terá sua elaboração orientada por um instrumento intermediário, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que protege a discussão da LOA de casuísmos e interesses menores, buscando maior transparência e confiabilidade.

A Constituição de 1988 buscou ampliar a abrangência da Lei Orçamentária Anual – LOA, a fim de suprimir a existência de orçamentos paralelos como existira antes da promulgação da Carta Magna. Assim, o § 5º do artigo 165 define que lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A presente Prestação de Contas apresentada pelo Presidente da República insere-se no contexto da organização administrativa como instrumento de garantia do Estado Democrático de Direito, que determina o dever de prestar contas a todos a quem são atribuídas responsabilidades e os respectivos meios para cumpri-las.

Assim, o Presidente presta contas de sua administração ao povo brasileiro por meio de seus representantes, o Congresso Nacional, a quem cabe julgar estas Contas que abrangem a Administração Pública Federal e a execução dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento.

1.2 - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PCPR

A Constituição Federal, no inciso XXIV do artigo 84, determina que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhe ao Congresso Nacional a Prestação de Contas referente ao exercício anterior, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da abertura da Sessão Legislativa.

A responsabilidade pelo processo de elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República pode ser atribuída a três órgãos: Controladoria-Geral da União - CGU, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

A Controladoria-Geral da União - CGU, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, é a responsável pela elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República, conforme determina a Lei n.º 10.180/2001 e o Decreto n.º 5.683/2006, sendo de responsabilidade do Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional a elaboração e análise dos Balanços Gerais da União e dos demonstrativos da execução do orçamento fiscal e da Seguridade Social, e do Ministério do Planejamento, por meio do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, a elaboração das informações sobre as empresas estatais, e da Secretaria de Investimentos Estratégicos –SPI, com dados sobre a execução física das ações governamentais.

A Prestação de Contas Anual do Presidente da República - PCPR, referente ao exercício de 2009, foi elaborada seguindo as diretrizes de aperfeiçoamento, que objetiva conceder maior organicidade, transparência e qualidade às informações apresentadas.

Considerando o processo de reestruturação da Prestação de Contas Presidencial, a Parte V – Atuação do Poder Executivo Federal teve o seu conteúdo modificado, tendo como foco as informações por *FUNÇÃO GOVERNAMENTAL*, de forma a evidenciar a efetividade de atuação dos diversos órgãos que integram a estrutura do Poder Executivo e a execução do orçamento fiscal e da seguridade social.

As informações tiveram como base as diretrizes estabelecidas no Aviso nº 12/2009 – Gab Min e no Acórdão nº 2152/2009 - TC 020.527/2009, ambos do Tribunal de Contas da União.

A Prestação de Contas, organizada em um único volume, contempla: Relatório, abrangendo informações da atuação de vários órgãos e entidades do Poder Executivo e o Balanço Geral da União, que reúne todos os balanços exigidos pela Lei nº 4.320/64 com as análises necessárias à sua compreensão.

No tocante à atuação de cada Pasta Ministerial, a elaboração dos relatórios teve como diretriz a evidenciação da execução do orçamento fiscal e da seguridade social por função de governo, bem como os resultados alcançados no exercício de 2009, a execução dos programas e ações governamentais integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, os classificados como prioritários na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e os mecanismos de controle das transferências voluntárias.

1.2.1. O Balanço Geral da União

A finalidade básica de todo sistema contábil é o registro e prestação de informações para a tomada de decisões e para a prestação de contas e responsabilização dos gestores perante aqueles de quem recebe suas atribuições.

Neste aspecto, o Balanço Geral da União está inserido num contexto maior: a Prestação de Contas do Presidente da República referindo-se à componente contábil desta e como já mencionado, sua elaboração compete à Secretaria do Tesouro Nacional, que é o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001:

Art. 15. O Sistema de Contabilidade Federal tem por finalidade registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial da União e evidenciar:
[...]
II – os recursos dos orçamentos vigentes, as alterações decorrentes de créditos adicionais, as receitas prevista e arrecadada, a despesa empenhada, liquidada e paga à conta desses recursos e as respectivas disponibilidades;
[...]
IV – a situação patrimonial do ente público e suas variações.
[...]
Art. 18. Compete às unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal:
[...]
VI - elaborar os Balanços Gerais da União;

Além de compor a Prestação de Contas do Presidente em sua versão impressa e também a disponibilizada no sítio eletrônico da CGU, as informações do BGU (balanços e demonstrativos) também serão disponibilizadas pela STN em ambiente web.

O Balanço Geral da União contém todos os Balanços Consolidados da União, além de Demonstrativos Contábeis da execução orçamentária da União, abrangendo os recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em favor dos Ministérios ou Órgãos equivalentes, das Entidades da Administração Indireta, representadas pelas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, e das

Entidades instituídas com recursos de destinação específica, denominadas de Fundos Especiais.

As informações estão disponibilizadas nos vários tipos de Balanços: Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Variações Patrimoniais. Em complemento está a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Na aplicação web/Tesouro serão disponibilizados todos os Balanços Consolidados da União, referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e todos os demonstrativos contábeis da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com o mesmo layout do livro impresso.

Além da Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR, serão também disponibilizados na web/Tesouro todos os balanços e demonstrativos que compõem as Informações Adicionais à PCPR, tais como demonstrações contábeis dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e demonstrações consolidadas por tipo de administração.

Estarão disponíveis para os usuários as caixas de seleção para escolha dos parâmetros, permitindo combinações como o tipo de balanço, tipo de administração, órgão e mês de referência, possibilitando a geração de relatórios.

Ao Tribunal de Contas da União serão disponibilizados, além do BGU e das Informações Adicionais, também os balanços das entidades não pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

1.3 - POLÍTICA ADOTADA PARA A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2009

1.3.1. O Ordenamento Jurídico do Sistema de Programação Financeira

O Sistema de Administração Financeira Federal regulamentado pela Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, visa ao equilíbrio econômico-financeiro do Governo Federal, dentro dos limites da receita e despesa públicas, e compreende entre suas atividades a programação financeira da União. Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional o papel de órgão central do referido sistema, e às unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República e órgãos equivalentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, o papel de órgãos setoriais.

As atividades de programação financeira compreendem a descentralização de recursos financeiros aos órgãos setoriais de programação financeira, e destes para as unidades gestoras vinculadas, responsáveis pela execução dos programas de trabalho do Governo Federal.

Compete ao órgão central, entre outras atribuições: zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional; elaborar e executar a programação financeira da União; gerenciar a Conta Única; subsidiar a formulação da política de financiamento da despesa pública; exercer as atividades de orientação, acompanhamento e gestão de haveres e responsabilidades da União; e editar normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira. Compete aos órgãos setoriais a elaboração da programação financeira dos órgãos e entidades vinculadas, bem como a coordenação, orientação e acompanhamento das atividades de programação e execução dos mesmos.

A Lei Complementar nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

A Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas; obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras; dívidas consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia; e despesas de restos a pagar.

As leis de diretrizes orçamentárias estabelecem as regras para a elaboração do orçamento, e as leis orçamentárias anuais viabilizam a realização anual dos programas constantes do PPA, mediante a quantificação das metas e a alocação de recursos para as ações orçamentárias.

O Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, define as diretrizes para a programação e execução orçamentária e financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social e estabelece como prioridade os pagamentos de despesas na seguinte ordem:

I. Pessoal e encargos sociais;
II. Aposentadorias e pensões da Previdência Social;
III. Serviço da dívida pública federal; e
IV. Contrapartida de empréstimos externos.

Objetivando compatibilizar a realização da receita e a execução da despesa com as metas de resultado primário estabelecidas na Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009), foram definidos limites para a movimentação e empenho e o pagamento das despesas dos grupos "outras despesas correntes", "investimento" e "inversões financeiras" dos órgãos do Poder Executivo e respectivos restos a pagar de exercícios anteriores.

A inscrição de valores em Restos a Pagar ao final do exercício de 2009 obedeceu ao contido no art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com redação alterada pelo Decreto nº 6.708, de 23 de dezembro de 2008.

1.3.2. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício de 2009

No início do exercício de 2009, nos termos do art. 8º da Lei Complementar 101/2000 – LRF, foi publicado o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu provisoriamente o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009 tendo como referência os valores fixados na Lei Orçamentária Anual.

Em 27 de março de 2009, foi publicado o Decreto nº 6.808 que alterou o Decreto nº 6.752/2009 estabelecendo limitação das despesas em R$ 21,6 bilhões.

As principais características do decreto de programação orçamentária e financeira foram as seguintes:

- a necessidade de garantir o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias determinou o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual;
- os valores globais autorizados para empenho e pagamento das despesas de custeio e investimento constou, respectivamente, dos Anexo I e II do Decreto nº 6.752/2009;
- os valores autorizados para empenho e pagamento englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;
- os valores estabelecidos nos Anexos I e II do Decreto nº 6.752/2009 foram detalhados pela Portaria Interministerial MP/MF nº 15 de 29 de janeiro de 2009;
- as ações do Projeto Piloto de Investimento (PPI) foram incluídas nos Anexos I e II do Decreto nº 6.752/2009 no valor de R$ 15.551.610 mil.

Ao longo do exercício de 2009, foram efetuadas várias ampliações e remanejamentos nos valores disponibilizados para movimentação e empenho e para pagamento.

Essas alterações foram efetivadas com o intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.3.3. Execução Financeira

A atuação da Coordenação-Geral de Programação Financeira - COFIN, da Secretaria do Tesouro Nacional, esteve voltada para os aspectos relacionados ao planejamento da ação do Governo Federal na área financeira, com o desenvolvimento de novas rotinas necessárias tanto para execução segura e eficaz das decisões adotadas, e com o aperfeiçoamento da própria execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional.

De acordo com a tabela 1.3.3.a, a execução financeira do Tesouro Nacional, incluindo o pagamento de juros, apresentou no exercício de 2009, em valores nominais, resultado negativo da ordem de R$ 59.969 milhões, decorrente do ingresso de receitas no montante de R$ 737.403 milhões e de liberações de R$ 797.372 milhões.

Foram excluídas, nessa apuração, as emissões e os resgates de títulos da dívida mobiliária federal junto ao mercado, as receitas decorrentes da renegociação da dívida externa, gastos com a amortização das dívidas contratuais interna e externa, despesas com aquisição de garantias referentes ao refinanciamento dos débitos externos, assim como receitas e despesas provenientes do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central.

Entretanto, somando-se esses financiamentos, o resultado total foi superavitário em R$ 40.492 milhões.

TABELA 1.3.3.a - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
FLUXO FISCAL		
A. RECEITAS	**731.814**	**737.403**
A.1 - Recolhimento Bruto	522.842	520.704
A.2 - (-) Incentivos Fiscais	-	(55)
A.3 - Outras Operações de Crédito	19.587	19.688
A.4 - Receita das Operações Of. de Crédito	2.291	2.888
A.5 - Salário Educação	9.770	10.666
A.6 - Arrecadação Líquida INSS	177.318	183.312
A.7 - Remuneração de Disponibilidades – BB	-	-
B. DESPESAS	**(681.545)**	**(797.372)**
B.1 - Transferências a estados e municípios	(132.725)	(152.073)
B.1.1 - FPM/FPE/IPI - Est. Export.	(102.078)	(97.361)
B.1.2 - FCO / FNE / FNO	(6.355)	(6.815)
B.1.3 - Transferência Lei Complementar 87	(3.216)	(3.900)
B.1.4 - FUNDEB (complementação da União)	(3.174)	(5.070)
B.1.5 - Demais	(15.901)	(19.927)
B.2 - Pessoal e Encargos Sociais	(142.974)	(160.998)
B.2.1 – Executivo	(112.537)	(130.878)
B.2.2 - Legislativo/Judiciário/MPU	(30.438)	(30.120)
B.3 - Juros e Encargos da Dívida	(85.781)	(95.978)
B.3.1. Dívida Contratual Interna	(1.129)	(1.172)
B.3.2. Dívida Externa	(10.214)	(12.133)
B.3.3 .DPMF – Mercado	(74.438)	(82.653)
B.4 - Benefícios Previdenciários	(184.157)	(221.983)
B.5 - Outras Despesas Correntes e de Capital	(132.239)	(177.226)
B.5.1 .PIS/PASEP	(24.898)	(24.365)
B.5.2 .Demais	(107.340)	(152.861)
B.6 - Despesa das Operações Oficiais de Crédito	(3.670)	(4.114)
C. RESULTADO FISCAL (1) (A+B)	**50.268**	**(59.969)**
D. RESULTADO FISCAL (2) (1- A.3- A.4- A.7- B.3- B.6)	**117.841**	**17.547**
FLUXO DE FINANCIAMENTO		
E. RECEITAS	**302.909**	**407.453**
E.1 - Emissão de Títulos – Mercado	290.356	392.539
E.2 - Outras Operações de Crédito	12.553	14.914
F. DESPESAS	**(289.587)**	**(320.026)**
F.1 - Amortização da Dívida	(289.587)	(320.026)
F.1.1 - Dívida Contratual Interna	(1.826)	(2.366)
F.1.2 - Dívida Externa	(6.876)	(14.401)
F.1.3 - DPMF – Mercado	(280.886)	(303.358)
F.2 - Aquisição de Garantias	-	-
F.3 - Outras Liberações	-	-
G. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (E.1+F.1.3)	**9.470**	**89.180**
H. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	**47.271**	**13.034**
FLUXO DE CAIXA TOTAL (C)+(E)+(F)+(H)	**110.861**	**40.492**

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

A programação financeira de desembolso, por órgão, foi estabelecida pelo Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, em seu Anexo II, e detalhada pelos Anexos VIII, IX e X da Portaria Interministerial MP/MF nº 15, de 29 de janeiro de 2009. A tabela a seguir apresenta os limites financeiros por órgão fixados para o exercício de 2009, e alterados por decretos e portarias publicados posteriormente.

TABELA 1.3.3.b – LIMITES DE PAGAMENTO - CUSTEIO E INVESTIMENTO POR ÓRGÃO
(PORTARIA Nº 15, DE 29 DE JANEIRO DE 2009 - Posição em 31.12.2009)

R$ mil

ÓRGÃOS OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		ANEXO VIII	ANEXO IX	ANEXO X	TOTAL
20101	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.333.606	80.449	771	2.414.826
20102	GAB. DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.980	0	0	2.980
20114	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	261.422	0	0	261.422
22000	MIN. DA AGRIC., PEC. E ABASTECIMENTO	1.553.671	177.522	0	1.731.193
24000	MIN. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.708.063	511.059	21.534	4.240.656
25000	MIN. DA FAZENDA	2.247.405	588.448	0	2.835.853
26000	MIN. DA EDUCAÇÃO	13.791.268	934.948	189.740	14.915.956
28000	MIN. DO DESENV., IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	276.914	409.084	1.849	687.847
30000	MIN. DA JUSTIÇA	2.707.041	9.535	12.406	2.728.982
32000	MIN. DE MINAS E ENERGIA	542.611	117.307	0	659.918
33000	MIN. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.532.102	51.729	0	1.583.831
35000	MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES	902.454	1.258	0	903.712
36000	MIN. DA SAÚDE	44.835.202	2.682.458	358.846	47.876.506
38000	MIN. DO TRABALHO E EMPREGO	865.875	15.409	43.051	924.335
39000	MIN. DOS TRANSPORTES	1.935.226	61.081	0	1.996.307
41000	MIN. DAS COMUNICAÇÕES	312.980	0	0	312.980
42000	MIN. DA CULTURA	671.294	13.770	3.191	688.255
44000	MIN. DO MEIO AMBIENTE	478.160	81.738	0	559.898
47000	MIN. DO PLANEJ., ORÇAMENTO E GESTÃO	824.842	38.500	0	863.342
49000	MIN. DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	2.365.704	69.969	0	2.435.673
51000	MIN. DO ESPORTE	480.971	0	0	480.971
52000	MIN. DA DEFESA	7.614.233	2.263.155	719	9.878.107
53000	MIN. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	801.089	39.980	935	842.004
54000	MIN. DO TURISMO	1.159.380	2	0	1.159.382
55000	MIN. DO DESENV. SOCIAL E COMB. À FOME	13.948.842	4.632	120.000	14.073.474
56000	MIN. DAS CIDADES	2.669.340	210.832	0	2.880.172
71000	ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	482.326	0	0	482.326
73000	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	54.948	0	0	54.948
74000	OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	115.490	0	0	115.490
	PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTOS - PPI				15.551.610
	TOTAL	**109.475.439**	**8.362.865**	**753.042**	**134.142.956**

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional.
Obs: Fontes de Recursos:
Anexo VIII: 100, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159,162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 180, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
Anexo IX: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores Anexo X: 179, 182, 282 e suas correspondentes resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

A execução dos valores programados por órgão no exercício de 2009 é apresentada na Tabela 1.3.3.c.

TABELA 1.3.3.c – DEMONSTRATIVO DOS VALORES DESEMBOLSADOS POR ÓRGÃO - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – JANEIRO A DEZEMBRO – 2009 - (DESPESA EXECUTADA)

R$ mil

DISCRIMINAÇÃO		PESSOAL	CUSTEIO E INVESTIMENTO	JUROS E AMORTIZAÇÃO	TOTAL
01000	CAMARA DOS DEPUTADOS	2.496.040	506.654	0	3.002.694
02000	SENADO FEDERAL	2.151.414	336.147	3.692	2.491.254
03000	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.075.120	102.707	1.074	1.178.901
10000	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	288.159	154.465	0	442.623
11000	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	707.325	144.282	0	851.608
12000	JUSTICA FEDERAL	8.869.227	2.146.115	0	11.015.343
13000	JUSTICA MILITAR	273.540	32.144	0	305.684
14000	JUSTICA ELEITORAL	3.013.617	768.960	0	3.782.577
15000	JUSTICA DO TRABALHO	10.752.163	945.760	0	11.697.923
16000	JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.193.106	170.375	0	1.363.481
20000	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	3.453.572	2.098.274	23	5.551.868
20113	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	2.585.442	988.918	5.024	3.579.384
22000	MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	4.008.874	5.457.150	923	9.466.947
24000	MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.515.368	3.850.298	0	5.365.666
25000	MINISTERIO DA FAZENDA	22.256.068	108.010.167	641.062.280	771.328.515
26000	MINISTERIO DA EDUCACAO	20.729.864	22.738.635	72.780	43.541.278
28000	MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	433.131	622.708	0	1.055.839
30000	MINISTERIO DA JUSTICA	5.939.760	1.972.156	59.803	7.971.719
32000	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	652.770	12.539.149	2.541	13.194.460
33000	MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	9.708.188	227.715.510	5.634	237.429.332
34000	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	2.647.726	425.202	0	3.072.928
35000	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	929.534	805.899	0	1.735.432
36000	MINISTERIO DA SAUDE	11.269.066	43.174.470	58.438	54.501.974
38000	MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	2.126.781	39.358.228	0	41.485.009
39000	MINISTERIO DOS TRANSPORTES	2.715.441	7.322.842	0	10.038.282
41000	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	1.109.559	166.914	0	1.276.473
42000	MINISTERIO DA CULTURA	328.473	465.862	10.423	804.758
44000	MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	1.030.020	521.194	3.082	1.554.296
49000	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	822.088	2.254.152	32.589	3.108.829
51000	MINISTERIO DO ESPORTE	18.701	211.772	0	230.473
52000	MINISTERIO DA DEFESA	39.550.477	8.326.609	502.173	48.379.259
53000	MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	775.139	7.977.261	25.231	8.777.630
54000	MINISTERIO DO TURISMO	45.116	544.396	0	589.512
55000	MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	31.779	33.084.380	0	33.116.159
56000	MINISTERIO DAS CIDADES	331.094	4.524.663	64.834	4.920.591
TOTAL		**165.033.741**	**540.464.416**	**641.910.544**	**1.348.208.701**

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional.
Obs.: - Inclui recursos de todas as fontes,
- Inclui transferências constitucionais e legais para estados e municípios e despesa com benefícios previdenciários.

1.3.4. Política de Restos a Pagar

O Decreto nº 6.808, de 27 de março de 2009, que alterou o Decreto nº 6.752/2009, estabeleceu para os órgãos do Poder Executivo montantes para a movimentação e empenho e pagamento de despesas iguais em R$ 129,8 bilhões, sendo no caso da movimentação e empenho, R$ 126,0 bilhões alocados para os órgãos e R$ 3,8 bilhões alocados em reserva para futuras ampliações, e no caso do pagamento R$ 129,8 bilhões, sendo R$ 125,2 bilhões alocados para os órgãos e R$ 4,6 bilhões em reserva para futuras ampliações, projetando uma inscrição de restos a pagar ao final do exercício em montante equivalente ao inscrito no exercício anterior.

Ao longo do ano foram promovidas alterações nesses valores, encerrando o exercício com 150,9 bilhões alocados aos órgãos para a movimentarem e empenharem despesas do orçamento de 2009 e R$ 134,1 bilhões alocados para pagamentos dos órgãos (despesas do exercício e restos a pagar).

O total de despesa empenhada apurada ao final de 2009 foi de R$ 148,2 bilhões e o total pago apurado foi de R$ 103,6 bilhões, o que provocou um aumento de R$ 44,6 bilhões no estoque de restos a pagar inscritos. Além disso, do montante de R$ 45,7 bilhões de restos a pagar referentes ao exercício de 2008 e anteriores, foram pagos em 2009 R$ 23,6 bilhões e cancelados R$ 3,5 bilhões, o que gerou uma reinscrição de restos a pagar em 2009, de R$ 18,6 bilhões, que somados aos restos a pagar gerados no exercício de 2009, tem-se um montante de R$ 63,2 bilhões inscritos e reinscritos ao final de 2009, sendo que os restos a pagar das despesas de custeio passaram de R$ 12,4 bilhões em 2008 para R$ 18,6 bilhões e os restos a pagar das despesas de investimento passaram de R$ 33,3 bilhões em 2008 para R$ 44,6 bilhões.

A tabela 1.3.4.a apresenta os valores de execução dos restos a pagar sujeitos à programação financeira em 2009.

TABELA 1.3.4.a – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR * EXERCÍCIO DE 2009

R$ mil

ÓRGÃOS OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		RP INSCRITOS	RP CANCELADOS	RP PAGOS
		EXERCÍCIO DE 2008 E ANOS ANTERIORES	EM 2009	EM 2009
20101	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1.114.437	50.640	883.993
20102	GAB. DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	68	33	25
20114	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	89.042	1.287	76.365
22000	MIN. DA AGRIC., PEC. E ABASTECIMENTO	754.541	41.699	595.710
24000	MIN. DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.384.937	95.882	879.108
25000	MIN. DA FAZENDA	555.573	73.933	395.637
26000	MIN. DA EDUCAÇÃO	4.470.560	173.868	2.963.549
28000	MIN. DO DESENV., IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	100.971	13.562	59.282
30000	MIN. DA JUSTIÇA	1.099.292	73.428	718.060
32000	MIN. DE MINAS E ENERGIA	119.673	22.325	83.804
33000	MIN. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	280.155	38.614	214.766
35000	MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES	17.513	2.914	13.651
36000	MIN. DA SAÚDE	6.832.805	877.105	4.000.643
38000	MIN. DO TRABALHO E EMPREGO	293.832	8.097	216.043
39000	MIN. DOS TRANSPORTES	8.515.656	887.010	4.597.534
41000	MIN. DAS COMUNICAÇÕES	108.968	18.715	62.665
42000	MIN. DA CULTURA	422.190	58.224	286.572
44000	MIN. DO MEIO AMBIENTE	123.587	27.362	64.745
47000	MIN. DO PLANEJ., ORÇAMENTO E GESTÃO	239.189	38.188	127.796
49000	MIN. DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1.277.094	101.565	798.398
51000	MIN. DO ESPORTE	1.032.097	63.049	286.831
52000	MIN. DA DEFESA	2.234.700	76.684	1.747.110
53000	MIN. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	3.585.352	176.167	1.515.135
54000	MIN. DO TURISMO	2.171.871	121.223	580.053
55000	MIN. DO DESENV. SOCIAL E COMB. À FOME	604.764	75.764	221.438
56000	MIN. DAS CIDADES	6.217.352	369.863	2.142.589
71000	ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	35.558	2.980	24.863
73000	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	1.910	0	1.908
74000	OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	19.006	49	18.952
TOTAL		**45.702.693**	**3.490.250**	**23.577.222**

*Inclui despesas do Projeto Piloto de Investimento Público – PPI e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

PARTE II

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E DESEMPENHO DO SETOR ECONÔMICO-GOVERNAMENTAL

2.1 - DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA E DA POLÍTICA ECONÔMICA-FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

2.1.1. Panorama Econômico em 2009

O ano de 2009 transcorreu sob os efeitos da crise financeira internacional deflagrada em sua forma mais aguda com a quebra do banco de investimento norte-americano *Lehman Brothers* em setembro de 2008. Nesse momento a economia brasileira passou a sofrer de forma geral os efeitos da crise internacional, uma vez que até aquele momento o país tinha sido pouco atingido pelos efeitos da chamada crise "*subprime*" nos EUA. Do ponto de vista imediato, o impacto teve a forma de uma forte e rápida contração na oferta de crédito doméstico ao final de 2008. Do lado externo, a redução nos preços internacionais das *commodities* intensificou-se, tendo como contrapartida uma rápida contração no volume de comércio internacional. No último trimestre de 2008 também ocorreu uma forte saída de capital do Brasil, o que, juntamente com o quadro exportador desfavorável, pressionou a taxa de câmbio real/dólar substancialmente para a cima.

Esta combinação de depreciação cambial, restrição de liquidez e queda na demanda internacional por produtos brasileiros afetou fortemente os índices de confiança dos empresários e dos consumidores, ocasionando assim uma grande redução na demanda doméstica[1]. O crescimento do consumo desacelerou e o investimento caiu, pois no cenário de grande incerteza a maioria das empresas adiou - ou simplesmente cancelou - suas despesas de capital. Assim, o resultado inevitável do abalo financeiro mundial foi uma recessão técnica no Brasil, configurando dois trimestres consecutivos de queda no PIB[2].

A resposta do Governo Federal à crise internacional foi uma seqüência de medidas sem precedentes na história econômica recente do Brasil. Contrariamente ao observado durante as crises internacionais dos anos 1980 e 1990, as autoridades brasileiras tiveram condições de adotar medidas monetárias e fiscais anticíclicas. Tais medidas evitaram que a crise internacional contaminasse o sistema financeiro brasileiro e, simultaneamente, proporcionaram condições para a pronta recuperação do nível de atividade econômica. Para fins expositivos, as ações do Governo Federal podem ser analisadas em três grupos. Em primeiro lugar, cumpre mencionar as ações e programas adotados anteriormente à crise, que ajudaram a economia durante o desdobramento da crise. Em segundo, as ações emergenciais adotadas durante a crise que, devido a seu caráter temporário, tendem a expirar ou se reduzir com o passar do tempo. Por fim, tem-se as novas ações estruturais, que ajudaram a combater a crise, mas que continuam a ter efeitos mesmo após o pior da crise ter passado.

[1] O índice de confiança da indústria, com ajuste sazonal, medido pela FGV, atingiu um mínimo de 74,1 em janeiro de 2009, e se recuperou progressivamente a partir desta data, atingindo 113,4 em dezembro do mesmo ano. O índice de confiança do consumidor apresentou evolução semelhante.

[2] De acordo com o IBGE, a taxa trimestre contra trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal, mostrou recuo de 2,9% no último trimestre de 2008 e de 0,9% no primeiro trimestre de 2009.

Ações Adotadas Antes da Crise e Seus Impactos em 2009

Com relação às ações e programas adotados antes da crise, cabe destacar cinco iniciativas estruturais que evitaram uma queda maior no nível de atividade econômica durante a crise: (i) o aumento na rede de proteção social; (ii) o aumento no salário mínimo; (iii) a expansão do investimento público; (iv) as desonerações programadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); e (v) a reestruturação dos salários e efetivo do serviço público federal.

Desde 2003, como parte de sua estratégia de inclusão social, o Governo Federal tem direcionado mais recursos para as transferências de renda, especialmente para as famílias mais pobres. O valor total destas transferências passou de 6,9% do PIB, em 2002, para 8,6% do PIB, em 2008, criando um estabilizador automático para evitar flutuações excessivas na renda disponível das famílias brasileiras. Com o advento da crise, e mesmo em um contexto de queda na arrecadação, outros 0,7% do PIB foram adicionados às transferências de renda programadas para 2009, que alcançaram a 9,3% do PIB. Dessa forma, foram mantidos os compromissos sociais em 2009, e com isso ajudou na sustentação da demanda doméstica, sobretudo a partir do consumo das famílias.

Em segundo lugar a política de aumentos reais no salário mínimo, que se acelerou em 2006, além de aumentar as transferências de renda via previdência social e seguro desemprego estabeleceu um piso progressivamente mais elevado para os salários de mercado. Em 2008, mesmo diante da crise internacional, optou-se por manter os percentuais de aumento nominal do salário mínimo programados para 2009 (12%). Tal medida foi especialmente importante para os salários dos trabalhadores do setor informal de serviços, durante o período mais grave da crise.

Em terceiro lugar, o Governo Federal também manteve inalterado seu programa de investimento. Diante da queda no investimento privado, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - tornou-se um importante instrumento anti-cíclico ao longo de 2009. Em números, os investimentos da União e da Petrobras continuaram a crescer mesmo durante a crise e atingiram cerca de 1,2% e 1,7% do PIB ao final de 2009, respectivamente.

Em quarto lugar, a partir de 2007 foi intensificada a política de desonerações tributárias para estimular o crescimento e o investimento. Devido às iniciativas adotadas pelo PAC e

pela PDP, as desonerações programadas para 2009 atingiram 0,3 pp do PIB.

Por último, mesmo em um contexto de crise, o governo também decidiu manter inalterado o cronograma de reajustes salariais e contratações para o serviço público ao longo de 2009. Devido à desaceleração no crescimento do PIB e à concentração dos aumentos salariais em 2009, o resultado macroeconômico desta decisão foi um aumento na folha de pagamento da União como proporção do PIB, de 4,5% do PIB, em 2008, a 4,84 % do PIB, em 2009.

Ações Temporárias de Combate à Crise e Impactos em 2009

Dentre as medidas temporárias de combate à crise, a mais premente delas relacionou-se ao enfrentamento da contração na oferta de crédito no Brasil. Em setembro de 2008 aproximadamente 20% da oferta de crédito doméstico tinham como fonte a captação de recursos no mercado externo. Esta fonte esgotou-se durante os primeiros meses da crise. Em paralelo, a corrida mundial para a liquidez resultou em uma enorme saída de recursos financeiros ao exterior – somente no último quadrimestre de 2008 saíram US$ 27 bilhões. Conjuntamente, tais movimentos pressionaram a taxa de câmbio para cima.

A resposta imediata à contração de crédito foi proporcionar expressiva expansão da liquidez, seja em moeda estrangeira ou nacional. Desta forma, o Banco Central utilizou parte de suas reservas internacionais para vender dólares no mercado à vista (US$ 14,5 bilhões) e oferecer linhas de financiamento de curto prazo para as exportações (US$ 24,4 bilhões). Tais intervenções foram complementadas por operações de "*swaps cambiais*" (US$ 33 bilhões). A combinação destas medidas diminuiu a enorme pressão pela desvalorização cambial, obtendo êxito em manter um nível mínimo de liquidez no mercado cambial durante o pior momento da crise. Tais operações foram possíveis, ademais, porque antes da crise, o Brasil havia acumulado cerca de US$ 210 bilhões em reservas internacionais. Com o arrefecimento da crise e a melhoria progressiva nos mercados cambiais, as operações emergenciais do Banco Central puderam ser revertidas rapidamente no segundo semestre de 2009.

Domesticamente ocorreu a rápida redução dos depósitos compulsórios do sistema bancário pelo Banco Central, medida que injetou 3,3% do PIB no mercado bancário ao final de 2008. O principal resultado da redução no compulsório bancário foi evitar o contágio da crise internacional no mercado interbancário brasileiro. Inicialmente a maioria das reservas recém liberadas acabou nos grandes bancos, especialmente nos grandes bancos públicos, que por terem garantia implícita do governo, tendem a atrair mais depósitos em momentos de grande aversão ao risco. Procurando amenizar esta "fuga para a qualidade", o BC complementou a redução no compulsório com medidas de incentivo para os grandes bancos adquirirem carteiras de bancos menores. Estas duas ações funcionaram razoavelmente bem e possibilitaram ao Brasil atravessar o pior momento da crise sem nenhuma quebra de instituição bancária nacional.

A redução no compulsório evitou o aprofundamento da crise, mas não foi suficiente para estimular a recuperação no crédito. A solução ocorreu por meio dos bancos públicos. Logo no começo de 2009 a União concedeu linha de crédito equivalente a 3,3% do PIB ao BNDES, que por sua vez ofereceu um conjunto de linhas especiais de crédito de curto prazo ao setor produtivo. Os desembolsos do BNDES atingiram nível recorde em 2009 (R$ 136,4 bilhões, contra R$ 91 bilhões em 2008) evidenciando o importante papel anticíclico da instituição. Complementarmente, a União também ofereceu incentivos financeiros, na forma de equalização de taxa de juro, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Assim, estes bancos públicos puderam oferecer linhas de crédito, especialmente capital de giro, dirigidas aos setores com maior dificuldade de liquidez, tais como a agropecuária, a construção civil, a produção de insumos básicos, bem como produção e venda de bens de consumo duráveis.

A adoção de uma estratégia mais agressiva durante o transcorrer da crise, com aumento na concessão de crédito e redução de *spreads* de taxas de juros, foi também uma recomendação do Governo Federal aos bancos comerciais públicos. Desta forma, ao considerarmos a fase mais crítica da crise, entre setembro de 2008 e julho de 2009, os bancos públicos aumentaram sua oferta de crédito em 33%, enquanto as instituições privadas nacionais cresceram 4% e as instituições estrangeiras apenas 1,5%.

A política monetária anticíclica também incluiu um corte substancial na taxa Selic, que havia sido fixada em 13,75% desde setembro de 2008. Nos meses subseqüentes a Selic permaneceu constante pois uma redução poderia alimentar a especulação contra o real, e a elevação da taxa de câmbio poderia levar a efeitos inflacionários. No início de 2009 o Banco Central começou a reduzir a Selic de forma consistente. O corte total foi de 400 pb, deixando-a em 8,75% em meados de 2009. A taxa real de juro[3] caiu para cerca de 5,0% ao ano no terceiro trimestre e, dada a defasagem temporal entre a redução na Selic e seu impacto sobre o nível de atividade, a ação do BC deverá ter maior impacto sobre o crescimento da economia brasileira no início de 2010.

A maior demora da política monetária em estimular a recuperação econômica foi compensado pela política fiscal. Além das ações estruturais mencionadas anteriormente, o Governo Federal implementou uma série de desonerações tributárias temporárias para estimular as vendas e consumo. Elas partiram da redução do IPI para o setor automotivo ao final de 2008 e, ao longo de 2009 atingiram diversos setores fundamentais para a manutenção da demanda doméstica: bens de consumo duráveis, material de construção, bens de capital, motocicletas, móveis e alguns itens alimentícios. O custo inicial do conjunto de desonerações temporárias atingiu 0,4% do PIB em 2009. Como esperado, o aumento na produção e nas vendas induzido pelas desonerações acelerou a retomada do crescimento econômico e aumentou a arrecadação dos

[3] Utilizaremos neste texto a taxa real de juros de acordo com o conceito ex-ante.

demais impostos e contribuições federais, contrabalançando o ônus fiscal inicial.

Importante ressaltar que o Governo Federal também tomou medidas no nível municipal e estadual, por meio de transferências orçamentárias extraordinárias para os governos subnacionais ao longo de 2009. O total de assistência deve ter atingido aproximadamente R$ 2 bilhões em 2009. As ações temporárias também incluíram o aumento no período de concessão e no valor do seguro desemprego, assim como redução na taxa de juro para investimentos em máquinas e equipamentos contratados em 2009. Como resultado, houve uma elevação modesta na renda disponível dos trabalhadores e o investimento privado em máquinas e equipamentos voltou a crescer fortemente no final de 2009.

Ações Estruturais de Combate à Crise e Impactos em 2009

No tocante às novas ações estruturais adotadas durante a crise, foram antecipadas algumas iniciativas que já estavam na agenda de política econômica para combater os efeitos do "crash" financeiro de 2008. Em linhas gerais as três principais iniciativas foram:

(i) Ainda em 2008, a revisão nas alíquotas do imposto de renda sobre a pessoa física, que representou uma injeção de 0,2% do PIB na renda disponível das famílias brasileiras ao longo de 2009;

(ii) o lançamento de um novo programa habitacional direcionado à construção de um milhão de novas residências aos mais pobres e à classe média baixa (o programa "Minha Casa, Minha Vida"), equivalente a 1,2% do PIB, a ser concedido, pela via de diferentes mecanismos, ao longo de até três anos. O novo programa habitacional, além de possibilitar o acesso de famílias de baixa renda à habitação, é também um instrumento poderoso de estímulo à recuperação econômica, incentivando a produção de um setor intensivo em trabalho e em insumos produzidos no país. De fato, após o lançamento do programa "Minha Casa, Minha Vida", o setor de construção residencial voltou a crescer e deve se tornar um dos líderes da expansão econômica em 2010; e

(iii) uma mudança no patamar de taxa real de juro da economia. A redução no nível de atividade econômica também contribuiu para a desaceleração da inflação ao longo de 2009, permitindo ao BC reduzir a Selic ao menor nível desde a criação do Real. Em números, antes da crise a taxa real de juro do Brasil estava flutuando entre 7% e 9% ao ano, e imediatamente após a crise a taxa real caiu para 5%, tendo se mantido neste patamar desde então.

Devido às ações do governo brasileiro e à evolução da conjuntura internacional, o Brasil conseguiu atravessar a fase mais crítica da crise sem desestabilização de sua economia. Contrariamente às expectativas pessimistas prevalecentes no final de 2008, a taxa de desemprego no Brasil não subiu muito, os salários e os empregos voltaram a crescer, houve expressiva criação de postos de trabalho e a confiança dos consumidores e dos empresários se recuperou rapidamente ao longo de 2009. A capacidade do Brasil em absorver os impactos da crise internacional e se recuperar rapidamente ao longo de 2009 melhorou a percepção dos mercados em relação ao país. A volta da entrada de capital estrangeiro, juntamente com a recuperação mundial nos preços das *commodities*, resultou na apreciação do real no final de 2009, o que por sua vez vem contribuindo para a redução na inflação. Assim, apesar da intensidade da crise, o Brasil pode registrar um crescimento do PIB ligeiramente positivo em 2009, e voltar ao patamar de crescimento pré-crise já em 2010.

2.1.2. Produto Interno Bruto - PIB

Levando-se em conta os dados divulgados pelo IBGE até o terceiro trimestre de 2009, o PIB a preços de mercado apresentou aumento de +1,3% na comparação com o 2º trimestre de 2009, na série ajustada sazonalmente. Do lado da oferta, a variação de maior magnitude ocorreu para a Indústria (+2,9%), seguida pelo setor de Serviços (+1,6%). Apenas a Agropecuária apresentou variação negativa (-2,5%). Já do lado da demanda, todos os componentes apresentam variação positiva. As variações mais expressivas pela ótica da demanda ocorreram na Formação Bruta de Capital Fixo (+6,5%) e no Consumo das Famílias (+2,0%). A variação das Importações foi de +1,8% e a das Exportações foi de 0,5%. Em relação ao 3º. trimestre de 2008, o PIB a preços de mercado apresentou queda de -1,2%. Do lado da oferta, apenas o setor de Serviços apresentou variação positiva (+2,1%). Por outro lado, a Indústria e a Agropecuária apresentaram resultados negativos neste tipo de comparação (-6,9% e -9,0%, respectivamente). Vale destacar que, com exceção da Indústria Extrativa Mineral, todos os subsetores industriais diminuíram seu ritmo de queda no 3º. trimestre de 2009. A Indústria de Transformação, por exemplo, apresentou queda de -7,9%, desacelerando a queda em relação ao 2º. trimestre de 2009 (-10,8%). Dentre os componentes da demanda interna, o Consumo das Famílias obteve a taxa de crescimento mais expressiva (+3,9%), seguido pelo Consumo da Administração Pública (+1,6%). Por outro lado, a Formação Bruta de Capital Fixo apresentou queda -12,5%. Do lado externo, as Exportações de Bens e Serviços apresentam queda de -10,1% no período, desacelerando o ritmo de queda em relação a taxa verificada no 2º. trimestre de 2009 (-11,4%). As importações de Bens e Serviços, por sua vez, apresentaram queda de -15,8%. No acumulado no ano, o PIB apresentou queda de -1,7% até o terceiro trimestre de 2009. Pelo lado da oferta, esse resultado é decorrente, principalmente da queda observada na Indústria nos três primeiros trimestre de 2009 (-8,6%). Pelo lado da demanda, a principal influência negativa vem das Importações que acumulam queda de -16,0% desde o início do ano. Nos últimos quatro trimestres, o PIB apresenta queda de -1,0%. Do lado da oferta, apenas Serviços apresentou variação positiva neste tipo de comparação (1,9%). Pelo lado da demanda, a maior variação neste tipo de comparação vem do Consumo das Famílias (+3,1%) seguido pelo Consumo da Administração Pública (+2,5%). A Formação Bruta de Capital Fixo apresentou queda de -10,2%. No Setor Externo, tanto as Importações quanto as Exportações apresentaram variação negativa (respectivamente, -10,5% e -10,9%).

CRESCIMENTO DO PIB	2º Trim 2008	3º Trim 2008	4º Trim 2008	1º Trim 2009	2º Trim 2009	3º Trim 2009
Acumulado ao longo do ano	6,4	6,6	5,1	-2,1	-1,9	-1,7
Acumulado nos últimos 4 trimestres	6,4	6,6	5,1	3,0	1,0	-1,0
Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior	6,5	7,1	0,8	-2,1	-1,6	-1,2
Trimestre contra trimestre anterior (com ajuste sazonal)	1,0	1,1	-2,9	-0,9	1,1	1,3
Trimestre contra trimestre anterior (com ajuste sazonal anualizado)	3,9	4,5	-11,2	-3,5	4,4	5,1

Fonte: IBGE

2.1.3. Inflação

A inflação em 2009, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 4,31%, abaixo do centro da meta estipulada pelo Banco Central de 4,5%, sendo a menor taxa anual desde 2006 quando esta atingiu 3,14%. Em 2009, a desaceleração do índice em 1,59 p.p. deveu-se em grande parte a contribuição do grupo Alimentação que subiu apenas 3,18% ante 11,11% em 2008. A inflação dos preços livres acumulada no ano alcançou 4,2% e ficou abaixo da inflação dos administrados 4,7%. O INPC, que mede a inflação para a camada de renda mais baixa (1 a 6 salários mínimos), fechou com alta de 4,11% ante 6,48% no ano anterior.

GERAL	INFLAÇÃO - IPCA (VAR. % ANUAL)	2008	2009
		5,90	4,31
GRUPOS	Alimentação e Bebidas	11,12	3,17
	Habitação	5,09	5,68
	Artigos de Residência	1,99	3,05
	Vestuário	7,30	6,11
	Transporte	2,32	2,37
	Saúde e Cuidados Pessoais	5,72	5,37
	Despesas Pessoais	7,35	8,03
	Educação	4,58	6,11
	Comunicação	1,79	1,07
LIVRES		7,05	4,15
ADMINISTRADOS/MONITORADOS		3,28	4,74

2.1.4. Política Monetária e Crédito

A base monetária alcançou saldo de R$ 166,1 bilhões em dezembro/09, ante R$ 147,6 bilhões em dezembro/08, registrando dessa forma crescimento anual de 12,55%, o que reflete em boa medida os impulsos expansionistas determinados pelas decisões do Copom ao longo do ano.

Os principais fatores de emissão monetária que refletiram a política expansionista foram as compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio no valor de R$ 62,9 bilhões e as operações com títulos públicos federais, incluindo as operações do Banco Central no ajuste de liquidez do mercado monetário, no valor de R$ 11,3 bilhões.

No sentido contracionista, as principais contribuições para mitigar a expansão monetária vieram das operações do Tesouro Nacional no valor de R$ 52,3 bilhões, dos depósitos de instituições financeiras, incluindo recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança, no valor de R$ 3,4 bilhões e das operações com derivativos no valor de R$ 3,2 bilhões.

Dados preliminares divulgados pelo Banco Central indicam que o saldo em final de período dos meios de pagamento restritos (M1) registraram crescimento interanual de 11,04%, avançando de R$ 223,4 bilhões em dezembro/2008 para R$ 248,1 bilhões em dezembro/2009.

O saldo total do crédito no Sistema Financeiro Nacional totalizou R$ 1.410,3 bilhões em dezembro de 2009 (45,0% do PIB, ante 39,7% em dezembro de 2008).

A carteira de crédito direcionado alcançou R$ 457,2 bilhões, o que representa um aumento de 28,38% ante dezembro de 2008. Destaques para o crédito habitacional e as operações do BNDES que apresentaram crescimento interanual, respectivamente, de 41,46% e de 33,39%. A carteira de crédito livre, por sua vez, alcançou R$ 953,15 bilhões (aumento de 9,41% ante dezembro de 2008), com a média diária de novas concessões à pessoa física (PF) e à pessoa jurídica (PJ) apresentando variação interanual de +19,70% e de -6,01%, respectivamente.

Na comparação interanual, os *spreads* total, PF e PJ encontram-se, respectivamente, 6,4 pp, 13,4 pp, e 1,9 pp abaixo dos níveis de dezembro de 2008.

Vale ressaltar que desde o início da crise internacional em setembro de 2008 até dezembro de 2009 o saldo das

operações de crédito dos bancos públicos cresceu 48,0%, substancialmente acima dos bancos privados nacionais (11,3%) e estrangeiros (4,2%).

Desta forma, a participação dos bancos públicos no saldo total de créditos do Sistema Financeiro Nacional atingiu 41,4% em dezembro de 2009, tendo os bancos privados 40,4% e os estrangeiros 18,2%.

Quanto ao mercado de capitais, a crise financeira ocasionou uma natural retração, de modo que o volume de recursos captados por meio de emissões primárias alcançou R$ 75,7 bilhões em 2009, o que representou aproximadamente metade dos recursos captados em 2008.

O valor de mercado das empresas listadas na Bovespa alcançou R$ 2,3 trilhões em dezembro de 2009, uma evolução de 70% frente a dezembro de 2008.

Em dezembro de 2009, o volume diário de negociações foi, em média, de R$ 6,6 bilhões, nível 70% acima do verificado em dezembro de 2008.

No ano de 2009, o volume diário médio foi de R$ 5,2 bilhões, marginalmente inferior ao registrado em 2008 – R$ 5,5 bilhões.

CRÉDITO BANCÁRIO

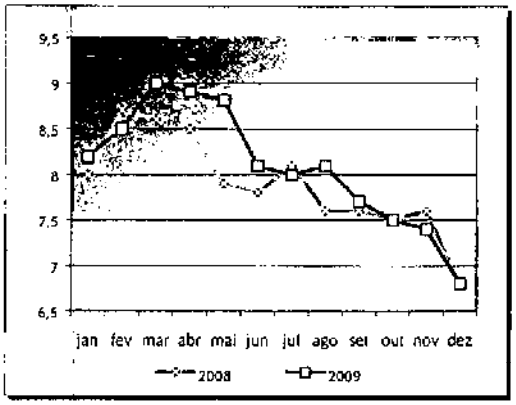
SALDO DAS OPERAÇÕES (EM R$ MILHÕES)	2008	2009
RECURSOS LIVRES	871.178	953.150
Pessoas Físicas	394.287	470.754
Pessoas Jurídicas	476.890	482.396
RECURSOS DIRECIONADOS	356.117	457.190
BNDES	209.259	280.381
Habitação	59.714	84.469
Rural	78.304	82.170
Demais	8.840	10.170
TOTAL GERAL	1.227.295	1.410.340
SALDO DAS OPERAÇÕES (% DO PIB)	2008	2009
RECURSOS LIVRES	28,2	30,4
Pessoas Físicas	12,8	15,0
Pessoas Jurídicas	15,4	15,4
RECURSOS DIRECIONADOS	11,5	14,6
BNDES	6,8	9,0
Habitação	1,9	2,7
Rural	2,5	2,6
Demais	0,3	0,3
TOTAL GERAL	39,7	45,0

Fonte: Banco Central - Elaboração: SPE/MF

2.1.5. Mercado de Trabalho, Nível de Emprego e Salários

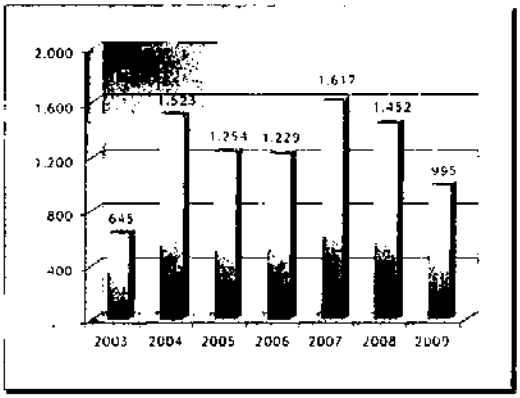
A taxa de desemprego apurada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país ficou em 6,8% em dez/2009, permanecendo inalterada em relação a dezembro de 2008. A taxa do mês de dezembro de 2008 foi a menor apurada no ano e a menor de toda a série histórica. A População Economicamente Ativa (PEA), estimada em 23,4 milhões de pessoas, cresceu 1,4% na comparação anual. A População Ocupada, por sua vez, somou 21,8 milhões de pessoas com alta interanual de 1,4%. A População Desocupada ficou estável no comparativo com dez/2008. A taxa de formalização, definida como população ocupada com carteira assinada pela população ocupada, teve crescimento médio anual de 0,8%. O rendimento médio real habitual dos ocupados em dez/2009 foi estimado em R$ 1.344,40; houve variação de -0,9%, na comparação interanual. A massa salarial real efetiva da população ocupada foi estimada em R$ 31,5 bilhões na pesquisa de dezembro (mês de referência novembro), o que representa alta de 2,5% na comparação interanual. No ano houve a criação líquida de 995 mil postos de trabalho na economia.

TAXA DE DESEMPREGO



*/ Nas 6 principais regiões metropolitanas
Fonte: IBGE / Elaboração: MF/SPE

EMPREGO FORMAL: CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS
(em milhares)



Fonte: MTE/CAGED / Elaboração: MF/SPE

2.1.6. Balanço de Pagamentos

Em 2009, o resultado da Conta Corrente apresentou déficit de US$ 24,3 bilhões, o que corresponde a -1,55% do PIB, contra déficit de US$ 28,2 bilhões (1,72% do PIB) em 2008. A Balança Comercial teve superávit de US$ 25,3 bilhões, sendo que o declínio das exportações no ano (22,7%) foi compensado pelo declínio ainda maior das importações (26,6%). A Balança de Serviços apresentou déficit US$ 19,3 bilhões, ao passo que o Balanço de Renda apresentou déficit de US$ 33,7 bilhões (com destaque para o déficit em lucros e dividendos de US$ 25,2 bilhões).

A conta capital apresentou superávit de US$ 1,13 bilhões, e a conta financeira superávit de US$ 69,4 bilhões, o que representou um aumento de, respectivamente, 7,0 e 145,0 % em relação a 2008. No ano de 2009, os ingressos líquidos de Investimentos Estrangeiros Diretos - IED (US$ 25,9 bilhões) superaram o déficit de US$ 24,3 bilhões na conta corrente, de modo que a necessidade de financiamento externo como proporção do PIB aproximou-se de zero, tendo atingido -0,1%. As reservas internacionais atingiram US$ 238,5 bilhões em dezembro de 2009, contra US$ 206,8 bilhões ao final de dezembro de 2008.

SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS
ACUMULADO NO ANO

	2008	2009	VARIAÇÃO EM US$	VARIAÇÃO (%)
	DEZ/08	DEZ/09		
1) Conta Corrente	**-28.192**	**-24.334**	**3.858**	**13,68%**
2) Conta Capital	**1.055**	**1.129**	**73**	**6,96%**
3) Conta Financeira	**28.297**	**69.423**	**41.126**	**145,34%**
Investimento Direto	24.601	36.033	11.432	46,47%
Investimento em Carteira	1.133	49.133	48.000	4.236,09%
Derivativos	-312	156	469	150,02%
Outros Investimentos	2.875	-15.900	-18.774	-653,09%
4) Erros e Omissões	**1.809**	**434**	**-1.375**	**-76,00%**
Balanço de Pagamentos (1+2+3+4)	**2.969**	**46.651**	**43.682**	**1.471,23**

Fonte: Banco Central / Elaboração: MF/SPE

2.1.7. Desempenho Fiscal

As ações fiscais do Governo Federal demandaram um ajuste nas metas fiscais estabelecidas para 2009, alterando por diferentes mecanismos as metas de resultado primário do setor público. Até o momento houve uma piora no resultado fiscal e na dívida pública, como esperado em decorrência das ações anticíclicas, mas em extensão bem menor da verificada em outras economias do mundo ou mesmo no passado recente da economia brasileira. Em números, observamos que as receitas primárias líquidas atingiram 19,5% do PIB, contra 18,3% das despesas primárias, o que leva a um resultado primário de 1,3% do PIB. A receita bruta atingiu R$ 739,3 bilhões em 2009 (23,58% do PIB), contra R$ 716,7 bilhões em 2008 (23,85% do PIB), enquanto as despesas primárias, por sua vez, atingiram R$ 572,4 bilhões (18,26% do PIB) contra R$ 497,9 bilhões em 2008 (16,57% do PIB). Do Total das

receitas, 4,07% do PIB foram transferidos aos estados e municípios (contra 4,42%, respectivamente, em 2008). A arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil atingiu R$ 698,3 bilhões em 2009, o que representou um aumento nominal de 1,84% em relação a 2008. As despesas primárias do governo central em relação ao PIB foram repartidas da seguinte forma: pessoal e encargos sociais, 4,84%; custeio, 3,37%; transferências de renda, 9,03%, (incluindo o Bolsa Família) e investimentos, 1,03%. Em termos de composição: pessoal e encargos sociais responderam por, 26,5% do total, custeio respondeu por 18,5%, as transferências de renda somaram 49,4% (incluindo o Bolsa Família) e, por fim, os investimentos representaram 5,6% do total. Destaca-se que o saldo previdenciário atingiu -1,4% do PIB, resultado ligeiramente inferior ao de 2008 (-1,3% do PIB). O Bolsa-Família, por sua vez, teve gastos totais de 0,40% do PIB, atingindo 12,5 milhões de famílias.

O déficit nominal do setor público em 2009 foi de 3,3% do PIB contra 1,9% do PIB em 2008. A dívida líquida do setor público subiu de 37,3% do PIB em dezembro de 2008, para 43,0% do PIB em dezembro de 2009. Mais importante, com base nos cenários de inflação, crescimento e juros esperadas para o período 2010-11, a economia brasileira necessitará de um superávit primário inferior ao estipulado na LOA 2010 o que deve implicar menores níveis de endividamento já a partir de 2010.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

(números "abaixo da linha"), em % do PIB

	2008	2009
Resultado Primário	**-3,54**	**-2,06**
Governo Central	-2,37	-1,35
Estados e Municípios	-1,02	-0,67
Empresas Estatais	-0,15	-0,03
Juros Nominais (sem desvalorização cambial)	**5,45**	**5,40**
Governo Central	3,20	4,78
Estados e Municípios	2,19	0,60
Empresas Estatais	0,06	0,01
Resultado Nominal	**1,90**	**3,34**
Governo Central	0,83	3,42
Estados e Municípios	1,17	-0,07
Empresas Estatais	-0,10	-0,02

Fonte: Banco Central do Brasil

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL

(números "acima da linha") em % do PIB

	2008	2009
Receita primária bruta	23,85	23,58
Transferências para Estados e Municípios	4,43	4,07
Receita primária líquida	19,42	19,51
Despesas primárias	16,57	18,26
Pessoal e Encargos Sociais	4,35	4,84
Transferências de Renda às famílias	8,22	9,03
Benefícios Previdenciários	6,64	7,17
Abono e Seguro Desemprego	0,68	0,85
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)	0,53	0,60
Bolsa Família	0,35	0,40
Investimentos	0,87	1,03
Demais despesas	3,13	3,37
Resultado primário "acima da linha" sem Fundo Soberano do Brasil	2,85	1,25
Fundo Soberano do Brasil	0,47	0,00
Resultado primário "acima da linha" com Fundo Soberano do Brasil	2,38	1,25
Discrepância estatística e ajuste metodológico	-0,01	0,10
Resultado primário "abaixo da linha"	2,37	1,35
Receitas primária líquida excluindo transferências de renda às famílias	11,2	10,48

Fonte: Ministério da Fazenda, SPE

2.2 - MOEDA E CRÉDITO

2.2.1. Aspectos gerais

A evolução dos agregados de moeda e crédito em 2009 esteve condicionada pelos reflexos da recente crise financeira internacional sobre a economia brasileira. A expansão dos principais agregados monetários registrou significativa desaceleração, comparativamente aos anos anteriores, em decorrência da contenção observada no mercado de crédito e da retração dos negócios em diversos ramos da economia, fatores que resultaram no arrefecimento do crescimento econômico.

A redução da liquidez que se seguiu ao acirramento da aversão ao risco no sistema financeiro restringiu a oferta de crédito, particularmente em linhas destinadas a exportação, baseadas em recursos externos, e a pequenas e médias empresas, que enfrentaram dificuldades para rolagem de seus compromissos financeiros.

As medidas de provisão de liquidez prontamente adotadas pelo Banco Central propiciaram a recuperação gradual das contratações de crédito, resultando na retomada gradual do ritmo de expansão das operações. Tal recuperação verificou-se inicialmente, e de forma mais nítida, nos empréstimos às famílias, tendo em vista o comportamento bastante favorável dos indicadores de emprego e renda. O crédito a pessoas jurídicas apresentou desempenho mais moderado, exibindo tendência de expansão a partir do segundo semestre, porém em ritmo arrefecido, comparativamente ao observado antes da crise.

As restrições na oferta de crédito e a elevação do grau de incerteza quanto ao cenário econômico traduziram-se em aumentos das taxas de juros para o tomador final e de inadimplência a partir dos últimos meses de 2008 até o início de 2009.

Na sequência, a melhora das expectativas nos principais segmentos da economia possibilitou a ampliação da demanda por crédito e, ao mesmo tempo, a estabilização e o posterior declínio da inadimplência no segundo semestre, com tendência favorável para 2010. Como consequência direta, as taxas de juros diminuíram significativamente, alcançando mínimos históricos nas operações realizadas com pessoas físicas. As melhores condições para a contratação de crédito, conjugadas ao aquecimento da demanda por empréstimos e financiamentos, em cenário de manutenção da solidez do sistema financeiro, deverá impulsionar o mercado de crédito, provendo a necessária sustentação a projetos de investimento do setor produtivo e ao consumo das famílias em 2010.

2.2.2. Agregados Monetários

O comportamento dos agregados monetários esteve condicionado às medidas de política monetária implementadas ao final de 2008 e início de 2009, as quais propiciaram as trajetórias de recuperação da expansão do crédito e das condições de renda e emprego, bem como do ingresso de recursos externos. As projeções estabelecidas trimestralmente pela programação monetária para os principais agregados monetários foram estritamente cumpridas no decorrer de 2009.

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) alcançou R$ 240,3 bilhões em 2009. A variação anual de 10,1% correspondeu aos crescimentos de 14% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e de 7,3% nos depósitos à vista. Se considerados os dados ajustados sazonalmente e deflacionados pelo IPCA, esse agregado avançou 5,7%, refletindo, basicamente, a evolução do produto nominal. Em consequência, a velocidade-renda do M1, definida como a relação entre o PIB valorizado pelo IGP-DI e o saldo médio do agregado, finalizou 2009 em patamar ligeiramente inferior ao do ano anterior.

Em linha com o movimento do M1, a média dos saldos diários da base monetária expandiu-se 14,9% no ano, ao atingir R$ 167,4 bilhões em dezembro. A análise de seus componentes revelou acréscimos de 14,3% no saldo médio do papel-moeda emitido e de 16,8% nas reservas bancárias, variação que ainda espelha o efeito da redução da alíquota do compulsório sobre recursos à vista, ocorrida em outubro de 2008.

Considerados dados de final de período, a base monetária totalizou R$ 166,1 bilhões em 2009. Dentre os fatores que contribuíram para a expansão de R$ 18,5 bilhões registrada pelo agregado no decorrer do ano, destacaram-se, pelo lado da oferta, as compras líquidas de R$ 62,9 bilhões realizadas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio e os resgates líquidos de R$ 11,3 bilhões em títulos do Tesouro Nacional. Em contraste, o movimento na conta única do Tesouro Nacional, excluídas as operações com títulos, determinou contração de R$ 52,3 bilhões, a que se somou o impacto de R$ 3,2 bilhões, resultante dos ajustes nas operações com derivativos, mediante operações de *swap* cambial. Assinale-se, no resultado do Tesouro Nacional, a arrecadação tributária de R$ 523,2 bilhões no ano.

O conceito M2 dos meios de pagamento ampliados registrou crescimento de 9% no ano, bastante inferior aos 37,3% verificados no período anterior. O saldo de títulos privados cresceu apenas 4,1%, ante 85% em 2008, refletindo resgates líquidos de R$ 38,2 bilhões em depósitos a prazo. Por sua vez, os depósitos de poupança elevaram-se 17,7% em 2009, com captações líquidas de R$ 30,4 bilhões, 71,3% acima do registrado no ano anterior.

O agregado M3 elevou-se 16,3% no ano. Ressalte-se o crescimento de 21,5% nas quotas de fundos de investimento, ante recuo de 2,7% em 2008, resultado de captações líquidas de R$ 109,9 bilhões. O M4, que acrescenta ao M3 os títulos públicos de detentores não financeiros, registrou expansão de 16,6%, atingindo saldo de R$ 2,6 trilhões no fim de 2009.

2.2.3. Títulos Públicos Federais

As operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais apresentaram resgates líquidos de R$ 95,8 bilhões, determinados por resgates de R$ 446,1bilhões e colocações de R$ 350,3 bilhões. No ano, as operações de trocas, realizadas com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, atingiram R$ 66,1 bilhões e os resgates antecipados alcançaram R$ 13 bilhões.

As operações de financiamento, apuradas pelo saldo médio diário, realizadas pelo Banco Central com o objetivo de adequar as condições de liquidez do sistema financeiro, totalizaram R$ 447,1 bilhões em dezembro, com crescimento de 43,2% no ano. As operações primárias do Tesouro Nacional e as de compras de moeda estrangeira realizadas pela Autoridade Monetária foram fatores relevantes na expansão dessas operações.

Relativamente ao fechamento de 2008, o saldo das operações de curtíssimo prazo diminuiu de R$ 98,6 bilhões para R$ 58,3 bilhões, enquanto que o saldo das operações com prazo de duas semanas a três meses evoluiu de R$ 166,6 bilhões para R$ 312,3 bilhões. As operações com prazos de cinco meses e de sete meses encerraram o ano com saldos nulos, resultantes da migração para operações com prazo de seis meses, cujos saldos atingiram R$ 76,6 bilhões no fim de dezembro.

2.2.4. Operações de Crédito

As operações de crédito do sistema financeiro, em 2009, retomaram a trajetória de expansão delineada no período anterior à deflagração da crise financeira internacional. Essa evolução evidenciou, no entanto, ritmo menos acentuado, consistente com a trajetória de recuperação da economia brasileira. O desempenho do crédito foi favorecido pela adequação das medidas de políticas monetária e fiscal implementadas pelo Governo Federal no fim de 2008 e início de 2009. Tais ações revelaram-se tempestivas e eficazes, sobretudo, no sentido de assegurar a liquidez de curto prazo no mercado em moeda estrangeira e no mercado interbancário doméstico.

O restabelecimento da trajetória de expansão do crédito ocorreu de forma mais consistente no segundo semestre do ano, impulsionado, inicialmente, pelas contratações de pessoas físicas. Nesse segmento, destacaram-se a aceleração do crédito consignado e a retomada dos financiamentos para aquisição de veículos, beneficiados pela evolução favorável dos indicadores do mercado de trabalho, assim como pelo retorno das taxas de juros e de inadimplência aos patamares observados antes da crise.

No segmento de pessoas jurídicas, o relativo arrefecimento do crédito esteve condicionado pelo cenário de incertezas e seus impactos na atividade econômica. Nos últimos meses de 2008 e no início de 2009, pequenas e médias empresas, em particular, passaram a encontrar dificuldades para saldar seus compromissos financeiros mais imediatos, em função da restrição de oferta de recursos bancários de curto prazo. Ao longo de 2009, verificou-se também importante retração nos saldos dos financiamentos lastreados em recursos externos, refletindo não apenas a desaceleração nas novas contratações, mas também aumento das liquidações e ainda os efeitos contábeis da apreciação cambial ocorrida.

Nesse contexto, o volume global de crédito do sistema financeiro, considerados os recursos livres e direcionados, alcançou R$ 1,41 trilhão no fim do ano, com expansão de 14,9% em 2009, ante 31,1% em 2008. Em decorrência, a relação empréstimo/PIB alcançou 45% no final de 2009, ante 39,7% um ano antes.

Para a consolidação da trajetória de crescimento dos empréstimos e dos financiamentos foi essencial o desempenho das carteiras com recursos direcionados, corroborado, nesse aspecto, pela atuação anticíclica das instituições financeiras públicas, que sustentaram ou expandiram a oferta de recursos no mercado de crédito. Esse desempenho esteve associado ao provimento de recursos para projetos de infraestrutura e para o capital de giro do setor produtivo, bem como para aquisições de carteiras de empréstimos de instituições financeiras de menor porte. Em 2009, a representatividade dos bancos públicos no total da carteira do sistema financeiro aumentou de 36,3% para 41,4%, elevando o saldo de suas operações para R$ 583,2 bilhões. Com esse resultado, os bancos oficiais superaram as instituições privadas nacionais, cuja participação relativa diminuiu de 42,8%, para 40,4%, totalizando R$ 570,4 bilhões, ao passo que a dos bancos estrangeiros recuou 2,8 p.p., para 18,2%.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO

R$ bilhões

Discriminação	2007	2008	2009	Variação %
Total	936,0	1227,3	1410,3	14,9
Recursos livres	660,8	871,2	953,2	9,4
Direcionados	275,2	356,1	457,2	28,4
Participação %:				
Total/PIB	33,4	39,7	45,0	
Rec. livres/PIB	23,6	28,2	30,4	
Rec. direc./PIB	9,8	11,5	14,6	

Fonte: Banco Central do Brasil

Os financiamentos concedidos ao setor privado alcançaram saldo de R$ 1,35 trilhão em dezembro, avançando 12,7% em doze meses. Em termos setoriais, sobressaíram, além das contratações de pessoas físicas, as do segmento outros serviços, volume de R$ 246,2 bilhões e aumento de 12,1% no ano, favorecidas pela demanda dos ramos de telecomunicações e transportes. As operações destinadas ao comércio, refletindo maior procura dos segmentos de automóveis, de alimentos e bebidas e de supermercados, aumentaram 9,5%, alcançando R$ 136,7 bilhões. O crédito à indústria alcançou saldo de R$ 304,6 bilhões, com elevação de 2,7% em doze meses, destacando-se as contratações dos setores de energia, metalurgia e siderurgia.

Os créditos destinados à habitação, que incluem recursos a pessoas físicas e cooperativas habitacionais, mantiveram a tendência de aceleração, totalizando R$ 89 bilhões em dezembro, com expansão anual de 40,6%. Esse desempenho foi impulsionado pelos financiamentos concedidos com recursos da caderneta de poupança, cujos desembolsos atingiram R$ 33 bilhões, com evolução de 13,7% em relação a 2008, correspondendo a 289 mil unidades financiadas. O fluxo de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) destinado ao financiamento de imóveis para a população de menor renda expandiu-se 18,2% no período, totalizando R$ 7,5 bilhões, o maior valor desde 1993.

As operações de crédito rural, considerados recursos livres e direcionados, somaram R$ 112,4 bilhões, com crescimento de 5,7% em doze meses. Segmentadas por modalidades, as operações destinadas ao custeio da safra 2009/2010 aumentaram 4,2%, enquanto que as parcelas vinculadas a investimento agrícola e comercialização cresceram 4,5% e 6,9%, respectivamente. Em consequência, os percentuais dessas modalidades em relação ao total de crédito rural passaram a representar, na ordem, 42,2%, 48% e 9,8%.

A dívida bancária do setor público alcançou R$ 58,3 bilhões em dezembro, elevando-se 114,4% em relação a igual período de 2008. Esse aumento foi determinado principalmente por empréstimos ao Governo Federal, aí incluídas suas empresas estatais, cujo saldo apresentou elevação de 253,6%, ao totalizar R$ 33 bilhões, traduzindo desembolsos destinados a investimentos do setor de petróleo e gás. Os financiamentos destinados às esferas estaduais e municipais registraram expansão de 41,7% no período, atingindo R$25,3 bilhões.

Os empréstimos realizados com recursos livres alcançaram saldo de R$ 953,1 bilhões em dezembro, com expansão de 9,4% no ano, representando 67,6% do total do sistema financeiro, ante 71% em dezembro de 2008. O desempenho em 2009 foi sustentado pela expansão de 19,4% da carteira de pessoas físicas, que somou R$ 470,8 bilhões, beneficiada pelo comportamento positivo dos indicadores de renda, emprego e confiança do consumidor, e, adicionalmente, pelo estímulo decorrente da redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aplicada sobre os bens duráveis, especialmente, veículos.

A carteira de pessoas jurídicas cresceu 1,2% no ano, totalizando R$ 482,4 bilhões, dos quais R$ 427,4 bilhões em operações contratadas com recursos domésticos. Destaque-se a expansão de 26,2% em capital de giro, principal modalidade do segmento. Em contrapartida, o saldo dos financiamentos lastreados em moeda estrangeira registrou queda anual de 39,5%, situando-se em R$ 55 bilhões.

CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES

R$ bilhões

Discriminação	2007	2008	2009	Variação %
Total	660,8	871,2	953,1	9,4%
Pessoa jurídica	343,2	476,9	482,4	1,2%
Recursos domésticos	274,7	386,1	427,4	10,7%
Referencial[1/]	214,9	300,7	341,0	13,4%
Leasing	34,8	55,3	48,6	-12,2%
Rural	2,0	3,8	4,0	5,6%
Outros	23,0	26,3	33,9	28,6%
Recursos externos	68,6	90,8	55,0	-39,5%
Pessoa física	317,6	394,3	470,8	19,4%
Referencial[1/]	240,2	272,5	319,9	17,4%
Cooperativas	12,5	16,9	20,8	22,9%
Leasing	30,1	56,7	63,2	11,5%
Outros	34,7	48,1	66,8	38,9%

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular 2.957, de 30.12.1999.

A taxa média de juros no âmbito do crédito referencial alcançou 34,3% a.a. em dezembro, recuando 9 p.p. em doze meses. A redução foi mais expressiva no segmento de pessoas físicas, cujo custo declinou 15,2 p.p., para 42,7% a.a., situando-se no patamar mais baixo da série histórica.

Sobressaíram as retrações respectivas de 16 p.p. e de 12,8 p.p. no crédito pessoal e nos financiamentos para aquisição de bens. A taxa média relativa a pessoas jurídicas recuou 5,2 p.p., alcançando 25,5% a.a., com ênfase para as reduções observadas nos empréstimos de capital de giro e no desconto de promissórias.

O *spread* bancário das operações de crédito referencial atingiu 24,3 p.p. em dezembro, baixando 6,4 p.p. em doze meses. Esse desempenho resultou das retrações respectivas de 13,4 p.p. e de 1,9 p.p. nas operações contratadas com pessoas físicas e com pessoas jurídicas, cujos *spreads* situaram-se em 31,6 p.p. e 16,5 p.p., na ordem.

O prazo médio das modalidades que compõem o crédito referencial alcançou 389 dias no fim de 2009, apresentando elevação de 11 dias comparativamente ao ano anterior.

Assinale-se o aumento de 32 dias no prazo médio da carteira de pessoas físicas, que alcançou 520 dias, posicionando-se no patamar mais alto da série iniciada em junho de 2000. Em sentido inverso, o prazo médio das

operações contratadas com pessoas jurídicas diminuiu 19 dias em doze meses, atingindo 283 dias.

A taxa de inadimplência relativa ao crédito referencial, correspondente às operações com atrasos superiores a noventa dias, atingiu 5,6% em dezembro, após aumento de 1,2 p.p. no ano.

O incremento mostrou-se condizente com a conjuntura vigente no início do ano, que evidenciou elevado grau de incerteza por parte dos agentes econômicos, resultando em menor disponibilidade de recursos, sobretudo para pequenas e médias empresas.

Esse comportamento refletiu-se na inadimplência do segmento de pessoas jurídicas, que passou de 1,8% para 3,8% entre fins de 2008 e 2009, após ter atingido 4% em outubro. Os atrasos relativos ao segmento de pessoas físicas descreveram trajetória declinante durante todo o segundo semestre, encerrando o ano com redução de 0,2 p.p., ao atingir 7,8%.

Os financiamentos com recursos direcionados totalizaram R$ 457,2 bilhões em dezembro, superando em 28,4% o valor registrado em igual período do ano anterior.

Esse resultado esteve associado, principalmente, ao crescimento de 34% nas operações realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cujo saldo alcançou R$ 280,4 bilhões ao final do ano, com participação relativa de 61,3% na carteira total de crédito direcionado. Os financiamentos habitacionais e as operações de crédito rural expandiram-se, respectivamente, 41,5% e 4,9%.

CRÉDITO COM RECURSOS DIRECIONADOS

R$ bilhões

Discriminação	2007	2008	2009	Variação %
Total	275,2	356,1	457,2	28,4
BNDES	160,0	209,2	280,4	34,0
Direto	77,8	107,8	158,1	46,7
Repasses	82,2	101,5	122,3	20,5
Rural	64,3	78,3	82,2	4,9
Bancos e agências	60,7	73,3	78,0	6,4
Cooperativas	3,6	5,0	4,2	(16,5)
Habitação	43,6	59,7	84,5	41,5
Outros	7,3	8,8	10,2	15,0

Fonte: Banco Central do Brasil

Os desembolsos realizados pelo BNDES em 2009 somaram R$ 136,4 bilhões, elevando-se 50% em relação ao registrado no ano anterior. Esse aumento refletiu o avanço de 62,8% nas contratações da indústria, com saldo de R$ 63,5 bilhões, alocados, basicamente, aos segmentos de coque, petróleo e combustível e de celulose e papel. Os recursos destinados ao comércio, inclusive serviços, somaram R$ 66 bilhões, com expansão de 42,6%, traduzindo maior procura dos ramos de transporte terrestre e de eletricidade e gás. A atividade agropecuária, com volume de R$ 6,9 bilhões, respondeu por incremento de 22,5%, ao passo que os financiamentos a micro, pequenas e médias empresas, que representaram 17,5% do total de desembolsos, evoluíram 9,5% no período, somando R$ 23,9 bilhões.

2.2.5. Sistema Financeiro Nacional

No início de 2009 permaneceram em vigor dispositivos que visaram ampliar a liquidez em moeda doméstica e estrangeira no mercado. Nesse sentido, foi prorrogada, até 31 de março de 2010, a vigência da Circular nº 3.427/2008, que estabeleceu a possibilidade de abater dos recolhimentos compulsórios sobre recursos a prazo, as aquisições de operações de crédito e outros ativos provenientes das entidades de menor porte. Visando fortalecer a captação de recursos por parte de pequenas e médias instituições financeiras, o CMN editou a Resolução nº 3.692/2009, instituindo a captação de Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Esses depósitos, com prazo mínimo de doze meses e máximo de sessenta meses, são garantidos pelo FGC até o valor de R$ 20 milhões por depositante, sendo vedado o resgate antecipado. Para a garantia desses depósitos, o FGC foi autorizado a fixar contribuições adicionais para as instituições financeiras, com base nos saldos dessas captações, que totalizaram R$ 14,2 bilhões no final do ano.

Na comparação com o total de ativos do sistema bancário, exclusive intermediação, as operações de crédito representaram 34,8% em novembro de 2009, ante 32,4% no final de 2008. Similarmente ao ocorrido no ano anterior, as operações de tesouraria perderam importância relativa. Nesse sentido, a participação das aplicações em títulos e valores mobiliários no total dos ativos recuou de 21,5%, em dezembro de 2008, para 21,1%, em novembro de 2009, enquanto que as aplicações interfinanceiras de liquidez e operações de câmbio declinaram de 22,2% para 19,8% em igual período. Na composição da carteira de títulos e valores mobiliários, a parcela dos títulos públicos continuou apresentando retração, baixando de 61,9% para 60,2% na mesma base de comparação.

A maior alocação relativa de recursos para as operações de crédito refletiu a flexibilização da política monetária adotada a partir do recrudescimento da crise financeira internacional, com a redução da taxa básica de juros, iniciada em janeiro de 2009, a liberação de depósitos compulsórios, além de estímulos para a manutenção da demanda por crédito. Nesse contexto, a participação das receitas com operações de crédito no resultado da intermediação financeira aumentou de 53,7%, no final de 2008, para 57,1%, em novembro de 2009. A parcela das rendas com títulos também apresentou expansão, embora em ritmo menor, evoluindo de 37,9% para 40,7%, no mesmo período.

No que diz respeito à origem de recursos para a intermediação, ao contrário do observado no ano anterior, diminuiu a representatividade das captações tradicionais, com a parcela de depósitos totais – à vista, a prazo e de poupança – reduzindo-se de 33,2% no final de 2008 para 32,8% em novembro de 2009. Em sentido contrário, as operações cambiais e as captações interfinanceiras de

liquidez (operações compromissadas e depósitos interfinanceiros) ampliaram sua participação conjunta nos passivos, alcançando 38,5% em novembro de 2009, ante 37% no final de 2008.

No âmbito institucional do sistema financeiro, a Resolução nº 3.757, de 02.07.2009, promoveu alterações nas regras referentes à constituição e ao funcionamento das agências de fomento, com o intuito de permitir a ampliação de suas atividades.

As novas operações autorizadas a essas entidades incluem a concessão de financiamentos para empreendimentos de pequeno porte de natureza profissional, comercial ou industrial, inclusive a pessoas físicas, o arrendamento mercantil financeiro e as operações de crédito rural.

Quanto às fontes de recursos das agências de fomento, foi autorizada a captação de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças.

No que se refere à regulamentação prudencial, prosseguiu em 2009 a adaptação do sistema financeiro ao novo arcabouço normativo internacional emanado pelo Comitê de Basiléia para a apuração do requerimento de capital necessário à cobertura das atividades de intermediação, conhecido como Basiléia II.

Nesse sentido, a Resolução nº 3.721/2009 dispôs sobre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, com cronograma a ser implementado até o final de outubro de 2010.

O risco de crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou pela contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como aos custos de recuperação do crédito e à desvalorização de contrato devido à deterioração na classificação de risco do tomador ou de renegociações. A referida estrutura aplica-se a todas as operações com risco de crédito, classificadas ou não na carteira de negociação.

Adicionalmente, a Resolução nº 3.786/2009, determinou que as instituições financeiras, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a estabelecer comitê de auditoria, devem elaborar e divulgar anualmente, a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010, demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os padrões internacionais. A medida se insere no contexto de maior potencial de participação das instituições financeiras nacionais nos mercados globais, tendo em vista recentes processos de fusão e a maior confiabilidade externa na solidez do sistema nacional.

2.2.6. Operações Extra-Balanço

EMISSÃO E RECOLHIMENTO DE PAPEL-MOEDA EM 2009

	R$ bilhões
A – Saldo em 31 de dezembro de 2008	115,6
B – Emissão Líquida de Papel-Moeda em 2009	16,3
Emissão (+)	183,4
Recolhimento (-)	167,1
C – Saldo em 31 de dezembro de 2009 (A + B)	131,9

A emissão ocorre quando as instituições financeiras efetuam saques de numerário, tendo como contrapartida suas contas Reservas Bancárias no Bacen. De forma análoga, o recolhimento ocorre quando as instituições financeiras efetuam depósitos de numerário.

A emissão e o recolhimento (saques e depósitos) ocorrem de acordo com as necessidades por papel moeda das instituições, que variam sazonalmente, ao longo do mês e do ano. Nos inícios de mês, por exemplo, ocorrem predominantemente saques, em função do pagamento dos salários.

No fim do ano ocorre o pico do papel moeda em circulação, para o pagamento do décimo terceiro salário, também com predominância de saques. O início do ano é marcado pela predominância de depósitos, retornando o dinheiro gasto nas festas do fim do ano anterior.

Dentre as cédulas recebidas em depósitos, parte não está em condições de retornar à circulação e é encaminhada para destruição. Em 2009, foram destruídas 1,7 bilhão de cédulas, que correspondiam a R$ 32,3 bilhões, cerca de 20% do valor recebido em depósitos das instituições financeiras.

O crescimento do meio circulante, materializado nas operações de saques em montantes crescentes e superiores aos depósitos ao longo dos últimos anos e, principalmente após o lançamento do Real, é motivado por diversos fatores, tais como crescimento do produto e da renda, variação no nível de preços e mudanças no comportamento do público.

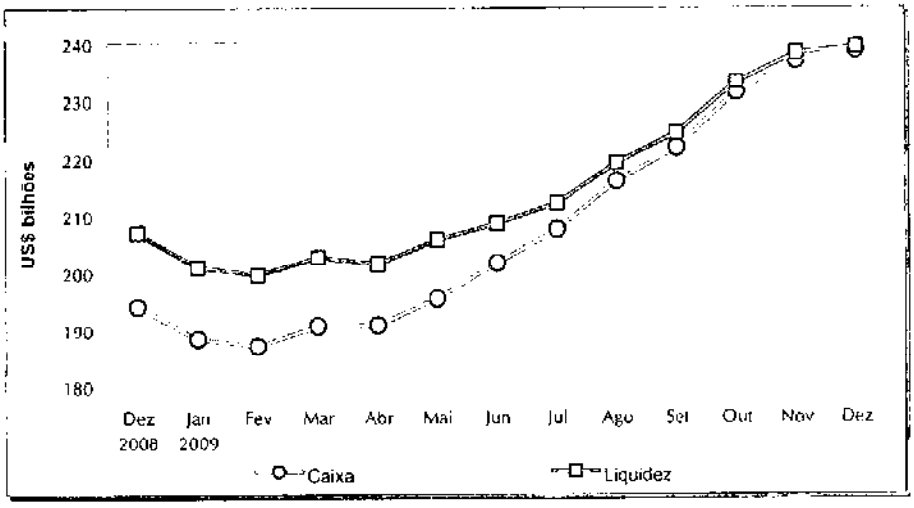
DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE RESERVAS INTERNACIONAIS

US$ milhões

Discriminação	2008	2009
Posição de reservas no período anterior	**180 334**	**193 783**
Intervenções do Banco Central	- 5 438	36 526
Spot	7 585	24 038
Linhas com recompra	- 8 338	8 338
Empréstimos em moeda estrangeira	- 4 685	4 151
Serviço da dívida (líquido)	- 430	- 2 195
Juros	2 811	708
Receita	7 193	4 757
Despesa	- 4 383	- 4 049
Amortização	- 3 241	- 2 903
Desembolsos	1 291	1 800
Organismos multilaterais	766	-
Bônus da República	525	1 800
Fundo Monetário Internacional	-	-
Desembolso	-	-
Amortização	-	-
Demais[2/]	10 421	1 696
Liquidações do Tesouro Nacional (mercado)	7 606	6 950
Variação de haveres	13 450	44 736
Posição de reservas - conceito caixa	**193 783**	**238 520**
Saldo de linhas com recompra	**8 338**	-
Saldo de empréstimos em moeda estrangeira	**4 685**	**535**
Posição de reservas - conceito liquidez[3/]	**206 806**	**239 054**

1/ Projeção.
2/ Compreende pagamentos/recebimentos do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, de ágio/deságio, pagamento de comissões e alocações de DES.
3/ Inclui o estoque de linhas com recompra e de empréstimos em moeda estrangeira.

COMPORTAMENTO MENSAL DAS RESERVAS INTERNACIONAIS



2.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

2.3.1. Política de Comércio Exterior

A política de comércio exterior em 2009 foi dominada por iniciativas voltadas para o arrefecimento dos efeitos adversos impostos às empresas importadoras e exportadoras em decorrência da expressiva queda nos fluxos comerciais mundiais, na sequência dos desdobramentos da crise financeira internacional desencadeada em setembro de 2008. A transmissão da crise para o crédito proporcionou o deslocamento de significativa parcela das operações do setor de comércio exterior do mercado de crédito internacional para o doméstico, fato que exigiu a criação de instrumentos voltados para garantir a liquidez em moeda estrangeira, minimizando os efeitos da escassez das linhas de financiamento destinadas a esse setor, conforme apresentado no item Política Cambial.

Com o objetivo de contribuir para o processo de adaptação dos exportadores brasileiros à nova conjuntura internacional, o que exigiu renegociações de contratos firmados anteriormente, o CMN, pela Resolução nº 3.675,

de 29.01.2009, passou a permitir que bancos e exportadores, mediante consenso, pudessem prorrogar, até 31.01.2010, o prazo de embarque de mercadorias em contratos celebrados até a data da publicação da Resolução. A medida procurou facilitar as condições para os exportadores que estavam enfrentando situação de queda da demanda internacional por causa da crise financeira, permitindo a prorrogação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) até que o exportador encontrasse outro comprador para o seu produto no exterior.

Nesse mesmo sentido devem ser entendidas as mudanças realizadas no Proex (Programa de Financiamento às Exportações), introduzidas pela Resolução nº 10, de 17.02.2009, da Camex, que ampliou o número de empresas que poderão recorrer ao Programa. Foram enquadradas no Proex todas as empresas com faturamento bruto anual de até R$ 600 milhões, face a R$ 300 milhões anteriormente. A decisão da Camex levou em consideração a escassez de crédito para operações de comércio exterior e a necessidade de disponibilizar recursos para um número maior de empresas exportadoras brasileiras, em virtude da crise financeira internacional.

Outra mudança no Proex foi a criação de modalidade específica para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com faturamento bruto anual de até R$ 60 milhões e exportações de até US$1 milhão, o que permite que as exportações contem com a garantia Seguro de Crédito à Exportação e sejam amparadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Além disso, o financiamento poderá ser de até 100% dos valores de seus contratos, com prazo máximo de 180 dias para o pagamento, sendo voltada principalmente para a fase pré-embarque.

A atuação do BNDES teve papel importante na garantia de crédito tanto para investimento quanto para o comércio exterior. Para tanto, foi fortalecida sua capacidade de financiamento da indústria, com a criação de nova linha de crédito no montante de R$80 bilhões, que se somaram aos R$ 100 bilhões disponibilizados no início de 2009 ao banco de fomento. Além disso, foi prorrogado, de 31.12.2009 para final de junho de 2010, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que permite à União equalizar a taxa de juros dos empréstimos concedidos pelo BNDES para aquisição de bens de capital, exportação e inovação tecnológica. Essa medida teve por objetivo beneficiar a compra de caminhões, máquinas agrícolas e equipamentos para a indústria, entre outros, com taxa de juros de 4,5% ao ano. Importante ressaltar o processo de internacionalização do BNDES, que abriu escritórios em Montevidéu e em Londres. No ano, os desembolsos relacionados às operações de comércio exterior do BNDES, incluindo o setor de serviços, totalizaram US$8,3 bilhões, ante US$ 6,6 bilhões em 2008. A ação do BNDES explicita, portanto, a preocupação em criar alternativas de linhas de financiamento, fato que pode explicar o aumento da importância do financiamento das exportações nas operações daquele banco.

Em situação de crise financeira global, o esforço de promoção comercial assume papel crucial no sentido de abrir novas oportunidades às empresas exportadoras brasileiras. Isso explica a ênfase dada pela Apex-Brasil a várias missões empresariais realizadas em vários países e regiões geográficas: Sul da África (África do Sul, Moçambique, Angola), Cuba, Serra Leoa, América Latina, Turquia, Norte da África. Outra medida importante foi a abertura de um Centro de Negócios na China, unidade que auxilia a internacionalização das empresas brasileiras, desde a prospecção de mercado até a distribuição de produtos.

Com relação ao Mercosul, houve pouca evolução do processo negociador, inclusive tendo-se registrado aumento do número de contenciosos comerciais entre Argentina e Brasil, em especial a exigência de licença prévia de importação de vários produtos da pauta brasileira destinados ao mercado argentino. A queda do fluxo comercial também contribuiu para esse resultado. No entanto, foram mantidas as tradicionais políticas de ex-tarifários e defesa comercial. O maior avanço político foi a aprovação pelo Senado brasileiro da adesão da Venezuela ao bloco, restando agora a aprovação do legislativo paraguaio para que aquele país seja membro pleno.

Com relação à OMC, a crise mundial também influenciou a manutenção da paralisia no tocante à conclusão da Rodada Doha. Oportuno registrar a autorização dada por este Organismo para que o Brasil aplicasse retaliação aos EUA em razão do desfecho do contencioso do algodão. Em função dessa decisão, a Camex criou Grupo Interministerial para estudar a possibilidade e a forma de realizar essa retaliação.

Registre-se ainda, em 2009, a prorrogação, até 30.06.2010, da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre bens de capital. O benefício, que atinge cerca de 70 itens do setor, seria encerrado ao final de dezembro de 2009. Além disso, para garantir o financiamento de itens da indústria naval, como plataformas de perfuração e navios para os estaleiros brasileiros, a União foi autorizada a conceder novo empréstimo, no valor de R$ 15 bilhões, para o Fundo da Marinha Mercante (FMM).

2.3.2. Política Cambial

A partir da falência do banco de investimento norte-americano *Lehman Brothers*, em 15 de setembro de 2008, ocorreu expressiva deterioração do cenário macroeconômico global. Uma das consequências desse ambiente externo recessivo e de crescente aversão ao risco dos investidores foi a significativa retração na oferta das linhas de financiamento internacionais, fato que impactou diretamente as operações de comércio exterior brasileiras.

Dada a permanência desse cenário de turbulência no mercado financeiro internacional e seus reflexos negativos sobre a economia do país, a política cambial foi, no início de 2009, marcada pela manutenção e pelo aperfeiçoamento das medidas implementadas no último trimestre do ano anterior, voltadas a garantir a liquidez em moeda estrangeira e a suprir a escassez de oferta de linhas internacionais. Os principais instrumentos utilizados foram:

i) as intervenções de venda no mercado à vista; ii) os leilões de venda conjugados com leilões de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio (linhas com recompra); iii) a concessão de empréstimos em moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil; iv) a prorrogação do acordo de *swap* de moedas com o *Federal Reserve*; e v) as operações de *swap* cambial.

Em 2009, o Banco Central manteve, nos dois primeiros meses do ano, sua estratégia de venda de divisas no mercado à vista, as quais totalizaram liquidações de US$ 3,4 bilhões. No entanto, passado o momento de maior incerteza da crise financeira internacional, combinado com o retorno dos fluxos de investimentos estrangeiros direcionados às aplicações em renda fixa e, especialmente, em renda variável, foram dadas as condições para a mudança da estratégia de atuação do Banco Central. Dessa maneira, em meados de fevereiro as intervenções de venda foram interrompidas e, em maio, o Banco Central passou a realizar intervenções de compra no mercado spot, as quais somaram liquidações de US$ 27,5 bilhões no ano. Consideradas as recompras de linhas e amortizações de empréstimos em moeda estrangeira, as intervenções totais do Banco Central somaram US$ 36,5 bilhões no ano.

Na modalidade linhas com recompra são realizados leilões de venda conjugados com leilões de compra de moeda estrangeira no mercado interbancário de câmbio. Para tanto, são celebrados contratos de câmbio de compra e venda, entre o Banco Central e os *dealers*, nos mesmos valores, com liquidações para D+2, no caso da venda, e data futura, estabelecida na divulgação do leilão, para a compra. Esta modalidade de leilão foi realizada inicialmente em setembro de 2008. As operações cursadas nessa modalidade corresponderam a vendas de US$ 23,3 bilhões, dos quais US$ 9,8 bilhões em 2009, e compras de igual valor, sendo US$ 18,1 bilhões em 2009. Dessa maneira, ao final do referido ano, todo o estoque de operações dessa modalidade de leilão havia sido encerrado.

Quanto aos empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade com garantias em títulos soberanos brasileiros (*Globais*), a Autoridade Monetária realizou um leilão, em outubro de 2008, cujo vencimento ocorreu em 20 de abril de 2009, no montante de US$ 1,5 bilhão. As modalidades com garantia em ACC e Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) foram fundamentais para garantir liquidez para as linhas de financiamento ao comércio exterior, as quais experimentaram expressiva contração em decorrência das turbulências nos mercados financeiros. Do ponto de vista operacional, exigia-se que, a partir do resultado do leilão, a instituição financeira deveria realizar, primeiramente, operação de linhas com recompra, no prazo aproximado de 30 dias. Durante esse período, a instituição financeira deveria emprestar a exportadores, via ACC ou ACE, os dólares adquiridos no leilão de linha com recompra. O montante das operações de comércio exterior efetivamente ofertadas pela instituição financeira corresponderia, num segundo momento, ao montante do empréstimo em moeda estrangeira.

A forma de aplicação dos recursos em moeda estrangeira era definida pelo Banco Central, tendo sido implementadas modificações na sua regulamentação no sentido de alterar as garantias exigidas e a amplitude da destinação dos recursos em moeda estrangeira, ajustando a atuação da Autoridade Monetária às reais necessidades da economia. Nesse sentido, em fevereiro, foi divulgada a possibilidade de utilização de recursos das reservas internacionais para rolagem de compromissos da dívida externa de empresas brasileiras, como, por exemplo, o pagamento de empréstimos, financiamentos, arrendamento e aluguel de equipamentos. Essa iniciativa seguiu o marco legal definido pela Medida Provisória nº 442, de 6.10.2008, que estabeleceu critérios e condições especiais para avaliação e aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central como garantia das operações de empréstimo em moeda estrangeira, e foi regulamentada pela Circular nº 3.434/2009. Os referidos compromissos das empresas deveriam limitar-se ao período entre 01.10. 2008 e 31.12.2009.

Outra modificação foi introduzida pela Resolução nº 3.689/2009, pela qual o CMN autorizou que subsidiárias de bancos brasileiros no exterior tomassem empréstimos junto ao Banco Central para repassar à instituição coligada no Brasil. Esse repasse ocorreria por meio de depósito interfinanceiro, com emissão de documento comprobatório a ser entregue ao Banco Central como garantia do empréstimo. A garantia deveria ser títulos públicos federais ou outros ativos em moeda nacional ou estrangeira no montante de, no mínimo, 100% e, no máximo, 140% do valor da operação, tendo sido elegíveis compromissos de instituições financeiras brasileiras compreendidos no período entre 01.10.2008 e 31.12.2009.

Modificação adicional, relacionada à exigência de garantias nas operações de empréstimo em moeda estrangeira, foi introduzida pela Resolução nº 3.691/2009. Por meio desta resolução, o CMN autorizou o Banco Central do Brasil a receber como garantia, nas operações de empréstimo em moeda estrangeira, 100% (cem por cento), para outros ativos denominados ou referenciados em dólares dos Estados Unidos da América, com classificação nas categorias de risco AA, A e B, nos termos da Resolução nº 2.682/99, ou de risco equivalente, no mínimo, ao grau A, conferido por pelo menos uma das três maiores agências internacionais de classificação.

Nessa mesma linha deve ser vista a flexibilização, conferida pela Resolução CMN nº 3.715/2009, que autorizou o recebimento, como garantia de operações de empréstimos em moeda estrangeira, de ativos denominados em reais, desde que acompanhados por contrato de derivativo ligado à variação do câmbio, realizado com contraparte de risco de crédito de longo prazo equivalente a no mínimo "A", exigindo-se também que o valor combinado das garantias em reais e do contrato derivativo seja igual ou superior ao valor do empréstimo em dólar. Em 2009, as operações em moeda estrangeira apresentaram amortizações líquidas de US$ 4,2 bilhões à Autoridade Monetária. Ao final do ano, o estoque

de empréstimos nessa modalidade era de US$ 536 milhões.

O acordo de *swap* de moedas com o *Federal Reserve*, instituído pela Resolução CMN nº 3.631/2008, no valor limite de US$ 30 bilhões, foi prorrogado duas vezes pelo CMN, por meio das Resoluções nº 3.707/2009, e nº 3.744/2009, esta última, com vigência até 1º de fevereiro de 2010. Oportuno salientar que o Banco Central do Brasil não fez uso efetivo dessas disponibilidades.

Com relação às operações de *swaps* cambiais, o Banco Central iniciou oferta de *swaps* cambiais tradicionais – nos quais assume posição ativa em taxa de juros doméstica e passiva em variação cambial – a partir de 06.10.2008, com o aprofundamento da crise financeira e sua transmissão ao mercado de câmbio doméstico. Essas operações se realizaram ao longo do primeiro semestre de 2009. Em junho daquele ano, o Banco Central encerrou todas as suas posições em aberto em contratos de *swap* cambial.

A melhora do ambiente econômico internacional e o aumento dos fluxos cambiais direcionados ao país criaram condições para a valorização nominal da moeda brasileira, 25,5% ante a cotação de fechamento de 2008, encerrando o ano a R$1,7412/US$ pela Ptax-venda. Os índices da taxa real efetiva de câmbio, deflacionados pelo IPA-DI e pelo IPCA, evidenciam igualmente a valorização da moeda brasileira ante a norte-americana de, respectivamente, 20% e 26,1%.

Outro fato que evidencia o acerto na condução da política cambial foi a elevação, em 22.09.2009, do *rating* do país a *investment grade* pela *Moody's*, alinhando sua avaliação à das outras duas principais agências - *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*. Como justificativa de sua decisão, a *Moody's* salientou a tempestiva reação do Brasil à crise, evidenciando a solidez dos fundamentos econômicos da economia brasileira em relação a outros países que possuíam *ratings* superiores ao brasileiro. Além disso, a elevação refletiu o reconhecimento, pela agência, da capacidade de absorção de choques, como no caso do severo teste de estresse experimentado pelo país ao longo dos últimos meses, assim como evidenciou a melhora significativa do perfil de crédito soberano do Brasil. O *spread* medido pelo EMBI+, calculado pelo JP Morgan, corroborou com a percepção favorável a respeito da avaliação de risco do país, ao fechar o ano de 2009 no patamar do período anterior à crise, 192 pontos, o menor valor registrado em 2009.

Desde abril de 2009, o fluxo cambial para o país voltou a registrar ingressos líquidos. Esses ingressos, especialmente os voltados para investimentos em renda fixa e variável, somados à apreciação cambial, justificaram a imposição de taxação de 2% de IOF nas operações de câmbio para ingresso de recursos no país. A taxação foi implementada pelos Decretos nº 6.983/2009, e nº 6.984/2009, que determinaram que a taxação produzisse seus efeitos em relação aos contratos de câmbio celebrados a partir do dia 20 de outubro de 2009. Ademais, pelo Decreto nº 7.011/2009, foi anunciada incidência da alíquota de 1,5% de IOF nas novas emissões de recibos de depósito de ações de companhias brasileiras, negociadas em bolsas estrangeiras. Essa taxação eliminou a arbitragem em favor dos *American Depositary Receipts* (ADRs) contra ações emitidas no Brasil. O IOF passou a ser cobrado somente nas emissões de novas ações, não influenciando o mercado secundário.

Outra medida relevante, relacionada ao setor externo, foi a regulamentação, pelo Decreto nº 7.055/2009, do Fundo Soberano do Brasil (FSB), autorizando a comprar moeda estrangeira. Convém lembrar que o FSB tem por finalidade promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do país localizados no exterior.

No que se refere às medidas de regulação das operações de derivativos cambiais, a Autoridade Monetária passou a exigir, a partir da edição da Circular nº 3.474/2009, o registro, em câmara de compensação, de instrumentos financeiros derivativos vinculados a empréstimos entre residentes ou domiciliados no país e residentes ou domiciliados no exterior realizados com base na Resolução nº 2.770/2000, os quais passaram a ficar à disposição das autoridades fiscalizadoras.

Dentre as medidas voltadas para o aperfeiçoamento do mercado de câmbio, para a simplificação e consolidação de regras e procedimentos cambiais, destaque-se a consolidação, pela Circular nº 3.461/2009, das regras sobre procedimentos a serem adotados na prevenção e combate às atividades relacionadas a crimes previstos na Lei nº 9.613/98. Foram consolidadas, em um único normativo, todas as regras para manutenção de registros de operações e serviços financeiros e ampliadas as exigências de identificação de clientes bancários. A norma introduz os conceitos de cliente permanente e de cliente eventual, que devem observar regras distintas para fins da obtenção de dados cadastrais. Também foi ampliado o escopo de identificação de "pessoa politicamente exposta" para todos os clientes de instituições financeiras. Assim, as instituições poderão adotar para qualquer cliente os mesmos critérios de avaliação e risco usados para "pessoa politicamente exposta".

Nessa mesma linha, o Banco Central, pela Circular nº 3.462/2009, aperfeiçoou medidas de prevenção à prática de lavagem de dinheiro nas transferências internacionais e determinou que as próprias ordens de pagamentos devam ter informações mais detalhadas da operação, como nome e documento de identificação das partes envolvidas, endereço e conta bancária, quando for o caso. Caberá às instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de câmbio a adoção de medidas para conhecer os métodos e práticas utilizados por seus correspondentes no exterior no sentido de coibir práticas de lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo. Identificadas situações em que o país contraparte não aplica as recomendações do Grupo de Ação Financeira (Gafi), ou o faz de modo insuficiente, as mesmas devem ser prontamente comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A norma também esclarece que a instituição financeira contratante de correspondente

cambial na forma da Resolução 3.568/08 deve ter acesso irrestrito aos documentos referentes às operações cursadas pelo correspondente exposto.

Cumpre salientar, por fim, que o país aceitou o convite do FMI para integrar o grupo dos países emprestadores de recursos por meio desse organismo internacional. Ao realizar essa operação, o país adquire Direitos Especiais de Saque (DES). Em novembro, foi anunciada a ampliação do aporte brasileiro ao FMI, de US$10 bilhões para US$ 14 bilhões, iniciativa articulada com China, Índia e Rússia, de modo que os quatro países passaram a ter poder de veto no âmbito das concessões do *New Arragements to Borrow* (NAB), programa de crédito voltado para fornecer recursos suplementares ao FMI no caso de uma deterioração do sistema monetário internacional ou de uma situação excepcional que ameace a estabilidade desse sistema internacional.

2.3.3. Movimento de Câmbio

O resultado global do mercado de câmbio em 2009 proporcionou ingressos líquidos de US$ 28,7 bilhões de recursos contratados, em comparação a saídas líquidas de US$ 983 milhões em 2008. Os ingressos líquidos no segmento comercial atingiram US$ 9,9 bilhões, ante US$47,9 bilhões em 2008, registrando-se redução de US$ 38 bilhões, 79,3%. Tal comportamento reflete redução de US$ 43,3 bilhões, 23%, nas exportações e, em menor grau, a queda de US$ 5,3 bilhões, 3,8%, nas importações. Ainda que em volumes inferiores aos de 2008, o segmento financeiro foi responsável pela maior parcela do retorno do superávit cambial. Nesse segmento as contratações resultaram em ingressos líquidos de US$ 18,8 bilhões, contra saídas líquidas de US$ 48,9 bilhões, em 2008, registrando-se redução de US$ 85 bilhões, 20,2%, nas compras de moeda estrangeira, e de US$ 152,7 bilhões, 32,5%, nas vendas.

MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO

US$ milhões

Período		Operações com clientes no país						Saldo Global (C) = (A) + (B)
		Comercial			Financeiro			
		Exportações	Importações	Saldo (A)	Compras	Vendas	Saldo (B)	
2007		184 764	108 018	76 746	348 281	337 573	10 708	87 454
2008	Jan	15 307	11 134	4 173	32 608	39 138	-6 530	-2 357
	Fev	12 343	9 678	2 665	28 662	28 081	581	3 246
	Mar	16 532	9 869	6 663	40 899	39 511	1 388	8 051
	Abr	19 683	11 256	8 427	30 529	32 233	-1 704	6 723
	Mai	14 674	11 752	2 922	33 894	36 668	-2 774	149
	Jun	17 739	13 039	4 700	49 489	55 067	-5 578	- 877
	Jul	17 090	14 453	2 637	44 683	49 813	-5 130	-2 494
	Ago	16 021	11 927	4 094	47 241	49 390	-2 150	1 944
	Set	19 241	12 251	6 990	30 113	34 299	-4 186	2 803
	Out	14 458	12 848	1 610	29 046	35 295	-6 249	-4 639
	Nov	13 492	10 353	3 139	18 690	28 988	-10 298	-7 159
	Dez	11 405	11 524	- 119	35 386	41 640	-6 254	-6 373
	Ano	187 984	140 084	47 900	421 240	470 123	-48 883	- 983
2009	Jan	10 261	9 729	532	18 397	21 947	-3 550	-3 018
	Fev	10 482	7 611	2 871	16 382	18 412	-2 030	841
	Mar	12 202	9 098	3 104	22 022	25 923	-3 901	- 797
	Abr	13 801	8 884	4 917	21 267	24 754	-3 487	1 430
2009	Mai	12 390	10 838	1 551	27 538	25 955	1 583	3 134
	Jun	11 975	12 123	- 148	34 999	33 776	1 223	1 076
	Jul	9 886	12 719	-2 833	33 881	29 778	4 103	1 270
	Ago	12 867	11 529	1 339	25 830	24 212	1 618	2 957
	Set	9 819	13 044	-3 225	32 186	27 597	4 590	1 365
	Out	14 304	12 812	1 492	39 705	26 599	13 106	14 598
	Nov	13 148	11 689	1 458	24 863	22 432	2 432	3 890
	Dez	13 532	14 666	-1 135	39 186	36 065	3 120	1 986
	Ano	144 666	134 742	9 924	336 257	317 450	18 808	28 732

Fonte: Banco Central do Brasil

Refletindo a redução no déficit em conta corrente e o comportamento da conta financeira, o mercado cambial brasileiro vem mantendo superávits mensais desde abril, possibilitando que o Banco Central retomasse a política de fortalecimento das reservas internacionais interrompida em setembro de 2008.

A reversão do cenário econômico internacional e o comportamento do fluxo cambial motivaram a atuação do Banco Central no mercado *spot* de câmbio.

A partir de maio de 2009, o Banco Central voltou a adquirir divisas no mercado doméstico. Durante o ano, as intervenções efetuadas pelo Banco Central totalizaram compras líquidas de US$ 36,5 bilhões, comparativamente a vendas líquidas de US$ 5,4 bilhões acumuladas durante 2008.

A diferença entre o saldo do mercado cambial e as intervenções líquidas do Banco Central resultou em elevação de US$ 2,4 bilhões na posição comprada dos bancos, que atingiu US$ 3,4 bilhões ao final de 2009, ante US$ 1 bilhão ao final do ano anterior.

2.3.4. Balanço de Pagamentos

Passado o período mais crítico da crise nos mercados financeiros internacionais, ficam evidenciados os desdobramentos favoráveis da condução adequada da política econômica nos últimos anos para a robustez do setor externo e, em consequência, para a solidez do balanço de pagamentos.

Nesse sentido, o desempenho das contas externas em 2009 possibilitou o financiamento integral do balanço de pagamentos no ano, além de ter permitido expressiva acumulação de reservas internacionais.

Os impactos recessivos da crise financeira internacional sobre o ritmo da atividade econômica mundial provocaram ajuste nas transações correntes do país, como reflexo da estrutura de passivos externos na qual predominam investimentos em relação à dívida.

Em 2009, o déficit em transações correntes registrou US$ 24,3 bilhões, redução de US$ 3,9 bilhões em relação ao assinalado em dezembro de 2008.

O ajuste em transações correntes concentrou-se no primeiro semestre, com o déficit voltando a crescer em linha com a recuperação econômica do país.

Adicionalmente, as necessidades de financiamento do balanço de pagamentos no ano foram favorecidas pela manutenção dos fluxos líquidos de IED, pela gradual normalização das taxas de rolagem da dívida externa privada e por significativos ingressos de investimentos estrangeiros em portfólio, principalmente para o mercado acionário.

Da mesma forma, o indicador de risco-país, que atingira 688 pontos básicos em 23 de outubro de 2008, retornou ao patamar observado antes do agravamento da crise internacional, alcançando 192 pontos em 31 de dezembro de 2009, enquanto a taxa de câmbio nominal reverteu o processo de depreciação iniciado no segundo semestre de 2008 e apresentou valorização nominal de 25,5%.

Pelo nono ano consecutivo, o resultado do balanço de pagamentos foi positivo, registrando excedentes de financiamento externo, definidos como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de IED, de US$ 1,6 bilhão no ano, 0,1% do PIB, ante US$ 16,9 bilhões, equivalentes a 1,03% do PIB, em 2008.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	11 302	13 534	24 836	13 925	11 423	25 347
Exportações	90 645	107 298	197 942	69 952	83 043	152 995
Importações	79 343	93 764	173 107	56 027	71 621	127 647
Serviços	-8 143	-8 547	-16 690	-8 108	-11 153	-19 260
Receitas	14 176	16 274	30 451	12 738	15 012	27 750
Despesas	22 319	24 821	47 140	20 846	26 165	47 011
Rendas	-21 917	-18 645	-40 562	-14 635	-19 050	-33 684
Receitas	6 329	6 182	12 511	4 689	4 137	8 826
Despesas	28 246	24 827	53 073	19 324	23 186	42 510
Transferências unilat. correntes	1 886	2 338	4 224	1 630	1 632	3 263
Receitas	2 512	2 804	5 317	2 270	2 391	4 661
Despesas	- 626	- 467	-1 093	- 639	- 759	-1 398
Transações correntes	-16 871	-11 321	-28 192	-7 187	-17 148	-24 334
Conta capital e financeira	40 214	10 862	29 352	18 976	51 575	70 551
Conta capital1/	389	666	1 055	581	548	1 129
Conta financeira	39 825	-11 528	28 297	18 395	51 028	69 423
Investimento direto (líquido)	8 131	16 470	24 601	14 464	21 569	36 033
No exterior	-8 579	-11 878	-20 457	1 798	8 286	10 084
Participação no capital	-6 261	-7 599	-13 859	-1 190	-3 355	-4 545
Empréstimos intercompanhias.	-2 318	-4 280	-6 598	2 988	11 641	14 629

(continua)

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
No país	16 710	28 348	45 058	12 665	13 283	25 949
Participação no capital	10 713	19 351	30 064	7 718	12 188	19 906
Empréstimos intercompanhias.	5 997	8 997	14 994	4 948	1 095	6 042
Investimentos em carteira	13 292	-12 159	1 133	1 341	47 793	49 133
Ativos	10	1 891	1 900	- 922	3 897	2 975
Ações	- 52	309	257	- 524	3 106	2 582
Títulos de renda fixa	61	1 582	1 643	- 398	791	393
Passivos	13 283	-14 050	- 767	2 263	43 896	46 159
Ações	4 828	-12 393	-7 565	3 030	34 041	37 071
Títulos de renda fixa	8 455	-1 656	6 798	- 768	9 855	9 087
Derivativos	- 380	68	- 312	212	- 56	156
Ativos	- 15	313	298	294	29	322
Passivos	- 365	- 245	- 610	- 81	- 85	- 166
Outros investimentos2/	18 782	-15 907	2 875	2 379	-18 278	-15 900
Ativos	-1 577	-3 691	-5 269	-12 366	-20 775	-33 141
Passivos	20 359	-12 215	8 143	14 744	2 497	17 241
Erros e omissões	-4 105	5 914	1 809	- 372	806	434
Resultado do balanço	19 238	-16 269	2 969	11 417	35 234	46 651
Memo:						
Transações correntes/PIB	-0,02	-0,01	-0,02	-0,01	-0,02	-0,02
Amort. médio e longo prazos3/	10 471	11 894	22 366	8 640	33 322	41 962

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Inclui transferências de patrimônio.
2/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos e operações de regularização.
3/ Registra amortizações de crédito de fornecedores, empréstimos de longo prazo e de papéis de longo prazo colocados no exterior.
Exclui amortizações de empréstimos pelo Banco Central e amortizações de empréstimos intercompanhias.

Em 2009, a conta corrente acumulou saldo negativo de US$ 24,3 bilhões, equivalentes a -1,55% do PIB, ante US$ 28,2 bilhões, -1,72% do PIB, no período correspondente de 2008. A diminuição do déficit em conta corrente está associada, fundamentalmente, à redução de US$ 6,9 bilhões no déficit da conta de rendas, uma vez que ocorreu aceleração do déficit nas contas de serviços e as receitas líquidas relativas a transferências unilaterais decresceram 22,8%, situando-se em US$ 3,3 bilhões. As contas capital e financeira foram positivas em US$ 70,6 bilhões no ano. O resultado global do balanço de pagamentos foi superavitário em US$ 46,7 bilhões.

SERVIÇOS

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-8 143	-8 547	-16 690	-8 108	-11 153	-19 260
Receitas	14 176	16 274	30 451	12 738	15 012	27 750
Despesas	-22 319	-24 821	-47 140	-20 846	-26 165	-47 011
Transportes	-2 680	-2 314	-4 994	-1 707	-2 217	-3 925
Receitas	2 287	3 124	5 411	2 001	2 039	4 040
Despesas	-4 967	-5 438	-10 405	-3 708	-4 257	-7 965
Viagens	-2 635	-2 542	-5 177	-1 887	-3 706	-5 594
Receitas	2 899	2 886	5 785	2 567	2 738	5 305
Despesas	-5 534	-5 428	-10 962	-4 454	-6 444	-10 898
Seguros	- 516	- 321	- 837	- 648	- 794	-1 442
Receitas	284	544	828	190	183	373
Despesas	- 801	- 864	-1 665	- 838	- 977	-1 815
Financeiros	181	- 88	93	- 247	- 196	- 443
Receitas	682	556	1 238	456	714	1 169
Despesas	- 500	- 644	-1 145	- 702	- 910	-1 612
Computação e informações	-1 414	-1 184	-2 598	-1 259	-1 327	-2 586
Receitas	87	102	189	92	117	209
Despesas	-1 501	-1 286	-2 787	-1 351	-1 444	-2 795
Royalties e licenças	-1 145	-1 087	-2 232	- 866	-1 212	-2 078
Receitas	204	262	465	193	241	434
Despesas	-1 349	-1 348	-2 697	-1 059	-1 453	-2 512

(continua)

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Aluguel de equipamentos	-3 052	-4 756	-7 808	-4 371	-5 022	-9 393
Receitas	20	35	55	25	25	50
Despesas	-3 072	-4 790	-7 863	-4 396	-5 047	-9 442
Serviços governamentais	- 528	- 588	-1 116	- 591	- 864	-1 454
Receitas	810	818	1 628	614	869	1 483
Despesas	-1 338	-1 406	-2 744	-1 205	-1 733	-2 938
Comunicações	112	55	167	89	97	186
Receitas	304	162	466	170	183	353
Despesas	- 192	- 107	- 299	- 80	- 86	- 166
Construção	7	7	14	4	6	11
Receitas	10	13	23	6	9	14
Despesas	- 3	- 6	- 9	- 1	- 3	- 4
Relativos a comércio	151	284	435	414	201	615
Receitas	532	829	1 361	772	671	1 443
Despesas	- 381	- 545	- 926	- 358	- 470	- 828
Pessoais, culturais e recreação	- 358	- 425	- 783	- 357	- 520	- 878
Receitas	42	45	86	37	44	80
Despesas	- 400	- 469	- 869	- 394	- 564	- 958
Empresariais, profissionais e técnicos	3 736	4 411	8 147	3 319	4 401	7 720
Receitas	6 015	6 900	12 915	5 617	7 180	12 797
Despesas	-2 279	-2 489	-4 768	-2 298	-2 779	-5 077

Fonte: Banco Central do Brasil

A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US$ 19,3 bilhões, em 2009, US$ 2,6 bilhões acima do resultado do ano anterior. A elevação das despesas líquidas é explicada, em ordem de importância, pelo comportamento das contas aluguel de equipamentos, serviços financeiros, seguros e viagens internacionais.

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US$ 9,4 bilhões em 2009, ante US$ 7,8 bilhões no ano anterior. A ampliação das remessas reflete pagamentos contratuais, além de estar associada ao processo de maior utilização, no país, de bens de capital de propriedade de não-residentes. As receitas apresentam valores pouco expressivos.

As despesas líquidas com serviços financeiros registraram US$ 443 milhões, ante receitas líquidas de US$ 93 milhões em 2008. Esse resultado evidenciou queda de 5,5% nas receitas, que atingiram US$ 1,2 bilhão, e elevação de 40,8% nas despesas, totalizando US$ 1,6 bilhão.

Os serviços de seguros registraram saídas líquidas de US$ 1,4 bilhão, ante US$ 837 milhões, em 2008. Houve decréscimo de 55% nas receitas de seguros, que somaram US$ 373 milhões, em 2009, e elevação de 9% nas despesas, que somaram US$ 1,8 bilhão.

A conta de transportes registrou saídas líquidas de US$3,9 bilhões, 21,4% inferior ao resultado de 2008, consistente com os comportamentos da balança comercial e de viagens internacionais. O desempenho de exportações e importações de bens acarretou queda de 33,1% das despesas líquidas com fretes em 2009. As receitas e despesas de fretes marítimos, em sua quase totalidade constituídas por transporte de bens, registraram, respectivamente, reduções de 12,4% e 25,5%.

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US$ 2,6 bilhões, mesmo patamar de 2008. As receitas alcançaram US$ 209 milhões, e as despesas, US$ 2,8 bilhões.

Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, rubrica que inclui os serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US$ 2,1 bilhões em 2009, com recuo de 6,9% frente ao registrado no ano anterior. O resultado refletiu os aumentos das remessas, 6,9%, e das receitas, 6,8%.

Serviços governamentais registraram despesas líquidas de US$ 1,5 bilhão, em 2009, elevação de 30,4% face ao ano anterior. O resultado refletiu aumentos de 7,1% nos gastos do governo brasileiro no exterior, que somaram US$ 2,9 bilhões. Ainda na comparação com o ano anterior, as receitas tiveram redução de 8,9% e situaram-se em US$ 1,5 bilhão.

VIAGENS INTERNACIONAIS

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-2 635	-2 542	-5 177	-1 887	-3 706	-5 594
Receita	2 899	2 886	5 785	2 567	2 738	5 305
Despesa	5 534	5 428	10 962	4 454	6 444	10 898
Cartões de crédito	-1 762	-1 933	-3 695	-1 491	-1 922	-3 412
Receita	1 486	1 313	2 799	1 265	1 910	3 175
Despesa	3 247	3 246	6 493	2 755	3 832	6 587
Serviços turísticos	- 343	- 342	- 685	- 227	- 360	- 587
Receita	203	191	395	181	152	333
Despesa	546	534	1 080	408	512	920
Outros	- 531	- 267	- 798	- 169	-1 425	-1 594
Receita	1 210	1 382	2 592	1 121	676	1 797
Despesa	1 741	1 648	3 390	1 290	2 101	3 391

Fonte: Banco Central do Brasil

Os valores apresentados pela conta de viagens internacionais em 2009 são expressivos, tanto para o saldo, como para receitas e despesas. As despesas líquidas totalizaram US$ 5,6 bilhões em 2009, em comparação a US$ 5,2 bilhões registrados no ano anterior. Observe-se, no entanto, aumento das despesas líquidas no segundo semestre do ano, em linha com a apreciação cambial do período e ganhos de renda. As receitas com viagens internacionais somaram US$ 5,3 bilhões, registrando recuo de 8,3% em relação a 2008. Os dispêndios de brasileiros no exterior, por sua vez, sofreram redução de 0,6%, em 2009, atingindo US$ 10,9 bilhões. Esses movimentos resultaram em despesas líquidas de US$ 587 milhões no item turismo, 14,2% inferiores aos gastos registrados em 2008, US$ 685 milhões. O déficit da conta turismo acelerou-se ligeiramente na segunda metade do ano, passando de US$ 227 milhões, no primeiro semestre, para US$ 360 milhões, no segundo semestre. No ano, as saídas líquidas com cartões de crédito, principal componente do item, somaram US$ 3,2 bilhões, redução de 7,6% na comparação com o ano anterior.

SERVIÇOS EMPRESARIAIS, PROFISSIONAIS E TÉCNICOS

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	3 736	4 374	8 110	3 319	4 401	7 720
Crédito	6 015	6 900	12 915	5 618	7 180	12 798
Encomendas postais	0	0	1	0	0	0
Honorário de profissional liberal	1 266	1 418	2 684	1 278	1 430	2 708
Serviços administrativos e aluguel imóveis	1 798	2 100	3 898	1 678	2 072	3 750
Participação em feiras e exposições	13	15	27	23	20	43
Passe de atleta profissional	104	131	235	56	121	177
Publicidade	143	163	307	168	138	306
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	2 638	3 012	5 650	2 373	3 285	5 658
Serviços de projeto técnico-econômico	53	62	114	38	112	150
Despesa	2 279	2 526	4 805	2 299	2 779	5 078
Encomendas postais	7	7	15	10	11	21
Honorário de profissional liberal	276	241	517	302	342	644
Serviços administrativos e aluguel imóveis	443	534	977	428	457	885
Participação em feiras e exposições	36	34	70	31	34	65
Passe de atleta profissional	24	19	43	9	12	21
Publicidade	120	101	221	90	129	219
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	1 372	1 587	2 959	1 427	1 793	3 220
Serviços de projeto técnico-econômico	1	2	3	1	0	1

Fonte: Banco Central do Brasil

O item outros serviços somou receitas líquidas de US$ 7,7 bilhões, redução de 4,1%, em comparação ao ano anterior. Nesse grupo, os serviços empresariais, profissionais e técnicos registraram receitas líquidas de US$ 7,7 bilhões, em 2009, ante US$ 8,1 bilhões no ano anterior. Os serviços pessoais, culturais e de recreação somaram despesas líquidas de US$ 878 milhões, aumento de 12,1%. A conta Comunicações registrou receitas líquidas de US$ 186 milhões em 2009, comparativamente a US$ 167 milhões no ano anterior, acréscimo de 11,5%, principalmente pela redução nas despesas, de US$ 299 milhões para US$ 166 milhões.

RENDAS

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1° sem	2° sem	Ano	1° sem	2° sem	Ano
Total de rendas	-21 917	-18 645	-40 562	-14 635	-19 050	-33 684
Receitas	6 329	6 182	12 511	4 689	4 137	8 826
Despesas	28 246	24 827	53 073	19 324	23 186	42 510
Salários e ordenados	258	287	545	333	270	603
Receitas	313	417	730	369	296	665
Despesas	55	130	185	36	26	62
Renda de investimentos	-22 175	-18 932	-41 107	-14 968	-19 319	-34 287
Receitas	6 016	5 765	11 781	4 320	3 840	8 160
Despesas	28 191	24 696	52 888	19 288	23 160	42 448
Renda de investimento direto	-13 810	-12 965	-26 775	-7 958	-11 784	-19 742
Receitas	897	1 101	1 997	585	701	1 287
Despesas	14 706	14 066	28 773	8 544	12 485	21 029
Lucros e dividendos	-13 446	-11 902	-25 348	-7 213	-10 552	-17 765
Receitas	570	956	1 526	535	652	1 186
Despesas	14 016	12 858	26 874	7 748	11 203	18 951
Juros de empréstimos intercompanhias	- 364	-1 063	-1 427	- 745	-1 232	-1 977
Receitas	326	145	472	51	49	100
Despesas	690	1 208	1 898	796	1 281	2 077
Renda de investimento em carteira	-5 149	-2 889	-8 039	-4 140	-5 073	-9 213
Receitas	4 424	4 271	8 695	3 192	2 636	5 827
Despesas	9 573	7 161	16 734	7 332	7 709	15 041
Lucros e dividendos	-5 546	-2 980	-8 527	-3 646	-3 807	-7 453
Receitas	13	2	15	20	24	44
Despesas	5 559	2 982	8 542	3 666	3 831	7 497
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	397	91	488	- 494	-1 267	-1 760
Receitas	4 411	4 269	8 680	3 172	2 611	5 783
Despesas	4 014	4 178	8 192	3 665	3 878	7 543
Renda de outros investimentos1/	-3 216	-3 077	-6 293	-2 870	-2 462	-5 332
Receitas	696	393	1 088	543	504	1 046
Despesas	3 911	3 470	7 381	3 413	2 966	6 378
Memo:						
Juros	-3 183	-4 049	-7 232	-4 109	-4 961	-9 069
Receitas	5 433	4 807	10 240	3 765	3 164	6 930
Despesas	8 616	8 856	17 472	7 874	8 125	15 999
Lucros e dividendos	-18 993	-14 882	-33 875	-10 859	-14 358	-25 218
Receitas	583	958	1 541	555	676	1 231
Despesas	19 576	15 840	35 416	11 414	15 035	26 449

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

O déficit da conta de rendas, cujo resultado é predominantemente determinado por juros e lucros e dividendos, apresentou redução de 17%, passando de US$ 40,6 bilhões, em 2008, para US$ 33,7 bilhões, em 2009. Ao longo de 2009, pelo quarto ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e em carteira sobre o estoque do endividamento externo na composição do passivo externo. Em 2009, as remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US$ 25,2 bilhões, ante US$ 33,9 bilhões em 2008. A redução de 25,6% desse saldo esteve relacionada à intensificação da crise, com reflexo na menor lucratividade das empresas. Esse processo espelha também uma nova composição do passivo externo brasileiro, na qual a dívida externa reduz participação relativa na comparação com o investimento estrangeiro direto e em carteira.

Em termos agregados, a conta de juros apresentou remessas líquidas de US$ 9,1 bilhões, resultado da redução de 32,3% das receitas e de 8,4% das despesas. As receitas de juros passaram de US$ 10,2 bilhões em 2008, para US$ 6,9 bilhões em 2009. Ressalte-se que a queda nas receitas de juros, observada desde meados de 2008, esteve associada à redução da queda dos juros

internacionais, com a consequente diminuição na remuneração dos ativos de reservas internacionais, principal componente dessa rubrica.

Os fluxos de salários e ordenados, de valores menos expressivos, resultaram em recebimentos líquidos de US$ 603 milhões, com crescimento de 10,7% sobre o resultado de 2008, US$ 545 milhões.

A remessa líquida de renda para o exterior esteve fortemente influenciada, em 2009, pelas remessas líquidas de rendas de investimentos diretos, evento verificado desde 2006. Vistas de forma desagregada, as remessas líquidas em renda de investimento direto somaram US$ 19,7 bilhões, redução de 26,3% na comparação com 2008. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US$ 17,8 bilhões, representando queda de 29,9%, movimento consistente com o cenário de redução do estoque de investimentos estrangeiros no país, função tanto das saídas líquidas de fluxos de portfólio quanto da redução em seus preços e de relativa depreciação do câmbio. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias sofreram acréscimo de 38,6%, registrando US$ 2 bilhões, influenciadas pela redução nas receitas, de US$ 472 milhões para US$ 100 milhões em 2009.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US$ 9,2 bilhões, elevação de 14,6% em relação a 2008. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao comportamento da conta de juros de títulos de renda fixa, que registrou amortizações líquidas de US$ 1,8 bilhão, ante ingressos líquidos US$ 488 milhões no ano anterior. As remessas líquidas de lucros e dividendos referentes aos recursos aplicados em carteiras de investimento totalizaram US$ 7,5 bilhões, redução de 12,6%.

A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US$5,3 bilhões, crescimento de 15,3%, em 2009, refletindo reduções de 3,8% nas receitas em relação a 2008, que totalizaram US$1 bilhão, e de 13,6% nas despesas, que atingiram US$6,4 bilhões em 2009.

TRANSFERÊNCIAS UNILATERAIS CORRENTES

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 886	2 338	4 224	1 630	1 632	3 263
Receitas	2 512	2 804	5 317	2 270	2 391	4 661
Despesas	626	467	1 093	639	759	1 398
Transferências correntes governamentais	10	27	37	- 73	- 136	- 209
Receitas	66	80	146	41	20	61
Despesas	56	54	109	114	156	270
Transferências correntes privadas	1 876	2 311	4 187	1 703	1 768	3 472
Receitas	2 447	2 724	5 170	2 229	2 371	4 600
Despesas	570	413	983	525	602	1 128
Manutenção de residentes	1 027	1 257	2 284	867	688	1 555
Receitas	1 376	1 537	2 913	1 136	1 088	2 224
Estados Unidos	626	663	1 289	536	359	894
Japão	335	382	717	239	185	425
Demais países	414	492	906	175	43	218
Despesas	348	280	628	269	400	669
Outras transferências	849	1 054	1 903	836	1 080	1 917
Receitas	1 071	1 187	2 258	1 093	1 283	2 376
Despesas	222	133	355	257	203	459

Fonte: Banco Central do Brasil

As transferências unilaterais líquidas decresceram 22,8% durante 2009. Os ingressos líquidos acumularam US$ 3,3 bilhões, ante US$ 4,2 bilhões no ano anterior. Parcela relevante desse fluxo refere-se à manutenção de residentes, cujas receitas brutas em 2009 registraram redução de 23,6%, na comparação com o resultado do ano anterior, somando US$ 2,2 bilhões. A rubrica representou 47,7% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 40,2%, e Japão, 19,1%.

SALDO DE TRANSAÇÕES CORRENTES E NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO EXTERNO"

US$ milhões

Período		Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
		Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses	Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses	Valor Mensal	Últimos 12 meses	% PIB Últimos 12 meses
2004	Dez	1202	11679	1,76	3150	18146	2,73	-4352	-29825	-4,49
2005	Dez	530	13985	1,58	1406	15066	1,71	-1936	-29051	-3,29
2006	Dez	438	13643	1,27	2457	18822	1,76	-2896	-32465	-3,03
2007	Dez	-498	1551	0,12	886	34585	2,59	-388	-36136	-2,71
2008	Jan	-4028	-2108	-0,15	4826	36989	2,66	-798	-34881	-2,50
	Fev	-1889	-4375	-0,31	890	36501	2,57	999	-32127	-2,26
	Mar	-4343	-8950	-0,62	3083	36819	2,56	1260	-27869	-1,94
	Abr	-3044	-13793	-0,94	3872	37219	2,54	-828	-23427	-1,60
	Mai	-786	-14418	-0,97	1313	38035	2,56	-527	-23617	-1,59
	Jun	-2781	-17741	-1,17	2726	30442	2,01	56	-12701	-0,84
	Jul	-2168	-19163	-1,25	3266	30095	1,96	-1099	-10932	-0,71
	Ago	-1084	-21570	-1,38	4638	32754	2,1	-3554	-11184	-0,72
	Set	-2761	-24879	-1,57	6241	37458	2,36	-3480	-12579	-0,79
	Out	-1239	-25970	-1,61	3913	38184	2,37	-2675	-12214	-0,76
	Nov	-951	-25572	-1,57	2175	37829	2,32	-1223	-12257	-0,75
	Dez	-3119	-28192	-1,72	8115	45058	2,75	-4997	-16866	-1,03
2009	Jan	-2763	-26927	-1,69	1930	42162	2,64	833	-15235	-0,95
	Fev	-612	-25650	-1,65	1968	43240	2,77	-1356	-17590	-1,13
	Mar	-1558	-22865	-1,5	1444	41601	2,73	114	-18736	-1,23
	Abr	89	-19732	-1,33	3409	41138	2,77	-3498	-21407	-1,44
	Mai	-1770	-20716	-1,42	2483	42308	2,89	-713	-21592	-1,48
	Jun	-573	-18508	-1,28	1431	41014	2,84	-858	-22506	-1,56
	Jul	-1639	-17979	-1,25	1287	39035	2,72	352	-21056	-1,47
	Ago	-878	-17723	-1,23	1903	36300	2,52	-1076	-18578	-1,29
	Set	-2449	-17411	-1,19	1816	31875	2,17	633	-14464	-0,99
	Out	-3015	-19187	-1,29	1563	29525	1,98	1452	-10338	-0,69
	Nov	-3271	-21506	-1,41	1604	28955	1,89	1666	-7448	-0,49
	Dez	-5947	-24334	-1,55	5109	25949	1,65	838	-1614	-0,10

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido (inclui empréstimos intercompanhias)

Conta Financeira

INVESTIMENTOS BRASILEIROS DIRETOS

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-8 579	-11879	-20 457	1 796	8 288	10 084
Retornos	5 695	7 940	13 635	9 899	15 357	25 256
Saídas	14 274	19 819	34 092	8 103	7 069	15 172
Participação no capital	-6 761	-7 599	-13 839	-1 191	-3 355	-4 546
Retornos	1 097	3 072	4 169	2 411	1 506	3 917
Saídas	7 358	10 671	18 028	3 602	4 861	8 463
Empréstimos intercompanhias	-2 318	-4 280	-6 598	2 987	11 643	14 630
Ingressos	4 598	4 868	9 466	7 488	13 851	21 339
Saídas	6 916	9 148	16 064	4 501	2 208	6 709

Fonte: Banco Central do Brasil

As condições adversas nos mercados financeiros internacionais influenciaram os fluxos de investimentos brasileiros diretos no exterior, que somaram retornos líquidos de US$ 10,1 bilhões, ante aplicações líquidas de US$ 20,5 bilhões em 2008. O resultado dessa conta em 2009 reflete principalmente amortizações de US$ 14,6 bilhões em empréstimos

concedidos por empresas brasileiras a coligadas no exterior. A constituição de investimentos diretos no exterior sofreu redução, passando de US$ 13,9 bilhões em 2008, para US$ 4,5 bilhões em 2009.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	16 710	28 348	45 058	12 665	13 283	25 949
Ingressos	27 639	44 197	71 836	23 274	30 233	53 507
Saídas	10 929	15 848	26 778	10 609	16 950	27 558
Participação no capital	10 713	19 351	30 064	7 718	12 188	19 906
Ingressos	16 765	27 692	44 457	12 609	19 071	31 679
Moeda	15 188	23 679	38 867	11 417	15 423	26 840
Autônomos	15 188	23 679	38 867	11 417	15 423	26 840
Conversões	1 553	4 008	5 561	1 190	3 645	4 835
Mercadoria	23	6	29	2	3	4
Saídas	6 052	8 341	14 393	4 891	6 882	11 773
Empréstimos intercompanhias	5 997	8 997	14 994	4 948	1 095	6 042
Ingressos	10 874	16 504	27 379	10 665	11 162	21 827
Saídas	4 877	7 507	12 384	5 718	10 067	15 785
Das quais conversões	1 239	2 553	3 792	1 006	2 683	3 689
Memo:						
Contribuição líquida de conversões p/IED	315	1 455	1 769	185	962	1 147
Desembolsos totais via conversões	1 553	4 008	5 561	1 190	3 645	4 835
Saídas de conversões de empr. Interc.	1 239	2 553	3 792	1 006	2 683	3 689

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros diretos no Brasil apresentaram fluxo líquido de US$ 25,9 bilhões frente aos ingressos líquidos de 2008, US$ 45,1 bilhões. Desse total, os ingressos líquidos de participação no capital de empresas no país totalizaram US$ 19,9 bilhões. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US$ 6 bilhões, comparados a US$ 15 bilhões em 2008.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS
(Participação - Distribuição por país de origem[1])

US$ milhões

País	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	16765	27692	44457	12 609	19 071	31 679
Países Baixos	1949	2690	4639	3 094	3 421	6 515
Estados Unidos	3734	3314	7047	1 760	3 142	4 902
Espanha	2016	1834	3851	1 127	2 297	3 424
Alemanha	720	366	1086	2 174	299	2 473
França	1266	1614	2880	755	1 386	2 141
Japão	357	3742	4099	565	1 107	1 673
Canadá	856	586	1442	143	1 228	1 372
Ilhas Cayman	348	1208	1556	274	818	1 092
Reino Unido	560	134	693	193	839	1 032
Chile	97	167	264	133	894	1 027
Austrália	614	540	1154	391	315	707
Noruega	89	118	207	138	533	671
Luxemburgo	483	5454	5937	236	301	537
Ilhas Virgens Britânicas	214	834	1048	101	302	403
Portugal	844	208	1051	132	251	384
Bermudas	263	775	1038	120	261	380
Suíça	443	360	803	131	249	380
Itália	153	232	385	86	146	232
Suécia	10	45	55	101	113	214
Uruguai	92	332	424	56	142	198
México	158	63	220	32	135	167
Colômbia	34	20	54	68	83	152
Panamá	53	44	96	80	52	132
Coréia do Sul	64	564	628	106	26	132

(continua)

País	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Bélgica	49	29	78	82	11	93
Cingapura	72	19	91	79	12	91
Argentina	55	72	127	25	55	80
Chipre	32	14	45	2	68	70
Hungria	0	106	106	10	51	61
Finlândia	64	121	185	2	54	56
Bahamas	560	541	1101	37	16	52
Áustria	85	9	93	15	33	48
Dinamarca	81	90	171	15	32	47
Peru	1	429	429	0	44	45
Hong Kong	14	21	35	6	28	34
Irlanda	22	53	75	5	4	8
Antilhas Holandesas	1	476	477	1	6	6
Costa Rica	3	0	3	2	0	2
Demais países	312	471	783	331	316	647

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

Na modalidade de participação no capital, os investimentos estrangeiros diretos dos Países Baixos somaram US$6,5 bilhões, em 2009, com participação de 20,6% no total, recuperando a posição de principal investidor estrangeiro no país. Outras inversões expressivas foram as originárias dos EUA, US$ 4,9 bilhões, 15,5% do total; Espanha, US$ 3,4 bilhões, 10,8%; Alemanha, US$ 2,5 bilhões, 7,8%; França, US$ 2,1 bilhões, 6,8%; Japão, US$ 1,7 bilhão, 5,3%; Canadá, US$ 1,4 bilhão, 4,3%; e Ilhas Cayman, US$ 1,1 bilhão. Com aplicações superiores a US$ 1 bilhão estão também Reino Unido e Chile. Esses países responderam por 81% do total dos ingressos de IED em participação do capital em 2009.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS
(Participação - Distribuição por setor[1])

US$ milhões

Setor	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	16765	27692	44457	12 609	19 071	31 679
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2075	10919	12995	1 391	3 206	4 597
Extração de minerais metálicos	925	9719	10645	438	865	1 303
Extração de petróleo e gás natural	709	630	1339	762	1 895	2 656
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	229	269	498	97	158	255
Extração de minerais não-metálicos	4	158	162	2	5	7
Produção florestal	44	74	118	66	99	165
Atividades de apoio à extração de minerais	163	68	231	25	184	209
Demais	1	1	3	1	0	2
Indústria	6525	7488	14013	6 628	6 853	13 481
Veículos automotores, reboques e carrocerias	870	94	964	1 961	203	2 163
Produtos químicos	498	361	859	834	723	1 557
Metalurgia	2717	2267	4984	2 051	1 702	3 754
Produtos alimentícios	782	1444	2226	256	195	451
Bebidas	1	11	12	26	90	116
Celulose, papel e produtos do papel	103	97	200	62	708	770
Máquinas e equipamentos	110	396	506	152	239	390
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	28	307	335	192	165	357
Produtos de borracha e de material plástico	429	242	671	203	234	437
Produtos de metal	55	89	144	24	105	128
Produtos minerais não-metálicos	68	583	651	1	224	225
Edição e edição integrada à impressão	2	3	5	4	200	204
Produtos têxteis	18	33	51	1	69	70
Produtos diversos	30	77	107	40	38	79
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	27	117	145	72	253	325
Outros equipamentos de transportes	23	33	55	4	69	73
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	455	1113	1568	300	1 045	1 344
Produtos do fumo	5	2	7	3	5	8
Reparação e manutenção de equipamentos de informática	2	1	3	1	0	1

(continua)

Setor	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	84	206	290	379	309	688
Produtos de madeira	103	0	104	14	197	211
Outras indústrias	114	12	126	48	80	128
Serviços	8164	9285	17449	4 590	9 012	13 601
Telecomunicações	109	338	447	121	189	310
Comércio, exceto veículos	967	1596	2564	832	1 494	2 326
Serviços de escritório e outros serviços prestados a empresas	249	124	373	66	189	255
Serviços financeiros e atividades auxiliares	2821	2288	5109	308	2 582	2 891
Eletricidade, gás e outras utilidades	343	566	909	186	785	970
Alojamento	40	73	113	55	207	262
Construção de edifícios	667	719	1386	356	361	717
Serviços de tecnologia da informação	159	230	390	50	808	858
Atividades imobiliárias	526	1195	1 721	296	298	594
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	224	250	474	972	348	1 320
Transporte	255	398	652	376	135	511
Alimentação	8	46	55	6	14	20
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	63	16	79	42	148	190
Publicidade e pesquisa de mercado	46	50	97	22	33	55
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	225	188	413	75	242	317
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão de empresas	98	77	176	49	134	183
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços correlatos	3	3	6	2	6	7
Serviços de arquitetura e engenharia	66	120	186	24	67	92
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	316	324	640	237	152	389
Obras de infra-estrutura	189	148	337	29	397	426
Comércio e reparação de veículos	56	40	96	36	36	73
Captação, tratamento e distribuição de água	100	23	123	0	0	0
Outros serviços	632	472	1 104	450	388	838

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Não inclui investimentos em bens, imóveis e moeda nacional.

Os três setores de atividades – primário, secundário e terciário - registraram diminuição dos ingressos de investimentos estrangeiros diretos, participação no capital, em 2009.

O setor serviços manteve-se como o maior receptor de investimentos estrangeiros, com US$ 13,6 bilhões, 42,9% do total de 2009, e redução de 22,1% na comparação com 2008.

Os segmentos de serviços financeiros, comércio e seguros foram os que obtiveram maior participação no setor. O maior dinamismo foi registrado nos segmentos de seguros, 178,5% acima do resultado de 2008; aluguéis não-imobiliários, 140,3%; alojamento, 131,9%; e serviços de tecnologia da informação, 120%. Houve forte retração nos fluxos direcionados às atividades imobiliárias, 65,5%; alimentação, 63,6%; serviços de arquitetura e engenharia, 50,7%; e construção de edifícios, 48,3%.
Os investimentos estrangeiros diretos destinados ao setor industrial participaram com 42,6% do total do fluxo, com US$ 13,5 bilhões e redução de 3,8% na comparação com 2008. Entre os segmentos mais representativos, destacaram-se: metalurgia; veículos automotores; produtos químicos; e coque, derivados de petróleo e biocombustíveis. Os que apresentaram maior elevação frente ao resultado de 2008 foram: celulose, papel e produtos do papel; produtos farmoquímicos e farmacêuticos; veículos automotores; equipamentos de informática; e produtos químicos.

Os fluxos de investimentos estrangeiros diretos direcionados à indústria alimentícia; de reparação e manutenção de equipamentos de informática; e de minerais não-metálicos apresentaram as maiores retrações.

Na agropecuária e extrativa mineral, onde houve retração de 64,6%, os fluxos passaram de US$ 13 bilhões para US$ 4,6 bilhões.

Essa redução concentrou-se nas atividades de extração de minerais metálicos, que perdeu a posição de principal segmento receptor dos investimentos estrangeiros diretos na modalidade participação no capital.

Houve crescimento de 98,4% no segmento exploração de petróleo e gás natural, representando 8,4% no total dos fluxos de 2009.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM CARTEIRA

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	10	1 891	1 900	- 922	3 897	2 975
Receitas	2 220	3 189	5 408	980	5 230	6 210
Despesas	2 210	1 298	3 508	1 902	1 333	3 235
Investimentos em ações	- 52	309	257	524	3 106	2 582
Receitas	1 090	446	1 536	205	3 345	3 550
Despesas	1 142	137	1 279	728	239	968
BDR - *Brazilian Depositary Receipts*	- 291	- 7	- 297	11	0	11
Receitas	16	5	21	15	2	17
Despesas	307	12	318	3	2	6
Demais	239	316	554	- 535	3 106	2 571
Receitas	1 074	441	1 515	190	3 343	3 533
Despesas	835	126	961	725	237	962
Títulos de renda fixa	61	1 582	1 643	- 398	791	393
Receitas	1 129	2 743	3 872	775	1 884	2 660
Despesas	1 068	1 161	2 229	1 174	1 094	2 267

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram retornos líquidos de US$ 3 bilhões, comparados a US$ 1,9 bilhão em 2008, registrando-se ingressos líquidos de US$ 2,6 bilhões em investimentos em ações de companhias estrangeiras. Os investimentos em títulos de renda fixa apresentaram retornos líquidos de US$ 393 milhões, ante US$ 1,6 bilhão, no ano anterior.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS EM CARTEIRA

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	13 283	-14 050	- 767	2 263	43 896	46 159
Receitas	150 209	116 251	266 460	74 266	120 185	194 451
Despesas	136 926	130 301	267 227	72 004	76 289	148 292
Investimentos em ações	4 828	-12 393	-7 565	3 030	34 041	37 071
Receitas	118 602	99 000	217 602	55 400	94 343	149 743
Despesas	113 774	111 393	225 167	52 370	60 302	112 671
Negociadas no país	5 167	-16 017	-10 850	3 086	29 012	32 097
Receitas	117 996	94 764	212 759	55 232	89 194	144 426
Despesas	112 829	110 780	223 609	52 146	60 182	112 328
Negociadas no exterior (ADR)	- 339	3 623	3 285	- 56	5 030	4 974
Receitas	606	4 236	4 842	168	5 149	5 317
Despesas	945	613	1 558	223	119	343
Títulos de renda fixa	8 455	-1 656	6 798	- 768	9 855	9 087
Receitas	31 607	17 251	48 859	18 866	25 842	44 708
Despesas	23 152	18 908	42 060	19 634	15 987	35 621
Negociados no país	10 171	5 118	15 289	1 086	8 990	10 077
Médio e longo prazo	8 289	5 529	13 818	1 404	8 274	9 678
Receitas	19 916	10 608	30 524	10 487	14 881	25 368
Despesas	11 627	5 080	16 707	9 083	6 607	15 690
Curto prazo	1 882	- 410	1 471	- 318	717	399
Receitas	5 231	1 726	6 958	1 892	1 284	3 176
Despesas	3 350	2 137	5 486	2 210	568	2 777
Negociados no exterior	-1 716	-6 775	-8 491	-1 854	865	- 989
Bônus	-2 431	- 572	-3 003	692	- 599	94
Privados	0	11	11	0	56	56
Desembolsos	0	11	11	0	56	56
Amortizações	0	0	0	0	0	0
Públicos	-2 431	- 584	-3 015	692	655	38
Desembolsos	525	0	525	1 775	2 325	4 100

(continua)

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Amortizações	2 956	584	3 540	1 083	2 980	4 062
Valor de face	2 754	486	3 241	994	2 798	3 792
Descontos	- 202	- 97	- 299	- 88	182	270
Notes e *commercial papers*	1 493	-3 045	-1 552	- 640	124	- 516
Desembolsos	4 731	2 552	7 283	3 682	4 767	8 450
Amortizações	3 239	5 596	8 835	4 322	4 643	8 965
Títulos de curto prazo	- 777	-3 158	-3 935	-1 906	1 339	- 567
Desembolsos	1 204	2 354	3 558	1 030	2 529	3 559
Amortizações	1 981	5 511	7 493	2 937	1 189	4 126

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US$ 46,2 bilhões, ante saídas líquidas de US$ 767 milhões em 2008. Houve ingressos líquidos em ações de empresas brasileiras negociadas no país, US$ 32,1 bilhões, comparadas a saídas líquidas verificadas em 2008, US$ 10,9 bilhões. Os títulos de renda fixa de médio e longo prazos negociados no Brasil registraram influxo, US$ 10,1 bilhões, ante US$ 15,3 bilhões no ano anterior. O mercado de bônus soberanos registrou ingressos líquidos de US$ 38 milhões em 2009, como consequência não apenas do cronograma original de vencimentos, mas, principalmente, em função dos resgates antecipados de dívida. Do ponto de vista das novas emissões, destaquem-se os desembolsos totais, US$ 4,1 bilhões, advindos das emissões de Global 19N e Global 41, na ordem, US$ 1 bilhão e US$ 1,3 bilhão, e duas reaberturas dos bônus Global 19N e uma do Global 37, respectivamente, US$750 milhões, US$ 525 milhões e US$ 525 milhões. Em 2009, não houve desembolsos de organismos internacionais. As operações de *notes* e *commercial papers* apresentaram amortizações líquidas de US$ 516 milhões, ante US$ 1,6 bilhão em 2008. Os títulos de curto prazo registraram amortizações líquidas de US$ 567 milhões em 2009, comparativamente a US$ 3,9 bilhões, em 2008.

OUTROS INVESTIMENTOS BRASILEIROS

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-1 577	-3 691	-5 269	-12 366	-20 775	-33 141
Empréstimos	-2 149	-2 669	-4 818	-13 238	-11 983	-25 221
Longo prazo	-2 043	2 994	-5 037	- 59	- 72	- 131
Receitas	647	506	1 153	37	33	70
Despesas	2 689	3 500	6 190	96	105	201
Curto prazo (líq.)	- 106	325	219	-13 179	-11 912	-25 090
Moeda e depósitos	330	-2 562	-2 232	854	-8 662	-7 808
Bancos	1 161	2 269	3 430	- 394	-5 423	-5 817
Demais setores	- 831	-4 831	-5 662	1 248	-3 239	-1 991
Demais	- 831	-4 831	-5 662	1 248	-3 239	-1 991
Outros ativos	241	1 540	1 781	18	- 130	- 112
Longo prazo	14	20	34	17	- 3	14
Receitas	140	107	247	82	84	166
Despesas	126	87	213	65	87	152
Curto prazo	227	1 520	1 747	1	- 126	- 125

Fonte: Banco Central do Brasil

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US$ 33,1 bilhões em 2009, contra US$ 5,3 bilhões em 2008. O saldo dos empréstimos de longo prazo ao exterior somou remessas líquidas de US$ 131 milhões, ante US$ 5 bilhões, em 2008. Os empréstimos de curto prazo apresentaram aplicações líquidas de US$ 25,1 bilhões. As saídas líquidas de US$ 7,8 bilhões na forma de moedas e depósitos no exterior refletiram as aplicações líquidas dos bancos, US$ 5,8 bilhões, e a constituição de ativos dos demais setores, US$ 2 bilhões.

OUTROS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

US$ milhões

Discriminação	2008			2009		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	20 359	-12 210	8 149	14 745	2 497	17 241
Crédito comercial (de fornecedores)	9 645	-5 178	4 467	8 010	-3 922	4 087
Longo prazo	532	- 36	496	- 340	- 718	-1 057
Desembolsos	1 345	888	2 233	1 218	1 525	2 743
Amortizações	813	924	1 737	1 558	2 243	3 800
Curto prazo (líquido)	9 113	-5 142	3 971	8 350	-3 205	5 145

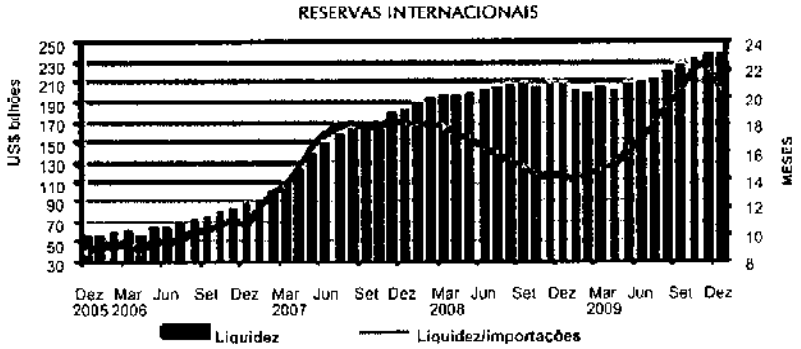
(continua)

Discriminação	2008			2009		
	1° sem	2° sem	Ano	1° sem	2° sem	Ano
Empréstimos	11 005	-5 833	5 172	6 620	2 041	8 661
Autoridade monetária	-	-	-	-	-	-
Operações de regularização	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos de longo prazo	-	-	-	-	-	-
Desembolsos	-	-	-	-	-	-
Amortizações	-	-	-	-	-	-
Demais setores	11 005	-5 833	5 172	6 620	2 041	8 661
Longo prazo	7 394	5 927	13 321	1 579	5 597	7 175
Desembolsos	10 858	10 716	21 573	6 926	13 556	20 482
Organismos1/	1 816	3 045	4 861	1 823	2 637	4 461
Agências	980	902	1 882	806	3 770	4 577
Compradores	5 003	4 137	9 140	3 152	5 214	8 366
Empréstimos diretos	3 058	2 632	5 690	1 144	1 935	3 079
Amortizações	3 464	4 789	8 253	5 347	7 960	13 307
Organismos1/	896	910	1 806	1 281	2 368	3 649
Agências	316	388	704	411	551	962
Compradores	1 001	1 635	2 636	1 671	2 737	4 407
Empréstimos diretos	1 251	1 856	3 107	1 984	2 304	4 288
Curto prazo	3 611	-11 759	-8 148	5 042	-3 556	1 486
Moeda e depósitos	- 294	-1 201	-1 495	114	420	534
Outros passivos	3	2	5	-	3 958	3 958
Longo prazo	-	-	-	-	3 962	3 962
Curto prazo	3	2	5	-	- 4	- 4

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Inclui Corporação Financeira Internacional (CFI).

Outros investimentos estrangeiros no país apresentaram ingressos líquidos de US$ 17,2 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos de US$ 4,1 bilhões, ante US$ 4,5 bilhões em 2008. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram amortizações líquidas de US$ 1,1 bilhão. Os créditos de curto prazo líquidos somaram ingressos de US$ 5,1 bilhões. Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US$ 7,2 bilhões, concentrados em compradores, desembolsos líquidos de US$ 4 bilhões, agências, US$ 3,6 bilhões e organismos, US$ 812 milhões. Os empréstimos diretos apresentaram amortizações líquidas de US$ 1,2 bilhão. Os empréstimos de curto prazo registraram ingressos líquidos de US$ 1,5 bilhão, ante amortizações líquidas de US$ 8,1 bilhões no ano anterior. Os ingressos líquidos de recursos de não-residentes mantidos no país sob a forma de depósitos e moeda somaram US$ 534 milhões. Os outros passivos de longo prazo registraram ingressos de US$ 4 bilhões, resultado dos DES alocados pelo FMI ao Brasil, que constituem simultaneamente ativos externos, componentes das reservas internacionais, e passivos externos, na dívida.

2.3.5. Reservas Internacionais



O cenário econômico mundial apresentou quadro relativamente benigno em 2009, em comparação com o ano anterior. As intervenções *spot* da Autoridade Monetária no mercado doméstico de câmbio, que no primeiro bimestre do ano representaram vendas líquidas de US$ 2,9 bilhões, já a partir do mês de maio passaram a resultar em compras líquidas no mercado de câmbio. Assim, o resultado acumulado das intervenções ao longo do ano revelou compras líquidas de US$ 36,5 bilhões. As operações de linhas com recompra, que se caracterizam por vendas no mercado interno à vista, com o compromisso de recompra futura, e apresentavam estoque de US$ 8,3 bilhões no final de 2008, foram integralmente liquidadas em 2009. Já os empréstimos em moedas estrangeiras com garantias em operações de exportação ou títulos soberanos do país, cujo estoque no final de 2008 era de US$ 4,7 bilhões, tiveram amortizações líquidas de R$ 4,2 bilhões ao longo de 2009, mantendo, ao final do ano, estoque de R$ 535 milhões. Ao final de 2009, as reservas internacionais atingiram US$ 238,5 bilhões no conceito caixa, elevando-se US$ 44,8 bilhões em relação ao ano anterior. No conceito liquidez internacional, o qual inclui o estoque de operações de empréstimo em moedas estrangeiras, houve acréscimo de US$ 32,2 bilhões no mesmo período, somando US$ 239 bilhões.

As operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US$ 8,2 bilhões. Destacaram-se desembolsos de US$ 1,8 bilhão, que incluíram US$ 525 milhões da reabertura do *Global* 37 e US$ 1,3 bilhão do lançamento do *Global* 41, além da receita de juros de US$ 4,8 bilhões com a remuneração das reservas. As demais operações elevaram o estoque em US$ 1,7 bilhão, explicada principalmente pelas perdas de US$ 4,2 bilhões em preços de títulos, pelos ganhos de US$ 1,3 bilhão em paridade e por alocações de DES no valor de US$ 3,9 bilhões.

DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS

US$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	85 839	180 334	193 783
1. Compras (-)/vendas (+) do Banco Central (intervenções)	78 589	- 5 438	36 526
Pronto	78 589	7 585	24 038
Linhas com recompra	-	- 8 338	8 338
Empréstimos em moeda estrangeira	-	- 4 685	4 151
2. Operações externas do Banco Central	15 905	18 887	8 211
Desembolsos	2 883	1 291	1 800
Bônus	2 883	525	1 800
Organismos	-	766	-
Amortizações	- 140	-	-
Bônus e MYDFA	- 138	-	-
Organismos	- 2	-	-
Clube de Paris	-	-	-
Juros	6 300	7 176	4 755
Bônus e MYDFA	- 7	-	-
Organismos	- 24	- 18	- 2
Clube de Paris	-	-	-
Remuneração das reservas	6 330	7 193	4 757
Demais[1/]	6 863	10 421	1 656
II - Total das operações do Banco Central (1 + 2)	94 495	13 450	44 736
III - Posição das reservas - conceito caixa	180 334	193 783	238 520
IV - Saldo de linhas com recompra	-	8 338	-
V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira	-	4 685	535
VI - Posição das reservas - conceito liquidez[2/]	-	206 806	239 054
Memo:			
Mercado de câmbio liquidado:	78 589	2 900	28 188
Operações com clientes no país (líquido)	87 940	- 3 419	30 566
Fluxo de operações interbancárias com o exterior (líquido)	-	-	-
Variação da posição dos bancos (líquido)[3/]	- 9 351	6 319	- 2 378

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Compreende recebimento/pagamento de CCR, flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, liberação de garantias colaterais e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

2/ Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

3/ A variação de posição dos bancos não é afetada pelas intervenções de linhas com recompra. Assim, o resultado do mercado de câmbio consolidado coincide apenas com as intervenções do Banco Central nas modalidades "pronto" e "linhas para exportação".

2.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

TESOURO NACIONAL - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA [1]

US$ milhões

Período	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
2009						
Jan	129	937	1 065	1 065	-	1 065
Fev	58	454	512	512	-	512
Mar	94	128	222	222	-	222
Abr	369	343	713	713	-	713
Mai	-	134	134	134	-	134
Jun	344	119	463	463	-	463
Jul	229	878	1 107	1 107	-	1 107
Ago	161	313	474	474	-	474
Set	98	245	343	343	-	343
Out	1 120	302	1 421	1 421	-	1 421
Nov	242	142	384	384	-	384
Dez	948	52	1 000	1 000	-	1 000
Ano	3 792	4 047	7 838	7 838	-	7 838

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2009, o Tesouro Nacional (TN) manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus. Ao longo do ano, tais liquidações do TN em mercado somaram US$ 7,8 bilhões, dos quais US$ 3,8 bilhões foram referentes a principal e US$ 4 bilhões a juros. Dentre os pagamentos de principal, destacaram-se aqueles relativos aos seguintes bônus: Global 09 (US$ 1 bilhão), Global 09-F (US$ 256 milhões), Global 18/A-Bond (US$ 184 milhões) e Euro 09 (US$ 347 milhões).

OPERAÇÕES DE RECOMPRA DE TÍTULOS SOBERANOS DA DÍVIDA EXTERNA
Pela data de liquidação

US$ milhões

Período	Principal	Juros	Ágio/Deságio	Total
2009				
Jan	129	5	37	171
Fev	58	1	13	72
Mar	78	2	18	98
Abr	22	0	7	29
Mai	-	-	-	-
Jun	88	3	14	105
Jul	44	1	10	55
Ago	161	4	48	213
Set	83	1	23	107
Out	119	2	30	152
Nov	242	8	58	308
Dez	59	2	15	77
Ano	1 084	30	273	1 388

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2009, o programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, cuja principal diretriz é promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior, manteve a política de abranger todos os títulos, independentemente de seu vencimento. Em sua execução, foram contratados cerca de US$ 1,4 bilhão no mercado interno, dos quais US$ 1,1 bilhão foram gastos nas amortizações (correspondendo ao valor da efetiva redução da dívida externa), US$ 30 milhões em juros decorridos e US$ 273 milhões em despesas de ágio.

2.3.7. Dívida Externa

Em setembro de 2009, a dívida externa total alcançou US$ 205 bilhões, elevando-se US$ 6,6 bilhões em relação a dezembro de 2008. A dívida de médio e longo prazo cresceu US$ 5,5 bilhões neste período, passando de US$ 162 bilhões para US$ 167 bilhões. Já a dívida de curto prazo aumentou US$ 1,1 bilhão, de US$ 36,4 bilhões para US$ 37,5 bilhões. Os empréstimos intercompanhias elevaram-se US$ 12,6 bilhões, atingindo US$ 77,2 bilhões, dos quais US$ 68 bilhões eram referentes a empréstimos de médio e longo prazo.

ENDIVIDAMENTO EXTERNO BRUTO[1/]

US$ milhões

Discriminação	2005	2006	2007	2008	2009-Set
A. Dívida total (B + C)	169 450	172 589	193 219	198 340	204 908
B. Dívida de médio e longo prazo[2/]	150 674	152 266	154 318	161 896	167 471
Programa de assistência financeira	-	-	-	-	-
FMI	-	-	-	-	-
BIS	-	-	-	-	-
BoJ	-	-	-	-	-
Demais empréstimos do FMI (Alocações de DES)	-	-	-	-	4 574
Bônus de dívida reestruturada (*Bradies*)	6 948	-	-	-	-
Demais bônus	55 842	51 968	47 195	42 687	45 143
Financiamentos de importações	38 877	39 983	46 758	58 977	58 988
Organismos internacionais	21 779	25 148	26 981	30 023	30 735
Agências governamentais	8 614	6 259	6 482	6 854	6 613
Outros financiadores	8 483	8 575	13 295	22 100	21 639
Empréstimos em moeda	49 007	60 315	60 365	60 232	58 670
Notes[3/]	38 257	40 151	45 884	42 420	42 408
Empréstimos diretos	10 750	20 164	14 481	17 812	16 262
Empréstimos diversos	-	-	-	-	-
C. Dívida de curto prazo	18 776	20 323	38 901	36 444	37 533
Linhas de crédito de importação de petróleo	-	-	-	-	-
Bancos comerciais	15 701	16 527	27 613	28 220	28 647
Financiamento rural (Resolução 2.483)	-	-	-	-	-
Outras operações[4/]	3 075	3 796	11 288	8 224	8 887
Financiamentos	602	530	305	802	657
Empréstimos	2 473	3 266	10 983	7 421	8 230
D. Empréstimos intercompanhias	18 537	26 783	47 276	64 570	77 172
E. Dívida total + empréstimos intercompanhias (A + D)	187 987	199 372	240 495	262 910	282 080

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ A partir de 2001 contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas, e exclui estoque de principal relativo a intercompanhias. Para os anos anteriores, os estoques de empréstimos intercompanhias também passaram a ser apresentados separadamente.

2/ As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

3/ Inclui *commercial papers* e *securities*.

4/ A partir de 1997, inclui, além de operações do Banco Central, *bridge loans* e empréstimos para repasse a empresas exportadoras. A partir de 1999, inclui ainda, captações de curto prazo de *commercial paper, notes*, bônus, empréstimos diretos e financiamentos de importação amparados em registro no Banco Central.

No mesmo período, o estoque de bônus da dívida externa subiu US$ 2,5 bilhões, para US$ 45,1 bilhões, dos quais, 97,5% referiam-se a bônus do setor público.

Do total da dívida externa de médio e longo prazo, em setembro de 2009, 35,1% referiam-se a créditos relativos a empréstimos em moeda, 27% a bônus e 35,2% a financiamentos de comércio. O estoque de empréstimos em moeda reduziu-se US$ 1,6 bilhão no período, integralmente na modalidade de empréstimos diretos. Os financiamentos de comércio permaneceram estáveis, uma vez que a elevação nos financiamentos de organismos internacionais, no valor de US$ 713 milhões, foi compensada pelas reduções nos financiamentos de agências governamentais e outros financiadores, nos valores de US$ 240 milhões e US$ 462 milhões, respectivamente.

Ainda no mesmo período, a dívida de curto prazo elevou-se US$ 1,1 bilhão, ou 3%. Esse resultado foi influenciado, em sua maior parte, pelo desempenho das operações de empréstimos, que aumentaram US$ 809 milhões.

Em setembro de 2009, considerando somente o estoque de dívida externa registrada, que representava 86% da dívida externa total, o setor público figurava como maior devedor, com 50,7% do total da dívida, acumulando US$ 88 bilhões em recursos de médio e longo prazo e US$ 1,4 bilhão em recursos de curto prazo. O endividamento de médio e longo prazo do setor público concentrava-se na modalidade bônus, US$ 44 bilhões, responsável por 50% do total. Os 49,3% restantes da dívida externa registrada, representados pelo setor privado, dividiam-se em US$ 79,3 bilhões de médio e longo prazo e US$ 7,5 bilhões de curto prazo.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA

US$ milhões

Devedor	Credor			
	Bônus	Organismos 1/	Bancos	*Notes* 2/
A. Total	45 143	35 426	37 995	45 632
B. Médio e longo prazos	45 143	35 310	33 363	42 408
Setor público	44 018	29 376	6 300	4 791
Setor público não-financeiro	44 018	24 375	2 032	2 265
Tesouro Nacional	44 018	10 437	1 085	-
Banco Central do Brasil	-	4 574	-	-
Estatais	-	1 646	493	2 265
Estados e municípios	-	7 718	455	-
Setor financeiro	-	5 001	4 268	2 527
Setor privado	1 125	5 933	27 063	37 617
Não-financeiro	1 000	3 444	22 244	21 780
Financeiro	125	2 490	4 818	15 837
C. Curto prazo	-	117	4 632	3 223
Empréstimos	-	100	4 217	-
Não-financeiro	-	-	868	-
Financeiro	-	100	3 350	-
Financiamento de importações	-	17	415	3 223
Não-financeiro	-	-	281	926
Financeiro	-	17	134	2 298
D. Empréstimos intercompanhias	265	-	-	3 120
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	45 408	35 426	37 995	48 751

Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	6 638	3 466	1 961	176 261
B. Médio e longo prazos	6 613	3 241	1 297	167 374
Setor público	3 361	188	-	88 034
Setor público não-financeiro	2 183	188	-	75 060
Tesouro Nacional	592	124	-	56 254
Banco Central do Brasil	4	-	-	4 578
Estatais	1 184	59	-	5 645
Estados e municípios	404	6	-	8 583
Setor financeiro	1 178	-	-	12 974
Setor privado	3 252	3 053	1 297	79 340
Não-financeiro	3 092	3 051	608	55 219
Financeiro	160	2	688	24 121
C. Curto prazo	25	225	664	8 887
Empréstimos	25	-	664	5 007
Não-financeiro	25	-	245	1 137
Financeiro	-	-	420	3 869
Financiamento de importações	-	225	-	3 880
Não-financeiro	-	221	-	1 428
Financeiro	-	4	-	2 452
D. Empréstimos intercompanhias	-	-	73 787	77 172
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	6 638	3 466	75 748	253 433

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Inclui FMI.
2/ Inclui *commercial papers* e empréstimos securitizados.

O setor público não-financeiro detinha, em setembro de 2009, US$ 75,1 bilhões em dívida externa de médio e longo prazos. Deste total, 74,9% concentravam-se no Tesouro Nacional, dos quais US$ 44 bilhões na modalidade bônus. A dívida dos governos estaduais e municipais representava 11,4% do total do setor público não-financeiro, concentrada em créditos de organismos internacionais. A dívida de estatais, que representava 7,5% do total do setor público não-financeiro, distribuía-se principalmente entre *notes*, créditos de organismos internacionais, bancos e agências governamentais. Já a dívida do Banco Central do Brasil correspondia a 6,1% do total do setor público não-financeiro, sendo que quase a totalidade desta dívida é composta pelas alocações de DES junto ao FMI, classificadas como dívida junto a organismos internacionais. A dívida contratada com aval do setor público atingiu US$ 21,1 bilhões em setembro de 2009, dos quais apenas US$ 904 milhões constituíam dívida do setor privado.

DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA REGISTRADA
Composição do principal por devedor e avalista

US$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009-Set
Governo federal (contratada diretamente)	75 345	75 161	63 942	58 991	54 373	56 254
Estados e municípios	6 904	6 474	6 815	7 055	8 199	8 583
Direta	-	0	-	41	27	5
Com aval	6 904	6 474	6 815	7 013	8 172	8 577
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	43 041	14 953	14 777	14 700	17 147	24 584
Direta	12 280	9 447	9 041	8 619	10 946	12 996
Com aval	30 761	5 505	5 735	6 081	6 201	11 586
Setor privado (com aval do setor público)	128	98	89	436	450	904
Total geral	125 418	96 686	85 622	81 182	80 169	90 326
Direta	87 625	84 608	72 983	67 652	65 346	69 258
Com aval	37 793	12 078	12 640	13 530	14 823	21 067
Pelo governo federal	37 604	12 034	12 597	13 454	14 688	20 447
Pelos estados e municípios	-	4	3	8	7	6
Pelas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	188	40	40	67	127	615

Fonte: Banco Central do Brasil

O esquema de amortização da dívida externa registrada de médio e longo prazos, de acordo com a posição de setembro de 2009, revela uma concentração de 38,6% do total de vencimentos no período de outubro de 2009 a 2012. A dívida de médio e longo prazos do setor público não-financeiro representa 28,5% dos vencimentos de médio e longo prazos até 2012, enquanto a dívida do setor privado representa outros 64,5%. Em relação ao esquema de amortização da dívida externa registrada por credor, os empréstimos em moeda e os bônus correspondiam a 53,8% dos vencimentos de médio e longo prazo neste mesmo período, enquanto compradores e organismos internacionais correspondiam a 20,3% e 18,4%, respectivamente, de tais vencimentos.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR DEVEDOR
Esquema de amortização[V]

US$ milhões

Discriminação	Estoque	2009 (Out-Dez)	2010	2011	2012	2013
A. Dívida total (B + C)	176 261	12 324	25 284	18 872	16 997	13 730
B. Dívida de médio e longo prazos	167 374	6 488	22 233	18 872	16 997	13 730
Setor público não-financeiro	75 060	1 767	4 793	5 432	6 420	3 969
Governo central	60 832	1 474	3 687	4 163	5 217	2 689
Demais	14 228	292	1 106	1 268	1 203	1 280
Setor público financeiro	12 974	144	983	2 731	635	1 389
Setor privado	79 340	4 577	16 458	10 709	9 942	8 372
C. Dívida de curto prazo	8 887	5 835	3 051	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	1 387	1 354	33	-	-	-
Setor privado	7 500	4 481	3 018	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	77 172	6 156	16 317	9 616	7 929	5 870
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	253 433	18 480	41 601	28 488	24 926	19 601

(continua)

(continuação)

Discriminação	2014	2015	2016	2017	2018	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B + C)	7 929	12 554	8 707	8 219	4 029	47 616
B. Dívida de médio e longo prazos	7 929	12 554	8 707	8 219	4 029	47 616
Setor público não-financeiro	3 011	5 758	3 641	4 585	1 152	34 533
Governo central	1 996	4 038	2 731	3 913	610	30 313
Demais	1 015	1 719	910	672	542	4 220
Setor público financeiro	621	580	507	463	1 453	3 469
Setor privado	4 298	6 217	4 559	3 171	1 424	9 614
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	5 719	4 423	3 088	3 780	2 932	11 341
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	13 649	16 977	11 795	11 998	6 961	58 957

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Inclui operações de regularização.

DÍVIDA EXTERNA REGISTRADA – POR CREDOR
Esquema de amortização[1/]

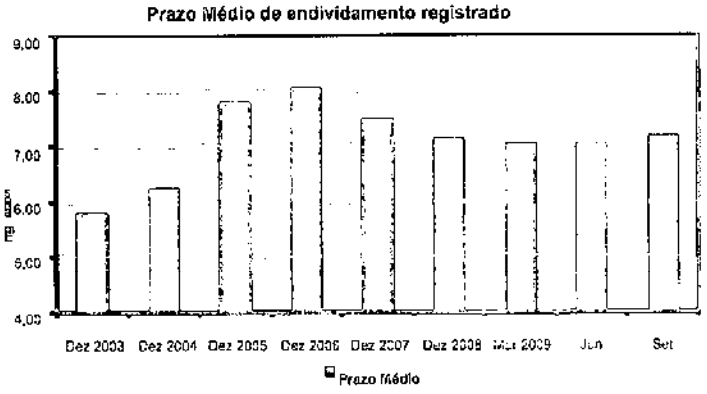
US$ milhões

Discriminação	Estoque	2009 (Out-Dez)	2010	2011	2012	2013
A. Dívida total (B + C)	176 261	12 324	25 284	18 872	16 997	13 730
B. Dívida de médio e longo prazos	167 374	6 488	22 233	18 872	16 997	13 730
Organismos internacionais	35 310	785	3 520	3 429	4 162	2 815
Agências governamentais	6 613	222	1 039	911	870	734
Compradores	18 398	1 077	4 264	3 956	3 806	2 805
Fornecedores	3 241	273	727	469	313	459
Empréstimos em moeda	58 670	3 131	10 450	7 084	5 115	5 039
Notes[2/]	42 408	1 856	7 493	2 944	2 797	3 381
Empréstimo diretos	16 262	1 275	2 957	4 140	2 319	1 659
Bônus	45 143	1 000	2 232	3 023	2 730	1 878
C. Dívida de curto prazo	8 887	5 835	3 051	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	77 172	6 156	16 317	9 616	7 929	5 870
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	253 433	18 480	41 601	28 488	24 926	19 601

Discriminação	2014	2015	2016	2017	2018	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B + C)	7 929	12 554	9 310	8 436	4 128	46 696
B. Dívida de médio e longo prazos	7 929	12 554	9 310	8 436	4 128	46 696
Organismos internacionais	2 312	2 285	1 906	1 528	1 336	11 230
Agências governamentais	600	542	459	351	286	598
Compradores	1 317	471	378	60	15	248
Fornecedores	130	170	112	103	95	391
Empréstimos em moeda	2 450	5 813	4 055	2 960	2 214	10 358
Notes[2/]	1 682	4 465	3 490	2 635	1 983	13 594
Empréstimo diretos	768	1 348	565	324	231	676
Bônus	1 120	3 273	2 399	3 434	181	23 871
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	5 719	4 423	3 088	3 780	2 932	11 341
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A + D)	13 649	16 977	12 398	12 216	7 060	58 037

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Inclui operações de regularização.
2/ Inclui *commercial papers e securities.*

O prazo médio da dívida externa registrada subiu de 7,1 anos, na posição de dezembro de 2008, para 7,2 anos, na posição de setembro de 2009. Nesta última posição, a dívida referente a fornecedores/compradores era a modalidade que apresentava o menor prazo médio, 3 anos, enquanto aquela referente a bônus apresentava o prazo médio mais longo, 12,2 anos.



Fonte: Banco Central do Brasil

PRAZO MÉDIO DE ENDIVIDAMENTO
Dívida externa registrada[1/]

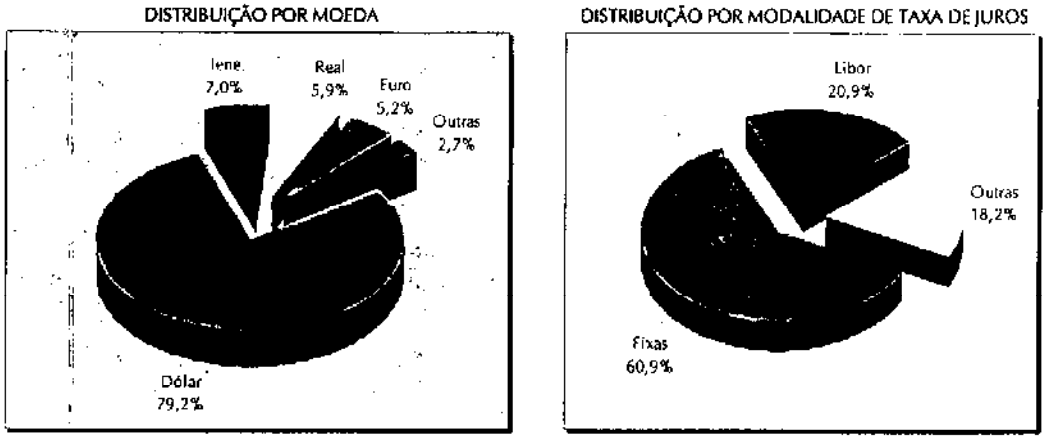
US$ milhões

Discriminação	2009-Set	Prazo médio (anos)
A. Total	174 017	7,17
Organismos internacionais	35 295	7,86
Agências governamentais	6 593	4,84
Fornecedores/compradores	21 280	3,04
Empréstimos em moeda + curto prazo	65 706	4,90
Bônus	45 143	12,21
BIB	124	2,75
Global/Euro	43 894	12,46
Outros	1 125	3,69
B. Empréstimos intercompanhias	74 094	4,97
C. Total + intercompanhia	248 111	6,51

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Exclui vencidos.

Na composição por moeda da dívida externa registrada, a participação do dólar norte-americano caiu de 79,8% do total, em dezembro de 2008, para 79,2%, em setembro de 2009. Assim, nesse período a participação das demais moedas subiu de 20,2% para 20,8%. A participação das dívidas registradas em euro caiu de 5,4% para 5,2%, nesse mesmo período, e a dívida registrada em iene caiu de 9,4% para 7%. Já a dívida registrada em real subiu de 5,3% para 5,9%, mantendo o real com a terceira maior participação na composição da dívida externa registrada, atrás do dólar norte-americano e do iene. Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, o estoque da dívida remunerada por taxas flutuantes aumentou de 38,3% do total, em dezembro de 2008, para 39,1%, em setembro de 2009. Considerando-se apenas a dívida contratada sob taxas flutuantes, a *Libor* semestral permaneceu como principal indexador, mas com redução em sua participação relativa de 60,5% para 53,5%, no período analisado.

Composição da dívida externa registrada[1]



Fonte: Banco Central do Brasil

2.3.8. Indicadores de Endividamento

Na posição de setembro de 2009, observou-se de maneira geral uma piora nos indicadores de endividamento externo, em relação a dezembro de 2008. Este resultado deveu-se principalmente à redução do valor em dólares das exportações e do Produto Interno Bruto (PIB) no período.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO[1/]

US$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009-Set
Serviço da dívida[2/]	51 800	66 048	56 902	52 028	37 638	41 330
Amortizações[3/]	37 561	51 587	42 024	36 687	22 065	26 589
Juros brutos	14 239	14 460	14 878	15 342	15 573	14 741
Dívida de médio e longo prazos (A)	182 630	150 674	152 266	154 318	161 896	167 374
Dívida de curto prazo (B)	18 744	18 776	20 323	38 901	36 444	37 533
Dívida total (C) = (A + B)	201 374	169 450	172 589	193 219	198 340	204 908
Reservas internacionais - conceito liquidez (D)	52 935	53 799	85 839	180 334	206 806	224 213
Reservas internacionais - conceito caixa	52 935	53 799	85 839	180 334	193 783	221 629
Créditos brasileiros no exterior (E)[4/]	2 597	2 778	2 939	2 894	2 657	2 469
Haveres de bancos comerciais (F)	10 140	11 790	8 990	21 938	16 560	16 043
Dívida total líquida (G) = (C-D-E-F)	135 702	101 082	74 821	-11 946	-27 683	-37 817
Exportações[2/]	96 475	118 308	137 807	160 649	197 942	158 880
PIB[2/]	663 783	882 439	1088 911	1366 544	1636 022	1467 133
Indicadores (em percentagem)						
Serviço da dívida/exportações	53,7	55,8	41,3	32,4	19,0	26,0
Serviço da dívida/PIB	7,8	7,5	5,2	3,8	2,3	2,8
Dívida total/exportações	208,7	143,2	125,2	120,3	100,2	129,0
Dívida total/PIB	30,3	19,2	15,8	14,1	12,1	14,0
Dívida total líquida/exportações	140,7	85,4	54,3	- 7,4	- 14,0	- 23,8
Dívida total líquida/PIB	20,4	11,5	6,9	- 0,9	- 1,7	- 2,6

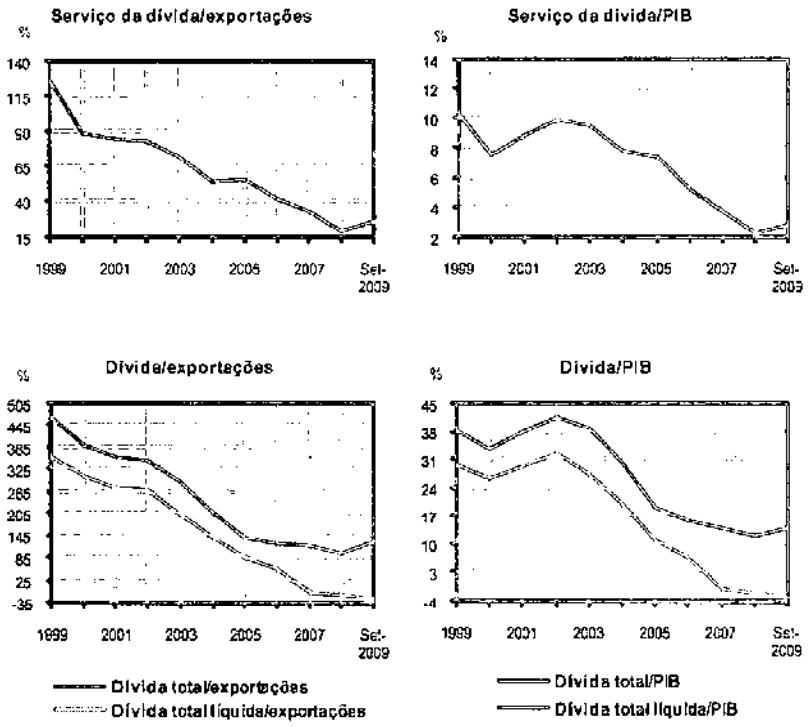
Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.
2/ Para setembro de 2009, acumulado em 12 meses.
3/ Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.
4/ Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

[1] Posição de setembro/2009

No período analisado, enquanto o serviço da dívida cresceu 9,8%, o valor das exportações caiu 19,7%, aumentando a participação do serviço da dívida nas exportações de 19% para 26%. Devido à queda de 10,3% do PIB em dólares, associada à elevação de 3,3% da dívida externa total, a dívida externa total em relação ao PIB elevou-se de 12,1% para 14%. A relação entre o serviço da dívida e o PIB subiu de 2,3% para 2,8%. O indicador da dívida externa total em relação às exportações cresceu de 100% para 129%. Já a dívida total líquida de ativos, que em dezembro de 2008 tinha posição superavitária de US$ 27,7 bilhões e representava -14% do valor da receita de exportações dos últimos doze meses, aumentou esta participação superavitária para -23,8% em setembro de 2008, enquanto, em percentagem do PIB, também aumentou sua participação superavitária de -1,7% para -2,6%, no período analisado.

Indicadores de endividamento



Fonte: Banco Central do Brasil

2.3.9. Captações Externas

O valor de face dos títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em 2009 somou US$ 4,1 bilhões. Ocorreram captações distribuídas ao longo do ano no mercado internacional, todas denominadas em dólar, com o lançamento e duas reaberturas do Global 19N, o lançamento do Global 41 e a reabertura do Global 37. Os prazos de vencimento dos títulos variaram de dez a trinta anos. Os prêmios de risco, a diferença entre a taxa de retorno oferecida por títulos brasileiros e a dos títulos do Tesouro Americano (*spread*), nos lançamentos de 2009 tiveram os valores de 370 pontos básicos para o lançamento do Global 19N; 252 pontos básicos para a primeira reabertura do Global 19N; 195 pontos básicos para a reabertura do Global 37; 175 pontos básicos para o lançamento do Global 41; e de 114 pontos básicos, para a reabertura do Global 19N.

EMISSÕES DA REPÚBLICA

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	*Spread* sobre *US Treasury*[1] (p.b.)
Euromarco 07	26.2.1997	26.2.2007	10	592	8,000		242
Global 27[2]	9.6.1997	9.6.2027	30	3 500	10,125	10,90	195
Eurolira[3]	26.6.1997	26.6.2017	20	443	11,000		148
Eurolibra	30.7.1997	30.7.2007	10	244	10,000	8,73	268
Global 08	7.4.1998	7.4.2008	10	1 250	9,375	10,29	375
Euromarco 08[4]	23.4.1998	23.4.2008	10	410	10 a 7	8,97	328

(continua)

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	*Spread* sobre *US Treasury*[1] (p.b.)
Global 09	25.10.1999	15.10.2009	10	2 000	14,500	14,01	850
Euro 06	17.11.1999	17.11.2006	7	723	12,000	12,02	743
Global 20	26.1.2000	15.1.2020	20	1 000	12,750	13,27	650
Euro 10	4.2.2000	4.2.2010	10	737	11,000	12,52	652
Global 30[2]	6.3.2000	6.3.2030	30	1 600	12,250	12,90	663
Global 07[2]	26.7.2000	26.7.2007	7	1 500	11,250	12,00	612
Global 40	17.8.2000	17.8.2040	40	5 157	11,000	13,73	788
Euro 07[2]	5.10.2000	5.10.2007	7	656	9,500	11,01	508
Samurai 06	22.12.2000	22.3.2006	5	531	4,750	10,92	531
Global 06	11.1.2001	11.1.2006	5	1 500	10,250	10,54	570
Euro 11	24.1.2001	24.1.2011	10	938	9,500	10,60	560
Global 24	22.3.2001	15.4.2024	23	2 150	8,875	12,91	773
Samurai 07	10.4.2001	10.4.2007	6	638	4,750	10,24	572
Global 12	11.1.2002	11.1.2012	10	1 250	11,000	12,60	754
Global 08N	12.3.2002	12.3.2008	6	1 250	11,500	11,74	738
Euro 09	2.4.2002	2.4.2009	7	440	11,500	12,12	646
Global 10	16.4.2002	15.4.2010	8	1 000	12,000	12,38	719
Global 07N	06.05.2003	16.01.2007	4	1 000	10,000	10,70	783
Global 13	17.06.2003	17.06.2013	10	1 250	10,250	10,58	738
Global 11[2]	07.08.2003	07.08.2011	8	1 250	10,000	11,15	701
Global 24B	07.08.2003	15.04.2024	21	825	8,875	12,59	764
Global 10N	22.10.2003	22.10.2010	7	1 500	9,250	9,45	561
Global 34	20.01.2004	20.01.2034	30	1 500	8,250	8,75	377
Global 09 N	28.6.2004	29.6.2009	5	750	Libor3m + 5,76	Libor 3m + 5,94	359
Global 14[2]	14.7.2004	14.7.2014	10	1 250	10,500	10,80	538
Euro 12[2]	24.9.2004	24.9.2012	8	1 228	8,500	8,57	474
Global 19	14.10.2004	14.10.2019	15	1 000	8,875	9,15	492
Euro 15	3.2.2005	3.2.2015	10	652	7,375	7,55	399
Global 25	4.2.2005	4.2.2025	20	1 250	8,750	8,90	431
Global 15	7.3.2005	7.3.2015	10	1 000	7,875	7,90	353
Global 19 (Reabertura)	17.5.2005	14.10.2019	14	500	8,875	8,83	458
Global 34 (Reabertura)	2.6.2005	20.1.2034	29	500	8,250	8,81	440
Global 15 (Reabertura)	27.6.2005	7.3.2015	10	600	7,875	7,73	363
A-Bond 18 (Troca C Bond)	1.8.2005	15.1.2018	13	4 509	8,000	7,58	336
Global 25 (Reabertura)	13.9.2005	4.2.2025	20	1 000	8,750	8,52	417
Global BRL 16	26.9.2005	5.1.2016	10	1 479	12,500	12,75	-
Global 15 (Reabertura)	17.11.2005	7.3.2015	9	500	7,875	7,77	312
Global 34 (Reabertura)	6.12.2005	20.1.2034	28	500	8,250	8,31	363
Global 37	18.01.2006	20.01.2037	31	1 000	7,125	7,56	295
Euro 15 (Reabertura)	03.02.2006	03.02.2015	9	362	7,375	5,45	185
Global 37 (Reabertura)	23.03.2006	20.01.2037	31	500	7,125	6,83	204
Global 34 (Reabertura)	02.06.2006	20.01.2034	28	198	8,250	8,24	-
Global 37 (Reabertura)	15.08.2006	20.01.2037	30	500	7,125	7,15	205
Global BRL 22	13.09.2006	05 01 2022	15	743	12,500	12,68	-
Global BRL 22 (Reabertura)	13.10.2006	05.01.2022	15	301	12,500	12,47	-
Global 17	14.11.2006	17.01.2017	10	1 500	6,000	6,25	159
Global BRL 22 (Reabertura)	11.12.2006	05.01.2022	15	346	12,500	11,66	-

(continua)

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US$ milhões	Cupom % a.a.	Taxa de retorno no lançamento % a.a.	*Spread* sobre *US Treasury*[1/] (p.b.)
Global 37 (Reabertura)	30.01.2007	20.01.2037	30	500	7,125	6,64	173
Global BRL 28	14.02.2007	10.01.2028	21	715	10,250	10,68	-
Global BRL 28 (Reabertura)	27.03.2007	10.01.2028	21	361	10,250	10,28	-
Global 17 (Reabertura)	11.04.2007	17.01.2017	10	525	6,000	5,89	122
Global BRL 28 (Reabertura)	17.05.2007	10.01.2028	21	389	10,250	8,94	-
Global BRL 28 (Reabertura)	26.06.2007	10.01.2028	21	393	10,250	8,63	-
Global 17 (Reabertura)	14.05.2008	17.01.2017	10	525	6,000	5,30	140
Global 19N	13.01.2009	15.01.2019	10	1.025	5,875	6,13	370
Global 19N (Reabertura)	14.05.2009	15.01.2019	10	250	5,875	5,80	252
Global 37 (Reabertura)	05.08.2009	20.01.2037	30	525	7,125	6,45	195
Global 41	07.10.2009	07.01.2041	30	1.275	5,625	5,80	175
Global 19N (Reabertura)	22.12.2009	15.01.2019	10	525	5,875	4,75	114

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Sobre *US Treasury*, no lançamento. Para títulos emitidos em mais de uma *tranche*, *spread* ponderado pelo valor de cada *tranche*.
2/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US$3 bilhões em 9.6.1997 e US$500 milhões em 27.3.1998.
3/ Os recursos ingressaram em dois momentos: ITL500 bilhões em 26.6.1997 e ITL250 bilhões em 10.7.1997.
4/ *Step-down* – 10% nos dois primeiros anos e 7% nos anos subsequentes.
5/ Os recursos ingressaram em dois momentos: US$1 bilhão em 6.3.2000, com *spread* de 679 bps, e US$0,6 bilhão em 29.3.2000, com *spread* de 635 bps.
6/ A emissão do Global-07 ocorreu em duas *tranches*: US$1 bilhão, com *spread* de 610 bps, em 26.7.2000, e US$500 milhões, com *spread* de 615 bps, em 17.4.2001.
7/ A emissão do Euro-07 ocorreu em duas *tranches*: EUR500 milhões, com *spread* de 512 bps, em 19.9.2000, e EUR250 milhões, com *spread* de 499 bps, em 2.10.2000.
8/ A emissão do Global-11 ocorreu em duas *tranches*: US$500 milhões, com *spread* de 757 bps, em 7.8.2003, e US$750 milhões, com *spread* de 633 bps, em 18.9.2003.
9/ A emissão do Global-14 ocorreu em duas tranches: US$ 750 milhões, com *spread* de 632 bps, em 7.7.2004, e US$ 500 milhões, com *spread* de 398 bps, em 6.12.2004.
10/ A emissão do Euro-12 ocorreu em duas tranches: EUR 750 milhões, com *spread* de 482 bps, em 8.9.2004, e EUR 250 milhões, com *spread* de 448 bps, em 22.9.2004.

A dívida externa reestruturada totalizou US$ 124 milhões em setembro de 2009, apresentando uma redução de US$ 31 milhões em relação ao saldo de dezembro de 2008. Esta redução é explicada pela amortização do *Exit Bond* (BIB), única operação remanescente deste segmento da dívida externa.

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA – *BRADIES*, PRÉ-*BRADIES* E MYDFA

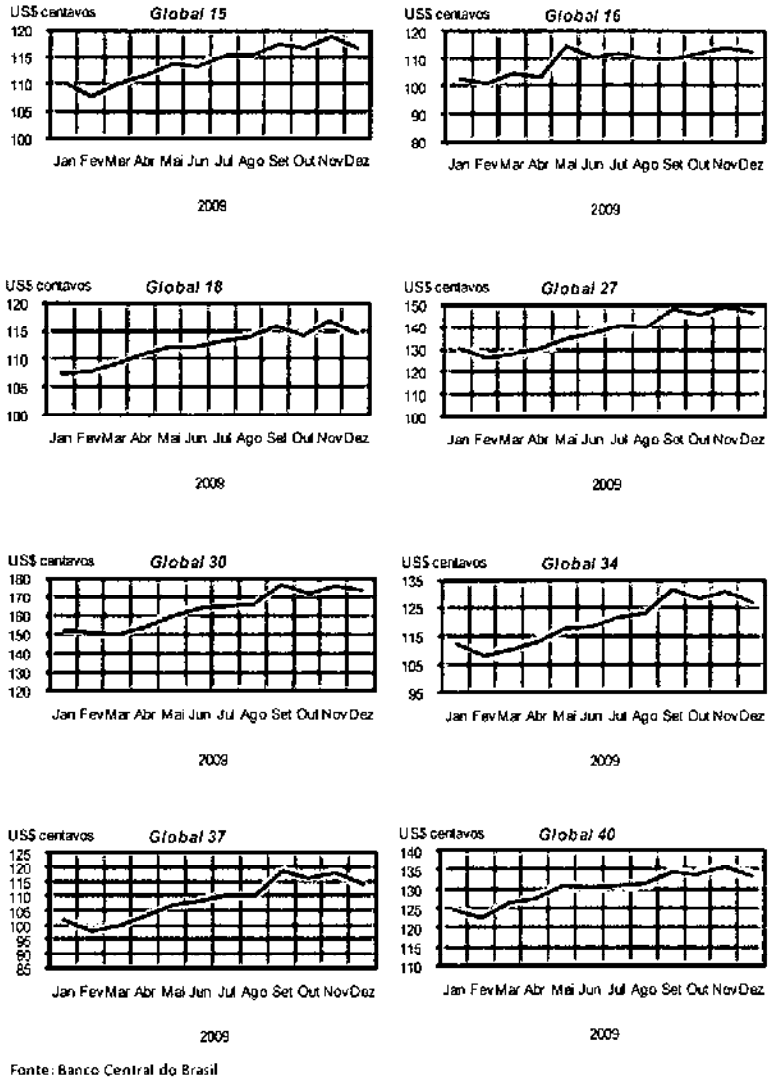
Discriminação	Saldo em 30.9.2009 US$ milhões	Data de vencimento
Capitalization Bonds (C Bonds)	-	-
Debt Conversion Bonds (DCB)	-	-
Discount Bonds	-	-
Eligible Interest Bonds (FI)	-	-
Front Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	-	-
New Money Bond 1994 (NMB)	-	-
Par Bonds	-	-
Exit Bond (BIB) - (*Pré-Bradies*)	124	15.9.2013
Multiyear Deposit Facility Agreement (MYDFA)	-	-
Total	124	-

Fonte: Banco Central do Brasil

Títulos da dívida externa brasileira

Em 2009, o desempenho dos principais papéis da dívida externa brasileira foi favorável. De uma maneira geral, houve queda das cotações no primeiro bimestre do ano, mas com elevação dos preços a partir do bimestre seguinte até o final do ano.

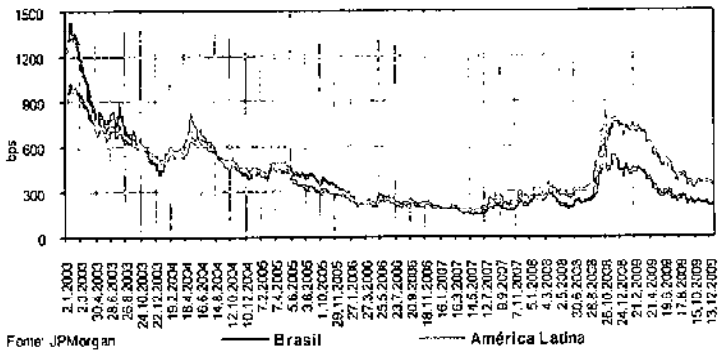
COTAÇÕES DE TÍTULOS BRASILEIROS NO EXTERIOR



Fonte: Banco Central do Brasil

A cesta contendo títulos da dívida externa brasileira, ponderados por liquidez, apresentou, ao longo de 2009, diferencial médio de remuneração em relação a títulos do Tesouro Americano (*spread*), calculado com base em observações diárias, de 306 pontos básicos, similar ao valor médio ocorrido em 2008, de 302 pontos básicos. Porém, ao contrário do ano anterior, ao longo de 2009 houve uma tendência de redução do índice de risco Brasil, principalmente no primeiro semestre. Assim, em 2009 o índice caiu de 428 pontos básicos para 192 pontos no fechamento do ano, sendo este último o valor mínimo atingido pelo índice no ano.

ÍNDICE DE RISCO BRASIL



Fonte: JPMorgan

2.3.10. Posição Internacional de Investimento (PII)

POSIÇÃO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTO

US$ milhões

Discriminação	2007	2008	2009-Set
Posição internacional de investimento (A-B)	- 550 408	- 278 798	- 491 008
Ativo (A)	369 876	412 790	474 586
Investimento direto brasileiro no exterior	136 103	162 218	160 851
Participação no capital[1/]	107 556	121 415	124 217
Empréstimos intercompanhia	28 547	40 803	36 633
Investimentos em carteira[2/]	23 178	21 307	22 335
Investimentos em ações	6 644	6 387	6 797
Títulos de renda fixa	16 534	14 920	15 539
Bônus e notas	7 846	6 352	6 972
Títulos de curto prazo	8 688	8 568	8 567
Derivativos	142	- 156	- 463
Outros investimentos	30 119	35 637	70 235
Crédito comercial (de fornecedores)	99	99	24 015
Empréstimos	785	5 602	16 110
Moeda e depósitos	22 543	24 776	24 641
Outros ativos	6 692	5 160	5 469
Dos quais títulos colaterais (juros) e cotas em organismos internacionais	1 076	1 326	1 560
Ativos de reservas	180 334	193 783	221 629
Passivo (B)	920 284	691 588	965 594
Investimento estrangeiro direto	309 668	287 697	384 681
Participação no capital[1/]	262 392	223 127	307 509
Empréstimos intercompanhia	47 276	64 570	77 172
Investimentos em carteira	509 648	287 533	460 136
Investimentos em ações	363 999	149 608	301 099
No país	165 708	71 350	152 072
No exterior	198 291	78 258	149 027
Títulos de renda fixa	145 650	137 925	159 037
Bônus e notas	145 650	137 925	159 037
No país	46 631	49 289	68 263
No exterior	99 018	88 636	90 774
Médio e longo prazos	93 079	85 107	87 551
Curto prazo	5 939	3 529	3 223
Derivativos	1 771	2 450	2 477
Outros investimentos	99 197	113 908	118 300
Crédito comercial (de fornecedores)	5 197	6 241	3 466
Médio e longo prazos	5 063	5 906	3 241
Curto prazo	134	335	224
Empréstimos	89 003	103 463	106 094
Autoridade monetária	14	10	4

(continua)

Discriminação	2007	2008	2009-Set
Passivo (B) (continuação)			
FMI	88 989	103 454	106 090
Outros empréstimos de longo prazo	56 162	70 873	72 005
Curto prazo	26 981	30 023	30 735
Demais setores	6 482	6 854	6 613
Médio e longo prazos	8 232	16 194	18 398
Organismos	14 467	17 802	16 258
Agências	32 827	32 580	34 086
Crédito de compradores	4 996	4 204	4 166
Empréstimos diretos	73	104	61
Curto prazo	4 923	4 101	4 105
Moeda e depósitos	-	-	4 574
Autoridade monetária	-	-	-
Bancos	-	-	-
Outros passivos	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil
1/ Inclui lucros reinvestidos.
2/ Contempla títulos de emissão de residentes.

Analisando-se a PII, observou-se aumento de 76,1% em seu passivo líquido, entre dezembro de 2008 e setembro de 2009, de US$ 279 bilhões para US$ 491 bilhões. A elevação da posição devedora da PII foi função, principalmente, do crescimento de US$ 274 bilhões em seu passivo externo, o qual foi apenas parcialmente compensado pelo acréscimo de US$ 62 bilhões verificado em seu ativo externo. Entre os fatores que mais contribuíram para a majoração do passivo externo, sobressaiu o aumento de US$ 173 bilhões no estoque de investimento em carteira, bem como o crescimento de US$ 97 bilhões no estoque do investimento estrangeiro direto. Dentro do investimento em carteira, verificaram-se elevações de US$ 151 bilhões no estoque de investimento em ações e de US$ 21,1 bilhões no estoque de títulos de renda fixa. O estoque de outros investimentos subiu US$ 4,4 bilhões. Com relação aos ativos externos, no período analisado, verificou-se incremento de US$ 62 bilhões, resultante, em sua maior parte, dos aumentos de US$ 27,8 bilhões das reservas internacionais e de US$34,6 bilhões de outros investimentos. Nesta última categoria, destacou-se a elevação de R$ 23,9 bilhões em créditos comerciais.

2.4 - HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

2.4.1. Saneamento Financeiro de Estados e Municípios

2.4.1.1. Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES

A Medida Provisória nº 2.192-70 (e edições anteriores) estabeleceu mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, pelos quais a União pôde, em relação às instituições financeiras estaduais: a) adquirir o controle, para privatizá-las ou extingui-las; b) financiar a extinção ou transformação em instituição não financeira; c) financiar ajustes prévios para a privatização; d) financiar, parcialmente, programa de saneamento; e e) financiar a criação de agências de fomento, dentre outros. Com o encerramento do prazo de adesão ao PROES, ocorrido em 2000, a situação das instituições objeto dos contratos firmados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, posição em 31.12.2009, encontra-se no seguinte estágio:

TABELA 2.4.1.1.a – PROES RESUMO

SITUAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Em Liquidação Ordinária	Banco do Estado do Acre S.A. – BANACRE
	Banco do Estado de Alagoas S.A. – PRODUBAN
	Banco do Estado do Amapá S.A – BANAP
	Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A – BANDERN
	Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S.A. – BDRN
	Banco de Desenvolvimento de Mato Grosso S.A. – BEMAT
	Banco do Estado de Rondônia S.A. – BERON
	Caixa Econômica do Estado de Goiás S.A.- CAIXEGO
	Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais S.A. – MINASCAIXA
	Rondônia Crédito Imobiliário S.A. – RONDONPOUP
Extinto	Banco do Estado de Roraima S.A. – BANER
Privatizados	Banco do Estado do Amazonas S.A. – BEA
	Banco do Estado do Maranhão S.A. – BEM
	Banco do Estado da Bahia S.A. – BANEB
	Banco do Estado de Goiás S.A. – BEG
	Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ
	Banco do Estado do Paraná S.A. – BANESTADO
	Banco do Estado de Pernambuco S.A. – BANDEPE
	Banco do Estado de Minas Gerais S.A. – BEMGE
	Banco do Estado do Ceará S.A. – BEC
	Banco de Credito Real de Minas Gerais S.A. – CREDIREAL
Federalizados e incorporados pelo Banco do Brasil S/A.	Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC
	Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP
Saneados	Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE
	Banco do Estado do Espírito Santo S.A. – BANESTES
	Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARA
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL
	Nossa Caixa Nosso Banco S.A.

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional.

2.4.1.2. Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

Lei nº 7.976/89 - Financiamento e refinanciamento, no prazo de 20 anos, pela União, de dívidas de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de entidades de suas administrações indiretas, decorrentes de empréstimos-ponte ao amparo do Aviso MF 30/83 e sucedâneos, para pagamento de compromissos financeiros externos e de operações de créditos internas com base no disposto nos Votos CMN nº 340/87 e 548/87. Ao longo do exercício de 2009, a União recebeu os seguintes valores:

TABELA 2.4.1.2.a – LEI Nº 7.976/89

R$ mil

LEI Nº 7.976/89	VALORES RECEBIDOS
Voto CMN 340/87	653.834
Voto CMN 548/87	131.815
Aviso MF 030/83	185.291
TOTAL	970.940

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 31 de dezembro de 2009, venceram as últimas parcelas de principal e juros devidas pelos mutuários, tendo sido integralmente recuperados os montantes financiados aos devedores originais, com exceção daqueles valores inscritos em Dívida Ativa da União.

Lei nº 8.727/93 - Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios junto à União e sua administração indireta. Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. No exercício de 2009 foram recebidos R$ 6.451.684 mil.

Lei nº 9.496/97 - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de até 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados.
Considerando que os valores financiados pela União aos Estados, no âmbito do PROES, integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamentos firmados ao amparo da Lei nº 9.496/97, durante o exercício de 2009 a União recebeu o total de R$ 18.471.602 mil.

Medida Provisória nº 2.185/2001 (e edições anteriores) - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios. Ao longo do exercício de 2009 a União recebeu R$ 3.471.332 mil como prestações do refinanciamento.

Medida Provisória nº 2.179-36, de 2001 - Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. No exercício de 2009 foram recebidos pelo Tesouro Nacional R$ 966.348 mil.

2.4.2. Empréstimos Concedidos

Fundef - Empréstimos concedidos pela União aos Estados, sob a égide da Lei nº 9.846, de 26.10.1999, para ressarcimento em 8 anos a partir de Janeiro/2002, destinado à compensação parcial das perdas das Unidades Federativas em decorrência da aplicação da Lei nº 9.424/96, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef. Durante o exercício de 2009 a União recebeu o total de R$ 247.806 mil, relativo às prestações vencidas no período considerado. A última parcela do empréstimo devida pelos Estados foi liquidada em 30 de dezembro de 2009, tendo sido recuperados integralmente os valores emprestados aos entes da federação.

2.4.3. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito dos acordos: *Brazil Investment Bond Exchange Agreement - BIB*, para parcelas de principal de 1987 a 1993; e Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP, para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994;. Foram ressarcidos no exercício de 2009 ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, os seguintes montantes:

TABELA 2.4.3.a – DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA

R$ mil

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA	VALORES RECEBIDOS
Brazil Investment Bond Exchange Agreement – BIB	20.191
Dívida de Médio e Longo Prazos – DMLP	1.156.478
TOTAL	1.176.669

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.4.4. Retorno de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto: à República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços; e ao BID, para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE. Ao longo do exercício de 2009, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional, pelos devedores, os seguintes montantes:

TABELA 2.4.4.a – R EPASSES DE RECURSOS EXTERNOS

R$ mil

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS	VALORES RECEBIDOS
Acordo Brasil-França	7.704
Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE	101.855
TOTAL	109.560

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.4.5. Saneamento de Instituições Financeiras Federais

Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento durante o exercício de 2009, foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União relativamente aos ativos em foco, R$ 605.521 mil.

2.4.6. Aquisição de Valores Relativos a Participações Governamentais

Cabe a União receber créditos originários de participações governamentais devidos ao Estado do Rio de Janeiro e ao Estado do Espírito Santo, originários da exploração de petróleo e gás natural, e os devidos aos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União. Ao longo do exercício de 2009 foram transferidos ao Tesouro Nacional R$ 1.977.318 mil.

2.4.7. Outros Créditos

BNDES - Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos.

Outros Créditos de Origem Externa - reestruturação de dívidas de médio e longo prazos do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão de bônus pela União.

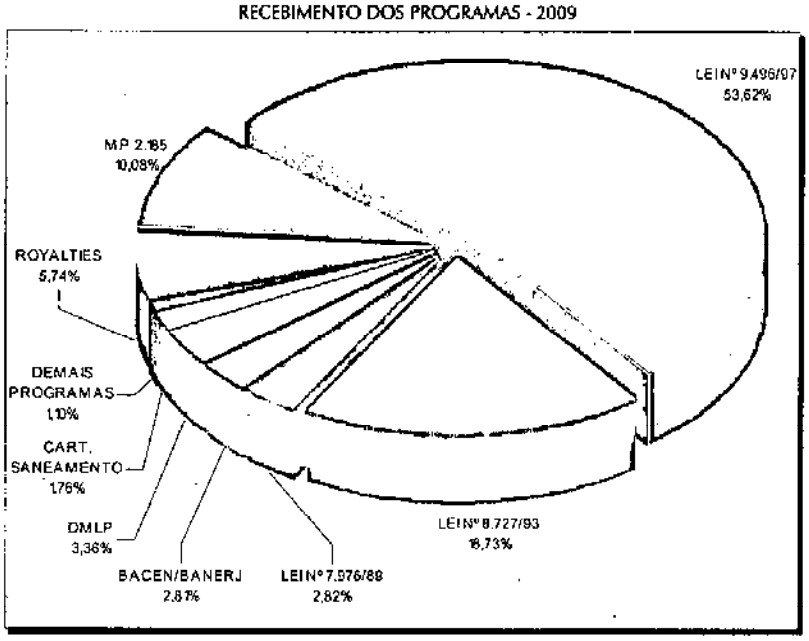
TABELA 2.4.7.a – HAVERES FINANCEIROS – EXERCÍCIO 2008
CONSOLIDADO DOS RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES

R$ mil

PROGRAMAS	RECEBIMENTOS	ESTOQUE DE HAVERES EM 31/12/2009
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	7.704	51.647
BNDES	0	1.300.007
BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB	20.191	52.483
CARTEIRA DE SANEAMENTO	605.521	2.506.786
CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR CRC (*)	0	402.302
DIVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	1.156.478	5.936.334
OUTROS CRED. ORIGEM EXT.	-	82.708
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ - MP 2.179	966.348	10.858.312
FUNDEF	247.806	-
HONRA DE GARANTIA – OP. EXTERNA	-	191.354
LEI Nº 7.976/89 - MF 030	653.834	1.829
LEI Nº 7.976/89 - VOTO 340/87	131.815	965
LEI Nº 7.976/89 - VOTO 548/87	185.291	-
LEI Nº 8.727/93	6.451.684	37.630.680
LEI Nº 9.496/97	18.471.602	316.363.900
MP 2.185	3.471.332	50.343.196
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS - *ROYALTIES*	1.977.318	11.197.391
PNAFE	101.855	445.004
TOTAL	34.448.778	437.364.890

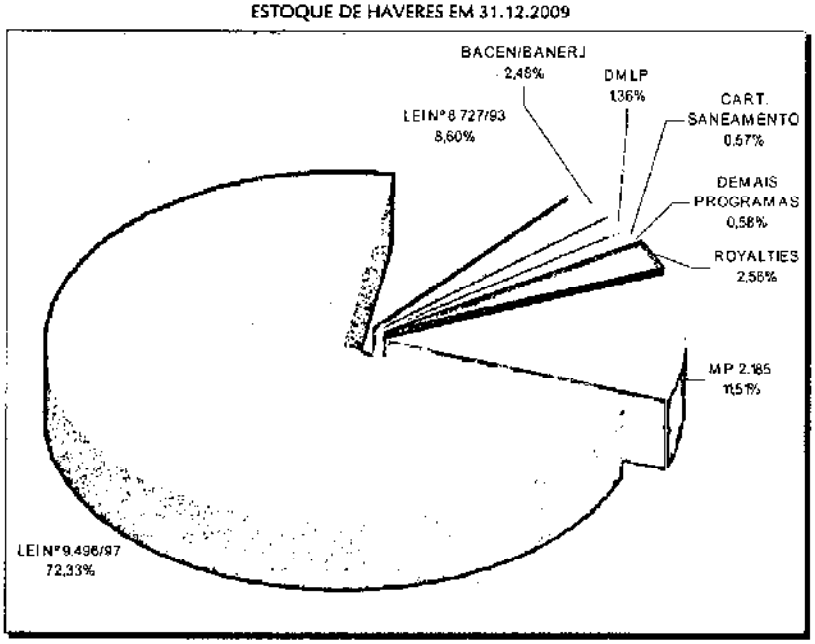
Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional
(*) Devedor CSN

GRÁFICO 2.4.7.a – ORIGEM DOS RECEBIMENTOS RELATIVOS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - EXERCÍCIO DE 2009



Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

GRÁFICO 2.4.7.b – ESTOQUE DE HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL EM 31/12/2009



Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.5 - OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL

2.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira

2.5.1.1. Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH

O PSH é um programa de subsídio do Governo Federal, operado por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, cujo objetivo consiste em viabilizar o acesso à moradia para os segmentos de baixa renda familiar. Está regulamentado pela Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004, pelo Decreto nº 5.247, de 19 de outubro de 2004, e pela Portaria Interministerial nº 335, de 29 de setembro de 2005, a qual foi alterada pelas Portarias Interministeriais do Ministério da Fazenda e do Ministério das Cidades nº 611, de 28 de novembro de 2006, e nº 580, de 25 de novembro de 2008.

Com a edição da Lei no 11.124, de 16/06/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, foi criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, instituído o Conselho Gestor do FNHIS e estabelecido que as dotações do Orçamento Geral da União, classificadas na função de habitação, deverão constituir o FNHIS. Desta forma, a partir do ano de 2006, a dotação orçamentária do PSH foi definida ao Ministério das Cidades sob a supervisão do FNHIS. O valor empenhado e inscrito em restos a pagar em 2008, para serem pagos em 2009, foi de R$ 199.577.098,69 (cento e noventa e nove milhões e quinhentos e setenta e sete mil e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos). Desse valor, foram pagos no ano de 2009 R$ 193.318.046,19 (cento e noventa e três milhões e trezentos e dezoito mil e quarenta e seis reais e dezenove centavos).

Além disso, foram destinados R$ 201.000.000,00 para a ação *0703 – Subsídio à Habitação de Interesse Social*, os quais não foram executados.

2.5.1.2. Programa Minha Casa Minha Vida – municípios com população de até 50mil habitantes

O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, referente a municípios com população de até 50 mil habitantes, trata de programa do Governo Federal, cuja finalidade é apoiar estados e municípios no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que possibilitem o acesso à moradia digna, tendo como beneficiários aqueles detentores de renda familiar de até R$ 1.395,00. Foi criado em 2009 e encontra-se regulamentado pela Lei no 11.977, de 07 de julho de 2009, pelo Decreto no 6.962, de 17 de setembro de 2009, pela Portaria Interministerial do Ministério da Fazenda – MF e do Ministério das Cidades - MCd no 484, de 28 de setembro de 2009, e pela Resolução no 3.768, de 29 de julho de 2009, do Conselho Monetário Nacional – CMN. Em 15/12/2009 foi realizada oferta pública de recursos às instituições financeiras e agentes financeiros habilitados a operar no Programa. As ofertas públicas têm suas condições específicas estabelecidas em portaria conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF e da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades – SNH/MCd. No ano foi empenhado o valor de R$ 300.000.000,00 para a ação 0E64 - Subvenção Econômica destinada a Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 habitantes – NACIONAL, o qual foi inscrito em restos a pagar.

2.5.2. Haveres financeiros da União, não Relacionados a Estados e Municípios

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios são compostos, principalmente, de operações originárias da extinção de órgãos, entidades e empresas públicas, de privatizações, da realização de operações que envolvem várias entidades (operações estruturadas), e de operações de crédito rural. Encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31.12.2009.

TABELA 2.5.2.a – HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2009

GRUPOS DE HAVERES	SALDOS R($)
HAVERES ORIGINÁRIOS DE ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS EXTINTAS	5.576.839.057,52
HAVERES ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	49.722.130.890,04
HAVERES ORIGINÁRIOS DE PRIVATIZAÇÕES	7.613.403.946,38
HAVERES ORIGINÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	157.661.096.865,93
HAVERES ORIGINÁRIOS DO CRÉDITO RURAL.	15.031.503.011,79
TOTAL	235.604.973.771,66

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.5.2.1. Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas

Em cumprimento ao disposto na Lei no 8.029, de 12.04.90, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Sendo assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais foi transferida à Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Nesse contexto, foram transferidos para controle desta Secretaria os ativos provenientes da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, extinta em 30.6.2006. Os montantes recebidos em 2009 pela União referente aos Encargos de Aquisição Emergencial – EAE e de Capacidade Emergencial - ECE totalizaram R$ 15.990,70 e R$ 6.191.569,24, respectivamente. Da mesma forma, relativamente aos haveres provenientes da Centrais de Abastecimento do Amazonas S/A - CEASA – AM, extinta por meio do Decreto 3.785 em 6.4.2001, merece destaque o encaminhamento de seis contratos para inscrição em DAU, em 2009, no valor de R$ 328.885,62, permanecendo sob controle desta Secretaria outros sete contratos.

2.5.2.2. Haveres Originários de Operações Estruturadas

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal. Dentre os créditos em questão, destacam-se aqueles decorrentes de Contratos de Financiamento, Recompra e Cessão de Créditos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Além disso, há os créditos provenientes da aquisição, pela União, de parcelas de arrendamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, bem como créditos a serem pagos pela ITAIPU, resultantes dos Contratos nº 424/TN e 425/TN – cessão de créditos pela Eletrobrás para pagamento de suas dívidas com o Tesouro Nacional, e, por fim, créditos decorrentes dos contratos de assunção, pela União, de dívidas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS junto a Instituições Financeiras.

Deve-se ressaltar que os contratos com o INSS, proveniente dos contratos celebrados entre aquela instituição com diversos Bancos, teve seu vencimento em 2009, que resta não quitado. Esta STN solicitou providências ao INSS, no sentido de regularizar a inadimplência dos referidos contratos, conforme Ofício nº 82/2009/GERAT/COFIS/SECAD-II/STN/MF-DF. Também foi informado que caso a pendência não seja regularizada, a instituição poderá ser inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, no termos da Lei nº 10.522, de 19.07.2002.

Relativamente aos contratos de cessão de crédito celebrados com a Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, os valores referentes às suas parcelas não têm sido transferidos em sua integralidade devido a penhoras judiciais trabalhistas. Conforme Nota Interna nº 001/PGU/AGU/DEJUT, encaminhada pela Advocacia-Geral da União – AGU por meio do Ofício nº 858/2007-PGU/AGU, de 18.6.2007, as perspectivas de reversão judicial dos créditos penhorados são mínimas. O volume total recebido, referente aos contratos da RFFSA, em 2009, foi de R$ 389.394.924,38.

2.5.2.3. Haveres Oriundos de Privatizações

São ativos decorrentes do pagamento parcelado do preço de venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND. Nesse grupo destacam-se os ativos referentes às transferências ao BNDES das ações da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, ocorridas por meio dos Contratos de Transferência de Ações, Assunção das Dívidas e Pactos Adicionais (BNDES-FCVS, de 29.12.2000 e BNDES-FCVS II-CT 264, de 11.07.2006), celebrados entre a União e o BNDES com base na Lei nº 9.491, de 09.09.1997. Para pagamento das transferências efetuadas, foram realizados dois contratos de assunção de dívidas pelo BNDES cujas condições são semelhantes às dos títulos públicos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN para pagamento do débito originário do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. Para as citadas operações, o saldo total em 31.12.2009 foi de R$ 7.613.403.946,38 e encontra-se em situação de normalidade.

2.5.2.4. Haveres Originários de Legislação Específica

Trata-se de haveres oriundos de operações do Tesouro Nacional, contratadas mediante autorização de legislação específica. Estão contemplados nessa categoria os créditos detidos pela União contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, decorrentes de Contrato de Financiamento e Cessão de Crédito em Caução, celebrado sob o amparo da Lei nº 9.639/98 e da Lei nº 9.711/98 e o crédito da ANDE – Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai, resultante do empréstimo destinado à integralização do capital dessa entidade na empresa Itaipu Binacional, estando sob o amparo do Tratado de Itaipu. Merecem destaque, ainda, as operações realizadas com o BNDES, formalizadas por meio dos contratos nº 471/PGFN/CAF, 477/PGFN/CAF, 484/PGFN/CAF, 485/PGFN/CAF, 486/PGFN/CAF, 488/PGFN/CAF, e nº 500/PGFN/CAF, todas baseadas em legislações específicas.

O Contrato nº 471/PGFN/CAF trata de operação de financiamento no valor de R$ 5.000.000.000,00, formalizado com base na Lei nº 11.805, de 6.11.2008, e da Medida Provisória nº 450, de 9.12.2008, constituindo fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do BNDES. O pagamento da amortização e dos juros remuneratórios ocorreriam em parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em fevereiro de 2014 e a última em dezembro de 2024.

O Contrato nº 477/PGFN/CAF refere-se à concessão de crédito pela União ao BNDES, no montante de R$ 39.000.000.000,00, sob a forma de colocação direta, sendo a mesma realizada, inicialmente, em três tranches, com respaldo da Medida Provisória nº 453, de 22.1.2009. Em 12.6.2009, o Termo Aditivo ao referido Contrato alterou a operação citada para duas tranches, sendo uma na proporção de 33,33% do montante total, realizada em março de 2009, e outra com a proporção restante emitida em junho de 2009.

Já o Contrato nº 484/PGFN/CAF diz respeito à concessão de crédito de R$ 8.702.418.518,45 por parte do Tesouro Nacional em favor do BNDES na forma direta de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna, nos termos da Lei nº 11.948, de 16.6.2009. Em contrapartida, o BNDES pagará a operação em 26 parcelas semestrais e sucessivas, com a primeira vencendo em setembro de 2016 e a última vencendo em março de 2029, enquanto os juros serão pagos em 40 parcelas semestrais e sucessivas, sendo a primeira em setembro de 2009 e a última em março de 2029.

Em julho de 2009 foi celebrado o Contrato nº 485/PGFN/CAF que teve como objeto a concessão de crédito no valor de R$ 16.297.581.481,55 para o BNDES, sob amparo da Lei nº 11.948, de 16.6.2009. A amortização da operação ocorrerá em 156 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em agosto de 2016 e a última em julho de 2029. Já os juros serão pagos em 240 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em agosto de 2009 e a última em julho de 2029.

O Contrato nº 486/PGFN/CAF trata da renegociação das dívidas, no valor de R$ 16.150.597.926,53, originárias dos contratos nºs 440, 471 e 444/PGFN/CAF, nos termos da Lei nº 11.948, de 16.6.2009, alterada pela Medida Provisória nº 465, de 29.6.2009, mantendo-se a equivalência econômica com o valor do saldo das operações de crédito renegociadas.

Com base na Lei nº 11.948, de 16.6.2009, foi celebrado o Contrato de financiamento nº 488/PGFN/CAF entre a União e o BNDES, com objetivo de prover o Banco de recursos adicionais com vistas à ampliação de seus limites operacionais. O pagamento da remuneração será feita através de 356 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em janeiro de 2010 e a última em agosto de 2039. O pagamento do principal da dívida será feito através de 300 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira vencida em setembro de 2014 e a última em agosto de 2039.

Por fim, em outubro de 2009, a União e o BNDES assinaram o Contrato nº 500/PGFN/CAF, nos termos da Lei nº 11.948, de 16.6.2009, alterada pela Medida Provisória nº 465, de 29.6.2009, que trata do desmembramento de dívida do Contrato nº 477/PGFN/CAF, no valor de R$ 6.000.000.000,00. Vale frisar que a referida operação visou a enquadrar a dívida desmembrada em Instrumento Híbrido de Capital e Dívida.

TABELA 2.5.2.4.a – CONTRATOS FIRMADOS COM O BNDES EM 2009

CONTRATO Nº	BASE LEGAL	VALOR (R$)
471	Lei nº 11.805 e MP nº 450	5.000.000.000,00
477	MP nº 453	39.000.000.000,00
484	Lei nº 11.948	8.702.418.518,45
485	Lei nº 11.948	16.297.581.481,55
486	Lei nº 11.948	16.150.597.926,53
488	Lei nº 11.948	36.000.000.000,00
500	Lei nº 11.948	6.000.000.000,00

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Dentro do mesmo escopo, deve-se ressaltar também que,em outubro de 2009, a União e a Caixa Econômica Federal - CAIXA celebraram o Contrato de Mútuo nº 504/PGFN/CAF, no valor de R$ 6 bilhões, sob a forma de colocação direta, com respaldo da Medida Provisória nº 470, de 13.10.2009, cuja liberação foi dividida em duas tranches, sendo a primeira liberada em outubro/09, no valor de R$ 2.000.399.697,60. Vale lembrar que o valor restante da referida operação será liberado em 2010.

2.5.2.5. Haveres Originários do Crédito Rural

Securitização - créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138/95 e Resolução CMN nº 2.238/96, no valor de até R$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/FINAME. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A.

Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA - operações oriundas da Resolução CMN nº 2.471/98, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do PESA do Banco do Brasil.

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Fase II - Prodecer II – consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28.06.2001, junto ao Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

Empréstimos do Governo Federal–Especial - EGF–Especial - créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01.10.1998, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei nº 9.138, de 29.11.1995 e na Medida Provisória nº 1.692-28, de 28.09.1998, no

Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996, e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998, e em 15.06.1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 29.12.1966, na Lei nº 8.427, de 27.05.1992, na Lei nº 9.138, de 29.11.1995 e na Medida Provisória nº 1.764-37 de 02.06.1999, no Decreto nº 1.647, de 11.01.1995, no Decreto nº 1.785, de 11.01.1996 e no Decreto nº 2.762, de 31.08.1998. Na ocasião, a União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

2.5.2.6. Administração de Créditos

Cabe destacar que em 2009 a União realizou pagamentos ao Banco do Brasil para administração de seus créditos, conforme os seguintes contratos relacionados abaixo:

- Contrato de Administração de Créditos celebrado entre a União e o Banco do Brasil S. A, para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram adquiridos e desonerados de risco pela União. O valor total pago ao Banco do Brasil em 2009 foi de R$ 35.132.162,01, referente ao período de dezembro/2008 a novembro/2009.

- Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A, para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento de que era credor o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC. Em 2009, o valor disponibilizado para tal exercício não foi utilizado, uma vez que o Banco do Brasil não apresentou a prestação de contas relativa às despesas efetuadas naquele exercício.

- Contrato celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A., referente ao ressarcimento, ao Banco, de despesas judiciais necessárias à condução das ações relativas aos processos de Empréstimo do Governo Federal – EGF-Especial. O valor total ressarcido ao Banco do Brasil em 2009 foi de R$ 78.009,72.

Adicionalmente, no intuito de oferecer maior transparência aos registros contábeis e demonstrar de forma realista o patrimônio da União, com base nos princípios contábeis da Oportunidade, Competência e da Prudência, foi implantada, em outubro de 2006, a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PDD relativamente aos haveres administrados pela COFIS. A PDD, objeto de recomendação do Acórdão nº 1800/2003 – TCU Plenário é instrumento constituído para reconhecer a expectativa de perda na realização de um haver. Para tanto, em 2009 foi efetuado lançamento do valor de R$ 11.741.643.673,28 à conta 12.239.0000 – PROVISAO P/PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS PATRIMONIAL, de forma a retificar o saldo da conta 12.231.000 - EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS, que registra no Ativo Realizável a Longo Prazo os créditos dos haveres em questão. Os haveres que mais contribuíram para tal provisão foram os contratos relacionados ao INSS e à RFFSA, uma vez que eles apresentaram alto nível de inadimplência, e os valores ajuizados do BNCC, que não possuem previsão de recebimento. Os valores do INSS respondem por R$ 2.354.691.381,04, os da RFFSA alcançam o valor de R$ 4.284.501.390,61 e os haveres ajuizados do BNCC dizem respeito a R$ 4.959.455.164,29 do valor total provisionado. A constituição dessa provisão implicou na redução do estoque de haveres e conseqüente aumento na Dívida Líquida do Tesouro Nacional, não afetando, porém, o Resultado Primário do Setor Público. Ressalte-se que a Dívida Líquida do Setor Público apurada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, também não sofreu alterações, uma vez que os dados necessários ao seu cálculo são obtidos junto ao Sistema Financeiro Nacional e os haveres provisionados não estão registrados naquele sistema.

2.5.2.7. Recebimentos de Créditos

Os recebimentos ocorridos no exercício de 2009 relativos aos Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se discriminados na tabela abaixo:

TABELA 2.5.2.7.a – HAVERES FINANCEIROS – RECEBIMENTOS EM 2009

CONTRATO	VALOR REALIZADO (R$)
BNCC	1.217.617,69
BNDES	4.075.375.598,03
CAIXA – INSTRUMENTO HÍBRIDO	338.376.993,46
CDRJ	27.168.004,61
EFG-ESPECIAL	1.355.766,47
ELETROBRÁS - ITAIPU - CT 424 E 425	1.551.307.356,34
RFFSA	389.394.924,38
SIDERBRÁS	11.301.122,98
VOTO CMN – ANDE	11.922.000,00
CBEE	6.207.559,94
CEASA AMAZONAS	1.285.054,86
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA – LEI Nº 9.138/95 (EXCETO BANCO DO BRASIL - BBI	113.042.143,00
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA – MP Nº 2.196/01 (BB)	215.636.973,37
PESA	139.963.041,87
TOTAL	6.883.554.157,00

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.5.3. Haveres Mobiliários

Ao final do exercício de 2009, a União possuía participação societária em uma empresa binacional, majoritária em 45 empresas (23 sociedades de economia mista e 22 empresas públicas) e minoritária em 76 empresas, das quais 9 são do setor de telecomunicações. As participações relacionadas a seguir referem-se, apenas, às participações diretas do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da Administração Indireta. A posição acionária de 31/12/2009 é preliminar e só estará confirmada após a aprovação dos balanços patrimoniais do referido exercício, que deverá ocorrer até abril de 2010.

TABELA 2.5.3.a
PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO EM
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

R$1,00

Nº	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO				% CAPITAL	
		QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR INTEGRALIZADO (R$)		
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL		VOTO	TOTAL
1	BASA	2.873.357.979	-	2.873.357.979	1.168.141.967	96,92%	96,92%
2	BB	1.378.734.058	-	1.378.734.058	9.961.180.412	53,65%	53,65%
3	BNB	46.595.279	35.373.190	81.968.469	1.556.424.736	96,10%	94,21%
4	CASEMG	37.380.952.565	-	37.380.952.565	149.827.370	97,73%	92,96%
5	CBTU	10.209.636.645.741	-	10.209.636.645.741	4.855.301.687	100,00%	100,00%
6	CDC	2.154.383.958	2.154.383.957	4.308.767.915	64.283.728	84,61%	84,61%
7	CDP	1.023.893.207	1.023.893.206	2.047.786.413	169.807.095	100,00%	100,00%
8	CDRJ	436.560.794	436.560.793	873.121.587	1.753.373.240	99,99%	99,99%
9	CEAGESP	31.735.284	-	31.735.284	179.540.930	99,66%	99,66%
10	CEASA - MG	4.994.632	-	4.994.632	18.072.031	99,57%	99,57%
11	CODEBA	12.786.932.798	12.786.932.798	25.573.865.596	250.476.423	97,95%	97,95%
12	CODERN	10.865.734.716	10.865.734.716	21.731.469.432	122.032.398	100,00%	100,00%
13	CODESA	602.220.253	-	602.220.253	136.707.799	99,47%	99,47%
14	CODESP	73.822.955.604	73.836 817.218	147.659.772.822	506.962.370	99,96%	99,97%
15	CODOMAR	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	191.740.489	99,97%	99,97%
16	ELETROBRÁS	470.656.241	708	470.656.949	10.871.809.104	52,00%	41,56%
17	HCR - REDENTOR	2.714.004	898.510	3.612.514	565.653	54,28%	54,74%
18	HF- FEMINA	4.504.426	-	4.504.426	352.257	50,00%	45,04%
19	HNSC - CONCEIÇÃO	108.511.622	4.530.000	113.041.622	7.446.071	100,00%	100,00%
20	IRB	500.000	-	500.000	515.000.000	100,00%	50,00%
21	PETROBRÁS	2.818.751.784	-	2.818.751.784	25.368.766.056	55,56%	32,13%
22	TELEBRÁS	797.188.353.086	11.532.134	797.199.885.220	304.824.456	89,88%	72,67%
23	TRENSURB	1.387.116.806	-	1.387.116.806	481.007.274	99,39%	99,39%
TOTAL					R$ 58.633.643.545		

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 2.5.3.b
PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO EM
EMPRESA BINACIONAL

R$1,00

Nº	EMPRESA	EXPECTATIVA FUTURA DE CAPITAL			CAPITAL INTEGRALIZADO E AFAC		
		BRASIL	UCRÂNIA	TOTAL	BRASIL	UCRÂNIA	TOTAL
1	ALCÂNTARA CYCLONE	309.026.700	309.026.700	618.053.400	35.088.281	13.147.650	48.235.931

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 2.5.3.c
PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS

R$1,00

Nº	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO				% CAPITAL	
		QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR INTEGRALIZADO (R$)		
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL		VOTO	TOTAL
1	BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	20.260.881.347	100,00%	100,00%
2	CEF	-	-	-	9.292.000.000	100,00%	100,00%
3	CEITEC (1)	-	-	-	-	-	-
4	CMB	-	-	-	245.992.736	100,00%	100,00%
5	CODEBAR (2)	671.704.245	-	671.704.245	6.717.042	99,85%	99,85%
6	CODEVASF	40.128.672	-	40.128.672	40.128.673	100,00%	100,00%
7	CONAB	1.859.907	-	1.859.907	223.180.499	100,00%	100,00%
8	CPRM	2.580.603	288.940	2.869.543	29.343.480	98,08%	97,33%
9	DATAPREV	-	-	-	51.000.000	51,00%	51,00%
10	EBC	200.000	-	200.000	176.859.208	100,00%	100,00%
11	ECT	-	-	-	1.868.963.892	100,00%	100,00%
12	EMBRAPA	-	-	-	62.000.000	100,00%	100,00%
13	EMGEA	-	-	-	20.010.218.995	100,00%	100,00%
14	EMGEPRON	-	-	-	57.008.258	100,00%	100,00%
15	EPE	-	-	-	20.495.640	100,00%	100,00%
16	FINEP	300.000.000	-	300.000.000	901.551.931	100,00%	100,00%
17	HCPA	-	-	-	331.330.663	100,00%	100,00%
18	HEMOBRÁS	-	-	-	115.940.000	100,00%	100,00%
19	IMBEL	-	-	-	360.999.658	100,00%	100,00%
20	INFRAERO	7.116.250	-	7.116.250	944.535.315	97,30%	97,30%
21	SERPRO	-	-	-	617.264.462	100,00%	100,00%
22	VALEC	8.090.009	-	8.090.009	2.643.139.392	100,00%	100,00%
TOTAL					R$ 58.259.551.190		

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional
Notas:
(1) Em processo de constituição. A criação da Empresa foi autorizada pela Lei nº 11.759/2008 e Decreto nº 6.638/2008. Está prevista capitalização inicial no valor de R$4,2 milhões (10% do capital subscrito).
(2) Em liquidação.

TABELA 2.5.3.d
PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO

R$1,00

Nº	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO				% CAPITAL	
		QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR INTEGRALIZADO (R$)		
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL		VOTO	TOTAL
1	AGESPISA	595.964	1.124.142	1.720.106	8.104.440	0,4084%	1,1682%
2	BRASAGRO	1.854.795	-	1.854.795	1.854.795	35,494%	35,4939%
3	CAEMA	1.013.290	-	1.013.290	1.013.290	0,0701%	0,0701%
4	CAERN	882.479	155.062	1.037.541	1.037.541	0,1879%	0,2209%
5	CAGECE	-	17.970	17.970	181.289	0,0000%	0,0170%
6	CAGEPA	41.987.615	281.445.419	323.433.034	137.679	0,0043%	0,0328%
7	CASAL	694.302	42.056.682	42.750.984	108.801	0,0005%	0,0323%
8	CELPE	38.267	122.911	161.178	1.274.896	0,0577%	0,2160%
9	CEMAR	53.667	57	53.724	101.552	0,0333%	0,0327%
10	CEPISA	2.663.808	11.378.549	14.042.357	200.844	0,0106%	0,0536%
11	CHESF	-	193.837	193.837	19.501.465	0,0000%	0,4647%
12	COELBA	145.381	-	145.381	418.861	0,1330%	0,0773%
13	COMGAS	72.315	-	72.315	384.357	0,0770%	0,0604%
14	COPENOR	-	58.045.040	58.045.040	984.523	0,0000%	0,8716%
15	DESO	-	24.312.654	24.312.654	2.110.338	0,0000%	0,5122%
16	DETEN	-	562.449.039	562.449.039	1.206.439	0,0000%	0,5887%

Nº	EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO				% CAPITAL	
		QUANTIDADE DE AÇÕES			VALOR INTEGRALIZADO (R$)	VOTO	TOTAL
		ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
17	ELETROPAULO	13.342.384	-	13.342.384	84.325.139	20,032%	7,9730%
18	EMBASA	33.333	336.939	370.272	2.621.526	0,0103%	0,0742%
19	ICC (1)	-	490	490	245.003	0,0000%	0,1306%
20	ITAÚ	14.795	12.100	26.895	264.776	0,0006%	0,0006%
21	METROBUS	158.851	49.147	207.998	207.998	0,6499%	0,6499%
22	METRO-RJ (1)	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.367	3,2655%	6,4862%
23	NORSAL	-	35.370	35.370	580.551	0,0000%	3,2606%
24	NOVACAP	219.400	-	219.400	11.721.698	43,8800%	43,8800%
25	RENAVE	31.286.746	-	31.286.746	254.772	0,7426%	0,7426%
26	RIOTRILHOS	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437	3,2655%	6,4862%
27	ENERGISA PB	364	1.435	1.799	619.822	0,0587%	0,1958%
28	SANTANDER	86.015	605.479	691.494	108.835	0,0000%	0,0002%
29	SNBP	4.670.000	-	4.670.000	862.651	10,000%	10,0000%
30	TBM	37.526	-	37.526	2.282.035	1,6855%	1,4003%
31	TERRACAP	245.000.000	-	245.000.000	77.889.480	49,000%	49,0000%
32	TIM	4.922	62.065	66.987	220.494	0,0006%	0,0027%
33	VALE	56.712	12	56.724	501.492	0,0017%	0,0011%
34	VIVO	650	7.254	7.904	173.187	0,0005%	0,0020%
	TOTAL				R$ 665.851.373		

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.
Observação: A tabela contempla apenas as participações societárias minoritárias detidas pela União acima de 10% do capital ou cuja avaliação seja superior a R$100 mil.
Nota: (1) Em liquidação (controle indireto da União).

Além das participações acionárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais, conforme tabelas a seguir:

TABELA 2.5.3.e
PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS

R$ 1,00

FUNDOS	TOTAL			PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO		%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	QUANTIDADE	VALOR DA QUOTA	VALOR TOTAL	QUANTIDADE	VALOR		
FINAM (1)	923.937.692,540	0,0002616	241.679.419,34	14.869,525	3.889,50	0,0018%	241.679.419,34
FINOR (1)	190.559.106,000	0,0009408	179.273.000,00	377,759	355,38	0,0002%	179.273.000,00
FND(2)	2.363.261.782	0,9623	2.274.166.812,82	1.260.969.559	1.213.431.006,17	76,40%	2.274.166.812,82
FGP(2)	1.084.559,783	1.920,6467	2.083.056.157,86	1.084.559,783	2.083.056.157,86	100,00%	2.083.056.157,86
FGHAB (3)	60.112.684	1,17072	61.293.000,00	60.112.684,00	61.293.000,00	100% (4)	61.293.000,00
FGI (3)	580.308.078	1	580.308.078,00	580.308.078	580.308.078,00	100,00%	580.308.078,00
FGO (3)	580.308.058	1	580.308.057,92	580.308.058	580.308.057,92	100,00%	580.308.057,92
TOTAL			6.000.084.526		4.518.400.545		6.000.084.526

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.
Notas:
(1) Quotas avaliadas pelo valor patrimonial.
(2) Quotas avaliadas pelo valor de mercado.
(3) Valor de integralização
(4) Na integralização inicial do Fundo, a União era a única cotista, posteriormente a CAIXA também adquiriu cotas.
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia - posição em dez/2008. OBS: O Patrimônio Líquido do FINAM, em 31/12/09, foi de R$ 144.470.871,03, sendo a participação da União de R$ 2.587,84 conforme informação obtida em janeiro de 2010.
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste - posição em dez/2008. OBS: O Patrimônio Líquido do FINOR, em 31/12/09, foi de R$ 189.587.039,85, e a participação da União, de R$ 305,98 conforme informação de janeiro de 2010.
FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento - posição em 18/12/2009
FGP- Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas posição em Nov/2009
FGHAB- Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - posição de integralização - maio/09
FGI- Fundo Garantidor para Investimento - posição ago/09
FGO – Fundo de Garantia de Operações – posição ago/09

TABELA 2.5.3.f
PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

US$ milhões

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	DATA DE ADMISSÃO	CAPITAL SUBSCRITO					PODER DE VOTO DO BRASIL (%)	POSIÇÃO
			REALIZADO (A)			EXIGÍVEL (B)	TOTAL (A + B)		
			INTEGRALIZADO				MONTANTE		
			PAGO	A PAGAR	TOTAL				
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	BAD	24/6/1983	14,9	0	14,9	134,1	149	0,47	31/12/2009
	BID	7/12/1959	857,8	151,7	1.009,50	10.393,80	11.403,30	-	31/12/2009
	-BID-CO	7/12/1959	424,3	40,8	465,1	10.393,80	10.858,90	10,75	31/12/2009
	-BID-FOE	7/12/1959	433,5	110,9	544,4	0	544,4	5,56	31/12/2009
	CAF	23/5/1996	334,2	233,8	568	126	694	N.d.	31/12/2009
	CII	30/6/1986	77,7	0	77,7	0	77,7	11,02	31/12/2009
	FAD	23/11/1973	195,7	12,5	208,2	0	208,2	0,42	31/12/2009
	FIDA	2/11/1978	44	23,9	67,9	0	67,9	0,92	31/12/2009
	FONPLATA	25/11/1974	116,7	0	116,7	13,3	130	20	31/12/2009
	FUMIN	23/5/1995	20	8,3	28,3	0	28,3	2,04	31/12/2009
MINISTÉRIO DA FAZENDA	BIRD	14/1/1946	245,5	0	245,5	3.770,10	4.015,60	2,07	30/6/2009
	AID	15/3/1963	581,1	0	581,1	0	581,1	1,62	30/6/2009
	CFI	31/12/1956	39,5	0	39,5	0	39,5	1,65	30/6/2009
	MIGA	7/1/1993	5,4	0	5,4	22,84	28,2	1,3	30/6/2009
TOTAL			2.532,47	430,2	2.962,60	14.460,20	17.422,80	-	

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Assuntos Internacionais; Ministério da Fazenda/Secretaria de Assuntos Internacionais.
Realizado/Integralizado – Notas promissórias emitidas.

2.5.3.1. Principais Variações nas Participações Societárias da União em 2009

Aumento de capital de empresas: Foram efetuados, em 2009, aumentos de capital, no montante de R$ 13,79 bilhões, decorrentes, em grande parte, de créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), incorporação de reservas, incorporação de empresas e capitalização com ações, conforme discriminado no quadro abaixo.

TABELA 2.5.3.1.1.a
AUMENTO DE CAPITAL EM 2009

R$ mil

EMPRESA SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	VALOR	ORIGEM DOS CRÉDITOS
BB	4.787.014	Incorporação de reservas, ajuste, incorporação do Nossa Caixa
BNB	353.000	Incorporação de reservas
CBTU	146.014	AFAC
CDC	11.184	Incorporação de Créditos
CDP	8.223	AFAC
CDRJ	134.386	Incorporação de Créditos
CODEBA	7.561	Incorporação de Créditos/AFAC
CODERN	23.072	AFAC
CODESA	3.537	Incorporação de Créditos/AFAC
CODESP	45.411	Incorporação de Créditos
TRESURB	14.435	AFAC
PÚBLICAS		
BNDES	4.381.474	Capitalização c/ ações
BNDES	2.000.000	Lucros acumulados de 2007
CMB	102.000	Reservas
EBC	490	Lucros acumulados de 2008
FINEP	524.000	Cotas do FND
INFRAERO	82.206	AFAC e incorporação de reservas
TELEBRÁS	200.000	AFAC
VALEC	898.600	AFAC e atualização monetária
TOTAL GERAL	13.792.207	

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: AFAC: Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Redução de capital: A Companhia Docas do Ceará S.A. – CDC, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte S.A. – CODERN, e a FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos tiveram seus capitais sociais reduzidos, para abater prejuízos acumulados, nos valores de R$ 10,7 milhões, R$ 31,1 milhões, e R$ 479,7 milhões, respectivamente.

Capitalização de Empresa com ações: A União capitalizou o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – com ações, em 15.09.2009, conforme Decreto 6.951/2009, no valor de R$ 4.381.474.314,44.

Constituição de fundos: A Lei nº 12.058/2009, alterou o limite global autorizado para a União participar no Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN, de R$ 1.000,00 milhão, conforme havia autorizado a Lei 11.786/2008, para R$ 5.000,00 milhões, para formação de seu patrimônio.
A Lei nº 11.943/2009, autorizou a subscrição pela União de cotas do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica – FGEE, que terá por finalidade prestar garantias proporcionais à participação, direta ou indireta, de empresa estatal do setor elétrico, em sociedades de propósito específico, constituídas para empreendimentos de exploração da produção ou transmissão de energia elétrica, no Brasil e no exterior, constantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, ou referentes a programas estratégicos, eleitos por ato do Poder Executivo, em financiamentos concedidos por instituição financeira. Os Decretos de nº 6.902/2009, e de nº 6.951/2009, autorizaram o resgate de 45.000.000 e 15.000.000 ações de emissão do Banco do Brasil, respectivamente, que estão depositadas no FGP – Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, e sua subscrição no FGEE.

A Lei nº 11.977/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, autorizou a União a participar, até o limite de R$ 2.000,00 milhões, do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab, que terá por finalidades garantir o pagamento aos agentes financeiros de prestação mensal de financiamento habitacional, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos; bem como assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel para mutuários com renda familiar mensal de até dez salários mínimos.

A Lei nº 12.087/2009, autorizou a União a participar, no limite global de até R$ 4.000,00 milhões, de fundos que tenham por finalidade garantir diretamente o risco em operações de crédito para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, empresas de médio porte, nos limites definidos no estatuto do fundo, e autônomos, na aquisição de bens de capital, nos termos definidos no estatuto do fundo. Essa Lei autorizou a União também a participar, no limite global de até R$ 1.000,00 milhão, de fundos que, atendidos os requisitos fixados nessa Lei e em regulamento, tenham por finalidade garantir o risco de crédito de operações de financiamento de investimento realizadas com produtores rurais e suas cooperativas.

Capitalização de Fundos com ações: A União subscreveu ações no FGHab – Fundo Garantidor da Habitação Popular, nos termos do Decreto 6.820/2009 e da Portaria MF 160, de mesma data, no valor de R$ 50.051.750,00. Além disso, a União subscreveu ações em Fundos Garantidores do Risco de Crédito, quais sejam: FGI – Fundo Garantidor para Investimentos e FGO – Fundo de Garantia de Operações, nos termos do Decreto 6.889/2009, e da Portaria MF 361/2009, nos valores de R$ 580.308.078,93 e de R$ 580.308.057,92, respectivamente.

Transferência de ações para a União: Foram transferidas para a União, em 10 de dezembro de 2009, 48.604 ações ordinárias de emissão da COSESP – Cia de Seguros do Estado de São Paulo, por sucessão, nos termos da Lei 10.233, de 11.05.2001 e do Decreto 6.018, de 22.01.2007, da RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A., extinta pela MP 353, de 22.01.2007, convertida na Lei nº 11.483, de 31.05.2007.

Resgate de cotas e ações em Fundos: A União resgatou, em 15 de setembro de 2009, 40.000.000 ações ordinárias da Eletrobrás e 60.904.902 ações preferenciais do tipo "A" da Vale, que estavam depositadas no FGP - Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, para a subscrição no BNDES, conforme autorizado pelo Decreto nº 6.951, de 27.08.09. Esse mesmo Decreto autorizou, ainda, o resgate de 15.000.000 ações de emissão do Banco do Brasil que estão depositadas no FGP para integralização no FGEE. Além disso, o Decreto 6.902, de 20.07.09, autorizou o resgate de 45.000.000 ações também de emissão do Banco do Brasil para integralização também no FGEE. A União resgatou ainda em 18.12.09, 544.528.733,24 cotas do FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento, no valor de R$ 524 milhões, para capitalização da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, conforme autorizado em Decreto s/n de 15 de dezembro de 2009.

Reestruturação Societária e Mudança de Denominação Social: A Telemig Celular Participações foi incorporada pela VIVO Participações S.A. conforme AGE de 27 de julho de 2009, sendo seu registro cancelado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários em 8 de setembro de 2009. Assim, as 68 ações preferenciais que a União possuía na Telemig Celular Participações foram convertidas em 93 ações preferenciais da VIVO Participações S.A.. A Brasil Telecom Participações S.A. foi incorporada pela Brasil Telecom S.A. em 3 de novembro de 2009, conforme Protocolo e Justificação de Incorporação da Brasil Telecom Participações pela Brasil Telecom. De acordo com a taxa de conversão constante no Protocolo citado, as 643 ações ordinárias e 1.131 ações preferenciais que a União possuía na Brasil

Telecom Participações foram convertidas em 977 ações ordinárias e 1.028 ações preferenciais de emissão da Brasil Telecom S.A. Ainda em 2009, houve a incorporação da Caraíba Metais S.A pela Paranapanema S.A., conforme AGE de 13 de novembro de 2009. A União possuía 6.276 ações PNC de emissão da primeira que foram convertidas em 43.556 ações ordinárias da segunda. Por fim, foi aprovada na AGE do Banco do Brasil de 30 de novembro de 2009 a incorporação do Banco Nossa Caixa, o que ocasionou aumento de capital no primeiro.

Empresas em liquidação: Continuam em processo de liquidação a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – METRÔ-RJ, em virtude da criação da Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro – RIOTRILHOS, nos termos do Decreto Estadual nº 28.313, de 11.05.2001; a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. – ICC, que entrou em liquidação após aprovação na Assembléia Geral Extraordinária de 28.03.1994; e a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR, conforme Decreto 6.182 de 03.08.2007.

Dividendos arrecadados pela União: A arrecadação de dividendos para a União, pelo critério de caixa, em 2009, atingiu o montante de R$ 23,19 bilhões, superior em 73,71% à obtida no exercício de 2008, que foi de R$ 13,35 bilhões. As empresas recolheram os recursos referentes a dividendos para os seguintes órgãos:

TABELA 2.5.3.2.a
ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS/CP PELA UNIÃO

R$1,00

ÓRGÃOS	VALOR
Ministério da Fazenda - STN	22.770.180.394,95
Fundo de Garantia à Exportação	322.820.831,74
Fundo Nacional de Desenvolvimento	82.918.763,07
Órgãos da Adm. Indireta - Orç. Fiscal e Seg.	11.550.072,22
TOTAL	23.187.470.061,98

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

O valor recolhido à Secretaria do Tesouro Nacional – STN como dividendos totalizou R$ 22,77 bilhões, superior em 74,33% ao obtido em 2008. Vale salientar que a quantia arrecadada também superou o valor previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA 2009, estimado em R$ 9,80 bilhões. O significativo crescimento foi resultado do aumento substancial dos dividendos pagos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que representou 48% da arrecadação de 2009, e do crescimento de 40,69% no recolhimento da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás em relação ao exercício de 2008. O aumento na arrecadação do BNDES ocorreu em virtude da decisão da empresa em distribuir o saldo remanescente da conta de Lucros Acumulados na forma de dividendos. Quanto à Petrobrás, o incremento deveu-se a antecipações dos dividendos relativos ao exercício de 2009.

Cabe ressaltar que, no SIAFI, está registrada a importância de R$ 26,27 bilhões como dividendos arrecadados, uma vez que neste total foram contabilizados R$ 3,5 bilhões, que correspondem ao valor do contrato de cessão onerosa por parte da União dos direitos a rendimentos decorrentes da participação societária detida na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. Dos R$ 26,27 bilhões arrecadados pela STN, R$ 17,44 bilhões foram depositados diretamente na Conta Única do Tesouro e R$ 8,14 bilhões foram pagos em títulos públicos federais.

As entidades dependentes, como a Codevasf e a EBC, por exemplo, efetuaram o pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional utilizando a GRU-Intra, sensibilizando a conta de receita 4.7.3.2.2.00.00. O valor total dos dividendos pagos por essas empresas foi de R$ 5,26 milhões. Para as demais empresas, não integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, a contabilização permaneceu na conta de receita 4.1.3.2.2.00.00 – Dividendos, totalizando, para essas empresas, o montante de R$ 26,26 bilhões, após retificações (O valor de R$26,26 bilhões corresponde ao saldo da conta 4.1.3.2.2.00.00, subtraído das retificações (4.9.8.0.0.00.00), no valor de R$5,26 milhões).

TABELA 2.5.3.2.b
ARRECADAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2005 a 2009

R$ milhões

TIPO DE EMPRESA	2005	2006	2007	2008	2009
Sociedade de Economia Mista	2.571,53	4.668,96	4.322,30	4.311,17	8.549,74
Empresa Pública	2.029,48	4.559,98	2.238,69	8.617,98	14.070,55
Minoritária	86,48	43,98	94,88	105,67	125,02
FND	29,67	15,21	32,17	26,77	24,88
TOTAL	4.717,16	9.288,14	6.688,05	13.061,59	22.770,18

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.

2.5.3.2. Recebimento de Prêmio de Debêntures

Em 2009, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração pela propriedade de 136.652.272 debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, a importância total de R$ 5.314.200,78, registrada na conta de receita 4.1.3.2.3.00.00 – Participações.

2.6 - GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

2.6.1. Variação do Estoque da Dívida Pública Federal

A Dívida Pública Federal – DPF de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou, no ano de 2009, crescimento nominal de 12,96%, o que corresponde, em termos reais, a um crescimento de 14,94%, deflacionada pelo IGP-M (-1,72%). A dívida interna observou crescimento nominal de 15,83%, enquanto a dívida externa registrou uma redução de 25,31%. Na Tabela a seguir, estão discriminadas mais detalhadamente as variações de cada um dos itens que compõem a Dívida Pública Federal.

TABELA 2.6.1.a
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

Mapa Analítico - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL - CONSOLIDADO			
	DEZ/08	DEZ/09	VARIAÇÃO
DÍVIDA TOTAL (A + B)	1.904.291	2.151.159	12,96%
A. DÍVIDA INTERNA	1.771.779	2.052.185	15,83%
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.275.081	1.410.919	10,65%
I.1 LFT, LTN, NTN e outros	1.255.249	1.394.345	11,08%
I.2 DÍVIDA SECURITIZADA	15.089	12.058	-20,09%
I.3 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA (TDA)	4.743	4.516	-4,79%
II. DÍVIDA COM O BACEN	496.698	641.266	29,11%
B. DÍVIDA EXTERNA	132.512	98.974	-25,31%
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	100.925	78.904	-21,82%
I.1. Bônus de Renegociação	369	220	-40,38%
I.2. Bônus de Captação	100.556	78.684	-21,75%
II. DÍVIDA CONTRATUAL	31.587	20.070	-36,46%

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional
OBS: 1) A divergência entre o estoque informado no "Relatório Anual da Dívida Pública – 2008", publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e a tabela acima decorre da metodologia contábil usada neste relatório em contraposição com a metodologia econômica daquele.
2) Para a Dívida Externa foram utilizados os câmbios de US$ 1/R$ 1,7713 (dez/2007) e US$ 1/R$ 2,3370 (dez/2008).

2.6.1.1. Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) em Poder do Público

No âmbito da Dívida Pública Federal, a Dívida Mobiliária Interna em Poder do Público é o instrumento básico de gestão, sendo aquele que, em última instância, determina a dinâmica da evolução da composição, dos prazos e riscos do endividamento do Governo Federal. No exercício de 2009, a dívida mobiliária em poder do público (DPMFi), conceito de maior relevância na gestão da dívida pública, obteve variação nominal de 15,83%, e uma variação de 17,85% em termos reais (deflator: IGP-M). A parcela do estoque da DPMFi representada pelas LFT, LTN, NTN e outros títulos (item A-I.1 da tabela anterior) aumentou devido à apropriação de juros nominais de R$ 133,6 bilhões, uma vez que houve resgate líquido de R$ 30,5 bilhões. Além disso, as emissões por colocação direta (não financeiras) foram

compensadas apenas em uma parte pelos cancelamentos realizados no período, correspondendo a um aumento líquido da dívida de R$ 35,9 bilhões.

TABELA 2.6.1.1.a
DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DPMFI (LFT, LTN E OUTROS) EM MERCADO – 2009

R$ milhões

Estoque inicial (dez/08)	1.255.249
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	-30.500
(A) Emissões por Oferta Pública	351.842
(B) Pagamentos	382.342
- Principal	300.520
- Encargos	81.822
(+) Emissões por Colocação Direta	108.523
(-) Cancelamentos	72.563
(+) Transferência de Carteira	0
(-) Ajuste de Cálculo	-18
(+) Juros Nominais - Competência	133.654
- Inflação Relevante (*)	-20.726
- Juros Reais	154.380
Estoque final (dez/09)	1.394.345

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional
(*) O índice utilizado foi o IGP-M.

Os cancelamentos totalizaram R$ 72,6 bilhões, sendo que, desse montante, R$ 65,9 bilhões referem-se às operações de trocas realizadas nos leilões de NTN-B, LFT e LTN e R$ 6,7 bilhões correspondem a outros cancelamentos.

2.6.1.2. Dívida Securitizada em Poder do Público

O estoque da Dívida Securitizada em mercado ficou em R$ 12,0 bilhões em 2009, contra R$ 15,0 bilhões de dez/08, significando uma variação nominal negativa de 20,1% e uma variação real também negativa, deflacionada pelo IGP-M, de 18,7%. Essa redução no estoque é explicada pelos cancelamentos de R$ 2,9 bilhões, e pelo resgate líquido de R$ 849 milhões, compensados pela apropriação de juros nominais de R$ 799 milhões.

TABELA 2.6.1.2.a DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA SECURITIZADA-2009

R$ milhões

Estoque inicial (dez/08)	15.089
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	-849
(A) Emissões	1.078
(B) Pagamentos	1.927
- Principal	1.463
- Encargos	464
(-) Cancelamentos	2.981
(+) Transferência de Carteira	0
(+) Juros Nominais – Competência	799
Estoque final (dez/09)	12.058

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Os cancelamentos ocorridos foram os seguintes:

- R$ 2,5 bilhões referem-se aos títulos da dívida securitizada recebidos como forma de pagamento de dividendos da Caixa Econômica Federal;
- R$ 207,7 milhões referem-se aos títulos da dívida securitizada que foram aceitos nos leilões de NTN-B e LTN;
- R$ 120,3 milhões referem-se a abatimento de dívida dos estados conforme Lei 9496 de 11/09/97
- R$ 88,0 milhões referem-se aos títulos da dívida securitizada que foram trocados por NTN-B, NTN-F e LTN com a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, com base na MP 2.196, de 24/08/2001.

2.6.1.3. Títulos da Dívida Agrária – TDA

O estoque em TDA teve uma redução nominal de 4,78% e real negativa de 3,11%. Houve resgate líquido desses papéis no montante de R$ 279 milhões.

TABELA 2.6.1.3.a
DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO ESTOQUE DOS TDA – 2009

R$ milhões

Estoque inicial (dez/08)	4.743
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	-279
(A) Emissões	722
(B) Pagamentos	1.001
(-) Cancelamentos	201
(-) Ajuste de Cálculo	0
(+) Juros Nominais - Competência	253
Estoque final (dez/09)	4.516

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

O quadro a seguir apresenta resumo das emissões ao mercado realizadas no período, segundo os respectivos programas e determinações legais:

TABELA 2.6.1.3.b
RESUMO DAS EMISSÕES AO MERCADO – 2009

PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS
Dec. 1.068/94	Emissões de títulos no âmbito do PND.
VALOR EMITIDO	R$ 1,5 milhões
Dec. 6018/07 e Dec. 1.647/05	Emissões realizadas com o objetivo de assunção, renegociação e quitação de dívida de empresas públicas com o Tesouro Nacional.
VALOR EMITIDO	R$ 51,1 milhões
Lei 10.179/01 e MP 2.196/01	Emissões realizadas com amparo na Lei nº 10.179/2001, com o objetivo de alteração do perfil da carteira, em permuta por outros ativos de responsabilidade do Tesouro Nacional, observada a equivalência econômica dos créditos.
VALOR EMITIDO	R$ 294,6 milhões
PROEX	Programa de Equalização das Taxas de Juros dos Financiamentos às Exportações. As instituições financeiras concedem financiamentos aos exportadores pela taxa de juros externa. O TN emite as NTN-I no montante da diferença entre as taxas externa e interna. Lei nº 10.184/2001.
VALOR EMITIDO	R$ 365,7 milhões
Reforma Agrária	Emissão de Títulos da Dívida Agrária – TDA para fazer face às indenizações decorrentes das desapropriações e compra de terras rurais, com fins sociais, promovidas no âmbito Programa de Reforma Agrária, realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. MP nº 2.183-56, Decreto nº 578/1992.
VALOR EMITIDO	R$ 722,5 milhões
FIES	Financiamento ao Estudante de Nível Superior. A instituição de ensino que concede o financiamento recebe títulos do Tesouro Nacional (CFT-E) no valor dos financiamentos concedidos. Lei nº 10.260/2001.
VALOR EMITIDO	R$810,3 milhões
Securitização	FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
VALOR EMITIDO	R$ 1,1 bilhões
MP 470/09	Constitui concessão de crédito para a Caixa Econômica Federal.
VALOR EMITIDO	R$ 2,0 bilhões
Lei 11.805/08, MP 450/08, MP 453/09 e Lei 11.948/09	Constitui fontes de recursos adicional para ampliação de limites operacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
VALOR EMITIDO	R$ 105,0 bilhões
TOTAL GERAL	R$ 110,3 bilhões

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.6.1.4. Composição da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi

Em 2009, observou-se aumento na participação dos títulos pré-fixados. A participação dos títulos indexados a preços reduziu de 29,34% em 2008 para 28,61% do total da DPMFi em mercado em 2009. A participação dos títulos indexados a SELIC teve uma pequena redução.

TABELA 2.6.1.4.a
COMPOSIÇÃO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE (%)

%

TÍTULO	DEZ/08	DEZ/09
Selic	35,83	35,77
Câmbio	1,06	0,70
Prefixados	32,19	33,71
Índice de Preços	29,34	28,61
TR	1,58	1,20
Demais	-	-

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.6.1.5. Prazo e Custo Médio da DPMFi

O prazo médio da DPMFi, em mercado, que era de 39,34 meses em dezembro/08 subiu para 40,39 meses em dezembro/2009. Este acréscimo é justificado pela estratégia de emissão de títulos remunerado em índices de preços, os quais possuem prazos superiores aos demais títulos.

TABELA 2.6.1.5.a PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

ANO	PERÍODO	PRAZO MÉDIO (MESES)
2008	Dez	39,34
2009	Jan	41,27
	Fev	40,54
	Mar	39,77
	Abr	40,08
	Mai	40,42
	Jun	40,18
	Jul	40,97
	Ago	40,51
	Set	40,76
	Out	41,06
	Nov	40,48
	Dez	40,39

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

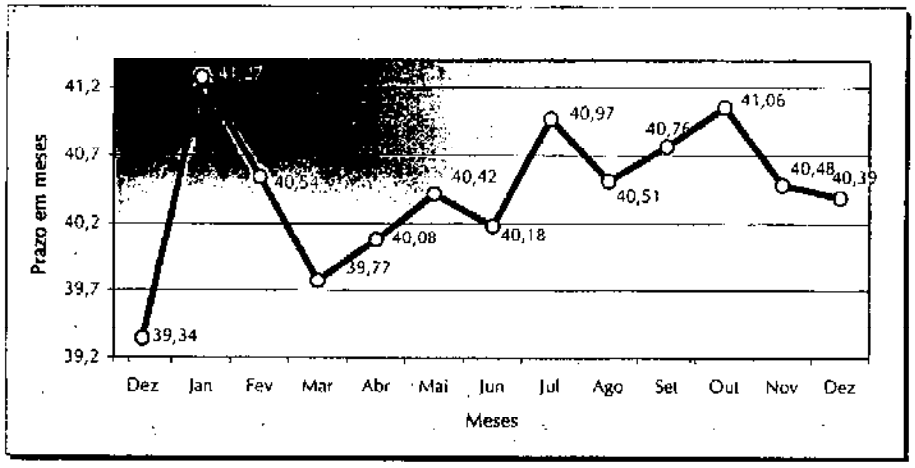
TABELA 2.6.1.5.b CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

ANO	PERÍODO	CUSTO MÉDIO (%A.A)
2008	Dez	12,32
2009	Jan	12,54
	Fev	13,97
	Mar	10,48
	Abr	11,22
	Mai	10,46
	Jun	10,77
	Jul	9,61
	Ago	9,76
	Set	9,84
	Out	10,16
	Nov	10,89
	Dez	10,31

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

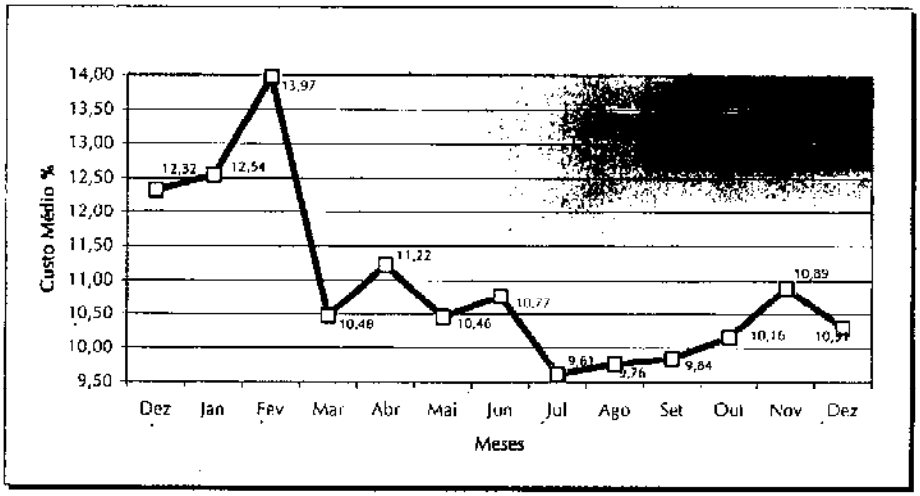
O comportamento do custo médio foi de redução ao longo do ano influenciado principalmente pela variação negativa dos índices de preço.

GRÁFICO 2.6.1.5.a
PRAZO MÉDIO DA DPMFI EM PODER DO PÚBLICO – ANO DE 2009



Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

GRÁFICO 2.6.1.5.b
CUSTO MÉDIO DA DPMFI EM PODER DO PÚBLICO – ANO DE 2009



Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.6.1.6 - Dívida Pública Federal Externa - DPFe

O estoque da Dívida Pública Federal externa encerrou o mês de dezembro de 2009 em US$ 56,8 bilhões, contra US$ 56,7 bilhões em dezembro de 2008, o que representa um acréscimo de 0,25% neste período.

No que se refere à moeda nacional, o estoque da DPFe sofreu redução de 25,31%, passando de R$ 132,51 bilhões, em dezembro de 2008, para R$ 98,97 bilhões, em dezembro de 2009. Este decréscimo pode ser explicado, em grande parte, pela valorização do real frente às demais moedas que compõem a dívida externa observada em 2009.

Com relação ao Programa de Resgate Antecipado da Dívida Externa (*Buyback*), foram recomprados títulos da DPFe com vencimentos até 2040 no montante de US$ 1,1 bilhão em valor de face, o total financeiro desembolsado no período foi de US$ 1,4 bilhão. Além de proporcionar uma redução nos fluxos de pagamento de juros, o programa teve por objetivo fortalecer pontos de referência (benchmark) e corrigir distorções na curva de juros brasileira, bem como reduzir a exposição cambial da Dívida Pública Federal.

TABELA 2.6.1.6.a
VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA

	DEZ/08 (US$ MIL)	DEZ/09 (US$ MIL)	VARIAÇÃO (%)
1) Dívida Mobiliária Externa	43.185.644	45.316.262	4,93
1.1) Dívida Reestruturada	158.019	126.502	-19,94
1.2) Captações no Mercado Internacional – Dívida Soberana	43.027.625	45.189.760	5,02
2) Dívida Contratual Externa	13.516.217	11.526.367	-14,72
2.1) Organismos Multilaterais	11.345.397	9.680.233	-14,68
2.2) Credores Privados e Agências Governamentais	2.170.820	1.846.134	-14,96
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA	56.701.861	56.842.629	0,25

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 2.6.1.6.b
EMISSÕES SOBERANAS REALIZADAS EM 2009

TÍTULO EMITIDO	DATA DE EMISSÃO	MOEDA DE EMISSÃO	VALOR EMITIDO (MOEDA DE ORIGEM)	VALOR EMITIDO (em US$)
Global 2019-N	13.01.2009	Dólar	1.025.000.000	1.025.000.000
Global 2019-N (Reabertura)	14.05.2009	Dólar	750.000.000	750.000.000
Global 2037 (Reabertura)	05.08.2009	Dólar	525.000.000	525.000.000
Global 2041	07.10.2009	Dólar	1.275.000.000	1.275.000.000
Global 2019-N (Reabertura)	22.12.2009	Dólar	525.000.000	525.000.000
TOTAL				4.100.000.000

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.6.2. Administração da Dívida Pública

Conforme afirmado no Plano Anual de Financiamento – PAF 2009, o gerenciamento da Dívida Pública Federal – DPF - tem como objetivo minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado de títulos públicos. Para a consecução deste objetivo, o PAF 2009, observou as seguintes diretrizes: i) alongamento do prazo médio e redução do percentual da DPF vincendo em 12 meses; ii) substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; iii) aperfeiçoamento do perfil do passivo externo; iv) incentivo ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais no mercado interno e externo; e v) ampliação da base de investidores. Em linha com essas diretrizes, mas ao mesmo tempo, atento às condições financeiras vigentes no mercado de títulos públicos, o Tesouro Nacional estabeleceu no PAF 2009 um conjunto de metas para os indicadores da DPF. Como será apresentado a seguir, a maioria das metas foi alcançada, com destaque para o alongamento de prazos e a redução do percentual da dívida vincendo no curto prazo (até 12 meses).

2.6.2.1. Estratégia e sua Execução

Dívida Interna

A execução da estratégia de financiamento do Tesouro Nacional, por meio de emissões de títulos públicos federais no mercado doméstico ao longo do ano de 2009, foi pautada com base nos seguintes aspectos pré-estabelecidos no PAF 2009: i) Títulos prefixados: aumento na participação de LTN e NTN-F no estoque total da Dívida Pública Federal; manutenção das emissões de LTN com prazos de referência de 6, 12 e 24 meses e de NTN-F com vencimentos de 3, 5 e 10 anos; ii) Títulos remunerados a índices de preços: aumento na

participação da NTN-B no estoque total da DPF em 2009; emissão de títulos com prazos de referência de 3, 5, 10, 20, 30 e 40 anos; e iii) Títulos indexados à taxa Selic: emissões com prazo superior ao prazo médio da DPF. O Tesouro Nacional seguiu as linhas básicas de sua estratégia e, dadas as condições vigentes no mercado doméstico e à redução da volatilidade no mercado externo, foi possível avançar em direção a uma composição de dívida com maior participação de títulos prefixados e com prazos mais longos, o que se refletiu particularmente em uma menor proporção de dívida vincenda no curto prazo.

Quanto ao montante de financiamento da DPF em 2009, houve resgate de R$ 484,8 bilhões, enquanto as emissões somaram R$ 470,8 bilhões, sendo R$ 109,5 bilhões correspondentes a emissões diretas sem contrapartida financeira, com destaque para as operações com o BNDES no valor de R$105 bilhões e Caixa Econômica Federal no valor de R$ 2 bilhões. Assim, do ponto de vista de caixa, que só considera as emissões com fluxos financeiros, registraram-se resgates líquidos de R$ 112,6 bilhões dos vencimentos do ano. Entretanto, se levarmos em consideração as emissões totais, perspectiva esta que explica variações no estoque e na composição da DPF, os resgates líquidos se limitam a R$ 3,1 bilhões.

A análise da estratégia de financiamento por indexadores, incluindo as emissões diretas, indica que: a emissão líquida de títulos prefixados foi de R$ 18,5 bilhões - foram emitidos R$ 264,1 bilhões, ante um resgate de R$ 245,6 bilhões; quanto aos títulos remunerados por índices de preços, foram emitidos R$ 73,7 bilhões, com resgates de R$ 87,5 bilhões - como resultado, houve um resgate líquido de R$ 13,8 bilhões; as emissões de títulos remunerados pela taxa Selic alcançaram R$ 122,1 bilhões, e os resgates foram maiores, alcançando R$ 122,3 bilhões - assim, houve um resgate líquido de cerca de R$ 0,2 bilhão.

Considerando as preocupações do Tesouro Nacional com o bom funcionamento do mercado de títulos, deu-se prosseguimento à estratégia de construção de pontos de referência ao longo da estrutura de maturação, por meio da concentração dos vencimentos em datas bem definidas, prezando pelo volume e liquidez associados a cada um deles.

Dívida Externa

Quanto à atuação no mercado externo, a estratégia do PAF 2009 se apoiou nos seguintes pontos: i) criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) na estrutura a termo de taxa de juros; ii) manutenção do programa de recompras de títulos (Buyback Program), observadas as condições de mercado; iii) possibilidade de realização de operações de gerenciamento de passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros; iv) manutenção de relacionamento transparente com a comunidade financeira internacional.

Considerando essas diretrizes para sua política de atuação e, também, as condições vigentes no mercado internacional em 2009, o Tesouro Nacional efetuou cinco operações externas, por meio de emissão de títulos em dólares, captando um total de US$ 4,1 bilhões: a emissão de dois novos benchmarks de 10 e 30 anos, respectivamente o Global 2019N e o Global 2041, e três reaberturas, duas do Global 2019N e uma do Global 2037.

No caso dos instrumentos de 10 anos, a primeira colocação foi em janeiro de 2009, sendo que o Brasil foi uma dos primeiros emissores a atuar, após um período de baixa atividade do mercado. Passado o período de maior volatilidade oriunda da crise financeira internacional, pode-se observar que as taxas de retorno dos títulos de 10 anos brasileiros apresentaram tendência de queda. Isso permitiu ao Tesouro Nacional realizar emissões ao longo do ano a taxas cada vez menores, culminando com a última reabertura no Global 2019N, em dezembro, a uma taxa de retorno de 4,75% a.a., a menor já registrada para uma emissão de títulos do Governo brasileiro em dólares.

No caso dos instrumentos de longo prazo, a tendência de queda das taxas de retorno dos títulos é menos acentuada. Porém, apesar da redução mais discreta das taxas, as emissões também foram bem sucedidas, com destaque para a emissão do benchmark de 30 anos (Global 2041), importante ponto de referência na curva de juros, que registrou a menor taxa de juros historicamente paga por um título brasileiro em dólares com esse prazo.

As operações realizadas pelo Tesouro Nacional no mercado externo se destacaram positivamente. Em junho, por exemplo, o país foi eleito como o Melhor Emissor Soberano de Mercados Emergentes e o Melhor Emissor da América Latina e América Central, prêmio concedido pela revista Euromoney com base em pesquisa realizada com mais de 1.500 investidores do mundo inteiro, na qual foram avaliados aspectos como estratégia de emissão, qualidade do crédito e relações com investidores. Além disso, o baixo custo das captações refletiu a melhora nos fundamentos macroeconômicos do país, em particular, no perfil do endividamento público, avanços esses reconhecidos em 2009 por meio da obtenção de mais um grau de investimento pelo país, agora pela agência Moody's, em setembro.

Associado à criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (benchmarks) na estrutura a termo de taxa de juros está a execução, pelo Tesouro Nacional, do Programa de Resgate Antecipado de títulos da dívida externa desde 2006. O objetivo do Programa é substituir títulos menos negociados e com cupons de juros mais elevados por títulos de referência, que são mais líquidos e têm cupons de juros menores. Uma novidade neste ano foi a expansão do Programa para o mercado de títulos denominados em euros. Com isso, além de se aprofundar o processo de aprimoramento da curva de juros, proporcionou-se a oportunidade para investidores negociarem seus títulos em um mercado que possui baixo volume quando comparado ao de títulos denominados em dólares.

No período entre 2006 e 2009 foram recomprados cerca de US$ 13,6 bilhões em valor de face dos títulos que não são pontos de referência. Em particular, em 2009 o volume total recomprado foi de US$ 1,075 bilhão em valor de face (US$ 1,377 bilhões em valor financeiro). Considerando as recompras ocorridas desde janeiro de 2007, a redução do fluxo de juros a serem pagos até 2041, atingiu US$ 16,67 bilhões em valores correntes.

A compra antecipada de recursos externos pelo Tesouro Nacional também se destaca dentre as ferramentas usadas no gerenciamento da dívida externa. O montante comprado, ao longo de 2009, totalizou US$ 5,6 bilhões ao final de dezembro, quantia essa suficiente para pagar cerca de 73% de toda a dívida externa a vencer no próximo ano.

Por fim, vale ressaltar a atuação proativa do Tesouro Nacional na gestão da dívida contratual. Ao longo de 2009 destacaram-se duas operações de gerenciamento de passivo externo, o pré-pagamento de parte da dívida com o Banco Mundial e a troca de características de parcela da dívida junto a organismos multilaterais.

2.6.2.2. Evolução dos Indicadores da DPF

Em relação aos limites propostos pelo PAF 2009, verificou-se o alcance de quase todas as metas, com leves desvios: enquanto a dívida prefixada superou seu limite superior, a dívida cambial e o percentual vincendo em 12 meses ficaram abaixo de seus limites inferiores. Nos três casos, contudo, os desvios das metas podem ser classificados como pequenos, além de representarem avanços em relação às diretrizes gerais da gestão da dívida pública.

Em 2009, o estoque da DPF cresceu R$ 100,05 bilhões, equivalente a 7,16%, passando de R$ 1.397,34 bilhões, em dezembro de 2008, para R$ 1.497,39 bilhões, em dezembro de 2009, valor este dentro dos limites estabelecidos pelo PAF 2009 (R$ 1.450,0 a R$ 1.600,0 bilhões).

Em particular, a Dívida Pública Mobiliária Federal interna subiu 10,56%, fruto principalmente da combinação da apropriação de juros de R$ 133,3 bilhões e da emissão líquida de R$ 42,9 milhões.

Quanto ao endividamento externo, o estoque da DPFe reduziu-se 25,31%, passando de R$ 132,51 bilhões, em dezembro de 2008, para R$ 98,97 bilhões, em dezembro de 2009. Em grande parte, esse resultado se explica pela valorização do real frente ao dólar observada ao longo do ano. A citada valorização provocou aumento expressivo do estoque dos títulos denominados em reais que, aliado à apropriação de juros no período, compensou o fato de as emissões ao longo do ano terem sido menores que os vencimentos e os resgates realizados por meio do Programa de Resgate Antecipado. Este mesmo fato foi o principal responsável pela elevação da dívida expressa em dólares, que passou de US$ 56,7 bilhões, ao final de 2008, para US$ 56,8 bilhões, ao final de 2009.

Dentre os avanços no perfil do endividamento brasileiro nos últimos anos, percebe-se o alongamento do prazo de seus instrumentos. Em 2009 o prazo médio da DPF situou-se dentro dos limites estabelecidos pelo PAF, alcançando 3,53 anos (para limites entre 3,4 e 3,7 anos), após registrar 3,50 anos ao final de 2008.

A estabilidade desse indicador sinaliza expressivos progressos na estratégia de alongamento de prazos da dívida, especialmente num ano tão conturbado como 2009. Ocorre que os títulos com remuneração prefixada têm prazos tradicionalmente mais curtos que os demais tipos de dívida. Na medida em que houve aumento da participação de prefixados no total da DPF, poderia ocorrer um efeito sobre seu prazo médio total. Entretanto, referido efeito não é dominante na medida em que o Tesouro Nacional consegue associar as mudanças na composição com o aumento do prazo médio de emissão da DPF, em particular, dos instrumentos prefixados. Há que se enfatizar ainda, em 2009, o aumento do prazo médio de emissão dos títulos remunerados por índices de preços.

2.6.2.3. Composição da Dívida

A participação relativa de títulos prefixados no volume total da DPF apresentou elevação, ao passar de 29,91%, em dezembro de 2008, para 32,20%, em dezembro de 2009. O resultado obtido supera levemente os limites definidos de 24% a 31% para a DPF.

A elevação na participação relativa dos títulos prefixados na DPF deveu-se, em um primeiro momento, à expectativa favorável quanto à rentabilidade desses títulos para o investidor, devido ao movimento esperado de redução das taxas de juros para combater os efeitos da crise.

Em relação a 2008, a participação dos títulos remunerados a índices de preços ficou praticamente estável em 2009, passando de 26,56% para 26,72% da DPF, apesar do percentual de rolagem de seus vencimentos abaixo de 100% (resgate líquido de R$ 13,8 bilhões). Destaca-se que a estabilidade da participação relativa desses títulos na DPF, associada ao aumento no seu prazo de emissão, contribui para a estratégia de alongamento do prazo médio total da dívida e redução dos vencimentos de curto prazo.

A participação de títulos indexados à taxa Selic na DPF terminou 2009 em 33,41%, valor superior a 32,43% registrado em dezembro de 2008. O resultado encontra-se próximo do limite mínimo definido no PAF para este indicador, de 32%, reafirmando a diretriz do Tesouro Nacional em diminuir, ao longo do tempo, a participação desses títulos no estoque da DPF. Em 2009, o seu percentual de refinanciamento foi de 99,9%.

A participação da dívida cambial atingiu 6,56% da DPF, diminuindo em relação aos 9,68% do final de 2008. Naquele ano, a desvalorização cambial havia causado um aumento no valor em reais da dívida externa, que resultou em um incremento na proporção da parcela

cambial da DPF. Entretanto, a apreciação cambial observada ao longo de 2009 causou movimento inverso ao observado no ano anterior para essa dívida, constituindo, assim, o principal fator a levar ao rompimento do limite inferior estabelecido no PAF 2009 (7%).

O custo médio da DPF acumulado em doze meses apresentou forte queda, em decorrência principalmente da elevada valorização do real frente ao dólar e da menor variação do IGP-M em 2009. Outro fator que contribuiu para a redução do custo foi a diminuição da taxa Selic ao longo do ano. Enquanto em dezembro de 2008 esse custo representava 15,91% a.a. para a DPF, sendo 13,56% a.a. para a DPMFi e 45,25% a.a. para a DPFe, em dezembro de 2009 esses valores foram, respectivamente, de 9,42% a.a., 10,69% a.a. e -13,01% a.a..

2.6.2.4. Tesouro Direto

Em 2009, o Tesouro Direto, programa que permite a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas por meio da internet, passou por mudanças importantes, com o objetivo de simplificar o produto e, assim, oferecer novas facilidades ao pequeno investidor. Logo no início do ano, o Tesouro Nacional e a BM&FBOVESPA traçaram um plano para avançar em três pontos que necessitavam melhora. A partir de impressões obtidas junto a investidores, corretoras e bancos, foi diagnosticado que: (1) havia restrições na distribuição do produto; (2) existia espaço para redução de custos para o investidor e, por último, (3) era preciso investir em educação financeira. Nesse sentido, diversas ações foram tomadas, destacando-se a redução de custos, a integração do Tesouro Direto com home brokers, e o desenvolvimento de curso virtual, um novo simulador e novo extrato, além da já tradicional participação em eventos de divulgação do programa.

No ano, as vendas de títulos públicos pelo Tesouro Direto totalizaram R$ 1.562,56 milhões, representando aumento de 0,27% em relação ao volume vendido em 2008, constituindo o melhor resultado desde 2003. Além disso, 28.719 novos investidores se cadastraram no Tesouro Direto, alcançando um total de 174.658 investidores, o que representa aumento de 19,68% sobre o total acumulado até o ano anterior. Esse aumento consistente no número de investidores cadastrados ao longo dos anos é reflexo da consolidação do Tesouro Direto como uma ótima opção para quem quer investir com baixo custo, alta rentabilidade e boa liquidez. Em relação ao prazo de vencimento, as vendas de títulos com prazo acima de 5 anos corresponderam a 44,45% do total, enquanto os títulos com prazo entre 1 e 5 anos representaram 48,88% do total.

O resultado das operações realizadas durante o ano fez com que o estoque total do Tesouro Direto atingisse R$ 3.268,4 milhões ao final de 2009, o que representa um acréscimo de 32,86% em relação ao estoque ao final do ano anterior, de R$ 2.460,1 milhões. No tocante à composição, os títulos com maior participação continuam sendo os remunerados por índices de preços (46,11%), seguidos dos prefixados (38,11%) e dos indexados à taxa Selic (15,78%). O título com maior participação individual é a NTN-B (25,17%).

2.6.2.5. Avanços Institucionais

O Tesouro Nacional, em 2009, deu continuidade à implantação de ações com vistas ao fortalecimento institucional da gestão da Dívida Pública Federal. Nesse sentido, manteve, ao longo do ano, contato permanente com investidores, residentes e não residentes, entidades do mercado financeiro, além do intercâmbio de experiências com representantes de outros países e de organismos multilaterais. Destacam-se o encontro anual do LAC Debt Group, a realização de roadshows e de apresentações em eventos para investidores nacionais e não-residentes, as visitas de técnicos internacionais interessados na bem-sucedida experiência brasileira em gestão de dívida pública, a agenda conjunta com administradores de recursos, o prosseguimento dos trabalhos de desenvolvimento do Sistema Integrado para a Dívida Pública (SID), a atuação no Grupo de Trabalho GFSM 2001 – FMI, o destaque ao relacionamento institucional dado pelo Institute of International Finance – IIF, com o Tesouro Nacional sendo recompensado novamente com a pontuação máxima em estudo sobre Relação com Investidores e Práticas de Transparência e o lançamento do Livro "Dívida Pública: A Experiência Brasileira".

2.7 - AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

2.7.1. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal

Na segunda metade da década de 90 ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.
Após diagnóstico efetuado da situação fiscal, em que se verificou a vulnerabilidade das finanças estaduais, foram definidas as condições para o refinanciamento, por parte da União, das dívidas existentes, mediante a assinatura de contrato, onde estariam estabelecidas as premissas para um ajuste fiscal duradouro, como contrapartida aos benefícios auferidos pelo refinanciamento. Neste contexto foi editada a Lei nº 9496, de 11 de setembro de 1997, que estabeleceu os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especificou, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Foram assinados contratos de renegociação de dívidas no âmbito da Lei nº 9496/97 com 24 Estados e o Distrito Federal, apenas Tocantins e Amapá não tiveram dívidas refinanciadas.

A contrapartida dos Estados pelo refinanciamento, nos termos dos contratos assinados, foi a implementação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal trienais, passíveis de revisão anual. Os Estados comprometeram-se

a programar, durante o prazo de refinanciamento (até 360 meses, com possibilidade e ser estendido por até 120 meses para aqueles que apresentassem resíduos ao final deste prazo), iniciativas fiscais visando o incremento de receitas, o controle de despesas, particularmente as de pessoal e de investimentos, a realização de reformas patrimoniais, etc, traduzidas em metas quanto à relação dívida financeira / receita líquida real - RLR, resultado primário, despesas com o funcionalismo público, arrecadação própria de receitas, a reforma do Estado e despesas com investimentos. Os Estados mais endividados beneficiaram-se da condição contratual de pagamento do serviço da dívida refinanciada dentro do limite máximo de comprometimento mensal de 11,5% a 15% da RLR.

A gestão dos programas ajuste fiscal ficou a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional –STN que anualmente avalia o cumprimento das metas compromissadas e negocia a sua revisão.

Neste sentido, a STN, no exercício das suas atribuições legais de monitorar os programas assinados com os Estados, desenvolveu em 2009 uma série de atividades, que envolveram a realização de missões técnicas aos Estados e ao DF, visando examinar o comportamento das suas finanças e coletar informações, a negociação da revisão dos programas para o próximo triênio e, finalmente, a avaliação das metas programadas para 2008, conforme detalhamento no quadro a seguir.

TABELA 2.7.1.a
PRINCIPAIS ATIVDADES RELACIONADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS

UF	PERÍODO DA MISSÃO	DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA	DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
AC	27 a 29 de maio de 2009	16 de setembro de 2009	Nota nº 1.084, de 7 de agosto de 2009
AL	28 e 29 de maio de 2009	17 de novembro de 2009	Nota nº 1.647, de 30 de novembro de 2009
AM	20 e 21 de maio de 2009	13 de julho de 2009	Nota nº 1.312, de 15 de setembro de 2009
BA	09 e 10 de junho de 2009	31 de agosto de 2009	Nota nº 1315, 15 de setembro de 2009
CE	06 e 07 de maio de .2009	18 de agosto de 2009	Nota nº 1.650, de 30 de novembro de 2009
DF	16 e 17 de abril de 2009	16 de junho de 2009	Nota nº 1621 , de 19 de novembro de 2009
ES	16 e 17 de junho de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1551, de 10 de novembro de 2009
GO	07 e 08 de abril de 2009	22de dezembro de 2009	Nota nº 1644, de 30 de novembro de 2009
MA	23 e 24. de julho de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1.648, de 30 de novembro de 2009
MG	3 e 4 de junho de 2009	26 de agosto de 2009	Nota nº 1.314, de 15 de setembro de 2009
MS	12 e 13 de maio de 2009	28 de julho de 2009	Nota nº 1263, de 8 de setembro de 2009
MT	29 e 30 de abril de 2009	29 de maio de 2009	Nota nº 1620, de 19 de novembro de 2009
PA	4 e 5 de maio de 2009	3 de junho de 2009	Nota nº 1.565, de 12 de novembro de 2009
PB	15 e 16 de junho de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1.651, de 30 de novembro de 2009
PE	04 e 05 de junho de 2009	28 de outubro de 2009	Nota nº 1.569, de 12 de novembro de 2009
PI	25 e 26 de março de 2009	26 de maio de 2009	Nota nº 1.086, de 07 de agosto de 2009
PR	02 e 03 de junho de 2009	19 de novembro de 2009	Nota nº 1316, de 15 de setembro de 2009 Remissão: Nota nº 1614, de 19 de novembro de 2009(D.O.U. de 17 de dezembro de 2009)
RJ	24 e 25 de março de 2009	02 de outubro de 2009	Nota nº 1.646, de 30 de novembro de 2009
RN	29 e 30 de abril de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1.649, de 30 de novembro de 2009
RO	23 a 25 de junho de 2009	26 de outubro de 2009	Nota nº 1.085, de 7 de agosto de 2009 Remissão: Nota nº 1.197, de 27 de agosto de 2009 (D.O.U. de 16 de outubro de 2009)
RR	8 e 10 de junho de 2009	29 de julho de 2009	Nota nº 1.199, de 27 de agosto de 2009
RS	21 e 22 de maio de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1313, de 15 de setembro de 2009
SC	13 e 14 de maio de 2009	02 de outubro de 2009	Nota nº 1645/, de 30 de novembro de 2009
SE	13 a 15 de julho de 2009	30 de outubro de 2009	Nota nº 1625, 19 de novembro de 2009
SP	05 e 06 de maio de 2009	06 de julho de 2009	Nota nº 1.198, de 27 de agosto de 2009

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.7.2. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas (MP 2185-35/2001)

No caso dos Municípios, em 25 de fevereiro de 1999, foi editada a Medida Provisória nº 1.811, atual MP 2.185/01, que autorizou a assunção e o refinanciamento, pela União, das seguintes dívidas de responsabilidade dos Municípios: a) mobiliária interna e externa; b) operações de ARO; c) fundada junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras; e d) da administração direta municipal previamente assumida pelos municípios. Da mesma forma que para os Estados, também foi estabelecido um limite de dispêndio mensal apurado sobre a RLR dos Municípios que, neste caso, é de 13%. Ante a impossibilidade de se estabelecer um programa de ajuste fiscal para cada um dos municípios que aderiram ao refinanciamento de dívidas, os contratos de refinanciamento estabeleceram condições mínimas de ajuste fiscal, como a exigência de adequação das despesas de pessoal à legislação em vigor e implantação de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos com alíquota média de no mínimo 11% da remuneração total e limite das despesas com aposentados e pensionistas ao máximo estabelecido na legislação em

vigor. Foram firmados contratos com 180 municípios pertencentes a 17 Estados, aí incluídas 9 capitais. A STN realiza o acompanhamento dos indicadores desses municípios para efeito de aplicação da legislação pertinente.

2.7.3. Estoque das Dívidas

A relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real (RLR) constitui meta do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, de acordo com o inciso I do artigo 2º da Lei nº 9496/97. Em função disto, a STN realizou em 2009 acompanhamentos trimestrais deste indicador, com base nos cálculos da RLR e nos demonstrativos de saldos e cronogramas de desembolso enviados trimestralmente pelos Estados e pelo DF, nos termos da Portaria nº 89, de 24 de abril de 1997.

2.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real – RLR

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, para efeito de aplicação dos limites de comprometimento do pagamento do serviço da dívida, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, nos arts. 1º e 3º da Portaria nº 447/2002 e no Parecer PGFN/CAF nº1.331/2004, e desta forma foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias também estão disponíveis na Internet na página da Secretaria do Tesouro Nacional.

2.7.5. Cálculos dos Valores das Transferências estabelecidas nas Leis Complementares nºs 87/96 e 115/02

Em 2009, foram realizados os cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o disposto no Anexo da Lei Complementar nº115/02. Como resultado, foram transferidos os valores abaixo detalhados por Estado (incluindo a cota parte dos Municípios).

TABELA 2.7.5.a
LEI COMPLEMENTAR Nº115/02 – VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2009

R$1,00

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	1.775.280,00	1.331.460,00	443.820,00
AL	16.384.290,00	12.288.217,56	4.096.072,44
AM	19.653.660,00	14.740.245,00	4.913.415,00
AP	7.926.360,00	5.944.770,00	1.981.590,00
BA	72.474.870,00	54.356.152,56	18.118.717,44
CE	31.761.795,00	23.821.346,28	7.940.448,72
DF	15.790.125,00	15.790.125,00	0,00
ES	83.134.740,00	62.351.055,00	20.783.685,00
GO	26.027.040,00	19.520.280,00	6.506.760,00
MA	32.736.600,00	24.552.450,00	8.184.150,00
MG	251.630.730,00	188.723.047,56	62.907.682,44
MS	24.075.675,00	18.056.756,28	6.018.918,72
MT	37.846.965,00	28.385.223,72	9.461.741,28
PA	85.092.345,00	63.819.258,72	21.273.086,28
PB	5.606.250,00	4.204.687,56	1.401.562,44
PE	28.970.175,00	21.727.631,28	7.242.543,72
PI	5.882.175,00	4.411.631,28	1.470.543,72
PR	196.609.920,00	147.457.440,00	49.152.480,00
RJ	114.368.085,00	85.776.063,72	28.592.021,28
RN	7.061.730,00	5.296.297,56	1.765.432,44
RO	4.863.105,00	3.647.328,72	1.215.776,28
RR	745.680,00	559.260,00	186.420,00
RS	195.866.970,00	146.900.227,56	48.966.742,44
SC	70.030.545,00	52.522.908,72	17.507.636,28
SE	4.884.555,00	3.663.416,28	1.221.138,72
SP	607.265.100,00	455.448.825,00	151.816.275,00
TO	1.535.235,00	1.151.426,28	383.808,72
TOTAL	1.950.000.000,00	1.466.447.531,64	483.552.468,36

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Em cada mês foram elaboradas a memória de cálculo e a portaria de divulgação daquela distribuição. As memórias de cálculo foram remetidas ao Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no subitem 2.1 do Anexo da Lei Complementar nº 115/02. Para dar maior publicidade às informações produzidas, as portarias foram disponibilizadas na página da Secretaria do Tesouro Nacional na Internet.

2.7.6. Cálculos dos Valores referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores

A Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, autorizou o repasse de R$ 1.950.000.000,00 (um bilhão novecentos e cinqüenta milhões de reais) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no ano de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do país. A Secretaria do Tesouro Nacional foi responsável pela apuração dos cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios cuja distribuição anual foi a seguinte:

TABELA 2.7.6.a
AUXILIO FINANCEIRO AOS ESTADOS EXPORTADORES
VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2009

R$1,00

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	2.153.775,00	1.615.331,25	538.443,75
AL	14.636.505,00	10.977.378,75	3.659.126,25
AM	25.635.675,00	19.226.756,25	6.408.918,75
AP	0,00	0,00	0,00
BA	80.032.095,00	60.024.071,25	20.008.023,75
CE	9.353.760,00	7.015.320,00	2.338.440,00
DF	0,00	0,00	0,00
ES	137.969.130,00	103.476.847,50	34.492.282,50
GO	111.391.605,00	83.543.703,75	27.847.901,25
MA	40.158.495,00	30.118.871,25	10.039.623,75
MG	330.922.800,00	248.192.100,00	82.730.700,00
MS	36.481.185,00	27.360.888,75	9.120.296,25
MT	265.494.450,00	199.120.837,50	66.373.612,50
PA	143.748.345,00	107.811.258,75	35.937.086,25
PB	5.997.225,00	4.497.918,75	1.499.306,25
PE	10.319.010,00	7.739.257,50	2.579.752,50
PI	3.012.750,00	2.259.562,50	753.187,50
PR	136.886.100,00	102.664.575,00	34.221.525,00
RJ	77.451.075,00	58.088.306,25	19.362.768,75
RN	16.044.405,00	12.033.303,75	4.011.101,25
RO	21.531.315,00	16.148.486,25	5.382.828,75
RR	943.605,00	707.703,75	235.901,25
RS	178.423.635,00	133.817.726,25	44.605.908,75
SC	78.960.375,00	59.220.281,25	19.740.093,75
SE	6.444.165,00	4.833.123,75	1.611.041,25
SP	202.134.855,00	151.601.141,25	50.533.713,75
TO	13.873.665,00	10.405.248,75	3.468.416,25
TOTAL	1.950.000.000,00	1.462.500.000,00	487.500.000,00

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.7.7. Prestação de Apoio Financeiro aos Entes Federados que Recebem Recursos do Fundo de Participação dos Municípios

Por intermédio da Medida Provisória nº 462, de 2009, atual Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, o Governo Federal criou o Apoio Financeiro aos Entes Federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios, com a finalidade de complementar as entregas visando a superação das dificuldades emergenciais de recursos, em função da crise financeira internacional. Foram efetuadas quatro entregas de recursos, totalizando R$ 1.867.496.416,95, na forma abaixo especificada:

TABELA 2.7.7.a
APOIO FINANCEIRO AOS ENTES FEDERADOS - MONTANTES DISTRIBUÍDOS

R$ 1,00

PORTARIA Nº	MONTANTE
274, de 20 de maio de 2009	755.008.284,59
350, de 18 de junho de 2009	197.827.847,76
429, de17 de julho de 2009	9.734.549,18
604, de 16 de outubro de 2009	904.925.735,42
TOTAL	1.867.496.416,95

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.7.8. Cálculo da Capacidade de Pagamento

No período em questão foram feitas 66 análises de capacidade de pagamento, sendo 29 de Municípios e 37 de Estados. Segue abaixo, a listagem dos Estados e dos Municípios que tiveram analisadas suas capacidades de pagamento para novos empréstimos.

TABELA 2.7.8.a
ANÁLISES DE CAPACIDADE DE PAGAMENTO NOS ESTADOS

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
AC	Programa Emergencial de Financ. dos Estados e DF II (PEF II)	BNDES	1.760/2009
AL	Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II	BNDES	1741/2009
AL	Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II	BNDES	1710/2009
AL	Programa de Reestruturação da Gestão Fiscal	BIRD	1360/2009
AM	Programa Emergencial de Financ. dos Estados e DF II (PEF II)	BNDES	1.749/2009
BA	Projeto PRODUZIR III – Estado da Bahia.	BIRD	1.730/2009
CE	Programa Prodetur Nacional	BID	1559/2009
CE	Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES II Programa Cidades do Ceará	BID BIRD	888/2009
DF	"Programa de Modernização da Gestão Pública do Distrito Federal – Gestão DF" e "Programa de Gestão de Águas e Drenagem Urbana do Distrito Federal"	BID E CAF	451/2009
DF	"Projeto de Implementação do Sistema de Metrô Leve sobre Trilhos em Brasília (1ª Etapa)"	AFD	815/2009
ES	Programa de Gerenciamento da Poluição Costeira e de Águas (Projeto Águas Limpas 2)	BIRD	802/2009
ES	Plano de Desenvolvimento da Administração Fazendária (PROFAZ)	BID	802/2009
MA	Programa de Modernização Fiscal – PROFISCO Programa de Modernização da Administração e da Gestão Fiscal – PMAE Programa Emergencial de Restauração e Pavimentação de Rodovias	BID BNDES BNDES	1395/2009
MA	Programa de Modernização Fiscal – PROFISCO	BID	1124/2009
MG	Programa de Acesso aos Municípios – PROACESSO – 2ª Fase	BID	1.441/2009
MG	Programa Minas Comunica e PROFISCO/Profort	BID	1.123/2009
MS	Projeto PROFISCO - Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária	BID	1.803/2009
MT	PROFISCO – Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária	BID	1.721/2009
PA	PROGEFAZ/PROFISCO	BID	346/2009
PB	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó - PROCASE	FIDA	1685/2009
PB	Programa de Pavimentação e Recuperação de Rodovias – Novos Caminhos	CAF	578,/2009
PE	Programa Emergencial de Financiamento II – PEF II	BNDES	1688/2009
PE	Projeto de Sustentabilidade Hídrica	BIRD	1555/2009
PE	Projeto de Modernização Fiscal – PROMOFAZ II (PROFISCO) Programa para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais – PROAPL	BID BID	1291/2009
PI	Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido	FIDA	1348/2009
PI	PROFISCO	BID	1348/2009
RJ	Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal	BIRD	1597/2009
RJ	Projeto de Modernização Fiscal – PROFAZ (PROFISCO)	BID	1350/2009
RJ	Programa Saneamento – PAC	CAIXA	785/2009
RN	Projeto de Modernização da Administração Fiscal e Financeira – PROFISCO	BID	839/2009
RO	PROFISCO	BID	1.739/2009
SC	PROFISCO	BID	501/2009
SC	PROFISCO	BID	1436/2009
SP	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – MICROBACIAS III e Programa de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA	BIRD	1169/2009
TO	PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento da região Sudoeste do Estado de Tocantins	BID	916,/2009

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 2.7.8.b
ANÁLISES DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO REALIZADAS NOS MUNICÍPIOS

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
Americana/SP	Programa de Desenvolvimento Sustentável - Americana Sustentável	CAF	1241/2009
Aparecida de Goiânia/GO	Projeto de Reestruturação Urbana na Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia	BID	1732/2009
Aracaju/SE	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju - Aracaju de Todos	BID	683/2009
Araucária/PR	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Ambiental	CAF	1173/2009
Barra Mansa/RJ	Programa de Desenvolvimento Urbano Inclusivo e Sustentável de Barra Mansa	BID	1104/2009
Cachoeiro do Itapemirim/ES	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social	BID	1702/2009
Catanduva/SP	Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado de Catanduva - PROCIDADES	BID	932/2009
Colatina/ES	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Inclusão Social	BID	1709/2009
Curitiba/PR	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte	AFD	907/2009
Curitiba/PR	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Curitiba	BID	1104/2009
Fortaleza/CE	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Fortaleza	CAF	1400/2009
Fortaleza/CE	Programa Municipal de Drenagem Urbana de Fortaleza – DRENURB	CAF	1426/2009
Fortaleza/CE	Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza	BID	1011/2009
Fortaleza/CE	Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social - PREURBIS	BID	1012/2009
Jundiaí/SP	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social	BID	1327/2009
Manaus/AM	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR NACIONAL	BID	1715/2009
Manaus/AM	Programa de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Sócio-Ambiental de Manaus	BID	1079/2009
Maringá/PR	Programa de Transporte e Mobilidade Urbana e Fortalecimento Institucional	BID	678/2009
Nova Iguaçu/RJ	Programa de Urbanização Integrada de Nova Iguaçu	BID	1684/2009
Novo Hamburgo/RS	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado no Estado do Rio Grande do Sul (PróCidades)	BID	1554/2009
Piracicaba/SP	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Piracicaba	BID	1541/2009
Ponta Grossa/PR	Programa de Melhoramento da Infra-Estrutura Urbana do Município de Ponta Grossa, no Âmbito do PROCIDADES	BID	1224/2009
Recife/PE	Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Recife	BID	1540/2009
Recife/PE	Projeto Capibaribe Melhor	BIRD	841/2009
Rio de Janeiro/RJ	Projeto de Política de Desenvolvimento do Município do Rio de Janeiro	BIRD	1410/2009
Rio de Janeiro/RJ	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares para o Mun. do Rio de Janeiro - PROAP, Etapa III	BID	1425/2009
Santa Maria/RS	Programa Desenvolvimento Sustentável para a Região de Santa Maria	BIRD	537/2009
Santa Maria/RS	Projeto Santa Maria 2020	BIRD	537/2009
São Bernardo do Campo/SP	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê	BIRD	1558/2009

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.7.9. Consolidação dos Balanços de Estados e Municípios

O artigo nº 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece que, até o dia 30 de junho, o Poder Executivo da União promoverá a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público. A STN efetuou a consolidação integral dos balanços dos 26 Estados e do Distrito Federal em 2009. No caso dos municípios, foram consolidados 4.229, que representam 76,03% dos Municípios brasileiros. A coleta das informações dos entes federativos é realizada pelo Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação do Tesouro Nacional – SISTN.

2.8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

2.8.1. Aspectos Gerais

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito - OOC aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado, envolvendo subvenção econômica direta ou indireta.

Em 2009, as ações orçamentárias no âmbito das Operações Oficias de Crédito, sob responsabilidade da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional – COPEC, foram contempladas pela Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008 (que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009) com o montante de R$ 9.658.275 mil, dos quais R$ 2.180.000 mil destinados à concessão de empréstimos e R$ 7.478.275 mil à equalização de preços e taxas.

Foram concedidos créditos adicionais no montante R$ 18.000 mil para os Empréstimos do Governo Federal – EGF.

Os cancelamentos totalizaram R$ 1.288.151 mil, sendo R$ 1.261.963 mil em Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - GSPCPA, R$ 18.585 mil na ação Equalização de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992), R$ 7.600 mil em Equalização de Juros em financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e cooperativas (Lei 11.524, de 2007) e R$ 3 mil em Equalização de juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. Sendo assim, a dotação final em 2009 resultou no montante de R$ 8.388.124 mil. Entretanto, a execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de R$ 4.113.935 mil. O valor inscrito em Restos a Pagar/2007/2008 foi de R$ 1.138.259 mil, dos quais R$ 536.027 mil foram executados. Foram inscritos R$ 2.424.087 mil em Restos a Pagar/2009, com base no Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009.

Além disso, em 2009, foram liberados ao Banco Central do Brasil R$ 310.879 mil para a ação de Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO (Decreto nº 175, de 1991), constante dos Encargos Financeiros da União – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, bem como R$ 51.000 mil a título de Restos a Pagar/2008.

2.8.2. Financiamento

2.8.2.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF expressa o caráter prioritário dado pelo governo ao apoio creditício à agricultura familiar, voltadas às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Esta atividade possibilita financiar o custeio e o investimento rural, com encargos financeiros inferiores aos concedidos a beneficiários de outros programas vinculados ao crédito rural. Em 2009, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R$ 880 milhões, dos quais foram cancelados R$ 10.000 mil para atender à aquisição de operações junto ao Banco do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A., de que trata o artigo 20 da Lei nº 11.775/2008, resultando em uma dotação final de R$ 870.000 mil. Foram executados financeiramente R$ 434.475 mil e R$ 24.196 mil inscritos em Restos a Pagar/2009. Os reembolsos em 2009 foram de R$ 901.782 mil e a diferença entre os desembolsos e as entradas de recursos foi superavitária em R$ 467.307 mil.

2.8.2.2. Financiamento para Promoção das Exportações – PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)

O Programa de Financiamento às Exportações - PROEX tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros. Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos a exportadores/importadores por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do PROEX, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional. Para o exercício de 2009, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R$ 1.300.000 mil. As despesas totalizaram R$ 462.232 mil, além de R$ 92.142 mil de Restos a Pagar/2008, tendo sido inscritos R$ 151.310 mil em a Restos a Pagar de 2009 e R$ 27.858 mil referente a Restos a Pagar /2008 com base no Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

2.8.2.3. Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS

O PIPS, criado pela Lei no 10.735, de 11 de setembro de 2003, e regulamentado pelo Decreto no 5.004, de 4 de março de 2004, tem como finalidade a implementação de projetos estruturados na área de desenvolvimento urbano e infra-estrutura, nos segmentos de saneamento básico, energia elétrica, gás, telecomunicações, rodovias, sistemas de irrigação e drenagem, portos e serviços de transporte em geral, habitação, comércio e serviços. Os referidos projetos serão viabilizados mediante a criação de Fundos de Investimento Imobiliário - FII, e de Fundos

de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC. No exercício de 2009, foi consignado crédito orçamentário, no valor de R$ 500.000.000,00 para a ação 0A83 - Financiamento no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS, o qual não foi executado. Tal fato decorre da falta de interesse do setor privado em apresentar projetos, cuja motivação entende-se derivar da dificuldade em alcançar taxas de retorno compatíveis com suas expectativas.

2.8.3. Equalização

2.8.3.1. Equalização de Taxas de Juros

Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992)

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para as despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa, de exploração pecuária e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários. Essas operações, contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, são lastreadas tanto com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Rural), quanto com recursos da Poupança Rural. Essa subvenção é definida como o pagamento, pelo Tesouro Nacional, do diferencial entre o custo de captação de recursos das instituições financeiras, acrescido dos custos administrativos e tributários em que incorrem, e a taxa de juros paga pelo tomador final do crédito. Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 1.104.844 mil, além de R$ 104.000 mil de Restos a Pagar/2008. A execução orçamentária foi de R$ 162.079 mil e R$ 35.881 mil de Restos a Pagar. Foram inscritos R$ 617.600 mil em Restos a Pagar/2009, bem como prorrogação, para até 31.12.10, de R$ 68.119 mil referentes a Restos a Pagar/2008 com base no Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF (Lei nº 8.247, de 1992)

Os Empréstimos do Governo Federal visam proporcionar recursos financeiros ao beneficiário, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos para venda futura em melhores condições de mercado. Classificam-se como crédito de comercialização e têm como base o valor do preço mínimo dos produtos, sem a interferência de ágios e deságios. Essas operações são lastreadas com recursos da Poupança Rural e contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros. Esta ação contou com dotação orçamentária de R$ 60.180 mil. Houve necessidade de suplementação orçamentária no valor de R$ 18.000 mil, já que o volume de contratações superou as estimativas iniciais. A dotação final ficou em R$ 78.180 mil. A execução orçamentária foi de R$ 9.250 mil e R$ 68.930 mil foram inscritos em Restos a Pagar/2009, bem como prorrogação, para até 31.12.10, de R$ 14.598 mil referentes a Restos a Pagar/2008 com base no Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

Equalização de Juros para Agricultura Familiar – PRONAF (Lei nº 8.247, de 1992)

A modalidade de subvenção econômica do PRONAF abrange a equalização de taxas de juros (cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescidos dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras e os encargos cobrados do tomador final do crédito), os rebates sob a forma de bônus de adimplência e sobre o principal, além do pagamento da remuneração das Instituições Financeiras pelo serviço de contratar operações de crédito do PRONAF com recursos do Orçamento Geral da União (PRONAF/OGU). Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 1.222.504 mil. Desse valor, R$ 717.111 mil foram executados e R$ 505.393 mil foram inscritos em Restos a Pagar/2009 e R$ 199.241 mil referentes a Restos a Pagar/2008 com base no Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

Equalização de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial equalizadas pelo Tesouro Nacional abrangem uma série de programas no âmbito da agricultura empresarial. Os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil S.A. estão no âmbito do Programa de Geração Emprego e Renda - PROGER, enquanto os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES distribuem-se da seguinte forma:

PRODUSA – Programa de Produção Sustentável do Agronegócio; MODERFROTA – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras; MODERAGRO – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais; PROLEITE – Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite; MODERINFRA – Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem; PROPFLORA – Programa de Plantio Comercial de Florestas; PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária; PRODEFRUTA – Programa de Desenvolvimento da Fruticultura; PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio; PROLAPEC – Programa de Integração Lavoura-Pecuária. E PROCAP-AGRO – Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R$ 183.709 mil, foram cancelados recursos da ordem de R$ 18.585 mil de forma a suplementar a ação EGF,

resultando em uma dotação final de R$ 165.124 mil. A execução orçamentária foi de R$ 100.360 mil, foram inscritos em Restos a Pagar/2009 R$ 56.310 bem como prorrogação, para até 31.12.10, de R$ 292.416 mil referentes a Restos a Pagar de 2007/2008 com base no Decreto nº 7.057, de 29.12.2009.

Equalização de juros decorrentes do alongamento de dívidas do crédito rural (Lei nº 9.866/99)

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros tenham sido pagas até o vencimento. Assim, quando os mutuários recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 2% a.a. ou de até 5% a.a., conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nºs 9.866/1999 e 10.437/2002. No exercício de 2009, esta ação orçamentária contou com dotação de R$ 248.688 mil, dos quais foram executados R$ 247.411 mil. Foi feita a inscrição de R$ 1.277 mil em Restos a Pagar/2009.

Equalização de juros para recuperação da lavoura cacaueira baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, de 19/06/95, cujo prazo para contratação de novas operações encerrou-se em 30.9.2003, nos termos da Resolução CMN nº 3.076, de 24.4.2003, tem sofrido sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores. Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960, de 25.04.2002 que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345, de 03.02.2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, alterada pela Lei nº 11.922, de 13.04.2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que não foram renegociadas com base nos §§ 3º ou 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29.11.1995. No orçamento de 2009, foram previstos recursos de R$ 18.074 mil para atender equalizações, dos quais R$ 3 mil foram cancelados. As despesas totalizaram R$ 410 mil além de R$ 427 mil de Restos a Pagar/2008. A execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de vencimentos das operações. Do total de recursos previstos, houve a inscrição de R$ 17.661 mil em Restos a Pagar/2009.

Equalização de juros para promoção das exportações – PROEX – Lei nº 10.184, de 2001

O PROEX também concede equalização de Taxa de Juros com a finalidade de tornar os encargos financeiros dos financiamentos à exportação concedidos pelas instituições financeiras compatíveis com os praticados no mercado internacional, contribuindo, assim, para a competitividade das exportações brasileiras. Esta subvenção varia de 2,5% a 0,5% a.a. em função do prazo de financiamento. No exercício de 2009, foram consignadas dotações orçamentárias de R$ 950.481 mil para Equalização e R$ 42.982 mil para remuneração do agente financeiro, totalizando R$ 993.463 mil. As despesas totalizaram R$ 340.243 mil, sendo R$ 317.321 mil para Equalização e R$ 22.922 mil para a remuneração do agente financeiro. Além disso, foram inscritos em Restos a Pagar/2009 o valor de R$ 494.426 mil, sendo R$ 5.517 mil referentes à remuneração do agente financeiro e R$ 488.909 mil para Equalização.

Equalização de juros em financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais e cooperativas (Lei nº 11.524, de 2007).

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes de subvenção sob a forma de equalização nas operações de financiamentos para a liquidação de dívidas contraídas por produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2005, nos termos da Lei º 11.524, de 24.09.2007. Em 2009, a ação contou com dotação orçamentária de R$ 91.019 mil, dos quais R$ 7.600 mil foram cancelados. Verificou-se que a procura pela linha de financiamento não se comportou de acordo com as previsões iniciais, de forma que não foram desembolsados recursos para pagamento de equalização em 2009.

Equalização de Juros no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS

Relativamente à ação *002E – Equalização de Juros no âmbito do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social – PIPS*, foi disponibilizado crédito no valor de R$ 124.267.331,00, o qual não foi executado pelos motivos expostos no item 2.8.2.3.

2.8.3.2. Equalização de Preços

Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.247, de 1992)

O Programa de Aquisições do Governo Federal - AGF é o instrumento da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM. Esta ação orçamentária contempla os repasses,

realizados pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, relativos às aquisições de produtos agropecuários e ao pagamento das despesas da PGPM; e o pagamento de equalização de preços, referente à diferença entre o valor de venda do produto e o correspondente saldo devedor, quando da baixa do estoque da CONAB.

Quando da venda dos estoques públicos, a CONAB, a depender das condições conjunturais do mercado de produtos agrícolas, pode não obter o montante necessário à liquidação do valor correspondente às despesas com a aquisição e o carregamento dos produtos vendidos. Assim, por meio da rubrica de equalização de preços do AGF, aquela empresa recebe subvenção econômica do Tesouro Nacional com vistas à cobertura do diferencial entre o custo de remissão dos produtos vendidos e a receita arrecadada com a venda. Cabe registrar que o orçamento da equalização de preços da ação AGF consta das Operações Oficiais de Crédito, sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional. A ação de equalização de preços contou com dotação orçamentária inicial de R$ 300.000 mil. Foram executados R$ 150.006 mil e inscritos R$ 38.000 mil em restos a pagar/2009.

Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários – GSPCPA (Lei nº 8.247, de 1992)

O Programa Garantia e Sustentação de Preços, integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), é composto pelos seguintes instrumentos: Contrato de Opção, Prêmio para o Escoamento de Produto (PEP), Contrato Privado de Opção de Venda (PROP), Prêmio para Equalização do valor de Referência da Soja (PESOJA) e Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO).

O Contrato de Opção Venda (Público) representa um instrumento de seguro dos preços de produtos agrícolas, que desonera o Tesouro Nacional da necessidade de dispêndios imediatos com recursos para aquisição de produtos. O Governo Federal, através da CONAB, leiloa contratos que prevêem a aquisição de um produto específico, a ser feita em determinada data, a um preço pré-estabelecido (preço de exercício). O Contrato Público de Opção de Venda tem no prêmio cobrado do produtor o custo que este incorre para ter a garantia de preços.

O PEP constitui-se em uma subvenção econômica concedida pelo Governo Federal. Para tanto, a CONAB realiza leilão público com vistas à obtenção do menor prêmio, que os arrematantes estariam dispostos a receber do governo para adquirir o produto diretamente do produtor e transportá-lo até a região indicada no correspondente edital. Desta forma, o PEP promove a participação da iniciativa privada na comercialização e no escoamento de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que assegura o recebimento do Preço Mínimo aos produtores rurais e evita a formação de estoques governamentais, cujo carregamento é oneroso.

O Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP) é também uma forma de subvenção econômica e destina-se ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir, em data futura, determinado produto diretamente de produtores ou de suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo Federal.

O Prêmio para Equalização do valor de Referência da Soja (PESOJA) também é uma subvenção econômica governamental a ser arrematada por meio de leilão ao interessado que comprovar a aquisição do produto de produtores rurais ou suas cooperativas, pelo valor de referência, e o seu escoamento, nas condições e abrangências previstas em regulamento.

O Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO) é uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido e o valor do prêmio equalizador arrematado em leilão. Os instrumentos utilizados no Programa Garantia e Sustentação de Preços representam mecanismos alternativos aos tradicionalmente utilizados na PGPM (Aquisições do Governo Federal e Empréstimos do Governo Federal). Tais instrumentos representam a implementação de estratégias de apoio à comercialização menos intervencionistas e mais voltadas para o mercado, importantes no sentido de adequar a política agrícola ao controle fiscal e ao processo de abertura comercial pelo qual a economia brasileira vem passando.

Em 2009 o programa contou com dotação orçamentária inicial de R$ 2.926.930 mil. Houve cancelamento de R$ 1.261.963 mil, de forma que a dotação disponível para o exercício foi de R$ 1.664.967 mil. Foram executados R$ 925.646 mil e inscritos R$ 251.200 mil em Restos a Pagar/2009.

2.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas

2.8.4.1. Aquisições de Operações do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF

No exercício de 2009 foi criada ação para Aquisição de Operações de PRONAF, com valor orçamentário de R$ 10.000 mil, para atender ao disposto no artigo 20 da Lei nº 11.775/2008, que autorizou à União adquirir operações do Grupo A/C do PRONAF, contratadas pelo Banco do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A., com risco dessas instituições. Destaca-se que o valor referenciado foi inscrito em Restos a Pagar/2009.

2.8.4.2. Encargos Financeiros da União (EFU) - Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Decreto Nº 175, de 1991)

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11.12.73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de

agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237, de 29.09.04.

Em razão da insuficiência de receita, proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores, a União tem procedido à alocação no orçamento de recursos adicionais, com vistas a complementar o pagamento das obrigações do PROAGRO, conforme disposto na MP nº 2.162-72, de 23.08.2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil - BACEN, na condição de gestor do programa.

No exercício de 2009, foram alocados R$ 310.879 mil para a complementação das despesas do PROAGRO, sendo que a totalidade dos recursos disponíveis para o exercício foi transferida ao Banco Central. Além disso, R$ 51.000 mil foram liberados a título de Restos a Pagar/2008.

De acordo com informações do Banco Central, foram enquadradas no Proagro 653.449 mil operações na safra de 2008/2009, sendo 585.236 mil no Proagro Mais e 68.213 mil sob as condições gerais do programa. A sinistralidade, medida pela razão entre a quantidade de comunicações de perdas e a de adesões, ficou em 15,05%, em decorrência dos vários eventos que assolaram as regiões produtoras em 2009.

2.8.4.3. Repasses Concedidos à CONAB para a Execução do Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

A Secretaria do Tesouro Nacional repassa recursos financeiros à CONAB para atender a duas finalidades básicas: formação de estoques públicos (reguladores e estratégicos) de produtos agrícolas amparados pela PGPM, incluindo as despesas com armazenamento, conservação, remoção e alienação destes estoques (Despesas Gerais da PGPM); e a garantia do recebimento do preço mínimo pelo produtor rural. Dessa forma, fica viabilizada a ação governamental de regulação, quando necessário, do preço dos produtos agrícolas no mercado interno, além da garantia do abastecimento em épocas de escassez. No que tange ao repasse de recursos à CONAB, no ano de 2009, o programa contou com uma dotação orçamentária de R$ 2.300.000 mil, com posterior suplementação de R$ 930.000 mil, ficando assim com dotação orçamentária total de R$ 3.230.000 mil. O valor das transferências concedidas foi de R$ 2.485.185 mil. Houve, ainda, a execução de R$ 30.853 mil de Restos a Pagar/2008.

2.8.5. Autorização para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação

2.8.5.1. Análise de Requisitos – Descrição e Objetivos

No âmbito da análise fiscal de estados, Distrito Federal e municípios, a Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, e as Resoluções do Senado Federal nºs. 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda - MF funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. ob a competência do Ministério da Fazenda, coube à Secretaria do Tesouro Nacional, a execução dessas atribuições, anteriormente desempenhadas pelo Banco Central do Brasil, tendo sido então adotadas as providências com vistas à criação de nova Coordenação, no caso a COPEM, cujas atividades tiveram início quando da publicação da Portaria nº 4, de 18 de janeiro de 2002, revogada pela Portaria n.º 115, de 11 de março de 2008, revogada pela Portaria nº 396 de 02 de julho de 2009. Vale ressaltar que esta coordenação não possui nenhuma ação inscrita no plano plurianual.

2.8.5.2. Beneficiários

A STN analisou entre janeiro e dezembro de 2009, 945 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. Destes, 346 pleitos foram arquivados, 4 indeferidos, 70 encaminhados para a análise de Concessão de Garantia da União e em 525 pleitos foi verificado o cumprimento dos limites fiscais para a contratação. O valor das operações de crédito consideradas para as quais o ente cumpriu os limites determinados na LRF no período totalizou R$ 22.450.383.252,72 (vinte e dois bilhões, quatrocentos e cinqüenta milhões, trezentos e oitenta e três mil, duzentos e cinqüenta e dois reais e setenta e dois centavos). Para cada pleito, foi emitido Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites definidos pelo Senado Federal. As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subseqüente à análise. Registre-se a atuação da STN junto aos diversos agentes financeiros envolvidos na contratação de operações de crédito dos entes com vistas a promover treinamento qualificado para a instrução correta dos pleitos submetidos à análise da STN. A edição da Resolução n.º 3.751, de 30/06/2009, do Conselho Monetário Nacional – CMN, regulamentou novas normas para o processo de verificação de limites e condições para contratação de operação de crédito pelos Entes Federativos. A partir daquela data, os agentes financeiros autorizados a operar com o setor público deverão, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.

A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito aprovadas pela STN, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas. Foi mantida, no sítio da STN, área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de estados e municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação, detalhando características como prazos, taxas de juros, etc. A STN, por meio de sua área fim, trabalhou no

aperfeiçoamento e manutenção do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de Estados e Municípios.

2.9 - RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

2.9.1. Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens

A União contratou, durante o exercício de 2009, 7 operações de crédito externo no valor de US$3,1 bilhões, firmadas com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e um consórcio de Bancos franceses liderados por Société Generale, BNP Paribas, Santander S.A. e Calyon S.A. Também houve uma operação de crédito de caráter não reembolsável (doação) no valor de US$ 378,0 mil, foi destinada ao Programa de Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU – PROCONTROLE (recurso doado pelo BIRD).

TABELA 2.9.1.a
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2003 A 2009

US$ milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Financiamento de Projetos	1.117,46	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00	3,00	3.125,08
Doações	0,50	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38

Fontes: Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial.
Posição: dezembro/2009.

TABELA 2.9.1.b
FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2009

US$ milhões

CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	CREDOR	PROJETOS/PROGRAMAS	VALOR US$
7545-BR	09.09.2009	BIRD	Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família II (PROESF)	83,45
1841-OC	15.09.2009	BID	Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil – IPEA PESQUISA	7,15
S/nº	30.09.2009	Consórcio de Bancos franceses	Programa H-X BR (RFB/Comando da Aeronáutica)	2.580,18
7632-BR	22.12.2009	BIRD	Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QUALISUS	235,0
7782-BR	22.12.2009	BIRD	Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II – Segunda Fase	24,3
2230-OC	22.12.2009	BID	Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES – Fase II	45,0
2248-OC	29.12.2009	BID	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros-PNAFM	150,0
TOTAL				3.125,08

Fontes: Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial.
Posição: dezembro/2009

2.9.2. Concessão de Garantias Externas

Foram concedidas (formalizadas) garantias externas no montante de US$ 4.085,01 milhões, sendo que, desse valor, 75,1% foram destinadas aos Estados e 24,9% destinadas aos Municípios.

TABELA 2.9.2.1.a
CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2003 A 2009

US$ milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
GARANTIAS CONCEDIDAS	313,50	882,21	1.334,86	969,46	1.254,64	3.970,05	4.085,01
Garantias A Entidades Federais	150	-	1.060,00	0	1.000,00	-	1.018,47
Garantias A Estados E Municípios E Entidades Controladas	163,5	882,21	274,86	969,46	254,64	3.970,05	3.066,54

Fontes: Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial.
Posição: dezembro/2009

TABELA 2.9.2.1.b
CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2009

US$ milhões

Nº DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR DO EMPRÉSTIMO
BR-15/2008	23-jan-09	PM de Cachoeirinha	FONPLATA	Projeto de Melhoria e Ampliação da Infra-Estrutura Urbana de Cachoeirinha	8,91
2023-OC	19-mar-09	BNDES	BID	Financiamento parcial do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas - 3ª Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)	1.000,00
7600-BR	19-mar-09	GOV.EST.CE	BIRD	Financiamento parcial do Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará - SWAP II	240,00
1998-OC	02-abr-09	PM Belém-PA	BID	Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova - PROMABEN	68,75
1990-OC	27-abr-09	PM Belford Roxo - RJ	BID	Programa de Urbanização e Saneamento Ambiental do Município de Belford Roxo, no âmbito do PRÓ-CIDADES.	13,20
7595-BR	11-mai-09	GOV.EST.SE	BIRD	Projeto de Combate à Pobreza Rural de Estado de Sergipe - PCPR II - 2ª Fase	20,80
7581-BR	13-mai-09	PM Uruguaiana-RS	BIRD	Financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá	6,83
1979-OC	20-mai-09	PM Porto Alegre	BID	Programa Integrado Sócio- Ambiental - PISA.	83,27
2044-OC	20-mai-09	Gov. Est. CE	BID	Financiamento parcial do Pograma de Modernização Fiscal do Estado do Ceará - Profisco CE	41,00
S/nº	18-jun-09	Eletrobrás	KFW	Projeto Complexo São Bernardo - Tranche 1.	18,47
2081-OC	22-jun-09	Gov. EST. BAHIA	BID	Financiamento, do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o desenvolvimento do Estado da Bahia (PROCONFIS).	409,00
S/nº	07-jul-09	Gov. Est. Pará	CAF	Financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará	85,00
2009-OC	05-ago-09	Gov.Est.SP	BID	Financiamento parcial do Programa de investimento nos Transportes Metropolitano de São Paulo	168,00
2077-OC	05-ago-09	Gov.Est.SP	BID	Programa recuperação de Rodovias - Etapa III	194,00
7688-BR	24-ago-09	Gov. Est. SP	BIRD	Programa de Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais do Estado de São Paulo	166,65
2165-OC	01-set-09	Gov. Est. Amazonas	BID	Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus-PROSAMIN I	77,00
7497-BR	03-set-09	PM Recife-PE	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social no Recife (Capiraibe Melhor)	32,76
7675-BR	10-set-09	GDF	BIRD	Programa de Modernização da gestão Pública do DF	130,00
1980-OC	16-set-09	PM. Goiania	BID	Projeto Urbano Ambiental Macambira Anicuns	56,70
7655-BR	17-set-09	Gov. Est. ES	BIRD	Projeto de Gerenciamento da Poluição Costeira e das Águas do Espírito Santo	71,50
7630-BR	22-set-09	Gov. Est. Ceará	BIRD	Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Ceará	103,00
7719-BR	24-set-09	Gov. Est. RJ	BIRD	Programa Estadual de Transportes - PET II	211,70
2078-OC	28-set-09	Gov. Est. Pará	BID	Programa de Apoio à Modernizaçãp e Transparência fiscal do Estado do Pará	10,00
7662-BR	28-out-09	SABESP	BIRD	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê	100,00
S/nº	08-out-09	GDF	CAF	Programa de Gestão das Águas e drenagem Urbana do DF	69,10

Nº DO CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR DO EMPRÉSTIMO
7711-BR	06-nov-09	Gov. Est. PE	BIRD	Programa de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública de Pernambuco	154,00
7773-BR	14-dez-09	Gov. Est. RJ	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Projeto Rio Rural	39,50
S/nº	14-dez-09	PM de Caxias do Sul	CAF	Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Serviços Básicos de Caxias do Sul	28,80
7654-BR	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará – CIDADES DO CEARÁ – CARIRI CENTRAL	46,00
7817-0	22-dez-09	Gov. Est Al	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Sustentável – Estado de Alagoas	195,45
2137-OC	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BID	Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada Saúde à Saúde do Estado do Ceará	77,00
2169-OC	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BID	Programa Rodoviário do Estado do Ceará – Ceará III	158,62
TOTAL 2009					4.085,01

Fontes: Ministério da Fazenda/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; Banco Interamericano de Desenvolvimento; Banco Mundial.
Posição: dezembro/2009

2.9.3. Concessão de Garantias Internas

Em 2009, foram concedidas (formalizadas) garantias internas no montante de R$ 5,9 bilhões, sendo que, desse valor, 14,8% foram destinados aos Estados e 85,2% destinado à Estatal Federal.

TABELA 2.9.2.2.a - CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2009
CREDOR: BNDES

R$ bilhão

CONTRATO	DATA ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	PROJETO	VALOR EMPRÉSTIMO
508/PGFN/CAF	22-nov-09	BB	Programa de Crédito Especial Rural - PROCER.	5,00
516/PGFN/CAF	22-dez-09	GOV. PE	Programa de Desenvolvimento Integrado	0,414
523/PGFN/CAF	29-dez-09	GOV. AL	Programa de Desenvolvimento Integrado	0,249
520/PGFN/CAF	22-dez-09	Gov. AC	Programa de Desenvolvimento Integrado.	0,205

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

2.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

As tabelas a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no terceiro quadrimestre de 2009, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da LRF. São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação FGE, o Seguro de Crédito à Exportação-IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade – FGPC, o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER e o Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE/IRB. Os saldos das garantias abaixo se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente.

TABELA 2.9.4.a
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS

R$

GARANTIA	SALDO ATÉ O 3º QUADRIMESTRE/2009
1 - EXTERNA	28.703.626.715,99
1. 1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	28.703.626.715,99
- ORGANISMOS MULTILATERAIS	24.897.088.303,41
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	15.221.090.057,47
. Garantias a Empresas Estatais Federais	9.666.015.548,95
. Garantias a Empresas Privatizadas	9.982.696,99
- AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	3.594.795.243,99
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	2.072.871.274,17
. Garantias a Empresas Estatais Federais	1.511.250.804,61
. Garantias a empresas Privatizadas	10.673.165,21
- BANCOS PRIVADOS	159.228.168,59
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	70.974.990,20
. Garantias a Empresas Estatais Federais	88.253.178,39
. Garantias a empresas Privatizadas	-
- OUTROS CREDORES	52.515.000,00
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privatizadas	52.515.000,00
1. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	-
- SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	-
Bancos no Exterior	-
2 - INTERNA	58.632.303.434,84
2.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	26.719.915.606,61
- BANCOS ESTATAIS	1.910.346.385,32
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.910.346.385,32
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
- BANCOS PRIVADOS	-
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
- ELETROBRÁS - Garantia a ITAIPU BINACIONAL (MÚTUO)	7.080.307.091,00
- BNDES - Garantia a ITAIPU BINACIONAL	-
- BNDES - Banco do Brasil (Contrato n.º 508/PGFN/CAF, de 23.11.2009)	5.000.000.000,00
- FGTS - BNDES (Contrato n.º 433/PGFN/CAF, de 28.08.2008)	5.779.588.910,35
- FI/FGTS - BNDES (Contrato S/N.º, de 22.12.2008)	6.949.673.219,94
2. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	31.912.387.828,23
- Garantia de execução de contrato (Performance Bond) e de devolução de sinal (Refundment Bond)	1.682.042.503,42
. Banco do Brasil	1.682.042.503,42
- Fundo de Garantia à Exportação - FGE	9.585.296.451,26
Banco do Brasil	9.585.296.451,26
- Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	504.685.499,02
. Acúmulo de responsabilidades em vigor	-
. Sinistros em aberto	504.685.499,02
- Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	250.273.588,56
- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER	2.204.032.387,72
- EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001	14.118.932.644,95
- Prog. Fort. Agric. Familiar - PRONAF	231.947.290,25
. Banco do Brasil	231.947.290,25
. Banco do Nordeste	-
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira	283.630.000,00
. Banco do Brasil	283.630.000,00
- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO	47.050.986,43
. BACEN	47.050.986,43
- Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB	120.340.744,68
- Lei nº. 8.036, de 11.05.1990 - Risco de Operações Ativas	2.884.155.731,93
TOTAL-GERAL	87.335.930.150,83

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 2.9.4.b
DEMONSTRATIVO DAS CONTRAGARANTIAS DE VALORES

R$

CONTRAGARANTIA	SALDO ATÉ O 3º QUADRIMESTRE/2009
1 - EXTERNA	19.814.772.882,28
1. 1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	19.814.772.882,28
- ORGANISMOS MULTILATERAIS	16.462.337.879,95
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	15.221.090.057,47
. Garantias a Empresas Estatais Federais	1.231.265.125,49
. Garantias a empresas Privadas	9.982.696,99
- AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS	3.140.691.833,74
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	2.072.871.274,17
. Garantias a Empresas Estatais Federais	1.057.147.394,36
. Garantias a empresas Privadas	10.673.165,21
- BANCOS PRIVADOS	159.228.168,59
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	70.974.990,20
. Garantias a Empresas Estatais Federais	88.253.178,39
. Garantias a empresas Privadas	-
- OUTROS CREDORES	52.515.000,00
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	52.515.000,00
1. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	-
- SEGURO DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO	-
Bancos no Exterior	-
2 - INTERNA	21.526.734.978,20
2.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	13.990.653.476,32
- BANCOS ESTATAIS	1.910.346.385,32
. Garantias a Estados e Municípios e Entidades Controladas	1.910.346.385,32
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
- BANCOS PRIVADOS	-
. Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	-
. Garantias a Empresas Estatais Federais	-
. Garantias a empresas Privadas	-
- ELETROBRÁS - Garantia a ITAIPU BINACIONAL (MÚTUO)	7.080.307.091,00
- BNDES - Garantia a ITAIPU BINACIONAL	-
- BNDES - Banco do Brasil (Contrato n.º 508/PGFN/CAF, de 23.11.2009)	5.000.000.000,00
- FGTS - BNDES (Contrato n.º 433/PGFN/CAF, de 28.08.2008)	-
- FI/FGTS - BNDES (Contrato S/N.º, de 22.12.2008)	-
2. 2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	7.536.081.501,88
- Garantia de execução de contrato (Performance Bond) e de devolução de sinal (Refundment Bond)	1.682.042.503,42
Banco do Brasil	1.682.042.503,42
- Fundo de Garantia à Exportação - FGE	-
Banco do Brasil	-
- Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	-
. Acúmulo de responsabilidades em vigor	-
. Sinistros em aberto	-
- Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	250.273.588,56
- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER	2.204.032.387,72
- EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001	-
- Prog. Fort. Agric. Familiar - PRONAF	231.947.290,25
. Banco do Brasil	231.947.290,25
. Banco do Nordeste	-
- Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira	283.630.000,00
. Banco do Brasil	283.630.000,00
- Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO	-
. BACEN	-
- Excedente Único de Riscos Extraordinários - EURE/IRB	-
- Lei nº. 8.036, de 11.05.1990 - Risco de Operações Ativas	2.884.155.731,93
TOTAL-GERAL	41.341.507.860,48

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional.

2.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2009, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos cinco anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contra-garantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais. As últimas ocorrências registradas ocorreram em 2004 totalizando um montante de R$ 11,86 milhões.

2.9.6. Securitização de Dívidas

Uma parcela importante dos chamados **passivos contingentes da União** vem sendo regularizada por meio do instrumento da securitização, ou seja, o pagamento, aos credores, em títulos da dívida pública federal, após o devido reconhecimento das obrigações, na forma da lei e regulamentos.

As estimativas quanto ao montante das obrigações da União a serem regularizadas por meio da securitização são formadas a partir da situação dos processos que as representam, no que diz respeito à documentação e legislação aplicável. A efetiva conclusão desses processos, com a emissão, pelo Tesouro Nacional, dos créditos securitizados leva em conta, também, as metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País. As chamadas *dívidas em processo de reconhecimento*, de acordo com sua origem, podem ser classificadas em três categorias predominantes, como demonstra a Tabela 2.9.6, a seguir, que contém as estimativas do estoque dessas obrigações, feitas ao final dos dois últimos exercícios:

TABELA 2.9.6.a - DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOURO NACIONAL

ORIGEM	POSIÇÃO EM 31/12/2008		POSIÇÃO EM 31/12/2009	
	R$ MILHÕES	%	R$ MILHÕES	%
Liquidação/ Extinção	4.302,26	4,37	4.432,84	4,49
Dívida Direta	4.902,45	4,99	5.287,13	5,35
Diversos	2.006,27	2,04	2.084,86	2,11
VAF3	1.235,32	1,25	1.334,45	1,35
Criação Estados	1.660,85	1,69	1.867,83	1,89
Subsídios Concedidos	89.329,11	90,66	89.112,33	90,16
Novação FCVS	81.750,83	82,97	81.153,12	82,11
VAF4	7.578,28	7,69	7.959,21	8,05
TOTAL	98.533,81	100	98.832,31	100

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional.

Nota 1: Os Valores de Avaliação de Financiamento (VAF 3 e VAF 4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10150, de 2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 2001.

Nota 2: Os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos ao VAF3 e ao VAF4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

Os valores da tabela correspondem a previsões que não indicam, necessariamente, os valores exatos das securitizações a serem concluídas. A metodologia de cálculo empregada para a atualização monetária está descrita a seguir:

- Os valores em moeda nacional são atualizados pelo IGP-DI da FGV, do mês anterior, acrescidos de juros de 6% a.a.;
- Os valores em moeda estrangeira são atualizados pelas respectivas taxas de câmbio (taxa de venda), obtidas no SISBACEN;
- Os saldos da dívida do FCVS, assim como os relativos aos VAF3 e VAF4, são fornecidos pela Caixa Econômica Federal – Caixa. A estimativa atuarial da obrigação do FCVS é informada com defasagem de alguns meses e, por essa razão, as últimas novações celebradas em 2009 não são deduzidas do estoque apresentado, refletindo-se nos meses seguintes.

A diferença verificada entre o total da dívida estimada ao final dos dois últimos exercícios deve-se, principalmente, à avaliação atuarial das obrigações do FCVS realizada nos dois momentos.

Contribuíram, ainda, para a nova configuração dos passivos, a atualização dos saldos, conforme sistemática descrita anteriormente, os registros de novas dívidas e as baixas provocadas pelos contratos celebrados em 2009.

O reconhecimento de uma dívida, propriamente dito, ocorre em fase anterior ao ingresso dos autos no Ministério da Fazenda. Dá-se, por exemplo, durante o processo de liquidação dos entes/entidades extintos por força de lei, ou é formalizado pela Caixa Econômica Federal, Administradora do FCVS, em se tratando das dívidas desse Fundo com os agentes financeiros do setor de habitação.

O processo assim constituído tramita, então, no Ministério da Fazenda (STN e PGFN), onde ocorrem as fases de análise documental, avaliação da conveniência e oportunidade, renegociação financeira e análise jurídica. Caso as manifestações sejam favoráveis, sucedem a autorização ministerial, a celebração do contrato de novação e, finalmente, a emissão dos ativos securitizados em favor do credor

Cumpriram esse rito, e foram concluídos, em 2009:

a) 24 securitizações, que resultaram na emissão de ativos CVSA, CVSB, CVSC e CVSD, no valor de R$ 615,2 milhões, os quais foram utilizados na quitação de dívidas referidas como "VAF3", "Novação FCVS" e "VAF4", na Tabela 2.9.6.

b) 3 securitizações, que resultaram na emissão de ativos NTN-B, no valor de R$ 51,7 milhões, os quais foram utilizados na quitação de dívidas referidas como "Liquidação/Extinção", na Tabela 2.9.6.

2.10 - FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

Empréstimos e Doações Junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito

Os principais agentes internacionais de fomento com os quais o Brasil teve projetos em execução no ano de 2009 foram:

- BIRD - Banco Mundial
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- FONPLATA - Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
- CAF - Corporação Andina de Fomento FUMIN - Fundo Multilateral de Investimento
- MEDIO CREDITO - Unicredit MedioCredito Centrale (Banco Italiano)
- FIDA - Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura
- JBIC - Japan Bank For International Cooperation (Banco Japonês)
- KFW - Kreditanstalt Fr Wiederaufbau (Banco Alemão)

Projetos em execução

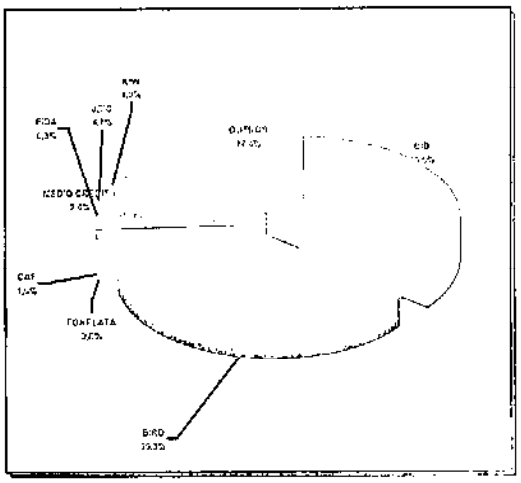
Estiveram em execução no ano de 2009, nos âmbitos federal, estadual e municipal 141 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, assim distribuídos:

	VALOR (US$ 1,00)	Nº PROJETOS
BID	6.340.221.000	55
BIRD	6.489.940.000	52
FONPLATA	140.421.000	8
CAF	289.699.000	6
MEDIO CREDITO	424.672.000	4
FIDA	59.741.000	3
JBIC	839.000.000	3
KfW	177.913.000	3
OUTROS	3.102.690.000	7
TOTAL	17.864.297.000	141

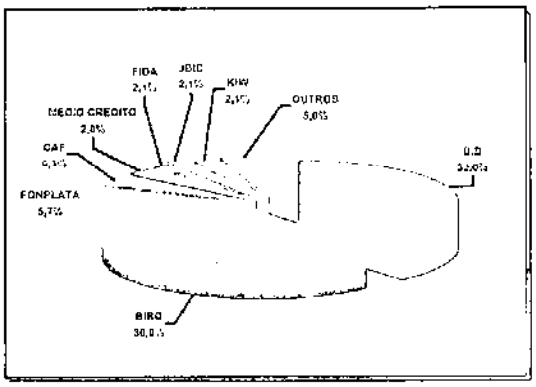
Fonte: SEAIN (MPOG)

Esta carteira de projetos em execução contabiliza um volume de empréstimos em execução de US$ 17,8 bilhões.

CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMOS - 2009
(EM VOLUME DE RECURSOS)



CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMOS - 2009 (em quantidade de projetos em execução)



Estes projetos que estavam em execução, no exercício, por esfera federativa, são a seguir discriminados:

ESFERA	VALOR (US$ 1,00)	Nº PROJETOS
Federal	7.821.469.000	36
Estadual	8.861.068.000	72
Municipal	1.181.760.000	33
TOTAL	17.864.297.000	141

Fonte: SEAIN (MPOG)

Acordos de Cooperação Técnica Multilateral

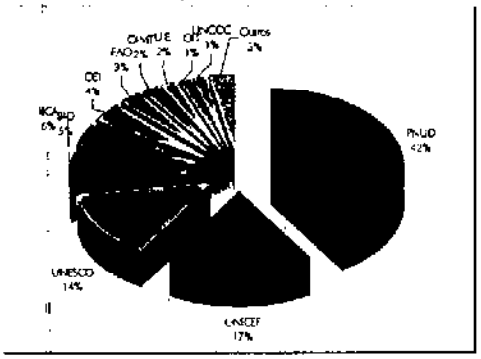
De acordo com os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, a carteira de projetos da Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral contabilizava, no final de 2009, 335 projetos em execução.

COOPERAÇÃO MULTILATERAL
PROJETOS POR FONTE EXTERNA (2009)

ORGANISMO INTERNACIONAL	Nº PROJETOS	PERCENTUAL
PNUD	138	41,2%
UNICEF	58	17,3%
UNESCO	47	14,0%
IICA	21	6,3%
BID	16	4,8%
OEI	13	3,9%
FAO	9	2,7%
OIMT	7	2,1%
U.E.	6	1,8%
OIT	5	1,5%
UNODC	5	1,5%
Outros	10	3,0%
TOTAIS	335	100,0%

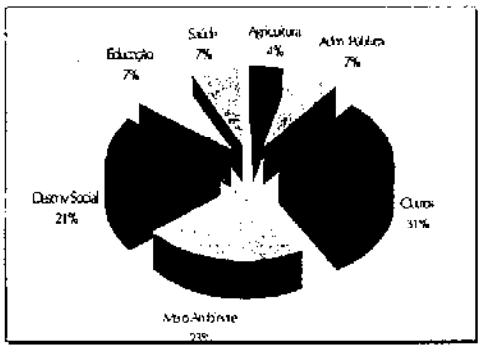
A cooperação técnica multilateral é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O objetivo desse relacionamento é o de gerar ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo Brasileiro e sociedade civil. A cooperação técnica multilateral materializa-se por meio de treinamentos, seminários, reuniões, conferências, missões de curta duração, pré-projetos e projetos. Por meio dessas modalidades são prestadas consultorias, capacitação de recursos humanos, aquisição de bens e contratação de serviços. O caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional é enfatizado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos organismos internacionais.

CARTEIRA DE PROJETOS POR ORGANISMOS – 2009



A execução dos projetos e demais atividades de cooperação multilateral envolve o aporte de insumos técnicos e financeiros mobilizados pelos organismos internacionais e pelas instituições nacionais, em diferentes proporções. Uma terceira origem de recursos, na esfera multilateral, são os fundos internacionais canalizados por uma das partes envolvidas. Os programas de cooperação multilateral se concentram, atualmente, nas seguintes áreas: meio ambiente (reconversão industrial, educação ambiental, manejo florestal, biodiversidade, desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável, exploração racional de recursos naturais, etc.) desenvolvimento social (geração de emprego e renda, proteção à criança e promoção da mulher), educação (ensino fundamental, gestão e avaliação da educação), saúde (saúde pública, controle e prevenção de doenças, saúde reprodutiva), agricultura e administração pública (reforma do Estado e reforma fiscal). Cada uma dessas áreas corresponde, de uma forma geral, a um campo de atuação específico dos vários organismos internacionais.

CARTEIRA DE PROJETOS CTI – 2009



Dos 335 projetos de cooperação técnica internacional em execução no exercício de 2009, 314 (93,73%) têm abrangência geográfica nacional.

Operações de Crédito Externo Contratadas Diretamente pela União em 2009

A União contratou, durante o exercício de 2009, 7 operações de crédito externo no valor de US$ 3,1 bilhões, firmadas com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e um consórcio de Bancos franceses liderados por Société Generale, BNP Paribas, Santander S.A. e Calyon S.A.. Merecem destaque as operações para o Programa H-X BR (Aeronáutica) e para o Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QUALISUS. Também houve uma operação de crédito de caráter não reembolsável (doação) no valor de US$ 378,0 mil, destinada ao Programa de Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU – PROCONTROLE (recurso doado pelo BIRD).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2003 A 2009

US$ milhão

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Financiamento de Projetos	1.117,46	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732,00	5,00	3.125,08
Doações	0,50	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38

Fontes: relação de Contratos/PGFN, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detal Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2009. Posição: dezembro/2009.

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2009

US$ milhão

CONTRATO	DATA DE ASSINATURA	CREDOR	PROJETO/PROGRAMA	VALOR/ EMPRÉSTIMO
7545-BR	09.09.2009	BIRD	Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família II (PROESF)	83,45
1841-OC	15.09.2009	BID	Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil – IPEA PESQUISA	7,15
S/nº	30.09.2009	Consórcio de Bancos franceses	Programa H-X BR (RFB/Comando da Aeronáutica)	2.580,18
7632-BR	22.12.2009	BIRD	Projeto de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde – QUALISUS	235,0
7782-BR	22.12.2009	BIRD	Programa Nacional do Meio Ambiente – PNMA II – Segunda Fase	24,3
2230-OC	22.12.2009	BID	Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará – PROARES – Fase II	45,0
2248-OC	29.12.2009	BID	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros-PNAFM	150,0
TOTAL				3.125,08

Fontes: relação de Contratos/PGFN, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detal Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2009. Posição: dezembro/2009

DOAÇÕES - 2009

US$ milhão

DATA DE ASSINATURA	PROJETO	VALOR DOAÇÃO
30.03.2008	Fortalecimento da Capacidade Operacional da CGU – PROCONTROLE	0,38
TOTAL		0,38

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detal Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2007 - Posição: dezembro/2007

Concessão de Garantias da União em Operações de Crédito Externo

Em 2009 foram concedidas (formalizadas) garantias externas no montante de US$ 4.085,01 milhões, sendo que, desse valor, 75,1% foram destinadas aos estados e 24,9% destinadas aos municípios.

CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2003 A 2009

US$ milhão

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
GARANTIAS CONCEDIDAS	313,50	882,21	1.334,86	969,46	1.254,64	3.970,05	4.085,01
GARANTIAS A ENTIDADES FEDERAIS	150,00	-	1.060,00	-	1.000,00	-	1.018,47
GARANTIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	163,50	882,21	274,86	969,46	254,64	3.970,05	3.066,54

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detal Statement of Loans" BIRD, ambos de 31.12.2007- Posição: dezembro/2007.

CONCESSÃO DE GARANTIAS – 2009

US$milhão

CONTRATO	DATA ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR EMPRÉSTIMO
BR-15/2008	23-jan-09	PM de Cachoeirinha	FONPLATA	Projeto de Melhoria e Ampliação da Infra-Estrutura Urbana de Cachoeirinha	8,91
2023-OC	19-mar-09	BNDES	BID	Financiamento parcial do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas - 3ª Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)	1.000,00
7600-BR	19-mar-09	COV.EST.CE	BIRD	Financiamento parcial do Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará - SWAP II	240,00
1998-OC	02-abr-09	PM Belém-PA	BID	Programa de Saneamento da Bacia Estrada Nova - PROMABEN	68,25

CONTRATO	DATA ASSINATURA	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	CREDOR	PROJETO	VALOR EMPRÉSTIMO
1990-OC	27-abr-09	27-abr-09 PM Belford Roxo - RJ	BID	Programa de Urbanização e Saneamento Ambiental do Município de Belford Roxo, no âmbito do PRÓ-CIDADES.	13,20
7595-BR	11-mai-09	GOV.EST.SE	BIRD	Projeto de Combate à Pobreza Rural de Estado de Sergipe - PCPR II - 2ª Fase	20,80
7581-BR	13-mai-09	PM Uruguaiana-RS	BIRD	Financiamento do Programa Uruguaiana Vencerá	6,83
1979-OC	20-mai-09	PM Porto Alegre	BID	Programa Integrado Sócio- Ambiental - PISA	83,27
2044-OC	20-mai-09	Gov. Est. CE	BID	Financiamento parcial do Pograma de Modernização Fiscal do Estado do Ceará - Profisco CE	41,00
S/nº	18-jun-09	Eletrobrás	KFW	Projeto Complexo São Bernardo - Tranche 1	18,47
2081-OC	22-jun-09	Gov. EST. BAHIA	BID	Financiamento do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o desenvolvimento do Estado da Bahia (PROCONFIS)	409,00
S/nº	07-jul-09	Gov. Est. Pará	CAF	Financiamento parcial do Programa de Infra-Estrutura Rodoviária do Pará	85,00
2009-OC	05-ago-09	Gov.Est.SP	BID	Financiamento parcial do Programa de Investimento nos Transportes Metropolitano de São Paulo	168,00
2077-OC	05-ago-09	Gov.Est.SP	BID	Programa recuperação de Rodovias - Etapa III	194,00
7688-BR	24-ago-09	Gov. Est. SP	BIRD	Programa de Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais do Estado de São Paulo	166,65
2165-OC	01-set-09	Gov. Est. Amazonas	BID	Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus-PROSAMIN I	77,00
7497-BR	03-set-09	PM Recife-PE	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social no Recife (Capiratibe Melhor)	32,76
7675-BR	10-set-09	GDF	BIRD	Programa de Modernização da gestão Pública do DF	130,00
1980-OC	16-set-09	PM. Goiania	BID	Projeto Urbano Ambiental Macambira Anicuns	56,70
7655-BR	17-set-09	Gov. Est. ES	BIRD	Projeto de Gerenciamento da Poluição Costeira e das Águas do Espírito Santo	71,50
7630-BR	22-set-09	Gov. Est. Ceará	BIRD	Projeto de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Ceará	103,00
7719-BR	24-set-09	Gov. Est. RJ	BIRD	Programa Estadual de Transportes - PET II	211,70
2078-OC	28-set-09	Gov. Est. Pará	BID	Programa de Apoio à Modernização e Transparência fiscal do Estado do Pará	10,00
7662-BR	28-out-09	SABESP	BIRD	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê	100,00
S/nº	08-out-09	GDF	CAF	Programa de Gestão das Águas e drenagem Urbana do DF	69,10
7711-BR	06-nov-09	Gov. Est. PE	BIRD	Programa de Desenvolvimento da Educação e Gestão Pública de Pernambuco	154,00
7773-BR	14-dez-09	Gov. Est. RJ	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Projeto Rio Rural	39,50
S/nº	14-dez-09	PM de Caxias do Sul	CAF	Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Serviços Básicos de Caxias do Sul	28,80
7654-BR	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará – CIDADES DO CEARÁ – CARIRI CENTRAL	46,00
7817-0	22-dez-09	Gov. Est Al	BIRD	Projeto de Desenvolvimento Sustentável – Estado de Alagoas	195,45
2137-OC	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BID	Programa de Expansão e Melhoria da Assistência Especializada à Saúde do Estado do Ceará	77,00
2169-OC	22-dez-09	Gov. Est. Ceará	BID	Programa Rodoviário do Estado do Ceará - Ceará III	158,62
TOTAL					4.085,01

Fontes: Contratos/PGFN, publicações (PGFN) dos Extratos de Contratos no Diário Oficial da União, Relatórios "Statement of Approved Loans" - BID e "Detal Statement of Loans" - BIRD, ambos de 31.12.2009- Posição: dezembro/2009

Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2009, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos cinco anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no país, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contra-garantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

Projetos de Financiamento Externo Apresentados para Aprovação em 2009

Em relação aos projetos com financiamento externo apresentados para aprovação em 2009, a Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX efetuou recomendações favoráveis para o início da preparação das operações, para 93 cartas-consulta apresentadas, representando US$ 18,8 bilhões em projetos que se encontram em preparação técnica com os respectivos organismos financiadores. No total de cartas-consulta aprovadas, a esfera estadual destacou-se com 50 cartas-consulta (54% do total) aprovadas. No exercício de 2009 a COFIEX recebeu um total de 56 cartas-consulta para análise, assim distribuídas:

DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2009 POR ESFERA FEDERATIVA

ESFERA	QTDE DE PROJETOS	VALOR DO FINANCIAMENTO (US$1,00)
Federal	15	9.671.533.420
Estadual	26	4.911.729.220
Municipal	15	1.602.264.655
TOTAL	56	16.185.527.295

De acordo com a SEAIN/MPOG, um dos fatores que explica a prevalência dos pleitos estaduais é a melhoria nas condições financeiras e fiscais dos Estados, devido, principalmente, à implementação de programas de ajustes e aumentos na arrecadação tributária. No caso da União, o menor número de solicitações de financiamento se deve à condição do País de credor externo líquido, à implementação de grandes programas governamentais voltados às áreas sociais e de infra-estrutura, além do princípio da "não-adicionalidade" no orçamento federal, que tem restringido, substancialmente, a demanda por financiamentos externos.

DISTRIBUIÇÃO DOS VOLUMES DE RECURSOS DAS CARTAS-CONSULTA RECEBIDAS EM 2009 POR FONTE DE FINANCIAMENTO

US$ 1,00

FONTE RESUMIDA	2009
BID	1.756.405.848
BIRD	4.579.483.929
CAF	447.262.846
SOCIETÉ GENERALE	2.871.288.396
CONS. BANCOS	5.558.205.447
Outros	972.880.828
TOTAL	16.185.527.294

Na distribuição das Cartas-Consulta apresentadas em 2009, por fonte de financiamento, a presença do Consórcio de Bancos liderados pelo BNP Paribas apresenta expressiva participação nas propostas de financiamento a projetos e programas do setor público, com 34% do volume de recursos. A participação do referido consórcio refere-se basicamente ao financiamento do Programa de Desenvolvimento de Submarinos do Ministério da Defesa (Marinha do Brasil), que tem importância geopolítica no contexto da parceria estratégica entre o Brasil e a França.

Operações de Crédito Externo Recomendadas para Negociação Em 2009

Durante a 82ª reunião da COFIEX, realizada em 24/04/2009, foi recomendada a contratação junto a organismos multilaterais de um total de 15 operações de financiamento para projetos no valor total de US$ 5,28 bilhões.

82ª REUNIÃO - PROJETOS FEDERAIS

US$ 1,00

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	PROGRAMA/PROJETO
BID	BNDES	3.000.000.000,00	3.000.000.000,00	Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas
BID	Ministério da Fazenda	450.000.000,00	50.000.000,00	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros
BIRD	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	200.000.000,00	15.168.000.000,00	Consolidação do Programa Bolsa Família e apoio à Operacionalização do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social

82ª REUNIÃO - PROJETOS ESTADUAIS (

US$ 1,00

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	PROGRAMA/PROJETO
BID	MG	260.000.000,00	400.000.000,00	Programa para o Desenvolvimento de Minas Gerais II
BID	SE	5.788.000,00	2.171.000,00	Modernização Fazendária do Estado de Sergipe
BIRD	BA	60.000.000,00		Programa com Enfoque Setorial Amplo das Áreas de Saúde e Recursos Hídricos do Estado da Bahia

US$ 1,00

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	PROGRAMA/PROJETO
BIRD	SC	35.340.000,00	34.660.000,00	PRAPEM-Microbacias 3
JICA	SABESP	480.000.000,00	85.000.000,00	Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética
BIRD	PR	50.040.000,00	33.360.000,00	Projeto de Inclusão e Desenvolvimento Rural Sustentável
BIRD	SP	112.910.000,00	48.550.000,00	Modernização da Linha 11 - Coral CTPM
CAF	GDF	243.508.000,00	150.980.000,00	Programa de Implantação do Sistema de Transporte entre as cidades de Gama, Santa Maria e Plano Piloto
BID	SP	162.454.000,00	307.709.000,00	Recuperação Socio-Ambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica
BIRD	AL	195.450.000,00		Programa de Reestruturação da Gestão Fiscal e Pública do Estado de Alagoas
BIRD	RJ	18.673.000,00	15.927.000,00	Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro
BID	RR	5.788.000,00	1.912.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Roraima

Durante a 83ª reunião da COFIEX, realizada em 13/07/2009, foi recomendada a contratação junto a organismos multilaterais de operações de financiamento para projetos, sendo sete operações no valor total de US$ 2,3 bilhões e três operações no valor total de 58,7 milhões de Euros.

83ª Reunião - PROJETOS FEDERAIS

Em US$ 1,00

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	PROGRAMA/PROJETO
BIRD	Ministérios da Integração, Cidades e Meio Ambiente	97.575.000,00	32.525.000,00	Programa de Desenvolvimento do setor Água - Interáguas
BID	Ministério da Previdência Social	10.000.000,00	10.000.000,00	Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social - PROPREV II
BIRD	Eletrobrás	500.000.000,00	214.300.000,00	Programa Corporativo das Empresas de Distribuição da Eletrobrás e de Melhoria da Qualidade dos Serviços e de Redução de Perdas Elétricas

83ª REUNIÃO - PROJETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	MOEDA	PROGRAMA/PROJETO
BIRD	SP	326.775.000,00	133.339.000,00	Dolar	Programa de Recuperação de Estradas Vicinais - PRO-VICINAIS - fase IV
BID/BIRD	SP	1.131.372.000,00	1.353.828.000,00	Dolar	Expansão da linha 5 do Metro de SP
BID	SP	120.000.000,00	34.960.000,00	Dolar	Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de SP
AFD	Município de Curitiba	36.150.000,00	36.150.000,00	Euro	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte
CAF	Município de Porto Alegre	100.000.000,00	110.000.000,00	Dolar	Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Porto Alegre
MLW	SC	17.578.000,00	3.102.000,00	Euro	Projeto de Ampliação e Modernização Tecnológica das Unidades Hospitalares de SC
MLW	Município de Maracanaú	5.000.000,00	885.000,00	Euro	Importação de Equipamentos Técnico-Científicos para as Unidades Básicas de Saúde da Família e para o Hospital da Mulher de Maracanaú

Durante a 84ª reunião, realizada em 13/07/2009, a COFIEX recomendou a preparação da Operação Comercial junto ao Consórcio de Bancos liderado pelo BNP-Paribas para o suporte ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil. Durante a 85ª reunião, realizada em 02/10/2009, foi recomendada a contratação junto a organismos multilaterais de operações de financiamento para projetos, sendo onze operações no valor total de US$ 2,8 bilhões e quatro operações no valor total de 493,9 milhões de Euros.

85ª REUNIÃO - PROJETOS FEDERAIS

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	MOEDA	PROGRAMA/PROJETO
BID	Secretaria do Patrimônio da União	15.104.000,00	15.104.000,00	Dolar	Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União
Consórcio de Bancos - Societe Generale	Departamento da Polícia Federal	318.000.000,00		Euro	Pro-Amazonia/PROMOTEC II
BIRD	FUNAI	40.000.000,00	5.700.000,00	Dolar	Promoção e Proteção dos Povos Indígenas do Brasil
AFD	BNDES	150.000.000,00	64.000.000,00	Euro	Infra-Estrutura, Meio Ambiente e Saúde

85ª REUNIÃO - PROJETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	MOEDA	PROGRAMA/PROJETO
BID	SP	115.771.929,00	84.081.281,00	Dolar	Várzeas do Tietê
BIRD	MS	300.000.000,00	75.000.000,00	Dolar	Programa de Transportes e de Desenvolvimento Sustentável do MS
BIRD	MG	461.044.929,00	1.319.009.258,00	Dolar	Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais II
BIRD	RJ	485.000.000,00		Dolar	Des Econ Social e de Sustentabilidade Fiscal do RJ
BID	CAESB-DF	170.840.000,00	115.470.000,00	Dolar	Saneamento Ambiental da CAESB
AFD	Município de Toledo	9.463.000,00	10.537.000,00	Euro	Desenvolvimento Ambiental Sustentável de Toledo
BIRD	Município do Rio de Janeiro	1.045.000.000,00		Dolar	Política de Desenvolvimento do Mun do RJ
CAF	Município de Fortaleza	50.000.000,00	50.000.000,00	Dolar	PRODETUR - Fortaleza
BIRD	SC	90.000.000,00	90.000.000,00	Dolar	Santa Catarina Rural
MLW	PA	16.472.181,82	3.527.818,18	Euro	Fortalecimento do Sistema Paraense de Inovação
BID	RS	60.000.000,00	6.666.667,00	Dolar	Fortalecimento da Gestão Fiscal do RS

Durante a 86ª reunião, realizada em 14/12/2009, a COFIEX recomendou o início de novas operações, com destaque para as seguintes:

86ª REUNIÃO - PROJETOS FEDERAIS (EM US$ 1,00)

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	PROGRAMA/PROJETO
BIRD	Ministério da Educação	420.000.000,00	3.664.000.000,00	Plano de Revitalização dos Hospitais Universitário Federais do Ministério da Educação
BID	Advocacia-Geral da União	17.128.713,00	25.693.069,00	Projeto de Apoio à Modernização da Advocacia-Geral da União
BID	Furnas	180.000.000,00	372.000.000,00	Modernização de Usinas Elétricas

86ª REUNIÃO - PROJETOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

ENTIDADE	MUTUÁRIO/ EXECUTOR	VALOR	CONTRAPARTIDA	MOEDA	PROGRAMA/PROJETO
BID	GDF	31.997.935,00	4.743.586,00	Dolar	Projeto de Desenvolvimento Fazendário do DF
BID	SP	100.000.000,00	66.990.000,00	Dolar	Complexo Cultural Teatro da Dança de SP
BID	PR	54.819.000,00	45.181.000,00	Dolar	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado Paraná
BID	TO	40.431.000,00	4.581.000,00	Dolar	Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins
BIRD	TO	300.000.000,00	75.000.000,00	Dolar	Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável no Estado do Tocantins
FIDA	SE	16.000.000,00	34.000.000,00	Dolar	Projeto de Desenvolvimento de Negócios Rurais para Pequenos Produtores - Sergipe
JICA	PA	181.184.000,00	102.830.848,00	Iene	Projeto Ação Metrópole
CAF	Município de Manaus	21.512.846,00	21.649.522,00	Dolar	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Município de Manaus
CAF	Município de Aparecida de Goiania	35.000.000,00	35.000.000,00	Dolar	Programa de Reestruturação Urbana na Bacia do Ribeirão Santo Antonio de Aparecida de Goiânia

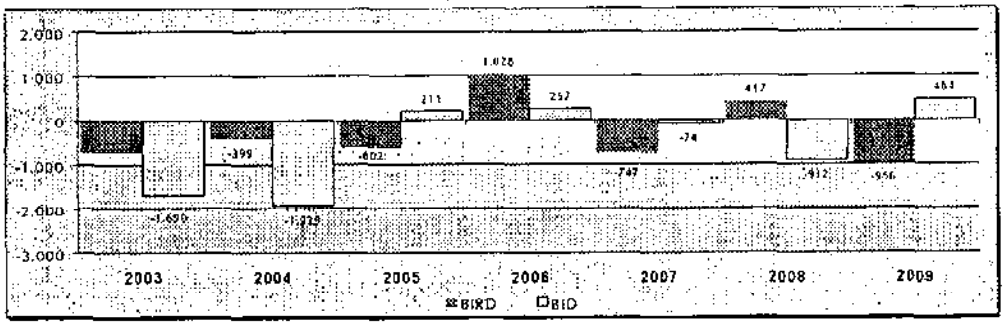
Fluxo Financeiro Decorrente de Financiamentos Externos

Em relação à análise de gastos dos projetos em execução no âmbito do Governo Federal, a SFC/CGU acompanha a execução das despesas e a consecução da metas previstas nos acordos. Em 2009, foram despendidos no Brasil recursos da ordem de US$ 3,2 bilhões nos projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano.

FLUXO FINANCEIRO					BIRD/BID		
BANCO MUNDIAL e BID - ANO CALENDÁRIO					APROVAÇÕES E CONTRATAÇÕES		
ANO	DESEMBOLSO (A)	AMORTIZAÇÃO (B)	JUROS E COMISSÕES (C)	TRANSF. LÍQUIDA [A-(B+C)]	ANO	APROVAÇÃO	CONTRATAÇÃO
1997	2.793	1.376	677	740	1997	3.324,6	3.428,4
1998	2.972	1.308	747	916	1998	2.972,0	2.271,0
1999	4.470	1.246	934	2.290	1999	6.019,0	6.925,6
2000	4.542	1.184	1.269	2.089	2000	2.037,7	2.166,9
2001	2.662	1.112	1.198	351	2001	3.507,2	2.223,7
2002	3.585	2.131	1.049	405	2002	2.109,0	3.901,4
2003	2.363	3.665	1.126	(2.409)	2003	1.399,4	1.305,1
2004	1.960	3.439	850	(2.328)	2004	3.155,0	1.699,8
2005	2.216	1.789	817	(391)	2005	1.844,8	2.895,6
2006	3.744	1.505	954	1.286	2006	1.721,1	1.976,1
2007	1.956	1.634	1.143	(821)	2007	1.847,0	2.811,6
2008	2.299	1.708	1.087	(496)	2008	5.491,7	3.432,9
2009	3.209	2.816	885	(492)	2009*	3.669,2	3.448,9

Até dez/09 - Fonte: SISPRO/SEAIN

FLUXO FINANCEIRO – BIRD / BID
(EM US$ MILHÕES)



Fonte: SEAIN/MPOG

A situação do fluxo líquido negativo, que foi invertida durante o exercício de 2006, voltou a preocupar a equipe econômica do Governo durante os anos de 2007, 2008 e 2009, demonstrando que ainda persiste o pagamento elevado de taxas de permanência (taxa de compromisso ou comissão de crédito) em face à demora na implementação das ações financiadas, bem como em relação à baixa capacidade de execução demonstrada pelos gestores nacionais.

Agentes de Governo, Ciclo de Aprovação de Acordos Internacionais

Ciclo dos Projetos de Financiamento

Conhecer as fases do "ciclo" de vida dos projetos nos facilita identificar as responsabilidades das entidades e das pessoas envolvidas e os trabalhos que devem ser por elas realizados. As fases deste "ciclo" são:

1ª fase – Identificação: Atividade desenvolvida pelas agências de fomento e pelo Tomador, visando delinear genericamente os objetivos e as ações de um projeto;

2ª fase – Preparação: Elaboração do projeto para ser apresentado e avaliado pelas agências de fomento visando obtenção de financiamento;

3ª fase - Avaliação Prévia: (Appraisal no BIRD e Informe Inicial no BID): A agência de fomento avalia o projeto que foi preparado pelo futuro Tomador e produz o primeiro Documento do Projeto (Staff Appraisal Report ou Informe Inicial);

4ª fase – Negociação: Cria-se o vínculo jurídico entre as agências de fomento e o Tomador. São negociados os termos finais dos acordos e assinados os documentos

contratuais necessários à formalização do empréstimo (acordo de Empréstimo, Garantias);

5ª fase - **Execução ou Implementação:** O Tomador executa as atividades do projeto;

6ª fase - **Avaliação Posterior:** Compreende o estudo dos resultados e dos efeitos do projeto.

Na realização de cada fase de um projeto e para a consecução de cada uma delas, deve ocorrer a tramitação documental das propostas de financiamento externo nas instâncias competentes, que são:

1. Executor Nacional apresenta Carta Consulta à SEAIN/MP;
2. Executor Nacional faz consulta e obtém a aprovação da COFIEX;
3. Executor Nacional procede a identificação e preparação dos documentos do Projeto;
4. Executor Nacional procede a avaliação prévia do projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador);
5. Executor Nacional apresenta documentação para a PGFN para formalização do processo e manifestação da Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria de Investimento (Ministério do Planejamento);
6. Executor Nacional e o Agente financiador promovem a negociação do texto final do projeto
7. Distribuem Minutas Contratuais para todos os órgãos envolvidos (SPI, SPA, STN, SOF, PGFN, Órgão Executor);
8. São demandados, pelo Executor Nacional, pareceres do Banco Central e STN sobre a operação de crédito e o aval da União;
9. documento é encaminhado à Diretoria do banco para aprovação;
10. Executor Nacional encaminha documento final à STN e esta solicita a aprovação pelo Senado Federal (ao qual compete, privativamente, as autorizações de operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do artigo 52 da Constituição Federal);
11. Senado aprova e devolve à STN para providências;
12. Congresso Nacional aprova a contemplação da operação de crédito externo no Orçamento Geral da União;
13. Executor Nacional e o banco financiador assinam documento final;
14. Executor Nacional procede publicação do extrato do contrato;
15. Executor Nacional começa a executar o projeto.

As licitações e os processos de seleção de consultores concentram-se na fase de execução. Contudo, há atividades ligadas aos processos de seleção e contratação de fornecedores em cada uma das fases do ciclo do projeto (planejamento de aquisições, negociação de pacotes de licitação, negociações relativas aos valores-limite para cada modalidade, avaliação, auditoria, etc.).

2.11 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

2.11.1. Arrecadação

Arrecadação Líquida Prevista e Realizada

O comparativo entre os valores estimados pela RFB para a arrecadação líquida de restituições em relação àqueles efetivamente arrecadados, por tipo de receita, encontra-se apresentado no demonstrativo a seguir, inclusive contemplando a previsão originalmente feita e a contida na LOA.

ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009
RECEITA LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES

R$ milhões

RECEITAS	LOA/DEC. Nº 6.752/09 (PAR. 1/11/08) [A]	DEC. Nº 6.808/09* (PAR. 12/03/09) [B]	REALIZADA [C]	DIFERENÇAS			
				[C] - [A]	[C] - [B]	[C] / [A]%	[C] / [B]%
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	20.559	23.379	15.968	(4.591)	(7.411)	(22,33)	(31,70)
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	44.944	40.099	28.086	(16.858)	(12.013)	(37,51)	(29,96)
IMPOSTO SOBRE A RENDA	202.801	185.221	178.796	(24.005)	(6.426)	(11,84)	(3,47)
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	21.876	19.068	19.293	(2.582)	226	(11,80)	1,18
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	135.708	125.199	118.957	(16.751)	(6.241)	(12,34)	(4,99)
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	34.666	32.792	31.723	(2.943)	(1.069)	(8,49)	(3,26)
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	49.556	46.632	45.050	(4.506)	(1.582)	(9,09)	(3,39)
CIDE - COMBUSTÍVEIS	4.620	3.764	4.915	294	1.151	6,37	30,58
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	7.729	8.914	13.351	5.621	4.437	72,73	49,78
SUBTOTAL [A]	**522.459**	**485.067**	**456.139**	**(66.319)**	**(28.928)**	**(12,69)**	**(5,96)**
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]	**187.832**	**180.936**	**182.008**	**(5.824)**	**1.072**	**(3,10)**	**0,59**
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB [C]=[A]+[B]	**710.291**	**666.003**	**638.148**	**(72.143)**	**(27.856)**	**(10,16)**	**(4,18)**

* Decreto que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira - Previsão Original
Fonte: Receita Federal do Brasil

A arrecadação líquida refere-se à arrecadação bancária bruta deduzida das restituições e ressarcimentos (IPI, PIS/Cofins, depósitos bancários) feitos no mesmo período.

O total das receitas administradas pela RFB previsto na LOA/2009 foi de R$ 710.291 milhões sendo que a arrecadação efetivamente realizada alcançou o montante de R$ 638.148 milhões.

Em valores nominais, o resultado de 2009 ficou 1,34% acima de 2008 (R$ 629.692 milhões).

Com exceção da "Cide-Combustíveis" e de "Outras Receitas Administradas", todas as outras receitas administradas pela RFB apresentaram um desempenho menor do que o estimado na Lei Orçamentária Anual de 2009. O resultado global ficou R$ 72.143 milhões abaixo do constante da LOA, ou 10,16% abaixo do esperado.

Arrecadação Bruta Realizada

Conforme publicado no relatório mensal "Análise da Arrecadação das Receitas Federais – dezembro de 2009", a arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB, atingiu o montante de R$ 671.614 milhões, no período de janeiro a dezembro de 2009.

O desempenho da arrecadação neste período, em relação a igual período de 2008, ocorreu conforme demonstrado no quadro a seguir, encerrando o período com uma variação relativa acumulada, com atualização pelo IPCA, de -3,05%.

Cabe ressaltar que, até o mês de setembro/09, o comportamento da arrecadação das receitas administradas registrava um decréscimo de 7% que foi gradativamente se reduzindo, em decorrência dos resultados positivos, a partir do mês de outubro.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008

R$ milhões

MÊS	ARRECADAÇÃO (A PREÇOS CORRENTES)		VARIAÇÃO (%)		
	2009 [A]	2008 [B]	NOMINAL [A] / [B]	REAL (IPCA) [A] / [B] MÊS	ACUM.
JAN	58.794	59.404	(1,03)	(6,49)	(6,49)
FEV	44.347	47.122	(5,89)	(11,13)	(8,54)
MAR	52.486	50.012	4,95	(0,63)	(6,02)
ABR	55.475	56.209	(1,30)	(6,48)	(6,14)
MAI	48.934	49.307	(0,76)	(5,66)	(6,05)
JUN	52.860	54.456	(2,93)	(7,38)	(6,28)
JUL	55.727	57.362	(2,85)	(7,03)	(6,39)
AGO	51.046	52.562	(2,88)	(6,95)	(6,46)
SET	50.203	54.339	(7,61)	(11,46)	(7,01)
OUT	64.949	60.489	7,37	3,08	(5,91)
NOV	66.697	53.619	24,39	19,36	(3,68)
DEZ	70.094	65.319	7,31	2,87	(3,05)
TOTAL	671.614	660.201	1,73	-	(3,05)

Fonte: Receita Federal do Brasil

O resultado da arrecadação em 2009 decorreu, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

• redução no crescimento de indicadores macroeconômicos: embora tenham apresentado nítida recuperação nos últimos meses do ano, os principais indicadores macroeconômicos que influenciam diretamente a arrecadação de tributos, em especial a produção industrial, a lucratividade das empresas e o volume geral de vendas no varejo, apresentaram forte desaceleração no ano de 2009 em relação ao ano de 2008, conforme demonstrado no quadro a seguir.

PRINCIPAIS FATORES QUE INFLUENCIARAM O RESULTADO DA ARRECADAÇÃO
VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO ANTERIOR

I) INDICADORES MACROECONÔMICOS	FATO GERADOR DA ARRECADAÇÃO (JAN-DEZ - 2009/2008)	
	DEZ/08-NOV/09 / DEZ/07-NOV/08	DEZ/07-NOV/08 / DEZ/06-NOV/07
. LUCRO DAS EMPRESAS 4º trim08/4º trim07 (*)	-50,00%	-
1º trim09/1º trim08 (**)	-29,50%	-
. PRODUÇÃO INDUSTRIAL (PIM/IBGE)	9,69%	4,80%
. VENDAS DE BENS E SERVIÇOS (PMC/IBGE)	6,00%	11,00%
. MASSA SALARIAL	11,32%	16,39%
. VALOR EM DÓLAR DAS IMPORTAÇÕES	-25,66%	43,88%
. VENDAS DE VEÍCULOS	5,30%	9,60%

(*) 85 maiores empresas com ações em bolsa.
(**) 149 empresas com ações em bolsa que já apresentaram balanço.
Fonte: Receita Federal do Brasil

• compensação no pagamento de tributos: foi apurado, no período de janeiro a dezembro de 2009, acréscimo de compensações, especialmente de Cofins, PIS e Cide, no valor aproximado de R$ 3,0 bilhões;

• desonerações tributárias: a redução na arrecadação de janeiro a dezembro de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, decorrente de desonerações tributárias, foi estimada em R$ 24,9 bilhões;

• extinção da CPMF: a CPMF foi extinta a partir dos fatos geradores de janeiro de 2008. No entanto, nesse mês, ocorreu arrecadação, ainda em valor expressivo, por conta de fatos geradores do último decêndio de dezembro/07;

• transferência de depósitos judiciais: transferência conforme MP 468/09 e Portarias 510/09 e 531/09 do Ministério da Fazenda, no valor acumulado de aproximadamente R$ 8,9 bilhões;

• parcelamento ou pagamento de dívidas: recolhimentos em conformidade com a Lei 11.941/09, e relativos ao parcelamento instituído pela MP 470/09 (crédito prêmio do IPI).

O quadro a seguir destaca os principais tributos que mais concorreram para o resultado global e que sofreram influência direta dos fatores acima citados.

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)
R$ milhões

RECEITAS	2009 (A)	2008 (B)	DIFERENÇAS		PART. % NO TOTAL DA DIFERENÇA
			(A) - (B)	(A)/(B)%	
COFINS / PIS-PASEP	152.108	162.613	(10.505)	(6,46)	48,94
IPI (Exceto Vinculado)	22.703	31.018	(8.314)	(26,81)	38,73
IRPJ /CSLL	131.129	137.648	(6.519)	(4,74)	30,37
IOF	19.559	21.692	(2.133)	(9,83)	9,93
CIDE-COMBUSTÍVEIS	4.884	6.363	(1.479)	(23,24)	6,89
CPMF	289	1.254	(965)	(76,96)	4,50
IRPF	15.098	16.010	(912)	(5,69)	4,25
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	133.173	135.496	(2.323)	(1,71)	10,82
SUBTOTAL (A)	478.943	512.093	(33.150)	(6,47)	154,44
RECEITA PREVIDENCIÁRIA (B)	204.040	192.355	11.685	6,07	(54,44)
TOTAL (A) + (B)	682.983	704.449	(21.465)	(3,05)	100,00

Fonte: Receita Federal do Brasil

A arrecadação das Receitas Administradas pela RFB apresentou, em 2009, variações reais de -3,05%/0,00% em relação ao mesmo período de 2008.

A seguir, estão discriminados, por tributo, as variações reais mais relevantes e os fatores que concorreram para o resultado.

- Importação (-10,80% / -7,96%) e IPI - Vinculado (-22,76%/-20,26%): resultado decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: redução de 25,66% no valor em dólar das importações, elevação de 16,72% na alíquota média efetiva do I. Importação, de 2,53% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado e de 8,49% na taxa média de câmbio;

- IPI-Bebidas (-6,02% - nominal): mudança do período de apuração, de decendial para mensal (Lei nº 11.774/08), e alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis 11.727/08 e 11.827/08 e Decreto 6.707/08;

- IPI-Automóveis (-67,53%/-66,30%): redução de alíquotas do IPI-Automóveis para os fatos geradores de janeiro a dezembro de 2009 e criação de mecanismo para permitir que a nova tabela fosse aplicada, também, ao estoque de veículos ainda não negociados até 12 de dezembro de 2008 (Decretos 6.687/08, 6.809/09, e 6.890/09);

- IPI-Outros (-19,70%/-17,07%): queda de 9,3% na produção industrial no período acumulado de janeiro a novembro de 2009 em relação a janeiro a novembro de 2008 e desonerações do IPI incidente, principalmente, sobre caminhões, materiais de construção e eletrodomésticos (Decretos 6.696/09, 6.809/09, 6.823/09, 6.825/09, 6.826/09 e 6.890/09). A seguir, quadro demonstrativo da arrecadação desse tributo destacando os principais setores;

ARRECADAÇÃO DO IPI-OUTROS POR SETOR ECONÔMICO
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)
R$ milhões

SETOR ECONÔMICO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS		PART. % NA VARIAÇÃO TOTAL
	JAN-DEZ/09 (A)	JAN-DEZ/08 (B)	(A) - (B)	(A)/(B)%	
METALURGIA	1.385	2.297	(912)	(39,71)	24,91
FABRIC. DE VEÍC. AUTOMOTORES (exceto automóveis)	895	1.577	(681)	(43,21)	18,61
FABRIC. DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	869	1.318	(449)	(34,08)	12,27
SUBTOTAL (A)	3.149	5.192	(2.043)	(39,34)	55,78
DEMAIS (B)	11.772	13.391	(1.619)	(12,09)	44,22
TOTAL (C) = (A) + (B)	14.921	18.582	(3.662)	(19,70)	100,00

Fonte: Receita Federal do Brasil

- IRPF (-5,69%/-2,79%): queda concentrada no item referente a Ganhos de Capital na Alienação de Bens, item que, em 2008, foi beneficiado pelo desempenho positivo da economia.

ARRECADAÇÃO DO IRPF
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS	
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%
QUOTAS-DECLARAÇÃO	6.943	6.291	652	10,36
GANHOS CAPITAL ALIEN. BENS DUR./DEP. JUD.	2.942	4.963	(2.021)	(40,72)
GANHOS LÍQUIDOS EM OPERAÇÕES EM BOLSA	1.028	879	149	16,98
OUTROS	4.185	3.877	308	7,95
TOTAL	15.098	16.010	(912)	(5,69)

Fonte: Receita Federal do Brasil

• IRPJ (-5,07%/-2,37%) e CSLL (-4,09%/-1,35%): os principais fatores que, em conjunto, contribuíram para esse resultado foram: a) redução da lucratividade das empresas no acumulado do ano; b) transferências de depósitos judiciais de outros bancos para a conta da União, em conformidade com as Portarias MF 510/09 e 511/09 e MP 468/09, e c) recolhimento de débitos em atraso, conforme a Lei 11.941/09. A arrecadação da CSLL foi influenciada, também, pela majoração da alíquota das instituições financeiras, de 9% para 15%, a partir dos fatos geradores ocorridos em maio/08 (Lei 11.727/08) e pela retomada do recolhimento regular por empresa do setor que, em 2008, havia suspendido o pagamento da contribuição. Os quadros, a seguir, apresentam o desempenho da arrecadação dos principais itens do IRPJ e da CSLL e dos setores que mais contribuíram para o resultado;

ARRECADAÇÃO DO IRPJ/CSLL
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS	
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%
ESTIMATIVA MENSAL	64.000	77.131	(13.122)	(17,01)
FINANCEIRA	19.012	16.259	2.753	16,93
DEMAIS	44.996	60.871	(15.875)	(26,08)
DECLARAÇÃO DE AJUSTE	8.457	6.714	1.742	25,95
FINANCEIRA	3.959	3.445	514	14,91
DEMAIS	4.498	3.269	1.229	37,59
LUCRO PRESUMIDO	23.575	23.329	246	1,06
DEP. JUD./ADM. E ACRÉSC. LEGAIS	9.159	8.624	534	6,20
OUTROS	25.930	21.850	4.080	18,67
TOTAL	131.129	137.648	(6.519)	(4,74)

Fonte: Receita Federal do Brasil

ARRECADAÇÃO DO IRPJ/CSLL POR SETOR ECONÔMICO
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)

R$ milhões

SETOR ECONÔMICO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS		PART. % NA VARIAÇÃO TOTAL
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%	
COMBUSTÍVEIS	7.197	11.227	(4.030)	(35,89)	61,81
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	3.360	5.915	(2.555)	(43,20)	39,19
METALURGIA	3.437	5.339	(1.902)	(35,62)	29,17
ATIVIDADES AUXILIARES DO SETOR FINANCEIRO	3.060	4.206	(1.146)	(27,25)	17,58
COMÉRCIO ATACADISTA	7.681	8.468	(787)	(9,29)	12,07
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	2.448	3.210	(761)	(23,72)	11,68
COMÉRCIO E REPAR. DE VEÍC. AUTOMOT. E MOTOCICL.	1.856	2.387	(531)	(22,26)	8,15
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.280	1.755	(475)	(27,06)	7,28
ATIV. DE SEDES DE EMPRESAS, CONSULT. EM GESTÃO	1.298	1.765	(467)	(26,48)	7,17
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	2.358	2.764	(406)	(13,71)	6,23
SUBTOTAL [A]	34.175	47.236	(13.061)	(27,65)	200,34
DEMAIS [B]	96.954	90.412	6.541	7,23	(100,34)
TOTAL [C]=[A]+[B]	131.129	137.648	(6.519)	(4,74)	100,00

Fonte: Receita Federal do Brasil

• IRRF-Rendimentos do Trabalho (-3,56%/-0,74%): resultado da conjugação dos seguintes fatores: a)crescimento nominal de +11,32% (IPCA +6,06%) da massa salarial habitual, do período de dezembro de 2008 a novembro de 2009, apurado pela PME/IBGE nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras, em relação a igual período do ano anterior, e b)alteração da tabela de incidência do IRPF (Lei 11.945/09);

• IRRF - Rendimentos de Capital (-11,80%/-8,82%): redução na taxa de juros e maior estabilidade da taxa de câmbio em 2009. Maiores quedas nominais observadas nos itens: Aplicações Financeiras em Renda Fixa-PJ (-16,40%) e Operações de Swap (-33,63%);

• IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+6,47%/+9,70%): crescimento influenciado pela elevação de 8,49 % da taxa média de câmbio;

• IOF (-9,83%/-6,91%): alteração da alíquota do IOF nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos 6.983/09, 6.894/09 e 7.011/09 e, também, alteração das alíquotas do IOF, em conformidade com as desonerações constantes dos Decretos 6.391/08, 6.453/08, 6.566/08, 6.613/08, 6.655/08 e 6.691/08. A seguir, quadro demonstrativo da arrecadação desse tributo;

ARRECADAÇÃO DO IOF
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS	
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PESSOA JURÍDICA	7.751	7.847	(96)	(1,23)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PESSOA FÍSICA	5.785	7.927	(2.142)	(27,03)
OPERAÇÕES DE CÂMBIO - SAÍDA DE MOEDA	1.446	2.070	(624)	(30,14)
OPERAÇÕES DE CÂMBIO - ENTRADA DE MOEDA	1.307	750	557	74,21
SUBTOTAL [A]	16.288	18.594	(2.306)	(12,40)
OUTROS [B]	3.271	3.098	173	5,59
TOTAL [A]+[B]	19.559	21.692	(2.132)	(9,83)

Fonte: Receita Federal do Brasil

• CPMF (-76,96%/-76,54%): extinção da CPMF para fatos geradores a partir de janeiro de 2008. A arrecadação de janeiro a dezembro de 2009 decorre principalmente de lançamento de ofício, acréscimos legais e ação judicial, enquanto que a de janeiro a dezembro de 2008 contempla, ainda, a arrecadação relativa a fatos geradores do último decêndio de dezembro/07;

• COFINS (-7,04%/-4,03%) PIS/PASEP (-4,25%/-1,19%): os fatores mais relevantes para esse resultado foram: a) realização de compensações de pagamentos indevidos ou a maior, no montante de R$ 2,7 bilhões; b) desonerações promovidas por meio das Leis 11.774/08, 11.787/08, 11.945/09 e 12.024/09 e pela MP 465/09; c) transferências de depósitos judiciais de outros bancos para a conta da União, em conformidade com as Portarias MF 510/09 e 531/09, e d) recolhimento de débitos em atraso de acordo com a Lei nº 11.941/09. O quadro a seguir apresenta a arrecadação desses tributos desmembrada pelos principais itens e setores econômicos;

ARRECADAÇÃO DA COFINS/PIS-PASEP
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS	
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B]%
IMPORTAÇÃO	25.610	31.753	(6.143)	(19,35)
DEPÓSITO JUDICIAL/ADMINISTRATIVO	4.553	3.149	1.404	44,60
ACRÉSCIMOS LEGAIS	4.001	4.288	(287)	(6,70)
OUTROS	117.944	123.423	(5.479)	(4,44)
TOTAL	152.108	162.613	(10.505)	(6,46)

Fonte: Receita Federal do Brasil

ARRECADAÇÃO DA COFINS/PIS-PASEP POR SETOR ECONÔMICO
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/09 - IPCA)

R$ milhões

SETOR ECONÔMICO	ARRECADAÇÃO		DIFERENÇAS		PART. % NA VARIAÇÃO TOTAL
	JAN-DEZ/09 [A]	JAN-DEZ/08 [B]	[A] - [B]	[A] / [B] %	
COMBUSTÍVEIS	12.027	15.415	(3.387)	(21,98)	32,24
METALURGIA	2.529	5.042	(2.513)	(49,84)	23,92
COMÉRCIO ATACADISTA	11.842	12.710	(868)	(6,83)	8,26
TELECOMUNICAÇÕES	4.696	5.561	(865)	(15,55)	8,23
FABRIC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICOS	2.707	3.611	(824)	(22,82)	7,85
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	4.258	5.014	(756)	(15,08)	7,20
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	9.070	9.614	(544)	(5,66)	5,18
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.593	2.915	(322)	(11,04)	4,97
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	3.049	3.465	(416)	(12,00)	3,96
FABRIC. OUTROS EQUIP. TRANSP., EXC. VEÍC. AUTOM.	769	1.146	(377)	(32,91)	3,59
SUBTOTAL [A]	53.420	64.492	(11.072)	(17,17)	105,40
DEMAIS [B]	98.688	98.121	567	0,58	(5,40)
TOTAL [C]=[A]+[B]	152.108	162.613	(10.505)	(6,46)	100,00

Fonte: Receita Federal do Brasil

• CIDE-Combustíveis (-18,64% - nominal): redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio/08 (Decreto 6.446/08), e compensações, nos meses de janeiro a março/09, no valor de aproximadamente R$ 1 bilhão;

• Outras Receitas Administradas (+88,71%/+95,79%): resultado é decorrente da combinação dos seguintes fatores: a) transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais, anteriores à Lei 9.703/98, da Caixa Econômica Federal para o Tesouro Nacional, em conformidade com a MP 468/09 e as Portarias MF 510/09 e 531/09; b) parcelamento, conforme a Lei 11.941/09; c) recolhimento, em novembro/09 e dezembro/09, de parcelamento relativo ao crédito prêmio do IPI, conforme Medida Provisória 470/09, e d) crescimento da arrecadação de loterias, de depósitos judiciais e dos itens relativos às multas e aos juros por falta de entrega de declaração ou entrega fora do prazo;

• Receita Previdenciária (+6,07%/+9,51%): a Receita Própria apresentou crescimentos reais de +6,25%/+9,73%, e as Demais (+4,42%/+7,35%).
As receitas que mais contribuíram para o resultado do ano de 2009 foram de depósitos judiciais (+188,28%, devido a depósitos atípicos, que totalizaram R$ 2,36 bilhões), órgãos do Poder Público (+32,94%), repasses (+23,74%), empresas optantes pelo Simples (+15,11%), arrecadação de pessoa física (+11,83), retenção de 11% (+9,59%) e empresas em geral (+8,98%).

ARRECADAÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008

R$ milhões

RECEITA PREVIDENCIÁRIA	ARRECADAÇÃO (A PREÇOS CORRENTES)			VARIAÇÃO REAL (%)	
	2009 [A]	2008 [B]	[A]-[B]	[A]/[B] (IPCA)	[A]/[B] (IGP-DI)
PRÓPRIA	182.126	163.486	18.640	6,25	9,73
DEMAIS	18.611	16.991	1.620	4,42	7,35
TOTAL	200.737	180.476	20.261	6,07	9,51

Fontes: Siafi, SCF e Fluxo de Caixa INSS.

A massa salarial habitual, do período de dezembro de 2008 a novembro de 2009, apurada pela PME/IBGE nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras, apresentou crescimento nominal de +11,32%, em relação a igual período do ano anterior (IPCA +6,06%).

De acordo com o CAGED/MTE, de janeiro a novembro de 2009, foram criados 1.410.302 empregos formais. Os setores que mais contribuíram para esse resultado foram os de Serviços (+568,3 mil postos de trabalho), Comércio (+286,6 mil empregos), Construção Civil (+228,2 mil empregos), Indústria (+176,9 mil postos), Agropecuária (+101,8 mil vagas) e Administração Pública (+40,3 mil vagas). Nos últimos doze meses foram gerados 755.356 empregos formais;

• Demais Receitas (-0,59%/+3,10%): transferência de valores não tributários (depósitos judiciais), via DARF, conforme Portaria 510 do Ministério da Fazenda, de 16 de outubro de 2009, no valor de R$ 6,1 bilhões.

Arrecadação de Créditos Tributários

As tabelas a seguir apresentam os dados de arrecadação referentes às diversas modalidades de parcelamento administrados pela Secretaria da Receita Federal na área previdenciária e não previdenciária. Observa-se que houve redução gradual em todos os meses de 2009 na arrecadação, tendo em vista a desistência desses parcelamentos e posterior migração para os parcelamentos instituídos pela Medida Provisória 449/2009, convertida na Lei 11.941/09.

VALORES APROPRIADOS NOS PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS

R$ 1,00

MÊS DE PAGAMENTO	ÓRGÃOS PÚBLICOS	TIMEMANIA	LEI 11.196/2005	PARCELAMENTO CONVENCIONAL	TOTAL
Ano 2008	1.760.064.866,26	1.054.977,23	239.481.992,00	2.528.527.712,21	4.529.129.547,70
Janeiro de 2009	156.451.306,84	28.805,19	21.508.133,46	209.222.743,95	387.210.989,44
Fevereiro de 2009	231.280.360,21	59.789,63	17.510.848,10	195.146.211,34	443.997.209,28
Março de 2009	154.884.736,60	64.756,76	21.463.033,25	205.672.494,63	382.085.021,24
Abril de 2009	145.710.830,95	50.839,66	13.341.402,60	191.916.311,18	351.019.384,39
Maio de 2009	114.577.316,42	19.734,84	15.311.892,44	179.884.557,06	309.793.500,76
Junho de 2009	134.089.270,54	11.147,28	13.967.438,43	113.335.605,68	261.303.461,93
Julho de 2009	150.601.529,35	17.814,11	12.161.624,15	145.611.952,52	308.392.920,13
Agosto de 2009	127.601.769,83	6.537,41	4.366.487,63	130.280.010,65	262.254.805,52
Setembro de 2009	62.175.018,32	4.275,87	2.470.260,24	106.378.460,11	171.028.014,54
Outubro de 2009	76.076.606,51	3.573,00	2.197.159,60	95.279.459,74	173.556.798,85
Novembro de 2009	66.076.260,21	3.346,18	1.985.186,57	81.267.843,81	149.332.636,77
Dezembro de 2009	69.116.295,63	152,50	761.796,96	50.354.881,21	120.135.116,30
Total Ano 2009	1.488.641.301,41	270.772,43	127.047.253,43	1.704.150.531,68	3.320.109.859,15

Os valores da planilha estão apresentados por mês de pagamento
Fonte: Receita Federal do Brasil.

PARCELAMENTO CONVENCIONAL NÃO PREVIDENCIÁRIO	
MÊS DE PAGAMENTO	Valor (R$)
Ano de 2008	7.683.142.826,00
Janeiro de 2009	718.677.991,00
Fevereiro de 2009	687.320.378,00
Março de 2009	803.982.868,00
Abril de 2009	442.828.961,00
Maio de 2009	433.870.467,00
Junho de 2009	425.400.990,00
Julho de 2009	447.275.261,00
Agosto de 2009	463.224.229,00
Setembro de 2009	457.503.315,00
Outubro de 2009	387.341.145,00
Novembro de 2009	379.351.199,00
Dezembro de 2009	351.613.528,00
TOTAL DE 2009	5.998.390.335,00

Fonte: Receita Federal do Brasil.

Dentre as principais ações desenvolvidas por esta RFB, para efetivar a cobrança dos créditos devidos, citamos:

- Foram viabilizadas as opções dos parcelamentos instituídos pela Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009, parcelamento este restrito a municípios;

- Regulamentação da Medida Provisória nº 457, de 13 de outubro de 2009, que concedeu parcelamento para débitos liquidados com créditos indevidos de IPI;

- Exclusão de 3.651 contribuintes do parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Lei nº 9.964/2000, principalmente por inadimplência e suspensão da atividade;

- Em relação aos débitos não previdenciários, foi realizada exclusão de optantes inadimplentes dos parcelamentos Paes (em torno de 20 mil optantes), Paex 120 (aproximadamente 80 mil optantes) e Paex 130 (cerca de 19 mil optantes);

- Aplicação da Súmula Vinculante STF 8/2008 nos débitos e parcelamentos previdenciários dos municípios, resultando em um total de 1,6 bilhões de débitos extintos em virtude do novo entendimento dado a decadência e prescrição tributária;

- Outra prioridade adotada foi a especificação do projeto Parcelamento Parametrizado, que faz parte do Macro-processo da Cobrança.

REFIS

Foram recepcionados, até dezembro de 2001, 129.166 termos de opções pelo REFIS. Até o mês de março de 2009, considerando as exclusões e reinclusões por medida judicial, permanecem 12.096 empresas no programa.

O quadro a seguir mostra a evolução da arrecadação do REFIS, referente aos impostos e contribuições

administrados pela RFB, nos meses de janeiro a dezembro de 2008 e 2009.

ARRECADAÇÃO DO REFIS PERÍODO: 2008 E 2009
(A PREÇOS CORRENTES)

R$ milhões

MÊS	ARRECADAÇÃO	
	2008	2009
JAN	55	66
FEV	65	52
MAR	61	60
ABR	64	62
MAI	64	56
JUN	65	42
JUL	67	34
AGO	66	54
SET	66	54
OUT	80	53
NOV	74	35
DEZ	53	29
TOTAL	779	599

Fonte: Receita Federal do Brasil.

PAES e PAEX

Os quadros, a seguir, mostram a arrecadação relativa ao Parcelamento Especial (PAES), em conformidade com o art. 1º da Lei 10.684/03, e a relativa ao PAEX, em conformidade com a MP 303/06.

ARRECADAÇÃO DO PAES - PERÍODO 2008 E JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009
(A PREÇOS CORRENTES)

R$ milhões

MÊS	PESSOAS FÍSICAS		PESSOAS JURÍDICAS		TOTAL	
	VALOR (R$ MILHÕES)	Nº CONTRIB. COM DÉBITOS EM PARCELAMENTO	VALOR (R$ MILHÕES)	Nº CONTRIB. COM DÉBITOS EM PARCELAMENTO	VALOR (R$ MILHÕES)	Nº CONTRIB. COM DÉBITOS EM PARCELAMENTO
JAN-DEZ 2008	66	-	2.477	-	2.543	-
JAN	5	13.647	197	67.881	202	81.528
FEV	5	13.560	195	67.356	200	80.916
MAR	5	13.416	192	66.634	197	80.050
ABR	5	13.365	186	66.346	190	79.711
MAI	5	13.225	182	65.519	187	78.744
JUN	5	13.124	177	64.906	182	78.032
JUL	5	13.074	178	64.614	183	77.688
AGO	4	12.507	167	62.002	171	74.509
SET	4	11.735	158	58.382	161	70.117
OUT	4	9.017	148	36.475	152	45.492
NOV	3	7.367	88	26.960	91	34.327
DEZ	3	6.990	88	25.213	90	32.203
JAN-DEZ 2009	51	-	1.956	-	2.007	-

Fonte: Receita Federal do Brasil

ARRECADAÇÃO MP Nº 303/06 (PAEX) - PERÍODO: 2008 E JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009
(A PREÇOS CORRENTES)

R$ milhões

RECEITAS	2008	2009												
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
I. IMPORTAÇÃO	6	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	5
IPI	144	11	10	10	11	10	8	9	9	6	5	3	1	91
I. RENDA	387	29	29	31	29	28	26	27	23	17	13	6	4	262
IOF	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COFINS	966	73	73	75	72	68	65	64	56	46	34	16	12	653
PIS/PASEP	280	23	23	23	21	20	19	19	19	15	11	6	7	204
CSLL	176	13	13	14	13	12	11	11	10	8	6	3	2	117
SIMPLES (*)	17	14	14	13	12	12	12	12	10	9	8	5	4	122
OUTRAS	190	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	11
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	2.167	165	162	168	158	152	144	143	128	102	77	38	28	1.465

(*) Art. 9º MP 303/06.

Fonte: Receita Federal do Brasil

Parcelamento da Lei nº 11.941/09
(códigos específicos)

Com aprovação da Medida Provisória nº 449/2008 pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a RFB concentrou esforços de maneira a priorizar a operacionalização deste parcelamento, que totalizou mais de 1 milhão de opções (englobando débitos previdenciários e não-previdenciários) e cerca de 400 mil optantes. Embora não haja ainda números exatos, estima-se que grande parte dos optantes do parcelamento instituído pela MP nº 449 tenha migrado para os parcelamentos desta Lei. No presente momento, este parcelamento encontra-se em fase de especificação da etapa de negociação e consequente consolidação dos débitos. A tabela a seguir, apresenta os dados referentes ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009.

ADESÕES / OPÇÕES VALIDADES E ARRECADAÇÃO DA LEI Nº 11.941/09				
CÓD. REC.	DESCRIÇÃO	ARRECADAÇÃO R$	OPÇÕES EFETUADAS	OPÇÕES VALIDADAS
1136	PGFN -Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	12.873.786,82	83.469	64.868
1194	PGFN - Demais Débitos - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	40.472.353,71	263.030	221.482
1233	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	25.489.304,33	188.247	157.286
1279	RFB -Demais Débitos -Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente - Art. 1º	85.897.050,87	382.140	324.609
1165	PGFN -Débitos Previdenciários -Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	78.034.018,05	44.005	32.667
1204	PGFN - Demais Débitos -Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	175.392.623,65	147.957	125.275
1240	RFB - Débitos Previdenciários - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	183.621.780,94	52.013	40.075
1285	RFB - Demais Débitos - Parcelamento de Saldo Remanescente dos Programas Refis, Paes, Paex e Parcelamentos Ordinários - Art. 3º	484.217.375,61	161.009	135.824
1171	PGFN -Débitos Previdenciários - Pagamento à vista com utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para liquidar multa e juros	119.772.433,69	531	202
1188	PGFN - Demais Débitos - Pagamento à vista com utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para liquidar multa e juros	875.411.182,82	2.324	928
1256	RFB - Débitos Previdenciários - Pagamento à vista com utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para liquidar multa e juros	114.907.960,15	643	287
1262	RFB - Demais Débitos - Pagamento à vista com utilização de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da CSLL para liquidar multa e juros	1.876.690.242,33	2.481	1.049
1210	PGFN - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	3.288.079,02	5.033	1.940
1291	RFB - Parcelamento Dívida Decorrente de Aproveitamento Indevido de Créditos de IPI - Art. 2º	3.889.554,99	5.208	1.252
	TOTAL:	4.079.958.346,98	1.338.108	1.106.844

Fonte: Receita Federal do Brasil

DESISTÊNCIAS DE PARCELAMENTOS ANTERIORES	QTDE
Refis	2.222
Paes-Prev	6.872
Paes-Demais	22.356
Paex-130-Prev	2.132
Paex-130-Demais	15.644
Paex-120-Prev	2.308
Paex-120-PGFN	7.675
Sipade-ParcEspeciat	87
Prev-Ordinário-NaoInscrito	20.188
Prev-Ordinário-Inscrito	7.440
Sipade-Ordinário	80.446
TOTAL	167.370

Fonte: Receita Federal do Brasil

Montante de Créditos em Estoque

Os dois Quadros seguintes mostram a situação da Carteira de Parcelamentos, em dezembro de 2009, desdobrada por Parcelamentos Previdenciários e Não-previdenciários.

CARTEIRA DE PARCELAMENTO - DEZEMBRO DE 2009

PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO	QTD	VALOR (R$ MILHÕES)
Parcelamentos Convencionais de Débitos	48.730	4.346
Lei 10.684/2003 - PAES	15.228	4.138
MP 303/2006 - PAEX	2.787	1.328
Lei 11.196/2005	186	841
Parc. Especiais dos Órgãos do Poder Público - OPP	1.713	13.261
Timemania	102	20
TOTAL:	68.746	23.935

Fonte: Receita Federal do Brasil

CARTEIRA DE PARCELAMENTO - DEZEMBRO DE 2009

PARCELAMENTO NÃO PREVIDENCIÁRIO	QTD	VALOR (R$ MILHÕES)
Parcelamento Convencional de Débitos	398.813	3.359,79
Lei 10.684-I/2003 - PAES	31.894	9.043,50
MP 303/2006 - PAEX	39.041	2.072,60
Simples Nacional	145.422	3.433,77
Timemania	51	890,85
TOTAL:	615.221	18.800,50

Fonte: Receita Federal do Brasil

Fundamentação Legal dos Parcelamentos

- Parcelamento Convencional - Débitos Não Previdenciários - Lei nº 10.522/2002;
- Parcelamento Convencional – Débitos Previdenciários - Lei nº 8.212/1991;
- Parcelamento Especial de Órgãos do Poder Público - Lei nº 9.639/1998;
- Parcelamento Especial de Municípios - Lei nº 11.196/2005;
- PAES – Parcelamento Especial de Débitos Previdenciários – Lei nº 10.684/2003;
- PAES – Parcelamento Especial dos Demais Débitos – Lei nº 10.684/2003;
- Parcelamento Especial de Contribuições Previdenciárias de Clubes de Futebol – Lei nº 8.641/1993;
- PAEX – Parcelamento Excepcional de Contribuições Previdenciárias – MP nº 303/2006;
- PAEX – Parcelamento Excepcional dos Demais Débitos – MP nº 303/2006, retificada em 10/07/2006;
- Timemania Previdenciário – Lei nº 11.345/2006, com as alterações da Lei nº 11.505/2007;
- Parcelamento REFIS – Programa de Recuperação Fiscal - Lei nº 9.964/2000;
- Simples Nacional – Lei Complementar nº 123/2005;
- Parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11941/2009;
- Lei nº 11.960/2009, parcelamento este restrito a municípios;
- Medida Provisória nº 470/2009, que concedeu parcelamento para débitos liquidados com créditos indevidos de IPI.

Arrecadação do Simples Nacional

O Simples-Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, permitiu às empresas de pequeno porte e às microempresas, optantes, recolherem, de forma unificada, tributos e contribuições de competência da União, dos estados e dos municípios. Essa nova sistemática começou a vigorar em 1º de agosto de 2007, produzindo efeitos na arrecadação de setembro de 2007. Conforme apresentado no Quadro abaixo, o 4º trimestre de 2009 encerrou-se com um total de 3.444.784 optantes pelo Simples Nacional. A adesão ao Regime Especial neste ano, até 31 de dezembro, foi de 758.353 novos optantes, o que superou, aproximadamente, em 50%, a quantidade de opções deferidas no mesmo período de 2008 (503.902). Esta diferença se explica, entre outros fatores, pela inclusão, na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de novas atividades permitidas e pelo início da opção pelo Sistema de Recolhimentos em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional – SIMEI, em 1º de julho, quando 83.661 empresários individuais se formalizaram, até 31 de dezembro, por intermédio do Portal do Empreendedor na internet.

RESULTADO GERAL DAS OPÇÕES PELO SIMPLES NACIONAL

	2007	2008				2009			
		1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.
QUANTIDADE DE OPÇÕES DEFERIDAS (*)	2.888.224	216.697	98.266	97.397	91.542	295.795	98.725	141.112	222.721
TOTAL DE CANCELAMENTOS/ EXCLUSÕES (**)	61.901	154.266	15.521	13.457	13.304	285.014	4.243	3.563	154.406
EMPRESAS NO SIMPLES NACIONAL	2.826.323	2.888.734	2.971.479	3.055.419	3.133.657	3.144.438	3.238.920	3.376.469	3.444.784

(*) No ano-calendário 2007, foram consideradas empresas migradas do Simples Federal em julho e optantes. Nos totais estão abrangidas as empresas incluídas por decisão administrativa ou judicial.

(**) Quantidade de cancelamentos, exclusões por opção, comunicação e de ofício (por parte da RFB, Estados e Municípios).

Fonte: Dipei/Codac/RFB

Em 2009, 2.660.642 empresas transmitiram a declaração anual do Simples Nacional referente ao ano-calendário 2008, correspondendo, portanto, a 84,9% das pessoas jurídicas que se encontravam como optantes por este Regime em 31 de dezembro de 2008. Este quantitativo supera, em aproximadamente, 5,9% o referente ao ano-calendário de 2007, quando 2.231.822 empresas que se encontravam como optantes em 31 de dezembro de 2007 transmitiram a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) deste ano-calendário.

Em continuidade, apresentamos Quadro contendo o resultado da arrecadação das empresas do Simples Nacional.

ARRECADAÇÃO DO SIMPLES
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2009/2008
(A PREÇOS CORRENTES)

em R$ milhões

MÊS	SIMPLES FEDERAL					
	RFB		ICMS/ISS		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
JAN	15	36	0	0	15	37
FEV	11	18	0	0	11	18
MAR	5	25	0	0	5	25
ABR	4	15	0	1	4	16
MAI	4	21	0	0	5	21
JUN	4	50	0	0	4	50
JUL	4	18	0	0	4	18
AGO	3	13	0	0	3	13
SET	7	40	0	0	7	40
OUT	7	25	0	0	7	25
NOV	20	10	0	0	20	10
DEZ	3	13	0	0	3	13
SUBTOTAL [A]	88	284	1	3	89	287

MÊS	SIMPLES NACIONAL					
	RFB		ICMS/ISS		TOTAL	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
JAN	897	1.582	323	567	1.220	2.149
FEV	1.221	1.215	440	440	1.661	1.654
MAR	2.311	1.216	817	481	3.128	1.697
ABR	1.547	1.319	546	498	2.093	1.817
MAI	1.555	1.390	551	522	2.105	1.912
JUN	1.601	1.460	556	540	2.158	2.000
JUL	1.676	1.494	579	551	2.255	2.045
AGO	1.726	1.389	594	573	2.320	1.962
SET	1.731	1.772	593	583	2.323	2.355
OUT	1.734	1.629	590	596	2.325	2.225
NOV	1.921	1.658	648	598	2.569	2.256
DEZ	1.998	1.642	678	589	2.676	2.231
SUBTOTAL [B]	15.918	17.766	6.914	6.538	26.832	24.304
TOTAL GERAL [A]+[B]	20.006	18.051	6.916	6.540	26.922	24.591

Fonte: RFB/Cogot (Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Dez/2009)

2.11.2. Cobrança

Fiscalização de Tributos Internos

A fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil se dá mediante a realização de procedimentos fiscais, assim entendidos a ação fiscal direta no domicílio dos contribuintes e a revisão sistemática de declarações.

A seleção dos contribuintes a serem fiscalizados é feita de maneira impessoal, objetiva e baseada em parâmetros técnicos, contemplando, preferencialmente, aqueles que apresentem incompatibilidade entre os dados declarados e as informações disponíveis nos sistemas da RFB que indiquem indícios de evasão tributária.

No ano de 2009, a Receita Federal efetuou 474.813 (quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e treze) procedimentos fiscais, entre fiscalizações e revisão de declarações, constituindo aproximadamente R$ 90 bilhões em créditos tributários.

Foram intensificadas ações de fiscalização em alguns segmentos importantes, como o setor financeiro e também em profissionais liberais, além do aumento no número de

fiscalizações em contribuintes de grande porte utilizando o meio magnético.

Na área de revisão de declarações, foram aperfeiçoados os sistemas eletrônicos de cruzamento de dados, bem como os aplicativos de suporte ao trabalho do Auditor-Fiscal, possibilitando o aumento significativo da quantidade de declarações analisadas.

Por outro lado ampliou-se a disponibilidade de informações e dos recursos disponíveis na internet para facilitar a auto-regularização do contribuinte que está retido em malha fiscal. A auto-regularização, hoje, representa o principal fator de redução dos estoques de declarações retidas em malha fiscal.

Esta modalidade acontece quando o próprio contribuinte corrige as pendências da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) retida em malha por meio de uma Declaração retificadora. O procedimento deu um salto nos últimos cinco anos: em 2005, apenas 15% das declarações retidas foram liberadas de malha por auto-regularização. Em 2009, 63% das declarações retidas foram liberadas de malha por que o contribuinte apresentou DIRPF retificadora.

A liberação de malha por retificação da Declaração é um indicador da qualidade da retenção e da percepção de presença fiscal: com a DIRPF retida em malha, o contribuinte constata que a incorreção da informação por ele declarada foi detectada pela Receita Federal e, para evitar o lançamento de ofício, retifica a Declaração e se auto-regulariza.

Além da malha, foram aperfeiçoados os controles na produção de bebidas e de cigarros através dos sistemas: Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) e o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpios). Estes sistemas possibilitam o monitoramento e a detecção de irregularidades fiscais à distância e, por consequência, a atuação mais efetiva da Receita Federal, sem a necessidade da presença constante de Auditores-Fiscais nos estabelecimentos industriais. Trata-se do controle de algo em torno de 11 (onze) bilhões de litros de cerveja, 13 (treze) bilhões de litros de refrigerantes e 5 (cinco) bilhões de maços de cigarros produzidos anualmente.

O Sicobe permite controlar, em tempo real, todo o processo produtivo de bebidas, mediante a utilização de equipamentos e aparelhos para o controle, registro, gravação e transmissão das informações à sua base de dados. Além de contar a quantidade de produtos fabricados pelos estabelecimentos industriais, o Sicobe também efetua a identificação do tipo de produto, da embalagem e de sua respectiva marca comercial, que são base para cálculo dos tributos devidos em virtude da nova sistemática de tributação do setor implementada pela Lei nº 11.727/2008. A implantação do Sicobe teve início no ano de 2009 e já contabiliza 107 (cento e sete) estabelecimentos fabricantes, com o total de 527 (quinhentas e vinte e cinco) linhas de produção.

De mesmo modo, o Scorpios foi instalado em todos os quatorze estabelecimentos fabricantes de cigarros do país, no curso dos anos de 2008 e 2009, com o objetivo de identificar a legítima origem e reprimir a produção e importações ilegais de cigarros, assim como a comercialização de contrafações. O sistema possibilita monitorar, em tempo real, a quantidade de cigarros produzidos, identificando-os por marca e embalagem, além de verificar a regularidade e a legitimidade do selo de controle fiscal aplicado.

No âmbito dos Projetos Especiais, foi dada continuidade à implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

Vale lembrar que o Sped substitui a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais emitidos em papel por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a autoria, integridade e validade jurídica. O sistema tem como objetivos reduzir o custo com o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência e eficácia no combate à evasão fiscal pelos fiscos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

A implementação do Sped é coordenada pela RFB, sendo desenvolvido em parceria com: Banco Central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Departamento Nacional de Registro de Comércio (DNRC), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, Associação Brasileira das Secretarias de Finanças dos Municípios das Capitais (ABRASF).

No ano de 2009, convém destacar o recebimento da Escrituração Contábil Digital (ECD) de oito mil empresas, em substituição aos Livros Diários emitidos em papel e a emissão, até o ano, de mais de 677 (seiscentos e setenta e sete) milhões de Notas Fiscais eletrônicas (NF-e), no montante de oito trilhões de reais.

Controle Aduaneiro

A atuação da RFB no controle aduaneiro transcende aspectos e questões exclusivamente fiscais, tendo um reflexo relevante para a sociedade e para o país também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à sociedade.

Nos 227 dias úteis de 2009, as empresas brasileiras exportaram US$ 152,252 bilhões e importaram US$ 129,022 bilhões, valores que representam quedas para ambas as operações de 23,1% e 25,5% respectivamente. Nesse período, a balança comercial brasileira registrou um superávit (diferença entre o valor exportado e o importado) de US$ 23,230 bilhões. A corrente de comércio (soma dos valores exportados com os importados) somou US$ 281,274 bilhões. A redução observada no comércio

exterior brasileiro que reverteu uma tendência de crescimento desde o início da década foi conseqüência da retração do fluxo mundial de comércio em 2009 motivada pela crise econômica mundial.

Essa redução não chegou a afetar de modo significativo as atividades de controle aduaneiro desenvolvidas pela RFB, principalmente na quantidade de desembaraços de mercadorias processados. Ressalte-se que, apesar do elevado número de atividades relacionadas ao comércio exterior, as ações de fiscalização e controle sobre tais operações foram realizadas sem prejuízo da agilidade no fluxo de cargas nas fronteiras, portos e aeroportos. Os tempos médios de despacho se mantiveram dentro dos parâmetros estabelecidos e foram de 14 horas e 52 minutos (0,62 dias) na exportação e 2 dias, 14 horas e 52 minutos (2,62 dias) na importação.

A fiscalização aduaneira encerrou o ano de 2009 com 1.062 contribuintes fiscalizados e R$ 3,661 bilhões em créditos lançados relativos aos tributos incidentes sobre o comércio exterior, o que representou uma redução de 13,6% no número de contribuintes fiscalizados, porém um incremento de 59,5% no crédito lançado.

A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização e controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R$ 1,414 bilhão, no período de janeiro a dezembro de 2009, o que significa um aumento de 35,57% sobre as apreensões de 2008.

Como dentre as mercadorias apreendidas encontram-se inúmeros produtos piratas ou contrafeitos, ao evitar que tais produtos ingressassem no mercado doméstico, a Receita Federal contribui para evitar potenciais riscos à saúde e à segurança das pessoas e ao meio ambiente, como também para preservar a indústria, o comércio e os empregos nacionais.

Combate à Sonegação

A RFB, por intermédio da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação (Copei), realizou diversos trabalhos nos quais o ponto marcante foi a execução integrada com órgãos externos como o Departamento de Polícia Federal e o Ministério Público Federal, bem como com unidades da própria RFB, conforme demonstrado a seguir.

Para fim de contextualização do trabalho realizado, o termo "Caso" designa o processo de aprofundamento das pesquisas e investigações sobre o fato denunciado, sendo o cerne das atividades empreendidas pela Copei. Por se tratar de procedimento complexo, a abertura de um Caso enseja a necessidade de alocação de recursos humanos e materiais específicos para sua execução, o que torna premente uma perfeita avaliação de cada denúncia, antes da aplicação deste importante mecanismo de investigação.

As operações realizadas em 2009 são decorrentes de 12 Casos: Nações II, Assessor 403, Hipocondria, Luxo, Porto Europa, Poseidon, Flagelo II, Anarquia, Província, Academico, Cristal e Parasita (Operação Cefaleia e DIRF), que resultaram em:.

Quantitativo de Operações – 13
Mandados de Busca e Apreensão - 124
Mandados de Prisão - 82

Ações Integradas entre a Copei e a Fiscalização

Além disso, a Copei tem desenvolvido ações junto à área de fiscalização para fins de garantir maior efetividade aos resultados de seus trabalhos. Assim, participou em 2009 de diversas reuniões para construção dos trabalhos de fiscalização e tem se empenhado fortemente no tratamento de material apurado nas Operações que devem subsidiar as ações de fiscalizações.

Citamos adiante informações relevantes para este Relatório, não somente de casos desenvolvidos em 2009, mas também de anos anteriores que tiveram reflexos substanciais no ano de 2009. Nesse escopo, destacamos:

- Caso Influenza – Investigação no âmbito da Copei e Departamento de Polícia Federal de esquema de Lavagem de Dinheiro, entre outros ilícitos, envolvendo grande grupo internacional ligado a armazenamento, comercialização, importação e exportação de grãos.

As análises de material arrecadado nas buscas foram feitas por pessoal designado pela Copei e na fase seguinte, contou com a participação de equipes da DRF/Florianópolis e da Alfândega do Porto de São Francisco do Sul, conforme definição de tarefas determinada pela SRRF09. Tal material, foi disponibilizado, em meio magnético, para as Superintendências Regionais da Receita Federal na 9a e 8a Regiões Fiscais, para uso nas ações fiscais eventualmente decorrentes. De forma inédita no âmbito da 9ª Região Fiscal, promoveu-se a digitalização da maior parte dos documentos obtidos nas buscas, material este arquivado em meio magnético (250 mil documentos reunidos em arquivos magnéticos com tamanho total de cerca de 50Gb).

A DRF Florianópolis iniciou ações fiscais nos principais alvos da investigação chegando a promover expressivos lançamentos tributários, encerrados em 2009.

- Apoio no desenvolvimento dos trabalhos dos grupos especiais de fiscalização aduaneira e de tributos internos do pós MBA do Caso Mudança/ Operação Persona, e do Caso Nacib/ Operação Logistica e da Operação Vulcano. Com relação ao Caso Mudança, ressaltamos que graças ao trabalho integrado entre Copei e área de fiscalização, alcançou-se até o ano de 2009, lançamentos que totalizam cerca de R$ 3,44 bilhões.

Destacamos também o auxílio de unidades da Copei nos trabalhos dos grupos de malha em diversas unidades das Regiões Fiscais, na identificação de várias irregularidades e esquemas, estratégias e soluções para resolvê-las e coibi-las;

Ações Integradas Entre a Copei e a Aduana

Quantitativo de Operações – 12
Valor estimado de apreensões – R$ 59.450.000,00

Destaque deve ser dado às ações de inteligência realizadas no âmbito da Copei para combate ao contrabando, descaminho, pirataria e tráfico internacional de drogas, feitas de forma integrada com as áreas aduaneiras para auxiliar na condução de ações de fiscalização ou repressão, nas diversas Regiões Fiscais. Em 2009, tais ações resultaram na deflagração de 12 Operações, das quais salientamos:

1. Apreensão histórica de 3,77 toneladas de cocaína pura, com valor de mercado estimado em mais de R$ 700 milhões;

2. Trabalho que culminou com a apreensão de cerca de 32 quilogramas de cocaína, ocultos na estrutura de um contêiner com destino à Itália, avaliados em mais de R$ 1.800.000,00, em Santos;

3. Apreensão e perdimento de várias mercadorias, especialmente, equipamentos eletro-eletrônicos, no valor de 2,5 milhões, na feira de importados de Feira de Santana;

4. Trabalho que culminou na apreensão de um navio (MV Amalthia) introduzido no país em desacordo com as normas vigentes e avaliado em aproximadamente R$ 50 milhões;

5. Diversas operações na 1ª e 9ª RF de apoio à atividade de vigilância e repressão que resultaram em apreensões de ônibus que transportavam mercadorias estrangeiras introduzidas clandestinamente no país, além de jóias, brinquedos, eletrônicos, relógios, óculos, e a atuação da repressão em um depósito de cigarros contrabandeados.

6. Ação conjunta entre o Escritório de Pesquisa e Investigação (Espei), a Divisão de Repressão (Direp) e a Divisão de Operações Aéreas (DIOAR), na 10ªRF. A operação alcançou dois resultados importantes para a Região. Primeiramente, o reconhecimento aéreo, com filmagem de toda a fronteira do Rio Grande do Sul com Argentina e Uruguai, e a identificação de pontos vulneráveis para passagem de contrabando e descaminho. O material coletado facilitará o planejamento e a execução de ações de repressão, bem como a implantação de medidas estratégicas de proteção das fronteiras no campo aduaneiro. Além disso, cumpriu um papel importante na demonstração da presença fiscal e, durante toda ação, realizada com apoio da DIOAR e unidades de fronteira, houve ampla cobertura da mídia.

7. A Operação Mudança/Persona também gerou resultados expressivos na área Aduaneira, com apreensões de mercadorias em torno de R$ 90 milhões e lançamentos na ordem de R$ 50 milhões.

Contencioso Administrativo

As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento têm por objetivo analisar e julgar, em primeira instância, processos administrativos fiscais de determinação e exigência de créditos tributários e de penalidades, os relativos à exigência de direitos antidumping, compensatórios e de salvaguardas comerciais, e os de manifestação de inconformidade do sujeito passivo contra apreciações das autoridades competentes relativos à restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e à redução de alíquotas de tributos e contribuições.

Os julgamentos, realizados por Turmas de Julgamento compostas por cinco Auditores-Fiscais, obedecem ao devido processo legal e proporcionam todas as garantias aos litigantes, tais como o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Em 2009, foram analisados e julgados 84.734 processos, ante 76.616 no ano de 2008.

Atendimento ao Contribuinte e Educação Fiscal

Em sintonia com os objetivos estratégicos de simplificação de procedimentos e intensificação do atendimento à distância, na busca do cumprimento espontâneo das obrigações tributárias por parte do Contribuinte, a RFB oferece quatro canais de acesso:

i) Atendimento Presencial – No ano de 2009, foram prestados aproximadamente 19,88 milhões de serviços aos contribuintes, pelas unidades de atendimento da RFB, resultado 3,5% inferior ao registrado em 2008, quando foram realizados 20,6 milhões de atendimentos.

ii) Atendimento via Internet: o sítio da RFB na Internet registrou aproximadamente 360 milhões de acessos sua página inicial em 2009. A quantidade de declarações recebidas por meio do programa Receitanet foi de aproximadamente 62,7 milhões. Outro serviço disponível via Internet é o Centro Virtual de Atendimento – e-CAC que, com uso de certificados digitais ou códigos de acesso, permite o atendimento de serviços resguardados pelo sigilo fiscal. Em 2008 foram registrados 179 milhões de acessos e em 2009 esse número superou 916 milhões;

iii) Fale Conosco: foram respondidas aproximadamente 130 mil consultas por meio de correio eletrônico da RFB;

iv) Receitafone: em 2009 a RFB recebeu aproximadamente 10,7 milhões de ligações no Receitafone, serviço de atendimento telefônico da RFB, entre consultas automáticas e atendimentos personalizados.

Cabe registrar que, no âmbito do Programa de Melhoria do Atendimento da RFB, iniciado em 2009, várias ações foram desenvolvidas, dentre elas a implantação do Novo Modelo de Atendimento ao Contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física. Trata-se da disponibilização de serviços na Internet por meio de código de acesso, que permitem ao cidadão acompanhar o processamento da Declaração IRPF, receber mensagem sobre a restituição em seu celular, detectar eventuais pendências e efetuar as respectivas correções, tudo isso sem a necessidade de comparecimento a uma Unidade de Atendimento

Presencial. Além do conforto, tal iniciativa representa transparência para com o Contribuinte, que é informado com clareza acerca dos erros porventura cometidos, além de receber todas as orientações para a resolução dos problemas. Esta ação acarretou significativo incremento na regularização das obrigações tributárias, tanto principais como acessórias, em relação a 2008. Até o final de 2009, quase 4 milhões de pessoas físicas já possuíam código de acesso para utilização destes serviços via Internet.

No que tange ao Atendimento Presencial, há que se destacar a ampliação do atendimento agendado e da utilização da procuração digital, providências estas que, juntamente com as demais ações de simplificação de procedimentos, permitiram a redução do Tempo Médio de Espera - TME em 22,4%: de 27min27seg em 2008 para 21min17seg em 2009 (a meta para 2009, considerada um desafio, era de 25 minutos).

Dando continuidade ao trabalho de institucionalização da educação fiscal na RFB, as ações voltadas para o público interno em 2009 tiveram como objetivo central a adoção transversal da educação fiscal em todos os processos de trabalho da casa. Destacam-se, nesse sentido, o curso de educação fiscal que integra o Programa de Desenvolvimento de Dirigentes Fazendários e o EAD de Cidadania Fiscal, que estará disponível neste ano.

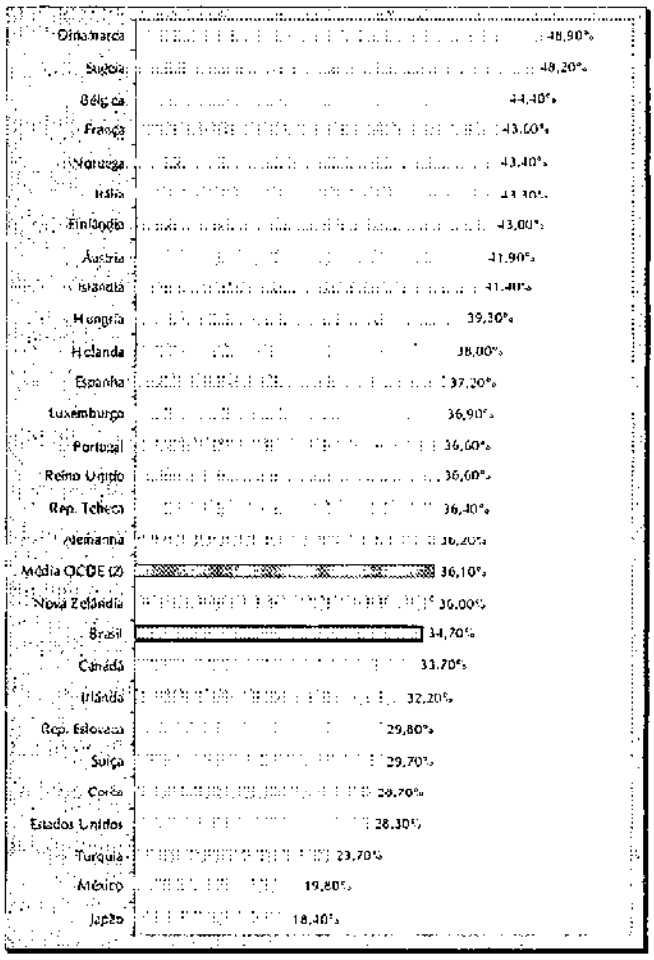
Projeto Melhoria do Atendimento – Capacitação - O outro foco de destaque é o atendimento, pelo seu posicionamento estratégico: é a interface do órgão com a sociedade, o que propicia a repercussão das ações entre servidores e demais cidadãos. Assim, o projeto de melhoria do atendimento da Coordenação Geral de Atendimento e Educação Fiscal abarca a abordagem didática na prestação dos serviços, visando aprimorar a imagem da instituição e da Administração Pública e fortalecer a aceitação social da tributação.

Projetos de Comunicação - Com os mesmos objetivos listados acima, os projetos voltados prioritariamente para o público externo e iniciados em 2009 buscam aprimorar os canais e as formas de comunicação e de interação com a sociedade. Tais projetos incluem a TV Receita, que consiste na criação de vídeos curtos e de grades de programação com material educativo e cultural para o atendimento; a reestruturação do sítio voltado para o público infantil e a criação de um portal de educação fiscal.

2.11.3. Carga Tributária no Brasil

O conceito de carga tributária utilizado é amplo e procura incluir todas as receitas às quais se possa atribuir a natureza econômica de tributo. Este conceito abriga, entre outros, os impostos, as taxas, as contribuições sociais e as contribuições de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais e econômicas. Como a estimativa considera os tributos e contribuições relativas às três esferas de governo, o resultado apurado constitui um indicador do esforço da sociedade para o financiamento das atividades do estado. A carga tributária bruta do Brasil, para o ano 2008, foi de 35,80% contra 34,72%, em 2007, indicando variação positiva de 1,08 ponto percentual. No sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil, na Internet, no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudoTributarios/estatisticas/CTB2008.pdf, consta estudo pormenorizado, realizado em junho de 2009, intitulado CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL 2008 - Análise por Tributos e Bases de Incidência, por intermédio do qual a RFB apresenta o cálculo e a avaliação da carga tributária brasileira para o ano de 2008. Neste estudo busca-se computar todo o fluxo regular de recursos direcionado da sociedade para o estado e que tenha natureza econômica de tributo, independente de sua denominação legal. A classificação de tributo considerada é ampla e comporta todo pagamento compulsório (definido em lei), que não constitua sanção ou penalidade, feito para o estado por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as de direito público. O enfoque adotado na apresentação dos resultados da carga tributária permite análises mais completas e capazes de prover diagnóstico mais preciso relacionado ao modelo vigente no país. Para que seja possível uma comparação internacional é necessário apresentar resultados de cargas tributárias que utilizem metodologias similares à empregada no Brasil. Este é o caso dos países que fazem parte da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), cujos resultados para o ano de 2007 estão apresentados no gráfico a seguir.

CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL E PAÍSES DA OCDE - 2007



Fonte: RFB e OCDE *Revenue Statistics* 2008

2.11.4. Renúncias de Receitas

As renúncias de receita decorrem de incentivos ou benefícios de natureza tributária, que, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, constituem gastos governamentais indiretos decorrentes do sistema tributário vigente que visem atender objetivos econômicos e sociais, explicitados na norma que desonera o tributo, constituindo-se exceção ao sistema tributário de referência e que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes, produzindo a redução da arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.

As tabelas que constam na planilha eletrônica anexa a este volume, nas informações adicionais, discriminam todos os gastos tributários vigentes em 2008 e 2009, constantes no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), detalhados por: modalidade, legislação de regência, objetivo sócio-econômico, contrapartida exigida, Políticas Públicas ou Programa de Governo e órgão gestor. Os valores constantes da referida Tabela são aqueles estimados para compor o PLOA, exceto os previdenciários que se encontram em valores efetivos.

Os valores efetivos relativos ao exercício de 2009 não estão disponíveis, pois as renúncias são calculadas, principalmente, com base em dados extraídos de sistemas informatizados alimentados pelas declarações de informações fiscais dos contribuintes (DIPJ, DIRPF). Essas declarações são anuais e sua recepção se dá, tradicionalmente, na metade do ano subseqüente ao que os fatos ocorreram. Após a recepção das declarações, os dados são tratados e processados para então serem disponibilizados para consulta nos sistemas informatizados que dão suporte à atividade do cálculo das renúncias.

As tabelas informam ainda a relação das renúncias tributárias instituídas, respectivamente, nos exercícios de 2009 e 2008, acompanhadas dos valores estimados para o exercício e para os dois exercícios subseqüentes.

Cabe esclarecer que os valores informados nas tabelas são anuais, representam a estimativa de perda de arrecadação gerada pela renúncia no exercício e levam em consideração a data de início de vigência da medida. Assim, as estimativas de renúncia, relativas às medidas implementadas no curso do exercício, refletem apenas o período em que esteve vigente naquele ano.

GASTOS TRIBUTÁRIOS POR TRIBUTO - PLOA 2008 E 2009

R$ 1,00

TRIBUTO / GASTO TRIBUTÁRIO	VALOR (PREVISÃO PLOA)	
	2008	2009
I. Imposto sobre Importação	2.493.002.766	3.624.692.860
II. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	31.034.919.904	36.171.416.019
II.1 IR - Pessoa Física	10.869.627.199	11.135.204.664
II.2 IR - Pessoa Jurídica	20.080.593.393	24.885.551.078
II.3 IR - Retido na Fonte	84.699.312	150.660.277
III. Imposto sobre Produtos Industrializados	13.582.249.343	19.832.085.174
III.1 Operações Internas	11.287.734.205	17.030.143.347
III.2 Vinculado à Importação	2.294.515.138	2.801.941.827
IV. Imposto sobre Operações Financeiras	604.774.621	1.144.431.702
V. Imposto s/ Propriedade Territorial Rural	25.374.951	27.204.648
VI. Contribuição para o PIS/PASEP	3.732.681.519	5.651.385.134
VII. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	4.525.360.245	6.086.730.904
VIII. Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	20.057.599.908	29.416.538.714
IX. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	Não identificado	11.628
X. Contribuição para Previdência Social	15.557.959.854	17.905.481.470
TOTAL GERAL	91.613.923.109	119.861.981.253

2.11.4.1. Renúncias Ministério da Cultura

Além dos recursos orçamentários, o Governo Federal disponibiliza a produtores culturais recursos financeiros oriundos de renúncias de receitas fiscais para o desenvolvimento de projetos artísticos e culturais. E, para isso, utiliza basicamente três instrumentos legais: Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993) e Medida Provisória nº 2.228-1/2001.

A Lei Rouanet instituiu um mecanismo de incentivo fiscal a projetos culturais para apoiar o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC. O art. 18 da referida norma permite ao contribuinte, pessoa física ou jurídica, abater integralmente no imposto de renda valores destinados a apoiar projetos culturais em segmentos determinados. Outros segmentos culturais são atendidos com base no art. 26 do referido dispositivo legal, sendo que, nesta segunda situação, podem os contribuintes pessoas jurídicas abater no imposto de renda até 30% ou 40 % de valores alocados em projetos culturais sob a forma de patrocínio ou doação.

A Lei nº 8.685/1993 criou mecanismo de incentivo fiscal específico para projetos na área do audiovisual. Importante observar que é possível a um mesmo contribuinte utilizar os mecanismos das duas leis (Lei do Audiovisual e Lei Rouanet) em um mesmo projeto, desde que os valores alocados não ultrapassem 95% do orçamento total aprovado pelo setor competente do MinC para o empreendimento.

A Medida Provisória nº 2.228-1/2001 instituiu a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE, que tem como fato gerador a veiculação, a produção, o licenciamento e a distribuição de obras cinematográficas e videográficas com fins comerciais. O produto da arrecadação dessa Contribuição é destinado ao Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, integrante do Fundo Nacional da Cultura – FNC. Essa mesma Medida Provisória prevê isenções no pagamento da referida contribuição, bem como deduções no imposto de renda para pessoas físicas e jurídicas de valores aplicados na aquisição de cotas dos Fundos de Investimento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES.

Em 2009, com esses mecanismos a captação de recursos somou R$ 682,3 milhões para o financiamento de cerca de 2.600 projetos, envolvendo renúncia fiscal da ordem de R$ 613, 5 milhões (não estão incluídos nesses valores os projetos financiados por meio de renúncias fiscais no âmbito da ANCINE). O Quadro a seguir informa a situação das prestações de contas dos recursos aplicados em produções culturais e oriundos de mecanismos de renúncia fiscal em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009:

SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DE RENÚNCIA FISCAL EM 2008 E 2009

SITUAÇÃO	QUANTIDADE DE PROJETOS	VALOR CAPTADO (R$)	QUANTIDADE DE PROJETOS	VALOR CAPTADO (R$)
PCs não Apresentadas	482	94.190.850,18	725	189.622.916,81
PCs Aguardando Análise	5.890	2.541.776.876,98	7.172	3.212.996.746,61
PCs em Análise	1.934	526.044.700,55	1.257	636.776.905,74
PCs não Aprovadas	-	-	-	-
PCs Aprovadas	2.505	824.903.393,19	2.616	852.179.897,82
TOTAL	10.811	3.986.915.820,70	11.770	4.893.576.466,98

Fonte: SALIC/MinC, em 31/12/2009

Os dados acima evidenciam a situação das prestações de contas, no último dia de cada ano de referência, dos recursos captados para projetos sob amparo da Lei Rouanet e apenas das Secretarias do Ministério da Cultura – MinC. Os dados referentes aos valores captados ao amparo das Leis Rouanet (Lei nº 8.313/1991), Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993) e Medida Provisória nº 2.228-1/2001, no âmbito da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, dada a especificidade de envolver múltiplos mecanismos de renúncia fiscal, isolada ou cumulativamente, estão resumidos em tabelas no ANEXO do presente documento. O Quadro Tomada de Contas Especial mostra a situação dos valores renunciados, com aprovação de projetos no âmbito do MinC (Administração Direta) e da ANCINE, nos anos de 2008 e 2009, que atualmente são objetos de Tomada de Contas Especial - TCE:

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Lei nº 8.313/1991

SITUAÇÃO	2008		2009	
	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALORES (R$)	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALORES (R$)
Em Fase de Instauração	-	-	-	-
Instauradas	12	12.562.508,81	5	14.250.388,92
Concluídas	16	10.279.187,48	10	16.280.681,27

Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno

Lei nº 8.685/1993

SITUAÇÃO	2008		2009	
	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALORES (R$)	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALORES (R$)
Em Fase de Instauração	-	-	-	-
Instauradas	-	-	2	125.759,32
Concluídas	4	37.140.318,27	5	1.810.359,17

Fonte: Assessoria Especial de Controle Interno

Finalizando, no que se refere à aplicação de multas pela Agência Nacional do Cinema - ANCINE, foram registrados os seguintes valores: R$ 1,00 em 2006, R$ 2.000,00 em 2007, R$ 16.000,00 em 2008 e R$ 42.182,10 em 2009.

ANEXO

LEI Nº 8.313/91 – EXCLUSIVAMENTE

SITUAÇÃO	EM 2008		EM 2009	
	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R$)	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R$)
PC não apresentada	3	921.413,03	1	400.000,00
PC aguardando análise	-	-	-	-
PC em análise	76	33.282.831,70	83	39.056.813,86
PC não aprovadas	-	-	2	210.714,00
PC aprovadas	11	7.676.481,73	4	1.010.000,00
TOTAL GERAL	90	41.880.726,46	90	40.677.527,86

LEI Nº 8.685/93 – EXCLUSIVAMENTE

SITUAÇÃO	EM 2008		EM 2009	
	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R$)	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R$)
PC não apresentada	3	3.901.499,00	3	916.499,00
PC aguardando análise	-	-	-	-
PC em análise	107	110.181.278,37	136	146.966.756,19
PC não aprovadas	-	-	1	2.764.000,00
PC aprovadas	11	12.854.402,98	4	6.008.384,21
TOTAL GERAL	121	126.937.180,35	144	156.655.639,55

MP 2228-01/2001 – EXCLUSIVAMENTE

SITUAÇÃO	EM 2008		EM 2009	
	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R$)	QUANT.	MONTANTE CAPTADO (R$)
PC não apresentada	1	353.020,00	-	-
PC aguardando análise	-	-	-	-
PC em análise	26	38.744.048,86	37	52.305.890,19
PC não aprovadas	-	-	2	1.544.616,00
PC aprovadas	4	2.471.330,44	-	-
TOTAL GERAL	31	41.568.399,30	39	53.850.506,19

LEI Nº 8.313/91 + LEI Nº 8.685/93 – CONCOMITANTEMENTE

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO (R$)	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO (R$)
PC não apresentada	2	Lei nº 8.313/91	500.000,00	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	1.907.535,00		Lei nº 8.685/93	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93			Lei nº 8.685/93	-
PC em análise	102	Lei nº 8.313/91	61.944.252,98	126	Lei nº 8.313/91	75.040.958,34
		Lei nº 8.685/93	184.359.018,63		Lei nº 8.685/93	219.830.581,54
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.313/91		4	Lei nº 8.313/91	2.121.000,00
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	1.808.232,00
PC aprovadas	14	Lei nº 8.313/91	10.190.269,79	1	Lei nº 8.313/91	364.608,90
		Lei nº 8.685/93	23.575.944,79		Lei nº 8.685/93	136.000,00
TOTAL GERAL	118		282.486.021,19	131		299.342.400,77

LEI Nº 8.685/93 + MP 2228-01/2001 – CONCOMITANTEMENTE

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO
PC não apresentada	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC em análise	6	Lei nº 8.685/93	16.861.850,43	10	Lei nº 8.685/93	32.953.368,29
		MP 2228-01/2001	2.015.317,67		MP 2228-01/2001	3.640.799,81
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aprovadas	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
TOTAL GERAL	6		18.877.168,10	10		36.594.168,10

LEI 8.313/91 + LEI Nº 8.685/93 + LEI Nº 10.179/01 – CONCOMITANTEMENTE

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO
PC não apresentada	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01			Lei nº 10.179/01	
PC em análise	1	Lei nº 8.313/91	120.000,00	1	Lei nº 8.313/91	120.000,00
		Lei nº 8.685/93	2.174.214,40		Lei nº 8.685/93	2.174.214,40
		Lei nº 10.179/01	1.042.000,00		Lei nº 10.179/01	1.042.000,00
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
TOTAL GERAL	1		3.336.214,40	1		3.336.214,40

LEI 8.313/91 + LEI Nº 8.685/93 + MP 2228-01/2001 - CONCOMITANTEMENTE

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO
PC não apresentada	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC em análise	9	Lei nº 8.313/91	6.300.410,38	11	Lei nº 8.313/91	7.215.410,38
		Lei nº 8.685/93	28.708.967,37		Lei nº 8.685/93	35.797.281,44
		MP 2228-01/2001	2.592.809,52		MP 2228-01/2001	4.039.884,96
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		Lei nº 8.685/93	-		Lei nº 8.685/93	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
TOTAL GERAL	9		37.602.187,27	11		47.052.576,78

LEI 8.313/91 + MP 2228-01/2001 – CONCOMITANTEMENTE

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO
PC não apresentada	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC em análise	4	Lei nº 8.313/91	661.650,57	3	Lei nº 8.313/91	615.211,00
		MP 2228-01/2001	2.394.500,00		MP 2228-01/2001	2.094.500,00
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	-	Lei nº 8.313/91	-
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	-
PC aprovadas	-	Lei nº 8.313/91	-	1	Lei nº 8.313/91	46.439,57
		MP 2228-01/2001	-		MP 2228-01/2001	300.000,00
TOTAL GERAL	4		3.056.150,57	4		3.056.150,57

LEI Nº 8.685/93 + LEI 10.179/01 - CONCOMITANTEMENTE

SITUAÇÃO	EM 2008			EM 2009		
	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO	QUANT.	MECANISMO	MONTANTE CAPTADO
PC não apresentada	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC aguardando análise	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC em análise	1	Lei nº 8.685/93	2.849.529,90	1	Lei nº 8.685/93	2.849.529,90
		Lei nº 10.179/01	3.991.766,92		Lei nº 10.179/01	3.991.766,92
PC não aprovadas	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
PC aprovadas	-	Lei nº 8.685/93	-	-	Lei nº 8.685/93	-
		Lei nº 10.179/01	-		Lei nº 10.179/01	-
TOTAL GERAL	1		6.841.296,82	1		6.841.296,82

2.12. DÍVIDA ATIVA

2.12.1. Dívida Ativa da Fazenda e Previdenciária

O exercício de 2009 encerrou-se com uma arrecadação total de R$ 17.536.062.718,60, conforme demonstra o quadro abaixo:

(R$1,00)

NATUREZA	ARRECADAÇÃO
NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	6.269.129.964,30
DEPÓSITOS JUDICIAIS	10.030.924.945,02
PREVIDENCIÁRIOS	1.149.467.526,28
FGTS	86.540.283,00
TOTAL	17.536.062.718,60

A arrecadação dos créditos não-previdenciários, incluindo os importes oriundos do parcelamento convencional e especial, perfez o montante de R$ 6.269.129.964,30. Ou seja, houve crescimento na arrecadação de 55,68% em relação ao ano anterior:

(R$1,00)

NATUREZA	2008	2009	VAR. %
Não Previdenciários	4.026.861.578,86	6.269.129.964,30	55,68

Fonte: Intranet – Mapas Gerenciais – Arrecadação Decendial e DIVAR/RFB (REFIS, PAES, TIMEMANIA e PAEX).

Os depósitos judiciais da União alcançaram o valor de R$ 10.030.924.945,02, o que resultou em acréscimo de 7,90% em relação ao ano anterior.

(R$1,00)

NATUREZA	2008	2009	VAR. %
Depósitos Judiciais	9.296.864.690,64	10.030.924.945,02	7,90

Fonte: SIAFI/RFB

Houve, nos últimos anos, elevada recuperação de valores devidos à Fazenda Nacional via cobrança administrativa e judicial de créditos não-previdenciários, destacadamente em ações envolvendo montantes elevados. No contexto geral, como demonstra o quadro abaixo, no ano de 2009, ocorreu um acréscimo de 22,34% em relação ao ano anterior:

(R$1,00)

NATUREZA	2008	2009	VAR. %
Não Previdenciários	4.026.861.578,86	6.269.129.964,30	55,68
Depósitos judiciais	9.296.864.690,64	10.030.924.945,02	7,90
TOTAL	13.323.726.269,50	16.300.054.909,32	22,34

Fonte: Intranet – Mapas Gerenciais – Arrecadação Decendial, DIVAR/RFB e SIAFI/RFB.

Devem, de sua parte, ser considerados outros indicadores de desempenho da PGFN, que aferem as quantias que a União deixou de desembolsar – caso da conferência dos cálculos de liquidação apresentados pelos autores que venceram demandas contra a Fazenda Nacional, caso de impugnações da PGFN acolhidas pelo Poder Judiciário, assim como perdas de receitas que a atuação da PGFN evitou ao Erário no ganho de causas de valor elevado, envolvendo exações cuja arrecadação é significativa para a União.

Ainda em relação aos créditos não-previdenciários, todo o esforço arrecadatório faz-se, fundamentalmente, sobre um estoque de Dívida Ativa cujo montante de inscrições em cobrança administrativa e judicial se apresentou, em 31.12.2009, conforme demonstrativo a seguir.

Importante destacar que se registrou um decréscimo no montante do estoque relativo à fase administrativa, em decorrência da aplicação da súmula vinculante/STF n.º 8 e da remissão de créditos cujo valor fosse igual ou menor a dez mil reais e que, em 2007, estivessem vencidos há cinco anos ou mais. Tais fatos implicaram diretamente na redução do estoque na fase administrativa. Por outro lado houve significativo crescimento de 15,39% nas cobranças judiciais em relação ao ano anterior, em função da maior celeridade no seu ajuizamento.

(R$1,00)

COBRANÇA	2008	2009	VAR. %
Administrativa	40.184.508.945,58	26.703.318.533,32	-33,56
Judicial	525.395.857.015,82	606.258.444.842,03	15,39

Fonte: Intranet – Mapas gerenciais – Inscrições em Cobrança

Destaca-se que o estoque da Dívida Ativa da União é conjunto ainda não criticado, razão pela qual a PGFN não classifica ainda quaisquer dos débitos sob sua administração como rigorosamente incobráveis, ante a ausência de suporte legal para tanto. No entanto, em virtude da criação do Departamento de Gestão da Dívida Ativa da União, ex vi do Decreto n.º 7.050/2009 e Portaria MF n.º 257/2009 está em curso o Plano de Trabalho do Departamento de Gestão da Dívida Ativa, instituído pela Portaria PGFN n.º 1.006/2009, em que uma das ações prioritárias consiste em efetuar a depuração do estoque da dívida ativa e a sua decorrente classificação. A PGFN, ao concluir os trabalhos, certamente estará apresentando proposta de classificação da carteira em cobrança, em que o escopo é aprimorar a atividade, de forma a que se possa expurgar da base de dados os créditos eventualmente tidos por incobráveis. Observa-se que a arrecadação acumulada da PGFN (créditos não-previdenciários + defesa nacional) no ano vigente apresentou o percentual de 2,58% do valor do estoque. Ou seja, em comparação ao ano anterior, houve saldo positivo de 0,22% na arrecadação.

(R$1,00)

EXERCÍCIO	ARRECADAÇÃO	ESTOQUE	%
2008	13.323.726.269,50	565.592.023.107,58	2,36
2009	16.300.054.909,32	632.962.186.670,07	2,58

Fonte: Intranet – Arrecadação Decendial e Inscrições em Cobrança, DIVAR/RFB e SIAFI/RFB

Ainda quanto à arrecadação dos créditos não-previdenciários (exceto parcelamentos especiais), no decorrer do ano de 2009, percebemos uma variação de crescimento – destacando-se crescentes evoluções nos meses de setembro e outubro, além do recorde alcançado em novembro – que significou uma quantia de R$ 2.143.937.410,36 a maior para os cofres públicos. Tais fatos implicaram em um crescimento da arrecadação de 76,51% em relação ao ano anterior:

(R$1,00)

2008	2009	VARIAÇÃO
2.908.480.834,49	5.133.855.933,23	76,51

Fonte: Intranet – Mapas gerenciais – Arrecadação Decendial

Na arrecadação dos créditos não-previdenciários, houve um acréscimo significativo de quase 28% em relação ao valor da arrecadação estimado pela PGFN para o ano de 2009, em reposta a Secretaria de Orçamento e Finanças:

(R$1,00)

ESTIMADO	ARRECADADO	VARIAÇÃO
4.012.279.811,00	5.133.855.933,23	27,95

Fonte: Dados gerados conforme estimativa apresentada a Secretaria de Orçamento e Finanças em janeiro de 2009.

Quanto aos parcelamentos especiais (exceto o TIMEMANIA, que abrange uma categoria muito específica de contribuintes) contabilizou-se um decréscimo na arrecadação acumulada em todos os seus tipos. Referido decréscimo se justifica pela iminência da aprovação e posterior instituição do favor fiscal trazido pela Lei n.º 11.941/2009 (REFIS da crise), onde os contribuintes apostaram na nova legislação para equilibrar suas contas com a União. Os parcelamentos especiais se comportaram conforme os quadros a seguir:

No âmbito do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS – houve na arrecadação acumulada um decréscimo de 31,14%, em relação ao ano anterior:

(R$1,00)

2008	2009	VARIAÇÃO
97.962.844,97	67.457.694,98	-31,14

Fonte: DIVAR/RFB

No Parcelamento Especial – PAES – houve na arrecadação acumulada um decréscimo de 32,69%, em relação ao ano anterior:

(R$1,00)

2008	2009	VARIAÇÃO
1.020.417.899,40	686.883.595,37	-32,69

Fonte: DIVAR/RFB

(R$1,00)

2008	2009	VARIAÇÃO
694.025.961,84	495.624.947,06	-28,59

No Parcelamento Excepcional – PAEX – houve na arrecadação acumulada um decréscimo de 28,59% em relação ao ano anterior.
Fonte: DIVAR/RFB

Conforme já explicitado, o Parcelamento do TIMEMANIA registrou na arrecadação acumulada um crescimento de 7,36% em relação ao ano anterior:

(R$1,00)

2008	2009	VARIAÇÃO
7.480.194,86	8.030.386,71	7,36

Fonte: DIVAR/RFB

Na modalidade Parcelamentos Ordinários, que inclui os Parcelamentos Convencionais e Simplificados, pela mesma razão apontada no item 12, houve decréscimo na arrecadação acumulada de 14,45%, a partir do segundo semestre do ano corrente, conforme quadro a seguir:

(R$1,00)

2008	2009	VARIAÇÃO
1.748.811.003,54	1.496.135.689,91	-14,45

Fonte: Intranet – Mapas gerenciais – Arrecadação na Modalidade Parcelamentos

Ainda com relação ao item 17, referente à quantidade de parcelamentos concedidos no ano, registrou-se um decréscimo de 23,60%. Por outro lado, o estoque de 2009 decresceu em relação ao do ano anterior em 29,11%:

(R$1,00)

	2008	2009	VAR.%
INSCRIÇÕES	114.782	87.689	-23,60
VALOR	1.804.308.490,01	1.279.019.699,86	-29,11

Fonte: Internet – Publicações – Parcelamentos Concedidos

No balanço geral, consideradas as justificativas retro quanto ao que foi arrecadado em termos de parcelamento, o ano de 2009 apresentou um valor aproximado de R$ 2,8 bilhões. Estes dados demonstram um decréscimo 22,83% em relação ao montante de parcelamento arrecadado no ano anterior:

(R$1,00)

2008	2009	VAR.%
3.568.697.904,61	2.754.132.314,03	-22,83

Fonte: Intranet – Mapas gerenciais – Arrecadação na Modalidade
Parcelamentos e DIVAR/RFB

Em resumo, considerados créditos parcelados e não parcelados, o estoque dos créditos não previdenciários registrou um decréscimo de 24,25% em relação ao número de inscrições em dívida ativa da União e um acréscimo de 11,91% em termos de valores monetários referentes aos créditos inscritos no ano anterior:

(R$1,00)

	2008	2009	VAR.%
Inscrições	8.122.537	6.152.934	-24,25
Valor	565.592.023.107,58	632.962.186.670,07	11,91

Fonte: Intranet – Mapas Gerencias – Inscrições em Cobrança

Em 2008, a PGFN passou a inscrever e cobrar as contribuições previdenciárias previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991, ex vi, da Lei nº 11.457/2007. Com as novas atribuições, a PGFN passou a gerenciar aproximadamente 750.000 (setecentos e cinqüenta mil) créditos previdenciários, além daqueles que antes já se achavam sob sua administração e cobrança. A arrecadação correspondente aos créditos previdenciários parcelados e não parcelados, no ano de 2009, perfez o valor de R$ 1.149.467.526,28. Os números da arrecadação apresentaram um decréscimo de 47,24% em relação ao ano anterior, fundamentalmente pela incidência da súmula vinculante/STF n.º 8, que reduziu para cinco anos o prazo para constituição e cobrança destes créditos, em virtude da declaração de inconstitucionalidade dos arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91. Tais fatos ocasionaram diretamente a baixa no estoque em cobrança de todos os créditos que não observaram o novo patamar imposto pelo Pretório Excelso. Em decorrência, também não houve para os tais créditos baixados o fluxo da arrecadação que normalmente aconteceria:

(R$1,00)

2008	2009	VAR.%
2.178.472.865,24	1.149.467.526,28	-47,24

Fonte: Sistema Informar – CD Pagamentos Dataprev

O estoque dos créditos previdenciários em 2009 registrou o montante de R$ 184.541.057.657,55. Comparativamente, houve crescimento de quase 11% em relação ao ano anterior. A arrecadação correspondente a esse aumento ainda não teve reflexo no ano de 2009:

(R$1,00)

2008	2009	VAR.%
166.268.495.397,11	184.541.057.657,55	10,99

Fonte: Sistema Informar – CD IDEA Dataprev

Em relação aos créditos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, no estoque em 2009, registrou-se um acréscimo de 8,16% em quantidade de inscrições e 12,59% em valores monetários em relação ao ano anterior:

(R$1,00)

	2008	2009	VAR. %
INSCRIÇÕES	263.528	285.025	8,16
VALOR	9.167.661.564,00	10.321.754.180,00	12,59

Fonte: Sistema FGE

No que tange à arrecadação dos valores sob a rubrica de dívidas inscritas no FGTS, registrou-se o valor de R$ 32.464.216,00 (trinta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais), o que representou um acréscimo de 6,14% em relação à recuperação ocorrida no ano anterior:

(R$1,00)

2008	2009	VARIAÇÃO
30.587.151,00	32.464.216,00	6,14

Fonte: Sistema FGE

Ainda quanto ao FGTS, para a arrecadação da dívida ajuizada, temos em relação ao ano anterior a situação abaixo delineada. Percebe-se que em 2009 houve um crescimento na recuperação judicial conduzida pela PGFN de 24,29% e queda na recuperação levada a cabo pela CAIXA. Em termos gerais, houve saldo positivo de crescimento de quase 5% em relação ao montante arrecadado no ano anterior:

(R$1,00)

	2008	2009	VAR.%
PGFN	11.178.010,00	13.892.887,00	24,29
CAIXA	40.358.805,00	40.183.180,00	-0,44
TOTAL	51.536.815,00	54.076.067,00	4,93

Fonte: Sistema FGE

No ano de 2009, o FGTS encerrou com uma arrecadação total de aproximadamente R$ 86,6 milhões, o que representou um acréscimo de 5,38% em relação aos valores totais arrecadados no ano anterior:

(R$1,00)

2008	2009	VAR.%
82.123.966,00	86.540.283,00	5,38

Fonte: Sistema FGE

Por fim, a arrecadação geral (QUADRO 01) encerrou o ano de 2009 com um acréscimo de 12,52% em relação ao ano anterior. O estoque geral dos créditos inscritos (QUADRO 02) encerrou o ano de 2009 com 11,71% a mais que o ano anterior. Portanto, no balanço geral em 2009 (QUADRO 03) verifica-se que a arrecadação total refletiu uma baixa de 2,12% no montante do estoque da dívida:

(R$1,00)

QUADRO 01	2008	2009	VAR. %
Não Previdenciários	4.026.861.578,06	6.269.129.964,30	55,68
Previdenciários	2.178.472.865,24	1.149.467.526,28	-47,24
FGTS	82.123.966,00	86.540.283,00	5,38
Depósitos Judiciais	[illegible]	[illegible]	[illegible]
TOTAL	15.584.323.100,74	17.536.062.718,69	12,52

(R$1,00)

QUADRO 02	2008	2009	VAR. %
Não Previdenciários	565.592.023.107,58	632.962.186.670,07	11,91
Previdenciários	166.268.495.397,11	184.541.057.657,55	10,99
FGTS	9.167.661.564,00	10.321.754.180,00	12,59
TOTAL	741.028.180.068,69	827.824.998.507,62	11,71

(R$1,00)

QUADRO 03		
ARRECADAÇÃO	ESTOQUE	%
17.536.062.718,60	827.824.998.507,62	2,12

Percebemos que no decorrer do ano de 2009, em comparação ao ano imediatamente anterior, houve pequenas oscilações dos valores consolidados, ou seja, crescimentos sempre na faixa de 15 e 18%. Em análise comparativa, registrou-se um maior aumento no valor do estoque dos créditos ajuizados em julho.

CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS – AJUIZADOS

(R$1,00)

MÊS	2008 VALOR CONSOLIDADO	2009 VALOR CONSOLIDADO	%
JAN	460.207.094.954,40	532.129.709.515,10	15,63
FEV	464.571.988.890,31	533.398.147.737,61	14,81
MAR	470.933.724.493,68	533.756.937.761,55	13,34
ABR	472.689.087.075,73	549.207.721.956,35	16,14
MAI	481.891.071.531,86	561.747.435.392,47	16,57
JUN	488.759.159.954,93	566.825.278.739,00	15,97
JUL	488.254.062.820,71	577.433.157.061,98	18,26
AGO	500.307.837.881,87	585.387.968.391,09	17,01
SET	506.284.642.352,51	592.326.720.915,61	16,99
OUT	514.021.782.918,58	596.311.550.259,89	16,01
NOV	520.045.281.955,94	597.036.918.442,29	14,81
DEZ	525.395.857.015,82	606.258.868.136,75	15,39

No que se refere aos créditos não previdenciários na modalidade não ajuizados, é latente que no primeiro trimestre do ano de 2009, se comparado ao ano anterior, foi considerável a quantidade de créditos não ajuizados. Entretanto, após este período, percebemos uma queda

significativa mês a mês destes mesmos valores. Tanto assim o é que, no fechamento do exercício, verificou-se um recuo de aproximadamente 34% dos valores consolidados em comparação ao exercício anterior.

Já os créditos previdenciários eram, até o dia 31 de março de 2008, de responsabilidade da PGF (Procuradoria Geral Federal). Entretanto, os mesmos, a partir do dia 01 de abril de 2008, por força da Lei nº 11.457/07, passaram a ser cobrados pela PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional). Na modalidade ajuizados, no decorrer do ano de 2009 em comparação ao ano imediatamente anterior, houve crescimento mês a mês elevando o estoque de 7 para 15% ao término do ano.

No que se refere aos créditos previdenciários na modalidade não ajuizados, nota-se que no primeiro semestre do ano de 2009 houve uma oscilação entre 49 e 51%. Entretanto, no segundo semestre, percebemos uma queda gradativa destes valores. No fechamento do exercício, constatou-se uma queda de 12% em comparação ao exercício anterior.

CRÉDITOS NÃO PREVIDENCIÁRIOS - NÃO AJUIZADOS

MÊS	2008	2009	%
	VALOR CONSOLIDADO (R$)	VALOR CONSOLIDADO (R$)	
JAN	25.846.585.207,79	35.166.826.288,40	36,06
FEV	26.620.519.925,27	41.849.674.490,75	57,21
MAR	26.758.759.804,54	41.560.391.413,93	55,39
ABR	30.206.933.930,85	32.037.031.923,61	6,06
MAI	26.863.721.909,66	26.706.800.840,87	-0,58
JUN	26.525.427.368,09	30.333.123.617,83	14,35
JUL	32.995.535.960,07	31.680.668.403,13	-3,98
AGO	28.303.415.136,03	29.959.705.757,47	5,85
SET	26.360.989.561,54	29.438.865.500,41	11,68
OUT	25.543.380.159,13	27.755.859.856,01	8,66
NOV	29.515.984.994,78	26.419.283.719,00	-10,49
DEZ	40.194.508.945,58	26.703.318.533,32	-33,56

CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - AJUIZADOS

MÊS	2008	2009	%
	VALOR CONSOLIDADO	VALOR CONSOLIDADO	
JAN	0,00	139.057.322.951,06	0,00
FEV	0,00	140.094.956.119,77	0,00
MAR	0,00	140.598.188.089,56	0,00
ABR	131.709.926.115,07	141.928.259.323,08	7,76
MAI	132.142.225.883,68	143.034.263.029,63	8,24
JUN	132.600.095.077,52	144.659.932.101,30	9,09
JUL	134.452.988.183,79	145.995.245.955,06	8,58
AGO	134.238.579.427,41	147.835.700.634,09	10,13
SET	135.178.168.767,89	150.091.092.904,28	11,03
OUT	136.271.888.251,95	151.869.843.706,17	11,45
NOV	137.141.413.627,72	157.106.023.389,86	14,56
DEZ	137.848.992.972,59	159.537.214.487,94	15,73

CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS - NÃO AJUIZADOS

MÊS	2008	2009	%
	VALOR CONSOLIDADO (R$)	VALOR CONSOLIDADO (R$)	
JAN	0,00	29.489.871.212,30	0,00
FEV	0,00	30.257.994.897,82	0,00
MAR	0,00	31.273.315.219,04	0,00
ABR	21.302.999.324,11	31.938.880.089,76	49,93
MAI	21.241.259.279,29	32.098.748.654,71	51,12
JUN	21.312.067.551,47	31.903.922.330,81	49,70
JUL	21.120.631.406,21	31.443.421.004,10	48,88
AGO	22.139.525.965,07	32.056.503.218,96	44,79
SET	21.864.386.969,58	31.054.324.078,28	42,03
OUT	21.693.033.346,56	29.831.687.441,54	37,52
NOV	22.028.111.129,44	26.175.750.110,03	18,83
DEZ	28.421.502.424,52	25.003.843.169,61	-12,02

Quanto aos dados obtidos, é evidente a drástica redução na carteira de cada parcelamento, o que se deve, principalmente, à desistência para posterior migração nos parcelamentos da Lei 11.941/09 (MP 449/09 convertida), que é muito mais vantajoso para o contribuinte. Também para o PAES e PAEX fazendários foram emitidos lotes de exclusão no segundo semestre de 2009. Em relação a carteira dos Parcelamentos na modalidade de créditos previdenciários, a situação que mais se destacou no levantamento foi a queda de quase 81% no Parcelamento Excepcional – PAEX - MP 303/2006 em relação ao inscrito no ano imediatamente anterior.

(R$ mil)

CARTEIRA DE PARCELAMENTO	2008	2009	%
PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS	VALOR	VALOR	
Parc. Convencionais de Débitos	8.254.570	4.346.271	-47,35
Lei 10.684/2003 - PAES	10.704.442	4.137.690	-61,35
MP 303/2006 - PAEX	6.893.154	1.328.482	-80,73
Timemania	22.220	20.296	-8,66
TOTAL	25.874.385	9.832.739	-62,00

Quanto aos parcelamentos não previdenciários, o levantamento foi feito com os dados segregados da RFB e PGFN, uma vez que neste primeiro momento não houve tempo hábil para a separação por órgão. Mas o que percebemos foi a queda acentuada de aproximadamente 91% na modalidade de Parcelamento Excepcional – PAEX - MP 303/2006, assim como aconteceu com o PAEX previdenciário.

(R$ mil)

CARTEIRA DE PARCELAMENTO	2008	2009	%
PARCELAMENTOS NÃO PREVIDENCIÁRIO	VALOR	VALOR	
Parc. Convencionais de Débitos (RFB)	12.584.362	3.359.788	-73,30
Lei 10.684/2003 - PAES (RFB + PGFN)	26.782.415	9.043.500	-66,23
MP 303/2006 - PAEX (RFB + PGFN)	22.947.851	2.072.599	-90,97
Simples Nacional (RFB)	N/D	3.433.767	*
Timemania Futebol (RFB + PGFN)	N/D	890.847	*
IES (RFB)	N/D	68.564	*
TOTAL	62.314.627	18.869.065	-69,72

O Parcelamento REFIS, o qual trazemos acumulados pelo INSS, RFB e PGFN, também sofreu diminuição no ano de 2009, perdendo somente para o Timemania Previdenciário em termos de queda de adesão ao parcelamento.

CARTEIRA DE PARCELAMENTO	2008	2009	%
PARCELAMENTO	VALOR (R$)	VALOR (R$)	
REFIS (INSS + PGFN + RFB)	22.701.807.126,67	19.146.253.989,00	-15,66

Quanto às medidas adotadas para o aprimoramento da recuperação dos créditos da União, importante destacar que algumas considerações já haviam sido desenvolvidas no ponto 30 (trinta) da Nota PGFN/CDA nº 42/2010.

Naquele ensejo destacamos algumas das medidas consideradas essenciais ao aperfeiçoamento da recuperação dos créditos da União, tais como a desjudicialização da execução fiscal, a concessão de maiores poderes de negociação aos Procuradores da Fazenda Nacional, a criação de juizados especiais e adoção de métodos alternativos de resolução de controvérsias, a maior utilização de meios que induzam os devedores a cumprir suas obrigações fiscais, a uniformização dos dados a respeito dos custos da cobrança da dívida ativa, a melhoria no cadastro e no fluxo de informações, a informatização e a implantação do processo digital, a instituição da chamada penhora administrativa, o aprimoramento do sistema de controle dos créditos inscritos em Dívida Ativa da União a partir da construção do Sistema SIEF-DAU e a simplificação da forma de obtenção de informação e quitação de créditos ajuizados, via Internet, com o E-CAC/PGFN.

A maior parte das sugestões delineadas acima, encontram vazão ora no Projeto de Lei nº 5.080/09, que rege a chamada execução fiscal administrativa, ora no Projeto de Lei nº 5.082/09, que trata das normas gerais de transação tributária.

O primeiro, em resumo, trata do aperfeiçoamento do processo de execução fiscal, que ganha modelagem predominantemente administrativa.

O segundo visa, a um só tempo, reduzir o nível de litigiosidade na aplicação da legislação tributária e permitir mais eficiência no processo de arrecadação dos tributos. Estabelece nova relação entre a administração tributária e os contribuintes no intuito de viabilizar as partes a um entendimento direto na resolução das lides tributárias.

O novo modelo de cobrança cuja iniciativa contou com veemente participação da PGFN, encontra-se sob a apreciação do Poder Legislativo Federal.

Outra grande medida que muito contribuiu para a recuperação de milhões em créditos para a União foi a instituição do chamado Refis III ou Refis da Crise ex vi da Lei nº 11.941/09 (MP 449/09 convertida).

Por outro lado, se a informatização e a digitalização dos processos administrativos e judiciais já são uma realidade, a PGFN, em trabalho conjunto com o SERPRO, continua desenvolvendo um sistema mais eficiente de controle dos créditos inscritos em Dívida Ativa da União (Sistema SIEF-DAU).

Finalmente, impende destacar ainda que em virtude da criação do Departamento de Gestão da Dívida Ativa da União, ex vi do Decreto nº 7.050/2009 e Portaria MF nº 257/2009 está em curso o Plano de Trabalho do Departamento de Gestão da Dívida Ativa, instituído pela Portaria PGFN nº 1.006/2009, em que uma das ações prioritárias consiste em efetuar a depuração do estoque da dívida ativa e a sua decorrente classificação.

Os trabalhos de depuração visam, basicamente, expurgar da base de dados os créditos eventualmente tidos por impagáveis e, por conseguinte, aprimorar a atividade de cobrança da Dívida Ativa da União. Enfim, estas são algumas das principais medidas que consideramos indispensáveis à recuperação dos créditos da União.

Demonstrativos da Dívida Ativa da União – Exercício de 2009

Considerando os esclarecimentos anteriores, inferimos que as informações apresentadas pela PGFN, têm como base de dados os sistemas próprios da Dívida Ativa.

Como esses valores obtidos em sistemas próprios não evidenciam a contabilização dos atos e fatos pertinentes à Dívida Ativa da União, efetivada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, a Coordenação Geral Contabilidade – CCONT/STN/FAZENDA procedeu à elaboração dos demonstrativos a seguir, cujos dados foram extraídos dos sistemas Siafi/Siafi Gerencial, estruturados em colunas, a saber:

- Órgão Superior/Unidade da Federação – essa coluna relaciona os órgãos superiores e as unidades da federação que possuem valores contabilizados em Dívida Ativa;

- Saldo Anterior – evidencia o saldo da Dívida Ativa existente no ativo realizável a curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e longo prazo, sendo este dívido em Dívida Ativa não Tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00), Dívida Ativa Tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.03.00) e Dívida Ativa Tributária Previdenciária (conta contábil 1.2.2.1.1.04.00) em 31 de dezembro de 2008;

- Inscrição do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – demonstra os valores inscritos em Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.10.01 e 6.2.3.1.7.11.01) e os valores registrados em juros e

multa da Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.02 e 6.2.3.1.7.11.03);

- Recebimento do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – nessa coluna constam os valores contabilizados como receita da Dívida Ativa tributária (conta contábil 4.1.9.3.1.00.00) e não tributária (conta contábil 4.1.9.3.2.00.00), assim como as receitas oriundas do recebimento de multas e juros de mora da Dívida Ativa relacionados a tributos (conta contábil 4.1.9.1.3.00.00), a contribuições (conta contábil 4.1.9.1.4.00.00) e a outras receitas (conta contábil 4.1.9.1.5.00.00);

- Valores Recebidos Não Baixados – refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa, descritas no item anterior, que não foram baixados das contas contábeis de inscrição de créditos da Dívida Ativa (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00, 1.2.2.1.1.03.00 e 1.2.2.1.1.04.00);

- Cancelamento e Anulação de Créditos da Dívida Ativa – registra o cancelamento e a anulação dos valores inscritos em Dívida Ativa durante o exercício de 2009 (contas contábeis 5.2.3.1.7.10.01, 5.2.3.1.7.10.30, 5.2.3.1.7.01.30, 5.2.3.1.8.01.00, 5.2.3.1.9.01 e 5.2.3.1.9.04);

- Atualização Monetária da Dívida Ativa – corresponde aos valores registrados como atualização monetária dos créditos inscritos em Dívida Ativa Tributária (conta contábil 6.2.3.1.7.11.04) e Não Tributária (conta contábil 6.2.3.2.3.04.01 e 6.2.3.2.3.05.09);

- Ajustes Financeiros e Não Financeiros da Dívida Ativa – conjuga os registros dos ajustes financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.02 e 5.2.3.1.7.10.10), os registros dos ajustes não financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.8.3.00.00 e 5.2.3.8.3.00.00) e os ajustes nos saldos dos Créditos Tributários (5.2.3.1.10.09);

- Anistia, Perdão, Abatimentos e Descontos – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de anistia/perdão, abatimentos/descontos e anistia/remissão da Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.7.10.32, 5.2.3.1.7.10.31, 5.2.3.1.9.02.00, 5.2.3.1.9.08, 5.2.3.1.9.09, 5.2.3.1.9.10, 5.2.3.1.9.11, 5.2.3.1.9.12 e 5.2.3.1.9.13)

- Adjudicação, Prescrição e Desmembramento de Créditos da Dívida Ativa – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de adjudicação (conta contábil 5.2.3.1.9.03.00), prescrição intercorrente (conta contábil 5.2.3.1.9.05.00) e desmembramento de inscrição da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 5.2.3.1.9.07.00);

- Diferenças – demonstra os valores originados por inconsistências na contabilização da Dívida Ativa, seja pelo registro nas contas do ativo realizável a longo prazo (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00, 1.2.2.1.1.03.00 e 1.2.2.1.1.04.00), sem a contrapartida em conta de variação relacionada à Dívida Ativa ou, inversamente, pelo registro em contas de variação da Dívida Ativa sem a respectiva contrapartida na conta do ativo realizável a longo prazo; e

- Saldo Atual – evidencia o saldo da Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 2009, no curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e no longo prazo (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00, 1.2.2.1.1.03.00 e 1.2.2.1.1.04.00)

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS

(R$ 1,00)

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA LÍQUIDO (1)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (1)	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA (2) (3)	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA (4) (5) (6) (7)	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (8) (9)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	DIFERENÇAS (10)	SALDO ATUAL
AC	967.652.960,86	46.098.485,65	2.650.035,34	9.969 675,93	11.078.267,28	67.005994,04	4.811.641,32	42.945,13	632.087,51	-	1.051.175.876,68
AL	6.331.618.630,92	416.923.824,62	44.728.997,49	19.299 044,38	67.678.269,92	519.293033,43	1.273.659,01	349.955,47	1.396.912,65	-	7.135.655.968,07
AM	8.749.235.913,64	804.265.964,74	15.687.760,91	121.991.900,81	146.195.624,86	813.698.213,16	(253.655.982,24)	3.308.360,50	9.428.969,19	491.297,80	9.817.226.790,87
AP	899.964.216,54	86 992 808,08	3.555.144,87	16.724 819,62	14.993.450,17	92.182330,96	(25.053 264,55)	964 862,37	-	-	1.016 667.813,74
BA	25.128.371.096,38	1.326.595.817,96	47.650.768,16	466 841.105,26	538.863.388,25	2.045.183.479,27	(170 343 531,80)	16.903 551,87	12.115.366,13	-	27.247.340.681,96
CE	13.696.778.732,21	895.674.604,98	25.859.820,94	144 854 427,40	310 440.671,81	956.017965,97	(92 712 684,51)	10.819 567,74	1.109.213,17	(25061,14)	14.962.649.854,21
DF	13.481.463.898,98	1.045.252.393,57	7.090.170.384,68	16 897.025 488,61	618.062.640,12	4.381..354.007,03	(1 924.994.954,64)	35.150.026,31	1.614.373,45	465,97	16.135.113.874,93
ES	11.368.869.165,74	1.243.616.113,71	28.677.749,23	139.262.750,10	313 256.869,20	1.091.057198,34	(183.867.544,69)	9.813.193,77	40.866 771,96	-	12.987.617.597,08
GO	14.181.042.279,94	1.373.216.230,47	73.618.748,46	155.009.741,16	228.611.931,35	1.216 704.592,59	(107.175.496,25)	10.191.207,87	57.716.161,73	-	16.058.639.816,00
MA	5.465.732.277,13	290.872.789,61	21.356.968,11	66.270.211,16	126 294.425,62	532.942435,87	73.676.211,68	7.210.947,84	5.225.340,40	(14669,03)	6.136.611.133,05
MG	37.846.011.490,74	2.702.289.772,39	69.276.924,26	582.779.416,89	659.727.916,85	3.306.552573,65	(30.019.339,35)	56.610.743,67	4.601.871,11	-	42.431.638.024,69
MS	5.667.182.944,11	405.689.763,26	30.534.206,11	111.868.394,65	167.576.491,17	409.980175,51	(32.912.003,58)	7.992.293,11	1.811.971,62	-	6.150 097.521,44
MT	7.796.659.034,31	1 048.844.045,98	15.397.394,99	146 901.515,60	190 431.471,72	796.931.095,60	90.774.172,56	21.843.070,01	5.200.669,84	-	9.353.434.226,31
PA	11.811.680 084,28	1.208.880.005,44	14.548.784,45	156 832 104,38	3 105.736 159,95	1.072.919877,10	739.630.661,97	3.412.943,80	58.562.309,79	-	11.493.938.352,02
PB	4 471 206 541,74	226.703.296,27	20.478.459,89	60 494 001,15	77.300 403,30	301 250679,34	107.554.210,94	663.680,16	2.152 117,58	-	4.945 705.985,83
PE	19.731 466.909,73	1.277.216.248,37	59.795.483,94	142.716.904,16	359.874 744,76	1 763 322430,56	272.074.036,88	32.821.601,86	5.579.866,43	-	22.443.320.454,31
PI	2.448 734.224,71	178.472.048,73	16.138.267,87	29.732.052,14	88 663 041,12	389 700879,02	36.105.977,34	5.854.703,60	476.990,50	-	2.882.418.045,18
PR	31.967.842 571,64	2 706.813.098,03	100.531.261,14	512.311.270,81	806.840 244,50	2.629 299.314,52	(43.536.235,53)	67.200.566,79	64.276.310,42	-	35.209.277.094,20
RJ	94.762.185.157,94	7 404.375.285,31	196.094.974,40	1.146.012.556,10	2.554.305.280,11	7.748.373181,36	(4 483.075.050,96)	96.536.593,37	29.026.332,88	(60314,24)	101.407.232.515,87
RN	4.217.587.697,74	274.118 812,75	27.613.297,76	60.065.047,14	71.166 630,77	314.131.990,92	45 679 756,22	8.446 732,07	9.347.476,40	-	4 674 879.131,41
RO	3.466.362.507,49	216 860.021,01	7.493.105,92	57.775.437,68	76.478.565,47	220.305527,98	(39.393.304,94)	15.952.462,02	70.641,26	(2861,68)	3.706 101 587,31
RR	1.017.837.236,84	4 601.751 931,68	17.569 909,00	(4.393.976,29)	67.362.830,22	1.039.158048,12	(5.390 294 028,76)	396 572,79	31.335.724,51	-	1.155 601 125,66
RS	38.555 439.013,94	2 346.651.885,26	105 170 869,11	627 466.948,88	927.056.705,72	3.465.559 008,29	400 813 262,67	96 175 286,10	18 003.171,37	857,36	42 974 590.104,56
SC	19.747 573 194,11	1 602.81 7.610,96	73.209.611,47	347.642.904,24	539.826 388,70	1.718 289.533,92	238.571.696,10	70.281 279,46	46.552.451,31	-	22 429 739.399,49
SE	2.760 320 782,51	170.714.566,44	7.204.758,89	55.112.658,24	62 441 085,14	258 889.206,27	(20.717.683,92)	1.857 039,08	13.168 104,52	-	3 029. 793.225,41
SP	351.048.383 796,08	35 412.080.370,57	578.732.715,36	4.235.277.633,31	4 445 810 050,17	25 851.340914,05	3.283.639.871,21	295.301.302,07	131.428.381,70	(322,56)	405.809.084.546,64
TO	2.117 153.951,04	193 486 959,99	7.421.286,06	29.278.017,10	42.505 713,98	213.642.146,63	(15.909.084,05)	14.602,31	1.006,18	-	2.429 022.688,00
TOTAL	739.684.455.951,68	69.206.934.054,83	8.723.958.308,85	2.641.013.438,04	16.619.279.284,23	63.135.085829,75	(7.519.057.003,87)	874.748.185,14	571.717.351,61	391.372,48	835.077.083.434,92

Fonte: Siafi Gerencial - Mês 01/2009

(1) foram considerados os valores líquidos de deduções

(2) o valor foi ajustado em R$ 5.360.396,36 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 173039 / 17203 - SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS

(3) o valor foi ajustado em R$ 476.741.382,85 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 153173 / 15253 - FUNDO NACONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

(4) o valor foi ajustado em R$ 21.548.426,71 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 173039 / 17202 - COMISSÃO DEVALORES MOBILIÁRIOS

(5) o valor foi ajustado em R$ 643645,06 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 254420 / 25201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(6) o valor foi ajustado em R$ 446968,77 devido a um lançamento incorreto feito pelo Ministério de Minas e Energia

(7) o valor foi ajustado em R$ 1 009 097,36 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 153013 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO

(8) o valor foi ajustado em R$ 2 368 653,57 devido a um lançamento incorreto feito peloMinistério da Ciência e Tecnologia.

(9) o valor foi ajustado em R$ 10 343 203,30 devido a lançamentos incorretos feitos pela UG 806001 / 17205 - SERPRO-SE DF

(10) Osvalores na coluna "Diferenças", referem-se a inconsistências na contabilização da Dívida Ativa

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS

(R$ 1,00)

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (1)	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA (2) (3)	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA (4) (5) (6) (7)	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (8) (9)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	DIFERENÇAS (10)	SALDO ATUAL
JUSTIÇA ELEITORAL	3.475,47	8.186,32	0,00	1.527,65	0,00	7.863,44	0,00	0,00	0,00	-3.184,24	14.313,34
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	0,00	46.200,00	0,00	0,00	0,00	61.505,51	0,00	0,00	0,00	0,00	107.705,51
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTÃO	0,00	459.859,64	0,00	142.892,01	0,00	39.148,71	0,00	0,00	0,00	-73.653,66	282.462,74
MINISTÉRIO DA FAZENDA	735.839089.568,77	68.554.285.684,01	7.074.393 612,76	4.277.114.541,63	16.108.865.807,08	62 968.095.336,81	-7.421.436 502,59	674.663.510,06	571.717.353,61	14.379,41	831.033.293.361,35
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	830227.027,65	78.851233,12	0,00	5.722,04	476.753.112,23	90.940 382,59	0,00	0,00	0,00	857,36	923.259.666,45
MINISTÉRIO DO DESENV.IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	245117.094,03	5.252064,03	19.177.317,36	-19.116131,83	416.400,52	86.085,49	0,00	0,00	0,00	393.297,80	250.468.955,30
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	0,00	0,00	683.876,20	-683.876,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	91816.332,65	47.310188,57	3.938.060,39	-2.868.876,15	404.938,71	781.587,46	0,00	0,00	0,00	0,00	138.233.985,83
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.197995.957,10	76.569.643,33	1.625.454.690,50	-1.622.822.443,70	6.572.685,34	55.557.275,81	-97.620.501,28	84.675,08	0,00	-10.214,67	1.223.202553,09
MINISTÉRIO DA SAÚDE	45529.696,07	21.911.107,12	242.951,05	514.523,76	0,00	12.001.459,39	0,00	0,00	0,00	-574,03	78.684 213,75
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	1.224 318,87	0,00	25,97	67.933,82	1.259.437,80	7.374.313,51	0,00	0,00	0,00	0,00	7.271 234,85
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	24849.839,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.849.839,49
MINISTÉRIO DA CULTURA	0,00	284.000,00	0,00	8.485,63	0,00	11.566,28	0,00	0,00	0,00	0,00	285 080,66
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	1.408602.641,50	421.493.412,24	7,12	8.451.576,18	25.003.344,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-29 535,50	1.796.607590,76
MINISTÉRIO DA DEFESA	0,00	455.476,45	67 767,10	-9.436,30	1.458,37	129.304,52	0,00	0,00	0,00	0,00	521.971,80
TOTAL	739.884459.951,60	69.206.924.054,83	8.723.958.308,65	2.641.011.436,04	16.619.279.284,23	63.115.085.829,75	(7.519.057.003,87)	674.748.185,14	571.717.553,61	391.372,48	835.077.083.834,92

Fonte: Sinfi Gerencial - Mês 012/2009

(1) foram considerados os valores líquidos de deduções

(2) o valor foi ajustado em R$ 5.360.396,36 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 173039 / 17203 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

(3) o valor foi ajustado em R$ 476 741 382,85 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 153173 / 15253 -FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

(4) o valor foi ajustado em R$ 21548 426,71 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 173030 / 17202 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

(5) o valor foi ajustado em R$ 641.645,06 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 254420 / 25201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(6) o valor foi ajustado em R$ 646.968,77 devido a um lançamento incorreto feito pelo Ministério de Minas e Energia

(7) o valor foi ajustado em R$ 1 069.097,36 devido a um lançamento incorreto feito pela UG 153013 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO

(8) o valor foi ajustado em R$ 2.398.853,57 devido a um lançamento incorreto feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia

(9) o valor foi ajustado em R$ 10.743 203,36 devido a lançamentos incorretos feitos pela UG 60601 / 17205 - SERPRO-SEDE

(10) Os valores na coluna "Diferenças", referem-se a inconsistências na contabilização da Dívida Ativa

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - GESTÃO TESOURO

(R$ 1,00)

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA LÍQUIDO (1)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS (1)	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA (2) (3)	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	DIFERENÇAS	SALDO ATUAL
AC	927.154.617,46	38.169.487,92	-	12.470.979,98	10.507.280,01	67.005.118,44	4.426.433,95	42.045,13	652.087,51	0	1.014.082.845,14
AL	6.328.495.005,80	416.922.930,36	-	64.005.798,85	67.678.269,92	519.213.928,31	1.140.602,93	349.955,47	1.396.912,65	0	7.132.541.470,51
AM	8.653.165.791,15	749.042.118,26	-	137.308.715,46	145.414.372,38	813.122.688,27	(253.383.845,47)	3.308.360,50	9.426.999,19	0	9.667.338.334,68
AP	859.926.243,98	81.918.459,96	-	20.277.976,49	14.998.467,77	92.159.218,66	(24.586.262,47)	164.862,37	-	0	973.586.843,50
BA	25.060.646.724,30	1.302.256.492,76	-	514.230.551,41	533.734.125,81	2.014.173.605,34	(160.591.357,53)	16.905.551,87	12.115.386,13	0	27.159.500.069,65
CE	13.103.384.064,69	882.216.096,14	-	170.349.913,20	309.851.482,32	938.116.939,51	(16.561.325,33)	10.819.567,74	1.109.213,17	0	14.415.225.898,58
DF	12.494.136.347,65	917.626.480,35	7.068.577.024,60	(6.872.348.879,70)	139.615.738,83	4.281.510.801,85	(1.924.956.328,94)	35.112.263,94	1.614.373,45	0	15.400.737.896,79
ES	11.347.642.849,93	1.236.352.514,08	-	167.582.136,87	312.222.541,04	1.090.636.273,40	(183.682.212,28)	9.813.193,77	40.866.771,96	0	12.960.494.761,52
GO	14.030.206.332,18	1.364.072.255,10	-	227.713.931,79	237.609.313,79	1.215.982.429,04	(106.814.788,05)	10.191.207,87	57.716.141,73	0	15.980.809.693,09
MA	5.384.314.575,17	267.254.693,03	-	87.252.544,26	126.294.435,62	531.775.227,73	73.757.880,90	7.310.947,64	5.225.340,40	0	6.031.019.118,71
MG	37.666.478.049,40	2.663.082.186,21	-	671.494.631,93	658.553.616,49	3.330.122.750,94	(25.150.934,58)	56.609.377,96	4.601.811,11	0	42.213.272.494,48
MS	5.636.275.484,42	399.717.673,34	-	141.482.217,10	167.576.481,17	439.854.182,94	(32.681.583,34)	7.992.252,11	1.811.973,62	0	6.094.302.961,16
MT	7.679.008.369,46	985.889.179,56	-	162.013.588,23	189.421.018,04	796.744.339,42	91.239.737,46	21.843.070,01	5.203.669,84	0	9.174.403.850,80
PA	11.630.987.164,09	1.162.156.884,95	-	171.277.011,20	3.105.338.946,85	1.072.484.005,65	740.528.133,87	3.412.943,80	58.562.369,79	0	11.267.562.956,92
PB	4.435.206.248,28	214.994.502,13	-	80.833.357,69	76.560.218,33	300.779.526,75	107.571.409,83	663.680,16	2.152.117,58	0	4.898.841.693,26
PE	19.703.938.853,72	1.275.116.015,70	-	203.275.416,65	359.765.618,50	1.752.492.886,93	273.211.412,25	32.821.691,86	5.579.848,43	0	22.414.314.153,21
PI	2.491.275.362,94	175.374.451,58	-	45.828.738,63	88.663.081,12	309.640.430,16	36.105.977,34	5.584.708,60	476.990,50	0	2.872.342.723,17
PR	31.077.637.448,18	2.170.185.913,58	-	612.104.770,05	806.023.687,11	2.618.133.311,77	(41.061.852,83)	67.199.597,02	64.276.310,42	0	35.085.270.456,03
RJ	92.725.980.312,74	7.047.837.365,22	25,97	1.334.854.730,12	2.538.142.924,76	7.597.530.585,55	(4.478.213.472,83)	85.833.038,47	29.026.312,98	0	98.699.263.138,48
RN	4.200.146.085,55	267.119.460,88	-	86.640.153,55	70.661.312,30	3.925.191,46	45.722.025,96	8.444.712,50	9.347.418,40	0	4.651.819.017,10
RO	3.161.883.724,36	199.226.329,80	-	64.671.556,29	68.621.701,79	2.9.431.331,67	(39.314.562,23)	15.952.462,02	70.621,26	(2.861,68)	3.411.688.911,56
RR	799.937.364,01	9.597.615.729,49	-	13.034.406,60	67.950.747,82	1.009.152.490,38	(5.390.219.223,61)	396.572,79	31.335.726,51	0	5.133.699.906,55
RS	38.487.152.267,27	2.333.946.901,94	-	732.131.570,73	925.542.259,59	3.443.320.885,81	402.080.963,43	96.175.267,45	38.002.123,37	0	42.894.592.777,33
SC	19.687.229.492,39	1.791.709.449,61	-	420.744.753,36	534.852.842,62	1.7 5.892.056,67	238.815.416,64	70.281.179,46	46.952.451,31	0	22.361.213.090,76
SE	2.753.085.521,92	169.714.987,36	-	62.254.855,61	62.389.923,89	218.634.025,97	(20.804.546,31)	1.557.039,08	13.168.104,52	0	3.021.410.055,84
SP	350.956.277.511,02	35.344.305.019,04	-	4.912.46 .173,11	4.444.866.365,95	25.844.436.517,55	3.386.869.920,18	295.158.763,06	131.428.381,70	(322,56)	405.647.963.991,41
TO	2.106.013.771,81	191.264.366,61	-	16.931.754,55	42.575.191,54	2 3.599.422,28	(15.784.051,75)	14.402,31	1.006,18	0	2.416.129.945,17
TOTAL	734.410.332.662,87	68.245.093.793,96	7.068.577.050,57	4.279.311.374,02	18.095.629.048,36	62.833.829.354,58	(7.421.416.502,59)	862.959.955,16	571.717.553,61	(0.104,24)	839.193.420.147,86

Fonte: Safi Gerencial - M< 012/2009

(1) foram considerados os valores líquidos de deduções

(2) o valor foi ajustado em R$ 465,97 devido a um lançamento incorreto feito pela Justiça Federal - DF

(3) o valor foi ajustado em R$ 446.968,77 devido a um lançamento incorreto feito pelo Ministério de Minas e Energia - DF

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - GESTÃO TESOURO

(R$ 1,00)

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	VALORES RECEBIDOS (NÃO BAIXADOS (1)	CANCELAMENTO ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DA DÍVIDA ATIVA (2) (3)	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	DIFERENÇAS	SALDO ATUAL
JUSTIÇA ELEITORAL	3.475,47	8.186,32	0,00	1.527,65	0,00	7.863,44	0,00	0,00	0,00	-3.184,24	14.813,34
MINISTÉRIO DA FAZENDA	734.410.129.187,40	68.245.085.607,64	7.062.650.196,85	4.280.237.700,09	16.035.629.083,36	62.833.821.491,14	-7.421.436.502,59	869.959.955,16	571.717.353,61	0,00	820.193.405.294,52
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	0,00	0,00	683.876,70	-683.876,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DA SAÚDE	0,00	0,00	242.951,05	-242.951,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	0,00	0,00	25,97	-25,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	734.410.132.662,87	68.245.093.793,96	7.063.577.050,57	4.279.312.374,02	16.035.629.083,36	62.833.429.354,58	(7.421.436.502,59)	869.959.955,16	571.717.353,61	(3.184,24)	820.193.420.107,86

Fonte: Siafi Gerencial - Mês 01/2009
(1) foram considerados os valores líquidos de deduções
(2) o valor foi ajustado em R$ 445,97 devido a um lançamento incorreto feito pela Justiça Federal
(3) o valor foi ajustado em R$ 446.968,77 devido a um lançamento incorreto feito pelo Ministério de Minas e Energia

2.12.2. Dívida Ativa da Administração Indireta (Autarquias e Fundações)

Os demonstrativos a seguir foram encaminhados pelos Ministérios aos quais são vinculadas as fundações e autarquias que apresentam valores inscritos em Dívida Ativa.

Ministério das Comunicações

DADOS DA DÍVIDA ATIVA – 2009 - ANATEL
VALOR INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA ATÉ 31/12/2009 [1]

FUNDO	VALOR (R$)
ANATEL	481.219,11
FISTEL	249.139.115,98
FUST	202.871.650,10
TOTAL	452.491.985,19

VALOR ARRECADADO DE DÍVIDA ATIVA
NO ANO DE 2009 [2]

FUNDO	VALOR (R$)
ANATEL	172,52
FISTEL	2.907.330,22
FUST	197.632,35
TOTAL	3.105.135,09

[1] Valor Atualizado de todos os lançamentos inscritos em Dívida Ativa da Anatel até 31/12/2009
[2] Valor Arrecadado em 2009 de lançamentos inscritos em Dívida Ativa da Anatel até 31/12/2009

Ministério da Defesa

Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

A CCCPM, autarquia federal vinculada ao Ministério da Defesa e supervisionada pelo Comando da Marinha, tem como missão facilitar a aquisição da moradia própria para o pessoal da Marinha do Brasil, o que representa o atendimento de direito social previsto no art. 6º da CF/88. Como agente do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), a CCCPM submete-se aos ditames da Lei nº 4.380/64 e demais legislações de referência. No tocante à execução de garantias hipotecárias, segue-se o contido na Lei nº 5.741/71, enquanto que para execução fiduciária, recorre-se à Lei nº 9.514/97.

A Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha possui uma forma própria de acompanhamento de seus recebíveis, mediante sistema informatizado denominado Sistema de Controle de Crédito Imobiliário (SCCI), serviço específico para apoio a agentes financeiros do SFH. Este sistema gerencia a concessão de crédito e a cobrança dos encargos mensais dos contratos para inclusão de descontos em folha de pagamento. Por esta razão, é muito raro que os mutuários não honrem o pagamento de encargos de financiamento. Quando ocorre, segue-se a regra de emissão de notificações (avisos), em fase de cobrança administrativa que, se não atendidas, resultarão em cobrança judicial. O devedor em mora ou inadimplente ainda se sujeita à inclusão de seu nome em cadastro de proteção ao crédito mantido pela Serasa.

Cabe ressaltar que o mutuário inadimplente da CCCPM, além de suportar o gravame (direito real em garantia) sobre seu imóvel, sujeito a perdê-lo, motivação maior para que salde seus débitos, ainda estaria sujeito à penalidade de ser inscrito como devedor em controle da dívida ativa, o que atentaria contra o Princípio Non bis in idem, também aplicável aos atos da Administração, dada a dupla penalização pelo mesmo fato, já que o cidadão inscrito em dívida ativa tem restrições cadastrais mais gravosas, o que não ocorre com mutuários de outros agentes públicos, mormente a Caixa Econômica Federal, o que pode provocar o afastamento de pretendentes e o esvaziamento da atividade já desenvolvida há sete décadas.

Ainda que se considere necessária a inscrição desses créditos imobiliários não pagos em dívida ativa, existe óbice para processar tal tarefa. A representação judicial da autarquia é exercida pela Procuradoria-Geral Federal e seus órgãos subordinados, para os quais a CCCPM oficializa solicitações de aforamento, a fim de que demandem esses devedores em mora no foro da Justiça Federal, sem a conotação de execução fiscal, mas segundo o rito previsto em leis específicas para o contrato de garantia firmado (hipoteca ou alienação fiduciária). Consultas realizadas pela CCCPM possibilitaram verificar que, para inscrição de débitos em dívida ativa, aqueles órgãos ainda dependem da operacionalização do Sief-DAU (Dívida Ativa da União), módulo integrante do Sistema Integrado de Informações Econômicas Fiscais (Sief), com previsão de prontificação para 2011.

Assim, o que a CCCPM pratica, em termos de acompanhamento de contratos, controle de créditos imobiliários, apuração de débitos, cobrança amigável e judicial, tem similaridade com a forma de proceder prevista na Lei de Execução Fiscal, mas com observância a outras leis. Isto representa uma conveniente adaptação à peculiar atuação da autarquia para suplantar os diversos conflitos de normas e proporcionar a equidade no tratamento de seus mutuários. Fato é que os agentes da CCCPM são norteados pelo sentimento de preservação contra danos ao Erário, dosando-se a sensibilidade necessária para lidar com o problema de grande relevância social, que é a necessidade de moradia digna para o pessoal da Marinha.

Fundação Osório

O ajuizamento e o parcelamento das dívidas, de forma a possibilitar seu pagamento, são medidas adotadas pela Fundação Osório para melhora na sistemática de recuperação de créditos, com vistas ao atendimento do art. 58 da LRF. O quadro abaixo demonstra a relação de processos ajuizados, bem como os recolhidos em 2008 e 2009.

DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA DÍVIDA ATIVA
NO EXERCÍCIO DE 2008 E 2009 / VALORES RECOLHIDOS

(R$ 1,00)

ÓRGÃO	PROCESSO	SITUAÇÃO	2008	2009
INSS	35.537.371.8	Ajuizado e Parcelado na Forma de MP 303/2006	26.841,14	28.391,67
INSS	35.537.372.6	Ajuizado e Parcelado na Forma de MP 303/2006	290.143,82	189.000,00
Pasep	352003.51.01.547402.3000	Não Ajuizado	-	-
TOTAL GERAL			316.984,96	217.391,67

Fonte: Fundação Osório

Agência Nacional de Aviação Civil - Anac

No que concerne aos dados atinentes à dívida ativa a favor da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac - foram inscritos, no exercício de 2009, 130 créditos relativos a 71 devedores. Desses, houve a quitação parcial ou integral de 18 créditos e o parcelamento de 17 créditos, o que representa uma arrecadação de R$ 90.238,90 (noventa mil duzentos e trinta e oito reais e noventa centavos) em favor da Agência, e de R$14.781,56 (quatorze mil setecentos e oitenta e um reais e cinqüenta e seis centavos), a título de encargo legal, cuja destinatária final é a União (Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral Federal).

Ressalte-se ainda que os créditos inscritos em dívida ativa ou parcelas destes pendentes de adimplemento perfazem, atualmente, o montante de R$ 522.263,79 (quinhentos e vinte e dois mil duzentos e sessenta e três reais e setenta e nove centavos), que, acrescidos do encargo legal de 20%, passível, porém, de redução para 10% na eventual ocorrência da hipótese prevista no artigo 3º do Decreto-lei n.º 1.569/1977, totaliza R$ 626.716,54 (seiscentos e vinte e seis mil setecentos e dezesseis reais e cinqüenta e quatro centavos).

Além disso, houve o ajuizamento de ações de execução fiscal relativas a 69 (sessenta e nove) créditos inscritos em dívida ativa, no montante de R$ 423.991,60 (quatrocentos e vinte e três mil novecentos e noventa e um reais e sessenta centavos) que, acrescidos de 20% a título de encargo legal, resulta na importância de R$ 508.789,92 (quinhentos e oito mil setecentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos). Os recebimentos relativos aos créditos objeto de execução fiscal, por sua vez, totalizam R$ 64.359,96 (sessenta e quatro mil trezentos e cinqüenta e nove reais e noventa e seis centavos) em favor da agência e R$ 12.088,73 (doze mil e oitenta e oito reais e setenta e três centavos) em prol da União (AGU/PGF).

Visando aprimorar os procedimentos de arrecadação dos créditos inscritos em dívida ativa, a Anac procedeu à criação de Gerência Técnica, com competência para exercer as atividades de inscrição em dívida ativa no âmbito da Procuradoria Federal junto à Anac; o desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrada dos Créditos – Sigec; bem como a centralização das atividades de inscrição em dívida ativa nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, em cumprimento às disposições do artigo 22 da Lei n.º 11.457/2007 e artigo 10, parágrafos 11 e 12, da Lei n.º 10.480/2002.

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio

Instituto Nacional de Metrologia, Normalização E Qualidade Industrial – Inmetro

Segue o demonstrativo da Dívida Ativa do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) no período de 2008 e 2009:

DEMOSTRATIVO DÍVIDA ATIVA INMETRO

(R$ 1,00)

MONTANTE	2008	2009
Parcelado	620.388,52	1.973.450,15
Não parcelado	4.818.762,16	8.730.690,50
Inscritos	35.987.814,24	34.886.352,22
Arrecadado	24.479.213,15	18.705.223,85

Fonte: Inmetro

No que tange às informações do montante de créditos ajuizados, a Autarquia está impossibilitada de responder, tendo em vista a assunção da representação judicial pela Advocacia Geral da União (AGU).

Em relação às medidas adotadas para melhoria na sistemática de recuperação de créditos da União, em atendimento ao art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000, cumpre elencar o seguinte:

- Sistema de Informática: considerando a assunção da representação extrajudicial e judicial da AGU, bem como a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que alterou a redação da Lei nº 9.469/97 e da Lei n. 10.522/02 e, considerando que a AGU não dispõe de sistema informatizado para o controle do montante dos créditos das Autarquias, foi emitida a Portaria Conjunta Inmetro e AGU nº 03/09, que disponibilizou o acesso aos Procuradores Federais ao nosso Sistema de Gestão de Integrada (SGI), visando à emissão e acompanhamento do Guia de Recolhimento da União (GRU), bem como à inscrição em dívida ativa e acompanhamento das ações ajuizadas. A referida Portaria Conjunta disponibilizou, ainda, à AGU a força de trabalho já existente no Inmetro (Superintendências de Goiás e do Rio Grande do Sul) e na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade/Inmetro (RBMLQ-I), no intuito de facilitar o procedimento de pedidos de parcelamento - já que o Instituto possui estrutura organizada para tanto e para acompanhar o pagamento e o envio das GRUs parceladas mês a mês aos solicitantes (via correio ou internet);

- Treinamentos: para efetivação do uso do SGI pelos Procuradores Federais, foi necessária a realização de treinamentos regionalizados em todo o Brasil, incluindo o pagamento de diárias e passagens aos Procuradores Federais participantes;

- Oficina de Trabalho: nos dias 15 e 16 de outubro de 2009, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a Oficina de Trabalho com o tema "Recuperação de Créditos do Inmetro", que reuniu representantes do setor financeiro, jurídico e de informática de toda a RBMLQ-I e das Superintendências do Inmetro, com o objetivo primordial de apresentar e elucidar todas as alterações legislativas ocorridas no período e, principalmente, em relação à utilização (aplicação) da taxa Selic e ao fluxo de informações com a AGU.

O envio de Certidões de Dívida Ativa (CDAs) do Inmetro para protesto de títulos, disciplinados pela Lei nº 9.492/97 e pela Portaria Inmetro nº 205/06, foram suspensos por determinação da AGU, em junho de 2009, e estão no aguardo de novas diretrizes.

O montante de créditos referentes à Dívida Ativa da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) estão discriminados conforme demonstrativo a seguir:

DEMOSTRATIVO DÍVIDA ATIVA SUFRAMA

R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Inscritos	128.157,80	5.252.064,03
Parcelados	119.660,73	72.997,04
Ajuizados	107.988,16	31.075,44
Não Ajuizados	11.677,27	41.921,60
Realivação de Parcelamento	-	34.505,24
Ajuizados	-	25.872,43
Não Ajuizados	-	8.632,81
Concluídos por Parcelamento	20.983,45	49.975,23
Ajuizados	20.983,45	20.609,55
Não Ajuizados	-	29.365,42

Fonte: SIAFI/CGORF /PROJU - Suframa

Foram adotadas as seguintes medidas para melhoria na sistemática de recuperação de créditos da União, em atendimento ao art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000:

- Disponibilização de emissão de boletos de parcelamento individualizados por empresa inscrita do Sistema de Dívida Ativa com a finalidade de facilitar a quitação dos débitos;
- Atualização do sistema conforme a determinação da Procuradoria Geral Federal PGF constante da Portaria nº 954/2009;
- Acréscimo dos encargos legais nas certidões de dívida ativa no valor de 20%, conforme mudança na legislação introduzida pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Inscrição de pessoa física no sistema da Dívida, atendendo os Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU); e
- Inserção de reparcelamento de parcelamentos cancelados em virtude de atrasos nos pagamentos.

Ministério da Educação

Órgão: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 26244

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	-	-	-	-
	Não Ajuizado	-	-	-	-
Não Parcelados	Ajuizado	R$ 2.147.113,97	R$ 2.348.558,88	-	-
	Não Ajuizado	R$ 173.518,55	R$ 191.350,41	-	-

Órgão: Universidade Federal de Itajubá - 26261

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	-	-	-	-
	Não Ajuizado	-	-	-	-
Não Parcelados	Ajuizado	R$ 16.171,55	R$ 15.862,77	10308,78	-
	Não Ajuizado	R$ 3.957,80	R$ 9.898,88	-	-

A unidade informou que os valores constantes no demonstrativo não se encontram registrados no Siafi

Órgão: Fundação Joaquim Nabuco - 26292

(R$ 1,00)

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado			-	-
	Não Ajuizado	-	-	-	-
Não Parcelados	Ajuizado	-	R$ 56.908,13	-	-
	Não Ajuizado	-	R$ 1.718,04	-	-

Órgão: Universidade Federal do Vale do São Francisco -26230

(R$ 1,00)

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	-	-	-	-
	Não Ajuizado	-	-	-	-
Não Parcelados	Ajuizado	-	-	-	-
	Não Ajuizado	R$ 31.966,49 (*)	-	-	-

*Processo 23402.000196/2009-51, já instruído restando apenas ajuizamento da dívida.
Informação de 14/01/2009

Órgão: Universidade Federal de Santa Maria

(R$ 1,00)

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado				
	Não Ajuizado				
Não Parcelados	Ajuizado	R$ 1.800,45 (Ação 2008.71.02.001544-9) R$ 86.157,36 (Ação 96.11.01709-1) R$ 3.1760,05 (Ação 2004.71.02.004428-6) R$ 89.717,53 (Ação 200.71.02.001510-3)		R$ 2.400,00	
	Não Ajuizado		R$1.275.266,78		

No que se refere ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a entidade informou:

RELAÇÃO DAS COBRANÇAS INSCRITAS EM DÍVIDA ATIVA NO PERÍODO DE 01/01/2008 a 31/12/2008

(R$ 1,00)

SITUAÇÃO	PRINCIPAL (A)	JUROS (B)	MULTA (C)	TOTAL (A + B + C)	VALOR PAGO	SALDO DEVEDOR
ENVIADO PARA AJUIZAMENTO	39.518.548,37	43.559.450,99	4.885,12	83.082.884,48	0,00	83.082.884,48
INSUBSISTENTE	17.178,54	37.118,18	256,44	54.553,16	0,00	54.553,16
LIQUIDADO	71.229,65	36.000,89	0,00	107.230,54	0,00	107.230,54
TOTAL	39.606.956,56	43.632.570,06	5.141,56	83.244.668,18	0,00	83.244.668,18

Fonte: Procuradoria Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

RELAÇÃO DAS COBRANÇAS INSCRITAS EM DÍVIDA ATIVA NO PERÍODO DE 01/01/2009 a 22/12/2009

(R$ 1,00)

SITUAÇÃO	PRINCIPAL (A)	JUROS (B)	MULTA (C)	TOTAL (A + B + C)	VALOR PAGO	SALDO DEVEDOR
ENVIADO PARA AJUIZAMENTO	38.322.360,83	45.235.459,98	7.514,88	83.565.355,69	0,00	83.565.355,69
INSUBSISTENTE	144.540,00	106.036,70	0,00	250.576,70	0,00	250.576,70
LIQUIDADO	342.817,98	636.717,02	0,00	979.535,00	0,00	979.535,00
TOTAL	38.809.738,81	45.978.213,70	7.514,88	84.795.467,39	0,00	84.795.467,39

Fonte: Procuradoria Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), autarquia vinculada ao MEC - informou estar em fase de implantação, na Procuradoria-Geral Federal, um sistema provisório de registro centralizado da Dívida Ativa das autarquias e fundações públicas federais para cumprir a determinação contida no artigo 22, da Lei nº 11.457, de 16/03/2007. Ainda no que tange à Capes, a representação judicial na 1ª Região, que abrange 14 Estados (AC; AM; AP; BA; DF; GO; MA; MG; MT; PA; PI; RO; RR; e TO), foi assumida pela respectiva Procuradoria Regional, consoante artigo 10, § 11, da Lei nº 10.480, de 02/07/2002, e Portaria PGF nº 261, de 12/03/2009. Desde sua publicação, os processos judiciais derivados dos créditos da Capes passaram a ser ajuizados por aquela Regional.

Entre 2008 e março de 2009 a Procuradoria Federal junto à Capes iniciou ação de reparação de dano e ações de execução de Acórdãos do TCU, cujos créditos totalizavam em dezembro de 2009 cerca de R$ 1.160.000,00 (Hum milhão, cento e sessenta mil Reais). Parte do crédito, porém, é ainda discutível e quase sua totalidade é irrecuperável, tendo em vista que os devedores não possuem patrimônio compatível com as dívidas.

Por este motivo não houve especificação nas Informações para o PCPR 2008. Para atender ao disposto no artigo 58, da LC 101, de 04/05/2000, seria o caso de abordar apenas os parcelamentos administrativos, acompanhados pela Auditoria, nos quais é possível discriminar os valores recebidos e os remanescentes.

Medidas adotadas para melhora na sistemática de recuperação de créditos da União, com vistas ao atendimento do art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000.

No que se refere às medidas adotadas para melhoria da sistemática de recuperação de créditos da União, com vistas ao atendimento do art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação informou que a dívida ativa tributária do FNDE - salário-educação - foi transferida para a União em 01 de abril de 2008, por força do art. 16 da Lei nº 11.457/2007. Desde então, o FNDE não possui mais dívida ativa tributária.

A dívida ativa não tributária do FNDE, por força do art. 10 da Lei nº 10.480/2002 e art. 22 da Lei nº 11.457/2007, é arrecadada pela Procuradoria Geral Federal - PGF que, em março de 2009, editou a Portaria nº 267, que centralizou a inscrição e cobrança judicial da dívida ativa não tributária do FNDE na Procuradoria Regional Federal da 1ª Região (PRF da 1ª Região).

Devido à Centralização da Cobrança e Recuperação de Créditos das Autarquias e Fundações Públicas Federais nas Procuradorias Federais Regionais, nos Estados e Escritórios de Representação, as informações sobre a melhoria na sistemática da recuperação de créditos da União, no que se refere à Universidade Federal de Santa Maria, foram fornecidas pelo Escritório de Representação da PRF da 4ª Região em Santa Maria/ RS, quais sejam:

- A integração de sistemas de informações mantidos por Órgãos Públicos, como Junta Comercial, Departamento Nacional de Trânsito, Cadastro de propriedade de Veículos, Informações de Contribuintes da Receita Federal, informações vinculadas a endereços que possibilitem a localização de devedores;

- Acordos de Cooperação firmados entre a Advocacia-Geral da União e Receita Federal do Brasil para acesso por parte de Procuradores Federais a dados úteis à localização de bens e endereços de devedores;

- Disponibilização aos Procuradores Federais de acesso ao sistema INFOSEG, ferramenta que congrega informações de Órgãos de Fiscalização, Polícia e Justiça, indispensáveis à efetividade do processo de cobrança de créditos da UFSM, bem como na defesa de ações ordinárias.

Ministério da Fazenda

Comissão de Valores Mobiliários

O valor referente à arrecadação de valores não parcelados e ajuizados de 2008 apresentou variação positiva, eis que detectados e considerados depósitos judiciais convertidos em renda para a CVM*.

*Conforme esclarecido na nota de nº 2 do relatório apresentado em 19 de fevereiro de 2009 para o mesmo exercício.

Considerando que os pagamentos recebidos referentes a parcelamentos envolvem valores consolidados nos quais são integrantes créditos ajuizados e não ajuizados, as informações referentes à arrecadação não podem ser discriminadas em ajuizadas e não ajuizadas. Dessa maneira, são apresentados totais referentes às arrecadações relacionadas a parcelamentos de 2008 e 2009.

Em relação ao estoque de dívida ativa referente ao exercício 2008, foram procedidas correções nas respectivas colunas, sem prejuízo de sua totalização final em virtude de terem sido considerados no relatório apresentado em fevereiro de 2009, nos tópicos referentes a "ajuizados", processos inscritos em dívida ativa e que ainda não haviam sido ajuizados, procedendo-se, pois, ao remanejamento pertinente.

Não foram detectados nos sistemas pagamentos para multas não parceladas e não ajuizadas no exercício 2009.

Em atenção ao que dispõe o artigo 58 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e em consonância com as orientações normativas da Procuradoria Geral Federal, foram e continuam sendo adotadas medidas com vistas ao acesso a cadastros públicos e particulares para busca de bens dos devedores, à disponibilização do parcelamento dos débitos, na forma da lei, bem como à utilização da penhora "on line" via BACENJUD.

(R$ 1,00)

CVM - DÍVIDA ATIVA (TAXA)		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	10.108.983,41	13.602.749,71	1.796.093,35	2.483.295,28
	Não ajuizado	5.626.613,85	3.827.891,49		
Não parcelados	Ajuizado	367.256.423,87	420.048.087,06	4.876.165,05	4.194.482,09
	Não ajuizado	120.736.886,43	65.949.628,42	301.234,34	380.598,48

(R$ 1,00)

CVM - DÍVIDA ATIVA (MULTA)		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	3.844.497,02	5.474.292,27	1.102.214,08	1.370.902,94
	Não ajuizado	2.539.055,01	2.357.089,76		
Não parcelados	Ajuizado	194.830.938,88	213.175.143,81	762.763,39	1.937.013,14
	Não ajuizado	34.823.540,56	115.409.082,67	5.147,79	0,00

(R$ 1,00)

CVM - DÍVIDA ATIVA (TAXAS E MULTAS)		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009
Parcelados	Ajuizado	13.953.480,43	19.277.041,98	2.898.307,43	3.854.198,22
	Não ajuizado	8.165.668,86	6.184.981,25		
Não parcelados	Ajuizado	562.087.362,75	633.223.230,87	5.638.928,44	6.131.495,23
	Não ajuizado	155.560.426,99	181.358.711,09	306.382,13	380.598,48

Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Informações sobre a Dívida Ativa gerida pela SUSEP em 2008 e 2009, envolvendo o montante dos créditos parcelados e não parcelados, discriminando os valores ajuizados e não ajuizados, e respectiva arrecadações:

SUSEP - DÍVIDA ATIVA (MULTAS, TAXAS E OUTROS)

(R$ 1,00)

DÍVIDA ATIVA	QUANTIDADE	SOMATÓRIOS DOS VALORES ORIGINAIS	SOMATÓRIOS DOS VALORES INSCRITOS
Dívidas Inscritas - 2008	690	20.012.626,59	23.431.544,75
Dívidas Inscritas - 2009	158	38.888.292,52	43.156.445,28
TOTAL	848	58.900.919,11	66.587.990,03

SUSEP - DÍVIDA ATIVA (MULTAS, TAXAS E OUTROS)

(R$ 1,00)

DÍVIDA ATIVA	QUANTIDADE	SOMATÓRIOS DOS VALORES INSCRITOS	SOMATÓRIOS DOS VALORES AJUIZADOS
Dívidas Ajuizadas 2008	111	1.306.455,30	4.348.360,05
Dívidas Ajuizadas 2009	198	5.275.412,84	5.628.580,92
TOTAL	309	6.581.868,14	9.976.940,97

SUSEP - PARCELAMENTO DE DÉBITOS INSCRITOS

(R$ 1,00)

DÍVIDA ATIVA	DATA DA INSCRIÇÃO	VALOR INSCRITO	VALORES CONSOLIDADO
Dívida Parcelada 2008	25/6/2008	10.046,70	11.146,41
Dívida Parcelada 2009		0,00	0,00
TOTAL		10.046,70	11.146,41

QUANTIDADE DE DEVEDORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO E OS RESPECTIVOS MONTANTES FINANCEIROS

(R$ 1,00)

	2005		2006		2007		2008		2009	
	QTD.	VALOR*	QTD.	VALOR*	QTD.	VALOR*	QTD.	VALOR*	QTD.	VALOR*
Auto	12	106.321,97	58	1.240.496,32	70	1.031.597,72	9	140.000,00	0	0,00
Denúncia	66	1.116.380,26	71	6.711.887,88	67	2.387.100,93	7	35.467.402,52	1	17.000,00
Representação	143	3.964.156,92	155	2.617.750,84	166	4.925.764,21	48	1.654.882,71	0	0,00
TOTAL	221	5.186.859,15	284	13.570.135,04	303	8.344.462,86	64	37.262.285,23	1	17.000,00

Fonte: 18/01/2010 - base de dados de penalidades e Sistema de Dívida Ativa da SUSEP

* Apenas as dívidas relativas a multas, e considerados os valores originários das multas, sem a correção a datas presentes.

Cabe destacar que a SUSEP está em fase final de desenvolvimento de um protótipo web para cálculo da atualização da dívida. Parte do sistema ainda encontra-se em homologação. O objetivo é disponibilizar consulta na WEB para qualquer unidade externa que tenha interesse e permissão para acessar as informações. A partir desta rotina, será desenvolvido um aplicativo intranet para fins de atualização das penalidades julgadas e para fins de inclusão na dívida ativa de forma a evitar divergências nos cálculos. Com isso, qualquer tipo de relatório de conciliação poderá ser obtido de forma rápida, pois o processo foi elaborado de forma a ser utilizado tanto pelas aplicações WEB quanto para os sistemas convencionais.

Banco Central do Brasil

DEVEDORES ATIVOS NO CADIN PELO BACEN DE 2005 A 2009, MANTIDOS

	COM DÍVIDA NO BACEN (INCLUSIVE NÃO COBRADAS				SEM DÍVIDA NO BACEN A PARTIR DE VENCIDA HÁ MAIS DE 75 DIAS	
ANO	PESSOA JURÍDICA	DÍVIDA (I)	PESSOA FÍSICA	DÍVIDA (I)	PESSOA JURÍDICA	PESSOA FÍSICA
2009	326	R$ 753.798.781,39 (II)	21	R$ 1.134.039,80	3	0
2008	199	R$ 102.443.590,29	20	R$ 304.373,63	3	1
2007	162	R$ 758.942.627,58 (III)	15	R$ 7.127.712,52	3	1
2006	208	R$ 579.552.399,46	22	R$ 7.344.414,63	4	0
2005	199	R$ 750.197.632,09 (IV)	24	R$ 21.768.285,03 (V)	11	1
TOTAL	1.094	R$ 3.024.935.030,81	102	R$ 37.938.827,81	26	3

TOTAL GERAL

DEVEDORES INSCRITOS NO CADIN DE 2005-2009, MANTIDOS EM 05/01/2010: 1.225

DÍVIDA TOTAL DOS DEVEDORES INSCRITOS NO CADIN ENTRE 2005-2009, MANTIDOS EM 05/01/2010: 3.062.873.858,62

(I) Dívidas não cobradas judicialmente por força da Lei 11.371/2006 não foram somadas.

(II) O Banco Pontual possui dívida registrada no BCJUR, Termo 0172/2009, no valor de R$ 615.610.241,35.

(III) A Interunion S/A Corretora de TVM e Câmbio, possui dívida registrada no BCJUR, Termo 0249/2006, no valor de R$ 508.852.650,85.

(IV) A Chaves Administração e Participações S.A. possui dívida registrada no BCJUR, Termo 0092/2002, no valor de R$ 192.990.427,65; e a Votoserv Empreendimentos e Participações Ltda., possui dívida registrada no BCJUR, Termo 0033/2005, no valor de R$ 92.510.751,38.

(V) Paulo Roberto Rodrigues Teixeira possui dívida registrada no BCJUR, Termo 0163/2005, no valor de R$ R$ 12.589.044,71.

Fonte: \\sbcdf060\DESIG- Pré-Cadin\2010_01_05

Ministério da Justiça

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

CRÉDITOS		ESTOQUE		ARRECADAÇÃO	
		31.12.2008	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2009
Parcelados	Ajuizado	-	-	125.766,77	378.174,01
	Não ajuizado	-	103.068.180,00	11.322.917,29	9.114.832,93
Não parcelados	Ajuizado	359.518.630,35	379.342.506,24	51.207.379,15	32.169.712,39
	Não ajuizado	-	-	1.458.596,47	4.363.387,09

Fonte: CADE/MJ

Ministério do Meio Ambiente

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA

Demonstração da Dívida Ativa gerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, em 2008 e 2009, envolvendo o montante dos créditos parcelados e não parcelados, com a discriminação dos valores ajuizados e os não ajuizados, e respectivas arrecadações:

(R$ 1,00)

PROCEDIMENTO	MOEDA	QTD	VALOR ORIGINAL	ARRECADAÇÃO EM PAGAMENTO INTEGRAL 2008	ARRECADAÇÃO EM PAGAMENTO PARCELADO 2008	ARRECADAÇÃO EM PAGAMENTO INTEGRAL 2009	ARRECADAÇÃO EM PAGAMENTO PARCELADO 2009
Ajuizados 2009	Cruzeiro (74 a 86)	1	1.671.060,00				
Ajuizados 2009	Cruzeiro (90 a 93)	2	7.773.461,00				
Ajuizados 2009	Real	11.942	200.071.234,68			4.725,39	18.621,45
Ajuizados 2009	UFIR	9	6.000,00				
Sub-Total		11.954				4.725,39	18.621,45
Dívida Ativa 2009	Cruzeiro (74 a 86)	1	1.671.060,00				
Dívida Ativa 2009	Cruzeiro (90 a 93)	2	8.047.740,00				
Dívida Ativa 2009	Cruzeiro Real	1	46.000,00				
Dívida Ativa 2009	Real	14.949	236.706.116,91			4.195,00	16.300,23
Dívida Ativa 2009	UFIR	4	4.308,50				
Sub-Total		14.956				4.195,00	16.300,23
Ajuizados 2008	Cruzeiro (90 a 93)	3	116.272.182,00				
Ajuizados 2008	Real	13.988	264.502.557,99	585.341,02	1.624.173,85	14.229,97	12.938,16
Ajuizados 2008	UFIR	5	779,13				
Sub-Total		13.996		585.341,02	1.624.173,85	14.229,97	12.938,16
Dívida Ativa 2008	Cruzado Novo	1	6.170,00				
Dívida Ativa 2008	Cruzeiro (90 a 93)	2	1.252.160,00		586,15		
Dívida Ativa 2008	Real	26.079	482.396.419,74	1.084.577,34	2.464.709,30	7.035,80	20.687,27
Dívida Ativa 2008	UFIR	3	2.269,57	87,61			
SUB-TOTAL		26.082		1.684.664,95	2.465.295,45	7.035,80	20.687,27

As Medidas adotadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama para a melhora na sistemática de recuperação de créditos da União, com vistas ao atendimento do art. 58 da Lei Complementar nº 101/2000:

- Foi efetivada, mediante edição de portaria, a centralização da cobrança de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA na Coordenação de Arrecadação do Ibama, o que tem propiciado maior elevação de cobrança e arrecadação do tributo.
- A partir da publicação do Decreto nº 6514/08 e edição da IN nº 14/09, se prevê expressiva redução do intercurso entre a aplicação da multa por infração ambiental e a sua execução.
- A alteração da Lei nº 10.522/00 determinando a competência da inscrição na Dívida Ativa da União e Cobrança Judicial para a Procuradoria Geral Federal – PGF representa um ganho, uma vez que o corpo técnico vem se tornando mais expressivo e melhor direcionado.

A contratação de empresa de informática proporcionou o desenvolvimento e a implementação de melhorias nas rotinas e procedimentos de sistemas corporativos, como Arrecadação, Fiscalização, Cadastro e Jurídico.

Ressalta-se que houve crescimento da receita em 6% em relação ao exercício de 2008.

Ministério de Minas e Energia

Agência Nacional do Petróleo - ANP

(R$ 1,00)

CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO	
	2008	2009
Créditos parcelados	758.927,00	8.874.924,27
Créditos não parcelados	24.302.455,00	
Valores ajuizados	13.180.050,00	23.087.905,80
Valores não ajuizados	17.683.946,00	0,00
Valores arrecadados (SIAFI) (1)	1.773.712,29	1.361.522,85
Valores arrecadados (TN) (2)	17.177.181,68	

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
(1) arrecadação contabilizada no SIAFI.
(2) arrecadação geral com multas na conta única do Tesouro Nacional (inclui recebimentos normais, valores ajuizados e valores não ajuizados).

Providências para melhoria da arrecadação:

- Eliminação do segundo ofício de intimação (esta ação reduz os prazos para inscrição no CADIN e encaminhamento para inscrição em dívida ativa e execução fiscal);
- Geração de boletos com identificação dos pagamentos (esta ação gera maior controle facilitando as rotinas de baixa da Superintendência Financeira e Administrativa - SFA);
- Intensificação de inscrições no CADIN (esta ação provoca o Agente Econômico a regularizar as

pendências junto a ANP, uma vez que este tem seu crédito comprometido além de inviabilizar suas renovações de operação);
- Solicitação ao NIN/RJ de atualização do Sistema de Controle de Multas - SICOM.

Destaca-se que foram mapeadas todas as necessidades da SFA/Brasília no sentido de modernizar o sistema de controle para automatizar os procedimentos, hoje bastante manuais. A título de exemplificação, a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil incrementou sua arrecadação em 256% após a implementação de sistema de gerenciamento de créditos - SIGEC, dado a automatização de rotinas e conseqüente encurtamento dos prazos até a abertura da ação de execução fiscal.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

(R$ 1,00)

CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO	
	2008	2009
Valores ajuizados	31.369.050,99	30.882.590,10

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica

Não houve concessão de parcelamento dos débitos inscritos em Dívida ativa

Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

(R$ 1,00)

SITUAÇÃO DA DÍVIDA	QUANT. DE DÍVIDAS	VALOR (EM R$)
Fase de cobrança administrativa	47.295	72.993.293,12
Dívidas encaminhadas à Procuradoria	47.420	84.354.816,83
Dívidas em parcelamento	14.226	39.299.040,14
TOTAL	108.941	196.647.150,09

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O total da Dívida Ativa em 2008 e 2009 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de R$ 499.982,26 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos). Deste total, já foram arrecadados R$143.259,98 (cento e quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos), restando arrecadar R$ 93.022,81 (noventa e três mil, vinte e dois reais e oitenta e um centavos) em função de parcelamentos já estabelecidos.

Os valores não parcelados e não pagos estão na ordem de R$ 263.699,47 (duzentos e sessenta e três mil seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos).

O IBGE, em 2009, recuperou R$ 3.443.434,04 (três milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quatro centavos), conforme registros na conta 4.1.9.2.2.07.00 RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, oriundos de negociações com devedores por danos ao erário, descontados em folha ou devolvidos por GRU.

No exercício de 2008, esta recuperação foi na ordem de R$ 1.572.635,17 (um milhão, quinhentos e setenta e dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dezessete centavos), representando um acréscimo de 119%.

Em relação à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no exercício financeiro de 2008 não há registro de ação implementada com vistas à recuperação de créditos ou inscrições em dívida ativa. Todavia, houve tentativa administrativa de recuperação dos créditos ainda não inscritos em dívida ativa por meio de ofícios enviados aos devedores.

Com referência ao exercício financeiro de 2009, conforme orientação da Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região, a ENAP adotou procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, com abertura de processos de cobrança extrajudicial referente a faturas de serviços educacionais prestados em exercícios anteriores a 2009, no montante de R$11.731,10 (onze mil, setecentos e trinta e um reais e dez centavos). A partir de 2010, será implementada rotina para cobrança judicial, conforme orientações da PRF1.

Ministério da Previdência

Instituto Nacional do Seguro Nacional - INSS

ESTOQUE DA DIVIDA ATIVA NÃO PREVIDENCIÁRIA

DEZEMBRO DE 2008						
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		TOTAL	
	QTD.	VALOR (R$)	QTD.	VALOR (R$)	QTD.	VALOR (R$)
Ajuizados	-	-	15.569	1.157.916.302,63	15.569	1.157.916.302,63
Não ajuizados	529	10.565.030,00	1.373	64.400.300,52	1.902	74.965.330,52
TOTAIS	529	10.565.030,00	16.942	1.222.316.603,15	17.471	1.232.881.633,15

DEZEMBRO DE 2009						
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		TOTAL	
	QTD.	VALOR (R$)	QTD.	VALOR (R$)	QTD.	VALOR (R$)
Ajuizados	-	-	17.422	1.189.021.661,05	17.422	1.189.021.661,05
Não ajuizados	177	3.311.099,10	2.768	83.742.753,16	2.945	87.053.852,26
TOTAIS	177	3.311.099,10	20.190	1.272.764.414,21	20.367	1.276.075.513,31

Fonte: CD - IDEIA Cobrança gerados em dezembro de 2008 e dezembro de 2009 pela DATAPREV.

ARRECADAÇÃO DO SISTEMA DIVIDA

(JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008)

(R$ 1,00)

MES/ANO	VLR. PAGO	QTD. GUIAS
JAN	267.154,25	324
FEV	325.142,92	275
MAR	255.343,17	272
ABR	249.121,98	248
MAI	237.755,06	265
JUN	168.832,32	231
JUL	287.776,94	257
AGO	476.951,81	333
SET	252.546,63	255
OUT	276.083,60	283
NOV	206.773,50	253
DEZ	258.881,78	257
TOTAL	3.262.363,96	3.253

(JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009)

(R$ 1,00)

MES/ANO	VLR. PAGO	QTD. GUIAS
JAN	174.116,56	224
FEV	220.239,44	224
MAR	310.885,07	242
ABR	239.592,00	236
MAI	234.907,11	224
JUN	76.113.341,29	280
JUL	197.407,00	243
AGO	311.631,79	240
SET	183.467,39	254
OUT	92.781,25	159
NOV	106.624,46	137
DEZ	503.672,79	241
TOTAL	78.488.686,35	2.704

Fonte: CDs gerados mensalmente pela DATAPREV.

Ministério da Saúde

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA DOS ÓRGÃOS/ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO FUNÇÃO SAÚDE

(R$ 1,00)

VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	2008	2009
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa	3.180.895	240.107
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	11.258.189	32.964.031
TOTAL	14.439.084	33.204.138

Fonte: SPO/SE/Ministério da Saúde

Ministério dos Transportes

Por meio da Portaria nº 267/2009, da Procuradoria Geral Federal - PGF/AGU, todas as atividades de apuração da liquidez e certeza de créditos, de qualquer natureza, de titularidade das Autarquias, e a inscrição em Dívida Ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, foram centralizadas na PGF/AGU que criou um Grupo de Trabalho - GT com o intuito de auxiliar a Procuradoria Federal Especializada - PFE junto ao DNIT, enquanto não assumidas as atividades de análise e inscrição em Dívida Ativa. O prazo para atuação deste GT está atualmente prorrogado até 31 de julho de 2010.

O DNIT encaminhou ao GT um total de 2.335 processos abertos para análise e possível inscrição em Dívida Ativa da União, totalizando aproximadamente R$ 0,5 milhão, conforme dados obtidos do controle interno da autarquia. A PFE/DNIT instruiu os processos para a notificação da devedora, permitindo sua posterior inscrição no Sistema de Administração Financeira – Siafi. Desse total, 303 processos já foram inscritos na Dívida Ativa da União totalizando R$ 0,1 milhão, conforme dados obtidos do controle interno do DNIT. Dentre esses, 51 processos retornaram para que procedimentos administrativos fossem refeitos.

A seguir, são apresentados os processos inscritos na dívida ativa da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT:

PROCESSOS	PERÍODO	
	2008	2009
Encaminhados para execução em 2008	1.707.296,59	908.577,99
Pagos (dos encaminhados para execução)	37.392,91	19.235,53
Pagos do total	170.237,98	65.001,78
Não encaminhados para execução	5.022,85	0,00

PARTE III

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3.1 – ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Nos termos do art. 165, § 5º da Constituição Federal e dos arts. 6º, 7º e 59 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009, o Orçamento-Geral da União se divide em:

a) Orçamento Fiscal: incluídos os Poderes da União, os Órgãos e Entidades, Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pela União. Compreende, também, as Empresas Estatais Dependentes, ou seja, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam desta quaisquer recursos que não sejam provenientes de participação acionária, pagamento de serviços prestados e transferências para aplicação em programas de financiamento;

b) Orçamento da Seguridade Social: incluídos todos os órgãos e entidades aos quais compete executar ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, quer sejam da Administração Direta ou da Indireta, bem como seus Fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Inclui, também, os demais projetos ou atividades não integrantes do programa de trabalho dos órgãos e entidades acima relacionados, mas que envolvam ações referentes às áreas de saúde, previdência e assistência social; e

c) Orçamento de Investimento: representado pelo Orçamento de Investimento das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social representam, portanto, a parcela do patrimônio público gerida pela Administração Direta (representada pelos órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, incluindo os respectivos Fundos da Administração Direta) e pela Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos vinculados à Administração Indireta, Empresas Estatais Dependentes) que integram o Orçamento-Geral da União.

O Orçamento Geral da União, referente ao exercício financeiro de 2009, teve seus valores consignados pela Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, com as receitas estimadas no montante de R$ 1.660.729,65 milhões, e as despesas fixadas em igual valor.

Das receitas consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, 99,4% (R$ 1.572.159,30 milhões) referem-se a Recursos do Tesouro Nacional, e 0,6% (R$ 9.288,46 milhões) a Recursos de Outras Fontes, que se referem às Entidades da Administração Indireta, inclusive as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Dos Recursos do Tesouro Nacional previstos, R$ 644.611,01 milhões são destinados ao refinanciamento da dívida pública federal interna, perfazendo um percentual de 41,0% em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, registradas na categoria econômica Receitas de Capital, origem Operações de Crédito. Deduzidas essas receitas, os recursos do Tesouro Nacional perfazem o total de R$ 927.548,29 milhões, 59,0% do total dos orçamentos.

Por outro lado, dos recursos do Tesouro Nacional destinados ao pagamento das despesas, R$ 535.854,71 milhões referem-se a despesas de custeio, perfazendo um percentual de 34,1% em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, registradas na categoria econômica Despesas Correntes, grupo Outras Despesas Correntes. Deduzidas essas despesas, os recursos do Tesouro Nacional perfazem R$ 1.036.304,59 milhões, 65,9% do total dos orçamentos.

TABELA 3.1-1 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA RECEITA – 2009
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R$ milhões

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO[1]	RECURSOS DE OUT. FONTES[2]	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	831.605.519	8.296.934	839.902.453
Receita Tributária	289.838.529		289.838.529
Receita de Contribuições	431.990.477		431.990.477
Receita Patrimonial	49.982.712	1.653.747	51.636.459
Receita Agropecuária	373	22.705	23.078
Receita Industrial	44.815	609.064	653.879
Receita de Serviços	30.055.882	3.605.087	33.660.970
Transferências Correntes	130.188	174.572	304.760
Outras Receitas Correntes	29.562.544	2.231.748	31.794.293

(continua)

(continuação) R$ milhões

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO (1)	RECURSOS DE OUT. FONTES (2)	TOTAL
RECEITAS DE CAPITAL	728.236.965	958.476	729.195.440
Operações de Crédito	644.611.011	491	644.611.501
Alienação de Bens	4.962.029	108.286	5.070.315
Amortização de Empréstimos	21.465.983	795.913	22.261.895
Transferências de Capital	98.818	50.962	149.781
Outras Receitas de Capital	57.099.124	2.824	57.101.948
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	12.316.817	33.051	12.349.868
Receita de Contribuição Intra-orçamentária	12.166.601		12.166.601
Receita Patrimonial Intra-orçamentária	164	1.875	2.039
Receita Industrial Intra-orçamentária	132.911	2.260	135.172
Receita de Serviços Intra-orçamentária	17.141	25.721	42.862
Outras Receitas - Operações Intra-orçamentárias		3.195	3.195
TOTAL	1.572.159.301	9.288.461	1.581.447.761

Fonte – Lei n.º 11.897 de 30 de dezembro de 2008.
(1) - Orçamento Fiscal: R$ 1.187.035.057 milhões / Seguridade Social: R$ 385.124.244 milhões.
(2) - Orçamento Fiscal: R$ 8.245.739 milhões / Seguridade Social: R$ 1.042.722 milhões.
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 3.1-2 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES RESUMO GERAL DA RECEITA – 2009
ORÇAMENTO FISCAL

R$ milhões

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	458.691.724	7.255.509	465.947.233
Receita Tributária	269.503.201		269.503.201
Receita de Contribuições	78.796.103		78.796.103
Receita Patrimonial	44.626.017	1.638.111	46.264.128
Receita Agropecuária	173	22.597	22.970
Receita Industrial	44.815	606.798	651.613
Receita de Serviços	25.018.394	3.422.419	28.440.813
Transferências Correntes	129.589	162.317	291.907
Outras Receitas Correntes	20.573.232	1.403.266	21.976.498
RECEITAS DE CAPITAL	728.206.436	958.476	729.164.912
Operações de Crédito	644.611.011	491	644.611.501
Alienação de Bens	4.931.500	108.286	5.039.787
Amortização de Empréstimos	21.465.983	795.913	22.261.895
Transferências de Capital	98.818	50.962	149.781
Outras Receitas de Capital	57.099.124	2.824	57.101.948
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	136.896	33.754	169.650
Receita de Contribuição Intra-orçamentária	164	1.875	2.039
Receita Patrimonial Intra-orçamentária	112.911	2.260	135.172
Receita Industrial Intra-orçamentária	3.821	24.424	28.245
Receita de Serviços Intra-orçamentária		3.195	3.195
Outras Receitas - Operações Intra-orçamentárias			
TOTAL	1.187.035.057	8.245.739	1.195.280.795

Fonte – Lei n.º 11.897 de 30 de dezembro de 2008.
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 3.1-3 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO
RECURSOS DE TODAS AS FONTES RESUMO GERAL DA RECEITA – 2009
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R$ milhões

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	372.913.795	1.041.425	373.955.220
Receita Tributária	335.328		335.328
Receita de Contribuições	353.194.374		353.194.374
Receita Patrimonial	5.356.695	15.635	5.372.330
Receita Agropecuária		108	108
Receita Industrial		2.266	2.266
Receita de Serviços	5.037.487	182.678	5.220.165
Transferências Correntes	598	12.255	12.853
Outras Receitas Correntes	8.989.312	828.482	9.817.795
RECEITAS DE CAPITAL	30.528		30.528
Alienação de Bens	30.528		30.528
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	12.179.921	1.297	12.181.218
Receita de Contribuição Intra-orçamentária	12.166.601		
Receita de Serviços Intra-orçamentária	13.320	1.297	
TOTAL	385.124.244	1.042.722	386.166.966

Fonte: Lei n.º 11.897 de 30 de dezembro de 2008.
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

TABELA 3.1-4 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2009
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

R$ milhões

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	828.494.885	5.769.695	834.264.580
Pessoal e Encargos Sociais	167.929.206	868.671	168.797.877
Juros e Encargos da Dívida	124.710.971		124.710.971
Outras Despesas Correntes	535.854.707	4.901.025	540.755.732
DESPESAS DE CAPITAL	718.489.925	2.844.176	721.254.101
Investimentos	45.915.242	1.701.520	47.616.762
Inversões Financeiras	40.616.931	1.142.656	41.959.588
Amortização da Dívida	631.677.752		631.677.752
RESERVAS	25.254.491	674.569	25.929.061
Contingência	8.423.111		8.423.111
Outras	16.831.380	674.569	17.505.950
TOTAL	1.572.159.301	9.288.461	1.581.447.761

Fonte: Lei n.º 11.897 de 30 de dezembro de 2008.
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 3.1-5 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2009
ORÇAMENTO FISCAL

R$ milhões

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	414.258.399	3.922.902	418.181.301
Pessoal e Encargos Sociais	90.402.060	137.882	90.539.941
Juros e Encargos da Dívida	124.673.058		124.673.058
Outras Despesas Correntes	199.182.481	3.785.020	202.967.501
DESPESAS DE CAPITAL	711.737.946	2.777.944	714.515.889
Investimentos	39.395.747	1.635.288	41.031.035
Inversões Financeiras	40.709.720	1.142.656	41.852.376
Amortização da Dívida	631.632.428		631.632.428
RESERVAS	23.726.815	674.589	24.401.405
Contingência	8.423.111		
Outras	15.303.704	674.589	
TOTAL	1.149.723.160	7.375.435	1.157.098.595

Fonte – Lei n.º 11.897 de 30 de dezembro de 2008.
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 3.1-6 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2009
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R$ milhões

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	419.230.486	1.646.793	410.083.279
Pessoal e Encargos Sociais	77.527.146	730.789	78.257.935
Juros e Encargos da Dívida	37.113		37.113
Outras Despesas Correntes	336.673.226	1.116.005	337.788.230
DESPESAS DE CAPITAL	6.671.979	66.232	6.738.211
Investimentos	6.519.494	66.232	6.585.726
Inversões Financeiras	107.161		107.161
Amortização da Dívida	45.323		45.323
RESERVAS	1.527.676		1.527.676
Outras	1.527.676		1.527.676
TOTAL	422.430.141	1.913.025	424.349.167

Fonte: Lei n.º 11.897 de 30 de dezembro de 2008.
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

3.2 - ANEXOS DA RECEITA PREVISTA E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Realização da Receita - Previsão / Arrecadação
Dotação da Despesa por Órgão Superior

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
00 - RECURSOS ORDINARIOS	197.339.759.951,00	186.592.716.508,73	-11.058.765.980,65	175.533.950.528,08	21.805.809.422,92
01 - IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	123.341.095.193,00	107.926.090.204,81	-5.052.500.685,15	102.873.589.519,06	20.467.505.673,94
02 - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	221.630.908,00	355.607.726,39	2.086.712,45	357.694.438,04	-136.063.531,04
11 - CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	3.691.520.936,00	3.929.546.783,04	4.493.928,86	3.934.040.711,90	-242.519.775,90
12 - RECURSOS DEST.A MANUTE DES.DO ENSINO	20.928.127.527,00	18.921.561.523,01	-655.350.171,30	18.266.211.351,71	2.661.916.175,29
13 - CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	10.687.049.979,00	9.685.753.491,37	-96.820.626,80	9.588.932.864,52	1.098.117.114,48
15 - CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-MIN-PROTERRA	32.296.340,00	2.158.743,76		2.158.743,76	30.137.596,24
16 - REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	34.897.716,00	26.757.635,60	-3.638,19	26.753.997,41	8.143.718,59
18 - CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	1.762.923.485,00	1.998.030.345,35	-15.190,79	1.998.015.154,56	-235.091.669,56
19 - IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	8.370.315,00	5.660.639,73	-5.038,77	5.655.600,96	2.714.714,04
20 - CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	889.417,00	573.747,59		573.747,59	315.669,41
23 - CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	1.198.194.195,00	1.345.009.709,88	-1.124,18	1.345.008.585,60	-146.814.390,60
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	360.604.157,00	374.872.513,48	-5.385.233,46	369.487.280,02	-8.883.123,02
29 - RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	4.537.413.186,00	3.065.004.560,83	-341.602,90	3.064.662.957,93	1.472.750.228,07
30 - CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	41.156.133,00	36.388.452,81	3.178,17	36.391.631,00	4.764.502,00
31 - SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF	210.523.248,00	149.737.438,50	-67.168,13	149.670.270,67	60.852.978,33
32 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	5.250.523.225,00	4.708.497.675,06	428.118.503,58	5.136.616.178,64	113.917.046,36
33 - RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	21.695.284,00	59.429.608,61	-203.669,99	59.225.938,68	-37.530.654,68
34 - COMPENSACOES FINANC.PUTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.797.814.357,00	1.797.304.653,42	-331,46	1.797.304.321,96	510.035,04
35 - COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	1.625.700.812,00	1.209.513.438,74	248.306,86	1.209.761.745,60	415.939.166,40
39 - ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	38.670.758,00	140.417.383,61	-61.872,47	140.355.511,14	-101.684.752,14
40 - CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	27.044.320.626,00	24.843.117.001,48	-18.714.459,70	24.824.402.541,78	2.219.918.084,22
41 - COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	744.999.974,00	742.793.019,47		742.793.019,47	2.206.954,53
42 - COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	25.373.521.527,00	16.871.935.770,48	-1.794,13	16.871.933.976,35	8.501.587.551,15
43 - REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	525.546.663.343,00	358.086.801.760,40		358.086.801.760,40	67.459.761.582,60
44 - TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	117.636.258.938,00	138.736.873.601,44		138.736.873.601,44	-21.100.614.743,44
48 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	427.550.392,00	335.989.030,14	-10.638,50	335.979.191,64	91.571.200,36
49 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	285.128.487,00	199.112.555,09		199.112.555,09	86.015.931,91
50 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	11.307.873.480,00	11.105.226.648,48	-97.220.181,50	11.008.006.466,98	299.867.013,02
51 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	38.068.573.212,00	33.591.226.657,91	1.282.277.066,32	34.873.503.724,23	3.195.069.487,77
52 - RESULTADO DO BACEN	73.377.000.000,00	185.352.903.379,91		185.352.903.379,97	-111.975.903.379,97
53 - CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	106.394.245.384,00	92.320.457.965,51	1.086.939.889,35	93.407.397.955,06	12.986.847.428,94
54 - CONTRIBUICAO DOS EMPR.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	187.757.043.231,00	181.207.357.839,16	554.351.335,82	180.653.006.504,14	7.104.036.726,86
55 - CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA		108.752.589,06	-117.550.181,32	-8.797.592,26	8.797.592,26
56 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	8.140.102.296,00	7.570.520.072,55	-11.959.471,13	7.558.560.601,42	581.541.696,58
57 - RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF	845.976.285,00	569.219.795,19	52.434.136,82	621.653.932,01	224.322.352,99
58 - MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	731.411.502,00	898.531.197,68	10.713.860,98	909.245.058,66	-177.833.556,66
59 - REC.OPER.DE CRED.-RET.REF.DIV.INTD.E L.PRAZOS	17.394.775.779,00	13.044.476.056,01	-95.238.544,47	12.949.237.511,06	-554.461.732,06
60 - RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	4.879.362.103,00	3.542.585.351,46	-1.729.777,79	3.540.856.078,67	1.338.506.024,33
62 - RETORNO PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	2.820.271.974,00	19.642.090,61	-19.400,17	19.623.690,56	2.800.648.283,44
64 - TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	716.000.000,00	638.853.817,74		638.853.817,74	77.146.182,26
67 - NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P" - MOEDA CORRENTE		1.186.099,40	-1.977,64	1.184.121,76	-1.184.121,76
69 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	12.166.800.608,00	10.968.141.503,71	-15.250.648,61	10.952.890.855,11	1.213.909.952,89
71 - REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	1.083.991.621,00	1.200.439.053,28	-24.964.749,82	1.175.474.303,46	-91.482.383,26
72 - OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	2.272.626.889,00	7.657.048.480,20	-20.016.337,40	7.660.064.867,80	-407.437.978,80
73 - REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	25.695.617.016,00	26.428.351.815,86	-139.414.663,37	26.288.937.152,49	-593.319.336,49
74 - TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	5.976.240.508,00	5.499.776.734,24	-49.233.814,17	5.410.530.920,07	565.703.587,93
75 - TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	255.916.370,00	206.341.291,21	-402.042,44	205.939.248,79	49.977.121,21
76 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.274.545.977,00	1.053.056.636,24	-56.271.797,49	1.046.884.838,75	227.661.138,25
79 - FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA		36.251.883,95	-39.183.393,70	-2.931.509,75	2.931.509,75
80 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	16.091.101.092,00	21.342.804.032,26	-171.215.056,69	21.216.500.975,57	-5.125.467.883,57
81 - RECURSOS DE CONVENIOS	265.268.543,00	196.237.[illegible]	-28.499.377,20	167.737.846,51	97.530.196,49
82 - RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	771.730.944,00	578.041.207,28	42.[illegible] 716,02	550.666.550,44	241.035.552,56
84 - CONTRIBUICOES S/REMUN.DEVIDA AO TRAB.AUTONOMO-FGTS	1.802.455.186,00	2.061.090.[illegible]		2.061.090.066,27	-258.634.880,27
85 - OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	410.992.835,00	456.[illegible]	-10.[illegible]	4.4[illegible]	-45.[illegible]
87 - ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		171.[illegible]	-159.[illegible]	12.[illegible]	-12.[illegible]
88 - REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	33.720.734.295,00	33.[illegible]	[illegible]	[illegible]	7.955.[illegible]

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
90 - RECURSOS DIVERSOS		669.511,05	-1.734,37	667.776,68	-667.776,68
93 - PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL EDUC.	127.015.552,00	135.755.472,36		135.755.472,36	-8.739.920,36
94 - DOACOES PARA COMBATE A FOME	598.445,00	1.635.301,29		1.635.301,29	-1.036.856,29
95 - DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	74.586.981,00	26.748.658,93		26.748.658,93	47.838.322,07
96 - DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	31.659.000,00	15.652.751,17	-1.510,00	15.651.241,17	16.207.758,83
97 - DIVIDENDOS UNIAO	9.804.002.675,00	27.620.288.078,29	-1.344.793.482,56	26.275.494.595,73	-16.471.491.920,73
TOTAL	1.581.447.761.496,00	1.543.351.651.096,00	-16.720.628.454,51	1.526.631.022.641,49	54.816.738.852,51

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO SUPERIOR DAUG EXECUTORA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS	3.532.811.091,00	-32.969.130,00	7.100,00		3.494.849.861,00
02000 - SENADO FEDERAL	2.742.975.855,00	-2.850,00	2.850,00		2.742.975.855,00
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.283.357.581,00	313.523,00			1.283.671.104,00
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	576.702.523,00	1.797.539,00			578.500.062,00
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	869.445.273,00	52.990.000,00			922.435.273,00
12000 - JUSTICA FEDERAL	11.373.514.160,00	173.281.161,00	7.982.376,00		11.554.777.697,00
13000 - JUSTICA MILITAR	314.296.649,00	6.460.000,00			320.756.649,00
14000 - JUSTICA ELEITORAL	4.171.343.312,00	199.912.620,00	29.094.441,00		4.400.350.173,00
15000 - JUSTICA DO TRABALHO	12.012.641.367,00	55.339.786,00	4.787.797,00		12.072.768.952,00
16000 - JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.395.361.147,00	25.718.320,00	500.000,00		1.421.579.467,00
20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	6.737.985.832,00	34.340.915,00	1.231.861.616,00	336.754.918,00	8.340.943.281,00
20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	11.632.684.618,00	-6.548.387.225,00	35.187.593,00		5.119.484.986,00
22000 - MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	10.441.895.894,00	1.727.707.958,00	11.745.993,00	50.000.000,00	12.231.349.845,00
24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	6.247.857.540,00	909.191.092,00	61.290.034,00		7.218.348.666,00
25000 - MINISTERIO DA FAZENDA	928.864.934.749,00	84.748.248.459,00	7.749.515.204,00	8.300.000,00	1.021.370.998.412,00
26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	48.323.937.066,00	4.623299.688,00	123.246.717,00	12.000.000,00	53.082.483.471,00
28000 - MINISTERIO DO DESENVJND. E COMERCIO EXTERIOR	2.687.215.151,00	70102.560,00	117.838.351,00		2.875.156.062,00
30000 - MINISTERIO DA JUSTICA	9.236.987.513,00	273421.058,00	106.983.095,00		9.617.391.666,00
32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	24.440.730.268,00	537293.656,00	965.948,00		24.979.049.872,00
33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	239.909.144.301,00	1.372481.506,00	52.370.529,00		241.333.996.336,00
34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	3.341.297.096,00	2451.960,00	1.638.762,00		3.345.387.818,00
35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	1.892.008.016,00	102928.765,00	102.026.164,00		2.096.962.945,00
36000 - MINISTERIO DA SAUDE	59.530.871.331,00	2.093785.395,00	22.900.354,00	2.692.224.400,00	64.339.731.480,00
38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	42.032.358.629,00	4.220122.556,00	514.576,00		46.253.005.761,00
39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES	15.900.739.010,00	297799.904,00	1.310.450.850,00	2.109.399.545,00	19.618.449.309,00
41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES	6.291.030.129,00	280176.169,00	27.060,00		6.571.283.358,00
42000 - MINISTERIO DA CULTURA	1.379.781.101,00	17547.101,00	11.263.697,00		1.408.591.899,00
44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	3.535.619.861,00	-11581.749,00	53.615,00	2.197.000,00	3.526.288.727,00
49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	6.364.053.695,00	-72162.809,00	13.391,00	5.161.000,00	6.292.065.477,00
51000 - MINISTERIO DO ESPORTE	1.469.970.374,00	48911.239,00	29.933.135,00		1.548.814.748,00
52000 - MINISTERIO DA DEFESA	51.381.926.855,00	788652.974,00	2.932.612.558,00	182.644.204,00	55.286.016.591,00
53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	15.430.855.364,00	-616.964.442,00	135.977.502,00	2.358.178.786,00	17.308.047.110,00
54000 - MINISTERIO DO TURISMO	3.050.042.405,00	-343079.292,00	4.737.809,00	260.000.000,00	2.971.700.922,00
55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	32.690.851.385,00	1.629292.529,00	2.679.177,00		34.330.823.091,00
56000 - MINISTERIO DAS CIDADES	10.352.434.353,00	-740.949.904,00	5.528.323.322,00	175.000.000,00	15.314.807.771,00
TOTAL	1.581.447.751.494,00	95.917471.234,00	19.816.731.616,00	8 191.859.652,00	1.705 173.824.197,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESAPOR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	EXERCICIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
01101 - CAMARA DOS DEPUTADOS	3.322.888.369,00	-37.969.130,00	7.100,00		3.284.926.339,00
01901 - FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	210.122.722,00				210.122.722,00
02101 - SENADO FEDERAL	2.639.996.625,00	-572.850,00	2.850,00		2.639.426.625,00
02103 - SEC. ESP. DE INFORMATICA DO SENADO FEDERAL	56.344.142,00	570.000,00			56.914.142,00
02104 - SECRETARIA ESPEC. DE EDITORACAO E PUBLICACAO	36.076.716,00				36.076.716,00
02901 - FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL	1.349.539,00				1.349.539,00
02903 - FUNDO DE INFOR.E PROC.DE DADOS DO SEN.FEDERAL	23.828,00				23.828,00
02904 - FUNDO DA SEC.ESPEC.DE EDITORACAO E PUBLICACAO	9.184.805,00				9.184.805,00
03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.283.357.581,00	313.523,00			1.283.671.104,00
10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	454.677.813,00	3.297.539,00			457.975.352,00
10102 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	122.024.710,00	-1.500.000,00			120.524.710,00
11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	869.445.273,00	52.990.000,00			922.435.273,00
12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU	5.229.369.794,00	-202.244.588,00	2.982.376,00		5.029.107.582,00
12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO	2.874.241.528,00	39.151.207,00			2.913.392.735,00
12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO	865.724.001,00	181.709.102,00			1.047.433.103,00
12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO	740.806.763,00	115.205.877,00			855.812.640,00
12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO	985.116.241,00	-61.535.822,00			923.580.419,00
12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIAO	658.455.833,00	121.995.385,00	5.000.000,00		785.451.218,00
13101 - JUSTICA MILITAR	314.296.649,00	6.460.000,00			320.756.649,00
14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	1.060.388.813,00	-306.106.311,00			754.282.502,00
14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE	27.242.968,00	4.526.083,00	7.000,00		31.776.051,00
14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	58.679.954,00	9.679.293,00	285.000,00		68.644.247,00
14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS	60.210.097,00	9.820.193,00			70.030.290,00
14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA	176.051.244,00	27.951.034,00	1.574.142,00		215.576.420,00
14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA	125.680.681,00	21.689.095,00			148.369.776,00
14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DIST. FEDERAL	72.648.575,00	2.237.464,00			74.886.039,00
14108 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPIRITO SANTO	60.608.719,00	11.988.634,00			72.597.353,00
14109 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS	91.940.096,00	19.487.439,00	101.540,00		111.529.075,00
14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHAO	94.203.714,00	15.598.119,00	3.659.208,00		113.461.041,00
14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO	60.819.983,00	11.103.423,00	1.133.300,00		74.056.706,00
14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G. DO SUL	56.079.543,00	9.933.647,00	1.236.151,00		67.249.341,00
14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS	286.967.936,00	57.403.699,00	4.476.000,00		348.847.635,00
14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA	98.827.438,00	14.872.598,00	1.101.817,00		114.801.853,00
14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA	78.397.169,00	14.632.060,00	150.978,00		93.180.207,00
14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA	145.550.035,00	35.124.091,00	1.325.000,00		182.399.126,00
14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO	143.214.082,00	20.824.276,00	1.621.495,00		165.759.853,00
14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI	79.618.013,00	13.123.097,00			92.741.110,00
14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO	307.138.870,00	44.893.026,00			352.031.896,00
14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE	78.495.043,00	13.950.782,00	110.392,00		92.556.217,00
14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G. DO SUL	144.402.758,00	26.078.919,00			170.681.677,00
14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA	42.357.013,00	7.524.351,00	50.940,00		50.132.304,00
14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	100.338.587,00	19.480.584,00			119.819.171,00
14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO	361.718.398,00	65.159.960,00	500.000,00		427.378.358,00
14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE	47.355.099,00	10.220.981,00	761.478,00		58.337.558,00
14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS	46.124.806,00	6.787.425,00	1.000.000,00		54.412.231,00
14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA	27.016.068,00	5.179.899,00			32.197.967,00
14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA	26.595.710,00	4.748.759,00			31.344.469,00
14901 - FUNDO PARTIDARIO	211.269.900,00				211.269.900,00
15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	1.115.476.781,00	-410.502.461,00			704.974.320,00
15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO	1.125.135.416,00	89.108.705,00			1.214.244.121,00
15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO	1.220.665.350,00	50.574.562,00			1.271.239.912,00
15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIAO	1.017.909.660,00	46.060.127,00			1.063.969.787,00
15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIAO	887.836.043,00	61.734.455,00	1.798.115,00		951.370.613,00
15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIAO	657.854.959,00	21.785.416,00			679.840.375,00
15107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIAO	472.636.783,00	14.145.059,00			487.781.842,00
15108 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO	223.485.603,00	10.747.914,00			234.233.517,00
15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO	340.400.348,00	9.493.705,00			350.094.053,00
15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO	509.964.275,00	37.772.385,00			547.736.660,00

MINISTÉRID DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	COTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIÃO	363.729.922,00	3.753.164,00			367.483086,00
15112 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIÃO	287.655.866,00	8.929.761,00	2.989.682,00		299.575309,00
15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIÃO	439.294.261,00	9.531.769,00			448.826030,00
15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIÃO	262.165.757,00	5.636.000,00			267.801757,00
15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIÃO	1.030.505.518,00	3.413.438,00			1.033.918956,00
15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO	853.353.357,00	29.888.738,00			883.242095,00
15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIÃO	112.930.507,00	6.435.407,00			119.365914,00
15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIÃO	160.259.747,00	7.685.134,00			167.944881,00
15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIÃO	212.575.581,00	12.920.380,00			225.495961,00
15120 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIÃO	119.806.986,00	4.303.593,00			124.110579,00
15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIÃO	100.182.698,00	2.733.243,00			102.915941,00
15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIÃO	142.394.434,00	2.031.123,00			144.425557,00
15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIÃO	83.148.153,00	5.854.375,00			89.002528,00
15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIÃO	137.618.680,00	7.966.531,00			145.585211,00
15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIÃO	141.152.682,00	6.337.265,00			147.589947,00
16101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	1.391.985.959,00	25.415.320,00	500.000,00		1.417.901279,00
16103 - JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	3.375.188,00	303.000,00			3.678188,00
20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1.065.790.449,00	268.971.380,00	104.053.831,00		1.438.815660,00
20102 - GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	6.429.377,00	212.600,00	1.000,00		6.642977,00
20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	2.309.349.726,00	-120.000.000,00	50.000,00		2.189.399726,00
20118 - AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN	357.405.582,00	-18.377.708,00	12.657.672,00		351.685546,00
20120 - ARQUIVO NACIONAL	56.811.799,00	1.566.097,00	7.581,00		58.385477,00
20121 - SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS	176.329.261,00	8.871.060,00	6.001.262,00		191.201583,00
20122 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS P/MULHERES	76.120.296,00	893.500,00	1.000,00		77.014796,00
20124 - SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA	464.796.271,00	-59.604.867,00	300.000,00		405.491364,00
20125 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	468.891.278,00	131.853.083,00	39.657,00		599.984018,00
20126 - SECRETRIA ESP. POL. PROM DA IGUALDADE RACIAL	39.630.689,00	951.000,00	1.000,00		40.582689,00
20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS/PR	811.973.081,00	-311.491.851,00	1.072.502.780,00	336.754.918,00	1.909.739928,00
20204 - INST.NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI	15.898.600,00	1.777.533,00	1.000,00		17.877133,00
20225 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA	249.750.257,00	5.153.027,00	8.228,00		255.911512,00
20415 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	290.422.380,00	96.883.540,00	71.960,00		387.377780,00
20926 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD	18.631.096,00				18.631.096,00
20927 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	288.945.790,00	15.400.000,00	5.617,00		304.351407,00
20928 - FUNDO NACIONAL PARA A CRIANCA E ADOLESCENTE	42.410.000,00	9.282.541,00			51.692541,00
22101 - MINISTERIO DA AGRIC.PECUARIA E ABASTECIMENTO	3.406.995.798,00	568.669.252,00	11.448.361,00	50.000.000,00	4.035.113411,00
22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	1.406.268.921,00	424.361.532,00	50.000,00		1.830.680453,00
22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	2.784.409.208,00	1.037.699.088,00	247.632,00		3.822.355928,00
22906 - FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	41.324.849,00	-1.021.914,00			40.302935,00
24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.258.828.897,00	183.037.730,00	9.249.444,00		1.451.116071,00
24201 - CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIFE TECNOLOGICO	831.592.789,00	242.456.750,00	9.475,00		1.074.059014,00
24204 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN	448.724.018,00	239.127.472,00	39.000,00		687.890490,00
24205 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	227.622.748,00	78.162.000,00	1.000,00		305.785749,00
24206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB	494.777.273,00	5.150.000,00	15.080,00		499.942353,00
24207 - NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP	141.914.371,00	82.430.000,00	10.771,00		224.355142,00
24209 - CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A		-6.250.000,00	48.251.000,00		42.001000,00
24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENTF. TECNOLOGICO	2.575.706.757,00	-284.922.860,00	3.414.264,00		2.313.998161,00
25101 - MINISTÉRIO DA FAZENDA	6.467.052.727,00	-289.881.772,00	1.850.000,00		6.179.020955,00
25103 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL	7.844.217.725,00	-146.918.207,00	50.000,00	8.300.000,00	7.706.649518,00
25104 - PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL	845.976.285,00	29.544.392,00			875.520677,00
25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	2.219.531.089,00	24.000.657,00	73.864,00		2.243.605610,00
25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	201.876.700,00	24.769.239,00	6.240,00		226.652179,00
25208 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS	149.291.187,00	21.227.008,00	5.100,00		170.523295,00
25903 - FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIAÇÕES SALARIAIS	625.333.838,00				625.333838,00
25904 - FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	102.007.240,00	1.500.000,00			103.507240,00
25913 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAM. E DESENVOLVIMENTO	22.537.168,00	38.613.289,00			61.150457,00
25914 - FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO - FGE	881.349.192,00				881.349192,00
26101 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	5.664.105.548,00	-3.065.197.592,00	5.456.000,00		2.544.363955,00
26104 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS	48.328.654,00	14.323.756,00	4.170,00		62.656620,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	EXERCICIO: 2009	MES: DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO: 31/12/2009	PAGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26105 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	36.650.939,00	7.050.459,00	2.745,00		43.714.143,00
26201 - COLEGIO PEDRO II	231.080.662,00	67.838.199,00	28.903,00		298.947.764,00
26202 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DE ALAGOAS	57.011.233,00	19.823.785,00			76.835.018,00
26203 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA-AM	43.121.897,00	19.675.722,00			62.797.619,00
26205 - CENTRO FED. DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE CAMPOS	73.240.651,00	31.686.028,00			104.926.679,00
26206 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL. DO CEARA	66.960.905,00	36.846.958,00			103.807.863,00
26207 - CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLOGICA DO ESPIR.SANTO	88.444.262,00	30.767.630,00			119.211.892,00
26208 - CENTRO FED. DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE GOIAS	60.375.091,00	28.053.791,00			88.428.882,00
26210 - CENTRO FEDERAL DE EDUC.TECNOL.DO M.GROSSO	39.184.989,00	21.150.648,00			60.335.637,00
26211 - CENTRO FEDERAL DE EDUC. TECNOL. DE OURO PRETO	32.605.527,00	11.695.617,00			44.301.144,00
26212 - CENTRO FED. DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARA	51.993.744,00	30.855.178,00			82.848.922,00
26213 - CENTRO FED.DE EDUCACAO TECNOLOGICA DA PARAIBA	73.596.442,00	23.950.726,00			97.547.168,00
26214 - CENTRO FED.DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE PELOTAS	64.604.745,00	27.679.618,00			92.284.363,00
26215 - CENTRO FED.DE EDUC. TECNOLOGICA DE PERNAMBUCO	75.348.534,00	25.332.555,00			100.681.089,00
26216 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOLOGICA DO PIAUI	48.855.556,00	19.688.065,00			68.543.621,00
26217 - CENT.FED.DE EDUC.TECNOL.DE QUIMICA-NILOP./R.	61.021.898,00	31.540.896,00			92.562.794,00
26218 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO RN	79.954.889,00	35.105.812,00			115.060.701,00
26219 - CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLOGICA DE S.CATARINA	73.757.893,00	36.025.461,00			109.783.354,00
26220 - CENTRO FEDERAL DE EDUC. TECNOL. DE SAO PAULO	68.560.505,00	37.811.926,00			106.372.431,00
26221 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TEC. DE SERGIPE	43.790.680,00	5.879.708,00			49.670.388,00
26222 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOLOGICA DE RORAIMA	24.470.296,00	8.133.888,00			32.604.184,00
26223 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE PALMAS	14.727.604,00	8.818.456,00			23.546.060,00
26224 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE RONDONIA	18.216.641,00	-14.096.262,00			4.120.379,00
26230 - FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	43.158.471,00	23.265.013,00	7.651,00		66.441.135,00
26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	327.954.625,00	33.699.661,00	10.000,00		361.664.286,00
26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	551.118.608,00	173.812.324,00	1.443.034,00		726.373.966,00
26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	597.579.746,00	148.973.030,00	1.512.597,00		748.065.373,00
26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	336.330.301,00	104.367.429,00	20.000,00		440.717.730,00
26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	393.662.610,00	146.962.539,00	10.000,00		540.635.149,00
26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	652.076.147,00	247.777.074,00	6.754.912,00		906.608.133,00
26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	288.493.788,00	81.801.008,00	1.084.734,00		371.379.530,00
26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	716.589.465,00	246.514.385,00	3.090.749,00		966.194.599,00
26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	457.190.372,00	166.308.769,00	2.945.747,00		626.444.888,00
26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	537.819.828,00	169.435.782,00	3.250.992,00		710.506.602,00
26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	516.877.630,00	252.221.210,00	3.113.891,00		772.212.731,00
26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	551.997.643,00	133.969.355,00	1.849.629,00		687.816.527,00
26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	503.495.819,00	152.847.177,00	7.332.400,00		663.675.396,00
26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	684.984.146,00	198.606.024,00	2.703.400,00		886.293.570,00
26245 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	1.179.521.844,00	374.765.366,00	85.311,00		1.554.372.521,00
26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	512.734.630,00	180.677.472,00	3.820.701,00		697.232.803,00
26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	321.307.636,00	159.950.429,00	20.000,00		481.278.065,00
26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	190.926.739,00	58.529.293,00	10.000,00		249.466.032,00
26249 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO R.O DE JANEIRO	218.527.476,00	70.302.393,00	10.000,00		288.839.869,00
26250 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	68.502.521,00	5.703.558,00	20.000,00		74.226.079,00
26251 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS	111.817.698,00	22.615.242,00	679.329,00		135.107.270,00
26252 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	205.418.274,00	69.834.552,00	1.134.002,00		276.386.828,00
26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	63.691.966,00	15.563.538,00	509.836,00		79.765.340,00
26254 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	92.672.829,00	6.495.038,00	20.000,00		99.187.867,00
26255 - UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	73.940.597,00	19.440.507,00	10.000,00		93.391.104,00
26256 - CENTRO FED.DE EDUC.TECNOL.CELSO S.DA FONSECA	103.965.172,00	37.573.999,00	10.000,00		141.549.171,00
26257 - CENTRO FED DE EDUC.TECNOL.DE MINAS GERAIS	119.809.066,00	46.882.816,00	10.000,00		166.701.882,00
26258 - UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	228.839.844,00	60.249.735,00	20.000,00		289.109.579,00
26260 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	51.505.129,00	23.601.557,00	541.766,00		75.648.452,00
26261 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - MG	69.890.584,00	21.286.016,00	10.000,00		92.186.600,00
26262 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	495.826.113,00	100.084.466,00	3.102.020,00		599.012.599,00
26263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	97.168.415,00	31.363.892,00	57.811,00		134.390.118,00
26264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO	68.816.700,00	19.064.984,00	484.800,00		88.366.484,00
26265 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DO MARANHAO	67.628.993,00	29.359.322,00			97.188.315,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2009 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2009 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26266 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	43.276.818,00	24.076.097,00	10.000,00		67.362.915,00
26268 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	76.348.725,00	20.425.813,00	612.036,00		97.386.574,00
26269 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	141.067.041,00	27.795.140,00	19.185,00		168.881.366,00
26270 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	218.336.016,00	77.814.461,00	10.000,00		296.160.477,00
26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	776.526.231,00	279.242.816,00	10.000,00		1.055.779.047,00
26272 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	241.432.681,00	76.673.981,00	10.000,00		318.116.662,00
26273 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS	213.688.470,00	51.135.979,00	20.114,00		265.844.563,00
26274 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	335.784.159,00	120.031.746,00	12.220,00		455.828.125,00
26275 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	129.557.465,00	28.251.385,00	20.000,00		157.828.850,00
26276 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	276.216.467,00	99.738.961,00	2.345.591,00		378.301.019,00
26277 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	133.739.200,00	40.181.282,00	10.000,00		173.930.482,00
26278 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	260.786.013,00	61.533.856,00	4.411.044,00		326.730.913,00
26279 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	260.012.752,00	82.531.424,00	1.572.000,00		344.116.176,00
26280 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	183.582.315,00	67.405.001,00	1.197.024,00		252.184.340,00
26281 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	185.172.970,00	61.652.553,00	2.093.375,00		248.918.898,00
26282 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	310.587.520,00	95.931.048,00	1.511.944,00		408.430.512,00
26283 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FED.DE MATO GROS.DO SUL	245.857.382,00	51.804.027,00	1.682.440,00		299.343.849,00
26284 - FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	34.511.493,00	11.140.967,00	182.000,00		46.834.460,00
26285 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	101.635.409,00	10.157.254,00	10.000,00		111.802.663,00
26286 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	28.501.681,00	11.318.920,00	389.262,00		40.209.863,00
26287 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE NARABA	5.531.497,00	-3.305.856,00			2.221.641,00
26288 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA	6.834.641,00	-3.500.000,00			3.334.641,00
26289 - ESCOLA AGROT.FED.DE S.RAIMUN.DAS MANGABEIRAS	5.531.497,00	-3.309.856,00			2.221.641,00
26290 - INEP-INST.NAC.DE ESTUDOS E PESQ.EDUCACIONAIS	327.581.465,00	133.857.793,00	35.003.675,00		496.442.933,00
26291 - FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1.432.246.991,00	477.720.024,00	17.959.059,00		1.927.926.074,00
26292 - FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	66.202.075,00	28.998.195,00	6.684,00		95.206.954,00
26294 - HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	319.191.848,00	42.640.803,00	1.000,00		361.833.651,00
26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	12.768.699.882,00	897.395.852,00	7.568,00	12.000.000,00	13.678.303.302,00
26301 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAC.TECNOLOGICA DA BAHIA	93.123.651,00	29.624.058,00			122.747.709,00
26302 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRE	14.348.150,00	4.796.004,00			19.144.154,00
26303 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE	9.301.202,00	4.215.141,00			13.516.343,00
26304 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ARAGUATINS	7.971.040,00	3.111.496,00			11.082.536,00
26305 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL. DE BAMBUI	19.244.682,00	9.531.572,00			28.776.254,00
26306 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARBACENA	23.453.354,00	5.453.520,00			28.906.874,00
26307 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS	11.445.160,00	4.169.499,00			15.614.659,00
26308 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BELO JARDIM	10.558.000,00	2.938.974,00			13.496.974,00
26309 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TEC DE B.GONCALVES	16.349.874,00	8.676.100,00			25.025.974,00
26310 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CACERES	7.854.895,00	2.174.694,00			10.029.589,00
26311 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL	12.147.017,00	3.262.589,00			15.409.606,00
26312 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CATU	10.996.096,00	4.834.265,00			15.830.361,00
26313 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLATINA	12.295.989,00	3.874.623,00			16.170.612,00
26314 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CONCORDIA	10.595.260,00	3.093.368,00			13.688.628,00
26315 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO	13.297.903,00	3.549.327,00			16.847.230,00
26316 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA/CUIABA	15.102.300,00	6.160.542,00			21.262.842,00
26317 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUATU	14.401.362,00	3.762.408,00			18.163.770,00
26318 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES	14.749.840,00	3.791.159,00			18.540.999,00
26319 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DE JANUARIA	12.920.272,00	5.850.520,00			18.770.792,00
26320 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE NACHADO	14.295.784,00	4.643.122,00			18.938.906,00
26321 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MANAUS	9.318.324,00	6.067.469,00			15.385.793,00
26322 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO	14.872.934,00	6.246.976,00			21.119.910,00
26323 - CENTRO FED. DE EDUC. TECNOLOGICA DE PETROLINA	18.358.494,00	11.672.072,00			30.030.566,00
26324 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOG.RIO POMBA	17.910.620,00	9.285.773,00			27.196.393,00
26325 - CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TEC DE RIO VERDE	15.383.989,00	6.600.822,00			21.984.811,00
26326 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SALINAS	12.072.850,00	5.174.733,00			17.247.583,00
26327 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA TERESA	12.213.712,00	8.242.926,00			20.456.638,00
26328 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO CRISTOVAO	14.076.882,00	5.086.859,00			19.163.741,00
26329 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE S.J.EVANGELISTA	12.137.016,00	3.341.914,00			15.478.930,00
26330 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO LUIS	11.173.503,00	4.576.351,00			15.749.854,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	EXERCICIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26331 - CENTRO FED EDUCACAO TECNOLOGICA S.VICENTE SUL	16.637.104,00	11.057.625,00			27.694.729,00
26332 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA	14.371.380,00	3.594.779,00			17.966.159,00
26333 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTAO	13.441.795,00	3.933.216,00			17.375.011,00
26334 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOUSA	8.907.334,00	3.574.307,00			12.481.641,00
26335 - CENTRO FEDERAL DE EDUC TECNOLOCICA DE UBERABA	17.364.701,00	8.446.047,00			25.810.748,00
26336 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERLANDIA	13.376.130,00	2.947.905,00			16.324.035,00
26337 - CENTRO FEDERAL DE EDUC. TECNOLOGICA DE URUTAI	18.025.948,00	8.042.457,00			26.068.405,00
26338 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE V.DE S.ANTAO	11.650.246,00	3.510.053,00			15.160.299,00
26339 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE S.G.CACHOEIRA	6.212.556,00	1.962.840,00			8.175.396,00
26340 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRIO	8.770.693,00	3.132.372,00			11.902.965,00
26341 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES	8.056.394,00	3.434.629,00			11.491.023,00
26342 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLOR. DO OESTE	7.674.810,00	1.989.730,00			9.664.540,00
26343 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO	5.084.789,00	1.805.206,00			6.889.995,00
26344 - ESCOLA AGROTECNICA FED. ANTONIO JOSE TEIXEIRA	5.959.300,00	1.949.190,00			7.908.490,00
26345 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE R'O DO SUL	9.120.403,00	3.519.411,00			12.639.814,00
26346 - ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA INES	5.889.576,00	2.486.177,00			8.375.753,00
26347 - ESCOLA AGROTECNICA FED. DE SENHOR DO BOMFIM	5.971.497,00	2.695.721,00			8.667.218,00
26350 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	55.316.782,00	22.125.953,00	668.983,00		78.111.718,00
26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	70.351.070,00	25.720.037,00	17.320,00		96.088.427,00
26352 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	127.445.222,00	42.516.084,00	1.607.648,00		171.568.954,00
26353 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO ACRE	5.871.641,00	-3.500.000,00			2.371.641,00
26354 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO AMAPA - ETF/AP	5.721.641,00	-3.500.000,00			2.221.641,00
26355 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	6.612.641,00	-3.500.000,00			3.112.641,00
26356 - INSTITUTO FED. ED. CIENCIA E TEC. DE BRASILIA	23.255.641,00	-8.443.210,00			14.812.431,00
26357 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE CANOAS	5.681.497,00	-3.309.856,00			2.371.641,00
26358 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ALBERTO NUNES	19.096.012,00	25.208.203,00	9.976,00		44.314.191,00
26359 - COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA	95.460.143,00	5.395.133,00	10.000,00		100.865.276,00
26362 - HOSPITAL UNIVERSITARIO VALTER CANTIDIO	36.538.719,00	34.610.122,00	10.000,00		71.158.841,00
26363 - MATERNIDADE ASSIS CHATEAUBRIAN	1.943.399,00		1.000,00		1.944.399,00
26364 - HOSPITAL UNIVERSIT. CASSIANO ANTONIO MORAIS	31.456.905,00	42.022.670,00	10.000,00		73.489.575,00
26365 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFGO	65.264.249,00	-3.276.157,00	10.000,00		61.998.092,00
26366 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO	94.396.896,00	22.522.700,00	10.000,00		116.929.596,00
26367 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF	25.002.976,00	7.292.916,00	6.602,00		32.302.494,00
26368 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFMG	119.246.181,00	25.381.137,00	10.000,00		144.637.318,00
26369 - HOSPITAL UNIVERSITARIO JOAO DE BARROS BARRETO	45.588.299,00	-6.204.973,00	8.970,00		39.392.296,00
26370 - HOSPITAL UNIVERSITARIO BETINA FEIRO SOUZA	9.766.666,00	5.797,00	1.535,00		9.774.998,00
26371 - HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY	54.356.393,00	36.036.754,00	10.000,00		90.403.147,00
26372 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR	149.985.945,00	-17.114.926,00	10.000,00		132.881.019,00
26373 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFPE	58.008.033,00	35.808.708,00	10.000,00		93.826.741,00
26374 - COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFRN	67.288.400,00	13.941.848,00	10.000,00		81.240.248,00
26378 - COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFRJ	339.540.782,00	-58.659.831,00	10.000,00		280.890.951,00
26385 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFGD	9.943.627,00	6.407.789,00	1.000,00		16.352.416,00
26386 - HOSPITAL UNIVER.POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO	71.611.600,00	15.700.760,00	10.000,00		87.322.360,00
26387 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFSM	138.907.861,00	-25.856.591,00	10.000,00		113.061.270,00
26388 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIRO	16.953.080,00	4.109.623,00	6.362,00		21.069.065,00
26389 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFTM	29.125.961,00	41.525.548,00	10.000,00		70.661.509,00
26391 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GAFFREE E GUINLE	41.652.683,00	448.226,00	10.000,00		42.110.909,00
26392 - HOSPITAL GETULIO VARGAS	38.035.261,00	3.765.387,00	8.850,00		41.609.498,00
26393 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DE BRASILIA	52.992.883,00	-6.501.260,00	10.724,00		46.502.347,00
26394 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUMA	34.091.306,00	5.849.450,00	10.139,00		39.950.795,00
26395 - HOSPITAL UNIVERSITARIO MIGUEL RIET JUNIOR	23.577.364,00	6.313.159,00	6.439,00		29.896.962,00
26396 - HOSP.DAS CLINICAS DA UNIV.FED.DE UBERLANDIA	93.946.797,00	24.369.888,00	10.000,00		118.326.685,00
26397 - HOSPITAL JULIO MULLER	44.021.255,00	-2.652.619,00	7.220,00		41.375.856,00
26398 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUPPEL	11.162.353,00	7.129.120,00	6.580,00		18.298.053,00
26399 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUFPI	5.797.738,00	999.299,00	1.343,00		6.798.380,00
26400 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUFSE	21.585.751,00	8.898.364,00	7.290,00		30.491.405,00
26401 - HOSPITAL UNIVERSITARIO MARIA PEDROSSIAN	7.631.355,00	36.357.206,00	10.000,00		43.993.561,00
26402 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS			11.685,00		11.685,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26403 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO AMAZONAS			11.550,00		11.550,00
26404 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.BAIANO			6.015,00		6.015,00
26405 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO CEARA			18.416,00		18.416,00
26406 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO ESP.SANTO			24.627,00		24.627,00
26407 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.GOIANO			8.936,00		8.936,00
26408 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO MARANHAO			13.878,00		13.878,00
26409 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DE MINAS GERAIS			11.388,00		11.388,00
26410 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO NORTE DE MG			4.562,00		4.562,00
26411 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO SUDESTE MG			7.460,00		7.460,00
26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO SUL DE MG			6.842,00		6.842,00
26413 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO TRIA.MINEIRO			5.228,00		5.228,00
26414 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO MATO GROSSO			12.304,00		12.304,00
26415 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO MAT.G.DO SUL			238,00		238,00
26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO PARA			22.904,00		22.904,00
26417 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DA PARAIBA			12.558,00		12.558,00
26418 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DE PERNAMBUCO			16.935,00		16.935,00
26419 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO RS			15.826,00		15.826,00
26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.FARROUPILHA			5.432,00		5.432,00
26421 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DE RONDONIA			11.464,00		11.464,00
26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.CATARINENSE			5.010,00		5.010,00
26423 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DE SERGIPE			2.947,00		2.947,00
26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO TOCANTINS			11.965,00		11.965,00
26425 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO ACRE			113,00		113,00
26426 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO AMAPA			1.000,00		1.000,00
26427 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DA BAHIA			18.910,00		18.910,00
26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DE BRASILIA			10.000,00		10.000,00
26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DE GOIAS			11.522,00		11.522,00
26430 - INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO			5.475,00		5.475,00
26431 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO PIAUI			8.928,00		8.928,00
26432 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO PARANA-IFPR			10.500,00		10.500,00
26433 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO R.DE JANEIRO			13.253,00		13.253,00
26434 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.FLUMINENSE			13.054,00		13.054,00
26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DO RN			14.670,00		14.670,00
26436 - INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE			12.420,00		12.420,00
26437 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DE RORAIMA			5.369,00		5.369,00
26438 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DE STA.CATARINA			15.788,00		15.788,00
26439 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIE TEC.DE SAO PAULO			15.813,00		15.813,00
26101 - MINIST.DO DESENVOLVIMENTO, INDUST. E COMERCIO	254.449.931,00	36.196.417,00	8.812.576,00		299.458.924,00
26203 - INST.NAC.DE METR.,NORMAL.E QUALID.INDUSTRIAL	571.285.216,00	2.896.656,00	10.000,00		574.191.872,00
26208 - INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	232.200.017,00	43.671.092,00	10.000,00		275.881.109,00
28233 - SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	448.179.423,00	-12.661.605,00	100.005.775,00		535.523.593,00
28904 - FUNDO DE GAR.P/PROMOC.DA COMPETITIVIDADE-FGPC	89.700.564,00				89.700.564,00
30101 - MINISTERIO DA JUSTICA	1.468.315.394,00	194.691.529,00	30.016.860,00		1.693.023.783,00
30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	2.221.383.428,00	70.682.993,00	5.511.000,00		2.297.547.421,00
30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	3.915.484.690,00	-12.634.216,00	10.000,00		3.902.860.474,00
30109 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	133.965.945,00	24.611.767,00	4.860,00		158.582.572,00
30202 - FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	409.126.900,00	4.725.032,00	10.000,00		413.861.932,00
30211 - CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	13.113.767,00	238.284,00	375,00		13.352.426,00
30905 - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	42.492.894,00				42.492.894,00
30907 - FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNPEN	230.761.134,00	-11.669.650,00			219.091.484,00
30909 - FUNDO P/APAR. E OPERAC. ATIV.-FIM POL.FEDERAL	495.480.483,00	19.092.866,00	71.430.000,00		586.003.349,00
30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP	306.892.878,00	16.317.547,00			290.575.331,00
32101 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	1.204.027.317,00	37.505.139,00	923.000,00		1.242.465.456,00
32202 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	1.012.975.713,00	66.192.737,00	10.000,00		1.079.178.450,00
32263 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	213.617.236,00	2.573.598,00	10.000,00		216.210.834,00
32265 - AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO - ANP	4.152.515.488,00	88.773.800,00	10.000,00		4.240.809.288,00
32266 - AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL	406.654.466,00	24.852.000,00	9.140,00		431.515.606,00
32314 - EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE	117.394.591,00	-295.000,00	3.808,00		117.103.399,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2009 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2009 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	285.823.677,00	30.106.165,00	10.880,00		315.940.722,00
33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	10.980.563.204,00	1.104589.586,00	52.359.649,00		12.137.509.439,00
33904 - FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL	228.642.760.420,00	237.785.755,00			228.880.546.175,00
34101 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL	2.149.426.850,00	-220434.000,00	238.762,00		1.929.231.612,00
34102 - MINISTERIO PUBLICO MILITAR	123.625.857,00	21384.000,00	800.000,00		145.810.857,00
34103 - MINISTERIO PUB.DO DIST.FEDERAL E DOS TERRIT.	321.750.777,00	88700.000,00			410.450.777,00
34104 - MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO	726.863.700,00	108406.160,00	600.000,00		837.869.860,00
34105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINIST. PUBLICO DA UNIAO	7.607.000,00	120.000,00			7.727.000,00
34106 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	10.021.912,00	4.275.800,00			14.297.712,00
35101 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	1.878.318.473,00	102426.765,00	102.025.164,00		2.082.770.402,00
35201 - FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	13.689.543,00	502.000,00	1.000,00		14.192.543,00
36201 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ	1.525.244.037,00	95822.452,00	10.000,00		1.621.076.489,00
36208 - HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	79.457.130,00	38096.372,00	19.320,00		117.572.822,00
36209 - HOSPITAL FEMINA S/A	61.973.841,00	2461.489,00	6.898,00		64.442.228,00
36210 - HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	360.379.691,00	75140.766,00	10.000,00		435.524.457,00
36211 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	3.923.123.714,00	935212.358,00	10.000,00	266.702.400,00	5.125.053.472,00
36212 - AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	498.968.675,00	80250.000,00	33.095,00	5.117.000,00	584.368.720,00
36213 - AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	128.683.671,00	36817.000,00	8.177,00		165.508.848,00
36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE	52.941.640.022,00	829.984.958,00	22.802.864,00	1.420.405.000,00	56.214.832.844,00
38101 - MINISTERIO DO TRABALHO	4.349.125.477,00	587219.307,00	510.000,00		4.936.854.784,00
38201 - FUND.JORGE DUPRAT FIG.DE SEG.E MED.DO TRAB.	52.090.856,00	23319.233,00	4.576,00		75.414.665,00
38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	37.631.152.296,00	3.609584.016,00			41.240.736.312,00
39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES	2.106.504.191,00	613380.700,00	15.899,00	10.700.000,00	2.730 600.790,00
39207 - VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	1.819.528.047,00	-1.004586.063,00	665.183.229,00		1.510.125.213,00
39250 - AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES TERRESTRES ANTT	180.822.859,00	78278.483,00	154.716.571,00	2.600.000,00	366.417.913,00
39251 - AGENCIA NAC. DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS-ANTAQ	51.736.182,00	17266.561,00	3.435,00	1.300.000,00	70.306.178,00
39252 - DEPTO.NAC.DE INFRA ESTRUT.DE TRANSPORTES-DNIT	8.649.186.435,00	593460.223,00	490.531.716,00	1.094.799.545,00	11.827.977.919,00
39901 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE	185.611.000,00				185.611.000,00
41101 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES	995.488.745,00	209156.169,00	8.355,00		1.204.653.269,00
41231 - AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	3.801.764.839,00	71020.000,00	18.705,00		3.872.803.544,00
41902 - FUNDO DE UNIVERS.DOS SERV.DE TELECOMUN. FUST	1.164.462.117,00				1.164.462.117,00
41903 - FUNDO P/O DESENV.TECNC..DAS TELECOM.-FUNTTEL	304.364.428,00				304.364.428,00
42101 - MINISTERIO DA CULTURA	335.258.817,00	-42362.000,00	7.334,00		292.904.151,00
42201 - FUNDACAO CASA RUI BARBOSA	20.827.955,00	9.350.000,00	1.906,00		30.179.861,00
42202 - BIBLIOTECA NACIONAL	76.935.446,00	11184.528,00	6.810,00		88.126.784,00
42203 - FUNDACAO CULTURAL PALMARES	20.381.760,00	551.477,00	1.000,00		20.936.237,00
42204 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	234.388.048,00	33446.466,00	12.281,00		267.846.795,00
42205 - FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	89.974.637,00	8038.224,00	5.038,00		98.017899,00
42206 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA ANCINE	56.350.551,00	11641.740,00	2.690,00		67.994.981,00
42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS			513.627,00		513.627,00
42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA	526.900.976,00	-14303.334,00	10.713.011,00		523.310.653,00
44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	1.782.746.759,00	-46687.959,00	7.760,00		1.736.065.560,00
44102 - SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB	42.654.258,00	6.307.737,00	1.190,00		48.963185,00
44201 - INST.BRAS.DO MEIO AMB.E REC.NAT.RENOVAVEIS	984.392.912,00	29754.406,00	10.000,00		1.014.147.318,00
44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS ANA	352.037.948,00	-38880.742,00	3.544,00		313.160.750,00
44206 - INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	28.550.117,00	14027.090,00	3.397,00		42.580.604,00
44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	330.026.170,00	21640.574,00	27.724,00	2.197.000,00	353.893468,00
44901 - FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	12.222.297,00	2.257.145,00			14.479442,00
47101 - MINISTERIO DO ORCAMENTO E GESTAO	9.877.910.558,00	-6.873413.518,00	13.206.323,00		3.037.712 363,00
47205 - FUNDACAO INST.BRAS.DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA	1.556.354.862,00	97.239.608,00	10.000,00		1.653.604470,00
47210 - ESCOLA NACIONAL DA ADMINISTRACAO PUBLICA-ENAP	27.187.213,00	4.625.731,00	2.601,00		31.815545,00
49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1.315.043.648,00	17431.643,00	3.391,00	5.161.000,00	1.337.639682,00
49201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA	3.376.750.047,00	-94594.252,00	10.000,00		3.282.165.795,00
51101 - MINISTERIO DO ESPORTE	1.400.523.284,00	36.560.169,00	19.933.135,00		1.467.016568,00
52101 - MINISTERIO DA DEFESA	924.987.437,00	-373.348.946,00	315.008.475,00	182.644.204,00	1.049.191170,00
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	11.948.715.034,00	402847.426,00	315.010 000,00		12.666.572 460,00
52121 - COMANDO DO EXERCITO	22.092.267.480,00	164998.112,00	66.941.000,00		22.329.226592,00
52131 - COMANDO DA MARINHA	12.731.867.207,00	386.730.755,00	2.100.410.000,00		15.227.007962,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
52133 - SECRET.DA COMISSAO INTERMIN.P/OS REC.DO MAR	15.797.796,00		127.400.000,00		143.197.796,00
52201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	332.364.034,00	40.831.300,00	16.695,00		373.152.029,00
52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	14.232.887,00	563.727,00			14.796.614,00
52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL-IMBEL	214.212.652,00	20.557.770,00	10.000,00		234.860.422,00
52222 - FUNDACAO OSCRIP	9.208.059,00	1.344.000,00	1.298,00		10.553.357,00
52232 - CAIXA DE CONST.DE CASAS DO PESSOAL DA MARINHA			300,00		300,00
52901 - FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	2.112.695,00				2.112.695,00
52902 - FUNDO DE ADM. DO HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS	107.984.180,00	16.778.156,00	14.790,00		124.697.126,00
52903 - FUNDO DO SERVICO MILITAR	5.945.267,00				5.945.267,00
52911 - FUNDO AERONAUTICO	1.659.316.724,00	62.129.789,00			1.721.446.513,00
52921 - FUNDO DO EXERCITO	753.041.391,00	62.358.233,00			815.399.624,00
52931 - FUNDO NAVAL	456.818.839,00	2.862.652,00			459.681.491,00
52932 - FUNDO DE DESENV.DO ENS PROFISSIONAL MARITIMO	108.175.173,00				108.175.173,00
53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	3.741.621.866,00	-966.365.808,00	42.337.380,00	2.335.555.296,00	5.153.128.734,00
53201 - COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	1.078.037.266,00	26.796.018,00	8.522.701,00	12.623.490,00	1.125.979.473,00
53202 - SUPERINTEND.DO DESENVOLV.DA AMAZONIA-SUDAM	24.979.098,00	5.127.550,00	4.601,00		30.111.249,00
53203 - SUPERINT. DO DESENVOLV. DO NORDESTE - SUDENE	28.219.631,00	11.838.066,00	2.820,00		40.070.517,00
53204 - DEPARTAMENTO NAC. DE OBRAS CONTRA AS SECAS	660.828.045,00	305.659.734,00	85.110.000,00	10.000.000,00	1.061.597.779,00
53901 - FUNDO CONST.DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO	1.485.583.659,00				1.485.583.659,00
53902 - FUNDO CONST.DE FINANCIAM.DO CENTRO-OESTE-FCO	1.485.583.660,00				1.485.583.660,00
53903 - FUNDO CONST.DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE-FNE	4.456.751.302,00				4.456.751.302,00
54101 - MINISTERIO DO TURISMO	2.902.785.420,00	-347.940.743,00	4.736.026,00	260.000.000,00	2.819.580.703,00
54201 - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	125.447.630,00	4.861.451,00	1.783,00		130.310.864,00
55101 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	12.883.539.446,00	744.563.840,00	259.177,00		13.628.362.463,00
55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	19.815.311.939,00	884.728.689,00	2.420.000,00		20.702.460.628,00
56101 - MINISTERIO DAS CIDADES	7.066.469.506,00	-391.150.629,00	5.513.296.464,00	70.000.000,00	12.258.615.341,00
56201 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	340.970.315,00	63.507.000,00	16.858,00	30.000.000,00	434.494.173,00
56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU	949.527.838,00	-118.417.275,00	15.010.000,00		846.180.563,00
56901 - FUNDO NACIONAL DE SEG. E EDUCACAO DO TRANSITO	549.749.469,00				549.749.469,00
56902 - FUNDO NAC.DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL-FNHIS	1.244.657.225,00	-93.889.000,00		75.000.000,00	1.225.768.225,00
58101 - MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA			36.159.028,00		36.159.028,00
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MF - FRU	233.126.348.618,00	209.067.569.447,00	5.747.500.000,00		447.941.418.065,00
71102 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MPOG	171.702.985,00	223.160.954,00	1.968.669,00		396.832.608,00
71901 - FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA RFFSA	52.407.180,00	-19.244.428,00			33.162.752,00
71902 - FUNDO SOBERANO DO BRASIL	2.423.805,00				2.423.805,00
73101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MF - TRF.MF	5.985.072.674,00	361.614.080,00	2.000.030.000,00		8.346.716.754,00
73104 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MME-TR.EST.DF MUN.	17.333.575.457,00	318.191.382,00			17.651.766.839,00
73107 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MEC	6.412.229.989,00				6.412.229.989,00
73108 - TRANSF.CONSTITUCIONAIS-REC.SOB SUP. M.FAZENDA	117.605.048.398,00	170.614.986,00			117.775.663.384,00
73109 - RECURSOS SOB SUPERV.MIN.DO ESPORTE E TURISMO	69.447.090,00	12.351.070,00			81.798.160,00
73111 - RECURSOS SOB SUPERV. DO MIN. DO MEIO AMBIENTE	2.998.400,00				2.998.400,00
73901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL-FCDF	7.844.958.082,00				7.844.958.482,00
74101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MF - COC/MF	13.737.933.768,00	-1.271.962.646,00			12.465.971.122,00
74102 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINIST.DA FAZENDA	130.062.538,00				130.062.538,00
74201 - RECURSOS SOB SUPER.DA SUP.DE SEGUROS PRIVADOS	2.847.600,00				2.847.600,00
74202 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA ANS	11.351.600,00				11.351.600,00
74203 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO INCRA/MDA	1.225.000.000,00				1.225.000.000,00
74901 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNCAFE/MAPA	2.802.897.118,00	-300.000.000,00			2.502.897.118,00
74902 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FIES	1.387.072.543,00				1.387.072.543,00
74903 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FND/MDIC	1.091.400.000,00		9.000.000,00		1.100.400.000,00
74904 - REC.SOB SUPERV.DO FUNDO DA MAR.MERCANTE/MF	2.927.410.296,00				2.927.410.296,00
74905 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNTTEL	25.000.000,00				25.000.000,00
74906 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO BANCO DA TERRA/MDA	447.260.000,00				447.260.000,00
74907 - RECURSOS SOB SUPERV.DO MIN.DA INTEG.NACIONAL	2.469.240.837,00				2.469.240.837,00
74908 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO FUNGETUR/MTUR	21.889.355,00				21.889.155,00
74910 - REC.S/SUP.DO FUNDO NAC.DES.CIENT.E TEC.-FNDCT	269.200.686,00	350.000.000,00			619.200.186,00
74911 - REC.S/SUP.DO FUNDO NAC.HAB.DE INT.SOC.-FNHIS	201.000.000,00	201.000.000,00			
74912 - RECURSOS SOB SUPERV. DO FUNDO NAC. DE CULTURA	18.762.911,00				18.762.911,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
75101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINIST. DA FAZENDA	522.595.548.014,00	-118.146.273.876,00			404.449.274.138,00
90000 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.423.110.921,00	-5.117.923.710,00			3.305.187.211,00
TOTAL	1.581.447.761.494,00	95.917.471.234,00	19.616.731.616,00	8.191.859.853,00	1.705.173.824.197,00

3.3 – EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3.3.1 – Análise da Execução Orçamentária da Receita

O Manual de Receita Nacional conceitua a receita orçamentária como *todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e, ainda, operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias*. De acordo com a disposição constante do art. 74 do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e com o Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na realização das receitas da União é utilizada a via bancária. Os recursos são recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional em cumprimento ao artigo 164, § 3º, da Constituição Federal e na forma da Instrução Normativa nº 4, de 30 de agosto de 2004 , da Secretaria do Tesouro Nacional.

Visão Geral

A Receita Orçamentária Líquida – ou seja, já descontada de deduções – alcançou o montante de R$ 1.526,631, com um crescimento nominal de 21,69% em relação ao montante verificado em 2008. É importante ressaltar que esse valor, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 1964, contempla as operações de crédito destinadas ao refinanciamento da dívida pública federal, como será evidenciado mais adiante. A arrecadação da receita ficou aquém da previsão orçamentária atualizada, como se pode inferir da Tabela 3.3-1, que apresenta a parte do Balanço Orçamentário que trata das receitas.

TABELA 3.3-1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS – 2009

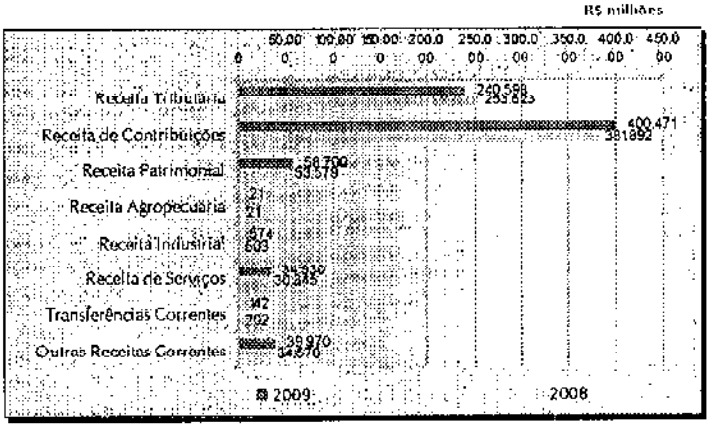
R$ milhões

RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
	839.902	775.407	64.496
Receita Tributária	289.839	240.598	49.240
Receita de Contribuições	431.900	400.471	31.530
Receita Patrimonial	51.636	58.700	-7.064
Receita Agropecuária	23	21	2
Receita Industrial	654	574	80
Receita de Serviços	33.661	34.930	-1.269
Transferências Correntes	305	142	163
Outras Receitas Correntes	31.794	39.970	-8.176
RECEITAS CORRENTES (Intra-orçamentárias)	12.350	11.126	1.224
Receita Tributária	-	1	-1
Receita de Contribuições	12.167	10.915	1.252
Receita Patrimonial	2	7	-4
Receita Industrial	135	143	-8
Receita de Serviços	43	45	-3
Outras Receitas Correntes	3	16	-12
RECEITAS DE CAPITAL	203.649	382.265	-178.617
Operações de Crédito	119.065	159.911	-40.846
Alienação de Bens	5.070	474	4.596
Amortização de Empréstimos	22.262	25.670	-3.408
Transferências de Capital	150	85	64
Outras Receitas de Capital	57.102	216.125	-159.023
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA	525.547	357.833	167.713
Operações de Crédito	525.547	357.833	167.713
TOTAL	1.581.448	1.526.631	54.817

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

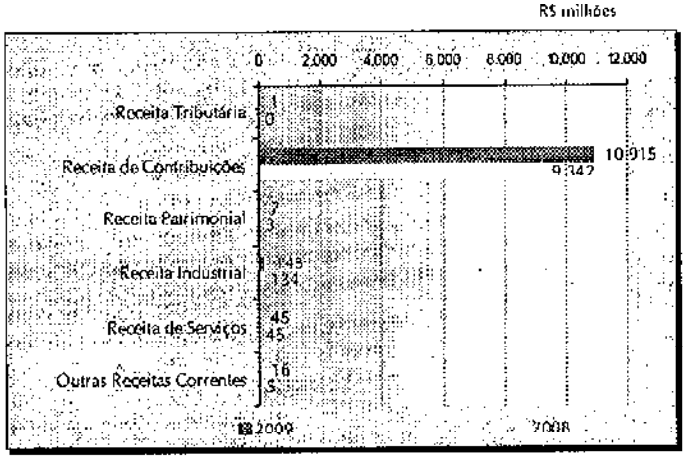
As figuras a seguir comparam os montantes da arrecadação das receitas orçamentárias em 2008 e 2009.

FIGURA 3.3-1 – EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - RECEITAS CORRENTES 2009 e 2008



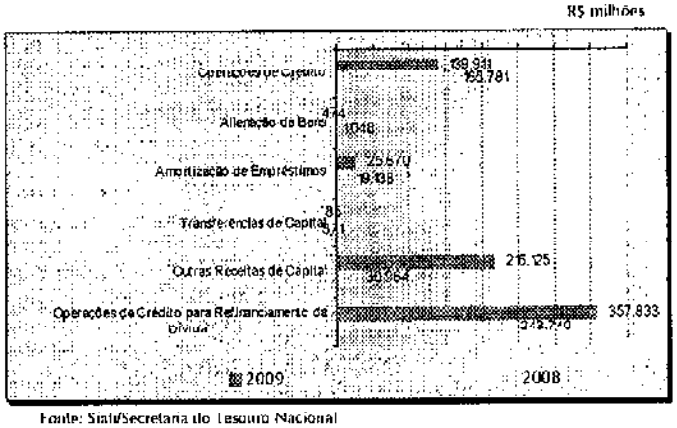
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-2 – EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 2009 e 2008



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-3 – EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS DE CAPITAL 2009 e 2008

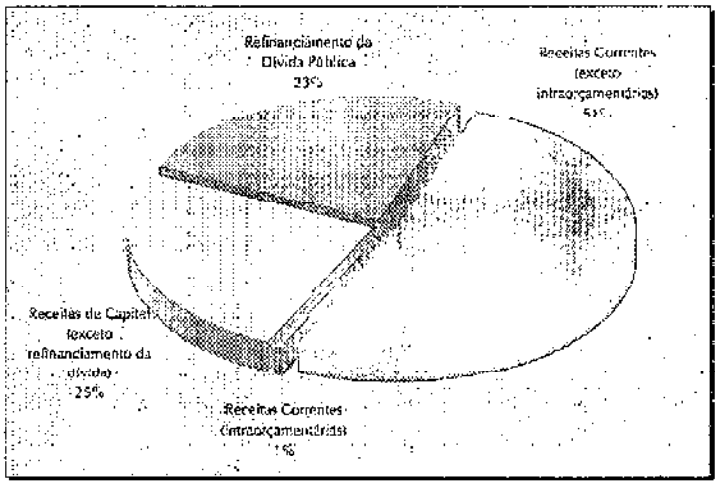


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

As Receitas Orçamentárias foram registradas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções, que totalizaram R$ 16.721 milhões, ou 1,08% do valor bruto arrecadado. Na Tabela 3.3-1, estão destacados os valores das Receitas Correntes Intra-orçamentárias, isto é, receitas auferidas por órgãos ou entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social pagas por outros órgãos ou entidades integrantes desses orçamentos. Além disso, estão destacadas das Receitas de Capital as receitas provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento da Dívida Pública da União, que alcançaram o valor de R$ 357.833 milhões. A Figura 3.3-4 ilustra a participação de cada categoria econômica no total da arrecadação, destacando os valores das operações intra-orçamentárias e das de refinanciamento da dívida pública.

FIGURA 3.3-1 – DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – 2009

R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Receita Corrente

A Tabela 3.3-2 demonstra a arrecadação comparativa nos exercícios de 2009 e 2008 das Receitas Correntes, evidenciando também a participação percentual de cada origem no total. Observe-se que os valores das receitas intra-orçamentárias estão incluídos nas respectivas origens. A Figura 3.3-5 ilustra essas informações.

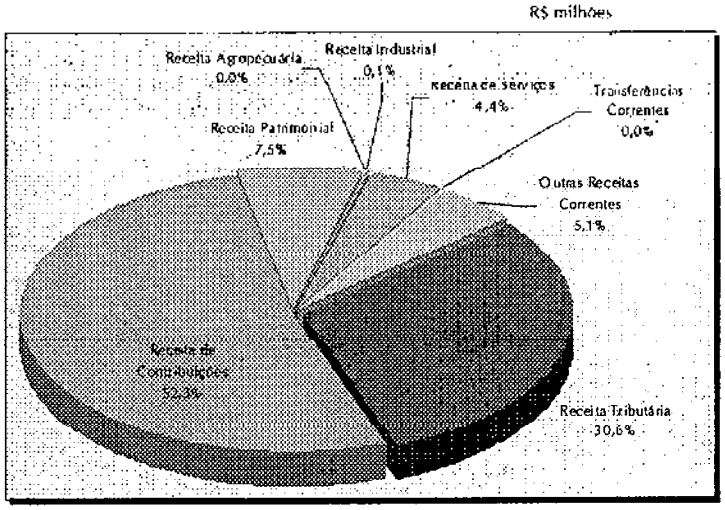
TABELA 3.3-2 – DESEMPENHO DAS RECEITAS CORRENTES DA UNIÃO – 2009 E 2008

R$ milhões

RECEITAS CORRENTES	VALOR		% DO TOTAL	
	2009	2008	2009	2008
Receita Tributária	240.599	253.623	30,6	33,2
Receita de Contribuições	411.385	391.235	52,3	51,2
Receita Patrimonial	58.707	53.581	7,5	7
Receita Agropecuária	21	21	0,0	0
Receita Industrial	717	637	0,1	0,1
Receita de Serviços	34.975	30.390	4,4	4
Transferências Correntes	142	202	0,0	0
Outras Receitas Correntes	39.986	34.575	5,1	4,5
TOTAL	786.533	764.264	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas

FIGURA 3.3-5 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES – 2009



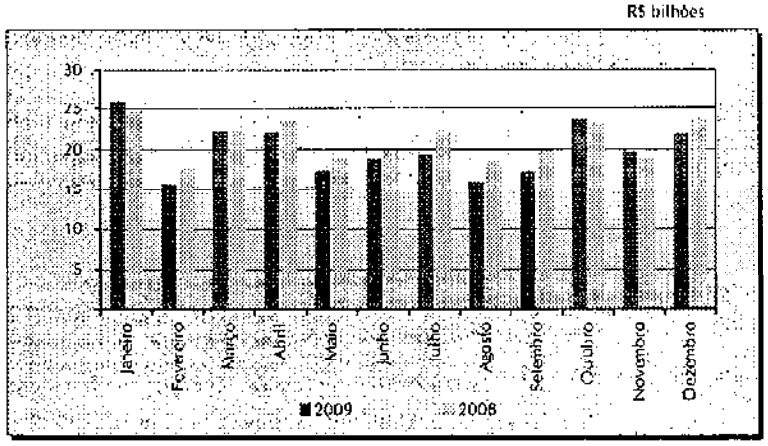
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

A seguir serão analisadas cada uma das origens que compõem a categoria econômica das receitas correntes.

Receita Tributária

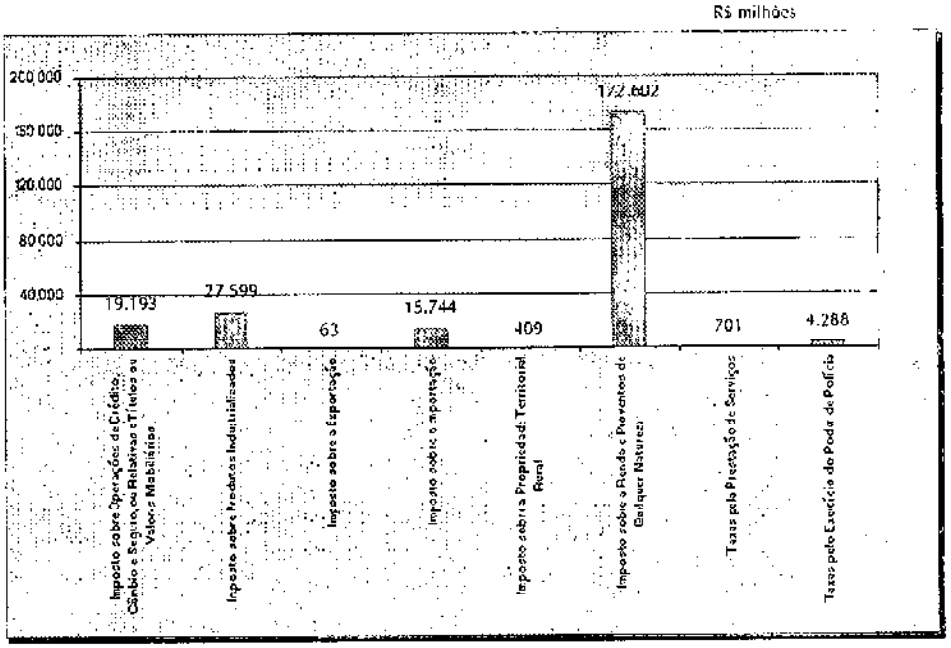
A Receita Tributária – que, no conceito da Lei 4.320, de 1964, não inclui as contribuições – a despeito de essas prestações serem hoje também consideradas tributos – representa a segunda maior origem das receitas correntes. Seu valor bruto atingiu R$ 252.939 milhões. Como visto anteriormente, a Receita Tributária representou 31% da arrecadação de Receitas Correntes no exercício de 2009. A arrecadação líquida dessas receitas permaneceu acima do patamar de R$ 200 bilhões (atingido pela primeira vez no exercício de 2008), mas o seu valor, R$ 240.599 milhões, foi 5% inferior ao do exercício anterior. Verificou-se arrecadação de receitas intra-orçamentárias no valor de R$ 757 mil nessa origem – especialmente referentes a imposto sobre a renda e a taxas de fiscalização pagas por unidades da Administração Pública Federal (APF) a outras unidades da APF. A Figura 3.3-6 ilustra a arrecadação mensal líquida das receitas tributárias em 2009 e 2008. Do total da Receita Tributária 98% correspondem a impostos e apenas 2% a taxas. A Figura 3.3-7 compara os valores arrecadados referentes a cada um dos impostos e tipos de taxas em 2009 e 2008.

FIGURA 3.3-6 – ARRECADAÇÃO MENSAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA – 2009 E 2008



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

FIGURA 3.3-7 – RECEITA TRIBUTÁRIA POR IMPOSTO E TIPO DE TAXAS – 2009 E 2008

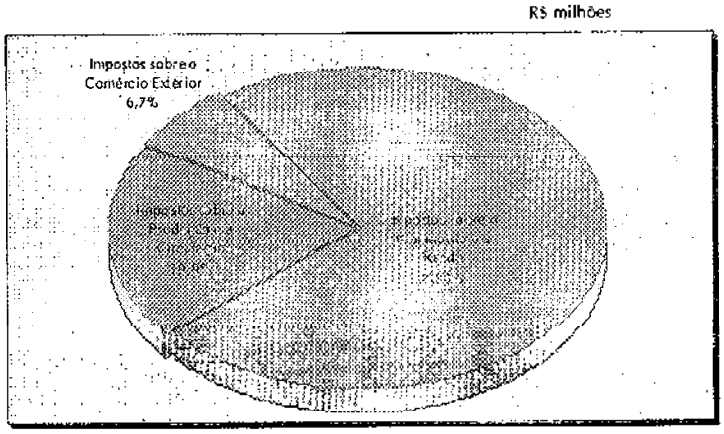


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

Impostos

Os impostos líquidos arrecadados no exercício de 2009 somaram R$ 235.610 milhões, demonstrando um decréscimo nominal de 3% em relação ao ano anterior. A Figura 3.3-8 demonstra a participação de cada rubrica na composição da arrecadação de impostos. A Tabela 3.3-3 apresenta essas informações de forma mais detalhada, além de trazer os respectivos valores do exercício de 2008.

FIGURA 3.3-8 – ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

TABELA 3.3-3 – IMPOSTOS – UNIÃO – 2009 E 2008

R$ milhões

RECEITAS	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Impostos sobre o Comércio Exterior	15.807	17.101	6,9	6,9
Imposto de Importação	15.744	17.067	6,7	6,9
Imposto de Exportação	63	34	0,0	0,0
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	173.011	174.695	73,4	70,3
Imposto s/ Propriedade Territorial Rural	409	395	0,2	0,2
Impostos s/Renda e Prov. Qualquer Natureza	172.602	174.300	73,3	70,1
Pessoas Físicas	13.469	13.792	5,7	5,5
Pessoas Jurídicas	77.167	78.391	32,8	31,5
Retido na Fonte	81.965	82.117	34,8	33,0
Impostos sobre a Produção e a Circulação	46.792	56.863	19,9	22,9
Impostos s/Produtos Industrializados	27.599	36.695	11,7	14,8
IPI – Fumo	3.314	3.211	1,4	1,3
IPI – Veículos	2.097	6.032	0,9	2,4
IPI – Bebidas	2.304	2.489	1,0	1,0
IPI – Vinculados à Importação	8.384	10.351	3,6	4,2
IPI – Outros Produtos	11.440	14.524	4,9	5,8
IPI – REFIS e PAES	59	88,35	0,0	0,0
Imp. s/ Operações Créd. Camb. Seguro	19.193	20.168	8,1	8,1
Comercialização do Ouro	$	$	0,0	0,0
Demais Operações	19.179	20.157	8,1	8,1
REFIS e PAES	9	6	0,0	0,0
TOTAL	235.610	248.660	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional Valores líquidos

Notas: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias.

Observa-se uma redução na arrecadação das três espécies de impostos federais. Houve incremento de arrecadação apenas nos dois impostos menos significativos: o Imposto de exportação, que apresentou um aumento de R$ 29 milhões, e o imposto sobre a propriedade territorial rural, com um aumento de R$ 14 milhões. Explicações mais detalhadas sobre as variações na arrecadação podem ser encontradas na Parte 2 desta Prestação de Contas no Item referente à Administração Tributária.

Diferentemente do exercício anterior, em 2009 observou-se uma retração da participação dos "Impostos sobre a Produção e a Circulação" na composição da Receita de Impostos. Essa retração é reflexo principalmente da política de desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) adotada no exercício de 2009 como medida de incentivo ao consumo com o intuito de mitigar os efeitos da crise financeira mundial no país. Assim, a arrecadação líquida do IPI em 2009 foi R$ 9 bilhões, 25% inferior à de 2008. Na rubrica "IPI sobre veículos" a redução foi de 65% em relação a 2008.

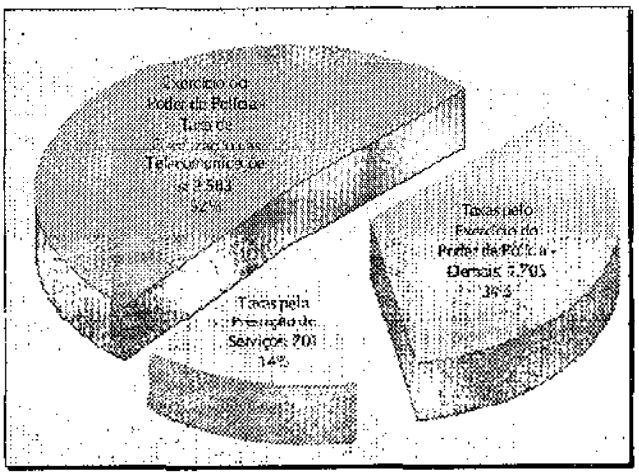
Apesar da redução de 1% em relação a 2008, observa-se, mais uma vez, a grande importância do Imposto de Renda para o financiamento dos gastos federais, uma vez que esse imposto representou 73% das Receitas de Impostos e 22% de todas as Receitas Correntes da União em 2009.

Taxas

As taxas classificam-se em dois grandes grupos: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços. A arrecadação das taxas permaneceu estável em relação aos valores de 2008, tendo apresentado ligeiro crescimento nominal de 0,5%. O montante arrecadado nessa origem totalizou R$ 4.964 milhões – o que representa 2% da Receita Tributária. A arrecadação da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações corresponde a mais da metade de toda a arrecadação de taxas, e, por essa razão, essa rubrica encontra-se destacada na Figura 3.3-9.

FIGURA 3.3-9 – ARRECADAÇÃO DE TAXAS- 2009

R$ milhões



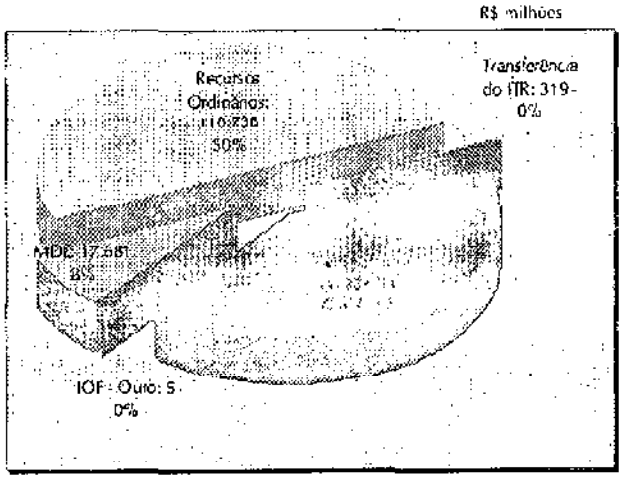
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

Destinação das Receitas Tributárias

As Figuras 3.3-10 e 3.3-11 demonstram a vinculação dos recursos arrecadados a título de Receitas Tributárias. Da Figura 3.3-10, em especial, observa-se que, apesar de ser vedada a vinculação das receitas de impostos a despesas específicas, as várias exceções estabelecidas na legislação vinculam aproximadamente a metade de todos os recursos oriundos da arrecadação de impostos. Esses recursos são destinados em sua maior parte a transferências obrigatórias para outras unidades da federação.

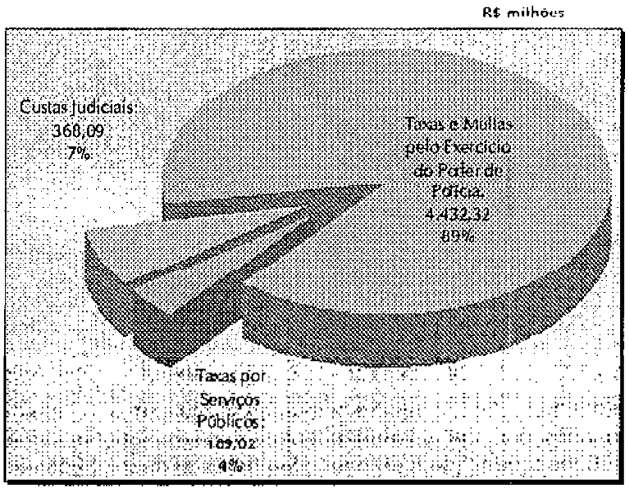
FIGURA 3.3-10 – DESTINAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – IMPOSTOS – 2009

R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

FIGURA 3.3-11 – DESTINAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – TAXAS – 2009



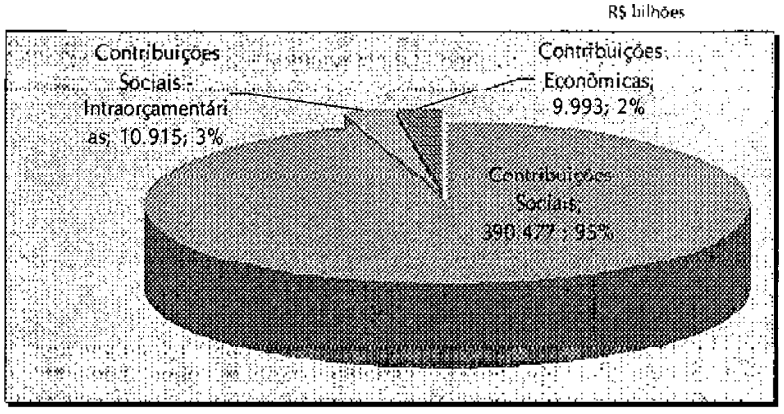
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

Receita de Contribuições

A arrecadação das Receitas de Contribuições respondeu pelo ingresso de R$ 411.385 milhões (incluindo as receitas intra-orçamentárias), equivalendo a 52% das Receitas Correntes e 35% de todas as receitas arrecadadas pela União em 2009, excetuando-se as operações de crédito para refinanciamento da dívida pública. Assim, essas receitas constituíram a principal fonte de recursos correntes da União, e sua arrecadação manteve o mesmo crescimento (aproximadamente 5%) em relação ao exercício anterior.

A Figura 3.3-12 ilustra a arrecadação mensal líquida das receitas de contribuições em 2009 e 2008.

FIGURA 3.3-12 – ARRECADAÇÃO MENSAL DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – 2009 E 2008



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

As Receitas de Contribuições estruturam-se em duas grandes espécies: Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas, conforme demonstrado na tabela a seguir. A tabela também evidencia as receitas intra-orçamentárias com Contribuições Sociais, em que se inserem os valores da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público recolhidos pelos órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Essa natureza da receita representou 98% de todas as receitas intra-orçamentárias arrecadadas em 2009.

TABELA 3.3-4 – RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – UNIÃO – 2009

R$ milhões

RECEITA	VALOR LÍQUIDO	% DO TOTAL
Contribuições Sociais	**390.477**	**94,9**
Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	177.422	43,1
Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	114.724	27,9
Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	42.808	10,4
Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP	30.439	7,4
Contribuição Social do Salário-Educação	9.589	2,3
Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	7.596	1,8
Contribuições sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	2.497	0,6
Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	2.391	0,6
Contribuição para Custeio das Pensões Militares	1.681	0,4
Contribuições Rurais	821	0,2
Cota-Parte da Contribuição Sindical	315	0,1
Contribuição para o Ensino Aeroviário	93	0,0
Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	89	0,0
Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	66	0,0
Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	-56	0,0
Demais Contribuições Sociais*	1	0,0
		0,0
Contribuições Sociais - Intra-orçamentárias	**10.915**	**2,7**
Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	10.914	2,7
Demais Contribuições Sociais - Receitas Intra-orçamentárias**	0	0,0
		0,0
Contribuições Econômicas	**9.993**	**2,4**
Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante	4.910	1,2
Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.511	0,4
Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia	1.145	0,3
Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações	1.094	0,3
Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica	968	0,2
Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	181	0,0
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática	84	0,0
Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública	54	0,0
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	44	0,0
Contribuição para o Programa de Integração Nacional – PIN	1	0,0
Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA	1	0,0
Demais Contribuições Econômicas***	1	0,0
TOTAL DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	**411.385**	**100,0**

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

* Inclui: Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais, Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas, Outras Contribuições Sociais e Contribuição sobre Jogos de Bingo

** Inclui: Receitas intra-orçamentárias com Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas e Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP

*** Inclui: Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas, Outras Contribuições Econômicas, Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas e Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Intra-orçamentária

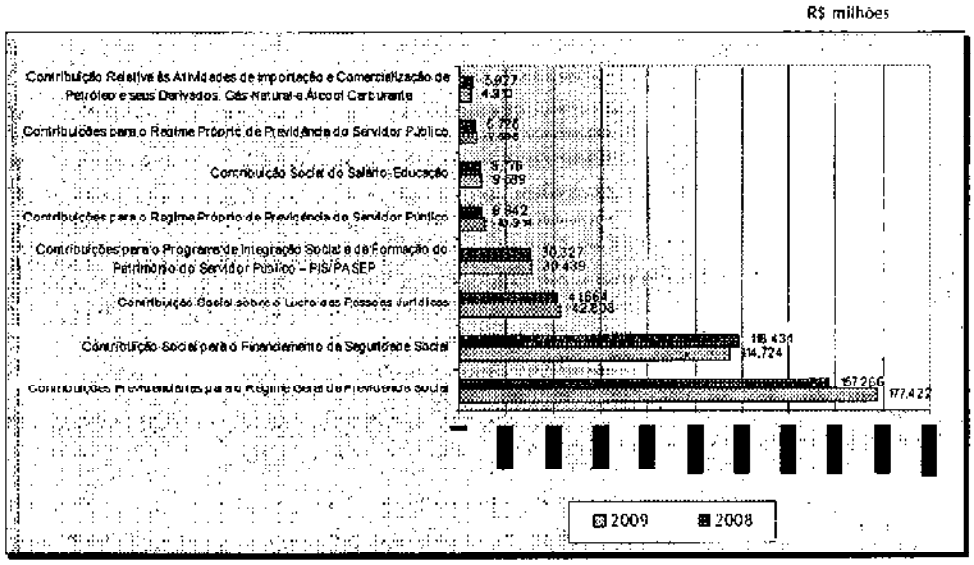
Note-se que o valor negativo na rubrica "Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira" decorre da ocorrência de restituições dessas receitas, as quais se configuram como "deduções da receitas", cujo montante é subtraído da arrecadação bruta no exercício para se obter a arrecadação líquida.

Uma vez que as Contribuições Sociais representam (considerando as receitas intra-orçamentárias) 97,6% do total dessa origem, o seu crescimento de 5,6% foi essencialmente o responsável pelo crescimento das receitas de contribuições. Por outro lado, as contribuições econômicas, que já haviam apresentado um decréscimo de 10% em 2008 em relação ao exercício anterior, sofreram nova retração de 9,7% em 2009. Os principais responsáveis por esse resultado foram a CIDE-Combustíveis (redução de 17%, ou R$ 1 bilhão) e a Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (redução de 34,5%, ou R$ 794 milhões).

Cabe observar ainda que a soma dos valores arrecadados apenas com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e com as Contribuições Previdenciárias para o RGPS é 21% superior ao total arrecadado em todas as Receitas Tributárias.

A Figura 3.3-13 abaixo evidencia os montantes arrecadados das principais contribuições, em 2009 e 2008.

FIGURA 3.3-13 – PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES – 2009 E 2008



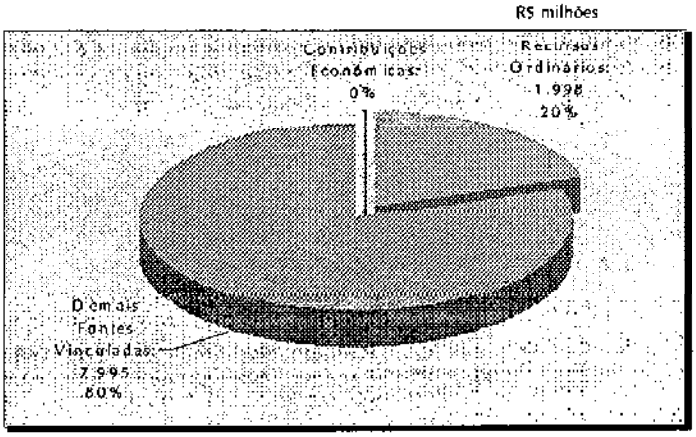
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Destinação das Receitas de Contribuições

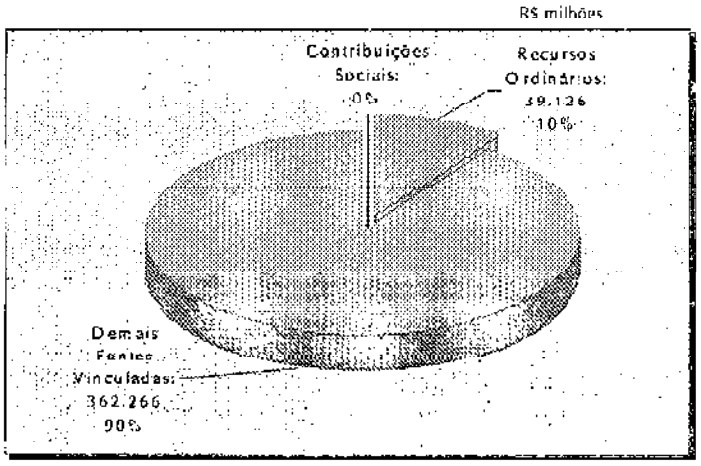
Ao contrário dos impostos, a arrecadação das receitas de contribuições é plenamente vinculada a fim específico. No entanto, com o advento da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), uma parcela de 20% da arrecadação de algumas contribuições é desvinculada. A figura 3.3-14 ilustra a destinação dos recursos arrecadados nessa origem de receitas.

FIGURA 3.3-14 – DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – 2009

CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS



CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

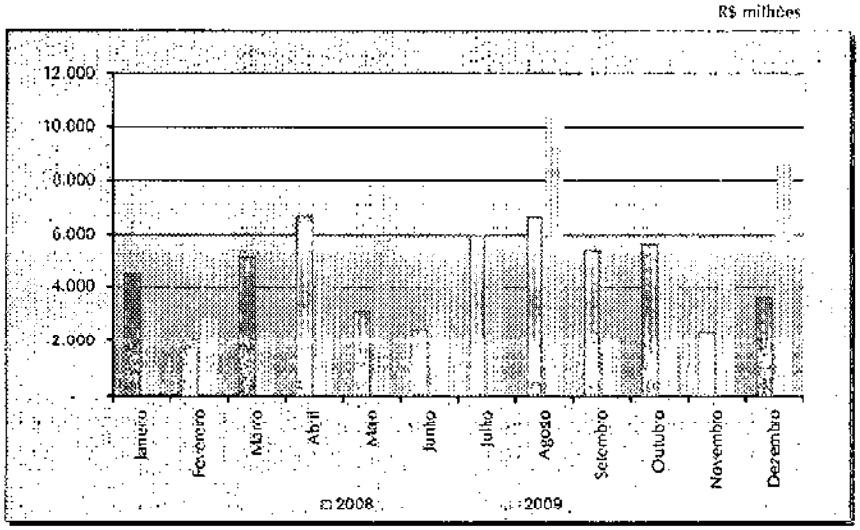


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Receitas Patrimoniais

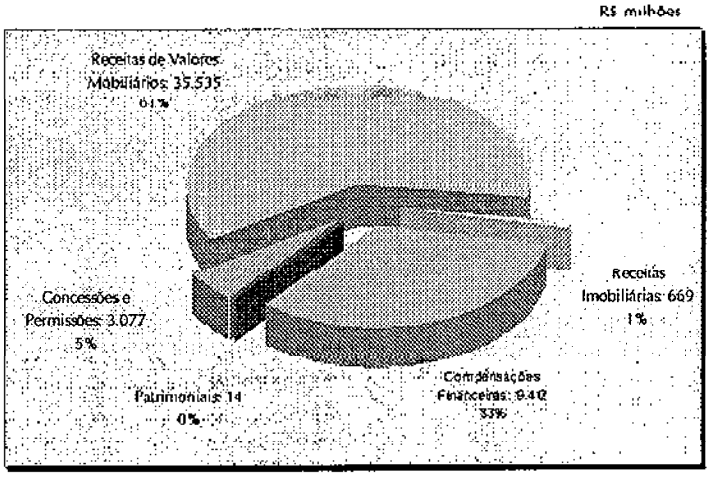
As Receitas Patrimoniais somaram R$ 58.707 milhões e participaram com 6,6% das Receitas Correntes (incluindo receitas intra-orçamentárias). A arrecadação dessas receitas cresceu 9% em 2009.

FIGURA 3.3-15 – ARRECADAÇÃO MENSAL DAS RECEITAS PATRIMONIAIS – 2009 E 2008



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

FIGURA 3.3-16 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PATRIMONIAIS – 2009



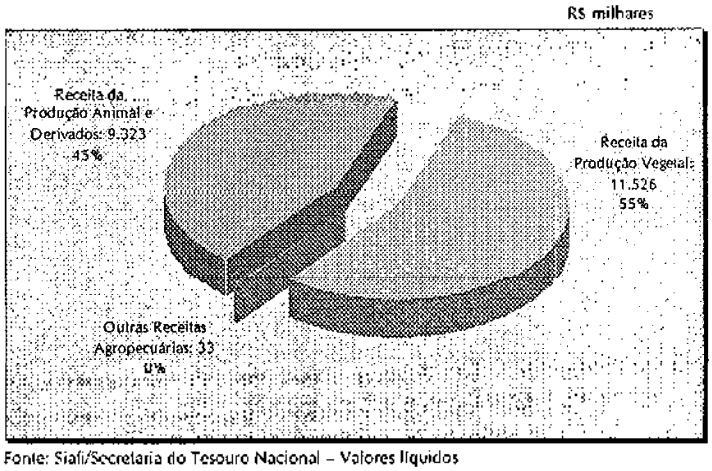
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

Apesar da redução de R$ 5.619 milhões, ou 22,4%, na arrecadação de Compensações Financeiras, e de R$ 3.004 milhões, ou 49,4%, na de Concessões e Permissões, o crescimento de 100% das receitas de Dividendos (o que equivale ao montante de R$ 13.335 milhões) tornou positiva a variação das Receitas Patrimoniais em relação a 2008. Com um montante arrecadado de R$ 26.687 milhões, os Dividendos corresponderam a 45,3% das Receitas Patrimoniais, integrando a espécie "Receitas de Valores Mobiliários". Também são relevantes nessa espécie os valores referentes à "Remuneração de Depósitos Bancários", num valor de R$ 5.630 milhões. Entre as "Compensações Financeiras", a "Compensação Financeira com Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural" contribuiu com uma arrecadação de R$ 8.717 milhões, valor 25,6% inferior ao de 2008.

Receitas Agropecuárias

As Receitas Agropecuárias somaram R$ 20.882 mil, valor 2,3% inferior à arrecadação do exercício anterior. Sua participação percentual no montante das receitas correntes é pouco representativa. Esses valores foram arrecadados em sua maior parte pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e por universidades e escolas agrotécnicas do Ministério da Educação. Todos os recursos arrecadados foram destinados à fonte 50 – "Recursos Próprios não-Financeiros".

FIGURA 3.3-17 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Receitas Industriais

As Receitas Industriais somaram uma arrecadação de R$ 717 milhões, integralmente classificados na rubrica "Receitas da Indústria de Transformação".

TABELA 3.3-5 – RECEITAS INDUSTRIAIS – UNIÃO – 2009

R$ milhares

RECEITAS INDUSTRIAIS	VALOR LÍQUIDO	% do Total
Receita da Indústria de Transformação	574.266	80,1
Receita da Indústria Mecânica	422.178	58,9
Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	75.332	10,5
Receita da Indústria Editorial e Gráfica	46.401	6,5
Receita da Indústria Química	26.843	3,7
Receita da Indústria de Produtos Alimentares	2.072	0,3
Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos	960	0,1
Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	414	0,1
Outras Receitas da Indústria de Transformação	66	0,0
Receita da Indústria de Transformação - Intra-orçamentárias	142.890	19,9
Receita da Indústria Editorial e Gráfica	134.146	18,7
Receita da Indústria Mecânica	5.453	0,8
Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	2.715	0,4
Outras Receitas da Indústria de Transformação	468	0,1
Receita da Indústria Química	105	0,0
Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos	2	0,0
TOTAL	717.156	100,0

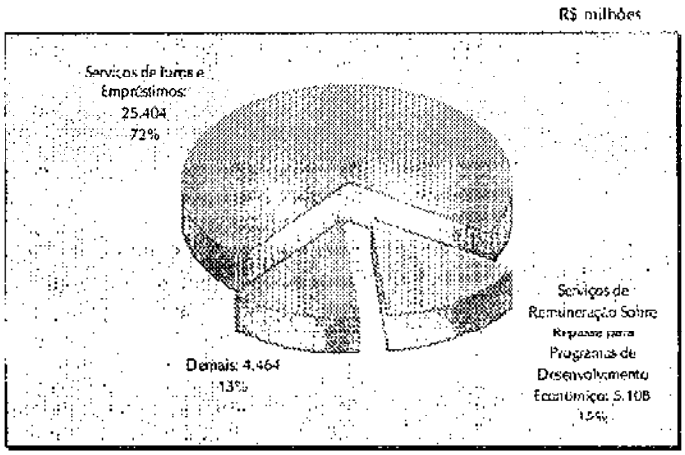
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota-se a importante participação das receitas intra-orçamentárias no total das Receitas Industriais (19,9%). A maior parte desses valores se refere a receitas da "Indústria Editorial e Gráfica", arrecadadas pela Imprensa Nacional e pela Gráfica do Senado Federal.

Receitas de Serviços

Com R$ 34.975 milhões executados – o que corresponde a uma participação de 4% nas Receitas Correntes líquidas de deduções – as Receitas de Serviços cresceram 15,1% em relação a 2008. Do total dessa origem, uma única natureza de receita foi responsável por 72,6% (R$ 25.404 milhões): os Serviços de Juros de Empréstimos. Essa natureza, conforme o Manual de Receita Nacional, registra *"o valor total da arrecadação de receitas de serviços financeiros relativas ao resultado das taxas de juros aplicadas a empréstimos concedidos. Difere dos juros classificados na receita patrimonial por se tratar de receita operacional das instituições financeiras"*.

FIGURA 3.3-18 – COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE SERVIÇOS – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

Transferências Correntes

As Transferências Correntes somaram R$ 142 milhões, valor 30% inferior ao do exercício anterior, especialmente em razão da redução de 75,5% das Transferências de Instituições Privadas. A Tabela 3.3-6 detalha os valores arrecadados nessa origem.

TABELA 3.3-6 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – UNIÃO – 2009

R$ milhares

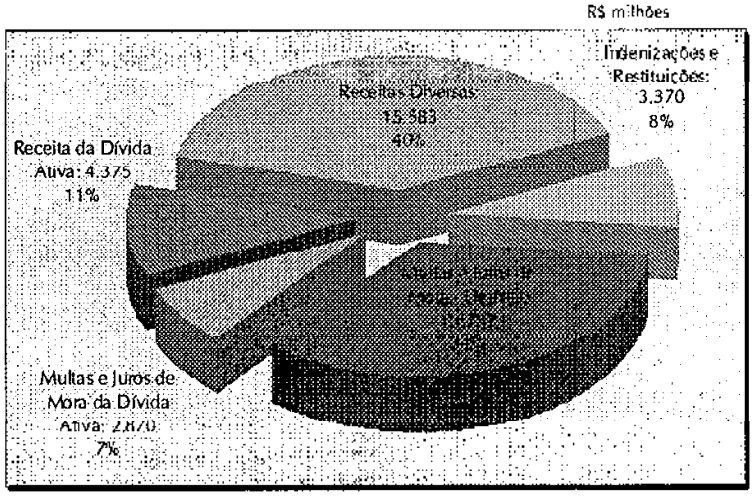
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	VALOR LÍQUIDO	% do Total
Transferências Intergovernamentais	4	0,0
Transferências de Instituições Privadas	18.727	13,2
Transferências do Exterior	26.761	18,8
Transferências de Pessoas	485	0,3
Transferências de Convênios	94.530	66,5
Transferências para o Combate à Fome	1.635	1,2
TOTAL	**142.142**	**100,0**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos.

Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes somaram R$ 39.986 milhões, valor 15,6% superior ao de 2008. Essa origem representou 5,1% do total das Receitas Correntes. Esse aumento ocorreu em razão principalmente do registro das receitas com "Recolhimento e Transferência de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais" em 2009, que alcançaram o montante de R$ 6.149 milhões, e compõem a rubrica "Receitas Diversas". Também merece destaque nessa rubrica a arrecadação da "Receita de Participação do Seguro – DPVAT – Sistema Nacional de Trânsito", no valor de R$ 5.597 milhões. A Figura 3.3-19 ilustra a composição dessas receitas.

FIGURA 3.3-19 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intra-orçamentárias

Receita de Capital

As Receitas de Capital responderam por 48,5% do total de receitas orçamentárias líquidas contabilizadas em 2009. Essa participação percentual é significativamente superior à observada em 2008, e bastante próxima ao percentual de 2007. Em relação a 2008, as Receitas de Capital cresceram 60,5%, o que se explica pelo aumento de R$ 185.161 milhões (598% em relação a 2008) na arrecadação de Outras Receitas de Capital e de R$ 114.093 milhões (46,8% em relação a 2008) na arrecadação de operações de crédito destinadas ao refinanciamento da dívida pública, a despeito da retração na arrecadação das demais operações de crédito, como se pode inferir da Tabela 3.3-7. Também se observa uma nova queda nas operações de Alienação de Bens, cuja arrecadação em 2009 foi 54,7% inferior à de 2008.

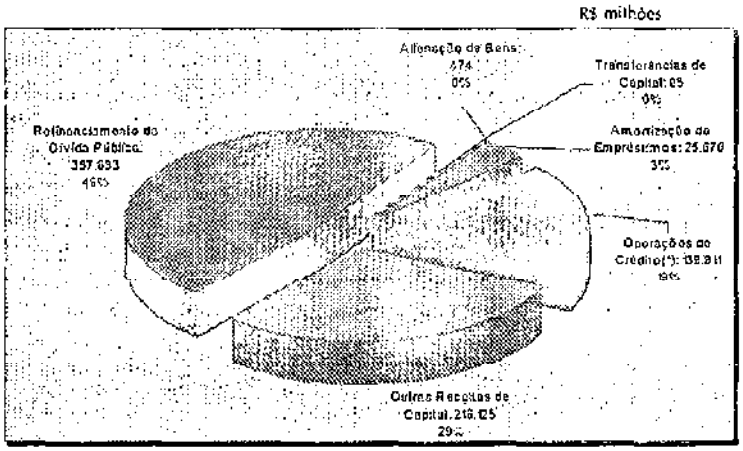
TABELA 3.3-7 – DESEMPENHO DAS RECEITAS DE CAPITAL – UNIÃO – 2009 E 2008

R$ milhões

RECEITAS DE CAPITAL	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Alienação de Bens	474	1.048	0,1	0,2
Amortização de Empréstimos	25.670	19.138	3,5	4,2
Operações de Crédito*	139.911	165.781	18,9	36,0
Outras Receitas de Capital	216.125	30.964	29,2	6,7
Transferências de Capital	85	371	0,0	0,1
Refinanciamento da Dívida Pública	357.833	243.740	48,3	52,9
TOTAL	740.098	461.042	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
* Exceto as operações de Refinanciamento da Dívida Pública

FIGURA 3.3-20 – RECEITAS DE CAPITAL – 2009

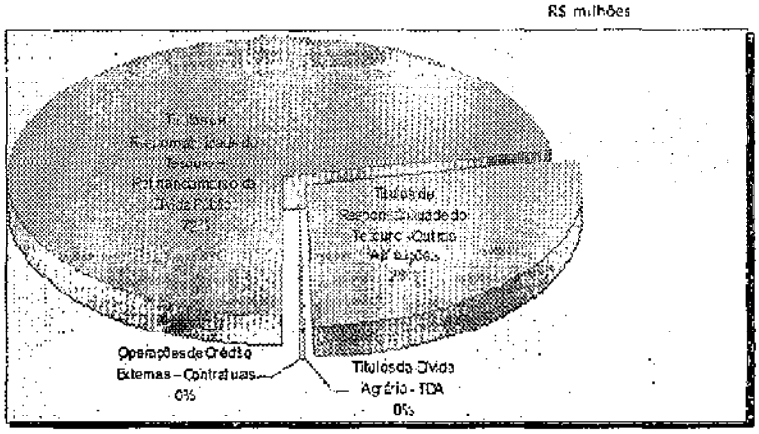


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
* Exceto as operações de Refinanciamento da Dívida Pública

Operações de Crédito

O valor total das operações de crédito sofreu um acréscimo de 21,5% em relação a 2008. A Figura 3.3-21 demonstra a composição das receitas de operações de crédito em 2009. A participação das operações externas correspondeu a 1,8% do total das operações de crédito.

FIGURA 3.3-21 – RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – 2009

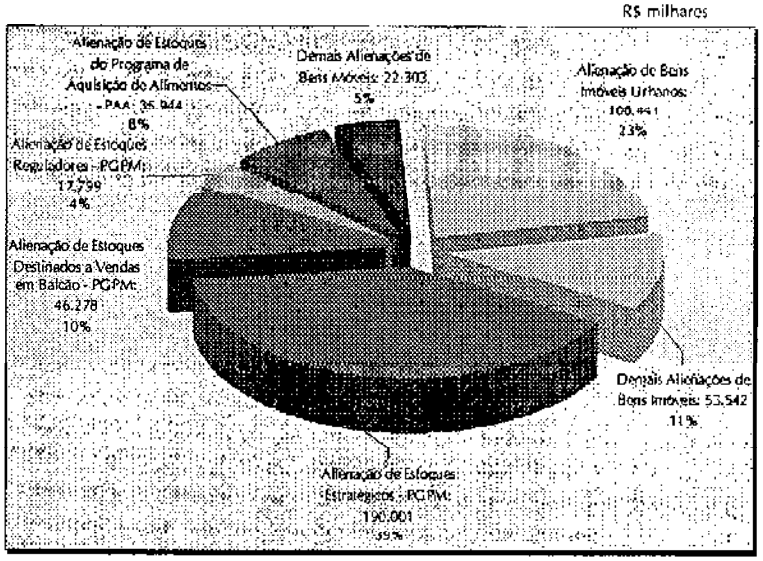


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Alienação de Bens

As Receitas de Alienações de Bens somaram R$ 474 milhões, o que representa uma retração de 54,7% em relação a 2009, com participação percentual de apenas 0,1% no total das Receitas de Capital. Observou-se um crescimento da participação das alienações de Bens Imóveis, em decorrência, principalmente, de alienações de imóveis urbanos efetuadas pela Companhia Nacional de Abastecimento, no valor de R$ 30 milhões, e do Instituto Nacional do Seguro Social, no valor de R$ 70 milhões. Do valor total arrecadado nessa origem, as alienações de bens móveis representaram 65,8%. Tomadas isoladamente, só as vendas de produtos agrícolas contemplados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) representaram 53,6% de todas as receitas com alienações de bens.

FIGURA 3.3-22 – RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

TABELA 3.3-8 – ALIENAÇÕES DE BENS – UNIÃO – 2009

R$ milhares

ALIENAÇÕES DE BENS	VALOR LÍQUIDO	% do Total
Alienação de Bens Móveis	**312.326**	**65,8**
Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM	254.079	53,6
Alienação de Estoques Destinados a Vendas em Balcão – PGPM	*46.278*	*9,8*
Alienação de Estoques Estratégicos – PGPM	*190.001*	*40,1*
Alienação de Estoques Reguladores – PGPM	*17.799*	*3,8*
Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	35.944	7,6
Alienação de Veículos	9.983	2,1
Alienação de Outros Bens Móveis	7.655	1,6
Alienação de Equipamentos	1.922	0,4
Alienação de Móveis e Utensílios	1.651	0,3
Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes	1.606	0,3
Alienação de Estoques de Café – FUNCAFÉ	66	0,0
Alienação de Títulos Mobiliários	13	0,0
Alienação de Estoques Comerciais e Sociais – Comercialização	7	0,0
Alienação de Bens Imóveis	**161.984**	**34,2**
Alienação de Imóveis Urbanos	108.441	22,9
Produto de Alienações	26.293	5,5
Alienação de Imóveis Rurais para Colonização e Reforma Agrária	24.488	5,2
Alienação de Imóveis Rurais	2.070	0,4
Alienação de Outros Bens Imóveis	690	0,1
TOTAL	474.309	100,0

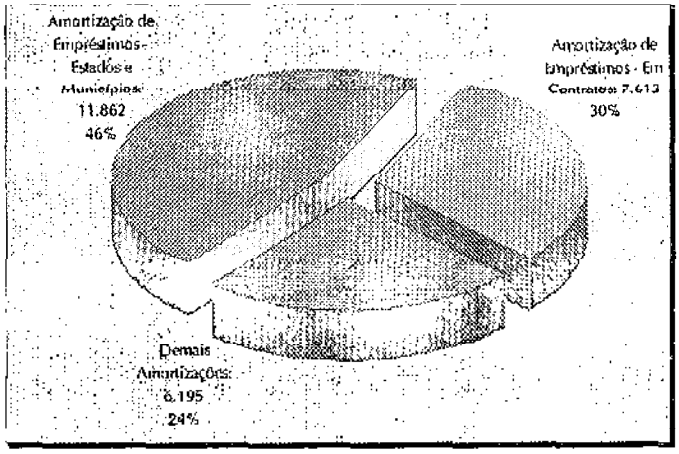
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Amortização de Empréstimos / Financiamentos

Nessa origem estão incluídas os recebimentos decorrentes das operações de refinanciamento das dívidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Tais recebimentos foram registrados na natureza de receita "Amortização de Empréstimos – Estados e Municípios", que respondeu por 46,2% dos valores arrecadados nessa origem no exercício de 2009, conforme Figura 3.3-23.

FIGURA 3.3-23 – RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS – 2009

R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Transferências de Capital

As Transferências de Capital somaram apenas R$ 85,4 milhões em 2009, valor 77% inferior ao de 2008. A Tabela 3.3-9 demonstra a composição dessas transferências.

TABELA 3.3-9 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – UNIÃO – 2009

R$ milhares

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	VALOR LÍQUIDO	% do Total
Transferências de Convênios	**74.286**	**86,9**
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	56.463	66,1
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	10.936	12,8
Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	4.302	5,0
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.584	3,0
Transferência de Outras Instituições Públicas	**10.710**	**12,5**
Transferências de Pessoas	**447**	**0,5**
TOTAL	**85.443**	**100,0**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

O valor das Transferências de Pessoas foi integralmente arrecadado por uma única unidade gestora, o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Tais transferências se referem a doações realizadas por institutos beneficentes para aparelhamento de unidades do Hospital.

A redução na arrecadação dessa origem ocorreu principalmente em razão de ter sido registrado, no exercício de 2008, a título de "Transferência de Outras Instituições Públicas", o retorno à Conta Única do Tesouro Nacional dos recursos excedentes do Fundo de Financiamento para Saneamento – Fisane (inativo), no valor de R$ 305 milhões.

Outras Receitas de Capital

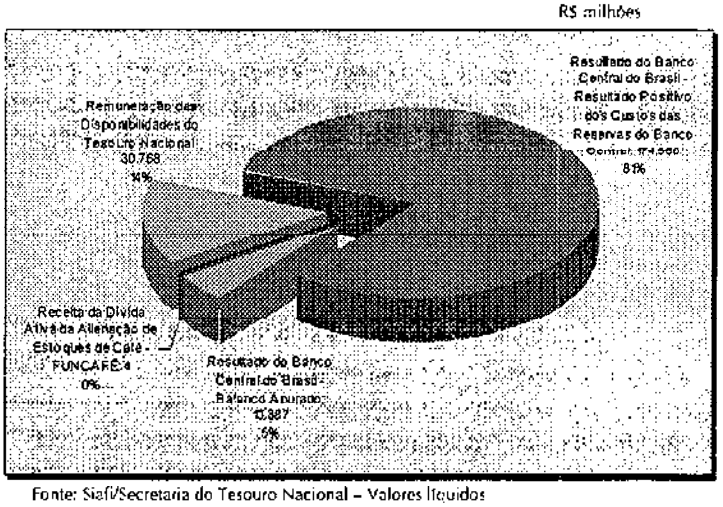
Como mostrado na Tabela 3.3-7, as Outras Receitas de Capital apresentaram o maior aumento na participação das Receitas de Capital, atingindo 29,2% em 2009, ante 7% no exercício anterior.

Esse incremento de mais de R$ 185 bilhões, ou 598%, decorreu principalmente da arrecadação com "Resultado do Banco Central", no valor de R$ 185 bilhões. Em 2009 essa rubrica passou a contemplar o resultado do Banco Central

propriamente dito, a partir do balanço apurado, e o reconhecimento como receita orçamentária do resultado positivo do custo das reservas do Banco Central. Dessa forma, do total registrado nessa rubrica, R$ 10.386.554.510,47 se referem ao resultado apurado do balanço, e R$ 174.966.348.669,50 se referem ao resultado positivo do custo das reservas da autoridade monetária.

FIGURA 3.3-24 – OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL – 2009

R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

ANEXOS DA REALIZAÇÃO DA RECEITA – OFSS

Realização da Receita por Fonte de Recursos
Realização da Receita por Natureza da Receita
Realização da Receita Regionalizada por Origem - Capital
Realização da Receita Regionalizada por Origem - Correntes

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
01/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	197.339.759.951,00	186.592.716.508,73	-11.058.765.980,65	175.533.950.528,08	21.805.809.422,92
01 - IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	123.341.015.193,00	107.926.090.204,61	-5.052.500.685,55	102.873.589.519,06	20.467.505.673,94
02 - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	221.630.908,00	355.607.726,39	2.086.712,65	357.694.439,04	-136.063.531,04
11 - CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	3.691.510.936,00	3.929.546.783,04	4.493.928,86	3.934.040.711,90	-242.529.775,90
12 - RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	20.928.117.527,00	18.921.561.523,01	-655.350.171,30	18.266.211.351,71	2.661.916.175,29
13 - CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	10.687.049.979,00	9.685.753.491,32	-56.820.626,80	9.588.932.864,52	1.098.117.114,48
15 - CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	32.246.340,00	2.158.743,76		2.158.740,76	30.137.596,24
16 - RECOLTORGA DE DIR.DE USO DE RECHIDRICOS-ANA	34.817.716,00	26.757.635,60	-3.638,19	26.753.997,41	8.143.718,59
18 - CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	1.762.913.485,00	1.998.030.345,35	-15.190,79	1.998.015.154,56	-235.091.669,56
19 - IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	8.330.315,00	5.660.639,73	-5.038,77	5.655.600,96	2.714.714,04
20 - CONTR.S/ARRECFUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	819.417,00	573.747,59		573.747,59	315.669,41
23 - CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	1.198.314.195,00	1.345.009.709,88	-1.124,28	1.345.008.585,60	-146.814.390,60
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	360.684.157,00	374.872.513,48	-5.385.233,46	369.487.280,02	-8.803.123,02
29 - RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	4.537.413.186,00	3.065.004.560,83	-341.602,90	3.064.662.957,93	1.472.750.228,07
30 - CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMATOGRAFICA NACIONAL	41.166.133,00	36.388.452,83	3.178,17	36.391.631,00	4.764.502,00
31 - SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF	210.513.249,00	149.737.438,90	-67.160,23	149.670.278,67	60.852.978,33
32 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	5.250.533.225,00	4.708.497.675,06	428.118.503,58	5.136.616.178,64	113.917.046,36
33 - RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	21.695.284,00	59.429.608,67	-703.669,99	59.225.938,68	-37.530.654,68
34 - COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE RECHIDRICOS	1.797.814.357,00	1.797.304.653,42	331,44	1.797.304.321,96	510.035,04
35 - COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	1.625.740.912,00	1.209.513.438,74	248.306,86	1.209.761.745,60	415.939.166,40
39 - ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	38.670.759,00	140.417.383,61	-61.872,47	140.355.511,14	-101.684.752,14
40 - CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	27.044.320.626,00	24.843.117.001,48	-18.714.459,70	24.824.402.541,78	2.219.918.084,22
41 - COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	744.599.974,00	742.793.019,47		742.793.019,47	2.206.954,53
42 - COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	25.373.531.527,00	16.871.935.770,48	-1.794,63	16.871.933.975,85	8.501.597.551,15
43 - REFINANCIAMENTO DA DIV. FUEL. MOBIL. FEDERAL	525.546.543.343,00	356.086.801.760,40		356.086.801.760,40	169.459.741.582,60
44 - TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	117.636.258.938,00	138.736.873.681,44		138.736.873.681,44	-21.100.614.743,44
48 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	427.560.392,00	335.989.030,14	-10.638,50	335.978.191,64	91.571.200,36
49 - OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	285.118.487,00	199.112.555,09		199.112.555,09	86.005.931,91
50 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	11.307.873.480,00	11.105.226.640,40	-97.220.181,50	11.008.006.466,90	299.867.013,02
51 - CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	38.068.573.212,00	33.591.226.657,91	1.282.277.066,32	34.873.503.724,23	3.195.069.487,77
52 - RESULTADO DO BACEN	25.377.000.000,00	185.352.903.379,97		185.352.903.379,97	-161.975.903.379,97
53 - CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	206.394.245.384,00	92.320.457.965,51	1.086.939.989,53	93.407.397.955,06	12.986.847.428,94
54 - CONTRIBUICAO DOS EMPR.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	187.757.048.231,00	161.207.357.839,26	-554.351.335,01	160.653.006.504,14	7.104.036.726,86
55 - CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA		108.752.589,06	-117.550.181,32	-8.797.592,26	8.797.592,26
56 - CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	8.140.182.298,00	7.570.520.072,55	-11.959.471,13	7.558.560.601,42	581.541.496,58
57 - RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF	845.976.285,00	569.219.795,19	52.434.136,82	621.653.932,01	224.322.352,99
58 - MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	731.411.502,00	898.531.197,68	10.713.960,90	909.245.058,58	-177.833.556,58
59 - REC.OPER.OF CRED.-RET.REF.DIV.MED. E LONG PRAZOS	12.394.775.779,00	13.044.476.056,03	-95.238.544,97	12.949.237.511,06	-554.461.732,06
60 - RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	4.879.362.103,00	3.542.585.351,46	-1.729.772,78	3.540.856.078,67	1.338.506.024,33
62 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	2.820.271.974,00	19.643.090,63	-19.400,07	19.623.690,56	2.800.648.283,44
64 - TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	716.000.000,00	638.853.817,74		638.853.817,74	77.146.182,26
67 - NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P" - MOEDA CORRENTE		1.186.099,40	-1.977,64	1.184.121,76	-1.184.121,76
69 - CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV	12.166.680.608,00	10.968.141.503,72	-15.250.648,01	10.952.890.855,71	1.213.789.752,29
71 - REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	1.083.981.821,00	1.200.458.053,28	-24.964.249,08	1.175.474.804,20	91.482.983,20
72 - OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	2.272.676.889,00	2.652.046.460,20	-38.016.927,60	2.600.084.867,60	-407.437.978,60
73 - REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN	25.695.617.816,00	26.428.351.815,86	-119.414.663,37	26.208.937.152,49	-593.319.336,49
74 - TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	5.976.240.508,00	5.459.770.734,24	-49.260.814,17	5.410.536.921,07	565.703.587,93
75 - TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	259.916.370,00	206.341.291,23	-402.042,44	205.939.248,79	49.977.121,21
76 - OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.274.545.977,00	1.083.056.636,24	-36.771.797,48	1.046.284.838,76	227.861.138,24
79 - FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA		36.256.862,95	-34.185.393,70	2.932.530,75	2.932.530,75
80 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	18.091.101.092,00	21.342.804.037,26	-116.219.088,69	21.226.584.948,57	-3.135.483.856,57
81 - RECURSOS DE CONVENIOS	265.226.543,00	196.217.722,71	-10.481.[illegible]	167.736.241,51	97.550.[illegible]
82 - RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	771.780.044,00	575.[illegible]	-43.[illegible]	532.695.[illegible]	241.[illegible]
84 - CONTRIBUICOES S/REMUN.DEVIDA TRAB/FUNDOR-FAT	1.182.465.186,00	2.061.090.366,27		2.061.090.366,27	-[illegible]
88 - OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	410.982.835,00	454.[illegible]	[illegible]	454.476.[illegible]	-[illegible]
89 - ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		[illegible]	-[illegible]	[illegible]	-[illegible]
99 - REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	33.720.794.293,00	30.770.[illegible]	-2.[illegible]	30.767.676.255,40	2.953.[illegible]

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL EDA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
90 - RECURSOS DIVERSOS		669.511,05	-1.734,37	667.776,68	-667.776,68
92 - PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA CO SAL.EDUC.	127.015.552,00	135.755.472,36		135.755.472,36	-8.739.920,36
94 - DOACOES PARA COMBATE A FOME	598.445,00	1.635.301,29		1.635.301,29	-1.036.856,29
95 - DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	74.586.961,00	26.748.658,93		26.748.658,93	47.838.322,07
96 - DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV.NACIONAIS	31.659.000,00	15.652.751,17	-1.510,00	15.651.241,17	16.207.758,83
97 - DIVIDENDOS UNIAO	9.804.602.675,00	27.620.288.078,29	-1.344.793.482,56	26.275.494.595,73	-16.471.491.920,73
TOTAL	1.581.447.761.494,00	1.543.351.651.096,00	-16.720.628.454,51	1.526.631.022.641,49	54.816.738.852,51

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2009 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2009 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES	839.902.458.045,00	791.790.411.157,32	(16.383.652.642,47)	775.406.758.514,85	64.495.694.530,15
1100.00.00 RECEITA TRIBUTARIA	289.838.529.019,00	252.938.732.133,97	(12.340.446.610,47)	240.598.285.523,50	49.240.243.495,50
1110.00.00 IMPOSTOS	284.168.273.862,00	247.937.391.898,79	(12.328.271.479,02)	235.609.120.418,77	48.559.153.442,23
1111.00.00 IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR	20.487.925.989,00	15.880.237.599,66	(73.319.162,07)	15.806.918.437,59	4.681.007.551,41
1111.01.00 IMPOSTO SOBRE A IMPORTACAO	20.453.649.786,00	15.869.862.578,48	(126.258.321,64)	15.743.604.256,84	4.710.045.529,16
1111.01.01 REC.DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A IMPORT.	20.453.649.786,00	15.868.136.127,87	(126.258.321,64)	15.741.877.806,23	4.711.771.979,77
1111.01.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO IMPORTACAO		1.726.450,61		1.726.450,61	(1.726.450,61)
1111.02.00 IMPOSTO SOBRE A EXPORTACAO	34.276.203,00	10.375.021,18	52.939.159,57	63.314.180,75	(29.037.977,75)
1111.02.01 REC. DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A EXPORTACAO	34.276.203,00	10.206.681,69	52.939.159,57	63.145.841,26	(28.869.638,26)
1111.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO EXPORTACAO		168.339,49		168.339,49	(168.339,49)
1112.00.00 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	198.048.910.958,00	183.165.039.061,40	(10.174.723.895,78)	173.010.315.165,62	25.038.595.792,38
1112.01.00 IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	381.296.408,00	410.900.909,85	(2.003.013,93)	408.897.895,92	(27.601.487,92)
1112.01.01 ITR - MUNICIPIOS CONVENIADOS		225.334.636,98	4.390,07	225.339.027,05	(225.339.027,05)
1112.01.02 ITR - MUNICIPIOS NAO CONVENIADOS	381.296.408,00	185.566.272,87	(2.007.404,00)	183.558.868,87	197.737.539,13
1112.04.00 IMP.S/A RENDA E PROVQUALQ.NAT.	197.667.614.550,00	182.774.138.151,55	(10.172.720.881,85)	172.601.417.269,70	25.066.197.280,30
1112.04.10 PESSOAS FISICAS	15.909.900.517,00	13.488.056.624,13	(31.134.222,02)	13.456.922.402,11	2.452.978.114,89
1112.04.11 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPF		12.174.909,45		12.174.909,45	(12.174.909,45)
1112.04.21 PESSOAS JURIDICAS - LIQUIDA DE INCENTIVOS	88.364.428.679,00	77.493.314.823,30	(506.079.879,54)	76.987.234.943,76	11.357.193.735,24
1112.04.22 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPJ		179.886.109,80		179.886.109,80	(179.886.109,80)
1112.04.31 RETIDO NAS FONTES - TRABALHO	44.532.020.582,00	52.542.265.120,97	(10.067.187.328,04)	42.475.077.792,93	2.056.942.789,07
1112.04.32 RETIDO NAS FONTES - CAPITAL	32.566.268.055,00	22.920.985.907,30	275.019.739,09	23.196.005.646,39	9.370.262.408,61
1112.04.33 RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR	10.759.389.754,00	10.606.495.976,77	250.937.876,24	10.857.433.853,01	(98.104.201,01)
1112.04.34 RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS	5.555.606.963,00	5.501.091.607,77	(94.336.361,47)	5.406.754.646,30	148.852.316,70
1112.04.35 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRRF		29.867.670,06	(806,11)	29.866.863,95	(29.866.863,95)
1113.00.00 IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	65.631.436.915,00	48.872.115.237,73	(2.080.228.421,17)	46.791.886.816,56	18.839.550.098,44
1113.01.00 IMPOSTO S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI	43.969.782.941,00	29.701.752.374,57	(2.102.973.126,07)	27.598.779.248,50	16.370.993.692,50
1113.01.01 IPI - PRODUTOS DO FUMO	3.176.239.072,00	3.314.184.226,31	(113.660,43)	3.314.070.567,88	(137.831.495,88)
1113.01.02 IPI - BEBIDAS	2.618.153.521,00	2.291.376.278,93	12.618.078,43	2.303.994.357,42	314.159.163,58
1113.01.03 IPI - VEICULOS	7.780.631.329,00	2.043.679.441,35	53.591.578,68	2.097.271.020,04	5.683.360.308,96
1113.01.04 IPI - VINCULADOS A IMPORTACAO	12.718.784.005,00	8.409.881.577,76	(25.551.235,81)	8.384.330.341,95	4.334.453.663,05
1113.01.09 IPI - OUTROS PRODUTOS	17.675.975.014,00	13.583.750.629,55	(2.143.517.887,01)	11.440.232.742,54	6.235.742.271,46
1113.01.10 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IPI		58.890.218,67		58.890.218,67	(58.890.218,67)
1113.03.00 IMPOSTO S/OP.CRED.CAMB SEG.OU REL.TIT.MOBILIARIOS	21.661.653.974,00	19.170.352.863,16	22.744.704,90	19.193.097.568,06	2.468.556.405,94
1113.03.01 IOF - COMERCIALIZACAO DO OURO	8.370.315,00	4.968.817,82	(4.426,28)	4.964.391,54	3.405.923,46
1113.03.02 RECEITA DE PARC - IOF COMERCIALIZACAO DO OURO					
1113.03.09 IOF - DEMAIS OPERACOES	21.653.283.659,00	19.156.200.032,38	22.749.131,18	19.178.949.153,56	2.474.334.505,44
1113.03.10 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IOF		9.184.027,96		9.184.027,96	(9.184.027,96)
1115.00.00 IMPOSTOS EXTRAORDINARIOS					
1120.00.00 TAXAS	5.670.255.157,00	5.001.340.255,18	(12.175.131,45)	4.989.165.103,73	681.090.053,27
1121.00.00 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	4.943.230.960,00	4.294.567.236,50	(6.381.349,18)	4.288.185.889,32	655.045.070,68
1121.01.00 TX FISC SERV IRRIGACAO E OPERACAO ADUCAO AGUA					
1121.02.00 TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	3.002.250.526,00	2.585.301.913,90	(40.095,81)	2.585.261.818,09	416.988.707,91
1121.02.01 TAXA DE FISCALIZACAO DE INSTALACAO		664.072.156,07	(27.761,17)	664.044.394,90	(664.044.394,90)
1121.02.02 TAXA DE FISCALIZACAO DE FUNCIONAMENTO	3.002.250.526,00	1.919.229.757,83	(12.334,64)	1.919.217.423,19	1.083.033.102,81
1121.03.00 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZ. DE PROD.QUIMICOS	22.627.246,00	19.857.800,00	(145.794,87)	19.712.005,13	2.915.240,87
1121.04.00 TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	44.276.663,00	37.816.369,91	(214.525,43)	37.601.844,48	6.674.826,52
1121.05.00 TAXAS DE MIGRACAO	323.119.284,00	236.895.622,50	(1.955.439,74)	234.928.183,76	88.191.100,24
1121.10.00 TX.LIC.,CONTR. FISC.PAT.NUC.RADIOATIVO INSTAL	4.768.130,00	3.805.141,70	(8.890,00)	3.796.251,70	971.878,30
1121.11.00 TX.FISCALIZ. E CONTR. DA PREV.COMPL - TAFIC					
1121.13.00 TAXA DE FISCALIZACAO PROD.CONTR.MIN.EXERCITO	23.913.240,00	17.462.779,04	(30.007,33)	17.462.771,71	6.450.474,29
1121.14.00 TAXA FISCAL.MERC.TITULOS E VAL.MOBILIARIOS	194.579.727,00	162.900.444,91	(159.061,98)	162.716.382,93	31.863.344,07
1121.15.00 TAXA FISCAL.MERC.SEG.CAP.PREVID.PRIV.ABERTA	54.111.774,00	47.496.944,55	(4.397,46)	47.492.547,12	6.619.226,88
1121.16.00 TAXA FISCAL. DOS SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	406.664.407,00	375.292.154,45	(167.141,05)	375.125.105,38	31.539.360,62
1121.17.00 TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	268.406.574,00	293.820.179,73	(251.561,30)	293.574.788,43	(25.168.094,43)
1121.20.00 TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR	66.941.535,00	70.441.315,31	(40.955,27)	70.392.565,04	(3.450.837,04)
1121.20.01 TAXA POR PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE	62.508.265,00	64.916.917,31	(49.955,27)	64.866.965,04	(2.358.700,04)
1121.20.02 TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO	2.009.565,00	5.524.000,00		5.449.000,00	(3.439.435,00)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	-
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO ARRECADAÇÃO LIQUIDA
1121.20.03 TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE PRODUTO	864.671,00	1.290.400,00		1.290.400,00	(425.729,00)
1121.20.04 TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA	15.409,00	127.000,00		127.000,00	(31.591,00)
1121.20.05 TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE OPERADORA	554.354,00	285.500,00		285.500,00	268.854,00
1121.20.06 TAXA POR PEDIDO DE REAJ.DE CONTRAPR.PENCUNIAR	869.222,00	573.500,00		573.500,00	295.722,00
1121.21.00 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	198.537.465,00	192.664.308,74	(3.135.875,23)	189.528.433,52	9.009.031,48
1121.22.00 TAXA DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS - TSA	328.412.002,00	247.751.744,40	(45.912,91)	247.705.831,49	80.706.170,51
1121.23.00 TAXA DE SERVICOS METROLOGICOS					
1121.24.00 TX DE FISCALIZ.S/ DISTRIB. GRAT.PREM. SORTEIO	4.652.323,00	4.920.468,29	(140.868,83)	4.779.599,46	(127.276,46)
1122.00.00 TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	727.014.197,00	706.772.996,68	(5.793.782,27)	700.979.214,41	26.044.982,59
1122.01.00 EMOLUMENTOS CONSULARES	125.793.505,00	142.459.452,27	(5,00)	142.459.447,27	(16.725.942,27)
1122.02.00 TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB. ESTRANGEIRO	1.012.382,00	886.398,77		886.398,77	125.983,23
1122.03.00 TX SIST.CONTR. ARREC.ADIC.FRETE REN.MAR.MERC.	15.895.466,00	15.177.177,92		15.177.177,92	718.288,08
1122.04.02 TAXA DE AVALIACAO DO ENSINO SUPERIOR	50.214.052,00	32.869.449,00	(309.720,00)	32.559.729,00	17.654.323,00
1122.06.00 TAXA JUDICIARIA DA JUSTICA DO DISTR. FEDERAL					
1122.07.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTICA DO DF	14.438.229,00	18.642.257,04	(4.566,74)	18.637.690,30	(4.209.461,30)
1122.08.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	343.611.547,00	354.865.550,45	(5.410.135,35)	349.455.415,10	(5.773.868,10)
1122.11.00 TX UTIL. SISTEMA INT.COM.EXTER.-SISCOMEX	133.711.249,00	103.238.819,62	(46.142,83)	103.192.676,79	30.518.572,21
1122.12.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRAT.	30.448.555,00	21.970.933,50	(21.646,50)	21.949.287,00	8.499.268,00
1122.12.01 EMOLUMENTOS/CUSTAS APRECIACAO ATOS E CONTRATO	30.448.555,00	21.970.933,50	(21.646,50)	21.949.287,00	8.499.268,00
1122.12.02 EMOLUMENTOS E CUSTAS DECORRENTES DE CONSULTA					
1122.15.00 TAXA MILITAR	2.169.596,00	2.542.673,27		2.542.673,27	(373.077,27)
1122.19.00 TAXA DE CLASSIFICACAO DE PRODUTOS VEGETAIS	2.219.797,00	2.899.426,30	(1.565,85)	2.897.860,45	(598.063,45)
1122.21.00 TAXAS DE SERVICOS CADASTRAIS	5.761.645,00	3.558.774,25		3.558.774,25	2.202.870,75
1122.22.00 TAXA DE SERVICOS AQUICOLAS	1.658.174,00	1.406.238,50		1.406.238,50	251.935,50
1122.99.00 OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS		6.255.845,79		6.255.845,79	(6.255.845,79)
1130.00.00 CONTRIBUICAO DE MELHORIA					
1200.00.00 RECEITA DE CONTRIBUICOES	431.990.476.626,00	399.288.449.785,62	1.112.271.701,91	400.470.721.487,56	31.519.755.138,44
1210.00.00 CONTRIBUICOES SOCIAIS	422.156.515.065,00	389.325.891.154,50	1.147.582.833,83	390.477.473.988,33	31.679.041.076,67
1210.01.00 CONTRIBUICOES PARA FINANC. SEGURIDADE SOCIAL	131.435.214.532,00	113.853.378.466,21	870.555.087,63	114.723.933.553,84	16.711.280.978,16
1210.01.01 REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. P FIN. SEG. SOCIAL	131.435.214.532,00	113.339.587.671,17	870.555.087,63	114.208.142.758,80	17.227.071.773,20
1210.01.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - COFINS		515.790.795,04		515.790.795,04	(515.790.795,04)
1210.02.00 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	10.685.719.804,00	9.585.753.491,32	(96.820.626,80)	9.588.932.864,52	1.096.786.939,48
1210.04.00 COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO SINDICAL	224.037.130,00	314.635.230,25	(386,52)	314.634.843,73	(90.597.713,73)
1210.05.00 CONTRIBUICAO PARA O ENSINO AERONAVIARIO	85.946.159,00	96.371.477,78	(3.373.001,71)	92.998.476,07	(7.052.317,07)
1210.06.00 CONTRIBUICAO PARA DESENV ENS PROFIS.MARITIMO	81.014.245,00	92.211.203,50	(3.227.392,11)	88.983.811,39	(7.969.562,39)
1210.07.00 CONTRIBP/O FUNDO DE SAUDE DAS FORCAS ARMADAS					
1210.09.00 CONTRIBUICAO S/ARREC.FUNDOS INVEST.REGIONAIS	1.111.766,00	717.184,47		717.184,47	394.581,53
1210.13.03 CONTRIB.PROVIS.MOV.TR.VLR.CR.DIR.NAT.FIN.		147.270.568,04	(202.939.288,59)	(55.668.720,55)	55.668.720,55
1210.13.01 REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. S/ MOV. FINANCEIRA		117.428.855,74	(202.939.288,59)	(85.510.432,85)	85.510.432,85
1210.13.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CPMF		29.841.712,30		29.841.712,30	(29.841.712,30)
1210.15.00 CONTRIB.PARA CUSTEIO DAS PENSOES MILITARES	1.497.712.740,00	1.681.262.123,79	(1.405,35)	1.681.260.718,44	(183.547.978,44)
1210.17.00 CONT.S/REC. SORTEIOS REALIZ. P/ ENT. FILANTR.	134.123,00	127.842,41	(17.642,90)	110.199,51	23.923,49
1210.18.00 CONTRIBUICOES S/ RECEITA CONCURSO PROGNOSTICO	2.203.530.355,00	2.497.244.233,41	(752,52)	2.497.243.480,89	(293.723.225,89)
1210.18.01 CONTRIBUICAO S/RECEITA DA LOTERIAL FEDERAL	43.515.028,00	51.672.309,48		51.672.309,48	(8.157.281,48)
1210.18.02 CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIA ESPORTIVA	39.215.388,00	23.413.617,20		23.413.617,20	15.801.770,80
1210.18.03 CONTRIBUICAO S/RECEITA CONC.ESPEC.LOT.ESPORT	712.216,00				712.216,00
1210.18.04 CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIAS DE NUMEROS	1.951.693.227,00	2.238.326.931,16		2.238.326.931,16	(286.633.704,16)
1210.18.05 CONTRIBUICAO S/RECEITA LOTERIA INSTANTANEA	40.641.396,00	38.837.008,00		38.837.008,00	1.804.388,00
1210.18.06 PREMIOS PRESCRITOS DE LOTERIAS FEDERAIS	105.501.744,00	127.432.476,49		127.432.476,49	(21.930.732,49)
1210.18.07 CONTRIBUICAO S/RECEITA OUTROS CONC. PROGNOST.					
1210.18.08 CONTR.S/REC.CONC.PROG.DEST.PRAT DESP.MCD.FUTE	22.181.256,00	10.973.929,82	(2.822,42)	10.971.107,40	11.210.148,60
1210.18.09 OUTROS PREMIOS PRESCRITOS		6.587.961,26	2.069,90	6.590.031,16	(6.590.031,16)
1210.29.00 CONTRIB REGIME PROPRIO PREVID. SERV PUBLICO	8.140.102.298,00	7.614.860.188,80	(18.486.434,97)	7.596.373.753,83	543.728.544,17
1210.29.01 CONTRIB PATRONAL DE SERVIDOR AT.CIVIL - RPPS		44.915.475,39	(6.530.302,39)	38.385.177,00	(38.385.177,00)
1210.29.07 CONTR.PREV.REG.PARCELAMENTO DE DEBITOS - RGPS	6.083.310.401,00	5.732.181.953,39	(8.775.991,67)	5.723.405.961,72	359.894.439,28
1210.29.09 CONTRIBUICAO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL - RPPS	1.540.303.457,00	1.371.458.886,67	(2.693.155,69)	1.368.765.730,98	171.537.726,02
1210.29.11 CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA CIVIL - RPPS	516.498.440,00	466.303.869,35	(486.985,22)	465.816.884,13	50.681.555,87

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	**PÁGINA**
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1210.29.13 CONTR. PREVID. P/AMORTIZ. DO DEFICIT ATUARIAL					
1210.29.15 CONTR.PREV.REG.PARCELAMENTO DE DEBITOS - RPPS					
1210.29.16 CONTR.PATRONAL - PAGTO SENTENÇAS JUDICIAIS					
1210.29.17 CONTR.SERV.ATIVO CIVIL-PAGTO SENT. JUDICIAIS					
1210.29.18 CONTR.SERV.INAT.CIVIL - PAGTO SENT. JUDICIAIS					
1210.29.19 CONTR.PENSIONISTA CIVIL-PAGTO SENT. JUDICIAIS					
1210.30.00 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS P/ O RGPS	184.395.914.739,00	177.976.162.233,05	(554.152.805,32)	177.422.009.427,73	6.977.905.311,27
1210.30.01 CONTRIB. PREV. SEGURADO OBRIG. -CONTR. INDIV.	3.245.752.995,00	2.883.216.025,24	(15.484.564,64)	2.867.731.460,60	378.021.534,40
1210.30.02 CONTRIBUICOES DO SEGURADO - ASSALARIADO	34.886.365.349,00	36.056.688.233,37	(13.151.484,11)	36.037.536.749,26	(1.151.171.400,26)
1210.30.03 CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS	68.817.576.421,00	70.655.970.855,57	(325.283.464,37)	70.330.687.391,20	(1.513.110.970,20)
1210.30.04 SIMPLES	19.490.506.869,00	11.768.814.928,96	(1.307.838,95)	11.767.507.090,01	7.723.029.778,99
1210.30.05 EMPRESAS - ESPETACULOS ESPORTIVOS	45.414.179,00	50.194.226,94		50.194.226,94	(4.780.047,94)
1210.30.06 CONTRIBUICAO SOBRE PRODUCAO RURAL	2.617.447.871,00	2.629.179.752,26	(50.395,44)	2.629.129.356,82	(11.681.485,82)
1210.30.07 CONTR.PREV.REG.PARCELAMENTO DE DEBITOS - RGPS	7.917.016.128,00	2.157.265.781,95	(8.792.642,60)	2.148.473.139,35	5.768.542.988,65
1210.30.08 SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	8.087.733.680,00	8.042.635.015,35	(238.935,02)	8.042.396.080,33	45.337.599,67
1210.30.09 RECLAMATORIA TRABALHISTA	1.665.490.598,00	1.578.464.639,00	(4.447.030,31)	1.574.017.608,69	91.472.989,31
1210.30.10 CONTRIB. DEBITOS / PARCELAMENTOS - MUNICIPIOS			(7.241.493,52)	(7.241.493,52)	7.241.493,52
1210.30.11 CONTRIBUICAO PREVID.SEGURADO OBRIG.-EMPRESAR.			(1.842.501,55)	(1.842.501,55)	1.842.501,55
1210.30.12 CONTRIBUICAO PREVID. DO SEGURADO FACULTATIVO	811.011.819,00	664.543.871,32	(1.501.328,68)	663.042.542,64	147.969.276,36
1210.30.13 CONTRIBUICAO PREVID. DO SEGURADO ESPECIAL	6.893.344,00	6.255.932,98	(7.593,75)	6.248.339,23	645.004,77
1210.30.14 CONTRIBUICAO PREVID. DO SEG.OBRIG.-EMP.DOMEST	2.041.503.583,00	2.033.264.429,54	(208.893,98)	2.033.055.535,56	8.448.047,44
1210.30.15 CONTRIB. PREV. DOS ORGAOS DO PODER PUBLICO	14.643.517.704,00	16.107.334.480,63	(47.501.879,46)	16.059.832.601,17	(1.416.314.897,17)
1210.30.16 CONTRIB. PREV. DAS ENTIDADES FILANTROPICAS	1.742.779.654,00	1.775.346.076,11	(553.752,25)	1.774.792.323,86	(32.012.669,86)
1210.30.17 CONTRIB.PREV.-RET. S/NOTA FISCAL - SUBROGACAO	13.100.732.152,00	14.197.783.215,55	(81.451.778,60)	14.116.331.436,95	(1.015.599.284,95)
1210.30.18 ARRECADACAO FIES-CERTIFICADOS FINANC.TES.NAC.	1.085.605.704,00	764.921.004,69	(9.936,55)	764.911.068,14	320.694.635,86
1210.30.19 ARRECADACAO FNS-CERTIFICADOS FINANC.TES.NAC.	287.628,00				287.628,00
1210.30.20 CERTIFICADOS DA DIVIDA PUBLICA - CDP		55.645,74		55.645,74	(55.645,74)
1210.30.21 CONTR.PREV.NA FORMA DE DEP.JUD.,REC. E CUSTAS	1.595.501.388,00	3.579.913.120,25	(24.941.096,19)	3.548.972.024,06	(1.953.470.636,06)
1210.30.22 CONTRIB.PREVID. DAS COOP.TRAB. DESC.COOPERADO			(14.694,94)	(14.694,94)	14.694,94
1210.30.23 RECEITA DE PARC - CONTR. EMP/TRAB SEG. SOCIAL	3.198.747.673,00	3.038.314.997,60	(3.261.050,53)	3.034.053.947,07	164.693.725,93
1210.30.99 OUTRAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS			(17.860.049,88)	(17.860.049,88)	17.860.049,88
1210.32.00 CONTRIBUICOES RURAIS	1.202.094.920,00	850.602.870,61	(29.771.094,45)	820.831.776,16	381.263.143,84
1210.32.01 CONTRIBUICAO INDUSTRIAL RURAL	249.136.826,00	170.120.712,03	(5.155.412,64)	164.965.299,39	84.171.526,61
1210.32.03 ADICIONAL A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA	952.956.094,00	680.482.158,58	(24.615.681,81)	655.866.476,77	297.089.617,23
1210.33.00 CONTRIB.ADIC.SERV.NACIONAL APREND.COM.-SENAC					
1210.33.01 CONTRIB.PARA SERV.NACIONAL APREND.COM.-SENAC					
1210.33.02 ADICIONAL A CONTRIBUICAO PARA O SENAC					
1210.34.00 CONTRIB.E ADIC.SERV.NAC.APRENDIZ.INDUS.-SENAI					
1210.34.01 CONTRIB.PARA SERV.NAC.APRENDIZ.INDUS.-SENAI					
1210.34.02 ADICIONAL A CONTRIBUICAO PARA O SENAI					
1210.35.00 CONTRIBUICAO E ADICIONAL PARA O SESC					
1210.35.01 CONTRIBUICAO PARA O SESC					
1210.35.02 ADICIONAL A CONTRIBUICAO PARA O SESC					
1210.36.00 CONTRIBUICAO E ADICIONAL PARA O SESI					
1210.36.01 CONTRIBUICAO PARA O SESI					
1210.36.02 ADICIONAL A CONTRIBUICAO PARA O SESI					
1210.37.00 CONTRIBUICOES PARA O PIS/PASEP	33.351.496.019,00	30.669.889.047,00	(229.806.703,52)	30.439.081.343,48	2.912.414.675,52
1210.37.01 REC.DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP	33.351.496.019,00	30.556.547.570,76	(229.806.703,52)	30.326.740.867,24	3.024.755.151,76
1210.37.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - PIS/PASEP		113.340.476,24		113.340.476,24	(113.340.476,24)
1210.38.00 CONTRIB.SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	46.611.393.347,00	41.392.823.575,04	1.415.675.280,95	42.808.449.156,00	3.802.944.191,00
1210.38.01 REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB S/LUCRO PJ	46.611.393.347,00	41.308.127.046,75	1.415.675.280,95	42.724.752.327,70	3.886.641.019,30
1210.38.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CSLL PJ		84.696.828,29		84.696.828,29	(84.696.828,29)
1210.39.00 CONTRIBUICAO PARA O SENAR					
1210.41.00 CONTRIBUICAO PARA O SEST					
1210.42.00 CONTRIBUICAO PARA O SENAT					
1210.43.00 CONTRIBUICAO PARA O SEBRAE					
1210.44.00 CONT. SERV. NAC. DE APRENDIZ. (COOPER. -SESCOOP					

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1210.45.00 CONTRIBUICAO SOBRE JOGOS DE BINGO		10,00		10,00	(10,00)
1210.47.00 CONTR.REL.A DESPEC.DE EMPREG. S/ JUSTA CAUSA	2.237.022.984,00	64.140.575,95		66.140.575,95	2.170.882.408,05
1210.48.00 CONTR. SOBRE REMUNERACAO DEVIDA AO TRABALH.		2.391.404.471,68		2.391.404.471,68	(2.391.404.471,68)
1210.99.00 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS		37.061,19		37.061,19	(37.061,19)
1220.00.00 CONTRIBUICOES ECONOMICAS	9.833.921.561,00	9.958.558.631,12	34.688.868,11	9.993.247.499,23	(159.325.938,23)
1220.01.00 CONTRIBUICAO PARA O PIN	24.222.250,00	1.295.245,72		1.295.245,72	22.927.004,28
1220.02.00 CONTRIBUICAO PARA O PROTERRA	16.148.166,00	863.498,04		863.498,04	15.284.667,96
1220.03.00 CONTRIBUICOES DESENV.APERF.ATIVID.FISCALIZ.	263.154.052,00	180.604.625,63	(46.667,03)	180.557.958,55	82.596.093,45
1220.03.01 SELO ESPECIAL DE CONTROLE	181.439.682,00	31.108.463,75	8.156,21	31.116.619,96	150.323.062,04
1220.03.02 LOJAS FRANCAS ENTREP.ADUAN. DEP.ALFANDEGADOS	81.714.370,00	149.496.161,88	(54.823,29)	149.441.338,59	(67.726.968,59)
1220.05.00 CONTRIBUICAO S/ APOSTAS EM COMPET. HIPICAS	126.612,00	596.695,58		596.695,58	129.916,42
1220.06.00 CONTRIB.P/DESENV.DA IND.CINEMATOGRAF.NACIONAL	50.652.735,00	44.138.114,21	4.434,98	44.142.549,19	6.510.185,81
1220.06.01 CONTR.P/O DESENV. IND. CINEMAT.NAC. -REMESSAS	647.761,00	938.454,58	(203,99)	938.250,62	(290.489,62)
1220.06.02 CONTR.P/O DESENV. IND. CINEMAT.NAC. - TITULOS	50.004.974,00	43.199.659,63	4.638,94	43.204.298,57	6.800.675,43
1220.16.00 ADICIONAL S/TARIFAS DE PASS.AEREAS DOMESTICAS	499.877,00	2.669,01		2.669,01	497.207,99
1220.18.00 COTA-PARTE ADIC.FRETE P/ RENOV.MARIN.MERCANTE	2.031.089.240,00	1.510.727.825,95	(21.534,03)	1.510.706.291,87	520.376.948,13
1220.24.00 CONTRIBUIÇÃO S/REC.CONCESS.PERMISS.ENERG.ELET	503.141.352,00	968.018.149,54	(107.288,41)	967.910.861,13	(464.769.509,13)
1220.25.00 CONTRIBUIÇÃO P/ LIC.USO,AQUIS.OU TRANSF.TECN.	1.004.498.699,00	1.110.350.523,75	34.908.690,89	1.145.259.214,62	(140.760.515,62)
1220.26.00 CONTRIB. REC. EMPR. PREST. SERV. TELECOM/INIC.	1.223.151.416,00	1.094.318.168,46	(24.168,06)	1.094.294.000,40	128.857.415,60
1220.26.01 CON. S/REC.OPER.BRUTA DECOR.PRES.SERV.TELECOM	785.162.714,00	702.279.270,58	(17.263,65)	702.262.006,93	83.300.707,07
1220.26.02 CON. S/REC.OPER.BRUTA EMPR.PREST.SERV.TELECOM	437.988.702,00	392.038.897,90	(6.904,43)	392.031.993,47	45.956.708,53
1220.27.00 CONTRIB. S/ FATURAMENTO EMPRESAS INFORMATICA	104.190.915,00	84.180.431,15	(7.887,23)	84.172.543,99	20.418.371,01
1220.27.01 CONTR. DAS EMPRESAS INSTALADAS NA AMAZONIA	33.556.370,00	18.501.877,63	(7.886,40)	18.493.991,23	15.062.378,77
1220.27.02 CONTR. EMPRESAS INSTALADAS NAS DEMAIS REGIOES	71.034.545,00	65.678.550,56	(0,83)	65.678.552,76	5.355.992,24
1220.28.00 CONT.REL.AT.IMP.COM.PETR.DER.GAS NAT.ALC.CARB	4.611.452.247,00	4.909.952.536,83	(15.975,25)	4.909.936.561,58	(298.484.314,58)
1220.28.01 CONTR.REL.ATIV.IMP.PETR.,DER. GAS NAT.ALC.CARB	775.122.590,00	276.380.925,11	(14.375,25)	276.366.549,86	498.956.040,14
1220.28.02 CONTR.REL.ATIV.COM.PETR.DER. GAS NAT.ALC.CARB	3.836.329.657,00	4.633.158.572,10	(1.600,00)	4.633.156.972,10	(797.027.315,10)
1220.28.03 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CIDE COMBUSTIVEI		413.039,62		413.039,62	(413.039,62)
1220.30.00 CONTRIBUICAO PARA FOMENTO DA RADIODIFUSAO PUB		53.504.723,59	(737,66)	53.503.985,93	(53.503.985,93)
1220.99.00 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS		5.423,62		5.423,62	(5.423,62)
1220.99.01 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS		5.423,62		5.423,62	(5.423,62)
1220.99.02 PARCELAMENTOS - OUTRAS CONTRIB. ECONOMICAS					
1300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	51.636.458.569,00	60.055.608.342,64	(1.355.181.898,02)	58.700.426.444,62	(7.063.967.875,62)
1310.00.00 RECEITAS IMOBILIARIAS	556.839.798,00	672.214.456,53	(4.742.303,42)	667.472.153,11	(110.632.355,11)
1311.00.00 ALUGUEIS	75.102.931,00	73.917.301,48	(1.088.311,03)	72.828.990,45	2.273.940,55
1312.00.00 ARRENDAMENTOS	95.159.054,00	138.637.616,45	(691.759,24)	137.945.857,21	(42.386.803,21)
1313.00.00 FOROS	64.485.015,00	63.822.679,99	(5.816,85)	63.816.861,13	668.153,87
1314.00.00 LAUDEMIOS	189.795.680,00	159.360.261,93	(53.699,25)	159.306.562,67	30.489.117,33
1315.00.00 TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	106.690.545,00	233.288.718,59	(2.462.205,66)	230.826.512,93	(124.735.967,93)
1315.10.00 TAXA DE OCUPACAO DE TERRENOS DA UNIAO	25.334,00	16.290,11		16.290,12	9.043,88
1315.20.00 TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PREP. NAC. RESID.	44.131.274,00	18.130.937,31	(2.336,61)	18.128.600,76	26.002.673,24
1315.30.00 TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	61.533.937,00	215.141.491,10	(2.459.869,05)	212.681.622,05	(150.747.685,05)
1319.00.00 OUTRAS RECEITAS DE BENS IMOVEIS	25.806.573,00	3.187.878,09	(440.509,37)	2.747.368,72	23.059.204,28
1320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	18.510.704.794,00	36.879.295.083,60	(1.349.903.276,71)	35.529.391.806,89	(17.018.687.012,89)
1321.00.00 JUROS DE TITULOS DE RENDA	22.413.656,00	29.914.098,74	(412.813,71)	29.501.285,03	(7.087.629,03)
1322.00.00 DIVIDENDOS	10.110.706.086,00	28.026.959.777,91	(1.344.803.732,65)	26.682.156.045,27	(16.571.449.959,27)
1323.00.00 PARTICIPACOES		5.417.121,04		5.417.121,04	(5.417.121,04)
1325.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	5.410.198.433,00	5.643.514.034,82	(4.670.568,59)	5.638.843.466,28	(228.645.033,28)
1326.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS ESPECIAIS	2.858.860.701,00	3.000.579.616,74		3.000.579.616,74	(144.518.915,74)
1327.00.00 REMUNERACAO DE SALDOS NAO DESEMBOLSADOS	111.325.918,00	172.910.434,29	(16.161,76)	172.894.272,53	(61.568.354,53)
1328.00.00 REMUNER. INVEST. REGIME PROPRIO PREV. SERVID.					
1328.10.00 REM.INVEST.REGIME PROPRIO PREV.SERV.-REND.FIX					
1328.20.00 REM.INVEST.REGIME PROPRIO PREV.SERV.-REND.VAR					
1328.30.00 REM.INVEST.REGIME PROP.PREV.SERV.-FUNDO IMOB.					
1329.00.00 OUTRAS RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS					
1330.00.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	4.574.721.038,00	3.077.634.477,58	(335.957,13)	3.077.298.520,45	1.497.422.517,55
1331.01.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS	2.668.872.581,00	2.727.348.322,58	(39.243,42)	2.727.309.079,14	(59.236.498,14)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1331.01.00 RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE TRANSPORT	1.623.532.533,00	485.416.561,12		485.416.561,12	1.138.115.971,88
1331.01.01 RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TRANSP. FERROV.	1.623.524.784,00	485.416.551,12		485.416.551,12	1.138.108.232,88
1331.01.02 REC.OUT.SERV.TRANSP.ROD.INTEREST.INTERNAC.PAS	7.749,00	10,00		10,00	7.739,00
1331.01.03 REC.OUT.SERV.TRANSP.METROVIARIO DE PASSAGEIRO					
1331.01.04 REC.OUT.SERV.TRANSP. MARITIMO DE PASSAGEIROS					
1331.01.99 OUTRAS REC. CONC. PERMISS. SERV DE TRANSPORTE					
1331.02.00 RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE COMUNIC.	1.044.540.048,00	2.241.931.761,44	(39.243,42)	2.241.892.518,02	(1.197.352.470,02)
1331.02.01 RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO	1.004.466.612,00	2.183.408.529,20		2.183.408.529,20	(1.178.941.917,20)
1331.02.02 REC.OUT.SERV.RADIODIFUSAO SONORA SONS IMAGENS	24.600.000,00				24.600.000,00
1331.02.03 REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIODIFREQUENCIA	12.484.932,00	50.467.813,74	(23.238,03)	50.444.575,71	(37.959.643,71)
1331.02.04 REC.TRANS.CONC.PERM.AUT.TELECOM.USO RADIOFREQ	2.988.504,00	172.238,37	(71,18)	172.167,19	2.816.336,81
1331.02.05 REC.TRANSF.CONC/PERM/AUTOR-RODOVIAS OU OBRAS		514.353,55		514.353,55	(514.353,55)
1331.02.06 RECEITA OUTORGA UTILIZAÇÃO POSIÇÕES ORBITAIS					
1331.02.07 REC.OUT.LICENÇA E AUTORIZ.AG.ESPAC.BRASILEIRA					
1331.02.99 OUTRAS RECEITAS CONC. PERM. - SERV. COMUNIC		7.368.826,58	(15.934,21)	7.352.892,37	(7.352.892,37)
1331.03.00 REC. OUTORGA PARA EXPLOR. SERV. ENERG. ELETR.					
1331.99.00 OUTRAS REC. CONCESSOES PERMISSOES - SERVICOS					
1332.00.00 REC. CONCESSAO PERMISSAO - EXPLOR. RECUR.NAT	1.904.238.321,00	347.696.020,48	(292.888,19)	347.403.132,29	1.556.831.188,71
1332.01.00 REC. OUTOR. SERV.EXPL. PROD.PETR. GAS NATURA	1.748.064.561,00	230.595.054,64	(54.750,00)	230.540.304,64	1.517.524.256,36
1332.01.01 BONUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSAO	1.587.372.561,00	80.197.227,02		80.197.227,02	1.507.175.333,98
1332.01.02 PAGAMENTO P/ RETENCAO AREA EXPLORACAO OU PROD	160.692.000,00	150.397.827,62	(54.750,00)	150.343.077,62	10.348.922,38
1332.02.00 REC. OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE REC. HIDR.	34.897.716,00	26.673.763,24	(3.638,19)	26.670.125,05	8.227.590,95
1332.03.00 REC. OUTORGA DIREITOS DE EXPL. E PESQ. MINER	111.028.444,00	88.614.170,41		88.614.170,41	22.414.273,59
1332.04.00 RECEITA DE CONCESSAO FLORESTAL	10.247.600,00	1.813.032,19	(234.500,00)	1.578.532,19	8.669.067,81
1332.04.01 REC. CONCESS. FLORESTAS NACIONAIS - VALOR MIN	1.134.000,00				1.134.000,00
1332.04.02 REC. CONCESS. FLOREST. NACION. - DEMAIS VALOR	2.646.000,00				2.646.000,00
1332.04.03 REC. OUTRAS CONCESS. FLORESTAIS - VALOR MIN.	1.386.000,00				1.386.000,00
1332.04.04 REC. OUTRAS CONCESS. FLORESTAIS- DEMAIS VALOR	3.233.600,00				3.233.600,00
1332.04.05 REC. CUSTOS DE EDITAL DE CONCESSAO FLORESTAL	500.000,00	368.900,00		368.900,00	131.100,00
1332.04.06 REC. CONTRATOS TRANSICAO CONCESSAO FLORESTAL	1.348.000,00	1.444.132,19	(234.500,00)	1.209.632,19	138.367,81
1332.99.00 OUTRAS REC. CONCESSAO PERMISSOES - REGUR. NAT					
1333.00.00 REC. CONCESS. PERMISS. - DIR. USO DE BENS PUB	2.410.061,00	2.590.134,54	(3.825,52)	2.586.309,02	(176.248,02)
1333.01.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	2.410.061,00	2.590.134,54	(3.825,52)	2.586.309,02	(176.248,02)
1333.02.00 REC.OUT.DIREIT.USO OU EXPL.CRIACAO PROTEG.					
1333.03.00 CONCESSAO DE USO DO POTENCIAL DE ENERGIA HIDR					
1333.99.00 OUTRAS REC. CONC. PERM. - DIF. USO BENS PUBL.					
1339.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CONCESSOES E PERMISSOES	75,00				75,00
1340.00.00 COMPENSACOES FINANCEIRAS	27.916.345.858,00	19.412.025.537,06	(2.126,09)	19.412.023.410,97	8.504.322.447,03
1340.01.00 UTIL.RECURSO HIDRICOS - ITAIPU	343.168.500,00	458.376.328,12	(331,46)	458.375.996,66	(115.207.496,66)
1340.02.00 UTIL.RECURSO HIDRICOS - DEMAIS EMPRESAS	1.454.645.857,00	1.338.928.325,30		1.338.928.325,30	115.717.531,70
1340.03.00 EXPLORACAO DE RECURSOS MINERAIS	744.999.974,00	742.765.113,16		742.765.113,16	2.234.860,84
1340.04.00 ROYALTIES PRODUCAO PETROLEO GAS.NAT.-EM TERRA	626.994.109,00	431.298.365,31		431.298.365,31	195.697.743,69
1340.05.00 ROYALTIES PROD. PETR. GAS.NAT.-EM PLATAFORMA	5.188.262.028,00	3.702.927.681,38	(10,00)	3.702.927.681,38	1.485.334.346,62
1340.06.00 ROYALT.EXCED.PROD.PETR.OU GAS.NAT.-EM TERRA	562.410.618,00	388.931.574,37	(72,95)	388.931.501,42	173.479.116,58
1340.07.00 ROYALTIES EXCLD.IRCD.PETR.GAS.NAT.-PLATAFORMA	5.080.630.099,00	3.632.210.396,91	(1.711,68)	3.632.208.685,23	1.448.421.413,77
1340.08.00 PARTICIP.ESPEC.PROD.PETROLEO OU GAS NATURAL	13.915.234.673,00	8.716.669.742,51		8.716.669.742,51	5.198.564.930,49
1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	77.647.081,00	14.406.787,67	(196.236,47)	14.240.551,20	63.601.529,80
1400.00.00 RECEITA AGROPECUARIA	23.070.322,00	22.058.188,63	(1.376.422,76)	20.681.765,87	2.194.555,87
1410.00.00 RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	13.400.568,00	12.602.123,67	(1.075.691,19)	11.526.432,48	1.874.135,52
1420.00.00 RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	9.644.479,00	9.411.481,26	(88.804,69)	9.322.596,57	321.882,43
1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	39.275,00	44.583,90	(11.840,22)	32.707,68	6.567,32
1500.00.00 RECEITA INDUSTRIAL	653.878.895,00	574.505.964,94	(747.286,04)	574.269.678,90	79.609.216,10
1510.00.00 RECEITA DA INDUSTRIA EXTRATIVA MINERAL					
1520.00.00 RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	653.878.895,00	574.505.964,94	(747.286,04)	574.269.678,90	79.609.216,10
1520.10.00 RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA	501.968.719,00	467.267.090,65	(169.652,19)	422.179.691,36	79.790.680,64
1520.20.00 RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA	29.215.020,00	26.661.033,51	(18.774,10)	26.642.109,41	2.572.910,19
1520.71.00 RECEITA DA INDUST.PROD.FARMAC. E ALTER.ORTICOS	72.910.516,00	75.394.240,58	([illegible])	75.[illegible]	(2.[illegible])

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMOQUIMICOS		959.971,09		959.971,09	(959.971,09)
1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	2.549.280,00	2.074.161,01	(2.050,10)	2.072.110,91	476.169,09
1520.27.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS	496.826,00	436.942,00	(22.452,55)	414.489,45	82.336,55
1520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	45.261.025,00	46.478.044,32	(77.449,23)	46.400.595,09	(1.139.570,09)
1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1.478.507,00	81.078,15	(15.185,00)	65.893,15	1.412.613,85
1530.00.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE CONSTRUCAO					
1590.00.00 OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS					
1600.00.00 RECEITA DE SERVICOS	33.660.938.637,00	35.041.727.312,47	(111.075.403,51)	34.929.651.908,96	(1.268.673.271,96)
1600.01.00 SERVICOS COMERCIAIS	79.656.812,00	81.737.149,28	(591.292,17)	81.145.857,11	(1.489.045,11)
1600.01.01 SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS	103.877,00	4.228.733,27		4.228.733,27	(4.124.856,27)
1600.01.02 SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID.	17.802.725,00	15.178.644,27	(53.326,24)	15.125.318,03	2.477.406,97
1600.01.03 SERVICOS DE COMERC. E DISTRIB. PROD. AGROPEC.	279.153,00	388.085,17		388.085,17	(108.932,17)
1600.01.06 SERV.COMERCIAIS DE PROD.DADOS E MAT.INFORMATI	43.250.766,00	36.792.002,16	(102,00)	36.791.900,16	6.458.865,84
1600.01.07 RECEITA DE UTILIZACAO DE POSICOES ORBITAIS		13.666.193,98		13.666.193,98	(13.666.193,98)
1600.01.08 REC.COM.DADOS/IMAGENS UTIL.POSIÇÕES ORBITAIS					
1600.01.09 REC.LANÇAM.SATÉLITES E FOGUETES DE SONDAGEM					
1600.01.99 OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	18.420.291,00	11.483.490,43	(537.863,93)	10.945.626,50	7.474.664,50
1600.02.00 SERVICOS FINANCEIROS	29.410.551.963,00	30.605.357.607,30	(61.376.991,48)	30.537.980.615,82	(1.127.428.652,82)
1600.02.01 JUROS DE EMPRESTIMOS	24.364.870.963,00	25.471.351.157,91	(61.376.991,48)	25.403.974.166,43	(1.039.133.203,43)
1600.02.03 SERV.FINANC.DE COMPENS.DE VARIACOES SALARIAIS	576.370,00	472.710,09		472.710,09	103.659,91
1600.02.05 OPERACOES DE AUTORIDADE MONETARIA					
1600.02.06 SERVICOS DE REMUNERACAO RCP. PROG.DES.ECONOM.	5.036.619.428,00	5.107.537.864,17		5.107.537.864,17	(70.868.436,17)
1600.02.07 COMISSOES PELA PREST. DE GARANTIA					
1600.02.11 SERV.FIN. PROV. EXEC.GARANTIA - OP. CRED. INT					
1600.02.12 SERV.FIN. PROV. EXEC.GARANTIA - OP. CRED. EXT					
1600.02.99 OUTROS SERVICOS FINANCEIROS	8.465.202,00	25.995.875,13		25.995.871,13	(17.530.673,13)
1600.03.00 SERVICOS DE TRANSPORTE	159.404.682,00	159.212.884,24	(3.610.369,92)	155.602.514,32	3.802.167,68
1600.03.01 SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO	263.610,00	292.324,39	(258,97)	292.065,42	(28.455,42)
1600.03.02 SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO	158.136.450,00	157.350.562,38	(3.610.110,95)	153.740.451,43	4.395.998,57
1600.03.03 SERVICOS DE TRANSPORTE HIDROVIARIO	3.378,00	16.454,00		16.454,00	(13.076,00)
1600.03.04 SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO	1.001.244,00	1.553.543,47		1.553.543,47	(552.299,47)
1600.03.05 SERVICOS DE TRANSPORTES ESPECIAIS					
1600.03.99 OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE					
1600.04.00 SERVICOS DE COMUNICACAO	6.584.374,00	29.211.668,27		29.211.668,27	(22.627.294,27)
1600.04.01 SERVICOS DE PUBLICIDADE LEGAL	6.584.374,00	20.156.170,02		20.156.170,02	(13.571.796,02)
1600.04.02 SERVICOS DE RADIODIFUSAO		9.007.687,04		9.007.687,04	(9.007.687,04)
1600.04.03 OUTROS SERVICOS DE COMUNICACAO		47.811,21		47.811,21	(47.811,21)
1600.05.00 SERVICOS DE SAUDE	178.935.386,00	116.928.138,69	(6.427.251,73)	110.500.886,96	68.424.501,04
1600.05.01 SERVICOS HOSPITALARES	159.048.260,00	95.181.362,68	(5.952.060,93)	89.229.301,75	69.818.958,25
1600.05.02 SERV.REG.AN.CONTR.PROD.SUJ.A NORM.VIGIL.SANIT		8,50		8,50	(8,50)
1600.05.03 SERVICOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS	1.252.137,00	1.547.876,49	(475.140,80)	1.072.835,69	179.301,31
1600.05.05 SERV ASSIST SAUDE SUPLEMENTAR SERVIDOR CIVIL	18.522.000,00	20.072.808,41		20.072.808,41	(1.550.808,41)
1600.05.99 OUTROS SERVICOS DE SAUDE	182.991,00	125.982,61	(50,00)	125.932,61	(22.941,61)
1600.06.00 SERVICOS PORTUARIOS	198.228,00	277.103,85		277.103,85	(78.875,85)
1600.07.00 SERVICOS DE ARMAZENAGEM	31.541.948,00	41.819.988,84	(36.073,76)	41.783.915,08	(10.221.967,08)
1600.08.00 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	56.249.706,00	63.483.097,95	(3.274,83)	63.479.823,12	(7.210.117,12)
1600.09.00 SERVICOS DE SOCORRO MARITIMO	3.502,00	9,00		9,00	3.494,00
1600.10.00 SERVICO DE INFORMACOES ESTATISTICAS					
1600.11.00 SERVICOS DE METROLOGIA E CERTIFICACAO	335.149.921,00	241.002.449,17	(203.164,23)	240.804.284,94	94.345.636,06
1600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	296.915.692,00	209.875.951,92	(145.817,12)	209.730.134,80	87.185.557,20
1600.11.02 METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL	1.545.447,00	2.065.960,52	(2.880,00)	2.063.080,52	(517.633,52)
1600.11.03 METROLOGIA LEGAL	4.444.875,00	6.406.200,62	(39.762,02)	6.366.438,60	(1.921.563,60)
1600.11.04 CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS	31.973.250,00	22.575.471,87	(14.634,19)	22.560.837,68	9.412.412,32
1600.11.05 INFORMACAO TECNOLOGICA	240.657,00	83.864,24	(70,90)	83.793,34	176.863,66
1600.12.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA	7.817.950,00	10.439.547,84	(320.433,70)	10.119.114,14	(2.271.164,14)
1600.13.00 SERVICOS ADMINISTRATIVOS	1.060.659.671,00	910.211.048,54	(17.150.047,77)	893.061.000,77	167.608.670,23
1600.14.00 SERVICOS DE INSPECAO I- FISCALIZACAO	110.932.645,00	107.997.250,88	(144.348,00)	107.852.902,88	3.089.742,12

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1600.15.00 SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	386.859,00	312.811,79		312.811,79	76.047,21
1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	155.842.097,00	219.806.624,18	(2.221.336,92)	217.585.287,26	(61.743.190,26)
1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	5.260.375,00	5.713.166,13	(131.614,97)	5.581.551,16	(321.176,16)
1600.18.00 SERVIÇOS DE REPARAÇÃO,MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO	824.096,00	282.908,01		282.908,01	541..87,99
1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	9.647.401,00	25.766.745,33	(16.755,85)	25.749.989,44	(16.102.588,44)
1600.20.00 SERVIÇOS CONSULT.ASSIST.TEC. ANALISE PROJETOS	42.283.002,00	17.431.506,11	(76,54)	17.431.429,57	24.851.572,43
1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	32.194.313,00	32.954.349,42	(413.887,63)	32.540.461,79	(346.148,79)
1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	50.973.339,00	95.623.798,76	(1.380.973,96)	94.242.824,80	(43.269.485,80)
1600.23.00 SERVIÇOS REG. MARCAS,PAT.TRANSF.DE TECNOLOGIA	216.262.283,00	193.799.821,28	(151.205,62)	193.648.615,66	22.613.667,34
1600.23.01 SERVIÇOS DE PATENTES	68.081.688,00	73.145.319,87	(13,00)	73.145.306,87	(5.063.618,87)
1600.23.02 SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS	130.189.094,00	100.299.838,82	(180,00)	100.299.658,82	29.889.435,18
1600.23.03 SERVIÇOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	17.304.449,00	20.055.015,09	(151.012,62)	19.904.002,47	(2.599.553,47)
1600.23.04 SERVIÇOS DE REGISTRO INDICACOES GEOGRÁFICAS	11.958,00	16.650,00		16.650,00	(4.692,00)
1600.23.05 SERVIÇOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR	675.094,00	282.997,50		282.997,50	392.096,50
1600.23.06 SERVIÇOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL					
1600.23.07 SERV. PROTEÇÃO TOPOGRAFIAS C.IRCUITOS INTEGRAD					
1600.23.08 SERVIÇOS DE REMESSA DE DEPOSITOS OFICIAIS					
1600.23.99 OUTROS SERV.REGIST.MARCAS,PATENTES,TRANSF.TEC					
1600.24.00 SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMERCIO	9.194.505,00	14.483.311,28	(59.371,95)	14.423.939,33	(5.229.434,33)
1600.25.00 SERVIÇO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	68.688.928,00	79.658.662,16	(3.469,38)	79.655.191,78	(10.966.254,78)
1600.26.00 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	5.986.509,00	3.908.543,27	(1.620,95)	3.906 922,32	2.059 586,68
1600.27.00 SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS		3.610,95		3.610,95	(3.610,95)
1600.28.00 SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO	1.597.919,00	908.071,19		908.071,19	689.847,81
1600.29.00 SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES					
1600.30.00 TARIFA DE UTILIZAÇÃO DE FAROIS	79.159.346,00	81.308.545,71	(250.724,59)	81.057.821,12	(1.898.473,12)
1600.31.00 TARIFA E ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	671.823.436,00	644.297.410,35		644.297.410,35	27.526.025,65
1600.31.01 TARIFA AEROPORTUARIA		73.992,61		73.992,61	(73.992,61)
1600.31.02 ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	418.677.391,00	428.797.505,22		428.797.505,22	(10.120.114,22)
1600.31.03 PARCELADA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL	253.146.045,00	215.425.912,52		215.425.912,52	37.720..32,48
1600.32.00 SERVIÇOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL	14.189.829,00	9.403.279,54		9.403.279,54	4.786.549,46
1600.33.00 TARIFAS USO COMUN AUX.A NAVEG.AEREA EM ROTA	640.000.000,00	782.171.974,79	(10.637.047,94)	771.534.926,85	(131.534.926,85)
1600.33.01 TARIF USO COMUN E AUX.NAVEGACAO AEREA EM ROTA	350.000.000,00	430.839.270,35	(8.322.066,90)	422.517.203,45	(72.517.203,45)
1600.33.02 ADICIONAL S/ TARIFA USO COM E AUX NAVEG AEREA	290.000.000,00	351 332.704,44	(2.314.981,07)	349.017.723,37	(59.017.723,37)
1600.34.00 SERV.REGUL. EXPL.SERV.TELECOM. REGIME PRIVADO					
1600.35.00 SERVIÇO DE COMPENSACAO DE VARIACOES SALARIAIS	13.995.410,03	26.466.177,53		26.466.177,53	(12.470.767,53)
1600.36.00 PREST. DE SERV. PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL	121.635.249,00	134.529.344,89		134.529.344,89	(12.894.095,89)
1600.36.01 TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE INFORM. DO BACEN	109.488.544,00	124.156.921,38		124.156.921,38	(14.668.377,38)
1600.36.02 TARIFA PELO USO DO SIST.DE TRANSF. RES. BACEN	12.146.705,00	10.372.423,51		10.372.423,51	1.774.281,49
1600.37.00 GARANTIAS E AVAIS	50.824.904,00	274.257.620,96		274.257.620,96	(223.432.716,96)
1600.37.01 CONCESSAO DE AVAL DO TESOURO NACIONAL					
1600.37.02 CONCESSAO GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	50.594.347,00	61.833.441,82		61.833.441,82	(11.239.094,82)
1600.37.03 COMISSOES PELA PRESTACAO DE GARANTIA	230.557,00				230.557,00
1600.37.04 GARANTIA DOS FINANC.AA ESTOC.ALCOOL ETIL.COMB					
1600.37.05 RECEITA DE SEGURO DE CREDITO AA EXPORTACAO		212.424.179,14		212.424.179,14	(212.424.179,14)
1600.38.00 CREDENCIAMENTO EXP.PREST.SERVICOS DE VISTORIA		2.566.367,00	(12 768,00)	2.553 589,00	(2 553.589,00)
1600.39.00 SERVICOS VETERINARIOS					
1600.40.00 CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO DE PROD. TELECOM.	611.332,00	1.326.314,94	(2 467,89)	1.325.677,05	(714.545,05)
1600.50.00 TAR.INSCR.CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS					
1600.56.00 CERTIFICACAO E HOMOLOGACAO ATIVIDADE MINERAL	2.530.000,00	2.568.664,02	(112.256,22)	2 456.407,80	73.592,20
1600.60.00 SERV.INOV.A.PESQ.AMBIENT.PROD.-INST.CIENT.TEC	120.000,00				120.000,00
1600.60.01 SERV.PREST.DIRET. POR INST.CIENT.TECNOLOGICA					
1600.60.02 SERV.DECORREN.PARC.FIR.C/OUTRAS INST.PUBLIC.IV.	120.000,00				120.000,00
1600.70.00 TAR.COMP.UTIL.ATIV.PESQ.INOV.-INST.CIEN.TEC.					
1600.70.01 COMP.LAB.AFINS.C/MICR.EMP.PEQ.PORT.ATIV.INOV.					
1600.70.02 UTIL.LAB.P/EMP.NAC+ORG.DIR.PRIV.S/LUC.ATIV.PQ					
1700.00.00 OUTROS RECEITAS DE SERVIÇOS	28.248.713,00	74.492.750,03	(1 [illegible]	28.676 142,56	5 572.570,41
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	304.440.147,00	167.666.787,45	(25.[illegible]	142.141.685,53	162.[illegible]

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1720.00.00 TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		3.892,00		3.892,00	(3.892,00)
1722.00.00 TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS					
1722.99.00 OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS					
1723.00.00 TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS		3.892,00		3.892,00	(3.892,00)
1723.99.00 OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS		3.892,00		3.892,00	(3.892,00)
1730.00.00 TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	94.379.030,00	18.733.283,86	(6.267,86)	18.727.016,00	75.652.014,00
1740.00.00 TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	74.586.981,00	26.760.914,96		26.760.914,96	47.826.066,04
1750.00.00 TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	444.000,00	485.230,27	(100,00)	485.130,27	(41.130,27)
1760.00.00 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	134.751.691,00	119.887.175,07	(25.357.584,06)	94.529.611,01	40.222.079,99
1761.00.00 TRANSFERENCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES	62.412.861,00	42.668.015,99	(8.111.036,00)	34.556.979,99	27.855.881,01
1762.00.00 TRANSF.DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES	43.877.173,00	45.546.018,67	(6.969.051,30)	38.576.967,37	5.300.205,63
1763.00.00 TRANSF.CONV.DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADEDES	15.531.905,00	10.745.067,63	(485.806,49)	10.259.261,14	5.272.643,86
1764.00.00 TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	12.929.752,00	20.928.072,78	(9.791.670,27)	11.136.402,51	1.793.349,49
1770.00.00 TRANSFERENCIAS PARA O COMBATE A FOME	598.445,00	1.635.301,29		1.635.301,29	(1.036.856,29)
1771.00.00 PROVENIENTES DO EXTERIOR					
1772.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS JURIDICAS	398.002,00	195.026,34		195.026,34	202.975,66
1773.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS FISICAS	31.287,00	62.390,01		62.390,01	(31.103,01)
1774.00.00 PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS	169.156,00	1.377.884,94		1.377.884,94	(1.208.728,94)
1800.00.00 RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR					
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.794.252.830,00	43.701.823.631,40	(3.731.439.791,75)	39.970.383.839,65	(8.176.091.009,65)
1910.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA	19.777.068.742,00	15.409.172.807,14	1.248.105.815,42	16.657.278.621,56	3.119.810.119,44
1911.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	4.988.119.528,00	4.450.616.262,28	886.183.580,71	5.336.799.841,99	(348.670.314,99)
1911.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/A IMPORTACAO	93.503.497,00	78.267.320,51	(10.298.366,95)	67.968.953,56	25.534.543,44
1911.01.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO	93.503.497,00	74.073.081,33	(10.298.366,95)	63.774.714,38	29.728.782,62
1911.01.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA IMP IMP		4.194.239,18		4.194.239,18	(4.194.239,18)
1911.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA-IMP.RENDA E PROV. NAT.	3.958.580.647,00	3.860.532.824,97	857.569.375,37	4.718.102.200,34	(759.521.553,34)
1911.02.01 MULTAS E JUROS DE MORA - IRPF	889.607.729,00	941.864.271,86	7.507.146,53	949.371.418,39	(59.768.689,39)
1911.02.02 MULTA E JUROS DE MORA - IRPJ	2.057.855.733,00	1.966.942.794,59	781.955.095,84	2.748.897.890,43	(691.042.157,43)
1911.02.03 MULTA E JUROS DE MORA - IRRF	471.652.177,00	515.470.898,55	88.107.133,00	603.578.031,55	(131.925.854,55)
1911.02.04 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRJ	423.689.208,00	344.832.702,89		344.832.702,89	78.856.505,11
1911.02.05 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA IR FONTE	77.676.936,00	50.384.222,45		50.384.222,45	27.292.713,55
1911.02.06 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRRF	38.103.864,00	21.037.934,63		21.037.934,63	17.065.929,37
1911.03.00 MULTAS E JUROS DE MORA DO IPI	690.687.046,00	414.089.399,50	12.466.359,04	426.555.758,54	264.131.287,46
1911.03.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI	690.687.046,00	312.862.958,77	12.466.359,04	325.329.317,81	365.357.728,19
1911.03.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IPI		101.226.440,73		101.226.440,73	(101.226.440,73)
1911.04.00 MULTAS E JUROS DE MORA IMP.OP.CRED.CAMBIO SEG	202.979.837,00	70.311.167,40	4.935.226,26	75.246.393,66	127.733.443,34
1911.04.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP OPCRED - IOF	202.979.837,00	60.380.160,50	4.935.226,26	65.315.386,76	137.664.450,24
1911.04.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IOF		9.931.006,90		9.931.006,90	(9.931.006,90)
1911.07.00 MULTAS E JUROS DE MORA IMPOSTO S/A EXPORTACAO	413.315,00	413.595,15	1.339.896,13	1.753.491,28	(1.340.176,28)
1911.07.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP EXPORTACAO	413.315,00	127.388,00	1.339.896,13	1.467.284,13	(1.053.969,13)
1911.07.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA DO IMP EXP		286.207,15		286.207,15	(286.207,15)
1911.08.00 MULTAS E JUROS DE MORA IMP. PROP.TERR.IT.RURAL	38.709.401,00	31.929.656,52	158.893,24	32.088.549,76	6.620.851,24
1911.08.01 MULTA E JUROS DE MORA DO ITR MUNICIPIOS CONVE		10.244.263,28	7.388,70	10.251.651,98	(10.251.651,98)
1911.08.02 MULTA E JUROS DE MORA DO ITR - MUNIC NAO CONV	38.709.401,00	21.685.393,24	151.504,54	21.836.897,78	16.872.503,22
1911.31.00 MULTAS E JUROS MORA TX.FISC.TELECOMUNICACAO	1.800.375,00	3.650.548,42		3.650.548,42	(1.850.173,42)
1911.32.00 MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISC. PROD. MEX	116.928,00	117.912,52		117.911,52	(984,52)
1911.33.00 MULTAS E JUROS MORA TAXA FISC.SERV.IRRIGACAO	35.018,00	74.689,83		74.689,83	(39.671,83)
1911.34.00 MUL.JUR.MORA TX FISC.MERC.SEG.CAPIT.PREV.ABER		526,70		526,70	(526,70)
1911.35.00 MUL.JUR.MORA TX FISC.VIGILANCIA SANITARIA		144.789,83		144.789,83	359.764,17
1911.36.00 MUL.JUR.MORA TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR	503.954,00	13.626,28		13.626,28	55.824,72
1911.37.00 MUL.JUR MORA TX FISC.MERC.TIT. E VAL. MOBIL.	88.651,00	11.070.204,65	12.197,62	11.082.401,27	(10.351.543,27)
1911.99.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	720.859,00	6.271.760,21	12.197,62	6.283.957,83	(5.563.098,83)
1911.99.01 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	720.859,00	4.798.444,44		4.798.444,44	(4.798.444,44)
1911.99.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA OUTROS TRIB	8.814.675.418,00	5.892.030.572,48	802.897.214,43	6.694.927.286,92	2.319.748.131,08
1912.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES	1.068.575.371,00	590.467.065,24	152.547.461,64	743.009.526,88	325.566.844,12
1912.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIB. PREVIDENC.	955.902.544,00	520.089.396,06	152.547.461,64	672.636.857,70	283.265.686,30

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1912.01.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA COFINS	112.653.827,00	70.372.669,18		70.372.669,18	42.281.157,82
1912.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONT SALARIO-EDUCACAO	1.330.175,00				1.330.175,00
1912.03.00 MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE	8.579.680,00	6.628.120,73	(2.438.055,34)	4.190.065,39	4.489.614,61
1912.03.01 REC.MULTA/MORA CONTR S/ CIDE - COMBUSTIVEL	8.579.680,00	6.163.236,13	(2.438.055,34)	3.725.180,79	4.954.499,21
1912.03.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE		464.884,60		464.884,60	(464.884,60)
1912.07.00 MULTA E JUROS DE MORA DA CPMF		17.298.565,63	3.787.853,54	21.086.419,17	(21.086.419,17)
1912.07.01 REC.MULTA/MORA CONTR S/MOV.FIN - CPMF		14.217.348,23	3.787.853,54	18.005.201,77	(18.005.201,77)
1912.07.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CPMF		3.081.217,40		3.081.217,40	(3.081.217,40)
1912.29.00 MULTA/JUROS MORA CONTR.REG.PROP. PREV. SERV.		599.023,01	(3.338,55)	595.684,46	(595.684,46)
1912.29.01 MULTAS/JUROS CONTR.PATRONAI REGIME PROP.PREV		23.659,87		23.659,87	(23.659,87)
1912.29.02 MULTAS/JUROS CONTR.SERVIDOR REGIME PROP.PREV		575.363,14	(3.338,55)	572.024,59	(572.024,59)
1912.30.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONT PARA O RGPS	2.159.838.039,00	1.450.970.608,21		1.450.970.608,21	708.867.430,79
1912.30.01 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEG.OBRIGAT.C/INDIV.	157.473.694,00	43.920.025,57		43.920.025,57	113.553.668,43
1912.30.02 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.SEGURADO ASSALARIADO	415.395.996,00	299.002.543,47		299.002.543,47	116.393.452,53
1912.30.03 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA S/SEG.ASSAL.	414.841.245,00	369.083.054,97		369.083.054,97	45.758.190,03
1912.30.04 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA OPT. SIMPLES					
1912.30.05 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ ESPET. DESPORTIVO	206.142,00	387.385,52		387.385,52	(181.243,52)
1912.30.06 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ PRODUCAO RURAL	15.154.779,00	13.904.348,12		13.904.348,12	1.250.430,88
1912.30.07 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMREG. PARCEL. DEB.	822.485.412,00	332.360.866,68		332.360.866,68	490.124.545,32
1912.30.08 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.P/SEG.ACIDENTE TRAB.	48.592.178,00	44.455.972,64		44.455.972,64	4.136.205,36
1912.30.09 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ RECLAM. TRABALH.	44.612.739,00	39.622.427,94		39.622.427,94	4.990.311,06
1912.30.10 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.REG.PARC.DEB.MUNICIP					
1912.30.11 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEG.OBRIG. - EMPR.					
1912.30.12 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEG. FACULTATIVO	5.119.988,00	4.113.059,26		4.113.059,26	1.006.928,74
1912.30.13 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEGURADO ESPECIAL	84.617,00	79.806,46		79.806,46	4.810,54
1912.30.14 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. SEG.OBRIG.-EMPR.DOM	45.138.146,00	39.541.306,46		39.541.306,46	5.596.839,54
1912.30.15 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ORGAOS PODER PUBL.	87.141.701,00	129.157.161,98		129.157.161,98	(42.015.460,98)
1912.30.16 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ENTIDADES FILANTR.	21.183.094,00	21.710.848,35		21.710.848,35	(527.754,35)
1912.30.17 MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. RET.S/AF-SUBROGACAO	81.339.415,00	113.454.456,25		113.454.456,25	(31.615.041,25)
1912.30.18 MULTAS/J.MORA ARREC. FIES - CERT.FIN. TESOURO	443.244,00	177.328,60		177.328,60	265.915,40
1912.30.19 MULTAS/J.MORA ARREC. FNS - CERT.FIN. TESOURO					
1912.30.20 MULTAS/J.MORA DE CERTIFICADOS DA DIV. PUBLICA					
1912.30.21 MULTAS/J.MORA DA CONTR.PREV. DEP.JUD/REC/CUST	2.244,00	15,94		15,94	2.228,06
1912.30.99 MULTAS E J. MORA DE OUTRAS CONTR. PREVIDENT.	123.405,00				123.405,00
1912.31.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIB. DO PIS/PASEP	302.847.105,00	180.917.984,61	44.383.967,38	225.301.951,99	77.545.151,01
1912.31.01 REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP	280.517.693,00	165.572.021,74	44.383.967,38	209.955.989,12	70.561.703,88
1912.31.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA PIS/PASEP	22.329.410,00	15.345.962,87		15.345.962,87	6.983.447,13
1912.32.00 MULTAS E JUROS S/CONTR.SOCIAL S/LUCRO DE PJ	734.670.754,00	315.808.448,46	128.808.918,34	444.617.366,80	290.053.387,20
1912.32.01 REC.MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO PJ	695.900.424,00	300.657.774,41	128.808.918,34	429.466.692,75	266.433.731,25
1912.32.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CSLP	38.770.330,00	15.150.674,05		15.150.674,05	23.619.655,95
1912.33.00 MULTA E JUROS DE MORA S/CON .DOS CONC.E PROG.		88.791,81	(525,21)	88.266,60	(88.266,60)
1912.33.01 MULTAS JUR.MORA CONTR. S/REC. LOTERIA FEDERAL					
1912.33.02 MULTAS JUR.MORA CONTR. S/REC. LOTERIAS ESPORT					
1912.33.03 MULTAS J.MORA CONTR. REC.CONC.ESP. LOT.ESPORT					
1912.33.04 MULTAS JUR.MORA CONTR.S/REC. LOTER.DE NUMEROS					
1912.33.05 MULTAS JUR.MORA CONTR.S/REC. LOTERIA INSTANT.					
1912.33.06 MULTAS JUR.MORA DE PREMIOS PRESCRITOS LOT.FED					
1912.33.07 MULTAS JUR.MORA DA CONTR. SOBRE CUT.CONC.PROG		88.791,81	(525,21)	88.266,60	(88.266,60)
1912.34.00 MUL.JUR.MORA CONT.REC.CONCES.ENERGIA ELETRICA		915.196,22		915.196,22	(915.196,22)
1912.35.00 MUL.JUR.MORA DA COTA-PARTE DA CONTR.SINDICAL		40.002,82	(67,87)	39.934,95	(39.934,95)
1912.36.00 MUL.JUR.MORA CONTR.S/REC.SORTEIOS ENT.FILANTR					
1912.51.00 MUL.JUR.MORA CONT. S/ APOSTA CORRET. HIPICAS		55,24		55,24	(55,24)
1912.52.00 MUL.JUR.MORA COTA-PARTE FRETE REN.MAR.MERCANTE	378.620,00	28.022.641,30		28.022.641,30	(27.644.021,30)
1912.53.00 MULT. JMORA CONTR.REC. DESP.EMP. S/ JUSTA CAUSA	16.045.592,00	33.384.198,54		33.384.198,54	(17.338.606,54)
1912.54.00 MULT. JMORA CONTR. S/ REMUN. DEVIDA AO TRAB.		17.338.606,54		17.338.606,54	(17.338.606,54)
1912.55.00 JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DE CONTRIB.	4.507.194.856,00	3.978.491.890,18	175.614.841,27	3.654.305.769,45	952.889.116,55
1912.55.01 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. FIN. SEG SOCIAL	1.254.907.105,00	951.748.959,27	142.164.938,74	1.093.913.958,64	230.993.147,14

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	**PÁGINA**
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1912.55.02 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENT COFINS	932.436.302,00	638.934.761,29		634.934.761,29	297.501.540,71
1912.55.03 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.S/ MOVIM. FINANC		48.432.013,94	4.449.447,58	50.881.461,52	(50.881.461,52)
1912.55.04 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAM DA CPMF		31.159.312,85		32.159.312,85	(32.159.312,85)
1912.55.05 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. P/ PIS/PASEP	514.521.434,00	381.982.743,17	45.185.844,64	427.168.587,81	87.352.846,19
1912.55.06 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAM PIS/PASEP	188.936.692,00	151.754.615,72		154.754.615,72	34.182.076,28
1912.55.07 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.SOC. S/LUCRO PJ	1.321.195.502,00	1.001.240.422,84	83.994.552,11	1.088.234.975,15	233.760.526,85
1912.55.08 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARCELAMENTO CSLL	294.397.823,00	122.258.069,25		122.258.069,25	172.139.753,75
1912.55.09 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. REC.LOT.FEDERAL					
1912.55.10 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. REC.LOT.ESPORT.					
1912.55.11 JUROS MORA DO FUNDAF -CONTR.CONC.ESP.LOT.ESP.					
1912.55.12 JUROS MORA DO FUNDAF -CONTR.REC. LOT. NUMEROS					
1912.55.13 JUROS MORA DO FUNDAF -CONTR.REC. LOT. INSTANT					
1912.55.14 JUROS MORA DO FUNDAF -PREMICS PRESCR.LOT.FED.					
1912.56.00 MULTA/JUROS DE COMPENS. FINANCEIRAS RG/RPPS					
1912.99.00 MULTAS E JUROS DE MORA - OUTRAS CONTRIBUICOES	15.213.828,00	4.448.976,73	(3.840,77)	4.445.135,96	10.768.692,04
1912.99.01 MULTAS E JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIBUICOES	15.213.828,00	4.426.653,16	(3.840,77)	4.422.812,39	10.791.015,61
1912.99.02 PARC - MULTAS/JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIB		22.323,57		22.323,57	(22.323,57)
1913.00.00 MUL. E JUR. MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	817.136.693,00	1.062.308.883,43	101.499.228,11	1.163.808.111,54	(346.671.418,54)
1913.01.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMPOSTO IMPORTACAO	8.370.203,00	83.624.780,10	812.065,16	84.436.845,36	(76.066.642,36)
1913.01.01 REC.MULTA/MORA DIV ATIVA IMP S/IMPORTACAO.	8.370.203,00	71.542.753,40	812.065,16	80.354.818,66	(71.984.615,66)
1913.01.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA II		4.082.026,70		4.082.026,70	(4.082.026,70)
1913.02.00 MUL. JUR.MORA DIV.ATIVA IR S/PROV.QQ.NATUREZA	608.657.304,00	781.159.100,80	76.498.933,13	857.658.034,13	(249.000.730,13)
1913.02.01 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-PESSOA FISICA	189.156.394,00	183.510.598,36	3.901.265,19	187.411.864,25	1.744.529,75
1913.02.02 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-PESSOA JURIDICA	233.603.181,00	359.717.027,76	62.568.960,31	422.285.988,07	(188.682.807,07)
1913.02.03 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IR-RETIDO NA FONTE	69.826.172,00	122.443.653,02	10.028.707,13	132.472.360,15	(62.646.188,15)
1913.02.04 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRPJ	86.247.517,00	100.005.065,68		100.005.065,68	(13.757.548,68)
1913.02.05 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRRF	9.151.853,00	5.939.423,82		5.939.423,82	3.312.429,18
1913.02.06 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IRPF	20.572.187,00	9.543.332,16		9.543.332,16	11.028.854,84
1913.03.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMP. PROD.INDUSTR.	153.638.656,00	163.261.066,75	21.186.102,42	184.447.169,21	(30.508.513,21)
1913.03.01 REC.MULTA/MORA DIV ATIVA IMP S/PROD INDUS-IPI	153.638.656,00	120.443.936,45	21.186.102,42	141.630.038,87	12.308.617,13
1913.03.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IPI		42.817.130,34		42.817.130,34	(42.817.130,34)
1913.04.00 MUL.JUR.MORA DIV.AT.IMP.OP.CR.CAM.SEG.VA.,MOB	8.879.644,00	10.496.260,09	1.029.339,91	11.525.599,10	(2.645.955,10)
1913.04.01 REC. MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DO IOF	8.879.644,00	10.478.647,90	1.029.339,91	11.507.986,91	(2.628.342,91)
1913.04.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IOF		17.612,19		17.612,19	(17.612,19)
1913.07.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMPOSTO EXPORTACAO	923.222,00	449.281,05	97.688,80	546.969,39	376.252,61
1913.07.01 REC. MULTA E JUROS DA DIVIDA ATIVA DO IE	923.222,00	40.953,26	273.921,47	314.874,73	608.347,27
1913.07.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA IE		408.327,83	(176.233,17)	232.094,66	(232.094,66)
1913.08.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA IMP.PROP.TER.RURAL	21.729.101,00	17.918.347,26	1.874.336,91	19.792.684,17	1.936.416,83
1913.09.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA TX FISC.TELECOMUN.	24.959,00	94.830,56	106,42	94.937,18	(69.968,18)
1913.10.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA TX FISC.PROD. MEX					
1913.99.00 MULTAS JUR. MORA DIV.ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	14.613.594,00	5.305.216,74	656,26	5.305.873,00	9.307.721,00
1914.00.00 MUL.E JUR.MORA DA DIV.ATIVA DAS CONTRIBUICOES	1.616.049.309,00	1.691.107.620,02	128.678.620,67	1.819.786.240,69	(203.736.931,69)
1914.01.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTRIB. PREVIDENC.	112.163.424,00	67.932.630,15	8.978.759,84	76.911.390,03	35.252.033,97
1914.01.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. FIN.SEG.SOCIAL	94.946.447,00	53.904.099,95	8.978.759,84	62.882.859,79	32.063.587,21
1914.01.02 REC PARC - MULTA/JUROS MORA DIV ATIVA COFINS	18.016.977,00	14.028.530,24		14.028.530,24	3.988.446,76
1914.02.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONT.SALAR.EDUCACAO					
1914.03.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTRIB.MOV.FINAN.		578.629,25	5.216.624,12	5.795.253,51	(5.795.253,51)
1914.03.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. S/ MOV. FINANC.		561.370,08	5.216.624,12	5.777.994,30	(5.777.994,30)
1914.03.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CPMF		17.259,21		17.259,21	(17.259,21)
1914.04.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DO RGPS	361.430.279,00	302.754.444,33		302.754.444,33	58.675.834,67
1914.04.01 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OB.C.I.	1.273.251,00	825.143,55		825.143,55	448.107,45
1914.04.02 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ASSALAR	113.411.400,00	69.486.779,17		69.486.779,17	43.924.620,83
1914.04.03 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR.SEG.AS	186.461.159,00	177.049.059,26		177.049.059,26	9.412.099,74
1914.04.04 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR-SIMPLE					
1914.04.05 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.ESPET DESPO	111.537,00	65.321,85		65.321,85	446.215,15
1914.04.06 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.PROD.RURAL					
1914.04.07 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.REG.PARC.DE	24.900,00	17.959,23		17.959,23	6.940,77

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2009 | MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 31/12/2009 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1914.04.08 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ACI.TRA	23.752.358,00	22.928.819,36		22.928.819,36	823.538,64
1914.04.09 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.RECLAM.TRAB					
1914.04.10 MULT.JM.DIV.AT.CONTR.PREV.REG.PARC.DEB MUNIC					
1914.04.11 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.EMP	408.085,00	179.537,07		179.537,07	228.547,93
1914.04.12 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.FACULT.					
1914.04.13 MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ESPECIA	1281.327,00	297.931,19		297.931,19	983.395,81
1914.04.14 MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV SEG.OBR.-EMP.DOM	205.045,00	89.158,29		89.158,29	115.886,71
1914.04.15 MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV SEG.ORG.POD.PUBL	34101.217,00	31.814.735,36		31.814.735,36	2.286.481,64
1914.04.16 MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV ENTID.FILANTROP.					
1914.04.17 MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV-RET.N.F.-SUBROGA					
1914.04.18 MULTAS J.M.DIV.AT.ARREC.FIES-CERT.FIN.TES.NAC					
1914.04.19 MULTAS J.M.DIV.AT.ARREC.FNS-CERT.FIN.TES.NAC.					
1914.04.20 MULTAS J.M.DIV.AT.- CERT. DIVIDA PUBLICA-CDP					
1914.04.21 MULTAS J.M.DIV.AT.CONT.PREV.DEP.JUD,REC.E.JUD					
1914.04.22 MUL.JUR.M.DA DIV.AT.CONTR.PREV.-PARCELAMENTOS					
1914.04.99 MULTAS J.M.DIV.AT.DE OUTRA CONTRIB.PREVIDENC.					
1914.05.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA PIS/PASEP	30.923.985,00	10.141.873,80	8.410.818,68	28.552.692,48	2.371.192,52
1914.05.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. P/ PIS/PASEP	25.498.828,00	16.338.116,62	8.410.818,68	24.748.935,30	749.892,70
1914.05.02 REC PARC - MULTA/JUROS MORA DIV ATI PIS/PASEP	5.425.057,00	3.803.757,18		3.803.757,18	1.621.299,82
1914.06.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTR.SOC.LUCRO PJ.	67865.916,00	26.796.597,68	10.625.678,03	37.422.275,71	30.443.640,29
1914.06.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. SOC. LUCRO PJ	61226.892,00	23.428.904,23	10.625.678,03	34.054.582,26	27.172.309,74
1914.06.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CSLL	6639.024,00	3.367.693,45		3.367.693,45	3.271.330,55
1914.07.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTR.CONC. PROGN.					
1914.07.01 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTR. LOTERIA FED.					
1914.07.02 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTR. LOT. ESPORT.					
1914.07.03 MULT.JUR.MORA DIV.AT.CONT.CONC.ESP.LOT.ESPORT					
1914.07.04 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTR. LOTERIA NUM.					
1914.07.05 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CONTR.LOTERIA INST.					
1914.07.06 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA PREM.PRESC. LOT.FED					
1914.08.00 MULT.JMORA DIV.AT.CONTR.DESP.EMPR.S/ JUCAUSA					
1914.09.00 MULT. JMORA DIV.AT. CONTR.S/REM. DEV.TRAB.					
1914.10.00 MULT.JMORA DIV.AT.COTA ADIC.FR.MARINHA MERC.	352.591,00	428.517,64		428.517,64	(75.926,64)
1914.11.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE		208.989,48	847.802,89	1.056.792,37	(1.056.792,37)
1914.11.01 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE - COMBUSTIVEL		212,97	847.802,89	848.015,86	(848.015,86)
1914.11.02 REC PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV ATIVA CIDE		208.776,51		208.776,51	(208.776,51)
1914.12.00 JUROS DE MORA DO FUNDAF - DIV.ATIVA DAS CONTR	1.038.620.207,00	1.268.159.383,86	96.444.322,97	1.362.603.706,83	(323.973.499,83)
1914.12.01 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA DA COFINS	366.111.485,00	610.420.557,45	29.578.936,78	639.999.494,23	(273.888.009,23)
1914.12.02 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARC DIV AT COFINS	161.911.304,00	160.988.257,85		160.988.257,86	521.046,14
1914.12.03 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA DA CPMF		5.451.288,74	19.219.667,60	24.670.956,34	(24.670.956,34)
1914.12.04 JUROS MORA DO FUNDAF - REC PARC DIV ATIV CPMF		77.367,08		77.367,08	(77.367,08)
1914.12.05 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA PIS/PASEP	112.005.638,00	165.648.428,59	25.999.365,51	169.647.794,50	(77.642.156,50)
1914.12.06 JUROS MORA FUNDAF - REC PARC DIV AT PIS/PASEP	45.111.445,00	49.129.706,75		49.129.706,25	(4.018.261,25)
1914.12.07 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA CSLL	269.250.202,00	228.067.451,07	21.646.353,08	249.713.804,15	19.536.397,85
1914.12.08 JUROS MORA FUNDAF - REC PARC DIV ATIV DA CSLL	84240.133,00	48.376.326,42		48.376.326,42	35.861.806,58
1914.12.09 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA LOT.FEDERAL					
1914.12.10 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV. ATIVA LOT.ESPORT.					
1914.12.11 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV.AT.C.ESP. LOT.ESP.					
1914.12.12 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV.AT.LOT. DE NUMEROS					
1914.12.13 JUROS MORA DO FUNDAF - DIV.AT.LOT.INSTANTANEA					
1914.12.14 JUROS MORA FUNDAF-DIV.AT.PREM. PRESC.LOT.FED.					
1914.99.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATI.OUTRAS CONTRIBUICOES	3883.007,00	4.106.553,75	154.614,04	4.261.167,79	(378.160,79)
1914.99.01 MULTA E JURO DE MORA DIV.ATI.OUTRAS CONTRIB	3883.007,00	3.224.795,52	154.614,04	3.379.409,56	503.597,44
1914.99.02 PARC - MULTAS/JUROS MORA DIV ATI OUTRAS CONTR		881.758,23		881.758,23	(881.758,23)
1915.00.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DE OUTRAS RECEITAS	768.536.157,00	374.980.742,46	(337 294.030,34)	(115.353.348,08)	883.889.505,0
1915.01.00 MULT.JMORA DIV.AT. MULTAS INFR.A LEG. TRAB.		6.194.026,24		6.194.026,24	(6.167.070,24)
1915.02.00 MULT.JMORA DIV.AT. EXPLOR. RECURSOS MINERAIS					
1915.03.00 MULT.JMORA DIV.AT.OUTOR.DIR.EXPL.E PESQ.MIN.		212,32		212,32	(212,32)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2009 | MES: DEZEMBRO
EMISSAO: 31/12/2009 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1915.04.00 MULT.JMORA DIV.AT.MULT.PREV.LEGIS.MINERARIA		870,23		870,23	(870,23)
1915.05.00 MULT.JMORA DIV.AT.SERVI.INSP.FISC.ATIV.MINER					
1915.06.00 MULT.JMORA DIV.AT.MULTA DE POLUICAO DE AGUAS					
1915.07.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.OUT.DIR.REC.HIDRICOS					
1915.08.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.COD.BRAS.AERONAUTICA					
1915.09.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.SERV.INSP.E FISCALIZ					
1915.10.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.-LEI GERAL TELECOMUN					
1915.11.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.CONC/PERM-SERV.COMUN					
1915.12.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.CONTRIB.P/IND.CINEMA					
1915.13.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.- PROJETOS CULTURAIS					
1915.14.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.- LEGISLACAO CINEMA					
1915.15.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.- RECURSOS HIDRICOS					
1915.16.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.- ENERGIA ELETRICA					
1915.17.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.- TX.FISCAL.ENERGIA					
1915.18.00 MULT.JMORA REC.DIV.ATIV.- TX.FISCAL.ENERGIA					
1915.19.00 MULTA/JUROS DIV.ATIVA COMPENS.FINANC.RG/RPPS					
1915.99.00 OUTRAS MULT. E J.MORA DIV.AT. DE OUTRAS REC.	768.536.157,00	263.792.633,57	(388.294.090,54)	(119.501.456,97)	888.037.613,97
1915.99.01 OUTRAS MULT.JUR.MORA DIV.ATIV.OUTR.RECEITAS	747.285.075,00	255.843.719,30	(388.294.090,54)	(131.450.371,24)	878.735.446,24
1915.99.02 PARCEL-OUTRAS MULTA/J DE MORA DIV AT OUT REC	21.251.082,00	11.948.914,27		11.948.914,27	9.302.167,73
1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA-OUTRAS RECEITAS	177.868.981,00	76.302.621,29	(1.555.178,01)	74.747.443,24	103.121.537,76
1918.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS	186.075,00	180.784,23	(263,51)	180.520,71	5.554,29
1918.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	266.611,00	252.729,89	(23.470,75)	229.259,14	37.351,86
1918.03.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDEMIOS	1.814.640,00	944.600,76	(532,63)	944.068,13	870.571,87
1918.04.00 MULTAS JUR.MORA ALIENACAO DE DOMINIO UTIL	253.133,00	184.913,19	(115.577,80)	69.335,39	83.797,61
1918.05.00 MUL.JUR. MORA ALIEN. DE OUTROS BENS IMOVEIS	317.724,00	579.312,00	(460.880,92)	118.431,08	199.292,92
1918.06.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE PARCELAMENTO		89.251,66	(28.072,51)	61.179,17	(61.179,17)
1918.07.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS	4.309.766,00	3.354.437,42	(52.498,27)	3.301.939,15	1.007.826,85
1918.08.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO	4.340.455,00	6.386.057,60	(7.176,05)	6.378.881,55	(1.838.426,55)
1918.09.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE DIVIDENDOS					
1918.10.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE PARTICIPACOES					
1918.11.00 MULT.JUROS MORA REC.DIR.ANTIDUMPING DIR.COMP	659.784,00	805.698,34	(17.978,17)	787.720,17	(127.936,17)
1918.12.00 MULT. JUROS MORA REC.DECORR.BENS APREENDIDOS	11.822,00	15.075,96	9.814,11	24.890,07	(13.068,07)
1918.13.00 MULT.JMORA FINANC.ESTOCAGEM ALCOOL/ETIL.COMB					
1918.14.00 MULT.JMORA REC. EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS		4.412,97		4.412,97	(4.412,97)
1918.15.00 MULT.JMORA OUTORG.DIR.EXPLOR.E PESQU.MINERAL		204,70		204,70	(204,70)
1918.16.00 MULT.JMORA DA RECEITA DE CONCESSAO FLORESTAL					
1918.99.00 OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	165.608.971,00	63.505.142,55	(858.541,54)	62.646.601,01	102.962.369,99
1919.00.00 MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	2.594.692.656,00	1.961.846.605,17	(81.303.559,91)	1.880.543.045,26	714.149.610,74
1919.01.00 MULTAS PREVISTA NA LEGISLACAO DE METROLOGIA	65.425.269,00	69.731.382,85	(69.486,01)	69.661.916,84	(4.236.647,84)
1919.02.00 MULTAS DO REGULAMENTO P/ O TRAFEGO MARITIMO	2.930.364,00	6.930.663,48	(17.340,00)	6.913.323,48	(3.983.959,48)
1919.03.00 MULTA DE POLUICAO DE AGUAS	100.000,00	22.396,29		22.396,29	77.603,71
1919.04.00 MULTAS PREVISTAS EM ACORDOS INTERN. DE PESCA					
1919.05.00 MUL. DECORRENTES DE APREE.DE EMBARCAC.E PESCA					
1919.06.00 MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS	38.422.674,00	18.358.985,33	(30.086,91)	18.328.898,36	20.093.775,64
1919.07.00 MULTAS PREVISTAS NO REGUL. DO ESTRANGEIRO					
1919.08.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVICO MILITAR	2.588.208,00	3.238.122,66		3.238.122,66	(649.914,66)
1919.09.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUN.	96.966.715,00	53.912.388,35	(19.674,45)	53.892.713,90	43.074.001,10
1919.10.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITARIA	12.823.896,00	17.341.054,85	(239.838,35)	17.101.216,50	(4.277.320,50)
1919.12.00 MULTAS PREVISTAS LEGIS.DE REGISTRO COMERCIO		998,48		998,48	(998,48)
1919.13.00 MUL. PREVISTAS NA LEGIS LUBRIF.E COMBUSTIVEIS	16.594.442,00	26.790.895,86	(834.103,08)	25.956.792,79	(9.362.350,79)
1919.14.00 MULTAS POR INFRACAO A LEGIS TRABALHISTA	102.515.991,00	126.799.208,93	(351.913,71)	126.447.295,21	(23.931.304,21)
1919.15.00 MULTAS PREVISTAS NA LEG.SLAC. DE TRANSITO	442.852.287,00	513.495.211,86	(24.529.221,51)	488.965.990,33	(46.113.703,33)
1919.16.00 MUL. PREVISTAS NA LEG.SEG.DESEMP.AB. SALAR.	16.631.518,00	22.327.683,34	(76.775,71)	22.250.907,63	(5.619.389,63)
1919.17.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI DELEGADA NR 04/62					
1919.20.00 MULTAS PREVIS. LEI DE PREVENC. AO USO DE DROG					
1919.26.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGIS.DEFESA DIR. DIFUSOS	39.469.368,00	47.093.517,44	(20.556,83)	47.072.960,61	(7.603.592,61)
1919.26.01 MUL.PREV.LEGISL.S/DIREITOS DIFUSOS TRABALHIST		88.795,12	(20.556,83)	68.238,29	(68.238,29)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1919.26.02 MUL.PREV.LEGISL.S/DIREITOS DIFUSOS - OUTROS	39.449.368,00	42.004.722,32		47.004.722,32	(7.535.354,32)
1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	14.938.481,00	31.091.831,27	(2.264.175,50)	28.827.655,77	(13.889..74,77)
1919.28.00 MULTAS DEC.OP.TRANSP.ROD.PASSAGEIROS E CARGAS	6.447.520,00	10.009.762,87	(198.429,78)	9.811.333,09	(3.313.813,09)
1919.29.00 MUL.PREVISTAS POR.INFR.LEGIS.TRANSP. FERROV.					
1919.30.00 MULTAS PREVISTAS NO COD.BRAS. DE AERONAUTICA	633.361,00	7.289.820,79	(58.213,28)	7.231.607,51	(6.598.146,51)
1919.31.00 MULTA DE TARIFA PEDAGIO	3.346.468,00	3.597.174,89	(2.450,00)	2.594.724,89	751.743,11
1919.32.00 MULTA DECOR.DE SENT.PENAL CONDENATORIA	2.673.731,00	3.456.734,27	(21.070,35)	3.435.663,92	(761.932,92)
1919.33.00 MULTA DE QUEBRA DE FIANCA	187.766,00	260.678,79	(58,00)	260.620,79	(72.854,79)
1919.34.00 MUL. PREVISTAS EM LEI P/INFR.SET ENERGIA ELET					
1919.35.00 MULTAS POR DANOS AO MEIO AMBIENTE	60.911.652,00	48.043.142,14	(606.091,01)	47.436.251,13	(6.444.599,13)
1919.36.00 MULTA E DE SEGURANCA PRIVADA	3.273.038,00	17.766.294,86	(40.798,02)	17.725.496,84	(14.452.458,84)
1919.37.00 MULTA POR ATO ATENTATORIO AO EXERC JURISDICAO		4.306,69		4.306,69	(4.306,69)
1919.38.00 MULTA/JUROS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	199.418.000,00				199.418.000,00
1919.41.00 MULTAS POR INFRACOES A LEG. CINEMATOGRAFICA		40.826,32		40.826,32	(40.826,32)
1919.48.00 MUL.APLIC.PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS		1.460.968,07	(10.881,11)	1.450.086,96	(1.450.086,96)
1919.49.00 MULT.PREV. LEG. S/ REG. PREV. PRIV. COMPLEM	104.927,00	20.791,59	(266,77)	20.524,82	84.402,18
1919.50.00 MULTAS POR AUTOS DE INFRACAO	52.752.736,00	82.237.583,81	(15.922.613,44)	66.314.970,37	26.437.765,63
1919.52.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLACAO MINERARIA		8.217.387,52		8.217.387,52	(8.217.387,52)
1919.60.00 MULTAS POR INFRACAO A LEGISLACAO DE LICITACAO					
1919.99.00 OUTRAS MULTAS	1.392.514.234,00	843.306.791,55	(35.988.735,99)	807.318.055,56	585.196.178,44
1920.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	2.722.311.973,00	3.529.880.186,89	(173.489.626,53)	3.356.390.560,36	(634.088.587,36)
1921.00.00 INDENIZACOES	23.316.143,00	75.134.785,34	(711.315,01)	74.423.470,33	(51.037.327,33)
1921.05.03 INDEN. PREV. NA LEGISL. S/DEFESA DIR.DIFUSOS					
1921.06.03 INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	1.440.444,00	4.602.510,45	(47.649,84)	4.554.860,55	(3.094.416,55)
1921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES	21.925.699,00	70.532.274,89	(663.665,11)	69.868.609,78	(47.942.910,78)
1922.00.00 RESTITUICOES	7.698.915.730,00	3.454.745.401,55	(172.778.311,52)	3.281.967.090,03	(583.031.360,03)
1922.01.03 RESTITUICOES DE CONVENIOS	711.881.122,00	944.901.958,61	(83.172.456,76)	861.729.501,85	(149.908.379,85)
1922.02.03 RESTITUICOES DE BENEFICIOS NAO DESEMBOLSADOS	633.316.105,00	412.196.188,50	(1.572,97)	412.194.616,01	221.131.488,99
1922.03.00 RESTITUICAO DE CONTRIB. PREVID COMPLEMENTARES	707.746.505,00	700.013.927,09		700.013.927,09	2.732.577,91
1922.04.00 RESTITUICOES NAO RECLAMADAS DAS COND.JUDICIAI					
1922.05.00 RESSARC.P/ OPER.SEGUR.PRIVADOS ASSIST. SAUDE	8.037.580,00	483.085,60	(34.016,25)	449.069,35	7.588.510,65
1922.06.00 RESSARC.CUSTO DISPONIBILIZACAO DE MEDICAMENTO	100.640.144,00	104.463.728,38	(164.895,53)	104.298.832,85	(3.658.388,85)
1922.07.00 RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	85.317.959,00	621.681.249,90	(48.215.697,05)	573.465.552,85	(488.067.593,85)
1922.08.00 RESSARC. DE PGTO HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS	8.501.616,00	17.513.388,79	(872.217,35)	16.641.171,44	(8.139.555,44)
1922.09.00 RESSAR DESP PORTE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS	14.393.628,00	16.919.248,65	(22.967,26)	16.896.281,39	(2.502.653,39)
1922.10.00 COMP.FIN.REGIME GERAL E PROPRIO PREV.SERV.		726.231,56		726.231,56	(726.231,56)
1922.10.01 REC.COMPENS.FINANCEIRE O RGPRPS-PRINCIPAL		726.231,56		726.231,56	(726.231,56)
1922.10.02 REC.COMPENS.FINANCEIRE RGPRPS-PARCELAMENTO					
1922.20.00 RECUPERACAO DE SINISTROS		3.150.675,57	(309.249,68)	2.841.425,89	(2.841.425,89)
1922.30.00 DEV.REC.RESTITUICOES INDEVIDAS DO IMP.RENDA					
1922.99.00 OUTRAS RESTITUICOES	434.111.071,00	632.695.718,62	(39.985.239,07)	592.710.479,75	(158.599.408,75)
1930.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA	3.159.484.223,00	5.726.644.474,44	(1.351.643.519,77)	4.375.000.954,67	(1.235.516.731,67)
1931.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	1.622.011.255,00	2.555.702.719,64	(1.910.629.970,27)	644.152.749,37	980.858.505,63
1931.01.00 RECEITA DIV.ATIVA IMP. RENDA E PROV. QQ NAT.	418.553.222,00	638.031.575,44	1.122.085.414,51	1.761.086.989,95	(1.342.543.767,95)
1931.01.01 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESSOA FISICA	126.113.836,00	154.327.246,96	11.443.342,07	165.770.589,03	(39.616.753,03)
1931.01.02 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESS.JURIDICA	217.736.212,00	316.994.153,91	1.026.633.226,36	1.343.627.380,27	(1.125.891.168,27)
1931.01.03 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA RETIDO FONTE	74.643.174,00	125.530.660,21	83.980.846,08	209.519.506,29	(134.856.362,29)
1931.01.04 RECEITA PARCELAMENTOS - DIVIDA ATIVA DO IRPJ		37.357.740,18		37.357.740,18	(37.357.740,18)
1931.01.45 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRAF		1.756.715,55		1.756.715,55	(1.756.715,55)
1931.01.48 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRPF		5.065.028,63		5.065.028,63	(5.065.028,63)
1931.02.00 RECEITA DIV.ATIVA DO IPI	129.486.849,00	100.115.948,56	20.152.559,25	120.268.507,81	9.218.041,19
1931.02.01 REC.PROC.RECUP.FIS.PAR DIV ATIV-IPI/PRINCIPAL	129.486.849,00	81.736.170,74	20.152.559,25	101.888.729,99	27.600.119,01
1931.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IPI		18.379.777,82		18.379.777,82	(18.379.777,82)
1931.03.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO IOF	2.048.141,00	11.656.180,95	2.058.197,14	13.714.378,09	(11.666.237,09)
1931.03.01 REC.DIVIDA ATIVA IOF - PRINCIPAL	2.048.141,00	11.567.913,14	2.058.197,14	13.626.110,28	(11.597.969,28)
1931.03.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IOF		71.267,81		71.267,81	(71.267,81)
1931.04.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO ITR	1.976.656,00	6.548.810,39	(6.121.333,24)	12.152.810,59	(10.631.154,59)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1931.05.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO S/ IMPORTACAO	3.454.908,00	71.946.867,26	1.427.882,81	73.374.750,07	(69.919.842,07)
1931.05.01 REC.DIVIDA ATIVA IMP.IMPORTACAO - PRINCIPAL	3.454.908,00	70.445.745,27	1.427.882,81	71.873.628,08	(68.418.720,08)
1931.05.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO I		1.501.121,99		1.501.121,99	(1.501.121,99)
1931.06.00 RECEITA DA DIV.ATIVA DO IMPOSTO S/ EXPORTACAO	381.547,00	199.759,41	262.120,63	461.880,04	(80.333,04)
1931.06.01 REC.DIVIDA ATIVA IMP.EXPORTACAO - PRINCIPAL	381.547,00	47.132,55	262.120,63	309.253,18	72.293,82
1931.06.02 REC DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IMP EXP		152.626,86		152.626,86	(152.626,86)
1931.07.00 RECEITA DA DIV.ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	2.444.381,00	1.313.401,31	29.490,82	1.342.892,13	1.151.488,87
1931.08.00 RECEITA DIV.ATIVA DA TAXA DE FISC. TELECOM.	6.200,00	6.413,98	41,02	6.455,00	(255,00)
1931.36.00 RECEITA DA DIV.ATIVA TAXA DE SAUDE SUPLEM.					
1931.99.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	1.064.057.151,00	1.727.460.962,35	(3.068.735.029,66)	(1.341.274.067,31)	2.405.331.218,31
1931.99.01 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	1.064.057.151,00	1.727.460.910,87	(3.068.735.029,66)	(1.341.274.118,79)	2.405.331.269,79
1931.99.02 PARCELAMENTOS - RECEITA DIV ATIV OUTROS TRIB		51,48		51,48	(51,48)
1932.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	1.517.472.968,00	3.166.861.754,80	566.986.450,50	1.733.848.205,30	(2.216.375.237,30)
1932.01.00 REC.DIV.ATIVA CONT.EMPREG.TRAB. P/SEG.SOC.	510.037.348,00	1.322.898.775,87	(198.529,70)	1.322.700.246,17	(812.662.898,17)
1932.01.01 REC.DIV.ATIVA CONT.SEG.OBRIG.-CONTR.INDIVIDUA	657.193,00	524.482,40		524.482,40	132.710,60
1932.01.02 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEGURADO ASSALARIADO	160.281.751,00	154.503.032,22		154.503.032,22	5.778.718,78
1932.01.03 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.S/SEG.ASSALARIAD	287.329.747,00	326.338.120,03		326.338.120,03	(39.008.373,03)
1932.01.04 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.OPTANTE-SIMPLES					
1932.01.05 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SOBRE ESPETAC.ESPORT.	258.641,00	92.919,42		92.919,42	165.721,58
1932.01.06 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SOBRE PRODUCAO RURAL					
1932.01.07 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.REG. DE PARC.DEBITOS	42.096,00	24.604,54	(198.529,70)	(173.925,16)	216.021,16
1932.01.08 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEG.ACIDENTE DO TRAB.	34.775.198,00	41.066.334,62		41.066.334,62	(6.291.136,62)
1932.01.09 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.S/RECLAMATORIA TRABAL					
1932.01.10 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.REG.PARC.DEB.MUNICIP.					
1932.01.11 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEGURADO OBRIG.EMPRES	191.084,00	100.323,48		100.323,48	90.760,52
1932.01.12 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEGURADO FACULTATIVO					
1932.01.13 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. DO SEGURADO ESPECIAL	817.599,00	252.573,75		252.573,75	565.025,25
1932.01.14 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEG.OBRIG.EMPR. DOM.	107.274,00	56.687,45		56.687,45	50.586,55
1932.01.15 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.ORGAOS DO PODER PUBL.	25.576.767,00	22.012.093,81		22.012.093,81	3.564.673,19
1932.01.16 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.DAS ENTIDADES FILANTR					
1932.01.17 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV-RET. S/ N.F.- SUBROG.					
1932.01.18 REC.DIV.ATIVA ARREC.FIES-CERT.FINAN.TES.NAC.					
1932.01.19 REC.DIV.ATIVA ARREC.FNS-CERT.FINAN.TES.NAC.					
1932.01.20 REC.DIV.ATIVA CERTIFICADOS DA DIV.PUBLICA-CDP					
1932.01.21 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.-DEP.JUD,REC.E C.JUD.					
1932.01.22 REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.- PARCELAMENTOS		777.927.604,15		777.927.604,15	(777.927.604,15)
1932.01.99 REC.DIV.ATIVA OUTRAS CONTRIBUICOES PREVIDENC.					
1932.02.00 REC DIV.AT. DA CONTR. P/ FINANC. SEG. SOCIAL	376.052.376,00	988.720.460,18	326.593.909,62	1.215.314.370,00	(839.261.994,00)
1932.02.01 REC.DIVIDA ATIVA COFINS - PRINCIPAL	376.052.376,00	791.919.052,19	326.593.909,62	1.122.512.962,01	(746.460.586,01)
1932.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIV DA COFINS		92.801.407,99		92.801.407,99	(92.801.407,99)
1932.03.00 REC. DA DIVIDA ATIVA DO SALARIO-EDUCACAO					
1932.04.00 REC. DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIB.MOV FINANC.		7.043.848,48	7.813.676,58	14.857.525,06	(14.857.525,06)
1932.04.01 REC.DIVIDA ATIVA CPMF - PRINCIPAL		6.994.331,96	7.813.676,58	14.808.008,54	(14.808.008,54)
1932.04.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CPMF		49.516,52		49.516,52	(49.516,52)
1932.05.00 REC. DA DIV.AT. DAS CONTR. PARA O PIS/PASEP	120.133.764,00	181.698.508,91	153.618.843,05	337.317.351,96	(217.183.587,96)
1932.05.01 REC. DA DIVIDA ATIVA CONTRIB. P/PIS E PASEP	120.133.764,00	156.628.414,70	153.618.843,05	310.247.257,75	(190.113.493,75)
1932.05.02 RECEITA PARCELAMENTOS - DIV ATIV DO PIS/PASEP		27.070.094,21		27.070.094,21	(27.070.094,21)
1932.06.00 REC. DA DIV.AT. DA CONTR. SOC. S/LUCRO DAS PJ.	171.886.476,00	251.459.078,36	42.879.511,67	301.338.590,03	(129.452.114,03)
1932.06.01 REC. DIV ATIVA DA CSLL DAS PESSOAS JURIDICAS	171.886.476,00	231.391.508,61	42.879.511,67	280.271.020,28	(108.384.544,28)
1932.06.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CSLL		21.067.569,75		21.067.569,75	(21.067.569,75)
1932.07.00 REC. DA DIV. AT. S/ A CONTR. DOS CONC. PROGN.					
1932.07.01 REC.DIV.ATIVA CONTR. S/ RECEITA LOTERIA FED.					
1932.07.02 REC.DIV.ATIVA CONTR. S/REC. LOTERIAS ESPORT.					
1932.07.03 REC.DIV.AT.CONTR.S/REC. CONC.ESP. LOT.ESPORT.					
1932.07.04 REC.DIV.ATIVA CONTR. S/REC. LOTERIAS NUMEROS					
1932.07.05 REC.DIV.ATIVA CONTR.S/REC.LOTERIA INSTANTANEA					
1932.07.06 REC.DIV.ATIVA PREMIOS PRESCRITOS LOT.FEDERAIS					

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCICIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTARIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1932.06.00 REC. DA DIV.AT. MULT.COD.ELEIT. E LEIS CONEX.	17.389.082,00	10.943.081,19	177.220,15	11.120.301,34	6.278.780,66
1932.09.00 REC.DIV.AT. COTA-PARTE AD.FR.PREN MAR. MERC.	311.693,00	435.626,05	331.917,67	767.543,73	(455.850,73)
1932.10.00 REC.DIV.AT. CONTR. S/ APOSTA EM COMP. HIPICAS		863,20		863,20	(863,20)
1932.11.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE ALUGUEIS					
1932.12.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE FOROS					
1932.13.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE OCUPACAO					
1932.14.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE ARRENDAMENTO					
1932.15.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE LAUDEMIOS					
1932.16.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIB.	398.036,00	2.164.976,69	314.316,99	2.479.293,68	(2.080.257,68)
1932.16.01 RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUICOES	398.036,00	2.080.146,24	314.316,99	2.394.463,23	(1.996.426,23)
1932.16.02 RECEITA PARCELAMENTOS - DIV AT OUTRAS CONTRIB		84.831,45		84.831,45	(84.831,45)
1932.17.00 REC.DA DIV.AT.DAS MULTAS P/INIBR.A LEG.TRAB.	179.964.719,00	159.450.538,42	5.990.820,51	165.441.458,93	14.523.260,07
1932.18.00 REC DIV.AT. CONTR. REL.A DESP.EMPR.S/J.CAUSA					
1932.19.00 REC.DIV.AT. DA CONTR. S/ REM. DEVIDA AO TRAB.					
1932.20.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA CIDE		193.541,88	6.094.559,50	6.288.101,38	(6.288.101,38)
1932.20.01 RECEITA DA DIVIDA ATIVA CIDE COMBUSTIVEL			6.094.559,50	6.094.559,50	(6.094.559,50)
1932.20.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DA CIDE		193.541,88		193.541,88	(193.541,88)
1932.21.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA ATIVIDADE MINERAL	23.964,00	3.936.984,86		3.936.984,86	(3.913.020,86)
1932.21.01 REC.DIVIDA ATIVA EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS		3.493,34		3.493,34	(3.493,34)
1932.21.02 REC.DIV.ATIV.CUTORG.DIREIT.EXPL.PESQ.MINERAL		1.832.915,90		1.832.915,90	(1.832.915,90)
1932.21.04 REC.DIVIDA ATIVA MULTAS PREV.LEGIS.MINERARIA		2.074.473,25		2.074.473,25	(2.074.473,25)
1932.21.05 REC.DIV.ATIV.SERVIC.INSP.FISC.ATIV.MINERAL	23.964,00	26.102,37		26.102,37	(2.138,37)
1932.22.00 REC.DIVIDA ATIVA-MULTA DE POLUICAO DAS AGUAS					
1932.23.00 REC.DIV.ATIV-OUTORGA DIR.DE USO DE R.HIDRICOS					
1932.24.00 REC.DIV.ATIVA MULTA PREVISTA NO C.B.A.		67.767,10		67.767,10	(67.767,10)
1932.25.00 REC.DIV.ATIV-SERVICOS DE INSP.E FISCALIZACAO					
1932.26.00 REC.DIV.ATIVA MULTA PREVISTA NA L.G.T.					
1932.27.00 REC.DIV.ATIV.DE CONC E PERM-SERV.DE COMUNICAO					
1932.28.00 REC.DIV.ATIV.-CONTRIB P/DESENV DA IND.CINEMAT					
1932.29.00 REC.DIV.ATIV.-NAO-APLICACAO EM PROJ.CULTURAIS					
1932.30.00 REC.DIV.ATIV.-MULTA POR INFR. A LEG. CINEMAT.					
1932.31.00 REC.DIV.ATIV.-UTILIZACAO DE RECURSOS HIDRICOS					
1932.32.00 REC.DIV.ATIV.-UTILIZACAO DE RECURSOS HIDRICOS					
1932.33.00 REC.DIV.ATIV.-TX DE FISC. SERV. ENERG. ELETR.					
1932.34.00 REC.DIV.ATIV.-MULTA PREV. LEG.LUB. E COMBUST					
1932.35.00 REC. DIVIDA ATIVA DE COMPENS.FINANC. RG/RPPS					
1932.99.00 REC. DA DIV. ATIVA NAO-TRIB. DE OUTRAS REC.	141.254.510,00	333.847.603,60	18.370.204,26	352.217.807,86	(210.963.297,86)
1932.99.01 REC.DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS REC	134.504.730,00	329.403.827,69	18.370.204,26	347.774.031,95	(213.269.301,95)
1932.99.02 PARCELAMENTOS - DIV ATIV NAO TRIB OUTRAS REC	6.759.780,00	4.443.775,91		4.443.775,91	2.316.004,09
1990.00.00 RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	6.155.397.992,00	19.036.126.162,93	(3.454.412.460,87)	15.581.713.702,06	(9.426.315.710,06)
1990.01.00 RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS		2.216.562,42		2.216.562,42	(2.216.562,42)
1990.02.00 REC. DE ONUS SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS	892.842.892,00	775.455.035,90	51.879.136,80	827.334.172,70	65.508.719,30
1990.02.01 RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	806.174.651,00	678.908.008,22	52.520.323,17	731.428.331,39	74.746.319,61
1990.02.02 RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA	86.668.241,00	96.547.027,68	(641.186,37)	95.905.841,31	(9.237.600,31)
1990.03.00 RECEITA DECORRENTE ALIENACAO BENS APREENDIDOS	42.410.094,00	150.455.012,16	(246.993,29)	150.208.018,87	(107.797.924,87)
1990.03.01 REC. DE LEILOES DE MERCADORIAS APREENDIDAS	37.103.287,00	140.099.566,96	(63.486,58)	140.036.080,38	(102.932.793,38)
1990.03.02 REC. DE ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	5.306.807,00	9.565.447,65	(175.306,71)	9.390.140,94	(4.083.333,94)
1990.03.03 RECEITA DE ALIENACAO DE BENS CAUCIONADOS					
1990.03.04 REC.ALIEN.BENS APREE.TRAF.ILICENT.DROG.AFINS		789.997,55	(8.200,00)	781.797,55	(781.797,55)
1990.04.00 PRODUTO DEP.ABANDONADO(DINHEIRO/OBJETO VALOR)	712.904,00	2.056.730,75	(12.084,79)	2.044.645,96	(1.331.741,96)
1990.05.00 REC. BENS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR UNIAO	186.686,00	247.255,13		247.255,13	(60.569,13)
1990.06.00 REC.DECOR.NAO APLIC.INC.FIS.PROJ.CULT.IND.CIN	3.131.473,00	1.476.614,18		1.476.614,18	1.654.858,82
1990.07.00 REC DIREITOS ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSAT	127.846.790,00	232.723.558,80	(84.542,48)	232.639.016,32	(104.792.226,32)
1990.08.00 DEMAIS RECEITAS DO INDESP					
1990.16.00 RECEITA PART. SEGURO-DPVAT-SIST.NAC. TRANSITO	2.679.700.570,00	2.596.594.152,42		2.596.594.152,42	83.106.367,58
1990.17.00 REC. DECOR. CONTR PETROLEO, DERIVADOS ALCOOL					
1990.19.00 RESERVA GLOBAL DE REVERSAO	45.538.941,00	47.855.849,02		47.855.849,02	(2.316.908,02)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1990.19.00 COTA-PARTE DO SERV.NO FUNDO DE SAUDE MILITAR	763.939.662,00	837.125.371,90	(11.305,17)	837.114.066,73	(73.180.404,73)
1990.20.00 CONTRIBUICAO VOLUNTARIA - MONTEPIO CIVIL	2.621.618,00	2.018.364,60	(21.139,63)	1.997.224,97	624.393,03
1990.21.00 RECEITA DECORRENTE DA INDENIZACAO DE SEGUROS					
1990.22.00 TERCEIRIZACAO DA FORAG DOS AGENTES PUBLICOS	205.000.000,00	6.599,29	(6.599,29)		205.000.000,00
1990.23.00 REC. LEILAO PARA PAGAM.DA FOLHA DE BENEFICIOS					
1990.24.00 RECEITA DE LEILAO DE COTAS DE IMPORTACAO		5.625.473,27		5.625.473,27	(5.625.473,27)
1990.25.00 REC.RECOL E TRANSF.DEP.JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL		6.166.308.882,11	(17.771.404,24)	6.148.537.477,87	(6.148.537.477,87)
1990.96.00 VARIACAO CAMBIAL		1.259.098.500,37		1.259.098.500,37	(1.259.098.500,37)
1990.98.00 OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS		1.145.210,90		1.145.210,90	(1.145.210,90)
1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	1.391.399.462,00	6.955.715.888,81	(3.488.137.548,78)	3.467.578.340,03	(2.076.181.878,03)
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	729.195.440.357,00	740.423.273.212,29	(324.819.778,71)	740.098.453.433,58	(10.903.013.076,58)
2100.00.00 OPERACOES DE CREDITO	644.611.501.160,00	497.743.886.915,18	(12.616,14)	497.743.874.299,04	146.867.626.860,96
2110.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	643.898.822.281,00	488.847.545.532,59	(1.977,64)	488.847.643.554,95	155.051.178.726,05
2111.00.00 TITULOS RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL	643.898.822.281,00	488.847.545.532,59	(1.977,64)	488.847.643.554,95	155.051.178.726,05
2111.01.00 TIT.RESP.T.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL	525.546.569.343,00	351.787.060.877,52	(1.977,64)	351.787.058.899,88	173.759.504.443,12
2111.02.00 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA - TDA	716.000.000,00	638.853.817,74		638.853.817,74	77.146.182,26
2111.03.00 TIT. RESP. DO TES.NAC. - OUTRAS APLICACOES	117.636.253.938,00	136.421.730.837,33		136.421.730.837,33	(18.785.471.819,33)
2112.00.00 OBRIGACOES FUNDO NAC. DE DESENVOLVIMENTO -FND					
2113.00.00 EMPRESTIMOS COMPULSORIOS					
2114.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS					
2119.00.00 OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS					
2120.00.00 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	712.673.879,00	8.896.241.382,59	(10.638,50)	8.896.230.744,09	(8.183.551.865,09)
2122.00.00 TITULOS RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL		8.361.138.997,36		8.361.138.997,36	(8.361.138.997,36)
2122.01.00 TIT. RESP. REFINAN. DIVIDA PUBLICA FEDERAL		6.046.016.622,91		6.046.016.622,91	(6.046.016.622,91)
2122.02.00 TITULOS TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICACOES		2.315.122.374,45		2.315.122.374,45	(2.315.122.374,45)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	712.183.221,00	535.102.385,23	(10.638,50)	535.091.746,73	177.096.474,27
2129.00.00 OUTRAS OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	490.658,00				490.658,00
2200.00.00 ALIENACAO DE BENS	5.070.316.204,00	478.086.247,70	(3747.085,35)	474.309.242,35	4.596.005.961,65
2210.00.00 ALIENACAO DE BENS MOVEIS	2.147.241.133,00	314.303.226,71	(2477.492,35)	312.325.734,36	1.834.922.398,64
2211.00.00 ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS		171.335,50	158.432,60)	12.902,90	(12.902,90)
2212.00.00 ALIENACAO DE ESTOQUES	2.135.381.028,00	290.095.772,25		290.095.772,25	1.845.287.255,75
2212.01.00 ALIENACAO ESTOQ. POLIT. GARANTIA PC MIN. PGPM	2.000.000.000,00	254.078.628,69		254.078.628,69	1.745.921.371,31
2212.01.01 ALIENACAO DE ESTOQUES REGULADORES - PGPM	820.000.000,00	17.799.089,81		17.799.089,81	802.200.910,19
2212.01.02 ALIENACAO DE ESTOQUES ESTRATEGICOS - PGPM	1.120.000.000,00	190.001.104,72		190.001.104,72	929.998.895,28
2212.01.03 ALIENACAO DE ESTOQ. DEST. VENDA BALCAO - PGPM	60.000.000,00	46.278.434,36		46.278.434,36	13.721.565,64
2212.03.00 ALIEN. EST. COMERCIAIS SOCIAIS -COMERCIALIZ.	296.632,00	7.438,23		7.438,23	288.193,77
2212.03.01 ALIENACAO ESTOQ.DEST.PROG.SOC.INST.-COMERCIAL	236.776,00	6.510,77		6.510,77	229.265,23
2212.03.02 ALIENACAO ESTOQUES P/ ATACADO - COMERCIALIZA	59.856,00	927,46		927,46	58.928,54
2212.03.03 ALIENACAO ESTOQ. ADQUIR. CONSIG. - COMERCIAL.					
2212.07.00 ALIEN. ESTOQ. PROG. AQUISICAO ALIMENTOS - PAA	75.228.396,00	35.943.662,52		35.943.662,52	39.284.733,48
2212.07.01 ALIENACAO ESTOQ.ADQ.COMB.FOMI E SEG. ALIMENT.					
2212.07.02 ALIENACAO ESTOQUES ADQUIR. AGRICUL. FAMILIAR	75.228.396,00	35.943.662,52		35.943.662,52	39.284.733,48
2212.09.00 ALIENACAO DE ESTOQUE DE CAFE - FUNCAFE	59.851.000,00	66.042,81		66.042,81	59.792.957,19
2212.09.01 ALIENACAO ESTOQUES TESOURO AFETOS AO FUNCAFE					
2212.09.02 ALIENACAO DE ESTOQUES PROPRIOS DO FUNCAFE	59.851.000,00	66.042,81		66.042,81	59.792.957,19
2214.00.00 ALIENACAO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	471.901,00	1.430.139,54	(23.698,65)	1.606.442,89	(1.128.541,89)
2215.00.00 ALIENACAO DE VEICULOS		10.107.788,39	(124.319,37)	9.983.469,02	(9.983.469,02)
2216.00.00 ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS		1.651.058,76	(335,00)	1.650.723,76	(1.650.723,76)
2217.00.00 ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS		1.921.592,94		1.921.592,94	(1.921.592,94)
2219.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	11.387.204,00	9.225.539,33	(2170.708,73)	7.054.830,60	4.332.373,40
2220.00.00 ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	2.923.067.071,00	163.253.020,99	(1269.513,00)	161.983.507,99	2.761.083.563,01
2221.00.00 ALIENACAO IMOV.RURAIS P/ COLON. E REF.AGRARIA	23.000.000,00	25.698.570,80	(1210.106,16)	24.488.464,64	(1.488.464,64)
2222.00.00 PRODUTOS DE ALIENACOES - LEI 9636 15/05/98		26.344.469,84	(51.019,10)	26.293.450,74	(26.293.450,74)
2223.00.00 ALIENACAO DE EMBARCACOES					
2224.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS RURAIS	1.501.188,00	2.070.633,78	(371,97)	2.070.261,81	(569.073,81)
2225.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS URBANOS	66.545.076,00	108.447.293,10	(5.945,60)	108.441.347,50	(41.896.269,50)
2229.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	2.832.020.805,00	692.053,47	(2.070,17)	689.983,30	2.831.330.821,70

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCICIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
2300.00.00 AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	22.261.895.492,00	25.984.804.797,35	(315.025.002,61)	25.669.779.794,68	(3.407.884.302,68)
2300.10.00 BEA/BIB	13.368.720,00	16.203.762,92	(555.599,98)	15.648.162,94	(2.279.442,94)
2300.20.00 AMORTIZ. PROV.EXECUCAO DE GARANTIA - OP.CRED.					
2300.20.01 AMORT.PROV.EXEC.CARANTIA - OP. CRED. INTERNAS					
2300.20.02 AMORT.PROV.EXEC.GARANTIA - OP. CRED. EXTERNAS					
2300.30.00 AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS-ESTADOS/MUNICIPIOS	13.286.464.886,00	11.945.629.717,23	(83.608.140,94)	11.861.941.576,29	1.424.513.309,71
2300.40.00 AMORT. REFINANC. - DIVIDAS E OP MEDIO E DE LP	657.092.223,00	758.312.363,05	(14.803.547,94)	743.708.815,11	(86.616.592,11)
2300.50.00 PROGRAMAS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	753.980.428,00	1.779.104.302,07		1.779.104.302,07	(1.025.113.874,07)
2300.60.00 AMORT. REFINANC. - DIVIDAS DO CLUBE DE PARIS					
2300.70.00 OUTRAS AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	2.370.104.974,00	7.798.365.036,59	(185.821.055,98)	7.612.543.980,61	(5.242.439.006,61)
2300.70.07 AMORTIZACOES DE CONTRATOS	2.370.104.974,00	7.798.365.036,59	(185.821.055,98)	7.612.543.980,61	(5.242.439.006,61)
2300.80.00 AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS	366.427.923,00	467.443.510,48	(30.256.373,83)	437.187.136,65	(70.759.213,65)
2300.80.01 AMORTIZACOES DE BENS	330.851.090,00	352.078.765,95		352.078.765,95	(21.227.675,95)
2300.80.02 AMORTIZACOES DE PROJETOS	35.576.833,00	115.364.744,53	(30.256.373,83)	85.108.370,70	(49.531.537,70)
2300.80.03 AMORTIZ.FINANC.FUNDO FINANCEST.ENS.SUE.-FIES					
2300.80.04 AMORTIZ.FINANC.A ESTOCAGEM ALCOOL FT. COMB.					
2300.99.00 AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS DIVERSOS	4.814.486.338,00	3.219.746.105,01	(100.284,00)	3.219.645.821,01	1.594.840.516,99
2400.00.00 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	149.780.856,00	88.783.126,79	(3.339.720,65)	85.443.406,14	64.337.449,86
2420.00.00 TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS					
2422.00.00 TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS					
2422.99.00 OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS					
2423.00.00 TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS					
2423.99.00 OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS MUNICIPIOS					
2430.00.00 TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS					
2440.00.00 TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR					
2450.00.00 TRANSFERENCIAS DE PESSOAS		447.293,23		447.293,23	(447.293,23)
2460.00.00 TRANSFERENCIA DE OUTRAS INSTITUICOES PUBLICAS	19.284.004,00	10.907.895,05	(197.907,51)	10.709.987,54	8.574.016,46
2470.00.00 TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	130.536.852,00	77.427.938,51	(3.141.813,14)	74.286.125,37	56.250.726,63
2471.00.00 TRANSF.DE CONVENIOS DA UNIAO DE S/ENTIDADES	115.224.407,00	56.463.341,23	(10,64)	56.463.330,59	58.761.076,41
2472.00.00 TRANSF.DE CONV.DOS ESTADOS,DF E S/ENTIDADES	14.239.893,00	2.584.400,00		2.584.400,00	11.655.493,00
2473.00.00 TRANSF.DE CONV.DOS MUNICIPIOS E S/ENTIDADES	110.000,00	7.444.129,54	(3.141.802,50)	4.302.327,04	(4.192.327,04)
2474.00.00 TRANSF.DE CONVENIOS DE INSTITUICOES PRIVADAS	1.012.752,00	10.936.067,74		10.936.067,74	(9.923.315,74)
2480.00.00 TRANSFERENCIAS PARA O COMBATE A FOME					
2481.00.00 PROVENIENTES DO EXTERIOR					
2482.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS JURIDICAS					
2483.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS FISICAS					
2484.00.00 PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS					
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	57.101.947.645,00	216.122.742.125,27	(2.695.433,90)	216.125.046.691,37	(159.023.099.046,37)
2520.00.00 INTEGRALIZACAO DE CAPITAL SOCIAL					
2521.00.00 INTEGRALIZACAO COM REC. DO TESOURO NACIONAL					
2522.00.00 INTEGRALIZACAO COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES					
2530.00.00 RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	23.377.000.000,00	185.352.903.379,97		185.352.903.379,97	(161.975.903.379,97)
2540.00.00 REMUNERACAO DAS DISPONIBILIDADES TES.NACIONAL	33.720.734.293,00	30.770.371.689,36	(2.695.433,90)	30.767.676.255,46	2.953.058.037,54
2550.00.00 REC.DIV.ATIVA FROV.DE AMORTIZ.EMPREST.FINANC.					
2560.00.00 RECEITA DIV.ATIVA ALIENACAO ESTOQUES DE CAFE		4.307.722,84		4.307.722,84	(4.307.722,84)
2590.00.00 OUTRAS RECEITAS	4.213.352,00	159.333,10		159.333,10	4.054.018,90
2800.00.00 RECEITAS DE CAPITAL A CLASSIFICAR					
7000.00.00 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	12.349.658.092,00	11.137.966.726,39	(12.156.033,33)	11.125.810.693,06	1.224.057.198,94
7100.00.00 RECEITA TRIBUTARIA		997.369,13	(239.899,18)	757.469,95	(757.469,95)
7110.00.00 IMPOSTOS		704.397,04	(217.576,52)	486.820,52	(486.820,52)
7111.00.00 IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR		78,95		78,95	(78,95)
7111.01.00 IMPOSTO SOBRE A IMPORTACAO		78,95		78,95	(78,95)
7111.01.01 REC.DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A IMPORT.		78,95		78,95	(78,95)
7113.00.00 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA		701.170,13	(216.428,03)	484.742,10	(484.742,10)
7112.01.00 IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL		23,50	(337,26)	(313,76)	313,76
7112.01.01 ITR MUNICIPIOS CONVENIADOS - OPERACAO INTRA					
7112.01.02 ITR MUNICIPIOS NAO CONV - OPERACAO INTRA		23,50	(337,26)	(313,76)	313,76

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
7112.04.00 IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQ.NAT.		701.146,63	(216.090,77)	485.055,86	(485.055,86)
7112.04.21 PESSOAS JURIDICAS - LIQUIDA DE INCENTIVOS		350.000,00	(1.501,90)	348.498,10	(348.498,10)
7112.04.33 RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR		340.259,05	(214.588,87)	125.670,18	(125.670,18)
7112.04.34 RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS		10.887,58		10.887,58	(10.887,58)
7113.00.00 IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO		3.147,96	(1.148,49)	1.999,47	(1.999,47)
7113.01.00 IMPOSTO S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI		3.147,96	(1.148,49)	1.999,47	(1.999,47)
7113.01.02 IPI - BEBIDAS		832,00		832,00	(832,00)
7113.01.04 IPI - VINCULADOS A IMPORTACAO		2.145,28	(1.148,49)	996,79	(996,79)
7113.01.09 IPI - OUTROS PRODUTOS		170,68		170,68	(170,68)
7120.00.00 TAXAS		292.972,09	(22.322,66)	270.649,43	(270.649,43)
7121.00.00 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA		292.972,09	(22.322,66)	270.649,43	(270.649,43)
7121.02.00 TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES		169.340,25	(14.695,12)	154.644,13	(154.644,13)
7121.04.00 TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL					
7121.10.00 TX.LIC.,CONTR, FISC.MAT NUC.RADIOATIVO INSTAL		51.610,00		51.610,00	(51.610,00)
7121.13.00 TAXA DE FISCALIZACAO PROD.CONTR.MIN.EXERCITO		45.270,00		45.270,00	(45.270,00)
7121.17.00 TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA		1.330,00		1.330,00	(1.330,00)
7121.20.00 TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR		25.421,84	(7.626,54)	17.795,30	(17.795,30)
7121.20.01 TAXA POR PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE		25.421,84	(7.626,54)	17.795,30	(17.795,30)
7121.20.02 TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO					
7121.20.03 TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE PRODUTO					
7121.20.04 TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA					
7121.20.05 TAXA POR ALTERACAO DE DADOS DE OPERADORA					
7121.20.06 TAXA POR PEDIDO DE REAJ.DE CONTRAPR.PECUNIAR					
7122.00.00 TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS					
7122.08.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS					
7122.11.00 TX UTIL. SISTEMA INT.COM.EXTER.-SISCOMEX					
7122.12.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRAT.					
7122.99.00 OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS					
7200.00.00 RECEITA DE CONTRIBUICOES	12.166.680.808,00	10.923.385.445,27	(8.813.536,23)	10.914.571.909,05	1.252.028.898,95
7210.00.00 CONTRIBUICOES SOCIAIS	12.166.680.808,00	10.923.365.259,64	(8.811.586,24)	10.914.553.673,40	1.252.047.134,60
7210.01.00 CONTRIBUICOES PARA FINANC. SEGURIDADE SOCIAL					
7210.01.01 REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. P RIN. SEG. SOCIAL					
7210.29.00 CONTRIB. P/ PLANO DE SEG SOCIAL SERV. PUBLICO	12.166.680.808,00	10.923.189.102,77	(8.720.346,22)	10.914.468.756,55	1.252.132.051,45
7210.29.01 CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	12.166.680.808,00	10.923.189.102,77	(8.720.346,22)	10.914.468.756,55	1.252.132.051,45
7210.37.00 CONTRIBUICOES PARA O PIS/PASEP		33.126,23		33.126,23	(33.126,23)
7210.37.01 REC.DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP		33.126,23		33.126,23	(33.126,23)
7210.37.02 PROGR. RECUP. FISCAL E PARC. ESP.- PIS/PASEP					
7210.38.00 CONTRIB.SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS		143.030,64	(91.240,02)	51.790,62	(51.790,62)
7210.38.01 REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB S/LUCRO PJ		143.030,64	(91.240,02)	51.790,62	(51.790,62)
7210.99.00 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS					
7220.00.00 CONTRIBUICOES ECONOMICAS		20.185,63	(1.949,98)	18.235,65	(18.235,65)
7220.03.00 CONTRIBUICOES DESENV.APERF.ATIVID.FISCAL.IZ.					
7220.03.02 LOJAS FRANCAS ENTREP.ADUAN. DEP.ALFANDEGADOS					
7220.30.00 CONTRIBUICAO PARA FOMENTO DA RADIODIFUSAO PUB		20.185,63	(1.949,98)	18.235,65	(18.235,65)
7300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	2.018.811,00	6.933.756,56	(419.976,75)	6.513.777,81	(4.474.966,81)
7310.00.00 RECEITAS IMOBILIARIAS	2.0.2.378,00	1.451.546,02	(407.094,27)	1.044.451,75	967.926,25
7311.00.00 ALUGUEIS	311.381,00	735.088,85	(74.424,30)	660.664,55	(309.283,55)
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	1.032,00	61.359,72		61.359,72	(50.327,72)
7315.00.00 TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	1.619.965,00	655.097,45	(332.669,97)	322.427,48	1.327.537,52
7315.10.00 TAXA DE OCUPACAO DE TERRENOS DA UNIAO					
7315.20.00 TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.					
7315.30.00 TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	1.619.965,00	655.097,45	(332.669,97)	322.427,48	1.327.537,52
7320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		5.276.983,83		5.276.983,83	(5.276.983,83)
7322.00.00 DIVIDENDOS		5.276.983,83		5.276.983,83	(5.276.983,83)
7330.00.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	16.433,00	205.226,71	(12.884,48)	192.342,23	(165.909,23)
7331.00.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS		93.195,32	(12.884,48	80.310,84	(80.310,84)
7331.02.00 RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE COMUNIC.		93.195,32	(12.884,48	80.310,84	(80.310,84)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
7331.01.01 RECEITA DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO		17.971,53	(11.250,00)	6.721,53	(6.721,53)
7331.01.03 REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIODIFREQUENCIA		75.223,79	(1.634,48)	73.589,31	(73.589,31)
7333.00.00 REC. CONCESS. PERMISS. - DIR. USO DE BENS PUB	26.433,00	112.031,39		112.031,39	(85.598,39)
7333.01.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	26.433,00	112.031,39		112.031,39	(85.598,39)
7500.00.00 RECEITA INDUSTRIAL	135.171.528,00	143.280.449,56	(390.589,15)	142.889.860,41	(7.718.332,41)
7520.00.00 RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	135.171.528,00	143.280.449,56	(390.589,15)	142.889.860,41	(7.718.332,41)
7520.11.00 RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA		5.746.334,16	(292.981,51)	5.453.352,65	(5.453.352,65)
7520.20.00 RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA		104.922,91		104.922,91	(104.922,91)
7520.21.00 RECEITA DA INDUST.PROD.FARMAC. E VETERINARIOS	2.253.002,00	2.725.105,22	(10.346,44)	2.714.758,78	(461.756,78)
7520.21.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD.FARMOQUIMICOS		2.351,55		2.351,55	(2.351,55)
7520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	6.868,00				6.868,00
7520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	132.911.310,00	134.233.575,62	(87.261,20)	134.146.314,42	(1.235.004,42)
7520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	348,00	468.160,10		468.160,10	(467.812,10)
7600.00.00 RECEITA DE SERVICOS	42.862.236,00	47.117.340,24	(1.653.796,48)	45.463.543,76	(2.601.305,76)
7600.01.00 SERVICOS COMERCIAIS	3.237.063,00	1.576.691,10	(1.396,49)	1.575.294,61	1.661.768,39
7600.01.01 SERVICOS DE COMERCIALIZACAO DE MEDICAMENTOS					
7600.01.02 SERV.DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC.E PUBLICID.	2.041.804,00	1.550.236,74	(1.046,49)	1.549.190,25	492.613,75
7600.01.99 OUTROS SERVICOS COMERCIAIS	1.195.259,00	26.454,36	(350,00)	26.104,36	1.169.154,64
7600.01.00 SERVICOS DE TRANSPORTE					
7600.01.02 SERVICOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO					
7600.01.04 SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO					
7600.04.00 SERVICOS DE COMUNICACAO					
7600.05.00 SERVICOS DE SAUDE	14.519.837,00	12.144.421,22	(611.708,09)	11.532.713,13	2.987.123,87
7600.05.01 SERVICOS HOSPITALARES	14.519.837,00	12.144.421,22	(611.708,09)	11.532.713,13	2.987.123,87
7600.01.00 SERVICOS DE ARMAZENAGEM	3.463,00	51.483,73	(399,79)	51.083,94	(47.620,94)
7600.00.00 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.208,00	301,92		301,92	2.906,08
7600.11.00 SERVICOS DE METROLOGIA E CERTIFICACAO	547.768,00	693.906,13	(81.686,99)	612.219,14	(64.451,14)
7600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA	168.461,00	168.334,16	(730,00)	167.604,16	(34.143,16)
7600.11.02 METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL	47.053,00	326.084,61	(79.024,29)	247.060,32	(200.007,32)
7600.11.04 CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS	13.493,00	25.982,36	(1.181,70)	24.800,66	(11.307,66)
7600.11.05 INFORMACAO TECNOLOGICA	353.755,00	173.505,00	(751,00)	172.754,00	181.001,00
7600.12.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA	64.993,00	184.607,63	(19.310,09)	165.297,54	(100.304,54)
7600.13.00 SERVICOS ADMINISTRATIVOS	8.890.693,00	16.298.087,98	(539.328,99)	15.758.758,99	(6.868.065,99)
7600.14.00 SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO		26.669,04	(1.313,04)	25.356,00	(25.356,00)
7600.16.00 SERVICOS EDUCACIONAIS	12.474.565,00	8.939.519,43	(216.360,00)	8.723.159,43	3.751.405,57
7600.17.00 SERVICOS AGROPECUARIOS	140.760,00	173.629,37		173.629,37	(32.869,37)
7600.20.00 SERV. CONSULT.ASSIST.TEC. ANALISE PROJ.-INFRA	4.451,00	6.000,00		6.000,00	(1.549,00)
7600.21.00 SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO		91.649,00	(85.764,00)	5.885,00	(5.885,00)
7600.21.00 SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	2.788.687,00	6.421.710,02	(82.910,00)	6.338.800,02	(3.550.113,02)
7600.21.00 SERVICOS REG. MARCAS,PAT.TRANSF.DE TECNOLOGIA	158.084,00	231.541,50		231.541,50	(72.457,50)
7600.21.01 SERVICOS DE PATENTES	146.984,00	211.301,50		211.301,50	(64.317,50)
7600.21.02 SERVICOS DE REGISTRO DE MARCAS	9.029,00	17.885,00		17.885,00	(8.856,00)
7600.21.03 SERVICOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA					
7600.21.04 SERVICOS DE REGISTRO INDICACOES GEOGRAFICAS					
7600.21.05 SERVICOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR	3.071,00	2.055,00		2.055,00	1.016,00
7600.21.06 SERVICOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL		300,00		300,00	(300,00)
7600.21.07 SERV.PROTECAO TOPOGRAFIAS CIRCUITOS INTEGRADO					
7600.21.08 SERVICOS DE REMESSA DE DEPOSITOS OFICIAIS					
7600.25.00 SERVICO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	24,00	4.513,40		4.513,40	(4.489,40)
7600.31.00 SERV. DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL-INTRA					
7600.99.00 OUTRAS RECEITAS DE SERVICOS	27.642,00	272.609,77	(13.619,00)	258.989,77	(231.347,77)
7900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.194.707,00	16.352.365,63	(638.233,55)	15.014.132,08	(12.419.425,08)
7910.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA		466.246,60	(101.091,88)	365.154,72	(365.154,72)
7911.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		137.729,37	(39.035,79)	98.693,58	(98.693,58)
7911.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/A IMPORTACAO		352,13	(790,54)	(438,41)	438,41
7911.01.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO		352,13	(790,54)	(438,41)	438,41
7911.01.03 MULTAS E JUROS DE MORA-IMP.RENDA E PROV. NAT.		103.974,29	(38.001,75)	70.972,54	(70.972,54)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
7911.02.02 MULTA E JUROS DE MORA - IRPJ		42,91		42,91	(42,91)
7911.02.03 MULTA E JUROS DE MORA - IRRF		108.931,18	(38.001,75)	70.929,43	(70.929,43)
7911.03.00 MULTAS E JUROS DE MORA DO IPI		28.060,09	(242,50)	27.817,59	(27.817,59)
7911.03.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI		28.060,09	(242,50)	27.817,59	(27.817,59)
7911.08.00 MULTAS E JUROS DE MORA IMP. PROP.TERRIT.RURAL		13,50		13,50	(13,50)
7911.08.01 MULTA/JUROS MORA ITR MUN CONV- RECEITA INTRA					
7911.08.02 MULTA/JUROS MORA ITR MUN NAO CONV - REC INTRA		13,50		13,50	(13,50)
7911.31.00 MULTAS E JUROS MORA TX.FISC.TELECOMUNICACAO		329,56	(1,00)	328,56	(328,56)
7911.36.00 MUL.JUR.MORA TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR					
7912.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES		230.981,26	(5.307,96)	225.673,30	(225.673,30)
7912.31.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIB. DO PIS/PASEP		216.708,33		216.708,33	(216.708,33)
7912.31.01 REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP		216.708,33		216.708,33	(216.708,33)
7912.32.00 MULTAS E JUROS S/CONTR.SOCIAL S/LUCRO DE PJ		2.292,62	(1.816,19)	476,43	(476,43)
7912.32.01 REC.MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO PJ		2.292,62	(1.816,19)	476,43	(476,43)
7912.55.00 JUROS DE MORA DO FUNDAF - REC. DE CONTRIB		11.980,31	(3.491,77)	8.488,54	(8.488,54)
7912.55.05 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR. S/ PIS/PASEP		8.315,92	(27,30)	8.288,62	(8.288,62)
7912.55.07 JUROS MORA DO FUNDAF - CONTR.SOC. S/LUCRO PJ		3.664,39	(3.464,47)	199,92	(199,92)
7918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA-OUTRAS RECEITAS		42.383,97		42.383,97	(42.383,97)
7918.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS					
7918.08.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO					
7918.99.00 OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA		42.383,97		42.383,97	(42.383,97)
7919.00.00 MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		55.152,00	(56.748,13)	(1.596,13)	1.596,13
7919.09.00 MULTAS ANATEL - RECEITAS INTRA-ORCAMENTARIAS					
7919.14.00 MULTAS POR INFRACAO A LEGIS. TRABALHISTA		844,20		844,20	(844,20)
7919.99.00 OUTRAS MULTAS		54.307,80	(56.748,13)	(2.440,33)	2.440,33
7920.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.194.707,00	13.924.704,31	302.495,88)	13.622.208,43	(10.427.501,43)
7921.00.00 INDENIZACOES		21.953,03		21.953,03	(21.953,03)
7921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES		21.953,03		21.953,03	(21.953,03)
7922.00.00 RESTITUICOES	3.194.707,00	13.902.751,28	(302.495,88)	13.600.255,40	(10.405.548,40)
7922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS	160.489,00	3.494.443,53	(12.609,94)	3.481.833,59	(3.321.344,59)
7922.07.00 RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	1.273,00	1.274.679,76	(3.706,81)	1.270.972,95	(1.269.159,95)
7922.08.00 RESSARC PGTO DE HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS		22.806,38		22.806,38	(22.806,38)
7922.09.00 RESSARC DESP PORTE REMESSA E RETORNO DOS AUTO					
7922.99.00 OUTRAS RESTITUICOES	3.03..445,00	9.110.821,61	(286.179,13)	8.824.642,48	(5.793.197,48)
7930.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA					
7931.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA					
7931.04.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO ITR					
7990.00.00 RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		1.861.414,72	(234.645,79)	1.626.768,93	(1.626.768,93)
7990.02.00 RECEITAS ONUS SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS					
7990.02.02 RECEITAS DE ONUS DE SUCUMBENCIA					
7990.19.00 COTA-PARTE DO SERV.NO FUNDO DE SAUDE MILTAR					
7990.95.00 RECEITA DE VARIACAO CAMBIAL					
7990.99.00 OUTRAS RECEITAS		1.861.414,72	(234.645,79)	1.626.768,93	(1.626.768,93)
TOTAL	1581.447.76..494,00	1.543.351.651.086,00	(16.720628.454,51)	1.526.631.022.641,49	54.816,738.852,51

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM
SUBTÍTULO	RECEITAS DE CAPITAL
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ALIENAÇÃO DE BENS	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL
CENTRO-OESTE	497.743.627.930,59	467.700.357,13	22.062.798.189,55	80.916.055,87	216.125.046.691,37	736.460.087.214,51
DISTRITO FEDERAL	497.743.627.930,59	467.692.907,13	22.062.798.189,55	80.714.328,87	216.125.046.691,37	736.479.878.037,51
GOIAS		7.450,00				7.450,00
MATO GROSSO						
MATO GROSSO DO SUL				201.727,00		201.727,00
NORDESTE		3.106.561,75	5.160.556,00			9.267.117,75
ALAGOAS						
BAHIA		60.217,20				60.217,20
CEARA		2.248.876,90				2.248.876,90
MARANHAO						
PARAIBA		31.100,00				31.100,00
PERNAMBUCO		474.033,49	5.160.556,00			6.634.589,49
PIAUI						
RIO GRANDE DO NORTE		292.334,16				292.334,16
SERGIPE						
NORTE		804.219,38	30.256.373,83			31.120.593,21
ACRE						
AMAPA						
AMAZONAS		810.619,38				810.319,38
PARA		3.000,00	30.256.373,83			30.259.373,83
RONDONIA		50.600,00				50.600,00
RORAIMA						
TOCANTINS						
SUDESTE		2.611.354,09	3.570.566.675,30	4.527.350,27		3.577.705.379,66
ESPIRITO SANTO		244.390,57				244.390,57
MINAS GERAIS		148.480,35		4.527.350,27		4.675.830,62
RIO DE JANEIRO		2.218.483,17	3.570.566.675,30			3.572.785.158,47
SAO PAULO						
SUL	246.378,45	26.750,00				273.128,45
PARANA		7.000,00				7.000,00
RIO GRANDE DO SUL	246.378,45	19.750,00				266.128,45
SANTA CATARINA						
TOTAL GERAL	497.743.874.299,04	474.309.242,35	25.663.779.794,68	85.443.406,14	216.125.046.691,37	740.098.453.433,98

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM
SUBTÍTULO	RECEITAS CORRENTES
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
11/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA TRIBUTÁRIA	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	RECEITA PATRIMONIAL	RECEITA AGROPECUÁRIA	RECEITA INDUSTRIAL	RECEITA DE SERVIÇOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES
CENTRO-OESTE	240.051.694.888,93	409.058.749.275,28	56.319.789.139,17	15.244.702,30	241.610.650,19	32.530.143.817,22	105.074.514,89	39.459.314.299,16	777.801.621.287,14
DISTRITO FEDERAL	240.051.694.888,93	409.058.749.275,28	56.318.675.896,50	14.708.288,61	241.601.283,06	32.528.515.894,55	101.210.765,49	39.458.574.170,99	777.773.881.463,40
GOIÁS			498.718,15	490.372,62	9.367,13	8.900.369,57		102.175,01	10.001.002,48
MATO GROSSO			572.514,15	46.041,08		7.773.708,73		66.928,66	8.459.192,62
MATO GROSSO DO SUL			41.010,37	0,00		4.353.844,37	3.813.749,40	571.024,50	9.279.628,64
NORDESTE	153,00		12.439.175,15	1.327.426,84	159.774,14	90.028.317,72	1.513.132,79	18.194.828,14	123.672.807,78
ALAGOAS			325.583,93	7.470,55		4.528.910,24		578.657,49	5.540.622,21
BAHIA			3.045.921,21	535.076,71	82.575,46	15.957.726,07	313.291,21	826.927,89	20.791.518,55
CEARÁ			1.402.168,71	317.553,81	332,68	12.748.098,34	1.170.989,58	2.925.609,48	18.064.752,60
MARANHÃO			746.467,41	109.005,23		6.718.628,38		1.593.271,87	9.167.372,86
PARAÍBA			888.176,72	93.503,35	14.850,00	8.325.407,53		846.556,68	10.068.494,29
PERNAMBUCO			3.814.439,99	193.498,92	47.016,00	19.136.725,54		8.942.115,28	32.433.795,73
PIAUÍ			191.270,02	0,00		6.361.801,87		953.603,17	7.506.675,06
RIO GRANDE DO NORTE			1.654.009,30	34.700,93	15.000,00	10.190.135,08	4.800,00	17.821,78	12.216.467,06
SERGIPE	153,00		371.137,86	36.617,39		5.360.884,67	4.052,00	1.518.264,50	7.583.109,42
NORTE	247.705.631,49		5.062.883,61	193.562,09	65.331,25	23.344.443,05	1.817.530,75	12.834.306,95	291.523.889,19
ACRE			82.432,15	10.802,00		862.954,75		4.138.776,01	5.094.964,91
AMAPÁ			99.552,31	0,00		697.872,46	1.040,00	98.658,00	897.162,77
AMAZONAS	247.705.631,49		4.131.598,42	5.135,39		2.575.454,26	271.145,00	7.109.475,87	261.789.640,43
PARÁ			512.394,63	31.596,65	27.872,82	16.527.377,41	1.530.345,75	1.028.158,72	19.657.745,98
RONDÔNIA			86.525,94	57.117,53		1.346.993,73	5.000,00	325.896,22	2.131.533,47
RORAIMA			86.479,53	0,00		1.101.330,20		40.671,97	1.231.481,70
TOCANTINS			63.900,63	88.910,47	37.458,43	432.460,24		98.630,16	721.359,93
SUDESTE	299.642.120,03	1.326.544.121,33	2.353.441.733,65	3.211.566,28	475.115.233,62	2.174.345.514,16	18.713.931,34	472.555.751,16	8.123.579.971,52
ESPÍRITO SANTO			2.761.906,73	578.021,51	506.579,59	13.492.139,78	3.408.706,13	2.448.725,19	23.206.078,93
MINAS GERAIS			8.168.340,58	2.285.841,45	1.147.157,00	113.310.146,16	4.017.115,51	13.844.979,58	144.373.380,26
RIO DE JANEIRO	299.642.120,03	1.326.544.121,33	2.338.209.216,48	347.903,27	471.461.497,03	2.033.742.701,24	11.288.109,70	456.154.811,39	7.938.390.480,47
SÃO PAULO			4.302.269,86	0,00		13.800.526,98		101.235,00	17.610.031,84
SUL			16.469.147,35	904.508,67	204.550,11	136.491.504,07	15.062.755,76	23.098.786,32	192.171.252,28
PARANÁ			222.775,44	106.927,43		19.301.397,63	8.755.487,13	638.226,54	29.324.815,34
RIO GRANDE DO SUL			14.822.732,58	664.488,05	204.550,11	101.388.609,10	1.391.826,01	21.995.855,76	140.668.061,62
SANTA CATARINA			1.423.638,33	133.093,21		15.801.497,14	4.855.442,62	464.704,02	22.178.375,32
TOTAL GERAL	240.599.042.693,45	41 .385.293.396,61	58.707.302.078,93	20.881.766,13	717.155.539,31	34.974.353.596,22	142.141.865,53	39.985.992.971,73	386.532.569.207,91

3.3.2 – Execução da Despesa Orçamentária

A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R$ 1.416.371 milhão, representando 83,1% do total dos créditos autorizados para o período, um percentual ligeiramente superior ao de 2008 (81,1%). O valor total executado teve um crescimento nominal de 12,5% em relação a 2008. Nesse total executado estão incluídas as despesas relacionadas ao serviço da dívida, ou seja, Juros, Encargos e Amortização da Dívida Interna e Externa, que totalizaram R$ 642.521, o que representou 45,4% das despesas da União em 2009 – percentual próximo ao verificado em 2008. Esse valor é 14,9% superior ao do exercício anterior. O comportamento das despesas realizadas em relação ao orçamento aprovado está demonstrado na tabela abaixo.

TABELA 3.3-10 – PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – UNIÃO – 2009 E 2008

R$ milhões

CRÉDITOS	2009			2008		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUTADO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUTADO
Iniciais e Suplementares	1.678.014	1.398.209	83,3	1.529.571	1.240.664	81,1
Especiais	18.968	10.896	57,4	4.837	2.592	53,6
Extraordinários	8.192	7.267	88,7	17.539	15.585	88,9
TOTAL	**1.705.174**	**1.416.371**	**83,1**	**1.551.947**	**1.258.841**	**81,1**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Classificação Institucional

A classificação institucional tem por finalidade evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa. A Tabela 3.3-11 demonstra a execução da despesa por instituição (órgão superior), segregando os valores considerados executados dos efetivamente liquidados. O montante da despesa executada contempla inclusive os valores não liquidados referentes à inscrição de restos a pagar não-processados do exercício, em observância ao inciso II do artigo 35 da Lei n.º 4.320/64 e a despesa efetivamente liquidada corresponde somente aos valores das despesas efetivamente liquidadas, em conformidade com o artigo 66 da mesma Lei. Destaca-se que, em termos contábeis, a liquidação representa o fato gerador da despesa pública.

TABELA 3.3-11 – DESPESAS POR ÓRGÃO SUPERIOR – UNIÃO – 2009

R$ milhões

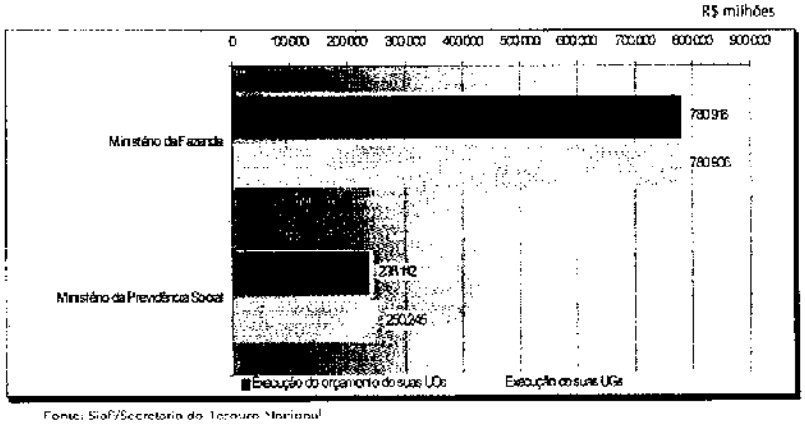
ÓRGÃO SUPERIOR	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (a)	DESPESA EXECUTADA TOTAL (b)	% (a) / (b)	(b) % do total
Câmara dos Deputados	3.003	3.197	93,9	0,2
Senado Federal	2.491	2.615	95,3	0,2
Tribunal de Contas da União	1.178	1.277	92,3	0,1
Supremo Tribunal Federal	441	544	81,1	0,0
Superior Tribunal De Justiça	854	915	93,4	0,1
Justiça Federal	18.105	18.621	97,2	1,3
Justiça Militar da União	306	315	97,1	0,0
Justiça Eleitoral	3.782	4.276	88,4	0,3
Justiça do Trabalho	11.003	12.100	90,9	0,9
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.363	1.419	96,1	0,1
Presidência da República	5.041	6.720	75,0	0,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.536	4.035	87,6	0,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	9.852	11.103	88,7	0,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	5.455	6.410	85,1	0,5
Ministério da Fazenda	771.305	780.906	98,8	55,1
Ministério da Educação	44.807	51.188	87,5	3,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	1.045	1.183	88,3	0,1
Ministério da Justiça	7.978	8.827	90,4	0,6
Ministério de Minas e Energia	13.191	16.050	82,2	1,1
Ministério da Previdência Social	249.591	250.245	99,7	17,7
Ministério Público da União	3.072	3.263	94,1	0,2
Ministério das Relações Exteriores	1.734	1.756	98,7	0,1
Ministério da Saúde	53.133	61.383	86,6	4,3
Ministério do Trabalho e Emprego	41.483	42.192	98,3	3,0
Ministério dos Transportes	9.830	16.656	59,0	1,2
Ministério das Comunicações	1.275	1.404	90,8	0,1
Ministério da Cultura	796	1.205	66,1	0,1

ÓRGÃO SUPERIOR	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (a)	DESPESA EXECUTADA TOTAL (b)	% (a) / (b)	(b) % do total
Ministério do Meio Ambiente	1.496	1.644	91,0	0,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.765	5.041	54,9	0,4
Ministério do Esporte	239	1.096	21,8	0,1
Ministério da Defesa	48.923	52.490	93,2	3,7
Ministério da Integração Nacional	8.589	15.677	54,8	1,1
Ministério do Turismo	588	2.510	23,4	0,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	14.075	14.243	98,8	1,0
Ministério das Cidades	4.913	13.781	35,6	1,0
TOTAL	**1.348.209**	**1.416.371**	**95,2**	**100,0**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias e despesas com refinanciamento da Dív'da Pública
Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

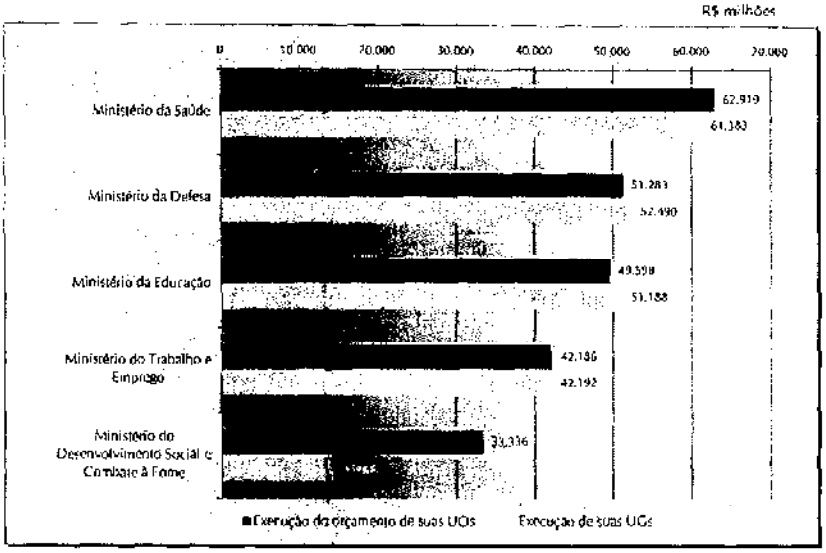
Cabe destacar que no Siafi as "despesas por órgão" podem dar origem a duas informações distintas. Sob a ótica do consignatário do orçamento, no qual as despesas executadas se referem à execução do orçamento daquele órgão, incluindo as parcelas executadas por unidades de outro órgão que tenham recebido créditos orçamentários do órgão consignatário da dotação original (visão do "órgão da unidade orçamentária"); e sob a ótica do Órgão Executor, que evidencia o total das despesas executadas pelas unidades gestoras executoras de determinado orgao, sejam as despesas originadas de orçamento próprio ou de créditos orçamentários recebidos de outros órgãos (visão do "órgão da unidade executora"). As Figuras 3.3-25 (segregadas para fins de apresentação) a seguir demonstram os valores executados segundo os dois critérios.

FIGURA 3.3-25.1 – DESPESAS EXECUTADAS
ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA versus ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2009



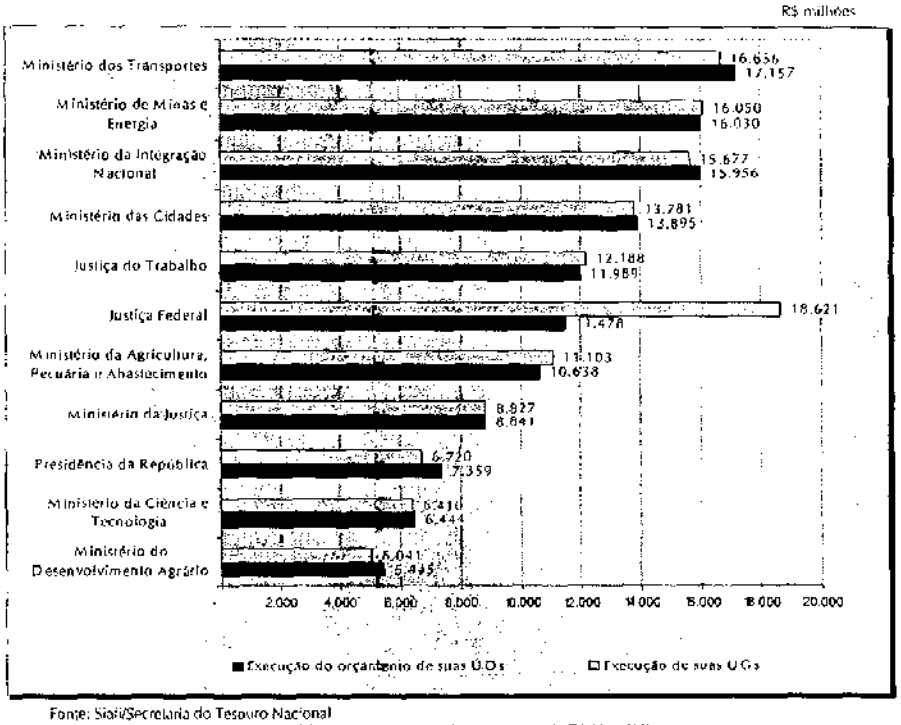
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

FIGURA 3.3-25.2 – DESPESAS EXECUTADAS - ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA versus ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2009



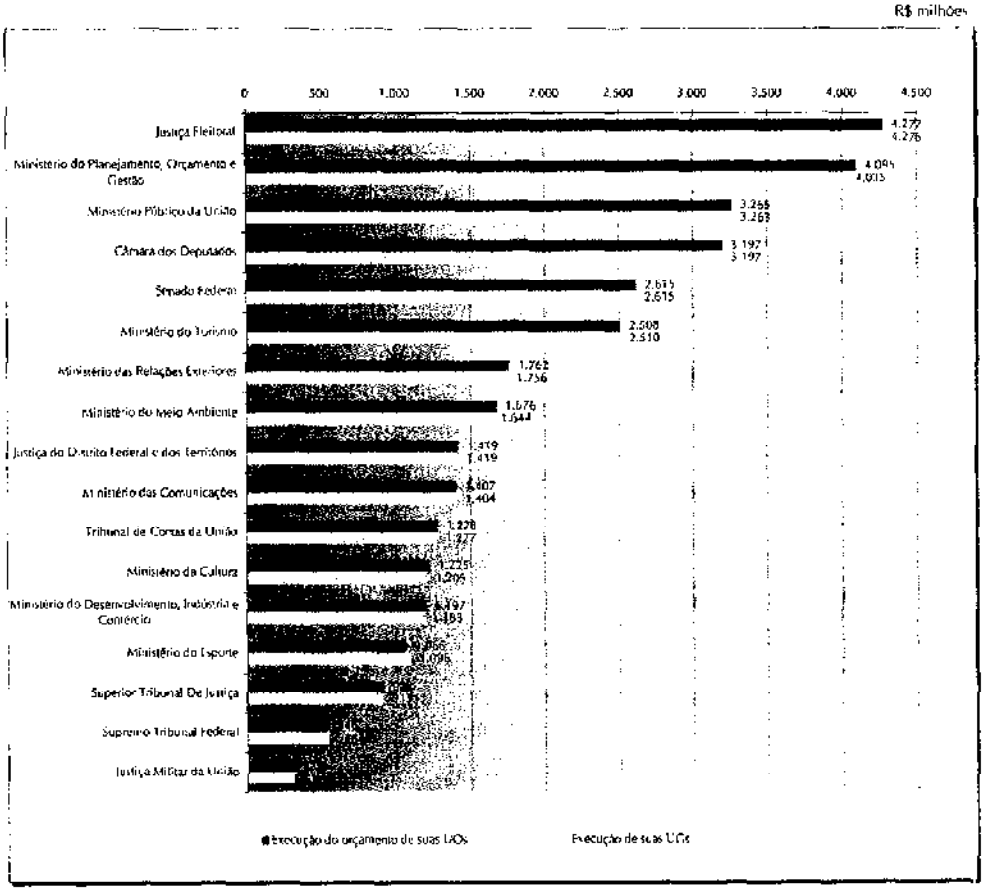
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

FIGURA 3.3-25.3 – DESPESAS EXECUTADAS - ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA versus ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

FIGURA 3.3-25.4 – DESPESAS EXECUTADAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA versus - ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

Na próxima tabela, pode-se analisar a estrutura da execução das despesas da União, identificadas por Poder, sendo que as relativas ao Executivo foram detalhadas em seus principais agrupamentos.

TABELA 3.3-12 – DESPESAS POR PODER – UNIÃO – 2009 E 2008

R$ milhões

DESPESAS POR PODER	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
LEGISLATIVO	7.080	7.194	0,5	0,6
JUDICIÁRIO	38.277	32.383	2,7	2,5
EXECUTIVO	1.371.005	1.219.265	96,8	96,9
Pessoal e Encargos Sociais	127.581	116.368	9,0	9,2
Juros e Encargos da Dívida	124.608	110.192	8,8	8,8
Amortização da Dívida	252.247	171.206	17,8	13,6
Refinanciamento da Dívida Pública	265.662	277.761	18,8	22,1
Transferências Constitucionais	176.839	177.933	12,5	14,1
Benefícios Previdenciários	218.660	195.440	15,4	15,5
Demais Despesas	205.409	170.364	14,5	13,5
TOTAL	**1.416.371**	**1.258.841**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Notas: as Transferências Constitucionais também estão sendo consideradas as transferências voluntárias.

Considerando que a tabela acima não evidencia os grupos de despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário, cabe destacar que para estes Poderes as despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R$ 32.415, registrando um crescimento de 15,3%. Essas despesas representaram 71,5% da despesa desses Poderes. Por sua vez, as Outras Despesas Correntes responderam por 25,7% das despesas.

Em relação às Outras Despesas Correntes, no Judiciário, ressaltamos as despesas com pagamento de sentenças judiciais e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, 68,9% e 12,3% do total do grupo, respectivamente. No Legislativo, foram relevantes as despesas com passagens e despesas com indenizações e restituições (R$ 159,9 milhões, ou 15,3%), auxílio-alimentação (R$ 188,7 milhões, ou 18,1%), locação de mão-de-obra (R$ 254,8 milhões, ou 24,4%) e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (R$ 280,2 milhões, ou 26,9%).

No Poder Executivo, o item Demais Despesas da União totalizou R$ 205.409 milhões. Destacaram-se as Concessões de Empréstimos, no valor de R$ 28.119 milhões, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica com R$ 21.412 milhões, e Outros Benefícios de Natureza Social com R$ 27.127 milhões. Mais adiante neste relatório serão analisadas as despesas segundo a classificação por categoria econômica.

O grupo de despesa Outras Despesas Correntes está representado pelos itens Transferências a Estados e Municípios, Benefícios Previdenciários e Demais Despesas Correntes; da mesma forma, os itens Refinanciamento da Dívida e Amortização da Dívida representam o grupo de despesa Amortização da dívida.

Despesas por Modalidade de Aplicação – União 2009

Outra forma de observar os gastos do governo federal é por meio da Modalidade de Aplicação que revela o quanto do orçamento foi diretamente gasto pelo governo federal ou por outras entidades federativas, multi-governamentais ou mesmo instituições privadas.

TABELA 3.3-13 – DESPESAS POR MODALIDADES DE APLICAÇÃO - UNIÃO

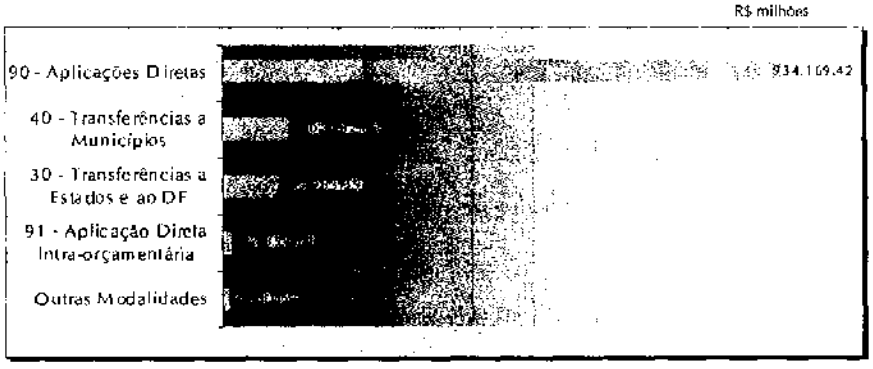
R$ milhões

MODALIDADES	DESPESA EXECUTADA		%	
	2009	2008	2009	2008
70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	54,69	36,72	0,005	0,004
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	234,80	314,98	0,02	0,03
80 - Transferências ao Exterior	1.072,26	1.176,40	0,09	0,12
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	3.248,52	3.240,61	0,28	0,33
91 - Aplicações Diretas Intra-orçamentárias	13.854,22	11.949,66	1,20	1,22
30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	90.963,39	92.837,55	7,90	9,46
40 - Transferências a Municípios	107.162,19	102.499,28	9,31	10,45
90 - Aplicações Diretas	934.169,42	769.019,05	81,18	78,38
TOTAL GERAL	**1.150.709,49**	**981.079,75**	**100,00**	**100**

Nota: Não estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida

Observa-se que no ano de 2009 os valores diretamente gastos pelo governo federal superaram 80% do orçamento. Nas figuras 3.3-27 observa-se que, dos gastos realizados indiretamente, a grande parte foi destinada aos municípios e aos estados.

FIGURA 3.3-27 – DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – UNIÃO – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Classificação Funcional

Conforme conceito do Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2009, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a classificação funcional busca "responder basicamente à indagação 'em que' área de ação governamental a despesa será realizada". A Tabela 3.3-14 a seguir demonstra a despesa executada em cada função, em ordem decrescente de valores. Não estão incluídos os valores referentes ao refinanciamento da dívida. Mais adiante, as Figuras 3.3-28 (segregadas para fins de apresentação) ilustram essas mesmas informações.

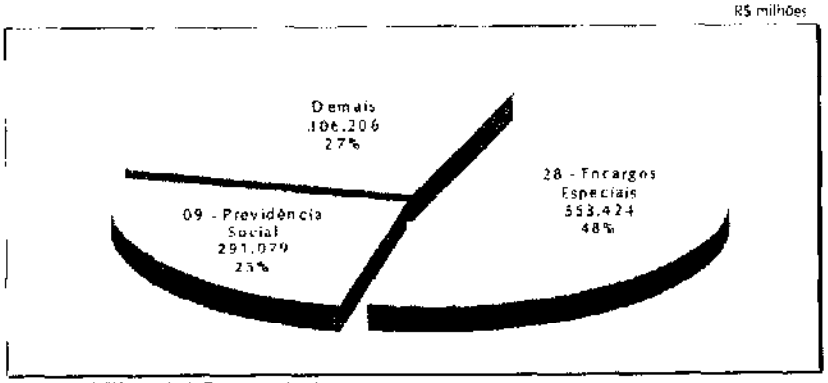
TABELA 3.3-14 – DESPESAS POR FUNÇÃO – UNIÃO – 2008 e 2009

R$ milhões

FUNÇÃO	2009		2008		2008	2009	Variação 2009/2008	
	DESPESA EXECUTADA	% DO TOTAL	DESPESA EXECUTADA	% DO TOTAL	POSIÇÃO DE GASTO		POSIÇÃO DA VARIAÇÃO	%
28 - Encargos Especiais	553.424	48,09	464.494	47,3	1	1	18	19,15
09 - Previdência Social	291.079	25,30	258.586	26,4	2	2	16	12,57
10 - Saúde	58.149	5,05	50.138	5,1	3	3	13	15,98
12 - Educação	36.680	3,19	28.251	2,9	4	5	4	29,83
08 - Assistência Social	33.336	2,90	28.845	2,9	5	4	15	15,57
11 - Trabalho	29.301	2,55	22.695	2,3	6	6	5	29,11
05 - Defesa Nacional	26.147	2,27	22.471	2,3	7	7	12	16,38
02 - Judiciária	20.464	1,78	18.795	1,9	8	8	18	8,88
04 - Administração	17.078	1,48	14.773	1,5	9	9	14	15,60
26 - Transporte	16.505	1,43	13.114	1,3	10	10	6	25,86
20 - Agricultura	14.723	1,28	9.773	1	11	11	3	50,65
06 - Segurança Pública	7.993	0,69	6.581	0,7	12	12	8	21,46
19 - Ciência e Tecnologia	6.190	0,54	5.225	0,5	13	14	11	18,44
01 - Legislativa	5.164	0,45	5.307	0,5	14	13	25	-2,70
03 - Essencial à Justiça	4.995	0,43	4.572	0,5	15	15	17	9,25
21 - Organização Agrária	4.845	0,42	4.522	0,5	16	16	20	7,14
15 - Urbanismo	4.711	0,41	4.341	0,4	17	17	19	8,53
23 - Comércio e Serviços	4.036	0,35	3.375	0,3	18	19	9	19,57
18 - Gestão Ambiental	3.697	0,32	3.754	0,4	19	18	24	-1,51
17 - Saneamento	3.019	0,26	1.782	0,2	20	22	1	69,41
22 - Indústria	1.602	0,14	2.279	0,2	21	20	28	-29,72
14 - Direitos da Cidadania	1.569	0,14	1.510	0,2	22	23	21	3,93
07 - Relações Exteriores	1.549	0,13	1.922	0,2	23	21	27	-19,42
13 - Cultura	1.120	0,10	898	0,1	24	26	7	24,67
16 - Habitação	1.011	0,09	1.043	0,1	25	24	26	-3,26
27 - Desporto e Lazer	982	0,09	964	0,1	26	25	22	1,89
25 - Energia	810	0,07	534	0,1	27	27	2	51,68
24 - Comunicações	534	0,05	531	0,1	28	28	23	0,51
TOTAL	**1.150.709**	**100**	**981.080**	**100**	-	-	-	**17,29**

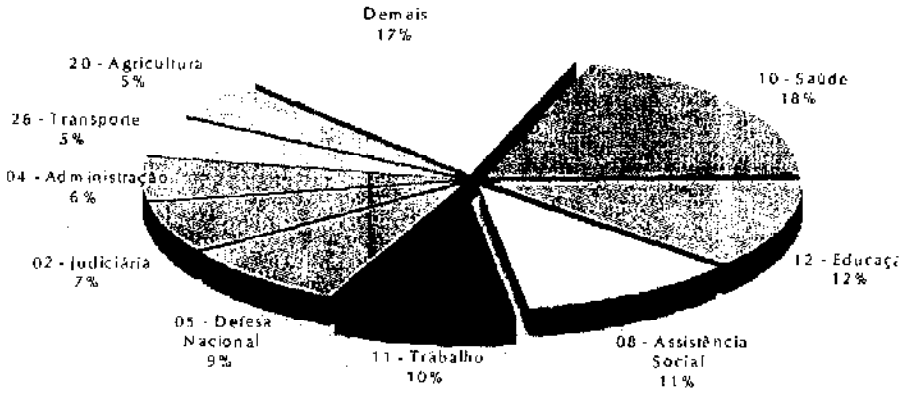
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Não estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida (classificadas na função 28 – Encargos Especiais)

FIGURA 3.3-28.1 – PRINCIPAIS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Não estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida (classificadas na função 28 – Encargos Especiais)

FIGURA 3.3-28.1 – DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2009
(EXCLUÍDAS AS FUNÇÕES 28 – ENCARGOS ESPECIAIS E 09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL)



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Ainda a respeito da classificação funcional, o MTO 2009 esclarece:

"Os dois primeiros referem-se à função, que pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função está relacionada com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios.
[...]

Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação. Assim, a classificação por funções tende a coincidir com a classificação institucional. Além da função, a classificação funcional também é composta pela subfunção. A esse respeito, consta no MTO 2009:

"A subfunção, indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se agrupinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estão relacionadas na Portaria no 42, de 1999. As ações devem estar sempre conectadas às subfunções que representam sua área específica. Existe também a possibilidade de matricialidade na conexão entre função e subfunção, ou seja, combinar qualquer função com qualquer subfunção, mas não na relação entre ação e subfunção."

As subfunções, portanto, representam um importante agregador das ações e, desse modo, fornecem informações sobre a execução orçamentária da despesa sob uma ótica diferente. No entanto, cada subfunção possui uma função típica. Desse modo, é possível compilar a despesa executada nas subfunções típicas, o que revela de fato o quanto foi gasto em cada atuação governamental.

A Tabela 3.3-15 revela o valor total da execução por funções e suas respectivas subfunções.

TABELA 3.3-15 – DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO – UNIÃO – 2009

R$ milhões

FUNÇÃO		EXECUÇÃO NA FUNÇÃO	EXECUÇÃO NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS	DIFERENÇA (FUNÇÃO - SUBFUNÇÃO)
28	ENCARGOS ESPECIAIS	553.424	551.834	1.590
09	PREVIDENCIA SOCIAL	291.079	286.681	4.398
10	SAUDE	58.149	57.232	917
12	EDUCACAO	36.680	20.915	15.764
08	ASSISTENCIA SOCIAL	33.336	33.191	145
11	TRABALHO	29.301	37.773	8.472
05	DEFESA NACIONAL	26.147	6.445	19.702
02	JUDICIARIA	20.464	15.396	5.067
04	ADMINISTRACAO	17.078	76.398	-59.320
26	TRANSPORTE	16.505	12.912	3.594
20	AGRICULTURA	14.723	11.514	3.209
06	SEGURANCA PUBLICA	7.991	2.817	5.175

	FUNÇÃO	EXECUÇÃO NA FUNÇÃO	EXECUÇÃO NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS	DIFERENÇA (FUNÇÃO - SUBFUNÇÃO)
19	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	6.190	5.381	809
01	LEGISLATIVA	5.164	4.305	859
03	ESSENCIAL À JUSTIÇA	4.995	53	4.942
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.845	2.943	1.902
15	URBANISMO	4.711	4.706	5
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.036	4.696	-660
18	GESTÃO AMBIENTAL	3.697	2.582	1.116
17	SANEAMENTO	3.019	4.456	-1.437
22	INDÚSTRIA	1.602	3.124	-1.523
14	DIREITOS DA CIDADANIA	1.569	1.077	492
07	RELAÇÕES EXTERIORES	1.549	1.332	217
13	CULTURA	1.120	732	387
16	HABITAÇÃO	1.011	408	603
27	DESPORTO E LAZER	982	1.142	-160
25	ENERGIA	810	327	483
24	COMUNICAÇÕES	534	338	196
	TOTAL	1.150.709	1.150.709	-

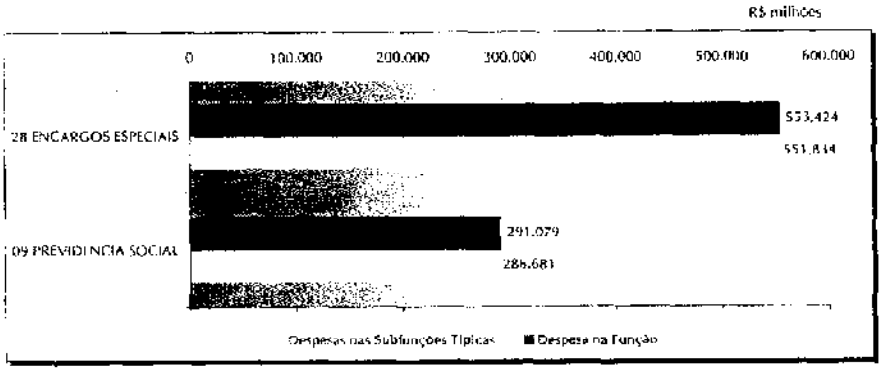
Nota: Não estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida (classificadas na função 28 – Encargos Especiais)

Essas informações sugerem que, com exceção das funções Administração, Saneamento, Encargos Sociais e Indústria, as despesas nas áreas governamentais efetivas foram menores do que o indicado pelas funções. Isso decorre do fato de a classificação por função estar na verdade relacionada à área de atuação do órgão responsável pela despesa, e não com a efetiva área da atuação governamental em que se insere a ação orçamentária.

O exemplo mais claro dessa situação são as subfunções típicas da função Administração, que estão presentes nas despesas de praticamente todas as demais funções – especialmente a subfunção Administração Geral. Por esse motivo, as despesas registradas em subfunções típicas da função Administração são superiores às despesas registradas na função Administração.

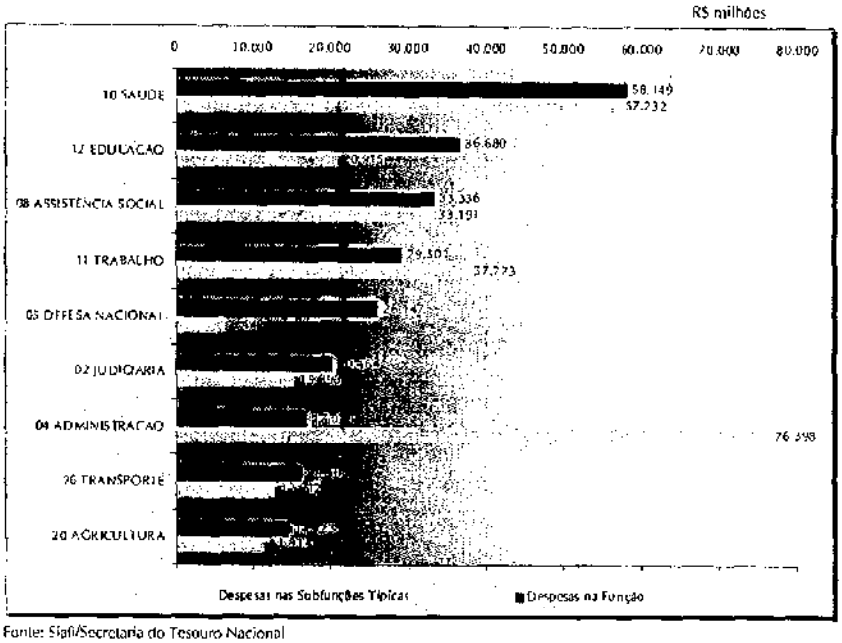
As Figuras 3.3-29 (segregadas para fins de apresentação) abaixo demonstram melhor essa característica do orçamento federal. Observa-se que o total dos gastos nas subfunções típicas da "Administração" é superior aos gastos das funções Saúde e Educação. Em outras palavras, isso significa que as ações das subfunções típicas da função "Administração" estão presentes em todos os gastos das demais funções.

FIGURA 3.3-29.1 – COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO versus DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO



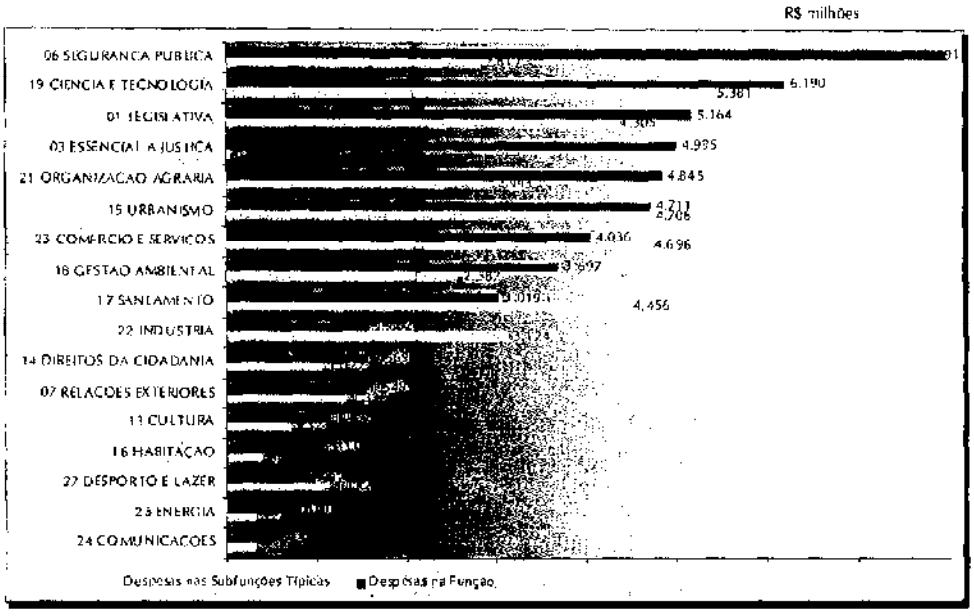
Fonte: Siaf/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Não estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida (classificadas na função 28 – Encargos Especiais)

FIGURA 3.3-29.2 – COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO versus DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-29.3 – COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO versus DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO

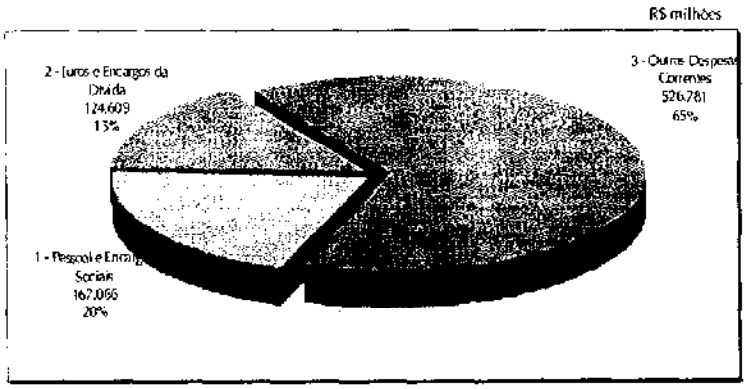


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Despesas Correntes

As Despesas Correntes referem-se aos gastos com Salários, Juros e Encargos da Dívida Interna e Externa e com o custeio básico da União, também denominado Outras Despesas Correntes. As Transferências a Estados, DF e Municípios somaram R$ 178.151 milhões e referem-se aos Fundos Constitucionais (FCO, FNO E FNE), Fundos de Participação dos Estados e Municípios, Transferências do Imposto Territorial Rural (ITR), IOF, outras transferências definidas na Constituição Federal, como Salário-Educação e Fundeb, e também as transferências voluntárias. Na figura seguinte, demonstra-se a composição das Despesas Correntes nos diversos grupos de despesa. A Tabela 3.3-16 detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

FIGURA 3.3-30 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

TABELA 3.3-16 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE – UNIÃO – 2009 E 2008

R$ milhões

DESPESAS CORRENTES	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	65	40	0,0	0,0
Aplicações Diretas	154.860	134.114	18,9	18,3
Aplicação Direta Decorrente de Operação Intra-Orçamentária	12.141	10.330	1,5	1,4
Subtotal	167.066	144.484	20,4	19,7
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA				
Aplicações Diretas	124.609	110.193	15,2	15,0
Subtotal	124.609	110.193	15,2	15,0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	82.662	84.677	10,1	11,6
Transferências a Municípios	95.424	93.258	11,7	12,7
Transferências a Instituições Privadas	2.702	2.810	0,3	0,4
Transferências a Instituições Multigovernamentais	2	0	0,0	0,0
Transferências ao Exterior	1.019	1.161	0,1	0,2
Aplicações Diretas	344.364	295.386	42,1	40,3
Aplicação Direta Decorrente de Operação Intra-Orçamentária	610	522	0,1	0,1
Subtotal	526.781	477.814	64,4	65,2
TOTAL	**818.457**	**732.491**	**100**	**100**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Pessoal e Encargos Sociais

Conforme definição do MTO 2009, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais são:

"Despesas de natureza remuneratória decorrente do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, pertinentes a este grupo de despesa, previstos na estrutura remuneratória dos militares, e ainda, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público e despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1o, da Lei Complementar no 101, de 2000."

As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram 15,6% em relação a 2008. Esse crescimento e a redução das despesas de juros fizeram com que as despesas com pessoal se tornassem o segundo maior grupo de despesas correntes em 2009. A Tabela 3.3-17 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.3-31 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

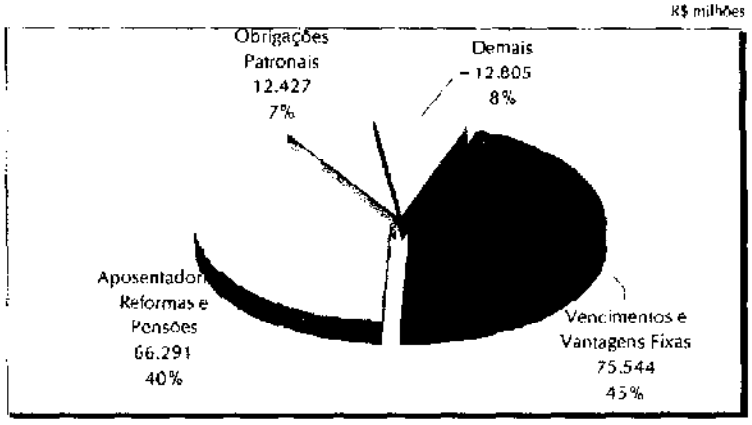
TABELA 3.3-17 – DESPESAS DE PESSOAL POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2009 E 2008

R$ milhões

DESPESAS DE PESSOAL	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	62.039	52.878	37,13	36,60
01 – Aposentadorias e Reformas	41.823	36.996	25,03	25,61
03 – Pensões	24.468	20.550	14,65	14,22
12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	13.504	12.205	8,08	8,45
13 - Obrigações Patronais	12.427	10.566	7,44	7,31
91 - Sentenças Judiciais	7.620	5.386	4,56	3,73
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.863	2.955	1,12	2,05
17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar	1.291	1.082	0,77	0,75
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	648	656	0,39	0,45
04 - Contratação por Tempo Determinado	532	406	0,32	0,28
96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	415	347	0,25	0,24
07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	155	132	0,09	0,09
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	152	110	0,09	0,08
08 - Outros Benefícios Assistenciais	126	109	0,08	0,08
41 – Contribuições	65	40	0,04	0,03
67 - Depósitos Compulsórios	25	66	0,02	0,05
09 - Salário-Família	1	1	0,00	0,00
34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	0	1	0,00	0,00
TOTAL	167.066	144.485	100	100

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

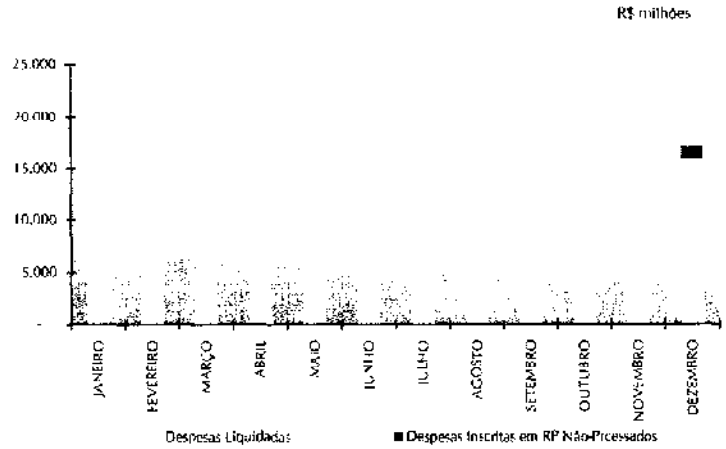
FIGURA 3.3-31 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Em geral, a liquidação é a fase em que se registra efetivamente a despesa pública. No entanto, conforme as normas da Lei nº 4.320/64, as despesas empenhadas e ainda não liquidadas por ocasião do encerramento do exercício são consideradas também executadas, havendo o registro da despesa pública. Tais despesas, consideradas executadas, mas ainda não liquidadas de fato, são inscritas em restos a pagar não-processados. A liquidação mensal das despesas de pessoal encontra-se ilustrada na Figura 3.3-32, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

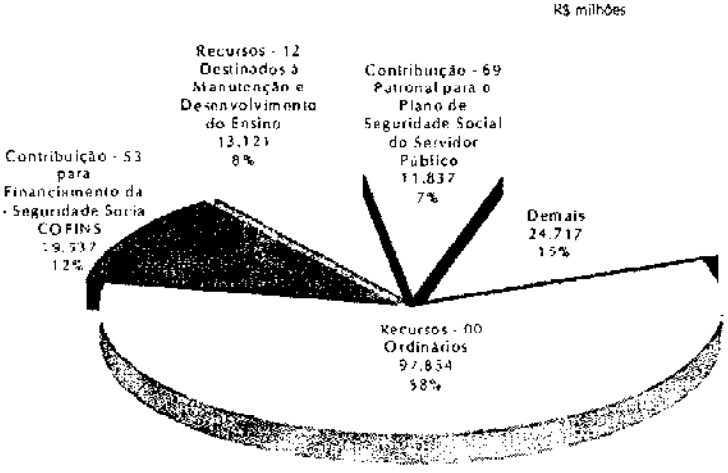
FIGURA 3.3-32 – DESPESAS DE PESSOAL LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional.
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Por fim, a Figura 3.3-33 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de pessoal.

FIGURA 3.3-33 – DESPESAS DE PESSOAL – ORIGENS DOS RECURSOS – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Juros e Encargos da Dívida

Conforme definição do MTO 2009, as despesas com Juros e Encargos da Dívida são:

"Despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária."

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 124.609 milhões, o que representa 15,2% das despesas correntes da União. Esse valor é 13,1% superior ao de 2008. A Tabela 3.3-18 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.3-34 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

TABELA 3.3-18 – DESPESAS DE JUROS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2009 E 2008

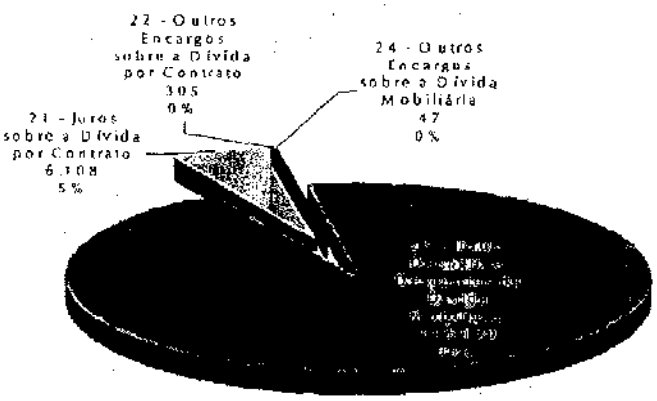
R$ milhões

DESPESAS DE JUROS	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	118.150	104.006	94,8	94,4
21 Juros sobre a Dívida por Contrato	6.108	6.163	4,9	5,6
22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	305	19	0,2	0,0
24 Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	47	5	0,0	0,0
TOTAL	**124.609**	**110.193**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-34 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE JUROS DA UNIÃO – 2009

R$ milhões

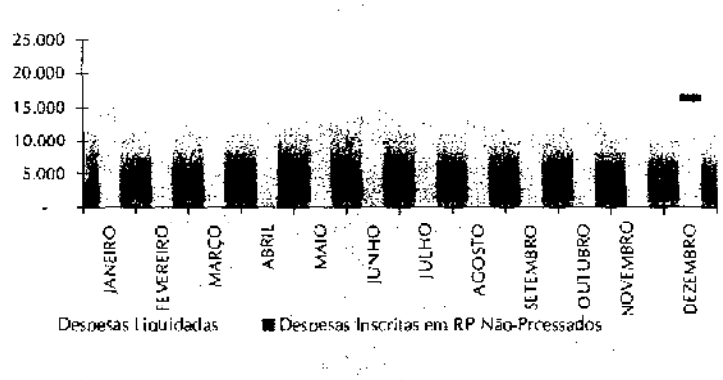


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A liquidação mensal das despesas de juros encontra-se ilustrada na Figura 3.3-35, a qual evidencia também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

FIGURA 3.3-35 – DESPESAS DE JUROS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2009

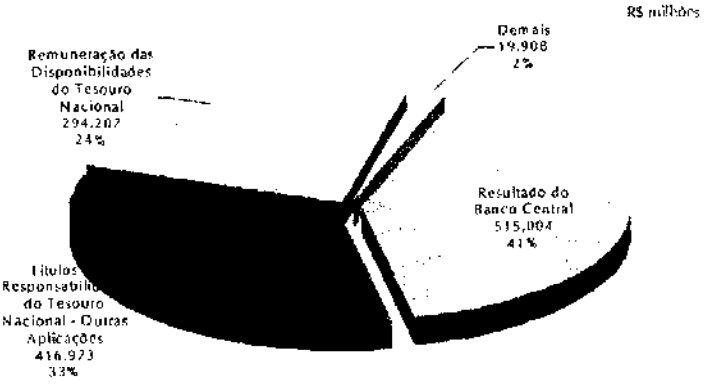
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, a Figura 3.3-36 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de juros.

FIGURA 3.3-36 – DESPESAS DE JUROS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Outras Despesas Correntes

Conforme definição do MTO 2009, as despesas com Outras Despesas Correntes são:

"Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa."

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 526.781 milhões, o que representa 64,4% das despesas correntes da União. Esse valor foi 10,2% superior ao de 2008. A Tabela 3.3-19 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.3-37 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

TABELA 3.3-19 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2009 E 2008

R$ milhões

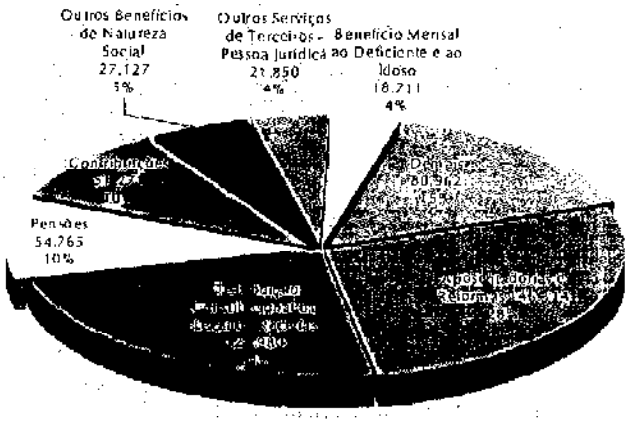
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
01 - Aposentadorias e Reformas	146.114	129.374	27,7	27,1
81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	125.980	133.645	23,9	28,0
03 - Pensões	54.765	48.353	10,4	10,1
41 - Contribuições	51.271	44.975	9,7	9,4
10 - Outros Benefícios de Natureza Social	27.127	20.694	5,1	4,3
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	21.650	19.857	4,1	4,2
06 - Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	18.711	15.640	3,6	3,3
05 - Outros Benefícios Previdenciários	17.815	17.736	3,4	3,7
48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	13.382	11.207	2,5	2,3
45 - Equalização de Preços e Taxas	10.786	3.065	2,0	0,6
30 - Material de Consumo	9.227	7.289	1,8	1,5
91 - Sentenças Judiciais	7.946	6.718	1,5	1,4
93 - Indenizações e Restituições	5.761	5.017	1,1	1,0
37 - Locação de Mão-de-Obra	3.292	2.833	0,6	0,6
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	1.950	1.645	0,4	0,3
46 - Auxílio-Alimentação	1.926	1.812	0,4	0,4
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.771	1.551	0,3	0,3
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.498	1.197	0,3	0,3
32 - Material de Distribuição Gratuita	1.113	1.207	0,2	0,3
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	886	855	0,2	0,2
14 - Diárias – Civil	747	560	0,1	0,1
49 - Auxílio-Transporte	643	640	0,1	0,1
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	576	510	0,1	0,1
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	371	333	0,1	0,1
04 - Contratação por Tempo Determinado	360	266	0,1	0,1
08 - Outros Benefícios Assistenciais	238	226	0,0	0,0
35 - Serviços de Consultoria	196	193	0,0	0,0
43 - Subvenções Sociais	186	177	0,0	0,0

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
15 - Diárias – Militar	157	160	0,0	0,0
31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	72	36	0,0	0,0
19 - Auxílio-Fardamento	29	28	0,0	0,0
67 - Depósitos Compulsórios	10	4	0,0	0,0
28 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos	9	0	0,0	-
27 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	7	10	0,0	0,0
95 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	6	72	0,0	0,0
38 - Arrendamento Mercantil	0	0	0,0	-
TOTAL	526.778	477.815	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

FIGURA 3.3-37 – COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2009

R$ milhões

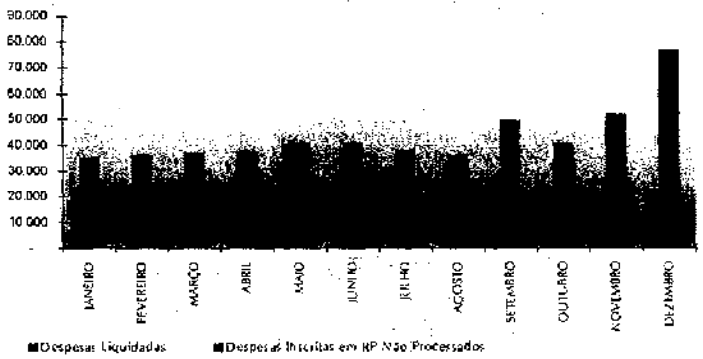


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

A liquidação mensal das outras despesas correntes encontra-se ilustrada na Figura 3.3-38, a qual evidencia também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

FIGURA 3.3-38 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2009

R$ milhões

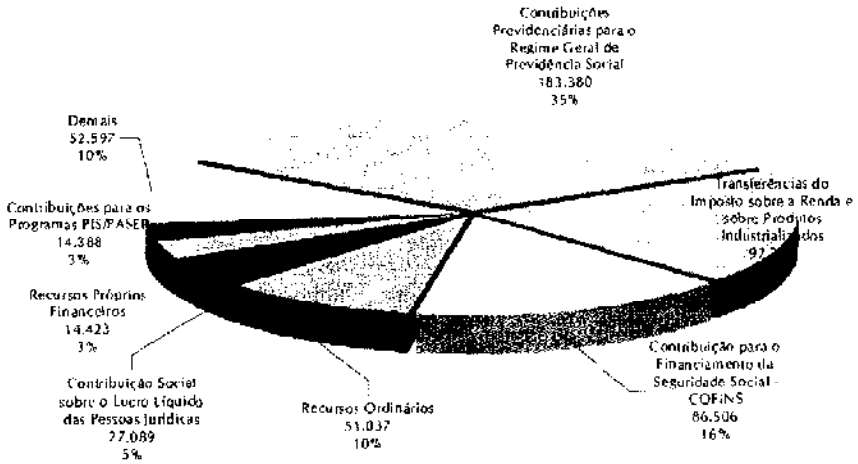


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Por fim, a Figura 3.3-39 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das outras despesas correntes.

FIGURA 3.3-39 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES – ORIGENS DOS RECURSOS – 2009

R$ milhões



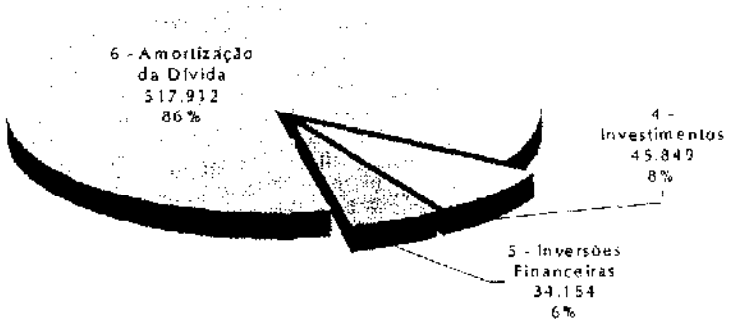
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Despesas de Capital

As Despesas de Capital, que representaram 42,2% do montante total das despesas do Governo Federal, estão estruturadas nos grupos de despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. Na figura seguinte, demonstra-se a composição das Despesas de Capital nos diversos grupos de despesa. A Tabela 3.3-20 detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

FIGURA 3.3-40 – COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL DA UNIÃO – 2009

R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Nas tabelas a seguir, os grupos de despesas de capital foram detalhados em suas respectivas modalidades e elementos de despesa, visando identificar com transparência a aplicação dos recursos orçamentários efetuados pelo Governo Federal.

TABELA 3.3-20 – DESPESAS DE CAPITAL POR MODALIDADE – UNIÃO – 2009 E 2008

R$ milhões

DESPESAS DE CAPITAL	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Investimentos				
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	8.233	8.120	1,4	1,54
Transferências a Municípios	11.739	9.242	2,0	1,76
Transferências a Instituições Privadas	781	752	0,1	0,14
Transferências a Instituições Multigovernamentais	53	36	0,0	0,01
Transferências ao Exterior	3	15	0,0	0,00
Aplicações Diretas	25.003	18.018	4,2	3,42
Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias	38	27	0,0	0,01
Subtotal	45.849	36.210	7,7	6,88
Inversões Financeiras				
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	4	0	0,0	0
Aplicações Diretas	33.084	40.099	5,5	7,6
Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias	1.066	1.071	0,2	0,2
Subtotal	34.154	41.170	5,7	7,8
Amortização da Dívida				
Aplicações Diretas	517.912	448.970	86,6	85,3
Subtotal	517.912	448.970	86,6	85,3
TOTAL	597.915	526.350	100	100

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Investimentos

Conforme definição do MTO 2009, as despesas com Investimentos são:

"Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente."

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 45.849 milhões, o que representa 7,7% das despesas de capital da União. Esse valor foi 26,6% superior ao de 2008. A Tabela 3.3-21 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.3-41 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

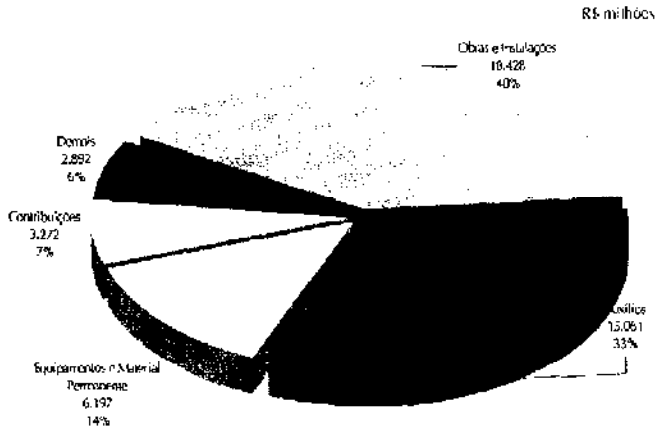
TABELA 3.3-21 – INVESTIMENTOS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2009 E 2008

R$ milhões

INVESTIMENTOS	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2007
51 - Obras e Instalações	18.428	12.649	40,2	34,9
42 - Auxílios	15.061	12.523	32,8	34,6
52 - Equipamentos e Material Permanente	6.197	4.841	13,5	13,4
41 - Contribuições	3.272	3.401	7,1	9,4
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.542	1.358	3,4	3,8
30 - Material de Consumo	545	616	1,2	1,7
35 - Serviços de Consultoria	254	273	0,6	0,8
20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores	240	151	0,5	0,4
61 - Aquisição de Imóveis	145	171	0,3	0,5
93 - Indenizações e Restituições	60	17	0,1	0,0
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	43	149	0,1	0,4
04 - Contratação por Tempo Determinado	30	29	0,1	0,1
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	13	14	0,0	0,0
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	9	11	0,0	0,0
14 - Diárias - Civil	4	2	0,0	0,0
37 - Locação de Mão-de-Obra	3	5	0,0	0,0
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2	1	0,0	0,0
13 - Diárias - Militar	1	1	0,0	0,0
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	0	0	0,0	0,0
91 - Sentenças Judiciais	0	0	0,0	0,0
TOTAL	45.849	36.212	100	100

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

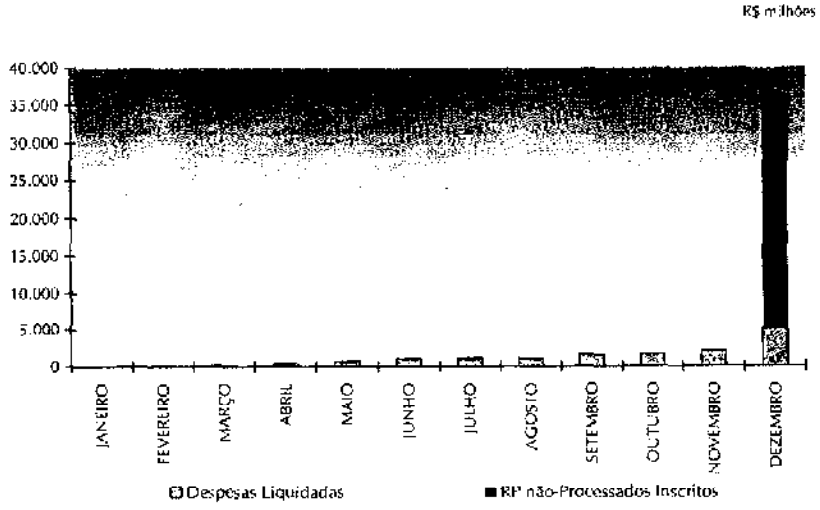
FIGURA 3.3-41 – COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA UNIÃO – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

A liquidação mensal dos investimentos encontra-se ilustrada na Figura 3.3-42, a qual evidencia também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados. Percebe-se o alto grau de inscrição de despesas em restos a pagar não-processados.

FIGURA 3.3-42 – DESPESAS DE INVESTIMENTOS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2009

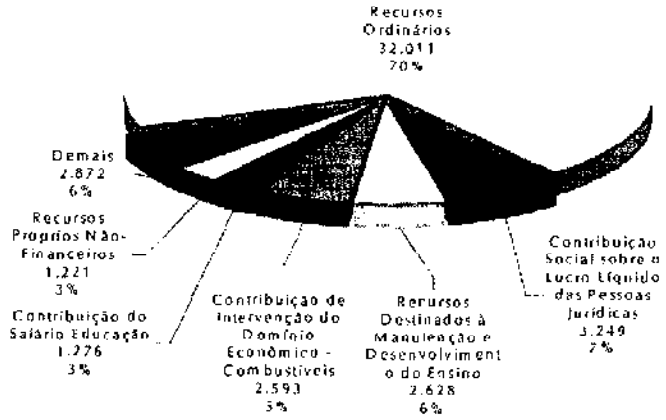


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Por fim, a Figura 3.3-43 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução dos investimentos.

FIGURA 3.3-43 – INVESTIMENTOS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2009

R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Inversões Financeiras

Conforme definição do MTO 2009, as despesas com Inversões Financeiras são:

"Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas."

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 34.154 milhões, o que representa 5,7% das despesas de capital da União. Esse valor foi 17% inferior ao de 2008. A Tabela 3.3-22 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.3-44 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

TABELA 3.3-22 – INVERSÕES FINANCEIRAS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2009 E 2008

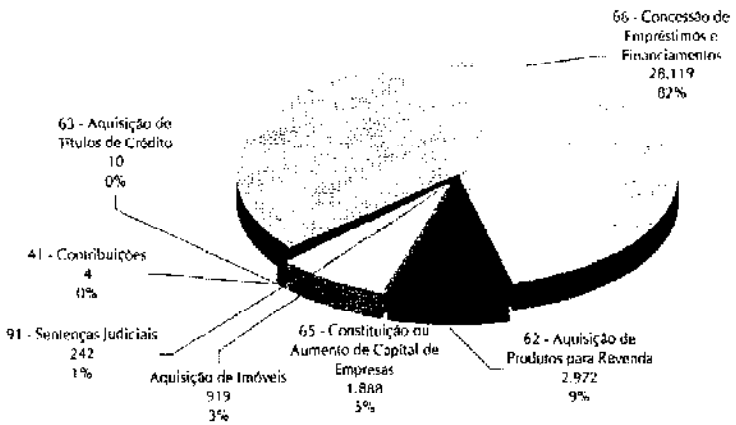
R$ milhões

INVERSÕES FINANCEIRAS	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos	28.119	38.650	82,3	93,9
62 - Aquisição de Produtos para Revenda	2972	742	8,7	1,8
65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	1888	742	5,5	1,8
61 - Aquisição de Imóveis	919	862	2,7	2,1
91 - Sentenças Judiciais	247	173	0,7	0,4
63 - Aquisição de Títulos de Crédito	10	0	0,0	0,0
41 - Contribuições	4	0	0,0	0,0
TOTAL	34.154	41.169	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-44 – COMPOSIÇÃO DAS INVERSÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO - 2009

R$ milhões

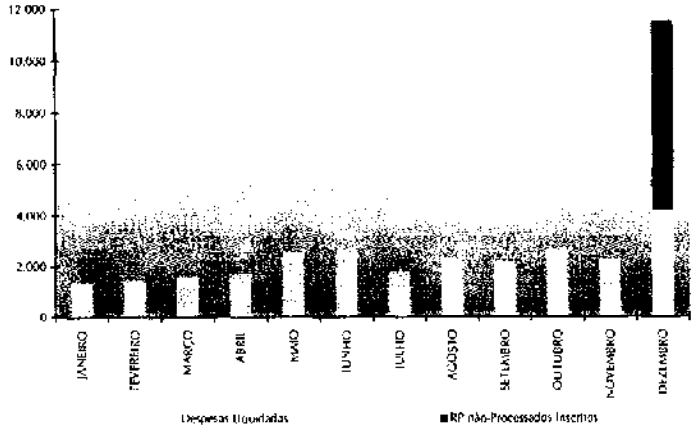


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

A liquidação mensal das inversões financeiras encontra-se ilustrada na Figura 3.3-45, a qual evidencia também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

FIGURA 3.3-45 – DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2009

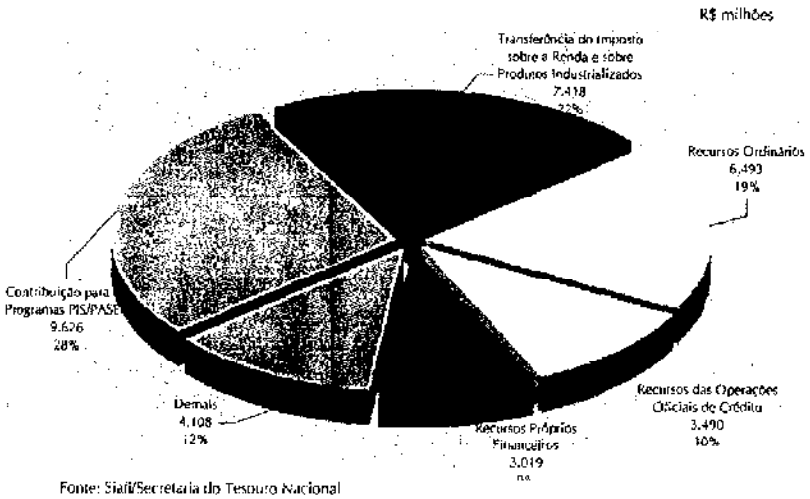
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Por fim, a Figura 3.3-46 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das inversões financeiras.

FIGURA 3.3-46 – INVERSÕES FINANCEIRAS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Amortização da Dívida

Conforme definição do MTO 2009, as despesas com Amortização da Dívida são:

"Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária."

Essas despesas alcançaram o montante de R$ 517.912 milhões, o que representa 86,6% das despesas de capital da União. Esse valor foi 15,4% superior ao de 2008. A amortização da dívida interna vem, ao longo dos anos, sendo o mais expressivo grupo das Despesas de Capital, em função da rolagem da dívida. No exercício em análise as despesas com refinanciamento somaram R$ 265.662 milhões. A Tabela 3.3-23 mostra a composição das despesas desse grupo, e a Figura 3.3-47 ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

TABELA 3.3-23 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2009 E 2008

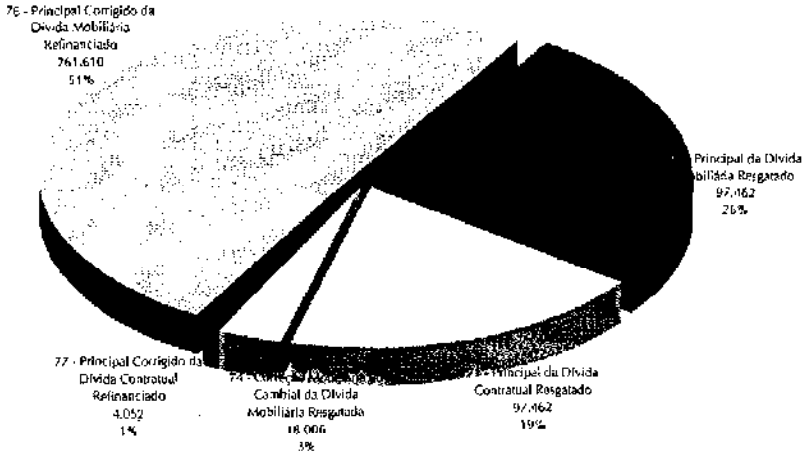
R$ milhões

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	261.610	276.293	50,5	61,5
72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	136.783	106.183	26,4	23,7
71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	97.462	64.957	18,8	14,5
74 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada	18.006	67	3,5	0,0
77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	4.052	1.469	0,8	0,3
TOTAL	**517.912**	**448.969**	**100**	**100**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-47 – COMPOSIÇÃO DA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA UNIÃO – 2009

R$ milhões

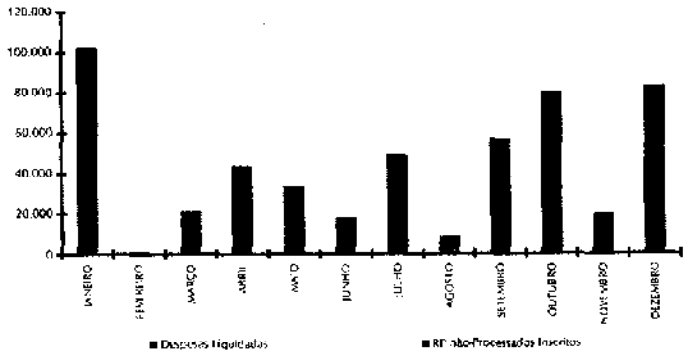


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A liquidação mensal das amortizações da dívida encontra-se ilustrada na Figura 3.3-48, a qual evidencia também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

FIGURA 3.3-48 – DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2009

R$ milhões

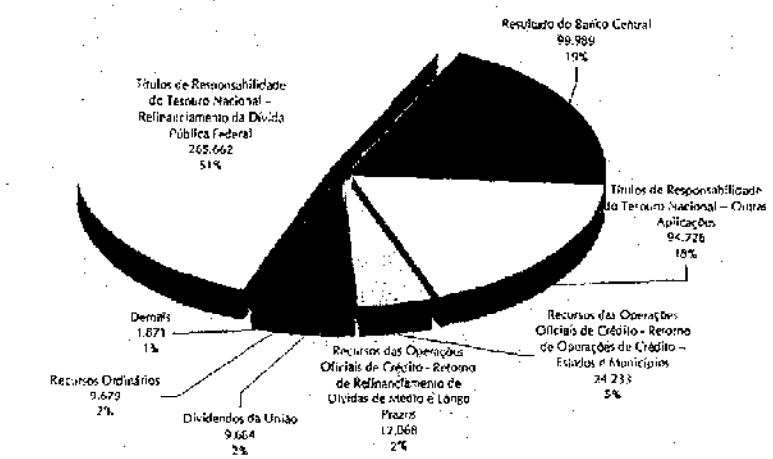


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, a Figura 3.3-49 ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das amortizações da dívida.

FIGURA 3.3-49 – AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA – ORIGENS DOS RECURSOS – 2009

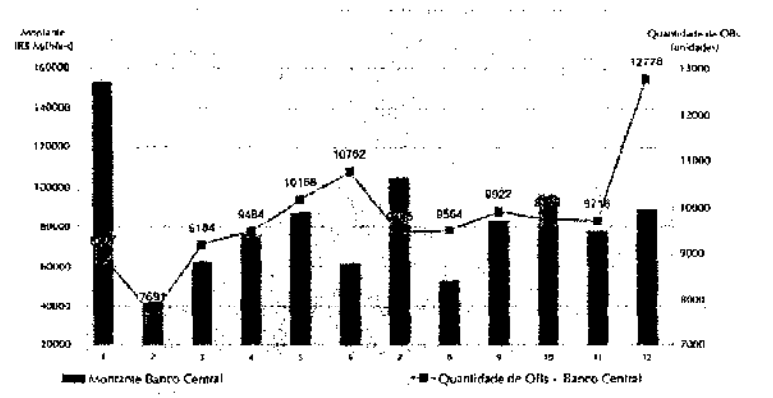
R$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Ainda no que se refere às despesas da União, as Figuras 3.3-50 (segregadas para fins de apresentação) abaixo apresentam-se com o objetivo de evidenciar os pagamentos por agente financeiro, demonstrando as quantidades e os valores movimentados por ordens bancárias do Banco do Brasil e do Banco Central.

FIGURA 3.3-50.1 – MOVIMENTAÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO – UNIÃO – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-50.2 – MOVIMENTAÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO – UNIÃO – 2009

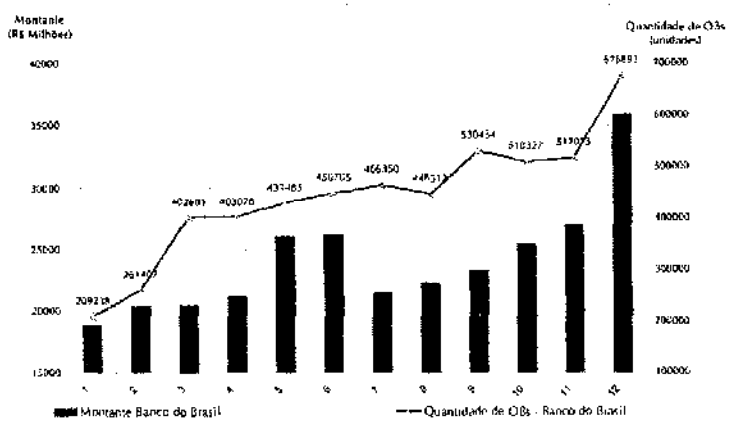


FIGURA 3.3-50.3 – RELAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO – UNIÃO – 2009

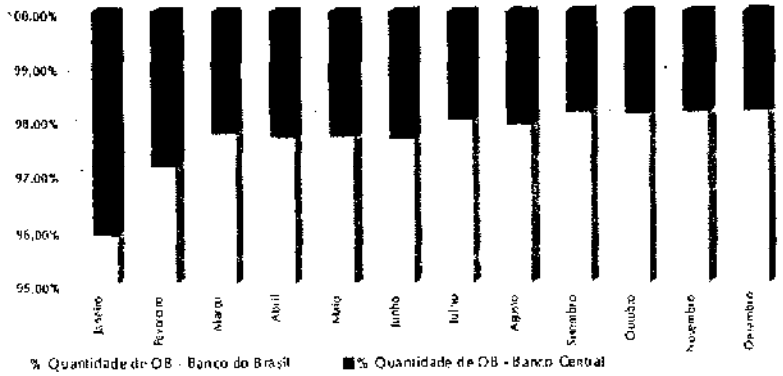
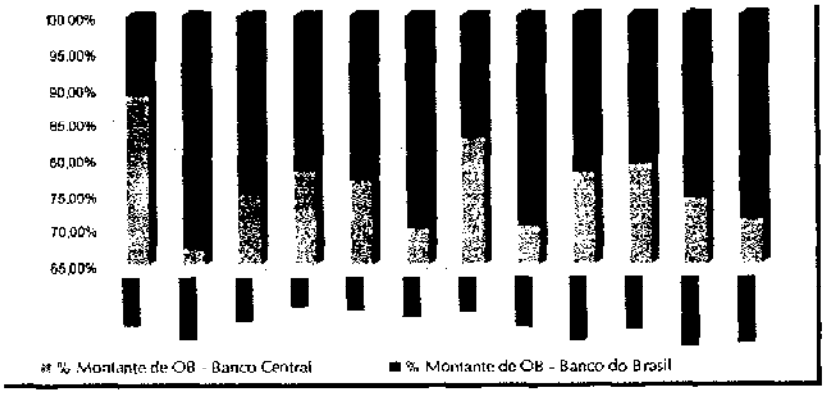


FIGURA 3.3-50.4 – RELAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO POR AGENTE FINANCEIRO – UNIÃO – 2009



ANEXOS DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA – OFSS

Dotação da Despesa por Poder e Órgão
Dotação da Despesa por Fonte de Recursos
Dotação da Despesa por Função e Subfunção
Dotação da Despesa por Programa Regionalizado

Execução da Despesa por Poder e Órgão
Execução da Despesa por Fonte de Recursos
Execução da Despesa por Função e Subfunção
Execução da Despesa por Programa Regionalizado

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
Poder Executivo	1.543.175.312.536,00	95.439.630.263,00	19.574.357.052,00	8.191.859.853,00	1.686.381.159.704,00
20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	6.737.985.832,00	34.340.915,00	1.231.861.616,00	336.754.918,00	8.340.943.281,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	6.737.985.832,00	34.340.915,00	1.231.861.616,00	336.754.918,00	8.340.943.281,00
20101 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	4.422.206.729,00	154.128.315,00	1.231.810.616,00	336.754.918,00	6.144.900.578,00
20102 GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	6.429.377,00	212.600,00	1.000,00	-	6.642.977,00
20114 ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	2.309.349.726,00	(120.000.000,00)	50.000,00	-	2.189.399.726,00
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	11.632.664.618,00	(6.548.387.225,00)	35.187.593,00	-	5.119.464.986,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	10.049.122.543,00	(6.650.252.564,00)	35.174.992,00	-	3.434.044.971,00
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	10.049.122.543,00	(6.650.252.564,00)	35.174.992,00	-	3.434.044.971,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.583.542.075,00	101.865.339,00	12.601,00	-	1.685.420.015,00
20202 FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	27.187.213,00	4.625.731,00	2.601,00	-	31.815.545,00
25205 FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	1.556.354.862,00	97.239.608,00	10.000,00	-	1.653.604.470,00
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	10.441.895.894,00	1.727.707.958,00	11.745.993,00	50.000.000,00	12.231.349.845,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.406.995.798,00	566.669.252,00	11.448.361,00	50.000.000,00	4.035.113.411,00
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	3.406.995.798,00	566.669.252,00	11.448.361,00	50.000.000,00	4.035.113.411,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	7.034.900.096,00	1.161.038.706,00	297.632,00	-	8.196.236.434,00
22202 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	1.406.268.921,00	424.361.532,00	50.000,00	-	1.830.680.453,00
22211 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	2.784.409.208,00	1.037.699.088,00	247.632,00	-	3.822.355.928,00
22905 FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	2.844.221.967,00	(301.021.914,00)	-	-	2.543.200.053,00
24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	6.247.867.540,00	909.191.092,00	61.290.034,00	-	7.218.348.666,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.258.828.897,00	183.037.730,00	9.249.444,00	-	1.451.116.071,00
24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.258.828.897,00	183.037.730,00	9.249.444,00	-	1.451.116.071,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4.989.038.643,00	726.153.362,00	52.040.590,00	-	5.767.232.595,00
20301 COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	448.724.018,00	239.127.472,00	39.000,00	-	687.890.490,00
20302 NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	141.914.371,00	82.430.000,00	10.771,00	-	224.355.142,00
20303 INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	494.777.373,00	5.150.000,00	15.080,00	-	499.942.353,00
20402 AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	227.622.749,00	78.162.000,00	1.000,00	-	305.785.749,00
20501 CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENTIF.E TECNOLOGICO	831.592.789,00	242.456.750,00	9.475,00	-	1.074.059.014,00
24209 CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A	-	(6.250.000,00)	48.251.000,00	-	42.001.000,00
24901 FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO	2.844.407.443,00	85.077.140,00	3.714.264,00	-	2.933.198.847,00
25000 MINISTERIO DA FAZENDA	928.864.934.749,00	84.748.248.459,00	7.749.515.204,00	8.300.000,00	1.021.370.998.412,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	916.837.739.821,00	84.676.751.555,00	7.749.430.000,00	8.300.000,00	1.009.272.221.376,00
25000 MINISTERIO DA FAZENDA	908.414.628.900,00	89.794.675.265,00	7.749.430.000,00	8.300.000,00	1.005.967.034.165,00
90000 RESERVA DE CONTINGENCIA	8.423.110.921,00	(5.117.923.710,00)	-	-	3.305.187.211,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	12.027.194.928,00	71.496.904,00	85.204,00	-	12.098.777.036,00
25201 BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	2.219.531.089,00	24.000.657,00	73.864,00	-	2.243.605.610,00
25203 COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	201.870.700,00	24.769.239,00	6.240,00	-	226.652.179,00
25208 SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	152.138.787,00	21.227.008,00	5.100,00	-	173.370.895,00
25901 FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS	625.333.838,00	-	-	-	625.333.838,00
25904 FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	102.007.240,00	1.500.000,00	-	-	103.507.240,00
25914 FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO	881.349.192,00	-	-	-	881.349.192,00
25915 FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	7.844.958.082,00	-	-	-	7.844.958.082,00
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO	48.321.937.056,00	4.623.299.585,00	123.246.717,00	12.000.000,00	53.082.483.471,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.076.167.684,00	(3.043.823.337,00)	5.462.915,00	-	4.037.807.262,00
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO	7.076.167.684,00	(3.043.823.337,00)	5.462.915,00	-	4.037.807.262,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	41.247.769.382,00	7.667.123.025,00	117.783.802,00	12.000.000,00	49.044.676.209,00
26201 COLEGIO PEDRO II	231.080.662,00	67.838.199,00	28.903,00	-	298.947.764,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO | EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26202 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DE ALAGOAS	57.011.233,00	19.823.785,00	-	-	76.835.018,00
26203 CENTRO FEDERAL DE ED.TECNOLÓGICA DO AMAZONAS	43.121.897,00	19.675.722,00	-	-	62.797.619,00
26205 CENTRO FED. DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DE CAMPOS	73.240.651,00	31.686.028,00	-	-	104.926.679,00
26206 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DO CEARA	66.960.905,00	36.846.958,00	-	-	103.807.863,00
26207 CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLÓGICA DO ESPIR.SANTO	88.444.262,00	30.767.630,00	-	-	119.211.892,00
26208 CENTRO FED. DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DE GOIAS	60.375.091,00	28.053.791,00	-	-	88.428.882,00
26209 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DO MARANHAO	67.828.993,00	29.359.322,00	-	-	97.188.315,00
26210 CENTRO FEDERAL DE EDUC.TECNOL.DO M. GROSSO	39.184.989,00	21.150.648,00	-	-	60.335.637,00
26211 CENTRO FEDERAL DE EDUC. TECNOL. DE OURO PRETO	32.605.527,00	11.695.617,00	-	-	44.301.144,00
26212 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DO PARA	51.993.744,00	30.855.178,00	-	-	82.848.922,00
26213 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DA PARAIBA	73.596.442,00	23.950.726,00	-	-	97.547.168,00
26214 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DE PELOTAS	64.604.745,00	27.679.618,00	-	-	92.284.363,00
26215 CENTRO FED.DE EDUC. TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO	75.348.534,00	25.332.555,00	-	-	100.681.089,00
26216 CENTRO FED. DE EDUC. TECNOLÓG. DO PIAUI-CEFET	48.855.556,00	19.688.065,00	-	-	68.543.621,00
26217 CENT.FED.DE EDUC.TECNOL.DE QUÍMICA-NILOP./RJ	61.021.898,00	31.540.896,00	-	-	115.060.701,00
26218 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DO RN	79.954.899,00	35.105.812,00	-	-	109.783.354,00
26219 CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLÓGICA DE S.CATARINA	73.757.893,00	36.025.461,00	-	-	108.372.431,00
26220 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DE S.PAULO	68.560.505,00	37.811.926,00	-	-	49.670.388,00
26221 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TEC. DE SERGIPE	43.790.680,00	5.879.708,00	-	-	32.804.184,00
26222 CENTRO FED.DE EDUC. TECNOLOGIA DE RORAIMA	24.470.296,00	8.133.888,00	-	-	23.546.060,00
26223 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE PALMAS - TO	14.727.604,00	8.818.456,00	-	-	4.120.379,00
26224 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE RONDONIA	18.216.641,00	(14.096.262,00)	-	-	68.441.135,00
26230 FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO	43.168.471,00	23.265.013,00	7.551,00	-	405.973.477,00
26231 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	347.055.637,00	58.907.864,00	19.976,00	-	827.239.242,00
26232 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	646.578.951,00	179.207.457,00	1.453.034,00	-	821.168.613,00
26233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	636.061.864,00	183.583.152,00	1.523.597,00	-	514.207.305,00
26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	367.787.706,00	146.390.059,00	30.000,00	-	602.833.241,00
26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	459.126.859,00	143.686.382,00	20.000,00	-	1.023.537.729,00
26236 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	746.473.043,00	270.299.774,00	6.764.912,00	-	403.682.024,00
26237 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	313.456.764,00	89.093.924,00	1.091.336,00	-	1.110.831.917,00
26238 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	835.835.646,00	271.895.522,00	3.100.749,00	-	677.811.582,00
26239 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	512.545.337,00	162.109.593,00	2.956.652,00	-	800.909.749,00
26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	592.176.221,00	205.472.536,00	3.260.992,00	-	905.093.750,00
26241 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	666.863.575,00	235.106.284,00	3.123.891,00	-	781.643.368,00
26242 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	610.005.676,00	169.778.063,00	1.859.629,00	-	744.915.644,00
26243 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	570.784.219,00	166.789.025,00	7.342.400,00	-	886.293.570,00
26244 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	684.984.146,00	198.606.024,00	2.703.400,00	-	1.835.263.472,00
26245 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	1.519.062.625,00	316.105.335,00	95.311,00	-	784.555.163,00
26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	584.346.230,00	196.378.232,00	3.830.701,00	-	594.339.355,00
26247 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	460.215.517,00	134.093.838,00	30.000,00	-	249.466.032,00
26248 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	190.926.739,00	58.529.293,00	10.000,00	-	285.839.869,00
26249 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	218.527.476,00	70.302.393,00	10.000,00	-	74.226.079,00
25250 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	68.502.521,00	5.703.558,00	20.000,00	-	135.107.270,00
26251 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	111.812.699,00	22.615.242,00	679.329,00	-	297.455.893,00
26252 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	222.371.354,00	73.944.175,00	1.140.364,00	-	79.765.340,00
26253 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	63.691.966,00	15.563.538,00	509.835,00	-	169.849.375,00
26254 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	121.798.790,00	48.020.586,00	30.000,00	-	93.391.104,00
26255 UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	73.940.597,00	19.440.507,00	10.000,00	-	141.548.171,00
26256 CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	103.965.172,00	37.573.999,00	10.000,00	-	166.701.882,00
26257 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DE MG	119.869.056,00	46.882.816,00	10.000,00	-	289.109.579,00
26258 UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	228.839.844,00	60.249.735,00	20.000,00	-	75.648.452,00
26260 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	51.585.129,00	23.601.557,00	541.766,00	-	92.186.600,00
26261 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	69.890.584,00	22.286.016,00	10.000,00	-	599.012.599,00
26262 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	495.826.113,00	100.084.466,00	3.102.020,00	-	134.390.178,00
26263 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	97.168.415,00	37.163.392,00	57.811,00	-	88.386.484,00
26264 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO	68.811.700,00	19.054.984,00	484.800,00	-	67.367.915,00
26266 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	43.276.818,00	24.076.097,00	10.000,00	-	97.386.574,00
26268 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	76.340.725,00	20.435.813,00	617.036,00	-	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26269 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	182.719.724,00	28.243.368,00	29.185,00	-	210.992.275,00
26270 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	257.171.277,00	80.579.848,00	18.850,00	-	337.769.975,00
26271 FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	829.519.114,00	272.741.556,00	20.724,00	-	1.102.281.394,00
26272 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	275.523.887,00	82.523.431,00	20.139,00	-	358.067.457,00
26273 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS	237.265.834,00	58.449.138,00	26.553,00	-	295.741.525,00
26274 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	429.730.956,00	144.401.634,00	22.220,00	-	574.154.810,00
26275 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	129.557.465,00	28.251.385,00	20.000,00	-	157.828.850,00
26276 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	320.237.722,00	97.086.342,00	2.352.811,00	-	419.676.875,00
26277 UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	133.739.200,00	40.181.282,00	10.000,00	-	173.930.482,00
26278 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	271.948.366,00	66.662.976,00	4.417.624,00	-	345.028.966,00
26279 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	269.810.490,00	80.530.723,00	1.573.343,00	-	350.914.556,00
26280 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	183.582.319,00	67.405.001,00	1.197.024,00	-	252.184.340,00
26281 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	206.758.721,00	70.550.917,00	2.100.665,00	-	279.410.303,00
26282 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	310.987.520,00	95.931.048,00	1.511.944,00	-	408.430.512,00
26283 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	253.488.737,00	88.156.233,00	1.692.440,00	-	343.337.410,00
26284 FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	34.311.493,00	12.140.967,00	182.000,00	-	46.634.460,00
26285 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	101.635.409,00	10.157.254,00	10.000,00	-	111.802.663,00
26286 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	28.501.681,00	11.318.920,00	389.262,00	-	40.209.863,00
26287 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MARABA	5.531.497,00	(3.309.856,00)	-	-	2.221.641,00
26288 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA	6.834.641,00	(3.500.000,00)	-	-	3.334.641,00
26289 ESCOLA AGROT.FED.DE S.RAIMUN.DAS MANGABEIRAS	5.531.497,00	(3.309.856,00)	-	-	2.221.641,00
26290 INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	327.581.465,00	133.857.793,00	35.003.675,00	-	496.442.933,00
26291 FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1.432.246.991,00	477.720.024,00	17.959.059,00	-	1.927.926.074,00
26292 FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	66.202.075,00	28.998.195,00	6.684,00	-	95.206.954,00
26294 HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	319.191.848,00	42.640.803,00	1.000,00	-	361.833.651,00
26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	19.181.129.871,00	897.395.852,00	7.568,00	12.000.000,00	20.090.533.291,00
26301 CENTRO FEDERAL DE EDUCAC.TECNOLOGICA DA BAHIA	93.123.651,00	29.624.058,00	-	-	122.747.709,00
26302 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRE	14.348.150,00	4.796.004,00	-	-	19.144.154,00
26303 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE	9.301.202,00	4.215.141,00	-	-	13.516.343,00
26304 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ARAGUATINS	7.971.040,00	3.111.496,00	-	-	11.082.536,00
26305 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL. DE BAMBUI	19.244.682,00	9.531.572,00	-	-	28.775.254,00
26306 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARBACENA	23.453.354,00	5.453.520,00	-	-	28.906.874,00
26307 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS	11.445.160,00	4.169.499,00	-	-	15.614.659,00
26308 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BELO JARDIM	10.558.000,00	2.938.974,00	-	-	13.496.974,00
26309 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TEC.DE B.GONCALVES	16.349.874,00	8.676.100,00	-	-	25.025.974,00
26310 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CACERES	7.854.895,00	2.174.694,00	-	-	10.029.589,00
26311 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL	12.147.017,00	3.262.589,00	-	-	15.409.606,00
26312 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CATU	10.996.096,00	4.834.265,00	-	-	15.830.361,00
26313 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLATINA	12.295.989,00	3.874.623,00	-	-	16.170.612,00
26314 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CONCORDIA	10.595.260,00	3.093.368,00	-	-	13.688.628,00
26315 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO	13.297.903,00	3.549.327,00	-	-	16.847.230,00
26316 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA/CUIABA	15.102.300,00	6.160.542,00	-	-	21.262.842,00
26317 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUATU	14.401.362,00	3.752.408,00	-	-	18.153.770,00
26318 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES	14.749.840,00	3.791.159,00	-	-	18.540.999,00
26319 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DE JANUARIA	12.920.272,00	5.850.520,00	-	-	18.770.792,00
26320 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MACHADO	14.295.784,00	4.643.122,00	-	-	18.938.906,00
26321 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MANAUS	9.318.324,00	6.067.469,00	-	-	15.385.793,00
26322 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO	14.877.934,00	6.241.976,00	-	-	21.119.910,00
26323 CENTRO FED. DE EDUC. TECNOLÓGICA DE PETROLINA	18.358.494,00	11.672.072,00	-	-	30.030.566,00
26324 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOG.RIO POMBA	17.910.620,00	9.285.773,00	-	-	27.196.393,00
26325 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TEC. DE RIO VERDE	15.383.989,00	6.600.822,00	-	-	21.984.811,00
26326 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SALINAS	12.072.850,00	5.174.733,00	-	-	17.247.583,00
26327 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA TERESA	12.213.712,00	8.242.926,00	-	-	20.456.638,00
26328 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO CRISTOVAO	14.076.882,00	5.086.859,00	-	-	19.163.741,00
26329 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE S.J.EVANGELISTA	12.137.016,00	3.341.914,00	-	-	15.478.930,00
26330 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO LUIS	11.173.503,00	4.576.351,00	-	-	15.749.854,00
26331 CENTRO FED.EDUCACAO TECNOLOGICA S.VICENTE SUL	16.637.104,00	11.057.625,00	-	-	27.694.729,00
26332 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA	14.371.360,00	3.594.779,00	-	-	17.966.139,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCICIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIA.	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26333 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTAO	13.441.795,00	3.933.216,00	-	-	17.375.011,00
26334 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOUSA	8.907.334,00	3.574.307,00	-	-	12.481.641,00
26335 CENTRO FEDERAL DE EDUC TECNOLOGICA DE UBERABA	17.364.701,00	8.446.047,00	-	-	25.810.748,00
26336 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERLANDIA	13.376.130,00	2.947.905,00	-	-	16.324.035,00
26337 CENTRO FEDERAL DE EDUC. TECNOLOGICA DE URUTAI	18.025.948,00	8.042.457,00	-	-	26.068.405,00
26338 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE VIT.DE S.ANTAO	11.650.246,00	3.510.053,00	-	-	15.160.299,00
25339 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE S.G.CACHOEIRA	6.212.556,00	1.962.840,00	-	-	8.175.396,00
26340 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRIO	8.770.593,00	3.132.372,00	-	-	11.902.965,00
26341 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES	8.066.394,00	3.424.629,00	-	-	11.491.023,00
26342 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLOR. DO OESTE	7.674.810,00	1.989.730,00	-	-	9.664.540,00
26343 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO	5.084.789,00	1.805.206,00	-	-	6.889.995,00
26344 ESCOLA AGROTECNICA FED. ANTONIO JOSE TEIXEIRA	5.959.300,00	1.949.190,00	-	-	7.908.490,00
26345 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO DO SUL	9.120.403,00	3.519.411,00	-	-	12.639.814,00
26346 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA INES	5.889.576,00	2.486.177,00	-	-	8.375.753,00
26347 ESCOLA AGROTECNICA FED. DO SENHOR DO BOMFIM	5.971.497,00	2.695.721,00	-	-	8.667.218,00
26350 FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	65.260.409,00	28.536.742,00	669.983,00	-	94.466.134,00
26351 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	70.351.070,00	25.720.037,00	17.320,00	-	96.088.427,00
26352 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	127.445.222,00	42.516.084,00	1.607.648,00	-	171.568.954,00
26353 ESCOLA TECNICA FEDERAL DO ACRE	5.871.641,00	(3.500.000,00)	-	-	2.371.641,00
26354 ESCOLA TECNICA FEDERAL DO AMAPA	5.721.641,00	(3.500.000,00)	-	-	2.221.641,00
26355 ESCOLA TECNICA FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	6.612.641,00	(3.500.000,00)	-	-	3.112.641,00
26356 INSTITUTO FED. ED. CIENCIA E TEC. DE BRASILIA	23.255.641,00	(8.443.210,00)	-	-	14.812.431,00
26357 ESCOLA TECNICA FEDERAL DE CANOAS	5.681.497,00	(3.309.856,00)	-	-	2.371.641,00
26402 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	-	-	11.685,00	-	11.685,00
26403 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	-	-	11.550,00	-	11.550,00
26404 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	-	-	6.015,00	-	6.015,00
26405 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	-	-	18.416,00	-	18.416,00
26406 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	-	-	24.627,00	-	24.627,00
26407 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	-	-	8.936,00	-	8.936,00
26408 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	-	-	13.878,00	-	13.878,00
26409 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	-	-	11.388,00	-	11.388,00
26410 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	-	-	4.562,00	-	4.562,00
26411 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	-	-	7.460,00	-	7.460,00
26412 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	-	-	6.842,00	-	6.842,00
26413 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIANGULO MINEIRO	-	-	5.228,00	-	5.228,00
26414 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	-	-	12.304,00	-	12.304,00
26415 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL	-	-	238,00	-	238,00
26416 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	-	-	22.904,00	-	22.904,00
26417 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA	-	-	12.558,00	-	12.558,00
26418 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO	-	-	16.935,00	-	16.935,00
26419 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	-	-	15.826,00	-	15.826,00
26420 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.SARAQUIPILA	-	-	5.432,00	-	5.432,00
26421 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	-	-	11.464,00	-	11.464,00
26422 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE	-	-	5.010,00	-	5.010,00
26423 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	-	-	2.947,00	-	2.947,00
26424 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS	-	-	11.965,00	-	11.965,00
26425 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	-	-	113,00	-	113,00
26426 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	-	-	1.000,00	-	1.000,00
26427 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	-	-	18.810,00	-	18.810,00
26428 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	-	-	10.000,00	-	10.000,00
26429 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS	-	-	11.522,00	-	11.522,00
26430 INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO	-	-	5.475,00	-	5.475,00
26431 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	-	-	8.928,00	-	8.928,00
26432 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARANA	-	-	10.500,00	-	10.500,00
26433 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	-	-	13.253,00	-	13.253,00
26434 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	-	-	13.054,00	-	13.054,00
26435 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	-	-	14.670,00	-	14.670,00
26436 INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	-	-	12.420,00	-	12.420,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCÍCIO	MÊS
TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	2009	DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26437 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	-	-	5.369,00	-	5.369,00
26438 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	-	-	15.788,00	-	15.788,00
26439 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	-	-	15.813,00	-	15.813,00
28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	2.687.215.151,00	70.102.560,00	117.838.351,00	-	2.875.156.062,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	254.449.931,00	36.196.417,00	8.812.576,00	-	299.458.924,00
28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	254.449.931,00	36.196.417,00	8.812.576,00	-	299.458.924,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.432.765.220,00	33.906.143,00	109.025.775,00	-	2.575.697.138,00
20603 SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	448.179.423,00	(12.661.605,00)	100.005.775,00	-	535.523.593,00
20924 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	1.091.400.000,00	-	9.000.000,00	-	1.100.400.000,00
28503 FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE	89.700.564,00	-	-	-	89.700.564,00
30203 INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMAL.E QUAL.IND.	571.285.216,00	2.896.656,00	10.000,00	-	574.191.872,00
30204 INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	232.200.017,00	43.671.092,00	10.000,00	-	275.881.109,00
30000 MINISTERIO DA JUSTICA	9.236.987.513,00	273.421.058,00	105.983.095,00	-	9.617.391.666,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.739.119.457,00	277.352.073,00	35.542.720,00	-	8.052.014.250,00
30000 MINISTERIO DA JUSTICA	1.602.281.339,00	219.303.296,00	30.021.720,00	-	1.851.606.355,00
30108 DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	3.915.484.690,00	(12.634.216,00)	10.000,00	-	3.902.860.474,00
30802 DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	2.221.353.428,00	70.682.993,00	5.511.000,00	-	2.297.547.421,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.497.868.056,00	(3.931.015,00)	71.440.375,00	-	1.565.377.416,00
30202 FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	409.126.900,00	4.725.032,00	10.000,00	-	413.861.932,00
30211 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	13.113.767,00	238.284,00	375,00	-	13.352.426,00
30905 SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO/DF FUNDO	42.492.894,00	-	-	-	42.492.894,00
30907 FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL	230.761.134,00	(11.669.650,00)	-	-	219.091.484,00
30909 FUNDO P/APAR.E OPERAC.ATIV.FIM.POL.FEDERAL	495.480.483,00	19.092.866,00	71.430.000,00	-	586.003.349,00
30911 FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	306.392.878,00	(16.317.547,00)	-	-	290.575.331,00
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	24.440.790.268,00	537.293.656,00	965.948,00	-	24.979.049.872,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	18.537.612.774,00	355.696.521,00	923.000,00	-	18.894.232.295,00
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	18.537.612.774,00	355.696.521,00	923.000,00	-	18.894.232.295,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.903.177.494,00	181.597.135,00	42.948,00	-	6.084.817.577,00
29208 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	1.012.375.713,00	66.192.737,00	10.000,00	-	1.078.178.450,00
32205 AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	4.152.525.488,00	88.273.800,00	10.000,00	-	4.240.809.288,00
32210 AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA	406.654.466,00	24.852.000,00	9.142,00	-	431.515.606,00
32263 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	213.627.236,00	2.573.598,00	10.000,00	-	216.210.834,00
32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	117.394.591,00	(295.000,00)	3.808,00	-	117.103.399,00
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	239.909.144.301,00	1.372.481.506,00	52.370.529,00	-	241.333.996.336,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	285.823.677,00	30.106.165,00	10.880,00	-	315.940.722,00
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	285.823.677,00	30.106.165,00	10.880,00	-	315.940.722,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	239.623.320.624,00	1.342.375.341,00	52.359.649,00	-	241.018.055.614,00
37202 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	239.623.320.624,00	1.342.375.341,00	52.359.649,00	-	241.018.055.614,00
34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	3.341.297.096,00	2.451.960,00	1.638.762,00	-	3.345.387.818,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.341.297.096,00	2.451.960,00	1.638.762,00	-	3.345.387.818,00
34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	3.341.297.096,00	2.451.960,00	1.638.762,00	-	3.345.387.818,00
35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	1.892.008.016,00	102.928.765,00	102.026.164,00	-	2.096.962.945,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.878.318.473,00	102.426.765,00	102.025.164,00	-	2.082.770.402,00
35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	1.878.318.473,00	102.426.765,00	102.025.164,00	-	2.082.770.402,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	13.689.543,00	502.000,00	1.000,00	-	14.192.543,00
35201 FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	13.689.543,00	502.000,00	1.000,00	-	14.192.543,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCICIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
35000 MINISTERIO DA SAUDE	59.530.821.331,00	2.093.785.395,00	22.900.334,00	2.692.224.400,00	64.339.731.480,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	52.941.640.022,00	829.984.958,00	22.802.864,00	2.420.405.000,00	56.214.832.844,00
35000 MINISTERIO DA SAUDE	52.941.640.022,00	829.984.958,00	22.802.864,00	2.420.405.000,00	56.214.832.844,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	6.589.181.309,00	1.263.800.437,00	97.490,00	271.819.400,00	8.124.898.636,00
36201 FUNDACAO OSWALDO CRUZ	1.525.244.037,00	95.822.452,00	10.000,00	-	1.621.076.489,00
36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	79.457.130,00	38.096.372,00	19.320,00	-	117.572.822,00
36209 HOSPITAL FEMINA S/A	61.973.841,00	2.461.489,00	6.898,00	-	64.442.228,00
36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	360.373.691,00	75.140.766,00	10.000,00	-	435.524.457,00
36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	3.923.128.714,00	935.212.358,00	10.000,00	266.702.400,00	5.125.053.472,00
36212 AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	498.968.625,00	80.250.000,00	33.095,00	5.117.000,00	584.368.720,00
36213 AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	140.035.271,00	36.817.000,00	8.177,00	-	176.860.448,00
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	42.032.388.629,00	4.220.123.556,00	514.576,00	-	46.253.005.761,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.349.125.477,00	587.219.307,00	510.000,00	-	4.936.854.784,00
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	4.349.125.477,00	587.219.307,00	510.000,00	-	4.936.854.784,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	37.683.263.152,00	3.632.903.249,00	4.576,00	-	41.316.150.977,00
37201 FUNDJORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.	52.090.856,00	23.319.233,00	4.576,00	-	75.414.665,00
38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	37.631.152.296,00	3.609.584.016,00	-	-	41.240.736.312,00
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES	15.900.799.010,00	297.799.904,00	1.310.450.850,00	2.109.399.545,00	19.618.449.309,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.106.504.191,00	613.380.700,00	15.899,00	10.700.000,00	2.730.600.790,00
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES	2.106.504.191,00	613.380.700,00	15.899,00	10.700.000,00	2.730.600.790,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	13.794.294.819,00	(315.580.796,00)	1.310.434.951,00	2.098.699.545,00	16.887.848.519,00
29209 VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	1.819.528.047,00	(1.004.585.063,00)	595.183.229,00	-	1.410.126.213,00
39250 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	160.822.859,00	79.278.483,00	124.716.571,00	2.600.000,00	366.417.913,00
39251 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	51.736.182,00	17.266.361,00	3.435,00	1.300.000,00	70.306.178,00
39252 DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	8.649.186.435,00	593.460.223,00	490.531.716,00	2.094.799.545,00	11.827.977.919,00
49901 FUNDO DA MARINHA MERCANTE	3.113.021.296,00	-	-	-	3.113.021.296,00
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES	6.291.080.129,00	280.176.169,00	77.060,00	-	6.571.283.358,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	995.488.745,00	209.156.169,00	8.355,00	-	1.204.653.269,00
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES	995.488.745,00	209.156.169,00	8.355,00	-	1.204.653.269,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.295.591.384,00	71.020.000,00	18.705,00	-	5.366.630.089,00
41230 AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	4.966.226.956,00	71.020.000,00	18.705,00	-	5.037.265.661,00
41903 FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES	329.364.428,00	-	-	-	329.364.428,00
42000 MINISTERIO DA CULTURA	1.379.781.101,00	17.547.101,00	11.263.697,00	-	1.408.591.899,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	335.258.817,00	(42.362.000,00)	7.334,00	-	292.904.151,00
42000 MINISTERIO DA CULTURA	335.258.817,00	(42.362.000,00)	7.334,00	-	292.904.151,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.044.522.284,00	59.909.101,00	11.256.363,00	-	1.115.687.748,00
20203 AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA	55.350.551,00	11.641.740,00	2.690,00	-	67.994.981,00
20403 FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA	20.827.955,00	9.350.000,00	1.906,00	-	30.179.861,00
20404 FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	75.935.446,00	11.184.528,00	6.810,00	-	88.126.784,00
20408 FUNDACAO CULTURAL PALMARES	20.381.760,00	551.477,00	1.000,00	-	20.934.237,00
20411 INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	234.388.048,00	33.446.466,00	12.281,00	-	267.846.795,00
20412 FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	89.974.637,00	8.038.224,00	5.038,00	-	98.017.899,00
34902 FUNDO NACIONAL DE CULTURA	545.663.887,00	(14.303.334,00)	10.713.011,00	-	542.073.564,00
42207 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	-	-	513.627,00	-	513.627,00
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	3.535.619.861,00	(11.581.749,00)	53.615,00	2.197.000,00	3.526.288.727,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.828.398.417,00	(69.380.222,00)	6.950,00	-	1.788.027.145,00
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	1.785.744.159,00	(46.687.959,00)	7.760,00	-	1.739.063.960,00
44208 SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	42.654.258,00	6.307.737,00	1.190,00	-	48.963.185,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.707.221.444,00	28.798.473,00	44.665,00	2.197.000,00	1.738.261.582,00
20701 INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	984.382.912,00	29.754.406,00	10.000,00	-	1.014.147.318,00
44204 FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	12.222.297,00	2.257.145,00	-	-	14.479.442,00
44205 AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	352.037.948,00	(38.880.742,00)	3.544,00	-	313.160.750,00
44206 INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	28.550.117,00	14.027.090,00	3.397,00	-	42.580.604,00
44207 INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	330.028.170,00	21.640.574,00	27.724,00	2.197.000,00	353.893.468,00
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	6.364.053.635,00	(77.162.609,00)	13.391,00	5.161.000,00	6.292.065.477,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.762.303.648,00	17.431.643,00	3.391,00	5.161.000,00	1.784.899.682,00
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1.762.303.648,00	17.431.643,00	3.391,00	5.161.000,00	1.784.899.682,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4.601.750.047,00	(94.594.252,00)	10.000,00	-	4.507.165.795,00
22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4.601.750.047,00	(94.594.252,00)	10.000,00	-	4.507.165.795,00
51000 MINISTERIO DO ESPORTE	1.469.970.374,00	48.911.239,00	29.933.135,00	-	1.548.814.748,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.469.970.374,00	48.911.239,00	29.933.135,00	-	1.548.814.748,00
51000 MINISTERIO DO ESPORTE	1.469.970.374,00	48.911.239,00	29.933.135,00	-	1.548.814.748,00
52000 MINISTERIO DA DEFESA	51.381.906.855,00	788.652.974,00	2.932.812.558,00	182.644.204,00	55.286.016.591,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	51.049.602.821,00	747.821.674,00	2.932.795.863,00	182.644.204,00	54.912.864.562,00
52000 MINISTERIO DA DEFESA	1.040.849.579,00	(356.570.790,00)	315.023.265,00	182.644.204,00	1.181.946.258,00
52111 COMANDO DA AERONAUTICA	13.622.264.645,00	465.540.942,00	315.010.000,00	-	14.402.815.587,00
52121 COMANDO DO EXERCITO	23.073.829.582,00	249.258.115,00	66.952.298,00	-	23.390.039.995,00
52131 COMANDO DA MARINHA	13.312.659.015,00	389.593.407,00	2.235.810.300,00	-	15.938.062.722,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	332.304.034,00	40.831.300,00	16.695,00	-	373.152.029,00
52201 AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	332.304.034,00	40.831.300,00	16.695,00	-	373.152.029,00
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	15.430.855.364,00	(616.964.442,00)	135.977.502,00	2.358.178.786,00	17.308.047.210,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	6.210.862.703,00	(966.385.808,00)	42.337.380,00	2.335.555.296,00	7.622.369.571,00
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	6.210.862.703,00	(966.385.808,00)	42.337.380,00	2.335.555.296,00	7.622.369.571,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	9.219.992.661,00	349.421.366,00	93.640.122,00	22.623.490,00	9.685.677.639,00
22203 COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	1.078.037.266,00	26.796.016,00	8.522.701,00	12.623.490,00	1.125.979.473,00
22204 DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	660.828.045,00	305.659.734,00	85.110.000,00	10.000.000,00	1.061.597.779,00
53202 SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	24.879.098,00	5.127.550,00	4.601,00	-	30.111.249,00
53203 SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	28.229.531,00	11.838.066,00	2.820,00	-	40.070.517,00
53901 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	1.485.583.559,00	-	-	-	1.485.583.559,00
53902 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	1.485.583.560,00	-	-	-	1.485.583.560,00
53903 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	4.456.751.302,00	-	-	-	4.456.751.302,00
54000 MINISTERIO DO TURISMO	3.050.042.405,00	(343.079.292,00)	4.737.809,00	250.000.000,00	2.971.700.922,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.902.705.420,00	(347.940.743,00)	4.736.026,00	260.000.000,00	2.819.500.703,00
54000 MINISTERIO DO TURISMO	2.902.705.420,00	(347.940.743,00)	4.736.026,00	260.000.000,00	2.819.500.703,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	147.336.985,00	4.861.451,00	1.783,00	-	152.200.219,00
20604 INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	125.447.630,00	4.861.451,00	1.783,00	-	130.310.864,00
54901 FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR	21.889.355,00	-	-	-	21.889.355,00
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	32.698.851.385,00	1.629.292.529,00	2.679.177,00	-	34.330.823.091,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	12.883.539.446,00	744.563.840,00	259.177,00	-	13.628.362.463,00
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	12.883.539.446,00	744.563.840,00	259.177,00	-	13.628.362.463,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	19.815.311.939,00	884.728.689,00	2.420.000,00	-	20.702.460.628,00
55001 FUNDO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.815.311.939,00	884.728.689,00	2.420.000,00	-	20.702.460.628,00
56000 MINISTERIO DAS CIDADES	10.352.434.353,00	(740.949.904,00)	5.528.323.322,00	175.000.000,00	15.314.807.771,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.066.469.506,00	(391.150.629,00)	5.513.256.464,00	70.000.000,00	12.258.615.341,00
56000 MINISTERIO DAS CIDADES	7.066.469.506,00	(391.150.629,00)	5.513.256.464,00	70.000.000,00	12.258.615.341,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	3.285.954.847,00	(349.799.275,00)	15.026.858,00	105.000.000,00	3.056.152.430,00
29205 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	340.970.315,00	63.507.000,00	16.858,00	30.000.000,00	434.494.173,00
29214 COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	949.587.838,00	(118.417.275,00)	15.010.000,00	-	845.160.563,00
56901 FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	549.749.469,00	-	-	-	549.749.469,00
56902 FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL	1.445.657.225,00	(294.889.000,00)	-	75.000.000,00	1.225.768.225,00
Poder Judiciário	30.713.304.431,00	515.499.428,00	42.364.614,00		31.271.168.473,00
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	576.702.523,00	1.797.539,00	-		578.500.062,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	576.702.523,00	1.797.539,00	-		578.500.062,00
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	576.702.523,00	1.797.539,00	-		578.500.062,00
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	869.445.273,00	52.990.000,00	-		922.435.273,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	869.445.273,00	52.990.000,00	-		922.435.273,00
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	869.445.273,00	52.990.000,00	-		922.435.273,00
12000 JUSTICA FEDERAL	11.373.514.160,00	173.281.161,00	7.982.376,00		11.554.777.697,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.373.514.160,00	173.281.161,00	7.982.376,00		11.554.777.697,00
12000 JUSTICA FEDERAL	11.373.514.160,00	173.281.161,00	7.982.376,00		11.554.777.697,00
13000 JUSTICA MILITAR	314.296.649,00	6.460.000,00	-		320.756.649,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	314.296.649,00	6.460.000,00	-		320.756.649,00
13000 JUSTICA MILITAR	314.296.649,00	6.460.000,00	-		320.756.649,00
14000 JUSTICA ELEITORAL	4.171.343.312,00	199.912.620,00	29.094.441,00		4.400.350.373,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.171.343.312,00	199.912.620,00	29.094.441,00		4.400.350.373,00
14000 JUSTICA ELEITORAL	4.171.343.312,00	199.912.620,00	29.094.441,00		4.400.350.373,00
15000 JUSTICA DO TRABALHO	12.012.641.367,00	55.339.788,00	4.787.797,00		12.072.768.952,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	12.012.641.367,00	55.339.788,00	4.787.797,00		12.072.768.952,00
15000 JUSTICA DO TRABALHO	12.012.641.367,00	55.339.788,00	4.787.797,00		12.072.768.952,00
16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.395.361.147,00	25.718.320,00	500.000,00		1.421.579.467,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.395.361.147,00	25.718.320,00	500.000,00		1.421.579.467,00
16000 JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.395.361.147,00	25.718.320,00	500.000,00		1.421.579.467,00
Poder Legislativo	7.559.144.527,00	(37.658.457,00)	9.950,00		7.521.496.020,00
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS	3.532.811.091,00	(37.969.130,00)	7.100,00		3.494.849.061,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.322.688.369,00	(37.969.130,00)	7.100,00		3.284.726.339,00
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS	3.322.688.369,00	(37.969.130,00)	7.100,00		3.284.726.339,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	210.122.722,00	-	-		210.122.722,00
01901 FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	210.122.722,00	-	-		210.122.722,00
02000 SENADO FEDERAL	2.742.975.855,00	(2.850,00)	2.850,00		2.742.975.855,00
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.732.417.683,00	(2.850,00)	2.850,00		2.732.417.683,00
02000 SENADO FEDERAL	2.732.417.683,00	(2.850,00)	2.850,00		2.732.417.683,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	10.558.172,00	-	-		10.558.172,00
02001 FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL	1.349.539,00	-	-		1.349.539,00
02202 SENADO FEDERAL/FUNSEEP	9.184.505,00	-	-		9.184.905,00
[illegible] DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA	23.828,00	-	-		23.828,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO: 2009	MÊS: DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO: 31/12/2009	PÁGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.283.357.581,00	313.523,00	-		1.283.671.104,00
ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.283.357.581,00	313.523,00	-		1.283.671.104,00
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.283.357.581,00	313.523,00	-		1.283.671.104,00
Total	1.581.447.761.494,00	95.917.471.234,00	19.616.731.616,00	8.191.859.853,00	1.705.173.824.197,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0100 RECURSOS ORDINÁRIOS	197.124.901.865,00	-4.394.392.197,00	1.063.309.763,00	1.425.407.187,00	195.219.426.518,00
0101 IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	123.341.095.193,00	-163.226.806,00			123.177.868.387,00
0102 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	221.630.908,00	118.092.664,00			339.723.572,00
0111 CONTRIB.DERIV.PETRÓLEO,COMB.COM.-CIDE	3.634.420.726,00	-86.713.278,00	63.831.655,00	80.200.000,00	3.691.739.103,00
0112 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	20.928.124.527,00	-25.294.326,00	25.294.326,00		20.928.124.527,00
0113 CONTRIBUICAO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	10.687.045.979,00				10.687.045.979,00
0115 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	32.206.340,00				32.206.340,00
0116 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	34.897.716,00				34.897.716,00
0118 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	1.762.923.485,00	3.364.070,00			1.766.287.555,00
0119 IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	8.370.315,00				8.370.315,00
0120 CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	889.417,00				889.417,00
0123 CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	1.198.194.195,00				1.198.194.195,00
0127 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	360.604.157,00	-17.000,00	17.000,00		360.604.157,00
0129 RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	4.537.413.186,00	-1.251.058.400,00			3.286.354.786,00
0130 CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	41.156.133,00				41.156.133,00
0131 SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF	210.523.249,00				210.523.249,00
0132 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	5.280.533.225,00	-485.200.000,00			4.795.333.225,00
0133 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	21.695.284,00				21.695.284,00
0134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.774.511.625,00	237.630.376,00			2.012.142.001,00
0135 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	1.625.700.912,00				1.625.700.912,00
0139 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	38.670.759,00				38.670.759,00
0140 CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	27.044.320.626,00	-1.728.700.000,00			25.315.620.626,00
0141 COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	744.999.974,00	80.561.006,00			825.560.980,00
0142 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS NATURAL	25.373.631.527,00	-437.949,00			25.373.093.578,00
0143 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	525.546.563.343,00	-113.050.000.000,00			412.496.563.343,00
0144 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	117.636.258.938,00	35.159.333.587,00			152.795.592.525,00
0148 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	427.550.392,00	-26.653.633,00	4.987.872.000,00		5.388.768.759,00
0149 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	284.637.829,00	38.763.974,00	50.000.000,00		373.401.803,00
0150 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.817.764.250,00	-181.367.849,00	4.898.682,00		4.641.295.083,00
0151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	37.929.296.712,00	-63.210.301,00	28.070.000,00	95.099.885,00	37.989.758.296,00
0152 RESULTADO DO BACEN	23.377.000.000,00	161.333.943.058,00			184.710.943.058,00
0153 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	106.394.245.384,00	-102.978.137,00			106.291.467.247,00
0154 CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	187.757.043.231,00	-2.610.573.659,00			185.146.469.572,00
0156 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	8.140.102.298,00	-34.500.000,00			8.105.602.298,00
0157 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF	845.976.285,00	2.300.000,00			848.276.285,00
0158 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	731.411.502,00				731.411.502,00
0159 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	12.394.775.779,00				12.394.775.779,00
0160 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	4.879.362.103,00				4.879.362.103,00
0162 REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	2.820.271.974,00	-2.500.000.000,00			320.271.974,00
0164 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	716.000.000,00	114.219.240,00			830.219.240,00
0169 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	12.166.600.808,00	-204.328.000,00			11.962.272.808,00
0171 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	1.083.991.821,00				1.083.991.821,00
0172 OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	2.272.626.889,00	38.755.589,00			2.311.382.478,00
0173 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.-MUN.	25.695.617.816,00				25.695.617.816,00
0174 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	5.974.015.198,00	-16.355.483,00	5.501.000,00		5.963.160.715,00
0175 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	255.916.370,00	1.182.997,00	500.000,00		257.599.367,00
0176 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.274.545.977,00	-44.200.000,00			1.230.345.977,00
0180 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	15.811.336.585,00	-1.039.972.841,00			14.771.363.744,00
0181 RECURSOS DE CONVENIOS	103.216.893,00	25.693.877,00			128.910.770,00
0182 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	543.220.994,00	-165.062.655,00			378.157.339,00
0184 CONTRIBUICOES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	1.802.455.186,00				1.802.455.186,00
0186 OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	410.992.835,00	2.301.376,00	500.000,00		413.794.211,00
0188 REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	33.720.734.293,00				33.720.734.293,00
0194 DOACOES PARA COMBATE A FOME	598.445,00				598.445,00
0195 DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	74.586.981,00	3.717.520,00			78.304.501,00
0196 DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	31.350.000,00	-27.510.000,00			3.840.000,00
0197 DIVIDENDOS - UNIÃO	9.804.002.675,00	5.000.000.000,00			14.804.002.675,00
0249 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	490.658,00				490.658,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	6.487.725.442,00	34.679.169,00	692.000,00		6.523.096.611,00
0280 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.279.764.507,00	-8.542.813,00			2.271.221.694,00
0281 RECURSOS DE CONVENIOS	162.071.650,00	54.074.074,00	6.744.912,00		222.890.636,00
0282 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	228.509.950,00	-9.973.283,00			218.536.667,00
0293 PRODUTO DA APLIC.DOS RECA CONTA DO SAL.EDUC.	127.015.552,00				127.015.552,00
0296 DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	499.000,00				499.000,00
0300 RECURSOS ORDINARIOS		7.578.911.621,00	11.916.300.212,00	4.103.543.008,00	23.598.754.841,00
0311 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE		-180.043.554,00	239.251.758,00	169.037.773,00	228.245.977,00
0312 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO		1.867.914.849,00	65.895.957,00	12.000.000,00	1.945.810.806,00
0313 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO		49.537.742,00			49.537.742,00
0318 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS			4.192.864,00		4.192.864,00
0329 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES			3.714.264,00		3.714.264,00
0335 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE		1.125.330.206,00			1.125.330.206,00
0339 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS		3.604.000,00			3.604.000,00
0340 CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP		1.751.661.000,00			1.751.661.000,00
0342 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL			982.209.000,00		982.209.000,00
0343 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL		27.122.060,00			27.122.060,00
0344 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL		19.560.282,00			19.560.282,00
0345 FUNDO DE COMBATE A ERRADIC.DA POBREZA-FINANC.		1.235.000,00			1.235.000,00
0348 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA			15.744.867,00		15.744.867,00
0350 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS		99.817.000,00			99.817.000,00
0351 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS		865.486.351,00	14.649.649,00	2.303.522.000,00	2.984.658.000,00
0353 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL		588.689.000,00			588.689.000,00
0355 CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA		1.004.620.000,00			1.004.620.000,00
0357 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF		13.000.000,00			13.000.000,00
0360 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO		2.470.982.770,00			2.470.982.770,00
0374 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA		123.762.000,00	100.000.000,00		223.762.000,00
0379 FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA		67.534.000,00			67.534.000,00
0380 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		4.420.062.470,00			4.420.062.470,00
0382 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES		42.531.604,00			42.531.604,00
0394 DOACOES PARA COMBATE A FOME		389.000,00			389.000,00
0396 DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS		27.510.000,00			27.510.000,00
0650 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS		345.769.338,00	32.502.251,00	3.050.000,00	381.321.589,00
0680 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS		9.814.784,00			9.814.784,00
0693 PRODUTO DA APLIC.DOS RECA CONTA DO SAL.EDUC.		140.432,00			140.432,00
1100 RECURSOS ORDINARIOS	8.360.213,00	-1.423.882,00	628.000,00		7.564.331,00
1134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	22.302.732,00				22.302.732,00
1150 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS		14.997,00			14.997,00
1151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	109.190.180,00	-86.703.852,00			22.486.288,00
1175 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS		17.003,00			17.003,00
1300 RECURSOS ORDINARIOS			800.000,00		800.000,00
2100 RECURSOS ORDINARIOS	37.683.540,00	-2.243.209,00			35.440.331,00
2151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	3.194.320,00				3.194.320,00
2250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	2.230.000,00				2.230.000,00
2300 RECURSOS ORDINARIOS			3.411.456,00		3.411.456,00
3100 RECURSOS ORDINARIOS	156.415.893,00	-88.095.200,00			68.320.693,00
3111 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	57.100.210,00	-24.512.000,00			32.588.210,00
3151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	26.390.000,00	-26.390.000,00			
4100 RECURSOS ORDINARIOS	8.199.440,00				8.199.440,00
5100 RECURSOS ORDINARIOS	4.199.000,00	656.495,00			4.855.495,00
5134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.000.000,00				1.000.000,00
5174 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	2.225.310,00	1.666.000,00			3.891.310,00
5250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	153.788,00				153.788,00
TOTAL	1.581.447.761.494,00	95.917.471.234,00	19.616.731.616,00	8.191.859.853,00	1.705.173.824.197,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
01 LEGISLATIVA	5.712.634.895,00	-120.007.480,00	9.950,00		5.592.637.365,00
01 031 AÇÃO LEGISLATIVA	3.925.201.349,00	-125.990.080,00			3.799.211.269,00
01 032 CONTROLE EXTERNO	545.308.782,00	10.190.000,00			555.498.782,00
01 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	776.161.491,00	-3.155.500,00			773.005.991,00
01 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	118.924.005,00	-2.540.000,00			116.384.005,00
01 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	11.990.000,00	-1.554.930,00			10.435.070,00
01 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	400.000,00				400.000,00
01 212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	651.400,00	38.100,00	9.950,00		699.450,00
01 301 ATENÇÃO BÁSICA	130.985.268,00				130.985.268,00
01 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	185.170.319,00	3.849.930,00			189.020.249,00
01 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.042.900,00	5.000,00			2.047.900,00
01 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	14.057.761,00	50.000,00			14.107.761,00
01 722 TELECOMUNICAÇÕES	1.000.000,00	-900.000,00			100.000,00
01 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	746.620,00				746.620,00
02 JUDICIÁRIA	20.733.776.807,00	-19.636.177,00	42.364.614,00		20.756.505.244,00
02 031 AÇÃO LEGISLATIVA	720.198.239,00	-658.356.464,00			61.841.775,00
02 032 CONTROLE EXTERNO	31.890.874,00	3.799.627,00			35.690.501,00
02 061 AÇÃO JUDICIÁRIA	12.824.398.099,00	362.980.817,00			13.187.378.916,00
02 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.481.337.007,00	-34.593.042,00	40.764.614,00		5.487.508.579,00
02 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	606.211.739,00	235.501.190,00	1.620.000,00		843.312.929,00
02 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	51.600.980,00	36.070,00			51.637.050,00
02 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	39.002.079,00	-3.533.107,00			35.468.972,00
02 301 ATENÇÃO BÁSICA	311.461.764,00	22.181.144,00			333.642.908,00
02 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	566.303.919,00	57.578.459,00			623.882.378,00
02 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	16.772.856,00	-2.687.069,00			14.085.787,00
02 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	72.465.251,00	-1.649.802,00			70.815.448,00
02 722 TELECOMUNICAÇÕES	12.134.000,00	-893.999,00			11.240.001,00
03 ESSENCIAL À JUSTIÇA	4.986.787.572,00	169.429.035,00	1.620.000,00		5.157.836.607,00
03 052 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	2.109.510.243,00	164.304.215,00			2.273.914.458,00
03 091 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	2.016.000,00	-120.000,00			1.896.000,00
03 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	24.330.127,00	2.660.000,00			26.990.127,00
03 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.565.369.593,00	11.306.932,00	1.570.000,00		2.578.246.525,00
03 125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	15.400.000,00	-9.000.000,00			6.400.000,00
03 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	82.214.016,00	-8.243.072,00			73.970.944,00
03 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	14.397.000,00	372.900,00			14.769.900,00
03 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	10.000.000,00	4.490.000,00			14.490.000,00
03 301 ATENÇÃO BÁSICA	27.403.323,00	2.093.160,00	50.000,00		29.546.483,00
03 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	111.382.220,00	2.477.000,00			113.759.220,00
03 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	5.596.579,00	-365.200,00			5.611.379,00
03 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	11.192.471,00	-333.000,00			10.859.471,00
03 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	7.163.000,00				7.163.000,00
03 571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	313.000,00	-93.900,00			219.100,00
04 ADMINISTRAÇÃO	21.647.606.315,00	-2.912.643.176,00	159.954.889,00	8.300.000,00	18.903.218.028,00
04 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	1.838.784,00				1.838.784,00
04 121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	122.005.169,00	91.802.275,00	27.146.323,00		240.953.767,00
04 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	16.274.844.398,00	-2.730.743.020,00	103.950.000,00		13.648.051.378,00
04 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	59.640.174,00	-21.184.077,00	10.800.000,00		49.256.097,00
04 124 CONTROLE INTERNO	17.159.880,00	-4.048.496,00			15.111.384,00
04 125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	224.604.300,00	18.052.653,00		8.400.000,00	194.845.997,00
04 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.467.576.978,00	463.070.438,00			1.930.647.416,00
04 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	4.077.288,00	1.000.000,00			5.077.288,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
04 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	52.899.535,00	37.132.350,00	90.000,00		90.121.885,00
04 129 ADMINISTRACAO DE RECEITAS	136.266.610,00	-8.080.000,00			128.186.610,00
04 131 COMUNICACAO SOCIAL	164.810.000,00	28.855.000,00			193.665.000,00
04 182 DEFESA CIVIL	1.300.000,00				1.300.000,00
04 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	10.763.113,00	-51.259,00			10.711.854,00
04 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	319.315.485,00	114.480.769,00			433.796.254,00
04 301 ATENCAO BASICA	124.527.452,00	24.232.589,00	470.205,00		149.230.246,00
04 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	152.075.904,00	3.939.856,00			156.015.760,00
04 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	37.214.618,00	-1.481.029,00	6.050.000,00		41.783.589,00
04 364 ENSINO SUPERIOR	42.784.288,00	-2.300.000,00			40.484.288,00
04 365 EDUCACAO INFANTIL	8.587.917,00	628.582,00			9.216.499,00
04 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	752.604,00	-14.681,00			737.923,00
04 392 DIFUSAO CULTURAL	425.106,00				425.106,00
04 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	14.325.818,00				14.325.818,00
04 542 CONTROLE AMBIENTAL	60.494.503,00	9.505.450,00			69.999.953,00
04 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	34.228.458,00	4.289.864,00			38.518.322,00
04 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	5.969.893,00	-160.000,00			5.809.893,00
04 605 ABASTECIMENTO			11.358.361,00		11.358.361,00
04 662 PRODUCAO INDUSTRIAL	16.100.000,00				16.100.000,00
04 694 SERVICOS FINANCEIROS	456.991.430,00				456.991.430,00
04 722 TELECOMUNICACOES	201.429.849,00	47.089.985,00	50.000,00		248.519.834,00
04 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.653.786.761,00	-954.489.469,00			699.297.292,00
05 DEFESA NACIONAL	25.912.400.425,00	244.552.506,00	2.932.812.558,00	182.644.204,00	29.272.409.693,00
05 122 ADMINISTRACAO GERAL	16.241.183.386,00	229.001.208,00	25.134.252,00		16.495.318.826,00
05 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	88.038.988,00	-3.500.000,00			84.538.988,00
05 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	99.039.536,00	21.990.072,00			121.029.608,00
05 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	89.873.410,00	5.607.000,00			95.480.410,00
05 131 COMUNICACAO SOCIAL	1.555.000,00				1.555.000,00
05 151 DEFESA AEREA	3.216.821.156,00	215.123.250,00	305.000.000,00		3.736.944.406,00
05 152 DEFESA NAVAL	1.779.892.471,00	-44.530.015,00	2.108.400.000,00		3.843.762.456,00
05 153 DEFESA TERRESTRE	1.306.740.602,00	65.480.401,00	66.931.000,00		1.439.152.003,00
05 182 DEFESA CIVIL				175.472.204,00	175.472.204,00
05 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	4.719.953,00	250.000,00			4.969.953,00
05 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	130.563.501,00				130.563.501,00
05 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	264.615.946,00				264.615.946,00
05 301 ATENCAO BASICA	62.045.075,00	74.450,00	81.558,00		62.201.083,00
05 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.057.408.246,00	103.989.341,00			1.161.487.587,00
05 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	4.377.498,00				4.377.498,00
05 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA				7.172.000,00	7.172.000,00
05 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	247.628.514,00	-3.878.058,00			243.750.456,00
05 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	331.048.946,00	-24.372.311,00			306.676.635,00
05 333 EMPREGABILIDADE	12.000.000,00				12.000.000,00
05 361 ENSINO FUNDAMENTAL	2.957.000,00				2.957.000,00
05 362 ENSINO MEDIO	2.875.000,00				2.875.000,00
05 363 ENSINO PROFISSIONAL	46.387.000,00				46.387.000,00
05 364 ENSINO SUPERIOR	7.233.900,00				7.233.900,00
05 365 EDUCACAO INFANTIL	70.648.652,00	-5.017.161,00			65.631.491,00
05 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	4.050.000,00				4.050.000,00
05 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	4.120.660,00	-13.412,00			4.107.248,00
05 482 HABITACAO URBANA	59.746.927,00	-1.008.309,00			58.738.618,00
05 545 METEOROLOGIA	2.421.050,00				2.421.050,00
05 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	29.271.236,00		127.400.000,00		156.671.236,00
05 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	161.332.000,00	43.000.000,00	10.000.000,00		214.332.000,00
05 662 PRODUCAO INDUSTRIAL	750.000,00				750.000,00
05 722 TELECOMUNICACOES	31.490.287,00				31.490.287,00
05 752 ENERGIA ELETRICA	1.000.000,00				1.000.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
05 781 TRANSPORTE AÉREO	489.978.192,00	-317.643.950,00			172.334.242,00
05 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.000.000,00				2.000.000,00
05 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	57.870.007,00				57.870.007,00
05 811 DESPORTO DE RENDIMENTO		-40.000.000,00	289.865.748,00		249.865.748,00
05 845 TRANSFERÊNCIAS	399.906,00				399.906,00
05 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	226.400,00				226.400,00
06 SEGURANÇA PÚBLICA	5.587.355.592,00	-18.261.354,00	89.613.532,00	2.237.048.926,00	8.895.756.696,00
06 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.306.584.020,00	-20.583.007,00	6.381.000,00		4.292.382.013,00
06 125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	23.705.000,00				23.705.000,00
06 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	91.088.486,00	-8.032.243,00			83.056.245,00
06 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	562.385.035,00	232.776.904,00	550.000,00		795.711.939,00
06 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.211.902,00	288.098,00			1.500.000,00
06 181 POLICIAMENTO	693.411.447,00	38.926.961,00			732.338.408,00
06 182 DEFESA CIVIL	366.618.706,00	-213.453.106,00		2.237.048.926,00	2.390.214.526,00
06 183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	105.133.582,00	3.116.895,00	82.638.084,00		190.888.665,00
06 212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	308.699,00				308.699,00
06 301 ATENÇÃO BÁSICA	26.012.218,00	11.247.328,00	44.448,00		37.303.994,00
06 303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	84.761,00	115.239,00			200.000,00
06 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	43.936.913,00	483.292,00			44.420.205,00
06 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	7.199.647,00	-1.399.062,00			5.800.585,00
06 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	5.147.393,00	695.112,00			5.842.505,00
06 421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	19.847.712,00	-15.500.000,00			4.347.712,00
06 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	320.477.969,00	-49.800.000,00			270.677.969,00
06 452 SERVIÇOS URBANOS	200.000,00	163.731,00			363.731,00
06 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	1.757.000,00				1.757.000,00
06 722 TELECOMUNICAÇÕES	4.300.000,00	2.692.500,00			6.992.500,00
07 RELAÇÕES EXTERIORES	1.676.027.203,00	102.828.765,00	102.026.164,00		1.880.882.132,00
07 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	965.006.781,00	-29.881.024,00			965.125.757,00
07 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	12.100.000,00	5.200.000,00			17.300.000,00
07 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	8.900.000,00				8.900.000,00
07 211 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS	546.780.003,00	74.495.762,00	77.000.000,00		698.275.765,00
07 212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	20.730.000,00	15.000.000,00	25.000.000,00		60.730.000,00
07 301 ATENÇÃO BÁSICA	49.076.062,00	14.031.000,00	26.164,00		63.133.226,00
07 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	3.215.256,00				3.215.256,00
07 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	990.748,00				990.748,00
07 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	123.780,00				123.780,00
07 392 DIFUSÃO CULTURAL	19.357.511,00	14.983.027,00			34.350.538,00
07 573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	8.537.062,00				8.537.062,00
07 691 PROMOÇÃO COMERCIAL	11.200.000,00	9.000.000,00			20.200.000,00
08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	32.683.705.705,00	1.642.282.529,00	2.679.177,00		34.328.677.411,00
08 121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	7.435.000,00	-500.000,00			6.935.000,00
08 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	125.591.014,00	2.851.290,00			128.442.304,00
08 125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	11.037.305,00	1.400.000,00			12.437.305,00
08 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	47.244.317,00	8.859.527,00			56.103.844,00
08 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.835.509,00				1.835.509,00
08 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	7.200.000,00	7.180.300,00			14.380.300,00
08 183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	1.315.804,00				1.315.804,00
08 241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO	8.706.633.527,00	247.266.188,00			8.953.899.715,00
08 242 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	9.811.834.349,00	323.218.102,00			10.135.052.451,00
08 243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	503.092.618,00	87.230.523,00			590.323.141,00
08 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	12.729.714.240,00	743.525.983,00	2.670.000,00		13.475.910.223,00
08 301 ATENÇÃO BÁSICA	151.074,00	268.001,00	9.177,00		419.412,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
08 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	525.036.795,00	149.906.449,00			674.943.244,00
08 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	441.171,00	-112.708,00			328.463,00
08 365 EDUCACAO INFANTIL	57.603,00	19.000,00			76.603,00
08 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	500.000,00				500.000,00
08 511 SANEAMENTO BASICO RURAL	80.277.879,00	59.649.214,00			139.927.093,00
08 605 ABASTECIMENTO	13.850.000,00	1.540.000,00			15.400.000,00
09 PREVIDENCIA SOCIAL	293.030.008.349,00	1.416.688.762,00	52.370.529,00		294.499.067.640,00
09 092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	27.259.902,00	-2.300.000,00			24.959.902,00
09 122 ADMINISTRACAO GERAL	3.697.337.623,00	-91.331.889,00			3.606.005.734,00
09 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	4.677.999,00	-1.216.989,00			3.461.010,00
09 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	459.944.523,00	63.521.371,00	28.200.000,00		551.665.894,00
09 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	63.855.606,00	-23.662.897,00			40.193.009,00
09 131 COMUNICACAO SOCIAL	16.706.279,00	4.293.721,00			21.000.000,00
09 271 PREVIDENCIA BASICA	223.366.598.793,00	603.000.672,00	24.149.549,00		223.993.749.114,00
09 272 PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	63.239.413.781,00	613.267.826,00			63.852.681.607,00
09 274 PREVIDENCIA ESPECIAL	1.972.192.519,00	210.228.547,00			2.182.421.065,00
09 301 ATENCAO BASICA	100.077.531,00	608.400,00	20.980,00		100.706.811,00
09 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	65.407.186,00				65.407.186,00
09 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	40.055.811,00	-381.500,00			39.674.311,00
09 365 EDUCACAO INFANTIL	3.149.360,00	361.500,00			3.510.860,00
09 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	923.686,00	300.000,00			1.223.686,00
09 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	11.537.143,00				11.537.143,00
09 845 TRANSFERENCIAS	870.307,00				870.307,00
10 SAUDE	54.739.903.044,00	2.103.809.671,00	22.900.354,00	2.692.224.400,00	59.558.837.469,00
10 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	47.920.289,00	-5.500.000,00			42.420.289,00
10 122 ADMINISTRACAO GERAL	6.829.317.680,00	268.091.404,00			7.097.409.084,00
10 124 CONTROLE INTERNO	15.787.907,00				15.787.907,00
10 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	50.047.301,00				50.047.301,00
10 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	213.219.764,00	24.453.713,00			237.673.477,00
10 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	261.345.255,00	-29.727.460,00		1.200.000,00	232.817.795,00
10 131 COMUNICACAO SOCIAL	97.838.051,00	24.474.185,00			122.312.236,00
10 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	49.501.717,00	17.612.418,00			67.114.135,00
10 242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	1.930.000,00				1.930.000,00
10 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	14.181.198,00	-1.142.000,00			13.039.198,00
10 301 ATENCAO BASICA	9.536.533.332,00	-64.826.021,00	107.490,00	114.446.680,00	9.586.461.681,00
10 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	27.267.263.544,00	1.864.836.747,00	22.392.864,00	490.581.120,00	29.645.074.275,00
10 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	5.519.848.804,00	34.256.355,00	400.000,00	568.600.000,00	6.123.105.159,00
10 304 VIGILANCIA SANITARIA	292.928.413,00	1.788.015,00		5.117.000,00	299.833.428,00
10 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	2.346.217.312,00	-48.970.868,00		1.245.577.000,00	3.542.823.444,00
10 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	205.961.931,00	-12.535.907,00			193.426.024,00
10 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	91.196.950,00	-6.115.000,00			85.081.950,00
10 364 ENSINO SUPERIOR	160.778.848,00	-8.000.000,00			152.778.848,00
10 365 EDUCACAO INFANTIL	9.589.647,00	41.792,00			9.631.439,00
10 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	59.630.540,00	3.000.000,00			62.630.540,00
10 423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS	290.300.513,00	58.024.000,00			348.324.513,00
10 511 SANEAMENTO BASICO RURAL	235.976.000,00	17.480.142,00		91.226.400,00	344.682.542,00
10 512 SANEAMENTO BASICO URBANO	871.122.331,00	-34.201.542,00		175.476.000,00	1.012.396.789,00
10 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	4.725.000,00	-600.000,00			4.125.000,00
10 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	227.543.177,00	11.630.000,00			239.173.177,00
10 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	14.400.000,00	-8.300.000,00			6.100.000,00
10 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	24.797.540,00	-2.160.302,00			22.637.238,00
11 TRABALHO	26.653.339.396,00	4.003.827.633,00	514.576,00		30.657.681.605,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
11 122 ADMINISTRACAO GERAL	1.130.862.985,00	202.912.450,00			1.333.575.415,00
11 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	172.055.322,00	-762.298,00			171.293.024,00
11 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	39.762.000,00				39.762.000,00
11 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	58.652.295,00	8.056.623,00			66.708.918,00
11 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	3.390.172,00	-172.700,00			3.217.472,00
11 131 COMUNICACAO SOCIAL	5.800.000,00				5.800.000,00
11 301 ATENCAO BASICA	13.953.600,00	3.133.298,00	14.576,00		17.101.475,00
11 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	11.764.800,00	1.619.000,00			13.383.800,00
11 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	24.394.409.254,00	3.633.184.929,00			28.027.594.183,00
11 332 RELACOES DE TRABALHO	22.686.805,00				22.686.805,00
11 333 EMPREGABILIDADE	453.590.653,00	-28.433.261,00	500.000,00		425.657.392,00
11 334 FOMENTO AO TRABALHO	56.449.119,00				56.449.119,00
11 365 EDUCACAO INFANTIL	596.400,00	184.996,00			781.396,00
11 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	273.044.511,00	184.104.595,00			457.149.106,00
11 392 DIFUSAO CULTURAL	2.000.000,00				2.000.000,00
11 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	263.500,00				263.500,00
11 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	12.300.000,00				12.300.000,00
11 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	1.950.000,00				1.950.000,00
11 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	8.000,00				8.000,00
12 EDUCACAO	36.483.290.274,00	3.286.334.939,00	123.197.543,00	12.000.000,00	39.904.822.756,00
12 122 ADMINISTRACAO GERAL	6.693.535.394,00	-2.643.892.911,00	36.400.000,00		3.086.042.483,00
12 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	95.908.563,00				95.908.563,00
12 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	469.496.993,00	17.023.570,00			486.520.563,00
12 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	758.683.105,00	4.240.555,00	16.980.200,00		779.903.860,00
12 131 COMUNICACAO SOCIAL	28.720.000,00	2.880.000,00			31.600.000,00
12 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	52.590.912,00	6.941.120,00			59.532.032,00
12 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	6.960.000,00				6.960.000,00
12 301 ATENCAO BASICA	469.103.350,00	-128.764.018,00	1.270.174,00		341.609.506,00
12 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.733.065.503,00	441.379.471,00	1.604.471,00		2.176.049.445,00
12 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	15.000,00				15.000,00
12 305 ALIMENTACAO E NUTRICAO	2.306.649.629,00	24.178.605,00			2.330.828.234,00
12 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	114.346.375,00	11.613.159,00			125.959.534,00
12 361 ENSINO FUNDAMENTAL	671.706.746,00	117.093.992,00			788.800.738,00
12 362 ENSINO MEDIO	279.900.652,00	104.047.784,00			383.948.436,00
12 363 ENSINO PROFISSIONAL	2.181.582.894,00	714.128.221,00	4.000.000,00		2.899.711.115,00
12 364 ENSINO SUPERIOR	12.578.844.081,00	3.812.296.163,00	62.942.698,00		16.454.082.942,00
12 365 EDUCACAO INFANTIL	123.838.742,00	-37.112.299,00			86.716.443,00
12 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	387.349.660,00	28.200.000,00			415.549.660,00
12 367 EDUCACAO ESPECIAL	120.955.670,00	10.455.478,00			131.411.148,00
12 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	1.476.273,00				1.476.273,00
12 392 DIFUSAO CULTURAL	100.617.487,00				100.617.487,00
12 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	27.350.000,00	2.720.000,00			30.070.000,00
12 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	132.461.708,00	15.139.039,00			147.600.747,00
12 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	130.871.874,00	46.603.852,00			177.475.726,00
12 813 LAZER	7.461.200,00				7.461.200,00
12 843 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA	8.009.808.463,00	737.163.158,00		12.000.000,00	8.758.971.621,00
13 CULTURA	1.269.804.016,00	20.100.406,00	11.263.697,00		1.301.168.119,00
13 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	17.424.694,00	-646.500,00			16.778.194,00
13 122 ADMINISTRACAO GERAL	324.745.069,00	30.541.954,00			355.287.023,00
13 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	2.507.100,00	1.800.000,00			4.307.100,00
13 126 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	2.696.631,00				2.696.631,00
13 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	17.342.249,00	-1.341.000,00			16.001.248,00
13 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	20.373.304,00	-703.582,00			19.669.722,00
13 131 COMUNICACAO SOCIAL	5.000.000,00	1.000.000,00			6.000.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO: 2009	MÊS: DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO: 31/12/2009	PÁGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
13 301 ATENCAO BASICA	7.326.000,00	-50.000,00	50.686,00		7.326.686,00
13 305 ALIMENTACAO E NUTRICAO	5.227.625,00	138.300,00			5.365.925,00
13 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	4.695.020,00	-113.500,00			4.581.520,00
13 365 EDUCACAO INFANTIL	177.012,00	25.200,00			202.212,00
13 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	151.447.226,00	-12.019.226,00	500.000,00		139.928.000,00
13 392 DIFUSAO CULTURAL	600.736.075,00	3.819.910,00	10.713.011,00		615.268.996,00
13 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	2.110.000,00	-201.150,00			1.908.850,00
13 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	3.000.000,00	-300.000,00			2.700.000,00
13 662 PRODUCAO INDUSTRIAL	9.300.000,00				9.300.000,00
13 691 PROMOCAO COMERCIAL	94.696.012,00	150.000,00			94.846.012,00
14 DIREITOS DA CIDADANIA	1.601.260.048,00	236.684.264,00	36.030.497,00		1.873.974.809,00
14 031 ACAO LEGISLATIVA	1.500.000,00				1.500.000,00
14 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	245.000,00				245.000,00
14 122 ADMINISTRACAO GERAL	470.065.911,00	54.187.764,00			524.253.675,00
14 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	2.540.000,00				2.540.000,00
14 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	496.000,00				496.000,00
14 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	26.223.269,00	3.140.000,00			29.363.269,00
14 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	86.834.350,00	8.972.538,00			95.806.888,00
14 131 COMUNICACAO SOCIAL	30.864.000,00	-1.611.175,00			29.252.825,00
14 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	3.372.000,00				3.372.000,00
14 241 ASSISTENCIA AO IDOSO	900.000,00				900.000,00
14 242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	700.000,00				700.000,00
14 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	86.678.535,00	-327.861,00	6.000.000,00		92.350.674,00
14 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	100.000,00				100.000,00
14 301 ATENCAO BASICA	7.148.490,00	6.284,00	30.497,00		7.185.271,00
14 305 ALIMENTACAO E NUTRICAO	6.331.099,00	172.000,00			6.503.099,00
14 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.902.790,00	20.500,00			2.923.290,00
14 334 FOMENTO AO TRABALHO	517.642,00				517.642,00
14 365 EDUCACAO INFANTIL	417.420,00				417.420,00
14 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	372.586.206,00	191.240.483,00			563.826.689,00
14 392 DIFUSAO CULTURAL	2.600.000,00				2.600.000,00
14 421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	249.638.202,00	-19.389.650,00			230.248.352,00
14 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	151.512.592,00	4.708.507,00	30.000.000,00		186.221.099,00
14 423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS	72.348.961,00	-3.989.948,00			68.359.013,00
14 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	15.000.000,00	1.887.900,00			16.887.900,00
14 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.659.000,00	100.000,00			1.759.000,00
14 812 DESPORTO COMUNITARIO	7.878.781,00	-2.744.278,00			5.134.503,00
14 845 TRANSFERENCIAS	200.000,00	311.200,00			511.200,00
15 URBANISMO	8.108.817.992,00	-1.588.671.945,00	62.463.762,00	110.336.370,00	6.692.946.179,00
15 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	12.060.185,00	-1.900.000,00			10.160.185,00
15 122 ADMINISTRACAO GERAL	100.132.642,00	42.918.000,00			143.050.642,00
15 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	119.894.647,00	500.000,00			120.394.647,00
15 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.401.838,00	-100.000,00			10.301.838,00
15 131 COMUNICACAO SOCIAL	123.980.362,00	700.000,00			124.680.362,00
15 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	708.987.574,00	-301.683.565,00	2.500.000,00		409.804.009,00
15 301 ATENCAO BASICA	10.024.011,00	1.025.464,00	33.413,00		11.082.888,00
15 305 ALIMENTACAO E NUTRICAO	22.838.043,00	2.016.614,00			24.854.657,00
15 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.386.086,00	532.486,00			2.918.572,00
15 365 EDUCACAO INFANTIL	931.749,00	62.563,00			994.312,00
15 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	5.447.084.752,00	-1.114.860.452,00	44.930.349,00	80.336.370,00	4.457.491.019,00
15 452 SERVICOS URBANOS	317.195.220,00	-15.700.000,00			301.495.220,00
15 453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.212.280.883,00	-204.183.055,00	15.000.000,00	30.000.000,00	1.053.097.828,00
15 482 HABITACAO URBANA	8.000.000,00	2.000.000,00			10.000.000,00
15 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	11.220.000,00				11.220.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
15 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	1.400.000,00				1.400.000,00
16 HABITACAO	1.433.657.225,00	-285.974.000,00		75.000.000,00	1.222.683.225,00
16451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	553.411.127,00	91.170.000,00		75.000.000,00	719.581.127,00
16482 HABITACAO URBANA	880.246.098,00	-377.144.000,00			503.102.098,00
17 SANEAMENTO	2.204.212.482,00	668.952.653,00	238.689.909,00		3.111.855.045,00
17122 ADMINISTRACAO GERAL	1.000.000,00				1.000.000,00
17512 SANEAMENTO BASICO URBANO	2.203.212.482,00	668.952.653,00	238.689.909,00		3.110.855.045,00
18 GESTAO AMBIENTAL	4.144.671.851,00	-130.683.387,90	105.125.891,00	102.990.490,00	4.222.104.845,00
18 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	5.715.406,00				5.715.406,00
18 122 ADMINISTRACAO GERAL	982.729.283,00	53.237.552,00			1.035.966.835,00
18 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	93.084.623,00	1.701.103,00			94.785.726,00
18 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	21.428.413,00	16.148.560,00			37.576.973,00
18 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	33.626.094,00	-17.646.586,00			15.979.508,00
18 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	30.667.900,00	11.852.544,00			42.520.444,00
18 131 COMUNICACAO SOCIAL	233.212,00	180.000,00			413.212,00
18 301 ATENCAO BASICA	12.115.309,00	3.281.056,00	25.891,00		15.422.256,00
18 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA				2.197.000,00	2.197.000,00
18 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	13.760.607,00	1.118.977,00			14.879.584,00
18 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.086.142,00	253.873,00			2.340.015,00
18 365 EDUCACAO INFANTIL	1.081.282,00	414.508,00			1.455.790,00
18 511 SANEAMENTO BASICO RURAL	68.800.000,00				68.800.000,00
18 512 SANEAMENTO BASICO URBANO	18.296.618,00				18.296.618,00
18 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	238.505.775,00	-39.421.129,00			199.084.646,00
18 542 CONTROLE AMBIENTAL	81.391.231,00	14.912.172,00			96.303.403,00
18 543 RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	18.959.957,00	492.809,00			19.452.766,00
18 544 RECURSOS HIDRICOS	2.489.908.611,00	-178.454.308,00	105.100.000,00	100.793.490,00	2.517.347.193,00
18 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	2.433.100,00				2.433.100,00
18 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	100.000,00				100.000,00
18 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	2.104.518,00	1.245.482,00			3.350.000,00
18 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	3.874.370,00				3.874.370,00
18 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	23.760.000,00				23.760.000,00
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	5.533.109.005,00	864.833.175,00	61.280.559,00		6.559.222.739,00
19 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	5.347.962,00	310.000,00			6.657.962,00
19 122 ADMINISTRACAO GERAL	945.461.966,00	488.008.103,00	25.055.000,00		1.459.525.069,00
19 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	9.546.064,00				9.546.064,00
19 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	236.814.633,00	-84.013.853,00	4.405.000,00		157.205.780,00
19 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	5.378.985,00		340.000,00		6.718.985,00
19 131 COMUNICACAO SOCIAL	500.000,00				500.000,00
19 182 DEFESA CIVIL	364.000,00				364.000,00
19 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	4.766.418,00				4.766.418,00
19 301 ATENCAO BASICA	23.965.153,00	940.000,00	316.295,00		24.821.448,00
19 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	18.512.205,00	2.000.000,00	550.000,00		21.062.205,00
19 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	15.627.801,00	2.835.000,00	240.000,00		18.702.801,00
19 365 EDUCACAO INFANTIL	929.876,00		160.000,00		1.089.876,00
19 542 CONTROLE AMBIENTAL	5.627.000,00				5.627.000,00
19 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	886.003.333,00	188.548.317,00	4.800.000,00		1.079.351.650,00
19 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	2.389.860.196,00	502.337.675,00	20.214.264,00		2.912.412.133,00
19 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	110.547.171,00	17.882.400,00			100.665.071,00
19 662 PRODUCAO INDUSTRIAL	405.553.813,00	50.421.335,00			455.975.148,00
19 663 MINERACAO	15.833.572,00				15.833.572,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCICIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTARIA	ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
19 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	1.884.000,00				1.884.000,00
19 691 PROMOCAO COMERCIAL	312.984.557,00	-167.471.000,00			145.513.557,00
19 753 PETROLEO	122.500.000,00				122.500.000,00
19 754 ALCOOL	5.500.000,00	-1.200.000,00			4.300.000,00
19 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			4.200.000,00		4.200.000,00
20 AGRICULTURA	17.692.173.111,00	244.230.966,00	44.806.660,00	60.000.000,00	18.041.210.737,00
20 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	17.873.831,00				17.873.831,00
20 122 ADMINISTRACAO GERAL	2.544.896.485,00	783.923.412,00	192.000,00		3.309.011.897,00
20 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	64.524.573,00	6.302.162,00			70.826.735,00
20 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	46.831.581,00	8.057.790,00			54.889.371,00
20 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	35.980.277,00	-1.104.664,00	300.000,00		35.075.613,00
20 131 COMUNICACAO SOCIAL	14.039.172,00	10.316.888,00			24.356.060,00
20 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	468.000,00				468.000,00
20 301 ATENCAO BASICA	76.494.134,00	10.466.092,00	156.632,00		87.116.858,00
20 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	71.212.241,00	7.997.280,00			79.209.521,00
20 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	13.627.225,00	1.428.000,00			15.055.225,00
20 363 ENSINO PROFISSIONAL	4.240.203,00				4.240.203,00
20 365 EDUCACAO INFANTIL	8.522.819,00	469.336,00			8.992.155,00
20 367 EDUCACAO ESPECIAL	750.000,00				750.000,00
20 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	1.700.000,00				1.700.000,00
20 545 METEOROLOGIA	4.255.063,00	1.893.382,00			6.148.445,00
20 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	439.178.955,00	3.290.008,00			442.468.963,00
20 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	34.304.417,00	1.935.076,00			36.239.493,00
20 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	5.108.314.783,00	-208.234.530,00			4.899.880.253,00
20 602 PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	303.647.392,00	-54.572.976,00	36.158.028,00		285.432.444,00
20 603 DEFESA SANITARIA VEGETAL	64.150.508,00	10.350.074,00			74.500.582,00
20 604 DEFESA SANITARIA ANIMAL	163.112.621,00	1.500.000,00			164.612.621,00
20 605 ABASTECIMENTO	7.990.238.444,00	-341.980.020,00		50.000.000,00	7.698.358.424,00
20 606 EXTENSAO RURAL	2.742.980,00	1.396.568,00			4.139.548,00
20 607 IRRIGACAO	643.559.955,00	22.236.681,00	8.000.000,00	10.000.000,00	683.796.636,00
20 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	10.907.134,00	2.000.000,00			12.907.134,00
20 691 PROMOCAO COMERCIAL	13.914.618,00	175.407,00			14.090.025,00
20 692 COMERCIALIZACAO	300.000,00				300.000,00
20 694 SERVICOS FINANCEIROS	200.000,00				200.000,00
20 752 ENERGIA ELETRICA	9.135.700,00	-3.715.000,00			5.420.700,00
20 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	3.150.000,00				3.150.000,00
21 ORGANIZACAO AGRARIA	5.648.889.166,00	-10.227.433,00	13.391,00	5.161.000,00	5.643.836.144,00
21 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	19.000.000,00				19.000.000,00
21 122 ADMINISTRACAO GERAL	685.887.630,00	16.695.897,00			702.583.527,00
21 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	7.500.000,00				7.500.000,00
21 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	52.706.961,00	-1.000.000,00			51.706.961,00
21 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	596.376.553,00	-8.721.920,00			587.654.633,00
21 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	32.095.326,00	2.250.000,00			34.345.326,00
21 131 COMUNICACAO SOCIAL	7.000.000,00	300.000,00			7.300.000,00
21 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	700.000,00				700.000,00
21 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	100.058.750,00	30.000.000,00			130.058.750,00
21 301 ATENCAO BASICA	19.030.666,00		13.391,00		19.044.057,00
21 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA				5.161.000,00	5.161.000,00
21 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	11.389.358,00	110.506,00			11.499.864,00
21 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	7.787.482,00	21.684,00			7.809.166,00
21 363 ENSINO PROFISSIONAL	52.800.000,00	-446.391,00			52.353.609,00
21 365 EDUCACAO INFANTIL	703.598,00	27.297,00			730.895,00
21 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	16.400.000,00				16.400.000,00
21 392 DIFUSAO CULTURAL	354.912,00				354.912,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
21 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	33.943.344,00				33.943.344,00
21 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	1.250.000,00				1.250.000,00
21 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	7.000.000,00				7.000.000,00
21 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	24.756.750,00	-2.500.000,00			22.256.750,00
21 605 ABASTECIMENTO	125.413.062,00	-30.000.000,00			95.413.062,00
21 606 EXTENSAO RURAL	547.093.138,00	-23.958.801,00			523.134.337,00
21 631 REFORMA AGRARIA	3.270.716.611,00	6.494.295,00			3.277.210.906,00
21 691 PROMOCAO COMERCIAL	28.925.045,00	500.000,00			29.425.045,00
22 INDUSTRIA	3.150.317.779,00	83.040.213,00	100.035.097,00		3.333.413.089,00
22 122 ADMINISTRACAO GERAL	887.460.974,00	78.795.152,00			966.256.126,00
22 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	3.103.700,00	1.208.649,00			4.312.349,00
22 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	103.628.190,00	6.874.797,00			110.502.987,00
22 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	2.500.415,00	1.806.585,00			4.307.000,00
22 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	15.391.503,00	976.814,00			16.368.317,00
22 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	1.700.001,00	1.235.103,00			2.935.104,00
22 131 COMUNICACAO SOCIAL	600.000,00	-300.286,00			299.714,00
22 301 ATENCAO BASICA	10.990.451,00	1.054.533,00	55.097,00		12.100.081,00
22 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	13.421.130,00	607.000,00			14.028.130,00
22 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.911.284,00	-17.705,00			2.893.579,00
22 333 EMPREGABILIDADE	62.857.151,00	-16.042.351,00			46.814.800,00
22 365 EDUCACAO INFANTIL	733.960,00	123.571,00			857.531,00
22 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	234.139,00				234.139,00
22 544 RECURSOS HIDRICOS	11.375.122,00				11.375.122,00
22 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	120.000.000,00				120.000.000,00
22 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	5.500.000,00				5.500.000,00
22 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	6.873.625,00				6.873.625,00
22 661 PROMOCAO INDUSTRIAL	1.012.442.470,00	200.305,00			1.012.642.775,00
22 662 PRODUCAO INDUSTRIAL	10.804.855,00				10.804.855,00
22 663 MINERACAO	60.018.910,00	26.235.862,00			86.254.772,00
22 664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	21.585.190,00	-1.500.000,00			20.085.190,00
22 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	338.815.502,00	50.184,00			338.865.686,00
22 691 PROMOCAO COMERCIAL	13.962.707,00				13.962.707,00
22 693 COMERCIO EXTERIOR	328.864.000,00				328.864.000,00
22 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	114.542.500,00	-18.268.000,00	100.000.000,00		196.274.500,00
23 COMERCIO E SERVICOS	5.430.823.309,00	-326.355.403,00	10.037.809,00	260.000.000,00	5.374.505.715,00
23 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	4.832.357,00	-62.290,00			4.770.067,00
23 122 ADMINISTRACAO GERAL	79.313.468,00	13.833.999,00			93.147.467,00
23 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	1.422.195,00	-142.219,00			1.279.976,00
23 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	19.478.877,00	-1.581.902,00			17.896.775,00
23 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	63.465.178,00	3.256.616,00			66.721.794,00
23 131 COMUNICACAO SOCIAL	8.222.000,00	-1.238.469,00			6.983.531,00
23 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	525.614,00				525.614,00
23 301 ATENCAO BASICA	343.627,00	74.683,00	6.622,00		424.932,00
23 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	783.211,00	94.760,00			877.971,00
23 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	400.297,00				400.297,00
23 365 EDUCACAO INFANTIL	48.636,00	16.640,00			65.275,00
23 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	2.680.000,00				2.680.000,00
23 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	4.600.000,00	1.900.000,00			6.500.000,00
23 661 PROMOCAO INDUSTRIAL	9.635.000,00				9.635.000,00
23 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	3.994.524,00	-399.450,00			3.595.074,00
23 691 PROMOCAO COMERCIAL	37.097.949,00	22.000.000,00	4.800.000,00		63.897.949,00
23 692 COMERCIALIZACAO	14.967.000,00	-2.000.000,00			12.967.000,00
23 693 COMERCIO EXTERIOR	2.318.809.293,00	-1.138.419,00	500.000,00		2.318.170.874,00
23 695 TURISMO	2.862.304.283,00	366.060.352,00	4.731.187,00	260.000.000,00	3.766.096.118,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO | EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
24 COMUNICACOES	640.387.953,00	111.756.169,00	27.060,00		752.171.182,00
24 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.200.000,00				1.200.000,00
24 122 ADMINISTRACAO GERAL	272.480.130,00	68.991.556,00			341.471.686,00
24 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	85.800.063,00				85.800.063,00
24 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	19.568.112,00	11.344.000,00			30.912.112,00
24 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	23.764.045,00				23.764.045,00
24 131 COMUNICACAO SOCIAL	2.226.000,00				2.226.000,00
24 301 ATENCAO BASICA	34.174.800,00		27.060,00		34.201.860,00
24 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	3.287.000,00	198.613,00			3.485.613,00
24 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.364.590,00	-35.000,00			1.329.590,00
24 365 EDUCACAO INFANTIL	210.360,00	35.000,00			245.360,00
24 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	17.025.687,00				17.025.687,00
24 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	57.253.737,00				57.253.737,00
24 694 SERVICOS FINANCEIROS	750.000,00				750.000,00
24 722 TELECOMUNICACOES	121.283.429,00	31.222.000,00			152.505.429,00
25 ENERGIA	831.859.110,00	134.447.402,00	945.948,00		967.252.460,00
25 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	58.532.591,00				58.532.591,00
25 122 ADMINISTRACAO GERAL	329.666.469,00	97.103.310,00			426.769.779,00
25 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	79.725.619,00	-1.200.000,00			78.525.619,00
25 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	27.430.458,00	13.731.560,00			41.162.018,00
25 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	8.119.934,00	-142.149,00			7.977.785,00
25 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	19.521.978,00	-260.000,00			19.261.978,00
25 131 COMUNICACAO SOCIAL	1.800.000,00				1.800.000,00
25 301 ATENCAO BASICA	3.185.352,00	746.240,00	32.948,00		3.964.540,00
25 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	5.182.423,00	795.128,00			5.977.551,00
25 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.213.167,00	229.921,00			1.443.088,00
25 365 EDUCACAO INFANTIL	267.774,00	64.414,00			332.188,00
25 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	1.960.000,00				1.960.000,00
25 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	7.507.895,00	-1.428.750,00			6.079.145,00
25 751 CONSERVACAO DE ENERGIA	1.389.000,00				1.389.000,00
25 752 ENERGIA ELETRICA	73.587.145,00	-16.879.098,00	913.000,00		57.621.047,00
25 753 PETROLEO	212.769.305,00	41.696.826,00			254.466.131,00
26 TRANSPORTE	14.973.288.136,00	-511.840.696,00	2.332.953.630,00	2.446.154.463,00	19.290.555.533,00
26 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	315.040.487,00	8.810.518,00	127.900.000,00	50.000.000,00	501.751.005,00
26 122 ADMINISTRACAO GERAL	740.959.995,00	160.510.560,00	10.000.000,00	5.050.000,00	916.520.555,00
26 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	46.951.040,00	1.989.561,00			48.940.601,00
26 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	40.504.200,00	42.381.080,00			82.885.280,00
26 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	3.840.919,00	145.000,00			3.985.919,00
26 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	2.082.800,00				2.082.800,00
26 131 COMUNICACAO SOCIAL	11.647.400,00	2.740.000,00			14.387.400,00
26 273 PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	2.005.396,00				2.005.396,00
26 301 ATENCAO BASICA	32.390.445,00	2.698.540,00	52.528,00	3.947.000,00	39.142.513,00
26 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	9.650.124,00	1.596.414,00			11.246.538,00
26 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	4.795.638,00	1.537.712,00			6.334.350,00
26 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	532.250,00	156.696,00			688.946,00
26 365 EDUCACAO INFANTIL	450.000,00				450.000,00
26 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	36.019.200,00	-1.300.000,00			34.719.200,00
26 542 CONTROLE AMBIENTAL	20.000.000,00	-5.000.000,00			15.000.000,00
26 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	2.936.223.392,00				2.936.223.392,00
26 661 PROMOCAO INDUSTRIAL	10.000.000,00				10.000.000,00
26 694 SERVICOS FINANCEIROS	7.594.645.204,00	362.780.013,00	522.020.010,00	1.915.475.536,00	10.394.921.763,00
26 782 TRANSPORTE RODOVIARIO					

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26 783 TRANSPORTE FERROVIARIO	1.946.044.000,00	-1.097.101.545,00	737.478.294,00	10.000.000,00	1.596.420.749,00
26 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	1.219.503.646,00	17.219.536,00	963.491.236,00	461.681.927,00	2.661.896.345,00
26 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		-11.035.781,00	22.011.562,00		11.005.781,00
27 DESPORTO E LAZER	1.397.683.667,00	35.350.169,00	29.933.135,00		1.463.976.971,00
27 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	2.700.000,00	8.946.000,00			11.146.000,00
27 122 ADMINISTRACAO GERAL	49.421.203,00	17.546.464,00			66.967.667,00
27 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	2.060.063,00	2.340.095,00			4.400.158,00
27 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	2.480.352,00	540.000,00			3.020.352,00
27 131 COMUNICACAO SOCIAL	6.500.000,00	1.000.000,00			7.500.000,00
27 301 ATENCAO BASICA	252.000,00		3.135,00		255.135,00
27 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	376.200,00	90.000,00			466.200,00
27 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	170.313,00				170.313,00
27 365 EDUCACAO INFANTIL	34.235,00				34.235,00
27 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	100.000,00				100.000,00
27 811 DESPORTO DE RENDIMENTO	59.960.970,00	25.800.000,00	28.530.000,00		114.290.970,00
27 812 DESPORTO COMUNITARIO	1.271.298.331,00	-19.902.390,00	1.400.000,00		1.252.795.941,00
27 813 LAZER	2.820.000,00				2.820.000,00
28 ENCARGOS ESPECIAIS	951.904.890.244,00	91.844.339.443,00	13.003.040.685,00		1.056.752.270.372,00
28 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	171.202.985,00	223.160.954,00	1.968.669,00		396.332.608,00
28 334 FOMENTO AO TRABALHO	10.817.728.250,00				10.817.728.250,00
28 501 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	310.879.000,00				310.879.000,00
28 507 IRRIGACAO	2.966.635,00				2.966.635,00
28 694 SERVICOS FINANCEIROS	46.355.366,00	5.244.392,00			51.599.758,00
28 841 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA INTERNA	511.274.073.528,00	-118.033.000.000,00			393.241.073.528,00
28 842 REFINANCIAMENTO DA DIVIDA EXTERNA	11.321.474.486,00	-113.273.876,00			11.208.200.610,00
28 843 SERVICO DA DIVIDA INTERNA	191.672.746.157,00	128.839.319.016,00			320.512.065.973,00
28 844 SERVICO DA DIVIDA EXTERNA	17.819.959.444,00	5.138.662.745,00			22.958.622.189,00
28 845 TRANSFERENCIAS	124.072.355.825,00	461.566.585,00	6.000.000.000,00		130.533.922.410,00
28 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	54.365.957.083,00	75.299.040.294,00	7.001.072.016,00		136.666.069.393,00
28 847 TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCACAO BASICA	30.029.191.485,00	23.618.533,00			30.052.810.018,00
99 RESERVA DE CONTINGENCIA	24.635.080.802,00	-5.472.736.415,00			19.162.344.387,00
99999 RESERVA DE CONTINGENCIA	24.635.080.802,00	-5.472.736.415,00			19.162.344.387,00
TOTAL	1.581.447.761.494,00	95.917.471.234,00	19.616.731.516,00	8.191.059.853,00	1.705.173.624.197,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
CENTRO-OESTE	20.747.831.628,00	506.433.471,00	441.439.479,00		21.695.704.578,00
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	1.120.000,00				1.120.000,00
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	34.504.939,00	2.899.827,00			37.404.766,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	7.602.084,00	2.392.216,00			9.994.300,00
0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	18.440.000,00	9.500.000,00			27.940.000,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	638.913.654,00	155.819.072,00			794.732.726,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	1.000.000,00				1.000.000,00
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	2.400.000,00				2.400.000,00
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	150.500.000,00	-82.797.150,00			67.702.850,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	150.279.174,00	36.692.811,00			186.971.985,00
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.100.000,00				1.100.000,00
0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	4.450.000,00				4.450.000,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFL	19.727.328,00	-5.804.000,00			13.923.328,00
0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	200.000,00				200.000,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	8.400.000,00	-6.900.000,00			1.500.000,00
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	100.000,00				100.000,00
0271 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, G	3.000.000,00				3.000.000,00
0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	4.162.951,00	-200.000,00			3.962.951,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	334.955.085,00	-188.921.085,00			146.034.000,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	150.782.064,00	-30.000.000,00			120.782.064,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	500.000,00				500.000,00
0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	5.110.000,00				5.110.000,00
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	100.000,00				100.000,00
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	4.500.000,00	4.450.000,00			8.950.000,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	4.390.000,00	-2.820.000,00			1.570.000,00
0550 CONTROLE EXTERNO	18.904.229,00				18.904.229,00
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	13.920.000,00	-1.530.000,00			12.390.000,00
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	243.021.268,00	-1.000.000,00			242.021.268,00
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	4.000.000,00				4.000.000,00
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	961.837.658,00	5.653.970,00			967.491.628,00
0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	38.594.472,00	33.747.408,00	17.000,00		72.358.880,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	123.378.076,00	31.950.095,00	2.470.991,00		157.799.163,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	136.626.779,00	2.732.680,00			139.359.459,00
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	2.900.000,00	-2.000.000,00			900.000,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	257.828.215,00	70.191.072,00			328.019.287,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	500.000,00		66.931.000,00		67.431.000,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	7.766.270,00				7.766.270,00
0641 INTELIGÊNCIA FEDERAL		-12.637.800,00	12.638.084,00		284,00
0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	100.000,00				100.000,00
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	5.930.000,00	-3.600.000,00			2.330.000,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	378.571.469,00	95.158.101,00	100.000.000,00		573.729.570,00
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	500.000,00	1.000.000,00			1.500.000,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	18.625.495,00	-589.505,00			18.035.990,00
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	1.488.635.660,00				1.488.635.660,00
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES D	7.844.958.082,00				7.844.958.082,00
1008 INCLUSÃO DIGITAL	440.000,00				440.000,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	87.695.085,00	-24.216.000,00			63.479.085,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	1.200.000,00	-120.000,00			1.080.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	180.337.373,00	2.632.267,00			182.969.640,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	166.354.742,00	37.167.987,00	4.000.000,00		207.522.729,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	5.159.686,00		1.426.000,00		6.585.686,00
1068 GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	100.000,00				100.000,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	1.342.592.459,00	454.798.685,00	4.669.304,00		1.802.060.448,00
1086 FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA	500.000,00				500.000,00
1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	3.194.494,00				3.194.494,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	13.800.000,00				13.800.000,00
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRE	166.400.977,00	45.384.006,00			211.784.983,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	600.000,00				600.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCICIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTARIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	50.012.582,00	-11.143.000,00	4.000.000,00		42.869.582,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	300.000,00				300.000,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	11.400.000,00				11.400.000,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	214.309.000,00	-49.773.000,00			164.536.000,00
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	618.951.000,00	-8.176.663,00			610.784.337,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	1.837.979.765,00	181.661.826,00	300.000,00		2.019.941.591,00
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	31.256.000,00	-950.000,00	850.000,00		31.156.000,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO	14.249.326,00	-990.000,00			13.259.326,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	3.513.000,00	-973.680,00			2.539.320,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	164.620.479,00	13.449.000,00			176.069.479,00
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E	1.520.000,00				1.520.000,00
1312 PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	200.000,00				200.000,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	16.519.651,00				16.519.651,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	601.540.000,00				601.540.000,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	1.100.000,00				1.100.000,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	3.300.000,00		1.430.000,00		4.730.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	580.000,00				580.000,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	12.996.220,00	-899.507,00	1.400.000,00		13.496.713,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	37.286.030,00	9.666.000,00			46.952.030,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	8.614.401,00	4.925.566,00			13.539.967,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	200.000,00				200.000,00
1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	200.000,00				200.000,00
1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	269.392.951,00	-143.565.000,00			125.827.951,00
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	100.000,00				100.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	79.711.369,00	-400.000,00			79.311.369,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	10.100.000,00	2.350.000,00			12.450.000,00
1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	24.864.217,00	24.841.742,00	35.000.000,00		84.705.959,00
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	262.458.985,00	-7.591.389,00	2.000.000,00		256.867.596,00
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	258.874.226,00	-36.760.326,00			222.113.900,00
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	416.713.460,00	10.979.166,00	5.000.000,00		432.692.626,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	503.334.892,00	-15.799.173,00	199.307.100,00		686.842.819,00
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	46.440.000,00				46.440.000,00
8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	10.700.208,00	2.833.748,00			13.533.956,00
8026 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	12.600.000,00				12.600.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	7.808.120,00	3.771.509,00			11.579.629,00
9589 MOBILIDADE URBANA	29.100.000,00	-20.058.000,00			9.042.000,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	123.755.972,00	-80.000.000,00			43.755.972,00
EXTERIOR	3.225.715,00	-1.043.637,00			2.182.078,00
0172 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.500.000,00	-1.050.000,00			450.000,00
0473 ACESSO À ALIMENTAÇÃO	100.000,00				100.000,00
0906 BRASIL ESCOLARIZADO	25.715,00	6.363,00			32.078,00
1029 BRASIL UNIVERSITÁRIO	100.000,00				100.000,00
1141 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	1.200.000,00				1.200.000,00
1142 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	100.000,00				100.000,00
1163 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	200.000,00				200.000,00
NACIONAL	1.454.312.996.729,00	88.296.720.392,00	16.806.013.473,00	7.499.086.935,00	1.566.914.817.529,00
0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	568.998.602,00	15.247.774,00			584.246.376,00
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	5.210.887,00	-80.000,00			5.130.887,00
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	32.512.033,00	2.577.025,00			35.089.058,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	22.754.644,00	2.691.531,00			25.446.175,00
0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	223.502.518.372,00	74.980.150,00	30.900.000,00		223.608.398.522,00
0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	265.851.573,00	608.239.537,00			874.091.110,00
0086 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	7.332.483,00	-2.501.017,00			4.831.466,00
0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	85.907.915,00	-15.328.447,00			70.579.468,00
0088 INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO	813.421.966,00	320.751.023,00			1.134.182.989,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	56.859.048.325,00	-1.047.982.003,00			55.811.066.322,00
0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	23.913.612.168,00	3.551.119.511,00			27.464.731.679,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	274.916.209,00	-1.058.623,00			273.857.586,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0102 REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	31.465.000,00				31.465.000,00
0103 CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	3.527.000,00				3.527.000,00
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	836.529.434,00	92.576.776,00			929.106.210,00
0105 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	198.181.033,00	-1.700.000,00	500.000,00		196.981.033,00
0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	17.985.630,00	-6.278.799,00			11.706.831,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	661.412.952,00	90.241.000,00		151.620.000,00	903.273.952,00
0135 ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	1.022.550.261,00	-1.000.000,00			1.021.550.261,00
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.730.085.639,00	14.211.192,00			1.744.296.831,00
0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	222.332.378,00				222.332.378,00
0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	26.366.259,00				26.366.259,00
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	654.544.123,00	63.252.000,00	10.000,00		717.806.123,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFL	12.950.000,00	3.040.000,00			15.990.000,00
0153 SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	21.996.850,00	5.031.819,00			27.028.669,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	14.404.396,00	8.412.060,00			22.816.456,00
0155 GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	8.802.000,00	206.000,00			9.008.000,00
0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	38.044.000,00				38.044.000,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	59.535.796,00	410.538,00			59.946.334,00
0168 LIVRO ABERTO	103.925.260,00	-6.820.150,00			97.105.110,00
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM	198.949.187,00	13.538.740,00	2.690,00		212.490.617,00
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	42.394.133,00	-2.930.864,00	500.000,00		39.963.269,00
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	15.102.362,00	1.357.000,00	1.000,00		16.460.362,00
0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA	57.590.399,00	-616.972,00			56.973.427,00
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	59.770.970,00	-8.660.000,00	343.530.000,00		394.640.970,00
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	498.814.845,00	37.891.000,00	195.400.000,00	50.050.000,00	782.155.845,00
0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	7.356.800,00				7.356.800,00
0271 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, G	380.420.765,00	87.284.800,00	10.000,00		467.715.565,00
0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	156.792.972,00	24.960.000,00	9.140,00		181.762.112,00
0273 LUZ PARA TODOS	27.360.000,00	-8.062.788,00			19.297.212,00
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	121.115.999,00	-1.695.882,00			119.420.117,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	138.483.245,00	155.588.138,00		70.000.000,00	364.071.383,00
0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	2.844.221.967,00	-301.021.914,00			2.543.200.053,00
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.384.282.562,00	-13.000.000,00		5.161.000,00	2.376.443.562,00
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	7.669.205.876,00	-237.490.867,00	55.632,00		7.431.770.641,00
0355 PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	11.750.000,00	9.000.000,00			20.750.000,00
0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	80.493.961,00	11.191.727,00			91.685.688,00
0357 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	174.456.000,00	5.600.000,00			180.056.000,00
0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	57.286.194,00	21.237.724,00			78.523.918,00
0362 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	21.455.338,00	6.807.451,00			28.262.789,00
0365 MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO	221.109.930,00	110.802.538,00			331.912.468,00
0375 QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	17.741.294,00	292.436,00			18.033.730,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	89.553.295,00	2.179.005,00		10.000.000,00	101.732.300,00
0390 METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	542.172.451,00	-1.717.450,00	10.000,00		540.465.001,00
0391 MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	142.823.058,00	2.253.825,00	10.000,00		145.086.883,00
0393 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	198.733.188,00	38.699.000,00	10.000,00		237.442.188,00
0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	41.596.527,00	22.000.000,00			63.596.527,00
0412 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA	2.344.402.118,00	-2.384.271,00	5.300.000,00		2.347.317.847,00
0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER	8.320.352,00	5.946.000,00			14.266.352,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	33.831.691,00				33.831.691,00
0460 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E	573.475.174,00	178.484.857,00			751.960.031,00
0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	589.523.655,00	1.910.048,00			591.433.703,00
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	241.428.864,00	87.746.610,00	3.715.264,00		332.890.738,00
0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	58.182.069,00	5.000.000,00			63.182.069,00
0472 PROANTAR	27.421.016,00				27.421.016,00
0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	22.099.972,00	4.000.000,00	540.000,00		26.639.972,00
0474 RECURSOS DO MAR	4.722.796,00		127.400.000,00		132.122.796,00
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	1.960.000,00				1.960.000,00
0496 INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	94.902.746,00	12.688.737,00			107.591.483,00
0497 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	5.315.823,00	1.102.121,00			6.417.944,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0503 PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS	116.761.280,00	-4.020.454,00			112.740.826,00
0506 MANEJO FLORESTAL	50.185.287,00	9.456.337,00			59.641.624,00
0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTIC	28.552.592,00	3.083.549,00			31.636.141,00
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	55.880.767,00	13.839.091,00			69.719.858,00
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	31.455.768,00	-17.646.586,00			13.809.180,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	82.643.851,00	-31.100.056,00		88.170.000,00	139.713.795,00
0550 CONTROLE EXTERNO	862.130.449,00	-38.845.500,00			823.284.949,00
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	2.030.569.731,00	-35.993.850,00			1.994.575.881,00
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.535.937.818,00	-41.086.230,00			2.494.851.588,00
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	350.615.847,00	1.600.000,00			352.215.847,00
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	187.611.965,00	3.139.000,00			190.750.965,00
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	225.080.636,00	7.164.350,00	500.000,00		232.744.986,00
0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	660.776.981,00	43.530.000,00			704.306.981,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	5.725.760.064,00	-18.607.089,00			5.707.152.975,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	2.954.559.927,00	114.823.136,00	1.100.000,00		3.070.483.063,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	7.609.605.865,00	-123.991.011,00			7.485.614.854,00
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	2.056.783.360,00	10.660.000,00	50.000,00		2.067.493.360,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	2.521.910.129,00	-86.465.753,00			2.535.444.376,00
0620 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE	801.391.529,00	32.243.542,00			833.635.071,00
0621 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA	1.022.625.064,00	-12.833.775,00			1.009.791.289,00
0622 PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL	1.357.943.092,00	-1.530.010,00			1.356.413.082,00
0623 SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	923.401.385,00	13.969.700,00			937.371.085,00
0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	32.052.000,00	-13.016.763,00			19.035.237,00
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	544.469.188,00	-43.060.000,00	2.108.400.000,00		2.609.869.188,00
0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL	26.480.000,00	-2.130.000,00	65.000.000,00		89.350.000,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	363.826.375,00	51.953.622,00			415.779.997,00
0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL	145.029.000,00	43.000.000,00			188.029.000,00
0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL	310.575.939,00	29.778.540,00	16.655,00		340.371.174,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	323.646.219,00	13.989.324,00			337.635.543,00
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	1.115.221.917,00	195.619.692,00	250.000.000,00		1.560.841.609,00
0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	34.738.051,00				34.738.051,00
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	1.104.655.817,00	121.293.497,00			1.225.949.314,00
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	22.128.000,00	7.107.000,00			29.235.000,00
0639 SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	152.694.477,00				152.694.477,00
0640 ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA	18.857.219,00				18.857.219,00
0641 INTELIGÊNCIA FEDERAL	260.932.063,00	12.760.092,00	19.569,00		273.711.683,00
0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	112.155.142,00	10.123.773,00			122.278.915,00
0643 CALHA NORTE	1.400.000,00				1.400.000,00
0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	534.000.000,00				534.000.000,00
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	170.600.000,00	-7.069.650,00			163.530.350,00
0662 PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	176.135.525,00	11.100.000,00	70.000.000,00		257.235.525,00
0663 SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	369.877.554,00	-131.628.887,00		393.701.258,00	632.049.925,00
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	15.500.000,00				15.500.000,00
0670 PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS	29.139.091,00	45.000,00			29.184.091,00
0681 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	651.400,00	38.100,00	9.950,00		699.450,00
0682 DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	23.747.511,00	14.983.027,00			38.730.538,00
0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA	122.410.000,00	-50.600.000,00			71.810.000,00
0685 ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	5.120.000,00				5.120.000,00
0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	13.359.247,00	188.784,00	375,00		13.547.906,00
0697 DEFESA DO CONSUMIDOR	16.716.000,00	-2.208.471,00			14.507.529,00
0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	26.665.250,00	4.490.000,00			31.155.250,00
0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	126.899.303,00	23.241.767,00			150.141.070,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	44.696.641.051,00	-516.834.514,00	33.515.140,00		44.213.321.687,00
0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	155.000.000,00	19.910.000,00	90.000,00		175.000.000,00
0753 DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA	73.986.379,00	13.000.000,00	5.617,00		87.001.996,00
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	20.285.000,00	14.570.828,00			34.855.828,00
0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	7.832.387.029,00	-149.088.104,00	50.000,00		7.683.348.925,00
0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO	19.360.459,00	-426.121,00			18.934.338,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO	209.056.598,00	15.522.005,00	1.800.000,00		227.378.604,00
0775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL	394.875.217,00	29.544.392,00			424.419.609,00
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1.430.266.315,00	24.030.000,00	73.864,00		1.454.340.179,00
0777 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS	22.537.168,00	38.613.289,00			61.150.457,00
0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	100.526.756,00	20.169.239,00	6.240,00		120.702.235,00
0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABER	74.221.973,00	10.930.000,00	5.100,00		85.157.073,00
0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS	4.489.182,00				4.489.182,00
0794 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	45.677.976,00	12.854.054,00			58.532.030,00
0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS	1.029.434.408,00	97.421.479,00	10.000,00		1.126.865.887,00
0797 PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	151.772.590,00	6.153.745,00	8.228,00		157.934.563,00
0798 COMPRAS GOVERNAMENTAIS	27.025.198,00	12.824.802,00			39.850.000,00
0801 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA	25.051.081,00	4.176.000,00	2.601,00		29.229.682,00
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	28.761.900,00	2.756.000,00	27.146.323,00		58.664.223,00
0810 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	1.800.000,00				1.800.000,00
0812 COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	5.063.242,00				5.063.242,00
0813 MONUMENTA	46.540.910,00	-4.053.528,00			42.487.382,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	13.726.524.114,00	209.535.851,00	68.762,00		13.936.128.727,00
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	18.655.853.157,00				18.655.853.187,00
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES D	146.235.080.228,00	501.157.438,00	2.000.000.000,00		148.736.246.666,00
0905 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	191.672.746.157,00	128.839.319.816,00			320.512.065.973,00
0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	17.819.309.702,00	5.138.656.382,00			22.957.965.084,00
0907 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	511.274.073.528,00	-118.033.000.000,00			393.241.073.528,00
0908 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	11.321.474.486,00	-113.273.876,00			11.208.200.610,00
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	28.321.139.988,00	74.735.644.392,00	11.021.401.615,00	35.000,00	114.078.220.995,00
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONA	171.114.331,00	223.150.371,00	1.966.669,00		396.243.371,00
0913 OPERAÇÕES ESPECIAIS - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS	319.315.485,00	114.480.769,00			433.796.254,00
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.629.080.802,00	-5.467.923.710,00			19.161.157.092,00
1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	22.534.474,00	2.460.404,00			24.994.878,00
1003 GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO	19.989.534,00	7.871.730,00			27.861.264,00
1004 GESTÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	27.874.250,00	-899.235,00	3.950.000,00		30.925.015,00
1006 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	58.356.623,00	-4.257.531,00			54.099.092,00
1008 INCLUSÃO DIGITAL	122.604.124,00	39.993.808,00			162.597.932,00
1009 REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNI	19.381.030,00	-640.200,00			18.740.830,00
1016 ARTESANATO BRASILEIRO	10.191.195,00				10.191.195,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	47.160.014,00	-25.567.761,00			21.592.253,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	203.128.255,00	-136.239.981,00		370.000.000,00	436.888.274,00
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO				1.682.521.130,00	1.682.521.130,00
1030 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL	54.503.589,00	616.097,00	7.681,00		55.127.367,00
1032 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULT	325.422.280,00	99.583.540,00	71.960,00		425.077.780,00
1036 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	31.200.000,00	2.120.000,00		17.280.000,00	50.600.000,00
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	11.119.308,00	-8.044.684,00			3.074.624,00
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1.389.000,00				1.389.000,00
1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO	690.574.942,00	258.261.763,00			948.836.705,00
1054 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO N	1.202.663.092,00	-942.718.091,00	6.050.000,00		265.995.001,00
1057 COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS	31.023.983,00				31.023.983,00
1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	300.204.000,00	57.676.000,00			357.880.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	2.697.719.846,00	212.232.361,00		12.000.000,00	2.921.952.207,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.011.148.670,00	341.734.597,00			1.352.883.267,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	3.657.546.787,00	-3.499.487.226,00			158.059.561,00
1068 GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	5.860.000,00				5.860.000,00
1069 GESTÃO DA POLÍTICA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	4.017.142,00				4.017.142,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	3.522.995.230,00	908.864.086,00			4.431.859.316,00
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	14.790.000,00	-3.271.000,00			11.519.000,00
1079 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	3.332.988,00	-170.000,00			3.162.988,00
1080 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	396.000,00				396.000,00
1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO	3.005.000,00				3.005.000,00
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	3.840.360,00	214.036,00			4.054.396,00
1088 FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA	69.796.800,00	-6.454.050,00			63.342.750,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1102 AGENDA 21	23.476.737,00	-16.655.668,00			6.821.069,00
1107 PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	74.433.543,00	-22.123.526,00			52.310.017,00
1109 MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL	15.098.800,00	2.777.533,00	1.000,00		17.877.133,00
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	967.588.277,00	275.955.000,00	64.851,00		1.243.608.128,00
1115 GEOLOGIA DO BRASIL	238.735.269,00	60.242.501,00	10.000,00		298.987.770,00
1116 CRÉDITO FUNDIÁRIO	523.868.379,00	10.000.000,00			533.868.379,00
1120 PAZ NO CAMPO	15.414.196,00				15.414.196,00
1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	68.683.772,00	-7.753.903,00			60.929.869,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	278.998.378,00	-16.167.547,00			262.830.831,00
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRE	69.973.529,00	-9.000.000,00		75.000.000,00	135.973.529,00
1132 DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	3.048.169,00				3.048.169,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	61.639.560,00	37.912.500,00			99.552.060,00
1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA	29.328.000,00	2.300.000,00			31.628.000,00
1137 REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	2.394.000,00				2.394.000,00
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	16.840.000,00	1.584.000,00	92.467.959,00	16.912.370,00	127.804.329,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	129.343.000,00	-350.000,00			128.993.000,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	166.945.844,00	24.061.000,00			191.006.844,00
1143 PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	352.700,00				352.700,00
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS	29.634.706,00	-14.162.592,00			15.472.114,00
1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE D	386.690.681,00	2.671.302,00			389.361.983,00
1157 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	118.480.247,00	-7.000.000,00			111.480.247,00
1161 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇ	13.390.699,00	1.088.698,00			14.479.397,00
1163 BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	110.309.551,00	3.819.611,00	1.783,00		114.130.745,00
1164 PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	3.055.100,00	-51.259,00			3.003.841,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	865.870.559,00	-26.070.541,00	4.839,00	260.000.000,00	1.099.804.857,00
1172 FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAF	141.052.538,00	-4.812.705,00			136.249.833,00
1173 CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	452.821.452,00	117.927.785,00	39.657,00		570.788.894,00
1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	47.212.568,00	18.204.310,00	4.576,00		65.421.454,00
1185 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	139.955.717,00	36.710.000,00	8.177,00		176.683.894,00
1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	315.788.982,00	16.665.100,00		25.000.000,00	357.454.082,00
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	770.691.605,00	32.131.981,00		114.446.880,00	917.270.466,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	763.443.089,00	14.903.799,00	14.192.864,00	490.581.120,00	1.283.120.872,00
1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	12.222.688,00	1.542.577,00			13.765.265,00
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	76.940.000,00	34.279.233,00	100.000,00		111.319.233,00
1264 RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	425.180.003,00	63.695.762,00	102.000.000,00		590.875.765,00
1266 GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	2.916.659,00	-10.030,00			2.906.629,00
1279 ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	13.469.885,00	402.000,00	1.000,00		13.872.885,00
1287 SANEAMENTO RURAL	209.654.956,00	17.757.600,00		91.226.400,00	318.638.956,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO	148.600.971,00	759.000,00		13.417.000,00	162.776.971,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	278.606.562,00	51.993.600,00			330.600.162,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	2.562.706.598,00	-285.093.047,00		543.600.000,00	2.821.213.551,00
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSA	351.266.993,00	51.909.957,00	26.858,00	30.000.000,00	433.203.808,00
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E	452.675.805,00	682.547,00		12.623.490,00	465.981.842,00
1312 PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	59.222.804,00	339.368,00			59.562.172,00
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	56.204.765,00	20.115.893,00		2.197.000,00	78.517.658,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	158.639.424,00	135.080,00			158.774.504,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	518.349.166,00	26.737.100,00			545.086.266,00
1336 BRASIL QUILOMBOLA	55.471.846,00	595.436,00			56.067.282,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	181.700.000,00	-33.582.740,00			148.117.260,00
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA	26.500.000,00	4.708.123,00			31.208.123,00
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQBÍCOLA E PESQUEIRA	64.000.000,00	-2.676.417,00	300.000,00		61.623.583,00
1348 QUALIDADE AMBIENTAL	23.367.624,00	12.379.155,00			35.746.779,00
1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	70.716.912,00	-446.391,00			70.270.521,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	131.920.274,00	16.992.866,00			148.913.140,00
1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL: BRASIL PLURAL	8.000.000,00	-30.000,00			7.970.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	78.694.707,00	1.254.810,00			79.949.517,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	947.909.011,00	358.163.692,00			1.306.072.703,00
1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	112.624.440,00	25.863.889,00			138.488.329,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO	MÊS
		2009	DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2009	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	105.951.946,00			7.172.000,00	113.123.946,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	18.604.920.065,00	592.850.641,00			19.197.770.706,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	7.753.888,00	-3.979.000,00			3.774.888,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	62.307.000,00	9.279.000,00			71.586.000,00
1387 MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	3.461.731,00				3.461.731,00
1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA	1.739.237.393,00	441.400.000,00	16.500.000,00		2.197.137.393,00
1389 CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	122.024.710,00	-1.500.000,00			120.524.710,00
1391 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	25.499.000,00	150.000,00			25.649.000,00
1401 REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.072.857.749,00	-104.385.000,00			968.472.749,00
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	21.600.000,00	16.000,00			21.616.000,00
1404 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1.500.000,00	40.000,00			1.540.000,00
1409 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	43.447.665,00	-3.731.857,00			39.715.808,00
1413 PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	3.248.395,00				3.248.395,00
1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	25.254.798,00				25.254.798,00
1425 CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	24.249.769,00	1.047.891,00			25.297.660,00
1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	522.665.443,00	-22.458.801,00			500.206.642,00
1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	722.369,00				722.369,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	13.874.000,00				13.874.000,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	49.037.344,00				49.037.344,00
1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	411.329.116,00	-32.327.460,00		1.200.000,00	380.201.656,00
1437 DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	4.294.400,00	805.600,00			5.100.000,00
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	19.614.746,00	1.069.470,00			20.684.216,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	1.595.280.715,00	-31.246.128,00		1.245.577.000,00	2.809.611.587,00
1446 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	35.763.915,00	1.281.540,00			37.045.455,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	1.693.693.295,00	525.137.067,00	16.554.200,00		2.235.384.562,00
1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	274.457.861,00	85.106.143,00	3.575,00		359.567.679,00
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	1.149.835.149,00	140.000.000,00			1.289.835.149,00
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	15.910.400,00			225.793.009,00	241.703.409,00
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	1.443.148.800,00	-1.045.979.255,00	3.500.000,00	296.438.889,00	697.108.434,00
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	9.500.000,00		19.000.000,00	266.716.389,00	295.216.389,00
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	23.534.400,00	77.100.000,00	91.000.000,00	338.500.000,00	530.134.400,00
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	4.254.400,00	117.000,00		100.000.000,00	104.371.400,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	40.136.800,00	-27.497.934,00	35.500.000,00	268.000.000,00	316.138.866,00
1462 VETOR LOGÍSTICO SUL	4.758.560,00		61.000.000,00	155.200.000,00	220.958.560,00
1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	21.153.840,00	1.989.561,00		10.000.000,00	33.153.401,00
1470 GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA	477.178.000,00	-466.030.000,00	54.500.000,00	3.947.000,00	69.625.000,00
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	136.034.118,00	2.363.915,00		50.000.000,00	190.398.033,00
8002 GOVERNO ELETRÔNICO	8.614.548,00	6.128.000,00			14.742.548,00
8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	12.328.045,00				12.328.045,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	258.589.970,00	-68.804.237,00			189.785.733,00
8010 EDUCAÇÃO FISCAL	200.000,00				200.000,00
8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	85.695.737,00				85.695.737,00
8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	6.295.267,00				6.295.267,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	291.546.321,00	-49.668.478,00			241.877.843,00
8032 PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS	165.627.037,00	-3.037.392,00			162.589.645,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	976.341.517,00	310.992.922,00			1.287.334.439,00
8788 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	3.113.021.296,00				3.113.021.296,00
9589 MOBILIDADE URBANA	20.040.000,00	-7.542.000,00			12.498.000,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	267.000.000,00	-211.000.000,00			56.000.000,00
NORDESTE	39.955.838.481,00	2.577.417.066,00	1.264.926.912,00	105.000,00	43.798.282.459,00
0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	320.000,00				320.000,00
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	128.849.707,00	15.429.421,00			144.279.128,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	18.678.698,00	4.921.202,00			23.599.900,00
0082 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	90.000,00				90.000,00
0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	35.035.400,00	-20.000.000,00	20.000.000,00		36.035.400,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.500.551.319,00	446.535.066,00			1.947.086.385,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	38.080.000,00	-14.857.927,00			23.222.073,00
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	1.870.000,00				1.870.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	488.924.365,00	131.866.374,00			620.790.739,00
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	2.000.000,00				2.000.000,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFL	22.136.968,00	-116.908,00			22.020.060,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	450.000,00				450.000,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	3.671.433,00				3.671.433,00
0168 LIVRO ABERTO	2.660.810,00	-250.000,00			2.410.810,00
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	950.000,00				950.000,00
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	200.000,00				200.000,00
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	100.000,00				100.000,00
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	1.300.000,00				1.300.000,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	1.091.115.000,00	-524.601.000,00	7.000.000,00		573.514.000,00
0362 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	18.074.000,00				18.074.000,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	350.164.437,00	64.480.290,00			414.644.727,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	2.480.000,00				2.480.000,00
0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	5.323.000,00	-100.000,00			5.223.000,00
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	40.000.000,00	60.000.000,00			100.000.000,00
0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	83.632.162,00	-45.053.022,00			38.579.140,00
0503 PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS	150.000,00				150.000,00
0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTIC	100.000,00				100.000,00
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	353.142,00	360.000,00			713.142,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	474.143.769,00	35.507.314,00	85.100.000,00		594.751.083,00
0550 CONTROLE EXTERNO	3.500.000,00	210.000,00			3.710.000,00
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	1.500.000,00	-150.000,00			1.350.000,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	38.365.000,00	-34.424.800,00	7.865.376,00		11.805.576,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	103.327.535,00	4.293.388,00	18.052.301,00		125.673.724,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	293.575.430,00	5.821.961,00			299.397.391,00
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	3.510.000,00	-3.510.000,00			
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	17.006.589,00	-1.327.843,00	970.000,00		16.648.746,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	2.107.000,00				2.107.000,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	14.191.292,00				14.191.292,00
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	100.000,00				100.000,00
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	100.000,00				100.000,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	269.208.088,00	-1.630.291,00			267.577.797,00
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	348.010,00				348.010,00
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	3.500.000,00	-3.100.000,00			400.000,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	58.475.667,00	148.201,00			58.623.868,00
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	4.456.751.302,00				4.456.751.302,00
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	12.448.945,00	62.500.000,00	90.000.000,00	105.000,00	165.053.945,00
1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	2.650.000,00				2.650.000,00
1008 INCLUSÃO DIGITAL	70.045.000,00	-49.949.304,00			20.095.695,00
1016 ARTESANATO BRASILEIRO	510.000,00				510.000,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	178.082.714,00	-20.941.000,00	2.000.000,00		159.141.714,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	85.810.451,00	-18.178.125,00			67.632.326,00
1036 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.303.117.158,00	-78.384.549,00			1.224.732.609,00
1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER	15.109.991,00	-1.707.200,00			13.402.791,00
1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO	3.850.000,00				3.850.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	3.823.201.824,00	1.008.724.369,00			4.831.926.193,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	431.465.604,00	157.194.665,00			588.660.269,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	8.862.284,00	457.308,00			9.319.592,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	2.852.082.754,00	928.415.827,00	20.592.829,00		3.811.091.410,00
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	2.623.500,00				2.623.500,00
1080 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	18.704.000,00	-14.438.116,00			4.265.884,00
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	750.000,00				750.000,00
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	3.000.000,00				3.000.000,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	20.750.000,00				20.750.000,00
1128 ORGANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRE	144.150.265,00	194.918.393,00			339.068.658,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	6.850.000,00	-250.000,00	250.000,00		6.850.000,00
1137 REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	43.500.000,00	43.500.000,00			500.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	45.399.443,00	-11.684.000,00	23.830.349,00		57.545.792,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	2.200.000,00				2.200.000,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	27.383.677,00	-8.293.334,00			19.090.343,00
1155 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE D	2.300.000,00				2.300.000,00
1165 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	967.716.393,00	-145.745.000,00			821.971.393,00
1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	4.000,00				4.000,00
1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	150.000,00				150.000,00
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	3.100.568.000,00	-57.241.149,00			3.043.326.851,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	6.617.386.133,00	466.544.929,20	1.100.000,00		7.085.031.062,00
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	357.554.973,00	-150.000,00	150.000,00		357.554.973,00
1287 SANEAMENTO RURAL	41.200.000,00	-777.458,00			40.422.542,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO	40.399.246,00				40.399.246,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	10.558.000,00	-3.541.316,00			7.016.684,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	473.330.023,00	26.498.000,00	400.000,00		500.228.023,00
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSA	381.706.295,00	-132.832.055,00			248.874.240,00
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E	15.200.000,00				15.200.000,00
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	100.000,00				100.000,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	165.018.958,00	-7.000.000,00			158.018.958,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	5.798.330.000,00	410.000.000,00			6.208.330.000,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	28.165.000,00	-7.979.853,00	5.007.853,00		25.193.000,00
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA	4.205.872,00	3.679.454,00			7.885.326,00
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÜÍCOLA E PESQUEIRA	1.300.000,00				1.300.000,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	7.450.000,00	-7.000.000,00			450.000,00
1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	250.000,00				250.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	700.000,00				700.000,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	14.546.139,00	1.773.457,00			16.319.596,00
1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	1.346.172,00				1.346.172,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	166.356.143,00	54.138.119,00	200.000,00		220.694.262,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	23.145.357,00	14.087.223,00	200.000,00		37.432.580,00
1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA	460.000,00				460.000,00
1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	10.000.000,00				10.000.000,00
1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	2.510.000,00				2.510.000,00
1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	4.281.799,00	719.821,00			5.001.620,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	1.800.000,00				1.800.000,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	2.000.000,00				2.000.000,00
1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	500.000,00				500.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	277.215.276,00	-1.650.000,00			275.565.276,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	47.184.000,00	-19.600.000,00			27.584.000,00
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	4.100.000,00				4.100.000,00
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	244.359.108,00	-66.414.130,00	78.300.000,00		256.244.978,00
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	952.744.930,00	117.728.118,00	484.966.386,00		1.565.439.434,00
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	584.119.674,00	-269.416.862,00	416.941.818,00		731.644.630,00
1470 GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA	2.500.000,00	-2.000.000,00			500.000,00
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	120.330.000,00				120.330.000,00
3007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	2.850.000,00				2.850.000,00
9028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	9.410.000,00				9.410.000,00
9034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	66.279.622,00	51.855.902,00			118.135.524,00
9989 MOBILIDADE URBANA	62.513.685,00	-24.000.000,00	2.000.000,00		40.513.685,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	140.457.749,00	-50.000.000,00			90.457.749,00
NORTE	16.177.220.851,00	-199.840.479,00	308.054.007,00	70.000,00	16.285.504.379,00
0058 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	28.956.841,00	2.050.725,00			31.007.566,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	6.800.000,00	1.718.300,00			8.518.300,00
0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	29.578.000,00				29.578.000,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.058.903.642,00	254.896.424,00			1.313.800.066,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	1.400.000,00				1.400.000,00
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	700.000,00				700.000,00
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	175.704.062,00	-109.496.005,00			66.208.057,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	226.486.427,00	36.570.669,00			263.057.091,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO: 2009	MES: DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSAO: 31/12/2009	PAGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	750.000,00				750.000,00
013B GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	2.500.000,00	-1.857.000,00			643.000,00
0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1.800.000,00				1.800.000,00
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	6.915.000,00				6.915.000,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFL	7.740.264,00	27.068,00	6.000.000,00		13.767.332,00
0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	450.000,00				450.000,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	2.500.000,00				2.500.000,00
0168 LIVRO ABERTO	850.000,00				850.000,00
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	100.000,00				100.000,00
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	100.000,00				100.000,00
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	100.000,00				100.000,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	299.909.561,00	-71.503.000,00			228.406.561,00
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	3.200.000,00				3.200.000,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	30.047.744,00	-12.114.861,00			17.932.883,00
0392 PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	72.705.505,00				72.705.505,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	800.000,00				800.000,00
0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	24.917.218,00				24.917.218,00
0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	19.332.000,00	-4.794.000,00			14.538.000,00
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	4.401.760,00				4.401.760,00
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	1.554.518,00	1.345.482,00			2.900.000,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	59.353.187,00	-27.429.000,00	20.000.000,00		51.924.187,00
0550 CONTROLE EXTERNO	3.000.000,00	-900.000,00			2.100.000,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	14.589.926,00	350.000,00			14.939.926,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	38.868.997,00	2.127.569,00	1.170.149,00		42.166.715,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	99.221.372,00	350.339,00	2.989.682,00		102.561.393,00
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	1.800.000,00				1.800.000,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	14.400.000,00	1.328.657,00			15.728.657,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	11.550.000,00				11.550.000,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	48.974.209,00	-2.243.950,00			46.730.259,00
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	300.000,00				300.000,00
0648 CALHA NORTE	252.170.000,00	-5.700.000,00			246.470.000,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	1.033.629.842,00	107.145.948,00	30.000,00		1.140.805.790,00
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	250.000,00				250.000,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	28.416.854,00	71.298,00			28.488.152,00
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	1.485.583.659,00				1.485.583.659,00
0904 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	21.500.000,00	-15.972.320,00			5.527.680,00
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	45.508.470,00	-11.005.781,00	42.011.562,00	70.000,00	76.584.251,00
1008 INCLUSÃO DIGITAL	33.754.500,00	-22.780.000,00			10.974.500,00
1020 INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DASUFRAMA	121.763.167,00	-18.067.695,00	100.000.000,00		203.695.472,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	77.210.729,00	-40.563.000,00			36.647.729,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	7.050.000,00				7.050.000,00
1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO	2.650.000,00				2.650.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	2.373.437.068,00	-958.605.706,00			1.414.831.362,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	156.089.670,00	36.557.028,00			192.646.698,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	2.528.849,00				2.528.849,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	847.151.240,00	249.456.434,00	5.105.210,00		1.101.713.884,00
1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	3.435.193,00				3.435.193,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	12.694.500,00				12.694.500,00
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRE	320.424.342,00	64.449.228,00			384.873.570,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	7.220.000,00	-3.714.493,00			3.485.507,00
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	129.209.561,00	-101.016.000,00			28.193.561,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	18.610.000,00	-5.500.000,00	1.413.511,00		14.523.511,00
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS	1.350.000,00				1.350.000,00
1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE D	7.220.000,00				7.220.000,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	221.111.349,00	-44.033.187,00	4.731.187,00		181.809.349,00
1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	4.000,00				4.000,00
1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	800.000,00	-800.000,00			
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	879.160.500,00	-19.093.308,00			860.067.192,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO	MÊS
		2009	DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2009	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	1.832.088.782,00	-8.514.031,00	1.000.000,00		1.824.574.751,00
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	158.187.000,00				158.187.000,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO	12.830.329,00				12.830.329,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	6.154.600,00	-1.695.328,00			4.459.272,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	100.650.109,00	-231.000,00			100.419.109,00
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	10.000.000,00	-7.429.000,00			2.571.000,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	58.974.234,00				58.974.234,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	1.135.320.000,00				1.135.320.000,00
1336 BRASIL QUILOMBOLA	400.000,00				400.000,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	38.604.607,00	-13.088.000,00	20.000.000,00		45.516.607,00
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA	2.500.000,00				2.500.000,00
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQÜÍCOLA E PESQUEIRA	100.000,00				100.000,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	13.600.000,00	-500.000,00			13.100.000,00
1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL: BRASIL PLURAL	450.000,00				450.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.010.000,00				1.010.000,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	4.493.646,00	978.788,00			5.472.434,00
1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	150.000,00				150.000,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	42.203.781,00	15.129.186,00			57.332.967,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	6.299.503,00	3.943.163,00	300.000,00		10.542.666,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	300.000,00				300.000,00
1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA	27.384.444,00				27.384.444,00
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	200.000,00				200.000,00
1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	2.850.000,00				2.850.000,00
1426 CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	400.000,00				400.000,00
1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	41.177.631,00	-22.286.000,00			18.891.631,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	100.000,00				100.000,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	600.000,00				600.000,00
1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	200.000,00				200.000,00
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	100.000,00				100.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	131.959.481,00	-300.000,00			131.659.481,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	26.000.000,00				26.000.000,00
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	1.247.703.897,00	-18.358.872,00	100.301.706,00		1.329.646.731,00
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	564.581.120,00	630.040.055,00			1.194.621.175,00
8003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	139.672.700,00	-42.155.000,00			97.517.700,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	14.751.000,00	-308.591,00			14.442.409,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	100.000,00				100.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	13.216.893,00	8.538.288,00			21.755.181,00
9989 MOBILIDADE URBANA	45.500.000,00	-14.858.000,00	3.000.000,00		33.642.000,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	105.213.573,00	-10.000.000,00			95.213.573,00
SUDESTE	35.748.564.018,00	3.350.116.179,00	443.178.931,00	140.000,00	39.581.999.128,00
0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	500.000,00				500.000,00
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	325.000,00				325.000,00
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	31.682.334,00	3.605.789,00			35.288.123,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	16.733.300,00	2.460.300,00			19.193.600,00
0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	34.562.320,00	-570.000,00	1.449.649,00		35.441.969,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.379.704.152,00	581.454.413,00			2.961.158.565,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	19.800.000,00	-7.428.986,00			12.371.014,00
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	650.000,00				650.000,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	264.823.734,00	8.361.086,00			273.184.820,00
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	400.000,00				400.000,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFL	13.446.952,00	-510.000,00			12.936.952,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	2.750.000,00				2.750.000,00
0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	2.215.000,00				2.215.000,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	5.655.373,00	-70.000,00			5.585.373,00
0168 LIVRO ABERTO	3.914.000,00	-240.000,00			3.674.000,00
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM	5.439.670,00	527.100,00			5.966.770,00
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	1.719.346,00	-64.750,00			1.654.596,00
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	800.000,00				800.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCICIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTARIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0101 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	13.600.000,00				13.600.000,00
0273 LUZ PARA TODOS	1.500.000,00		913.000,00		2.413.000,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	615.935.275,00	-81.416.000,00	8.600.000,00		543.119.275,00
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	550.000,00				550.000,00
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	26.000.000,00	4.600.000,00	192.000,00		30.792.000,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	8.300.000,00		8.000.000,00		16.300.000,00
0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER	300.000,00				300.000,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	2.400.000,00				2.400.000,00
0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO	200.000,00				200.000,00
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	900.000,00				900.000,00
0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	63.590.000,00	-46.082.000,00			17.508.000,00
0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	200.000,00				200.000,00
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	800.000,00				800.000,00
0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTIC	1.801.220,00				1.801.220,00
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	100.000,00				100.000,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	34.204.834,00	-29.018.490,00			5.186.344,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	20.202.600,00	71.700,00	100.000,00		20.373.700,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	107.859.531,00	6.845.752,00	4.976.000,00		119.681.283,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	485.583.807,00	24.359.727,00			509.943.534,00
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	4.985.000,00				4.985.000,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	1.750.000,00	175.851,00	600.000,00		2.525.851,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	12.525.000,00				12.525.000,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	9.002.531,00				9.002.531,00
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	100.000,00				100.000,00
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	300.000,00				300.000,00
0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	545.000,00				545.000,00
0647 PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO	57.225.920,00				57.225.920,00
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	10.000.000,00	-1.000.000,00			9.000.000,00
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	500.000,00				500.000,00
0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA			30.000.000,00		30.000.000,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	956.663.026,00	64.192.029,00			1.020.855.055,00
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	12.000,00				12.000,00
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	4.000.000,00	-2.000.000,00			2.000.000,00
0778 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	450.000,00				450.000,00
0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS	768.000,00				768.000,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	42.339.806,00	-874.976,00			41.463.828,00
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	74.286.055,00	262.891.308,00	4.000.000,00	140.000,00	341.317.363,00
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONA	88.654,00	583,00			89.237,00
1008 INCLUSÃO DIGITAL	56.745.000,00	-23.865.000,00			32.880.000,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	13.690.695,00		500.000,00		14.190.695,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	17.030.000,00	-8.915.000,00			8.115.000,00
1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO -CONVIVER	8.511.000,00				8.511.000,00
1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO	5.990.000,00				5.990.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	953.630.338,00	69.174.927,00			1.032.805.265,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	386.717.207,00	155.923.089,00			542.640.296,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	8.039.787,00	-20.000,00			8.019.787,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	4.194.796.522,00	1.239.953.842,00	18.967.676,00		5.451.718.040,00
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	4.518.000,00				4.518.000,00
1080 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	300.000,00				300.000,00
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1.100.000,00				1.100.000,00
1102 AGENDA 21	200.000,00				200.000,00
1107 PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	28.259.081,00				28.259.081,00
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	33.388.114,00				33.388.114,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	5.050.000,00	-150.000,00			4.900.000,00
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRE	1.317.432.197,00	112.227.140,00			1.429.659.337,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	4.320.000,00				4.320.000,00
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	175.195.602,00	144.710.094,00	80.916.931,00		401.822.627,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO & CIDADANIA	6.250.000,00				6.250.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1142 ENGENHO DAS ARTES	22.310.000,00		9.299.500,00		31.609.500,00
1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE D	830.000,00				830.000,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	424.951.000,00	-46.802.000,00			378.149.000,00
1173 CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	2.100.000,00	275.298,00			2.375.298,00
1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	20.700.000,00	-8.180.000,00			12.520.000,00
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	2.860.714.130,00	-48.161.365,00			2.812.552.765,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	11.729.998.414,00	820.235.744,00	5.300.000,00		12.555.534.158,00
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	236.210.130,00	-2.300.000,00			233.910.130,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO	60.431.112,00				60.431.112,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	10.366.000,00	-2.849.336,00			7.516.664,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	1.387.882.969,00	202.774.000,00			1.590.656.969,00
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSA	116.571.386,00	-110.000.000,00	15.000.000,00		21.571.386,00
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	600.000,00				600.000,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	27.379.491,00				27.379.491,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	2.935.140.000,00				2.935.140.000,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	8.090.000,00		11.150.175,00		19.240.175,00
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA	1.856.250,00	243.750,00			2.100.000,00
1363 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	11.400.000,00	-3.500.000,00			7.900.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	44.650.670,00	10.455.478,00			55.106.148,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	49.423.504,00	28.696.286,00			78.119.790,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	144.825.237,00	29.800.606,00	620.000,00		175.245.843,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	73.926.234,00	37.729.098,00			111.655.332,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	1.200.000,00	400.000,00			1.600.000,00
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	850.000,00				850.000,00
1404 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	100.000,00				100.000,00
1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	1.275.000,00				1.275.000,00
1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	1.500.000,00				1.500.000,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	2.950.000,00				2.950.000,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	2.525.000,00				2.525.000,00
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	100.000,00				100.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	372.750.372,00	-16.005.080,00			356.745.292,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	33.885.000,00	856.775,00			34.741.775,00
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	500.000,00				500.000,00
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	1.370.368.725,00	267.209.390,00	179.250.000,00		1.816.828.115,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	395.690.400,00	29.440.000,00	63.344.000,00		488.474.400,00
1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	21.400.000,00				21.400.000,00
1470 GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA	1.000.000,00	-1.000.000,00			
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	154.972.510,00	-27.338.000,00			127.634.510,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	3.880.000,00				3.880.000,00
8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	150.000,00				150.000,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	5.120.000,00				5.120.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	42.399.551,00	21.413.514,00			63.813.065,00
9989 MOBILIDADE URBANA	414.800.000,00	-265.587.505,00			149.212.495,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	173.939.550,00	-5.000.000,00			168.939.550,00
SUL	14.502.094.072,00	1.347.673.242,00	353.119.814,00	692.457.918,00	16.895.334.046,00
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	300.000,00				300.000,00
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	24.769.725,00	2.695.533,00			27.465.258,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	10.136.800,00	1.916.300,00			12.053.100,00
0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	1.050.000,00				1.050.000,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	878.482.960,00	213.931.954,00			1.092.414.914,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	850.000,00				850.000,00
0105 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	700.000,00				700.000,00
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	46.562.400,00	-14.115.000,00			32.447.400,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	92.065.263,00	16.046.553,00			108.111.816,00
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	150.000,00				150.000,00
0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	4.500.000,00	-180.000,00			4.320.000,00
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	150.000,00				150.000,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFL	12.779.136,00	-26.320,00			12.752.816,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO	MÊS
		2009	DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	300.000,00				300.000,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	1.420.000,00				1.420.000,00
0168 LIVRO ABERTO	700.000,00				700.000,00
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM	400.000,00				400.000,00
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	600.000,00				600.000,00
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	150.000,00				150.000,00
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	13.075.111,00	-9.713.482,00			3.361.629,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	270.890.000,00	-30.852.000,00	4.000.000,00		244.038.000,00
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	200.000,00				200.000,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	23.000.000,00				23.000.000,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	2.700.000,00				2.700.000,00
0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		15.200.000,00	9.000.000,00		24.200.000,00
0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	4.100.000,00				4.100.000,00
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	100.000,00				100.000,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	35.322.588,00	-19.493.200,00			15.829.388,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	12.651.582,00	530.000,00			13.181.582,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	39.753.316,00	9.616.640,00	1.325.000,00		50.694.956,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	222.650.307,00	15.483.531,20	1.798.115,00		239.931.953,00
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	5.150.000,00	-5.150.000,20			
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	15.040.000,00	2.325.260,00			17.365.260,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	350.000,00				350.000,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	13.876.370,00				13.876.370,00
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	650.000,00				650.000,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	153.699.539,00	-5.491.250,00			148.208.289,00
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	3.100.000,00	-2.900.000,00			200.000,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	182.086.968,00	29.992.427,00			212.079.395,00
0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	624.027,00				624.027,00
1008 INCLUSÃO DIGITAL	3.211.000,00				3.211.000,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	11.561.390,00	70.000,00			11.631.390,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	55.800.000,00	-50.000.000,00		120.000.000,00	125.800.000,00
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO				240.000.000,00	240.000.000,00
1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO	900.000,00				900.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	323.884.833,00	5.629.066,00			329.513.899,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	178.085.025,00	74.396.049,00			252.481.074,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	1.477.480,00				1.477.480,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	2.157.646.267,00	704.756.032,00	14.211.150,00		2.876.613.449,00
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	200.000,00				200.000,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	1.900.000,00				1.900.000,00
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRE	165.075.283,00	40.402.227,00			205.477.510,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	4.960.000,00				4.960.000,00
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	1.200.000,00		57.805.019,00		59.005.019,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	700.000,00				700.000,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	7.380.000,00				7.380.000,00
1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE D	100.000,00				100.000,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	196.380.000,00	-36.402.000,00			159.978.000,00
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	1.133.209.000,00	-3.000.000,00			1.130.209.000,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	4.307.929.482,00	492.088.237,00	500.000,00		4.800.517.719,00
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	78.190.000,00	-300.000,00	300.000,00		78.190.000,00
1287 SANEAMENTO RURAL	13.300.000,00	-9.435.000,00			3.865.000,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO	23.147.480,00				23.147.480,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	4.385.000,00	-1.140.340,00			3.244.660,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	373.581.537,00	30.344.000,00			403.925.537,00
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSA	315.744.315,00	63.430.000,00			379.174.315,00
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E	100.000,00				100.000,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	39.182.033,00				39.182.033,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	963.950.000,00				963.950.000,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	12.740.000,00	-6.686.000,00			6.054.000,00
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AQUÍCOLA E PESQUEIRA	100.000,00				100.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO	MÊS
		2009	DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2009	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1346 QUALIDADE AMBIENTAL	5.095.358,00				5.095.358,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.790.000,00				4.790.000,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	13.554.187,00	4.691.018,00			18.245.205,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	71.055.150,00	24.651.268,00	1.100.000,00		96.806.418,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	45.766.532,00	4.556.296,00			50.322.828,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	150.000,00		5.501.000,00		5.651.000,00
1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA	15.500.000,00	-15.000.000,00			500.000,00
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	100.000,00				100.000,00
1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	2.220.000,00				2.220.000,00
1430 DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	3.500.000,00				3.500.000,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	350.000,00				350.000,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	500.000,00				500.000,00
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	700.000,00				700.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	109.507.104,00	-2.600.000,00			106.907.104,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	43.450.000,00	-14.400.000,00			29.050.000,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	204.275.629,00	50.989.257,00	109.200.000,00		364.464.886,00
1462 VETOR LOGÍSTICO SUL	1.198.464.519,00	-118.003.122,00	148.378.530,00	332.457.918,00	1.561.297.845,00
1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	6.470.000,00				6.470.000,00
1470 GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA	28.078.530,00	-28.078.530,00			
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	149.365.000,00	-19.315.000,00			130.050.000,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	4.450.000,00				4.450.000,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	2.980.000,00				2.980.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	6.536.592,00	3.416.838,00			9.953.430,00
9989 MOBILIDADE URBANA	64.300.000,00	-46.060.000,00			18.240.000,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	69.839.254,00	-21.144.000,00			48.695.254,00
TOTAL	1.581.447.961.494,00	95.917.471.234,30	19.616.731.616,00	8.191.859.853,00	1.705.173.824.197,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
PODER EXECUTIVO	1.666.381.159.704,00	-7.359.130.669,05	1.371.005.042.067,84	86.202.562.515,43
20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ORGAO SUPERIOR	8.340.943.281,00	-646.312.775,15	6.719.679.198,49	1.679.043.298,41
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.340.943.281,00	-646.312.775,15	6.719.679.198,49	1.679.043.298,41
20101 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	6.144.900.578,00	-644.349.219,96	4.599.787.983,06	1.638.038.425,44
20102 GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	6.042.977,00	-154.868,21	5.767.607,41	160.397,67
20114 ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	2.189.399.726,00	-1.808.686,98	2.114.123.608,02	40.844.475,30
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO - ORGAO SUPERIOR	5.119.464.986,00	-61.879.565,00	4.034.578.624,04	498.695.852,55
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.434.044.971,00	-64.202.634,04	2.411.041.756,12	386.284.444,49
20113 MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,ORÇAMENTO E GESTÃO	3.434.044.971,00	-64.202.634,04	2.411.041.756,12	386.284.444,49
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.685.420.015,00	2.323.069,04	1.623.536.867,92	112.411.408,06
20202 FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	31.815.545,00	845.589,14	31.494.193,55	862.813,59
25205 FUND.INST.BRASILEIRO DE GEOG.E ESTATISTICA	1.653.604.470,00	1.477.479,90	1.592.042.674,37	111.548.594,47
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO - ORGAO SUPERIOR	12.231.349.845,00	165.464.913,34	11.102.750.626,82	1.250.983.000,68
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	6.578.313.464,00	-26.264.493,52	5.404.114.723,05	725.733.897,38
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	4.035.113.411,00	-19.007.295,94	3.636.864.815,61	671.413.556,62
22905 FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEEIRA	2.543.200.053,00	-9.257.197,58	1.767.249.907,44	54.320.340,76
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.653.036.381,00	493.729.406,86	5.698.635.903,77	525.249.103,30
22202 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	1.830.680.453,00	37.049.236,80	1.852.343.941,21	244.032.739,01
22211 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	3.822.355.928,00	456.680.170,06	3.846.291.962,56	281.216.364,29
24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA - ORGAO SUPERIOR	7.218.348.666,00	-38.309.182,55	6.409.872.306,26	954.793.392,01
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.384.314.918,00	-370.303.769,96	3.384.426.543,75	605.824.904,51
24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.451.116.071,00	259.176.055,26	1.655.031.600,53	258.743.830,52
24901 FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLOGICO	2.933.198.847,00	-629.479.825,22	1.729.394.943,22	347.081.073,99
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.834.033.748,00	331.994.587,41	3.025.445.762,51	348.968.487,50
20301 COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	687.890.490,00	-5.565.867,50	642.841.111,84	34.250.571,00
20302 NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	224.355.142,00		223.735.171,21	
20303 INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	499.942.353,00	-10.763.311,48	430.077.644,37	114.593.760,30
20402 AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	306.785.749,00	-248.013.736,35	42.787.850,10	35.798.437,16
20501 CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLOGICO	1.074.059.014,00	595.578.414,88	1.686.395.476,53	159.429.327,22
24209 CENTRO NAC DE TECN ELETRONICA AVANCADA S/A	42.001.000,00	-240.912,14	19.608.508,46	4.896.391,82
25000 MINISTERIO DA FAZENDA - ORGAO SUPERIOR	1.021.370.998.412,00	-10.418.527,07	780.905.979.721,41	9.399.609.763,98
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.018.727.369.728,00	34.520.117,67	778.506.605.691,69	9.383.195.788,96
25000 MINISTERIO DA FAZENDA	1.005.967.034.165,00	12.398.117,67	770.225.232.905,78	8.571.157.833,50
25901 FUNDO DE COMPENSACAO E VARIACOES SALARIAIS	625.333.838,00		625.333.838,00	388.481.079,06
25904 FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	104.367.240,00		16.506.000,00	2.381,46

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
25914 FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO	881.349.192,00		14.124.370,06	3.234.175,15
25915 FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	7.844.958.082,00	22.122.000,00	7.603.292.576,85	601.327.512,14
25916 FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA RFFSA-FCMP			22.122.000,00	18.992.807,55
90000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.305.187.211,00			
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.843.628.684,00	-44.938.644,74	2.399.374.029,72	16.413.975,02
25201 BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	2.243.605.510,00	-42.891.896,38	2.140.940.951,03	
25203 COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	226.652.179,00	-24.864,00	138.232.152,83	12.616.387,93
25208 SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	173.370.995,00	-2.021.884,35	120.200.925,86	3.797.587,09
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO - ORGAO SUPERIOR	53.082.483.471,00	1.600.345.488,12	51.187.883.465,39	6.290.724.541,39
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.037.807.262,00	-1.370.423.343,54	2.110.741.436,80	644.377.739,23
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO	4.037.807.262,00	-1.370.423.343,54	2.110.741.436,80	644.377.739,23
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	49.044.676.209,00	2.970.768.831,65	49.077.142.028,59	5.646.346.802,16
26201 COLEGIO PEDRO II	298.947.764,00	6.409.440,48	301.453.357,85	15.795.797,78
26202 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DE ALAGOAS	76.835.018,00	-8.389.890,85	68.445.127,15	
26203 CENTRO FEDERAL DE ED.TECNOLOGICA DO AMAZONAS	62.797.619,00	17.909.739,86	80.707.358,85	
26205 CENTRO FED. DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE CAMPOS	104.926.679,00	-5.287.478,67	99.639.570,23	
26206 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DO CEARA	103.807.863,00	1.636.849,95	105.444.712,95	
26207 CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLOGICA DO ESPIR.SANTO	119.211.892,00	-10.078.205,95	109.133.685,05	
26208 CENTRO FED. DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE GOIAS	88.428.882,00	167.308,23	88.596.190,23	
26209 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DO MARANHAO	97.188.315,00	1.697.612,87	98.885.927,87	
26210 CENTRO FEDERAL DE EDUC.TECNOL.DO M. GROSSO	60.335.637,00	-5.968.252,02	54.367.454,98	
26211 CENTRO FEDERAL DE EDUC. TECNOL. DE OURO PRETO	44.301.144,00	-4.918.952,58	39.382.191,42	
26212 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICO PARA	82.848.922,00	-3.628.137,47	79.220.784,53	
26213 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DA PARAIBA	97.547.168,00	-926.765,63	96.620.402,37	
26214 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DE PELOTAS	92.284.363,00	-952.050,73	91.332.312,27	
26215 CENTRO FED.DE EDUC. TECNOLOGICA DE PERNAMBUCO	100.681.089,00	-1.400.768,80	99.280.438,52	503.791,17
26216 CENTRO FED. DE EDUC. TECNOLOG. DO PIAUI-CEFET	68.543.621,00	-3.579.506,27	64.964.114,73	
26217 CENT.FED.DE EDUC.TECNOL.DE QUIMICA-VILOP/RJ	92.562.794,00	-1.608.701,71	90.954.092,29	
26218 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DO RN	115.060.701,00	10.583.797,22	125.644.498,22	
26219 CENTRO FED.DE EDUC.TECNOLOGICA DE S.CATARINA	109.783.354,00	874.598,03	110.657.952,03	
26220 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL DE S.PAULO	106.372.431,00	-14.178.144,55	92.194.484,30	
26221 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TEC. DE SERGIPE	49.670.388,00	-5.400.132,16	44.270.255,84	
26222 CENTRO FED.DE EDUC. TECNOLOGIA DE RORAIMA	32.604.184,00	-4.199.053,64	28.405.130,36	
26223 ESCOLA TECNICA FEDERAL DE PALMAS - TO	23.546.060,00	3.479.545,81	27.025.605,81	
26224 ESCOLA TECNICA FEDERAL DE RONDONIA	4.120.379,00	81.695,43	4.202.074,43	
26230 FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	66.441.135,00	28.350.420,34	91.853.015,83	32.358.174,14
26231 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	405.978.477,00	31.518.491,70	423.742.313,76	38.416.008,47
26232 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	827.239.242,00	143.013.856,78	929.239.274,19	62.778.825,96
26233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	821.168.613,00	97.666.131,92	897.119.655,74	59.883.432,18
26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	514.207.305,00	80.637.018,58	538.819.570,83	74.985.787,38
26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	602.833.241,00	87.807.198,87	671.546.336,18	77.507.938,26
26236 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.023.537.729,00	89.871.609,91	1.063.511.781,35	102.175.889,21
26237 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	403.682.024,00	55.636.238,05	462.116.280,01	57.045.096,97
26238 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1.110.831.917,00	178.239.716,57	1.247.316.856,55	78.291.330,56
26239 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	677.611.582,00	51.730.588,82	707.825.817,22	65.760.963,65
26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	800.909.749,00	39.529.186,37	810.163.327,38	45.754.655,58
26241 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	905.093.750,00	99.017.866,73	921.982.490,32	55.487.731,38

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
26242 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	781.643.366,00	80.619.436,74	828.751.655,51	71.254.941,33
26243 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	744.915.644,00	82.910.886,35	799.702.084,76	57.652.422,31
26244 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	886.293.570,00	45.270.590,98	907.529.645,60	30.135.988,36
26245 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	1.835.263.472,00	131.436.385,63	1.910.375.731,72	45.461.138,52
26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	784.555.163,00	112.729.403,38	867.471.245,66	104.314.962,63
26247 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	594.339.355,00	55.579.486,23	629.974.911,51	42.997.279,81
26248 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	249.466.032,00	16.486.111,71	261.056.606,12	33.896.710,28
26249 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	288.839.869,00	9.122.241,24	288.409.701,75	22.147.496,85
26250 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	74.226.079,00	4.906.112,73	76.812.907,08	12.300.026,74
26251 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	135.107.270,00	12.512.291,05	144.735.741,88	39.180.703,13
26252 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	297.455.893,00	27.663.188,57	315.370.803,38	24.887.819,02
26253 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	79.765.340,00	5.140.557,01	82.168.841,89	9.342.178,16
26254 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	169.849.376,00	52.633.261,31	215.922.846,28	16.006.310,10
26255 UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	93.391.104,00	10.704.514,02	102.491.947,00	39.532.256,80
26256 CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	141.549.171,00	2.437.445,94	138.864.119,43	7.815.552,02
26257 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	166.701.882,00	6.183.687,09	170.682.722,22	7.653.978,12
26258 UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	289.109.579,00	18.633.157,17	298.611.046,82	50.282.749,85
26260 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	75.648.457,00	4.066.810,11	78.130.141,95	10.242.730,68
26261 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	92.106.600,00	3.998.026,72	83.027.297,84	9.529.639,47
26262 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	599.012.599,00	271.786.571,79	789.708.582,50	75.976.968,53
26263 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	134.390.118,00	23.649.527,71	154.693.089,88	20.086.852,92
26264 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	88.366.484,00	3.998.676,30	90.745.700,41	15.633.938,98
26266 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	67.362.915,00	15.889.853,52	72.838.158,61	23.975.390,40
26268 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	97.386.574,00	11.134.449,01	106.574.644,36	18.553.646,15
26269 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	210.992.275,00	30.605.884,00	229.502.677,46	20.816.533,66
26270 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	337.769.975,00	35.108.104,32	347.472.914,29	33.046.735,85
26271 FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	1.102.281.394,00	118.463.134,11	1.160.330.428,78	177.941.237,50
26272 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	358.067.457,00	107.425.636,38	454.773.812,70	52.344.806,08
26273 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS	295.741.525,00	8.564.446,32	297.279.684,77	55.127.775,33
26274 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	574.154.810,00	103.997.607,36	661.982.441,47	57.372.156,81
26275 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	157.828.880,00	823.307,73	152.739.404,78	15.332.443,98
26276 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	419.676.875,00	47.811.470,99	448.784.787,91	46.660.454,87
26277 UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	171.930.462,00	14.044.096,03	179.143.371,27	16.230.054,87
26278 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	345.028.968,00	34.030.135,11	372.531.531,35	25.872.589,48
26279 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	350.914.556,00	19.945.836,53	351.453.848,74	48.534.468,17
26280 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	252.184.340,00	24.447.439,98	271.639.201,58	18.004.764,66
26281 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	279.419.303,00	22.843.164,56	285.614.604,36	30.468.244,64
26282 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	408.430.512,00	9.838.473,58	408.899.347,50	32.082.058,14
26283 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	343.337.410,00	38.260.741,94	363.335.481,38	28.915.115,06
26284 FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	46.634.460,00	13.023.840,59	56.563.883,57	10.905.897,66
26285 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	111.802.663,00	10.766.065,58	119.022.457,62	31.619.965,64
26286 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	40.209.863,00	4.730.624,58	42.322.373,35	6.745.690,14
26287 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MARABA	2.221.641,00	-2.185.382,72	36.258,78	
26288 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE NOVA ANDRADINA	3.334.641,00	1.588.490,78	4.923.131,78	
26289 ESCOLA AGROT.FED.DE S.RAIMUN.DAS MANGABEIRAS	2.221.641,00	-2.221.641,00		
26290 INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	495.442.933,00	40.537.861,48	394.783.757,91	66.610.779,49
26291 FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1.927.926.074,00	-697.462.070,88	926.526.244,85	191.204.940,85
26292 FUNDACAO JOAQUIM NABUCO	95.208.954,00	1.416.103,90	91.690.497,72	5.726.049,65
26294 HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	361.833.651,00	121.977.477,68	472.732.333,27	5.942.430,20
26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	20.090.533.291,00	208.132.338,42	18.944.452.130,10	2.498.428.368,36
26301 CENTRO FEDERAL DE EDUCAC.TECNOLOGICA DA BAHIA	122.747.709,00	14.507.643,52	137.255.352,52	
26302 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRE	19.144.154,00	-2.970.214,08	16.173.939,92	
26303 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE	13.516.343,00	3.390.774,09	16.907.117,09	
26304 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ARAGUATINS	11.082.536,00	-1.682.336,92	9.400.199,08	
26305 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL DE BAMBUI	28.776.254,00	-3.966.813,53	24.809.741,47	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
26306 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARBACENA	28.906.874,00	-2.738.527,26	26.168.346,74	
26307 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS	15.614.659,00	-2.904.364,28	12.710.294,72	
26308 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BELO JARDIM	13.496.974,00	-2.056.934,66	11.440.039,34	
26309 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TEC.DE B.GONCALVES	25.025.974,00	4.862.609,99	29.888.583,99	
26310 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CACERES	10.029.589,00	-814.440,05	9.215.148,95	
26311 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CASTANHAL	15.409.606,00	-2.634.995,30	12.774.810,70	
26312 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CATU	15.830.361,00	1.129.599,58	16.959.960,58	
26313 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLATINA	16.170.612,00	-1.806.489,40	14.364.122,60	
26314 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CONCORDIA	13.688.628,00	-3.039.536,34	10.649.089,66	
26315 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO	16.847.230,00	-1.179.365,14	15.667.864,86	
26316 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA/CUIABA	21.262.842,00	-2.319.895,10	18.942.946,90	
26317 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUATU	18.163.770,00	-3.326.458,34	14.837.311,66	
26318 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE INCONFIDENTES	18.540.999,00	-3.240.014,01	15.300.984,99	
26319 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOL.DE JANUARIA	18.770.792,00	4.187.124,23	22.957.916,23	
26320 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MACHADO	18.938.906,00	-1.812.023,18	17.126.882,82	
26321 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MANAUS	15.385.793,00	-3.501.643,88	11.884.149,12	
26322 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE MUZAMBINHO	21.119.910,00	-1.806.368,05	19.313.541,95	
26323 CENTRO FED. DE EDUC. TECNOLOGICA DE PETROLINA	30.030.566,00	-2.563.004,38	27.467.561,62	
26324 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOG.RIO POMBA	27.196.393,00	5.184.547,43	32.380.940,43	
26325 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TEC. DE RIO VERDE	21.984.811,00	3.241,29	21.988.052,29	
26326 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SALINAS	17.247.583,00	-3.858.881,28	13.388.701,72	
26327 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA TERESA	20.456.638,00	-3.285.896,72	17.170.741,28	
26328 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO CRISTOVAO	19.163.741,00	-3.748.680,17	15.415.060,83	
26329 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE S.J.EVANGELISTA	15.478.930,00	-1.891.159,98	13.587.770,02	
26330 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SAO LUIS	15.749.854,00	-2.544.215,94	13.205.638,06	
26331 CENTRO FED.EDUCACAO TECNOLOGICA S.VICENTE SUL	27.694.729,00	6.033.525,05	33.728.254,05	
26332 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA	17.966.139,00	-1.557.678,19	16.408.460,81	
26333 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTAO	17.375.011,00	-3.357.922,43	14.017.088,57	
26334 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOUSA	12.481.641,00	-1.313.806,35	11.167.834,65	
26335 CENTRO FEDERAL DE EDUC TECNOLOGICA DE UBERABA	25.810.748,00	516.877,83	26.327.625,83	
26336 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE UBERLANDIA	16.324.035,00	-2.113.699,40	14.210.935,60	
26337 CENTRO FEDERAL DE EDUC. TECNOLOGICA DE URUTAI	25.068.405,00	-2.184.167,03	23.884.237,97	
26338 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE VIT.DE S.ANTAO	15.160.299,00	-2.152.106,13	13.008.192,87	
26339 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE S.G.CACHOEIRA	8.175.396,00	-939.391,09	7.236.004,91	
26340 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOMBRIO	11.902.965,00	-2.085.858,40	9.817.106,60	
26341 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CERES	11.491.023,00	-1.500.174,14	9.990.848,86	
26342 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE COLOR. DO OESTE	9.664.540,00	-1.032.421,23	8.632.118,77	
26343 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CODO	6.889.995,00	-1.523.823,09	5.366.171,91	
26344 ESCOLA AGROTECNICA FED. ANTONIO JOSE TEIXEIRA	2.908.490,00	1.974.201,87	9.882.691,87	
26345 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE RIO DO SUL	12.639.814,00	3.753.703,36	16.393.517,36	
26346 ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA INES	8.375.753,00	-1.569.378,77	6.806.374,23	
26347 ESCOLA AGROTECNICA FED. DO SENHOR DO BOMFIM	8.667.218,00	-2.331.713,20	6.335.504,80	
26350 FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	94.464.134,00	3.589.130,44	98.033.054,06	24.209.760,85
26351 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	96.088.427,00	4.239.154,33	96.334.693,95	22.831.328,85
26352 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	171.568.954,00	801.829,63	151.179.893,83	90.574.843,05
26353 ESCOLA TECNICA FEDERAL DO ACRE	2.371.641,00	-2.371.641,00		
26354 ESCOLA TECNICA FEDERAL DO AMAPA	2.221.641,00	-2.221.641,00		
26355 ESCOLA TECNICA FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	3.112.641,00	6.355.172,84	7.491.710,65	5.275.151,86
26356 INSTITUTO FED. ED. CIENCIA E TEC. DE BRASILIA	14.812.431,00	-975.992,12	13.836.438,88	
26357 ESCOLA TECNICA FEDERAL DE CANOAS	2.371.641,00	-2.371.641,00		
26402 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	11.688,00	24.647.614,50	11.371.882,06	4.395.715,50
26403 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	11.550,00	26.765.691,02	23.412.736,27	32.966.900,34
26404 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	6.015,00	16.229.612,45	13.452.821,59	9.943.231,27
26405 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	18.416,00	28.994.025,44	24.278.750,35	28.833.770,59
26406 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	24.627,00	47.874.362,78	40.089.578,08	16.709.091,52

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
26407 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	8.936,00	18.174.191,73	15.968.819,88	9.339.134,28
26408 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	13.878,00	28.617.579,86	21.456.271,32	24.902.615,95
26409 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	11.388,00	26.968.291,10	23.563.493,61	10.155.376,21
26410 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	4.562,00	9.167.276,84	6.142.758,14	9.589.497,17
26411 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	7.460,00	13.651.711,71	12.094.963,42	12.810.851,24
26412 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	6.842,00	15.829.557,64	13.593.619,31	8.567.489,62
26413 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	5.228,00	10.412.516,49	9.362.625,20	6.509.620,77
26414 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	12.304,00	18.875.555,06	15.179.993,37	11.070.818,79
26415 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL	238,00	3.150.472,85	1.214.387,54	4.923.131,78
26416 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	22.904,00	5.819.170,57	3.548.464,12	817.394,22
26417 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA	12.558,00	19.772.858,88	15.346.245,71	16.067.551,76
26418 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO	16.935,00	23.550.920,23	18.392.373,87	18.467.326,22
26419 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	15.826,00	66.705.134,22	61.490.946,72	21.560.392,52
26420 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	5.432,00	14.219.982,38	12.539.642,07	20.628.686,68
26421 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	11.464,00	8.433.993,22	4.320.697,76	5.946.771,58
26422 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE	5.010,00	14.892.429,76	12.877.379,66	9.647.886,94
26423 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	2.947,00	11.716.817,78	6.941.632,50	3.810.409,09
26424 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS	11.965,00	8.644.998,08	7.796.371,26	9.339.332,70
26425 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ACRE	113,00	2.207.020,79		
26426 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	1.000,00	1.891.641,00		
26427 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	18.910,00	44.931.711,19	41.776.705,17	33.649.133,13
26428 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	10.000,00	5.876.807,86	3.031.522,30	6.959.241,48
26429 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS	11.522,00	14.143.521,14	11.770.550,04	15.557.344,31
26430 INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO	5.475,00	5.073.131,32	4.367.129,95	3.673.432,73
26431 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	8.928,00	21.309.385,08	19.741.496,45	10.220.323,71
26432 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARANA	10.500,00	37.415.777,72	37.396.845,92	15.496.340,99
26433 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	13.253,00	10.579.550,20	7.755.040,54	13.328.175,02
26434 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE	13.054,00	22.260.814,85	20.313.235,95	13.054.383,84
26435 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	14.670,00	31.149.311,56	28.590.664,00	27.365.498,92
26436 INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	12.420,00	15.305.188,29	13.955.279,82	11.039.626,01
26437 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	5.369,00	5.443.944,98	4.491.404,73	3.788.164,26
26438 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	15.788,00	17.331.276,11	13.537.141,89	16.330.145,60
26439 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SAO PAULO	15.813,00	18.922.502,72	13.546.170,79	6.740.165,90
28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR - ORGAO SUPERIOR	2.875.156.062,00	-13.855.683,96	1.183.455.330,54	138.279.158,83
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.489.559.488,00	-5.415.508,56	248.008.816,26	64.126.434,47
20924 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	1.100.400.000,00	0,00	8.885.620,36	
28000 MINISTERIO DO DESENV,IND. E COMERCIO EXTERIOR	299.458.924,00	-5.531.549,62	231.900.634,16	64.126.434,47
28500 FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE	89.700.564,00	0,00	7.106.320,68	
28501 FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO		116.041,06	116.041,06	
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.385.596.574,00	-8.440.175,40	935.445.514,28	74.152.724,36
20503 SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	535.523.593,00	61.551,48	219.866.819,23	50.326.600,36
30203 INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMAL.E QUALIND.	574.191.872,00	-1.373.249,38	501.838.270,60	8.656.081,77
30204 INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	275.881.109,00	-7.128.477,50	213.742.424,45	15.170.042,21
	0,00	0,00	0,00	0,00
30000 MINISTERIO DA JUSTICA - ORGAO SUPERIOR	9.617.391.566,00	-11.137.087,59	8.826.596.497,13	848.531.537,69
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.190.177.308,00	-4.364.079,54	8.434.716.640,56	821.253.901,03
30000 MINISTERIO DA JUSTICA	1.851.606.355,00	-73.031.638,54	1.647.944.795,87	290.054.400,13

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
30108 DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	3.902.860.474,00	28.242.580,17	3.921.034.465,53	71.201.853,52
30802 DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	2.297.547.421,00	8.870.035,77	2.225.436.399,15	72.528.878,38
30905 SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO/DF FUNDO	42.492.894,00	-2.842.959,25	3.435.625,36	1.253.365,18
30907 FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL	219.091.484,00	72.550.047,95	174.089.879,28	161.707.524,26
30909 FUNDO P/APARE OPERACATIV.FIM.POL.FEDERAL	586.003.349,00	2.567.601,08	288.899.855,50	100.288.279,58
30911 FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA	290.575.331,00	-40.819.746,22	173.677.623,77	116.118.509,98
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	427.714.358,00	-6.773.008,05	391.877.856,57	26.770.631,66
30203 FUNDACAO NACIONAL DO INDIO	413.861.932,00	-6.700.474,48	382.014.862,16	26.491.781,29
30211 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	13.852.426,00	-72.533,57	9.862.994,41	266.850,37
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - ORGAO SUPERIOR	24.979.049.872,00	20.430.984,94	16.050.346.142,62	2.859.507.879,27
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	19.073.410.745,00	8.491.721,43	13.199.299.762,90	2.701.881.844,25
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	18.894.232.295,00	-29.712.634,38	14.853.761.579,32	2.625.942.812,53
29208 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	1.079.178.450,00	38.204.355,81	345.535.183,58	75.939.031,72
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.005.639.127,00	11.939.163,51	851.046.379,72	157.626.035,02
32205 AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	4.240.809.288,00	12.833.608,75	454.924.996,17	121.880.722,33
32210 AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA	431.515.606,00	-6.875,02	162.536.147,55	19.506.380,54
32263 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL	216.210.834,00	-887.570,22	152.498.484,00	3.940.383,51
32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	117.103.399,00		81.086.751,90	12.298.548,54
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL - ORGAO SUPERIOR	241.333.996.336,00	12.509.427.446,10	250.245.232.000,25	653.854.940,25
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	315.940.722,00	-19.421.577,64	263.612.279,53	6.886.369,77
33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	315.940.722,00	-19.421.577,64	263.612.279,53	6.886.369,77
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	241.018.055.614,00	12.529.849.023,74	249.981.619.720,72	646.968.570,48
37202 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	241.018.055.614,00	12.519.849.023,74	249.981.619.720,72	646.968.570,48
34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - ORGAO SUPERIOR	3.345.387.818,00	-1.596.197,37	3.263.346.633,28	191.492.270,48
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.345.387.818,00	-1.596.197,37	3.263.346.633,28	191.492.270,48
34000 MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	3.345.387.818,00	-1.596.197,37	3.263.346.633,28	191.492.270,48
35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES - ORGAO SUPERIOR	2.096.962.945,00	-5.346.376,27	1.755.777.393,57	22.121.411,48
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.082.770.402,00	-5.605.635,59	1.741.554.173,27	20.490.129,52
35000 MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.082.770.402,00	-5.605.635,59	1.741.554.173,27	20.490.129,52
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	14.192.543,00	259.259,32	14.223.220,30	1.631.281,96
35201 FUNDACAO ALEXANDRE DE GUSMAO	14.192.543,00	259.259,32	14.223.220,30	1.631.281,96
36000 MINISTERIO DA SAUDE - ORGAO SUPERIOR	64.339.731.480,00	-1.542.576.842,82	61.382.760.186,53	8.249.737.166,76
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	56.214.332.844,00	-2.050.116.334,54	52.920.529.868,11	6.074.280.198,01

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
36000 MINISTERIO DA SAUDE	56.214.832.844,00	-2.050.116.334,54	52.970.539.665,11	6.074.280.198,01
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	8.124.896.636,00	507.539.491,72	8.462.220.321,42	2.175.456.968,75
36201 FUNDACAO OSWALDO CRUZ	1.621.076.489,00	308.395.264,82	2.122.100.089,00	676.250.864,08
36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	117.572.822,00	16.762.415,48	133.663.457,11	3.593.020,92
36209 HOSPITAL FEMINA S/A	64.442.228,00	14.120.329,17	78.124.642,88	3.896.902,49
36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	433.524.457,00	95.683.274,82	528.670.269,79	23.084.905,88
36211 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	5.125.053.472,00	-50.342.376,50	4.938.339.507,39	1.416.672.971,67
36212 AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	584.368.720,00	-77.054.363,07	486.884.139,50	45.759.931,06
36213 AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	176.860.448,00	-25.053,00	174.438.215,75	6.198.372,65
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO - ORGAO SUPERIOR	46.253.065.761,00	4.986.664,20	42.191.502.225,98	708.782.230,27
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	46.177.591.096,00	5.377.810,50	42.118.329.164,30	705.054.604,26
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	4.936.854.784,00	8.727.032,55	4.753.283.650,43	170.173.504,57
38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR	41.240.736.312,00	-3.349.222,05	37.365.043.513,87	534.881.099,69
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	75.414.665,00	-389.146,30	73.173.061,68	3.727.626,01
37201 FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.	75.414.665,00	-389.146,30	73.173.061,68	3.727.626,01
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES - ORGAO SUPERIOR	19.618.449.309,00	-501.913.037,74	16.655.819.602,04	6.825.509.735,79
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.843.622.086,00	-343.569.259,15	4.794.290.325,35	259.922.306,45
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES	2.730.600.790,00	-343.569.259,15	2.356.193.931,93	36.340.857,13
49901 FUNDO DA MARINHA MERCANTE	3.113.021.296,00		2.438.096.393,42	216.581.449,33
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	13.774.827.223,00	-158.343.738,59	11.861.528.276,69	6.572.587.429,32
29201 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM	0,00	18.311.625,47	18.311.449,99	11.025.236,15
29209 VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A	1.510.125.213,00	-522.750,00	1.281.880.874,77	811.648.364,77
39250 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	368.417.913,00	-20.181.943,71	204.511.726,38	30.581.898,62
39251 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	70.306.178,00	-332.775,61	59.624.975,50	3.648.267,84
39252 DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	11.827.977.919,00	-155.617.894,74	10.317.199.250,05	5.715.682.651,94
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES - ORGAO SUPERIOR	6.571.283.358,00	-7.414.508,18	1.404.228.594,21	128.817.003,08
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.534.017.697,00	-7.401.981,68	1.077.815.341,67	89.943.685,10
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES	1.204.653.269,00	-7.401.981,68	1.037.461.068,80	50.783.038,48
41903 FUNDO P/ O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES	329.364.428,00		40.154.272,87	39.160.646,62
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	5.037.265.661,00	-12.526,50	326.613.252,54	38.873.317,98
41231 AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES	5.037.265.661,00	-12.526,50	326.613.252,54	38.873.317,98
42000 MINISTERIO DA CULTURA - ORGAO SUPERIOR	1.408.591.899,00	-18.439.849,15	1.204.591.478,01	408.636.163,54
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	834.977.715,00	-179.579.240,73	497.172.982,53	247.540.108,93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO: 2009	MES: DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO: 31/12/2009	PAGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
34902 FUNDO NACIONAL DE CULTURA	542.073.564,00	-145.560.462,01	287.640.811,64	169.513.841,80
42000 MINISTERIO DA CULTURA	292.904.151,00	-34.018.778,74	209.532.170,89	78.056.267,13
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	573.614.184,00	-161.139.391,60	707.418.495,48	181.098.054,61
20203 AGENCIA NACIONAL DO CINEMA	67.994.981,00	89.582.141,25	154.420.743,10	10.309.795,70
20403 FUNDAÇAO CASA DE RUI BARBOSA	30.179.861,00		29.290.826,79	1.001.396,29
20404 FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL	88.126.784,00	5.918.830,11	89.709.401,45	28.569.882,87
20408 FUNDACAO CULTURAL PALMARES	20.934.237,00	3.939.530,67	22.496.794,94	6.467.089,52
20411 INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	267.846.795,00	28.846.879,88	282.024.089,01	80.271.133,65
20412 FUNDACAO NACIONAL DE ARTES	90.017.899,00	32.852.009,69	129.478.650,19	34.438.756,58
42207 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	513.627,00			
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE - ORGAO SUPERIOR	3.526.286.727,00	-32.823.767,86	1.644.293.752,24	148.366.417,38
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.816.653.905,00	-31.943.136,20	1.135.106.359,55	74.264.241,30
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	1.739.063.960,00	22.214.100,44	183.812.935,22	41.542.116,64
44204 FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	14.479.442,00	-95.979,45	9.955.425,18	4.533.422,31
44208 SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	48.963.165,00	-15.564.140,14	9.792.482,48	4.942.475,95
20605 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE BARCARENA		125.000,00	124.433,75	
20701 INST.BRAS.DO MEIO AMB.E DOS REC.NAT.RENOVAV.	1.014.147.318,00	-38.622.117,05	931.421.082,92	23.246.225,40
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	709.634.822,00	-880.631,66	509.187.392,69	74.102.176,08
44205 AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	313.160.750,00	-2.762.551,80	144.294.401,36	36.155.273,59
44206 INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	42.580.604,00	784.496,12	41.342.631,37	3.749.369,37
44207 INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	353.893.468,00	1.097.424,02	323.550.359,96	34.197.533,12
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO - ORGAO SUPERIOR	6.292.065.477,00	-406.010.194,51	5.040.580.265,80	2.275.575.133,07
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.784.899.682,00	-133.322.274,20	1.432.110.528,92	1.045.916.120,69
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1.784.899.682,00	-580.582.274,20	984.850.528,92	664.572.409,12
49001 FUNDO TERRAS E DA REF.AGRARIA-BANCO DA TERRA		447.260.000,00	447.260.000,00	381.343.711,57
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4.507.165.795,00	-272.687.920,31	3.608.479.736,88	1.229.659.012,38
22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4.507.165.795,00	-272.687.920,31	3.608.479.736,88	1.229.659.012,38
51000 MINISTERIO DO ESPORTE - ORGAO SUPERIOR	1.548.814.748,00	29.898.085,58	1.096.025.326,55	856.780.870,25
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.548.814.748,00	29.898.085,58	1.096.025.326,55	856.780.870,25
51000 MINISTERIO DO ESPORTE	1.548.814.748,00	29.898.085,58	1.096.025.326,55	856.780.870,25
52000 MINISTERIO DA DEFESA - ORGAO SUPERIOR	56.286.016.591,00	1.210.858.970,78	52.489.607.055,47	3.568.772.733,95
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	54.912.864.562,00	1.214.035.273,02	52.199.901.504,93	3.538.901.605,32
52000 MINISTERIO DA DEFESA	1.181.946.258,00	-670.006.515,64	368.674.517,19	145.831.718,20
52111 COMANDO DA AERONAUTICA	14.402.815.587,00	383.726.942,62	14.067.899.304,36	1.652.845.670,09

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2009 | MES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2009 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
52121 COMANDO DO EXÉRCITO	23.390.039.895,00	1.241.176.468,13	24.360.068.843,56	1.349.574.219,17
52131 COMANDO DA MARINHA	15.938.062.722,00	259.128.377,91	13.403.358.839,82	390.649.987,77
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	373.152.029,00	-3.176.302,24	289.705.550,54	27.871.128,63
52201 AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	373.152.029,00	-3.176.302,24	289.705.550,54	27.871.128,63
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL- ORGAO SUPERIOR	17.308.047.210,00	-280.927.859,83	15.676.560.855,26	7.087.665.027,62
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	17.237.855.444,00	-2.538.646.183,27	13.263.086.025,24	4.841.067.734,22
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	7.622.369.571,00	-2.582.381.165,76	3.736.557.469,41	2.462.613.940,43
53901 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	1.485.583.659,00		1.485.583.659,00	306.296.254,45
53902 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINAN.DO CENTRO OESTE	1.485.583.660,00		1.485.583.660,00	277.898.782,28
53903 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	4.456.751.302,00		4.456.751.302,00	833.696.567,76
22201 COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	1.125.979.473,00	12.530.520,85	1.039.461.334,38	653.236.055,57
22204 DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	1.061.597.779,00	29.204.461,14	1.059.148.600,45	307.326.143,73
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	70.191.766,00	2.357.718.313,44	2.413.474.830,02	2.246.597.303,40
53202 SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	30.111.248,00	877.035.114,61	903.466.945,62	870.967.530,07
53203 SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	40.070.517,00	1.480.683.198,83	1.510.007.884,40	1.375.629.773,33
54000 MINISTERIO DO TURISMO - ORGAO SUPERIOR	2.971.700.922,00	1.662.120,81	2.509.833.348,64	1.921.036.171,84
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.841.390.058,00	2.656.795,34	2.382.875.112,52	1.903.867.322,51
54000 MINISTERIO DO TURISMO	2.819.500.703,00	2.656.795,34	2.360.985.757,52	1.903.867.322,51
54901 FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR	21.889.355,00		21.889.355,00	
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	130.310.864,00	-994.674,53	126.958.236,12	18.068.849,33
20604 INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	130.310.864,00	-994.674,53	126.958.236,12	18.068.849,33
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME - ORGAO SUPERIOR	34.330.823.091,00	-19.500.081.730,13	14.242.534.400,22	167.783.259,26
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	34.330.823.091,00	-19.500.081.730,13	14.242.534.400,22	167.783.259,26
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	13.628.362.463,00	-555.174.969,26	12.588.082.831,25	118.196.360,95
55001 FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	20.702.460.628,00	-18.934.906.760,87	1.554.451.568,97	49.586.898,31
56000 MINISTERIO DAS CIDADES - ORGAO SUPERIOR	15.314.807.771,00	-114.164.247,74	13.781.198.037,09	8.868.561.570,61
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	14.034.133.035,00	-145.384.793,85	12.551.923.880,86	8.425.039.931,91
56000 MINISTERIO DAS CIDADES	12.258.625.341,00	205.762.191,88	11.458.397.385,50	7.559.223.561,16
56501 FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCACAO DO TRANSITO	549.749.469,00	-338.733.853,04	92.140.746,71	190.890,00
56902 FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL	1.225.758.225,00	-12.413.132,69	1.001.370.748,65	865.625.480,75
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.280.674.736,00	31.420.546,11	1.229.274.156,23	443.521.638,70
29205 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	434.484.173,00	902.695,38	429.007.714,46	98.701.649,18
29214 COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	846.190.563,00	30.517.850,73	800.266.441,77	344.819.989,52

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
PODER LEGISLATIVO	7.521.496.020,00	-459,730,26	7.089.238.311,65	416.816.066,76
	0,00	0,00	0,00	0,00
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS - ORGAO SUPERIOR	3.494.849.061,00	17.345,55	3.197.043.418,91	194.333.725,72
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.494.849.061,00	17.345,55	3.197.043.418,91	194.333.725,72
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS	3.284.726.339,00	17.345,55	3.192.713.716,24	192.815.795,54
01901 FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	210.122.722,00		4.329.702,67	1.517.930,18
	0,00			
02000 SENADO FEDERAL - ORGAO SUPERIOR	2.742.975.855,00		2.615.122.932,36	123.869.402,85
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.742.975.855,00		2.615.122.932,36	123.869.402,85
02000 SENADO FEDERAL	2.732.417.683,00		2.614.404.295,95	123.376.192,85
02001 FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL	1.349.539,00		0,00	0,00
02002 SENADO FEDERAL/FUNSEEP	9.184.805,00		718.636,41	493.210,00
02003 FUNDO DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA	23.828,00			
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO - ORGAO SUPERIOR	1.283.671.104,00	-477.075,81	1.277.071.960,38	98.612.938,19
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.283.671.104,00	-477.075,81	1.277.071.960,38	98.612.938,19
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.283.671.104,00	-477.075,81	1.277.071.960,38	98.612.938,19
PODER JUDICIÁRIO	31.271.168.473,00	7.859.590.599,31	38.277.133.002,77	1.543.333.579,53
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - ORGAO SUPERIOR	578.500.062,00	-2.260.327,39	543.573.896,82	102.615.123,38
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	578.500.062,00	-2.260.327,39	543.573.896,82	102.615.123,38
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	578.500.062,00	-2.260.327,39	543.573.896,82	102.615.123,38
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - ORGAO SUPERIOR	922.435.273,00	2.029.680,00	914.592.736,29	60.763.449,61
ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	922.435.273,00	2.029.680,00	914.592.736,29	60.763.449,61
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	922.435.273,00	2.029.680,00	914.592.736,29	60.763.449,61
JUSTICA FEDERAL - ORGAO SUPERIOR	11.554.777.697,00	7.156.996.302,56	18.621.149.006,01	516.448.852,49
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.554.777.697,00	7.156.996.302,56	18.621.149.006,01	516.448.852,49
12000 JUSTICA FEDERAL	11.554.777.697,00	7.156.996.302,56	18.621.149.006,01	516.448.852,49
JUSTICA MILITAR - ORGAO SUPERIOR	320.756.649,00	-3.096,00	314.659.048,30	8.977.837,14
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	320.756.649,00	-3.096,00	314.659.048,30	8.977.837,14
13000 JUSTICA MILITAR	320.756.649,00	-3.096,00	314.659.048,30	8.977.837,14
JUSTICA ELEITORAL - ORGAO SUPERIOR	4.400.350.373,00	-555.787,20	4.276.079.250,23	493.937.465,58
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.400.350.373,00	-555.787,20	4.276.079.250,23	493.937.465,58
14000 JUSTICA ELEITORAL	4.400.350.373,00	-555.787,20	4.276.079.250,23	493.937.465,58

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
JUSTIÇA DO TRABALHO - ÓRGÃO SUPERIOR	12.072.769.952,00	203.178.517,24	12.188.066.458,36	305.059.314,59
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	12.072.768.952,00	203.178.517,24	12.188.066.458,36	305.059.314,59
15000 JUSTIÇA DO TRABALHO	12.072.768.952,00	203.178.517,24	12.188.066.458,36	305.059.314,59
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - ÓRGÃO SUPERIOR	1.421.579.467,00	205.310,00	1.419.012.606,76	55.531.536,74
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.421.579.467,00	205.310,00	1.419.012.606,76	55.531.536,74
16000 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.421.579.467,00	205.310,00	1.419.012.606,76	55.531.536,74
TOTAL	1.705.173.824.197,00	0,00	1.416.371.413.382,26	68.162.712.161,72

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO
EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0100 RECURSOS ORDINÁRIOS	195.219.426.618,00	-0,01	176.945.664.892,76	27.024.745.487,99
0101 IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	123.177.868.387,00		104.778.544.687,24	4.911.482.925,25
0102 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	339.723.572,00		339.723.572,00	63.481.054,15
0111 CONTRIB.DERIV.PETRÓLEO,COMB.COM.-CIDE	3.681.739.103,00		3.524.734.401,01	1.762.013.279,20
0112 RECURSOS DEST.À MANUT.E DES.DO ENSINO	20.928.127.527,00		20.210.084.525,07	2.127.211.942,48
0113 CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	10.687.049.979,00		10.131.379.333,74	1.811.475.141,86
0115 CONTRIBUIÇÃO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	32.296.340,00		32.296.340,00	32.296.340,00
0116 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HÍDRICOS-ANA	34.897.716,00		28.016.192,00	3.212.096,37
0118 CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	1.766.287.555,00		1.600.006.007,50	305.220.270,17
0119 IMPOSTO S/OPERAÇÕES FINANCEIRAS-OURO	8.370.315,00		8.370.315,00	3.677.745,79
0120 CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	889.417,00		889.417,00	143.289,12
0123 CONTRIBUIÇÃO P/ CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES	1.198.194.195,00		1.198.194.195,00	
0127 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	360.604.157,00		354.128.892,47	73.090.557,89
0129 RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.286.354.786,00		1.408.868.935,73	273.893.985,67
0130 CONTRIBUIÇÃO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	41.156.133,00		35.548.768,64	5.152.999,68
0131 SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF	210.523.249,00		210.523.249,00	172.040.444,36
0132 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	4.765.333.225,00		4.630.880.461,34	181.581.166,28
0133 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIÁRIO	21.695.284,00		19.153.456,76	5.945.990,47
0134 COMPENSAÇÕES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HÍDRICOS	2.012.142.001,00		1.846.324.534,96	338.401.669,16
0135 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	1.625.700.912,00		1.460.385.061,96	17.797.298,24
0139 ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	38.670.759,00		34.734.177,91	
0140 CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	25.315.620.626,00		27.655.725.394,90	
0141 COMPENSAÇÕES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	825.560.960,00		781.027.170,92	45.686.909,16
0142 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GÁS.NATURAL	25.373.093.578,00		14.478.594.044,65	2.629.400.826,05
0143 REFINANCIAMENTO DA DÍV. PÚBL. MOBIL. FEDERAL	412.496.563.343,00		265.643.612.391,14	19.683.782,79
0144 TÍTULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	152.795.552.525,00		117.224.356.230,72	490.254.357,77
0148 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	5.388.768.759,00		157.069.060,90	64.961.697,50
0149 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - BENS/SERVIÇOS	373.401.803,00		262.907.793,92	217.625.054,97
0150 RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	4.641.295.083,00		3.553.926.630,14	398.689.243,74
0151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	37.989.758.296,00		36.714.459.273,55	5.363.301.239,02
0152 RESULTADO DO BACEN	184.710.943.058,00		151.489.234.098,43	118.626.153,90
0153 CONTRIBUIÇÃO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	106.291.467.247,00		105.643.505.996,95	631.146.594,12
0154 CONTRIBUIÇÃO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	185.146.469.572,00		183.380.186.686,09	14.218,84
0156 CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	8.165.602.298,00		8.073.015.721,09	17.875.249,99
0157 RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF	848.276.285,00		388.333.770,32	60.531.981,70
0158 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	731.411.502,00		725.510.184,87	
0159 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DÍV.MOB. E L.PRAZOS	12.394.775.779,00		12.394.775.353,16	79.672.772,98
0160 RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	4.879.362.103,00		4.494.700.583,48	535.576.903,12
0162 REFORMA PATRIMONIAL - ALIENAÇÃO DE BENS	320.271.974,00			
0164 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	830.219.240,00		638.806.028,28	
0165 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	11.962.272.898,00		11.837.183.473,42	2.882.556,04
0171 REC.DAS OPER.OF.DE CRÉDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	1.083.991.821,00		1.083.991.821,00	
0172 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.311.382.478,00		2.087.182.033,42	353.932.634,76
0173 REC.DAS OPER.OF.DE CRÉDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	25.695.617.816,00		25.695.617.816,00	360.927.376,53
0174 TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	5.963.160.715,00		2.298.967.877,52	426.639.210,73
0175 TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	257.598.367,00		199.226.736,98	10.137.506,84
0176 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.230.345.977,00		868.129.845,80	415.889.283,48
0180 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	14.771.363.744,00		13.108.837.517,85	1.182.238.210,75
0181 RECURSOS DE CONVÊNIOS	128.910.770,00		95.374.630,89	54.858.327,28
0182 RESTIT. RECURSOS DE CONVÊNIOS E CONGÊNERES	378.157.338,00		316.075.087,18	69.540.932,58
0184 CONTRIBUIÇÕES S/REMUN.DEVIDA AO TRABALHADOR-FGTS	1.802.455.185,00		1.802.455.186,00	35.191.109,33
0186 OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	413.794.211,00		130.992.834,18	46.162.429,18
0188 REMUNERAÇÃO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	33.720.734.293,00		25.420.734.293,00	38.821.264,51
0194 DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	598.445,00		598.445,00	
0195 DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	78.304.501,00		14.145.153,87	6.984.385,70
0196 DOAÇÕES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	3.850.000,00		2.116.932,53	1.956.932,53
0197 DIVIDENDOS - UNIÃO	14.804.002.675,00		9.686.290.319,86	
0249 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - BENS/SERVIÇOS	490.658,00		246.378,45	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO: 2009 | PES: DEZEMBRO | EMISSAO: 31/12/2009 | PAGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	6.523.096.611,00	1,29	5.760.579.688,18	1.041.726.446,68
0280 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	2.271.221.694,00	-1,79	408.088.851,16	108.441.755,38
0281 RECURSOS DE CONVENIOS	222.890.636,00		121.288.482,52	55.598.140,60
0282 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	218.536.667,00		102.047.185,05	73.356.141,48
0293 PRODUTO DA APLIC.DOS RECA CONTA DO SAL.EDUC.	127.015.552,00		118.212.795,02	68.162.908,43
0296 DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	499.000,00		443.730,00	1.440,15
0300 RECURSOS ORDINARIOS	23.598.754.841,00	0,01	20.545.053.649,38	10.117.714.836,42
0311 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	228.245.977,00		203.881.994,04	172.475.939,49
0312 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	1.945.810.806,00		1.413.420.848,37	573.047.025,76
0313 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	45.537.742,00		37.885.955,25	8.712.726,68
0318 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	4.192.864,00			
0329 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	3.714.264,00		1.426.783,96	1.385.511,80
0335 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	1.125.330.206,00		587.643.300,34	214.237.930,64
0339 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	3.604.000,00		3.604.000,00	
0340 CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	1.751.661.000,00		1.358.480.939,77	
0342 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	982.209.000,00			
0343 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	27.122.060,00		18.313.326,06	182.535,00
0344 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	15.550.282,00		7.023.469,73	
0345 FUNDO DE COMBATE A ERRADIC.DA POBREZA-FINANC.	1.235.000,00		1.235.000,00	
0348 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	15.744.867,00			
0350 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	95.817.000,00		92.255.568,79	20.764.387,92
0351 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	2.984.658.000,00		2.950.643.073,21	1.104.756.889,79
0353 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	586.689.000,00		522.536.536,60	2.181.632,94
0355 CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	1.004.620.000,00		962.362.443,56	943.615.380,43
0357 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF	13.000.000,00		13.000.000,00	
0360 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	2.470.982.770,00		1.243.001.769,89	381.295.906,76
0374 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	223.762.000,00		121.757.872,22	100.000,00
0379 FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	64.534.000,00		67.528.844,36	1.656.622,50
0380 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	4.420.062.470,00		4.047.225.845,90	284.268.698,91
0382 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	42.531.504,00		42.531.604,00	
0394 DOACOES PARA COMBATE A FOME	389.000,00		389.000,00	389.000,00
0396 DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	27.510.000,00		26.641.623,28	19.508.423,06
0650 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	381.321.589,00		297.937.387,78	48.125.567,03
0680 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	9.914.784,00		9.541.294,46	3.268.041,22
0693 PRODUTO DA APLIC.DOS RECA CONTA DO SAL.EDUC.	140.432,00		65.341,00	65.341,00
1100 RECURSOS ORDINARIOS	7.564.331,00		3.536.753,40	1.832.425,11
1134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	22.302.732,00		18.881.409,91	10.889.949,71
1150 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	14.997,00		3.400,00	
1151 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	22.486.288,00		12.597.175,23	3.157.593,54
1175 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	17.303,00			
1300 RECURSOS ORDINARIOS	900.900,00		800.000,00	
2100 RECURSOS ORDINARIOS	35.440.331,00		23.927.637,59	16.876.378,40
2151 CONTR SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	3.194.320,00		600.541,14	
2250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	2.230.000,00		2.226.945,98	841.222,59
2300 RECURSOS ORDINARIOS	3.411.456,00			
3100 RECURSOS ORDINARIOS	68.320.693,00			
3111 CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	32.588.210,00			
4100 RECURSOS ORDINARIOS	8.199.440,00		8.199.440,00	19.745,90
5100 RECURSOS ORDINARIOS	4.855.495,00		1.687.573,83	372.525,02
5134 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	1.000.000,00			
5174 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	3.891.310,00		3.891.310,00	
5250 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	153.788,00		148.877,75	13.240,86
TOTAL	1.705.171.824.187,00		1.416.371.413.382,26	68.152.712.161,72

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
01 LEGISLATIVA	5.592.637.365,00		5.163.880.131,31	377.520.387,52
01 031 AÇÃO LEGISLATIVA	3.799.211.269,00		3.657.073.553,73	191.582.037,58
01 032 CONTROLE EXTERNO	555.498.782,00		551.871.404,04	33.084.969,43
01 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	773.005.991,00		551.716.226,36	115.686.787,02
01 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	116.384.005,00		87.597.426,04	28.540.762,26
01 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	10.435.070,00		7.177.809,70	926.564,81
01 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	400.000,00			
01 212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	699.450,00		528.593,77	7.612,00
01 301 ATENÇÃO BÁSICA	130.985.268,00		103.045.442,94	6.883.003,98
01 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	189.020.249,00		188.786.105,58	786.254,00
01 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.047.900,00		1.872.320,09	1.780,05
01 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	14.102.751,00		13.311.289,06	19.206,29
01 722 TELECOMUNICAÇÕES	100.000,00			
01 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	746.620,00			
02 JUDICIÁRIA	20.756.505.244,00	0,16	20.463.505.786,07	1.300.019.245,91
02 031 AÇÃO LEGISLATIVA	61.841.775,00		61.841.775,00	
02 032 CONTROLE EXTERNO	35.690.501,00		33.986.564,58	7.026.301,46
02 061 AÇÃO JUDICIÁRIA	13.187.378.516,00	0,16	13.155.503.481,15	314.998.802,40
02 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.489.508.579,00		5.296.472.027,46	434.280.186,54
02 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	843.312.929,00		791.565.073,93	507.566.840,04
02 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	51.637.050,00		48.896.098,16	6.865.240,96
02 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	35.468.972,00		30.288.863,15	5.975.816,31
02 301 ATENÇÃO BÁSICA	333.642.908,00		332.815.446,80	16.436.286,20
02 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	623.882.378,00		620.799.934,76	2.817.820,31
02 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	16.085.787,00		12.945.411,15	922.445,03
02 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	70.815.448,00		68.840.619,07	1.177.025,59
02 722 TELECOMUNICAÇÕES	11.240.001,00		10.550.500,84	2.150.481,07
03 ESSENCIAL À JUSTIÇA	5.157.836.807,00		4.994.721.416,76	247.355.010,73
03 062 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	2.273.914.458,00		2.240.910.861,81	98.787.697,48
03 091 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	1.896.000,00		1.485.133,37	1.140.000,00
03 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	26.990.127,00		24.808.003,00	3.435.712,82
03 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.573.246.525,00		2.463.335.622,02	95.521.682,84
03 125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	6.400.000,00		6.108.926,65	5.535.407,24
03 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	73.970.944,00		64.163.619,96	30.223.562,76
03 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	14.769.900,00		13.338.542,37	3.713.236,81
03 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	14.490.000,00		14.489.959,10	4.489.572,73
03 301 ATENÇÃO BÁSICA	29.546.483,00		29.441.585,84	1.385.417,61
03 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	113.759.220,00		113.458.275,40	1.096.655,52
03 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	5.611.379,00		5.169.866,34	399.160,73
03 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	10.859.471,00		10.815.214,33	841.038,75
03 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	7.163.000,00		6.975.913,68	703.771,80
03 571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	215.100,00		218.636,89	82.493,64
04 ADMINISTRAÇÃO	18.903.218.028,00	-0,35	17.078.292.134,84	1.839.588.505,45
04 092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	1.838.784,00		1.812.383,81	18.767,12
04 121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	240.953.767,00		178.010.169,13	102.652.978,02
04 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	13.548.051.376,00	-0,14	12.941.871.049,59	376.240.937,01
04 123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	49.256.097,00		25.980.195,76	2.430.547,24
04 124 CONTROLE INTERNO	15.111.384,00		12.734.685,30	1.647.169,23
04 125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	194.845.997,00		93.368.406,33	14.070.027,92
04 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.930.647.416,00		1.631.534.105,42	449.428.672,37
04 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	5.877.288,00		4.927.036,75	1.227.017,15

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
04 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	90.121.885,00		61.384.052,21	15.039.558,53
04 129 ADMINISTRACAO DE RECEITAS	128.186.610,00		100.236.173,31	12.193.149,64
04 131 COMUNICACAO SOCIAL	193.655.000,00		187.615.926,09	63.314.495,97
04 182 DEFESA CIVIL	1.300.000,00		1.188.236,14	187.626,18
04 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	10.711.854,00	-0,03	6.531.349,19	1.796.388,86
04 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	433.796.254,00		219.000.243,81	146.490.778,35
04 301 ATENCAO BASICA	149.230.246,00		146.837.423,73	3.160.797,97
04 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	156.015.760,00		149.318.476,05	487.544,08
04 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	41.763.589,00		25.105.691,03	196.251,79
04 364 ENSINO SUPERIOR	40.484.268,00		30.283.607,47	54.036,04
04 365 EDUCACAO INFANTIL	9.216.499,00		8.302.214,12	1.200,00
04 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLÓGICO	737.923,00		661.514,34	384.520,47
04 392 DIFUSAO CULTURAL	425.106,00		124.373,40	41.769,36
04 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	14.325.818,00		8.761.711,99	5.745.183,82
04 542 CONTROLE AMBIENTAL	69.999.953,00	-0,18	65.308.512,53	48.741.300,84
04 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	38.518.322,00		27.395.815,45	2.247.353,34
04 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	5.809.893,00		5.070.289,59	868.398,86
04 605 ABASTECIMENTO	11.398.361,00		11.398.361,00	11.398.361,00
04 662 PRODUCAO INDUSTRIAL	16.100.000,00		14.064.368,90	4.022.335,50
04 694 SERVICOS FINANCEIROS	456.991.430,00		456.991.430,00	147.507.402,01
04 722 TELECOMUNICACOES	248.519.834,00		245.172.607,38	81.013.234,07
04 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	699.297.292,00		522.301.661,06	348.380.805,77
05 DEFESA NACIONAL	29.272.409.693,00	-7,41	26.147.139.832,74	2.683.717.130,23
05 122 ADMINISTRACAO GERAL	16.495.318.826,00	0,41	16.308.942.758,57	238.077.549,30
05 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	84.538.988,00		57.992.657,59	6.939.809,86
05 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	121.029.608,00	-0,25	97.562.510,18	22.400.021,01
05 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	95.480.410,00	-0,08	81.729.492,37	10.209.022,28
05 131 COMUNICACAO SOCIAL	1.555.000,00		1.103.370,59	3.300,00
05 151 DEFESA AEREA	3.736.944.406,00	-3,51	3.294.733.207,10	1.217.626.589,53
05 152 DEFESA NAVAL	3.843.762.456,00	-0,30	1.686.971.908,02	232.770.790,04
05 153 DEFESA TERRESTRE	1.439.152.003,00	-1,60	1.283.499.156,20	490.093.236,16
05 182 DEFESA CIVIL	175.472.204,00	-0,01	170.653.986,34	28.127.223,07
05 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	4.969.953,00	0,02	4.586.343,86	570.613,37
05 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	130.563.501,00	-1,19	127.190.960,08	34.784.926,30
05 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	264.615.546,00	-0,04	197.121.683,76	167.654.769,08
05 301 ATENCAO BASICA	62.201.083,00		61.679.488,54	4.141.736,91
05 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.161.487.587,00	-0,21	1.158.161.879,70	91.146.268,16
05 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	4.377.498,00		3.937.450,92	271.515,64
05 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	7.172.000,00		4.552.057,18	1.956.137,86
05 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	243.750.456,00	-0,12	242.278.589,69	13.218.466,53
05 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	306.676.635,00		303.515.312,96	88.569,15
05 333 EMPREGABILIDADE	12.000.000,00		9.196.930,99	390.676,55
05 361 ENSINO FUNDAMENTAL	2.957.000,00		2.802.257,62	158.681,11
05 362 ENSINO MEDIO	2.875.000,00		2.696.255,73	115.533,32
05 363 ENSINO PROFISSIONAL	46.387.000,00		43.788.556,20	2.241.000,53
05 364 ENSINO SUPERIOR	7.233.900,00	-0,08	7.081.198,28	3.367.244,80
05 365 EDUCACAO INFANTIL	65.631.491,00		65.581.926,15	2.192.660,02
05 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	4.050.000,00		3.226.217,87	694.240,03
05 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	4.107.248,00		3.760.033,06	768.461,44
05 482 HABITACAO URBANA	58.738.618,00		49.312.045,68	18.987.803,83
05 545 METEOROLOGIA	2.421.050,00		1.462.599,30	315.212,80
05 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	155.671.236,00		115.556.149,20	6.811.587,52
05 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	214.332.000,00	-0,16	198.991.346,47	53.537.909,70
05 662 PRODUCAO INDUSTRIAL	750.000,00		247.729,60	238.978,19
05 722 TELECOMUNICACOES	31.490.287,00	-0,30	23.817.560,02	4.129.335,19
05 752 ENERGIA ELETRICA	1.000.000,00		599.996,83	424.977,50

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCICIO 2009	MES DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSAO 31/12/2009	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
05 781 TRANSPORTE AÉREO	222.334.242,00	-0,06	74.468.607,30	69.205.562,49
05 782 TRANSPORTE RODOVIARIO	2.000.000,00		1.199.987,22	602.692,05
05 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	57.870.007,00		49.863.462,80	9.763.841,92
05 811 DESPORTO DE RENDIMENTO	248.865.748,00	-0,02	231.956.586,83	149.615.725,69
05 845 TRANSFERÊNCIAS	399.906,00			
05 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	226.400,00		216.452,29	118.962,50
06 SEGURANCA PUBLICA	8.895.756.696,00	-0,11	7.991.291.125,25	1.448.595.471,77
06 122 ADMINISTRACAO GERAL	4.292.382.013,00		4.242.404.647,35	95.767.763,53
06 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	23.705.000,00		11.305.486,77	3.846.593,48
06 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	83.056.245,00		51.404.203,47	25.361.271,34
06 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	795.711.939,00		768.201.151,93	98.118.498,96
06 131 COMUNICACAO SOCIAL	1.500.000,00		1.055.446,00	1.015.649,00
06 181 POLICIAMENTO	732.338.408,00	-0,05	605.175.539,69	259.080.165,05
06 182 DEFESA CIVIL	2.390.214.526,00		1.848.955.924,38	794.205.539,80
06 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	190.888.665,00		109.706.246,87	41.137.311,76
06 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	308.699,00	-0,06	293.795,52	62.700,82
06 301 ATENCAO BASICA	37.303.994,00		37.002.179,74	242.014,38
06 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	200.000,00		62.477,76	
06 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	44.420.205,00		43.231.714,78	1.383.617,07
06 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	5.800.585,00		5.053.411,29	1.234.773,38
06 365 EDUCACAO INFANTIL	5.842.505,00		5.628.891,67	247.854,08
06 421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	4.347.712,00		3.152.170,00	3.152.170,00
06 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	278.627.969,00		252.494.135,37	122.216.135,26
06 452 SERVICOS URBANOS	363.731,00		278.334,32	45.834,82
06 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	1.752.000,00		772.510,84	51.444,47
06 722 TELECOMUNICACOES	6.992.500,00		5.112.857,50	1.431.134,57
07 RELACOES EXTERIORES	1.880.882.132,00	-0,47	1.548.807.996,13	26.934.352,88
07 122 ADMINISTRACAO GERAL	965.125.757,00	0,16	865.402.605,13	9.216.103,37
07 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	17.300.000,00		11.868.862,26	2.055.352,46
07 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	8.900.000,00	-1,44	7.771.912,61	2.298.087,63
07 211 RELACOES DIPLOMATICAS	698.775.765,00	0,35	517.135.501,47	10.259.603,17
07 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	60.730.000,00	-0,02	34.466.121,33	1.288.834,73
07 301 ATENCAO BASICA	63.133.226,00	0,08	53.873.252,38	67.345,00
07 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	3.215.256,00		3.208.694,35	
07 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	990.748,00		723.258,99	
07 365 EDUCACAO INFANTIL	123.780,00		104.739,30	
07 397 DIFUSAO CULTURAL	34.350.538,00	0,41	30.227.885,92	653.390,04
07 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	8.537.062,00		8.375.721,59	1.009.999,37
07 691 PROMOCAO COMERCIAL	20.200.000,00	-0,01	15.649.440,80	85.637,11
08 ASSISTENCIA SOCIAL	34.328.877.411,00		33.335.541.042,95	219.454.602,65
08 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.935.000,00		4.285.165,29	2.024.939,55
08 121 ADMINISTRACAO GERAL	128.442.304,00		123.253.419,44	6.969.806,42
08 122 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	12.437.305,00		12.437.305,00	49.104,75
08 125 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	56.103.864,00		47.205.257,79	5.182.735,68
08 126 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	1.635.509,00		1.475.169,16	49.837,00
08 128 COMUNICACAO SOCIAL	14.380.300,00		13.500.000,00	6.326.805,00
08 131 INFORMACAO E INTELIGENCIA	1.315.804,00		645.823,20	645.823,20
08 183 ASSISTENCIA AO IDOSO	8.953.899.715,00		8.674.984.516,48	
08 241 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	10.165.052.451,00		10.037.200.688,15	465,00
08 242 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	680.740.141,00		618.363.448,75	14.701.313,75
08 243 ASSISTENCIA COMUNITARIA	13.475.910.223,00		13.174.237.490,90	117.063.333,64
08 244 ATENCAO BASICA	449.412,00		435.680,81	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
08 301 ALIMENTACAO E NUTRICAO	674.949.244,00		528.871.686,02	61.988.535,73
08 306 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	328.465,00		298.765,35	
08 331 EDUCACAO INFANTIL	76.603,00		70.273,53	
08 365 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	500.000,00		332.700,00	
08 365 SANEAMENTO BASICO RURAL	139.927.093,00		82.469.811,62	2.795.085,85
08 511 ABASTECIMENTO	15.400.000,00		13.373.839,47	1.828.917,08
09 PREVIDENCIA SOCIAL	294.499.067.640,00		291.079.255.477,05	893.614.877,06
09 092 REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	24.959.902,00		24.939.336,40	257.560,42
09 122 ADMINISTRACAO GERAL	3.606.005.734,00		3.587.246.462,87	33.737.355,88
09 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	3.451.010,00		1.879.680,45	51.321,98
09 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	551.665.894,00		518.176.622,91	93.639.958,01
09 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	40.193.009,00		32.591.344,52	4.184.396,39
09 131 COMUNICACAO SOCIAL	21.000.000,00		20.881.958,52	10.232.469,14
09 271 PREVIDENCIA BASICA	223.993.749.114,00		221.003.809.008,29	454.707.892,22
09 272 PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	63.852.681.607,00		62.576.727.608,67	123.532.766,01
09 274 PREVIDENCIA ESPECIAL	2.182.421.066,00		2.099.146.400,58	171.673.065,19
09 301 ATENCAO BASICA	100.756.811,00		100.636.610,16	637.610,40
09 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	65.407.186,00		63.484.483,78	
09 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	38.674.311,00		34.219.039,86	
09 365 EDUCACAO INFANTIL	3.510.866,00		3.478.188,36	
09 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.223.686,00		1.197.341,24	897.803,83
09 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	11.537.143,00		10.841.380,44	64.677,59
09 845 TRANSFERENCIAS	870.307,00			
10 SAUDE	59.568.837.469,00		58.148.973.462,62	8.415.815.006,74
10 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	42.420.286,00		29.517.076,13	19.767.100,92
10 122 ADMINISTRACAO GERAL	7.097.409.084,00		6.963.473.387,94	220.801.808,92
10 124 CONTROLE INTERNO	15.787.907,00		15.583.123,97	9.532.108,05
10 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	50.047.301,00		49.529.964,78	3.524.709,14
10 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	237.673.477,00		232.717.673,76	39.127.659,35
10 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	232.817.795,00		211.292.875,10	93.486.412,27
10 131 COMUNICACAO SOCIAL	122.312.236,00		118.240.012,90	39.397.977,51
10 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	67.114.135,00		67.082.293,15	39.973.641,75
10 242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	1.930.000,00		1.823.396,50	1.125.218,39
10 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	13.029.198,00		12.478.882,71	8.945.652,66
10 301 ATENCAO BASICA	9.586.461.681,00		9.371.029.492,96	810.766.380,86
10 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	28.645.074.275,00		28.965.502.785,19	2.410.175.676,36
10 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	6.123.105.159,00		6.057.988.508,93	1.412.075.750,09
10 304 VIGILANCIA SANITARIA	298.833.428,00		291.568.976,66	54.491.865,99
10 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	3.542.823.444,00		3.392.805.556,28	1.688.020.019,98
10 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	193.426.024,00		189.441.132,58	10.407.982,86
10 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	85.081.950,00		75.787.544,44	645.129,84
10 364 ENSINO SUPERIOR	152.778.848,00		150.193.579,65	62.663.142,12
10 365 EDUCACAO INFANTIL	9.631.439,00		8.628.800,10	40.020,30
10 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	62.630.540,00		61.304.192,27	48.264.777,11
10 423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS	348.324.513,00		341.294.535,61	105.511.708,34
10 511 SANEAMENTO BASICO RURAL	344.682.542,00		323.199.120,69	314.972.658,46
10 513 SANEAMENTO BASICO URBANO	1.013.356.789,00		951.759.204,61	944.414.198,63
10 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	4.125.000,00		929.254,59	109.398,17
10 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	239.173.177,00		237.592.240,79	68.295.058,72
10 573 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	6.100.000,00		6.100.000,00	4.597.295,52
10 575 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	22.937.338,00		22.609.850,83	3.609.554,41
11 TRABALHO	30.657.681.605,00		29.300.856.976,82	670.281.005,03

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO: 2009	MES: DEZEMBRO
SUBTITULO		EMISSÃO: 31/12/2009	PAGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
11 122 ADMINISTRACAO GERAL	1.333.575.415,00		1.288.035.075,03	29.440.603,70
11 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	171.293.074,00		72.974.809,76	15.684.801,42
11 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	39.762.000,00		29.276.149,78	4.742.997,63
11 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	66.708.918,00		64.889.818,51	4.760.974,18
11 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	3.217.472,00		1.341.280,38	460.051,91
11 131 COMUNICACAO SOCIAL	5.800.000,00		4.859.607,52	1.288.550,00
11 301 ATENCAO BASICA	17.101.475,00		17.079.288,72	1.720.915,40
11 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	13.383.800,00		13.241.605,24	
11 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	28.027.594.183,00		27.175.921.686,30	307.252.295,18
11 332 RELACOES DE TRABALHO	22.686.805,00		11.925.530,78	2.415.491,32
11 333 EMPREGABILIDADE	425.657.392,00		248.674.540,41	173.026.426,28
11 334 FOMENTO AO TRABALHO	56.449.119,00		40.657.873,43	30.243.168,15
11 365 EDUCACAO INFANTIL	781.396,00		695.375,68	
11 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	457.149.106,00		317.739.103,97	94.766.350,01
11 392 DIFUSAO CULTURAL	2.000.000,00			
11 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	263.500,00		25.939,72	
11 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	12.300.000,00		11.599.392,49	3.968.202,48
11 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	1.950.000,00		1.950.000,00	510.177,37
11 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	8.000,00			
12 EDUCACAO	39.504.822.756,00		36.679.526.520,69	4.970.167.342,03
12 122 ADMINISTRACAO GERAL	3.086.042.483,00		2.780.712.143,51	78.715.690,13
12 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	95.908.563,00		95.622.000,00	4.088.151,80
12 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	486.520.563,00		334.890.965,79	174.859.905,50
12 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	779.903.860,00		571.972.688,66	179.984.338,00
12 131 COMUNICACAO SOCIAL	31.600.000,00		25.900.000,00	16.517,89
12 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	59.532.032,00		54.609.680,22	1.012.143,48
12 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	6.960.000,00		5.390.508,38	2.493.063,57
12 301 ATENCAO BASICA	341.609.506,00		184.287.976,88	24.866.155,06
12 302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	2.176.049.445,00		1.997.523.020,09	61.007.463,20
12 303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	15.000,00		15.000,00	10.500,00
12 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	2.330.828.234,00		2.313.072.776,10	9.391.216,46
12 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	125.959.534,00		114.570.081,47	75.721,97
12 361 ENSINO FUNDAMENTAL	788.800.738,00		723.619.569,02	119.160.724,41
12 362 ENSINO MEDIO	383.948.436,00		344.070.753,77	50.087.027,19
12 363 ENSINO PROFISSIONAL	2.899.711.115,00		2.589.250.324,29	726.844.935,14
12 364 ENSINO SUPERIOR	16.454.082.942,00		15.498.052.464,73	2.513.435.254,79
12 365 EDUCACAO INFANTIL	86.716.442,00		45.667.048,42	18.747.010,57
12 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	415.549.660,00		339.143.381,30	11.203.612,85
12 367 EDUCACAO ESPECIAL	131.411.148,00		106.143.801,60	56.852.167,84
12 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	1.476.273,00		1.130.670,62	898.364,85
12 392 DIFUSAO CULTURAL	100.617.487,00		80.972.631,38	51.323.982,71
12 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	30.070.000,00		16.971.500,80	7.441.213,35
12 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	147.600.747,00		127.786.449,40	64.897.951,92
12 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	177.475.726,00		131.474.937,66	36.017.717,25
12 813 LAZER	7.451.200,00		6.256.532,25	4.163.508,10
12 847 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA	8.758.971.621,00		8.190.419.613,34	772.573.004,00
13 CULTURA	1.301.168.119,00	-0,01	1.119.576.844,03	421.449.339,38
13 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	16.778.194,00		15.022.220,51	9.085.104,10
13 122 ADMINISTRACAO GERAL	355.287.023,00		336.847.939,77	21.190.445,98
13 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	4.307.100,00		1.757.177,66	1.757.177,66
13 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	2.696.631,00		2.077.495,63	483.676,73
13 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	16.001.246,00		13.655.606,90	5.173.305,20
13 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	19.669.722,00		17.956.947,27	3.279.604,56
13 131 COMUNICACAO SOCIAL	5.000.000,00		1.909.252,05	1.673.073,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
13 361 ATENCAO BASICA	7.326.686,00		6.680.957,21	1.905.785,70
13 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	5.365.925,00		5.209.304,52	2.231,56
13 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	4.581.520,00		3.076.639,95	2.000,00
13 365 EDUCACAO INFANTIL	202.212,00		172.628,04	1.000,00
13 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	139.928.000,00	-0,01	120.001.002,37	77.705.685,82
13 392 DIFUSAO CULTURAL	615.268.996,00		490.249.219,60	294.311.696,43
13 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.908.850,00		1.521.371,02	904.856,00
13 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	2.700.000,00		2.101.143,77	1.609.550,24
13 662 PRODUCAO INDUSTRIAL	9.300.000,00		9.269.238,60	214.693,77
13 691 PROMOCAO COMERCIAL	94.846.012,00		92.064.697,16	2.146.452,36
14 DIREITOS DA CIDADANIA	1.873.974.809,00	-0,02	1.569.164.091,00	415.929.063,37
14 031 ACAO LEGISLATIVA	1.500.000,00		1.500.000,00	
14 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	245.000,00		200.000,00	200.000,00
14 122 ADMINISTRACAO GERAL	524.253.675,00		497.280.569,48	36.869.059,47
14 123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	2.540.000,00		2.540.000,00	596.419,21
14 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	496.000,00		495.314,29	272.834,34
14 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	29.363.269,00		21.849.367,91	8.654.086,24
14 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	95.806.888,00		65.264.186,11	19.993.092,23
14 131 COMUNICACAO SOCIAL	29.252.825,00		21.918.837,37	12.611.885,42
14 183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	3.372.000,00		1.663.350,00	1.663.350,00
14 241 ASSISTENCIA AO IDOSO	900.000,00		824.035,00	150.000,00
14 242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	700.000,00		700.000,00	500.000,00
14 243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	92.350.674,00		82.047.103,34	55.651.905,43
14 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	100.000,00		99.680,59	46.182,10
14 301 ATENCAO BASICA	7.185.271,00		7.020.765,05	808.059,00
14 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	6.503.099,00		6.476.485,30	
14 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.923.280,00		2.045.135,61	39.042,20
14 334 FOMENTO AO TRABALHO	517.642,00		100.000,00	100.000,00
14 365 EDUCACAO INFANTIL	417.420,00		385.327,23	
14 366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	583.826.689,00		485.609.770,55	21.090.593,29
14 392 DIFUSAO CULTURAL	2.600.000,00		1.892.651,34	350.766,48
14 421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	730.248.352,00		168.772.464,96	151.727.012,41
14 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	186.221.089,00	-0,02	125.417.839,63	70.890.999,39
14 423 ASSISTENCIA AOS POVOS INDIGENAS	68.359.013,00		54.311.758,89	14.964.860,69
14 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	16.887.900,00		14.325.864,39	3.226.064,67
14 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.759.000,00		1.589.150,83	688.377,59
14 812 DESPORTO COMUNITARIO	5.134.563,00		4.442.743,22	4.442.743,22
14 845 TRANSFERENCIAS	511.200,00		391.729,99	391.729,99
15 URBANISMO	6.692.946.179,00	0,02	4.710.715.909,93	3.050.364.347,49
15 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	10.160.185,00	0,02	7.794.761,33	4.001.559,39
15 122 ADMINISTRACAO GERAL	143.050.642,00		125.696.867,62	16.164.878,87
15 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	120.394.647,00		98.363.778,62	5.006.386,84
15 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	10.301.838,00		7.450.379,92	2.570.834,97
15 131 COMUNICACAO SOCIAL	124.680.362,00		124.672.024,40	81.760.465,68
15 244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	409.804.009,00		255.431.559,14	251.180.858,75
15 301 ATENCAO BASICA	11.082.888,00		9.245.567,23	165.383,80
15 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	24.354.657,00		23.805.343,18	687.013,16
15 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.913.572,00		2.830.352,79	99.133,51
15 365 EDUCACAO INFANTIL	994.312,00		965.625,86	
15 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.457.491.019,00		2.895.989.808,98	2.124.261.589,13
15 452 SERVICOS URBANOS	331.495.230,00		305.895.503,79	187.684.906,03
15 453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.053.097.826,00		946.640.876,28	384.480.005,56
15 482 HABITACAO URBANA	10.000.000,00		4.033.921,29	1.451.431,83
15 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	11.220.000,00		1.401.450,00	840.890,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO: 2009	MÊS: DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO: 31/12/2009	PÁGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
15 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	1.400.000,00			
16 HABITACAO	1.222.683.225,00		1.010.904.381,34	875.153.613,44
16 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	719.581.127,00		655.884.147,42	567.182.002,84
16 482 HABITACAO URBANA	503.102.098,00		355.020.733,92	307.971.610,60
17 SANEAMENTO	3.111.855.045,00		3.018.961.463,63	2.173.887.676,43
17 122 ADMINISTRACAO GERAL	1.000.000,00		879.121,19	
17 512 SANEAMENTO BASICO URBANO	3.110.855.045,00		3.018.082.342,44	2.173.887.676,43
GESTAO AMBIENTAL	4.222.104.845,00	0,01	3.697.451.936,49	2.014.024.511,32
18 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	5.715.406,00		3.677.351,74	1.007.822,52
18 122 ADMINISTRACAO GERAL	1.035.966.835,00	0,01	969.403.588,88	29.315.835,35
18 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	84.795.725,00		68.005.861,81	7.723.602,37
18 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	37.576.973,00		33.527.388,59	7.934.553,58
18 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	15.979.508,00		3.410.420,14	1.224.732,52
18 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	42.520.444,00		22.050.251,88	11.477.893,53
18 131 COMUNICACAO SOCIAL	413.212,00		340,00	
18 301 ATENCAO BASICA	15.422.256,00		14.416.290,87	185.250,84
18 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	2.197.000,00		2.145.960,69	1.428.643,87
18 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	14.879.584,00		14.439.582,32	
18 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.340.015,00		2.275.605,48	
18 365 EDUCACAO INFANTIL	1.495.790,00		1.306.771,98	
18 511 SANEAMENTO BASICO RURAL	68.800.000,00		68.788.870,36	66.257.631,83
18 512 SANEAMENTO BASICO URBANO	18.296.818,00		12.090.601,29	11.960.299,23
18 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	199.084.646,00		99.453.058,03	29.251.530,51
18 542 CONTROLE AMBIENTAL	96.303.403,00		68.951.427,07	10.033.805,62
18 543 RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	19.452.766,00		11.999.081,84	9.736.466,15
18 544 RECURSOS HIDRICOS	2.517.347.193,00		2.289.214.042,03	1.815.844.615,67
18 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	2.433.100,00		960 731,72	291.088,75
18 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	100.000,00			
18 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	3.350.000,00		542.163,24	
18 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	3.874.370,00		1.256.901,29	527.415,20
18 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	23.760.000,00		9.645.545,24	7.823.323,98
19 CIENCIA E TECNOLOGIA	6.559.222.739,00	8,01	6.190.020.530,97	1.167.916.661,21
19 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.657.362,00		6.657.893,92	60.000,00
19 122 ADMINISTRACAO GERAL	1.459.525.069,00		1.400.448.196,27	34.833.719,96
19 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	9.546.064,00		7.854.522,98	3.384.648,28
19 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	157.205.760,00		141.965.846,46	80.139.021,33
19 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	6.718.985,00		5.124.158,94	803.867,11
19 131 COMUNICACAO SOCIAL	500.000,00		500.000,00	22.123,63
19 182 DEFESA CIVIL	364.000,00		333.304,11	265.518,76
19 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	4.766.418,00	0,02	4.445.895,60	570.613,37
19 301 ATENCAO BASICA	24.821.448,00		24.303.764,62	2.026.513,25
19 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	21.062.205,00		20.197.927,66	977.545,59
19 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	18.702.801,00		18.204.442,19	981.977,91
19 365 EDUCACAO INFANTIL	1.089.876,00		841.731,67	8.375,56
19 542 CONTROLE AMBIENTAL	5.627.000,00		5.450.245,80	1.621.288,73
19 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.079.351.550,00	0,01	1.070.262.722,39	104.485.332,31
19 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	2.912.412.133,00	0,14	2.787.849.613,09	663.930.291,66
19 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	100.665.071,00		96.655.886,00	57.145.571,11
19 582 PRODUCAO INDUSTRIAL	455.975.148,00		388.235.461,18	93.090.345,66
19 663 MINERACAO	15.833.572,00		15.684.459,39	7.091.919,33

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO
EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
19 565 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	1.884.000,00	7,84	1.757.963,72	1.119.462,38
19 691 PROMOÇÃO COMERCIAL	145.513.557,00		91.787.458,25	89.518.320,06
19 753 PETRÓLEO	122.500.000,00		93.610.058,47	24.553.166,47
19 754 ALCOOL	4.300.000,00		3.649.956,26	1.258.836,95
19 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	4.200.000,00		4.200.000,00	
20 AGRICULTURA	18.041.210.737,00	-0,01	14.722.850.852,93	3.237.980.766,99
20 121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	17.873.631,00		7.023.479,35	3.868.702,61
20 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.359.011.897,00		3.234.249.160,59	48.850.250,03
20 125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	70.826.735,00		57.283.572,37	16.424.456,71
20 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	54.889.371,00		43.250.568,80	17.408.173,95
20 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	35.075.613,00		19.145.058,18	7.891.679,32
20 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	24.356.060,00		21.334.094,47	1.981.619,18
20 212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	458.000,00		303.210,26	3.482,39
20 301 ATENÇÃO BÁSICA	97.116.858,00		86.879.374,03	3.600.261,24
20 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	79.209.521,00		78.665.796,21	549.248,18
20 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	15.056.225,00		14.045.588,85	51.309,01
20 363 ENSINO PROFISSIONAL	4.240.203,00		2.467.384,21	420.896,46
20 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	8.992.155,00		8.815.687,89	17.992,66
20 367 EDUCAÇÃO ESPECIAL	750.000,00		203.831,46	182.122,24
20 541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.700.000,00		1.387.568,26	398.572,14
20 545 METEOROLOGIA	6.148.445,00		2.903.476,72	1.114.902,29
20 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	442.468.963,00		422.493.603,39	217.588.825,23
20 573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	36.239.493,00		31.057.702,81	10.237.324,66
20 601 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	4.859.880.253,00		3.644.987.516,29	810.051.942,26
20 602 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	295.432.444,00		173.172.689,57	111.776.191,71
20 603 DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	74.500.582,00		60.654.913,25	11.950.165,20
20 604 DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	154.612.621,00		117.304.741,50	32.564.768,88
20 605 ABASTECIMENTO	7.658.358.424,00		6.105.221.720,44	1.789.189.461,09
20 606 EXTENSÃO RURAL	4.139.548,00		4.082.978,00	
20 607 IRRIGAÇÃO	683.796.636,00		562.693.822,04	348.189.227,52
20 665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	12.907.134,00		12.221.038,10	2.354.843,78
20 691 PROMOÇÃO COMERCIAL	14.090.025,00	-0,01	5.151.255,89	403.826,42
20 692 COMERCIALIZAÇÃO	300.000,00		102.929,11	
20 694 SERVIÇOS FINANCEIROS	200.000,00			
20 752 ENERGIA ELÉTRICA	5.420.700,00		4.960.570,99	4.899.499,83
20 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	3.150.000,00		1.627.530,00	990.520,00
21 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	5.643.836.144,00	-0,08	4.844.686.079,93	2.330.424.474,89
21 121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	19.000.000,00		9.473.007,90	285.000,00
21 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	702.583.527,00	-0,08	668.909.097,11	63.427.238,24
21 125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	7.500.000,00		4.530.330,97	376.957,88
21 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	51.706.961,00		38.091.521,15	17.770.800,99
21 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	587.654.633,00		402.176.936,32	375.372.610,20
21 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	34.345.326,00		22.993.278,72	7.953.468,01
21 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	7.300.000,00		7.300.000,00	3.545.016,26
21 183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	700.000,00		261.842,46	53.067,43
21 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	130.058.750,00		130.058.750,00	30.000.000,00
21 301 ATENÇÃO BÁSICA	19.044.097,00		19.030.666,00	153.035,72
21 305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	5.161.000,00		5.156.375,06	3.871.733,62
21 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	11.499.864,00		10.740.826,26	
21 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	7.809.166,00		4.643.657,30	
21 363 ENSINO PROFISSIONAL	52.353.509,00		16.350.166,21	9.202.465,43
21 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	730.895,00		889.331,94	
21 366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	16.400.000,00		5.639.174,39	2.542.070,96
21 392 DIFUSÃO CULTURAL	354.912,00		175.186,87	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO
EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
21 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	33.943.344,00		21.054.784,48	9.599.985,74
21 541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	1.250.000,00		450.000,00	450.000,00
21 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	7.000.000,00		5.146.728,21	4.018.828,30
21 601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	22.256.750,00		9.714.808,73	5.025.917,65
21 605 ABASTECIMENTO	95.413.062,00		92.053.334,20	14.829.795,69
21 606 EXTENSAO RURAL	523.134.337,00		406.039.342,08	290.322.961,20
21 631 REFORMA AGRARIA	3.227.210.966,00		2.942.980.114,39	1.476.383.272,02
21 691 PROMOCAO COMERCIAL	29.425.045,00		21.086.138,86	14.685.248,55
22 INDUSTRIA	3.333.413.089,00	-0,12	1.601.644.758,03	265.945.253,95
22 122 ADMINISTRACAO GERAL	966.256.126,00	-0,12	871.687.371,86	39.651.626,59
22 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	4.312.349,00		4.305.620,97	723.819,84
22 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	110.502.987,00		94.216.548,03	20.691.729,62
22 127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	4.307.000,00		3.894.233,62	1.233.698,30
22 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	16.368.317,00		6.545.676,58	2.412.091,15
22 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSÕES	2.935.104,00		2.935.104,00	30.968,32
22 131 COMUNICACAO SOCIAL	299.714,00		3.730,00	
22 301 ATENCAO BASICA	12.100.081,00		11.956.956,43	996.685,08
22 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	14.028.130,00		13.697.926,29	1.142,75
22 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	2.893.579,00		2.918.361,34	4.926,40
22 333 EMPREGABILIDADE	46.814.800,00		23.135.184,04	18.467.521,73
22 365 EDUCACAO INFANTIL	857.531,00		823.804,99	4.452,00
22 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	234.139,00		125.425,05	32.055,47
22 544 RECURSOS HIDRICOS	11.375.122,00		10.715.769,65	5.096.149,31
22 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	120.000.000,00			
22 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	5.500.000,00		5.500.000,00	4.450.000,00
22 573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	6.873.625,00		2.655.783,43	243.369,05
22 661 PROMOCAO INDUSTRIAL	1.012.642.775,00		14.156.696,03	12.398.500,00
22 662 PRODUCAO INDUSTRIAL	10.804.355,00		7.991.246,53	7.420.180,92
22 663 MINERACAO	85.254.772,00		81.363.023,07	37.134.877,63
22 664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	20.085.190,00		7.617.210,11	1.727.690,85
22 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	338.865.666,00		263.024.323,88	3.071.435,05
22 691 PROMOCAO COMERCIAL	13.962.707,00		8.431.014,13	1.249.352,60
22 693 COMERCIO EXTERIOR	328.864.000,00		103.145.627,86	74.460.000,00
22 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	195.274.500,00		41.567.140,14	34.463.030,00
23 COMERCIO E SERVICOS	5.374.505.715,00	0,04	4.035.522.371,01	2.623.736.444,29
23 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	4.770.057,00		3.406.936,46	10.553,42
23 122 ADMINISTRACAO GERAL	93.147.467,00	0,02	89.339.745,37	8.466.370,34
23 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	1.279.976,00		1.264.201,85	680.989,00
23 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	17.896.775,00		16.630.845,96	5.711.311,31
23 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	66.721.794,00		62.541.424,39	48.061.739,72
23 131 COMUNICACAO SOCIAL	6.983.531,00		6.431.845,08	5.788.042,43
23 212 COOPERACAO INTERNACIONAL	525.614,00		243.313,07	11.843,14
23 301 ATENCAO BASICA	424.932,00		417.329,70	
23 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	877.971,00		831.313,50	
23 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	400.297,00		257.489,45	
23 365 EDUCACAO INFANTIL	65.276,00		59.365,19	
23 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	2.680.000,00		2.620.000,00	2.620.000,00
23 571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	6.500.000,00		6.446.764,56	2.708.144,03
23 661 PROMOCAO INDUSTRIAL	9.635.000,00		624.990,00	101.040,00
23 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	3.595.074,00		3.044.447,99	2.455.149,98
23 691 PROMOCAO COMERCIAL	63.897.549,00		59.170.312,74	35.899.589,65
23 692 COMERCIALIZACAO	12.867.000,00		12.466.385,52	12.466.385,52
23 693 COMERCIO EXTERIOR	2.316.170.874,00		1.456.150.930,17	650.704.837,48
23 695 TURISMO	2.766.066.118,00	0,02	2.313.571.730,01	1.848.052.448,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
SUBTITULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
24 COMUNICACOES	752.171.182,00		534.288.749,32	128.847.843,59
24 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	1.200.000,00		1.200.000,00	990.000,00
24 122 ADMINISTRACAO GERAL	341.471.686,00		313.579.131,88	18.757.416,12
24 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	85.800.063,00		35.587.363,46	12.511.293,63
24 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	30.912.112,00		26.800.913,23	8.802.518,79
24 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	23.764.045,00		14.469.405,51	7.910.505,90
24 131 COMUNICACAO SOCIAL	2.226.000,00			
24 301 ATENCAO BASICA	34.201.860,00		29.364.201,78	
24 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	3.465.613,00		3.288.079,17	
24 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.329.590,00		979.109,78	
24 365 EDUCACAO INFANTIL	245.360,00		218.218,12	
24 422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	17.025.687,00		14.721.378,63	4.830.045,47
24 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	57.253.737,00		39.753.152,86	39.023.393,62
24 694 SERVICOS FINANCEIROS	750.000,00			
24 722 TELECOMUNICACOES	152.505.429,00		54.317.574,90	35.922.670,06
25 ENERGIA	987.252.460,00	0,02	809.965.949,82	164.664.234,83
25 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	58.532.591,00		34.183.607,23	9.947.071,25
25 122 ADMINISTRACAO GERAL	426.769.779,00	0,02	406.345.478,40	16.093.770,07
25 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	78.525.619,00		68.345.295,94	6.734.953,11
25 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	41.162.018,00		37.675.803,95	9.727.356,35
25 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	7.977.785,00		6.906.522,58	562.180,66
25 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	19.261.978,00		14.854.438,13	383.142,87
25 131 COMUNICACAO SOCIAL	1.800.000,00		1.558.065,00	960,00
25 301 ATENCAO BASICA	3.964.540,00		3.670.032,36	146.057,98
25 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	5.977.551,00		5.606.496,60	135.812,88
25 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.443.088,00		1.286.086,32	1.566,38
25 365 EDUCACAO INFANTIL	332.188,00		316.971,41	3.282,00
25 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	1.960.000,00		1.450.000,00	200.000,00
25 665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	6.079.145,00		3.099.424,97	1.222.981,35
25 751 CONSERVACAO DE ENERGIA	1.389.000,00			
25 752 ENERGIA ELETRICA	57.621.047,00		20.536.570,50	4.502.080,82
25 753 PETROLEO	254.456.131,00		203.181.156,43	115.003.018,11
26 TRANSPORTE	19.290.555.533,00	0,06	16.505.399.964,84	8.168.524.508,25
26 121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	501.751.005,00	0,07	376.428.183,92	257.775.070,34
26 122 ADMINISTRACAO GERAL	916.520.555,00		859.449.210,52	110.515.361,73
26 125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	48.940.601,00		41.354.382,76	9.224.356,31
26 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	82.885.280,00		73.476.461,21	13.736.353,90
26 128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	3.985.919,00		2.457.755,68	492.004,03
26 130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	2.082.800,00	0,01	1.272.733,31	51.346,37
26 131 COMUNICACAO SOCIAL	14.387.400,00		11.423.297,61	4.784.225,80
26 273 PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	2.005.396,00		1.218.450,54	
26 301 ATENCAO BASICA	35.142.513,00		33.738.530,60	8.198.488,97
26 305 VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	3.947.000,00		3.202.323,28	2.910.256,58
26 306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	11.246.538,00		10.983.131,75	320.022,64
26 331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	6.334.350,00		5.582.913,36	92.981,12
26 365 EDUCACAO INFANTIL	688.946,00		623.249,99	
26 391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	450.000,00		450.000,00	450.000,00
26 542 CONTROLE AMBIENTAL	34.719.200,00		9.387.883,63	3.184.092,56
26 572 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E ENGENHARIA	15.000.000,00		7.979.051,63	7.517.953,52
26 661 PROMOCAO INDUSTRIAL	2.935.223.392,00		2.270.625.308,23	214.237.939,64
26 694 SERVICOS FINANCEIROS	10.000.000,00		10.000.000,00	
26 782 TRANSPORTE RODOVIARIO	10.394.921.763,00	0,01	9.215.813.446,20	5.403.695.478,81

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO: 2009	MÊS: DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO: 31/12/2009	PÁGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
26 783 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	1.596.420.749,00		1.203.611.949,15	846.817.535,21
26 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	2.661.896.345,00	-0,03	2.355.315.922,47	1.284.541.349,72
26 845 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	11.005.781,00		11.005.781,00	
27 DESPORTO E LAZER	1.463.976.971,00	0,26	982.220.417,07	828.568.696,76
27 121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	11.146.000,00		8.883.500,00	3.035.492,17
27 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	66.947.667,00	0,26	61.541.929,92	12.057.510,16
27 126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	4.400.158,00		4.371.654,54	191.018,31
27 128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.020.352,00		1.960.690,26	631.435,11
27 131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	7.500.000,00		7.250.000,00	3.139.700,91
27 301 ATENÇÃO BÁSICA	255.135,00		252.000,00	47.429,68
27 306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	466.200,00		439.030,87	
27 331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	170.313,00		159.013,41	
27 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	34.235,00		33.606,78	
27 573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	100.000,00		97.981,77	89.991,77
27 811 DESPORTO DE RENDIMENTO	114.290.970,00		46.552.696,24	32.991.141,17
27 812 DESPORTO COMUNITÁRIO	1.252.795.941,00		850.770.614,11	775.136.386,36
27 813 LAZER	2.820.000,00		1.907.699,17	1.248.591,12
28 ENCARGOS ESPECIAIS	1.056.752.275.372,00		819.086.145.678,69	17.001.831.386,53
28 212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	396.332.606,00		373.580.749,18	1.679.605,04
28 334 FOMENTO AO TRABALHO	10.817.728.250,00		9.626.125.090,90	
28 601 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	310.879.000,00		310.879.000,00	
28 607 IRRIGAÇÃO	2.966.635,00			
28 694 SERVIÇOS FINANCEIROS	51.599.758,00		49.861.263,78	12.806.323,63
28 841 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	393.241.073.526,00		256.657.789.094,90	19.683.782,79
28 842 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	11.208.200.610,00		4.952.406.888,89	
28 843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	320.512.065.973,00		266.692.845.050,96	589.023.203,07
28 844 SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	22.958.622.189,00		16.095.047.403,57	1.958.381,20
28 845 TRANSFERÊNCIAS	130.533.922.410,00		111.217.309.864,60	9.050.357.975,94
28 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	136.666.069.393,00		126.660.696.547,38	5.542.509.881,31
28 847 TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	50.052.810.018,00		26.449.505.724,43	1.783.772.233,55
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.162.344.387,00			
99 999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.162.344.387,00			
TOTAL	1.705.173.824.197,00		1.416.371.413.382,26	68.162.712.161,72

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
CENTRO-OESTE	21.695.704.378,00	-	20.441.837.846,46	3.516.742.199,60
0052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	1.120.000,00	-	1.117.800,00	1.117.800,00
0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	37.404.766,00	-	36.279.204,00	505.125,00
0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	9.994.300,00	-	9.133.200,00	-
0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	27.940.000,00	-	25.301.534,41	25.133.739,58
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	794.732.726,00	-	779.966.385,39	34.933.533,18
0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	1.000.000,00	-	599.829,48	599.829,48
0106 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	2.400.000,00	-	398.726,77	300.217,81
0120 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	57.702.850,00	-	34.952.027,17	34.011.027,17
0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	186.971.985,00	-	182.454.121,56	164.190.666,30
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.100.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	4.450.000,00	-	3.163.583,40	1.103.973,79
0156 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00
0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	1.500.000,00	-	-	-
0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	100.000,00	-	-	-
0272 - QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	3.962.951,00	-	2.998.428,58	2.683.081,12
0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	146.034.000,00	-	119.236.685,57	119.236.685,57
0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	120.782.064,00	-	35.499.618,07	35.499.618,07
0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	500.000,00	-	500.000,00	500.000,00
0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	5.110.000,00	-	4.236.291,95	3.564.991,95
0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00
0511 - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	8.950.000,00	-	7.898.540,61	2.504.286,89
0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	1.570.000,00	-	1.570.000,00	1.570.000,00
0550 - CONTROLE EXTERNO	18.904.229,00	-	18.904.229,00	14.506.136,45
0551 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	12.390.000,00	-	3.350.614,36	3.333.300,36
0553 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	242.021.268,00	-	32.724.000,77	26.228.250,94
0565 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	4.000.000,00	-	3.999.999,99	2.615.530,66
0567 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	967.491.628,00	-	964.719.540,80	53.403.554,17
0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	72.358.880,00	-	72.084.777,91	62.380.226,57
0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	157.799.163,00	-	155.459.658,47	53.342.172,96
0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	139.359.459,00	-	135.412.757,96	20.164.427,58
0580 - DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	900.000,00	-	-	-
0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	328.019.287,00	-	313.904.674,29	20.503.520,69
0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	67.431.000,00	-	67.413.294,71	52.803.901,31
0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	7.766.270,00	-	4.662.942,83	4.662.942,83
0641 - INTELIGÊNCIA FEDERAL	284,00	-	-	-
0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	100.000,00	-	-	-
0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	2.300.000,00	-	500.000,00	500.000,00
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	573.729.570,00	-	486.848.540,74	97.483.529,51
0802 - GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	1.500.000,00	-	415.923,11	336.047,59
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	18.035.590,00	-	18.027.010,91	4.177,26
0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	1.488.635.660,00	-	1.486.680.183,95	277.898.762,28
1008 - INCLUSÃO DIGITAL	440.000,00	-	300.000,00	300.000,00
1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	63.479.085,00	-	39.260.589,09	39.061.539,11
1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	1.080.000,00	-	-	-
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	182.969.640,00	-	181.844.510,67	375.218,45
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	207.522.729,00	-	175.313.863,90	17.642.256,10
1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	6.585.686,00	-	4.465.572,81	1.088.690,51
1068 - GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00
1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	1.807.060.448,00	-	1.723.974.810,99	244.085.446,82
1088 - FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA	500.000,00	-	-	-
1122 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	3.194.494,00	-	3.183.105,00	2.300.000,00
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	13.800.000,00	-	2.296.880,00	2.296.880,00
1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	600.000,00	-	600.000,00	500.000,00
1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	43.869.582,00	-	35.599.582,00	34.732.137,72
1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	300.000,00	-	-	-
1142 - ENGENHO DAS ARTES	11.400.000,00	-	7.577.193,97	3.542.650,31
1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	164.536.000,00	-	133.895.208,00	101.884.281,03

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	610.784.337,00	-	609.438.103,78	20.752.223,64
1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	2.019.941.591,00	-	1.965.485.936,32	169.029.220,85
1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	31.156.000,00	-	24.297.257,00	23.297.257,00
1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	2.539.320,00	-	2.034.232,00	2.034.232,00
1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	178.069.479,00	-	178.069.479,00	8.152.398,43
1312 - PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	200.000,00	-	-	-
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	16.518.651,00	-	14.988.457,54	14.720.877,54
1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	601.540.000,00	-	601.540.000,00	-
1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	1.100.000,00	-	1.100.000,00	1.100.000,00
1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	4.730.000,00	-	500.000,00	500.000,00
1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	580.000,00	-	-	-
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	13.498.713,00	-	9.718.141,22	1.875.808,77
1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	46.952.030,00	-	40.932.554,87	4.909.506,41
1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	13.539.967,00	-	9.821.502,72	700.000,00
1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	200.000,00	-	-	-
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	200.000,00	-	-	-
1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	125.827.951,00	-	81.437.684,30	77.424.521,21
1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	100.000,00	-	-	-
1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	79.311.369,00	-	79.278.420,60	2.354.752,61
1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	12.450.000,00	-	2.769.487,69	2.569.487,69
1449 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	84.705.959,00	-	44.191.373,84	3.043.661,99
1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	256.867.596,00	-	241.995.842,94	106.454.637,38
1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	222.113.900,00	-	218.163.423,00	174.536.535,97
1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	432.692.626,00	-	420.680.313,54	243.994.201,28
1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	686.842.819,00	-	646.878.307,58	337.756.790,53
6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	46.440.000,00	-	33.140.250,00	33.140.250,00
8006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	13.533.956,00	-	6.671.975,69	3.515.231,79
8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	12.600.000,00	-	12.300.000,00	12.300.000,00
8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	11.579.679,00	-	10.245.665,25	465.049,50
9989 - MOBILIDADE URBANA	9.042.000,00	-	-	-
9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	43.795.972,00	-	37.280.698,22	24.236.548,84
0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	13.923.328,00	-	13.628.880,00	12.000.000,00
0271 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	3.000.000,00	-	-	-
0903 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	7.844.958.052,00	-	7.603.292.576,85	601.327.512,14
1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	211.784.983,00	-	205.026.523,42	65.070.783,20
1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	13.259.376,00	-	10.949.326,00	1.324.063,71
1305 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	1.520.000,00	-	356.000,00	356.000,00
EXTERIOR	2.182.078,00	-	630.666,00	2.000,00
0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	450.000,00	-	-	-
0473 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	100.000,00	-	-	-
0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	32.078,00	-	27.321,47	-
1029 - RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO	100.000,00	-	10.152,10	2.000,00
1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	1.200.000,00	-	593.192,43	-
1142 - ENGENHO DAS ARTES	100.000,00	-	-	-
1163 - BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	200.000,00	-	-	-
NACIONAL	1.566.914.817.529,00	(7,70)	1.285.718.735.232,07	45.353.939.933,92
0015 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	384.246.376,00	-	311.092.532,88	245.525.153,51
0052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	5.130.887,00	-	3.955.384,04	1.821.198,40
0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	35.089.058,00	-	24.004.993,18	327.726,11
0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	25.446.175,00	-	18.470.284,88	12.548.956,29
0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	223.608.398.522,00	-	220.992.352.868,18	99.410.009,27
0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	874.091.110,00	-	532.188.714,58	409.836.303,58
0086 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	4.831.466,00	-	3.120.882,72	556.006,78
0087 - GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	70.575.468,00	-	62.567.459,95	17.369.995,30
0088 - INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO	1.134.182.989,00	-	1.061.877.355,57	80.843,14
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	55.811.662.222,00	-	55.675.308.120,24	79.955.319,77

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO: 2009	MÊS: DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO: 31/12/2009	PÁGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	1 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0099 - INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	27.464.731.679,00	-	26.493.943.949,67	392.814.644,22
0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	273.859.586,00	-	142.665.005,79	98.518.537,95
0102 - REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	31.465.000,00	-	25.199.857,11	4.403.387,31
0103 - CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	3.527.000,00	-	1.475.507,33	1.453.435,70
0104 - RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	929.116.210,00	-	922.092.276,64	727.613,09
0106 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	196.981.033,00	-	168.117.362,71	24.321.488,54
0107 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	11.706.831,00	-	8.631.841,90	325.551,87
0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	903.273.952,00	-	852.475.727,55	720.978.317,71
0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	1.071.550.261,00	-	789.396.640,46	35.957.056,84
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.744.296.831,00	-	1.680.983.581,33	1.030.685.352,68
0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	222.332.376,00	-	106.768.504,21	75.795.192,93
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	26.366.259,00	-	14.195.931,94	1.113.993,72
0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	717.806.123,00	-	684.539.082,53	144.043.723,44
0153 - SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	27.028.669,00	-	23.588.378,49	17.348.153,82
0154 - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	22.816.456,00	-	17.998.909,94	10.326.981,61
0155 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	9.009.060,00	-	8.271.728,84	3.776.129,73
0156 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	38.044.000,00	-	36.770.167,84	27.724.808,68
0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	59.946.334,00	(0,01)	55.939.952,04	34.692.260,42
0168 - LIVRO ABERTO	97.105.110,00	-	80.976.430,85	62.218.781,81
0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	212.490.617,00	-	202.789.749,03	22.014.514,95
0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	39.983.269,00	-	36.498.727,48	12.075.192,69
0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	16.460.362,00	-	15.500.392,64	4.031.987,48
0173 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA	56.973.427,00	-	50.991.276,66	18.954.375,25
0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	394.640.970,00	(0,04)	312.312.807,70	204.160.555,82
0225 - GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	782.155.845,00	0,07	525.586.726,28	290.221.439,12
0257 - UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	7.356.800,00	-	855.440,72	804.867,95
0272 - QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	181.762.112,00	-	159.364.374,23	16.823.299,52
0273 - LUZ PARA TODOS	19.297.212,00	-	7.237.088,65	2.320.845,27
0276 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	119.490.117,00	0,02	41.757.810,27	12.733.113,28
0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	364.071.383,00	0,02	344.240.514,39	317.983.536,02
0350 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	2.543.200.053,00	-	1.776.197.908,57	59.020.278,86
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.376.443.562,00	-	1.942.333.283,96	584.062.291,27
0352 - ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	7.431.770.641,00	-	5.974.409.349,29	1.246.562.892,55
0355 - PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	20.750.000,00	(0,01)	16.122.880,80	85.637,11
0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	91.685.688,00	-	84.350.760,45	21.616.225,01
0357 - SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	180.056.000,00	-	124.679.610,08	28.604.086,73
0360 - GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	78.523.918,00	-	54.821.032,11	15.401.860,80
0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	28.262.789,00	-	21.052.730,77	6.263.961,97
0365 - MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO	331.913.468,00	-	235.686.390,36	12.798.786,56
0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	18.033.730,00	-	16.010.908,65	2.827.981,56
0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	101.732.300,00	-	95.304.797,52	47.053.330,52
0390 - METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	540.965.061,00	-	470.297.335,10	7.948.112,00
0391 - MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	145.096.883,00	-	136.450.489,54	3.940.383,51
0393 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	237.442.198,00	-	182.678.608,47	16.566.497,08
0411 - GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	63.596.527,00	(0,12)	60.851.287,75	33.168.505,66
0412 - DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA	2.347.317.847,00	-	1.483.787.282,55	658.135.862,70
0413 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER	14.266.352,00	-	9.310.052,26	3.695.304,74
0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	33.831.691,00	-	13.904.712,43	6.126.775,65
0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	591.433.703,00	0,01	583.082.190,66	193.242.353,38
0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	332.890.738,00	0,53	319.134.813,33	65.672.975,68
0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	63.182.069,00	-	60.598.119,67	26.672.750,21
0472 - PROANTAR	27.421.016,00	(0,04)	21.886.340,28	9.602.008,75
0473 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	26.639.972,00	0,02	25.422.136,10	2.756.000,55
0474 - RECURSOS DO MAR	132.122.796,00	0,04	96.141.378,94	5.474.858,72
0475 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	1.900.000,00	-	1.400.000,00	200.000,00
0496 - INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	107.591.483,00	(0,71)	93.988.173,15	57.810.907,54
0497 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	6.417.944,00	-	3.893.135,34	347.637,79
0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	59.541.624,00	-	30.781.156,88	6.452.562,02

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO | EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	31.636.141,00	-	24.491.131,71	4.608.851,81
0511 - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	69.718.858,00	0,01	50.322.078,55	9.058.308,04
0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	13.809.180,00	-	3.659.918,00	1.388.135,14
0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	139.713.795,00	-	122.252.811,39	105.591.174,17
0550 - CONTROLE EXTERNO	823.284.949,00	-	819.332.518,04	74.568.163,05
0551 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	1.996.575.981,00	-	1.877.980.735,17	105.931.162,27
0553 - ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.494.851.588,00	-	2.407.373.539,53	148.160.462,78
0565 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	352.215.847,00	0,16	327.888.856,53	39.518.096,81
0566 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	190.750.965,00	-	185.631.339,33	8.550.565,14
0567 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	232.744.986,00	-	232.744.902,96	1.812.879,99
0568 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	704.206.981,00	-	694.452.255,77	55.594.568,42
0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	5.707.152.975,00	-	5.640.779.250,89	206.538.247,25
0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	3.070.463.063,00	-	3.003.379.982,99	398.850.093,67
0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	7.485.614.854,00	-	7.465.416.444,09	167.086.325,00
0580 - DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	2.067.493.360,00	-	2.007.715.132,33	40.852.418,35
0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	2.535.444.375,00	-	2.474.460.398,31	125.524.584,56
0620 - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE	833.635.071,00	(0,78)	761.207.919,89	227.490.010,68
0621 - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA	1.009.791.289,00	(2,32)	898.291.804,12	255.903.219,18
0622 - PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL	1.356.413.082,00	(0,24)	974.261.932,90	157.736.937,46
0623 - SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	937.371.089,00	(0,58)	829.100.271,93	395.678.536,97
0625 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL	19.035.237,00	(0,30)	11.790.189,78	846.449,21
0626 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	2.609.869.188,00	(0,18)	1.016.563.503,76	80.847.948,21
0627 - TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL	89.350.000,00	(0,35)	54.431.589,71	9.464.517,25
0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	415.779.997,00	(0,72)	375.268.548,45	179.881.619,56
0629 - TECNOLOGIA DE USO NAVAL	188.029.000,00	(0,04)	185.349.432,33	40.070.549,46
0630 - DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL	340.371.174,00	-	265.647.347,94	26.303.995,98
0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	337.635.543,00	(0,07)	301.728.797,00	158.785.289,50
0632 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	1.560.841.609,00	(0,26)	1.374.081.488,19	477.621.612,01
0635 - ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	34.738.051,00	(0,01)	33.741.062,43	1.712.960,67
0637 - SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	1.225.549.314,00	(0,21)	1.219.022.638,23	90.993.855,64
0638 - ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	29.235.000,00	-	29.217.414,73	1.773.517,80
0639 - SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	152.694.477,00	-	140.919.917,86	15.086.386,73
0640 - ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA	18.857.219,00	(0,08)	18.275.844,98	5.228.410,49
0641 - INTELIGÊNCIA FEDERAL	273.711.683,00	-	260.606.754,72	8.656.793,25
0642 - TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	122.278.915,00	(0,30)	104.564.754,30	32.373.951,55
0643 - CALHA NORTE	1.400.000,00	-	446.373,27	29.350,09
0660 - SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	534.000.000,00	-	428.417.806,65	275.981.805,35
0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	163.530.350,00	-	91.782.349,65	65.330.347,75
0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE	257.236.525,00	-	166.386.532,90	31.235.414,73
0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	632.049.925,00	0,01	359.161.829,35	111.743.352,88
0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	15.500.000,00	-	11.347.874,10	7.577.914,11
0670 - PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS	29.184.091,00	-	28.456.606,57	8.923.266,56
0681 - GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	699.450,00	-	528.593,77	7.012,00
0682 - DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	38.730.538,00	0,41	34.377.373,66	746.929,33
0683 - GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA	71.810.000,00	(1,44)	55.944.516,08	2.847.360,17
0685 - ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	5.120.000,00	0,02	4.505.004,12	1.901.036,97
0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	13.547.906,00	-	11.212.044,14	521.211,90
0697 - DEFESA DO CONSUMIDOR	14.507.529,00	-	8.939.249,55	4.734.409,21
0698 - GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	31.155.250,00	-	26.000.535,73	6.844.295,67
0699 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	150.141.070,00	-	135.194.037,82	12.025.904,92
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	44.213.321.687,00	2,82	42.902.243.497,18	883.564.384,50
0752 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	175.000.000,00	-	174.066.601,35	59.993.698,33
0753 - DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA	87.901.986,00	-	80.561.950,94	7.632.333,64
0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	33.954.326,00	-	19.954.877,39	7.836.143,47
0770 - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	7.683.348.925,00	-	7.306.851.932,94	563.616.855,51
0771 - GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO	18.934.338,00	-	9.742.913,01	-
0773 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO	227.378.604,00	-	187.171.515,75	4.779.229,55
0775 - RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL	424.419.609,00	-	411.333.770,32	61.810.481,70

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MES: DEZEMBRO
EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0776 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1.454.340.179,00	-	1.408.446.998,12	-
0777 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS	61.150.457,00	-	44.353.004,78	10.845.269,51
0778 - DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	120.702.235,00	-	112.567.499,76	12.535.183,55
0780 - GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS	4.489.182,00	-	3.106.249,98	369.380,80
0794 - GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	88.532.030,00	-	49.508.516,25	21.995.618,79
0796 - INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS	1.125.855.887,00	-	1.086.862.588,34	108.994.125,99
0797 - PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	157.934.563,00	-	144.786.976,92	4.614.126,43
0798 - COMPRAS GOVERNAMENTAIS	39.850.000,00	-	39.847.238,00	7.382.601,75
0801 - DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA	29.229.682,00	-	28.092.780,03	857.653,59
0802 - GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	58.664.223,00	-	22.584.273,54	7.474.016,09
0810 - QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	1.800.000,00	-	400.000,00	9.961,21
0812 - COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	5.063.242,00	-	2.575.479,66	2.010.100,11
0813 - MONUMENTA	42.487.382,00	-	35.586.643,48	28.221.699,10
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	13.936.128.727,00	-	13.895.752.149,67	317.796.813,51
0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	18.655.353.187,00	-	12.085.550.968,98	2.306.735.678,34
0905 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	320.512.065.973,00	-	266.692.845.050,96	589.023.203,07
0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	22.957.966.084,00	-	16.094.419.501,13	1.958.381,20
0907 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	393.241.073.528,00	-	256.657.789.094,90	19.683.782,79
0908 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	11.208.200.610,00	-	4.952.406.688,89	-
0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	114.078.220.995,00	-	107.679.170.185,06	4.367.901.167,22
0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	398.243.371,00	-	373.492.397,36	1.679.605,04
0999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.161.157.092,00	-	-	-
1001 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	24.994.878,00	-	23.657.693,54	4.739.878,77
1003 - GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO	27.861.264,00	(0,02)	16.961.409,37	4.235.179,89
1004 - GESTÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	30.925.015,00	-	17.605.602,16	2.807.645,92
1006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	54.099.092,00	-	46.355.638,91	14.575.128,09
1008 - INCLUSÃO DIGITAL	162.597.932,00	-	84.501.062,70	54.748.536,93
1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	10.191.195,00	-	743.690,35	203.184,02
1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	21.592.253,00	-	19.226.008,49	14.310.828,73
1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	438.888.274,00	-	320.144.677,91	272.933.364,15
1029 - RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO	1.682.521.130,00	(0,01)	1.330.486.589,58	408.838.405,58
1030 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL	55.127.357,00	-	52.385.060,80	2.104.501,93
1032 - DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL	425.077.760,00	-	420.512.798,99	92.747.626,29
1036 - INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	50.600.000,00	-	48.547.777,72	40.078.000,00
1044 - ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	3.074.624,00	-	-	-
1046 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1.389.000,00	-	-	-
1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	948.836.705,00	-	728.462.187,62	102.119.307,52
1057 - COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS	31.023.983,00	(0,25)	21.819.308,21	952.421,95
1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	357.680.000,00	-	290.519.075,99	11.380.162,85
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	2.921.952.207,00	-	2.528.148.602,16	464.136.574,50
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.352.883.267,00	-	1.131.080.254,41	614.994.742,00
1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	158.059.561,00	-	63.799.303,22	7.011.449,30
1068 - GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	5.860.000,00	-	5.839.602,78	4.468.703,72
1069 - GESTÃO DA POLÍTICA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	4.017.142,00	-	2.511.443,82	108.659,39
1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	4.431.859.316,00	-	4.103.804.943,34	904.445.068,57
1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	11.519.000,00	-	3.208.522,55	2.331.762,13
1079 - EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	3.162.988,00	-	2.099.905,28	188.042,91
1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	396.000,00	-	238.407,31	7.735,61
1083 - REFORMA DO JUDICIÁRIO	3.005.000,00	-	2.853.395,63	1.066.359,54
1086 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	4.054.396,00	-	3.561.685,01	719.993,10
1088 - FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA	61.342.750,00	-	49.496.639,35	24.379.663,69
1102 - AGENDA 21	5.821.069,00	-	2.132.451,04	1.089.158,24
1107 - PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	52.310.017,00	-	32.702.164,01	12.752.023,52
1109 - MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL	17.877.133,00	-	15.620.136,68	2.521.270,28
1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.243.608.128,00	(0,29)	1.148.738.588,97	141.263.000,00
1115 - GEOLOGIA DO BRASIL	298.987.770,00	-	294.648.200,77	52.224.560,76
1116 - CRÉDITO FUNDIÁRIO	533.868.379,00	-	514.702.375,60	443.994.294,43
1120 - PAZ NO CAMPO	15.414.196,00	-	7.887.217,24	1.353.723,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO | EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1122 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	65.929.869,00	-	52.403.079,84	17.752.135,55
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	262.830.831,00	(0,05)	212.177.998,09	109.243.991,05
1132 - DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	3.048.169,00	-	1.617.052,26	280.441,94
1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	90.552.060,00	-	53.772.340,13	16.454.950,85
1136 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA	31.628.000,00	-	23.759.541,11	19.048.178,43
1137 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	2.394.000,00	-	912.923,53	708.922,34
1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	127.804.329,00	-	127.709.645,72	125.038.319,60
1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	128.593.000,00	-	111.154.544,19	73.191.901,94
1142 - ENGENHO DAS ARTES	191.006.844,00	-	175.832.492,53	93.001.799,23
1143 - PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	352.700,00	-	239.961,08	71.959,72
1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	15.472.114,00	-	7.446.515,48	2.512.898,54
1157 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	111.480.247,00	-	55.174.423,94	18.644.870,42
1163 - BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	114.130.745,00	0,02	110.752.559,55	18.712.752,74
1164 - PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	3.093.841,00	-	1.404.025,37	655.232,89
1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	1.099.804.857,00	0,02	1.074.001.573,20	810.421.952,48
1172 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM	136.249.833,00	-	56.547.002,92	20.351.444,36
1173 - CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	570.788.894,00	-	562.349.091,26	10.508.269,84
1184 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	65.421.454,00	-	63.147.484,43	3.678.823,33
1185 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	176.683.894,00	-	174.295.818,42	6.198.372,65
1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	357.454.082,00	-	347.138.419,92	120.711.691,07
1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	917.270.466,00	-	794.494.929,18	468.587.052,18
1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	1.263.120.872,00	-	1.213.479.237,94	577.588.189,54
1245 - INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	13.755.265,00	-	13.173.801,08	2.099.646,38
1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	111.309.233,00	-	106.772.936,02	102.325.530,39
1264 - RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	500.875.765,00	0,33	404.205.105,17	9.386.872,92
1266 - GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	2.906.629,00	-	2.489.375,31	192.132,85
1279 - ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	13.872.885,00	-	13.573.475,98	1.631.281,96
1287 - SANEAMENTO RURAL	318.638.956,00	-	303.355.999,45	285.609.998,57
1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	330.600.162,00	-	318.225.144,83	111.256.702,09
1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	2.821.213.551,00	-	2.782.300.541,45	1.131.805.335,97
1312 - PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	59.562.172,00	-	55.002.963,69	29.633.813,31
1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	78.517.659,00	-	63.950.209,97	9.355.726,48
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	158.774.504,00	-	124.601.920,79	103.837.209,90
1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	545.086.266,00	-	461.130.363,14	5.585.590,97
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	56.057.282,00	-	12.878.026,32	3.552.963,35
1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	148.117.260,00	-	98.242.451,56	53.462.445,85
1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA	31.208.123,00	-	15.097.058,49	7.914.152,03
1344 - GESTÃO DA POLÍTICA AQÜÍCOLA E PESQUEIRA	61.623.583,00	-	32.607.960,27	15.447.909,56
1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	35.746.779,00	-	17.547.472,23	3.389.872,74
1350 - EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	70.270.521,00	-	23.093.254,41	11.869.778,01
1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	148.913.140,00	-	112.422.724,67	61.307.092,48
1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL- BRASIL PLURAL	7.970.000,00	-	7.822.014,48	4.380.295,40
1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	79.049.617,00	-	64.060.738,33	46.379.016,87
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	1.306.072.703,00	-	1.204.825.294,51	225.411.756,05
1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	138.488.329,00	-	79.816.478,99	43.477.257,53
1383 - ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	113.123.946,00	-	79.397.609,49	34.267.432,93
1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	19.197.770.706,00	-	18.758.710.122,21	3.537.897,23
1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	3.774.888,00	-	3.751.025,83	3.269.999,52
1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	71.586.000,00	-	52.952.948,36	34.720.800,90
1387 - MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	3.461.731,00	-	58.150,52	8.000,00
1389 - CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	120.524.710,00	-	112.056.976,01	60.173.480,44
1391 - DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	25.549.000,00	-	7.127.062,61	2.146.452,36
1401 - REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	968.472.749,00	-	955.635.340,93	171.629.730,18
1402 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	21.616.000,00	-	20.327.131,09	5.209.947,35
1404 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	1.540.000,00	-	1.324.668,73	151.682,27
1409 - DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	39.715.808,00	-	36.121.103,04	9.701.423,67
1413 - PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	3.248.395,00	(0,08)	2.563.517,64	1.113.924,64
1421 - METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	25.254.798,00	-	25.145.480,56	7.962.487,24

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO
EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	25.297.660,00	-	6.813.103,12	1.834.377,80
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	500.206.642,00	-	384.949.860,10	264.160.442,78
1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	722.369,00	-	300.827,10	300.827,10
1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	13.874.000,00	-	9.345.467,67	2.192.433,17
1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	49.037.344,00	-	36.387.311,73	18.742.650,11
1435 - APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	360.201.656,00	-	336.809.660,79	155.044.799,69
1437 - DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	5.100.000,00	(0,01)	3.140.698,06	235.863,65
1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	20.624.216,00	-	15.806.907,97	7.048.649,60
1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	2.809.511.587,00	-	2.639.229.766,51	1.683.616.580,71
1445 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	37.045.455,00	-	35.499.347,45	22.783.951,14
1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	2.235.384.562,00	-	1.605.500.821,75	689.942.694,57
1449 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	359.567.679,00	-	282.332.832,91	48.688.766,23
1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	1.289.835.149,00	-	1.235.320.419,19	363.477.406,43
1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	241.703.409,00	-	204.123.513,71	200.359.707,12
1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	697.108.434,00	-	678.072.218,88	514.187.850,34
1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	295.216.388,00	-	272.874.055,97	271.152.301,22
1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	530.134.400,00	-	354.588.145,66	343.531.719,08
1460 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	104.371.400,00	-	104.371.400,00	104.214.519,43
1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	316.138.866,00	(0,03)	299.914.055,77	295.579.274,95
1462 - VETOR LOGÍSTICO SUL	270.958.560,00	-	149.576.210,00	147.928.964,04
1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	33.153.401,00	0,01	16.235.223,81	4.126.275,23
1470 - GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA	69.625.000,00	-	29.663.623,28	20.802.765,33
6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	180.398.033,00	-	171.184.072,55	157.622.839,83
8002 - GOVERNO ELETRÔNICO	14.742.548,00	-	7.246.950,10	2.056.734,47
8006 - GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	12.328.045,00	-	9.564.416,84	6.938.335,84
8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	189.785.733,00	-	167.918.930,08	165.723.558,27
8010 - EDUCAÇÃO FISCAL	200.000,00	-	103.630,00	54.029,25
8025 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	85.695.737,00	-	40.134.272,87	39.180.548,62
8026 - MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	6.295.267,00	-	5.825.940,05	536.252,08
8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	241.877.843,00	-	184.091.163,35	121.359.852,83
8032 - PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS	152.589.645,00	(1,17)	147.258.499,51	38.589.123,32
8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	1.287.334.439,00	-	1.000.481.285,01	138.525.944,55
8768 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	3.113.021.296,00	-	2.438.096.393,42	216.581.449,33
9589 - MOBILIDADE URBANA	12.498.000,00	-	661.398,93	61.208,16
9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	56.000.000,00	-	19.990.000,00	19.990.000,00
0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	15.990.000,00	-	12.340.049,02	9.302.162,40
0271 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	467.715.565,00	-	440.729.698,74	121.986.829,39
0903 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	148.736.246.666,00	-	126.063.523.012,18	7.826.559.422,69
1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	135.373.529,00	-	111.799.224,55	108.354.668,88
1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	162.776.971,00	-	143.811.483,66	39.041.035,88
1305 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	485.381.842,00	-	443.186.172,77	405.717.944,06
0460 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	751.960.031,00	-	748.121.117,46	18.399.016,85
0503 - PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER	112.740.826,00	-	85.803.135,77	9.941.714,00
0779 - DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CAPITALIZAÇÃO	85.157.073,00	-	77.004.305,47	3.797.694,38
0913 - OPERAÇÕES ESPECIAIS - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS	433.796.254,00	-	219.000.243,81	146.490.778,35
1009 - REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL	18.740.830,00	-	3.203.710,18	390.145,29
1054 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO	265.995.001,00	-	70.340.697,49	7.234.521,55
1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	389.361.983,00	-	376.573.211,39	193.245.108,60
1161 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL	14.479.397,00	-	14.206.297,41	3.074.776,82
1285 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS	433.203.808,00	-	383.068.268,39	57.978.303,54
1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE	2.197.137.393,00	-	1.968.198.880,88	335.787.969,05
NORDESTE	43.798.282.459,00	(0,10)	41.745.010.011,79	7.822.697.807,05
0016 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	320.000,00	-	320.000,00	320.000,00
0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	144.279.136,00	-	137.058.409,00	617.499,00
0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	23.599.900,00	-	21.728.900,00	1.157.800,00
0083 - PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	90.000,00	-	90.000,00	90.000,00
0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	26.035.400,00	-	8.297.383,31	7.623.870,75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.947.086.385,00	-	1.888.432.843,87	-
0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	23.222.073,00	-	7.676.804,90	7.329.339,55
0106 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	1.870.000,00	-	1.579.250,79	1.458.867,79
0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	620.790.739,00	-	589.775.157,38	405.197.454,82
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	2.000.000,00	-	1.984.000,00	1.584.000,00
0154 - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	450.000,00	-	172.579,80	127.694,00
0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	3.671.433,00	-	2.255.100,62	1.854.364,85
0168 - LIVRO ABERTO	2.410.810,00	-	987.219,43	811.253,61
0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	950.000,00	-	950.000,00	950.000,00
0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00
0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	100.000,00	-	99.596,00	99.596,00
0225 - GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	1.300.000,00	-	-	-
0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	573.514.000,00	-	352.666.865,02	351.233.751,13
0362 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	18.074.000,00	-	18.070.600,23	17.661.000,00
0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	414.644.727,00	-	394.246.211,52	226.047.028,37
0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO, MÉDIO PORTE	2.480.000,00	-	1.050.000,00	1.050.000,00
0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	5.223.000,00	-	4.913.163,14	2.302.864,48
0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	100.000.000,00	(0,10)	92.681.933,92	86.630.053,30
0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	38.579.140,00	-	37.352.896,64	35.415.960,64
0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	100.000,00	-	12.749,88	-
0512 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	713.142,00	-	599.790,95	599.790,95
0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	594.751.683,00	-	524.449.476,89	362.060.085,74
0550 - CONTROLE EXTERNO	3.710.000,00	-	3.699.900,67	3.699.900,67
0556 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR	1.350.000,00	-	427.680,00	427.680,00
0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	11.805.576,00	-	11.452.469,51	6.199.415,78
0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	125.673.724,00	-	116.768.390,23	19.514.167,33
0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	299.397.391,00	-	291.082.476,26	44.123.550,87
0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	16.648.746,00	-	16.395.210,69	15.048.422,89
0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	2.107.000,00	-	1.670.233,08	1.237.255,77
0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	14.191.292,00	-	3.891.850,64	3.891.850,64
0637 - SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	100.000,00	-	99.970,15	65.974,00
0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	100.000,00	-	-	-
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	267.577.797,00	-	203.360.521,78	5.757.949,08
0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	348.010,00	-	186.730,86	33.522,86
0776 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	400.000,00	-	7.609,87	-
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	58.623.868,00	-	58.577.170,36	218.317,36
0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	4.456.751.302,00	-	4.456.751.302,00	833.696.567,76
0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	165.053.945,00	-	165.053.945,00	58.392.758,28
1001 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	2.650.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00
1008 - INCLUSÃO DIGITAL	20.095.696,00	-	19.094.081,54	14.038.081,54
1016 - ARTESANATO BRASILEIRO	510.000,00	-	-	-
1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	159.141.714,00	-	91.652.611,99	88.546.593,44
1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	67.632.326,00	-	16.733.489,24	16.733.489,24
1036 - INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.224.732.609,00	-	1.215.753.770,31	994.268.200,20
1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO -CONVIVER	13.402.791,00	-	11.245.967,35	10.587.183,51
1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	3.850.000,00	-	2.152.465,79	2.002.821,00
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	4.831.926.193,00	-	4.828.658.952,70	28.736.704,43
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	568.660.769,00	-	554.100.951,66	37.566.062,66
1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	9.319.592,00	-	7.385.713,72	1.673.793,91
1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	3.811.091.410,00	-	3.675.110.813,95	365.179.976,93
1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	2.623.500,00	-	-	-
1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	4.265.884,00	-	1.896.474,91	200.000,00
1086 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	750.000,00	-	750.000,00	750.000,00
1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	3.000.000,00	-	3.000.000,00	-
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	20.750.000,00	-	16.181.000,00	16.181.000,00
1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	6.850.000,00	-	3.800.000,00	3.500.000,00
1137 - REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	500.000,00	-	493.100,00	493.100,00
1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	57.545.792,00	-	9.631.588,30	9.631.588,30

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO
EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	2.200.000,00	-	1.200.000,00	1.200.000,00
1142 - ENGENHO DAS ARTES	19.050.343,00	-	6.598.423,04	4.679.330,53
1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	821.971.393,00	-	649.321.502,11	549.492.722,19
1184 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	4.000,00	-	-	-
1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	150.000,00	-	145.675,33	135.986,53
1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	3.043.326.851,00	-	3.024.772.902,00	72.220.692,75
1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	7.085.031.062,00	-	6.934.890.298,39	528.561.468,94
1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	357.554.973,00	-	196.893.920,77	196.893.920,77
1287 - SANEAMENTO RURAL	40.422.542,00	-	31.244.000,00	31.244.000,00
1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	7.016.684,00	-	5.690.911,80	5.460.250,80
1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	500.228.023,00	-	497.821.722,04	31.138.002,20
1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	158.018.956,00	-	149.385.407,62	126.806.277,52
1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	6.208.330.000,00	-	6.208.330.000,00	-
1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	25.193.000,00	-	8.461.339,93	8.461.339,93
1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA	7.885.326,00	-	7.186.445,40	3.549.165,98
1344 - GESTÃO DA POLÍTICA AQÜÍCOLA E PESQUEIRA	1.300.000,00	-	1.000.000,00	1.000.000,00
1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	450.000,00	-	-	-
1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL	250.000,00	-	250.000,00	250.000,00
1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	700.000,00	-	197.975,79	197.975,79
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	16.319.596,00	-	12.417.358,84	4.038.227,08
1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	1.346.172,00	-	798.802,60	84.498,62
1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	220.694.262,00	-	201.596.442,02	2.849.092,60
1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	37.432.580,00	-	27.691.508,69	1.752.900,00
1421 - METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	10.000.000,00	-	10.000.000,00	-
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	2.510.000,00	-	2.087.975,55	1.876.719,60
1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	5.001.620,00	-	790.814,33	733.352,92
1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	1.800.000,00	-	548.106,00	548.106,00
1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	2.000.000,00	-	1.783.000,00	1.783.000,00
1436 - APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	500.000,00	-	-	-
1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	275.565.276,00	-	275.499.669,37	4.767.851,60
1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	27.584.000,00	-	15.372.246,70	14.381.476,70
1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	4.100.000,00	-	2.500.000,00	2.500.000,00
1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	256.244.978,00	-	244.659.977,89	64.245.273,08
1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	1.565.439.434,00	-	1.286.419.232,37	681.407.949,42
1460 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	731.644.630,00	-	645.174.623,42	359.267.659,15
1470 - GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA	500.000,00	-	-	-
6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	120.330.000,00	-	82.340.167,76	82.340.167,76
8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	2.850.000,00	-	2.650.000,00	2.650.000,00
8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	9.410.000,00	-	8.412.750,00	8.412.750,00
8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	118.135.524,00	-	112.681.512,75	2.131.307,00
9989 - MOBILIDADE URBANA	40.513.885,00	-	4.456.800,00	4.456.800,00
9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	90.457.749,00	-	78.663.642,33	65.883.596,80
0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	22.020.060,00	-	20.904.492,00	14.808.202,13
1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	839.684.665,00	-	821.489.094,05	607.736.306,19
1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	40.399.246,00	-	40.399.246,00	4.702.948,93
1305 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	15.200.000,00	-	-	-
0503 - PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORESCER	150.000,00	-	-	-
1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	2.300.000,00	-	1.790.592,11	1.510.629,07
1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	248.874.240,00	-	244.202.547,94	228.191.226,64
1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE	460.000,00	-	460.000,00	460.000,00
NORTE	16.286.504.379,00	(0,04)	14.889.449.745,12	3.166.187.917,80
0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	31.607.366,00	-	29.186.573,00	271.820,00
0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	8.516.300,00	-	7.682.100,00	342.000,00
0085 - QUALIDADE NA PRESTAÇÃO PREVIDENCIÁRIOS	29.578.000,00	-	15.998.308,59	15.871.291,26
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.313.800.066,00	-	1.310.904.616,89	1.143,71
0101 - QUALIDADE SOCIAL E PROFISSIONAL	1.400.000,00	-	1.399.363,43	1.399.363,43

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO | EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0106 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	700.000,00	-	529.384,54	462.207,34
0120 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	65.206.057,00	-	48.832.688,00	48.832.688,00
0172 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	263.057.051,00	-	204.892.570,56	181.402.535,91
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	750.000,00	-	300.000,00	300.000,00
0138 - GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	643.000,00	-	-	-
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1.800.000,00	-	1.697.715,34	1.697.715,34
0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	6.915.000,00	-	597.464,49	385.653,16
0156 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	450.000,00	-	450.000,00	450.000,00
0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	2.500.000,00	-	2.400.000,00	2.400.000,00
0168 - LIVRO ABERTO	850.000,00	-	850.000,00	650.000,00
0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00
0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00
0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	100.000,00	-	-	-
0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	228.406.561,00	-	154.338.253,75	154.338.253,75
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	3.200.000,00	-	2.990.000,00	2.900.000,00
0378 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	17.932.883,00	-	13.530.696,00	12.360.696,00
0392 - PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS	72.705.505,00	-	53.533.925,68	6.801.573,62
0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	800.000,00	-	800.000,00	800.000,00
0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	24.917.218,00	-	24.609.075,47	6.982.138,84
0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	14.538.000,00	-	13.999.648,00	5.860.334,01
0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	4.401.760,00	-	612.857,02	12.470,80
0511 - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	2.900.000,00	-	790.811,99	300.000,00
0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	51.934.187,00	-	1.400.000,00	1.400.000,00
0550 - CONTROLE EXTERNO	2.100.000,00	-	85.999,00	85.999,00
0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	14.939.926,00	-	14.138.340,98	9.918.470,58
0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	42.166.715,00	-	39.260.929,43	3.349.688,15
0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	102.561.393,00	-	92.658.507,55	2.261.272,68
0580 - DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	1.800.000,00	-	-	-
0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	15.728.657,00	-	13.185.023,37	10.903.518,91
0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	11.550.000,00	-	1.477.983,71	1.250.541,51
0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	46.730.259,00	-	9.701.161,89	5.702.830,19
0637 - SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	300.000,00	-	300.000,00	300.000,00
0643 - CALHA NORTE	246.470.000,00	(0,04)	181.762.912,87	155.669.974,06
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	1.140.805.790,00	-	1.107.426.458,56	2.114.923,42
0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	250.000,00	-	136.226,54	136.226,54
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	28.483.152,00	-	28.372.798,25	11.542.764,24
0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	1.485.583.659,00	-	1.485.583.659,00	306.296.254,45
0904 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	5.527.680,00	-	-	-
0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	76.584.251,00	-	73.984.251,00	-
1008 - INCLUSÃO DIGITAL	10.974.500,00	-	9.904.500,00	9.504.500,00
1020 - INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUFRAMA	203.695.473,00	-	41.277.606,14	36.462.498,30
1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	36.647.729,00	-	5.950.942,36	5.950.942,36
1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	7.050.000,00	-	6.924.332,16	6.924.332,16
1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	2.650.000,00	-	420.000,00	420.000,00
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	1.414.831.362,00	-	1.414.039.094,71	5.543.686,88
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	192.656.698,00	-	185.173.816,77	11.770.902,33
1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	2.528.849,00	-	2.491.660,28	348.434,20
1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	1.101.713.884,00	-	1.050.947.316,19	138.705.051,39
1122 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	3.435.193,00	-	3.435.193,00	269.293,00
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	12.694.500,00	-	2.100.000,00	2.100.000,00
1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	3.485.507,00	-	1.900.000,00	1.900.000,00
1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	28.193.561,00	-	7.979.002,50	7.979.002,50
1142 - ENGENHO DAS ARTES	14.523.511,00	-	6.823.268,10	6.823.268,10
1145 - COMUNIDADES TRADICIONAIS	1.350.000,00	-	-	-
1156 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	181.809.349,00	-	89.298.384,76	85.456.484,98
1184 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	4.000,00	-	-	-
1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	860.067.192,00	-	833.033.000,00	31.859.535,79
1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	1.824.574.751,00	-	1.715.852.015,57	331.093.804,16

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
31/12/2009	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	158.187.000,00	-	83.437.750,00	83.437.750,00
1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	4.459.272,00	-	3.253.753,83	3.253.753,83
1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	100.419.109,00	-	100.419.109,00	12.240.371,27
1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	2.571.000,00	-	2.571.000,00	2.571.000,00
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	58.974.234,00	-	42.556.675,04	42.556.675,04
1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	1.135.320.000,00	-	1.135.320.000,00	-
1336 - BRASIL QUILOMBOLA	400.000,00	-	400.000,00	100.000,00
1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	45.516.607,00	-	25.360.192,43	25.110.192,43
1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQDICULTURA	2.500.000,00	-	2.333.558,58	1.983.558,58
1344 - GESTÃO DA POLÍTICA AQDÍCOLA E PESQUEIRA	100.000,00	-	100.000,00	-
1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	13.100.000,00	-	2.100.000,00	2.100.000,00
1355 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL: BRASIL PLURAL	450.000,00	-	450.000,00	450.000,00
1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.010.000,00	-	207.878,78	207.878,78
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	5.472.434,00	-	4.573.294,26	887.674,26
1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	150.000,00	-	-	-
1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	57.332.967,00	-	49.708.476,51	904.400,00
1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	10.542.665,00	-	6.902.673,32	250.000,00
1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	300.000,00	-	289.900,00	289.900,00
1402 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	200.000,00	-	-	-
1421 - METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	2.850.000,00	-	2.847.650,43	778.440,86
1426 - CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE	400.000,00	-	197.000,00	197.000,00
1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	18.891.631,00	-	11.369.004,35	11.369.004,35
1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	100.000,00	-	-	-
1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	600.000,00	-	499.720,00	499.720,00
1436 - APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	200.000,00	-	200.000,00	200.000,00
1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	100.000,00	-	-	-
1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	131.659.481,00	-	131.656.213,66	3.264.337,13
1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	26.000.000,00	-	18.143.104,60	18.143.104,60
1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	1.329.646.731,00	-	1.248.428.692,33	697.486.347,78
1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	1.194.621.175,00	-	1.125.810.849,43	475.900.634,30
6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	97.517.700,00	-	76.761.245,63	76.353.252,45
8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	14.442.499,00	-	3.750.000,00	3.750.000,00
8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	100.000,00	-	-	-
8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	21.755.181,00	-	19.507.853,50	395.415,75
9999 - MOBILIDADE URBANA	33.642.000,00	-	5.000.000,00	5.000.000,00
9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	95.213.573,00	-	64.422.730,95	57.719.098,87
0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	13.757.332,00	-	9.356.042,52	7.871.919,52
1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	384.873.570,00	-	351.291.753,13	175.059.440,55
1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	12.830.329,00	-	12.830.329,00	1.454.957,65
1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	7.220.000,00	-	7.216.225,82	5.934.468,15
1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE	27.384.444,00	-	21.958.561,18	9.693.956,58
SUDESTE	39.581.909.128,00	7,84	37.579.199.566,77	5.520.684.561,56
0016 - GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	500.000,00	-	-	-
0052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	325.000,00	-	209.000,00	156.510,84
0058 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	35.298.123,00	-	33.662.585,00	395.655,00
0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	19.193.600,00	-	17.638.600,00	815.600,00
0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	35.441.969,00	-	9.677.337,72	9.514.863,51
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.961.158.565,00	-	2.936.755.075,01	3.915.084,14
0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	12.371.014,00	-	6.244.809,54	6.170.153,71
0106 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	650.000,00	-	394.784,45	394.784,45
0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	273.184.820,00	-	249.612.890,52	196.739.556,15
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	400.000,00	-	-	-
0154 - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	2.750.000,00	-	2.647.439,60	2.647.439,60
0156 - PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	2.215.000,00	-	1.730.065,38	1.598.065,38
0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	5.585.373,00	-	2.686.769,95	2.240.180,70
0169 - LIVRO ABERTO	3.674.000,00	-	1.075.280,07	817.580,15
0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	5.966.770,00	-	5.716.770,00	1.438.368,88

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA
SUBTÍTULO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO
EMISSÃO: 31/12/2009 | PÁGINA:

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0171 - MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	1.654.596,00	-	1.054.459,19	101.077,48
0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	800.000,00	-	397.260,00	397.260,00
0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	13.600.000,00	-	3.000.000,00	3.000.000,00
0273 - LUZ PARA TODOS	2.413.000,00	-	530.000,00	530.000,00
0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	543.119.275,00	-	367.225.403,38	362.173.603,38
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	550.000,00	-	547.500,00	547.500,00
0352 - ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	20.792.000,00	-	30.792.000,00	10.352.573,47
0378 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	16.300.000,00	-	8.267.370,69	5.597.689,11
0413 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E DE LAZER	300.000,00	-	-	-
0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	2.400.000,00	-	2.400.000,00	2.400.000,00
0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	200.000,00	-	200.000,00	-
0464 - NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	900.000,00	7,84	808.715,97	427.337,48
0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	17.508.000,00	-	14.968.000,00	13.768.000,00
0473 - GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	200.000,00	-	-	-
0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	800.000,00	-	397.419,84	397.419,84
0508 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	1.801.220,00	-	1.494.786,56	1.352.843,25
0511 - GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	100.000,00	-	50.000,00	1.100,00
0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	5.186.344,00	-	3.223.317,18	3.171.803,87
0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	20.373.700,00	-	19.547.383,42	12.142.431,40
0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	119.681.283,00	-	108.394.480,44	1.465.718,05
0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	509.943.534,00	-	486.723.431,64	28.847.252,19
0580 - DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	4.985.000,00	-	-	-
0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	2.525.851,00	-	675.000,00	675.000,00
0626 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	12.525.000,00	-	6.654.717,89	5.965.094,04
0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	9.002.531,00	-	-	-
0632 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	100.000,00	-	98.900,00	98.900,00
0637 - SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	300.000,00	-	-	-
0642 - TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	545.000,00	-	543.579,89	532.099,89
0647 - PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO	57.225.920,00	-	23.881.194,10	15.595.439,78
0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	9.000.000,00	-	8.996.604,24	8.996.604,24
0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	500.000,00	-	-	-
0698 - GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	30.000.000,00	-	-	-
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	1.020.855.055,00	-	955.697.912,81	28.992.107,32
0757 - GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	12.000,00	-	4.075,20	894,38
0776 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	2.000.000,00	-	935.621,80	-
0778 - DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	450.000,00	-	400,00	-
0796 - INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIENTÍFICAS	766.000,00	-	-	-
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	41.463.828,00	-	40.487.328,69	-
0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	341.317.363,00	-	337.240.000,00	287.700.000,00
0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	89.237,00	-	88.351,82	-
1008 - INCLUSÃO DIGITAL	32.880.000,00	-	27.243.498,52	21.733.498,52
1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	14.190.685,00	-	12.750.657,02	12.052.701,59
1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	8.115.000,00	-	3.200.000,00	3.200.000,00
1047 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO -CONVIVER	8.511.000,00	-	7.660.920,00	7.660.920,00
1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	5.990.000,00	-	3.713.696,56	3.620.000,00
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	1.032.805.265,00	-	1.030.488.386,61	21.603.815,16
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	542.640.296,00	-	522.125.393,82	27.932.024,71
1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	8.019.787,00	-	7.240.762,68	1.305.776,91
1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	5.451.718.040,00	-	5.201.355.629,09	525.940.818,15
1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	4.518.000,00	-	394.200,00	394.200,00
1080 - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	300.000,00	-	219.613,68	-
1086 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1.100.000,00	-	1.099.997,82	100.000,00
1102 - AGENDA 21	200.000,00	-	-	-
1107 - PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	28.259.081,00	-	28.259.081,00	3.381.096,34
1113 - NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	33.586.114,00	-	33.379.859,88	8.499.724,98
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	4.900.000,00	-	250.000,00	250.000,00
1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	4.320.000,00	-	2.469.922,04	2.369.922,04
1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	401.822.627,00	-	334.432.927,00	287.482.410,37

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO 2009	MÊS DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2009	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	6.250.000,00	-	6.050.000,00	6.050.000,00
1142 - ENGENHO DAS ARTES	31.609.500,00	-	8.231.835,93	7.422.610,14
1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	378.149.000,00	-	298.097.953,84	246.511.090,30
1173 - CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	2.375.298,00	-	2.297.580,16	2.147.288,46
1201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	12.520.000,00	-	12.500.000,00	10.837.042,18
1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	2.812.552.765,00	-	2.774.037.455,00	160.948.539,73
1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	12.555.534.158,00	-	12.368.766.302,66	765.970.299,50
1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	233.910.130,00	-	156.134.001,18	156.134.001,18
1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	7.516.664,00	-	7.099.940,41	6.953.737,41
1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	1.590.656.969,00	-	1.590.406.969,00	24.650.282,69
1332 - CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	800.000,00	-	494.665,12	494.665,12
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	27.379.491,00	-	16.103.767,57	16.103.767,57
1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	2.935.140.000,00	-	2.935.140.000,00	-
1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	19.240.175,00	-	6.594.041,45	5.382.095,60
1343 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQÜICULTURA	2.100.000,00	-	976.457,03	436.861,63
1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	7.800.000,00	-	5.000.000,00	3.982.258,41
1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	55.106.148,00	-	49.553.258,21	9.661.779,10
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	78.119.790,00	-	42.006.361,84	11.486.105,48
1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	175.245.843,00	-	148.816.713,33	15.338.016,04
1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	111.655.332,00	-	89.781.058,64	13.385.835,00
1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	1.600.000,00	-	1.200.000,00	1.200.000,00
1402 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	850.000,00	-	700.000,00	700.000,00
1404 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	100.000,00	-	25.530,67	24.000,00
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	1.275.000,00	-	802.583,63	751.988,13
1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	1.500.000,00	-	1.298.000,00	1.298.000,00
1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	2.950.000,00	-	1.050.000,00	350.000,00
1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	2.525.000,00	-	1.780.231,04	1.745.231,04
1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	100.000,00	-	-	-
1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	356.745.292,00	-	354.317.035,84	13.716.042,20
1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	34.741.775,00	-	13.529.652,89	11.832.152,89
1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	500.000,00	-	-	-
1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	1.816.828.115,00	-	1.556.907.649,57	914.866.209,72
1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	488.474.400,00	-	420.632.195,88	117.828.701,09
1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	21.400.000,00	-	20.710.087,97	2.426.617,26
6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	127.634.510,00	-	104.181.182,32	104.021.218,32
8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	3.880.000,00	-	1.748.000,00	1.748.000,00
8026 - MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	150.000,00	-	150.000,00	150.000,00
8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	5.120.000,00	-	2.945.000,00	2.945.000,00
8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	63.813.065,00	-	45.434.103,03	5.224.538,53
9989 - MOBILIDADE URBANA	149.212.495,00	-	38.053.700,00	38.053.700,00
9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	163.939.550,00	-	120.608.215,13	109.983.914,45
0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	12.936.952,00	-	11.616.509,00	2.500.000,00
1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	1.429.659.337,00	-	1.372.825.605,72	751.159.841,87
1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	60.431.112,00	-	60.431.112,00	5.733.449,44
1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	830.000,00	-	350.000,00	173.632,00
1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS	21.571.386,00	-	20.553.873,00	20.060.148,61
SUL	16.895.334.046,00	-	15.996.550.314,05	2.782.457.741,79
0052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	300.000,00	-	200.000,00	200.000,00
0068 - ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	27.465.258,00	-	26.199.845,00	452.315,00
0073 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	12.053.100,00	-	10.991.900,00	337.200,00
0085 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	1.050.000,00	-	550.000,00	550.000,00
0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.092.414.914,00	-	1.068.093.211,93	5.290.648,27
0101 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	850.000,00	-	350.000,00	350.000,00
0105 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	400.000,00	-	166.318,30	166.318,30
0120 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	32.447.400,00	-	29.413.636,00	29.413.636,00
0122 - SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	193.111.915,00	-	107.511.807,00	66.486.045,08
0137 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	150.000,00	-	-	-

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO: 2009	MES: DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO: 31/12/2009	PAGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0139 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	4.320.000,00	-	776.593,47	776.593,47
0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	150.000,00	-	137.805,65	137.805,65
0154 - GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	300.000,00	-	299.967,00	299.967,00
0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	1.420.000,00	-	878.307,67	878.307,67
0168 - LIVRO ABERTO	700.000,00	-	500.000,00	500.000,00
0169 - BRASIL, SOM E IMAGEM	400.000,00	-	400.000,00	200.000,00
0172 - CULTURA AFRO-BRASILEIRA	690.000,00	-	99.970,00	99.970,00
0181 - BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	150.000,00	-	148.312,00	148.312,00
0225 - GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	3.361.629,00	-	-	-
0310 - GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	244.038.000,00	-	174.900.125,00	174.900.125,00
0351 - AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	200.000,00	-	-	-
0379 - DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	23.000.000,00	-	23.000.000,00	23.000.000,00
0419 - DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENCE MÉDIO PORTE	2.700.000,00	-	2.700.000,00	2.700.000,00
0461 - PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO ETECNOLÓGICO	24.200.000,00	-	24.200.000,00	-
0471 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	4.100.000,00	-	3.800.000,00	3.384.623,67
0506 - NACIONAL DE FLORESTAS	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00
0515 - INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	15.829.388,00	-	14.045.569,30	14.045.569,30
0569 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	13.181.582,00	-	12.966.456,90	12.189.298,88
0570 - GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	50.594.956,00	-	47.970.955,90	4.447.282,53
0571 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	239.931.953,00	-	228.187.564,71	22.302.648,81
0581 - DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	17.363.260,00	-	16.655.222,76	15.631.609,53
0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	350.000,00	-	199.870,55	134.353,15
0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	13.876.370,00	-	495.735,46	495.735,46
0665 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	650.000,00	-	-	-
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	148.298.289,00	-	121.324.742,10	10.850.785,94
0776 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	200.000,00	-	10.776,24	-
0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	212.079.395,00	-	207.712.411,15	435,41
0906 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZAÇÕES)	624.027,00	-	600.581,07	-
1008 - INCLUSÃO DIGITAL	3.211.000,00	-	3.008.000,00	3.909.000,00
1025 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	11.631.380,00	-	11.106.499,34	10.794.863,66
1027 - PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	125.800.000,00	-	103.606.171,76	103.606.171,76
1029 - RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO	240.000.000,00	-	239.939.089,93	19.095.000,00
1049 - ACESSO À ALIMENTAÇÃO	900.000,00	-	897.849,00	897.849,00
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO	329.513.899,00	-	326.358.112,88	1.918.028,05
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	252.481.074,00	-	244.933.293,35	16.931.046,36
1067 - GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	1.477.480,00	-	1.327.259,53	390.669,53
1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO	2.876.513.449,00	-	2.737.107.293,86	231.321.371,47
1078 - NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	200.000,00	-	200.000,00	78.742,99
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	1.900.000,00	-	1.700.000,00	1.700.000,00
1133 - ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	4.960.000,00	-	3.360.000,00	2.460.000,00
1138 - DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	59.005.019,50	-	58.460.538,52	58.460.538,52
1141 - CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	700.000,00	-	550.000,00	550.000,00
1142 - ENGENHO DAS ARTES	7.380.000,00	-	4.747.020,00	4.597.020,00
1166 - TURISMO SOCIAL NO BRASIL : UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	159.975.000,00	-	108.331.654,95	94.920.770,78
1214 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	1.130.209.000,00	-	1.124.625.909,42	60.003.485,63
1220 - ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	4.800.517.719,00	-	4.698.089.337,59	212.062.171,04
1250 - ESPORTE E LAZER DA CIDADE	78.190.000,00	-	68.435.000,00	68.435.000,00
1287 - SANEAMENTO RURAL	3.865.000,00	-	600.000,00	600.000,00
1291 - SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	3.244.660,00	-	3.015.056,47	3.015.056,47
1293 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	403.925.537,00	-	403.805.027,36	20.577.702,25
1334 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	39.182.033,00	-	33.625.421,81	33.625.421,81
1335 - TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	963.950.000,00	-	963.950.000,00	-
1342 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	6.054.000,00	-	4.533.700,15	4.533.700,15
1344 - GESTÃO DA POLÍTICA AQUÍCOLA E PESQUEIRA	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00
1346 - QUALIDADE AMBIENTAL	5.095.358,00	-	4.184.044,77	3.572.135,79
1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.790.000,00	-	1.077.373,60	1.077.373,60
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	18.245.205,00	-	12.745.017,83	4.294.168,60
1384 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	96.806.418,00	-	81.069.862,72	6.333.742,60

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA	EXERCÍCIO: 2009	MÊS: DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO: 31/12/2009	PÁGINA:
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1385 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	50.322.828,00	-	35.062.894,38	3.737.000,00
1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	5.651.000,00	-	5.501.000,00	5.501.000,00
1402 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	100.000,00	-	-	-
1427 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	2.220.000,00	-	1.449.792,00	1.449.792,00
1430 - DESENVOLVIMENTO MACRORREGIONAL SUSTENTÁVEL	3.500.000,00	-	600.000,00	600.000,00
1432 - PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	350.000,00	-	100.000,00	100.000,00
1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	500.000,00	-	300.000,00	300.000,00
1442 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	700.000,00	-	300.000,00	300.000,00
1444 - VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	106.907.104,00	-	106.898.750,57	7.430.772,09
1448 - QUALIDADE NA ESCOLA	29.050.000,00	-	15.918.327,59	18.918.327,59
1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	364.464.886,00	-	308.722.232,70	172.508.562,98
1462 - VETOR LOGÍSTICO SUL	1.561.297.845,00	-	1.381.344.350,92	872.789.762,33
1463 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	6.470.000,00	-	5.681.794,29	2.722.809,19
6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	130.050.000,00	-	99.724.775,80	98.852.775,80
8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	4.450.000,00	-	4.250.000,00	4.250.000,00
8028 - VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	2.960.000,00	-	2.660.000,00	2.660.000,00
8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	9.953.430,00	-	9.084.105,00	513.967,50
9988 - MOBILIDADE URBANA	18.240.000,00	-	2.263.500,00	2.263.500,00
9991 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	48.695.254,00	-	34.055.457,29	30.158.451,64
0152 - SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRÓ-SINASE	12.752.816,00	-	12.501.608,00	9.000.000,00
1128 - URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	205.477.510,00	-	198.260.089,00	117.355.944,15
1289 - VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	23.147.480,00	-	23.147.480,00	2.245.410,37
1305 - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	100.000,00	-	-	-
1156 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGÓCIO	100.000,00	-	98.390,00	-
1295 - DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS	379.174.315,00	-	378.948.338,21	67.715.079,55
1388 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR (PITCE	500.000,00	-	500.000,00	500.000,00
Total	1.705.173.824.197,00	-	1.416.371.413.382,26	68.162.712.161,72

3.3.3 – Resultado Orçamentário

Aqui se repetem as informações constantes do item 3.3 da Parte III, que evidenciam o resultado alcançado.

TABELA 3.3-24 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2009

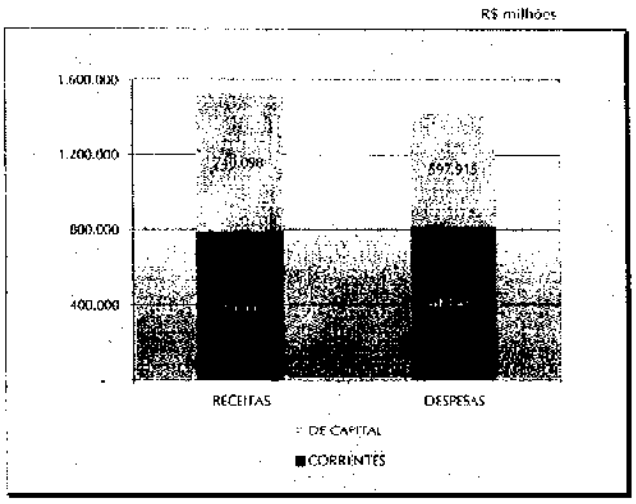
R$ milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	PREV./DOTAÇÃO	REALIZ./ EXEC.	EXCESSO/INSUF.
I – RECEITAS	**1.581.448**	**1.526.631**	**54.817**
Receitas Correntes	852.252	786.533	65.720
Receitas de Capital	729.195	740.098	(10.903)
II – DESPESAS	**1.684.713**	**1.416.371**	**268.341**
Despesas Correntes	896.118	818.457	77.661
Despesas de Capital	788.595	597.915	190.680
III-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**20.461**	**0**	**20.461**
IV – SUPERAVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (I-II)		**110.260**	

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

O total da dotação das despesas, adicionado à reserva de contingência, é superior ao total das receitas previstas, em razão dos créditos adicionais abertos ao longo do exercício. Em 2009, o balanço orçamentário aponta para uma insuficiência de arrecadação de R$ 54.817 milhões e uma economia na execução da despesa de R$ 268.341 milhões. A análise demonstra que a arrecadação das Receitas Correntes foi inferior à execução das Despesas Correntes gerando um déficit corrente de R$ 31.924 milhões, enquanto as Receitas de Capital foram superiores às Despesas de Capital em R$ 142.183 milhões. No cômputo global da execução orçamentária, houve um superávit orçamentário de R$ 110.260 milhões.

FIGURA 3.3-51 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

3.3.4 Execução de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e da Inscrição de Restos a Pagar do Exercício

Execução de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

No encerramento do exercício de 2008, um total de R$ 67,65 bilhões (saldos atualizados, tendo por referência dezembro de 2009) de despesas empenhadas, mas não liquidadas, foi inscrito em restos a pagar não-processados. Desse total, R$ 15,7 bilhões se referiam a empenhos emitidos em exercícios anteriores a 2008. Além disso, um montante de R$ 26,9 bilhões, referente a despesas liquidadas, mas ainda não pagas até o encerramento do exercício de 2008, foi inscrito em restos a pagar processados. No exercício de 2009, apesar dos pagamentos e cancelamentos realizados, permaneceram despesas para pagamento em 2010. As tabelas 3.3-25 a 3.3-28 demonstram a situação da execução dos restos a pagar processados e não processados por Poder e Órgão, e por Grupo de Despesa, ao final do exercício de 2009.

TABELA 3.3-25 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – UNIÃO – SALDOS DE DEZEMBRO DE 2009

R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
LEGISLATIVO	159.250	156.649	2.577	24
Câmara dos Deputados	147.781	147.307	449	24
Senado Federal	7.045	6.938	106	
Tribunal de Contas da União	4.425	2.403	2.022	
JUDICIÁRIO	307.054	226.296	58.639	22.119
Supremo Tribunal Federal	449	144	305	
Superior Tribunal de Justiça	967	700	227	41
Justiça Federal	94.807	74.049	6.585	14.174
Justiça Militar	161	5	132	24
Justiça Eleitoral	150.493	130.892	20.489	2.113
Justiça do Trabalho	38.654	19.992	12.902	5.760
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	18.521	514	18.001	6
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	2.117	208	1.310	519
EXECUTIVO	26.456.637	7.230.163	15.095.347	4.131.123
Presidência da República	176.152	3.656	157.776	14.719
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	18.386	72	18.312	2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	313.090	97.298	206.831	8.961
Ministério da Ciência e Tecnologia	286.016	10.577	200.588	74.852
Ministério da Fazenda	500.112	154.790	341.977	3.344
Ministério da Educação	2.193.840	65.568	1.228.816	899.456
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	577.630	241	19.317	553.073
Ministério da Justiça	30.527	2.833	23.231	4.463
Ministério de Minas e Energia	9.800	2.632	6.684	483
Ministério Previdência Social	16.621.863	4.865.675	11.751.704	4.534
Ministério das Relações Exteriores	2.957	266	221	2.470
Ministério da Saúde	2.724.347	199.862	421.967	2.102.517
Ministério do Trabalho e Emprego	2.503	372	2.122	10
Ministério dos Transportes	428.912	47.700	350.647	30.565
Ministério das Comunicações	917	887	19	11
Ministério da Cultura	19.126	7.826	8.429	2.866
Ministério do Meio Ambiente	10.929	9.656	900	174
Ministério do Desenvolvimento Agrário	14.018	1.690	6.670	5.658
Ministério do Esporte	2.195	27	1.110	1.058
Ministério da Defesa	1.790.620	1.655.340	128.640	6.641
Ministério da Integração Nacional	289.691	66.818	79.386	143.487
Ministério do Turismo	9.459	1.775	6.683	1.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	366.363	12.287	101.960	252.117
Ministério das Cidades	72.185	22.166	31.356	18.663
TOTAL	26.925.058	7.613.397	15.157.873	4.153.784

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Notas:
a) Inclui despesas intraorçamentárias.
b) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das parles em função de arredondamentos.

TABELA 3.3-26 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS – UNIÃO – SALDOS DE DEZEMBRO DE 2009

R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008			
LEGISLATIVO	599.950	135.954	82.193	331.788	321.923
Câmara dos Deputados	351.680	109.867	60.268	164.504	236.775
Senado Federal	62.209	18.264	20.663	35.135	24.676
Tribunal de Contas da União	186.060	7.823	1.262	132.148	60.473
JUDICIÁRIO	1.182.218	288.713	216.740	1.094.088	160.103
Supremo Tribunal Federal	103.049	12.343	11.748	83.283	18.361
Superior Tribunal de Justiça	36.081	190.329	76.665	42.052	27.694
Justiça Federal	436.336	92.228	54.746	441.487	32.331
Justiça Militar	10.117	823	1.449	9.443	49
Justiça Eleitoral	287.145	21.753	32.716	254.795	21.387
Justiça do Trabalho	285.517	48.782	34.659	240.231	59.408
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	23.971	2.455	2.757	22.797	873
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	212.293	52.816	23.028	185.194	56.884
EXECUTIVO	49.917.870	15.260.690	8.340.182	31.559.281	25.279.097
Presidência da República	838.795	116.212	41.593	752.547	160.868
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	469.073	86.201	41.796	132.237	381.240
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	740.379	47.140	117.958	554.172	115.389
Ministério da Ciência e Tecnologia	951.586	115.705	115.835	652.829	298.627
Ministério da Fazenda	8.067.922	510.582	387.815	5.080.575	3.110.113
Ministério da Educação	4.030.629	1.208.721	963.151	2.950.583	1.325.017
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	91.407	12.943	13.900	52.670	37.780
Ministério da Justiça	928.453	136.776	97.635	684.140	783.454
Ministério de Minas e Energia	1.666.214	2.402.954	2.390.348	114.757	1.564.063
Ministério Previdência Social	520.558	20.172	43.083	305.634	192.014
Ministério das Relações Exteriores	13.280	1.194	2.705	11.086	683
Ministério da Saúde	5.356.329	1.232.736	664.482	3.490.173	2.434.411
Ministério do Trabalho e Emprego	1.305.469	12.311	14.567	921.061	380.351
Ministério dos Transportes	7.610.392	2.585.094	1.631.283	5.084.571	3.479.632
Ministério das Comunicações	135.123	7.561	20.918	70.215	51.551
Ministério da Cultura	333.830	60.127	53.676	266.754	73.526
Ministério do Meio Ambiente	108.107	27.866	30.457	73.696	31.820
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.958.869	542.878	447.750	1.204.271	849.726
Ministério do Esporte	795.344	331.082	63.733	338.976	723.718
Ministério da Defesa	2.720.195	421.566	140.905	2.409.947	590.909
Ministério da Integração Nacional	4.151.483	2.244.918	386.906	2.836.393	3.173.101
Ministério do Turismo	1.031.179	301.010	134.473	617.166	1.471.449
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	173.601	14.420	61.009	68.643	58.370
Ministério das Cidades	5.120.261	2.722.609	474.200	2.885.387	4.483.283
TOTAL	51.912.330	15.738.173	8.662.143	33.170.351	25.818.008

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional / Notas: a) Inclui despesas intraorçamentárias. / b) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 3.3-27 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS POR GRUPO DE DESPESA – UNIÃO – SALDOS DE DEZEMBRO DE 2009

R$ milhares

GRUPO DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Pagos			A Pagar (d)
			Valor (c)	% (c/total c)	% (c) / (a-b)	
Pessoal e Encargos Sociais	2.694.607	2.086.054	451.516	3,0	74,2	157.036
Juros e Encargos da Dívida	26.176	0	26.176	0,2	100,0	0
Outras Despesas Correntes	19.116.399	5.243.221	13.105.343	86,5	94,5	767.831
Investimentos	4.450.572	282.658	1.498.941	9,9	36,0	2.668.974
Inversões Financeiras	592.213	1.464	30.805	0,2	5,2	559.944
Amortização/Refinanciamento da Dívida	45.091	0	45.091	0,3	100,0	0
TOTAL	26.925.058	7.613.397	15.157.873	100,0	78,5	4.153.784

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional / Notas: a) Inclui despesas intraorçamentárias. / b) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 3.3-28 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS POR GRUPO DE DESPESA – UNIÃO
SALDOS DE DEZEMBRO DE 2009

R$ milhares

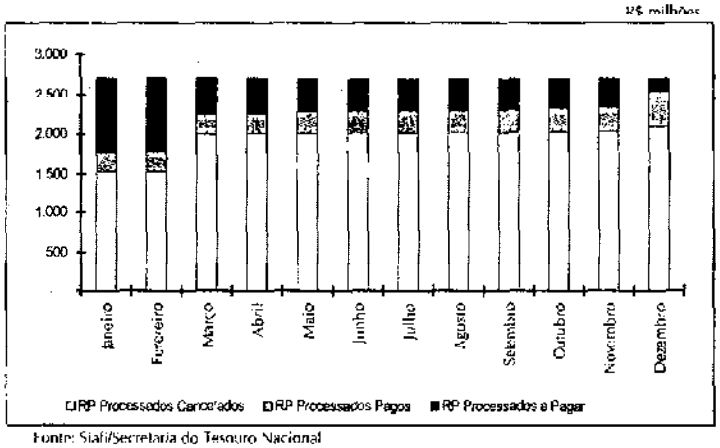
GRUPO DE DESPESA	RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					
			Pagos			
	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Valor (c)	% (c/total c)	% (c) / (a-b)	A Pagar (d)
Pessoal e Encargos Sociais	1.460.146	255.574	576.131	1,7	47,8	628.440
Juros e Encargos da Dívida	25.324	23.856	975	0,0	66,4	493
Outras Despesas Correntes	25.947.986	4.303.829	14.007.202	42,2	64,7	7.636.955
Investimentos	35.397.504	2.413.904	16.693.028	50,3	50,6	16.290.573
Inversões Financeiras	4.592.624	1.438.090	1.893.015	5,7	60,0	1.261.519
Amortização/Refinanciamento da Dívida	226.919	226.890	0	-	-	29
TOTAL	**67.650.503**	**8.662.143**	**33.170.351**	**100,0**	**56,2**	**25.818.008**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional / Nota: Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Pessoal e Encargos Sociais

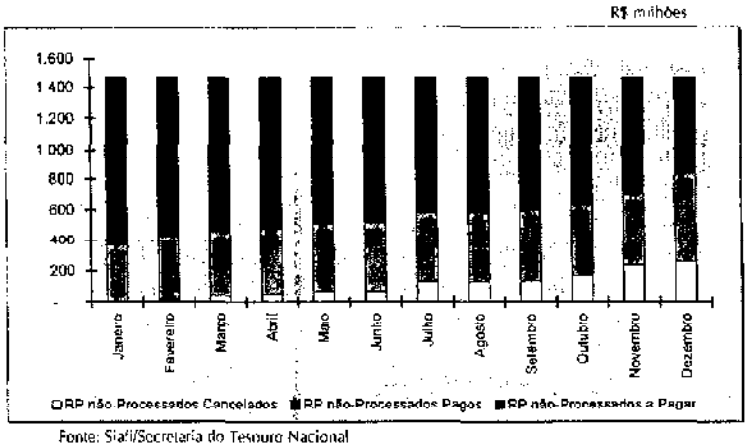
Como apresentado na Tabela 3.3-27, em 2008, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 2.694.607 milhões referentes a despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Foi justamente nesse exercício que passou a vigorar a nova rotina de execução orçamentária da Folha de Pagamento, de modo que esse valor foi registrado após realização de apuração especial no Siafi. No entanto, verificou-se que o valor inscrito não correspondia às obrigações assumidas e ainda não pagas. Assim, foi criada conta contábil específica para registrar os cancelamentos relacionados ao ajuste do valor dos restos a pagar processados da folha de pagamento (19524.02.00 * = CANCELAMENTO AJUSTE EXERCICIO ANTERIOR/FOLHA) e as unidades procederam ao cancelamento, caso a caso, dos valores inscritos indevidamente. Ao final do exercício de 2009, esse valor atingiu o montante de R$ 2.000.791.647,37. Com a melhoria da rotina da folha de pagamento, por meio da criação de conta contábil específica para os valores apropriados, porém ainda não pagos, a inscrição dos restos a pagar relacionados à folha de pagamento foi normalizada em 2009. Ao final do exercício de 2009, restavam ainda R$ 157 milhões a pagar, conforme ilustrado na Figura 3.3.52 abaixo. Da mesma forma, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2008, R$ 1.460 milhões referentes a despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Esses valores foram executados ao longo do de 2009, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de R$ 628.4 milhões ao final do exercício, consoante a Figura 3.3.53.

FIGURA 3.3-52 – EXECUÇÃO DOS RP PROCESSADOS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-53 – EXECUÇÃO DOS RP NÃO-PROCESSADOS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2009

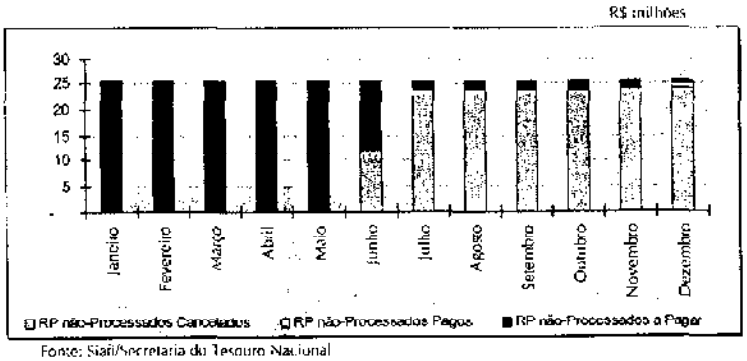


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Juros e Encargos da Dívida

Como ilustrado na Tabela 3.3-27, em 2008, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 26.176 milhões referentes a despesas com Juros e Encargos da Dívida, que foram integralmente pagos já no mês de janeiro de 2009. Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2008, R$ 25.324 milhões referentes a despesas com Juros e Encargos da Dívida. Em julho de 2009, R$ 23.856 milhões já estavam cancelados, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de apenas R$ 493 mil ao final do exercício.

FIGURA 3.3-54 – EXECUÇÃO DOS RP NÃO-PROCESSADOS
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2009

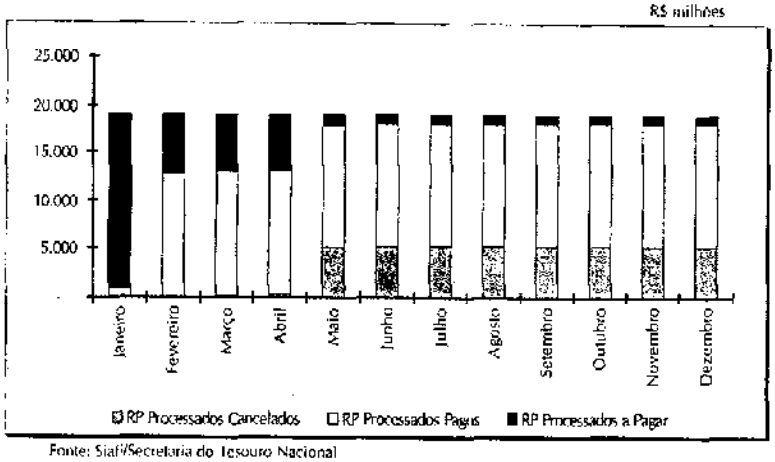


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Outras Despesas Correntes

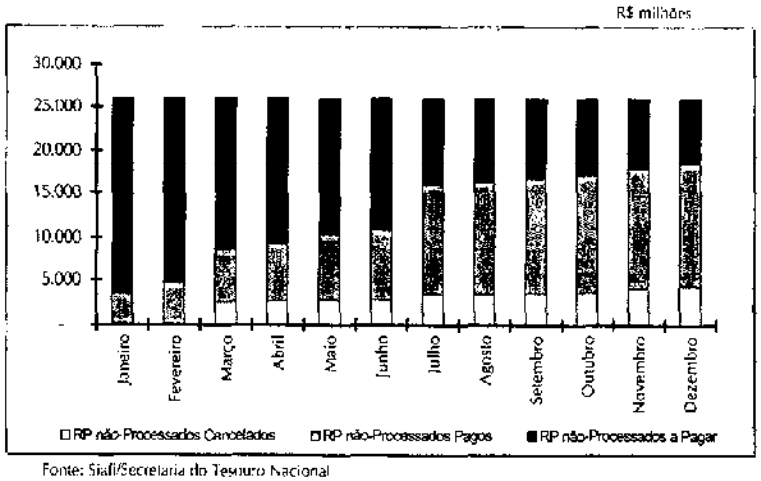
Como ilustrado na Tabela 3.3-27, em 2008, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 19.116 milhões referentes a despesas com Outras Despesas Correntes. Ao final do exercício de 2008, restavam ainda R$ 767.831 milhões a pagar. Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2008, R$ 25.947 milhões referentes a despesas com Outras Despesas Correntes. Esses valores foram executados ao longo do de 2009, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de R$ 7.637 milhões ao final do exercício.

FIGURA 3.3-55 – EXECUÇÃO DOS RP PROCESSADOS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-56 – EXECUÇÃO DOS RP NÃO-PROCESSADOS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2009

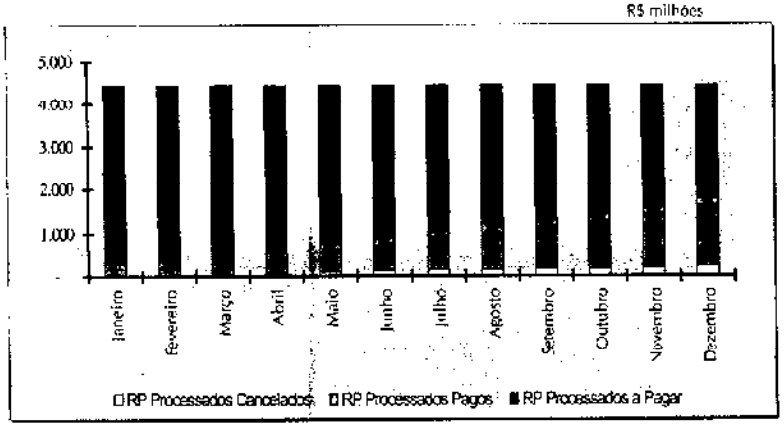


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Investimentos

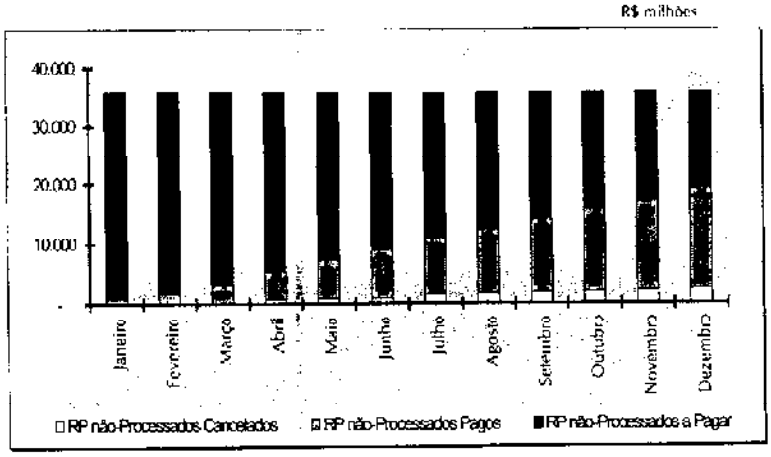
Como ilustrado na Tabela 3.3-27, em 2008, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 4.450.572 milhões referentes a despesas com Investimentos. Ao final do exercício de 2009, restavam ainda R$ 2.668.974 milhões a pagar. Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2008, R$ 35.397.504 milhões referentes a despesas com Investimentos. Esses valores foram executados ao longo do de 2009, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de R$ 16.290.573 milhões ao final do exercício.

FIGURA 3.3-57 – EXECUÇÃO DOS RP PROCESSADOS
INVESTIMENTOS – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

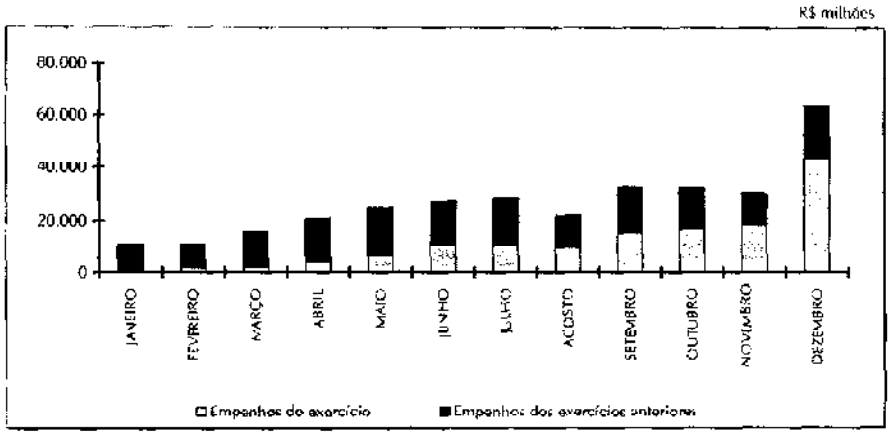
FIGURA 3.3-58 – EXECUÇÃO DOS RP NÃO-PROCESSADOS
INVESTIMENTOS – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Os investimentos representaram 16,3% e 52,3% das despesas inscritas em restos a pagar processados e não-processados, respectivamente, no encerramento do exercício de 2008, embora sua participação no total de despesas orçamentárias represente aproximadamente de 1,1%. Isso reflete o alto grau de inscrição em restos a pagar nesse grupo de despesa. Assim, é interessante observar o comportamento da execução financeira (valores pagos) ao longo do exercício de 2009 nesse grupo de despesa, destacando-se os pagamentos referentes a despesas do exercício e a restos a pagar. A figura a seguir ilustra essas informações, de onde se percebe a predominância da execução financeira relacionada aos empenhos de exercícios anteriores (restos a pagar, portanto).

FIGURA 3.3-59 – PAGAMENTOS TOTAIS POR ANO DO EMPENHO
INVESTIMENTOS – UNIÃO – MOVIMENTO MENSAL 2009

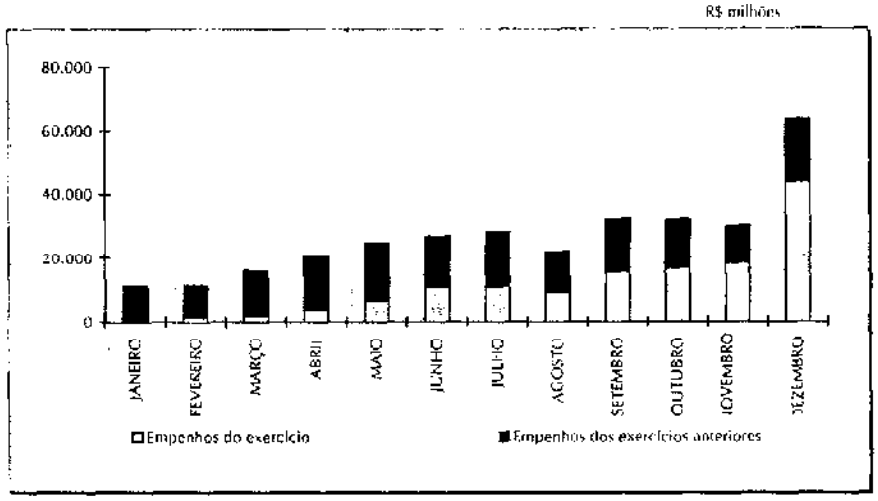


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Inversões Financeiras

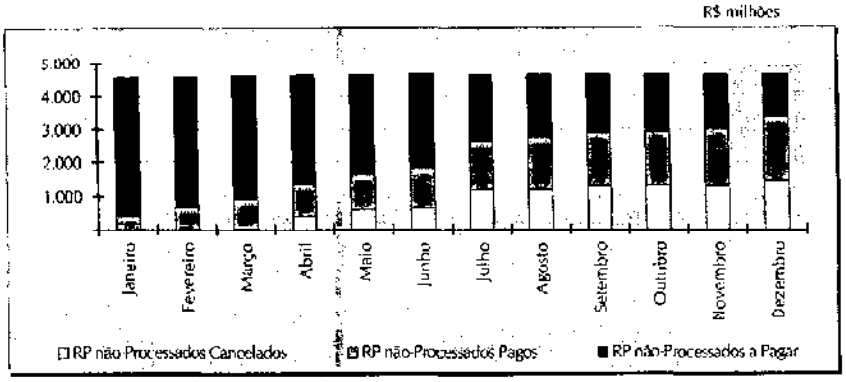
Como demonstrado na Tabela 3.3-27, em 2008, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 592.213 milhões referentes a despesas com Inversões Financeiras. Ao final do exercício de 2009, restavam ainda R$ 559.944 milhões a pagar. Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2008, R$ 4 592.624 milhões referentes a despesas com Inversões Financeiras. Esses valores foram executados ao longo do de 2009, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de R$ 1.261.319 milhões ao final do exercício.

FIGURA 3.3-60 – EXECUÇÃO DOS RP PROCESSADOS
INVERSÕES FINANCEIRAS – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-61 – EXECUÇÃO RP NÃO-PROCESSADOS
INVERSÕES FINANCEIRAS – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2009

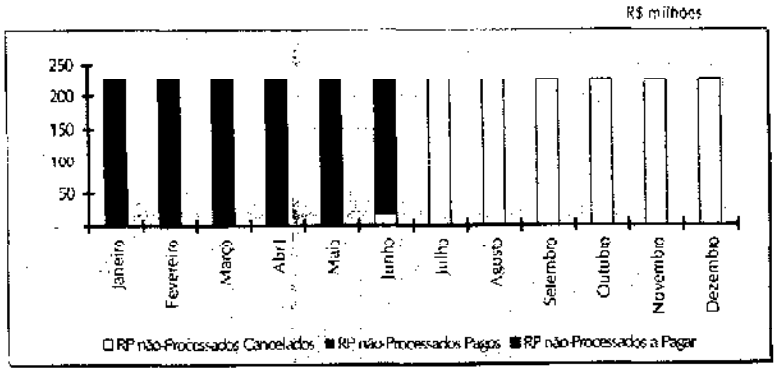


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Amortização da Dívida

Como apresentado na Tabela 3.3-27, em 2008, foram inscritos em restos a pagar processados R$ 45.091 milhões referentes a despesas com Amortização da Dívida, pagos integralmente no mês de janeiro de 2009. Por outro lado, foram inscritos em restos a pagar não-processados, em 2008, R$ 226.919 milhões referentes a despesas com Amortização da Dívida. Esses valores foram praticamente integralmente cancelados ao longo do exercício de 2009, restando um saldo a pagar (que engloba tanto restos a pagar não-processados "a liquidar" quanto "liquidados a pagar") de R$ 29 mil ao final do exercício. Nota-se que o comportamento geral dos restos a pagar das despesas de Amortização da Dívida foi bastante semelhante ao dos restos a pagar das despesas de Juros.

FIGURA 3.3-62 – EXECUÇÃO DOS RP NÃO-PROCESSADOS
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – UNIÃO – SALDOS MENSAIS ACUMULADOS 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Da inscrição de Restos a Pagar do Exercício

A tabela abaixo demonstra a inscrição de restos a pagar no encerramento do exercício de 2009 (segregando os restos a pagar processados dos não-processados, e, ainda, evidenciando os valores inscritos e os reinscritos.

TABELA 3.3-29 – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR POR GRUPO DE DESPESA – UNIÃO – 2009

R$ milhões

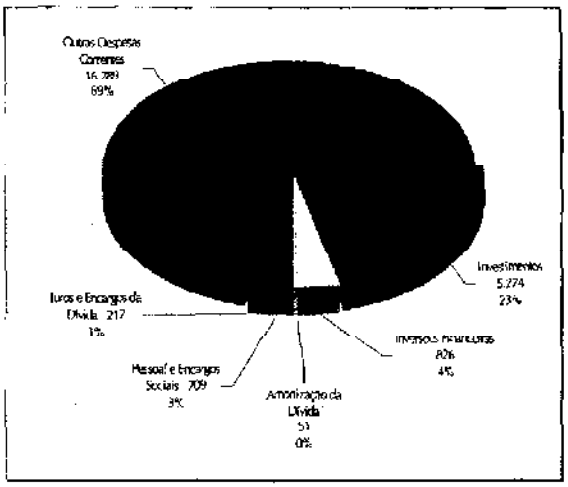
Grupo de Despesa	Liquidados e Não Pagos (Processados)	Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)	
	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício
Pessoal e Encargos Sociais	709	617	1.233
Juros e Encargos da Dívida	217	0	429
Outras Despesas Correntes	16.289	7.282	28.139
Investimentos	5274	14.804	30.853
Inversões Financeiras	826	1.261	7.331
Amortização da Dívida	51	0	182
TOTAL	23.367	23.965	68.166

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

As figuras a seguir ilustram a participação de cada grupo de despesa.

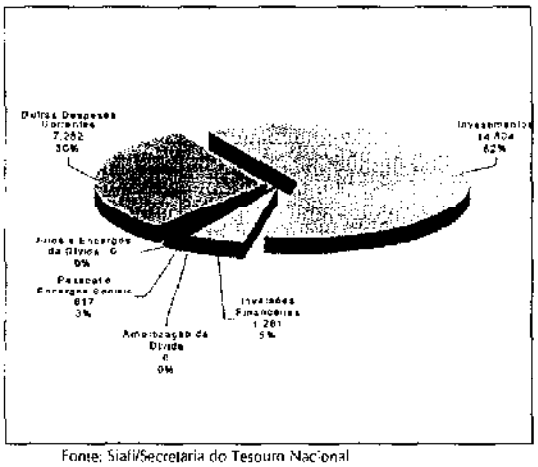
FIGURA 3.3-63 – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - EMPENHOS DE 2009 – UNIÃO – 2009

R$ milhões



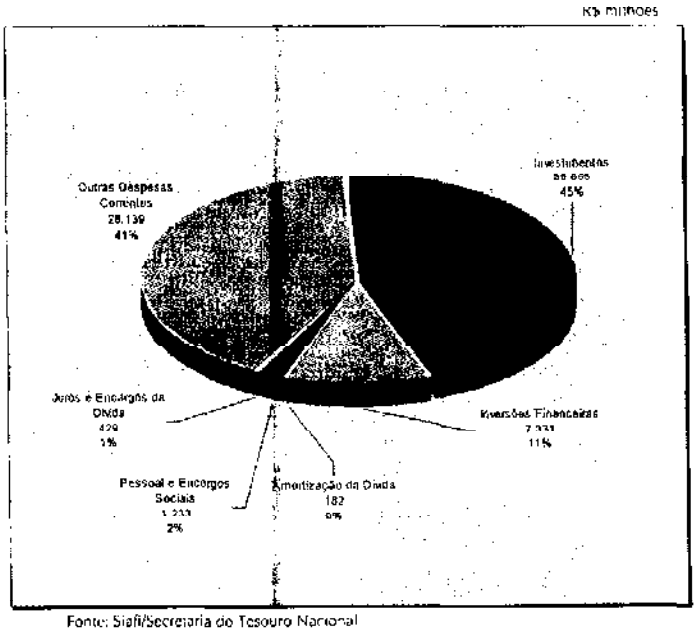
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-64 – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS - EMPENHOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2009 – UNIÃO – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

FIGURA 3.3-65 – INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS - EMPENHOS DE 2009 – UNIÃO – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Das figuras, especialmente as que tratam dos restos a pagar não-processados, percebe a grande participação das despesas com investimentos. Como se sabe, a participação desse grupo no total de despesas executadas no exercício é bem mais modesta.

3.4 - ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

3.4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Recursos Aplicados

No exercício de 2009, a União executou o montante de R$ 24.354 milhões com despesas típicas de ensino utilizando recursos provenientes da arrecadação de impostos. Essa arrecadação atingiu o montante de R$ 244.071 milhões. Esse valor é um pouco superior ao divulgado no item "Receita Tributária" deste relatório, pois no montante das receitas de impostos considerado para fins de cálculo do limite mínimo de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) inclui-se a arrecadação das multas, juros de mora e dívida ativa dos impostos. Desse valor, foram deduzidos R$ 127.305 milhões, referentes às receitas desvinculadas e às transferências constitucionais a Estados, Municípios e Distrito Federal, o que resultou em uma base de cálculo R$ 116.766 milhões. Assim, chega-se a um percentual de aplicação de 20,9%, o que caracteriza, portanto, o cumprimento do limite mínimo constitucional. A tabela abaixo demonstra as receitas e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESA COM MDE – UNIÃO – 2009

R$ milhões

RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	290.511	290.511	244.071	84,0
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Importação - II	20.559	20.559	15.969	77,7
Imposto sobre Importação - II	20.454	20.454	15.870	77,6
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do II	94	94	78	83,7
Dívida Ativa do II	3	3	72	2.082,5
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do II	6	6	64	999,1
(-) Deduções da Receita do II	0	0	(134)	
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Exportação - IE	36	36	66	183,6
Imposto sobre Exportação - IE	34	34	10	30,3
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IE	0	0	11	100,1
Dívida Ativa do IE	0	0	0	52,4
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IE	1	1	0	48,7
(-) Deduções da Receita do IE	0	0	55	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Rendas - IR	207.653	202.653	179.939	88,8
Imposto sobre Rendas - IR	197.668	197.668	182.775	92,5
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IR	3.959	3.959	3.841	97,0
Dívida Ativa do IR	419	419	639	152,7
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IR	609	609	781	128,3
(-) Deduções da Receita do IR	0	0	(8.097)	
1.4 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	443	443	473	106,7
Imposto Territorial Rural - ITR	381	381	411	107,8
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	39	39	32	82,5
Dívida Ativa do ITR	2	2	8	527,1
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	22	22	18	82,5
(-) Deduções da Receita do ITR	0	0	4	
1.5 - Receita Resultante do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	44.944	44.944	28.330	63,0
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	43.970	43.970	29.702	67,6
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPI	691	691	414	60,0
Dívida Ativa do IPI	129	129	100	77,3
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPI	154	154	163	106,1
(-) Deduções da Receita do IPI	0	0	(2.049)	
1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	21.867	21.867	19.288	88,2
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	21.653	21.653	19.163	88,5
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF	203	203	70	34,3
Dívida Ativa do IOF	2	2	12	569,3
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF	9	9	10	118,2
(-) Deduções da Receita do IOF	0	0	31	
1.7 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	8	8	6	67,6
Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	8	8	5	59,4
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF-Ouro	0	0	1	-
Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	-
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	-
(-) Deduções da Receita do IOF-Ouro	0	0	(0)	

RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até Dezembro (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
DESVINCULAÇÃO E DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até Dezembro (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
2 - DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO (12,5% de 1)	36.314	36.314	30.909	84,0
3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (21,5% de (1.3 + 1.5))	53.233	53.233	44.778	84,1
4 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS1 (23,5% de (1.3 + 1.5))	58.183	58.183	48.945	84,1
5 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (10% de 1.5)	4.494	4.494	2.833	63,0
6 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS2 (1.7)	8	8	6	67,6
7 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.4)	222	222	236	106,7
8 - TOTAL DA DESVINCULAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 5 +6 + 7)	152.457	152.457	127.305	83,5
9 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-8)	138.054	138.054	116.766	84,6
RECEITAS ADICIONAIS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até Dezembro (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100
10 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.175	4.325	3.058	70,7
11 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0	0	0	0,0
12 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO	2.963	3.111	1.689	54,3
13 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (10 + 11 + 12)	7.138	7.436	4.746	63,8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESA COM MDE – UNIÃO – 2009
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

R$ milhões

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até Dezembro (b)	RECEITAS REALIZADAS % (c) = (b/a)x100	
14 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (18% DE 9)	24.850	24.850	21.018	84,6	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS LIQUIDADAS Até Dezembro (e)	DESPESAS LIQUIDADAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g) = (e + f/d)x100
15 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE	1.519	1.519	1.519	0	100,0
16 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1	1	0	1	57,0
17 - ENSINO FUNDAMENTAL	81	196	126	28	78,5
18 - ENSINO MÉDIO	141	231	184	17	86,7
19 - ENSINO SUPERIOR	10.283	13.935	11.598	1.712	95,5
20 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	2.043	2.747	1.793	675	89,8
21 - OUTRAS	9.206	7.997	5.916	787	83,8
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20 + 21)	23.273	26.626	24.354		91,47
MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ((22)/9)x100%					20,9

Fonte: Siafi - STN/COAD/COINC
1 CF, art. 159, I alíneas "b" e "d".
2 CF, art. 153 §5º.
3 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
4 A complementação da União contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, cinco por cento da complementação anual.
5 Serão assegurados os repasses de, no mínimo, quarenta e cinco por cento da complementação anual até 31 de julho, e de cem por cento até 31 de dezembro.
6 Valor corrigido anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
7 Dedução prevista no Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais, Volume II, aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cuja 1ª edição foi aprovada pela Portaria STN nº 577, de 15 de outubro de 2008, tendo sido submetida previamente à apreciação do Grupo Técnico de Padronização de Relatórios instituído pela Portaria STN nº 133, de 6 de março de 2007. No entanto, em atendimento à determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não está sendo considerada no cálculo da aplicação da União em MDE, mas seu valor continuará sendo evidenciado no demonstrativo.

Notas:
i) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Aplicação por Programas

Garantidos os mínimos constitucionais das receitas para aplicação em educação, resta verificar em quais programas os recursos destinados à Educação foram aplicados. A maior aplicação foi no programa "Universidade do Século XXI" que obteve 66,4% de todos os recursos aplicados, seguidos dos programas "Democratizando o Acesso à Educação Profissional e Tecnológica", com 11% e "Brasil Escolarizado", com 9,4%. A seguir a tabela abaixo demonstra os percentuais de cada programa dos recursos da educação.

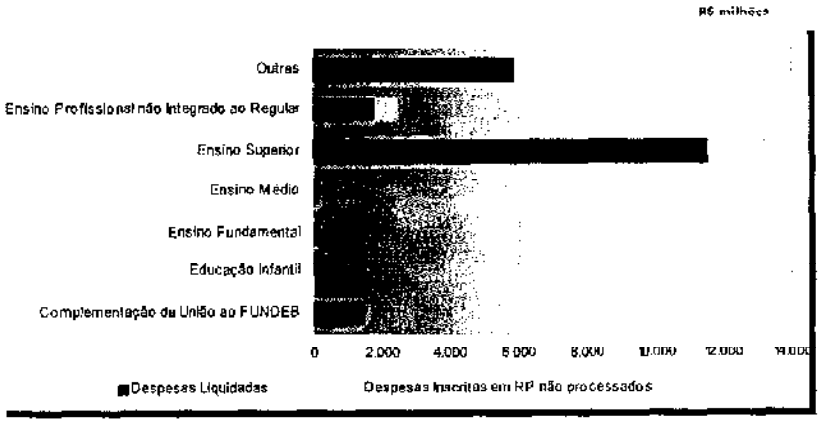
DESPESAS TOTAIS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR PROGRAMA – 2009

R$ milhões

PROGAMA	VALOR	%
0150 IDENTIDADE ETNICA E PATRIMONIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS	6	0,0
0461 PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO	15	0,1
0471 CIENCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSAO SOCIAL	12	0,1
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCITO	4	0,0
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	86	0,4
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÃO)	1	0,0
0906 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÃO)	72	0,3
1060 BRASIL ALFABETIZADO	63	0,3
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	2.290	9,4
1062 DEMOCRATIZANDO O ACESSO A EDUCACAO PROFISSIONAL, TECNOLOGICA	2.681	11,0
1067 GESTAO DA POLITICA DE EDUCACAO	81	0,3
1073 UNIVERSIDADE DO SECULO XXI	16.173	66,4
1147 ENGENHO DAS ARTES	1	0,0
1336 BRASIL QUILOMBOLA	0	0,0
1350 EDUCACAO DO CAMPO (PRONERA)	8	0,0
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO ESPECIAL	69	0,3
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUACAO E DA PESQUISA	1.251	5,1
1377 EDUCACAO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	25	0,1
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	476	2,0
1449 ESTATISTICAS E AVALIACOES EDUCACIONAIS	238	1,0
8034 NACIONAL DE INCLUSAO DE JOVENS - PROJOVEM	812	3,3
TOTAL	**24.354**	**100,0**

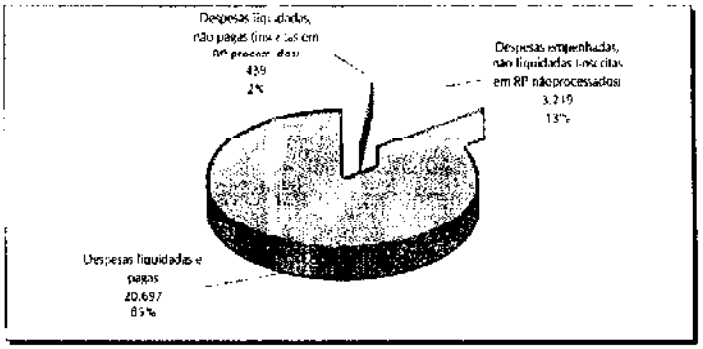
Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

O gráfico a seguir demonstra as despesas executadas com MDE por subfunção orçamentária, destacando os valores não liquidados que foram inscritos em restos a pagar não-processados.



O gráfico a seguir demonstra as despesas consideradas para fins de cálculo da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, evidenciando os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS



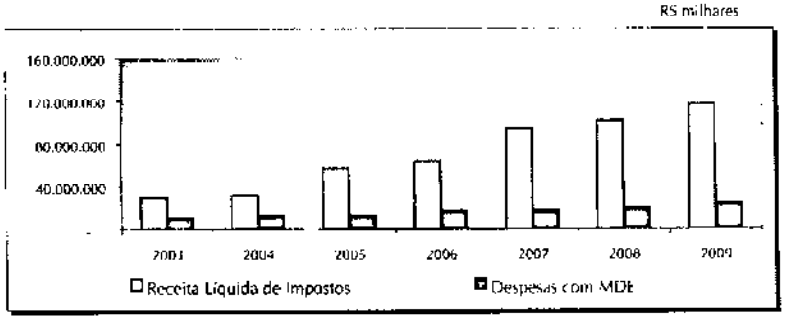
Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 2003– 2009

R$ milhares

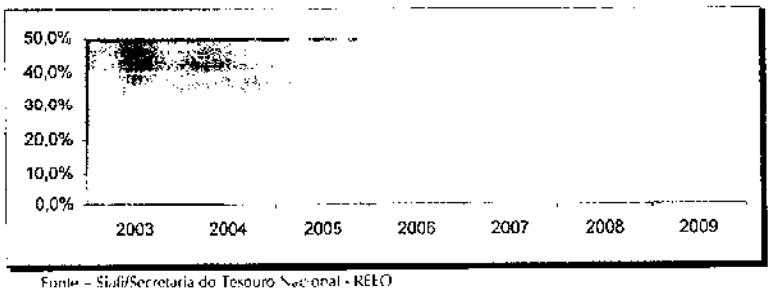
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receita Líquida de Impostos	29.426.531	31.428.039	58.080.108	64.180.563	94.704.864	101.309.991	116.765.895
Despesas com MDE	10.363.832	12.394.446	12.136.019	17.098.253	17.566.751	19.160.623	24.354.237
% das Despesas s/ a Receita de Impostos	35,2%	39,4%	20,9%	26,6%	18,5%	18,9%	20,9%

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS DE IMPOSTOS E DESPESAS COM MDE



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional - RREO

EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DAS DESPESAS COM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional - RREO

Restos a Pagar Inscritos em 2008 e Contabilizados para fins do Cumprimento do Limite com MDE nesse Exercício

Em 2008, foram computadas, para fins de cumprimento do limite mínimo com MDE, despesas empenhadas, mas não liquidadas, no valor de R$ 2.924 milhões, que foram inscritas, portanto, em restos a pagar não-processados. Desse total inscrito, R$ 484 milhões foram cancelados em 2009. A dedução desses valores do cálculo das despesas para fins de cumprimento do limite mínimo do exercício de 2009 está prevista no Manual de Elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. No entanto, em atendimento a determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não foi considerada no cálculo da aplicação da União em MDE. A fim de conceder maior transparência, a Secretaria do Tesouro Nacional continua evidenciando os valores cancelados no demonstrativo que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, publicado mensalmente pela STN. A execução desses restos a pagar encontra-se demonstrada na Tabela abaixo.

EXEC. DOS RP INSCR. E REINSCR. CONTABILIZADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE COM MDE NESSE EXERCÍCIO - 2008

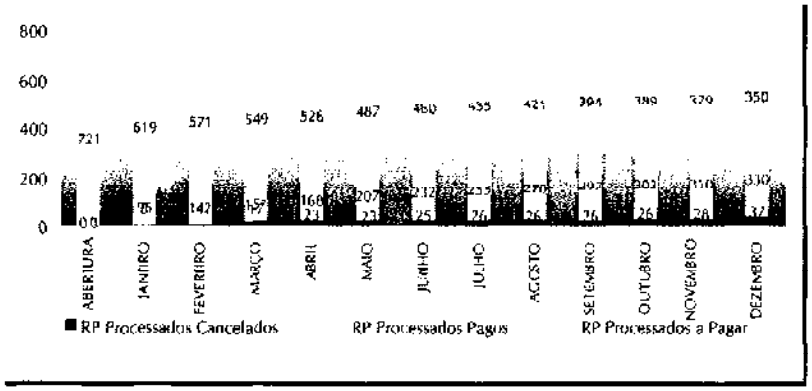
R$ milhões

RESTOS A PAGAR	VALOR	%
RP PROCESSADOS INSCRITOS	717	100,0
RP PROCESSADOS CANCELADOS	37	5,1
RP PROCESSADOS PAGOS	330	46,0
RP PROCESSADOS A PAGAR	350	48,9
RP NÃO-PROCESSADOS INSCRITOS E REINSCRITOS	2.924	100,0
RP NÃO-PROCESSADOS CANCELADOS	484	16,5
RP NÃO-PROCESSADOS PAGOS	1.745	59,7
RP NÃO-PROCESSADOS A PAGAR	696	23,8

Nota - RP NÃO PROCESSADO REINSCRITOS: R$ 849 milhões

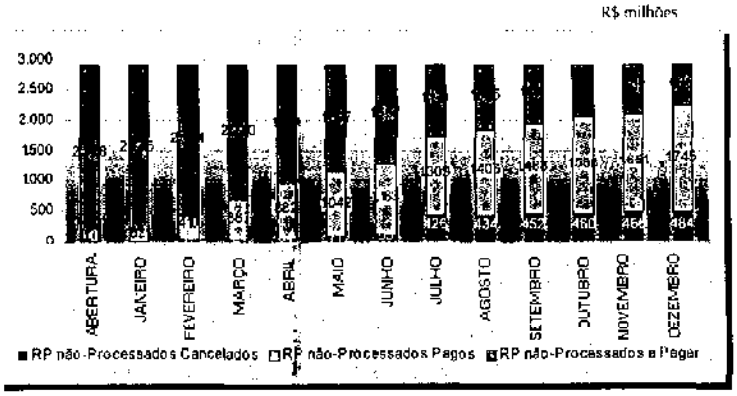
EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2009 DOS RP PROCESSADOS REFERENTES A DESPESAS CONTABILIZADAS NO CÁLCULO DO LIMITE COM MDE EM 2008 – SALDOS ACUMULADOS

R$ milhões



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2009 DOS RP NÃO-PROCESSADOS REFERENTES A DESPESAS CONTABILIZADAS NO CÁLCULO DO LIMITE COM MDE EM 2008 – SALDOS ACUMULADOS



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

3.4.2. Fundo de Manut. e Desenvolv. da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, para vigorar por 14 (quatorze) anos com o objetivo de assegurar recursos à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica e a remuneração condigna dos trabalhadores da educação. A Emenda Constitucional nº 53 estabeleceu União complementará os recursos dos Fundos com no mínimo 4,5 bilhões de reais em 2009.

A Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, e o Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, regulamentaram o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

As Portarias Interministeriais nºs 221, de 10 de março de 2009, 408, de 28 de abril de 2009 e 788, de 14 de agosto de 2009, divulgaram os parâmetros anuais de operacionalização do FUNDEB, fixando o valor anual mínimo nacional por aluno para 2009 em R$ 1.221,34 e a diferenciação do custo anual por aluno estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica, bem como o cronograma mensal de repasse da complementação da União no montante de R$ 5.070.150.000,00 (cinco bilhões, setenta milhões e cento e cinquenta mil reais), conforme tabela abaixo.

R$ milhões

RECEITAS	VALOR
1. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS-FPE (20,0%)	9.052
2. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS-FPM (20,0%)	9.473
3. IPI-EXPORTAÇÃO (20,0%)	566
4. RECURSOS - LEI KANDIR (20,0%)	390
5. ITR (20,0%)	58
6. ICMS (20,0%)	41.581
7. IPVA (20,0%)	3.815
8. ITCMD (20,0%)	369
SUBTOTAL	65.303
9. COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO *	5.070
TOTAL	**70.373**

FONTE: COFIN/STN/MINISTÉRIO DA FAZENDA

Em 2009, 45,3 milhões de alunos da educação básica foram contemplados com os recursos do Fundeb, em todos os estados e Distrito Federal. O aporte de recursos da União ao Fundo foi destinado a nove estados, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, conforme demonstra tabela abaixo, beneficiando um contingente de 16,3 milhões de alunos nos nove Estados. Dos R$ 5,1 bilhões empenhados na ação, 100% foram pagos em 2009.

DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEB POR ESTADO (R$ MILHÕES)

UF	POR ORIGEM									
	FPE	FPM	LC 87	IPI EXP	ICMS	IPVA	ITCMD	ITR	COMP. UNIÃO	TOTAL
AC	284,6	42,4	0,4	0,1	66,9	4,9	0,1	0,1	0,0	422,4
AL	346,1	206,3	3,3	1,5	312,4	20,0	0,9	0,2	192,3	1.083,0
AM	232,2	122,1	3,9	6,1	766,0	25,9	0,4	0,3	61,7	1.218,8
AP	283,9	30,4	1,6	0,5	82,9	6,7	0,0	0,1	0,0	406,0
BA	761,6	721,6	14,5	34,3	1.893,9	95,3	9,4	2,3	1.009,9	4.533,0
CE	610,5	452,7	6,4	4,5	803,4	94,0	3,6	0,2	656,2	2.591,5
DF*	57,4	14,7	3,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	75,4
ES	124,8	149,7	16,6	20,9	1.028,9	57,2	3,5	0,5	0,0	1.402,2
GO	236,6	315,3	5,2	8,1	1.206,3	79,4	10,6	4,8	0,0	1.866,3
MA	600,6	361,9	6,5	5,3	428,6	29,4	0,9	0,5	1.141,5	2.575,2
MG	370,6	1.141,2	50,3	61,4	4.332,0	419,0	35,4	6,9	0,0	6.416,9
MS	110,8	132,2	4,8	3,4	734,8	42,3	7,1	7,2	0,0	1.042,7
MT	192,0	160,5	7,6	6,0	785,0	46,7	0,4	4,9	0,0	1.206,1
PA	508,5	316,3	17,0	23,7	732,0	39,3	0,9	1,1	1.082,6	2.721,5
PB	198,5	280,6	1,1	1,1	385,0	21,7	0,9	0,2	114,1	1.203,1
PE	574,1	436,3	5,8	3,2	1.227,3	70,9	3,5	0,4	447,7	2.769,3
PI	359,6	222,5	1,2	0,1	289,3	14,9	0,5	0,4	264,1	1.152,7
PR	239,9	595,1	38,3	48,9	2.329,9	266,5	18,2	6,3	0,0	3.544,1
RJ	127,1	256,0	22,9	80,7	3.550,6	295,4	45,1	0,9	0,0	4.378,7
RN	347,6	215,3	1,4	0,9	444,3	26,7	1,2	0,1	0,0	1.037,5
RO	234,3	78,9	1,0	1,6	297,1	11,9	46,9	0,2	0,0	666,9
RR	206,4	54,6	0,1	0,0	62,6	0,0	0,0	0,3	0,0	323,9
RS	195,9	590,2	39,2	60,0	2.831,1	254,4	13,8	5,9	0,0	3.990,6
SC	106,5	337,8	14,0	34,7	1.641,6	158,1	9,6	1,1	0,0	2.303,3
SE	345,7	126,1	1,0	0,4	265,7	12,8	0,8	0,2	0,0	752,8
SP	83,2	1.151,1	121,5	102,0	13.541,0	1.665,4	130,2	11,7	0,0	16.806,1
TO	361,1	123,1	0,3	0,2	161,6	13,1	0,5	0,8	0,0	660,8
BRASIL	8.320,5	8.707,5	560,0	510,9	40.016,2	3.733,3	342,4	57,4	5.070,2	67.150,6

Fonte: SIAFI Gerencial

(*) Não incluem os valores referentes ao ICMS do DF.

REPASSES DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB EM 2009 (R$ MILHÕES) - ART. 31, §6º, LEI Nº 11.494/2007

MESES	ESTADOS									TOTAL
	AL	AM	BA	CE	MA	PA	PB	PE	PI	
JAN	12,1	1,6	96,4	33,2	58,9	55,0	6,4	19,1	12,4	254,3
FEV	12,2	2,5	77,9	44,4	78,8	73,6	8,5	25,5	16,6	340,0
MAR	12,2	2,5	77,9	44,4	78,8	73,6	8,5	25,5	16,6	340,0
ABR	28,0	5,7	178,7	101,9	180,8	168,8	19,5	58,5	38,0	780,0
MAI	28,0	5,7	178,7	101,9	180,8	168,8	19,5	58,5	38,0	780,0
JUN	24,4	4,9	155,8	88,8	157,6	147,2	17,0	51,0	33,2	680,0
JUL	12,3	3,5	110,0	62,7	111,2	103,9	12,0	36,0	23,4	480,0
AGO	12,2	7,0	94,5	35,8	58,9	58,3	4,5	34,7	17,2	283,2
SET	12,2	7,0	94,5	35,8	58,9	58,3	4,5	34,7	17,2	283,2
OUT	12,2	7,0	94,5	35,8	58,9	58,3	4,5	34,7	17,2	283,2
NOV	12,2	7,0	94,5	35,8	58,9	58,3	4,5	34,7	17,2	283,2
DEZ	12,2	7,0	94,5	35,8	58,9	58,3	4,5	34,7	17,2	283,2
TOTAL	192,3	61,7	1.109,9	656,2	1.141,5	1.082,6	114,1	447,7	264,1	5.070,2

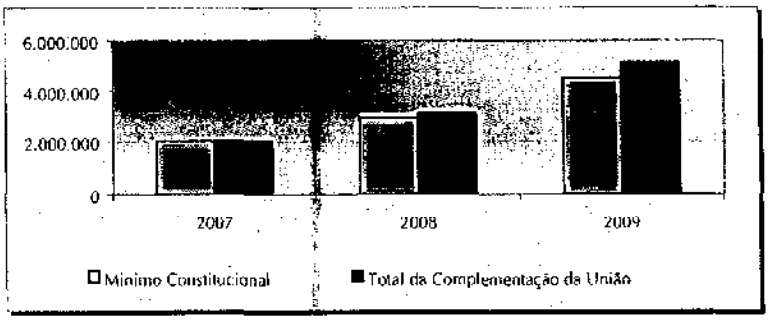
Fonte: Ministério da Educação, Portaria nº 788, de 14 de agosto de 2009.

EVOLUÇÃO DO TOTAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB – 2007-2009

R$ milhares

	2007	2008	2009
Mínimo Constitucional	2.000.000	3.000.000	4.300.000
Total da Complementação da União	2.012.400	3.174.300	5.070.150
Valor considerado como gastos em MDE	537.865	952.290	1.519.000
Percentual nos gastos com MDE (Máx. 30%)	26,7%	30,0%	30,0%

Nota: O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.



3.4.3. Ações e Serviços Públicos de Saúde

Com relação aos recursos aplicados em ações e serviços de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29 (EC 29), de 13 de setembro de 2000, o piso determinado para aplicação mínima pelo MS em 2009, de acordo com o disposto em Portaria do MS (Portaria MS/GM n. 2047, de 5/3/2003, foi da ordem de R$ 54.143,30 milhões. O montante empenhado referente a ações e serviços de saúde foi de R$ 58.270,26 milhões, o que correspondeu a 107,6 % do piso determinado para aplicação em ações e serviços de saúde.

DEMONSTRATIVO DE EMPENHOS EMITIDOS NAS AÇÕES E NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - JANEIRO A DEZEMBRO – 2009

R$ mil

PROGRAMA		VALOR
0016	GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	511.413
0122	SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	768.718
0150	PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	372.345
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	7.014.758
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	133.421
0909	OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	82.760
1036	INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	40.800
1138	DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	23.973
1185	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	174.296
1201	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	359.317
1214	ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	9.160.462
1220	ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	28.896.563
1287	SANEAMENTO RURAL	335.200
1289	VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS	291.569
1291	SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	339.319
1293	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	5.548.670
1312	PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	55.003
1336	BRASIL QUILOMBOLA	1.099
1436	APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	357.010
1444	VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	3.606.880
1446	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	35.499
0007	RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	171.800
	TOTAL	58.281.095

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 2008 foram inscritos em restos a pagar R$ 5.701,88 milhões dos quais foram cancelados R$ 476,01 milhões. Desse montante cancelado, consta R$ 475,92 milhões relativos a ações e serviços de saúde considerados para fins de cumprimento da EC 29.

3.4.4. Aplicação dos Recursos Destinados à Irrigação

Em 2009, a União executou o montante de R$ 563 milhões com despesas na subfunção 607 – "Irrigação". Todos esses valores foram executados por unidades do Ministério da Integração Nacional, no âmbito do Programa "Desenvolvimento da Agricultura Irrigada". A tabela e as figuras a seguir demonstram os valores autorizados e executados em cada região

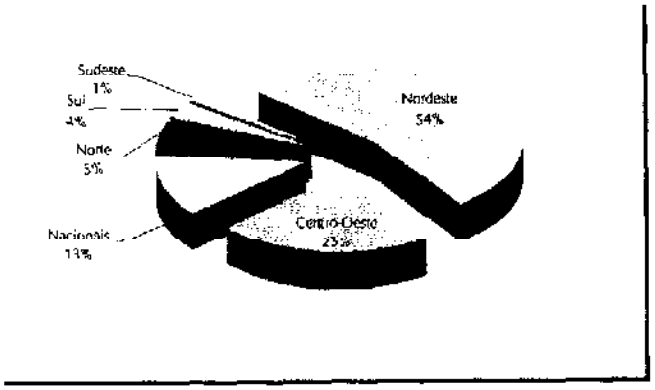
TABELA – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM IRRIGAÇÃO – UNIÃO – 2009

R$ milhões

DESPESAS NA SUBFUNÇÃO 607 - IRRIGAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOT. ATUALIZ. (A)	DESP. EXEC. (B)	% (B)/(A)	% TOTAL (B)
PROGRAMA DESENVOLVI. DA AGRICULTURA IRRIGADA	647	687	563	81,9	100
AÇÕES NA REGIÃO CENTRO-OESTE	151	121	35	29,4	6,3
AÇÕES NACIONAIS	84	94	88	93,6	15,7
AÇÕES NA REGIÃO NORDESTE	350	415	394	95,1	70,1
AÇÕES NA REGIÃO NORTE	30	18	14	75,5	2,4
AÇÕES NA REGIÃO SUDESTE	9	16	8	50,7	1,6
AÇÕES NA REGIÃO SUL	23	23	23	100,0	4,1
TOTAL	**647**	**687**	**563**	**81,9**	**100**

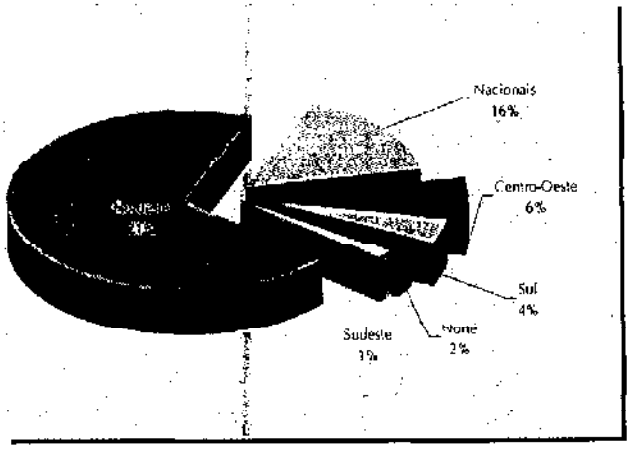
Fonte: SIAFI/STN

DESPESAS NA SUBFUNÇÃO 607 – IRRIGAÇÃODEM PERCENTUAIS DO TOTAL DA DOTAÇÃO INICIAL



Da tabela e da figura acima, observa-se que os percentuais das dotações autorizadas (na Lei Orçamentária e Créditos Adicionais) para as regiões Centro-Oeste e Nordeste foram 23% e 54%, respectivamente, foram superiores àqueles estabelecidos pelo art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Na execução, no entanto, observa-se que as ações na região Centro-Oeste corresponderam a apenas 6% do total. Por outro lado, as ações com irrigação no Nordeste representaram aproximadamente 70% desse total.

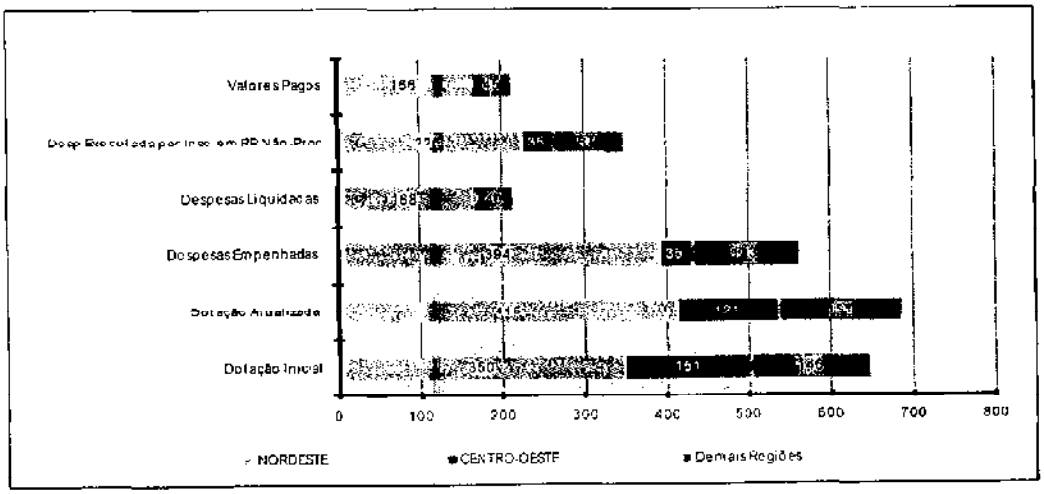
DESPESAS NA SUBFUNÇÃO 607 – IRRIGAÇÃO EM PERCENTUAIS DO TOTAL DA DESPESA EXECUTADA



Fonte – Siafi/STN

Constata-se baixo percentual de execução das ações com irrigação na Região Centro-Oeste: 29,4% do total autorizado. Além disso, todos os valores executados nessa região foram inscritos em restos a pagar não-processados. A figura abaixo demonstra os valores autorizados, liquidados, executados, pagos e inscritos em restos a pagar não-processados das ações nas regiões Centro Oeste, Nordeste e Demais Regiões.

FIGURA – DESPESAS COM IRRIGAÇÃO – 2009



O desempenho do programa ficou aquém do esperado. Questões como tempo demandado para a elaboração do processo licitatório, fatores climáticos que atingiram a execução do projeto, atraso na apresentação da documentação institucional, pendência de documentação institucional dos convenentes/contratados resultaram em atrasos na formalização dos convênios.

3.5 – Análise dos Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

3.5.1. Despesas com Pessoal da União

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

R$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADA Jan/2008 a Dez/2008	DESPESAS EXECUTADA Jan/2009 a Dez/2009	2009/2008
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	107.509.293	125.007.644	16,28%
Pessoal Ativo	56.630.903	66.618.863	17,64%
Pessoal Inativo e Pensionistas	50.878.390	58.388.780	14,76%
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.779.022	18.577.495	34,82%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	89.430	119.087	33,16%
Decorrentes de Decisão Judicial	2.190.846	2.393.398	9,25%
Despesas de Exercícios Anteriores	887.440	485.114	-45,34%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.611.305	15.579.897	46,82%
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	-	-	
Contribuições Patronais	-	-	
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	93.730.272	106.430.148	13,55%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	428.563.288	437.199.421	2,02%
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V) x 100)	21,87%	24,34%	11,31%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	162.425.886	165.698.581	2,02%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	154.323.640	157.435.512	2,02%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009 e de 2008/STN

A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece que os gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo Federal durante o período de 12 meses não poderão exceder a 40,9 % da Receita Corrente Líquida na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei. Da análise da tabela anterior, constata-se que os limites referentes às despesas com pessoal do Poder Executivo mencionados no artigo 56 da LRF foram cumpridos no período de janeiro a dezembro de 2009. Destaca-se que a relação entre despesa com pessoal e RCL sofreu um aumento em 2009 comparado com 2008, passando de 21,87% para 24,34%. Esse incremento pode ser explicado pelo crescimento nominal da despesas de pessoal (13,55%) ter sido maior que o aumento da RCL (2,02%).

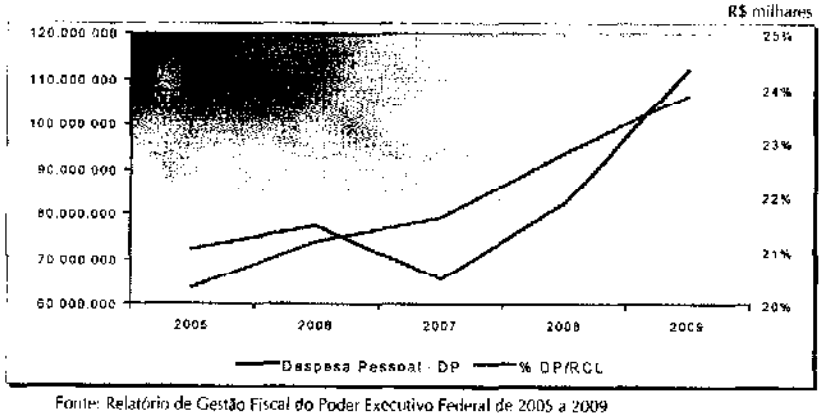
COMPARATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2005-2009)

R$ milhares

	2005	2006	2007	2008	2009
Despesa Pessoal para fins de apuração do limite - DP	63.729.926	73.958.766	79.128.842	93.730.272	106.430.148
% DP/RCL	21,03%	21,45%	20,46%	21,87%	24,34%
Limite permitido	37,90%	37,00%	37,90%	37,90%	37,90%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2005-2009)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

3.5.2. Dívida Pública Consolidada

Registrou-se, em 2009, aumento da relação entre o endividamento público e o PIB, tendo contribuído para isso o impacto da crise financeira internacional sobre o nível de atividade e, consequentemente, sobre as receitas públicas, bem como as medidas anticíclicas adotadas para mitigar os efeitos da crise. Com isso, interrompeu-se a trajetória de cinco anos consecutivos de redução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) como proporção do PIB.

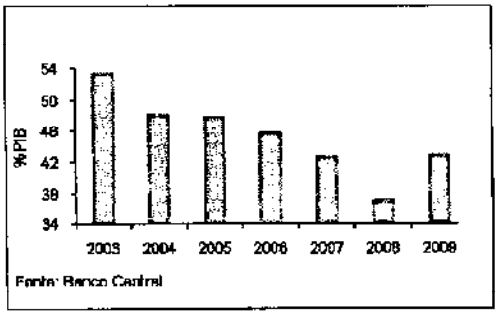
Ressalte-se que em 2008, com a eclosão da crise financeira internacional, a desvalorização cambial acumulada no ano atingiu 32%, contribuindo para reduzir a relação DLSP/PIB, já que a DLSP registra saldo credor vinculado ao câmbio.

Em 2009, com a valorização cambial de 25,5%, e o retorno da taxa de câmbio a níveis próximos ao registrado no final de 2007, esse impacto foi invertido. As mudanças na taxa de câmbio contribuíram para que a DLSP, que havia atingido 42,8% do PIB em 2007 e 37,3% em 2008, retornasse para 43% em 2009.

O déficit nominal, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, também registrou elevação em 2009, em valores correntes e quando comparado ao PIB.

Destaque-se, entretanto, que as perspectivas para o médio e longo prazo continuam favoráveis, indicando a redução dos níveis de déficit e endividamento.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

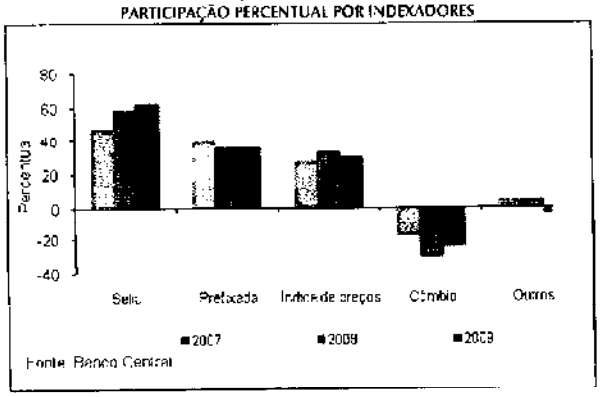


A composição da DLSP alterou-se em 2009, com destaque para a redução da parcela credora vinculada ao câmbio que registra, desde meados de 2006, saldo credor líquido, decorrente, sobretudo, do crescimento das reservas internacionais. A redução, em 2009, dessa parcela deve-se à valorização cambial ocorrida no período.

Ressalte-se que a existência de saldo credor líquido vinculado ao câmbio permite maior segurança na administração da DLSP em momentos de turbulência nos ambientes interno e externo. Houve também redução da participação de títulos vinculados a índices de preços no total da DLSP. Por outro lado, as parcelas da DLSP prefixada e vinculada à taxa Selic apresentaram crescimento.

Além de mudança na composição, registrou-se, ainda, aumento do prazo médio dos títulos emitidos, em linha com as diretrizes de gerenciamento fixadas pelo Governo Federal em seus planos de financiamento da dívida.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES



EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA - FATORES CONDICIONANTES

DISCRIMINAÇÃO	2007		2008		2009	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
Dívida líquida total - Saldo	1200 799	42,8	1153 631	32,3	1345 325	43,0
Fluxos	Acumulados no ano					
Var. DLSP	88 098	-3,1	-47 168	-5,5	191 694	6,6
Fatores	88 098	3,1	47 168	-1,5	191 694	6,1
NFSP	71 492	2,5	57 240	1,9	104 622	3,3
Primário	-89 730	-3,2	-106 420	-3,4	-64 518	-2,1
Juros	161 222	5,7	163 660	5,3	169 140	5,4
Ajuste cambial	21 016	0,7	-77 373	-2,5	79 754	2,5
Div. interna[1]	-2 432	0,1	3 180	0,1	-3 414	-0,1
Div. externa	23 449	0,8	-80 553	-2,6	83 168	2,7
Outros[2]	-2 516	-0,1	-26 404	-0,9	10 880	0,3
Reconhecimento de dívidas	630	0,0	135	0,0	- 345	0,0
Privatizações	-1265	0,0	-767	0,0	-3217	-0,1
Efeito crescimento PIB		-6,2		-4,0		-0,5

Fonte: Banco Central
1/ Dívida mobiliária interna indexada ao dólar
2/ Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida.

Dívida Líquida do Governo Federal

A dívida líquida do Governo Federal alcançou, em 2009, 31% do PIB, elevando-se 6,4 p.p. do PIB em relação a 2008. A dívida mobiliária federal, componente mais importante da dívida líquida, alcançou 44,7% do PIB.

Destaque-se, por outro lado, a redução da dívida externa líquida do Governo Federal, que passou de 4,1% do PIB em 2008 para 3% em 2009. Essa redução foi determinada, principalmente, pela valorização cambial de 25,5% verificada em 2009.

DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL



Fonte: Banco Central do Brasil

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida da União encerrou o exercício de 2009 em R$ 971,9 bilhões, contra R$ 760,3 bilhões observados no exercício anterior.

Em proporção da Receita Corrente Líquida, houve elevação no período, passando de 177,41% em 2008 para 222,29% em 2009.

O Senado Federal ainda não regulamentou o limite da

Dívida Consolidada Líquida para a União, estando em tramitação naquela Casa o projeto de resolução encaminhado pela Mensagem no 154/2000 e Aviso no 1.354 - Casa Civil, de 2000.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - JANEIRO A DEZEMBRO/2009

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.714.930.326	1.896.318.286	2.107.793.785	2.179.091.992
Dívida Mobiliária	1.828.615.101	1.801.874.043	1.951.960.617	2.087.639.820
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	(171.416.013)	45.782.887	110.624.636	52.211.888
Dívida Contratual	35.206.534	27.033.663	24.322.354	19.203.574
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	63.729	65.749	57.962	144.695
Outras Dívidas	22.460.973	21.561.943	20.828.215	19.892.016
DEDUÇÕES (II)	954.617.739	1.086.069.633	1.194.954.219	1.207.223.067
Ativo Disponível	256.125.363	375.348.243	395.416.636	407.029.516
Haveres Financeiros	698.142.376	710.725.890	799.537.583	800.193.551
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	-	-		
Precatórios anteriores a 5.5.2000	-	-	-	-
Insuficiência Financeira	-	-	-	-
Outras Obrigações	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	760.312.587	810.248.653	912.839.566	971.868.925
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	428.563.288	420.877.832	423.852.829	437.199.421
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	400,16%	450,50%	497,29%	498,42%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	177,41%	192,51%	215,37%	222,29%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%> [1]	-	-	-	-

FONTE: Banco Central do Brasil.
[1] Limite em regulamentação.

COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2005-2009)

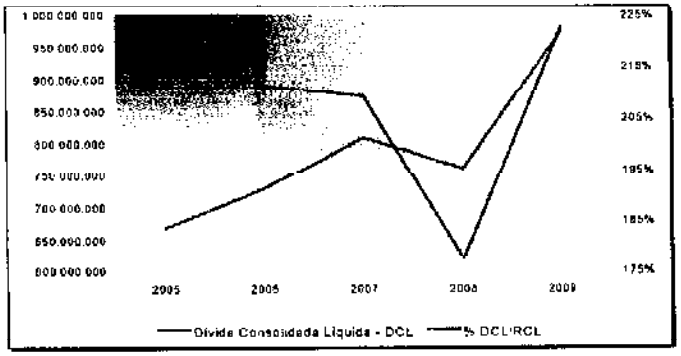
R$ milhares

	2005	2006	2007	2008	2009
Dívida Consolidada Líquida - DCL	667.049.124	727.320.544	808.097.114	760.312.587	971.868.925
% DCL/RCL	220,14%	210,98%	208,98%	177,41%	222,29%
Limite permitido	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

EVOLUÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2005-2009)

R$ milhares



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

3.5.3 - Garantias e Contragarantias de Valores

A Resolução SF nº 96/1989 foi revogada em 21 de dezembro de 2007, por meio da Resolução SF nº 48/2007, que fixou novos limites para a realização de operações de crédito e concessão de garantia da União. Para fins de análise, apresentamos a seguir o Limite de Garantias apurado nos termos da citada Resolução nº 48/2007:

LIMITE DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

R$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	92.786.846	90.810.210	84.650.945	87.335.930
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	428.563.288	420.877.832	423.852.829	417.199.421
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III / IV)	21,65%	21,58%	19,97%	19,98%
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 48/2007 - 60%	257.137.973	252.526.699	254.311.698	267.319.653

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009/STN

O saldo das garantias concedidas pela União até 3º quadrimestre de 2009 apresentou decréscimo de cerca de R$ 5,45 bilhões, representando variação negativa da ordem de 5,87% em relação ao exercício de 2008. Importante observar ainda que não houve garantia honrada pela União no exercício de 2009, e não consta processo de recuperação de haveres da União decorrentes da honra de aval externo.

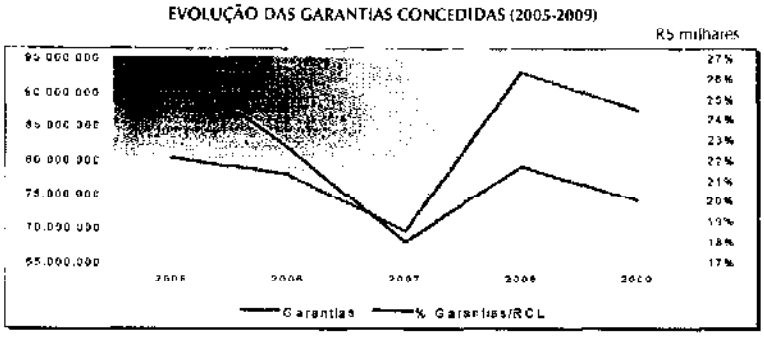
COMPARATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2005-2009)

R$ milhares

	2005	2006	2007	2008	2009
Garantias	80.187.279	77.755.842	69.531.565	92.786.846	87.335.930
% Garantias/RCL	26,46%	22,55%	17,93%	21,65%	19,98%
Limite permitido	-	-	-	60,00%	60,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2005-2009)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

3.5.4. Operações de Crédito

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

R$ milhares

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR
	Até o 3º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	686.343.255
TOTAL DA AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO (II)	517.912.000
OUTRAS DEDUÇÕES (III)	79.908.537
(-) Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	68.305.514
(-) Aporte Bacen MP 415/2008	11.603.023
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	437.199.421
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V) – (I) - (II) - (III)	20,25%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 60%*	262.319.653

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009/STN

Em 2009, o Tesouro Nacional realizou operações de crédito concernentes à dívida pública no montante de R$ 686,34 bilhões. É importante observar que esse montante inclui operações orçamentárias e extra-orçamentárias, que passaram a ser consideradas na apuração do limite a partir do exercício de 2009. Além dissso, a Resolução do Senado Federal nº 41/2009 ampliou as operaçoes dedutíveis para fins de apuração do limite, que passaram a incluir as emissões de títulos destinadas:

a) ao pagamento do resultado negativo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil, de que trata o inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001;

b) ao pagamento do resultado financeiro negativo das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil e das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado interno, conforme apurado em seu balanço semestral, de que trata o inciso II do art. 6º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;

c) a assegurar ao Banco Central do Brasil a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensoes adequadas à execução da política monetária, de que trata o inciso IX do art. 1º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;

Assim, considerando as devidas deduções, as operações de crédito representaram 20,25% da Receita Corrente Líquida - RCL. Dessa forma, cumpriu-se o limite para operações de crédito externas e internas, ficando o percentual abaixo do estabelecido pelo Senado Federal, que é de 60%.

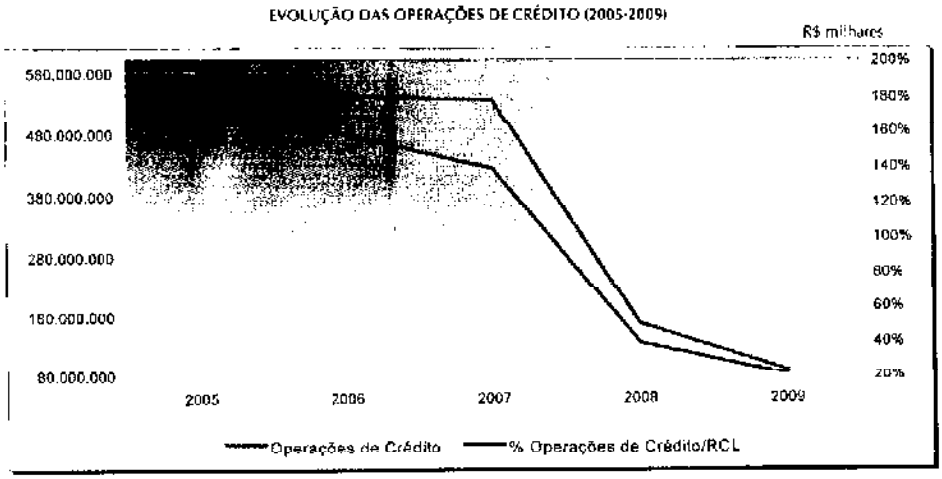
COMPARATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (2005-2009)

R$ milhares

	2005	2006	2007	2008	2009
Operações de Crédito	587.242.336	542.160.242	535.739.597	165.761.175	68.522.719
% Operações de Crédito/RCL	193,80%	157,27%	138,42%	38,68%	20,25%
Limite permitido	-	-	-	60,00%	60,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (2005-2009)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

3.5.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

O Demonstrativo dos Restos a Pagar visa assegurar a transparência da inscrição em restos a pagar de despesas não liquidadas nos limites de disponibilidade de caixa de que trata a LRF. Os demonstrativos publicados pelo Poder Executivo Federal no RGF do 3º quadrimestre de 2009 estão demonstrados a seguir.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

R$ milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	444.702.917	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	28.670.496
Caixa	8.156	Depósitos	2.600.914
Bancos	400.784.197	Restos a Pagar Processados	8.740.369
Conta Movimento	230.332.959	Do Exercício	3.856.304
Contas Vinculadas	170.451.238	De Exercícios Anteriores	4.884.065
Aplicações Financeiras	43.910.563	Outras Obrigações Financeiras	17.329.213
Outras Disponibilidades Financeiras	-	Recursos Vinculados a Liberar para os Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União	6.164.525
		Diversas Obrigações	11.164.688
SUBTOTAL	444.702.917	SUBTOTAL	28.670.496
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	416.032.420
TOTAL	444.702.917	TOTAL	444.702.917
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			88.622.517
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			327.409.903

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	10.376.110	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	15.986.029
Caixa	-	Depósitos	2.863.779
Bancos	1.135.198	Restos a Pagar Processados	13.055.590
Conta Movimento	3.195	Do Exercício	13.004.203
Contas Vinculadas	1.132.002	De Exercícios Anteriores	51.387
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	66.660
Outras Disponibilidades Financeiras	9.240.912		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	5.609.919	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	0
TOTAL	15.986.029	TOTAL	15.986.029
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			831.616
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)			-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009/STN

Esse demonstrativo visa evidenciar as disponibilidades de caixa, existentes em 31.12.2009, segregadas em regime geral e previdênciário e as exigibilidades de curto prazo.

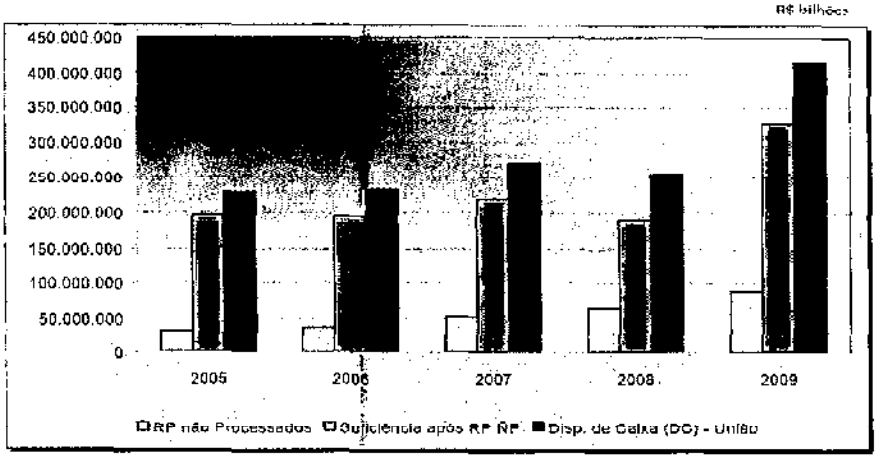
COMPARATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2005-2009)

R$ milhares

	2005	2006	2007	2008	2009
Disp. de Caixa (DC) - União	227.571.466	231.918.016	270.623.944	254.428.768	416.032.420
RP não Processados	31.783.227	36.731.067	52.322.709	64.954.529	88.622.517
Suficiência após RP NP	195.788.239	195.186.949	218.301.235	189.474.239	327.409.903

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2005-2009)



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2005 a 2009

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

R$ milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados a Não Pagos (Processados)		Empenhados a Não Liquidados (Não Processados)		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.256.677	1.096.533	14.050.899	38.642.886	410
Presidência da República	9.621	7.831	136.527	1.532.135	5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.149	146	175.603	386.284	0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	11.610	15.377	94.769	671.414	1
Ministério da Ciência e Tecnologia	28.156	13.721	76.566	258.744	0
Ministério da Fazenda	25.846	71.241	2.637.398	8.571.158	92
Ministério da Educação	5.595	205	43.465	644.378	0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	226	22	9.940	64.126	0
Ministério da Justiça	1.824	17.268	36.649	442.385	21
Ministério de Minas e Energia	16	521	1.551.203	2.625.943	0
Ministério da Previdência Social	2.945	1.748	2.085	6.886	0
Ministério das Relações Exteriores	22	51	631	20.490	4
Ministério da Saúde	928.752	61.122	428.042	6.074.280	40
Ministério do Trabalho e Emprego	2	1.014	347.830	170.174	0
Ministério dos Transportes	22	0	22.899	36.341	0
Ministério das Comunicações	2.009	9	2.154	50.783	0
Ministério da Cultura	1.097	92	33.843	78.026	0
Ministério do Meio Ambiente	146	16	10.255	46.485	0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	9.281	4.215	189.735	664.572	0
Ministério do Esporte	1.426	445	722.415	856.781	0
Ministério da Defesa	131.800	194.214	444.147	3.397.600	246
Ministério da Integração Nacional	82.038	14.210	1.671.180	2.462.614	0
Ministério do Turismo	2.531	9.754	1.466.413	1.903.867	0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	3.141	134.085	18.150	118.196	0
Ministério das Cidades	7.423	549.227	3.712.019	7.359.224	0
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	3.678.775	15.763.974	9.407.364	27.368.184	4.719
Presidência da República	1.720	33.985	23.025	146.908	0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1	1.298	4.489	112.411	0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	6.944	255.760	6.761	579.569	1
Ministério da Ciência e Tecnologia	63.789	207.443	191.282	696.050	4
Ministério da Fazenda	299	149.250	470.673	1.028.432	0
Ministério da Educação	498.615	1.656.208	1.207.894	5.646.347	2.077
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	97	13.727	27.765	74.153	0
Ministério da Justiça	3.502	13.428	245.293	406.146	17
Ministério de Minas e Energia	584	4.764	12.307	233.565	8
Ministério da Previdência Social	51.387	13.004.203	184.647	646.969	95
Ministério das Relações Exteriores	0	0	52	1.631	0
Ministério da Saúde	2.521.188	44.589	648.791	2.175.457	2.032

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Ministério do Trabalho e Emprego	90	5.126	40.439	538.609	280
Ministério dos Transportes	128.580	259.110	3.357.905	6.789.169	6
Ministério das Comunicações	2	732	49.398	78.034	0
Ministério da Cultura	5.843	2.119	53.606	330.612	1
Ministério do Meio Ambiente	13	719	21.550	101.882	1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.458	3.704	646.545	1.611.003	29
Ministério da Defesa	10.565	28.196	21.524	169.173	160
Ministério da Integração Nacional	124.528	33.704	1.438.649	4.625.051	0
Ministério do Turismo	0	0	3.503	18.069	0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	248.971	38.565	1.655	49.587	0
Ministério das Cidades	7.602	8.751	769.408	1.309.338	10
Outras disponibilidades do Poder não comprometidas com RP	-	-	-	-	0
TOTAL	4.935.452	16.860.507	23.443.062	66.011.070	5.129
SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					410.422.501

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2009

O demonstrativo evidencia os valores relativos à inscrição de empenhos em restos a pagar no exercício de 2009.

3.5.6 - Resultado Primário

As metas de resultado primário para o ano de 2009, a princípio, foram fixadas pelo art. 2o da Lei no 11.768, de 14 de agosto de 2008 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 – LDO-2009, da seguinte forma: 3,80% do Produto Interno Bruto – PIB para o Setor Público Consolidado, sendo 2,20% do PIB para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFS e 0,65% do PIB para o Programa de Dispêndios Globais – PDG, com a possibilidade de se reduzir tais metas em até R$ 15.567,0 milhões correspondentes ao Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI. Em 9 de outubro de 2009, a Lei no 12.053 alterou tais metas para 2,50%, 1,40% e 0,20%, respectivamente, e a possibilidade de redução para R$ 28.500,0 milhões, abrangendo toda a programação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Em maio, por ocasião da reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, foi possível dimensionar melhor os efeitos adversos da crise econômica e financeira internacional sobre a economia doméstica, sendo identificada a necessidade de margem para o setor público adotar medidas de política fiscal anticíclicas, complementarmente às outras já em curso. Assim, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional proposta de alteração do arts. 2o e 3o e do Anexo IV da LDO-2009, por meio da Mensagem no 326, de 14 de maio de 2009, posteriormente convertida na Lei no 12.053, de 09 de outubro de 2009.

Tal alteração previa: i) a redução da meta de superávit primário do setor público consolidado de 3,80% para 2,50% do PIB, distribuída da seguinte forma: a) 0,75% no âmbito do Governo Central, cuja meta foi reduzida de 2,15% para 1,40% do PIB; b) 0,50% das empresas estatais federais, que passou de 0,70% do PIB para 0,20% do PIB, resultado da exclusão das empresas do Grupo Petrobras; e c) 0,05% dos Governos Regionais, decorrente da redução da meta de 0,95% para 0,90% do PIB; e ii) a ampliação da possibilidade de abatimento da meta de resultado primário no montante dos gastos efetivamente realizados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC executados no exercício até o montante de R$ 28,5 bilhões, acrescidos dos restos a pagar deste Programa.

Em função da reestimativa do Produto Interno Bruto - PIB nominal, ocorrida em decorrência das reavaliações das receitas e despesas primárias de execução obrigatória, bem como reprojeções dos parâmetros macroeconômicos, o valor nominal da meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2009 foi atualizado, quando da edição do Decreto no 7.036, de 17 de dezembro de 2009, último decreto que estabeleceu a programação orçamentária e financeira para o exercício, para R$ 48,8 bilhões (1,60% do PIB), dos quais R$ 42,7 bilhões (1,40% do PIB) relativos ao Governo Central e R$ 6,1 bilhões (0,20% do PIB) relativos às empresas estatais federais não-financeiras.

Considerando-se a realização de despesas no âmbito do PAC no montante de R$ 17,9 bilhões, resulta que o valor da meta de superávit primário do Governo Federal para fins de cumprimento do dispositivo legal é de R$ 30,8 bilhões.

Encerrado o exercício de 2009, o superávit primário do Governo Federal, apurado pelo Banco Central do Brasil, atingiu R$ 40,6 bilhões, superando, portanto, em R$ 9,8 bilhões a meta do período ajustada nos termos legais. Esta diferença foi suficiente para cobrir o desvio entre superávit primário esperado para os Governos Regionais, R$ 27,4 bilhões, e o montante efetivamente realizado, R$ 23,9 bilhões. Com esses resultados, evidencia-se o efetivo cumprimento da meta de superávit primário do Governo Federal no período em avaliação, ressaltando-se o disposto no § 1o do art. 2o da LDO-2009, que permite a compensação entre as metas estabelecidas para o Governo Central e para as empresas estatais federais não-financeiras.

A apuração do Resultado Primário no Brasil é feita por dois órgãos: o Banco Central do Brasil que utiliza a

metodologia "abaixo da linha", que reflete a variação da dívida líquida do setor público; e a Secretaria do Tesouro Nacional que o faz pelo conceito "acima da linha" que reflete a diferença entre receitas e despesas públicas. As diferenças entre as duas metodologias ocorrem principalmente em função da diferença de momentos em que os registros contábeis são considerados para o cálculo do resultado (princípios de caixa e competência).

O Resultado Primário da União totalizou R$ 32,9 bilhões no exercício de 2009, contra R$ 71,4 bilhões observados no exercício anterior. Em termos desagregados, o superávit obtido pelo Tesouro Nacional no ano (R$ 82,7 bilhões) foi suficiente para compensar os déficits da Previdência Social – RGPS (R$ 42,9 bilhões) e do Banco Central (R$ 629,6 milhões).

A redução do superávit primário do setor público não financeiro em 2009 também contribuiu para o aumento na relação DLSP/PIB. O superávit do setor público consolidado atingiu R$ 64,5 bilhões (2,06% do PIB), reduzindo-se em 1,48 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Houve redução do superávit em todas as esferas do setor público, com destaque para a queda equivalente a 1,02 p.p. do PIB no superávit do Governo Central. Esse desempenho foi influenciado pelo crescimento real negativo de 2,96% das receitas federais, incluindo as receitas previdenciárias, considerando o IPCA como indexador.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Discriminação	2008		2009	
	R$ bilhões	% PIB	R$ bilhões	% PIB
Usos	57,2	1,9	104,6	3,3
Primário	-106,4	-3,5	-64,5	-2,1
Juros	163,7	5,4	169,1	5,4
Fontes	56,5	1,9	104,6	3,3
Financiamento interno	81,5	2,7	158,0	5,0
Dívida mobiliária	174,1	5,7	286,5	9,1
Dívida bancária	-92,9	-3,1	-126,8	-4,0
Outros	3,3	0,1	19,3	0,6
Financiamento externo	-25,0	0,8	-53,4	-1,7

Fonte: Banco Central – Metodologia "abaixo da linha"

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO[1] - OFSS

[1] RREO - Anexo VIII (LRF, art. 53, inciso III) R$ Milhares

RECEITAS	RECEITAS REALIZADAS		
	No bimestre	Jan a Dez/2009	Jan a Dez/2008
RECEITA TOTAL	153.887.438	739.304.486	716.658.414
RECEITAS DO TESOURO NACIONAL (I)	110.986.691	555.053.817	551.343.792
Receita Bruta	116.436.914	569.845.995	564.732.590
Receitas de Impostos	48.734.343	250.170.268	269.274.549
Impostos s/ Comércio Exterior	2.963.106	16.103.348	17.243.105
Impostos s/ Patrimônio e Renda	34.995.757	192.071.065	192.224.837
Impostos s/ Produção e Circulação	10.775.480	49.995.854	59.806.612
Receitas de Contribuições	40.842.865	212.514.001	215.427.134
Demais Receitas	26.859.706	99.161.727	80.030.907
Concessões de Serviços Públicos	117.995	3.091.417	6.080.005
Participações e Dividendos	8.381.792	26.683.036	13.363.768
Outras	18.359.919	69.387.274	60.587.134
(-) Restituições	(5.450.223)	(14.737.373)	(13.387.718)
(-) Incentivos Fiscais	-	(54.805)	(1.079)
RECEITAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (II)	42.399.999	182.008.444	163.355.271
RECEITAS DO BANCO CENTRAL (III)	500.748	2.242.225	1.959.350
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS (IV)	26.072.730	127.683.782	133.076.503
RECEITA TOTAL LÍQUIDA (V) = (I + II + III - IV)	127.814.708	611.620.704	583.582.911

DESPESAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
	No bimestre	Jan a Dez/2009	Jan a Dez/2008
DESPESA TOTAL	115.452.125	572.405.221	497.900.522
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (VI)	71.034.294	344.657.042	295.907.164
Pessoal e Encargos Sociais	30.269.538	151.652.813	130.829.102
Custeio e de Capital	40.816.726	191.824.867	164.035.543
Despesa do FAT	4.252.764	27.433.038	21.026.426
Subsídios e Subvenções Econômicas	1.422.996	5.410.783	5.979.842
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	3.275.524	18.945.995	16.036.196
Outras Despesas de Custeio e de Capital	31.867.442	140.034.872	120.991.079
Transferências ao Banco Central	246.030	1.179.540	1.042.518
DESPESAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (VII)	43.759.732	224.876.366	199.562.012
DESPESAS DO BANCO CENTRAL (VIII)	658.100	2.871.813	2.431.346
FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [2](IX)	-	-	14.244.000
RESULTADO PRIMÁRIO[3]	PERÍODO		
	No bimestre	Jan a Dez/2009	Jan a Dez/2008
RESULTADO PRIMÁRIO DA UNIÃO (X) = (V-(VI+VII+VIII)-(V-(VI+VII+VIII)-IX)	12.362.582	39.215.483	71.438.180
Tesouro Nacional (XI) = (I-IV-VI-IX)	13.879.687	82.712.994	108.117.126
Previdência Social - RGPS[4] (XII) = (II-VII)	(1.359.733)	(42.867.922)	(36.206.741)
Banco Central[5](XIII) = (III) - (VIII)	(157.352)	(629.589)	(471.996)

FONTE: STN/COSEF – Metodologia acima da linha"

1 Considera-se, para efeito de apuração do Resultado Primário, o conceito de União como equivalente ao de Governo Central

2 Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

3 Os valores entre parênteses correspondem a déficit

4 Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

5 Receitas próprias (inclui transferências do Tesouro Nacional) deduzidas das despesas administrativas.

Registrou-se ainda, no âmbito do Governo Central, aumento no déficit da Previdência Social, que passou de 1,20% do PIB em 2008 para 1,37% em 2009. Esse resultado refletiu o crescimento menor das receitas relativamente às despesas com benefícios, a despeito da elevação da massa salarial e do emprego formal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias relativa ao ano de 2009 estabeleceu a meta de superávit primário do setor público em 2,5%, com a possibilidade de serem descontados da meta os gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que alcançaram 0,57% do PIB no acumulado do ano. Tendo em vista o superávit primário efetivamente alcançado, de 2,06% do PIB, foram utilizados R$13,9 bilhões (0,44% do PIB) de despesas do PAC para desconto da meta.

NFSP – RESULTADO PRIMÁRIO

Segmento	2007		2008		2009	
	R$ bilhões	% PIB	R$ bilhões	% PIB	R$ bilhões	% PIB
Governo Central	-59,4	-2,2	-71,3	-2,4	-42,4	-1,4
Governos regionais	-29,9	-1,1	30,6	-1,0	-21,0	-0,7
Empr. estatais	-0,4	0,0	-4,5	-0,2	-1,1	0,0
Total	-89,7	-3,4	-106,4	-3,5	-64,5	-2,1

Fonte: Banco Central – Metodologia "abaixo da linha"

METAS DO SETOR PÚBLICO EM 2009

ABRANGÊNCIA	LDO 2009		Dec. 7.038/2009		Realizado 2009 [2]	
	R$ bi	% PIB	R$ bi	% PIB	R$ bi	% PIB
SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO	116,3	3,80	76,2	2,50	64,5	2,06
Governo Federal	88,7	2,85	49,8	1,60	40,6	1,30
- Governo Central	68,5	2,20	42,7	1,40	42,4	1,35
- Estatais Federais	29,2	0,65	8,1	0,20	-1,9	-0,06
Governos Regionais	29,8	0,96	27,4	0,90	23,9	0,77
PPI PAC conforme Decretos de Programação [3]	15,6	0,50	28,5	0,94	17,8	0,57
Meta para fins de cumprimento da LDO 2009	70,8	2,27	30,8	1,01	40,8	1,30
PIB Nominal (R$ milhões)	3.113.369		3.047.192		3.126.552	

Elaboração: STN/MF – Metodologia "acima da linha"

/1 O valor do PIB Nominal para 2009 constante da LOA 2009 foi estimado pelo Congresso Nacional. O Decreto 6.752/2009 adotou a mesma estimativa da LDO.

/2 PIB realizado em 2009 é estimativa do Banco Central

/3 Ações selecionadas nos termos do art. 3º da Lei nº 11.786, de 2008 (PPI) e alteração introduzida pela Lei nº 12.053, de 09 de outubro de 2009 (PAC)

Ressalte-se também o comportamento dos juros nominais apropriados pelo setor público não financeiro, cujo total, em 2009, alcançou 5,40% do PIB, reduzindo-se em 0,05 p.p. em relação ao total apropriado em 2008. Esse comportamento foi influenciado pela redução da taxa Selic acumulada, de 12,48% em 2008, para 9,93% em 2009.

No caso do Governo Central, houve aumento dos juros nominais apropriados, que passaram de 3,2% do PIB em 2008 para 4,78% em 2009. Foi influenciado também pela menor receita de juros apropriada sobre os ativos da União junto aos governos regionais.

Esses ativos, que são a contrapartida de dívidas dos estados e municípios com a União, resultam dos acordos de refinanciamento e assunção de dívidas realizados ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Parcela significativa dessas dívidas é corrigida pelo IGP-DI, índice que registrou deflação de 1,44% em 2009, contribuindo para reduzir os juros apropriados dos governos regionais, e aumentar os juros líquidos apropriados no âmbito do Governo Central.

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal encerraram o ano de 2009 registrando déficit equivalente a 3,34% do PIB, superior em 1,43 p.p. do PIB ao déficit registrado no ano anterior, em função da redução do superávit primário.

No caso do Governo Central, houve aumento do déficit nominal equivalente a 2,6 p.p. do PIB. Nos governos regionais, o resultado nominal no período evoluiu favoravelmente, passando de um déficit de 1,17% do PIB em 2008 para superávit de 0,07% em 2009, desempenho que refletiu a queda dos juros nominais apropriados.

No segmento da empresas estatais, houve redução do superávit nominal, de 0,1% do PIB para 0,02%, repercutindo o desempenho desfavorável das estatais federais em 2009.

O déficit nominal do setor público acumulado no ano foi financiado com expansões de R$ 265,5 bilhões na dívida mobiliária e de R$ 19,3 bilhões nas demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, compensadas, parcialmente, pelas reduções de R$ 126,8 bilhões na dívida bancária líquida e de R$53,4 bilhões no financiamento externo líquido.

Resultado Nominal

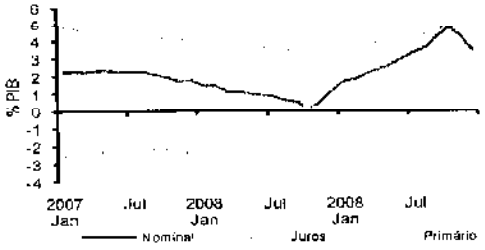
No que se refere especificamente ao Governo Federal, incluindo a Previdência Social, o resultado nominal deficitário aumentou em 2009.

Como proporção do PIB, o resultado registrou déficit de 3,49%, elevando-se 2,27 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Contribuíram para esse aumento o decréscimo de 1,01 p.p. no superávit primário e o aumento de 1,25% nos juros nominais apropriados.

O déficit nominal do Governo Federal em 2009 foi financiado, sobretudo, com a expansão de R$ 135,9 bilhões na dívida mobiliária, contrabalançada, parcialmente pelas reduções de R$ 120,4 bilhões na dívida bancária líquida e de R$ 3,8 bilhões no financiamento externo.

NFSP - GOVERNO FEDERAL

Fluxos acumulados em doze meses



(+) Déficit (-) Superávit
Fonte: Banco Central do Brasil

3.6 - EXECUÇÃO DO OFSS PELAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS DE FOMENTO

3.6.1. Banco do Brasil S.A. - BB

Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos do Orçamento Fiscal

O Banco do Brasil - BB realiza financiamentos de interesse governamental e executa programas oficiais mediante aplicação de recursos da União ou de fundos de qualquer natureza: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO; Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé; Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Subprojeto de Aquisição de Terras - SAT; Consolidação da Agricultura Familiar - CAF; Banco da Terra; e Combate à Pobreza Rural/Nossa Primeira Terra - CPR/NPT); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional – Pronaf/TN (os valores provenientes do FCO Pronaf estão inseridos no FCO).

Destacamos a seguir os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos do orçamento fiscal. Para elaboração das tabelas a seguir, foram utilizados os seguintes conceitos:

a) saldo anterior: valores dos fundos e programas com recursos do orçamento fiscal em 31/12/2008; b) saldo atual: valores dos fundos e programas com recursos do orçamento fiscal em 31/12/2009; c) valores concedidos: valores disponibilizados para o BB pela União para o fundo/programa em 2009; d) valores aplicados: valores emprestados (capital) pelo BB aos tomadores de recursos (clientes BB) em 2009; e) encargos apropriados: total de juros e correção monetária devidos pelos tomadores de recursos (clientes BB) em 2009. É a remuneração que o devedor pagará ao BB pelo capital que lhe foi emprestado (encargos financeiros); f) valores devidos: valores devidos pelos tomadores de recursos (clientes BB) em 2009. Contempla os valores recebidos (pagos) e não recebidos (em atraso). Incluem: capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc.; g) valores recebidos: valores recebidos pelo BB dos tomadores de recursos (clientes BB) em 2009 (capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc.); e h) inadimplência: valores devidos e não recebidos pelo BB, ou seja, em atraso (capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc.) em 31/12/2009 (encargos de inadimplência).

VALORES CONCEDIDOS POR REGIÃO EM 2009

R$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	BRASIL	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	1.233,90	1.233,90
FUNCAFÉ	644,60	-	644,60
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	87,60	-	87,60
PRONAF – TN	414,70	-	414,70
TOTAL	1.146,90	1.233,90	2.380,80

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo
Obs.: os recursos concedidos não possuem destinação por região, exceto FCO que é exclusivo da região Centro-Oeste.

VALORES APLICADOS POR REGIÃO EM 2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	3.183,42	3.183,42
FUNCAFÉ	8,80	21,46	24,31	416,81	1,17	472,65
FUNDOS DE TERRA E DE REF. AGRÁRIA	10,99	88,89	0,66	8,75	28,65	138,14
PRONAF – TN	15,27	293,14	51,03	39,37	1,19	400,00
TOTAL	35,06	403,49	76,20	465,03	3.214,43	4.194,21

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios
Obs.: os valores aplicados estão limitados à disponibilidade de recursos no fundo (valores concedidos no exercício mais valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos).

SALDO ANTERIOR POR REGIÃO - POSIÇÃO 31/12/2008 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	10.436,31	10.436,31
FUNCAFÉ	7,44	103,07	54,46	1.521,41	3,03	1.689,41
FUNDOS DE TERRA E DE REF. AGRÁRIA	88,91	1.246,76	38,36	286,73	409,42	2.070,18
PRONAF – TN	427,60	893,24	431,73	472,64	301,56	2.526,77
TOTAL	$23,95	2.243,07	524,55	2.280,78	11.150,32	16.722,67

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

SALDO ATUAL POR REGIÃO - POSIÇÃO 31/12/2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	10.896,69	10.896,69
FUNCAFÉ	9,92	102,17	67,14	1.531,80	3,38	1.714,41
FUNDOS DE TERRA E DE REF. AGRÁRIA	106,70	1.351,50	39,85	312,03	471,01	2.282,88
PRONAF – TN	405,36	1.005,28	407,70	414,56	295,45	2.528,35
TOTAL	$21,98	2.458,95	514,69	2.259,28	11.667,43	17.422,33

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

ENCARGOS APROPRIADOS POR REGIÃO EM 2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.289,78	1.289,78
FUNCAFÉ	0,31	6,40	31,35	129,10	0,08	167,26
FUNDOS DE TERRA E DE REF. AGRÁRIA	6,84	51,04	38,20	19,84	34,78	150,70
PRONAF – TN	4,63	19,16	433,19	33,36	64,22	554,56
TOTAL	11,80	76,60	502,74	182,30	1.387,26	2.160,80

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

VALORES DEVIDOS POR REGIÃO EM 2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.830,88	1.830,88
FUNCAFÉ	3,92	26,65	12,26	599,76	0,68	645,27
FUNDOS DE TERRA E DE REF. AGRÁRIA	2,37	49,87	5,61	10,20	11,36	75,41
PRONAF – TN	61,55	217,78	126,79	119,41	41,19	566,72
TOTAL	69,84	294,30	139,66	729,37	1.884,11	3.117,28

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

VALORES RECEBIDOS POR REGIÃO EM 2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.434,76	1.434,76
FUNCAFÉ	6,64	29,92	15,62	548,63	1,04	601,85
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	0,04	35,19	0,07	2,40	0,94	38,64
PRONAF – TN	39,51	198,85	84,29	130,55	71,40	524,60
TOTAL	46,19	263,96	99,98	681,58	1.508,14	2.599,85

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

INADIMPLÊNCIA POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	396,12	396,12
FUNCAFÉ	0,60	51,57	74,31	653,87	1,39	741,76
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	34,57	336,00	9,97	227,46	257,85	865,94
PRONAF – TN	159,25	218,35	178,24	175,36	236,51	967,71
TOTAL	194,42	606,01	222,54	1.056,69	891,87	2.971,53

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

VALORES CONCEDIDOS POR SETOR EM 2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	640,17	-	-	593,73	1.233,90
FUNCAFÉ	564,60	80,00	-	-	644,60
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	87,60	-	-	-	87,60
PRONAF – TN	414,70	-	-	-	414,70
TOTAL	1.707,07	80,00	-	593,73	2.380,80

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo

VALORES APLICADOS POR SETOR EM 2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	1.895,07	464,73	555,62	268,00	3.183,42
FUNCAFÉ	472,64	-	-	-	472,64
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	138,14	-	-	-	138,14
PRONAF – TN	400,00	-	-	-	400,00
TOTAL	2.905,85	464,73	555,62	268,00	4.194,20

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios
Obs.: os valores aplicados estão limitados à disponibilidade de recursos no fundo (valores concedidos no exercício mais valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos).

SALDO ANTERIOR POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2008 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	7.427,15	1.381,84	1.142,79	484,53	10.436,31
FUNCAFÉ	1.689,41	-	-	-	1.689,41
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	2.070,18	-	-	-	2.070,18
PRONAF – TN	2.526,77	-	-	-	2.526,77
TOTAL	13.713,51	1.381,84	1.142,79	484,53	16.722,67

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

SALDO ATUAL POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	7.554,14	1.511,65	1.780,62	550,28	10.896,69
FUNCAFÉ	1.714,41	-	-	-	1.714,41
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	2.262,06	-	-	-	2.262,06
PRONAF – TN	2.528,35	-	-	-	2.528,35
TOTAL	14.079,76	1.511,65	1.780,62	550,28	17.422,31

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

ENCARGOS APROPRIADOS POR SETOR EM 2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	1.112,06	52,61	23,96	99,65	1.288,28
FUNCAFÉ	167,26	-	-	-	167,26
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	150,70	-	-	-	150,70
PRONAF – TN	554,56	-	-	-	554,56
TOTAL	1.984,58	52,61	23,96	99,65	2.160,80

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

VALORES DEVIDOS POR SETOR EM 2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	1.023,71	297,23	403,98	105,96	1.830,88
FUNCAFÉ	645,28	-	-	-	645,28
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	75,41	-	-	-	75,41
PRONAF – TN	565,73	-	-	-	565,73
TOTAL	2.310,13	297,23	403,98	105,96	3.117,30

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

VALORES RECEBIDOS POR SETOR EM 2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	636,02	282,31	393,80	102,60	1.434,76
FUNCAFÉ	601,85	-	-	-	601,85
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	38,64	-	-	-	38,64
PRONAF – TN	524,60	-	-	-	524,60
TOTAL	1.821,11	282,31	393,80	102,60	2.599,85

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

INADIMPLÊNCIA POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2009 (R$ milhões)

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	367,69	14,92	10,15	3,36	396,12
FUNCAFÉ	741,76	-	-	-	741,76
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	865,94	-	-	-	865,94
PRONAF – TN	967,71	-	-	-	967,71
TOTAL	2.943,10	14,92	10,15	3,36	2.971,53

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

Impacto Fiscal

A relação entre inadimplência e saldo atual apresenta os seguintes percentuais:

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/ - SALDO ATUAL
FCO	3,64%
FUNCAFÉ	43,27%
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	37,93%
PRONAF – TN	38,27%

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Com a edição da Medida Provisória (MP) 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, o del-credere do agente financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de crédito em seu nome próprio e com risco exclusivo, com

del-credere limitado a 6% ao ano. Em decorrência do disposto na MP 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional: a) operações contratadas até 30.11.1998 – risco 100% FCO; b) operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.6.2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); c) operações contratadas a partir de 01.7.2001 – risco 100% BB; e d) operações contratadas no PAPRA (Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária) – risco 100% Procera (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária).

SALDO ATUAL POR RISCO

R$ milhões

RISCO	VINCENDA	VENCIDA	TOTAL
RISCO FCO	799,60	227,25	1.026,85
RISCO BANCO DO BRASIL	9.553,28	123,40	9.676,68
RISCO COMPARTILHADO	109,63	4,15	113,78
RISCO PROCERA	38,06	41,32	79,38
TOTAL	10.500,57	396,12	10.896,69

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Governo

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé, Fundos de Terra e de Reforma Agrária e Pronaf - TN

Durante o ano de 2009, foram contratados R$ 472,64 milhões em operações com recursos do Funcafé. Além desse valor, outros R$ 138,14 milhões foram contratados com recursos dos Fundos de Terra e Reforma Agrária e mais R$ 400,00 milhões em operações de Pronaf com recursos do Tesouro Nacional. Entre julho/2009 e dezembro/2009, do total de operações contratadas no Pronaf Agricultura Familiar, 6,41% das operações são risco do Tesouro Nacional. Já as operações com recursos dos Fundos de Terra e Reforma Agrária e as contratações do Pronaf (Pronaf Reforma Agrária e Pronaf Reforma Agrária Planta Brasil) são integralmente com risco do Tesouro Nacional. Os índices de inadimplência apresentados para os fundos e programas: Funcafé (dação), Fundos de Terra e de Reforma Agrária e Pronaf Reforma Agrária, foram apurados contemplando operações vencidas, ainda com possibilidade de renegociação com base na lei 11.775, cujo prazo encerra-se em 30 de junho de 2010.

COMPARATIVO SALDO

R$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	SALDO 2008	SALDO 2009
FUNCAFÉ	1.689,41	1.714,41
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	2.070,18	2.282,86
PRONAF – TN	2.526,77	2.528,35
TOTAL	6.286,36	6.525,62

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios

RELAÇÃO ENTRE RISCO E SALDOS APLICADOS

FUNDOS E PROGRAMAS	RISCO -BANCO DO BRASIL	RISCO - TESOURO NACIONAL
FUNDOS DE TERRA E DE REFORMA AGRÁRIA	0%	100%
PRONAF AGRICULTURA FAMILIAR (RECURSOS TN)	46,85%	53,15%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA	0%	100%
PRONAF REFORMA AGRÁRIA PLANTA BRASIL	0%	100%

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios

3.6.2. Caixa Econômica Federal - CAIXA

A Caixa Econômica Federal - CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada nos termos do Decreto-Lei no 759/69.

A adoção das melhores práticas em governança corporativa, por parte da Instituição, tem possibilitado o desenvolvimento de um modelo de gestão compatível com os desafios centrais das organizações modernas: integrar as dimensões social, econômica e ambiental por meio do desempenho empresarial responsável, que prioriza a ética na geração de valor para a sociedade.

A Instituição possui em sua estrutura de governança o Conselho de Administração, o Conselho Diretor, a Presidência e 11 Vice-Presidências. Cabem a essas instâncias a proposição, a orientação geral do negócio, a concepção, a deliberação e a execução da estratégia adequada à consecução dos objetivos corporativos. O Estatuto da CAIXA também prevê a existência de órgãos de apoio à gestão: comitês, comissões e conselhos que, agindo sinérgica e integradamente, assumem decisões operacionais e administrativas.

O Plano Plurianual – PPA estabelece os projetos e programas de longa duração, definindo objetivos e metas da administração pública federal. A Instituição participa do PPA 2008-2011, com a execução de 20 ações, distribuídas em 11 programas estratégicos.

Para garantir a implementação das políticas públicas do governo federal, a Empresa inseriu as ações do PPA em que participa nos Planos Operacionais das Vice-

Presidências, sendo estes parte do Sistema de Planejamento CAIXA.

Estratégia e Principais Realizações em 2009

A atualização do Plano Estratégico – Ciclo 2009-2015 mobilizou diretamente mais de 20 mil empregados respeitando a diversidade: geográfica, de negócios, gênero, cargo ou função ocupada, tempo de serviço e grupo étnico-racial, e demonstrou o efetivo compromisso da CAIXA com as melhores práticas de Governança Corporativa. Em 2009 foram revistos a Missão, os Valores, a Visão e os Desafios Estratégicos de forma a serem atualizados para expressar, no novo contexto econômico e social, o papel do Banco como agente indutor do desenvolvimento e sua importância para a sociedade brasileira.

Em 31 de março de 2009, foi criada a CAIXAPAR, destinada a atuar no mercado de participações societárias de caráter estratégico, com o objetivo de realizar aquisição/alienação de participações societárias em instituições financeiras públicas ou privadas sediadas no Brasil. Foi constituída na forma de sociedade por ações e subsidiária integral do Banco, com estatuto próprio regido pela Lei 6.404/1976, com estrutura de pessoal composta pelo quadro próprio da CAIXA, já disponibilizado à nova empresa para esse fim.

O Conselho de Administração da Subsidiária aprovou a aquisição de participação societária no Banco Panamericano SA. Foram adquiridos 49,0% do capital social votante e 20,69% das ações preferenciais, totalizando 35,54% do capital social total do Banco Panamericano.

O Banco Panamericano e suas coligadas atuam em setores nos quais a CAIXA não tem presença consolidada ou em segmentos em que tem perdido participação no mercado. Sua atuação é voltada para as classes B, C, D e E.

Desempenho Econômico-Financeiro

O Banco obteve um lucro líquido de R$ 3,0 bilhões. O retorno sobre o patrimônio líquido foi de 22,8% e as receitas com prestação de serviços cobriram 95,9% das despesas de pessoal e 60,2% das despesas administrativas. O resultado, sustentado pelo desempenho do crédito e pelas receitas de prestação de serviços, alinha-se à decisão estratégica da Empresa em atuar com as menores taxas de juros do mercado e, com isso, expandir de forma sustentável suas operações de crédito.

Os valores dos repasses com tributos e encargos sociais à União, estados e municípios somaram R$ 3,0 bilhões. Foram aprovisionados R$ 662 milhões em juros sobre capital próprio e dividendos.

No final de 2009, a Empresa possuía R$ 341,8 bilhões em ativos e um patrimônio líquido de R$ 13,1 bilhões. O índice de Basiléia ao fim de dezembro foi de 17,5%, superior ao mínimo de 11% exigido pelo Banco Central do Brasil.

Além dos recursos próprios, a CAIXA é responsável pela administração de mais R$ 390,9 bilhões em ativos de terceiros, destacando-se R$ 235,0 bilhões em FGTS e R$ 102,9 bilhões em fundos de investimento (fundos de rede, exclusivos, FIDIC e FIC).

Captação de Recursos

A CAIXA ampliou sua base de clientes, alcançando 49,4 milhões entre correntistas e poupadores de todas as faixas de renda - um crescimento de 5,2% em relação a dezembro de 2008. Até o final de 2009, o Banco somou 17,9 milhões de contas correntes ativas, 19,8% a mais do que no anterior. O saldo de depósitos apresentou incremento de 8,8% em relação ao ano de 2008. O saldo da poupança apresentou 17,5% de aumento e a captação líquida foi de R$ 9,9 bilhões no período, elevando a participação de mercado da Instituição para 34,1%.

SALDOS DE DEPÓSITOS
(VALORES EM R$ MILHÕES)

DEPÓSITOS	2006	2007	2008	2009
À VISTA	8.638	11.550	13.287	16.709
POUPANÇA	60.063	75.601	92.550	108.710
A PRAZO	42.191	41.363	48.626	43.789
CDB/RDB	14.126	12.444	18.310	22.945
JUDICIAIS	28.065	28.919	30.316	20.843
DEPÓSITOS ESPECIAIS E DE FUNDOS E PROGRAMAS	10.783	13.564	11.510	11.312
OUTROS	154	192	128	149
TOTAL	121.829	142.276	166.030	180.670

Fonte: CAIXA

O Banco manteve posição de destaque como gestor de fundos de investimentos em 2009, encerrando o ano com a captação líquida de R$ 5,9 bilhões. O patrimônio líquido total, considerando os fundos de rede exclusivos, carteiras, FI FGTS, FI FAR, FI FDS e FI de FIC, apresentou aumento de 17,7%, passando de R$ 222,5 bilhões em dezembro de 2008 para R$ 261,8 bilhões no mesmo período de 2009. A receita com a administração destes fundos alcançou R$ 1,0 bilhão.

Operações de Crédito

O saldo da carteira comercial alcançou R$ 44,9 bilhões, um aumento de 55,7% frente a dezembro de 2008. O segmento de Pessoas Jurídicas obteve saldo de R$ 23,5 bilhões e o de Pessoa Física, R$ 21,4 bilhões, crescimento de 55,8% e 55,7%, respectivamente, em relação a 2008.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO – SALDO
VALORES EM R$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SALDO	
	2008	2009
COMERCIAL	28.854	44.933
PF	*13.747*	*21.401*
PJ	*15.107*	*23.532*
HABITACIONAL	45.075	70.521
SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA	5.445	8.273
OUTROS	689	644
TOTAL	80.062	124.371

Fonte: CAIXA

OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONTRATAÇÃO
VALORES EM R$ MILHÕES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CONTRATAÇÃO	
	2008	2009
COMERCIAL	69.509	88.098
PF	*31.693*	*41.286*
PJ	*37.817*	*46.812*
HABITACIONAL	24.035	49.321
SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA	9.090	11.781
APOIO À GESTÃO PÚBLICA	54	33
SAÚDE	2.318	5.240
TOTAL	105.006	154.474

Fonte: CAIXA

Em 2009, o volume de contratações de operações de crédito comercial cresceu 26,7% em relação ao ano anterior, totalizando R$ 88,1 bilhões. Foram destaque as operações comerciais com pessoas jurídicas, com R$ 46,8 bilhões de contratações e evolução de 23,8%. Os recursos concedidos a pessoas físicas alcançaram R$ 41,3 bilhões durante o ano, valor 30,3% superior a 2008. As contratações em habitação apresentaram crescimento de 105,2%, se comparado ao mesmo período de 2008. Foram R$ 38,1 bilhões em financiamentos, R$ 3,3 bilhões em subsídios do FGTS, R$ 1,1 bilhão em repasses, R$ 5,9 bilhões em arrendamentos e R$ 573 milhões em consórcios. As operações de saneamento e infraestrutura, incluindo os recursos destinados à saúde e ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Estados e Municípios – PNAFM, registraram o valor de R$ 17,1 bilhões, sendo R$ 6,3 bilhões em financiamentos e R$ 10,8 bilhões em repasses. Essas operações alcançaram, ao fim de 2009, o saldo de R$ 8,3 bilhões, 51,9% maior do que no ano anterior.

Estados e Municípios

A Empresa apoia a melhoria da gestão pública e a realização de projetos de interesse governamental voltados à implementação de programas e sistemas de apoio à reestruturação, ao ajuste fiscal e à modernização da gestão nas administrações estaduais e municipais. A CAIXA é agente financeiro e co-executora do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM, linha de financiamento instituída pelo Governo Federal com recursos originários do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, que visa o aperfeiçoamento das administrações municipais. Em 2009 foram contratados R$ 32,7 milhões.

Execução das Políticas Públicas

A Empresa administra, por delegação do Governo Federal, fundos e programas de interesse social, tais como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, o Programa Crédito Solidário – PCS e o Programa de Financiamento Estudantil – FIES, além do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH. A arrecadação total do FGTS, incluindo dos demais bancos, foi de R$ 54,7 bilhões e foram efetuados saques no valor de R$ 48,7 bilhões, por mais de 29 milhões de trabalhadores. Em 2009 foram efetuadas 268,3 mil renovações de contratos do FIES no valor de R$ 711,1 milhões e concedidos 32,6 mil novos financiamentos estudantis e um desembolso da ordem de R$ 866,6 milhões.

Transferências para a Saúde e Combate à Fome

A CAIXA atua na transferência de recursos vinculados aos programas dos Ministérios da Saúde – MS e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Em 2009, foram transferidos R$ 4,4 bilhões para entidades públicas e privadas.

TRANSFERÊNCIAS PARA SAÚDE E COMBATE À FOME (VALORES EM R$ MIL)

TRANSFERÊNCIAS	2008	2009
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTO – PAA, INCENTIVO À PRODUÇÃO FAMILIAR DE LEITE – IPCL	83.385	137.964
CONVÊNIOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – FNS E DA FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA	177.592	459.948
TRANSFERÊNCIAS LEGAIS, MODALIDADE "FUNDO A FUNDO"	1.582.996	3.644.890
PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR – FARPOP	83.483	138.290
TOTAL	1.927.457	4.380.392

Fonte: CAIXA

Programas de Transferências de Renda

Como agente operador dos programas de transferências de renda do Governo Federal, a CAIXA realizou 133,2 milhões de pagamentos de benefícios no ano. O volume de recursos distribuídos totalizou R$ 12,5 bilhões, representando um incremento de 17,0% em relação ao mesmo período de 2008.

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA - (QUANTIDADES EM MIL; VALORES EM R$ MIL)

PROGRAMAS	2008		2009	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
AÇÃO GRIÔ	1	364	4	1.428
AGENTE JOVEM	75	4.844	0	21
AUXILIO GÁS	2.741	20.559	93	699
BOLSA ALIMENTAÇÃO	1	11	-	-
BOLSA ATLETA	25	25.037	34	34.392
BOLSA ESCOLA	18	268	1	14
BOLSA FAMÍLIA	126.424	10.319.898	128.202	11.511.614
CHAPÉU DE PALHA	79	12.633	134	20.594
DE VOLTA PARA CASA	36	9.161	40	12.799
ESCOLA DE FÁBRICA	20	3.053	-	-
FOME ZERO	208	10.415	133	6.659
GARANTIA SAFRA	1.174	123.602	1.202	132.957
MULHERES DA PAZ	-	-	31	5.900
PACTUAÇÃO*	934	42.562	N/I	N/I
PETI	631	29.321	479	23.135
PLANO DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PESCADOR	20	7.548	-	-
PROJOVEM	432	43.227	4	414
PROJOVEM URBANO	68	6.756	1.313	131.311
PRONASCI – BOLSA FORMAÇÃO	208	81.411	1.493	592.272
PROTEJO	-	-	44	4.433
TOTAL	133.045	10.740.669	133.207	12.490.042

Fonte: CAIXA

Benefícios ao Trabalhador

Em 2009, foram pagos 117,8 milhões de benefícios a título de Previdência Social, Abono Salarial, Seguro-Desemprego e PIS Quotas e Rendimentos, representando R$ 65,8 bilhões.

BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR (QUANTIDADES EM MIL; VALORES EM R$ MILHÕES)

PROGRAMAS	2008		2009	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
PREVIDÊNCIA SOCIAL	53.884	33.814	56.366	39.051
SEGURO-DESEMPREGO	28.023	14.481	32.990	19.213
PIS RENDIMENTOS	14.327	602	14.159	618
PIS QUOTAS	581	612	356	625
ABONO SALARIAL	12.661	5.131	13.539	6.250
TOTAL	109.476	54.640	117.810	65.757

Fonte: CAIXA

Loterias

As loterias CAIXA registraram arrecadação líquida de R$ 7,4 bilhões. Somente com a Mega-Sena foram R$ 3,5 bilhões. Do total arrecadado, R$ 2,7 bilhões foram destinados ao Governo Federal e demais beneficiários legais para aplicação em programas nas áreas de seguridade social, educação, cultura, esporte, saúde e segurança, e R$ 718,3 milhões foram repassados ao Governo Federal a título de Imposto de Renda. Os prêmios de todas as modalidades das loterias somaram R$ 2,5 bilhões.

LOTERIAS (R$ MILHÕES)

DESTINAÇÃO DAS LOTERIAS	2008	2009
MINISTÉRIO DO ESPORTE	217	308
ENTIDADES ESPORTIVAS	33	32
COB - COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO	93	120
CPB - COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO	16	21
FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES	401	518
FUNDO NACIONAL DA CULTURA	161	208
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - FUNPEN	172	221
FUNDO NACIONAL DA SAÚDE	2	2
SEGURIDADE SOCIAL	986	1.241
JESTES ESPECIAIS	1	1
IMPOSTO DE RENDA	623	718
TOTAL DO REPASSE	**2.705**	**3.390**
PRÊMIOS	1.921	2.550
CUSTEIO	1.109	1.420
TOTAL	**5.735**	**7.360**

Fonte: CAIXA

Gestão de Riscos Corporativos

A gestão do risco de crédito se concentrou na diretriz estratégica de manter a qualidade da carteira de crédito mesmo com a expansão dos negócios, cujos resultados foram atingidos por meio do crescimento acima da média de mercado e da queda nos níveis de inadimplência e da conseqüente provisão para créditos de liquidação duvidosa. O rápido crescimento dos negócios aumentou a importância da administração ativa do capital para assegurar a sustentabilidade da Empresa. Em 2009, foi concluída nova captação de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R$ 2,0 bilhões. O índice de Basiléia encerrou o ano com 17,5%, acima do nível mínimo exigido de 11%.

Programas e Ações – Participação no PPA 2008-2011

No Plano Plurianual 2008/2011 do Governo Federal, a CAIXA participa em diversos programas estratégicos. Além disso, gerencia o programa Banco para Todos, que integra as ações de bancarização e microcrédito dos bancos públicos federais, com vistas à inclusão da população de baixa renda nos serviços bancários e à concessão de crédito ao microempreendedor para suprir suas necessidades de capital de giro ou aquisição de equipamentos.

Os recursos da CAIXA são considerados no orçamento do *Plano como "Não-Orçamentários", pois não compõem* os orçamentos fiscal e da seguridade social. Em 2009, o Banco disponibilizou R$ 13 bilhões para execução do PPA, complementando o orçamento do Governo Federal e beneficiando 4,5 milhões de brasileiros.

A Instituição participa do PPA 2008-2011 com a execução de 20 ações, distribuídas em 11 programas estratégicos. A CAIXA executa sete ações que integram o orçamento de investimento federal. Essas ações estão vinculadas aos Programas Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais e Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio. Os recursos disponibilizados pela Instituição para execução dessas ações totalizaram R$ 349,3 milhões, em 2009.Foram disponibilizados R$ 5,7 bilhões em 185 mil operações para execução de três Ações nos Programas Desenvolvimento de Microempresas, Empresas de Pequeno e Médio Porte e Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora.

Por delegação do MF, a CAIXA também gerencia o Programa Banco para Todos, o qual integra as ações de bancarização e microcrédito do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, visando à inclusão bancária e à concessão de crédito à população de baixa renda.

Programas de Investimentos

A realização de Investimentos no Ativo Imobilizado totalizou R$ 349,3 milhões, sendo R$ 346,5 milhões para infra-estrutura de atendimento e R$ 2,8 milhões para infra-estrutura de apoio administrativo:

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

PROJETOS/ATIVIDADES	REALIZADO			
	FÍSICAS		FINANCEIRAS	
	UNID.	%	R$ (MIL)	%
3252 – INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIOS	47	39,8	2.826	6,2
4106 – MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	N/A	N/A	374.932	70,9
3286 – INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	3	0,0	0	-
111U – INSTALAÇÃO DO COMPLEXO DATACENTER – CONSÓRCIO BB/CAIXA (DF)	10	0	0	-
4101 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	N/A	N/A	6.914	7,2
4102 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	N/A	N/A	14.979	37,4
4103 – MANUT. E ADEQ. DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	N/A	N/A	49.660	27,4

Fonte: Ministério do Planejamento (SIGPLAN)
N/A - Não se aplica

OUTRAS AÇÕES NO PPA (EXCLUINDO AS REFERENTES AO PROGRAMA BANCO PARA TODOS)

AÇÕES	REALIZADO			
	FÍSICAS		FINANCEIRAS	
	UNID.	%	R$ (MIL)	%
9738 - FINANCIAMENTO AO CUSTEIO DOS HOSPITAIS PRIVADOS PRESTADORES DE SERVIÇOS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (CAIXA HOSPITAIS)	321	80,3	834.506	194
9729 – PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL (CAIXA)	894	149,0	53.974	134,9
9719 - DIFUSÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS EM DESENVOLVIMENTO URBANO	510	121,4	4.857	121,4
9772 – FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (CAIXA-INVESTIMENTO)	20.294	31,2	1.349.190	124,9
9366 - FINANCIAMENTO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (CAIXA-CAPITAL DE GIRO)	164.735	211,2	4.407.733	294,0
9846 - FINANCIAMENTO A MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PARA EXPORTAÇÃO	14	0,8	441	0,4
9517 - ANTECIPAÇÃO DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS (CONSTRUGIRO)	2.209	179,9	1.776.669	240,1
9516 - FINANCIAMENTO PARA COMPRA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (CONSTRUCARD)	297.601	984,8	3.030.518	551
9464 - INFORMAÇÃO SOBRE ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL	162.674	154,9	1.644	47,E
909U - CRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO A MICROEMPREENDEDORES POPULARES	1.020	14,7	9.934	110,3

Fonte: Ministério do Planejamento
N/I: Não Informado

Financiamento ao Custeio dos Hospitais Privados Prestadores de Serviços ao Sistema Único de Saúde (Caixa Hospitais)

O Banco contribui para suprir as necessidades imediatas de capital de giro dos hospitais filantrópicos, por meio da operação de crédito denominada Caixa Hospitais, cujo desempenho superou 94,1% da meta proposta no PPA em 2009. É uma concessão de crédito a hospitais privados filantrópicos na forma de antecipação de recursos a receber do Ministério da Saúde, referente aos serviços ambulatoriais e de internações hospitalares prestados ao Sistema Único de Saúde - SUS. As entidades Privadas Filantrópicas ou não, que participam do Programa de Oncologia e Nefrologia do Ministério da Saúde, dispõem de linha de crédito exclusiva da CAIXA para a aquisição de peças de reposição e equipamentos novos específicos.

Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

No ano, foram investidos cerca de R$ 54 milhões em 894 eventos relacionados aos programas culturais desenvolvidos pela Empresa, tais como: Programa de Adoção de Entidades Culturais; Programa de Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro; Programa de Apoio ao Artesanato Brasileiro; Programa de Apoio a Festivais de Teatro e Dança e Programa de Ocupação dos Espaços da CAIXA Cultural, realizados em espaços próprios e de terceiros.

Financiamentos a Micro e Pequenas Empresas

A Instituição contribui com a política do governo de expansão e acesso ao crédito por meio do financiamento a micro, pequenas e médias empresas - MPE. Em 2009, as contratações destinadas ao capital de giro e às operações de investimento e exportações dessas empresas totalizaram R$ 5,8 bilhões, um desempenho de 215% da meta financeira prevista, com cerca de 185 mil contratos.

Antecipação de Recebíveis Imobiliários (Construgiro)

Por meio do Construgiro, linha de crédito destinada a antecipar o fluxo de caixa das empresas privadas do ramo da construção civil, lastreada em recebíveis de sua propriedade, a CAIXA promove o desenvolvimento da indústria da Construção Civil, uma das maiores beneficiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal. Em 2009, foram realizados cerca de dois mil contratos, os quais totalizaram, aproximadamente, R$ 1,8 bilhão, o que representa 130% e 240% das metas físicas e financeiras previstas, respectivamente.

Informações sobre Índices da Construção Civil

Com essa ação a CAIXA auxilia na transparência das contratações de obras na Administração Pública brasileira. O desempenho da ação foi de, aproximadamente, 163 mil boletins emitidos com investimentos de R$ 1,6 milhão.

Programa Banco para Todos

Programa do PPA, sob a gestão da CAIXA, que visa articular as ações dos bancos federais que possibilitam o acesso da população de baixa renda a produtos e serviços financeiros. O Banco para Todos conta com a participação do Banco da Amazônia, Banco do Brasil e do Banco do Nordeste.

AÇÃO	REALIZADO			
	FÍSICO		FINANCEIRO	
	UNIDADES	%	R$ (Mil)	%
9757 - CONTA SIMPLIFICADA	1.403.238	37,7	12.928	121,3
BANCO DA AMAZÔNIA	1.966	98,9	N/A	N/A
BNB - NORDESTE	130.820	60,3	392	60,3
BNB NORTE DE MINAS	2.473	82,4	/	82,4
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.252.801	125,3	12.528	125,3
BANCO DO BRASIL	13.168	0,5	N/A	N/A

AÇÃO	REALIZADO			
	FÍSICO		FINANCEIRO	
	UNIDADES	%	R$ (Mil)	%
9758 - CONCESSÃO DE CRÉDITO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA	716.773	149,9	209.759	136,1
BANCO DA AMAZÔNIA	2.030	12,1	1.195	12,7
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	614.060	428,6	186.307	649,3
BANCO DO BRASIL	100.683	31,5	22.456	19,36
9A04 - MICROPENHOR (CAIXA ECONOMICA FEDERAL)	2.820.177	91,3	996.711	138,4
9A85 - CONSÓRCIO DE ELETROELETRÔNICOS E DEMAIS BENS DURÁVEIS (BANCO DO BRASIL)	2.207	61,3	N/A	N/A
9A91 - CRÉDITO FACILITADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS (BANCO DO BRASIL)	806.618	111,2	2.052.276	154,2
9B07 - PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA (BANCO DO BRASIL)	199.790	117,5	N/A	N/A
9BCE - SEGURO DE VIDA PARA PESSOAS DE BAIXA RENDA (BANCO DO BRASIL)	191.950	446,4	N/A	N/A
TOTAL DO PROGRAMA	6.140.091	74,6	3.271.674	147,7

Fonte: Ministério do Planejamento

Em 2009 foram abertas 1,4 milhão de contas simplificadas, o que possibilitou a inclusão de seus *titulares no sistema bancário. O desempenho está dentro* de uma perspectiva de ampliação continua do acesso ao crédito bancário e comercial por pessoas de baixa renda. A ação de Concessão de Crédito à População de Baixa Renda alcançou desempenho financeiro de R$ 209,8 milhões de empréstimos em 716,1 mil contratações. Os resultados superaram a expectativa das metas iniciais devido à alteração/otimização de produtos de crédito para baixa renda e pela qualificação da carteira, iniciativas que apresentaram reflexos positivos na redução dos índices de inadimplência, contribuindo para a melhoria da qualidade do crédito.

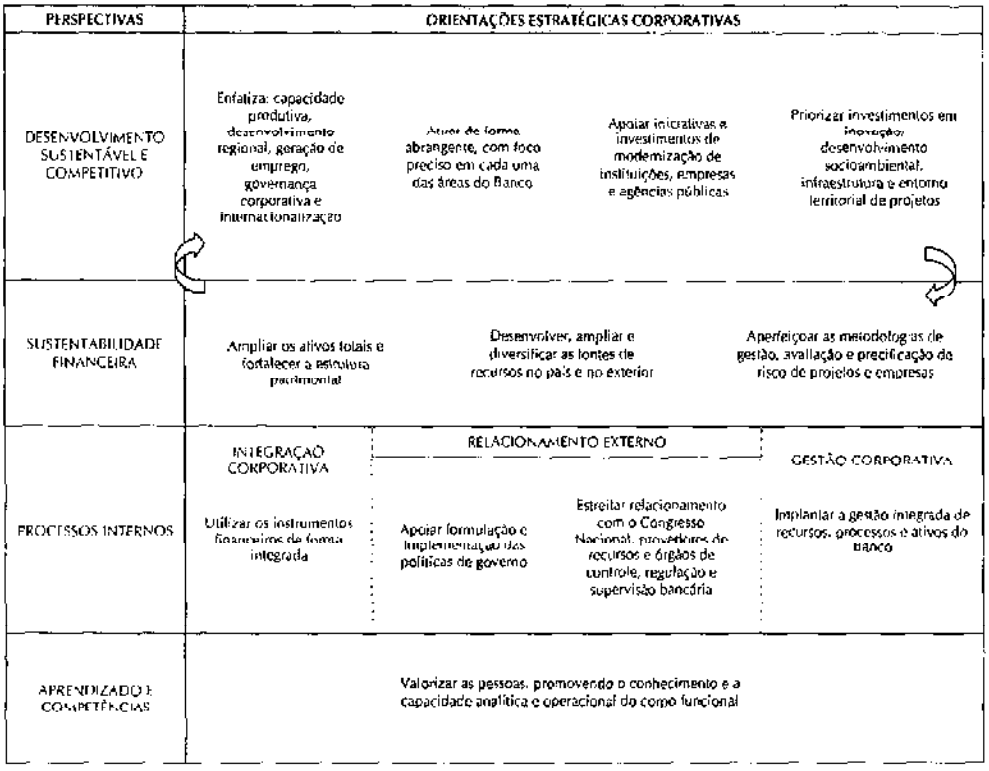
O *Micropenhor, forma de crédito não orientado,* caracterizado pela praticidade e taxas acessíveis e voltado para o consumo e fomento ao mercado, que é realizado *com exclusividade pela CAIXA, concedeu,* aproximadamente, R$ 1,0 bilhão, a 2,8 milhões de contratos, o que corresponde a 138,4% e 91,3%, das *metas financeira e física, respectivamente. Em 2009, por* meio do Crédito Facilitado para Aposentados e Pensionistas do INSS, foram movimentados recursos no valor de R$ 2,1 bilhões, atendendo a mais de 800 mil brasileiros. A ação tem por objetivo disponibilizar recursos aos aposentados e pensionistas do INSS, com desconto das parcelas feito diretamente em seus proventos.

3.6.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Estratégias de Atuação

Tendo passado o ano de 2008 estruturando seu Planejamento Corporativo 2009-2014, o BNDES desenvolveu e implementou (com base na metodologia *Balanced Scorecard, e, contando com metodologia,* equipe e recursos internos), no decorrer do ano de 2009, um Sistema de Gestão da Estratégia – SGE, que tem como um de seus elementos constitutivos o Mapa Estratégico Corporativo, no qual seus objetivos estratégicos estão distribuídos em quatro perspectivas: Desenvolvimento Sustentável e Competitivo; Sustentabilidade Financeira; Processos Internos; e Aprendizado e Competências.

Com vistas a garantir um efetivo alinhamento deste Mapa Estratégico Corporativo às suas práticas, a perspectiva de "Processos Internos" foi subdividida em três temas: "Integração Corporativa", "Relacionamento com Stakeholders" e "Gestão Corporativa", conforme apresentado a seguir:



Demonstrativos de empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social

As tabelas a seguir trazem as contratações, os desembolsos e os saldos a liberar das operações do BNDES em 2009.

Contratações

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil
agricultura	92.973.000	6.974.000	31.987.963	-	1.500.000	133.434.963
indústria	2.407.396.346	13.927.859.615	24.342.560.393	1.902.803.443	2.702.371.806	45.282.991.603
comércio		59.574.224	1.229.492.922	30.812.925	7.141.000	1.327.021.071
outros serviços	7.962.914.668	7.513.489.037	23.004.864.134	2.780.514.800	3.854.131.949	45.115.914.589
indireto	8.929.069.228	5.301.865.611	34.529.457.027	18.700.459.052	5.051.772.285	72.512.623.203
Total	**19.392.353.243**	**26.809.762.487**	**83.138.362.438**	**23.414.590.220**	**11.616.917.040**	**164.371.985.429**

Liberações

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil
agricultura	99.988.172	57.084.232	135.304.500	10.716.667	9.188.959	312.282.530
indústria	1.749.790.340	12.095.349.962	22.353.689.313	3.573.596.856	3.826.380.244	41.598.806.716
comércio		78.408.111	1.248.000.826	10.704.912	27.393.904	1.400.507.832
outros serviços	4.915.539.182	5.570.291.681	19.505.042.728	2.671.922.152	2.226.097.861	34.888.893.604
indireto	4.448.177.073	4.266.158.524	28.420.339.009	16.402.190.810	4.618.999.012	58.155.864.428
Total	**11.213.494.767**	**22.067.292.510**	**71.660.376.376**	**20.677.131.396**	**10.738.060.061**	**136.356.355.110**

Saldo a Liberar de Operações Contratadas

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Inter-estadual	Brasil
agricultura	3.551.205		48.246.176	8.588.464	5.001.800	2.178.185	67.565.831
indústria	1.486.776.810	3.302.340.867	7.802.738.294	1.363.095.993	1.603.011.113	6.504.859.076	22.062.822.153
comércio		256	159.087.215	3.899.859		592.331.130	755.574.215
outros serviços	6.112.308.693	3.648.237.447	16.842.369.575	2.868.512.046	1.988.578.750	5.283.917.865	36.743.924.376
indireto	5.055.669.939	1.505.701.395	9.162.108.750	4.408.746.845	1.447.868.889	141.820.042	21.721.915.859
Total	12.658.306.647	8.456.535.719	34.014.350.010	8.652.843.207	5.044.460.552	12.525.106.299	81.351.802.434

As tabelas a seguir trazem a variação do Saldo em Carteira das Operações de Financiamento (exceto operações com ações e operações estritamente financeiras, por exemplo):

Saldo de Carteira 2008

	Norte	*Nordeste*	*Sudeste*	*Sul*	*Centro-oeste*	*Não definido*	Brasil
agricultura	2.998.668.512	234.496.218	1.091.864.465	68.557.247	433.654.713	271.303.267	5.098.544.422
indústria	1.388.671.776	9.419.052.285	58.341.651.185	9.730.587.176	2.779.062.018	2.677.421.897	84.036.446.337
comércio	63.327.945	1.132.675.537	1.477.510.393	419.972.527	692.083.403	1.100.059.985	4.885.579.791
outros serviços	26.455.653.967	19.930.410.089	49.388.400.567	16.308.924.263	16.350.514.075	4.148.275.756	132.582.128.717
indireto	4.414.340.108	12.155.265.024	49.689.910.148	42.073.929.734	15.447.195.686	1.158.340.563	124.938.982.063
Total	**35.320.662.308**	**42.871.849.953**	**160.189.336.758**	**68.101.970.947**	**35.702.509.895**	**9.355.351.469**	**351.541.681.330**

Saldo de Carteira 2009

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	3.536.101.131	237.096.435	1.182.660.510	71.350.646	452.016.096	416.057.966	5.895.282.784
indústria	2.503.902.384	19.010.447.424	51.497.428.301	7.972.787.582	6.656.562.417	12.168.672.444	100.709.800.552
comércio	39.702.661	713.375.600	1.934.828.718	208.368.280	284.277.030	1.319.170.428	4.497.722.717
outros serviços	34.591.132.985	28.779.503.350	58.687.085.912	18.017.936.345	18.785.757.096	11.720.938.146	170.582.353.833
indireto	7.944.287.403	14.309.587.030	58.691.009.750	52.227.878.516	18.941.145.174	1.217.668.686	153.331.576.560
Total	**48.615.126.564**	**63.948.009.840**	**171.993.013.191**	**78.498.321.369**	**45.119.757.812**	**26.842.507.670**	**435.816.736.446**

Variação de Carteira 2008/2009

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	537.432.619	2.600.217	90.796.045	2.793.399	18.361.383	144.754.699	796.738.362
indústria	1.115.230.608	10.491.395.140	47.044.222.884	(1.257.799.593)	3.877.500.398	9.491.250.546	16.673.354.214
comércio	(23.625.285)	(421.249.937)	457.318.325	(211.604.247)	(407.806.373)	219.110.443	(387.857.074)
outros serviços	8.135.479.017	8.849.093.261	9.298.685.345	1.709.012.082	2.435.243.021	7.572.712.390	38.000.225.116
indireto	3.529.947.296	2.154.321.206	9.001.099.602	10.153.948.783	3.493.949.488	59.328.122	28.392.594.497
Total	**13.294.464.256**	**21.076.159.887**	**11.803.676.433**	**10.396.350.422**	**9.417.247.917**	**17.487.156.100**	**83.475.055.116**

As tabelas a seguir trazem os fluxos financeiros da Carteira das Operações de Financiamento (exceto operações com ações e operações estritamente financeiras, por exemplo):

Amortização2009

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	1.337.159	23.454.694	14.150.629	6.652.891	9.632.546	16.309.098	71.537.059
indústria	172.244.568	1.143.775.918	4.954.431.144	751.651.356	370.150.875	661.522.609	8.053.776.469
comércio		23.095.297	74.542.801	13.914.974	2.958.847	349.459.085	463.971.004
outros serviços	463.930.565	385.594.323	3.390.251.127	911.279.397	1.004.590.946	717.485.050	6.873.131.407
indireto	1.095.563.096	2.517.589.368	19.495.396.719	8.305.603.577	2.189.699.809	176.310.000	33.782.561.448
Total	1.733.075.384	4.091.509.600	27.928.772.466	9.989.300.194	3.577.033.022	1.925.287.621	49.244.978.288

Juros2009

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	7.413.808	2.869.705	9.860.571	4.818.891	14.783.101	28.743.020	68.489.095
indústria	65.908.353	566.747.207	2.060.853.881	426.029.667	330.519.733	394.645.032	3.844.703.873
comércio		8.199.379	47.264.606	1.600.126	1.919.879	106.909.728	166.893.719
outros serviços	347.663.210	309.401.512	2.203.338.286	554.262.121	607.100.692	839.994.049	4.861.759.869
indireto	761.281.315	540.466.423	3.409.262.071	1.609.687.949	678.022.323	95.362.005	6.594.282.086
Total	682.266.686	1.427.684.226	7.730.579.415	2.596.398.754	1.632.345.727	1.466.853.834	15.536.128.642

Outros Eventos 2009 (multas,juros de mora etc.)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Não definido	Brasil
agricultura	14.030	7.729	17.760	5.690	27.533	62.811	130.553
indústria	176.862	4.334.068	5.682.405	3.534.287	739.118	696.727	15.163.467
comércio		15.866	23.956			43.558	83.380
outros serviços	163.966	316.691	7.867.505	4.274.594	306.373	1.965.752	14.894.882
indireto	1.549.627	2.040.959	6.736.483	7.285.103	4.455.636	182.396	22.250.204
Total	1.904.485	6.710.314	20.328.109	15.099.674	5.528.661	2.951.244	52.522.486

Avaliação do Impacto Fiscal das Atividades Executadas no Exercício de 2009.

Com o intuito de permitir a comparação dos dados apresentados a seguir com o relatório emitido em 2009, referente ao impacto fiscal das atividades do BNDES em 2008, foram mantidos os mesmos preceitos e a mesma estrutura de apresentação utilizada naquela oportunidade, sintetizados a seguir:

- *Os valores especificados correspondentes às atividades do Sistema BNDES no exercício de 2009 foram extraídos da contabilidade do Banco.*
- *Conforme procedimento observado nas diferentes metodologias para mensuração das contas públicas, adotado pelo País e recomendado por organismos internacionais, como a ONU, o FMI e a OCDE, as agências oficiais de fomento são tratadas de forma análoga às instituições do setor privado, não integrando a contabilidade pública nas contas nacionais. Assim, a avaliação identificou todas as transações consideradas de natureza fiscal realizadas em 2009 entre o BNDES e o setor público não-financeiro brasileiro, incluindo receitas, despesas ou posições patrimoniais, não apenas em relação ao Tesouro Nacional, como também:*
- *todos os demais entes da administração federal autárquica, fundacional, fundos e mesmo empresas estatais não-financeiras; e*
- *mesmo universo institucional das administrações públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.*
- *Foram consideradas as transações tipicamente fiscais, que afetam diretamente o resultado da administração pública, especialmente as que envolvem fluxos registrados nos orçamentos. Assim, foram identificadas as transações do BNDES que: a) geram receitas para o setor público, como o recolhimento de tributos, juros, lucros e dividendos e mesmo a concessão de empréstimos e financiamentos a governos; e b) compreendam a realização de despesas pelas administrações públicas, como a concessão de empréstimos do Tesouro ao BNDES, as subscrições para aumento de seu capital e o próprio serviço da dívida assumida anteriormente por entes estatais junto ao Banco.*

Pela ótica da apuração da dívida líquida do setor público e mensuração do resultado de um período a partir da variação desse saldo devedor (apuração "abaixo da linha"), identificou-se as posições patrimoniais e suas alterações anuais, ou seja: a) no ativo, o saldo credor do BNDES junto às entidades das administrações públicas federal, estadual e municipal (como o saldo credor decorrente de financiamentos concedidos ou da aquisição de debêntures e outros títulos); e, b) no passivo, o montante da dívida do BNDES junto às mesmas entidades (por exemplo, relativa a recursos captados pelo Banco junto a fundos federais).

As aplicações das disponibilidades de caixa do Sistema BNDES em títulos públicos federais não são tratadas como se tivessem impacto fiscal direto, pois são operações eminentemente financeiras de preservação da liquidez da instituição a curto prazo.

Reiteramos o registro constante nas avaliações relativas a anos anteriores de que outras atividades do BNDES que não envolvem transações financeiras diretas com as administrações têm um impacto fiscal indireto, como nos casos de uma eventual atuação do Banco como agente executor de política nacional de desestatização, no apoio à implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, na administração de fundos federais e mesmo na realização de operações no mercado de capitais, atividades que, em última instância, contribuem para a melhoria das contas públicas.

Seguindo aqueles preceitos, foram extraídos dados da contabilidade do BNDES que implicam em um impacto objetivo e direto sobre os resultados das administrações públicas brasileiras. O levantamento compreende as maiores transações. Não estão incluídas determinadas operações de pequeno valor, como por exemplo, no caso dos tributos, o pagamento dos impostos sobre propriedades, das taxas pela prestação de serviços (coleta de lixo, incêndio,...), ou de impostos sobre eventuais transmissões imobiliárias.

São apresentados em primeiro lugar os montantes dos fluxos (transações "acima da linha"), e, depois, comentadas as variações dos estoques patrimoniais (apuração "abaixo da linha").

Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas, o Tesouro Nacional recebeu, naturalmente, os maiores pagamentos realizados pelo Sistema BNDES no exercício de 2009, sendo cerca de R$ 1.989 milhão em receitas tributárias, considerados os recolhimentos de seu imposto de renda (IRPJ) e das contribuições sobre receitas (COFINS e PASEP) e lucro (CSLL) E CPMF. A título de dividendos e juros sobre o capital próprio, ingressaram nos cofres do Tesouro cerca de R$ 10.950 milhões, incluindo a antecipação de resultados de exercícios futuros no valor de R$ 1.174 milhões. Assim, nestas duas categorias, o BNDES respondeu pelo aporte de R$ 12.939 milhões no caixa do

Tesouro Nacional em 2009. Houve aumento em relação ao ano de 2008 de, aproximadamente, 82 % (R$ 6.017 milhões em 2008).

Ainda quanto aos recolhimentos tributários, o Sistema BNDES aportou ao INSS cerca de R$ 5.661 milhões como contribuições dos empregadores sobre a folha salarial. Não foram consideradas as contribuições previdenciárias descontadas dos funcionários, assim como o IR também retido na fonte da folha salarial. Em favor do nível municipal de governo, o recolhimento foi de R$ 4.821 mil referente ao imposto sobre serviços (ISS).

Em resumo, no cômputo global, o BNDES respondeu diretamente pelo pagamento de R$ 12.950 milhões às administrações públicas diretas brasileiras, como receitas tributárias e patrimoniais.

As transações financeiras do BNDES envolvendo fundos federais, cujos fluxos são computados como "abaixo da linha" nas apurações dos resultados fiscais, continuam se apresentando como muito expressivas.

Com relação ao FAT, a movimentação financeira no exercício de 2009 envolveu, por um lado, o pagamento pelo BNDES ao FAT de um montante de R$ 8.953 milhões, e, por outro, o recebimento de cerca de R$ 10.130 milhões.

Conforme já salientado nas avaliações relativas a exercícios anteriores, os recursos aportados pelo FAT ao BNDES representam a concessão de créditos e são escriturados como inversões financeiras. Não constituem, portanto, uma despesa fiscal tradicional, a fundo perdido. Isso significa que todo e qualquer recurso repassado pelo FAT ao Banco constitui um crédito do governo federal e, como tal, esse aporte tem um impacto superavitário sobre as contas públicas. Como parcela substancial desses recursos não é aplicada pelo BNDES em empréstimos ou financiamentos a outros governos ou entes do setor público, o crédito do FAT, por seu volume expressivo, tem um impacto direto e positivo em termos de geração de superávit para todo o setor público brasileiro.

Quanto aos outros fundos federais administrados pelo BNDES: o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND não direcionou recursos ao BNDES no ano de 2009, entretanto, foram realizados pagamentos do Banco a esse fundo no montante de R$ 4.150 milhões; o Fundo da Marinha Mercante – FMM transferiu R$ 1.868 milhões para o BNDES e dele recebeu cerca de R$ 419 milhões; e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC aportou cerca de R$ 785 mil; o Fundo de Garantia à Exportação – FGE, por sua vez, direcionou R$ 770 mil para o BNDES.

Em resumo, o total de créditos do FAT, FGE, FGPC e FMM contra o BNDES, considerados como redutores da dívida líquida federal e do consolidado do setor público, somaram R$ 11.997 milhões, significando contribuição para a redução da dívida pública líquida e para a geração de superávits nas contas estatais.

Quanto ao PIS-PASEP, um fundo de natureza social pertencente à coletividade dos trabalhadores brasileiros, embora seu capital não pertença à União (e, como tal, não integre o orçamento federal), cumpre registrar que, no exercício de 2009, os pagamentos do BNDES para o referido fundo foram de cerca de R$ 1.440 milhões, aproximadamente 16,1 % dos pagamentos efetuados ao FAT. Deste fundo foram aportados recursos ao BNDES no valor de apenas, R$ 6.963 mil.

Em termos de balanço de ações sociais, os pagamentos efetuados pelo BNDES ao FAT e ao PIS/PASEP, somando mais de R$ 10.393 milhões, constituíram importante fonte para o financiamento das ações daqueles fundos, na concessão de benefícios diretos aos trabalhadores, na forma de seguro-desemprego, abono salarial e saque de cotas, e através dos programas de treinamento de mão-de-obra.

Finalmente, com respeito aos empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES ao setor público não-financeiro no exercício de 2009, o BNDES liberou um montante de R$ 30.220 milhões em favor das administrações públicas e recebeu como amortizações de seus créditos R$ 1.192 milhões. Em termos de estoque, houve um aumento na dívida da administração pública junto ao BNDES de um saldo devedor contábil de cerca de R$ 9.589 milhões em 31.12.2008 para R$ 37.153 milhões ao final de 2009.

O expressivo aumento do saldo das operações de crédito entre o BNDES e o setor público não-financeiro decorreu das condições especiais que os efeitos da crise financeira internacional impuseram sobre a economia brasileira.

Devido à retração dos mercados de crédito e de capitais, tanto interno quanto internacional, ao longo de 2009, o BNDES, exercendo seu papel de banco de desenvolvimento, agiu no sentido de evitar o aprofundamento da crise sobre o investimento. Observou-se, portanto, um aumento expressivo nos desembolsos do Banco tanto para empresas privadas quanto para empresas estatais.

Dentre diversas ações orientadas a fornecer recursos para que empresas estatais não comprometessem seus investimentos, essenciais ao bom funcionamento da economia, destaca-se a concessão de uma linha de crédito especial ao grupo Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, no valor total de R$ 25.000 milhões. Essa operação correspondeu a 82,8% das liberações registradas no CADIP.

Ademais, durante o exercício de 2009, foi realizado empréstimo do Tesouro Nacional ao BNDES no montante de R$ 105.000 milhões, tornando possível a execução do orçamento de financiamentos para o exercício.

Esses recursos ingressaram no BNDES sob a forma de títulos públicos, implicando na aquisição de um ativo pelo Tesouro Nacional (crédito junto ao BNDES) na medida em que os emitia. Dessa forma, para fins de apuração do resultado do setor público não-financeiro, tal empréstimo não resultou em qualquer impacto sobre seu endividamento líquido.

Em virtude de aspectos circunstanciais concernentes ao ano de 2009, as atividades do BNDES tiveram impacto fiscal negativo durante esse exercício, elevando o endividamento público em R$ 17.576 milhões ou 0,57% do PIB.

Tal fato decorreu, basicamente, das operações especiais de financiamento a entes estatais. Excluído o aumento expressivo de R$ 27.562 milhões registrado nas operações de crédito junto ao setor público não-financeiro, o resultado das demais transações gerou impacto fiscal positivo no valor de R$ 9.988 milhões, cerca de 0,33 % do PIB. São apresentadas, a seguir, tabelas que resumem os números evidenciados acima.

TRANSAÇÕES DO BNDES COM OS TESOUROS PÚBLICOS NO EXERCÍCIO DE 2009

PRINCIPAIS PAGAMENTOS (*)	R$ MIL
Ao Tesouro Nacional (impostos e contrib.)	1.989.025
Imposto de Renda	1.026.941
Contribuição s/ Lucro Líquido	463.396
PASEP	71.918
COFINS	398.270
IOF	25.439
CIDF	853
Ao TN (dividendos e juros s / capital próprio)	10.960.147
À Previdência Social (contrib. patron. INSS)	5.661
Ao Tesouro Municipal (RJ) – ISS	4.821
Total recolhido às Adm. Diretas	**12.949.654**

Fonte: BNDES / * Não foram computados os recolhimentos de taxas e outros impostos de pequeno valor, bem como as retenções na fonte efetuadas por terceiros. Os impostos retidos sobre os rendimentos das empresas do Sistema BNDES são considerados como pagos no momento de sua compensação.

TRANSAÇÕES DO BNDES COM FUNDOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2009

FUNDOS	RECEBIMENTOS (R$ MIL) [1]	PAGAMENTOS (R$ MIL) [2]	LÍQUIDO (R$ MIL)
Fundo De Amparo Ao Trabalhador – FAT	10.129.917	8.953.143	1.176.774
Fundo Nacional De Desenvolvimento – FND		4.150.442	(4.150.442)
Fundo De Garantia À Exportação – FGE	770		770
Fundo Para O Desenvolvimento Regional		4.059	(4.059)
Fundo Da Marinha Mercante – FMM	1.866.784	419.409	1.447.375
Fundo Garantia P/ Promoção Da Competitividade - FGPC	785		785
Fundo PIS/PASEP	6.963	1.440.000	(1.433.037)

Fonte: BNDES
[1] FAT: transferência de recursos constitucionais e depósitos especiais; FND: empréstimos; FGE: indenizações e PIS-PASEP: comissões sobre recursos transferidos ao BNDES até 1982;
[2] FAT: pagamento de juros sobre recursos constitucionais, pagamentos de amortização e juros sobre depósitos especiais e pagamento de dívidas relativas aos programas PROEMPREGO I e II; FND: pagamentos de amortização e juros sobre empréstimos contratados; PIS-PASEP: devolução de recursos ao Fundo para pagamento de rendimentos e saques dos participantes.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO BNDES COM O SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2009

	DESCRIÇÃO	VALORES EM R$ MIL
1) SALDO DEVEDOR EM 31/12/2008 (REGISTRADO NO CADIP)		**9.589.303**
2) MOVIMENTAÇÕES REGISTRADAS DURANTE O ANO DE 2009		**27.563.462**
1	(+) LIBERAÇÕES	30.219.814
2	(-) AMORTIZAÇÕES	1.191.853
3	(-) DEVOLUÇÕES DE LIBERAÇÃO	98.919
4	(+) JUROS PROVISIONADOS	1.890.539
5	(-) JUROS COMPENSATÓRIOS	1.016.334
6	(+/-) OUTROS	(2.338.607)
3) SALDO DEVEDOR EM 31/12/2009 (REGISTRADO NO CADIP)		**37.152.765**

Fonte: BNDES

Captação de Recursos Externos: Ingressos Oriundos de Organismos Internacionais

Em 2009, o ingresso de recursos tendo como origem organismos multilaterais e agências governamentais totalizou US$ 1.329,2 milhões. Desse montante foram captados: US$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US$ 250 milhões junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC) e US$ 79,3 milhões junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Em sua atuação junto a organismos internacionais, destaca-se o relacionamento entre o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cuja parceria se iniciou em dezembro de 1964.

Como resultado dessa parceria, em 2004 o BID aprovou a concessão, em favor do BNDES, de uma Linha de Crédito Condicional destinada à execução de 3 (três) programas de apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME).

O Primeiro Convênio de Linha de Crédito Condicional (Primeiro CCLIP), celebrado entre o BNDES e o BID em 12/08/2005, apresenta as seguintes características:

- Valor do Empréstimo (BID): US$ 3 bilhões
- Contrapartida Financeira: US$ 3 bilhões
- Implementação em 3 fases subseqüentes, cada uma correspondendo a um novo programa e a um novo contrato de empréstimo de até US$ 1 bilhão, a ser firmado entre o BNDES e o BID.

Nesse sentido, no âmbito do Primeiro CCLIP, foram celebrados três Contratos de Empréstimos individuais nº 1608/OC-BR, nº 1060/OC-BR e nº 2023/OC-BR. Para este, o último desembolso ocorreu em 29 de julho de 2009. Os resultados alcançados ao longo de 2009 em função do 3º Programa do Convênio são apresentados a seguir.

Contrato de Empréstimo BID 2023/OC-BR – 3º Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas no Âmbito do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)

Em 19/03/2009, foi formalizada a terceira operação de financiamento no âmbito da Linha CCLIP, por intermédio do Contrato de Empréstimo Individual nº 2023/OC-BR, objetivando a execução do 3º Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas, a saber:

- Valor do empréstimo (BID): US$ 1 bilhão
- Contrapartida Financeira: US$ 1 bilhão
- Desembolso: 4 anos
- Amortização: 20 anos

Em relação a este Contrato, foram realizados 2 (dois) desembolsos do BID ao BNDES, a saber: o primeiro, de US$ 700 milhões, em 28/04/2009 e o segundo e último, de US$ 300 milhões, em 29/07/2009. Assim, foram aplicados no Programa US$ 2.014 milhões, sendo US$ 1.885 milhões financiados (94%) – US$ 1 bilhão em recursos do BID e US$ 885 milhões do BNDES – e US$ 129 milhões (6%) com recursos próprios das empresas, como segue:

PORTE	Nº DE OPERAÇÃO	%	APLICAÇÃO TOTAL (US$ MILHÃO)	%	FINANCIAMENTO (US$ MILHÃO)	%	FINANCIAMENTO MÉDIO (US$)
MICRO	11.176	45,3%	730,4	36,3%	673,2	35,7%	60.232
PEQUENA	10.352	42,0%	936,4	46,5%	879,3	46,6%	84.938
MÉDIA	3.133	12,7%	347,3	17,2%	332,9	17,7%	106.244
TOTAL	24.661	100,0%	2.014,1	100,0%	1.885,3	100,0%	76.448

Registre-se que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste responderam por 34% dos desembolsos. Em termos setoriais, foi mantida a predominância do Setor de Serviços, com a Atividade "Transporte, Armazenagem e Comunicações" respondendo por 70% dos desembolsos.

Japan Bank for International Cooperation (JBIC)

O BNDES assinou, em 25/12/2008, um Contrato de Empréstimo com o Japan Bank for International Cooperation, no valor de US$ 250 milhões, com o objetivo de financiar projetos de interesse mutuo Brasil – Japão que promovessem o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, atendendo a, pelo menos um, dos critérios de elegibilidade a seguir:

- Projetos de infra-estrutura no Brasil que promovessem a competitividade internacional das empresas japonesas e que contribuissem para o fortalecimento dos relacionamentos entre empresas brasileiras e japonesas; e
- Projetos de infra-estrutura no Brasil que propiciassem o fortalecimento das exportações brasileiras para o Japão, particularmente no que tange ao fornecimento estável de recursos naturais, tema considerado estratégico para aquele país.

O relacionamento entre o BNDES e o JBIC se iniciou em 1962 com a assinatura do primeiro contrato de empréstimo com The Export-Import Bank of Japan – JEXIM, antecessor do JBIC. Desde então foram assinados 13 contratos (incluindo o contrato em referência). Ao longo desses mais de 40 anos, o BNDES e o JBIC têm buscado permanentemente desenvolver atividades com o propósito de estreitar seu relacionamento institucional. O Contrato de Empréstimo realizado entre o BNDES e o JBIC possui as seguintes características:

- Valor do empréstimo (JBIC): US$ 250 milhões

- Prazo para Utilização: 3 anos
- Prazo Total do Empréstimo: 15 anos

No âmbito desse Contrato, foi realizado um desembolso único, do JBIC ao BNDES, em 27/03/2009, no valor total do financiamento, de US$ 250 milhões.

Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)

Em 26/03/2009, o BNDES assinou contrato de empréstimo com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no montante de US$ 135,6 milhões (equivalente a EUR 100 milhões, à taxa de câmbio na data da contratação). O objetivo deste empréstimo é apoiar investimentos em projetos de implantação de usinas hélio-elétricas (UEE) *no Brasil realizados por empresas* privadas brasileiras.

O Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) é um banco controlado 80% pela República Federal da Alemanha e 20% por seus estados federados. É parceiro do BNDES desde a década de 60 e, desde então, foram contratadas 11 operações de empréstimo, incluindo a operação em referência. *Ressalte-se que esta operação está inserida em* um contexto de cooperação entre os Governos do Brasil e da Alemanha, no setor energético, conforme Acordo celebrado entre os 2 países, em 14/05/2008. O Contrato de Empréstimo realizado entre o BNDES e o KfW possui as seguintes características:

- Valor do empréstimo: *US$ 135,6 milhões*
- Prazo para Utilização: até 31/12/2010, ou 21 meses, contados da data da assinatura
- *Prazo Total do Empréstimo: 12 anos*

No âmbito desse Contrato, o primeiro desembolso foi realizado em 24/06/2009, no valor de US$ 79,3 milhões, permanecendo um saldo a desembolsar de US$ 56,3 milhões

3.6.4. *Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB*

Estratégias de Atuação

Em 2009, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), como banco público e orientado pelas diretrizes do governo federal, desempenhou importante papel no *combate à crise* financeira internacional. Enquanto o estoque das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional cresceu 22,3% – de setembro de 2008, início da crise, a dezembro de 2009 – o do BNB cresceu 35,9%.

No ano, o BNB contratou mais de 2 milhões de *operações com valor* global de R$ 20,8 bilhões, um crescimento de 51% no valor em relação ao ano de 2008. Nesse sentido, destacam-se os financiamentos de longo prazo – inerentes aos bancos de desenvolvimento – que somaram R$ 11,4 bilhões, 26% a mais que no ano anterior. É importante mencionar o crescimento de 68,8% nas operações de curto prazo, o que equivale a *um valor contratado de R$ 7,2 bilhões com operações* de capital de giro, crédito direto ao consumidor, entre outras. No âmbito do mercado de capitais, o Banco distribuiu suas contratações em operações no valor total de R$ 2,3 bilhões, que reflete um crescimento de 342% em relação a 2008, com debêntures, fundos de investimentos em direitos creditórios e notas promissórias comerciais. O volume contratado somente foi atendido graças à contratação de Instrumento de Dívida Subordinada, autorizado em 2009 pelo Banco Central (BACEN), *no valor de R$ 600 milhões com o FNE*, utilizado como Patrimônio de Referência Nível II, o que permitiu elevar o índice de Basiléia cujo valor já se encontrava próximo do limite mínimo permitido.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal *funding* do Banco, foi responsável pela contratação de 380,4 mil operações, cujo valor total de R$ 9,1 bilhões representa 19,1% de crescimento em relação ao último exercício.

A microfinança urbana, por meio do programa Crediamigo, mais uma vez figura entre os destaques do BNB em 2009, visto que o valor de R$ 1,5 bilhão, emprestado pelo programa em toda sua área de atuação, superou em 37,9% aquele assinalado em 2008. As micro e pequenas empresas (MPEs) contrataram R$ 1,8 bilhão em financiamentos *com crescimento de 40,4%*.

Por sua vez, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) aplicou R$ 890,1 milhões, sendo que deste valor o volume de R$ 443,5 milhões foi contratado no Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), que vem de forma gradual substituindo o *PRONAF B com nova metodologia* exitosa. Com esses números, observa-se, em 2009, um crescimento de 20,3% no PRONAF e de 75,1% no Agroamigo em comparação com os valores de 2008.

Outras ações colaboraram para o desempenho do BNB no ano, notadamente os investimentos em projetos-chave de infra-estrutura para a Região, como os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Transnordestina e Parcerias Público-Privadas, assim como os *financiamentos ao comércio exterior* que durante o ano de 2009 atingiram o montante de aproximadamente R$ 1,3 bilhão, atendendo às carências de *crédito* decorrentes da crise, representando crescimento de 83,4% em relação a 2008.

Toda essa gama de ações e resultados coloca o BNB como um *importante parceiro do governo* federal no desenvolvimento da economia nordestina e atesta o compromisso da Instituição na retomada do crescimento econômico do país ainda neste ano bem como nos próximos.

Integração às Políticas Públicas

O BNB vem ampliando a integração da sua política de financiamento da atividade produtiva e de investimentos em infra-estrutura as políticas públicas voltadas à melhoria dos indicadores socioeconômicos, culturais e ambientais, destacando as seguintes ações:

a) ***Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal*** – Em 2009, com a ampliação do Programa, o Banco passou a contar com 65 dos 120 territórios que compõem a sua área de atuação, onde se inserem 1.076

municípios, sendo 651 deles pertencentes ao semi-árido nordestino. Contando com 3 (três) ações na Matriz do Programa em 2009, o BNB figura como um importante parceiro nas principais políticas do Programa, a exemplo da Agricultura Familiar, do Crédito Fundiário, da Organização Sustentável da Produção, do Microcrédito e de apoio à Cultura. No período de janeiro a dezembro de 2009, o BNB contratou neste Programa federal R$ 2,96 bilhões, sendo 83,8% com recursos do FNE;

b) Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) Coordenado pelo Ministério das Cidades, o PSH visa proporcionar o acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda, configurando-se como uma estratégia viável para a redução do déficit habitacional existente no Brasil. Em 2009, o Banco do Nordeste firmou parcerias com os Governos dos estados da Bahia, de Sergipe e de Pernambuco e com diferentes entidades ligadas aos movimentos sociais, o que possibilitou a celebração de 1.283 contratos com os beneficiários do PSH, todos para áreas rurais localizadas em sua área de atuação. As 1.283 quotas de unidades habitacionais estão distribuídas em 14 municípios da Bahia, 10 de Sergipe e 8 de Pernambuco. Os recursos para o Programa possuem o aporte de R$ 8.981.000,00 (Recursos OGU/STN), R$ 4.858.800,00 (Contrapartida dos Governos Estaduais e Entidade Proponente), somando-se o montante de R$ 13.839.800,00. As referidas unidades habitacionais têm previsão de entrega aos beneficiários até março de 2011;

c) Apoio ao Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) – O BNB continua apoiando a produção de insumos para a fabricação de biodiesel no Ceará, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Norte, em parceria com os governos estaduais, com a Petrobras e com os movimentos sociais, objetivando atender à demanda de usinas instaladas na Região. Em 2009, o BNB financiou 70 mutuários produtores de Mamona e Girassol nos estados do CE, MG e BA, empregando recursos da ordem de R$ 558,0 mil e negociou termo de cooperação com a Petrobras para financiamento em 2010 à produção dos agricultores familiares fornecedores de oleaginosas para produção de biodiesel por aquela empresa;

d) Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) – Estratégia do Governo Federal para a promoção da cidadania e autonomia econômica das trabalhadoras rurais, que, além da documentação civil e trabalhista, recebem informações e orientações sobre direitos sociais e como acessar as políticas da agricultura familiar e da reforma agrária, contribuindo para a sua inclusão econômica e social. Nesse sentido, o BNB tem desenvolvido ações articuladas com vários parceiros, tais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), participando na mobilização e organização dos mutirões. Em agosto de 2009 foi renovado o Acordo de Cooperação Técnica entre o BNB e essas Instituições, com vigência de 5 anos, para a continuidade da ação conjunta. Em 2009, foram realizados 343 mutirões do PNDTR, em que foram emitidos 155,4 mil documentos. No acumulado desde sua criação, em 2005, o Programa já realizou 1.030 mutirões, tendo sido emitidos 568,7 mil documentos. Ainda em 2009, o BNB aprovou patrocínio no valor de R$ 35,8 mil para aquisição de parte dos equipamentos a serem utilizados nas Unidades Móveis Expresso Cidadão nos estados do Nordeste, possibilitando dessa forma a presença do PNDTR em localidades ainda não beneficiadas pelo Programa na Região.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

O Banco do Nordeste vem ampliando sua atuação como agente indutor do desenvolvimento, definindo estratégias diversas que possibilitem sinergias na alavancagem da economia nordestina, consolidando novos negócios e empenhando-se nas questões ambientais e sociais, sempre em consonância com as políticas do Governo Federal. Como parte de seu papel de agente financiador do setor produtivo e da infra-estrutura socioeconômica regional, o BNB é a instituição responsável pela gestão e aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, aplicados no âmbito de linhas de crédito adaptadas às necessidades dos diferentes setores produtivos: rural (pecuária e agricultura), agroindustrial, industrial, serviços, comércio e infra-estrutura.

Como gestor do Fundo, o BNB realiza anualmente um processo de mobilização nos estados, envolvendo suas Unidades, parceiros públicos e entidades representativas de produtores rurais, de empresas e da sociedade para elaboração da Programação Anual do FNE – documento que sintetiza as diretrizes, estratégias, estimativas de aplicação e linhas de crédito para os setores produtivos da Região, com programações estaduais integradas a políticas governamentais e oportunidades de investimentos para toda a área de atuação do Fundo. O volume anual de recursos aplicados por meio do FNE vem crescendo de forma significativa a cada ano, passando de R$ 1,0 bilhão em 2003 para R$ 9,1 bilhões em 2009.

Destaque-se também que 34,7% dos financiamentos a grandes empresas referem-se somente a projetos de infra-estrutura, tais como telefonia, transporte e energia, essenciais para o desenvolvimento econômico da região. A seguir, apresentam-se os quadros demonstrativos das aplicações do FNE no exercício de 2009.

DEMONSTRATIVO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS), EM 2009, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE, POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE - (VALORES EM R$ MIL)

REGIÃO	SETOR RURAL	SETOR AGROINDUSTRIAL	SETOR INDUSTRIAL / TURISMO	SETOR INFRA-ESTRUTURA	SETOR COMERCIAL / SERVIÇOS	TOTAL
Nordeste	2.588.199,7	347.983,5	1.827.911,6	1.918.761,9	2.054.564,8	8.737.421,5
Sudeste (correspondendo à área de atuação do BNB no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo)	279.674,1	18.966,3	14.295,2	0,0	83.752,0	396.687,6
TOTAL BNB	2.867.873,8	366.949,8	1.842.206,8	1.918.761,9	2.138.316,8	9.134.109,1

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil - Ambiente de Controladoria.

DEMONSTRATIVO DOS FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS (VALORES CONTRATADOS), EM 2009, COM RECURSOS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE, POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR - (VALORES EM R$ MIL)

REGIÃO	MINI/PEQ	MÉDIO	GRANDE	TOTAL
Nordeste	2.065.030,2	1.285.050,9	5.387.340,4	8.737.421,5
Sudeste (correspondendo à área de atuação do BNB no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo)	188.274,9	72.634,9	135.777,8	396.687,6
TOTAL BNB	2.253.305,1	1.357.685,8	5.523.118,2	9.134.109,1

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – Ambiente de Controladoria.

O saldo líquido das operações de crédito realizadas com recursos do FNE na posição 31/12/2009 era de R$ 25,0 bilhões. Em dezembro de 2008 esse saldo era de R$ 21,0 bilhões. Ao longo do ano de 2009, foram apropriados encargos no montante de R$ 1,7 bilhão. Os valores reembolsados (principal e encargos) corresponderam ao montante de R$ 4,8 bilhões no exercício 2009. O índice de inadimplência geral do FNE no período foi de 3,64%.

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

FAT Infra-estrutura - Objetiva financiar projetos de implantação, ampliação, recuperação e modernização da *infra-estrutura econômica do país, com operações ativas* nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, relativas a projetos de distribuição de energia e que totalizam saldo, na posição de 31/12/2009, de R$ 56,5 milhões, com encargos apropriados no total de R$ 11,3 *milhões.*

Proger Urbano Investimento – BNB COOPERFAT – Essa linha de crédito consubstancia-se na ação de apoio do BNB à estratégia central do Governo Federal de promover o desenvolvimento com inclusão social, por meio do trabalho. Destinada ao atendimento de cooperativas e associações, inclusive seus cooperados e associados, autônomos e profissionais liberais, tem por objetivo apoiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos, mediante o financiamento de investimentos, capital de giro associado e outros bens e serviços necessários ao ciclo produtivo da atividade envolvida.

No exercício de 2008 foram contratadas quatro operações no valor total de R$ 81,4 mil. Já em 2009, o BNB contratou R$ 4,7 milhões por meio de 172 novas operações de crédito. No âmbito desse Programa, o saldo total inerente às operações ativas é de R$ 4,1 milhões, na posição de 31/12/2009, enquanto os encargos apropriados apenas em *2009 totalizam R$ 64 mil.*

No que concerne às operações do FAT, os valores de principal previstos para recebimento no exercício 2009 *eram da ordem de R$ 3,2 milhões,* tendo sido efetivamente recebidos valores da ordem de R$ 3,2 milhões. O índice de inadimplência geral verificado no período foi de 0,005%.

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE

O FDNE tem por finalidade assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (Gestora do FDNE), nos setores primário e agroindustrial, infra-estrutura, indústria extrativa, indústria de transformação, com ênfase na inovação tecnológica, e serviços.

Durante o exercício de 2009, houve contratação de uma operação com recursos do FDNE, no montante de R$ 2,7 bilhões, contemplando projeto de infra-estrutura, de alcance e extensão interestadual e de efetiva contribuição ao desenvolvimento sustentável e à integração intra e inter-regional do setor de transportes.

O referido projeto tem enquadramento no Programa de Aceleração do Crescimento e abrange parte dos estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Alagoas.

Os desembolsos de recursos do FDNE, no ano de 2009, totalizaram R$ 222,5 milhões, tendo-se verificado, no mesmo período, reembolsos no montante de R$ 7,1 milhões, referentes às amortizações de principal, juros e TJLP.

Fundo da Marinha Mercante - FMM

Programa de Apoio à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval – Promercante - Os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) são

administrados pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM, e são aplicados no apoio e desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval.

O BNB atua como agente financeiro do fundo. O saldo do programa, em 31 de dezembro de 2009, era de R$ 56 milhões.

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE

Prodetur/NE I - Programa destinado a reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico regional por meio de investimentos em infra-estrutura básica e serviços públicos em áreas atualmente de expansão turística.

Teve orçamento geral de US$ 670 milhões, com o valor de US$ 400 milhões (60%) proveniente de contrato de empréstimo celebrado entre BNB e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Os recursos foram repassados aos estados da região Nordeste participantes do Programa na forma de contratos de sub-empréstimo e foram destinados principalmente a obras de infra-estrutura de suporte à atividade turística, notadamente à ampliação de aeroportos, sistemas de saneamento e pavimentação de rodovias.

Os recursos do Programa foram integralmente aplicados (execução concluída em 2005), encontrando-se agora em fase de reembolso dos recursos do financiamento.

A seguir é apresentado quadro representativo do saldo remanescente do contrato, ressaltando-se que o valor devido vem sendo pago integralmente ao BID, não se registrando inadimplência.

PRODETUR/NE I - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NR. 841/OC-BR

BID (PRODETUR/NE I)	VALOR (UC)	VALOR (R$)
Saldo em 31.12.2008	170.813.632,90	707.844.344,27
Ajustes	292.834,68	0,01
Juros Contabilizados	7.146.814,79	22.324.031,00
Variação Cambial Contabilizada	0,00	-172.800.027,77
Pagamento de Principal	-15.821.348,58	-51.575.274,06
Pagamento de Encargos	-7.146.414,79	-23.110.304,53
Saldo em 31.12.2009	155.285.139,00	482.882.758,92

Fonte: BNB – Ambiente de Operações Financeiras

Prodetur/NE II - Programa que envolve recursos da ordem de US$ 400 milhões, sendo o valor de US$ 240 milhões (60%) oriundo do Contrato de Empréstimo 1.392/OC-BR firmado entre o BNB e o BID, e US$ 160 milhões de contrapartida com aporte de recursos da União, estados, municípios e iniciativa privada.

O comprometimento total dos recursos se concretizou em 2006, sendo sub-mutuários do Programa os estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

No exercício de 2009, além do assessoramento às Unidades Executoras Estaduais do Programa e acompanhamento físico e financeiro das ações, a atuação do BNB destacou-se pelos ajustes nas matrizes dos contratos de sub-empréstimo dos estados, com vistas ao planejamento da execução no prazo final do Programa, o que resultou em uma redução no número de ações financiadas, reflexo da desvalorização do dólar em relação ao real, reduzindo os recursos disponíveis em reais.

Em março, foi realizada a Missão de Avaliação de Meio Termo do Programa, com participação do BID e estados sub-mutuários, que estabeleceu prazos para o início da execução das obras ainda pendentes. Em agosto, foi formalizada junto ao BID a prorrogação do prazo de execução do Programa por mais 12 (doze) meses, com término para setembro/2010.

A seguir, quadro representativo do saldo remanescente do Contrato do Prodetur/NE II. Vale ressaltar que o valor devido vem sendo pago integralmente ao BID, não se registrando inadimplência:

PRODETUR/NE II - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NR. 1392/OC-BR

BID (PRODETUR) II	VALOR (US$)	VALOR (R$)
Saldo em 31.12.2008	99.065.808,06	234.343.313,14
Ajustes	0,00	-799.546,63
Ingressos em 2009	39.314.715,82	79.133.085,20
Juros Contabilizados	2.569.476,98	3.391.778,79
Variação Cambial Contabilizada	0,00	-68.205.328,79
Pagamento de Principal	-5.905.732,47	-11.779.443,04
Pagamento de Encargos	-2.569.476,98	-4.547.376,78
Saldo em 31.12.2009	132.474.791,41	231.536.482,37

Fonte: BNB – Ambiente de Operações Financeiras

Segmentos de Negócios

Microcrédito

O BNB opera no segmento de microcrédito produtivo orientado desde 1998, com uma área especializada e com marca própria – Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste Crediamigo. Tornou-se, assim, o primeiro banco público de primeiro piso do Brasil a ter um modelo de atuação voltado para o microcrédito. O crédito é destinado a empreendedores proprietários de pequenos negócios formais ou informais, com financiamentos para capital de giro e investimento fixo, realizando empréstimos em grupos solidários ou individuais, que variam de R$ 100 a R$ 15.000,00, com a finalidade de gerar um maior volume de receitas e melhorar as condições de vida da família. O Crediamigo oferece oportunidades e facilidades que diferenciam seus empréstimos dos demais oferecidos pelo setor financeiro formal, tais como os grupos solidários em substituição às garantias tradicionais e o atendimento personalizado realizado por Assessores no local de trabalho dos empreendedores.

O volume de empréstimos realizados em 2009 foi da ordem de R$ 1,5 bilhão, associado a 1,26 milhão de operações. Esse valor representa um crescimento de 38% em relação ao ano anterior, quando foram emprestados

aproximadamente R$ 1,1 bilhão. Os empréstimos acumulados de 1998 a 2009 são da ordem de 6,2 milhões de operações, tendo sido liberados empréstimos no montante de R$ 6,1 bilhões, e mais de 1,21 milhão de clientes atendidos. Com esse desempenho o Crediamigo consolida-se como o 2º maior programa de microcrédito produtivo da América Latina e Caribe e o maior do Brasil.

A capacidade operacional vem apresentando um crescimento contínuo de clientes beneficiados com operações de crédito por dia, alcançando uma média de 5.038 clientes por dia em 2009. A média de clientes beneficiados por dia em 2008 foi de 3.942 clientes, o que significa um crescimento de 28% na média de contratações diárias. Em 2009, o Crediamigo alcançou o número de 528.792 clientes ativos, o que representa um crescimento de 32% em relação ao ano anterior, quando o Programa contava com 400.413 clientes. Além disso, o Programa obteve um crescimento de 39% de sua Carteira Ativa quando comparado a 2008, passando de R$ 362,22 milhões para R$ 501,69 milhões. Desde 2003 a inadimplência do Programa Crediamigo vem apresentando trajetória de estabilidade, com um índice de 1,16% em 2009.

Negócios com Agricultores Familiares, Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais e Empresários

a) Micro e Pequena Empresa

Ciente da importância das MPEs para a economia nordestina, a atual administração do Banco do Nordeste vem adotando uma série de iniciativas com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito a esse importante segmento de público, estratégia essa iniciada em 2003.

As iniciativas passaram a ter respaldo, inclusive, em um dos objetivos estratégicos do Banco para o período de 2008 a 2011 que é: "consolidar o Banco do Nordeste como o Banco da Micro e Pequena Empresa na Região, ofertando 15% do volume de recursos do FNE e elevar a base de clientes em 40%".

Em 2009, foi estabelecida a meta de R$ 1,65 bilhão para contratação de operações de crédito com MPEs. O volume de contratação realizado em 2009 foi da ordem de R$ 1,78 bilhão, atingindo 108% da meta estipulada para o ano. Esse valor representa um avanço de 44% em relação ao total contratado no ano anterior, quando foi contratado o montante de R$ 1,24 bilhão, já a quantidade de operações contratadas evoluiu 16%, saltando de 70.909 em 2008 para 82.313 em 2009.

Dentre as ações que contribuíram para o resultado obtido em 2009, merecem destaque:

- Realização de atendimento diferenciado às empresas de franquias, a partir da formalização de acordo de cooperação com a Associação Brasileira de *Franchising* (ABF) e com consultorias especializadas nessa modalidade de negócio, além da participação na Franchising Nordeste 2009, em Olinda (PE), na ABF *Franchising* Expo 2009, em São Paulo (SP), na Rio *Franchising Business*, no Rio de Janeiro (RJ), na Nona Convenção da ABF, em Comandatuba (BA), e em encontro exclusivo com empresas que atuam no mercado de franquias, em São Paulo (SP);
- Implementação do Nordeste Franquias, modelo que visa ampliar o volume de negócios com as empresas do sistema de franquias, por meio da simplificação do atendimento a empresas que atuam em um mercado qualificado;
- Criação do Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FNE-MPE) e de produtos específicos de capital de giro para MPEs, proporcionando, assim, um tratamento diferenciado e favorecido, em conformidade com o art. 58 da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006;
- Realização do 4º Encontro de Trabalho Banco do Nordeste – Sebrae, com o objetivo de avaliar as ações desenvolvidas pela parceria e construir agenda de trabalho voltada para fortalecer a capacidade empresarial e a competitividade das MPFs;
- Veiculação de campanha publicitária nos meses que antecedem as datas comemorativas nacionais e regionais, incentivando as empresas a formarem seus estoques por meio das linhas de crédito para capital de giro;
- Participação nos diversos espaços instituídos pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) voltados ao debate e à conjugação de esforços entre o governo e o setor privado para a consecução de ações e de políticas públicas orientadas às MPFs, especialmente o Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e o Comitê Executivo da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); e
- Interação com as equipes de agências, por meio de reuniões com os gerentes de negócios das carteiras de Clientes MPE e Atendimento MPE de todas as unidades do Banco em encontros realizados nas Superintendências Estaduais.

b) Agricultura Familiar e Reforma Agrária

O BNB destaca-se na operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf em sua área de atuação, onde tem participação expressiva nas aplicações do citado Programa. No ano de 2009, foi contratado o volume de R$ 890,1 milhões, com 356,8 mil operações contratadas nos diversos grupos e linhas do Pronaf, conforme quadro a seguir:

DEMONSTRATIVO DOS FINANCIAMENTOS DO SETOR RURAL, CONCEDIDOS EM 2008 E 2009 NO AMBITO DO PRONAF, POR REGIÃO - (VALORES EM R$ MIL)

REGIÃO	2008		2009	
	QTDE.	VALOR	QTDE.	VALOR
Nordeste	292.713	666.251,4	315.475	795.113,1
Sudeste (correspondendo à área de atuação do BNB no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo)	39.160	73.462,5	41.352	94.952,5
TOTAL BNB	331.873	739.713,9	356.827	890.065,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

o que se refere à aplicação por fonte, o FNE, em 2009, participou com 97,0% das operações contratadas e com 97,5% dos valores aplicados no Pronaf, em comparação a 2008, cujos índices foram, respectivamente, de 89,1% e 92,0%. Como se percebe, o FNE tem sido fundamental para garantir a continuidade e a expansão do Pronaf, cumprindo, assim, a missão de contribuir para superação da pobreza e para a redução das desigualdades regionais.

Conforme se pode observar no quadro a seguir, 62,9% da quantidade de operações contratadas e 64,4% do valor contratado no âmbito do Pronaf em 2009, com o apoio dos Agentes de Desenvolvimento e dos projetos territoriais, destinaram-se à região semiárida. Isso reflete a importante contribuição do Pronaf no atendimento às áreas menos favorecidas, com forte aderência à missão do Banco.

FINANCIAMENTOS DO SETOR RURAL - CONCEDIDOS EM 2009 NO ÂMBITO DO PRONAF - POR REGIÃO - (VALORES EM R$ 1,00)

REGIÕES	QTDE.	VALOR
Outras Regiões	132.499	317.130.999,48
Semi árido	224.328	572.934.480,81
TOTAL	356.827	890.065.480,29

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito

As contratações do Pronaf em 2009 atingiram o montante de R$ 890,1 milhões. Nesse contexto, merece destaque o Agroamigo, por intermédio do qual foram contratadas, no acumulado de 2005 a 2009, 818,6 mil operações e contratado o valor de aproximadamente R$ 1,1 bilhão. No ano de 2009 foram realizadas 286 mil operações e contratado o volume de R$ 443 milhões, 75% superior ao volume contratado em 2008 e algo em torno de 50% do valor das contratações do Pronaf como um todo.

Foi com a finalidade de expandir o atendimento aos agricultores familiares, mediante a concessão de microcrédito rural produtivo orientado e acompanhado no âmbito do Pronaf B, que o BNB concebeu e implantou em 2005 o citado Programa[1], direcionado às famílias rurais de menor renda. Assim, o BNB passou a atuar de forma mais qualificada, mais segura e com mais ênfase na base da pirâmide do conjunto dos agricultores familiares, com vistas a tornar mais eficaz sua contribuição no combate à pobreza no meio rural, inclusive no tocante à igualdade de oportunidade entre gêneros, com vistas a possibilitar a autonomia das mulheres, cuja participação nas aplicações do Programa em 2009 foi de 46,0%. Trata-se, portanto, de Programa que tem metodologia diferenciada de ação, tendo recebido, em função disso, o prêmio ATIDE 2009, na categoria produto financeiro inovador. Ao final de 2009, o BNB contava com 158 agências operando com o Agroamigo, com atendimento a 1.611 municípios – 500 a mais que em 2008, com perspectiva de atender aos 1.989 municípios da área de atuação do Banco em 2010.

c) Crédito Fundiário

Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, composto de dois subprojetos:

Subprojeto de Aquisição de Terra – SAT: financia, com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a aquisição da propriedade rural, com as benfeitorias existentes, diretamente às associações dos agricultores. No ano de 2009, o Banco contratou 44 operações no montante de R$ 6,4 milhões, atendendo 467 famílias;

Subprojeto de Investimento Comunitário – SIC: esse subprojeto financia, de forma não-reembolsável, com recursos do Banco Mundial, os investimentos comunitários complementares (produtivos, infra-estrutura e social) para os imóveis adquiridos com o SAT. Em 2009 o Banco contratou 37 operações na modalidade SIC com as associações dos agricultores familiares no montante de R$ 13,5 milhões;

Programa de Crédito Fundiário – Consolidação da Agricultura Familiar – CAF: esse programa financia, com recursos do Fundo de Terras e Reforma Agrária, de forma reembolsável, a aquisição da propriedade rural, com as benfeitorias existentes, bem como investimentos em infra-estrutura básica e produtiva, diretamente às associações dos agricultores, ou de forma individual. No ano de 2009 o Banco contratou 1.328 operações no montante de R$ 51,2 milhões, atendendo 1.440 famílias.

Negócios com Médio e Grandes Produtores Rurais e Empresários

Operações Estruturadas

Operações Estruturadas são aquelas decorrentes de projetos com forte impacto econômico para o Nordeste, com financiamentos superiores a R$ 30 milhões ou que tenham características diferenciadas, a exemplo daquelas destinadas à melhoria da infra-estrutura regional, principalmente nas áreas de energia (produção, transmissão e distribuição), telecomunicações e transportes. Durante o ano de 2009, foram contratadas 24

[1] O Agroamigo tem, dentre seus objetivos específicos: a) garantir maior agilidade no processo de crédito; b) realizar o atendimento aos agricultores familiares com serviços de microfinanças nas comunidades rurais; c) ampliar o grau de proximidade com clientes da área rural; d) viabilizar maior capacidade operacional para o Banco e melhor acompanhamento dos créditos.

operações estruturadas no valor total de R$ 2,8 bilhões. Desse montante, sete projetos estão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, com valor contratado de aproximadamente R$ 1,2 bilhão.

Negócios com Governo

Em 2009, os negócios realizados pelo Banco com o segmento Governo, por meio da contratação de operações de crédito e captação de recursos, alcançaram, respectivamente, o volume de R$ 1,5 bilhão e R$ 865 milhões.

Negócios de Crédito Comercial e Câmbio Crédito e Carteira Comercial

Os produtos de crédito comercial – Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Desconto de títulos e Contas Garantidas – foram responsáveis pela contratação de R$ 4,9 bilhões em 2009, representando crescimento de 84,7% em relação ao ano anterior.

Comércio Exterior e Câmbio

Do valor total de R$ 1,7 bilhão em créditos destinados ao financiamento do comércio exterior em 2009, volume 76,6% superior ao do ano anterior, o montante contratado com recursos do Programa Nordeste Exportação (NExport) chegou a R$ 440,2 milhões, expansão de 59,4% em relação a 2008. Em apoio às empresas exportadoras da Região, o NExport visa fomentar a produção industrial e agroindustrial e as atividades comercial e de prestação de serviços na área de atuação do Banco, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2009, compreendendo operações de crédito, serviços de câmbio pronto, interbancário e arbitragens, atingiu a cifra de R$ 4,4 bilhões, significando incremento de 46,6% em relação ao ano de 2008, quando foi movimentado o montante de R$ 3 bilhões.

Negócios com Pessoas Físicas

Contando com 13 carteiras Pessoa Física, localizadas nas capitais da Região Nordeste e Montes Claros (MG), os negócios na área comercial com esse segmento de clientes foram incrementados em 30,8% comparativamente a dezembro de 2008, com ampliação do saldo médio de aplicações financeiras da ordem de R$ 28,7 milhões e incremento na base de clientes pessoa física de 1.334 clientes (17,3%).

Mercado de Capitais

Consolidando a sua posição no âmbito do Mercado de Capitais, em 2009, o BNB participou da estruturação de operações neste segmento de mercado, cujo valor total das emissões alcançou a marca de R$ 6,6 bilhões. Com essa atuação, no *ranking* divulgado em novembro pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro de Capitais (ANBIMA), o BNB atingiu o 8º lugar no *Ranking* de Originação e o 9º lugar no *Ranking* de Distribuição. A publicação da ANBIMA mostra que o BNB, definitivamente, assumiu posição de destaque nacional no âmbito do mercado de capitais, contribuindo para que empresas nordestinas tenham acesso a recursos menos onerosos para sustentar o seu crescimento.

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Avaliação de Políticas e Programas

Em 2009, um dos focos de atuação do ETENE foi a avaliação dos programas operacionalizados pelo BNB, dentre eles os do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O ETENE também vem realizando estudos de avaliação de impactos do FNE no que se refere à geração de empregos. Referidos estudos utilizam dados da Relação Anual de Informações (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), considerando o universo das empresas financiadas pelo FNE (grupo de tratamento) e as empresas não financiadas pelo FNE (grupo de controle). Os resultados apontaram que o Fundo produziu uma dinâmica diferenciada no ritmo das contratações de mão-de-obra das empresas financiadas em relação às não-financiadas, tanto em relação ao crescimento no emprego quanto em relação à massa salarial.

Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Entre as principais atividades do ETENE está a gestão de fundos para apoio a projetos de geração e difusão de tecnologia, totalizando, em 2009, o aporte não reembolsável de R$ 28,4 milhões em 513 projetos:

Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI) - Instituído desde 1971, o FUNDECI foi pioneiro no fomento à pesquisa e à difusão de tecnologias direcionadas às atividades produtivas da área de atuação do BNB, contribuindo para superação das limitações do setor produtivo e minimizando o risco operacional do Banco. Em 2009 foram apoiados 243 projetos, totalizando R$ 14,3 milhões.

Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste (FASE) - O FASE financia projetos e pesquisas socioeconômicas de interesse do Nordeste, tendo apoiado em 2009, dentre eventos, publicação de obras, cursos, projetos de pesquisa e outras atividades, cerca de 110 convênios, totalizando R$ 6,2 milhões.

Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) – O FDR tem como objetivo apoiar programas e projetos que visem prestar assistência creditícia, técnica ou social a atividades produtivas na área de atuação do BNB. Em 2009 foram apoiados 158 projetos no total de R$ 7,9 milhões.

Impacto Fiscal das Atividades do Banco do Nordeste

Os valores a seguir apresentados, relacionados ao impacto fiscal do Banco do Nordeste nas contas do Tesouro Nacional, foram obtidos da contabilidade do Banco e consubstanciam as informações sobre as principais transações de natureza fiscal realizadas entre o Banco do Nordeste e o Tesouro Nacional durante o exercício.

Em 2009, representaram ingressos nas contas do Tesouro os recolhimentos realizados pelo Banco de seu imposto de renda (IRPJ) e das contribuições sobre receitas (COFINS e PASEP), além da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas no que se refere a tributos, dividendos e juros sobre capital próprio, o Tesouro Nacional recebeu os maiores pagamentos realizados pelo BNB no exercício de 2009, totalizando R$ 515.373.617,26.

Deste total, o valor de R$ 367.370.498,57 representa receitas tributárias, considerando o recolhimento de tributos sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL), Contribuições sobre o Faturamento (PASEP e COFINS). Ademais, o valor de R$ 10.829.056,27 refere-se a receitas de encargos sobre tributos. A título de juros sobre capital próprio e dividendos, foi destinado ao Tesouro Nacional o valor de R$ 137.174.062,42.

RECOLHIMENTOS REALIZADOS PELO BANCO DO NORDESTE PARA O TESOURO NACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2009
(VALORES EM R$ MIL)

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR*
IRPJ	152.707,20
COFINS	103.234,90
PASEP	24.924,87
CSLL	86.483,52
Outras (multas e juros)	10.829,06
Juros sobre capital próprio e dividendos	137.174,06
TOTAL DE RECOLHIMENTOS	515.373,61

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – Ambiente de Gestão Tributária e Ambiente de Controladoria. / (*) Valores apresentados referem-se ao total de recolhimentos (tributos, juros, dividendos etc).

Com relação ao FNE, as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do Fundo.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FNE NO EXERCÍCIO DE 2009 - (VALORES EM R$ MIL)

SALDO EM 2008	ENTRADAS*	SAÍDAS**	SALDO EM 2009
25.820.968,89	6.200.134,67	2.566.175,66	29.454.927,90

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria
(*) Principais entradas: Ingressos constitucionais, receitas sobre operações de crédito, repasses, remuneração das disponibilidades e recuperação de crédito.
(**) Principais saídas: Taxa de administração, remuneração sobre Proinf, despesa de provisão, Del Credere, descontos concedidos em renegociações, rebates/bônus sobre principal e despesas com operações de outras fontes (aquis. Lei 11.322).

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco do Nordeste mantém relações financeiras, é apresentado a seguir quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

MOVIMENTAÇÕES DO BNB COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNE, NO EXERCÍCIO DE 2009
(VALORES EM R$ MIL)

FUNDOS	SALDO EM 2008	INGRESSOS, JUROS E CORREÇÃO	PGTOS*	SALDO EM 2009
FAT	444.426,64	47.738,97	96.913,00	395.252,61
FAMA	46.500,41	3.650,84	0,00	50.159,25
STN Prodecer	72.605,92	6.036,10	13.484,71	70.157,31
STN Recoop	1.312,04	44,84	193,47	1.163,41

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil – Ambiente de Operações Financeiras.
(*) envolve principal e juros.

3.6.5. Banco da Amazônia S.A. - BASA

O desempenho apresentado pelo Banco da Amazônia, no exercício de 2009, esteve pautado no compromisso estratégico da Instituição com o Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica, buscando inserir sua economia nos mercados nacional e internacional, mediante a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar; apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na Região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e Estaduais e outras instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais. Essa forma de atuar é fundamentada no reconhecimento de que o processo de desenvolvimento integrado e sustentável de uma região com as características e complexidades da Amazônia perpassa, necessariamente, pela incorporação de mecanismos da gestão compartilhada, baseados na integração, cooperação e co-responsabilidade entre os atores partícipes do processo de desenvolvimento.

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos internalizados em prol das

populações locais e, ao mesmo tempo, implantar um novo padrão de financiamento adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais, o Banco da Amazônia incorporou à sua política de financiamento os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacionais e internacionais. Trata-se de um modelo de financiamento que tenha como foco os negócios sustentáveis e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia propõe orientar o relacionamento com os clientes seguindo três linhas de ação: Indução, Salvaguardas e Exclusão. A indução norteará a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, priorizando e promovendo, de forma pró-ativa, projetos que sejam precursores, multiplicadores, demonstrativos ou exemplares em termos socioambientais, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e seu efeito demonstrativo incentivador para outros projetos. As salvaguardas são instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, procurando compatibilizar essas práticas com melhoramento de rentabilidade para o cliente. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades. Mediante a exclusão, o Banco da Amazônia escolhe não apoiar atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

O BASA apóia a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais atuando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais (APL) selecionados como prioritários em todos os estados da Amazônia.

Durante o exercício de 2009, a Instituição realizou o monitoramento das potencialidades econômicas em nível local, visando à estruturação e fortalecimento dos APL prioritários para a Região, viabilizando a formatação de projetos que valorizem o uso racional de matérias-primas locais e que, ao mesmo tempo, contribuam para o aumento do valor agregado regional. Buscou, também, implantar novas oportunidades de negócios voltadas para os segmentos sustentáveis, consolidando sua presença como instituição indutora do desenvolvimento regional. Essas iniciativas estiveram focadas no propósito de compatibilizar as ações creditícias do Banco da Amazônia em consonância com os objetivos do Governo Federal, constantes no PPA 2008-2011.

Em suas estratégias de ação, o Banco tem como prioridade a concessão de financiamentos às atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar. Com uma política de atuação voltada para o pequeno produtor, valoriza o associativismo de produção e intensifica o seu apoio às populações tradicionais da Região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos, atendendo também agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco da Amazônia, além de auxiliar a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas na Região, tem contribuído decisivamente para o fortalecimento do segmento no contexto regional, resultando na geração de significativos impactos sociais e econômicos, tais como: fixação do homem amazônida no campo; democratização do crédito, promovendo inclusão social e bancária; melhoria dos padrões de produção e de qualidade de vida no meio rural amazônico; promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais, mediante integração intra e inter-regional; apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributável, por meio da diversificação da estrutura produtiva; viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; integração da economia regional aos mercados; e geração de ocupações de mão-de-obra e renda para a população rural amazônica.

No período de janeiro de 2003 até dezembro de 2009, o Banco da Amazônia financiou 278 mil operações de crédito do Pronaf, no valor de R$ 2,2 bilhões, usando recursos do FNO, OGU e Recursos Próprios, beneficiando mais de 278 mil famílias e gerando, aproximadamente, 1.100 mil ocupações de mão-de-obra na Região. Em 2009, foram contratadas 47.503 operações, totalizando R$ 461,0 milhões. O Plano Safra 2009/2010 tem previsão de financiamentos no montante de R$ 518 milhões. No primeiro semestre de 2009, foram aplicados cerca de R$ 297,9 milhões, correspondentes a 57,5% do total. Em relação ao Plano Safra 2008/2009, o montante aplicado ficou em R$ 353,5 milhões.

A operação Arco Verde inaugurou uma nova fase para conservação e implantação de modelos de produção sustentável de prevenção e combate ao desmatamento e à grilagem de terras na Amazônia. Em cinco meses (junho a outubro) de Mutirão da Operação Arco Verde e Terra Legal, a atuação do Banco da Amazônia se deu em 29 dos 43 municípios da Operação (67% do total), atendendo 1.731 famílias com recursos do Pronaf, no total de R$ 11,2 milhões. Foram realizadas, através do Mutirão, cerca de 1.500 operações de crédito, envolvendo recursos da ordem de R$ 60,3 milhões, basicamente do Pronaf. Desse total, R$ 21,4 milhões já foram contratados e estima-se contratar, até o final do exercício de 2009 e o primeiro semestre de 2010, cerca de R$ 38,9 milhões.

As ações do Banco da Amazônia foram voltadas para a assinatura de contratos; abertura de contas correntes; entrega de equipamentos e implementos financiados pelo Pronaf; distribuição de mudas nativas da Amazônia, como ipê e paricá, palestras direcionadas a produtores rurais; formação de parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); além de ações de educação ambiental a partir da apresentação de vídeos sobre boas práticas nos empreendimentos.

O Banco da Amazônia, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vem apoiando, desde 2005, os Órgãos Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Região Norte, visando qualificar o crédito da Agricultura Familiar, via fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica aos beneficiários do Pronaf. Firmou convênio de repasse de recursos com os estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins. Os recursos contratados, de natureza não reembolsável, ultrapassam o montante de R$ 2,3 milhões, sendo investidos no fortalecimento da infra-estrutura física dos Órgãos de ATER (aquisição de carros, motocicletas, embarcações e equipamentos diversos como computadores, GPS, entre outros) e na capacitação de técnicos e produtores rurais.

Em 2009, os convênios de apoio à Assistência Técnica e Extensão Rural vigentes envolveram recursos da ordem de R$ 1,7 milhão, tendo sido firmados com os órgãos oficiais dos estados de Rondônia, Amazonas e Pará, cujos valores foram de R$ 368 mil, R$ 421 mil e R$ 947 mil, respectivamente.

O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional continua sendo uma marca do Banco da Amazônia. Em 2009 os créditos destinados as atividades de base agropecuária e agroindustrial atingiram o montante de R$ 939,5 milhões, cobrindo um amplo espectro de atores do meio rural amazônico onde se tem apoiado agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais e empresários rurais e agroindustriais de médio e grande porte. São financiamentos que estão permitindo a consolidação de diversas cadeias produtivas do agronegócio na Região e de inserção competitiva nos mercados nacional e internacional.

O Banco da Amazônia participa do Programa de Inclusão Bancária do Governo Federal (Banco para Todos), que possibilita ampliar o acesso ao sistema bancário da população excluída, em especial os trabalhadores informais e de baixa renda. Desde a criação do Programa, em 2003, até dezembro de 2009, o Banco da Amazônia possibilitou a abertura de 40.334 contas simplificadas. No exercício de 2009, foram abertas 3.966 novas contas simplificadas.

No âmbito do Programa Banco Para Todos, o Banco da Amazônia concede crédito à população de baixa renda, através de operações de microcrédito. Essa modalidade de crédito tem sido utilizada na aquisição de bens de consumo e pequenos equipamentos, como carrinhos de pipoca/cachorro-quente e máquinas de costura. De 2003 até dezembro de 2009, foram contratadas cerca de 56.900 operações, no valor de R$ 32,1 milhões, com valor médio de R$ 564,76 por beneficiário. Em 2009, o total de financiamentos atingiu R$ 1,2 milhão, envolvendo 2.030 operações.

No âmbito do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, foi criado o Programa "Amazônia Florescer" baseado em uma filosofia de "finanças de proximidade", implantando diversas Unidades de Microfinanças (UMF). Já viabilizou crédito para 8.900 pequenos empreendedores desenvolverem seus negócios, no valor de R$ 6,9 milhões, com média de R$ 773,57 por cliente. No exercício de 2009, aproximadamente 6.300 pessoas foram atendidas pelo Programa, envolvendo recursos de cerca de R$ 5,2 milhões.

O BASA incentiva a realização de pesquisas científicas de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável e à conservação da biodiversidade regional. Executados por agentes regionais, tais pesquisas são um importante instrumento de informação para o planejamento e orientação das decisões sobre investimentos do setor produtivo.

Por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas na Amazônia, foram firmadas parcerias com Universidades e Institutos de Pesquisa da Região, visando à execução de pesquisas de desenvolvimento sustentável em áreas como agricultura, recursos florestais, biodiesel, entre outros temas de interesse do desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia. Até o final de 2009, o Banco da Amazônia apoiou 365 projetos de pesquisa, com recursos de natureza não reembolsável, no valor superior a R$ 24,9 milhões, beneficiando diversas instituições.

Entre as pesquisas apoiadas em 2009, destacamos: "Tijolos vegetais", com o objetivo de desenvolver inovação tecnológica para aproveitamento de resíduos vegetais, "Geração de Renda, Inclusão Social e Recomposição de Matas Ciliares por Comunidades Ribeirinhas na Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense", visando a produção de mudas das espécies vegetais locais nos lagos daquela região, para o desenvolvimento de um programa de recomposição vegetal, com geração de renda para as comunidades envolvidas; e "Extrativismo de Áreas Protegidas do Acre", para possibilitar às comunidades extrativas mecanismos de defesa de seu patrimônio biológico, evitando o depauperamento do estoque ambiental e florestal, de forma a garantir a manutenção da diversidade biológica.

Como forma de intensificar seu apoio às microempresas e empresas de pequeno porte, o Banco da Amazônia participa do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e desenvolve parceria com o Sebrae, com o qual mantém convênio de cooperação geral, visando implementar ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelos micro e pequenos empreendedores que atuem na Amazônia. Para esse segmento, no período de janeiro de 2003 até dezembro de 2009, considerando todas as fontes de fomento operacionalizadas pelo Banco da Amazônia, foram

contratadas 4.244 operações de crédito, correspondendo ao montante de recursos da ordem de R$ 693,6 milhões. Em 2009, o número de contratações destinadas aos micros e pequenos empresários atingiu 1.835 operações, no valor de R$ 213,6 milhões. Nesse período, do total de operações contratadas no setor industrial, 83% foram voltadas ao apoio às micro e pequenas empresas.

O Banco da Amazônia tem contribuído com o esforço do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em retomar a capacidade orientadora do estado na questão do desenvolvimento brasileiro, especialmente no tocante ao incremento da taxa do investimento público e privado. Os projetos financiados pelo Banco da Amazônia, no âmbito do PAC, contemplam setores estratégicos da economia como saneamento básico, matriz energética e produção de biodiesel. Até dezembro de 2009, o Banco aprovou a contratação de 33 projetos, no total de R$ 1,9 bilhão, com recursos do FNO, FDA e BNDES. Desse total, 29 projetos foram efetivamente contratados no período, totalizando R$ 1,86 bilhão.

Em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Banco da Amazônia elaborou o "Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia", com a percepção de que a Região possui um imenso potencial para o desenvolvimento do turismo e que os desafios podem ser transformados em excelentes oportunidades de negócios, capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor. No exercício de 2009, o Banco da Amazônia contratou 112 operações de crédito na Região, totalizando R$ 57,7 milhões. Considerando o período de janeiro de 2003 até dezembro de 2009, o Banco contratou 319 operações, no valor de R$ 321,0 milhões.

Atuando alinhado às políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, o Banco da Amazônia lançou o Programa "Amazônia Mais Cultura", cuja proposta é ser uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em consonância com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos. Por meio desse Programa, o Banco da Amazônia está prospectando, de forma simples e inovadora, novas oportunidades de negócios sustentáveis no âmbito do segmento cultural. Em 2009, o total de investimentos na cultura regional atingiu o montante de R$ 9,9 milhões, em 54 operações de crédito. No período de janeiro de 2003 até dezembro de 2009, foram 184 operações, totalizando R$ 102,9 milhões.

O Banco da Amazônia realiza estudos dos setores produtivos da Região que contam com seu apoio financeiro, objetivando a identificação de áreas potenciais e de oportunidades de investimentos, a partir dos estados que apresentam menores índices de aplicação de recursos. Esses estudos contemplam análises de conjuntura do mercado, da dinâmica das mudanças estruturais em curso e das oportunidades de negócios que podem surgir no curto e longo prazo, configurando-se em importante instrumento para apoiar as decisões do Banco da Amazônia no atendimento das demandas por crédito. Em 2009 começaram a ser elaborados estudos sobre Fruticultura, que estão em fase de conclusão, o Florestal, com previsão de conclusão para 2010. Quanto à capilaridade, o Banco da Amazônia tem utilizado o critério de maximização da expansão da cobertura regional, atuando em conjunto com as demais instituições financeiras oficiais, de modo a transferir para a comunidade os benefícios da ampliação do seu atendimento. Nos últimos sete anos, o Banco da Amazônia expandiu a sua capilaridade em 109%, passando de 101 pontos de atendimentos ao final de 2002 para 211 unidades ao final de 2009.

Ações Componentes de Programas de Governo (PPA 2008-2011)

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Pronaf visa fortalecer a Agricultura Familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. A partir da linha de financiamento do Banco da Amazônia, é prestado apoio financeiro ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

Beneficiários: Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive remanescentes de quilombos e indígenas, enquadrados nas categorias e condições definidas no Manual de Crédito Rural - MCR-10, mediante Declaração de Aptidão ao Programa, contemplando também, de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada, pescadores artesanais; extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável; silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas e promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; e aquicultores.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo:

- Democratização do crédito, promovendo inclusão social por meio da geração de emprego e renda;
- Apoio ao aumento da riqueza e da demanda regional, com ampliação da base tributária, por meio da diversificação da estrutura produtiva;
- Promoção do desenvolvimento regional equilibrado, reduzindo desigualdades sociais através da integração intra e inter-regional;
- Viabilização das condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; e
- Integração da economia regional aos mercados.

Através do Pronaf, o Banco da Amazônia auxilia o Governo Federal na execução da Política de Reforma Agrária com financiamento de atividades produtivas na Região Amazônica, desenvolvidas em áreas de colonização. Com recursos do FNO, OCU e Recursos Próprios, o Banco da Amazônia financiou, em 2009, aproximadamente, 47.500 operações do Pronaf, no total de R$ 461,0 milhões, gerando 190 mil ocupações de mão-de-obra na Região, conforme demonstrado no quadro a seguir:

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PRONAF EM 2009

FONTE	PROGRAMADO		EFETIVADO	
	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R$)	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R$)
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)	28.355	252.357.600,00	44.939	453.650.716,00
Orçamento Geral da União (OGU)	6.535	15.000.000,00	2.404	3.837.594,00
Recursos Próprios	-	-	160	3.541.909,00
TOTAL	34.890	267.357.600,00	47.503	461.030.219,00

Fonte: Banco da Amazônia

Como se verifica, a maior demanda pelos recursos do FNO pode ser explicada, sobretudo, pela maior atratividade dos encargos praticados nos financiamentos do *Fundo em* relação aos do OGU, influenciando, sobremaneira, o seu desempenho.

Além do apoio do crédito direto, a agricultura familiar regional também passa a ter o apoio do Banco da Amazônia para a prestação do serviço de assistência técnica, disponibilizando recursos do seu próprio orçamento para fortalecer e melhorar o desempenho dos Órgãos Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos mini e pequenos produtores rurais da Região Norte. Trata-se de uma parceria pioneira com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que visa eliminar um problema que há muitos anos aflige o pequeno produtor rural da Região: a falta de apoio técnico para o cultivo e a comercialização da safra. Com isso, o Banco da Amazônia espera melhorar os resultados de sua política de crédito e proporcionar maior retorno financeiro para a agricultura familiar, que se constitui num importante segmento da economia rural amazônica.

Desenvolvimento Macrorregional Sustentável

Financiamento ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional na Amazônia.

Tem por finalidade apoiar com recursos *não reembolsáveis* (renúncia fiscal), a elaboração e execução de projetos de pesquisa (custeio) que se voltem aos aspectos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas prioritárias para o desenvolvimento da Amazônia.

Beneficiários: Poderão pleitear colaboração *financeira ao* Programa de Pesquisa do Banco da Amazônia, para a realização de pesquisas científicas, as Universidades, os institutos de Pesquisa e outras Entidades que, técnica e legalmente habilitadas, satisfaçam os requisitos exigidos.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo:

- Desenvolvimento e adaptação de novas tecnologias;
- Identificação de novas oportunidades de investimento;
- Ampliação do estoque de conhecimento voltado ao desenvolvimento sustentável da Amazônia;
- Desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas, promovendo a exploração sustentável das vocações e potencialidades regionais;
- *Contribuição à manutenção e ao fortalecimento* da comunidade científica regional; e
- Difusão das questões amazônicas.

Durante o exercício de 2009, o Banco da Amazônia desembolsou R$ 178.940,28 em projetos de pesquisa, *conforme a seguir*

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2009

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS
55	3.850.000,00	11	178.940,28

Fonte: Banco da Amazônia

No apoio à pesquisa científica e tecnológica, o Banco da Amazônia procura fazer convergir iniciativas que priorizem as vocações socioeconômicas regionais, sempre tendo em vista a preservação da identidade cultural da sociedade amazônica. Assim, foram concluídas pesquisas, publicados trabalhos e celebradas parcerias para proporcionar apoio ao processo decisório de novos investimentos, que passaram a se constituir ferramentas de suporte importantes para planejar o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a deficiência de *infra*-estrutura na área de Ciência e Tecnologia na Amazônia, como falta de laboratórios, centros de excelência e pequeno número de pesquisadores, refletem na quantidade e qualidade dos projetos apresentados, dificultando a aplicação dos recursos em sua *totalidade*.

Programa Banco Para Todos

Conta Simplificada

Para atender esta ação, o Banco da Amazônia criou a Conta Sinal Verde, que é um conjunto de contas simplificadas destinado exclusivamente às pessoas físicas, individualmente, com o objetivo de proporcionar acesso às facilidades bancárias e creditícias de forma mais ágil e simplificada.

Beneficiários: Todas as pessoas físicas que não possuem conta corrente ou poupança em qualquer banco. O Banco da Amazônia oferece três opções *diferenciadas de atendimento*: A Conta Amazônia Jovem, para estudantes de nível médio, técnico e superior; a Conta Amazônia Cidadão, para aposentados e pensionistas; e a Conta Amazônia Fácil, para autônomos, profissionais liberais, funcionários públicos, donas de casa, microempreendedores *da economia informal*, dentre outros. O beneficiário pode consultar saldo e extrato, efetuar depósitos e saques e pagar contas, por meio de cartão magnético; fazer compras em lojas credenciadas da rede 24 horas; e obter empréstimo na linha do

microcrédito junto ao Banco. A abertura dessa conta é totalmente gratuita e sem burocracia.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo

- Bancarização a 40.334 pessoas de baixa renda e microempreendedores formais e informais, permitindo acesso facilitado a serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros e créditos) e inclusão social.

Em 2009, foram abertas 3.966 novas contas simplificadas no Banco da Amazônia, ao passo que, desde 2003, quando o Programa foi criado, o total de contas abertas chega a 40.334. Atualmente, existem 26.235 contas simplificadas ativas, sendo 9.547 (36,4%) de pensionistas e aposentados, 581 (2,2%) de universitários e jovens e 16.107 (61,4%) de profissionais liberais, autônomos, donas de casa e outros. Não há previsão de execução financeira para esta ação.

Concessão de Crédito à População de Baixa Renda

Para executar esta Ação, o Banco da Amazônia criou uma modalidade de empréstimo chamada Amazônia Microcrédito, destinado à população de baixa renda, aposentados e pensionistas, microempreendedores da economia informal e microempresários, para suprir as necessidades de crédito de curto prazo, cuja taxa efetiva de juros é de 2% ao mês. Os empréstimos não têm destinação específica.

Beneficiários: Pessoas físicas detentoras de conta simplificada, titulares de conta corrente ou de poupança que, em conjunto com as demais aplicações financeiras do Banco da Amazônia, não apresentem saldo médio mensal superior a mil reais e que tenham renda de até dois salários mínimos; microempreendedores (autônomos, donas de casa, profissionais liberais, etc.) que possuem empreendimento de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte, que atuam no mercado informal; aposentados e pensionistas do INSS, que recebam até dois salários mínimos de aposentadoria ou pensão pelo Banco da Amazônia; e microempresas, desde que o valor da operação para essa linha somado ao saldo de outras operações de crédito que tenha em qualquer instituição financeira não ultrapasse dez mil reais.

Principais Contribuições ao Cumprimento do Programa do Governo

- Liberação de microcrédito a 56.925 pessoas e microempreendedores formais e informais, no valor total de R$ 32,1 milhões, permitindo geração de trabalho e renda e inclusão social.

Durante o exercício de 2009, o Banco da Amazônia financiou 2.030 operações nessa linha de crédito, concedendo empréstimos que totalizaram R$ 1.195.461,00, com valor médio de R$ 588,90 por beneficiário. De 2003 a 2009, o Banco da Amazônia emprestou R$ 32.148.884,86 para 56.925 operações de microcrédito, com valor médio de R$ 564,76 por cliente.

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO AMAZÔNIA MICROCRÉDITO EM 2009

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS
16.825	9.439.000,00	2.030	1.195.461,00

Fonte: Banco da Amazônia

Abastecimento Agroalimentar

Visa contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo. Formar e manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar da população brasileira. Tem por finalidade financiar o custeio e comercialização da produção agropecuária e o investimento no setor.

Beneficiários: Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamentos, movimentos sociais comunidades carentes, governos e segmento varejista.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo:

- Formação e manutenção de estoques de produtos agropecuários;
- Regularização do abastecimento interno;
- Fortalecimento do comércio internacional;
- Melhoria da renda dos produtores; e
- Inclusão social.

Em 2009, o Banco da Amazônia contratou 5.338 operações de crédito para a atividade agropecuária da Região, desembolsando recursos da ordem de R$ 485,4 milhões, oriundos do FNO, BNDES, OGU e da Poupança Rural.

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2009

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS
4.595	487.050.168,00	5.338	485.434.317,00

Fonte: Banco da Amazônia

Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

O objetivo do Programa é aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infra-estrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações. Financia as atividades produtivas, nas modalidades investimento e capital de giro, das microempresas e empresas de pequeno

e médio porte dos setores *não-rurais* (agroindústria, indústria, turismo, infra-estrutura, comércio e prestação de serviços).

Beneficiários: Microempresas e empresas de pequeno e médio porte, devidamente registradas no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06, de 14.12.2006.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo:

- Migração da informalidade para legalização das empresas;
- Maior arrecadação de tributos;
- Geração de emprego e renda e estímulo a exportação;
- Incremento de novas cooperativas;
- Ganho na produção das atividades da Região; e
- Qualificação no setor de comércio exterior, buscando maior competitividade.

Em 2009, o Banco da Amazônia contratou 2.103 operações de crédito para as Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio porte, no valor de R$ 456,0 milhões, usando recursos do FNO, FAT e BNDES.

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2009

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS
1358	426.484.344,00	2.103	455.997.239,00

Fonte: Banco da Amazônia

Microcrédito Produtivo Orientado

Visa a ampliar o acesso ao crédito, bem como apoiar e estimular o segmento das instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local. Esta ação é fomentada pela concessão de financiamento a empreendedores de baixa renda ou populares, por meio de metodologias próprias do microcrédito produtivo orientado.

Beneficiários: Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), determinada pelo Decreto nº 5.288, de 29/11/2004.

Principais contribuições ao cumprimento do Programa do Governo:

- Legalização de microempreendedores que atuam no segmento informal da economia;
- Acesso a serviços financeiros (abertura de conta corrente e de poupança);
- Acesso ao crédito bancário; e
- Geração de trabalho e renda e inclusão social;

Durante o exercício de 2009, o Banco da Amazônia, desembolsou R$ 5.195.382,24 para 6.327 clientes, com recursos provenientes dos saldos dos depósitos à vista de seus clientes, com média de R$ 821,14 por cliente, conforme a seguir:

RESULTADOS FÍSICOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA EM 2009

PROGRAMADO		EFETIVADO	
DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R$)	DADOS FÍSICOS	DADOS FINANCEIROS (R$)
22.450	9.445.000,00	6.327	5.195.382,24

Fonte: Banco da Amazônia

PARTE IV

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - EMPRESAS ESTATAIS

PARTE IV - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - EMPRESAS ESTATAIS

4 - ASPECTOS GERAIS

Esta parte da Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional trata da execução, referente ao exercício de 2009, do Orçamento de Investimento das empresas estatais federais, isto é, das empresas em que a União detém, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, conforme determinação contida no inciso XXIV, do artigo 84, da Constituição Federal e na Lei nº 11.768/2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO), publicada no Diário Oficial da União de 15.08.2008.

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais – OI abrange os dispêndios de capital destinados exclusivamente à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, conforme estabelecido na LDO, para o exercício de 2009 (Lei nº 11.768/2008). Assim, o OI não contempla os dispêndios relativos à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

Os investimentos realizados pelas empresas estatais federais espelham a escrituração dos bens no Ativo Imobilizado de cada uma delas, segundo o regime de competência, em conformidade com o que preceituam os artigos 177 e 187 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas).

O OI para 2009 foi aprovado pela Lei nº 11.897/2008 (Lei Orçamentária Anual - LOA), publicada no Diário Oficial da União de 31.12.2008 – retificado no Diário Oficial da União de 23.07.2009 e no Diário Oficial da União de 26.08.2009, no montante R$ 79.281,89 milhões, de acordo com as diretrizes da LDO para a elaboração e organização do Orçamento Geral da União – OGU para o exercício de 2009, bem como para o acompanhamento da sua execução.

O Orçamento de Investimento para 2009, no decorrer do exercício, teve sua dotação alterada, por vários normativos, e desse movimento resultou uma Dotação Final no montante de R$ 82.143,08 milhões.

Inicialmente, constavam do OI para 2009 as programações de 68 empresas estatais federais.

Ao longo do processo de sua execução, foram inseridas, por meio da Lei nº 12.162/2009, no Orçamento de Investimento de 2009, as programações de mais onze empresas do setor produtivo, a Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda., Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco, Companhia Petroquímica de Pernambuco, Comperj Petroquímicos Básicos S.A., Comperj Estirenicos S.A., Comperj Meg S.A., Comperj Pet S.A., Comperj Poliolefinas S.A., Termobahia S.A., Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. e Banco Nossa Caixa S.A.

Assim, para fins de acompanhamento e consolidação, o OI para 2009 englobou as programações de 79 empresas estatais federais, sendo 69 do Setor Produtivo Estatal – SPE e 10 do Setor Financeiro.

Das empresas do SPE, 15 pertencem ao Grupo Eletrobrás, 32 ao Grupo Petrobras e 22 estão agrupadas sob o título de Demais Empresas, não constando aquelas que não programaram investimentos.

As empresas aqui computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- dez, no setor financeiro e de seguros;
- três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- quinze, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- trinta e duas, no setor de petróleo, derivados e gás natural, nas atividades de pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- oito, no setor de administração portuária;
- uma, no setor de serviços postais;
- uma, no setor de desenvolvimento e administração da infra-estrutura de aeroportos, bem como para a proteção ao vôo e segurança do tráfego aéreo;
- três, no setor industrial de transformação, nos segmentos de máquinas e equipamentos, material bélico, fabricação de moedas, cédulas, selos e similares bem como de processamento de hemoderivados; e
- seis, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos.

Por pertinente, registre-se que as empresas estatais federais integrantes do OI não estão submetidas às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), uma vez que estão excluídas do rol de empresas que se enquadram no art. 1º, § 3º daquela Lei Complementar, por não receberem recursos do Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal ou com custeio em geral.

Por esta razão, não foram computadas nesta Parte IV as empresas estatais federais cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

O OI para 2009, para efeito de programação orçamentária, detalha as dotações aprovadas nos seguintes níveis:

- onze Órgãos Governamentais ou Ministérios Setoriais, pelos quais as empresas estatais federais são supervisionadas;

- dez funções, que representam o maior nível de agregação das áreas de despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal;

- dezoito subfunções (que constituem partes das funções), nas quais se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções;

- trinta e cinco programas, que se constituem em instrumentos de organização da ação governamental, voltados para o alcance dos objetivos estabelecidos;

- trezentos e noventa e sete projetos e duzentas e noventa e quatro atividades, que são os meios pelos quais as unidades orçamentárias executam as ações direcionadas para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa; e

- setenta e nove empresas estatais federais com programação de investimentos aprovada.

Detalha, ainda, as fontes de financiamento dos investimentos e evidencia a execução orçamentária em nível de regiões geográficas, em atendimento às determinações constantes dos §§ 3º, 5º e 7º do art. 165 da Constituição Federal.

Detalha, também, os investimentos realizados no exterior por empresas estatais federais e os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões geográficas e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, circunstâncias em que são classificados com a denominação "Nacional".

4.1 - ANÁLISE DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

A Lei Orçamentária Anual - LOA fixou dotação consolidada para o Orçamento de Investimento - OI de 2009, no montante de R$ 79.281,89 milhões o que significou aumento de 24,2% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais federais em 2008. Os valores de 2008 foram atualizados para preços médios de 2009 pela variação do IGP-DI.

O Orçamento de Investimento de 2009 teve sua dotação alterada para o montante de R$ 82.143,08 milhões. Cinquenta e nove empresas estatais federais tiveram suas dotações suplementadas, no montante de R$ 20.773,43 milhões e quarenta e seis outras tiveram suas dotações canceladas total ou parcialmente no valor total de R$ 17.912,24 milhões, o que resultou, então, no montante líquido de R$ 2.861,19 milhões, acrescentado ao OI.

No consolidado do exercício, 79 empresas estatais federais realizaram investimentos no montante de R$ 71.146,16 milhões, equivalentes a 86,6% da dotação anual. Isso representou uma elevação de 57,3% sobre o montante efetivamente disponível para investimento pelas empresas estatais federais em 2008, cujo valor foi atualizado para preços médios de 2009 pela variação do IGP-DI médio.

4.1.1. Fontes de Financiamento

As fontes de recursos previstas para o financiamento das ações integrantes do Orçamento de Investimento foram compostas por receitas próprias das empresas, por recursos onerosos tomados junto a terceiros, por meio de operações de créditos de longo prazo contratadas junto às instituições financeiras, nacionais ou estrangeiras, bem como por "Outros Recursos de Longo Prazo", os quais são oriundos de outras empresas, não pertencentes ao Setor Financeiro, principalmente das *holdings* para suas próprias controladas.

Também foram previstos recursos para aumento do Patrimônio Líquido, incorporados ao capital das empresas estatais federais pelo Tesouro Nacional e pelas empresas controladoras. A União se valeu dessa modalidade de aplicação para destinar recursos fiscais a projetos de seu interesse, vinculados a ativos de empresas estatais federais, nas Companhias Docas (Codesp, Codeba, Codesa, CDRJ, CDP, CDC e Codern), na CMB e na Infraero.

Ao longo dos últimos anos, os recursos auferidos por meio dos negócios operacionais das empresas estatais tiveram significativa participação na composição da cesta de fontes de financiamento dos investimentos. A participação de recursos próprios nos gastos de 2009 permanece como fonte preponderante, respondendo por 47,9% do financiamento dos investimentos globais.
A participação de recursos oriundos das operações de crédito interno de 23,4%, no financiamento dos investimentos elevou-se em face da Eletrosul, da Eletronuclear, de Furnas, da Petrobras, da Refap, da TAG, da Triunfo e da RNEST terem se utilizado dessa fonte para financiar seus investimentos. Também ocorreu aumento do uso de operações de crédito externo, com a participação de 8,7% dos recursos utilizados, dado que a PNBV, Petrobras e a Transpetro utilizaram essa fonte para financiar seus investimentos.

A empresa *holding* Petrobras , cujo Grupo é responsável pela programação e pela realização de 87,8% e 90,3%, respectivamente, do total dos investimentos do OI, previu pagar 84,3% dos investimentos do Grupo com recursos de geração própria, realizando, no fim do exercício, 87,8% de recursos próprios como fonte. Os ajustes em sua programação, efetivados ao longo do ano, resultaram em elevação de 4,6% no montante de investimentos inicialmente aprovados e comprometeu volume de recursos próprios no valor de R$ 49,9 bilhões.

Vinte e três empresas, dez do Grupo Eletrobrás, doze do Grupo Petrobras e a Infraero, mantinham, ao final do exercício, previsão de uso de recursos gravados na rubrica *Outros Recursos de Longo Prazo*, no montante de R$ 10.704,6 milhões. Ao final do exercício, essas empresas se valeram de empréstimos junto Controladoras, outras estatais entre outras fontes. Dessas vinte e três empresas que optaram por este tipo de fonte, vinte investiram R$ 11.068,1 milhões, 96,7% do valor total previsto para essa fonte.

A recomposição de fontes ocorrida durante o processo da execução orçamentária dos investimentos no exercício de 2009 deveu-se, principalmente, à manutenção da estratégia de financiamento dos gastos com investimentos, implementada pelas empresas, em especial pela Petrobras.

O montante de recursos próprios destinados pelo conjunto das estatais federais para investimentos atingiu o valor de R$ 34,1 bilhões, 74,8% do montante programado, o que significou um crescimento nominal de 47,3% sobre o valor gasto no ano de 2008. Parcela correspondente a 91,0% desses recursos próprios foi investida por empresas ligadas ao Ministério de Minas e Energia, 6,9% por empresas do setor financeiro vinculadas ao Ministério da Fazenda, principalmente, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e 2,0% pelas demais empresas do Setor Produtivo, com destaque para a Infraero – R$ 211,6 milhões e para ECT – R$ 234,9 milhões.

Sete das empresas do segmento de portos e a Infraero, que integram o Setor Produtivo Estatal - SPE programaram realizar investimentos no valor R$ 1.643,8 bilhões. Dos R$ 608,3 milhões realizados, a parcela no valor de R$ 160,4 milhões, 59,3%, foi realizada com recursos oriundos do Tesouro Nacional, aportados no capital dessas empresas estatais, via Orçamento Fiscal da União, a maior parte em 2009, e 23,2% daqueles recursos, transferidos em exercícios anteriores.

Do total de recursos do Tesouro Nacional programados no Orçamento de Investimento de 2009, 30,0% foram efetivamente aplicados.

Os recursos para aumento do Patrimônio Líquido, colocados nas empresas pelo Tesouro Nacional, pelas respectivas controladoras, compuseram parcela de apenas 4,3% do montante programado de R$ 82.143,1 milhões do Orçamento de Investimento de 2009. Ao final do exercício, essa fonte de recursos foi responsável pelo financiamento de 4,5% dos investimentos realizados.

A participação relativa dos recursos classificados como "Outros Recursos de Longo Prazo", no total geral das fontes de financiamento dos Investimentos previsto na LOA, foi de 13,2%, reduzindo para 13,0% na dotação final.

Das 79 empresas que programaram investimentos em 2009, três não investiram e 76 usaram recursos provenientes da venda de bens e serviços e outras receitas, sendo que 41 delas se valeram, tão somente, de recursos decorrentes da venda de bens e serviços.

Nove empresas do setor elétrico, Eletronuclear, Eletrosul, Eletroacre, CGTEE, Ceal, AmE, Cepisa, Ceron e Furnas tomaram empréstimos de longo prazo das controladoras Eletrobrás, para complementar as respectivas cestas de fontes. Além disso, a Eletrosul, a Eletronuclear e Furnas fizeram uso de operações de crédito bancário junto a instituições financeiras nacionais.

No Grupo Petrobras, as empresas TAG, RNEST, PBIO, CPRJBAS, CPRJEST, CPRMEG, CPRJPET, CPRJPOL, Citepe e Petroquimicasuape tomaram empréstimo da controladora, as empresas Transpetro e Refap utilizaram recursos provenientes de operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais, e a Petrobras e a PNBV tomaram recursos junto a instituições financeiras internacionais.

Com recursos aportados em seus respectivos capitais, vinte e oito empresas cobriram, no todo ou em parte, os gastos decorrentes da implementação de seus investimentos, sendo:

a) recursos do Tesouro, transferidos, em 2009 ou em anos anteriores, para as seguintes empresas: CDC Codesa, Codeba, Codesp, CDP, CDRJ, Codesa, Infraero e CMB; e

b) recursos da Controladora, transferidos para: TAG, RNEST, PBIO, CPRJBAS, CPRJEST, CPRMEG, CPRJPET, CPRJPOL, Citepe e Petroquimicasuape.

Durante o exercício de 2009, diversos fatores determinaram alterações nas programações aprovadas na LOA e a inclusão de programações de novas unidades orçamentárias que dela não constaram. Foram feitas suplementações ou cancelamentos em dotações pré-existentes e isso alterou a composição das fontes de financiamento inicialmente previstas.

Nesse movimento, foram elevadas as dotações iniciais das fontes de financiamento "Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido", "Operações de Crédito de Longo Prazo" e "Outros Recursos de Longo Prazo", em 90,3%, 53,8% e 103,4%, respectivamente. Dessa forma, a participação desses itens na cesta de fontes prevista na Dotação Final elevou-se, e o item "Geração Própria", em face de sua redução de R$ 34.189,6 milhões em relação a Dotação Inicial, teve sua participação percentual reduzida em 44,3%, representando 31,0% na Dotação Final.

Em 2009, a soma de suplementações superou os cancelamentos em R$ 2.861,19 milhões, gerando no encerramento do exercício uma Dotação Final no valor de R$ 82.143,09 milhões, o que significou um acréscimo de 3,6% em relação à Dotação Inicial. No período, foram aprovadas dotações para 145 novos subtítulos, sendo 122 projetos e 23 atividades, e foi efetuado o cancelamento integral das dotações de 23 projetos/atividades.

A tabela seguinte apresenta a distribuição das fontes consolidadas por natureza, no menor nível de detalhamento, a evolução de cada fonte no processo de execução orçamentária anual e sua participação percentual no total da respectiva coluna.

FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA - 2009

VALORES EM R$ MIL

FONTES DE FINANCIAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	COMPOS. % (A/TA)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C = A + B)	COMPOS. % (C/TC)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)
RECURSOS PRÓPRIOS	59.663.318	75,3	-34.189.561	25.473.757	31,0	34.056.687	47,9
GERAÇÃO PRÓPRIA	59.663.318	75,3	-34.189.561	25.473.757	31,0	34.056.687	47,9
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIM. LÍQUIDO	4.649.455	5,9	-1.120.756	3.528.699	4,3	3.185.844	4,5
TESOURO	457.243	0,6	328.754	786.997	1,0	235.721	0,3
DIRETO	457.243	0,6	181.220	638.463	0,8	160.302	0,2
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0,0	148.534	148.534	0,2	75.419	0,1
CONTROLADORA	4.192.211	5,3	-1.450.510	2.741.702	3,3	2.950.123	4,1
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	4.502.219	5,7	37.933.853	42.436.071	51,7	22.835.567	32,1
INTERNAS	2.330.107	3,0	16.476.716	18.806.824	22,9	16.673.811	23,4
EXTERNAS	2.172.111	2,7	21.457.136	23.629.248	28,8	6.161.755	8,7
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	10.466.962	13,2	297.658	10.764.560	13,1	11.068.067	15,6
CONTROLADORA	1.220.429	1,5	752.157	1.972.586	2,4	1.152.524	1,6
OUTRAS ESTATAIS	7.207.942	9,1	1212500	8.420.442	10,3	9.778.578	13,7
OUTRAS FONTES	2.038.531	2,6	-1.726.999	311.532	0,4	136.965	0,2
Total	79.281.894	100,0	2.861.193	82.143.087	100,0	71.146.164	100,0

FONTE: MP/DEST/SIEST

4.1.2. Execução da Despesa

Para 2009, a programação inicial dos dispêndios destinados à aquisição e manutenção de bens do Ativo Imobilizado, aprovada na Lei Orçamentária Anual - LOA, previu gastos consolidados no montante de R$ 79.281,89 milhões, distribuídos por 397 projetos e 291 atividades, a cargo de 78 unidades orçamentárias. Os valores atribuídos a cada um dos subtítulos (projeto/atividade/localizador de gasto) constantes da LOA consolidam a denominada Dotação Inicial.

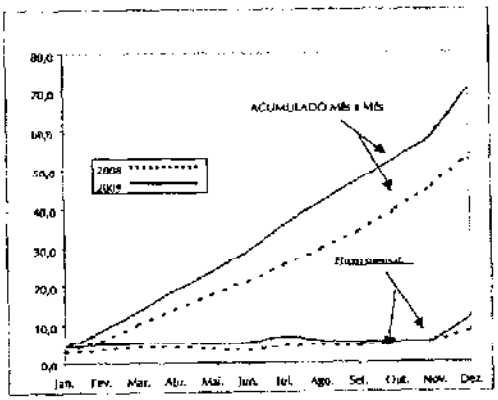
Com a alteração da programação inicial, ocorreu, também a elevação do valor da dotação, a qual passou para R$ 82.143,09 milhões, e as empresas executaram investimentos no valor de R$ 71.146,16 milhões, ou seja, 86,6% do valor previsto.

Em termos nominais, a execução do OI em 2009 foi 33,1% superior ao verificado em 2008.

Ressaltamos que apesar de o OI para 2009 ter previsto dotações para 79 empresas estatais federais, ocorreram, efetivamente, dispêndios com a realização de investimentos em 76 empresas delas, pois as empresas Bep, Besc e Termobahia não apresentaram realização no período.

O gráfico a seguir demonstra a evolução dos investimentos realizados em 2009, em valores mensais, fluxo e acumulado até o mês de referência, comparativamente aos correspondentes valores da execução orçamentária de 2008.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
EVOLUÇÃO MENSAL DO GASTO – 2008 x 2009
COMPARATIVO DOS VALORES MENSAIS: FLUXO E ACUMULADO ATÉ O MÊS
(valores atualizados para dez.2009, pela variação do IGP-DI)
EM R$ BILHÕES, DEZ.2009



O demonstrativo a seguir apresenta, em valores consolidados por setor e por grupos, a evolução da dotação, a comparação da dotação final com o realizado no exercício e, ainda, coeficientes que permitem observar, em termos percentuais, a participação tanto do Setor Produtivo como do Setor Financeiro no somatório dos gastos das estatais com a constituição e manutenção de seu ativo imobilizado.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SETOR

VALORES EM R$ MIL

SETOR	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)
SETOR PRODUTIVO ESTATAL	75.994.077	4.168.080	79.162.157	69.131.188	96,8
GRUPO ELETROBRÁS E FEDERALIZADAS	7.243.617	-320.441	6.923.176	5.190.281	7,4
GRUPO PETROBRAS	66.136.708	3.072.761	69.209.469	62.530.079	87,8
DEMAIS EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO	2.613.747	415.759	3.029.506	1.410.825	1,8
SETOR FINANCEIRO	3.287.822	-306.887	2.980.935	2.014.977	3,2
TOTAL	79.281.894	2.861.193	82.143.087	71.146.164	100,0

FONTE: MP/DEST/SEST

Observa-se a estabilidade no comportamento da realização por setor.

Por exemplo, não houve variação na participação da realização do SPE, que se manteve estável tanto em 2008 como em 2009 com 96,8%, em relação ao total da execução do Orçamento de Investimento, embora os valores nominais realizados tenham sido superiores em 33,5% aos realizados do exercício anterior, conseqüência do desempenho das empresas que compõem os referidos grupos e setores, bem como do montante da dotação final que coube a cada uma, o qual foi influenciado pela implementação dos empreendimentos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que contempla, além de outros, investimentos em infra-estrutura, principalmente, nas áreas de Energia Elétrica, Petróleo e Gás, executados pelas empresas dos Grupos Eletrobrás e Petrobras, e em expansão e modernização de aeroportos, a cargo da Infraero.

4.1.3. Distribuição Geográfica da Despesa

As empresas estatais federais, em conformidade com seus estatutos e com a legislação que rege as atividades e compromissos gerais das sociedades, buscam atender, prioritariamente, as necessidades de mercado de cada uma delas, com vistas à consecução de seus objetivos sociais.

Nessa linha, orientam seus esforços e investimentos para a melhor distribuição regional, respeitadas as características de seus negócios.

Cabe registrar que a execução orçamentária do ano apresentou significativo nível de compatibilidade com a distribuição geográfica aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico *Nacional* e representaram 24,6% do montante realizado.

Nessa condição, encontram-se usinas hidrelétricas em rios limítrofes, redes de transmissão de energia elétrica, dutos para combustíveis, entre outros. Situação semelhante ocorre também no âmbito interno das regiões, no caso de projetos cuja localização abrange duas ou mais de suas unidades federativas.

Destacam-se, na distribuição regional dos investimentos das empresas estatais federais, os gastos na função Energia, com as Subfunções Petróleo e Energia Elétrica, com valores relevantes em todas as macro-regiões do País.

Na tabela seguinte, observa-se que não apenas a dotação como também os valores realizados indicam que as empresas estatais federais se constituem em importantes vetores do desenvolvimento social e econômico de todas as regiões geográficas do Brasil, por intermédio de investimentos diretos ou dos efeitos multiplicadores decorrentes de sua atuação em todos os estados da federação.

DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS - 2009

VALORES EM R$ MIL

MACRO REGIÃO REGIÃO / ESTADO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	COMPOS. % (C/TC)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
NACIONAL	20.133.193	799.443	20.932.635	25,5	17.485.295	24,6	83,5
EXTERIOR	12.407.280	562.185	12.969.464	15,8	11.683.738	16,4	90,1
REGIÃO NORTE	2.534.539	-100.602	2.433.937	3,0	1.472.962	2,1	60,5
REGIÃO NORTE	1.093.737	-416.047	677.689	0,8	568.942	0,8	84,0
ACRE	139.651	141.279	280.831	0,3	177.325	0,2	63,1
AMAPÁ	49.660	-35.785	13.874	0,0	4.142	0,0	29,9
AMAZONAS	806.301	131.995	938.296	1,1	498.335	0,7	53,1
PARÁ	154.797	20.498	175.295	0,2	61.922	0,1	35,3
RONDÔNIA	254.122	60.002	314.124	0,4	149.170	0,2	47,5
RORAIMA	26.878	-721	26.157	0,0	12.058	0,0	46,2
TOCANTINS	9.944	-1.823	7.721	0,0	1.068	0,0	13,8
REGIÃO NORDESTE	12.600.365	-1.663.461	10.936.904	13,3	8.553.510	12,0	78,2
REGIÃO NORDESTE	4.777.343	786	4.778.129	5,8	4.649.166	6,5	97,3
ALAGOAS	234.089	-54.140	179.948	0,2	134.660	0,2	74,8
BAHIA	2.096.502	-345.492	1.751.010	2,1	1.612.161	2,3	92,1
CEARÁ	289.025	17.042	306.067	0,4	237.616	0,3	77,6
MARANHÃO	257.356	-86.328	171.028	0,2	155.004	0,2	90,6
PARAÍBA	3.695	-1.766	1.929	0,0	771	0,0	40,0
PERNAMBUCO	4.543.761	-1.274.664	3.269.098	4,0	1.530.970	2,2	46,8
PIAUÍ	362.393	-69.058	293.335	0,4	157.374	0,2	53,7
RIO GRANDE DO NORTE	22.388	146.107	168.495	0,2	38.912	0,1	23,0
SERGIPE	13.813	4.052	17.865	0,0	16.875	0,0	94,5
REGIÃO SUDESTE	26.366.707	4.239.406	30.606.113	37,3	28.250.238	39,7	92,3
REGIÃO SUDESTE	14.096.292	836.892	14.933.184	18,2	14.321.984	20,1	95,9
ESPÍRITO SANTO	628.446	1.324.199	1.952.644	2,4	1.722.467	2,4	88,2
MINAS GERAIS	827.491	37.852	865.346	1,1	761.581	1,1	88,0
RIO DE JANEIRO	5.076.835	2.018.180	7.095.014	8,6	6.018.606	8,5	84,8
SÃO PAULO	5.737.641	22.083	5.759.724	7,0	5.425.598	7,6	94,2
REGIÃO SUL	4.634.322	-705.667	3.928.655	4,8	3.516.661	4,9	89,5
REGIÃO SUL	294.703	69.527	364.231	0,4	285.376	0,4	78,4
PARANÁ	2.784.340	-403.338	2.381.002	2,9	2.368.850	3,3	99,5
RIO GRANDE DO SUL	1.390.950	-216.977	1.173.972	1,4	859.351	1,2	73,2
SANTA CATARINA	164.329	-154.880	9.450	0,0	3.084	0,0	32,6
REGIÃO CENTRO-OESTE	605.488	-270.110	335.377	0,4	183.760	0,3	54,8
REGIÃO CENTRO-OESTE	118.500	15.339	133.840	0,2	63.295	0,1	47,3
DISTRITO FEDERAL	244.425	-108.395	136.030	0,2	69.943	0,1	51,4
GOIÁS	14.987	-5.105	9.881	0,0	3.080	0,0	31,2
MATO GROSSO	22.797	-17.469	5.328	0,0	2.065	0,0	38,8
MATO GROSSO DO SUL	204.779	-154.482	50.297	0,1	45.378	0,1	90,2
TOTAL	79.281.894	2.861.193	82.143.087	100,0	71.146.164	100,0	86,6

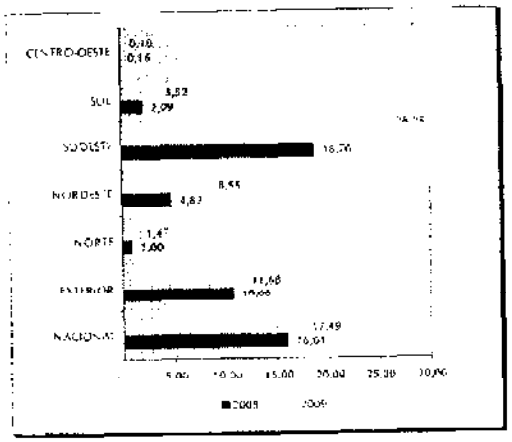
FONTE: MP/DEST/SIEST

No demonstrativo pode-se verificar a distribuição da dotação e da execução do OI por macro-região geográfica, informando as respectivas dotações inicial e final, os ajustes orçamentários ocorridos no período e os valores realizados no ano de 2009, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados.

As macro-regiões Nordeste, Sudeste e Sul apresentaram uma realização dos investimentos em nível maior em 2009, comparadas aos níveis de execução verificados no exercício anterior. Os investimentos efetuados no âmbito Nacional e Internacional apresentaram redução do nível de execução na comparação.

O gráfico a seguir permite visualizar o crescimento dos gastos com investimentos realizados em 2009 comparativamente com os valores de 2008, em praticamente todas regiões do País.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS
COMPARATIVO DA EXECUÇÃO 2007-2008
(VALORES EM R$ BILHÕES)



A seqüência de gráficos permite visualizar, por macro-região, a relação de grandeza entre os investimentos aprovados e realizados, bem como evidencia a participação das empresas que mais contribuíram para o volume de investimentos realizados em cada macro-região.

As 147 ações arroladas sob o tópico Nacional, das quais 135 tiveram execução no período, foram desenvolvidas por 31 empresas estatais federais, sendo que dez delas estão ligadas ao setor de petróleo e derivados, seis ao setor de energia elétrica, oito instituições financeiras federais, quatro ligadas ao setor de serviços, uma no setor industrial e, ainda, a ECT e a Infraero.

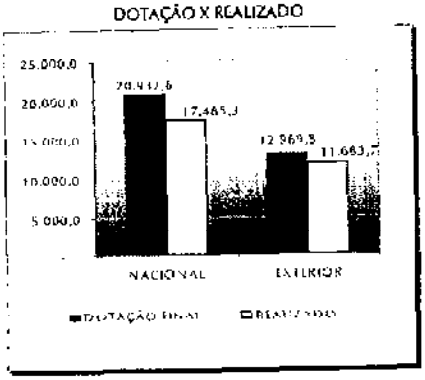
Nos dispêndios totais realizados sob o tópico nacional, no montante de R$ 17.485,3 milhões, correspondendo a 24,6% do OI-2009, destacam-se, dentre outras, pela magnitude dos gastos e importância para a economia nacional, as seguintes ações: Exploração de Petróleo e Gás Natural - R$ 6.405,8 milhões; Manutenção da Infra-Estrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural - R$ 1.610,0 milhões; e Manutenção da Infra-Estrutura do Operacional do Parque de Refino - R$ 1.039,8 milhões.

As ações localizadas no Exterior foram, em sua totalidade, desenvolvidas por seis empresas integrantes do Grupo Petrobras, com investimentos que somaram, em 2009, o valor de R$ 11.683,7 milhões, equivalentes a 16,4% dos gastos totais deste Orçamento de Investimento.

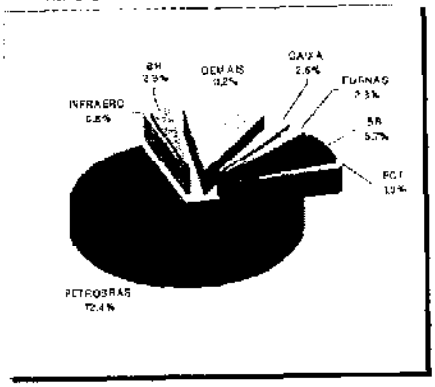
A PIB BV, que atua de forma vertical em toda a cadeia da oferta de petróleo e gás natural no exterior - produção, transporte, refino e distribuição de derivados de petróleo - aplicou R$ 4.716,1 milhões na apropriação de reservas de óleo condensado e gás natural no exterior. A PNBV investiu R$ 6.942,2 milhões destinados, principalmente, à aquisição e à construção de Unidades Estacionárias de Produção e à aquisição de bens destinados à pesquisa e lavra de jazidas. A Brasoil, a FIC e a PIFCo investiram R$ 25,5 milhões.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS
NACIONAL E EXTERIOR - 2009
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA - PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS

DOTAÇÃO X REALIZADO



REALIZADO NACIONAL - R$ 17.485,3 milhões

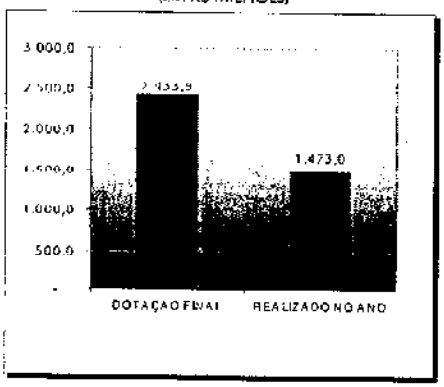


A principal empresa a realizar investimentos na Região Norte em 2009 foi a AmE (R$ 311,3 milhões), seguida da Eletronorte (R$ 304,9 milhões) e da Petrobras (R$ 284,8 milhões). O setor de energia elétrica foi o responsável por 67,6% dos investimentos realizados na Região, ficando os investimentos no setor petróleo em segundo lugar, com 26,9%.

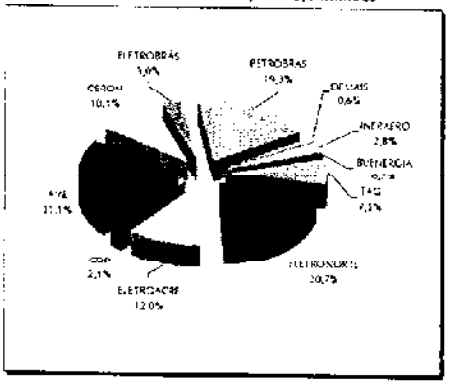
A Petrobras foi a empresa que, individualmente e por ação, efetuou o investimento com maior montante, R$ 231,2 milhões, destinados à Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção e de Óleo e Gás Natural na Região Norte.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO INVESTIMENTO
REGIÃO NORTE - 2009
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA
PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS

DOTAÇÃO X REALIZADO
(EM R$ MILHÕES)



TOTAL REALIZADO - R$ 1.473,0 milhões



Além disso, a Amazonas Energia, investiu R$ 92,2 milhões na "Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (AM)" e a Eletronorte, com R$ 184,7 milhões, nos "Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte".

Treze empresas estatais federais implementaram ações para a Região Norte, sendo seis do setor elétrico, duas do setor de petróleo e derivados, três instituições financeiras federais, a CDP e a Infraero.

A Região Nordeste recebeu investimentos de 22 empresas estatais federais, sendo oito ligadas ao setor de petróleo e gás, quatro ao setor de energia elétrica, quatro Companhias das Docas, quatro instituições financeiras federais, e, ainda, a Hemobrás e a Infraero.

A Petrobras investiu R$ 4.994,1 milhões em dezessete ações para a Região Nordeste, sendo mais expressivas as verbas destinadas à "Manutenção e Recuperação de Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste", no valor de R$ 2.946,8 milhões. Outras empresas do Grupo Petrobras, como a RNEST e a TAG, realizaram investimentos elevados, de R$ 946,7 milhões e R$ 739,4 milhões respectivamente.

A Chesf, responsável pelos grandes investimentos do setor de energia elétrica da Região, despendeu, em 2009, recursos no valor de R$ 749,3 milhões, principalmente nos "Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica da Região Nordeste" – R$ 179,3 milhões, na "Irrigação de lotes na Área do Reassentamento, com 20.599 ha, na Usina de Itaparica (BA) - R$ 145,8 milhões e na "Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste" - R$ 138,5 milhões.

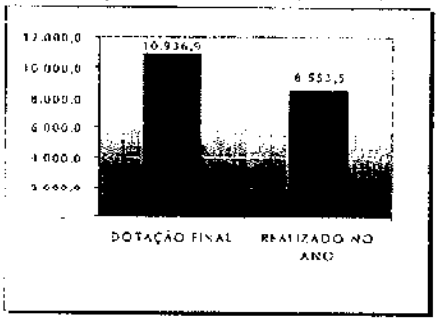
A Ceal e a Cepisa, respectivamente, realizaram investimentos de R$ 133,0 milhões e R$ 144,2 milhões.

A Infraero aplicou R$ 60,5 milhões na Região, na Manutenção e na Expansão da Infra-estrutura Aeroportuária, principalmente nos Aeroportos Internacionais de Salvador, Recife, Natal, João Pessoa, Fortaleza e Piauí.

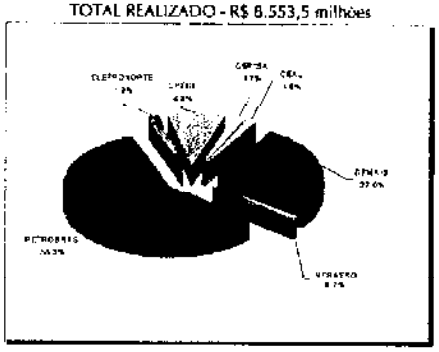
As instituições financeiras federais realizaram investimentos, em suas respectivas redes de atendimento, no valor de R$ 30,2 milhões, dos quais R$ 26,4 milhões a cargo do Banco do Brasil S.A.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO INVESTIMENTO
REGIÃO NORDESTE - 2009
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA - PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS

DOTAÇÃO X REALIZADO (EM R$ MILHÕES)



TOTAL REALIZADO - R$ 6.553,5 milhões



Na Região Sudeste foram aplicados 39,7% dos gastos efetivados no âmbito do Orçamento de Investimento, dos quais 82,1% de responsabilidade da Petrobras.

A grande concentração dos investimentos nessa Região decorre da localização das jazidas de petróleo e gás natural e, também, da necessidade de proximidade das empresas com seus mercados consumidores, de forma a cumprir com seus objetos sociais.

O Grupo Petrobras investiu R$ 26,2 bilhões, o correspondente a 92,6% do total dos investimentos realizados na região Sudeste.

Destacam-se as ações de: "Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Bacia de Campos (RJ)" - R$ 4.720,1 milhões; "Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste"- R$ 2.507,1 milhões; "Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias – Reduc (RJ)" - R$ 1.366,3 milhões; "Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás na Bacia de Santos (SP)" - R$ 2.804,3 milhões; "Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba – Revap" (SP) - R$ 1.641,3 milhões; e "Ampliação da Malha de Gasodutos na Região Sudeste" – R$ 3.298,6 milhões.

As empresas estatais federais que operam no setor elétrico também contribuíram expressivamente para a infra-estrutura energética da Região, no valor de R$ 1.536,0 milhões, cabendo evidenciar os seguintes investimentos realizados neste exercício: "Implantação de Complexo de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CHE Simplício com 305 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado com 138 Kv, com 120 km de extensão (MG/RJ)" - R$ 609,7 milhões; "Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ)" - R$ 164,6 milhões; "Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I (RJ) – R$ 231,6 milhões; "Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)" - R$ 59,2 milhões; e "Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na área dos Estados de São Paulo e Minas Gerais" - R$ 95,2 milhões.

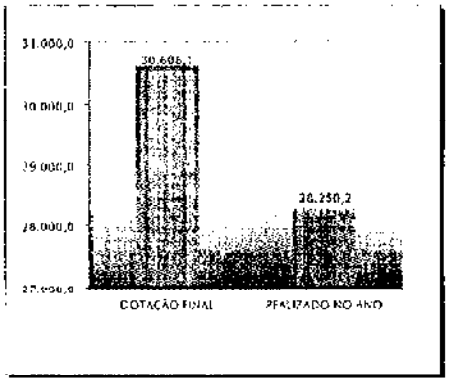
A Infraero aplicou em Modernização, Ampliação, Adequação e Manutenção da Estrutura Aeroportuária, bem como em Manutenção de Sistemas de Proteção ao Vôo nos aeroportos da Região, o montante de R$ 173,7 milhões.

Em ações voltadas para a Instalação e Modernização de Agências Bancárias, bem como para Instalação de Bens Imóveis Destinados à Administração Geral, o Banco do Brasil, a Caixa, e o IRB–Brasil Re investiram na Região Sudeste o montante de R$ 49,0 milhões.

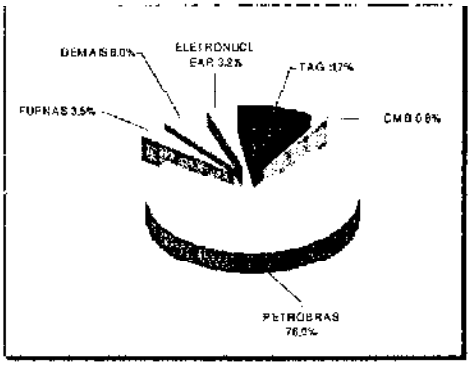
Vinte e oito empresas estatais federais realizaram investimentos nesta Região, sendo doze ligadas ao setor de petróleo e derivados, três do setor de energia elétrica, três Companhias das Docas, três do setor de abastecimento, quatro instituições financeiras federais, a CMB, a Emgepron e a Infraero.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO INVESTIMENTO
REGIÃO SUDESTE - 2009
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA
PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS

DOTAÇÃO X REALIZADO (EM R$ MILHÕES)



TOTAL REALIZADO - R$ 28.250,2 milhões



As empresas estatais federais realizaram investimentos, na Região Sul, em valor equivalente a 4,9% do global realizado no Orçamento de Investimento de 2009.

O montante foi aplicado, principalmente, em ações voltadas para a constituição ou modernização de ativos operacionais, dentre as quais destacam-se as seguintes:

- no setor de petróleo e derivados, a "Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – Repar, em Araucária (PR)" - R$ 2.190,3 milhões; e a "Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini – Refap, em Canoas (RS) - R$ 201,6 milhões; e

- na área de energia elétrica, onde foram investidos R$ 958,3 milhões, representando 27,3% do montante aprovado para a região, na "Implantação da Usina Termelétrica Candiota III, Fase C, com 350 MW (RS)"- R$ 401,4 milhões; na "Ampliação do Sistema

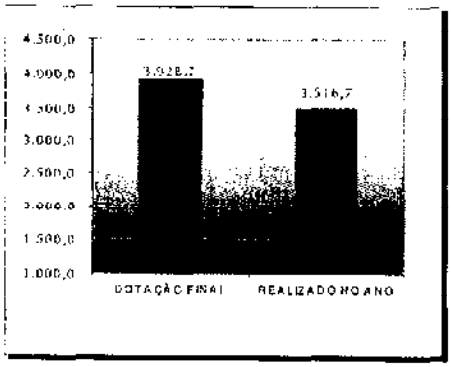
de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul" R$ 196,7 milhões, e a "Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João, com 77 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 69 kV, com 30 km de extensão (RS)" - R$ 152,4 milhões.

O BB e a Caixa, integrantes do setor financeiro, realizaram investimentos no montante de R$ 15,1 milhões para a instalação e modernização de agências bancárias.

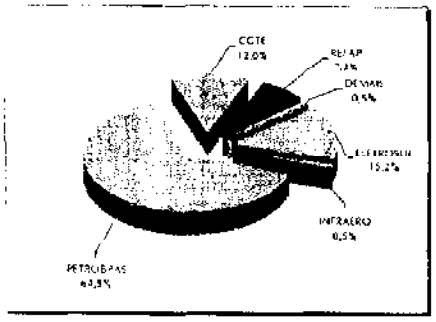
Oito empresas estatais federais realizaram ações localizadas na Região Sul, sendo três do setor de petróleo e derivados, duas do setor de energia elétrica, duas instituições financeiras federais e a Infraero.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO INVESTIMENTO
REGIÃO SUL - 2009
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA - PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS

DOTAÇÃO X REALIZADO (EM R$ MILHÕES)



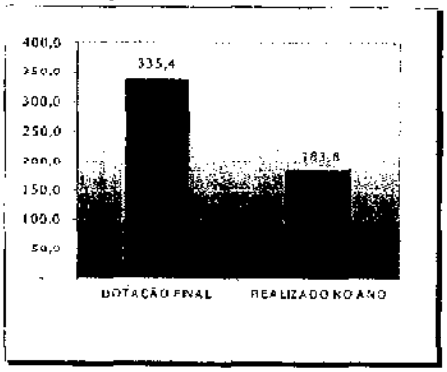
TOTAL REALIZADO - R$ 3.516,7 milhões



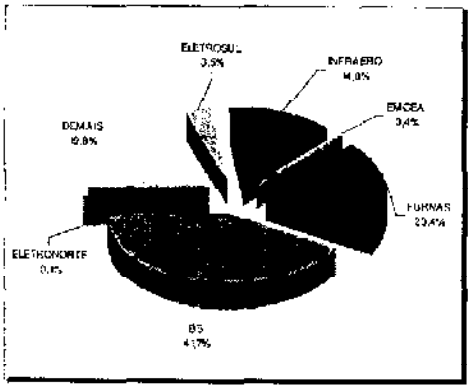
Na Região Centro-Oeste, as empresas implementaram investimentos no valor de R$ 183,8 milhões, que representaram 0,3% dos investimentos consolidados implantados pelas estatais no contexto deste Orçamento.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO INVESTIMENTO
REGIÃO CENTRO-OESTE - 2009
DESPESA PROGRAMADA E REALIZADA - PRINCIPAIS EMPRESAS EXECUTORAS

DOTAÇÃO X REALIZADO (EM R$ MILHÕES)



TOTAL REALIZADO - R$ 183,8 milhões



Na região, destacaram-se os seguintes investimentos:

a) "Instalação de Bens Imóveis" - R$ 65,7 milhões e "Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal" - R$ 37,6 milhões, realizados por Banco do Brasil S.A. e Furnas, respectivamente;

b) manutenção da infra-estrutura aeroportuária e dos sistemas de proteção ao vôo, realizados pela Infraero - R$ 25,7 milhões; e

c) "Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Termelétrica Luis Carlos Prestes, para 372 MW, através do Ciclo Combinado, em Três Lagoas (MS) – R$ 36,0 milhões.

No Centro-Oeste, dez empresas estatais federais realizaram investimentos, sendo três instituições financeiras, três empresas do setor elétrico, uma do setor de petróleo e gás, a Infraero, a Emgea e a Ativos S.A.

Informações pormenorizadas sobre a distribuição geográfica do gasto com investimentos, os programas beneficiados e outros dados poderão ser obtidos no anexo sob o título Dotação e Execução da Despesa dos Investimentos por Região.

4.2 - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

4.2.1. Setor Financeiro

Com o intuito de oferecer melhores serviços, segurança e conforto para sua clientela, as instituições financeiras federais, nos últimos anos, vêm investindo na expansão da rede e na modernização de suas agências, principalmente para a adequação de seus *layouts* e instalação ou atualização de sistemas de informática e teleprocessamento, priorizando, entre outros itens, a velocidade de resposta e o auto-atendimento.

A Lei Orçamentária Anual de 2009 aprovou para as dez instituições financeiras federais dotações orçamentárias que somaram R$ 3.287,8 milhões. Esse valor, ao final do exercício, foi reduzido em R$ 306,9 milhões, em decorrência das revisões orçamentárias propostas pelas próprias instituições. Da dotação orçamentária final, de R$ 2.980,9 milhões, a realização consolidada das instituições financeiras atingiu R$ 2.014,9 milhões, o que significou execução de 67,6%, percentual inferior à média geral de 86,6% atingida pelo conjunto das empresas estatais; superior, entretanto, aos 63,7% realizado no exercício de 2008 e com crescimento de 76,3%.

A seguir, são prestadas considerações sobre a realização dos investimentos em 2009 pelas instituições financeiras com maiores volumes de investimentos.

Banco da Amazônia S.A. – BASA

O Banco da Amazônia planejou inicialmente executar no exercício 2009 o montante de R$ 36,8 milhões cujos créditos foram aprovados através da Lei Orçamentária Anual nº 11.897/2008. Posteriormente o planejamento foi revisado e o montante de investimentos foi elevado para R$ 43,9 milhões. A maior parte dos investimentos previstos destinava-se à execução das ações orçamentárias voltadas à manutenção da infra-estrutura de atendimento, à manutenção e à modernização tecnológica do Banco e a expansão da rede de pontos de atendimentos.

INVESTIMENTOS PREVISTOS NAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2009

em R$1,00

PROGRAMA	AÇÃO	INVESTIMENTOS FIXOS	FINANCEIRO		
			PROGRAMADO	REALIZADO	GRAU DE EXECUÇÃO
0781	3252	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO	8.326.367	381.619	4,6%
	4106	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	18.073.481	1.666.067	6,5%
0807	3286	INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	3.970.000	602.084	15,2%
	4102	MANUTENÇÃO ADEQ. BENS MÓVEIS, MÁQ E EQUIP.	761.239	667.638	87,7%
	4103	MANUTENÇÃO ADEQ. ATIVOS DE INFORM. E TTLEPROC.	12.803.528	2.772.046	21,6%
INVESTIMENTOS TOTAIS			43.936.613	5.369.454	12,2%

Fonte: Banco da Amazônia - Gerência de Controladoria

Manutenção da Infra-Estrura de Atendimento

Foram previstos investimentos no montante de R$ 18,0 milhões, o que representa 41,1% do orçamento total aprovado para o exercício, destinado a execução de projetos voltados à reforma e à modernização tecnológica da rede de pontos de atendimento. O projeto de reforma dos pontos de atendimento teve orçamento de R$ 12,3 milhões, cuja meta era reformar 33 pontos visando à contínua adequação do espaço físico (ampliação e modernização), dotando-os de sistema de climatização, mobiliários e equipamentos de segurança modernos. Foi concluída a reforma de dois pontos para instalação e ampliação de subestação de energia elétrica, bem como foram adquiridos e instalados equipamentos de refrigeração e mobiliário.

Quanto ao projeto de modernização tecnológica foram alocados recursos de R$ 5,1 milhões. A meta era modernizar 12 pontos de atendimentos bancários, através da aquisição de microcomputadores para substituição dos atuais equipamentos tipo servidores e aquisição de impressoras, *scanners* etc.

Alguns fatos afetaram o cumprimento do cronograma inicial, fazendo assim com que a execução do projeto de reforma de pontos de atendimento ficasse aquém do esperado, dentre os quais se destacam: o atraso na entrega de projetos de engenharia por parte das empresas contratadas para prestação dos serviços técnicos e o cancelamento de reformas em função da aprovação do Plano de Desimobilização dos Imóveis de Uso, alterando a política de reforma e implantando a política de alugar os imóveis onde funcionam os pontos de atendimento.

Os benefícios esperados em 2009 não foram alcançados em sua totalidade pela mudança na política de reformas e pela não conclusão do processo de licitação para compra dos equipamentos de informática.

Manutenção de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Foram previstos investimentos no montante de R$ 12,8 milhões, o que representa 29,2% do orçamento total aprovado para o exercício, destinados a execução de projetos voltados à modernização tecnológica da Direção Geral. O projeto de modernização tecnológica da Direção Geral teve orçamento de R$ 12,8 milhões, cuja meta consiste no desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas, aquisição de *softwares* e licenças de uso, além da aquisição de equipamentos de informática, para substituir equipamentos tipo servidores e os microcomputadores em uso na Direção Geral. A demora em obter respostas

referentes à pesquisa de preços para fornecimento dos equipamentos tipo servidores, ocasionou atraso na aprovação do processo de licitação e os recursos apresentadas durante o processo de licitação demandou tempo maior do que o esperado para sua conclusão, bem como a necessidade de ajuste nas especificações técnicas para aquisição de equipamentos também afetou o cumprimento do cronograma inicial. Contribuíram também para o atraso, a não conclusão de todas as aquisições de licenças de uso, as quais estão em fase de homologação e avaliação para conclusão da aquisição. O desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas, em grande parte, foram cancelados para serem executados em 2010.

Projeto de Instalação de Pontos de Atendimentos Bancários

Foram previstos investimentos no montante de R$ 8,3 milhões, o que representa 18,9% do orçamento total aprovado para o exercício. Com esse montante a meta era instalar 16 novos pontos de atendimentos. Os investimentos previstos foram alocados na área de abrangência da Região Amazônica e o Estado do Mato Grosso, onde o Banco concentra a maior parte de suas operações de créditos, objetivando dessa forma, consolidar sua presença como agente indutor do desenvolvimento e *aproveitar oportunidades de expansão nas regionais do* Centro Oeste. Para isso, 94,1% dos investimentos do projeto de instalação de pontos de atendimento bancários foram alocados na Região Amazônica e 5, 9% no Estado do Mato Grosso.

A estratégia do Banco para instalação de novos pontos de atendimento consistiu em alugar os imóveis que servirão de sede ou firmar contratos de parcerias com investidores. Nestas parcerias, os interessados ficam responsáveis por todo investimento para construção do imóvel e o Banco se compromete a alugá-los por um determinado período de tempo. Dessa forma, o Banco reduz a necessidade de imobilizar recursos, bem como, o custo de instalação de um ponto de atendimento, pois não terá que arcar com os custos de construção dos imóveis. Dos dezesseis novos pontos, em apenas dois casos as obras de construção foram concluídas, faltando realizar as aquisições de mobiliários, equipamentos de informática, segurança e de climatização. Em outros seis casos as obras têm previsão de conclusão no primeiro semestre e um no segundo semestre de 2010.

Entre os principais fatos que influenciaram significativamente o andamento do cronograma de instalação, ressaltam-se: a falta de imóveis com localização adequada nos municípios escolhidos para instalação de alguns pontos de atendimento, a escassez de terrenos para construção de imóvel, altos valores dos terrenos em cidade do estado do Amapá e do Pará, a falta de investidores com recursos financeiros disponíveis, o valor de aluguel oferecido acima do valor de mercado e o atraso no cronograma de obras por parte dos locadores.

Em função dos atrasos no andamento das obras de construção dos imóveis, maior parte dos investimentos destinados à aquisição de mobiliários, de equipamentos de segurança, de informática e de climatização foi adiada, contribuindo para a baixa realização dos investimentos.

Projeto de Instalação de Bens Imóveis

Foram previstos investimentos no montante de R$ 1,9 milhões, o que representa 9,0% do orçamento total aprovado para o exercício. Os investimentos destinam-se à realização de reforma e adaptações no edifício sede do Banco, tais quais: realização de reforma da fachada do edifício-sede, reforma do sistema elétrico, reforma do sistema de combate a incêndio, instalação do novo sistema de climatização e instalação do Centro de Processamento de Dados. Foram realizados R$ 0,6 milhões, o que representa 1,6% do total da execução. A baixa execução do projeto deve-se, principalmente, ao atraso na execução dos projetos básicos de engenharia, atraso na entrega de projetos desenvolvidos por terceirizados e a priorização das tarefas dos recursos humanos da área de engenharia para implantação de novos pontos e o projeto de acessibilidade das agências. Ressalta-se também que alguns projetos foram cancelados ou encontram-se em fase de estudo e levantamento técnico.

Banco do Brasil S.A. – BB

O Orçamento aprovado para o Banco do Brasil para 2009 previa gastos no montante de R$ 1.792,6 milhões. Encerrado o exercício, o banco realizou investimentos de R$ 1.349,4 milhões equivalentes a 75,3% do total autorizado. O quadro a seguir apresenta o detalhamento dos gastos pelos programas.

VALORES PROGRAMADOS E REALIZADOS

em R$1,00

PROGRAMA	AÇÃO	INVESTIMENTOS FIXOS	FINANCEIRO		
			PROGRAMADO	REALIZADO	%
0781	3252	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO	259.039.639	106.386.136	41,1
	4106	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	593.188.263	517.265.218	87,2
0807	3286	INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	77.600.000	65.797.393	84,5
	4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	349.904.625	255.743.802	73,1
	4102	MANUTENÇÃO ADEQ BENS MÓVEIS, MÁQ E EQUIP.	59.842.872	30.154.759	50,4
	4103	MANUTENÇÃO ADEQ ATIVOS DE INFORM E TELEPROC.	453.066.326	374.089.954	82,6
INVESTIMENTOS TOTAIS			**1.792.631.725**	**1.349.438.662**	**75,3**

Fonte: Banco do Brasil – Sistema ORF – Diretoria de Controladoria

QUANTITATIVO PROGRAMADO E REALIZADO

PROGRAMA	AÇÃO	INVESTIMENTOS FIXOS	FÍSICO		
			PROGRAMADO	REALIZADO	%
0781	3252	INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO	724	654	90,3
0807	3286	INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2	1	50,0
INVESTIMENTOS TOTAIS			**726**	**655**	**90,2**

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Controladoria

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

O orçamento destinado à instalação de 724 pontos de atendimento bancário, dos quais 343 agências, foi de R$ 259,0. Todavia, em dezembro/2008 o Banco do Brasil, por decisão estratégica, conteve os investimentos, reduzindo o valor destinado a novos investimentos para R$ 188,3 milhões. Dessa forma, o escopo do Programa foi replanejado para 591 pontos de atendimento, sendo 251 agências. Do orçamento total, foi imobilizado o montante de R$ 106,4 milhões, equivalendo a uma realização de 41,1% orçamento inicial e de 56,0% do valor replanejado. Foram inaugurados 654 novos pontos varejo, sendo 270 nas regiões Norte e Nordeste (41,0% do total). Das agências previstas foram inauguradas 39 e adquiridos 1.488 terminais de auto-atendimento para expansão da rede de atendimento varejo no país e 2.472 equipamentos de processamento de dados, dentre servidores, microcomputadores e impressoras, para o funcionamento das novas agências.

Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

O orçamento previsto para a manutenção da infra-estrutura de atendimento do Banco do Brasil foi de R$ 593,2 milhões. Desse total, R$ 517,3 milhões (87,2%) foram imobilizados em 2009. Foram autorizadas 341 obras de grande porte de reforma, ampliação e relocalização de dependências. Do total previsto, foram concluídas 186 intervenções (55,0%), no valor aproximado de R$ 124,0 milhões.

Os principais fatores que interferiram na conclusão de obras de adequação de agências foram: a dificuldade de seleção de imóveis regularizados e adequados para funcionamento de agência bancária nos grandes centros urbanos, rito burocrático para realização das licitações e eventual interposição de recursos previstos em lei, bem como dificuldade de contratação de fornecedores adequados nas regiões de difícil acesso (especialmente região Norte).

Foram realizadas reformas de pequeno vulto, no valor aproximado de R$ 50,0 milhões, para ajuste nos *layouts* de pontos de atendimento da rede de atendimento existente, adequação mínima para integração da rede incorporada (Banco do Estado do Piauí, Banco do Estado de Santa Catarina e Banco Nossa Caixa), melhoria das sinalizações externa e interna do Banco do Brasil, aquisição de mobiliário para utilização pelos clientes nas agências, em respeito à Lei de Fila, bem como para garantir segurança nos ambientes de auto-atendimento.

Para modernização do parque tecnológico da *Rede* de Atendimento do Banco do Brasil, foram adquiridos 9.571 terminais de auto-atendimento, 22.600 microcomputadores, 814 servidores, 3.748 impressoras e 46.500 equipamentos de caixa, no valor total de R$ 325,0 milhões.

Além disso, foram adquiridos 3.487 equipamentos, no montante de R$ 16,0 milhões, para gestão do atendimento ao cliente, dentre terminais dispensadores de senhas e terminais de chamada de clientes, com o objetivo de melhorar o atendimento e dar maior conforto ao público das agências, bem como para atender às Legislações Municipais/Estaduais. Finalmente, R$ 2,0 milhões foram destinados à aquisição de 714 microcomputadores para modernização de equipamentos de teleatendimento das Centrais de Atendimento do Banco do Brasil, bem como 1.400 itens de mobiliário, para atender a normativos legais.

visando contribuir para a melhoria ergonômica dos postos de atendimento e garantir a satisfação dos atendentes.

Investimentos das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Instalações de Bens Imóveis

Com o objetivo de atualizar a arquitetura tecnológica de informática aos padrões de alta disponibilidade e suportar o crescimento previsto do processamento de dados, a Instalação Central de Informática (ICI) do Banco do Brasil está sendo ampliada com a construção do ICI-II no Distrito Federal. O valor orçado para o Distrito Federal considerava R$ 68,8 milhões para a construção do ICI-II e R$ 4,8 milhões para o Datacenter Capital Digital. Com relação aos investimentos no estado de Tocantins, com previsão de R$ 4,0 milhões foram realizados R$ 0,06 milhões em projetos.

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

O objetivo da ação é o de manter em funcionamento os imóveis de uso do Banco do Brasil da Rede de Atendimento e da Rede de Apoio. Para tanto são executadas obras de reformas de conservação predial (pintura, trocas de carpete, impermeabilização, fachadas, entre outras), adequações de acessibilidade física, modernização de equipamentos prediais (ar condicionado, elevador, *nobreaks*, grupo gerador e subestação).

A não integralização dos recursos programados inicialmente deveu-se a vários fatores dos quais destacam-se os entraves nos processos – fase de licitação – adiando a contratação e comprometendo o prazo inicialmente planejado para início e conclusão de eventos e fatos imprevistos durante a execução das obras que contribuíram para suas prorrogações.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos

A ação tem como objetivo suprir o Banco do Brasil de mobiliário, utensílios e equipamentos de uso, visando garantir o bom funcionamento das dependências, considerando a manutenção da qualidade dos serviços prestados, o bem-estar dos funcionários, dos clientes e a preservação da imagem da Instituição. Entre os investimentos realizados estão as aquisições visando a reposição dos equipamentos de segurança do Banco do Brasil, a ampliação e melhorias da Central de Atendimento, a expansão da automação do processamento de numerário e, ainda, a relocalização do Arquivo Nacional de Segurança.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Em 2009, com investimentos na ordem de R$ 374,1 milhões, o Banco do Brasil atualizou seu parque tecnológico por meio do investimento em infraestrutura central de processamento e armazenamento (servidores, fitoteca), processamento distribuído e diversas soluções de negócios e suporte à Tecnologia da Informação (TI).

Adicionalmente foram adquiridas soluções de voz e PABX para as dependências, equipamentos de videoconferência, além da modernização e expansão da rede (*switches*, equipamentos e *softwares* para redes sem fio). Realizou-se a continuidade da modernização das soluções tecnológicas para integrar e padronizar o gerenciamento de dados, a gestão de pessoas, a gestão de projetos, central de atendimento, ilhas de digitalização e soluções de segurança (*mobile*, servidores, *softwares*). Destaca-se também a aquisição de equipamentos (microcomputadores, *switches* e estabilizadores) para o Programa de Inclusão Digital.

Além destes projetos foram adquiridos novos suprimentos de TI, para modernização de microcomputadores, *notebooks*, impressoras, *scanners* e diversos *softwares* de automação de escritório e aquisição de soluções de processamento por meio de imagens, que permitem ao Banco do Brasil o uso da imagem para simplificar processos de negócio, agilizar a distribuição e o acesso à informação e melhorar o atendimento ao cliente ampliando os negócios do portifólio de produtos do Banco do Brasil.

Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES

O Orçamento aprovado para o BNDES para 2009 previa gastos no montante de R$ 81,2 milhões. Porém, encerrado o exercício, a instituição realizou investimentos de R$ 17,4 milhões equivalentes a 21,5% do limite autorizado. O quadro a seguir apresenta o detalhamento dos gastos pelas ações do programa.

VALORES PROGRAMADOS E REALIZADOS

em R$1,00

PROGRAMA	AÇÃO	INVESTIMENTOS FIXOS	FINANCEIRO		
			PROGRAMADO	REALIZADO	%
0807	3286	INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	29.500.000	2.367.179	8,0
	4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	3.655.000	2.904.572	79,5
	4102	MANUTENÇÃO ADEQ BENS MÓVEIS, MÁQ E EQUIP.	13.928.600	1.909.989	14,8
	4103	MANUTENÇÃO ADEQ ATIVOS DE INFORM E TELEPROC.	33.072.275	10.220.669	29,2

Fonte: BNDES

Instalação de Bens Imóveis

ORÇAMENTO E EXECUÇÃO

em R$1,00

PROJETO	VALOR APROVADO	REALIZADO
REFORMA DO PRÉDIO NO RIO DE JANEIRO	23.700.000,00	34.935,00
REFORMA DO PRÉDIO NO DISTRITO FEDERAL	1.200.000,00	0,00
REFORMA DO PRÉDIO EM SÃO PAULO:	2.200.000,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM RECIFE	2.400.000,00	2.332.244,00

Fonte: BNDES

Houve atraso na elaboração do projeto de *layout*, que se encontrava em fase de aprovação. Consequentemente, as licitações não ocorreram no prazo previsto.

Manutenção de Bens Imóveis

ORÇAMENTO E EXECUÇÃO

em R$1,00

PROJETO	VALOR APROVADO	REALIZADO
AQUISIÇÃO DE BENS PARA EDSERJ	1.030.000,00	806.571,00
OBRAS NO DENOR	2.600.000,00	2.098.001,00

Fonte: BNDES

Com relação ao projeto "Obras no Departamento Regional Nordeste - Denor", o BNDES está revendo a necessidade da implantação do projeto, tendo em vista a aquisição de andares para a futura instalação da unidade, o que deverá ocorrer durante o ano de 2012.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos

ORÇAMENTO E EXECUÇÃO

em R$1,00

PROJETO	VALOR APROVADO	REALIZADO
MOBILIÁRIO PARA EDSERJ	4.000.000,00	1.780.018,00
MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS EDSERJ	4.600,00	0,00
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	8.864.000,00	66.652,81

Fonte: BNDES

Com relação ao projeto de equipamentos de comunicação, foi possível executar o valor de R$ 66,3 mil, sendo R$ 41,2 mil para o pagamento previsto no contrato OCS 280/2008, e R$ 16,0 mil referente à aquisição de dispositivo para controle remoto dos sistemas de energia dos sistemas de comunicação do BNDES (OCS 302/2008).

O projeto da aquisição do *hardware* do novo sistema de telefonia não foi concluído em 2009, em função da aquisição do fabricante Nortel Neworks pela Avaya Inc. Como a solução atual de telefonia do BNDES é Nortel, a solução futura terá de ser tecnicamente compatível com a solução atual.

A aquisição da Nortel forçou o BNDES a aguardar o posicionamento da nova controladora a respeito da continuidade da linha Nortel e das estratégias comercial e tecnológica a serem seguidas. O projeto foi retomado no fim de 2009 e será licitado em 2010.

Não houve necessidade, também, da utilização do valor provisionado por solicitação do Projeto Agir, uma vez que a solução oferecida para a Sala Cofre pela empresa contratada (Aceco TI) não envolveu o fornecimento de equipamentos de comunicação.

Manutenção e Adequação de Bens de Informática

Dos projetos que foram realizados, destacam-se:

- Cinco projetos de aquisição de equipamentos de informática - Com valor aprovado de R$ 10,9 milhões, dos quais foram realizados R$ 8,9 milhões. Os produtos foram fornecidos e faturados em 2009 e encontra-se em processo de pagamento.

- Projetos de Aquisição dos sistemas de *software* de uma solução de PABX IP; Aquisição de licenças de cliente e servidor Microsoft Windows e Microsoft SQL Server; e Aquisição de licenças de *softwares* IBM para o computador central (*mainframe*) do BNDES - Com valor aprovado de R$ 1,4 milhões; R$ 0,6 milhões e R$ 1,2 milhões respectivamente; foram realizados apenas R$ 121,2 mil.

Os demais projetos não foram realizados por problemas no processo licitatório e nos contratos.

Banco do Nordeste do Brasil – BNB

O Orçamento aprovado para o BNB para 2009 previa gastos no montante de R$ 54,6 milhões. Encerrado o

exercício, a Instituição realizou investimentos de R$ 37,5 milhões equivalentes a 68,6% do limite autorizado.

Instalação de Pontos de Atendimento Bancário

Foram previstas intervenções em 18 agências, das quais 14 foram concluídas. O total previsto não foi atingido, porque o BNB aderiu ao Termo de Ajustamento de Conduta sobre acessibilidade, em que foi assumido o compromisso de adequar todos os pontos de atendimento (183 agências e 4 PAB) aos requisitos de acessibilidade determinados pela legislação.

Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

Foram realizadas intervenções localizadas (construção de rampas de acesso e sanitários adaptados, instalação de mobiliário acessível, sinalização etc) em todos esses pontos, o que atrasou a realização de reformas gerais. Considerando que essas intervenções de acessibilidade representam valores menores dos que seriam aplicados nas reformas gerais de agências, o percentual de realização não atingiu o total previsto, alcançado, dessa forma, apenas 70,6% da previsão.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis

A realização de intervenções nos imóveis da Direção Geral, Superintendências Estaduais e Centrais foi afetada pela necessidade de o BNB voltar sua atenção às intervenções exigidas pelo Termo de Ajustamento de Conduta. Por esse motivo, o percentual realizado de 71,62% ficou bastante próximo do que foi atingido nas intervenções realizadas nos prédios das agências.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

O percentual realizado de 86,85% foi superior aos das demais Atividades, considerando que a substituição e reposição de mobiliário, modernização de sistemas de refrigeração e instalação de equipamentos de geração de energia não se restringiu às agências e órgãos que passaram por reforma de suas instalações. Dentre as realizações, destacamos a aquisição de uma aeronave para o banco.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Do total dos investimentos previstos, foram realizados 35,34%, em virtude de impossibilidade de aquisição de microcomputadores para a solução data center, cujo valor orçado é de R$ 5,98 milhões. A aquisição não aconteceu por conta de atrasos na confecção dos anexos técnicos que impossibilitaram a publicação do edital. Salientamos que o processo licitatório está previsto para ocorrer em 2010

Banco Nossa Caixa S.A. - BNC

Considerando que o Banco foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., os investimentos foram realizados de acordo com as demandas necessárias à incorporação, procurando assim adequar a área de tecnologia do Banco Nossa Caixa S.A. à tecnologia do Banco do Brasil S.A.. Como esta previsão orçamentária foi aprovada antes da incorporação, projetos deixaram de ser executados por existirem equidades entre as instituições financeiras, restando a ser executados apenas aqueles necessários para atender às demandas do processo de incorporação.

Segue o detalhamento dos gastos pelos programas.

VALORES PROGRAMADOS E REALIZADOS

em R$1,00

PROGRAMA	AÇÃO	INVESTIMENTOS FIXOS	FINANCEIRO		
			PROGRAMADO	REALIZADO	%
0807	4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.455.171	825.403	11,0
	4103	MANUTENÇÃO E ADEQ. DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	99.745.287	61.689.510	62,0
0781	4106	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	122.887.537	68.096.286	55,0
INVESTIMENTOS TOTAIS			**230.087.995**	**130.611.199**	**57,0**

Fonte: Banco do Brasil – UGI São Paulo/Decoi - Departamento de Controladoria e Gestão de Informações

Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais

Manutenção da Infra-estrutura de Atendimento

A Manutenção de Infraestrutura de Atendimento tem o objetivo de adequar as unidades do Banco Nossa Caixa S.A. após a incorporação pelo Banco do Brasil S.A. Foi programada a troca dos terminais de auto atendimento das unidades, os quais eram alocados por empresa terceirizada, e passam a ser geridos pelo próprio banco com a incorporação. O objetivo era trocar todos os terminais de auto-atendimento das unidades incorporadas. No entanto, o processo de substituição dos equipamentos sofreu atraso impossibilitando o cumprimento do cronograma inicial.

Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

A manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos, tem por objetivo atender às necessidades das unidades administrativas do Banco Nossa Caixa S.A. Em decorrência da incorporação ocorrida a partir de março de 2009 pelo Banco do Brasil S.A. e conforme entendimentos realizados, definiu-se que a prioridade dos esforços seriam no sentido da implantação do sistema de alarme, sendo que as PDM's – Porta Detectora de Metais e fechaduras de retardo eletrônicas previstas anteriormente seriam apenas instaladas quando da migração de Unidades e os CFTV's – Circuito Fechado de TV, deixando de ser prioridade.

Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Em decorrência da incorporação ocorrida a partir de março de 2009 pelo Banco do Brasil S.A., necessitou-se de uma nova atuação pela DTI (Diretoria de Tecnologia da Informação) adequando-se à nova realidade e necessidades.

Caixa Econômica Federal – Caixa

A Caixa realizou investimentos no seu Ativo Imobilizado no montante de R$ 462,3 mil com desempenho de 61,7% em relação à dotação final aprovada.

VALORES PROGRAMADOS E REALIZADOS

em R$ mil

DISPÊNDIOS DE CAPITAL	REALIZADO 2008	ORÇAMENTO 2009 (A)	REALIZADO 2009 (B)	% (B) / (A)
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO	438.023	749.659	462.342	61,67
IMÓVEIS DE USO	69.644	113.540	15.054	13,3
EQUIPAMENTOS DE USO	44.713	105.582	43.594	41,3
SISTEMAS DE PROCES. DE DADOS	269.637	429.701	371.907	86,6
SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	21.034	46.317	4.468	9,7
SISTEMAS DE SEGURANÇA	32.673	53.544	27.249	50,9
OUTROS INVESTIMENTOS	322	975	77	7,9

Fonte: Caixa Econômica Federal

Os demonstrativos a seguir apresentam o detalhamento dos gastos pelas ações do programa:

Investimento de Instituições Financeiras em Infra-Estrutura de Atendimento

VALORES PROGRAMADOS E REALIZADOS

em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO 2009	REALIZADO 2009	%
INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS	45.742	2.826	6,2
MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	387.962	274.932	70,9

Fonte: Caixa Econômica Federal

Instalação de Agências

A Caixa inaugurou 45 unidades, das quais 15 são agências e 30 Postos de Atendimento Bancários - PAB, o que equivale a 38,1% da meta para 2009 (118 unidades), e investimentos de R$ 2.826,0 mil, correspondentes a 6,2% dos recursos programados (R$ 45.742,0 mil) para esse título. As metas previstas (físicas e financeiras) foram parcialmente alcançadas em decorrência de dificultadores operacionais para contratar e acompanhar a execução das obras das novas unidades. Permanecem as dificuldades na localização de imóveis e, além disso, unidades autorizadas não foram iniciadas, uma vez que as negociações para viabilizar a instalação das mesmas não lograram êxito situações que se repetiram nos estados do Amapá, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Sergipe.

Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento

Dos R$ 388,0 mil previstos para esse Programa, realizou-se R$ 274,9 mil, representando 70,9%. O realizado refere-se à aquisição de equipamentos de segurança e telefonia para instalação em 723 pontos de venda, adequação e manutenção dos imóveis e substituição ou complementação de equipamentos de uso e mobiliário em 2.021 pontos de atendimento. Atualização dos equipamentos (*hardware* e *software*) do auto-atendimento e pontos de venda, com modernização do parque tecnológico. Em relação aos ativos de comunicação e processamento de dados, os resultados estão sendo alcançados com a atualização do parque de equipamentos de auto-atendimento, substituição dos equipamentos obsoletos, automação de processos e aquisição de *softwares*. Todas as medidas buscam a modernização dos equipamentos e melhor atendimento aos clientes.

Investimentos das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

VALORES PROGRAMADOS E REALIZADOS

em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO 2009	REALIZADO 2009	%
INSTALAÇÃO DE IMÓVEIS	65.400	0	0,0
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	25.074	8.357	33,3
MANUTENÇÃO E ADEQ. DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	44.114	19.438	44,1
MANUTENÇÃO E ADEQ. DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	181.367	156.789	86,5

Fonte: Caixa Econômica Federal

Instalação de Imóveis

O planejamento contemplava a implantação de conjuntos culturais nos estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, a aquisição de terreno para construção do Centro Administrativo da Caixa no Distrito Federal e a instalação de sítio de tecnologia na cidade de Osasco/SP.

No entanto, os projetos não foram concluídos em face de:

- CE - No espaço Caixa Cultural em Fortaleza/CE estão ocorrendo atrasos em decorrência de entraves no processo de contratação das obras;
- PE - As obras de restauração do espaço Caixa Cultural em Recife/PE sofreram atrasos em decorrência de descobertas arqueológicas no local e pelo tombamento da edificação como patrimônio histórico, isso exige um longo período para aprovação de licenças junto ao Iphan/PE;
- RS - As obras do espaço Caixa Cultural em Porto Alegre/RS estão em atraso em razão de deficiência operacional da construtora contratada que não está cumprindo o cronograma inicialmente previsto, depredações no local das obras e alterações na fundação contribuem para o atraso da ação.
- DF - Tanto o Centro Administrativo no Distrito Federal quanto o site tecnológico, passam por redefinições em relação às necessidades físicas de uso das edificações, prazos e questões jurídicas, no intuito de sanar eventuais problemas na execução das ações.

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

O realizado de 33,3% refere-se à adequação e manutenção de 104 imóveis ocupados pelas unidades administrativas, garantindo a infraestrutura física dos imóveis e a qualidade do ambiente para seus ocupantes. Nos casos em que há necessidade de mudança de endereço, a localização de imóveis adequados à instalação de unidades administrativas é um dificultador que obsta o atendimento tempestivo dos prazos previstos nesta ação. Mesmo quando se consegue localizar o imóvel e proprietários dispostos a investir os valores necessários à adaptação do bem, às vezes a Caixa se depara com dificuldades logísticos que também comprometem o cumprimento desses prazos.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Foi realizado 44,06% da dotação programada na atualização de centrais telefônicas das áreas meio e aquisição de ativos de comunicação e rede para os prédios descentralizados, substituição ou complementação de equipamentos de uso em unidades de apoio e manutenção dos equipamentos de segurança nas diversas Unidades de Área Meio instaladas nos inúmeros prédios administrativos da Caixa, objetivando a efetividade na proteção de clientes, empregados, colaboradores e patrimônio da Caixa.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informát ca, Informação e Teleprocessamento

Foram investidos R$ 156.788,7 mil, representando 86,5% dos recursos programados, em:

- *Hardware*: Atualização da plataforma de grande porte, visando ao aumento da capacidade de processamento; Discos magnéticos visando ao aumento de capacidade de armazenamento de dados; Renovação do ambiente SUN que sustenta vários sistemas corporativos; Servidores para sustentação da infraestrutura do ambiente de multicanal e ambientes corporativos; estações de trabalho para o ambiente de desenvolvimento; solução de segurança para a digitalização dos documentos de retaguarda; e estações de trabalho e *notebook* para as áreas meio.

- *Software*: Licenciamento complementar de software do ambiente de grande porte devido ao aumento da capacidade de processamento; Contratação de produtos *Rational* e *Websphere* para os processos de extração e qualificação de dados e metadados; Ferramenta *Hyperion* para informações executivas e gerenciais para as áreas estratégicas, ferramenta de administração de componentes relacionada ao ambiente de grande porte e *software* para recuperação de créditos;

- **Comunicação**: Atualização do parque de centrais telefônicas das área-meios com substituição das centrais obsoletas; e Substituição de roteadores considerados obsoletos.

A meta financeira do programa não foi atingida, principalmente, em decorrência: da localização de imóveis adequados à instalação de unidades administrativas que obsta o atendimento tempestivo dos prazos previstos; da dificuldade na adequação dos imóveis que também comprometem o cumprimento dos prazos; e da demora nos processos de contratação devido aos requisitos impostos e pelos aspectos procedimentais inflexíveis, complexos, passíveis de interpretação que a lei apresenta e que resultam em grandes atrasos nas contratações e no cumprimento dos prazos.

IRB-Brasil Resseguros S.A. – IRB

O IRB-Brasil Resseguros S.A. - IRB, desenvolveu na esfera do Orçamento de Investimento, apenas ações continuadas relacionadas às atividades de manutenção do Edifício-Sede, bem como aquelas relacionadas à modernização da sua área de Tecnologia da Informação. Com base no Orçamento de Investimento - OI/ 2009, destacam-se, no quadro abaixo, as informações relevantes acerca da execução dos investimentos:

ACOMPANHAMENTO – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS 2009 – até dezembro

DESCRIÇÃO	INVENTÁRIO FÍSICO			INVENTÁRIO FINANCEIRO			
	PROPOSTA	REALIZADO ATÉ O MÊS	EXECUÇÃO	PROPOSTO (R$ MIL)	REALIZADO ATÉ O MÊS (R$ MIL)	DESVIO ATÉ O MÊS	EXECUÇÃO
MANUTENÇÃO E ADEQ. DE BENS IMÓVEIS	6.200 m²	1.908 m²	30,8%	2.663	1.010	-62,1%	37,9%
MANUTENÇÃO E ADEQ. DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQ. E EQUIPAMENTOS	499 unid.	266 unid.	53,3%	1.766	306	-82,7 %	17,3 %
MANUTENÇÃO E ADEQ. DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	624 unid.	547 unid.	87,7%	10.774	3.953	-63,3%	36,7%
TOTAL				15.203	5.269	-65,3%	34,7%

Fonte: IRB

Visto o baixo comprometimento do limite total do Orçamento de Investimento da Empresa, segue abaixo o quadro com a descrição das Despesas de Capital e as justificativas para os desvios apresentados:

DESCRIÇÃO DO ITEM DE DESPESA DE CAPITAL

ESPECIFICAÇÃO	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQ. E EQUIP.		MANUTENÇÃO E ADEQ. DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÕES		MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	INFORMÁTICA	CPA	IMÓVEIS DE USO
GASTO TOTAL(R$)	244.910,00	60.890,00	3.897.241,65	51.725,00	1.010.091,09
UNIDADE/M²	200	26	546	1	1.908
CUSTO MÉDIO (R$)	1.224,55	2.341,92	7.137,81	51.725,00	529,38

Fonte: IRB

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Foram adquiridos materiais de escritório com o intuito de suprir necessidades rotineiras da empresa. A contratação dos equipamentos e mobiliários relacionados à obra de modernização do 6º andar do edifício-sede, não foi realizada, sendo transferida para 2010, ocorrendo desta forma o desvio.

Manutenção e adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Foram adquiridos os seguintes equipamentos de tecnologia: *Hardware*: Impressoras multifuncionais 02 (dois), *switches* 02 (dois), projetor de multimídia 01 (um), TV/Monitor LCD 03 (três), *Mainframe*: BM 01 (um) e seus acessórios (cabeamentos e *softwares*); e *Software*: Licenças de softwares: 537 nas áreas de banco de dados, VOIP, saúde, automação de escritório, correio eletrônico, rede corporativa, *mainframe* e segurança, para maior agilidade e melhor atendimento ao mercado segurador e ressegurador.

O desvio ocorre principalmente pelo atraso no processo de licitação de hardwares (*storages*) e *softwares* (sistema de negócios e ERP) o que fara com que o investimento ocorra ao longo de 2010.

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Em continuidade ao projeto de modernização das instalações físicas do edifício-sede foram realizadas as cinco parcelas finais relativas às obras de modernização da portaria (180,86 m²), e as 04 (quatro) parcelas iniciais relativas à obra do 6º andar do edifício-sede (1.727,21 m²). O desvio decorre principalmente pelo atraso no cronograma da obra do 6º andar do edifício-sede, devido a problemas financeiros da contratada, este atraso fez com que a previsão de término da obra seja no primeiro trimestre de 2010, acarretando um novo fluxo de pagamento das parcelas.

Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

O orçamento de investimento da Finep é detalhado por ações do Programa Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio. O quadro a seguir apresenta o detalhamento dos gastos das ações deste programa.

VALORES PROGRAMADOS E REALIZADOS

em R$ 1,00

PROGRAMA	AÇÃO	INVESTIMENTOS FIXOS	FINANCEIRO		
			PROGRAMADO	REALIZADO	%
0807	4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	6.700.000	6.500.000	97,0
	4102	MANUTENÇÃO E ADEQ. DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.150.000	144.608	13,0
	4103	MANUTENÇÃO E ADEQ. DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	5.350.000	202.561	4,0
INVESTIMENTOS TOTAIS			13.200.000	6.847.169	52,0

Fonte: Finep

Manutenção e Adequação de Bens Móveis

Foi autorizado o remanejamento entre os gastos previstos inicialmente que possibilitou a compra do 8º andar do Edifício Praia do Flamengo, 200, onde funciona o escritório da empresa no Rio de Janeiro. Como a aquisição deste novo andar só se efetivou no meio do ano, foi preciso adequar o projeto de reformas das instalações da empresa às suas necessidades atuais, gerando atraso no edital de licitação. Estes gastos só deverão ocorrer em 2010.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Os gastos se limitaram praticamente à reposição de máquinas, equipamentos e mobília já desgastados pelo tempo ou pelo uso. Foram adquiridos equipamentos para copa/cozinha e para reuniões, apresentações e palestras. Também foram adquiridos 2 arquivos deslizantes, 1 carrinho para documentos, 1 quadro magnético, 1 estabilizador e 1 fragmentadora de papel. A compra de equipamentos de segurança estava diretamente relacionada à colocação da escada de incêndio, cujo projeto não foi aprovado pelo condomínio. Também não houve a compra de novos carros porque o aluguel ainda é menos oneroso para a empresa.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Os gastos efetuados ficaram muito aquém do previsto. Em função da complexidade das licitações que serão necessárias para a implantação de novos sistemas integrados e revisão geral dos processos operacionais, foi criado um grupo de trabalho, com a missão de preparar essas licitações e depois acompanhar todo o desenvolvimento decorrente. O processo de especificação da licitação está em andamento, mas, a efetiva aquisição de equipamentos e aplicativos, só deverá ocorrer a partir de 2010. Foram adquiridos alguns equipamentos de processamento de dados e de telecomunicação, a saber: 4 mini-modem, 06 *scanners*, 1 tela de projeção elétrica, 3 *rack* para *switches*, 9 *switches*, 4 distribuidores de tensão, 2 distribuidores de conexões, 1 apresentador para informática, 1 chaveador de 8 portas, 1 gabinete de servidores e 4 kits de teclado e mouse. Com relação à telefonia, os gastos se restringiram à aquisição de 20 aparelhos telefônicos para atender ao aumento do quadro de pessoal. O estudo sobre a especificação técnica da nova mesa telefônica foi concluído, mas o processo licitatório só deverá ser concluído no início do próximo ano.

4.2.2. Setor Produtivo Estatal – SPE

Das 84 empresas componentes do Setor Produtivo Estatal – SPE que tiveram o acompanhamento pelo Programa de Dispêndios Globais – PDG, no ano de 20096, 69 tiveram gastos à conta do Orçamento de Investimento. Deste total, a Termobahia S.A. não realizou efetivamente investimentos em 2009. As demais empresas integrantes do PDG, por não efetuarem investimentos, não apresentaram realização orçamentária para o exercício.

A Lei Orçamentária Anual aprovou, para esse conjunto de empresas, dotação inicial no montante de R$ 75.994,1 milhões, a qual, após reprogramada, ficou em R$ 79.162,2 milhões, com a realização de R$ 69.131,2 milhões, conforme detalhamento a seguir:

SETOR PRODUTIVO ESTATAL - 2009
INVESTIMENTO POR PRINCIPAIS GRUPOS

em R$ mil

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)
GRUPO ELETROBRÁS	7.243.617	-320.441	6.923.176	5.190.283	7,5
GRUPO PETROBRAS	66.136.708	3.072.761	69.209.469	62.530.070	90,7
DEMAIS EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO	2.613.747	415.759	3.029.506	1.410.835	1,8
TOTAL	75.994.072	3.168.080	79.162.132	69.131.188	100,0

Fonte: MP/DEST/SIEST

Em termos líquidos, o movimento dos créditos gerou uma elevação na dotação global do SPE no valor de R$ 3.168,1 milhões, significando aumento de 4,2% da dotação inicial. O volume de dotação administrado pelas empresas desse setor representa 96,1% da dotação final consolidada do Orçamento de Investimento de 2009.

Grupo Eletrobrás

Entre as empresas que integram o Orçamento de Investimento de 2009, 15 delas atuam no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, comercialização e distribuição urbana e rural, diretamente vinculadas ao Ministério de Minas e Energia.

A Eletrobrás, como principal acionista e na condição de *holding* controla grande parte de geração e transmissão de energia elétrica através de seis subsidiárias: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear, Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, Furnas - Centrais Elétricas S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte .

A *holding* também controla o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e a Eletrobrás Participações S.A. (Eletropar). Além disso, atua na área de distribuição de energia por meio das empresas Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre, Companhia Energética de Alagoas – Ceal, Companhia Energética do Piauí - Cepisa, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron, Boa Vista Energia – Bvenergia e a Amazonas Distribuidora de Energia - AmE.

A Manaus Energia foi incorporada pela Amazonas Distribuidora de Energia S/A – AmE, conforme Ata da AGE realizada em 16.07.2009.

No exercício de 2009, os investimentos realizados pelas empresas componentes do Grupo Eletrobrás alcançaram o montante de R$ 5,2 bilhões, equivalentes a 75,0% da respectiva dotação final aprovada.

São comentados, na sequência, alguns dos eventos mais significativos registrados pelas empresas do Grupo Eletrobrás em 2009:

Companhia de Geração Térmica de Geração de Energia Elétrica - CGTEE

A CGTEE não teve projetos de investimentos concluídos no ano de 2009, no entanto foram realizadas as atividades a seguir descritas.

Implantação da Usina Termelétrica Candiota III - Fase C, Com 350 MW (RS)

A obra de implantação da Usina termelétrica Candiota III – Fase C caracterizou-se em 2009, pela sequência das obras civis, pela continuidade da entrega dos principais equipamentos e componentes que compõem a usina, e pelo efetivo início e desenvolvimento da montagem eletromecânica.

As obras civis atingiram uma realização acumulada de 70,0%, em 31.12.2009, com andamento em, praticamente, todas as frentes de serviço.

A realização física acumulada do empreendimento, em 31.12.2009, atingiu 77,8% contra um previsto de 86,9%.

O valor do orçamento aprovado para 2009 foi de R$ 441,5 milhões, tendo sido realizado o valor de R$ 401,4 milhões, perfazendo um total de 90,9% do valor aprovado.

Os licenciamentos e atos autorizativos do empreendimento foram mantidos vigentes durante o exercício 2009, sem qualquer anormalidade.

A conclusão da usina e sua entrada em operação comercial estão previstas atualmente para junho de 2010. Diante do atraso ocorrido na data de conclusão da usina, originalmente prevista para 31.12.2009, e da

reprogramação da execução de serviços e respectivos pagamentos para o exercício 2010, o valor ora previsto no Orçamento de 2010 deverá ser revisado para maior.

Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici com 446 MW em Candiota (RS)

O Projeto Revitalização da UPME (Usina Termelétrica Presidente Médici) compreende a realização da reforma e eventuais adequações nos equipamentos instalados nos sistemas dos diversos processos operacionais, bem como melhoramentos nos equipamentos industriais de grande porte. Não foram contratados ainda, os "Pré-Aquecedores de Alta Pressão e Baixa Pressão das Unidades 3 e 4". O "Sistema de Controle e Supervisão (DCS)" teve seu contrato assinado no dia 22.10.09. O Processo de "Reforma Parcial das Partes sob Pressão dos Geradores de Vapor das Unidades 3 e 4 da UPME", PA CGTEE/SEDE/0513/2009, teve o contrato assinado em 1.9.2009. A primeira caldeira deve ficar pronta janeiro de 2011 e a segunda em agosto de 2011.

O valor do orçamento aprovado para 2009 foi de R$ 103,4 milhões. A realização financeira até 31 de dezembro de 2009 foi de R$ 13,6 milhões, correspondendo a aproximadamente 13,1% do total inicialmente aprovado.

Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica

Este projeto prevê a realização de manutenções e eventuais adequações nos equipamentos instalados nos sistemas dos diversos processos operacionais existentes nas plantas de geração térmica de energia elétrica.

O valor do orçamento para o ano de 2009 foi de R$ 31,0 milhões. A realização financeira até 31 de dezembro de 2009 foi de R$ 7,1 milhões , correspondendo a aproximadamente 22,9% do total inicialmente aprovado.

Adequação Ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A e B, em Candiota (RS)

O objetivo deste programa é adequar as unidades da Fase A e B da Usina Presidente Médici (UPME) aos padrões de emissões atmosféricas determinados pelo Instituto Brasileiro de meio Ambiente (Ibama).

O valor do orçamento aprovado para 2009 foi de R$ 15,0 milhões. A realização financeira até o mês de dezembro de 2009 foi de R$ 10,0 mil, correspondendo a aproximadamente 0,1% do total inicialmente aprovado em face de:

- sistema de dessulfurização, cujo lançamento do edital aguarda manifestação do Ibama quanto ao pedido de aditamento do Termo de Compromisso firmado em 10.05.2006;
- recirculação de efluentes: projeto com o objetivo de permitir o reuso do efluente líquido tratado nas bacias de sedimentação, este encontra-se em estágio avançado de execução; e
- aquisição da nova rede de monitoramento da qualidade do ar, licitada em 2009, onde as empresas do certame foram inabilitadas e aguarda-se o relançamento do edital para posterior contratação.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

A realização orçamentária do ano de 2009 foi de 43,0%, ficando abaixo do planejado para aquisição de móveis, veículos, máquinas e equipamentos, pois execução do orçamento depende de definições gerenciais que envolvem disponibilidade financeira e viabilidade do investimento. O maior desembolso previsto para dezembro de 2009, aquisição de armários para atendimento às Normas de Segurança, num montante de R$ 155,0 mil , não foi realizado, estando em fase de compra, devendo ser concluído no 1° Trimestre de 2010.

O valor do orçamento aprovado para 2009 foi de R$ 300,0 mil, cujas ações levaram a realização de R$ 129,0 mil, representando 43,0% do total previsto no orçamento.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Em 2009 foi adquirida a licença de uso do módulo da Nota fiscal eletrônica da SAP no valor de R$ 179,9 mil. O valor do orçamento aprovado para 2009 foi de R$ 2,5 milhões, cujas ações levaram a realização de R$ 519,0 mil, representando 20,8% do total previsto no orçamento. Intempestividade na definição das prioridades e na conclusão do processo licitatório foram motivos para a baixa execução desse orçamento.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf

No programa intitulado Energia na Região Nordeste, estão contempladas as ações de Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste; Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste; Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste; Irrigação de lotes na área do reassentamento, com 20.599 ha, na Usina de Itaparica – BA; implantação da Subestação Suape II (500/230 kV – 600 - MVA) com seccionamento da LT 500 kV - Messias - Recife II e Suape III (230/69 kV - 400 MVA) com seccionamento das LTs em 230 kV UTE Termopernambuco Pirapama II (Suape II; C1 e C2 (PE) e Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste.

Energia na Região Nordeste

Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste

A ação contempla as realizações de melhorias e reforços aos empreendimentos sob concessão da Chesf, tudo de forma a manter os padrões de qualidade e confiabilidade.

O valor do orçamento aprovado para 2009 foi de R$ 202,2 milhões, tendo sido realizado o valor de R$ 179,3 milhões, perfazendo um total de 88,7% do valor aprovado.

A execução física da Ação em apreço teve início em janeiro de 2008. Dentre as principais realizações de melhorias e de reforços ocorridas em 2009, destacam-se:

- conclusão da implantação do 3° trafo 100 MVA 230/69 kV e conexões associadas na SE Pau Ferro, com energização em 15.1.2009;
- energizado o transformador 69/13,8 kV - 10 MVA, em substituição ao transformador 69/13,8 kV - 5 MVA existente, na SE Santa Cruz II;
- energizado o 3º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e módulos de conexão 230 e 69 kV associados, na SE Angelim, objeto da Resolução Aneel nº 975/2007, de 10.7.2007, em 26.5.2009;
- energizado o 4º transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA e módulos de conexão 230 e 69 kV associados, na SE Jardim II, objeto da Resolução Aneel nº 939/2007, em 16.6.2009;
- energizada a ampliação na SE Piripiri - 230, 138, 69 e 13,8 kV, com o 3º transformador trifásico 230/69 kV – 100 MVA, objeto da Resolução Aneel nº 975/2007, em 10.07.2009;
- energizada a entrada de linha em 230 kV para complemento do seccionamento da LT 230 kV Milagres / Banabuiú – 04M3, na SE Icó, objeto da Resolução Aneel nº 488/2006, em 12.7.2009;
- energizado o 3º transformador trifásico 230/69 kV – 100 MVA, com conexões associadas em 230 e 69 kV, na SE Tacaimbó, objeto da Resolução Aneel nº 730/2006, em 28.8.2009;
- energizado o 3º transformador trifásico 230/69 kV – 100 MVA, com conexão em 230 kV, na SE Pici II, objeto da Resolução Aneel nº 730/2006, em 04.9.2009;
- energizado o complemento do módulo de conexão em 69 kV do 3º transformador trifásico 230/69 kV – 100 MVA, na SE Pici II, objeto da Resolução Aneel nº 1.312/2008, em 4.9.2009;
- energizado o complemento dos módulos de conexão 230 e 69 kV associados ao transformador 04T2, na SE Piripiri, objeto da Resolução Aneel nº 975/2007, em 6.9.2009;
- energizada a recapacitação da LT 230 kV Camaçari / Jacaracanga C1/C2, objeto da Resolução Aneel nº 939/2007, em 17.9.2009;
- energizado o módulo de conexão 500 kV para AT2 e módulo de conexão para AT3, na SE Messias, objeto da Resolução Aneel nº 939/2007, em 23.6.2009 e em 20.9.2009, respectivamente;
- energizado os módulos de conexão 230 e 69 kV para o transformador 04T1, na SE Piripiri, objeto da Resolução Aneel nº 975/2007, em 15.9.2009;
- energizado o reator trifásico 230 kV – 15 MVAr, não manobrável, na entrada de linha São João do Piauí, na SE Picos, em atendimento à Resolução Aneel nº 1.179/2008; e
- implantação de transformadores de terra nas SE's Pau Ferro, Piripiri e Tacaimbó.

Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste

Em 2009, foi dada sequência à manutenção de rotina no sistema de transmissão, sob concessão da Chesf, visando à otimização dos índices operacionais. Foram realizados R$ 92,6 milhões, correspondentes a 88,6% da dotação de R$ 104,5 milhões.

Entre as principais realizações em 2009, destacam-se:

- construção de 400km de estradas de acesso às estruturas das LT Bom Esperança / Teresina e São João do Piauí / Boa Esperança;
- conclusão da substituição dos serviços auxiliares AC e DC da subestação de Teresina;
- aquisição e Supervisão da Implantação de Sistema Rádio Digital da rota subestação Icó – subestação Tauá;
- implantação de Sistema Rádio Digital 155MB da rota usina de Sobradinho- subestação Senhor do Bonfim II;
- construção de Redes de Cabeamento Estruturado para atendimento às subestações do Sudoeste da Bahia; e
- aquisição e Implantação de Sistemas de Suprimento de Energia CA e CC composto de 15 retificadores, 62 bancos de baterias e 04 grupos geradores para atendimento de recursos de Telecomunicações da Chesf.

Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste

Esta ação tem a finalidade de manter o Sistema de Geração de Energia Elétrica da Empresa com adequado nível de disponibilidade para fazer face ao atendimento à demanda, viabilizando o cumprimento dos contratos de venda de energia firmados pela Empresa. Neste contexto, contempla a implantação de ações necessárias à manutenção e benfeitorias em usinas em operação, envolvendo equipamentos, materiais e pequenas obras. Foram realizados R$ 50,1 milhões, correspondentes a 61,7% da dotação de R$ 81,2 milhões.

Irrigação de Lotes na Área do Reassentamento, com 20.599 ha, na Usina de Itaparica – BA

Foram realizados R$ 145,8 milhões, correspondentes a 90,5% da dotação de R$ 161,0 milhões. A Chesf investiu em obras, serviços, aquisição de equipamentos, assistência técnica ao agricultor, programas ambientais, indenização à comunidade indígena Tuxá, regularização fundiária e celebração das escrituras dos lotes. A Chesf implantou também a Subestação Suape II (500/230 kV – 600- MVA) com seccionamento da LT 500 kV-messias - Recife II e Suape III (230/69 kV-400 MVA) com seccionamento das LT's em 230 kV UTE Termopernambuco Pirapama II (Suape II) C1 e C2 (PE). No exercício de 2009, foram realizados R$ 46,6 milhões, correspondentes a 67,2% da dotação de R$ 69,4 milhões corresponde aos ativos da Chesf. Com esses recursos foram adquiridos os terrenos das subestações. As obras da ação não foram iniciadas em função da não emissão pelo órgão ambiental de Pernambuco, CPRH, das licenças ambientais necessárias, tais como, LP, ASV picada, LI, ASV de faixa.

Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste

A presente ação contempla a Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, portanto com execução de novos empreendimentos de transmissão, objetivando atender à demanda de energia elétrica requerida ao Sistema Interligado Nacional, dentro dos padrões de qualidade e confiabilidade exigidos. A execução física desta ação teve início em janeiro de 2002 e possui seu término previsto para dezembro/2011. Os principais empreendimentos que compõem a presente ação são:

- Obras do PAC: nova LT 230 kV Milagres/Coremas, com os respectivos terminais em 230 kV nas SE Milagres e Coremas, concluída e energizada; LT 230 kV Paraíso – Açu II C2, em andamento, com previsão de conclusão em 2010; LT 230 kV Ibicoara – Brumado II C1, em andamento, com previsão de conclusão em 2010;

- nova SE 138 kV Pilões e seccionamento Campina Grande II/Santa Cruz II, com previsão de conclusão em 2010.

Companhia de Eletricidade do Acre S.A. – Eletroacre

A empresa realizou gastos de R$ 176,6 milhões para implementar a respectiva programação de investimentos, no valor de R$ 278,6 milhões, o que resultou em uma realização de 63,4%.

Aquisição dos Ativos do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Acre-Subestação e LT 138/69KV – de Concessão da Centrais Elétricas do Norte do Brasil

O valor do orçamento aprovado para esta ação em 2009 foi de R$ 177,1 milhões, tendo sido realizados o valor de R$ 115,6 milhões, perfazendo um total de 65,3% do valor aprovado. A obra foi concluída em dezembro de 2009.

Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Acre

O valor do orçamento aprovado para esta ação em 2009 foi de R$ 10,4 milhões, a realização orçamentária total atingiu o valor de R$ 5,6 milhões, equivalentes a 53,7% do teto orçamentário aprovado. Ocorreram atrasos tanto na contratação dos recursos financeiros necessários ao atendimento, quanto ao verão atípico na região, fazendo com que os recursos fossem mais voltados à recuperação do sistema.

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte

Para o Orçamento de Investimento da Eletronorte no exercício de 2009, foi aprovado o montante de R$ 600,0 milhões. A realização orçamentária total atingiu o valor de R$ 491,3 milhões, equivalentes a 81,9% do teto orçamentário aprovado.

Energia na Região Nordeste

Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW

No exercício de 2009, foi aprovado para esta ação o orçamento de R$ 13,5 milhões, sendo alterado para R$ 1,5 milhões, dos quais foram executados 70,6% na elaboração e aprovação do projeto básico. Foi solicitado pela Aneel Projeto Básico da implantação da 4ª unidade geradora. Este projeto foi desenvolvido pelos técnicos da Eletronorte e encaminhado à Aneel pela CE-PR 1.00.138/09 de 10.3.2009. Aguarda-se aprovação daquela agência.

Implantação de Linha de Transmissão Oiapoque - Calçoene (204 km - 138 kV) no Estado do Amapá

Construção de uma linha de transmissão em 138 kV, com 204 km, interligando as Subestações de Calçoene e Oiapoque, com vistas reforçar o atual suprimento de energia elétrica à localidade de Oiapoque.

No exercício de 2009, foi aprovado para esta ação o orçamento de R$ 5,0 milhões, alterado para R$ 100,0 mil, dos quais foram executados 94,7%.

Foi determinada pela Diretoria Executiva da Eletronorte, a desistência de implantar o referido empreendimento, já autorizado pela Aneel, por se tratar de instalações com tensão abaixo de 230 kV. Desta forma, a incumbencia de implantar a linha de transmissão será das concessionárias locais.

Foi aprovado para esta ação o orçamento de R$ 17,5 milhões, alterado para R$ 16,0 milhões, dos quais foram realizados 96,8%. Ocorreram atrasos no cronograma de contratação de bens e serviços, sendo os contratos celebrados com os fornecedores no segundo semestre de 2009.

Os estudos da AHE Belo Monte não estão sendo realizados com recursos do orçamento de investimento da Eletronorte. Todos os gastos inerentes a esse empreendimento estão sendo apropriados em ODR – Ordem de Desembolso Reembolsável.

Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte

No exercício de 2009, foi aprovado para esta ação o orçamento de R$ 213,5 milhões, alterado para R$ 228,1 milhões, dos quais foram executados 81,0%. Principais empreendimentos energizados em 2009 foram a SE Miranda II-Bco. Capacitor 230KV-20MVAR BC1/BC2, a SE Coxipo - AT4 230/138/13,8 KV - 3x33,3 MVA e a SE Sinop - Conexões do AT2 - 230/138/13,8 KV.

Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA) – 2ª Etapa - de 4.245 para 8.370 MW

Foi aprovado para esta ação o orçamento de R$ 45,0 milhões, alterado para R$ 12,5 milhões, para o qual foram executados 77,9%. Ocorreram atrasos nos processos de contratação de bens e serviços referentes ao acabamento final de obra, porém já estão em andamento.

Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

No exercício de 2009, foi aprovado para esta ação o orçamento de R$ 43,0 milhões, para o qual ocorreu a execução de 86,2 %. A baixa execução orçamentária é decorrente da necessidade de reprogramaçao dos serviços de manutenção da geração e transmissão de energia elétrica, devido às condições climáticas que têm sido muito severas em toda a região norte do país, impedindo de se cumprirem cronogramas físico-financeiros, inicialmente previstos. A realização orçamentária também é influenciada devido à característica dos processos de aquisição de bens e serviços, os quais normalmente ocorrem no primeiro semestre do exercício financeiro, logo após a aprovação da Lei Orçamentária Anual – LOA, sendo que o fornecimento dos bens e serviços ocorre efetivamente no segundo semestre.

Investimento das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

No exercício de 2009, foi aprovado para esta ação o orçamento de R$ 4,0 milhões, sendo reduzido para R$ 450,0 mil em face da redução dos serviços de reformas/manutenção predial face à perspectiva de transferência para a nova sede. As manutenções a serem realizadas são aquelas destinadas apenas ao atendimento às normas de segurança do trabalho, determinando a execução de 63,8%.

Instalação de Edifício-Sede - Região Centro-Oeste

Foi aprovado para esta ação o orçamento de R$ 40,0 milhões, alterado para R$ 600,0 mil, para o qual ocorreu a execução de 43,8%. A Eletronorte aprovou a solicitação de interesse do Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal – CGP, na apresentação de projetos, estudos, levantamento, investigações e projetos básicos para a construção, operação e manutenção do edifício-sede da Eletronorte, para ser enviada à Eletrobrás e encaminhado ao Ministério de Minas e Energia. O imóvel necessita de reformas e adequações para instalação da empresa.

Energia nos Sistemas Isolados

Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) – 2ª Casa de Força - de 78 MW para 104 MW - no Estado do Amapá

No exercício de 2009, foi aprovado para esta ação o orçamento de R$ 34,5 milhões, alterado para R$ 1,2 milhões, dos quais foram executados 95,6%. A Aneel autorizou a Eletronorte a realizar os estudos e elaborar o projeto básico de ampliação da referida UHE. Foi constituído um Grupo de Trabalho pela RD 0249/2006 com o objetivo de dar prosseguimento à implantação da segunda casa de força da UHE Coaracy Nunes. Este grupo deverá elaborar a documentação necessária para a contratação de um EPC que desenvolverá o Projeto Básico e será responsável pela implementação do empreendimento. Como o reservatório do AHE Ferreira Gomes na cota 21,30 m afoga o canal de fuga de Coaracy Nunes, o corpo técnico da Eletronorte está elaborando relatório que justifica a necessidade de reinventário do trecho a jusante de Coaracy Nunes.

Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (RR) - no Estado de Roraima

No exercício de 2009, foi aprovada a dotação de R$ 500,0 mil, das quais foram realizados 91,9%. Principais empreendimentos energizados em 2009: Em 6.2.2009 foram energizados a LT 69 KV Boa Vista / Distrito Industrial - C1 e SE Distrito Industrial 69/13,8 KV - Implantação.

Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nos Estados do Acre / Rondônia - (AC) / (RO) - na Região Norte

Foi aprovado para esta ação o orçamento de R$ 4,5 milhões, alterado para R$ 7,8 milhões, para os quais houve execução de 70,3%. Os principais empreendimentos energizados até o momento foram a SE Abunã - setor 34,5 KV, a SE Epitaciolândia 138/34,5/13,8 KV – Implantação, a SE Jiparaná - AT2 / BC2 / Vão Rolim de Moura, a SE Porto Velho I-Substituição T1/T2 - 100MVA-230/69KV, a SE Rio Branco I - TRAFO 13,8/34,5 KV - 6,25 MVA (T7), a SE Rolim de Moura - Substituição T1/T2, SE Sena Madureira 69/34,5/13,8 KV – Implantação e a SE Abunã – Reator de Barra 230kV - 30MVAr (Reserva).

Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear

A Eletronuclear não teve projetos concluídos no ano de 2009. As ações de investimentos desenvolvidas pela empresa estão relacionadas no Programa Energia na Região Sudeste e Centro-Oeste e os principais programas de investimentos desenvolvidos pela empresa no referido exercício estão relacionados a seguir:

Implantação da Usina Termonuclear Angra 3 (RJ), no Estado do Rio de Janeiro

No exercício de 2009, foram realizados R$ 82,7 milhões, equivalentes a 45,9% do percentual da dotação que foi de R$ 180,2 milhões. Nessas ações estão incluídas tanto as atividades de preservação do Canteiro e equipamentos quanto à retomada do empreendimento propriamente dita em 2009. A partir da emissão da Licença Prévia, emitida em 2008, pelo Ibama, foram expedidas as Licenças de Instalação, de Uso do Solo, de Local e a 1a Licença de Construção Parcial. As principais atividades desenvolvidas foram:

- impermeabilização das fundações do edifício do reator-annulus (UJB), concluída em novembro de 2009, e do edifício do auxiliar do reator (UKA), com expectativa de conclusão ao fim de janeiro de 2010;
- início, em 1º de dezembro, da execução das lajes de fundações do Edifício do Reator e do Edifício da Turbina. Antecedendo a fase de concretagem;
- atividades para viabilização do financiamento em moeda nacional e estrangeira;
- renegociação dos contratos de fornecimento nacionais e internacionais;
- atividades preparatórias de engenharia; e
- continuidade do processo de licenciamento nuclear e ambiental.

Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra 1 e 2 (RJ) no Estado do Rio de Janeiro

As atividades requeridas para o cumprimento desta ação estão voltadas para o aumento da produção, implementação de melhorias e incluem: análise do desempenho operacional das usinas e avaliação de necessidades de troca de equipamentos; realização de projetos de otimizações; aquisições de bens e serviços correlacionados à manutenção das condições operacionais das usinas; disponibilização de instalações adequadas para a deposição de rejeitos radioativos; aquisição de equipamentos e instalações para suprir a infraestrutura de apoio à operação e as demandas provenientes dos processos de licenciamento. Foram realizados R$ 164,5 milhões, correspondentes a 74,5% da dotação de R$ 220,7 milhões. O sucesso dessa atividade é mensurado pela produção das usinas.

Resultados alcançados em 2009:

- Produção em Angra 1 : 2.821 GWh;
- Produção em Angra 2 : 10.154 GWh;
- Produção Total : 12.975 GWh;
- Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra 1

Este projeto abrange a fabricação, licenciamento e os serviços de troca dos Geradores de Vapor de Angra 1. No ano de 2008 os novos Geradores de Vapor foram concluídos e entregues e a sua efetiva substituição terminou em junho de 2009.

Com a conclusão dos trabalhos no último ano, as atividades programadas para o exercício de 2009, restringiram-se aos eventos basicamente, com dispêndios nos contratos, relacionados à Substituição dos Geradores de Vapor da Usina de Angra. Foram realizados R$ 231,5 milhões, correspondentes a 94,9% da dotação de R$ 244,1 milhões.

Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica

A Eletronuclear iniciou em 2009 os estudos de seleção de sítios nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia para a instalação de duas usinas nucleares conforme o Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 30) do Ministério de Minas e Energia. Uma vez finalizada a etapa de seleção, serão iniciados os estudos para a seleção da tecnologia das centrais nucleares.

Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul

A Proposta do orçamento de investimento da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. de 2009, aprovada pela Lei 11.897/2008, foi de R$ 526,3 milhões. Na Revisão Orçamentária, esse valor passou para R$ 609,0 milhões,

com realização orçamentária de R$ 552,7 milhões, representando 90,8% do previsto.

Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João com 77 MW (RS) Sistema de Transmissão Associado em 69 KV, com 30 Km de Extensão

O Projeto Executivo encontra-se em andamento. As atividades atualmente consistem na concretagem da Casa de Força, Tomada d'água, Vertedouro, atividades de desmatamento e cercamento do lago, construção da barragem de terra na margem esquerda, e montagem eletromecânica. Esta usina está sendo construída no estado do Rio Grande do Sul, englobando os municípios de Dezesseis de Novembro, Roque Gonzáles, São Pedro do Butiá, São Luiz Gonzaga e Rolador. Foram realizados R$ 152,4 milhões, da dotação de R$ 152,5 milhões. A conclusão está prevista para dezembro de 2010.

Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá com 361,0 MW (PR) Sistema de Transmissão Associado em 230 KV, com 41 Km e 110 Km de Extensão

O cronograma inicial previsto para início das obras da usina sofreu atrasos devido à decisão judicial da 1ª Vara Civil Federal de Londrina – PR. Contestada judicialmente pela União Federal e pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, de forma que apenas em março de 2008 foi emitida pelo IAP a Licença de Instalação. O Projeto Executivo continua em andamento juntamente com as obras civis, a fabricação dos equipamentos e a montagem eletromecânica. Essa obra está contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Foram realizados R$ 152,5 milhões, correspondentes a 99,7% da dotação de R$ 152,9 milhões.

Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Groso do Sul

O empreendimento da SE Missões, devido à necessidade do atendimento de padrões técnicos e exigências feitas pela transmissora acessada, CEEE, sofreu algumas adequações no projeto original que levou a renegociações com a empresa contratada, com o correspondente aditivo contratual. Isto ocasionou alteração do cronograma de suprimentos do empreendimento, mas que não deverá comprometer o prazo estabelecido para o final da obra. No mês de novembro, choveu o equivalente a 660,0 milímetros o que causou um pequeno atraso no andamento das obras, porém o avanço físico para ampliação da SE Missões está com 46,0% concluído. A conclusão está prevista para dezembro de 2011. Foram realizados R$ 196,7 milhões, correspondentes a 91,0% da dotação de R$ 216,0 milhões. No último ano foram concluídos os seguintes empreendimentos:

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS - 2009

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS	INÍCIO	CONCLUSÃO
AMPLIAÇÃO I DA SUBESTAÇÃO JORGE LACERDA A	02/05/2006	22/03/2009
AMPLIAÇÃO F DA SUBESTAÇÃO PALHOÇA	07/03/2005	31/05/2009
IMPLANTAÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO 230 KV CAXIAS – CAXIAS 5	28/03/2006	07/06/2009
IMPLANTAÇÃO DA SUBESTAÇÃO JOINVILLE NORTE	10/06/2008	11/05/2009
ENCABEÇAMENTO DA LT 230 KV BLUMENAU – JOINVILLE 2 NA SE JOINVILLE NORTE	10/06/2008	25/05/2009
SECCIONAMENTO DA LT 230 KV CURITIBA – JOINVILLE	10/06/2008	11/05/2009
AMPLIAÇÃO C DA SUBESTAÇÃO NOVA SANTA RITA	13/11/2007	23/08/2009

Fonte: Eletrosul

Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo, com 53 MW e de Sistema de Transmissão Associado, 34,69 KV, com 43 Km de Extensão

A contratação do projeto executivo, fornecimento dos equipamentos, obras civis, montagem eletromecânica e comissionamento para a PCH Barra do Rio Chapéu foi assinada em setembro de 2008, sendo que o início das obras da Usina deu-se em outubro de 2008. O Projeto Executivo encontra-se em andamento. As atividades atualmente consistem na escavação do Túnel de Adução, concretagem das adufas, muro de gravidade no canal de desvio, execução das ensecadeiras de montante e jusante da barragem. Conclusão prevista para dezembro de 2011. Foram realizados R$ 21,6 milhões, correspondentes a 80,6% da dotação de R$ 26,8 milhões.

FURNAS - Centrais Elétricas S.A.

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, PCH Anta com 28 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 120 km de Extensão (MG/RJ)

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 002/2005, de 16.12.2005. Contrato de Concessão nº 003/2006 - MME, assinado em 15.8.2006. A entrada em operação da 1ª unidade geradora (da UHE Simplício) está prevista para 31.12.2010. Foram realizados R$ 609,6 milhões, correspondentes a 92,3% da dotação de R$ 660,3 milhões.

A aquisição dos terrenos está em andamento e foram iniciadas a realocação e a compensação financeira para a população atingida pelo empreendimento. Foi dada continuidade à execução aos projetos de arqueologia pré-histórica e histórica assim como às atividades relativas ao desenvolvimento do projeto executivo, ao fornecimento de

equipamentos e aos programas ambientais, atendendo o cronograma do empreendimento.

Face às suas características, a seguir são discriminadas as atividades de implantação do complexo realizadas em 2009:

- Obras de interligação: continuidade das atividades de implantação dos Canais e Túneis; continuidade do canal de desvio; continuidade do dique Antonina, do dique Sul e do dique Estaca 2; continuidade do canal de desvio do córrego Estaca; continuidade do dique Tocaia e do Dique Louriçal 2; continuidade da Tomada D'água e do Canal de Adução, conclusão do Dique Louriçal 1; e início da escavação subterrânea no Túnel do Canal 5 e Túnel do Canal 8.

- Usina de Simplício: continuidade no andamento das atividades de implantação: das Tomadas D'Água dos vãos 1, 2 e 3; da Casa de Força; do Canal de Fuga; do Canal de Adução; do Vertedouro e dos Condutos Forçados 1, 2 e 3. Em andamento as obras para a implantação do desvio do Ribeirão Peixe e as pesquisas no sítio arqueológico na região do Canal de Fuga de Simplício. Foi realizada a descida do Pré-distribuidor das unidades 1 e 2. Foi concluída a soldagem da caixa espiral da unidade 1.

- PCH Anta: prosseguimento dos serviços de topografia, identificação, cadastramento e avaliação das propriedades, sendo que já foram adquiridas algumas áreas. Encontram-se em andamento as atividades de implantação: dos Vertedouros 1 e 2; da Tomada D'Água, das Casas de Força 1 e 2 e da Barragem de Gravidade. Foi concluída a escavação comum para implantação das estruturas principais na margem direita do rio Paraíba do Sul. Em 05.08.2009 foi realizado o desvio do Rio Paraíba do Sul. Foi iniciada a construção da Barragem de CCR.

A Usina Hidrelétrica Simplício, que juntamente com a PCH Anta forma um complexo hidrelétrico, com 333,7 MW de capacidade instalada (UHE Anta - 2 x 14 MW , UHE Simplício - 3 x 101,90 MW), agregará ao Sistema Interligado Nacional - SIN 191,3 MW médios de energia firme, ampliando o suprimento de energia do país, além de trazer maior confiabilidade ao abastecimento de energia dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW (MG/GO), e Sistema de Transmissão Associado em 138 kV, com 75 km de Extensão

Foram concluídos os serviços de levantamento de Arqueologia Pré-Histórica e Histórica das áreas prioritárias para a construção da usina, encontrando-se a pesquisa em fase de análise laboratorial e elaboração do respectivo Relatório Final. Assinado, em 06.04.2009, o contrato de fornecimento e montagem dos equipamentos eletromecânicos, que também considera as Subestações Batalha e Paracatu e a construção da Linha de Transmissão. Em 2009 foi dado andamento às seguintes atividades:

a) na área da Usina:

- escavações a céu aberto na área das estruturas;

- início da concretagem de regularização na área da Casa de Força realizado no dia 01.08.2009 (Poço de Drenagem - Regularização);

- tomada d'Água de Adução - montagem de formas;

- túnel de desvio - aplicação de concreto estrutural no piso;

- tomada de desvio do rio e vazão sanitária - aplicação de concreto estrutural;

- execução dos Programas de Preservação do Patrimônio Arqueológico e Cultural, Comunicação Social, Conservação da Fauna Silvestre e da Fauna Aquática e da Flora, Educação Ambiental, Monitoramento Hidrossedimentológico, Conservação da Flora, Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água, Monitoramento Climatológico, Monitoramento Sismológico, Monitoramento dos Processos Erosivos e Controle de Vetores e Saúde;

- casa de força e área de montagem - concretagem das estruturas;

- levantamentos para a relocação de linhas de transmissão em 13,8 e 34,5 kV na área que será alagada;

- serviços de nivelamento de áreas referentes à cota de inundação;

- elaboração do cadastro dominial e da população atingida (403 cadastros realizados); confecção de 367 Atas Notariais; elaboração de laudos de avaliação (252 laudos elaborados); levantamento topográfico (254 propriedades rurais levantadas); negociações, pagamentos e regularizações dos imóveis atingidos (55 pagamentos efetuados);

- elaboração do programa de prospecção e salvamento do patrimônio arqueológico, educação patrimonial e valorização do patrimônio cultural e paisagístico na área de influência da AHE Batalha;

- adequação do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas conforme condicionante da Licença Instalação; e

- ações para atendimento às 13 condicionantes da ASV no 234/2008 e de 37 condicionantes da Licença de Instalação. Com a renovação da ASV no 234, em 19.6.2009, foi iniciada a supressão de vegetação da margem direita.

b) na área da Linha de Transmissão:

Continuam em andamento as vistorias técnicas em campo (levantamento de benfeitorias, análise de solo e etc.), que

auxiliam os trabalhos de avaliação dos imóveis e de elaboração dos laudos, e os processos de liberação de áreas, com exceção de 10,0 km que encontram-se sob embargo judicial. Os serviços de levantamento de campo, de materialização do traçado e de levantamento de perfil da linha de transmissão encontram-se paralisados em função de embargo judicial em uma das propriedades rurais por onde a Linha passará. Furnas está tomando as medidas judiciais com o objetivo de viabilizar a conclusão dos serviços. A Usina Hidrelétrica Batalha agregará ao Sistema Interligado Nacional - SIN e ao Sistema de Geração de Furnas cerca de 48,8 MW médios de energia firme, ampliando o suprimento de energia do país.

Implantação de Sistema de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ), 3º Circuito (345 kV - 92 km)

O cronograma de implantação do empreendimento ficou comprometido em virtude do atraso na emissão da Licença de Instalação - LI, que somente foi emitida pela Feema em 24.07.2008 (FE 014501). A previsão é que a energização ocorra até 31.01.2010. O novo contrato, para realizar os serviços de montagem e obras civis da Linha de Transmissão, foi assinado em 30.01.2009. Os serviços encontram-se em andamento com previsão de conclusão em fevereiro de 2010. Foram realizados R$ 36,0 milhões, correspondentes a 94,3% da dotação de R$ 38,1 milhões. Em janeiro de 2009, Furnas firmou com o IEF/RJ - Fundação Instituto Estadual de Florestas e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro o Termo de Compromisso TC 18.555, que estabelece medidas mitigadoras em função da supressão de vegetação da Linha de Transmissão. Continua em andamento a atividade de liberação dos terrenos, além dos serviços de levantamento e resgate do patrimônio arqueológico na área de influência do empreendimento, sob execução do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB.

Modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com 1.050 MW (MG)

Em 2009 foram concluídos os serviços de Ligação de cabos nos painéis do Vertedouro; Retomada da construção dos reparos nos contatos dos condutos das Unidades Geradoras - UGs 04, 05 e 06; Retomada da construção do portão de acesso à estrada de Jaguara; Modernização do *Bay* da Linha de Transmissão de Mascarenhas de Moraes; Sistema anti-incêndio da Casa de Força; Montagem do sistema de CO2 da sala de controle local da UG 04. Montagem do Barramento Blindado da UG 05; Enchimento do vão da comporta da UG 05 na tomada d'água; Construção das bases de juncões do *Bay* da Linha de Transmissão de Mascarenhas de Moraes; Reparos e pintura das paredes do *hall* do Gerador da UG 05; Construção das canaletas de cabos na galeria terminal da UG 05; Construção das bases dos disjuntores da UG 05 na SE. Foram realizados R$ 102,0 milhões, correspondentes a 99,2% da dotação de R$ 102,8 milhões.

Empreendimentos que continuam em andamento:

- construção e ampliação da estação de telecomunicações;
- montagem de equipamentos, sistemas de CITV, ar condicionado, iluminação, tubulações de água, aterramento, e cabos;
- lançamento e ligação de cabos para os novos painéis da UG 05, e entre a Casa de Força, Tomada d'Água e o Vertedouro do sistema auxiliar elétrico; e
- construção de bases para apoio das centrais hidráulicas das UGs 05 e 06 e da tubulação de água nebulizada dos transformadores das UGs 01 a 06.

As ações relacionadas à modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho, objetivam principalmente recuperar a confiabilidade operacional das unidades geradoras em função do estado de obsolescência e envelhecimento dos sistemas de excitação e regulação de velocidade/potência e de supervisão.

Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

O valor do orçamento aprovado para esta ação em 2009 foi de R$ 101,3 milhões, a realização orçamentária total atingiu o valor de R$ 86,6 milhões, equivalentes a 85,4% do teto orçamentário aprovado.

Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas, com 1.216 MW (MG)

A modernização das Unidades Geradoras 6 e 5 já foram concluídas em anos anteriores e em 30.10.2009 foi concluída a modernização da Unidade Geradora 4. A Unidade Geradora 3 teve iniciada sua modernização em 19.11.09, com expectativa de conclusão para junho de 2010. Foram realizados R$ 39,8 milhões, correspondentes a 95,7% da dotação de R$ 41,5 milhões.

Boa Vista Energia S.A. - Bvenergia

Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (BoaVista)

A dotação aprovada para este Projeto foi de R$ 4,0 milhões e a realização foi de R$ 695,5 mil, correspondentes a 17,4%. A ampliação aprovada foi para atender a ligação de 695 Novas Unidades, tendo sido realizadas apenas 71 Novas Unidades Consumidoras, sendo que para o atendimento das referidas unidades consumidoras foram construídos 31,5 km de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica. Essa baixa realização foi reflexo da inadimplência da BVenergia com a Eletronorte. Esse fato gerou restrições na Aneel, impossibilitando o recebimento dos recursos da Eletrobras. Houve atraso também no início das obras por parte do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, em face do atraso no recebimento de materiais, período chuvoso e aumento nos preços dos materiais em relação ao exercício de 2008, por não terem ocorrido alteração de preços no contrato entre o 6º BEC e a BVenergia.

Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista-RR

A realização foi de R$ 495,0 mil, correspondendo a 55,5% da dotação aprovada de R$ 892,0 mil. A ampliação aprovada foi de 20,0% da execução física e a realizada foi de 15,0%, para atender pequenas extensões de rede de distribuição. A frustração da meta ocorreu em função da aquisição de equipamentos e materiais estar unificada para as 06 Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, hora em andamento, ou seja, tem uma comissão que consolida as necessidades das 06 empresas e faz uma única licitação para as mesmas, sendo que a maioria dos processos foram assinados a partir de agosto e setembro de 2009 e considerando o prazo mínimo de 45 dias para entrega dos equipamentos, não houve tempo hábil para a entrega dos mesmos. Foram construídos 6,6 km de Rede de Distribuição e foram ligadas 6.043 novas unidades consumidoras e foi alcançado um nível de atendimento aos consumidores dentro dos padrões exigidos pela Aneel.

Modernização e Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição – Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área Concessão da Boa Vista Energia (RR) – No Estado de Roraima

A realização foi de R$ 2,6 milhões, correspondendo a 61,3% da dotação aprovada de R$ 4,2 milhões. A regularização aprovada foi de 3.000 Unidades Consumidoras e a realizada foi de 5.977 Unidades Consumidoras, sendo 2.975 Clandestinos e 3.002 Auto Religado ou Desligado do Sistema. A frustração da meta ocorreu em função da intempestividade do processo de aquisição de equipamentos e materiais. A frustração da meta física foi devido ao aumento na realização das inspeções mensais que saiu de 1.500 inspeções mês para 4.000 inspeções mês, mesmo assim houve um acréscimo nas perdas elétricas totais de 16,6% em 2008 para 17,1% em 2009, ou seja, houve uma variação de 3,0% a maior.

Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista

A dotação aprovada foi de R$ 3,0 milhões e a realização foi de R$ 2,0 milhões, correspondentes a 65,6%, do quantitativo aprovado. Foram substituídos 521 postes de madeira por postes de concreto e 101 transformadores de distribuição, bem como foram realizadas 101 adequações de rede e 32 divisões e construção de 6,6 km de rede para atender pequenas extensões de rede de distribuição.

Companhia Energética de Alagoas – Ceal

No exercício de 2009, foi aprovado um teto orçamentário de R$ 227,2 milhões, sendo alterado para R$ 175,4 milhões, dos quais foi executado 75,8%.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DE 2009

R$

PROGRAMA/AÇÃO	REALIZADO	APROVADO	REALIZADO (%)
PROGRAMA LUZ PARA TODOS	80.748.964	104.500.000	77,3
AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE ALAGOAS	636.761	3.433.000	18,5
AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM ALAGOAS	8.014.410	11.613.000	69,0
MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM ALAGOAS ELÉTRICA NO ESTADO DE ALAGOAS	22.473	2.297.000	1,0
MANUTENÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DE ALAGOAS	17.889.602	17.913.000	99,9
MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – REDUÇÃO DE PERDAS TÉCNICAS E COMERCIAIS NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CEAL	20.591.000	21.591.000	96,1
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NO ESTADO DE ALAGOAS	2.511.344	5.406.000	46,5
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS – NO ESTADO DE ALAGOAS	0	1.200.000	0
MANUTENÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELE PROCESSAMENTO – NO ESTADO DE ALAGOAS	2.429.311	7.423.000	32,7
ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA DE APOIO			
ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			
ENERGIA PRIVADA			
TOTAL	132.998.535	175.376.000	75,8

Fonte: Companhia Energética de Alagoas - CEAL

A meta física do Programa Luz Para Todos, para 2009, atingiu um patamar de 102,0% com a implantação de 16.367 domicílios rurais, no estado de Alagoas, frente aos 16.000 previstos da meta. Quanto à meta financeira, atingiu 78,0%. Foram implantados: 1.929 km de redes Média Tensão - MT; 1.444 km de Baixa Tensão - BT; 2.528 transformadores de distribuição rural; 25,985 MVA de potência instalada; e 44.132 postes, atendendo uma população de aproximadamente 81.000 pessoas. Foram implantados: 1.929 km de redes MT; 1.444 km de BT; 2.528 transformadores de distribuição rural; 25,985 MVA de potência instalada; e 44.132 postes, atendendo uma população de aproximadamente 81.000 pessoas.

Energia na Região Nordeste

Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica do Estado de Alagoas

A meta desta ação foi atingida proporcionando a adequação do sistema elétrico do Sertão Alagoano, com o encabeçamento da LT 69 kV Inhapi/Santana do Ipanema com 60 km de extensão, beneficiando com energia de boa qualidade as Micros Regiões geográficas de Santana do Ipanema, com 10 municípios e a Micro Região Geográfica de Batalha (bacia leiteira do Estado) com 8 municípios. E cumprindo assim o Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre Ceal/Aneel/Arsal. Foram realizados R$ 8,0 milhões, correspondentes a 69,0% da dotação de R$ 11,6 milhões.

Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica

A meta desta ação tem como objetivo a construção de novos alimentadores 13,8 kV e novas redes de distribuição. Houve atraso na execução das obras motivado pela falta de recursos financeiros próprios da Ceal, devido ao baixo fluxo de caixa. Em 2009 foram acrescentados ao sistema elétrico de distribuição em 13,8 kV, na rede urbana: 315 km de linha de AT e BT (13,8 kV e 0,380/0,220 kV). Foram realizados R$ 636,0 mil, correspondentes a 18,5% da dotação de R$ 3,4 milhões.

Manutenção do Sistema de Transmissão no Estado de Alagoas

A meta desta Atividade era reformar as LT 69 kV Olho D´Água das Flores / Jacaré dos Homens e Olho D´Água das Flores Santana do Ipanema, substituindo os condutores 1/0 para 4/0 AWG CAA e alguns ajustes em subestações existentes. Devido à falta de recursos financeiros próprios da Ceal foram postergadas para 2010. No entanto, foram executados alguns ajustes urgentes em linhas de 69 kV e subestações 69/13,8 kV. Realizou-se R$ 22,5 mil, correspondentes a 1,0% da dotação de R$ 2,3 milhões.

Manutenção da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Alagoas

A meta desta ação tem como objetivo a recuperação de consumidores clandestinos, através de extensão de redes, melhorias de redes com divisões de circuitos e aquisição de materiais e equipamentos de UAR (Unidade de Adição e Retirada) foi dada continuidade à recuperação de consumidores clandestinos, à construção de divisões de circuitos e foram adquiridos os materiais necessários para a manutenção do sistema de distribuição proposto para 2009. Executou-se a totalidade da dotação de R$ 17,9 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição

A meta desta ação abrange obras de transmissão 69 kV, e de distribuição de uma maneira geral, tais como: a construção da subestação 69/13,8 kV Centro, 40 MVA, concluída em dezembro de 2009; a conclusão do Programa de Automação de subestações e Redes, 3ª etapa, executado 100,0% em 2009; implantação do Gerenciamento de Redes, já em andamento; Aquisições de medidores de energia elétrica; ampliação da subestação 69/13,8 kV; LT 69 kV Penedo/Arapiraca C3, 1ª etapa 36 km de 477 MCM-CAA, até Seccionamento 69 kV Curralinho, concluída em dezembro de 2009. Como parte do programa de automação de subestações foram automatizadas as subestações 69/13,8 kV: Arapiraca I, Joaquim Gomes, Barramento 69 kV Curralinho, retrofit do sistema de automação e proteção das subestações Trapiche da Barra, Cruz das Almas e Tabuleiro do Martins. Foram realizados R$ 20,8 milhões, correspondentes a 96,1 % da dotação de R$ 21,6 milhões.

Em termos gerais, com referência ao desempenho operacional este Programa apresenta resultados dentro do planejado, em que pese a insuficiência de recursos. A Eletrobrás/RGR e a Ceal foram as financiadoras do programa.

Foram construídas obras importantes, como a subestação 69/13,8 kV Centro, 40 MVA; a conclusão do Programa de Automação de subestações e Redes, 3ª etapa, executado 100% em 2009; implantação do Gerenciamento de Redes, em andamento; Aquisições de medidores de energia elétrica; LT 69 kV Penedo/Arapiraca II, 1ª etapa, 32 km. Como parte do programa de automação de subestações foram automatizadas as subestações 69/13,8 kV Arapiraca I, Joaquim Gomes, Barramento 69 kV Curralinho, retrofit do sistema de automação e proteção das subestações Trapiche da Barra, Cruz das Almas e Tabuleiro do Martins.

Investimentos das Empresas Estatais em Infra-estrutura de Apoio

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos no Estado de Alagoas

A meta desta ação, pela falta de recursos financeiros próprios da Ceal, não atingiu o planejado, foram adquiridos terramentas e equipamentos de serviços, de modo a melhorar o processo de manutenção do sistema para atendimento aos clientes, mas não foi suficiente. Foram realizados R$ 2,5 milhões, correspondentes a 46,5% da dotação de R$ 5,4 milhões.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento no Estado de Alagoas

A meta desta Atividade, pela falta de recursos financeiros próprios da Ceal, não atingiu o planejado, e o Programa de Telecomunicações foi iniciado em 2009, seu desenvolvimento está dentro das expectativas desta Atividade. Foram realizados R$ 2,4 milhões, correspondentes a 32,7% da dotação de R$ 7,4 milhões.

Companhia Energética do Piauí – Cepisa

No exercício de 2009, os investimentos realizados pela empresa alcançaram o montante de R$ 144,2 milhões, equivalentes a 52,8% da dotação final de R$ 273,0 milhões.

Implantação de Sistema de Transmissão no Estado do Piauí

A situação dos projetos dessa ação é a seguinte:

- LT 69 KV São João do Piauí / Canto do Buriti - Construção de 89,5 km de linha na tensão de 69 kV em cabo de 336,4 MCM-CAA: esse empreendimento esteve paralisado em razão do abandono da obra pela primeira empresa contratada. Após nova licitação para conclusão da obra que teve seu cronograma prejudicado pelo período chuvoso na região, foi concluída em maio de 2009;

- LT 69 KV Eliseu Martins / Bertolínia - recondutoramento de 70 km de linha em cabo 556,5 MCM-CAA: obra em execução, com 63,0% executados, devido ao fato de ter sido abandonada pela empresa contratada para a sua execução. Por problemas de ordem judicial, somente em novembro de 2008 conseguiu-se contratar uma segunda empresa, Foi então contratada uma terceira empresa que está executando com previsão de conclusão em julho de 2010;

- LD 69 KV Picos -Mandacaru - Construção de 67 km de linha em cabo 477: Atraso em razão do abandono da obra pela empresa contratada para execução, sendo contratada outra empresa para conclusão. Obra concluída e energizada em julho de 2009;

- LD 69 KV Piriri - Campo Maior - Construção de 82,5 km de linha em cabo 556: Obra concluída e energizada em agosto de 2009;

- LD 69 KV Picos (Chesf) – Picos (Cepisa) – Construção de 10 Km de linha – metros de cabo 336,4 MCM. Obra concluída e energizada em novembro de 2009,

- Subestação Amarante 34,5/13,8 kV, 3x1,5 MVA - Não houve fatores negativos. Obra concluída e energizada em fevereiro de 2009;

- Subestação Cabeceiras 34,5/13,8 kV, 1,5 MVA - Obra realizada dentro do cronograma. Em operação desde setembro de 2009;

- Subestação Mandacaru – Reforma com instalação de quatro disjuntores de 69 kV e dois de 13,8 kV: está em fase de elaboração do projeto para licitação. Conclusão prevista para junho de 2010;

- Subestação Campo Maior – ampliação e reforma da subestação, com a substituição dos dois transformadores de 5 / 6,25 MVA, por dois de 10 / 12,5 MVA. Está em fase de elaboração do projeto para licitação. Conclusão prevista para dezembro de 2010;

- Subestação Junco – Ampliação da subestação com a substituição de um transformador de 6,5 MVA por um de 10/12,5 MVA, 69 - 34,5 kV. Eliminou sobrecarga no transformador existente. Transformador instalado e em operação;

- Subestação Jóquei - ampliação da subestação que atende à capital do Estado, com substituição de dois transformadores de 15/20 MVA por dois de 20/25 MVA 69/13, 8 kV, totalizando uma capacidade instalada de 76. Eliminou sobrecarga no transformador existente Transformador instalado e em operação;

- Subestação Santo Antônio de Lisboa 34,5 / 13,8 kV, 2x1,5 MVA Obra concluída e energizada em dezembro de 2009;

- Subestação Nazária – ampliação da subestação com a substituição de um transformador de 6,5 MVA por um de 10/12,5 MVA, 69 - 34,5 kV, obra realizada em setembro de 2009;

- Subestação Satélite - ampliação da subestação que atende à capital do Estado, com substituição de um transformador de 15/20 MVA por um de 20/25 MVA 69 - 13,8 kV, totalizando uma capacidade instalada de 50 MVA. Obra emergencial, concluída em setembro de 2009. Transformador instalado e em operação ; e

- Subestação São Pedro – ampliação da subestação com a substituição de um transformador de 12,5 MVA por um de 15/20 MVA, 69 - 13,8 kV, obra realizada em novembro de 2009. Transformador instalado e em operação.

Luz Para Todos

Até dezembro de 2009, foram realizadas 62.595 ligações no meio rural do Estado do Piauí carente de energia elétrica. Encontram-se contratadas e em andamento obras para ligações de 87.005 domicílios, com previsão para 2010. O cumprimento das metas foi comprometido no período de 2004 a 2009 pela frustração na expectativa de realização de obras e de ligações de consumidores em virtude dos seguintes fatores: não cumprimento das metas de ligações pelas empresas contratadas; rescisão de contratos por inexecução parcial ou total; demora no processamento de certames licitatórios); e chuvas de elevadas intensidades em 2009, dificultando acessos ou execução de obras.

Ampliação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Piauí

Essa ação atingiu 18 municípios piauienses, inclusive o da capital do Estado. Apenas em quatro, Bom Jesus, Corrente, Curimatá e São Raimundo Nonato, ocorreu atraso no cumprimento do cronograma, motivado por problemas com as empresas contratadas e aguardando nova licitação. Nos municípios de Barra D'alcantara, Campo Maior, Floriano, Jaicós, Parnaiba, Picos e Piripiri, há obras com previsão de conclusão para o mês de março de 2010, além de Uruçui que está com previsão de conclusão em fevereiro de 2010, conforme prazo de execução estabelecido em contrato. Nos demais, a fase atual do projeto está concluída. A realização do Programa de Ampliação da Rede de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Piauí está dentro do projetado com a realização até novembro de 2009 de 97,0%.

Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição – Redução de perdas Técnicas e Comerciais

Até dezembro de 2009 realizou um desempenho de 54,4% em relação ao projetado. Foram realizadas 127.298 ligações em 2009 no Programa de Instalação de Medidores, com previsão de realizações para 2010 de 35.844 ligações. A situação dos projetos dessa ação é a seguinte:

- Programa de Instalação de Medidores – Em andamento, embora tenham ocorrido atrasos com fornecedores na entrega dos medidores, escassez de mão de obra qualificada, e dificuldade de instalação devido à falta de padrão de entrada. Previsão de conclusão em 2010;
- Regularização dos Pontos de Fronteira da Cepisa – Em andamento, porém com atraso no cronograma. Incompatibilidade de protocolos de comunicação entre os medidores e o software de leitura remota.

Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron

Os principais investimentos realizados pela Ceron no exercício 2009 estão relacionados às ações que tratam de: ampliação do sistema de transmissão (linhas e subestações); ampliação do sistema de distribuição urbana de energia elétrica e ampliação de rede rural de distribuição de energia elétrica (Luz para Todos), respectivamente.

Ampliação do Sistema de Transmissão

No exercício de 2009 foram realizados R$ 83,2 milhões, correspondentes a 53,8% da dotação de R$ 154,6 milhões corresponde aos Ativos da Eletronorte. Entre as obras previstas, a Ceron conseguiu concluir somente duas obras dentro do exercício 2009, sejam: a linha de transmissão em 138 kV, com 13 km, interligando a subestação SE-ELN, da Eletronorte, à subestação SE-Ceron no município de Pimenta Bueno; e a entrada de linha (BAY) de 138 kV na subestação SE-Ceron em Pimenta Bueno.

Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz Para Todos

A Ceron contratou empresas para a execução de obras de 8.598 novas ligações rurais gratuitas, e através da licitação realizada pela Comissão Especial de Licitação - CEL das Empresas de Distribuição da Eletrobrás - EDES, foram contratadas mais empresas de execução e obras para ligação de 25.000 novos consumidores. Em 2009, as redes de transmissão e distribuição foram lançadas e propriedades rurais com energia são encontradas em vários municípios do Estado. Foram realizados, nos locais mais distantes e isolado de difíceis acessos, investimento R$ 35,5 milhões para a ligação de 14.085 novos consumidores e 1.230,5 km de extensão de rede, equivalente a34,5% dos investimentos programados. A equipe do Luz para Todos - PLPT já universalizou até dezembro de 2009 mais de 38,0 mil rondonienses do meio rural, pois receberam energia elétrica em sua propriedade e lançou mais de 8.120,0 km de rede com um investimento total acumulado de R$ 203,1 milhões em todo o Estado.

Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE

A empresa realizou gastos de aproximadamente R$ 311,3 milhões para implementar a respectiva programação de investimentos, no valor de R$ 668,2 milhões, o que resultou em uma realização de 46,6%. As principais realizações no âmbito do Orçamento de Investimento de 2009 foram as seguintes:

Geração de Energia Elétrica

Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

- conclusão da revitalização da unidade geradora 3 da UTE Electron;
- substituição do elevador e transformador das unidades geradoras 5 e 6 da UTE Mauá, disponibilizando 30 MW ao sistema Manaus;
- recuperação das unidades geradoras MUUGD 13 e 15 do bloco 4 da UTE Mauá, disponibilizando mais 30 MW ao sistema Manaus; e

• revitalização de dois grupos geradores, com potência de 2.000 kW cada, instalados nas usinas de Tefé e Tabatinga (Interior do Estado do Amazonas).

Transmissão de Energia Elétrica

Ampliação das Subestações Cidade Nova, Distrito Industrial, Santo Antônio e Seringal Mirim – adição de 01 (um) transformador de 26,6 MVA em cada subestação.

Distribuição de Energia Elétrica

Ampliação de 32,9 km de Rede de Distribuição de Energia Elétrica Primária e Secundária – Capital do Estado; Ampliação de 87,0 km de Rede de Distribuição de Energia Elétrica Primária e Secundária – Interior do Estado; construção de 42.776 de Rede Primária e Secundária de Tronco de Alimentadores – Capital do Estado; adequação de 67 circuitos equivalente a 43,1 km de Rede Primária e Secundária – Capital do Estado; reforma de 54,5 km de RD MT/BT – Capital do Estado; reforma de 79,9 km de RD MT/BT – Interior do Estado; substituição de 551 transformadores por sobrecarga - Capital do Estado; e substituição de 130 transformadores por sobrecarga – Interior do Estado. Foi feita a ligação de 7.688 novas unidades consumidoras na Capital e de 17.281 novas unidades consumidoras no Interior. Foram realizados R$ 92,2 milhões, correspondentes a 51,2% da dotação de R$ 180,1 milhões.

Modernização e Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Amazonas Energia (Capital e Interior do Estado do Amazonas)

Benefícios esperados e já atingidos pelo investimento, tanto para a empresa como para a sociedade:

- Regularização com instalação de medidores em 1.786 unidades consumidoras que, estavam sendo faturadas pelo mínimo da classe;
- Recuperação de 2.620 MW equivalente a R$ 1,3 milhões – processos referentes a irregularidades na medição – na Capital;
- Recuperação de 1.297 MW equivalente a R$ 592,5 mil – processos referentes a irregularidades na medição – no Interior; e
- Inspeções em 18.894 unidades consumidoras de MT/BT na Capital e Inspeções em 19.025 unidades consumidoras de MT/BT no Interior.

No exercício de 2009, para esta ação foram realizados R$ 5,5 milhões, correspondentes a 45,2% da dotação de R$ 12,1 milhões.

Grupo Petrobras

Em 2009, os investimentos realizados pelas empresas que integram o Grupo Petrobras alcançaram o montante de R$ 62,5 bilhões, resultando em desempenho de 90,3% sobre a respectiva dotação final aprovada, de R$ 69,2 bilhões. Independentemente da grave crise econômica internacional, o volume de investimentos do Grupo Petrobras cresceu consideravelmente em relação ao exercício de 2008, assim como o seu desempenho em relação à dotação aprovada. Conforme metodologia de planejamento e orçamento adotada pelo Governo Federal, os investimentos das empresas estatais estão alocados em programas de governo, considerados estes como unidades de gestão com foco em resultados. A seguir são prestadas informações sobre a execução dos investimentos do Grupo Petrobras no âmbito desses programas de governo referentes ao exercício de 2009.

Gestão da Política de Energia

O objetivo do programa é coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia. Estavam previstos investimentos em três ações, todas financiadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, mas apenas uma apresentou execução durante o exercício. Ao todo, foram executados apenas R$ 113,2 mil, o correspondente a 0,4% dos valores previstos.

Atuação Internacional na Área de Petróleo

O objetivo do programa é incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural. Três empresas do Grupo Petrobrás planejaram investimentos, a saber: Petrobras Distribuidora S.A. – BR, Fronape International Company – FIC e Petrobras International Braspetro B.V. – PIB BV. Contudo, a empresa BR não efetuou qualquer gasto em 2009.

No âmbito da ação Adequação da Infra-estrutura de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Exterior, merece destaque a conclusão da fase de desenvolvimento da produção do campo petrolífero de Akpo, na Nigéria, iniciada em abril de 2005 e concluída em março de 2009, atingindo uma produção de 15,6 mil barris por dia.

Também foi concluída a construção do navio-sonda Petrobras 10000, na Coréia do Sul, por meio da ação Aquisição de Direitos e de Estudos para a Expansão de Atividades na Indústria do Petróleo no Exterior. O início das operações com o navio-sonda ocorreu em julho de 2009 e, no final do ano, a embarcação foi deslocada para Angola para realizar campanhas exploratórias em águas profundas. Um segundo navio-sonda está previsto para ser entregue em junho de 2010.

Os investimentos da ação Adequação da Infra-estrutura de Gás e Energia no Exterior se concentram nos ativos de gás e energia localizados na Argentina, Bolívia e Uruguai, com o objetivo de garantir a segurança e qualidade operacionais. Na Argentina, compreendem gasodutos, uma termoelétrica, uma distribuidora de eletricidade e um complexo de geração hidrelétrica. Na Bolívia, compreendem uma transportadora de gás e participação

em planta de compressão de gás. No Uruguai, compreendem duas distribuidoras de gás.

Com relação aos ativos de distribuição no Uruguai, foi necessária execução de projeto para a renovação dos 260 km da rede que atende Montevidéo, em razão da baixa eficiência verificada na entrega do produto, importando em considerável impacto na rentabilidade do negócio. A execução orçamentária da ação superou a dotação prevista, principalmente em razão da valorização do peso uruguaio frente ao dólar (cerca de 14,0%) durante o extenso período das obras, e ainda pela ocorrência de alguns imprevistos técnicos em virtude da complexidade do projeto.

Considerando os valores previstos na lei orçamentária, o desempenho das empresas foi o seguinte: FIC 84,0% (R$ 14,8 milhões); PIB BV 95,3% (R$ 4,7 bilhões).

Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis

O Objetivo do programa é oferecer adequada infraestrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis, e conta com ações das seguintes empresas do Grupo Petrobrás: Petrobras Distribuidora S.A. – BR, Liquigás Distribuidora S.A. – LIQUIGÁS, Ipiranga Asfaltos S.A. – IASA, Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. – ALVO.

É preciso destacar que a ALVO foi incorporada pela BR no exercício de 2009, o que comprometeu um melhor desempenho na execução dos seus investimentos. Foram executados 69,1% dos valores previstos na lei orçamentária, R$ 4,9 milhões, distribuídos em três ações.

Em relação à IASA, os investimentos foram realizados principalmente para a manutenção da infraestrutura operacional de distribuição de produtos asfálticos, com um desempenho de 82,5% (R$ 437,4 mil) sobre a dotação final aprovada.

A BR executou R$ 470,3 milhões no âmbito do programa, representando 87,5% dos recursos previstos para investimento. Durante o ano de 2009, entraram em operação 2 postos próprios (Barueri e São Paulo) e foram incorporados outros 276 postos, além de 102 lojas de conveniência e 103 centros de lubrificantes, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e provenientes da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga. Com isso, foram necessários investimentos para aquisição e instalação de equipamentos de distribuição (bombas, tanques e compressores), como para obras de adequação dos novos postos à imagem da BR.

Foram aplicados cerca de R$ 30,0 milhões na rede de gás canalizado no Espírito Santo, principalmente para a implantação de duto interligando as cidades de Cachoeiro do Itapemirim a Vitória, bem como para a ampliação da rede de distribuição na capital do estado. A rede foi expandida em 44,5 km, totalizando 180,9 km de malha, atendendo 1.110 clientes, entre industriais, automotivos, comerciais e residenciais nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Aracruz e Viana.

No que concerne ao sistema de proteção ambiental nas instalações comerciais, merece destaque a instalação de unidades de recuperação de vapores de combustível nos Terminais de Cubatão, Paulínia e São Paulo, com o objetivo de reduzir a emissão de hidrocarbonetos na atmosfera.

A Liquigás executou R$ 112,2 milhões, R$ 627,6 mil acima do valor aprovado na lei orçamentária. Esse excesso de gastos foi causado por dois fatores: a necessidade de aquisição adicional de vasilhames, uma vez que o sucateamento verificado em 2009, decorrente do processo de requalificação, foi maior do que a média histórica; b. conclusão de obras em centrais de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) antes do previsto, provocando o adiantamento de desembolsos.

Indústria Petroquímica

O objetivo do programa é ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado e, em 2009, foram previstas 13 ações orçamentárias, financiadas por 9 empresas do Grupo Petrobrás, a saber: 1ª Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras; 2ª. Petroquímica Triunfo S.A. – Triunfo; 3ª. Comperj Petroquímicos Básicos S.A. – CPRJBAS; 4ª. Comperj Estirenicos S.A. – CPRJEST; 5ª. Comperj Meg S.A. – CPRJMEG; 6ª. Comperj Pet S.A. – CPRJPET; 7ª. Comperj Poliolefinas S.A. – CPRJPOL; 8ª. Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – Citepe; e 9ª. Companhia Petroquímica de Pernambuco – PetroquímicaSuape.

Ressalte-se que, em fevereiro de 2009, o controle acionário da Triunfo foi privatizado, e os investimentos previstos na lei orçamentária foram cancelados.

A Petrobras programou investimentos de cerca de R$ 295,6 milhões e a execução verificada foi de R$ 245,5 milhões, um desempenho de 83,1%. Dentre as realizações, merece destaque a conclusão da construção do prédio do Centro Integrado de Controle (CIC), que estava prevista apenas para março de 2010. Com isso, a ação Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - Fafen (SE) consumiu recursos além do previsto na lei orçamentária, já que os valores previstos para 2010 foram desembolsados ainda no exercício de 2009.

Na ação Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados, o volume de recursos executado também superou a dotação prevista. Nesse caso, o excesso de gastos ocorreu em razão de aditivos ao contrato de Instalação e Alinhamento de Válvulas de Alívio e Segurança para Flare, para adequar a unidade às exigências da Norma Regulamentadora NR-13.

A maior parte dos investimentos no âmbito do programa foram dirigidos para a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, com uma

execução de cerca de R$ 1,3 bilhão, o que representa 63,7% dos valores executados no programa em 2009, considerando todas as empresas.

O complexo será construído numa área de 45 milhões de metros quadrados localizada no município de Itaboraí, com investimentos previstos em torno de US$ 8,4 bilhões. A produção de resinas termoplásticas e combustíveis consolidará o Rio de Janeiro como grande concentrador de oportunidades de negócios no setor, estimulará a instalação de indústrias de bens de consumo que têm nos produtos petroquímicos suas matérias-primas básicas e irá gerar cerca de 212 mil empregos diretos, indiretos e efeito renda, em âmbito nacional. Com início de operação previsto para 2012, o Comperj tem como principal objetivo aumentar a produção nacional de produtos petroquímicos, com o processamento de cerca de 150 mil barris/dia de óleo pesado nacional.

Citepe e PetroquímicaSuape tiveram um fraco desempenho na execução dos investimentos previstos, respectivamente 16,8% e 38,4%, correspondendo a R$ 70,0 milhões e R$ 454,2 milhões.

Oferta de Petróleo e Gás Natural

O objetivo do programa é aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais. Em 2009, consumiu 93,0% dos recursos financeiros constantes da lei orçamentária, distribuídos entre 18 ações, das quais 12 sob a responsabilidade da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, 5 da Petrobras Netherlans B.V. - PNBV e 1 da Braspetro Oil Services Company - Brasoil.

A Brasoil e PNBV executaram, respectivamente, 10,7% e 87,8% considerando a dotação aprovada, nos valores de R$ 10,0 milhões e R$ 6,9 bilhões. Apesar dos investimentos totais do programa terem se situado abaixo do previsto e da empresa Petrobras ter apresentado realização de 94,6%, correspondente a R$ 22,8 bilhões investidos, duas ações sob sua responsabilidade, devido às dificuldades de natureza operacional, tiveram realizações acima das metas previstas:

Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Santos (DPBS): gastos adicionais com dois poços do Pré-Sal, mais especificamente do Teste de Longa Duração (TLD) de Tupi, que consumiram mais recursos e demandaram a execução de atividades não previstas, em razão do pioneirismo desse projeto; e questões internas acerca dos critérios a serem utilizados na contabilização da apropriação dos gastos com materiais utilizados no gasoduto de Mexilhão, concluído em 2008.

Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste: Problemas operacionais ocorridos na perfuração de poços no campo de Piranema elevaram o consumo de recursos previstos, ocasionando, ainda, gastos adicionais, devido à execução de atividades não programadas. Dentre os problemas ocorridos destacam-se a falha do BOP (*Blowout Preventer*, equipamento de segurança que visa impedir o descontrole de fluxo do poço) do Navio sonda e a queda do ROV (*Remotely Operated Vehicle* - robo submersível operado remotamente por uma pessoa a bordo de uma embarcação. É utilizado para realizar e supervisionar a montagem de equipamentos de exploração e produção em grandes profundidades no fundo do mar). Em 2009, o Grupo Petrobras alcançou realizações importantes nos campos da exploração e produção de petróleo e gás, bem como na área de segurança e meio ambiente, fortalecendo os alicerces para a sua trajetória de crescimento, com sustentabilidade, ao longo das próximas décadas.

Exploração

Na Bacia de Santos, o consórcio formado pela Petrobras (operadora, com 45,0%), BG Group (30,0%) e Repsol (25,0%) comprovou a ocorrência de mais uma jazida de petróleo leve no bloco BM-S-9, localizado em águas ultraprofundas. O novo poço, 4-SPS-60, batizado de Iguaçu, localiza-se dentro da área de avaliação do poço Carioca, a aproximadamente 340 km da costa do estado de São Paulo, em lâmina d'água de 2.140,0 m. Ainda na área do poço Carioca, foi comprovada a ocorrência de mais uma jazida de petróleo e gás, com a perfuração do poço 4-SPS-66C (Abaré Oeste), a aproximadamente 290 km da costa do estado de São Paulo, em lâmina d'água de 2.163,0 m. Nos quatro poços perfurados nesse bloco, foi comprovada a existência de petróleo e gás.

O teste de formação no poço Guará foi concluído e revelou um volume de óleo recuperável estimado entre 1,1 a 2,0 bilhões de barris de petróleo leve (em torno de 30° API) e gás natural. O poço localiza-se em lâmina d'água de 2.141,0 m e à distância aproximada de 310,0 km da costa do estado de São Paulo, 55,0 km a sudoeste do poço conhecido como Tupi. Dados preliminares constataram que os reservatórios possuem potencial de altíssima produtividade, com a obtenção durante o teste de formação de vazões da ordem de 7,0 mil barris por dia, limitadas à capacidade dos equipamentos. Sem tais restrições a estimativa inicial da capacidade de produção seria de aproximadamente 50,0 mil bpd. Com esse resultado, a área de Guará será priorizada para receber um sistema Piloto de produção, já em processo de licitação.

No bloco BM-S-11 (Tupi), localizado em águas ultraprofundas da Bacia de Santos, o consórcio formado pela Petrobras (operadora, com 65,0%), BG Group (25,0%) e Petrogal (10,0%) ratificou o potencial estimado de 5,0 a 8,0 bilhões de barris de petróleo leve e gás natural recuperável nos reservatórios do pré-sal daquela área. A confirmação ocorreu com a perfuração de mais um poço, o 4-RJS-647, situado 33,0 km a noroeste da perfuração pioneira (poço 1-RJS-628). Foi constatada a presença de petróleo de boa qualidade (em torno de 30° API) e de reservatórios semelhantes ao poço pioneiro de Tupi, o que reforçou as estimativas iniciais para a área. Esse terceiro poço, denominado Iracema, está localizado em lâmina d'água de 2.210,0 m, a uma distância aproximada de 250,0 km da costa do estado do Rio de Janeiro. Dois testes de formação nesse mesmo poço constataram a alta produtividade dos reservatórios carbonáticos do pré-sal. A

vazão de cada um dos testes ficou em torno de 5.500 barris de óleo leve por dia (32° API, aproximadamente), limitada à capacidade dos equipamentos. Estima-se que a produção inicial do poço poderá atingir até 50,0 mil bpd, o que comprova a alta capacidade de produção de petróleo leve na área noroeste de Tupi.

O consórcio formado pela Petrobras (operadora, com 63,0%) e Repsol (37,0%) para a exploração do Bloco BM-S-7, também na Bacia de Santos, comprovou a presença de uma espessa coluna de gás em reservatórios acima da camada de sal. A confirmação veio após a perfuração do poço 6-SPS-53, localizado em águas rasas da parte sul da bacia, no estado de São Paulo. Esse poço localiza-se a aproximadamente 210,0 km a sudeste da cidade de Santos, em lâmina d'água de 214 ,0 metros. Sua perfuração faz parte das atividades exploratórias do Plano de Avaliação do poço 1-BSS-68, aprovado pela ANP. A descoberta, de grande importância em razão do potencial de produção de gás em águas rasas no sul da Bacia de Santos, foi confirmada por testes nos reservatórios situados a partir de 3.970,0 m de profundidade.

Em 2009, a Petrobras anunciou uma nova descoberta de óleo leve no pós-sal (reservatórios carbonáticos) da Bacia de Campos, com a perfuração do poço 3-RJS-661 (Aruanã), na concessão exploratória BM-C-36 (bloco C-M-401), onde a companhia é operadora exclusiva. Análises preliminares indicam a presença de volumes recuperáveis em torno de 280,0 milhões de barris de petróleo de boa qualidade (28° API), com boa produtividade. O poço descobridor situa-se a aproximadamente 120,0 km da costa do estado do Rio de Janeiro, em lâmina d'água de 976,0 m.

Em reservatórios geologicamente semelhantes aos de Aruanã, a Petrobras perfurou o poço 6-MLS-146D-RJS (Muçuã), localizado no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, em lâmina d'água de 1.200 m. O potencial de Muçuã e o resultado obtido em 2007 com a perfuração do poço 6-MLS-122-RJS (Jurará) geraram a estimativa conjunta de produção de 350,0 milhões de barris recuperáveis de petróleo de 27° API. O início da produção está em implantação na plataforma P-51, que já produz petróleo na área. Em 2011, a produção será estendida à plataforma P-56, em construção.

Não houve rodada de licitações da ANP em 2009. O portfólio de concessões exploratórias da companhia, com as aquisições e as devoluções realizadas no ano, passou a contar com 227 blocos, que totalizam 123,5 mil km². Além disso, estão sendo avaliadas descobertas em outras 26 áreas em operação, que compreendem 13,7 mil km². A área exploratória atual da Petrobras é de 137,2 mil km².

Produção

No início de 2009, duas novas plataformas iniciaram suas operações na Bacia de Campos. Em janeiro, no campo de Marlim Sul, começou a operar a plataforma P-51, instalada em lâmina d'água de 1.255,0 m e a 150,0 km da costa de Macaé, com capacidade para produzir até 180,0 mil bpd. Em fevereiro, no campo de Marlim Leste, entrou em operação o *Floating Production Storage and Offloading* FPSO Cidade de Niterói. Os FPSO são navios com capacidade para processar e armazenar o petróleo, e prover a transferência do petróleo ou gás natural. No convés do navio, é instalada um planta de processo para separar e tratar os fluidos produzidos pelos poços. Depois de separado da água e do gás, o petróleo é armazenado nos tanques do próprio navio, sendo transferido para um navio aliviador de tempos em tempos. Essa unidade, que integra o Módulo II de Marlim Leste, tem capacidade para produzir 100,0 mil barris de petróleo de boa qualidade (28° API) e 3,5 milhões de m³ de gás por dia.

Com o início de produção do poço 7-MLL-54HP, localizado em lâmina d'água de 1.419,0 m, a Petrobras alcançou o recorde mundial de profundidade de água para produção em reservatórios carbonáticos. Em 2009, a companhia bateu ainda o seu próprio recorde de produção de petróleo por poço, ao atingir a produção de 43,6 mil barris no dia 15.5.2009.

Em junho de 2009, duas unidades entraram em operação. No campo de Camarupim, na Bacia do Espírito Santo, foi iniciada a produção do FPSO Cidade de São Mateus, uma parceria entre a Petrobras (75,0%) e a empresa americana El Paso (25,0%). A unidade é o primeiro FPSO para gás instalado no Brasil e tem capacidade para processar 10 milhões de m³/dia de gás e 35,0 mil bpd. No campo de Frade, na Bacia de Campos, o consórcio formado pela Chevron (operadora, 51,7%), Petrobras (30,0%) e Impex (18,3%) deu início à operação do FPSO Frade, que poderá produzir até 100 mil bpd.

Em julho, o FPSO Espírito Santo, operado pela Shell (50,0%) em parceria com a Petrobras (35,0%) e a ONGC (15,0%), iniciou a produção no Parque das Conchas (antigo BC-10), a 110,0 km da costa do Espírito Santo, onde se encontram reservatórios de óleo pesado a quase 2.000m de lamina d'água, alirda na Bacia de Campos.

Esses projetos, aliados ao aumento de produção das plataformas instaladas no final de 2007 e em 2008 (P-52, P-54, FPSO Cidade de Rio das Ostras e P-53), compensaram o declínio natural da produção e ainda garantiram à companhia um aumento de 6,3% na produção de óleo e LGN (Líquido de Gás Natural), atingindo a média de 1.971,0 mil bpd.

Produção de Gás Natural

A oferta de gás natural no Brasil cresceu em relação a 2008, principalmente em função da entrada em operação das plataformas P-51 e P-53, do FPSO Cidade de Niterói e do início da produção dos campos de Camarupim, no Espírito Santo, e de Lagosta, na Bacia de Santos. Contribuíram também para esse crescimento a ampliação da oferta de gás do campo de Manati, na Bahia, e a entrada em operação do gasoduto Coari-Manaus, em novembro de 2009, que tornou possível a oferta comercial de gás proveniente da província de Urucu, no Amazonas. A baixa demanda de gás durante o ano, porém, manteve praticamente inalterado o volume entregue ao mercado, apesar da ampliação da oferta. A produção de gás natural em 2009 totalizou 50,3 milhões de m³/d e manteve-se

praticamente no mesmo nível de 2008, principalmente em função da redução da demanda, que provocou o fechamento de alguns campos de gás não associado. Em continuidade à implantação dos projetos previstos no Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás), a Petrobras colocará em produção os campos de Mexilhão, Uruguá e Tambaú, na Bacia de Santos, o que contribuirá para atender a demanda com a recuperação do mercado de gás, prevista para 2010.

Pré-sal

As principais descobertas na camada Pré-sal, até o momento, estão localizadas na Bacia de Santos, nas áreas de Tupi, Guará e Iara, e na Bacia de Campos, no Parque das Baleias. As reservas provadas do país poderão ser duplicadas caso se confirmem os volumes potencialmente recuperáveis nessas áreas, estimados entre 10,6 e 16,0 bilhões de barris de óleo equivalente, sendo a parcela da Petrobras entre 7,2 e 10,7 bilhões de boe (barris de óleo equivalente). Em 2009, a Petrobras perfurou cinco novos poços na Bacia de Santos, sendo quatro exploratórios e um de desenvolvimento de produção. Além disso, os resultados de quatro testes de formação comprovaram o alto potencial e o baixo risco da área. No dia 1 de maio foi iniciado o Teste de Longa Duração (TLD) de Tupi no poço 1-RJS-646, localizado em lâmina d'água de 2.140,0 m e interligado ao FPSO BW Cidade de São Vicente. O TLD marcou o começo da produção na camada pré-sal da Bacia de Santos, que já atinge uma média de 20,0 mil bpd. As informações obtidas serão decisivas para definir o modelo de desenvolvimento não só da área de Tupi como também das outras acumulações do pré-sal, subsidiando a tomada de decisão para os futuros projetos de desenvolvimento da produção na área. Em função desses resultados, a Petrobras está revisando o Plansal (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Polo Pré-sal da Bacia de Santos), para incorporar as informações obtidas ao longo de 2009. A companhia estima alcançar, em 2017, uma produção diária superior a 1,0 milhão de barris de óleo nas áreas do Pré-sal em que é operadora.

Reservas Provadas

As reservas provadas de óleo, condensado e gás natural da Petrobras no Brasil atingiram 14,2 bilhões de boe em 2009 pelo critério ANP/SPE, volume que corresponde a um aumento de 0,5% em relação ao ano anterior. Foram apropriados 861,0 milhões de boe em reservas e produzidos 785,0 milhões de boe, adicionando às reservas provadas da companhia 76,0 milhões de boe. Com essa incorporação, o Índice de Reposição de Reservas (IRR) se manteve em 110,0%. Isso significa que para cada barril de óleo equivalente produzido no ano foi acrescentado 1,1 barril às reservas. O indicador reserva/produção (R/P) caiu de 18,9 para 18,0 anos. Em 2009, as apropriações em campos existentes por meio de projetos de aumento de recuperação foram, em parte, responsáveis pelo aumento das reservas provadas. Também contribuíram para esse resultado as descobertas em blocos exploratórios e novas acumulações. O pré-sal do Espírito Santo está contribuindo com reservas de 182,0 milhões de boe.

SMS – Segurança, Meio Ambiente e Saúde

Como resultado dos investimentos e dos esforços empreendidos em segurança, a Taxa de Freqüência de Acidentados Com Afastamento - TFCA (incluindo empregados próprios e contratados) de 2009 foi de 0,6. Este resultado representou uma redução de 20,0% em relação às taxas registradas em 2007 e 2008. Este valor situa o E&P da Petrobras em posição bem melhor que a média das empresas de E&P do mundo, segundo estatísticas da OGP.

Na área ambiental de E&P foi consolidada a tendência na redução do volume de óleo derramado. Em 2009 registrou-se uma redução no volume total de óleo derramado acima de um barril que tenha entrado em contato com o meio ambiente em aproximadamente 49,0% quando comparado ao ano de 2008.

O IMA, índice relativo ao volume de óleo e água salgada (em operações terrestres ou em corpos d'água doce) que foi perdido para o meio ambiente para cada 100,0 milhões de volumes de óleo e água (em operações terrestres) produzidos na área de Exploração & Produção também teve uma redução considerável. Em 2008, esta taxa foi de 15,7 e, em 2009, a taxa foi de 10,0, o que equivale a uma redução de 36,0%. Estas reduções são reflexo de melhorias no sistema operacional, como intensificação das manutenções preventivas e inspeções periódicas de campo.

Refino de Petróleo

O objetivo do programa é ampliar e modernizar o parque de refino, ofertando derivados de petróleo em conformidade com a demanda e qualidade requeridas pelo mercado, maximizando o uso de matéria-prima nacional. É composto por 19 ações orçamentárias, financiadas por empresas 3 empresas, a saber: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com 16 ações; Alberto Pasqualini - Refap, S.A. com 2 ações; e Refinaria Abreu e Lima S.A. - RNEST, com 1 ação.

O ano de 2009 foi caracterizado pela continuidade da fase de construção e montagem dos principais empreendimentos

No segmento de Refino foram concluídas as obras de construção e montagem dos projetos da Unidade de Hidrotratamento de Nafta oriunda da unidade de Coqueamento Retardado e da segunda Unidade Fracionadora de Líquidos pertencente ao projeto Plangás na Refinaria Duque de Caxias - Reduc e das unidades de Propeno das refinarias de Paulínia - Replan e Presidente Getúlio Vargas - Repar que visam atender a demanda por matéria-prima da indústria Petroquímica;

A Refinaria Potiguar Clara Camarão - RPCC, localizada em Guamaré no Rio Grande do Norte, foi incorporada ao parque de refino e, em novembro, iniciaram-se as obras de infraestrutura para ampliação da mesma e da implantação de sua unidade de produção de gasolina;

Ao final de 2009, as refinarias Presidente Bernardes – RPBC, Gabriel Passos - Regap, Presidente Getúlio Vargas - Repar, Henrique Lage – Revap e Paulínia - Replan já estavam aptas ao processamento da tecnologia do HBIO, um novo processo que possibilita a inclusão de óleo vegetal na corrente de diesel, produzindo, desta forma, um diesel de alta qualidade e pureza.

O desempenho da execução orçamentária da Petrobras foi de 95,9%, com a execução de R$ 11,3 bilhões.

No processo de implantação da Refinaria Abreu e Lima, os projetos de detalhamento encontram-se em elaboração. A terraplanagem do terreno está em final de conclusão. As licenças ambientais e de instalação já foram obtidas e as contrapartidas estão sendo executadas. O desempenho orçamentário da RNEST foi de 65,0%, sendo investidos R$ 946,7 milhões.

Os principais projetos de investimentos em andamento na Refinaria Alberto Pasqualini – Refap – são para a implantação de uma unidade de HDS de gasolina, com entrada em operação prevista para 2011 e uma segunda unidade de HDT de óleo diesel com segunda unidade de geração de Hidrogênio, com entrada em operação prevista para 2013. A Refap investiu R$ 256,3 milhões em 2009, cerca de 61,7% dos recursos aprovados na lei orçamentária.

Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

O objetivo do programa é prover infra-estrutura de armazenamento e transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis adequada ao aumento da demanda e às exigências ambientais. Em 2009, foram previstas 17 ações na lei orçamentária, mas 2 não apresentaram execução. Daquelas 15 ações que registraram gastos, 12 foram financiadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e 3 pela Petrobras Transporte S.A. - Transpetro.

A Petrobras investiu R$ 2,2 bilhões, representando 86,6% dos recursos disponíveis. A Transpetro executou R$ 751,1 milhões, o correspondente a 97,3% da dotação aprovada.

Entre as realizações verificadas em 2009, merece destaque o início da construção e montagem do Terminal em Barra do Riacho/ES e do início dos serviços para ampliação da capacidade de escoamento do Terminal da Ilha Redonda/RJ, incluindo as novas instalações na Ilha Comprida, iniciativas que compõem o Plano de Antecipação da Produção de Gás – Plangás e destacadas como prioritárias pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Nesta primeira fase, as obras incluem a construção de dois dutos, de oito polegadas e 76 km de extensão, um píer com dois berços de atracação, três esferas para GLP e três tanques pressurizados para gasolina natural. Na segunda fase, serão construídos três tanques refrigerados e o sistema de secagem e refrigeração de GLP.

Em relação ao gasoduto Cabiúnas - Gasduc III, foi construído túnel de aproximadamente 4 km na serra dos Gaviões, para passagem do gasoduto sem causar nenhum impacto ambiental. Ainda, entraram em operação a Unidade de Processamento de Condensado de Gás Natural – UPCGN III, em outubro, e a Unidade de Recuperação de Líquido e Gás Natural – URL III, em novembro.

No âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), foram contratados 33 novos navios e outros 16 estão em processo de licitação.

Energia na Região Nordeste

O objetivo do programa é ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Nordeste. O Grupo Petrobras participou do programa por meio de 5 ações, das quais 3 foram financiadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, 1 pela Fafen Energia S.A. e 1 pela Termoceará Ltda. Em 2009, a Petrobras investiu R$ 93,6 milhões, correspondentes a 86,6% dos valores previstos na lei orçamentária. O desempenho orçamentário da Fafen Energia e da Termoceará, considerando a dotação aprovada, foram respectivamente de 40,0% e 0,2%, nos valores de R$ 4,9 milhões e R$ 17,0 mil. Na região Nordeste, pertencem ao Grupo Petrobras as seguintes termelétricas: Jesus Soares Petereira (RN); Rômulo Almeida (Fafen – BA); Termoceará (CE) e Celso Furtado (BA).

Energia na Região Sul

O objetivo do programa é ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul. Tem a participação da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras em 2 ações, concernentes a investimentos na Usina Termelétrica de Sepé Tiaraju, localizada na cidade de Canoas/RS. Em 2009, a Petrobras executou R$ 40,7 milhões no âmbito do programa, o que representa 87,6% dos recursos disponibilizados pela lei orçamentária. O foco de atuação foi a realização de ações de manutenção e adequação aos padrões de segurança e confiabilidade do parque existente.

Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste

O objetivo do programa é ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. O Grupo Petrobras participou do programa por meio de 8 ações, distribuídas entre as seguintes empresas: Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, com 4 ações; SFE – Sociedade Fluminense de Energia Ltda., Termorio S.A., Termomacaé Ltda. e Usina Termelétrica Juiz de Fora S.A. – UTEJF, com uma ação cada.

Com exceção da Petrobras, que investiu R$ 841,0 milhões e extrapolou o orçamento previsto, com uma execução correspondente a 145,5% dos valores aprovados na LOA, as demais empresas tiveram um desempenho fraco em 2009, considerando os investimentos previstos. A SFE executou R$ 440,5 mil, cerca de 11,2% do previsto; Termorio executou R$ 1,0 milhão, 7,4% do previsto; Termomacaé investiu R$ 38,6 mil, correspondente a 1,7% do previsto, e UTEJF executou R$ 42,3 mil, apenas 2,2% da dotação aprovada.

A principal realização foi a implantação da Usina Termelétrica Euzébio Rocha, na cidade de Cubatão/SP, em novembro de 2009. Iniciativa integrante do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, a usina tem uma capacidade instalada de 208 MW e opera com sistema de cogeração, gerando energia elétrica e produzindo vapor a partir do gás natural. Parte da energia elétrica gerada abastecerá o Sistema Interligado Nacional (SIN), em razão de venda concretizada no Leilão A-5, realizado em dezembro de 2005, comercializando 141 MW médios para fornecimento a partir de janeiro de 2010. O vapor produzido será destinado e entregue à Refinaria Presidente Bernardes.

Os custos do empreendimento sofreram forte impacto pelo excesso de chuvas ao longo de 2009, uma vez que, para recuperar o cronograma original, foi necessária a instalação do terceiro turno e outras adequações no projeto original.

Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, pertencem ao Grupo Petrobrás as seguintes Termelétricas: 2 em Minas Gerais (UTE Aureliano Chaves e UTE Juiz de Fora); 1 em Mato Grosso do Sul (UTE Luiz Carlos Prestes); 3 no Rio de Janeiro (UTE Mário Lago, UTE Gov. Leonel Brizola e UTE Batbosa Lima Sobrinho); 2 em São Paulo (UTE Euzébio Rocha e UTE Fernando Gasparian).

Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

O objetivo do programa é salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras participa do programa por meio de uma única ação: Licenciamento e Aproveitamento de Minerais para a Produção de Fertilizantes Agrícolas. A iniciativa da Petrobras consiste em desenvolver pesquisas técnicas e científicas com vistas a incentivar o formato agro-ecológico de produção. Em 2009, foram investidos R$ 1,6 milhão, correspondendo a 80,2% da dotação prevista na lei orçamentária.

Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia

O objetivo do programa é apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras participa do programa por meio de uma única ação: Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Geração de Energia Elétrica. A iniciativa da Petrobras consiste em desenvolver projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de energia. Em 2009, foram investidos R$ 7,5 milhões, correspondendo a 76,3% da dotação prevista na lei orçamentária.

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural

O objetivo do programa é desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural. Das 12 ações previstas, apenas 10 apresentaram execução orçamentária em 2009, todas financiadas pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Ao todo, foram investidos cerca de R$ 2,0 bilhões, correspondendo a 95,1% do previsto na lei orçamentária. As realizações da companhia nessa área contribuem para o avanço tecnológico da indústria nacional na área de petróleo, gás e energia, e também impulsiona o desenvolvimento científico nas universidades e instituições de pesquisa brasileiras. A Petrobras hoje coordena 50 redes de pesquisa, que reúnem cerca de 80 instituições em todo o país. Segue um breve resumo dos principais resultados gerados por estes projetos em 2009:

Otimização da Produção de Biocombustíveis

A otimização de processos produtivos incrementou a capacidade produtiva das plantas industriais de Candeias na Bahia, Quixadá no Ceará e Montes Claros em Minas Gerais, com aumento de 51 milhões de litros na capacidade instalada da Petrobras Biocombustível, cuja produção anual passou a ser de 324 milhões de litros.

A Unidade Experimental de Guamaré, no Rio Grande do Norte, que produz biodiesel a partir de óleo de girassol ou soja, também teve sua capacidade aumentada, passando a operar em regime contínuo de produção para realizar testes em maior escala de tecnologias desenvolvidas. Além disso, a Planta de Produção de Guamaré passou a produzir biodiesel a partir de uma mistura de 30,0% de óleo de mamona e 70,0% de óleo de girassol, ambos produzidos pela agricultura familiar nos programas de suprimento de

oleaginosas da empresa. A utilização da mamona como matéria-prima para a produção de biodiesel também já é uma realidade para a usina da Petrobras Biocombustível em Candeias, na Bahia. Dessa forma, a Petrobras reforça sua a estratégia de diversificação de matérias primas para a produção de biodiesel, estimulando os mercados agrícolas regionais.

Desempenho da Perfuração nos Poços do Pré-Sal

Foram desenvolvidas novas técnicas, que aumentaram a vida útil das brocas utilizadas na perfuração e a taxa de penetração durante a perfuração. Esses avanços permitiram uma redução dos custos de perfuração no pré-sal em 35,0%, além de aumentar a segurança e a integridade dos poços. Houve também uma economia significativa no tempo de perfuração na área do pré-sal em função do ganho de velocidade; a taxa média de perfuração na rocha carbonática do pré-sal, muito dura para os padrões da indústria, dobrou, passando de 1 metro por hora para 2 metros, e na rocha salina mais que triplicou, alcançando 14 metros por hora.

Metalurgia dos Poços do Pré-Sal

Ensaios de corrosão e análises de efeitos de interação entre as rochas carbonáticas (que formam os reservatórios do pré-sal) e os materiais utilizados na produção reduziram em 20,0% os custos de perfuração e geraram uma economia de U$ 20,0 milhões por poço, com a substituição da metalurgia.

Reservatórios do Pré-Sal

Os estudos realizados no Cenpes contribuíram para uma melhor compreensão das heterogeneidades dos reservatórios carbonáticos do pré-sal e, assim, foi possível definir métodos para o aumento da recuperação do petróleo. Os avanços da pesquisa contribuíram ainda para a definição de métodos para aumentar a recuperação do petróleo no pré sal, além de garantir o escoamento do óleo e minimizar o impacto de precipitados (parafinas e asfaltenos) que podem prejudicar o fluxo do óleo.

Aumento do Processamento de Petróleos Nacionais, de Elevada Acidez

Foram desenvolvidas técnicas de determinação do nível de corrosividade dos petróleos nacionais e sua adequação aos materiais presentes no parque de refino. A utilização de materiais mais adequados ao petróleo nacional proporcionou uma redução dos processos de manutenção, aumentando a utilização do parque de refino, com conseqüente aumento de 60 mil barris por dia no processamento de petróleo nacional, e consequente redução da necessidade de importação de óleo leve.

Nova formulação da Gasolina PODIUM

Foi desenvolvida uma nova formulação para a Gasolina Podium da Refinaria Presidente Bernardes (Cubatão-SP) que reduziu a importação de componentes e gerou ganhos econômicos de 6,0% em relação à tradicional.

Transporte de Gás Natural

Foram obtidos significativos avanços, em 2009, na busca de soluções tecnológicas para viabilizar o transporte do gás natural do Pré-Sal. Um exemplo é a tecnologia GTL (*gas to liquids*), pela qual o gás natural é processado e transformado em óleo sintético, facilitando seu transporte e aproveitamento. Realizar esse processamento em embarcações é um desafio e, para superá-lo, está em fase final de construção uma planta-piloto de GTL embarcado, que permitirá realizar, em 2010, os testes de qualificação dessa tecnologia. A liquefação do gás natural é outra alternativa para o transporte *offshore* de gás; a Petrobras está desenvolvendo, juntamente com grandes empresas internacionais de engenharia, projetos básicos de unidades flutuantes de gás natural liquefeito (FLNG - *Floating Liquefied Natural Gas*), com tecnologia inédita no cenário mundial, que poderão receber e tratar gás das unidades de produção.

Metalurgia Aplicada à Construção de Dutos para Transporte de Óleo e Gás

Foram desenvolvidos materiais mais resistentes em obras de dutos, o que pode permitir, na operação de transporte de óleo e gás, um aumento da pressão interna de bombeio resultando em aumento de carga transportada. Novos materiais tornaram possível a redução da espessura da parede no duto, o que pode se refletir na redução dos custos de operação e manutenção. Em 2009 foi atingida realização física de 73,0% da ampliação e modernização do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes/RJ), sendo concluídas toda a estrutura metálica e as coberturas. As demais etapas da expansão do Cenpes serão concluídas em 2010. A realização orçamentária se manteve dentro do esperado, apresentando uma variação (5,0%) em relação ao valor aprovado.

Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio

O objetivo do programa é dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional. Consiste basicamente em aquisição e manutenção de bens, móveis e imóveis, e de ativos de informática, informação e teleprocessamento. Em 2009, 16 empresas do Grupo Petrobras programaram investimentos no âmbito do programa, mas 3 não apresentaram execução, conforme demonstrado no quadro a seguir:

INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS DO GRUPO PETROBRAS NO PROGRAMA

em R$ 1,00

EMPRESA	DOTAÇÃO FINAL	REALIZADO	DESEMPENHO
PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO (PRIVATIZADA FEV/09)	378.927	378.927	100,00%
PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	27.518.003	25.165.278	91,50%

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	42.564.385	38.520.132	90,50%
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	1.354.135.513	1.205.744.923	89,00%
ALVO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - ALVO	568.930	454.177	79,80%
LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. LIQUIGÁS	6.858.200	5.406.260	78,80%
IPIRANGA ASFALTOS S.A. – IASA	775.728	528.352	68,10%
TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG	860.796	542.949	63,10%
TERMOCEARÁ LTDA.	1.480.830	919.194	62,10%
PETROBRAS INTERNACIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO	1.400.416	653.228	46,60%
USINA TERMELÉTRICA JUIZ DE FORA S.A. - UTEJF	298.000	31.037	10,40%
PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO	9.373.000	662.187	7,10%
PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA	38.676	1.190	3,10%
SFE – SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.	910.000	0	0,00%
TERMONAGAÉ LTDA.	1.300.000	0	0,00%
TERMOBAHIA S.A.	80.000	0	0,00%

Fonte: Petrobras

Energia Alternativa Renovável

O objetivo do programa é ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais. A Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, participou com 3 ações, investindo um total de R$ 2,2 milhões, o correspondente a 16,9% da dotação aprovada. Foram inauguradas duas unidades de sistema termossolar, na Refinaria de Paulínia/SP (REPLAN II) e no edifício Horta Barbosa no Rio de Janeiro/RJ (sede da BR), que respondem pelo aquecimento de água dos respectivos restaurantes, já sendo verificado uma redução nos custos de energia elétrica. Também foram inauguradas quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), conforme quadro:

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCHS) INAUGURADAS EM 2009

PCH	UF	CAPACIDADE INSTALADA	GARANTIA FÍSICA	PARTICIPAÇÃO PETROBRAS	PESSOAS ATENDIDAS/ANO
SÃO PEDRO	ES	30 MW	18,41 MW médio	49%	358.381
SÃO SIMÃO	ES	27 MW	15,20 MW médio	49%	295.893
RETIRO VELHO	GO	18 MW	11,06 MW médio	49%	215.301
MONTE SERRAT	RJ	25 MW	18,28 MW médio	49%	355.851

Fonte: Petrobras

Brasil com Todo Gás

O objetivo do programa é promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a capacidade e a flexibilidade de seu transporte. Em 2009, foram executadas 19 ações, todas por empresas do Grupo Petrobrás, sendo 9 pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, 6 pela Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG e 4 pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG.

Os investimentos da Petrobras, no valor de R$ 856,1 milhões, ultrapassaram a dotação prevista na lei orçamentária, com um desempenho correspondente a 118,1%. O excesso de gastos está relacionado principalmente à necessidade de ampliação da jornada diária de trabalho em alguns projetos, para cumprimento do cronograma, e à necessidade de adequação na projeção de custos de aquisição de equipamentos e de contratação de serviços.

O maior volume de investimentos foi feito pela TAG, com R$ 4,3 bilhões, cerca de 81,5% dos recursos autorizados na lei orçamentária. A TBG investiu R$ 273,9 milhões, o correspondente a 73,4% dos recursos previstos.

Em 2009, foi concluído o gasoduto Urucu-Coari-Manaus, que possibilita o transporte do gás natural das jazidas de Urucu para consumo em Manaus, e a substituição do óleo combustível e óleo diesel, utilizados nas usinas termelétricas instaladas ao longo do trajeto, por gás natural. A extensão total do gasoduto é de 661 km, com capacidade de escoamento de 4,1 milhões de m³/dia.

O gasoduto Japeri-Reduc-Gascar também já está operacional. Com diâmetro nominal de 28" e 45 km de extensão, eleva a capacidade de escoamento do gás natural da Refinaria Duque de Caxias/RJ ao estado de São Paulo e demais mercados situados ao sul do estado do Rio de Janeiro, dos atuais 4,5 milhões de m³/dia até o limite de sua capacidade, de 25,0 milhões de m³/dia. A interligação do eixo Rio-São Paulo permite o aproveitamento pela da oferta de Gás Natural Liquefeito (GNL) do Terminal da Baía de Guanabara e do sistema envolvendo o Terminal de Cabiúnas, em Macaé/RJ e a Refinaria Duque de Caxias/RJ (sistema Tecab-Reduc), de forma a atender aos mercados de Rio de Janeiro e São Paulo.

Também foi concluído o gasoduto Paulínia-Jacutinga, capaz de aumentar a oferta de gás natural no sul do estado de Minas Gerais, interligando o ponto de entrega, no município de Jacutinga/MG, ao gasoduto Brasil-Bolívia, no

município de Paulínia/SP.O duto tem 93 km de extensão e capacidade de escoamento de 5 milhões de m³/dia.

Já está em operação o Ramal Fafen-Sergas, para atendimento à demanda da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe (Fafen-SE) e ao mercado da concessionária local de gás (Sergipe Gás S.A. – Sergas), com gás oriundo do sistema Catu – Pilar (entre os municípios de Pojuca/BA e Pilar/AL). A estimativa de consumo médio da Fafen é de 1,5 milhões de m³/dia, e da concessionária é de 0,3 milhões de m³/dia.

O terminal de regaseificação da Baía de Guanabara concluiu, em 31 de março de 2009, a etapa de testes, que consistiu na entrega de Gás Natural Liquefeito (GNL) regaseificado para geração de energia elétrica nas usinas termelétricas da região Sudeste. O terminal, empreendimento integrante do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, tem capacidade de regaseificação de 20,0 milhões de m³/dia.

Eficiência Energética

O objetivo do programa é reduzir o desperdício e o uso ineficiente de energia. A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras participou com uma ação (Implantação de Sistemas de Racionalização do Uso da Energia nas Atividades da Petrobras), realizando investimentos de R$ 79,2 milhões, o correspondente a 77,9% do previsto na lei orçamentária.

Na Refinaria Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos/SP, foi construído um turboexpansor, que está sendo implantado na unidade de craqueamento catalítico. O objetivo é produzir energia elétrica a partir do aproveitamento de gases efluentes da seção de regeneração. A geração do turboexpansor, de 22,2 MW/mês permitirá que a refinaria deixe de comprar energia elétrica para exportar o excedente, pois o projeto irá aumentar a eficiência do conversor de energia, melhorando o indicador de desempenho energético.

Na Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim/MG, está em fase pré-operacional o preaquecedor do forno, que recupera calor contido nos gases de exaustão para preaquecer o ar de admissão do forno. Como benefícios, tem-se a redução no consumo de combustíveis e, conseqüentemente, da emissão de gases do efeito estufa e poluentes, além de promover redução de custos operacionais e de manutenção.

Na Refinaria do Planalto Paulista (Replan), em Paulínia/SP, foi implantado o sistema de ramonagem, responsável pela limpeza interna dos fornos. A operação consiste em lançar um jato de vapor nos tubos de uma caldeira para remover a fuligem ali depositada, e a modernização consiste na substituição do sistema antigo, que era manual e não tinha mais peças de reposição disponíveis, por um sistema automático. Além dos ganhos econômicos devido à manutenção da alta eficiência na troca térmica do forno e redução do consumo energético, o projeto promove a redução da formação de óxidos de nitrogênio e aumento da confiabilidade dos fornos e preaquecedores.

Desenvolvimento do Agroenergia

O objetivo do programa é ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva. A Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS investiu R$ 202,3 milhões em 2009, por meio da ação Implantação de Unidades de Produção de Biocombustíveis, o correspondente a 74,2% dos recursos previstos. A Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO, apesar de ter alocado orçamento em 7 ações, só realizou investimentos em uma, Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Candeias (BA), no valor de R$ 1,1 milhão. Considerando os valores disponíveis para a empresa, o desempenho orçamentário foi de apenas 1,6%. Em 2009, as usinas de biodiesel em Quixadá/CE e Montes Claros/MG tiveram sua capacidade de produção anual aumentada em cerca de 90,5%, de 57,0 milhões de litros para 108,6 milhões de litros.

Demais Empresas do SPE

Esse grupamento, para fins do Orçamento de Investimento, é constituído por 22 empresas, das quais 19 são controladas diretamente pela União e três pelo Banco do Brasil S.A., a Cobra, a BB Turismo e a Ativos S.A.. Atuam em atividades diversas tais como: administração portuária (8) e aeroportuária (1), abastecimento e armazenamento (3), industrial (3), serviços postais (1), processamento de dados - serviços e suprimentos (3), agência de turismo (1) e gestora de ativos (2). Esse conjunto de empresas integrantes do Setor Produtivo Estatal – SPE registrou em 2009 gastos com investimentos no montante de R$ 1.410,8 milhões, representando 46,6% da dotação consolidada. A seguir, são disponibilizadas informações sobre os investimentos realizados em 2009, por empresas desse segmento.

Companhias das Docas

As companhias das docas exercem hoje, principalmente, a função de Autoridade Portuária, tendo sido transferidas para empresas da iniciativa privada, por concessão, ou mesmo para empresas estaduais, por convênio, parte da operação dos portos federais. Entretanto, a União, por meio dessas companhias, continua a realizar investimentos de manutenção, recuperação, ampliação, modernização da infraestrutura de seus portos, manutenção dos canais de acesso, entre outras. Para tanto, essas empresas realizaram, no exercício de 2009, gastos no montante de R$ 187,0 milhões, equivalentes a 28,2% da correspondente dotação anual autorizada.

Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp

Implantação do Sistema de Segurança Portuária – (Isps-Code) no Porto de Santos

O Contrato assinado com o Consórcio SEGPORT em dezembro de 2008, para implementação do ISPS-CODE e manutenção do parque instalado, vem sendo cumprido integralmente. A manutenção está sendo totalmente executada com ótimos índices dos indicadores de desempenho dos equipamentos e dos atendimentos.

Quanto ao restante do material a ser implementado, estão sendo realizados testes, verificações práticas, adequações, devendo estar totalmente cumpridas até o dia 30 de março de 2010 todas as fases do projeto. Foi mantida a Certificação "TA" – Termo de Aptidão, estando a Codesp no aguardo de nova vistoria para obtenção da Certificação "DC" – Declaração de Cumprimento.

Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos – Margem Santos

Nas obras da Avenida Perimetral da margem direita, foram concluídas as duas pistas da Avenida Xavier da Silveira, destacando-se a implantação do viaduto sobre a Rua João Pessoa, considerado um marco histórico no sistema viário do Porto, pois o equipamento, além de eliminar o conflito rodoferroviário no local, distribui o tráfego em direção à região de Outeirinhos, com a pista de entrada praticamente concluída e ainda a implementação de 5 (cinco) linhas ferreas naquele local, criando condições para expansão deste modal de transporte. De outro lado, está sendo contratada a execução do 2º viaduto, na região da Praça da Santa, bem como o trecho rodoviário até o canal 4, no Macuco.

Implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos – Margem Guarujá

Na Perimetral da margem esquerda, cujo traçado funcional está sendo concluído, tem-se como expectativa a conclusão do projeto executivo até o final de março de 2010, já contemplando as novas intervenções estabelecidas com a Prefeitura Municipal de Guarujá, e, a partir de abril, iniciar o processo licitatório para contratação das obras.

Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso, na Bacia de Evolução e Junto ao Cais do Porto de Santos

Em 26.11.2009 foi emitida pelo Ibama – Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a LI - Licença de Instalação nº 666 de 2009 para a Dragagem de Aprofundamento do Canal e Bacias de Evolução do Porto de Santos. Em dezembro de 2009 foi autorizada pela Diretoria Executiva da Codesp a contratação da Fundespa – Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas, para execução do Gerenciamento Ambiental da Dragagem incluindo a implantação de 24 PBAs – Plano Básico Ambiental e a contratação de empresa para a Prospecção Arqueológica das Obras da Dragagem de Aprofundamento. Está previsto para fevereiro de 2010 o início das obras, as quais estão sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Portos – SEP/PR.

Derrocagem junto ao Canal de Acesso ao Porto de Santos

Dentro da mesma LI nº 666/2009 para a Dragagem de Aprofundamento, estão incluídas as obras para Derrocamento das Pedras de Teffé e Itapema, cujo processo licitatório para contratação das obras já foi iniciado pela SEP/PR.

Remoção de Destroços no Canal de Acesso ao Porto de Santos

Foi contratada empresa para realização dos serviços de inspeção subaquática, análise de eventuais contaminantes e elaboração de metodologia para retirada dos restos do casco do navio "Ais Giorgios", soçobrado no canal de acesso (estuário) ao Porto de Santos, com a finalidade de promover sua remoção, de forma a possibilitar a dragagem de aprofundamento. Está prevista para o início de 2010 a obtenção de aprovação do órgão ambiental para a metodologia de sua retirada, com o devido acompanhamento ambiental.

Estudos e Projetos da Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos

Foi aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Codesp em dezembro de 2009 o Termo de Referência para a elaboração do projeto executivo da passagem subterrânea na região do Valongo, chamado Mergulhão, sendo mais uma ação importante para a melhoria da infraestrutura viária, a partir de 2010. Com 1,1 km de extensão, será concebido para, através de passagem subterrânea, eliminar definitivamente uma das maiores limitações do sistema, caracterizado pelo estreitamento das vias naquele trecho, intensificado ainda pela confluência com as linhas ferroviárias.

Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza

Iniciada em dezembro de 2009 a abertura de processo licitatório para a contratação de um Diagnóstico da Geração de Resíduo de Taifa no Porto de Santos, bem como a Elaboração de Projeto de UERS - Unidade de Esterilização de Recíduos Sólidos.

Prevenção, Preparação e Enfrentamento da Pandemia de Influenza no Porto de Santos

Foi providenciada a confecção de material informativo e sua distribuição em toda a faixa do cais, bem como elaborado o Termo de Referência para contratação do projeto que tem por objetivo a implantação de autoclave na área da Codesp.

Incorporação do Patrimônio da Companhia, de Obras Realizadas na Margem Esquerda do Porto de Santos

Conforme previsto no TPU - Termo de Permissão de Uso nº 03.2003, por ocasião da devolução, pelo permissionário, da área localizada na margem esquerda do estuário do Porto de Santos, denominada TEV - Terminal Especializado de Veículos, esta Companhia deverá ressarcir a Santos Brasil S.A., pelos investimentos feitos, antecipadamente autorizados, em valores corrigidos e amortizados pelo seu tempo de utilização. A devolução da área e o devido ressarcimento, bem como sua entrega para a empresa vencedora do leilão ocorrerão no exercício de 2010, época em que será contabilizada a incorporação do respectivo investimento ao patrimônio da Codesp

Instalação de Sistema Simulador de Operações Portuárias

A Codesp, na qualidade de Autoridade Portuária e buscando contribuir para a harmonização das operações, elevar os níveis de segurança no trabalho portuário e otimizar os custos de manutenção de equipamentos, está elaborando o processo de aquisição e instalação de um Sistema Simulador de Operações Portuárias, o qual encontra-se em fase de elaboração do Termo de Referência.

Implantação de Sistema Autônomo de Captação, Tratamento e Distribuição de Água Potável e Tratamento de Esgotos no Porto de Santos

Através do contrato celebrado com a Water Port S/A Engenharia e Saneamento para prestação dos serviços de gerenciamento, operação e adequação física e ambiental do sistema de abastecimento de água potável e tratamento de esgoto, foi concluída no final de 2007 sua total implantação, tornando assim o Porto de Santos autônomo em relação a tais serviços. O investimento executado de R$ 7,9 milhões em 2009 refere-se à amortização no exercício de parte do valor investido pela empresa na implantação do sistema, o qual será amortizado mensalmente pelo período contratual (cinco anos), devidamente depreciado, e será encerrado em dezembro de 2012, época em que o investimento será revertido totalmente ao patrimônio da Codesp.

Implantação de Sistema de Gerenciamento de Tráfego de embarcações (VTMIS) no Porto de Santos

Com relação aos trabalhos para o Edital do VTMIS – Vessel Traffic Management and Information Services, foram realizados estudos topográficos para instalação dos radares, sistema de identificação de navios, sensores hidrológicos e escolha do local para instalação do Centro de controle do VTMIS. Foram também estudadas a cobertura radar e de comunicações nas cartas náuticas da DHN – Diretoria de Hidrografia e Navegação e as definições dos requisitos de alto nível de sistemas para todos os sensores que serão implementados na área VTMIS. Para as informações necessárias ao VTMIS, foram realizados diversos estudos de integração com a Supervia Eletrônica de Dados.

Recuperação da pavimentação das vias do cais do Porto de Santos

Através dos contratos celebrados com a Lagos Porto e a Terracom, foram executados serviços de remodelação da pavimentação, rede de drenagem, eventuais demolições de linhas férreas e de linhas de guindastes, bem como serviços emergenciais na pavimentação asfáltica na entrada e saída do Porto de Santos junto ao canal 4 e na Rua Antonio Prado entre a Rua Christiano Otoni e a Praça Barão do Rio Branco.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Foi realizado 51,4% do total previsto, sendo R$ 116,4 mil na aquisição de um barco para vigilância do Porto, R$ 320 mil na aquisição de um transformador de força, R$ 694,6 mil na aquisição de mobiliário e utensílio de escritório, R$ 248,1 mil na aquisição de condicionadores de ar, e R$ 60,6 mil na aquisição de máquinas e equipamentos diversos.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Foi realizado 33,7% do total previsto, sendo R$ 594,1 mil na aquisição de computadores, R$ 219,3 mil na aquisição de monitores, impressoras e estabilizadores, R$ 146 mil na aquisição de softwares, e R$ 52,8 mil na aquisição de equipamentos de telefonia, som e imagem.

Companhia Docas do Ceará – CDC

Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e de Proteção ao Meio-Ambiente

O porto investiu R$ 435,9 mil, representando 23,3% da dotação prevista em Estudos e Projetos, sendo que foram contratados os Projetos da Nova Pavimentação do Porto, do Sistema de Abastecimento D'água e do Sistema de Combate a Incêndio, assim como da Sinalização Náutica da Bacia e Canal de Acesso. Ressalta-se ainda a contratação de Consultoria para a Elaboração do Projeto Básico de Implantação e Operacionalização do CVT Portuário, Consultoria para Elaboração do Estudo Preliminar, Programas de Necessidades e Termo de Referência para a Construção do Novo Terminal de Passageiros, visando à Copa do Mundo de 2014, e ainda, Consultoria para o Estudo do Tempo/Curva de Permanência das Marés para a Dragagem de Aprofundamento. Foram concluídos os trabalhos de Estudos Institucionais e Organizacionais da CDC, bem como foi dado continuidade à Atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário do Porto de Fortaleza, com aprovação prevista para o 1º semestre de 2010.

Implantação do Plano de Contingência de Enfrentamento da Pandemia de Influenza

Foram investidos R$ 383,0 mil, representando 81,1% da dotação final para as obras de construção, em curso, do Armazém de Segregação de Mercadorias, da Unidade de Esterilização de Resíduos Sólidos e da Área de Cargas Perigosas, todas componentes da Ação de Implantação do Plano de Contingência de Enfrentamento da Pandemia de Influenza.

Recuperação de Defensas no Porto de Fortaleza

Foram investidos R$ 359,5 mil, representando 81,8% da dotação prevista, tendo em vista a alta deterioração das Defensas já existentes no Cais Comercial e no Píer Petroleiro, e também foram contratados serviços de recuperação até a conclusão da dragagem para a implantação do novo Sistema de Defensas do Porto de Fortaleza.

Implantação do Plano de Segurança do Porto de Fortaleza – ISPS CODE

O Porto de Fortaleza teve sua Avaliação de Risco e Plano de Segurança Portuária aprovados dentro dos prazos exigidos, tornando-se assim o primeiro porto público brasileiro a receber a Declaração de Cumprimento pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – Conportos, tendo investido o valor de R$ 207,1 mil, representando 39,6% da dotação prevista.

Recuperação da Infraestrutura do Cais Comercial e Píer Petroleiro

Foram investidos R$ 2,7 milhões, correspondendo a 543% da dotação final para a referida ação, salientando-se que no ano de 2009, foram iniciadas importantes obras de investimento, quais sejam, o Reforço Estrutural do Berço 104, no Cais Comercial, a Recuperação da Plataforma de Atracação do Píer Petroleiro, bem como a Recuperação das Tubovias, também do Píer Petroleiro, todas com previsão de entrega para o mês de janeiro de 2010.

Dragagem de Aprofundamento do Porto de Fortaleza

A CDC realizou R$ 92,0 mil, correspondentes a 31,5% da dotação final, na ação de dragagem de aprofundamento, que permitirá ao Porto de Fortaleza a atracação de navios com calado de até 13,0 m, viabilizando assim, a redução no custo final do frete, uma vez que os navios movimentarão maior quantidade de mercadorias em um número menor de viagens. Essa ação será realizada com recursos do Plano de Aceleração de Crescimento – PAC. Com o intuito de subsidiar a Dragagem, a Companhia Docas do Ceará – CDC contratou o Estudo de Modelagem Matemática com o fito de determinar o transporte de materiais sólidos para o Canal e a Bacia de Evolução.

Implantação do Novo Sistema de Defensas para o Porto de Fortaleza

Para a Implantação do Novo Sistema de Defensas, foram adquiridas unidades para o Píer Petroleiro e o lançamento da licitação para a aquisição das Novas Defensas para o Cais Comercial. Foram realizados R$ 358,1 mil, correspondendo a 15,4% da dotação final, para a referida ação.

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

A CDC realizou R$ 833,0 mil correspondentes a 96,4 dotação final, na ação de Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, merecendo destaque as obras de recuperação das Câmaras Frigoríficas, reformas dos Banheiros Masculino e Feminino da Estação de Passageiros, bem como a aquisição de telhas para a nova cobertura do Galpão de Manutenção. O Centro Vocacional Tecnológico – CVT Portuário – encontra-se em fase final de construção, com entrega prevista para o mês de fevereiro de 2010, construído com recursos oriundos da celebração do Convênio SEP/CDC, através de repasse do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. Ressalta-se que o total investido, R$ 663,9 mil, representando 100,0% da dotação prevista, no ano de 2009, equivale ao repasse da contrapartida da Companhia Docas do Ceará - CDC no supracitado Convênio.

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Objetivando melhores condições de trabalho, bem como propiciar um ambiente mais salutar, merecem ênfase as aquisições de mobiliários e equipamentos, tais como Centrais de Ar-Condicionado e Sistemas de Som e Imagem para o Auditório e Salas de Reuniões, tendo sido investido o total de R$ 75,3 mil, correspondente a 18,8% da dotação final.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

A CDC realizou R$ 230,7 mil, correspondentes a 19,2% da dotação prevista para a referida ação, sendo válido enfatizar os investimentos com recursos próprios da Companhia Docas do Ceará – CDC na Ação de Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, objetivando a continuidade das ações já em desenvolvimento na Companhia, no intuito de propiciar uma melhor condição de trabalho, bem como, agilidade nas atividades executadas cotidianamente pelos empregados da CDC. Destaque para as aquisições da nova Central Telefônica, Rádios Transceptores e equipamentos de Informática.

Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba

A Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba teve, no exercício de 2009, em seu Orçamento de Investimento, aprovado o valor total de R$ 27,4 milhões, assim distribuído:

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009

em R$ 1,00

RECURSOS	APROVADO	ORÇAMENTO	REALIZADO	REALIZAÇÃO %
LOA 2009	3.050.000	1.457.242	1.457.242	100,0
PPI-2006	103.130	103.130	49.600	48,1
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.610.109	18.610.109	10.778.543	57,9
GERAÇÃO PRÓPRIA	5.506.386	5.506.386	404.332	7,3
TOTAL	27.374.625,00	25.781.867,00	12.689.717,00	49,2

Fonte: Codeba

Destacam-se os principais projetos/ações realizados:

- implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Salvador (BA), cujos recursos foram remanejados para a ação de Instalação do Porteiner a pedido da Codeba;
- implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Ilhéus (BA), cujos recursos foram remanejados para a ação de Instalação do Porteiner a pedido da Codeba;
- implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Aratu (BA), cujos recursos foram remanejados para a ação de Instalação do Porteiner a pedido da Codeba;
- instalação de Porteiner no Porto de Salvador - Este equipamento foi adquirido pela Codeba há mais de 10 anos, e só em 2007 foram celebrados acordos para pagamento da estocagem, carga, transporte e montagem. Neste exercício, foram solicitados remanejamentos de Saldos de Exercícios Anteriores e de recursos LOA 2009 para esta ação, aprovados em outubro. Ressalta-se que, tanto os recursos da LOA 2009, quanto o saldo de exercícios anteriores, foram totalmente investidos;
- obras de Recuperação e Reforço de Infraestrutra do Porto de Ilhéus - Os serviços estão sendo desenvolvidos dentro do cronograma e sua finalização está prevista para fevereiro de 2010;
- construçao do prédio de controle de estocagem do Pátio de Minérios do Porto de Aratu - Uma vez iniciada a obra, foi identificada a necessidade de realizar a elevação do lençol freático, o que provocou alteração do projeto de infraestrutura e, consequentemente, houve prorrogação do prazo de execução;
- serviços de implantação de sinalização visual planejada da área portuária, incluindo melhorias na pavimentação dos acessos viários internos no Porto Organizado de Aratu, com a conclusão prevista para fevereiro de 2010;
- construção, ampliação e modernização da infraestrutura nos portos - a obra está concluída;
- obra de Estabilização de Encostas no Porto de Aratu (BA) – a obra está concluída;
- implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento a Pandemia de Influenza (BA) – o recurso em 2008 somente foi repassado pela União em 30.12.2008. Em 2009, orçado como "Saldo de Exercícios Anteriores", foi liberado em 30.01.2009, sendo destinado à Construção da Central de Resíduos Sólidos no Porto de Salvador. A licitação foi fracassada em setembro de 2009, porém, novo processo licitatório já foi realizado e está em fase de contratação da empresa vencedora;
- prevenção, preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (BA) - esse recurso estava designado para ser utilizado complementarmente à ação de Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento a Pandemia de Influenza (BA), na aquisição da autoclave para as instalações da Central de Resíduos Sólidos no Porto de Salvador. No entanto, após processo licitatório de aquisição da autoclave finalizado, a SEP informou que ela vai adquirir esse equipamento e enviar à Codeba. O contrato foi rescindido unilateralmente;
- instalação de Bens Imóveis – ação com recurso próprio, porém, em função das dificuldades financeiras enfrentadas pela Codeba nos últimos anos, pouco foi investido nesta ação;

- manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Ação com recurso próprio, porém, em função das dificuldades financeiras enfrentadas pela Codeba nos últimos anos, pouco foi investido nesta ação;

- manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Ação com recurso próprio, porém, em função das dificuldades financeiras enfrentadas pela Codeba nos últimos anos, pouco foi investido nesta ação; e

- manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Tele Processamento - Ação com recurso próprio, porém, em função das dificuldades financeiras enfrentadas pela Codeba nos últimos anos, pouco foi investido nesta ação.

Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

A CDRJ apresentou uma realização de R$ 43,4 milhões, representando 50,4% do orçamento e um valor total reprogramado para R$ 86,2 milhões, em virtude da reabertura de créditos ao longo do exercício. Essa realização foi avaliada como excelente, considerando que 30,0% das disponibilidades foram aprovadas no decorrer do último bimestre do exercício.

Dragagem do Canal de Acesso e Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí

A execução dos serviços de dragagem dos acessos aquaviários ao Porto de Itaguaí, foi concluído em 21.10.2009 a contento e, no intuito de atender plenamente o objeto contratual, a CDRJ está promovendo a contratação de estudos geológicos para caracterização do solo marinho, com a finalidade de determinar o melhor procedimento a ser adotado, visando à liberação da profundidade proposta de 20 m.

Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern

A Companhia das Docas do Rio Grande do Norte – Codern teve, no exercício de 2009, em seu Orçamento de Investimento, aprovado e disponibilizado, o valor total de R$ 120,2 milhões. Desse valor total foram realizados R$ 38,8 milhões, cerca de 32,3% do orçamento.

Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Maceió (AL)

Projeto executado com recursos proprios. Observou-se um indice de desempenho fisico e financeiro de 36,7% em relação aos valores aprovados. Como continuidade de implementação do sistema, foram realizados servicos de operações, manutenção, gerenciamento e execução do cadastro de pessoal, veículos e fornecimento de estação de cadastro. A insuficiência de geração de receita própria prejudicou o desempenho na execução desta ação.

Obras de Recuperação e de Adequação de Infraestrutura no Porto de Natal – RN

Projeto executado com recursos do Tesouro Naciona repassados para aumento do Capital Social (saldo de exercício anterior). Foi realizado 100,0%, tanto da execução física, quanto da financeira em relação aos valores aprovados. Os recursos foram aplicados na aquisição e instalação de 02 (dois) grupos de geradores, expansão das subestações 01 (um) e 02 (dois), reforma de baterias de 02 (dois) banheiros públicos, pavimentação das vias internas, recuperações de instalações, reforma da pavimentação, desinstalação e intalação de balanças para melhor adequação na oferta de serviços e execução de outros serviços.

Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Natal – RN

Projeto executado com Recursos do Tesouro Nacional repassados para aumento do Capital Social. Apresentou indices de desempenho fisico e financeiro de 34,2% dos valores aprovados. Foram executados durante o exercicio os serviços de complementação do (ISPS-CODE): Fornecimento e implantação de sistema de CFTV com câmeras coloridas, contemplando a instalação de video server, Câmeras IP e Câmeras do tipo PTZ e Software de Gerenciamento de Câmeras; fornecimento e instalação e Configuração de PABX IP; e fornecimento e instalação de Radio Digital, com sistema irradiante. Comprovação de implantação de, no mínimo, 800,0 m de rede óptica aérea, com fusão e Certificação ótica, Fornecimento e instalação de nobreak senoidal, potência mínima de 5KVA e Rede elétrica estabilizada, Fornecimento e Instalação de Infraestrutura, Composta de Dutos, caixas de Passagens e Demais Acessórios, Fornecimento e Instalação e Configuração de Switch Gerenciável. Fornecimento e Instalação e Configuração de sistema operacional e Banco de Dados SQL, Treinamento de CFTV em operação de Câmeras IP, Câmeras Analógicas, video server e Software de Gerenciamento e Fornecimento e Instalação e Configuração de Roteador e Firewall. Em razão de parte do saldo de exercício anterior encontrar-se bloqueado pela justiça do trabalho e do atraso na liberação de recursos, não foi possivel obter melhores indices de desempenho.

Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Terminal Salineiro de Areia Branca – RN

Projeto executado com recursos do Tesouro Nacional repassados para aumento do Capital Social, sendo R$ 200,0 mil repassados no final de dezembro e R$ 313,0 mil relativos a saldo de exercício anterior. Apresentou indices de desempenho fisico e financeiro de 27,2% dos valores aprovados. Foram realizados serviços de complementação e manutenção do ISPS-CODE do Terminal Salineiro de Areia Branca.

Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN

Projeto executado com recursos do Tesouro Nacional repassados para aumento do Capital Social, incluídos no *Projeto de Aceleração do Crescimento – PAC*. Apresentou índices de desempenho físico e financeiro de 28,8% dos valores aprovados. Foram iniciadas as obras de Ampliação da Ilha Artificial para Estocagem de Sal à Granel, do Cais de Barcaças, Instalação de 01 (um) Descarregador de Barcaças, Potencialização dos Transportadores de Correia e Utilidades do Terminal Salineiro de Areia Branca", um grande salto que, após anos de luta para se atingir este objetivo, garantirá a reestruturação do terminal para atender a demanda por, pelo menos, três décadas.

Prevenção, Preparação e Enfrentamento para Pandemia de Influenza

Projeto executado com recursos do Tesouro Nacional repassados para aumento do Capital Social. Não houve realização nesta ação, em decorrência de não ter havido tempo hábil para sua execução, mas já se encontra licitada, aguardando aprovação na 1ª quinzena de janeiro de 2010.

Manutenção da Infraestrutura do Porto de Natal – RN

Projeto executado com recursos do Tesouro Nacional repassados ou a repassarem para aumento do Capital Social. Apresentou índice de desempenho financeiro de 22,4% do valor aprovado. Foram executados serviços na continuidade das obras de pavimentação das vias internas no Porto de Natal..

Manutenção da Infraestrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca – RN

Projeto executado com recursos do Tesouro Nacional, repassados para aumento do Capital Social, sendo R$ 10.335,0 mil em 2009 e R$ 10.151,0 mil referentes a saldo de exercício anterior. Apresentou índice de desempenho financeiro de 42,7% do valor aprovado. Foram realizados aquisição de equipamentos, obras e serviços a seguir revelados: Aquisições de 01 (um) trator de esteira, 01 (uma) pá mecânica, 02 (duas) empilhadeiras, defensas de borracha para o Cais de Barcaças, aquisição e instalação de 01 (um) gerador, recuperação do descarregador de barcaças (DB 02), recuperação do carregador de navios, Drive House e Turn Table e aquisição de outros serviços e equipamentos. Ressalte-se que o contrato de recuperação do Carregador de Navios, Drive House e Turn Table teve sua execução suspensa a partir de junho de 2009 em decorrência dos R$ 7.700,0 mil aprovados em 2008 não terem sido liberados naquele exercício. Quanto ao contrato para execução das obras de recuperação das Instalações Administrativas do Terminal Salineiro de Areia Branca que já se encontrava licitada, teve a assinatura de seu contrato suspensa em decorrência da situação acima exposta, refletindo, assim, negativamente na composição do índice de desempenho financeiro.

Manutenção e Adequação de Bens Imóveis – AL

Investimentos realizados com recursos próprios. O desempenho financeiro indica uma realização de 6,8% do valor aprovado. Foram executadas obras de construção de baterias de sanitários na área operacional do Porto de Maceió. O baixo desempenho deve-se à falta de geração de receita própria. Além das Ações acima mencionadas, a Codero, mediante convênio assinado com a SEP, vem dando continuidade à Ação de Construção do Cais de Conteineres no Porto de Maceió – AL, cuja execução física atingiu 82,9% até 31.12.2009 e a conclusão dos 17,1% das obras previstas para o mês de março de 2010.

Companhia Docas do Pará – CDP

A CDP realizou 23,6% da disponibilidade do Orçamento de Investimento de 2009. Foram priorizadas as obras de Ampliação do Pier Principal, Alargamento do Berço 302, Duplicação da Ponte de Acesso do Porto de Vila do Conde, Estudos e Projetos para Construção do Terminal de Múltiplo Uso 2 no Porto de Vila do Conde e conclusão da Construção da Rampa roll-On roll-Off no Porto de Vila do Conde. Ainda com recursos da União, foram implementadas as obras de Recuperação dos Taludes do Porto de Vila do Conde, Implantação do Sistema de Combate a Incêndio e Controle de Pânico no Porto de Belém, Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza.

Ainda foram priorizadas as obras de reestruturação e implantação do ISPS-CODE nos Portos de Belém, Vila do Conde, Santarém e Terminais de Miramar e Outeiro, suas obras, seus serviços e as instalações de segurança demandadas pela sistemática: a instalação dos sistemas de combate a incêndio e pânico, a instalação do novo sistema CFTV e a reinstalação das cercas, as quais, por peculiaridade da densa arborização amazônica, tiveram de ser substituídas por concertinas, visto que eram elétricas.

Com recursos provenientes de Geração Própria, a CDP licitou e contratou, empresa especializada em dragagem para execução dos serviços de Dragagem de Aprofundamento dos Berços Internos dos Píeres 202 e 302 do Porto de Vila do Conde, promoveu a recuperação de parte das vias do Terminal Petroquímico de Miramar, iniciou a estruturação da área de apoio à rampa *roll on roll off* e 33.000 m² de pátio de armazenagem de contêineres no Porto de Santarém. A CDP solicitou reabertura de crédito para dar continuidade às obras contratadas em 2009 e que serão concluídas no exercício de 2010.

O orçamento de investimento da CDP contemplou ações, dentre outras, inseridas no programa Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, no montante de R$ 5,0 milhões, cujos dados relativos à execução encontram-se discriminados a seguir:

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2009

em R$ 1,00

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
INSTALAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	2.980.000	696.819
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	-
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	500.000	489.522
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO, E TELEPROCESSAMENTO	1.500.000	1.173.033
TOTAL	4.980.000	2.270.174

Fonte: CDP

Dessa execução resultou um desempenho de 46,0% em relação ao previsto para o exercício. Dentre as realizações destacamos a modernização e ampliação dos equipamentos e suprimentos de informática, visando a obter agilidade e confiabilidade nos processos de gestão portuária.

Ativos S.A. – Securitizadora de Créditos Financeiros

O orçamento de investimento da Ativos S.A. contemplou ações dentro do programa "Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio", no montante de R$ 310,0 mil, cujos dados relativos à execução encontram-se discriminados:

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2009

em R$ 1,00

DESCRIÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
INSTALAÇÕES DE BENS IMÓVEIS		
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-	-
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	50.000,00 60.000,00	- 17.448,00
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO, E TELEPROCESSAMENTO	200.000,00	31.563,17
TOTAL	310.000,00	49.011,17

Fonte: Balancete Analítico Comparativo da Ativos S.A.

A divergência entre os valores previsto e realizado, justifica-se pelo fato de que havia previsão de realização de reforma do imóvel onde a empresa está instalada, acrescido da adaptação da estrutura física (móveis e equipamentos) e da renovação do parque tecnológico, inclusive da sala on line, porém, o projeto foi suspenso devido à política administrativa de contenção de gastos, implantada pela Diretoria da empresa.

BBTUR – Viagens e Turismo Ltda.

Projetos previstos para a rubrica de manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento, representaram recursos orçamentários no valor de R$ 2.8 milhões, dos quais realizou-se R$ 541,7 mil, respectivos 19,3% do previsto.

Os principais projetos realizados são os seguintes:

- Solução de Service Desk (ITIL) - iniciado em junho de 2009, porém, o investimento foi transferido para 2010, em vista de o projeto não ter alcançado a fase de dispêndios financeiros;
- Ambiente de Homologação e Desenvolvimento;
- Consolidação de Serviços (Virtualização);
- Monitoramento de Performance de Serviços;
- Implementação de VPN Site to Site - após a avaliação das soluções tecnológicas disponíveis no mercado, optou-se pela implementação de solução baseada em software livre, sem dispêndio financeiro;
- Atualização tecnológica - investimento realizado em 2009 foi de R$ 427,6 mil que correspondem a 85,5% do previsto; e
- Solução VoIP - iniciado em setembro de 2009, porém, o investimento financeiro foi transferido para 2010 em vista de o projeto não ter alcançado a fase de dispêndios financeiros.

Em referência aos itens "b", "c" e "d" acima relacionados, irá iniciar, em 2010, a implantação de nova ferramenta que terá impacto direto na infraestrutura de TI a ser mantida para operação do negócio. Neste cenário, considera-se pertinente que estes investimentos sejam protelados até a conclusão do processo de implantação.

Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – Caseme

Do montante reprogramado de R$ 1,7 milhões, foram dispendidos R$ 101,4 mil, representando 5,9% da reprogramação, não se atingindo a totalidade plena da previsão devido a fatores diversos descritos a seguir, em *função de cada área de investimento de capital*, a saber:

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos

Do montante reprogramado de R$ 71,0 mil, foram dispendidos R$ 37,0 mil, representando 52,1% da reprogramação. Essa diferença entre o reprogramado e o realizado foi devida ao fato de terem sido fracassados os Processos Licitatórios de aquisição de elevador industrial para Silos 01 da Unidade de Uberlândia, e o de Contratação de Empresa para Desenvolvimento de Projetos de Despoeiramento e Renovação de Ar dos Silos 1 e 2 na Unidade de Uberlândia, Instalação e Recuperação de Sistema de Termometria no Complexo Armazenador das Unidades de Monte Carmelo, Patrocínio e Capinópolis. *Foram adquiridos 2 Secadores, 1 calador*, sistema de pesagem, Rádio Comunicador, Câmera Digital, Retificação do Motor do Veículo F-1000, móveis para os escritórios de diversas Unidades *durante o exercício de 2009*.

Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – Ceagesp

Os investimentos realizados no exercício de 2009 atingiram o montante de R$ 568,3 mil. A necessidade de manter o equilíbrio financeiro da empresa impossibilitou a realização de grande parte dos investimentos previstos (orçados), os quais objetivariam alavancar a modernização, desenvolvimento e o fortalecimento institucional da empresa. Tem-se a discriminação dos valores dispendidos referentes ao ativo imobilizado, de forma detalhada, na *realização dos investimentos*, os valores aplicados em cada projeto ou ação ficaram dentro dos limites orçados: Reforma dos Sanitários Públicos dos Pavilhões do Armazém do Produtor A e F (início) – R$ 14,9 mil; e Aquisições de Bens e Serviços Diversos – R$ 554,1 mil. Os investimentos realizados durante o exercício de 2009 permitiram a manutenção das atividades básicas da empresa, entretanto, tais investimentos ficaram aquém das necessidades da empresa para a manutenção da infraestrutura técnica e operacional (rede de centrais de abastecimento e de armazéns gerais), que presta apoio ao sistema de abastecimento alimentar estadual e nacional.

Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasaminas

No exercício de 2009, a Ceasaminas realizou investimentos no montante de R$ 6,2 milhões, correspondente a 97,9% da dotação final. Durante o *exercício, foi* possível concluir os seguintes projetos:

- elaboração de Mapa Ambiental – Área da Ceasaminas;
- projeto para Captação de Água - lavação do Mercado Livre do Produtor;
- projeto SPDA - Unidade de Uberlândia;
- realização de Projeto de Ampliação do Plantão - M.L. P;
- recapeamento em piso asfáltico nos módulos: A; B e C do Mercado Livre do Produtor;
- ampliação do telhado e testeiras do Mercado Livre do Produtor – Unidade de Contagem;
- reparo nos Pavilhões 07; 08; 09; D-1 e M.L. P;
- construção do Transbordo de Lixo na Ceasaminas;
- construção por empreitada do Pavilhão 06, na Ceasaminas;
- construção da Plataforma de Venda Sobre Veículos no Entreposto de Uberlândia;
- construção de Sanitário Público em Uberlândia;
- executar o Projeto de Serviço de Proteção a Descargas Atmosféricas na Unidade de Uberlândia;
- reforma e adequação às normas vigentes da rede de hidrantes da Unidade Ceasa de Uberlândia; e
- reforma e adequação às normas vigentes da rede de hidrantes da Unidade Ceasa de Caratinga.

Casa da Moeda do Brasil – CMB

Para atingir o objetivo geral do Programa "Produção de Moedas e documentos de Segurança", duas ações orçamentárias de investimentos foram estabelecidas:

Adequação e Modernização do Parque Industrial

Classificada como projeto, está em operação, e tem por finalidade substituir equipamentos obsoletos e implementar novas tecnologias industriais nas três unidades fabris. Foi orçada em R$ 425,9 milhões, dos quais realizou-se R$ 207,7 milhões, o que corresponde a 48,8%.

Esta ação possui maior relevância, pois o desempenho da mesma é que ditou o percentual geral de realização de investimentos da Casa da Moeda do Brasil (CMB) no ano de 2009, a qual responde por cerca de 92,2% do orçamento de investimento da CMB, cujo objetivo era a possibilidade de concretização das seguintes metas:

- Adquirir para a unidade de fabricação de cédulas duas novas linhas de produção, compostas por duas impressoras Off-set SUPER SIMULTAN IV, quatro impressoras calcográficas SUPER INTAGLIO ORLOF e um equipamento NUMEROPAK; uma linha de

produção complementar, com uma impressora serigráfica NOTA SCREEN II, uma impressora flexográfica NOTAPROTECTOR e um aplicador de holograma OPTINOTA, e alguns equipamentos acessórios;

- Expandir as linhas de produção de eletrorrevestimento da unidade de fabricação de moedas de modo a dotar a fábrica de (3) três linhas com 17 células de eletrorrevestimento de discos, com forno de cozimento, seletora e polidora de discos;

- Atualizar a capacidade produtiva da linha de cartões indutivos da unidade de gráfica geral, envolvendo a aquisição de sistema galvânico automático, guilhotinas óticas, gigas de testes, sistema integrado automático de embalagem e acessórios; e

- Adquirir subestação de energia elétrica.

Manutenção e Adequação de Infraestrutura Operacional

Desenvolvida sob a forma de atividade, objetiva realizar substituição, manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens da infraestrutura operacional, que possibilitem melhorar a qualidade dos serviços prestados aos usuários. Foi orçada em R$ 32,0 milhões, dos quais realizou-se R$ 17,5 milhões, o que corresponde a 54,7%.

Passando a enfocar os investimentos pela ótica de comparativo entre Realizado x Orçado, verifica-se que, da verba total orçada de R$ 457,9 milhões foram realizados R$ 225,2 milhões, obtendo-se um percentual de realização para o ano de 2009 de 49,2%, não restando dúvidas quanto à imperiosa necessidade do reajuste da verba orçamentária realizada

O tópico com maior representatividade orçamentária envolve a modernização da unidade da fabrica de cédulas para atendimento da elaboraçao de cedulas para o meio circulante nacional com recursos de segurança mais modernos, o qual possuía verba orçada no montante de R$ 331,6 milhões, cerca de 72,0% da dotação orçamentária total para investimentos da CMB.

Com o intuito de otimização da utilização da verba orçada para 2009 e liberação do orçamento de 2010, alguns procedimentos foram antecipados, tais como a contratação de dois sistemas automáticos para contagem e embalagem de moedas e a contratação de 12 prensas para cunhagem de moedas, dentre outros.

A demora na conclusão de um complexo processo licitatório dos equipamentos para a fábrica de cédulas, procedimento de maior relevância orçamentária de investimentos da CMB, culminou na postergação de entrega de uma linha completa de produção para 2010, e teve papel relevante na apuração do índice de realização abaixo de 50,0%.

Contudo, merecem consideração: a obtenção de classificação "ex-tarifário" nas importações dos equipamentos, a qual gerou uma economia de R$ 28,3 milhões para as finanças da empresa, e a apreciação de nossa moeda frente às moedas estrangeiras, já que nas previsões orçamentárias da Empresa, há sempre destaque para variação cambial, em virtude de a quase totalidade dos equipamentos que suprem as necessidades da CMB ser oriunda do exterior.

Por fim, ressalta-se que a totalidade dos recursos a ser aplicada nos investimentos da CMB é de origem própria, oriunda de ações não-orçamentárias, as quais, em 2009, somaram R$ 1.515,0 milhões, contra previsão de R$ 1.572,0 milhões, e que diversos equipamentos licitados e contratados em 2009 serão entregues em 2010.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

A ECT, em 2009, realizou investimentos destinados principalmente ao projeto de Adequação da Infraestrutura de Atendimento e às atividades de Manutenção da Infraestrutura de Atendimento, Produção e Distribuição que compõem o Programa Aprimoramento dos Serviços Postais:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2009

em R$ mil

PROGRAMAÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	VAR%
APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS (ATIVIDADES)	118.884	89.729	75,4
MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	41.351	30.861	74,6
MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO – CORREIOS	77.533	58.868	75,9
APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS (PROJETOS)	186.218	90.027	48,3
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	153.218	65.597	42,8
ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO – CORREIOS	33.000	24.430	74,0
TOTAL	305.102	179.756	58,9

Fonte: LRP/LCT – dezembro/09

O atendimento ao público foi assegurado pela execução orçamentária alcançada nos projetos de Instalação de Agências de Correios Próprias e Modernização da Rede de Atendimento, que compõem a ação Adequação da Infraestrutura de Atendimento.

Esta ação alcançou percentual, em relação à dotação total disponibilizada no valor de R$ 24,4 milhões, de 74,0%.

Quanto ao esforço contínuo dos Correios para atingir a qualidade no atendimento, vale destacar a aplicação das dotações disponibilizadas para as atividades Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Correios.

Essa atividade, em 2009, atingiu um percentual de execução orçamentária de 75,9% da dotação reprogramada, no valor de R$ 58,9 milhões.

A ECT deu continuidade à atividade de Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição, investindo 74,6% da dotação disponibilizada para o ano de 2009, no valor total de R$ 30,9 milhões, objetivando a manutenção do serviço e assegurando os indicadores de qualidade operacional e de desempenho operacional.

Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás

O processo de transferência de tecnologia avançou com a realização dos primeiros treinamentos de técnicos na França, na expectativa de que, em 2010, com o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos projetos executivos estabelecidos na transferência de tecnologia e o aumento de quantitativo de pessoal mediante a convocação de candidatos aprovados em concurso público, a Empresa realize os treinamentos programados no âmbito da implantação da fábrica.

É importante ressaltar que a programação da meta física de implantação da fábrica ocorreu no primeiro semestre de 2008, dentro de um contexto e expectativas de operacionalização que não se concretizaram em 2009.

Além disso, houve mudanças no valor total do projeto e no prazo para sua conclusão, tendo sido necessário fazer ajustes a menor na meta física, chegando a uma previsão de realização de 3,0% em 2009, informada no âmbito do Mais Saúde. Assim, com 1,5%, atingiu-se 50,0% da meta revisada.

Implantação do Laboratório para produção de Hemoderivados, Hemocomponentes e Biotecnologia

A Empresa desenvolve, em parceria com a Hemorrede, a cola de fibrina, uma cola biológica capaz de diminuir ou deter hemorragias em inúmeras situações.

Em 2009, foram realizadas as adequações físicas da área de produção no Hemope e a aquisição dos equipamentos.

Houve a realização de 146,7 mil neste projeto, representando 30,6% do total de recursos disponíveis para esta ação. A execução financeira apresentou um percentual relativamente baixo devido ao fato de que, apesar de a obra ter sido concluída e os equipamentos e materiais adquiridos, alguns pagamentos só serão feitos em 2010.

Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde

Aperfeiçoamento e Inovação em Hemoderivados e em Biotecnologia

Para esta ação foram disponibilizados R$ 6,7 milhões, dos quais foram realizados R$ 774,6 mil, correspondendo a 11,6% do total de recursos disponíveis.

No âmbito das pesquisas e estudos, a Hemobrás, em 2009, deu continuidade às suas parcerias apoiando três projetos, sendo dois com o envolvimento de recursos financeiros, tanto de capital, quanto de custeio, e um com apoio técnico.

COBRA Tecnologia S.A.

Manutenção Aquisição de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos

Os investimentos previstos na reposição da capacidade operacional instalada, destinados a manutenção dos bens móveis, máquinas, equipamentos e veículos na matriz e nos centros de assistência técnica a clientes, distribuídos por várias Unidades da Federação, foram realizados R$ 1,2 mil (48,7%) devido ao adiamento de parte destes investimentos para o exercício de 2010.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática

Os investimentos em ativos de informática foram realizados R$ 1,8 mil (81,2%) em função da transferência de novos negócios com o Banco do Brasil para o exercício de 2010. Dentre os novos negócios adiados para 2010, destaca-se o GED Gerenciamento Eletrônico de Envelopes, TAA Leve e Expansão do Processamento Eletrônico de Envelopes e Contact Center.

Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro

Foi autorizado para o exercício de 2009 o montante de R$ 170,0 milhões para a realização dos investimentos do Serpro, sendo realizados R$ 131,3 milhões, representando 77,2% do total de recursos previstos.

No que se refere aos investimentos previstos na Ação Informática, não foi possível a realização R$ 26,0 milhões, destes, cerca de R$ 8,5 milhões já foram contratados e com entrega prevista para o início do ano, a diferença refere-se a aquisições em andamento, que não se concluiu em 2009 devido à complexidade das especificações técnicas e a necessidade de realização de consultas publicas e terao continuidade em 2010.

Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev

A Dataprev teve um Orçamento de Investimentos aprovado para 2009 no total de R$ 223,3 milhões, dos quais realizou-se R$ 183,6 milhões, representando 82,2% do total de recursos previstos. No decorrer do exercício de 2008 o Ministério da Previdência Social - MPS apresentou à Dataprev as necessidades da Previdência Social para um futuro próximo, que implicava na solicitação de orçamento suplementar ao aprovado, e ainda, a criação de uma terceira Atividade no Programa de Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio para aquisição de imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ocupados pela Dataprev.

A participação da Dataprev neste processo abrange a modernização dos atuais sistemas informatizados que atendem os serviços prestados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, retirando da Organização também o ônus de vir operando com sistemas proprietários.

Além de reformas para dotar os três centros de processamento da estrutura requerida, houve um forte incremento na aquisição de servidores, área de armazenamento de informações, redes de comunicação, que gerou a necessidade de solicitar o remanejamento de R$ 20,0 milhões da Ação de Aquisição de Imóveis para a Ação de Manutenção e Adequação da Infraestrutura de TI para a Previdência Social.

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE INVESTIMENTO – 2009

em R$ 1,00

PROGRAMA/ATIVIDADE	ORÇAMENTO INICIAL APROVADO	SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA APROVADA	REDIRECIONAMENTO ORÇAMENTÁRIO APROVADO
GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	39.000.000	72.000.000	92.000.000
ATIVIDADE: MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL	39.000.000	72.000.000	92.000.000
INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO	21.000.000	151.300.000	131.263.522
ATIVIDADE: MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	15.000.000	30.000.000	30.000.000
ATIVIDADE: MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.000.000	18.000.000	18.000.000
ATIVIDADE: AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS DO INSS		103.300.000	83.263.522
TOTAL	60.000.000	223.300.000	223.263.522

Fonte: Dataprev

A Dataprev apresentará no início do exercício de 2010 projeto para obter autorização orçamentária que viabilize a compra de imóveis e eventualmente mais dois outros, um em Belo Horizonte e outro em Vitória.

Empresa Gerencial de Projetos Navais – Emgepron

A construção da nova sede da Emgepron teve início em março de 2009 e tem previsão de ser concluída em junho de 2010, encontrando-se dentro do cronograma físico e financeiro contratual.

Entre os benefícios esperados pelo investimento, citam-se:

- localização e instalações mais apropriadas e com área adequada para o exercício das atribuições da Emgepron, visando a adequação de área, permitindo a interligação e administração dos equipamentos de TI e o melhor controle dos funcionários que foram segmentados por diversos edifícios na Ilha das Cobras;
- melhor acessibilidade, tendo em vista que sua atual localização no interior do complexo industrial do AMRJ dificulta o interrelacionamento da Emgepron com seus diversos fornecedores e parceiros comerciais; e
- representação da Empresa – já que as atuais instalações não têm proporcionado disponibilidade e conforto para o recebimento de comitivas de autoridades nacionais estrangeiras que buscam negócios com a Marinha do Brasil e com Empresas nacionais de Defesa.

O valor aprovado de R$ 8,2 milhões, foi ultrapassado em R$ 295,2 mil, devido a gastos extraordinários que ocorreram no decorrer do ano.

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero

No ano de 2009, a Empresa priorizou ações que visaram à ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária brasileira, buscando o cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal de manter a segurança operacional e a adequação da infraestrutura aeroportuária.

- O Orçamento de Investimentos da Infraero apresentou uma realização de R$ 421,3 milhões, equivalente a 42,9% do montante estimado para o exercício, os quais foram aplicados em três programas distintos: Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária; Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo, e Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio

QUADRO RESUMO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS 2009 – ORÇADO E REALIZADO

VALORES EM R$ 1,00

CLASSIFICAÇÃO	ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	REALIZADO	REALIZAÇÃO %
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	892.400.433	360.250.903	40,4
EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – OBRAS DO PAC	357.489.647	96.988.429	27,1
EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – DEMAIS OBRAS	120.434.709	28.929.183	24,0
ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	152.087.127	46.234.364	30,4
MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	262.468.950	188.098.926	71,7
PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO VÔO E SEGURANÇA DO TRÁFEGO AÉREO	33.442.727	9.603.326	28,7
MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO AO VÔO	33.442.727	9.603.326	28,7
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO	55.795.300	51.402.532	92,1
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	6.375.209	4.926.080	77,3
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	49.420.091	46.476.452	94,0
TOTAL	981.638.459	421.256.761	42,9

Fonte: Infraero

Em razão do percentual de realização do Orçamento de investimentos da Infraero, torna-se necessário apresentar o detalhamento de algumas ações e justificativas quanto ao percentual realizado.

Expansão da Infraestrutura Aeroportuária do Aeroporto Santos Dumont

A obra foi paralisada em novembro de 2007, diante dos apontamentos do TCU que consignaram "um conjunto de restrições e considerações acerca da proposição do sexto Termo Aditivo ao Contrato de execução das obras". Foi executada parte das obras de terraplenagem das pistas de taxiamento e de pavimentação da pista de pouso e decolagem.

Construção da 2ª Pista de Pouso e do Satélite Sul do Aeroporto Internacional de Brasília

A ampliação sul do TPS está em fase de projeto. Os projetos básico e executivo foram contratados em 27.2.2009, estando prevista a conclusão do projeto executivo para 17.6.2010. A obra tem a sua previsão de início para 14.12.2010 e conclusão em 10. 4.2013.

Expansão da Infraestrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Fortaleza

O valor orçado, de R$ 2,7 milhões, refere-se à última medição da obra da Torre de Controle, que está em fase de recebimento definitivo, aguardando resolução de pendências para liberação do pagamento.

Ampliação dos Sistemas de Pistas e Pátios e de Macrodrenagem do Aeroporto Internacional de Curitiba

A previsão de conclusão do projeto executivo é de até 2.2.2010 e a publicação do edital de licitação da obra, até 15.03.2010 para a contratação de empresa vencedora do certame até 19.7.2010 com início das obras de ampliação do pátio até 5.8.2010 e conclusão até 5.3.2011.

Expansão da Infraestrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Boa Vista

Os investimentos realizados no Aeroporto Internacional de Boa Vista atingiram 93,0% do montante orçado. Houve atraso em relação ao cronograma original devido à dificuldade de entrega de materiais e equipamentos na região, além da necessidade de alteração do leiaute do TPS, com o fim de aumentar a área operacional, redundando em formalização de termo aditivo ao contrato da obra.

Implantação de Quatro Pontes de Embarque no Aeroporto Internacional de Recife

Obra de complementação do conector do atual terminal de passageiros para operação de mais 4 pontes de embarque foi iniciada em 21.11.2008 com conclusão prevista para 14.7.2010. Executou-se 24,4% da obra.

Construção do Terminal de Passageiros, de Pátio de Aeronaves e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Guarulhos

Foi publicado o edital para licitação internacional em 9.6.2009 e abertas as propostas em 23.9.2009 do 1º lote do projeto executivo completo do TPS 3, pátio de aeronaves, edifício garagem e acesso viário.

Recuperação e Reforço Estrutural dos Sistemas de Pistas do Aeroporto Internacional de Campinas

Elaboração do Projeto Básico iniciada em 4.11.2008 e concluída em 20.3.2009. Previsão de conclusão da elaboração do Projeto Executivo para 28.2.2010. Contratação da obra prevista para 1.10.2010, início previsto para 15.10.2010 e conclusão prevista para 15.8.2011.

Ampliação da Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto Internacional de Porto Alegre

O Projeto executivo foi concluído em 31.12.2007 e a Licença de instalação obtida em 28.03.2008. O balizamento está com toda infraestrutura e cabeamento prontos. A primeira parte do balizamento dos 900,0 m de pista já está concluída, tendo sido realizados inclusive testes. Executou-se 95,0% da obra.

Reforma do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional do Galeão

A obra teve início em 14.12.2009, por conta do processo licitatório, em função dos inúmeros questionamentos e impugnações por parte dos licitantes, o que resultou em ajustes feitos na documentação técnica. Sua conclusão está prevista para 9.11.2010.

Construção do Novo Terminal de Cargas do Aeroporto de Vitória

Projeto básico concluído em 21.8.2009. Estudo de Impacto de Vizinhança iniciado em 21.9.2009 e previsto para ser concluído em 21.1.2010, cujo Relatório é necessário para conclusão do Projeto Básico, a qual está prevista para 30.5.2010. A publicação do edital para contratação da obras está prevista para 15.12.2010.

Ampliação da Infraestrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Campinas

Foi executado o previsto. Status do empreendimento: Plano Diretor aprovado pela Anac em 1.4.2009. Publicação do edital de licitação dos projetos conceituais, projetos executivos de infraestrutura e TPS prevista para 2.1.2010 e encerramento do certame previsto para 01.04 2010. Importante salientar que a licitação depende da definição da localização da pista.

Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) – 2ª Etapa

A obra foi paralisada em março de 2008, por iniciativa do consórcio, em função das medidas cautelares aplicadas pela Infraero, que implicaram em retenções financeiras, conforme determinações do TCU. Em maio de 2008, a Infraero encaminhou proposta de repactuação ao Tribunal para análise, em atendimento às determinações daquela corte.

Porém, considerando que o novo estudo mantinha a maior parte dos preços contratados, a repactuação não logrou êxito. Não houve nova proposta de repactuação por parte do consórcio desde então, o que culminou com a rescisão contratual em junho de 2009, tratada no âmbito jurídico da Infraero. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento a elaboração de um Plano de Trabalho junto à Diretoria de Obras de Cooperação (DOC), do Departamento de Engenharia de Construção (DEC) do Comando do Exército, para contratação das obras remanescentes, tão logo a perícia judicial seja concluída. O processo foi aluizado em 14.5.2009 e a carta precatória expedida em 30.7.2009.

Construção da Segunda Pista do Aeroporto Internacional de Campinas

Encontra-se em andamento o processo de desapropriação da área.

Revitalização e Modernização dos Terminais de Passageiros e demais Instalações de Apoio do Aeroporto Galeão (TPS 1)

Foram concluídas as obras de modernização dos acabamentos - paredes e pisos, reforma completa dos sanitários, infraestrutura da reforma e modernização do sistema informativo de voo, projeto de revitalização dos níveis de embarque e desembarque do TPS 1, substituição de 8.500,0 m² de forro mineral, substituição das luminárias, polimento dos pisos em granito das áreas públicas e execução de novas esteiras nos níveis de desembarque, embarque e fachadas do TPS-1.

Ficou pendente a instalação de 52 elevadores, conclusão da recuperação das fachadas do TPS -1 (incluindo impermeabilização da laje inclinada da fachada lado "ar"), ainda dentro do cronograma previsto. A substituição da maior parte de forro Baffle, e luminárias, ficou comprometida devido aos atrasos para que o fornecedor contratado comprovasse que o material proposto pelo mesmo fosse aprovado pela fiscalização.

Reforma e Ampliação do Aeroporto Internacional de Confins

Contrato para elaboração do projeto básico assinado em 13.2.09, iniciado em 23.3.2009 e, até 14.12.2009, foi executado 33,3%. Conclusão do estudo preliminar e projeto executivo previsto para 20.05.2010.

Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Santarém (PA)

O Projeto Básico de Arquitetura e seu respectivo orçamento, foram encaminhados para a regional, por delegação da Diretoria, objetivando a complementação do projeto com as disciplinas complementares e a revisão do projeto básico enviado, fruto da Inspeção Operacional Geral –IOG.

Expansão da Infraestrutura Aeroportuária – Outras Obras

Revitalização e Modernização dos Terminais de Passageiros e Demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Galeão – TPS2

Encontra-se em análise proposta de aditamento ao contrato, que prevê o incremento de alterações e melhorias para o projeto da obra, visando o atendimento às novas demandas apresentadas pela Diretoria Comercial, em momento posterior à contratação da obra, o que impactou no andamento do processo.

Aquisição de Área para Ampliação do Sítio do Aeroporto da Pampulha - MG

Recurso utilizado conforme previsto em convênio para pagamento de parte dos custos de aquisição de área para *ampliação do sítio aeroportuário.*

Adequação da Infraestrutura Aeroportuária

Adequação da Infraestrutura Aeroportuária - Nacional

Entre as obras de readequação da infraestrutura aeroportuária nacional, destacam-se a aquisição e instalação de sistema de proteção perimetral em diversos aeroportos da rede, a construção da pista de acesso às *concessionárias, terminais de cargas* e locadoras e elaboração dos projetos de reforma e ampliação do atual terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de *Brasília, a construção de nova cobertura autoportante* e de elementos estruturais no terminal de cargas II do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, o fornecimento e instalação de portas reversíveis dos Fingers, *obras* e *serviços* de infraestrutura e instalação do ILS CAT II e a implantação da nova estrutura metálica espacial e cobertura, assim como a adequação do pavimento em área interna do *Terminal* de Cargas no Aeroporto de Guarulhos, celebração de convênio com a UnB/CDT para implementação do Programa Fauna em 10 aeroportos da rede Infraero, *implantação* do Sistema de Gestão de Estacionamentos em diversos aeroportos, instalações removíveis para ampliação das salas de embarque e desembarque do Terminal de Passageiros *em Florianópolis*, obras de revitalização da infraestrutura existente de pistas e pátios e instalação de alambrado interno e externo concertina no Aeroporto de *Goiânia*, serviços de *apoio* e *fiscalização* das obras de recapeamento da pista do Aeroporto Internacional de Salvador, construção de vias de acesso para área de treinamento de fogo e KT/KF *no Aeroporto Internacional* de Tabatinga, obra de ampliação e adequação com construção horizontal em Confins/MG, entre outros. Algumas obras tiveram a sua conclusão retardada devido a atrasos nos processos licitatórios, os quais se consubstanciaram a atender as exigências formais, técnicas e de controle, determinadas pelo TCU.

Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária

Região Norte

Para esta região, destacam-se os investimentos em equipamentos, como aquisição de transelevador e *empilhadeiras, aquisição de rádio portátil de comunicação*, integração do sistema de vigilância do terminal de cargas com o sistema de pesagem da carga, substituição de câmeras e adequação da *infraestrutura* atual, assim como a implantação de sistema informativo de voo. Na área de desenvolvimento da tecnologia e sistemas aeroportuários a melhoria na *infraestrutura* de telemática, *rede* de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia aumentando a capacidade, integridade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços *prestados proporcionando* maior produtividade dos sistemas operacionais e de navegação aérea.

Foram realizadas obras de manutenção para as atividades operacionais e de segurança nos vários aeroportos da região, com destaque para as obras de recapeamento de toda a faixa central da pista de pouso e de área do pátio principal do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes – Manaus, assim como recuperação de pavimento e pintura da sinalização de pista de pouso e decolagem e reparos emergenciais nos *pavimentos dos aeroportos*. Alguns investimentos tiveram a sua conclusão atrasada em virtude da revisão dos processos licitatórios para atendimento às exigências do TCU. O valor orçado foi de R$ 40,3 milhões e foram realizados R$ 28,0 milhões, o que representa 70,0%.

Região Nordeste

Dos investimentos de manutenção de maior relevância ocorridos nesta região, merecem destaque troca de equipamentos de manutenção, recapeamento e sinalização horizontal da pista de pouso, recuperação da cerca perimetral. Na área de desenvolvimento da tecnologia e *sistemas aeroportuários* a melhoria na infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia aumentando a capacidade, *integridade, disponibilidade* e confiabilidade dos serviços prestados, proporcionando maior produtividade dos sistemas operacionais e de navegação aérea. Em relação aos equipamentos, foram adquiridos veículos tipo Van para a área de segurança, e empilhadeiras para a logística de carga. A não realização, no que se refere a equipamentos, justifica-se, em sua maior parte, por atrasos nos prazos de entrega pelos fornecedores. O valor orçado foi de R$ 33,5 milhões e foram realizados 19,5 milhões, o que representa 58,0%.

Região Sudeste

Foram realizados na região diversos empreendimentos e aquisição de equipamentos, com destaque para as obras e serviços de infraestrutura para implantação do sistema de *gestão de estacionamento*, adequação de ilhas de cancelas e infraestrutura elétrica, fornecimento e instalação de esteiras de bagagem de embarque e desembarque, *nobreaks para os sistemas estáticos ininterruptos*, disponibilização de infraestrutura para emissoras de rádio e televisão, aquisição de longarinas para diversos aeroportos da região, aquisição de *central telefônica*, *obras de* recuperação de edifício do sistema de combate à incêndio, reforma e revitalização do sistema de luzes de aproximação e flash de cabeceiras de pistas de *pouso* e decolagem, obras e serviços de infraestrutura e instalação de ILS CAT I, revitalização dos sistemas de aterramento e proteção contra descargas atmosféricas nos *sistemas de* ILS, revitalização de pinturas de sinalização horizontal e vias de serviço dos pátios de manobra, recapeamento da pavimento flexível das pistas, estrutura cantilever, sistema de monitoramento de veículos autopropelidos e aquisição de empilhadeiras para os terminais de logística de carga, dentre outros.

Na área de desenvolvimento da tecnologia e sistemas aeroportuários a melhoria na infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia aumentando a capacidade, integridade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços *prestados proporcionando* maior produtividade dos

sistemas operacionais e de navegação aérea. O valor orçado foi de R$ 89,7 milhões e foram realizados R$ 77,1 milhões, o que representa 86,0%.

Região Sul

Os investimentos realizados no decorrer do exercício de 2009, na região, referem-se à aquisição de equipamentos para segurança e conforto dos passageiros e ampliação dos sistemas de vigilância nos terminais de cargas, aquisição de longarinas para embarque e saguão, revitalização do Worna aquisição de veículo tipo pick-up para a área de manutenção, melhoria nos sistemas de controle de acesso, recapeamento, alargamento e novo balizamento para pista de pouso e decolagem , recuperação da taxiway, recomposição de piso do sistema de combate incêndio. O valor orçado foi de R$ 24,2 milhões e foram realizados 7,7 milhões, o que representa 32,0%.

Região Centro-Oeste

Dos investimentos realizados na região centro-oeste, pode-se destacar a aquisição de estações de rádio de comunicação para estações fixas, móveis e portáteis e a adequação dos fluxos hídricos oriundos da drenagem da segunda pista, assim como pintura da sinalização horizontal de pátios e pistas no Aeroporto Internacional de Brasília.

Os investimentos que possuem uma complexidade maior quanto ao preparo das especificações e realização dos processos licitatórios tiveram um atraso maior para serem concluídos e alguns ficaram por se realizarem em 2010. O valor orçado foi de R$ 74,6 milhões e foram realizados 55,8 milhões, o que representa 75,0%.

Programa de Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo

Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo

Região Norte

Para esta região, destaca-se a aquisição de veículos para apoio à manutenção e dependências de navegação aérea.

Foram adquiridos ainda, *nobreaks*, relógios digitais, central de refrigeração e condicionadores de ar, aparelho grampeador de correias de esteiras, transceptor VHF portátil e móveis para as salas de navegação aérea dos Aeroportos e Grupamentos de Navegação Aérea – GNA.

A não realização se justifica, em parte, por necessidade de complementação de projeto devido a problemas técnicos, tendo como conseqüência execução prevista para 2010. O valor orçado foi de 6,7 milhões e foram realizados 4,9 milhões, o que representa 73,0%.

Região Nordeste

Destaca-se no exercício, a aquisição de sistema de gravação digital de imagens de pouso e decolagem de aeronaves para o Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado em São Luis. Foram adquiridos também aparelhos condicionadores de ar e nobreaks para as salas de navegação área da região. O valor orçado foi de R$ 3,8 milhões e foram realizados 281,3 mil, o que representa 7,0%. A realização de parte dos investimentos foi transferida para 2010.

Região Sudeste

Na Região Sudeste destaca-se a aquisição de marcadores para os novos ILS de Guarulhos, assim como aquisição e instalação de equipamentos diversos, tais como cortina de controle solar com mecanismo eletro-mecânico para TWR no Aeroporto Internacional de Viracopos e central de ar condicionado no Aeroporto de Macaé.

Foram adquiridos também condicionadores de ar, gravador digital RAT, software para operacionalização de ponte de embarque, sistema de câmeras de vigilância e ainda móveis e utensílios para melhorias nas salas de navegação aérea nos diversos aeroportos da região. O valor orçado foi de 3,8 milhões e foram realizados 1,4 milhões, o que representa 38,0%.

Região Sul

Na Região Sul destaca-se a execução de serviços de fresagem e recomposição do pavimento flexível da pista de pouso e decolagem do Aeroporto Internacional Salgado Filho e ainda o fornecimento e instalação de sistema insufilme para a torre de controle do Aeroporto de Joinville.

Foram adquiridos ainda condicionadores de ar e móveis e utensílios, dentre outros. O valor orçado foi de R$ 3,1 milhões e foram realizados 105,2 mil, o que representa 3,0%. Os investimentos não realizados foram transferidos em sua maior parte para o ano de 2010.

Região Centro-Oeste

Na Região Centro Oeste ressalta-se a aquisição e instalação de equipamentos DVDOR/DMF em várias localidades. Foram adquiridos também equipamentos como transceptores de rádio, barômetro, multímetro, osciloscópio e *nobreak*, dentre outros, para manutenção de diversas áreas da navegação aérea. Houve solicitação de contratada para prorrogação de prazo de entrega de bens para 2010, o que impactou, em parte, a realização. O valor orçado foi de R$ 16,1 milhões e foram realizados 2,9 milhões, o que representa 18,0%.

Programa de Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio

Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

A realização destes investimentos proporcionou melhorias nas condições de trabalho, principalmente no que se refere às acomodações e equipamentos utilizados nas áreas administrativas da Empresa. Destaca-se o fornecimento, instalação, configuração e ativação de centrais privadas de

comutação telefônica com terminais digitais, analógicos e IP no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão.

Assim como, aquisição de sistema STVV para a Sede. Foram adquiridos ainda, móveis e utensílios, bebedouros, estações de trabalho, condicionadores de ar, máquinas fotográficas digitais, TV LCD, dentre outros. Parte dos investimentos não foi realizada, devido à demora na entrega de bens, sendo a realização prevista para o início de 2010.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, *Informação e Teleprocessamento*

A realização dos investimentos nesta ação resultou na melhoria da infraestrutura para suporte de sistemas, bem como para o desenvolvimento e modernização de sistemas administrativos, provendo desta forma, aumento na eficácia e eficiência dos serviços prestados pela Infraero. Destaca-se a aquisição de servidores, solução de armazenagem storage e projeto GED/ECM.

Assim como, aquisição de notebooks e desktops, de equipamentos para o projeto Server Farm, revitalização da rede LAN, equipamentos de rede para diversos aeroportos e sede, equipamentos de telemática, licenças de software SQL Server, solução integrada de gestão de identidades e controle de acesso. Foram adquiridos também aparelhos telefônicos IP, equipamentos sem fio WI-FI, rede de comunicação de dados, dentre outros, para atualização tecnológica dos aeroportos e Sede da Infraero.

4.3 - CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Fatores diversos verificados no decorrer do processo de execução do Orçamento de Investimento de 2009, como mudanças das condicionantes macroeconômicas, novas perspectivas de mercado, reestruturações institucionais e corporativas de empresas e grupos etc., ensejaram alterações nas programações aprovadas na LOA e a inclusão de programações de novas unidades orçamentárias que dela não constaram.

Nesse sentido, foram aprovados créditos adicionais ao orçamento, promovendo suplementações ou cancelamentos em dotações de subtítulos preexistentes e inserções de novos projetos/atividades. A consolidação dos valores da Dotação Inicial com o movimento decorrente desses créditos resultou na chamada Dotação Final, que define o limite anual de gasto autorizado para cada subtítulo.

Em 2009, a soma de suplementações superou os cancelamentos em R$ 2.861.193.238,00, gerando no encerramento do exercício uma Dotação Final no valor de R$ 82.143.086.827,00, o que significou um acréscimo de 3,6 % em relação à Dotação Inicial.

No período, foram aprovadas dotações para 145 novos subtítulos, sendo 122 projetos e 23 atividades, e foi efetuado o cancelamento integral das dotações de 17 projetos e 6 atividades.

Ao todo, foram sancionados créditos adicionais de R$ 20.773.434.242,00, equivalentes a 26,2 % da dotação global constante da LOA, visando adequar/ajustar cronogramas e prioridades bem como incluir projetos ou programaçoes de novas empresas.

Além de indicar os recursos para suportar o aumento líquido de dotação, as empresas promoveram cancelamentos em dotações já aprovadas de modo a viabilizar a execução de novos compromissos decorrentes dos créditos que lhes foram conferidos.

Merece destaque a incorporação do Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP e do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC pelo Banco do Brasil S.A. – BB por decisão da Assembléia Geral Extraordinária – AGE realizada em 28/11/2008 e 30/09/2008, respectivamente. Sendo que o BESC teve sua dotação global integralmente cancelada pelo Decreto de 29/04/2009.

Outro destaque foi a alteração da denominação da empresa Manaus Energia S.A. para Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE.

O demonstrativo das Modificações na Dotação da Despesa, inserida nas Informações Adicionais da PCPR, apresenta as modificações ocorridas na dotação fixada pela LOA, listando os respectivos instrumentos legais que as aprovaram.

A seguir, encontram-se arrolados os documentos legais referentes aos créditos adicionais aprovados em 2009, evidenciando em cada um as unidades orçamentárias e respectivas ações alteradas ou incluídas.

Decreto de 30.01.2009, que reabriu os créditos especiais em favor de Companhias Docas, abertos pelas Leis nº 11.857, de 15 de dezembro de 2008, e nº 11.886, de 23 de dezembro de 2008, no valor total de R$ 73.453.884,00 , sendo os recursos oriundos de geração própria, de repasses do Tesouro Nacional, a título de participação da União no capital social das respectivas Companhias Docas e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos, com a seguinte destinação:

- Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba: R$ 14.314.794,00 destinados às obras de Recuperação e Reforço de Infra-Estrutura no Porto de Ilhéus (BA); Estudos e Projetos para Dragagem de Aprofundamento no Porto de Ilhéus (BA); Derrocagem no Berço e na Bacia do Terminal de Granéis Líquidos no Porto de Aratu (BA); e Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza;

- Companhia Docas do Ceará – CDC: R$ 472.000,00 destinados à Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza;

- Companhia Docas do Estado do Pará – CDP: R$ 45.186.374,00 destinados à Ampliação do Pier Principal, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso no Porto de Vila do Conde (PA); Dragagem de Aprofundamento dos Berços Internos dos Pieres 102, 202, 302 do Porto de Vila do Conde (PA); Estudos e Projetos para a Construção do Terminal de Múltiplo Uso no Porto de Vila do Conde (PA); Implantação de Sistema de Combate a Incêndio e Controle de Pânico no Porto de Belém (PA); Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza; Recuperação do Sistema de Distribuição de Água Potável do Porto de Belém (PA); e Instalação de Defensas Portuárias no Porto de Belém (PA);

- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R$ 10.415.980,00 destinados à Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro (RJ); e Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza; e

- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern: R$ 3.064.736,00 destinados às Obras de Recuperação e de Adequação de Infra-Estrutura no Porto de Natal (RN).

Decreto de 29.04.2009, cancelou no Orçamento de Investimento para 2009 a dotação da unidade "25271 – Banco do Estado de Santa Catarina S.A. - BESC", no valor total de R$ 34.851.751,00, nas ações de Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Lei nº 11.937, de 14.05.2009, abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, crédito suplementar no valor de R$ 37.000.000,00 para os fins que especifica:

- Implantação de Rede de Ramais Termelétricos (Gasoduto) para Atendimento de Produtores Independentes de Energia Termelétrica, em Manaus (AM), com recursos provenientes do cancelamento de R$ 37.000.000,00 em Aquisição de Imóvel-Sede, no Rio de Janeiro (RJ).

Lei nº 11.938, de 14.05.2009, abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, crédito especial no valor total de R$ 310.511.886,00, com recursos provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades, conforme detalhamento a seguir:

- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte: R$ 158.000.000,00 destinados à Implantação de Linha de Transmissão de Energia Elétrica entre Ribeiro Gonçalves (PI) e Balsas (MA) - (95 Km - 230 kV) e de Subestações Associadas - (PI/MA); Implantação de Linha de Transmissão de Energia Elétrica (56 km em 230 kV) entre as Subestações Cariri e Mauá III (300 MVA) Associada à UHE Balbina (AM); Implantação da Subestação Miranda II (500/230 kV - 250 MVA) e do Seccionamento das Linhas de Transmissão Presidente Dutra - São Luis II - C1 e C2 - 500 kV - (MA), com recursos provenientes do cancelamento de R$ 158.000.000,00 dos projetos da empresa em Estudo de Viabilidade para Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA); Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW; Implantação da Linha de Transmissão Oiapoque - Calçoene (204 Km - 138 kV) - (AP); Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica; Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Pará (PA); Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte; Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Maranhão (MA); Instalação de Edifício-Sede; Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - Implantação da 2ª Casa de Força - Potência de Inventário de 104 MW; Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA) - 2ª Etapa - de 4.245 para 8.370 MW;

- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf : R$ 105.714.075,00 destinados à Implantação das Subestações SUAPE II (500/230 kV - 600 MVA), com Seccionamento da LT 500 kV Messias - Recife II e Suape III (230/69kV - 400 MVA), com Seccionamento das LT's em 230 kV UTE Termopernambuco - Pirapama II (Suape II) - C1 e C2 - (PE), com recursos provenientes do cancelamento de R$ 105.714.075, dos projetos da empresa em Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste; e Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste;

- Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear: R$ 10.000.000,00 destinados aos Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 10.000.000,00 em Implantação da Usina Termonuclear de Angra III com 1.309 MW (RJ); e

- FURNAS - Centrais Elétricas S.A.: R$ 36.797.811,00 destinados à Implantação do Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 (500kV - 180 km) - (MG), com recursos provenientes do cancelamento de R$ 36.797.811,00 dos projetos da empresa em Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de extensão - (MG/GO); Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais; e Ampliação da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW (RJ), através de Ciclo Combinado.

MP nº 463, de 20.05.2009, convertida na Lei nº 11.981, de 09 de julho de 2009, abriu crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R$ 1.217.677.730,00. Deste valor, foram destinados às empresas estatais sob a forma de participação no capital das respectivas empresas o valor de R$ 350.000,00 oriundos de repasses do Tesouro Nacional.

- Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba: R$ 105.000,00 destinados à Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (BA);

- Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa: R$ 35.000,00 destinados à Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (ES);

- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp: R$ 35.000,00 destinados à Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (SP);

- Companhia Docas do Pará – CDP: R$ 70.000,00 destinados à Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (PA);

- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R$ 70.000,00 destinados à Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (RJ); e

- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern: R$ 35.000,00 destinados à Prevenção, Preparação e Enfretamento para a Pandemia de Influenza (RN).

Decreto de 04.06.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de Companhias Docas crédito suplementar no valor total de: R$ 25.629.425,00,

com os recursos oriundos de repasses do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido, conforme detalhamento a seguir:

- Companhia Docas do Ceará – CDC: R$ 744.646,00 destinados à Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Fortaleza (CE); e Implantação de Sistema de Defensas no Porto de Fortaleza (CE);
- Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa: R$ 1.946.659,00 destinados aos Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente; e Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Vitória;
- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp: R$ 1.261.760,00 destinados à Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP); e Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Santos (SP);
- Companhia Docas do Pará – CDP: R$ 1.263.419,00 destinados à Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Vila do Conde (PA); Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Belém (PA); e Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Santarém (PA);
- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R$ 9.360.173,00 destinados à Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Itaguaí (RJ); e Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto do Rio de Janeiro (RJ); e
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern: R$ 11.052.768,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN); Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Natal (RN); e Implantação de Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN).

Decreto de 09.06.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Caixa Econômica Federal - Caixa e da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero, crédito suplementar no valor total de R$ 110.858.248,00, com recursos provenientes de geração própria e do cancelamento de parte de dotações no valor de R$ 15.404.400,00, para atender à seguinte programação:

- Caixa Econômica Federal – Caixa: R$ 106.998.248,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento; e Instalação de Pontos de Atendimento Bancário. Foram cancelados R$ 11.544.400,00 em Instalação de Pontos de Atendimento Bancário; e Instalação de Bens Imóveis; e
- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero: R$ 3.860.000,00 destinados à Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária; Construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia; e Reforma do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ), com recursos provenientes do cancelamento de R$ 3.860.00,00 no projeto da empresa para Construção do Terminal de Passageiros, de Pátio de Aeronaves e de Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP).

Decreto de 10.06.2009, que abriu aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R$ 14.400.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, com recursos oriundos da anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 7.200.000,00 e do repasse da União, sob a forma de aumento da participação no capital de empresas estatais, no valor de R$ 7.200.000,00, destinados à Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP).

Lei nº 11.954 de 25.06.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009 crédito especial no valor total de R$ 43.549.795,00, em favor da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, destinados à Recuperação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Galeão (RJ); Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Fortaleza; Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Boa Vista (RR); Ampliação e Readequação das Vias de Acesso do Aeroporto Internacional de Salvador; Ampliação da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Campinas – SP; e Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) - 2ª Etapa, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 43.549.795 nos projetos da empresa em Ampliação do Sistema de Pátio de Estacionamento de Aeronaves e Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto de Joinville (SC); Ampliação dos Sistemas de Pistas e Pátios e de Macrodrenagem do Aeroporto Internacional de Curitiba; e Construção do Novo Terminal de Cargas do Aeroporto de Vitória.

Lei nº 11.992, de 27.07.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev, crédito especial no valor total de R$ 103.263.522,00, destinados à Aquisição de Bens Imóveis para as Instâncias Regionais com recursos provenientes de geração própria da empresa.

Lei nº 11.993, de 27.07.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, crédito especial no valor total de R$ 39.640.772,00, destinados à Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso e na Bacia de Evolução do Porto de Itaguaí (RJ) com recursos provenientes de repasses do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido.

Lei nº 12.018, de 12.08.2009, que abriu aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, crédito especial no valor global de R$ 886.314.909,00. Deste valor, foram destinados às empresas estatais sob a forma de participação no capital das respectivas empresas o valor de R$ 94.000.000,00 oriundos de repasses do Tesouro Nacional.

- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp – R$ 4.000.000,00 destinados aos Estudos e Projetos de Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos (SP); e

- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern – R$ 90.000.000,00 destinados à Ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN).

Lei nº 12.043, de 09.10.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de Companhias Docas, crédito suplementar no valor total de R$ 116.408.996,00 com recursos oriundos de repasses do Tesouro Nacional para aumento do Patrimônio Líquido no valor de R$ 113.620.126,00 e de cancelamento de parte de dotações no valor de R$ 2.788.870,00 aprovadas para outros projetos, para os fins que especifica:

- Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba – R$ 4.915.721,00 destinados à Instalação de Portêiner no Porto de Salvador (BA); e Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente. Foram cancelados R$ 2.788.870,00 nos projetos da empresa em Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Ilhéus (BA); Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Aratu (BA); Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Salvador (BA); e Derrocagem no Berço e na Bacia do Terminal de Granéis Líquidos no Porto de Aratu (BA);

- Companhia Docas do Ceará – CDC – R$ 5.675.500,00 destinados à Recuperação da Infra-Estrutura do Cais Comercial e Pier Petroleiro do Porto de Fortaleza (CE); e Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente;

- Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa: R$ 15.064.844,00 destinados às Obras de Contenção e Ampliação do Cais do Porto de Vitória (ES); e Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Vitória;

- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp: R$ 78.597.268,00 destinados à Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP); Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP); e Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Santos (SP);

- Companhia Docas do Pará – CDP: R$ 4.500.000,00 destinados à Ampliação do Pier Principal, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso, no Porto de Vila do Conde (PA); e

- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R$ 7.655.663,00 destinados à Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto do Rio de Janeiro (RJ); Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção ao Meio-Ambiente; e Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS - CODE) no Porto de Itaguaí (RJ).

Lei nº 12.045, de 09.10.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev, crédito suplementar no valor total de R$ 60.000.000,00, destinados à Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; e Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos com recursos provenientes de geração própria da empresa.

Lei nº 12.046, de 09.10.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R$ 827.569.050,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 789.136.377,00, com recursos provenientes de geração própria, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades, para os fins que especifica:

- Banco da Amazônia S.A. – Basa: R$ 12.339.991,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Instalação de Bens Imóveis; Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, com recursos oriundos de geração própria da empresa e do cancelamento de R$ 6.178.840,00 em projetos de Instalação de Bens Imóveis; Instalação de Pontos de Atendimento Bancário; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento;

- Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB : R$ 13.685.451,00 destinados à Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, com recursos oriundos de geração própria da empresa e do cancelamento de R$ 8.753.154,00 em projetos de Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento;

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: R$ 23.500.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 23.500.000,00 para a Instalação de Bens Imóveis;

- Caixa Econômica Federal – Caixa: R$ 58.306.400,00 destinados à Instalação de Bens Imóveis e Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, com recursos provenientes de cancelamento de R$175.460.248,00, nos projetos da empresa em Instalação de Complexo Datacenter - Consórcio BB-Caixa (DF); Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;

- Casa da Moeda do Brasil – CMB: R$ 315.260.000,00 destinados à Adequação e Modernização do Parque Industrial;

- Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – Ceasaminas: R$ 2.035.000,00 destinados à Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional;

- Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – Casemg: R$ 795.000,00 destinados à Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT: R$ 44.665.600,00 destinados à Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição, com recursos oriundos do cancelamento de R$ 133.700.000,00 nos projetos da empresa em Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição; Adequação da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;

- Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás: foram cancelados R$ 20.690.000,00 em Implantação de Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia;

- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero: R$ 342.748.208,00 foram destinados à Revitalização e Modernização do Terminal de Passageiros 2 e demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ); Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP); Execução de Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem, Sinalização Horizontal e de Obras de Infra-Estrutura de Sistemas de Auxílio e Proteção ao Vôo do Novo Complexo Aeroportuário em São Gonçalo do Amarante (RN); Construção da 2ª Pista do Aeroporto Internacional Viracopos - Campinas (SP); Revitalização, Modernização e Manutenção do Terminal de Passageiros 1 e Demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Galeão - Rio de Janeiro (RJ); Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária; Implantação de Quatro Pontes de Embarque no Aeroporto Internacional de Recife; Ampliação e Reforço do Pátio de Aeronaves e Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto de Parnaíba (PI); Construção da Torre de Controle no Aeroporto Internacional de Congonhas (SP); Construção do Terminal de Passageiro no Aeroporto Internacional de Macapá; Construção do Complexo Logístico do Aeroporto Internacional de Porto Alegre; Construção de Terminal de Passageiros, de Torre de Controle e de Sistema de Pista do Aeroporto de Vitória, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 342.748.208,00 nos projetos da empresa em: Construção de Terminal de Passageiros, de Torre de Controle e de Sistema de Pista do Aeroporto de Vitória; Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Santarém (PA); Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza (CE); Complementação da Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá; Reforma e Ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confins (MG); Construção do Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves do Aeroporto de Teresina; Recuperação e Reforço Estrutural dos Sistemas de Pistas do Aeroporto Internacional de Campinas (SP); Construção de Viaduto sobre Via de Acesso no Aeroporto Internacional de Brasília; Ampliação do Terminal de Carga do Aeroporto Internacional de Curitiba; Construção de Torre de Controle do Aeroporto Internacional de Salvador; Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Santos Dumont (RJ); Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Congonhas - São Paulo - 3ª Etapa; Ampliação da Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto Internacional de Porto Alegre; Construção da 2ª Pista de Pouso e do Satélite Sul do Aeroporto Internacional de Brasília; Construção de Terminal de Passageiros, de Pátio de Aeronaves e de Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP); e Construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis; e

- Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro: R$ 14.233.400,00 destinados à Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, com recursos oriundos do cancelamento de R$ 78.105.927,00 em Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Lei nº 12.047, de 09.10.2009, que abriu aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral, do Trabalho e do Distrito Federal e dos Territórios e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R$ 304.927.063,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Deste valor global, foram destinados às empresas estatais sob a forma de participação no capital das respectivas empresas o valor de R$ 2.200.000,00 oriundos de repasses do Tesouro Nacional.

- Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba: foram cancelados R$ 3.000.000,00 em Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e *Proteção ao Meio-Ambiente*;

- Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa: foram cancelados R$ 1.000.000,00 em Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção *ao Meio-Ambiente*;

- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: foram cancelados R$ 1.500.000,00 em Estudos e Projetos para Racionalização da Operação Portuária e Proteção *ao Meio-Ambiente*; e

- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern: R$ 7.700.000,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN), *com recursos provenientes dos cancelamentos* anteriormente citados no valor total de R$ 5.500.000,00 e do repasse do Tesouro Nacional no valor de R$ 2.200.000,00.

Decreto de 30.10.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte e da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., crédito suplementar no valor total de R$ 72.038.413,00, com recursos provenientes de cancelamentos de dotações aprovadas para outros projetos/atividades, conforme detalhamento a seguir:

- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte: R$ 35.950.000,00 destinados à Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Maranhão (MA); Implantação de Linha de Transmissão, com 36 km em 230 kV, entre as Subestações São Luís II e III e SE's Associadas (MA); Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados; Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte; Implantação de Linha de Transmissão de Energia Elétrica entre Ribeiro Gonçalves (PI) e Balsas (MA) - (95 Km - 230 kV) e de Subestações Associadas - (PI/MA); Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica; Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Pará (PA); Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA) - 2ª Etapa - de 4.245 para 8.370 MW; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nos Estados do Acre e de Rondônia; Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Amapá, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 35.950.000,00 em projetos de Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW; Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - Implantação da 2ª Casa de Força - Potência de Inventário de 104 MW; Instalação de Edifício-Sede; Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Norte; e Implantação de Linha de Transmissão de Energia Elétrica (56 km em 230 kV) entre as Subestações Cariri e Mauá III (300 MVA) Associada à UHE Balbina (AM);

- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp: R$ 1.200.000,00 destinados à Recuperação da Pavimentação das Vias do Cais do Porto de Santos (SP) com recursos provenientes do cancelamento de R$ 1.200.000,00 em Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e

- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.: R$ 34.888.413,00 destinados à Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul; Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João, com 77 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 69 kV, com 30 km de extensão (RS); Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica; Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 54 km de extensão (SC), com recursos provenientes do cancelamento de R$ 34.888.413,00 em projetos de Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo, com 53 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 34 e 69 kV, com 43 km de extensão (SC); e Implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos, com 48 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 40 km de extensão (MS).

Decreto de 09.12.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas do Grupo Petrobrás e da ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., crédito suplementar no valor total de R$ 1.821.876.031,00, oriundos de cancelamento de dotações aprovadas para outros projetos/atividades, conforme detalhamento a seguir:

- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.: R$ 34.888.413,00 destinados à Implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos, com 48 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 40 km de extensão (MS); Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo, com 53 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 34 e 69 kV, com 43 km de extensão (SC), com recursos provenientes do cancelamento de R$34.888.413,00 em projetos de Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 54 km de extensão (SC); Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica; Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João, com 77 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 69 kV, com 30 km de extensão (RS); Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul;

- Ipiranga Asfaltos S.A. – Iasa: Foram cancelados R$ 135.000,00 em projetos de Manutenção e Adequação de Bens Imóveis e destinados R$ 135.000,00 à

Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; e Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos;

- Liquigás Distribuidora S.A. – Liquigás: R$ 889.500,00 destinados à Implantação de Centro Operacional de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em Duque de Caxias (RJ) com recursos provenientes do cancelamento de R$ 889.500,00 em projeto de Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP;

- Petrobras Distribuidora S.A. – BR: R$ 23.753.832,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis com recursos provenientes do cancelamento de R$ 23.753.832,00 em projetos de Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento a Grandes Clientes; e Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

- Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV: R$ 60.421.850,00 destinados à Aquisição de Direitos e de Estudos para a Expansão de Atividades na Indústria do Petróleo no Exterior; Adequação da Infra-Estrutura de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Exterior com recursos provenientes do cancelamento de R$60.421.850,00 em projetos de Adequação da Infra-Estrutura de Gás e Energia no Exterior; Adequação da Infra-Estrutura Industrial no Exterior;

- Petrobras Netherlands B.V. – PNBV: R$ 370.137.683,00 destinados à Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural; Construção de Unidades Estacionárias de Produção (Período 2002-2010) com recursos provenientes do cancelamento de R$ 370.137.683,00 em projetos de Construção de Unidades Estacionárias de Produção III (período: 2008 - 2016); Construção de Unidades Estacionárias de Produção II (período 2007-2013);

- Petrobras Transporte S.A. – Transpetro: R$ 76.500.000,00 destinados à em Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento com recursos provenientes do cancelamento de R$ 76.500.000,00 em projetos de Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Embarcações; Aquisição de Navios em Estaleiros Nacionais;

- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás: R$ 1.233.149.753,00 destinados à Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural da Bacia de Campos; Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão - RPBC, em Cubatão (SP); Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos - Regap, em Betim (MG); Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste; Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Capuava - Recap, em Mauá (SP); Ampliação de Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), de 13,5 MM m³/dia para 22,8 MM m³/dia; Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário; Manutenção da Infra-Estrutura Operacional das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados; Implantação de Terminal, em Barra do Riacho (ES), para Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP e C5+, de 1.3 MM m³/dia para 18,0 MM m³/dia; Implantação de Sistemas de Racionalização do Uso da Energia nas Atividades da Petrobrás; Manutenção da Infra-Estrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural; Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino; Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria de Paulínia - Replan para 63.000 m³/dia, em Paulínia (SP); Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas da Petrobras - Cenpes (RJ); Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Exploração; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Desenvolvimento da Produção; Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados; Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (Petrobras); Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste (Petrobras); Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Demais Atividades da Área de Petróleo e Gás Natural; Implantação da 2ª Fase da Usina Termelétrica Sepé Tiaraju (Canoas), com Acréscimo de 90 MW, através de Ciclo Combinado, em Canoas (RS); Implantação do Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste - Imobilizações Petrobrás; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Termoceará (Petrobras), com 225 MW - (CE); Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP); Ampliação da Capacidade de Escoamento de Gás Natural de Cabiúnas para a Refinaria Duque de Caxias para 15 milhões de m³/dia (RJ) e Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Usinas Termelétricas, com recursos provenientes de cancelamento de R$ 1.233.149.753,00 em projetos de Implantação de Terminal de Derivados com Capacidade de 150 mil m³/dia, em Pecém (CE); Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria Alberto Pasqualini - Refap para 30.000

m³/dia, em Canoas (RS); Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Geração de Energia Elétrica; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Geração de Energia Elétrica; Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Norte; Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - Fafen (BA); Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - Fafen (SE); Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Celso Furtado (Termobahia), com 260 MW, em São Francisco do Conde (BA); Construção de Píer em São Sebastião, para Navios de até 150 mil TPB, e de Duto Associado, com aproximadamente 130 km, até Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) - (SP); Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados; Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Usinas Termelétricas; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Desenvolvimento Sustentável para a Área de Petróleo e Gás Natural; Reformulação da Malha Dutoviária da Grande São Paulo (SP); Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia do Espírito Santo; Manutenção dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Refino; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Gás Natural; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Unidade de Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste - Lubnor, em Fortaleza (CE); Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia; Implantação do Sistema de Escoamento de Álcool (Ribeirão Preto-SP / Replan / Ilha Dágua-RJ); Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabbá - Reman, em Manaus (AM); Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão, com 216 MW, em Cubatão (SP); Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste; Implantação da Refinaria Premium I, no Estado do Maranhão; Implantação da Refinaria Premium II, no Estado do Ceará; Ampliação da Capacidade de geração da Usina Termelétrica Luis Carlos Prestes, para 372 MW, através de Ciclo Combinado, em Três Lagoas (MS); Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP, de 0,5 MM t/ano para 1,6 MM t/ano, através dos Terminais da Ilha Redonda e da Ilha Comprida (RJ); Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, em Araucária (PR); e Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Santos; e

- Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG: R$ 22.000.000,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural com recursos provenientes do cancelamento de R$ 22.000.000,00 em projeto de Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste.

MP nº 477, de 29.12.2009, que abriu crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, no valor global de R$ 18.191.723.573,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 5.736.743.280,00, para os fins que especifica:

- Alberto Pasqualini - Refap S.A.: foram cancelados R$ 212.175.498,00 em projetos de Implantação de Terminal de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, em Lages (SC); Implantação de Terminal de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis, em Lages (SC); e Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini - Refap, em Canoas (RS) ;

- Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. – Alvo: R$ 7.721.676,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento a Grandes Clientes; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; e Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos oriundos de geração própria da empresa;

- Braspetro Oil Services Company – Brasoil: R$ 45.594.049,00 destinados à Adaptação da Unidade Marítima de Perfuração Semi-Submersível P-23 oriundos de geração própria da empresa;

- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte: R$ 2.900.000,00 destinados à Implantação da Estação Retificadora Porto Velho (RO) - 500 kV CC - 3150 MW e da Estação Inversora Araraquara 2 (SP) - 500kV CC - 2950 MW; Implantação do Sistema de Transmissão Porto Velho - Rio Branco (487 KM - 230 kV) - (RO/AC); Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Mato Grosso (Acréscimo de aproximadamente 365 km de Linha de Transmissão, Implantação da SE Jauru (MT) 400 MVA e Reforço nas Subestações Associadas Equivalente a 563 MVA); Implantação do Sistema de Transmissão Jauru - Porto Velho (987 Km - 230 kV) - (MT/RO) com recursos provenientes do cancelamento de R$ 2.900.000,00 em projeto de Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Norte;

- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás: R$ 830.000,00 destinados à Interligação Elétrica Brasil - Uruguai: Implantação da SE Candiota 525/230kV/600MVA; Seccionamento da LT Presid. Médice-Magé, 230kV/1 km; Construção das LTs: Presid. Médice-Candiota, 230kV/9 km; e SE Candiota-fronteira Brasil/Uruguai, 525kV/57 km com recursos provenientes do cancelamento de R$ 830.000,00 em

projeto de Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistemas de Geração e de Transmissão na Região Amazônica;

- Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – Citepe: R$ 417.088.461,00 destinados à Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE), oriundos de recursos da controladora para o aumento do patrimônio líquido;

- Companhia Petroquímica de Pernambuco – Petroquímicasuape: R$ 1.183.880.175,00 destinados à Implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA) em Ipojuca (PE), oriundos de recursos da controladora para o aumento do patrimônio líquido e outros recursos de longo prazo da controladora;

- Comperj Estirenicos S.A. – CPRJEST: R$ 74.965.762,00 destinados à Construção de Unidades de Etilbenzeno e Estireno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) – RJ, oriundos de recursos da controladora para o aumento do patrimônio líquido;

- Comperj Meg S.A. – CPRJMEG: R$ 81.929.332,00 destinados à Construção de Unidade de Etilenoglicol no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) – RJ, oriundos de recursos da controladora para o aumento do patrimônio líquido;

- Comperj Pet S.A. – CPRJPET: R$ 165.923.934,00 destinados à Construção das Unidades de PTA e PET do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) – RJ, oriundos de recursos da controladora para o aumento do patrimônio líquido;

- Comperj Petroquímicos Básicos S.A. – CPRJBAS: R$ 1.049.903.513,00 destinados à Construção da Unidade de Petroquímicos Básicos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) – RJ, oriundos de recursos da controladora para o aumento do patrimônio líquido;

- Comperj Poliolefinas S.A. – CPRJPOL: R$ 157.291.410,00 destinados à Construção das Unidades de Polietileno e Polipropileno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) – RJ, oriundos de recursos da controladora para o aumento do patrimônio líquido;

- Fafen Energia S.A.: R$ 688.961,00 destinados à Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Rômulo Almeida (Fafen) , com 151 MW - (BA), oriundos de geração própria da empresa;

- Fronape International Company – FIC: R$ 8.011.585,00 destinados à Manutenção e Adequação de Navios, oriundos de geração própria da empresa;

- FURNAS - Centrais Elétricas S.A.: R$ 800.000,00 destinados à Modernização da Usina Hidrelétrica Mascarenhas de Moraes com 476 MW (MG) com recursos provenientes do cancelamento de R$ 800.000,00 em projeto de Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste;

- Ipiranga Asfaltos S.A. – Iasa: R$ 205.728,00 destinados à Manutenção e Adequação de Bens Imóveis Manutenção e Adequação de Ativos de Informática Informação e Teleprocessamento; e Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis oriundos de geração própria da empresa;

- Liquigás Distribuidora S.A. – Liquigás: R$ 31.968.592,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP; Implantação de Centro Operacional de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), em Duque de Caxias (RJ). Foram cancelados R$ 5.143.591,00 em projetos de Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental e de Segurança Industrial do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, oriundos de geração própria da empresa;

- Petrobras Biocombustível S.A. – Pbio: R$ 68.582.637,00 destinados à Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Candeias (BA); Implantação de Unidade Esmagadora na Usina de Biodiesel de Quixadá (CE); Implantação de Unidade Esmagadora na Usina de Biodiesel de Montes Claros (MG) Implantação de Unidade Esmagadora na Usina de Biodiesel de Candeias (BA); Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Quixadá (CE); Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Montes Claros (MG), com recursos provenientes do cancelamento de R$121.410.402,00 em projetos de Manutenção da Infra-Estrutura das Unidades de Produção de Biocombustíveis; e Implantação de Unidade de Produção de Biodiesel Premium, no Estado do Pernambuco (PE);

- Petrobras Distribuidora S.A. – BR: R$ 131.104.574,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento a Grandes Clientes; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento. Foram cancelados R$ 58.515.450,00 em projetos de Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos Implantação de Estabelecimentos Operacionais - BR Aviation no Exterior; Ampliação da Infra-Estrutura de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Manutenção da Infra-Estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Manutenção dos Sistemas de Proteção Ambiental, de

Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional no Segmento de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; e Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura Varejista de Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, oriundos de geração própria da empresa;

- Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV: R$ 405.100.429,00 destinados à Adequação da Infra-Estrutura de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Exterior, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 2.173.594.024,00 em projetos de Adequação da Infra-Estrutura de Gás e Energia no Exterior; Adequação da Infra-Estrutura Industrial no Exterior; e Aquisição de Direitos e de Estudos para a Expansão de Atividades na Indústria do Petróleo no Exterior;

- Petrobras International Finance Company – PIFCo: Foram cancelados R$ 849.584,00 em projetos de Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;

- Petrobras Netherlands B.V. – PNBV: R$ 2.867.641.482,00 destinados à Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural; Construção de Unidades Estacionárias de Produção (Período 2002-2010); Construção de Unidades Estacionárias de Produção III (período: 2008 - 2016); e Aquisição da Unidade Semi-Submersível, SS-06, tipo Sedco. Foram cancelados R$ 590.074.331,00 em projetos de Construção de Unidades Estacionárias de Produção II (período 2007-2013); Aquisição de Unidades Marítimas para Conversão em Infra-Estrutura de Prospecção de Petróleo; e Aquisição de Unidades Marítimas Estacionárias de Extração e Produção de Petróleo e Gás (Período 2006-2010), oriundos dos recursos provenientes de operações de crédito de longo prazo externas;

- Petrobras Química S.A. – Petroquisa: Foram cancelados R$ 15.324,00 em projetos de Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;

- Petrobras Transporte S.A. – Transpetro: R$ 50.899.468,00 destinados à Manutenção e Adequação de Embarcações; e Construção de Barcaças e Empurradores para Movimentação de Etanol na Hidrovia Tietê – Paraná, com recursos proveniente do cancelamento de R$ 58.911.048,00 em projetos de Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; e Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados;

- Petroquímica Triunfo S.A. – Triunfo: Foram cancelados R$ 8.537.839,00 em projetos de Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; e Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque Petroquímico de Triunfo (RS);

- Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás: R$ 6.315.115.166,00 destinados à Exploração de Petróleo e Gás Natural; Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia do Espírito Santo; Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão, com 216 MW, em Cubatão (SP); Implantação de Unidades de Produção de Biocombustíveis; Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, na Baía da Guanabara (RJ), com Capacidade de 14 milhões de m³/dia, e Implantação de Gasoduto Associado; Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP, de 0,5 MM t/ano para 1,6 MM t/ano, através dos Terminais da Ilha Redonda e da Ilha Comprida (RJ); Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, no Porto de Pecém (CE), com Capacidade de 7 milhões de m³/dia, e Implantação de Gasoduto Associado; Implantação de Centro de Processamento de Dados (CPD) da Petrobras (RJ); Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba - Revap, em São José dos Campos (SP); Implantação de Terminal, em Barra do Riacho (ES), para Ampliação da Capacidade de Escoamento de GLP e C5+, de 1,3 MM m³/dia para 18,0 MM m³/dia; Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas da Petrobras - CENPES (RJ); Ampliação da Capacidade de Processamento de Gás Natural no Terminal de Cabiúnas (RJ), de 13,5 MM m³/dia para 22,8 MM m³/dia; Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados; Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Usinas Termelétricas; Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria de Paulínia - Replan para 63.000 m³/dia, em Paulínia (SP); Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Biocombustíveis; Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural da Bacia de Campos; Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.109 Mil Ton/Ano de Uréia e 796 Mil Ton/ano de Amônia; Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Santos; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (Eletrobolt), com 390 MW (RJ); Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Isaac Sabbá - Reman, em Manaus (AM); Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste (Petrobras); Implantação de Sistema de Escoamento de Álcool (Ribeirão Preto-SP / Replan / Ilha Dágua-RJ); Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural; Estudos de Mercado nas Áreas de Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Ampliação da Capacidade do Sistema de Escoamento de Petróleo e Derivados da Refinaria Alberto Pasqualini - Refap para 30.000 m³/dia, em Canoas (RS); Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - Fafen (SE); Implantação do Gasoduto de Integração

Sudeste-Nordeste - Imobilizações Petrobrás; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Termoceará (Petrobras), com 225 MW - (CE); Estudos para Implantação do Complexo de GNL; Implantação de Subestação de Energia Elétrica no Centro de Pesquisas da Petrobrás - Cenpes (RJ); Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Transporte; Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - Fafen (BA); Estudo para Implantação de Unidade Flutuante de Liquefação de GNL Embarcada (GNLE); Implantação do Núcleo Experimental de Processos Ecoeficientes - Nepe (MG); Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Refino; Obras Complementares do Gasoduto Lagoa Pardo Vitória (ES); Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste (Petrobras); Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Implantação do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus (AM) - Imobilizações Petrobrás; Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados; e Implantação da Refinaria Potiguar Clara Camarão, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 6.342.978.515,00 nos projetos da empresa em Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Usinas Termelétricas; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Exploração; Manutenção da Infra-Estrutura Complementar para Tratamento de Gás Natural; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Geração de Energia Elétrica; Estudos para Implantação de Unidades para Geração de Energia Térmica Utilizando Energia Solar; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção da Infra-Estrutura Operacional das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados; Modernização e Adequação do Sistema de Produção de Xisto - SIX, em São Mateus do Sul (PR); Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Refino; Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sul; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Gás Natural; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Demais Atividades da Área de Petróleo e Gás Natural; Apoio a Projetos em Produção de Etanol em Microdestilarias de Álcool a partir da Cana-de-Açúcar e da Mandioca, Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Norte; Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT (SP); Implantação de Usinas Eólicas para Geração de Energia Elétrica; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Unidade de Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste - Lubnor, em Fortaleza (CE); Implantação de Terminal de Derivados com Capacidade de 150 mil m³, em Pecém (CE); Contrução de Píer em São Sebastião, para Navios de até 150 mil TPB, e de Duto Associado, com aproximadamente 130 km, até Guararema (OSVAT 2 - Petróleo) - (SP); Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário; Ampliação da Capacidade de geração da Usina Termelétrica Luis Carlos Prestes, para 372 MW, através de Ciclo Combinado, em Três Lagoas (MS); Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Parque de Refino; Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisas da Petrobras - Cenpes (RJ); Implantação da 2ª Fase da Usina Termelétrica Sepé Tiaraju (Canoas), com Acréscimo de 90 MW, através de Ciclo Combinado, em Canoas (RS); Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Desenvolvimento da Produção; Implantação de Sistemas de Racionalização do Uso da Energia nas Atividades da Petrobrás; Ampliação da Capacidade de Escoamento de Gás Natural de Cabiúnas para a Refinaria Duque de Caxias para 15 milhões de m³/dia (RJ); Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica; Estudos para Implantação de Unidades de Geração de Energia Elétrica Utilizando Biomassa como Combustível; Implantação da Refinaria Premium II, no Estado do Ceará; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Celso Furtado (Termobahia), com 260 MW, em São Francisco do Conde (BA); Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Gabriel Passos - Regap, em Betim (MG); Implantação da Refinaria Premium I, no Estado do Maranhão; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Desenvolvimento Sustentável para a Área de Petróleo e Gás Natural; Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste; Reformulação da Malha Dutoviária da Grande São Paulo (SP); Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão - RPBC, em Cubatão (SP); Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Região Nordeste; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - Repar, em Araucária (PR); Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Capuava - Recap, em Mauá (SP); Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia - Replan, em Paulínia (SP); Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe - Rlam, em São Francisco do Conde (BA); Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias - Reduc, em Duque de Caxias (RJ); Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás das Bacias da Amazônia; Manutenção dos Sistemas de Segurança, de Proteção Ambiental e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural; Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Sudeste; e Manutenção da Infra-Estrutura de Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural, oriundos de recursos provenientes de operações de crédito de longo prazo internas;

- Refinaria Abreu e Lima S.A. – Rnest: foram cancelados R$ 2.813.223.990,00 para Implantação da Refinaria Abreu e Lima, em Recife (PE);

- SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.: R$ 1.020.390,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; e Modernização e Adequação do Sistema de Geração da Usina Termelétrica Barbosa Lima Sobrinho (Eletrobolt), com 390 MW, (RJ), oriundos de geração própria da empresa;

- Termobahia S.A.: R$ 80.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos, oriundos de geração própria da empresa;

- Termoceará Ltda.: R$ 1.480.830,00 destinados à Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento. Foram cancelados R$ 2.316.800,00 para Modernização e Adequação do Sistema de Geração da Usina Termelétrica Senador Carlos Jereissati (Termoceará), com 225 MW - em Pecém (CE), oriundos de geração própria da empresa;

- Termomacaé Ltda.: R$ 1.608.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Mário Lago (Termomacaé), com 922 MW, em Macaé (RJ); e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, oriundos de geração própria da empresa;

- Termorio S.A.: R$ 2.727.762,00 destinados à Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Usina Termelétrica Governador Leonel Brizola (Termorio), com 1.058 MW - (RJ), oriundos de geração própria da empresa;

- Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG: R$ 2.397.624.869,00 destinados à Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste; Incorporação de Ativos de Transporte de Gás Natural da Petrobrás; Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste; Implantação de Trecho do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus (AM), com 417 km; Implantação do Gasoduto Cacimbas - Vitória (ES) com 128 Km; e Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 122.205.337,00 em Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, no Porto de Pecém (CE), com Capacidade de 7 milhões de m³/dia, e Implantação de Gasoduto Associado; Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, na Baia da Guanabara (RJ), com Capacidade de 14 milhões de m³/dia, e Implantação de Gasoduto Associado; e Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural, oriundos de geração própria da empresa;

- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG: R$ 112.310.241,00 destinados à Ampliação da Capacidade de Transporte do Gasoduto Bolívia-Brasil, no Trecho Paulínia (SP) - Araucária (PR), de 7,4 milhões de m³/dia para 12,6 milhões de m³/dia; Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Atividades de Transporte Dutoviário de Gás Natural; Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural; e Disponibilização de Estações de Entrega e de Medição do Gasoduto Bolívia-Brasil, oriundos de geração própria da empresa; e

- Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. – UTEJF: R$ 2.244.000,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura Operacional de Usinas Termelétricas; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, oriundos de geração própria da empresa;

Lei nº 12.161, de 29.12.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de Companhias Docas, crédito especial no valor total de R$ 78.800.615,00, oriundos de geração própria, de repasses da controladora para aumento do patrimônio líquido, de outros recursos de longo prazo, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades, para os fins que especifica:

- Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba: R$ 2.271.594,00 destinados à Implantação de Sinalização Visual Planejada do Porto de Aratu (BA); Construção de Prédio para Controle de Estocagem no Porto de Aratu (BA); Construção, Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura Portuária no Estado da Bahia; e Obras de Estabilização de Encostas no Porto de Aratu (BA);

- Companhia Docas do Ceará – CDC: R$ 7.766.745,00 destinados à Derrocagem no Porto de Fortaleza (CE); Adequação da Pavimentação do Porto de Fortaleza (CE); Implantação de Novo Sistema de Combate a Incêndio no Porto de Fortaleza (CE); Recuperação de Defensas no Porto de Fortaleza (CE); Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza (CE); e Adequação do Sistema de Abastecimento de Água a Navios no Porto de Fortaleza (CE);

- Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa: R$ 18.512.371,00 destinados à Recuperação da Plataforma Operacional dos Berços 201 e 202 do Cais de Capuaba no Porto de Vitória (ES); Recuperação da Pavimentação da Estrada de Acesso ao Cais de Capuaba; Adequação da Estrada de Acesso ao Cais de Capuaba no Porto de Vitória (ES); Implantação de Sistema de Iluminação e Sinalização do Porto de Barra do Riacho (ES); Ampliação e Recuperação das Instalações do Porto de Vitória (ES); Implantação de

Acesso Rodoferroviário ao Porto de Barra do Riacho (ES); Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza; Recuperação do Sistema Viário Interno no Cais de Capuaba (ES); e Recuperação da Plataforma Operacional do Cais do Porto de Vitória nos Berços 101, 102 e 103;

- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp: R$ 26.838.338,00 destinados à Dragagem de Aprofundamento no Canal de Acesso, na Bacia de Evolução e junto ao Cais no Porto de Santos (SP); Derrocagem junto ao Canal de Acesso ao Porto de Santos (SP); Remoção de Destroços no Canal de Acesso ao Porto de Santos (SP); e Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza;

- Companhia Docas do Pará – CDP: R$ 7.194.643,00 destinados à Construção de Rampa Roll-on Roll-off no Porto de Vila do Conde (PA); Construção de Dolphins de Atracação no Píer nº 1 do Terminal de Miramar (PA); Recuperação dos Taludes do Porto de Vila do Conde (PA); Melhoramentos no Porto de Vila do Conde (PA); e Recuperação do Píer nº 1 do Porto de Santarém (PA);

- Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R$ 12.835.131,00 destinados à Recuperação do Acesso Rodoferroviário do Porto do Rio de Janeiro (RJ); Ampliação da Rede Elétrica no Porto do Rio de Janeiro (RJ); Implantação de Sistema de Defensas no Porto do Rio de Janeiro (RJ); Implantação de Centro Avançado de Controle de Tráfego no Porto de Itaguaí (RJ); Recuperaçao do Sistema Viário Interno do Porto de Itaguaí (RJ); Adequação das Instalações de Controle de Transporte de Carga do Porto de Itaguaí; Construção do Terminal de Contêineres no Cais do Caju (RJ); Implantação de Balanças no Porto do Rio de Janeiro (RJ); Construção do Terminal de Minério, Cusa e Produtos Siderúrgicos no Porto de Itaguaí (RJ); e Construçao de Subestação de Energia Elétrica no Porto do Rio de Janeiro (RJ); e

- Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern: R$ 3.381.793,00 destinados à Ampliação e Recuperação dos Portos do Estado do Rio Grande do Norte; e Manutenção da Infra-Estrutura do Porto de Natal (RN).

Lei nº 12.162, de 29.12.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor do Banco da Amazônia S.A. – BASA, da Caixa Econômica Federal – Caixa, do Banco Nossa Caixa S.A. – BNC e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, crédito especial no valor total de R$ 256.205.237,00, com recursos oriundos de geração própria e do cancelamento de parte de dotação aprovada para outra atividade no valor de R$ 3.400.000,00, conforme detalhamento a seguir:

- Banco da Amazônia S.A. – Basa: R$ 1.017.242,00 destinados à Instalação de Pontos de Atendimento Bancário;

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: R$ 3.400.000,00 destinados à Instalação de Bens Imóveis, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 3.400.000,00 em Manutenção e Adequação de Bens Imóveis;

- Banco Nossa Caixa S.A. – BNC: R$ 230.087.995,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; e Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos Máquinas e Equipamentos; e

- Caixa Econômica Federal – Caixa: R$ 21.700.000,00 destinados à Instalação de Bens Imóveis.

Lei nº 12.179, de 29.12.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor total de R$ 257.168.111,00, sendo os recursos necessários oriundos de geração própria e do cancelamento de parte de dotações no valor de R$ 11.704.000,00 aprovadas para outros projetos/atividades, com a seguinte destinação:

- Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB: R$ 360.000,00 destinados à Instalação de Pontos de Atendimento Bancário) oriundos de geração própria da empresa;

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: R$ 2.400.000,00 destinados à Instalação de Bens Imóveis, oriundos de geração própria da empresa;

- Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre: R$ 177.111.716,00 destinados à Aquisição dos Ativos do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, no Estado do Acre - Subestação e LT 138/69 kV - de Concessão da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (AC)), oriundos de geração própria da empresa;

- Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp: R$ 63.100.000,00 destinados à Incorporação ao Patrimônio da Companhia, de Obras Realizadas na Margem Esquerda do Porto de Santos, Conforme Termo de Permissão de Uso nº 03.2003; Implantação de Sistema de Gerenciamento de Tráfego de Embarcações (VTMIS) no Porto de Santos (SP); e Instalação de Sistema Simulador de Operações Portuárias , oriundos de geração própria da empresa;

- Companhia Docas do Pará – CDP: R$ 2.492.395,00 destinados à Construção do Pátio de Estocagem do Porto de Santarém (PA); Recuperação das Vias do Terminal Petroquímico de Miramar (PA), e Estruturação da Área de Apoio à Rampa Roll-On Roll-Off no Porto de Santarém (PA), oriundos de geração própria da empresa;

- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero: R$ 10.504.000,00 destinados à Aquisição de Área para Ampliação do Sítio do Aeroporto da Pampulha - Carlos Drummond de Andrade, em Belo

Horizonte (MG), com recursos provenientes do cancelamento de R$ 10.504.000,00 em Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária; e

- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.: R$ 1.200.000,00 destinados à Implantação da Subestação Coletora Porto Velho, 500/230kV e LT's Coletoras C1 e C2, em 230 kV (RO); Implantação do Complexo Hidrelétrico do Rio Lava Tudo, composto por 4 PCH's, totalizando 52 MW, interligadas por ST em 138 kV com 36 km de extensão (SC); Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica; e Implantação da Usina Eólica Coxilha Negra, com 210 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 230 kV e 19,5 km de extensão (RS), com recursos provenientes do cancelamento de R$ 1.200.000,00 em Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica.

Lei nº 12.180, de 29.12.2009, que abriu ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor de empresas estatais federais, crédito suplementar no valor total de R$ 842.967.231,00 e reduziu o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 2.249.997.748,00, para os fins que especifica:

- Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE: R$ 148.781.245,00 destinados à Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica (AM); Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica de Manaus (AM); Manutenção de Redes de Distribuição de Energia Elétrica (AM); Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica (AM); Manutenção de Sistemas de Transmissão e Subtransmissão de Energia Elétrica (AM); Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; e Manutenção dos Sistemas de Geração de Energia Elétrica (AM) com recursos provenientes do cancelamento de R$ 164.353.374,00 em Implantação da Usina Termelétrica Manaus, Fases 1 e 2, com 480 MW (AM); Revitalização do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica (AM); Implantação de Oleodutos e Instalação de Tanques de Armazenamento de Combustíveis nas Usinas Termelétricas - (AM); Implantação de Sistema de Controle de Impacto Ambiental Causado pela Geração Térmica de Energia Elétrica - (AM); Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (AM); Implantação de Sistemas de Subtransmissão de Energia Elétrica, em 138/69/34,5 kV (AM); Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica em Manaus (AM); Implantação da Linha de Transmissão Iranduba-Manacapuru (77,1 km - 69 kV) e da Linha de Transmissão Manacapuru-Novo Airão (105 km - 34,5 kV) e Subestações Associadas (AM); Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais (AM); Conversão de 16 Unidades Termelétricas Localizadas na Região de Manaus (AM), com Potencial Total de 419,5 MW, para Operação Bicombustível; e Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica em Manaus (AM);

- Ativos S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros: R$ 180.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Manutenção e Adequação de Bens Imóveis, oriundos de geração própria da empresa;

- Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB: R$ 607.040,00 destinados à Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, com recursos proveniente do cancelamento de R$ 35.972.913,00 em projetos de Instalação de Pontos de Atendimento Bancário; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, e Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento;

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: foram cancelados R$ 114.466.125,00 em Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Instalação de Bens Imóveis; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;

- Boa Vista Energia S.A. – Bvenergia: R$ 1.485.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; e Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Boa Vista Energia (RR), com recursos provenientes do cancelamento de R$ 1.485.000,00 de projeto da empresa em Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista (RR);

- Caixa Econômica Federal – Caixa: foram cancelados R$ 351.353.788,00 em projetos da empresa em Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Instalação de Bens Imóveis; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; e Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento; e Instalação de Pontos de Atendimento Bancário;

- Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – Ceasaminas: R$ 2.048.000,00 destinados à Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 201.000,00 em projetos da empresa em Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; e recursos provenientes de geração própria da empresa;

- Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron: R$ 99.009.880,00 destinados à Ampliação do Sistema de

Transmissão de Energia Elétrica em Rondônia; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica em Rondônia; e Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 39.215.380,00 em projetos da empresa em Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Ceron (RO); Manutenção do Sistema de Transmissão em Rondônia; Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia; Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia; e Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Rondônia) e outros recursos de longo prazo da controladora;

- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte: R$ 58.600.000,00 destinados a Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte; Implantação de Linha de Transmissão, com 36 km em 230 kV, entre as Subestações São Luís II e III e SE's Associadas (MA); Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nos Estados do Acre e de Rondônia; e Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Pará (PA), com recursos provenientes de cancelamento de R$ 58.600.000, 00 em projetos da empresa em Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW; Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) - Implantação da 2ª Casa de Força - Potência de Inventário de 104 MW; Instalação de Edifício-Sede; e Implantação de Linha de Transmissão de Energia Elétrica (56 km em 230 kV) entre as Subestações Cariri e Mauá III (300 MVA) Associada à UHE Balbina (AM);

- Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás: R$ 5.000.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, com recursos provenientes de cancelamento de R$ 5.000.000,00 em projeto da empresa para Aquisição de Imóvel-Sede, no Rio de Janeiro (RJ);

- Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – Casemg: R$ 70.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento com recursos provenientes do cancelamento de R$ 439.000,00 em projetos da empresa em Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional;

- Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre: R$ 7.655.253,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos com recursos provenientes do cancelamento de R$ 38.114.927,00 em projetos da empresa em Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Acre; Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Acre; Implantação da Subestação Taquari com 69/138 kV (AC); e Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Acre);

- Companhia Docas do Pará – CDP: R$ 5.750.000,00 destinados à Dragagem de Aprofundamento dos Berços Internos dos Pieres 102, 202, 302 do Porto de Vila do Conde (PA); Construção de Estacionamento para Apoio às Operações na Rampa Roll-On Roll-Off no Porto de Vila do Conde (PA); Instalação de Bens Imóveis; e Implementação do Plano de Contingência de Enfrentamento à Pandemia de Influenza, oriundos de geração própria da empresa;

- Companhia Energética de Alagoas – Ceal: R$ 1.823.000,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 53.603.070,00 em projetos da empresa em Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado de Alagoas; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Alagoas; Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica no Estado de Alagoas; Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Alagoas; e Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Ceal;

- Companhia Energética do Piauí – Cepisa: R$ 7.474.400,00 destinados à Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; e Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 73.672.318,00 em projetos da empresa em Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Piauí, Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Piauí; Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Piauí; Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Cepisa; Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Piauí); e Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Piauí;

- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf: foram cancelados R$ 96.213.863,00 em projetos da empresa em Ampliação da Usina Termoelétrica

Camaçari (BA), com Acréscimo de 200 MW, pela Implantação de Ciclo Combinado; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste; Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste; Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Nordeste; e Implantação das Subestações SUAPE II (500/230 kV - 600 MVA), com Seccionamento da LT 500 kV Messias - Recife II e Suape III (230/69kV - 400 MVA), com Seccionamento das LT's em 230 kV UTE Termopernambuco - Pirapama II (Suape II) - C1 e C2 - (PE).

- CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo: foram cancelados R$ 8.044.000,00 em projetos da empresa em Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; e Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional;

- COBRA Tecnologia S.A.: foram cancelados R$ 16.300.000,00 em projetos da empresa em Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;

- Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear: R$ 37.312.886,00 destinados à Substituição de Grupo de Geradores de Vapor da Usina de Angra I (RJ); e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento com recursos provenientes do cancelamento de R$ 417.116.089,00 em projetos da empresa em Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção do Sistema de Geração de Energia Termonuclear de Angra I e II (RJ); Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica; Manutenção do Parque de Obras e Equipamentos da Usina Termonuclear de Angra III (RJ); e Implantação da Usina Termonuclear de Angra III com 1.309 MW (RJ);

- Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev: R$ 20.000.000,00 destinados à Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social, com recursos provenientes de cancelamento de R$ 20.000.000,00, no projeto da empresa para Aquisição de Bens Imóveis para as Instâncias Regionais;

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT: foram cancelados R$ 296.096.976,00 em Manutenção da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Adequação da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição; Adequação da Infra-Estrutura de Atendimento – Correios; Manutenção da Infra-Estrutura de Produção e Distribuição; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento;

- Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero: R$ 106.670.091,00 destinados à Manutenção da Infra-Estrutura Aeroportuária; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP); Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Fortaleza; Reforma e Ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confins (MG); Expansão da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Boa Vista (RR); Ampliação e Readequação das Vias de Acesso do Aeroporto Internacional de Salvador; Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) - 2ª Etapa, e Recuperação e Reforço Estrutural dos Sistemas de Pistas do Aeroporto Internacional de Campinas (SP), com recursos provenientes do cancelamento de R$ 156.121.633,00 em Ampliação da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Campinas – SP; Ampliação do Sistema de Pátio de Estacionamento de Aeronaves e Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto de Joinville (SC); Ampliação dos Sistemas de Pistas e Pátios e de Macrodrenagem do Aeroporto Internacional de Curitiba; Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária; Construção do Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves do Aeroporto de Teresina; Construção do Novo Terminal de Cargas do Aeroporto de Vitória; Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Congonhas - São Paulo - 3ª Etapa; Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza (CE); Construção de Torre de Controle do Aeroporto Internacional de Salvador; Construção de Terminal de Passageiro no Aeroporto Internacional de Macapá; Ampliação da Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto Internacional de Porto Alegre; Construção de Terminal de Passageiros, de Pátio de Aeronaves e de Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP); Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Vôo; Construção de Terminal de Passageiros, de Torre de Controle e de Sistema de Pista do Aeroporto de Vitória; Construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia; Construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis; Construção do Complexo Logístico do Aeroporto Internacional de Porto Alegre; Ampliação do Terminal de Carga do Aeroporto Internacional de Curitiba; Ampliação e Reforço do Pátio de Aeronaves e Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto de Parnaíba (PI); Recuperação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Galeão (RJ); Execução de Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem, Sinalização Horizontal e de Obras de Infra-Estrutura de Sistemas de Auxílio e Proteção ao Vôo do Novo Complexo Aeroportuário em

São Gonçalo do Amarante (RN); Reforma do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ); Complementação da Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá; Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Santos Dumont (RJ); e Revitalização e Modernização do Terminal de Passageiros 2 e demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ);

- Eletrosul Centrais Elétricas S.A.: R$ 160.124.717,00 destinados à Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e Mato Grosso do Sul; Implantação da Usina Hidrelétrica Passo São João, com 77 MW e do Sistema de Transmissão Associado, em 69 kV, com 30 km de extensão (RS); Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá, com 361 MW e de Sistemas de Transmissão Associados, em 230 kV, com 41 Km e 110 Km de extensão (PR) (Imobilizações da Eletrosul); Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 54 km de extensão (SC); e Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 77.444.713,00 para Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo, com 53 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 34 e 69 kV, com 43 km de extensão (SC); e Implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos, com 48 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 40 km de extensão (MS), e de geração própria da empresa;

- FURNAS - Centrais Elétricas S.A.: R$ 180.294.919,00 destinados à Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ); Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; Implantação da Linha de Transmissão Macaé (RJ) - Campos (RJ) e Subestações Associadas, 3° Circuito (345 kV - 92 km); e Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Distrito Federal, com recursos provenientes do cancelamento de R$ 180.294.919,00 nos projetos da empresa em Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica; Reforços nas Torres de Linhas do Sistema de Transmissão de Itaipu, em 750 kV, nos trechos: Foz do Iguaçu - Ivaiporã; Ivaiporã - Itaberá I e II; e Itaberá - Tijuco Preto I e II (PR/SP); Ampliação da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW (RJ), através de Ciclo Combinado; Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica; Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas com 1.216 MW (MG); Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste, em 345 kV, com 50 km e de Subestações Associadas (SP); Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste; Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica; Implantação de Sistema de Transmissão Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2 (500kV - 180 km) - (MG); Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de extensão - (MG/GO); e Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Área dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais;

- IRB - Brasil Resseguros S.A.: foram cancelados R$ 15.888.660,00 em Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento; e

- Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro: foram cancelados R$ 30.000.000,00 em Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos, e Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

4.4. RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

A execução dos dispêndios previstos no Orçamento de Investimento - OI das Empresas Estatais Federais de 2009, com os ajustes decorrentes dos créditos adicionais, foi de R$ 71.146,16 milhões, representando um desempenho de 86,6% da dotação final.

Comparada à efetiva execução dos investimentos do OI - 2008, em valores atualizados mês a mês para dezembro de 2009 pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, constatou-se um crescimento de 24,2% da execução do OI - 2009.

Além disso, o número de empresas que programou e efetivamente executou investimentos no exercício de 2009 foi de 79 empresas estatais federais contra 71 delas em 2008.

O quadro a seguir demonstra, em valores consolidados por setor, a evolução da dotação comparativamente com a posição executada no exercício e, ainda, coeficientes que permitem observar, em termos percentuais, a participação tanto do Setor Produtivo como do Setor Financeiro no somatório dos gastos das empresas estatais com a constituição e manutenção de seu ativo imobilizado, bem como o respectivo desempenho na execução de suas programações.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SETOR

em R$ mil

SETOR	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)
SETOR PRODUTIVO ESTATAL	75.994.072	3.168.080	79.162.152	69.131.188	96,8
GRUPO ELETROBRÁS E FEDERALIZADAS	7.240.617	329.441	8.923.176	5.190.263	7,3
GRUPO PETROBRAS	66.136.708	3.072.761	69.209.469	62.530.070	87,8
DEMAIS EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO	2.613.747	415.759	3.029.506	1.410.835	1,8
SETOR FINANCEIRO	3.287.622	-306.887	2.980.935	2.014.977	3,2
TOTAL	79.281.894	2.861.193	82.143.087	71.146.164	100,0

Fonte: MP/DEST/SILST

Tendo em vista o desempenho das empresas, medido pelo coeficiente obtido a partir do valor realizado em relação à dotação final, e tomando por base a média geral desse indicador, cabe destacar sobre o comportamento das empresas:

Acima da média de execução geral de 86,6%, figuraram as seguintes empresas estatais federais: a) no Grupo Eletrobrás a Eletrosul, o Cepel, a Eletropar e Furnas; b) no Grupo Petrobras, a Triunfo, a Liquigás, a Transpetro, a CPRJBAS, a PIB BV, a Petrobras, a PNBV, a BR e a CPRJPOL; e c) no Grupo Demais Empresas do Setor Produtivo a Emgepron e a Ceasaminas.

Entre 10,0% e 86,6% existem 52 empresas, sendo oito instituições financeiras, onze do setor elétrico, sete do setor portuário, dezesseis do setor de petróleo e gás natural, uma do setor de abastecimento, oito do setor de serviços e uma do setor de indústria de transformação.

Abaixo de 10,0%, figuram as empresas: a) no setor Financeiro, o Besc e o Bep (ambos incorporador pelo BB); b) no Setor de Petróleo e Gás, a SFE, a Termorio, a UTEJF, a Petroquisa, a Pbio, a Termobahia e a Termomacaé; e c) nas demais empresas do SPE, a Casemg, a Codesa e a Hemobrás.

Sete empresas tiveram 18 subtítulos com realização superior ao limite final aprovado. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na condição de coordenador do processo orçamentário das empresas estatais federais, alerta a direção das empresas e os respectivos ministérios supervisores a respeito da necessidade da observância estrita do teto orçamentário aprovado no menor nível de detalhamento.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009
PROJETOS/ATIVIDADES COM REALIZAÇÃO SUPERIOR À DOTAÇÃO APROVADA

em R$ 1,00

EMPRESA / CÓDIGO DE AÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO NO ANO (B)	EXCESSO % (B/A)
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV				
4117 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL - NACIONAL	92.000.000	98.635.290	7,2
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON				
115V 0033	INSTALAÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	8.200.000	8.495.205	3,6
LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS				
2B43 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP - NACIONAL	91.695.128	93.906.338	2,4
PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV				
8055 0002	ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE GÁS E ENERGIA NO EXTERIOR - NO EXTERIOR	210.019.675	217.977.604	3,8
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS				
1C61 0028	ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DA FÁBRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - FAFEN (SE) - NO ESTADO DE SERGIPE	15.000.000	15.644.891	4,3
10WJ 0035	IMPLANTAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA DE CUBATÃO, COM 216 MW, EM CUBATÃO (SP) - NO ESTADO DE SÃO PAULO	496883985	773884623	55,7
10WL 0054	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA TERMELÉTRICA LUIS CARLOS PRESTES, PARA 372 MW, ATRAVÉS DE CICLO COMBINADO, EM TRÊS LAGOAS (MS) - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	33.610.000	36.015.275	7,2
103N 0031	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM E REGASEIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL, NA BAIA DA GUANABARA (RJ), COM CAPACIDADE DE 14 MILHÕES DE M3/DIA, E IMPLANTAÇÃO DE GASODUTO ASSOCIADO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	234.534.750	303.409.679	29,4
2D04 0030	DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS DA BACIA DE SANTOS - NA REGIÃO SUDESTE	2.264.201.998	2.804.315.611	23,9
2005 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE TRANSPORTE - NACIONAL	67.245.247	72.346.210	7,6
2761 0020	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS NATURAL NA REGIÃO NORDESTE - NA REGIÃO NORDESTE	2.876.688.560	2.946.758.780	2,4
4861 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE GÁS NATURAL - NACIONAL	165.611.341	219.517.007	32,5
4862 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO - NACIONAL	141.179.359	141.842.614	0,5
6597 0020	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTROLE AMBIENTAL, DE SEGURANÇA INDUSTRIAL E DE SAÚDE OCUPACIONAL NAS FÁBRICAS DE FERTILIZANTES NITROGENADOS - NA REGIÃO NORDESTE	49.059.427	52.627.000	7,3
7046 0020	AMPLIAÇÃO DA MALHA DE GASODUTOS DA REGIÃO NORDESTE (PETROBRAS) - NA REGIÃO NORDESTE	27.394.357	28.993.952	5,8
7048 0001	IMPLANTAÇÃO DO GASODUTO DE INTEGRAÇÃO SUDESTE-NORDESTE - IMOBILIZAÇÕES PETROBRAS - NACIONAL	12.078.637	49.552.310	281,8
TERMOCEARÁ LTDA.				
4103 0023	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO CEARÁ	84.561	87.729	3,7
TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG				
4861 0001	MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE GÁS NATURAL - NACIONAL	64.182.729	94.471.934	47,2

Fonte: MP/DEST/SIEST

4.4.1. Setor Financeiro

A Lei Orçamentária Anual de 2009 aprovou para as dez instituições financeiras federais, dotações orçamentárias que somaram R$ 3.287,8 milhões. Esse valor, ao final do exercício, foi reduzido para R$ 2.981,0 milhões em decorrência das revisões orçamentárias propostas pelas próprias instituições. Ressaltamos que, durante o exercício, o Besc e o Bescri foram incorporados pelo Banco do Brasil S.A. em 30.09.2008, bem como o Bep, em 28.11.2008. As demais empresas do Grupo Besc, a Bescval, a Bescredi e o Besc Leasing foram mantidas, passando ao controle do BB, até futura decisão quanto à sua extinção ou incorporação.

Da dotação orçamentária final, de R$ 2.981,0 milhões, a realização consolidada das instituições financeiras atingiu R$ 2.015,0 milhões, o que significou execução de 67,6%, percentual inferior à média geral de 86,6% atingida pelo conjunto das empresas estatais.

Nesse segmento de empresas que utilizam, exclusivamente, recursos provenientes de geração própria para o financiamento de seus investimentos, apenas as instituições financeiras BB, eBNB embora abaixo da média de 86,6% das empresas estatais federais, apresentaram coeficiente de realização acima da média do Setor.

SETOR FINANCEIRO - DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR EMPRESA

em R$ mil

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
BASA	36.758	7.178	43.937	5.589	0,3	12,7
BB	1.794.632	0	1.792.632	1.349.439	67,0	75,3
BEP (1)	472	0	472	0	0,0	0,0
BESC (2)	34.852	-34852	0	0	0,0	
BNB	84.582	-2999,1	54 590	37.471	1,9	68.6
BNC (3)	0	230.088	230.088	130.611	6,5	56,8
BNDES	193.222	-112.066	81.156	17.408	0,9	21,5
CAIXA	1.101.013	-351354	749.659	462147	22,9	61,7
FINEP	13.200	0	13.200	6847	0,3	51,9
IRB-Brasil Re	31.091	-15.889	15.203	5.269	0,3	34,7
TOTAL	3.287.822	-306.887	2.980.935	2.014.977	100,0	67,6

(1) Incorporada em 28/11/2008
(2) Incorporada em 30/09/2008
(3) Incorporada em 30/11/2009
Fonte: MP/DEST/SILST

4.4.7. Setor Produtivo Estatal

Das empresas componentes do Setor Produtivo Estatal – SPE que tiveram o acompanhamento pelo Programa de Dispendios Globais – PDG, no ano de 2009, 69 tiveram gastos à conta do Orçamento de Investimento. Porém, deste total, 68 delas efetivamente realizaram investimentos em 2009. As demais empresas integrantes do PDG, por não efetuarem investimentos, não apresentaram realização orçamentária para o exercício.

Em termos líquidos, o movimento dos créditos gerou uma elevação na dotação global do SPE no valor de R$ 3.168,1 milhões, significando elevação de 4,2% da dotação inicial.

O volume de dotação administrado pelas empresas deste setor representa 96,4% da dotação final consolidada do Orçamento de Investimento de 2009 e 84,2% dos investimentos realizados no ano.

A Lei Orçamentária Anual aprovou, para esse conjunto de empresas, dotação inicial no montante de R$ 75.994,1 milhões, a qual, após reprogramada, ficou em R$ 79.162,2 milhões. Conforme indicado no quadro a seguir, os gastos efetuados corresponderam a R$ 69.131,2 milhões (80,1% da dotação final).

SETOR PRODUTIVO ESTATAL
INVESTIMENTO POR PRINCIPAIS GRUPOS - 2009

em R$ mil

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
GRUPO ELETROBRÁS	7.243.617	-320.441	6.923.176	5.190.283	7,5	62,9
GRUPO PETROBRAS	66.136.708	3.072.761	69.209.469	62.530.070	90,5	83,5
DEMAIS EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO	2.613.747	415.739	3.029.506	1.410.835	2,0	26,4
TOTAL	75.994.072	3.168.060	79.162.152	69.131.188	100,0	80,1

Fonte: MP/DEST/SIEST

Grupo Eletrobrás

Entre as empresas que integram o Orçamento de Investimento de 2009, quinze atuam no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização, diretamente vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, sendo 10 empresas integrantes do Grupo Eletrobrás e cinco são empresas federalizadas.

No exercício de 2009, os investimentos realizados pelas empresas componentes do Grupo Eletrobrás e pelas empresas federalizadas alcançaram o montante de R$ 5.190,3 milhões, equivalentes a 75,0% da respectiva dotação final aprovada.

O quadro seguinte discrimina, por empresa, o movimento orçamentário consolidado, demonstrando a evolução das respectivas dotações e o desempenho financeiro de cada uma quanto à execução de suas programações anuais.

GRUPO ELETROBRÁS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR EMPRESA - 2009

em R$ mil

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
ELETROBRÁS	131.059	0	131.059	54.030	1,0	41,2
AmE	683.817	-15.573	668.744	311.332	6,0	46,6
BVENERGIA	22.431	0	22.431	9.893	0,2	44,1
CEAL(*)	227.156	-51.780	175.376	132.999	2,6	75,8
CEPEL	19.850	0	19.850	17.921	0,3	90,3
CEPISA(*)	339.196	-66.198	272.998	144.154	2,8	52,8
CERON(*)	249.847	59.795	309.642	148.611	2,9	48,0
COTEE	593.854	0	593.854	422.700	8,1	71,2
CHESF	1.000.199	-95.214	903.985	749.310	14,4	82,9
ELETROACRE(*)	131.937	146652	278.584	176.614	3,4	63,4
ELETRONORTE	600.000	0	600.000	491.258	9,5	81,9
ELETRONUCLEAR	1117888	-379803	738085	545455	10,5	73,9
ELETROPAR	15	0	15	14	0,0	90,3
ELETROSUL	676.320	82.680	609.000	552.758	10,6	90,8
FURNAS	1.600.052	0	1.600.052	1.433.350	27,6	89,6
TOTAL	7.243.617	-320.441	6.923.176	5.190.283	100,0	75,0

(*) Empresas Federalizadas

Fonte: MP/DEST/SEST

Grupo Petrobras

Liderado pela empresa Petróleo Brasileiro S.A., o Grupo Petrobras é composto por empresas que desenvolvem atividades em todos os segmentos da indústria do petróleo: Exploração e Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural, Petroquímica, Refino, Distribuição e Transporte, além de outras atividades complementares. Em 2009, os investimentos consolidados realizados pelas empresas do Grupo alcançaram o montante de R$ 62.530,1 milhões, resultando em desempenho de 90,3% sobre a respectiva dotação global.

Esse fato pode ser observado no quadro a seguir, onde está registrado o movimento orçamentário consolidado por empresa, demonstrando a evolução das respectivas dotações e o desempenho financeiro de cada uma quanto à execução de suas programações anuais, bem como que a Petrobras holding foi responsável por 66,9% dos gastos realizados com investimentos consolidados do Grupo.

GRUPO PETROBRAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR EMPRESA - 2009

VALORES EM R$ MIL

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
PETROBRAS	44.035.289	-27.863	44.007.426	41.618.998	66,9	95,0
ALVO	0	7.722	7.722	5.398	0,0	69,9
BR	587.649	-7.388	580.239	508.781	0,8	87,7
BRASOIL	48.265	45.594	93.859	10009	0,0	10,7
CITEPE	0	417.088	417.088	70.026	0,1	16,8
CPRJBAS	0	1.049.904	1.049.904	1011001	1,6	96,3
CPRJEST	0	74.966	74.966	31.903	0,1	42,6
CPRJMEG	0	81.929	81.929	39932	0,1	48,7
CPRJPET	0	165924	165924	129617	0,2	78,1
CPRJTOL	0	157.291	157.291	136.691	0,2	86,9
FAFEN ENERGIA	13.496	689	12.185	4.875	0,0	40,0
FIC	9.794	8.012	17.606	14.797	0,0	84,0
IASA	1.100	206	1.306	966	0,0	74,0
LIQUIGÁS	91642	26.935	118.468	117.644	0,2	99,3
PDET	130.600	-52.828	77.772	1771	0,0	2,3
PETROQUÍMICA SUAPE	0	1.183.880	1.183.880	454.152	0,7	38,4
PETROQUISA	54	-15	39	1	0,0	3,1
PIB BV	6.718.286	-1768494	4949793	4716098	7,5	95,3
PILCO	2.250	-850	1400	653	0,0	46,6
PNBV	5.628.799	2277567	7906366	6942161	11,1	87,8
REFAP	677.201	-261175	415995	256308	0,4	61,7
RNEST	4.269.352	-2813224	1456128	946703	1,5	65,0
SFE	3.828	1020	4848	440	0,0	9,1
TAG	2.949.758	2275420	5225217	4258809	6,8	81,5

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
TBG	261.162	112310	373472	273943	0,4	73,4
TERMOBAHIA	0	80	80	0	0,0	0,0
TERMOCEARÁ	10190	-636	9554	936	0,0	10,0
TERMOMACAÉ	1895	1 608	3.503	39	0,0	1,1
TERMORIO	11.120	2.728	13.848	1.028	0,0	7,4
TRANSPETRO	807.666	-8.012	799.655	776.304	1,2	97,1
TRIUNFO (*)	9.301	-8.538	763	763	0,0	100,0
UTEIF	0	2.244	2.244	73	0,0	3,3
TOTAL	66.136.708	3.072.761	69.209.469	62.530.070	100,0	90,3

(*) privatizada em fevereiro de 2009

Fonte: MP/DEST/SIEST

Demais Empresas do Setor Produtivo Estatal

Este grupamento, para fins do Orçamento de Investimento, é constituído por 22 empresas, das quais 19 são controladas diretamente pela União e três pelo Banco do Brasil S.A., a Cobra, a BB Turismo e a Ativos S.A.

Atuam em atividades diversas tais como: administração portuária (oito) e aeroportuária (uma), abastecimento e armazenamento (três), industrial (três), serviços postais (uma), processamento de dados - serviços e suprimentos (três), agência de turismo (uma) e gestora de ativos (duas).

Este conjunto de empresas integrantes do Setor Produtivo Estatal – SPE registrou em 2009 gastos com investimentos no montante de R$ 1.410,8 milhões, representando 46,6% da dotação consolidada deste conjunto.

O quadro a seguir discrimina, por empresa, o movimento orçamentário consolidado das demais empresas do Setor Produtivo Estatal – SPE, demonstrando a evolução das respectivas dotações e o desempenho financeiro de cada uma quanto à execução de suas programações anuais.

DEMAIS EMPRESAS DO SPE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR EMPRESA - 2009

em R$ mil

EMPRESA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
ATIVOS S.A.	130	180	310	49	0,0	15,8
BB TURISMO	2.800	0	2.800	542	0,0	19,3
CASEMG	1.300	426	1.726	101	0,0	5,9
CDC	3.675	14.659	20.334	5 644	0,4	27,8
CDP	62.098	66.457	128.555	30.327	2,1	23,6
CDRJ	7.700	78.478	86.178	43.404	3,1	50,4
CEAGESP	9.071	-8.044	1.027	568	0,0	55,3
CEASAMINAS	2.500	3882	6.382	6248	0,4	97,9
CMB	142.600	315260	457 860	225.224	16,0	49,2
COBRA	21.000	-16300	4.700	2.992	0,2	63,7
CODEBA	11.556	15.818	27.375	12.690	0,9	46,4
CODERN	5.008	115.234	120.243	38.849	2,8	32,3
CODESA	17 086	34.559	51.645	886	0,1	1,7
CODESP	46 796	181 032	227.829	55.198	3,9	24,2
CODOMAR	40	0	40	6	0,0	14,3
DATAPREV	60.000	163264	223.264	183.615	13,0	82,2
ECT	770 000	-385.131	384.869	234.805	16,6	61,0
EMGEA	1057	0	1057	802	0,1	75,9
EMGEPRON	8.200	0	8.200	8.495	0,6	103,6
HEMOBRÁS	144 166	-20690	123.476	7812	0,6	6,3
INFRAERO	1.031 090	-49 452	981 638	421 257	29,9	42,9
SERPRO	263.873	-93.873	170.000	131 320	9,3	77,2
TOTAL	2.613.747	415.759	3.029.506	1.410.835	100,0	46,6

FONTE: MP/DEST/SIEST

4.4.3. Outras Considerações

Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das áreas de despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009
INVESTIMENTO POR ÓRGÃO SUPERVISOR

em R$ mil

ÓRGÃO SUPERVISOR	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	12.871	3.736	9.135	6.918	0,0	75,7
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	13.200	0	13.200	6847	0,0	51,9
MINISTÉRIO DA DEFESA	1.039.290	-49.452	989.838	429.752	0,6	43,4
MINISTÉRIO DA FAZENDA	3.512.859	10.447	3.523.306	2.351.650	3,3	66,7
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	60.000	163264	223.264	183.615	0,3	82,2
MINISTÉRIO DA SAÚDE	144.166	-20690	123.476	7.812	0,0	6,3
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	770.000	-385.131	384.869	234.805	0,3	61,0
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	73.380.325	2.752.321	76.132.646	67.720.353	95,2	89,0
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	193.222	-112.066	81.156	17.408	0,0	21,5
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	40	0	40	6	0,0	14,3
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	155.921	506.237	662.158	186.997	0,3	28,2
TOTAL	79.281.894	2.861.193	82.143.087	71.146.164	100,0	86,6

FONTE: MP/DEST/SIEST

O Orçamento de Investimento – OI de 2009 agregou dotações para dez Funções e vinte Subfunções. Dessas dez Funções, a Energia, que representa 94,4% dos investimentos programados executados, teve o desempenho de 90,2%. As funções com menor percentual de realização foram: Transporte, com 36,8%; Indústria, com 36,5% a Saúde, com 6,3%.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009
INVESTIMENTO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

em R$ mil

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
ADMINISTRAÇÃO	15	83264	83279	72352	0,1	86,9
ADMINISTRAÇÃO GERAL	15	83264	83279	72352	0,1	86,9
AGRICULTURA	12871	-3736	9135	6918	0,0	75,7
ADMINISTRAÇÃO GERAL	12.081	-5.307	6.774	5.840	0,0	78,0
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	790	-429	361	70	0,0	19,4
COMÉRCIO E SERVIÇOS	3576681	-416879	3159802	2150681	3,0	68,1
ADMINISTRAÇÃO GERAL	954.832	-210.786	744.045	430.653	0,6	57,9
SERVIÇOS FINANCEIROS	1.457.291	2.065	1.459.356	987.793	1,4	67,7
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.164.559	-208.158	956.400	732.235	1,0	76,6
COMUNICAÇÕES	770000	-385131	384869	234805	0,3	61,0
ADMINISTRAÇÃO GERAL	78.300	-43.233	35.067	24.193	0,0	69,0
COMUNICAÇÕES POSTAIS	518.000	-212.898	305.102	179.756	0,3	58,9
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	173.300	-129.000	44.500	30.856	0,0	69,3
DEFESA NACIONAL	8200	0	8200	8495	0,0	103,6
ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.200	0	8.200	8.495	0,0	103,6
ENERGIA	73367025	1146819	74513844	67190770	94,4	90,2
ADMINISTRAÇÃO GERAL	375.139	-38.875	336.264	212.062	0,3	63,1
BIOCOMBUSTÍVEIS	145.500	242.470	387.970	203.442	0,3	52,4
COMBUSTÍVEIS MINERAIS	56.861.347	-1.391.153	55.470.194	51.412.057	72,3	92,7
COMERCIALIZAÇÃO	476.403	68953	545.357	475.643	0,7	87,2
CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	123.651	-22.014	101.637	79.208	0,1	77,9
ENERGIA ELETRICA	7.505.686	-348.143	7.157.542	5.798.992	8,2	81,0
IRRIGAÇÃO	161.042	0	161.042	145.766	0,2	90,5
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.651.102	-131.078	1.520.025	1.303.574	1,8	85,8
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	497.640	-14.089	483.551	464.186	0,7	96,0
TRANSPORTES ESPECIAIS	5.589.514	2760747	8.350.261	7.093.843	10,0	85,0
INDÚSTRIA	155885	1905762	2061646	751813	1,1	36,5
ADMINISTRAÇÃO GERAL	32.422	-411	32.011	17.521	0,0	54,7
MINERAÇÃO	3984	1.929	2.053	1.648	0,0	80,2
PRODUÇÃO INDUSTRIAL	117.965	1909248	2.027.213	732.275	1,0	36,1
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.514	-1146	368	368	0,0	100,0

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
PREVIDÊNCIA SOCIAL	60000	80000	140000	111277	0,2	79,5
ADMINISTRAÇÃO GERAL	21.000	27000	48.000	12.641	0,0	26,3
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	39.000	53000	92.000	98635	0,1	107,2
Saúde	144166	-20690	123476	7812	0,0	6,3
ADMINISTRAÇÃO GERAL	438	0	438	78	0,0	17,9
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	6.671	0	6.671	775	0,0	11,6
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	136.410	-20690	115.720	6.724	0,0	5,8
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	648	0	648	236	0,0	36,4
Transporte	1187051	471786	1658836	611241	0,9	36,8
ADMINISTRAÇÃO GERAL	21.451	971	22.422	9.068	0,0	40,4
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	24516	33857	58373	49767	0,1	85,3
TRANSPORTE AÉREO	1.010.623	-84.780	925.843	369.165	0,5	39,9
TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	130.461	505.508	635.969	180.260	0,3	28,3
TRANSPORTES ESPECIAIS	0	15.000	15.000	2.981	0,0	19,9
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0	1.229	1.229	0	0,0	0,0
TOTAL	79.281.894	2.861.193	82.143.087	71.146.164	100,0	86,6

FONTE: MP/DEST/SIEST

As subfunções que tiveram o melhor desempenho na Função Energia foram a subfunção Irrigação, com 99,6%, Petróleo, com 90,7%, Comercialização, com 89,1%, Tecnologia da Informação com 77,7%, Administração geral, com 73,4%, Conservação de Energia, com 64,0% e Energia Elétrica com 62,5% de execução.

Essas ações, que ainda são subdivididas em Programas, agregam os projetos e atividades constantes das ações. Os programas constituem-se em instrumentos de organização da ação governamental voltados para a concretização dos objetivos pretendidos.

O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que compõem o programa.

O OI-2009 teve dotações para 35 Programas, sendo 10 no setor de petróleo, 8 no setor de energia elétrica e 6 no setor de transporte, e 9 pelas empresas dos demais setores, cujos valores realizados estão, a seguir, discriminados por macro região:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009
INVESTIMENTO POR REGIÃO E PROGRAMA

em R$ mil

REGIÃO E PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	DESEMP % (D/C)
NACIONAL	20.133.193	799.443	20.932.635	17.485.295	83,5
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	1.049.329	94.962	1.144.291	877.132	76,7
APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS	518.000	-212.898	305.102	179.736	58,9
BRASIL COM TODO GÁS	515.252	678.769	1.194.021	642.440	53,8
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	6.671	0	6.671	775	11,6
DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	14400	267410	281810	202333	71,8
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	129.346	22.742	152.087	51.118	33,6
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	38.207	-8486	29.721	25.452	85,6
DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS	553.494	84.818	638.312	571.238	89,5
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	123.651	-22.014	101.637	79.206	77,9
ENERGIA NA REGIÃO NORTE	0	1.100	1.100	0	0,0
ENERGIA NA REGIÃO SUL	11.671	10384	22.055	7.302	33,1
ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	495.969	-111.099	384.871	332.942	86,5
ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	105.781	-93.668	12.113	2.210	18,3
GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	115.292	-55.875	59.417	28.826	48,5
GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	39.000	53.000	92.000	98.615	107,2
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	0	40.300	40.300	0	0,0
INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	3.621.257	-798.537	2.822.725	2.144.026	76,0
OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	8.500.305	869.884	9.370.189	8.332.470	88,9
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	1.513.643	-166.850	1.346.793	1.273.557	94,6
QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	3.984	-1929	2.055	1648	80,2
REFINO DE PETRÓLEO	1.441.839	39.116	1.480.943	1.284.291	86,7

REGIÃO E PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO (LÍQUIDO) (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	DESEMP % (D/C)
SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	480	0	480	147	30,6
TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	1.335.633	108.309	1.443.941	1.349.787	93,5
EXTERIOR	**12.407.280**	**562.185**	**12.969.464**	**11.683.738**	**90,1**
ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA ÁREA DE PETRÓLEO	6.727.966	-1.760.127	4.967.839	4.730.895	95,2
INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	2.250	-850	1.400	653	46,6
OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	5.677.064	2.323.161	8.000.225	6.952.190	86,9
NORTE	**2.534.539**	**-100.602**	**2.433.937**	**1.472.962**	**60,5**
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	50.833	-15.436	35.397	8.606	24,3
BRASIL COM TODO GÁS	63.298	115.387	178.685	110853	62,0
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	37.260	13.569	50.829	37.028	72,8
ENERGIA NA REGIÃO NORTE	383.000	-47.230	335.770	273.260	81,4
ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	730.019	174.262	904.280	506.331	56,0
GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	11.097	-830	10.267	5.474	53,3
INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	54.191	63501	117.692	35.757	30,4
LUZ PARA TODOS	397.468	-45.379	352.089	177.872	50,5
OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	700.831	-422.019	278.792	249.089	89,3
REFINO DE PETRÓLEO	41.885	-2.026	39.859	35.739	89,7
SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	6.841	-139	6.702	4.897	73,1
VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	1.200	2.343	3.543	451	12,7
VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	56.618	63.413	120.032	27.606	23,0
NORDESTE	**12.600.365**	**-1.663.461**	**10.936.904**	**8.553.510**	**78,2**
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	85.123	-12.370	72.753	27.901	38,3
BRASIL COM TODO GÁS	659.624	340.478	1.000.102	965.181	96,5
DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	116.100	-70.879	45.221	1.109	2,5
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	69.972	39265	109.236	60.222	55,1
ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE	1.353.634	-109.562	1244071	1018689	81,9
GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	15.160	0	15.160	12.910	85,2
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	335.139	1.531.143	1.866.965	269.706	41,5
INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	152.059	-16.853	135.205	100.595	74,4
LUZ PARA TODOS	308.000	-12.940	295.060	158.308	53,7
OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	3.033.285	-143.579	2.889.507	2.954.553	102,3
REFINO DE PETRÓLEO	6.406.564	-3.412.493	2.994.071	2.420.512	80,8
SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	3.828	0	3.828	281	7,3
SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	135.930	-20.690	115.240	6.577	5,7
TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	22.407	-20.492	1.915	824	43,0
VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	6.050	15.818	21.868	12.285	56,2
VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	7.510	129.893	137.403	43.856	31,9
SUDESTE	**26.366.707**	**4.239.406**	**30.606.113**	**28.250.236**	**92,3**
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	178.123	-32688	145.435	47963	33,0
BRASIL COM TODO GÁS	2.231.672	1.718.176	3.949.848	3.669.062	92,9
DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	0	14.089	14.089	0	0,0
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	387.458	77.245	464.703	173.353	37,3
DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL, ÁLCOOL E BIOCOMBUSTÍVEIS	2965	15250	18215	16642	91,4
ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO OESTE	2.314.900	30.183	2.345.083	2.327.508	99,3
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	0	1.530.014	1.530.014	1.349.174	88,2
INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	523.513	173.951	697.464	533.964	76,6
OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	11.282.277	256.166	11.538.443	11.229.024	97,3
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NAS ÁREAS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	611.027	159.527	770.554	739396	96,0
PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA	142.600	315.260	457.860	225.224	49,2
REFINO DE PETRÓLEO	7.113.457	-621.360	6.492.097	6.279.972	96,7
SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	3.787	-30	3.757	305	8,1
TRANSPORTE DE PETRÓLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	1.515.845	308335	1.824.180	1.562.588	85,7

REGIÃO E PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	DESEMP % (D/C)
VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	39.796	182.232	222.029	52.746	23,8
VETOR LOGÍSTICO LESTE	19286	113037	132323	43316	32,7
SUL	1.634.322	705.667	3.928.655	3.516.661	89,5
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	52.523	-19.932	32.591	15.080	46,3
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	212.333	-180.325	32.008	16.134	50,4
ENERGIA NA REGIÃO SUL	1.056.495	131.754	1.188.249	987.703	83,1
ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	20.500	-19.500	1.000	2	0,2
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA	7.365	-6.981	384	384	100,0
INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	36.561	-12.230	24.332	11 663	47,9
OFERTA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	15.708	-11.648	4.060	3.638	89,6
REFINO DE PETRÓLEO	3.196.652	-571.545	2.625.106	2.465.289	93,9
SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	3.084	0	3.084	105	3.4
TRANSPORTE DE PETROLEO, DERIVADOS, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS	33.102	-15 261	17 841	16.664	93,4
CENTRO-OESTE	605.488	-270.110	335.377	183.760	54,8
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS	41.361	-12 472	28.890	11.112	38,5
DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	137.558	-54.021	83.538	21.707	26,0
ENERGIA NA REGIÃO SUL	80.550	-68.550	12.000	6.488	54,1
ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE	157.074	-79.662	77 411	73.388	95.1
INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	169.787	-52.320	117.467	66.850	56,9
SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	19.157	-3.086	16.071	4.014	25,0
TOTAL	79.261.894	2.861.193	82.143.087	71.146.164	86,6

Fonte: MP/DEST/SIEST

Alguns programas, principalmente no âmbito do setor petróleo, se destacam em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados mas, também, pelo empenho que as empresas por eles responsáveis dedicam em sua execução, comprovado pelos respectivos indicadores de desempenho. São apresentados em seguida os programas com os cinco maiores valores realizados, todos acima de R$ 2.929,8 milhões, e a participação de cada um no total realizado pelos 36 programas:

- Oferta de Petróleo e Gás Natural, 41,6%;
- Refino de Petróleo, 17,5%;
- Brasil com Todo Gás, 8,0%;
- Atuação Internacional na Área de Petróleo, 6,6%; e
- Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis, 4,1%.

4.5. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RREO

4.5.1. Aspectos Gerais

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2009 foi aprovado pela Lei nº 11.897, de 30.12.2008 – Lei Orçamentária Anual (LOA), publicada no Diário Oficial da União de 31.12.2008. Englobou as programações de 68 empresas estatais federais. Posteriormente, por intermédio da Lei nº 12.162, de 29.12.2009, foram inseridas no Orçamento de Investimento de 2009 as programações das empresas: Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda., Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco, Companhia Petroquímica de Pernambuco, Comperj Petroquímicos Básicos S.A., Comperj Estirenicos S.A., Comperj Meg S.A., Comperj Pet S.A., Comperj Poliolefinas S.A., Termobahia S.A., Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. e Banco Nossa Caixa S.A

Com isso, passou para 79 o número de empresas estatais federais, sendo 69 do setor produtivo e 10 do setor financeiro. Das empresas do setor produtivo, 15 pertencem ao Grupo Eletrobrás, 32 ao Grupo Petrobras e as 22 restantes estão agrupadas em demais empresas.

Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não programaram investimentos.

As empresas aqui computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- dez, no setor financeiro e de seguros;
- três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- quinze, no setor de energia elétrica, em atividades de pesquisa, geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- trinta e duas, no setor de petróleo, derivados e gás natural, desde a pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- oito, no setor de administração portuária;
- uma, no setor de serviços postais;
- uma, no setor de desenvolvimento e administração da infra-estrutura de aeroportos, bem como na proteção ao vôo e segurança do tráfego aéreo;
- três, no setor industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos, de insumos militares, de produção de moeda, cédulas, selos e similares, bem como de processamento de hemoderivados; e
- seis, no setor de serviços, como processamento de dados e gestão de ativos.

A Lei Orçamentária Anual fixou dotação consolidada para o Orçamento de Investimento de 2009 o montante de R$ 79.281,89 milhões.

No decorrer do exercício, teve sua dotação alterada, por vários normativos, e desse movimento resultou uma Dotação Final no montante de R$ 82.143,09 milhões, o que significou um aumento de 24,2% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais em 2008 e de 57,3% sobre o montante realizado naquele exercício. Os valores de 2008 foram atualizados para preços médios de 2009 pelo IGP-DI. O montante aprovado para 2009 agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 397 projetos e 294 atividades.

4.5.2. Desempenho

No consolidado do exercício, as empresas realizaram investimentos no montante de R$ 71.146,16 milhões, equivalentes a 86,6% da dotação anual.

O quadro seguinte demonstra a situação de projetos e atividades, agrupados por faixa de desempenho percentual definida pela relação entre o realizado no ano de 2009 e a dotação anual de cada subtítulo, bem como a expressividade de cada faixa em relação ao quantitativo total de subtítulos programados.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009
QUANTITATIVO DE PROJETOS E ATIVIDADES, POR FAIXA % DE EXECUÇÃO

FAIXA % DE DESEMPENHO	PROJETO (A)	ATIVIDADE (B)	TOTAL (C)	COMPOSIÇÃO (C/TC) %
(*)	17	6	23	3,3
0	104	22	126	18,2
0,01 a 86,60	191	192	383	55,4
86,61 a 100,00	78	63	141	20,4
ACIMA de 100,00	7	11	18	2,6
TOTAL (T)	397	294	691	100,0

OBS: (*) cancelamento total de dotação
Fonte: MP/DEST/SIEST

4.5.3. Fontes de Financiamento dos Investimentos

Dos investimentos realizados pelas empresas estatais em 2009, parcela equivalente a 47,9% do total foi financiada com recursos de geração própria. Em relação à dotação anual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 31,0%. De acordo com as respectivas dotações anuais, foram captados em 2009, 32,1% dos recursos previstos para serem tomados por meio de Operações de Crédito de Longo Prazo internas e externas, junto às instituições financeiras, bem como 15,6% de Outros Recursos de Longo Prazo.

O quadro seguinte apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009
FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA

VALORES EM R$ MIL

FONTES DE FINANCIAMENTO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	COMPOS. % (A/TA)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	COMPOS. % (C/TC)	REALIZADO ANUAL (D)	DESEMP. % (D/C)
GERAÇÃO PRÓPRIA	59.663.318	75,3	-34.189.561	25.473.757	31,0	34.056.687	133,7
RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.649.455	5,9	-1.120.756	3.528.699	4,3	3.185.844	90,3
TESOURO	457.243	0,6	329.754	786.997	1,0	235.721	30,0
DIRETO	457.243	0,6	181.220	638.463	0,8	160.303	25,1
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0	0,0	148.534	148.534	0,2	75.419	50,8
CONTROLADORA	4.192.211	5,3	-1.450.510	2.741.702	3,3	2.950.123	107,6
OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO	4.502.219	5,7	37.933.853	42.436.071	51,7	22.835.567	53,8
INTERNAS	2.350.107	3,0	16.456.716	18.806.824	22,9	16.673.811	88,7
EXTERNAS	2.152.111	2,7	21.477.136	23.629.248	28,8	6.161.755	26,1
OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	10.466.902	13,2	237.658	10.704.560	13,0	11.068.067	103,4
CONTROLADORA	1.220.429	1,5	752.157	1.972.586	2,4	1.132.524	58,4
OUTRAS ESTATAIS	7.207.942	9,1	1212500	8.420.442	10,3	9.778.578	116,1
OUTRAS FONTES	2.038.531	2,6	-1.726.999	311.532	0,4	136.965	44,0
TOTAL	79.281.894	100,0	2.861.193	82.143.087	100,0	71.146.164	86,6

Fonte: MP/DEST/Siest

A frustração na captação de recursos junto ao sistema financeiro tanto nacional quanto do exterior, por meio de operações de crédito de longo prazo, levou as empresas a utilizarem volumes maiores de "Recursos Próprios", bem como compeliu holdings a aportarem mais "Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido" em subsidiárias e ainda a repassarem recursos para empresas do Grupo, na modalidade "Outros Recursos de Longo Prazo - Outras Estatais", para financiamento dos investimentos em 2009.

4.5.4. Despesa por Órgão/Unidade

O quadro a seguir apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados, discriminando, para cada Órgão e Unidades Subordinadas, valores da respectiva dotação aprovada e a realizada em 2009, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009
DADOS CONSOLIDADOS DA DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE

em R$ mil

ÓRGÃO/UNIDADE	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A)
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	662.158	186.997	0,0	28,2
COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	27.375	12.690	0,0	46,4
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ CDC	20.334	5.644	0,0	27,8
COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO CODESA	61.645	896	0,0	1,7
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	227.829	55 198	0,0	24,2
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP	128.535	30.377	0,0	23,6
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	86.178	43 404	0,0	50,4
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN	120.743	38.849	0,0	32,3
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	9.135	6.918	0,0	75,7
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS	6.382	6248	0,0	97,9
COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG	1.726	101	0,0	5,9

ÓRGÃO/UNIDADE	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A
CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO	1.027	568	0,0	55,3
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	13.200	6.847	0,0	51,9
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	13.200	6847	0,0	51,9
MINISTÉRIO DA FAZENDA	3.523.306	2.351.650	0,0	66,7
ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS	310	49	0,0	15,8
BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA	40.935	6.582	0,0	16,1
BANCO DO BRASIL S.A. - BB	1.792.632	1.349.439	0,0	75,3
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC (1)	0	0	0,0	
BANCO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. - BEP (2)	472	0	0,0	0,0
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB	54.590	37.471	0,0	68,6
BANCO NOSSA CAIXA S.A. - BNC (3)	230.088	130.611	0,0	56,8
BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO	2.800	542	0,0	19,3
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA	749.659	462.342	0,0	61,7
CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB	457.860	225.224	0,0	49,2
COBRA TECNOLOGIA S.A.	4700	2992	0,0	63,7
EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA	1.057	802	0,0	75,9
IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.	15.203	5.269	0,0	34,7
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	170.000	131.320	0,0	77,2
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	81.156	17.408	0,0	21,5
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES	81.156	17.408	0,0	21,5
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	76.132.646	67.720.353	0,0	89,0
GRUPO ELETROBRAS	*6.923.178*	*5.190.283*	*0,0*	*75,0*
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS	131.059	54.030	0,0	41,2
AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME (4)	668.244	311.332	0,0	46,6
BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA	22.431	9.893	0,0	44,1
CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON	309.642	148.611	0,0	48,0
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE	600.000	491.258	0,0	81,9
CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL	19.850	17.921	0,0	90,3
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE	278.584	176.613	0,0	63,4
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE	593.854	422.700	0,0	71,2
COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL	175.376	132.999	0,0	75,8
COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA	272.998	144.154	0,0	52,8
COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF	903905	749310	0,0	82,9
ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	15	14	0,0	90,3
ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR	738.085	545.455	0,0	73,9
ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	609.000	552.738	0,0	90,8
FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	1.600.052	1.433.258	0,0	89,6
GRUPO PETROBRAS	*69.209.469*	*62.530.070*	*0,0*	*90,3*
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	44.007.426	41.818.998	0,0	95,0
ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	415.225	256.308	0,0	61,7
ALVO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. - ALVO	7.722	5.398	0,0	69,9
BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL	93.859	10.009	0,0	10,7
COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE	417.088	29024	0,0	6,8
COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE	1.183.880	454.152	0,0	38,4
COMPERJ ESTIRENICOS S.A. - CPRJEST	74.966	31932	0,0	42,6
COMPERJ MEG S.A. - CPRJMEG	81.929	39.932	0,0	48,7
COMPERJ PET S.A. - CPRJPET	165.924	129617	0,0	78,1
COMPERJ PETROQUÍMICOS BÁSICOS S.A. - CPRJBAS	1.049.904	1.011.001	0,0	96,3
COMPERJ POLIOLEFINAS S.A. - CPRJPOL	157.291	136.691	0,0	86,9
FAFEN ENERGIA S.A.	12.102	4.073	0,0	33,6
FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC	17.606	14.797	0,0	84,0
IPIRANGA ASFALTOS S.A. - IASA	1306	966	0,0	74,0
LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS	118.468	117.644	0,0	99,3
PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO	77.772	1.771	0,0	2,3
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	580.239	508.781	0,0	87,7
PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV	4.949.793	4716098	0,0	95,3
PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO	1.400	653	0,0	46,6

ÓRGÃO/UNIDADE	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A)
PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	7906368	6942181	0,0	87,8
PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA	39	1	0,0	3,1
PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	799.655	776.304	0,0	97,1
PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO (5)	763	763	0,0	100,0
REFINARIA ABREU E LIMA S.A. - RNEST	1.456.128	946.703	0,0	65,0
SIE - SOCIEDADE INCENTIVADORA DE ENERGIA LTDA.	4840	440	0,0	9,1
TERMOBAHIA S.A.	60	0	0,0	0,0
TERMOCEARÁ LTDA.	9.324	936	0,0	10,0
TERMOMACAÉ LTDA.	3.503	39	0,0	1,1
TERMORIO S.A.	13.848	1.028	0,0	7,4
TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG	5.225.217	4.258.009	0,0	81,5
TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG	373.472	273.943	0,0	73,4
USINA TERMELÉTRICA DE JUIZ DE FORA S.A. - UTEJF	2.244	73	0,0	3,3
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	223.264	183.615	0,0	82,2
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV	223.264	183.615	0,0	82,2
MINISTÉRIO DA SAÚDE	123.476	7.812	0,0	6,3
EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS	123.476	7.812	0,0	6,3
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	40	6	0,0	14,3
COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR	40	6	0,0	14,3
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	384.869	234.805	0,0	61,0
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	384.869	234.805	0,0	61,0
MINISTÉRIO DA DEFESA	989.838	429.752	0,0	43,4
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	981.638	421.757	0,0	42,9
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON	8.200	8495	0,0	103,6
TOTAL	82.143.087	71.146.164	0,0	86,6

(1) O BESC foi incorporado pelo BB, por decisão da Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30/09/2008, posteriormente pelo Decreto de 29/04/2009 teve sua dotação global integralmente cancelada.
(2) O BEP foi incorporado pelo BB, por decisão da AGE realizada em 28/11/2008.
(3) O BNC foi incorporado pelo BB, por decisão da AGE realizada em 30/11/2009.
(4) A MANAUS ENERGIA S.A. teve sua denominação alterada para AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME, por decisão da AGE realizada em 16/07/2009.
(5) A TRINUTO foi privatizada em fevereiro de 2009
Fonte: MP/DEST/SIEST

Das 79 empresas que tiveram programação de dispendios aprovada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2009, 15 apresentaram, no exercício de 2009, desempenho, em termos percentuais de realização das respectivas dotações anuais, superior à média geral de 86,6%: Emgepron, 103,6%; Triunfo, 100,0%; Liquigás,99,3%; Ceasaminas, 97,9%; Transpetro, 97,1%; CPRJBAS, 96,3%; PIB BV, 95,3%; Petrobras, 95,0%; Eletrosul, 90,8%; Cepel e Eletropar, 90,3%; Furnas, 89,6%; PNBV, 87,8%; BR, 87,7%; e CPRJPOL, 86,9%. As empresas Termobahia, Bep e Besc não apresentaram realização no período. As empresas a seguir ultrapassaram a dotação anual aprovada para as ações citadas:

- Petrobras – Adequação do Sistema de Produção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados - FAFEN (SE) - No Estado de Sergipe; Ampliação e Modernização do Centro de Pesquisas do Petrobrás - CENPES (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro; Implantação da Usina Termelétrica de Cubatão, com 216 MW, em Cubatão (SP) - No Estado de São Paulo; Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Termelétrica Luis Carlos Prestes, para 372 MW, através de Ciclo Combinado, em Três Lagoas (MS) - No Estado do Mato Grosso do Sul; Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, na Baía da Guanabara (RJ), com Capacidade de 14 milhões de m³/dia, e Implantação de Gasoduto Associado - No Estado do Rio de Janeiro; Desenvolvimento dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás da Bacia de Santos - Na Região Sudeste; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Transporte - Nacional; Manutenção e Recuperação dos Sistemas de Produção de Óleo e Gás Natural na Região Nordeste - Na Região Nordeste; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Duque de Caxias - REDUC, em Duque de Caxias (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro; Modernização e Adequação do Sistema de Produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, em Araucária (PR) - No Estado do Paraná; Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional; Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Exploração - Nacional; Manutenção dos Sistemas de Controle Ambiental, de Segurança Industrial e de Saúde Ocupacional nas Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados - Na região Nordeste; Ampliação da Malha de Gasoduto da Região Nordeste (Petrobras) - Na Região Nordeste; e Implantação do Gasoduto de Integração Sudeste-Nordeste - Imobilização Petrobras - Nacional;

- PIB BV – Adequação da Infra-Estrutura de Gás e Energia no Exterior - No Exterior;
- TAG – Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste - Na Região Nordeste; e Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional;
- Liquigás – Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - Nacional;
- Termoceará – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - No Estado do Ceará;
- Dataprev – Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura de Tecnologia da Informação para a Previdência Social - Nacional; e
- Emgepron – Instalação de Edifício-Sede - No Estado do Rio de Janeiro.

4.5.5. Distribuição Geográfica da Despesa

O quadro seguinte apresenta o consolidado da despesa por macro-região geográfica, informando as respectivas dotações e os valores realizados no total do ano de 2009, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 24,6% do montante realizado. Cabe registrar que a execução orçamentária do ano apresentou significativa compatibilidade com a distribuição geográfica aprovada na Lei Orçamentária Anual.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009
DADOS CONSOLIDADOS DA DESPESA POR MACRO - REGIÃO

em R$ mil

MACRO-REGIÃO	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO ANUAL (B)	COMPOSIÇÃO % (B/TB)	DESEMPENHO % (B/A)
NACIONAL	20.932.635	17.485.295	24,6	83,5
EXTERIOR	12.969.464	11.683.738	16,4	90,1
REGIÃO NORTE	2.439.937	1.472.902	2,1	60,5
REGIÃO NORDESTE	10.936.904	8.553.510	12,0	78,2
REGIÃO SUDESTE	30.606.113	28.250.238	39,7	92,3
REGIÃO SUL	3.928.635	3.516.661	4,9	89,5
REGIÃO CENTRO-OESTE	335.377	183.760	0,3	54,8
TOTAL	**82.143.067**	**71.146.164**	**100,0**	**86,6**

Fonte: MP/DEST/SIEST

Da relação percentual entre gasto efetivo e dotação atual de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 83,5; Exterior, 90,1; Região Norte, 60,5; Região Nordeste, 78,2; Região Sudeste, 92,3; Região Sul, 89,5; e Região Centro-Oeste, 54,8.

4.6 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 11.768/2008 (LDO de 2009).

Para 2009, as agências financeiras oficiais de fomento (Instituições Financeiras) reservaram no consolidado do Programa de Dispêndios Globais – PDG, R$ 195,9 bilhões para incremento das aplicações em operações de crédito. Esse montante representa o fluxo líquido das operações de crédito para o exercício 2009, obtido pela diferença entre novos empréstimos e financiamentos programados (R$ 672,3 bilhões) e a estimativa de pagamentos de operações anteriormente realizadas (R$ 476,4 bilhões).

Ressalte-se que os recursos alocados para novas operações representam apenas uma indicação, uma vez que os volumes de concessão de crédito são definidos periodicamente de acordo com a política monetária do Governo Federal. As aplicações previstas pelas agências de fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2009. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos foi canalizado para financiar os setores de intermediação financeira, industrial, serviços, comércio, rural, habitação e outros.

Em obediência às determinações legais, foram também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Nas operações para o exercício de 2009, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento programaram a concessão de R$ 672,3 bilhões de empréstimos e financiamentos envolvendo recursos provenientes de geração própria, de transferências do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais) e de outras fontes.

Ao encerramento do exercício, essas instituições informaram que efetivamente concederam R$ 537,2 bilhões de empréstimos e financiamentos, ou seja, 79,9% do montante programado. Com isso, o fluxo líquido de novas aplicações em 2009 apresentou incremento de R$ 149,2 bilhões que as agências financeiras oficiais de fomento injetaram na economia, equivalentes a 76,2% da programação original.

Os demonstrativos e gráficos a seguir apresentam detalhamento dessas aplicações por porte do tomador, pelo setor de atividade beneficiado pelos empréstimos e pela origem dos recursos.

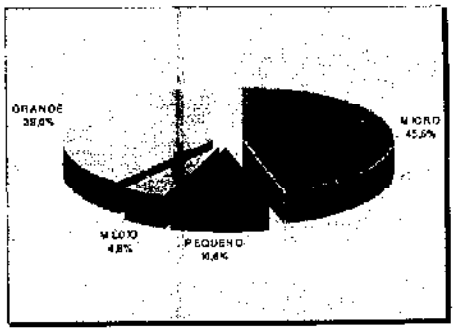
CONSOLIDADOS DAS AGENCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR

em R$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	TOTAL	OPERAÇÕES REALIZADAS			
			PORTE DO TOMADOR			
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
NORTE	38.300.822	33.993.135	12.400.014	3.221.915	1.711.223	15.648.933
NORDESTE	126.972.288	89.477.870	38.578.178	10.637.217	5.660.282	34.602.194
SUDESTE	320.087.584	263.567.634	102.772.825	26.795.217	10.484.210	123.515.382
SUL	119.870.218	96.605.056	55.851.799	11.167.039	6.045.967	23.520.250
CENTRO-OESTE	67.144.034	54.558.580	35.354.882	4.972.977	1.931.955	12.298.766
TOTAL	672.274.948	537.191.275	244.957.698	56.814.364	25.833.687	209.585.525

Fonte: MP/DEST/SIEST

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009
POR PORTE DO TOMADOR



Os micros, pequenos e médios tomadores receberam 61,0% dos créditos, sendo que os primeiros obtiveram 45,6% desse montante. A Região Sudeste se caracterizou como beneficiária do maior volume de recursos emprestados às micro-empresas, com participação de 42,0% do total efetivamente emprestado, seguido da Região Sul, com 22,8%, e a Região Nordeste, com 15,7%.

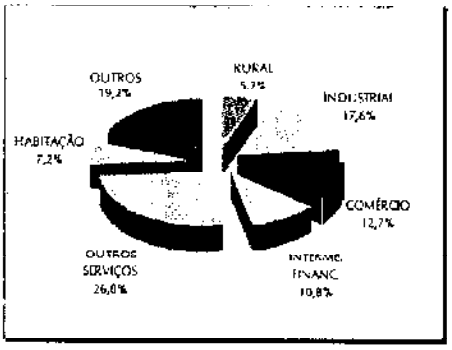
CONSOLIDADOS DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE

em R$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS							
		TOTAL	SETOR DE ATIVIDADE						
			RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
NORTE	38.200.822	32.982.135	1.667.428	4.820.496	4.049.320	4.949.415	10.432.647	1.389.956	5.672.874
NORDESTE	126.972.288	89.477.870	3.785.218	21.438.737	16.860.661	3.857.324	19.741.703	4.362.514	19.431.713
SUDESTE	320.087.584	263.567.634	8.804.178	48.610.634	27.020.443	29.827.523	83.454.770	22.354.370	43.495.717
SUL	119.870.218	96.605.056	10.908.712	12.164.276	13.088.536	14.554.427	19.841.313	7.165.715	18.882.078
CENTRO-OESTE	67.144.034	54.558.580	5.265.361	7.146.801	7.227.633	4.695.389	10.724.820	3.397.160	15.781.418
TOTAL	672.274.946	537.191.275	30.450.896	94.480.944	68.246.592	57.884.078	144.195.253	38.669.715	103.263.799

FONTE: MP/DEST/SIEST

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009
POR SETOR DE ATIVIDADE



A programação anual original de aplicação de recursos pelas agências financeiras oficiais de fomento considerava aumento nominal de 28,2% em relação ao exercício de 2008. Encerrado o exercício de 2009, observou-se uma elevação nominal na execução de 7,7%, em relação ao mesmo período de 2008. A Região Sudeste foi a maior beneficiária com as aplicações ao obter 47,6% do total. A Região Nordeste com 18,9%, veio em segundo lugar e a Região Sul, em terceiro, com 17,8% das aplicações. Houve uma realização média de 79,9% do valor programado, com destaque para a Região Norte com 86,3% de desempenho, a Região Sudeste com 82,3%, e a Região Centro-Oeste com 81,3%. No entanto, em todas as regiões, o desempenho ficou abaixo da média verificada em 2008.

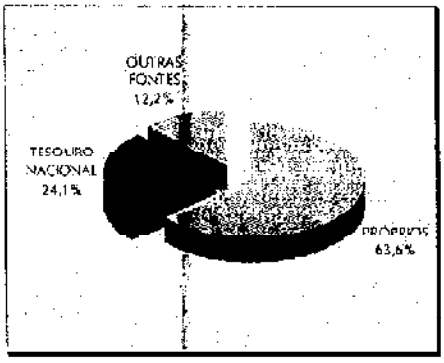
CONSOLIDADOS DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

em R$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
NORTE	38.200.822	32.982.135	15.513.870	14.283.245	3.185.020
NORDESTE	126.972.288	89.477.870	53.440.988	28.533.120	7.503.763
SUDESTE	320.087.584	263.567.634	158.833.344	65.375.209	39.358.991
SUL	119.870.218	96.605.056	74.612.219	11.556.518	10.436.320
CENTRO-OESTE	67.144.034	54.558.580	39.411.350	9.967.282	5.179.948
TOTAL	672.274.946	537.191.275	341.811.770	129.715.463	65.664.042

FONTE: MP/DEST/SIEST

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2009
POR FONTES DE RECURSOS



Dos recursos aplicados em 2009, 63,6% foram gerados pelas próprias instituições, 24,1% foram transferidos pelo Tesouro Nacional e 12,2% são oriundos de outras fontes.

Isso revela uma redução da utilização de recursos próprios das empresas e elevação da participação das fontes "Tesouro Nacional" e "Outras Fontes" comparado ao mesmo período de 2008, quando as fontes de recursos de financiamento foram 70,0%, 8,7% e 21,3%, de geração própria, do Tesouro Nacional e de outras fontes, respectivamente.

As instituições financeiras integrantes dos Grupos BNDES, BB, Besc, bem como a Finep, a Caixa, o Basa e o BNB emprestaram ou financiaram R$ 193,2 bilhões aos setores Rural, Industrial e de Comércio, que responderam por 36,0% do montante de recursos efetivamente emprestados.

O setor de serviços participou com 26,8% do montante de recursos emprestados, representando R$ 144,2 bilhões em empréstimos e financiamentos das Instituições Financeiras Oficiais de Fomento.

Nesse mesmo período, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento receberam recursos provenientes de pagamentos de empréstimos e financiamentos anteriormente concedidos no montante de R$ 388,0 bilhões, dos quais R$ 304,3 bilhões referentes a amortizações da dívida e R$ 83,7 bilhões de juros sobre o saldo devedor, conforme detalhamento a seguir:

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS RECEBIMENTOS 2009
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR

em R$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS				
			PORTE DO TOMADOR			
		TOTAL	MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
NORTE	23.051.014	19.465.256	9.621.908	2.579.386	1.396.789	5.867.173
NORDESTE	79.373.301	55.504.679	33.611.337	7.186.428	2.762.063	11.944.850
SUDESTE	224.942.491	189.417.577	77.044.961	16.979.473	8.215.532	87.177.611
SUL	99.298.691	82.342.492	46.560.665	8.583.843	5.261.744	21.936.240
CENTRO-OESTE	49.734.166	41.284.451	28.684.829	3.941.987	1.611.860	7.045.775
TOTAL	476.399.662	388.014.455	195.523.700	39.271.118	19.247.988	133.971.690
- AMORTIZACOES	386.684.241	304.346.233	148.906.856	30.965.714	15.392.952	109.080.711
- ENCARGOS	89.715.422	83.668.222	46.616.844	8.305.404	3.855.036	24.890.939

FONTE: MP/DEST/SIEST

O detalhamento do pagamento do serviço da dívida contratada em anos anteriores está apresentado a seguir:

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2009
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE

em R$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS							
		TOTAL	SETOR DE ATIVIDADE						
			RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
NORTE	23.051.014	19.465.256	1.402.508	2.655.332	3.513.189	1.748.865	4.571.949	862.127	4.711.292
NORDESTE	79.373.301	55.504.679	2.173.436	8.001.309	12.494.200	2.808.709	10.321.471	3.392.536	16.313.017
SUDESTE	224.942.491	189.417.577	6.903.266	37.432.323	24.589.024	34.413.851	51.149.745	2.117.011	32.812.355
SUL	99.298.691	82.342.492	10.238.650	11.754.012	11.712.822	11.880.686	19.019.007	1.104.990	16.632.320
CENTRO-OESTE	49.734.166	41.284.451	5.893.673	3.278.808	6.537.658	3.986.200	9.787.012	1.375.204	10.423.900
TOTAL	476.399.662	388.014.455	26.611.534	63.121.783	58.846.887	54.840.310	94.849.183	8.851.873	80.892.884
- AMORTIZAÇÕES	386.684.241	304.346.233	21.073.550	49.821.746	45.105.014	46.115.410	75.203.380	6.196.311	60.830.822
- ENCARGOS	89.715.422	83.668.222	5.537.984	13.300.037	13.741.873	8.724.900	19.645.803	2.655.562	20.062.062

FONTE: MP/DEST/SIEST

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2009
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

em R$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
NORTE	23.051.014	19.465.256	12.678.707	2.582.256	4.204.293
NORDESTE	79.373.301	55.504.679	42.980.851	3.477.109	9.046.719
SUDESTE	224.942.491	189.417.577	128.130.133	7.443.987	53.843.462
SUL	99.298.691	82.342.492	62.072.347	2.527.719	17.742.426
CENTRO-OESTE	49.734.166	41.284.451	28.560.892	4.017.609	8.705.950
TOTAL	476.399.662	388.014.455	274.422.930	20.048.674	93.542.851
- AMORTIZACOES	386.684.241	304.346.233	213.018.989	15.875.560	75.451.684
- ENCARGOS	89.715.422	83.668.222	61.403.941	4.173.114	18.091.167

FONTE:MP/DEST/SIEST

Desta forma, constata-se que, em 2009, as agências financeiras oficiais de fomento aumentaram suas aplicações de recursos em R$ 149,2 bilhões, o que corresponde a 76,2% do fluxo inicialmente programado (R$ 195,9 bilhões). As tabelas e gráficos a seguir discriminam o fluxo de novos recursos por porte do tomador, por setor de atividade beneficiado, bem como a origem dos recursos que deram cobertura a essas novas aplicações.

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
FLUXO DAS APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDOS – 2009
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR

em R$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS				
		TOTAL	PORTE DO TOMADOR			
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	GRANDE
NORTE	15.149.807	13.516.878	2.778.106	642.529	314.484	9.781.760
NORDESTE	47.598.987	33.973.192	4.966.841	3.450.788	2.898.220	22.657.344
SUDESTE	95.145.093	74.150.057	25.727.864	9.815.743	2.268.670	36.337.771
SUL	20.571.528	14.262.564	9.291.135	2.603.196	784.224	1.584.009
CENTRO OESTE	17.409.868	13.274.179	6.670.053	1.030.990	320.095	5.252.991
TOTAL	195.875.283	149.176.820	49.433.999	17.543.246	6.585.700	75.613.875

Fonte: MP/DEST/SIEST
OBS.: Diferença entre o montante de empréstimos/financiamentos concedidos e o pagamento do serviço da dívida

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
FLUXO DAS APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDOS – 2009
POR REGIAO E SETOR DE ATIVIDADE

em R$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS							
			SETOR DE ATIVIDADE						
		TOTAL	RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
NORTE	15.149.807	13.516.878	264.920	2.165.164	536.135	3.200.551	5.860.698	527.829	961.582
NORDESTE	47.598.987	33.973.192	1.611.782	13.437.429	4.366.461	1.048.615	9.420.232	969.978	3.118.696
SUDESTE	95.145.093	74.150.057	1.900.910	11.178.313	2.431.419	-4.586.328	32.305.025	20.237.359	10.683.362
SUL	20.571.528	14.262.564	670.062	410.264	1.375.714	2.673.741	822.306	6.060.719	2.249.758
CENTRO-OESTE	17.409.868	13.274.129	608.312	4.167.993	689.977	707.189	937.808	2.021.957	5.357.518
TOTAL	195.875.283	149.176.820	3.839.362	31.359.161	9.399.705	3.043.766	49.346.069	29.817.842	22.370.915

Fonte: MP/DEST/SIEST
OBS.: Diferença entre o montante de empréstimos/financiamentos concedidos e o pagamento do serviço da dívida

A tabela a seguir discrimina a origem do fluxo de recursos novos aplicados em operações de crédito:

CONSOLIDADO DAS AGÊNCIAS
FLUXO DAS APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONCEDIDOS - 2009
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

em R$ mil

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
NORTE	15.149.807	13.516.878	2.853.163	11.700.989	1.019.274
NORDESTE	47.598.987	33.973.192	10.460.137	25.056.011	-1.542.956
SUDESTE	95.145.093	74.150.057	30.703.211	57.931.317	-14.484.471
SUL	20.571.528	14.262.564	12.539.871	9.028.799	-7.306.106
CENTRO OESTE	17.409.868	13.274.129	10.850.458	5.949.673	-3.526.002
TOTAL	195.875.283	149.176.820	67.388.840	109.666.789	-27.878.809

Fonte: MP/DEST/SIEST
OBS.: Diferença entre o montante de empréstimos/financiamentos concedidos e o pagamento do serviço da dívida

4.6.1. Metodologia de elaboração dos demonstrativos dos empréstimos e financiamentos concedidos

Regras Gerais Adotadas por Todas as Instituições Financeiras

a) Empréstimos e Financiamentos Concedidos Menos Amortizações (Fluxo das Aplicações): Na elaboração dos demonstrativos, foi adotado o critério de considerar, em cada exercício, o montante dos recursos efetivamente aplicados em operações de crédito, acrescido dos correspondentes encargos financeiros e deduzidas as amortizações. Os valores realizados em 2006 e 2007 foram apurados pelas agências financeiras oficiais de fomento a partir de relatórios internos e dos seus registros contábeis. Os dados referentes aos exercícios de 2008 e 2009 foram projetados com base no desempenho verificado em exercícios anteriores e tendo em conta, principalmente, a política macroeconômica do Governo, a expectativa de crescimento das operações de crédito e a disponibilidade de recursos.

b) Empréstimos e Financiamentos Efetivamente Concedidos: Neste grupo foi considerado, basicamente, o montante de recursos efetivamente aplicado em novas operações de crédito nos exercícios de 2006 e 2007, bem como os valores constantes das projeções para 2008 e 2009. Assim, o somatório das aplicações, em cada exercício, corresponde ao total dos recursos efetivamente liberado aos mutuários no período. Tendo em vista a significativa participação do Banco do Brasil S.A. e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante das aplicações das agências oficiais de fomento, cabe destacar alguns procedimentos adotados por essas instituições:

b1) Banco do Brasil S.A. – foram consideradas as efetivas liberações de recursos para os clientes. Como exemplo, a Instituição cita as operações de curto prazo e de capital de giro (cheque especial e empréstimos ao consumidor/fornecedor). Nessas modalidades de crédito, o total desembolsado pelo Banco é representado pela soma dos saques efetuados pelos clientes durante o período considerado. Dependendo do número de saques e retornos no período, o valor efetivamente aplicado pode superar o valor contratado inicialmente.

b2) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – a metodologia utilizada pelo BNDES para o cálculo do valor desembolsado envolve as seguintes etapas:

I. no caso das operações automáticas e das operações de financiamento à exportação, as áreas responsáveis pelas operações informam a demanda projetada. Como o ciclo de aprovação dessas operações é muito curto e elas são muito sensíveis ao cenário econômico, o nível de incerteza quanto ao detalhamento setorial/unidade da federação é bastante alto; e

II. no caso do restante das operações, é utilizado um sistema que mantém os dados das operações em carteira desde o momento em que é feita uma consulta ao Banco, pedindo apoio para um determinado projeto. Em função desse sistema, é possível se prever parte significativa do desembolso no ano em curso. Em conjunto com a sensibilidade que cada área do Banco tem sobre a evolução dos diferentes setores da indústria e de serviços, bem como das metas estabelecidas pela diretoria do BNDES, é feita uma proposta de desembolso para os anos subsequentes. A partir desse conjunto de valores e do desempenho recente do Banco, é feita a previsão de desembolso. O detalhamento setorial e por unidade da federação também é efetuado a partir do desempenho recente do Banco, tendo em vista o nível de incerteza quanto à previsão de liberação setorial/estadual dos recursos.

c) Recebimentos no Período: Estão sendo considerados neste grupamento os valores efetivamente recebidos dos mutuários, durante cada exercício. Referidos valores compõem-se das parcelas relativas às amortizações do principal da dívida, bem como dos encargos financeiros incidentes sobre os saldos dos empréstimos e financiamentos concedidos. Nos demonstrativos referentes aos recebimentos no período, tanto o consolidado como os elaborados pelas agências de fomento, estão destacados os valores das amortizações e dos encargos financeiros.

d) Saldos: Os dados deste item indicam a posição, em 31 de dezembro de cada ano, do montante da carteira dos empréstimos e financiamentos concedidos. Os saldos em 2006 e 2007 foram apurados pelas agências oficiais de fomento diretamente dos seus registros contábeis, enquanto que os valores relativos aos anos de 2008 e 2009 foram por elas projetados, considerando os saldos do ano imediatamente anterior, acrescidos do fluxo líquido anual das operações de crédito (empréstimos concedidos mais encargos financeiros menos recebimentos no período).

e) Operações a Fundo Perdido: Do conjunto das agências de fomento, apenas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES programou operações a fundo perdido. As aplicações do BNDES são aquelas realizadas no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 1991), também conhecida como Lei *Rouanet*, concebida para incentivar investimentos culturais, além dos recursos para preservação do acervos, do Fundo Social, do Fundo Tecnológico e Cultural e do Fundo de Estruturação de Projetos, constituídos com fundamento no artigo 29 do Estatuto Social do Banco. O Fundo Social do BNDES, criado em julho de 1997, é constituído por parcela do seu lucro anual e tem como finalidade o apoio financeiro não-reembolsável a projetos de caráter social, voltados prioritariamente à população de baixa renda, nos segmentos de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desporto, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, cultura e desenvolvimento rural. O valor agregado da previsão de desembolsos é informado pelas unidades operacionais envolvidas, tendo em vista a carteira de projetos existente na época da elaboração da proposta orçamentária, que pode sofrer alterações com a entrada de novos projetos ou com a reclassificação de projetos existentes, o que pode ocasionar desvios na execução orçamentária.

f) Composição dos Recursos utilizados nos Empréstimos e Financiamentos (fluxo das aplicações e empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos): A composição das fontes de recursos utilizados nos empréstimos e financiamentos (Recursos Próprios, Recursos do Tesouro Nacional e Recursos de Outras Fontes) consta das respectivas metodologias, elaboradas pelas Agências Financeiras Oficiais de Fomento. O detalhamento da metodologia de cada agência encontra-se nas informações adicionais.

4.7 - FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás é a responsável pela gestão de recursos setoriais que atendem às diversas áreas do Setor Elétrico, representados pelos seguintes Fundos:

- Reserva Global de Reversão – RGR, que é utilizada em projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, no Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica - Procel e no Reluz, que trata da eficiência energética na iluminação pública dos municípios brasileiros;

- Conta de Desenvolvimento Energético – CDE destinada a promover o desenvolvimento energético dos Estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada;

- Conta de Consumo de Combustível – CCC que financia os custos com a geração de energia à base de combustíveis fósseis, principalmente nos sistemas isolados, situados basicamente na Região Norte do País; e

- Uso de Bem Público – UBP que se destina ao desenvolvimento das ações no âmbito do Programa de universalização do acesso à energia em áreas rurais e, a partir de 29.04.2002, os pagamentos das quotas passaram a compor as fontes de financiamento da CDE.

Os quatro fundos observam as seguintes características que determinam os procedimentos adotados na sua gestão:

- a RGR, a CDE, a CCC e o UBP são decorrentes de Leis específicas;

- eles têm como finalidades o desenvolvimento e a melhoria do serviço público de energia elétrica pela promoção da modicidade tarifária, pela universalização dos serviços e pelo desenvolvimento de novas fontes alternativas de energia elétrica;

- sua principal fonte de receitas decorre do recolhimento de recursos pelas concessionárias, provenientes de pagamento de encargos financeiros realizados pelos usuários dos serviços, embutidos nas tarifas de energia elétrica, sendo vinculada a sua utilização aos fins específicos previstos nas Leis que criaram os referidos fundos;

- a arrecadação dos recursos que os compõem não observa o ano civil; e

- são geridos pela Eletrobrás por determinação legal.

Para o exercício de 2009 foram previstas receitas de R$ 9.925,5 milhões, tendo sido atingida uma arrecadação de R$ 9.808,8 milhões. A RGR, a CDE e a CCC, obtiveram desempenho de 122,8%; 85,3%; e 100,4%; respectivamente, na arrecadação de recursos.

FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO ADMINISTRADOS PELA ELETROBRÁS – 2009

em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	FONTE DE RECURSOS			USO DOS RECURSOS		
	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	DESEMPENHO (C = B/A)	PREVISTO (D)	REALIZADO (E)	DESEMPENHO (F= E/D)
RGR	2.360.426,1	2.899.535,6	122,8	2.739.372,2	1.774.597,0	64,8
CDE	4.543.752,3	3.874.519,5	85,3	4.909.823,4	3.756.772,8	76,5
CCC	3.021.334,2	3.034.719,9	100,4	3.021.334,2	2.812.407,6	93,1
TOTAL	9.925.512,5	9.808.775,1	98,8	10.670.529,8	8.343.777,4	78,2

Fonte: Eletrobrás

O Plano de aplicação da RGR, a CDE e a CCC, para o exercício de 2009, previu investimentos da ordem de R$ 10.670,5 milhões. Desse montante foram aplicados R$ 8.343,8 milhões em financiamentos, repasses, subvenções, aquisição de combustíveis e outros dispêndios vinculados às finalidades previstas na legislação, ou seja, desempenho médio de 78,2%, com 64,8% para a RGR; 76,5% para a CDE; e 93,1 % para a CCC. No exercício de 2009, o fluxo financeiro das receitas e das aplicações de cada um dos respectivos fundos registrou saldos de R$ 1.124,9 milhões para a RGR; R$ 117,7 milhões para a CDE e de R$ 222,3 milhões para a CCC. O demonstrativo seguir apresenta a discriminação, pelas diversas regiões do País, dos recursos aplicados em 2009 pelos três fundos:

FUNDOS ADMINISTRADOS PELA ELETROBRÁS
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS APLICAÇÕES – 2009

em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO FUNDOS	MACRO-REGIÕES					
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
RGR	134.347,2	211.887,8	299.262,3	170.165,3	77.771,6	893.434,3
CDE	310.562,4	1.746.733,8	629.478,9	922.363,0	87.918,3	3.697.076,4
CCC	2.812.407,6	0,0	0,0	0,0	0,0	2.812.407,6
TOTAL	3.257.317,2	1.958.641,5	928.741,3	1.092.528,3	165.689,9	7.402.918,3

Fonte: Eletrobrás

Os recursos provenientes de Repasses da Aneel, Transferências da CDE e Outras Aplicações, no caso do RGR, e de outras Aplicações no caso da CDE, não são destinados às Macro-Regiões. Dos recursos aplicados pelos três Fundos, a Região Norte recebeu 44,0% dos investimentos, vindo em seguida a Região Nordeste com 26,5%, a Região Sul com 14,8 %, a Região Sudeste com 12,5% e a Região Centro-Oeste com 2,2%.

4.7.1. Reserva Global de Reversão - RGR

A RGR foi criada pelo Decreto nº 41.019, de 26.2.1957. A Lei nº 9.648, de 27.5.1998, definiu que a RGR seria extinta em 1.12.2002, entretanto, a Lei nº 10.438, de 26.4.2002, estendeu sua vigência até 2010.

A RGR tem como finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos, e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica.

O seu valor é estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade e limitados a 3,0% de sua receita anual.

A Quota de RGR, sua principal fonte de recursos, fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica às Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

O demonstrativo a seguir apresenta a composição das fontes de recursos da RGR:

RGR - FONTES DE RECURSOS - 2009

em R$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E=B-A)
ARRECADAÇÃO DE QUOTAS	1.609.703,6	1.586.893,3	54,7	98,6	-22.810,3
JUROS DE REVERSÃO	11.594,5	11.595,6	0,4	100,0	1,0
PARCELAMENTOS	11.858,5	11.858,5	0,4	100,0	0,0
AMORTIZAÇÕES EFETUADAS PELA ELETROBRÁS	727.269,5	727.269,5	25,1	100,0	0,0
RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	849.606,6	560.064,9	19,3	65,9	289.541,7
OUTRAS	0,0	1.853,9	0,1	0,0	1.853,9
TOTAL	**3.210.032,7**	**2.899.535,6**	**100,0**	**90,3**	**-310.497,1**

Fonte: Eletrobrás

Foram arrecadados R$ 2.899,5 milhões em 2009, onde 54,7% referem-se à arrecadação de quotas, 25,1% às Amortizações efetuadas pela Eletrobrás, e 19,3% aos Rendimentos das Aplicações Financeiras. Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, a Eletrobrás aplicou, no exercício financeiro de 2009, o montante de R$ 1.774,6 milhões. Nas tabelas a seguir, encontra-se detalhada a movimentação, referente ao ingresso e aplicação global e regional da RGR em 2009:

RGR - APLICAÇÕES DOS RECURSOS - 2009

em R$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E=B-A)
FINANCIAMENTOS	1.291.114,0	893.404,3	50,3	69,2	-397.709,7
PROGRAMA LUZ PARA TODOS	517.736,9	309.349,3	17,4	59,8	-208.387,6
PROGRAMA RELUZ	37.001,9	27.978,8	1,6	75,6	-9.023,1
OBRAS EM GERAÇÃO DE ENERGIA	181.957,4	162.500,2	9,2	89,3	-19.457,2
OBRAS EM TRANSMISSÃO DE ENERGIA	415.996,9	358.092,9	20,2	86,1	-57.904,0
OBRAS EM DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	90.344,6	35.513,1	2,0	39,3	-54.831,5
RECUPERAÇÃO DE PARQUES TÉRMICOS	48.106,3	0,0	0,0	0,0	-48.106,3
REPOTENCIALIZAÇÃO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
REPASSES – ANEEL	48.228,2	47.856,9	2,7	99,2	-371,3
SUBVENÇÃO ECONÔMICA - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	1.400.000,0	831.403,8	46,9	59,4	-568.596,2
OUTRAS APLICAÇÕES	0,0	1.902,0	0,1	0,0	1.902,0
TOTAL	**2.739.372,2**	**1.774.597,0**	**100,0**	**64,8**	**-964.775,2**

Fonte: Eletrobrás

Dentro das aplicações da RGR, faz-se destaque para os recursos transferidos para a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, equivalente a 46,9% do realizado, seguidos dos Financiamentos para as Obras em Transmissão de Energia e para o Programa Luz Para Todos que realizaram, respectivamente, 20,2% e 17,4% dos recursos aplicados no exercício.

RGR - APLICAÇÕES DOS RECURSOS – 2009

em R$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	MACRO-REGIÕES					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
FINANCIAMENTOS	134.347,2	211.887,8	299.262,3	170.165,3	77.771,6	893.434,3
PROGRAMA LUZ PARA TODOS	31.391,2	110.436,5	77.316,5	45.164,6	45.038,6	309.349,3
PROGRAMA RELUZ	1.692,7	623,5	12.335,5	194,1	13.133,1	27.978,8
OBRAS EM GERAÇÃO DE ENERGIA	3.640,7	0,0	142.258,1	16.601,4	0,0	162.500,2
OBRAS EM TRANSMISSÃO DE ENERGIA	94.446,6	98.200,2	37.560,9	108.205,2	19.600,0	358.012,9
OBRAS EM DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	3.174,1	2.547,8	29.791,3	0,0	0,0	35.513,1
RECUPERAÇÃO DE PARQUES TÉRMICOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
REPOTENCIALIZAÇÃO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	134.347,2	211.878,8	299.262,3	170.165,3	77.771,6	893.434,3

Fonte: Eletrobrás

Os recursos provenientes de Repasses da Aneel, Transferências da CDE e Outras Aplicações, no caso do RGR, não são destinados às Macro-Regiões. A região Sudeste foi a que recebeu maior parcela das aplicações da RGR, 33,5% dos recursos, com ênfase nos financiamentos para as Obras em Geração de Energia e para o Programa Luz Para Todos. Em seguida, encontra-se a Região Nordeste, com 23,7% dos recursos aplicados, basicamente, no Programa Luz Para Todos e em Obras de Transmissão de Energia.

4.7.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada pela Lei nº 10.438/2002, cujo valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A CDE, cuja duração é de 25 anos, é fixada anualmente e paga mensalmente pelas concessionárias a Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

Foram arrecadados R$ 3.874,5 milhões em 2009, 85,3% da previsão para o exercício, com destaque para a Arrecadação de Quotas, que representa 69,9% desse montante, vindo em segundo lugar as Subvenções para o Programa Luz Para Todos oriundas da RGR, com 59,4% do previsto, seguidos das quotas da UBP, com 3,4%.

CDE - FONTES DE RECURSOS – 2009

em R$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMP. % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
ARRECADAÇÃO DE QUOTAS	2.811.714,8	2.708.665,1	69,9	96,3	-103.049,7
QUOTAS DO UBP	250.551,9	133.227,9	3,4	53,2	-117.324,0
MULTAS DA ANEEL	0,0	53.744,3	1,4	0,0	53.744,3
PARCELAMENTOS	81.485,6	81.485,6	2,1	100,0	0,0
RGR - SUBVENÇÃO PARA PROGRAMA LUZ PARA TODOS	1.400.000,0	831.403,8	21,5	59,4	-568.596,2
RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,0	5.219,5	0,1	0,0	5.219,5
OUTRAS FONTES	0,0	60.773,3	1,6	0,0	60.773,3
TOTAL	4.543.752,3	3.874.519,5	100,0	85,3	-669.232,8

Fonte: Eletrobrás

Em 2009 foram liberados R$ 3.756,8 milhões, sendo R$ 1.990,8 milhões para as concessionárias de energia elétrica de todo o país, como compensação pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda; R$ 1.020,6 milhões para universalização do serviço de energia elétrica no âmbito do Programa Luz Para Todos e R$ 685,8 milhões repassados para os agentes geradores proprietários de termelétricas participantes da CDE que utilizam o carvão mineral de origem nacional. Dos R$ 1.020,6 milhões aplicados como subvenção econômica do Programa Luz Para Todos, o equivalente a 81,5% são oriundos das transferências realizadas da Reserva Global de Reversão – RGR e o restante de recursos arrecadados da CDE. Atendendo a uma das suas finalidades, a de promover a universalização do serviço de energia elétrica, a aplicação atingiu 76,5% dos recursos previstos, sendo 53,0% referente à aplicação no Programa de Baixa Renda e 27,2% no Programa Luz Para Todos.

O restante dos recursos foi aplicado na aquisição de carvão mineral a fim de garantir a competitividade da energia produzida a partir dessa fonte de energia nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados e outras aplicações.

CDE – APLICAÇÕES DE RECURSOS - 2009

em R$ mil

APLICAÇÕES	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMP.% (D=B/A)	DIFERENÇA (E=B-A)
SUBVENÇÃO PARA O PROGRAMA DE BAIXA RENDA	2.236.497,6	1.990.770,4	53,0	89,0	-245.727,2
CARVÃO MINERAL	741.181,5	685.754,3	18,3	92,5	-55.427,2
RGR - SUBVENÇÃO PARA PROGRAMA LUZ PARA TODOS	1.932.144,3	1.020.551,7	27,2	52,8	-911.592,6
OUTRAS APLICAÇÕES	0,0	59.696,4	1,6	0,0	59.696,4
TOTAL	4.909.823,4	3.756.772,8	100,0	76,5	-1.153.050,6

Fonte: Eletrobrás

Os recursos provenientes de outras Aplicações, no caso da CDE, não são destinados às Macro-Regiões. A aplicação dos recursos da CDE atendeu com maior ênfase a Região Nordeste, com 47,2% dos recursos, vindo, em seguida, a Região Sul com 24,9% e a Região Sudeste com 17,0%.

CDE - APLICAÇÕES DOS RECURSOS- 2009

em R$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	MACRO-REGIÕES					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
SUBVENÇÃO PARA O PROGRAMA DE BAIXA RENDA	75.502,9	1.074.536,4	611.011,3	198.800,4	30.800,4	1.990.770,0
CARVÃO MINERAL	0,0	0,0	0,0	685.754,3	0,0	685.754,3
SUBVENÇÃO ECONÔMICA - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	235.059,0	672.197,4	18.467,6	37.799,3	57.027,9	1.020.551,7
TOTAL	310.562,4	1.746.733,8	629.478,9	922.353,0	87.918,3	3.697.076,4

Fonte: Eletrobrás

4.7.3. Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

A CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7.11.1973. Refere-se ao rateio dos ônus e vantagens do consumo de combustíveis fósseis para geração de energia termoelétrica. Esse tipo de geração de energia apresenta custos superiores à geração hidroelétrica, na medida em que requer a utilização de combustíveis, como óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão mineral.

A geração termoelétrica se faz necessária quando as condições de geração de energia hidroelétrica nos Sistemas Interligados são insuficientes para o atendimento ao mercado. Além disso, a geração termoelétrica também se faz necessária nas regiões do país localizadas fora da área de atendimento pelo sistema interligado, como na região Norte, nos denominados sistemas isolados.

Os custos da geração termoelétrica nos Sistemas Isolados são rateados por todos os consumidores do país, mediante a fixação de valores anuais para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado, e podem variar em função da necessidade maior ou menor do uso das usinas termoelétricas.

A Lei nº 9.648/98 e a Resolução Aneel nº 261/98, estabeleceram a extinção a partir de 1.1.2006, da sistemática de rateio de ônus e vantagens decorrentes do consumo de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica nos sistemas elétricos interligados.

Posteriormente, a Lei nº 10.438/2002, manteve até 2022 a sistemática de rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel com base nas informações prestadas pela Eletrobrás com relação às condições previstas de hidraulicidade, à taxa esperada de crescimento do consumo para o ano corrente e aos preços esperados dos combustíveis.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 751/2008, fixou os valores das quotas anuais referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, para crédito na CCC. A Quota da CCC fixada anualmente é recolhida mensalmente pelas concessionárias à Eletrobrás, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

As receitas apresentaram realização de 100,4% da previsão orçamentária para o exercício de 2009, onde a principal fonte de receita da CCC foi a Arrecadação de Quotas, com participação de 96,0% dos recursos realizados, seguida do Parcelamento, com percentual de 2,3%.

CCC - FONTES DE RECURSOS DAS APLICAÇÕES - 2009

em R$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMP. % (D=B/A)	DIFERENÇA (E = B-A)
ARRECADAÇÃO DE QUOTAS	3.021.334,2	2.914.101,5	96,0	96,5	-107.232,7
PARCELAMENTO	0,0	68.725,9	2,3	0,0	68.725,9
RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES	0,0	25.969,2	0,8	0,0	25.969,2
OUTRAS FONTES	0,0	27.923,4	0,9	0,0	27.932,4
TOTAL	3.021.334,2	3.034.719,9	100,0	100,4	13.385,7

Fonte: Eletrobrás

Segundo a Eletrobrás, as aplicações previstas na Região Norte do País, como a aquisição de combustível e óleo diesel para a geração termoelétrica, onde estão os denominados Sistemas Isolados, tiveram uma realização de 93,1% em relação à previsão para o ano.

CCC - APLICAÇÕES DE RECURSOS - 2009

em R$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMP. % (D=B/A)	DIFERENÇA (E = B-A)
ÓLEO COMBUSTÍVEL	2.707.045,2	2.668.742,9	94,9	98,6	-38.302,2
ÓLEO DIESEL	102.757,5	93.246,8	3,3	90,7	-9.510,7
OUTROS (INCLUSIVE PAGAMENTOS À PETROBRAS E SUB-ROGAÇÃO)	211.531,5	50.417,9	1,8	23,8	-161.113,6
TOTAL	3.021.334,2	2.812.407,6	100,0	93,1	-208.926,6

Fonte: Eletrobrás

A principal destinação do subitem "Outros (inclusive pagamentos à Petrobras e Sub-rogação)", deve-se ao pagamento pelo fornecimento de gás para operação das Unidades Termoelétricas

4.7.4. Uso do Bem Público - UBP

O Uso de Bem Público – UBP, instituído através da Lei nº 9.074/95, alterada pelas Leis nº 9.648/98, e nº 10.438/2002, e regulamentado pelas Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel nº 459/2003, e nº 046/2004, é um fundo de propriedade da União constituído por recursos provenientes dos pagamentos pela concessão, ou autorização, outorgada a produtores independentes para geração de energia elétrica e tem como finalidade desenvolver ações no âmbito do Programa de universalização do acesso à energia em áreas rurais.

Sua principal fonte de recursos é o pagamento de quota anual pelas concessionárias, em 12 parcelas mensais, até o dia 15 do mês seguinte ao de sua competência, na conta corrente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás – Uso do Bem Público - UBP.

A partir de 29.4.2002, por força do disposto na Resolução Aneel nº 459/2002, os duodécimos do UBP passaram a ser recolhidos à conta corrente da Eletrobrás – CDE, e a compor seu saldo.

O saldo existente em 20.4.2002, na conta corrente da Eletrobrás – UBP, a partir dessa data passou a ter como movimentação os rendimentos auferidos pela sua aplicação financeira e o imposto incidente sobre os rendimentos dessas aplicações.

4.7.5. Saldos

Cada um dos referidos Fundos Setoriais, RGR, CDE e CCC são contabilizados individualmente, registrando-se o movimento de entradas e saídas de recursos.

Em 31.12.2009, os Fundos do Setor Elétrico registraram saldos no montante de R$ 8.347,0 milhões, distribuídos conforme tabela a seguir:

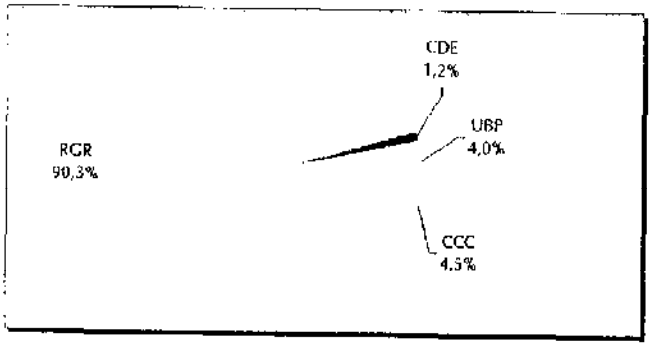
FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO - SALDOS EM 31.12.2009

em R$ mil

DISCRIMINAÇÃO	SALDO EM 2008	2009		
		ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO
RGR	6.411.051	2.899.535	1.774.597	7.535.989
CDE	54.155	3.741.291	3.697.076	98.370
UBP	260.427	133.227	59.696	333.958
CCC	156.356	3.034.720	2.812.407	378.669
TOTAL	**6.881.989**	**9.808.773**	**8.343.776**	**8.346.986**

Fonte: Eletrobrás

FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO
Saldos em 31.12.2009



4.8 - ANEXOS DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA - OI

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR SUBFUNÇÃO
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR PROGRAMA

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em: 31/12/2009

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO
Gestão :

Valores em R$ 1,00

	DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
			Suplementar	Especial						
		(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
04	Administração	15.000	-20.000.000	103.263.522	83.278.522	555.0	72.352.342	87	10.926.180	13
05	Defesa Nacional	8.200.000	0	0	8.200.000	0	8.496.205	104	-296.205	-4
09	Previdência Social	60.000.000	80.000.000	0	140.000.000	133	111.276.688	79	28.723.312	21
10	Saúde	144.185.734	-20.630.000	0	123.475.734	-14	7.812.478	6	115.663.256	94
20	Agricultura	12.871.000	-3.736.000	0	9.135.000	-29	6.918.064	76	2.216.936	24
22	Indústria	155.884.733	313.380.861	1.592.430.797	2.061.646.391	1.223	751.812.813	36	1.309.833.578	64
23	Comércio e Serviços	3.575.681.477	-672.414.476	255.565.237	3.159.802.238	-12	2.150.681.256	68	1.009.120.982	32
24	Comunicações	770.000.000	-385.131.376	0	384.868.624	-50	234.805.116	61	150.063.508	39
25	Energia	73.307.025.125	-495.623.214	1.642.442.212	75.513.844.123	2	67.190.769.958	90	7.323.074.165	10
26	Transporte	1.187.050.520	104.918.009	366.837.666	1.658.836.195	40	611.240.534	37	1.047.595.661	63
	TOTAIS	79.211.893.589	-1.099.346.196	3.960.539.434	82.143.086.827	4	71.146.164.454	87	10.996.922.373	13

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em: 31/12/2009

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR SUBFUNÇÃO
Gestão :

Valores em R$ 1,00

	DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
			Suplementar	Especial						
		(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
122	Administração Geral	1.504.077.628	-299.637.577	114.259.779	1.318.699.830	-12	793.912.548	60	524.787.282	40
126	Tecnologia da Informação	3.035.528.466	-372.543.993	9.589.918	2.672.674.391	-12	2.215.741.237	83	456.933.154	17
303	Suporte Profilático e Terapêutico	136.409.621	-20.690.000	0	115.719.621	-15	6.723.553	6	108.996.068	94
305	Vigilância Epidemiológica	0	0	1.229.000	1.229.000		0	0	1.229.000	100
572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	6.670.613	0	0	6.670.613	0	774.650	12	5.895.963	88
607	Irrigação	161.042.047	0	0	161.042.047	0	145.766.653	91	15.276.394	9
662	Produção Industrial	117.364.796	315.260.000	1.593.987.799	2.027.212.595	1.618	732.275.323	36	1.294.937.272	64
663	Mineração	3.984.008	-1.929.139	0	2.054.869	-48	1.647.900	80	406.969	20
692	Comercialização	476.403.476	-948.499	69.901.984	545.356.961	14	476.642.737	87	69.714.224	13
694	Serviços Financeiros	1.457.891.096	-122.199.583	124.264.779	1.459.956.292	0	987.790.373	68	471.562.919	32
721	Comunicações Postais	516.900.000	-212.898.070	0	305.101.930	-41	179.756.293	59	125.345.637	41
751	Conservação de Energia	123.360.979	22.873.943	-44.687.612	101.637.310	-18	79.205.579	78	22.431.731	22
752	Energia Elétrica	7.505.385.791	-639.023.438	290.879.961	7.157.542.314	-5	5.798.991.228	81	1.358.550.086	19
753	Combustíveis Minerais	56.861.347.002	193.005.665	-1.684.158.206	55.470.194.461	-2	51.412.057.032	93	4.058.137.429	7
754	Biocombustíveis	145.300.000	0	242.470.243	387.970.243	167	203.442.106	52	184.528.137	48
781	Transporte Aéreo	1.010.622.747	-84.779.587	0	925.843.160	-8	369.165.065	40	556.678.095	60
784	Transporte Hidroviário	628.100.651	81.899.551	409.519.719	1.119.520.121	78	644.446.263	58	475.074.858	42
785	Transportes Especiais	5.589.514.468	42.264.531	2.733.482.070	8.365.261.069	50	7.098.823.914	85	1.266.437.155	15
	TOTAIS	79.281.193.589	-1.099.346.196	3.960.539.434	82.143.086.827	4	71.146.164.454	87	10.996.922.373	13

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2009

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
Gestão :

Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO Suplementar	CRÉDITO Especial	APROVADA FINAL	var %	REALIZADA	%	MARGEM /EXCESSO (-)	%
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	(d/a)	(e)	(e/d)	(f = d-e)	(f/d)
04 Administração	15.000	-20.000.000	103.263.522	83.278.522	555.0	72.352.342	87	10.926.180	13
122 Administração Geral	15.000	-20.000.000	103.263.522	83.278.522		72.352.342	87	10.926.180	13
05 Defesa Nacional	8.200.000	0	0	8.200.000	0	8.495.205	104	-295.205	-4
122 Administração Geral	8.200.000	0	0	8.200.000	0	8.495.205	104	-295.205	-4
09 Previdência Social	60.000.000	80.000.000	0	140.000.000	133	111.276.688	79	28.723.312	21
122 Administração Geral	21.000.000	27.000.000	0	48.000.000	129	12.641.398	26	35.358.602	74
126 Tecnologia da Informação	39.000.000	53.000.000	0	92.000.000	136	98.635.290	107	-6.635.290	-7
10 Saúde	146.165.734	-20.690.000	0	123.475.734	-14	7.812.478	6	115.663.256	94
122 Administração Geral	438.000	0	0	438.000	0	78.408	18	359.592	82
126 Tecnologia da Informação	647.500	0	0	647.500	0	235.867	36	411.633	64
303 Suporte Profilático e Terapêutico	138.409.621	-20.690.000	0	115.719.621	-16	6.723.553	6	108.996.068	94
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	6.670.613	0	0	6.670.613	0	774.650	12	5.895.963	88
20 Agricultura	12.871.000	-3.736.000	0	9.135.000	-29	6.918.064	76	2.216.936	24
122 Administração Geral	12.081.000	-3.307.000	0	8.774.000	-27	6.848.088	78	1.925.912	22
126 Tecnologia da Informação	790.000	-429.000	0	361.000	-54	69.976	19	291.024	81
22 Indústria	115.884.733	313.330.861	1.592.430.797	2.061.646.391	1.223	751.812.813	36	1.309.833.578	64
122 Administração Geral	32.421.729	0	-410.995	32.010.734	-1	17.521.397	55	14.489.337	45
126 Tecnologia da Informação	1.514.200	0	-1.146.007	368.193	-76	368.193	100	0	0
662 Produção Industrial	117.964.796	315.260.000	1.593.987.799	2.027.212.555		732.275.323	36	1.294.937.272	64
663 Mineração	3.984.006	-1.929.139	0	2.054.869	-48	1.847.900	90	406.969	20
23 Comércio e Serviços	3.576.681.477	-672.444.475	255.565.237	3.159.802.238	-12	2.150.681.256	68	1.009.120.982	32
122 Administração Geral	984.831.871	-242.341.565	31.555.171	744.045.477	-22	430.652.754	58	313.392.723	42

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em: 31/12/2009

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
Gestão :

Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		APROVADA INICIAL	CRÉDITO Suplementar	CRÉDITO Especial	APROVADA FINAL	var % (d/a)	REALIZADA	% (e/d)	MARGEM /EXCESSO (-)	% (f/d)
		(a)	(b)	(c)	(d=a+b+c)		(e)		(f=d-e)	
126	Tecnologia da Informação	1.164.556.510	-307.903.328	99.745.287	956.400.469	-18	732.235.129	77	224.165.340	23
694	Serviços Financeiros	1.457.291.096	-122.199.583	124.264.779	1.459.356.292	0	987.793.379	68	471.562.919	32
24	**Comunicações**	**770.000.000**	**-385.131.378**	**0**	**384.868.624**	**-50**	**234.805.116**	**61**	**150.063.508**	**39**
122	Administração Geral	78.500.000	-43.233.306	0	35.266.694	-55	24.193.003	69	11.073.691	31
126	Tecnologia da Informação	73.500.000	-129.900.000	0	44.500.000	-74	30.855.820	63	13.644.180	31
721	Comunicações Postais	618.000.000	-212.998.070	0	305.101.930	41	179.756.293	59	125.345.637	41
25	**Energia**	**73.367.025.125**	**-495.623.214**	**1.842.442.212**	**74.513.844.123**	**2**	**67.190.768.958**	**90**	**7.323.074.166**	**10**
122	Administração Geral	375.138.635	-18.726.908	-20.147.919	336.264.008	-10	212.061.812	63	124.202.196	37
126	Tecnologia da Informação	1.631.102.408	-22.068.508	-89.009.362	1.520.024.538	-7	1.303.574.276	86	216.450.262	14
607	Irrigação	161.042.047	0	0	161.042.047	0	146.765.653	91	15.276.394	9
692	Comercialização	476.403.476	-948.499	69.901.984	545.356.961	14	475.642.737	87	69.714.224	13
751	Conservação de Energia	123.660.979	22.373.943	-44.887.612	101.637.310	-18	79.205.579	78	22.431.731	22
752	Energia Elétrica	7.305.685.791	-639.023.438	290.879.961	7.157.542.314	-2	5.798.992.228	81	1.358.550.086	19
753	Combustíveis Minerais	56.861.347.002	193.005.665	-1.584.158.206	55.470.194.461	-2	51.412.057.032	93	4.058.137.429	7
754	Biocombustíveis	145.500.000	0	242.470.243	387.970.243	167	203.442.106	52	184.528.137	48
784	Transporte Hidroviário	497.640.179	-73.000.000	58.911.053	483.551.172	-3	464.185.501	96	19.365.671	4
785	Transportes Especiais	5.369.514.468	42.264.531	2.716.482.070	8.350.261.069	49	7.095.843.034	85	1.254.418.035	15
26	**Transporte**	**1.187.050.520**	**104.848.009**	**366.837.886**	**1.658.836.195**	**40**	**611.240.534**	**37**	**1.047.595.661**	**63**
122	Administração Geral	21.451.193	971.202	0	22.422.395	5	9.068.141	40	13.354.254	60
126	Tecnologia da Informação	24.515.848	33.856.843	0	58.372.691	138	49.766.686	85	8.606.005	15
305	Vigilância Epidemiológica	0	0	1.229.000	1.229.000		0	0	1.229.000	100

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em 31/12/2009

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO/ SUBFUNÇÃO
Gestão :

Valores em R$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO		APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
			Suplementar	Especial		var %		%		%
		(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	(d/a)	(e)	(e/d)	(f = d-e)	(f/d)
781	Transporte Aéreo	1.010.622.747	-84.779.587	0	925.843.160	-8	369.165.065	40	556.678.095	60
784	Transporte Hidroviário	130.460.732	154.899.551	350.608.666	635.968.949	387	180.259.762	28	455.709.187	72
785	Transportes Especiais	0	0	15.000.000	15.000.000		2.980.880	20	12.019.120	80
	TOTAIS	79.281.893.589	-1.099.345.196	3.960.539.434	82.143.086.827	4	71.146.161.454	87	10.996.922.373	13

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em: 31/12/2009

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR PROGRAMA
Gestão :

Valores em R$ 1,00

	DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
			Suplementar	Especial						
		(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
0087	Gestão da Política de Previdência Social	39.000.000	53.000.000	0	92.000.000	136	98.635.290	107	-6.635.290	-7
0256	Aprimoramento dos Serviços Postais	518.000.000	-212.898.070	0	305.101.930	-41	179.755.293	59	125.345.637	41
0273	Luz para Todos	705.467.554	-58.318.671	0	647.148.883	-8	336.180.079	52	310.968.804	48
0278	Gestão da Política de Energia	141.549.126	-15.019.727	-41.685.510	84.843.891	-40	47.210.767	56	37.633.124	44
0282	Atuação Internacional na Área de Petróleo	6.727.965.691	0	-1.760.127.010	4.967.838.681	-26	4.730.894.647	95	236.944.034	5
0283	Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Biocombustíveis	556.458.822	-948.499	101.016.266	656.526.589	18	587.879.996	90	68.646.593	10
0285	Indústria Petroquímica	232.486.074	19.142.896	3.175.333.589	3.426.962.559	1.374	2.119.264.263	62	1.307.698.296	38
0286	Oferta de Petróleo e Gás Natural	29.209.470.378	119.697.493	2.752.068.314	32.081.236.185	10	29.720.964.740	93	2.360.271.445	7
0288	Refino de Petróleo	18.200.395.757	14.626.258	-4.582.835.060	13.632.076.955	-25	12.485.802.665	92	1.146.274.290	8
0290	Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	2.908.987.049	4.628.049	376.262.988	3.287.878.086	13	2.929.863.033	89	358.015.053	11
0294	Energia na Região Nordeste	1.353.633.731	-160.364.569	50.802.198	1.244.071.360	-8	1.018.668.718	82	225.382.642	18
0295	Energia na Região Sul	1.148.716.253	78.204.570	-4.616.919	1.222.303.904	6	1.001.492.814	82	220.811.090	18
0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	2.967.943.016	-437.444.940	276.866.525	2.807.364.601	-5	2.734.038.502	97	73.326.099	3
0297	Energia na Região Norte	383.000.000	24.170.000	-70.300.000	336.870.000	-12	273.259.514	81	63.610.486	19
0375	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	3.984.008	-1.929.139	0	2.054.869	-48	1.647.900	80	406.969	20
0476	Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	38.207.300	-1.900.000	-6.585.879	29.721.421	-22	25.452.256	86	4.269.165	14
0480	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	2.124.670.051	-9.100.000	1.776.773	2.117.346.824	0	2.012.953.041	95	104.393.783	5
0623	Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	36.687.292	-3.254.564	0	33.442.728	-9	9.603.325	29	23.839.403	71
0631	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	973.925.455	-81.525.023	0	892.400.432	-8	359.561.740	40	532.838.692	60
0756	Produção de Moeda e Documentos de Segurança	142.600.000	315.260.000	0	457.860.000	221	225.224.116	49	232.635.884	51

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em: 31/12/2009

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2009

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR PROGRAMA
Gestão :

Valores em R$ 1,00

	DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM (EXCESSO (-))	
			Suplementar	Especial		var % (d/a)		% (e/d)		% (f/d)
		(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)		(e)		(f = d-e)	
0781	Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	1.457291.096	-122 199.583	124.264.779	1459.356.292	0	987.798.373	68	471.562.919	32
0807	Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	4.559617.940	-767.181.570	123.849.697	3916.286.067	-14	2.893.507.832	74	1.022.778.235	26
1042	Energia nos Sistemas Isolados	730018.510	-26 350.101	200.611.716	904.280 125	24	506.333.827	56	397.946.298	44
1044	Energia Alternativa Renovável	126280.500	0	-113.167.680	13.112 820	-90	2.217.645	17	10.895.175	83
1045	Brasil com Todo Gás	3.469846.039	13.375.500	2.839 435.086	6322 656 625	82	5.387.535.428	85	935.121.197	15
1046	Eficiência Energética	123650.979	22.873.943	-44.887.612	101.637.310	-18	79.205.579	78	22.431.731	22
1201	Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	6670.613	0	0	6.670.613	0	771.650	12	5.895.963	88
1291	Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	136409.621	-20.690.000	0	115.719.621	-15	6.723.553	6	108.996.068	94
1405	Desenvolvimento da Agroenergia	130500.000	0	210.619.507	341.119.507	161	203.442.106	60	137.677.401	40
1456	Vetor Logístico Amazônico	1200.000	123.499	2.220.000	3.543.499	195	450.573	13	3.092.926	87
1457	Vetor Logístico Centro-Norte	56618.470	10.669.920	52.723.412	120.031.802	112	27.605.128	23	92.425.674	77
1458	Vetor Logístico Leste	19286.055	31.527.339	81.609.254	132.322.648	586	43.316.083	33	89.006.565	67
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	7509.926	25.172.914	104.720.274	137.403.114	1.730	43.855.592	32	93.547.522	68
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	6050.000	-673.149	16.691.388	21.868.239	261	12.285.386	56	9.582.853	44
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	39796.281	86.259.028	93.973.338	222.028.647	458	52.745.000	24	169.282.647	76
	TOTAIS	79.281.893.589	-1.099.348.196	3.960.539.434	82.143.096.827	4	71.146.164.454	87	10.996.922.373	13

PARTE V

ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

PARTE V – ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

5.1 - AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

5.1.1. Presidência da República

O desempenho das atividades implementadas no âmbito da Presidência da República consiste na inter-relação de ações de uma diversidade de órgãos/entidades que desempenham uma série de Funções e Subfunções de governo. Dessa forma, este relatório consiste em uma exposição complexa sobre as atividades e ações desempenhadas por unidades das mais distintas naturezas. A relatoria dessa rica malha de atuações consiste em um esforço em apresentar uma ação conjugada, no sentido de prover a Presidência da República dos meios necessários à implementação de funções e subfunções de governo que reflitam a importância de setores estratégicos de sua atuação. No âmbito da Presidência da República, espelhado por uma análise dos orçamentos alocados, percebe-se uma concentração de interesses em alguns setores de atuação governamental, haja vista o percentual de participação no orçamento fiscal e de seguridade do Poder Executivo Federal:

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DAS FUNÇÕES DA PR EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO - 2009

FUNÇAO	DOTAÇÃO AUTORIZADA DA PR	%
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	2.075.178.360,00	40,23
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.073.776.184,00	10,97
06 - SEGURANÇA PUBLICA	270.096.167,00	5,04
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	442.180.585,00	0,15
14 - DIREITOS DO CIDADÃO	1.025.085.815,00	54,70
20 - AGRICULTURA	441.650.412,00	2,45
26 - TRANSPORTE	1.935.738.928,00	10,02
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.417.362,00	0,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.819.468,00	0,53

Destacam-se as Funções: "Direitos do Cidadão" e "Essencial a Justiça" seguidas pelas Funções "Administração" e "Transporte", como sendo aquelas que apresentam maior percentual no âmbito dos orçamentos do Poder Executivo Federal executados pelos órgãos/entidades vinculados à Presidência da República. Essas importâncias relativas das Funções de governo são comprovadas pelo estudo mais detalhado de suas participações em relação aos orçamentos da própria Presidência da República, que, em 2009, apresentou a seguinte distribuição:

PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DAS FUNÇÕES EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - 2009

FUNÇÕES	DOTAÇÃO	%
03 - ESSENCIAL A JUSTICA	2.075.178.360,00	24,80
04 - ADMINISTRACAO	2.073.776.184,00	24,79
06 - SEGURANCA PUBLICA	270.096.167,00	3,23
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	442.180.585,00	5,28
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1.025.085.815,00	12,25
20 - AGRICULTURA	441.650.412,00	5,28
26 - TRANSPORTE	1.935.738.928,00	23,14
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.417.362,00	0,03
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.819.468,00	1,20
TOTAL	8.366.943.281,00	100,00

1 - A função "Agricultura" não será abordada no relatório da Presidência da República, em face da criação do Ministério da Pesca (Lei 11.958, de 26 de junho de 2009, que dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aqüicultura); e

2 – A função "Previdência Social" também não será abordada no relatório da PR, em face da pouca relevância em relação à função concentrada no Ministério da Previdência Social, bem como as funções: "Segurança Pública", Encargos Especiais' e "Reserva de Contingência".

Em termos de execução orçamentária, no ano de 2009, referente às quatro principais funções anteriormente destacadas, tem-se que:

10 PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES

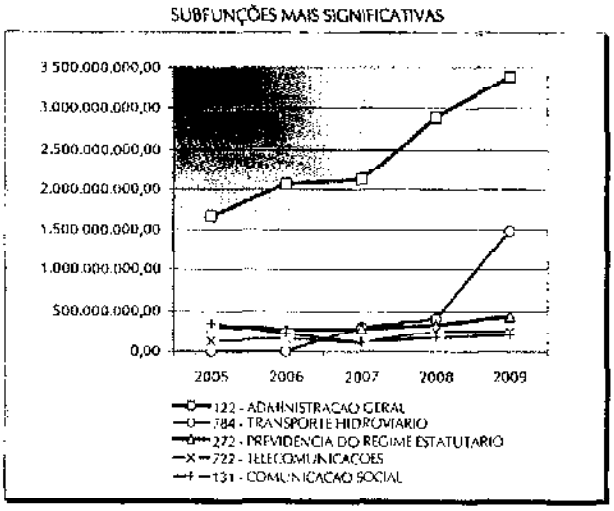
SUBFUNÇÃO	EMPENHOS EMITIDOS LIQUIDOS 2009	%
122 - Administração Geral	3.382.435.830,04	51,07
784 - Transporte Hidroviário	1.485.484.780,63	22,24
272 - Previdência do Regime Estatutário	412.113.726,43	6,27
722 - Telecomunicações	248.399.711,08	3,71
131 - Comunicação Social	211.213.181,20	3,17
366 - Educação de Jovens e Adultos	158.020.471,59	2,36
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	121.028.365,88	1,81
126 - Tecnologia da Informação	92.317.967,78	1,46
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	80.178.517,44	1,20
128 - Formação de Recursos Humanos	53.556.683,83	0,85

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE 10 PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES DE 2009

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
122 - Administração Geral	1.668.399.166,90	2.055.161.295,84	2.123.720.103,37	2.881 590 298,84	3.382.435.830,04
784 - Transporte Hidroviário	0,00	0,00	293.540.106,12	413.215.699,56	1.485.484.780,63
272 - Previdência do Regime Estatutário	319.140.355,46	263.104.754,18	277.254.060,07	331.258.022,71	437 113.726,43
722 - Telecomunicações	174.433 786,86	150.447.853,11	115.289.384,25	244.447.303,51	248.399.711,08
131 - Comunicação Social	339.351.061,29	224.502.666,70	107.213.080,34	176.811.706,66	211.713.181,20
366 - Educação de Jovens e Adultos	12.388.175,30	9.598 343,00	7.009.439,35	0,00	158.020.471,59
422 Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	33.210.546,70	38.760.395,41	54.081 758,68	88.941.325,80	121.026.365,88
126 - Tecnologia da Informação	8 240 400,60	2.364.514,12	6.636.757,84	79.155.494,14	92.317.967,78
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	40.414.127,32	47.873.474,36	60.713.167,58	60.379 887,95	80.178.517,44
128 - Formação De Recursos Humanos	12.983.766,03	18 950.686,69	32.582.187,19	40.980.227,16	53.556.683,83

Pela evolução histórica da execução orçamentária, percebe-se um incremento constante e gradativo em todas as subfunções, em conformidade com o aperfeiçoamento das ações de implementação dos programas e criação de condições para a consubstanciação das ações decorrentes, conforme se pode verificar nos gráficos a seguir:

SUBFUNÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS



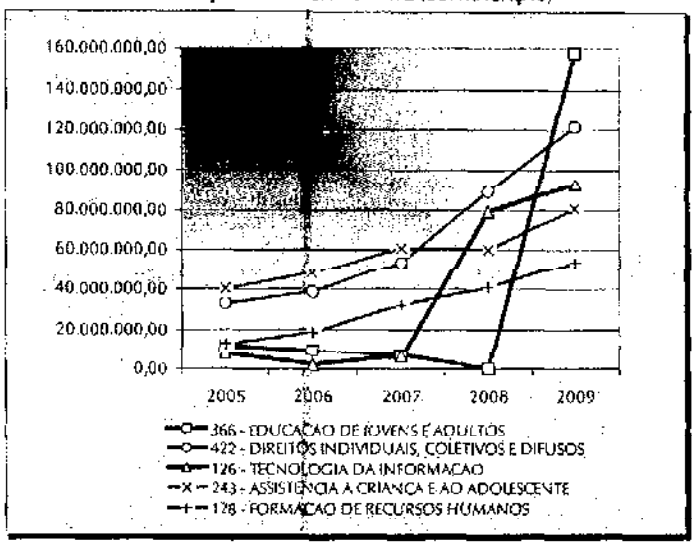
Nas cinco primeiras subfunções acima descritas, alguns fatores que explicam as alterações apresentadas durante os últimos cinco anos são:

1) em relação à subfunção "Administração Geral", o crescimento das estruturas dos órgãos vinculados à PR, em especial a CGU e AGU, com a realização de novas contratações de servidores, reestruturação de carreiras e vencimentos, assunção de encargos com folha de pagamento e ampliação da atuação dos órgãos; e

2) em relação à subfunção "Transporte Hidroviário", a criação da Secretaria Especial de Portos, em 2007 e o desenvolvimento das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveram um incremento significativo do investimento no setor.

Em relação às demais subfunções apresentadas como sendo as mais significativas, observamos que ocorreram subseqüentes aumentos dos respectivos gastos, em especial por se tratarem,em grande parte, de subfunções que agregam programas descentralizados, os convênios utilizados começaram a gerar resultados nos três últimos anos, fato este, demonstrado pelo significativo aumento de recursos alocados a programas como os de políticas para mulheres e de educação de jovens, conforme se pode verificar no gráfico seguinte:

SUBFUNÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS (CONTINUAÇÃO)



Função – Essencial à Justiça

A execução das atividades vinculadas ao desempenho da função "Essencial à Justiça" está concentrada na atuação da Advocacia-Geral da União. De uma Dotação Autorizada inicial de R$ 2.075.178.360,00, a execução das despesas por Unidade Executora foi de R$ 2.005.924.082,34 (96% do autorizado).

Em relação às subfunções implementadas na função *"Essencial à Justiça"* verifica-se que as atividades concentram-se na "Administração Geral", o que representa que o exercício das ações de suporte institucional estão vinculadas diretamente ao desempenho das funções finalísticas do órgão.

Em relação à subfunção "Representação Judicial e Extrajudicial da União", para o período de apuração solicitado, destaca-se o exercício de 2007, cuja execução orçamentária/financeira sobressaiu-se em relação ao demais exercícios. Tal fato é justificado pela edição da Medida Provisória nº 346, de 22 de janeiro de 2007, que concedeu ao orçamento da AGU um crédito extraordinário no valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). A concessão do crédito foi em função da AGU ter recebido a incumbência de responder por cerca de 40.000 (quarenta mil) processos da extinta Rede Ferroviária Federal – RFFSA.

Em relação à execução das ações vinculadas à subfunção 122 – Administração Geral - despesas com pessoal - exercícios 2004/2005 – o crescimento das despesas de 2005 em relação a 2004 foi o resultado da edição da Lei 10.909, anexo III, de 15/07/2004, que reestruturou as carreiras jurídicas com efeito financeiro já a partir de 2004. No exercício de 2005 foram empossados 380 Advogados da União aprovados em concurso público o que contribuiu com o acréscimo das despesas naquele período.

Para os exercícios 2006/2007 - Em 2006 foi editada a Medida Provisória 305, convenida na Lei 11.358 que passou a remunerar os integrantes das carreiras jurídicas sob a forma de subsídios um aumento substancial aos procuradores e advogados . No período foram empossados 295 Advogados da União e 499 Procuradores Federais e 474 servidores da área administrativa.

Exercícios 2008/2009 – Em 2008 destacamos a edição da Medida provisória 441, de 29/8/2008 que concedeu aumento aos servidores das carreiras jurídicas e administrativas que será estendido até o exercício de 2011.

Principais Resultados

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, destacam-se as algumas decisões em que a União foi vitoriosa:

i) RE nº 587.365/SC e nº486.413/SP – no qual foi mantido o entendimento de que a renda do segurado deve ser levada em consideração para concessão do auxílio-reclusão e não a de seus dependentes. Atualmente, existem no país cerca de 450 mil presos. O governo gasta R$ 160 milhões por ano com o pagamento do benefício. A decisão evitará impacto orçamentário para a Previdência Social estimado em mais de R$ 1 bilhão por ano;

ii) PSV nº 04 – a AGU participou intensamente de todos os trabalhos desenvolvidos na audiência pública que o Presidente do STF realizou, com o objetivo de reduzir a litigiosidade das matérias que envolvem, entre outros aspectos, o fornecimento de medicamentos e tratamento médico à população carente;

iii) ADPF nº 101 – a AGU conseguiu demonstrar à Corte Constitucional que a importação de pneus e carcaças provenientes de diversos países acarreta prejuízos, por

vezes irreparáveis, à saúde da coletividade e ao meio ambiente;

iv) RE nº 543974 – na defesa da correta interpretação do texto constitucional, a AGU teve reconhecida na Corte Suprema a tese de que a desapropriação de imóvel em que se plantaram psicotrópicos deverá incidir sobre toda a gleba rural, e não apenas sobre a parcela de terra em que foi efetivamente cultivada a planta. A Constituição Federal determina que tais glebas devem ser destinadas ao assentamento de colonos e ao cultivo de alimentos e medicamentos;

v) ADI nº 3978 – o STF confirmou a obrigatoriedade de realização de concurso público para ingresso na atividade notarial e de registro, exigência constitucional defendida pela AGU que, no entanto, vinha sendo descumprida por alguns estados;

vi) MI nº 766 – a Corte confirmou a tese da AGU no sentido da impropriedade da via judicial eleita no tocante à utilização do mandado de injunção para forçar a União a regulamentar a atividade de promoção e administração de sorteios de bingos;

vii)ACO nº 1303 – a Corte Suprema concluiu, nos termos do alegado pela AGU, que a regra constitucional de imunidade tributária recíproca entre entes da federação aplica-se à exação de ICMS sobre desembaraço aduaneiro de medicamentos importados pelo Ministério da Saúde;

viii) PET nº 3388 – o STF julgou constitucional o decreto presidencial que estabeleceu a demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A AGU participou, de modo decisivo, do julgamento que mobilizou a Suprema Corte, como também dos procedimentos de desintrusão dos não-índios e da efetiva destinação da área objeto da demanda às comunidades indígenas tradicionalmente ocupantes do local;

ix) ADI nº3934 – o STF confirmou a tese da AGU pela constitucionalidade da norma que trata de recuperação judicial e falências, o que possibilitou o atendimento de um maior número de credores no rateio da massa, além de se permitir a preservação das atividades da empresa, com a conseqüente manutenção dos empregos;

x) ADPF nº 167 – a AGU defendeu, ainda, no STF, a continuidade da competência do Tribunal Superior Eleitoral para julgamento de recursos contra a expedição de diplomas nas eleições federais e estaduais. A tese foi acolhida, preservando-se uma atribuição desempenhada pela Corte Eleitoral há mais de 40 anos;

xi) ADPF nº 186 – a AGU manifestou-se, também, pela constitucionalidade da implementação, pela Universidade de Brasília em seus concursos vestibulares, de cotas de 20% para negros. O Supremo Tribunal indeferiu a liminar pleiteada, mantendo os atos administrativos praticados pela UnB;

xii) RE nº 576.189 e nº 541.511 – a AGU assegurou o reconhecimento, pela Corte Suprema, da constitucionalidade dos adicionais tarifários incluídos nas contas de energia elétrica, os Encargos de Capacidade Emergencial (ECE), conhecidos como "seguro-apagão", com o objetivo de cobrir os custos de contratação de capacidade de geração de termelétricas no período de 2002 a 2005, de modo a garantir o fornecimento de energia elétrica para toda a população brasileira. Nas ações em que se revelou possível a apuração de valores, a atuação da AGU envolveu a quantia aproximada de R$ 190 bilhões.

Deve-se registrar, também, que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2009, atuou ativamente na defesa da União, no âmbito da definição de controvérsias em matéria tributária, especialmente nos Tribunais Superiores, com resultado positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional. Esse trabalho resultou, especialmente, na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplentes e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública, o que contribuiu para a manutenção do superávit primário das contas públicas sem prejuízo aos programas sociais e de investimentos do Governo.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ, foram proferidas 33 decisões que sinalizam o alcance dos objetivos colimados pela PGFN, pela sistemática dos recursos repetitivos, e um julgamento proferido fora da sistemática dos recursos repetitivos. Já no STF, foram proferidas seis decisões de extrema relevância para as matérias afetas aos assuntos tributários, tais como: Crédito-Prêmio de IPI; Dedução de Prejuízos Fiscais; alterações de alíquotas da Cofins (aumento de 2% para 3%); e Imposto de Exportação e Finsocial.

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto às demais instâncias do Poder Judiciário foram implementadas ações em diversas áreas como educação, meio ambiente, defesa do patrimônio público e administração pública. Para exemplificar, destacam-se, em 2009, as seguintes ações da AGU no âmbito da Justiça Federal para viabilizar a execução do PAC: i) a ACP nº 2008.83.00.019535-1 – JF/PE,que resultaram no impedimento da suspensão da 10ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural; ii) a ACP nº 2009.41.00.003928-2 – JF/RO,na manutenção da licença de instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, no Rio Madeira; e iii) a ACP nº2009.39.03.000326-2 e nº 2009.39.03.000575-6 e SS nº 12009.01.00.069492-2 - TRF da 1ª Região, que assegurou na garantia do processo legal para a construção da UHE de Belo Monte, no estado do Pará, assegurando a continuidade da preparação de licitação dessa importante obra, que será a maior hidrelétrica brasileira.

No âmbito internacional, cabe destacar as ações realizadas pela AGU na: (i) defesa do Estado Brasileiro, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos; (ii) atuação internacional para bloquear e repatriar ativos desviados

ilicitamente dos cofres públicos do Estado Brasileiro, referente aos casos do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT/SP), Operação Satiagraha e Propinoduto; e (iii) restituição de crianças em atendimento à Convenção da Haia sobre Aspectos Civis do Seqüestro Internacional de Crianças.

Foi instituído, na AGU, o Grupo Permanente de Combate à Corrupção, que segundo último relatório, de novembro de 2009, ajuizou 2.178 ações, dentre as quais: i) 1.469 ações de execução de julgados do TCU, totalizando R$ 479,6 milhões; ii) 340 ações de improbidade, totalizando R$ 33,2 milhões, e iii) 369 ações de natureza ambiental e patrimonial, totalizando R$ 442 milhões. Esse trabalho contribuiu para o recolhimento de R$ 296,5 milhões concernentes a convênios celebrados pela União. Nas ações em que é possível quantificar os valores, a atuação da AGU, por meio da Procuradoria-Geral da União, implicou a impugnação de, aproximadamente, R$ 2,92 bilhões, recolhendo em indenizações e honorários, aproximadamente, R$ 39,9 milhões. Além disso, em 2009, a AGU deu andamento ao Programa de Redução de Demandas do INSS, destacando-se a edição de 10 súmulas que tratam de matéria previdenciária, o que trará diminuição do quantitativo de ações e recursos. Continuou, também, a executar os relevantes e fundamentais serviços jurídicos de consultoria e assessoramento jurídicos, para a assegurar a conformidade das atos da Administração Pública Federal e para o fornecimento de subsídios para a defesa da União em processos em curso no STF, STJ, TRFs e Varas Federais.

Outra ação importante foi o desenvolvimento da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF). Em 2009, a AGU realizou importantes ações na CCAF, destacando-se: i) o primeiro Termo de Conciliação realizado com estados, no que foi firmado um acordo entre a Caixa Econômica Federal e o estado de Alagoas acerca da interpretação de sobre convênios e contratos de repasse; e ii) o primeiro caso de conciliação envolvendo municípios, na qual foi acordada a destinação de imóveis oriundos da extinta RFFSA em municípios do estado do Paraná.

O Plano de Ação da AGU, para 2010, tem como meta promover medidas para a redução da litigiosidade entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e destes com a sociedade civil, otimizar os recursos humanos e materiais no âmbito de sua organização administrativa, aprimorar o acompanhamento judicial de ações relevantes para a União, ampliar a capacidade de atuação conciliatória da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal e consolidar a sua estruturação administrativa, física e de pessoal.

Função - Administração

As atividades vinculadas à execução da função "Administração" no âmbito da Presidência da República estão diluídas entre vários órgãos da administração, o que torna difícil o relato sobre as mesmas como sendo uma função de governo. Na verdade, as despesas vinculadas ao exercício desta função e das subfunções a ela inerentes dizem respeito, em grande parte, ao custeio dos gastos correntes dos órgãos que as implementam, mas que dão suporte ao desempenho de suas ações finalísticas. Em relação ao orçamento de *R$ 2.073.776.184,00* temos que a execução foi da seguinte forma:

EXECUÇÃO FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, POR UNIDADE GESTORA

UG EXECUTORA	EMPENHOS LÍQUIDOS
110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/PR	268.230.071,55
110061 - COORDENACAO DE EXEC ORCAMENTARIA E FINANCEIRA	23.785,65
110101 - GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	5.627.794,13
110120 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA	138.144,50
110175 - COORD.-GERAL DE RECURSOS HUMANOS/DGI/SE/CGU	340.725.622,14
110176 - COORD.-GERAL DE REC. LOGISTICOS/DGI/SE/CGU	6.576.824,66
110197 - CENTRO GESTOR E OP. DO SIST. DE PROT. DA AMAZ	32.256.799,73
110235 - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE	5.249.602,50
110245 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/AGENCIA ORG.FINANC	37.151.833,69
110246 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	8.097.656,14
110247 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/COORD. REC. HUMAN.	44.551.215,67
110278 - SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE/RECURSOS EXT	16.355,57
110285 - SEC. ADM/PR - REC EXT	2.208.314,84
110299 - CGU/BIRD/PROCONTROLE	605.236,80
110319 - SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL/PR	191.143.080,46
110322 - GAB. DE SEG. INSTIT. DA PRES. DA REPUBLICA	10.374.345,71
110352 - SECRETARIA GERAL/PR	94.409,96
110355 - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS-SAE/PR	3.626.122,00
110382 - SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS/PR	1.495.935,41
113601 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	130.705.022,76
113602 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA	4.495.630,18
113605 - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BID-1841/OC-BR	19.000,00
115406 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	399.793.739,57

UG EXECUTORA	EMPENHOS LÍQUIDOS
170940 - COORD-GERAL DE PLANEJ E ORCAMENTO/DGI/SE/CGU	200.169.241,49
200014 - ARQUIVO NACIONAL - RJ	52.191.686,06
243001 - INSTITUTO NAC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO ITI	15.371.201,25
TOTAL:	1.769.899.876,73

Nota: As informações relativas à execução do orçamento da CGU serão apresentadas em separado

Principais Resultados

Apesar da pouca expressão orçamentária da subfunção Planejamento e Orçamento, a atuação da Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE tem grande impacto para o país e seu trabalho está organizado em torno do projeto Brasil 2022, que é desdobrado eixos temáticos que possam dar conta ao mesmo tempo do desafio de reduzir drasticamente as desigualdades sócio-econômicas e preparar o país para um crescimento duradouro, a taxas elevadas e de forma ambientalmente sustentável. Cabe destacar:

a) lançamento da Agenda Nacional de Gestão Pública;

b) construção em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), Ministério do Planejamento e do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (CONSAD);

c) elaboração da primeira versão de Agenda Agrícola Século XXI, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, construída com o propósito de tornar o país o principal produtor e exportador mundial de produtos agrícolas de qualidade, produzidos em condições ambientalmente sustentáveis;

d) em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, organização de discussões e elaboração de propostas preliminares em torno de quatro questões que buscam promover oportunidades produtivas e educativas: i) alterações institucionais e de modelo de gestão para as políticas sociais; ii) atenção à necessidade dos cidadãos mais vulneráveis; iii) políticas voltadas para aqueles já incluídos no mercado de trabalho; e iv) a institucionalização de empreendedores populares; na implementação do Plano Amazônia Sustentável – PAS, destacam-se: formulação e acompanhamento da política federal de regularização fundiária na Amazônia Legal; elaboração de estratégia operacional para regularização fundiária de Reservas Extrativistas (RESEX) e de Desenvolvimento Sustentável (RDS) na Amazônia; elaboração, em parceria com o Ministério dos Transportes, do Programa de Estradas Vicinais para a Amazônia – PREVIA; e coordenação da participação federal na Força Tarefa dos estados da Amazônia Legal na construção de proposta para a remuneração pela prestação de serviços ambientais pelo mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD.

Na área de Defesa, destaca-se: i) a revisão do marco jurídico da indústria nacional de defesa e à atualização da Lei de Mobilização Nacional; ii) estudos, que ora subsidiam políticas públicas referentes à criação de um serviço civil, à realização de parcerias estratégicas no campo da defesa, à transferência da Escola Superior de Guerra para Brasília, à criação da carreira de especialistas em Defesa e aos planos estratégicos e operacionais ligados às hipóteses de emprego das Forças Armadas; iii) elaboração da nova Política Nacional de Inteligência e da reforma do Sistema Brasileiro de Inteligência; iv) colaboração na elaboração de estratégia de democratização do acesso em banda larga no Brasil; e vi por fim, vale mencionar o esforço para iniciar a implantação de uma Rede de Planejamento Estratégico, a partir de implantação de Núcleos de Pensamento Estratégico em órgãos do Governo Federal (acordos assinados com a Agência Nacional de Águas e com a Fundação Oswaldo Cruz).

No tocante aos indicadores efetivamente utilizados pelo programa na SAE, os mesmos são aferidos em estudos/políticas formuladas. Entre 2007 e 2009, cresceram 37,5%, assim como a execução orçamentária dos limites de empenho autorizados que em 2007 alcançaram 86,86% dos recursos, em 2008, 99,29% e, em 2009 99,59%. Em ambas as circunstâncias, a razão para o crescimento registrado decorre da própria instalação e funcionamento da SAE, cujas atividades tiveram início em 2007.

Subfunção - Administração Geral

A subfunção Administração Geral têm um caráter transversal e manifesta-se em diversas frentes de atuação da Presidência da República, sendo que parte significativa dos recursos financeiros está alocada da Secretaria de Administração - SA, que desenvolve inúmeras atividades e serviços técnico-administrativos, de forma a permitir à plena realização das suas funções, propiciando aos vários setores da PR as condições para a realização de suas respectivas missões.

Dentre os diversos serviços geridos pela SA, destacam-se: contratos nas áreas de serviços de transporte de passageiros e cargas, serviços e soluções em tecnologia da informação, copa, restaurantes, limpeza e conservação, reprografia, manutenção predial, serviços em telecomunicações, fornecimento de passagens; serviços de concessão de diárias, auxílio-moradia e ajudas de custo, suprimento de fundos, gestão de pessoas, incluídos a implementação da folha de pagamento de significativa parcela dos servidores da PR, a capacitação de servidores e o atendimento a servidores e seus dependentes em alguns serviços de saúde.

No decorrer dos últimos sete anos, a política governamental de ampliação da atuação da PR em algumas áreas da Administração Pública resultou no

crescimento da instituição, que passou por diversas mudanças em sua estrutura organizacional.

Essa reestruturação organizacional – que teve reflexos financeiros na majoração de valores de contratos, por ocasião do fim da vigência de contratos anteriores –, aliada aos reajustes promovidos nos valores dos cargos e funções comissionados da Administração Pública Federal – que culminaram no aumento das despesas com pessoal e encargos sociais –, são os principais fatores que contribuíram para o incremento, nos últimos anos, dos custos de manutenção de alguns dos serviços que estão a cargo da SA.

Entre essas mudanças, as de maior amplitude e significância foram: (i) a criação da Secretaria de Relações Institucionais – SRI,; (ii) a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE – e a migração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a estrutura daquela Secretaria; (iii) a criação da Secretaria Especial de Portos; (iv) a extinção da Empresa Brasileira de Comunicação – RADIOBRÁS, simultaneamente à criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC; (v) a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, e sua posterior extinção concomitante à criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, desvinculado da estrutura da PR; e (vi) a extinção da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, também desvinculado da PR.

O principal projeto vinculado atualmente à SA, de caráter não continuado, é a obra de restauração e modernização das instalações do Palácio do Planalto, iniciada em maio de 2009 e cuja conclusão é prevista para abril de 2010. O projeto é fiscalizado e supervisionado pelo Departamento de Engenharia do Exército Brasileiro, em decorrência de acordo de cooperação técnica celebrado com a PR. Sua execução consumiu, ao longo do exercício, recursos da ordem de R$ 90 milhões, sendo que a maior parte destes recursos, em torno de 94,5%, foi executada de forma descentralizada para o Ministério da Defesa, instituição responsável pela execução do projeto. A contratação da restauração e da modernização, além de demolições, fundações e estrutura complementares, arquitetura e urbanismo, instalações hidrossanitárias, elétricas, eletrônicas, de telefonia e rede estruturada, instalações mecânicas de elevadores e sistema de climatização completo, sistema de detecção e combate a incêndio, também contempla a aquisição dos sistemas de segurança, telefonia e informática e, ainda, de supervisão, automação e controle predial.

Ainda no Âmbito da Casa Civil e da subfunção Administração Geral, a Secretaria de Relações Institucionais - SRI estabeleceu com os estados o diálogo permanente com o apoio à organização dos fóruns regionais de governadores, importante canal de negociação e pactuação federativa: Fórum de Governadores do Nordeste; Fórum de Governadores da Amazônia Legal; Fórum de Governadores do Centro-Oeste e Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL.

Merece destaque, na relação com os estados, a assinatura do "Compromisso Mais Nordeste pela Cidadania" e "Compromisso Mais Amazônia Legal pela Cidadania", com o objetivo de superar as desigualdades sociais que influenciam na qualidade de vida das populações dessas regiões. Na região da Amazônia legal, além das metas indicadas, firmou-se um compromisso de regularização fundiária das terras da União em 436 municípios, além da articulação federativa com os governadores e prefeitos que valorizou e enriqueceu os debates sobre as mudanças climáticas.

Com os municípios brasileiros foi realizado, em fevereiro de 2009, o I Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas, com a finalidade de auxiliar os novos gestores municipais em início de mandato. O encontro, que contou com a participação de 5.300 novos prefeitos, O encontro pactuou as políticas públicas federais e firmou compromissos de interesse local, regional e nacional, referenciados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Além disso, foram anunciadas, no evento, diversas medidas, dentre as quais destaca-se o encaminhamento ao Congresso do Projeto de Lei nº 4.666, de 2009, sobre a transição governamental.

Merecem destaque as ações relativas ao Comitê de Articulação Federativa - CAF, que têm proporcionado ganhos efetivos aos municípios, a exemplo do fortalecimento da base tributária própria e o aumento das transferências constitucionais, legais e voluntárias. Segundo dados da CNM, os municípios detêm 19% da receita pública disponível, valor superior aos 13% registrados em 2002. Em 2009 foram também implementadas diversas ações de apoio a estados e municípios, em razão da crise internacional, com o objetivo de dar sustentação a medidas anticíclicas, destacando-se as que ampliaram a capacidade de investimento dos entes federados: a) o aumento da margem de endividamento nos contratos do Plano de Ajuste Fiscal - PAF; b) a nova modalidade de análise de decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública; c) o programa de ajuda financeira que transferiu aos municípios mais de R$ 2 bilhões para compensar o decréscimo nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios; d) o parcelamento dos débitos previdenciários dos municípios em até 240 vezes (MP 457/09) e a extinção de débitos prescritos; e) antecipação de R$ 1 bilhão em parcelas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que seriam pagas ao longo do ano; f) a redução de até 40% no valor da contrapartida dos contratos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, para as obras de saneamento e habitação; g) a inserção de dispositivo na LDO 2010 que diminui o valor das contrapartidas no caso de obras do PAC, Plano Amazônia Sustentável - PAS, Territórios da Cidadania, consórcios públicos e convênios relativos às áreas de assistência social, segurança alimentar, educação, segurança pública etc.; h) a contrapartida não financeira (em bens ou serviços) ou mesmo a não exigência de contrapartida, em caso de destinação de

recursos para realização de ações de competência exclusiva da União, também prevista na LDO; e i) a simplificação dos procedimentos para o repasse e financiamentos.Convém destacar, no âmbito do fortalecimento institucional dos municípios, a criação do Portal do Software Público, que disponibilizou o e-cidade, uma ferramenta capaz de gerenciar as principais áreas de atuação das prefeituras em um único sistema.

Importantes também foram os pactos estabelecidos com os estados e municípios no âmbito dos programas federais, como as ações de acompanhamento das obras do PAC, sobretudo no seu Grupo de Gestão Integrada - GGI, e a participação na organização e mobilização dos Comitês de Articulação Estadual e dos Colegiados Territoriais, do Programa Territórios da Cidadania.

A atuação da SAF na área internacional mediante a consolidação dos instrumentos de cooperação internacional federativa é pautada pelos eixos prioritários da Política Externa brasileira. Nesse sentido foi definido como estratégico a consolidação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul - FCCR, espaço de participação direta de governadores e prefeitos na estrutura formal do Mercosul, cujo Capítulo brasileiro é coordenado pela Subchefia de Assuntos Federativos. Na área internacional, ainda no tocante aos assuntos federativos, priorizou-se a consolidação do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul, destacando como produtos : o apoio a projetos dos governos subnacionais com os recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM; a assinatura dos acordos das Rodadas de Integração Produtiva (Manaus e Foz do Iguaçu); a criação da Rede Mercosul de Governadores e Prefeitos de Estratégia do Trabalho Decente, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho; e o Projeto de Integração Fronteiriça, com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AFCID. Importantes resultados foram também obtidos no âmbito do Observatório da Equidade - CDES, realizando o terceiro ciclo de análise da desigualdade na escolarização e completando a primeira observação do tema Sistema Tributário Nacional, um trabalho inédito e de grande relevância no que se refere à análise das distorções da tributação no Brasil.

Na área internacional, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social deu ênfase às relações bilaterais com instituições similares. Realizou, em uma proposta conjunta com o Comitê Econômico e Social Europeu - CESE, a primeira reunião da Mesa-Redonda Brasil-União Européia das Sociedades Civis, parte da parceria estratégica entre o Brasil e aquele bloco. Além disso, realizou a primeira reunião da Mesa-Redonda Brasil-Rússia das Sociedades Civis, em conjunto com a Câmara Cívica da Federação Russa. O CDES deu ainda continuidade à participação nas atividades promovidas pela Associação Internacional de Conselhos Economicos e Sociais e Instituições Similares – AICESIS, agora como integrante de seu Conselho de Administração.

A atividade parlamentar e de articulação político-institucional, a cargo da Subchefia de Assuntos Parlamentares, teve como resultado o envio e acompanhamento de 62 Projetos de Lei de iniciativa do Poder Executivo. Desses, apenas uma proposição foi prejudicada por razões regimentais, restando seis proposta sancionadas: duas com vetos e as demais em tramitação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

No Congresso Nacional, a Secretaria de Relações Institucionais contribuiu para a aprovação de dezoito medidas provisórias de enfrentamento da crise e 23 projetos dos programas prioritários do Governo (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci e Agenda Social). Além disso, há de se destacar sua participação na aprovação de acordos internacionais, a exemplo do Decreto Legislativo nº 934, de 16 de dezembro de 2009, que referendou a entrada da Venezuela no Mercosul, e na promulgação de outras normas relevantes, tais quais: a Lei nº 12.182, de 29 de dezembro de 2009, que incorporou às regras do PAC os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida; a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que reduziu o percentual da Desvinculação das Receitas da União - DRU; e a Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, que instituiu regime especial de pagamentos de precatórios pelas fazendas públicas.

Por fim, cabe lembrar a sanção de inúmeras matérias em 2009, de iniciativa do próprio Poder Legislativo, do Poder Judiciário ou do Poder Executivo. Foram sancionadas 290 leis ordinárias e cinco leis complementares. Destacam-se a Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009, que amplia a distribuição da Justiça gratuita, ao estender a atuação da Defensoria Pública; a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; a Lei nº 11.967, de 6 de julho de 2009, que trata da estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público; a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, que altera as faixas da Tabela Progressiva Mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física, criando duas novas alíquotas; a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC; a Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC; e diversas normas instituidoras de isenções e desonerações fiscais.

Em termos de ações de intermediação das demais áreas de Governo, no desenvolvimento das ações da subfunção 122, temos a Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais – SAG, no âmbito de sua competência, atuou nas áreas da justiça, administração, defesa nacional, segurança pública, relações exteriores, assistência social, previdência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura, organização agrária, comunicações, energia, transporte, desporto e lazer, mediante a análise do mérito

das propostas submetidas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Outras importantes ações implementadas dentro na subfunção Administração Geral são aquelas desenvolvidas no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. De uma dotação de R$ 7.700.765,00 para o exercício de 2009, foram executados R$ 5.834.022,50 em ações de fomento à participação e fiscalização pública das políticas de governo (reuniões ordinárias e atividades do Conselho Nacional de Juventude); fortalecimento institucional das políticas de juventude; acompanhamento das iniciativas parlamentares ligadas ao tema; relacionamento com gestores estaduais e municipais; acompanhamento das prioridades definidas na 1ª Conferência Nacional de Juventude; e intercâmbio com outros países (adesão do Brasil à Organização Ibero-Americana de Juventude, parcerias com organismos multilaterais etc.).

A Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR) deu continuidade ao Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. O objetivo desse programa é contribuir para a formação de conselheiros de políticas públicas, gestores federais e representantes de organizações da sociedade civil. Para a execução deste Programa, a Secretaria-Geral transferiu à UFMG R$ 626.977,29.

Para o maior envolvimento da sociedade civil em debates e negociações, a SG/PR implementou as seguintes iniciativas: criou o Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo; integrou-se à Universidade da Paz, organismo da ONU que discute temas ligados à educação e cultura para a paz; e implementou o Prêmio ODM, com o objetivo de estimular e reconhecer iniciativas adotadas pela sociedade civil e por governos municipais, visando o cumprimento das metas do milênio.

Ainda em relação à execução de ações vinculadas a Subfunção Administração Geral – o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CenSIPAM dispôs, em 2009, de R$ 92.240 mil (crédito autorizado), a despeito do valor aprovado na Lei Orçamentária, mais créditos adicionais, somando R$ 104.791 mil. Dos créditos autorizados foram efetivamente empenhados R$ 91.188 mil, o que leva a execução orçamentária próxima de 99%.

Até o final de 2009, o Exército concluiu a coleta de imagens de radar de 600 mil quilômetros quadrados da cartografia terrestre, o que corresponde a 55% do total de florestas densas existentes com vazio cartográfico. O Projeto deve concluir em cinco anos as cartografias terrestre, geológica e náutica da Região Amazônica. Nesse período, o Governo Federal investirá R$ 350 milhões. As informações ajudarão no conhecimento da Amazônia brasileira e na geração de informações estratégicas para monitoramento de segurança e defesa nacional, em especial nas fronteiras e contribuir para o desenvolvimento e proteção da Amazônia.

O Programa SIPAM Cidade capacitou 650 técnicos de 303 municípios da Amazônia Legal em 2009 no uso de geotecnologias. Os técnicos dos estados do Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Acre aprenderam a utilizar o software livre Terraview para acessar informações geográficas do seu município. Também foram capacitados 22 municípios dos 43 que fazem parte do Programa Arco Verde.

Desde 2006, o Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM executa o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) que, por intermédio de imagens de satélite, realiza o monitoramento de ilícitos (desmatamentos, pistas de pouso, rotas aéreas, abertura de caminhos e estradas) em terras indígenas e Unidades de Conservação estadual e federal da Amazônia Legal. As informações ajudam nas ações preventivas dos governos contra o desmatamento da floresta e demais ilícitos. O SIPAM monitora com imagens de satélite, óticas e de radar, uma área de cerca de 125 milhões de hectares na Amazônia Legal. Além disso, monitora os 43 municípios que mais desmataram a Amazônia.

Em 2009, foram investidos R$ 9 milhões na revitalização e modernização de parte do parque tecnológico do SIPAM. Com os recursos, foram adquiridas mil novas antenas Vsat (*Very Small Aperture Terminal*) que permitem o acesso a telefone e Internet em comunidades isoladas da Amazônia, por intermédio de comunicação via satélite.

Foram adquiridas 1.500 imagens do satélite japonês, com investimento de mais de R$ 337 mil. As imagens servem para: i) subsidiar ações de monitoramento do desmatamento; e de ii) elaborar mapas temáticos de interesse aos municípios da Amazônia Legal; bem como de iii) promover a pesquisa no desenvolvimento tecnológico de utilização de imagens de radar no Brasil. A base de dados espaciais do CenSIPAM teve incremento também no acervo de imagens SAR/SIPAM, não apenas pelo monitoramento dos municípios do Arco Verde, mas também no apoio às ações da defesa civil e da Agência Nacional de Águas, em maio de 2009, frente à enchente histórica do Rio Amazonas, para a remoção e deslocamento da população local em função do alagamento.

Também em relação à execução da subfunção Administração Geral – deve-se registrar que a participação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na atuação, em articulação com diversos órgãos federais e estaduais, para reduzir a tensão em vários pontos do território nacional como, por exemplo, em Estreito, no estado do Maranhão, na região de Extrema, no estado de Rondônia, e em Belo Monte, no estado do Pará. Em relação ao Gerenciamento de Crises, poderia ser mencionada a cooperação com o Ministério da Saúde no tocante ao planejamento e ações relativas à pandemia de Influenza A - H1N1. O Gabinete de Crise, com o sistema interligado com 9 outras Salas de Situação nos mais diversos Ministérios, encontrava-se em situação de prestar assessoria mesmo se viessem a ocorrer cenários mais extremados de crise.

Cumpre, também, destacar os trabalhos realizados nos quatro principais setores de Infraestrutura Crítica, a saber, transporte, energia, águas e telecomunicações. Foram ativados os grupos técnicos de segurança em infraestrutura crítica de transportes e de águas. Em especial, o GT na área de energia já completou a tarefa de identificação de suas infraestruturas críticas.

Cabe mencionar os ganhos de escala já possíveis com o trabalho continuado da Assessoria da Informação. Ao final do ano 2009, o Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República (GeoPR) já contava com o acesso aos Bancos de Dados de 42 órgãos da administração federal, estadual e agora municipal. Em suma, o GeoPR traduz-se atualmente em ferramenta de Estado, dotada de elevado potencial estratégico, na medida em que permite o estabelecimento de inteligência coletiva sobre dados espaciais originados dos mais diversos órgãos.

Ainda nesta mesma subfunção, os objetivos prioritários para a gestão orçamentária no ano de 2009 foram focados na melhoria e adequação das novas instalações do Departamento de Segurança - DSEG, sendo destinados, aproximadamente, 45% dos recursos orçamentários totais do órgão para essa finalidade. Foi elaborado um Projeto de Lei para adequar o grupo de natureza de despesa a fim de atender a adequação de espaço físico propício a alojar servidores que integram as equipes de Segurança do Sr. Presidente da República, Vice-Presidente, e de seus familiares.

Outro avanço administrativo de grande relevância foi a renovação do Termo de Cooperação entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Comando do Exército, por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington - CEBW, DC, nos Estados Unidos da América, para, na área externa, proceder a importações de bens e serviços de exclusivo interesse do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, o que permitiu maior fluidez aos suportes logísticos, necessários à manutenção dos itens de alta performance, utilizados na execução das operações de Segurança Presidencial, em especial equipamentos e armamentos sem similar no mercado nacional. Por meio de tal acordo, além de itens de reposição, também foram adquiridos equipamentos de comunicação de última geração, o que proporcionou a elevação do nível de segurança e confiabilidade nas operações de segurança, envolvendo autoridades presidenciais.

No âmbito da subfunção Administração Geral o Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA contou com dotação autorizada de R$ 800.000,00. Deste total, foram disponibilizados R$ 602.000,00. O CONSEA executou 86,4% desse limite, totalizando R$ 519.968,69. Esses recursos foram destinados à participação dos conselheiros da sociedade civil (passagens e diárias) nas Reuniões Plenárias, em outros eventos promovidos pelo CONSEA, nas reuniões das instâncias (Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho) que precedem as Plenárias. Adicionalmente, foram destinados recursos para as atividades do Presidente do CONSEA em Brasília e em diversos estados. As principais atividades desenvolvidas foram:

i) Campanha em prol da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 47, de 2003;

ii) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

iii) Mudanças climáticas - em 2009, o tema relacionado aos impactos das mudanças climáticas sobre o direito humano à alimentação (DHAA);

iv) Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - em 2009, a construção do SISAN avançou nos níveis federal, estadual e municipal;

v) Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional "III Conferência +2" - a realização do Encontro, com participação de representantes de todos os estados e do Distrito Federal, organizado pelo CONSEA e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;

vi) Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN - em 2009, o CONSEA, por meio de sua Comissão Permanente 3, intensificou os trabalhos e atividades voltadas à elaboração de uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;.

vii) Seminário Internacional sobre Mecanismos de Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada.

No âmbito da subfunção Administração Geral encontra-se, também, ações implementadas no Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal. Esse órgão é responsável pela implementação das Políticas Nacional e Internacional de Arquivos e da Gestão de Documentos Federais, a seguir destacadas.

No Campo da Política Nacional de Arquivos, merece destaque a aprovação pelo Plenário do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, dentre outras, de resoluções para a implantação de políticas de gestão de documentos do Poder Judiciário, em nível federal, estadual e do Distrito Federal, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça. Igualmente, o CONARQ aprova o capítulo de Metadados do modelo de requisitos funcionais para a conservação de sistemas informatizados de gestão de documentos arquivísticos digitais: o e-ARQBrasil, a ser encaminhado para a Secretaria Executiva do e-GOVBrasil, com vistas à sua aplicação no âmbito do Poder Público, bem como as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes.

No Campo da Política Internacional de Arquivos o Arquivo Nacional, que presidiu o Comitê do Programa Memória do Mundo (MOW) para a América Latina e o Caribe, foi responsável pela normalização dos procedimentos para

postulações de acervos ao Registro Regional do Programa MOW, da UNESCO, ampliando a presença do país nessa instância. Deu-se continuidade ao Protocolo de Cooperação entre Brasil e Portugal, para a área dos Arquivos, tendo sido aprovada, dentre outras ações, o desenvolvimento de projetos para o mapeamento de acervos sobre imigração. Nessa mesma linha, foram firmados acordos de cooperação com o Arquivo Nacional da Holanda e com o Arquivo de Estado Italiano. Dentro do Programa de Cooperação Sul Sul, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), o Arquivo Nacional participou de missões técnicas em Moçambique/Maputo e no Timor-Leste/Dili, visando reunir informações sobre a situação arquivísticas desses países, para a elaboração de projetos a serem desenvolvidos, tendo em vista os Acordos de Cooperação firmados. Cabe destaque, ainda, a parceria com o Ministério da Cultura da Espanha para o desenvolvimento do Censo Brasileiro de Arquivos Públicos e Privados, já integrado ao Censo-Guia de Archivos de España e Iberoamerica (http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/portada.htm), associando informações de nossos acervos com os das demais instituições arquivísticas da Espanha, América Latina e Caribe de língua espanhola.

Cabe destacar as ações do Programa Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental, do PPA, a seguir indicados:

i) na Ação Gestão e Administração do Programa,modernização da infraestrutura de tecnologia da informação, aumento da capacidade operacional dos servidores de rede e ampliação do laboratório de digitalização de documentos para atender às demandas da instituição e à implantação do Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985);

ii) na Ação Sistema de Atendimento ao Usuário do Arquivo Nacional, foram realizados 33.697 atendimentos, sendo 20.001 presenciais e 16.696 a distância, movimentando 46.191 unidades de arquivamento;

iii) na Ação Preservação do Acervo Nacional, foram desenvolvidos projetos de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão por meio do portal www.arquivonacional.gov.br;

vi) na Ação Promoção de Eventos cabe destaque a publicação das monografias vencedoras do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2007 – Juca Rosa: um pai de santo na Corte imperial de Gabriela Sampaio e Diversas formas de ser índio, de Elisa Fruhauff; vii) Na área de projetos especiais interinstitucionais, cabe destacar o Memórias Reveladas, Centro de Referência criado, em 10 de maio de 2009, pela Portaria nº 204 da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Na mesma oportunidade foi lançado o Edital de Chamamento Público de Acervos 001/2009, com o objetivo de sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância da doação e da entrega de acervos referentes ao período do regime militar;

viii) As ações realizadas com patrocínio do BNDES, Banco do Brasil, CEF, Eletrobrás e da Petrobras, na modalidade de mecenato da Lei Rouanet, beneficiaram um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de acervos de interesse para a temática do Centro sob a guarda de 14 instituições, sendo 12 arquivos públicos estaduais (ES, SP, PR, MA, RJ, RS, PE, AL, CE, SE, MG e RN), privilegiando os acervos referentes aos DOPS – Departamentos de Ordem Política e Social. Iniciadas em 2008, a maioria das ações foi concluída em 2009.

A Imprensa Nacional – IN também atuou na execução de ações da subfunção Administração Geral, visando o aprimoramento da gestão, para melhor atender os clientes com a prestação de serviços e produtos com maior qualidade e agilidade. Em 2009, a IN revisou as diretrizes estratégicas, culminando com a elaboração do Planejamento Estratégico para o período de 2009 a 2011. No ano de 2009 contou com um orçamento de R$ 304.351.407,00, dos quais R$ 61.538.843,00 foram destinado à Administração Geral, dando continuidade ao ciclo de modernização e evolução nos diversos processos, sistemas de editoração e produção gráfica. Para isso, contou ainda com crédito oriundos da descentralização de recursos da ordem de R$ 110.077.666,00. A seguir, demonstram as ações com reflexo direto na melhoria da qualidade dos produtos e serviços disponibilizados à sociedade brasileira.

O projeto de edição e divulgação eletrônica do Diário da Justiça Federal da 1ª Região – e-DJF1 foi definitivamente implantado, com a disponibilização da primeira edição, em outubro de 2009. A implantação desse novo modelo de negócio representa um marco na história da IN, que pela primeira vez edita uma publicação oficial em meio exclusivamente eletrônico. Com projeto visual e mecanismos de consulta inovadores, o novo diário eletrônico alcançou grande sucesso desde seu lançamento, reposicionando este secular órgão como referência na divulgaçao de atos oficiais tambem por meio eletronico e, com isso, agregando conhecimento, tradição e modernidade. Com a otimização do fluxo de produção editorial dos jornais oficiais, foi alcançada substancial redução no horário de fechamento das edições e, conseqüentemente, na antecipação dos processos de pré-impressão, impressão e expedição dos jornais. O resultado foi um reflexo positivo na logística de distribuição em todo o país, propiciando entregas cada vez mais cedo aos clientes assinantes e compradores avulsos.

No ano de 2009, foram editoradas 204.407 páginas dos jornais oficiais. A redução do número de páginas editoradas, comparativamente com os últimos três anos é resultante dos efeitos da Lei nº 11.419/2006, que influenciou diretamente na produção editorial do Diário da Justiça. Há, também, que se destacar que, a partir de outubro de 2009, a IN passou a editar e disponibilizar o e-DJF1 que resultou na editoração de 59.881 páginas do total acima.

A nova forma de produção e apresentação dos destaques do Diário Oficial da União no portal foi implantada em 13 de maio de 2009 . O novo modelo, baseado em linguagem noticiosa, estética atual e abordagem mais ampla, abriu nova frente de divulgação do conteúdo dos jornais oficiais, proporcionando maior visibilidade e aumento do número de acessos ao portal, por meio de uma informação pública mais acessível e atraente.

A Imprensa Nacional, ao constituir a Comissão para Coleta Seletiva Solidária, foi a pioneira no cumprimento do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que regulamenta a doação de resíduos recicláveis oriundos dos seus processos de produção às cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Estima-se que, anualmente, são descartados e recolhidos pelas cooperativas beneficiadas cerca de 150.000 quilos de resíduos recicláveis1.

O projeto de modernização e ampliação da Rotativa Goss Urbanite 1.300 foi concluído em dezembro de 2009. O novo complexo de impressão rotativa – Goss/DGM tem capacidade de impressão de até 160 páginas por caderno de jornal, apresentando-se ainda, como alternativa de produção em grandes tiragens para outros impressos.

Em 2009, foram emitidos 5.203 certificados novos de acesso ao sistema de envio eletrônico de matérias-INCom, operado via Internet, diretamente pela página da Imprensa Nacional. Foram, ainda, renovados 4.912 certificados, encerrando o presente exercício com 14.295 origens aptas e certificadas para utilizar o sistema no envio eletrônico de matérias para o Diário Oficial da União e o Diário da Justiça.

Outro programa, que é integralmente executado na função Administração, sendo 90% na subfunção Administração Geral, é o do IPEA – Programa de Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas que corresponde ao pagamento de pessoal ativo e à manutenção administrativa. Isso se justifica pelo fato de que os servidores do Instituto são responsáveis pela elaboração/acompanhamento de estudos, pesquisas e processos previstos no Programa.

Na subfunção Desenvolvimento Científico, houve um incremento significativo, de 1% para 5% na execução, devido ao esforço do IPEA para ampliar as bolsas de pesquisa, permitindo a realização de 83 projetos, bem como a realização de eventos para difusão de textos selecionados. A execução total foi de 92% em relação à dotação autorizada (R$ 157.934.563). Ficaram prejudicadas ações com fonte de recursos próprios não arrecadados e com fonte de Operação de Crédito, pois o contrato com BID (1841-OC-BR) foi assinado somente em setembro.

A partir do direcionamento estratégico de suas ações por eixos temáticos (inserção internacional soberana; macroeconomia para o pleno emprego; fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia; estrutura produtivo-tecnológica avançada e regionalmente articulada; infraestrutura econômica, social e urbana; proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e sustentabilidade ambiental) para o desenvolvimento do país – balizado por um plano de metas (publicadas no Diário Oficial da União, Portaria nº 55, de 8 de julho de 2009) –, o IPEA otimizou sua missão de subsidiar a formulação e reformulação de políticas públicas e de planejamento de longo prazo do Brasil. O projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro deu concretude a essa mudança, com dezenas de seminários realizados, trazendo para discussão, tópicos de relevância nacional e internacional junto a órgãos de governo e da sociedade civil. A troca de idéias contribuiu para o desenvolvimento de novas pesquisas e publicações do Instituto.

Três exemplos são os livros Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas (antigo Brasil: O Estado de uma Nação), Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise – 20 Anos da Constituição Federal e Presença do Estado no Brasil: Federação, suas Unidades e Municipalidades. Trata-se de obras que acompanham e avaliam, sob diferentes aspectos e de forma ampla, a implementação e execução de políticas públicas e a abrangência da atuação do Estado e sua infraestrutura no país. Os resultados desses monitoramentos e avaliações, também, ocorrem por meio de outras publicações, como notas técnicas, textos para discussão e Comunicados da Presidência.

O ano de 2009 contou ainda com a contingência da crise mundial iniciada no fim do ano anterior. O Instituto, mais uma vez, subsidiou a sociedade e o governo com uma série de trabalhos sobre seu impacto imediato e desdobramentos. De forma pró-ativa, o Instituto elaborou diversos estudos técnicos, comunicados e gerou indicadores – que inclusive anteciparam o comportamento do setor produtivo. O IPEA mapeou os efeitos da crise nos âmbitos internacional, nacional, regional e setorial, além de avaliar as ações anticíclicas tomadas pelo governo, comprovando, por exemplo, a eficácia de políticas de transferência de renda no fortalecimento do mercado interno.

Em relação a ações inter-relacionadas encontram-se aquelas da subfunção Administração Geral relacionadas com as da subfunção Normatização e Fiscalização, que dizem respeito às ações implementadas por intermédio do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, que é a Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - AC-Raiz da ICP-Brasil. Além da Certificação Digital, o ITI atua também nos segmentos de *Software* Livre e Inclusão Digital, por meio dos projetos Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento – CDTC e Casa Brasil, respectivamente.

Em 2009, a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira esteve consolidada em 35 Autoridades Certificadoras (AC) credenciadas e 1 (uma) em processo de credenciamento; 206 (duzentas e seis) Autoridades de Registro (AR) credenciadas e 2 (duas) em processo de credenciamento; e 11 (onze) Prestadores de Serviço de Suporte (PSS) credenciados. O ambiente da AC-Raiz, de alta criticidade, opera a uma taxa de 99,99% de disponibilidade, durante 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços

prestados e o nível de segurança, de acordo com os padrões definidos pela ICP-Brasil.

A utilização da certificação digital pela sociedade brasileira continuou avançando de forma expressiva em 2009, merecendo destaque as seguintes ações: a) continuidade da modernização do Judiciário; b) ampliação do projeto Nota Fiscal Eletrônica (Nf-e); e c) instituição do Registro de *Identidade Civil - RIC*, por meio da *Lei nº 12.058*, que institui o Cadastro Nacional de Identificação Civil - CNIC e o número único de Registro de Identidade Civil, com a participação dos estados e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil. A referida Lei estabelece ainda requisitos mínimos para a sua implementação, valendo-se do uso de Cartões Inteligentes (*Smart Card's*) como suporte à certificação digital padrão ICP-Brasil.

Em 2009, o Programa João de Barro, que desenvolve sistemas nacionais para compor a plataforma tecnológica da AC-Raiz da ICP-Brasil, agregando maior segurança e reforçando a soberania nacional com o uso de tecnologia própria, continuou fazendo melhorias evolutivas na plataforma desenvolvida em produção na AC-Raiz. O Instituto ainda disponibiliza os sistemas desenvolvidos aos segmentos interessados, visando incentivar a indústria nacional e a formar massa crítica de conhecimento no país acerca de segurança da informação e da certificação digital. *O sucesso dessa iniciativa trouxe benefícios para a* Administração Pública Federal, pois soluções da espécie estão sendo utilizadas na Autoridade Certificadora da Receita Federal do Brasil, AC-JUS e SERPRO.

O Programa Nacional de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital tem a missão de asseverar a plena aderência dos dispositivos usados na ICP-Brasil aos padrões mínimos de segurança e garantir a interoperabilidade entre eles. O ITI, por meio da Instrução Normativa nº 03, de 22 de outubro de 2008, tornou obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2011, a homologação dos dispositivos de hardware utilizados na certificação digital ICP-Brasil. Assim, em 2009, nove empresas se habilitaram à homologação e 20 produtos encontram-se em processo de avaliação de conformidade.

Para o exercício de 2009 foram estabelecidas as metas abaixo com o objetivo de garantir as competências e atribuições institucionais da Auditoria e Fiscalização, e transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC's.

As Auditorias Operacionais anuais em AC's de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas trimestralmente e as Fiscalizações realizadas a qualquer tempo mediante um planejamento trimestral, já as Auditorias Pré-Operacionais em AC's e AR's são realizadas sob demanda, conforme solicitação de credenciamento desses PSC's na ICP-Brasil.

Outras ações inter-relacionadas dizem respeito à subfunção Administração Geral conjugada com a subfunção Formação de Recursos Humanos, nas quais encontra-se a atuação da Comissão de Ética da Presidência da República (CEP), na execução da ação Promoção da Ética Pública, a qual recebeu 314 Declarações Confidenciais de Informações – DCI das autoridades abrangidas. A Comissão analisou e homologou 307, perfazendo um total de 259 notificações, sendo que 55 declarações foram entregues após a posse das autoridades. A CEP apresentou 159 recomendações para prevenir conflitos de interesse e solicitou complementação de informações à 126 declarações. Dessas medidas, decorreu a expedição de cinco orientações específicas e cinco denúncias. Houve a ainda, instauração de 621 análises e consultas recebidas, sendo encaminhadas 302 respostas.

Visando a formação da rede de profissionais responsáveis pela avaliação da gestão da ética nas entidades e órgãos do Poder Executivo Federal, a Comissão de Ética Pública promoveu em 2009 cursos, seminário e palestras, com a presença de 175 integrantes das Comissões de Ética do *Poder Executivo Federa, nos cursos, 265 em seminário* e 1.500 com palestras. A CEP promoveu, também o X Seminário Ética na Gestão, realizado nos dias 23 e 24 de novembro na Escola de Administração Fazendária - ESAF, com o objetivo de compartilhar experiências e instrumentos para implementação da Ética no Poder Executivo Federal, avaliando o progresso das ações de gestão da Ética na Administração Pública Federal e promovendo debates de temas relacionados à Ética envolvendo agentes públicos, especialistas e outros. O evento contou com a presença de 265 agentes públicos dos órgãos e entidades abrangidas pelo Código de Conduta da Alta administração Federal.

Deve-se acrescentar ainda, que a Comissão conseguiu capacitar aproximadamente 1.500 agentes públicos, divulgando e promovendo palestras e participando de eventos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, Estadual e Distrital.

No âmbito internacional a Comissão de Ética Pública, fez-se representar nos seguintes eventos: OECD *Global Forum on Public Governance* - Construindo um mundo mais claro: ferramentas e boas práticas para fomentar uma cultura de integridade, XIV Congresso Internacional do Centro Latino Interamericano de Administração para o Desenvolvimento CLAD, III Conferência dos Estados Parte da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção COGEL CONFERENCE.

Teve início em 2009, o Projeto de Visitas Técnicas de Supervisão e Orientação nas Comissões dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, em Brasília e nos estados, divulgando e orientando as Comissões de Ética do Poder Executivo Federal para o cumprimento de suas competências institucionais voltadas para a coordenação do Sistema de Gestão da Ética no Poder Executivo Federal.

Atuando na execução de ações das subfunções Administração Geral, conjugada com as subfunções Formação de Recursos Humanos e Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD objetivou a construção da agenda para responder ao desafio do consumo e do tráfico de drogas, por intermédio da integração das políticas setoriais

com a Política Nacional sobre Drogas, a descentralização das ações, o estabelecimento de parcerias com a comunidade científica e organizações sociais, além da ampliação e do fortalecimento da cooperação internacional voltados ao tema.

Esse esforço tem resultado em amplas e importantes conquistas, que refletem transformações históricas na abordagem do tema "drogas" no Brasil e projetaram o país no cenário internacional como referência na implantação de políticas sobre drogas e na modernização legislativa.

Em 2009, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por meio da SENAD e do Ministério da Justiça, por meio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, celebraram parceria para o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas à prevenção da violência e da criminalidade associadas ao uso indevido de álcool ou outras drogas.

Essa parceria resultou na instituição do Programa "Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência", que tem o propósito de implementar ações, tanto de natureza preventiva, como de tratamento e reinserção social, com vistas à redução da criminalidade associada ao uso indevido de álcool e outras drogas, o fortalecimento das redes sociais e de saúde e a ampliação do acesso aos serviços disponíveis. A proposta do programa "Ações Integradas na Prevenção ao Uso de Drogas e Violência" é somar esforços e intervir conjuntamente em resposta ao desafio imposto pela associação drogas, violência e juventude.

Em relação à execução da subfunção Formação de Recursos Humanos e subfunção Tecnologia da Informação, durante o ano de 2009, o Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - DSIC coordenou a realização de 21 eventos de segurança da informação e comunicações, bem como um *workshop* internacional com a OEA sobre Estratégia Nacional de Segurança Cibernética no hemisfério americano), dos quais participaram 1.033 servidores públicos da Administração Pública Federal. Paralelamente, o DSIC montou um grupo técnico na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CREDEN, para propor uma estratégia brasileira sobre segurança cibernética.

Na subfunção Formação de Recursos Humanos o DSIC deu continuidade aos trabalhos iniciados em 2006, no intuito de ampliar a participação dos entes federados e otimizar os recursos disponíveis; assim, recursos significativos foram aplicados na conscientização, capacitação e especialização de recursos humanos dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Além disso, o último ano pode ser caracterizado pela mudança da estratégia de capacitação de pessoal em segurança da informação e comunicações, promovida pelo DSIC para a Administração Pública Federal. Fato marcante de tal mudança foi à decisão de realizar cursos na modalidade de ensino a distância, a fim de capacitar ou especializar servidores públicos federais espalhados nos mais diversos pontos do território nacional.

Em relação à subfunção Comunicação Social, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM executou 99,52% da dotação autorizada. O incremento da dotação autorizada em 2009 (25,65%) destinou-se a abrigar novos contratos de serviços de assessoria de imprensa e relações públicas para promoção do Brasil no exterior, comunicação digital e pesquisa de opinião pública.

A desconcentração dos investimentos em mídia avançou com a ampliação de cerca de 33% em relação ao aplicado em veículos regionais, em 2008, o cadastramento das emissoras de rádio e jornais dos municípios com população acima de 20 mil habitantes, as negociações amparadas por critérios técnicos e a formação de banco de dados com metodologia de manutenção.

Realizaram-se 112 ações de publicidade entre campanhas institucionais, campanhas de utilidade pública, ações de divulgação e produção de material de ambientação em eventos e publicações institucionais com os objetivos, entre outros, de propiciar à sociedade maior conhecimento sobre as ações do governo.

Com o objetivo de reduzir os custos de produção das ações de publicidade, a SECOM desenvolveu e liberou para homologação o sistema que integrará todas as etapas do processo de encaminhamento e avaliação das ações de publicidade realizadas pelos integrantes do Poder Executivo Federal. O Sistema de Disponibilização de Referências - SIREF, destinado a oferecer subsídios à negociação de serviços publicitários e obter preços mais vantajosos na aquisição desses serviços, foi instituído pela SECOM e está em conformidade com determinação do Acórdão nº 2062/2006 – TCU – Plenário.

No tocante às ações de publicidade da própria SECOM foram analisados valores de produção publicitária (não inclui mídia) da ordem de R$ 19 milhões. Serviços no valor de R$ 16 milhões foram negociados, com redução de custos de R$ 3 milhões, equivalentes a 15,8% do total da produção contratada pela SECOM e a 18,7% do valor negociado.

Foram editados 218 boletins "Em Questão", em versão impressa e digital e foi implementada a sua reformulação gráfica e editorial. Foram ainda realizadas palestras, fóruns e seminários sobre Comunicação de Governo e temas relacionados à Comunicação Pública no Brasil e no exterior. Foram produzidos Planos de Comunicação para os Programas Próximos Passos do MDS, Arco Verde do MMA e Zoneamento Agroecológico da Cana de Açúcar para produção de etanol.

O número de entrevistas concedidas pelo Presidente aumentou pelo quinto ano consecutivo, com 262 eventos, sendo 142 coletivas e 120 exclusivas. Destas, foram 15 para a mídia nacional, 53 para a internacional e 52 para a regional. Além disso, duas iniciativas importantes e

pioneiras foram implementadas: a criação do Blog do Planalto e da coluna de jornal O Presidente Responde. Mais de 230 jornais internacionais destacaram a notícia em suas primeiras páginas e mais de 1.500 artigos foram publicados na imprensa internacional sobre o tema. A vitória brasileira e a superação da crise financeira internacional contribuíram para o crescente interesse que o Brasil vem despertando no cenário mundial. Até outubro, foram ao ar 49 programas Bom Dia Ministro, com participação de 30 ministros e 166 rádios.

Na área internacional realizaram-se diversas ações relativas ao projeto de Divulgação do Brasil no Exterior. Destaques de ações de imprensa: anúncio do Programa de Zoneamento da Cana de Açúcar (ZAECana); e o anúncio do marco regulatório do Pré Sal. Além de ações para ampliar a visibilidade da atuação brasileira na Conferência das Partes sobre Mudança do Clima - COP 15, como o hotsite oficial bilíngue da participação do Brasil na Conferência (www.cop15brazil.gov.br) e de canais no Twitter e no Flickr, além de intermediação de entrevistas e *briefings* para a imprensa durante o evento.

Em relação à subfunção Defesa Civil, com a publicação do Decreto nº 6.931, de 11 de agosto de 2009, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR passou a exercer as atividades de Órgão Central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON. Assim foi criado no GSIPR o Núcleo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (NuSIPRON) e suas atribuições. Entre as principais ações realizadas destacam-se as discussões sobre a minimização do adensamento construtivo e populacional das áreas situada nas proximidades da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto; a obrigatoriedade de distribuição de pastilhas de iodeto de potássio à população residente nas Zonas de Planejamento de Emergência de 3, 5, 10 e 15 km, conforme seja verificada a necessidade; a adequação da localização do Hospital de Praia Brava, levando-se em consideração as dificuldades que seriam geradas com a remoção das pessoas internadas no referido hospital em caso de acidente que necessite a remoção da população dessa zona; a questão da dominialidade pública dos sítios das torres de sirene de Angra dos Reis/RJ; a criação dos Comitês de Planejamento de Resposta às Situações de Emergência Nuclear nos municípios de Caetité/BA e Iperó/SP; e a elaboração do Plano de Apoio Externo para a Fábrica de Combustíveis Nucleares das Indústrias Nucleares do Brasil.

Para garantir a capacidade de pronta resposta do Sistema em situações de emergência nuclear com a verificação do desencadeamento de ações planejadas, foi realizado o Exercício Geral de Resposta à Emergência Nuclear Angra 2009, que contou com a participação de peritos, observadores nacionais e internacionais, bem como de integrantes da Agência Internacional de Energia Atômica. Essa troca de experiências tem resultado no aprimoramento da legislação do setor e tem permitido um aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos de resposta para uma situação de emergência.

Os recursos alocados em 2009 foram aplicados na aquisição de material específico de Defesa Química–Biológica-Nuclear, na conscientização da população e na capacitação de recursos humanos de diversas entidades e órgãos públicos, almejando o contínuo desenvolvimento das atividades preventivas do setor, com a supervisão e coordenação de ações que visaram manter, permanentemente, a capacidade para a pronta resposta à situação de emergência nuclear no país, bem como a proteção dos materiais e conhecimentos sensíveis relacionados aos programas e projetos da área nuclear.

Em relação à subfunção Informação e Inteligência, a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN atuou na produção de conhecimentos sobre assuntos vinculados à dimensão nacional e internacional dos interesses do país, considerando a ocorrência de ameaças e oportunidades com capacidade de influenciar a gestão e a ação governamental federal, em nível de condução das políticas públicas. Foram elaborados mais de 1.000 documentos relativos ao terrorismo; aspectos sociais, políticos e econômicos da conjuntura internacional; segurança pública e crime organizado; atuação de estrangeiros no Brasil; meio ambiente e biodiversidade; questões fundiárias; questões indígenas; cultivo, processamento e tráfico de drogas ilícitas; espionagem; sabotagem; proteção de conhecimentos sensíveis; programa nuclear; comércio ilegal de armas, explosivos e munições; biossegurança e biodefesa; tráfico de pessoas; situação de brasileiros em áreas de fronteira; cooperação internacional nas áreas química, biológica, nuclear, de mísseis e satélites em outros países; e exploração de recursos minerais.

A ABIN deu continuidade ao Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento - PNPC, cuja finalidade é sensibilizar e incrementar a adoção de práticas preventivas de proteção por instituições e organizações públicas e privadas, e ao Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis - Pronabens, executado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem por objetivo prevenir e impedir atividades de atores estatais ou não-estatais que utilizem o comércio internacional para apoiar de forma ilegal projetos de construção de armas de destruição em massa. Nesse sentido, foram realizados diagnósticos em 32 entidades, promovidos eventos e assinados acordos e convênios com detentores de conhecimentos e recursos estratégicos para o desenvolvimento e a segurança do país.

Na parte de capacitação profissional em atividades de Inteligência foram oferecidos 58 cursos, que resultaram no treinamento de 1.673 pessoas em 2009, alcançando quadros da ABIN, do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, de outros órgãos públicos do Executivo Federal e da Administração Pública estadual, de órgãos do Poder Judiciário, além de integrantes de serviços de Inteligência estrangeiros. Destacou-se a priorização das capacidades analítica e operacional, de modo a atender a demanda originária das diversas instituições e organizações parceiras.

Em nível de desenvolvimento científico e tecnológico, com ênfase na segurança da informação, foram desenvolvidas

pesquisas em criptografia com finalidade de aprimorar a segurança das informações.

Na parte específica de comunicações, foi finalizado o desenvolvimento do Telefone Seguro Governamental (TSG-NMU), destinado a suprir a Administração Pública Federal de sistema de telefonia fixa com segurança criptográfica. Deu-se, ainda, continuidade ao desenvolvimento do Telefone Seguro Governamental (TSG-M) para telefonia móvel; a implementação de plataformas criptográficas na versão portátil, visando à segurança de arquivos em computadores, e na versão de alto desempenho, para o estabelecimento de redes privadas virtuais entre instalações remotas.

Ainda na área de tecnologia, foi consolidada rede segura para a transmissão de dados entre a sede da ABIN, em Brasília, e as superintendências localizadas nas Unidades da Federação. Além disso, foram instalados equipamentos criptográficos com algoritmos proprietários ABIN em órgãos parceiros do SISBIN, ampliando a segurança no sistema de comunicações.

Destaca-se, de forma especial, a participação da ABIN no Comitê Ministerial para a Elaboração da Política Nacional de Inteligência e Reavaliação do Sistema Brasileiro de Inteligência, criado em fevereiro de 2009. Após meses de trabalho, o Comitê elaborou proposta de Política Nacional de Inteligência, que foi apresentada ao Presidente da República e enviada ao órgão de controle externo da atividade de inteligência no Congresso Nacional, para exame e sugestões. O texto elaborado pelo Comitê observa os valores e princípios fundamentais inscritos na Constituição Federal, as obrigações decorrentes dos tratados, acordos e demais instrumentos internacionais de que o Brasil é parte, as condições de inserção internacional do país e sua organização social, política e econômica. Define, também, os parâmetros e limites de atuação da atividade de Inteligência e de seus executores e estabelece pressupostos, objetivos, instrumentos e diretrizes no âmbito do SISBIN.

Em relação à Subfunção Telecomunicações – associada com ações da subfunção Administração Geral, ocorreu uma grande participação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. As principais ações finalísticas estão na subfunção Telecomunicações, que cresceu 4,25% entre 2008 e 2009. Para a Ação Gestão do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação destinaram-se cerca R$ 162,5 milhões, 42,4% do orçamento total da EBC enquanto que na Ação Prestação de Serviços de Radiodifusão, Comunicação e Transmissão de Atos e Fatos do Governo Federal aplicaram-se cerca de R$ 40,6 milhões, 10,6% do orçamento total. As duas ações representaram 98,8% da subfunção Telecomunicações. Em ambas, sobressaem os investimentos na aquisição de equipamentos para atualização tecnológica da empresa, assim como a elevação dos gastos de custeio e investimento com produções audiovisuais para o Sistema Público de Comunicação.

A EBC avançou na implantação do Sistema Público de Comunicação, destacando-se as seguintes iniciativas:

i) renovação de 25% da grade de programação da TV Pública Federal/TV Brasil, para oferecer programação diferenciada, de cunho informativo, educativo, cultural, artístico e científico, com ênfase no exercício da cidadania. Foram transmitidas mais de seis mil horas de programação, metade das quais, constituída de conteúdos inéditos. Cerca de 20% dos programas de conteúdo jornalístico foram produzidos regionalmente, pelas emissoras estaduais que compõem com a TV Brasil a Rede Pública de Televisão;

ii) implantação dos canais digitais de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, investimentos nos sistemas irradiantes em modelo analógico do Rio de Janeiro e de Brasília; início de reforma das torres de transmissão do Rio de Janeiro e do Maranhão; e investimento de R$ 100 milhões em modernização tecnológica, mediante aquisição de equipamentos digitais e capacitação;

iii) consolidação da Rede Pública de Televisão, mediante o fornecimento de 68% da programação das TVs educativas e universitárias estaduais, com as quais firmou parcerias para a troca de conteúdos, o fomento à produção informativa e cultural regional e a modernização tecnológica;

iv) formulação do projeto Operador Único da Rede Digital Pública de Televisão, que prevê a constituição de Sociedade de Propósitos Específicos, por meio de parceria público-privada, para a construção, montagem e operação de infraestrutura para transmissão em sistema digital, compartilhada por emissoras de televisão dos três Poderes. O Operador Único reduzirá os custos operacionais das emissoras que o utilizarem e contribuirá para acelerar a migração para o sistema digital;

v) realização de investimentos para a atualização tecnológica de oito emissoras de rádio, investindo na programação e na construção de rede pública de rádio com emissoras não comerciais, tais como as educativas, as universitárias e as comunitárias;

vi) atendimento ao Governo na área de comunicação: transmissão de atos e eventos; produção de imagens, áudios e matérias jornalísticas referentes a viagens presidenciais; consolidação do programa Cenas do Brasil; produção de programação inédita relacionada com políticas públicas: produção, edição e distribuição do programa de rádio Café com o Presidente; produção do programa radiofônico Bom Dia, Ministro; produção, edição e veiculação do radiojornal A Voz do Brasil, bloco do Poder Executivo; produção, edição e veiculação do programa radiofônico Brasil em Pauta; e planejamento do canal internacional da TV Pública, em língua portuguesa, a ser lançado em 2010, cobrindo inicialmente as três Américas, África e parte da Europa. Divulgará o Brasil, sua cultura, suas riquezas e potencialidades e atenderá demanda das comunidades brasileiras.

Por intermédio de seus quatro canais abertos, da TV por assinatura e da difusão pela Banda C, que alcança mais de 50 milhões de brasileiros por meio de antenas parabólicas, a TV Pública tornou-se conhecida em todas as regiões.

Pesquisa do Datafolha constatou que a TV Brasil é conhecida por 34% dos brasileiros, é assistida regularmente por 10%, dos quais 80% aprovam a programação oferecida.

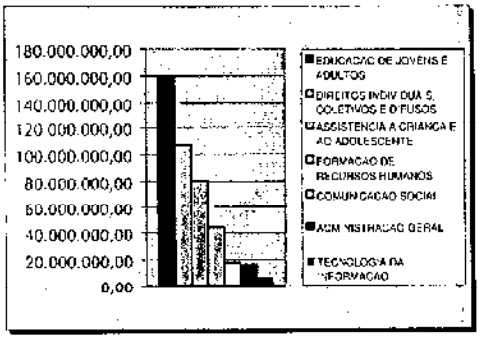
Função - Direitos da Cidadania

O crescimento relativo da função Direitos da Cidadania vem sendo observado em relação às demandas apresentadas a fim de atender à implementação progressiva de atividades junto à sociedade brasileira. No Âmbito dessa função, 14 existem várias unidades da PR cujas atribuições estão diretamente vinculadas com a execução de ações e programas afetas à área, conforme se pode visualizar a partir da análise da execução dessas unidades. De um orçamento atualizado de R$ 1.025.085.815,00 tem-se que:

EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA, POR UNIDADE GESTORA

UG EXECUTORA	EMPENHOS LÍQUIDOS
110001 - Secretaria de Administração/PR	5.718.369,13
110235 - Secretaria Nacional de Juventude	176.602.778,76
110244 - Fundo Nacional Para a Criança e o Adolescente	31.167.937,48
110245 - Fundo De Imprensa Nacional/Exec.Ors.Financ.	116.945,00
110319 - Secretaria de Comunicação Social/PR	17.349.923,11
170940 - Coord-Geral de Planej. e Orçamento/DGI/SE/CGU	12.576,50
200016 - Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR	124.372.499,02
200021 - Secretaria Esp. de Políticas para as Mulheres	62.819.805,61
238012 - Sec. Espec. de Polit. de Prom. da Iguald. Racial	16.082.307,75
TOTAL	434.238.092,36

EXECUÇÃO NAS SETE PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO 14 - DIREITOS DO CIDADÃO



Na análise por subfunções, verifica-se uma concentração de créditos orçamentários na "Educação de Jovens e Adultos", conforme se vê no gráfico acima.

Principais Resultados

Em relação ao desenvolvimento das ações vinculadas à subfunção "Assistência à Criança e ao Adolescente", desde 2005, foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, que no início, teve como objetivo atuar em todas as 27 capitais brasileiras, e já em 2006, o Programa foi expandido para 34 cidades com população igual ou superior a 200.000 habitantes, atendendo a jovens entre 18 e 29 anos que sabem ler e escrever, mas que não concluíram o Ensino Fundamental.

Em meados de 2007, o Governo Federal lançou o ProJovem Integrado, PJI, que unificou seis programas já existentes voltados para a juventude: ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

O ProJovem Integrado, instituído pela Lei nº 11.692, de 10/06/2008, compreende as seguintes modalidades: I - ProJovem Urbano; II - ProJovem Adolescente; III - ProJovem Campo e IV – ProJovem Trabalhador.

A integração de programas em uma política de juventude consolida a gestão intersetorial, compartilhada com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O projeto pedagógico do ProJovem Urbano está fundamentado na integração entre a Formação Básica (ensino fundamental), a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã. O programa pressupõe a inter-relação dessas três dimensões, num processo que considera o jovem protagonista de sua formação como ser humano e cidadão, o que exige mudanças tanto na gestão quanto na atuação em sala de aula.

O ProJovem Urbano tem como meta para o período de 2008 a 2010 o atendimento a 900 mil jovens em todo o país. Até o momento, 129 entes federados aderiram ao Programa: 106 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes e 23 estados, que atendem municípios com menos de 200 mil habitantes. Além disso, em parceria com o PRONASCI, do Ministério da Justiça, o Programa está presente também em estabelecimentos penais, e atende a 554 jovens dos estados do Acre, Pernambuco e Rio de Janeiro. Entre 2008 e 2009, 348.770 jovens foram matriculados no Programa.

Em 2009, o limite orçamentário para o ProJovem Urbano foi de R$ 563.724.077,10, e foram executados 99,39%, ou seja, R$ 560.281.014,43.

Aos estados e municípios que participam do ProJovem Urbano, foram feitas transferências diretas de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, na ordem de R$ 331.419.676,52 (R$ 322.931.831,18 na subfunção Educação de Jovens e Adultos e R$ 8.487.845,34 na subfunção Formação de Recursos Humanos).

A gestão do pagamento e manutenção do auxílio financeiro mensal para os estudantes do Programa é feita diretamente pela Coordenação Nacional do ProJovem Urbano/SNJ/SG/PR, por meio de contrato firmado com a Caixa Econômica Federal. Em 2009, foram empenhados

recursos para este fim no valor de R$ 158.020.471,59 na subfunção 366 – Educação de Jovens e Adultos e R$ 2.540.000,00 para pagamento do contrato com a Caixa, na subfunção 123 – Administração Financeira.

A implementação e execução da formação de gestores e de formadores estão a cargo da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, por meio de sua Assessoria Pedagógica, em parceria com a Fundação Darcy Ribeiro - FUNDAR e a Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ. O planejamento da formação dos educadores cabe às Coordenações Locais, e sua execução a uma instituição formadora selecionada pelo município ou estado. Para a realização das ações de formação, foram investidos, em 2009, R$ 15.631.575,41 na subfunção 128 – Formação de Recursos Humanos.

Em 2009, foram realizados 19 eventos de formação inicial de gestores, que reuniram 1.855 profissionais e 10 eventos de formação continuada com a participação de 791 gestores. Nesse ano, foram realizados, ainda, 24 eventos de formação inicial para 519 formadores e um evento para a formação de 20 formadores do ProJovem Urbano nas Unidades Prisionais, além de outros 81 eventos de formação continuada de formadores.

O material didático utilizado nas unidades formativas para atendimento da meta de 2008 e 2009 foi impresso e distribuído pelo FNDE, resultando na edição de 3.944.900 exemplares, distribuídos aos alunos do ProJovem Urbano. Além desse material, a Coordenação Nacional do PJU organizou a reprodução e distribuição de DVDs de Inglês e CD dos Estudos Complementares I e II, para atendimento à demanda referente às entradas ocorridas em 2009.

Também, em 2009, foi organizado todo o material didático voltado especificamente para o desenvolvimento dos Arcos Ocupacionais, bem como o material específico para atender aos alunos do ProJovem Urbano nas Unidades Prisionais. A Coordenação Nacional organizou, ainda, a produção e distribuição de CDs com bancos de questões das provas das Unidades Formativas de I a VI, para as Coordenações Locais. Ao todo, foram gastos R$ 4.657.467,78 na subfunção 366 – Educação de Jovens e Adultos.

Ao longo desses anos, a Coordenação Nacional do Programa vem realizando o seu monitoramento e a sua avaliação por meio de uma rede de instituições acadêmicas especializadas denominada: Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA). Em 2009, especificamente, foram repassados às Universidades Federais, R$ 38.846.516,05 na subfunção Administração Geral.

As Universidades atuam no monitoramento, supervisão, avaliação externa de alunos e avaliação do Programa (denominados subsistemas do SMA), a partir de desenho metodológico previamente definido pelo Conselho Técnico, instância de decisão do SMA. Com base nos relatórios emitidos pelo SMA, a Coordenação Nacional atua permanentemente junto às Coordenações estaduais e municipais do ProJovem em todo o país, na busca de soluções para os problemas detectados.

O ano de 2009 foi marcante para a afirmação e a solidificação da política de Direitos Humanos no Brasil. Na esteira de uma conferência nacional, que mobilizou mais de 14 mil representantes de ampla diversidade de grupos sociais e governos, foi lançada a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos. O PNDH 3 reafirma o compromisso nacional com os Direitos Humanos universais, indivisíveis e interdependentes e estabelece o caminho para o país avançar na garantia dos Direitos Humanos com controle social que, de forma inédita, prevê a articulação interministerial com definições de responsáveis.

A Educação em Direitos Humanos – EDH é eixo estratégico para a construção de um novo patamar de respeito à dignidade da pessoa humana. Nas ações de sensibilização e reflexão, houve a entrega da 15ª edição do Prêmio Direitos Humanos e a publicação da 2ª, 3ª e 4ª edições da Revista Direitos Humanos. É relevante mencionar a realização da 4ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos na América do Sul (em 16 capitais, quatro a mais que em 2008), que contou com cerca de 22 mil expectadores, e da 4ª edição do Festival de Direitos Humanos (Show e Semana dos Direitos Humanos), em Recife, envolvendo cerca de 100 mil pessoas.

Os serviços de atendimento ao cidadão, que beneficiaram cerca de 230 mil pessoas em todo o Brasil, são prestados por meio de uma rede de pontos de atendimento com equipes multidisciplinares prontas a orientar e agir pela garantia e efetivação dos direitos de populações com dificuldades de acesso a serviços públicos e vítimas de violações. A articulação dos serviços de proteção a pessoas ameaçadas – proteção a vítimas e testemunhas, proteção a defensores e proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte – avança na perspectiva da consolidação de um sistema nacional de proteção.

Atenção especial foi concedida à reparação das pessoas atingidas pela hanseníase que tiveram seus direitos violados por terem sido submetidos à internação e ao isolamento compulsório em hospitais-colônias. Já foram analisados mais de 60% dos 10 mil requerimentos apresentados solicitando pensão especial. Até o final de 2010, todos os demais serão avaliados. Importante ressaltar que a meta inicial era de 4 mil deferimentos em 4 anos, número esse alcançado em apenas dois anos de trabalho.

Também merecem destaque: a realização da pesquisa "Perfil dos municípios brasileiros - MUNIC 2009", cujos resultados devem ser anunciados em 2010; o lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e a criação da Coordenação Geral de Direitos LGBT na SEDH; o lançamento do projeto Memórias Reveladas; a exibição da mostra fotográfica "A Ditadura no Brasil", vista por mais de 2,5 milhões de pessoas em 50 cidades brasileiras, além de Buenos Aires e Coimbra; a realização de expedições à região do Araguaia para busca de restos mortais de integrantes da chamada "Guerrilha do Araguaia"; e a identificação, após 13 anos,

dos restos mortais de Bergson Gurjão Farias, desaparecido na Guerrilha, por meio de novas tecnologias.

No cenário internacional, o crescente protagonismo brasileiro em temas de Direitos Humanos é marcado pela transparência e cooperação, com ênfase na relação sul-sul. No ano 2009, a SEDH consolidou a parceria com a Guiné Bissau para assistência técnica nas áreas de registro civil de nascimento e EDH. Também foi celebrado compromisso de apoio ao Togo para aprimoramento da política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, por intermédio da disseminação da metodologia do Disque 100.

Atendendo a convite, visitaram o país, em abril, o Presidente do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU, e, em novembro, a Alta Comissária para Direitos Humanos da ONU, ocasião em que se assinou um memorando de intenções entre o Brasil e o Alto Comissariado com vistas à cooperação sul-sul em Direitos Humanos, além de ações específicas na proteção a defensores de Direitos Humanos e na construção de mecanismos de defesa no âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU. No âmbito da OEA, a SEDH coordena a implementação de duas sentenças emitidas, em 2009, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação ao Brasil (casos "Sétimo Garibaldi" e "Escher e outros – Interceptações telefônicas"). No Mercosul, foram realizadas as XV e XVI Reuniões das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul e países associados.

Os eixos da Agenda Social do Governo sob a coordenação da SEDH integram as principais ações estruturantes no setor e demonstram a interação e a integração de um conjunto de programas em prol do atendimento das demandas sociais.

Assim, inicialmente, faz-se destaque o eixo Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, vez que atua na garantia de direito básico e inicial de cidadania que abre a porta para a conquista de outros direitos. Cabe mencionar, portanto, a assinatura, pelo Presidente da República, dos "Compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela Cidadania" para a superação de situações e índices que marcam a desigualdade regional no país.

No eixo Crianças e Adolescentes, dentro do projeto "Na Medida Certa", além do financiamento de novas unidades adequadas aos novos parâmetros do Sinase e de programas municipais para execução das medidas socioeducativas em meio aberto, foi concretizada a matriz unificada de formação, que permitirá a todos os centros de formação trabalhar os mesmos temas necessários à qualificação dos profissionais do sistema socioeducativo. No projeto Bem-Me-Quer, destaca-se o programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, hoje funcionando em 8 estados e sendo implantado em outros 3. O serviço Disque 100, para denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, registrou, em 2009, 29,7 mil denúncias. Foi desenvolvido sistema de categorização das denúncias em *software* livre, disponibilizado para a rede de disques denúncia locais, favorecendo a unificação de dados de denúncias. Para fazer frente a essa situação, destaca-se a expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais para o Enfrentamento da Violência Sexual – PAIR e a priorização de parceria com poder público visando à inclusão do PAIR nos PPAs estaduais e municipais, além da adaptação da metodologia para municípios de pequeno porte e da implementação do processo de monitoramento da metodologia do Programa. Grande destaque cabe ao lançamento do primeiro relatório do Índice de Homicídios na Adolescência – IHA, que estima o risco de mortalidade por homicídios de adolescente em cidades com mais de 100 mil habitantes.

No projeto De Volta para Casa, ressalta-se a sanção da Lei nº 12.010/09, que dispõe sobre adoção e o aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a crianças e adolescentes, e a aprovação da ei nº 11.900/09, que possibilita que crianças e adolescentes sejam ouvidas por videoconferência, garantindo processo mais humanizado do que o atual.

Foi realizada a 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a maior edição desde a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, contando com 2.352 participantes e aproximadamente 1.800 delegados. Pela primeira vez, cerca de 30% deles eram adolescentes, o que garantiu espaço para que opinassem diretamente sobre as políticas públicas a eles direcionadas. De forma inovadora, a 8ª Conferência teve foco na formulação da Política Nacional e de um Plano Decenal, o que aponta para uma perspectiva estruturante e de planejamento em médio prazo. Por fim, destaca-se o lançamento do Portal Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que reúne dados e indicadores para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

No eixo "Pessoas com Deficiência", destaca-se a assinatura, pelo Presidente da República, do Decreto nº 6.949/09, que promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, recepcionada no ordenamento jurídico com status de emenda constitucional. Nas ações de educação e de mobilização de parceiros, deve ser ressaltada a veiculação das campanhas nacionais "Iguais na Diferença – Campanha pela Inclusão das Pessoas com Deficiência" e "Acessibilidade – Sigo esta idéia".

Em termos orçamentários, a SEDH dispôs de dotação autorizada em lei no montante de R$ 223 milhões, nas duas unidades orçamentárias que coordena, valor esse que representa a maior dotação orçamentária já recebida pela Secretaria desde a sua criação, em 2003. A análise da evolução do volume de empenhos líquidos, nas subfunções orçamentárias, descortina o grande impacto causado pela Agenda Social estabelecida pelo Presidente da República. Entre 2007 e 2009, tempo de existência da Agenda, a subfunção 243 - "Assistência a Criança e ao Adolescente" aumentou em 90%. No que tange ao eixo Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica, observou-se grande impacto nas subfunções "Direitos individuais, coletivos e difusos" (57%), focado na realização de mutirões e na implantação de unidades de registro interligadas entre cartórios e maternidades, e Comunicação Social (1200%), para a realização de

Campanha publicitárias na mídia nacional e regional para a promoção do registro civil.

Avanços significativos foram observados no que tange ao controle das transferências voluntárias. Destacam-se, inicialmente, a implantação do Siconv e a constituição na SEDH de unidade específica de formalização de convênios (que concede maior qualidade aos projetos no seu nascedouro). A partir da reestruturação da SEDH viabilizada pela Lei nº 11.958/2009, nova unidade focada na fiscalização dos projetos será instalada em 2010, para dar seguimento às ações de monitoramento à distância e in loco. Concomitantemente, a Secretaria manteve a prática já consolidada de realização de encontros de capacitação de convenentes para aperfeiçoamento da execução.

Também em relação à execução da subfunção Direitos individuais, coletivos e difusos, no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, em 2009, o orçamento atingiu o montante de R$ 77.014.798, representando 25,3% a mais que no ano anterior. No que se refere à execução da despesa (Empenhos Emitidos) alcançou a soma de R$ 73.770.422 correspondente a marca de 95,8% da dotação autorizada, o melhor índice de desempenho ao longo do período.

Dentre as subfunções executadas , a subfunção "Direitos Individuais, Coletivos e Difusos" é a que apresenta um crescimento acentuado em todos os anos do período, sendo de 33,6% em 2009 em relação a 2008, basicamente porque corresponde às ações dos programas finalísticos. As demais subfunções referem-se às ações meio, ou de apoio. Efetivamente, essas oscilações indicam que a Secretaria, uma vez estabelecida, com seu corpo administrativo, vai progressivamente desenvolvendo suas atividades finalísticas em todo o território nacional.

Muitas foram as ações para a consecução de resultados voltados aos Direitos da Cidadania, destacando-se o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), que foi implementado no período de 2005 a 2007, consolidou a atuação de 17 órgãos do Governo Federal no que diz respeito às políticas de gênero e para as mulheres. Seus resultados foram avaliados na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM) por mais de 2,5 mil delegadas, representantes dos poderes executivos das três esferas da federação e dos mais diferentes segmentos e grupos da sociedade civil organizada.

A partir das demandas e deliberações da II CNPM, o Governo Federal elaborou e lançou o II PNPM, que contemplou seis novas áreas de atuação estratégicas, além daquelas já existentes no I PNPM1. Portanto, é importante destacar que foram desenvolvidas e apoiadas, em 2009, diversas iniciativas e ações nas áreas do II Plano Nacional, a exemplo da educação e cultura, do trabalho e da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, além do enfrentamento da violência cujas ações estão contempladas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Com a finalidade de acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas, prioridades e ações definidas no Plano, foi instituído por meio do Decreto nº 5.390/2005, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê realizou, em 2009, oito reuniões ordinárias, bem como desenvolveu um novo Sistema de Acompanhamento do Plano, por meio do qual os órgãos envolvidos na sua execução podem informar os resultados das ações sob sua responsabilidade e prestar contas à sociedade civil.

Para ampliar o alcance do II Plano, o Governo Federal vem atuando no sentido de buscar a parceria dos governos estaduais e municipais. Para tal, definiu-se como principal estratégia, a partir de 2008, o estímulo à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, conforme recomendação da totalidade das Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres.

Nesse sentido, cabe mencionar que os estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul lançaram os seus planos estaduais de políticas para as mulheres, elaborados a partir das diretrizes do II Plano Nacional. Além disso, o Governo Federal apoiou, em 2009, a construção de seis novos Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres (MA, MG, MS, RJ, RN e SP), os quais deverão ser lançados em 2010.

Também relevante, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, parte da Agenda Social do Governo Federal, implementou em 2009 mais 11 Unidades da Federação (Amapá, Amazonas, Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Sergipe), além dos 13 estados pactuados em 2008. Em 2010, o Pacto será iniciado também nos demais estados (Mato Grosso e Paraná) e no Distrito Federal.

Com o lançamento do Pacto Nacional, os recursos autorizados nos orçamentos anuais da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) para as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres sofreram um aumento de 81,6% no período de 2007 e 2009. O Pacto Nacional representa, portanto, a grande prioridade do Governo Federal nesta área.

As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS, combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Na área da Consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e a implementação da Lei Maria da Penha, é importante destacar as parcerias com governos estaduais e municipais, resultando em apoio à construção/reforma/reaparelhamento de serviços

[1] Autonomia e igualdade no mundo do trabalho; educação inclusiva e não-sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento da violência; e gestão e monitoramento do Plano.

especializados de atendimento à mulher em situação de violência. Com isso houve um aumento de 23,8% no número de Delegacias Especializadas, de 54,5% no número de casas de abrigo existentes e 228,6% no número de centros de referência, em comparação a 2003. O país conta, atualmente, com 421 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher, 138 Centros de Referência de Atendimento à Mulher e 68 Casas Abrigo, além de 14 Defensorias Públicas da Mulher e 64 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas; apoio à capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres e de fortalecimento dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão; apoio à promoção e realização de campanhas de prevenção, e combate à violência contra as mulheres.

Em 2009, destacam-se ainda outras ações de grande destaque realizadas no âmbito do Pacto. O Governo Federal realizou o estudo Diálogos sobre Segurança Pública, inédito no Brasil, que apresenta a visão de 213 mulheres de diferentes ocupações, classes sociais, orientações sexuais e religiosas sobre a segurança pública. Não só foram os problemas apontados pelas mulheres, mas também soluções para a melhoria da segurança. Entre elas, está a necessidade de uma política interseturial e transversal que garanta o acesso integral às garantias do Estado de Direito. Como resultado do projeto mencionado, foi publicado o livro "Segurança Pública – Outros olhares, novas possibilidades", que contém artigos de colaboradores que participaram dos encontros com mulheres nas sete cidades em que se realizaram os "diálogos", além de sugestões e orientações de pesquisadores para a formulação de uma política nacional de segurança pública.

Na área de capacitação, cabe mencionar ainda a realização da III Jornada da Lei Maria da Penha, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Durante o encontro, os principais temas abordados foram: balanço de funcionamento das Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher no Brasil, cujo objetivo é inibir a prática dos maus tratos, além de atuar na recuperação dos agressores com vistas à reabilitação familiar. As varas especializadas já foram implantadas em, aproximadamente, 85% dos tribunais de Justiça brasileiros; resultados dos cursos de capacitação sobre a Lei Maria da Penha, realizados pelo CNJ, em parceria com as Escolas de Magistratura, que já ofereceram mais de 750 vagas para a formação de juízes com competência para tratar a matéria; e tratar sobre a estrutura brasileira da rede de atendimento à mulher.

Em agosto de 2009, foi lançado o "Prêmio Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha" em comemoração aos três anos da Lei Maria da Penha. Criado para estimular a correta aplicação da legislação, ele será concedido às pessoas físicas ou jurídicas indicadas por terceiros, cujos trabalhos ou ações merecem especial destaque no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

A Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo Governo Federal para receber denúncias e relatos de violência contra a mulher, orientar as mulheres sobre seus direitos e encaminhá-las para os serviços da Rede de Atendimento representa uma importante porta de entrada na rede de atendimento para as mulheres em situação de violência, além de fornecer informações essenciais para subsidiar a formulação e o acompanhamento das políticas públicas de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Destaca-se, ainda, a realização do I Encontro do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - FONAVID, cujo tema foi "Efetividade da Lei Maria da Penha". Os objetivos do encontro foram compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sob o prisma da efetividade jurídica e, ainda, avaliar as vantagens e desvantagens de ampliação de competência do sistema. O Fórum foi criado em março de 2009, como resultado das discussões da III Jornada da Lei Maria da Penha, com o fim de reunir juízes de todo o Brasil que atuam na temática. Em dezembro de 2009, foi realizado também o encontro de Promotores que trabalham com a Lei Maria da Penha, reunindo, em Brasília, cerca de cinqüenta profissionais da área para discutir o tema.

Em relação à área Promoção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS,no campo da saúde, cabe destacar o lançamento do Relatório sobre Epidemia Global de AIDS, uma parceria do governo brasileiro com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). A estimativa de novas infecções, a ocorrência de óbitos em todo o mundo, os novos perfis da epidemia e perspectivas futuras encontram-se entre as diversas constatações do estudo que aborda, ainda, questões como o acesso dos jovens à informação básica sobre o HIV; a prevenção da transmissão vertical; a relação entre a tuberculose e a Aids; o número de pessoas infectadas que não tem conhecimento do seu estado soropositivo; e a feminização da doença.

O Governo Federal apoiou a realização do documentário "Positivas", lançado em celebração ao Dia Mundial de Luta contra a AIDS, que aborda a feminização da AIDS e tem como principal alvo o estigma em torno da doença. O filme acompanha a vida de mulheres que foram surpreendidas pela notícia da doença em um ambiente até então seguro e moralmente "adequado", o do casamento ou de relações estáveis que mantinham com os companheiros. Por meio dos relatos das mulheres, a obra aponta os principais fatores responsáveis pela feminização da AIDS no país mostrando que, apesar do luto inicial que acompanha a notícia e do preconceito que vem em seguida, viver com AIDS não é o fim da vida e, ao contrário, pode significar uma nova chance à vida e à sexualidade.

Em 2009, realizou-se a revisão do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DST, lançado em março de 2007. O Plano foi

revisado tendo como referencia os Planos Estaduais elaborados a partir dos seminários macrorregionais e de consulta pública realizada pelo Governo Federal com vistas ao aperfeiçoamento do Plano.

No que se refere ao Combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, os governos do Brasil e do Suriname aprovaram, em maio de 2009, a Declaração de Belém, documento que propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos, estabelecido através da fronteira entre Brasil e Suriname. O I Encontro Binacional Brasil – Suriname é considerado uma das principais estratégias do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Ainda no âmbito do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cabe destacar o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: em concomitância com o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, todas as ações de fortalecimento de serviços da Rede levam em conta a estruturação e adaptação dos serviços para o atendimento diferenciado às mulheres vítimas de tráfico de pessoas.

Capacitação dos profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência: mais de 3 mil profissionais e 10 mil multiplicadores foram capacitados na temática de tráfico de mulheres. Em dezembro de 2009, todas as operadoras da Central de Atendimento à Mulher – 180 foram sensibilizadas no tema e podem, hoje, encaminhar denúncias diretamente à Polícia Federal, além de prestar informações sobre tráfico e exploração sexual.

É importante destacar, ainda, uma iniciativa inédita no mundo - o Governo Federal criou um Centro Tri-nacional de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e Tráfico de Pessoas, em parceira com os organismos de políticas para as mulheres do Paraguai e Argentina e com a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Trata-se de um espaço direcionado ao atendimento especializado às mulheres dentro da Casa do Migrante deste município, que será responsável por identificar casos de violência e tráfico contra as mulheres migrantes na região, além de encaminhá-las aos serviços de atendimento à mulher dos três países. Com essa iniciativa, pautada sob a ótica do enfrentamento à violência contra a mulher em geral no âmbito da REM (Reunião Especializada da Mulher - Mercosul), o Brasil se consolida como referência internacional em políticas públicas no enfrentamento ao tráfico de mulheres, especialmente nas regiões de fronteira seca.

Para 2010, é prioridade replicar a experiência de Foz do Iguaçu em outras regiões de fronteira seca que se constituam em rotas de tráfico de pessoas. Já foram iniciadas as negociações para implantação do serviço de fronteira no município de Pacaraima, numa parceria entre Brasil e Venezuela.

Por fim, na área de Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão, o Governo Federal deu continuidade ao Mutirão de Assistência Jurídica às Mulheres em Situação de Prisão, contribuindo para a efetivação de parcerias com as Defensorias Públicas de 18 estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Acre, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Goiás, Bahia, Ceará, Piauí e Rondônia.

No plano do Legislativo, destaca-se o encaminhamento ao Congresso Nacional de proposta de Projeto de Lei que cria mecanismos para garantir a igualdade entre mulheres e homens nas relações de trabalho urbano e rural e, coíbe práticas discriminatórias neste âmbito. Produzida pelo Governo Federal, a proposta leva em conta princípios constitucionais, normas internacionais ratificadas pelo Brasil e convenções da Organização Internacional do Trabalho. O objetivo da mobilização em torno da criação de uma Lei que trate sobre igualdade no mundo do trabalho é efetivar, nesta esfera, o princípio constitucional da igualdade entre mulheres e homens, orientando-se pela idéia de traduzir a declaração de igualdade, consagrada em dispositivos constitucionais e normas infraconstitucionais destinadas a prevenir e coibir quaisquer práticas discriminatórias lesivas à dignidade das mulheres. Busca-se, assim, garantir que a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorra em respeito às especificidades da condição feminina e a permanência delas no emprego, combatendo inclusive com ações do Estado, todas as formas de discriminação em razão de sexo, raça e etnia.

Na área de Articulação Internacional, o governo brasileiro participou da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretivo da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos, na qual foram discutidos os avanços no tema de eliminação da violência contra a mulher e o fortalecimento do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), oportunidades para as mulheres frente à crise financeira, entre outros assuntos. A CIM foi o primeiro organismo intergovernamental criado para tratar especificamente do tema dos direitos da mulher.

O Brasil participou, também, do Seminário sobre os Avanços e Ações-Chave para a Implementação do Programa de Ação de Cairo a 15 Anos da sua Aprovação, na sessão Igualdade de Gênero e empoderamento das mulheres, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), dentro das comemorações do 15º aniversário da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento.

No âmbito da função "Direitos da Cidadania" a participação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR representou, em 2009, 3,96% dos recursos.

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela SEPPIR por meio de ações próprias ou de convênios com entidades da sociedade civil e entes federativos, destaca-se a realização da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com a participação de 3.292 cidadãos sendo 1.209 delegados eleitos em conferências municipais e estaduais. As Resoluções da II CONAPIR, realizada após a publicação do PLANAPIR - Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, decreto 6.872 - foram compiladas,

publicadas e distribuídas para todo o país. No primeiro semestre cumpre mencionar, ainda, a participação brasileira com grande delegação governamental e de representantes do movimento social na Conferência de Revisão de Durban, presidida pela ONU e onde o Brasil teve papel de destaque.

Na área de Ações Afirmativas merecem destaque: 1) bolsas de estudos para alunos de graduação que ingressam, pelas ações afirmativas, nas universidades públicas, para atendimento de 600 estudantes, durante o período de junho de 2009 a junho de 2010, ao custo de R$ 1.800.000,00. Estima-se para essa ação o atendimento de 1800 alunos até 2010; 2) realização de 05 Seminários Regionais para "Implementação da Lei 10.639/2003" - abrangendo 27 estados da Federação - em parceria com a SECAD/MEC, ao custo de R$ 332.895,20 e para 2010 realizar o acompanhamento e avaliação do Plano de Implementação da Lei 10.639/2003 junto ao MEC; 3) firmatura de 17 Convênios com estados e municípios para implantação do Projeto "Farol - Oportunidade em Ação" que estimam atendimento, na sua totalidade, de 4.000 adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social, por um período de doze meses, em que foram aplicados recursos na ordem de R$ 3.300.000,00; 4) desenvolvimento do Planseq Afro-descendente, ação do Ministério do Trabalho para a qualificação de profissionais em todo território nacional, em 15 áreas do comércio, serviço e saúde, estimando como meta o atendimento de 25.000 jovens em 24 estados; 5) retomada e implantação do Planseq Trabalho Doméstico Cidadão, ação do Ministério do Trabalho para qualificação de trabalhadoras domésticas, nas 29 localidades da União Federativa, objetivando a organização social e exercício da profissão, estimando como meta o atendimento a 2.100 profissionais em 13 estados; 6) desenvolvimento de ações junto ao MEC, Petrobrás, Fundação Roberto Marinho e outros para implantação da Fase II do Projeto "A Cor da Cultura", que visa o desenvolvimento de tecnologia e qualificação de profissionais da educação para aplicação da Lei nº 10.639/2003; 7) parceria com a *Biblioteca Nacional para a* divulgação de grandes personalidades negras do Brasil, mediante Edição e Lançamentos de quatro livros, para atendimento à Rede de Bibliotecas dos estados e dos 100 maiores municípios, ao custo de R$ 69.000,00; e 8) *diálogo junto a SPM, UNIFEM, IPEA e MEC para* implementação do curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, em 2010, estimando atendimento a 7000 pessoas e com orçamento em definição junto UAB/CAPES e SPM.

Por fim, outras parcerias foram realizadas em 2009 para o desenvolvimento das políticas para a Promoção da Igualdade Racial visando o reconhecimento dos Clubes Sociais Negros como patrimônio imaterial; combate ao racismo institucional; produção de material didático e de orientação para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais referente à Lei nº 10.639/2003; capacitação de profissionais da área de segurança pública; e para a temática Cultural Afro-brasileira; apoio ao grupo AfroCensos sobre a rodada de censo da América Latina; realização de Colóquio Internacional sobre História da África; realização de Seminário Internacional da Juventude Negra e Indígena.

No Programa Brasil Quilombola, houve uma priorização das ações para os cinco estados com maior quantitativo de comunidades quilombolas. Com vistas a ampliar a articulação e a efetivação das políticas para esse segmento, foram realizados cinco grandes seminários, com maior foco para saúde, educação, assistência e desenvolvimento social. Participaram dos seminários regionais: gestores municipais, estaduais e federais, lideranças quilombolas, conselheiros das áreas afins e outros parceiros. Foram empenhados R$ 4.221.439,24 para projetos voltados ao fortalecimento institucional e estímulo ao controle social das comunidades quilombolas. As ações voltadas às comunidades são executadas, também, pelos demais ministérios que compõem o Programa Brasil Quilombola e atendem demandas de saúde, educação, acesso à terra, previdência, dentre outros direitos.

Função - Transporte

A função Transporte, no âmbito da Presidência da República, representa em termos orçamentários, 10,02% dos créditos disponibilizados para o setor dentro do Orçamento Fiscal. Em termos de responsabilidade pela implementação das ações decorrentes, a função recai sobre a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR), criada em 2007 pela Lei n.º 11.518, possuindo as atribuições e competências, dentre outras, de formulação de políticas públicas, estabelecendo diretrizes para o fomento do setor portuário e a execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura dos portos marítimos, com os recursos de investimentos do Orçamento Geral da União (OGU). Além disto, cabe à SEP/PR a participação no planejamento estratégico e a aprovação dos planos de outorgas, visando à segurança e eficiência dos transportes aquaviário e marítimo de cargas e de passageiros no país.

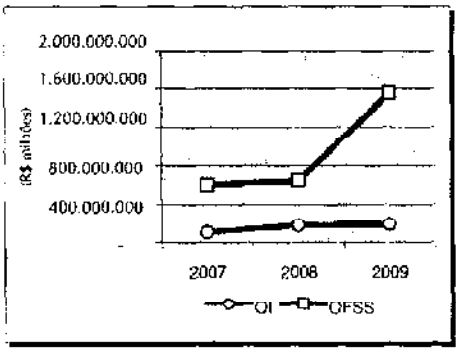
EXECUÇÃO DA FUNÇÃO 26 - TRANSPORTE
POR UNIDADE EXECUTORA

UG EXECUTORA	EMPENHOS LÍQUIDOS
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/PR	7.113.527,66
COORDENACAO DE EXEC.ORCAMENTARIA E FINANCEIRA	27.609,83
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS/PR	12.062.585,47
SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS - OBRAS	1.528.656.663,13
COORD-GERAL DE PLANEJ. E ORCAMENTO/DGI/SE/CGU	12.526,50
TOTAL	**1.547.872.912,59**

A SEP executa as suas ações na função Transporte, com destaque para a subfunção 784 - Transporte Hidroviário, na qual estão alocadas as ações de maior importância ao desenvolvimento dos portos marítimos brasileiros. No âmbito da função governamental Transporte, a SEP vem gerenciando e executando, desde 2007, o segmento de obras e intervenções portuárias, por meio de execução direta, convênios e termo de compromissos, bem como a Participação da União no aumento de Capital no

orçamento das Companhias Docas. Em 2009, a execução da SEP para a função Transporte apresentou o montante de R$ 1,7 bilhões, sendo mais de R$ 1,5 bilhões no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e R$ 186 milhões no Orçamento de Investimento das Estatais.

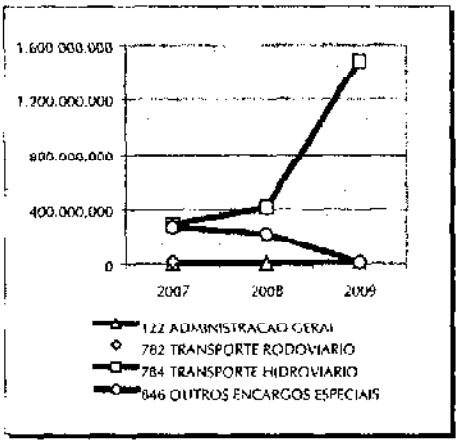
EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA FUNÇÃO



Observa-se que, em 2009, houve um crescimento relevante na função Transporte em relação aos exercícios anteriores, fato que ocorreu, principalmente, devido à contratação de obras do Plano Nacional de Dragagens e implantação de obras de infra-estrutura previstas no PAC.

Entre as subfunções típicas da função Transporte, executadas pela SEP/PR, conforme quadro demonstrado no início deste relatório, a subfunção "Transporte Hidroviário" destaca-se com maior execução orçamentária em relação às demais subfunções a partir de 2007.

EVOLUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES
NA FUNÇÃO 26 - TRANSPORTE
VALORES EMPENHADOS (EM R$ MILHÕES)



Principais Resultados

A SEP conduziu, durante o ano de 2009, as seguintes ações estruturantes: o Programa Nacional de Dragagem (PND), o projeto para a gestão portuária, denominado Porto Sem Papel, além das ações de recuperação e modernização das obras de infraestrutura portuária.

Dos 34 portos marítimos sob a responsabilidade da SEP, 17 encontram-se inseridos no Programa Nacional de Dragagem, nos quais a SEP promove a realização de obras de dragagem de aprofundamento/alargamento de suas vias de acesso aquaviário (canal de acesso e a bacia de evolução).

Os 17 portos marítimos contemplados, neste momento, são: Fortaleza, Natal, Cabedelo, Recife, Suape, Salvador, Aratu, Rio de Janeiro, Itaguaí, Angra dos Reis, Vitória, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Imbituba, Itajaí e Rio Grande.Até 2010, estão previstos no PND investimentos de R$ 1,5 bilhão, que incluem, além da contratação da execução dessas obras, de dragagem/derrocamento, a contratação do monitoramento ambiental e o apoio à fiscalização, com empresas dotadas de equipamentos e expertise em serviços de batimetria, sísmica e sondagem subaquática.

O PND prevê um volume a ser dragado da ordem de 80 milhões de m³, além da execução de cerca de 550 mil m³ de derrocamento subaquático, o que proporcionará a esses portos condições de recepção de embarcações de grande porte e calado, operando com segurança e favorecendo, assim, o comércio externo pelo aumento de produtividade dos portos e pela redução de fretes e seguros das atividades portuárias e de navegação, alavancando as condições de competitividade do país no mercado internacional.

No âmbito desde programa, em 2009, foram contratadas as obras de dragagem nos Portos de: Rio Grande/RS, Santos/SP, Aratú/BA, Salvador/BA, Rio de Janeiro/RJ, Natal/RN, Angra dos Reis/RJ, Itajaí/RJ, e Suape (ilha de Tatuoca)/PE.

Quanto ao monitoramento ambiental, foram firmados termos de convênios com instituições acadêmicas, dotadas de instalações de laboratório para análises de materiais e, principalmente, de expertise em meio ambiente para realizar os estudos pertinentes.

No orçamento de 2009, foram consignadas R$ 537 milhões, dos quais foram empenhados R$ 435 milhões.

O denominado PORTO SEM PAPEL constitui-se no desenvolvimento de projeto para a gestão portuária de uma Janela Única Portuária que objetiva centralizar, em um único portal, o recebimento das informações exigidas pelos órgãos fiscalizadores para a chegada, saída e estadia dos navios nos portos brasileiros, integrando as informações num único banco de dados e reduzindo os impactos dos obstáculos e paralisações nas atividades portuárias.

A solução busca a racionalização e a padronização de procedimentos, tendo como efeito positivo a otimização dos processos da cadeia logística nas operações de comércio exterior e cabotagem.

Os principais resultados serão a redução do tempo para liberação das operações portuárias pelos órgãos anuentes, bem como a possibilidade das inspeções serem realizadas levando em consideração a análise de risco, sem prejuízo dos controles governamentais com vistas à defesa dos interesses nacionais.

O projeto PORTO SEM PAPEL – Concentrador de Dados conta com a participação de seis anuentes que interferem na operação portuária: Autoridade Portuária, Receita Federal, Polícia Federal, Anvisa, Vigiagro e Marinha do Brasil. Para tanto, foi proposto Acordo de Cooperação entre a SEP/PR e estes órgãos, o qual já foi firmado com a Anvisa e a Marinha do Brasil.

O sistema está sendo desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, contratado para o desenvolvimento, processamento e operacionalização do Sistema Concentrador De Dados Portuários e, em 2010, deverá ser contratada entidade para a homologação do sistema, cuja fase de testes será iniciada já em abril de 2010, no porto de Santos.

A Secretaria Especial de Portos tem implementado medidas estruturantes, juntamente às Companhias Docas, para o fortalecimento do modelo de gestão portuária brasileiro, no qual o governo é responsável pela infraestrutura com a iniciativa privada investindo em equipamentos, instalações e operação.

Dentre as ações da SEP, salienta-se o acompanhamento e transferência de recursos, via Participação da União no Capital das Cia Docas, para realização de obras de recuperação e de melhoramento nos portos administrados pelas Companhias Docas. No Programa de Aceleração do Crescimento - PAC estão incluídas as seguintes ações: ampliação e melhoria dos acessos terrestres ao Porto de Santos com a implantação das Avenidas Perimetrais Portuárias, nas margens esquerda, com 9,2 km, e direita, com 5,0 km, esta última com término previsto para 2010; dragagem do canal de acesso e bacia de evolução de uma profundidade de 17 m para 20 m (fase 1), do porto de Itaguaí/RJ , com obra concluída em maio de 2009; obras de Repotencialização do Sistema de Atracação de Navios do Terminal Salineiro de Areia Branca, permitindo a atracação de navios de até 75.000 t TPB, que foram concluídas em abril de 2008; obra de construção da Rampa Roll-on Roll-off no Porto de Vila do Conde/PA, que foi concluída em outubro de 2009; e ações de melhoria na infraestrutura portuária e da segurança nos portos administrados pela Cias Docas como Ampliação do Cais do Porto de Vitória/ES e Ampliação do Pier Principal no Porto de Vila do Conde/PA, cujas obras estão previstas para sua conclusão em março de 2011.

Também foram executadas obras suplementares nos portos organizados com investimentos em ações de instalação de sistemas de defensas, recuperação de berços e do pavimento de áreas internas, modernização da sinalização náutica e terrestre, melhoramentos na infraestrutura portuária como em sistemas elétricos e hidráulicos além de estudos e projetos para racionalização da operação portuária e proteção ao meio ambiente.

Visando solucionar os problemas relacionados com a infraestrutura de logística, e em especial aos acessos aquaviários, a SEP tem investido em diversos empreendimentos, a saber:

i) Ações em execução:obras de ampliação do Pier Principal no Porto de Vila do Conde; estudos e projetos para construção do Terminal Múltiplo Uso, no Porto de Vila do Conde;dragagem dos Berços 100 e 103 e retroárea dos berços 100 e 101, no Porto de Itaqui; construção do berço 100 e Alongamento do Cais Sul e Ampliação do Porto, no Porto de Itaqui; recuperação dos berços 101 e 102 do Porto do Itaqui; retomada da construção do Porto de Luís Correia; ampliação e Adequação do Terminal Salineiro no Porto de Areia Branca;construção do Cais para Contêineres – 3ª fase, no Porto de Maceió;início das obras de ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória;Implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos, na margem direita, fase 1; recuperação e realinhamento do berço 201 do Porto de São Francisco do Sul; reforço do berço 101 do Porto de São Francisco do Sul; execução das Obras e Serviços de Recuperação Emergencial do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba; e prolongamento dos Molhes do Porto de Rio Grande;

ii) Ações Concluídas: dragagem de aprofundamento do canal de acesso e bacia de evolução para 20 m (fase 1), do porto de Itaguaí; e obra de construção da Rampa Roll-on Roll-off no Porto de Vila do Conde; e

iii) Ações em fase de Projeto:construção do Berço 108 do Porto do Itaqui; construção do acesso rodoferroviário à Ilha de Tatuoca/Cocaia e dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução no Porto Suape; implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos, na margem direita – fase 2; implantação da Avenida Perimetral Portuária do Porto de Santos, na margem esquerda; plano de Desenvolvimento e Infraestrutura de Acessos Terrestres do Porto de Santos; e recuperação dos molhes do canal de acesso ao Porto de Rio Grande.

5.1.2. Controladoria-Geral da União

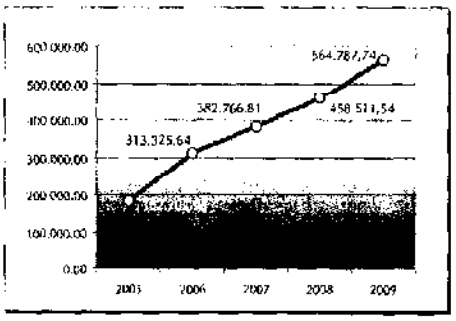
A Controladoria-Geral da União (CGU) tem sob sua responsabilidade no Plano Plurianual o Programa de Governo Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupçao, o qual esta inserido na Funçao de Governo 04 – Administração e classificado no "tipo" Serviços ao estado – Apoio às Políticas. Seu objetivo é desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, assim como prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública, além de aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo Federal. Para melhor evidenciar a execução orçamentária no âmbito da função Administração sob a responsabilidade da CGU, os valores empenhados nos últimos cinco anos encontram-se demonstrados por subfunção:

VALORES EMPENHADOS POR SUBFUNÇÃO (EM R$)

SUBFUNÇÃO	VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS*				
	2005	2006	2007	2008	2009
122 - Administração Geral	171.045.076,99	297.086.625,74	359.429.911,26	431.303.962,61	534.814.614,00
124 - Controle Interno	6.484.977,21	4.971.843,22	12.805.304,92	18.714.375,11	12.734.435,32
125 - Normalização e Fiscalização		4.006.606,01	2.629.422,63		
126 - Tecnologia Da Informação					2.773.540,59
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		17.775,86	288.725,76	321.839,07	112.212,28
128 - Formação De Recursos Humanos	545.747,17	791.159,93	486.335,19	788.271,81	993.595,40
131 - Comunicação Social		40.292,35	14.116,00	254.422,34	316.657,35
212 - Cooperação Internacional			28.101,00	57.597,02	
301 - Atenção Básica	1.679.744,77	1.487.425,73	1.677.856,10	2.238.247,18	3.337.469,08
306 - Alimentação e Nutrição	1.691.637,42	4.012.747,18	4.413.154,95	4.390.020,29	4.783.340,02
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	543.384,71	553.336,76	582.634,41	568.441,86	108.050,02
365 - Educação Infantil	262.392,58	417.827,14	410.249,71	374.371,40	363.823,44
TOTAL	182.202.980,85	313.325.639,94	382.766.811,93	458.511.543,69	564.787.737,90

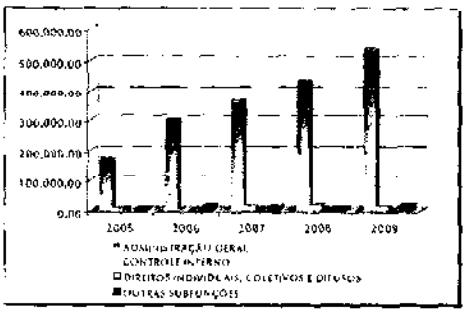
Fonte: Siafi Gerencial – Base 04.01.2010
*Valores Empenhados + Reforço-Anulação

EVOLUÇÃO DOS VALORES TOTAIS EMPENHADOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS (VALORES EM R$ MIL)



Fonte: Siafi Gerencial – Base 04.01.2010

EVOLUÇÃO DOS VALORES EMPENHADOS DAS PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO (VALORES EM R$ MIL)



Fonte: Siafi Gerencial – Base 04.01.2010

Observa-se a evolução dos valores empenhados, entre 2005 e 2009, com uma variação positiva em torno de 210%.

O crescente desempenho da subfunção - Administração Geral é reflexo do fortalecimento institucional da CGU, por meio do ingresso de novos servidores; apoio para construção, reforma e readaptação das instalações físicas na Sede e Regionais; incremento na gestão de recursos logísticos e de informática; e aparelhamento das atividades-fim.

Ressalta-se que 78% dos valores empenhados a conta dessa subfunção são relativos a despesas com pessoal, no montante de R$ 416.111.213,06. Com relação aos valores aplicados na subfunção - Controle Interno, também se verifica um efeito positivo no montante empenhado, resultado da progressiva capacidade operacional da CGU para realização das suas atividades precípuas.

As variações ocorridas entre as subfunções, apresentadas no quadro anterior, decorreram, principalmente, de reorganizações e contingenciamentos orçamentários acontecidos no período.

No que tange aos resultados alcançados por subfunções, destacam-se aquelas que se classificam como finalísticas: Controle Interno e Direitos Individuais, Coletivos e Difusos.

Controle Interno

As ações implementadas por meio da subfunção Controle Interno agregaram, ao longo dos anos, diversas frentes de atuação, buscando contribuir para o alcance de uma boa governança pública, promover a ética e a transparência, bem como reduzir vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção.

Nesse sentido, as ações de controle interno privilegiam a linha de orientação aos gestores públicos na execução de suas ações de modo a desenvolver capacitades e instrumentos para subsidiar o processo decisório e prevenir a ocorrência de eventuais desvios, bem como de propor, quando necessário, medidas corretivas, tendo em vista o interesse público.

De igual modo, buscam dar transparência à gestão pública do Governo Federal, incentivando a participação da sociedade no acompanhamento da gestão e procuram, quando necessário, aplicar punição a ações desviantes, por exemplo, ao garantir a responsabilização dos agentes públicos federais ímprobos.

Com relação às ações relacionadas à Prevenção e Combate à Corrupção e Informações Estratégicas, a CGU atua coordenando as ações de prevenção da corrupção no âmbito do Poder Executivo Federal, assim como as ações de produção de informações estratégicas desenvolvidas nessa pasta.

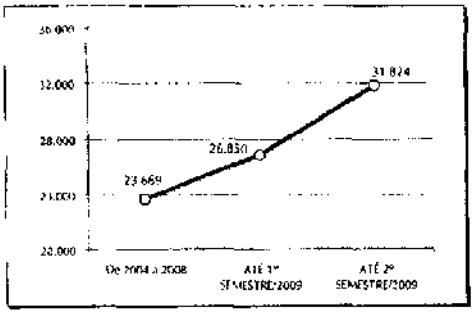
Nesse contexto, entre as atividades desenvolvidas pela CGU em 2009, destaca-se: (i) ações de fomento ao controle social e à cidadania; (ii) promoção da transparência pública; (iii) fortalecimento da gestão pública; (iv) acompanhamento de acordos e convenções internacionais contra a corrupção; (v) aperfeiçoamento do marco legal; (vi) parceria com o setor privado; e (vii) produção de informações estratégicas para combate à corrupção.

No contexto da implementação de ações de fomento ao controle social e à cidadania, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, de 2004 a 2009, beneficiou 1.353 municípios brasileiros com a capacitação de mais de 30 mil cidadãos. Só em 2009, foram mais de 7 mil pessoas capacitadas e 342 municípios contemplados.

As edições locais dos Concursos Culturais, no âmbito desse programa, envolveram 41.887 estudantes e 1.326 professores em 37 municípios de 22 Unidades da Federação, com uma média de 1.900 alunos mobilizados por Regional.

Outra linha de atuação diz respeito ao 3º Concurso de Desenho e Redação da CGU, realizado em 2009, o qual mobilizou mais de 145.000 alunos e quase 6.000 professores em mais de 1.300 escolas de ensino fundamental e médio em 26 Unidades da Federação.

QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS NO PROGRAMA OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO



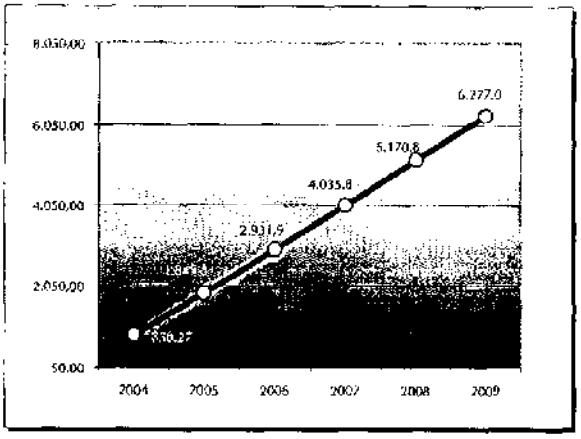
Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Um dos principais instrumentos de promoção do acesso à informação e à transparência pública é o Portal da Transparência, que em 2009 chegou a 1,7 milhão de visitas.

O Portal permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do Governo Federal. A publicidade desses dados possibilita que a sociedade controle a ação dos governantes e fiscalize a aplicação do dinheiro público.

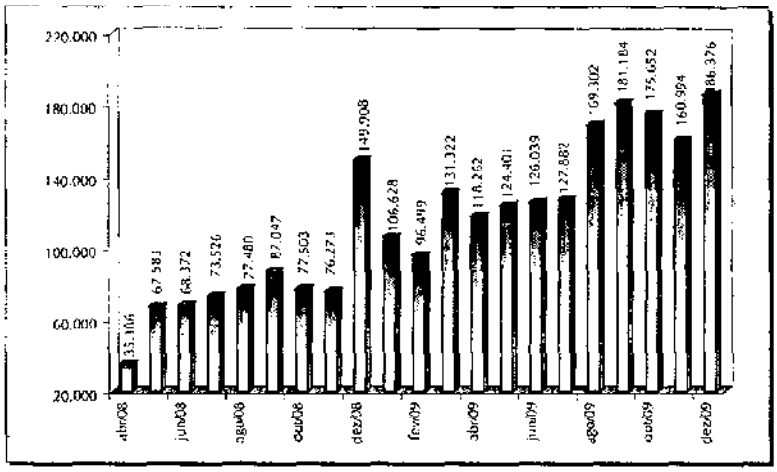
Atualmente, o Portal da Transparência informa sobre a utilização de mais de R$ 6,2 trilhões em recursos públicos, referentes a 5.626 ações governamentais, consequência de 536 programas oficiais.

EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE RECURSOS DA EXECUÇÃO FINANCEIRA
DO GOVERNO FEDERAL REGISTRADOS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
(VALORES EM R$ 1.000.000.000,00)



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

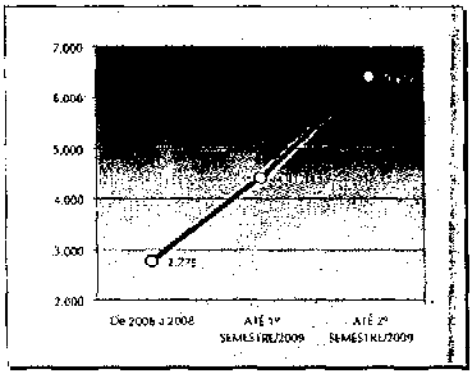
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA / QUANTIDADE DE VISITAS



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, em 2009 foram desenvolvidas 40 ações de capacitação por intermédio dos sorteios públicos, contemplando 342 municípios e 3.711 agentes públicos. Por essa ação, 576 municípios já foram atendidos, com capacitações realizadas com mais de 6 mil servidores públicos, conforme gráfico a seguir:

AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS NO PROGRAMA FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

As articulações com organismos internacionais também foram prioridade. A CGU acompanha a implementação, no Brasil, das medidas previstas em três tratados internacionais ratificados na área de prevenção e combate à corrupção: Convenção da ONU, Convenção da OEA e Convenção da OCDE.

Tem-se assumido papel pró-ativo na cooperação para troca e disseminação de conhecimento relacionado às temáticas de combate à corrupção e fortalecimento da gestão pública junto aos países de língua portuguesa e da América Latina.

Em 2009, o Brasil assumiu a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (MESICIC), acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados partes.

Também em 2009 foi lançado, em parceria com Grupo de Trabalho do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o manual "A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção", que apresenta um guia para orientar empresas a construir um ambiente íntegro e de combate à corrupção.

Desde seu lançamento, em junho de 2009, foram distribuídas mais de 11.000 cópias da publicação a empresas e demais entidades empresariais. Adicionalmente, com esse mesmo Instituto, foi assinada uma Carta-Acordo com o objetivo de promover práticas e referências de integridade e combate à corrupção junto ao setor privado brasileiro.

A CGU também realiza, em parceria com Instituições de Ensino Superior, a ação Promoção de Debates Acadêmicos, cujo objetivo é despertar e fortalecer o interesse por essa temática no ambiente universitário, estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas, bem como conscientizar alunos e professores sobre o seu papel como cidadãos e acadêmicos no controle da corrupção.

Em 2009, 30 instituições de Ensino Superior foram envolvidas na implementação da ação e aproximadamente 4.200 alunos universitários participaram das atividades.

Ainda com relação às ações de prevenção da corrupção desenvolvidas em 2009, a CGU, paralelamente às ações de educação presencial desenvolvidas, instituiu a Escola Virtual da CGU como um instrumento de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção por meio de mecanismos e técnicas de Educação à Distância (EaD).

A escola concentra-se em duas grandes áreas temáticas: Educação para a cidadania e Fortalecimento da gestão pública. Só em 2009, 3.480 pessoas participaram dos cursos da Escola Virtual da CGU; e todas as ações de EaD já conduzidas pelo órgão, desde novembro de 2007, totalizam mais de 11.000 participantes.

Com a finalidade de ampliar a produção de informações estratégicas para o combate à corrupção, a CGU criou, em dezembro de 2008, o Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade voltada à aplicação de metodologia científica, apoiada em tecnologia da informação de ponta, para a produção de informações que visam a subsidiar e a acelerar a tomada de decisões estratégicas, por meio do monitoramento dos gastos públicos.

As análises conduzidas no ODP são direcionadas à identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. Entre os trabalhos desenvolvidos, destacam-se as análises de:

(i) gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos, para identificação de situações atípicas no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal;
(ii) base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pelo Governo Federal;
(iii) contratos de terceirizações do Governo Federal; e
(iv) beneficiários do Programa Bolsa Família.

O ODP recebeu, em 2009, o Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública, na categoria de Melhor Projeto de Informática Pública, considerado o principal prêmio da informática pública no país. O ODP recebeu ainda o Prêmio TI & Governo 2009.

Paralelamente ao processamento de informações conduzido pelo ODP, foram produzidas, em 2009, informações estratégicas referentes à análise patrimonial de mais de 1.300 pessoas físicas e jurídicas, com vistas à subsidiar a realização de investigações preliminares e processos administrativos disciplinares conduzidos pela CGU.

Segundo dados da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, houve um aumento no volume de informações estratégicas analisadas, entre o primeiro semestre de 2009 (210 informações) e o segundo semestre

de 2009 (634 informações), referentes a análises patrimoniais e investigações preliminares.

Em se tratando das ações relacionadas ao combate à impunidade mediante ação correcional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos, em 2009, a CGU buscou intensificar as suas ações por meio da adoção das seguintes políticas:

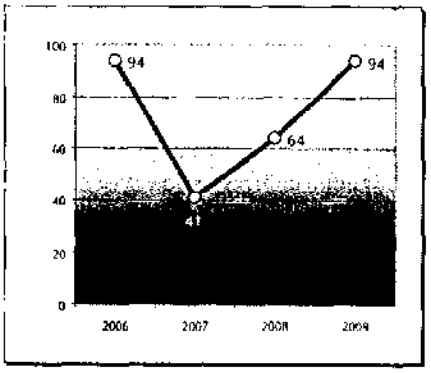
(i) aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares que visem à apuração e responsabilização de autoridades e servidores por irregularidades de maior gravidade, complexidade e de repercussão alcançada no meio social;
(ii) melhoria do acompanhamento das ações disciplinares das unidades correicionais dos diversos órgãos e entidades da administração pública federal;
(iii) fortalecimento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR) por meio do ampliação da capacitação de servidores para composição de comissões disciplinares, da realização de eventos e fóruns de discussão sobre a função disciplinar da Administração e da melhoria dos instrumentos de gestão das informações disciplinares;
(iv) modernização do conjunto normativo disciplinar; e
(v) ampliação do campo de atuação da CRG.

Em 2009, foram instaurados diretamente pela CGU 116 procedimentos disciplinares, entre processos administrativos disciplinares *stricto sensu* (60), sindicâncias punitivas (10), sindicâncias patrimoniais (22), sindicâncias investigativas (12) e procedimentos disciplinares celetistas (12), além da condução de 1.471 investigações preliminares cujo objetivo é o levantamento da pertinência de denúncias e representações.

A melhoria do acompanhamento das ações disciplinares possibilitou o acompanhamento e a verificação da regularidade de 1.243 procedimentos disciplinares conduzidos por órgãos e entidade do Poder Executivo Federal, a recomendação de instauração de 320 processos disciplinares e a inspeção *in loco* de 46 unidades componentes do SisCOR.

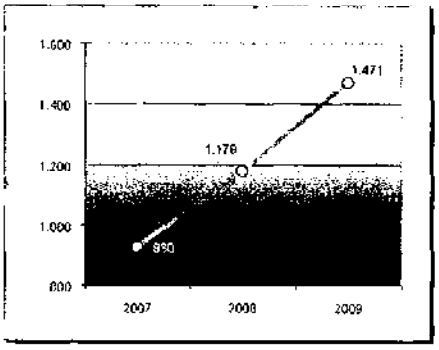
A seguir encontra-se a série histórica referente à promoção de ações disciplinares pela CGU.

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES INSTAURADOS (EXCETO SINDICÂNCIAS PATRIMONIAIS)



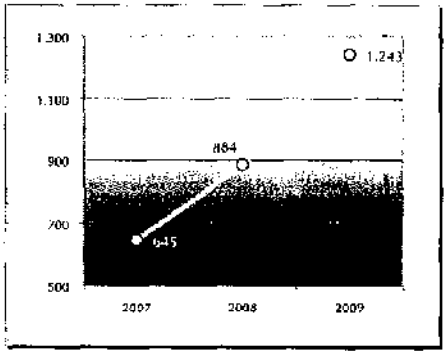
Fonte: Corregedoria-Geral da União

INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES



Fonte: Corregedoria-Geral da União

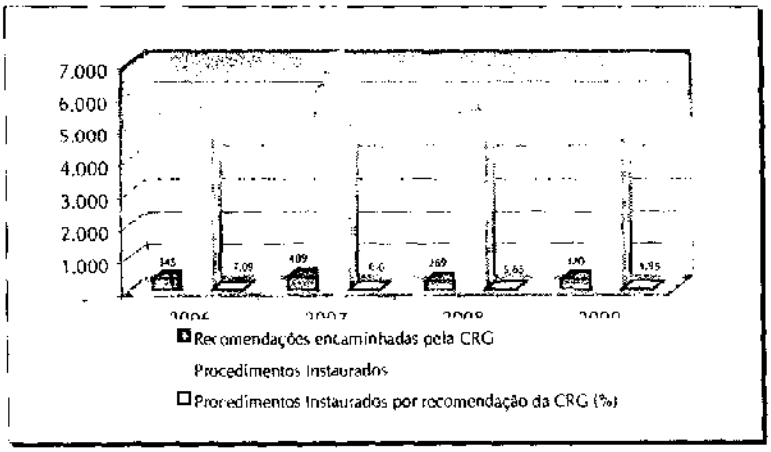
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES RELEVANTES ACOMPANHADOS



Fonte: Corregedoria-Geral da União

De 2006 a 2009, o acompanhamento de ações disciplinares, recomendações e inspeções pela CGU apresentaram os seguintes números:

PROCEDIMENTOS INSTAURADOS POR RECOMENDAÇÃO DA CGU



Fonte: Corregedoria-Geral da União

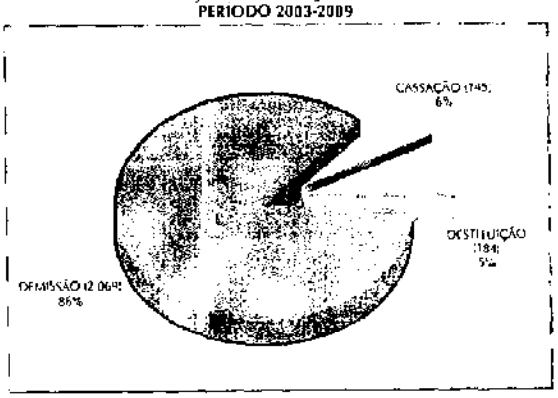
INSPEÇÕES CORRECIONAIS REALIZADAS

2006	2007	2008	2009
41	39	50	46

Fonte: Corregedoria-Geral da União

Como resultado efetivo do aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares e da melhoria do acompanhamento das ações disciplinares, tem-se os dados a seguir, os quais evidenciam o crescente número de punições como resultado da atuação da CGU, as quais totalizam 2.398, de 2003 a 2009.

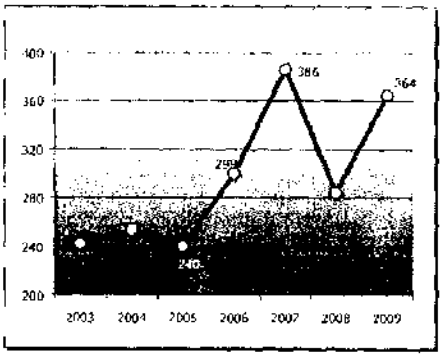
TOTAL DE PUNIÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
PERÍODO 2003-2009



Fonte: Corregedoria-Geral da União

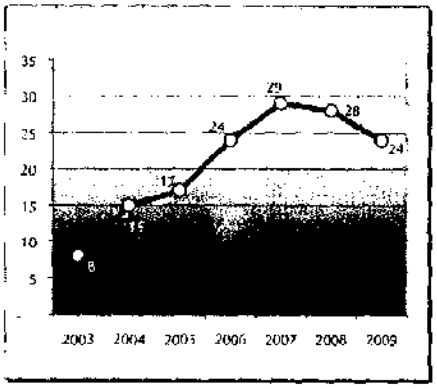
PUNIÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

DEMISSÃO



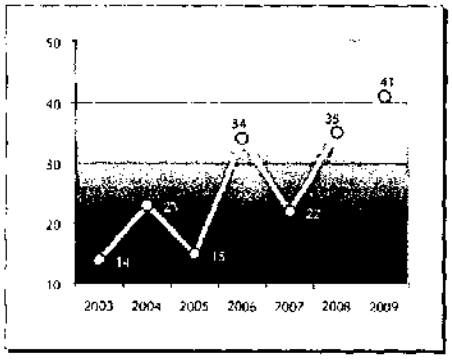
Fonte: Corregedoria-Geral da União

CASSAÇÃO



Fonte: Corregedoria-Geral da União

DESTITUIÇÃO



Fonte: Corregedoria-Geral da União

A ampliação do campo de atuação na área de Correição se verifica pela criação da "Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores" (CPAF) e do gerenciamento do "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas" (CEIS).

A CPAF já propôs a declaração de inidoneidade de 14 pessoas jurídicas, sendo que até 2009 todas as punições aplicadas pela CGU que foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário foram confirmadas.

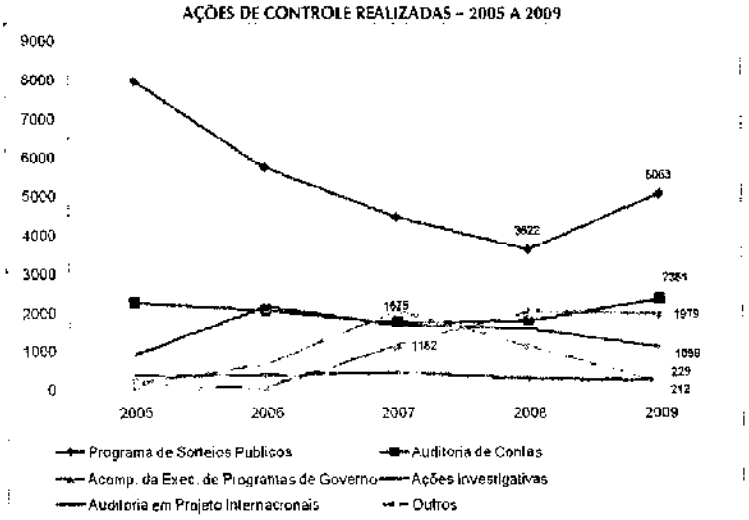
Em 2009, seis empresas foram sancionadas, entre as quais quatro do ramo da construção civil (Construtora CAUTAMA Ltda.; VÉRTICE Engenharia Ltda.; HABRA Engenharia LTDA.; e Construtora ATLANTA Ltda.), flagradas em fraude à competitividade de licitação destinada à construção de prédio público em Brasília.

Quanto ao CEIS, o cadastro já conta com dados de empresas apenadas pelos estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, São Paulo e Tocantins, tendo Ceará e Alagoas já encaminhado seus dados. Outros sete estados já manifestaram interesse em participar.

A CGU exerce, ainda, a função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e, para atingir seus objetivos, atua em pelo menos cinco frentes de trabalho distintas: no acompanhamento da execução dos programas de governo, na realização das auditorias anuais de contas, no Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, na auditoria de contratos de recursos externos e na atuação investigativa, mediante articulação com outros órgãos de defesa do Estado.

Em 2009, foram realizadas 10.942 ações de controle para subsidiar a avaliação dos principais Programas de Governo. A figura a seguir apresenta a distribuição das ações de controle concluídas ao longo dos últimos 5 anos e distribuídas nas principais linhas de atuação da CGU.

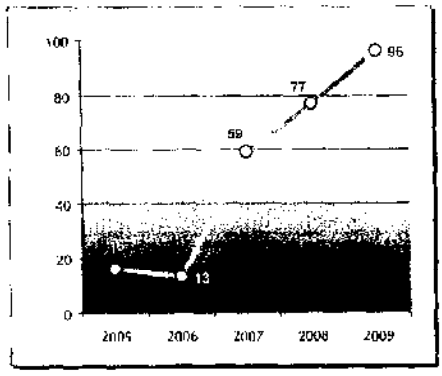
AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS – 2005 A 2009



Fonte: Sistema Ativa, em 27.01.2010

Em 2009 foram concluídas 1.983 ações de controle para o acompanhamento da execução dos programas de governo, abrangendo 96 programas. A figura a seguir apresenta a evolução do número de ações acompanhadas nessa linha de atuação ao longo dos últimos exercícios. Os principais resultados alcançados nessas ações estão demonstrados a seguir, neste relatório.

AÇÕES ACOMPANHADAS



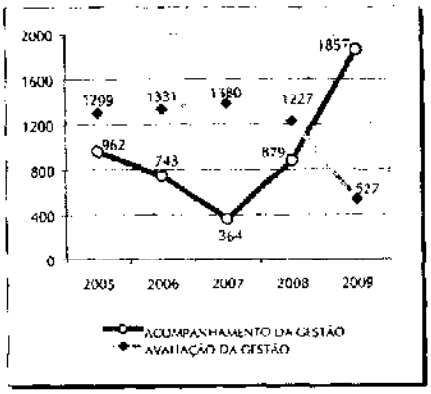
Fonte: Sistema Ativa em 28.01.2010

No desempenho de suas competências constitucionais, relativas ao controle interno dos órgãos do Poder Executivo Federal, no que se refere à auditoria anual de contas, a CGU realizou nos últimos cinco anos 5.764 auditorias ordinárias sobre tomadas e prestações de contas anuais, sendo 516 em 2009.

A partir do exercício de 2007, a CGU vem adotando medidas para melhoria do processo de trabalho relacionado às Auditorias Anuais de Contas, buscando notadamente uma maior interação com o gestor federal com vistas a aprimorar o processo de prestação de contas, orientando para as informações e abordagens mais relevantes a serem evidenciadas nesse processo.

A mudança de atitude do controle tem se refletido em alertas aos gestores sobre eventuais problemas que precisam ser resolvidos ao longo do exercício, sugestões de melhoria durante a elaboração do relatório de gestão ou ainda mediante os procedimentos adotados no decorrer da auditoria.

AUDITORIAS REALIZADAS – 2005 A 2009



Fonte: Sistema Ativa, em 27.01.2010

No exercício de 2009 foram implementadas ações no tocante à redefinição das unidades que receberam auditorias nos processos de contas.

Tal medida teve início ainda em 2008, quando a CGU apresentou ao Tribunal de Contas da União sugestões para

a redução da quantidade de unidades a serem auditadas, propiciando o aprofundamento dos trabalhos realizados.

Cabe ressaltar que todos os gestores prestaram contas, os respectivos relatórios estão publicados na internet e o monitoramento conduzido pelo Controle Interno, ao longo de todo o exercício, permanece sendo realizado em todas as unidades.

Destaca-se, também, a realização de mudanças no parecer de auditoria, com o objetivo de sintetizar, de forma qualitativa, uma opinião sobre a gestão com foco em seu aprimoramento.

Em 2009, a CGU deu continuidade ao Programa de Fiscalização em Pequenos e Médios Municípios a partir de Sorteios Públicos, que se encontra na 30ª edição, com 1.751 municípios fiscalizados, correspondendo a 31,47% do total de municípios brasileiros, e englobando recursos públicos federais da ordem de aproximadamente R$ 13 bilhões.

No exercício de 2009, foi realizado o 2º Sorteio Especial, a partir do qual foram fiscalizados 60 municípios beneficiados com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), envolvendo recursos no montante de R$ 306 milhões.

Os relatórios contendo os resultados dos sorteios são encaminhados aos ministérios gestores das políticas públicas, possibilitando a adoção de providências para a correção de desvios verificados e a implementação de melhorias eventualmente identificadas como necessárias, além de subsidiar a avaliação dos programas de governo.

O Programa do Sorteio, instituído em 2003, deu origem a diversas frentes de trabalho no âmbito da CGU. Mediante maior divulgação dos trabalhos, foi possível estimular o controle social sobre os recursos públicos.

Foi também a partir das fiscalizações que a Controladoria desenvolveu ações de capacitação, tanto dos organismos de controle social quanto dos próprios gestores municipais envolvidos com a gestão de recursos públicos transferidos pelo Governo Federal.

Cabe ainda anotar que, em decorrência da maior visibilidade da atuação da CGU, outros órgãos de defesa do Estado perceberam a necessidade de ações integradas visando à prevenção e o combate à corrupção.

As atividades da CGU, no campo das ações investigativas, situam-se dentro de um objetivo amplo de prevenção e enfrentamento sistemático da corrupção e constituem trabalhos especiais, que buscam levantar evidências quanto aos fatos, identificar responsáveis e obter material de prova adequado aos desdobramentos policiais e judiciais das investigações.

No desenvolvimento dessas ações, foram aplicados procedimentos especiais e instrumentais próprios voltados à busca e troca de informações com outros órgãos, criando condições para o desenvolvimento de trabalhos com enfoque ainda mais intenso no efetivo combate à corrupção. Atualmente, para se atingir esse objetivo, busca-se a detecção antecipada de potenciais problemas para a advertência, de caráter preventivo, dos gestores.

Desse modo, a CGU, em todas as suas atividades, ao identificar eventuais irregularidades e práticas ilícitas, conforme sua natureza e gravidade, adota as providências de sua competência e as encaminha para providências no âmbito dos órgãos federais responsáveis pela gestão dos recursos e de outros órgãos de defesa do Estado, como o Departamento de Polícia Federal, vinculado ao Ministério da Justiça, e o Ministério Público Federal.

Durante o exercício de 2009, foi objeto de análise na CGU um total de 3.679 denúncias e representações. Desse número, 2.633 demandaram ação de controle específica, objetivando identificar e apurar a procedência dos fatos apontados como irregulares na aplicação dos recursos públicos federais. Também nesse ano, foram concluídas 826 fiscalizações realizadas em 269 municípios.

Os resultados, sempre que pertinente, são incorporados aos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades/entidades. Do mesmo modo, são encaminhados também à Polícia Federal e ao Ministério Público os casos mais graves para a adoção de providências sob responsabilidade desses órgãos.

Em 2009, importantes trabalhos decorrentes da articulação com outros órgãos de defesa do Estado, especialmente o Departamento de Polícia Federal, foram desenvolvidos, dos quais podem ser realçados:

Operação Fumaça – Teve início a partir de solicitação do Ministério Público Federal para fiscalização de obras de saneamento com recursos oriundos do Ministério da Saúde. A partir das verificações *in loco*, a CGU constatou, entre outras falhas: fraudes em licitações, superfaturamento em obras, pagamentos por serviços não executados e conluio entre empresas participantes de licitações. As investigações envolvendo os municípios de Caucaia, Iguatu, Brejo Santo, Nova Russas, Reriutaba e Morrinhos indicam que o prejuízo potencial aos cofres públicos pode chegar a R$ 25,9 milhões, de um total de recursos de R$ 86,6 milhões.

Operação Orthoptera – Teve início a partir do monitoramento de movimentações financeiras da conta do FEB/FUNDEB no município de Alcântara. A fraude consistia na omissão ou alteração de valores sacados da conta do fundo.

Operação Transparência – Realizada para desarticular uma organização criminosa especializada em burlar a competitividade das licitações no ramo da construção civil, que tinha como foco obter recursos provenientes de convênios federais firmados com o Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde-FUNASA/PB. A investigação envolveu os municípios de Caaporã, São Miguel de Taipu, Juripiranga, Diamante e Cassserengue.

Operação Gárgula – Trabalhos desenvolvidos pela CGU em conjunto com a Polícia Federal permitiram identificar desvio de recursos públicos federais no município de Eusébio/CE oriundos de convênios e contratos de repasse firmados com os ministérios das Cidades, Saúde e Educação.

O trabalho de investigação detectou fraudes em licitações, obras inacabadas, serviços pagos e não executados, sobrepreço e superfaturamento, envolvendo um prejuízo estimado de R$ 6 milhões, de um total fiscalizado de R$ 15 milhões.

Durante 2009, no que diz respeito à Região Amazônica, os trabalhos realizados pela CGU concentraram-se nos estados do Mato Grosso e do Pará.

No Mato Grosso, a CGU mediou, com a efetiva colaboração do MPF/MT, e acompanhou o trabalho desenvolvido em conjunto pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, na busca de alternativa para regularização ambiental e fundiária de mais de 500 assentamentos, os quais se encontram em situação de irregularidade por não possuírem licença ambiental.

Esse trabalho pioneiro contou também com a participação do Ministério Público Federal e da Casa Civil. Tais medidas proporcionarão o acesso de aproximadamente 44.117 famílias aos benefícios oriundos dos programas e das ações de Reforma Agrária.

No estado do Pará, o cruzamento de dados dos sistemas corporativos do Governo Federal, realizado pelo Ibama com participação da Controladoria, sobre Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária naquele estado, e com base em avaliações da Controladoria, possibilitará o aprimoramento dos controles do Incra sobre a execução das ações voltadas a Projetos de Assentamentos na Região Amazônica, evitando-se, primordialmente, o desmatamento da floresta amazônica nos projetos de assentamento e sobreposição de assentamentos a reservas florestais.

No âmbito da Superintendência do Incra/Regional Brasília, sobre a ação governamental Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, avaliações da CGU permitiram registrar que foi instituído Núcleo Técnico específico para a seleção e controle da execução dos instrumentos de transferência de recursos financeiros para capacitação e assistência técnica de assentados, aprimorando os controles administrativos.

Considerando a prioridade dada às Fiscalizações no Programa de Aceleração do Crescimento, foram realizadas 879 ações de controle, no exercício de 2009, relacionadas a obras do PAC, em decorrência do acompanhamento sistemático dos principais programas de governo e da apuração de denúncias e representações de outros órgãos de defesa do Estado.

No Eixo de Infraestrutura Social e Urbana, tipo de Empreendimento Recursos Hídricos, a CGU fiscalizou, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, até 2009, 35 de 95 empreendimentos caracterizados como grandes obras.

Esses 95 empreendimentos envolvem um montante aproximado de 10 bilhões previstos até o exercício de 2010. Tal acompanhamento tem propiciado ajustes tempestivos em serviços de engenharia ou aperfeiçoamento dos controles gerenciais exercidos sobre o empreendimento, antecipando soluções, o que reforça o caráter preventivo da ação, inclusive no que se refere à exigência de atuação mais efetiva das empresas contratadas para gerenciamento e supervisão das obras.

Quanto à Ação Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes – MT, destaca-se que, em atendimento às recomendações da CGU, o Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DEFMM formulou proposta para sua reestruturação, submetendo às instâncias competentes do Ministério dos Transportes alternativas quanto à arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM; elaborou o Manual de Normas e Procedimentos para Visita Técnica de Obras, o qual orientará e padronizará as futuras fiscalizações executadas pelo DEFMM, uma vez que, dos 35 empreendimentos fiscalizados, evidenciou-se fragilidade no acompanhamento por parte do DEFMM de eventos significativos da evolução do contrato, como alterações de projeto, eventuais atrasos ou modificações de estratégias da obra. Em relação à Ação Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação, o gestor aprovou a Norma Complementar nº 001/2008, que tem por objetivo disciplinar os procedimentos de controle e arrecadação do AFRMM.

Ainda em relação ao Ministério dos Transportes, como resultado das ações de controle desenvolvidas na Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias, relativas à Avaliação da Gestão e 11 fiscalizações nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul, empreendimento do PAC, cujos recursos previstos na LOA 2009 foram de R$ 1,7 bilhão, nos anos de 2007, 2008 e 2009, foram constatados alguns problemas que evidenciaram a falha ou inadequação na gestão da entidade, como: precariedade da fiscalização/supervisão, falhas na execução da obra; projetos/orçamentos inadequados e subcontratações impróprias.

A partir de recomendações da CGU, a Valec tem aprimorado os seus mecanismos de controles internos administrativos, em especial, no que se refere ao modelo de acompanhamento (Gerenciamento, Supervisão e Fiscalização) das suas ações finalísticas de construção de trechos ferroviários, tendo expedido normativo para aperfeiçoar as normas de medições e pagamentos a serem observadas pelos agentes envolvidos nesse modelo.

Relativamente ao Ministério das Cidades, em decorrência das ações de controle realizadas nos programas das áreas de saneamento e habitação, que envolveram ações como

1N08 (Esgotamento Sanitário), 10SC (Abastecimento de Água), 1055 (Saneamento Integrado em Assentamento Precários) e 1056 (Urbanização de Assentamentos Precários), a CGU exerceu importante papel na padronização de entendimentos firmada pela AGU quanto à responsabilidade do gestor federal na transferência de recursos por meio de contratos de repasse, bem como sobre a necessidade de detalhamento do BDI e análises de custos de obras.

Nessa linha, a CGU tem buscado continuamente orientar gestores, de modo que, ao detectar problemas de sobrepreço ou superfaturamento na execução das obras, buscar solucioná-los de forma imediata, demandando a necessária repactuação e, quando for o caso, a retenção ou normalização dos saldos e eventual compensação de pagamentos já efetuados, evitando desvio de recursos e possível paralisação de obras.

O envolvimento do Agente Operador, quer seja por meio de sua equipe técnica, quer por meio da unidade de Auditoria Interna, tem sido objeto, também, de verificação, monitoramento e recomendações por parte da Controladoria, uma vez que o aprimoramento do desempenho de suas funções reflete de forma direta no alcance dos objetivos dos Programas Governamentais.

O Quadro a seguir destaca alguns dos principais resultados alcançados por recomendações advindas das ações de controle da CGU, executadas nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, ou provenientes de trabalhos conjuntos com os gestores:

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO
Ministério da Previdência Social • recuperação de valores por pagamentos indevidos de benefícios no importe de R$ 286 milhões, entre parcelamentos, consignações em folha e recolhimentos por GPS; • criação de uma unidade de controle interno administrativo/operacional, voltada para o monitoramento (por estratégias de acompanhamento e supervisão) das situações apontadas pela Auditoria Interna, pela CGU e pelo TCU; • melhoria dos sistemas relacionados ao processo de gestão da informação previdenciária; e • edição de normativos internos para otimização da atividade de perícia médica, com adequação da sua estrutura organizacional e implantação de controles administrativos de assiduidade e produtividade.
Ministério do Trabalho e Emprego • auxílio ao gestor no aprimoramento da sistemática de cruzamento dos dados do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, visando a coibir o pagamento desse benefício a pessoas com vínculos empregatícios; • adoção pelo gestor de providências para regularizar despesas indevidas, por meio de medidas administrativas e instauração de quatro tomadas de contas especial, com potencial retorno de cerca de R$ 21 milhões; • modernização do sistema SIGAE via WEB, responsável pelo acompanhamento das ações de qualificação social, intermediação de mão-de-obra e habilitação do seguro-desemprego, o que permitirá o acesso ao sistema pela internet; e • atuação junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para corrigir a remuneração dos recursos repassados ao BNDES para aplicação junto a instituições financeiras, que possibilitará correção de procedimentos e ressarcimento potencial de mais de R$ 10 milhões ao fundo. Por meio do Acórdão n.º 3.054/2009 - Plenário, o TCU ratificou o posicionamento da CGU quanto às diferenças pagas pelo BNDES aos recursos repassados aos bancos privados.
Ministério de Minas e Energia • celebração de convênio pela ANP com a Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de obter informações mais precisas sobre operações de venda de óleo e gás; • aperfeiçoamento dos procedimentos internos de verificação de Notas Fiscais; • revisão dos procedimentos computacionais para verificação dos preços de referência de óleo e gás; • criação procedimentos para fiscalização de instalações de embarque e desembarque; e • promoção de levantamento das concessionárias com concessões localizadas na plataforma continental com vistas a incluir ou excluir municípios beneficiários de royalties.

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO
Ministério da Ciência e Tecnologia • aperfeiçoamento no modo de seleção pelo gestor das empresas de grande, médio e pequeno porte; aperfeiçoamento de procedimentos e metodologias no acompanhamento e verificação da execução dos recursos transferidos, em especial em Termos de Contratos e modelos de documentos de prestações de contas; e elaboração dos normativos internos e manuais, em busca de transparência na forma da execução dos recursos; • identificação de pontos para aperfeiçoamento, relativos a indicadores ou implementação de parâmetros para orientação e avaliação da execução das ações, o que contribui para medidas adotadas pela SECIS visando a fortalecer sua capacidade técnica e institucional, assim como a correção de falhas dos controles internos administrativos e aprimoramento nas atividades de acompanhamento da execução dos contratos de repasse e controle dos prazos para emissão de parecer técnico das prestações de contas; • aprimoramento referente à supervisão ministerial nos Contratos de Gestão firmados com entidades qualificadas como Organizações Sociais nos temos da Lei nº 9.637/98, envolvendo recursos no montante de R$ 150 milhões; e • implementação do plano de fiscalização para acompanhamento e validação das informações apresentadas pelas empresas beneficiárias de incentivos fiscais e instituições de ensino e pesquisa em seus nos Relatórios Demonstrativos – RD anuais, buscando dar transparência ao processo.
Ministério do Desenvolvimento Agrário • instituição e alteração de rotinas e fluxos operacionais e realização de verificações em assentamentos, objetivando a validação de dados cadastrais e a identificação das causas que ensejaram inconsistências sobre a seleção e a homologação dos beneficiários da Reforma Agrária; e • reformulação das rotinas e procedimentos para a seleção, cadastramento e homologação de novos beneficiários do Programa de Assentamentos para Trabalhadores Rurais.
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento • adoção de medidas corretivas para os problemas identificados no processo de planejamento, contratação e execução de obras de recuperação de estradas vicinais para aprimoramentos dos processos administrativos de gestão, os quais compreenderam, em síntese, orientações aos convenentes para rever planos de trabalho, com vistas a evitar fragilidades na execução e fiscalização dos ajustes.
Ministério das Comunicações • instituição de mecanismos de gerenciamento remoto do acesso à internet e incremento dos esforços nas ações de fiscalização in loco como medidas saneadoras para os problemas identificados, como ausência de indicadores ou parâmetros para a suficiente orientação e avaliação da execução da ação, assim como a não implementação dos instrumentos de controle previstos para sua gestão; • orientação à ANATEL para formalizar processos metodológicos de parametrização dos valores de penalidades, com vistas a propiciar transparência e isonomia aos processos de sanção; • revisão dos atos normativos e fluxos operacionais de contratação de serviços de terceiros na ANATEL.
Ministério do Turismo • revisão e edição, pelo gestor, de nova regulamentação para transferências de recursos para a realização de eventos turísticos no país, oportunidade em que foram incorporadas regras e critérios objetivos e restritivos para a formalização dos ajustes, de transparência e controle da execução e prestação de contas dos recursos recebidos pelos convenentes.

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO
Ministério do Esporte • reformulação, pelo gestor, da regulamentação que orienta a seleção dos parceiros, o acompanhamento da execução dos instrumentos contratuais e a análise dos pleitos apresentados, visando à comprovação da capacidade técnica, financeira e operacional das entidades proponentes.
Ministério da Educação • encaminhamento de propostas de normativos com vistas à reconfiguração do relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior e as fundações de apoio além de outras medidas para cumprimento de acórdão do TCU.
Ministério da Saúde • instituição do Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde para Equipes de Saúde da Família – ESF; e • suspensão de transferências fundo a fundo referentes a Equipes do Programa Saúde da Família - PSF em situação irregular (existência de multiplicidade de vínculos dos profissionais médicos do PSF).
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome • reforço na estratégia de implementação de nova versão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; • aperfeiçoamento nos mecanismos de monitoramento/controle utilizados pelo Ministério para a concessão dos Benefícios do Bolsa Família; e • elaboração de medida provisória, convertida na Lei nº 12.058/2009 que criou o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD), cuja execução financeira em 2009 atingiu mais de R$ 230 milhões.
Ministério da Justiça • readequação do contrato firmado entre o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e a ECT, no valor anual de R$ 12,5 milhões, para postagens e entrega de 2,7 milhões de notificações, o que permitiu de imediato o retorno da execução do contrato que, anteriormente, tinha sido rescindido unilateralmente pela ECT.
Ministério dos Transportes • contratação pela ANTT de empresa especializada para realização de Pesquisa de Satisfação de Usuários de Serviços de Transporte Terrestre, em âmbito nacional; • aprimoramento, na ANTT, do processo de aplicação de multas, aferição de metas, controles tarifários ferroviários e celebração de Termos de Ajustamento de Conduta; elaboração de estudos para definição da tarifa de transporte de carga ferroviária ; • aprovação, pela ANTT, de um Plano de Gestão e Fiscalização dos Contratos de Concessão Rodoviária para o ano de 2010/2011, no qual constam os manuais e procedimentos de fiscalização para adequação dos investimentos do PTI; e • aprimoramento dos mecanismos de controles internos administrativos do DNIT, adotando práticas mais aderentes às sugestões e recomendações da CGU, como a publicação de normativo da Diretoria Colegiada, aprovando critérios e cronograma a serem utilizados para a elaboração da Proposta Orçamentária daquele departamento.

RESULTADOS DAS AÇÕES DE CONTROLE / MINISTÉRIO
Ministério das Cidades • suspensão da execução de contrato de prestação de serviços de organização de eventos no qual foram identificadas irregularidades no procedimento licitatório, ocorrência de sobrepreço e o fornecimento de serviços não previstos no termo de referência, acarretando, apenas na amostra analisada, prejuízo de aproximadamente R$ 300.000,00. A suspensão do contrato teve impacto também em outros ministérios, uma vez que, por se tratar da modalidade de registro de preços, sua abrangência havia se estendido a diversos órgãos federais.
Ministério da Integração Nacional • edição pela Secretaria de Defesa Civil de portaria regulamentando e aprimorando o processo de compras em situações de emergência e calamidade pública, assim como realização de ajustes no processo de distribuição de materiais que visam a atender populações atingidas.
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior • inclusão, pelo BNDES, de exame do projeto básico de engenharia na fase de análise das operações de financiamento vinculadas ao Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto e a celebração de convênio com a Caixa Econômica Federal para obtenção de acesso ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), com o objetivo de subsidiar a avaliação de custos das propostas e de buscar um maior detalhamento em itens do Relatório de Análise.

No campo da Auditoria de Recursos Externos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional, a CGU é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal. Nos últimos anos, a abordagem das auditorias tem sido aprimorada para além da auditoria contábil, assumindo um enfoque de avaliação de resultados (objetivos e metas) das ações governamentais suportadas por esses recursos. Nos últimos cinco anos foram efetuados 859 acompanhamentos de projetos, com a realização de 1.838 auditorias, conforme destacado a seguir:

PROJETOS FEDERAIS DE DOAÇÃO, EMPRÉSTIMO E COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL (*)

ASSUNTO/ANO	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de Projetos Federais Auditados	198	202	175	153	131
Nº de Auditorias Realizadas **	401	432	440	301	264

Fonte: Secretaria Federal de Controle
(*)Auditorias realizadas a cada ano, tendo como escopo a execução dos projetos no exercício anterior.
(**)Inclui auditorias sobre execuções descentralizadas de projetos.

Em 2009, as auditorias realizadas sobre a execução dos projetos relativa ao exercício de 2008 resultaram em apontamentos e recomendações especialmente focadas na implementação das seguintes melhorias na gestão dos projetos: a) aprimoramento dos controles sobre a execução física/financeira do projeto, possibilitando atingir objetivos e metas finalísticos; b) construção e apresentação dos relatórios de progresso, com enfoque nos resultados e na efetividade das atividades implementadas pelos projetos; c) readequação no planejamento das aquisições, de sorte a propiciar garantia de que os bens e serviços contratados guardam conformidade com as condições de elegibilidade e são adequados às finalidades e méritos de cada projeto; d) aprimoramento da sistemática de contratação de consultores, com reforço do acompanhamento sobre os produtos entregues, de modo que estejam conformes às necessidades identificadas; e) reforço no controle da concessão e prestação de contas de Convênios/Cartas de Acordo, mecanismos de descentralização da intervenção pretendida com o projeto.

No âmbito dos programas de governo financiados com recursos externos, a CGU tem atuado, em articulação com a STN/MF, SEAIN\MP e os próprios organismos internacionais, para viabilizar a utilização dos sistemas nacionais (com o uso do Siafi, por exemplo, para o registro contábil e elaboração das demonstrações financeiras dos projetos) para a gestão e controle dos projetos, fato que deverá contribuir para a maior transparência, controle e efetividade das execuções realizadas por meio dos

referidos projetos. Especificamente no âmbito da Cooperação Técnica Internacional (CTI), destacam-se o apoio prestado pela CGU à Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) na elaboração e a implementação do Sistema de Informações Gerenciais de Acompanhamento de Projetos (SIGAP), que reunirá de forma parametrizada e gerencial as informações sobre a execução física e financeira dos projetos de CTI no Brasil.

As auditorias conduzidas pela CGU têm enfatizado o acompanhamento dos processos de seleção e contratação de consultores, com vistas ao atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. Essa atuação abrange ainda a verificação da transparência e impessoabilidade nos processos de seleção e contratação, essenciais para a garantia da qualidade e efetividade dos serviços prestados.

A CGU avançou em 2009 na implementação de ações continuadas de treinamento e capacitação dos servidores que conduzem as auditorias sobre os projetos de cooperação técnica internacional. Foram treinadas 440 pessoas (entre servidores da própria CGU, das assessorias de controle interno nos ministérios, das auditorias internas dos órgãos e entidades e de tribunais de contas estaduais) na modalidade de ensino a distância – EaD, entre os anos de 2007 e 2009.

A maior aproximação da CGU com os organismos internacionais tem propiciado uma gradual convergência entre os resultados dos trabalhos de auditoria e os requisitos e demandas apresentadas pelos referidos organismos. Como exemplo de resultado desse esforço de capacitação e interação, destaca-se, em 2009, a melhoria na avaliação promovida pelo PNUD dos trabalhos produzidos e apresentados pela CGU a esse organismo.

No quadro a seguir está demonstrada a evolução das auditorias nos processos de Tomadas de Contas Especiais no período de 2005 a 2009. Só em 2009, foram auditados 1.605 processos de Tomadas de Contas Especiais, dos quais 1.277 foram certificados e encaminhados ao Tribunal de Contas da União para julgamento - o que representa retorno potencial aos cofres do Tesouro da ordem de R$ 702.738.553,22 - e 328 foram devolvidos aos órgãos/entidades instauradores para revisão ou complementação de dados.

EVOLUÇÃO DAS AUDITORIAS NOS PROCESSOS DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS DE 2005 A 2009

EXERCÍCIOS	TCES ANALISADAS	DILIGENCIADOS E DEVOLVIDOS AO ÓRGÃO DE ORIGEM	CERTIFICADAS AO TCU	RETORNO POTENCIAL R$
2005	1.934	306	1.628	448.285.614,87
2006	1.496	339	1.157	656.004.567,99
2007	1.722	263	1.459	659.622.763,60
2008	1.539	477	1.062	642.272.945,71
2009	1.605	328	1.277	702.738.553,22
TOTAL	8.296	1.713	6.583	3.108.924.445,39

Fonte: Secretaria Federal de Controle

Na área de Pessoal destacam-se como principais resultados das ações de controle a revisão do Manual de Auditoria sobre Gestão de Pessoas no Serviço Público Federal e Procedimentos para Análise da Folha de Pagamento; e a criação de trilhas de auditoria. No quadro a seguir está demonstrada a evolução das análises dos atos de pessoal no período de 2005 a 2009, sendo que em 2009 foram analisados 101.534 atos de pessoal envolvendo R$ 651.285.678,00.

EVOLUÇÃO DAS ANÁLISES DOS ATOS DE PESSOAL NO PERÍODO DE 2005 A 2009

EXERCÍCIOS	APOSENTADORIAS	PENSÃO	ADMISSÃO	VALORES ENVOLVIDOS (R$)
2005	13.698	8.594	26.818	171.384.222,00
2006	13.018	9.329	35.938	238.979.460,00
2007	15.907	9.843	49.604	354.404.017,00
2008	14.510	9.975	72.515	514.175.645,00
2009	18.862	10.442	72.230	651.285.678,00
TOTAL	75.990	48.183	257.105	1.930.229.022,00

Fonte: Secretaria Federal de Controle

No eixo da Dinamização das Auditorias Internas das Entidades da Administração Indireta (incluindo as Estatais), durante o exercício de 2009 foram realizadas mais de 400 ações de controle que tratam da avaliação do desempenho das auditorias internas, de sua sistemática de planejamento e do acompanhamento dos seus trabalhos.

Foram realizadas ainda ações específicas junto às unidades de auditoria interna, com o objetivo de fomentar suas atividades e disseminar informações. Como resultado dessas interações com as unidades de auditoria interna sempre é recomendada a inserção, nos planos de auditoria das unidades, de temas relevantes sobre os quais a

auditoria interna deva manifestar-se e sugestões de padronização de Relatórios de Auditoria.

Com o objetivo de fortalecer o papel preventivo do controle interno e valorizar as iniciativas de interação da CGU com os órgãos gestores, foram realizados mais de 100 eventos, na linha de Orientação e Capacitação dos Gestores Federais envolvendo aproximadamente 7.200 servidores públicos federais, distribuídos nas áreas de licitações e contratos, convênios, aprimoramento dos controles internos administrativos e dos programas de governo.

No Relacionamento com Órgãos Estrangeiros, no exercício de 2009, além de receber delegações estrangeiras interessadas em conhecer a experiência do controle interno brasileiro, a CGU participou encontros com órgãos estrangeiros, visando à troca de experiências e de informações.

Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

A respeito dos resultados advindos da subfunção - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, cabe destacar que o trabalho desenvolvido pela CGU na agregação e análise das manifestações recebidas serve de base para dois procedimentos importantes: informar o corpo gerencial dos entes governamentais sobre a incidência de problemas e indicar mudanças estruturais.

Além de buscar soluções extrajudiciais de conflito, a Ouvidoria atua como mediadora eficaz, acelera a solução dos litígios, desonera a administração e incorpora a lógica da pacificação social na Administração Pública. Sua ferramenta principal é o diálogo, fazendo uso da persuasão racional para resolver os problemas.

Apoia a definição das políticas públicas, quando manifesta a vontade popular na execução da ação governamental, já que sua matéria-prima envolve questões referentes a cidadania e o fortalecimento de seus conceitos. É certo que as ouvidorias têm proporcionado contato direto do cidadão com a estrutura administrativa.

A expansão da Ouvidoria Pública está estreitamente relacionada com a nova realidade política que se instaurou a partir da redemocratização do país.

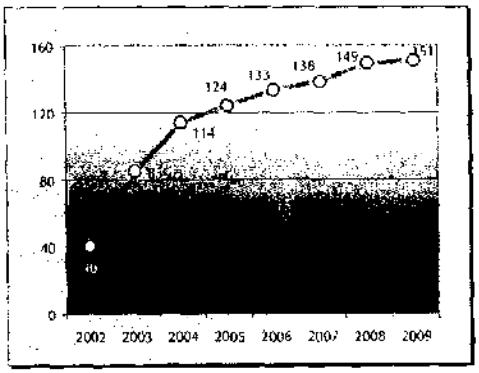
Esta permitiu a inclusão no ordenamento jurídico-institucional nacional de experiências societárias de participação cidadã existentes em várias partes do mundo.

Dessa maneira o crescimento expressivo do quantitativo de Ouvidorias no país está associado à necessidade, cada vez mais sentida pela população, de instrumentos que assegurem maior transparência no funcionamento do Estado, inibam a corrupção e o desperdício, e aumentem, na mesma proporção, a moralidade e a eficiência da administração pública, defendendo o cidadão junto à Administração.

A CGU tem concentrado seus esforços, nos últimos sete anos, no incentivo à participação de todos os Ouvidores Públicos para o fortalecimento da cidadania, procurando cumprir a finalidade de sua ação na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, qual seja, de organizar, harmonizar e integrar as ações das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.

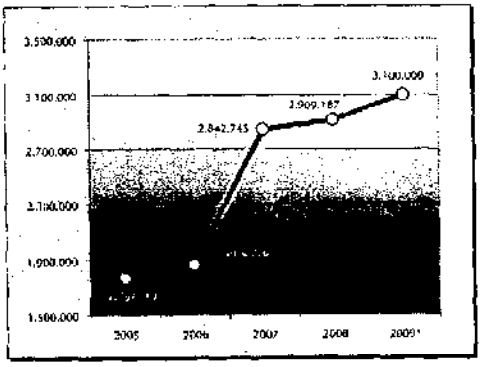
Com o objetivo de divulgar as ações da Ouvidoria-Geral da União e facilitar a interação com as demais unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, bem como o cidadão e a mídia, desde 2005 é publicado o boletim informativo Escuta Brasil, que no ano de 2009 circulou em cinco edições. Com esse propósito, a CGU, em 2009 realizou diversos eventos organizados visando à mobilização do segmento de Ouvidorias e a sensibilização da sociedade para o tema, além de, sob sua supervisão técnica, terem sido criadas, duas novas unidades de ouvidoria, chegando a um total de 151 unidades em operação, no Poder Executivo Federal, responsáveis pelo atendimento e solução do expressivo quantitativo de mais de 3 milhões de manifestações de cidadãos durante o exercício.

UNIDADES DE OUVIDORIA EM OPERAÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL



Fonte: Ouvidoria-Geral da União/CGU-PR

QUANTIDADE DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELAS OUVIDORIAS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL



Fonte: Ouvidoria-Geral da União/CGU-PR
* em 2009 o quantitativo é projetado

5.1.3. Função Agricultura

No contexto de grave crise financeira internacional, a safra 2008/2009 consolidou o profissionalismo do produtor brasileiro e atestou a capacidade do Governo de agir com rapidez para apoiar a comercialização agrícola, garantindo a oferta de alimentos à população e a geração de produção para o mercado externo.

Mesmo com os reflexos dessa crise e os problemas climáticos no sul do país, a produção de grãos foi a segunda melhor da história, alcançando 135 milhões de toneladas.

Por sua vez, projeções de desempenho do agronegócio no mercado externo revelam a resistência do setor à crise mundial e a crescente importância das exportações agropecuárias para a economia brasileira. Enquanto em 2008 o setor representou 37% das exportações totais do país, em 2009 essa participação aproxima-se de 50% do total.

Com as medidas do Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010, o Governo estimulou a continuidade da trajetória ascendente do agronegócio.

O Plano trouxe aumento dos recursos disponibilizados para o crédito, reformulação do Proger Rural e reforço do orçamento para a subvenção ao prêmio do seguro rural e, ainda, para o apoio à comercialização.

Além disso, foram adotadas medidas especiais para as cooperativas agrícolas, pesqueiras e agroindustriais. Para 2010, a estimativa é de elevação da produtividade agropecuária em condições mais favoráveis de mercado, com recuperação da renda rural.

Melhor tecnologia aplicada aos cultivos e o clima mais favorável deverão possibilitar o alcance de uma safra de 142 milhões de toneladas de grãos e cereais.

Por sua vez, a superação da crise por grande número de países deverá proporcionar reaquecimento progressivo do mercado agrícola internacional. Já em 2009, a China transformou-se no maior comprador de produtos do agronegócio brasileiro e a expectativa é que essa demanda chinesa continue subindo em ritmo acelerado, especialmente por produtos como a carne de frango, que, recentemente, teve abertura para o Brasil. Outro mercado de grande potencial de crescimento, a Índia, vem se tornando importante parceiro comercial. Em 2009, o país foi o segundo destino mais importante para o açúcar brasileiro, superado apenas pela Rússia.

Nesse sentido, as ações governamentais que têm possibilitado a melhoria da sanidade e qualidade dos produtos agropecuários brasileiros são essenciais para a conquista de novos mercados e a ampliação das exportações, especialmente de carnes, cujas exigências dos países importadores demandam constante aprimoramento do setor produtivo e governamental, notadamente quanto a medidas de rastreabilidade dos produtos.

Além disso, a competitividade dos produtos do agronegócio brasileiro torna-se cada vez mais dependente de percepções externas relativas à sustentabilidade ambiental e social da produção agropecuária, apresentando novos desafios de modernização e adaptação do setor produtivo e governamental.

No período de janeiro a dezembro de 2009, as exportações do agronegócio somaram US$ 64,756 bilhões 9,8% menor que o mesmo período de 2008. A queda de valor exportado resultou, principalmente, da redução dos preços das principais mercadorias exportadas pelo Brasil.

O índice de preços das exportações do agronegócio apresentou redução de 9,4% enquanto o *quantum* exportado manteve-se praticamente constante (-0,4%).

O valor das importações também apresentou redução, de 16,9% no período, totalizando US$ 9,823 bilhões. O saldo comercial do agronegócio contraiu-se de US$ 59,986 bilhões para US$ 54,933 bilhões.

Alguns segmentos apresentaram aumento do valor exportado, a saber: complexo sucroalcooleiro (23,4%), fumo e seus produtos (10,7%), animais vivos (12,8%), produtos hortícolas (34,3%) e produtos apícolas (47,8%). Os demais setores apresentaram retração no valor exportado.

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO – EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDOS - US$ MIL

SETORES	JANEIRO - DEZEMBRO/ 2009			JANEIRO - DEZEMBRO/ 2008			VAR. %	
	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP	SALDO	EXP	IMP
PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	15.269.242	1.506.119	13.763.123	19.535.392	1.564.291	17.971.101	-21,8	-3,7
CARNES	11.787.227	265.904	11.521.323	14.545.484	266.186	14.279.298	-19,0	-0,1
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	2.041.066	156.304	1.884.762	3.140.208	257.725	2.882.484	-35,0	-39,4
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	536.794	115.627	421.167	573.287	140.707	426.580	-6,4	-21,2
ANIMAIS VIVOS	471.141	26.364	444.776	417.582	32.182	385.400	12,8	-18,1
PESCADOS	194.664	675.114	-480.449	269.286	648.323	-379.037	27,7	4,1
LÁCTEOS	167.478	266.794	-99.316	541.590	213.159	328.431	-69,1	25,2
PRODUTOS APÍCOLAS	70.872	12	70.860	47.956	9	47.947	47,8	26,5
PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	49.486.390	8.316.871	41.169.519	52.271.075	10.255.903	42.015.171	-5,3	-18,9
COMPLEXO SOJA	17.239.708	72.651	17.167.057	17.900.184	106.851	17.673.333	-4,1	-32,0
COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	9.715.971	2.363	9.713.608	7.873.024	831	7.072.244	23,4	184,5
PRODUTOS FLORESTAIS	7.222.872	1.735.185	5.487.687	9.326.149	2.554.385	6.771.764	-22,6	-32,1
CAFÉ	4.778.940	16.383	4.262.557	4.763.069	8.380	4.754.689	-10,2	95,5
FUMO E SEUS PRODUTOS	3.046.032	67.222	2.978.810	2.752.032	49.300	2.702.733	10,7	36,4
CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	1.818.559	2.558.008	-739.449	2.206.966	3.225.570	-1.018.604	-17,6	-20,7
SUCOS DE FRUTA	1.751.828	16.358	1.735.470	2.351.283	15.162	2.336.021	-18,6	7,9
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.260.340	755.187	505.153	1.587.384	969.097	618.287	20,6	-22,1
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	871.153	460.542	410.611	1.033.135	444.917	588.218	-15,7	3,5
DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	659.402	413.239	246.163	798.550	419.713	378.836	-17,4	-1,5
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	411.106	245.204	165.901	447.134	233.567	213.566	-8,1	5,0
CACAU E SEUS PRODUTOS	352.338	274.433	77.905	400.636	215.749	184.887	-12,1	27,2
BEBIDAS	234.191	350.723	-116.532	273.194	329.617	-56.423	-14,3	6,4
CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	191.511	32.856	158.655	208.232	36.480	171.752	-8,0	-9,9
PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS	161.327	585.146	-423.819	120.117	743.829	-623.712	34,3	-21,3
PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	137.022	572.154	-435.132	166.221	707.179	-540.958	-17,6	-19,1
RAÇÕES PARA ANIMAIS	102.566	149.239	-46.694	147.611	181.174	-33.562	30,5	-23,1
PLANTAS VIVAS E PRODUTOS DE FLORICULTURA	31.523	19.956	11.568	35.604	14.105	21.499	-11,5	41,5
TOTAL	64.755.631	9.822.990	54.932.642	71.806.467	11.820.195	59.986.273	-9,8	-16,9

Fonte: Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

Na análise por país, verificou-se aumento das vendas para a China (12,4%), Índia (442,6%), Hong Kong (5,2%), Arábia Saudita (5,1%), Coréia do Sul (28,0%), Emirados Árabes Unidos (49,8%) e Irã (20,0%).

EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO POR PAÍSES - US$ MIL

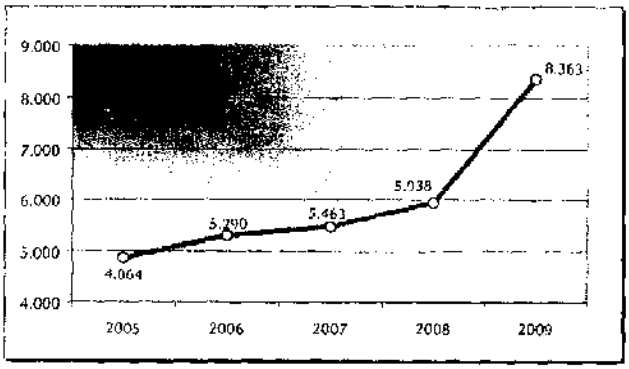
PAÍSES	JANEIRO - DEZEMBRO		VAR % 2009/2008	PARTICIPAÇÃO	
	2009	2008		2009	2008
CHINA	8.915.881	7.930.975	12,4	13,8	11,0
PAÍSES BAIXOS	4.964.835	6.531.259	-24,0	7,7	9,1
ESTADOS UNIDOS	4.549.640	6.249.474	-27,2	7,0	8,7
RUSSIA,FED.DA	2.785.478	4.167.630	-33,5	4,3	5,8
ALEMANHA	2.775.714	3.107.992	-10,7	4,3	4,3
BELGICA	2.273.530	2.551.187	-10,9	3,5	3,6
INDIA	1.792.863	330.394	442,6	2,8	0,5
ITALIA	1.792.492	2.752.984	-34,9	2,8	3,8
JAPAO	1.783.924	2.441.931	-26,9	2,8	3,4
FRANCA	1.770.136	2.139.174	-17,3	2,7	3,0
REINO UNIDO	1.718.107	1.946.958	-11,9	2,6	2,7
HONG KONG	1.708.738	1.623.616	5,2	2,6	2,3
VENEZUELA	1.582.794	2.426.212	-34,8	2,4	3,4
ESPANHA	1.573.379	2.270.987	-30,7	2,4	3,2
ARABIA SAUDITA	1.504.874	1.431.746	5,1	2,3	2,0
COREIA,REP.SUL	1.304.519	1.018.974	28,0	2,0	1,4
EMIR.ARABES UN.	1.144.236	763.890	49,8	1,8	1,1
IRA,REP.ISLDO	1.112.675	927.436	20,0	1,7	1,3
ARGENTINA	987.164	1.317.292	-25,1	1,5	1,8
TAILANDIA	809.900	905.347	-10,5	1,3	1,3
DEMAIS PAÍSES	17.912.763	18.961.007	-5,5	27,7	26,4
TOTAL	64.755.631	71.806.467	-9,8	100,0	100,0

Elaborado pela SRI / MAPA a partir de dados da SECEX / MDIC

Análise da Execução Orçamentária por Função e Subfunção

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO 20 - AGRICULTURA
2005 A 2009 (EM R$ MILHÕES)

AGRICULTURA	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
ORÇAMENTO FISCAL	4.802	5.226	5.393	5.857	8.280	29.558
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	62	65	70	81	83	361
TOTAL	4.864	5.290	5.463	5.938	8.363	29.918



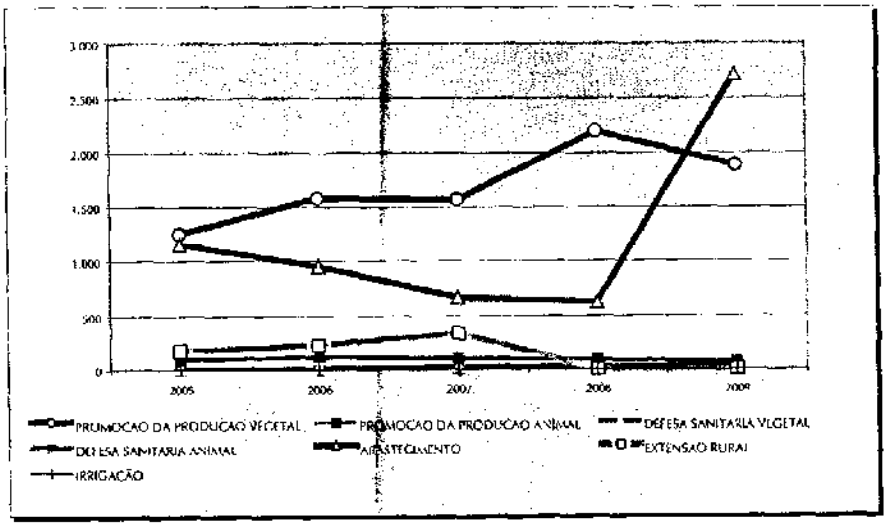
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2009 (EM R$ MILHÕES)

SUBFUNÇÃO	POR SUBFUNÇÃO		OUTRAS SUBFUNÇÕES		TOTAL	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
SUBFUNÇÕES TÍPICAS						
601 - Promoção da Produção Vegetal	8.475	28,33	10	1,11	8.485	27,54
602 - Promoção da Produção Animal	9	0,03	0	0,00	9	0,03
603 - Defesa Sanitária Vegetal	131	0,44	0	0,00	131	0,43
604 - Defesa Sanitária Animal	468	1,57	0	0,00	468	1,52
605 - Abastecimento	6.116	20,44	820	91,42	6.936	22,51
606 - Extensão Rural	740	2,47	67	7,47	807	2,62
607 - Irrigação	0	0,00	0	0,00	0	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES	13.978	46,72	0	0,00	13.978	45,36
TOTAL	29.918	100,00	897	100,00	30.815	100,00

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES – 2005 A 2009 (EM R$ MILHÕES)

AGRICULTURA - SUBFUNÇÕES TÍPICAS	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
601 - Promoção da Produção Vegetal	1.751	1.580	1.566	2.195	1.883	8.475
602 - Promoção da Produção Animal	1	0	4	4	0	9
603 - Defesa Sanitária Vegetal	14	16	33	25	43	131
604 - Defesa Sanitária Animal	92	119	103	89	65	468
605 - Abastecimento	1.152	951	608	624	2.771	6.116
606 - Extensão Rural	174	225	335	2	4	740
607 - Irrigação	0	0	0	0	0	0
OUTRAS SUBFUNÇÕES	2.180	2.398	2.754	2.999	3.647	13.978
TOTAL	4.864	5.290	5.463	5.938	8.363	29.918

VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005 A 2009 (R$ MILHÕES)



Em virtude da função ser o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação da Instituição e as subfunções evidenciarem essas áreas, destacamos as variações mais significativas:

A subfunção 601 - Promoção da Produção Vegetal é constituída em 97,11% pela ação 0012 - Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-comercialização do Café - cujos recursos são oriundos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFE). Em 2009, houve um decréscimo nas aplicações face à grave crise do setor, que não permitiu aos produtores saldar os seus compromissos, havendo uma renegociação dos débitos, reduzindo, dessa forma, a disponibilização de recursos para concessão de novos financiamentos.

A subfunção 605 - Abastecimento é constituída em 97,86% pela ação 2130 - Formação de Estoques Públicos - PGPM. Em 2009, considerando a crise internacional, a descapitalização dos produtores e a elevação nos custos dos insumos agrícolas, levaram o governo a intervir no mercado com maior intensidade, visando manter os preços mínimos definidos no Plano Agrícola

Indicadores Utilizados na Avaliação

Os Objetivos Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no PPA 2008-2011, coincidem com os objetivos estratégicos da Perspectiva da Sociedade do Mapa Estratégico da instituição: Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos; Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética; Garantir a Segurança Alimentar e Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.

Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos

Os principais produtos responsáveis pelo aumento no indicador entre 2007 e 2008 foram o couro e as madeiras, que apesar de terem registrado queda na quantidade produzida em 2009, tiveram o valor da produção compensado pela valorização do produto. Além desses, o algodão e outras fibras também apresentaram queda na quantidade produzida e foram os únicos produtos a contribuir negativamente para a formação do índice, pois o preço não compensou a queda na produção. Ainda não se consolidaram os dados oficiais do ano de 2009. Entretanto, sabe-se que o valor da borracha deverá ser menor, pois os preços ficaram bem abaixo daqueles registrados em 2008. O mesmo aconteceu com o algodão. No período 2007/2009 foram aferidos os índices a seguir especificados: Os valores do indicador de desempenho foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Índice composto da produção de produtos não-alimentares e não-energéticos	121	139	n/d

Fonte: IBGE
n/d – não disponível

Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética

A taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira ultrapassou a meta estabelecida para 2007: somente a cana-de-açúcar e as florestas energéticas corresponderam a 27,9% (Balanço Energético Nacional 2008-EPE). Com base na análise da evolução do índice, verifica-se a tendência de aumento da participação da agroenergia na matriz energética, dando continuidade à dinâmica de superação de metas. Isso se deve em parte ao crescimento na produção e consumo de etanol e biodiesel, bem como em função dos recentes leilões de reserva da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, dos quais só participaram as empresas geradoras de energia que utilizam fontes renováveis para a geração de energia (importante lembrar que o último leilão destinou-se à energia eólica, desconsiderada no caso, embora seja renovável). A superação da meta estabelecida para a participação do biodiesel na matriz energética se deve também a mudanças legais. De acordo com a Lei nº 11.097/05, o biodiesel deveria ter 2% de participação no ano de 2008 e 5% para 2013, com possibilidade de antecipação dessa meta para 2010. Entretanto, esta exigência foi elevada a 3% a partir de julho de 2008 e para 4% em julho de 2009.

Os valores do indicador de desempenho foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Taxa de participação da agroenergia na matriz energética brasileira	31,1%	31,5%	n/d

Fonte: Balanço Energético Nacional 2008 EPE
n/d – não disponível – estimativa da informação julho de 2010

Garantir a Segurança Alimentar

Para aferição dos índices foram utilizados os indicadores: Volume de Produção Agropecuária *per capita* e Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal.

O índice consolidado do Volume de Produção Agropecuária per capita em 2008 foi de 1.026 kg per capita, frente a 968 kg apurados em 2007. A produção de alimentos foi maior em 2008 que em 2007 principalmente, pelo aumento da safra de grãos, que cresceu 13,0%, enquanto as carnes e os hortifrutis registraram aumento, respectivamente, 2,1% e 2,5% na produção. Em 2009, o índice apurado foi de 991 kg *per capita* em função da menor safra de milho e soja. Para 2010, estima-se que o índice será mantido no mesmo patamar de 2009.

O índice de conformidade dos produtos de origem vegetal apresentou valor bem acima do previsto (0,80/0,68), especialmente pelo esforço no cumprimento da programação de inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas e das discussões com o setor produtivo sobre legislação da qualidade vegetal, notadamente os padrões oficiais de classificação.

O indicador de conformidade dos produtos de origem animal também ficou acima da meta (0,82/0,79). A melhoria do gerenciamento levou ao incremento qualitativo e quantitativo das ações fiscais, exigindo maior efetividade no controle de qualidade por parte das indústrias. Os valores dos indicadores de desempenho foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Volume de produção agropecuária per capita (kg)	968	1.026	991
Índice de conformidade de produtos de origem animal e vegetal	0,76	0,73	0,81

Fonte: SPA e SDA/MAPA

Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio

No ano de 2009, o PIB do agronegócio brasileiro teve uma previsão de queda da ordem de 5,18% (fonte: CEPEA/ESALQ/USP), o que refletiu o desempenho negativo de todos os setores componentes do agronegócio brasileiro. O segmento de insumos foi o que sofreu maior queda, tanto nos preços quanto nos volumes produzidos. Em 2009, o valor das exportações do agronegócio diminuiu 9,8%, totalizando US$ 64,7 bilhões. A retração das exportações em 9,8% ocorreu em função da redução de 9,4% nos preços médios, enquanto o índice de quantidade exportada praticamente manteve-se o mesmo, com uma variação de -0,4%. O volume exportado em 2009 resultou do comportamento heterogêneo na quantidade dos principais produtos exportados.

Para aferição dos índices foram utilizados os indicadores: Variação do PIB do Agronegócio e Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio, cujos valores foram:

INDICADOR / ANO	2007	2008	2009
Variação do PIB do agronegócio	7,89%	6,77%	-5,18%*
Variação do valor da exportação de produtos do agronegócio	18,2 %	22,9 %	-9,8%

Fonte: MDIC e SRI/MAPA / * Dado estimado

Análise dos Programas Estruturantes

Abastecimento Agroalimentar

O programa contribui para a implementação e execução de políticas agrícolas e de abastecimento, utilizando instrumentos de apoio, financiamento, crédito rural e garantia da produção, de preços e renda ao produtor rural, da comercialização, do armazenamento, da manutenção de estoques públicos para a regularidade do abastecimento interno, equilibrando os preços ao consumidor e garantindo a segurança alimentar da população.

A política governamental de apoio à comercialização vem proporcionando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, além de orientar o financiamento do custeio/comercialização da produção agropecuária e do investimento no setor por meio de concessão de crédito rural. Em 2009 foram concedidos créditos da ordem de R$ 46,2 bilhões, contemplando 1.544.828 contratos, por intermédio do Banco do Brasil (R$ 41,7 bilhões), Banco da Amazônia (R$ 0,5 bilhões) e Banco do Nordeste (R$ 4,0 bilhões) e, ainda, o Banco do Brasil, fortaleceu o sistema cooperativista, incrementando a competitividade das cooperativas de produção agropecuária, mediante a aplicação de R$ 2,6 bilhões, alcançando 756 contratos.

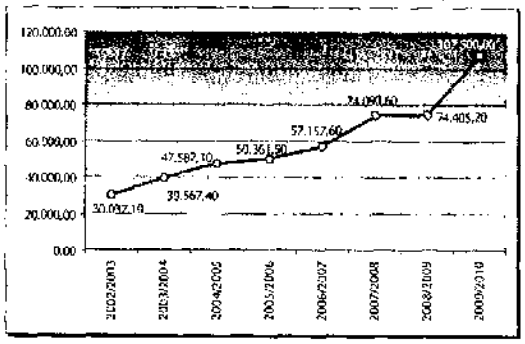
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E DO VOLUME DA SAFRA EM GRÃOS

BRASIL: FINANCIAMENTO RURAL TOTAL E PRODUÇÃO DE GRÃOS - SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010

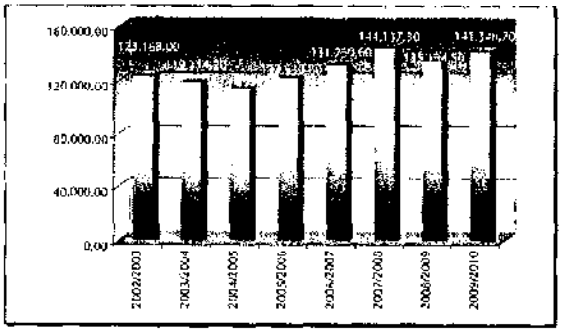
SAFRAS	FINANCIAMENTO RURAL (1) (R$ MILHÕES)	PRODUÇÃO DE GRÃOS (MIL t)
2002/2003	30.037,1	123.168,0
2003/2004	39.567,4	119.114,2
2004/2005	47.582,1	114.695,0
2005/2006	50.361,5	122.530,8
2006/2007	57.157,6	131.750,6
2007/2008	74.090,6	144.137,3
2008/2009	74.405,2	135.134,5
2009/2010	107.500,0	141. 346,7

Fonte: Financiamento Rural - Grupo de Acompanhamento de Crédito Rural (GACR/MAPA) e Produção / Conab.
(1) recursos aplicados,incluído Pronaf.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL E DO VOLUME DA SAFRA EM GRÃOS
BRASIL: FINANCIAMENTO RURAL TOTAL (INCLUSIVE PRONAF)
SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010 (EM R$ MILHÕES)



BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS
SAFRAS 2002/2003 A 2009/2010 (EM MIL TONELADAS)



O programa contou com uma dotação orçamentária de R$ 3.801,2 milhões, tendo sido empenhados R$ 3.369,2 milhões e liquidados R$ 3.153,5 milhões.

Os indicadores utilizados para avaliar o Programa são: i) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma, que apresentou um índice de 39% superior aos 22% previsto; ii) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca, que apresentou um índice de 5%, iii) Margem de Disponibilidade de Milho, que teve como índice apurado 17% superior aos 10% previsto no PPA iv) Margem de Disponibilidade de Trigo cujo índice aferido foi de 15%, bem superior aos 3% previsto; v) Produção Nacional de Grãos alcançou 141,3 milhões de toneladas compatível o previsto no PPA; vi) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários alcançou um montante de R$ 2.876,6 bilhões superior ao inicialmente previsto vii) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos alcançou o montante de R$46.161,2 bilhões superior ao previsto

Segurança da Sanidade na Agropecuária

A eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a segurança alimentar da população e os ganhos de competitividade do agronegócio brasileiro no mercado internacional, pois, na medida em que os serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal são realizados de forma sistêmica na cadeia produtiva, pragas e doenças prejudiciais à produção são controladas e asseguradas a conformidade e a inocuidade dos produtos destinados ao consumo humano e industrial. Dentre os resultados alcançados na área animal, destacam-se:

a) o reconhecimento do *status* de livre de febre aftosa com vacinação para 15 estados brasileiros e 1 sem vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) ; b) intensificação das ações de controle das doenças na produção avícola, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da *Influenza Aviária* e da doença de *Newcastle*, inclusive com a classificação por categorias dos serviços veterinários estaduais; c) ampliação da zona livre da Peste Suína Clássica, com a inclusão do estado de Rondônia. Dessa forma, a zona livre já alcança 50% do território nacional e concentra cerca de 54% das propriedades que detêm 81% do rebanho suíno nacional e 93% da indústria de produtos suínos no Brasil; d) concluída a análise de risco da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), conhecida como "doença da vaca louca", cujos resultados estão sendo submetidos à apreciação da OIE, para a reclassificação do país como de "risco negligenciável" para

EEB, possibilitando a abertura de mercados para produtos de origem bovina.

Foram intensificadas as ações para controle e erradicação de pragas dos vegetais. Em que pese as detecções da mosca-negra dos citros no estado de São Paulo e da mancha-negra dos citros no estado de Goiás, as ações da defesa agropecuária na área de sanidade vegetal permitiram a manutenção de diversas áreas livres de pragas no país. Algumas ações no controle de pragas merecem destaque:

a) a nova instrução normativa sobre a praga *Greening* dos citros proporcionou maior efetividade às ações dos órgãos de defesa agropecuária para conter o seu avanço; b) a erradicação do foco de *Cydia Pomonella*, em Bom Jesus/RS reforçou a expectativa de sua total erradicação até 2012; c) a oferta de 31 progênies de cacau resistentes à vassoura-de-bruxa para os produtores; e d) a implementação do processo de reconhecimento de áreas livres de Moko da bananeira. Com o aprimoramento do Sistema de Certificação Fitossanitário, que permite a rastreabilidade dos produtos vegetais, o Brasil atendeu aos rígidos critérios internacionais dos principais parceiros comerciais.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R$ 180,1 milhões, tendo sido empenhado R$ 98,5 milhões e liquidados R$ 71,4 milhões e os indicadores utilizados para a sua avaliação são:

a) Área com Plantéis Avícolas Certificadas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola cujo número apurado foi de 1.537 estabelecimentos certificados; b) Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação, que teve como número apurado 4.944.883,46 km^2; c) Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação cujo número aferido foi de 95.346,18 km^2; d) Incidência Controlada da Mosca da Carambola cuja aferição indicou a existência de 5 municípios controlados; e) Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina cuja aferição indicou a existência de 129 estabelecimentos certificados; f) Numero de Ocorrências da Peste Suína Clássica cuja aferição indicou a ocorrência de 19 casos de peste suína no país; g) Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca cujo índice aferido foi zero concorrência; h) Número de Ocorrências de Raiva Bovina cuja aferição indicou a 1.302 ocorrências; i) Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras cujo índice aferido foi de 94%; j) Taxa de Inspeção de Produtos Agropecuários no Trânsito Internacional cujo índice aferido foi de 119%%; e k) Taxa de Realização do Plano de Fiscalização Fitozoossanitário Interestadual cujo índice aferido foi de 128%.

Minimização de Riscos no Agronegócio

A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco que foge ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e da incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produção e produtividade das culturas e na renda dos produtores rurais.

O Programa visa mitigar esses fatores de riscos inerentes à atividade agropecuária, utilizando-se de diversos instrumentos, tais como: a geração e difusão de informações agro-climáticas, concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural e orientações do zoneamento agrícola de risco climático.

Dentre os resultados alcançados em 2009, destacam-se a ampliação de 45 para 76 do número de culturas aptas a receber a subvenção ao prêmio do seguro rural na modalidade agrícola. Para as culturas que apresentam maior exposição ao risco climático, os percentuais de subvenção foram elevados, situando o apoio governamental na faixa de 40 a 70% do valor do prêmio do seguro rural. O limite financeiro nessa modalidade passou a ser de R$ 96 mil. Para as modalidades de seguro rural pecuário, florestal e aquícola permaneceram o percentual de subvenção de 30% e o limite financeiro de R$ 32 mil. A subvenção ao seguro rural proporcionou a contratação de 72 mil apólices de seguro, beneficiou 67 mil produtores, e a cobertura securitária para 6,5 milhões de hectares, garantindo capitais da ordem de R$ 10 bilhões. O programa contou com uma dotação orçamentária de R$ 315,4 milhões, tendo sido empenhados R$ 219,2 milhões e liquidados R$ 206,4 milhões.

Os indicadores utilizados para avaliar o Programa são:

a) Percentual de Área Segurada, que apresentou um índice de 10,6% inferior aos 21,06% previsto, em decorrência da insuficiência de limite para movimentação e empenho para atender a demanda; b) Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo, que apresentou índice de 87%, compatível com o previsto no PPA; c) Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro, que teve como índice apurado 15%; e d) Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural, cujo índice aferido foi de 49%, dos 52% previsto.

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

O desenvolvimento sócioeconômico depende permanentemente do desenvolvimento tecnológico. A agricultura brasileira insere-se nessa lógica e, para responder aos desafios relacionados à crescente demanda por alimentos, com preservação ambiental e às prováveis mudanças climáticas, necessitará de crescente oferta de tecnologias.

A pesquisa agropecuária manteve, em 2009, uma carteira de 590 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação concluídos ou em execução, cujos principais resultados são: i) A cultivar de mandioca foi lançada para a Amazônia - aipim manteiga: opção de desenvolvimento agroindustrial para a região e para o estado do Amazonas; ii) Programa de melhoramento de feijoeiro da Embrapa: com indicação de seis novas cultivares já registradas e três em fase de registro, além do desenvolvimento de nove linhagens promissoras para futuras indicações; iii) O programa de melhoramento de arroz lançou, nos últimos três anos as cultivares BRS Apinajé, direcionada aos agricultores

familiares do Pará; BRS Jaçanã, de arroz irrigado tropical, com maior resistência à brusone, para Tocantins e Mato Grosso do Sul,. Há duas cultivares de terras altas em licenciamento (BRS Monarca e BRS Pepita) e 3 cultivares em fase de lançamento (BRS Tropical, para várzeas, BRSGO Serra Dourada, para Goiás e uma cultivar de arroz irrigado resistente a imidazolinona, a ser nomeada); iv) Programa de melhoramento de feijão caupi: lançou, nos últimos três anos, oito cultivares: BRS Novaera, BRS Xiquexique, BRS Tumucumaque, BRS Cauamé, BRS Pajeú, BRS Potengi, BRS Juruá e BRS Itaim, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, com características superiores de arquitetura adequada à colheita mecanizada, resistência aos principais estresses abióticos, alto valor culinário, e adequadas para consumo do grão in natura ou processado; v) Desenvolvida metodologia com a ferramenta Sistema de Informações Geográficas (SIG): determinando a distribuição espacial da doença do milho, a ferrugem tropical (*physopella zeae*), no Brasil em função de mudanças climáticas; vi) Desenvolvimento do capim BRS Piatã: a planta é apropriada para solos de média fertilidade, tolera solos mal drenados, produz forragem de boa qualidade e acumulação de folhas, possui colmos finos o que favorece melhor aproveitamento pelo animal, é resistente ao ataque de cigarrinhas-das-pastagens e destaca-se pelo elevado valor nutritivo e alta taxa de crescimento e rebrota; vii) Clone de Caju Embrapa 51: lançado para o plantio comercial, em cultivo de sequeiro, no Ceará. Pelas características, esse clone é recomendado para a exploração da castanha. A produtividade média de castanha, em regime de sequeiro, no sexto ano de produção, é de 1.235,6 kg/ha, superior à testemunha (CCP 76) em cerca de 370%; e viii) Produção comunitária de sementes para segurança alimentar, desenvolvimento sustentável e cidadania: o processo permite o acesso a uma diversidade varietal de sementes, à preservação de sementes tradicionais altamente adaptadas às condições locais, e de alto valor sóciocultural para as comunidades, culminando com a preservação e a valorização do espaço rural.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R$ 399,8 milhões, tendo sido empenhados R$ 386,0 milhões e liquidados R$ 185,2 milhões.

Os indicadores utilizados para a avaliação do programa são: Carteira de Projetos Financiados Voltados à Sustentabilidade do Agronegócio cujo índice apurado foi de 100% do previsto para o ano e Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa que apresentou um índice de 108% do previsto.

Desenvolvimento da Agroenergia

O Programa visa ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva, tendo como público-alvo produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

Para fortalecer a competitividade do setor, foi publicado o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar, que servirá de base para a formulação de políticas públicas voltadas ao ordenamento da expansão canavieira em território nacional, em prol do desenvolvimento sustentável do complexo sucroalcooleiro, fundamental para a consolidação da posição de liderança exercida pelo Brasil nesse mercado.

Em decorrência da crise financeira do setor, em 2009 foi reativado o sistema de financiamento à estocagem de álcool, com recursos do BNDES e do Banco do Brasil, no valor de R$ 2,3 bilhões.

Foi dada continuidade, por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao Acompanhamento Brasileiro da Safra de cana-de-açúcar, feito nas regiões produtoras do país, por meio de visitas de técnicos em praticamente todas as usinas. Merece destaque a realização do segundo Ethanol Week, curso destinado a estrangeiros, do qual participaram 48 representantes de 20 países. O curso foi realizado em Ribeirão Preto/SP, com a colaboração da Universidade Federal de São Carlos.

Dentro da estratégia de transformar os biocombustíveis em *commodities* dois importantes passos foram dados. O primeiro foi a realização da primeira rodada de workshops no continente africano, para apresentar a experiência brasileira com o zoneamento agroecológico, instrumento fundamental para aumentar a eficiência produtiva da agricultura. Os técnicos do Ministério da Agricultura Embrapa, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e Ministério de Relações Exteriores visitaram sete países (África do Sul, Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue), mostrando que a experiência brasileira em harmonizar a produção de biocombustíveis com a de alimentos também é acessível a eles.

A Embrapa Agroenergia vem investindo em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) sobretudo com pinhão manso e inajá, visando diversificar as oleaginosas passíveis de aproveitamento na fabricação de biodiesel e, também, difundir novas tecnologias, principalmente aos pequenos e médios produtores, na busca do aumento da produtividade e da competitividade do biodiesel.

O programa contou com uma dotação orçamentária de R$ 35,4 milhões, tendo sido empenhados R$ 29,4 milhões e liquidados R$ 22,4 milhões.

O indicador utilizado para a avaliação do programa é: "Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional" elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE cujo índice tem uma expectativa de alcançar 31% (a ser confirmado em julho de 2010).

5.1.4. Função Ciência e Tecnologia

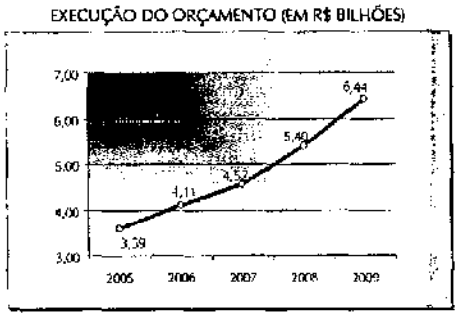
A Ciência, a Tecnologia e a Inovação (C,T&I) têm papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do país. As políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT direcionam-se prioritariamente a atender os anseios e as demandas da sociedade, trabalhando sempre em parceria com os governos estaduais e municipais, com os setores produtivos da economia, com as entidades representativas da sociedade e com os diversos atores do desenvolvimento nacional inseridos no âmbito da Administração Pública Federal.

Em 2009, as ações e estratégias empregadas pelo Governo Federal para o desenvolvimento e o fortalecimento da C,T&I, estabelecidas no âmbito do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI 2007-2010), apresentaram resultados expressivos decorrentes dos investimentos realizados.

Esses resultados, somados à implementação de mecanismos mais flexíveis e estáveis de financiamento à pesquisa, têm contribuído com a estratégia maior de expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I e, consequentemente, com a melhoria de indicadores de impactos tanto econômicos como sociais das políticas públicas relacionadas.

A execução orçamentária do MCT, incluindo suas agências de fomento e unidades vinculadas, alcançou o valor de R$ 6,4 bilhões em recursos empenhados. Entre 2005 e 2009, a execução orçamentária do MCT apresentou um crescimento de cerca de 79% como se verifica no gráfico a seguir.

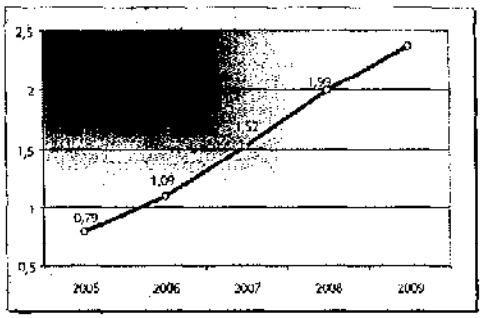
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO (EM R$ BILHÕES)



Fonte: Siafi

Considerando somente a execução dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), inclusive da ação 0A37 - Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas, sob supervisão do FNDCT, parte significativa do orçamento do MCT, constata-se evolução de 140% entre os anos de 2005 e 2009, conforme demonstrado no gráfico.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO FNDCT 2005 - 2009 (VALORES EMPENHADOS EM R$ BILHÕES)

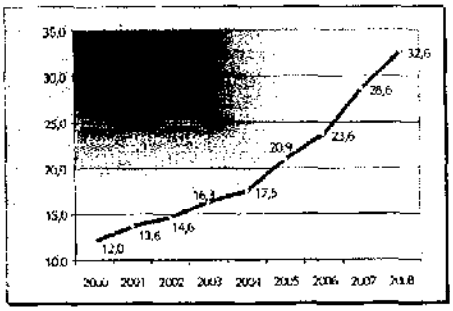


Principais Indicadores Nacionais de Ciência e Tecnologia

Investimentos Nacionais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

O sinal da importância crescente do setor de C,T&I no esforço nacional para o desenvolvimento do país pode ser evidenciado pela evolução do dispêndio nacional em P&D. Esses investimentos, considerando o período de 2000 a 2008, cresceram cerca de 170%. Em valores correntes, o volume de recursos passou de R$ 12,0 bilhões para R$ 32,6 bilhões, como se observa no gráfico seguinte. Em 2008, o dispêndio em C&T acumulou aumento de R$ 4 bilhões, significando incremento de 13,8%, em relação ao ano anterior.

INVESTIMENTOS NACIONAIS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) (VALORES EM R$ BILHÕES)



Fontes: Siafi, Balanços Gerais dos Estados e Pesquisa de Inovação Tecnológica – Pintec / IBGE

Estes recursos incluem, além dos gastos do MCT, Unidades Orçamentárias e Institutos de Pesquisa subordinados, os investimentos realizados, neste setor, pelas Universidades Federais e pela Capes/MEC, Embrapa/MA, Fiocruz/MS, Secretarias Estaduais de C&T e Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) e pelas Empresas Privadas e Estatais Federais, como a Petrobras. Cabe ressaltar que, embora o Brasil apresente um percentual de dispêndio em P&D em relação ao PIB menor que o dos países mais avançados, é inequívoco o esforço feito pelo país para diminuir essa defasagem. No período entre 2000 e 2009,

apesar do crescimento discreto inicial da curva, a média anual de crescimento do dispêndio brasileiro na área de P&D foi de 2,6%. Esse número é bem mais expressivo do que o registrado pelos países mais desenvolvidos.

Produção Científica

Os investimentos também vêm consolidar e expandir os resultados alcançados pelo Brasil em relação a sua produção científica. O país responde atualmente por 2,12% da produção científica mundial, tendo sua participação, entre 2000 e 2008, aumentada em mais de 59%. O número de publicações cresceu 218% entre 2000 e 2008, atingindo o número de mais de 30.000 artigos indexados no Institute for Scientific Information (ISI). Em 2008, registrou-se aumento de 56% em relação a 2007, elevando o país para a 13ª colocação no ranking mundial, à frente de países como Rússia e Holanda.

Variação Por Subfunção da Execução Orçamentária dos Exercícios de 2005 a 2009

O orçamento da função C&T foi classificado nas subfunções típicas: Desenvolvimento Científico; Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia; e Difusão do Conhecimento bem como em subfunções atípicas, por exemplo: Administração Geral; Produção Industrial; Encargos Especiais; etc. Em 2009, das subfunções típicas, que correspondem a 64,9% dos valores empenhados, merece destaque a subfunção Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, (45,7%). Entre as subfunções atípicas, responsáveis por 35,1% dos empenhos, as que possuem maiores dotações são Administração Geral e Produção Industrial. O demonstrativo a seguir detalha o orçamento do MCT.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009, POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

R$ milhões

FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES	2009				
	AUTORIZADO (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	EMPENHADO (C)	% (C)/(A)	% (C)/(B)
Total da função C&T	6.413,0	6.184,10	6.098,0	95,1	98,6
Total das subfunções típicas	4.091,8	3.975,60	3.954,6	96,6	99,5
571 - Desenvolvimento Científico	1.079,1	1.076,3	1.070,2	99,2	99,4
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	2.912,4	2.799,9	2.787,4	95,7	99,6
573 - Difusão do Conh. Científico e Tecnológico	100,3	99,4	96,5	96,2	97,1
Total das subfunções atípicas	2.321,2	2.208,50	2.143,4	92,3	97,1
Total em outras funções	803,4	348,7	346,4	43,0	99,3
Total do orçamento do MCT	7.216,4	6.532,80	6.444,4	89,3	98,6

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT)

Em 2009, o orçamento do MCT sofreu um contingenciamento de R$ 231,7 milhões, distribuído entre as subfunções típicas e atípicas. Considerando-se o limite de empenho imposto, a execução total da função C&T atingiu 98,7%. Em outras Funções encontra-se a Reserva de Contingência, no valor de R$ 453,9 milhões, que é responsável pela baixa execução, tendo em vista que os recursos são incluídos no total autorizado, no entanto não podem ser empenhados. Como pode ser observado, subtraindo o valor da Reserva de Contingência da dotação autorizada, o percentual de execução passa de 42,2% para 97,5%. A seguir evolução da execução orçamentária, período 2005 e 2009.

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES NO PERÍODO 2005-2009

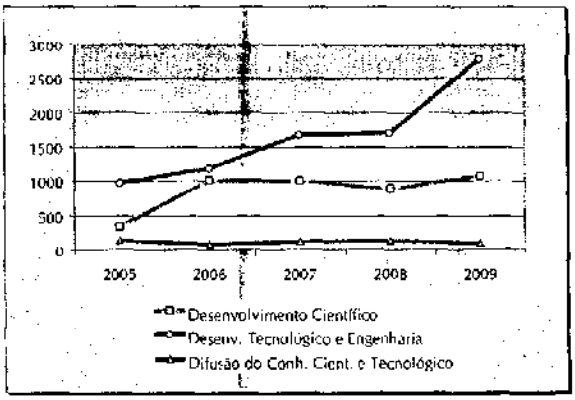
R$ milhões

SUBFUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009	2005 / 2009
Desenvolvimento Científico	343,6	1.001,7	995,8	875,8	1.070,2	211,4%
Desenv. Tecnológico e Engenharia	961,5	1.181,4	1.679,7	1.707,2	2.787,4	189,9%
Administração Geral	629,4	864,9	897,7	1.126,0	1.400,7	122,5%
Produção Industrial	250,1	266,1	306,3	350,8	388,5	55,3%
Difusão do Conh. Cient. e Tecnológico	144,5	78,2	123,6	140,0	96,5	-33,2%

Fonte: Siafi

Destaca-se, aqui, a redução do orçamento da subfunção 573, composta, principalmente, por emendas parlamentares. Em 2009, parcela expressiva de sua dotação foi cancelada. O gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores empenhados nas subfunções típicas de C&T nos últimos cinco anos.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE C&T
(VALORES EMPENHADOS EM R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi

Considerações sobre os dados apresentados acima:

a) Quando da elaboração do PPA 2008-2011, a classificação funcional programática de várias ações foi alterada. Este fato contribuiu para as oscilações observadas na execução orçamentária por subfunção; b) Subfunção 572 - parte do crescimento entre 2008 e 2009, deve-se a inclusão da ação 0A37- Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas, sob supervisão do FNDCT (R$ 619 milhões), tendo em vista que até 2008 a ação era classificada na subfunção atípica Encargos Especiais; c) Subfunção 573 – em 2009 o decréscimo se deu pelo fato de parte do orçamento previsto para a ação 8960 - Apoio a Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) ter sido cancelado; d) 2005 e 2006 – nesse período a Secretaria do Orçamento Federal (SOF/MPOG) havia adotado outra classificação funcional programática.

Desempenho dos Programas e Resultados Alcançados

A análise do exercício de 2009 permite registrar que ocorreram além de expressivos incrementos quantitativos, avanços qualitativos importantes em cada uma das Prioridades Estratégicas do PACTI 2007-2010, em torno das quais o Plano está estruturado, ou seja: I. Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I; II. Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas; III. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas; e IV. C,T&I para o Desenvolvimento Social. Os programas finalísticos do MCT, conceitualmente vinculados às Prioridades Estratégicas do PACTI, apresentaram, em 2009, execução orçamentária conforme demonstrativo a seguir.

EXECUÇÃO POR PROGRAMAS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

(em R$ milhões)

PRIORIDADE ESTRATÉGICA	PROGRAMAS	LEI + CRÉDITOS (A)	LIMITE DE EMPENHO (B)	EMPENHADO (C)	% C/A	% C/B
I	Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I	752,0	752,0	752,0	99,5	99,7
	Promoção da P&D Cient. e Tecnológico	642,2	637,8	635,4	98,9	99,0
II	C,T&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)	2.099,7	1.999,8	1.985,8	94,5	95,5
III	Nacional de Ativ. Espaciais (PNAE) (*)	429,0	411,4	409,6	94,1	96,3
	Nacional de Atividades Nucleares (*)	1.278,7	1191,8	1.184,0	92,6	99,3
	C,T&I Aplicadas aos Recursos Naturais	67,6	63,0	59,0	86,6	91,6
	Meteorologia e Mudanças Climáticas	38,1	38,1	38,0	99,7	99,7
IV	C,T&I p/ a Inclusão e Desenv. Social	142,9	140,0	134,7	94,1	94,9
Total dos programas finalísticos do MCT		5.450,1	5.233,7	5.198,5	95,4	97,6

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais do MCT (SigMCT)
(*) Inclui gastos com pessoal e encargos sociais

Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C,T&I

A expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I são viabilizadas, principalmente, por meio de dois programas estruturantes: Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I e Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I

O CNPq tem sido agente decisivo na Formação de Recursos Humanos para C,T&I. Além das bolsas em modalidades, como mestrado e doutorado no país, foram disponibilizadas, em 2009, 8.670 bolsas de Iniciação Científica Júnior, concedidas às Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs) e à Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP).

Em volume de recursos financeiros, os diversos editais para concessão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado em áreas ou setores estratégicos do PACTI, entre as quais podem ser mencionados microeletrônica, setor mineral e de recursos hídricos, alcançaram, em conjunto, um valor aproximado de R$ 28 milhões.

No que diz respeito às bolsas direcionadas especialmente para as áreas relacionadas à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e aos objetivos estratégicos nacionais, o CNPq contabilizou, em 2009, 48.813 bolsas implementadas, considerando-se as modalidades de formação e de pesquisa, nas áreas de Ciências Agrárias, Biológicas, Saúde, Exatas, da Terra, Engenharias e Computação, o que representa um aumento de 7,5% relativamente ao número do ano anterior.

A política de Formação de Recursos Humanos do Governo vem buscando, sobretudo, o equilíbrio regional na distribuição das bolsas, evidenciando-se, nos dois últimos anos, que o esforço realizado para a superação das disparidades regionais começa a mostrar resultado e destaca-se o crescimento das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que evoluíram, no período, 19%, 16% e 11,5%, respectivamente.

Destacam-se, também, editais estaduais do Programa RHAE-Pesquisador na Empresa, realizados em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) de nove estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, visando cada vez mais estimular o desenvolvimento tecnológico regional.

Em 2009, o programa alcançou o valor de R$ 26 milhões, contemplando 172 empresas. Com relação ao número total de bolsas implementadas e concedidas a implementar foram contabilizadas pelo CNPq em 2009, o número de 81.039 bolsas no país e no exterior, caracterizando alcance de 96% da nova meta prevista pela agência para o exercício (84.000 bolsas em 2009).

Indicador Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Titularam - Em 2008, 64% dos bolsistas do Programa possuíam título de doutor. Conforme apuração recente, esse índice encontra-se em torno de 69%. Destaca-se que o índice previsto para 2011 é de 70,5%.

Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Os investimentos deste programa cumprem a função de integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de C,T&I (SNCTI), atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional. Compete, também, o papel de fortalecer a infraestrutura para pesquisa, em especial nas instituições vinculadas ao MCT. Neste contexto, destacam-se em 2009 o desenvolvimento da infraestrutura de pesquisa e o apoio às Unidades de Pesquisa.

Infraestrutura de Pesquisa

O Programa de Infraestrutura (Proinfra), operacionalizado pela Finep, selecionou projetos de 119 instituições no valor de R$ 360 milhões. Também foi lançado o Edital Novos Campi, que contemplou 41 instituições, com o valor total de R$ 60 milhões, com o objetivo de implantação de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nas novas universidades federais e nos campi fora das sedes das universidades federais.

Nesse contexto, o Programa Nova Rede Nacional de Ensino e Pesquisa expande o alcance da atual Rede (RNP) abrangendo todo o país, e integrando, em alta velocidade cerca de 600 organizações federais e estaduais de educação e pesquisa.

O backbone nacional multigigabit (conexões de rede de alta velocidade e desempenho), que alcançou dez estados, em 2009, atingirá 24 estados, em 2010, com conexões de alta capacidade – até 10 Gigabit/segundo. Também integrará diretamente os países do Mercosul para colaboração em educação, pesquisa, saúde e cultura.

Na área da saúde, foram interligados 35 núcleos de Telemedicina à Rede Universitária de Telemedicina (RUTE), e iniciou-se a terceira etapa, que contempla 75 hospitais de ensino para educação e capacitação em conjunto com o Programa Nacional de Telessaúde.

Em se tratando de infraestrutura e fomento da pesquisa científica e tecnológica, vale salientar os 123 Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), implantados em 2009.

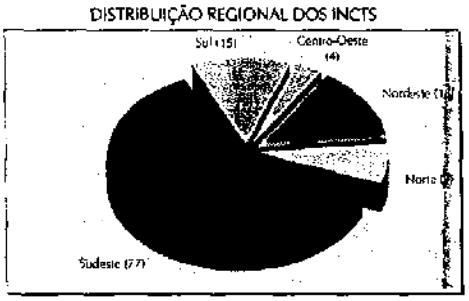
Os INCTs articulam os melhores grupos de pesquisa em áreas de fronteira da ciência e em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do país; impulsionam a pesquisa científica básica e fundamental competitiva internacionalmente; estimulam o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica de ponta associada a aplicações para promover a inovação em empresas.

A adesão de outros parceiros (BNDES, Petrobrás, MS, MEC, Capes, e em especial as FAPs) possibilitou um aumento expressivo no volume de recursos, alcançando

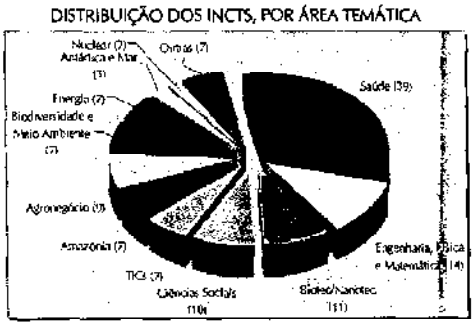
um total de R$ 606 milhões para 123 INCTs, dos quais 60% já foram repassados.

O incremento dos recursos disponíveis possibilitou também um aumento no período de financiamento dos projetos, como forma de incentivar pesquisas mais complexas de longo prazo. Os gráficos a seguir, apresentam a distribuição regional e a distribuição por área temática dos INCTs.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS INCTS



DISTRIBUIÇÃO DOS INCTS, POR ÁREA TEMÁTICA



Unidades de Pesquisa

Iniciativas desenvolvidas pelo MCT vêm melhorando e ampliando a estrutura das suas Unidades de Pesquisa. Estas ações visam dotar o país de um Parque Científico e Tecnológico capaz de atender as necessidades do desenvolvimento econômico e social, integrando o Brasil à pesquisa de ponta desenvolvida em outras nações. Em 2009, foram implantados quatro Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) junto às Unidades de Pesquisa do MCT. Todos eles associados em formato de arranjos regionais, que atuam de forma virtual e operam em forma de rede colaborativa para otimizar e compartilhar recursos, disseminar boas práticas de gestão da inovação, de proteção à propriedade intelectual e transferência de tecnologia, bem como facilitar a aplicação desta política e da Lei de Inovação: São eles: 1)Rede NIT-Rio (CBPF, Cetem, IMPA, INT, LNCC, ON e MAST); 2)Rede Mantiqueira de Inovação (CTI, INPE, LNA e ABTLuS); 3)Rede NIT Pará (MPEG) e 4)Rede INPA (INPA).

Para 2010, está prevista a implantação do NIT junto às Unidades de Pesquisa do MCT na Região Nordeste.

No último ano, foram fortalecidos: a) Núcleos Regionais do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) da Região Amazônica, através da recuperação das instalações físicas e prediais dos núcleos nos estados de Rondônia, Acre e Roraima; b) Núcleo Regional de Caxiuanã do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) com apoio à infra-estrutura local de locomoção fluvial para atividades de deslocamento de cientistas e de educação e popularização da ciência no Barco da Leitura Guilherme de La Penha, no Programa de Floresta Modelo Caxiuanã da Estação Científica Ferreira Penna (ECFP); e c) o Núcleo Regional do CETEM no estado do Espírito Santo e iniciadas as tratativas dos núcleos regionais do Cetem no estado de Santa Catarina, e do CTI em Fortaleza/CE.

Em 2009, foram finalizadas as construções do Centro de C&T do Bioetanol (CTBE) junto ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); os prédios da Biblioteca e da Sala de Aula e de Gestão e Qualidade de Vida no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM); o Prédio da Geofísica no Observatório Nacional (ON); a Linha de Hélio para os Laboratórios de Superfícies e Nanoestruturas e Instrumentação e Medidas e a reforma do Laboratório de Espectroscopia Mössbauer Jacques Danon (Meteorítica, Mineralogia e Arqueometria) no CBPF. Está em fase de conclusão a construção do Prédio da Administração do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e o Edifício Sede do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene).

Indicador - Número de Instituições Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) - Em meados de 2007, apenas 306 instituições eram usuárias da RNP. A previsão para 2011 era atingir 411 unidades, mas já em 2009 essa meta foi superada e, atualmente, 612 instituições são usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

Promoção da Inovação Tecnológica
Nas Empresas

A promoção da inovação tecnológica nas empresas envolve o apoio financeiro a atividades de P,D&I, a inserção de pesquisadores nas empresas, a cooperação entre empresas e ICTs, a capacitação de recursos humanos para a inovação e a implementação de centros de P,D&I empresariais. Neste contexto, é expressiva a contribuição do programa a seguir, viabilizado, principalmente, pelos Fundos Setoriais.

Programa C,T&I para a Política Industrial,
Tecnológica e de Comércio Exterior

Lei do Bem - Opera como poderoso instrumento de incentivo à inovação tecnológica. Em relação a essa Lei, verificou-se o crescimento de 132,87% nos investimentos das empresas em P,D&I em 2008, comparando-se com os números de 2006. Isto é, passou de R$ 2,19 bilhões (2006) para R$ 5,10 bilhões (2007) e R$ 8,11 bilhões (2008), mobilizando 130 empresas, em 2006, 299 empresas, em 2007, e 441 empresas, em 2008, o que implicou R$ 883,9 milhões (2007) e 1,54 bilhão (2008) em renúncia fiscal. Os dados de 2009 ainda não estão disponíveis.

Subvenção Econômica – Destaca-se: a) o Edital 01/2009 – Subvenção Econômica lançado pela Finep, que destinou R$ 450 milhões para apoio a projetos em áreas consideradas estratégicas: Tecnologia da Informação, Biotecnologia, Saúde, Programas Estratégicos, Energia e Desenvolvimento Social; b) apoio às empresas nascentes inovadoras, no âmbito do Primeira Empresa Inovadora (Prime), foram lançados em março de 2009, 17 editais regionais, sendo selecionadas 1.404 empresas para receber R$ 120 mil, cada, na forma de subvenção econômica.

Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) – Esse Sistema destinou: R$ 53 milhões para implantação de 23 Redes Estaduais de Extensão Tecnológica, que realizarão atendimentos em micro, pequenas e médias empresas a fim de solucionar obstáculos tecnológicos; R$ 80 milhões para estruturação de 19 Redes Temáticas de Serviços Tecnológicos, disponibilizando infra-estrutura laboratorial com o objetivo de auxiliar as empresas na superação de exigências técnicas para o acesso a novos mercados; e R$ 128 milhões para a implementação de 11 Redes Temáticas de Centros de Inovação distribuídas no território nacional, proporcionando às empresas o desenvolvimento de inovações em novos produtos ou processos, totalizando R$ 261 milhões.

Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos – Destacam-se: a) convênios com 18 incubadoras âncora, responsáveis pela seleção dos empreendimentos nos estados para o recebimento da subvenção econômica e repasse direto da verba estatal; b) o lançamento do Edital 03/2009 PNI/Finep, no valor de R$ 12 milhões, para incubadoras âncoras para os estados não contemplados no edital de 2008; e c) a destinação de R$ 249 milhões para 2.015 empresas com até dois anos de vida.

Inova Brasil – Com o objetivo financiar Planos de Investimento em Inovação nas Empresas Brasileiras, principalmente médias e grandes, tomando como referência a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) do Governo Federal, com taxas de juros equalizadas, em 2009, foram contratadas 69 operações no valor total de R$ 1,67 bilhão; alocados, em 5 operações, R$ 2 milhões para apoio às parcerias estratégicas, por meio do Programa Juro Zero, cujo objetivo é estimular a capacidade inovadora das micro e pequenas empresas.

Sensibilização e Mobilização para a Inovação (Pró-Inova) - Foi elaborado o Guia Prático da Inovação para Empresas que apresentam o Simulador de Incentivos Fiscais da Lei do Bem para as empresas e o Localizador de Programas e Instrumentos de Incentivo à Inovação existentes no país. Lançado edital no valor de R$ 8 milhões para apoiar eventos de mobilização e sensibilização para inovação em todo o país.

Indicador - Mestres e Doutores em atividades de P&D no total de pessoal em P&D das empresas - Em 2008, do total de pessoas trabalhando em P&D nas empresas, apenas 13,4% eram mestres e doutores. Em 2009, esse índice aumentou para 15,6 e a previsão é que atinja 16,8% em 2011.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas

O PACTI prioriza o fortalecimento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas estratégicas para o país. Concentra atenção especial aos setores intensivos em tecnologia que apresentam transversalidade setorial, multidisciplinaridade técnico-científica e grande potencial inovador e dinamizador da economia. Considera, também as áreas sensíveis à soberania e à segurança do país. Para esta prioridade estratégica concorrem, principalmente, os programas: Nacional de Atividades Espaciais, Nacional de Atividades Nucleares, C,T&I Aplicadas aos Recursos Naturais e Meteorologia e Mudanças Climáticas.

Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)

O PNAE cumpriu, em 2009, etapas importantes para a consecução da política espacial brasileira, destacando-se, no campo das aplicações espaciais e satélites, a consolidação dos produtos CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) na América Latina, África e Ásia, com aproximadamente um milhão de imagens distribuídas de média e alta resolução e a ampliação da rede internacional de distribuição de imagens.

Foram, também, desenvolvidos testes de subsistemas do Satélite Amazônia - 1, incluindo-se as duas cargas úteis de sensoriamento remoto. Alcançou-se, ainda, a certificação de conformidade do foguete de sondagem VSB-30, já reconhecido no exterior pelo seu excelente desempenho e grau de confiabilidade. Além disso, iniciou-se a reconstrução da torre de lançamento do veículo lançador de satélites (VLS), bem como das obras complementares de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara, para apoio ao lançamento do foguete ucraniano Cyclone 4, avançando no cumprimento do Tratado firmado entre o Brasil e a Ucrânia. Para 2010, além do início da fabricação e integração do modelo de vôo do satélite Amazônia-1, espera-se concluir a nova torre do VLS, assim como a maquete elétrica de Integração de Redes Elétricas do VLS, o que possibilitará a retomada da programação dos vôos de lançamento desse veículo.

Indicador - Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) - Em 2006, o índice de participação do setor empresarial nacional no PNAE era de 37,25%. Indicador ainda não apurado para 2009. O objetivo ao final do PPA é alcançar o valor de 39,5%.

Programa Nacional de Atividades Nucleares

No segmento do ciclo do combustível, foi assinado o contrato entre as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a empresa Galvani para exploração conjunta da jazida de Santa Quitéria, localizada no estado do Ceará. Esse empreendimento viabilizou, por intermédio de uma parceria entre a União e a iniciativa privada, a ampliação da capacidade de produção nacional de concentrado de urânio. Adicionalmente, iniciou-se a exploração subterrânea na jazida de Caetité, Bahia.

Importante destacar, ainda: a) a fase final de implantação, com inauguração prevista para o segundo semestre de 2010, da primeira planta nacional de conversão de concentrado de urânio. Localizada no Centro de Pesquisa da Marinha em Iperó, São Paulo; b) a concretização da capacitação industrial na produção de combustível para as usinas nucleares com a entrada em operação da primeira cascata de enriquecimento de urânio do país. A planta de enriquecimento, localizada no parque industrial da INB, encontra-se em operação e já fornece as primeiras cargas de urânio enriquecido para a fabricação de elemento combustível para Angra I e II.

Outra importante realização alcançada em 2009 foi o início do projeto para desenvolvimento e instalação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). Esse projeto reveste-se da maior importância para o país em decorrência da crise mundial no fornecimento de radioisótopos para medicina nuclear, ocasionada pela suspensão na operação do reator comercial canadense, responsável por mais de 60% da produção mundial dessas substâncias.

Também no âmbito da medicina nuclear, destaca-se a inauguração da Unidade de Produção de Radiofármacos (UPR), de Recife, em Pernambuco. Localizada nas instalações do Centro Regional de Ciências Nucleares (CRCN/NE), a UPR já iniciou sua produção em 2009, dotando a Região Nordeste da mais moderna técnica de radiodiagnóstico para o tratamento de neoplasias, cardiopatias e neurocirurgias.

Ainda no período, foi elaborado o projeto para criação da Agência Reguladora Nuclear Brasileira (ARNB). O projeto encontra-se em fase de análise no âmbito do Poder Executivo e, após a fase de revisão e consolidação, será submetido à Casa Civil para posterior envio ao Congresso Nacional.

No que se refere ao tratamento de rejeitos radioativos, deu-se continuidade ao projeto para a implantação do Centro de Referência em Rejeitos Radioativos, que funcionará nas instalações do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), unidade de pesquisa da CNEN localizada em Belo Horizonte-MG, com início de operação previsto para 2010. Esse Centro atuará com foco no desenvolvimento de métodos e processos para o tratamento de rejeitos radioativos e no treinamento dos profissionais de empresas e instituições que lidam com substâncias radioativas.

Indicador do Programa - Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nuclear - Esse indicador passou de 60,8%, apurado ao final de 2007, para 62,2% em 2009. Isto significa que alcançamos a autonomia de produção do processo de fabricação do combustível nucelar de 62,2%.

Programa C,T&I Aplicadas aos Recursos Naturais

O ano de 2009 marcou o lançamento do edital do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), no valor global de R$ 9,5 milhões para o período de 2009 a 2011, com até 30% dos recursos destinados a bolsas de pesquisa. O PPBio foi ampliado para abranger a Mata Atlântica, como parte do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (Probio II).

Foi elaborado, também, o projeto "Gerenciamento e uso de informações para ampliar a capacidade brasileira em conservar e utilizar a biodiversidade", orçado em US$ 29 milhões, com financiamento do Governo e do Fundo para o Meio Ambiente Global.

Outras iniciativas, também, foram relevantes para a pesquisa sobre a biodiversidade brasileira em 2009. Foi instituída a Rede de Cooperação em C&T para a Conservação e o Uso Sustentável do Cerrado (ComCerrado); mantida a parceria, até 2011, com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas temáticas de pecuária, pesca e bioprospecção, com recursos da ordem de R$ 2,8 milhões; iniciado o processo licitatório para construção do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP) e apresentado o Plano Científico para esse Instituto; aprovada a proposta da Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pro-Centro-Oeste).

Em relação à Amazônia, foi lançado, em 2009, o edital para implementação da Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (Bionorte), que prevê a aplicação de R$ 13 milhões, provenientes do FNDCT, e R$ 6,3 milhões das FAPs e das Secretarias de Estado de C&T da região.

Além disso, foi publicado o edital da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), com aporte de R$ 3,2 milhões; iniciado o Projeto Cenários para a Amazônia, que se constitui na integração dos programas de pesquisa na Amazônia (LBA, Geoma e PPBio) e subsidiará a tomada de decisões em níveis estaduais e regionais na Amazônia; aprovado o Termo de Referência para o edital, em consórcio com a França, no âmbito do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, totalizando R$ 9 milhões para o período 2010-2012; estabelecida parceria com a Alemanha, para implantação de uma rede especializada de monitoramento de gases de efeito estufa, de variáveis climáticas e de fluxos de energia, de vapor de água e de gás carbônico, na qual serão implementadas 9 novas estações de monitoramento, entre elas uma torre de 300 metros, complementando as 14 estações existentes.

Indicador - Número de Núcleos de Biogeoinformática Institucionais Integrados - Quando o PPA 2008-2011 foi elaborado, não havia nenhum Núcleo de Biogeoinformática Institucional Integrado. Atualmente, já existem dois Núcleos e a previsão para 2011 é dobrar esse número.

Programa Meteorologia e Mudanças Climáticas

No âmbito desse programa destaca-se a atuação ativa da Delegação do Governo Brasileiro nas das negociações sobre o futuro do regime internacional sobre mudança do

clima. Essa atuação ocorreu nos dois trilhos de negociação, quais sejam, os compromissos de limitação e redução de emissões de gases de efeito estufa das Partes e Ações de Cooperação de Longo-Prazo no âmbito da Convenção sobre Mudança do Clima. Além disso, a atuação brasileira também ocorreu, também, no âmbito dos órgãos subsidiários tradicionais da Convenção - Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA).

Em 2009, 5.533 projetos encontravam-se em alguma fase do ciclo de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), sendo 1.882 já registrados pelo Conselho Executivo.

O Brasil é um dos países líderes no movimento, ocupando atualmente o 3º lugar em número de atividades de projeto, contando 420 projetos nacionais (8% do total mundial).

Destes, 220 já foram aprovados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, dos quais 165 já foram registrados pelo Conselho Executivo do MDL, isto é, cumpriram todo o trâmite necessário para terem RCEs emitidas. Do total de 420 projetos, 183 ainda serão submetidos à avaliação da Comissão. Em termos de reduções de emissões projetadas, o Brasil também está entre os três líderes, sendo responsável pela redução potencial de 368 milhões de toneladas CO2, o que corresponde a 6% do total mundial no primeiro período de obtenção de créditos, que pode ser de 7 ou 10 anos. O MDL já constitui uma fonte de financiamento importante para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil, principalmente, no setor energético. Por exemplo, 49% dos projetos brasileiros estão na área de energia renovável, contando conservadoramente com 3.557 MW de potência instalada.

Merece destaque, ainda, a redução de emissões alcançada pelos 30 projetos brasileiros do escopo de aterros sanitários já registrados no Conselho Executivo correspondem a 50% das emissões nacionais de aterro sanitário em 1994. Da mesma maneira, apenas 5 projetos brasileiros de redução de N2O no setor industrial praticamente zeraram as emissões nacionais deste setor.

Indicador - Taxa de Acerto da Previsão Numérica de Tempo sobre o Brasil – Em 2006, a taxa de acerto da previsão numérica de Tempo sobre o Brasil era de 89%, mantendo-se constante em 2009. Ao final deste PPA, a expectativa é de que a taxa de acerto alcance 92%.

C,T&I para o Desenvolvimento Social

Os investimentos em ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social inclui ações voltadas para a popularização da ciência, a melhoria da educação científica e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas.

Um dos objetivos principais é promover a inclusão social, especialmente em comunidades carentes, tanto no meio rural como nas áreas urbanas, por meio de estímulo ao desenvolvimento econômico, social e regional. A atuação do MCT nesse sentido se expressa, especialmente por meio do programa C,T&I para Inclusão e Desenvolvimento Social.

Programa C,T&I para Inclusão e Desenvolvimento Social

Um dos destaques do programa em 2009 foi a realização da 6ª edição da Semana Nacional de C&T, por meio da qual foram promovidas cerca de 25.000 atividades em aproximadamente 500 municípios, envolvendo grande número de instituições de ensino e pesquisa e de entidades diversas. O crescimento, comparado a 2008, foi significativo: em 2008, foram realizadas cerca de 11.000 atividades em 450 municípios. Na mesma linha da popularização da ciência, o MCT tem um programa de apoio a centros e museus de C&T.

Em 2009 foi lançado, em parceria com 21 FAPs, um edital para a instalação de novos espaços científico-culturais e o fortalecimento dos já existentes. O edital, com o valor de R$ 16,3 milhões, foi destinado a centros e museus de C&T, planetários, jardins zoobotânicos, parques de ciência e outras instituições que promovem atividades de divulgação científica e o ensino não formal de ciências.

Também foi realizada em 2009, a 5ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Participaram 19,2 milhões de estudantes, de 43 mil escolas, distribuídas por 99,1% dos municípios brasileiros.

Em 2009 ocorreu a premiação dos alunos, professores e escolas da OBMEP 2008. Foram concedidas três mil bolsas de Iniciação Científica Júnior aos medalhistas da OBMEP 2008 e prêmios foram direcionados também às escolas e aos municípios nos quais os alunos se destacaram; professores receberam cursos de aperfeiçoamento organizados pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Por meio de edital, o CNPq/MCT e o MEC apoiaram também olimpíadas em outras áreas da ciência, como física, astronomia, química, que envolveram mais de um milhão e quinhentos mil estudantes.

Em 2009, foram apoiadas novas unidades de CVTs em diversos estados: 18 projetos já estão aprovados e 55 encontram-se em análises.

Entre os CVTs apoiados estão unidades voltadas para setores da construção civil, gastronomia, turismo, confecções, fruticultura, pecuária, artesanato, metal-mecânico e tecnologia da informação, entre outros.

Indicador - Número de Municípios Participantes da Semana Nacional de C&T - A Semana contou com a participação de 390 municípios em 2007. No ano de 2009, esse número aumentou para 500 municípios, isto é, ampliou a participação dos municípios em 128%. A previsão é que no último ano do PPA a Semana envolva 700 municípios por todo o Brasil.

5.1.5. Função Cultura

Em 2009, o Poder Executivo manteve sua estratégia de atuação iniciada em 2003, de ampliar o acesso público aos benefícios da Cultura como forma de reduzir o enorme fosso social que existe entre os cidadãos brasileiros, decorrente da má distribuição das riquezas do país.

No referido exercício, a função Cultura contou com recursos no Orçamento Fiscal e de Seguridade Social da ordem de R$ 1,3 bilhão, distribuído em ações de 16 Programas executadas por meio dos Ministérios da Cultura, da Integração Nacional e da Justiça, sendo que deste valor R$ 1,1 bilhão foi empenhado, ou seja, 86,1%. É importante registrar que nesses montantes são considerados todos os tipos de despesas, inclusive as de pessoal e financeiras.

Nesse contexto, no âmbito do Sistema MinC foram executadas ações de 15 programas, sendo um de Gestão da Política de Cultura, um de Apoio Administrativo, dez programas finalísticos gerenciados pelo próprio Sistema e três outros gerenciados pelos Ministérios das Cidades, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente. No Ministério da Integração Nacional a referida função foi desempenhada por intermédio de ação do programa Brasil Patrimônio Cultural, e no Ministério da Justiça por ação do programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.

O demonstrativo a seguir apresenta os valores empenhados na função Cultura nos últimos 5 anos. Destaca-se que o volume de recursos aplicados quase triplicou, em termos nominais, no período 2005 – 2009 e que as maiores ampliações de recursos, em termos percentuais, ocorreram em 2007 e 2009, com acréscimos de 30% e 25%, respectivamente.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA FUNÇÃO CULTURA

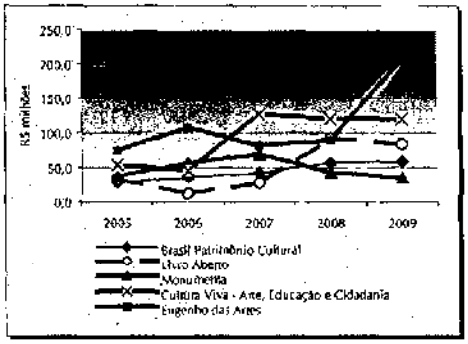
CULTURA	EMPENHADO (R$ milhões)					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	494	581	758	898	1.120	3.851
OI						
TOTAL	494	581	758	898	1.120	3.851

Fonte: Siafi Gerencial - Base 10/01/2010

O gráfico seguinte apresenta, para o período em análise, a evolução dos valores empenhados dos Programas Engenho das Artes, Cultura Viva - Arte Educação e Cidadania, Monumenta, Livro Aberto e Brasil Patrimônio Cultural, todos gerenciados pelo Sistema MinC e considerados estruturantes do setor.

Observa-se que, em 2009, a execução (valores empenhados) do programa Engenho das Artes teve uma variação positiva de 134% quando comparada à execução de 2008, em função das novas prioridades de investimentos nas artes e cultura traçadas pelo Ministério. Informações mais detalhadas sobre a execução destes programas, em 2009, serão apresentadas em tópico específico deste Relatório.

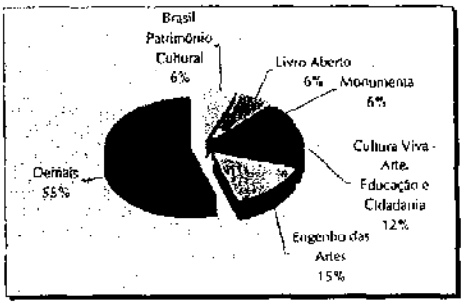
VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO CULTURA
PERÍODO - 2005 A 2009



Fonte: Siafi Gerencial - Base: 10/01/2010

O gráfico a seguir apresenta os valores de empenho acumulado no período 2005 – 2009, na função Cultura, considerando as realizações nas ações constantes em 17 programas. Observa-se que os programas considerados estruturantes do setor Cultura foram responsáveis por 45% dos empenhos realizados, ficando os demais programas e ações com 55%, sendo que nestes estão incluídas as despesas do programa Apoio Administrativo e as de programas de outros ministérios.

VALORES ACUMULADOS DE EMPENHOS
NA FUNÇÃO CULTURA
PERÍODO 2005-2009



Fonte: Siafi Gerencial - Base: 10/01/10

É importante destacar que o setor Cultura recebe recursos não apenas orçamentários, mas também os provenientes de renúncia fiscal previstos na Lei nº 8.313, de 23/12/91 - conhecida como Lei Rouanet, e na Lei nº 8.685, de 20/07/93 - Lei do Audiovisual, e na Medida Provisória nº 2.228-1/2001, com a finalidade de incentivar a participação privada no patrocínio de projetos em diversos segmentos culturais. Em 2009 foram captados recursos, sob estes mecanismos, da ordem de R$ 682 milhões (posição SALICNet em 31/12/2009), que contribuíram para a viabilização de 2.582 projetos culturais.

Em relação à execução por subfunção, este Relatório apresenta duas abordagens analíticas. A primeira, constante do demonstrativo seguinte, considera a execução de todas as subfunções vinculadas à função Cultura, tanto as típicas (391 – Patrimônio Histórico, Artístico e

Arqueológico e 392 – Difusão Cultural) como as demais, bem como a execução das subfunções típicas vinculadas a outras funções de governo. Nesse contexto, verifica-se que a execução nas duas subfunções típicas representa 59% do total empenhado (R$ 732,4 milhões, de um total de R$ 1.241,7 milhões), com destaque para a Difusão Cultural, cuja execução ocorreu, expressivamente, também em outras funções, ressaltando-se Educação e Relações Exteriores, além da função Cultura. Na subfunção Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, os investimentos estão distribuídos nas funções Cultura, Defesa Nacional e Comércio e Serviços.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO EM 2009

R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO CULTURA POR SUBFUNÇÕES			EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DE CULTURA EM OUTRAS FUNÇÕES			TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DE CULTURA		
	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	EMPENHO (B)	% (B/C)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (C)	EMPENHO (D)	% (D/C)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (E)	EMPENHO (F)	% (F/E)
Subfunções da Cultura	755,2	610,3	80,8	150,0	122,1	81,4	905,2	732,4	80,9
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	139,9	120,0	85,8	9,7	8,7	90,3	149,6	128,7	86,1
392 - Difusão Cultural	615,3	490,2	79,7	140,3	113,4	80,8	755,6	603,6	79,9
Outras Subfunções	546,0	509,3	93,3				546,0	509,3	93,3
TOTAL	1.301,2	1.119,6	86,0	150,0	122,1	81,4	1.451,2	1.241,7	85,6

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 21/01/10

A segunda abordagem, conforme o próximo quadro, considera a execução orçamentária da despesa nas subfunções típicas e demais, vinculadas apenas à função Cultura, com destaque para o MinC, responsável por quase sua totalidade, e demais Órgãos. Verifica-se que a execução nas duas subfunções típicas representa 54,5% do total empenhado.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO CULTURA POR SUBFUNÇÃO EM 2009

R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO CULTURA POR SUBFUNÇÃO NO MinC			EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA CULTURA EM OUTROS ÓRGÃOS			TOTAL DA FUNÇÃO CULTURA POR SUBFUNÇÃO		
	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	EMPENHO (B)	% (B/C)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (C)	EMPENHO (D)	% (D/C)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (E)	EMPENHO (F)	% (F/E)
Subfunções da Cultura	751,1	607,5	80,9	4,1	2,7	65,9	755,2	610,2	80,8
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	136,0	117,4	86,3	3,9	2,6	65,4	139,9	120,0	85,8
392 - Difusão Cultural	615,0	490,1	79,7	0,2	0,2	73,4	615,3	490,2	79,7
Outras Subfunções	546,0	509,3	93,3				546,0	509,3	93,3
TOTAL	1.297,0	1.116,9	86,1	4,1	2,7	65,9	1.301,2	1.119,6	86,0

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 21/01/10

O quadro e o gráfico a seguir apresentam a evolução orçamentária das subfunções típicas da Cultura nos últimos cinco anos, com valores históricos (portanto, sem correção monetária). Nesse período, a dotação orçamentária destinada a essas subfunções teve um incremento de 84%, enquanto os valores empenhados cresceram em 92%. Observa-se que a Difusão Cultural foi contemplada com maior dotação e, consequentemente, obteve maior variação de empenho. Isto pode ser explicado pela estratégia adotada pelo Governo Federal no sentido de ampliar o acesso da população, principalmente a de baixa renda, aos benefícios da cultura.

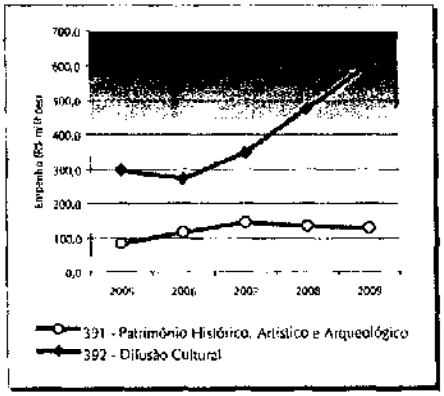
SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005-2009

R$ milhões

SUBFUNÇÕES TÍPICAS	2005	2006	2007	2008	2009
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	84,5	116,2	145,1	134,7	128,7
392 - Difusão Cultural	297,8	273,6	347,1	473,6	603,6
TOTAL	382,3	389,9	492,2	608,2	732,4

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 21/01/10

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS
PERÍODO 2005-2009



Fonte: Siafi Gerencial - Base: 21/01/10

Programas Estruturantes

Os investimentos governamentais do Setor Cultura foram executados por intermédio de um conjunto de ações constantes de 16 programas executados pelos órgãos do Sistema MinC, pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério da Justiça. No âmbito do Sistema MinC, foram executadas ações de 15 programas, sendo um de Gestão da Política de Cultura (0173), um de Apoio Administrativo (0750), 10 programas finalísticos gerenciados pelo próprio Sistema MinC e três outros gerenciados pelos Ministérios das Cidades, da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

Com relação aos programas finalísticos gerenciados pelo Sistema MinC, todos são considerados estruturantes e abrangem ações direcionadas, conceitualmente, para a preservação da memória e do patrimônio cultural, o fomento a projetos artísticos e culturais, a difusão cultural e a fiscalização e regulação do mercado. Essas ações são voltadas a investimentos específicos em projetos para determinadas áreas culturais, com impactos em diversos segmentos, tais como: patrimônio histórico e cultural (material, imaterial, museológico); humanidades (bibliotecas, livros, literatura); artes cênicas (teatro, dança, circo); artes visuais (artes plásticas, fotografia); música (erudita, instrumental, popular); audiovisual (produção cinematográfica, televisiva); e diversidade cultural (afro-brasileira, indígena, comunidades tradicionais, festas populares), dentre outros.

A Lei Orçamentária de 2009 contemplou a função "Cultura" nos Ministérios da Cultura, da Integração Nacional e da Justiça. Ocorreram ações transversais nessa função, como no Ministério da Integração Nacional, executada por intermédio do programa Brasil Patrimônio Cultural (0167), de responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, entidade vinculada ao MinC, e no Ministério da Justiça, do Programa Proteção e Promoção dos Povos Indígenas.

É importante salientar que, com relação à execução orçamentária e financeira, para melhor traduzir as realizações do Sistema MinC são tratados neste relatório apenas os valores referentes às despesas contempladas pelo Decreto nº 6.752, de 28/01/09 e alterações posteriores, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2009 do Poder Executivo Federal. O conceito de "investimentos" adotado neste relatório se refere às despesas finalísticas dos órgãos e foram excluídas desse cálculo, portanto, as despesas com pessoal e encargos sociais, sentenças judiciais, serviço da dívida e despesas financeiras. A adoção dessa metodologia tem como finalidade apresentar a real capacidade de execução de ações em políticas públicas de artes e cultura do Ministério, uma vez que parcela dos recursos finalísticos foi contingenciada pelo referido Decreto.

O próximo quadro apresenta a execução orçamentária (na posição "empenhos") dos programas associados à função "Cultura" em 2009. De forma geral, pode-se afirmar que a execução orçamentária da função Cultura alcançou um

desempenho bastante satisfatório em 2009. No Sistema MinC, a média de execução foi de 98,9%, quando comparada ao limite de empenho, e de 83,3 % em relação à dotação autorizada. Nos demais ministérios o percentual de execução atingiu 96,2% da dotação autorizada.

É importante esclarecer que os Programas Brasil, Som e Imagem (0169) e Cultura Afro-Brasileira (0172) incluem as despesas administrativas e as relativas aos benefícios do servidor público das unidades orçamentárias Agência Nacional do Cinema - ANCINE e Fundação Cultural Palmares - FCP.

Dessa forma, visando evitar uma análise equivocada desses programas tanto em relação ao montante das despesas finalísticas quanto em relação ao nível da execução orçamentária, o quadro detalha, para estes programas, as respectivas despesas de manutenção dos órgãos e as finalísticas da cultura.

Ainda em relação ao programa Brasil, Som e Imagem, deve-se ressaltar que R$ 88,6 milhões, ou cerca de 65% de sua dotação na Lei Orçamentária de 2009 (posição "Lei + Créditos"), destina-se ao Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, que compõe o Fundo Nacional da Cultura - FNC. Entretanto, R$ 87,9 milhões, referentes às ações "Financiamento ao Setor Audiovisual" (006C) e "Estímulo ao Setor Audiovisual, mediante Participação em Empresas e Projetos (006A)", não foram considerados no quadro, por tratar-se de despesas financeiras.

No que tange aos resultados alcançados pelos programas, esclarecemos que na maioria dos casos os indicadores definidos no PPA 2008-2011 são de difícil mensuração ou não espelham os objetivos a serem atingidos para o programa.

Assim, utilizando-se a conhecida Metodologia do Marco Lógico desenvolvida pelo *Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Econômica e Social* – ILPES, conforme a metodologia de elaboração de programas adotada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estão sendo desenvolvidos no MinC estudos para o estabelecimento de novos indicadores de desempenho dos programas da cultura para composição do Projeto de Lei do PPA do período 2012-2015.

A inovação metodológica é que esses indicadores deverão ser testados antes de sua proposição e, dentre os requisitos inerentes, deverão demonstrar sua viabilidade, do ponto de vista da produção de dados, e efetividade para mensuração do alcance dos objetivos dos programas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS

Código	Programa	Órgãos do Sistema MinC				Demais Ministérios		
		Dotação Autorizada (A)	Limite Empenho (B)	Empenho (C)	% (C/B)	Dotação Autorizada (D)	Empenho (E)	% (E/D)
0130	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas					2.600.000	2.552.653	98,2
0167	Brasil Patrimônio Cultural	68.229.559	59.301.940	58.541.429	98,7	229.160	168.430	73,5
0168	Livro Aberto	103.574.110	84.205.008	83.797.179	99,5			
0169	Brasil, Som e Imagem	101.871.055	93.222.408	92.805.980	99,6			
	. Despesas de Manutenção			19.467.681				
	. Despesas Finalísticas			73.338.299				
0171	Museu Memória e Cidadania	42.767.665	38.835.054	38.603.187	99,4			
0172	Cultura Afro-Brasileira	15.410.351	13.330.000	13.242.866	99,3			
	. Despesas de Manutenção			4.221.217				
	. Despesas Finalísticas			9.021.649				
0461	Promoção da Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.780.000	2.120.000	2.101.144	99,1			
0173	Gestão da Política de Cultura	56.973.427	52.323.085	50.991.277	97,1			
0750	Apoio Administrativo	88.231.568	80.288.141	77.336.774	96,3			
0813	Monumenta	42.487.182	35.808.684	35.586.843	99,4			
1137	Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	300.000	269.103	112.733	41,9			
1141	Cultura Viva: Arte, Educação e Cidadania	139.643.000	120.080.500	119.547.737	99,6			
1142	Fomento das Artes	223.818.521	210.650.000	208.843.964	99,1			
1405	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	300.000	270.000	270.000	100,0			
1455	Identidade e Diversidade Cultural	8.070.000	8.522.014	8.522.014	100,0			
1391	Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC	10.649.000	7.127.063	7.127.063	100,0			
Total		956.725.838	896.573.000	797.430.189	98,9	2.829.160	2.721.083	96,2

Fonte: Siafi Gerencial - Data-Base: 05/01/10

Para efeito do presente relatório foram selecionados para análise, entre os dez programas estruturantes para o setor "cultura", os que seguem: Brasil Patrimônio Cultural (0167), Livro Aberto (0168), Monumenta (0813), Engenho das Artes (1142), Cultura Viva – Arte e Educação e Cidadania (1141).

As ações do Programa Brasil Patrimônio Cultural são extensivas a todo o território nacional, abrangendo as diversas dimensões da preservação do patrimônio cultural, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e a identificação e salvaguarda do patrimônio imaterial.

A atuação governamental por meio deste programa reveste-se de grande importância, tendo em vista que o Brasil é um país de riquíssimo patrimônio cultural, marcado pela diversidade, expressividade e abrangência.

Esses bens são materiais e imateriais, encontrados nos mais longínquos recantos geográficos do território nacional e em comunidades diversas, abrangendo todas as categorias sociais.

Contudo, esse patrimônio requer a implementação de políticas de investimentos e medidas de gestão voltadas ao seu inventário, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de ofertas turísticas, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população para sua fruição.

Em 2009, para o referido programa foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R$ 68,2 milhões e limite de empenho de R$ 59,3 milhões, dos quais foram empenhados 98,7%, liquidados 31,4% e pagos 30,7%.

A sua principal ação, que concentrou o maior montante de recursos, é a de Preservação de Bens Culturais de Natureza Material, que em 2009 resultou na preservação de 527 bens.

No que concerne, ainda, ao patrimônio material ressalta-se o Monumenta, um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro financiado, parcialmente, mediante contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Esse Programa traz um conceito inovador que conjuga recuperação e preservação do patrimônio cultural com desenvolvimento social, tendo como objetivos conservar o patrimônio histórico e artístico urbano, aumentar a consciência da população sobre a importância desse patrimônio e estimular sua utilização econômica, cultural e social das áreas recuperadas.

De um total de recursos orçamentários autorizados de R$ 20,3 milhões, ao programa Monumenta concedeu-se um limite para empenho de R$ 18,1milhões, dos quais foram empenhados 100%, liquidados 20,6 % e pagos 20,4 %.

Os níveis de liquidação e pagamento são baixos devido à natureza dos serviços contratados e ao tempo necessário para execução dos projetos, que geralmente ultrapassa o ano fiscal, constituindo uma situação real onde os eventos da dinâmica orçamentária e da execução física são bastante dispersos no tempo.

Cabe também mencionar que algumas ações do Monumenta passaram a integrar, já em 2009, o denominado "PAC das Cidades Históricas", uma ação intergovernamental articulada com a sociedade na qual se investiu R$ 142 milhões, em 2009, e que deverá aportar mais de R$ 750 milhões nos próximos três anos em 173 cidades históricas, com obras de requalificação urbanística, infra-estrutura urbana, financiamento para recuperação de imóveis privados, recuperação e uso de monumentos, fomento a atividades produtivas tradicionais e promoções do patrimônio cultural.

O "PAC das Cidades Históricas" envolve ações na esfera de atuação de vários órgãos federais, como os Ministérios da Cultura, do Turismo e da Educação, bancos federais e empresas estatais.

O programa Engenho das Artes tem por objetivo ampliar o acesso da população brasileira aos benefícios das artes e da cultura no país, mais notadamente nas áreas de música, artes cênicas, artes visuais e circo.

A necessidade de ampliação do acesso do cidadão aos bens e serviços culturais tem sido um requisito de política pública de grande importância na definição dos investimentos governamentais no setor, como forma de contemplar, particularmente, as iniciativas voltadas para a ampliação e diversificação do público beneficiado em todas as atividades artísticas.

Entende-se que o crescimento do acesso popular às artes e cultura somente será alcançado mediante o barateamento dos custos de produção e da ampliação e regionalização do alcance dos eventos artísticos, levando esses benefícios a localidades dentro e fora dos circuitos comerciais tradicionais dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

Mediante as ações desse programa, os segmentos de artes integradas, audiovisual, artes visuais não-cinematográficas e música foram beneficiados com recursos orçamentários da ordem de R$ 273,8 milhões, contando com autorização de limite para empenho de R$ 210,6 milhões, dos quais 99,1% foram empenhados e em torno de 42% liquidados e pagos.

Tais recursos se destinaram a diversas iniciativas, dentre as quais ressaltam-se: fomento de 1.629 projetos e eventos artísticos diversos, como espetáculos, exposições, oficinas, festivais e outros, bem como a capacitação de 1.549 artistas e técnicos por meio de oficinas de circo, dança, teatro e técnicas cênicas, como estratégia de formação de multiplicadores do conhecimento artístico nas diversas regiões do país.

Outro programa importante para o desenvolvimento cultural do país é o Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, cuja principal ação se concentra no apoio a Pontos de Cultura, um conceito que envolve o reconhecimento governamental de comunidades carentes que já desenvolvem atividades culturais.

Os Pontos de Cultura são hoje considerados componentes-chave no eixo integrador de todas as demais ações do Governo Federal nas artes e na cultura e são distribuídos, geograficamente, em todas as regiões do país.

As comunidades reconhecidas como Pontos de Cultura podem ser associações de moradores, quilombolas, organizações não-governamentais, escolas de samba, aldeias indígenas, grupos de teatro, conservatórios, núcleos de extensão universitária, museus, cooperativas de assentamentos rurais, etc, tendo como características o protagonismo cultural, o trabalho compartilhado e a autonomia no desenvolvimento de suas atividades. Em suma, são entidades culturais da sociedade civil que recebem apoio para desenvolver projetos voltados para a ampliação do acesso à cultura entre as populações excluídas.

Atualmente, os Pontos de Cultura são concebidos como uma rede de criação e gestão cultural, de modo a dar vazão às iniciativas e vontades criadoras, tornando-se uma alavanca para um novo processo de evolução social e cultural.

Até 2009, o Governo Federal contribuiu para o apoio a projetos e o funcionamento de 2.517 Pontos de Cultura em todo o território nacional, além de dois no exterior, mediante o conjunto de ações do Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, que atenderam aos segmentos de artes integradas, audiovisual e patrimônio cultural, dentre outros, beneficiados com recursos orçamentários da ordem de R$ 139,6 milhões.

O limite para empenho autorizado somou R$ 120,0 milhões, dos quais foram empenhados 99,6 %, liquidados 32,1% e pagos 30,0%.

A estratégia de execução das ações do programa tem se concentrado, atualmente, em parcerias com as demais esferas de governo, principalmente com os estados, que estão adotando o conceito de Redes de Pontos de Cultura, algo reconhecido como o caminho evolutivo natural do conceito original de Ponto de Cultura.

Outro programa estruturante para as políticas de desenvolvimento cultural no país é o Livro Aberto, que objetiva valorizar a reflexão, o debate cultural e a promoção da língua portuguesa, estimulando o hábito da leitura e a difusão do livro.

Em 2009, para o referido programa foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R$ 103,6 milhões e limite de empenho de R$ 84,2 milhões, dos quais foram empenhados 99,5%, liquidados e pagos 22,8%.

Esse programa envolve um processo logístico algo complexo, com entrega de material para instalação de novas bibliotecas em todo o território nacional e execução de obras de modernização de bibliotecas existentes, o que explica os tempos de execução física extrapolando o exercício fiscal.

Dentre as iniciativas relevantes do referido programa, destacam-se os investimentos na instalação e modernização de bibliotecas públicas que estão sendo realizados pelo Governo Federal em todo o país, com o objetivo de formar leitores e difundir informação e conhecimento na sociedade de um modo geral.

Em 2009, foram adquiridos 450 *kits* de pequenas bibliotecas para instalação em municípios carentes compostos de 2.000 títulos selecionados, mobiliário, equipamentos de informática e de produção de som e imagem no local, mais 100 *kits* com 1.000 títulos e mobiliário para modernização de bibliotecas existentes.

Cabe, ainda, mencionar que a meta estipulada para o programa Livro Aberto é instalar pelo menos uma biblioteca pública em todos os municípios até 2010 e começar a estender os benefícios do programa para os distritos na zona rural dos municípios brasileiros.

Nesse sentido, vem sendo realizado um censo nacional de bibliotecas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, objetivando mapear os municípios que ainda não dispõem desse equipamento cultural.

O programa deverá se estender, nos próximos anos, também para distritos de municípios com comunidades carentes sem esse indispensável equipamento cultural, além de capitais e grandes centros urbanos com grande densidade populacional, esperando-se implantar mais 200 pequenas bibliotecas públicas em 2010.

5.1.6. Função Defesa Nacional

O Brasil, nos últimos anos, vem gradativamente alcançando papel de destaque no cenário mundial, com o consequente crescimento dos desafios relacionados à defesa e à preservação de postura soberana e independente frente à comunidade internacional.

Nesse sentido, cabe ao Ministério da Defesa - MD estabelecer políticas ligadas à defesa e à segurança do país, tais como a Política de Defesa Nacional - PDN e a Política Militar de Defesa - PMD.

O MD é órgão executor da direção superior das Forças Armadas, constituídas pelo Comando da Marinha, Comando do Exército e Comando da Aeronáutica. Além de sua missão principal de preparação e execução da Política de Defesa Nacional, o Ministério da Defesa tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos, alguns dos quais de grande complexidade, tais como as operações militares combinadas, o orçamento de defesa, a política e estratégia militares, a logística militar, a mobilização nacional, o serviço militar e o desenvolvimento científico e tecnológico da área de defesa, dentre outros.

A atuação do Ministério da Defesa no ano de 2009 esteve voltada, basicamente, para os seguintes temas: A - Estratégia Nacional de Defesa, B - Defesa Terrestre, C - Defesa Naval, D - Defesa Aérea, E - Ação Combinada ou Conjunta das Forças Armadas, F - Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, G - Desenvolvimento da Aviação Civil e H- Ações de Apoio à Sociedade Civil, que comentamos a seguir.

A - Estratégia Nacional de Defesa

A Estratégia Nacional de Defesa - END, aprovada pelo Decreto nº 6.703/2008, trouxe como linhas gerais doze macrodiretrizes, destacando-se a necessidade de desenvolvimento da capacidade de monitoração do território nacional, das suas águas jurisdicionais e de seu espaço aéreo.

Quanto à reorganização da indústria nacional de defesa, a estratégia enfatizou a criação de regime regulatório e tributário especiais para a Indústria Nacional de Defesa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos, bem como o estabelecimento de parcerias com outros países.

O documento estabelece uma nova orientação para a Defesa Nacional e define objetivos e métodos de construção de uma nova estrutura para a defesa, em geral, e para as Forças Armadas nos próximos anos.

Nesse sentido, foram atualizados em 2009, os diversos documentos que orientam de forma sistemática o preparo e emprego das Forças Armadas para fazer frente às hipóteses de seu emprego.

Em cumprimento às determinações do Presidente da República, consubstanciadas na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa, o Ministério da Defesa elaborou em 2009 o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa - Paed, com o objetivo de harmonizar a nossa capacidade de defesa com o crescente nível de desenvolvimento e o papel de protagonista desempenhado pelo Brasil no cenário internacional.

O planejamento realizado considera o restabelecimento e o incremento, ao longo dos próximos 20 anos, de estrutura de defesa flexível, com capacidade de vigilância e monitoramento das áreas estratégicas, dotada de elevado grau de mobilidade e apta a ser empregada, conforme preconizado pela Estratégia Nacional de Defesa.

Da mesma forma, o planejamento leva em conta a necessidade de racionalidade administrativa, de coordenação de projetos comuns, de cooperação entre as Forças e de integração dos programas e projetos constantes do Paed com os demais segmentos da sociedade brasileira.

Nesse sentido, o Paed representa a consolidação dos detalhados Planos de Articulação e Equipamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, referenciados a metas de curto prazo (até 2014), de médio prazo (entre 2015 e 2022) e de longo prazo (entre 2023 e 2030), com os respectivos custos e prioridades.

B - Defesa Terrestre

No ano de 2009, o Exército Brasileiro - EB deu início ao planejamento das ações estratégicas necessárias à implementação da Estratégia Nacional de Defesa, que serão realizadas no espaço temporal de 2010 a 2030. Essas ações visam à continuidade do reaparelhamento e da reestruturação da Força Terrestre, de forma a permitir ao Exército uma gradual implantação das novas concepções.

Quanto ao preparo da Força Terrestre, ajustou-se às demandas dos planos estratégicos do Ministério da Defesa, o que permitiu o emprego judicioso dos esforços logísticos e financeiros, além de assegurar a efetividade na aplicação dos limitados recursos destinados à capacitação operacional e incrementar a interoperabilidade com as demais forças.

Destacaram-se também as atividades de ensino e pesquisa; o desenvolvimento da doutrina militar; o preparo contínuo dos quadros e a formação, a capacitação e o adestramento da reserva, visando à mobilização militar; bem como a busca pela reorganização do Sistema Operacional Logístico.

O Exército realizou, até outubro de 2009, 58 operações na faixa de fronteira, dentre elas 48 patrulhas de reconhecimento e 7 operações de grande vulto, das quais citamos as Operações Fronteira Sul e Curare, esta última na Região Amazônica.

No dia 10 de fevereiro de 2009, o EB prestou apoio sob a forma de transporte aéreo ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, na Operação Liberdade, no resgate de seis pessoas que estavam em poder das Forças Armadas

Revolucionárias da Colômbia - Farc, em território colombiano.

Nessa tarefa, militares do 4º Batalhão de Aviação em Manaus empregaram duas aeronaves HM-3 (Cougar) e uma aeronave HM-2 (Black Hawk).

No campo internacional, cabe citar a continuidade da participação das tropas do Exército Brasileiro no contingente das Forças Armadas junto à Organização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), onde o Brasil, há cinco anos, protagoniza os sucessos alcançados por aquela missão de paz no processo de estabelecimento de um estado democrático, estável e justo.

O acréscimo de cem militares na Companhia de Engenharia no Haiti tem possibilitado planejar e executar, com eficácia, a ampliação dos trabalhos de reforma de escolas e de hospitais, bem como a realização de obras de asfaltamento, pavimentação de vias, construção de instalações portuárias, hidráulicas, elétricas e de saneamento básico, além da participação ativa na qualificação de mão de obra local.

Em 2009, a Engenharia do Exército teve destacada participação em importantes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Dentre muitos outros trabalhos, prosseguiu-se a construção do Complexo Aeroportuário de São Gonçalo do Amarante-RN e do Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Como uma de suas mais relevantes missões do final de 2009, o Exército apoiou o Ministério da Educação na segurança da distribuição das provas do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, aplicado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2009. Nessa tarefa, o EB foi incumbido da guarda e escolta dos cadernos de questões durante o deslocamento da gráfica, em São Paulo, até os 64 postos de distribuição dos Correios nos estados.

Apesar das dificuldades existentes no exercício de 2009, as ações desenvolvidas pelo Comando do Exército - devidamente alinhadas com os macro-objetivos preconizados na Lei do Plano Plurianual - contribuíram para manter o poder de dissuasão da Força Terrestre. Entretanto, é importante ressaltar a necessidade de se continuar o processo de modernização operacional das Organizações Militares do Exército, de aquisição e revitalização de blindados, de implantações de brigadas da selva, bem como de construção do aquartelamento do Comando Militar do Planalto, a fim de dotar o Exército Brasileiro das condições necessárias ao desempenho de suas atividades.

C - Defesa Naval

A missão primordial da Marinha é preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da pátria. Essa atribuição requer constante manutenção do preparo das unidades navais e respectivas tripulações, além de fuzileiros, no adequado estado de prontidão operativa, para possibilitar o provimento da segurança da navegação aquaviária e o emprego do Poder Naval, sempre que necessário.

Tendo em vista essa constante necessidade de prontidão da Marinha do Brasil - MB, foram realizadas em 2009 diversas manobras militares pelas unidades da Esquadra, com a finalidade de manter o adestramento das tropas.

Essas operações contaram com a participação de unidades de marinhas amigas como as da Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Dinamarca, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Noruega, Peru, Portugal, Reino Unido, Turquia e Venezuela, dentre outras. Os navios da Esquadra também foram empregados em missões de fiscalização do tráfego aquaviário, inspeção e patrulha naval, em especial nas áreas das Bacias de Campos e Santos.

No Atlântico Sul, o país tem a responsabilidade sobre uma extensa área, denominada Amazônia Azul. O litoral mede cerca de 8.500 km de extensão, dotado de aproximadamente 40 portos, bem como uma malha hidroviária de 40.000 km de rios navegáveis.

Em 2009, foi criado o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial - Proarea, com o objetivo de identificar e avaliar a potencialidade mineral de áreas localizadas na região, além do limite de nossas águas jurisdicionais, de importância econômica e política estratégica para o Brasil.

Com essa finalidade, iniciou-se, em novembro de 2009 um trabalho de reconhecimento geológico para levantamento da potencialidade mineral dos depósitos de crosta cobaltífera da região da Elevação do Rio Grande, primeira desse gênero efetuada pelo Brasil, com o propósito específico de, futuramente, se requerer à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) uma área para prospecção e exploração mineral, conforme estabelece a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Dos assuntos afetos à Marinha do Brasil, ressalta-se a importância do Programa Antártico Brasileiro - Proantar, instituído em janeiro de 1982, com o objetivo de desenvolver pesquisas no Continente Antártico, para ampliar o conhecimento dos fenômenos naturais que ali ocorrem e sua repercussão no território brasileiro, e preservar o direito de o Brasil participar das reuniões consultivas periódicas sobre o Continente Antártico, conforme prevê o art. IX do Tratado da Antártida.

Uma das condições para permanência do Brasil nesse grupo é a manutenção da atividade de pesquisa científica, tal como o estabelecimento de estação científica ou o envio regular de expedição àquela região. Por essa razão, o Brasil mantém uma base denominada Estação Antártica Comandante Ferraz - EACF no Continente Antártico.

A importância da presença brasileira naquela região para a sociedade é o alto nível alcançado pela previsão meteorológica realizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, órgão que mantém uma equipe permanente na EACF, cujo trabalho beneficia todos os setores que necessitam de informação sobre o clima.

Em 2009, foi iniciada a Operação Operantar XXVIII, com a saída do navio de apoio oceanográfico "Ary Rongel" e do navio polar "Almirante Maximiano", que partiram do Rio de Janeiro em outubro e chegaram à Região Antártica no início de novembro. O tempo de permanência na região será de aproximadamente seis meses. Durante esse período, os navios serão utilizados, também, como plataforma para o desenvolvimento de atividades de campo para vários projetos.

Na presente expedição, o Programa Antártico Brasileiro desenvolverá atividades de pesquisa de projetos dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, como o de Monitoramento Ambiental e o da Criosfera; de dez projetos do Ano Polar Internacional (em continuação); e de dois projetos de demanda espontânea: Antropologia (UnB) e Arqueologia (UFMG).

Esses projetos versam sobre temas variados, tais como: mudanças ambientais na Antártica e seus impactos globais, monitoramento ambiental da Baía do Almirantado e estudos complementares sobre a fauna e flora local, dentre outros.

Ainda no âmbito das atividades da Marinha do Brasil, merece destaque o Programa Nuclear da Marinha - PNM, executado pelo Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo - CTMSP, que visa capacitar o país a dominar o ciclo do combustível nuclear e a desenvolver e construir uma planta de geração de energia elétrica, incluindo-se aí a confecção do reator nuclear.

Em 2009 continuaram em plena capacidade as atividades para o desenvolvimento do ciclo do combustível e do protótipo do reator para o submarino de propulsão nuclear, com previsão de prontificação de todo o Programa em 2014.

Tais atividades possibilitaram a inserção do Brasil no seleto grupo de detentores dessas tecnologias estratégicas, utilizadas em diversos segmentos, cujo conhecimento não é compartilhado.

O CTMSP também é responsável pela produção, em escala laboratorial, de matéria-prima utilizada em blindagem balística leve.

Possui, ainda, a capacidade de produção, em escala semi-industrial, de combustível nuclear avançado para emprego em usinas nucleares modernas, bem como pela produção de materiais cerâmicos especiais e desenvolvimento de sensores inerciais, ambos destinados ao setor militar e com aplicação no setor industrial e petrolífero.

Pode-se destacar o grande avanço na implantação da Unidade de Produção do Hexafluoreto de Urânio – Usexa, por meio das aquisições de equipamentos, instrumentação, válvulas especiais e sistemas para armazenamento de ácido fluorídrico.

Com o aproveitamento do arrasto tecnológico obtido no desenvolvimento do PNM, foram firmados convênios e contratos entre a Marinha e órgãos do Governo Federal, empresas públicas e privadas, em várias áreas, destacando-se a continuidade do contrato com as Indústrias Nucleares do Brasil - INB, pelo qual a Marinha constrói e comissiona cascatas de ultracentrífugas para enriquecimento isotópico de urânio, necessário à produção dos elementos combustíveis para utilização nas Usinas Nucleares de Angra dos Reis, e do convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para a implantação de uma cascata de enriquecimento isotópico no Laboratório de Enriquecimento Isotópico - LEI, no Centro Experimental Aramar.

Cabe ressaltar que o arrasto tecnológico do Programa Nuclear da Marinha apresenta inegáveis benefícios, tais como a nacionalização de itens que permitirá um incremento nas demandas às indústrias brasileiras, possibilidade de geração de energia elétrica, de empregos diretos e indiretos e desenvolvimento de equipamentos e processos para a produção de elementos radiofármacos aplicados à medicina nuclear.

D - Defesa Aérea

Em 2009, a Força Aérea Brasileira - FAB, além de suas atribuições constitucionais, exerceu as mais diversas atividades em prol do bem-estar da sociedade e do desenvolvimento do Brasil.

Para cumprir a missão de "Manter a Soberania no Espaço Aéreo Nacional, com vistas à Defesa da Pátria", deu seguimento ao Plano de Recuperação Operacional da Força Aérea, por meio da aquisição e modernização de equipamentos e de aeronaves.

Destaca-se no referido Plano, a incorporação de Aeronaves de Transporte e de Asas Rotativas e, ainda, a preparação e adequação da Infraestrutura de diversas Organizações Militares, para que pudessem receber os novos equipamentos.

Quanto à participação no Programa de Aceleração do Crescimento, a FAB atuou na recuperação de 11 aeródromos no estado do Amazonas localizados em Parintins, Maués, Barcellos, Manicoré, Fonte Boa, Eirunepé, Lábrea, Borba, Humaitá, Santa Isabel do Rio Negro e São Paulo de Olivença.

No tocante ao treinamento e capacitação da Força, foram realizados, em todas as regiões do território nacional, a Operação Porteira Fechada, com o objetivo de realizar o policiamento do espaço aéreo brasileiro, e o Exercício Comdaex, em Curitiba-PR, Canoas-RS e Santa Maria-RS, com o objetivo de realizar adestramento na condução de Operação de Defesa Aeroespacial.

Além dessas manobras, diversos exercícios operacionais foram conduzidos pelas quatro Forças Aéreas e os sete Comandos Aéreos Regionais, visando ao adestramento dos seus Estados-Maiores e das Unidades Aéreas subordinadas.

Com os recursos orçamentários recebidos na Ação 2048 - Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico - foi possível alcançar o esforço aéreo de 171.912 horas de voo, com um índice de disponibilidade anual médio de 57,32%, referentes à média de 274 aeronaves disponíveis.

No campo científico e tecnológico, o Comando da Aeronáutica atuou na pesquisa e no desenvolvimento de projetos de interesse de sua área de atuação, conduzidos pelos institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA.

Nesse contexto, a principal contribuição desse Comando para fomentar o parque aeroespacial brasileiro está na excelência da formação de recursos humanos, promovida pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA.

Atualmente, mais de 80% dos engenheiros graduados e mais de 90% dos mestrandos e doutorandos formados pelo Instituto atuam em empresas do setor aeroespacial. Em 2009, o ITA formou 29 doutores e 180 mestres.

Quanto às pesquisas e ao desenvolvimento na fronteira do conhecimento, cabe registrar que o Brasil, por meio do DCTA, vem se destacando no cenário internacional, ao realizar os ensaios de um modelo em escala da aeronave hipersônica denominada 14-X, no maior túnel aerodinâmico hipersônico da América Latina.

O DCTA, ainda, concebeu e instalou a infraestrutura laboratorial para realizar, em 2009, o primeiro ensaio no mundo de um modelo de veículo hipersônico propulsado a laser, além de desenvolver o primeiro Motor Aeronáutico a Pistão Flex no mundo, que foi projetado, e será certificado, para operar em pequenas aeronaves da aviação civil.

No domínio das tecnologias estratégicas, o DCTA, em parceria com empresas do parque aeroespacial brasileiro, acionou, em laboratório, o primeiro Turbocreator Aeronáutico Brasileiro a querosene de aviação, o que insere o Brasil no seleto grupo de países que detêm tal tecnologia. O DCTA realizou, também, o ensaio de queima em banco do Motor S-43, que é um propulsor a propelente sólido usado nos 1º, 2º e 3º estágios do Veículo Lançador de Satélite (VLS-1) brasileiro.

Além disso, obteve também a certificação do Foguete Suborbital VSB – 30, cujo desenvolvimento foi iniciado em 2001, pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), em parceria com a Agência Espacial Alemã (DLR). O Foguete VSB - 30 será usado para realizar estudos científicos em ambiente de microgravidade.

Após o acidente com o VLS - 1, a Agência Espacial Brasileira - AEB solicitou que o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial - IFI do DCTA passasse a atuar como órgão certificador dos produtos aeroespaciais brasileiros, haja vista sua comprovada capacidade de certificação na área de produtos para a Aeronáutica em geral.

O processo de certificação do foguete VSB - 30 foi o primeiro a ser totalmente realizado pelo IFI. A certificação de um veículo espacial coloca o Brasil na vanguarda da atividade de certificação de veículos espaciais, de extrema importância para a soberania nacional.

No Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), em Natal – RN, foram realizados seis rastreios do foguete Ariane, do voo 187 ao 192, em cumprimento ao acordo internacional firmado com a Agência Espacial Européia. Também foi efetivada, com êxito, a Operação Fogtrein II, com o lançamento do Veículo de Treinamento Básico e de dois foguetes de treinamento.

O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab) representa uma atividade vital para o desenvolvimento do país, pois traz, na sua essência, a viabilização de objetivos nacionais relevantes, como a preservação da soberania e da integridade nacionais, além da prestação de serviço de utilidade pública, traduzido pelo provimento de segurança, fluidez e regularidade na circulação de veículos no espaço aéreo nacional, onde se inclui a indispensável atividade de transporte aéreo, destacando-se como principais realizações os seguintes programas:

- Implantação de Meios de Vigilância do Espaço Aéreo - continuidade à implantação ou substituição de Sistemas de Radar de Terminal, nas localidades de Natal, Fortaleza, Porto Seguro, Macaé, Navegantes e Rio de Janeiro. Deu-se início ao processo de compra de seis Sistemas de Radares de Longo Alcance para a substituição dos atuais radares existentes em Chapada dos Guimarães, Santa Teresa, Três Marias e Tanabi, bem como ao incremento desses tipos de radares nas localidades de Teresina e Palmas;

- Implantação de Meios de Apoio às Operações Aéreas Militares - instalação, no Aeródromo de Porto Velho, de Sistema de Radares Transportáveis do tipo GCA, composto por Radares Primário e Secundário de Área Terminal e Radar de Aproximação de Precisão. Além disso, deu-se continuidade às modernizações dos Radares de Aproximação de Precisão existentes nas localidades de Santa Cruz, Santa Maria, Canoas e Anápolis;

- Implantação de Meios de Meteorologia Aeronáutica - implantação de Radar Meteorológico na localidade de São Luís, o qual se integrou a um conjunto de outros dez radares que já se encontram em operação na Amazônia Legal; início da instalação de novas Estações Meteorológicas de Superfície recém-adquiridas, em onze aeródromos, dentre os quais, Eduardo Gomes, Belém, São José dos Campos, Pirassununga, Uberlândia, Porto Seguro e Cachimbo. Iniciou-se também a modernização de trinta Estações Meteorológicas de Altitude e o processo para aquisição de outras quinze Estações Meteorológicas de

Superfície, que serão empregadas em vários aeródromos nacionais, visando à segurança das operações de pouso e decolagem.

Quanto ao gerenciamento de tráfego aéreo, foi realizada a reestruturação da circulação aérea para a Área de Controle Terminal Belo Horizonte (TMA-BH), com redirecionamento das aerovias para Vitória, Brasília e São Paulo, e ativação de novos procedimentos de saída e chegada para os Aeroportos de Confins e Pampulha, assim como o redirecionamento e ativação de Rotas de Navegação de Área - RNAV de longo curso, para permitir a redistribuição do tráfego de maneira equilibrada entre as Regiões de Informação de Voo (FIR) nacionais.

Na área de Tecnologia da Informação, foram realizadas a modernização e a padronização de torres de controle, a inauguração das novas torres de Congonhas e Galeão e iniciados trabalhos nas torres de Curitiba, Confins, Belém e Florianópolis.

No que concerne aos Serviços de Navegação Aérea, sob a responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - Decea, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro obteve da Organização de Aviação Civil Internacional, a segunda colocação em termos de conformidade, com um índice de 95%.

Este resultado coloca o Brasil num patamar de destaque, superior a diversos países desenvolvidos, como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Austrália.

Merecem registro os resultados obtidos pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - Cenipa, que atingiu um nível de conformidade de 96%, empatado com o primeiro colocado no ranking mundial, a EASA (*European Aviation Safety Agency*), e à frente de países como os Estados Unidos, Canadá, França, Itália, Alemanha, Austrália, China e Índia.

No que tange à projeção do Brasil na América do Sul, tendo como enfoque principal o emprego conjunto de meios destinados à detecção, interceptação e adoção de medidas de policiamento do espaço aéreo contra tráfegos ilícitos simulados, na área da fronteira entre o Brasil e países limítrofes, a FAB realizou as seguintes operações internacionais: Prata VI - Operação com a Força Aérea Argentina, executada a partir de Santa Maria - RS, para proteção da fronteira do Brasil com a Argentina; Colbra III – Operação com a Força Aérea Colombiana, executada a partir de São Gabriel da Cachoeira – AM com vistas a resguardar a fronteira do Brasil com a Colômbia; e Parbra II - Operação com a Força Aérea Paraguaia, desenvolvida a partir de Assunção, para proteger a fronteira do Brasil com o Paraguai.

A FAB também participou da Operação Salitre, em outubro de 2009, no Chile, tendo como objetivo realizar uma operação de grande porte, que envolveu a Aviação de Caça e Aeronaves de Reabastecimento em Voo, integradas com as Aviações similares das Forças Aéreas do Chile, Argentina e Estados Unidos e França.

No relacionamento com as demais Forças Armadas brasileiras, a FAB apoiou a Marinha do Brasil na Operação Patnav/Atlântico, que teve como objetivo realizar a patrulha marítima, em cumprimento às ações de vigilância do mar.

Apoiou, também, a missão de fiscalização do cumprimento das normas e leis estabelecidas nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e no Programa Antártico Brasileiro, coordenado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, com o transporte de equipamentos, materiais e pessoal, com alocação de 450:00 horas de voo.

A FAB apoiou o Exército Brasileiro no Plano de Missões Conjuntas - PMC; no Plano de Apoio à Amazônia - PAA, com a previsão de utilização de 1.432:00 horas de voo; e também o Contingente de Militares Brasileiros no Haiti, integrante da Força de Paz da ONU, sob coordenação do Ministério da Defesa do Brasil/ONU, com o objetivo de manter a ordem política e social naquele país, com a previsão de utilização de 884:25 horas de voo.

E - Ação Combinada e Conjunta das Forças

Para o cumprimento da destinação constitucional das Forças Armadas, o Ministério da Defesa realiza, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa - EMD, exercícios de operações conjuntas, visando ao adestramento das Forças, com o objetivo de mantê-las preparadas, de maneira que estejam em condições de, a qualquer tempo e quando acionadas, promover a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem em nosso país, com atuação integrada.

Dessa forma, o EMD tem adotado a sistemática de promover, anualmente, a realização de planejamentos conjuntos, tanto em nível estratégico como em nível operacional, que são testados, no ano seguinte, com a realização de exercícios operacionais de adestramento, os quais ocorrem nas mais diversas regiões do país.

Tais exercícios, denominados Operações Combinadas/Conjuntas, têm por objetivo estratégico, além do treinamento e da integração, demonstrar as capacidades e o poder dissuasório das Forças Armadas Brasileiras, nas diversas áreas de interesse estratégico do Brasil.

Outra meta a ser alcançada consiste em agregar capital intelectual aos participantes, para permitir o aumento da interoperabilidade entre os diversos sistemas das Forças, bem como a atualização da Doutrina Básica de Emprego Combinado.

Nessa linha de ação, o Estado-Maior de Defesa coordena e realiza seminários e cursos sobre temas militares, voltados principalmente para o emprego das Forças e para as operações de paz.

Esses eventos destinam-se a ampliar a interação entre os integrantes das três Forças, difundir e ampliar conhecimentos, estabelecer doutrina e formas de atuação, de modo a tornar o emprego conjunto cada vez mais eficaz.

No contexto das ações combinadas, destaca-se a atuação das Forças Armadas Brasileiras na Missão de Paz no Haiti, onde Marinha e Exército, com apoio logístico da Força Aérea, participam do esforço internacional conjunto de trazer a paz e o desenvolvimento para aquele país.

Ainda, em nível internacional, são realizadas reuniões e treinamentos envolvendo os Estados-Maiores de Forças Armadas de países amigos, o que possibilita a troca de experiências e conhecimentos, além de aproximar as Forças, contribuindo com as medidas de confiança mútua e com a política externa brasileira.

As ações combinadas ou conjuntas das Forças Armadas foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Preparo e Emprego das Forças Armadas, cujo objetivo é atender à necessidade de proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e de elevada capacidade operacional, com as Forças Armadas atuando de forma combinada ou conjunta.

As principais realizações do Programa, no exercício de 2009, estão detalhadas adiante, uma vez que esse se constitui um dos cinco programas estruturantes do Ministério da Defesa.

F - Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero administra 67 aeroportos, 34 terminais de logística de carga e 80 estações de apoio à navegação aérea, e está presente em todas as unidades da Federação.

Os aeroportos administrados pela Infraero concentram cerca de 97% do movimento do transporte aéreo regular. O número de pousos e decolagens equivale a 2,3 milhões de aeronaves nacionais e estrangeiras, conforme nova metodologia de cálculo, que transportam aproximadamente 124,7 milhões de passageiros por ano.

Em 2009, a Infraero realizou investimentos estratégicos, que se alinham com as diretrizes do Governo Federal, as quais visam promover o crescimento com sustentabilidade, geração de empregos e distribuição de renda.

Esses investimentos destinaram-se a suprir as necessidades de ampliação da capacidade de operação dos aeroportos, imposta pelo aumento da demanda e pela necessidade de manutenção da qualidade, segurança, conforto e eficiência operacional da rede de aeroportos e unidades de navegação administrados pela empresa.

A fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do país, os investimentos foram direcionados aos aeroportos com maior grau de comprometimento da capacidade de tráfego de aeronaves, passageiros e carga, bem como àqueles de interesse estratégico do Governo Federal.

A infraestrutura aeroportuária brasileira, que pode ser equiparada aos padrões internacionais, está sendo modernizada para atender à demanda dos próximos anos. Para isso, a empresa pratica um plano de obras arrojado, que abrange praticamente todos os aeroportos por ela administrados e gera mais de 50 mil empregos em todo o Brasil.

Garantir a segurança de milhares de passageiros que transitam diariamente pelos aeroportos brasileiros é preocupação constante da Infraero. Sendo assim, no ano de 2009, a Empresa priorizou ações que visaram a ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária brasileira, buscando o cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo Federal, de manter a segurança operacional e a adequação da infraestrutura aeroportuária.

O grande desafio da Infraero tem sido compatibilizar o crescente aumento da demanda de passageiros com a manutenção do conforto e da segurança de todos os que utilizam os terminais administrados pela Empresa. Por isso, traçou novas estratégias e objetivos e criou um plano para fortalecer ainda mais a segurança aeroportuária e o conforto dos milhões de usuários que, cada vez mais, utilizam os aeroportos brasileiros.

O Programa de Desenvolvimento de Aeroportos da Infraero concentra a maioria dos recursos investidos no Plano de fortalecimento da segurança dos aeroportos.

Em 2009, esses investimentos foram direcionados para a recuperação do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional do Galeão; a execução de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização horizontal e de obras de infraestrutura de sistemas de auxílio e proteção ao vôo do novo complexo aeroportuário em São Gonçalo do Amarante; a revitalização, modernização e manutenção do primeiro e do segundo terminal de passageiros do Galeão a ampliação e reforço do pátio de aeronaves e da pista de pouso/decolagem do Aeroporto de Parnaíba e a desapropriação das áreas para viabilizar a construção da segunda pista do Aeroporto Internacional de Campinas dentre outros

No Programa de Desenvolvimento da Segurança Aeroportuária, destacam-se como principais resultados a reforma e modernização de equipamentos de segurança, responsáveis pelo funcionamento de áreas imprescindíveis à segurança aeroportuária e a modernização dos equipamentos utilizados para proteção contra atos ilícitos.

Destacam-se ainda os investimentos voltados aos módulos de segurança aeroportuária, que envolveram ações de reforma, ampliação, adequação e modernização dos componentes indispensáveis à otimização da segurança, bem como reforma de guaritas, cercas e muros, o que permitiu melhorias no sistema de proteção perimetral dos aeroportos, e por fim a reforma dos postos de primeiros socorros visando melhorias nos atendimentos médicos de emergência e modernização dos sistemas de vigilância.

Nas iniciativas do Programa de Desenvolvimento de Tecnologia, Sistemas Aeronáuticos e Aeroportuários, a realização dos investimentos contribuiu para a melhoria da infraestrutura para suporte de sistemas, bem como para o desenvolvimento e modernização dos sistemas

administrativos, provendo, desta forma, aumento na eficácia e eficiência dos serviços prestados pela Infraero.

Destaca-se ainda a melhoria da infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia, o que aumentou a capacidade, integridade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços prestados, proporcionando maior produtividade dos sistemas operacionais e de navegação aérea, assim como a atualização dos equipamentos para a sustentabilidade dos sistemas administrativos da Infraero, visando à continuidade dos serviços prestados e abrangendo a gestão de riscos e segurança da informação da Tecnologia da Informação.

Por fim, o Programa de Gestão Ambiental vem pautando o planejamento orçamentário, com foco no cumprimento das condicionantes legais dos processos de licenciamento ambiental, bem como no atendimento da Política Ambiental da Empresa, que é assegurar a minimização dos impactos ambientais decorrentes da implantação, operação e da expansão dos aeroportos.

G - Aviação Civil

No campo técnico, a segurança operacional dos serviços aéreos e da aviação geral permanece como prioridade no escopo das atividades rotineiras da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e dos demais integrantes do Sistema de Aviação Civil. Consolidou-se, assim, em 2009, o foco setorial em torno do trinômio segurança-regularidade-pontualidade.

Dos resultados obtidos, destaca-se a redução de 23% no número de acidentes da aviação geral em relação ao ano anterior. Nesse sentido, foi aprovado nos termos da Resolução nº 106, de 30/6/2009, o Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional - SGSO, que vem se consolidando como eficiente ferramenta para a redução dos acidentes aeronáuticos no país.

A partir da constatação de que parcela significativa dos acidentes aeronáuticos ocorre na aviação geral, a ANAC instituiu a obrigatoriedade de adoção dos programas de segurança operacional desse segmento. Dessa forma, a Agência investiu em capacitação profissional por meio da realização de cursos de gerenciamento da segurança operacional, nos quais se formaram cerca de 210 gestores de segurança operacional para a aviação geral.

Merece destaque na área de certificação, a emissão do Certificado de Homologação de Tipo da aeronave EMB-505, de fabricação nacional, o que permitiu também a certificação de outros países e viabilizou a exportação das aeronaves produzidas pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - Embraer. Nesse sentido, foram emitidos 270 certificados de aeronavegabilidade de novos aviões destinados tanto à exportação, quanto ao mercado interno, e mantidos 29 acordos internacionais relacionados à certificação de produtos.

Empenhada na ampliação e consolidação de uma política de capacitação e desenvolvimento de pessoas para a aviação civil, a ANAC assinou, em setembro de 2009, o Protocolo de Intenções do Pólo de Capacitação Aeronáutica, em São José dos Campos (SP). Essa iniciativa visa ao incentivo do surgimento de novos profissionais na área de tecnologia, uma vez que esse é um mercado em forte crescimento.

O objetivo é tornar os profissionais aptos a atender as demandas futuras da indústria do setor, que tem em São José dos Campos um dos maiores fabricantes de aeronaves do mundo, a Embraer.

No ano de 2009, o tráfego aéreo no Brasil teve um crescimento de aproximadamente 17,65% no fluxo de passageiros transportados em relação ao ano anterior. No entanto, a demanda por voos internacionais, impactada pela crise econômica mundial no primeiro semestre, não apresentou variação significativa, apesar de sua recuperação de aproximadamente 6% no segundo semestre.

Grande parte desse crescimento foi impulsionada pelo estabelecimento da liberdade tarifária, que já vigorava nos voos domésticos. Em 2008, essa prática foi ampliada para os trechos da América do Sul e, em 2009, foi gradativamente estendida para todos os voos internacionais. Há previsão legal de que essa liberdade tarifária seja totalmente praticada em 2010, conforme dispõe a Resolução nº 83, de 22/4/2009.

Destaca-se ainda a revisão das normas internacionais referentes às áreas de aeronavegabilidade, infraestrutura e de segurança operacional, que atingiu, até novembro de 2009, 30% dos regulamentos revistos, atualizados e transformados em Regulamentos Brasileiros de Aviação Civil, alinhados com a Lei nº 11.182/2005, com os anexos da Convenção de Chicago e com as melhores práticas internacionais.

No campo das relações internacionais, o Brasil passou por uma auditoria realizada pela Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, que elevou de 62,6% para 87,3% a avaliação do país no cumprimento das normas internacionais da aviação.

A média mundial entre os países auditados pela OACI é de 58%. De acordo com a Organização, o Brasil ocupa o 9º lugar entre todos os países auditados e, considerando-se somente os integrantes do G-20, a posição brasileira é o 5º lugar. Os protocolos da ANAC – que correspondem a 70% da auditoria da OACI – atenderam a 84% das exigências.

Ainda no ano de 2009, a *Federal Aviation Administration - FAA*, órgão regulador nos Estados Unidos, concedeu 100% de aprovação à aviação brasileira, nas áreas de aeronavegabilidade, segurança operacional e habilitação da ANAC. Isso significa a manutenção do Brasil na 1ª categoria dos países que mantêm tráfego aéreo com os Estados Unidos, o que habilita as empresas brasileiras a voarem para aquele país sem restrições.

A ANAC, seguindo as orientações de seu marco regulatório para o mercado internacional (Lei nº 11.182/2005;

Resolução nº 07/Conac e PNAC), renegociou 26 acordos bilaterais com os seguintes países: África do Sul, Austrália, Bélgica, Chile, Cingapura, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, França, Luxemburgo, Peru, Reino Unido, Rússia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela, Panamá, Angola, Hong Kong, Coréia, Colômbia, Moçambique, Israel, Egito, República Dominicana, Suriname e Marrocos.

No cumprimento do marco regulatório instituído, as delegações negociadoras objetivaram a melhoria do acesso a mercados. Em primeiro lugar, buscou-se a eliminação de restrições à oferta de novos serviços e o combate a eventuais reservas de mercado, ampliando-se substancialmente o número de frequências mistas acordadas nos mercados identificados.

Por constituir-se em insumo direto à cadeia produtiva de outros setores da economia brasileira, atenção especial foi concedida ao mercado de carga com origem e destino Brasil.

Ainda no que diz respeito a acesso a mercados, foram flexibilizadas as disposições quanto a quadro de rotas e direitos de tráfego. No que tange à necessidade de modernização de acordos, foram sistematicamente renegociadas as cláusulas sobre designação, tarifas e código compartilhado.

H - Ações de Apoio à Sociedade Civil

Projeto Rondon

Sob a coordenação do Ministério da Defesa, o Projeto Rondon foi reinaugurado pelo Governo Federal em janeiro de 2005, depois de ficar desativado por 14 anos. Durante o período de férias escolares, professores e estudantes universitários são levados a regiões carentes do país, para colaborar no processo de desenvolvimento sustentável nas comunidades visitadas. Essa oportunidade proporciona aos participantes o conhecimento da realidade nacional e a formação de mentalidade cívica e solidária, o que contribui para a consolidação do sentimento de responsabilidade social.

O Projeto é realizado por meio da parceria entre as Forças Armadas, que fornece o suporte logístico e a segurança necessários às operações, e diversos ministérios, e conta ainda com a colaboração de governos estaduais, prefeituras municipais, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não-Governamentais, de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de Organizações da Sociedade Civil.

Os "rondonistas" realizam atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Destacam-se as campanhas educativas relacionadas à proteção dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, gravidez precoce, uso de drogas ilícitas e prevenção de DST e AIDS; elaboração de projetos técnicos (de engenharia e de saneamento ambiental) para a construção de aterros sanitários e para a coleta e tratamento de resíduos sólidos; capacitação de recursos humanos das prefeituras em gestão pública e em gestão de projetos e organização e capacitação dos Conselhos Municipais.

Em 2009 foram habilitados 1.770 "rondonistas" de 235 Instituições de Ensino Superior (IES), que atuaram em 120 municípios dos estados do Amazonas, Pará, Roraima, Goiás, Paraíba e Rio Grande do Sul. Desde a primeira operação, após a reativação do projeto em janeiro de 2005 e até dezembro de 2009, foram habilitados 6.538 "rondonistas" de 697 IES, que atuaram em 440 municípios.

Combate a Pandemias e Epidemias

Em 2009, o Ministério da Defesa prosseguiu com as ações de preparação para eventual necessidade de atuação das Forças Armadas, dentro do esforço governamental de enfrentamento de uma pandemia de influenza. A ênfase foi dada às ações de prevenção da Influenza A - H1N1 inicialmente denominada "gripe suína".

O Ministério realizou, no exercício de 2009, atividades de coordenação, elaboração e atualização dos Planos de Aeroportos, de Portos e de Fronteiras, referentes às ações de preparação em face da pandemia de influenza, com grande repercussão no ambiente de saúde pública nacional; apoiou, por meio de equipamentos eletrônicos de comando e controle e de pessoal militar especializado, os simulados conduzidos pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com vistas ao enfrentamento do vírus da influenza em áreas remotas, supostamente infectadas; utilizou os laboratórios militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em conjunto com a Fiocruz/MS, para a produção do medicamento "oseltamivir", recomendado pela OMS, com vistas ao tratamento de pacientes infectados.

As Forças Armadas, sob a coordenação do Ministério da Defesa, atuaram ainda no combate à epidemia de dengue no estado da Bahia, nos meses de março e abril de 2009. A atuação foi voltada ao combate ao vetor e identificação dos locais contaminados.

As Forças viabilizaram o deslocamento de equipes médicas em áreas de difícil acesso. Essas ações permitiram diminuir a incidência da doença e possibilitaram o atendimento médico a milhares de pessoas, de modo a minorar os problemas da população afetada pela dengue.

A Marinha do Brasil também participou de ações de combate à dengue em quase todo o Brasil, em parceria com diversos órgãos governamentais, destacando-se a atuação no Rio de Janeiro, Bahia, Pará e Amazonas.

No exercício de 2009, o Exército apoiou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, no controle da proliferação da gripe A - H1N1 e no controle sanitário das passagens de fronteiras nos estados do Acre, Roraima, Amapá, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De janeiro a março de 2009, o Exército desenvolveu operações em apoio às secretarias

municipais de saúde dos estados do Pará, Acre e Goiás, nas ações de combate ao mosquito transmissor da dengue.

Apoio às Eleições Municipais Suplementares de 2008

No decorrer do ano de 2009, sob a coordenação do Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior de Defesa, as Forças Armadas prestaram apoio ao Tribunal Superior Eleitoral - TSE na execução da logística e na segurança institucional, por meio de ações para garantir a lei e a ordem nas eleições municipais suplementares de 2008, atuando em oito municípios de vários estados, sendo eles: Feijó/AC; São Pedro do Piauí/PI; Francinópolis/PI; Coari/AM; Japurá/AM; Amarante do Maranhão/MA; Centro Novo do Maranhão e Vila Nova dos Martírios/ MA, onde aconteceram novas eleições.

Apoio ao Ministério da Educação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

O Ministério da Defesa, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa, apoiou, no período de 3 a 6 de novembro, a realização das provas do Enem. Esse apoio limitou-se à guarda, segurança e transporte das provas das agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT aos seus locais de realização. Ao Exército Brasileiro coube armazenar e guardar, em várias Organizações Militares, os paletes que continham as provas, até serem enviados aos pontos de distribuição e locais de realização do Exame, em 74 diferentes municípios de todas as unidades da Federação. A Marinha, por sua vez, transportou funcionários e provas a onze municípios de difícil acesso no estado do Amazonas, utilizando-se de um navio-patrulha e onze lanchas. A Força Aérea, a exemplo da Marinha, realizou o transporte de pessoal e material, utilizando-se de uma aeronave Brasília e duas aeronaves Caravan, em oito municípios do estado do Amazonas; cinco do Acre e um em Roraima.

Ajuda Humanitária Internacional

Por solicitação do Ministério das Relações Exteriores, o Estado-Maior de Defesa - EMD coordenou o transporte de alimentos e medicamentos para doação, em caráter de assistência humanitária, aos flagelados por desastres naturais em vários países do continente latino-americano, entre eles: Cuba, Haiti, República Dominicana, Bolívia e Equador, utilizando aeronaves da Força Aérea Brasileira e navios da Marinha do Brasil.

Demais ações do Ministério da Defesa em prol da Sociedade Civil

No Rio Grande do Sul, a Marinha prestou apoio ao resgate dos desabrigados, que tiveram suas residências inundadas pelas águas do Canal São Gonçalo, na localidade do Capão do Leão-RS. O mau tempo, com fortes chuvas e ventos de aproximadamente 100 km por hora, interrompeu estradas na região sul do estado, o que impediu, inclusive, o acesso à capital pela BR-116 e deixou várias famílias desabrigadas, sem luz e abastecimento de água.

A Capitania dos Portos do Piauí atendeu à solicitação das Prefeituras Municipais de Parnaíba e Esperantina, no apoio às vítimas das enchentes no estado do Piauí e contribuiu com pessoal, embarcações e viaturas; realizou a evacuação de enfermos e de famílias ilhadas, além de entregar alimentos e medicamentos aos desabrigados.

Os navios pertencentes às diversas Forças Distritais realizaram ações de controle de tráfego marítimo e fluvial, inspeção naval e missões de caráter assistencial. A participação de navios de assistência hospitalar nessas ações possibilitou o incremento do atendimento médico-hospitalar às comunidades carentes.

Merecem destaque também as assistências hospitalares e as ações cívico-sociais realizadas pela Marinha em 453 localidades da Região Norte e 79 localidades da Região Centro-Oeste. Ao todo foram efetuados 57.402 atendimentos médicos e 68.851 atendimentos odontológicos, dentre outros procedimentos e exames; e prestou-se assistência a vítimas das enchentes nas Regiões Norte e Nordeste, em 19 localidades, onde foram realizados 1.300 atendimentos médicos-odontológicos, 10.000 procedimentos ambulatoriais, transporte de 35 toneladas de gêneros e medicamentos e resgate de 200 pessoas.

Dentre as mais de 111 operações de socorro e salvamento realizadas em 2009, cabe destacar a operação de busca por sobreviventes e destroços da aeronave da Air France, voo 447, acidentada em águas de responsabilidade SAR (*Search and Rescue*) do Brasil, distante das bases da MB, onde foram empregados onze navios e seis aeronaves embarcadas, envolvendo 1.350 militares.

Por sua vez, o Exército apoiou diversos órgãos e empresas, para os quais forneceu alimentação, transporte e alojamento de pessoas e materiais de combate a incêndios, e realizou operações de busca e salvamento. Pode-se citar como exemplo de entidades apoiadas, o Ibama; o Ministério Público Federal; a Companhia Vale do Rio Doce; a Primeira Comissão Demarcadora de Limites - PDCL; a Petrobrás; o grupo de trabalho responsável pela identificação de corpos dos guerrilheiros e militares mortos no episódio conhecido como "Guerrilha do Araguaia"; a Polícia Federal; o Corpo de Bombeiros do Estado do Acre; a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT.

Em função das fortes chuvas que atingiram diversas regiões do Brasil, o Exército desenvolveu importante apoio em prol das vítimas.

Foram realizadas as atividades de assistência às populações desabrigadas, principalmente na evacuação de pessoas isoladas pelas águas, desobstrução de vias, transporte e distribuição de geradores de energia, caixas d'água, colchões, cobertores, roupas e alimentos.

O Exército Brasileiro continuou o desenvolvimento da Operação Pipa, destinada a minorar o sofrimento imposto à população do sertão nordestino pela seca constante.

A operação em questão compreendeu o planejamento, a coordenação, a fiscalização, o transporte, a desinfecção e a distribuição da água potável nas microrregiões em situação de emergência.

Particularmente, cabe ressaltar a participação da FAB, em 2009, no socorro às vítimas das enchentes nas regiões atingidas no estado de Santa Catarina, ocasião em que foram transportados 2.088 passageiros e 523.148 kg de carga. O Hospital de Campanha da Aeronáutica - HCAMP, instalado no Vale do Itajaí, atendeu, em 19 dias, um total de 2.916 pessoas e distribuiu mais de 63 mil medicamentos. Do mesmo modo, avultou os trabalhos da busca e resgate das vítimas do acidente aéreo ocorrido no Oceano Atlântico com o Airbus A-330 da Air France, Voo 447, em 31 de maio de 2009, quando foram voadas 1.335:00 horas, com 10 aeronaves e 250 militares deslocados.

A FAB prestou apoio a diversos órgãos e entidades, principalmente, no transporte de cargas e pessoas.

Como exemplo, pode ser citado o transporte de agentes da Polícia Federal, para participar de diversas operações realizadas em vários pontos do país; o transporte do efetivo que participou das operações da Força Nacional de Segurança Pública para diferentes regiões do país; o apoio às operações da Justiça no traslado de presos entre as diversas penitenciárias federais; o apoio ao Projeto Rondon e ao Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam e o apoio à Comissão Demarcadora de Limites, na busca e ratificação dos marcos fronteiriços do extremo norte do país.

As aeronaves do Comando-Geral de Operações Aéreas - Comgar foram constantemente acionadas para apoio aos cidadãos necessitados de atendimento emergencial, com destaque para o apoio às vítimas de enchentes do Nordeste, nas regiões atingidas nos estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte.

Também foram utilizadas para apoiar operações de combate a incêndios florestais, evacuação aeromédica, assim como a Missão de Misericórdia (MMI), realizada para remover enfermos e feridos, para locais com melhores condições de atendimento médico-hospitalar.

O Comgar, por intermédio dos Comandos Aéreos Regionais e Bases Aéreas, promoveu diversas operações Aciso (ação cívico-social), por conta própria ou em cooperação com diversas organizações de assistência social das localidades envolvidas, para levar às comunidades carentes atendimento médico, odontológico, laboratorial e psicológico, medicamentos e alimentos, lições de cidadania e a esperança em uma vida melhor.

No que concerne à campanha de vacinação, a FAB transportou profissionais da Fundação Nacional de Saúde - Funasa para realização de campanhas em cerca de 450 comunidades isoladas do interior do país.

Destaca-se, também, o transporte dos técnicos da Comissão do IBGE e da *Land and Survey Comissione* até os pontos mais setentrionais do país, com a utilização de helicópteros; o apoio ao Programa Calha Norte – iniciativa coordenada pelo Ministério da Defesa para apoio às áreas de fronteira internacional da Região Amazônica; e atendimentos específicos à Presidência da República, Ministérios, Poder Legislativo e Poder Judiciário, na esfera federal.

Considerando a orientação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no sentido de empregar todas as forças disponíveis para minorar o sofrimento das populações mais carentes e assisti-las com os meios possíveis para acelerar seu desenvolvimento na direção da cidadania plena, o Comando da Aeronáutica incrementou, em 2009, as atividades do Correio Aéreo Nacional, voltadas especialmente para os setores mais longínquos do território.

Execução Orçamentária do Ministério da Defesa

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Função Defesa Nacional

A Constituição Federal estabelece, no art. 21, III, que compete à União assegurar a Defesa Nacional. Segundo o art. 142 da CF, as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Execução Orçamentária das Ações Relativas à Função Defesa Nacional

O orçamento de 2009 do Ministério da Defesa foi contemplado nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, na função Defesa Nacional, com o montante de R$ 29.272,4 milhões em dotações orçamentárias, distribuídos nos seguintes grupos de despesas:

- Pessoal e Encargos Sociais: R$ 15.019,1 milhões;
- Outras Despesas Correntes: R$ 7.157,5 milhões;
- Investimentos: R$ 7.080,2 milhões;
- Inversões Financeiras: R$ 15,6 milhões.

Desse valor, foram empenhados R$ 26.147,14 milhões, por meio, principalmente, das unidades orçamentárias dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que empenharam cerca de R$ 21.800,0 milhões, o que representou 83,4% do total executado, especialmente pelo fato de essas unidades concentrarem o pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais. O demonstrativo seguinte apresenta os valores empenhados na função, ao longo dos últimos cinco exercícios financeiros. Verifica-se um crescimento mais acentuado nos últimos três exercícios, devido principalmente aos reajustes salariais ocorridos nesse período, aliado aos gastos com a Defesa Aérea, fato abordado no tópico apresentado adiante que trata dos empenhos nas subfunções.

em R$ milhões

DEFESA NACIONAL	EMPENHADO				
	2005	2006	2007	2008	2009
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	15.374	16.806	19.517	22.471	26.147

Fonte: Siafi em 11/1/2010

Execução Orçamentária nas Subfunções

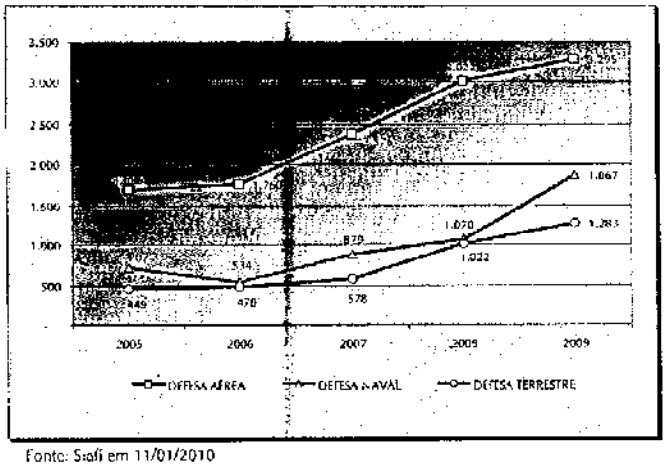
A seguir, apresenta-se um quadro com as despesas empenhadas, referentes às subfunções típicas da função Defesa Nacional, bem como daquelas combinadas a outras funções. Ressalte-se o montante significativo de despesas da função Defesa Nacional em subfunções atípicas, a exemplo da "Administração Geral", do programa "Apoio Administrativo", e a "Assistência Hospitalar e Ambulatorial" do Programa "Serviço de Saúde das Forças Armadas", responsáveis, respectivamente, por 62,4% e 4,4% dos valores empenhados na função, o que equivale a R$ 17,5 bilhões.

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL POR SUBFUNÇÕES	
	EMPENHADO	%/DOTAÇÃO AUTORIZADA
SUBFUNÇÕES TÍPICAS	6.445	71,5%
151 Defesa Aérea	3.295	88,2%
152 Defesa Naval	1.867	40,6%
153 Defesa Terrestre	1.283	89,2%
OUTRAS SUBFUNÇÕES	19.702	97,3%
TOTAL	26.147	89,3%

Fonte: Siafi em 11/01/2010

O gráfico seguinte apresenta a evolução, nos últimos 5 anos, dos valores empenhados nas subfunções típicas. Observa-se que as despesas correspondentes à subfunção "Defesa Aérea" é invariavelmente superior às demais, em vista das ações destinadas à aquisição e modernização de aeronaves e à logística de aviação (combustíveis e material de aviação), além das voltadas ao controle do espaço aéreo e infraestrutura aeroportuária, estas duas últimas custeadas por receitas próprias. Todavia, observa-se um estreitamento da distância entre os valores da subfunção "Defesa Naval" e os valores da subfunção "Defesa Aérea", em função da inclusão do Programa de Desenvolvimento de Submarinos – Prosub, no orçamento do Comando da Marinha, para o qual foi aberto crédito especial no valor de R$ 2,1 bilhões no presente exercício.

SUBFUNÇÃO (VALORES EM R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi em 11/01/2010

No próximo quadro é apresentada a execução orçamentária dos programas associados à função Defesa Nacional, constantes dos grupos de despesa Custeio e Investimentos, indicando-se o percentual executado, comparado à dotação orçamentária. Foi realizada análise sucinta sobre os maiores programas, bem como sobre a execução físico-financeira das respectivas ações de maior materialidade, considerada a execução financeira.

PROGRAMA	DEFESA NACIONAL		TOTAL	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
0750 - Apoio Administrativo	1.711,9	95,3	1.711,9	95,3
0632 - Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira	1.374,2	88,0	1.374,2	88,0
0637 - Serviço de Saúde das Forças Armadas	1.160,6	99,7	1.160,6	99,7
0626 - Reaparelhamento e Adeq. da Marinha do Brasil	1.016,6	39,0	1.016,6	39,0
0622 - Preparo e Emprego do Poder Naval	974,3	71,8	974,3	71,8
0621 - Preparo e Emprego da Força Aérea	898,3	89,0	898,3	89,0
0623 - Segurança de Vôo e Contr. do Esp. Aéreo Brasileiro	829,1	88,4	829,1	88,4
0620 - Preparo e Emprego da Força Terrestre	761,2	91,3	761,2	91,3
0628 - Reaparelhamento e Adeq. do Exército Brasileiro	452,7	88,8	452,7	88,8
0631 - Desenv. Da Infra-Estrutura Aeroportuária	320,5	74,7	320,5	74,7
0181 - Brasil no Esporte Alto Rendim - Brasil Campeão	257,1	93,5	257,1	93,5
0629 - Tecnologia de Uso Naval	185,3	98,6	185,3	98,6
0643 - Calha Norte	182,2	73,5	182,2	73,5
1029 - Resposta aos Desastres e Reconstrução	170,7	97,2	170,7	97,2
8032 - Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas	147,3	90,6	147,3	90,6
0639 - Segurança da Navegação Aquaviária	140,9	92,3	140,9	92,3
0630 - Desenvolvimento da Aviação Civil	132,5	63,9	132,5	63,9
0642 - Tecnologia de Uso Terrestre	105,1	85,6	105,1	85,6
0474 - Recursos do Mar	95,3	72,6	95,3	72,6
1383 - Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade	79,4	70,2	79,4	70,2
0627 - Tecnologia de Uso Aeroespacial	54,4	60,9	54,4	60,9
0633 - Ensino Profissional da Marinha	33,7	97,2	33,7	97,2
0638 - Ensino Profissional do Exército	29,2	100,1	29,2	100,1
1057 - Comunic., Comando, Controle e Intelig. F. Arm	21,8	70,4	21,8	70,4
0640 - Ensino Profissional da Aeronáutica	18,3	96,7	18,3	96,7
0625 - Gestão da Política de Defesa Nacional	11,8	62,1	11,8	62,1
8026 - Mobilização para Defesa Nacional	6,0	93,4	6,0	93,4
0472 - PROANTAR	5,9	53,9	5,9	53,9
0464 - Nacional de Atividades Espaciais - PNAE	4,6	97,0	4,6	97,0
1293 - Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	3,9	90,0	3,9	90,0
0167 - Brasil Patrimônio Cultural	3,8	91,6	3,8	91,6
0496 - Informações Integradas para Proteção da Amazônia	2,8	100,0	2,8	100,0
1061 - Brasil Escolarizado	1,0	75,5	1,0	75,5
1201 - Ciência, Tecn. e Inovação no Complexo da Saúde	0,5	100,0	0,5	100,0
TOTAL	11.192,90	78,5%	11.192,90	78,5%

Fonte: Siafi, em 11/01/2010

Dentre os programas mais relevantes do quadro anterior, registre-se que o Programa de Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira é composto por ações relativas à construção de instalações militares e de próprios nacionais residenciais, desenvolvimento e implantação de sistemas corporativos, bélicos e de comunicação, e aquisição de equipamentos e materiais. Tal programa é financiado por recursos do Tesouro Nacional, por recursos externos e outros diretamente arrecadados no Fundo Aeronáutico e teve como principal ação a "Aquisição de Aeronaves", à qual se atribuiu 49,5% da dotação autorizada. O Programa "Serviço de Saúde das Forças Armadas" foi instituído com a finalidade da prestação de assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar, ativo e inativo, incluídos os dependentes, e é composto, em sua maior parte, da Ação "Manutenção dos Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos". O Programa teve execução físico-financeira, na maioria de suas ações, de aproximadamente 100%. Dentre as emendas parlamentares aprovadas, destacamos as seguintes:

- Programa Calha Norte – R$ 185,6 milhões
- Preparo e Emprego da Terrestre – corte de R$ 37,4 milhões
- Preparo e Emprego da Força Aérea – corte de R$ 49,4 milhões
- Reaparelhamento FAB – corte de R$ 152,0 milhões
- Reaparelhamento EB – corte de R$ 106,8 milhões
- Reaparelhamento MB – corte de R$ 45,3 milhões

Contingenciamento

Com a edição do Decreto 6.808, de 27 de março de 2009 (Programação Orçamentária e Financeira), o orçamento do Ministério da Defesa foi contingenciado em R$ 2,7 bilhões, recaindo essa restrição fortemente nas despesas originárias de emendas parlamentares. Ao longo do exercício de 2009 foram concedidas diversas ampliações de limites de movimentação e empenho, no montante líquido de R$ 2,77 bilhões, concomitantemente com a abertura de novos créditos adicionais, ficando, por fim, liberados para execução orçamentária R$ 11.148 milhões dos R$ 13.978 milhões de dotações sujeitas ao decreto de programação orçamentária e financeira, conforme demonstrativo a seguir:

R$ milhões

UNIDADE	LEI + CRÉDITOS	LIBERADO	CONTINGENCIADO
Administração Central	879,1	743,9	135,2
ANAC	216,1	138,1	77,9
Aeronáutica	4.834,5	4.404,9	429,6
Exército	3.104,0	2.896,6	207,3
Marinha	4.944,4	2.964,6	1.979,9
TOTAL GERAL	**13.978,0**	**11.148,1**	**2.829,9**

Fonte: Siafi

Créditos Adicionais

O Ministério da Defesa foi contemplado em 2009 com diversos créditos adicionais, num total líquido de R$ 1.035,3 milhões, nas dotações dos grupos custeio e investimentos. Desses créditos, destaca-se a reabertura de créditos especiais em favor de diversas unidades do Ministério da Defesa, pelos saldos apurados em 31/12/2008, no valor global de R$ 469,3 milhões, conforme os normativos especificados a seguir:

Lei nº 11.824, de 13/11/2008 - Leplac: Reabertura de crédito especial no valor de R$ 127,4 milhões, visando a permitir à Marinha do Brasil dar continuidade ao Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira – Leplac.

Lei nº 11.866, de 19/12/2008 - Jogos Mundiais Militares e Construção do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto: O crédito especial reaberto no valor de R$ 275,0 milhões, com o objetivo de viabilizar ações preparatórias à realização dos V Jogos Mundiais Militares – Jogos da Paz na cidade do Rio Janeiro, em 2011. Destinou-se ao Comando do Exército R$ 66,9 milhões, para a execução de obras de construção, ampliação e instalação de infraestrutura adequada ao aquartelamento do Comando Militar do Planalto – CMP e da 11ª Região Militar – 11ª RM, no Setor Militar Urbano, em Brasília, Distrito Federal.

Decreto de 11 de maio de 2009: Recomposição da LOA, que resultou em redução no valor de R$ 7,7 milhões.

MP no 463, de 20/5/2009, convertida na Lei nº 11.981, de 9/7/2009 (Enchentes no Nordeste e Pandemia de Influenza: Foi aberto crédito extraordinário no valor global de R$ 174,9 milhões, de modo a atender as seguintes necessidades:

- **Enchentes no Nordeste** - viabilizar o atendimento às populações vítimas de desastres naturais em municípios de várias unidades da Federação atingidas por chuvas intensas que provocaram inundações, alagamentos e desabamentos;

- **Pandemia de Influenza** - possibilitar a execução de despesas imprescindíveis ao desenvolvimento de ações do Governo para prevenção, preparação e combate a uma possível pandemia de influenza, tendo em vista a situação emergencial relacionada à saúde pública de importância internacional, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde – OMS, no valor de R$ 7,1 milhões.

Lei nº 11.957, de 25/10/2009 (Aeronaves HX e HX): O crédito especial no valor de R$ 305,0 milhões teve como objetivo incluir na Lei Orçamentária de 2009 – LOA 2009 uma programação específica no Comando da Aeronáutica para atender ao projeto de desenvolvimento do cargueiro militar denominado KC-X 390.

Viabilizou também o pagamento de parcela do "down payment", estabelecido no contrato comercial decorrente da parceria estratégica, na área da aeronáutica militar, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, para a produção e aquisição de 50 helicópteros de médio porte de emprego geral das Forças Armadas - Projeto H-X BR.

Decreto de 14 de julho de 2009 (Imbel): Atender os gastos com os benefícios de assistência médica e assistência pré-escolar aos servidores da Imbel.

Decreto de 26 de agosto de 2009 (Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – Sisceab e Fator de Custo): Construção de dois prédios, com recursos transferidos ao Comaer por meio de convênios firmados com o DCFA, visando à ampliação, adequação e instrumentalização das instalações Icea e dar cumprimento à determinação da Advocacia Geral da União – AGU, com a edição da Súmula nº 36, de 16 de setembro de 2008, dispondo na linha de que todos os ex-combatentes que efetivamente participaram de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, bem como seus dependentes, têm direito à assistência médica hospitalar, a ser prestada nas Organizações Militares de Saúde.

Decreto de 29 de setembro de 2009 (Benefícios): Recursos adicionais no valor de R$ 10,3 milhões, com o objetivo custear as despesas com benefícios aos servidores do Comando da Marinha, Imbel, Anac, HFA até o final do exercício.

Lei nº 12.059, de 23 de outubro de 2009 (Prosub): Crédito especial no valor de R$ 2,1 bilhões para atender ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos – Prosub.

Decreto de 11 de novembro de 2009 (Fundo de Saúde): Recursos adicionais no valor de R$ 126,9 milhões, oriundos da abertura de crédito suplementar, viabilizado por remanejamento de recursos e excesso de arrecadação. Tais recursos tiveram as seguintes destinações:

- **Fundo de Saúde da Aeronáutica** - manutenção das instalações, ambulâncias, aquisição de medicamentos

e demais materiais utilizados nas organizações militares de saúde da FAB;

- **Fundo de Saúde do Exército** - melhorar e ampliar o atendimento médico-hospitalar e odontológico aos militares ativos e inativos e aos pensionistas e dependentes legalmente amparados;

- **Fundo de Saúde da Marinha** - custear despesas imprescindíveis e inadiáveis com atendimento médico-hospitalar com profissionais e organizações de saúde, despesas de serviços odontológicos, internações e atendimentos de urgência; e

- **Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica** – readequar e adaptar a instituição, localizada no Aeroporto da Pampulha e destinada à formação de oficiais.

Lei nº 12.108, de 9 de dezembro de 2009 (Turboélice): Crédito especial no valor de R$ 10,0 milhões, para viabilizar o início das ações voltadas à execução da primeira fase do projeto de concepção, desenvolvimento, fabricação e certificação do Turboreator TH 1000.

Lei 12.118, de 15 de dezembro de 2009 (Exames Periódicos): O crédito especial em questão visou tão somente à criação da Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, para possibilitar a alteração do Plano Plurianual - PPA 2008-2011, tendo em vista a incorporação efetiva dessa ação no Projeto de Lei para 2010. Sendo assim, os valores desse crédito, em 2009, foram apenas simbólicos e não deverão ser objeto de execução orçamentária.

Lei 12.159, de 29 de dezembro de 2009: Crédito suplementar mediante remanejamento de recursos e a incorporação de superávit e de excesso de recursos próprios não-financeiros, viabilizando recursos adicionais no valor de R$ 24,7 milhões, com as seguintes destinações:

- **Administração direta** – atender à revisão do cronograma de execução das ações relativas ao V Jogos Mundiais Militares, incluindo as atividades de gerenciamento da implementação das ações preparatórias, a construção e adequação de instalações desportivas e o sistema de segurança e logística dos participantes;

- **Comando da Aeronáutica** – dar prosseguimento ao desenvolvimento e à aquisição de equipamentos para a linha de produção da modernização da frota de aeronaves A-1, bem como honrar compromissos contratuais com fornecedores no país e no exterior;

- **Comando da Marinha** – dar continuidade às pesquisas e testes laboratoriais complementares para o desenvolvimento do projeto e construção de um protótipo de reator nuclear, que servirá de propulsor do submarino movido a energia nuclear;

- **Fundo Aeronáutico** – realizar as obras de recuperação do aeroporto do município de Caravelas, no estado da Bahia, de grande importância para o desenvolvimento econômico e social, beneficiando a população local e dos municípios vizinhos; e

- **Fundo do Exército** – ampliar o atendimento médico-hospitalar e odontológico aos militares e seus dependentes, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

O MD, incluindo seus fundos, apresentou uma execução orçamentária em torno de 80% do total dos recursos disponíveis para gasto (descontingenciados), incluindo os créditos extraordinários abertos em 2008. Cabe ressalvar que o crédito especial aberto no âmbito do programa "Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil", no valor de R$ 2,1 milhões, destinado a atender despesas relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) teve execução inexpressiva no exercício de 2009, uma vez que a parcela significativa do cronograma está prevista para o início de 2010.

Programas Estruturantes do Ministério da Defesa

Não obstante a importância de todos os Programas e Ações do Ministério da Defesa constantes do Plano Plurianual de Investimentos – PPA 2008-2011 para a consecução de seus objetivos, os programas relacionados ao reaparelhamento do Exército, Marinha e Aeronáutica, aliados ao Programa de Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas e ao Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, constituem-se nos cinco programas estruturantes das atividades do MD.

Programa 0628 - Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

O Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro tem como objetivo adequar a estrutura e o material do Exército ao atendimento das necessidades de defesa terrestre da nação.

Nesse contexto, o EB promoveu a adequação e instalação de organizações militares, com vistas a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre nas diversas áreas estratégicas. Cite-se como exemplo o início das obras dos novos aquartelamentos do Comando Militar do Planalto e da Secretaria de Economia e Finanças junto ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, em Brasília-DF.

No ano de 2009, a Lei Orçamentária Anual, acrescida de créditos adicionais (LOA + crédito), previu recursos no valor de R$ 509.742.997,00 para as diversas Ações do Prach, conforme consta no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan. Em consequência do contingenciamento de R$ 43.891.374,00, o "crédito autorizado" ficou restrito ao valor de R$ 465.851.623,00.

Apesar de substancial elevação em alguns créditos orçamentários, a dotação para a execução ficou ainda muito aquém das reais necessidades de investimentos,

aspecto potencializado pelos longos anos sem substituição e sem a devida manutenção, o que gerou demanda reprimida.

A insuficiência de recursos disponíveis não permitiu a consecução integral da modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre, constituindo-se em fator preponderante de limitação ao atendimento das metas estabelecidas pelo Programa.

Na Área Estratégica da Amazônia/Guianense, o EB deu continuidade ao Projeto 2ª Brigada de Infantaria de Selva - São Gabriel da Cachoeira -AM, com conclusão prevista para o ano de 2012. Em 2009, foram mantidos os trabalhos de construção da infraestrutura do 3º Batalhão de Infantaria de Selva – Barcelos -AM, com recursos do Programa Calha Norte (PCN). Além disso, o PCN permitiu a continuidade das obras de construção nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) de Tiriós-PA e Tunuí-AM, além da manutenção dos demais pelotões.

Na Área Estratégica da Bacia do Prata, o Exército deu continuidade à adequação e instalação de OM, com ênfase nos trabalhos de construção do 3º Regimento de Carros de Combate, sediado em Ponta Grossa-PR, de forma a possibilitar a chegada do primeiro lote das viaturas blindadas de combate Leopard 1A5, o que aumentou o poder dissuasório do Exército.

Na Área Estratégica do Pantanal, em 2009, prosseguiu-se com as ações de transferência do 3º Batalhão de Aviação do Exército, de Taubaté-SP para Campo Grande-MS, o que proporcionou o aumento da mobilidade das tropas do Comando Militar do Oeste.

Em 2009, o EB deu continuidade à renovação gradual do material de emprego militar, com prioridade para as estruturas blindadas, as de infantaria leve e de selva, as de operações especiais, e à estrutura de forças de paz.

Assim, os recursos destinados ao reaparelhamento foram empregados, entre outras ações, no processo de aquisições de viaturas blindadas de combate (VBC) Leopard 1 A5. Ainda em 2009 foi entregue o primeiro lote de 34 viaturas blindadas revitalizadas.

Houve ainda ações de revitalização dos blindados Cascavel, em que foram adquiridos insumos para a aplicação em 32 viaturas, processo que terá continuidade em 2010. Foram também executados trabalhos de manutenção preventiva e corretiva no sistema de foguetes Astros II.

Mereceu destaque também o desenvolvimento e produção de projetos de Ciência e Tecnologia - C&T. Nesse particular, o radar de vigilância antiaérea Saber M60 passa por fase final de avaliação do protótipo e tem sua linha de produção em montagem no Arsenal de Guerra de São Paulo - AGSP, em parceria com a empresa Orbisat. No que se refere ao míssil anticarro MSS 1.2, vem sendo ultimada a fabricação de seu lote piloto para futura avaliação pelo Centro de Avaliações do Exército - Caex.

O reaparelhamento contemplou, ainda, a aquisição de materiais de emprego militar, como viaturas, equipamentos de comunicações e de uso individual, material para manutenção de armamento, munições, material de engenharia e saúde para a Brigada de Operações Especiais, para a 11ª Brigada de Infantaria Leve e para a 2ª Brigada de Infantaria de Selva.

Os recursos da Ação 5375 - Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército foram empregados no reequipamento dos principais sistemas operacionais, com ênfase nas classes de armamento/munição, comunicações, engenharia, intendência e motomecanização, a fim de manter o poder de dissuasão da Força, preservar a sua capacidade operacional e motivar seus recursos humanos.

Os recursos autorizados para a Ação 11U9 – Implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, no valor de R$ 2.412.631,00, foram empregados na aquisição de módulos operacionais, com ênfase nas classes de intendência, armamento, engenharia, saúde e motomecanização.

A Ação 3134 – Instalação e Adequação de Organizações Militares foi criada para dotar as Organizações Militares do Exército Brasileiro de estrutura adequada ao desenvolvimento das atividades de adestramento e preparo das Forças Terrestres.

Teve seus recursos empregados na realização de obras de engenharia destinadas à construção de imóveis novos, ao melhoramento, à ampliação e à adequação dos imóveis jurisdicionados ao Exército Brasileiro, com a finalidade de aumentar a operacionalidade da Força e dotar os seus recursos humanos de meios mais adequados.

Programa 0626 - Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

O Programa de Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil está inserido no objetivo de governo de fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana e no objetivo setorial do Ministério da Defesa de modernizar e adequar as Forças Armadas, a fim de permitir que a MB mantenha seus meios adequados ao combate naval, em termos de modernização e capacidade operacional, visando contribuir para a defesa do país, como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento.

Em 2009, foram iniciados os processos de modernização de seis aeronaves AH-11A "Super Lynx"; de doze aeronaves AF-1/1A pela Embraer; da corveta "Júlio de Noronha"; da fragata "Rademaker" e dos navios-balizadores classe "Comandante Varella", além da modernização de submarinos da classe "Tupi".

Destaca-se o fornecimento do Sistema de Controle Tático e de Armas (Siconta) para o navio aeródromo "São Paulo", plenamente desenvolvido pela indústria nacional.

A incorporação do navio-patrulha "Macaé", ocorrida no dia 9 de dezembro, nas instalações da Indústria Naval do

Ceará S.A., em Fortaleza (CE), marca o início da atuação de uma nova classe de navios da Marinha do Brasil - os navios-patrulha de 500 toneladas - cujo objetivo é intensificar a ação de presença, vigilância, proteção e defesa das áreas onde se encontram as instalações marítimas de pesquisa e exploração de petróleo e gás, que se estendem até a Zona Econômica Exclusiva de 200 milhas (cerca de 370 km do litoral).

Além desse objetivo, acrescente-se o de contribuir para a formação de uma Indústria Nacional de Defesa com uma capacidade autônoma, pela produção nacional de navios de guerra e pelo desenvolvimento, no país, de uma cadeia logística de reparos e suprimentos independentes (peças de reposição e serviços especializados), bem como aumentar a capacidade de socorro e salvamento nas Águas Jurisdicionais Brasileiras - AJB, potencializar a capacidade de patrulha marítima, com o emprego coordenado dos NPa na fiscalização do cumprimento das leis e regulamentos nas AJB e aumentar o poder de dissuasão da Marinha do Brasil, no combate a crimes transnacionais, pela combinação dos fatores acima mencionados.

Ressalte-se a aquisição, em 2009, do navio polar "Almirante Maximiano", a ser empregado, prioritariamente, em projetos do Programa Antártico Brasileiro, do Navio de Desembarque de Carros de Combate "Almirante Sabóia", com vistas a aumentar nossa capacidade de realizar operações anfíbias, e do Navio de Assistência Hospitalar "Tenente Maximiano", que conferirá uma capacidade de apoio hospitalar no Pantanal, até então inexistente.

Mencione-se, ainda, a transferência da Corveta "Barroso" para o setor operativo, no dia 23 de novembro.

Em 2009, o Brasil deu passos importantes para a implantação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub).

Foram assinados acordos e contratos com a França para fins da construção de um estaleiro e uma base de submarinos em Itaguaí-RJ, aquisição de quatro submarinos convencionais, além de um com propulsão nuclear. Ressalte-se que a planta propulsora nuclear será de total responsabilidade brasileira.

A transferência de tecnologia em diversas etapas construtivas trará grandes benefícios à nossa Indústria de Defesa. Esse empreendimento contribuirá de forma decisiva para a proteção das águas sob nossa jurisdição e aumentará substancialmente a nossa capacidade dissuasória.

A missão principal desses meios será a proteção das AJB, incluindo plataformas marítimas de prospecção de petróleo, dentre elas as localizadas na camada do Pré-Sal.

O estaleiro e a base de submarinos terão suas obras iniciadas em 2010, com a conclusão prevista para 2014, os quais, com atuação de forma integrada, propiciarão grande eficiência na operação e manutenção dos submarinos.

Programa 0632 - Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

Em razão da obsolescência natural de meios e da real necessidade do constante policiamento do espaço aéreo brasileiro, o Comando da Aeronáutica busca manter-se atualizado e pronto para efetuar a defesa do estado brasileiro, por meio de aquisições de equipamentos e adequações tecnológicas de seus meios (recursos humanos e materiais).

Em 2009, foi obtida a aprovação junto à Comissão de Monitoramento e Acompanhamento, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do projeto Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X), o que viabilizou o recebimento de recursos e a respectiva assinatura de contrato comercial.

Noutra via, foi celebrado contrato para a aquisição de cinquenta helicópteros (Projeto H-XBR).

Desse total, dezesseis aeronaves foram distribuídas a cada uma das forças similares, sendo que a Força Aérea Brasileira foi contemplada, adicionalmente, com duas aeronaves VIP para utilização da Presidência da República.

O contrato gerou, ainda, a assinatura de um Acordo de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológico (Offset) de mesmo valor.

O Projeto H-XBR foi viabilizado por meio da realização de duas operações de crédito para o seu financiamento, ambas junto ao consórcio de bancos liderado pelo Banco Société Générale, da França.

A primeira operação, relativa a 85% do montante, está suportada por seguro de crédito fornecido pela Coface (agência francesa de fomento à exportação); a segunda trata de um empréstimo comercial, o qual suportará, aproximadamente, 10% do montante.

O restante do valor do projeto será custeado com recursos do Tesouro.

Por outro lado, os recursos alocados à Força Aérea Brasileira possibilitaram manter o Plano de Recuperação Operacional referente à incorporação de trinta aeronaves A-29 Super Tucano.

Ademais, o Comando da Aeronáutica contratou todo o suporte logístico necessário para as aeronaves F2000 Mirage, C-105A Amazonas e EMB135/EMB145; deu continuidade ao programa de recuperação da frota da FAB, particularmente das aeronaves CH-34 Super Puma, e à modernização das aeronaves C-130 Hércules e F5 EF (BR), o que agregou a atualização tecnológica das aeronaves C-95 Bandeirante , P3AM Orion e A1.

Programa 0032 – Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas

O Programa Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas visa basicamente a atender à necessidade de

proporcionar ao país um sistema de defesa eficaz e de elevada capacidade operacional, com as Forças Armadas atuando de forma combinada ou conjunta.

Para tanto, há de se realizar, frequentemente, exercícios de adestramento com a participação das três Forças, em diversos ambientes operacionais, com o objetivo de ser avaliada e aperfeiçoada a sua capacidade de atuação integrada e a doutrina desenvolvida.

Os recursos orçamentários disponíveis para a Ação 2C06 - Participação Brasileira em Missões de Paz viabilizaram a realização de despesas com estágios de preparação de militares e com a manutenção das missões de paz das Nações Unidas, destacando-se a Missão de Paz no Haiti (Minustah).

Foram desenvolvidos jogos de simulação de emprego de tropas em operações de paz, com a participação em seminários e cursos, no país e no exterior, em busca da melhoria dos centros de preparo de missão de paz, conforme orientação da nova "Estratégia Nacional de Defesa", e com o atendimento de voos de apoio logístico e de rodízio para o Haiti.

Essas atividades possibilitaram o prosseguimento do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em operações de paz.

Tendo em vista a grande dimensão territorial do Brasil, com uma longa faixa de fronteira a ser vigiada e defendida, faz-se necessário manter e intensificar, cada vez mais, ações militares na fronteira e aumentar a presença das Forças Armadas e do Estado naquela região, atuando de forma combinada.

Observando essa realidade, os recursos da Ação 6499 - Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira - foram empregados na realização de operações naquelas áreas, citando-se, por exemplo, a Operação Laguna.

Além desta, também foram realizadas, com o aporte de recursos destinados à intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira, as operações Curare I a V e a Operação Arco Verde.

O MD, no período de 12 de junho a 31 de outubro de 2009, coordenou a participação do Comando do Exército Brasileiro e do Comando da Aeronáutica na Operação Arco Verde, cujo propósito era garantir a presença efetiva do poder público em determinadas regiões, com políticas e ações que viabilizem a transição do atual modelo de produção predatória para um modelo de produção sustentável, nos municípios próximos à região do arco de fogo, na Amazônia.

A participação das Forças Armadas no evento deu-se por intermédio de levantamentos de área dos municípios envolvidos (inteligência operacional); ações relacionadas com o serviço militar (fornecimento de CDI, por exemplo); e eventual apoio de transporte de pessoal aos municípios de difícil acesso.

Missão de Paz - MINUSTAH

Com os recursos da Ação 2C06 – Participação Brasileira em Missões de Paz, o Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas - ONU – mantém, desde 2004, um contingente de 1.266 militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – Minustah.

A tropa brasileira está desdobrada em vários pontos da Cidade de Porto Príncipe e arredores, sendo o maior contingente entre os países que compõem aquela Missão. Além disso, o Comandante em Chefe das Operações Militares da Missão, "*Force Commander*", é um General do Exército Brasileiro.

A situação de estabilidade no Haiti atingiu níveis aceitáveis de segurança e permitiram a realização de eleições nos vários níveis políticos. Recentemente, houve eleições para renovação de 1/3 do Senado do Haiti, sendo que a presença dos contingentes garantiu a tranquilidade do pleito.

A estabilidade tem contribuído, decisivamente, na manutenção das condições para proporcionar o processo de desenvolvimento social e melhorias para a população haitiana e a reestruturação das instituições daquele país. Essa missão de paz é considerada uma das missões de maior sucesso patrocinadas pela ONU.

Além dos benefícios já citados com a participação brasileira na Minustah, soma-se o incremento da interoperabilidade com contingentes militares de outros países e o treinamento das tropas brasileiras em condições de emprego real. A presença brasileira em operações de manutenção da paz da ONU, especialmente no Haiti, tem contribuído para a inserção do Brasil no cenário internacional.

Em 2009, a tropa brasileira permaneceu no Haiti, com a substituição semestral dos militares integrantes do contingente brasileiro, o que exigiu um grande esforço logístico por parte das Forças Armadas e de coordenação por parte do Estado-Maior de Defesa.

Traduz-se nesse esforço o transporte de cerca de 5.000 militares, com a realização de 16 voos logísticos, para reabastecer a unidade brasileira naquele país, por meio do transporte de diversos materiais de manutenção e reparo de equipamentos, munição (inclusive não-letal), além de outros itens relacionados à manutenção das condições de operacionalidade da tropa.

Por solicitação da ONU e com a autorização do Congresso Nacional, no final de 2008, foi efetuado o aumento do efetivo da tropa de engenharia, o qual foi acrescido de 100 militares.

Como consequência, em 2009, foi concretizado o aumento dos equipamentos de engenharia da Companhia de Engenharia de Força de Paz no Haiti e, também, da capacidade de trabalho da unidade.

Outras Missões de Paz

As Forças Armadas contribuem, ainda, com 73 militares em 11 diferentes missões de paz da ONU, com atuação na melhoria das condições de vida na Guiné Bissau, Sudão, Libéria, Costa do Marfim, no próprio Haiti, Timor-Leste, Nepal, Chipre e Saara Ocidental, Chade e República Centro-Africana.

Para isso, as Forças Armadas vêm trabalhando na preparação desse pessoal e de seus substitutos, ministrando cursos e realizando exercícios, com o apoio do Estado-Maior de Defesa, inclusive com o adestramento de desminagem humanitária.

Operações Militares Combinadas ou Conjuntas

O Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior de Defesa, promoveu, em 2009, a realização de exercícios militares com o emprego combinado das Forças Armadas, sob coordenação centralizada e comando único.

A cada ano, o Ministério da Defesa realiza operações combinadas em diversas regiões do país, sempre procurando preparar-se para a defesa de áreas de interesse estratégico do Brasil.

Operação Laguna

Trata-se de exercício militar combinado, na região de fronteira do Mato Grosso do Sul, no período de 28 de setembro a 9 de outubro, com vistas ao adestramento das Forças Armadas no planejamento e execução de operações combinadas, dando ênfase no resgate de nacionais, na defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à faixa de fronteira oeste, intensificando a presença das Forças Armadas naquela região.

Foram empregados cerca de 4.500 militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, navios, aeronaves de combate e de transporte, viaturas blindadas sobre rodas e sobre lagartas, carros de combate e desdobramento de tropas especiais.

Além de reforçar a presença do Estado Brasileiro na Região Centro-Oeste, a Operação Laguna teve por objetivos treinar os Comandos e Estados-Maiores, sob o cenário de um conflito armado convencional no ambiente do pantanal brasileiro; intensificar a presença das Forças Armadas e a vigilância na área de operações, para aprimorar o conhecimento sobre o Centro-Oeste; realizar treinamento combinado, nos níveis operacional e tático, em situações específicas, e efetivar ações que envolvam o combate convencional em área de pantanal, tais como: operações ribeirinhas, aeromóveis e aeroterrestres, controle de área ribeirinha, patrulha em águas jurisdicionais do país, coordenação do espaço aéreo e interdição do apoio externo.

Operação Laçador

A Operação Laçador foi um exercício conduzido pelo Ministério da Defesa, no Comando Militar do Sul (CMS), com a participação da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, realizado entre os dias 16 e 27 de novembro de 2009.

Teve como principal motivação o treinamento das Forças Armadas para um eventual emprego, em defesa da soberania de nosso país, da matriz energética, com ênfase na proteção de nossas plataformas de petróleo, refinarias e unidades de geração de energia hidroelétrica (UHE).

A Operação Laçador foi realizada na Região Sul, em uma área de grande importância estratégica para o país, devido às refinarias e reservas de gás e petróleo presentes na região. Foram empregados mais de 10.000 militares, 17 navios, 2 submarinos, 33 aeronaves de asa fixa e de asa rotativa e cerca de 350 veículos terrestres, entre viaturas blindadas e viaturas sobre rodas.

Operação Felino

O Brasil participou, no período de 23 a 30 de agosto de 2009, no Distrito de Boane, na Cidade de Maputo, em Moçambique, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), do Exercício Felino, em sua nona edição, o qual tem por objetivo exercitar uma Força Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC), no quadro daquela Comunidade, buscando incrementar a interoperabilidade e o treinamento das Forças Armadas dos Estados Membros.

O objetivo estratégico do exercício consiste em adotar uma doutrina e procedimentos comuns a todas as Forças Armadas dos países da CPLP, de modo a fazer parte de uma coalizão sob a égide de organismos supranacionais com foco em operação de manutenção de paz, segundo o escopo legal do Tribunal Penal Internacional, o qual foi plenamente atingido.

Exercícios de Simulação

Importante ferramenta para a sedimentação, validação e teste da doutrina combinada/conjunta, o Ministério da Defesa participou, durante o ano de 2009, em conjunto com as Forças e a Escola Superior de Guerra, de dois Exercícios de Simulação:

- Exercícios de Simulação Operatlan. Realizado no período de 29 de junho a 3 de julho, sediado na Escola de Guerra Naval, na Cidade do Rio de Janeiro. O exercício reuniu oficiais superiores das três Forças e do Estado-Maior de Defesa e teve por objetivo principal a verificação da possibilidade de adoção pelas três Forças, de uma plataforma analítica sobre a qual está desenvolvido o software que possibilita a verificação dos planejamentos e das documentações decorrentes; e

- Exercícios de Simulação Azuver. Desenvolvido no período de 9 a 18 de novembro, na Cidade do Rio de Janeiro, teve por sede as Escolas de mais alto nível das Forças Armadas, Escola de Guerra Naval, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. O exercício reuniu aproximadamente 400 oficiais superiores, contando, ainda, com a participação de alunos e instrutores da Escola Superior de Guerra e de oficiais do Estado-Maior de Defesa.

Cooperação Militar com Países Amigos

Com o propósito de contribuir para o fortalecimento das relações de intercâmbio e cooperação, no âmbito internacional, o Estado-Maior de Defesa participou e coordenou, no ano de 2009, reuniões com os Estados-Maiores das Forças Armadas dos seguintes países amigos: Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos da América, França, Peru, Portugal e Venezuela.

Essas reuniões proporcionaram intercâmbios de experiências e informações militares, bem como o aperfeiçoamento de doutrinas. Como resultado adicional, houve o aumento da confiança mútua entre as instituições participantes.

Programa 0631
Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária

O Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária foi criado para aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do Sistema de Infraestrutura Aeroportuária Brasileira, com vistas a adequá-lo ao desenvolvimento sócio-econômico do país.

No que concerne à reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos de interesse nacional, a cargo do Comando da Aeronáutica e da ANAC, foram desenvolvidas obras de reforma, ampliação, readequação de diversos aeródromos, hangares e reformas de pistas, que trouxeram grandes benefícios para os estados e municípios atendidos. Em consonância com o percentual de realização do orçamento de investimentos da Infraero, o quadro seguinte traz o detalhamento da execução das ações de maior relevância.

Em R$ 1,00

AÇÃO	ORÇADO	REALIZ.	%
1 - AÇÃO: EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – OBRAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC			
0631.1E52.0052 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E DE SISTEMA VIÁRIO INTERNO NO AEROPORTO DE GOIÂNIA	873.050	0	0
0631.1F33.0016 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MACAPÁ	7.580.162	0	0
0631.1F54.0033 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO SANTOS DUMONT	5.739.046	0	0
0631.1F55.0024 - EXECUÇÃO DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE SISTEMAS DE AUXÍLIO E PROTEÇÃO AO VOO DO NOVO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE	44.915.839	17.202.556	38
0631.1F56.0042 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FLORIANÓPOLIS	2.068.923	35.289	2
0631.1F59.0053 - CONSTRUÇÃO DA 2ª PISTA DE POUSO E DO SATÉLITE SUL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA	7.725.000	0	0
0631.1F60.0073 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE FORTALEZA	2.710.409	0	0
0631.1J93.0041 - AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE PISTAS E PÁTIOS E DE MACRODRENAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA	2.519.872	800.354	32
0631.1J95.0032 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITÓRIA	3.229.707	1.227.731	38
0631.1J97.0014 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BOA VISTA	1.300.458	1.207.049	93
0631.1J99.0035 - ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS	67.889.588	0	0
0631.1K02.0026 - IMPLANTAÇÃO DE QUATRO PONTES DE EMBARQUE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE RECIFE	9.734.364	2.375.758	0
0631.1M30.0035 CONSTRUÇÃO DE TORRE DE CONTROLE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS	12.386.529	1.653.103	13
0631.1M31.0035 CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE PÁTIO DE AERONAVES E ACESSO VIÁRIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS	4.556.447	320.908	7
0631.1M32.0033 RECUPERAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO	27.796.000	24.466.352	88
0631.1M33.0043 CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO LOGÍSTICO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE PORTO ALEGRE	2.969.000	297.738	10
0631.1O00.0035 – RECUPERAÇÃO E REFORÇO ESTRUTURAL DOS SISTEMAS DE PISTAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS	2.147.160	877.310	41
031.1P57.0022 AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PÁTIO DE AERONAVES E PISTA DE POUSO/DECOLAGEM DO AEROPORTO DE PARNAÍBA	15.417.661	12.240.090	79
0631.1P63.0033 REFORMA DO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO	1.118.041	95.114	9
0631.1P68.0032 CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL DE CARGAS DO AEROPORTO DE VITÓRIA	921.010	247.770	27
0631.1074.0035 - CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA PISTA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CAMPINAS	76.210.661	11.430.387	15

AÇÃO	ORÇADO	REALIZ.	%
0631.10Z5.0033 - 3ª ETAPA ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS	2.169.562	308.704	0
0631.10Z8.0033 - REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TERMINAIS DE PASSAGEIROS E DEMAIS INSTALAÇÕES DE APOIO DO AEROPORTO GALEÃO (TPS 1)	46.858.372	19.745.056	42
0631.10ZA.0031 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS	3.233.147	1.075.972	33
0631.10ZB.0023 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS 2 DO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS - FORTALEZA (CE)	1.500.000	73.357	5
0631.10ZD.0015 – REFORMA E ADEQUAÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS DO AEROPORTO DE SANTARÉM (PA)	1.690.105	973.156	58
0631.10ZE.0022 – CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS E PÁTIO DE AERONAVES DO AEROPORTO DE TERESINA	891.013	0	0
2 - AÇÃO: EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – OUTRAS OBRAS			
0631.7J01.0033 - REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS TERMINAIS DE PASSAGEIROS E DEMAIS INSTALAÇÕES DE APOIO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO – TPS2	109.930.709	18.425.183	17
0631.127X.0031 – AQUISIÇÃO DE ÁREA PARA AMPLIAÇÃO DO SÍTIO DO AEROPORTO DA PAMPULHA - MG	10.504.000	10.504.000	100
3 - AÇÃO: ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA			
0631.1162.0001 - ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - NACIONAL	159.087.127	46.234.364	30
4 - AÇÃO: MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA			
0631.4099.0010 - REGIÃO NORTE	40.258.022	27.994.957	70
0631.4099.0020 - REGIÃO NORDESTE	33.542.033	19.476.424	58
0631.4099.0030 - REGIÃO SUDESTE	89.706.087	77.128.672	86
0631.4099.0040 - REGIÃO SUL	24.193.170	7.666.965	32
0631.4099.0050 - REGIÃO CENTRO-OESTE	74.769.638	55.831.909	32

Fonte: Infraero

A Ação Expansão da Infraestrutura Aeroportuária, composta por obras do PAC teve sua execução prejudicada, em virtude de fatores como:

- paralisação unilateral, por parte da contratada, motivada por interposição de recursos pelo Tribunal de Contas da União, tal como ocorreu com a construção do terminal de passageiros, de sistemas de pistas e pátios do Aeroporto de Goiânia;
- ausência de garantias financeiras, oferecidas por parte da contratada, exigidas por aquele Tribunal, a exemplo da construção de terminal de passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá, ou pelo fato de algumas obras apresentarem preços superiores àqueles estabelecidos pelo TCU.

Em contrapartida, alguns empreendimentos realizados no âmbito dessa ação tiveram alto percentual de execução.

Cite-se como exemplo a aquisição de área para ampliação do sítio do Aeroporto de Pampulha, cujo processo foi 100% concluído; a obra de expansão da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Boa Vista, com 93% de execução; a recuperação do sistema de pistas e pátios do Aeroporto Internacional do Galeão com 88% e a ampliação e recuperação do pátio de aeronaves e pistas de pouso/decolagem do Aeroporto da Paraíba, que atingiu o percentual de 79% de execução.

Quanto à Ação Expansão da Infraestrutura Aeroportuária - Outras Obras - encontra-se em análise proposta de aditamento ao contrato que prevê o incremento de alterações e melhorias para o projeto da obra, visando ao atendimento das novas demandas apresentadas pela Diretoria Comercial, em momento posterior à contratação da obra, o que impactou no andamento do processo.

Dentre as obras de readequação da infraestrutura aeroportuária nacional, destaca-se:

- a aquisição e instalação do sistema de proteção perimetral em diversos aeroportos da rede;
- a construção da pista de acesso às concessionárias, terminais de cargas e locadoras, e elaboração dos projetos de reforma e ampliação do atual terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília;
- a construção de nova cobertura autoportante e de elementos estruturais no terminal de cargas II do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes;
- fornecimento e instalação de portas reversíveis dos "Fingers";
- obras e serviços de infraestrutura e instalação do I.S CAT II e a implantação da nova estrutura metálica espacial e cobertura, assim como a adequação do pavimento em área interna do terminal de cargas no Aeroporto de Guarulhos;
- celebração de convênio com a UNB/CDT, para implementação do Programa Fauna em 10 aeroportos da rede Infraero, dentre outras.

Algumas obras tiveram a sua conclusão retardada devido a atrasos nos processos licitatórios, os quais se consubstanciaram a atender as exigências formais, técnicas e de controle determinadas pelo TCU.

Nas realizações da Ação de Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária na Região Norte destacam-se:

- os investimentos em equipamentos, como a aquisição de transelevador e empilhadeiras, na área segurança aeroportuária;

- aquisição de rádio portátil de comunicação; integração do sistema de vigilância do terminal de cargas com o sistema de pesagem da carga;
- substituição de câmeras e adequação da infraestrutura atual; e
- a implantação de sistema informativo de vôo.

Na área de desenvolvimento da tecnologia e sistemas aeroportuários, registre-se a melhoria na infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia, dentre outras. Já na região Nordeste, alguns investimentos tiveram a sua conclusão atrasada em virtude da revisão dos processos licitatórios para atendimento de exigências do TCU.

Dos investimentos de manutenção de maior relevância ocorridos nesta região, merecem destaque a troca de equipamentos de manutenção, recapeamento e sinalização horizontal da pista de pouso e a recuperação da cerca perimetral.

Na área de desenvolvimento da tecnologia e sistemas aeroportuários, a melhoria na infraestrutura de telemática, rede de dados, servidores, banco de dados, radiocomunicação e telefonia para aumentar a capacidade, integridade, disponibilidade e confiabilidade dos serviços prestados, de modo a permitir uma produtividade dos sistemas operacionais e de navegação aérea.

Na Região Sudeste foram realizados diversos empreendimentos e adquiridos equipamentos, com destaque para:

- as obras e serviços de infraestrutura para implantação do sistema de gestão de estacionamento;
- adequação de ilhas de cancelas e infraestrutura elétrica; fornecimento e instalação de esteiras de bagagem de embarque e desembarque;
- aquisição de longarinas para diversos aeroportos da região e várias outras melhorias de grande importância.

Na Região Sul, dentre os investimentos realizados no decorrer do exercício de 2009, destacam-se:

- a aquisição de equipamentos para segurança e conforto dos passageiros,
- a ampliação dos sistemas de vigilância nos terminais de cargas;
- aquisição de longarinas para embarque e saguão;
- aquisição de veículos para área de manutenção;
- melhoria nos sistemas de controle de acesso;
- recapeamento, alargamento e novo balizamento para pista de pouso e decolagem; e
- recuperação da taxiway e da recomposição de piso do sistema de combate incêndio.

Por último, dos investimentos realizados na região Centro-Oeste, podem-se destacar a aquisição de estações de rádio de comunicação para estações fixas, móveis e portáteis e a adequação dos fluxos hídricos oriundos da drenagem da segunda pista, assim como a pintura da sinalização horizontal de pátios e pistas no Aeroporto Internacional de Brasília.

Os investimentos que possuem uma complexidade maior quanto ao preparo das especificações e realização dos processos licitatórios tiveram um atraso maior para serem concluídos.

5.1.7. Função Educação

A Educação é o meio mais eficaz de combate às desigualdades e à violência, e de promoção do desenvolvimento e crescimento econômico.

Só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado, de forma a potencializar seus efeitos, com necessidade de investimentos em todos os seus níveis, etapas e modalidades.

A busca pela educação de qualidade para todos é o principal rumo seguido pelas ações desenvolvidas pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação - MEC.

Iniciativas governamentais estão sendo desenvolvidas com o intuito de elevar o padrão de qualidade, melhorando, consequentemente, o desempenho da educação brasileira.

Como referencial de execução das políticas educacionais do Governo Federal, destaca-se o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, buscando o aprimoramento do regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como co-autora no processo de educação.

Reúne um conjunto de iniciativas articuladas, sob uma abordagem sistêmica do sistema educativo nacional, por reconhecer as conexões intrínsecas entre educação básica, educação superior, educação tecnológica e alfabetização e, a partir dessas conexões, potencializar as políticas de educação de forma à que se reforcem reciprocamente.

Seus investimentos refletem em todas as subfunções típicas da educação: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional, ensino superior, educação de jovens e adultos e educação especial, além de outras subfunções atípicas, igualmente importantes.

Nesse sentido, o PDE oferece aos estados e municípios mais de 40 iniciativas, entre programas e ações, que engloham desde a educação infantil até a pós-graduação, com destaque para a reestruturação e expansão das instituições federais de ensino superior, a ampliação do transporte escolar, a disponibilização de laboratórios de informática ligados à Internet em todas as escolas de ensino médio urbanas e rurais, a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, a construção e reforma de creches e pré-escolas, o auxílio a pesquisas, a formação inicial e continuada dos trabalhadores da educação, dentre outras de mesma importância e magnitude.

Destacam-se ainda, mudanças estruturais que vem ocorrendo no âmbito da Educação com a alteração de diversos dispositivos legais, entre eles: a obrigatoriedade do ensino dos quatro aos 17 anos; o fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retirava do orçamento do MEC cerca de R$ 10 bilhões ao ano; o estabelecimento da aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB); o piso salarial nacional do magistério, que deve ser totalmente integralizado em 2010 e observado por todos os estados e municípios; a repartição e abrangência do salário-educação, que passa a financiar toda a educação básica; a ampliação do ensino fundamental para nove anos; e a extensão dos programas complementares do livro didático, alimentação, transporte e saúde escolar para toda a educação básica, da creche ao ensino médio.

No que tange à execução das políticas educacionais, estas seguem os programas e ações do PDE, organizados em torno de quatro eixos norteadores, articulados entre si:

I - Educação Básica;
II - Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade;
III - Ensino Profissional e Tecnológico; e IV - Educação Superior.

Nestes eixos, merecem destaque as subfunções Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissional, Ensino Superior, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Transferências para a Educação Básica, Formação de Recursos Humanos, entre outras, que são implementadas mediante a execução de diversos programas e ações a elas vinculadas.

Análise por Função e Subfunção

Os recursos aplicados na função Educação no exercício de 2009, se restringiram aos Órgãos Ministério da Educação - MEC e Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), e apresentaram um crescimento nominal de R$ 8,4 bilhões, ou cerca de 30%, em relação a 2008, variação superior à verificada nos anos anteriores do período analisado.

A implantação de projetos prioritários no âmbito do MEC, como a expansão da Educação Profissional e da Educação Superior, mais o grande acréscimo nas transferências para estados e municípios realizadas para a Educação Básica, foram responsáveis por parte expressiva desse aumento de recursos em 2009.

VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO - 2005 a 2009

R$ milhões

FUNÇÃO/ÓRGÃO	2005	2006	2007	2008	2009
Educação Total	16.100	19.667	24.354	28.251	36.600
Ministério da Educação	15.401	18.753	23.384	27.082	35.293
Operações Oficiais Crédito - Fies	787	914	970	1.169	1.387

Fonte: Câmara dos Deputados e Portal do Orçamento do Senado

Dentre as subfunções típicas de Educação, como mostra o próximo demonstrativo e o gráfico que o acompanha, aparentemente observam-se variações negativas no Ensino Fundamental e Médio, com quedas de 47% e 49%, respectivamente, em relação ao exercício de 2008, mas que foram mais que proporcionalmente compensadas pelo aumento de 80% nos recursos alocados na subfunção Transferências para a Educação Básica, criada em 2008 para absorver recursos destinados à educação básica sem especificação da etapa de ensino.

Estão, neste caso, incluídas as ações Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica e Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica.

Ressalte-se que, desde a implantação do Fundeb em substituição ao Fundef e da nova política de tratamento sistêmico da educação com um todo, vários programas do MEC, antes restritos à educação fundamental, como alimentação escolar e livro didático, estão sendo progressivamente estendidos a toda a educação básica, inclusive a educação infantil e a de jovens e adultos que foram beneficiadas principalmente pela inclusão no Fundeb, com acesso à repartição dos recursos estaduais e municipais no novo fundo e à complementação da União nos estados apresentem um menor aporte tributário *per capita* em relação ao mínimo.

O demonstrativo ainda destaca, em Outras Subfunções: a Alimentação e Nutrição, que é destinada à educação básica; o Desenvolvimento Científico, vinculado ao ensino superior; e a Assistência Hospitalar e Ambulatorial, cujo expressivo crescimento em 2009 corresponde, na verdade, a uma iniciativa de gestão, com a recente separação, em Unidades Orçamentárias criadas especificamente para cada Hospital Universitário, das despesas hospitalares, inclusive a de pessoal médico não docente e técnico-administrativo, antes integralmente contabilizada na subfunção Ensino Superior, na folha de pagamento das universidades de origem.

As despesas com o Fies estavam alocadas, até 2008, em Outras Subfunções - Outros Encargos Especiais. No entanto, em 2009, a parcela destinada ao financiamento aos estudantes migrou para a subfunção Ensino Superior.

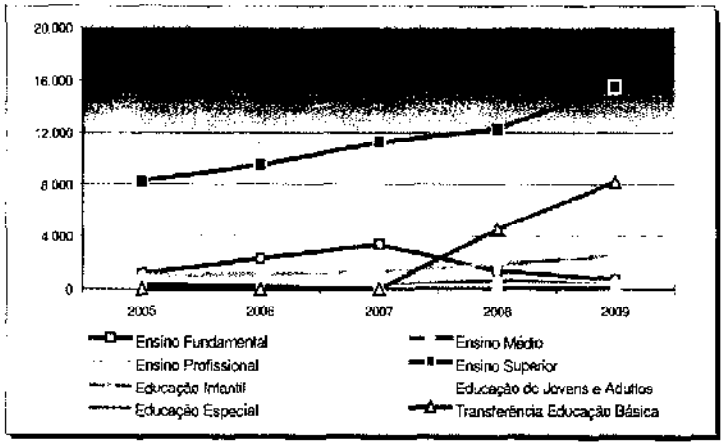
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÕES - 2005 A 2009

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA EDUCAÇÃO	11.521	13.726	16.430	21.182	27.836
Ensino Fundamental	1.158	2.291	3.364	1.360	724
Ensino Médio	347	173	236	677	344
Ensino Profissional	1.070	1.112	1.327	1.865	2.589
Ensino Superior	8.233	9.433	11.215	12.274	15.498
Educação Infantil	37	44	76	21	46
Educação de jovens e Adultos	670	602	141	329	339
Educação Especial	66	72	72	96	106
Transferência Educação Básica			0	4.560	8.190
OUTRAS SUBFUNÇÕES	4.667	5.941	7.923	7.068	8.843
Alimentação e Nutrição	1.481	1.741	1.787	1.763	2.313
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	360	398	431	493	1.998
Desenvolvimento Científico	63	57	70	113	128
Demais	2.762	3.745	5.635	4.700	4.405
TOTAL	16.188	19.667	24.354	28.251	36.680

Fonte: Câmara dos Deputados e Portal do Orçamento do Senado.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das Subfunções Típicas da Educação apresentadas no demonstrativo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES
(VALORES EMPENHADOS EM R$ MILHÕES)



Fonte: Câmara dos Deputados e Portal do Orçamento do Senado

Note-se que aumentos significativos, de 39% para a subfunção Ensino Profissional e 26% no Ensino Superior, refletem as expansões em curso nas respectivas redes federais em consonância com a priorização dos quatro eixos estruturantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): educação básica, ensino profissional, ensino superior e alfabetização.

O próximo demonstrativo complementa, para 2009, a execução de subfunções típicas de educação em outras funções, nos demais Órgãos da União. Nesse caso, a subfunção *Transferência para a Educação Básica* comporta valores relativos à cota-parte dos estados e DF do Salário-Educação, no valor de R$ 6,4 bilhões, bem como R$ 20,0 bilhões referentes à transferência para os estados de 20% dos impostos federais que compõem a cesta tributária do Fundeb. Ainda em relação às subfunções de educação executadas pelos demais órgãos, cabe destacar a Educação de Jovens e Adultos em que 98% do valor empenhado correspondem ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE EDUCAÇÃO – 2009

R$ milhões

SUBFUNÇÃO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÕES			SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE EDUCAÇÃO EM OUTRAS FUNÇÕES (DEMAIS ÓRGÃOS)			TOTAL SUBFUNÇÕES EDUCAÇÃO (UNIÃO)
	AUTORIZADO	EMPENHADO	%	AUTORIZADO	EMPENHADO	%	EMPENHADO
SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA EDUCAÇÃO	29.919	27.836	93,0	31.612	27.719	87,7	55.555
Ensino Fundamental	789	724	91,7	3	3	94,8	726
Ensino Médio	384	344	89,6	3	3	93,8	347
Ensino Profissional	2.900	2.589	89,3	103	63	60,8	2.652
Ensino Superior	16.454	15.498	94,2	200	188	93,5	15.686
Educação Infantil	87	46	52,7	207	201	97,1	246
Educação de Jovens e Adultos	416	339	81,6	1.042	813	78,0	1.152
Educação Especial	131	106	80,8	0,8	0,2	27,2	106
Transferência Educação Básica	8.759	8.190	93,5	30.053	26.450	88,0	34.640
OUTRAS SUBFUNÇÕES	9.986	8.843	88,6	-	-		-
TOTAL	39.905	36.680	91,9	31.612	27.719	87,7	55.555

Fonte: Portal do Orçamento do Senado

Educação Básica

No tocante ao nível de ensino Educação Básica, a atuação do Governo Federal se concretiza por meio da proposição de políticas, programas, ações e estratégias orientadas para assegurar o cumprimento dos dispositivos legais relativos às suas etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e a modalidade de ensino educação especial, que possuem subfunções específicas, com a mesma nomenclatura, conforme o Manual Técnico de Orçamento (MTO).

O PDE define para a Educação Básica um rol de 28 diretrizes, intitulado Compromisso Todos pela Educação, no qual as três esferas de governo, famílias e comunidades orientam suas ações em prol da melhoria do desempenho (qualidade) e do rendimento escolar (fluxo). Além disso, adota uma nova estratégia de apoio técnico, financeiro e institucional do Governo Federal aos estados, municípios e Distrito Federal que firmaram o Compromisso Todos pela Educação, tendo como referência o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Este indicador permitiu traçar execuções de qualidade para os sistemas municipais, estaduais e federal de ensino.

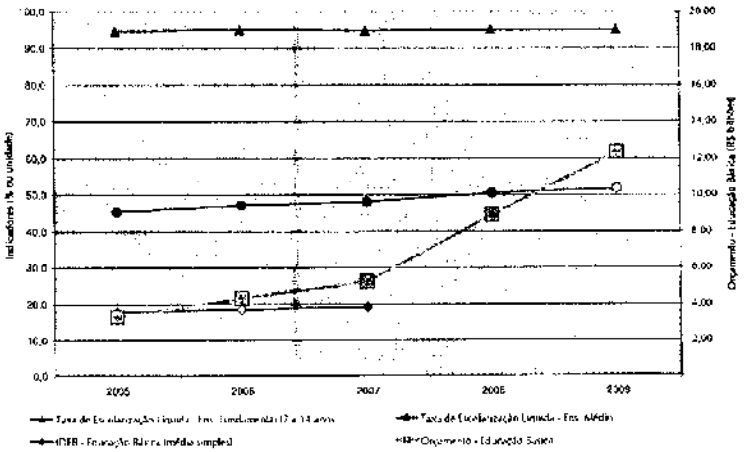
A partir da análise dos indicadores do Ideb, o MEC oferece apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos se dá a partir da adesão ao Compromisso Todos pela Educação e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) e será realizado tendo como base como base o diagnóstico minucioso da realidade educacional local, com foco nas maiores necessidades detectadas.

O PAR é um planejamento multidimensional da política de educação que analisa quatro dimensões: Gestão Educacional; Formação de Professores e Profissionais de Serviço e Apoio Escolar; Práticas Pedagógicas e Avaliação; e Infraestrutura e Recursos Pedagógicos. O MEC conta com a adesão de todos os estados, do Distrito Federal e dos 5.564 municípios brasileiros, somando mais de 5.480 PAR já elaborados ou em fase de elaboração. Em 2009, foram empenhados, no âmbito do PAR, R$ 991,1 milhões.

Ressalte-se ainda, as políticas de expansão do ensino médio inovador, implementadas mediante apoio técnico e financeiro às secretarias estaduais de educação e suas escolas.

O "Programa Ensino Médio Inovador", instituído em 2009, tem como objetivo a melhoria da qualidade do ensino médio nas escolas públicas estaduais, por meio de inovações curriculares, de forma articulada aos programas e ações já em desenvolvimento no âmbito federal e estadual, com linhas de ação que envolvem o contexto escolar.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN. Elaboração: CEAD/SPO/MEC

Dentre os programas e ações desenvolvidas no âmbito da Educação Básica, destacaram-se em 2009:

Programa Brasil Escolarizado

Sendo um dos programas estruturantes que compõem a política educacional, o Brasil Escolarizado desenvolve papel fundamental como instrumento de efetivação de um conjunto de ações que vão desde o financiamento da alimentação escolar, até o apoio à reestruturação da rede física pública. Tem como objetivo contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando a equidade nas condições de acesso e permanência dos alunos às suas diversas etapas e modalidades.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1061 - BRASIL ESCOLARIZADO

1061	BRASIL ESCOLARIZADO	2005	2006	2007	2008	2009
2925	Taxa de Frequência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos	13,00	n/d	n/d	17,10	n/d
2990	Taxa de Frequência Bruta no Ensino Médio	80,70	n/d	n/d	83,60	n/d
2988	Taxa de Frequência Líquida no Ensino Fundamental da População na Faixa Etária 7 a 14 anos	94,40	n/d	n/d	94,60	n/d
2991	Taxa de Frequência Líquida no Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 anos	45,30	n/d	n/d	48,00	n/d
2926	Taxa de Frequência Líquida na Pré-Escola da População na Faixa Etária de 4 a 6 anos	62,90	n/d	n/d	77,60	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões)	1.653,07	2.705,51	3.693,25	7.465,42	10.309,54

Fonte: SIGPlan / IBGE / Siafi

Para atingir os objetivos do Programa Brasil Escolarizado várias ações são executadas, dentre as quais destacam-se:

A ação **Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação - Fundeb (0E36)** tem como objetivo primordial melhorar a qualidade do ensino, beneficiando maior quantidade de alunos em todo o território nacional, por meio da redistribuição de recursos previstos constitucionalmente. Esta ação assegura a participação da União, a título de complementação, na composição do Fundeb, de forma a garantir, no âmbito dos estados onde o valor per capita do Fundo encontra-se abaixo do valor mínimo nacional aluno/ano, o alcance desse valor. O aporte de recursos da União aos fundos estaduais, a título de complementação foram 100% executados, totalizando o montante de R$ 5,1 bilhões destinados aos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí, beneficiando um contingente de 16,5 milhões de alunos, que constituem parte dos 45,3 milhões de alunos da educação básica contemplados com os recursos do Fundeb. Convém ressaltar que o número de alunos beneficiados com o Fundef, em 2006, foi de 30,2 milhões, o que representa um aumento de 66% em relação ao contingente de alunos em 2009 com o Fundeb. Já os recursos financeiros que compõem o Fundo, saltaram de R$ 35,9 bilhões no último ano de vigência do Fundef para aproximadamente R$ 67,1bilhões, em 2009.

A execução da ação referente à Complementação da União ao Fundeb apresentou-se eficaz sob a ótica orçamentária, haja vista que foram executados 100% do valor estimado. Pelo menos 60% dos recursos do Fundeb destinam-se a investimentos na remuneração e valorização dos profissionais do magistério de escolas públicas, com vistas a contribuir para a melhoria da capacidade docente, com reflexos positivos no aprendizado do aluno.

A ação **Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica – PDDE (0515)** objetiva prover com recursos financeiros, de forma suplementar, as escolas públicas estaduais, distritais e municipais que ofertam o ensino fundamental regular e especial, bem como as escolas de educação especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, visando a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático. Foram beneficiadas 134 mil escolas pela ação, correspondendo a R$ 1,2 bilhão.

Com a publicação da MP nº 455, de 28 de janeiro de 2009, e da Lei 11.497, de 16 de junho de 2009, a ação 0515 ampliou o atendimento para todas as escolas da educação básica. Ainda, nas transferências de recursos do PDDE foi acrescida parcela extra de 50%, a título de incentivo, destinada a todas as escolas públicas rurais da educação básica e às escolas públicas urbanas do ensino fundamental que cumpriram as execuções intermediárias do Ideb. Em 2009, aproximadamente 26 mil escolas do ensino fundamental cumpriram essas execuções.

A ação **Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica – PNATE (0969)** visa a transferência automática, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, de recursos financeiros para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal, estadual ou distrital e para a contratação de serviços terceirizados de transporte. Em 2009 foram atendidos 4.962 municípios com recursos da ordem de R$ 421,7 milhões, o que contribuiu para o acesso e a permanência na escola de 4,3 milhões de alunos do ensino público estadual, municipal e distrital, residentes em área rural.

A ação **Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental – PNLD (4046)** provê de livros e materiais didáticos e de referência de qualidade os alunos e professores do ensino fundamental das redes federal, estadual, municipal e distrital. A distribuição dos livros em 2009 ocorreu a partir de setembro e segue até fevereiro de 2010, sendo que as escolas de 1º ao 5º ano receberão livros para os próximos três anos e as escolas de 6º ao 9º ano receberão, pelo segundo ano, a reposição de livros. Para atender a esses alunos, a ação adquiriu 103,5 milhões de livros em 2009.

Além disso, adquiriu obras complementares, onde serão formados 5 acervos, compostos de 30 obras cada, para serem distribuídas às turmas do 1º e 2º ano do ensino fundamental da rede pública de ensino. Essas obras resultaram em um total de 6,6 milhões de livros para o PNLD, contribuindo para que a meta física ficasse 10,2% acima do previsto, beneficiando 29 milhões de alunos e 134,8 mil escolas com investimentos no valor de R$ 591,4 milhões.

A ação **Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Médio – PNLEM (6322)** tem a finalidade de prover de livros e materiais didáticos e de referência, os alunos e professores das escolas públicas do ensino médio das redes federal, estadual, municipal e distrital. Nos últimos anos, a ação se consolidou por meio da ampliação de títulos e disciplinas, universalização do direito ao livro e expansão do seu público. Em 2009 foram adquiridos 12,1 milhões de livros didáticos, sendo 11,2 milhões para atender, em 2010, os alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio e 941,4 mil livros para complementar a aquisição de 2009 e atender a turmas do ensino médio integrado, do magistério e atendimento a outras demandas especiais. Os recursos aplicados na ação totalizaram R$ 137,6 milhões.

A ação **Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE (8744)** visa contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos. Sua execução obedece a um cronograma de repasse de recursos financeiros às Entidades Executoras dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para atender aos alunos da educação básica matriculados em escolas públicas, comunitárias e filantrópicas. Em 2009, foram beneficiados 62,5 milhões de alunos da educação básica pública por meio do repasse de recursos de R$ 2,0 bilhões. Ressalta-se que no ano de 2009 o atendimento foi estendida ao ensino médio e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), motivo pelo qual a meta física foi superada em mais de 48%.

A ação **Capacitação e Formação Inicial e Continuada a Distância (8429)** é voltada para a capacitação e formação inicial e continuada, a distancia e semipresencial, de professores para atuação nas escolas da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas através de Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Atualmente são 88 instituições vinculadas ao Sistema UAB, 720 pólos de apoio presencial (557 já implementados e 163 em fase de implementação), abrangendo 3.500 municípios e cerca de 190 mil vagas disponibilizadas. Para atender plenamente as ações da UAB, o produto desta ação foi reformulado, passando de "profissional capacitado" para "alunos matriculados". Foram utilizados R$ 255,1 milhões para a execução da ação.

Outra iniciativa direcionada para a formação de professores é a **Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para Educação Básica (0A30)**, a qual atende diretamente aos eixos Educação Básica, Educação Superior e Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade. Visa capacitar profissionais do magistério da educação básica, com destaque de atuação na formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A ação **Distribuição de Acervos Bibliográficos para a Educação Básica (4045)** tem como objetivo prover com acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência de qualidade, as escolas públicas da educação básica das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, mediante o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Em 2009, foram adquiridos 7,3 milhões de exemplares de livros, sendo: 204,2 mil exemplares do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa para serem distribuídos para todas as escolas públicas do ensino fundamental e médio; 247,1 mil títulos de orientação pedagógica para o PNBE–Especial; 799,6 mil exemplares de livros para atender a 47 títulos do PNBE-2009 que não foram contratados em tempo hábil no exercício de 2008; e 6 milhões de exemplares de livros para atender ao PNBE-2010. Em 2009, a ação contribuiu para a diversificação de materiais didáticos e a permanência dos alunos na escola, registrando um investimento de R$ 57,9 milhões.

É importante salientar que não houve limite financeiro para empenho disponível para o Programa, prejudicando sobremaneira sua execução orçamentária; e houve atraso na divulgação das obras selecionadas ficando exíguo o tempo para a execução dos trâmites de habilitação, negociação e contratação com as editoras até o final do exercício.

A realização financeira foi superior à realização física porque as despesas de controle de qualidade, distribuição, mixagem, avaliação e convênios foram referentes a 100% dos livros que seriam adquiridos em 2009. Entretanto só foram adquiridos 55,8% do número previsto. Os 44,2% estão sendo adquiridos no início de 2010.

Programa Desenvolvimento da Educação Especial

Objetiva apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define a educação especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, cuja função é disponibilizar recursos e serviços e realizar o atendimento educacional

especializado, de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, aos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O conjunto de programas, projetos e ações do MEC para o desenvolvimento inclusivo das escolas públicas tem alcançado o crescimento das matrículas dos alunos da educação especial nas classes comuns da rede pública de ensino. Conforme indicadores do Censo Escolar, em 2003, o índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino era de 28,8% e em 2009 este percentual é de 61,0%.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1374	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	2005	2006	2007	2008	2009
2345	Índice de Acesso à Educação Básica	n/d	39,00	27,50	38,00	n/d
2530	Índice de Atendimento Educacional Especializado	n/d	100,00	107,00	139,60	n/d
2346	Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino	n/d	59,70	n/d	69,00	n/d
2343	Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física	n/d	12,80	11,60	18,60	n/d
2140	Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica	41,00	46,40	47,60	54,00	n/d
2344	Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial	n/d	89,00	n/d	96,00	n/d
2111	Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros	50,10	57,00	n/d	65,40	n/d
2112	Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica	1,40	2,10	n/d	3,60	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões)	68,03	78,12	79,10	105,13	115,10

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

No âmbito do Programa Desenvolvimento da Educação Especial destacam-se algumas iniciativas do PDE, quais sejam:

Projeto Livro Acessível: objetiva garantir a acessibilidade, nos Programas do Livro, aos alunos com deficiência visual matriculados em escolas públicas da educação básica, por meio da distribuição de livros em Braille e no formato digital acessível. Na implementação do Projeto, foram produzidos livros didáticos, distribuídos laptops e adquiridos equipamentos para modernização dos Centros de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual e dos Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille, beneficiando 5.036 alunos cegos matriculados na rede pública de educação.

Programa Escola Acessível: apóia ações de adequação de prédios escolares para acessibilidade. Descentraliza recursos às escolas por meio do "Programa Dinheiro Direto na Escola". Foram atendidas 4.770 escola.

Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais: disponibiliza equipamentos, mobiliários, matérias didático-pedagógicos e recursos de acessibilidade para a organização de espaços, visando à oferta do atendimento educacional especializado na rede pública de ensino regular.

Dentre as ações voltadas para a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e nas comunicações, destacam-se:

A ação **Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial (6310)** visa ampliar a organização de escolas regulares para disponibilizar os serviços e recursos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ressalta-se que esta ação foi reestruturada gerando uma superação da meta física realizada em razão da ampliação da demanda dos sistemas de ensino, no apoio à organização de espaços para o atendimento educacional especializado. Foram adquiridos os mobiliários e equipamentos para atender cerca de 10 mil escolas com um montante de R$ 32,7 milhões.

Ação **Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar (8371).** Em 2009 sua meta física, escolas atendidas, superou a meta prevista em razão do fortalecimento da política de inclusão no ensino regular e da reorientação da sistemática de atendimento aos sistemas de ensino que, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), possibilitou melhorar o processo de apresentação e atendimento as demandas. Desse modo, a ação foi reformulada para contemplar as escolas no âmbito do Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais, beneficiando maior número de alunos da rede pública, uma vez que nessas salas é realizado o atendimento educacional especializado de alunos da própria escola e de outras escolas da rede pública de ensino, no turno inverso ao da escolarização. Foram beneficiadas 10 mil escolas com um investimento de R$ 6,3 milhões.

Programa Qualidade na Escola

O Programa Qualidade na Escola objetiva expandir e melhorar a qualidade da educação básica. Seu público são os alunos e professores da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Vem suprir a necessidade de adoção de ações espacialmente focalizadas e específicas para a superação de problemas relacionados à evasão, abandono e defasagem escolar na educação básica.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1448 – QUALIDADE NA ESCOLA

1448	QUALIDADE NA ESCOLA	2005	2006	2007	2008	2009
2993	Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos	0,79	0,85	0,80	0,80	n/d
2994	Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos	n/d	4,43	4,10	4,10	n/d
2995	Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 18 a 35 anos	n/d	8,30	8,80	8,80	n/d
2996	Taxa de Docentes com Nível Superior atuando na Educação Infantil	n/d	42,90	n/d	47,22	48,90
2997	Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Fundamental	n/d	71,80	n/d	71,40	73,10
2998	Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Médio	n/d	95,40	n/d	92,00	91,90
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões)	n/d	n/d	n/d	1.334,80	1.674,23

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do Programa, destacaram-se:

A ação **Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica (09CW)** tem como finalidade conceder apoio mediante a transferência de recursos financeiros às entidades públicas federal, estadual, distrital e municipal, para construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de unidades de educação infantil padronizadas.

No exercício de 2009 foi possível ampliar o seu alcance direcionando, aproximadamente, metade dos convênios firmados para os estados das regiões Norte e Nordeste do país, que são regiões historicamente menos favorecidas, e, dessa forma, promover a redução do número de crianças fora da escola ou em escolas com condições inadequadas para o ensino. Em 2009 foram construídas 576 novas escolas.

Além dessas novas construções, foram finalizadas diversas construções de escolas de educação infantil já em execução; reforma e ampliação de escolas dos níveis infantil e fundamental; construção de escola de ensino fundamental; construção,reforma e ampliação de escolas de nível médio, totalizando 1.036 escolas apoiadas, com recursos da ordem de, aproximadamente, R$ 547 milhões.

A ação **Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola (0E53)** tem como objetivo a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas para o transporte escolar de alunos da educação básica e da educação especial residentes na zona rural.

Além disso, a ação tem por escopo a definição de especificações padronizadas para esses veículos e a redução de seus custos. Na esfera municipal, a ação contribuiu para facilitar o acesso dos alunos da zona rural às escolas públicas, contribuindo, assim na redução das desigualdades regionais. Na esfera nacional, a ação reduziu as desigualdades entre regiões, pois o seu atendimento é focado em municípios que se concentram nas regiões norte e nordeste do país e que necessitam de atendimento prioritário.

Os recursos financeiros da ação são disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo MEC. Durante o exercício de 2009 foi assinado o Termo de Cooperação com a Marinha, no valor de R$ 134,6 milhões, para a construção de 600 Lanchas Escola a serem utilizadas no serviço de transporte escolar de passageiros de regiões ribeirinhas. A ação superou a meta prevista em 38,8%, tendo sido beneficiados 833 municípios com recursos da ordem de R$ 132 milhões para a aquisição de 869 veículos.

Ação **Disseminação de Tecnologias Educacionais (8602).** A Política de Tecnologias Educacionais tem como objetivo avaliar e pré-qualificar tecnologias educacionais inovadoras capazes de subsidiar a promoção da qualidade da educação básica em todas as suas etapas e modalidades. Foram distribuídas tecnologias educacionais de correção de fluxo para 833.315 alunos, em 1.179 municípios, além de 8.506 Guias de Tecnologias, totalizando um investimento de cerca de R$ 11,9 milhões.

A meta física alcançada ultrapassa em muito a que fora estipulada devido ao fato de que, no momento da formulação da meta física no PPA, o próprio conceito de tecnologia educacional como objeto da política pública educacional era ainda embrionário, o que incidiu sobre uma meta modestamente quantificada.

Na realidade, a unidade de Kit Tecnológico, em vez de contemplar um grupo de alunos, passou a contemplar individualmente cada aluno, o que resultou num aumento considerável do desempenho físico da ação.

A ação **Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica (0509)** tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento e melhoria qualitativa do processo educacional em todas as etapas da educação básica. Dada a sua característica peculiar, propicia suporte à execução de uma vasta diversidade de iniciativas.

A ação é considerada um suporte fundamental para a efetivação das demandas oriundas dos Planos de Ações Articuladas do Compromisso Todos pela Educação, pilar fundamental do PDE. Em 2009 foram financiados, dentre outros, projetos de construção nas regiões Norte e Nordeste, aquisição de mobiliários e equipamentos de escola, material didático e pedagógico, capacitação de professores e de profissionais da educação, assim como o apoio a eventos educacionais e de monitoramento e avaliação.

Por intermédio da Lei nº 12.184/2009, editada em meados do mês de dezembro, foi autorizada suplementação orçamentária da ação supracitada em aproximadamente 54%, o que comprometeu a possibilidade de sua efetiva implementação face à exiguidade de prazo para a operacionalização da execução dos créditos.

Além do impacto do contingenciamento orçamentário e da limitação de empenho sobre a meta física da ação, também é importante ressaltar a existência de variação do custo efetivo do produto da ação definido na LOA – projeto apoiado – e aquele efetivamente observado na sua execução.

Outro fator a ser observado é que o incremento da meta financeira da ação, por meio da autorização de crédito suplementar, não foi igualmente refletido na sua meta física.

Deve ser ressaltado que a meta física correspondente a 3.666 projetos apoiados (valor cadastrado no Simec) refere-se à dotação provisionada inicialmente pela Lei nº 11.897/2008. Não foram consignados nos instrumentos legais que concederam as suplementações de créditos adicionais, os valores das metas físicas correspondentes, tanto adicionando quanto subtraindo, nos casos, respectivamente, de suplementação e de cancelamento de dotações.

Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais

O Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais tem como objetivo produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, sobre o sistema de educação brasileiro a partir das avaliações de desempenho, dos exames de certificação e da produção de indicadores, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.

Por abranger o desenvolvimento de sistemas estatísticos e avaliações exclusivas, o programa subsidia diretamente a consecução dos vários programas de governo na área educacional, pelo fornecimento de dados e indicadores quantitativos e qualitativos da educação brasileira. É executado mediante diversas ações, dentre as quais destacaram-se:

Ação **Avaliação da Educação Básica (4022)**. Com relação a essa ação, em 2009 foi realizada a 3ª edição da Prova Brasil, uma avaliação universal de alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º ano) do ensino fundamental. Houve a participação de aproximadamente 6 milhões de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e de 60 mil escolas públicas urbanas e rurais com mais de 20 alunos.

Em 2010, será analisada a base de dados da aplicação a fim de divulgar os resultados da Prova Brasil 2009 e o seu impacto sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Foram envolvidos recursos da ordem de R$ 51,5 milhões.

Ação **Avaliações Internacionais de Alunos (6291)**. Nessa ação destacou-se a realização da edição 2009 do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), do qual participaram, aproximadamente, 35 mil alunos de 930 escolas públicas e privadas, das áreas rural e urbana de 587 municípios, em todos os estados do país, além do Distrito Federal.

Também foram divulgados os resultados do Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Serce), que avalia o desempenho dos estudantes da 3ª e 6ª séries do Ensino Fundamental nas disciplinas de Matemática, Linguagem (Leitura e Escrita) e Ciências, na América Latina e no Caribe.

Trata-se de um projeto do Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE) sob a coordenação do Escritório Regional da UNESCO para América Latina e do Caribe, com colaboração do Ministério da Educação. A ação teve execução de R$ 7,6 milhões.

Ação **Exames Nacionais de Habilidades e Competências (4017)**. No âmbito dessa ação foi realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) com o objetivo de ampliar a democratização do acesso às vagas públicas do ensino superior, possibilitar uma maior mobilidade acadêmica e induzir à reestruturação dos currículos do ensino médio.

Em 2009 o Governo reformulou o Enem, possibilitando sua utilização como parâmetro único na seleção de candidatos para ingresso nas Universidades Federais, Institutos Federais de Educação, além das Instituições Privadas de Ensino Superior. Houve a participação de aproximadamente 4,1 milhões de inscritos e de 2,6 milhões de efetivos participantes.

Também nesta ação foram realizadas as aplicações do Programa Nacional de Certificação de Proficiência no uso e no Ensino de Libras e de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras (Prolibras) e do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS), com 2.015 participantes oriundos de 27 países diferentes e do Brasil, e ainda o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) aplicado no Japão e Suíça, bem como execução dos pré-testes de itens do Enem 2009 e Encceja do ensino fundamental.

A ação **Censo Escolar da Educação Básica (4014)** tem por objetivo a coleta de dados do Censo Escolar em todo o país sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar e traça, com isso, um retrato fiel da realidade educacional.

Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades. No ano de 2009 o Censo Escolar incluiu quesitos sobre jornada ampliada e educação em tempo integral e os resultados foram minuciosamente revisados, o que resultou na melhoria da qualidade das informações e na exclusão dos registros em duplicidade.

Nesse Censo foram contabilizados no Brasil, 52.580.452 estudantes na Educação Básica, que compreende a Educação Infantil (creche e pré-escola), o Ensino Fundamental (1º a 9º ano ou 1ª a 8ª série), o Ensino Médio, a Educação Profissional, a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos (nas etapas Ensino Fundamental e Ensino Médio). Há um total de 197.468 escolas. Dessas, aproximadamente, 86% de matrículas e 82% de escolas pertencem à rede pública de ensino. Em 2009 a ação executou R$ 9,5 milhões.

Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade

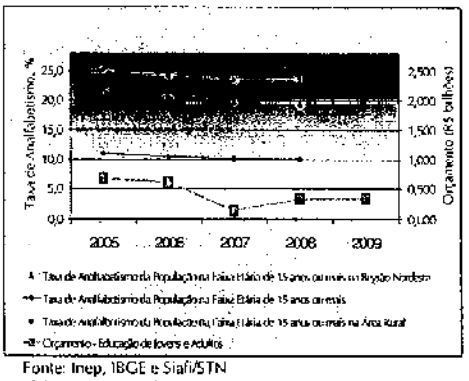
A educação é um direito de todos, e garantir o exercício deste direito é função primordial de qualquer governo democrático. Sendo a diversidade uma das principais características do Brasil, seja ela étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional, cultural, entre outras, é premente a necessidade de desenvolver ações educacionais mobilizadoras para fomentar igualdade de acesso, de permanência e de sucesso nos sistemas educacionais, respeitando as especificidades regionais e a diversidade sociocultural e ambiental, de modo a contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação.

Portanto, a política educacional, entre outras políticas públicas que visem a inclusão social, precisam ser elaboradas sob a ótica da valorização da diversidade e da equidade, ou seja, sob o pressuposto de que é preciso atender a todos na medida de suas necessidades.

Para o Ministério da Educação, pensar em políticas que promovam a igualdade de oportunidades na educação, o acesso aos bens comuns, à justiça social e ambiental que garantam a qualidade de vida, é um desafio a ser enfrentado na busca de uma sociedade menos desigual.

Os projetos e ações previstos nesse eixo de atuação contemplam o fortalecimento de espaços de diálogo e de parcerias entre os entes federados e a sociedade; o fomento à construção e implementação de tecnologias educacionais e sociais que, tendo como base territorial o município, promovam a educação integral de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas redes públicas de educação básica, por meio da integração de políticas públicas e práticas sociais - educacionais, culturais, assistenciais, esportivas e ambientais; do estímulo ao convívio dos diversos grupos em tais atividades de educação formal e não-formal; da criação de redes sociais em torno da escola; de ações pedagógicas com crianças, adolescentes e jovens integradas a processos de formação de educadores (professores, gestores, monitores), entre outros.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS



Fonte: Inep, IBGE e Siafi/STN
Elaboração: CEAD/SPO/MEC

Como resultado da integração de diversos programas para a juventude do Governo Federal, constantes do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), o MEC é responsável pelo "ProJovem Campo-Saberes da Terra", ação que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.

Em 2009 o atendimento foi ampliado para 24 mil jovens. Os recursos da ação são utilizados para a elaboração e distribuição dos kits pedagógicos para os jovens e material de apoio para professores e gestores do Programa.

Com relação ao eixo norteador do Plano de Desenvolvimento da Educação intitulado Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade, existem dois programas que fomentam suas políticas, são eles o Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos e o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania.

Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

O Programa tem como objetivo elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade, não alfabetizados ou com baixa escolaridade.

Em 2009, acordo dos governos estaduais com o Governo Federal ampliou o atendimento a analfabetos na Amazônia Legal e no Nordeste para 2009 e 2010, contribuindo para a melhoria dos resultados na área rural, principalmente. Atualmente, são 14 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais.

O acordo prevê o atendimento a 4,5 milhões de analfabetos (3,9 milhões no Nordeste e 0,6 milhões na Amazônia Legal) e enfatiza a continuidade dos estudos, o que implica em ampliação da oferta de vagas em Educação de Jovens e Adultos. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) atendeu, em parceria com mais de 1.300 entidades,

aproximadamente 2,1 milhões de jovens e adultos e cobriu | 3.890 municípios brasileiros.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1060	BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2005	2006	2007	2008	2009
3011	Percentual da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série	23,40	n/d	n/d	21,64	n/d
8085	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 24 anos	3,70	2,86	n/d	2,90	n/d
3010	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais	11,05	10,47	10,09	9,99	n/d
8084	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural	25,00	24,28	23,42	23,26	n/d
8083	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste	21,90	20,73	19,93	19,44	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões)	673,24	604,82	143,04	290,46	290,57

Fonte: SIGPlan / IBGE / Siafi.

Merece destaque, ainda, a realização da VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFINTEA), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em dezembro de 2009. Sediado em Belém, o evento teve a participação de 156 países representando todos os continentes e teve como objetivo principal discutir as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos no âmbito mundial. Na ocasião foi aprovado o Marco de Ação de Belém, documento validado por todos os participantes que oferece orientações para as políticas de educação de jovens e adultos dos países membros. Pela primeira vez a CONFINTEA, que ocorre a cada doze anos, foi realizada num país do hemisfério sul.

As ações mais relevantes do Programa, em 2009, são:

A ação **Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos (8790)** disponibiliza apoio financeiro, calculado com base no número de alfabetizandos e alfabetizadores previstos pelos estados, Distrito Federal e municípios nos respectivos Planos Plurianuais de Alfabetização (PPAlfa). O apoio financeiro suporta o custeio das seguintes ações:

- formação inicial e continuada de alfabetizadores e coordenadores de turmas, incluindo-se capacitação para a aplicação de teste de acuidade visual do Programa Olhar Brasil;
- aquisição de material escolar, incluindo-se a reprodução dos testes cognitivos a serem aplicados aos alfabetizandos;
- aquisição de gêneros alimentícios destinados exclusivamente ao atendimento das necessidades de alimentação escolar dos alfabetizandos;
- transporte para os alfabetizandos; e
- aquisição de material pedagógico, didático ou literário, para uso nas turmas.

Em 2009, foram apoiadas 1.317 projetos, sendo 1.292 prefeituras e 25 Secretarias Estaduais de Educação. A meta física inicial estimada para 1000 projetos foi superada acima de 30%. Para tanto foram investidos aproximadamente R$ 82 milhões.

A ação Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos (8823) tem como objetivo a seleção, produção e distribuição de materiais didáticos para jovens e adultos, mediante:

- implementação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado;
- implementação do Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA);
- apoio à produção de materiais didáticos desenvolvidos na própria entidade parceira do Brasil Alfabetizado ou aquisição de materiais não comerciais.

Por meio da implementação do PNLA, foram distribuídos 2.621.016 livros aos alfabetizandos e aos educandos da 1ª série da EJA fundamental e 233.280 para os educadores das escolas de ensino público atuando que lecionam em turmas de alfabetização, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública, e entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Para a realização da escolha do livro didático foram distribuídos 47.433 guias. Este número amplia significativamente o acesso a materiais de qualidade que contribuem tanto para o aperfeiçoamento das práticas dos professores quanto para os processos de aprendizagem dos jovens, adultos e idosos.

Outra importante ação foi a criação do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PNLD-EJA), com o objetivo de prover as entidades parceiras do PBA e as escolas públicas de ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) federais ou das redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal com livros didáticos adequados ao público pretendido pela EJA. A iniciativa beneficiará 5,4 milhões de alunos, que recebiam apenas livros de alfabetização. O montante de investimentos realizados chega a R$21,8 milhões

Programa Educação para a Diversidade e Cidadania

O Programa Educação para a Diversidade e Cidadania implementa políticas para uma educação integral e integrada, significando uma educação que, de um lado, visa ao desenvolvimento pleno de estudantes como seres humanos e cidadãos e, de outro, articula as diferentes áreas do agir humano, em ações socioeducativas que ampliem

os currículos, tempos e espaços escolares. Contribui de forma fundamental para reduzir as desigualdades, na medida em que não apenas atende a públicos específicos e historicamente excluídos do processo educacional, como também leva a temática da diversidade para o maior número de escolas possíveis, com vistas à superação de preconceitos e discriminações. Atua também no fortalecimento das redes públicas pela ampliação da jornada escolar com a adoção da educação integral nas escolas com menores resultados de aprendizado (Ideb).

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1377 - EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA

1377	EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA	2005	2006	2007	2008	2009
2538	Índice de Igualdade da Educação do Campo	n/d	0,65	n/d	0,52	n/d
2539	Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena	n/d	0,53	n/d	0,53	n/d
2537	Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares	n/d	0,78	n/d	0,60	n/d
2540	Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais	n/d	0,84	n/d	0,82	n/d
2541	Índice de Igualdade de Gênero	n/d	0,97	n/d	0,95	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões)	54,87	59,10	23,82	35,02	80,62

Fonte: SIGPlan / IBGE/ Inep / Siafi

Além disso, ações de educação ambiental aproximam escolas e comunidades, promovem respeito à cultura e à diversidade.

Entre as ações específicas que se desenvolveram em 2009 para os públicos da diversidade, destacam-se a realização da I Conferência de Educação Escolar Indígena, a implementação do "Programa Escola Ativa", voltado para escolas multisseriadas do campo e a produção de materiais e construção de escolas quilombolas.

Neste Programa também constam ações voltadas para os públicos vulneráveis da educação básica. O destaque em 2009 foi a ampliação do "Programa Mais Educação", oferecido a 5.000 escolas das redes estaduais e municipais que estejam em regiões metropolitanas e tenham Ideb baixo.

O Programa Educação para a Diversidade e Cidadania também possibilitou a ampliação da oferta de cursos de formação inicial de professores do campo e indígenas (PROCAMPO e PROLIND), além de cursos de formação continuada nos temas da diversidade. Como ação não orçamentária relevante, destaca-se o acompanhamento da freqüência escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família que, em parceria com outros órgãos de Governo, tem alcançado resultados melhores a cada ciclo de acompanhamento, além de ter propiciado importante articulação institucional com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Saúde (MS) e gestores estaduais e municipais do referido Programa.

Com relação aos públicos que sofrem maior desigualdade no acesso à educação, em particular populações indígenas, do campo e quilombolas, foram ainda desenvolvidas ações para formação inicial de professores e fortalecimento das redes, como é o caso do Programa ProJovem-Saberes da Terra, voltado para a educação de jovens e adultos do campo, e no desenvolvimento de materiais didáticos para comunidades quilombolas.

Como ação mais relevante do programa destaca-se o Apoio ao desenvolvimento da educação do campo, das comunidades indígenas e comunidades tradicionais (8750), que tem seu foco na redução das desigualdades étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar. É realizada mediante o estabelecimento de parcerias com estados, Distrito Federal, municípios, instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, que desenvolvem e executam projetos de educação diretamente referidos aos eixos do Programa.

Em 2009 foram apoiados 3.487 projetos voltados para o atendimento à Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, principalmente o Escola Ativa, e apoio ao desenvolvimento da educação em comunidades quilombolas, superando em muito a meta prevista de 293 projetos. O investimento totalizou R$ 22,6 milhões.

No âmbito da Educação Escolar Indígena merece destaque a criação dos territórios etnoeducacionais indígenas, instrumento de gestão da educação indígena, definido no Decreto nº 6.861/2009. Esse Decreto determina que as ações da União de apoio técnico e financeiro voltadas para ampliação da oferta da educação escolar às comunidades indígenas devem ser organizadas a partir da definição de territórios etnoeducacionais.

Outro destaque foi a realização da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, que representa um processo de construção ampla das condições de oferta da educação intercultural indígena, buscando aperfeiçoar as bases das políticas e a gestão de programas e ações para o tratamento qualificado e efetivo da sociodiversidade indígena com participação social.

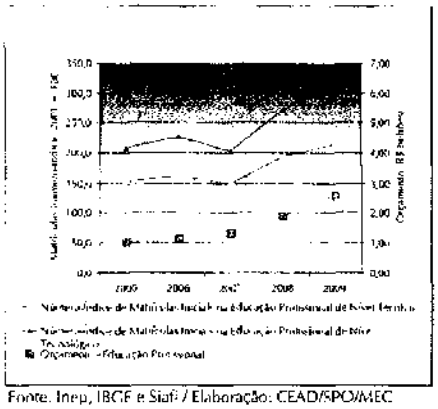
Com relação à Educação do Campo, os recursos da ação permitiram, principalmente, a execução do Programa Escola Ativa - voltada para a produção de material didático, a formação e o apoio à implementação de uma estratégia pedagógica específica em escolas multisseriadas situadas no campo. O Programa beneficiou 2.302 municípios e um quantitativo de 28.025 escolas com turmas multisseriadas com atendimento a 694.237 alunos, representando um crescimento de 72% de municípios (ou seja, nos projetos apoiados), 182% nas escolas e 132% nos alunos em relação ao ano anterior. Optou-se por considerar o Projeto

Escola Ativa como sendo um projeto por cada município, por essa razão o realizado superou o estimado.

Ensino Profissional e Tecnológico

A Educação Profissional e Tecnológica vivencia atualmente a maior expansão de sua história. Em 2009, o Governo Federal deu continuidade ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que deverá deixar em pleno funcionamento, até 2010, 354 unidades de ensino e oferecer em torno de 500 mil vagas, distribuídas pelos 26 estados e o Distrito Federal. Em atendimento à política de reordenamento da rede de instituições federais de educação profissional e tecnológica, em 2009 foram inauguradas 24 escolas técnicas e mais 79 serão inauguradas em 2010. A distribuição das instituições de ensino igualmente prioriza os municípios situados em regiões interioranas e nas periferias dos grandes centros urbanos.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Fonte: Inep, IBGE e Siafi / Elaboração: CEAD/SPO/MEC

Como iniciativa prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) tem a missão de promover o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país, destacando-se a verticalização do ensino, com atuação em todos os seus níveis e modalidades, articulando a educação superior, básica e tecnológica, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador e dialogando com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais. As unidades que compõem os Institutos Federais receberão investimentos de R$ 260 milhões para a reestruturação em curso. A meta é atingir 190 mil vagas abertas e reorganizar a rede federal de ensino.

Ainda ancoradas no PDE, foram implementadas ações de fundamental importância para o fortalecimento das políticas públicas no âmbito da educação profissional e tecnológica, quais sejam: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional a Modernização das Redes Públicas Estadual e Municipal de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil Profissionalizado) e a Implementação e Manutenção do Sistema de Informação da Educação Profissional. Além dessas, as ações não orçamentárias de criação da Rede Certific e o acompanhamento do Acordo de Gratuidade entre o MEC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), demonstram a sintonia dos programas educacionais com as políticas de inclusão definidas e aplicadas pelo Governo Federal. Ressalte-se que com relação ao Acordo de Gratuidade do Sistema S, em 2009 foram contabilizadas 287.264 novas matrículas gratuitas no Senai e Senac, o que corresponde a 217.836 alunos de baixa renda beneficiados.

Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

O Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica tem como objetivo primordial ampliar a oferta de educação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Estabelecido o ano de 2006 como referência, dados dos censos educacionais indicam que a meta estabelecida para 2011 encaminha-se para ser atingida. Na educação profissional técnica de nível médio, o censo aponta a existência de 927.968 alunos matriculados, o que equivale a um crescimento de 31% em relação a 2006. No nível superior tecnológico o crescimento foi de 68,9%, considerando-se a existência atual de 218.843 matrículas nesse nível de ensino. A Rede Federal, por sua vez, vivencia a maior expansão da sua história.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

1062	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	2005	2006	2007	2008	2009
1513	Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico	n/d	100,00	n/d	115,55	n/d
1804	Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico	n/d	100,00	n/d	124,80	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões)	1.024,70	1.242,85	1.471,61	2.027,29	2.812,73

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

A implementação do SISTEC constitui uma iniciativa pioneira e inovadora, com o intuito de reunir e disponibilizar à sociedade, informações sobre cursos técnicos de nível médio e cursos de qualificação profissional.

Dentre as funcionalidades do sistema, destaca-se a apresentação de informações sobre: escolas em funcionamento regular; órgãos competentes de cada sistema de ensino; matrículas, abandono e conclusões; acompanhamento do acordo de gratuidade com o Sistema S; além da possibilidade de apontar tendências na formação profissional ao identificar os cursos mais procurados e as disparidades regionais nessa oferta.

O sistema foi desenvolvido para coletar dados dos ingressantes em cursos técnicos e de qualificação profissional a partir do ano de 2009, sendo possível a estes estudantes conferir eletronicamente a validade nacional dos diplomas emitidos. Em 2009 foram contabilizadas 2.768.392 matrículas, das quais 488.511 são de ingressantes em cursos técnicos e 2.279.881 ingressantes em cursos de qualificação profissional.

Para viabilizar as iniciativas do Programa 1062, duas ações merecem destaque:

Ação **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (1H10)**. O processo de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que inicialmente previa a criação de novas Escolas Técnicas, tomou outra dimensão conceitual e prática com a vigência da Lei nº 11.892/2008. Essa Lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da transformação ou integração de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Técnicas e Agrotécnicas.

Em 2009 houve a conclusão de obras e a aquisição de equipamentos para 100 novas escolas que entrarão em funcionamento já em março de 2010, totalizando, assim, 280 das 380 que deverão estar em funcionamento até o final de 2010.

Essa expansão possibilitou um acréscimo de 43.663 matrículas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, foram investidos cerca de R$ 328 milhões.

Tendo em vista um erro material havido entre o produto da ação e a meta prevista (um trata de unidade implantada enquanto o outro faz referência às novas matrículas ofertadas), e visando dar maior visibilidade às ações governamentais em andamento, "matrículas ofertadas" foi considerado como produto da ação, por ser o indicador mais efetivo para mensurar a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Ação **Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (8650)**. Com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, houve o reordenamento das instituições de educação profissional e tecnológica federais.

Por meio da transformação ou integração de 68 autarquias resumiram-se aos novos 38 Institutos Federais e cada uma das antigas unidades transformaram-se em *campus*.

O que seria somente uma expansão física de novas unidades passou a ser uma expansão, também, da missão institucional que, agora, ao invés de oferecer somente cursos técnicos, oferta cursos de graduação (tecnólogos , licenciaturas, bacharelados em especial as engenharias) e pós graduações autarquias, antigas escolas técnicas e agrotécnicas e Cefets, agora transformadas em *campus* juntamente com suas 34 unidades de ensino descentralizadas e mais 8 escolas vinculadas às universidades federais, que assumiram um modelo moderno de gestão agregando-se, de forma racional, aos 38 Institutos Federais criados nas 27 unidades federativas. Em 2009 foram atendidas 212 unidades com recursos da ordem de R$ 151, 5 milhões.

Ainda no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica algumas iniciativas mereceram destaque em 2009:

- "Programa Brasil Profissionalizado" que visa o alcance de uma das metas do PDE, que é modernizar e expandir as redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, mediante o repasse de recursos para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Os investimentos foram superiores a R$ 700 milhões para construções, ampliações, reformas e equipamentos de mais de 500 escolas.
- A realização, em novembro de 2009, do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, com a presença de mais de 13 mil participantes de instituições nacionais e internacionais. O evento contou com conferencistas de 15 países, delegações de todos os estados, 170 atividades culturais, 165 palestras, além de 755 trabalhos estudantis.
- A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (CERTIFIC). Trata-se de uma iniciativa com grande relevância social pela sua contribuição na (re)inserção e permanência na escola e no trabalho de milhões de pessoas, mediante a avaliação e reconhecimento dos saberes "não formais", ou seja, conhecimentos construídos ou adquiridos por essas pessoas nas relações sociais, em espaços diversos. É uma criação conjunta do Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego. A Rede CERTIFIC se configura como um conjunto de ações cooperadas, desenvolvidas pelos Institutos Federais e instituições de educação profissional e tecnológica, que visam ao estabelecimento de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada para o atendimento gratuito a jovens, adultos e trabalhadores que busquem a formação ou a avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimento fins de prosseguimentos de estudos ou exercício profissional.

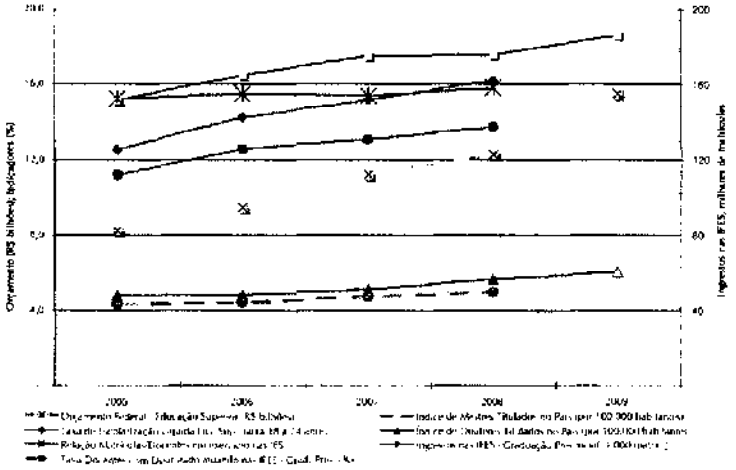
- Foram desenvolvidos no ano de 2009, para implementação no exercício de 2010, os programas das áreas de Construção Civil, Mecânica, Turismo e Hospitalidade e Pesca dentre outros, que serão implementados no exercício de 2010 concomitantemente à constituição da estrutura de gestão e funcionamento da Rede CERTIFIC e ao processo de adesão das instituições de Educação Profissional e Tecnológica.
- Ainda na área de Formação inicial e continuada, o Projeto denominado Mulheres Mil tem dado excelente contribuição na tentativa de reduzir as desigualdades regionais. Os Institutos Federais do Norte e Nordeste do país atuam nesse projeto, o qual oferece formação profissional a cerca de 1.400 mulheres desfavorecidas dessas regiões. A capacitação e qualificação profissional reconhecem saberes previamente constituídos e criam as condições para que elas melhorem seu potencial produtivo e suas condições de vida.

Educação Superior

Em reconhecimento ao papel estratégico das universidades públicas federais para o desenvolvimento econômico e social e com o objetivo de implementar ações integradas ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Governo adotou uma série de medidas que tem como propósito retomar o crescimento do ensino superior público.

O MEC tem dado ênfase nas ações de expansão de universidades e oferta, inclusão e democratização do acesso ao ensino superior, assumindo, ainda, compromisso com a disponibilização de educação de qualidade. A expectativa para a educação superior é dobrar o número de estudantes matriculados em cursos de graduação nas universidades federais, em um prazo de dez anos.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR



Fonte: Inep, IBGE e Siafi. Elaboração: CEAD/SPO/MEC.

As ações voltadas à ampliação do acesso e da permanência na educação superior possuem duas vertentes principais: a concessão de bolsas de estudo, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), e a concessão de financiamento estudantil, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). São ações que, em conjunto, já atenderam cerca de um milhão de estudantes, o que revela significativo impacto sobre seu público.

O Fies é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação não gratuitos e com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria. Atualmente, o Fundo financia até 100% do valor da mensalidade, a uma taxa de juros anual de 3,5%. Desde sua criação, o Fies já beneficiou mais de 500 mil estudantes, com investimento acumulado estimado em R$ 6,4 bilhões. Ao final de 2009, o programa contava com cerca de 490 mil contratos ativos. O investimento da ação em 2009 foi de R$ 866,5 milhões, relativos a cerca de 33 mil contratos firmados e aos aditamentos semestrais aos contratos já existentes.

O ProUni visa garantir o acesso da população ao ensino superior. Trata-se de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Já beneficiou 595.986 estudantes. O ano de 2009 marcou o período de maior oferta de bolsas de estudos. Foram 248 mil bolsas

ofertadas, superando em 37,58% a meta de 180 mil bolsas previstas.

Além da expansão e manutenção das universidades federais e do desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos da educação superior, o MEC vem trabalhando, também, na supervisão e regulação do sistema federal de educação superior para garantir a qualidade do ensino.

No âmbito da Educação Superior podemos destacar os seguintes programas e ações:

Programa Brasil Universitário

Objetivando implementar ações integrantes ao PDE, o Governo adotou uma série de medidas com o propósito retomar o crescimento do ensino superior público. Nesse contexto, o Programa Brasil Universitário tem como objetivo ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1073 – BRASIL UNIVERSITÁRIO

1073	BRASIL UNIVERSITÁRIO	2005	2006	2007	2008	2009
1830	Coeficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior	14,92	15,22	15,49	15,39	n/d
1826	Taxa de Docentes (Em Exercício) com Doutorado atuando nas IFES - Graduação Presencial	43,22	44,26	47,32	48,78	n/d
1828	Taxa de Docentes (Em Exercício) com Graduação atuando nas IFES - Graduação Presencial	30,10	29,40	25,76	25,17	n/d
1827	Taxa de Docentes (Em Exercício) com Mestrado atuando nas IFES - Graduação	26,64	26,32	26,93	26,03	n/d
1831	Taxa de Matrícula de Alunos em IFES - Graduação Presencial no Turno Noturno	25,38	25,38	n/d	25,55	n/d
3009	Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno	58,95	60,13	60,89	61,07	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões)	8.847,42	11.476,87	13.431,63	14.730,62	18.492,30

Fonte: SIGPlan / Inep / Siafi

Dentre as ações que compõem o Programa Brasil Universitário destacam-se:

A ação **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (8282)** tem por objetivo promover a revisão da estrutura acadêmica das universidades federais, de modo a possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação. No âmbito do Reuni, foram criadas 35,5 mil novas vagas em cursos presenciais, das quais 14.770 no período noturno, sendo investidos R$ 272,2 milhões.

A ação **Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (8551)** cujo objetivo é auxiliar na manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior em suas várias necessidades e demandas, principalmente nos projetos especiais na melhoria da qualidade do ensino de graduação, assim como no aumento da oferta de vagas. Um total de 43 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) foram apoiadas em 2009, seja em seus projetos específicos, seja em projetos e ações complementares ao Projeto Reuni. A ação empenhou um total de R$ 150,5 milhões.

A ação **Treinamento Especial para Alunos de Graduação de Entidades de Ensino Superior (4413)** abrange o Programa de Educação Tutorial (PET), criado para apoiar atividades acadêmicas que integram o ensino, a pesquisa e a extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação, além de estimular a continuidade da vida acadêmica, uma vez que 60% dos alunos que participam do PET ingressam na pós-graduação. São 400 grupos tutoriais em instituições de ensino superior públicas e privadas de todo o país, com pelo menos um grupo de pesquisa em cada estado brasileiro. Foram beneficiados com o PET, 4.274 alunos bolsistas e 400 tutores, um para cada grupo de pesquisa.

Registre-se que a meta física prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA/2009) refere-se ao número de tutores, embora o produto publicado na mesma lei seja de aluno treinado. Sendo assim, a meta física prevista foi alcançada em 100% e não 1.167%, conforme registrado no sistema, alocando R$26,4 milhões (87,86% dos recursos previstos).

A ação **Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federal (6379)** está vinculada às realizações na área dos Hospitais Universitários Federais, que contribuem expressivamente para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), pois, de um universo de aproximadamente 3,2 mil hospitais cadastrados, os 46 Hospitais Universitários configuram uma rede de atenção cujo perfil é, em 70% deles, de grande porte e voltada para ações de média e alta complexidade, constituindo, muitas vezes, a unidade hospitalar pública mais importante do Estado.

Esta ação visa complementar o custeio e financiar o investimento na infraestrutura desses hospitais. Em 2009, esses recursos foram da ordem de mais de R$ 130 milhões,

distribuídos aos 46 hospitais da rede federal. Ressalte-se que a meta física prevista foi atingida em 100%, ou seja, todos os hospitais universitários federais foram atendidos. A meta física contabilizada no Simec/SIGPlan está acumulando o número de hospitais apoiados/mês, sendo que, na verdade, a informação prestada mensalmente refere-se a toda a rede de HU apoiada ao longo do ano.

Cabe destacar que a partir de agosto de 2009 ocorreu a inserção da Maternidade Vitor do Amaral/UFPR, totalizando 46 hospitais. Cabe salientar que, considerando o período de 2005 a 2009, verifica-se um incremento financeiro da ordem de 263% para a esta ação, num esforço do Governo Federal para a viabilização da manutenção da rede de Hospitais Universitários Federais.

A ação **Apoio à Residência Multifuncional (4005)** abrange as residências em saúde, estratégia considerada fundamental para a formação de recursos humanos que atendam ao SUS. Esses programas de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade de treinamento em serviço, compreendem os programas de Residência Médica e os programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde. O MEC é responsável pela maior iniciativa de formação de médicos especialistas do país em todas as áreas de conhecimento da Medicina, financiando bolsas para médicos residentes em programas vinculados às Universidades Federais, desenvolvidos nos seus Hospitais Universitários e em algumas unidades hospitalares conveniadas. Em 2009 o quantitativo foi ampliado de uma média anual de 4.981 em 2008 para 5.334 em 2009. Os investimentos foram de, aproximadamente, R$ 140 milhões.

É importante salientar que o Simec apresenta esta meta como não cumulativa, razão pela qual, os dados apresentados como meta física prevista e realizada dizem respeito apenas ao número médio de bolsas concedidas para residentes a cada mês e não ao total de bolsas realmente financiado pelo MEC no ano de 2009.

É preciso enfatizar que o MEC desenvolveu dois projetos em 2009, para implementação em 2010, que representam uma iniciativa inédita no campo da qualificação de recursos humanos para a saúde: o Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró-Residência), que tem como objetivo favorecer a formação de especialistas na modalidade residência médica em especialidades e regiões prioritárias para o país; e o Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde dos Hospitais Universitários Federais, cujo objetivo é promover a especialização dos demais profissionais da saúde em todo o país, nas áreas de atuação prioritárias para a atenção à saúde da população local e regional onde o hospital está inserido. Para cada um desses projetos foi feito um planejamento de oferta de 500 novas bolsas, o que representa um incremento direcionado que nunca havia sido realizado antes pelo Governo Federal.

No âmbito do Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais (1449) é executado o Censo da Educação Superior (Ação 6503), realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do MEC. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações sobre a educação superior no Brasil, as quais subsidiam a formulação e o acompanhamento das políticas e programas dessa etapa da educação, contribuindo com o trabalho dos gestores públicos, instituições públicas e privadas, pesquisadores e estudantes do Brasil e de outros países, bem como de organismos internacionais. Em 2009 foi realizado o Censo da Educação Superior 2008, ferramenta mais importante para o levantamento de informações junto às Instituições de Ensino Superior. Em módulo paralelo, foi executado o Censo de Docentes da Educação Superior 2008. Em 2010, será realizada a coleta de dados para o Censo da Educação Superior 2009. Diferentemente dos anos anteriores, o Censo passará a levantar informações individualizadas por docente e aluno, o que propiciará a construção de indicadores que retratem a qualidade dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IES) do país.

Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

No ano de 2009, o MEC continuou a expandir suas ações de apoio e fomento à pós-graduação brasileira *stricto sensu*, por meio do Programa de Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica, que tem por objetivo formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil, condição necessária para a manutenção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo da nação, além de atuar na formação inicial e na qualificação de docentes para a educação básica. Suas ações permitiram que o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) titulasse mais de 11 mil doutores e 38 mil mestres, contribuindo assim para uma maior oferta de recursos humanos altamente qualificados e, consequentemente, alavancar o desenvolvimento nacional no médio e longo prazo.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA

1375	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	2005	2006	2007	2008	2009
2137	Índice de Doutores Titulados no País	4,79	4,81	5,10	5,65	n/d
2135	Índice de Mestres Titulados no País	15,14	16,46	17,50	17,59	n/d
2139	Índice de Qualidade da Pós-Graduação Nacional	4,27	4,21	4,10	4,10	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R$ milhões)	659,27	752,64	802,88	1.038,92	1.286,29

Fonte: SIGPlan / CAPES / Siafi

Algumas ações merecem destaque em 2009:

Ação Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País (0487). Tem como beneficiários os alunos matriculados em programas de pós-graduação avaliados e recomendados pelo MEC, bem como recém-doutores que passaram a integrar tais programas. Foram concedidas 24.401 bolsas de mestrado, 14.724 bolsas de doutorado e 841 bolsas de pós-doutorado. Deste total, 4.233 bolsas foram destinadas para o novo programa "Bolsas para Todos", onde são beneficiados os alunos dos cursos de pós-graduação das regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste e Sul. Além das atividades regulares de fomento, ressaltam-se como marcos inovadores, as diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos com formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país: TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde, Cultura, Administração, Ciências do Mar, Nanobiotecnologia e Comércio Exterior. A ação empenhou um montante de R$ 727,3 milhões.

A ação Concessão de Bolsas em Atendimento ao Plano Nacional de Pós-Doutorado (009H) constitui de uma iniciativa para a absorção de recém-doutores, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Por intermédio dessa essa ação foram concedidas 1.163 bolsas em 2009, totalizando recursos na ordem de R$ 36,7 milhões.

Ação Concessão de bolsas de qualificação de pessoal de alto nível para a pesquisa em temas estratégicos - novas fronteiras da pós-graduação (0B95). Esta ação visa a formação de recursos humanos de alto nível, em temas estratégicos para o desenvolvimento das regiões que apresentam defasagem na capacitação de mestres e doutores para os quadros docentes das universidades nas regiões Norte, Centro-Oeste e Semi-Árido. Por meio dessa ação são executados: o Programa de Doutorado Interinstitucional Novas Fronteiras – Dinter NF e o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica Procad Novas Fronteiras. Como resultado dessas iniciativas observa-se o aumento no número e na qualidade das pesquisas desenvolvidas e o consequente incremento na formação de mestres e doutores destas regiões, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das assimetrias observadas e para o desenvolvimento socioeconômico local. Foram concedidas 1.379 bolsas e investidos R$ 22,4 milhões.

Com relação à ação Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior (0935), foram concedidas 1.357 novas bolsas de estudos referentes aos programas de bolsas no exterior que apóiam demandas individuais e de projetos de pesquisa, integrantes de programas nacionais em áreas estratégicas. Houve também o apoio à participação de 460 doutores em eventos científicos no exterior. Foram mantidos, em mais de 30 países, outros 1.102 bolsistas que iniciaram seus estudos em 2009 e em exercícios anteriores. Os recursos financeiros totalizaram R$ 70,1 milhões.

A ação Acesso à Informação Científica e Tecnológica (2317) beneficia 308 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo e disponibiliza mais de 21 mil periódicos em textos completos e 130 bases referenciais ou de resumos e 09 bases de patentes, por meio do Portal de Periódicos. No ano de 2009 o Portal contabilizou 66,5 milhões de acessos, o que equivale a mais 182 mil acessos diários. O investimento do Portal de Periódicos em 2009 foi de mais R$ 100 milhões.

Com relação à meta física prevista para 2009, convém esclarecer que esta era de 60 milhões de acessos, entretanto, ocorreu um erro material na elaboração e aprovação da Lei do Orçamento Anual (LOA) tendo sido registrada como execução uma unidade (1) de milhar.

Essa informação foi migrada para o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (Simec), o que acabou por superestimar a execução física. Desta forma a execução física real foi de uma média de 5 milhões de acessos ao mês, o que corresponde a 66.573.742 no ano.

Ação Avaliação e Acompanhamento de Programas de Pós-Graduação e de Fomento (4011). A avaliação orienta a evolução de todo sistema nacional de pós-graduação, antepondo-lhe execuções e desafios que resultam em avanços da ciência, tecnologia e inovação.

Em 2009 foram submetidas 566 propostas de cursos novos, dos quais foram aprovados 256 cursos, sendo 132 de mestrado acadêmico, 19 de mestrado profissional e 105 de doutorado. Paralelamente, foram realizadas as atividades preparatórias para a Avaliação Trienal, a ser realizada em meados de 2010, que incluem o tratamento e consolidação das informações encaminhadas por mais de 4 mil cursos de mestrado e doutorado.

Houve um erro material quando da elaboração e aprovação da LOA/09 (PPA) no que tange à quantificação da meta física, ficando registrado 1 (uma) unidade em vez de 10 mil, que seria o correto. O recurso financeiro foi de 12,6 milhões.

5.1.B. Ministério da Fazenda

Na estrutura administrativa da República Federativa do Brasil, o Ministério da Fazenda - MF é o órgão que, de forma preponderante, trata da formulação e da execução da política econômica. No transcorrer de 2009, o MF direcionou a sua atuação com vistas a minimizar os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira. Além de evitar que as graves conseqüências decorrentes da fragilidade dos mercados recaíssem de forma mais aguda sobre a população de menor nível de renda, o MF manteve o foco na responsabilidade e no comprometimento com os objetivos e metas estabelecidas pelo governo. Os efeitos iniciais da crise financeira internacional no Brasil combinaram depreciação cambial, restrição de liquidez e queda na demanda internacional por produtos brasileiros. Juntos, derrubaram a confiança de empresários e consumidores, de modo que o crescimento do consumo desacelerou e o investimento caiu de forma abrupta e preocupante.

O Governo Federal respondeu à crise internacional com uma sequencia de medidas sem precedentes na história econômica recente do Brasil. As ações desenvolvidas pelo Governo Federal podem ser divididas em três grupos. O primeiro diz respeito a ações e programas adotados antes da crise, que ajudaram a economia durante a crise, e continuam sendo utilizados mesmo após seu arrefecimento. O segundo refere-se a ações emergenciais empregadas durante a crise que, por serem temporárias, tendem a expirar ou se reduzir com o passar do tempo. O terceiro relaciona-se a novas ações estruturais que auxiliaram o combate à crise, mas prosseguiram após o pior momento.

Dentre as ações e programas adotados antes da crise, cabe destacar cinco iniciativas estruturais que evitaram uma queda maior no nível de atividade econômica: o aumento na rede de proteção social; o aumento no salário mínimo; a expansão do investimento público; as desonerações programadas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e na Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP; e por fim a reestruturação dos salários e do efetivo do serviço público federal.

Em relação às medidas temporárias de combate à crise, mencione-se as medidas tomadas para proporcionar liquidez aos mercados financeiros e estancar os efeitos da saída de capitais bem como as perdas advindas de operações no mercado cambial. A resposta imediata à contração de crédito foi providenciar uma expansão da liquidez, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda nacional. Estas operações só foram possíveis porque antes da crise o Brasil havia acumulado cerca de US$ 210 bilhões em reservas internacionais. A redução do percentual para o recolhimento do compulsório bancário também evitou o contágio da crise internacional no mercado interbancário brasileiro, apesar de não ter sido suficiente para estimular a recuperação no crédito.

A solução veio, assim, dos bancos públicos, que começaram a atuar como emprestadores de penúltima instância durante a fase mais grave da contração do crédito. Neste sentido, no início de 2009, a União concedeu linha de crédito de 3,3% do PIB ao BNDES, que por sua vez ofereceu um conjunto de linhas especiais de crédito de curto prazo ao setor produtivo. Em complemento à ação do BNDES, a União também ofereceu incentivos financeiros, via equalização de taxa de juros, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Os bancos públicos puderam oferecer linhas de crédito, especialmente capital de giro para os setores com maior dificuldade de liquidez. Como resultado dessa ação, pode-se observar que durante a fase mais crítica da crise, entre setembro de 2008 e julho de 2009, os bancos públicos aumentaram sua oferta de crédito em 33%, enquanto as instituições privadas nacionais cresceram 4% e as instituições estrangeiras 1,5%.

A política monetária anticíclica incluiu, também, um corte substancial na taxa Selic, após a análise acerca dos riscos sobre a inflação. A impossibilidade de a política monetária estimular a recuperação econômica imediatamente após a crise foi compensada pela política fiscal.

Além das ações estruturais adotadas, implementou-se uma série de desonerações tributárias temporárias para estimular as vendas e o consumo. Estas desonerações começaram já no final de 2008, com redução do IPI para o setor automotivo, e tiveram por objetivo evitar o acúmulo excessivo de estoques nas indústrias. No curso de 2009, essas medidas foram estendidas para os setores de bens de consumo duráveis, materiais de construção, bens de capital, motocicletas, móveis e alguns itens alimentícios. O custo final das desonerações foi compensado pelo aumento na produção e nas vendas induzido pelas desonerações.

Para evitar a adoção de políticas pró-cíclicas na esfera municipal e na estadual, a ação do Governo Federal também incluiu transferências orçamentárias extraordinárias para os estados e municípios ao longo do ano. As ações temporárias incluíram também o aumento no período de concessão e no valor do seguro desemprego para reduzir a perda de renda dos trabalhadores, bem como promoveram a equalização das taxas de juros para investimentos em máquinas e equipamentos contratados em 2009 com o objetivo de evitar o adiamento de investimentos.

As ações fiscais demandaram um ajuste nas metas fiscais estabelecidas para 2009. As metas de resultado primário do setor público foram alteradas da seguinte forma: a Petrobras foi retirada do cálculo do resultado primário para liberar o aumento do investimento por parte da empresa; a meta para 2009 foi reduzida de 3,3% para 2,5% do PIB antes do investimento público, e de 2,8% para 1,6% do PIB após o investimento público; e a meta para 2010 foi mantida em 3,3% antes do investimento público, mas reduzida de 2,8% para 2,6% após o investimento.

Com relação às novas ações estruturais adotadas durante a crise, as principais medidas foram: a revisão nas alíquotas do imposto de renda sobre a pessoa física, a modificação no patamar de taxa real de juro da economia e o lançamento de um novo programa habitacional

direcionado aos mais pobres e à classe média baixa. O programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, destinado à construção de um milhão de novas residências, com início em 2009, embute a concessão de subsídios que poderá alcançar valores equivalentes a 1,2% do PIB. Este programa, além de possibilitar o acesso de famílias de baixa renda à habitação, é também um poderoso instrumento de estímulo à recuperação econômica, incentivando a produção de um setor intensivo em trabalho e em insumos produzidos no país.

As medidas adotadas induziram ao crescimento da economia brasileira, cujo patamar poderá alcançar em 2010 índices semelhantes aos verificados no momento imediatamente anterior à crise. As ações do governo brasileiro e a evolução da conjuntura internacional fizeram o Brasil atravessar a fase mais crítica da crise, de forma menos traumática do que a grande maioria dos países. Contrariamente às expectativas pessimistas constatadas no final de 2008, os salários e os empregos voltaram a crescer, a taxa de desemprego não apresentou alteração significativa e a confiança dos consumidores e dos empresários se recuperou rapidamente ao longo de 2009.

O Ministério da Fazenda compartilha o desenvolvimento de ações que perpassa diversas políticas públicas executadas no âmbito do Governo Federal, cabendo destacar as mais relevantes, inclusive para facilitar a compreensão da complexidade das atribuições da pasta fazendária.

Fundo de Garantia à Exportação

O Fundo de Garantia à Exportação – FGE, que tem como finalidade dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação contra riscos comerciais e políticos e extraordinários, garantiu exportações de bens e serviços brasileiros no montante de US$ 14,7 bilhões em 2009, o que permitiu que fossem ampliadas as exportações brasileiras para países como Argentina, Angola, Estados Unidos, Venezuela, Colômbia, República Dominicana, Guatemala, Equador, Chile, Peru e Bolívia, entre outros. Os principais setores beneficiados com a cobertura do FGE foram Energia Elétrica, Transporte Metroviário, Petróleo e Gás, Transporte Automotivo de Passageiros e Transporte Aéreo, e Administração Pública.

Fomento aos Investimentos

Diversas medidas foram efetivadas durante o ano de 2009 com foco no incentivo às microempresas. Dentre as mais significativas temos as melhorias nas condições do Cartão BNDES, com aumento do limite para R$ 500 mil, redução de juros e ampliação de prazo de amortização para 48 meses. A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Simples Nacional foi alterada, com instituição da figura do microempreendedor individual - pessoas com rendimento anual de até R$ 36 mil. Também foram ofertadas linhas de crédito específicas para Micro e Pequenas Empresas, por meio do Banco do Brasil, com ampliação das linhas de crédito adicional de R$ 11,6 bilhões - sendo que deste montante, aproximadamente R$ 8 bi ocorreu no segundo semestre de 2009 -, além de elevação dos limites de crédito para 303 mil empresas.

Fundo Garantidor de Risco de Crédito

Considerando-se que um dos principais obstáculos ao acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas é a dificuldade dessas empresas de apresentar as garantias normalmente exigidas pelos bancos emprestadores, e com o objetivo de complementar a atuação dos fundos de aval já existentes (Fampe – Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, do Sebrae; Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - Funproger gerido pelo BB, e Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, administrado pelo BNDES), a Medida Provisória nº 464, de 09.06.2009, autorizou a União a participar com até R$ 4 bilhões em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, de natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da instituição administradora. Com base nesse diploma legal, foram constituídos o Fundo de Garantia de Operações - FGO e o Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, administrados, respectivamente, pelo Banco do Brasil e pelo BNDES.

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Em 2009, deu-se continuidade à implementação do Fundo Mercosul de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas, cujo estatuto foi aprovado no final de 2008. O Ministério da Fazenda trabalha com outros órgãos de governo brasileiros e sul-americanos na elaboração de seu Regulamento. O Fundo servirá como base para a concessão de garantias a empresas envolvidas em ações de integração produtiva entre os países do Mercosul, viabilizando o acesso de pequenas empresas ao crédito bancário e promovendo uma maior integração econômica da região.

Serviços Bancários e Microfinanças

O Programa de Inclusão Bancária do Governo tem propiciado o acesso crescente de famílias de baixa renda ao sistema bancário. Em 2009, a quantidade de contas correntes simplificadas ultrapassou a cifra de 10 milhões de contas. A inclusão da população de baixa renda nos serviços bancários deverá ter um grande avanço com o incentivo à inserção financeira das famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O acesso aos serviços financeiros será disponibilizado pela Caixa Econômica Federal ou outras instituições financeiras, principalmente pela possibilidade do pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família por meio das contas correntes simplificadas. As operações de crédito consignado em folha de pagamento representam a forma mais simplificada e barata de acesso ao crédito pessoal pelos trabalhadores e aposentados, ultrapassando a faixa de R$ 100 bilhões destinados para funcionários públicos, ativos e inativos além de aposentados e pensionistas do INSS.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005, objetiva contribuir para a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, sendo os recursos provenientes do FAT e dos 2% das exigibilidades sobre depósitos à vista captados pelas instituições financeiras. A Resolução CMN 3.706, de 27.03.2009, que amplia a concessão de operações de microcrédito, elevou os valores máximos de operações de microcrédito passíveis de serem financiadas com o FAT. Também, aumentou o somatório máximo de operações de microcrédito que pode ser mantido pelas pessoas físicas para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e pelas microempresas beneficiárias de operações de microcrédito.

Uma ação coordenada do Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, permitirá o acesso de aproximadamente 100 milhões de brasileiros, das classes C, D e E às operações de microsseguros. Tais operações se encontram na fronteira entre os serviços financeiros e a proteção social e surgem como alternativa de proteção financeira para o consumidor de baixa renda. A iniciativa também permitirá agregar coberturas securitárias específicas e maior inserção e inclusão no mercado de seguros.

Desenvolvimento Agropecuário

Diversos programas procuraram atender o setor agrícola, como o Pronaf Eco - linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental. A crise financeira provocou diversas medidas, como prorrogação de prazos de vencimento (Pronaf, Funcafé) e estabelecimento de linhas especiais de crédito (frutas, carnes suínas, ovinas e derivadas, estocagem de álcool, capital de giro a agroindústrias, cooperativas agropecuárias e indústrias de máquinas e implementos agrícolas), bem como aumento do crédito nas linhas já existentes (linhas emergenciais, Pronaf Comercialização, Prodecoop, Procapcred). Também foram antecipados os desembolsos do Banco do Brasil. Além disso, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro amparou na safra da 2008/2009 653 mil contratos, alcançando o valor segurado de R$ 7 bilhões. No ano de 2009 foram registradas no sistema Proagro despesas no valor de mais de R$ 500 milhões. O Programa beneficiou principalmente os pequenos produtores agrícolas enquadrados no conceito de "agricultura familiar", atendidos pelo "Proagro Mais" com quase 600 mil contratos.

Gestão da Política e Regulação de Mercados

O Ministério da Fazenda participa da discussão e formulação dos aparatos regulatórios de diversos setores, cujos detalhes serão especificados mais adiante na análise dos programas estruturantes. Nesse sentido, tem atuado na reformulação da legislação sobre o setor de petróleo, em face das descobertas nas províncias do pré-sal. Além de ações relativas ao setor de petróleo, o MF trabalha na formatação de um modelo de regulação do etanol e no aprimoramento do arcabouço regulatório do biodiesel, contribuindo também nas discussões dos aspectos econômicos voltados à implementação de uma política nacional de mudanças climáticas. Com esse foco, o Ministério tem participado nos trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC, criada com a finalidade de articular as ações de governo decorrentes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima e seus instrumentos subsidiários de que o Brasil venha a ser parte.

Principais Ações de Regulação na Área de Valores Mobiliários

A atividade de regulamentação do mercado trouxe a edição de importantes normativos, dentre os quais se destaca a Instrução CVM nº. 476/09, que trata das ofertas públicas de valores mobiliários distribuídos com esforços restritos. Essa instrução reduz os custos de certas ofertas públicas, facilitando o acesso dos emissores ao mercado de capitais. Ainda na área de regulamentação, em continuidade ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, conforme determinado pela Lei nº. 11.638/07, o ano de 2009 se encerrará com a emissão de 37 atos normativos aprovando pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Com esse conjunto de normas, acrescido dos 18 atos emitidos em 2008, conclui-se, por ora, o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Principais Ações de Regulação e Supervisão do SFN

No exercício de 2009, Banco Central do Brasil - BCB se ocupou fundamentalmente em reduzir os efeitos da crise financeira internacional sobre o Sistema Financeiro Nacional - SFN, mediante o monitoramento das condições de liquidez de cada instituição e produzindo informações tempestivas que subsidiaram a tomada de decisão por parte da Diretoria Colegiada do Banco Central. Além disso, com as alterações normativas adotadas, foi necessário verificar a sua adequada aplicação. A aplicação do conceito de supervisão continua ao longo do tempo, com a consequente construção de um canal de comunicação eficaz entre a Supervisão e a alta administração das instituições foi fundamental para o sucesso desse esforço, assim como a definição tempestiva da estrutura que fez a gestão do fluxo de informações para que a grande massa de dados produzida fosse traduzida em informes executivos de forma ágil e segura.

Especificamente no que se refere às cooperativas de crédito, deve-se destacar a divulgação da Lei Complementar nº. 130/2009, que representa um grande avanço para a solidez do sistema cooperativista. A nova lei apresenta questões de organização do setor consistente com princípios cooperativistas de transparência, expondo as boas práticas de governança, cogestão temporária, possibilidade de diretoria contratada, entre outros. Além disso, eleva ao status de lei vários comandos presentes na Resolução nº. 3.442/2007. Em 01/07/2009, foi editada a Resolução nº. 3.757, que promoveu aperfeiçoamento na regulamentação aplicável às agências de fomento. O novo documento normativo ampliou o escopo operacional dessas agências, com a autorização para a participação

acionária, direta ou indireta, no país em instituições não financeiras, para a prática de operações de arrendamento mercantil e câmbio, mediante alocação de capital complementar, para o financiamento de capital de giro dissociado de capital fixo.

Com relação às tarifas de serviços bancários, o Banco Central, em 2009, deu continuidade às ações visando garantir o cumprimento das normas relativas a essas tarifas, bem como a adoção de práticas adequadas na contratação de produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras. Os procedimentos de supervisão foram atualizados em razão de alterações normativas sobre o tema, a exemplo da proibição da cobrança de tarifa de renovação de cadastro para clientes pessoa física.

Para melhorar o acompanhamento da estabilidade do sistema financeiro, foram desenvolvidas novas ferramentas e metodologias, que permitirão ao BCB acompanhar a sua evolução, bem como adotar, à época devida, as medidas corretivas que se fizerem necessárias. Um novo Sistema de Monitoramento de Mercados - SMM foi implantado com o objetivo de prover maior segurança e eficiência no monitoramento dos riscos de mercado e de liquidez a que as instituições financeiras estão expostas.

Discussão sobre o Papel do
Fundo Monetário Internacional (FMI)

O Brasil exerceu papel importante nas discussões sobre as causas e consequencias da atual crise financeira internacional e, também, sobre os seus impactos nas definições da política e organização do FMI. Nesse contexto, o Banco Central participou dos debates para a definição do aumento da capacidade financeira do Fundo; do instrumental disponível para prestar assistência aos países membros; da capacidade técnica para prevenir, identificar e solucionar crises; e das reformas relacionadas à Governança e representatividade dos países membros no Organismo.

Em 2009, foram aprovadas as revisões das linhas de assistência do FMI, com destaque para a criação da Linha de Crédito Flexível (*Flexible Credit Line*), que visa atender países com um passado de políticas macroeconômicas sólidas, com menos condicionalidades, de acesso mais rápido e sem limite. Foram também ampliados os recursos disponíveis para o Fundo fazer frente à maior necessidade de empréstimos por parte dos países membros. Esses recursos foram obtidos por meio de diversos mecanismos: Plano de Transações Financeiras (FTP) – mecanismo pelo qual o FMI utiliza recursos das quotas para efetuar empréstimos; Acordos Gerais de Empréstimos e Acordos Bilaterais – mecanismos pelos quais países membros tornam disponíveis recursos para uso pelo Organismo e lançamento de Notes – bônus comprados por países membros para financiar o Fundo.

Ademais, o Fundo realizou alocações adicionais de Direitos Especiais de Saque - DES, uma especial, referente à 4ª Emenda, e outra de caráter geral de USD 250 bilhões. Esta última, decidida no âmbito do G-20, como forma de aumentar a liquidez dos países membros no enfrentamento da crise. Para fazer frente a essas novas alocações, houve a expansão do Plano de Designação de DES, que elege países membros detentores de reservas internacionais e balanço de pagamentos sólido para, quando solicitado, fornecer "moedas livremente utilizáveis" em troca de DES. O Brasil, dados os seus bons fundamentos macroeconômicos e a sólida situação de balanço de pagamentos e de reservas, também passou a contribuir com o esforço de financiamento do FMI. O Brasil também passou a integrar o rol de países que disponibilizaram recursos de suas quotas para suprir o FTP e a dar liquidez às alocações de DES.

Reunião G-20

O G-20 reúne países economicamente avançados (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido, bem como a União Européia) e os países emergentes mais relevantes (Brasil, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, China, Coréia, Índia, Indonésia, México, Turquia e Rússia), além do FMI e do Banco Mundial. Em 2009, o Grupo, sob a coordenação da Troika (Reino Unido, Coréia do Sul e Brasil), cumpriu uma agenda extensa, em um contexto de desafios econômicos e financeiros sem precedentes. As expectativas em torno de seus resultados foram ampliadas, razão da necessidade de se produzir respostas efetivas aos riscos impostos pela crise e de se definir diretrizes para o futuro.

Ao longo de 2009, realizaram-se duas Cúpulas de chefes de Estado e três Reuniões de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, com o objetivo de elaborar, discutir e encaminhar aos líderes propostas relacionadas à economia e estabilidade financeira globais. O Grupo concentrou sua atuação na elaboração e na implementação de medidas de combate à crise, inclusive no fortalecimento institucional e de recursos das Instituições Financeiras Internacionais e no reforço da regulação financeira internacional.

Os principais resultados do G-20 em 2009 foram: a) a consolidação do Grupo como foro de líderes; b) o compromisso de transferência de no mínimo 5% das quotas de participação no FMI dos países avançados para mercados emergentes e países em desenvolvimento; c) o compromisso de aumento de pelo menos 3% do poder de voto dos países em desenvolvimento e em transição do Banco Mundial; d) o aumento dos recursos do FMI em até US$ 850 bilhões, sendo que o Brasil se comprometeu a contribuir por meio da compra de títulos do FMI com até US$ 14 bilhões, montante esse que será incorporado aos Novos Acordos de Empréstimo - NAB da instituição; e) o aumento em US$ 100 bilhões dos recursos para empréstimo dos bancos multilaterais de desenvolvimento; f) a alocação de US$ 250 bilhões para financiamento ao comércio internacional; g) o estabelecimento do Conselho de Estabilidade Financeira - FSB, como um sucessor do Fórum de Estabilidade Financeira - FSF, incluindo todos os países do G20, os membros do FSF, a Espanha e a Comissão Européia; e h) a priorização da luta contra os paraísos fiscais, levando ao fortalecimento e ampliação do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias.

Em um contexto internacional em que o Brasil exerce papel cada vez mais importante na economia mundial, o país tem sido citado como um dos mais bem-sucedidos em termos de regulamentação e supervisão bancária e financeira e tem atraído considerável atenção internacional, com conseqüente demanda por participação em fóruns internacionais de maior relevância.

Dívida Ativa da União

Com a edição da Súmula Vinculante STF nº 8 tem-se procedido a uma verificação na base de dados da dívida ativa, de modo a permitir que os créditos com indícios de decadência e prescrição sejam automaticamente baixados do sistema. O procedimento ocasionou uma redução significativa no estoque da Dívida Ativa da União, já com o cancelamento de mais de aproximadamente 190.000 inscrições não previdenciárias, representando baixa de mais de R$ 800 milhões. Além disso, por meio da Lei nº. 11.941/2009, o Governo Federal, baseando-se no princípio constitucional da eficiência, autorizou a eliminação de débitos considerados de difícil recuperação, alcançando a baixa de aproximadamente 175.000 inscrições, com valores da ordem de R$ 500 milhões em débitos.

Defesa Judicial da União

Em 2009, o Ministério da Fazenda, por meio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN atuou na definição de controvérsias em matéria tributária, especialmente nos Tribunais Superiores, com resultado positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional. Tal resultado se reflete especialmente na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplentes, e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ foram proferidas decisões que sinalizam o alcance dos objetivos colimados pela PGFN em julgamentos no STJ. Já no Supremo Tribunal Federal – STF foram proferidas decisões de extrema relevância para as matérias afetas aos assuntos do Ministério da Fazenda, tais como o Crédito-Prêmio de IPI, a Dedução de Prejuízos Fiscais, as alterações de alíquotas da Cofins (aumento de 2% para 3%), Imposto de Exportação e Finsocial.

Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF

O Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, desenvolvido pela Escola de Administração Fazendária – ESAF, juntamente com o Grupo de Educação Fiscal – GEF, vem apresentando relevantes resultados na educação fiscal utilizando a modalidade de Educação a Distância, conforme ilustrado no quadro a seguir:

RESULTADOS ALCANÇADOS COM O PNEF NO BRASIL - MODALIDADE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (PERÍODO 1998-2009)

ÁREA DE ATUAÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO	UNIVERSO	PERCENTUAL (%)
Alunos instruídos	5.542.819	52.580.452	10,54
Escolas alcançadas	36.000	212.000	17
Disseminadores capacitados	190.000	2.500.000	7,6
Tutores capacitados	1.500	179.200	0,85
Municípios sensibilizados	1.443	5.564	26

Fonte: Escola de Administração Fazendária – ESAF/MF

Esses resultados decorrem do desenvolvimento do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal – modalidade Ensino à Distância, propiciando a todos os brasileiros a chance de vivenciá-lo em qualquer estágio de sua vida. O curso é destinado a crianças do ensino fundamental para que possam conhecer gradativamente todos os conceitos ligados à Educação Fiscal, a adolescentes do ensino médio com aprofundamento maior, servidores públicos, universitários e a sociedade em geral.

Execução Orçamentária

Para o Ministério da Fazenda é importante destacar a execução orçamentária em duas funções governamentais: Encargos Especiais e Administração. A primeira porque contempla todas as subfunções vinculadas à gestão da dívida pública - uma das áreas finalísticas relevantes no âmbito da Pasta. A segunda porque abrange as chamadas "atividades-meio" que sustentam materialmente a atuação do Ministério. As despesas na função Encargos Especiais espelharam a Política de Gestão da Dívida Pública e de Administração Financeira e Contábil da União conduzidas pelo Ministério Fazenda. O gerenciamento da Dívida Pública Federal - DPF tem como objetivo minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado de títulos públicos.

Para a consecução deste objetivo, tem-se observado as seguintes diretrizes: i) alongamento do prazo médio e redução do percentual da DPF vincendo em 12 meses; ii) substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; iii) aperfeiçoamento do perfil do passivo externo; iv) incentivo ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais no mercado interno e externo; e v) ampliação da base de investidores.

Em 2006, o Ministério da Fazenda adotou uma série de medidas visando melhorar a administração da DPF. Em relação à Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, além de aprimorar o funcionamento do mercado doméstico, o MF agiu de modo a consolidar sua abertura aos investidores não-residentes, com destaque para a edição da Lei nº 11.312, que proporcionou a isenção do imposto de renda para não-residentes sobre ganhos em investimento em títulos públicos da dívida interna. Já no mercado externo, optou-se por mudanças qualitativas na estrutura da dívida, dadas as condições favoráveis criadas pelo bom desempenho do país no setor externo, merecendo destacar o Programa de Resgate Antecipado de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal externa – DPMFe, no qual ocorreram resgates de títulos com vencimentos até 2012 para suavizar o perfil de vencimentos da dívida no curto prazo, e as operações de Tender Offer e Exchange Offer, realizadas em associação à orientação de melhorar a composição da dívida externa e promover o alongamento de seu prazo médio contida no Plano Anual de Financiamento.

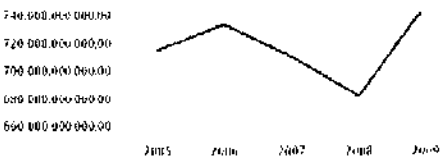
Houve reduções na função Encargos Especiais no período de 2007 a 2008. Este resultado é justificado pelo decréscimo nas despesas de serviço da dívida interna quando comparadas aos exercícios anteriores. De maneira específica, no tocante ao ano de 2007 o Ministério da Fazenda avançou no processo de aperfeiçoamento da administração da DPF. Dentre as ações tomadas no mercado interno, destacam-se a efetiva implantação da estratégia de criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) para os títulos prefixados, e o início das emissões da NTN-F 2017, o título prefixado em moeda local mais longo já emitido. No mercado externo, o Tesouro Nacional passou a ser responsável também pela operacionalização do Programa de Resgate Antecipado, que tinha anteriormente o Banco Central como agente do Tesouro. O Programa, que busca a melhoria da composição da dívida externa e o alongamento de seu prazo médio, recomprou US$ 5,4 bilhões, em valor de face, ao longo de 2007.

Por outro lado, o ano de 2008 se mostrou desafiador para a administração da dívida pública brasileira devido à deterioração do cenário externo. Contudo, evidenciou-se o sucesso da postura firme do governo nas áreas fiscal e monetária, bem como da eficiente gestão da dívida pública. O esforço do Brasil foi reconhecido e, mesmo durante o período turbulento, agências de classificação de risco alçaram o país ao grau de investimento, enquanto outros países sofreram pioras nessa classificação, o que reforça ainda mais a credibilidade conquistada. No que se refere à Dívida Pública Federal, importantes avanços foram conquistados pela gestão do Ministério da Fazenda. Os riscos de refinanciamento foram mitigados com a redução da parcela vincenda em 12 meses de 28,2% em 2007 para 25,4% em dezembro de 2008 e com o alongamento do prazo médio de 3,26 meses em dezembro do ano anterior para 3,50 meses ao final de 2008. Além disso, a Dívida Líquida do Setor Público em relação ao PIB atingiu o menor valor desde 1998.

Em 2009, as despesas de serviço da dívida interna, compreendendo a amortização do principal mais os juros, apresentaram robusto crescimento, o que reflete nos gastos da função Encargos Especiais, como se observa no gráfico a seguir. Esse ano foi marcado pelo apoio dos governos às suas economias, acompanhado por ajustes e realocações no mercado financeiro. No Brasil, os fundamentos da economia continuaram sólidos, resultado da condução de políticas fiscal e monetária de forma equilibrada ao longo dos últimos anos. Em um ambiente ainda tomado por incertezas, o país, que já havia sido alçado a grau de investimento por cinco das principais agências de classificação de risco, também o foi por outra importante agência em setembro, o que colaborou para destacar o país em relação às principais economias emergentes.

No tocante ao perfil da Dívida Pública Federal, novos progressos foram alcançados, fundamentalmente, na redução do risco de refinanciamento e no alongamento do prazo médio da dívida. A parcela vincenda em 12 meses passou de 25,36%, em 2008, para 23,63%, em dezembro de 2009, e o prazo médio da dívida de 3,5 anos, em dezembro do ano anterior, para 3,53 anos ao final de 2009, melhorando significativamente o perfil da DPF.

FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS



Fonte: Siafi

Além disso, mesmo em um ano ainda marcado pela incerteza e turbulência, o Ministério da Fazenda conseguiu avançar na sua meta de melhora na composição da dívida, aumentando a participação dos títulos prefixados e remunerados por índices de preços. Para o ano de 2009, cerca de 70% dos valores empenhados líquidos na função Encargos Especiais representam a Gestão da Dívida Interna, sendo 35,50% relativos ao serviço da Dívida Interna e 34,25% ao financiamento da Dívida Interna. Já os valores executados para o serviço e refinanciamento da dívida externa, representaram apenas 2,70% do total de Encargos Especiais. Por meio do demonstrativo a seguir são apresentados os valores executados para as demais subfunções integrantes da função Encargos Especiais, cabendo destacar Transferências e Transferências para Educação Básica, que somadas representam 14,38% dos valores executados nessa função.

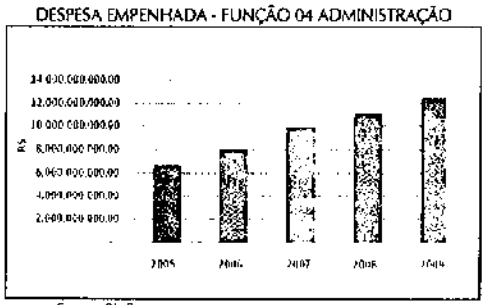
FUNÇÃO: ENCARGOS ESPECIAIS - DESPESAS LIQUIDADAS EM 2009

SUBFUNÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	%
Serviço da Dívida Interna	266.063.554.451,64	35,50
Refinanciamento da Dívida Interna	256.638.105.317,11	34,25
Outros Encargos Especiais	98.172.173.302,93	13,10
Transferências	88.426.598.922,94	11,80
Transferências Para a Educação Básica	19.324.195.119,54	2,58
Serviço da Dívida Externa	15.285.092.169,14	2,04
Refinanciamento da Dívida Externa	4.952.406.888,89	0,66
Promoção da Produção Vegetal	310.879.000,00	0,04
Serviços Financeiros	37.154.940,15	0,01
TOTAL	749.210.160.107,34	100,00

Fonte: Siafi

Na função 04 – Administração, o Ministério da Fazenda executou em 2009 o montante de R$ 11,2 bilhões, sendo que deste valor, R$ 9,2 bilhões foram executados na subfunção Administração Geral, e cerca de R$ 1 bilhão foi executado na subfunção Tecnologia da Informação. Portanto, somadas, as referidas subfunções representam aproximadamente 90% do montante líquido executado nessa função de governo. Destaque-se, também, que do total dos gastos nessa função, quase 60 % correspondem a recursos utilizados no âmbito da Receita Federal do Brasil. No gráfico a seguir apresenta-se a despesa do Ministério da Fazenda empenhada na função Administração nos últimos cinco anos.

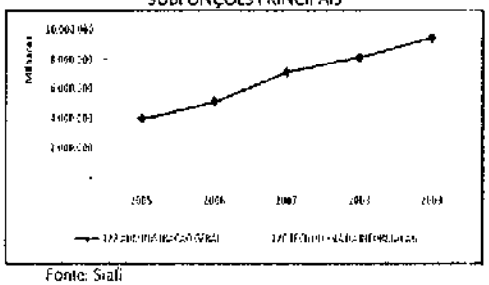
DESPESA EMPENHADA - FUNÇÃO 04 ADMINISTRAÇÃO



Fonte: Siafi

Comparando-se 2009 em relação ao exercício de 2005, observa-se crescimento nominal de 85 %. Em relação a 2008, o aumento foi de 12 %. Tais variações, em grande parte, podem ser atribuídas ao comportamento verificado na execução ocorrida na subfunção Administração Geral. O gráfico plotado a seguir mostra a evolução das duas principais subfunções integrantes da função Administração.

DESPESA EMPENHADA NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO (04)
SUBFUNÇÕES PRINCIPAIS



Fonte: Siafi

Os gastos executados na subfunção Administração Geral cresceram 138% em 2009 comparativamente a 2005, enquanto os recursos alocados na função Tecnologia da Informação apresentaram um aumento de aproximadamente 40% do fim em relação ao início do período sob exame. Conforme relatado, boa parte da despesa executada na função Administração Geral foi alocada na unidade orçamentária RFB, cujas dotações aumentaram de forma significativa, sobretudo a partir do exercício de 2007, em razão do processo de unificação da Secretaria da Receita Federal – RFB com a Secretaria da Receita Previdenciária.

DESPESA EMPENHADA - SUBFUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL - RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBFUNÇÃO	2006	2007	2008	2009
122 – Administração Geral	2.508.241.534,23	4.198.392.755,79	4.920.485.361,14	5.704.632.785,37

Fonte: Siafi

Boa parte do montante de empenhos emitidos para a subfunção 122 relaciona-se a despesas executadas no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB. Em 2007, a despesa empenhada superou em 67,4% a realização verificada no exercício de 2006, devendo-se atribuir a variação ocorrida nessa subfunção ao processo de unificação da RFB. Para que a unificação ocorresse de forma planejada e sem transtornos para as duas Secretarias, e para o contribuinte em geral, alguns cuidados foram tomados: adaptação de processos de trabalho e normas, alinhamento de jurisdição das unidades descentralizadas; redimensionamento da rede de atendimento; levantamento de dados relativos a pessoal, logística e TI etc. As despesas com pessoal, que incluem as remunerações e a

contribuição para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, representam mais de 90% do montante verificado nesta subfunção, o que explica o significativo crescimento verificado em 2007 na referida subfunção. A variação do montante de empenhos emitidos em 2008 e 2009, de 17,2% e 15,9% respectivamente, para a subfunção 122, na RFB, decorreu sobretudo em razão da reestruturação de carreiras autorizada pela Lei 11.890, de 24/12/2008.

Na despesa empenhada na subfunção 126 - Tecnologia da Informação constam quatro ações da RFB relacionadas a sistemas informatizados. Por essa razão, o aumento de R$ 189 milhões verificado em 2009 relativamente ao exercício de 2006, em grande parte deve ser atribuído à assunção pela RFB da ação Sistemas Informatizados Previdenciários, oriunda da Secretaria da Receita Previdenciária, cujo valor alcançou aproximadamente R$ 135 milhões, representando, no período, um crescimento de 70% no total da despesa emprenhada nessa subfunção.

Programas Estruturantes do Ministério da fazenda

Programa 1266 – Gestão da Política Econômica (SPE)

O programa tem como finalidade apoiar as políticas públicas e acompanhar e analisar indicadores macroeconômicos gerais da economia. Seu objetivo específico é promover o desenvolvimento sócio-econômico, ambientalmente sustentável, inclusão social, geração de empregos e distribuição de renda, tendo como público-alvo (beneficiários) a sociedade em geral e o governo. O valor da execução orçamentário-financeira em 2009, no Programa 1266, foi de R$ 1.177.473,00.

Durante o ano de 2009 o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria de Política Econômica – SPE ocupou-se prioritariamente em articular a resposta em termos de política econômica aos efeitos da crise financeira internacional deflagrada na segunda metade do exercício de 2008. A eficácia das ações desenvolvidas tornou-se clara já no fim de 2009, com o anúncio de bons resultados em termos de crescimento do PIB e da geração de 995.000 novos postos de trabalho em 2009.

Programa 0773
Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União (STN)

Com relação ao programa 0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União, o Ministério da Fazenda recebeu em 2009 uma dotação orçamentária atualizada da ordem de R$ 227 milhões, deste total, o valor liquidado foi de aproximadamente R$ 182 milhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PROGRAMA 0773 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO

DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS
227.378.604,00	187.171.515,75	182.392.286,20	182.389.280,87	6.487.147,08

Fonte: Siafi

Relativamente aos esforços de melhoria da qualidade do gasto público, desde 2007 o Ministério da Fazenda vem estimulando a criação de grupos de trabalho com o objetivo de aprimorar a gestão das contas públicas.

Com referência à Gestão de Obrigações da União, foram feitas atividades visando à manutenção da dívida pública federal em trajetória sustentável, de modo a contribuir para a manutenção da estabilidade econômica do país.

Quanto a Gestão dos Haveres da União, foram envidados esforços visando à arrecadação de receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de estados, Distrito Federal e municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas. Foram recebidos R$ 34,4 bilhões para uma previsão inicial de R$ 33,7 bilhões orçados para todo o exercício.

No que se refere à evolução da Contabilidade Pública, o ano de 2009 foi marcado por avanços importantes no processo de fortalecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O processo de assunção de passivos reais e contingentes, como decorrência do papel interventor assumido pelos governos nacionais em resposta à crise financeira mundial, impôs uma maior transparência e responsabilização (*accountability*) por parte do setor público. Assim, ganha força a necessidade de adoção de padrões internacionais de contabilidade por parte do setor público.

A publicação do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, passa a definir os procedimentos necessários para atingir os objetivos de convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público, promove uma maior integração entre o Órgão Central e os Órgãos Setoriais de Contabilidade do Governo Federal e fornece suporte jurídico necessário ao processo de padronização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Nacional, com vistas à consolidação das contas nacionais. Com esse objetivo, foi desenvolvido, em 2009, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) até o quarto nível, a ser utilizado pela União, estados, Distrito Federal e municípios, o que representa um marco histórico da contabilidade pública brasileira. O objetivo é ter o novo Plano de Contas concluído ainda em 2010 visando a sua implantação em 2012 no Governo Federal e nos e, em 2013 nos municípios

Com o intuito de fornecer instrumentos aos gestores públicos para a melhoria da qualidade e o aumento da

eficiência do gasto público, foi desenvolvido o Sistema de Custos para a Administração Pública Federal, que se encontra em fase de homologação, com previsão de estar disponível para os usuários a partir de 2010, permitindo a produção de relatórios pormenorizados sobre os custos da Administração Pública.

Por fim, em 2009, o Ministério da Fazenda continuou no desenvolvimento do Projeto Novo Siafi.

O módulo CPR (Contas a Pagar e Receber) foi escolhido como a primeira parte a ser construída e implantada. O desenvolvimento deste módulo está previsto para acontecer em 2010, com previsão de implantação para 2011.

Programa 0770
Administração Tributária e Aduaneira (RFB)

Em 2009, o nível de execução da dotação orçamentária autorizada para a RFB com a finalidade de realizar as ações aglutinadas nesse programa atingiu 95,09%.

Em relação às despesas com pessoal e encargos sociais, a execução foi de praticamente a totalidade dos créditos concedidos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PROGRAMA 0770 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS
7.683.348.925,00	7.306.851.932,94	6.743.235.077,43	6.675.764.164,41	424.516.000,81

Fonte: Siafi

As Outras Despesas Correntes atingiram um nível de execução de 87,09%, nível menor se comparado com os anos anteriores, e que se deveu principalmente ao contingenciamento de mais de R$ 200 milhões na dotação destinada a atender despesas com os sistemas informatizados.

As despesas com investimentos também apresentaram menor nível de execução, em virtude dos necessários ajustes das despesas às receitas, determinados pelos Decretos de Programação Financeira. Quanto ao indicador de desempenho, a Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, alcançou o patamar de 91,03% em relação ao previsto para o exercício.

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB atingiu a cifra de R$ 671,6 bilhões, no ano de 2009. O desempenho da arrecadação, comparado com 2008, apresentou uma variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de -3,05%. O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) redução no crescimento de indicadores macroeconômicos - com exceção da massa salarial, os principais indicadores macroeconômicos, que influenciam diretamente a arrecadação de tributos, em especial a produção industrial, a lucratividade das empresas e o volume geral de vendas no varejo, apresentaram forte desaceleração, especialmente no período de dezembro de 2008 a setembro de 2009, em relação à igual período de 2007 a 2008; ii) compensação no pagamento de tributos - foram apuradas, nos dez primeiros meses de 2009, compensações, especialmente de Cofins, PIS e Cide, no valor de aproximadamente R$ 3,0 bilhões, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamento a maior, em períodos anteriores, principalmente, do IRPJ e da CSLL; iii) desonerações tributárias - a redução na arrecadação de 2009 em relação a 2008, decorrente de desonerações tributárias, foi estimada em R$ 24,9 bilhões; iv) transferência de depósitos judiciais - houve a transferência de aproximadamente R$ 8,9 bilhões relativos a depósitos judiciais que estavam depositados na Caixa Econômica Federal e outros bancos, para a Conta Única do Tesouro Nacional; v) parcelamentos de dívidas - ao final do ano de 2009 houve pagamentos relativos à Lei nº 11.941/2009 e MP nº 470/2009 (Crédito Prêmio do IPI).

Dessa forma, considerando-se a crise externa e à luz da experiência internacional, bem assim as mencionadas políticas anticíclicas implementadas pelo governo, pode-se considerar que a arrecadação de receita administrada pela RFB correspondeu às estimativas, alcançando-se o objetivo de atender o superávit primário legalmente estabelecido.

Foram intensificadas ações de fiscalização em alguns segmentos importantes, como o setor financeiro e também em profissionais liberais, além do aumento no número de fiscalizações em contribuintes de grande porte. Na área de revisão de declarações, foram aperfeiçoados os sistemas eletrônicos de cruzamento de dados, bem como os aplicativos de suporte ao trabalho fiscal, possibilitando o aumento significativo da quantidade de declarações analisadas.

No âmbito dos Projetos Especiais, foi dada continuidade à implementação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, que substitui a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais feitos em papel por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica. O sistema tem como objetivos reduzir o custo com o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência e eficácia no combate à evasão fiscal pelos fiscos federal, estadual e municipal.

Com relação à participação da RFB no combate ao crime organizado, em 2009 foram realizadas operações em regime de trabalho conjunto com o Departamento de Polícia Federal e o Ministério Público Federal, que resultaram no cumprimento de 124 mandados de busca e apreensão e 82 mandados de prisões.

As referidas investigações buscaram combater, entre outros: fraudes em declarações de pessoas físicas e comércio exterior, crimes previdenciários, crimes praticados com utilização de interpostas pessoas, sonegação fiscal, fraude à licitação, lavagem de dinheiro, fraude à execução, formação de quadrilha e esquema de lavagem de dinheiro, através de operações ilegais de câmbio e evasão de divisas, com recursos decorrentes do tráfico internacional de entorpecentes.

A atuação do controle aduaneiro transcende aspectos e questões exclusivamente fiscais, tendo um reflexo relevante para a sociedade e para o país também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à sociedade.

A fiscalização aduaneira encerrou o ano de 2009 com R$ 3,661 bilhões em créditos lançados relativos aos tributos incidentes sobre o comércio exterior o que representou uma redução de 13,6% no número de contribuintes fiscalizados, porém um incremento de 59,5% no crédito lançado. A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização, repressão e do controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R$ 1,414 bilhão, em 2009, o que significa um aumento de 35,57% sobre as apreensões de 2008. Como dentre as mercadorias apreendidas encontram-se inúmeros produtos piratas ou contrafeitos, ao evitar que tais produtos ingressassem no mercado doméstico, a Receita Federal contribui para evitar potenciais riscos à saúde e à segurança das pessoas e ao meio ambiente, como também para preservar a indústria, o comércio e os empregos nacionais.

Em sintonia com os objetivos estratégicos de simplificação de procedimentos e intensificação do atendimento à distância e na busca do cumprimento espontâneo das obrigações tributárias por parte do Contribuinte, a RFB ofereceu quatro canais de acesso para atendimento ao contribuinte, em 2009: i) Atendimento Presencial – foram prestados aproximadamente 19,88 milhões de serviços aos contribuintes; ii) Atendimento via Internet - o sítio da RFB na Internet registrou cerca de 360 milhões de acessos à sua página. A quantidade de declarações recebidas por meio do programa Receitanet foi de aproximadamente 62,7 milhões. Outro serviço disponível via internet é o Centro Virtual de Atendimento – e-CAC que, com uso de certificados digitais ou códigos de acesso, permitiu o atendimento de serviços resguardados pelo sigilo fiscal, registrando 916 milhões de acessos; iii) Fale Conosco - foram respondidas em torno de 130 mil consultas por meio do correio eletrônico da RFB e iv) Receitafone - recebeu aproximadamente 10,7 milhões de ligações entre consultas automáticas e atendimentos personalizados.

Cabe registrar que, no escopo do Programa de Melhoria do Atendimento da RFB, iniciado em 2009, destaca-se a implantação do Novo Modelo de Atendimento ao Contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física. Trata-se da disponibilização de serviços na Internet por meio de código de acesso, que permitem ao cidadão acompanhar o processamento da Declaração IRPF, receber mensagem sobre a restituição em seu celular, detectar eventuais pendências e efetuar as respectivas correções, tudo isso sem a necessidade de comparecimento a uma Unidade de Atendimento Presencial.

Além do conforto, tal iniciativa representa transparência para o contribuinte, que é informado com clareza acerca dos erros cometidos, além de receber todas as orientações para a resolução dos problemas. Esta ação acarretou significativo incremento na regularização das obrigações tributárias, tanto principais como acessórias, em relação a 2008. Até o final de 2009, quase 4 milhões de pessoas físicas já possuíam código de acesso para utilização destes serviços via Internet.

No que tange ao Atendimento Presencial, há que se destacar a ampliação do atendimento agendado e da utilização da procuração digital, providências estas que, juntamente com as demais ações de simplificação de procedimentos, permitiram a redução do Tempo Médio de Espera - TME em 22,4%: de 27min27seg em 2008 para 21min17seg em 2009.

Programa 0780
Gestão da Política de Regulação de Mercados (SEAE)

O Ministério da Fazenda participa da discussão sobre a formulação dos aparatos regulatórios de diversos setores. Além da regulação tarifária, por meio da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, o Ministério tem trabalhado no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes em diversos setores - falhas essas que induzem a um desempenho menos eficiente - e de subsidiar a promoção da desregulamentação e, quando for o caso, a regulamentação. Trata-se, essencialmente, de remover entraves regulatórios à concorrência, quando esta é um instrumento factível para garantir eficiência, qualidade e preços condizentes com o nível de custos. Neste programa, a execução orçamentária líquida alcançou o montante de R$ 2,7 milhões no exercício de 2009.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PROGRAMA 0780
GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS
4.489.182,00	3.106.249,98	2.736.869,18	2.736.792,70	731.543,49

Fonte: Siafi

Nas ações de regulação de atividades econômicas e de análise dos reajustes de preços e tarifas de serviços públicos, foram realizadas 69 manifestações e 27 análises, por meio de Notas Técnicas e Pareceres, objetivando subsidiar a regulação das atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica e o funcionamento dos mercados em ambientes concorrenciais.

O MF tem atuado na reformulação da legislação sobre o setor de petróleo, de forma a contemplar as mudanças significativas que deverão ocorrer nas reservas petrolíferas brasileiras decorrentes das descobertas nas províncias do pré-sal. Além do setor de petróleo, o MF trabalha na formatação de um modelo de regulação do etanol e no aprimoramento do arcabouço regulatório do biodiesel.

Com relação à infra-estrutura energética, são acompanhados os empreendimentos relacionados à geração e à transmissão de energia elétrica, bem como à produção, à exploração e ao transporte de petróleo, de gás natural e de combustíveis renováveis.

O acompanhamento se dá em três níveis: (i) as salas de situação, em que ocorre o monitoramento da implementação e da execução do PAC, identificando-se os problemas e discutindo-se soluções no nível gerencial; (ii) o GEPAC, que reúne os Secretários envolvidos com o tema e que analisa as questões mais importantes identificadas nas salas de situação, além de consolidar ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados que vão sendo alcançados; e (iii) o CGPAC que conta com a presença de ministros, ou seus representantes, e que busca solucionar os principais entraves não resolvidos e tomar as decisões centrais para o êxito do programa.

No tocante ao setor de transporte aéreo, o MF teve ampla atuação em 2009. Por meio da SEAE, analisou a proposta de resolução da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC sobre a alocação de áreas aeroportuárias; integrou o Grupo de Trabalho do Aeroporto São Gonçalo do Amarante, analisando os estudos de viabilidade do projeto; representou o MF na Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas – Cotaer, onde foram analisadas alterações na composição do Conselho de Aviação Civil - Conac, no seu Regimento Interno e na composição da Cotaer, bem como na legislação que trata da outorga de exploração de serviços aéreos. Além disso, em 2009, participou de reuniões no âmbito da Superintendência de Relações Internacionais – SRI da ANAC e integrou grupo de trabalho, sob coordenação do Ministério das Relações Exteriores – MRE, com o objetivo de formular estudos e propostas sobre o transporte aéreo internacional.

Na área de transportes rodoviários, foram analisadas as minutas de edital e de contrato das concessões rodoviárias federais, 3ª etapa - fase I, que inclui as Rodovias BR-040/DF-GO-MG, BR-381/MG e BR-116/MG e acompanhada a modelagem proposta pela ANTT, ainda não finalizada, das permissões de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

O MF tem participado das diversas discussões sobre um dos projetos mais complexos presente na agenda do Governo, o Trem de Alta Velocidade entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

No setor hidroviário e portuário, o MF atuou, por meio da emissão de pareceres sobre propostas de normas elaboradas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq e sobre projetos de leis de interesse para tais setores, dos quais se pode destacar o projeto que trata dos dispositivos de transposição hidroviária de níveis e objetiva a compatibilização da geração de energia elétrica e da navegação fluvial.

Na área da saúde, a atuação se dá em particular nos mercados farmacêutico e de planos de saúde, visando contribuir para o aprimoramento regulatório destes dois mercados, regulados, respectivamente, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esta atuação é pautada pela disseminação e conscientização acerca dos benefícios da concorrência, em um papel de "advocacia da concorrência".

Ressalte-se que a SEAE é responsável pela análise técnica que subsidia a anuência do Ministério da Fazenda tanto em relação ao reajuste de preços de medicamentos quanto em relação ao reajuste dos preços de planos de saúde.

Mais especificamente, em 2009, propôs alterações para aprimoramento na regulação de precificação de medicamentos, participou do desenvolvimento de metodologia para incluir fator de ajuste em caso de eventos exógenos no cálculo do reajuste de planos de saúde e apresentou trabalho avaliando a sustentabilidade do sistema de saúde suplementar no longo prazo.

Na área de telecomunicações, o MF acompanha as modificações na regulamentação propostas para acompanhar o passo acelerado da evolução tecnológica nessa área.

Também no campo das telecomunicações, atua no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da TV Digital no sentido de auxiliar a implantação da TV digital no Brasil, o que

pode vir a ser um grande veículo para a inclusão digital no país.

Também integra o grupo de trabalho criado e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República para a formulação do Plano Nacional de Banda Larga - PNBL, cujo objetivo é ampliar o acesso à banda larga no Brasil, para os cidadãos, empresas, entidades da sociedade civil e instituições do governo.

O MF, representado pela SEAE, contribuiu em diversas consultas públicas do ente regulador, tais como (Anatel), sobre proposta de termo de autorização para exploração do serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), proposta de alteração na Norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) e alteração do regulamento sobre condições e uso de radiofreqüência, como também no setor de mídia, (Ancine), contribuindo em temas como créditos textuais daquela Agência nos produtos audiovisuais realizados com recursos públicos federais.

No setor postal, é responsável pela definição do reajuste das tarifas postais dos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sendo que as negociações para a concessão do reajuste de 2009 ainda estão em andamento, observando os princípios de manutenção e expansão do serviço postal e de modicidade tarifária.

Com referência ao setor financeiro, o MF deu continuidade aos trabalhos iniciados em 2007 no que diz respeito à regulamentação das tarifas bancárias.

Para avaliar os impactos da nova regulamentação, desde o início de 2008 foram incorporadas novas rotinas de trabalho como o monitoramento e o acompanhamento da evolução das tarifas bancárias, com a publicação de notas a este respeito.

A ação de Homologação e de Acompanhamento de Promoções e Sorteios com fins comerciais apresentou um resultado bastante expressivo, fato constatado por meio da variação na arrecadação de impostos e de taxas de fiscalização cobradas das empresas que formalizaram pedidos de autorização na Secretaria, conforme se observa no quadro a seguir.

	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Tx Fiscalização	2.000.632,87	2.467.851,99	3.404.388,00	3.933.778,29	11.806.651,81
Imposto de Renda (20%)	7.148.370,58	9.500.134,24	13.284.208,87	16.999.671,30	46.932.385,00
Valor da premiação da promoção Comercial	44.550.177,41	62.433.426,43	85.861.180,08	97.913.128,28	290.757.912,20

Fonte: Elaborado pela SEAE/MF com base nos dados dos sistemas Siafi e LITTERA
Posição: até 31.12.09

Comparando-se 2009 aos exercícios anteriores, observa-se um expressivo crescimento da arrecadação referente aos itens examinados - taxa de fiscalização, imposto sobre 20% da premiação e valor total dos prêmios ofertados nas promoções comerciais. Esses números demonstram que este ainda é um segmento em grande expansão no país, e as transformações na legislação se fazem necessárias para atender à imensa gama de inovações tecnológicas e, principalmente, à proteção dos participantes das promoções.

5.1.9. Ministério da Integração Nacional

Para o cumprimento de suas competências legais, as ações do Ministério da Integração Nacional estão organizadas nos temas Desenvolvimento Regional, Defesa Civil e Infra-Estrutura Hídrica. Cabe ressaltar que não há destinação de uma função governamental associada à missão institucional: "Ser um agente indutor da inserção das regiões menos dinâmicas no contexto do desenvolvimento do país". Em função disso, os Programas sob a responsabilidade do MI são associados a funções governamentais escolhidas por sua proximidade com a área da despesa em que a ação governamental é realizada.

Para a análise dos resultados da atuação do Ministério da Integração Nacional - MI, foram apontados como programas estruturantes do setor, dentre os onze programas sob a responsabilidade do MI, os Programas Desenvolvimento da Agricultura Irrigada; - Infra-Estrutura Hídrica; - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO; - Prevenção e Preparação para Desastres e – Resposta aos Desastres; - Integração de Bacias Hidrográficas, cujas ações estão preponderantemente associadas às seguintes funções governamentais: 06 – Segurança, 11 – Trabalho, 14 – Direitos da Cidadania, 15 – Urbanismo, 18 – Gestão Ambiental; 20 – Agricultura, 22 – Indústria, 23 – Comércio e Serviços e 28- Encargos Especiais.

Função Segurança Pública
sob a Responsabilidade do MI

Segundo o art. 144 do Capítulo III da Constituição Federal, "a segurança pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". Assim, ao Ministério da Integração Nacional compete promover um ambiente social e pacífico e garantir a integridade dos cidadãos, no que tange à segurança da população em situações de desastres. Para tanto, estão sendo desenvolvidas ações preventivas de preparação, bem como de atendimento aos afetados por desastres, seja por meio de assistência humanitária ou de reconstrução.

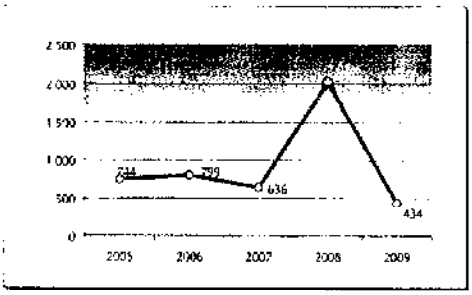
SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA POR SUBFUNÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

em R$ mil

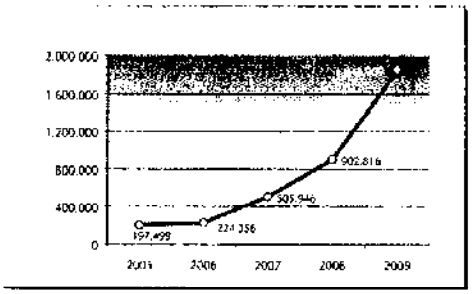
SUBFUNÇÃO	2005	2006		2007		2008		2009		2005/ 2009
	VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VAR
128 - Formação de Recursos Humanos	744	799	7,4%	636	(20,4%)	2.021	217,8%	434	(78,5)%	(41,71%
182 - Defesa Civil	197.499	224.356	13,6%	505.946	125,5%	902.816	78,4%	1.848.959	104,8%	836,2%
DESPESA TOTAL EMPENHADA	**198.243**	**225.155**	**13,6%**	**506.582**	**125,0%**	**904.837**	**78,6%**	**1.849.393**	**104,4%**	**832,9%**

Fonte: Siafi / 13.01.2010

SUBFUNÇÃO 128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (VALORES EM R$ MIL)



SUBFUNÇÃO 182 - DEFESA CIVIL (VALORES EM R$ MIL)



Com relação aos recursos financeiros aplicados nas subfunções sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, demonstrativo e gráficos anteriores, no período de 2005/2009, cabe salientar que o decréscimo ocorrido no ano de 2009, na subfunção 128 – Formação de Recursos Humanos é resultado da transferência de recursos financeiros para a Universidade Federal de Santa Catarina. Com esses recursos, foram promovidos vários eventos, destacando-se, o V Defencil; o Curso Construindo Comunidades mais Seguras; o VI Fórum Nacional de Defesa Civil; Cinco Seminários Regionais nas macrorregiões sobre Mudança Climática e Defesa Civil, o II Seminário Internacional sobre Assistência Humanitária, a reunião do Conselho Nacional de Defesa Civil e o 1º Curso Regional de Assistência e Proteção para Respostas a Emergências Químicas, esse com a participação de 32 técnicos de 14 países da América Latina e do Caribe. Nesse ano, foram

qualificados 9.421 agentes de defesa civil. No que se refere à subfunção 182 – Defesa Civil, a evolução da execução foi de 836,2% no período 2005 a 2009, observando-se uma variação de 13,6% (2005-2006), 125,5% (2006-2007), 78,4% (2007-2008) e 104,8% (2008-2009). Em decorrência dos diversos desastres ocorridos em 2009 nos estados do Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins, procedeu-se à distribuição de 625.273 cestas de alimentos para 3.126.365 afetados, bem como foram editados 1.292 reconhecimentos de anormalidades em 1.081 municípios brasileiros. No demonstrativo a seguir, pode-se observar, por programa de governo, a evolução da aplicação dos recursos em segurança pública, que no período de 2005 a 2009, tiveram um crescimento de aproximadamente 824%.

SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO NOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
VALORES EMPENHADOS - FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA

em R$ mil

PROGRAMA	OFSS	2005	2006		2007		2008		2009		2005/2009
		VALOR	VALOR	VAR%	VALOR	VAR%	VALOR	VAR%	VALOR	VAR%	VAR%
Prevenção e Preparação para Desastres	DOTAÇÃO	142.369	110.359	(22)%	252.880	138%	616.509	135%	646.566	5%	354%
	EMPENHO	35.950	43.859	22,0%	136.210	210,6%	318.765	134,0%	450.609	41,4%	1.153,4
Resposta aos Desastres e Reconstrução	DOTAÇÃO	190.130	254.547	34%	554.293	118%	1.018.306	84%	1.747.149	72%	819%
	EMPENHO	164.170	181.296	10,4%	370.371	104,3 %	586.006	58,2 %	1.399.784	138,9%	752,6
DOTAÇÃO TOTAL		332.499	364.906	10%	817.173	124%	1.634.815	100%	2.393.715	46,4%	620%
DESPESA TOTAL EMPENHADA		280.120	225.155	12,5%	506.581	125%	904.771	78,6%	1.850.393	104,5 %	824,6%

Fonte: Siafi / 13.01.2010

Ainda com relação ao demonstrativo anterior, observa-se uma evolução positiva no período de 2005 a 2009 de 1.153% na execução do Programa 1027 - Prevenção e Preparação para Desastres, correspondente a 22% (2005-2006), 210,6% (2006-2007), 134% (2007-2008), 41,4% (2008-2009).

No Programa 1027, em 2009, foram executados, na ação prioritária 8348 - Apoio a Obras Preventivas, aproximadamente 543 obras e serviços de drenagem, galeria de águas pluviais, pavimentação, contenções, barragens, casas populares, reconstrução de pontes, dentre outros, distribuídos em todo território nacional. Para realização desses projetos, foram empenhados 70% da dotação inicial, no valor de R$ 632 milhões, provenientes do Plano de Ação e de Emendas Parlamentares, aprovados na LOA, acrescidos de R$ 240 milhões do Decreto de 14 de janeiro de 2009, além de R$ 250 milhões provenientes das Medidas Provisórias nºs 463 e 473. Desse total, foram cancelados R$ 204 milhões. Quanto ao Programa 1029 - Resposta aos Desastres e Reconstrução, constata-se um crescimento na aplicação dos recursos equivalente a 752%, sendo 10,4% (2005-2006), 104,3% (2006-2007), 58,2% (2007-2008), 138,9% (2008-2009). Ressalta-se que, apesar do crescimento do volume de recursos aplicados em prevenção, ainda não se alcançou a meta desejada de a cada dólar gasto em prevenção se economizar 7 dólares em ações de resposta e reconstrução.

Função Trabalho Sob a Responsabilidade do MI

A execução orçamentária na Função Trabalho foi realizada principalmente por meio do Programa – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO, com a finalidade de promover a inserção produtiva e competitiva no mercado de comunidades situadas nas áreas prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), bem como superar deficiências do capital humano necessário para a gestão compartilhada do desenvolvimento e para a estruturação e a dinamização da base produtiva regional, incluindo a absorção e a difusão de informação e tecnologia. Dessa forma os recursos alocados no PROMESO viabilizaram eventos de Organização Produtiva - EOP para a capacitação e a organização produtiva de comunidades em empreendimentos produtivos coletivos, bem como permitiu a capacitação de agentes públicos que atuarão nas organizações sociais, na atividade econômica e produtiva ou na promoção do processo de desenvolvimento territorial.

Em 2009, de acordo com a tabela a seguir, a dotação orçamentária nesta função totalizou um montante de R$ 6.306,3 mil, dos quais R$ 5.927,0 mil foram empenhados, correspondente a 94% da dotação, observando que o efetivamente pago, neste período, correspondeu a 5% do montante empenhado. No período foram firmados quatro convênios que somam R$ 2.908,9 mil referentes aos recursos da União, dentre os quais pode-se destacar o de "Implantação de indústria de costura" que favorecerá o município de Formosa do Sul – RS. Esse Projeto, além de prever a aquisição dos equipamentos, também prevê a capacitação de 50 mulheres em corte, costura e vendas. Cabe observar que a alocação dos recursos para o Programa na Função Trabalho sofreu um decréscimo equivalente a 81% quando se observa a dotação de 2005 com relação à dotação de 2009.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROGRAMA
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO

em R$ mil

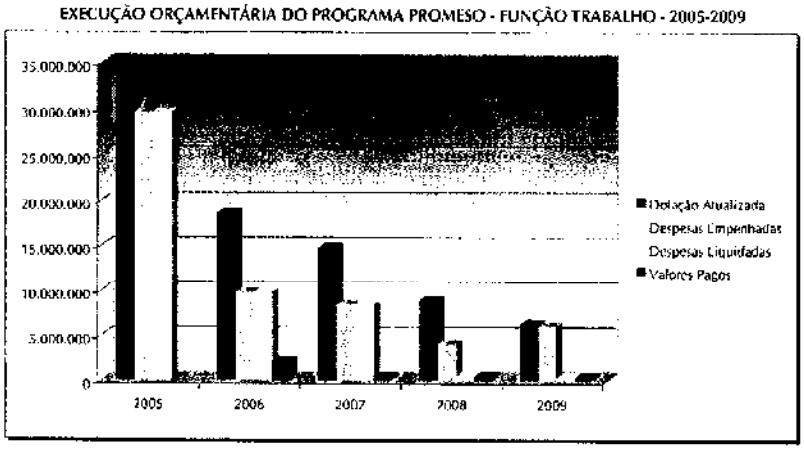
ANO	2005	2006		2007		2008		2009		2005/2009
	VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VAR
DOTAÇÃO	33.118	18.523	(44)%	14.706	(21)%	8.848	(40)%	6.306	(29)%	(81)%
VALORES EMPENHADOS	29.614	9.745	(67)%	8.409	(14)%	4.037	(52)%	5.927	47%	(80)%

Fonte: Siafi / 13.01.2010

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROGRAMA
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS – PROMESO

	2005	2006	2007	2008	2009
Dotação Atualizada	33.118.000	18.523.200	14.706.466	8.848.495	6.306.374
Despesas Empenhadas	29.614.417	9.745.112	8.408.908	4.036.828	5.927.168
Despesas Liquidadas	29.614.417	9.745.112	8.408.908	447.000	300.000
Valores Pagos		2.248.168	389.092	447.000	300.000

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA PROMESO - FUNÇÃO TRABALHO - 2005-2009



Função Urbanismo Sob a Responsabilidade do MI

Nesta função, a Administração Direta executou a ação prioritária (LDO) 6409 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais, na subfunção 244 - Assistência Comunitária, incorporada ao PROMESO no ano de 2008, a fim de agilizar o processo de desenvolvimento local. Nesse sentido, pretendeu-se implantar projetos estruturantes de infra-estrutura de apoio à produção e à logística, o que inclui a construção de equipamentos urbanos/rurais e de obras civis que articulem regionalmente os municípios de espaços sub-regionais. Em 2009, conforme demonstrativo a seguir, da dotação total de R$ 252.231,0 mil, foram empenhados R$ 150.102,0 mil, correspondente a 59,5% dos recursos, tendo sido firmados 41 convênios e uma descentralização, referentes aos recursos da União. Os projetos executados são de caráter essencial para a dinamização da economia local, com destaque para a construção de centros sociais, a pavimentação de estradas, a construção de pontes e passagem molhada.

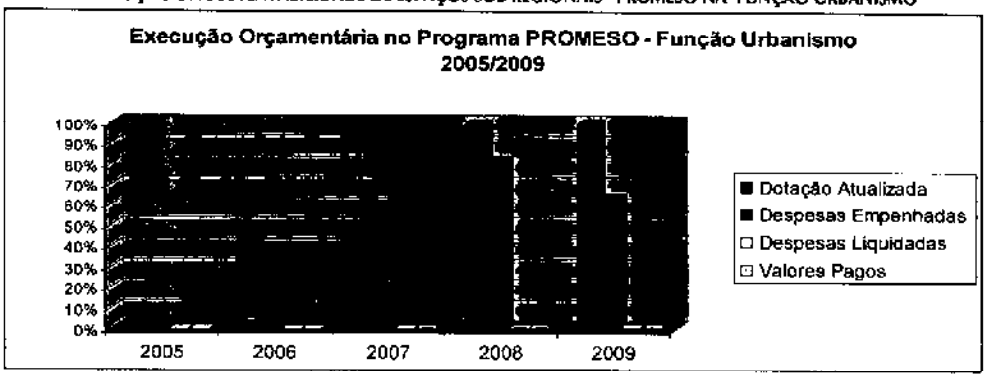
SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO NA FUNÇÃO URBANISMO

Em R$ mil

ANO	OFSS	2005	2006		2007		2008		2009		2005/2009
		VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VAR
1025 - Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO	DOTAÇÃO	0	0	0	0	0	760.080	0	252.231	(3)%	0
	EMPENHO	0	0	0	0	0	132.168	0	150.102	14%	0

Fonte: Siafi / 13.01.2010

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO NO PROGRAMA
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO NA FUNÇÃO URBANISMO



Função Gestão Ambiental Sob a Responsabilidade do MI

Na função Gestão Ambiental, subfunção Recursos Hídricos, estão alocados os recursos do programa Infraestrutura Hídrica, cujo objetivo é desenvolver obras de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade, e do Programa Integração de Bacias Hidrográficas, que visa aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica, para expansão da oferta de água de boa qualidade.

Por meio da construção de obras estruturantes, suas ações têm a finalidade de minimizar a carência de água, principalmente para consumo humano, que afeta a saúde pública e restringe as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades dos espaços geográficos onde a disponibilidade desse recurso é reduzida.

No segmento Infraestrutra hídrica, que tem como objetivo a minimização dos efeitos da seca, contemplou-se a implantação de empreendimentos focados no armazenamento de recursos hídricos, por meio da construção de barragens e de canais e adutoras para a adução da água.

Com esse objetivo, 310 km de canais foram construídos e 663,3 milhões de m³ de água foram reservados com a conclusão dos projetos referentes às Barragens e Adutoras Palmeira dos Índios (AL), Capivara (PB) e Poço do Marruá (PI), ao Sistema Adutor Serra de Santana (RN) e à Barragem Setúbal (MG). Ademais, estão em andamento as obras dos seguintes projetos: Barragem Gasparino na Bahia; Barragem do Rio Arraias em Tocantins, Adutora Pirapama, Sistema Adutor Limoeiro, Adutora de Agrestina, Adutora do Agreste, Adutora do Oeste, Adutora Pajeú em Pernambuco; Sistema de Abastecimento do Sistema Norte, Barragem Peão em Minas Gerais; Adutora e Barragem Piaus no Piauí; Adutora São Francisco em Sergipe; Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (Eixo de Integração Castanhão/Fortaleza) e Adutora de Ibaretama no Ceará; Canal do Sertão Alagoano, Barragem e Adutora Palmeira dos Índios em Alagoas; Sistema Adutor do Congo e Adutora Acauã na Paraíba; Sistema Adutor de Alto Oeste no Rio Grande do Norte; Barragens de Jaguari e Taquarembó no Rio Grande do Sul.

No que se refere ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF, enquadrado no Programa Integração de Bacias Hidrográficas, que visa possibilitar o desenvolvimento sustentável, especialmente às regiões semi-áridas do país, por meio da garantia hídrica.

Dividido em dois grandes eixos, o Leste com 220 km e o Norte com 402 km, o Projeto abrange os estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e prevê o atendimento de 12 milhões de pessoas.

As obras do Eixo Leste nos estados de Pernambuco e Paraíba, contam com um avanço de 41,4%, com previsão de conclusão para 2010. Já no Eixo Norte, com 24% de execução, que envolve os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, a previsão para o término das obras é o ano de 2012.

Em 2009, foram realizadas diversas intervenções, como a entrega de 86 casas em comunidades indígenas e quilombolas; sendo que das 16 Vilas Produtivas Rurais previstas para o reassentamento da população afetada pelas obras, duas estão com a construção avançada.

Na Vila Produtiva Rural de Captação, 11 casas estão concluídas e na de Junco, 55 casas prontas foram sorteadas para seus futuros moradores. Até o momento, foram gerados 9.137 empregos diretos, que favoreceram os moradores dessas Regiões.

Com relação ao período de 2005 a 2009, observa-se no demonstrativo a seguir os valores direcionados para o setor, com maior ênfase a partir de 2007, quando da implantação do PAC.

Evidencia-se ainda o alto percentual de empenho em relação à dotação em ambos os Programas. Ressalte-se que em 2009, nos Programas 0515 e 1036, os valores empenhados corresponderam a 83,8% e 99,1%, respectivamente.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA , POR PROGRAMA, NA FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL

em R$ mil

ANO	OFSS	2005	2006		2007		2008		2009		2005/ 2009
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
0515 - Infra-estrutura hídrica	DOTAÇÃO	596.023	409.301	(31)	1.163.789	184	1.256.021	8	765.840	(39)	28
	EMPENHO	331.685	193.126	(42)	1.014.986	426	1.091.046	7	641.524	(41)	93
1036 - Integração de bacias hidrográficas	DOTAÇÃO	542.178	390.166	(28)	439.202	13	1.165.066	165	1.233.183	6	127
	EMPENHO	463.762	50.767	(89)	429.969	747	1.152.421	168	1.223.502	6	164
DOTAÇÃO TOTAL		1.138.201	799.467	(30)	1.602.991	101	2.421.087	51	1.999.023	(17,4)	76
TOTAL EMPENHADO		795.447	243.888	(69)	1.444.955	492	2.243.467	55	1.865.026	(17)	134

Fonte: Siafi / 13.01.2010

Função Agricultura Sob a Responsabilidade do MI

Nesta função se inserem as ações do Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, classificadas, principalmente, na subfunção Irrigação, que visam promover a expansão das áreas irrigáveis para uso comum, com o objetivo de promover desenvolvimento regional. Essa é uma das mais efetivas ferramentas de distribuição de renda e combate à pobreza, mediante a geração de empregos e elevação da oferta de alimentos com baixos custos, na medida em que aumenta a produtividade dos fatores terra e trabalho.

Em 2009, buscou-se promover o processo de ampliação da infraestrutura necessária para expandir a produção agrícola, com a implantação de 9.646 ha, relativos aos Perímetros de Irrigação Flores de Goiás (GO), São João (TO), Marituba (AL), Salitre e Baixio de Irecê (BA), Pontal (PE), Tabuleiros Litorâneos de Pamaíba – 2ª Etapa (PI) e Platôs de Guadalupe (PI). Deu-se, também, continuidade à execução dos Perímetros Várzeas de Sousa na Paraíba; Sampaio em Tocantins; Araras Norte, Tabuleiros de Russas e Baixo Acaraú no Ceará e Jacaré-Curituba em Sergipe. Além disso, ações de assistência técnica, manutenção e outras atividades necessárias foram direcionadas aos perímetros de irrigação que se encontram em operação.

Outras realizações foram alcançadas como a criação do Fórum Permanente para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Irrigada, a conclusão do Cadastro Geral de Irrigantes de Projetos Públicos de Irrigação, a realização do Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável.

Acrescente-se, ainda, que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei que trata da Política Nacional de Irrigação e que já se encontra em andamento a elaboração do Plano Nacional de Capacitação em Agricultura Irrigada e os Planos Nacional e Estaduais de Irrigação.

Com relação ao período de 2005 a 2009, observa-se, no demonstrativo a seguir, os valores executados no programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, com destaque para o incremento no exercício 2007, quando da implantação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Cabe ressaltar o crescimento da dotação no período, na ordem de 211%, e do empenho que evoluiu de R$ 83.471 mil para R$ 569.818 mil. Em 2009, o valor empenhado correspondeu a 82,4% da dotação.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO
PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA NA FUNÇÃO AGRICULTURA

Em R$ mil

ANO	2005	2006		2007		2008		2009		2005/ 2009
	VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VAR
DOTAÇÃO	222.570	215.668	(3)%	684.475	217%	864.561	26%	691.135	(20)%	211%
VALORES EMPENHADOS	83.471	126.280	51%	599.508	375%	608.551	2%	569.818	-6%	583%

Fonte: Siafi / 13.01.2010

Função Indústria Sob a Responsabilidade do MI

Na Função Indústria, executou-se no âmbito do Programa PROMESO a ação Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-Regionais, classificada na subfunção Empregabilidade, com a finalidade de desenvolver o potencial e a capacidade produtiva de empreendimentos locais, potencialmente competitivos, visando sua inserção nas economias local, regional, nacional e internacional.

Os recursos alocados nessa ação viabilizam a estruturação ou o aprimoramento de processos produtivos e de sistemas de comercialização, mediante apoio ao aumento da competitividade de empresas, associações produtivas e outras instituições correlatas, por meio da identificação e

da implementação de oportunidades de criação e desenvolvimento de pequenos e médios empreendimentos; difusão de informações e tecnologias; fortalecimento da capacidade produtiva (inclusive com a aquisição de equipamentos); mobilização e capacitação de recursos humanos e institucionais; criação de um ambiente favorável à criação de novas oportunidades de mercado e melhoria dos sistemas de comercialização para produtos e serviços.

A função Indústria passou a ser utilizada pelo PROMESO em 2008 e já em 2009 houve um acréscimo de 60% na dotação.

Conforme evidenciado no próximo demonstrativo, em 2009 o Programa recebeu dotação orçamentária de R$ 46.815 mil, dos quais 49,4% foram empenhados. Nesta função, a Administração Direta efetivou 41 convênios, dos quais 46% referentes a emendas, e 2 descentralizações.

A maior parte desses projetos objetivou apoiar agroindústrias locais, tanto na construção quanto na aquisição de equipamentos para impulsionar a economia local. Em 2009, destacam-se a construção de *paking house*, casas de farinha e casas de processamento de mel e a aquisição de equipamentos agrícolas.

Por sua vez, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam apoiou, em 2009, cinco projetos, todos com o objetivo de aprimorar os processos produtivos e os sistemas de comercialização.

Para tanto, foram implantadas estruturas físicas e adquiridos equipamentos, em empreendimentos preferencialmente associativos e de caráter regional, com vistas a viabilizar o acesso às oportunidades de mercado.

Destaca-se ainda a contribuição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, que celebrou convênio para apoio a Arranjo Produtivo Local de Ovinocaprinocultura, com o Governo do estado do Rio Grande do Norte.

O demonstrativo a seguir evidencia a execução do PROMESO na Função Industria.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO NA FUNÇÃO INDÚSTRIA

Em R$ mil

ANO	OFSS	2005	2006		2007		2008		2009		2005/2009
		VALOR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VALOR	VAR	VAR %
1025 - Promoção da sustentabilidade de espaços sub-regionais - PROMESO	DOTAÇÃO	0	0	0	0	0	29.309	0	46.815	60%	-
	EMPENHO	0	0	0	0	0	25.914	0	23.135	(11)%	-

Fonte: Siafi / 13.01.2010

Função Encargos Especiais Sob a Responsabilidade do MI

Nesta função, estão alocados os recursos referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Centro-Oeste – FCO e do Nordeste – FNE, bem como os recursos sob supervisão do Ministério referente aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Nordeste – FDNE, que são os principais instrumentos de apoio ao setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Por meio dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, do Nordeste - FNE e do Norte – FNO foram contratados, até novembro de 2009, financiamentos da ordem de R$ 12,2 bilhões, o que representou um crescimento de 8,2% em relação a idêntico período de 2008. No Centro-Oeste foram contratados R$ 2,8 bilhões em 56,1 mil operações de financiamento.

No Nordeste R$ 7,3 bilhões em 329,1 mil operações e na Região Norte R$ 2,1 bilhões em 40,2 mil operações. Por intermédio dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e do Nordeste - FDNE, voltados para o financiamento da infraestrutura e de projetos estruturadores da economia, foram contratadas, em 2009, operações da ordem de R$ 3,1 bilhões, sendo R$ 476 milhões na Amazônia e R$ 2,7 bilhões no Nordeste.

Ainda com o fim de estimular investimentos para as regiões Norte e Nordeste, foram concedidos ao setor produtivo incentivos fiscais de redução do imposto de renda cuja estimativa de valor para o exercício de 2009 foi da ordem de R$ 2,6 bilhões na área de atuação da Sudam e de R$ 2,5 bilhões na área de atuação da Sudene.

Os investimentos apoiados com os instrumentos da Política influenciam de forma relevante a geração de emprego e renda nas regiões menos desenvolvidas do país e contribuem para o desenvolvimento do setor rural – setor que demanda a maior parte dos recursos - para a melhoria das condições de infraestrutura e para a industrialização dessas regiões.

Estima-se em mais de 770 mil os empregos gerados ou mantidos em decorrência dos financiamentos contratados no 1º semestre de 2009.

Recursos Não - Orçamentários

Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia e do Nordeste - FINAM e FINOR

Criados em 1974, com o objetivo de minimizar as desigualdades entre as macro regiões brasileiras, contribuem para o desenvolvimento econômico-social, respectivamente da Amazônia Legal e do Nordeste brasileiro.

Para tanto, são destinados recursos oriundos de renúncia fiscal a empresas constituídas sob a forma de sociedades anônimas, somando-se ao aporte de recursos próprios dessas empresas e eventualmente de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2009, os recursos já aplicados compõem uma carteira de 453 projetos, dos quais 357 projetos incentivados pelo Finam e 96 incentivados pelo Finor.

Em contrapartida ao apoio dos projetos, o Finam e o Finor contam com uma carteira de títulos (ações e debêntures) emitidos pelas empresas incentivadas, cuja gestão é competência do Banco da Amazônia S/A, no caso do Finam, e do Banco do Nordeste do Brasil S/A, no caso do Finor.

Diante da previsão legal de extinção da política de incentivos fiscais em 31 de dezembro de 2013, têm sido envidados esforços para dar celeridade aos atos de gestão, de modo a levar a bom termo a conclusão da carteira de projetos do Finam e do Finor, mediante a exclusão desses projetos das respectivas carteiras, seja concedendo o Certificado de Empreendimento Implantado para os bem sucedidos, seja cancelando os incentivos fiscais para os que não lograram êxito em sua implantação.

Em 2009, foram realizados 126 projetos na área de abrangência do Finam, em função do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o Banco da Amazônia S/A, e 27, na área de abrangência do Finor, aprovadas nove reformulações, efetivadas cinco liberações de recursos, concedidos nove Certificados de Empreendimento Implantado, instaurados 72 processos administrativos para apurar indícios de desvio de recursos, realizadas 87 análises técnicas, concluída a análise de 102 processos administrativos apuratórios, encaminhados 86 processos às Regionais das Procuradorias da União para fins de cálculo de débitos de incentivos fiscais cancelados e elaborados 25 pareceres de repactuação de debêntures, encaminhados aos bancos operadores.

Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES

Criado pelo Decreto Lei nº 880/69, esse é o Fundo Fiscal de Investimento específico do estado do Espírito Santo, administrado pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – Geres, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Integração Nacional, operacionalizado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo Bandes.

Instituído com base em renúncia fiscal, por meio de fontes de origem federal e estadual, fundamentado pelas opções de parcelas do IRPJ e ICMS realizadas por empresas capixabas, o Funres inovou o conceito de fundo misto, direcionando recursos financeiros a uma mesma conta de aplicações.

Na modalidade de subscrição de debêntures, o Funres apoiou em 2009 a implantação de um novo projeto na área de metalurgia, comprometendo recursos da ordem de R$ 5,4 milhões, como também liberou R$ 5,8 milhões em projetos aprovados e em fase de implantação.

Além disso, foram aprovados três Relatórios de Conclusão de Projetos, o que resultou na emissão dos respectivos Certificados de Empreendimentos Implantados (CEI), um Relatório de Reformulação, um de Renegociação e abertura de um Procedimento Administrativo.

Com a destinação de recursos do ICMS para a realização de financiamentos por meio de operações de crédito, principalmente a micro e pequenos empresários, foram aprovadas 66 novas operações, resultando na liberação de R$ 3,6 milhões.

Com esses resultados, o Funres, no exercício de 2009, liberou efetivamente o montante de R$ 9,5 milhões, considerando as duas modalidades de apoio a projetos.

Por sua economia dependente do comércio internacional, o estado do Espírito Santo, durante o ano de 2009, sofreu diretamente os impactos da crise financeira mundial, o que resultou na postergação de novos investimentos produtivos.

Cabe ressaltar, contudo, que as diversas Resoluções Normativas aprovadas adicionaram dinamismo ao acompanhamento e à fiscalização dos recursos do Fundo.

5.1.10. Função Segurança Pública

Desde 2003, as instituições brasileiras nas áreas policial, penitenciária e judiciária são alvo permanente de ações de fortalecimento, conduzidas de forma integrada pelas secretarias do Ministério da Justiça - MJ, a fim de reduzir os altos índices de criminalidade e garantir efetiva segurança para o cidadão. Dessa forma, e idealizada pelo MJ, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – 1ª Conseg foi um marco histórico na área da segurança pública no exercício de 2009. Pela primeira vez, todos representantes da sociedade civil organizada, profissionais do setor e do Poder Público discutiram juntos a criação de uma política de Estado e não mais de governo.

A sociedade civil participou com 40% das vagas, o Poder Público com 30% e os trabalhadores da área com 30% – proporção garantida em todas as etapas da Conferência. Até a realização da etapa nacional da Conferência, de 27 a 30 de agosto de 2009, em Brasília, os debates envolveram mais de meio milhão de pessoas de 514 municípios do país. Foram promovidas 27 etapas estaduais eletivas, 126 municipais eletivas, 140 municipais preparatórias e 1.140 conferências livres em 514 cidades, além de outras iniciativas de participação e mobilização, como seminários temáticos, cursos de capacitação e projetos especiais envolvendo, prioritariamente, mulheres, jovens, estudantes e população encarcerada. O resultado dessa participação inédita foi a aprovação da Política Nacional de Segurança Pública contendo 10 princípios e 40 diretrizes que servirão de base para a definição de políticas públicas na área.

São propostas de soluções para temas urgentes como prevenção à violência e à criminalidade, repressão qualificada ao crime, valorização dos operadores da área e criação e fortalecimento de mecanismos de controle social sobre as políticas do setor. Uma das primeiras conseqüências desse processo foi a reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública - Conasp, que passou a ter, pela primeira vez, participação da sociedade civil e dos trabalhadores do segmento. Os 48 integrantes do novo Conasp tomaram posse em outubro. É a garantia de que a participação democrática na elaboração de políticas públicas continuará após a Conferência.

A seguir, apresenta-se um quadro com as despesas empenhadas das principais funções e subfunções executadas pelo Ministério.

VALORES EMPENHADOS POR FUNÇÃO

FUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009
Essencial à Justiça	16.468.501	209.436	367.853	50.777.509	71.430.650
Segurança Pública	1.044.863.157	11.035.270	17.956.306	2.253.077.787	2.306.355.393
Direitos da Cidadania	356.303.661	4.941.346	4.457.876	631.429.590	444.215.791
TOTAL	**1.417.635.319**	**16.186.052**	**22.782.035**	**2.935.284.886**	**2.822.001.834**

VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES

SUBFUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009
181 - Policiamento	499.142.587	591.090.876	1.107.599.899	1.024.779.358	605.175.537
183 - Informação e Inteligência	46.046.029	60.143.894	114.306.827	85.319.838	101.560.652
212 - Cooperação Internacional	4.400.244	2.104.500	2.339.532	2.431.898	293.796
422 - Direitos Individuais, Coletivas e Difusas	16.110.691	19.240.175	30.585.241	367.151.366	274.298.407
TOTAL	**565.699.551**	**672.579.445**	**1.254.831.499**	**1.479.682.460**	**981.328.392**

Na subfunção policiamento, destaca-se a atuação da Polícia Federal - PF ao longo de 2009, que participou de diversas vertentes para o melhor atendimento dos anseios sociais e de suas atribuições constitucionais.

Assim, seja na sua área finalística, referente à sua atuação como polícia judiciária da União, seja no campo da gestão pública, no da cooperação com outros órgãos, no do atendimento ao público, bem como no da capacitação, foram diversas as ações relevantes realizadas pela Instituição.

Em 2009 foram deflagradas cerca de 246 operações visando o combate aos mais diversos ilícitos, que resultaram em 2.301 prisões.

OPERAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL



Ainda no âmbito da subfunção Policiamento, cabe destacar a participação da Polícia Rodoviária Federal - PRF, principalmente pelo ganho em melhoria de sua capacidade operacional, por meio da presença ostensiva nas rodovias federais, possibilitada em razão do aumento de policiais e aquisição de modernas viaturas.

Desse modo, a PRF qualificou suas intervenções pontuais no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas.

Trabalhou também no sentido de melhorar seu sistema de telecomunicação e informação, monitoramento e controle, de modo a atender os pontos mais remotos do território nacional, adequando as bases operacionais, a fim de permitir melhor acesso e apoio ao usuário da via.

Ainda no campo do combate à criminalidade, a PRF empreendeu duro enfrentamento ao furto e roubo de veículos de transporte de passageiros e carga e aos crimes ambientais, bem como aos ilícitos nas regiões fronteiriças, principalmente ao tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho e ao roubo de gado.

APREENSÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PRODUTO	PERÍODO		
	2007	2008	2009
Eletrônicos (un)	334.149	228.571	426.377
Informática (un)	122.904	85.585	102.669
Armas	1.534	1.469	1.476
Bebidas (l)	169.398	100.715	150.091
Cigarros (pct)	3.370.815	1.718.310	2.499.515
Pelidos	23.716	26.579	29.719

Fonte: Polícia Rodoviária Federal

Outra importante conquista do MJ foi a elaboração e aprovação da Lei nº 11.705/2008, conhecida como "Lei Seca".

Os resultados já podem ser comprovados. No Rio de Janeiro, por exemplo, o número de mortes provocadas por acidentes de trânsito caiu em torno de 24% após um ano de aprovação da Lei, que tornou crime o ato de dirigir sob o efeito de qualquer quantidade de álcool.

A instituição da "Lei Seca" conferiu à PRF a missão de trabalhar pela redução dos índices de acidentes e mortes nas rodovias federais – taxas que vêm caindo desde que a Lei entrou em vigor. No primeiro semestre de 2009, a PRF realizou mais de 350 mil testes com etilômetros (bafômetros). Em todo país, foram 6.640 autuações por embriaguez e 5.620 prisões em flagrante.

O objetivo no período era não ultrapassar a 1,30 óbito a cada 10 mil veículos da frota nacional. Atualmente a proporção está em 1,07 a cada 10 mil veículos, o que representa o cumprimento da meta em mais de 121%.

Também na subfunção Policiamento, destaca-se ainda a participação da Força Nacional de Segurança Pública, criada para atender às necessidades emergenciais dos estados em questões onde se impuser a interferência maior do poder público ou for detectada a urgência de reforço na área de segurança. Mais de 8.990 policiais já passaram pelo treinamento para integrar a Força Nacional.

A idéia do curso é criar um padrão de comportamento que seja seguido por todo o efetivo.

A Força Nacional já atuou em 14 estados (AL, BA, DF, GO, ES, MA, MT, MS, PA, PR, RO, RJ, RR e SC), empregando mais de 2.500 profissionais.

Nas áreas que receberam apoio da Força Nacional, o número de homicídios caiu, em média, 43%, segundo dados das secretarias de segurança pública estaduais. Também chama atenção o índice zero de letalidade durante operações.

A Força Nacional atuou em 2009 nos estados: do Pará, apoiando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama no combate ao desmatamento ilegal; de Rondônia, apoiando os órgãos de segurança pública, em virtude da paralisação da Polícia Militar daquela Unidade da Federação; de Mato Grosso, apoiando a Polícia Federal no combate a crimes ambientais; do Paraná e Mato Grosso do Sul, apoiando o Departamento Penitenciário Nacional - Depen na segurança dos presídios federais, e auxiliando os governos dos referidos entes em questões variadas, inerentes à segurança pública.

O Batalhão Escola de Pronto Emprego - BEPE, setor especializado da Força Nacional cujo objetivo é disseminar novas experiências e tecnologias de ponta entre as forças de segurança dos estados e proporcionar a intervenção imediata em apoio às secretarias de segurança pública em casos de grave crise, em 2009, formou sua primeira turma, com 150 policiais de Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Cada grupo levou de volta um kit formado por 10 viaturas, armas letais e não-letais, munição e equipamentos de proteção. O investimento nos três kits foi de R$ 7,5 milhões.

Já na subfunção informação e inteligência, o enfrentamento ao crime organizado no Brasil, por sua vez, teve como foco ações de definição das tipologias de atividade das facções, ou seja, a forma como o crime organizado se infiltra no país e como lavam o dinheiro em parceria com agentes públicos corruptos.

Nessa seara, pretendeu-se também combater a atuação das milícias em regiões do Rio de Janeiro e em outros estados.

Medidas como essa fazem parte das 21 ações que a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla 2010) aprovou em novembro, em Salvador, para serem executadas em 2010.

Outra importante ferramenta para o enfrentamento ao crime organizado são os laboratórios de tecnologia contra a lavagem de dinheiro (LAB-LD).

Desenvolvido com metodologia genuinamente brasileira, o LAB-LD constitui um instrumento pioneiro capaz de analisar grandes volumes de informações e tornar mais ágil e eficiente o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção.

Graças ao LAB-LD, por exemplo, foi possível contribuir para a identificação de integrantes da cúpula financeira da facção criminosa "Primeiro Comando da Capital - PCC" em São Paulo e com o fim de um cartel de empreiteiras no Rio de Janeiro que visavam a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

A iniciativa brasileira se transformou em um produto de exportação: países como Portugal, Espanha e China e os do Mercosul já manifestaram interesse em adotar a tecnologia. O objetivo é levar a iniciativa também a todo o país. Atualmente 12 laboratórios já tiveram sua primeira fase implantada em sete estados, dentre eles, o primeiro LAB-Regional, fruto de acordo firmado com os Ministérios Públicos de cinco estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte).

Entre as outras subfunções atípicas executadas na área, destacam-se as seguintes: cooperação internacional; defesa da ordem jurídica; e direitos individuais, coletivos e difusos.

Na subfunção Cooperação Internacional, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE/MJ está em crescente cooperação com as autoridades estrangeiras no combate a cartéis e lavagem de dinheiro. Em fevereiro de 2009 foi realizada a primeira operação internacional simultânea de combate a cartel com a participação do Brasil, Estados Unidos e Comissão Européia.

A atuação da SDE/MJ, juntamente com a cooperação institucional do Ministério Público, da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União fez com que instituições como o Departamento de Justiça dos EUA e a Global Competition Review considerassem o programa brasileiro de combate à formação de cartéis referência para outros países.

Na subfunção Defesa da Ordem Jurídica, destacamos o II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo.

Assinado em 13 de abril de 2009 pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o II Pacto inclui a criação de um Comitê Interinstitucional de Gestão, cujo objetivo é desenvolver e acompanhar as ações pactuadas e incrementar medidas que assegurem maior efetividade ao reconhecimento dos direitos, à mediação e à conciliação, entre outros.

Nos primeiros oito meses do II Pacto já foram editadas 11 novas leis, entre as quais se destacam: Lei nº 12.019/2009, que permite a convocação de magistrados para a instrução penal de processos de competência originária do STJ e STF; Lei nº 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências e a Lei Complementar nº 132/2009, que organiza a Defensoria Pública da União e promove normas gerais às Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal.

Na subfunção Direitos Individuais Coletivos e Difusos, vale destacar a ação de assistência jurídica gratuita prestada pela Defensoria Pública, que visa fortalecer a infra-estrutura do atendimento prestado ao preso e fomentar a adoção de diretrizes que o tornem mais eficaz.

Em 2009, a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça centralizou esforços em novas propostas de parcerias, como é o caso das Defensorias Públicas de Minas Gerais, da Paraíba e de Mato Grosso.

Os investimentos do MJ no fortalecimento da assistência aos presos e familiares resultou em 67,4 mil atendimentos nos seguintes estados: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Uma das inovações ocorridas em 2009 foi a criação da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal, cuja missão é disponibilizar Defensores Públicos de todo o país para atuar, em caráter voluntário, nos estados em que forem requisitados, a fim de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos presos.

O MJ disponibilizou R$ 325 mil para a instalação das duas primeiras atividades da Força, em Minas Gerias e Pernambuco. A primeira teve início em outubro, no Complexo Penitenciário de Ribeirão das Neves/MG, formado por cinco unidades penitenciárias. Um grupo de 42 Defensores Públicos, procedentes de diferentes estados da Federação, do Distrito Federal e da União atendeu 3.816 presos.

As atividades em Recife, por sua vez, tiveram início em dezembro e reuniram 27 Defensores Públicos em cinco unidades prisionais, além da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor e do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

Ainda na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a Secretaria de Direito Econômico – SDE do MJ instaurou 134 processos administrativos e averiguações preliminares em 2009.

No campo da Defesa Econômica, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE julgou aproximadamente 400 casos de atos de concentração. Paralelamente, o CADE passou a impor multas recordes a empresas, funcionários e sindicatos culpados pelo ilícito, conforme demonstrado a seguir.

MULTAS APLICADAS PELO CADE/MJ POR INFRAÇÃO À ORDEM ECONÔMICA (ART. 84, LEI 8.884/94)

ANO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL EM R$
1999	14	1.332.087,20
2000	50	5.238.858,70
2001	76	8.732.721,40
2002	60	4.696.223,00
2003	31	2.913.928,24
2004	24	3.363.961,17
2005	18	2.530.573,64
2006	27	10.715.548,85
2007	50	27.693.861,48
2008	64	64.114.659,78
2009	79	46.026.106,42
TOTAL	493	177.358.529,88

Fonte: CADE/MJ

Também no escopo dessa subfunção, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos teve como objetivo a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

Os recursos do Fundo provêm de condenações judiciais na área de meio ambiente (ações civis públicas) e de multas aplicadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Secretaria de Direito Econômico - SDE.

O aumento da fiscalização e de multas aplicadas pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC e CADE explicam o incremento na arrecadação anual do Fundo, que se multiplicou em mais de seis vezes, passando de R$ 11,6 milhões em 2006 para R$ 73,6 milhões em 2009.

Na busca de reparação de danos causados aos direitos individuais coletivos e difusos, o Fundo apoiou diversos projetos. Dos 1.884 projetos que solicitaram financiamento, 23 foram selecionados: cinco na área de consumidor, nove na de meio ambiente e nove na de bens e direitos de valor artístico e histórico. Os estados contemplados foram Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

No que tange à proteção dos interesses e direitos do consumidor, e também integrado a essa subfunção, vale ressaltar que após a entrada em vigor da Portaria da Secretaria de Direito Econômico nº 2.014/2008 e do Decreto nº 6.523/2008, que regulamentaram os Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC) das empresas prestadoras de serviços regulados pelo Poder Público Federal, o Governo Federal instaurou 12 processos administrativos e aplicou mais de R$ 10,5 milhões em multas por desrespeito às normas que garantem ao consumidor falar direto com o atendente, reclamar e cancelar serviços.

Em 2009, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça agregou à base de Procons integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC, os Procons de São Paulo e de 11 municípios. Atualmente, o SINDEC conta com 23 Procons estaduais, 11 Procons municipais e os Procons do Distrito Federal, o que resulta em uma abrangência em mais de 120 localidades brasileiras.

O referido sistema registrou, em 2009, atendimentos a mais de 1 milhão de consumidores. Além da ampliação da base de Procons integrados, o DPDC investiu na produção de estudos e análises com base nos dados fornecidos pelo próprio SINDEC. Também merece destaque a publicação do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas, que já conta com 104 mil queixas de consumidores de todo o Brasil contra mais de 10 mil fornecedores.

Também na subfunção de direitos individuais, coletivos e difusos, destacam-se as ações do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, mediante realização e apoio para estudos e pesquisas, como a publicação e republicação de vários materiais gráficos; o monitoramento, avaliação e disseminação desse Plano; a discussão e análise de projetos de lei; a capacitação de atores direta ou indiretamente envolvidos, destacando-se a realização do Seminário Internacional sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em parceria com os países membros e associados do Mercosul, em São Paulo, em junho de 2009; e a Oficina sobre Serviços de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizada em Recife, nos meses de julho e agosto. Atualmente, vários estados já implementaram ações de enfrentamento com a criação de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, entre os quais podem ser citados Pernambuco, São Paulo, Goiás, Pará, Rio de Janeiro e Acre.

Em outubro de 2009, foi assinado o Protocolo de Intenções entre o MJ, por meio da Secretaria Nacional de Justiça - SNJ, e o *International Centre for Migration Policy Development - ICMPD*, com o objetivo de implementar ações de prevenção e resposta ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, o qual terá vigência de 24 meses. Com essa iniciativa, busca-se promover uma importante parceria transnacional, reforçando as relações institucionais no enfrentamento a essa prática criminal. No que se refere ao enfrentamento do tráfico de mulheres, os governos do Brasil e do Suriname aprovaram, em maio de 2009, a Declaração de Belém. O documento propõe medidas de combate ao tráfico de seres humanos estabelecido através da fronteira entre Brasil e Suriname.

Ainda no âmbito do Plano cabe destacar as seguintes ações desenvolvidas pelo Governo Federal, ao longo de 2009: i) o fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; ii) a capacitação dos profissionais da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, sendo que mais de 3 mil profissionais e 10 mil multiplicadores foram capacitados na temática de tráfico de mulheres; e iii) a realização de oficinas com os organismos locais responsáveis para a implementação dos

Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NEPT e dos Postos Avançados.

É importante destacar, ainda, uma iniciativa inédita: em novembro de 2009, o Governo criou um Centro Tri-Nacional de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência e Tráfico de Pessoas, em parceira com os organismos de políticas para as mulheres do Paraguai e da Argentina e com a Prefeitura de Foz do Iguaçu/PR.

Para promoção da justiça e da cidadania, em 2009, o Ministério da Justiça investiu R$ 6,5 milhões na implantação de 21 Núcleos de Justiça Comunitária em oito estados, por meio dos quais se busca um sistema alternativo de solução de conflitos, onde os próprios envolvidos utilizam o auxílio de um terceiro – o mediador, para resolução de seus problemas de forma pacífica e justa, em questões que envolvam de direito de família, conflitos de vizinhança, disputas de posse e propriedade de imóveis. Além disso, 300 agentes comunitários foram capacitados para atuar com técnicas de mediação. Em 2008, foram criados 11 núcleos em sete estados, um investimento de aproximadamente R$ 2,7 milhões.

Ainda inserida na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, em 2007 a Comissão de Anistia firmou o compromisso público de, ao final de 2010, apreciar 55 mil requerimentos de anistia. De 2007 a 2009, foram apreciados 27.325 processos em turma e 1.362 recursos, totalizando 28.687 julgamentos. Desse modo, o número de julgamentos atinge a marca de 58.886 apreciados, sendo 8.298 somente até 8 de dezembro de 2009, número que supera a meta prevista para dezembro de 2010.

Em 2009, com as Caravanas da Anistia, a Comissão visitou o Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Desde seu lançamento, as Caravanas tiveram 32 edições em 17 diferentes estados. A iniciativa permitiu a apreciação *in loco* de mais de 650 pedidos de anistia, resgatando a dignidade dos perseguidos e contribuindo para que o Brasil conheça sua história.

Também em 2009, tiveram início as obras de reforma da sede física para o Memorial da Anistia Política no Brasil, em Belo Horizonte, no prédio do antigo Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. A parceria entre o Ministério e a Universidade permitirá a inauguração do espaço – composto por prédio histórico e anexo – já no ano de 2010.

Cabe destacar, no âmbito dessa mesma subfunção, o reforço ao controle de armas e a execução da Campanha de Regularização e de Desarmamento. Nesse contexto, a Polícia Federal realizou visitas a vários municípios em todos os estados brasileiros para atendimento à população. Chamada de Campanha de Interiorização – SINARM Itinerante, a medida aumentou a quantidade de armas regularizadas e entregues pela população e a mobilização popular para o tema, com a participação de ONGs, Prefeituras, igrejas e veículos customizados.

Dessa forma, mais de 13.000 armas foram entregues, cerca de 12.000 foram apreendidas e mais de 360.000 armas tiveram seus registros renovados em 2009.

Destaca-se ainda a atuação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria – CNCP, presidido pelo MJ e composto por representantes da sociedade civil, iniciativa privada e Governo Federal. O órgão além de atuar com ações de repressão, promove campanhas educativas à população sobre os riscos à saúde humana e os impactos negativos na economia brasileira decorrentes da pirataria.

Graças às ações cada vez mais integradas entre a PRF, PF e Receita Federal, o CNCP vem registrando recordes anuais de apreensões. Em decorrência, a política brasileira de combate a este tipo de crime teve reconhecimento internacional com a reclassificação do Brasil em listas elaboradas pelo governo norte-americano. As relações são publicadas anualmente com base em informações fornecidas pelo setor privado norte-americano (indústria farmacêutica, de *software*, cinematográfica, editorial e fonográfica, entre outras).

Em outra frente de atuação, o CNCP, por meio do termo de cooperação firmado no final do ano de 2008 com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, teve como resultado em 2009 a apreensão de 316 toneladas de medicamentos falsificados. No ano anterior, essa quantidade foi de 45 toneladas.

Em 2009, foi apresentado o novo plano de ação do Conselho, composto de 23 projetos, dos quais cinco são prioritários: Cidade Livre de Pirataria, Feira Legal, Portal de Combate à Pirataria, Comércio contra a Pirataria e Parcerias com Provedores de Internet. Além disso, apresentou o conceito "Brasil Original: Compre essa atitude" para permitir que todos os setores afetados e interessados no combate à pirataria utilizem a marca dentro de seus próprios canais de comunicação.

No dia 1º de dezembro de 2009, o CNCP assinou termos de cooperação para implantação do Projeto Cidade Livre de Pirataria e Feira Legal nas Cidades de São Paulo e Curitiba. A proposta prevê a municipalização do combate ao crime com medidas econômicas, educativas e repressivas, em parceria com o Governo Federal.

Programas Estruturantes

Apresenta-se a seguir a execução orçamentária dos cinco programas estruturantes do MJ.

QUADRO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS

PROGRAMAS	2009				
	LEI + CRÉDITOS	DISPONÍVEL	EMPENHADO	%	LIQUIDADO
Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	135.743.063	135.976.970	132.135.416	97,2	132.135.416
Aprimoramento da Execução Penal	174.830.350	102.007.696	101.278.954	99,3	100.887.873
Sistema Único de Segurança Pública - SUSP	316.875.331	234.672.162	234.331.659	99,9	234.331.659
Modernização da Polícia Federal	173.663.140	120.137.219	120.022.724	99,9	120.022.724
PRONASCI	1.294.435.149	1.240.679.252	1.237.820.419	99,8	1.237.820.419
TOTAL GERAL	**2.115.547.033**	**1.833.473.299**	**1.825.589.172**	**99,6**	**1.825.198.091**

Fonte: Siafi

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI possibilitou ao Governo Federal atingir o maior patamar já visto de investimentos na área de segurança e combate à violência. São mais de 90 projetos que integram União, estados, municípios e diversos setores da sociedade.

O público-alvo do programa é formado por jovens de 15 a 24 anos à beira da criminalidade, presos e os que já cumpriram pena. Atualmente o programa está presente em 112 municípios, 21 estados e no Distrito Federal.

Em conjunto com as demais secretarias do MJ, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP tem forte participação na execução das ações do PRONASCI, mediante articulação com estados e municípios de políticas de prevenção e de combate à criminalidade, com uma perspectiva amplamente democrática e republicana.

A implementação do PRONASCI é processual e de longo curso. Um dos projetos que chega à vida da comunidade é o Território de Paz.

As ações de policiamento de proximidade, monitoramento de espaços mais violentos por câmeras de vídeo, além de projetos que trazem acesso à Justiça, educação, lazer e infra-estrutura são executados simultaneamente em uma determinada localidade e mudam a ambiência do local.

É o momento em que todos os entes federados trabalham juntos para prevenir a violência e reduzir a criminalidade.

Em 2009, foram implementados os Territórios de Paz de Itapoã (região do entorno de Brasília), de São Pedro, em Vitória-ES, de Benedito Bentes, em Maceió-AL, de Bom Jesus, em Porto Alegre-RS, de Tancredo Neves, em Salvador-BA, de Guajuviras, em Canoas-RS e de Guamá e Terra Firme em Belém-PA.

Até o momento, o PRONASCI foi implementado no Distrito Federal, em 21 estados e em 109 municípios, e naquelas regiões metropolitanas que registram os índices mais elevados de homicídios são implantados os Territórios de Paz a fim de enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência.

O Território de Paz é um conjunto de ações preventivas e integradas, que faz com que o estado passe a retomar o controle nessas regiões conflagradas, oferecendo acesso aos serviços públicos e melhorando a qualidade de vida da população.

O envolvimento da sociedade civil no PRONASCI desdobra-se também com a participação ativa da comunidade na implantação de políticas públicas.

O projeto "Mulheres da Paz", por exemplo, envolveu em 2009, em diversos estados, 10.106 lideranças.

Tais mulheres são capacitadas em temas como direitos humanos, Lei Maria da Penha, acesso à Justiça e mediação de conflitos e têm como missão prevenir os conflitos locais e afastar os jovens da criminalidade, incentivando a sua participação nos projetos sociais do Governo Federal. Pelo trabalho, recebem um auxílio mensal de R$ 190.

Outra importante ação social do Programa é o Projeto para Jovens em Território Vulnerável – Protejo, que já conta com a participação de 8.934 rapazes e moças de 15 a 24 anos, moradores de rua ou expostos à violência doméstica ou urbana. Recebem pelo projeto, durante um ano, uma bolsa mensal de R$ 100.

Em 2009, foram contemplados cerca de 15.000 jovens.

Destaca-se ainda o Projeto Bolsa Formação. Trata-se de uma experiência inédita de formação profissional para operadores do sistema de segurança. Como incentivo à capacitação, o servidor recebe uma bolsa de R$ 400.

Em alguns estados, esse valor chega a representar um acréscimo de 40% ao salário.

O Bolsa Formação visa uma nova formação para o profissional de segurança pública brasileiro, com foco em Direitos Humanos, Policiamento Comunitário, Uso Progressivo da Força, entre outros temas.

Para participar, o servidor deve receber um salário mensal de até R$ 1.700,00 e realizar, ao menos, um curso, no

prazo de 12 meses, por intermédio da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública com Cidadania – Renaesp do MJ. Em 2009, o número de beneficiados foi superior a 160.000.

Além disso, em julho de 2009, o Programa estendeu sua abrangência à região de fronteira do Brasil, que é suscetível a crimes como roubo de gado, contrabando, pirataria, tráfico de armas e drogas.

O PRONASCI Fronteiras apóia os estados por meio de ações preventivas e repressivas e da atuação integrada entre a força policial do estado e as polícias Rodoviária Federal e Federal.

Somente entre agosto e outubro de 2009, a PRF fiscalizou 394 veículos transportadores de animais, o que resultou na apreensão de 340 cabeças de gado e na prisão de 11 pessoas.

Em comparação com o mesmo período do ano de 2008, houve recorde em outros tipos de apreensão: 911 mil CDs e DVDs piratas (aumento de 481%), 16.285 unidades de munição (aumento de 182%), 7 mil medicamentos (aumento de 32,8%), 3.600 litros de bebidas (aumento de 109%) e 63 quilos de crack (aumento de 6.169%). Foram retidos ainda 1.156 veículos (aumento de 130%).

Dessa forma, as ocorrências registradas em três meses de fiscalização intensa na fronteira do Rio Grande do Sul superaram os números de janeiro a outubro de 2008 em todo o estado.

O MJ investiu R$ 11,5 milhões na doação de viaturas e motos à Brigada Militar e à Polícia Civil de 37 prefeituras da Região Sul. Houve ainda reforço de agentes nos postos das polícias Federal e Rodoviária Federal.

Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

O Governo Federal estabeleceu uma nova visão ao reconstruir as instituições ligadas à justiça e à segurança, segundo os paradigmas da impessoalidade e da transparência ao implementar o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP nas 27 Unidades da Federação, cujo objetivo é a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal, tendo em vista a ineficácia das ações anteriormente realizadas de maneira isolada.

Visando profissionalizar a gestão da política de segurança pública e orientar a implementação da estratégia segundo os princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Ministério da Justiça centrou as ações do SUSP em seis eixos principais: modernização organizacional das instituições de segurança pública; criação de um sistema integrado de formação e valorização profissional; implantação e modernização de estruturas físicas; implantação de projetos de prevenção à violência e criminalidade; implantação de sistema de gestão do conhecimento; e reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública.

Valorizando a informação como principal ferramenta da ação policial, três sistemas de informação foram aperfeiçoados e modernizados: o Sistema Nacional de Estatística e Segurança Pública e Justiça Criminal, o Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e o Sistema de Monitoramento da Implantação do Sistema Único de Segurança Pública.

O monitoramento constante da situação de segurança pública, agregado ao imenso volume de informações gerenciadas por tais sistemas, permitiu não só a avaliação e divulgação dos resultados alcançados, como também o amadurecimento das políticas de segurança pública, criando subsídios para a correção de problemas identificados.

Aprimoramento da Execução Penal

No que tange a criação de vagas no sistema penitenciário em 2009, o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ, apoiou o andamento de 131 obras em todo o país, representando um acréscimo de 29.992 novas vagas no sistema prisional brasileiro.

Também foi desencadeado processo de contratação de empresa especializada na elaboração de projeto executivo que contempla unidade prisional feminina no padrão do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, com 286 vagas.

Neste escopo, foram contratadas ainda obras de construção de cinco unidades prisionais do PRONASCI, destinadas a presos na faixa etária entre 18 e 24 anos, no Ceará, Goiás, Paraná, Sergipe e Tocantins, cinco reformas em estabelecimentos penais no Acre, Distrito Federal, Goiás, Pará e Sergipe e seis construções de estabelecimentos penais na Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, que irão gerar 1.087 novas vagas para o sistema prisional brasileiro.

No tocante a execução direta da política penitenciária federal, foram inauguradas duas novas unidade federais, uma em Porto Velho/RO, inaugurada em junho de 2009, e outra em Mossoró/RN, inaugurada em julho de 2009.

Cada uma das unidades gerou 208 vagas o que, agora, possibilita a custódia de 832 presos de alta periculosidade no Sistema Penitenciário Federal.

Registra-se que, atualmente, o Sistema Penitenciário Federal custodia 341 presos de alta periculosidade, entre eles lideres de facções criminosas e os principais traficantes do país, oriundos de sistemas prisionais estaduais.

Na implementação do PRONASCI, foram contemplados 60 estabelecimentos de regime fechado em diversos estados.

Ao todo foram aportados 52 esteiras de raios-X, 270 pórticos detectores de metais de alta sensibilidade e 350 detectores de metais portáteis do tipo raquete, sendo investidos R$ 16,9 milhões.

Quanto às ações ligadas à integração do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias, destacam-se os aportes de equipamentos em diversos estados brasileiros, adquiridos em 2009, e perfazendo um total de 978 novos computadores.

Ainda em 2009, firmou-se convênios com as Secretarias de Administração Penitenciária dos estados visando o aparelhamento, reaparelhamento e informatização destas, totalizando o montante de R$ 21,9 milhões empenhados.

Em continuidade ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, em 2009 o Ministério da Justiça apoiou a sua implementação em 18 estados, com repasses via Ministério da Saúde, totalizando R$ 2,7 milhões.

E no âmbito do programa de Fomento das Penas e Medidas Alternativas, em 2009 foram analisadas e aprovadas 14catorze propostas de projetos apresentados, totalizando R$ 4,8 milhões.

Modernização da Polícia Federal

No que se refere à Modernização da Polícia Federal, destaca-se o Projeto Pró-Amazônia/Promotec, que tem por objetivo efetivar a presença do Departamento de Polícia Federal na Amazônia Legal e modernizar as unidades operacionais e técnico-científico da Polícia Federal.

Por meio do acordo de cooperação internacional entre governos da França e Alemanha e o Projeto Pró-Amazônia/Promotec, foram investidos R$ 86,8 milhões, destinados para aquisição de unidade móvel de contramedidas em incidentes envolvendo bombas e explosivos; aquisição dos equipamentos para a implantação do Sistema Integrado de Polícia - Integrapol e de Gabinetes para a instalação desses equipamentos; contratação dos serviços de obras civis para a adequação dos sítios onde serão instalados os equipamentos do Integrapol no país; contratação de serviços e aquisição de *softwares* para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - Cintepol; aquisição de equipamentos para perícias em audiovisuais e eletrônicos, análises químicas e documentoscopia e, aquisição de *notebooks*, equipamentos discretos e táticos para a área de Inteligência Policial.

Os investimentos com recursos do Tesouro Nacional no Plano Anual de Reaparelhamento Policial totalizaram R$ 40,5 milhões.

Foram adquiridos uma nova aeronave ERJ 145; equipamentos de informática (mainframe, servidores, notebooks) visando estruturar o datacenter da Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI/DPF e prover a Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF de *notebooks* suficientes para substituir as atuais apostilas em papel, diminuindo o custo ambiental do órgão; veículos dos tipos caracterizados, descaracterizados e de uso geral; padronização de mobiliários em âmbito nacional e aquisição de equipamentos de videoconfência para atender a todas as unidades da Polícia Federal.

Foram investidos ainda R$ 24,3 milhões em construção e reforma de diversas unidades, destacando-se a conclusão da reforma do Edifício Sede em Brasília e a continuação da reforma das Superintendências do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

Foram contratadas as construções das sedes da Superintendências de Roraima, da Escola Superior de Polícia, da Sala Cofre para o datacenter da CTI e das Delegacias de Polícia Federal em Cáceres/MT e Guaíra/PR.

Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

Um tema de grande repercussão para a consolidação do Estado Democrático refere-se à adoção de uma nova postura quanto à participação dos povos indígenas na vida republicana.

A elaboração de um novo Estatuto foi realizada a partir de um amplo processo de diálogo que envolveu o Governo Federal e representantes das mais diversas etnias indígenas do país, tendo sido aprovada pela Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI em junho de 2009 e enviada ao Congresso em agosto.

No que se refere ao fomento e valorização dos processos educativos dos povos indígenas tendo por finalidade a promoção de políticas de educação direcionadas aos povos indígenas, de maneira a garantir seus direitos à cidadania, a Fundação Nacional do Índio - Funai apoiou em 2009 mais de 371 comunidades indígenas, desempenhando atividades voltadas à capacitação de professores e técnicos indígenas.

Do mesmo modo, 3.826 estudantes indígenas matriculados em cursos de graduação regular em licenciatura específica para a formação de professores indígenas na sua maioria em Universidades Públicas, foram beneficiados com recursos financeiros em 2009, cujos montantes foram descentralizados às diversas Unidades Regionais da FUNAI para o atendimento de despesas com material escolar, mensalidades, auxílio transporte, alimentação e hospedagem.

Em 2009, foram desenvolvidas diversas ações nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Mato Grosso e Rondônia, sendo analisadas 29 referências da existência de povos indígenas isolados e de recente contato, confirmadas 18, realizando-se contatos com seis comunidades.

Estes trabalhos foram executados pelas Frentes de Proteção Etnoambientais – FPEA instituídas pela Funai, que realizaram seus trabalhos em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama e a Polícia Federal, desenvolvendo entre outras ações, a vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o acompanhamento da saúde de diversas comunidades indígenas.

Em 2009, foram efetuadas despesas no montante de R$ 1,5 milhões na consecução dos objetivos da ação.

A promoção da autonomia produtiva das comunidades indígenas fundamentando suas ações por meio do planejamento participativo da execução de atividades sustentáveis é o principal objetivo dessa Ação.

Visando atingir seus objetivos, a Funai implementou no exercício de 2009, mais de 937 projetos de atividades produtivas junto às comunidades indígenas de todo o Brasil no intuito de promover a segurança alimentar e nutricional e na geração de renda, baseados na sustentabilidade econômica e ambiental, que envolveu o plantio de gêneros alimentícios, a construção de galpões para produção de aves, cercas para criação de gado e casa de farinha, entre outras, beneficiando cerca de 290 mil índios, onde foram investidos aproximadamente R$ 2 milhões de reais.

Em 2009, foram atendidos mais de 154 mil indígenas com ações relacionadas à expedição de Registros Civis de Nascimento, concessão de auxílio natalidade, aposentarias, atendimentos médicos, assim como o deslocamento de lideranças indígenas para participação de eventos e reuniões para tratar de assuntos de interesse de suas comunidades.

A demarcação e regularização de terras indígenas constituem etapas relativas a um longo e complexo processo de regularização fundiária das terras indígenas, que consolida e materializa o direito dos indígenas a terra e é precedida de estudos técnicos de delimitação e de reconhecimento legal desse direito.

O processo de demarcação das terras indígenas em 2009 seguiu a perspectiva dos anos anteriores com avanços na regularização de algumas terras.

Para execução da primeira etapa do procedimento administrativo de demarcação, conforme Decreto nº 1.775/96, foram constituídos 47 grupos técnicos de estudos antropológicos de fundamentação, identificação e de complementação para 48 terras indígenas, sendo que desses 14 são para novos estudos.

Foram publicados resumos dos relatórios circunstanciados de identificação e delimitação reconhecendo oito terras indígenas nos estados da Bahia, Pará, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins.

Também foram publicadas Portarias pelo Ministério da Justiça declarando posse tradicional indígena de 11 terras, situadas nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com superfície de aproximadamente 500 mil hectares.

Mesmo com a ocorrência de conflitos sociais e impedimentos judiciais foram realizadas demarcações físicas em sete terras indígenas, nos estados do Pará, Paraná, Santa Catarina e Paraíba. Editadas, ainda, a homologação de nove terras indígenas perfazendo mais de cinco milhões de hectares nos estados de Roraima, Pará, Amazonas e Mato Grosso do Sul.

Em quatro terras indígenas foram efetivados os registros nos Cartórios de Imóveis, sendo duas destas com registro parcial e outras sete na Secretaria de Patrimônio da União, com a expedição da certidão em cerca de 1,2 milhão de hectares, beneficiando mais de 2 mil indígenas.

Quatorze terras tiveram procedimentos instaurados para indenização das benfeitorias de boa fé construídas por não índios, onde foram aplicados R$ 4 milhões de recursos do orçamento de 2009.

Fato marcante foi a conclusão do processo de regularização fundiária da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com a completa retirada dos ocupantes não índios, em cumprimento a decisão do Supremo Tribunal Federal.

5.1.11. Função Previdência Social

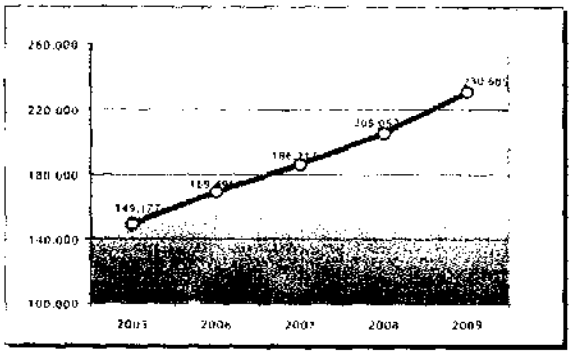
O Ministério da Previdência Social - MPS tem seu orçamento vinculado quase que na sua totalidade à Função Previdência Social, e à Função 28 - Encargos Especiais. Ao longo do período de 2005 a 2009, o valor empenhado na função Previdência Social cresceu R$ 81,5 bilhões, correspondendo a uma variação de 54,6%. Considerando que 95% da execução verificada na função Previdência Social correspondem à subfunção Previdência Básica, responsável pelo pagamento de benefícios previdenciários, o aumento verificado deve-se, principalmente, pelos reajustes anuais ocorridos no período. Ressalta-se que, no mesmo período, o valor do salário mínimo aumentou 55%, de 300 para 465 reais.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO "PREVIDÊNCIA SOCIAL" 2005/2009

em R$ milhões

PREVIDÊNCIA SOCIAL	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	149.177	169.496	186.217	205.052	230.685	940.627

Fonte: Siafi



A função Previdência Social abrange o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS e o Regime de Previdência Complementar - RPC.

O RPPS abrange o regime próprio de servidores e o regime próprio dos militares. O regime próprio dos servidores está previsto no art. 40 da Constituição Federal e é regulado pela Lei nº 9.717, de 27/11/1998, e pela Lei nº 10.887, de 18/06/2004. O fundamento constitucional do regime próprio dos militares está no art. 142, inciso X, da Constituição Federal e é regulamentado pela Lei nº 6.880, de 09/12/1980.

O RPC é composto pelo regime complementar ao RGPS e pelo regime complementar ao RPPS. Aquele é previsto no art. 202 da Constituição Federal e possui natureza privada, cabendo à União somente a fiscalização e a regulamentação, razão pela qual não há recursos alocados para esse regime. O regime complementar ao RPPS, de natureza pública, está previsto nos parágrafos 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal e ainda não foi instituído na União.

Nos termos do art. 201 da Constituição Federal, o Regime Geral de Previdência Social – RGPS tem por base o caráter contributivo, a filiação obrigatória e o equilíbrio financeiro e atuarial.

São características da previdência social: a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade e à gestante; a proteção do trabalhador em face de desemprego involuntário; a garantia de salário-família e auxílio-reclusão para dependentes de baixa renda; e a pensão por morte do segurado.

O financiamento da previdência social compete a toda a sociedade, de forma direta e indireta, por meio de recursos dos orçamentos de todos os entes, das contribuições sociais dos empregadores, dos trabalhadores e sobre a receita de concursos de prognósticos, conforme disposto no art. 195 da Constituição Federal.

A arrecadação líquida acumulada no ano de 2009 atingiu o patamar de R$ 182,0 bilhões, o que corresponde a um aumento nominal de 11,4% em relação ao acumulado de 2008. A despesa com benefícios previdenciários acumulada, por sua vez, foi de R$ 224,9 bilhões, representando um crescimento nominal de 12,7% frente ao ano de 2008. Dessa forma, a necessidade de financiamento para o ano de 2009 foi de R$ 42,9 bilhões, o que significa um aumento nominal de 18,4% na comparação com o ano anterior.

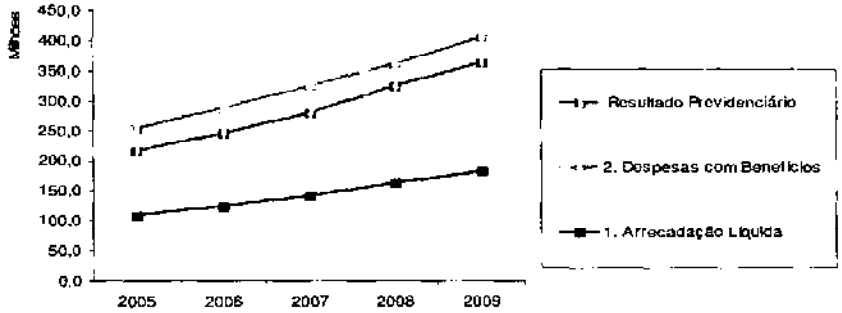
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO RGPS – 2005 e 2009

em R$ milhões

ITEM	ACUMULADO NO ANO				
	2005	2006	2007	2008	2009
1. Arrecadação Líquida	108.434,1	123.520,2	140.411,8	163.355,3	182.008,4
2. Despesas com Benefícios	146.010,1	165.585,3	185.293,4	199.562,0	224.876,4
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	-37.576,0	-42.065,1	-44.881,7	-36.206,7	-42.867,9

Nota: Valores expressos em reais milhões nominais
Fonte: Fluxo de Caixa do INSS. Elaboração: SPS/MPS

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO 2005-2009



Conforme demonstrado do orçamento sob responsabilidade do MPS, 95,6% está alocado na subfunção Previdência Básica que tem como objetivo garantir o pagamento dos benefícios do RGPS, o que significa aproximadamente 99% da execução da referida subfunção. O 1%, que em 2009 foi de R$ 827 milhões, visa garantir o funcionamento de todas as unidades vinculadas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no que diz respeito ao pagamento das despesas básicas de manutenção das Gerências Regionais, Executivas e Agências da Previdência Social, como água, luz, vigilância, limpeza e demais despesas inerentes ao bom atendimento.

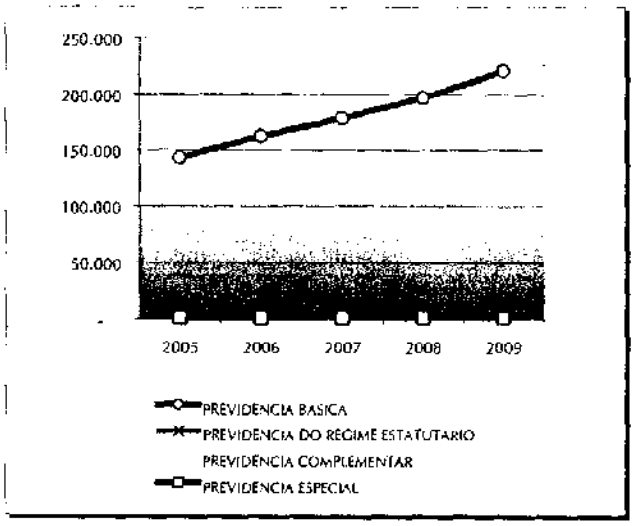
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES – 2009

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA "PREVIDÊNCIA SOCIAL" POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "PREVIDÊNCIA SOCIAL" EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "PREVIDÊNCIA SOCIAL"	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	226.429	98,16	-	-	226.429	98,16
Previdência Básica	220.995	95,80	-	-	220.995	95,80
Previdência do Regime Estatutário	4.373	1,90	-	-	4.373	1,90
Previdência Especial	1.061	0,46	-	-	1.061	0,46
Outras Subfunções	4.255	1,84	-	-	4.255	1,84
TOTAL	230.684	100,00	-	-	230.684	100,00

Fonte: Siafi

VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005/2009
(EM R$ MILHÕES)



O demonstrativo a seguir apresenta síntese da execução orçamentária dos programas associados à função Previdência Social.

CÓDIGO PROGRAMA	DOTAÇÃO AUTORIZADA (A)	LIMITE EMPENHO (B)	EMPENHO (C)	% (C/B)
0083 - Previdência Social Básica	1.131.014.866	1.076.708.257	1.076.708.257	100%
0085 - Qualidade dos Serviços Previdenciários	1.004.136.479	592.313.279	592.313.279	100%
0086 - Previdência Complementar	4.831.466	3.120.882	3.120.882	100%
0087 - Gestão da Política de Previdência Social	70.579.468	62.567.460	62.567.460	100%
0088 - Indenizações e Pensões Especiais de Responsab. da União	786.793	786.793	786.793	100%
0750 - Apoio Administrativo	305.773.409	285.467.199	285.467.199	100%
1009 - Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	18.740.830	3.203.710	3.203.710	100%
1079 - Educação Previdenciária	3.162.988	2.099.905	2.099.905	100%
TOTAL	2.539.026.301	2.026.267.485	2.026.267.485	800%

Fonte: Siafi - *despesas discricionárias

Programas Estruturantes

Para efeito do presente relatório foram selecionados para análise, entre os oito programas de governo, cinco considerados estruturantes para o setor "Previdência Social": Previdência Social Básica; Qualidade dos Serviços Previdenciários; Previdência Complementar; Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal; e Programa de Educação Previdenciária

Previdência Social Básica

O Programa abrange todas as despesas do Fundo do Regime da Previdência Social, além das demais despesas com manutenção e tem por objetivo garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios aos segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social. O mecanismo da Previdência Social possui relevantes papéis na sociedade, que refletem diretamente na área social, econômica e política:

Social: oferece proteção e dignidade, com a redução da pobreza, protegendo o trabalhador durante sua vida laboral e depois, quando já não pode mais trabalhar, garantindo seu sustento e de seus dependentes;

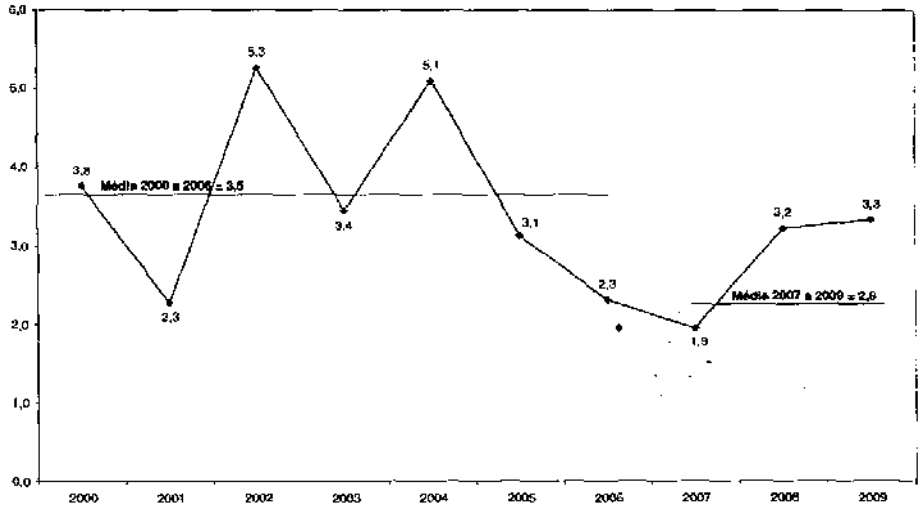
Econômica: com os recursos injetados pela Previdência Social na economia nacional, em mais de 61% dos municípios brasileiros. Esses recursos representam valores superiores aos disponibilizados pelo Fundo de Participação dos Municípios e garantem a movimentação do comércio e serviços nessas localidades;

Política: promove a paz social, respeitando os direitos individuais.

A execução do Programa no exercício de 2009 teve o aporte de recursos no montante de R$ 223,6 milhões, dos quais foram executados R$ 220,9 milhões, o que representa 98,83% do orçamento.

No âmbito do RGPS, pode-se dizer que os resultados de 2009 representaram, em certa medida, uma reversão do bom momento vivido nos anos de 2007 e 2008. Por um lado, o desempenho econômico do país (que deverá fechar o ano com crescimento econômico menor, devido aos efeitos da crise financeira internacional eclodida ainda em 2008) fez com que a arrecadação previdenciária avançasse em níveis inferiores ao ocorrido nos últimos anos; por outro, o impacto das medidas de gestão tomadas a partir de 2005 (como a Cobertura Previdenciária Estimada – COPES, a contratação de médicos peritos e o Censo Previdenciário) começa a mostrar seus limites.

VARIAÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE BENEFÍCIOS DO RGPS EMITIDOS - 2000-2009



Fonte e elaboração: MPS/Secretaria de Políticas de Previdência Social

Ressalte-se, ainda assim, que, embora o país deva apresentar desempenho econômico mais limitado, o desempenho do mercado de trabalho surpreendeu. Nos últimos 12 meses (de dezembro de 2008 a novembro de 2009), o número de postos formais de trabalho aumentou 755,4 mil (2,31%). Como entre janeiro e novembro de 2009 o saldo de postos de trabalho formais é de 1,41 milhão – e, adicionalmente, com o dezembro de 2009 deverá apresentar resultados substantivamente melhores do que o de dezembro de 2008 – pode-se prever que o ano de 2009 feche com mais de 1 milhão de novos postos formais e o desempenho do mercado de trabalho possibilitou um avanço da arrecadação líquida real entre 2009 e 2008 (corrigido pelo INPC) de 6,7% - resultado excelente, diante do cenário econômico nacional e internacional, mas inferior, por exemplo, ao avanço real de 9,2% entre 2008 e 2007.

Em dezembro 2009 a Previdência Social atingiu 23,5 milhões de benefícios previdenciários emitidos. Foram concedidos 4.157.699 benefícios previdenciários e acidentários.

Desse total, o auxílio-doença foi equivalente a 50,13%, as aposentadorias e pensões representaram 36,09% e outros tipos de benefícios totalizaram 13,78%. Por oportuno, é importante esclarecer que os benefícios assistenciais operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social não estão aqui informados, por integra outra função governamental.

No processo de monitoramento de benefícios em manutenção, 104.089 foram considerados irregulares ou sofreram redução de renda, retornando aos cofres públicos o valor de R$ 468,4 milhões.

A previsão física inicial para a ação de reabilitação profissional foi de 25.000 segurados e deu-se em razão do orçamento pleiteado no valor de R$ 20 milhões. No entanto, o orçamento aprovado foi de R$ 9,3 milhões e, consequentemente, a meta física foi reajustada para 13.770 segurados.

Entretanto, a exemplo do ano de 2008 e com base nas ações que vêm sendo empreendidas para estabelecimento de parcerias, foram atendidos 18.507 segurados, especialmente a partir do uso das cotas de gratuidade nos cursos profissionalizantes conveniados com o Sistema "S", com retorno ao mercado de trabalho.

O Censo Previdenciário foi encerrado na rede bancária em 31.12.2007. Entretanto, existe o estoque de 1.501.126

benefícios pendentes de regularização, por força de batimentos com bases de dados de outros órgãos, a partir do que foram detectadas inconsistências que justificam a realização de outras ações para sua conclusão.

Nesta fase, os trabalhos são desenvolvidos por servidores lotados em outras unidades do Instituto. A principal atividade no exercício de 2009 foi a realização de 15.464 Pesquisas Externas e a convocação de 2.452 segurados por meio de edital. Esses segurados realizaram o Censo por meio de procurador ou representante legal e não foram localizados. Essas atividades custaram R$ 2,7 milhões.

Indicadores do Programa

- **Taxa de Solução de Demandas: 54,38%**

Foram ampliados os canais de acesso do segurado ao requerimento de benefícios, inclusive com o envio, pelo INSS, de correspondência, antecipadamente à aquisição do direito, àquele que reúne as condições previstas em lei para obtê-lo. Assim, em decorrência da insuficiência de servidores para atender à demanda, há o represamento dos requerimentos, com o impedimento do alcance do índice previsto do PPA de 75%. O resultado em 2009 também ficou abaixo do que foi alcançado em 2008, 84,20%. Uma diferença de aproximadamente 30 pontos percentuais.

- **Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência: 58,32%**

Atualmente é atendida toda a demanda existente com relação aos benefícios requeridos pela população acima de 60 anos. Por este motivo, há o entendimento de que o percentual de atingimento da meta está superestimado, com a tendência da sua diminuição. O índice previsto para o exercício foi de 76,5%. Em 2008, a taxa em questão foi de 75,83%. Por questões de definição da cobertura, foram excluídos dos cálculos os aqueles que percebem o benefício de pensão por morte, por não ser um benefício de amparo à pessoa de 60 anos, mas a todo aquele que, independente da idade, é dependente econômico de um segurado que tenha falecido.

- **Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho: 60,2%**

O índice estabelecido para o ano de 2009 foi de 68%. Este índice não foi alcançado principalmente devido à redução do número de segurados encaminhados ao Programa de Reabilitação, face ao número insuficiente de servidores para o atendimento técnico, bem como a dificuldade de aquisição de cursos profissionalizantes para a formação profissional do segurado e o consequente retorno ao trabalho. De qualquer forma, foi mantido, praticamente, o mesmo percentual de 2008 - 59,90%, resultando ainda em uma pequena melhora.

- **Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social: 67,73%**

Houve o aumento do quantitativo de processos recebidos no Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). Desse volume, 60% referem-se a processos que envolvem matéria de perícia médica e, naquele Conselho, não existe o número suficiente de profissionais Peritos Médicos para atender à demanda, o que impossibilitou o alcance da meta prevista para este indicador neste exercício (80%). Em virtude dos fatores expostos, houve uma redução do indicador de aproximadamente 15 pontos percentuais em relação a 2008, quando foi registrado o percentual de 83%.

Qualidade dos Serviços Previdenciários

No âmbito do Programa, a Previdência Social atendeu, em 2009, 44,6 milhões de cidadãos de forma presencial e 65 milhões pela Central de Teleatendimento 135.

Para garantir um atendimento digno a esses cidadãos, com qualidade, comodidade e rapidez, o INSS tem direcionado os recursos do Programa para ações que facilitem o acesso dessas pessoas aos seus direitos, contribuindo assim para o bem-estar social.

Entre essas ações, destacamos: Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS, que contempla o Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX e outras obras de modernização, ampliação e reforma das atuais unidades, garantindo mais conforto aos usuários e servidores, assim como a acessibilidade a pessoas com deficiência; Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários e Gestão da Melhoria Contínua Organizacional, resultando em melhorias no Agendamento Eletrônico e na instalação de Salas de Monitoramento, que permitem o controle do atendimento em todas as agências, em tempo real.

Outra ação que merece destaca é Serviços de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social, assegurando o direito do cidadão de manifestação sobre a atuação da Previdência Social e de orientação a respeito de demandas e processos, ampliando o controle social. A Ouvidoria-Geral da Previdência Social é a unidade responsável pelo registro e tratamento das manifestações, que são encaminhadas pelos usuários da Previdência Social e público em geral, na forma de reclamações, sugestões, denúncias e elogios com objetivo de disponibilizar canal direto de comunicação, entre a Instituição e o cidadão, e oferecer resposta conclusiva para as manifestações.

A análise do conteúdo das manifestações recebidas dos usuários possibilita que novas ações de melhoria sejam implantadas, principalmente com relação à implementação de projetos de otimização da concessão de benefícios. A busca pelos serviços prestados pela Ouvidoria é crescente, no período de agosto/1998, mês de sua criação, até dezembro/2009 foram cadastradas 1.794.964 manifestações, das quais 95% foram solucionadas. Em 2009, a média mensal de usuários que buscaram os serviços prestados pela Ouvidoria foi de, aproximadamente, 16 mil usuários/mês. No decorrer do exercício foram processadas 330.026 manifestações, das quais 75% resultaram no atendimento direto de 246.262 cidadãos.

A execução financeira do Programa ficou em torno de

59%, não apresentando restrições quanto ao contingenciamento orçamentário e à descontinuidade na liberação de recursos. O resultado financeiro apresentado pelo Programa deve-se, principalmente, ao desempenho da ação Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS. A dotação orçamentária aprovada para esta ação foi de R$ 665,4 milhões. Desse valor, R$ 327,7 milhões foram empenhados (49,25%) e R$ 13,2 milhões pagos.

Indicadores do Programa

- **Tempo Médio de Concessão (TMC): 24 dias em dezembro/2009**

Esse indicador superou a previsão PPA (25 dias) e apresentou estabilidade durante todo o exercício de 2009, em janeiro foram 23 dias e em dezembro, 24 dias. Salientamos que, em 2009, o Instituto atravessou um período de instabilidade de sistemas e greve de seus servidores, o que prejudicou a manutenção dos valores de 2008, que foi de 21 dias.

- **Tempo Médio de Espera (TME): 28 minutos**

Em relação ao TME, houve melhora de 32% dos valores que iniciaram o ano – 41 minutos, terminando o exercício em 28 minutos. Também foi superada em 8,36 minutos a posição de 2008 (36,36 minutos).

Previdência Complementar

As dimensões do sistema de previdência complementar fechado justificam a aprovação dos órgãos regulador e fiscalizador, por meio da Lei nº 12.154/2009, dada a importância crescente na economia brasileira, com a significativa expansão dos ativos administrados pelos fundos de pensão. Os dados a seguir demonstram a importância do sistema de previdência complementar fechado para o desenvolvimento econômico e social do país: 372 Entidades Fechadas de Previdência Complementar ativas; 2.627 Patrocinadores ativos; 1.053 Planos Previdencias ativos; 497 bilhões de patrimônio; 6.300.234 de pessoas abrangidas; e 48 Planos Assistenciais.

A criação da autarquia especial significa para o seguimento de previdência complementar a oportunidade para estruturação do órgão responsável pela fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de suas operações, que permitirá mais segurança e transparência mediante a modernização dos instrumentos de fiscalização e controle, com vistas em dar proteção e zelar pelo interesse dos participantes e assistidos. Além disso, atuar como órgão de fomento na execução de políticas públicas e no incentivo ao fortalecimento da poupança nacional.

O Programa tem como objetivo zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos das entidades fechadas de previdência complementar, visando assegurar aos participantes os benefícios contratados nos respectivos planos.

No âmbito do desenvolvimento de Pessoas foi elaborado o Programa de Capacitação anual com o objetivo de promover o desenvolvimento permanente do servidor público e o incentivo e apoio às iniciativas voltadas para o desenvolvimento das competências individuais e institucionais. O Plano de Capacitação é constituído por diretrizes e ações que orientam o processo de capacitação dos servidores, objetivando potencializar esforços, buscando mecanismos de auto-realização e melhoria das condições de trabalho.

As atividades de capacitação influenciam na melhoria das análises técnicas, na formação dos profissionais que atuam na fiscalização, na geração de conhecimento próprio dentro da instituição e no desenvolvimento pessoal dos servidores. Destacam-se, em 2009, os seguintes eventos:

- Participação de dois servidores no curso "*Máster em Direccion Y Gestion de Planes Y Fondos de Pensiones*", realizado pela Organização Iberoamericana de Seguridade Social (OISS), em conjunto com a Universidade de Alcalá (Espanha) e com a Fundação Centro Internacional de Formação Financiera (CIFF). Trata-se de um curso à distância que possui uma fase presencial para a defesa de tese em Madri - Espanha.

- Encontram-se em andamento dois cursos de especialização, sendo: MBA em Gestão de Pessoas e em Direito Administrativo.

METAS E RESULTADOS

em R$1,00

PREVISTAS		REALIZADAS	
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA
62	115.372,00	125	94.479,33

Fonte: SIGPlan

Observa-se que em 2009, a execução física foi superada em 101,61%, ainda que tenha ocorrido o contingenciamento de parcela dos recursos alocados na ação.

Assim, buscaram-se outras formas de executar o Plano de Capacitação, como a realização de parcerias com os diversos atores do sistema de previdência complementar com o intuito de permitir a participação dos servidores da SPC, sem custos, em cursos, treinamentos e outros eventos de capacitação.

No que diz respeito a Autorizações e Análises de Estatutos, Regulamentos de Planos e Convênios de Adesão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, a meta física demonstra a produtividade do setor, ou seja, as autorizações concedidas. Informe-se que no presente exercício foi atingido o percentual de 73,29% do planejado, somando 686 autorizações concedidas das 936 previstas.

Ressalte-se que no exercício de 2009 foi aprovada a criação de duas novas EFPC e de 38 novos planos de previdência complementar. Cabe registrar que por se tratar de uma ação não-orçamentária, não há previsão de

execução financeira.

Esta ação objetiva contemplar a atividade de supervisão prévia prevista no art. 33 da lei Complementar nº 109/2001.

Ao se avaliar a ação Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar entende-se que tanto a execução orçamentária, como a execução da meta física alcançaram níveis satisfatórios em relação ao que fora programado.

Com relação à execução orçamentária do Programa faz-se necessário alguns esclarecimentos adicionais para o melhor entendimento dos números referentes aos créditos disponibilizados, comparativamente aos valores que foram empenhados, liquidados e finalmente pagos. Aqueles créditos montavam em R$ 1,9 milhões em contrapartida ao valor de R$ 361 mil.

Com relação execução da meta física de responsabilidade do Departamento de Fiscalização, cabe esclarecer que das 86 fiscalizações previstas para o exercício de 2009 (e inseridas no SIGPlan) foram concluídas 82, representando um percentual de execução de mais de 95%.

Em síntese, a ação de fiscalização abrange, além do acompanhamento dos investimentos feitos pelos fundos de pensão, a adequação das premissas atuariais adotadas pelos planos de benefícios (tábuas de mortalidade, taxa de juros etc.), com a finalidade de, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, assegurar a transparência, solvência, liquidez e equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de benefícios operados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, em harmonia com a política de desenvolvimento sócio-econômico.

Os indicadores de desempenho desenvolvidos pela Secretaria de Previdência Complementar incluem o indicador que é utilizado para o acompanhamento do Programa Previdência Complementar (PPA 2008-2011) e os que estão diretamente relacionados com as atribuições institucionais da Secretaria.

Dessa forma, a análise conjunta desses indicadores, dentro do contexto em que se encontram, proporciona uma visão gerencial do desempenho da Secretaria, auxiliando em seu desenvolvimento e na formulação de políticas públicas para o setor regulador.

Indicador do Programa

- **Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)**

A análise da taxa de ativos totais das EFPC em relação ao PIB permite verificar a evolução do regime de previdência complementar fechado e é o único indicador que possibilita a comparação com regimes de previdência privada existentes em outros países, mesmo que de forma relativa (no Brasil a previdência complementar é facultativa e em alguns países é obrigatória).

Além disso, permite medir a taxa de poupança interna decorrente dos investimentos dos fundos de pensão.

O resultado alcançado em 2009 foi de 17%. A alta no valor do indicador (em comparação ao ano anterior) foi causada pela manutenção do PIB (dados de 2008 em razão do PIB 2009 ainda não disponível) em contrapartida a uma alta do volume de ativos das entidades no patamar de 11%.

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DAS EFPC E DO PIB

em R$ bilhões

EXERCÍCIO	RESULTADO DO INDICADOR EM %	ATIVO DAS EFPC	PIB A PREÇOS CORRENTES
2005	15,93	321.834.346.787,11	2.147.239,0000
2006	18,10	377.526.213.326,94	2.369.484,0000
2007	18,30	457.702.963.475,84	2.661.344,0000
2008	15,30	444.494.047.149,99	3.004.881,0500
2009	17,00	497.379.778.817,92	Indisponível
% DE CRESCIMENTO		38,11 %	39,91%

Fontes: SIGPlan, DERIN/SPC e IBGE

Para analisar a evolução do indicador separamos o período observado em dois momentos: antes e depois da crise mundial.

Observa-se que no período antes da crise econômica mundial ocorrida em 2008 houve uma evolução gradativa e crescente do indicador ano após ano.

Já no ano de 2008 acredita-se que a influência da crise mundial houve uma queda no percentual do indicador em relação ao ano de 2007 da ordem de 16%, recuperando em seguida quando registrou crescimento de 11% em 2009 comparativamente com o exercício de 2008.

Significa dizer que tanto os ativos das EFPC quanto a poupança nacional decorrente dos fundos de pensão tiveram uma redução de 16% em 2008 e um crescimento de 11% em 2009.

Outro dado importante é que no período de 2005 a 2008 houve crescimento acumulado dos ativos totais das EFPC de 38,11% e do PIB de 39,91%, registrando assim, maior crescimento do PIB em relação aos ativos das EFPC, da ordem de 1,8 ponto percentual.

Até a data de 10.02.2010, o IBGE não havia disponibilizado o valor do PIB a preços correntes referente ao exercício de 2009, motivo pelo qual se utilizou do valor do PIB relativo ao exercício de 2008 na apuração do índice.

Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal

O objetivo do Programa é promover o acesso com qualidade à seguridade social, sob a perspectiva da universalidade e da eqüidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização para implementar uma política previdenciária justa e sustentável.

Entre as ações na área da previdência do servidor público cabe destaque a ação de supervisão, controle e normatização exercida pela União por intermédio do MPS

Merece destaque a execução de 95% dos recursos destinados a Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos. Foram realizadas mais de 390 ações nos estados e municípios, gerando a emissão de igual número de Notificações de Auditoria – NAF; 315 Processos Administrativos Previdenciários – PAP com o estabelecimento do contencioso administrativo; 235 Representações a Tribunais de Contas Estaduais, Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria Geral da União - CGU, Banco Central do Brasil - Bacen, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF e INSS.

Ainda decorrente da ação direta de auditoria nos Regimes Próprios e estabelecimento do contencioso administrativo, no exercício de 2009, foram proferidas mais de 750 decisões administrativas em PAP que tratam de decisões notificações, decisões de recursos e despachos decisórios, além da emissão de pareceres e informações em processos judiciais interpostos pelos entes federativos.

Educação Previdenciária

No Brasil, há mais de 55 milhões de trabalhadores protegidos, por outro lado, existem 28,6 milhões de pessoas sem qualquer tipo de cobertura social.

Ampliar a cobertura previdenciária é o objetivo do Programa e para isso existem desafios a serem superados, entre eles o desconhecimento das normas e regras da Previdência Social e a ausência de cultura preventiva.

A promoção de ações educativas é um processo contínuo junto à sociedade, pois os trabalhadores, os segurados, aposentados e pensionistas, necessitam de orientação e informação sobre a legislação e os serviços oferecidos pela rede de atendimento do INSS, com vistas ao reconhecimento e manutenção do direito aos benefícios.

A capacitação de 609 servidores para atuarem como "disseminadores do conhecimento previdenciário" foi fundamental para o sucesso dos resultados alcançados. Em 2009 as ações foram direcionadas aos trabalhadores e empregadores domésticos, trabalhadores da construção civil, construtoras e empreendedores individuais e para a divulgação das melhorias do atendimento, em consonância com as diretrizes do INSS.

Foram atendidos 498.574 cidadãos nos eventos de orientação e informação e formados 11.594 disseminadores externos das informações previdenciárias.

Com objetivo de ampliar a atuação do Programa foram celebradas parcerias com: a Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas, a Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural), a Secretaria Especial de Promoção e Igualdade Racial - Presidência da República (Programa Brasil Quilombolas, Comunidades Ciganas e Matrizes Africanas) e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia.

A inclusão do tema Educação Previdenciária nas Escolas é desejo e necessidade identificados pela Previdência Social e pela própria sociedade, assim, também foi celebrada parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, para inclusão do tema na grade curricular transversal nas Escolas Públicas da Rede Estadual do Ensino de Goiás.

Indicador do Programa

- **Cobertura Social: 65,9%**

O índice apurado para o indicador de Cobertura Social ultrapassou a previsão do PPA para o ano de 2009, de 64,68%. Recentes estudos realizados no Ministério da Previdência Social atribuíram a superação do índice ao crescimento do mercado de trabalho formal e às políticas de incentivos à contribuição previdenciária, como o Simples Nacional. O índice também superou a posição de 2008 – 65,30%.

Uma diferença de 0,6 pontos percentuais, o que significa um acréscimo de aproximadamente mais de meio milhão de pessoas com acesso à proteção social, considerando os dados da população economicamente ativa ocupada segundo posição no trabalho principal (PNAD/IBGE/2008).

RECEITAS ARRECADADAS POR NATUREZA

em R$ milhões

NATUREZA DA RECEITA	*FONTES ORÇAMENTÁRIAS	EXECUÇÃO DA RECEITA
12103001 - CONTRIB. PREV. SEGURADO OBRIG. - CONTR. INDIV.	0154	2.868
12103002 - CONTRIBUIÇÕES DO SEGURADO – ASSALARIADO	0154	36.036
12103003 - CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS	0154	70.331
12103004 - SIMPLES	0154	11.768
12103005 - EMPRESAS - ESPETÁCULOS ESPORTIVOS	0154	50
12103006 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE PRODUÇÃO RURAL	0154	2.629
12103007 - CONTR. PREV. REG. PARCELAMENTO DE DÉBITOS - RGPS	0154	2.148
12103008 - SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO	0154	8.042
12103009 - RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	0154	1.574
12103012 - CONTRIBUIÇÃO PREVID. DO SEGURADO FACULTATIVO	0154	663
12103013 - CONTRIBUIÇÃO PREVID. DO SEGURADO ESPECIAL	0154	6
12103014 - CONTRIBUIÇÃO PREVID. DO SEG. OBRIG. - EMP.DOMÉSTICO	0154	2.033
12103015 - CONTRIB. PREV. DOS ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	0154	16.060
12103016 - CONTRIB. PREV. DAS ENTIDADES FILANTRÓPICAS	0154	1.775
12103017 - CONTRIB.PREV.-RET. S/NOTA FISCAL- SUBROGAÇÃO	0154	14.116
12103018 - ARRECADAÇÃO FIES-CERTIFICADOS FINANCEIRO TESOURO NAC.	0154	765
12103021 - CONTR. PREV. NA FORMA DE DEPÓSITO JUD.,REC. E CUSTAS	0154	3.549
12103023 - RECEITA DE PARC - CONTR. EMP/TRAB SEG. SOCIAL	0154	3.034
13110000 - ALUGUEIS	0150	5,6
13152000 - TAXA OCUPAÇÃO IMÓVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	0150	0,6
13270000 - DIVIDENDOS	0150	9,8
13250000 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0180	151
13270000 - REMUNERAÇÃO DE SALDOS NÃO DESEMBOLSADOS	0180	104
16001300 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	0250	76
19123001 - MULTAS/J. MORA CONTR. PREV.SEG. OBRIGAT. C. INDIV.	0154	44
19123002 - MULTAS/J.MORA CONTR. PREV. SEGURADO ASSALARIADO	0154	299
19123003 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EMPRESA S/SEG. ASSAL.	0154	369
19123006 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ PRODUÇÃO RURAL	0154	14
19123007 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.EM RLG. PARCEL. DEB.	0154	332
19123008 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.P/SEG.ACIDENTE TRAB.	0154	44
19123009 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.S/ RECLAM. TRABALHISTA	0154	40
19123012 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV.DO SEG. FACULTATIVO	0154	4
19123014 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. SEG OBRIG -EMPREG. DOMÉSTICO	0154	39,5
19123015 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ÓRGÃOS PODER PÚBLICO	0154	129
19123016 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. ENTIDADES FILANTRÓPICAS	0154	22
19123017 - MULTAS/J.MORA CONTR.PREV. RET S/NF-SUBROGAÇÃO	0154	173
19123018 - MULTAS/J.MORA ARREC. FIES - CERT.FIN. TESOURO	0154	0,2
19140401 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.C.I.	0154	0,8
19140402 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG. ASSALARIADO	0154	69
19140403 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.EMPR SEG.AS	0154	177
19140408 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ACI.TRAB.	0154	23
19140411 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.OBR.EMP	0154	0,2
19140413 - MULTAS JUR.MORA DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ESPECIA	0154	0,3
19140415 - MULTAS J.M.DIV.AT.CONTR.PREV.SEG.ORG.POD. PÚBLICO	0154	32
19192700 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	0250	3
19195000 - MULTAS POR ATOS DE INFRAÇÃO	0150	42
19219900 - OUTRAS INDENIZAÇÕES	0100	6
19220200 - RESTITUIÇÕES DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	0154	154
19220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0100	2
19220700 - RECUPERAÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0150	27
19229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES	0100	7
19229900 - OUTRAS RESTITUIÇÕES	0150	2
19320102 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV. SEGURADO ASSALARIADO	0154	155
19320103 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.EMPR.S/SEG.ASSALARIADO	0154	326
19320108 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.SEG.ACIDENTE DO TRAB.	0154	41
19320115 - REC.DIV.ATIVA CONT.PREV.ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO	0154	22
19320122 - REC DIV.ATIVA CONT.PREV. - PARCELAMENTOS	0154	778
19909900 - OUTRAS RECEITAS	0100	4
22250000 - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	0150	70
TOTAL		101.187

Fonte: Siafi Gerencial

* fontes orçamentárias: 0100 - Recursos Ordinários, 0150 - Recursos não-Financeiros Diretam. Arrecadados, 0154 - Contribuição dos Emp. e dos Trab.P/Seg.Social, 0180 - Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados , 0250 - Recursos Não-Financeiros Diretam. Arrecadados.

5.1.12. Função Saúde

A atuação governamental no âmbito da saúde, em 2009, concentrou esforços em intervenções conduzidas no sentido de evitar doenças e agravos, potencializadas pela humanização e aprimoramento da atenção, com objetivo de ampliar a sua efetividade.

Os resultados verificados podem ser aferidos pela influência do desempenho das ações de saúde sobre a evolução positiva dos indicadores de qualidade de vida da população.

O atual modelo de operação setorial aponta a atenção básica como principal via de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os níveis de média e alta complexidade complementam essa atuação de forma humanizada.

A extensão da atuação conjunta dessas linhas de ação exige formas de execução racionais o que indica a necessidade de aprimoramento da gestão com a adequação das disponibilidades de recursos à expansão da demanda.

Esse desafio gerou a necessidade de um novo modelo de gestão, o qual, atualmente, é utilizado pela instância Federal do SUS. Este modelo, que visa confrontar estruturas burocratizadas e ultrapassadas de gestão e que influenciam diretamente os resultados e a qualidade da atenção à saúde, buscou dar foco e alinhar a atuação ministerial para questões emergentes por meio de instrumentos inovadores como a contratualização de resultados e o monitoramento sistemático da agenda estratégica. Essas iniciativas têm contribuído para o desenvolvimento de ferramentas de trabalho voltadas para a obtenção de resultados.

Nesse cenário, a atuação setorial concretiza-se na busca da integralidade, com garantia da atenção a todos os cidadãos, da qualificação e da humanização dos serviços, bem como da distribuição equânime em todo território nacional.

A seguir apresenta-se uma série histórica com valores empenhados nos últimos cinco anos na função Saúde, discriminando-se o orçamento fiscal e da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas estatais.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO NOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS, EM R$ MILHÕES

SAÚDE	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	36.483	40.577	45.723	50.139	58.147	231.069
OI	-	-	-	7	7	14
TOTAL	36.483	40.577	45.723	50.146	58.154	231.083

Fonte: Siafi e DEST (Posição em 19/01/2010)

O crescimento médio dos valores empenhados corresponde a R$ 5,4 bilhões por ano, o que representa um acréscimo médio de 30,8% ao ano. Ao longo do período, o valor empenhado na função Saúde apresentou incremento de 59,62%. O demonstrativo seguinte apresenta a execução orçamentária (valores líquidos empenhados) sob o ângulo da classificação funcional, do período de 2005 a 2009, segundo as subfunções típicas da função Saúde.

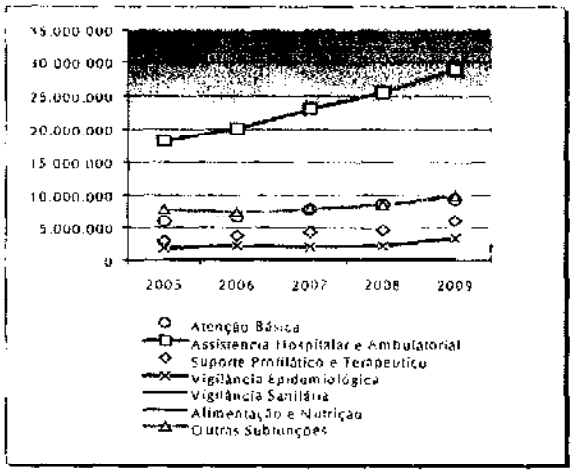
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO SAÚDE - VALORES EMPENHADOS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO EVOLUÇÃO DE 2005 A 2009, EM (R$1000,00)

SUBFUNÇÕES	2005	2006	2007	2008	2009
Atenção Básica	5.934.194	6.649.891	7.823.248	8.602.748	9.371.029
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	18.155.283	20.088.769	23.070.259	25.494.733	28.965.503
Suporte Profilático e Terapeutico	2.972.126	3.787.850	4.304.603	4.751.249	6.057.989
Vigilância Epidemiológica	1.851.386	2.217.748	2.075.148	2.218.281	3.392.806
Vigilância Sanitária	185.942	258.075	250.047	272.677	291.569
Alimentação e Nutrição	168.141	181.224	205.254	200.220	189.441
Outras Subfunções	7.866.804	7.393.666	7.995.117	8.598.574	9.879.337
TOTAL FUNÇÃO SAÚDE	37.133.876	40.577.223	45.723.676	50.138.482	58.147.673

Fonte: CCOF/SPO/SF/MS, posição em19/01/2010

Em 2009, as variações significativas nas subfunções Suporte Profilático e Terapêutico e Vigilância Sanitária, em relação aos anos anteriores, deveu-se à execução de créditos extraordinários destinados á pandemia da influenza A (H1N1). O exame do demonstrativo anterior permite observar que houve uma evolução positiva na disponibilização de recursos para a função Saúde, bem como para as subfunções que dão cobertura aos principais programas estruturantes, conforme pode ser visualizado no gráfico seguinte.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(VALORES EMPENHADOS POR SUBFUNÇÃO)
DESPESAS EXECUTADAS: 2005 - 2009 (VALORES EM R$ MIL)



Fonte: Siafi Gerencial (Posição 19/01/2010)

Para cobertura financeira da atuação setorial em 2009, o Ministério da Saúde contou com dotação orçamentária da ordem de R$ 64,3 bilhões de acordo com o disposto no Plano Plurianual 2008-2011, na Lei de Diretrizes Orçamentária, na Lei Orçamentária Anual, dos quais foram executados R$ 62,9 bilhões, segundo as determinações do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o referido exercício. No próximo demonstrativo são apresentadas a alocação de recursos e a execução orçamentária detalhada por itens globais, que incluem o total das despesas com pessoal ativo e inativo de todas as unidades do Ministério da Saúde, os encargos e amortização da dívida, o cumprimento de despesas judiciais julgadas favoravelmente ao impetrante, assim como Outras Despesas de Custeio e Capital (OCC), discriminadas por unidades orçamentárias.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2009

em R$1,00

DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO (LEI + CRÉDITOS)	EXECUTADO (EMPENHADO/ LIQUIDADO)	%
ITENS GLOBAIS	11.394.901.371	11.332.987.513	99,46
Pessoal ativo, inativo e pensionista	11.330.701.553	11.273.445.844	99,49
Juros e encargos da dívida e amortização	62.396.644	58.437.763	93,66
Cumprimento de sentenças judiciais	1.804.174	1.103 906	61,19
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS (OCC)	52.944.830.109	51.586.115.307	97,43
Fundação Oswaldo Cruz	895 302.651	892.008.094	99,63
Grupo Hospitalar Conceição - GHC	50.936.580	49.839.805	97,81
Fundação Nacional de Saúde	2.151.947.865	2.038.695.447	94,74
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	253.150.095	235 486.648	93,02
Agência Nacional de Saúde Suplementar	87 969.777	87.173.867	99,10
Fundo Nacional de Saúde	49.505.503.141	48.282.911.445	97,53
TOTAL GERAL	64.339.731.480	62.919.102.820	97,79

Fonte: SPO/SE/Ministério da Saúde. (Posição atualizada em 19.01.2010)

No demonstrativo a seguir observa-se que a execução dos recursos orçamentários do Ministério da Saúde atingiu 97,79 % do montante total aprovado e a execução dos recursos de outros custeios e capital, por unidades orçamentárias, que corresponde a execução real das ações com impacto sobre a saúde da população, atingiu 97,43%. A execução orçamentária dos cinco programas estruturantes da atuação setorial também é demonstrada seguir.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS CINCO PROGRAMAS ESTRUTURANTES DA ATUAÇÃO SETORIAL, 2009

em R$1,00

PROGRAMAS ESTRUTURANTES	DOTAÇÃO APROVADA* (A)	EMPENHADO (B)	% (C = B/A)
Atenção básica em saúde	9.374.210.611	9.160.462.299	97,72
Assistência ambulatorial e hospitalar especializada	29.084.151.968	28.896.562.728	99,36
Vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos	3.759.800.109	3.606.880.046	95,93
Assistência farmacêutica e insumos estratégicos	5.590.120.170	5.548.870.356	99,26
Promoção da capacidade resolutiva e da humanização na atenção à saúde	59.762.172	55.002.963	92,04
SUBTOTAL	**48.352.613.215**	**47.267.778.395**	**97,76**
Outros programas	4.594.021.068	4.319.440.818	94,02
Pessoal e dívida	11.393.097.197	11.331.883.607	99,46
TOTAL GERAL	**64.339.731.480**	**62.919.102.820**	**97,79**

Fonte: SPO/SE/Ministério da Saúde. Posição atualizada em 19.01.2010.

O desempenho da execução orçamentária dos cinco programas estruturantes demonstra elevado grau de realização. Todos apresentaram taxas de empenho próximas a uma execução plena dos recursos orçamentários uma vez que os percentuais de execução financeira tiveram média de 97,76%, acima da média dos demais programas que correspondeu a 94,02%.

Com finalidade de apresentar os avanços obtidos pelas políticas de saúde em 2009, será demonstrada, resumidamente, a atuação global do setor seguida do detalhamento do desempenho dos seus cinco programas estruturantes apresentados no demonstrativo anterior.

Na Atenção Básica buscou-se a ampliação da oferta dos serviços com a expansão da estratégia do Saúde da Família e da intersetorialidade e diversidade dessa modalidade. A estratégia utilizada com essa finalidade constitui-se na expansão da atuação das equipes para além das comunidades, ampliando o seu raio de ação para as escolas e penitenciárias e incorporando as práticas de saúde bucal, estendendo, dessa forma, a amplitude dos cuidados primários.

Ainda no âmbito da Atenção Básica, os cuidados com a alimentação e nutrição foram intensificados e direcionados ao acesso a alimentos, à promoção da alimentação saudável, à vigilância nutricional, ao controle das deficiências nutricionais e às doenças associadas à alimentação, refletidos no aumento da cobertura das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (alcançando 62% das famílias, ao todo 4 milhões de pessoas).

Na saúde mental, continua a tendência de mudança no perfil dos hospitais psiquiátricos, com a redução do porte dos hospitais credenciados e a desinternação do doente mediante o pagamento de uma bolsa de manutenção do tratamento domiciliar. Também foi dada atenção ao uso abusivo do álcool e de outras drogas como problema de saúde pública.

Outras iniciativas de atenção básica tiveram como foco a saúde em todos os ciclos da vida humana. Do nascimento até a adolescência e juventude, a população conta com ações em saúde específicas e abrangentes, direcionadas, principalmente, para a promoção ao aleitamento materno nas unidades básicas de saúde e a prevenção da violência, por meio da propagação de um ambiente pacífico para crianças e adolescentes vítimas de violência.

A atuação em saúde da mulher privilegiou em 2009 a rede de atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual que foi implantada em 22 estados. Implantou-se também a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde de Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, com abrangência nacional. Outras iniciativas relevantes efetivadas em 2009 resultaram no cadastramento de mulheres em estado de gravidez para a realização dos exames pré-natal.

A saúde do homem teve especial atenção em 2009 com o lançamento da Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem, com foco nos principais agravos e enfermidades relacionados ao sexo masculino para melhorar a assistência oferecida e romper os obstáculos que afastam o homem dos cuidados de saúde.

Com finalidade de educar o idoso em práticas de saúde específicas, foram empreendidas iniciativas de difusão de cuidados, capacitação de pessoal especializado e sensibilização de gestores, profissionais e entidades médicas para a importância da prevenção de quedas e de outros agravos que atingem com mais freqüência essa faixa populacional.

Quanto à saúde da pessoa com deficiência, buscou-se a intersetorialidade na ação governamental com vistas à inclusão social. No entanto, foco terapêutico foi dado à reabilitação, com a expansão do fornecimento de órteses e próteses pelo SUS.

A atenção especializada de média e alta complexidade alcançou diversos resultados significativos com a humanização, a qualificação e a diversificação das linhas de atuação. Concentraram-se esforços na habilitação de novas unidades de saúde com atendimento especializado com vistas à ampliação da oferta dos serviços demandados pela população.

Avançou-se também no credenciamento de leitos para terapia intensiva e na ampliação dos serviços de atenção às urgências e emergências, com a elevação da abrangência de projetos específicos como o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 – e as Unidades de Pronto Atendimento - UPA.

Atenção especial foi dispensada à dinamização dos serviços de transplantes, com a intensificação dos registros, identificação dos registrados e organização da infra-estrutura operacional.

Para dar suporte terapêutico à atenção em média e alta complexidade, o Poder Público Federal investiu nos serviços de transfusão de sangue, com foco na qualidade e no suporte medicamentoso de pró-coagulantes.

O setor saúde buscou também a racionalização e ordenação do fluxo interestadual de pacientes que necessitam ser submetidos a procedimentos eletivos de alta complexidade em busca da garantia do acesso. Nesse sentido, foram alcançados resultados bastante positivos.

No campo da pesquisa e desenvolvimento em saúde, foram agregados 13 centros à Rede Nacional de Pesquisa Clínica (RNPC), totalizando 32 centros. Foi consolidada a Rede Nacional de Terapia Celular, que colocou o Brasil em destaque no cenário internacional, tornando-se o quinto país a dominar a tecnologia de produção de células tronco não embrionárias pluripotentes. Também teve destaque no ano de 2009 a criação das Redes de Pesquisa em Dengue, Malária, e em Influenza A. O Programa Pesquisa para o SUS lançou 27 editais estaduais, selecionando 380 projetos de pesquisas, contribuindo dessa forma para reduzir as desigualdades regionais no campo científico da saúde.

No ano de 2009, foram aprovadas e publicadas pelo MS duas novas portarias que regulamentam a assistência farmacêutica, o que possibilitou o aumento dos recursos destinados à aquisição dos medicamentos da atenção básica. A ampliação do financiamento de medicamentos no SUS permitirá o atendimento de novas doenças na rede pública de saúde e a ampliação do tratamento medicamentoso para doenças já cobertas pelo SUS.

Por meio do Farmácia Popular do Brasil obteve-se a expansão das unidades de atendimento para todo o território nacional possibilitando a ampliação do acesso da população, principalmente as unidades fixadas em locais de baixa renda média familiar. O Aqui Tem Farmácia Popular, segmento do Farmácia Popular do Brasil, funciona com o sistema de copagamento e engloba farmácias e drogarias privadas e conta atualmente com uma rede de abrangência nacional.

Com relação à vigilância em saúde, em 2009, houve importante atuação setorial no controle da pandemia de influenza pelo vírus pandêmico A (H1N1), cujo ponto de partida foi a estruturação da rede de serviços do SUS. Desde 2006 encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), que funciona ininterruptamente no monitoramento de eventos que poderiam representar emergência em saúde pública de relevância nacional, fornecendo bases para a adoção de medidas oportunas, cautelares ou antecipatórias da ação pública em saúde.

Os programas de vacinações constituem-se na mais eficaz estratégia de saúde pública para alcançar o êxito na prevenção e controle das doenças imunopreveníveis. Essa atuação concretiza-se, principalmente, por meio de campanhas de vacinações específicas e pela manutenção dos estoques de vacinas para a prática rotineira na rede pública disponibilizada pelo SUS.

Outras doenças de interesse da saúde pública como a malária e a tuberculose tiveram importantes avanços no seu controle e tratamento, devido à expansão para a rede básica de quase a totalidade dos municípios considerados prioritários e ao tratamento supervisionado que, aliado à recente introdução de um novo esquema de tratamento contribuirá para o controle da doença no país, reduzindo internações e mortes.

Em 2009, foi registrada uma redução significativa nos casos de dengue quando comparado ao ano anterior, resultado de esforços empregados no combate contínuo à sua propagação.

A setorial saúde destaca-se internacionalmente na prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis (DST / Aids), nos cuidados e na assistência terapêutica gratuita aos acometidos.

No campo da vigilância sanitária, importantes ações foram desenvolvidas durante o ano de 2009, buscando prevenir e controlar os riscos à saúde da população oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes. Nesse contexto, foram realizadas várias ações de inspeção, como concessões e renovações de Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE), inspeções voltadas para: produtos para saúde, cosméticos e saneantes (2.007); farmácias e drogarias (33.186); medicamentos e insumos (3.143). Além disso, foram inspecionadas 355 plantas de indústrias de medicamentos, sendo 150 no Brasil e 205 no exterior. Também foram realizadas 1.100 certificações de boas práticas de fabricação, 338.644 fiscalizações em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados e concedidos 794 registros para a área de medicamentos.

Em relação à qualificação de pessoal e da gestão do trabalho em saúde, importantes resultados foram alcançados, tais como: capacitação de 72.840 agentes comunitários de saúde e 1.600 parteiras, implantação de 900 pontos de educação à distância que propiciaram a capacitação de cerca de 5.900 equipes em todo o território nacional, apoio a 11 novos projetos da Universidade Aberta do SUS, beneficiando 19.200 profissionais. Ainda numa perspectiva de qualificação e de aprimoramento técnico dos trabalhadores do SUS, receberam apoio 59 projetos e 161 cursos voltados para a reorientação de formação profissional, entre outras diversas iniciativas, beneficiando milhares de profissionais de saúde.

A promoção de ações de prevenção e controle de doenças e agravos em aldeias indígenas tem por finalidade garantir o acesso dessa população aos serviços de saúde, mediante o fortalecimento da atenção básica local. Para tanto foram investidos recursos na aquisição de insumos e contratações de serviços tais como: fornecimento de água, coleta de esgoto, capacitação de pessoal nas áreas de assistência farmacêutica, tuberculose, saúde da mulher e da criança, vigilância epidemiológica, entomologia, doenças endêmicas, entre outros. Essas iniciativas resultaram em uma tendência de queda de 24% na incidência de tuberculose pulmonar positiva e de 13,8 % no número de casos de malária. A cobertura em crianças indígenas menores de 5 anos atingiu 87,9% para a vacina contra poliomielite, 96,3% para a vacina BCG e 96,3% para a vacina contra hepatite B. O coeficiente de mortalidade infantil na população indígena tem declinado continuamente. Entre 2003 e 2008 verifica-se uma redução de 17,83 no coeficiente de mortalidade infantil indígena. Em 2003 este coeficiente foi de 53,98 e em 2008, 44,86.

As ações de saneamento ambiental têm sido fundamentais para a prevenção e o controle de agravos em populações com fragilidade de inserção social. Em 2009 foram atendidas 63 aldeias em áreas indígenas e 150 comunidades em áreas quilombolas. Também foram realizados serviços de drenagem em áreas de malária, melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, ações de abastecimento de água, de melhorias sanitárias domiciliares e de esgotamento sanitário em municípios com até 50.000 habitantes, além de iniciativas de saneamento em assentamentos e em escolas do meio rural.

Em 2009, a qualificação da atenção à saúde centrou esforços na melhoria da eficiência e eficácia do SUS, com a finalidade de solidificar a universalização, a equidade e a humanização da saúde da população. Dentre essas iniciativas citam-se os Projetos de Investimentos para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (Qualisus-Rede), Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (Sis Fronteiras), o Sistema de Apoio à Organização e Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (Somasus), os projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais e os Projetos de Investimentos em Equipamentos e Obras de Unidades de Saúde.

A gestão descentralizada do SUS ocorre por meio da promoção, articulação e integração das atividades de cooperação técnica aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal, subsidiando processos de elaboração e implantação de normas, instrumentos e métodos voltados para o seu fortalecimento, sob a orientação do marco diretivo dos Pactos pela Vida e de Gestão. Nesse contexto, em 2009, o foco das ações de apoio à descentralização desenvolveu-se nas seguintes vertentes: implantação de 406 Colegiados de Gestão Regional, implantação de oito modelos estaduais de gestão por resultados e adesão estadual e municipal ao Termo de Compromisso de Gestão nas 27 unidades federadas.

Com finalidade de conferir direcionalidade ao processo de consolidação do SUS, o planejamento configura-se importante mecanismo para a organização racional do sistema por meio de atuação sistêmica, contínua, articulada, integrada e solidária abrangendo as três esferas de gestão. O setorial apóia técnica e financeiramente estados e municípios na operacionalização do Sistema de Planejamento do SUS - PlanejaSUS mediante: cooperação técnica específica e capacitação em planejamento em saúde. Em 2009 foram treinados 150 técnicos em planejamento em curso básico e 175 em nível de especialização. Foram também distribuídos 80 mil exemplares de guias com orientações, propostas e informações sobre planejamento e repassado incentivo financeiro a 26 estados e ao Distrito Federal, mediante a apresentação e análise de plano de trabalho aprovado nas respectivas Comissões Intergestores Bipartite, integrada por representantes dos estados e municípios.

Para agregar e difundir informações sobre a execução das ações das diversas áreas do SUS, relativas aos principais serviços e produtos de saúde disponibilizados, foi vinculada via *web* uma sala de situação destinada aos gestores, profissionais de saúde e à população em geral, a qual possibilita por meio de consultas diretas, a fundamentação de diagnósticos, análises e decisões gerenciais. Em 2009, foram contabilizados cerca de 182 mil acessos nacionais e internacionais.

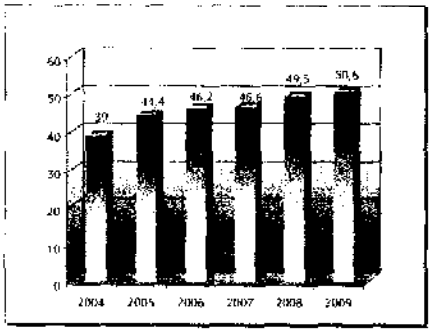
Quanto à participação popular e o controle social, o grande destaque da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS foi a orientação das ações de governo para a promoção e o aperfeiçoamento da gestão democrática. A ouvidoria do SUS, importante canal de interlocução com a população, registrou mais de 17 milhões de atendimentos à população para esclarecimentos e difusão de informações em saúde; outro importante meio de contato com os usuários potenciais do SUS, o Disque Saúde realizou mais de 14 milhões de atendimentos. Também foram capacitados 74.171 conselheiros de saúde e lideranças sociais na temática da saúde no Brasil, realizadas ações de inclusão social voltadas a populações expostas a vulnerabilidades, além de 1.525 auditorias em todos os níveis administrativos do SUS.

Em relação à saúde suplementar, iniciativas no sentido de garantir a qualidade e continuidade da atenção à saúde foram desenvolvidas em 2009, conferindo maior poder de escolha aos beneficiários por meio de mecanismos de regulação mais eficientes e do apoio à construção do sistema de saúde brasileiro. Entre as principais ações, destacam-se a implantação do procedimento eletrônico de ressarcimento ao SUS pelos procedimentos executados em beneficiários de planos de saúde e a portabilidade de carências de planos já contratados.

Os cinco programas estruturantes da atuação setorial, supra citados, apresentam evolução na disponibilização dos bens e serviços públicos que qualificam e quantificam o desempenho setorial na gestão do SUS, conforme pode ser verificado no detalhamento do seu desempenho a seguir apresentado.

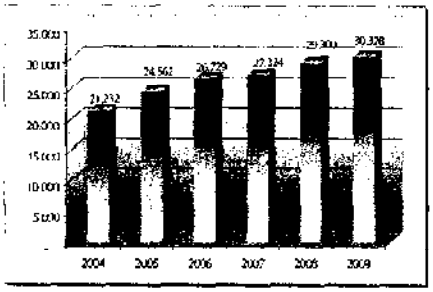
A estratégia Saúde da Família é adotada pelo governo como prioritária para o acesso da população aos serviços de saúde ofertados e caracteriza a atuação governamental no âmbito da Atenção Básica em Saúde. A cobertura populacional nacional elevou-se de 46,7% em 2007 para 50,6% em 2009. Até o fim de 2009 as 30.328 equipes de saúde da família e os 234.767 agentes comunitários de saúde estavam em plena atuação em 5.354 municípios, o que representa uma cobertura de 96% dos municípios brasileiros. Os indicadores da atuação setorial em Atenção Básica indicam evolução favorável em 2009, conforme pode ser observado nos gráficos seguintes:

EVOLUÇÃO DA TAXA DA POPULAÇÃO COBERTA POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (2004-2009)



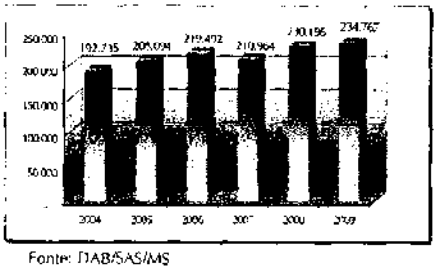
Fonte: SIGPlan

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADAS (2004-2009)



Fonte: DAB/SAS/MS

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM ATUAÇÃO (2004-2009)

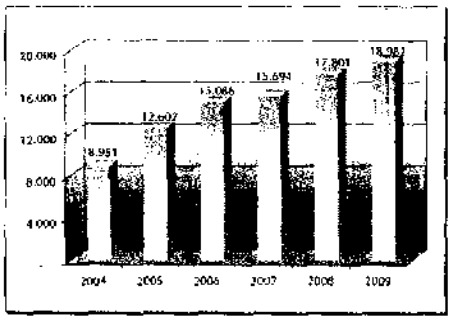


Fonte: DAB/SAS/MS

Em 2009, procedeu-se à correção da parte fixa do Piso de Atenção Básica em quase 6 %. Esse é o principal meio de financiamento da atenção básica. Os valores mínimos foram elevados de R$ 17,00 para R$ 18,00 por habitante/ano com o propósito de estimular a continuidade da expansão da atuação estratégica nos demais níveis de gestão. Esse estímulo gerou influência direta na estruturação/reestruturação da rede nacional disponibilizada em nível básico de atenção por meio da promoção de infra-estrutura adequada às equipes de Saúde da Família, ocasionando a melhoria do desempenho de suas ações e estimulando a implantação de novas equipes. Dessa forma foi instituído o Plano Nacional de Implantação de Unidades de Saúde da Família, que fomentou, em 2009, a implantação de 1.289 novas unidades básicas de saúde em todo território nacional as quais abrigarão 1.954 equipes de Saúde da Família e o mesmo número de equipes de Saúde Bucal.

A implementação da Política Nacional de Saúde Bucal em 2009 resultou na continuidade da inserção das equipes de Saúde Bucal na estratégia do Saúde da Família.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EQUIPES DE SAUDE BUCAL IMPLANTADAS (2004-2009)



Fonte: DAB/SAS/MS

Outras realizações relevantes em 2009, no âmbito da saúde bucal, foram a ampliação dos recursos de custeio de suas equipes e os investimentos na aquisição de 1.500 aparelhos de raios-x e 2.000 cadeiras odontológicas para a estruturação da rede assistencial.

Chegou-se, em 2009, a 323 Laboratórios Regionais de Prótese Dentária credenciados. No mesmo ano, o Governo Federal promoveu a elevação de R$ 30,00 para R$ 60,00 o repasse aos municípios do valor pago por prótese.

Desde 2008, o Programa Saúde na Escola (PSE) já obteve a adesão de 608 municípios, beneficiando 4,5 milhões de estudantes. Esse programa conta com o suporte de 4.740 equipes do Saúde da Família em ações de prevenção, promoção e atenção à saúde dos escolares.

Os avanços na redução dos indicadores de desnutrição infantil no país foram expressivos na última década. Segundo inquéritos populacionais, no período de 1996 a 2006, a prevalência de déficit de peso para idade diminuiu em 57% (de 4,2% para 1,8%) e o de altura para idade foi reduzido em quase 50% (de 13,5% para 6,8%) entre

crianças menores de 5 anos de idade. Esta redução é atribuída, principalmente, ao aumento da escolaridade materna, ao crescimento do poder aquisitivo das famílias, à expansão da cobertura da atenção à saúde da população (incluindo a atenção básica, incentivo ao aleitamento materno exclusivo e outras ações de promoção da alimentação saudável e suplementação de micronutrientes, entre outros), além da melhoria das condições de saneamento no período. Vale enfatizar que a redução da desnutrição infantil (déficit de peso para idade) em crianças menores de 2 anos de idade, segundo o Sistema de Informações da Atenção Básica (SIAB), entre 2000 e 2008, foi ainda maior nas áreas cobertas pelo Programa Saúde da Família (81%).

O setor saúde empreendeu, em 2009, ações voltadas ao estímulo do acesso aos alimentos, à promoção da alimentação saudável, à vigilância nutricional e ao controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação, refletidos no aumento da cobertura das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (alcançando 62% das famílias e 4 milhões de pessoas) e o alcance de 11 milhões de registros do estado nutricional no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan. Verifica-se ainda o registro de 8% do total de crianças e 30% das gestantes suplementadas com ferro, 50% de crianças de 6 a 11 meses, 37% de crianças de 12 a 59 meses e 44 % de puérperas suplementadas com vitamina A.

No campo dos inquéritos sobre condições de saúde da população o setorial efetuou parcerias para a realização de pesquisas que retratam a situação alimentar e nutricional da população brasileira. Em conseqüência, foi concluída a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF e foram lançados os resultados da Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde – PNDS que apresentam dados inéditos de prevalências sobre carências de micronutrientes e da Chamada Nutricional da Região Norte (levantamento da situação nutricional de crianças com até cinco anos de idade realizado nos dias nacionais de vacinação contra poliomielite).

Com a ampliação da população com mais de 65 anos, a tendência acelerada de mudanças de hábitos alimentares e o sedentarismo, observa-se crescimento do predomínio de doenças crônicas na população adulta no país, o combate a agravos de maior incidência nesse ciclo de vida, como a hipertensão arterial (HA) e a *diabetes mellitus* (DM), passaram a ser foco de intervenções em atenção básica no SUS por meio de ações de prevenção, diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento vinculando-os, prioritariamente, à rede básica de saúde, com o objetivo de reduzir a morbimortalidade causada por essas doenças e a conseqüente carga social e econômica.

Em 2009, práticas de disseminação de informações orientaram o projeto de "Educação em saúde para o auto cuidado em diabetes", com o objetivo de aperfeiçoar profissionais de nível superior, incorporados à rede de atenção básica, a fim de aprimorar a abordagem do paciente com diabetes mellitus.

Nessa linha, foram formados 1.100 tutores estaduais que devem atuar como multiplicadores, de modo que cada um estabeleça uma rede local que envolva 10 agentes (profissionais de saúde, membros das comunidades, lideranças comunitárias etc.) além da disponibilização de uma página na internet para cursos, fóruns de discussão, disseminação de material educativo e banco de boas práticas.

A extensão dos serviços do SUS à população socialmente reclusa, por motivo correcional, constitui o foco do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP) que tem como objetivo prover o acesso da população penitenciária ao SUS, com a implantação de ações e serviços de atenção básica em saúde nas unidades prisionais e encaminhamento aos demais níveis de atenção à saúde, por meio das referências pactuadas por estados e municípios.

Essa ação, desenvolvida em conjunto com o Ministério da Justiça, é executada de forma descentralizada por estados e municípios, com o apoio interministerial. Dentre os recursos disponibilizados destaca-se a continuidade do Incentivo para Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário, componente do Piso de Atenção Básica Variável, destinado ao financiamento da ação no ambiente prisional, além da ampliação do suporte medicamentoso básico. Está também disponível um elenco de medicamentos da atenção básica para o atendimento das pessoas presas vinculadas às equipes de saúde do sistema penitenciário dos estados qualificados.

Em 2009, 18 estados firmaram acordo com o PNSSP, o que resultou na atuação de 209 equipes de saúde cadastradas distribuídas em 184 unidades de saúde de estabelecimentos prisionais, quantitativo que corresponde a 31,57% da equipes previstas a serem implantadas.

No âmbito da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, no qual se operacionaliza a atenção de média e alta complexidade, é importante destacar, inicialmente, a revisão de todas as regulamentações vigentes, com o objetivo de: (i) estimular a mudança do modelo de atenção, organizando a prestação de serviços em redes, especificando ações, serviços e responsabilidades e qualificando essa atenção; (ii) facilitar, qualificar e integrar o atendimento de média e alta complexidade em todo o país; e (iii) avançar na definição de diretrizes e protocolos diagnósticos e terapêuticos em todos os níveis da atenção, de forma a estimular e difundir a boa prática e permitir melhores condições para a regulação, o controle e a avaliação dos serviços prestados.

Em 2009 observa-se significativa ampliação do número de consultas no ambiente ambulatorial, hospitalar englobando todas as especialidades, com abrangência de amplas camadas populacionais que demandam esse tipo de atendimento.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE CONSULTAS POR HABITANTE/ANO (2004-2008)

ANO	PORCENTAGEM (%)
2004	1,70
2005	-
2006	2,32
2007	2,00
2008	3,27

Fonte: SIGPlan

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na ampliação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e na melhoria dos serviços de urgência e emergência em geral. No atendimento móvel de urgência, em 2009, o Brasil obteve uma cobertura populacional de 105 milhões de habitantes, o que corresponde a um aumento de 19% comparado com a de 2008, atingindo um total de 1.237 municípios onde foram implantadas 2.158 ambulâncias. As Unidades de Pronto Atendimento (UPA) tiveram expressiva expansão em 2009 com a habilitação de 250 UPAs em todo território nacional.

A continuidade da Política Nacional de Atenção Oncológica possibilitou em 2009 a implantação de mais quatro Centros de Alta Complexidade em Oncologia (Cacons), com a capacitação de recursos humanos utilizados, contribuindo assim, na qualificação técnica e gerencial das unidades hospitalares. No ano, a rede contemplou todas as Unidades da Federação contando com 41 Cacons, 208 Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacons), 9 hospitais gerais com habilitação para realizarem cirurgias oncológicas e com 21 serviços isolados de quimioterapia e radioterapia. Nesse contexto, é importante destacar o trabalho de estruturação da Rede de Atenção Oncológica (RAO), o qual contribui para a redução das desigualdades regionais na oferta de assistência oncológica no Brasil.

A Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal tem como objetivo qualificar os serviços de terapia renal substitutiva, segundo os critérios pactuados e constantes da política nacional de atenção ao portador de doença renal. Até o final de 2009 foram habilitados 629 serviços de nefrologia e reestruturados 13 serviços de hemodiálise no país.

A atuação governamental em saúde por meio dos hospitais filantrópicos e de ensino foi instituída com o objetivo de melhorar o acesso à atenção de média e alta complexidade em saúde além de buscar alternativas de apoio a essas instituições. As ações adotam o critério de adesão e reúnem grande potencial de qualificação da assistência, da gestão, da qualificação profissional e do processo de descentralização.

O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS conta, atualmente, com a participação de 757 hospitais. Em 2009 sua expansão foi bastante intensa com a contratualização de 644 novos hospitais filantrópicos.

Com relação aos hospitais de ensino constata-se o registro de 236 unidades certificadas até 2009.

Com finalidade de ampliar a oferta de cuidados em terapia intensiva em 2009 foram credenciados 546 novos leitos destinados aos usuários do SUS, com essa especialidade, totalizando 5.774 leitos com credenciamento e 1.565 leitos reclassificados entre 2003 e 2009. Atualmente a cobertura populacional nacional de leitos de terapia intensiva é de 3,52%, tendo como referência o parâmetro normativo preconizado de, no mínimo, 4%.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE LEITOS GERAIS DISPONIBILIZADOS POR HABITANTE/ANO (2004-2008)

ANO	PORCENTAGEM (%)
2004	2,6
2005	-
2006	2,03
2007	2,6
2008	3,66

Fonte: SIGPlan

O número de transplantes de órgãos realizados, com doador falecido, subiu 24,3% no primeiro semestre de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008 tendência que se sustentou no 2º semestre. Ainda no ano de 2009 consolidaram-se o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes e a inclusão dos procedimentos pré-transplante, que garantem a equidade no acesso às listas de transplantes e o melhor acompanhamento dos pacientes inscritos. O Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) registrou 399.835 novos doadores em 2009. Atualmente o Redome conta mais de 1 milhão de doadores cadastrados. Ressalte-se que dos doadores identificados no Brasil em 2000, apenas 10% foram brasileiros localizados pelo Redome. Em 2009, esse percentual passou para 70%.

Uma das principais conquistas na área da assistência cardiovascular foi a regulamentação do funcionamento dos serviços, com recredenciamento qualificado das unidades de assistência, realizada de forma vinculada com outras ações, visando a integralização do cuidado, de modo a preencher lacuna existente entre o cuidado especializado básico e a alta complexidade. Em 2009, na área da assistência cardiovascular, a rede contabilizou um total de 237 estabelecimentos de saúde habilitados. Destes, 196 são unidades de assistência cardiovascular de alta complexidade e 41 centros de referência de assistência cardiovascular de alta complexidade.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE ÓBITOS POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES (2004-2008)

ANO	PORCENTAGEM (%)
2004	-
2005	10,1
2006	9,25
2007	9,6
2008	9,1

Fonte: SIGPlan

A Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme passou a integrar o regulamento do SUS. A visibilidade da doença foi ampliada com a realização de um total de 50 eventos atingindo todos os estados da federação, ampliando para 25.000 o número de trabalhadores e usuários sensibilizados ou capacitados.

Com relação à segurança transfusional e qualidade do sangue, no exercício de 2009, os usuários do SUS contaram com a disponibilidade de medicamentos pró-coagulantes, além do poder público federal fornecer à Hemorrede Pública Nacional recursos para a melhoria da infra-estrutura, atualização do parque tecnológico, capacitação, aperfeiçoamento e avaliação dos serviços.

Em 2009 foram habilitados 142 serviços de saúde auditiva que realizam o atendimento integral, o qual compreende a avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, como também, o fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas.

A rede de atenção à saúde mental experimentou mudanças significativas entre os anos de 2003 e 2009. Neste período, a rede pública de atenção à saúde mental mais do que triplicou com a ampliação do acesso ao tratamento em todos os estados brasileiros atingindo cobertura de 60% da demanda nacional. Outra iniciativa importante foi a mudança do perfil dos hospitais psiquiátricos. A maior parte dos leitos psiquiátricos do país não se encontra mais nos grandes hospitais psiquiátricos, mas em hospitais de pequeno porte, o que possibilita melhor qualidade na assistência.

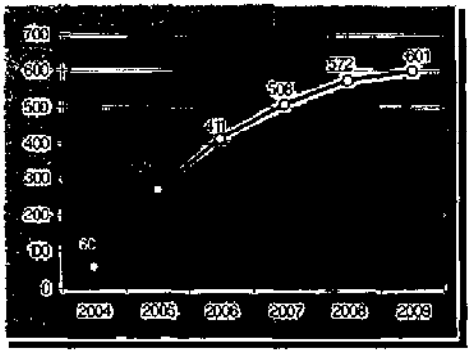
O Programa de Volta para Casa, que garante uma bolsa aos egressos de longas internações psiquiátricas, já tem cerca de 3.500 beneficiários e as Residências Terapêuticas foram ampliadas, somando 550 em todo o país e, beneficiando cerca de 3.000 portadores de disfunção mental.

As ações de saúde mental na atenção primária estão em expansão. Cerca de 30% dos profissionais contratados pelos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (equipes de apoio especializado às Equipes de Saúde da Família) em 2009 são da área de saúde mental.

Também neste período, passou-se a considerar o uso abusivo do álcool e de outras drogas como problema de saúde pública. A rede de atenção a essa população está sendo ampliada com Centros de Atenção Psicossocial, leitos em hospitais gerais, estratégias de redução de danos e ações intersetoriais.

No âmbito da atenção odontológica especializada, a Política Nacional de Saúde Bucal, por meio do Programa Brasil Sorridente, teve sua operacionalização expandida com a intensificação da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Até 2009, foram implantados 808 CEO's em 601 municípios, beneficiando 90 milhões de pessoas.

NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICOS (2004-2009)



Fonte: DAB/SAS/MS

Nos últimos anos, novos desafios têm surgido no controle de doenças transmissíveis e, particularmente, em 2009, pelo risco de ocorrência de uma pandemia de influenza a vigilância sanitária assumiu papel de destaque na Prevenção e Controle de Doenças e Agravos.

Para a superação dessa situação foi adaptado às características da atual pandemia o Plano de preparação para uma pandemia de influenza, em operação desde 2005.

A atuação setorial no controle da pandemia de influenza pelo vírus pandêmico A(H1N1), no campo de atuação da Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos, teve como ponto de partida a estruturação da rede de serviços do SUS.

Dentre as medidas implementadas destacam-se: atualização do plano nacional e dos planos estaduais de preparação; constituição de um Grupo Executivo Interministerial, que tem sido responsável pelo gerenciamento do plano e acompanhamento das ações desenvolvidas; elaboração de protocolos clínicos e de vigilância epidemiológica atualizados para enfrentamento da pandemia; aquisição e produção de insumos – foram adquiridos anti-virais, insumos para diagnóstico laboratorial e vacinas-; desenvolvimento da capacidade de produção nacional de vacinas; aquisição de insumos e capacitação da rede nacional de laboratório de saúde pública para detecção dos vírus influenza; estabelecimento da notificação imediata de caso ou surto de influenza humana por novo sub-tipo; implantação do Sistema de Notificação (SINAN) *on line*, para notificação de casos de doença respiratória aguda grave por influenza; e desencadeamento de ações nas áreas de pontos de entrada (portos e aeroportos).

Em 2009 foi registrada uma redução de casos de dengue de 40,3%, quando comparado ao ano de 2008. No mesmo período, houve uma redução de 79,2% no número de casos graves e de 63,2% nos óbitos.

Os esforços empregados no combate à dengue foram mantidos em 2009 e direcionados para: a) campanha publicitária nacional (produção, veiculação e ações de mobilização); b)aquisição de equipamentos e insumos; c) aquisição de Teste NS1 (implantação das Unidades Sentinela e supervisões nos estados); d)aquisição de medicamentos; e e) treinamento e capacitação de pessoal específico.

Outras emergências de saúde pública também têm merecido atenção no âmbito do SUS. Tendo em vista a necessidade de ampliar a capacidade dos serviços setoriais para detectar e intervir oportunamente em eventos de saúde que podem se disseminar ou se propagar pelo território nacional, desde 2006 encontra-se em operação o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS).

Este Centro funciona ininterruptamente e monitorou até novembro de 2009, aproximadamente, 659 eventos que poderiam representar emergência em saúde pública de relevância nacional, que mereceram a adoção de medidas oportunas, cautelares ou antecipatórias de vigilância sanitária.

Nos últimos anos as doenças imunopreveníveis vêm apresentando redução superior a 90% nos principais indicadores.

A varíola e a poliomielite já foram erradicadas enquanto o sarampo encontra-se em fase de erradicação.

A rubéola e a síndrome da rubéola congênita, após a gigantesca campanha nacional de imunização realizada em todo o país em 2008, já evidencia a perspectiva de eliminação, com impacto importante sobre a mortalidade infantil.

Dentre as principais estratégias para alcançar o êxito na prevenção e controle das doenças imunopreveníveis, destaca-se o Programa Nacional de Imunizações. Em 2009 foram distribuídas cerca de 211 milhões de doses de vacinas e soros e foram administrados até setembro mais de 115 milhões de doses.

Repetindo-se o sucesso dos anos anteriores, a campanha de vacinação contra poliomielite em menores de 5 anos vacinou em cada uma das duas etapas mais de 15,5 milhões de crianças alcançando coberturas superiores a meta de 95% da população alvo.

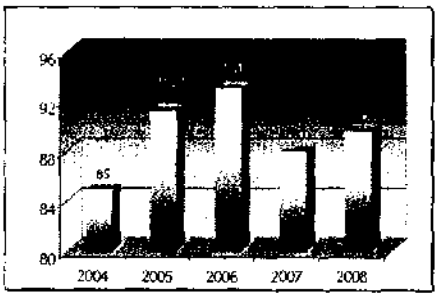
Da mesma forma, em relação à vacinação de idosos contra gripe, foram beneficiados mais de 16 milhões de idosos, atingindo cobertura vacinal superior a 82% desse grupo populacional.

Esses resultados mostram a adesão da população ao chamado à vacinação e reafirmam o êxito do Programa de Imunizações brasileiro.

Com relação às doenças transmissíveis, no período de 2007 a 2008 foi realizada a atualização do manejo clínico e terapêutico da hepatite C.

Cabe ressaltar que a atualização do tratamento da hepatite C contou com a inclusão do interferon peguilado para portadores de hepatite C genótipo 1 e com a definição de critérios de retratamento com interferon-peguilado para pacientes recidivantes, não respondedores e co-infectados com HIV; além da conclusão da fase de campo do Inquérito Nacional de Soroprevalência nas regiões Sul e Sudeste e previsão de conclusão no primeiro semestre de 2009 na região Norte, fundamental para o estabelecimento de estratégias de programação de atividades e tomada de decisão com vistas ao controle da doença no país.

EVOLUÇÃO % DA TAXA DA COBERTURA VACINAL PARA HEPATITE B EM MENORES DE 1 ANO (2004-2008)



Fonte: SIGPlan

A hanseníase apresentou uma redução significativa da prevalência e da taxa de detecção (medida utilizada para a incidência da doença) na última década. A título de exemplo, em 2008, detectou-se cerca de 39 mil casos correspondendo a uma taxa de detecção na população geral 20,56 por 100 mil habitantes. Dentre as estratégias para ampliação deste impacto destaca-se a expansão do tratamento com Poliquimioterapia para os casos de hanseníase nas unidades de saúde de atenção primária.

Até de 2009 existiam no cadastro do SINAN (Sistema de Informação de Agravo de Notificação) 9.036 unidades de saúde pública especializadas no tratamento da hanseníase.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA HANSENÍASE DISPONIBILIZADOS PELO SUS (2004-2008)

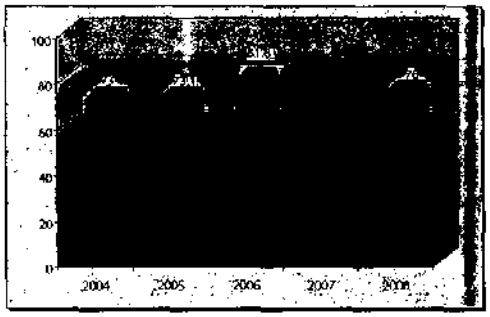
ANO	PORCENTAGEM (%)
2004	-
2005	85
2006	-
2007	85
2008	80

Fonte: SIGPlan

O controle da tuberculose é considerado prioridade pelo Governo Federal desde 2003. Esforços concentrados nesse sentido apontam para uma redução da incidência de mais de 25% entre 2001 e 2009. Essa redução é fruto, principalmente, da expansão para a rede básica da quase totalidade dos municípios considerados prioritários, do tratamento supervisionado, estratégia recomendada pela

OMS que, aliada à recente introdução de um novo esquema de tratamento, contribuirá para o controle da doença no país, reduzindo internações e mortes. Sendo a tuberculose a principal causa de morte de portadores do HIV/AIDS, estratégias conjuntas estão sendo implementadas entre os dois programas visando o seu controle.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE CURA DA TUBERCULOSE (2004-2008)



Fonte: SIGPlan

A malária concentra 99,8% de sua transmissão na região Amazônica. Em 2008, os casos de malária totalizaram 314.830, contra 606.080, em 2005, um decréscimo de aproximadamente 48%. A redução de ocorrências da doença pode estar relacionada, principalmente, ao aprimoramento da estrutura de atendimento de casos da enfermidade, a expansão da rede de diagnóstico, melhor oportunidade de acesso ao tratamento, mudança do tratamento para *P. falciparum*, uso da internet para a melhoria da qualidade e oportunidade da informação para focalização do planejamento das medidas de controle da doença e um sistemático monitoramento da situação epidemiológica.

A malária transmitida pelo *P. falciparum*, forma mais grave da doença, apresentou uma redução superior ao total de casos, com os últimos registros de 93.242 casos em 2007 e 49.065 em 2008, correspondendo a uma redução de 47,4%.

Em 2008 foram internadas 4.145 pessoas depois de contraí-la, contra 6.772, em 2007, o que representou uma diminuição de casos na ordem de 38,8%, com redução de 50% do número de óbitos entre 2.000 e 2.008.

Os dados de janeiro a outubro de 2009, comparados ao mesmo período de 2008, indicam a tendência de redução de casos, com o registro de 254.817 e 270.736 casos, respectivamente, correspondendo a uma redução de 6%.

Com finalidade de fornecer bases para diagnósticos de doenças com relevância para a atuação em saúde pública, o governo brasileiro investe na produção de conjuntos diagnóstico de doenças infecciosas. Até o final de 2009 foram produzidos cerca de 8,5 milhões de kits, ampliando em 49% a produção em relação a 2008. Essa produção atendeu toda a demanda originada pela atuação em vigilância em saúde no território nacional.

Ao longo das últimas duas décadas, importantes vitórias no campo da saúde foram colecionadas, tais como a erradicação da poliomielite desde 1989; a interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo desde o ano 2000 e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo *T. infesta;* perspectivas de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos; tendência declinante do número de casos de difteria, coqueluche e o de tétano acidental.

Observando o enfoque de prevenção, predominante em um sistema de saúde universalizado, o setorial investe na produção de vacinas, respondendo atualmente por cerca de um terço das doses consumidas no Brasil. Como também, destacou-se, no ano, como o maior produtor mundial da vacina contra febre amarela. Em conseqüência, fornece este imunobiológico para várias agências das Nações Unidas. Em 2009 atingiu um patamar de produção de cerca de 164 milhões de doses, incremento de mais de 28% em relação a 2008.

A política nacional de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos tem como principal integrante o Programa Farmácia Popular do Brasil, criado pelo Governo Federal com o intuito de ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, por meio da aquisição em laboratórios farmacêuticos públicos ou privados, e disponibilizar a preço de custo em farmácias públicas distribuídas pelo território nacional. Na operacionalização desse programa encontram-se implantadas, até 2009, 529 unidades, com atendimento a cerca de 950 mil pessoas ao mês.

Ampliado e diversificado em 2006, o Programa Farmácia Popular do Brasil passou a contar com o sistema de co-pagamento em que as farmácias e drogarias privadas vendem um elenco de 12 medicamentos para o tratamento de hipertensão e diabetes, além de contraceptivos. Esses medicamentos são subsidiados em até 90% pelo Governo Federal possibilitando o acesso a camadas mais amplas da sociedade. Atualmente são 10.975 farmácias cadastradas em todo o Brasil, responsáveis por uma média de 1,1 milhão de atendimentos mês, totalizando 13 milhões de atendimentos no ano de 2009.

Para ampliar o acesso aos medicamentos, em níveis de complexidade básica e média, o Governo Federal operacionalizou em 2009 iniciativas que permitiram a abrangência da distribuição. Foram adquiridos 40,3 milhões de unidades do medicamento para atendimento aos portadores da tuberculose, na forma de dose fixa combinada, em uma associação de quatro fármacos em um só comprimido, facilitando o tratamento dos pacientes e o aumentando a adesão. A promoção do acesso aos portadores de hemofilia foi viabilizado com o fornecimento do tratamento a aproximadamente 14 mil portadores da enfermidade. Além disso foi incorporado ao elenco do Programa, o *selante de fibrina*, proporcionando maior segurança no tratamento odontológico de hemofílicos.

No combate ao HIV/AIDS, destaca-se a introdução de um novo medicamento antirretroviral com propriedade de

impedir que o vírus integre seu material genético nas células humanas. Foi garantido o acesso aos medicamentos do coquetel aos 190.000 pacientes que vivem com AIDS no Brasil.

Para ampliar o acesso aos medicamentos específicos foram adquiridas 40,3 milhões de unidades do medicamento para atendimento aos portadores da tuberculose, na forma de dose fixa combinada, além do fornecimento de tratamento a aproximadamente 14 mil portadores de hemofilia. No combate ao HIV/AIDS, foi garantido acesso aos medicamentos do coquetel aos 190.000 pacientes que vivem com a enfermidade no Brasil.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE ESQUEMAS TERAPÊUTICOS PARA A TUBERCULOSE DISPONIBILIZADOS PELO SUS (2004-2008)

ANO	PORCENTAGEM (%)
2004	-
2005	83
2006	-
2007	90
2008	90

Fonte: SICPlan

Ainda no âmbito da assistência farmacêutica, assegurou-se o acesso a medicamentos fundamentais para o tratamento de diversas doenças crônicas graves, porém de baixa prevalência.

Esse grupo de medicamentos, de dispensação excepcional, é de alto custo e foi disponibilizado em um quantitativo de 527 milhões unidades farmacêuticas dispensadas em 2009.

A atuação setorial teve importante papel na redução do custo dos medicamentos visando a ampliação do acesso da população.

Nesse sentido, concentra esforços na produção de medicamentos e tecnologia para produtos farmacêuticos de origem sintética e natural, com o objetivo de atender às necessidades complementares das políticas de atenção à saúde.

Nesse campo, ganha relevância o início da produção em 2009 do medicamento Efavirenz, que compõe o coquetel anti-AIDS, de distribuição pública nacional, cujo licenciamento compulsório decretado pelo governo brasileiro em maio de 2007, garantirá aos cofres públicos uma economia de US$ 30 milhões por ano. Em 2009 foram produzidas 17.565.150 de unidades, superando a meta prevista de 12.555.000, em cerca de 40%.

Em relação à Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde, em 2009, um amplo diagnóstico epidemiológico dos agravos e enfermidades relativos à saúde do homem identificou como principais problemas de saúde típicos do sexo masculino: causas externas, doenças do coração e dos aparelhos geniturinário, digestivo e respiratório. Para a inserção desses problemas como prioritários para as políticas de saúde, foi lançada em 2009 a Política Nacional de Apoio Integral à Saúde do Homem, desenvolvida por meio de uma metodologia participativa consensuada entre a gestão do SUS, representatividades profissionais da área de saúde, representações acadêmicas, sociedade civil organizada e representantes das instâncias gestoras.

A atuação governamental em saúde do homem teve início com abordagens de promoção da saúde por meio do atendimento e distribuição de insumos, estimuladas por ações de comunicação e pela qualificação de profissionais. Essa iniciativa visa a criar mecanismos para melhorar a assistência oferecida e romper os obstáculos que impedem os homens de freqüentar as unidades de básicas de saúde.

A expectativa inicial é de que, no mínimo, 5% dos homens na faixa etária de 20 a 59 anos procurem o serviço de saúde ao menos uma vez por ano. Isso significa que 2,3 milhões de homens nessa idade devem buscar atendimento médico.

Em 2009 foram adotadas estratégias para o fortalecimento das parcerias com estados, sociedades de classe e sociedade civil organizada com a finalidade de estabelecer padrões regionalizados para o enfrentamento das questões de saúde da mulher. Essas parcerias tiveram a abrangência de todo o território nacional e resultaram na adesão de grande parte dos municípios brasileiros.

Outra iniciativa importante foi a realização de cursos de capacitação para 511 profissionais de maternidades do SUS de todo país, que foram qualificados para atendimento às urgências/emergências obstétricas.

Destes profissionais, 53 tiveram a extensão para qualificação como tutores para multiplicação nos municípios dos respectivos estados.

Efetivou-se também a implantação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde de Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e sexual com abrangência nacional.

Outras iniciativas relevantes efetivadas em 2009 resultaram no cadastramento de 476 mil mulheres para a realização dos exames pré-natal, sendo que desse quantitativo, 108 mil mulheres já concluíram os exames pré-natal recomendados.

No campo do controle da reprodução humana iniciou-se a aquisição de insumos para o planejamento familiar para disponibilização na rede SUS. Já em relação ao controle das doenças sexualmente transmissíveis ao sexo feminino foram realizadas ações de promoção ao enfrentamento da feminização dessas doenças, da AIDS, bem como a promoção do controle e do tratamento dos cânceres de colo de útero.

Os ciclos da vida humana que abrangem desde o nascimento até a adolescência e juventude têm ações em saúde específicas e abrangentes, enfocando, principalmente: promoção ao aleitamento materno nas unidades básicas de saúde por meio da criação da Rede Amamenta Brasil, que conta com 722 tutores atuando em

343 unidades básicas de saúde e com 4.594 profissionais, com capacitação específica, distribuídos nas 27 unidades da federação, o fortalecimento da prevenção à violência e promoção de cultura de paz voltada para crianças e adolescentes vítimas de violência.

Na década, a mediana aleitamento materno exclusivo aumentou de 23 dias para 54 dias, enquanto o aleitamento materno em geral teve a mediana elevada de 9,9 meses para 11,2 meses.

EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE MORTALIDADE NEONATAL (2004-2008)

ANO	PORCENTAGEM (%)
2004	15,8
2005	-
2006	15
2007	13,5
2008	13,6

Fonte: SIGPlan

EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE LETALIDADE MATERNA HOSPITALAR (2004-2008)

ANO	PORCENTAGEM (%)
2004	29,3
2005	-
2006	24,66
2007	18,6
2008	24,6

Fonte: SIGPlan

No âmbito da atenção à saúde da criança, ações governamentais privilegiaram a redução das iniqüidades regionais na Amazônia Legal e no Nordeste, sendo definida a proposta institucional com atuação focada na implantação de bancos de leite humano, o que resultou em 16 bancos já em funcionamento, além de 11 postos de coleta de leite humano; realização de 16 oficinas de sensibilização de gestores para a implantação modelo Hospital Amigo da Criança em hospitais com mais de 1.000 partos/ano nos estados do Nordeste e Amazônia Legal, com 400 gestores sensibilizados; e ampliação de maternidades com Método Canguru em todos os estados brasileiros por meio da capacitação de 34 profissionais que atuarão como multiplicadores estaduais.

Para a concretização das diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, em 2009 foram distribuídas 3 milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa; 1 milhão de folderes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa; 50 mil exemplares do Guia Prático do Cuidador do Idoso; capacitação em nível técnico 1.800 cuidadores de idosos, capacitação quanto a sensibilização de gestores, profissionais e entidades médicas para a importância da prevenção de quedas.

A continuidade das ações e serviços de atenção às pessoas com deficiência no SUS foi um dos focos prioritários do governo em 2009.

A abrangência dessas ações buscou a intersetorialidade na busca governamental pela inclusão social das pessoas com deficiência.

Com relação à reabilitação, conta-se hoje com 1.198 unidades de saúde para atenção especializada nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência intelectual o que representou em 2009, entre 73% e 92% do número total de unidades previstas para todos os estados da Federação.

Com relação aos recursos aplicados em ações e serviços de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29 (EC 29), de 13 de setembro de 2000, o piso determinado para aplicação mínima pelo MS em 2009, de acordo com o disposto na Portaria MS/GM n. 2047, de 5/3/2003, foi da ordem de R$ 54.143,30 milhões.

O montante empenhado referente a ações e serviços de saúde foi de R$ 58.270,26 milhões, o que correspondeu a 107,6 % do piso determinado para aplicação em ações e serviços de saúde.

No que tange aos restos a pagar inscritos R$ 5.701,88 milhões dos quais foram cancelados R$ 476,01 milhões.

Desse montante cancelado, consta R$ 475,92 milhões relativos a ações e serviços de saúde considerados para fins de cumprimento da EC 29.

5.1.13. Função Comunicações

Nos últimos anos, a área de Comunicações consolidou importantes avanços nas políticas públicas que já vinham se desenhando, a exemplo da universalização dos serviços de inclusão digital, da expansão dos serviços de radiodifusão, da criação e transferência de tecnologia em telecomunicação para o setor privado brasileiro, da regulação do setor de telecomunicações, e da ampliação da rede de atendimento de serviços postais básicos. Em relação aos avanços no marco regulatório do setor de telecomunicações, merece destaque a implementação do Regulamento Geral de Portabilidade (RGP), facultando aos usuários a mudança de prestadora e a manutenção do número do telefone fixo ou do celular.

Somente em 2009, ocorreram mais de três milhões de solicitações de portabilidade numérica.

Também em 2009 foram expedidas diversas resoluções da Anatel com vistas à regulação do setor de telecomunicações, destacando-se a edição de regulamentos sobre radiações indesejadas no uso de sistemas de banda larga por meio de redes de energia elétrica (BPL); sobre aspectos de segurança elétrica dos produtos de telecomunicações; sobre a revisão da norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), elemento importante para a concessão dos reajustes tarifários; sobre a definição de áreas locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC); sobre a metodologia de estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC); e sobre o acompanhamento e controle das obrigações de universalização das STFC.

Em razão da aprovação do Plano Geral de Atualização da Regulação (PGR) ao final de 2008, que estabeleceu metas regulatórias de curto, médio e longo prazos, foi priorizada a elaboração de determinadas normas. Nesse sentido, foram realizadas, em 2009, consultas públicas para debater com a sociedade a proposta de revisão quinquenal dos contratos de concessão do STFC referente ao ciclo 2011-2015, o novo Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC e o novo Plano Geral de Metas para a Universalização do STFC prestado em regime público.

No que se refere à execução orçamentária, a função governamental Comunicações apresentou gastos de R$ 490,57 milhões no exercício de 2009, dos quais R$ 255,76 milhões referentes ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social - OFSS, e R$ 234,81 milhões do Orçamento de Investimentos - OI.

O ano de 2007 apresentou uma execução de R$ 931,73 milhões, valor superior aos demais anos, em virtude do aporte de R$ 200 milhões ao capital social da Telebrás (Medida Provisória nº 405/2007), dos recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) destinados à chamada pública de projetos da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, e de crédito extraordinário para a instalação de Telecentros Comunitários.

A execução do OFSS na função Comunicações diminuiu substancialmente seu patamar nos anos de 2008 e 2009 dada a não influência dos fatores atípicos de 2007 acima apontados; enquanto a execução do OI apresentou uma trajetória levemente crescente, conforme demonstrado a seguir.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO COMUNICAÇÕES 2005/2009

em R$ milhões

COMUNICAÇÕES	EMPENHADO				
	2005	2006	2007	2008	2009
OFSS	372,10	345,33	724,86	296,24	255,76
OI	272,91	217,62	206,92	214,25	234,81
TOTAL	645,01	562,95	931,78	510,49	490,57

Fonte: Siafi/Siest

O peso relativo das subfunções típicas da função governamental Comunicações, Telecomunicações e Comunicações Postais foi de 47,7% da execução no ano de 2009, respondendo respectivamente, por 11,1% e 36,6% da execução, conforme demonstrativo:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO COMUNICAÇÃO POR SUBFUNÇÕES EM 2009 (EM R$ MILHÕES)

DESCRIÇÃO	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas		
Comunicações Postais	179,76	36,6
Telecomunicações	54,32	11,1
Outras Subfunções	256,49	52,3
TOTAL	490,57	100

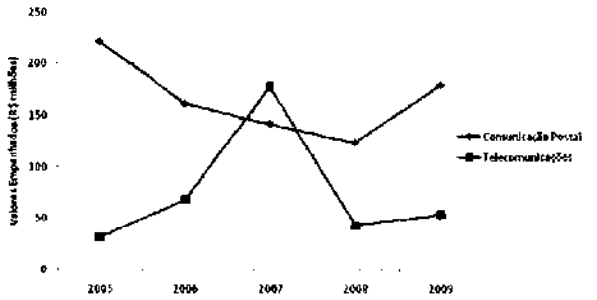
Fonte: Siafi/Siest

A diminuição nos valores executados na subfunção Comunicação Postal, entre 2006 e 2008, foi revertida no exercício de 2009, com um aumento de 44,89% comparado ao exercício anterior, devido principalmente à elevação dos investimentos em melhorias nas unidades da ECT.

Os valores executados na subfunção Telecomunicações foram influenciados, em 2007, por crédito extraordinário para a instalação de Telecentros.

Já a adoção da modalidade de licitação pregão eletrônico para os Telecentros Comunitários em 2007, influenciou o patamar dos valores observados em 2008 e 2009, conforme gráfico a seguir.

Valores líquidos nas subfunções típicas 2005/2009



Inovação Tecnológica em Telecomunicações

Entre os setores econômicos, as telecomunicações ocupam lugar de destaque por serem essenciais à capacidade de competição nacional. No cenário anterior à privatização, a formulação e implementação da política tecnológica no Brasil eram alicerçadas no poder de compra do Sistema Telebrás, e na capacidade de geração tecnológica e interação com o setor privado nacional da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). Com a abertura do setor à competição, o quadro anterior foi substancialmente alterado, ocorrendo aumento do volume de importações e consequentemente a redução da participação das empresas de capital nacional no mercado brasileiro de telecomunicações.

Para ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) estimula o processo de inovação tecnológica setorial, incentivando a capacitação de recursos humanos, o fomento e a geração de empregos, além de promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital.

A Resolução n.º 40/2007 do Conselho Gestor do Funttel (CGF) definiu as áreas temáticas nas quais devem ser concentrados os investimentos para o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações brasileiras: tecnologias de acesso e difusão sem fio; plataformas de serviços baseadas em redes IP de próxima geração; plataformas de suporte à produção e difusão de conteúdos digitais; tecnologias de transporte e de acesso em fibra ótica; e plataformas de gerência de redes, serviços e aplicações.

Estudo encomendado pelo CGF e realizado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sobre os projetos apoiados com recursos do Funttel, contratados por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), mostrou que os principais impactos dos investimentos realizados no período de 2001 a 2007, foram:

- 127 inovações tecnológicas, das quais 24 em escala mundial, nas áreas de comunicação por satélites, redes de comunicação, telefonia e TV digital;
- Envolvimento de cerca de 1.000 profissionais no desenvolvimento dos projetos, e mais de 500 empregos gerados em decorrência dos resultados alcançados, criados principalmente na área de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e em empresas de telefonia;
- Retorno financeiro dos projetos de R$ 2,66 para cada R$ 1 de investimentos do Funttel, calculado desde o início da execução de cada projeto até 2010; e
- Disseminação dos conhecimentos produzidos, por meio de parcerias de cada organização beneficiada com, em média, 4,1 parceiros, empresas ou institutos de pesquisa.

O Funttel apoia ainda vários projetos ligados à TV digital brasileira, cujos principais desenvolvimentos, em andamento, referem-se a: (a) serviços interativos multiplataforma, baseados em receptores de TV como terminal de usuário, nas áreas de governo eletrônico, acesso a conteúdos sob demanda, comércio eletrônico, educação à distância e jogos; (b) padrão para descrição de conteúdo educacional que possibilite sua veiculação tanto pela televisão digital, quanto pela *Internet*, ou ainda por dispositivos móveis, como os aparelhos celulares; e (c) plataforma de autoria de objetos de aprendizagem interativos e interoperáveis.

Foram realizadas em 2009 duas Chamadas Públicas do Funttel, no montante de R$ 110 milhões, para contratação de projetos de pesquisa prospectiva e de desenvolvimento tecnológico e industrial. As áreas temáticas incluíram produtos e componentes para sistemas de comunicação de banda larga sem fio, inovações em plataformas de serviços baseadas na conectividade IP, equipamentos e componentes para transporte e acesso óptico e aplicativos interativos para TV Digital e dispositivos móveis com impactos nas áreas de saúde, educação, acessibilidade, e governo eletrônico.

De um total de 186 propostas apresentadas na primeira Chamada Pública, foram aprovados 26 projetos no valor total de R$ 95.000.501,83.

Na segunda Chamada, das 58 propostas apresentadas, foram aprovados cinco projetos no valor total de R$ 14.384.642,84.

O valor empenhado em 2009 foi de R$ 40.154.273,00, dos quais R$ 26.955.067,00 referentes aos projetos aprovados no Plano de Aplicação de Recursos da Fundação CPqD que prevê investimentos da ordem de R$ 210.000.000,00 nas áreas de Comunicações Ópticas Avançadas, Comunicações sem Fio de 4ª Geração, Sistemas de Gerenciamento e Operação e Aplicativos de segurança e acessibilidade para dispositivos móveis; e R$ 12.798.086,00 referentes à parcela dos projetos selecionados nas Chamadas Públicas de 2009.

TV Digital (Não-Orçamentária)

O Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD) visa proporcionar ganhos de qualidade de som e imagem para os usuários e a possibilidade de utilização de mais uma ferramenta para a inclusão digital.

A Portaria n.º 652/2006 estabeleceu um cronograma para início oficial das transmissões de TV Digital. Em 2007 foram consignados 16 canais de TV Digital, sendo 10 para a cidade de São Paulo e seis para a cidade de Belo Horizonte. Durante o ano de 2008, as consignações foram estendidas para Goiânia, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador e Cuiabá, além da cidade de Campinas, constituindo-se um grande marco no desenvolvimento das comunicações brasileiras. Em 2009, as consignações de TV Digital atingiram outras 12 capitais e 14 cidades do interior do País, além do início das consignações de Retransmissão de Televisão Digital (RTV-D), que contemplaram 10 Capitais. Com isso, a operação das transmissões de TV Digital já está presente em 250 municípios, atingindo 75,6 milhões de brasileiros.

A escolha do padrão a ser utilizado para a TV Digital brasileira foi orientada, em grande medida, a partir de resultados de projetos de 22 consórcios, que desenvolveram diversas tecnologias associadas à TV Digital, apoiados desde 2005 com recursos do Funttel. Entre estas, destaca-se a proposta de aperfeiçoamento do padrão japonês por meio da utilização da tecnologia de compressão de vídeo H.264.

Outro desenvolvimento importante foi o do *software* que possibilita a interatividade do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre: o *middleware* GINGA. Em 2009, a União Internacional de Telecomunicações estabeleceu o GINGA como padrão internacional para interatividade em IPTV, o primeiro padrão brasileiro a ser reconhecido como padrão mundial por um organismo internacional. Importante destacar a adesão de países vizinhos ao padrão nipo-brasileiro, sendo o Peru o primeiro país latino-americano a adotar o sistema, seguido pela Argentina, Chile e Venezuela. Espera-se ainda a adesão de Equador, Bolívia e Paraguai.

Inclusão Digital (Não-Orçamentária)

O Programa de Inclusão Digital vem se consolidando como um importante instrumento de inclusão social, principalmente para os que vivem em áreas rurais e isoladas ou em situação de vulnerabilidade social, além de contribuir para as políticas públicas de Educação (presencial e a distância), Saúde e Previdência Social.

A política de inclusão digital vem produzindo efeitos positivos nos indicadores de acesso às tecnologias de informação e comunicação. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2005, 18,6% dos domicílios possuíam computador, passando para 31,2% em 2008. Já quanto ao percentual de pessoas que utilizaram a *Internet* na população de 10 anos ou mais de idade, observamos um crescimento de 20,9% para 34,8%, no mesmo período.

Merece destaque, entre as políticas de inclusão digital, a Ação Operação do Sistema de Banda Larga - Gesac, que leva a *Internet*, por meio de conexão terrestre ou via satélite, a todos os municípios brasileiros, com prioridade a localidades remotas e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de forma a contemplar populações variadas: comunidades quilombolas, ribeirinhas extrativistas, aldeias indígenas, zonas rurais, periferias urbanas, escolas públicas, telecentros comunitários e pontos remotos de fronteira, entre outros. A rede Gesac conta com aproximadamente 10.800 pontos instalados, atendendo 5.564 municípios.

Outra iniciativa é a implantação dos Telecentros Comunitários, que passou por uma importante mudança ao adotar a modalidade de execução direta e não mais a de transferência voluntária aos municípios, permitindo a implantação de pelo menos um Telecentro Comunitário em cada um dos 5.564 municípios do Brasil, além da redução de 60% nos custos por meio da utilização do Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços. Em 2009, foram empenhados e executados neste Programa R$ 55,68 milhões, e pagos R$ 18,13 milhões.

Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos

Em 2009, o MC concluiu os procedimentos da ação de fiscalização nos Telecentros Comunitários por meio de Termo de Convênio, afim de garantir a efetividade do Programa Inclusão Digital e da Política Pública de Inclusão Digital. Neste exercício, foram empenhados e executados nesta ação R$ 21,45 milhões.

A adesão e cadastro ao Programa atingiram 98% dos municípios brasileiros em 2009, permitindo a entrega e montagem de pelo menos um Telecentro Comunitário nesses municípios, sendo que a meta do Programa é atender a todos, que contarão com pelo menos um Telecentro Comunitário e conexão à Internet pelo Gesac até meados de 2010, alcançando, assim, a universalização do Programa e da Política Pública de Inclusão Digital.

No que se refere à conexão dos Telecentros Comunitários à Internet, o contrato vencedor da licitação para conexão de 12.000 pontos de presença Gesac previa a conexão de todas as unidades até o final de 2009, fato este que não

aconteceu em virtude de problemas ocorridos com a distribuição geográfica dos pontos, ficando sem Internet, até esta data, 1.762 Telecentros Comunitários em Municípios de todos os Estados da Federação, cuja solução deste problema estará resolvida até junho de 2010.

A qualificação, capacitação e treinamento dos Coordenadores/Monitores dos Telecentros Comunitários na Plataforma baseada em Software Livre teve início em novembro de 2009 e deverão ser concluídos até 15 de maio de 2010, haja vista a complexidade deste procedimento por parte dos Institutos Federais de Educação Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Os Institutos Federais de Educação Tecnológica – IFET's assumiram a responsabilidade de executar o supracitado treinamento, capacitando servidores públicos municipais nesta tecnologia para atender os usuários dos Telecentros Comunitários.

Operação do Sistema de Acesso Banda Larga

No final do ano de 2007, o Gesac mantinha em operação 3.450 Pontos de Presença, conectados gratuitamente à Internet Banda Larga. A partir da conclusão do processo licitatório, ocorrida em agosto de 2008, que teve como vencedor um consórcio de empresas lideradas pela Embratel, foram atendidas mais 8.500 comunidades até o final de 2009, totalizando 11.929 Pontos de Presença espalhados por todo o território nacional, ampliando significativamente o alcance do programa, de forma a que todos os municípios brasileiros terão, no mínimo, um Ponto de Presença Gesac em operação.

Em relação ao provimento de conectividade, o contrato recém firmado contém vantagens se comparado ao anterior, visto que utiliza o que há de mais moderno em relação à tecnologia e velocidades customizadas de acordo com o perfil de cada parceiro. É importante destacar que a modalidade Pregão, utilizada no certame, possibilitou uma significativa redução no custo do serviço se comparado ao contrato anterior.

As velocidades disponibilizadas variam de 256 kbps, sugerida para Escolas Rurais (pequena quantidade de alunos) até 8 Mbps, para utilização pelas Universidades Abertas do Brasil e pelo projeto de Telemedicina, o qual é realizado pelo Ministério das Comunicações em parceria com a UFAM – Universidade Federal do Amazonas e com a UEA – Universidade do Estado do Amazonas.

O projeto Telemedicina já se encontra em fase de testes e produzindo resultados reais, atendendo a municípios distantes de Manaus e com dificuldades de acesso. Em 2009, foram empenhados e executados nesta ação R$ 31,76 milhões, sendo pagos R$ 18,04 milhões.

Outorga de Serviços de Radiodifusão

O objetivo do Programa é a universalização desses serviços, buscando a difusão da cultura e da educação, o aperfeiçoamento da cidadania e transparência governamental, cujas ações envolvem a concessão de outorgas nas modalidades de Radiodifusão Comunitária, Televisão Digital e os serviços comerciais de Frequencia Modulada (FM), Ondas Médias (OM), Ondas Curtas (OC) e Televisão (TV). Em 2009, 61,8% dos municípios brasileiros dispõem de pelo menos um serviço local de radiodifusão.

A meta do programa, até o final de 2011, é que pelo menos 80% do total de municípios brasileiros (4.452 municípios) sejam contemplados com este serviço.

A publicação de Avisos de Habilitação para Radiodifusão Comunitária nos últimos anos permitiu que, em 2008, 99,86% de municípios do país fossem contemplados com Aviso, primeiro passo para a instalação efetiva de uma emissora de radiodifusão comunitária. E

Em 2009, a publicação de Avisos atingiu 463 localidades, englobando também aquelas anteriormente contempladas que não tiveram entidades interessadas ou que possuiam condições técnicas para instalação de novas emissoras.

Com isso, apenas os municípios recém-criados ou com problemas de espectro radioelétrico ainda não foram contemplados.

Até o final de 2009, haviam 3.890 entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o Brasil e mais de 200 processos em análise para posterior decisão sobre a efetivação das outorgas.

O quadro demonstra os avanços nas outorgas dos Serviços de Radiodifusão nos últimos cinco anos.

QUADRO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

ANO	SERVIÇO									TOTAL
	FM	FM E	TV	TV E	TV Digital	OM	RADCOM	RTV	RTV D	
2005	58	42	5	18	-	1	207	50	-	381
2006	256	5	-	8	-	1	298	135	-	703
2007	70	6	0	2	17	5	366	44	-	510
2008	55	6	-	2	42	-	374	81	-	560
2009	131	5	2	1	93	14	398	153	10	807
TOTAL	570	64	7	31	152	21	1643	463	10	2,961

Fonte: Ministério das Comunicações
FM – Frequencia Modulada; FM E - Frequencia Modulada Educativa; TV – Televisão; TV E – Televisão Educativa; TV Digital – Televisão Digital; OM – Ondas Médias; RADCOM – Radio Comunitária; RTV – Retransmissora de Televisão; RTV D - Retransmissora de Televisão Digital

Aprimoramento dos Serviços Postais

O objetivo do Programa é garantir o acesso e a qualidade dos serviços postais prestados à população. Para tanto, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT visa:

a) a prestação de serviços postais básicos, em nível mínimo de distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes;

b) o acesso aos serviços oferecidos em produtos pré-selados e ao envio de objetos postais sem registro em cidades com população igual ou superior a 100 mil habitantes, dentro de um raio máximo de dois quilômetros;

c) a implantação de Agência de Correio Comunitária – AGC, em substituição à Agência de Correios Satélite – ACS e ao Posto de Correios – PC; e

d) a regulamentação da distribuição postal de objetos dos serviços de carta, de telegrama, de impresso e de encomenda não urgente.

A ECT utiliza estratégias de implementação do Programa como parcerias com entidades públicas e privadas para a instalação e operação de unidades de atendimento e de distribuição postal e instituições públicas e privadas com vistas à ampliação da prestação dos serviços sociais e à promoção da inclusão digital; instalação de unidades próprias para atendimento, processamento e distribuição postal e a reestruturação da Empresa, visando garantir melhores condições para ampliar o acesso da sociedade aos serviços prestados.

Em 2009, o atendimento ao objetivo do Programa apoiou-se, primeiro, em uma rede de produção e distribuição composta por: 16 Centros de Tratamento de Cartas – CTC, 13 Centros de Tratamento de Encomendas – CTE, 25 Centros de Tratamento de Cartas e Encomendas – CTCE, 2 Centros de Tratamento de Correio Internacional – CTCI, 899 Centros de Distribuição Domiciliária – CDD, 115 Centros de Entrega de Encomendas – CEE, 7 Centros de Serviços Telemáticos – CST, 10 Centros de Logística Integrada – CLI, 39 Centros de Transporte Operacional – CTO e 7 Terminais de Carga – TECA (Aérea e de Superfície).

Segundo, em uma rede de atendimento composta por: Agências Próprias e Terceirizadas; Unidades Terceirizadas (Posto de Venda de Produtos – PVP) e Caixas de Coletas – CC distribuídas em todas as Unidades da Federação, cabendo ressaltar a inauguração de 134 agências próprias no ano, de um total previsto de 151 unidades.

A ECT proporcionou em 2009 o atendimento a 49 distritos até então desprovidos dos serviços postais básicos. Os investimentos do Programa totalizaram R$ 179,76 milhões.

Manutenção e Adequação da Infraestrutura de Produção e Distribuição

O atendimento ao público pela ação Adequação da Infraestrutura de Atendimento alcançou 74,0% em relação à dotação disponibilizada de R$ 24,43 milhões.

A ECT deu continuidade à atividade de Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição, investindo 74,6% da dotação disponibilizada para o ano de 2009, no valor total de R$ 30,86 milhões, objetivando a manutenção do serviço e assegurando os indicadores de qualidade operacional e de desempenho operacional, de 93,86% e de 95,92% até novembro/09, respectivamente.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2009 PARA O PROGRAMA APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS

(em R$ mil)

PROGRAMA/AÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	VAR%
Aprimoramento dos Serviços Postais (Atividades)	118.884	89.729	75,4
Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição	41.351	30.861	74,6
Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Correios	77.533	58.868	75,9
Aprimoramento dos Serviços Postais (Projetos)	186.218	90.027	48,3
Adequação da Infraestrutura de Produção e Distribuição	153.218	65.597	42,8
Adequação da Infraestrutura de Atendimento – Correios	33.000	24.430	74,0
TOTAL	305.102	179.756	58,9

Fonte: ERP/LCT – DEZEMBRO/09

Quanto ao esforço contínuo da ECT para atingir a qualidade no atendimento, vale destacar a aplicação das dotações disponibilizadas para as atividades Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Correios, atingindo em 2009 uma execução orçamentária de 75,9% da dotação reprogramada, no valor de R$ 58,87 milhões.

Em relação aos quatro anos anteriores a 2009, a ECT verificou variações significativas na execução orçamentária total do Programa Aprimoramento dos Serviços Postais, conforme demonstra a tabela a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS POSTAIS - 2005/ 2009

(em R$ mil)

PROGRAMA/AÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Aprimoramento dos Serviços Postais (Atividades)	37.365	32.573	53.645	79.256	89.729	292.508
Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição	17.382	13.938	21.030	45.645	30.861	128.856
Manutenção da Infraestrutura de Atendimento - Correios	19.983	18.575	32.615	33.611	58.868	163.652
Aprimoramento dos Serviços Postais (Projetos)	184.928	128.932	88.220	44.809	90.027	536.916
Adequação da Infraestrutura de Produção e Distribuição	171.413	109.802	68.992	27.031	65.597	442.835
Adequação da Infraestrutura de Atendimento – Correios	13.515	19.130	19.228	17.778	24.430	94.081
TOTAL	222.293	161.445	141.865	124.065	179.756	829.424

Fonte: ERP/ECT – 2005 a 2009

Os valores realizados nos últimos cinco anos para a ação de Adequação da Infraestrutura de Produção e Distribuição oscilaram entre R$ 171,41 milhões, em 2005, e R$ 27,03 milhões, em 2008.

A variação anual se deve a execuções referentes aos projetos de Ampliação e Renovação da Frota que compõem esta ação, nos valores: de R$ 10,90 milhões e R$ 68,92 milhões, em 2005; de R$ 8,84 milhões e R$ 65,52 milhões, em 2006; e aos valores bastante inferiores nos três anos seguintes, especialmente em 2008, que atingiram R$ 0,35 milhões e R$ 0,13 milhões, respectivamente, em razão da não conclusão de processo de aquisição de veículos previstos à época.

Por outro lado, as ações de Manutenção da Infraestrutura de Atendimento, Produção e Distribuição têm demonstrado o crescimento dos valores executados nos últimos anos, em razão da necessidade de melhorias em unidades existentes e do atendimento das recomendações do Termo de Ajustamento de Conduta (TCAC) n.º 038/2007 e aditivos, firmados entre a ECT e o Ministério Público do Trabalho.

Verifica-se que estas atividades possuem uma execução de R$ 37,37 milhões, em 2005, e de R$ 89,73 milhões, no encerramento do exercício de 2009.

Qualidade dos Serviços de Telecomunicações

No âmbito da função governamental de Comunicação, o Programa contempla as ações relacionadas às principais atribuições da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel: Regulamentação dos Serviços de Telecomunicações, Fiscalização em Telecomunicações, Relações com os Usuários dos Serviços de Telecomunicações, Certificação e Homologação dos Produtos de Comunicação, Gestão de Recursos, Numeração, Espectro e Órbita, Outorga dos Serviços de Telecomunicações e Gestão Econômica da Prestação dos Serviços de Telecomunicações.

Além destas, o programa contempla as ações: Capacitação dos Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, Publicidade de Utilidade Pública e Aquisição de Unidades Administrativas.

Esse programa tem a finalidade de garantir condições para o acesso da população às telecomunicações, protegendo o interesse dos consumidores e usuários de serviços quanto a preço e qualidade, por meio de ações de acompanhamento e avaliação da consistência regulatória e promover o setor de telecomunicações no Brasil.

Para isso, a Anatel promove a adequação da regulamentação às necessidades da sociedade brasileira e do mercado de telecomunicações por meio da elaboração de regulamentos, do gerenciamento das alterações em atos, termos e contratos de prestação de serviços, da administração do uso do espectro, do uso de órbitas e das faixas de frequência, da administração dos recursos de numeração, da certificação e fiscalização de produtos fornecidos para a prestação dos serviços de telecomunicações, da fiscalização dos serviços de telecomunicações prestados pelas outorgadas, entre outras atividades.

Para o exercício de 2009 a Lei Orçamentária Anual (LOA/2009) definiu o montante de R$ 111.480.247,00.

Deste valor, foram empenhados e liquidados R$ 55.174.423,94, sendo que foram pagos R$ 36.528.001,65, e R$ 18.644.870,42 inscritos em Restos a Pagar.

Regulamentação dos Serviços de Telecomunicações

A Anatel publicou 9 dos 35 regulamentos previstos para 2009, voltados para a Telefonia Fixa, Telefonia Móvel, Serviços de Comunicação de Massa, Universalização dos Serviços de Telecomunicações, Certificação e Homologação dos Produtos de Comunicação e Administração do Espectro, encontrando-se os demais em processo de avaliação jurídica e de deliberação pelo Conselho Diretor da Agência.

No tocante ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), dos 16 regulamentos previstos, foram publicados apenas três, em virtude da necessidade de revisão do planejamento e da priorização de determinados regulamentos, decorrente da aprovação do Plano Geral de Atualização da Regulação (PGR) ao final de 2008 e da publicação das Consultas Públicas n.º 11, sobre a revisão quinquenal dos Contratos de Concessão do STFC referente ao ciclo 2011-2015, e n.º 14, sobre o novo Plano Geral de Metas de Qualidade para o STFC, que vigorará a partir de 2011.

Os três regulamentos publicados foram: Resolução n.º 532/009, que aprovou a Revisão da Norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST); Resolução n.º 534/2009, que efetuou alterações no Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC; e Resolução n.º 535/2009, que aprovou a Metodologia de Estimativa do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC).

Para os Serviços Privados, em razão do alto grau de complexidade dos trabalhos, não foi possível publicar os regulamentos previstos para 2009.

Foram colocadas em Consulta Pública, no mês de dezembro, as seguintes propostas: Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal por meio de Rede Virtual (RRV-SMP); Alterações no Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura: Fraseologia – Gravações das ligações dirigidas às Centrais de Atendimento; Edital de Licitação Banda H e Sobras de Radiofrequências, em cumprimento à ação de curto prazo do PGR; e a Revisão do Regulamento do Serviço de Rádio do Cidadão.

A Revisão do Regulamento do Serviço de Radioamador encontra-se na Procuradoria Federal Especializada e, em seguida, seguirá para avaliação do Conselho Diretor.

A proposta de Consulta Pública referente à revisão do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia foi encaminhada à análise no Conselho Diretor da Agência em 30 de novembro de 2009.

No que concerne aos Serviços de Comunicação de Massa, em 2009 foi publicada a Resolução n.º 528, de 17 de abril, que aprovou a alteração do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de TV por Assinatura, aprimorando sua redação e alinhando-a com o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor.

Em relação à Universalização, dos dois regulamentos previstos para 2009, foi publicado o Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização que estabelece os critérios e procedimentos para acompanhamento e controle do cumprimento das obrigações de Universalização do STFC.

O segundo regulamento previsto, a proposta de Plano de Metas para a Universalização do STFC em Localidades com Menos de Cem Habitantes (PMU II), que visa complementar o atendimento do Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU), foi aprovada pelo Conselho Diretor em 8 de outubro de 2009, e será submetida à apreciação do Conselho Consultivo da Agência, com vistas ao encaminhamento ao Ministério das Comunicações e posterior aprovação por meio de Decreto Presidencial.

Quanto à ação de Certificação e Homologação dos Produtos de Comunicação e Administração do Espectro, foram publicados quatro dos dez regulamentos previstos: a Resolução n.º 529 – Regulamento para Certificação de Equipamentos de Telecomunicações quanto aos Aspectos de Segurança Elétrica; a Resolução n.º 533 – Norma para Certificação e Homologação de Equipamentos de Telecomunicações quanto aos Aspectos da Avaliação da Taxa de Absorção Específica (SAR); a Resolução n.º 527 – Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências por Sistemas de Banda Larga por meio de Redes de Energia Elétrica; e a Resolução n.º 531 – Regulamento de Condições de Uso de Radiofrequência para Fins Exclusivamente Militares.

Com relação ao orçamento da ação de regulamentação dos serviços de telecomunicações, a dotação foi de R$ 10.404.534,00. Foram empenhados e liquidados R$ 2.289.587,35, pagos R$ 2.018.427,52, e inscritos em Restos a Pagar R$ 271.159,83.

Do valor empenhado, a maior parte destinou-se às despesas de viagens, que permitiram representantes da Anatel cumprir suas responsabilidades legais e regimentais em importantes fóruns do setor de telecomunicações, tais como reuniões da Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel), Fórum Mundial sobre Políticas de Telecomunicações (FMPT), Reguladores Europeus e Latino-Americanos (Regulatel), União Internacional das Telecomunicações (UIT), Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul, Fórum de Governança da Internet (IGF), entre outros.

A parte da dotação autorizada que não foi executada destinava-se à contratação de estudos diversos que não puderam sê-lo, em virtude de dificuldades para conclusão de processo licitatório, mudança de escopo e postergação da contratação para o próximo exercício em razão de adequações regulatórias.

Fiscalização em Telecomunicações

Presente em todas as Unidades da Federação, a Anatel dedicou 565.206 horas diretamente em atividades de fiscalização em 2009, correspondentes a 150.515 ações de fiscalização em 13.301 entidades. Essas ações de fiscalização representaram 100,52% do previsto para o exercício.

Ressalte-se que, do total de horas utilizadas em ações de fiscalização, 502.032 horas (89%) foram empregadas em serviços de interesse coletivo, sendo que, destas, 319.340 horas (64%) foram utilizadas em atividades com impacto direto em benefício do cidadão.

Em 2009, a LOA estabeleceu o valor de R$ 75.236.872,00.

Com vistas à adequação do orçamento, em virtude de corte no valor definido no PLOA/2009, realizou-se o remanejamento de dotação, com transferência de R$ 10.000.000,00 das despesas de Investimentos para Despesas Correntes.

Cumpre ressaltar que parte da dotação dessa ação destina-se a viabilizar as despesas necessárias à atividade fiscalizadora da Agência.

Relativamente às despesas correntes, foram empenhados R$ 30.231.666,82, sendo liquidados e pagos R$ 20.477.285,23. Foram inscritos em Restos a Pagar R$ 9.752.829,72.

Com vistas a custear a manutenção das unidades descentralizadas da Anatel, foram empenhados R$ 17.453.661,91, excluídas as despesas com viagens.

No âmbito da sede, excluídas as despesas com viagens da fiscalização, foram empenhados R$ 7.896.383,48.

Esse valor destinou-se a cobrir despesas com serviços associados ao Sistema de Gerência e Modernização do Espectro (SGME), calibração de instrumentos, seguro das Unidades Móveis de Radiomonitoragem (UMR) entre outros. Em 2009, Anatel empenhou R$ 4.881.621,431 com despesa de viagem para fiscalização.

No tocante às despesas de investimentos, em virtude do forte contingenciamento imposto à Anatel, foi alocado o limite de R$ 3.060.394,00. Esse valor foi empenhado em 99,4% com a aquisição de equipamentos para modernização do Sistema de Gerência e Modernização do Espectro (SGME), aquisição de equipamentos como rádio *scanners* transceptores, antenas e amplificadores, filtros para análise de sinais de radiofrequência de serviços aeronáuticos, entre outros. Foram pagos R$ 563.677,11 e inscritos em Restos a Pagar R$ 2.478.593,08.

Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações

Em 2009, a intervenção da Anatel no relacionamento entre usuários e operadoras assegurou a solução de 98,15% das reclamações registradas, o que corresponde ao melhor índice dos últimos cinco anos, permitindo reduzir a assimetria entre esses segmentos na medida em que reforça o poder de questionamento e demanda dos primeiros e explicita os deveres e as obrigações dos segundos.

Do total de 3,7 milhões de atendimentos de solicitações, 93,10% foram realizados na Central de Atendimento da Anatel sendo, 6,38% pelo Fale Conosco e 0,52% pelos demais canais.

Das interações com os usuários, 58,43% referem-se a pedidos de informações resolvidas no primeiro contato com a Agência e ao acompanhamento de suas solicitações, o que denota maior esclarecimento e capacidade crítica dos usuários acerca dos regulamentos dos serviços e de seus direitos.

Relativamente às solicitações acolhidas, verifica-se aumento de 24,10% no número de ocorrências em relação ao ano anterior, perfazendo 1.545.237 registros, correspondendo a 41,57% dos atendimentos de solicitações. Desses registros, 1.492.992 se referem a reclamações, 35.520 pedidos de informações, 11.815 denúncias, 2.252 sugestões e 2.658 elogios.

As reclamações vêm merecendo crescente atenção da Agência, pois representam oportunidades de melhorias concretas para os usuários e indicam as áreas e temas que requerem atuação mais efetiva junto às operadoras.

As 670.574 reclamações referentes ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) e as 546.326 referentes ao Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), respectivamente a 44,91% e 36,59% do total concentraram mais de 80% das demandas dos usuários, o que fez com a Agência direcionasse maior esforço em ações nestes dois segmentos.

O Serviço de Comunicação Multimídia, que concorreu com 13,42% das solicitações, mereceu atenção especial em 2009 em função do crescimento expressivo da oferta de serviços de banda larga no Brasil nos últimos anos.

Concorreu também para o aumento de reclamações, a ocorrência de paralisações na planta da Telesp, no estado de São Paulo, fato que gerou medida cautelar expedida pela Anatel e que levou a suspensão temporária da comercialização desse serviço.

Em paralelo à criação e instalação do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST), em junho de 2009, outro fato relevante no exercício em questão foi a criação do Índice de Desempenho no Atendimento – IDA.

Instituído em janeiro de 2009 pela Anatel, o IDA tem a finalidade de incentivar as prestadoras a aperfeiçoar o tratamento de reclamações, tornando-as mais céleres e eficazes na resolução de problemas apontados pelos usuários.

Essa métrica permite avaliar a capacidade de a prestadora atender às demandas no prazo de cinco dias, de diminuir a quantidade de reclamações, de reduzir pendências e de evitar reincidências, elevando a satisfação com as soluções apresentadas.

O índice tornou-se um indicador importante entre as operadoras para aferição do nível da prestação de serviços de telecomunicações, proporcionando ao mercado e à sociedade melhor visibilidade acerca do desempenho das empresas do setor.

Para a execução das atividades necessárias à defesa e garantia dos direitos dos usuários, a LOA/2009 estabeleceu o montante de R$ 17.025.687,00.

Foram empenhados R$ 14.721.378,63, pagos R$ 9.891.333,16, e inscritos R$ 4.830.045,47 em Restos a Pagar. Com vistas a assegurar a manutenção da Central de Atendimento da Agência, foram empenhados R$ 8.158.901,091 com contratação de empresa para prestação de serviço de atendimento ao usuário e R$ 5.978.728,771 com despesas de telefonia. Estas despesas contribuíram para o acompanhamento, orientação e avaliação do tratamento das solicitações nos escritórios regionais da Anatel e nas prestadoras dos Serviços de Telefonia Móvel, Fixa e de TV por Assinatura..

5.1.14. Função Relações Exteriores

O Ministério das Relações Exteriores é o órgão político-administrativo encarregado de auxiliar o Presidente da República na formulação da política externa, assegurar sua execução e manter relações com os Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais, promovendo os interesses nacionais e articulando as ações do governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados e ao princípio da não-intervenção.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES
VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO "RELAÇÕES EXTERIORES" 2005/2009

em R$ milhões

RELAÇÕES EXTERIORES	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	1.517,6	1.380,4	1.462,4	1.892,1	1.521,5	7.774,1

Fonte: COF - MRE - Base: 12/2009.

Os valores empenhados na função "Relações Exteriores", entre os anos de 2005 e 2009, não variaram significativamente. Em 2009, o valor empenhado foi de aproximadamente R$ 1.521.512.290,76, que é relativamente parecido à média dos valores empenhados nesses cinco anos, de R$ 1.551.481.089.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2005

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	937,7	59,6	8,7	5,5	947,4	56,37
211 - Relações Diplomáticas	508,4	33,4	-	-	508,4	30,27
212 - Cooperação Internacional	429,3	28,2	8,7	5,5	438	26,1
Outras Subfunções	614,6	40,4	15,6	9,8	630,2	37,5
TOTAL	1.552,3		24,3		1.576,6	

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2006

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	749,8	54,1	0,2	0,1	750	49
211 - Relações Diplomáticas	444	32	-	-	444	29
212 - Cooperação Internacional	305,8	22,1	0,2	0,1	306	20
Outras Subfunções	636,3	45,9	0,7	0,5	637	41,6
TOTAL	1.386,1		0,9		1.387,0	

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2007

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	776,9	52,7	0,2	0,1	777,1	47,4
211 - Relações Diplomáticas	468,6	31,8	-	-	468,6	28,6
212 - Cooperação Internacional	308,3	20,9	0,2	0,1	308,5	18,8
Outras Subfunções	696,9	47,3	0,3	0,2	697,2	42,5
TOTAL	1.473,8		0,5		1.474,3	

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2008

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	1031,5	54,2	0,3	0,18	1031,8	49,3
211 - Relações Diplomáticas	663,1	34,8	-		663,1	31,7
212 - Cooperação Internacional	368,4	19,4	0,3	0,18	368,7	17,6
Outras Subfunções	872,3	45,8	1,8	1	874,1	41,8
TOTAL	1.903,8		2,1		1.905,9	

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

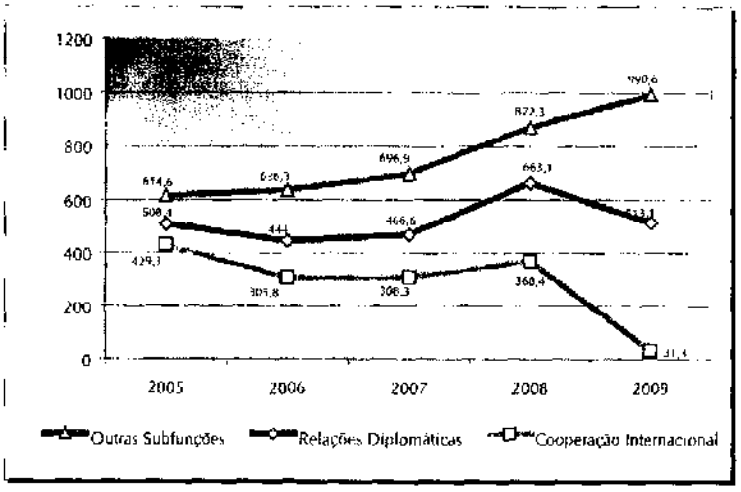
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2009

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	544,4	35,4	-	-	544,4	
211 - Relações Diplomáticas	513,1	33,4	-	-	513,1	29,2
212 - Cooperação Internacional	31,3	2	-	-	31,3	1,8
Outras Subfunções	990,6	64,6	3,8	1,74	994,4	56,6
TOTAL	1.535		3,8		1.538,8	

Fonte: Siafi Gerencial - Base: 02/02/10

EMPENHOS EMITIDOS PELAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES
(EM R$ MILHÕES)



O gráfico acima registra a evolução dos empenhos emitidos pelas subfunções da função Relações Exteriores. A subfunção Relações Diplomáticas manteve-se ascendente entre os anos 2005 e 2008, com queda no empenho de 2009, que, no entanto, permaneceu em nível superior ao de 2005. A subfunção Cooperação Internacional teve um comportamento levemente descendente entre 2005 e 2008 e uma queda maior em 2009. O item Outras Funções reúne as subfunções não típicas da função Relações Exteriores, as quais apresentaram movimento ascendente no decorrer dos cinco anos em análise.

Programas Estruturantes em 2009

em R$ 1,00

PROGRAMA	LOA + CRÉDITOS	DISPONÍVEL	A LIQUIDAR	LIQUIDADO	% EMPENHADO
0355 - Promoção das Exportações	18.747.181,22	3.059.358,68	244.132,42	15.443.690,12	83,68
0682 - Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior	35.274.724,24	897.350,58	748.929,33	33.628.444,33	97,46
0683 - Gestão da Política Externa	66.136.365,45	13.908.516,68	1.813.352,90	50.414.495,87	78,97
0685 - Ensino Profissional Diplomático	3.404.063,36	588.561,62	251.036,97	2.564.464,77	82,71
1264 - Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular	528.211.944,47	127.869.015,26	8.323.362,53	392.019.566,68	75,79
TOTAL	651.774.278,74	146.322.802,82	11.380.814,15	494.070.661,77	77,37

Este quadro demonstra que os cinco projetos estruturantes do Itamaraty apresentaram uma realização média de aproximadamente 78%.

O Programa – Promoção das Exportações – empenhou aproximadamente 84% dos recursos disponibilizados. Uma série de fatores contribuiu para que esse programa não obtivesse um percentual de execução mais elevado. O orçamento reservado a promoção comercial não foi aproveitado em sua totalidade, uma vez que a crise financeira internacional provocou uma atitude de cautela no mundo empresarial, de modo geral. Eventos e missões empresariais que foram aventados para serem realizados em 2009 não o foram, como foi o caso, por exemplo, da realização da "Semana Brasil-Bolívia de Moda", que, previa-se, envolveria a organização de uma série de eventos, dentre os quais seminários e workshops. Produziu-se igualmente uma retração do número de eventos paralelos implementados em visitas presidenciais. De forma geral, houve retração do interesse de companhias brasileiras em expor seus produtos em feiras e mostras, privilegiando outras formas, menos onerosas, de promoção de negócios, devido à crise financeira mundial.

O Programa – Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior – obteve quase 98% de realização dos recursos oferecidos. Quanto à gestão orçamentária, foram executados 99,99% dos recursos destinados às atividades da Fundação Alexandre de Gusmão, bem como 99,99% dos recursos referentes ao custeio da Gestão e Administração. Apenas os recursos destinados à capacitação de servidores não puderam ser executados na íntegra, tendo em vista as diversas atividades implementadas face ao reduzido quadro de pessoal da Fundação. Apesar da solicitação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas a realização de concurso público para preenchimento das vagas disponíveis no seu Quadro de Pessoal, a Fundação ainda não obteve tal autorização.

O Programa – Gestão da Política Externa – empenhou aproximadamente 79% de seu orçamento. Este programa foi realizado a contento, pois o percentual de execução financeira total resultou superior a 70% e, para a maioria das Ações, a execução física atingiu percentual igual ou superior a 60% da meta estimada, à exceção da Ação 1C90 - "Construção do Anexo III do Ministério das Relações Exteriores", pois não foi possível licitar as obras em decorrência do atraso na aprovação dos projetos executivos pela Administração de Brasília. Pela Ação – "Manutenção do Cerimonial", foram realizados eventos relacionados a visitas de 127 altas autoridades estrangeiras ao Brasil, entre as quais 38 Chefes de Estado, 5 Chefes de Governo e 37 Chanceleres, e, pela Ação 6218 – "Missões Oficiais do Presidente e Vice-Presidente da República ao exterior", foram possibilitadas 43 Missões oficiais a 30 países. No âmbito da Ação "- Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos", foram registrados 68 eventos. A Ação – "Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (Sictex)" permitiu incentivar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e países parceiros, e a Ação "- Cooperação Técnica Internacional" implementar 915 projetos.

Pode-se afirmar que a não utilização total dos recursos disponíveis se deveu, entre outros fatores, ao encerramento, em julho de 2009, do Projeto BRA 034 que o MRE mantinha com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esgotada a possibilidade de ulterior renovação contratual. O fim do referido projeto implicou alteração na dinâmica de contratação de serviços, fazendo que a Unidade Gestora tivesse de realizar processo licitatório – atualmente em curso – e capacitar quadro de funcionários próprio para operar na nova sistemática. Um segundo fator foi a reestruturação interna de parte do Itamaraty, na qual a Unidade Gestora da Ação– Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação – sofreu adaptações no organograma e teve de administrar a entrada do tema "energia" em sua pauta.

A Ação – Demarcação de Fronteiras – é coordenada pelo Itamaraty e por duas Comissões, a PCDL (Primeira Comissão Demarcadora de Limites), com sede em Belém e responsável pelas fronteiras com Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia e Peru, e a SCDL (Segunda Comissão Demarcadora de Limites), sediada do Escritório de Representação do Rio de Janeiro e responsável pelas fronteiras com Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. As Comissões são responsáveis pelas Campanhas de inspeção, demarcação e densificação de limites com os países limítrofes. O Programa Anual de Trabalho para 2009, apresentado pelas Comissões, previa a realização de 10 Campanhas e 10 Conferências, mas, como a execução dessa ação é uma atividade realizada bilateralmente, envolvendo os países limítrofes, a execução das campanhas de inspeção, demarcação e densificação de limites depende da disponibilidade da outra parte, pois os trabalhos de campo são realizados em conjunto, não foram realizadas 6 Conferências e 4 Campanhas.

O Programa– Ensino Profissional Diplomático – teve aproximadamente 83% de seus recursos realizados. Mais especificamente, o Programa de Ação Afirmativa – que é uma das ações do Programa 0685 – tem produzido resultados a longo prazo. A decisão de permitir que bons candidatos sejam selecionados mais de uma vez para a Bolsa-Prêmio mostrou-se muito frutífera. A maior parte dos ex-bolsistas aprovados no Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata recebeu a bolsa em duas edições do Programa. Essa tendência explica-se, de um lado, pela complexidade intrínseca do concurso, que exige preparação de longo prazo, e, de outro lado, pelo amadurecimento intelectual proporcionado pela dedicação aos estudos, condição fundamental para a aprovação.

A verificação dos efeitos positivos resultantes do investimento mais prolongado nos candidatos que demonstram maior preparo intelectual e dedicação ensejou, em 2007, a iniciativa de permitir que candidatos já contemplados duas vezes com a Bolsa-Prêmio pudessem concorrer, em igualdade de condições com os demais candidatos, a uma terceira bolsa.

Os resultados do Programa, importantes em termos absolutos, impressionam ainda mais se considerados em termos relativos, pela comparação do desempenho dos ex-bolsistas com o universo total dos candidatos ao CACD. O percentual de aprovação de ex-bolsistas é várias vezes superior ao percentual de aprovados no conjunto dos candidatos.

Na análise dos dados que comprovam esse desempenho, deve-se observar que número de bolsas não corresponde ao número de beneficiários. Até a data presente, 168 bolsistas receberam 243 bolsas-prêmio, em virtude do fato de que as mesmas podem ser recebidas duas ou até três vezes pelo mesmo candidato. Do total de 168 bolsistas, 15 foram aprovados no CACD , correspondendo a 8,93%, nível bastante elevado de aproveitamento, se considerarmos a relação candidato/vaga, historicamente muito alta no CACD.

O Programa– Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular – empenhou aproximadamente 76% de seu orçamento. O desempenho deve ser considerado satisfatório, tendo em vista – no caso da Ação 2529 - a natureza imprevisível das demandas que recaem sobre essa ação (determinadas em ampla medida por situações emergenciais como catástrofes naturais, conflitos armados e alterações de ordem política ou econômica em países estrangeiros, ou pela celebração de acordos que permitem o desenvolvimento de programas de regularização migratória). Assim, o menor gasto de recursos nessa rubrica pode indicar ter havido redução do número de emergências (ressalte-se que o ataque a brasileiros no Suriname ocorreu na noite de Natal de 2009 e que os gastos com essa crise em grande medida serão custeados com recursos de 2010), ou então economia de recursos advinda da utilização, sempre que possível, de UTIs aéreas e aeronaves militares da Força Aérea Brasileira como forma de redução de custos em casos mais onerosos de repatriação de brasileiros.

Com relação à Ação – Relações e Negociações com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) –, no exercício de 2008, foram creditados R$ 2.200.000,00. Desse montante, foram empenhados e pagos R$ 2.157.956,00, representando índice de execução de 98,09%.

No exercício de 2009, no entanto, foram creditados R$ 3.000.000,00 na mesma Ação. Desses recursos, foram empenhados e pagos R$ 1.930.867,00, representando índice de execução de 64,36%. Apesar disso, as atividades de manutenção do Posto mantiveram-se nos mesmos níveis do exercício anterior. Com a diminuição da taxa cambial no decorrer de 2009, no entanto, o índice de execução da ação parece menor do que efetivamente foi.

As ações desenvolvidas pelo Ministério em 2009, a seguir resumidas, inserem-se no contexto do Plano Plurianual (PPA), que atingiu suas metas de política externa.

Política Internacional e Relações Diplomáticas

Relações Bilaterais

América do Sul, Central e Caribe

O Brasil continuou a buscar o adensamento das relações bilaterais no entorno regional e o aprofundamento da integração na América do Sul e, mais amplamente, na América Latina e Caribe.

No plano bilateral, Brasil e Argentina decidiram promover encontros presidenciais a cada 90 dias e reuniões ministeriais a cada 45 dias, com o propósito de assegurar os objetivos de um espaço econômico integrado e dinâmico. Com relação ao Uruguai, além da abertura de escritórios do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) naquele país, avançou-se nas discussões sobre interconexão elétrica, reforma da ponte Barão de Mauá e construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão.

Com respeito ao Paraguai, a Declaração Presidencial Conjunta de 25 de julho pretendeu marcar uma nova etapa na relação bilateral, com uma série de entendimentos entre os dois países, em especial sobre aspectos relacionados à gestão da usina hidrelétrica binacional de Itaipu e aos rendimentos auferidos pelo Paraguai com a cessão de energia ao Brasil. O fomento à infra-estrutura viária continuou a ter importância central na agenda bilateral com a Bolívia, de que são exemplos a inauguração de dois trechos do futuro Corredor Rodoviário Interoceânico Brasil-Bolívia-Chile e a assinatura do protocolo sobre financiamento brasileiro da Rodovia Villa Tunari-San Ignacio de Los Moxos, projeto prioritário para o desenvolvimento da região central daquele país.

No que toca ao Chile, foram assinados acordos bilaterais nas áreas de consultas políticas de alto nível, envios postais, serviços aéreos, cooperação em matéria educacional, previdência social e cooperação aduaneira. Com o Peru, avançou-se especialmente em assuntos de

integração fronteiriça e energética. Em favor do Equador, o Brasil concedeu preferências tarifárias a mais de 3 mil produtos, com vistas a aprofundar o intercâmbio comercial entre os dois países. A primeira ligação física entre o Brasil e a Guiana foi estabelecida com a inauguração de ponte sobre o Rio Tacutu. Em relação ao Suriname, foram concluídas as negociações de reescalonamento da dívida daquele país com o Brasil, tema pendente há 11 anos. Avançou-se, ademais, na cooperação técnica e militar.

Em Reunião Ministerial da Cúpula da América Latina e Caribe para a Integração e o Desenvolvimento (Calc), foi aprovado o "Plano de Ação de Montego Bay", que procurou traduzir, em medidas concretas, o espírito de integração e diálogo entre os países da região enunciado na Cúpula de Salvador, em 2008.

O processo de institucionalização da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) viu-se reforçado com a criação de quatro conselhos em nível ministerial. Inquietações derivadas da assinatura de acordo de cooperação militar entre a Colômbia e os EUA, que prevê o uso, por este país, de bases colombianas, deram oportunidade à Unasul de consolidar-se como espaço privilegiado de diálogo e concerto regional. A ação política da Unasul manifestou-se igualmente na adoção de posição firme contra o golpe de Estado ocorrido em Honduras, em junho. A mesma postura foi adotada no âmbito do Grupo do Rio.

A integração financeira da América do Sul avançou com a assinatura, por sete países da região, entre os quais o Brasil, do Convênio Constitutivo do Banco do Sul, em agosto. Ademais, o Brasil tornou-se membro especial da Corporação Andina de Fomento (CAF), o que implicará mais que duplicar, em 2010, sua participação acionária naquela entidade.

A aproximação entre o Brasil e os países da região da América Central e do Caribe, intensificada em anos recentes, teve continuidade. Os principais eixos dessa aproximação foram a robusta cooperação técnica oferecida pelo Brasil, o aumento da presença de empresas brasileiras naquela região, sobretudo na área de infra-estrutura, e o comércio, pouco afetado pela crise financeira internacional. Como demonstração de seu compromisso com o Caribe, o Brasil decidiu abrir Embaixadas residentes em São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Neves, Antígua e Barbuda e Dominica.

O Brasil realizou intensos esforços diplomáticos em nível multilateral e bilateral para a condenação veemente da destituição e do exílio forçados do Presidente Constitucional Manuel Zelaya e para sua recondução ao cargo. O Brasil não reconheceu o governo "de facto" instalado em Tegucigalpa e adotou uma série de medidas de retaliação, como a paralisação da análise de pedidos de financiamento para obras em Honduras.

As relações com o México foram alçadas a patamar superior em agosto, quando se decidiu aprofundar os vínculos comerciais entre ambos os países, o que pode incluir a negociação de um acordo de livre comércio em 2010. Com respeito ao Haiti, além da presença brasileira na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah), o Brasil deu seguimento a um intenso programa de cooperação, incluindo doações de alimentos à população haitiana.

O Brasil teve papel protagônico na Coordenação Regional da Cúpula América do Sul – Países Árabes (Aspa), tendo acolhido encontros preparatórios para a II Cúpula Aspa (Doha, março) e participado das reuniões que a antecederam: de Altos Funcionários (Cairo, fevereiro) e de Chanceleres (Cairo, março).

Ásia e Oceania

Com vistas a colocar em prática a vocação universalista de nossa política externa, altos representantes do Governo brasileiro visitaram países da Ásia e Oceania, e receberam visitas de autoridades desses continentes.

O Chanceler iraniano visitou o Brasil, em março. Aconteceu, em setembro, em Teerã, a VII Reunião de Consultas Políticas Brasil-Irã. O Presidente do Irã visitou o Brasil, em novembro. Assinaram-se acordos de cooperação nas áreas de cultura, ciência e tecnologia, agricultura e de isenção de vistos para passaportes diplomáticos.

O Presidente da República do Uzbequistão visitou Brasília, em maio, ocasião em que se assinaram declaração conjunta e acordos de cooperação nas áreas de minas e energia, cultura, esportes, turismo, agricultura, comércio e investimentos.

Em janeiro, missão indiana chefiada pelo Diretor da DRDO (Organização de Pesquisa e Desenvolvimento na área da Defesa), vinculada ao Ministério da Defesa da Índia, esteve no Brasil, para contatos com o setor de defesa brasileiro. Realizou-se, em agosto, em Brasília, a IV Comissão Mista Brasil-Índia, que acordou diversas iniciativas com o objetivo de expandir o comércio e os investimentos bilaterais, bem como a cooperação em energia, agricultura, temas sociais, espaço e defesa. Houve, ainda, visita bilateral ao Brasil do Chanceler indiano, em agosto.

Brasil e Butão estabeleceram relações diplomáticas. Realizou-se visita do Primeiro-Ministro do Butão para participar da V Conferência Internacional sobre Felicidade Interna Bruta, a convite da Itaipu Binacional.

Com relação à Austrália, houve negociação do Plano de Ação Brasil-Austrália com o objetivo de elevar as relações bilaterais a uma Parceria Reforçada. Em agosto, realizou-se a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores da Austrália.

No que tange à Nova Zelândia, o Ministro da Agricultura e Reflorestamento neozelandês visitou o Brasil, para estimular o comércio e os investimentos bilaterais no setor agrícola.

No âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), realizaram-se cerca de 30 eventos, visando à coordenação sobre temas distintos, como propriedade

intelectual, direitos humanos, Oriente Médio, Antártida, mudança do clima e comércio internacional. No tocante ao Fundo Ibas, o ano de 2009 marcou o início da execução de quatro iniciativas. Além dos já iniciados projetos no Haiti e na Guiné-Bissau, agora começam a fazer parte do mapa de beneficiários Palestina, Burundi, Camboja e Cabo Verde.

O Grupo do qual participam Brasil, Rússia, Índia e China (Brics) realizou, em maio, na Rússia, a I Cúpula de Chefes de Estado/Governo.

Sobre o Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focalal), realizou-se reunião de Altos Funcionários (Buenos Aires, 7 e 8 de abril) e publicação de livro sobre a III Reunião Ministerial do Focalal. Foi particularmente expressiva a troca de visitas de autoridades de alto nível entre o Brasil e a China. Dessa intensa troca de visitas de alto nível, resultou a assinatura de importantes instrumentos bilaterais, em áreas como energias renováveis, petróleo, ciência e tecnologia, e cooperação financeira. O Brasil instalou Embaixada residente em Pionguiangue, na Coréia do Norte, em junho.

Na I Reunião da Comissão Mista Brasil-Indonésia, em Brasília, foi adotado o Plano de Ação da Parceria Estratégica.

Realizou-se Sessão Ministerial entre o Mercado Comum do Sul e a Associação De Nações Do Sudeste Asiático (Mercosul - Asean) em setembro, à margem da 64ª Assembléia Geral das Nações Unidas.

África

Cúpula América do Sul – África (Asa) - O Brasil teve papel ativo no exercício da função de Coordenador Regional para a América do Sul e no preparo da participação brasileira na II Cúpula Asa, realizada na Venezuela, em setembro. A Ação "Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismo Regionais Africanos" visa a beneficiar especificamente os países africanos (e, excepcionalmente, também o Timor-Leste) e reforçar a capacidade institucional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de organismos regionais africanos e dos seus países membros. A LOA 2009 alocou R$ 3.680.000,00 à referida ação orçamentária. Esses recursos, que foram disponibilizados e executados em sua totalidade, de uma forma geral, atenderam aos objetivos do fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da intensificação da cooperação com Organismos regionais africanos (como o Centro de Formação em Desminagem Humanitária da África do Oeste - CPADD) e com países membros dessas organizações.

Os recursos da Ação "Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismo Regionais Africanos" possibilitaram, ainda, a execução de atividades de cooperação que, por razões diversas, não se enquadram no escopo de atividades de cooperação institucional prestada pelo Brasil a outros canais. No caso particular da CPLP, a participação de representantes dos países membros em eventos, muitas vezes, somente se viabiliza pelo apoio brasileiro, canalizado por meio da CPLP. Esta ação, além de fortalecer a Comunidade, já que os Estados Membros passam a ver nela meio efetivo de concretização de iniciativas, constitui apoio importante para a própria realização de eventos no Brasil, que se vêem assim enriquecidos pela participação de representantes oriundos de países carentes de recursos e que, sem o apoio brasileiro, não se fariam representar.

O "III S.O.S África", realizado pela Federação Internacional Democrática das Mulheres (São Paulo- SP); o V Congresso sobre Planejamento de Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa (Itajaí - SC); o "Encontro Preparatório para o Fórum da Sociedade Civil" (Salvador - BA); o "V Encontro Empresarial da CPLP" (Fortaleza - CE); e o "Encontro sobre a Saúde Mental na CPLP" (Rio de Janeiro - RJ) são alguns dos eventos que se enquadram nesta situação e que contaram com o apoio financeiro do setor competente do Itamaraty.

Outra área que recebeu o apoio financeiro ao abrigo da Ação "Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismo Regionais Africanos" foi a da cooperação. Trata-se de setor fundamental para a estruturação institucional dos Estados da CPLP. Sem o apoio brasileiro, provavelmente os países beneficiários não teriam como enviar seus representantes para aprimorar sua formação nas Academias militares brasileiras. Além de contribuir para a formação dos militares da CPLP, o Itamaraty apoiou financeiramente a realização de missões de prospecção de futuras cooperações do Ministério da Defesa do Brasil aos seguintes países: Guiné-Bissau (para avaliação da infra-estrutura local com vista à futura instalação da Missão Militar Brasileira na Guiné-Bissau); São Tomé e Príncipe (Missão técnica da Marinha e Aviação Civil); e Moçambique (Missão técnica para tratar de Operações de Apoio à Paz).

O Itamaraty transferiu recursos ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para apoio à realização das eleições presidenciais na Guiné-Bissau. O apoio em temas eleitorais traduziu-se também em aportes à CPLP, na forma de contribuição para a organização de missões de observação eleitoral da Comunidade, nas eleições da Guiné-Bissau e de Moçambique. No tocante à cooperação em temas educacionais, foram liberados recursos que possibilitaram a execução da II Edição do Programa de Incentivo à Formação Científica, executado em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Os recursos possibilitaram que cerca de 200 estudantes de Angola, Moçambique e Cabo Verde realizassem estágio em universidades brasileiras, durante o período de férias escolares.

Oriente Médio:

O Brasil participou da Conferência Internacional sobre a Economia Palestina e a Reconstrução de Gaza, promovida pelo Egito, em 02 de março. Nessa reunião, o Brasil anunciou uma contribuição de US$ 10 milhões. Em

outubro, o país participou do Fórum Internacional de Jerusalém, promovido pelo Rei do Marrocos, em Rabat. Destaca-se ainda, em julho, o XVII Seminário Internacional de Mídia sobre Paz no Oriente Médio, realizado no Rio de Janeiro. Em acolhimento à solicitação da Organização das Nações Unidas (Onu), o colóquio reuniu representantes da sociedade civil, diplomatas, jornalistas e cientistas políticos com reconhecida atuação junto à comunidade internacional naquela matéria. No Oriente Médio, a rede de representação brasileira foi ampliada. A Embaixada em Omã, instaurada por decreto de abril de 2008, passou a operar de forma mais efetiva a partir do segundo semestre, com a inauguração de suas comunicações pela Intratec. Por sua vez, a Embaixada junto ao Governo do Iraque, sediada em Amã, continua em processo de transferência para a nova sede já alugada em Bagdá, onde se aguarda a conclusão das etapas de adaptação arquitetônica e de segurança.

Multilateralismo

Nações Unidas: O Brasil foi eleito pela 10ª vez, feito só igualado pelo Japão, membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o biênio 2010 e 2011. Logrou-se eleger um especialista brasileiro para a Comissão para Direito Comercial Internacional e outro para a Comissão do Serviço Público Internacional. Aprovou-se, na Assembléia-Geral das Nações Unidas (AGNU), resolução que determina a continuação imediata das negociações sobre a reforma do CSNU. Renovou-se mandato da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), cujo comando cabe ao Brasil desde sua criação, em 2004, e para a qual contribui com significativo contingente militar.

Desarmamento e Não-Proliferação: O Brasil assumiu a Presidência do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis e sediou sua 24ª Plenária Anual. Organizou Curso Regional de assistência e proteção para resposta a emergências químicas e Curso Regional para operadores do Sistema Internacional de Monitoramento do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares. Explorou possibilidade de constituição de empresa binacional Brasil-Argentina na área nuclear. Assinou com a França acordo para a produção de submarino convencional movido a energia nuclear.

Direitos Humanos: O Brasil elaborou resolução, aprovada por consenso pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre proteção e combate à discriminação das pessoas com AIDS; logrou eleger uma juíza brasileira para a Relatoria Especial sobre Independência de Juízes e Advogados. Assumiu presidência do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e participou da revisão da Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia.

Meio Ambiente: O Brasil engajou-se no processo negociador que culminou na 15a Conferência das Partes (Cop-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague. No plano interno, adotou objetivos voluntários de redução do desmatamento e de emissões de gases de efeito estufa. Obteve apoio do G-77/China e da União Européia para a proposta de realizar, em 2012, nova cúpula sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Rio+20). Na parceria estratégica Brasil-França, deu-se início à implementação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica e do Comitê Binacional do Protocolo para o Desenvolvimento Sustentável do Bioma Amazônico.

Desenvolvimento e Saúde: Criou-se Força-Tarefa para examinar a viabilidade técnica e jurídica de contribuição sobre operações financeiras internacionais, com vistas a financiar o desenvolvimento de países pobres. A Central Internacional para Compra de Medicamentos contra AIDS, Tuberculose e Malária (UNITAID) aprovou decisão sobre os recursos da contribuição voluntária solidária sobre bilhetes aéreos, a serem geridos pela Fundação Milênio, cujo conselho conta com representante brasileiro.

Temas Econômicos

A fim de elevar o perfil do debate sobre investimentos públicos no plano internacional e chamar a atenção para a importância das inversões públicas para o crescimento econômico e o desenvolvimento social , o Itamaraty promoveu, em conjunto com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Seminário de Alto Nível sobre o Papel dos Investimentos Públicos na Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social, realizado no Rio de Janeiro, em julho.

O Itamaraty coordenou a participação brasileira nos seguintes contenciosos no âmbito do Mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC): subsídios ao algodão, movido contra os EUA - procedimento de arbitragem, concluído em agosto, definiu montante e modalidade da retaliação a que o País tem direito. O MRE coordena Grupo de Trabalho interministerial para preparar proposta à Câmara de Comércio Exterior (Camex) de contramedidas nas áreas de bens, propriedade intelectual e serviços; pneus reformados, movido pelas Comunidades Européias (CE) contra o Brasil – em setembro, o Brasil notificou à OMC o cumprimento das decisões do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC); medida antidumping sobre suco de laranja, movido contra os EUA – painel estabelecido, em processo de seleção de painelistas; subsídios à exportação de açúcar, movido contra as CE – monitoramento do processo de implementação. Além desses casos, o Itamaraty atuou na coordenação da participação brasileira em diversos contenciosos na OMC nos quais o Brasil ingressou como terceira parte.

O Brasil participou das negociações agrícolas no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Na condição de coordenador do G-20, o Brasil defendeu a pronta retomada das negociações. Foi dado prosseguimento aos esforços de manutenção e abertura de novos mercados para os produtos agrícolas brasileiros. Foram realizadas 17 missões técnicas internacionais ao Brasil, para inspeções na área de defesa agropecuária, cujos resultados foram a aprovação

das exportações de material genético avícola para a União Européia, de carne suína para o Vietnã e Filipinas, de carne bovina *in natura* para a Indonésia e o aumento das exportações de carne bovina para o Chile. Manteve-se, ainda, elevado grau de participação no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC e nos órgãos normativos internacionais de referência na matéria (Codex Alimentarius, Organização Mundial de Saúde Animal e Convenção Internacional de Proteção de Vegetais).

O MRE coordenou a atuação brasileira no Grupo Negociador de Regras (GNR) no âmbito da Rodada do Desenvolvimento (Rodada Doha) de negociações comerciais na Organização Mundial do Comércio (relativo a negociações de acordos sobre antidumping, subsídios horizontais e subsídios à pesca), no Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU) e nas atividades da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de Crédito à Exportação, Aço, Concorrência e Construção Naval. No âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia às Exportações (Colig), acompanhou as operações de financiamento das exportações de aeronaves civis de modo a assegurar sua compatibilidade com as normas do ASU. Quanto à defesa comercial, participou do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC) e apoiou exportadores brasileiros em processos iniciados por terceiros países, como Colômbia (borracha), Ucrânia (frangos) e Comunidades Européias (alumínio). Coordenou ainda ação contrária aos subsídios à indústria de papel e celulose nos EUA e à produção de nova linha de jatos comerciais no Canadá e no Japão.

O Brasil manteve o alto perfil de atuação no âmbito das negociações relativas a bens industriais no contexto da Rodada Doha, na defesa de seus interesses e dos interesses dos países em desenvolvimento, especialmente dos países de menor desenvolvimento econômico relativo. Com vistas ao incremento do comércio sul-sul, o Brasil contribuiu ativamente para o acordo, alcançado em 2009, para as negociações da Rodada São Paulo do Sistema Geral de Preferências Comerciais, cuja conclusão está prevista para 2010. Ocorreram ainda negociações bilaterais para abertura de mercados e cooperação regulatória com Estados Unidos, China, União Européia, Canadá e Rússia, entre outros.

A diplomacia brasileira negociou temas relativos à propriedade intelectual junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), à Organização Mundial do Comércio (OMC), à Organização Mundial de Aduanas (OMA), bem como tomou parte em reuniões bilaterais com Estados Unidos, China, Japão e Comunidades Européias (CE). As principais evoluções nos foros multilaterais foram o questionamento, no âmbito do Conselho de Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) da OMC, por Brasil, Índia e outros, de apreensões indevidas pelas CE de medicamentos genéricos em trânsito com destino a países em desenvolvimento; a criação do Grupo sobre Pirataria e Contrafação, no âmbito da OMA; nova sessão do Comitê Assessor de Observância (ACE), da OMPI, após dois anos de paralisação; e a proposta de tratado, apresentada por Brasil, Equador e Paraguai, sobre limitações e exceções ao direito autoral em benefício dos deficientes visuais, negociada no Comitê Permanente sobre Direito Autoral e Direitos Conexos (SCCR).

Em março, foi realizada sessão da Quinta Revisão de Política Comercial (V TPR-Brasil) na Organização Mundial do Comércio (OMC). Na ocasião, as principais medidas comerciais adotadas pelo governo no período 2005-2009 foram objeto de mais de 400 perguntas formuladas pelos demais países membros da OMC, todas devidamente respondidas. Coordenou-se, também, a participação do Brasil na Reunião Ministerial do Conselho da OCDE, onde a delegação brasileira foi convidada a participar, como observadora, dos debates sobre a luta contra o protecionismo no comércio internacional. Ainda no campo da OCDE, o Itamaraty articulou com representantes dos demais órgãos do governo a participação do Brasil em comitês e grupos de trabalho onde o país atua como membro observador. Foram iniciadas as negociações com a Cepal, em Santiago, com vistas à preparação do XXXIII Período de Sessões da Cepal, a ser realizado em Brasília, em junho de 2010. No plano das relações bilaterais com os EUA, foram realizadas duas importantes reuniões, ambas em dezembro: o Mecanismo de Consultas entre o MRE e o "U.S. Trade Representative – USTR", em Brasília, e o Diálogo de Parceria Econômica, entre o MRE e Departamento de Estado, em Washington.

A respeito de cooperação financeira e tributária, ocorreram as seguintes atividades: 1) maio: conclusão do Acordo de Reestruturação da dívida de Cabo Verde; 2) junho: rodada de negociações para reestruturação da dívida da Tanzânia; 3) julho: celebração do Acordo Brasil -Japão para isenção mútua de PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para companhias de transporte aéreo em rotas internacionais; 4) julho: celebração do acordo Brasil – Emirados Árabes Unidos para evitar dupla tributação de renda para companhias aéreas em rotas internacionais; 5) julho: idem com o acordo de cooperação financeira com o Japão para empréstimos da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan); 6) agosto: Acordo para reestruturação da dívida do Suriname; 7) setembro: reunião do Fórum Global de Transparência e Troca de Informações em Matéria Tributária, no México, onde se decidiu o ingresso do Brasil como membro efetivo.

Sobre negociações de serviços, realizaram-se: 1) negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Mercosul; 2) coordenação do Grupo de Trabalho do Conselho de Aviação Civil (Conac) para aproximar política externa e transporte aéreo internacional; 3) atividades da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci); 4) consultas aeronáuticas com Angola, Coréia do Sul, Egito, Hong Kong, Marrocos, Moçambique, República Dominicana e Suriname; 5) participação em foros de investimentos no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); 6) coordenação interministerial para o Acordo sobre

Investimentos com o Chile; e 7) participação no Grupo de Trabalho sobre Transportes no foro Ibas (Índia, Brasil e África do Sul).

Promoção Comercial e Turismo

Sobre as Missões de Atração de Investimentos para o Programa de Aceleração do Crescimento e o Setor Portuário, foram realizadas as seguintes atividades de destaque: a) "roadshows" de divulgação de projetos prioritários do Programa de Aceleração do Crescimento junto a investidores institucionais na Rússia (Moscou), no Canadá (Montreal, Toronto e Vancouver) e Japão e Coréia (Tóquio e Seul); b) missões de atração de investimentos para o setor portuário na Dinamarca (Copenhague), Holanda (Antuérpia) China (Hong Kong) e Cingapura; c) organização do espaço de promoção institucional do Brasil durante a Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (Cop-XV), em Copenhague, igualmente voltada para a apresentação de oportunidades a investidores institucionais; d) missões de investidores estrangeiros chineses ao Brasil (Eximbank Chinês); e) realização do Fórum Brasil-África Subsaariana: Empreendedorismo para o Desenvolvimento, em Dacar, Senegal, com a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e de empresas privadas.

A respeito das missões empresariais, o Itamaraty organizou a vertente empresarial e logística de visitas do Senhor Presidente da República ao exterior, a saber: Arábia Saudita, Cazaquistão, China, Bélgica, Alemanha, Peru, Suécia, Turquia e Ucrânia. Organizou, ainda, missões empresariais que acompanharam o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores em Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Togo e Mali.

Com relação às atividades de inteligência e informação comercial realizou-se, com a utilização da rede de informática "BrazilTradeNet", o atendimento a 1.110 consultas comerciais, entre solicitações de empresas brasileiras e estrangeiras, 24 reclamações comerciais, 3126 solicitações de usuários da "BrazilTradeNet" ; 453 atualizações de dados básicos e de informações econômico-comerciais sobre diversos países, elaboração de 38 fichas-país, 6797 validações/atualizações de cadastros de empresas importadoras estrangeiras, 105 avisos com informações sobre oportunidades comerciais em concorrências públicas e licitações no exterior. Foram revisados e atualizados os guias "Como Exportar" para 20 países, além da feitura e atualização de 46 pesquisas de mercado.

Quanto ao Programa de Substituição Competitiva de Importações – PSCI, foram organizados eventos empresariais, seminários e grupos de trabalho nos países da América do Sul, sobretudo em parceria com a Bolívia e o Peru. No que se refere ao Foro Índia, Brasil, África do Sul (Ibas), foi elaborado levantamento de dados com foco na identificação de investimentos e de serviços complementares, com vistas ao adensamento do comércio com o Bloco.

O Programa de Feiras e Exposições do Itamaraty no exterior apoiou a participação institucional de empresas em 68 feiras, sendo 22 mostras gerais e 46 setoriais, relativas aos seguintes setores da indústria: agropecuária, alimentação, fruticultura e floricultura (16); animais de estimação (1); equipamento de material de construção (2); Couro e calçados (1); Cosméticos (1); informática e telecomunicações (2); jóias (1); máquinas, ferramentas e ferragens (1); medicina e saúde (2); meio ambiente (1); mineração (1); móveis e decoração (1); têxteis confecção e moda (1) transporte ferroviário (1); turismo (13); e veículos (1).

No Brasil, o Itamaraty participou de 19 feiras dos setores de aquicultura e pesca, brindes, couro e calçados, construção, fruticultura, hospitalar, horticultura, hotelaria e turismo. Merecem destaque a participação nas feiras Fiam – Feira Internacional da Amazônia – e Ecogerma – Feira e Congresso sobre Energias Sustentáveis organizada pela Câmara de Comércio Brasil – Alemanha.

No que conceme a atividades que estimulem o fluxo de turistas ao País, o Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com o Ministério do Turismo (MTur), o Instituto Brasileiro do Turismo e as Secretarias Estaduais de Turismo, atuou por meio de (i) apoio institucional à participação brasileira em eventos no exterior (feiras, salões e convenções) na área de turismo; (ii) apoio aos "Comitês Descubra o Brasil", unidades presentes em países da América do Sul de promoção do Brasil como destino de viagens; (iii) intermediação nas relações entre o Governo brasileiro e a Organização Mundial do Turismo (OMT), em colaboração com o MTur; e (iv) intermediação em negociações referentes a acordos bilaterais na área de turismo. Aprovaram-se três Acordos Bilaterais de Turismo (Israel, Angola, Moçambique).

Cooperação

Cooperação Científica e Tecnológica

No âmbito do Programa Gestão da Política Externa, a Ação Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (SICTEX) permitiu incentivar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e países parceiros. Como resultado, foram realizadas 17 missões brasileiras ao exterior; a recepção a 10 delegações estrangeiras; a organização de 17 eventos internacionais; e a celebração de 6 acordos de cooperação.

Cooperação bilateral

O setor competente do Itamaraty executou a coordenação, negociação, aprovação, acompanhamento e avaliação, em âmbito nacional, da cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais, e a cooperação horizontal entre o Brasil e outros países e organismos internacionais, em especial, com os países em desenvolvimento.

A cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil se concentrou nas áreas de agricultura (incluindo segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, trabalho, desenvolvimento urbano e bioenergia. Executaram-se 159 projetos e 305 atividades isoladas de cooperação técnica Sul-Sul, em benefício de 56 países em desenvolvimento. Dentre esses instrumentos, incluem-se aqueles que viabilizam operações trilaterais Sul-Sul em parceria com países desenvolvidos e organismos internacionais. Esse mesmo período testemunhou um crescimento superior a 150% no número de países beneficiários da cooperação brasileira (de 21 para 56 países).

Com o objetivo de imprimir novo status e nova dinâmica para a cooperação brasileira, adotou-se uma abordagem para a cooperação Sul-Sul do Brasil, baseada em ações "estruturantes", que ofereceram diversas vantagens para a cooperação brasileira e, principalmente, para os países beneficiários: aumentou-se o impacto social e econômico sobre o público-alvo da cooperação e logrou-se assegurar maior sustentabilidade dos resultados da cooperação do Brasil. Nessa linha dos projetos "estruturantes", o Itamaraty coordenou a implantação de "unidades de demonstração" para produção agrícola no Haiti e Mali, operadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. No Haiti, a "unidade de demonstração" atuou como núcleo do Programa de Cooperação Brasil-Haiti em Agricultura e Segurança Alimentar. No Mali, o projeto tem abrangência regional, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da cadeia do algodão dos países do "Cotton-4" (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali). Outro exemplo de projetos de maior impacto foram os Centros de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, apoiados pelo Itamaraty. Dos 10 Centros, sendo que cinco (5) já estão em operação (Angola, Timor-Leste, Paraguai, Cabo Verde e Guiné-Bissau) e outros cinco serão implantados no decorrer de 2010 (Haiti, Guatemala, Bolívia, Jamaica e Moçambique).

A Cooperação Técnica Recebida Bilateral refere-se aos projetos de capacitação de instituições nacionais apoiados pelo Japão, Alemanha, Canadá, Espanha, Itália, França e Estados Unidos, com prioridade para os seguintes temas: meio ambiente, agricultura, saúde, administração pública, trabalho, promoção do tecido econômico e desenvolvimento social. Houve cerca de 120 projetos em execução, atendendo instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil.

Cooperação trilateral

A cooperação trilateral permitiu potencializar a cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil. Dentre os países com os quais o Brasil trabalhou em projetos triangulares, destacaram-se o Japão e os Estados Unidos da América, com os quais encontram-se em fase de elaboração projetos de perfil "estruturante" no campo da agricultura. Outras parcerias trilaterais envolveram a Espanha, Canadá e Argentina, além de organismos internacionais (Fundo de População das Nações Unidas - FNUAP, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA). O Governo brasileiro assinou instrumentos de parceria trilateral com a França, Itália, Egito, OIT e com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (EACDH).

Cooperação multilateral

Os programas de cooperação técnica com organismos internacionais têm sido instrumentos de apoio aos programas inovadores do Governo brasileiro. O Itamaraty atuou como contraparte governamental de 25 organismos internacionais e com a Comissão Européia para os assuntos afetos à cooperação técnica. Dentre os principais temas cobertos por essas parcerias, cabe ressaltar geração de emprego e renda em áreas urbanas e rurais, meio ambiente, desenvolvimento social, educação, saúde e administração pública. Cerca de 375 projetos encontram-se em execução na área multilateral, atendendo a instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil.

Área Cultural

Procurou-se atender prioritariamente aos Programas de Difusão Cultural (PDCs), propostas de eventos culturais elaboradas pelas Embaixadas e Consulados, levando-se em conta as diretrizes da política externa brasileira. Dentre os principais Programas de Difusão Cultural (PDCs), merecem destaque a Exposição Burle Marx, em Berlim; o Ano Villa-Lobos, com cerca de 85 recitais de música realizados em mais de 40 cidades do mundo; os eventos comemorativos dos estabelecimentos de relações diplomáticas com Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã e Cingapura; a participação brasileira no Festival de Divindades Negras no Togo; a participação brasileira no Festival Panafricano de Argel; e o Mês Cultural do Brasil no Timor Leste. Foram promovidos 690 eventos culturais.

A respeito de difusão do audiovisual, buscou-se apoiar a participação do cinema brasileiro em festivais internacionais. Foram realizadas sete grandes mostras, nas cidades de Buenos Aires, Bogotá, La Paz, Lima, Quito, Santiago e Seul. Houve cerca de 130 iniciativas de promoção do cinema brasileiro no exterior, entre os quais se destaca o Festival Internacional de Cinema de Berlim. Cabe mencionar, além dessas atividades, a realização do IV Prêmio Itamaraty para o Cinema Brasileiro. A divulgação cultural ocupou-se da manutenção dos sítios eletrônicos do Itamaraty, pela elaboração e distribuição de publicações acerca da realidade brasileira e pelo apoio a programas de rádio brasileiros no exterior. Foi lançada a 15ª edição da revista "Textos do Brasil", intitulada Festas Populares (em português) e a versão em francês da 13ª edição da revista, chamada Sabores do Brasil. Publicou-se, também, o livro Ciência & Tecnologia no Brasil, em português, e o guia ilustrado do Palácio Itamaraty, em Brasília. Foram distribuídos aos Postos no exterior 9.659 exemplares de produtos (livros, CDs e DVDs).

Também merece menção o Programa Formadores de Opinião (PFO), destinado a divulgar a realidade brasileira, projetos e instituições bem-sucedidas em diversas áreas, para formadores de opinião estrangeiros. Foi organizado PFO para jornalistas surinameses.

A respeito do Programa Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior –, seguem os resultados das quatro ações que o compõem:

• Ação – Concessão de Bolsas, no Sistema Educacional Brasileiro, a Alunos Estrangeiros, promoveu a cooperação educacional, com destaque para os Programas de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), que oferecem vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. A Bolsa Mérito MRE, destinada a premiar os alunos do PEC-G que apresentem desempenho acadêmico excepcional, cresceu 60% no ano de 2009 em número de estudantes beneficiados. O valor da bolsa é de R$ 500,00 mensais, e foram agraciados 128 alunos.
O PEC-PG recebeu 280 candidaturas e foram selecionados 188 estudantes, sendo 96 para Mestrado e 92 para Doutorado.

• Ação – Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior: a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx) é composta por 21 Centros Culturais Brasileiros (CCBs), 7 Institutos Culturais, 52 Leitorados e 2 Cursos de Português em Vice-Consulados (Artigas e Rio Branco), que registraram aproximadamente 27.000 matrículas em 2009. Deu-se início ao processo de abertura de três (3) novos CCBs, em Gaborone, Tel Aviv e Beirute. O Itamaraty apoiou a programação cultural nos CCBs; participou, junto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do processo de seleção de leitores; e acompanhou as atividades por estes desempenhadas. Foi autorizada a abertura de treze (13) novos leitorados brasileiros em universidades estrangeiras, na China, Camarões, Costa do Marfim, Cuba, Gabão, Líbano, Paraguai, Peru, Ucrânia e Vietnã.

Ensino Profissional Diplomático

Com relação à Ação Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas –, a exemplo do que faz anualmente, desde 1945, o Instituto Rio Branco (IRBR) promoveu em 2009, em parceria com o Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília (UNB), um Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata. O IRBR tem procurado aumentar, gradualmente, a base geográfica de divulgação das informações a respeito do concurso, como forma de democratizar o acesso à Carreira. O concurso foi amplamente divulgado e realizado em 17 capitais de Estados, além de Brasília, e selecionou 109 novos alunos. Os aprovados no Concurso são empossados na classe inicial da Carreira – a de Terceiro Secretário – e matriculados no Curso de Formação de Diplomatas, que tem duração de um ano e meio. Após 6 meses de curso, os Secretários passam a cumprir estágio profissional na Secretaria de Estado. Desde 2002, é facultada aos alunos do Curso de Formação a possibilidade de fazer um Mestrado em Diplomacia, no âmbito do Curso de Formação. Cerca de 30 vagas são oferecidas anualmente. No momento, 31 alunos da turma 2007 estão na fase de entrega da dissertação e 23 alunos da Turma 2008 encontram-se na fase de pesquisa e produção da dissertação.

Foram realizadas as edições LVI e LVII do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas. Na primeira, foram 42 inscritos, e 27 na segunda edição do ano. O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas é direcionado a Segundos-Secretários, como pré-requisito à sua promoção à classe de Primeiro Secretário, sendo estruturado em 4 módulos de palestras e contando com exames escritos ao final de cada módulo. Nos últimos anos tem ocorrido um significativo aumento do número de inscritos no Curso de Altos Estudos (Cae). Em 2009 não foi diferente, com a apresentação de 98 novas inscrições. Neste ano, 60 novos projetos foram aprovados. Desse total, 29 teses obtiveram aprovação em sua fase final.

O programa de cooperação entre o IRBR e o Instituto del Servicio Exterior de la Nación (Isen), da República Argentina, teve início em 1997 e inclui programa de intercâmbio, por meio do qual os melhores alunos de cada Academia fazem um ano de curso na contraparte. Atualmente, dois alunos egressos do IRBR cursam o Isen, e duas alunas do Isen cursam o IRBR. Além disso, sete estudantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa participam do Curso de Formação, no âmbito do programa de estudantes estrangeiros 2009/2010.

O IRBr participou da III Reunião do Mecanismo de Coordenação entre Academias e Institutos Diplomáticos do Mercado Comum do Sul (Mercosul), realizada na Academia Diplomática do Chile "Andrés Bello". No âmbito do foro Ibas, o IRBR encaminhou proposta de memorando de entendimento trilateral, que formalizará a aproximação com as Academias Diplomáticas da África do Sul e da Índia, iniciada em 2007. Inaugurado em 2002, o "Programa de Ação Afirmativa do IRBr – Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia" conta também com a participação dos Ministérios da Ciência e Tecnologia (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq), Cultura (Fundação Palmares), além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. No Processo Seletivo de 2008, finalizado em março de 2009, foram concedidas 39 bolsas, 27 das quais advindas de recursos orçamentários do IRBR. O Processo Seletivo de 2009, que será finalizado em março de 2010, oferecerá 64 bolsas, 52 das quais financiadas pelo orçamento do IRBR. O valor anual da bolsa-prêmio permanece em R$ 25.000,00 para cada bolsista.

Pesquisa e Divulgação

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) implementou uma série de atividades em consonância com as suas competências institucionais e com o Programa "Análise e Difusão da Política Externa Brasileira", do Plano Plurianual – PPA, com a realização de 114 atividades ao todo. As atividades implementadas pela Fundação contemplaram a

realização de vinte eventos nacionais e internacionais, abrangendo encontros, palestras, seminários, cursos e conferências que contaram em seus debates com a participação de diplomatas, acadêmicos, especialistas nacionais e internacionais, autoridades, além de representantes da sociedade civil; a realização do Concurso – Prêmio América do Sul – sobre o tema "Peru: Evolução Recente e Futura"; o apoio/parceria para na realização de seis eventos; a realização de oito lançamentos de livros e do Prêmio América do Sul; a implementação de quatro estandes promocionais de vendas de livros; a participação em seis feiras e bienais de livros; a edição de sessenta e sete obras novas e a conclusão de mais vinte e uma obras que encontravam em restos a pagar de 2008, a publicação de 88 livros especializados ou relacionados aos temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática do Brasil. Dentre os eventos acima citados destacam-se os Seminários Preparatórios (temas: Crise Financeira; Integração da América do Sul; Processo de Paz no Oriente Médio; Reforma da Organização das Nações Unidas; Amazônia; Mudanças Climáticas) para a IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - IV CNPEPI - "O Brasil no mundo que vem aí"; a II Conferência de Comunidades Brasileiras no Exterior e sua Reunião Preparatória; as realizações dos Seminários sobre Desenvolvimento Econômico (I, II, III, IV e V); o VI e VII Curso para Diplomatas Sul-Americanos; e o I Curso à Distância sobre Desenvolvimento Econômico.

Atendimento Consular

O principal a ressaltar é o avanço exitoso de projetos em duas grandes áreas: de um lado a informatização e a modernização dos serviços consulares e, de outro, o estabelecimento de nova interação com as comunidades brasileiras no exterior. No primeiro caso, em cerca de 70 Postos no exterior foi instalado e está em operação o Sistema Consular Integrado (SCI), que informatiza as atividades de controle e emissão de passaportes biométricos, vistos e atos notariais e registro civil. No segundo caso, foi realizada a II Conferência "Brasileiros no Mundo", foi aprovada a criação do "Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior", estabeleceu-se sistema de eleições dos seus membros titulares e respectivos suplentes e concebeu-se sistema "on line" de registro, acompanhamento e prestação de contas de demandas da diáspora brasileira. Independentemente dessas duas grandes ações, cabe destaque, entre outras, às seguintes realizações em 2009: (1) criação da Ouvidoria Consular para o processamento de comentários, sugestões, elogios e críticas referentes ao serviço consular; (2) lançamento da Carteira de Matrícula Consular biométrica pelos Consulados-Gerais nos Estados Unidos; (3) ampliação da assistência a detentos brasileiros no exterior; e (4) início das providências para o reforço na assistência consular na África do Sul durante a Copa do Mundo de 2010. Realizaram-se ainda a II Conferência "Brasileiros no Mundo", voltada para a prestação de contas dos órgãos de Governo sobre suas políticas para as comunidades brasileiras no exterior e para a institucionalização do sistema de Conferências e do Conselho de Representantes das Comunidades Brasileiras no Exterior; e o lançamento do Portal das Comunidades Brasileiras no Exterior. Tenho em vista que das atividades descritas acima nem todas acarretam dispêndio de recursos das ações em questão, o desempenho dessa Unidade Gestora não pode ser corretamente medido pelo simples cotejamento dos recursos disponíveis e gastos no exercício. Contudo, mesmo sob o ponto de vista estritamente orçamentário, o desempenho do DCB deve ser considerado satisfatório, tendo em vista – no caso da Ação - a natureza imprevisível das demandas que recaem sobre essa ação (determinadas em ampla medida por situações emergenciais como catástrofes naturais, conflitos armados e alterações de ordem política ou econômica em países estrangeiros, ou pela celebração de acordos que permitem o desenvolvimento de programas de regularização migratória). Assim, o gasto a menos de recursos nessa rubrica pode indicar ter havido menor número de emergências ou, então, economia de recursos advinda da utilização, sempre que possível, de UTIs aéreas – aeronaves militares da Força Aérea Brasileira como forma de redução de custos em casos mais onerosos de repatriação de brasileiros.

O Serviço Exterior

Foi implementado o Projeto de Sistema de Recursos Tecnológicos dos Postos, que deverá padronizar e modernizar a área de tecnologia da informação (TI) dos postos. Foram gerenciados contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento, suporte e assistência de programas e sistemas de informática, transporte de malas diplomáticas, serviços de correio, acesso à Internet e à Infovia; e foram promovidos 86 cursos de treinamento para 1.235 servidores. O Itamaraty deu prosseguimento ao desenvolvimento do Sistema Integrado de Administração, que permitirá a consolidação e padronização de toda a gestão financeira do Ministério, instituiu novo correio eletrônico institucional e concluiu os estudos técnicos para a reformulação do sítio eletrônico do MRE na Internet e para a padronização dos sítios dos postos. O Programa "Gestão da Política Externa" foi realizado a contento, pois o percentual de execução financeira total resultou superior a 70% e, para a maioria das Ações, a execução física atingiu percentual igual ou superior a 60% da meta estimada, à exceção da Ação - "Construção do Anexo III do Ministério das Relações Exteriores", pois não foi possível licitar as obras em decorrência do atraso na aprovação dos projetos executivos pela Administração de Brasília. Pela Ação– "Manutenção do Cerimonial", foram realizados eventos relacionados a visitas de 127 altas autoridades estrangeiras ao Brasil, entre as quais 38 Chefes de Estado, 5 Chefes de Governo e 37 Chanceleres, e, pela Ação "Missões Oficiais do Presidente e Vice-Presidente da República ao exterior", foram possibilitadas 43 Missões oficiais a 30 países. No âmbito da Ação "- Cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos", foram registrados 68 eventos. A Ação 1 – "Sistema de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (Sictex)" permitiu incentivar a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e países parceiros, e a Ação - Cooperação Técnica Internacional" implementar 915 projetos.

5.1.15. Função Energia

A função Energia, bem como todas as ações nela executadas são essenciais para a economia brasileira. Todas as funções governamentais, econômicas ou não, dependem de um bom funcionamento da área energética. Além de essencial, é intensiva em capital. As quantias investidas para manter e expandir a oferta de petróleo e gás natural, ou de energia elétrica, são avaliadas em bilhões de reais (energia elétrica) ou dezenas de bilhões de reais (petróleo e gás). No demonstrativo a seguir, apresenta-se a execução orçamentária da função Energia no últimos cinco anos. Observa-se para o período um crescimento de aproximadamente 158% no valor empenhado.

Em R$ milhões

FUNÇÃO ENERGIA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
	2005	2006	2007	2008	2009
Orçamento Fiscal e Seguridade Social	457	438	519	519	790
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	26.061	31.529	37.526	50.591	67.571
TOTAL	**26.518**	**31.967**	**38.045**	**51.110**	**68.361**

O quadro a seguir demonstra os valores empenhados por subfunção, distribuídos em subfunções típicas e atípicas. As subfunções típicas representam 83% do total empenhado na função em 2009.

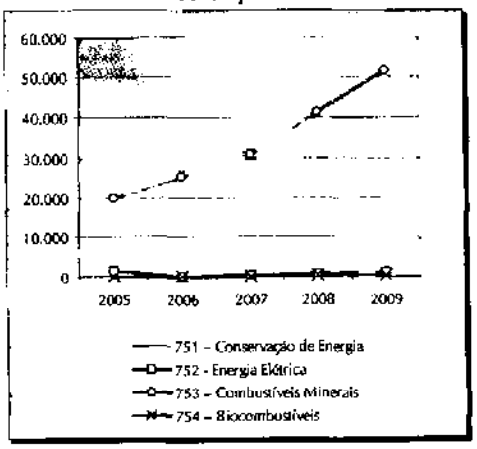
Em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
751 – Conservação de Energia	35,6	33,8	55,9	101,1	79,2	305,3
752 - Energia Elétrica	1.206,4	140,1	308,8	636,0	1.012,5	3.303,8
753 – Combustíveis Minerais	19.764,9	24.899,0	30.779,9	41.447,8	51.650,5	168.542,1
754 – Biocombustíveis				256,7	203,4	460,1
OUTRAS SUBFUNÇÕES (ATÍPICAS)	2.362,9	2.957,1	4.033,6	5.206,2	10.928,0	25.483,4
TOTAL	**23.369,8**	**28.030,0**	**35.178,2**	**47.647,9**	**63.873,6**	**198.094,6**

Fontes: Petrobras, SIEST, SIAFI CGOF/MME

Conforme demonstrado no gráfico, destaca-se a subfunção Combustíveis Minerais, que nos últimos anos apresentou um crescimento de 161%.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS



Cabe enfatizar que os investimentos em dutos e terminais portuários são alocados nas Subfunções Transporte Hidroviário e Transportes Especiais, ambas atípicas, e estes investimentos cresceram significativamente no último quadriênio. Em 2009, todo o recurso orçamentário executado na Subfunção Conservação de Energia foi utilizado nas atividades de melhoria da eficiência energética das Refinarias de São José dos Campos (REVAP), de Betim (REGAP) e de Paulínia (REPLAN).

Em relação à subfunção Energia Elétrica destaca-se a incorporação ao sistema de geração de energia elétrica uma capacidade de 3.565 MW.

Já em relação à transmissão, foram incorporados 3.606 km de linhas de transmissão, com tensão igual ou superior a 230 kV (rede básica), e 9.067 MVA de capacidade de transformação em subestações.

As metas estabelecidas nos programas de energia nas regiões são inferiores aos valores realizados, pois estão defasadas em pelo menos dois anos; a dinâmica do planejamento, associada aos leilões promovidos pela Aneel e as mudanças constantes nos cronogramas de entrada em operação dos empreendimentos alteram com frequência os valores dos indicadores propostos.

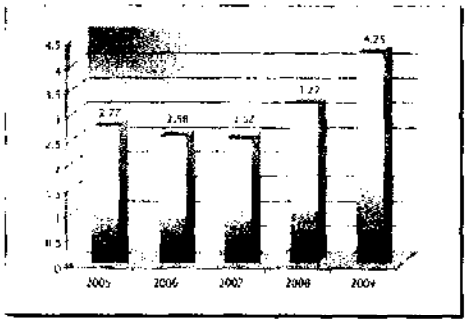
No entanto, esses indicadores mostram que as expansões realizadas no setor estão compatíveis com as necessidades de oferta ao mercado de energia elétrica brasileiro.

Foram investidos no setor elétrico pelas empresas do grupo Eletrobrás nos Programas Energia nas Regiões (0294-Energia na Região Nordeste, 0295-Energia na Região Sul, 0296-Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, 0297-Energia na Região Norte e 1042-Energia nos Sistemas

isolados), no ano de 2009, R$ 4,25 bilhões em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Esse investimento supera em 31,7% o valor de 2008. A execução orçamentária total foi de 76,5% em relação ao previsto em função de atrasos em processos licitatórios e outros fatores.

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
(VALORES EM R$ BILHÕES)



Durante o ano de 2009 o Sistema Elétrico Brasileiro - SEB, compreendido pelo Sistema Interligado Nacional – SIN e Sistemas Isolados, localizados na região Norte do Brasil, operou em condições normais, nos patamares de segurança estabelecidos pelos órgãos setoriais.

Não houve, em qualquer período do ano, comprometimento da segurança do suprimento de energia elétrica. Ainda nos Programas Energia nas Regiões foram investidos R$ 992 Milhões, em 2009, pelo Grupo Petrobras em suas térmicas.

EXECUÇÃO DO GRUPO PETROBRAS
NA SUBFUNÇÃO ENERGIA ELÉTRICA

ANO	VALORES (EM R$ MILHÕES)
2005	1.175,1
2006	116,1
2007	278,2
2008	609,3
2009	992,0

Fonte: Petrobras

Programa Luz para Todos

É um Programa de eletrificação rural, lançado em 2003, para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros residentes em área rural. Com o objetivo de atender novas demandas, surgidas durante os cinco anos de execução, foi prorrogado até 2010.

O Programa é coordenado pelo MME e operacionalizado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS, e realizado em parceria com as concessionárias de energia elétrica, cooperativas de eletrificação rural e governos estaduais.

Até dezembro de 2009, foram executadas cerca de 2.235.332 ligações, beneficiando 11,1 milhões de brasileiros, das quais 1.116,8 mil na região Nordeste, 402,3 mil na região Norte, 179,7 mil na região Sul, 380,8 mil na região Sudeste e 155,5 mil na região Centro-Oeste, tendo sido executadas, somente no ano de 2009, 357.970 ligações, beneficiando 1.789.850 pessoas em todo o país.

Os contratos assinados entre o Governo Federal e as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em todo o país totalizam R$ 10,9 bilhões, sendo liberados R$ 7,8 bilhões para a execução das obras.

A transformação provocada no meio rural, com a chegada da energia elétrica, vem estimulando o retorno ao campo de muitas famílias que haviam procurado oportunidades nos grandes centros urbanos.

As obras do Programa Luz para Todos também incrementam a economia. O Programa provocou expressiva movimentação na indústria, estimando-se que mais de 5,6 milhões de postes já foram instalados, 823 mil transformadores e 1.080 mil km de cabos elétricos, criando mais de 335 mil novos postos de trabalho.

Em 2008, foram realizadas, no âmbito do Programa Luz para Todos, 441.427 ligações, o que corresponde a 78,1% da meta estabelecida para esse período. Em 2009, foram mais 357.970 domicílios com acesso à energia elétrica, o que representa 70,1% da meta proposta.

LIGAÇÕES EFETUADAS E VALORES APLICADOS
NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS

ANO	LIGAÇÕES EFETUADAS	VALOR (EM R$)
2005	378.846	700.082.497
2006	590.013	1.805.893.456
2007	997.877	1.908.741.679
2008	441.427	1.679.675.413
2009	357.970	1.279.220.819

Fonte: MME

Foi gasto o montante de R$ 4 milhões na ação de Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Convencional, que corresponde à transferência ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

Essa transferência teve o objetivo de dar suporte ao Programa Luz para Todos no desenvolvimento e implementação de políticas públicas que proporcionem o atendimento por energia elétrica a comunidades não supridas, promovendo o seu uso produtivo e sócio-educativo para viabilizar a inclusão e o desenvolvimento de comunidades rurais no âmbito do Programa. A contrapartida à doação ao FUMIN/BID foi o montante de R$ 1 milhão.

Programa Atuação Internacional na Área de Petróleo

Merecem destaque na atuação internacional as descobertas de petróleo nos campos de Cascade e Chinook, Stones, Coulomb e Cottonwood, localizados na área americana do Golfo do México, além da descoberta de gás no campo de

Kinteroni X1, no Peru, do início de produção dos campos gigantes de AKPO e AGBaMI, além de outros campos em fase de desenvolvimento da produção na Nigéria.

Em relação à expansão de mercados consumidores, foram realizadas aquisições de ativos no segmento de distribuição na Colômbia, Chile, Paraguai, Uruguai, acrescentando 560 novos postos de distribuição, aquisição da refinaria de Passadena, no Estados Unidos, e no Japão, uma refinaria na ilha de Okinawa, permitindo o acesso ao relevante mercado oriental.

INDICADOR	2009 (META)	2009 (REALIZ.)	2008 (REALIZ.)
Produção Média de Gás Natural no Exterior (milhões de m3/dia)	17,07	16,52	17,06
Capacidade de Refino instalada no Exterior (mil barris por dia)	281	281	281
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior (mil barris por dia)	139,89	140,58	123,63

Produção Média de Gás Natural no Exterior (Milhões de m3/dia). A execução do indicador em 2009 foi 3,2% abaixo da meta, em razão de menor demanda brasileira do gás natural boliviano.

Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior (Mil barris por dia). A execução do indicador em 2009 foi acima da meta em 0,12%, devido produção acima do esperado na Nigéria, com a maior eficiência de produção do campo de AGBAMI e na Argentina, com entrada de novos poços produtores e maior rendimento na produção.Capacidade de Refino Instalada no Exterior (Mil barris por dia)

O indicador manteve a execução conforme o esperado, em razão do que havia sido definido no plano de negócios da companhia para o ano, dentro do programa.

Programa Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Álcool e Outros Combustíveis

A execução do Programa demonstrou-se adequada, possibilitando a modernização e manutenção da Rede de Postos de Serviço, modernização e adequação da infra-estrutura operacional de distribuição de GLP, o suporte aos clientes comerciais e industriais e o desenvolvimento de programas de segurança, meio ambiente e saúde, logística e operações.

O ingresso dos postos da Alvo Distribuidora de Combustíveis Ltda. – ALVO na rede BR, localizados nas regiões Norte, Nordeste de Centro Oeste, oriundos da aquisição Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga realizada em 2007, cuja incorporação foi aprovada pelo CADE em dezembro de 2008, contribuiu para que o indicador "Qualidade dos Produtos da BR Distribuidora – Programa de Olho no Combustível" não atingisse a meta anual.

Isto por que este indicador é resultante do número de postos certificados pelo Programa "De Olho no Combustível" dividido pelo número de postos ativos (postos de bandeira BR que adquiriram combustível no mês).

Desta forma, o ingresso dos postos da Alvo na rede BR influencia negativamente o resultado deste indicador, pela necessidade de ajustes operacionais para viabilizar a certificação destes novos postos.

Os investimentos financeiros realizados objetivaram a oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis.

INDICADOR	2009 (META)	2009 (REALIZ.)	2008 (REALIZ.)
Qualidade dos Produtos da BR Distribuidora – Programa de Olho no Combustível	97,7	93,8	90,6
Taxa de Freqüência de Acidentados com Afastamento – TFCA	0,66	0,42	0,31
Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Álcool Combustível	37,7	38,0	34,9
Taxa de Partipação da Liquigás Distribuidora no Mercado de GLP	22,7	22,4	22,3

Programa Oferta de Petróleo e Gás Natural

No início de 2009, duas novas plataformas iniciaram suas operações na Bacia de Campos. Em janeiro, no campo de Marlim Sul, começou a operar a plataforma P-51, instalada em lâmina d'água de 1.255 metros e a 150 km da costa de Macaé, com capacidade para produzir até 180 mil barris de petróleo por dia. Em fevereiro, no campo de Marlim Leste, entrou em operação o FPSO Cidade de Niterói.

Esta unidade integra o Módulo II de Marlim Leste e tem capacidade para produzir 100 mil barris de petróleo leve (28° API) e 3,5 milhões de m³ de gás por dia. No dia 1° de maio foi iniciada a produção na camada Pré-Sal da Bacia de Santos, com o início do teste de longa duração (TLD) do campo de Tupi.

A produção foi iniciada através do poço 1-RJS-646, localizado em uma lâmina d'água de 2.140 metros, interligado ao FPSO BW Cidade de São Vicente, que tem capacidade de produzir até 30.000 barris de óleo por dia. Com o início do TLD de Tupi, a Petrobras inaugura o desenvolvimento de uma nova fronteira exploratória na camada Pré-Sal.

Esta avaliação subsidiará o corpo técnico da Petrobras para os futuros projetos de desenvolvimento da produção nesta área.

Essas informações serão decisivas não só para definir o modelo de desenvolvimento da área de Tupi, como também das outras acumulações do pré-sal, que configuram uma das maiores descobertas já feitas pela indústria do petróleo.

Em junho duas unidades entraram em operação.

No dia 15, foi iniciada a produção do FPSO Cidade de São Mateus, localizado no campo de Camarupim. Esta unidade tem capacidade para processar 10 milhões de m³ de gás e 35 mil barris de óleo por dia e é o primeiro FPSO para gás instalado no Brasil.

No dia 20, entrou em operação o FPSO Frade, na Bacia de Campos. A unidade poderá produzir até 100 mil barris de óleo por dia.

Em julho foi iniciada a produção do FPSO Espírito Santo.

A área denominada Parque das Conchas (antigo BC-10) está localizada a 110 quilômetros da costa do Espírito Santo, onde se encontram reservatórios de óleo pesado a quase 2 km de profundidade na Bacia de Campos.

As principais descobertas realizadas na Província Pré-Sal estão localizadas na Bacia de Santos, nas áreas denominadas de Tupi, Guará e Iara, e na Bacia de Campos, na área chamada de Parque das Baleias.

As reservas provadas do país poderão ser duplicadas considerando a expectativa de volumes potencialmente recuperáveis de petróleo e gás destas áreas.

Para alcançar a meta estipulada para 2.017 de produção superior a 1 milhão de barris de óleo operados pela Petrobras, uma série de atividades exploratórias e de desenvolvimento da produção estão sendo executadas.

Durante o ano foram perfurados mais poços e realizados testes de formação, cujos resultados comprovam o alto potencial e o baixo risco da área. Em 1º de maio, foi iniciado o Teste de Longa Duração (TLD) de Tupi, com o FPSO BW Cidade de Sao Vicente, que marcou o início da produção na área do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos.

Uma versão revisada do PLANSAL, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos, está sendo elaborada com o objetivo de incorporar as informações obtidas ao longo deste ano, revendo as estratégias e projetos previstos, considerando as novas informações obtidas sobre as características de reservatório e produção nessa área.

O desenvolvimento do Pré-Sal promove também o desenvolvimento da indústria nacional.

Este ano foi iniciada a licitação para a construção de novas sondas no Brasil, que se somam às embarcações e às sondas contratadas anteriormente e que já estão em construção.

INDICADOR	2009 (META)	2009 (REALIZ.)	2008 (REALIZ.)
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural	2.200,0	1971	1855
Produção Média de Gás Natural	80,4	53,5	51,1

Em 2009 a produção nacional de óleo e LGN alcançou a média de 1.971 mil bpd, 6,3% acima do volume médio produzido em igual período do ano de 2008 (1.855 mil bpd) e com uma diferença de apenas 28 mil bpd da meta de produção divulgada pela Companhia no início de 2009 (2.050 mil bpd, com variação de mais ou menos 2,5%).

Esse aumento de 116 mil bpd, deveu-se, principalmente, a entrada em operação das plataformas P-53 (Marlim Leste), P-51 (Marlim Sul), FPSO - Cidade de Niterói (Marlim Leste) e FPSO – Cidade de São Vicente (TLD Tupi) e ao aumento na produção das plataformas P-52 e P-54 no campo de Roncador, que contribuíram para a superação do declínio natural dos campos maduros.

A produção nacional média de gás natural, no ano de 2009, atingiu o volume de 53,5 milhões m³/d, mantendo-se praticamente no mesmo nível de 2008 (54,5 milhões m³/d, uma variação de cerca de 1,8%), principalmente em função da redução da demanda, que provocou o fechamento de alguns campos de gás não associado.

Ação Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2009, foram investidos cerca de R$ 1,8 bilhão em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) das diversas áreas da indústria do petróleo e também de energia.

As realizações da companhia nessa área contribuem para o avanço tecnológico da indústria nacional na área de petróleo, gás e energia, e também impulsiona o desenvolvimento científico, nessa área, nas universidades e instituições de pesquisa brasileiras.

O crescimento constante dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento no setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis é reflexo da expansão dessas atividades e da implantação de um programa interno voltado para a criação de infraestrutura laboratorial nas instituições de pesquisa nacionais.

Aproximadamente R$ 490 milhões foram destinados a projetos de pesquisa e de implantação de infraestrutura laboratorial em universidades e institutos de pesquisa nacionais.

A Petrobras hoje coordena 30 redes de pesquisa, que reúnem cerca de 80 instituições em todo o país, em temas nas áreas diversas áreas em que atua.

Em 2009, foram inaugurados diversos laboratórios fruto destes investimentos contribuindo para que se forme, no Brasil, um dos mais avançados parques tecnológicos do mundo na área de energia. Em 2009, foram encerrados 158 projetos de pesquisa.

A visão de projetos de pesquisa de longo prazo e de investimento na construção de infraestrutura laboratorial torna o número de projetos encerrados menor do que o previsto, porém sem deixar de atingir os resultados tecnológicos esperados para o período.

Programa Refino de Petróleo

Foram concluídas as obras de construção e montagem dos projetos da Unidade de Hidrotratamento de Nafta oriunda da unidade de Coqueamento Retardado e da segunda Unidade Fracionadora de Líquidos pertencente ao projeto Plangás na Refinaria Duque de Caxias - REDUC e das unidades de Propeno das refinarias de Paulínia - REPLAN e Presidente Getúlio Vargas - REPAR que visam atender a demanda por matéria-prima da indústria Petroquímica.

Ainda em 2009, a Refinaria Potiguar Clara Camarão - RPCC, localizada em Guamaré no Rio Grande do Norte, foi incorporada ao parque de refino e, em novembro, iniciaram-se as obras de infraestrutura para ampliação da mesma e da implantação de sua unidade de produção de gasolina.

A tecnologia do HBIO é um novo processo que possibilita a inclusão de óleo vegetal na corrente de diesel, produzindo, desta forma, um diesel de alta qualidade e pureza.

Ao final de 2009 temos as refinarias Presidente Bernardes - RPBC, Gabriel Passos - REGAP, Presidente Getúlio Vargas - REPAR, Henrique Lage – REVAP e Paulínia - REPLAN aptas ao processamento desta tecnologia.

INDICADOR	2009 (META)	2009 (REALIZ.)	2008 (REALIZ.)
Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total (em milhões de barris por dia)	1,86	1,79	1,77
Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Nacional (em milhões de barris por dia)	1,49	1,41	1,38
Capacidade de Refino Instalada (em milhões de barris pelo número de dias do ano	2,05	1,99	1,99

Nota: Valores atualizados até novembro de 2009

Entre as subfunções atípicas destaca-se a relativa a Transportes Especiais, principalmente representada por meio do Programa Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis.

Gás Natural

A oferta de gás natural no Brasil registrou crescimento em relação ao ano de 2008, principalmente em função da entrada em operação das plataformas P-51, P-53, FPSO Cidade de Niterói, do início de produção dos Campos de Camarupim no Espírito Santo e de Lagosta na Bacia de Santos e da entrada em operação do gasoduto Coari-Manaus em novembro, possibilitando a oferta comercial de gás proveniente da província de Urucu.

Destacamos também a contribuição do projeto de ampliação da oferta de gás do Campo de Manati na Bahia.

A baixa demanda de gás durante o ano foi a principal responsável pela não elevação da entrega de gás ao mercado, apesar da ampliação da oferta de gás.

A inserção de Gás Natural Liquefeito - GNL no Brasil, com a entrada em operação dos terminais de Pecém/CE e Baía de Guanabara/RJ, permite maior flexibilidade na oferta de gás natural ao prover o país de novas fontes de suprimento e, conseqüentemente garante maior segurança ao setor energético brasileiro.

Nos dias 18 a 26 de janeiro de 2009, foi realizada a primeira entrega de gás natural liquefeito (GNL) para geração de energia elétrica no país.

A regaseificação foi realizada no terminal de GNL de Pecém (CE), com capacidade para regaseificar 7 milhões de m³/dia;

O terminal de regaseificação GNL da Baía de Guanabara concluiu no dia 31 de março de 2009, com sucesso, a etapa de testes, que consistiu na entrega de GNL regaseificado para geração de energia elétrica nas usinas termelétricas da região Sudeste.

O terminal da Baía de Guanabara tem capacidade de regaseificação de 14 milhões de m³/dia de gás natural. A execução orçamentária do Grupo Petrobras, excetuando a Subfunção Energia Elétrica e a Função Indústria ao longo dos últimos 5 anos ficou em R$ 190,96 bilhões, sendo que em 2009 foi de R$ 61,367 bilhões.

INDICADOR	2009 (META)	2009 (REALIZ.)	2008 (REALIZ.)
Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados	47,00%	33,6%	35,6%
Extensão da malha de oleodutos de transporte da Petrobras (km)	7033	7033	7033
Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras (MM m³/mês	14,78	13,78	13,00

Programa Brasil com todo Gás

INDICADOR	2009 (META)	2009 (REALIZ.)	2008 (REALIZ.)
Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Gás Natural		120	96
Extensão da Malha de Gasodutos da Petrobras	8.575	7.476	6863
Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil	68.570	45.295	49,1

O indicador (Capacidade de dutos para o transporte de Gás Natural) foi alterada a unidade de bilhão de m³/km para milhão de m³/dia.

5.1.16. Função Organização Agrária

Análise da Função Governamental

Execução Orçamentária na Função Organização Agrária e Subfunções

A Função Organização Agrária contempla os temas reforma agrária, agricultura familiar e comunidades quilombolas, cujo montante de recursos empenhados em 2009 conforme demonstrativos a seguir.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA 2005/2009

em R$ milhões

ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	3.583,24	4.249,06	4.853,56	4.072,87	4.369,88	21.128,61
OI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.583,24	4.249,06	4.853,56	4.072,87	4.369,88	21.128,61

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2009

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
631 - Reforma Agrária	*2.942,98*	*100*	*0,00*	*0*	*2.942,98*	*100*
Outras Subfunções	1.426,90	33	0,00	0	1.426,90	33
TOTAL	4.369,88	100	0,00	0	4.369,88	100

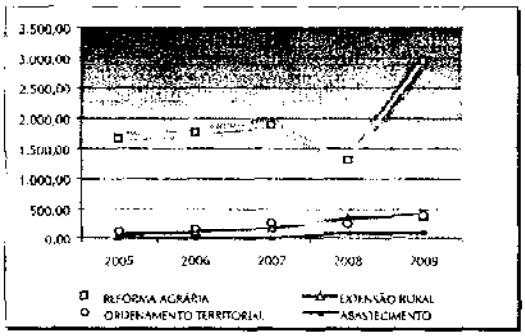
VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO				
	2005	2006	2007	2008	2009
Reforma Agrária	1.676,13	1.768,66	1.895,32	1.305,69	2.942,98
Extensão Rural	56,61	109,45	180,02	347,30	406,04
Ordenamento Territorial	124,54	165,48	273,76	705,47	402,18
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	89,24	92,05

Fonte: Siafi

VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA (VALORES EM R$ MILHÕES)



A crise mundial de 2008 provocou uma queda na arrecadação federal daquele ano e no 1º semestre de 2009, causando a diminuição da execução orçamentária e financeira no Ministério do Desenvolvimento Agrário, devido ao contingenciamento maior do orçamento do Ministério. Esse fato fica visível na tabela apresentada, onde se verifica um crescimento da execução no total das quatro subfunções típicas, acima citadas, de R$ 3.583 milhões em 2005 para R$ 4.853 milhões em 2007, e, em 2008 uma retração para 4.073 milhões, com uma pequena recuperação em 2009 para R$ 4.370 milhões. Observa-se que a subfunção Abastecimento aparece somente em 2008

e 2009. Isto ocorre pois essa subfunção tem sua execução no Programa Aquisição de Alimentos, PAA, criada pelo PPA 2008/2011 e recepcionada pela ação orçamentária 2B81 do programa 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF. Em relação às demais subfunções típicas, ocorreu um forte crescimento nominal da execução conforme política do MDA de fortalecer suas subfunções típicas, destacando-se que:

- Extensão Rural – passou de R$ 56,6 milhões em 2005 para 406,0 milhões em 2009;
- Ordenamento Territorial – passou de R$ 124,5 milhões em 2005 para 402,2 milhões em 2009;
- Reforma Agrária – passou de R$ 1.676,1 milhões em 2005 para R$ 2.943,0 milhões em 2009.

O tema Reforma Agrária possui dois componentes relevantes a concessão de crédito para instalar assentados da reforma agrária beneficiados com a política de desapropriação de terras; e a concessão de crédito para agricultores familiares sem terras adquirirem terras e fazerem investimento básico para iniciar a produção. Até 2008, os montantes referentes a essas concessões de créditos estavam incluídos na subfunção Outros Encargos Especiais na função Organização Agrária. Em 2009, esses valores foram alocados na subfunção típica Reforma Agrária, sendo esta uma das razões pelo substancial acréscimo nesta última. Em conseqüência, houve o crescimento relativo em relação ao total da função Organização Agrária, de 2008 para 2009, nessa subfunção, de 32,1% para 67,4%, e a conseqüente diminuição do peso das demais subfunções (ver linha Outras Subfunções na tabela seguinte) de 50,7% para 12,1%.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA (EMPENHADO) 2005 A 2009

em R$ milhões

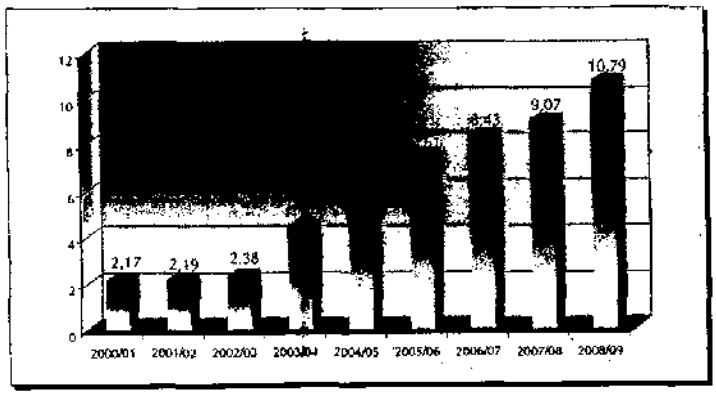
SUBFUNÇÕES / SUBFUNÇÕES TÍPICAS	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%	2009	%
127 - Ordenamento Territorial	124,54	3,48	165,48	0	273,76	5,64	265,47	6,52	402,18	9,20
605 - Abastecimento	0,00	0	0,00	0	0,00	0,	89,24	2,19	92,05	2,11
606 - Extensão Rural	56,61	1,58	109,45	2,58	180,02	3,71	347,30	8,53	406,04	9,29
631 - Reforma Agrária	1.676,13	46,78	1.768,66	41,62	1.895,32	39,05	1.305,69	32,06	2.942,98	67,35
Outras Subfunções	1.725,96	48,17	2.205,46	51,9	2.504,46	51,6	2.065,17	50,71	526,63	12,05
TOTAL	3.583,24	100	4.249,06	100	4.853,56	100	4.072,87	100	4.369,88	100

Fonte: MDA

Principais Resultados da Atuação Governamental na Função Organização Agrária

No contexto da Função Organização Agrária, o crédito rural do Pronaf assume importância considerável, ao ampliar o acesso dos agricultores familiares ao sistema oficial de crédito ao longo dos anos. Somada a esta ampliação, já consolidada neste importante segmento do setor econômico brasileiro, têm sido adotadas estratégias com vistas a tomar esta importante política pública convergente com os conceitos de sustentabilidade. Para a safra 2009/2010 foram disponibilizados R$ 15 bilhões para a agricultura familiar. É um novo recorde de recursos disponibilizados para o financiamento dos agricultores familiares.

EVOLUÇÃO DO VOLUME DE CRÉDITO AO AMPARO DO PRONAF
SAFRAS 2000/2001 A 2008/2009 (VALOR EM R$ BILHÃO)* - Valores executados



*Os dados apresentam pequena variações da mensagem do ano anterior, visto que à época o MDA não possuía as informações completas das aplicações de todos os bancos.

Como segundo eixo para o desenvolvimento sustentável, o Pronaf passa a contar com uma nova abordagem de acesso ao crédito rural. Com a criação do Pronaf Sustentável, por meio do Decreto nº 6.882/2009, o agricultor passará a gerir sua propriedade de forma sistêmica, abordando aspectos vinculados à produção, à conservação ambiental, à administração e comercialização da produção, permitindo maior lucro com perfeita sintonia com as questões ambientais.

Como vertente final do desenvolvimento sustentável do Pronaf em 2009, promoveu-se a consolidação da linha de financiamento "Mais Alimentos", criada no ano de 2008. Em 2009 os agricultores que produziam açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, fruticultura, olericultura, apicultura, aqüicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura, continuaram a ter o financiamento de máquinas e equipamentos mais baratos para a produção. Para esta linha de financiamento, passou-se a permitir o financiamento de utilitários para comercialização da produção.

O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF, política pública complementar ao crédito rural do Pronaf, que permite a proteção do agricultor familiar durante a ocorrência de quedas bruscas nos preços de comercialização, teve o número de produtos cobertos ampliado para 35, ao mesmo tempo em que o limite de proteção por agricultor passou de R$ 3.500,00 para R$ 5.000,00.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um serviço essencial para que as políticas públicas cheguem às comunidades e propriedades rurais. Em 2009, o Governo realizou um conjunto de atividades com o objetivo de ampliar e qualificar esse serviço, destacando-se o apoio às instituições de ATER credenciadas; a formação de agentes de desenvolvimento rural e agricultores familiares; as ações de inovação tecnológica, adequadas às especificidades dos diversos biomas.

O Fundo Garantia-Safra é um seguro de renda para situações de catástrofe provocadas por seca ou excesso de chuvas que geram perdas superiores a 50% nas lavouras de milho, feijão, algodão, arroz e mandioca de agricultores familiares de municípios situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O Fundo Garantia Safra garante o pagamento de R$ 550,00 para cada família que aderiu ao programa e foi prejudicada por fenômenos climáticos. Em 2009, o programa passou por transformações destinadas ao seu aprimoramento, como a extensão da cobertura para eventos de perdas de safra ligados ao excesso de chuva e o aperfeiçoamento dos procedimentos de verificação de perdas, para que o Seguro Garantia-Safra chegue com mais rapidez aos agricultores.

Para safra 2009/2010, foram disponibilizadas 694.852 cotas de participação e as adesões estão em andamento com elevada procura e aceitação por parte dos agricultores familiares, municipalidades e governos estaduais.

Em 2009, somente o MDA investiu mais de 90 milhões de reais no apoio à comercialização por meio do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Juntamente com o MDS, foram investidos mais de 600 milhões de reais no PAA em 2009, consolidando o programa como uma ação estratégica de segurança alimentar e de geração de renda para a agricultura familiar.

O ano de 2009 representou uma grande conquista no campo da comercialização dos produtos da agricultura familiar brasileira, por meio da Lei 11.947, a Lei da Alimentação Escolar, que instituiu a compra obrigatória de no mínimo 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar. A implementação desta lei criará um mercado de cerca de um bilhão de reais que poderá beneficiar, já em 2010, mais de 200 mil famílias de agricultores em todo o país.

Atualmente existem 32 empresas com o Selo Combustível Social estimulando e fortalecendo aproximadamente 54.000 famílias produtoras de oleaginosas em todo país. Das 32 empresas, 3 receberam o Selo em 2009.

Também em 2009, o MDA investiu perto de R$ 7 milhões de reais em projetos de apoio a organização produtiva, transferência de tecnologia e produção de sementes e mudas em todo país. Desse total, quase R$ 4 milhões foram destinados a agricultores familiares e técnicos dos 34 Territórios da Cidadania com ações do Biodiesel.

Ao longo do ano de 2009, o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais apoiou 164 Territórios Rurais selecionados, nas 27 unidades da federação abrangendo 2.500 municípios, com uma população de cerca de 52,2 milhões de pessoas (28,51 % do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 5.046.045,5 Km2 (58,49 % da área total do país). Nestes territórios concentram-se 60,86 % dos beneficiários diretos das ações do MDA no Brasil. Os recursos totais aplicados pelo Programa foram da ordem de R$ R$ 382,0 milhões.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) integra o Plano Nacional de Reforma Agrária, e beneficiou, em 2009, 5.872 famílias com um investimento total de aproximadamente R$ 226 milhões, que viabilizaram a realização de investimentos básicos e comunitários e a aquisição de mais de 90 mil hectares pelas famílias beneficiárias.

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras promove o acesso ao livro e incentiva a leitura no meio rural, por meio das ações de implantação de bibliotecas, de formação de agentes de leitura e da distribuição de acervos adequados à diversidade cultural das comunidades rurais brasileiras. Em 2009, foram implantadas 1.237 bibliotecas, em 461 municípios de 23 estados da Federação, e capacitados 2.154 agentes de leitura, promovendo o acesso de aproximadamente 160 mil famílias aos 252 mil livros distribuídos.

SÍNTESE DOS DADOS FINANCEIROS DO PROGRAMA
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS EM 2009

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DADOS FINANCEIROS R$					
	META 2009 (1) (A)	REALIZADO (2) (B)	VALORES PAGOS (3) (C)	RAP PAGOS (4)	% (B/A)	% (c/A)
6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	14.727.101	11.531.376	9.938.796	1.097.220	78,3	67,5
102C - Elaboração de PTDRS	1.999.999	1.279.400	1.279.400	556.526	64,0	64,0
2A99 - Apoio à Gestão dos PTDRS	15.000.000	11.144.440	2067450	4.035.877	74,3	13,8
8991 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	335.699.870 (5)	298.940.849 (5)	2.002.200	123.824.609 (5)	89,0	0,6
8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária	33.606.645	33.296.362	3.457.596	18.775.520	99,1	10,3
5160 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara	22.898.876	22.598.876	22.579.130	19.301	98,7	98,6
2272 – Gestão e Administração do Programa	3.092.899	2.670.348	2.610.348	346.396	86,3	84,4

Fonte: Resultados Financeiros: Sigplan/Siaf, em 21/01/2010, e SPOA/MDA, de 10/01/2010.
(1) Com base no orçamento 2009 disponibilizado, ou seja, considerou-se os valores orçamentários do crédito inicial mais os créditos adicionais, subtraindo-se os valores de créditos contingenciados. / (2) Com base nos valores de empenhos liquidados.. (3) Valores pagos até 31/12/2009 / (4) Valores inscritos em Restos a Pagar, pagos até 31/12/2009. / (5) Inclusive Emendas Parlamentares.

Esses resultados estão analisados a seguir, em conjunto com os indicadores utilizados para a gestão do Programa. Na ação de Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária, foram executados R$ 4,8 milhões no ano de 2009, sendo que no período de 2003 a 2009, foram incorporados à reforma agrária mais de 47,7 milhões de hectares com a criação de 3.386 projetos de assentamento, sendo 297 somente em 2009, envolvendo uma área total de 4,6 milhões de hectares somente em 2009. Atualmente existem implantados no país 8.570 projetos de assentamento, numa área de 85,2 milhões de hectares, nos quais residem pouco mais de 928 mil famílias. Já do ponto de vista do assentamento de famílias, no período 2003 a 2009, o Governo assentou 574.532 famílias, volume este que corresponde a 61,9% da totalidade de famílias assentadas no país, desde o início desta política, e do assentamento da primeira família, até hoje. Somente em 2009, foram assentadas 55.421 famílias. Em relação às vistorias realizadas, verifica-se a execução de R$ 100,4 milhões no período de 2003 a 2009, sendo que somente em 2009, R$ 14,7 milhões foram executados no âmbito desta ação. Do ponto de vista da execução física, o total de áreas vistoriadas no período de 2003 a 2009, foi de 33,7 milhões de ha, sendo que somente em 2009, cerca de 5,3 milhões de ha foram efetivamente vistoriados.

Em 2009, 65,8 mil famílias tiveram recursos depositados nas contas das associações dos assentamentos para a construção ou recuperação de casas. Destaca-se que no ano o Incra atingiu a expressiva marca de 58.324 residências construídas ou reformadas. Além disso, o Governo realizou outras 59 mil operações de crédito, envolvendo as demais modalidades do Crédito Implantação, totalizando o atendimento a mais de 124,8 mil famílias. Outras 70,4 mil famílias foram beneficiadas mediante complementação de créditos (nas modalidades que sofreram reajuste de valor).

Além do Crédito Instalação, foram realizadas várias ações com vistas à qualificação da infra-estrutura básica nos novos assentamentos, tais como construção e recuperação de estradas, pontes e sistemas de abastecimento de água, dentre outras. No período que abrange os anos de 2003 a 2009, o total aplicado em ações de infra-estrutura foi de cerca de R$ 1,5 bilhão, passando de pouco mais de R$ 61,4 milhões em 2003 para 324,8 milhões em 2009. Em 2009, foram disponibilizados mais de R$ 324 milhões para ações de infra-estrutura nos assentamentos.

Com relação à execução física, mais de 63,1 mil famílias foram beneficiadas no ano com obras que resultaram na construção e recuperação de 7.751,88 km de estradas, na construção de 299 sistemas de abastecimento de água, bem como na implantação de outras 876 obras (construção de quadras de esporte, centros comunitários, galpões, dentre outros). De outro lado, outras 204 mil famílias serão beneficiadas com obras de infra-estrutura, cujos recursos já estão devidamente assegurados para a realização das mesmas, recursos estes que vão proporcionar a construção/recuperação de 22.165,93 km de estradas, 1.218 sistemas de abastecimento de água, bem como outras 667 obras diversas. Destacamos aqui, que as famílias só são contabilizadas como beneficiadas por ações de infra-estrutura, quando as obras são efetivamente finalizadas.

Referenciando-se à ação de Demarcação Topográfica, do INCRA, verifica-se a execução de R$ 41,6 milhões, atendendo diretamente a 28.750 famílias. Destaca-se, ainda, que outras 121.211 famílias já se apresentam com recursos assegurados para a realização de ações de topografia, parte das quais com demarcação já iniciada, e outras cujas ações vão se iniciar em 2010, tendo em vista que a formalização dos processos de contratação só se realizou ao final do ano de 2009.

Foram disponibilizados R$ 10,6 milhões, em relação à ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização, no INCRA, mais conhecido como "Terra

Sul", beneficiando diretamente 8.786 famílias com diferentes atividades, sendo que outras 11.823 famílias estão envolvidas em projetos atualmente em execução (ou em vias de se iniciar), estando com recursos garantidos para tal, e com previsão de conclusão das atividades no ano de 2010.

Já quanto à ação de Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, do INCRA, a execução verificada nesta ação foi de R$ 2,8 milhões, com a concessão de 35.764 títulos, sendo que destes, 96% (34.335) foram de títulos de concessão de uso, e os demais 4% (1.429) foram títulos de domínio.

A ação de Assistência Técnica é fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos, a Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES, no INCRA, vem sendo priorizada no decorrer dos últimos anos. Em 2003, cerca de 95 mil famílias recebiam este serviço, passando para um total de aproximadamente 270 mil famílias em 2009. Em 2010 deverão receber a ATES outras 58,5 mil famílias, que tiveram contratos firmados no final do ano de 2009.

O Incra apóia o processo de escolarização e formação, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). No ano de 2009, o montante total de R$ 16,7 milhões foi executado por parte do Incra por meio deste Programa, tendo sido efetuados ainda, destaques orçamentários para instituições de ensino públicas, bem como para outras instituições governamentais, no valor de R$ 5,4 milhões, dos quais cerca de 80% (R$ 4,3 milhões) foram destinados a uma parceria efetuada junto ao CNPq, para a implementação da ação de "Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagogia e Social". Mediante esta ação, foram selecionadas 23 propostas contemplando 52 projetos, que atendeu diretamente 2.222 alunos.

Através da ação "Educação de Jovens e Adultos", do INCRA, foram atendidos 21.076 alunos, sendo que estão em sala de aula atualmente, 13.119 alunos. Já em relação à ação de "Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária", da Autarquia, foram atendidos 6.487 alunos em 2009.

Importante marco no ano de 2009, foi a criação do Programa Terra Legal, mediante a edição da Lei Nº. 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

É patente o incremento da execução orçamentária ocorrido no último ano, sendo que somente em 2009, foram disponibilizados cerca de R$ 20,7 milhões para esta ação. A execução física final no ano de 2009 proporcionou a regularizando uma área de 930.355,00 ha, obtida por meio da emissão de 37.771 títulos nos estados com convênios firmados e na Amazônia Legal.

Uma das ações desenvolvidas no âmbito da ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural de ação foi a viabilização da emissão Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR via web, desburocratizando o acesso, conferindo agilidade, transparência e segurança jurídica, bem como proporcionando economia para o Incra de cerca de R$ 5 milhões só em despesas de Correio. No final de 2009, a expressiva quantidade de pouco mais de 629,6 mil CCIRs foram emitidos, com previsão de se alcançar a emissão de mais de 1 milhão de CCIR até 30/01/2010. De outro lado, verificou-se também a atualização cadastral de mais de 786 mil imóveis.

Foram georreferenciados 36.469 imóveis em todo o país. De outro lado verificou-se também a certificação de 5.505 imóveis compreendendo mais de 22,6 milhões de ha, proporcionando um aumento de cerca de 34,8% em relação a 2008. O sistema "Certificaweb", que vai permitir a certificação digital de imóveis, encontra-se em fase de homologação, já estando disponível em 7 Superintendências Regionais como piloto.

Quanto à ação de georreferenciamento na Região da Amazônia Legal, já foram realizados 3 pregões cuja área estimada a ser georreferenciada é de 3,6 milhões de hectares, com aproximadamente 24,6 mil ocupações e 981 km de perímetros de áreas urbanas consolidadas. Um quarto edital está sendo preparado, com vistas ao georreferenciamento de mais 58,4 mil ocupações, atingindo um total de 8,5 milhões de ha.

Outras ações desenvolvidas sob a égide desta ação foi a digitalização do acervo fundiário do estado do Pará; a densificação da Rede Geodésica Brasileira de Estações Ativas GPS - RIBaC/RBMC, mediante consolidação da Cooperação técnica entre o Incra e o IBGE; a instalação de 05 novas estações que estão proporcionando cobertura quase que total do território nacional para fins de aplicações de alto nível do GPS; ampliação do número de estações de 21(2007) para 60 (2009), com perspectiva de chegar a 110 até o fim de 2010.

Em relação ao Acervo Fundiário, foram inseridas mais 2.000 geometrias corretas de assentamentos; atualizou-se todos os dados externos (unidades de conservação federal terras indígenas, unidades de conservação estadual, etc.) contabilizou-se 5.269 assentamentos inseridos na base de dados e foi recuperado quase todo o acervo de glebas arrecadadas do Incra. De outro lado encontra-se em desenvolvimento a inserção de mais 1.000 Projetos de Assentamento e 120.000 imóveis rurais e a massificação de um acesso fácil, de baixo custo e rápido a todos os setores do Incra para consulta e visualização de dados cartográficos e interação com órgãos externos, permitindo compartilhamento da informação geográfica.

As ações acumuladas do Incra na execução da Política Quilombola contabilizam 948 processos de titulação abertos; 101 Editais de Relatórios Técnicos de Identificação e delimitação - RTIDs publicados, totalizando 1.356.901 hectares em benefício de 12.910 famílias; além de 49 Portarias de Reconhecimento publicadas, totalizando 241.728 hectares reconhecidos em benefício de 4.307 famílias. De 2003 a 2009 foram expedidos 60 títulos, regularizando 174.469 hectares em benefício de 54 territórios, 82 comunidades e 4.217 famílias quilombolas.

Em 2009, o Incra emitiu 4 Títulos de propriedade coletivos para 2 comunidades quilombolas urbanas, totalizando 5.922 m² em benefício de 32 famílias. Publicou 23 editais de Relatórios Técnicos de Identificação de Delimitação - RTIDs, com 804.029 hectares, em benefício de 2.452 famílias; publicou ainda 10 Portarias de Reconhecimento, relativos a 25.801 hectares, que vão beneficiar 552 famílias.

Destaca-se também a emissão 30 decretos desapropriatórios de territórios quilombolas, declaratórios de interesse social, em 15 estados brasileiros, totalizando 350.814 hectares, que vão beneficiar 3.896 famílias quilombolas, ação esta que permitirá a desintrusão efetiva e titulação definitiva destes territórios quilombolas. Em relação ao Manejo de Recursos Naturais do PPA, contemplado na Reforma Agrária, foram aportados R$ 14,6 milhões, beneficiando diretamente 17,7 mil famílias. Ressalta-se que no período de 2003 a 2009, mais de 78,2% da área incorporada à Reforma Agrária, foi destinada aos Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, que baseia sua exploração no extrativismo e serve principalmente às comunidades tradicionais. Ou seja, do total de 47,7 milhões de hectares incorporados, 36,9 milhões foram destinados a este tipo de assentamento.

Indicadores que foram Considerados e Efetivamente Utilizados no Processo de Avaliação dos Resultados de Atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Com relação ao Pronaf, conforme quadro a seguir, observa-se uma redução no número de contratos do Programa, apesar do aumento do valor emprestado. Dentre outros fatores que implicaram a redução da utilização do Pronaf, estão: i) processo de renegociação de dívidas rurais, que ao mesmo tempo em que colocou os agricultores em situação cadastral de normalidade junto aos agentes financeiros, promoveu a redução da capacidade de pagamento dos agricultores e por conseqüência a diminuição do valor disponibilizado ao financiamento; ii) implementação do sistema de monitoria de inadimplência do Pronaf grupo B (microcrédito rural) com suspensão da elaboração de novos contratos de crédito para municípios com taxa de inadimplência igual ou superior a 15%; iii) a dinâmica para as operações de investimento é cíclica de longo prazo, por necessitar de maior prazo para pagamento da operação, mantendo congelada a capacidade de pagamento do agricultor limitando a contratação de novas operações; e iv) restrições para utilização do crédito rural na Região Norte.

CONTRATOS PRONAF

ANO SAFRA	CONTRATOS FIRMADOS	VALOR
2004/2005	1.635.036	6.131.346.444
2005/2006	1.912.658	7.608.501.193
2006/2007	1.691.919	8.423.918.494
2007/2008	1.648.924	9.073.059.194
2008/2009	1.426.525	10.495.541.982
2009/2010	717.664	4.677.880.495

Fonte: BACEN: Até 06/2009; BANCOOB Até 12/2009; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 10/2009; BASA: Até 10/2009; BB: Até 11/2009; BN: Até 11/2009 e BNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos a alterações.

Houve ainda uma significativa melhora na aplicação dos recursos e em termos de atendimento ao público beneficiário. Em 2008, foram atendidos pouco mais de 803 mil Agricultores Familiares (AF), já em 2009 este número chegou a mais de um milhão oitocentos e cinqüenta mil, portanto, uma expansão aproximada de 134% no número de beneficiários, em decorrência principalmente do aumento de recursos disponibilizados. Em relação aos indicadores de execução da meta para o ano de 2009, verifica-se que os recursos empenhados representam 95,11% do total planejado. Já em relação ao número de agricultores familiares - AF, foi possível atender 7,86% além do total previsto para o ano, ou seja, a meta, que era de 1.741.949 agricultores, foi superada em 136.876, chegando a 1.878.825. Em 2009, 553.225 agricultores familiares, de 714 municípios dos estados do Nordeste e Região Semi-árida de Minas Gerais participaram do Programa Garantia-Safra. Receberam o benefício 383.903 agricultores. Desses, 182.147, distribuídos em 181 municípios, foram beneficiados por aderirem ao Garantia na safra 2007-2008, e 201.756 agricultores, distribuídos em 171 municípios, por aderirem ao Programa na safra 2008-2009, conforme demonstrado a seguir.

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

ESTADO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES						
	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
AL	1	13	19	19	0	12	11
BA	0	20	39	35	22	54	87
CE	160	74	146	161	152	167	161
MA	0	0	0	0	0	2	40
MG	0	52	18	22	8	9	26
PB	78	102	109	129	124	148	151
PE	26	49	44	48	46	57	57
PI	44	28	47	83	74	121	95
RN	0	7	26	35	33	52	69
SE	24	22	17	11	12	13	17
TOTAL	333	367	465	543	471	635	714

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

MUNICÍPIOS PAGOS/PAGAMENTO IMINENTE

ESTADO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES						
	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
AL	1	10	-	-	-	3	-
BA	-	2	1	8	8	31	29
CE	1	25	128	7	124	25	114
MA	-	-	-	-	-	-	1818
MG	-	3	5	12	-	6	16
PB	65	58	104	50	119	48	61
PE	22	9	20	30	37	26	22
PI	38	20	40	51	69	12	9
RN	-	-	13	16	29	23	-
SE	13	9	-	-	6	7	-
TOTAL	140	136	311	174	392	181	269

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

PARTICIPAÇÃO DOS AGRICULTORES

ESTADO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES						
	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009
AL	189	6.988	11.051	11.479	-	5.730	3.032
BA	0	7.000	8.907	9.148	6.063	15.176	22.645
CE	108.950	86.106	128.663	160.012	172.981	285.363	260.687
MA	-	-	-	-	-	118	6.036
MG	-	26.577	8.563	7.102	612	4.326	9.783
PB	29.972	37.562	49.755	54.791	59.310	74.345	83.329
PE	27.696	28.879	31.908	46.264	52.899	78.275	78.216
PI	18.761	12.602	23.543	38.206	34.270	63.286	55.848
RN	-	3.155	8.613	12.005	8.461	14.087	16.707
SE	14.724	18.970	16.858	17.577	13.635	17.900	16.942
TOTAL	200.292	177.839	287.861	356.584	346.321	558.606	553.225

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

AGRICULTORES PAGOS/PAGAMENTO IMINENTE

ESTADO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES						
	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009*
AL	209	4.425	-	-	-	1.899	-
BA	-	285	582	2.565	2.199	9.913	9.161
CE	573	13.274	120.908	11.338	159.734	68.451	184.348
MA	-	-	-	-	-	-	3.434
MG	-	1.489	2.920	4.669	-	3.593	6.562
PB	27.147	23.264	47.318	23.947	57.456	24.447	29.301
PE	27.155	9.338	14.764	13.460	47.315	41.485	35.828
PI	17.632	9.476	28.801	25.652	31.838	9.407	4.652
RN	-	-	4.046	4.460	7.786	6.927	-
SE	12.360	14.259	-	-	9.672	16.025	-
TOTAL	85.076	75.810	211.339	106.081	316.000	182.147	273.488

Fonte: Coordenação-Geral do Garantia-safra

* Em andamento. Início dos pagamentos ocorreu em março de 2009

Conforme caracteriza o próximo quadro, em 2009 as modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, financiadas pela SAF/MDA (Compra Direta e Apoio à Formação de Estoques) realizaram operações no valor de R$92.053.333,00 (Noventa e dois milhões, cinqüenta e três mil, trezentos e trinta e três reais). Foram atendidas diretamente 26.667 famílias. As ações desempenhadas estimulam a produção da agricultura familiar, combatem a queda de preços decorrente da especulação local e fortalecem os processos de comercialização da agricultura familiar. Produtos como feijão, leite, trigo, castanhas do Brasil e de caju, entre outros, tiveram as oscilações de preços reduzidas pela intervenção do PAA/MDA.

MODALIDADES DO PAA

ANO	2006	2007	2008	2009	TOTAL
VALOR EMPENHADO	74.531.328	64.926.546	89.239.799	92.053.333	320.751.006
FAMÍLIAS BENEFICIADAS	27.173	21.935	26.539	26.667	102.314
QUANTIDADE ADQUIRIDA (T)	111.823	83.269	59.613	82.765	337.470

Fonte: MDA

ÍNDICES APURADOS EM 2008 E 2009 PARA OS INDICADORES DE EFICIÊNCIA FINANCEIRA

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ÍNDICE APURADO (%) (1)	
	2008	2009
6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	97,7	78,3
102C - Elaboração de Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS	99,95	64,0
2A99 - Apoio à Gestão dos Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS	100,0	74,3
8991 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	72,2	89,0
8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária	58,2	99,1
5160 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara	100,0	98,7
2272 – Gestão e Administração do Programa	99,25	86,3

Fonte: SDT/MDA, de 21/01/2010 / (1) – Com base nos valores do orçamento 2009 disponibilizado e de empenhos liquidados. (Tabela 2)

ÍNDICES APURADOS EM 2008 E 2009 PARA OS INDICADORES DE EFICÁCIA DOS RESULTADOS FÍSICOS

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ÍNDICE APURADO (%)	
	2008	2009
6466 - Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	48,0	77,8
102C - Elaboração de Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS	9,1	40,0
2A99 - Apoio à Gestão dos Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS	9,43	62,5
8991 - Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	120,0	66,5
8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária	100,0	114,9
5160 Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara	93,65	100,3
2272 – Gestão e Administração do Programa (1)	-	-

Fonte: SDT/MDA, de 21/01/2010 / (1) A Ação Orçamentária 2272 – Gestão e Administração do Programa não possui indicador nem meta física.

Com relação aos resultados físicos e financeiros alcançados em 2009 e aos índices apurados para os indicadores de eficiência e eficácia adotados pelo Programa, cumpre destacar que a implementação do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, da SDT/MDA, adota um processo de participação dos Colegiados territoriais na discussão, priorização e definição dos projetos territoriais a serem apoiados em cada território, envolvendo parte significativa do seu orçamento anual.

No caso dos resultados físicos obtidos para as ações de capacitação de agentes de desenvolvimento, gestão dos PTDRS e apoio a projetos de infra-estrutura e serviços nos territórios rurais, é importante frisar que os valores de Restos a Pagar – RAP, pagos em 2009, ajudaram no alcance dos resultados físicos obtidos, embora ainda abaixo da meta do exercício, em função das questões operacionais fazendo que a celebração de convênios e contratos ficasse concentrada em novembro e dezembro.

Desta forma, parte significativa dos resultados físicos em termos de capacitação de agentes de desenvolvimento, elaboração e gestão de PTDRS, apoio a projetos de infra-estrutura e serviços nos territórios rurais e de fomento a empreendimentos associativos e cooperativos, com recursos orçamentários de 2009, somente serão obtidos em 2010, com a implementação e execução dos contratos/convênios e respectivos projetos.

No que diz respeito ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, da SRA/MDA, os dados provenientes dos sistemas de informação fornecem subsídios para o monitoramento das Unidades Técnicas Estaduais (UTE's), por meio do acompanhamento sistemático da atuação de cada estado na execução do Programa e da elaboração de indicadores que demonstram o seu desempenho estadual.

INDICADORES - PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

INDICADORES	2008	2009
Operações	5.285	4.984
Famílias atendidas	9.731	5.872
Área adquirida	151.353	90.608
Valores investidos	294.804.360	226.907.164

Fonte: Sistema de Análise e Contratação – SAC,15/01/2010

O desempenho do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF, no exercício de 2009 foi inferior ao observado no ano anterior, destacando-se uma redução de 40% no número de famílias atendidas. Isso ocorreu principalmente devido à interrupção nas contratações da linha de financiamento Combate à Pobreza Rural, cujos recursos de "investimentos comunitários" passaram a ser exclusivamente nacionais a partir da assinatura do Decreto

nº 6672/2008, o que resultou na retomada das contratações dessa linha apenas em agosto de 2009, quando o novo manual operativo/normativo foi finalizado.

O desempenho do Programa Arca das Letras também é avaliado por meio do acompanhamento sistemático das ações realizadas, levando em consideração o número de bibliotecas implantadas, livros distribuídos, famílias e municípios beneficiados, bem como a quantidade de agentes de leitura capacitados. Em 2009, o Programa Arca das Letras teve um desempenho semelhante ao do exercício anterior, com destaque para o número de famílias atendidas pelas bibliotecas rurais que apresentou um aumento de 12%.

INDICADORES DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS

INDICADORES	2008	2009
Municípios atendidos	442	461
Famílias atendidas	143.309	159.897
Bibliotecas implantadas	1.306	1.237
Livros distribuídos	270.223	252.630
Agentes de leitura capacitados	2.552	2.154

Fonte: CGAC/SRA e Sistema Arca das Letras ,12/01/2010

Quanto ao Incra, destaca-se que os indicadores utilizados no processo de avaliação são as próprias metas estabelecidas para as ações específicas, conforme o PPA.

Programas Estruturantes do MDA

Os 07 (sete) programas estruturantes do MDA/INCRA encontram-se no quadro e estão comentados a seguir:

PROGRAMAS ESTRUTURANTES DO MDA
0135 - Assentamentos Para Trabalhadores Rurais
0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento
0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas
0351 - Agricultura Familiar - Pronaf
1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
1334 - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
1116 - Crédito Fundiário

No quadro a seguir, são apresentadas informações referentes aos Indicadores do Programa Planos Territoriais de Desenvolvimento Territorial Sustentável – PTRDS, definidos no PPA 2007/2011, considerando os índices previstos (no PPA 2007-2011) e alcançados no exercício de 2009:

ÍNDICES PREVISTOS E APURADOS EM 2009 PARA OS INDICADORES DO PROGRAMA NO PPA 2007-2011

INDICADOR NO PPA 2007-2011	DESCRIÇÃO	ÍNDICE 2009 PREVISTO NO PPA	ÍNDICE 2009 APURADO EM 2009
Taxa de Atendimento em Elaboração de PTDRS	Relação percentual entre o nº de Territórios Rurais com PTDRS elaborado e o nº total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450)	42,2	25,7
Taxa de Atendimento em Infra-estrutura	Relação percentual entre nº de Territórios Rurais com projetos de apoio à infra-estrutura implementados e o número de total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450)	44,4	24,22
Taxa de Consolidação de Colegiados territoriais	Relação percentual entre o nº de Territórios Rurais com Colegiados Territoriais consolidados e o nº total estimado de Territórios Rurais no Brasil (450)	35,0	25,33

Fonte: Sigplan, em 21/01/2010, e SDT/MDA, de 21/01/2010

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Quando da concepção do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, foi definido, a partir de estudos e análises desenvolvidos a partir das Microrregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que o número total de Territórios Rurais estimado seria de 450 territórios no Brasil.

Em função de diversos fatores, a incorporação de novos territórios ao Programa não foi realizada conforme a previsão inicial, influenciando desta maneira, no número total de territórios trabalhados anualmente e, conseqüentemente, no número de planos a serem elaborados, de colegiados a serem consolidados e territórios a serem apoiados com o Programa de Infra-estrutura (ver o nome do programa). Ou seja, com os atuais 164 territórios rurais incorporados ao Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais os índices previstos inicialmente para 2009 não serão alcançados.

Para exemplificar essa análise, o índice previsto inicialmente para 2009 no indicador Taxa de Atendimento em Elaboração de PTDRS - 42,2% – significa que deveríamos obter 190 planos territoriais elaborados até 2009 (para 42,2% dos 450 possíveis territórios rurais no Brasil). Uma vez que estão incorporados ao Programa apenas 164 territórios, foi impossível o alcance dessa previsão inicial.

Esse descompasso entre a previsão inicial anual para o número total de territórios rurais apoiados e o número de territórios efetivamente incorporados ao Programa, aliado às dificuldades relacionadas à operacionalização e contratualização de projetos, que implicaram em resultados físicos abaixo do previsto para 2009 nas ações orçamentárias relacionadas aos indicadores do PPA, contribuíram para que os índices apurados em 2009 ficassem aquém da previsão inicial no PPA 2007-2011.

Quanto à Capacitação de Agentes de Desenvolvimento foram investidos, em 2009 recursos da ordem R$ 11,5 milhões na formação de 27.836 agentes de desenvolvimento por intermédio de processos voltados para à sensibilização e mobilização dos atores territoriais, bem como para a elaboração e gestão social dos PTDRSs e dos próprios Colegiados Territoriais, além de temas relacionados aos eixos estratégicos dos planos territoriais.

Foram elaborados, em 2009, 08 novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo que no

período 2004 a 2009, 116 territórios rurais concluíram pelo menos uma primeira versão do seu PTDRS, construídos pelos atores locais de forma participativa, contendo, além do diagnóstico territorial, os principais eixos norteadores do desenvolvimento territorial e a visão de futuro do território, constituindo-se desta forma, em um referencial para qualificação e legitimação das demandas locais materializadas em projetos e programas territoriais.

Como componente complementar aos PTDRS, 60 novos Planos Safra Territoriais - PST[1], estão em fase final de elaboração, o que irá contabilizar um total de 120 planos safra já elaborados. Ainda com o objetivo de qualificar os Planos Territoriais, até 2009 foram elaborados 95 Estudos de Potencialidades Econômicas -EPEs e com os recursos descentralizados em 2009 estão sendo elaborados 25 novos estudos totalizando 120 Estudos, quando da sua conclusão.

Todos os 164 Territórios Rurais apoiados em 2009 já constituíram seus Colegiados Territoriais, sendo 27 deles no exercício em questão, e que apresentam níveis de consolidação variáveis, considerando a diversidade existente entre as realidades vivenciadas em cada espaço apoiado. Desse total de colegiados constituídos, 114 já alcançaram o status de "consolidados", 25 deles em 2008, todos dispondo de estatuto/regimento e funcionando de acordo com os mesmos.

Com relação ao Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais, em 2009 foram contratados 347 Planos de Trabalho envolvendo recursos da ordem de R$ 298,9 milhões, beneficiando um total de 1.873 municípios, sendo 420 apoiados diretamente e outros 1.453 indiretamente apoiados, em 109 territórios rurais2, apoiando projetos nas áreas de planejamento e gestão, produção, agregação de valor a produtos da agricultura familiar, comercialização, associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, obras hídricas, centros de formação e agroindustrialização, dentre outros.

O Projeto Dom Hélder Câmara tem como objetivo estratégico a geração e difusão de referenciais que possam orientar políticas públicas no Semi-Árido do Nordeste. Atuando em oito territórios de seis estados do Nordeste, está desenvolvendo suas atividades em articulação com outras entidades governamentais e não governamentais e outras políticas públicas – federais, estaduais e municipais - voltadas para a convivência com o Semi-Árido do Nordeste.

Os territórios apoiados são: Sertão Central e Sertão dos Inhamuns (Ceará); Sertão do Apodi (Rio Grande do Norte); Sertão do Cariri (Paraíba); Sertão do Pajeú e Sertão do Araripe (Pernambuco); Sertão Sergipano (Sergipe); e, Sertão de São João do Piauí (Piauí).

No exercício 2009 foram aplicados recursos da ordem de R$ 22,5 milhões, em diversas ações e atividades, cujos principais resultados foram:

- 15.050 famílias beneficiadas com assistência técnica permanente;
- Na área de comercialização, foram apoiadas 21 feiras de agricultura familiar e implantada 1 nova feira;
- 12.000 alunos/as beneficiados/as com educação do campo e convivência com o Semi-Árido;
- Mantidos 9 fundos rotativos de micro-finanças rurais;
- 500 novos cidadãos alfabetizados, entre jovens e adultos, nas áreas de atuação do Projeto Dom Hélder Câmara;
- 80 novos filhos de agricultores familiares formados em técnicas agropecuárias;
- Foram instaladas 80 novas Minibibliotecas Rurais (Arcas da Letras);
- Foram implantadas 30 (trinta) Unidades Demonstrativas de Consórcios agroecológicos de produção de alimentos com algodão, em articulação com a EMBRAPA e ESPLAR.

Programa de Crédito Fundiário

O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento de acesso à terra por meio de financiamento para compra de imóveis rurais não passíveis de desapropriação, concedendo crédito para investimentos básicos e estruturação da unidade produtiva, beneficiando trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais, buscando a ocupação produtiva permanente para as famílias beneficiadas, o aumento da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população rural.

Dentre as Ações que o compõem destaca-se, no exercício de 2009, a Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário, cujos níveis de execução física e orçamentária foram altos.

[1] O Plano Safra Territorial tem como principal finalidade ordenar e adequar as políticas públicas de âmbito nacional, tais como o crédito rural, a assistência técnica e extensão rural, a comercialização, a agregação de valor, a Garantia Safra, dentre outras, às condições específicas de cada Território, bem como propiciar a articulação institucional necessária à sua consolidação. Em sua formulação, o PST é um dos componentes de um processo mais amplo, enquadrando-se como parte da formulação do Plano Safra Nacional e dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS.

[2] Parte dos municípios apoiados com projetos de infra-estrutura e serviços em 2009 estão localizados fora dos 164 Territórios Rurais diretamente apoiados pelo Programa no ano. Isto se deu em decorrência, principalmente, da operacionalização de contratos de repasse referentes a emendas parlamentares, dirigidas a municípios não vinculados aos territórios apoiados.

DEMONSTRATIVO DAS METAS E EXECUÇÃO FÍSICA, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – 2009

AÇÃO	META		EXECUÇÃO			
	FÍSICA	ORÇAMENTÁRIA (R$)	FÍSICA	ORÇAMENTÁRIA (R$) EMPENHADO	FINANCEIRA (R$)	RESTOS A PAGAR (R$)
	(FAMÍLIAS)		FAMÍLIAS		LIQUIDADO/ PAGO	2009
Ação 2373 – Capacitação de Executores e Beneficiários do Crédito Fundiário	2.400	3.250.000,00	2.800	3.201.360,24	132.825,34	3.068.534,90

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – Sigplan em 15/01/2010 e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi em 12/01/2010

Após a promulgação do Decreto 6.672, 02 de dezembro de 2008, o Programa Nacional de Crédito Fundiário passou por uma série de ajustes na sua base legal e normas de execução, a fim de adequar-se à nova realidade de execução com recursos nacionais. Em virtude disso, no ano de 2009, a linha de financiamento Combate à Pobreza Rural esteve paralisada até o mês de agosto, quando as contratações foram retomadas.

Assentamentos para Trabalhadores Rurais

Do ponto de vista da área efetivamente incorporada à Reforma Agrária, mediante a criação de projetos de assentamentos, mais de 47,7 milhões de hectares foram incorporados no período de 2003 a 2009, seja mediante ações onerosas (desapropriação e compra), seja através de ações não onerosas (reconhecimento, arrecadação, etc.), sendo que somente em 2009, 4,6 milhões de hectares foram incorporados à Reforma Agrária. No período de 2003 a 2009, os recursos destinados à ação de obtenção (onerosa) foram cerca de R$ 7 bilhões, sendo que somente em 2009, foram destinados R$ 742,8 milhões para a obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais.

Por outro lado, vem ocorrendo relativa redução no volume de terras obtidas mediante mecanismos onerosos, tendo em vista o reforço na obtenção de terras mediante modalidades não onerosas. Contudo, o incremento e a priorização cada vez maior das ações de qualificação dos assentamentos, vem proporcionando ano após ano, um maior direcionamento de recursos para estas ações em detrimento da obtenção. Além dos itens acima levantados, contribuíram também para a redução do volume de terras obtidas de forma onerosa, a elevação dos preços da terra em praticamente todo o país, bem como as dificuldades relativas à área jurídica, que por vezes emperram processo por anos.

Verificou-se assim, no âmbito destas modalidades, no período de 2003 a 2009, a obtenção de 4,6 milhões de hectares mediante desapropriação e compra (curiosamente o mesmo volume de terras totais incorporadas à Reforma Agrária, somente no ano de 2009). Em 2009, o volume de terras obtidas foi de 513,8 mil ha. Destaca-se para melhor entendimento, que as terras obtidas de forma onerosa (em especial àquelas desapropriadas), só vão ser contabilizadas como áreas incorporadas à Reforma Agrária, posteriormente à criação do projeto de assentamento.

Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento

O Governo Federal elevou consideravelmente os recursos destinados aos créditos de instalação às famílias, tendo reajustado os seus valores para algumas modalidades. Tais ações são essenciais para garantir qualidade de vida e condições de produção aos assentados e atualmente já se aproximam (e até superam), em termos de dotação orçamentária, a tradicional ação de obtenção de terras. A recente priorização dos processos de qualificação dos projetos de assentamentos, em 1995, voltava-se basicamente para a obtenção de terras (Fiscalização da Função Social e Criação de Projetos de Assentamento). Em 2009, houve um equilíbrio relativo com as ações voltadas ao desenvolvimento dos assentamentos, quais sejam a Implantação e Desenvolvimento dos Assentamentos e o Crédito Instalação, que inclusive, desde 2008, já superam as dotações orçamentárias (e gastos) voltadas aos processos de obtenção de terras.

Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

O Governo retomou e ampliou de forma significativa o serviço/ação de Assistência Técnica e Social aos Assentados – ATES, do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Programa 1427), atendendo somente em 2009, pouco mais de 270 mil famílias, sendo que tivemos ainda 2.521 famílias beneficiadas com a conclusão de Planos de Desenvolvimento de Assentamentos – PDA e Planos de Recuperação de Assentamentos – PRA. Além disso, cumpre informar que estão sendo elaborados atualmente PDAs e PRAs que envolvem 120,3 mil famílias assentadas e que outras 58,5 mil famílias serão beneficiadas com os serviços de ATES no início de 2010. Com relação ao Crédito Instalação e Infra-estrutura, existem diversas etapas para a implantação dos assentamentos, as quais são necessárias para a estruturação dos mesmos, criando condições necessárias para a instalação e o desenvolvimento dos beneficiários da reforma agrária.

Destaca-se como fundamental neste processo, a ação de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, que atualmente contempla 9 (nove) modalidades: "Apoio Inicial" (R$ 3.200,00); "Aquisição de Material de Construção" (R$ 15.000,00); "Recuperação Material Construção" (até 8.000,00); "Fomento" (R$ 3.200,00); "Adicional de Fomento" (R$ 3.200,00); "Adicional do Semi-Árido" (até R$ 2.000,00); "Reabilitação de Crédito de Produção" (R$ 6.000,00); além da criação em 2009, da modalidade "Crédito Ambiental" (R$ 2.000,00), além do "Crédito Mulher" (R$ até 2.400,00). Ressalta-se que o valor destinado à construção de moradias passou de R$ 10.000,00 para R$ 15.000,00. Do ponto de vista orçamentário, foi autorizado em 2009 o expressivo montante de R$ 1,2 bilhão para atender as famílias assentadas nas modalidades previstas para o Crédito Instalação, sendo que praticamente todo este recurso foi executado, dos quais parte já foi efetivamente depositada nas contas das associações e outra parte foi inscrita em restos a pagar, que deve ser disponibilizada efetivamente no início de 2010. Deste total, 82,4% destinaram-se às famílias das regiões norte e nordeste, demonstrando que o Governo Federal vem atuando incisivamente no combate às desigualdades regionais existentes no país.

Há evolução dos recursos destinados ao crédito instalação no período de 2003 a 2009, de onde visualizamos o vultoso volume de recursos destinados a esta ação que consumiu nos últimos 7 anos (2003 a 2009), pouco mais de R$ 5,5 bilhões.

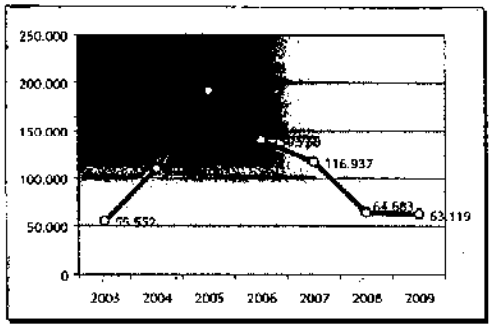
Além do Crédito Instalação, outro importante componente com vistas à estruturação dos assentamentos é a ação de Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento, que visa prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, mediante implantação ou recuperações de estradas vicinais, redes elétricas, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, dentre outras.

No período que abrange os anos de 2003 a 2009, o total aplicado em ações de infra-estrutura foi de cerca de R$ 1,5 bilhão, passando de pouco mais de R$ 61,4 milhões em 2003 para 324,8 milhões em 2009.

Em relação à execução física, mais de 63,1 mil famílias foram beneficiadas neste ano com obras que resultaram na construção e recuperação de 7.751,88 km de estradas, na construção de 299 sistemas de abastecimento de água, bem como na implantação de outras 876 obras (construção de quadras de esporte, centros comunitários, galpões, dentre outros).

De outro lado, outras 204 mil famílias serão beneficiadas com obras de infra-estrutura, cujos recursos já estão devidamente assegurados para a realização das mesmas, recursos estes que vão proporcionar a construção/recuperação de 22.165,93 km de estradas, 1.218 sistemas de abastecimento de água, bem como outras 667 obras diversas. Destacamos aqui, que as famílias só são contabilizadas como beneficiadas por ações de infra-estrutura, quando as obras são efetivamente finalizadas.

IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO (FAMÍLIAS BENEFICIADAS)



Fonte: MDA

A política de Reforma Agrária se harmoniza com as políticas de preservação e recuperação do meio ambiente, especialmente no respeito às populações tradicionais e à sustentabilidade, ao implantar com êxito Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, tais como: Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto Agro-Extrativista (PAE), Reservas Agro-Extrativistas (RESEX) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF), entre outros.

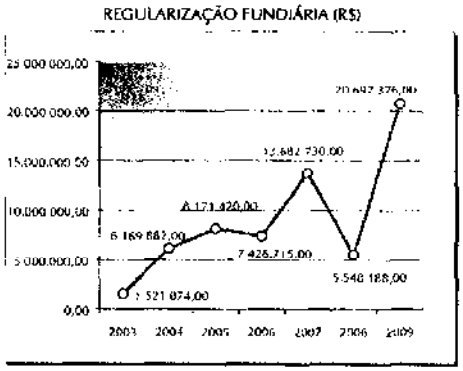
Para além da ação de licenciamento ambiental (inserida no Programa 135), a recuperação de áreas degradadas e o manejo sustentável dos recursos naturais estão contemplados na Reforma Agrária por meio da ação Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, ação esta voltada para a recuperação e proteção do meio ambiente. Somente em relação a esta ação, foram aportados R$ 14,6 milhões, beneficiando diretamente 17,7 mil famílias.

Ressalta-se que no período de 2003 a 2009, mais de 78,2% da área incorporada à Reforma Agrária, foi destinada aos Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados, que baseia sua exploração no extrativismo e serve principalmente às comunidades tradicionais. Ou seja, do total de 47,7 milhões de hectares incorporados, 36,9 milhões foram destinados a este tipo de assentamento.

O tamanho médio das áreas nos Projetos de Assentamento criados no período de 2003 a 2009 é de aproximadamente 86 ha/família. Este fato se deve aos projetos ambientais, que em geral apresentam áreas superiores as dos demais assentamentos, tendo em vista seu caráter preservacionista. Excluindo-se estes projetos, a média nacional, gira em torno de 20 ha/famílias.

Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

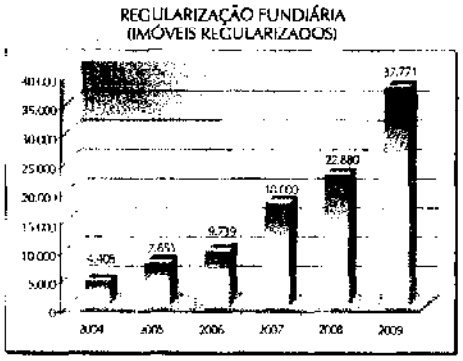
No gráfico a seguir pode-se visualizar a execução financeira da ação de Regularização Fundiária no período de 2003 a 2009. É patente o incremento da execução orçamentária ocorrido no último ano, sendo que somente em 2009, foram disponibilizados cerca de R$ 20,7 milhões para esta ação. Cumpre ainda destacar que foi contingenciado nesta ação o expressivo montante de R$ 81,9 milhões.



Fonte: Siafi

A execução física final no ano de 2009 proporcionou a regularização de uma área de 930.355,00 ha, obtida por meio da emissão de 37.771 títulos nos estados com convênios firmados e na Amazônia Legal.

No gráfico seguinte pode-se verificar a evolução do número de títulos emitidos entre os anos de 2004 e 2009, o que indica o expressivo aumento desta atividade nos últimos anos.



Fonte: SRFA/DF/Incra

Vale ressaltar que o maior volume de área e título regularizado aparece no final da execução dos convênios, considerando que o processo de regularização nos estados é realizado em diversos municípios por varredura, e por estarem em execução, embora já tenham influenciado o orçamento da ação, ainda não foram computados como resultados em 2009.

Quanto à execução física, cumpre destacar que a regularização fundiária na Amazônia, inicia-se pelo cadastramento dos ocupantes de terras públicas, ação priorizada no exercício de 2009, a qual cadastrou 26.191 ocupações, com uma área total de 4,5 milhões de hectares, em 261 municípios.

Outra ação primordial para a regularização é o georreferenciamento das áreas a serem tituladas, bem como das glebas federais das quais serão destacadas as áreas regularizadas. Foi constituída uma força tarefa para dar continuidade à análise do passivo de processos administrativos de fiscalização cadastral, com vistas ao combate à grilagem, cumprimento da função social da propriedade e combate a situações de trabalho análogo ao escravo, possibilitando assim a arrecadação de terras para o processo de reforma agrária.

Em 2009, 287 processos foram analisados, totalizando cerca de 7,1 milhões de ha, sendo 173 processos encerrados, correspondendo a 3,4 milhões de ha, auxiliando assim no processo de depuração do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR e Mapa de Controle de Processos de Certificação – MCF, respondendo assim às constantes cobranças dos órgãos de controle.

Por fim, destaca-se que foi elaborado um Manual de Cadastro Rural, uniformizando procedimentos cadastrais, auxiliando o processo de qualificação das informações inseridas no SNCR. A ação de georreferenciamento da Malha Nacional, figura como uma ação estruturante do processo de Regularização Fundiária, e tem por objetivos:

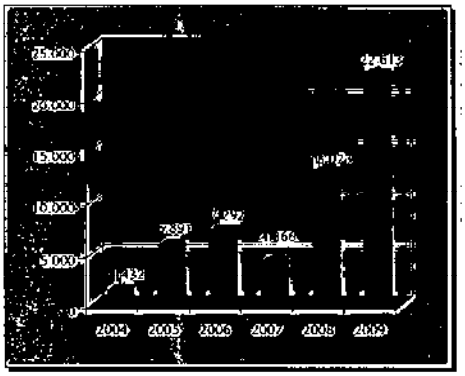
- localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais;
- efetuar o georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267/2001;
- integrar as informações georreferenciadas com serviços de registro imobiliários e demais entes públicos, reestruturar e ampliar os Comitês Regionais de Certificação;
- padronizar e sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do Incra; e
- ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Em 2009, os principais resultados verificados apontam para o georreferenciamento de 36.469 imóveis em todo o país. Por outro lado verificou-se também a certificação de 5.506 imóveis compreendendo mais de 22,6 milhões de ha, proporcionando um aumento de cerca de 34,8% em relação a 2008.

EVOLUÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

REGIÃO	NÚMERO DE IMÓVEIS GEORREFERENCIADOS
CENTRO-OESTE	2
NORDESTE	27.430
SUL	18
SUDESTE	8.716
NORTE	303
TOTAL	36.469

ÁREA CERTIFICADA (EM 1.000 HECTARES)



Outras ações desenvolvidas sob a égide desta ação foi a digitalização do acervo fundiário do estado do Pará; a densificação da Rede Geodésica Brasileira de Estações Ativas GPS - RiBaC/RBMC, mediante consolidação da Cooperação técnica entre o Incra e o IBGE; a instalação de 05 (cinco) novas estações que estão proporcionando cobertura quase que total do território nacional para fins de aplicações de alto nível do GPS; ampliação do número de estações de 21(2007) para 60 (2009), com perspectiva de chegar a 110 até o fim de 2010.

5.1.17. Função Indústria

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC possui o papel de promover o desenvolvimento industrial do país, contribuindo para o crescimento econômico por meio da intensificação do comércio exterior e do fortalecimento do mercado interno. A necessidade de uma política industrial provém do reconhecimento de que o manejo das variáveis macroeconômicas, por mais adequado que seja, é insuficiente para conduzir o país ao desenvolvimento sustentável e à capacitação industrial e tecnológica de que necessitamos. Tendo em vista esta necessidade, em maio de 2008, foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que tem como objetivos principais promover a competitividade de longo prazo da economia, consolidar a confiança na capacidade de crescer da economia, integrar os instrumentos de políticas existentes, fortalecer a coordenação entre instituições de governo e aprofundar a articulação com o setor produtivo privado.

Tendo em vista os principais objetivos da PDP, foram traçados desafios a serem enfrentados e, dado esses desafios, foram estabelecidas quatro macrometas para a Política: ampliar a participação da formação bruta de capital fixo no Produto Interno Bruto (PIB), de 17,6% em 2007 para 21% em 2010; ampliar a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, de 1,18% em 2007 para 1,25% em 2010; elevar a participação dos gastos privados em P&D no PIB, de 0,51% em 2005 para 0,65% em 2010; e ampliar em 10% o número de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) exportadoras até 2010 (11.792 em 2006).

Visando a construção da competitividade de longo prazo da economia brasileira, foram estruturados 32 programas para a PDP, divididos em 3 níveis: ações sistêmicas, destaques estratégicos e programas estruturantes para sistemas produtivos.

As ações sistêmicas estão focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva. Os destaques estratégicos estão voltados a temas de política pública escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do país no longo prazo. Os programas estruturantes para sistemas produtivos referem-se a objetivos estratégicos que visam diversificar a estrutura produtiva doméstica.

Essas diretrizes delineadas pela PDP tiveram como objetivo central criar e fortalecer as condições estruturantes e os instrumentos de coordenação entre instituições do Estado e a iniciativa privada, para que as alocações de recursos, tanto privados quanto públicos, pudessem ser realizadas, de modo a influenciar positivamente os fatores produtivos em ganhos de padrão de qualidade.

Em 2009, os esforços dos trabalhos da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) foram concentrados na construção das agendas de ação e na manutenção da capacidade competitiva dos setores, com medidas mitigadoras da crise e de indução do consumo, tendo em vista as previsões pessimistas com a crise financeira internacional e o novo contexto que comprometia o alcance da metas setoriais e os desafios da PDP.

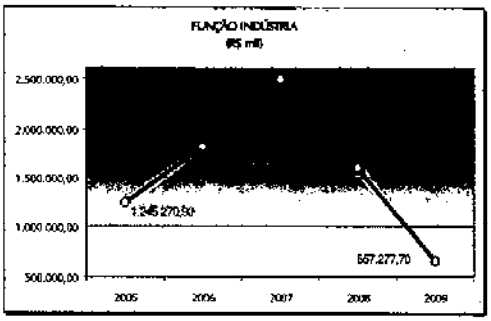
A missão institucional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) está relacionada, sobretudo, a duas Funções de Governo: "22 – Indústria" e "23 - Comércio e Serviços". Nessas duas áreas de atuação do Setor Público foram destinados, em 2009, 98,3% dos recursos públicos executados no âmbito do Órgão. Do valor total empenhado líquido, que foi da ordem de R$ 749 milhões, o montante de R$ 657,2 milhões (87,7%) foi executado na Função "Indústria" e a quantia de R$ 79,7 milhões (10,6%), na Função "Comércio e Serviços". A tabela a seguir demonstra os valores empenhados líquidos no período 2005-2009.

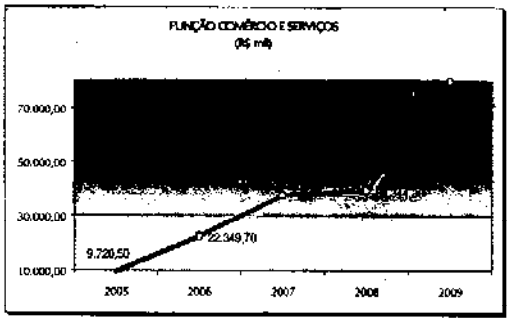
VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR FUNÇÃO
PERÍODO 2005-2009

R$ mil

FUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
22 – Indústria	1.245.270,9	1.811.260,9	2.492.118,4	1.595.986,1	657.277,7
23 – Comércio e Serviços	9.720,5	22.349,7	37.670,8	39.344,3	79.792,0
Outras Funções	47.120,5	55.646,9	71.807,2	3.162,0	12.028,1
TOTAL	1.302.112,1	1.889.257,6	2.601.596,5	1.638.492,5	749.097,9

Fonte: Siafi Gerencial – Base 20/01/2010





A variação negativa, nos valores empenhados na função Indústria, entre os exercícios de 2008 e 2009 decorre, preponderantemente, dos efeitos da crise financeira internacional que abalou o mundo recentemente, fazendo com que a execução de alguns programas de governo ocorresse abaixo do esperado, e da não execução das ações dos Programas "0902 – Operações Especiais Financiamentos com Retorno" e "1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)", sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), tendo em vista a proposta de sua extinção. A seguir, serão apresentados os principais resultados, por função, obtidos pelos programas finalísticos que contribuiram sobremaneira para a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) ao longo de 2009.

Função Indústria

Os principais programas que apresentaram execução orçamentária na função "Indústria", em 2009, são: "0390 – Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade", com valor empenhado líquido equivalente a R$ 354,2 milhões, correspondente a 53,8% do total executado pelo MDIC nessa função; "0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual", no qual foi executado o montante de R$ 63,6 milhões, correspondente a 9,6% do total na Função; "0392 – Pólo Industrial de Manaus", que apresentou execução de R$ 53,5 milhões, equivalente a 8,1% do total na função; e "1020 – Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA", com execução de R$ 41,2 milhões, que representam 6,2% do total na função.

VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR SUBFUNÇÃO
FUNÇÃO 22 – INDÚSTRIA (2005-2009)

R$ mil

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
122 – Administração Geral	301.358,6	387.142,3	463.754,0	243.994,8	219.222,9
123 – Administração Financeira	69.299,9	-	343.005,2	-	-
126 – Tecnologia da Informação	19.178,9	3.484,1	1.076,6	980,0	70.267,8
665 – Normalização e Qualidade	203.744,9	203.197,0	210.161,8	242.870,8	279.996,1
846 – Outros Encargos Especiais	584.400,9	1.156.622,9	1.392.964,1	1.061.528,2	41.567,1
Outras Subfunções	67.287,5	60.814,4	81.156,5	46.612,2	46.223,7
TOTAL	**1.245.270,9**	**1.811.260,9**	**2.492.118,4**	**1.595.986,1**	**657.277,7**

Fonte: Siafi Gerencial – Base 20/01/2010

De fato, a execução de alguns programas de governo ocorreu aquém do esperado em razão dos efeitos da crise financeira mundial, o que provocou reflexos nos seus indicadores de desempenho. No programa 0392 – Pólo Industrial de Manaus, o indicador *Taxa de Agregação de Valor Local* obteve o índice de 2,74 em 2009, com incremento de 11,4% em relação ao índice de 2,46 registrado em 2008. Entretanto, os demais indicadores desse programa não apresentaram melhora. O indicador *Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal* registrou queda na participação do estado do Amazonas na arrecadação do Governo Federal, de 66,97% em 2008 para 61,52% em 2009; o indicador *Taxa de variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus*, que mede a relação entre as exportações e as importações no exercício, diminuiu de 13,93% em 2008 para 13,59% em 2009; e a apuração do indicador *Índice de Mão de Obra no Pólo Industrial de Manaus* em 2009 apresentou um resultado 10,37 pontos percentuais inferior ao do ano de 2008.

Programa Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade

No Programa "0390 – Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade", o indicador *Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População* obteve o índice de 92,86 em 2008, bem próximo da meta do indicador para o final do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, que é de 93,0. No caso do indicador *Taxa de Reconhecimento do*

INMETRO, o índice apurado em 2008 foi de 49,15, próximo também da sua meta para o final do PPA, que é de 51,0.

No intuito de aumentar a produtividade, com a adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços, o MDIC promove o fortalecimento das empresas nacionais por meio da atuação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro. O Instituto provê confiança à sociedade brasileira nas medições e nos produtos, por meio da metrologia e da avaliação da conformidade, promovendo a harmonização das relações de consumo, a inovação e a competitividade do país. Dentre suas principais realizações em 2009, destacam-se as seguintes:

- Regulamentação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos ônibus urbanos e rodoviários e às embarcações usadas para transporte de passageiros. Com a publicação das principais normas e regulamentos técnicos definindo critérios de acessibilidade em veículos e embarcações novos e usados, o marco regulatório para acessibilidade foi concluído;

- Implantação do controle metrológico legal sobre os esfigmomanômetros digitais, possibilitando uma maior credibilidade nos resultados das medições realizadas por estes instrumentos e um controle dos instrumentos importados, feito importante para a área de saúde;

- Consolidação e ampliação da Rede de Serviços para verificação de cronotacógrafos, equipamento obrigatório para veículos de transporte de passageiros e cargas que monitora a velocidade, tempos, paradas e distâncias percorridas, contribuindo para aumentar a segurança nas estradas e vias urbanas, reduzindo o índice de acidentes e preservando a vida dos cidadãos. Houve, ainda, a promoção de apoio técnico para viabilização da chamada "Lei Seca", com a implantação de nova metodologia de ensaio de etilômetros (gás seco);

- Implantação do curso de Mestrado Profissional, devidamente autorizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, visando a formação de pessoal em Metrologia e Qualidade;

- Edição do manual para a implementação do *Registration, Evaluation, Authorisation and Restrictions of Chemicals* (REACH) e prestação de suporte técnico a outros órgãos de governo. O REACH é o novo regulamento para substâncias químicas da União Europeia, que tem por objetivo assegurar um elevado nível de proteção à saúde humana e ao ambiente e garantir a livre circulação dessas substâncias em prol da competitividade e da inovação. O manual é importante para viabilizar uma maior inserção de produtos brasileiros no mercado europeu;

- Desenvolvimento, em ação conjunta com o *National Institute of Standards and Technology* (NIST) dos Estados Unidos da América (EUA), de quatro Materiais de Referência Certificados (MRC): dois de bioetanol (anidro e hidratado) e dois de biodiesel (biodiesel de soja e de gordura animal). Estes últimos representam quase 100% do biodiesel produzido no Brasil e nos EUA. O desenvolvimento de MRC é fator fundamental para a estratégia de tornar o biocombustível uma *commodity*;

- Início da implantação de dois novos laboratórios que contam com recursos oriundos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para prover a rastreabilidade e assegurar a confiabilidade nas medições de quantidade, volume, massa, velocidade e vazão de fluidos. A confiabilidade e a aceitação dessas medições interessam aos Municípios, aos Estados, à União e às empresas de indústria de petróleo e gás natural, pois é por meio delas que são definidos os valores dos *royalties* e de comercialização; e

- Estabelecimento de dois Termos de Cooperação entre o Inmetro e o Ministério da Justiça para a área de segurança pública, um destinado a criar o Programa Nacional de Metrologia Forense, que envolve várias ações de capacitação, pesquisa e acreditação de laboratórios forenses, e outro voltado à produção de material de referência para drogas ilícitas, possibilitando confiabilidade nos exames realizados para identificá-las.

Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

A propriedade intelectual é responsável pela maior parte do valor gerado pelas empresas modernas, especialmente nos segmentos mais dinâmicos referentes a produtos diferenciados por marcas e outros signos distintivos, *design* e conteúdo tecnológico ou autoral. Ela representa, portanto, uma contribuição direta das políticas setoriais do MDIC, especialmente para a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), centrada em essência na promoção da inovação e da inserção das empresas brasileiras nos mercados dinâmicos.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é responsável por registros de marcas, concessão de patentes e averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia empresarial, bem como por registros de programas de computador, desenho industrial e indicações geográficas, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/96) e a Lei de *Software* (Lei nº 9.609/98).

Em 2009, os esforços do Instituto por um sistema de propriedade intelectual adequado às necessidades do país, que projete investimentos, organize mercados, crie parâmetros e critérios de concorrência leal e permita a repressão à pirataria e o desenvolvimento das empresas estabelecidas, proporcionaram importantes resultados.

Houve a redução dos pedidos de marcas e patentes em estoque para análise (*backlog*); o início da operação do INPI como Autoridade Internacional de Busca e Exame Preliminar de Patentes (ISA/IPEA), no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), com 49 pedidos; e o aprofundamento da articulação com os escritórios de propriedade industrial da América do Sul, para a implantação de sistema de informação de cooperação entre os escritórios nacionais de propriedade intelectual e de acesso de cidadãos do continente aos serviços de proteção aos direitos de propriedade intelectual.

Para divulgar novas tecnologias em áreas estratégicas para o Brasil, foram publicados 15 novos "Alertas Tecnológicos" pelo Centro de Divulgação, Documentação e Informação Tecnológica do Instituto, nas áreas de biodiesel, célula combustível, célula-tronco, energia eólica e solar, deficiência visual e auditiva e nanotecnologia.

Ademais, ampliou-se a disseminação da importância da propriedade intelectual entre as empresas brasileiras de diferentes portes e setores de atividade, por meio de capacitação de cerca de 8.000 pessoas; consolidaram-se as atividades de educação superior e pesquisa em propriedade intelectual, conferindo-se os primeiros títulos de mestre do primeiro Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual do país; e formaram-se mais 2.000 pessoas para atuar nos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das universidades e institutos públicos de pesquisa, em consonância com a Lei de Inovação.

O Programa "0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual" tem 6 indicadores, dentre os quais se destaca o *Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia*, cujo valor apurado foi de 0,99, em 2009, atingindo a meta prevista ao final do PPA 2008-2011, que é de 1,00. Contudo, os demais indicadores desse programa não apresentaram um desempenho favorável.

O indicador *Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial* aponta para uma queda em seu desempenho, 2008 para 2009, quando os valores apurados foram 1,01 e 1,09, respectivamente, enquanto a meta a ser atingida é de 1,00.

E, ainda no Programa 0393, os indicadores *Prazo de Concessão de Patentes* e *Prazo para Concessão de Registro de Marcas* foram os que apresentaram resultados mais distantes de suas metas. Para o primeiro indicador houve melhora de 2008 para 2009, os índices passaram de 10,35 para 10,25, mas a meta de 3,50 ainda está distante de ser atingida. O segundo também melhorou, passou de 2,85 para 2,24 no mesmo período, entretanto o valor apurado em 2009 ainda está distante da meta de 0,80.

Vale ressaltar, contudo, que as metas desses dois indicadores estão mal dimensionadas. No caso do indicador *Prazo de Concessão de Patentes*, a meta foi definida sem considerar os prazos estabelecidos em lei que transcorrem do Depósito do Pedido até o Exame Técnico. Além disso, não houve melhora significativa do indicador, em decorrência de um conjunto de fatores, dentre os quais se destaca o aumento contínuo do volume de depósitos nos últimos anos, que faz o tamanho do estoque crescer na mesma proporção do aumento da capacidade de exame. E no caso do indicador *Prazo para Concessão de Registro de Marcas*, a meta foi definida com base na diminuição inicial do "*bakclog*" quando foram examinados os pedidos de registros mais simples, sem oposição, que demandam um tempo de análise menor. Hoje, são examinados, também, pedidos com oposição que demandam um tempo maior, razão pela qual sua meta também está mal atribuída.

Programa Pólo Industrial de Manaus

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior também tem papel importante para assegurar viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais da Zona Franca de Manaus mediante atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Autarquia responsável por construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais.

Em 2009, foram desenvolvidos seis projetos de desenvolvimento tecnológico nas áreas de fitoterápicos, cosméticos, alimentos, energia e flores tropicais ornamentais no âmbito do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), bem como houve aquisição de máquinas e equipamentos de informática e contratação de serviços de assistência técnica para tecnologia e informação.

No apoio à promoção industrial, houve a realização de serviços de manutenção da infraestrutura do Distrito Industrial, a viabilização da capacitação de empreendedores com vistas à implantação do Parque Tecnológico e a construção da Unidade de Gestão Estratégica. Também houve apoio à infraestrutura e à produção dos estados de Rondônia, Roraima, Acre e Amazonas, com financiamento de projetos no valor de R$ 34,4 milhões. Em relação à promoção comercial, destaca-se a realização da V Feira Internacional da Amazônia (FIAM), que contemplou extensa programação e exposição de produtos de alto valor agregado, produzidos por multinacionais intensivas em capital e tecnologia que operam no Pólo Industrial de Manaus (PIM). Para realização desse evento, foram necessários recursos da ordem de R$ 8,1 milhões.

Em municípios dos estados da Amazônia Ocidental, foram apoiados 49 projetos que compreenderam: aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários e agrícolas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do produtor rural; construção de portos, pontes e recuperação de estradas, favorecendo o embarque, desembarque e transporte de mercadorias e passageiros dos municípios carentes de infraestrutura; aquisição de tanques de resfriamento de leite, favorecendo as

atividades de pequenos e médios produtores rurais; e fortalecimento da infraestrutura de parques de exposição.

Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Dentre as medidas de apoio ao desenvolvimento produtivo, no âmbito do programa "0419 – Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte", cujo percentual do valor empenhado líquido em relação ao total da função foi de 2,4%, o que corresponde a R$ 15,7 milhões, é relevante destacar as seguintes:

- O Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), um sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos, que visa incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural de Arranjos Produtivos Locais (APLs), passou a operar com sete Núcleos Operacionais do PEIEx. A iniciativa diagnostica problemas e introduz melhorias em aproximadamente 224 empresas por Núcleo Operacional. Em 2009, foram realizados 631 atendimentos a empresas no âmbito do PEIEx;

- Em relação à promoção comercial, foram finalizados em 2009 o Projeto de Promoção Comercial do APL moveleiro de Bento Gonçalves/RS, que beneficiou aproximadamente 300 empresas em 72 municípios, e os Projetos de Promoção Comercial para os APLs de Confecção de Moda Feminina de Goiânia/GO, de Couro e Calçados de Goiânia e Goianira/GO, de Quartzito de Pirenópolis/GO e de Lácteos de São Luis de Montes Belos, com a realização de ações diretas para 102 empresas;

- Também foi realizada a 4ª Conferência Brasileira de APLs, que contou com cerca de 900 participantes de todo o país e do exterior e de 130 palestrantes, debatedores e autoridades;

- Visando apoiar as Micro e Pequenas Empresas, foi finalizada a construção de 31 barracões industriais que possibilitaram a implantação de cerca de 100 microempresas e empresas de pequeno porte, de diferentes setores, gerando mais de 700 empregos diretos;

- Foram realizadas ações de capacitação do empresariado de Micro e Pequenas Empresas que alcançaram aproximadamente 2.000 empresários; e

- Em relação à promoção e atração de investimentos estrangeiros, foram realizados os seminários internacionais "Invest in Brazil", em Taipé (Taiwan); e os seminários "Brazil Business Seminar – Industrial Bio Fuel Technology and Infrastructure Business Opportunities", em Tóquio, e "Seminar Invest in Brazil", em Seul.

Programa Competitividade das Cadeias Produtivas

O programa "0812 – Competitividade das Cadeias Produtivas" apresentou um percentual de execução de 0,39% do total executado na função, o que corresponde a R$ 2,5 milhões, não considerados os recursos provenientes de ações não-orçamentárias. Apesar do baixo percentual, o programa é um grande mobilizador das ações estratégicas da PDP, sendo fundamental destacar os principais resultados obtidos por meio do programa.

Em virtude da situação internacional, que afetou mais intensamente o setor de Bens de Capital, o Governo Federal reduziu os impostos incidentes e ampliou a oferta de financiamento, via BNDES; reduziu os juros de seus créditos; e alongou os prazos de carência e de amortização para os bens de capital. A edição da Medida Provisória nº 465/2009 possibilitou a concessão de subvenção econômica ao BNDES sob a modalidade de equalização de taxas de juros, destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.

Outro destaque foram as medidas anticíclicas aos produtos das indústrias automotiva, de duas rodas e de máquinas agrícolas e rodoviárias: desoneração tributária e melhores condições de financiamento; proposição de ações governamentais, com vistas a reduzir a poluição do ar, decorrente do uso de diesel em caminhões e ônibus, principalmente nos grandes centros urbanos, em cumprimento à legislação ambiental (Resolução CONAMA nº 403/2008); e gestão dos Acordos Automotivos com a Argentina e Uruguai e ampliação do Acordo com o México.

Em articulação com Órgãos e Entidades do governo, no âmbito dos fóruns institucionais como o Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool, realizadas discussões técnicas para regulamentar o uso de biocombustíveis - etanol e biodiesel - no país e estimular seu uso no mundo.

Em relação ao segmento de eletroeletrônica de consumo, os trabalhos da PDP resultaram em medidas de desoneração tributária, visando estimular o setor de linha branca e manter empregos e competitividade diante da crise internacional, tais como a redução do IPI aos produtos da linha branca até 31 de janeiro de 2010, cujo benefício passou a ser proporcional à eficiência energética do eletrodoméstico. No caso de geladeiras, por exemplo, os produtos que possuem Selo "A", que atesta menor consumo, a alíquota do IPI foi reduzida de 15% para 5%. E, no caso dos fogões com selo "A", o IPI caiu de 4% para 2%.

Função Comércio e Serviços

No que tange às políticas de comércio e serviços, que tem como objetivo a formulação e a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento do país nesses setores de alta relevância, os principais resultados de 2009 ocorreram nas subfunções *126 – Tecnologia da Informação*, *691 – Promoção Comercial* e *693 –*

Comércio Exterior, conforme demonstrado na próxima Tabela.

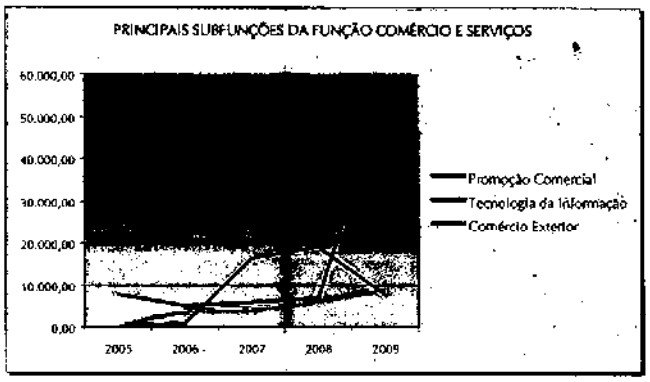
Os principais programas de governo com execução orçamentária na área de ação governamental "Comércio e Serviços", em 2009, são: "0411 – Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços", com valor empenhado líquido equivalente a R$ 55,3 milhões, correspondente a 69,3% do total executado pelo MDIC nessa função de governo; "0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora", no qual foi executado o valor de R$ 17,7 milhões, correspondente a 22,2% do total na função; e "0419 – Desenvolvimento de Microempresa e Empresa de Pequeno e Médio Porte", que apresentou execução de R$ 5,5 milhões, equivalente a 7% do total na função.

VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR SUBFUNÇÃO
FUNÇÃO 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS (2005-2009)

R$ mil

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
122 – Administração Geral	-	6.067,7	8.617,5	5.783,9	6.028,0
126 – Tecnologia da Informação	-	4.040,0	4.191,5	6.457,4	9.147,2
661 – Promoção Industrial	532,9	288,3	373,2	555,3	624,9
691 – Promoção Comercial	7.918,2	5.410,5	6.100,6	7.112,4	56.015,6
693 – Comércio Exterior	-	996,4	16.444,1	19.228,4	7.940,7
846 – Outros Encargos Especiais	1.060,9	5.486,4	1.787,7	166,2	-
Outras Subfunções	208,3	60,2	156,0	40,5	35,5
TOTAL	**9.720,5**	**22.349,7**	**37.670,8**	**39.344,3**	**79.792,0**

Fonte: Siafi Gerencial – Base 20/01/2010



O salto na subfunção é decorrente da execução da ação 11SI, projeto cuja execução orçamentária ficou restrita ao exercício de 2009.

Com o objetivo de aproximação com a China, o Governo brasileiro decidiu participar da Exposição Mundial de Xangai 2010 (Expo Xangai 2010). Para tanto foi publicado o Decreto Presidencial S/Nº, de 17 de junho de 2008, criando a Comissão Interministerial, coordenada pelo MDIC, encarregada de viabilizar a participação do Brasil no referido evento. Em agosto de 2008, foi assinado o contrato de participação do país na Expo Xangai 2010, que ocorrerá de 1º de maio a 31 de outubro de 2010.

A Lei nº 11.897/2008 autorizou a realização de despesas no montante de R$ 28 milhões, e o Decreto S/Nº de 11 de agosto de 2009 suplementou em mais R$ 22 milhões a dotação orçamentária da ação 11SI – Participação Brasileira na Exposição Universal em Xangai – Expo Xangai 2010, totalizando R$ 50 milhões.

As medidas adotadas para assegurar a presença do país na Expo Xangai resultaram na celebração do Convênio nº 01/2009/MDIC entre o MDIC e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Para a execução do objeto do convênio, foram empenhados recursos na ordem de R$ 50 milhões, o mesmo valor conveniado.

A participação brasileira será uma oportunidade para a apresentação de setores reconhecidos por sua competitividade internacional, que promovam o desenvolvimento sustentável das cidades, aliado à adequação das exigências do mundo contemporâneo.

Além da divulgação da imagem do país no exterior, com impacto direto na promoção de investimentos e do turismo, a Expo Xangai 2010 constituirá excelente espaço para o Brasil divulgar suas potencialidades regionais e abordar temas de interesse mundial.

Ampliar as exportações foi uma estratégia adotada pelas Políticas Industriais brasileiras, principalmente, a PDP. Para isso, a PDP implementou medidas tributárias e de financiamento para estímulo às exportações, medidas de simplificação dos procedimentos administrativos e operacionais nas exportações e medidas de facilitação.

O atual estágio do comércio exterior brasileiro requer como estratégia para seu maior desenvolvimento a implementação de instrumentos modernos, flexíveis e ágeis, que permitam a simplificação da logística, o acesso à informação e o apoio creditício, elementos fundamentais para viabilizar a participação das empresas no competitivo mercado internacional.

Um dos principais indicadores que atesta o bom desempenho das exportações brasileiras é a participação em mercados de destino relevantes, também conhecido como Índice de Concentração de *Hanna & Kay*. Se comparado ao ano de 2005, houve melhora no resultado do indicador.

O valor obtido demonstra ampliação do número de países relevantes para as exportações brasileiras, reduzindo-se assim a dependência do Brasil em relação aos parceiros tradicionais. Esse é, na verdade, o significado do Índice de Concentração de *Hanna & Kay*, e seu crescimento, em relação ao parâmetro de referência, demonstra a desconcentração das exportações brasileiras por mercados de destino, o que representa menor vulnerabilidade externa, em vista da ampliação do leque de países compradores significativos.

A Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações Brasileiras também constitui um dos indicadores básicos utilizados na gestão do Programa "0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora". De 2005 a 2009, houve queda da participação relativa dos produtos manufaturados em relação ao total das exportações nacionais, de aproximadamente 55% para 43,7%. Tal decréscimo representa a perda de participação dos produtos manufaturados no valor total das exportações brasileiras, em detrimento dos produtos básicos e semimanufaturados.

A Taxa de Variação das Exportações Brasileiras busca aferir o percentual de variação das exportações nacionais em relação ao ano anterior, refletindo o desempenho das vendas externas do país.

Tal indicador apresentou melhora contínua, de 2006 a 2008, a despeito da crise financeira internacional iniciada em agosto de 2008, fato que não chegou a comprometer os principais indicadores para o exercício de 2008. Entretanto, em 2009, houve retração de aproximadamente 22% na taxa de variação das exportações nacionais.

Em 2009, as exportações brasileiras atingiram US$ 152,9 bilhões, queda de 21,8% sobre o resultado de 2008, de US$ 197,9 bilhões. As importações somaram US$ 127,6 bilhões, decréscimo de 25,3% em relação ao período anterior, de US$ 172,9 bilhões.

Com isso, o saldo comercial apresentou superávit de US$ 25,3 bilhões, valor pouco acima dos US$ 24,9 bilhões de 2008. O resultado da balança comercial de 2009 é reflexo da redução da demanda mundial provocada pela crise econômica internacional.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO
PERÍODO 2006-2009

INDICADORES	2006	2007	2008	2009
PIB do Brasil (US$ bilhões)	1.072,00	1.295,50	1.569,40	1.268,5 (**)
Exportações Brasileiras (US$ bilhões)	137,50	160,60	197,90	152,99
Exportações de Manufaturados (US$ bilhões)	75,02	83,94	92,68	66,59
Importações Brasileiras (US$ bilhões)	91,40	120,60	172,98	127,64
Corrente de Comércio (US$ bilhões)	229,15	281,26	371,13	279,88
Exportações Mundiais (US$ bilhões)	11.887,00	13.619,00	15.773,70	11.919,00 (**)
Taxa de Participação das Exportações de Manufaturados nas Exportações Brasileiras (%)	54,56	52,27	46,83	43,7
Taxa de Participação das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais (%)	1,15	1,17	1,25	N.D.
Grau de Abertura da Economia Brasileira (%)	21,35	21,71	23,65	N.D.

Fonte: SECEX/MDIC, SRFB/MF, BACEN/MF, FMI e OMC
(**) Previsão para 2009
N.D. - Não Disponível

Quanto ao desempenho dos instrumentos de informação de comércio exterior no exercício de 2009, destacamos:

- Realização de 8 Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), que contaram com a presença de cerca de 7.409 participantes, com média de 926 participantes por evento. Cerca de 1.980 empresas marcaram presença nos eventos;
- Portal do Exportador recebeu 866.866 acessos, confirmando ser um importante instrumento de apoio ao setor exportador ou para aqueles que pretendem se iniciar em comércio exterior;
- Fala Exportador, serviço prestado pelo Portal do Exportador para atender dúvidas e questões da comunidade exportadora, atendeu, em 2009, 2.241 consultas, totalizando 26.010 solicitações de informação desde o seu lançamento, em novembro de

2001, provenientes de 1.272 municípios brasileiros de todas as Unidades da Federação e de 126 países, com tempo médio de resposta de 2 dias;

- Sistema ALICEWEB, ferramenta de disseminação dos dados da Balança Comercial Brasileira, alcançou o número de 161.012 usuários, com 2.063.481 visitas. Em setembro de 2009, foi disponibilizado o Sistema Aliceweb-Mercosul, consulta on-line via internet contendo as bases de dados dos países membros do MERCOSUL de forma individualizada e do conjunto Mercosul (intra e extra-bloco), disponíveis em português, espanhol e inglês;

- Sistema Radar Comercial, que objetiva auxiliar na seleção de mercados e produtos de maior potencial para as exportações, teve média mensal de 2.046 acessos até outubro de 2009, com 52.112 usuários cadastrados;

- Foi desenvolvido o módulo específico para o Drawback Integrado, conforme definido pela Medida Provisória nº 451/2008 e redefinido pela Lei nº 11.945/2009, que converteu a MP e promoveu alterações significativas em relação ao projeto original. O Drawback Integrado foi criado para alavancar ainda mais as exportações brasileiras, envolvendo isenção fiscal concedida aos beneficiários do regime, sendo, portanto, considerado como uma ampliação dos benefícios oferecidos pelo Drawback Verde-Amarelo, implantado em 2008. Ao mesmo tempo em que se desenvolvia esse novo sistema, efetuavam-se diversas melhorias nos sistemas já existentes (Drawback Suspensão e Drawback Verde-Amarelo), que estão em constante evolução, haja vista a dinâmica do comércio exterior;

- No âmbito de Negociações Internacionais na Área de Indústria, foram firmados 6 Acordos. Os resultados ultrapassaram a meta inicialmente estipulada de assinar 2 Acordos. Tal fato se deve à mudança de enfoque do MDIC, que passou a dar maior ênfase à realização de reuniões bilaterais com países selecionados e não envolvem a negociação de acordos comerciais para a redução de tarifas alfandegárias, mas buscam, entretanto, reduzir as barreiras não-tarifárias através da cooperação entre os países;

- Desenvolvimento do Módulo Venda do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio das Entidades (SISCOSERV), iniciado em 2008 e concluído em 2009, encontra-se em fase de testes pelos usuários. A entrada efetiva desse módulo depende da edição do arcabouço jurídico elaborado pelo MDIC e Receita Federal do Brasil (RFB/MF), em andamento no Ministério da Fazenda. O Módulo de Aquisição foi iniciado em 2009 com previsão de conclusão em novembro 2010.

Contribuindo para a obtenção das metas traçadas para o Complexo de Serviços da Política de Desenvolvimento da Produção (PDP), diversas as ações foram executadas, entre elas: elaboração da Política Nacional de Comércio e Serviços (PNCS); o movimento de empresas e negócios nas Juntas Comerciais, em todo o país, abrangeu 639.103 constituições, 1.279.079 alterações e 207.466 extinções, totalizando 2.125.648 empresas cadastradas em 2009.

As atividades realizadas no cerne do Acordo-Quadro de Cooperação do Brasil com a Comunidade Europeia, em 2009, permitiram o apoio a 33 projetos, com o envolvimento de 28 instituições públicas e privadas, e resultaram em ações voltadas à internacionalização de 654 pequenas e médias empresas.

Houve também a aquisição de um equipamento de análise de resíduos tóxicos em alimentos, doado ao Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Pedro Leopoldo (MG), e a aquisição de equipamentos de microscopia para um laboratório de biotecnologia, doados ao Inmetro.

Destaca-se também o projeto Telecentros de Informação e Negócios, que diferencia-se dos demais programas de inclusão digital do país por atender aos microempresários e empresários de pequeno porte como público alvo e ter por objetivo, não somente oferecer acesso à internet, mas principalmente promover a cultura de inovação e de empreendedorismo. Até 2009, já são 1.275 Telecentros em operação em todo o país e ainda 2.254 pedidos para instalação de novos Telecentros aguardando equipamentos.

O MDIC realizou importante papel como impulsionador da economia mediante fortalecimento da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no desenvolvimento do país. Realizando atividades em diversos campos de atuação por meio de recursos não-orçamentários, o Banco apresentou um crescimento de desembolso de 49% em relação a 2008, e de 112% em relação a 2007. De 2008 para 2009, os desembolsos saltaram de R$ 92,2 bilhões para R$ 137,3 bilhões.

Em 2009, merece destaque a atuação nas áreas de Energia, com desembolso de R$ 41,7 bilhões, dos quais R$ 25 bilhões destinados à operação com a Petrobrás e R$ 13,7 bilhões para produção e distribuição de energia elétrica; Financiamento a Máquinas e Equipamentos, com desembolso de R$ 26,6 bilhões para os Produtos BNDES Finame e Cartão BNDES, de R$ 19 bilhões para micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas e de R$ 13,5 bilhões para o setor de transporte rodoviário; Financiamento à Exportação, cujos desembolsos alcançaram R$ 15,6 bilhões; e Ampliação da Capacidade de Oferta de Bens e Serviços, na qual foram desembolsados R$ 14,9 bilhões para ampliação da capacidade produtiva das empresas brasileiras, principalmente do complexo sucro-alcooleiro e de produção de biocombustíveis (R$ 5,1 bilhões) e dos setores de alimentos, agroindústria e agropecuária (R$ 4,3 bilhões) e de comércio e serviços (R$ 2,9 bilhões).

Também houve apoio do Banco a outros importantes segmentos da economia. Nos setores consubstanciados em Insumos Básicos, os desembolsos em 2009 foram de R$ 11,8 bilhões, com realce para os setores de papel, celulose e produtos florestais e os setores de química, petroquímica e atividades relacionadas.

Nos Pequenos Projetos de Investimento, o BNDES Automático disponibiliza recursos para os investimentos das pequenas indústrias e das empresas de pequeno porte dos setores de comércio e serviços, bem como para operações especiais do setor agrícola.

O apoio às Micro e Pequenas Empresas ocorreu, sobretudo, por meio dos desembolsos referentes ao BNDES Finame, BNDES Automático e Cartão BNDES, que totalizaram R$ 16,7 bilhões. Este valor representa um aumento de 25% em relação aos desembolsos no ano anterior.

Nas áreas de Desenvolvimento Urbano, Transporte e Logística, Telecomunicações e Inclusão Social, os desembolsos de 2009 corresponderam, nesta ordem, a R$ 7,2 bilhões, R$ 4 bilhões, R$ 3,7 bilhões e R$ 382 milhões, que foram destinados a projetos de desenvolvimento urbano, rodovias e transporte ferroviário, projetos de ampliação e modernização das empresas do setor de telecomunicações e atividades relacionadas ao desenvolvimento social.

Considerações Finais

Importante destacar que os valores informados nas tabelas por função e subfunção referem-se apenas a ações orçamentárias.

Os resultados do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram obtidos por meio de ações não orçamentárias, tipificadas como "Financiamentos", não constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Relevante também é a demonstração da execução orçamentária por fonte de recursos, uma vez que na função governamental "22 – Indústria" mais de 60% da execução é proveniente de recursos próprios, explicando o alto índice de execução em 2009.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS

R$ 1,00

FUNÇÃO	FONTE DE RECURSOS		VALORES EMPENHADOS	% DE EXECUÇÃO
22 – INDÚSTRIA	00	Recursos Ordinários	72.129.271,10	11,0%
	50	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	409.011.165,29	62,2%
	74	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	138.436.276,34	21,1%
	80	Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	15.029.908,72	2,3%
	82	Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres	1.248.909,00	0,2%
	86	Outras Receitas Originárias	21.421.726,30	3,30%
TOTAL 22 - INDÚSTRIA			657.277.756,75	87,7%
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	00	Recursos Ordinários	29.282.561,12	36,7%
	50	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	6.723.446,30	8,4%
	86	Outras Receitas Originárias	38.434.519,62	48,2%
	95	Doações de Entidades Internacionais	5.351.554,69	6,7%
TOTAL 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS			79.792.081,73	10,7%
OUTRAS FUNÇÕES	00	Recursos Ordinários	9.693.685,48	80,6%
	12	Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.287.724,57	10,7%
	50	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	55.321,08	0,5%
	51	Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	581.391,45	4,8%
	76	Outras Contribuições Sociais	410.000,00	3,4%
TOTAL OUTRAS FUNÇÕES			12.028.122,58	1,6%
TOTAL GERAL			749.097.961,06	100%

Fonte: Siafi Gerencial – Base 22/01/2010

5.1.18. Função Desporto e Lazer

Como integrante da área social do Governo Federal, o Ministério do Esporte - ME tem sua atuação vinculada à consecução dos seguintes objetivos de Governo: promover a inclusão social e a redução das desigualdades; fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

Essa atuação se dá por meio da implementação de políticas públicas destinadas ao fomento do esporte nacional em suas três dimensões: Educacional; Recreativo/Lazer; de Alto Rendimento. Além disso, ressalta-se a implementação de políticas no contexto da cadeia produtiva do esporte e das pesquisas científicas voltadas à área desportiva.

Tais atividades representam um grande esforço de cooperação intra e intergovernamental – envolvendo as três esferas de governo e outras instituições federais –, além de obter na sociedade civil significativo apoio tanto em relação às parcerias na execução dos programas quanto no controle social da atuação governamental. Em relação ao Esporte Educacional, o ME tem logrado o crescimento contínuo do número de crianças, adolescentes e jovens atendidos por atividades desportivas oferecidas no contraturno escolar.

O Programa Segundo Tempo está presente em diversos municípios em todas as regiões do país, por meio de celebração de convênios com entidades governamentais e não governamentais. A parceria com o Ministério da Educação – MEC, firmada em 2009, proporcionará efetividade ainda maior ao programa. No âmbito do esporte recreativo e de lazer, o ME tem implementado e desenvolvido Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer proporcionalmente entre as cinco regiões do país, com foco em populações em situação de vulnerabilidade social.

Os convênios também representam o instrumento de gestão mais utilizado nesse programa. No que concerne o Esporte de Alto Rendimento, a atuação do Governo Federal tem sido pautada pelo objetivo de elevar o nível esportivo do Brasil.

Dessa forma, são desenvolvidas ações de concessão de bolsas a atletas e para-atletas, funcionamento de núcleos de esporte de base, detecção de talentos, ampliação e modernização de infraestrutura desportiva. Por fim, busca-se promover a inserção social pela produção a baixo custo de material esportivo, por meio da instalação de unidades de produção em comunidades de risco social. No ano de 2009, esse programa beneficiou milhões de pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais. No contexto do fomento à pesquisa científica, a Rede CEDES promove o lançamento de Editais Públicos para apoio a pesquisas específicas e difusão do conhecimento por meio eletrônico e publicações impressas.

O demonstrativo a seguir registra a execução orçamentária do ME para as dotações alocadas na função Desporto e Lazer, dentro dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, no período de 2005 a 2009, cujo montante totaliza R$ 4,48 bilhões no período apurado.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER 2005/2009

em R$ milhões

DESPORTO E LAZER	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	423	740	1.414	946	963	4.486
OI						
Total	423	740	1.414	946	963	4.486

Fonte: Siafi

Os números apurados indicam evolução do investimento no desenvolvimento de políticas públicas na área esportiva e na captação de eventos internacionais de grande magnitude, como por exemplo a realização dos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007. Neste sentido, percebe-se que no exercício de 2007 os gastos na função Desporto e Lazer atingiram o seu ápice com o valor empenhado de R$ 1,4 bilhões.

O próximo demonstrativo registra a execução orçamentária do ME para as dotações alocadas na função Desporto e Lazer, que tem como subfunções típicas: Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e a Subfunção Lazer. O quadro discrimina além da execução orçamentária nas subfunções típicas os valores relativos às demais subfunções em 2009.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "27 - DESPORTO E LAZER" EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO "27 - DESPORTO E LAZER"	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas	899,2	93,3			899,2	93,3
Desporto de Rendimento"	46,5	4,8			46,5	4,8
Desporto Comunitário"	850,8	88,3			850,8	88,3
Lazer"	1,9	0,2			1,9	0,2
Outras Subfunções	64,2	6,7			64,2	6,7
TOTAL	963,4	100			963,4	100

Fonte: Siafi

De acordo com os dados apurados, o valor empenhado para as subfunções típicas totalizaram R$ 899,2 milhões, com destaque para o desporto comunitário em cerca de R$ 850,8 milhões em 2009. Outro registro importante é a evolução da execução orçamentária nas subfunções típicas no período de 2005 a 2009, ou seja, os valores empenhados pelo ME a conta de dotações alocadas para Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer.

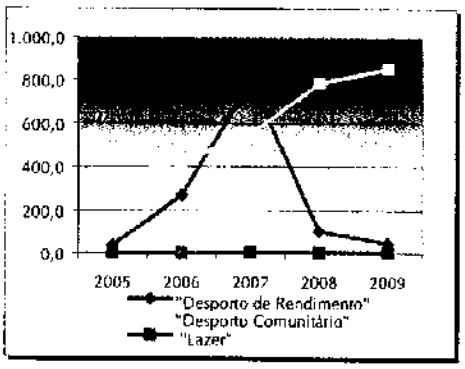
EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS

em R$ milhões

SUBFUNÇÕES TÍPICAS	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Desporto de Rendimento	36,5	270,1	791,4	102,4	46,6	1.246,9
Desporto Comunitário	358,2	418,5	551,2	783,9	850,8	2.962,5
"Lazer"	0,00	0,0	3,7	2,8	1,9	8,4
TOTAL	394,6	688,5	1.346,2	889,1	899,2	4.217,7

Fonte: Siafi

VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005/2009 (EM R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi

A representação gráfica da execução orçamentária por subfunções típicas indica que a Subfunção Desporto de Rendimento, relacionada com os gastos voltados para custeio da participação de equipes brasileiras em eventos nacionais e internacionais, bem como para a realização de eventos para este segmento evoluiu de forma acentuada até 2007, ano de realização dos XV Jogos Pan-Americanos - Rio 2007. Por outro lado, a execução na Subfunção Desporto Comunitário indica uma tendência evolutiva, ressaltando que nesta subfução estão alocados os gastos direcionados para a inclusão social pelo esporte, funcionamento de núcleos de esporte educacional, bem como a implantação e modernização de instalações esportivas tendo como foco comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, a Subfunção Lazer com execução pouco significativa, uma vez que dentro da programação do ME está restrita a Ação Desenvolvimento de Atividades Esportivas e de Lazer a pessoas Adultas e Idosas – Vida Saudável.

Destaca-se, a seguir, a execução orçamentária e financeira dos principais programas do ME – que serão abordados, adiante, com maior nível de detalhe – excluindo-se as despesas administrativas, com pessoal e encargos sociais e as transferências legais aos estados e ao Distrito Federal de que trata o § 2.º do Art. 6º da Lei n.º 9.615/98 (Lei Pelé), bem como Inciso IV do art. 2º. da Lei no 11.345/2006 (Timemania).

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

em R$ 1,00

PROGRAMAS	LEI + CRÉDITOS	EMPENHADO	VALORES PAGOS
Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão	133.590.970,00	58.482.044,96	16.708.705,97
Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	14.566.352,00	9.310.052,26	5.614.747,52
Inclusão Social pelo Esporte	13.765.265,00	13.173.801,09	11.074.154,71
Esporte e Lazer da Cidade	970.317.336,00	635.970.864,97	4.425.805,43
Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	266.933.340,00	205.966.170,13	55.939.575,09
TOTAL	1.399.173.263,00	922.902.933,41	93.762.988,72

Fonte: Siafi

Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

No ano de 2009, as principais ações executadas pelo ME com relação ao Futebol, foram: a) A contratação de Serviços especializados de consultoria de apoio ao gerenciamento para a organização e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 - Consórcio Copa 2014; b) A contratação de profissionais para a prestação de serviços de pesquisa e consultoria na mensuração sócio-econômica do futebol profissional brasileiro; c) Projeto Torcida Legal; e d) I Seminário Nacional de Torcidas Organizadas.

Para implementação da Copa do Mundo FIFA - 2014 e da Copa das Confederações, o Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, deverá se dotar dos meios e instrumentos necessários para o gerenciamento e monitoramento dos projetos dos empreendimentos previstos nas diversas cidades sede eleitas e respectivos orçamentos de investimentos, em interlocução permanente e direta com o Comitê Organizador Local, permitindo o monitoramento contínuo e eficaz dos prazos, cronogramas e requisitos técnicos exigidos pela FIFA.

Nesse sentido, foram elaborados os Termos de Referência (TR) para contratação de Serviços Especializados de Apoio ao Gerenciamento para Organização e Realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

O valor para execução dos serviços de apoio ao gerenciamento para organização e realização da Copa do Mundo FIFA – 2014 bem como da Copa das Confederações é de R$ 13,2 milhões.

A fim de conhecer a fundo a importância socioeconômica do futebol no Brasil, o ME percebeu a necessidade de contratar profissionais para a realização de estudos e pesquisas sobre os impactos do esporte nos diversos setores da economia brasileira. Para tal consultoria, a Fundação Getúlio Vargas – FGV foi a instituição escolhida por contratação direta devido à expertise em estudos de futebol.

O valor do serviço prestado é de R$ 5 milhões e o contrato foi firmado dia 31 de dezembro de 2009. O valor de empenhos emitidos em 2009 é de R$ 160 mil.

Os principais objetivos do estudo são: Consolidar o caráter público do Ministério do Esporte como responsável por construir uma Política Nacional de Esporte voltada para o fortalecimento do futebol profissional brasileiro, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico do país; Consolidação da cadeia produtiva do futebol profissional no Brasil; Consolidação de indicadores socioeconômicos sobre a importância do futebol profissional na economia brasileira; Impactos da atividade do futebol profissional sobre os demais setores da economia brasileira; Impactos do futebol profissional sobre a economia brasileira em função de mudanças no perfil econômico dos clubes de futebol brasileiro; Indicadores econômico-financeiros dos clubes, notadamente o endividamento; Reestruturação do calendário das competições do futebol profissional brasileiro; e Normatização dos laudos técnicos de vistoria de estádios de futebol.

O Projeto Torcida Legal é um conjunto de medidas que foi assinado para garantir a segurança do torcedor nos eventos esportivos.

Três documentos foram assinados na ocasião da celebração do Torcida Legal, em março: Projeto de Lei que altera o Estatuto do Torcedor, Decreto presidencial que regulamentou o artigo 23 do Estatuto do Torcedor (laudos técnicos de vistoria dos estádios publicados no DOU sob Portaria nº 124/2009 e Portaria nº 185/19/10/2009 e Termo de Cooperação Técnica.

O Termo de Cooperação foi assinado entre o ME, Ministérios da Justiça - MJ, Confederação Brasileira de Futebol - CBF e Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG para a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol e em cumprimento às garantias de segurança assumidas pelo Governo Brasileiro para a realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014.

O I Seminário Nacional de Torcidas Organizadas foi realizado nos dias 04 e 05 de julho na cidade de São Paulo – SP. Os participantes incluíam dirigentes de torcidas organizadas e uniformizadas dos clubes que participaram das séries "A" e "B" do Campeonato Brasileiro de Futebol durante o ano de 2009, representantes desses clubes, imprensa especializada e entidades relacionadas ao tema.

O Seminário foi realizado em parceria com o MJ e teve o apoio do Ministério Público de São Paulo e os principais dirigentes de torcida do estado de São Paulo. Estiveram presentes 65 agremiações de vários estados do Brasil,

somando um total de 110 membros de torcidas, além de representantes de entidades relacionadas ao tema. Foi gasto para realização desta ação o valor de R$ 73 mil.

No âmbito do Programa Brasil Campeão, estão sendo implementadas ações visando ao início de um processo de elevação da posição do Brasil no ranking internacional, tornando-o uma das dez principais potências esportivas até 2016.

Neste contexto, dentre outras iniciativas, dar-se-á continuidade à execução de Núcleos de Esporte de Base (NEB) e da Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva), buscando o aprimoramento dos atletas de alto rendimento, ampliando e qualificando o investimento nas atividades esportivas voltadas para os portadores de deficiência e por meio do apoio à participação de equipes brasileiras em competições nacionais e internacionais.

Destaca-se, também, a ação de concessão de bolsas a atletas, a qual possibilita o apoio financeiro para garantir a manutenção pessoal mínima aos atletas de várias categorias e esportes diferentes, buscando dar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e competições, melhorando assim seus resultados e igualando as possibilidades de atletas de esportes com menor visibilidade.

Desde seu lançamento até 2008, o Bolsa Atleta já contemplou cerca de 7,3 mil pessoas, sendo 3,3 mil somente em 2008, dos quais 13 medalhistas nas Olimpíadas e Paraolimpíadas de Pequim.

A última edição dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos contou com a participação de 86 bolsistas para-atletas e 37 atletas. No ano de 2009, já foram feitas 7.442 inscrições, das quais 2.276 em pré-renovação e 5.166 novas inscrições, com recursos orçamentos de R$ 40,2 milhões.

Dentre as ações recentes, tem relevante importância a conquista do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Verão 2016.

Resultado do reconhecimento de qualidade dos XV Jogos Pan-americanos e dos III Jogos Parapanamericanos em 2007 e de um trabalho expressivo de mais de 50 órgãos do Governo Federal – coordenado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento/Ministério do Esporte, em parceria com os Governos do Estado e Município do Rio de Janeiro, com o Comitê Olímpico Brasileiro e com o Comitê Paraolímpico Brasileira, apoiados pela iniciativa privada, a conquista do maior evento esportivo do planeta marca a inserção definitiva do Brasil no roteiro das grandes competições.

No total, o Governo Federal investiu R$ 91,7 milhões no projeto de candidatura olímpica do Rio de Janeiro.

As iniciativas listadas anteriormente têm em comum a articulação entre Governo Federal e parceiros executores, formando assim uma rede continua das ações, pois elas já vêem sendo implementadas em exercícios anteriores, mas, estrategicamente, evidenciadas neste período, pois tiveram ligação direta ou indireta com os resultados obtidos pelas equipes brasileiras nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Pequim 2008, na Copa do Mundo FIFA de Futsal, nos Jogos dos Países de Língua Portuguesa – CPLP realizados no Rio de Janeiro, nos Jogos Sul-americanos Escolares/Equador e na participação do Brasil Copa America de Basquetebol/Feminino, além da Candidatura e da conquista do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Cabe realçar as parcerias já estabelecidas, historicamente, com Comitê Olímpico e Comitê Paraolímpico Brasileiro e com as Confederações esportivas, que são os principais parceiros na vertente esportiva do alto rendimento, com os vêm sendo discutidas medidas, ações e metas para o desenvolvimento, qualificação e profissionalização do Esporte no Brasil, a curto, médio e longo prazos.

Perspectivas e iniciativas a serem encaminhadas estão ligadas a: Implantação e implementação de ações visando o início de um processo que coloque o Brasil entre as 10 principais potências esportivas até 2016, atuando no apoio na preparação de equipes, atletas nacionais que tenham potencial de conseguir resultados nas principais competições internacionais; dar continuidade a implementação de mais Núcleos de Esporte de Base e no aprimoramento dos atletas de alto rendimento e aumentar o atendimento desses atletas por intermédio da Bolsa Atleta com foco nas modalidades definidas como prioritárias para o alcance da meta de colocar o Brasil entre os melhores do mundo.

Para tanto, e entre outras coisas, persiste o desafio de implantar um centro de treinamento em altitude no Brasil, universalizando a possibilidade de acesso a esse tipo de treinamento; atuar como indutor da capacitação, atualização de gestores esportivos e promover maior investimento na ciência do esporte; coordenar as ações prioritárias a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no que tange as responsabilidades e investimentos assumidos pelo Governo Federal, com especial destaque para a constituição do Comitê Gestor de Ações Interministeriais para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e da Autoridade Pública Olímpica, para a implementação de medidas e ações necessárias ao combate e controle de dopagem esportiva e colaboração com os diversos órgãos federais envolvidos nos Jogos Rio 2016 para liberação de recursos e desenvolvimento de projetos em áreas estratégicas tais como: modernização de aeroportos, intervenções urbanas e de mobilidade, modernização de infraestrutura esportiva, ações de legado social e segurança.

Inclusão Social pelo Esporte

Este Programa objetiva contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social.

A produção correspondente aos convênios firmados no ano de 2009 - e que será distribuída no ano de 2010 - será da ordem de 631.805 itens esportivos, e contemplará cerca de 6,8 milhões de pessoas.

Em 2009, foram liberados 1.173.432 artigos esportivos advindos do estoque do programa (formado pela produção relativa aos convênios firmados no exercício de 2008), conforme demonstrativo a seguir, para atender a demanda dos Programas e Ações conduzidos em parceria com entidades estaduais, municipais e filantrópicas, objetivando promover a inclusão social de crianças, jovens e adultos por meio da prática de esportes. O material distribuído beneficiou um universo de 7.523.857 pessoas residentes em comunidades reconhecidamente carentes, jovens em situação de vulnerabilidade social e portadores de necessidades especiais.

MATERIAIS ESPORTIVOS LIBERADOS NO EXERCÍCIO DE 2009

UF	BENEFICIADAS	LIBERAÇÕES REALIZADAS	ITENS LIBERADOS	INDIVÍDUOS ASSISTIDOS
AC	145	148	34.555	736.361
AL	105	109	65.676	241.263
AM	22	23	4.895	57.300
AP	89	89	3.712	73.720
BA	373	398	44.732	185.272
CE	47	52	128.554	372.405
DF	143	727	74.747	416.456
ES	26	26	4.239	33.981
EX	22	25	8.259	134.460
GO	85	92	12.116	130.243
MA	107	107	10.568	152.884
MG	1.358	1.383	95.734	1.355.519
MS	9	12	21.597	67.610
MT	8	11	14.407	39.480
PA	16	19	6.838	39.440
PB	7	9	487	6.258
PE	200	204	82.891	568.491
PI	2	2	42.750	127.800
PR	32	43	88.677	304.107
RJ	232	244	138.094	535 999
RN	18	19	12.455	42.203
RO	6	6	964	4.516
RR	2	2	386	5.600
RS	340	345	43.061	465.347
SC	51	54	65.117	203.810
SE	36	37	2.202	32.440
SP	458	473	162.582	1.173.662
TO	5	7	3.137	17.430
TOTAL	3.944	4.666	1.173.432	7.523.857

Fonte: CMAES/SE/ME

A Ação Pintando a Liberdade propiciou a geração de emprego direto para 13.000 internos do Sistema Prisional Brasileiro, em 73 unidades de produção.

A Ação Pintando a Cidadania absorveu a mão-de-obra de 2.499 pessoas – em 27 unidades de produção - que residem em comunidades reconhecidamente carentes, na produção de materiais esportivos, promovendo a inclusão social desses indivíduos e proporcionando-lhes uma renda mensal.

O indicador do Programa, no contexto do PPA 2008-2011, em função dificuldades operacionais, nunca pode ser apurado.

Dessa forma, foi proposto novo indicador com a denominação de "Pessoas Atendidas", tendo sido cadastrado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP para vigorar a partir de 2010.

Um Acordo de Cooperação entre o Brasil e a Republica de Moçambique possibilitou a implantação de uma fábrica de bolas esportivas em Maputo, capital daquele país. Procedeu-se a capacitação dos membros das comunidades, ensinando-lhes o ofício de costura de bolas e manuseios de equipamentos.

Para não depender de matéria prima do mercado externo, as bolas são produzidas com o couro de boi, produto que, até então, mesmo sendo de excelente qualidade, era subaproveitado naquele país.

A experiência, além de colaborar com desenvolvimento daquela nação africana, garante autonomia aos gestores moçambicanos, fato que antes da instalação da fábrica brasileira, dependia exclusivamente do processo de importação de bolas da Ásia.

Vivência e Iniciação Esportiva Educacional – Segundo Tempo (PST)

Em 2009 visando tornar o esporte uma política pública efetiva, viabilizou-se a cooperação entre o Ministério do Esporte e o MEC, de forma a ampliar e qualificar mais significativamente a abrangência do PST por meio da articulação com o Sistema Educacional brasileiro.

Essa parceria se materializa a partir da inserção do PST no Programa Mais Educação, que tem por objetivo universalizar o acesso à prática esportiva a todos os alunos das Escolas Públicas da Educação Básica das redes municipal e estadual, iniciando com as Escolas que participam do Programa Mais Educação.

No contexto dos Projetos Especiais, concebidos em 2008, foram atendidas aproximadamente 2.000 pessoas em 2009, por meio dos seguintes Projetos Pilotos: a) Piloto Pessoa com Deficiência; b) PST Universitário; e c) IES Colaboradoras - Núcleos Padrão e Núcleos Pessoa com Deficiência.

Os projetos pilotos têm por objetivo analisar se as modalidades ofertadas aos públicos específicos necessitam ser trabalhadas de forma diferenciada por meio de metodologias específica e testar as metodologias propostas no funcionamento dos núcleos do PST.

O Ministério finalizou a revisão das diretrizes do PST e a revisão da Proposta Pedagógica, concebida a partir da compreensão do Esporte Educacional, visando ao estabelecimento de uma identidade nacional para o

Programa e ao desenvolvimento do novo modelo de capacitação. Esse processo culminou com a publicação do livro de Fundamentos Pedagógicos do PST: da reflexão à prática.

Foram realizados 31 eventos de capacitação ao longo do ano, em todo o território nacional, capacitando diretamente cerca 3.364 pessoas, entre Coordenadores Geral, pedagógicos, setoriais, de núcleo, e demais recursos humanos envolvidos nos projetos especiais.

A implementação da Cooperação Técnica Internacional, em parceria com o Ministério de Relações Exteriores – MRE e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC para transferência de tecnologia com foco na implantação do Programa em países com os quais o Brasil mantém relações de cooperação, não pôde ser implantada no exercício de 2009, considerando a insuficiência de recursos orçamentários para aplicação no projeto.

No entanto, algumas Missões Internacionais têm sido efetivadas por meio do MRE e a ABC que demandam a participação do Ministério para subsidiar as reuniões com os Gestores dos ME e dos países interessados em aderir ao Segundo Tempo.

Em junho de 2009 foi anunciado em Maputo o início do Projeto de Cooperação Internacional para implantação do Programa Segundo Tempo em Moçambique, em 12 províncias moçambicanas atendidas por um programa nacional desportivo do governo da nação que envolve escolas públicas, clubes esportivos e entidades que trabalham com o desporto social.

Para tanto o Ministério apresentou com base na Proposta atual de cooperação, um Piloto de implantação de núcleos em atendimento a crianças, adolescentes e jovens, a ser desenvolvido, com Moçambique.

Em setembro de 2009, em Campinas e São Paulo, realizou-se, a capacitação do Gestor com nove Técnicos indicados pelo Governo Moçambicano. Com isso espera-se fortalecer o Programa como tecnologia e método da inclusão social por meio do esporte.

Destacam-se no exercício de 2009 outros resultados alcançados pelo PST: qualificação e ampliação da abrangência do Programa por meio da democratização do processo de seleção e fortalecimento das parcerias institucionais; diversificação do público-alvo a partir da implantação dos Projetos Pilotos; oferta aos beneficiados do Programa de eventos e programações diferenciadas ao longo do ano, a exemplo do Projeto Recreio nas Férias; fortalecimento do Esporte Educacional na Política Nacional de Educação, por meio da inserção do PST no Programa Mais Educação; qualificação e aprimoramento da gestão do Programa por meio das seguintes medidas: - revisão das diretrizes e dos Instrumentos Normativos do Programa; - revisão e consolidação da Proposta Pedagógica do PST; - qualificação do processo de capacitação da Equipe interna, Gestores, Professores e Monitores do Programa; - aprimoramento do Modelo de Acompanhamento Operacional dos Convênios do PST; e - ampliação e reestruturação do Modelo de Acompanhamento Pedagógico e Administrativo do PST a partir das Equipes Colaboradoras criadas junto às IES.

O Ministério do Esporte realizou em janeiro de 2009 a edição Piloto do Projeto Segundo Tempo/Recreio nas Férias e atendeu a mais de 105 mil beneficiados do Programa Segundo Tempo em 13 estados e 21 municípios, contratando no período 2.100 agentes de lazer, para complementação do quadro de recursos humanos que já atuam no Programa Segundo Tempo. Foram capacitadas cerca de 3.640 pessoas para a realização do Recreio.

De acordo com a pesquisa realizada, a Edição Piloto teve mais de 95% de aprovação. Esta atividade é desenvolvida por meio da Ação de Funcionamento de Núcleos com o objetivo de oferecer aos beneficiados do Programa Segundo Tempo, no período de férias escolares de janeiro, o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas que ajudem a fortalecer sua auto-estima, além de promover o envolvimento da comunidade e das famílias.

O esporte deve ser entendido como uma política de estado com vistas ao desenvolvimento da nação, ao fortalecimento da identidade cultural e da cidadania.

O PST tem atuado para gerar oportunidades, sobretudo nas áreas de maior vulnerabilidade social, acesso ao Esporte Educacional de qualidade para milhares de crianças, adolescentes e jovens.

Uma vez que se encontra implantado em todas as unidades da federação, o Programa procurou manter equilíbrio entre o número de beneficiados em cada região do país, respeitando as especificidades e características regionais.

Agora com a inserção no Programa Mais Educação, sendo implementado em Escolas Públicas de todas as regiões do país, contribuirá cada vez mais para a redução das desigualdades, garantindo o acesso ao esporte sem distinção de raça, cor, gênero, condição física, social, ou qualquer outra forma de discriminação. Ao lado disso, o Programa atuou de forma integrada com outros Programas e Ações do Governo Federal, como por exemplo, o Pacto do Seminário Nordestino, o PRONASCI e o Mais Educação.

A prática de Esporte Educacional em 2009 funcionou em mais de 1.365 municípios em todas as regiões do país. Nesse período, estiveram ativos 189 convênios formalizados em exercício anteriores, sendo 25 com governos estaduais, 121 com prefeituras, dez com outros órgãos públicos e 33 com organizações não-governamentais, beneficiando aproximadamente 997.202 crianças, adolescentes e jovens, orientados por 19.234 professores e monitores.

Atualmente, encontram-se vigentes 246 convênios, beneficiando 1.028.780 crianças, adolescentes e jovens,

sendo que 122 estão em funcionamento e 124 em processo de estruturação.

A oscilação do número de convênios em vigência ocorre devido ao período de formalização e a data de vigência estipulado para cada convênio.

Com os recursos orçamentários disponibilizados em 2009 foram beneficiados 702.600 crianças, adolescentes e jovens, por meio dos convênios com empenhos de segunda parcela e formalização de novos. O índice apurado corresponde a 86,70% da meta prevista na LOA.

O índice apurado abaixo da meta ocorre devido ao contingenciamento de parte dos recursos orçamentários e ao ajuste realizado no primeiro semestre de 2009 nas ações do Programa, alterando a média per capita para R$ 350,00. Registra-se que na elaboração da proposta orçamentária para 2009 a média prevista foi de R$ 230,00 per capita.

A apuração dos Indicadores do Programa, definidos no PPA, *"Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens"; "Taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros"; e "Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas"*, resultou nos índices de 0,6%, 6,2% e 18,0%, respectivamente.

Todos os índices apurados ficaram abaixo das previsões para o exercício de 2009, situação que pode ser atribuída à dificuldades operacionais na finalização de processos, bem como às restrições orçamentárias.

Esporte e Lazer da Cidade – PELC

Este Programa tem como objetivos ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social. Em 2009, foi dada continuidade ao processo de implementação e desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer. Foram executados 143 convênios (firmados em 2007 e 2008), para Funcionamento de Núcleos, beneficiando cerca de dois milhões de pessoas em atividades sistemáticas e eventos de esporte recreativo e de lazer.

Os convênios são distribuídos proporcionalmente entre as cinco regiões do país, seguindo o critério do número de habitantes e do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Em alguns casos, como o Centro-Oeste, esta proporção é alterada por conta das emendas parlamentares.
O programa atende regiões com índices de maior vulnerabilidade social, porém não limita a participação a famílias com renda de até ½ salário mínimo per capta e sem rendimento.

Considerando que a formação e o desenvolvimento de políticas públicas locais de esporte e de lazer são centrais para o Programa, cabe salientar que foram realizadas 86 visitas técnicas a convênios em execução. Destas, oito foram por conta de denúncias de má execução, feitas via Ouvidoria, e as demais enquanto Monitoramento. As entidades foram diligenciadas e tiveram prazo para ajustar-se, de acordo com o objeto pactuado e a legislação vigente. Por não cumprirem as solicitações da diligência, cinco convênios foram rescindidos. Foram realizados, ainda, 155 módulos de formação, com a participação de mais de 3.000 agentes sociais de esporte recreativo e de lazer.

Para garantir a qualidade destas formações foram realizados dois encontros de debates e estudos com formadores.

O PELC, em 2009, garantiu o fomento a 22 projetos de pesquisa científica, por meio da Rede CEDES. A seleção, por Edital Público, contou com a inscrição de 66 propostas e aprovou 44. Participaram deste Edital, Instituições de Ensino Superior de 18 estados e Distrito Federal, sendo que 17 já integravam a Rede e 19 são novos proponentes de todas as regiões brasileiras.

Com este resultado a Rede CEDES passa a reunir 59 Núcleos, 21 estados, o Distrito Federal e 139 projetos fomentados.

O produto destes estudos é difundido mediante acesso aberto (site do ME e Repositório digital da Rede) e publicações impressas (foram distribuídos 5.263 livros).

A difusão do conhecimento é também fomentada pelo apoio à publicação de 03 periódicos científicos da área da Educação Física (acesso digital aberto/impresso) e a realização de eventos científicos de abrangência nacional e internacional (apoio a três grandes eventos/100% do orçamento inicial).

Além disso, pode-se destacar a divulgação nacional dos premiados do 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social (2008); o apoio à realização dos IX Jogos dos Nacionais dos Povos Indígenas, dos quais participaram 33 etnias, com 1.200 indígenas; a participação na elaboração da Carta Olímpica com o MEC/SECAD/Programa Mais Educação, especialmente considerando o Legado Social do Projeto Rio 2016.

A apuração do indicador do Programa, definido no PPA 2008-2011, *taxa de atendimento da demanda por esporte recreativo e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social*, que resultou em 3,5%, ficou inferior a 6%, índice previsto para 2009.

A diferença pode ser creditada às dificuldades operacionais na finalização de processos, bem como às restrições orçamentárias.

5.1.19. Função Gestão Ambiental

A atuação do Governo na implementação de um novo modelo de gestão ambiental compatível com o desenvolvimento econômico avançou em várias frentes na busca pela consolidação da Política Nacional de Meio Ambiente.

Para melhor ilustração desse quadro, ressalta-se a redução da taxa de desmatamento da Floresta Amazônica, que teve, no período de agosto de 2008 a julho de 2009, seu menor índice numa série histórica de 21 anos, representando uma queda de aproximadamente 45% em relação ao período anterior, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

Essa queda pode ser atribuída, em grande parte, ao esforço de setores governamentais e da sociedade, segmentos envolvidos na execução de atividades previstas no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

Entre essas ações, destacaram-se o condicionamento da concessão de crédito para atividade agropecuária à comprovação de regularidade ambiental, conforme Resolução do Banco Central nº 3.545/2008, e a intensa e efetiva fiscalização do Ibama na Amazônia, com o apoio da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, do Exército Brasileiro e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Vale destacar que os trabalhos de fiscalização no período resultaram na aplicação de 6.590 multas (no valor de R$ 2,76 bilhões), embargo em 502 mil hectares e apreensão de 231 mil metros cúbicos de madeira e 414 caminhões. Há continuidade dessa tendência de redução do desmatamento na Amazônia.

Os dados divulgados pelo Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Inpe, relativos a agosto e setembro de 2009, confirmam esse processo de queda. Em agosto, o desmatamento da Amazônia diminuiu 34% em relação ao mesmo mês de 2008 e, em setembro, 32%.

Além do combate ao desmatamento na Amazônia, em 2009 o MMA ampliou essa atividade a outros biomas brasileiros, em destaque, ao bioma cerrado.

Foi elaborado o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento de Queimadas no Cerrado – PPCerrado e lançados os dados do mapeamento de sua cobertura vegetal no período de 2002 a 2008.

Ainda com o objetivo de contribuir para a redução do desmatamento, destaca-se a celebração de pactos setoriais que abrangem diferentes setores: Governo Federal, governos estaduais, bancos públicos e privados, empresas e organizações da sociedade civil.

Esses pactos têm por finalidade a adoção de medidas para inibir o avanço de atividades predatórias que afetam negativamente o meio ambiente.

Por exemplo, em 2009, foi firmado o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental, que conta com a participação do MMA e da Federação Brasileira de Bancos – Febraban.

Trata-se de um compromisso histórico desses setores para uma gestão ambiental mais eficaz, com o reconhecimento da magnitude dos problemas ambientais da atualidade, sobretudo os das mudanças do clima.

Outra iniciativa relevante do governo na área ambiental foi a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, com atuação nas áreas federal, estadual e municipal.

Atualmente esse sistema protege 16,72% do território continental brasileiro.

Em 2009, quatro unidades de conservação federais foram criadas, ampliando o sistema em aproximadamente 369 mil hectares e protegendo importantes áreas nos Biomas Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e área marinha com Unidades de Conservação - UC que beneficiam diretamente centenas de famílias usuárias de seus recursos.

A adequada implementação do sistema é também uma constante meta. Assim, o programa Áreas Protegidas na Amazônia - ARPA deu um grande passo ao realizar ações de implementação em 62 unidades de conservação, bem como o Projeto Corredores Ecológicos, que investiu recursos no planejamento, fiscalização e implementação de UC nos Biomas Amazônia e Mata Atlântica.

As atividades de fiscalização desenvolvidas em 2009 também demonstraram a evolução do governo na área ambiental.

Realizaram-se cerca de 426 operações contra ilícitos ambientais, por intermédio do Ibama, destacando-se: Operação Guardiões da Amazônia: Boi Pirata II/PA; Rei do Gado/PA; Curuá/MT; Turiawaca/MA; Pólo Arco de Fogo e Portal da Amazônia/RO; Angustifólia/PR e Impacto Profundo – nos litorais norte, nordeste e sudeste. Nessas operações foram emitidos 20.535 autos de infração, que resultaram no já referido montante de R$ 2,76 bilhões em multas.

Quanto à apreensão de madeira, contabilizou-se 156 mil m³ e foram embargados 404 mil hectares na Amazônia por ilícitos ambientais.

A política para os Povos e Comunidades Tradicionais também avançou em 2009, uma vez que se garantiu, por meio da Portaria Interministerial nº 239/2009, a inserção econômica dos povos e comunidades tradicionais.

Essa portaria instituiu o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB, uma parceria entre os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e a

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Os investimentos foram iniciados em 2008, em dez cadeias produtivas (açaí, andiroba, babaçu, borracha, buriti, carnaúba, castanha-do-brasil, copaíba, pequi e piaçava), resultando na implantação de duas cadeias nacionais (castanha-do-brasil e babaçu) e oito cadeias territoriais. Nesse contexto, ressalta-se a constituição de instâncias de governança nacional (câmaras setoriais da castanha-do-brasil e do babaçu), câmaras e grupos de trabalhos setoriais em 10 estados (MA, PA, TO, AC, AP, AM, MT, RO, CE e PI) e em 300 municípios, e a criação de Rede de Serviços destinada ao atendimento às cadeias de produtos e ao início do diálogo com o setor empresarial, diante da importância da participação desse setor nesses processos.

Fato inédito é o processo de inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), tendo sido criados ou adequados preços mínimos para 7 produtos da sociobiodiversidade, a qual subvencionou R$ 500 mil para 1.800 famílias extrativistas, indicando enorme potencial desta política para 2010, dado o descompasso entre preço mínimo e preços praticados pelo mercado.

No setor de Recursos Hídricos, entre as atividades desenvolvidas no exercício de 2009 estão o apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) dos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; o desenvolvimento do enfoque ecossistêmico aplicado à Gestão Integrada de Recursos Hídricos; o desenho institucional do Observatório das Águas; o desenvolvimento da matriz de coeficientes técnicos de consumo de água nos processos produtivos; o apoio à elaboração do Programa Nacional de Águas Subterrâneas; e o desenvolvimento do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que funcionará integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH).

Outro ponto importante na política ambiental é o processo de concessões florestais, cuja viabilização implica a realização de levantamentos socioeconômicos das localidades, de estudos de viabilidade econômica das atividades e da elaboração de editais de licitação.

As áreas a serem concedidas devem estar previamente identificadas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas e no Plano Anual de Outorga Florestal, ambos instrumentos desenvolvidos pelo Serviço Florestal.

Em outubro de 2009, sob essas condições, foi lançado o edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, no Pará. As três unidades de manejo florestal disponibilizadas para licitação em Saracá-Taquera totalizam aproximadamente 140 mil hectares e visam fomentar o desenvolvimento sustentável no oeste do Pará e dinamizar, em especial, a economia dos municípios de Oriximiná, Faro e Terra Santa, com a geração de cerca de 1.000 empregos.

Na esfera internacional, o Brasil engajou-se ativamente no processo negociador, que culminou na 15ª Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague, por meio de significativas metas de redução nas emissões de CO^2.

O país deverá reduzir entre 36,1% e 38,9% as estimativas de emissões previstas para 2020. No plano interno, adotou objetivos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa. Obteve apoio amplo na Assembléia Geral da ONU (AGNU) para a proposta de realizar, em 2012, nova conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (Rio+20).

Na presidência dos Países Megadiversos Afins, trabalhou pela adoção, em 2010, de regime internacional sobre acesso e repartição de benefícios pela Convenção sobre Diversidade Biológica. Como comprovação do grande avanço na gestão ambiental, dois indicadores devem ser ressaltados. O primeiro diz respeito à taxa de desmatamento, que apresentou grande redução, conforme demonstra tabela a seguir:

ÁREA DESMATADA (km²) NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE 1988 E 2009

ANO	ÁREA DESMATADA (km²)	ANO	ÁREA DESMATADA (km²)
1988	21.050	1999	17.259
1989	17.770	2000	18.226
1990	13.730	2001	18.165
1991	11.030	2002	21.523
1992	13.786	2003	25.396
1993	14.896	2004	27.772
1994	14.896	2005	19.014
1995	29.059	2006	14.196
1996	18.161	2007	11.633
1997	13.227	2008	12.911
1998	17.383	2009*	7.008

Fonte: PRODES/INPE (*) Taxa estimada

O segundo refere-se à ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o qual apresentou grande avanço no Governo atual, como pode ser observado na tabela a seguir:

UC FEDERAIS

ANO CRIAÇÃO OU AMPLIAÇÃO	ÁREA (km²)	Nº DE UC CRIADA	Nº DE UC AMPLIADA
Até 2002	500.392	235	8
2003	535	3	0
2004	29.423	8	3
2005	61.876	20	1
2006	112.758	22	3
2007	1.257	5	2
2008	58.565	7	2
2009	3.688	4	0
TOTAL	768.495	304	19

UC ESTADUAIS

ANO CRIAÇÃO	ÁREA (km²)	Nº DE UC CRIADA
Até 2002	398.347	489
2003	44.538	19
2004	20.547	18
2005	33.346	22
2006	217.696	29
2007	3.918	13
2008	14.001	22
2009	23.099	7

Sob o aspecto orçamentário, o MMA e suas vinculadas operam dentro de quatro funções, a saber: Previdência Social, Gestão Ambiental, Encargos Especiais e Reserva de Contingência. A análise dos quadros seguintes permite observar que houve um crescimento consecutivo em todas as funções, tanto de dotação quanto de execução, nos exercícios apresentados, exceto na função Encargos Especiais. Neste caso, é importante registrar os novos procedimentos adotados com relação ao pagamento da dívida contratual externa, que desde 2007 está sendo transferida para a administração da Secretaria do Tesouro Nacional.

Esse processo gradual de transferência explica a trajetória descendente dos valores referentes à subfunção Serviço da Dívida Externa, que em 2005 era responsável por 73% da função em pauta. No entanto, a subfunção Outros Encargos Especiais, devido à operação especial Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, apresentou um incremento expressivo, particularmente pelo crescimento da execução de ações contra o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

R$ 1,00

FUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	AUMENTO (%)
	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	2005 A 2009
Previdência Social	131.441.773	185.595.900	229.618.869	237.124.762	258.299.171	96,5
Gestão Ambiental	1.289.525.451	1.262.165.979	1.460.434.130	1.670.095.279	1.728.679.725	34,0
Encargos Especiais	126.083.506	94.460.164	78.456.000	28.482.970	58.631.622	-53,5
Reserva de Contingência	697.639.659	847.236.352	1.036.009.479	1.225.982.893	1.480.678.209	112,2

Fonte: Siafi Gerencial

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO

R$ 1,00

FUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	AUMENTO (%)
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	2005 A 2009
Previdência Social	130.387.465	174.312.882	221.457.884	233.643.998	252.966.343	94
Gestão Ambiental	948.310.639	1.106.747.759	1.210.315.071	1.283.264.425	1.370.799.628	45,9
Encargos Especiais	70.285.178	39.458.641	36.992.811	23.086.833	52.686.833	-25
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-

Fonte: Siafi Gerencial

Do ponto de vista global, o maior incremento no orçamento ocorreu na função Reserva de Contingência. Vale registrar que estes são recursos com extrema rigidez de aplicação, ficando quase que integralmente sem utilização, visto que a parcela relativa à Reserva de Contingência só é passível de execução mediante crédito adicional. Em seguida, está situada a função Previdência Social. Essa ocorrência era esperada, uma vez que houve um aumento do número de servidores e pensionistas nos últimos anos, além das reestruturações da composição remuneratória das carreiras do MMA. A Gestão Ambiental, onde se encontram as ações finalísticas do Ministério e também ações ligadas à administração, saúde, relações exteriores, trabalho, educação, ciência e tecnologia etc., apresentou um crescimento total de 34% de dotação e 45,9% de execução, conforme tabela a seguir. Cabe ressaltar que a taxa de inflação acumulada entre janeiro de 2005 e janeiro de 2009, com base no IPCA, foi da ordem de 21,17 % (fonte: site do Banco Central).

FUNÇÃO 09 "PREVIDÊNCIA SOCIAL"
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO
PREVID. DO REG. ESTAT.	131.441.773	185.595.900	229.618.869	237.124.762	258.299.171
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
PREVID. DO REG. ESTAT.	130.387.465	174.312.882	221.457.884	233.643.998	252.966.343

FUNÇÃO 28 "ENCARGOS ESPECIAIS"
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO
SERV. DA DÍV. EXTERNA	93.034.640	73.657.470	45.566.075	7.276.660	4.855.723
TRANSFERÊNCIAS	0	0	4.762.800	2.998.800	2.998.400
OUTROS ENCARGOS ESP.	33.048.866	20.802.694	28.127.125	18.207.510	50.777.499
TOTAL	**126.083.506**	**94.460.164**	**78.456.000**	**28.482.970**	**58.631.622**
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
SERV. DA DÍV. EXTERNA	37.246.685	19.356.946	9.323.616	4.881.740	3.081.741
TRANSFERÊNCIAS	0	0	0	0	0
OUTROS ENCARGOS ESP.	33.038.493	20.101.695	27.669.195	18.204.093	49.605.092
TOTAL	70.285.178	39.458.641	36.992.811	23.085.833	52.686.833

FUNÇÃO 99 "RESERVA DE CONTINGÊNCIA"
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO
RESERVA DE CONTING.	697.639.659	847.236.352	1.036.009.479	1.225.982.893	1.480.678.209
TOTAL	**697.639.659**	**847.236.352**	**1.036.009.479**	**1.225.982.893**	**1.480.678.209**
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
RESERVA DE CONTING.	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0

FUNÇÃO 18 "GESTÃO AMBIENTAL"
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO
PLAN. E ORÇ.	11.227.525	10.626.802	8.404.761	3.900.000	5.715.406
ADM. GERAL	750.498.410	803.761.070	854.678.575	941.861.598	1.022.966.835
NORMAT. E FISCAL.	30.516.527	35.965.072	35.077.760	49.323.722	94.795.726
TECNOL. DA INFOR.	15.103.506	18.864.801	11.173.937	8.361.742	37.576.973
ORDENAM. TERRITORIAL	2.260.854	621.453	9.363.766	27.995.097	15.979.508
FORMAÇÃO DE REC. HUM.	16.900.950	15.906.456	48.379.156	80.033.475	42.520.444
COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.389.038	1.431.156	2.017.667	959.667	413.212
POLICIAMENTO	1.051.620	0	0	0	0
COOPER. INTERNAC.	4.674.105	1.800.000	3.293.727	2.897.547	0
ATENÇÃO BÁSICA	11.764.294	12.417.050	12.983.236	14.275.595	15.449.980
VIGIL. EPIDEMIO. *	0	0	4.058.347	3.434.107	2.197.000
ALIMENT. E NUTRIÇ.	12.434.955	13.187.867	13.756.911	14.786.659	14.879.584
PROT E BEN AO TRAB.	1.951.658	2.021.105	1.979.553	2.324.635	2.340.015
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.560.765	1.415.927	1.429.060	1.494.698	1.495.790
PATR. HIST. ART. E ARQ.	2.034.501	1.650.000	100.000	0	0
ASS. AOS POVOS INDÍG.	300.000	0	0	0	0
SANEAMENTO BÁS. URB	3.695.999	1.120.000	905.026	1.198.910	1.096.618
PRESER. E CONS. AMB.	216.086.592	192.739.748	217.640.756	266.087.474	186.572.064
CONTROLE AMB.	70.832.415	40.194.614	72.355.294	90.937.936	95.423.403
REC. DE ÁREAS DEGR.	6.093.434	1.600.129	3.822.500	12.443.782	14.290.153
RECURSOS HÍDRICOS	106.899.180	91.402.109	145.272.585	133.430.137	165.209.544
DESENV. CIENTÍFICO	1.274.024	3.072.230	1.478.348	2.300.824	2.433.100
DESENV. TEC. E ENGEN.	195.296	925.470	99.584	71.701	100.000
DIFUSÃO DO CONHECIM.	6.694.093	4.367.424	3.487.490	3.358.348	3.350.000
PROMOÇÃO PROD. VEG.	7.811.915	7.075.496	5.676.089	5.640.896	3.874.370
EXTENSÃO RURAL	1.268.000	0	0	0	0
TURISMO	3.003.795	0	0	0	0
OUTROS ENC. ESP.	0	0	3.000.000	2.976.729	
TOTAL	1.289.525.451	1.262.165.979	1.460.434.130	1.670.095.279	1.728.679.725

FUNÇÃO 18 "GESTÃO AMBIENTAL"
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - ÓRGÃO: 44000

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
PLAN. E ORÇ.	4.733.701	7.972.171	6.936.637	3.539.449	3.677.352
ADM. GERAL	624.560.272	780.743.450	815.379.140	890.936.640	957.401.006
NORMAT. E FISCAL.	29.183.858	34.286.099	33.762.657	42.226.209	68.005.862
TECNOL. DA INFOR.	11.157.465	14.612.379	6.153.786	7.553.259	33.527.389
ORDENAM. TERRITORIAL	922.392	578.543	653.577	10.619.271	3.410.420
FORMAÇÃO DE REC. HUM.	12.302.387	12.917.166	20.456.743	30.798.310	22.050.252
COMUNICAÇÃO SOCIAL	766.741	765.860	900.175	10.329	840
POLICIAMENTO	0	0	0	0	0
COOPER. INTERNAC.	2.975.100	1.206.990	2.559.344	2.523.535	0
ATENÇÃO BÁSICA	11.352.043	11.708.913	12.523.038	13.620.703	14.416.291
VIGIL. EPIDEMIO. *	0	0	624.240	902.797	2.145.561
ALIMENT. E NUTRIÇ.	11.865.397	9.714.079	13.273.562	13.515.497	14.439.582
PROT E BEN AO TRAB.	1.508.555	1.779.642	1.661.417	1.768.955	2.175.605
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.194.051	1.243.305	1.049.856	1.147.805	1.306.772
PATR. HIST. ART. E ARQ.	783.012	897.895	100.000	0	0
ASS. AOS POVOS INDÍG.	0	0	0	0	0
SANEAMENTO BÁS. URB	574.780	633.307	905.026	1.198.910	0
PRESER. E CONS. AMB.	109.772.397	106.023.584	109.067.106	91.373.975	91.440.476
CONTROLE AMB.	41.948.679	33.778.116	55.340.803	52.118.145	68.388.523
REC. DE ÁREAS DEGR.	3.218.255	920.575	2.024.426	1.064.670	7.890.366
RECURSOS HÍDRICOS	66.484.357	75.120.982	118.337.057	108.129.660	77.763.535
DESENV. CIENTÍFICO	876.127	2.915.389	1.345.302	1.005.500	960.732,00
DESENV. TEC. E ENGEN.	96.600	386.579	0	0	0
DIFUSÃO DO CONHECIM	5.454.341	2.763.662	7.574.719	753.131	542.163
PROMOÇÃO PROD. VEG.	5.960.646	5.777.213	3.745.727	3.579.873	1.256.901
EXTENSÃO RURAL	78.720	0	0	0	0
TURISMO	590.963	0	0	0	0
OUTROS ENC. ESP.	0	0	938.733	2.677.806	
TOTAL	948.310.839	1.106.747.759	1.210.315.071	1.281.264.425	1.370.799.628

* EM 2009, PARTE DA SUBFUNÇÃO ENTROU COMO FUNÇÃO 04 – ADMINISTRAÇÃO, TENDO SIDO AJUSTADO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO.

As subfunções vinculadas à função Gestão Ambiental que obtiveram crescimento significativo, comparadas ao exercício de 2005, foram: Recuperação de Áreas Degradadas e Controle Ambiental. As subfunções Normatização e Fiscalização e Ordenamento Territorial, embora não entrem no rol das vinculadas a tal função, possuem grande relevância nos trabalhos realizados por este órgão e por isso foram agrupadas às atividades finalísticas do Ministério do Meio Ambiente, conforme tabela a seguir.

AÇÕES FINALÍSTICAS DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO	LEI + CRÉDITO
PRESER. E CONS. AMB.	216.086.592	192.739.748	217.640.758	266.087.474	186.572.064
CONTROLE AMB.	70.832.415	40.194.614	72.355.294	90.937.936	95.423.403
REC. DE ÁREAS DEGR.	6.093.434	1.600.129	3.822.500	12.443.782	14.290.153
RECURSOS HÍDRICOS	106.899.180	91.402.109	145.272.585	133.430.137	165.209.544
NORMAT. E FISCAL.	30.518.527	35.965.072	35.077.760	49.323.722	94.795.726
ORDENAM. TERRITORIAL	2.260.854	621.453	9.363.766	27.995.097	15.979.508
TOTAL	432.691.002	362.523.125	483.532.663	580.218.148	572.270.398
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
PRESER. E CONS. AMB.	109.772.397	106.023.584	109.067.106	91.373.975	91.440.476
CONTROLE AMB.	41.948.679	33.778.116	55.340.803	52.118.145	68.388.523
REC. DE ÁREAS DEGR.	3.218.255	920.575	2.024.426	1.064.670	7.890.366
RECURSOS HÍDRICOS	66.484.357	75.120.982	118.337.057	108.129.660	77.763.535
NORMAT. E FISCAL.	29.183.858	34.286.099	33.762.657	42.226.209	68.005.862
ORDENAM. TERRITORIAL	922.392	578.543	653.577	10.619.271	3.410.420
TOTAL	251.529.938	250.707.899	319.185.626	305.531.930	316.899.182

Observa-se que o crescimento dessas ações foi da ordem de 26%, o que já era esperado tendo em vista que o meio ambiente vem ganhando grande evidência por parte do governo federal acompanhando o paradigma mundial.

Dentre as subfunções relacionadas à administração do órgão, merecem destaque Tecnologia da Informação, Formação de Recursos Humanos e Administração Geral. Em relação ao aumento de 51% dessas despesas, algumas considerações podem ser feitas, a saber:

1) Nos últimos anos, o Ministério do Meio Ambiente - MMA fez uma importante reforma administrativa na sua estrutura: foram criadas a Assessoria de Assuntos Internacionais, o Departamento de Gestão Estratégica e o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, instituído pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, nº 11.284/2006, responsável por gerir as florestas públicas federais e fomentar o desenvolvimento florestal sustentável, por meio da implementação do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e do Sistema Nacional de Informações Florestais, programas de capacitação, assistência técnica e pesquisa e de desenvolvimento;

2) Foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO que é administrativa e financeiramente, vinculada ao MMA, criado por meio da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, com a finalidade de executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização, monitoramento, entre outras, das unidades de conservação instituídas pela União;

3) Para criar condições de trabalho compatíveis com a nova realidade, o MMA investiu na modernização das instalações físicas e da infra-estrutura tecnológica, informatização, aquisição de equipamentos, aprimoramento de pessoal por meio da realização de concursos, cursos de pós-graduação e oferecimento de treinamentos. Todas essas ações garantiram mais segurança, conforto e agilidade ao trabalho desenvolvido pelo Ministério.

DEMAIS AÇÕES DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO	LEI+CRÉDITO
PLAN. E ORÇ.	11.227.525	10.626.802	8.404.761	3.900.000	5.715.406
ADM. GERAL	750.498.410	803.761.070	854.678.575	941.861.598	1.022.966.835
TECNOL. DA INFOR.	15.103.506	18.864.801	11.173.937	8.361.742	37.576.973
FORMAÇÃO DE REC. HUM.	16.900.950	15.906.456	48.379.156	80.033.475	42.520.444
COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.389 038	1.431.156	2.017.667	959.667	413.212
POLICIAMENTO	1.051.620	0	0	0	0
COOPER. INTERNAC.	4.674.105	1.800.000	3.293.727	2.697.547	0
ATENÇÃO BÁSICA	11.764.294	12.417.050	12.983.236	14.275.595	15.449.980
VIGIL. EPIDEMIO.	0	0	4.038.347	3.434.107	2.197.000
ALIMENT. E NUTRIÇ.	12.434.955	13.187.867	13.756.911	14.786.659	14.879.584
PROT E BEN AO TRAB.	1.951.658	2.021.105	1.979.553	2.324.635	2.340.015
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.560.765	1.415.927	1.429.060	1.494.698	1.495.790
PATR. HIST. ART. E ARQ.	2.034.501	1.650.000	100.000	0	0
ASS. AOS POVOS INDÍG.	300.000	0	0	0	0
SANEAMENTO BÁS. URB	3.695.999	1.120.000	905.026	1.198.910	1.096.618
DESENV. CIENTÍFICO	1.274.024	3.072.230	1.470.348	2.300.824	2.433.100
DESENV. TEC. E ENGEN.	195.296	925.470	99.584	71.701	100.000
DIFUSÃO DO CONHECIM.	6.694.093	4.367.424	3.487.490	3.358.348	3.150.000
PROMOÇÃO PROD. VEG.	7.811.915	7.075.496	5.676.089	5.640.896	3.874.370
EXTENSÃO RURAL	1.268.000	0	0	0	0
TURISMO	3.003.795	0	0	0	0
OUTROS ENC. ESP.	0	0	3.000.000	2.976.729	
TOTAL	856.834.449	899.642.854	976.901.467	1.089.877.131	1.156.409.327
	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO
PLAN. E ORÇ.	4.733.701	7.972.171	6.936.637	3.539.449	3.677.352
ADM. GERAL	624.560.272	780.743.450	815.379.140	890.936.640	957.401.006
TECNOL. DA INFOR.	11.157.465	14.612.379	6.153.786	7.553.255	33.527.389
FORMAÇÃO DE REC. HUM.	12.302.387	12.917.166	20.456.743	30.798.310	22.050.252
COMUNICAÇÃO SOCIAL	766.741	765.860	900.175	10.329	840
POLICIAMENTO	0	0	0	0	0
COOPER. INTERNAC.	2.975.100	1.206.990	2.559.344	2.523.535	0
ATENÇÃO BÁSICA	11.352.043	11.708.913	12.523.038	13.820.703	14.416.291
VIGIL. EPIDEMIO.	0	0	624.240	902.797	2.145.561

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
ALIMENT. E NUTRIÇ.	11.865.397	9.714.079	13.275.562	13.515.497	14.439.582
PROT E BEN AO TRAB.	1.508.555	1.779.642	1.661.417	1.768.955	2.175.605
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.194.051	1.243.365	1.049.856	1.147.805	1.306.772
PATR. HIST. ART. E ARQ.	783.012	897.805	100.000	0	0
ASS. AOS POVOS INDÍG.	0	0	0	0	0
SANEAMENTO BÁS. URB	524.780	635.107	903.026	1.198.910	0
DESENV. CIENTÍFICO	876.127	2.915.389	1.345.302	1.005.500	960.732,00
DESENV. TEC. E ENGEN.	96.600	386.579	0	0	0
DIFUSÃO DO CONHECIM.	5.454.341	2.763.662	2.574.719	753.131	542.163
PROMOÇÃO PROD. VEG.	5.960.646	5.777.214	3.745.727	3.579.873	1.956.901
EXTENSÃO RURAL	78.790	0	0	0	0
TURISMO	390.963	0	0	0	0
OUTROS ENC. ESP.	0	0	938.733	2.677.806	
TOTAL	696.780.901	856.039.860	891.129.445	975.732.495	1.053.900.446

Programas Estruturantes

Para a consecução dos objetivos setoriais da gestão ambiental, o MMA possui 17 programas, dentre os quais se destacam: Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas; Qualidade Ambiental; Nacional de Florestas; Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos; e Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer. São apresentados, a seguir, a execução orçamentária e os principais resultados desses programas.

Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas

LEI+CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
80.569.098,00	60.969.361,00	44.601.238,00	44.719.465,00

O programa Conservação de Bacias Hidrográficas atua por meio de ações integradas, em parceria com comitês e agências de bacias hidrográficas e órgãos gestores de recursos hídricos, com iniciativas próprias voltadas para capacitação de órgãos gestores de recursos hídricos, elaboração de planos de recursos hídricos, fiscalização do uso de recursos hídricos e, ainda, realização de contratos de gestão para aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos nas respectivas bacias. Essa linha de atuação proporcionou o alcance dos seguintes resultados em 2009:

i) Outorga de 1.135 usuários de recursos hídricos, sendo 60% para atividades de irrigação; e cadastramento de 8.341 usuários de recursos hídricos, destacando-se, ainda, a consolidação do cadastro de 300 usuários com regularização de usos (cadastro e outorga) e de cobrança pelo uso, além da migração de aproximadamente 1.350 usuários para o Cadastro Nacional de Recursos Hídricos – CNARH;

ii) Emissão, até o momento, para mais de 25 empreendimentos, do CERTHO – Certificado de Sustentabilidade de Obras Hídricas, instituído pelo Decreto nº 4.024, de 21 de novembro de 2001, que avalia a sustentabilidade operacional hídrica do empreendimento de reservação ou adução de água bruta a ser implantado, financiado total ou parcialmente com recursos da União e com custo superior a R$ 10 milhões. Dentre essas empresas, destaca-se o PISF – Programa de Integração do São Francisco, obra que viabilizará o atendimento de consumo e a geração de empregos para milhares de brasileiros;

iii) Realização de 24 campanhas de fiscalização de usuários outorgados, com a finalidade de verificar a regularidade dos termos e condições da outorga concedida, de dirimir conflitos e, ainda, de apurar denúncias, resultando em 143 usuários vistoriados, com 35 notificações e 22 regularizações, contemplando usuários das bacias dos rios Paraíba do Sul, Grande, Piracicaba, Capivari, Jundiaí, Piranhas Açu, Pipiripau, São Francisco, Doce e Tocantins;

iv) Implantação, na ANA, da Sala de Situação, dotada de infraestrutura física compatível com as necessidades de monitoramento dos eventos hidrológicos críticos, em tempo real, que deverá gerar informações necessárias à prevenção de calástrofes;

v) Criação do Comitê único para as bacias dos rios Piranhas-Açu, com o reconhecimento dos dois estados envolvidos, Rio Grande do Norte e Paraíba, um avanço para a gestão de recursos hídricos no país, no âmbito da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos;

vi) Elaboração das diretrizes para a gestão de recursos hídricos na bacia do Alto Paraguai, a ser aprovada, para a sua efetivação, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH;

vii) Lançamento do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, com previsão de atualização anual. O documento responde à Resolução nº 58 do CNRH e procura respostas para o comportamento dos recursos hídricos do país, tendo como referência o período passado. A série histórica que se formará poderá responder a uma série de indagações e direcionar os investimentos em recursos hídricos de maneira adequada, para suprir as populações de água em quantidade e

qualidade ideais;

viii) Publicação do Atlas Regiões Metropolitanas, que contempla o diagnóstico do abastecimento urbano de água num horizonte que se estende até 2025, constituindo-se em um importante instrumento de planejamento e de alocação de recursos para suprir as cidades com população superior a 250 mil habitantes.

Os indicadores do programa têm por objetivo aferir a efetividade do avanço da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, representado pela variação: área do território nacional e crescimento da taxa da população brasileira atendida com a implantação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, como segue:

Indicador 1: Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recurso Hídricos, excluída a Bacia Amazônica				UNIDADE DE MEDIDA: %
ÍNDICE DE REFERÊNCIA (%)	DATA	ÍNDICE APURADO EM 2008	ÍNDICE APURADO EM 2009	ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA
1,58	01/06/2003	1,58	1,58	16,96

Indicador 2: População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos Decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos				UNIDADE DE MEDIDA: %
ÍNDICE DE REFERÊNCIA	DATA	ÍNDICE APURADO EM 2008	ÍNDICE APURADO EM 2009	ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA
5,93	01/12/2003	5,93	5,93	14,34
Comentários: Duas bacias hidrográficas tiveram o processo de cobrança instituído até o momento, a saber, do rio Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ). Para o período deste PPA, está prevista a instalação do processo de cobrança em outras três bacias hidrográficas: São Francisco, Doce e Verde Grande. As cobranças no São Francisco e Doce devem ter início em 2010, representando o alcance mais de 95% para ambos os índices previstos e há boas possibilidades de que se inicie também na bacia do rio Verde Grande, afluente do São Francisco, até o final do PPA, o que significaria o alcance de 100% dos indicadores.				

Programa Qualidade Ambiental

LEI+CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
40.842.137,00	21.731.517,00	14.769.508,47	14.769.508,47

O programa tem por objetivo promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas.

No que ser refere ao licenciamento ambiental sob a responsabilidade do programa, durante o exercício 2009 foram desenvolvidos novos instrumentos de avaliação ambiental estratégica que estão possibilitando o melhoramento contínuo do processo de licenciamento ambiental nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs e Ibama e, por conseguinte, da gestão ambiental, assegurando condições para o desenvolvimento econômico e social em bases ambientalmente sustentáveis.

Ainda com o objetivo de melhorar o licenciamento ambiental, destaca-se a participação do Ministério do Meio Ambiente no Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, coordenado pelo Ministério das Minas e Energia – MME.

O MMA vem investindo na capacitação dos órgãos ambientais para o mapeamento de áreas de risco de acidentes com produtos perigosos, visando definir mecanismos de prevenção e atendimento à ocorrência de emergências ambientais envolvendo esses produtos. Encontra-se em andamento o mapeamento de sensibilidade ambiental a derramamento de óleo, com previsão para conclusão em 2010, que inclui os mapeamentos das bacias de Sergipe–Alagoas / Pernambuco–Paraíba, das bacias do sul da Bahia (abrangendo Jacuípe, Camamu–Alamada, Jequitinhonha, Cumuruxatiba e Mucuri) e da bacia do Espírito Santo, todos no âmbito do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, que abrange 9(nove) agrupamentos de bacias sedimentares marítimas. Foi inaugurado o 1º Laboratório público brasileiro, na área de meio ambiente, com capacidade para a análise de dioxinas e furanos, resultado de convênio firmado entre o MMA e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb.

Finalizada em 2009 a primeira fase do Programa de Registro de Emissões e Transferência de Poluentes – RETP, que é um sistema de levantamento, tratamento e transferência de substâncias e produtos que causam ou têm potencial para causarem danos ou riscos ao meio ambiente e à saúde humana. O RETP contemplará informações sobre emissões de poluentes no ar, na água e no solo, assim como dados sobre resíduos transportados para outras áreas de tratamento e disposição final. Os dados inicialmente virão de fontes pontuais (como as indústrias) e, futuramente, poderão incorporar também fontes difusas (como transporte ou operações agrícolas).

Com relação à atuação do MMA para a proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, destacam-se os projetos que tratam da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pelo presidente da República no ano de 2009. A Política Nacional sobre Mudança do Clima, Lei

nº 12.187/2009, apresenta dois objetivos principais: (*i*) reduzir as emissões e fortalecer as remoções de gases de efeito estufa no território nacional, assumindo o compromisso de reduzir, até 2020, as emissões projetadas de gases do efeito estufa, entre 36,1% e 38,9%; e (*ii*) definir e implementar medidas para promover a adaptação à mudança do clima. Como instrumento da Política, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, Lei nº 12.114/2009, terá recursos oriundos da participação especial da receita da produção de petróleo que serão destinados ao financiamento de empreendimentos e apoio a projetos ou estudos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima.

No tocante ao aspecto da qualidade do ar no país, o MMA, no ano de 2009, realizou ações contemplando o controle das fontes móveis e fixas de poluição, como integrantes do Plano Nacional de Gestão da Qualidade do Ar realizado em consonância com o Plano Nacional de Mudanças do Clima.

O MMA também continuou desenvolvendo, em 2009, a estratégia de implementação das Convenções. No que se refere à Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs no Brasil, em 2009 o Ministério obteve recursos do Global Environment Facility - GEF, com aprovação de dois projetos que permitirão a elaboração do Plano Nacional de Implementação e o desenvolvimento da capacidade do país de gerenciar POPs e Bifenilas Policloradas – PCBs. Sobre a Convenção de Roterdã – PIC, destaca-se, com relação ao asbesto/amianto, a publicação da Portaria MMA nº. 43, de 2009, que dispõe sobre a vedação ao Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados de utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto.

Por fim, pode-se afirmar que a execução do programa promove a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas dos diversos setores produtivos, mediante a articulação institucional, o planejamento conjunto de ações pertinentes aos temas, o fortalecimento de entidades e a modernização e processos de gestão ambiental.

Os indicadores do programa e seus índices são apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO	ÍNDICE	DATA DE APURAÇÃO
Número de empreendimentos de infra estrutura sem licença de operação (UNIDADE)	52	01/2009
Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3) (UNIDADE)	657	01/2009
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs) (tonelada)	296	04/2009
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs) (tonelada)	1.810	04/2009

Fontes: Ibama, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, MME, MT e Cadastro Técnico Federal do Ibama

Embora tenha ocorrido um número bem menor de violações dos padrões primários de material particulado inalável e ozônio, em relação aos anos anteriores, o número de episódios de ultrapassagem do nível de atenção ocorridos na região metropolitana de São Paulo foi elevado, o que atinge mais de 10% da população brasileira.

Apesar de os índices de material particulado ainda serem elevados em determinadas regiões, o ozônio é hoje a principal preocupação dos gestores públicos que monitoram a qualidade do ar das grandes cidades, não obstante os avanços do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores e da legislação federal sobre emissões veiculares/Proconve.

Trata-se de um poluente secundário cujos precursores são dióxido de nitrogênio, que tem como principal fonte os veículos pesados, e os hidrocarbonetos, oriundos das emissões veiculares e também industriais, sendo a indústria petroquímica uma importante fonte emissora dessa família de poluentes.

Tal fato se verifica claramente nos níveis de ozônio medidos nas regiões metropolitanas de SP e RJ, que concentram grande número de veículos, e nas regiões industriais como Cubatão e Baixada Fluminense, importantes pólos petroquímicos.

Os dados finais do consumo de CFCs e HCFCs só são obtidos no mês de maio de cada ano, pois de acordo com a Resolução CONAMA 267/00 e a Instrução Normativa IBAMA 37/04, as empresas cadastradas no Cadastro Técnico Federal – CTF têm até o dia 30 de abril de cada ano para fornecer ao IBAMA o inventário com os dados quantitativos relativos às substâncias controladas, comercializadas ou utilizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício imediatamente anterior ao corrente. Portanto, os dados apresentados na tabela acima são referentes ao exercício de 2008.

Os HCFCs são considerados substâncias intermediárias na substituição dos CFCs. Assim, optou-se pela introdução de indicador relacionado aos HCFCs.

Atualmente, o Protocolo de Montreal estabelece como meta o congelamento dos HCFCs em 2013, com base no consumo médio de 2009-2010, redução de 10% do consumo em 2015; 35% em 2020; 67,5% em 2025; 97,5% em 2030 e eliminação do consumo em 2040. Essas substâncias, além do potencial de destruição da camada de ozônio, possuem potencial de aquecimento global.

Apesar das recentes ações governamentais, entre elas os avanços do PROCONVE para veículos leves, a

implementação dos Programas de Inspeção e Manutenção Veicular em São Paulo e o incremento das ações de controle e monitoramento ambiental nas indústrias, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, o aumento no número de veículos em circulação nas ruas, principalmente veículos pesados, motocicletas e veículos velhos e também da demanda de crescimento do parque industrial, especialmente a indústria petroquímica e de geração de calor (termelétricas), requerem medidas ainda mais intensas.

Outro horizonte que se abriu com a dinâmica de implementação das metas do Nacional de Florestas foram as agendas de debate sobre serviços ambientais e a importância das florestas para o processo de discussão e para as soluções sobre as mudanças climáticas.

Programa Nacional De Florestas

LEI+CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
65.043.384,00	31.991.433,74	31.991.433,74	31.991.433,74

O programa Nacional de Florestas tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável, conciliando a exploração com a proteção dos ecossistemas e a compatibilização da política florestal com os demais setores, de modo a ampliar o mercado interno e externo e o desenvolvimento institucional do setor.

O programa vem se esforçando para conseguir no Bndes novas regras para o financiamento de plantios florestais que contemplem a utilização de espécies nativas, visando, também, obter acesso aos recursos externos oriundos dos Projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Outrossim, foram desenvolvidas ações diversas no Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, como, por exemplo, criação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CR-ad's), voltados para realizar atividades de mobilização e de capacitação técnica; de implantação de experimentos florestais (modelos demonstrativos de recuperação da cobertura vegetal dos biomas); e de promoção de ações de articulação interinstitucional.

Ressalta-se, também, o grande avanço ocorrido com relação à proposição e condução dos projetos financiados por agências internacionais de fomento, mediadas pela Agência Brasileira de Cooperação, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Com o apoio de organismos internacionais (FAO, PNUD, ITTO e outros) e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), estão sendo financiados projetos florestais, patrocinados editais para a seleção de consultores e de projetos, dentre os quais merecem destaque o Edital de Recuperação de Nascentes e Margens dos Cursos D'Água e o de Formação de Agentes Multiplicadores para Assistência Técnica a projetos Florestais.

O Programa participa ainda de uma ampla corrente voltada para a elaboração de um Plano Nacional de Recuperação de áreas Degradadas, juntamente com a Embrapa, Ibama, órgãos estaduais de meio ambiente e organizações não governamentais.

Também foi motor de importantes acontecimentos no campo das mudanças de paradigma para o credito rural com a criação do Pronaf Florestas, atendendo mais 18 mil produtores rurais, do Propflora, mecanismo de financiamento da recuperação de áreas degradadas.

Para o contexto das reduções de emissões quanto na aplicação de mecanismos de desenvolvimento limpo, a discussão que envolve as florestas teve origem em estudos e na promoção de ações do programa.

Os avanços tecnológicos alcançados apontam para a expansão e a liderança no conhecimento de silvicultura e para a consolidação das práticas do manejo florestal sustentável das florestas.

Na transferência de tecnologia, destaca-se a força dos programas de fomento de empresas privadas para os pequenos produtores rurais incorporados na produção florestal.

As pesquisas avançam para superar o desafio da silvicultura de espécies nativas e na tecnologia de industrialização da madeira, de forma a gerar cada vez menos resíduos com maiores usos dos produtos da floresta.

Destacam-se, também, os avanços sobre o contexto dos usos não madeiráveis da floresta, debate que permitiu o resgate de conhecimentos tradicionais, a incorporação de pessoas aos sistemas de produção e o reconhecimento da eficiência das boas práticas para o uso e a conservação das florestas.

O programa contribui diretamente para a incorporação de temas voltados para a conservação da biodiversidade de maneira mais ampla, quando incorpora a dimensão e a importância socioambiental dos biomas não florestais como a Caatinga e o Cerrado.

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

LEI+CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
33.537.361,00	25.998.668,15	25.998.668,15	25.998.668,15

Entre as diversas atividades realizadas pelo programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade destaca-se a finalização da proposta de Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas, que compreende o monitoramento, a avaliação e a minimização dos impactos decorrentes dessas espécies no país.

No último trimestre de 2009, foi publicado o livro "Informe sobre as Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil".

Essa obra corresponde ao primeiro de uma série de

informes científicos que serão publicados sobre essa temática, representando um enorme avanço na orientação das três esferas do Poder Público para as ações de prevenção, erradicação, controle/manejo e monitoramento das espécies exóticas invasoras no país.

Cumpre também destacar a atuação decisiva do MMA para impedir a revogação da Resolução Normativa nº 05 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, que obriga o monitoramento pós liberação comercial relativa aos efeitos adversos dos organismos geneticamente modificados ao meio ambiente, à biodiversidade e à saúde humana.

Por fim, cabe ressaltar que o MMA vem apoiando ações de pesquisa voltadas ao monitoramento da coexistência entre variedades convencionais e variedades geneticamente modificadas, incentivando também o monitoramento de eventuais contaminações decorrentes da liberação comercial de variedades geneticamente modificadas, particularmente em relação ao milho.

No ano de 2009, foi publicada a Portaria Conjunta nº 316 entre o MMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, referente aos instrumentos de implementação da Política Nacional da Biodiversidade voltados para a conservação e recuperação de espécies ameaçadas de extinção, sendo estes: as Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção; os Livros Vermelhos das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção; e os Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Outra importante iniciativa foi a implementação do projeto GEF "Conservação e Manejo de Polinizadores para a Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecossistêmica" no Brasil, sob a coordenação internacional da FAO, a coordenação nacional do MMA e a execução pelo Fundo Brasileiro para Biodiversidade - Funbio.

Sobre as ações relacionadas à Implementação da Política Nacional da Biodiversidade, em 2009 iniciou-se o processo de elaboração do 4º Relatório para a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, com término previsto para maio de 2010.

Foram propostos três indicadores que revelam a evolução do status da biodiversidade brasileira: Mudanças no Status das Espécies Ameaçadas; Tendências dos Biomas e Ecossistemas; e Cobertura de Áreas Protegidas.

Este é um passo fundamental para as nossas ações, considerando que o estabelecimento de indicadores constitui um instrumento essencial para o planejamento e gestão, principalmente no que se refere a políticas e à definição de objetivos.

Destaca-se, ainda, a aprovação da resolução que dispõe sobre a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras.

O indicador de desempenho do programa é a Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas.

Considera-se que os esforços para a conservação da biodiversidade brasileira podem ser avaliados na medida em que mais e mais espécies ameaçadas de extinção são manejadas, o que possibilita a redução da quantidade de espécies nessa situação. Esse indicador aponta para o número de espécies que sofrem ações de manejo necessárias para sua recuperação.

Assim, as ações previstas no programa voltadas para a conservação da biodiversidade brasileira podem ter suas eficácias expressas neste indicador.

A expectativa era que ao final de 2009 houvesse, pelo menos, manejo de 50% das espécies ameaçadas de extinção.

Porém, verificou-se que pouco mais de um quarto das espécies ameaçadas de extinção estavam tendo algum tipo de manejo.

Esta taxa aquém do esperado é resultado de quatro fatores: a) os números previstos para ser alcançados foram muito ambiciosos, tendo em vista que, em 2003, apenas 2% das espécies ameaçadas de extinção eram manejadas; b) os recursos destinados para a realização deste programa são constantemente contingenciados, impedindo que haja um apoio mais eficaz das políticas de conservação das espécies ameaçadas; c) o número de espécies ameaçadas de extinção aumentou, tendo em vista a revisão da lista oficial da flora ameaçada de extinção, lançada em 2008, que aumentou o número de 108 para 472; e d) o grande projeto que deve aumentar o desempenho deste programa, denominado Probio II, que tem entre suas metas a elaboração e a implementação de planos de ação para as espécies ameaçadas de extinção, teve seu início atrasado em relação ao planejamento.

O Projeto deveria ter se iniciado em 2007, mas, somente em setembro de 2008, efetivou-se.

Dessa forma, as iniciativas que ele deve apoiar estão atrasadas, resultando em um menor número de ações de manejo para as espécies ameaçadas de extinção.

Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado é o que busca o MMA por meio desse programa.

Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – FLORESCER

LEI+CRÉDITO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
112.890.826,00	85.803.135,77	75.861.421,77	75.861.421,77

O objetivo do programa Florescer é promover a queda contínua e consistente do desmatamento ilegal, o combate à desertificação e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros, prevenindo e combatendo o desmatamento ilega.

queimadas predatórias e incêndios florestais.

Com base nesse objetivo, em setembro de 2009, o MMA apresentou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado, seguindo o modelo do PPCDAM, visando agregar esforços no combate ao desmatamento, queimadas ilegais e, consequentemente, à emissão de gases que contribuam para aumento do efeito estufa, entre outros.

Em 2009, as metas propostas para as ações do programa Florescer foram atingidas por meio do monitoramento das áreas susceptíveis a desmatamento e incêndios florestais, associado às ações de fiscalização em campo.

Assim, as ações de monitoramento e de fiscalização ambiental apresentaram, como resultado, o menor índice de desmatamento dos últimos anos na Amazônia Legal.

O Ibama, no ano de 2009, aprimorou a metodologia de monitoramento e alterou a metodologia aplicada à execução das atividades de fiscalização ambiental, com a ampliação da capacidade logística, pela contratação de empresas, que disponibilizaram viaturas e aeronaves.

Na Amazônia Legal, foram substituídas ações pulverizadas, com pequenos efetivos em sua maioria, por ações melhor estruturadas, com uma quantidade maior de servidores do quadro e de autarquias parceiras, concentrando-se nos municípios prioritários que foram responsáveis por mais de 50% da área desmatada, estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, em consonância com o Decreto 6.321/07.

Observa-se que o ibama atuou estrategicamente com o intuito de descapitalizar os infratores, pela destinação/alienação dos bens apreendidos, o que potencializa o efeito pedagógico da fiscalização e reduz a sensação de impunidade.

Entre as ações, destacam-se: Caapora (março a abril) e Boi Pirata II (junho a dezembro), no estado do Pará, Portal da Amazônia (abril a dezembro) e Bom Futuro (maio a julho) em Rondônia, Turiawaça (junho a outubro) no Maranhão, além das ações realizadas pela Operação Arco de Fogo, nos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia, de fevereiro a dezembro de 2009, em conjunto com a Polícia Federal e Força Nacional de Segurança Pública.

Com base nos resultados de redução de áreas desmatadas na Amazônia Legal, o Ibama poderá elaborar novas metodologias para as operações de fiscalização a serem aplicadas nos demais biomas, respeitando-se as suas peculiaridades.

5.1.20. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão executa suas ações nas funções Administração, Encargos Especiais e Previdência Social, merecendo destaque a função Administração, com a maioria das ações executadas nela.

Atua, entre outras competências, na coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, das ações de organização e modernização do estado, na administração de recursos da informação, de informática e de serviços gerais, cartográficos e estatísticos nacionais; na administração patrimonial, nas negociações, no acompanhamento e na avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais e na coordenação da gestão de parcerias público-privadas.

Neste contexto, merecem destaque as ações desenvolvidas que tiveram como escopo o aperfeiçoamento na gestão do processo orçamentário, bem como a sistematização, otimização e aprimoramento do processo de alocação de recursos buscando a melhoria da eficiência e a eficácia das atividades que integram os Sistemas de Planejamento e Orçamento da União.

A execução da política de gestão de pessoal da Administração Pública Federal teve como foco de atuação a democratização das relações de trabalho, a profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública Federal e a política de atenção à saúde do Servidor Público Federal.

A maior expressão dessa política encontra-se na manutenção do diálogo permanente com todas as categorias de servidores públicos federais, por meio de mesas de negociação e grupos de trabalho que discutem a estruturação de carreiras e demais questões atinentes às condições do trabalho.

Como resultado deste processo, as ações concentraram-se na regulamentação dos critérios de desenvolvimento do servidor nas carreiras, bem como das gratificações de desempenho de diversas categorias, previstas nas leis que reestruturam as carreiras de todo o Serviço Público Federal.

No sentido da profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública Federal, além de cerca de 30 mil capacitações nas áreas de desenvolvimento gerencial e de formação profissional, foram criados a carreira de Analista de Infraestrutura e os cargos isolados de Especialista em Infraestrutura, para prover os órgãos executores de programas federais de infraestrutura de profissionais qualificados, além da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, na forma da Lei nº 12.904/09, com 2.400 cargos efetivos de Analista Técnico de Políticas Sociais, cujos servidores atuarão nos Órgãos federais que desenvolvem programas e projetos na área social.

Avançou-se na autorização de concursos públicos, com o objetivo de recuperar a força de trabalho perdida em razão de aposentadorias, evasões e outras circunstâncias, bem como a substituição dos trabalhadores terceirizados em situação irregular.

Os concursos públicos na esfera federal passaram a contar com uma única legislação e, no ano de 2009, foram autorizados concursos para o preenchimento de 31.702 vagas, com enfoque nas áreas de fiscalização, educação e segurança.

As ações voltadas à organização e à modernização do estado concentraram-se nas áreas de desenvolvimento institucional e organizacional da Administração Pública Federal; proposição e implementação de mecanismos para a melhoria do desempenho institucional; e apoio ao fortalecimento institucional e à melhoria da gestão de estados e municípios.

O ano de 2009 foi declarado, por meio de Decreto, como o Ano Nacional da Gestão Pública (ANGP). Neste contexto, foram realizados o 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, o XIV Congresso Nacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública e o II Seminário de Ações Compartilhadas PNAGE-PROMOEX.

Em relação ao apoio ao fortalecimento institucional e à melhoria da gestão de estados e municípios, as ações se destinaram a fomentar projetos de modernização e inovação da gestão pública, por meio de apoio técnico e financeiro.

No âmbito dos Sistemas de Administração dos Recursos de Informação e Informática e de Serviços Gerais, as ações buscaram racionalizar a gestão dos recursos, promover a adoção de padrões de normas e de software livre, e integrar ações de governo eletrônico que ampliam a oferta, por meios eletrônicos, de serviços e informações à sociedade.

Neste sentido, foi elaborada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) para 2010/2011, sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em colaboração com os Órgãos setoriais do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), com o objetivo de estabelecer as bases para a revisão da política de governança da Tecnologia da Informação do Governo Federal, pautada pelas diretrizes da economicidade, efetividade e segurança da informação.

Foram consolidados o guia de codificação e o guia de administração de Páginas, Sítios e Portais dos Padrões Brasil e-Gov, os quais correspondem a um conjunto de boas práticas agrupadas em formato de cartilhas.

O guia de codificação apresenta recomendações de boas práticas em codificação e o guia de administração subsidia a concepção, desenvolvimento, manutenção e administração de sítios de governo eletrônico na esfera federal.

Para conferir mais segurança e agilidade na transmissão de dados, voz e imagem, implementar novos serviços e

reduzir custos, o MP vem mantendo e expandindo a rede Infovia Brasil. Foram conectados 14 novos prédios (20 pontos) do Governo Federal à rede Infovia, em Brasília.

Após quatro anos de implantação, a rede Infovia em Brasília interliga, com fibras óticas, 137 pontos localizados em 95 prédios governamentais, proporcionando a integração de mais de 70 órgãos públicos. Somente no Serviço de Voz, foi alcançada economia superior a R$ 16 milhões, por meio da contratação e entrega unificada do tráfego de ligações telefônicas originadas em órgãos públicos.

O projeto intitulado *software público*, www.softwarepublico.gov.br, ampliou o número de soluções disponíveis - de 19 para 34, o que tem contribuído em muito para racionalizar a contratação de *software* pela Administração Pública.

Destacou-se, ainda, a criação da comunidade virtual 4CMBR, voltada para a melhoria do uso de TI em prefeituras, que alcança centenas de municípios brasileiros.

O aprimoramento das ações que visem ao aumento do poder de compra do Estado e ao uso intensivo da tecnologia da informação nos processos de aquisição e de contratação de bens, obras e serviços, no âmbito do Governo Federal, são os eixos que fundamentam a estratégia de melhoria da gestão do Governo Federal, fazendo mais e melhor com os recursos disponíveis, evitando o desperdício nos gastos públicos, refletindo, principalmente, no incentivo e otimização do uso do pregão eletrônico como principal ferramenta para alcançar melhores performances de economia, transparência, celeridade e controle social.

O Governo Federal economizou com o uso do pregão eletrônico mais de R$ 5,5 bilhões, valor estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados.

A evolução dos gastos para compra de bens e contratação de serviços, por meio dessa modalidade licitatória, revelou um crescimento real acumulado de 388%, saltando de R$ 4,2 bilhões, em 2005, para R$ 20,5 bilhões, em 2009.

Objetivando dar celeridade ao processo de celebração dos convênios e contratos de repasse, foi implantado o Portal dos Convênios, que representa mais um grande passo em direção à transparência e ao controle social na execução das despesas orçamentárias da União.

Essa iniciativa deve-se não apenas à constatação do Governo Federal quanto à necessidade de um instrumento eficiente e transparente para a operacionalização das transferências voluntárias, mas também atende dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 (LDO 2009) e Acórdãos específicos do Tribunal de Contas da União (TCU).

A execução da política de disseminação de informações de natureza estatística (demográfica e socioeconômica) e de natureza geocientífica (geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental) tem procurado atender às demandas da sociedade e do planejamento de políticas públicas, com a ampliação do escopo temático investigado, a disponibilização da informação em suportes mais flexíveis e a adoção de práticas mais ativas na coleta e disseminação de seus produtos.

Neste contexto, as principais pesquisas realizadas e divulgadas foram: o Censo Agropecuário 2006, a Pesquisa Espacial de Tabagismo (PETab 2008), a Conta Satélite de Saúde, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), o Banco de Dados Digital de Geomorfologia da Amazônia Legal, o segundo volume do Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras, enfocando os Sertões, e o mapa Fauna Ameaçada de Extinção: Invertebrados Aquáticos e Peixes 2009.

Além desses trabalhos, disponibilizou-se no portal do IBGE, na Internet, o Posicionamento por Ponto Preciso (PPP), que é um serviço *on line* gratuito, para fornecer coordenadas de alta precisão no Sistema de Referência Geocêntricas para as Américas (SIRGAS 2000) e a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas (RBMC-IP), que fornece coordenadas de melhor qualidade para usuários da Internet sem fio.

Para o acompanhamento da evolução estrutural da economia do país, foram elaboradas pesquisas contínuas, disponibilizando uma série de resultados anuais voltados para os setores de Serviços: a Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Comércio, com a Pesquisa Anual do Comércio (PAC); da Indústria, com a Pesquisa Industrial Anual (PIA/Empresa e PIA/Produto) e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC); e da Agropecuária, com a Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM); a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM); e a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).

No âmbito do Sistema de Contas Nacionais, foram divulgadas as Contas Nacionais e as Contas Regionais do Brasil e o Produto Interno Bruto, contemplando, entre várias outras informações nessa área, o Produto Interno Bruto (PIB do Brasil, dos estados e dos municípios).

Foram também divulgadas as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), permitindo conhecer dados sobre pessoal ocupado total e assalariado e salários pagos nas empresas, nos órgãos da administração pública e em entidades sem fins lucrativos.

Entre os eventos que permearam a fase de planejamento do Censo Demográfico 2010, destacaram-se as seguintes atividades: processo seletivo simplificado para o preenchimento de 33.012 vagas; realização da 2ª Prova-piloto do Censo 2010, que testou os novos itens do conteúdo do questionário e formas diferenciadas de indagar novos e antigos itens; 3ª Reunião da Comissão Consultiva do Censo Demográfico de 2010; desenvolvimento de projeto de treinamento para mais de 240 mil contratados temporários; e Seminário do IBGE sobre o Censo Demográfico de 2010 e a realização do Censo Experimental, que apontou a necessidade de

aprimoramento e mudanças fundamentais em diversos aspectos da operação.

A base territorial para o Censo 2010 integrará os mapas urbanos e rurais e dividirá o país em 289.297 setores censitários. Além disso, a migração da Base Territorial e do Cadastro de Endereços para um ambiente gráfico estruturado em bancos de dados geoespaciais, que será incluído no computador de mão, irá melhor orientar o recenseador no percurso que deverá fazer durante o seu trabalho de campo.

Em relação à administração patrimonial, o patrimônio da União é considerado um recurso estratégico para a implementação de políticas públicas de inclusão social e territorial, de desenvolvimento local e regional, de preservação ambiental e dos programas de infraestrutura que integram o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Neste sentido, o Governo atuou na gestão patrimonial da União, especialmente na utilização de imóveis de sua propriedade nos programas sociais e de infraestrutura, com destaque para as ações de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social.

O conjunto das ações de inclusão sócio-territorial atinge, hoje, mais de 550 mil famílias que vivem em áreas da União.

A regularização fundiária de interesse social, já definida como prioridade do governo no âmbito das ações de urbanização do PAC, ganhou força ao ser aliada ao combate ao desmatamento como ação estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira.

As ações de destinação de imóveis para provisão habitacional buscaram, assim como as de regularização fundiária de interesse social, minimizar os impactos negativos gerados pelo padrão essencialmente especulativo do crescimento urbano, que acaba por combinar a segregação em suas faces social, espacial e ambiental.

No âmbito das negociações, acompanhamento e avaliação de projetos com financiamentos externos de organismos multilaterais e agências governamentais, foi recomendada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), após avaliação criteriosa quanto à adequação das propostas de financiamento com as estratégias de desenvolvimento nacionais e regionais, a preparação de 84 novos empréstimos externos (53 Cartas-Consulta visando cooperação financeira reembolsável e 31 Termos de Referência para cooperação financeira não-reembolsável), que alcançaram um montante de financiamento da ordem de US$ 15,9 bilhões

Desse montante de solicitações, foram contratadas 31 operações de financiamento externo (reembolsáveis e não-reembolsáveis), equivalentes a US$ 3,7 bilhões. A maior participação nos recursos coube aos estados (60% e 18 operações), seguidos da União (33% e 5 operações), e dos municípios (7% e 8 operações).

O ano foi de intenso relacionamento com os Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFID), em consequência da crise econômico-financeira mundial, iniciada em meados do ano anterior.

O governo brasileiro teve papel relevante na elaboração de propostas voltadas a dotar tais organismos de recursos e instrumentos financeiros que permitiram intervenções efetivas e rápidas na recuperação das economias dos países membros.

Nesse contexto, o Brasil: (i) tornou-se Membro Pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF); (ii) dobrou sua participação no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); (iii) participou das discussões sobre a nona recomposição de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); (iv) aprovou o início das discussões para o sexto aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); v) formalizou os trâmites internos para a adesão do país ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); e (vi) concluiu os trâmites para participar da quarta recomposição de capital do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), bem como participou das negociações para a sua quinta recomposição.

Com vistas a propiciar a coordenação e o aprimoramento da análise sobre a conveniência da participação do país nos organismos internacionais, o Ministério assumiu a responsabilidade pelos pagamentos das contribuições a todos os organismos internacionais dos quais o país é membro, sendo que, em 2009, foram pagos cerca de R$ 366,5 milhões.

Na área de parcerias público-privadas e infraestrutura, destacaram-se a licitação do primeiro projeto de PPP da esfera federal – Projeto do Consórcio Datacenter – formado pelo Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, para a disponibilização e o gerenciamento de um Complexo Datacenter de alto padrão, em regime de "co-location", por 15 anos, na cidade de Brasília e a abertura da licitação internacional de outro projeto federal de PPP - Projeto de Irrigação Pontal, no município de Petrolina/PE, que consiste na implantação de perímetro de irrigação, numa área de 7.862 hectares irrigáveis, com captação de cerca de 7,8 m³/s de água no Rio São Francisco, com grande potencial para a fruticultura. Foram ainda discutidos os termos da minuta de edital e contrato do Projeto TV Pública digital entre Ministério do Planejamento, Empresa Brasil de Comunicações – EBC, Casa Civil, Ministério da Fazenda e BNDES, com o objetivo de implementar a TV Pública digital em todo o território nacional por meio de parceria público-privada.

Análise da Execução Orçamentária por Função e Subfunção

A execução orçamentária do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, composta por três unidades orçamentárias: MP – Administração Direta, IBGE e ENAP, e ainda pelos recursos sob supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dos Encargos Financeiros da União, no ano de 2009, foi da ordem de R$ 4.095,05 milhões, divididos em três funções: Administração, Encargos Especiais e Previdência Social conforme apresentado no demonstrativo a seguir.

VALORES EXECUTADOS, POR FUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

R$ milhões

FUNÇÃO	PERÍODO									
	2005		2006		2007		2008		2009	
ADMINISTRAÇÃO	1.209,53	68,0%	1.770,93	74,3	2.576,26	66,8	1.656,69	53,2%	2.174,25	53,1%
ENCARGOS ESPECIAIS	13,04	0,7%	18,17	0,8%	18,09	0,5%	11,20	0,4%	390,55	9,5%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	555,46	31,2%	593,70	24,9%	1.262,50	32,7%	1.446,23	46,4%	1.530,25	37,4%
TOTAL MP	**1.778,03**	**100,0%**	**2.382,80**	**100,0%**	**3.856,85**	**100,0%**	**3.114,12**	**100,0%**	**4.095,05**	**100,00%**

As funções de destaque, no exercício de 2009, foram Administração com 53,1% do total dos recursos e Previdência Social com 37,4% dos recursos. Dentro da função Administração temos que a principal unidade orçamentária executora foi o IBGE com R$ 1.087,59 milhões, ou seja, aproximadamente 50% do total, seguido pela Administração Direta com R$ 1.058,55 milhões (48%). Já na função Previdência Social, a unidade orçamentária que mais executou foi a Administração Direta, R$ 1.036,64 milhões.

Função Administração e suas Subfunções – Período 2005 a 2009

O demonstrativo seguinte apresenta os valores executados, na função Administração, no período de 2005 a 2009, por subfunção. Cabe ressaltar que todas as unidades orçamentárias do MP concentram suas atividades na função Administração. Essa função apresentou, em 2009, um crescimento de cerca de 80% em relação ao exercício de 2005, sendo que, em 2006 e 2007, ocorreram aumentos de aproximadamente 46% sobre o ano anterior.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, POR SUBFUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

R$ milhões

SUBFUNÇÃO	PERÍODO									
	2005		2006		2007		2008		2009	
TÍPICAS	**920,04**	**76,07%**	**1.303,07**	**73,58%**	**1.820,65**	**70,67%**	**1.556,87**	**93,97%**	**1.945,82**	**89,49%**
121-Planejamento e Orçamento	14,68	1,21%	185,42	10,47%	419,36	16,28%	28,00	1,69%	162,92	7,49%
122-Administração Geral	775,47	64,11%	993,11	56,08%	1.244,36	48,30%	1.362,26	82,23%	1.583,03	72,81%
125-Normalização e Fiscalização	0,67	0,06%	0,14	0,01%	0,01	0,00%	0,90	0,06%	2,23	0,10%
126-Tecnologia da Informação	121,18	10,02%	111,39	6,29%	127,46	4,95%	146,31	8,83%	177,15	8,15%
127-Ordenamento Territorial	1,17	0,10%	0,83	0,05%	1,50	0,06%	2,13	0,13%	4,01	0,18%
128-Formação de Recursos Humanos	6,72	0,56%	8,49	0,48%	7,57	0,29%	12,05	0,73%	11,42	0,53%
129-Administração de Receitas	0,00	0,00%	3,69	0,21%	5,31	0,21%	3,14	0,19%	3,36	0,15%
131-Comunicação Social	0,15	0,01%	0,00	0,00%	15,08	0,59%	2,00	0,12%	1,70	0,08%
OUTRAS SUBFUNÇÕES	**289,49**	**23,93%**	**467,86**	**26,42%**	**755,61**	**29,33%**	**99,82**	**6,03%**	**228,43**	**10,51%**
212-Cooperação Internacional	8,52	0,70%	4,37	0,25%	1,63	0,06%	3,05	0,18%	148,27	6,82%
273-Previdência Complementar	10,13	0,84%	10,21	0,58%	11,81	0,46%	14,31	0,86%	0,00	0,00%
301-Atenção Básica	18,70	1,55%	19,60	1,11%	19,03	0,74%	19,62	1,18%	23,14	1,06%
306-Alimentação e Nutrição	22,87	1,89%	23,65	1,34%	24,28	0,94%	24,01	1,45%	24,46	1,12%
331-Proteção e Benefícios ao Trab	9,19	0,76%	10,37	0,59%	10,34	0,40%	10,31	0,62%	9,63	0,44%
364-Ensino Superior	0,38	0,03%	0,44	0,02%	0,47	0,02%	0,84	0,05%	0,73	0,03%
365-Educação Infantil	1,11	0,09%	1,06	0,06%	0,89	0,03%	0,93	0,06%	0,95	0,04%
571-Desenvolvimento Científico	13,21	1,09%	15,87	0,90%	18,67	0,72%	18,99	1,15%	17,95	0,83%
573-Difusão do Conhec. Científico e Tecnológico	2,82	0,23%	3,74	0,21%	3,61	0,14%	3,26	0,20%	3,30	0,15%
845-Transferências	0,40	0,03%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
846-Outros encargos Especiais	202,16	16,71%	378,55	21,38%	664,90	25,81%	4,50	0,27%	0,00	0,00%
TOTAL	**1.209,53**	**100,00%**	**1.770,93**	**100,00%**	**2.576,26**	**100,00%**	**1.656,69**	**100,00%**	**2.174,25**	**100,00%**

Fonte: Siafi

Observa-se que os gastos da função Administração estão concentrados nas subfunções típicas, cerca de 80% do total dos valores executados no período.

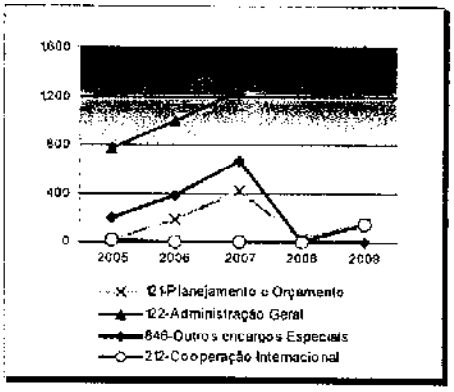
A principal subfunção utilizada foi "122 - Administração Geral", responsável, em média, por 65% dos valores executados na função ao longo do período em análise.

Em 2009, essa subfunção realizou R$ 1.583,03 milhões, sendo que 73% desse montante destinou-se ao pagamento de despesas de pessoal.

No ano de 2005, a segunda maior subfunção realizada foi a "126 - Tecnologia da Informação" com 10% do total da função Administração. 76% do montante classificado nessa subfunção referia-se à manutenção dos sistemas estruturantes do MP.

O gráfico a seguir apresenta as subfunções mais significativas em razão do montante de recursos executados no período de 2005/2009.

VALORES EMPENHADOS (R$ MILHÕES)



Nos exercícios de 2006 e 2007, a subfunção "121 - Planejamento e Orçamento" ganhou maior relevância, apresentando aumento de 1.263%, quando passou de R$ 14,68 milhões em 2005 para R$ 183,42 em 2006. No ano de 2007, a subfunção realizou R$ 419,36 milhões, aumento de 226% com relação a 2006.

O crescimento da despesa ocorreu em função do Censo Agropecuário 2006 e da Contagem da População 2006 pelo IBGE. Com o término dessas atividades, em 2008, a subfunção apresentou decréscimo no montante dos valores liquidados. Houve acentuado crescimento novamente em 2009, devido às ações preparatórias para o Censo Demográfico 2010 e para a realização do Censo Experimental, sob responsabilidade do IBGE.

Com relação a subfunção "122 – Administração Geral", pode-se afirmar que em termos nominais no período de 2005-2009, foram duplicados os recursos nessa subfunção. O aumento dos gastos com pessoal se deu pelos seguintes motivos:

Em 2006, foi criada a Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE; houve o pagamento de 50% da Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG para aposentados. No âmbito do IBGE; realizou-se o concurso público para o cargo de Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas com 649 vagas, ocorreu também a reestruturação da carreira do IBGE, a reintegração de 97 anistiados e o ingresso de 885 servidores de nível médio.

Em 2007, ocorreu a inclusão de 50 Analistas de Planejamento e Orçamento, de 150 Gestores e 281 PCCTs; houve o reajuste de cargos em comissão - DAS; e a criação das gratificações de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT, de Atividade Executiva – GAE e de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU.

Em 2008, houve a reestruturação das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG, de Analista de Planejamento e Orçamento, e a de Pesquisa em Informações Estatísticas; e para o IBGE, ingressaram mais 166 Técnicos e 13 Pesquisadores em Informações Geográficas e Estatísticas; foram reintegrados anistiados e aumentou-se o quantitativo de contratos temporários para a área de Pesquisa.

No exercício de 2009, houve reajuste salarial de carreiras federais e ingresso de 1.008 servidores das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG (60), de Analista de Planejamento e Orçamento - APO (35), de Analistas de Infraestrutura (700), de contratos temporários (208)

Outra subfunção que merece destaque é "846 - Outros Encargos Especiais", classificada na função Administração - Outras subfunções.

Em 2005, do total de R$ 202,16 milhões liquidados nessa subfunção, R$ 154, 48 milhões, ou seja, 76% dos recursos da subfunção, referiam-se a ação "Indenização a Anistiados Políticos (Lei nº 10.559, de 13/11/2002)".

No ano de 2006, a subfunção apresentou um acréscimo de 87% devido ao aumento nos valores liquidados relativos a Indenização a Anistiados Políticos, que nesse exercício quase dobrou, totalizando R$ 303,12 milhões.

Em 2007 houve alteração da classificação dessa ação da função "Administração" para a função "Previdência Social", na subfunção "274 – Previdência Especial". Tal transferência não é percebida no gráfico acima, visto que no mesmo exercício a ação "Integralização de Cotas da Corporação Andina de Fomento – CAF", recebeu recursos, via crédito extraordinário, com o propósito de transformar o Brasil em acionista especial. O crédito, no montante de R$ 551,00 milhões, permitiu a aquisição de mais 35.379 ações da série "C".

O decréscimo fica claro em 2008, quando a subfunção fica composta somente dos recursos das ações de Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento – FAD, Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD e Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA. Em 2009, houve alteração da classificação das ações de Integralizações de Cotas da subfunção "846 - Outros Encargos Especiais", dentro da função Administração, para a subfunção "212 -

Cooperação Internacional", também apresentada no gráfico.

Função Encargos Especiais e Suas Subfunções – Período 2005 a 2009

O quadro a seguir demonstra os valores executados na função Encargos Especiais, no período de 2005 a 2009, por subfunção. No período de 2005 a 2008, somente as unidades orçamentárias MP – Administração Direta e IBGE possuem realização. Em 2009, além da Administração Direta e do IBGE, o MP supervisionou a realização dos recursos relativos a Encargos financeiros da União do Órgão 71.000.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS, POR SUBFUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

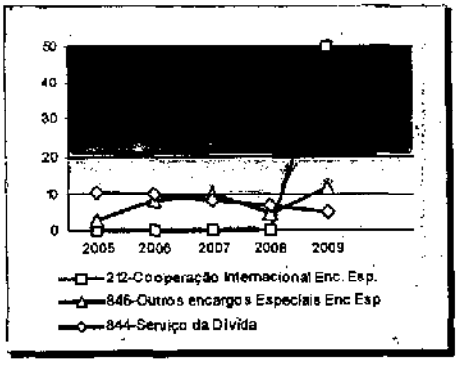
R$ milhões

SUBFUNÇÃO	PERÍODO									
	2005		2006		2007		2008		2009	
ENCARGOS ESPECIAIS	10,30	28%	9,96	37%	8,27	45%	6,86	41%	378,65	46%
212-Cooperação Internacional Enc. Esp.	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0%	0,00	0,00%	373,58	98,66%
844-Serviço da Dívida	10,30	100,00%	9,96	100,00%	8,27	100%	6,86	100,00%	5,07	1,34%

Fonte: Siafi

No caso da subfunção "844 - Serviço da Dívida Externa", até 2008, as realizações são decrescentes, como mostra o gráfico, e concentraram-se na Amortização e Encargos de Financiamentos da Dívida Contratual Externa, tanto do MP – Administração Direta como do IBGE. Em 2009, somente MP – Administração Direta executou nessa subfunção.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS, POR SUBFUNÇÃO NO PERÍODO 2005/2009 (EM R$ MILHÕES)



Com relação à subfunção "846 – Outros Encargos Especiais", no período de 2005 a 2009, a realização diz respeito aos precatórios pagos pelo IBGE. O aumento de 274% dessa subfunção em 2009 deu-se em razão do Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, da unidade orçamentária MP – Administração Direta. Além disso, a função ganhou expressividade em 2009 com um crescimento de 3.487,05% em relação a 2008, como demonstrado no gráfico, devido à inserção da subfunção "212 – Cooperação Internacional", com a criação do Programa 0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais.

O crescimento da despesa verificado nesse exercício foi decorrente da transferência de ações referentes aos pagamentos das contribuições a Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento de todo o Poder Executivo do Ministério das Relações Exteriores para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Função Previdência Social e Suas Subfunções – Período 2005 a 2009

A função Previdência Social era composta pelas subfunções "272 – Previdência do Regime Estatutário" e "274 – Previdência Especial" e executada pelas três unidades orçamentárias do MP: MP – Administração Direta, IBGE e ENAP em 2009.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL, POR SUBFUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

R$ milhões

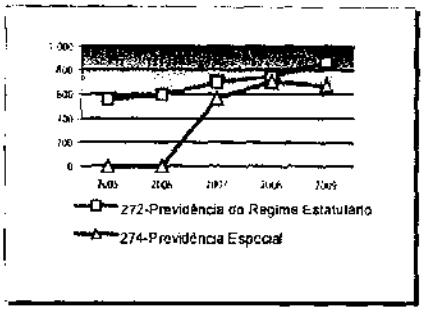
SUBFUNÇÃO	PERÍODO									
	2005		2006		2007		2008		2009	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	555,46	100,00%	593,70	100,00%	1262,5	100,00%	1446,23	100,00%	1530,25	100,00%
272-Previdência do Regime Estatutário	555,46	100,00%	593,70	100,00%	699,83	55,43%	742,92	51,37%	863,89	56,45%
274-Previdência Especial	0,00	0,00%	0,00	0,00%	562,67	44,57%	703,31	48,63%	666,36	43,55%

Fonte: Siafi

Nos anos de 2005 e 2006 a alocação de recursos nessa função ocorria em sua totalidade na subfunção "272 – Previdência do Regime Estatutário", na ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

A partir de 2007, foi incluída no orçamento do MP a subfunção "274 – Previdência Especial", executada pela Administração Direta, com objetivo de pagar os valores retroativos a anistiados políticos civis (Lei nº 11.354/2006), e a indenização a Anistiados Políticos (Lei nº 10.559/2002), acarretando um aumento da despesa, que apresentou uma variação de 212% em relação a 2006, conforme demonstrado no gráfico seguinte.

VALORES EXECUTADOS NAS SUBFUNÇÕES
NO PERÍODO 2005/2009
(VALORES EM R$ MILHÕES)



Os Programas que tiveram maior impacto nos resultados da atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estão assim distribuídos:

R$ 1,00

PROGRAMA	(LOA + CRÉDITOS)	EMPENHADO
0802 - Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	60.164.223	23.000.196
1088 - Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública	63.842.750	49.496.634
1054 - Gestão de RH e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público [*]	265.995.001	70.340.697
0798 - Compras Governamentais	39.850.000	39.847.238
0794 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	57.887.651	49.326.085

Fonte: Siafi, 1/1/2010

(*) No valor do Programa, são consideradas as reservas da SOF para eventuais despesas com pessoal e encargos da União.

O Programa de Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos, com o objetivo de gerir o Plano Plurianual e os Orçamentos da União, de forma integrada e articulada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público, teve papel importante para a consecução do objetivo setorial de conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão.

Neste sentido, foi elaborado o Relatório "Avaliação da Dimensão Estratégica", que compreende uma análise do andamento das políticas prioritárias de maior impacto para a estratégia de desenvolvimento do país, com a finalidade de conferir transparência ao desempenho dos objetivos estratégicos de Governo. Este documento teve como base a Avaliação dos Programas do PPA 2008-2011(ano base 2008), elaborada pelos Órgãos Setoriais.

Foram desenvolvidas ações e atividades que tiveram como escopo o aperfeiçoamento na gestão do processo orçamentário, bem como a sistematização, otimização e aprimoramento do processo de alocação de recursos, como a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que unifica o Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPlan), o Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) e o Sistema Integrado das Empresas Estatais (SIEST), buscando a melhoria operacional, a integração de processos e a eliminação da duplicidade de informações, divulgando, tempestivamente, informações gerenciais e estratégicas dos processos de planejamento e orçamento.

Visando à melhoria dos instrumentos de monitoramento do PPA, foi desenvolvido um sistema de relatórios que possibilita a consulta a dados de monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPlan - www.sigplan.gov.br), do Sistema de Monitoramento do PAC (SisPAC - www.pac.gov.br) e do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP - www.siop.planejamento.gov.br).

Ademais, foram realizados estudos que viabilizaram a elaboração da versão preliminar de um Marco Conceitual, um Guia Metodológico e um Guia de Referência para fins de construção de indicadores de programas do PPA.

Foram iniciados trabalhos de construção de uma Matriz de Sustentabilidade para os estados brasileiros, consistindo na avaliação e proposição de uma carteira de indicadores para os estados, permitindo estabelecer comparações entre os estados brasileiros e possibilitando indicar as prioridades para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Os resultados da matriz de Sustentabilidade podem ser utilizados como referência no processo de alocação de recursos, bem como podem balizar a mobilização de atores, como os Órgãos Setoriais e Unidades da Federação, em torno da temática do desenvolvimento territorial.

Foi realizado, também, estudo sobre a distribuição espacial dos recursos do PAC, com o objetivo de verificar se essa distribuição contribui para a interiorização ou a litoralização do país.

Foi elaborado, ainda, um estudo aprofundado das características dos municípios que foram selecionados como pólos de referência, com o objetivo de traçar um perfil de cada uma das vinte e nove cidades, associando um conjunto de informações padronizadas, a partir de dados de *Regiões de influência das cidades* – REGIC, atualizado em 2007, com informações específicas de cada cidade, relacionadas com sua vocação produtiva, logística, turística e cultural, bem como aspectos da qualidade de vida (saúde, saneamento e habitação) e educação da população local.

O Programa Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública, cujo objetivo é promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas à nova concepção de gestão pública, com vistas a tornar o Estado capaz de assegurar direitos aos cidadãos, contribui para o objetivo setorial de promover a gestão pública eficiente e efetiva, com vistas a tornar a administração pública ética, transparente, participativa e descentralizada.

Neste sentido, o Programa constitui um centro de geração e implementação de novas práticas e mecanismos voltados para a concepção e institucionalização de modelos de gestão promotores da cidadania, com ações voltadas para a transformação da gestão pública e implantação de mecanismos de controle social sintonizados com as políticas de governo.

Há quatro frentes estratégicas de atuação do Programa:

(1) desenvolvimento institucional: por meio de ações de coordenação, orientação, supervisão e elaboração de políticas e diretrizes de governo para a gestão pública;
(2) articulação: por meio da gestão de parcerias e apoio a ações de modernização institucional;
(3) fomento gerencial: por meio de medidas de desenvolvimento gerencial, tais como capacitação, gestão do conhecimento, entre outros; e
(4) assistência técnica e cooperação financeira.

Dentro dessas formas de atuação, o ano de 2009 foi declarado, por meio de Decreto, como o Ano Nacional da Gestão Pública, com a realização do 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, que congregou parceiros estratégicos do setor público, do setor privado e do terceiro setor, em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília sobre Gestão Pública.

O evento marcou o lançamento da Agenda Nacional da Gestão Pública, que contém uma série de iniciativas inovadoras para melhorar a gestão e do novo Portal do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (www.gespublica.gov.br), que reuniu os principais atores em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília e os diálogos acerca de uma estratégia nacional de ação em prol da melhoria da gestão pública.

Destacaram-se as seguintes iniciativas de Gestão: a Carta de Serviços ao Cidadão; o Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público e o software Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação; o Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios e o Guia Básico de Gestão Municipal; a minuta de Projeto de Lei para regulamentar a contratualização de desempenho; e o Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão.

No âmbito do Programa GesPública, foram desenvolvidas iniciativas, como: Rede Nacional da Gestão Pública; Simplificação do Atendimento ao Cidadão; Guia para Elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão; Manual de Avaliação de Satisfação e Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação; Integração das Bases de Dados; Centrais de Atendimento Integrado ao Cidadão; Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF); e Semana Orçamentária Federal.

Foi realizado o XIV Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, que teve por objetivo apresentar e discutir experiências e pesquisas sobre administração pública.

Foram estabelecidas diretrizes para a supervisão da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e construída uma proposta para reorientação da sua gestão, além da instituição do programa de tutoria para acompanhamento do estágio probatório dos novos EPPGG.

No que diz respeito à substituição de trabalhadores terceirizados em situação irregular no Poder Executivo Federal, foram autorizados concursos para substituir o equivalente a 70,2% do total de 13.040 desses servidores, informados pelos Ministérios e Órgãos da Presidência da República, em situação irregular na Administração Direta.

No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), foi viabilizada a assinatura do acordo de cooperação entre os Ministérios do Planejamento e da Previdência Social, com o CONSAD, para a realização do cruzamento de bases de dados sobre servidores, no intuito de evitar acumulações indevidas de remuneração por servidores públicos.

No Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Tribunais de Contas dos Estados, Municípios e Distrito Federal (PROMOEX), foram implantados o Portal e a Rede Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (www.controlepublico.org.br), disponíveis a todos os segmentos da sociedade. Foi apoiada a implantação, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), dos registros de convênios vinculados a empréstimos externos.

Referente ao Programa de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil (PRODEV), foi elaborado o Plano de Ação para o Fortalecimento da Gestão para Resultados no Brasil e, em parceria com o BID e a ESAF, foram realizadas duas edições do "Curso

Nacional sobre Gestão para Resultados para a Efetividade do Desenvolvimento para os Estados Brasileiros".

Foi realizado, no âmbito do Reforço da Capacidade Institucional em Municípios Selecionados para a Redução da Pobreza (Projeto Brasil Municípios), encontro com Prefeitos Municipais, com a promoção de debates relacionados ao desenvolvimento local e regional e gestão municipal e apresentação de casos de cidades brasileiras e européias.

No âmbito do Projeto Brasil Município, foram desenvolvidas atividades, com o objetivo de contribuir para o aumento da efetividade e dos impactos das políticas, programas e projetos formulados ou implementados em municípios, por meio da melhoria das capacidades institucionais das administrações municipais. Suas ações são voltadas, principalmente, a municípios das regiões Norte e Nordeste.

O Projeto atuou em três eixos: Capacitação, Associativismo e Assistência Técnica. Foram desenvolvidos os módulos de "Gestão Financeira" e de "Planejamento e Gestão por Resultados", sendo realizados 11 cursos, com a capacitação de 298 pessoas, entre técnicos, gestores e professores de 52 municípios das regiões Norte e Nordeste.

Nos eixos de Associativismo e Assistência Técnica foram realizados: o Seminário Internacional "Consórcios Públicos: Avanços e Perspectivas"; o início dos estudos de caso sobre as tipologias de arranjos associativos no Brasil; e os Encontros Técnicos nas cidades de Recife/PE, João Pessoa/PB, Aracaju/SE e Salvador/BA, com representantes dos municípios envolvidos no Projeto.

O Programa de Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público tem por objetivo garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos, para aumentar a capacidade do Governo na gestão das políticas públicas.

Neste sentido, foi mantido o diálogo permanente com todas as categorias de servidores públicos federais, por meio de mesas de negociação e grupos de trabalho que discutiram a estruturação de carreiras e demais questões atinentes às condições do trabalho, que resultaram em 4 projetos de lei, conferindo aumentos de remuneração e adequando as carreiras às novas diretrizes da política de gestão de pessoas.

Com o objetivo de formar servidores públicos para a área de negociação coletiva e democratização das relações de trabalho, foi ofertado o Curso de Especialização a Distância em Negociação Coletiva, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A primeira turma, com aproximadamente 500 alunos, está prevista para concluir no segundo semestre de 2010.

Como forma de profissionalização de servidores públicos federais, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos na Administração Pública Federal, com o objetivo de aprimorar a Política de Recursos Humanos implementada pelo Governo Federal, que contou com 1.054 participantes, entre dirigentes dos Órgãos que compõem o Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) e representantes das entidades sindicais signatárias do Sistema Nacional de Negociação Permanente (SINNP) e da sociedade civil.

Considerando a política de Seguridade Social e Benefícios do servidor público federal como um conjunto de ações voltadas para a saúde do servidor em seu sentido mais amplo, foi intensificado o processo de construção coletiva desta política com encontros, oficinas, reuniões com as áreas de recursos humanos, técnicos de saúde e entidades sindicais, com o escopo de compartilhar experiências, dificuldades e projetos.

Para enfrentar o desafio proposto, foi instituído o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor (CGASS), regulamentados pelo Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009.

O SIASS, como sistema estruturante, possibilita a elaboração de normas, a padronização de procedimentos e a racionalização de recursos, com uso de informação para ação, projetos de formação e canais de comunicação.

A organização do SIASS tem exigido uma política de comunicação para o compartilhamento de informações e a troca de experiências relacionadas com as questões ligadas à saúde do servidor.

Para tanto, foram implantados o Portal SIASS e o Boletim de Saúde do Servidor, com o objetivo de integrar e divulgar ações, legislações, dicas de saúde, notícias, artigos, eventos e toda informação necessária para o fortalecimento da construção coletiva da Política de Atenção à Saúde do Servidor.

Foram desenvolvidas, ainda, várias atividades de atenção à saúde do servidor, como: implantação do Sistema de Informações Siape-Saúde - módulo de perícia oficial em toda a Administração Pública; implantação do Prontuário Eletrônico nos serviços que realizam perícia; instituído o exame médico periódico para todos os servidores; criação das Unidades do SIASS, em fase de implantação em 18 (dezoito) estados e que deverá ser oportunamente estendida a todas as Unidades da Federação; universalização do benefício da assistência médico-odontológica para todos os servidores federais e tornado isonômico entre todos os entes do Poder Executivo.

O Programa Compras Governamentais, com o objetivo de otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo federal, bem como modernizar e normatizar os processos administrativos na área de logística e de serviços gerais, com a implementação do conjunto de ações que o integra, tem papel importante na consecução do objetivo de melhorar

os processos administrativos e de contratação de bens, obras e serviços, com impactos positivos sobre a redução de custos e a transparência com vistas ao controle social.

O Governo continuou a envidar esforços para atender a demandas de sistemas e projetos de logística pública, dando continuidade às ações de manutenção e evolução dos sistemas de compras governamentais - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG/ ComprasNet) e de desenvolvimento de novo sistema de transferências voluntárias da União (Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias - SICONV/Portal de Convênios), a fim de alcançar melhores níveis de transparência, controle, redução de custos operacionais, agilidade e economicidade.

O uso do sistema eletrônico de compras públicas permite que a sociedade acompanhe as sessões públicas dos pregões eletrônicos e as presenciais em tempo real, por meio do endereço www.comprasnet.gov.br.

O pregão eletrônico tornou-se uma importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos.

Neste sentido, destacaram-se como principais resultados as evoluções do SIASG/COMPRASNET, com a implantação do módulo para consultas gerenciais no Sistema de Cartão de Pagamento (SCP); inclusão do campo para informação do valor estimado na ata dos pregões presenciais; adequação do Pregão Eletrônico para não permitir suspensão dessa licitação que restrinja o direito de registro de intenção de recorrer; implantação de funcionalidade para permitir que usuários (fornecedores e sociedade em geral) visualizem a Planilha de Formação de Preços durante a execução de pregões eletrônicos; implantada a funcionalidade para permitir validação de dados do cadastro de usuários do Sistema de Divulgação Eletrônica (SIDEC - certificação digital); inclusão no módulo Sistema de Minuta de Empenho (SISME) todas as espécies de empenho que são contempladas no Siafi; implantada a possibilidade de inclusão de contratos de execução de convênios anteriores a 2005; implantada a funcionalidade para permitir sub-rogação de convênios; disponibilizado no código para registro e publicação de dispensa de licitação para outras hipóteses legalmente previstas além da Lei nº 8.666/93; criado o subsistema Sessão Pública para realização informatizada das licitações previstas na Lei nº 8.666/93; permissão de consulta termos aditivos e apostilamentos de contratos; constituído Banco de Pregões (presenciais e eletrônicos) abandonados, revogados ou anulados, para consultas e eventuais reaberturas.

O SICONV/Portal de Convênios deu continuidade às ações de desenvolvimento do sistema informatizado para realização das atividades inerentes às transferências voluntárias da União a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, com a revisão e a melhoria de diversas funcionalidades já disponibilizadas e implantação de novos módulos operacionais, tais como: Execução, Consórcio Público, Consultas Gerenciais e Integração com a CAIXA para contratos de repasse.

O SICONV é destinado a viabilizar aos Órgãos repassadores (concedentes) e aos Órgãos recebedores (convenentes) dos recursos, o gerenciamento on-line da execução de todas as transferências voluntárias, contribuindo, assim, para a agilidade e a correta aplicação dos recursos, ao proporcionar total transparência, redução de custos operacionais, desburocratização, maior fiscalização e controle social, além de igualdade de oportunidades no acesso a esses recursos.

Este Sistema atende a todo o ciclo-de-vida das operações de transferência voluntária, da oferta de recursos até a prestação de contas e opera de forma integrada a outros sistemas estruturadores do Governo Federal, com destaque para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), com o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), com os Cadastros de Pessoa Física e Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil, com a Imprensa Nacional e com as instituições bancárias públicas federais.

Ademais, foram capacitados 22.570 usuários para utilização dos sistemas de compras eletrônicas e de módulos operacionais do SIASG/COMPRASNET, SICONV/Portal de Convênios e do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCDP.

O Programa Gestão do Patrimônio Imobiliário da União tem por objetivo identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável.

Contribui para o objetivo de garantir que o patrimônio da União cumpra sua função sócio-territorial.

Foram desenvolvidas ações com foco na gestão patrimonial da União, especialmente na utilização de imóveis para provisão habitacional e regularização fundiária de interesse social, bem como para a garantia dos direitos das populações tradicionais.

Neste sentido, foi realizado um Auto de Demarcação para fins de regularização fundiária de interesse social, na área do Projeto Porto do Capim, com uma área de 29.462,21 m², em João Pessoa/PB.

Foram demarcadas, também, áreas localizadas em terrenos de Marinha e marginais de rios federais, envolvendo a identificação e a avaliação de imóveis, inclusive para a instalação de plataformas marítimas, em acompanhamento aos investimentos do PAC e do Programa da Amazônia Sustentável e Amazônia Legal (PAS).

Foram regularizados 6.532 imóveis em assentamentos em áreas públicas federais, titulando 8.414 famílias.

Foram declaradas 80 áreas como de interesse do Serviço Público, nos estados de SP, MG e PR.

Houve o cadastramento de 27 mil famílias e emissão de 6 mil títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) em áreas da União ocupadas informalmente, na cidade de Belém/PA.

No âmbito do Projeto Nossa Várzea, foi realizada a primeira doação de área urbana da União (465 hectares), ao município de Porto Velho, beneficiando cinco mil famílias. Foram entregues 13.491 Termos de Autorização de Uso às famílias ribeirinhas em 23 municípios do estado do Pará e 58 às famílias ribeirinhas no município de Mazagão/AP.

As comunidades tradicionais agroextrativistas da Amazônia Brasileira têm no Projeto Nossa Várzea – Sustentabilidade e Cidadania na Amazônia Brasileira, importante política pública de reconhecimento da posse e inclusão produtiva.

Foram transferidos três imóveis da União ao Incra, com área total de 10.636 hectares, beneficiando cerca de 355 famílias, nos municípios de Arame/MA, Cruz do Espírito Santo/PB, Canoinhas/SC e RA Sobradinho/DF, no âmbito do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

Neste sentido, foram criados Grupos de Trabalho Estaduais, no âmbito do Projeto "Minha Casa, Minha Vida", em apoio à habitação em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, compostos pelas Superintendências do Patrimônio da União (SPU), Caixa Econômica Federal (CAIXA) e representantes indicados por todos os outros segmentos do Conselho Nacional das Cidades, inclusive os movimentos populares, trabalhando juntos na identificação de imóveis, tornando realidade a gestão democrática do patrimônio público da União.

Como resultado, já foram reservados para provisão de habitação popular, 65 imóveis em Minas Gerais, Paraná e São Paulo, como também imóveis em áreas centrais, como o caso da ocupação Chiquinha Gonzaga, no centro do Rio de Janeiro, que beneficiou 66 famílias de baixa renda.

Foi constituído, também, Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério das Cidades, composto pela Casa Civil, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Ministério das Cidades, CAIXA, Secretaria de Patrimônio da União/MP e representações dos quatro Movimentos Nacionais de Luta pela Moradia: União Nacional de Luta por Moradia Popular (UNMP), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e Central de Movimentos Populares (CMP), em apoio à promoção do direito à moradia, com a aquisição de imóveis do INSS, disponíveis para alienação, com a identificação de 25 imóveis passíveis de compra.

Com relação à arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, deu-se continuidade à implementação de uma política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que incluiu o acesso a serviços por meio da Internet.

Como resultado, tem-se verificado sucessivo incremento nominal na arrecadação passando de R$ 261,6 milhões, em 2006, para R$ 549,2 milhões, em 2009.

Foram expedidas 56.230 Notificações por Aviso de Recebimento, com o propósito de impedir a prescrição de débitos patrimoniais e foi feito o acompanhamento das cobranças patrimoniais, com inscrição de 32.410 débitos em Dívida Ativa da União (DAU), onde foram cobrados, prioritariamente, os maiores devedores.

5.1.21. Função Trabalho

Nos últimos anos, o nível de emprego formal celetista vem evoluindo de maneira bastante significativa. Em 2009, seguindo essa linha de crescimento, foram gerados cerca de 995.110 empregos celetistas, mesmo com os efeitos da crise financeira internacional. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2003 a 2009 foram criados cerca de 11,8 milhões de empregos formais. A taxa de desemprego no Brasil, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, apresentou declínio entre 2007 e 2008, ao passar de 8,1% para 7,1%, atingindo o menor patamar da década. Em paralelo, foram incluídos no mercado de trabalho formal, em 2009, 588.680 trabalhadores na área urbana e 98.431 trabalhadores rurais que estavam laborando sem carteira assinada. Além disso, foram libertados 3.571 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão e 26.403 pessoas com deficiência foram inseridas pela ação da fiscalização do trabalho, ultrapassando a barreira de 100 mil trabalhadores com deficiência inseridas no período de janeiro de 2005 até dezembro de 2009. No ano, foram qualificados cerca de 95 mil trabalhadores, sendo que quase metade proveniente do Programa Bolsa Família. Já o volume de recursos para o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial aumentou significativamente, devido ao aumento do salário mínimo e aos efeitos da crise internacional. O sistema para a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, passou por evoluções tecnológicas, de forma a promover uma maior segurança e melhorar o relacionamento com o cidadão.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento também expandiu suas atividades, implantando novos Centros de Formação em Economia Solidária – CFES – e qualificando um número maior de agentes para acompanhar e apoiar empreendimentos econômicos solidários, ampliando o escopo de trabalhadores atingidos pelo programa.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO: TRABALHO – 2005 A 2009

TRABALHO	EMPENHADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	12.664.594.478	16.520.562.730	19.719.232.002	21.666.166.448	27.265.641.706	97.836.197.364

Fonte: Siafi Gerencial

FUNÇÃO: TRABALHO - EMPENHOS LIQUIDOS - 2005 A 2009

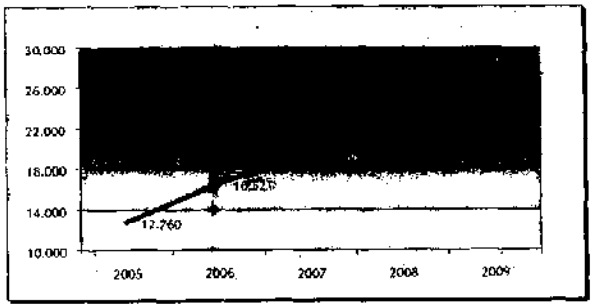
em R$ mil

Subfunção	2005	2006	(%)	2007	(%)	2008	(%)	2009
122 ADMINISTRACAO GERAL	824.637	932.706	13%	1.044.496	27%	200.898	-76%	171.543
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA	88.019	219.917	150%	225.973	157%	172.080	96%	72.975
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	20.698	20.880	1%	23.489	13%	17.278	-17%	23.370
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	92.465	72.060	-22%	60.744	-34%	56.309	-39%	64.890
301 ATENCAO BASICA	17.281	12.603	-27%	15.595	-10%	14.285	-17%	16.897
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	11.877	11.645	-2%	11.794	-1%	0	-100%	0
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	11.409.903	14.955.217	31%	17.989.349	58%	20.726.204	82%	27.171.792
332 RELACOES DE TRABALHO	6.956	10.525	51%	12.806	84%	16.989	144%	11.926
333 EMPREGABILIDADE	264.893	263.091	-1%	287.112	8%	240.692	-9%	247.669
334 FOMENTO AO TRABALHO	7.994	7.295	-9%	25.338	217%	18.277	129%	26.904
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	0	0	-	0	-	120.213	-	317.709
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	7.043	7.848	11%	11.787	67%	11.371	61%	11.439
TOTAL DAS PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES	12.751.767	16.513.787	30%	19.708.482	55%	21.594.607	69%	28.137.113
TOTAL GERAL DA FUNÇÃO	12.759.749	16.520.563	29%	19.719.232	55%	21.666.166	70%	28.144.812

Observação: Variações referem-se ao ano de 2005

Fonte: SIAFI

EVOLUÇÃO DO EMPENHO LÍQUIDO DA FUNÇÃO TRABALHO
(EM R$ MILHÕES)



Resultados Alcançados Por Programas Estruturantes no Âmbito da Função Trabalho

Programa Rede de Proteção ao Trabalho

O programa Rede de Proteção ao Trabalho, integrante do Plano Plurianual 2008-2011, tem como objetivo reduzir a precariedade das relações de trabalho. Para alcançar este objetivo, um conjunto de ações de inspeção do trabalho integra o programa, das quais merecem destaque: "Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS"; "Fiscalização do Trabalho no Campo"; "Inserção de Aprendizes no Mercado de Trabalho" e "Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho".

O indicador do programa é *Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados*, relação percentual entre o número de itens da legislação trabalhista irregulares regularizados na ação fiscal e o número de itens da legislação trabalhista encontrados pela fiscalização em situação irregular. Em 2009 o índice final apurado foi 81,43%, quando o índice previsto era 90,50%. Cumpre registrar que a série histórica deste índice gira em torno de 86%. A fiscalização do trabalho, devido a alterações legislativas, teve que alterar o foco de suas ações, priorizando as empresas de médio e grande porte com indícios de irregularidades. Assim, a possibilidade de alcançar o índice previsto tornou-se difícil, pois nem sempre se consegue eliminar as situações irregulares encontradas, sendo necessária a lavratura de autos de infração e de notificações de débitos.

O MTE, por intermédio da Auditoria Fiscal do Trabalho, atuou para incluir, no mercado de trabalho formal, milhares de trabalhadores em 2009. Entre janeiro e dezembro, mais de meio milhão de trabalhadores (588.680 - soma dos resultados alcançados nas duas primeiras ações citadas no primeiro parágrafo) foram registrados sob ação fiscal, o que representou 38,3% do total de empregos gerados no período, segundo o CAGED. Trata-se de contingente de trabalhadores encontrados pela fiscalização laborando sem carteira assinada e que, após a ação fiscal, tiveram seus vínculos de emprego formalizados.

A maior presença fiscal no campo pode ser medida pela ampliação dos vínculos trabalhistas formalizados. Entre janeiro e dezembro, a auditoria trabalhista registrou, sob ação fiscal, 98.431 trabalhadores rurais. A maior presença da auditoria trabalhista no campo estimula o cumprimento voluntário da legislação trabalhista e contribui para inibir a prática de submeter trabalhadores à condição análoga a de escravo.

A formalização do vínculo empregatício assegura ao trabalhador os direitos trabalhistas e previdenciários, com grande impacto em sua renda, pois há o depósito mensal do FGTS em sua conta vinculada, recolhimento da contribuição previdenciária, pagamento de décimo terceiro salário, férias, repouso semanal remunerado, entre outros direitos. Além desses benefícios diretos, o esforço da fiscalização implica um aumento da arrecadação, principalmente no que diz respeito ao FGTS, contribuição previdenciária e salário educação.

A inspeção verificou, de janeiro a dezembro, a arrecadação ao FGTS em 224.954 empresas. A presença fiscal nas empresas resultou em mais de um bilhão e quatrocentos milhões de reais (R$ 1.474.392.000,00), entre valores notificados e recolhidos sob ação fiscal. O número de notificações de débito emitidas foi de 13.880.

O aumento da participação dos jovens no mercado de trabalho via fiscalização do cumprimento de cotas legais para aprendizes nas empresas manteve-se como objetivo da auditoria trabalhista em 2009. Até dezembro, 68.926 aprendizes foram inseridos pela ação da fiscalização no mercado de trabalho.

A fiscalização do cumprimento da cota de pessoas com deficiência possibilitou, em 2009, a inserção no mercado de trabalho de 26.403 pessoas com deficiência nas empresas com 100 ou mais empregados fiscalizadas com este fim. No período de janeiro de 2005 até dezembro de 2009, o MTE ultrapassou a barreira de 100 mil trabalhadores com deficiência inseridos no mercado formal pela inspeção do trabalho (107.325).

O projeto piloto de incentivo à aprendizagem de pessoas com deficiência é um dos eixos da estratégia do MTE para elevar a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Integrante da agenda social do Governo Federal, o projeto tem como objetivo a ampliação da participação de pessoas com deficiência em programa de capacitação profissional pelo instituto da aprendizagem. Cabe ressaltar que a falta de capacitação profissional adequada é o principal argumento evocado por empregadores para a não integralização das cotas para pessoas com deficiência.

VALORES EMPENHADOS
PROGRAMA REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO
2005/2009

em R$ milhões

2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
20,86	19,83	19,39	20,25	25,20	105,53

Fonte: SIGPlan

Erradicação do Trabalho Escravo

O programa Erradicação do Trabalho Escravo, integrante do Plano Plurianual 2008-2011 tem como objetivo erradicar a prática de exploração do trabalho escravo no país.

O indicador do programa é *Número de Trabalhadores Libertados*. Em 2009, foram 3.571 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão, superando o número previsto para o ano (3.000).

De janeiro a dezembro de 2009, a auditoria trabalhista realizou 141 operações específicas de combate ao trabalho escravo, compreendendo 324 estabelecimentos fiscalizados e resultando no resgate de 3.571 trabalhadores da condição análoga a de escravo. Do total de libertados,

cerca de 72% receberam três parcelas, no valor de um salário mínimo, do seguro-desemprego na modalidade especial criada para esse segmento.

É importante ressaltar que o seguro-desemprego dificilmente compreenderá a totalidade dos resgatados, por haver trabalhadores que não atendem aos requisitos do programa. As indenizações pagas pelos empregadores aos trabalhadores foram da ordem de R$ 5.591.778,22 no período. No período 2003-2009, 30.461 trabalhadores foram resgatados da condição análoga a de escravo em operações do Ministério do Trabalho e Emprego.

O Cadastro de Empregadores Infratores, outro instrumento inibidor da prática, registra em sua última atualização (31/12/2009) 163 nomes de pessoas físicas e jurídicas flagradas pela fiscalização submetendo trabalhadores à condição análoga a de escravo.

O cadastro é fonte de consulta de bancos públicos e privados em análise de concessão de financiamento, bem como de empresas e entidades signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, criado e monitorado pelo Instituto Ethos, pela Repórter Brasil e pela OIT.

VALORES EMPENHADOS
PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
2005/2009

em R$ milhões

2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
6,04	9,13	11,60	11,37	8,63	46,77

Fonte: SIGPlan

Qualificação Social e Profissional

A qualificação social e profissional é entendida como um direito do cidadão. A partir dessa premissa, os beneficiários do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) são estimulados a refletir sobre sua importância no mundo no qual estão inseridos, para que possam desenvolver atitudes críticas em relação ao novo mercado de trabalho e às novas formas de organização social. Nesse contexto, o PNQ contribui para ampliar as oportunidades de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, especialmente daqueles que apresentam maior vulnerabilidade sócio-econômica.

No âmbito do PNQ, os Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQs consistem em um instrumento que articula a ação de qualificação social e profissional a demandas efetivas de vários setores de atividade econômica, identificadas por meio de negociação coletiva com representantes de trabalhadores, empresários e movimentos sociais.

Em 2009, foram qualificados 45 mil trabalhadores em cursos para os setores da construção civil e turismo, no âmbito do Programa Próximo Passo, dos quais 44 mil beneficiários eram do Programa Bolsa-Família. Além disso, em 2009, foram realizadas audiências públicas para a execução de projetos em 2010. Em cumprimento à Portaria Interministerial nº 127/2008, as entidades convenentes que irão realizar os cursos de qualificação foram selecionadas por meio de Chamada Pública de Parcerias, a partir de publicação de editais que especificaram os critérios e regras a serem seguidas no desenvolvimento dos projetos. Nesse sentido, para a execução de 35 projetos, foram selecionadas 42 diferentes parcerias – entidades privadas sem fins lucrativos - para a qualificação de 104 mil trabalhadores.

Os Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, como uma das vertentes do Convênio Plurianual Único, que integra ações de qualificação, intermediação de mão-de-obra, habilitação do seguro-desemprego e informações sobre mercado de trabalho, tem sido executado em todo o Brasil, qualificando, em 2009, 40 mil trabalhadores, resultado de convênios/aditivos firmados ainda em 2008. Em 2009, foram assinados 74 convênios/termos aditivos para a qualificação de 70 mil trabalhadores em todo o Brasil, cujos convenentes estão em procedimento de licitação, visando à contratação das entidades executoras dos cursos que serão realizados no exercício de 2010.

Desde sua instituição, em 2003, até dezembro de 2009, o PNQ já inscreveu em seus cursos 790 mil trabalhadores em todo o Brasil, e a meta para 2010 (70 mil trabalhadores) demonstra a preocupação do Governo Federal na preparação do trabalhador brasileiro para as novas oportunidades surgidas no mercado de trabalho, inclusive em decorrência da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Rio de Janeiro.

Os novos projetos que serão realizados em 2010 priorizam os setores de construção civil, fruticultura, comércio, portuário, têxtil, vestuário, artesanato, moto frete, trabalho doméstico, serviços, siderurgia, bares e restaurantes, *telemarketing*, tecnologia da informação, comércio de combustíveis, turismo, indústria do carnaval e educação física. Além da continuidade da qualificação nos setores de turismo e construção civil para os beneficiários do Programa Bolsa-Família e qualificação em diversos.

[1] Houve uma queda nos valores empenhados em 2009 visto que o orçamento disponibilizado foi menor do que o dos dois anos anteriores.

VALORES EXECUTADOS NO PERÍODO 2007/2009 (EM R$ MILHÕES)

AÇÃO	EMPENHADO			
	2007	2008	2009	TOTAL
PlanSeQ - 4725	18.130.502	80.391.566	89.399.720,25	187.921.788
PlanTeQ - 4728	61.515.981	37.313.880	45.731.296,50	144.561.168
Total	79.646.483	117.705.446	135.131.016,75	464.016.214

INDICADORES DO PROGRAMA QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

INDICADOR	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE REALIZADO	COMENTÁRIOS
Carga Horária Média por Pessoa Qualificada	200	198,86	Trata-se de resultado parcial. A carga horária média considerada adequada para os cursos de qualificação desenvolvidos no âmbito do programa seguem o que consta definido na Resolução nº 575/08 Codefat e Termo de Referência (200 horas), podendo assim ocorrerem cursos com carga horária menor e outros com carga horária maior, de forma a manter a média de 200 horas, o resultado parcial próximo a 200 horas é satisfatório para fins de aferição do resultado da qualidade pedagógica dos cursos.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade	93	86,74	Trata-se de resultado parcial. O não alcance da meta estabelecida para este indicador demonstra a dificuldade de voltar o atendimento aos trabalhadores de mais baixa escolaridade, que tem se mostrado desinteressados em inscrever-se nos cursos oferecidos. O sistema de gestão das ações de emprego permite que as pessoas de baixa escolaridade, bem como as mulheres, jovens, negros e pardos, tenham prioridade de acesso aos cursos no momento de convocação dos educandos, tal como estabelecido nas Resoluções do Codefat. Entretanto, faz-se necessário que o MTE firme parcerias para que se consiga alcançar a população de mais baixa escolaridade.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres	136	133,6	Trata-se de resultado parcial.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos	125	130,42	
Taxa de Eficácia das Qualificações	95	95,18	
Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho	116	96	Trata-se de resultado parcial. O índice previsto para este indicador não pode ultrapassar 100%, isso porque não é possível o encaminhamento de mais de 100% do total de trabalhadores desocupados, portanto a previsão está incorreta. O que se busca aqui é encaminhar ao Mundo do Trabalho todos os educandos concluintes dos cursos que estejam sem ocupação. O resultado de 96% demonstra a integração da qualificação com a ação de intermediação de mão-de-obra, pois indica que esses trabalhadores foram encaminhados aos postos do SINE, ou a outro sistema de intermediação de mão de obra, ou diretamente a um emprego. Assim, os educandos que não foram encaminhados, ou não tiveram interesse, ou não tinham em sua localidade um posto de intermediação, ou conseguiram um emprego durante a realização dos cursos.
Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social	82	83,2	
Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR	10	1,42	Trata-se de resultado parcial. O índice apurado refere-se ao orçamento de 2008 com execução em 2009, tendo em vista que não houve execução em 2009 do orçamento do mesmo exercício. O resultado para este indicador está vinculado diretamente ao orçamento disponível à qualificação, tendo em vista que a meta estabelecida para execução física depende do limite financeiro estabelecido para o programa. Assim, como o número de trabalhadores inscritos nos postos do SINE aumentou de 2008 para 2009 e o orçamento da qualificação manteve-se, o índice apurado para este indicador diminuiu.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos)	215	185,73	Trata-se de resultado parcial

Integração de Políticas Públicas de Emprego E Renda

O Programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda é de natureza finalística e ação continuada. Seu principal objetivo é atender ao trabalhador dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso ou ainda àqueles à procura de postos de trabalho. Visa à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, por intermédio da execução integrada e articulada das ações, a fim de: elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE; reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades; e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira ao trabalhador conforme previsão legal.

Esse programa reúne a maioria das ações nucleares do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda: "Pagamento do Seguro-Desemprego", "Pagamento do Benefício Abono Salarial", "Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-Obra", "Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED", "Relação Anual de Informações Sociais – RAIS" e ainda, "Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS".

O público-alvo das ações executadas pelo programa é o trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, à procura de postos de trabalho, e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial ou seguro-desemprego. Para operacionalização das ações, são firmados convênios com os estados, o Distrito Federal e municípios com mais de 200 mil habitantes, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Parte das ações é também executada pelas unidades descentralizadas do próprio Ministério do Trabalho e Emprego – caso da habilitação ao seguro-desemprego e emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; e por municípios via termo de cooperação técnica – caso também da CTPS. Ainda, o MTE mantém contratos com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, para pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

No contexto do aprimoramento e da expansão das políticas prioritárias, vale destacar a previsão de implantação, em 2010, de novo sistema informatizado para a gestão das ações de emprego desenvolvidas pelo MTE e respectivos parceiros.

O novo sistema terá base *web*, barateando o custo de sua expansão, e garantirá facilidades ao trabalhador e ao empregador, tais como: preenchimento do formulário de dispensa do seguro-desemprego via *web*, para empresas com certificação digital, e possibilidade de inscrição de trabalhadores e registro de vagas no Sistema Nacional de Emprego (SINE) via internet.

Haverá base de dados única, nacional e integrada, possibilitando intermediação de mão-de-obra interestadual e redução da duplicação de esforços entre unidades de atendimento. Espera-se, com o novo sistema, um significativo avanço na capilaridade da política pública de emprego e aproximá-la do cidadão.

O Programa tem cinco indicadores, cuja apuração segue:

INDICADORES DO PROGRAMA 0099 NO ANO DE 2009

INDICADOR	ÍNDICE PREVISTO NO PPA PARA 2009	ÍNDICE APURADO
Taxa de Aproveitamento de Vagas	51,01 %	39,31 %
Taxa de Captação de Vagas	14,14 %	16,91 %
Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal*	7,21 %	6,65 %
Taxa de Cobertura do Abono Salarial	97,00 %	92,56 %
Taxa de Cobertura do Seguro-Desemprego	63,28 %	80,06%

Fontes: Sigplan; Infoger/CSINE/CGER/DES/SPPE/MTE; CAGED/MTE; Caixa; Banco do Brasil; RAIS/MTE; Base de Gestão do SD/CGSAP/DES/SPPE/MTE.
* Dados do CAGED referentes ao público-alvo do SINE, que desconsidera falecimento, aposentadoria e transferência dos desligamentos; e transferência dos admitidos.

Os três primeiros indicadores referem-se à atuação do SINE em intermediação de mão-de-obra. A Taxa de Aproveitamento de Vagas é calculada pela relação percentual entre o número de trabalhadores colocados e o número de vagas captadas pelo SINE. Percebe-se que a capacidade do Sistema de preencher as vagas ofertadas ficou aquém do esperado, o que revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema de descasamento entre o perfil do trabalhador que recorre ao Sistema e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional. O bom desempenho no índice Taxa de Captação de Vagas, que compara as oportunidades de emprego ofertadas ao SINE pelas empresas com as admissões registradas no Caged, pode ser atribuído à recuperação da economia após a crise, visto que o comportamento do indicador é fortemente sensível à disposição das empresas em contratar.

Quanto à Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal, é obtida pela comparação entre o número de trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho pelo SINE e os admitidos segundo registros do Caged. Assim, um aumento no índice depende de um crescimento da capacidade de colocação do SINE maior que crescimento do mercado de trabalho formal – o que não se verificou em 2009. Sobre a Taxa de Cobertura do Abono Salarial, esta ficou abaixo do esperado em virtude da conjunção de dois fatores: o aumento do número de trabalhadores identificados com direito ao benefício; e o atraso da notificação aos que ainda não efetuaram saques previstos para dezembro/2009, o que só ocorrerá em fevereiro de 2010. O último indicador, Taxa de Cobertura do Seguro-desemprego, é calculado pela comparação dos beneficiários com a quantidade de demitidos sem justa causa conforme registros do Caged. Porém, há que se ressaltar uma mudança metodológica, em que deixaram de fazer parte do rol de 'demitidos sem justa causa' do Caged os trabalhadores com término de contrato por prazo determinado o término de contrato. Considera-se positiva a mudança, pois traz um retrato mais real da taxa de cobertura do seguro-desemprego; contudo a previsão no PPA considerava a metodologia antiga.

Tratando da execução global do Programa, pode-se considerar que seus objetivos foram atingidos. A execução financeira foi de 96,47%, influenciada pela alta execução das ações de maior vulto, como a Ação 0583 – "Pagamento do Seguro-desemprego" e a Ação 0581 – "Pagamento do Benefício Abono Salarial.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA 0099

DADOS FINANCEIROS	2009 (a)	2008 (b)	VARIAÇÃO % (a/b)
LOA + créditos (c)	R$ 27.464.731.679	R$ 20.970.290.429	30,97%
Empenhado (d)	R$ 26.493.943.950	R$ 20.532.242.930	29,04%
Realizado (e)	R$ 26.493.943.950	R$ 20.532.242.941	29,04%
% Execução	96,47%	97,91%	-

Fonte: Sigplan

Na comparação com 2008, apesar de o percentual de execução financeira do Programa 0099 ter caído de 97,91% em 2008 para 96,47% em 2009, o volume de recursos realizados foi 29,04% maior no período. Esse aumento se deu, principalmente, para atender às despesas obrigatórias com pagamento de seguro-desemprego e abono salarial, que acompanham a valorização real do salário mínimo. No caso do seguro-desemprego, ademais, parte do comportamento de alta pode ser explicado pelo contexto de crise a partir do último trimestre de 2008, gerando, inclusive, concessão de parcelas extras do benefício a trabalhadores demitidos sem justa causa dos setores mais afetados, e crescimento expressivo da modalidade Bolsa-Qualificação, destinada a trabalhadores com contrato de trabalho suspenso.

Pagamento do Seguro-desemprego

O benefício do seguro-desemprego é concedido em cinco modalidades: Trabalhador Formal e Trabalhador Doméstico, que beneficiam os trabalhadores demitidos sem justa causa; Pescador Artesanal, concedido àquele trabalhador que fica impedido de exercer sua atividade nos períodos de defeso para reprodução da espécie pescada; Trabalhador Resgatado, para aqueles comprovadamente resgatados de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; e Bolsa-Qualificação, que auxilia os trabalhadores com contrato de trabalho suspenso, objetivando à preservação do emprego. A principal ação orçamentária referente ao seguro-desemprego é a de número 0583 - Pagamento do Seguro-desemprego, que contempla o pagamento na modalidade Trabalhador Formal. Nessa modalidade, foram beneficiados, em 2009, 6.855.912 trabalhadores demitidos sem justa causa, o que representa 111,70% da meta estipulada na Lei Orçamentária Anual – LOA. A execução orçamentária da Ação foi de R$ 18.583.309.381 no ano, ou 96,46% dos recursos disponíveis, patamar considerado satisfatório. Ao longo do ano, foi preciso recorrer a créditos adicionais para todas as modalidades do seguro-desemprego, exceto Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo.

Isso se deveu ao crescimento do número de trabalhadores beneficiados, mas também ao aumento do salário mínimo em patamar mais elevado que o previsto quando do Projeto de Lei Orçamentária de 2009 (o PLOA utilizou como referência o salário mínimo a R$ 456,66 a partir de fevereiro, mas o efetivo valor aprovado foi R$ 465,00). No caso da ação 0583 – Pagamento do Seguro-desemprego, o quadro a seguir contém a lista de créditos adicionais autorizados no exercício, e sua caracterização.

CRÉDITOS ADICIONAIS À AÇÃO 0583

VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL (R$)	TIPO DE CRÉDITO	DISPOSITIVO LEGAL AUTORIZADOR
567.540,959	Suplementar	Decreto S/Nº de 30.07.2009 (D.O.U. 31.07.09)
1.000.000.000	Suplementar	Decreto S/Nº de 13.10.2009 (D.O.U. 14.10.09)
1.219.445.116	Suplementar	Decreto S/Nº de 15.12.2009 (D.O.U. 15.12.09)

Fonte: Diário Oficial da União

Pagamento do Benefício Abono Salarial

O benefício Abono Salarial é um importante instrumento de combate às desigualdades individuais de renda, com vistas a propiciar a melhoria da qualidade de vida das populações menos favorecidas, uma vez que é destinado aos trabalhadores com faixa salarial de até dois salários mínimos. Em 2009, foram 15.994.432 beneficiários do Abono Salarial, correspondendo à superação em 4,38% da meta prevista na LOA. A execução financeira da ação alcançou R$ 7.564.506.704, ou 97,99% do valor de LOA mais créditos em 2009, patamar considerado satisfatório. Ao longo do ano, foi preciso recorrer a créditos adicionais para custear a ação, devido ao aumento do salário mínimo em patamar mais elevado que o previsto quando do Projeto de Lei Orçamentária de 2009.

CRÉDITOS ADICIONAIS À AÇÃO 0583

VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL (R$)	TIPO DE CRÉDITO	DISPOSITIVO LEGAL AUTORIZADOR
637.773.212	Suplementar	Decreto S/Nº de 30.07.2009 (D.O.U. 31.07.09)
66.215.529	Suplementar	Decreto S/Nº de 15.12.2009 (D.O.U. 15.12.09)

Fonte: Diário Oficial da União

Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra

A ação refere-se ao serviço prestado por meio do Sistema Nacional de Emprego – SINE, de intermediação entre trabalhadores à procura de emprego e aqueles em busca de mão-de-obra, como forma de reduzir o tempo de desemprego, com o objetivo de diminuir o desemprego friccional e permitir um funcionamento mais eficiente do mercado de trabalho. A ação acompanha a descentralização da execução via convênios com estados, DF, municípios com mais de 200 mil habitantes e entidades privadas sem fins lucrativos. Em 2009, foram recolocados no mercado de trabalho 1.076.248 trabalhadores com o auxílio do SINE, ou 100,76% do desempenho em 2008. A estabilidade no desempenho – apesar do crescimento da rede de atendimento, para 1.300 postos –, pode ser atribuída à crise econômica mundial, cujos impactos ainda se sentiam no Brasil nos primeiros meses do ano.

A execução financeira da ação pode ser considerada positiva, tendo sido empenhados, segundo registros do Siafi, R$ 93.049.787, ou 92,09% dos recursos disponíveis na LOA. Esse resultado deriva do contingenciamento de recursos ao longo do ano, com liberação de limites apenas na segunda quinzena de dezembro; e também das dificuldades associadas ao uso do Siconv – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse por novos parceiros. A despeito desses problemas, foram firmados 18 (dezoito) novos convênios para execução das ações de intermediação de mão-de-obra, habilitação ao seguro-desemprego e qualificação social e profissional, o que pode ser considerado um excelente resultado. No âmbito das ações implementadas pelo Governo Federal com vistas a reduzir as desigualdades regionais, vale destacar que o critério de distribuição dos recursos do SINE privilegia os estados e municípios das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste com 10% a mais de recursos que os entes federativos das Regiões Sul e Sudeste.

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED

O registro administrativo CAGED destina-se a acompanhar as admissões e os desligamentos dos trabalhadores com contrato de trabalho em regime celetista, para subsidiar o pagamento do seguro-desemprego e manter atualizada a base de dados de empregados e desempregados, permitindo, assim, a geração de dados e informações sobre o mercado de trabalho. A ação registra as admissões e desligamentos processados, e o pagamento de contratos com os Correios e de manutenção de sistemas informatizados. Em 2009, foram registrados 31.380.170 admissões e desligamentos, correspondendo a um saldo positivo de 995.110 postos de trabalho em 2009, apesar dos efeitos nocivos da crise financeira internacional, que foram sendo diluídos ao longo do ano. O comportamento favorável do emprego formal no ano de 2009 reforça o processo de recuperação da atividade econômica, com efeitos positivos sobre o dinamismo do mercado de trabalho formal. Desde 2003, vem se consolidando uma posição positiva no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos dos empregos gerados. A execução financeira alcançou R$ 13.399.562, ou 82,21% da LOA. Esse desempenho foi influenciado pela equação do contrato de processamento de dados, que determina que quanto maior a movimentação, menor o valor unitário.

Relação Anual de Informações Sociais – RAIS

A RAIS processa informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, visando a identificar os beneficiários do Abono Salarial, bem como gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho formal, a serem utilizadas na elaboração e implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. A ação registra os vínculos empregatícios processados, e o pagamento de contratos com os Correios e com a manutenção de sistemas informatizados. Sendo a RAIS um registro administrativo anual, o desempenho físico da ação é computado uma única vez ao ano, quando concluído o processamento da RAIS do ano anterior. A RAIS 2008, divulgada em setembro de 2009, registrou 62.136.537 vínculos empregatícios declarados até o dia 31/07/2009, por 7,7 milhões de estabelecimentos. O número total de empregos formais registrados no Brasil alcançou 39,4 milhões em dezembro de 2008, representando um crescimento de 4,88% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2007. Esse desempenho equivaleu ao acréscimo de 1,8 milhão de postos de trabalho formais em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A leitura dos dados da RAIS mostra que, de 2003 a 2008, foram criados 10,8 milhões de empregos celetistas e estatutários, os melhores resultados verificados até então, com média anual de 1,8 milhão de empregos. A execução financeira da ação alcançou R$ 10.544.587, ou 80,15% da LOA. Em 2009, chegou a ser solicitado crédito adicional à Ação, conforme discriminação no quadro a seguir, para atender a demandas excepcionais de processamento associadas à transição de sistemas entre empresas prestadoras de serviços de informática, porém os custos da ação foram menores que os esperados.

CRÉDITO ADICIONAL À AÇÃO 2621

VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL (R$)	TIPO DE CRÉDITO	DISPOSITIVO LEGAL AUTORIZADOR
1.056.623	Suplementar	Decreto S/Nº de 04.06.2009 (D.O.U. 05.06.09)

Fonte: Diário Oficial da União

Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

A CTPS permite a inserção do cidadão no mercado de trabalho pela sua identificação, para fins de registro profissional e anotações de interesse da Previdência Social. A ação propicia a aquisição, distribuição e provimento de estoque da CTPS, bem como de equipamentos e outros insumos para sua confecção, e implantação do sistema de controle de emissão informatizada. Atualmente, encontram-se em circulação dois modelos distintos de Carteira de Trabalho: a tradicional, e a informatizada, que incorporou diversos itens de segurança que preservam o conteúdo do documento, dificultando a fraude. Para o modelo informatizado, adotou-se um controle nacional, com a utilização de numeração única e cadastramento no PIS/PASEP no ato da solicitação.

Em 2009, foram emitidas em todo o país 5.106.668 CTPS, sendo 3.079.963 do modelo manual e 2.026.705 do modelo informatizado. Esse resultado corresponde a 89,07% da meta para o ano, e pode ser parcialmente atribuído à greve de servidores do MTE, ocorrida entre novembro e dezembro, que prejudicou a emissão do documento nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. A execução financeira da ação ficou comprometida pelo contingenciamento de limites orçamentário e financeiro, chegando a apenas 54,73% do autorizado na LOA. O corte inviabilizou importantes aperfeiçoamentos operacionais, como o projeto de "personalização" da CTPS, mediante o qual espera-se, no futuro, estabelecer contrato único para impressão, distribuição e emissão da Carteira. Ainda, vale registrar a implantação, em escala piloto, do Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), que, na forma de cartão magnético, passa a integrar CTPS informatizada, com o objetivo de modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo pretende atualizar informações dos trabalhadores com mais agilidade, para aperfeiçoar a sistemática de pagamento de benefícios, economizando recursos.

Economia Solidária em Desenvolvimento

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento destina-se ao apoio e fomento de iniciativas econômicas de base coletiva e autogestionária, em áreas urbanas e rurais, englobando atividades de produção, prestação de serviços, finanças, comercialização e consumo. Em 2009, o foco permaneceu no fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), principalmente por meio das ações a seguir descritas.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA 1133

DADOS FINANCEIROS	2009 (A)	2008 (B)	VARIAÇÃO % (A/B)
LOA + créditos (c)	28.123.068	31.523.187	-11,79
Empenhado (d)	26.816.303	22.051.111	21,61
Realizado (e)	10.733.721*	14.889.945	-18,91
% Execução	95,35	69,95	-

Fonte: Sigplan
*Dados até 22/01/2010

Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários

Até 2009, foram apoiadas 76 incubadoras universitárias de Economia Solidária de base autogestionária, recém-criados ou em vias de criação, em parceria com o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), beneficiando cerca de 600 EES. Em parceria com o Ministério da Educação e com a Financiadora de Estudos e Projetos, foram apoiados e beneficiados mais 31 programas e projetos das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária

Foram implementados Núcleos Estaduais de Assistência Técnica (Neates) nos estados do Rio Grande do Norte, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, sendo que os três primeiros foram convênios firmados ainda em 2008 e o último convênio firmado em 2009. Alem disto, foi firmada parceria com o governo do estado do Amapá para o apoio a assistência técnica aos EES daquele estado, entre outros estados.

Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária

Foram formados mais 300 gestores governamentais das esferas federal, estadual e municipal, sendo 100 servidores federais do MTE, do BNDES, da Finep e de outros ministérios e órgãos públicos federais, os quais vêm desenvolvendo políticas públicas de economia solidária. Foram também iniciadas as atividades de Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), sendo cinco regionais (Nordeste, Centro Oeste, Norte, Sul e Sudeste) e mais um Centro Nacional de Formação, que proporcionaram a capacitação de mais de 2 mil formadores e de gestores públicos que atuam com Empreendimentos Econômicos Solidários em todas as Unidades da Federação. Importante destacar que dos Centros Regionais de Formação, quatro deles são referentes a convênios firmados em 2008 e o quinto, referente ao Centro Regional de Formação da região Sul, a convênio firmado em 2009.

Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários

Foram gastos R$ 2,768 milhões referentes ao pagamento da segunda parcela para convênio firmado com entidade selecionada em chamada pública realizada no ano de 2008 para o desenvolvimento do projeto Comercialização Solidária. No âmbito do projeto apoiou-se a realização de feiras regionais, estaduais e nacionais de economia solidária, alem de assessoria e articulação de empreendimentos econômicos solidários para realizarem a comercialização de seus produtos e serviços. Foram beneficiados mais de 3.600 empreendimentos no contexto desta ação.

Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário

Foram selecionadas dez entidades para capacitar novos agentes, que ao final do processo, totalizarão 532 agentes trabalhando em comunidades pobres rurais e urbanas em todo o território, abrangendo quilombolas, indígenas, desempregadas dos grandes centros urbanos, mulheres, entre outras. Estes agentes estão apoiando e acompanhando mais de 680 empreendimentos econômicos solidários que atingem mais de 77.630 mil trabalhadores.

INDICADORES DO PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

INDICADOR	ÍNDICE PREVISTO	ÍNDICE REALIZADO
Número de trabalhadores inseridos social e economicamente por meio de empreendimentos econômicos solidários	1.250.000	1.687.496
Percentual de trabalhadores da economia solidária que recebem menos de 1 salário mínimo	76	41
Taxa de participação da economia solidária no PIB	0,59	0,3

Os indicadores do programa foram elaborados para utilizar como fonte a base de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). O primeiro mapeamento da economia solidária foi realizado em 2005, tendo sido ampliado em 2007. Nele foram identificados como economia solidária 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), nos quais participam quase 1,7 milhão de trabalhadores. Porém, o mapeamento só alcançou 52% dos municípios brasileiros. Apesar destes limites e de se tratar de uma base nova, trata-se da única fonte em que de fato é possível visualizar a economia solidária, ou seja, atividades econômicas de base associativa e autogestionária. Nas demais bases de dados, como as do IBGE, não existem categorias como "trabalhadores associados" ou "empreendimento econômico solidário", por isso não é possível identificar com precisão as informações sobre a economia solidária. Um segundo problema que dificulta a coleta de dados para a aferição necessária para o preenchimento dos indicadores é que, devido a capacidade financeira e operacional, os dados somente estão sendo coletados a cada três anos, conforme disciplina a Portaria MTE nº 30/2006. Desta maneira, os dados que hoje possuímos ainda são relativos ao período de 2007, quando foi realizada a ultima atualização da base de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Desta maneira, não é possível perceber alteração dOs indicadores do ano de 2008 para o ano de 2009.

5.1.22. Função Transporte

O Governo Federal vem promovendo, nos últimos anos, um salto qualitativo na gestão dos transportes, reunindo competências e elementos necessários para as realizações vitais ao setor. O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC promoveu um impulso considerável nos investimentos do Setor Transporte. Visando a realização e continuidade de obras e serviços, foram desenvolvidos e atualizados estudos e projetos em todos os modais, de forma a permitir a licitação de obras prioritárias no âmbito do Ministério dos Transportes. Importantes desafios foram vencidos. Melhorou-se a eficiência dos modais, reduziu-se o desequilíbrio da matriz de transportes e aperfeiçoou-se a gestão organizacional. Estão sendo implementadas ações para a preservação do patrimônio público de transportes, o atendimento às demandas do crescimento interno e do comércio exterior, a estruturação de corredores estratégicos de transportes para o escoamento da produção e para o turismo, e o estímulo à maior participação dos modais hidroviário e ferroviário.

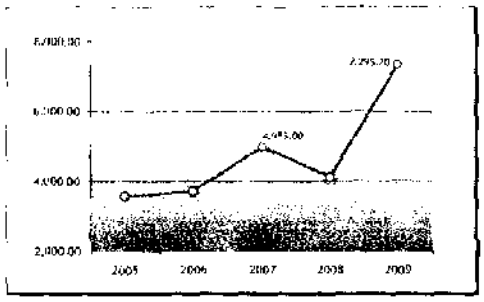
ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2005-2009

Em R$ milhões

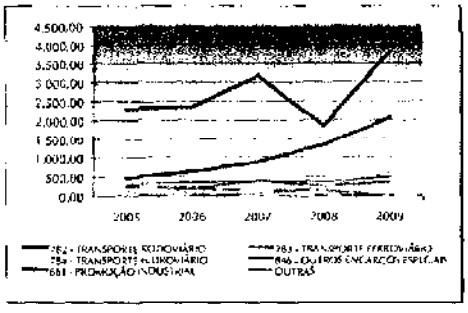
TRANSPORTE	EXECUTADO					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
121 - Planejamento e Orçamento	12,8	70,4	31,7	62,3	114,8	292,0
122 - Administração Geral	144,1	161,9	234,6	228,0	195,0	964,5
125 - Normatização e Fiscalização	33,6	30,6	27,7	23,3	32,1	147,3
126 - Tecnologia da Informação	0,0	1,0	0,0	0,0	59,7	60,8
128 - Formação de Recursos Humanos	1,1	1,1	1,2	1,2	2,0	6,6
130 - Administração de Concessões	8,8	5,7	1,3	0,4	1,2	17,4
131 - Comunicação Social	0,7	4,0	2,5	0,1	6,7	14,0
212 - Cooperação Internacional	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
301 - Atenção Básica	33,6	32,0	27,8	4,1	25,5	123,0
306 - Alimentação e Nutrição	7,5	8,7	9,1	9,4	10,6	45,3
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	4,5	4,1	4,5	4,6	5,5	23,2
365 - Educação Infantil	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	2,6
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
542 - Controle Ambiental	27,0	12,8	5,2	3,9	6,2	55,3
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3,5	4,8	0,6	0,7	0,5	10,0
661 - Promoção Industrial	459,3	623,2	876,2	1.320,4	2.056,4	5.335,5
694 - Serviços Financeiros	1,5	0,0	19,7	11,2	10,0	42,4
782 - Transporte Rodoviário	2.280,0	2.334,4	3.158,0	1.844,0	3.812,2	13.428,6
783 - Transporte Ferroviário	223,8	176,4	393,6	739,1	356,8	1.389,9
784 - Transporte Hidroviário	122,6	61,4	61,5	210,4	599,9	1.055,7
845 - Transferências	0,0	0,0	5,2	0,0	0,0	5,2
846 - Outros Encargos Especiais	223,2	196,8	124,2	138,4	0,0	682,6
TOTAL	3.588,3	3.729,9	4.985,0	4.103,3	7.295,7	23.702,2

Fonte: Siafi Gerencial

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO TRANSPORTE 2005-2009 (VALORES EM R$ MILHÕES)



VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005-2009 (EM R$ MILHÕES)



A execução orçamentária em 2009 superou todas as expectativas em relação aos anos anteriores. Comparado a 2008, o aumento do desempenho chegou a 107% no setor rodoviário, 185% no setor hidroviário, 49% no setor ferroviário e 56% no setor naval. Esses resultados refletem o compromisso do Governo Federal com o desenvolvimento do transporte do país.

Transporte Rodoviário

Um dos fatores que contribuíram para o crescimento de 107% no modal foi a prioridade dada à manutenção da malha rodoviária federal, tendo sido contratada a recuperação de mais de 24 mil km de rodovias pavimentadas.

Duplicaram-se trechos rodoviários em áreas economicamente consolidadas como a BR-230 na Paraíba, entre João Pessoa e Campina Grande e avançou-se na pavimentação de segmentos prioritários para a movimentação segura de pessoas e bens, como é o caso da BR-156 no Amapá, BR-319 no Amazonas, BR-364 no Acre, BR-230 no Pará, BR-135 na Bahia, BR-146 e BR-364 em Minas Gerais, BR-153 no Paraná, BR-285 no Rio Grande do Sul, BR-080 em Goiás, BR-158, BR-242 e BR-364 no Mato Grosso, BR-359 no Mato Grosso do Sul, entre outras.

Em 2009 foram contratados serviços de recuperação e posterior manutenção da malha rodoviária federal nos moldes do programa de Contrato de Restauração e Manutenção - CREMA 1ª Etapa, promoveu-se aumento de capacidade de forma a permitir maior segurança na movimentação de pessoas, no escoamento da produção agropecuária e industrial e de outros bens, a integração nacional e incremento do turismo.

Foi concluída a ponte da BR-158, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul, ligando os municípios de Paulicéia e Brasilândia, 2 km de extensão, além da conclusão de trecho de 50 km da BR-319, no Amazonas. Foram iniciadas obras de pavimentação em sete rodovias federais, entre abril e agosto de 2009.

Destaca-se ainda, a conclusão do processo de concessão da 2ª etapa - fase II do programa de concessões rodoviárias, referente a trecho das rodovias BR 116/324-BA, com extensão de 680,6 km. O início das operações da concessionária se deu em outubro de 2009.

Em 2009, as 14 concessionárias de rodovias investiram aproximadamente R$ 786,7 milhões, contra cerca de R$ 897,1 milhões, ocorridos em 2008. Essa redução é compatível com os cronogramas de investimento que integram os Planos de Exploração das Rodovias concedidas.

Foi iniciada a 3ª Etapa de Concessões Rodoviárias, que será implementada em duas fases. A Fase I compreende 2.601 km distribuídos em três rodovias: BR-040/DF/MG, de Brasília a Juiz de Fora (937 km); BR-116/MG, da Divisa MG/BA até a Divisa MG/RJ (817 km) e BR-381/MG, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, com 311 km. A Fase II compreende 1.608 km distribuídos em três rodovias: BR-101/BA, da Divisa ES/BA até o entroncamento com a BR-324 (791 km); BR-101/ES, Divisa RJ/ES até a Divisa ES/BA (458 km) e BR-470/SC, entre Navegantes e a Divisa SC/RS, com 359 km.

Transporte Hidroviário

As obras da eclusa de Tucuruí encontram-se em estágio final, com 88% de execução física nas duas plantas e no canal intermediário. O investimento, que garantirá navegabilidade no rio Tocantins, já garantiu 3,5 mil postos de trabalho. O investimento para a conclusão da maior eclusa do país, retomada a partir de 2007, é de R$ 965,4 milhões.

No Amazonas, Pará e Rondônia continuaram as obras de construção de 39 terminais fluviais, com 21 em obras, 15 em fase de licitação e três concluídos, trazendo segurança para o deslocamento da população da região Norte.

Às Administrações de Hidrovias compete promover e desenvolver as atividades de execução, acompanhamento e fiscalização de estudos, obras e serviços de hidrovias, dos portos fluviais e lacustres que lhes venham a ser atribuídos, bem como exercer outras atividades compatíveis com suas atribuições e jurisdição.

Fazem parte das Administrações as hidrovias da Amazônia Ocidental (AHIMOC), Amazônia Oriental (AHIMOR), do Nordeste (AHINOR), do Tocantins e Araguaia (AHITAR), do São Francisco (AHSFRA), do Paraná (AHRANA) e do Sul (AHSUL). No que se refere à execução orçamentária, em 2009, foram executadas despesas de R$ 15,4 milhões, correspondendo a 42,0% dos recursos disponíveis para as Administrações de Hidrovias.

Transporte Ferroviário

Prosseguiram as obras na Ferrovia Norte-Sul que percorrerá 2.253 km, ligando Açailândia, no Maranhão, a Estrela D'Oeste, em São Paulo, e terá investimento total de R$ 6,52 bilhões, dos quais, R$ 5,67 bilhões serão aplicados até 2010. O trecho de 571 km entre Açailândia (MA) e Guaraí (TO) já está concluído. Em 2009, foram contratados os estudos e projetos da ferrovia de Integração Oeste-Leste, que dinamizará o escoamento da produção do estado da Bahia e servirá de ligação dessa região com outros pólos do país, por intermédio de conexão com a Ferrovia Norte-Sul. A ferrovia ligará as cidades de Ilhéus, Caetité e Barreiras, no estado da Bahia, a Figueirópolis, no estado do Tocantins, formando um corredor de transporte que otimizará a operação do Porto de Ponta da Tulha e ainda abrirá nova alternativa de logística para portos no norte do país atendidos pela Ferrovia Norte-Sul e Estrada de Ferro Carajás.

Promoção Industrial (Fundo da Marinha Mercante)

Impulsionada também pelas descobertas do Pré-Sal, a indústria naval está sendo revitalizada, com mais de 200 embarcações contratadas, outras 98 em construção, que

inclui a conclusão de implantação de dois grandes estaleiros, no Sul e no Nordeste e mais de 100 embarcações concluídas.

O Estaleiro Atlântico Sul está 86% realizado, sendo 42% somente em 2009.

O mapa do programa de financiamento da Marinha Mercante mostra a distribuição de prioridades para todas as regiões do Brasil.

Em 2009, priorizou-se o financiamento para quatro novos estaleiros sendo dois na Bahia, um em Alagoas e outro no Ceará e para dez navios da segunda fase do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro - Promef, com investimento total previsto na ordem de R$ 3 bilhões.

Além dessas novas plantas, também foram aprovados projetos de ampliação e modernização de outros estaleiros, em seis estados. O resultado desses investimentos aumentará os níveis de emprego na construção naval, ultrapassando 45 mil empregos diretos.

Indicadores

No processo de avaliação dos resultados da atuação do governo em 2009 não estavam disponíveis informações que permitissem o cálculo dos indicadores do setor, uma vez que a conclusão do processo licitatório e conseqüente contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo de 24 indicadores selecionados no projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes" só ocorreu em novembro.

Análise dos Programas Estruturantes do Setor

A seguir, serão evidenciados e analisados cinco programas estruturantes do setor, indicando sua a importância, desempenho, bem como os resultados alcançados em cada um.

Programa Vetor Logístico Amazônico

O Vetor Logístico Amazônico tem por objetivo promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e oeste dos estados do Pará e Mato Grosso, inclusive a BR-163 ao norte de Cuiabá. O programa priorizou a implantação de infraestrutura hidroviária e fluvial mínima para impulsionar o desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida da população, uma vez que grande parte dos municípios do Amazonas tem sua infraestrutura hidroviária constituída por uma multiplicidade de pequenos pontos de atraque espalhados ao longo dos rios da região, sem gerenciamento.

Entre as ações implementadas no modal hidroviário, merecem destaque as seguintes obras:

- Construção de Terminais Hidroviários nos municípios de Alvarães, Anama, Anori, Apuí (Prainha), Aripuanã, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Borba, Canutama, Carauari, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Eirunepé, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Iranduba (Cacau Pirera), Iranduba (Solimões), Itacoatiara, Itamarati, Itapiranga, Japurá, Juruti, Jutaí, Labrea, Manacapuru, Manaquiri, Manicoré, Maués, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, São Raimundo, Tapauá, Tefé, Tonantins, Urucará, Urucurituba no estado do Amazonas;
- Construção de Terminais Hidroviários nos municípios de Altamira e Santarém (Prainha) no estado do Pará;
- Construção de Terminais Hidroviários nos municípios de Porto Velho (Cai N'Agua) e Guajará-Mirim no estado de Rondônia;
- Manutenção de 13.819 km de vias navegáveis sob jurisdição da Administração da Hidrovia da Amazônia Ocidental - AHIMOC, com execução orçamentária de 60%.

Entre as ações implementadas no modal rodoviário, merecem destaque as seguintes obras:

- Construção e pavimentação na BR-364/AC entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, com extensão total de 504,8 km. Em 2009 foram executados 28,0 km representando 5,5% da obra;
- Construção na BR-163/MT entre Guarantã do Norte e a Divisa MT/PA, com extensão total de 52,5 km. Em 2009 foram executados 15,0 km representando 66,7% da obra;
- Construção na BR-319/AM entre Manaus e a Divisa AM/RO, com extensão total de 871,6 km. Em 2009 foram executados 31,5 km representando 3,6% da obra.
- Construção de ponte na BR-230/PA sobre Rio Araguaia na Divisa PA/TO, com extensão total de 0,9 km. Em 2009 foram executados serviços na mesoestrutura e superestrutura, representando 39% do total da obra.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009

em R$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO
Transporte Rodoviário	1.602,1	1.312,2	672,2	596,2	41,96%
Transporte Hidroviário	226,1	182,3	18,1	17,8	7,98%
1456 - Vetor Logístico Amazônico	**1.828,2**	**1.694,5**	**690,2**	**614,5**	**37,75%**

Fonte: Siafi
Obs: Somente Despesas Discricionárias

Programa Vetor Logístico Centro-Norte

O Programa tem como objetivo promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Amapá, Maranhão e Tocantins e leste dos estados do Pará e Mato Grosso, exclusive a BR-163.

No modal ferroviário deu-se continuidade, em 2009, à implantação do trecho Aguiarnópolis/TO-Palmas/TO, concluindo o subtrecho Colinas do Tocantins-Guaraí, com 116 km de extensão, e prosseguiu com a construção do subtrecho seguinte, entre Guaraí e Palmas, no qual foram concluídos 53 km de obras, representando 36,0% de sua extensão total.

No que se refere à execução orçamentária, para as obras neste trecho foram executadas despesas de R$ 131,6 milhões, correspondendo a 32,5% da dotação disponível.

No trecho Palmas/TO – Uruaçu/GO, cuja extensão total é de 575 km, foram concluídas as obras de infraestrutura em 97,5 km.

No restante do trecho as obras encontram-se em andamento.

No que se refere à execução orçamentária, foram executadas despesas de R$ 123,3 milhões, correspondendo a 32,8% dos recursos disponíveis.

A retenção cautelar de parte dos valores contratuais resultou na redução do ritmo das obras e, consequentemente, impossibilitou o cumprimento das metas.

Entre as ações implementadas no modal hidroviário, merecem destaque as seguintes obras:

- Construção das Eclusas de Tucuruí, cuja execução física em 2009 foi de 8,0%, totalizando 88% do empreendimento.
- Manutenção de 25% de vias navegáveis sob jurisdição da Administração da Hidrovia Araguaia-Tocantins – AHITAR, com execução orçamentária de 51%;
- Manutenção de 19,9% de vias navegáveis sob jurisdição da Administração da Hidrovia da Amazônia Oriental - AHIMOR, com execução orçamentária de 48%.

No modal rodoviário destacam-se as seguintes obras:

- Construção na BR-156/AP entre Ferreira Gomes e Oiapoque, com extensão total de 427,2 km. Em 2009 foram pavimentados 25 km, representando 5,8% do empreendimento, além de terem sido iniciadas as obras de construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.
- Construção na BR-242/TO entre Peixe, Paraná e Taguatinga, com extensão total de 57 km. Em 2009 foram executados 29 km representando 50,9% da obra;
- Construção na BR-230/PA entre a Divisa PA/TO, Marabá e Altamira, com extensão total de 518,1 km. Em 2009 foram realizados processos licitatórios para contratação de obras de pavimentação;
- Duplicação na BR-135/MA entre o Porto de Itaqui e Pedrinhas, com extensão total de 16,1 km. Em 2009 foram executados 1,6 km representando 9,9% da obra.
- Construção na BR-158/MT entre a Divisa PA/MT e Ribeirão Cascalheira com extensão total de 481,4 km. Em 2009 foram executados 11,0 km representando 2,3% da obra;

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009

em R$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO
Transporte Rodoviário	1.040,8	961,6	348,3	332,1	33,46%
Transporte Ferroviário	793,0	781,2	255,5	254,8	32,22%
Transporte Hidroviário	522,7	520,4	434,0	430,6	83,04%
1457 - Vetor Logístico Centro-Norte	**1.833,8**	**1.742,7**	**603,8**	**587,0**	**32,93%**

Fonte: Siafi
Obs: Somente Despesas Discricionárias

Programa Vetor Logístico Nordeste Setentrional

O Vetor Logístico Nordeste Setentrional tem por objetivo promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

No modal ferroviário, destaca-se a Ferrovia Nova Transnordestina cujo objetivo é interligar os pólos de produção agrícola, mineral e industrial da região. Entre os méritos do projeto, registram-se: proporcionar condições para o crescimento da produção e exportação de grãos ao criar nova alternativa logística; integrar regiões produtoras de grãos do Nordeste (MA, PI e BA) aos portos de Pecém-CE e Suape-PE; potencializar a articulação de novos pólos minerais e agro-industriais e arranjos produtivos locais, especialmente o pólo gesseiro do Araripe e proporcionar a criação de mais de 600 empregos diretos e milhares de empregos indiretos na sua área de influência. Em 2009 foram realizadas desapropriações de imóveis na faixa de domínio da ferrovia, com execução financeira de 48,0%.

No modal hidroviário, a manutenção de 5.300 km de vias navegáveis sob jurisdição da Administração da Hidrovia do Nordeste, garantiu a trafegabilidade nos principais rios federais da região, contribuindo para melhorar as condições sócio-econômicas de áreas carentes, favorecendo a distribuição de renda e a desconcentração

populacional. A dotação orçamentária em 2009 foi R$ 3,5 milhões.

Entre as ações no modal rodoviário, merecem destaque as seguintes obras:

- Adequação na BR-230/PB entre João Pessoa e Campina Grande. Em 2009 foram executados 5 km, concluindo a adequação do trecho, com extensão total de 112 km;
- Adequação na BR-101/RN entre Natal e a Divisa RN/PB, com extensão total de 81,4 km. Em 2009 foram executados 18,2 km representando 22,3% da obra.
- Adequação na BR-101/PB entre a Divisa RN/PB e Divisa PB/PE, com extensão total de 129,0 km. Em 2009 foram executados 15,5 km representando 12,0% da obra.
- Adequação na BR-101/PE entre a Divisa PB/PE e a Divisa PE/AL, com extensão total de 220,5 km. Em 2009 foram executados 35,5 km representando 16,1% da obra.
- Construção na BR-135/PI entre Jerumenha, Bertolínia e Eliseu Martins, com extensão total de 178,7 km. Em 2009 foram executados 35,0 km representando 19,6% da obra.
- Adequação de Ponte na BR-304/CE sobre Rio Jaguaribe (restauração/duplicação/construção de acessos) no município de Aracati, com extensão total de 3,1 km (0,5 km de ponte e 2,6 km de acessos). Em 2009 foram executados 90% da infraestrutura, 70% da mesoestrutura e 50% da superestrutura da ponte nova, representando 45,0% da obra.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009

em R$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO
Transporte Rodoviário	1.454,1	1.346,0	486,4	465,9	33,45%
Transporte Ferroviário	184,1	17,5	9,4	9,4	5,08%
Transporte Hidroviário	3,5	3,2	1,7	1,7	48,44%
1459 - Vetor Logístico Nordeste Setentrional	**1.638,2**	**1.363,5**	**495,7**	**475,2**	**30,26%**

Fonte: Siafi
Obs: Somente Despesas Discricionárias

Programa Qualidade dos Serviços de Transporte

O programa objetiva garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes.

As ações do programa são de fiscalização, regulação e normatização, sendo executadas, principalmente, no âmbito das agências reguladoras: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Em cumprimento à programação anual de fiscalização da exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas concedido, foram realizadas inspeções técnicas e operacionais nas 12 concessionárias, resultando em notificações visando à manutenção da segurança operacional e melhorias na oferta de serviços de transportes.

A Fiscalização da Concessão dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura Rodoviária – Ponte Internacional São Borja – Santo Tomé (Brasil-Argentina) teve dotação orçamentária em 2009 de R$ 0,6 milhões, totalmente empenhada e paga como aporte do governo brasileiro para as ações de fiscalização realizadas pela Delegação de Controle/Comissão Mista Brasil-Argentina - DELCON/COMAB, organismo internacional criado pelo Acordo de 22 de agosto de 1989 e seu protocolo adicional, de 6 de julho de 1990, celebrados entre o Brasil e a Argentina.

Ao longo de 2009 foram realizadas operações de fiscalização na prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, abrangendo mais de 235 mil veículos.

As ações de fiscalização verificaram as condições da prestação de serviços para adequá-las à legislação do setor, coibir irregularidades e mediar conflitos entre empresas e usuários, garantindo assim, segurança e qualidade no transporte rodoviário de passageiros.

Em abril de 2009, foi finalizada a consulta pública no âmbito do Projeto da Rede Nacional de Transporte Interestadual de Passageiros PROPASS BRASIL, em todas as regiões do país, com a finalidade de reestruturar o transporte rodoviário regular, focado na qualidade dos serviços, na modicidade tarifária e no aprimoramento do modelo de gestão e controle.

O processo de concessão da 2ª etapa - fase II do programa de concessões rodoviárias, referente a trecho das rodovias BR 116/324-BA, com extensão de 680,6 km foi concluído. O início das operações da concessionária se deu em outubro de 2009.

Em 2009, as 14 concessionárias de rodovias investiram aproximadamente R$ 786,7 milhões, contra cerca de R$ 897,1 milhões, ocorridos em 2008. Essa redução é compatível com os cronogramas de investimento que integram os Planos de Exploração das Rodovias concedidas.

Dando continuidade às atividades de inscrição e manutenção do cadastro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC, decorrentes da regulamentação da Lei nº 11.442/2007,

iniciou-se em 2009 o recadastramento desses transportadores em adequação ao novo dispositivo legal, que definiu direitos do transportador, responsabilidades do transportador perante o contratante do serviço e incluiu as exigências: seguro contra perdas ou danos causados à carga e capacidade técnica e operacional.

Com relação às ações de fiscalização dos serviços de transporte rodoviário de carga foi registrada uma execução de 120,58% da meta física e 77,47% da meta financeira. A fiscalização rodoviária de carga é efetuada apenas nas balanças.

Relativamente às outorgas na área de serviços de transportes aquaviários, em 2009 foram emitidos 107 Termos de Autorização a Empresas Brasileiras de Navegação - EBN, Empresas Brasileiras de Navegação Interior - EBNI e Terminais de Uso Privativo - TUP, resultando em um aumento de 5,5% comparativamente a 2008.

O incremento na regularização das EBNI ocorreu principalmente devido a um intenso trabalho de conscientização realizado junto aos empresários, principalmente da Região Amazônica. Com a divulgação das regras do pré-sal, observou-se o crescimento do número de empresas interessadas em obter autorização para operarem na navegação de apoio marítimo.

A crise econômica não chegou a afetar a movimentação de carga em 2008, apesar da acentuada queda em dezembro, reduzindo a estimativa inicial de 822 milhões de toneladas para 768,3 milhões. Em 2009 a movimentação de cargas foi da ordem de 790 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 2,8% em relação a 2008. Em decorrência de Acordo de Cooperação firmado com o Comando da Marinha, cujo objeto é a cooperação técnica e operacional visando à fiscalização das empresas de navegação, das embarcações nacionais e estrangeiras, portos e terminais quanto ao cumprimento das normas da ANTAQ, foram assinados, em 2009, os Termos de Cooperação com os Comandos do 3º Distrito Naval, em Natal/RN, e 6º Distrito Naval, em Ladário/RS.

A aprovação, em 2008, de normas disciplinando o procedimento de fiscalização proporcionou, em 2009, um aumento significativo no número de penalidades aplicadas, 632.587, representando um acréscimo de 602% em relação a 2008.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009

em R$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO
Normatização e Fiscalização	48,9	41,4	32,1	31,5	65,65%
Administração de Concessões	2,1	1,3	1,2	1,2	58,65%
Transporte Ferroviário	10,0	0,0	0,0	0,0	0,00%
1463 - Qualidade dos Serviços de Transporte	**51,0**	**42,6**	**33,4**	**32,7**	**65,37%**

Fonte: Siafi
Obs: Somente Despesas Discricionárias

Programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval

O objetivo do programa é renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no país para o transporte marítimo e de navegação interior.
O Fundo da Marinha Mercante tem atualmente uma carteira de 515 projetos considerados prioritários.

Os 245 já contratados desde 2007, envolvendo a garantia de R$ 10,55 bilhões para financiamento de projetos até 2010, apresentam a seguinte situação: 113 embarcações concluídas; 98 embarcações e 2 estaleiros em construção (Atlântico Sul – Suape/PE e Navship – Navegantes/SC); e 32 embarcações contratadas. Os 270 projetos restantes aguardam contratação (253 embarcações e 17 estaleiros), representando um investimento total de R$ 22.770,0 milhões.

Em 2009, destacam-se como principais resultados: o avanço na execução dos Estaleiros Navship (97% de realização, sendo 22% em 2009) e Atlântico Sul (86% realizados, sendo 42% em 2009).

Os financiamentos para construção de embarcações saltaram de R$ 472,8 milhões em 2005 para R$ 1.541,5 milhões em 2009, representando um aumento de 226%.

É importante observar que, mesmo face à crise financeira mundial de 2009, a demanda por financiamento com recursos do Fundo de Marinha Mercante - FMM cresceu em relação a 2008.

Não existe uma correspondência direta entre o total de recursos liberados no exercício de um ano e o total de embarcações/estaleiros entregues neste mesmo período, tendo em vista que geralmente a construção de uma embarcação/estaleiro tem duração superior a um ano.

Em 2009 o desembolso de recursos do FMM para financiamento de construção e ampliação de estaleiros foi de R$ 510,2 milhões.

Demandaram recursos para implantação ou ampliação dos estaleiros nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009

em R$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% EXECUÇÃO
Administração Geral	8,2	4,4	2,8	2,8	33,70%
Tecnologia da Informação	13,3	12,9	12,3	12,3	91,98%
Formação de Recursos Humanos	0,3	0,2	0,1	0,1	36,67%
Promoção Industrial	2.936,2	2.270,6	2.056,4	2.056,4	70,04%
Serviços Financeiros	10,0	10,0	10,0	10,0	100,00%
Transporte Hidroviário	140,0	140,0	140,0	140,0	100,00%
8768 - Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval	**3.113,0**	**2.438,10**	**2.221,51**	**2.221,51**	**71,36%**

Fonte: Siafi
Obs: Somente Despesas Discricionárias

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2009 DA FUNÇÃO TRANSPORTE

em R$ milhões

26 TRANSPORTE	2009				
	LOA + CRÉDITOS	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHOS LIQUIDADOS	EMPENHOS PAGOS	% EXECUÇÃO
121 - Planejamento e Orçamento	446,8	359,2	114,8	106,6	0,68%
122 - Administração Geral	314,5	285,1	195,0	192,7	1,16%
125 - Normatização e Fiscalização	48,9	41,4	32,1	31,5	0,19%
126 - Tecnologia da Informação	82,4	73,5	59,7	59,6	0,36%
128 - Formação de Recursos Humanos	3,8	2,4	2,0	2,0	0,01%
130 - Administração de Concessões	2,1	1,3	1,2	1,2	0,01%
131 - Comunicação Social	14,2	11,4	6,7	6,7	0,04%
301 - Atenção Básica	35,1	33,7	25,5	25,5	0,15%
306 - Alimentação e Nutrição	11,0	10,9	10,6	10,6	0,06%
333 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	6,2	5,6	5,5	5,5	0,03%
365 - Educação Infantil	0,7	0,6	0,6	0,6	0,00%
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,5	0,5	0,0	0,0	0,00%
542 - Controle Ambiental	34,7	9,4	6,2	5,7	0,04%
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	15,0	8,0	0,5	0,5	0,00%
663 - Promoção Industrial	2.936,2	2.270,6	2.056,4	2.056,4	12,24%
694 - Serviços Financeiros	10,0	10,0	10,0	10,0	0,06%
782 - Transporte Rodoviário	10.326,9	9.196,1	3.812,2	3.572,7	22,68%
783 - Transporte Ferroviário	1.596,4	1.203,6	356,8	350,1	2,12%
784 - Transporte Hidroviário	921,4	863,7	599,9	596,2	3,57%
TOTAL	**16.806,84**	**14.387,08**	**7.295,72**	**7.034,07**	**43,41%**

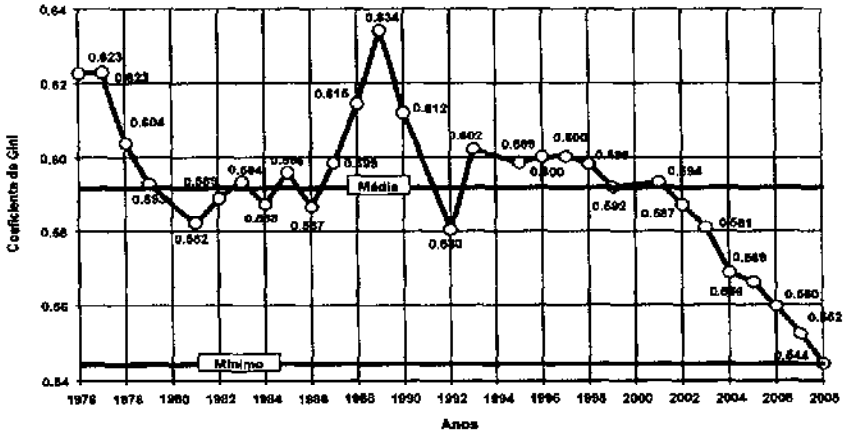
Fonte: Siaf Gerencial
(*) Regra de cálculo: Empenhos Liquidados/Total LOA + Créditos

5.1.23. Função Assistência Social

O Brasil está vivendo uma mudança de paradigma na condução das políticas públicas, promovida por uma concepção de desenvolvimento mais distributiva e sustentável. Nesse contexto, as políticas sociais ganham papel relevante, rompendo com a falsa dicotomia entre o social e o econômico.

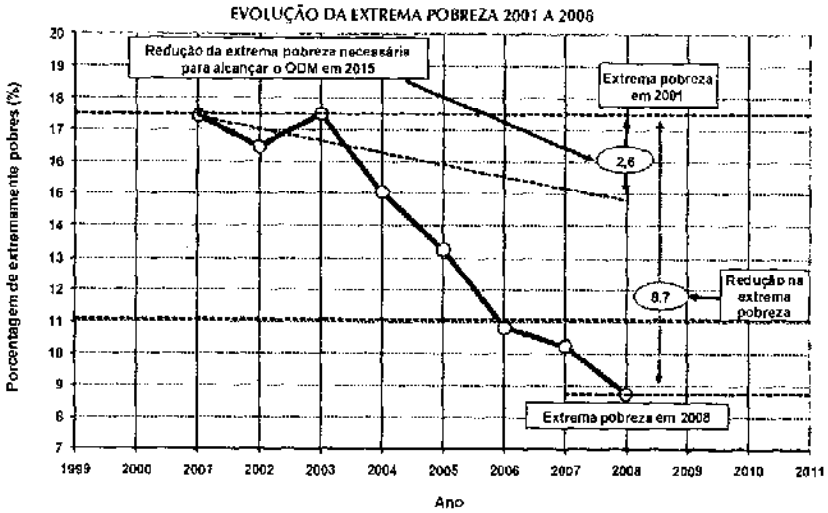
A desigualdade de renda brasileira declinou de forma sistemática, acentuada e sem precedentes entre 2001 e 2008, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2008, divulgada em 2009. Ao analisar a desigualdade de renda familiar per capita segundo o coeficiente de Gini, verifica-se uma queda de 8,4% entre os anos de 2001 e 2008 (de 0,594 para 0,544), o que indica a tendência rumo a uma sociedade mais justa. Uma decomposição fatorial por fonte de renda do coeficiente de Gini aponta para a desconcentração da renda do trabalho como responsável pela maior parte desse movimento, embora as transferências públicas (aposentadorias, pensões, Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família) tenham revelado significativa contribuição.

EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA
SEGUNDO O COEFICIENTE DE GINI: BRASIL, 1976 A 2008



Fonte: IPEA – Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2008

Ademais, em 2008 o país foi capaz de reduzir a extrema pobreza à metade do valor do ano de 2003, de maneira a alcançar em 5 anos o que o Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio - ODM estabeleceu que fosse feito em 20 anos, até 2015, conforme demonstra a seguir. Além da queda da desigualdade e da pobreza em termos de renda, os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008 revelam a expansão do acesso da população, em especial dos grupos mais vulneráveis, a uma ampla variedade de oportunidades como o acesso a serviços habitacionais básicos, à informação e à educação. A expansão continuada do acesso aos itens que caracterizam a qualidade do domicílio (normativamente definida segundo quatro aspectos: acesso a saneamento básico, características físicas adequadas, ocupação adequada e acesso a bens de consumo duráveis) foi também acompanhada pela desconcentração, tornando o acesso mais bem distribuído e menos concentrado nos segmentos relativamente mais ricos.



Fonte: IPEA – Estimativas produzidas com base na PNAD de 2001 a 2008

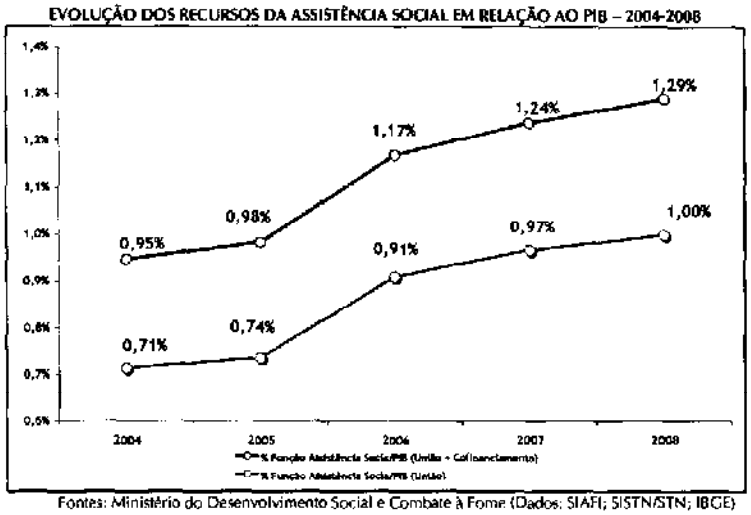
No que se refere à evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil - IDH, medida calculada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD que engloba as dimensões de renda, educação e longevidade, o Brasil manteve a classificação de país de desenvolvimento humano elevado, alcançado em 2005. A elevação na dimensão absoluta do índice de 0.807 em 2006, para 0,813 em 2007 esteve relacionada principalmente ao aumento do PIB per capita no período considerado, embora a edição especial do relatório anual "Situação Mundial da Infância do Fundo das Nações Unidas para a Infância" (Unicef) aponte que o país faz parte do grupo de 25 nações – em meio a 196 analisadas – que mais avançou na redução da mortalidade de menores de 5 anos, atingindo em 2008 a marca de 22 mortes para cada mil nascidos vivos.

O relatório cita os avanços também na redução da desnutrição em crianças menores de dois anos – de 2000 a 2008, o índice caiu 77%. Outro destaque trata do acesso à escola já que, em 2001, 920 mil crianças em idade escolar estavam fora das salas de aula. Em 2008, o número caiu para 570 mil. As condicionalidades de saúde e educação do Programa Bolsa Família, referentes à frequência escolar, vacinação, acompanhamento nutricional das crianças e das gestantes, certamente contribuíram para a evolução dos números apresentados.

De acordo com os dados divulgados pela PNAD 2009, o ano de 2008 reafirmou a tendência de queda do trabalho infantil no país. Para a faixa etária de 5 a 15 anos, a taxa de trabalho infantil caiu de 6,6% para 5,8%, evoluindo de 2,49 milhões de crianças em situação de trabalho em 2007 para 2,14 milhões em 2008, ou seja, aproximadamente 350 mil crianças de 5 a 15 anos deixaram de trabalhar no intervalo de um ano. Já na faixa etária entre 5 e 13 anos a ocupação caiu acentuadamente de 1,2 milhão em 2007 (19,2%) para 993 mil em 2008, alcançando o menor nível de ocupação da década (3,2%).

Os resultados de impacto na redução da pobreza e da desigualdade são fruto, em grande parte, da ampla política social de Estado concebida com foco nos mais pobres. Trata-se de uma clara prioridade de atuação e intervenção comprometida com a Agenda Social. Nessa perspectiva, constata-se o crescimento contínuo dos recursos destinados à Assistência Social, que em termos nominais aumentaram 102,5% de 2004 a 2008; em relação ao PIB, os recursos evoluíram de 0,95% em 2004, para 1,29% em 2008. Considerando que em 2008 o PIB teve um incremento da ordem de 48,8% em termos nominais em relação a 2004, verifica-se um crescimento maior do investimento na área social.

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO AO PIB – 2004-2008



Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Dados: SIAFI; SISTN/STN; IBGE)

Função Assistência Social

Com o intuito de apoiar a gestão das ações da função Assistência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS desenvolve pesquisas de avaliação e processos de monitoramento dos programas e ações executados ou financiados pelo Governo Federal, bem como a capacitação de gestores e técnicos e a disseminação do conhecimento, agregando qualidade à gerência e ao desempenho dos programas e políticas sociais. A Matriz de Informação Social, principal ferramenta de gestão e acompanhamento de informações estratégicas, permitiu consolidar as informações das ações do MDS e dos recursos investidos nas mesmas, de maneira a acompanhar a evolução dos principais indicadores sociais.

Por meio do monitoramento dos equipamentos sociais, como os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, o Censo do Sistema Único de Assistência Social, sequencial aos anos de 2007 e 2008, levantou a situação dos equipamentos e sua forma de funcionamento, dados utilizados como subsídios para o cálculo de indicadores de qualidade, ações de correção de problemas, bloqueio de repasses de recursos financeiros e definição da política de expansão dos serviços. O IDCRAS, indicador de desempenho do CRAS consolidado em 2009, é uma metodologia adotada para a construção de um indicador sintético que está baseada em uma perspectiva de estágios de desenvolvimento dos CRAS, no total de 10 estágios. Em 2009 foi iniciado também o processo de elaboração do IDCREAS, de forma semelhante ao já consolidado IDCRAS.

O Censo CRAS 2009 registrou 5.796 CRAS, em 4.326 municípios e no DF. Em relação a 2008, constata-se um aumento de 13% de CRAS no Brasil. Do total de CRAS registrado no Censo 2009, 3.916 são cofinanciados pelo Governo Federal. Já o Censo SUAS, incorporando o segundo censo CREAS, indicou a existência de 1.200 CREAS em funcionamento, número maior que os cofinanciados pelo Governo Federal, o que demonstra o comprometimento dos demais entes federados na consolidação dessa unidade de referência no âmbito do SUAS.

Por fim, é importante ressaltar a promoção de ações de *monitoramento* na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no apoio à construção de indicadores e no desenvolvimento e melhoria de ferramentas de informação que auxiliem e orientem os gestores na tomada de decisão, visando melhor focalização dos esforços e melhoria no atendimento das demandas.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL - 2004/2009

em R$ milhões

ASSISTÊNCIA SOCIAL	EMPENHADO						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
OFSS	13.863,4	15.806,1	21.554,6	24.713,6	28.845,2	33.335,6	138.118,4
OI	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	**13.863,4**	**15.806,1**	**21.554,6**	**24.713,6**	**28.845,2**	**33.335,6**	**138.118,4**

Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação CGPA/SPO/SE/MDS (Dados: Siafi)

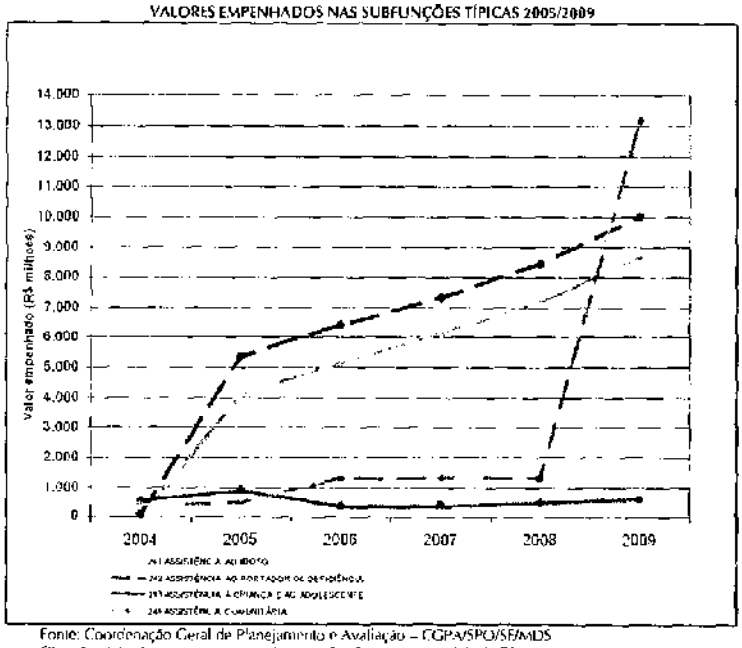
ANÁLISE DA EXECUÇÃO POR SUBFUNÇÃO GOVERNAMENTAL
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2009

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO 08POR SUBFUNÇÕES		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO 08 EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO 08	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
Subfunções Típicas						
241 - Assistência ao Idoso	8.674,98	96,9	0,82	91,6	8.675,81	96,9
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	10.037,20	98,7	2,52	96,0	10.039,72	98,7
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	618,36	90,8	99,92	88,9	718,28	90,6
244 Assistência Comunitária	13.174,24	97,8	582,71	72,4	13.756,95	96,3
Outras Subfunções	830,79	78,9	-	-	830,79	78,9
TOTAL	33.335,58	92,1	685,98	74,5	34.021,55	96,5

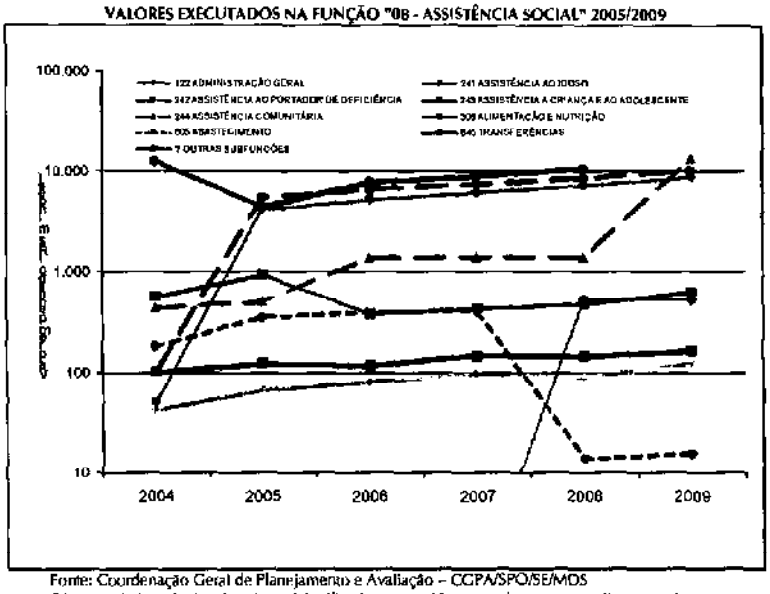
Pela análise da evolução dos recursos da Função Assistencial Social, por subfunção, nota-se que, em 2004, o Benefício de Prestação Continuada - BPC se encontrava alocado na subfunção 845 – Transferências, o que não ocorreu em 2005, quando o BPC idoso passou a ser alocado na subfunção 241 – Assistência ao Idoso, e o BPC Deficiente, na subfunção 242 – Assistência ao Portador de Deficiência. Com esse alteração, observa-se um incremento significativo das duas últimas subfunções mencionadas entre os exercícios de 2004 e 2005. Dessa forma, resta na subfunção 845 – Transferências, a partir do exercício de 2005, apenas o recurso alocado no Programa Bolsa Família (PBF). Outra variação significativa ocorreu entre os exercícios de 2007 e 2008 na medida em que o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA passou de figurar, até 2007, na subfunção 605 – Abastecimento para figurar, a partir de 2008, na subfunção 306 – Alimentação e Nutrição, de modo a classificar melhor o gasto conforme seu objetivo final. Nesse mesmo sentido, a última variação significativa em termos de subfunção ocorreu entre os exercícios de 2008 e 2009, na medida em que os recursos do PBF mudaram da subfunção 845 – Transferências para ser classificados na subfunção 244 – Assistência Comunitária a partir de 2009. Segue abaixo o quadro com a execução do MDS por subfunção. A seguir encontra-se o gráfico evidenciando a evolução, 2005 a 2009, nas subfunções típicas.

VALORES EMPENHADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2005/2009



Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação – CGPA/SPO/SE/MDS
Obs.: Também houve execução na função 28 Encargos especiais de R$ 72.400 no ano de 2009. Contudo tal execução não é representativa na escala de valores que foi utilizada neste trabalho.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO "08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL" 2005/2009



Fonte: Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação – CGPA/SPO/SE/MDS
Obs.: escala logarítmica de valores foi utilizada neste gráfico para demonstrar melhor as variações.

A política pública de assistência social foi organizada, a partir de 2005, em um novo modelo de gestão descentralizada e participativa, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, que visa a regulação e organização, em todo o território nacional, dos projetos, programas, benefícios e serviços socioassistenciais, fundamentado na complexidade dos serviços em níveis de proteção social básica e especial, na centralidade da família, na territorialização, na participação social e no financiamento partilhado pelas três esferas de governo.

Em 2009, 99% dos municípios brasileiros (5.507) estavam habilitados em algum nível de gestão do SUAS sendo que, 940 municípios (16,9% do total de municípios) em gestão inicial, 4.182 municípios (75,2%) em gestão básica e 385 (6,9%) em gestão plena. Ao final de 2009, apenas 57 municípios (1%) não estavam habilitados ao SUAS. O nível crescente de adesão ao SUAS desde a sua implantação no ano de 2005 até o exercício de 2009 e o incremento da habilitação nos níveis de gestão básica e plena, conforme observado no quadro a seguir demonstra a consolidação desse modelo de gestão compartilhada.

EVOLUÇÃO DA ADESÃO AO SUAS – 2005 A 2009

TIPO DE HABILITAÇÃO	PERÍODO				
	2005	2006	2007	2008	2009
Não Habilitados	417	231	124	98	57
Gestão Inicial	1625	1286	1262	1170	940
Gestão Básica	3206	3690	3813	3921	4182
Gestão Plena	312	356	364	374	385
TOTAL	5560	5563	5563	5563	5564

Fonte: SNAS

Como estratégia fundamental para a consolidação do SUAS, merece destaque a formação de agentes de controle social da assistência social, por meio da capacitação dos conselheiros nacionais, estaduais e do DF, que destinou-se ao aprimoramento da capacidade institucional dos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social, por meio do desenvolvimento das competências individuais e coletivas dos seus membros relacionadas ao exercício do controle social da política de proteção social não contributiva. Foram oferecidas 430 vagas aos membros dos Conselhos Nacional, Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social, dentre os quais figuram conselheiros e secretários executivos.

No que se refere aos avanços em termos de regulação, ressalta-se a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e o protocolo de gestão. Por meio da Resolução nº 109/2009 foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que padroniza em todo território nacional os serviços de assistência social, cria identidade para os seus serviços e passam a ter nomenclatura padronizada nacionalmente, favorecendo a unidade de compreensão. Ainda na área de regulação, destaca-se a elaboração e publicação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009).

O Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS estabelece procedimentos necessários para garantir a oferta prioritária de serviços socioassistenciais para as famílias do Programa Bolsa Família, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do Benefício de Prestação Continuada e Benefícios Eventuais, especialmente das que apresentam sinais de maior vulnerabilidade.

Visando atender ao que determina a Política Nacional de Assistência Social, de implementar o Sistema Nacional de Vigilância Social, o MDS firmou parceria, no final de 2008, com a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ para realizar o Projeto de Implementação de Ações de Vigilância Social, que culminou na elaboração de um relatório preliminar com as variáveis e os indicadores da situação de vulnerabilidade e risco social nos municípios brasileiros.

No tocante às publicações destacam-se em 2009 os documentos "Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS" e do caderno "CRAS – a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços", que trazem um conjunto de diretrizes e informações para apoiar os municípios e o Distrito Federal no planejamento, implantação e funcionamento do CRAS. Ainda em 2009 foram publicados os Cadernos de Orientação do Projovem Adolescente, um conjunto de oito volumes lançado em outubro e o documento "Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes" (Resolução conjunta CNAS/CONANDA nº 01/2009).

A seguir são apresentados os principais resultados dos cinco programas estruturantes no âmbito da função Assistência Social, com informações sobre as metas de atendimento e a execução financeira no exercício de 2009.

Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família - PBF é a principal ação pública de transferência de renda condicionada do Brasil. Em 2009, completou seu sexto ano de operação, no qual foram tomadas medidas importantes para o aperfeiçoamento do Programa e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico).

Criado pela Lei nº 10.836/2004, o PBF visa contribuir para a superação da pobreza e a diminuição da desigualdade no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de promover melhorias imediatas nas condições de vida das famílias; reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das famílias mais vulneráveis.

Em 2009, diversas iniciativas foram tomadas para ampliar o impacto do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade. Uma das principais foi o reajuste dos benefícios em aproximadamente 10%, a fim de preservar o poder de compra das famílias diante da alta dos preços dos produtos alimentares. Assim, o benefício básico, voltado às famílias em situação de extrema pobreza, passou de R$ 62,00 para R$ 68,00, o benefício variável, voltado a famílias em situação de pobreza que têm crianças e adolescentes de até 15 anos, limitado a três benefícios, passou de R$ 20,00 para R$ 22,00, e o Benefício Variável Vinculado ao Jovem - BVJ, voltado a famílias em situação de pobreza que têm adolescentes de 16 e 17 anos de idade, limitado a dois benefícios, passou de R$ 30,00 para R$ 33,00. O ano foi marcado também por aperfeiçoamentos na metodologia de focalização do Programa Bolsa Família. O primeiro foi a alteração dos critérios de elegibilidade do PBF: a linha de extrema pobreza passa a corresponder a uma renda familiar per capita de até R$ 70,00 e a linha de pobreza a uma renda familiar per capita de até R$ 140,00. O segundo foi a atualização das estimativas de pobreza utilizadas pelo Programa por meio da incorporação de um coeficiente de vulnerabilidade de renda que considera a instabilidade dos ganhos das famílias mais pobres. Finalmente, as estimativas da população-alvo do Programa nos municípios foram redefinidas com base na metodologia dos Mapas de Pobreza. Com isto, o público potencialmente beneficiário do Bolsa Família passou de 11,1 milhões para 12,9 milhões de famílias distribuídas em todo o território nacional. Com base nessas novas estimativas, realizou-se a expansão da cobertura do Programa Bolsa Família em três etapas. A primeira foi concluída em maio, quando ocorreu a inclusão de 300 mil novas famílias; a segunda, em agosto, com a inclusão de mais 500 mil famílias; a terceira e última aconteceu na folha de pagamentos de outubro, com a inclusão de outras 500 mil famílias. No total, 1,3 milhão de famílias foram incluídas no Bolsa Família em 2009. Também em 2009 o PBF beneficiou 12.370.915 famílias, em 100% dos municípios brasileiros, com um benefício financeiro de valor médio de R$ 94,92. Os recursos financeiros repassados pelo Bolsa Família para pagamento de benefícios totalizaram R$ 11,84 bilhões em 2009, ou aproximadamente 0,4% do PIB de 2008, o que demonstra que esse Programa tem um custo relativamente baixo, considerando seu impacto positivo na redução da pobreza e da concentração de renda. Esse montante representa 28,69% do total repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 16% do total de Transferências Constitucionais no mesmo período. Na Região Nordeste, os recursos repassados pelo Bolsa Família representam 42,33% dos recursos repassados pelo FPM e 24,92% do total das Transferências Constitucionais, o que demonstra a importância desse Programa para os cidadãos e, ainda, para a economia da Região. A tabela a seguir compara os montantes de recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e das transferências de renda.

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PARA O MUNICÍPIO – DEZEMBRO/2009 (R$ MILHÕES)

REGIÃO	FPM (A)	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (B)	TOTAL DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA (C)	PTR/ FPM (C/A)	PTR / TRANSF. CONSTITUCIONAL (C/B)
CENTRO-OESTE	2.951	4.935	602	20,38%	12,19%
NORDESTE	14.665	24.913	6.208	42,33%	24,92%
NORTE	3.655	6.655	1.135	31,06%	17,06%
SUDESTE	12.794	25.983	2.935	22,94%	11,30%
SUL	7.222	11.530	964	13,35%	8,36%
TOTAL GERAL	**41.286**	**74.017**	**11.844**	**28,69%**	**16,00%**

Fonte: STN

A execução da meta financeira do PBF, no período de 2005 a 2009, será apresentada na tabela a seguir. Cabe esclarecer que, na elaboração do PPA 2008-2011, a Senarc propôs o desmembramento da ação Serviço de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência de Renda. Dessa forma, foi acrescida ao PBF a ação Serviço de Apoio a Gestão Descentralizada do PBF, que tem como finalidade transferir recursos financeiros aos estados e municípios com propósito de assegurar melhoria do desempenho da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - 2005/2009

em R$ milhões

AÇÃO		2005	2006	2007	2008	2009
0060 / 6442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em condição de Pobreza e Extrema Pobreza	4.307,94	5.807,58	8.755,56	10.472,87	11.844,28
2272	Gestão e Administração do Programa	9,60	1,58	2,87	2,12	1,00
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda – Cadastro Único	7,20	14,79	15,00	15,01	3,92
6524	Serviço de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benefícios de Transferência de Renda	178,30	523,98	406,53	191,70	218,70
8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	257,90	231,92
TOTAL		**4.503,05**	**6.347,94**	**9.179,95**	**10.939,59**	**12.299,82**

Fonte: SIGPlan

O MDS vem utilizando indicadores de gestão para monitoramento e avaliação do PBF e do Cadastro Único. Além de medir o alcance das metas, esses indicadores contribuem para a transparência no que concerne à execução do PBF e do Cadastro Único e à identificação de particularidades não previstas no desenho inicial. Isso conduz à percepção dos resultados e do impacto no público para o qual se destina as ações do programa. Com a mudança na metodologia para estimar o público-alvo do Programa Bolsa Família, em 2009, o número potencial de beneficiários passou de 11,1 milhões para 12,9 milhões de famílias. Sendo assim, com a expansão estabelecida para o exercício de 2009, o resultado de apuração do indicador Taxa de Atendimento às Famílias Pobres atingiu 100%. Quanto ao total de famílias beneficiárias do PBF, com os números definidos a partir da nova estimativa apurou-se, nesse indicador, um resultado de 95,2%. A tabela a seguir apresenta o resultado do monitoramento dos indicadores contidos no Plano Plurianual.

INDICADORES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - 2008 E 2009 (%)

INDICADOR	2008		2009	
	PREVISÃO	RESULTADO	PREVISÃO	RESULTADO
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação	80,00	84,80	85,00	88,40
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde	60,00	58,20	70,00	64,50
Taxa de Atendimento às Famílias Pobres	100,00	100,00	100,00	95,20

Fonte: SIGPlan

Em relação ao acompanhamento de condicionalidades do Bolsa Família, na área de educação, o exercício de 2009 foi encerrado com 88,4% dos integrantes em idade escolar das famílias beneficiárias com a frequência escolar monitorada, representando 15,7 milhões de alunos acompanhados no bimestre outubro/novembro. Em relação ao final de 2008, quando o resultado foi de 84,8%, o crescimento na taxa de acompanhamento foi de 4,4 pontos percentuais. O percentual de alunos de 6 a 15 anos com acompanhamento registrado chegou a 89,6%, representando 14 milhões de alunos. Para os alunos com idade entre 16 a 18 anos, o percentual de

acompanhamento foi de 79,4%, o que representa 1,7 milhão de jovens acompanhados.

No que se refere ao acompanhamento de condicionalidades na área de saúde, o exercício de 2009 foi encerrado com 64,5% das famílias que possuem integrantes no perfil para acompanhamento de saúde com o acompanhamento realizado no 2º semestre de 2009. Este indicador corresponde ao acompanhamento de 6,3 milhões de famílias. Em relação ao final de 2008, quando o resultado foi de 58,2%, o crescimento na taxa de acompanhamento foi de 6,3 pontos percentuais no exercício.

Em setembro de 2009 foi publicada portaria que institui o Fórum Intergovernamental e Intersetorial de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família. De caráter consultivo, o Fórum será um espaço destinado ao debate e à integração entre políticas públicas das três esferas de governo no acompanhamento das condicionalidades do Programa, visando ao seu aprimoramento.

Importante ressaltar, em 28 de outubro de 2009, o lançamento oficial do Projeto de Inclusão Bancária dos beneficiários do PBF, regulamentado pelo Decreto nº 7.013/2009. Esse projeto contribui para ampliar a inclusão social das famílias atendidas pelo Programa, pois viabiliza o acesso ao sistema financeiro formal e pode garantir a oferta de instrumentos financeiros importantes à população de baixa renda, como poupança, microcrédito e microsseguros, além de proporcionar flexibilidade para a utilização de serviços bancários. Desde o lançamento do projeto-piloto, em março de 2008, o Projeto de Inclusão Bancária já alcançou cerca de dois milhões de famílias beneficiárias, o que representa R$ 169 milhões transferidos mensalmente (por volta de 16% do total de benefícios transferidos às famílias do PBF no mês de novembro de 2009). A meta é alcançar quatro milhões de famílias até o final de 2010.

No que se refere à oferta de programas complementares ao PBF, destaca-se o programa Próximo Passo, executado por meio de articulação entre o MDS e o Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ, o qual visa a oferta de ações de qualificação profissional vinculadas a demandas efetivas por mão-de-obra de vários setores da atividade econômica, a exemplo das oportunidades ocupacionais surgidas com o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Minha Casa Minha Vida, bem como para atender a diversos eventos turísticos, entre os quais a Copa do Mundo de 2014.

Como uma das ações do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, os cursos de qualificação profissional nos setores da construção civil e do turismo são financiados com recursos do orçamento de 2008, alocados no FAT. Assim, cabe ao MTE a contratação das executoras para ministrar os cursos e ao MDS todo o processo de articulação com as redes estaduais e municipais de assistência social e do Bolsa Família, visando a mobilização dos beneficiários para participarem da qualificação. Em 2009, passaram pela qualificação quase 40 mil beneficiários do PBF, nos setores da construção civil - em articulação com as obras do PAC - e do turismo, em mais de 200 municípios brasileiros.

A parceria firmada com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB tem também contribuído para ampliar o acesso dos beneficiários ao Microcrédito Produtivo Orientado. Conforme dados do BNB (novembro de 2009), metade da carteira de clientes do Programa Crediamigo (microcrédito urbano) é composta por beneficiários do PBF (51,5%), totalizando 205 mil empreendedores de baixa renda.

Na estratégia de apoio à gestão compartilhada do Programa, destaca-se a institucionalização do Índice de Gestão Descentralizada – IGD, com a publicação da Lei nº 12.058/2009, que consolida esse instrumento de aferição da qualidade da gestão do PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico em nível municipal através de indicadores definidos com esta finalidade. Esses indicadores refletem os esforços dos gestores no acompanhamento das condicionalidades e na atualização do cadastro das famílias vulneráveis. No exercício de 2009, foram transferidos a estados e municípios R$ 231,92 milhões, sendo que R$ 231,78 milhões referem-se a transferências para municípios e R$ 0,14 milhões referem-se a repasses a estados não efetuadas em 2008. Em 2009 foi finalizada a parceria com a totalidade municípios brasileiros, que participam, junto com os estados e o Governo Federal, de ações para melhoria das condições de vida das famílias carentes.

O CadÚnico, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, ao final de 2009, contou com cerca de 19 milhões de famílias identificadas na sua base de dados, totalizando cerca de 72 milhões de pessoas. Destas, em torno de 32 mil famílias em todo o Brasil estão identificadas como quilombolas, sendo aproximadamente 25 mil beneficiárias do PBF e cerca de 76 mil famílias identificadas como indígenas, sendo aproximadamente 64 mil delas beneficiárias do PBF. Em 2009 houve ampla mobilização dos gestores municipais para atualizar os dados das famílias beneficiárias com mais de dois anos desde a última alteração cadastral. Desde o lançamento da estratégia de revisão cadastral, em fevereiro deste ano, mais de 2,7 milhões de famílias tiveram o cadastro atualizado.

A Portaria nº 376/2008 define e normatiza procedimentos e conceitos para a gestão do Cadastro Único que ainda não haviam sido regulamentados e define o novo formulário de coleta de dados. Este Formulário passará a ser utilizado pelos municípios a partir da implantação da nova versão do Aplicativo de Entrada e Manutenção de Dados do Cadastro Único, denominada Projeto CadÚnico 7, prevista para iniciar em 2010. Esta nova versão do Aplicativo permitirá às prefeituras realizar o cadastramento e a manutenção dos dados das famílias de baixa renda por meio de aplicação on-line, baseada em tecnologia *web* e de *software* livre.

Para implantar o novo formulário do CadÚnico, foi iniciado processo de capacitação que terá continuidade ao longo de 2010. Em 2009, foram capacitados 435 multiplicadores entre técnicos estaduais e municipais

ligados à gestão do CadÚnico. Os instrutores serão responsáveis por capacitar, em seus estados, mais de 15.000 entrevistadores que realizarão o cadastramento das famílias nos municípios. Para esse processo de capacitação foram elaboradas sete publicações impressas, além de um vídeo instrucional, com o objetivo de assegurar que os conhecimentos necessários para o preenchimento do novo formulário cheguem com homogeneidade a cada entrevistador, de forma a garantir a qualidade e ampliar a fidedignidade dos dados do CadÚnico.

Periodicamente há verificações das informações declaradas no CadÚnico pelas famílias integrantes do PBF a partir de comparações com informações contidas em outras bases de dados. Em 2009, foi feito o cruzamento do CadÚnico com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2007 e com a Relação de Políticos Eleitos e Suplentes no Pleito de 2008 do Tribunal Superior Eleitoral.

Na comparação entre a RAIS 2007 e o CadÚnico foram identificadas todas as pessoas que aparecem, simultaneamente, no CadÚnico e na RAIS e foram comparadas as rendas informadas em cada uma dessas bases. Nos casos em que foram encontradas divergências entre essas informações, a renda per capita familiar registrada no CadÚnico foi recalculada, tendo como referência a renda média anual constante da base da RAIS. Os municípios puderam realizar a atualização cadastral das famílias identificadas na RAIS 2007 até 31 de dezembro de 2009. A partir desta data, as famílias identificadas cujos dados não foram atualizados tiveram seus benefícios bloqueados na folha de pagamento do PBF de janeiro de 2010.

Para a realização do batimento das informações da base de Políticos 2008 e do CadÚnico, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE encaminhou a Senarc a base de dados dos Políticos Eleitos e Suplentes de 2008. De posse dessas informações foi possível verificar se o político cadastrado no CadÚnico é também o responsável pela unidade familiar. Cabe ainda destacar a disponibilização, em julho de 2009, do Sistema de Monitoramento de Auditorias do CadÚnico - SIMAC, por meio do qual os municípios passaram a complementar e atualizar as informações das famílias encontradas em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União - TCU. A partir dos resultados obtidos foram abertas averiguações e tomadas as providências cabíveis, como o cancelamento do recebimento do benefício do Bolsa Família para as famílias que possuíam políticos eleitos ou suplentes em sua composição e o bloqueio de possível habilitação ao Programa.

Por fim, vale mencionar a disponibilização do SISTAC – Sistema de Isenção de Taxas de Concurso. Essa ferramenta online automatiza o processo de concessão da isenção de taxas em concursos públicos federais para candidatos inscritos no CadÚnico. O SISTAC está aberto para três públicos específicos: (i) Instituições Executoras: acesso para envio da relação de candidatos que solicitaram isenção de taxas por estarem inscritos no CadÚnico; (ii) Órgãos de Auditoria: acesso para consulta da relação de candidatos, dando transparência ao processo; e (iii) Candidatos: acesso para consulta do deferimento ou não da solicitação de isenção de taxa.

Programa Proteção Social Básica

O Programa Proteção Social Básica reúne um conjunto de benefícios, serviços e projetos voltados para o atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. As ações prioritárias do programa são os Benefícios de Prestação Continuada - BPC e os serviços do Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF desenvolvidos na rede de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. O BPC é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitadas para a vida independente e para o trabalho, em qualquer idade cuja renda per capita familiar mensal, em ambos os casos, seja inferior a ¼ do salário mínimo. No exercício de 2009, houve um investimento de R$ 8,70 bilhões no atendimento a 1.625.625 pessoas com deficiência (PcD) e de R$ 8,16 bilhões no atendimento a 1.541.220 pessoas idosas, com uma execução orçamentária de 99,1% no BPC para pessoas com deficiência e de 96,7% no BPC para pessoas idosas.

EXECUÇÃO FÍSICA DO BPC NO PERÍODO DE 2005 A 2009 (BENEFICIÁRIOS)

AÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
BPC pessoa com deficiência	1.211.761	1.293.645	1.385.107	1.510.682	1.625.625
BPC pessoa idosa	1.065.604	1.183.840	1.295.716	1.423.790	1.541.220
TOTAL	2.277.365	2.477.485	2.680.823	2.934.472	3.166.845

Fonte: Dataprev/Síntese, atualizado em 15/01/2010.

Em relação ao ano de 2005, observa-se um crescimento na quantidade de beneficiários de 34,2% no BPC para pessoas com deficiência e de 44,6% no BPC para pessoas idosas. Tendo em vista a necessidade de ampliação e manutenção de uma rede de proteção integral voltada aos beneficiários do BPC e de acesso às diversas políticas públicas, em 2007 foi instituído o Programa BPC na Escola com o objetivo de promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência até 18 anos, beneficiárias do BPC, garantindo-lhes o acesso e permanência na escola, por meio de articulação intersetorial, envolvendo as políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos. Durante o exercício de 2009, o programa contou com a adesão de todos os estados, Distrito Federal e 2.622 municípios, incluindo as capitais. O programa atende atualmente a 232 mil crianças e adolescentes com deficiência, beneficiários do BPC, e desse público, 30% já se encontra na escola.

No período de dezembro de 2008 a dezembro de 2009, foram transferidos aos municípios que aderiram ao Programa BPC na Escola R$ 737,8 mil para capacitação das equipes técnicas e R$ 1.736.725 para pagamento dos 144.556 questionários cadastrados no aplicativo do programa.

A Renda Mensal Vitalícia - RMV foi criada em 1974 no âmbito da Previdência Social e extinta em janeiro de 1996 com a regulamentação do BPC. Este benefício era destinado às pessoas com 70 anos ou mais e às pessoas em situação de invalidez, que tivessem contribuído para a Previdência Social no mínimo por 12 meses ou tivessem exercido atividade remunerada anteriormente, não coberta pela Previdência Social, por cinco anos no mínimo. A RMV deve ser mantida durante toda a vida dos beneficiários que recebiam o benefício na data de sua extinção, com base no pressuposto do direito adquirido. Durante o exercício de 2009, a RMV por idade atendeu a 99.627 pessoas em janeiro e a 85.090 pessoas em dezembro, com uma execução financeira de R$ 511,52 milhões, que corresponde a 100% do orçamento disponível para esta ação. A RMV por invalidez atendeu a 259.088 pessoas em janeiro e a 237.307 pessoas em dezembro, com uma execução de R$ 1,34 bilhão, correspondente a 96,78% do orçamento disponível para esta ação.

O Serviço de Proteção Social Básica às Famílias consiste no cofinanciamento federal junto às demais esferas de governo, para custeio dos serviços desenvolvidos no âmbito dos CRAS, unidades de referência da política de assistência social, que têm por funções a gestão territorial da rede socioassistencial e a oferta de atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Devem ofertar o serviço de PAIF, que consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

O funcionamento dos serviços em 3.916 CRAS, cofinanciados pelo governo federal em 2009 nos 3.187 municípios, possibilitou referenciar mais de 14 milhões de famílias que vivem em territórios de vulnerabilidade e promover o atendimento de mais de 2,5 milhões de famílias por meio do PAIF. Para tanto, a execução orçamentária do MDS para realização desse Programa foi de R$ 298,01 milhões.

Visando a realização de um diagnóstico nacional sobre a aplicação dos recursos e execução dos serviços cofinanciados por meio do PBT - Piso Básico de Transição, foi disponibilizado em 2009 o "Questionário do Piso Básico de Transição" - QPBT, para preenchimento por todos os municípios, estados e o Distrito Federal que à época recebiam o PBT. O QPBT configurou-se como um instrumento de grande importância para subsidiar a proposta pactuada na reunião da CIT – Comissão Intergestores Tripartite – com relação à destinação do PBT, estabelecendo parâmetros para que a equalização do cofinanciamento da Proteção Social Básica possa se efetivar nos próximos anos.

Programa Proteção Social Especial

No âmbito da Proteção Social Especial, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS constitui-se numa unidade pública estatal que coordena, articula e oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos com direitos violados numa estreita interface com a rede de serviços socioassistenciais e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Presta atendimento psicossocial a nível individual e grupal por meio de equipe interprofissional, visando contribuir para o fortalecimento da função protetiva das famílias, a preservação e restauração da integridade dos usuários, o rompimento de padrões violadores no âmbito das relações familiares e sociais e para a prevenção de reincidência de violações de direitos.

Os CREAS têm abrangência municipal ou regional e sua implantação considera os indicadores de situações de violação de direitos nos territórios. Quando estruturado no âmbito regional, além do município sede, garante cobertura de atendimento a um grupo de municípios circunvizinhos, de acordo com pactuação entre os respectivos gestores municipais e o gestor estadual.

Em 2009, o MDS cofinanciou com recurso do Fundo Nacional de Assistência Social 1.014 CREAS Municipais e 43 CREAS Regionais, garantindo a cobertura a 1.236 municípios, nos três serviços ofertados no âmbito dos CREAS: proteção social a indivíduos e famílias; proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias; e serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A Proteção Social Especial também oferta Serviços Especializados de Alta Complexidade que garantem o atendimento a famílias e a indivíduos em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos que necessitam de acolhimento provisório, em função de fragilidades ou rompimento dos vínculos familiares ou comunitários. Tais serviços proporcionam moradia transitória e acompanhamento técnico profissional com vistas ao retorno dos usuários ao convívio familiar ou alcance da autonomia. No caso de crianças e adolescentes, esgotadas a possibilidades de reinserção familiar, promove-se o encaminhamento para família substituta. As ações são organizadas em: Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República e Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

O MDS, em consonância com as normativas legais, cofinancia a manutenção de tais serviços mediante transferência fundo a fundo, de maneira regular e automática, por meio dos Pisos de Alta Complexidade: PAC I - voltado a garantia de acolhimento para idosos, crianças e adolescentes, adultos com deficiência, jovens e mulheres vítimas de violência e PAC II - destinados ao acolhimento de indivíduos e famílias em situação de rua. No exercício de 2009, 847 municípios e o Distrito Federal

receberam PAC I e 93 municípios e o Distrito Federal receberam PAC II.

Também é ofertado nessa subfunção o serviço de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e idosas, que visa desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e vida prática, aquisição de habilidades, desenvolvimento de possibilidades, estímulo de capacidades de comunicação e socialização, locomoção independente e oportunidades de convivência, de modo a assegurar a conquista de maior grau de independência individual e social. Tal serviço é cofinanciado por meio do Piso de Transição de Média Complexidade, repassado a 1.551 municípios, sete estados e o Distrito Federal.

Os investimentos na Subfunção Assistência Comunitária em 2009 para os serviços de proteção social especial somam R$ 149,5 milhões, propiciando uma capacidade de atendimento de 239.282 pessoas.

Os Serviços de Proteção Social Especial desenvolvidos na subfunção de Assistência à Criança e ao Adolescente incluem o atendimento a Crianças e Adolescentes vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias e acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, de Liberdade Assistida – LA e de Prestação de Serviços à Comunidade – PSC, também ofertados nos CREAS. Além disso, inclui as ações de convivência e de fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil e a garantia de transferência de renda para as suas famílias.

As ações são desenvolvidas tendo como referência a interface do SUAS com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. A partir de informações do Censo CREAS este atendimento é ofertado em 96,1% dos 1.200 CREAS, atingindo uma cobertura mensal de 53.400 crianças e adolescentes.

O acompanhamento especializado a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto é feito de forma sistemática por equipe interprofissional, tendo como objetivos promover a inserção dos adolescentes em serviços e programas de promoção e proteção social. De acordo com dados do Censo SUAS, mais de 800 municípios ofertam o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto dos quais 388 municípios contam com o cofinanciamento do Governo Federal que garante o atendimento mensal a cerca de 32.920 adolescentes.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI compreende a transferência de renda, o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação dessa situação. Foram atendidas em 2009 cerca de 827 mil crianças e adolescentes por mês, em 3.503 municípios.

Na perspectiva de aprimorar o PETI, foi concluído o "Estudo Quantitativo para Avaliação do PETI", que objetivou caracterizar as famílias com crianças e adolescentes beneficiárias do Programa e os recursos físicos e humanos utilizados pelos serviços de convivência, e o "Estudo Qualitativo para Avaliação do PETI", que teve como objetivo realizar diagnóstico desses serviços, para identificação de boas práticas ou de dificuldades na implementação.

O Sistema de Acompanhamento do Serviço Socioeducativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - SISPETI, atualmente tem adesão de 3.471 municípios que já inseriram dados gerenciais no Sistema, legitimando a ferramenta de gestão e imprimindo maior transparência e efetividade. É importante destacar que a PNAD de 2008, divulgada em 2009, aponta a tendência de queda do trabalho infantil no Brasil revelando a importância das ações do PETI para colaborar no enfrentamento deste fenômeno. Em 2009 os investimentos na Subfunção Assistência à Criança e ao Adolescente, para cofinanciamento dos serviços de proteção social especial, somam-se R$ 341,9 milhões, propiciando uma capacidade de atendimento a 906,8 mil pessoas, com destaque para o PETI que atendeu cerca 827 mil crianças e adolescentes e investiu cerca de R$ 257 milhões. Foram investidos, ainda, R$ 23,6 milhões em transferência de renda para os 81,8 mil beneficiários atendidos que participam do PETI e que não estão dentro dos critérios do Programa Bolsa Família.

Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM

O Projovem Adolescente possui caráter essencialmente preventivo, tendo por objetivos gerais complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária além de promover condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Dirige-se a jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, vinculados ou egressos de programas e serviços de proteção social especial, bem como sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, exceto aqueles em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Cada grupo de 25 jovens constitui um coletivo, que deve ser acompanhado por um Orientador Social, além de outros profissionais que constituem a equipe do Projovem Adolescente. O referido coletivo de jovens é a unidade de referência financeira e de monitoramento da execução desta ação. O Serviço foi regulamentado em 2009, o que significou um grande avanço para a sua gestão, na medida em que especifica de forma clara princípios e diretrizes para condução da modalidade do Projovem dirigida aos adolescentes. Em 2009, o Projovem Adolescente esteve presente em 3.147 municípios, com 20.859 coletivos em funcionamento, o que representa uma capacidade de atendimento a 521.475 jovens.

Em dezembro, o MDS promoveu a qualificação para a implantação do Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente – SISJOVEM, que contou com representantes de todas as regiões do país, das Secretarias

Estaduais de Assistência Social e dos membros dos COEGEMAS's (Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social existentes nos 27 estados). Com a implantação do SISJOVEM, a informação sobre o número de jovens beneficiados poderá ser obtida de forma mais consistente. Entre os meses de março e junho foram realizadas capacitações estaduais sobre o Projovem Adolescente abrangendo todos os estados e o Distrito Federal, somando 3.216 municípios, com a qualificação de um total de 3.840 pessoas. As capacitações foram promovidas pelo MDS em parceria com o CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social) e as Secretarias Estaduais de Assistência Social. Para a implantação do Projovem Adolescente no ano de 2009, foram pagos recursos no montante de R$ 228,1 milhões.

Programa Acesso à Alimentação

O Programa Acesso à Alimentação reúne um conjunto de 12 ações orçamentárias, com o objetivo estratégico de garantir o direito à alimentação adequada, em especial das famílias em situação de insegurança alimentar instaladas nos territórios mais pobres, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, conforme estipulado no § 7º do art. 165 da Constituição Federal. As ações prioritárias do programa são a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e a Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional. A ação de Aquisição de Alimentos - PAA consiste na compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais, para recomposição dos estoques públicos e para comercialização. O PAA é executado em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais. Em 2009, o orçamento aprovado para essa ação foi de R$ 624,3 milhões. Recentemente, o Brasil introduziu uma inovação importante relacionando compras governamentais, produção de alimentos, erradicação da fome e melhoria da educação. Por meio da Lei nº 11.947/2009, determinou-se que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pela União para a merenda escolar (PNAE) sejam utilizados na compra de alimentos adquiridos diretamente da agricultura familiar e do empreendedorismo familiar rural. Em 2009, no âmbito federal, por meio de cooperação entre o MDS e a Conab, foram investidos R$ 249,8 milhões, beneficiando aproximadamente 71.600 agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 151.439 toneladas de alimentos e atendimento a 25.800 entidades assistenciais.

Nos últimos dois anos foram publicados editais de seleção de propostas para apoio a projetos de compra direta local da agricultura familiar em municípios e estados pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania e Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad. Os convênios firmados com os estados, em 2008 e 2009, atenderam a aproximadamente 24,1 mil agricultores familiares, com a aquisição de cerca de 11 mil toneladas de alimentos, os quais vem sendo doados a 450 mil pessoas. Em 2009 foi executado o valor de R$ 28,7 milhões.

Em se tratando da parceria firmada com os municípios, a ação selecionou, por meio de edital, 80 municípios, atendendo 11,3 mil agricultores com a aquisição de cerca de 41.665 toneladas de alimentos com um volume total de investimentos em torno de R$ 28,5 milhões - beneficiando 1.880 entidades assistenciais (aproximadamente 788 mil pessoas).

Na modalidade do PPA Leite (Leite Fome Zero), ação que garante a compra do leite de pequenos agricultores familiares, compatibilizando-a com a distribuição gratuita aos segmentos populacionais vulneráveis, foi alcançada a meta de compra de 700 mil litros de leite/dia em 2009, entregues diariamente a 650 mil famílias (cerca de 3 milhões de pessoas), beneficiando 26 mil agricultores em 1.158 municípios da região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais. Em 2009 foram executados R$ 138,9 milhões para aquisição e distribuição de leite.

BALANÇO DO PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM 2009

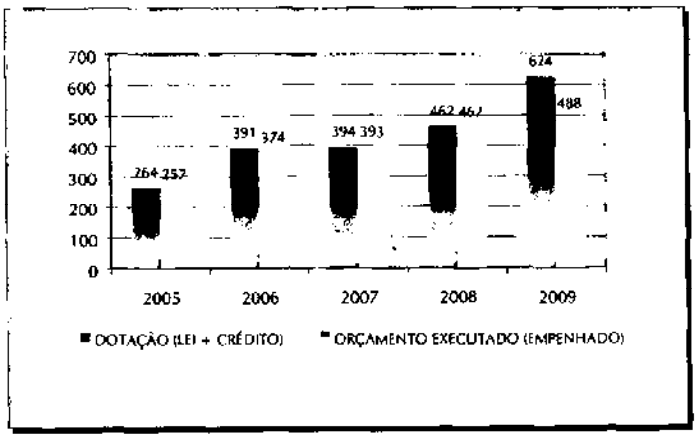
ATUAÇÃO DO PAA	AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIADOS	TONELADA DE ALIMENTOS	ENTIDADES ASSISTENCIAIS OU PESSOAS ATENDIDAS	RECURSOS EXECUTADOS (R$ MILHÕES)
FEDERAL	71.600	151.439	25.800 entidades	249,8
ESTADUAL	24.100	11.000	450.000 pessoas	28,7
MUNICIPAL	11.300	41.665	1.880 entidades 788.819 pessoas	28,5
LEITE	26.000	144.000	3 milhões de pessoas	138,9
TOTAL	**133.000**	**348.104**		**445,9**

Fonte: Governos Estaduais, Municipais e Conab.

Quanto à Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, cabe destaque o equipamento Restaurante Popular, que funciona nos municípios com mais de 100 mil habitantes por meio da cooperação entre o Governo Federal, o Distrito Federal e os governos locais, e prestam importante serviço público para promoção do direito humano à alimentação adequada dos trabalhadores que fazem suas refeições fora do seu domicílio nos grandes centros urbanos do país. A cada dia, cerca de 105 mil refeições são servidas nos 74 Restaurantes Populares em funcionamento, distribuídos em 65 municípios brasileiros. As Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos implantados em parceria com prefeituras municipais que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar, previamente cadastradas - na unidade, em parceria com o CRAS. A distribuição de refeições é em sua maioria gratuita, podendo ser comercializada a preço acessível. Em 2009, pela ação de apoio a instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares foram contratadas 98 novas unidades,

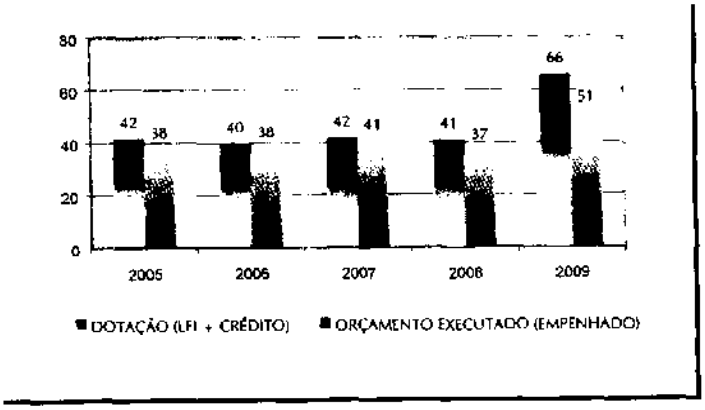
sendo 80 cozinhas comunitárias e 18 Restaurantes Populares, que serão pagos em duas parcelas, uma em 2009 e outra com recursos orçamentários de 2010. O total de recursos orçamentários aplicados em 2009 foi de R$ 46,1 milhões, dos quais R$ 24,7 milhões já foram liquidados. Por meio dessa ação busca-se ampliar a oferta de refeições nutricionalmente adequadas, a preços acessíveis, à população de baixa renda e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os Bancos de Alimentos arrecadam alimentos provenientes de doações de produtores e comerciantes locais que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano e os distribuem a entidades que compõem a rede de promoção e proteção social municipal. Em 2009, pela ação de apoio a instalação de Banco de Alimentos foram contratadas 16 novas unidades, que serão pagas em duas parcelas, uma em 2009 e outra com recursos orçamentários de 2010. O total de recursos orçamentários aplicados em 2009 foi de R$ 5,54 milhões dos quais R$ 2,96 milhões já foram liquidados. É importante ressaltar os grandes avanços obtidos no cumprimento do dever de promover a realização do direito humano à alimentação das famílias rurais e urbanas em territórios pobres de todas as regiões do país, principalmente a partir de 2005. Os resultados atingidos pelo programa estão diretamente relacionados à evolução de recursos destinados, conforme gráficos seguintes.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PAA 2005/2009
(R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – REDE DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS 2005/2009
(R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

5.1.24. Funções Urbanismo, Saneamento e Habitação

Função Urbanismo

Os investimentos realizados na função Urbanismo, pelo Ministério das Cidades - MCidades, são bastante heterogêneos, incluindo recursos para as mais diversas áreas, tais como regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, metrôs, trens urbanos, mobilidade urbana, formulação de políticas de desenvolvimento urbano, de habitação e de saneamento, capacitação de agentes sociais, dentre outras. O quadro e o gráfico seguintes demonstram o crescimento de 123% nos valores aplicados, entre os anos de 2005 e 2009. Importante frisar que os dados referem-se aos valores totais de empenhos realizados pelo Ministério das Cidades, não incluindo os valores de empenho decorrente de descentralizações externas de recursos a outros órgãos da administração pública direta ou indireta.

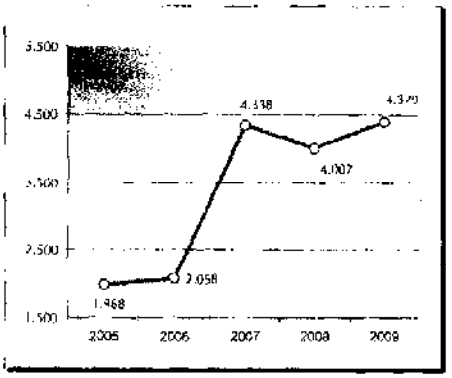
FUNÇÃO URBANISMO
SÉRIA HISTÓRICA DE EXECUÇÃO

Em R$ milhões

15 - FUNÇÃO URBANISMO	VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO 2005/2009					
	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Orçamento Fiscal e Seguridade	1.968	2.058	4.338	4.007	4.379	16.750

Fonte: Siafi Gerencial

EMPENHOS REALIZADOS NA FUNÇÃO URBANISMO
(EM R$ MILHÕES)

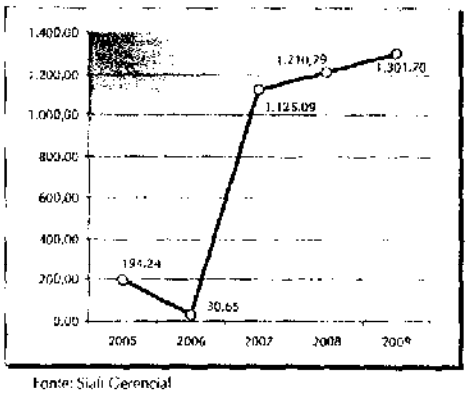


Fonte: Siafi Gerencial

O incremento desta função é explicado principalmente pelo aumento dos investimentos advindos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e dos recursos de emendas parlamentares para investimentos nos mais de 5.000 municípios brasileiros. No período em análise (2005/2009), os recursos oriundos de emendas parlamentares aumentaram tanto em valores absolutos, bem como em participação no orçamento do MCidades.

Este incremento de recursos decorrente das emendas possibilitou ampliar o apoio à melhoria da infra-estrutura nos municípios brasileiros. Quanto aos investimentos em urbanismo via Programa de Aceleração do Crescimento, vale esclarecer que a grande maioria dos investimentos destinou-se à Urbanização de Assentamentos Precários. Os investimentos em urbanização de assentamentos precários saltaram de R$ 194 milhões, em 2005, para R$ 1,3 bilhão, em 2009, ou seja, um acréscimo de 570% no volume de recursos, conforme gráfico:

URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS
(EM R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

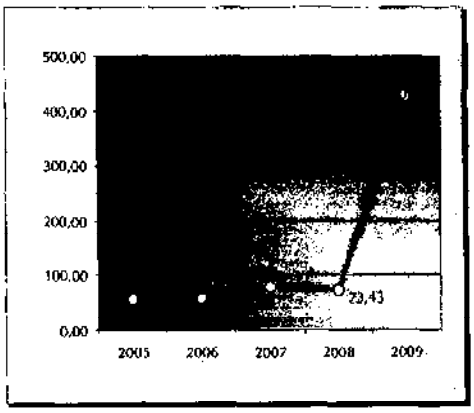
A série histórica dos valores empenhados para Urbanização de Assentamentos Precários nos últimos cinco anos demonstra um incremento significativo dos valores empenhados em 2007, relativamente ao exercício de 2006, em decorrência de sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Já o exercício de 2009 apresentou um incremento dos valores empenhados, da ordem de 7,5%, em relação a 2008. Em 2009, foram iniciados 54 empreendimentos de urbanização por intermédio do PAC, com recursos oriundos do OGU.

Estes 54 empreendimentos totalizam R$ 701,7 milhões e beneficiarão mais de 47 mil famílias quando as obras forem concluídas. Cabe informar a conclusão de três empreendimentos, cujos investimentos totalizam R$ 25,4 milhões e beneficiaram 1.860 famílias. Destaca-se ainda, o aumento dos investimentos realizados na área de Trânsito. Até 2008, a maior parte dos investimentos destinava-se à manutenção do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Além do fortalecimento desse importante Sistema, conseguiu-se executar campanhas educativas veiculadas em âmbito nacional e apoiar projetos destinados à redução de acidentes de trânsito.

TRÂNSITO
(EM R$ MILHÕES)



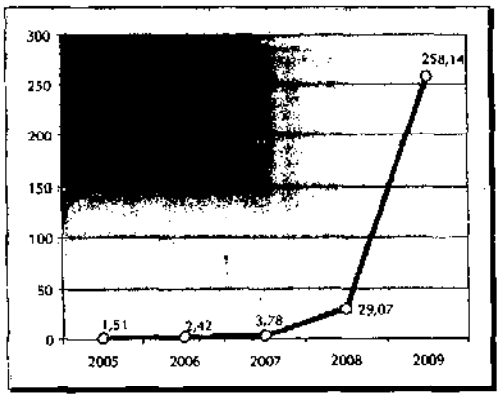
Fonte: Siafi Gerencial

Na ação de apoio a projetos destinados à redução de acidentes de trânsito, foram assinados em 2009 contratos de repasse com 499 municípios. A execução desta ação ocorreu por intermédio da descentralização de recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset) para a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana - SEMOB/MCidades no valor de R$ 186 milhões em 2009. Já para as campanhas educativas foram destinados R$ 120 milhões, sendo integralmente empenhado no exercício. Estas campanhas foram veiculadas em âmbito nacional, atingindo 95% da população brasileira.

Os investimentos realizados nos sistemas de trens urbanos apoiados pelo Ministério das Cidades conseguiram avanços importantes nos últimos 5 anos. No sistema de trens de Porto Alegre, no período compreendido entre 2005 a 2007 os investimentos se situaram entre 1,5 e 3,7 milhões, enquanto em 2009 chegaram a R$ 258 milhões.

Os principais fatores foram: a expansão da linha de metrô - Trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo (R$ 250 milhões), a modernização do sistema (R$ 7 milhões) e a implantação de sistema de eficiência energética (R$ 0,94 milhão), conforme demonstrado no gráfico seguinte.

SISTEMA DE TRENS DE PORTO ALEGRE
(EM R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

IMAGEM AÉREA DA EXPANSÃO DO METRÔ TRECHO SÃO LEOPOLDO/NOVO HAMBURGO



O ano de 2009 confirma o acerto das medidas implementadas ao apresentar resultados positivos nos cinco sistemas metro-ferroviários operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, que transportaram 110,5 milhões de passageiros no ano. Esses números representam o melhor resultado dos últimos 16 anos, com uma média diária de 370,3 mil passageiros transportados, um avanço de aproximadamente 4,2% em relação à média diária do ano anterior. Destaque-se que em Recife e Belo Horizonte, os dois principais sistemas da CBTU, os avanços na média diária de passageiros transportados verificados situaram-se, respectivamente, em 6,7% e 2,5% acima dos números atingidos no ano anterior.

A receita total apurada no ano de 2009, englobando todos os sistemas, foi de R$ 105,3 milhões, superando em 5,8% a obtida no ano de 2008. Cabe lembrar que os sistemas da CBTU operam com tarifas sociais, inferiores às praticadas pelos modais concorrentes.

O custo total, por sua vez, apresentou uma redução de 0,8% em relação ao apurado em 2008, totalizando R$ 283,9 milhões. Destaca-se também a expressiva elevação nos níveis alcançados no tocante à Taxa de Cobertura Plena, decorrente da relação entre demandas e receitas crescentes - apesar das limitações nas tarifas praticadas em quatro dos cinco sistemas – Recife, Maceió, João Pessoa e Natal, nesses três últimos casos em R$ 0,50 - e custos decrescentes. A Taxa de Cobertura Plena média em 2009 foi de 35,5%, contra os 33,0% observados em 2008.

Outra área de atuação do MCidades enquadrada na função Urbanismo refere-se às políticas de Mobilidade Urbana nos municípios brasileiros. Nesta área, consolidou-se em 2009 o Projeto de Lei da Mobilidade cujo objetivo fundamental é promover a integração entre os diversos modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas nas cidades – marco importante para a regulação do setor na área de Transporte e Mobilidade Urbana, recomendando sua apresentação ao Congresso Nacional. Nesse segmento, ressalta-se ainda a 5ª edição anual do Programa Bicicleta Brasil, que promoveu a campanha "Dia sem Carro", reunindo setores do governo e da sociedade com o intuito de refletir sobre o modelo atual de Mobilidade e buscar alternativas para seu desenvolvimento.

Com vistas à COPA 2014, diversas propostas de empreendimentos foram selecionadas com base em critérios de adequação ao sistema de transporte público urbano local e contribuição para a ligação e acesso entre aeroporto e rodoviária, com os estádios e a rede hoteleira.

O Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC foi desenvolvido com objetivo de atender às necessidades de planejamento e gestão do Governo Federal e, principalmente, de disponibilizar para as administrações municipais e a população em geral informações sobre as cidades brasileiras e ferramentas de apoio à gestão municipal.

Voltado para permitir o controle da aplicação dos recursos públicos e apoiar o planejamento do Ministério das Cidades e das prefeituras brasileiras, o SNIC reúne em uma única base de dados informações de diversas fontes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde - Datasus, o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, entre outras, totalizando mais de 1200 indicadores para cada município brasileiro. O SNIC foi desenvolvido em *software* livre (Java, PHP e PostgreSQL) e permite a seleção, o cruzamento e a visualização espacial de diversas variáveis em um mapa, no qual também estão incorporadas fotos de satélite de alta resolução das principais regiões brasileiras.

A implementação do sistema passa pela disponibilização via Internet, de dados georreferenciados, por meio de tecnologias abertas e de uso livre, em consonância com a orientação do Governo Federal, a fim de garantir uma maior interoperabilidade entre os sistemas de informações, possibilitando auditorias aos códigos-fonte dos programas visando preservar a segurança e privacidade dos dados e diminuindo os custos com licenças de softwares, entre outros. O acesso ao sistema pode ser efetuado no sítio www2. cidades.gov.br/geosnic.

Além das ações de capacitação realizadas na área, destacam-se ainda a compra e distribuição gratuita aos respectivos municípios de 50.000 km² de imagens de satélite da área urbana, bem como o envio de 30.000 kits didáticos contendo aplicativos de grande utilidade para a gestão territorial, composto por um conjunto de softwares, bancos de dados geográficos e manuais especialmente desenvolvidos pelo Ministério das Cidades em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

No que se refere ao Conselho das Cidades, foram realizadas, em 2009, quatro reuniões. Na 20ª Reunião, realizada em março, foram aprovadas pelo Plenário do Conselho e publicadas no Diário Oficial da União, Resoluções Recomendadas tratando de diretrizes para o Programa Minha Casa Minha Vida; da adoção de medidas que previnem despejos e de orientações sobre mobilidade urbana e para desoneração do Transporte Público. Em julho, na 21ª Reunião, foram aprovadas Resoluções Normativas indicando participantes para atuar em nome do Conselho no Grupo Executivo do Programa Terra Legal e instituindo o Grupo de Trabalho para debater o Serviço de Moradia Social. O Conselho também elaborou e aprovou como Resolução Administrativa, o Regimento da 4ª Conferência Nacional das Cidades, e ainda, Resoluções Recomendadas abordando questões nas áreas de planejamento urbano e saneamento. Na Reunião de outubro foram aprovadas e publicadas Resoluções que ressaltam a importância da constituição de conselhos e a realização de conferências pelos estados e municípios e pelo aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº. 1.687/2007, que institui as diretrizes da política de mobilidade urbana e dá outras providências.

As questões atinentes à regularização fundiária têm por um dos objetivos acelerar os processos de regularização fundiária no Brasil. Para isto, o Ministério apóia projetos de regularização fundiária sustentável de assentamentos informais em áreas urbanas. O tema fundiário também foi objeto de investimentos no PAC por intermédio das ações de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários. De acordo com dados do monitoramento, estão sendo realizadas atividades de regularização fundiária em 2.592 assentamentos localizados em 385 municípios brasileiros.

Os resultados apresentados na tabela seguinte encontram-se discriminados em ações que possuem: apoio direto do Governo Federal (com recursos do Orçamento Geral da União, além da regularização dos imóveis da União a cargo da Secretaria do Patrimônio da União) e apoio indireto (apoio técnico, capacitação, legislação etc.). Os números demonstram que o tema da regularização fundiária entrou efetivamente para as agendas municipais e estaduais.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

	FAMÍLIAS COM PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO INICIADO	TÍTULOS CONCEDIDOS	TÍTULOS REGISTRADOS EM CARTÓRIO
APOIO DIRETO	1.418.381	320.686	111.773
APOIO INDIRETO	290.197	51.513	25.319
TOTAL	**1.708.378**	**372.199**	**137.092**

Fonte: Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades
Observação: não estão incluídas as informações referentes às intervenções de urbanização de favelas desenvolvidas no âmbito do PAC.

Importante destacar a publicação da Lei nº 11.977/2009, que estabelece instrumentos e procedimentos para simplificar e acelerar processos, como a demarcação urbanística, a legitimação de posse e novos procedimentos de licenciamento urbanístico e ambiental, e da Lei nº 11.952/2009 que autoriza a doação das terras do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra que não cumprem função agro-pastoril em áreas urbanas aos municípios amazônicos, contribuindo para o desenvolvimento urbano dos municípios amazônicos de forma sustentável.

Outro foco de atuação governamental é a prevenção de desastres sócio-ambientais em áreas urbanas. O objetivo é promover a prevenção e erradicação de riscos em assentamentos precários, por intermédio de apoio a projetos que visem a capacitação de equipes municipais; a elaboração de planos municipais de redução de riscos; e a elaboração de projetos para estabilização de encostas.

Desde o início de sua operação, o Ministério das Cidades já apoiou 64 municípios na elaboração de *Planos Municipais de Redução de Riscos* (PMRRs) em 12 estados, sendo que 34 já foram concluídos. Além disto, apoiou 15 municípios na elaboração de projetos básicos para estabilização de encostas consideradas prioritárias nos respectivos PMRRs. Importante ressaltar que os planos municipais de redução de riscos consistem na maior contribuição dentro da função urbanismo, considerando que o diagnóstico e o plano de obras, componentes intrínsecos do plano, objetivam planejar as intervenções a serem realizadas nas áreas de risco, a partir de critérios técnicos e de uma escala de prioridades elaborada.

Quanto ao Ordenamento Territorial, no período de 2003 a 2006, foi apoiada a quase totalidade de municípios que tinham a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores até outubro de 2006, por meio de repasse direto de recursos ou por meio de oficinas de capacitação e sensibilização, com destaque para a Campanha Nacional "Plano Diretor Participativo".

Já a partir de 2007, a ação foi direcionada a atender a demanda dos municípios relativa ao apoio, por meio de assistência técnica e da capacitação de equipes municipais e da sociedade, de modo a melhorar as condições dos municípios na promoção da gestão dos instrumentos de planejamento e de gestão urbana. Nesse sentido foram celebrados convênios com entidades e Governos Estaduais para o apoio à implementação de Zonas Especiais de Interesse Social e capacitação técnica. Também foi concebido o projeto Rede Nacional de Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos, que articulou a formação de uma rede de pesquisadores em todos os estados para avaliar 526 Planos Diretores. Esse projeto também prevê a realização de atividades de capacitação em todos os estados com base nas conclusões obtidas nas análises dos Planos Diretores.

Para superar os sucessivos contingenciamentos, o programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais tem se focado na promoção de ações de cooperação e articulação federativa, que não envolvem o apoio direto com recursos financeiros. Nesse sentido, foram assinados acordos internacionais com a França, a Espanha e a Itália, e acordos de cooperação técnica em áreas estratégicas como o Porto do Rio de Janeiro, o Complexo Cultural Recife-Olinda e o centro antigo de Salvador. Por meio destes acordos, o Ministério das Cidades apóia institucionalmente as ações integradas, promovendo articulações e parcerias para a obtenção de financiamentos e subsídios, disponibilizando informações e indicadores e acompanhando, divulgando e avaliando as ações de reabilitação.

Além disso, a equipe do programa participou da discussão de formas de parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU para a implementação

do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC das Cidades Históricas. Nesta discussão, a idéia é definir a atuação do Ministério das Cidades nas linhas estratégicas ligadas à requalificação urbanística: à infraestrutura urbana e social e à recuperação de monumentos e imóveis públicos. Buscando o aproveitamento de imóveis urbanos ociosos, foram desenvolvidos trabalhos conjuntos com a extinta Rede Ferroviária Federa S.A - RFFSA, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a Secretaria do Patrimônio da União – SPU e com o Ministério dos Transportes para permitir a alienação de imóveis públicos para programas de regularização fundiária e de provisão habitacional de interesse social.

Estes trabalhos resultaram no aperfeiçoamento da legislação existente sobre o assunto e em uma ação pioneira - que envolveu o MCidades, o INSS, a SPU, a Caixa Econômica Federal e os movimentos sociais de luta pela moradia - de identificação e destinação de imóveis não operacionais do INSS para programas habitacionais do Governo Federal. Como resultado, em 2009, a União comprou 27 imóveis do INSS que serão destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida em 2010.

Outro grande passo foi dado com as discussões junto ao Conselho das Cidades e os diversos parceiros do Ministério das Cidades para a instituição do Serviço de Moradia Social, serviço público gratuito que visa garantir moradia digna para a população de baixa renda em áreas centrais ou dotadas de infra-estrutura. As discussões culminaram na apresentação do Projeto de Lei nº 6342/2009 e na criação de um grupo de trabalho no Conselho das Cidades para aprofundar a questão ao longo do ano de 2010.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO – 2009

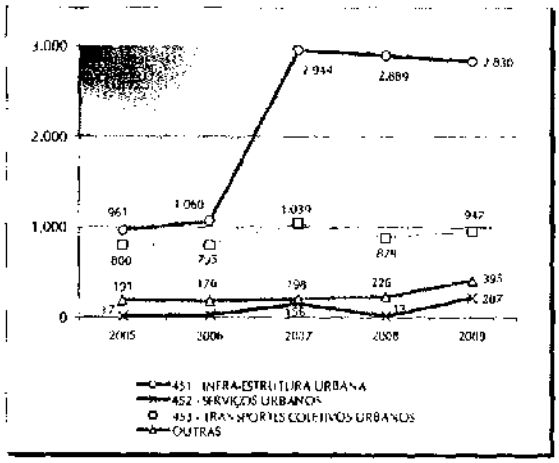
em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO URBANISMO POR SUBFUNÇÃO		EXECUÇÃO DA SUBFUNÇÃO URBANISMO EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DA SUBFUNÇÃO DE URBANISMO	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
451 - Infra-Estrutura Urbana	2.830	77,3	656	91,1	3.486	79,5
452 - Serviços Urbanos	207	68,6	-	-	207	68,6
453 – Transporte Coletivo Urbano	947	89,8	-	-	947	89,8
Outras Subfunções	395	83,9	-	-	395	83,9
TOTAL	4.379	79,8	656	91,1	5.035	81,1

Fonte: Siafi Gerencial
Notas: % = Empenhado / Dotação Autorizada

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos valores empenhados por subfunções da função urbanismo nos últimos cinco anos.

FUNÇÃO URBANISMO
(VALORES EM R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

Conforme se verifica no gráfico acima, o aumento da execução em Urbanismo também é explicado pelo incremento dos investimentos em urbanização de assentamentos precários e em infra-estrutura urbana via emendas parlamentares. Destaca-se ainda a estabilidade no volume de investimentos nas demais subfunções, haja vista não apresentarem acréscimos ou reduções relevantes.

Função Saneamento

Principais resultados da atuação governamental

A Lei nº 11.445/2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, define-o como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. De acordo com o inciso IX do art. 23 da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção de programas que visem à melhoria das suas condições. Assim sendo, vários são os agentes atuantes no setor, envolvendo os diversos entes da Federação.

Na esfera federal têm atuação em saneamento o Ministério das Cidades, o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, dentre outros.

A atuação do Governo Federal no setor de saneamento básico é caracterizada por uma multiplicidade de agentes intervenientes e uma complexa estrutura institucional que demanda, além de um significativo aporte de recursos financeiros, iniciativas que promovam o planejamento setorial, a coordenação entre os órgãos, a articulação das ações e a delimitação das competências institucionais a fim de evitar a superposição das atividades.

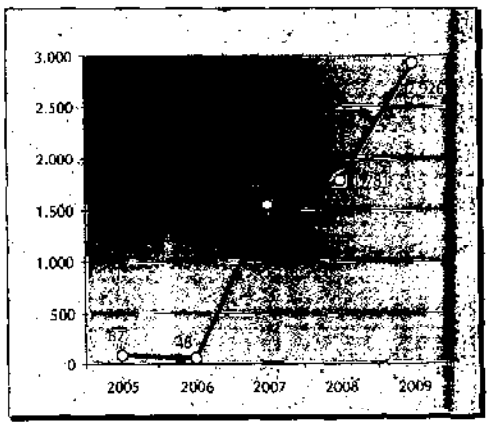
SANEAMENTO / SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO

em R$ milhões

17 - FUNÇÃO SANEAMENTO	VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO - 2005/2009					
	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Orçamento Fiscal e Seguridade	87	48	1.555	1.781	2.926	6.398

Fonte: Siafi Gerencial

EMPENHOS REALIZADOS NA FUNÇÃO SANEAMENTO (EM R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

Verifica-se um aumento bastante expressivo, superior a 3.000%, dos valores empenhados nos anos de 2007 e 2008 em relação a 2006. Tal incremento se deve à elevação do nível de investimentos no setor em função do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, confirmando a importância atribuída a essa política no âmbito federal.

Em 2009, o valor empenhado volta a dar um salto se comparado ao ano anterior. A elevação de mais de 64% entre os montantes empenhados em 2008 e 2009 reforça a percepção do aumento do ritmo de execução das obras do PAC no último ano.

Em termos de recursos não onerosos, no âmbito do Ministério das Cidades, em 2009, foi autorizada a dotação de R$ 3,11 bilhões para a função Saneamento, dos quais R$ 2,93 bilhões foram empenhados, o que corresponde ao comprometimento de mais de 94% do montante autorizado.

Os principais investimentos em 2009 foram em saneamento integrado (R$ 1,09 bilhão), esgotamento sanitário (R$ 911,94 milhões), abastecimento de água (R$ 488,80 milhões) e drenagem urbana (R$ 403,99 milhões).

Quanto ao desembolso efetivado em 2009, foram pagos R$ 839,88 milhões do total empenhado no exercício, além de outros R$ 781,32 milhões de restos a pagar de exercícios anteriores.

No contexto legal/institucional, ao longo de 2009, deu-se continuidade ao processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, cuja conclusão está prevista para meados de 2010. Cabe destacar que, por meio do Decreto nº 6.942, de 18/08/09, foi instituído o período 2009-2010 como o Biênio Brasileiro do Saneamento e instituído Grupo de Trabalho Interinstitucional para coordenar a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (GTI-PLANSAB).

O objetivo desse Decreto foi não apenas marcar o compromisso do Brasil com o avanço do setor, mas consolidar o processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico, por meio da articulação de esforços dos diversos órgãos do Governo Federal e da sociedade civil nesse processo.

No que tange aos indicadores, cabe salientar que a característica plurianual das iniciativas de saneamento dificulta o processo de avaliação dos resultados da atuação governamental no setor num único exercício. Entretanto, cabe comentar os avanços registrados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, cuja versão com dados de 2008 foi divulgada em setembro de 2009. Tal pesquisa revela um incremento do acesso aos serviços de abastecimento de água no país nos últimos anos. Em 2002, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 81,9% e em 2008 passou para 83,9%.

Em termos absolutos, foi identificado o real incremento de 9,3 milhões de domicílios atendidos por este serviço, passando de 38,9 milhões em 2002 para 48,3 milhões de domicílios servidos por este serviço em 2008.

Avanços também foram representativos em relação aos serviços de esgotamento sanitário. Em 2002, existiam 32,3 milhões de domicílios no país cobertos por rede coletora e fossa séptica, o que representava 68,1% do total de domicílios. Em 2008, este número subiu para 42,1 milhões de domicílios, representando 73,17% do total.

O crescimento dos indicadores de acesso aos serviços de esgotamento sanitário nos últimos anos reflete, em grande parte, a retomada dos investimentos federais em saneamento, além da inversão na prioridade dada a esses serviços a partir de 2007, cujos investimentos superaram os valores alocados em abastecimento de água, contrariando a tendência historicamente registrada.

Com relação à coleta de resíduos, em 2002, 36,7 milhões de domicílios eram atendidos por este serviço, o que representava 77,3% do total. Já em 2008, o total de domicílios atendidos foi de 50,5 milhões, representando 87,9% do total. O crescimento absoluto foi de 13,8 milhões de domicílios.

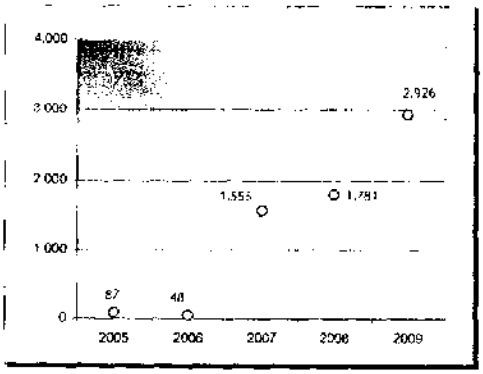
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO – 2009

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SANEAMENTO POR SUBFUNÇÃO		EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SANEAMENTO EM OUTRAS SUBFUNÇÕES		TOTAL DA SUBFUNÇÃO DE SANEAMENTO	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
512 - Saneamento Básico Urbano	2.926	94,0	1,3	86,6	2.927	94,0
511 – Saneamento Básico Rural	-	-	-	-	-	-
Demais	0,8	87,9	-	-	0,8	87,9
TOTAL	2.926	94,0	1,3	86,6	2.928	94,0

Fonte: Siafi Gerencial
Notas: % = Empenhado / Dotação Autorizada

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SUBFUNÇÃO 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO (VALORES EM R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

O gráfico ao lado apresenta a evolução dos valores empenhados na subfunção 512 - Saneamento Básico Urbano, nos últimos cinco anos. Conforme se verifica, os investimentos realizados na função saneamento utilizaram basicamente a subfunção 512 – Saneamento Básico Urbano, uma vez que o público-alvo é a população urbana de menor nível socioeconômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Função Habitação

Principais resultados da atuação governamental

Os recursos alocados na função Habitação visam ampliar o acesso à moradia digna da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais, e melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários. A tabela seguinte apresenta o comparativo dos valores empenhados na função nos últimos cinco anos. Pode-se observar uma elevação do valor empenhado no ano de 2008 em comparação com 2007, já o exercício de 2009 apresentou uma leve queda de aproximadamente 3 % em relação ao exercício anterior.

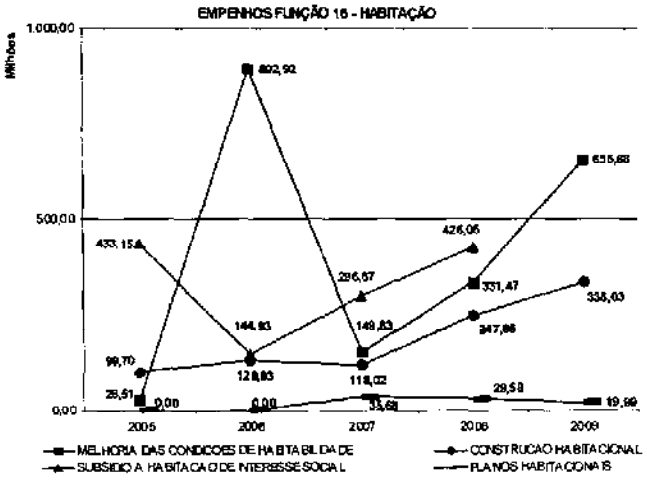
SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO

em R$ milhões

HABITAÇÃO	VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO 16 (HABITAÇÃO) 2005/2009					
	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	560	1.167	600	1.045	1.011	4.383

Fonte: Siafi Gerencial

O Ministério das Cidades possui quatro linhas principais de atuação na função habitação: 1) a melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários; 2) construção de habitações de interesse social, 3) subsídios à habitação de interesse social e 4) apoio à elaboração dos planos habitacionais de interesse social. O gráfico a seguir apresenta o volume de recursos empenhados nas quatro principais áreas de atuação do Ministério, em habitação. A inclusão do tema habitacional no escopo do Programa de Aceleração do Crescimento foi de grande importância para o setor e possibilitou importantes avanços. Os investimentos no subsídio à habitação de interesse social possibilitaram que um grande número de famílias de baixa renda tivesse acesso ao financiamento da casa própria. Os recursos na melhoria das condições de habitabilidade e na construção de casas também apresentaram um crescimento constante a partir de 2007.



Fonte: Siafi Gerencial

O Programa de Aceleração do Crescimento também inclui em sua agenda o apoio aos municípios na elaboração de seus Planos Locais de Habitação de Interesse Social. As elaborações destes Planos são de grande valia para o setor e visa atender requisito previsto na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005 que exige que a aplicação dos recursos do FNHIS se dê aos entes que possuam Plano Habitacional de Interesse Social, considerando as especificidades do local e da demanda.

Faz-se importante frisar que o gráfico acima não considera os valores executados no Programa Minha Casa, Minha Vida, haja vista que orçamentariamente as sua execução é realizada na função 28 – Encargos Especiais, muito embora seja relacionado à habitação. Somente no Programa Minha Casa, Minha Vida, foram aplicados mais de R$ 5 bilhões em 2009.

Conforme 8º balanço do PAC – 2º quadrimestre de 2009, o número de empreendimentos financiados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS/OGU que se encontram no estágio *"em obras"* vem apresentando melhoras. Os empreendimentos no estágio *"ações preparatórias"* também estão melhorando, haja vista a redução detectada nas últimas medições.

A tabela subsequente apresenta as despesas empenhadas no exercício de 2009, referentes às subfunções da função Habitação, que corresponderam a 82,70% da dotação da função, sendo que a subfunção "Infra-Estrutura Urbana" foi responsável por 64,88% da totalidade desses empenhos. A tabela a seguir apresenta, ainda, as despesas empenhadas nas subfunções da habitação executadas em outras funções.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO - 2009

em R$ milhões

SUBFUNÇÃO	FUNÇÃO HABITAÇÃO POR SUBFUNÇÕES		SUBFUNÇÕES DE HABITAÇÃO EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DE HABITAÇÃO	
	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
481 - Habitação Rural	-	-	-	-	-	-
482 - Habitação Urbana	355	70,5	4	40,3	359	69,9
451 - Infra-Estrutura Urbana	656	91,1	-		656	91,1
TOTAL	1.011	82,6	4	40,3	1.015	82,3

Fonte: SIAFI Gerencial
Notas: % = Empenhado / Dotação Autorizada

As subfunções ligadas a Habitação mantiveram uma média de R$ 876,6 milhões ao longo dos cinco anos. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos valores empenhados nas ações relacionadas à função Habitação, incluindo subfunções vinculadas a Outras Funções, tais como Encargos Especiais, as quais apresentaram ações relacionadas especificamente com a função Habitação nos últimos cinco anos.

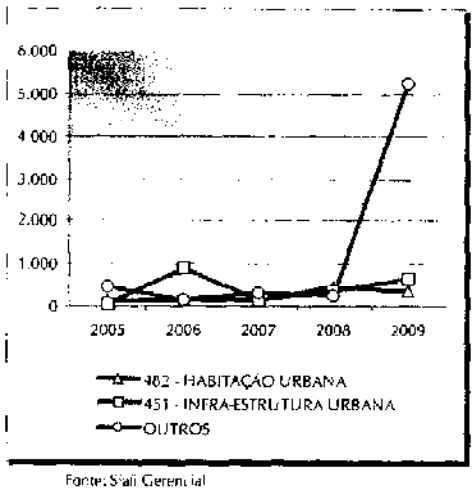
SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS AÇÕES RELACIONADAS À FUNÇÃO HABITAÇÃO

Em R$ milhões

	2005	2006	2007	2008	2009
482 HABITAÇÃO URBANA	180	129	154	466	355
451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	26	893	150	331	656
OUTROS	434	145	297	248	5230

Fonte: Siafi Gerencial

VALORES EMPENHADOS
(EM R$ MILHÕES)



Fonte: Siafi Gerencial

A redução observada na subfunção 451 deve-se ao fato de que os valores alocados na ação 1053 - Urbanização de Assentamentos Precários (aproximadamente R$ 1 bilhão por ano), foram computados no Programa 1128 – Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários, função Urbanismo.

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV integra a função de governo Encargos Especiais, mas desempenha atividades típicas da função Habitação.

Criado em 25/03/2009, pela MP nº 459, transformada na Lei 11.977/2009, o Programa tem a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal até 10 salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros.

O PMCMV tem um papel chave na criação de empregos e melhoria de indicadores socioeconômicos. O Programa, como resposta anti-cíclica à crise, foi a oportunidade que os setores habitacionais público e privado precisavam para colocar em marcha convergente dois grandes vetores. O primeiro, refere-se à implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para viabilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda.

O segundo, parte da modelagem de operações imobiliárias implantadas por construtoras que, embora com pouca abrangência, sinalizavam para a factibilidade da atuação do setor privado no atendimento do mercado habitacional para famílias de baixa renda.

Assim, com a criação do PMCMV, um dos objetivos estratégicos da Política Nacional de Habitação, qual seja, o estabelecimento de condições para a ampliação de um mercado popular de habitação, já começa a ser implementado.

Ainda no âmbito do PMCMV, a União foi autorizada a participar da constituição do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab, instrumento financeiro de garantia de crédito aos financiamentos concedidos a mutuários adquirentes de unidades habitacionais, com vistas a facilitar o acesso da população a novas linhas de financiamento imobiliário, por meio da garantia do pagamento, aos agentes financeiros, da prestação mensal de financiamento habitacional, caso o mutuário não a pague, em caso de desemprego ou redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda até dez salários mínimos.

O FGHab tem por finalidade, também, assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente do mutuário, e as despesas de recuperação relativas a danos físicos ao imóvel. Esse Fundo concederá garantia para até 600.000 financiamentos imobiliários contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV.

No ano de 2009 o Programa atingiu 100% de execução, com empenho na ordem de 5,2 bilhões.

Análise dos Programas Estruturantes

Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto

Este é um dos principais programas gerenciados pelo Ministério das Cidades e tem como objetivo ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Contempla iniciativas relacionadas à elaboração de estudos e projetos de saneamento ambiental; financiamento a estados e municípios e concessionárias estaduais e municipais para projetos de saneamento ambiental integrado; planejamento, implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários; implantação de melhorias sanitárias domiciliares; apoio técnico com vistas à sustentabilidade dos sistemas implantados; apoio técnico e financeiro ao controle da qualidade da água para consumo humano; fomento à "Educação Ambiental e em Saúde" voltada para o saneamento; remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas; além de estudos e projetos demonstrativos direcionados ao controle da poluição hídrica.

Compreende ações viabilizadas a partir de recursos onerosos e não onerosos, sendo a maior parte delas gerenciadas no âmbito do Ministério das Cidades. Algumas são implementadas pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa/Ministério da Saúde e Agência Nacional de Águas – ANA/Ministério do Meio Ambiente.

Em 2009, em termos de recursos do OGU viabilizados via MCidades para o Programa 0122, foi autorizada a dotação de R$ 1,49 bilhão, dos quais R$ 1,41 bilhão foram empenhados, correspondendo a 95% do total.

Foram pagos R$ 398,89 milhões do montante empenhado, além de outros R$ 477,69 milhões em restos a pagar de exercícios anteriores. Ao final do ano, 253 obras se encontravam em andamento, envolvendo investimentos da ordem de R$ 4,58 bilhões.

Destas, 48 obras foram iniciadas, abrangendo recursos da ordem de R$ 537,93 milhões, sendo que as demais já haviam se iniciado em anos anteriores. Foram assinados 18 novos contratos no ano, totalizando investimentos de aproximadamente R$ 463,66 e concluídos 6 empreendimentos, que juntos perfazem o montante de R$ 18,07 milhões.

Dos empreendimentos em andamento, merecem destaque, seja por se tratarem de obras de grande porte, seja pelo potencial benefício em termos de preservação ambiental: i) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho/RO (Etapas 1 e 2) – R$ 424,17 milhões; ii) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Porto Velho/RO – R$ 114,61 milhões; iii) Ampliação do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos de Cuiabá/MT (preservação do Pantanal, mediante elevação do nível de coleta de 39% para 70% e do nível de tratamento de 29% para 70%) – R$ 124,00 milhões - ; iv) Implantação do Sistema de Abastecimento de Água do Entorno Sul do Distrito Federal/GO (Sistema Corumbá IV) – R$ 117,30 milhões; v) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Ilha de São Luís/MA – R$ 111,00 milhões; vi) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Alvorada e Viamão/RS - R$ 107,12 milhões; vii) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Esteio e Sapucaia do Sul/RS – R$ 105,80 milhões; dentre outros.

Programa Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Para viabilizar a descentralização dos sistemas de trens urbanos para os estados e municípios, o Governo Federal realiza um programa de investimentos nos sistemas destinados a sua expansão ou modernização, propiciando melhoria na eficiência e na qualidade dos serviços. Ademais, este Programa se destaca como objetivo de Governo para promover a inclusão social e a redução das desigualdades.

Com uma dotação orçamentária aprovada de R$1,08 bilhão, foram empenhados R$1,02 bilhão, ou seja, 94,4% do total aprovado. Dos seis sistemas sob administração federal, cinco são operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

De uma dotação autorizada no valor de R$673 milhões, a empresa executou R$ 617 milhões, indicando um percentual de 91%. Foram aprovados e aplicados recursos orçamentários nas ações de implantação, modernização e recuperação de sistemas metro-ferroviários.

Foi realizado em 2009 convênio para a realização de Estudos e Projetos de Engenharia para a Implantação do Veículo Leve sobre trilhos-VLT ligando São Bernardo do

Campo a São Paulo e também uma descentralização de créditos para a recuperação da estação central de Maceió.

No sistema de Recife, foram investidos recursos na complementação da implantação da Linha Sul e na reabilitação da Linha Centro, destacando-se a aquisição de 7 VLT (Veículos Leves sobre Trilhos), que passarão a operar, após a modernização do trecho final da Linha Sul, entre as localidades de Cajueiro Seco e Cabo.

O início da operação comercial da Linha Sul, trecho Recife/Cajueiro Seco, configura importante marco atingido no período. Em Belo Horizonte, os recursos foram alocados em obras complementares da Linha 1 (trecho Eldorado/Vilarinho).

A aprovação de crédito suplementar ao orçamento para as Linhas 2 (Barreiro/Hospitais) e 3 (Pampulha/Savassi) permitiu a retomada do projeto executivo que estava paralisado desde 2007.

Também foram contratados os serviços de engenharia para construção do desvio para estacionamento no Terminal de Vilarinho, o que permitirá a execução de viagens adicionais nos horários de pico, aumentando a demanda diária transportada em cerca de mais 12.000 passageiros.

Os recursos aplicados na continuidade da implantação do metrô de Salvador (trecho Lapa/Pirajá) possibilitaram avanços nas obras de cinco estações e em serviços complementares nos túneis, a construção do elevado na Avenida Bonocô, a implantação de 6 km de via e a continuidade do contrato para fornecimento e montagem da sinalização e dos sistemas auxiliares.

Destaca-se, também, a contratação da aquisição de seis Trens Unidades Elétricos (TUE), a cargo do Governo do Estado da Bahia.

Quanto ao projeto de modernização do trem de subúrbio (trecho Calçada/Paripe), o principal avanço se deu na recuperação do material rodante adquirido da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, já em operação, e a contratação da recuperação de mais 3 TUE e 2 locomotivas.

Os investimentos no sistema de Fortaleza, após a adequação dos recursos liberados à capacidade de execução prevista na programação incluída no PAC, foram aplicados na implantação do metrô e na modernização da Linha Oeste.

No trecho em superfície da Linha Sul, as obras da via permanente encontram-se praticamente concluídas no trecho de 10 km entre Vila das Flores e Conjunto Esperança. As obras de construção do elevado no Pólo de Parangaba, com 3,3 km de extensão, e o trecho subterrâneo de 2,8 km, entre as ruas Padre Cícero e Castro e Silva, no centro de Fortaleza, encontram-se em fase de finalização, bem como as obras nas estações Benfica e São Benedito, já com suas estruturas praticamente concluídas.

Na Linha Oeste, destaca-se a realização das licitações para início efetivo da modernização do trecho, com a execução das obras civis e sistemas fixos.

Um importante marco no exercício de 2009 é a conclusão do viaduto do Caucaia. Para 2010, prevê-se a conclusão e entrega de 8 estações. Nos sistemas de Natal e João Pessoa, os recursos aprovados possibilitaram a continuidade e ampliação dos serviços de recuperação dos pontos críticos da via permanente e de recuperação do material rodante, que se constituem nos maiores problemas a serem superados.

No entanto, os esforços envidados ainda não surtiram o efeito desejado, o que é esperado em 2010. No sistema de Maceió, já foi verificada uma melhoria substancial na demanda atendida, a qual atingiu, em dezembro, 163,0 mil passageiros transportados, valor superior em 5,1% ao auferido em 2008.

Os recursos aprovados e disponibilizados em 2009 permitiram a contratação do projeto executivo de engenharia, da fabricação e fornecimento de 8 VLT e da execução das obras civis, visando uma remodelação de todo o sistema, com a expectativa de um grande avanço físico durante 2010.

A Companhia de Trens Urbanos de Porto Alegre – TRENSURB opera o sistema na capital gaúcha. Com uma dotação orçamentária aprovada de R$ 409,19 milhões, executou R$ 403,95 milhões, com um percentual de execução de 98,7% do total.

Como destaques da execução orçamentária, foram aplicados recursos na expansão da Linha 1, trecho São Leopoldo – Novo Hamburgo, no valor de R$ 250,00 milhões. Com a obra em plena atividade, a sua execução física está desdobrada em cinco frentes, correspondentes à implantação do elevado metroviário - 9,30 km.

Acrescente-se ainda 2 estações de passageiros - Rio dos Sinos e Liberdade, o início das atividades relativas à contratação e execução dos sistemas operacionais e a aplicação de R$ 7,0 milhões na modernização do sistema de freios dos trens, no sistema multimídia, dentre outros.

O Indicador definido no Plano Plurianual - PPA previu 45.621.940 passageiros transportados no sistema de Porto Alegre em 2009. Foram transportados 44.404.858 passageiros, apresentando uma redução de 5,59% em relação ao resultado alcançado em 2008, correspondendo a um decremento de 2.630.902 passageiros.

Dentre os principais motivos que contribuíram para redução no quantitativo de passageiros transportados cita-se a greve dos metroviários (02/06/09 a 16/06/09), as férias escolares prolongadas, dentre outros.

COMPARATIVO PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTTEMA – 2009 X 2008

	2008	2009
JAN	3.525.155	3.375.861
FEV	3.239.482	2.997.589
MAR	3.901.626	4.000.118
ABR	3.967.979	3.813.274
MAI	3.936.405	3.846.788
JUN	3.906.303	2.758.562
JUL	3.993.496	3.608.548
AGO	4.172.713	3.806.570
SET	4.224.169	3.961.473
OUT	4.232.913	4.093.132
NOV	4.042.755	3.909.486
DEZ	3.892.764	4.033.457
TOTAIS	47.035.760	44.404.858

Fonte: TRENSURB

Programa Segurança e Educação no Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

O Programa tem como objetivo reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país. De uma dotação orçamentária autorizada de R$ 534,100 milhões, o programa executou, através do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, R$ 425,995 milhões, com uma execução percentual de 79,76%.

O DENATRAN, no empenho de cumprir sua missão de promover o desempenho eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT administra políticas, elabora, fomenta e executa programas e projetos que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Em 2009, o Governo realizou ações estruturantes visando o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), conforme estabelecido na Política Nacional de Trânsito (PNT), com o objetivo precípuo de oferecer à sociedade brasileira um trânsito seguro e de qualidade promovendo, desta forma, a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes de trânsito no país.

Voltado para o aprimoramento e formação dos técnicos envolvidos com a gestão do trânsito, foi dada continuidade ao Programa de Capacitação de Profissionais de Trânsito, tendo sido capacitados 6.700 técnicos municipais de todas as Unidades da Federação em cursos de gestão de trânsito, legislação de trânsito, requalificação didática de instrutor de trânsito e análise de recursos de infrações de trânsito. Foram também realizadas palestras dirigidas aos transportadores de cargas em 12 estados, atingindo um público de 1.600 pessoas.

Em relação à política de educação e cidadania no trânsito, foi produzida a série de 12 programas intitulada "Pela Estrada Afora", veiculada semanalmente pela TV Cultura e dirigida ao público infanto-juvenil, com o objetivo de apresentar informações e construir conhecimentos relacionados ao comportamento seguro de pedestres, ciclistas e no interior de veículos. Foram ainda definidas as Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito na Pré-Escola e no Ensino Fundamental, publicações enviadas para 104.323 pré-escolas e 154.321 instituições de ensino fundamental em todos os municípios. Destaca-se, também, a distribuição do material educativo "Viva o Trânsito: histórias para o ensino fundamental" para 33 milhões de alunos de 60.081 escolas localizadas em 928 municípios integrados ao SNT.

Investiu-se fortemente na informação à população, por meio de campanhas publicitárias educativas de trânsito com veiculação em âmbito nacional em filmes para TV, *spots* de rádios, *folders* e cartazes para mobiliário urbano. Foram produzidos, em 2009, 15 filmes e 15 *spots* sob os slogans "Seja educado no trânsito como você é na sua vida", "Motorista legal é motorista consciente", "Pedestre legal é pedestre consciente", "Motociclista legal é motociclista consciente", além das campanhas de divulgação dos direitos da população para recebimento do seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) e da divulgação do movimento "Dia sem carro".

Foram apresentados à sociedade e em específico à comunidade técnica os requisitos técnicos mínimos para a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos SINIAV, sistema que assegurará maior controle da frota e da velocidade média dos veículos com conseqüente diminuição dos acidentes e mortes no trânsito. Com esse objetivo, importante também mencionar, a exigência de novos equipamentos obrigatórios para veículos saídos de fábrica (air-bag e freio ABS), e de equipamentos de segurança no transporte de cargas especiais.

Este Programa possui como objetivo "reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no país", onde ocorrem aproximadamente 35 mil mortes por ano. Temos a seguir os índices apurados nos exercícios de 2008 e 2009, elaborados a partir dos indicadores considerados na avaliação da atuação do Denatran ao desempenhar suas competências:

	2008		2009	
	PREVISTO	APURADO	PREVISTO	APURADO
Índice de Acidentes com Vítimas Fatais por 10 mil veículos	6,3	6,8	6,3	6,5
Índice de Acidentes com Vítimas por 10 mil veículos	91,1	75,3	91,1	75,2
Frota Registrada		49.644.025		54.159.864

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN e Ministério da Saúde

Embora os índices previstos para redução do número de acidentes com vítimas fatais não tenham sido alcançados, pode-se perceber que, apesar do significativo aumento da frota em 9,1%, houve redução daqueles índices no exercício de 2009 em relação a 2008. Devem ser considerados na avaliação dos resultados os instrumentos legais instituídos (Resoluções e Deliberações do CONTRAN, Portarias do Denatran e outros), os programas educativos implementados, os estudos técnicos realizados e demais ações desenvolvidas pelo Denatran com vistas a aumentar a segurança de motoristas, pedestres e usuários do trânsito e reduzir a impunidade dos condutores infratores.

Programa Operações Especiais:
Outros Encargos Especiais

No âmbito da Função Encargos Especiais (28), subfunções Outras Transferências (845) e Outros Encargos Especiais (846), as seguintes operações especiais compõem o Programa Minha Casa, Minha Vida: Transferência ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas, Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais, Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com Menos de 50.000 habitantes e Transferência ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

O Programa prevê um aporte de R$ 34 bilhões de recursos, sendo R$ 25,5 bilhões do OGU e R$ 7,5 bilhões do FGTS, destinados à produção de um milhão de unidades habitacionais, e, ainda, R$ 1 bilhão, do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinado ao financiamento da cadeia produtiva, conforme detalhamento abaixo.

AÇÃO	LIMITE (EM R$ MILHÕES)
FAR - OGU	14.000,00
FDS – OGU	500,00
Mun. até 50 mil habitantes – OGU	1.000,00
PNHR - OGU	500,00
PNHU (OGU + FGTS)	10.000,00
FGHAB - OGU	2.000,00
BNDES – OGU (equalização de juros)	5.000,00
BNDES (cadeia produtiva)	1.000,00
TOTAL	**34.000,00**

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

Em 2009, o PMCMV executou 100% dos recursos previstos no Orçamento Geral da União:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - 2009

em R$ milhões

COD	PROGRAMA	HABITAÇÃO		DEMAIS		TOTAL	
		EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
0909	Op. Especiais: Outros Encargos Especiais	-	-	5.250	100	5.250	100
TOTAL		-	-	5.250	100	5.250	100

Fonte: Siafi Gerencial

O Programa Minha Casa, Minha Vida recebeu 3.219 propostas de empreendimentos com 656.368 unidades habitacionais, totalizando recursos da ordem de R$ 39,02 bilhões no exercício de 2009. Com relação às contratações, foram firmados contratos de 275.528 unidades habitacionais, representando investimentos da ordem de R$ 14,08 bilhões, conforme demonstrativo a seguir. Dessas unidades contratadas, 217.906 são referentes a contratações com empresas do setor da construção civil e 57.622 unidades foram contratadas diretamente com as famílias beneficiadas.

PROPOSTAS CONTRATADAS NO PMCMV - 2009

FAIXA	TOTAL	
	UNIDADES HABITACIONAIS	R$
0 a 3 SM	168.926	6.943.976.226
3 a 6 SM	75.670	4.656.923.068
6 a 10 SM	30.982	2.478.586.973
TOTAL	275.528	14.079.486.287

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do M Cidades

A meta de contratação de 1 milhão de unidades habitacionais foi estabelecida de acordo com o déficit habitacional nos estados da federação sendo que, até a referida data, os estados do Acre, Bahia e Mato Grosso já alcançaram a meta estabelecida nas operações destinadas ao atendimento até três salários mínimos. Considerando que as operações especiais acima não integram o Plano Plurianual 2008-2011, não há indicadores discriminados para o programa. Não obstante, considera-se que o volume de contratações constitui um parâmetro válido para a mensuração da efetividade da ação governamental no bojo da qual tais operações especiais estão inseridas.

Programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

O programa Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários representou 64,88% dos valores empenhados na função de Habitação em 2009.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PROGRAMA EM 2009

em R$ milhões

COD	PROGRAMA	URBANISMO		DEMAIS		TOTAL	
		EMPENHADO	%	EMPENHADO	%	EMPENHADO	%
1128	Urban. Regul. Fundiária e A. Precários	1.313	94,09	1.747	96,48	3.060	95,44
TOTAL		1.313	94,09	1.747	96,48	3.060	95,44

Fonte: SIAFI Gerencial
Nota 1 – % Empenhado / Dotação Autorizada
Nota 2 – A coluna "Demais Empenhado %" refere-se aos empenhos do programa 1128 que pertencem à função de habitação e saneamento.

Os indicadores utilizados no Plano Plurianual - PPA para o programa de urbanização são extraídos de estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, que utiliza micro dados do censo demográfico 2000, com atualização anual baseada nas Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios – PNAD.

A dificuldade de utilização de outros indicadores é causada pelo fato de outras variáveis influenciarem nas condições habitacionais da população, como por exemplo, a disponibilidade de crédito para a produção habitacional, que é afetada, inclusive, pela conjuntura econômica.

Com isto, a Política Nacional de habitação deve ser analisada de forma integral, uma vez que, a conclusão dos projetos habitacionais leva em média, mais de um exercício para alcançar a sua efetividade e atender plenamente as necessidades das famílias beneficiadas; dada a complexidade dos problemas enfrentados na maioria das intervenções.
Nos últimos anos pode-se observar uma tendência de melhoria das condições de vida da população. Em termos proporcionais, o déficit habitacional relativo (nº de domicílios que compõem o déficit / total de domicílios do país) vem diminuindo desde 1991, conforme especificado a seguir:

ANO	1991	2007	2008
DÉFICIT RELATIVO	15,40%	11,10%	10,00%

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do M Cidades

A partir de 2007, verifica-se uma tendência de redução do déficit habitacional, em termos relativos e absolutos, pois o número de domicílios do déficit de 2006 para 2007 caiu de 7,9 milhões para 7,2 milhões, respectivamente.

As análises preliminares da PNAD 2008, divulgada em 2009, indicam uma provável manutenção desta tendência.

Uma das referências do programa 1128 é o Projeto do Complexo do Alemão, uma parceria do Governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro.

Visa a integração física e social de diversas comunidades por meio da ordenação urbanística, com obras de urbanização integrada, produção e melhorias habitacionais, implantação de teleférico integrado à malha de transportes urbanos e construção de equipamentos comunitários. Informações do Projeto:

Meta:	30 mil famílias beneficiadas

ENTE	INVESTIMENTO	EXECUÇÃO
Prefeitura	107,7	75%
Estado	725,4	48%
TOTAL DO INVESTIMENTO	833,1	

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do M Cidades

Os destaques do Projeto são:

- Conclusão de Creche, de Clínica da Família e do Centro de Geração de Renda do bairro Joaquim de Queiroz em 30/12/2009.
- Conclusão da obra do Centro de Integração e Atenção à Saúde em 22/12/2009;
- Inauguração da construção de 192 unidades habitacionais na Av. Itaóca 1833 em 22/12/2009.

5.1.25. Função Comércio e Serviços

O Ministério do Turismo tem como propósito o desenvolvimento do turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos, divisas e na redução das desigualdades regionais, proporcionando a inclusão social.

Análise da Execução por Função e Subfunções Típicas

Ao Ministério do Turismo e seus órgãos vinculados cabem investimentos relacionados às Funções 23 – Comércio e Serviços, e 28 - Encargos Especiais. Quanto às Subfunções vinculadas, a Subfunção 695 -Turismo representa a quase totalidade da dotação prevista para o Ministério.Sendo assim, este relatório será voltado para a prestação de informações e resultados relativos a esta classificação funcional.

Função Típica

A Função que prevalece no orçamento do MTur é a Função' 23-Comércio e Serviços', em todos os anos, conforme demonstrado a seguir.

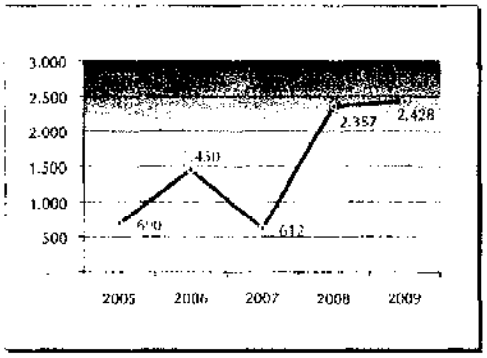
VALORES EXECUTADOS POR FUNÇÃO

em R$ 1.000,00

FUNÇÕES	EMPENHADO				
	2005	2006	2007	2008	2009
COMÉRCIO E SERVIÇOS (23)	689.686,36	1.450.441,31	612.063,76	2.357.446,19	2.428.386,85
ENCARGOS SOCIAIS (28)	351,00	3.636,44	2.621,69	5.338,74	340,91

Fonte: Siafi Gerencial 23/02/2010

EVOLUÇÃO - FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS
(VALORES EM R$ MILHÕES)



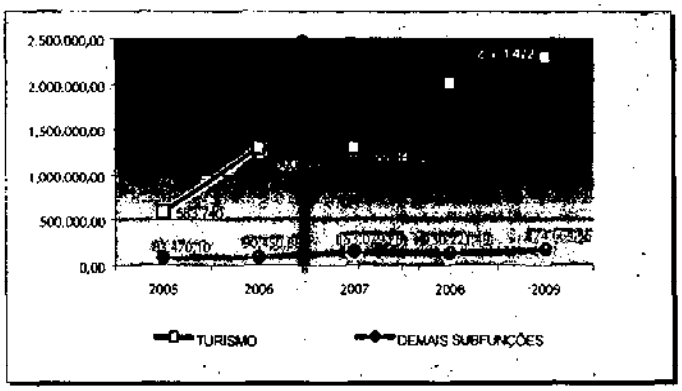
Análise das Subfunções

VALORES EXECUTADOS NAS SUBFUNÇÕES - 2006/2009

Em R$ 1.000,00

SUBFUNÇÃO	EMPENHADO				
	2006	2007	2008	2009	TOTAL
121 - Planejamento E Orçamento	5.984,25	3.908,82	5.271,84	3.559,94	18.724,84
122 - Administração Geral	51.914,89	85.288,71	73.177,75	82.088,40	292.469,75
125 - Normalização e Fiscalização	325,52	193,76	396,18	1.264,20	2.179,66
126 - Tecnologia da Informação	5.809,84	9.041,15	4.904,70	7.317,99	27.073,68
128 - Formação de Recursos Humanos	9.598,05	35.267,78	25.657,93	62.297,92	132.821,68
131 - Comunicação Social	2.660,00	2.278,69	7.063,93	4.646,11	16.648,72
212 - Cooperação Internacional	817,16	1.439,49	1.014,95	243,31	3.514,91
306 - Alimentação e Nutrição	562,30	706,64	677,08	831,31	2.777,33
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	310,19	406,60	289,42	257,49	1.263,71
365 - Educação Infantil	47,69	95,76	42,07	59,37	244,89
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	4.419,00	4.294,74	3.861,00	2.620,00	15.194,74
571 - Desenvolvimento Científico	1.553,43	1.912,21	3.327,38	6.433,87	13.226,89
665 - Normalização e Qualidade	6.448,55	8.245,42	4.537,26	3.044,45	22.275,68
695 - Turismo	1.300.337,78	1.298.893,98	2.018.589,62	2.301.472,16	6.919.293,54
TOTAL	1.390.788,65	1.451.973,74	2.148.811,10	2.476.136,52	7.467.710,01

A Subfunção representa uma partição da função e a de maior peso orçamentário para o MTur é a "695 – Turismo". Já a Subfunção "122 – Administração Geral" está relacionada a área meio, que reflete a execução das ações operacionais e de manutenção do órgão. A Subfunção " 128 – Formação de Recursos Humanos" visa promover e apoiar a qualificação e o aperfeiçoamento de profissionais associados ao turismo. O gráfico a seguir apresenta a evolução da Subfunção "Turismo", referente às demais Subfunções executadas pelo Ministério do Turismo:



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em R$ 1.000,00

PROGRAMAS	2005	2006	2007	2008	2009
1001 - Gestão da Política de Turismo	14.542,46	17.504,13	10.152,55	24.247,78	24.429,40
1163 - BRASIL: Destino Turístico Internacional	107.425,58	83.882,37	126.803,06	142.753,25	109.766,66
1166 - Turismo No Brasil: Uma Viagem Para Todos	575.888,17	995.453,14	472.312,67	2.182.880,01	2.337.506,41
TOTAL	697.856,22	1.096.839,64	609.268,28	2.349.881,04	2.471.702,46

Programas Estruturantes

Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

Macroprograma de Regionalização do Turismo

O Macroprograma de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, definido no Plano Nacional de Turismo 2007/2010, tem por finalidade estruturar, ampliar, diversificar e qualificar a oferta turística brasileira, tornando mais competitivo o produto turístico nacional no mercado externo, ampliando seu consumo no mercado doméstico. O Programa define, ainda, de forma participativa junto às Unidades da Federação, quais são as regiões e respectivos municípios turísticos brasileiros. Em 2009, a partir de um processo de aperfeiçoamento e evolução do mapeamento, foi lançado o 3º Mapa da Regionalização do Brasil, com 276 regiões turísticas, abrangendo 3.635 municípios.

O novo Mapa aumenta o número das regiões e reduz o número de municípios englobados em relação à 2ª edição. Isso reflete o amadurecimento do setor, especialmente do poder público estadual, com maior enfoque na definição de seus municípios com potencialidade turística.

A Regionalização, de acordo com a própria Organização Mundial do Turismo – OMT, é tida atualmente como uma tendência estratégica, sendo o conceito de região turística referência espacial na qual estão inseridos os produtos turísticos. A região turística não enxerga limites geopolíticos. É o espaço geográfico que reúne características e potencialidades similares e complementares para o desenvolvimento da atividade. O funcionamento adequado daquelas regiões requer a criação das Instâncias de Governança Regionais, que unam o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, constituídas em fórum, conselho, associação ou agência de desenvolvimento do turismo.

A iniciativa prioriza 59 regiões turísticas que contemplam 65 destinos tidos como prioritários e indutores do desenvolvimento da atividade no país. Em relação especificamente aos citados 65 destinos indutores, consideram-se aqueles que possuem infraestrutura básica turística e atrativos qualificados, sendo capazes de atrair e distribuir visitantes para seu entorno, movimentando a economia local.

O Plano Nacional do Turismo – PNT 2007/2010 prevê, como uma de suas metas principais, a estruturação de 65 destinos capazes de desenvolver o turismo em suas regiões, objetivando representar a diversidade cultural, regional, de biomas, de gastronomia, dentre outras, do turismo brasileiro.

Apresentados em agosto de 2007, os 65 destinos indutores ganharam um estudo de competitividade. Lançado em abril de 2008, o estudo analisou 13 dimensões e suas variáveis, utilizando uma escala de 0 a 100 que considerou, para os resultados, 5 níveis de competitividade.

Dando continuidade ao trabalho, em maio de 2009 deu-se início à 2ª edição do estudo com algumas adequações metodológicas. No quadro seguinte são apresentados os principais resultados comparativos, por dimensão.

DIMENSÕES	MÉDIA					
	BRASIL		CAPITAIS		NÃO CAPITAIS	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
INFRAESTRUTURA GERAL	63,8	64,6	70,5	71,3	58,1	58,9
ACESSO	55,6	58,1	66,9	69,9	47,5	49,7
SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	44,8	46,8	56,8	59,4	36,3	37,9
ATRATIVOS TURÍSTICOS	58,2	59,5	50,6	56,5	59,3	60,2
MARKETING E PROMOÇÃO DO DESTINO	38,2	41,1	46,3	47,5	32,4	36,5
POLÍTICAS PÚBLICAS	50,8	53,7	55,7	58,7	47,3	50,2
COOPERAÇÃO REGIONAL	44,1	48,1	42,9	47,1	45,0	48,8
MONITORAMENTO	35,4	34,5	42,1	41,8	30,6	29,4
ECONOMIA LOCAL	56,6	57,1	64,7	67,6	50,9	49,6
CAPACIDADE EMPRESARIAL	51,3	55,7	72,1	78,1	36,6	39,8
ASPECTOS SOCIAIS	57,2	57,4	62,3	63,1	53,5	53,4
ASPECTOS AMBIENTAIS	58,9	61,8	63,8	67,0	55,5	58,1
ASPECTOS CULTURAIS	54,6	54,6	61,4	63,0	49,8	48,7
TOTAL GERAL	52,1	54,0	59,5	61,9	46,9	48,4

Fonte: FGV/MTur/Sebrae,2009

Percebe-se, pelos dados agregados, uma evolução em 11 das 13 dimensões avaliadas nas duas edições do estudo. As capitais apresentaram os melhores resultados na comparação com a pesquisa divulgada em 2008. Constata-se no quadro a seguir que as capitais evoluíram do Nível 3 para o Nível 4, atingindo "as condições adequadas para a atividade turística considerando o padrão mínimo de qualidade". A média nacional e das "não capitais" mantiveram-se no Nível 3, isto é, "em condição regularmente satisfatória".[0]

ANO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5
		BRASIL	CAPITAIS	NÃO CAPITAIS	
2008	-	52,1	59,5	46,9	-
2009	-	54	61,9	48,4	-

Fonte: FGV/MTur/Sebrae,2009

Com relação aos 65 destinos nos níveis da escala utilizada, identificou-se que a maior parte deles encontra-se no nível 3, com 37 destinos, um a menos que na pesquisa anterior. Por sua vez, houve um aumento no número de destinos situados no Nível 4: 21 destinos em 2009 contra 18 no ano anterior. Em contrapartida, o Nível 2 concentra sete destinos, dois a menos que na pesquisa anterior. Ressalte-se que nenhum destino obteve índices referentes aos Níveis 1 e 5.

Indicadores do Programa

Quanto às metas previstas relativas aos destinos indutores, foram feitas gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para alteração dos indicadores existentes para o Programa 1166 - Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão. Neste sentido, o Ministério do Turismo passou a incorporar o indicador "Competitividade dos destinos indutores de desenvolvimento turístico regional", com índices de 0 a 100, que apontam a competitividade do conjunto dos destinos indutores. A previsão deste índice, para o ano de 2009, foi de 55%, sendo que o resultado efetivamente apurado foi de 54%, valor próximo ao da meta estabelecida.

Promoção Nacional do Turismo Brasileiro

Dentre as principais iniciativas promocionais desenvolvidas em 2009 pelo Programa 1166 – Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão destacam-se as campanhas: "Viaja Mais - Melhor Idade"; "Se você é brasileiro, está na hora de conhecer o Brasil"; e "Viagem é para toda a vida". Foram envidados, ainda, esforços publicitários nos períodos precedentes aos principais feriados nacionais, fortalecendo a "cultura da viagem" entre os brasileiros.

O Programa Viaja Mais – Melhor Idade tem por objetivo proporcionar a inclusão de aposentados e pessoas com mais de 60 anos em viagens para que possam conhecer o Brasil nos períodos de baixa ocupação hoteleira, oferecendo facilidades como: preços mais baixos e parcelamento das viagens com desconto em folha de pagamento. O Programa guarda correlação com um dos principais objetivos do Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010: fortalecer o mercado interno do turismo, trazendo inclusão social. Neste sentido, foram empenhados R$ 633.790,91 para veiculação desta campanha. Esse programa, também, tem o intuito estimular viagens para os destinos turísticos nos períodos de baixa ocupação, reduzindo o impacto das sazonalidades.

Outra iniciativa de forte impacto social é a Campanha do Turismo Sustentável & Infância, que objetiva alertar os empresários do setor turístico para que denunciem práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes. Veiculada principalmente no Carnaval, a campanha trouxe o *slogan*: "Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é Crime. Denuncie! Procure o Conselho Tutelar de sua cidade ou disque 100". Foram empenhados R$ 4.646.105,50 nesta ação.

Já as campanhas "Se você é brasileiro, está na hora de conhecer o Brasil" e "Viagem é para toda a vida" visam fortalecer ainda mais o mercado interno e estimular o hábito de viagens entre os brasileiros. Estas ações são um desdobramento da campanha "Está na hora de conhecer o Brasil", lançada pelo Ministério do Turismo no final de 2008 e veiculada durante o verão em mídias diversas (TV aberta e fechada, internet, mídia exterior, cinemas, revistas e jornais de todo país), indo ao ar também nos períodos que antecederam os feriados de Paixão de Cristo, Tiradentes, Dia do Trabalho e Corpus Christi. Em 2009, esta campanha foi a principal estratégia promocional para amenizar os efeitos da desaceleração econômica no setor do turismo, e contou para tanto com recursos da ordem de R$ 29.701.043,21.

A seguir, outras três campanhas promocionais, com os respectivos valores empenhados em 2009:

CAMPANHA	VALORES EMPENHADOS (R$)
Viaje com Agente (ação promocional junto aos agentes de viagem)	387.565,31
Aeroportos (painéis fotográficos com imagens de destinos turísticos do país, nos terminais de embarque e desembarque de diversos aeroportos brasileiros)	1.245.450,55
Campanha do Salão do Turismo (ação de divulgação do 4º Salão do Turismo)	6.543.764,84

Fonte: FGV/MTur/Sebrae,2009

Apoio à Comercialização Nacional

Uma estratégia que busca incentivar e apoiar a comercialização e a promoção dos destinos turísticos brasileiros, congregando operadores e fornecedores dos diversos tipos de serviços turísticos, é a realização do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, evento que apresenta os resultados da regionalização e roteirização turística ao país, bem como expõe a oferta de produtos e serviços turísticos nacionais.

A 4ª edição do Salão do Turismo, realizada em São Paulo de 1º a 5 de julho, mostrou que o evento conquistou o consumidor final. Foram empenhados R$ 5,3 milhões para a realização da Ação. Ao todo, o evento recebeu 98 mil visitantes, muitos dos quais foram ao Pavilhão de Exposições do Anhembi dispostos a planejar as próximas

férias ou marcar uma viagem. Seguem abaixo alguns resultados que comprovam o sucesso do evento:

- Em peças de artesanato, foram vendidos R$ 449,3 mil, segundo dados do Programa do Artesanato Brasileiro/MDIC. Em 2008, a venda foi de R$ 360,1 mil, demonstrando que em 2009 houve um crescimento de 25%;
- Mercado da Agricultura Familiar faturou R$ 226,3 mil, 117% a mais do que no ano passado;
- No Espaço Jóias do Brasil, os resultados também superaram as expectativas. Foram vendidos R$ 104,3 mil, 69,5% a mais do que em 2008. Já no espaço Moda - Talentos do Brasil, novidade no 4º Salão, vendeu R$ 51,2 mil;
- Na Mostra de Manifestações Artísticas o público pôde assistir a 90 apresentações de diversos estados brasileiros que contaram com a participação de 547 artistas;
- A Área Gastronômica atendeu 12 mil visitantes e serviu 43 mil porções, obtendo um faturamento de R$ 210 mil. Em 2008, foram R$ 131,6 mil em vendas (98,9 mil porções);
- Segundo pesquisa realizada no próprio evento, a expectativa de negócios para os representantes de operadoras nacionais e empresários que compram serviços e produtos de fornecedores locais (agências de turismo receptivo e meios de hospedagem), durante a Rodada de Negócios, é de R$ 95,5 milhões para o período de um ano. Já para os fornecedores locais, os resultados parciais indicam uma expectativa de R$ 134 milhões para o mesmo período. Em 2008, a expectativa foi de R$ 24,3 milhões para compradores e R$ 47,7 milhões para vendedores;
- No Núcleo de Conhecimento, 13,5 mil pessoas se inscreveram para as diversas atividades, que contaram com a participação de 93 palestrantes/debatedores nacionais e 5 internacionais.

Todos os números do último Salão do Turismo são superiores aos do anterior o que demonstra, portanto, a evolução e mostra que a parceria entre os governos e a iniciativa privada é fundamental para aumentar ainda mais nos brasileiros o gosto pelas viagens.

Ações de Infraestrutura

As ações de infraestrutura para o exercício de 2009 foram direcionadas principalmente para a reurbanização de orlas marítimas, fluviais e urbanas, melhoria de acessibilidade e da sinalização turística, recuperação de prédios de mercados históricos, museus, casas de culturas, centro de artesanato, centro de convenções ou eventos, centro de informações turísticas, bem como escolas de qualificação destinadas aos profissionais dos setores de hotelaria.

Prodetur Nacional

O PRODETUR Nacional é uma iniciativa do Ministério do Turismo, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que cria uma linha de crédito para atender à demanda por recursos de financiamento internacional dos Estados e municípios brasileiros.

Objetiva, ainda, alcançar as metas do Plano Nacional do Turismo ampliando a importância do turismo no desenvolvimento do país gerando novos empregos e conseqüentemente reduzindo as desigualdades sociais. Para a consecução de seus objetivos o Prodetur Nacional prevê investimentos de três fontes distintas: financiamento internacional, contrapartida federal aportada pelo Ministério do Turismo com recursos do Orçamento Geral da União, e contrapartida local aportada pelos estados e municípios participantes. Inicialmente os recursos de financiamento internacional eram aportados somente pelo BID, entretanto, devido à grande demanda por recursos, potencializada após a escolha do Brasil como país sede da Copa do Mundo de 2014, o Ministério do Turismo abriu a possibilidade para que a Corporação Andina de Fomento – CAF também atuasse como agente financiador para o Programa.

Atualmente o Prodetur Nacional conta com a adesão de 19 estados e 7 municípios. O montante de recursos aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex, para financiamento do Programa (contando com a proposta de financiamento do próprio Ministério, voltada para o apoio às propostas estaduais e municipais) totaliza US$ 873 milhões.

Ressaltam-se os projetos desenvolvidos principalmente nos destinos indutores estabelecidos pelo Ministério do Turismo para alcançar a Meta 3 do Plano Nacional do Turismo que prevê "Estruturar os 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional".

Ações Apoiadas Pelo Prodetur 2009

No ano de 2009 as ações apoiadas pelo Prodetur foram: Estradas/Acessos; Estudos/Pesquisas; Fortalecimento Institucional; Infraestrutura; Patrimônio Histórico Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável; Produto Turístico; Projetos; Promoção e Marketing; Qualificação Profissional/Empresarial; Sinalização Turística; e Urbanização

Importante destacar que as dotações orçamentárias autorizadas para os Programas Prodetur vêm experimentando crescimento desde 2006, potencializado a partir de 2007 pelos avanços na execução da contrapartida federal para o Prodetur NE II e pela criação do Prodetur Nacional. A execução orçamentária, por sua vez, teve um significativo aumento entre 2006 e 2007, ocasionado principalmente pela flexibilização da execução do Prodetur NE II. A partir de 2007 a execução orçamentária manteve-se em patamar superior a 95%, levando-se em consideração os valores autorizados e os empenhados. No que se refere aos produtos e destinos foi fortalecida a produção associada ao turismo e o apoio projetos em que as atividades turísticas são indutoras do desenvolvimento local e da geração de trabalho e renda. Estas estratégias contribuem para a comercialização dos destinos ao promover e valorizar aspectos naturais, culturais e sociais das diferentes regiões brasileiras.

Finalizando, destacamos que o volume de recursos aportados no exercício de 2009 para os programas soma R$ 1.781.856.669,56.

Qualificação

Em 2009, investiu-se R$ 43.120.952,17 em qualificação profissional, o que representou o compromisso com a qualificação de 79.822 pessoas. Neste contexto, destaca-se o Programa de Qualificação em Línguas Estrangeiras - "Olá Turista", com a oferta, em dois anos, de cursos de língua espanhola e inglesa, a distância, com a utilização de tecnologia para 80 mil participantes como estratégia de preparação para a Copa 2014.

Vale salientar, também, que os recursos investidos para fortalecer e valorizar a produção associada ao turismo totalizaram R$ 7.009.147,00 no apoio a 69 projetos e 12 campanhas, objetivando incrementar a utilização de produtos de segmentos da economia, com atributos naturais ou culturais dos setores artesanal, industrial e agropecuário, buscando agregar valor à oferta turística e para que se tornem um atrativo para aumentar a permanência do turista no destino.

Neste contexto, destaca-se o projeto "Integração da Produção Associada", em parceria com o Sebrae, que objetiva a construção de um Manual de Ações que propõe a integração da produção associada a novos produtos turísticos.

É uma proposta inovadora que irá apoiar o desenvolvimento do turismo nos municípios brasileiros, iniciando em 12 municípios do entorno das cidades sedes da Copa de 2014

Com o foco na dinamização econômica das comunidades locais, por meio de atividades turísticas, para o apoio e promoção de iniciativas de turismo de base comunitária o investimento foi de R$ 4.587.792,86 para cerca de 40 projetos. Estes projetos organizam e fortalecem os atores locais residentes, para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos.

No âmbito do apoio à comercialização dos produtos e serviços, a I Mostra de Base Comunitária realizada no Salão do Turismo, no *Adventure Sport Fair* e no Festival de Gramado, merece destaque pela repercussão positiva e pela visibilidade que o segmento obteve com esta ação.

O fomento aos negócios turísticos constitui um importante item do Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo, uma vez que fortalece as atividades dos agentes econômicos, de forma a promover o desenvolvimento sustentável do setor.

No exercício de 2009, foram realizados os seguintes estudos e pesquisas de oportunidades de investimento no ativo turístico brasileiro:

- Estudo sobre Incentivos Tributários para o Desenvolvimento do Turismo;
- Diagnóstico do Setor de Agenciamento de Viagens;
- Estudo Técnico para a Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Piauí;
- Estudo sobre a Legislação Trabalhista para o Setor de Alimentação Fora do Lar; e
- Diagnóstico do Setor de Apoio ao Turismo Náutico Brasileiro.

A partir dos resultados dos estudos e das pesquisas, são desenvolvidas ações integradas com os diversos segmentos turísticos, mediante participação conjunta em importantes eventos da cadeia produtiva do turismo no país e no exterior. Os encontros com representantes do setor turístico constituem excelentes oportunidades para divulgação dos programas de crédito para o setor e promoção das potencialidades do Brasil como um destino auspicioso para investimentos turísticos.

Financiamento e Fungetur

Relativamente aos resultados das ações de promoção do turismo nacional, vale mencionar que em pesquisa realizada sobre investimentos em meios de hospedagem foram identificados 301 empreendimentos hoteleiros em andamento no país, em fase de projeto ou em construção, com início de operação previsto para o período de 2010 a 2013.

Estima-se que as inversões na hotelaria nacional deverão atingir a soma de R$ 16,1 bilhões no período mencionado. A expectativa é de que sejam criadas mais de 69 mil unidades habitacionais, o que permite sinalizar uma geração de mais de 50 mil novos empregos no setor.

Foram criadas três novas linhas de crédito para financiar as atividades turísticas no país, a saber:

- BB Crediário Turismo: modalidade de crédito direto ao consumidor – CDC, destinada ao financiamento de serviços ao consumidor do turismo, operacionalizada pelo Banco do Brasil;
- Crediário CAIXA Fácil Turismo: linha de crédito voltada para o consumidor final do turismo, destinada à aquisição de pacotes turísticos, operacionalizada pela Caixa Econômica Federal; e
- FAT Turismo – Giro Setorial: linha de crédito destinada a financiar capital de giro isolado para empresas prestadoras de serviços turísticos cadastradas no MTur, operacionalizada pela Caixa Econômica Federal.

Como resultado das políticas de crédito para o setor, merece registro o volume de recursos desembolsado pelos bancos públicos federais para as atividades turísticas no exercício.

Por meio de operações de investimento e capital de giro, o Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Social – Bndes, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e a Caixa Econômica Federal destinaram cerca de R$ 5,584 bilhões para projetos das empresas que atuam na cadeia produtiva do turismo.

O volume alcançado representou uma evolução de 53% em relação aos valores observados no ano anterior (R$ 3,6 bilhões), evidenciando o dinamismo das atividades

turísticas no país, não obstante a crise que se instalou na economia mundial a partir do segundo semestre de 2008.

Para o exercício de 2009, a programação orçamentária e financeira para Estudos e Pesquisas das Oportunidades de Investimento no âmbito do Ativo Turístico Brasileiro previu uma dotação de R$ 5.500.000,00. Desse montante, foram realizados R$ 5.462.263,29, o que representa uma execução de 99,3% dos recursos.

No âmbito do Fundo Geral do Turismo – Fungetur, as atividades estiveram voltadas para o aprimoramento operacional do Fundo, enquanto instrumento governamental de apoio aos projetos dos prestadores de serviços turísticos.

Os trabalhos, ao longo deste exercício, se pautaram na proposição de um aperfeiçoamento da regulamentação concernente às operações e ao funcionamento do Fundo, aprovada por ato ministerial, e no estabelecimento das condições gerais de financiamento, norteadas pela atratividade e competitividade frente às demais linhas de crédito do mercado.

Foi celebrado o terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo com a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro do Fungetur, prorrogando a validade do contrato de prestação de serviços.

A dotação orçamentária de 2009, no valor de R$ 21,8 milhões, foi objeto de empenho no exercício.

Destarte que, no fim do exercício de 2009, a Caixa apresentou demanda relativa aos projetos avaliados, devidamente enquadrados às condições deste Fundo, que resultou na efetiva movimentação financeira dos recursos classificados em restos a pagar referente ao exercício de 2008, no montante de R$ 21,9 milhões e dos recursos do próprio exercício, somando um valor total de R$ 43,8 milhões.

Vale ressaltar que a Caixa possui 12 tomadores do segmento turístico compreendendo (hotéis, pousadas, parques temáticos, equipamentos de grande potencial turístico) contratados com recursos do Fungetur, que corresponde a um montante R$ 28,4 milhões.

Assim, está em andamento o revigoramento do Fungetur no segmento turístico, no tocante à infraestrutura turística, com reflexos na geração de empregos diretos e indiretos, para os setores turísticos e da construção civil.

Nos últimos quatro anos, foram envidados esforços no sentido de retomar o potencial do Fundo como instrumento de fomento à iniciativa privada, que resultou na celebração de Contrato entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, e a Caixa.

Atualmente os recursos repassados àquela Instituição somam o valor de R$ 97,3 milhões, compreendendo os recursos orçamentários dos exercícios de 2006 a 2009.

Programa – Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes
(Ação 0073 – Publicidade de Utilidade Pública)

O ano de 2009 foi marcado por ações significativas, consolidadas na continuidade das campanhas de comunicação, seminários de sensibilização junto à cadeia produtiva do turismo, execução de projetos para formação de multiplicadores regionais na temática. Também foram muito positivos os resultados obtidos na conclusão do "Projeto Inclusão Social com Capacitação Profissional", nos estados de São Paulo, Paraíba e Pernambuco.

A consolidação dessas ações pode ser observada pelo aumento de propostas cadastradas no Siconv e o número de convênios aprovados durante o exercício. Firmados 10 Convênios: SP, BA, PE, PA, SC, AP, DF; 02 Termos de Cooperação: Secretaria Especial de Direito Humanos - Sedh e Fundação Universidade de Brasília – FUB; 01 Acordo de Cooperação: Fortaleza, totalizando R$ 4.646.105,50 (Fonte: SIAFI). As ações executadas foram:

- 475.000 unidades de materiais de comunicação e divulgação do disque denúncia 100, distribuídos em hotéis, bares, restaurantes e similares; eventos, feiras nacionais e internacionais de turismo; 1 documentário e 2 vídeos institucionais;
- 42 Seminários de sensibilização em: Aracaju, Recife, Maceió, João Pessoa, Fortaleza, Belo Horizonte, São Luiz, Natal, Teresina, Ilhéus, Goiânia, Vitória, Salvador, São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ. 1 curso de formação de formadores dirigido à cadeia produtiva do turismo e sociedade civil para os 09 estados do nordeste brasileiro. Total de 4.480 pessoas diretamente sensibilizadas e 65 formadas como formadores na temática;
- Projetos de "Inclusão Social com Capacitação Profissional" junto aos adolescentes e jovens socialmente vulneráveis implementados em: Santos, Guarujá e São Vicente/SP; Recife, Olinda, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca/PE; João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Conde e Cabedelo/PB. Capacitados 410 jovens, sendo que 30% desses já foram inseridos no mercado de trabalho;
- Participação internacional em 2 reuniões junto à Task Force for the Protection of Children in Tourism da OMT (Londres e Berlin) e 2 reuniões no Equador com o Grupo de Ação Regional de Proteção às crianças e adolescentes nas Américas;
- Apresentação de dois cases no IV Salão do Turismo.

Brasil: Destino Turístico Internacional

Promoção do Turismo no Mercado Internacional

O Instituto Brasileiro do Turismo – Embratur encerrou 2009 com avanços representativos na promoção do Brasil como destino turístico para o mundo.

Além de atrair mais turistas estrangeiros, as ações foram focadas na construção de uma imagem positiva do país no exterior, hoje reconhecido pela credibilidade e solidez.

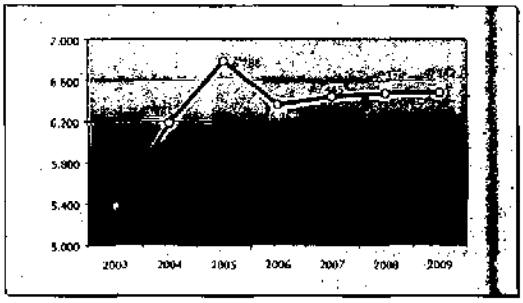
As estratégias também estiveram alinhadas com o compromisso de enfrentar os desafios do futuro, consolidar o turismo receptivo internacional e contribuir para a geração de renda, empregos e desenvolvimento do Brasil.

Desembarques Internacionais

Desembarque de 6.483.944 passageiros de voos internacionais em 2009 (refere-se a brasileiros voltando do exterior e turistas estrangeiros).

Apesar da crise econômica internacional, observa-se a manutenção do patamar de desembarques em relação a 2008, diante de uma retração no mercado mundial.

DESEMBARQUES INTERNACIONAIS
Nº DE PASSAGEIROS
(EM MIL)

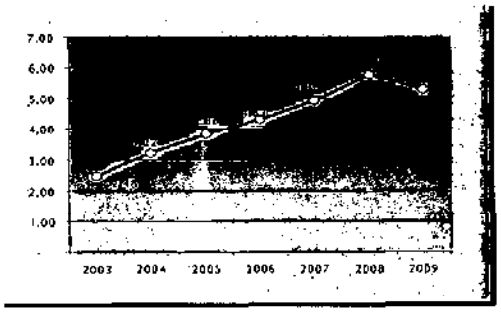


Fonte: BC/DPF

Receita Cambial Turística

A receita cambial mostra que os gastos de turistas estrangeiros no Brasil foram da ordem de US$ 5,3 bilhões (contra US$ 5,78 bilhões em 2008) – o que representa um decréscimo de (8,3%) refletindo os efeitos da crise econômica mundial no turismo.

GASTOS DE TURISTAS ESTRANGEIROS NO BRASIL
(EM US$ BILHÕES)



Fonte: BC/DPF

O Plano Aquarela de *Marketing* Turístico Internacional, trabalho de promoção internacional do turismo brasileiro, alcançou um novo patamar com a execução orçamentária por mercado.

Em 2009, aproveitando as grandes oportunidades para o turismo com o anúncio da realização da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos 2016, o Embratur lançou em dezembro de 2009 o Plano Aquarela 2020 – com definição de estratégias, metas e objetivos de *marketing* internacional do turismo brasileiro e as ações a serem implementadas na próxima década.

Foram estabelecidas prioridades para investimentos em ações de promoção do Brasil no exterior considerando-se critérios como acessibilidade de acesso, conhecimento e interesse pelo Brasil por parte dos mercados, gasto médio e tempo de permanência do turista no destino, apresentando os seguintes resultados:

- Países de altíssima prioridade: Argentina, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Chile, Espanha, Itália e França;
- Países de alta prioridade: Portugal, Uruguai, Holanda e Peru;
- Países com alto interesse pelo Brasil e facilidade de acesso: Japão, México, Colômbia, Paraguai, Bélgica, Canadá, Suécia, Suíça, Finlândia, Noruega e Dinamarca; e
- Países emergentes e oportunidades (novos mercados): China, Rússia, Coréia, Índia, Turquia, Israel e Emirados Árabes Unidos.

As ações no mercado internacional englobam investimentos em promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos produtos e serviços turísticos brasileiros no exterior.

Além disso, com o objetivo de fazer um trabalho mais consistente de divulgação de destinos turísticos brasileiros na imprensa internacional, foi instituído o trabalho permanente de Relações Públicas na Argentina, Estados Unidos, Portugal, Reino Unido, França, Espanha, Itália, Alemanha, Peru e Chile.

Em 2009 os efeitos da crise econômica foram sentidos de forma diferenciada nas diversas regiões do globo.

Dentre as regiões que tiveram a menor queda, a América do Sul estava inclusa e o Brasil é considerado o destino líder.

Ainda com respeito à América do Sul, cabe destacar que a região, em especial Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia e Peru, constitui mercado com grande potencial de crescimento, que vem recebendo e que nos próximos anos continuara a receber investimentos crescentes para a ampliação do número de visitantes dos países vizinhos.

Segundo estudos do Conselho Mundial de Viagens e Turismo – *WTTC*, o país ocupa o 13º lugar no *ranking* da economia do turismo, entre os 181 pesquisados.

Teve a melhor colocação entre todos os países da América Latina e foi escolhido para sediar, em maio de 2009, em Florianópolis, Santa Catarina, o 9º Fórum Mundial de Turismo promovido pelo *WTTC* que reuniu

700 líderes do mercado, sendo, assim, consolidado como destino de destaque para sediar eventos internacionais.

O Brasil, com o apoio do Embratur, por meio de suas diversas ações de apoio à captação e promoção de eventos, mantém a melhor classificação da América Latina, e a segunda melhor do continente americano, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, segundo a *International Congress and Convention Association – ICCA*. Chegou ao posto de 7º no *ranking* da *ICCA* em 2008, com 254 eventos internacionais realizados.

Para mensurar o impacto dos eventos internacionais realizados no Brasil, o Embratur realizou uma pesquisa inédita, divulgada em 2009, revelando gasto médio de US$ 285,10 por dia em eventos internacionais pesquisados entre setembro de 2007 e dezembro de 2008.

A projeção para os 254 eventos realizados em 2009 apontam impacto de US$122,6 milhões.

A pesquisa também detalha o perfil socioeconômico do turista estrangeiro que visita o país para participar de congressos, seminários e conferências.

O Embratur também divulgou a pesquisa que mostra como o turista internacional vê o Brasil. O Rio de Janeiro foi a cidade mais lembrada pelos estrangeiros.

Além do povo brasileiro, citado por 45% dos entrevistados, Belezas naturais/Natureza (23%), Praias/Mar (18%), Sol/Clima tropical (com 14%) e Diversidade (9%) foram o melhor do Brasil, na opinião de estrangeiros de 27 países que visitaram o Brasil em junho de 2009, período de realização das 2.405 entrevistas.

Parcerias de Resultado

Destaca-se, ainda, como um importante evento para incrementar o turismo, os grandes eventos esportivos. Diante deste fato, o Embratur começou a se preparar para otimizar essas oportunidades.

Dentre as ações, o Instituto e o *Visit Britain* – órgão de turismo da Inglaterra – firmaram um acordo de cooperação para troca de experiências nas áreas de turismo e promoção de imagem nos Jogos Olímpicos e Copa do Mundo.

O Brasil quer conhecer as experiências das Olimpíadas de 2012 e a Inglaterra tem interesse no conhecimento do Brasil na candidatura à sede da Copa 2014.

Foco na Geração de Oportunidades

O ano de 2009 foi marcado pela combinação das diversas formas de atuação do Embratur, o que permitiu uma intervenção sincronizada junto ao mercado turístico dos países, aos representantes da mídia e ao consumidor final, com resultados mais consistentes.

O relacionamento do turismo brasileiro com operadores e agentes de viagens de outros países é cada vez mais sólido e feito de parcerias.

Diversos tipos de ações, entre elas feiras, *workshops*, *roadshows*, apoio a eventos, seminários de capacitação, programa Caravana Brasil e *fampress*, garantiram a renovação desses contatos, de informações sobre novos roteiros e produtos à presença dos estados e de empresas de turismo brasileiras entre aqueles que levam aos consumidores de cada país o destino Brasil.

O país esteve presente em 37 feiras internacionais de turismo e em 234 eventos promocionais durante todo o ano de 2009.

Além de receber informações do Brasil por meio de eventos promocionais, mais de 770 agentes de viagens se formaram no Programa "Agentes de Viagem Especialistas em Brasil", feito pela *internet* e fruto de uma parceria do Embratur com a Fundação Getúlio Vargas.

Os Escritórios Brasileiros de Turismo – EBTs foram braço do Embratur nos países de prioridade para a promoção internacional do Brasil.

Presentes na Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Reino Unido, Japão e América do Sul, os EBTs tiveram seu foco na aproximação com os *trades* local para apresentar novos produtos do país para os mercados de atuação.

A meta prevista para a geração de divisas pelo turismo no Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010, para o ano de 2009, foi de US$ 6,7 bilhões, a mesma meta foi estabelecida para o PPA 2008/2011 no Programa 1161, conquanto a crise financeira internacional e a forte desvalorização do dólar frente ao real que levaram ao afastamento da meta, ficando a geração de divisas em US$ 5.305 milhões.

Renúncia Fiscal

Redução a zero da alíquota do Imposto de Renda sobre remessas ao exterior destinadas à promoção turística brasileira conforme Decretos nº 5.533/2005 e nº 6.761/2009.

REDUÇÃO DA ALIQUOTA DE IMPOSTO DE RENDA
(EM R$ 1,00)

2008	2009
1.710.293,56	1.820.154,50

Fonte: Sistema de Registro de Informações de Promoção Sisprom no sítio do MDIC

5.1.26. Ministério da Pesca e Aquicultura

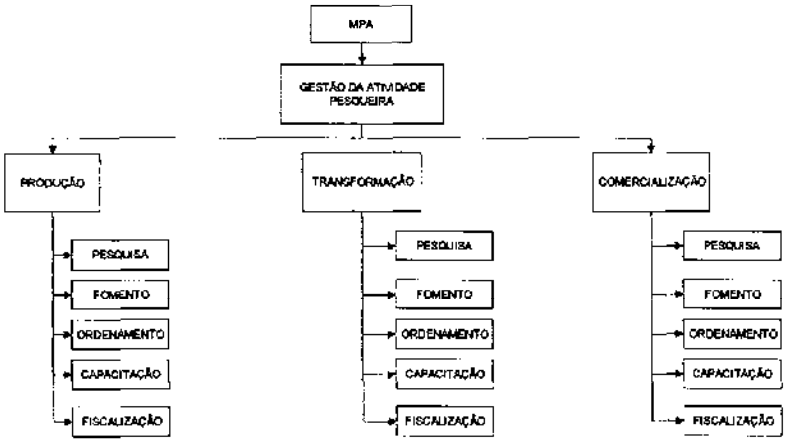
O reconhecimento da importância do setor da pesca e aquicultura para o desenvolvimento sustentável do Brasil passa pela implantação gradual de uma política de Estado que se expressa no fortalecimento das políticas públicas do Governo Federal.

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), pela Lei nº 11.598/2009, a promulgação da Lei nº 11.959/2009 (Lei da Pesca), e a realização da 3ª Conferência Nacional, foram passos fundamentais para garantia da continuidade das políticas - institucionalidade e a legitimação da sociedade.

A gestão da atividade pesqueira é um processo integrado capaz de planejar e implantar as regulamentações que governam a pesca e a aquicultura, de modo a assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, garantindo a ampla participação social neste processo.

Para um manejo adequado dos recursos pesqueiros, é necessária a compreensão dos fatores que controlam as etapas da cadeia produtiva - produção, transformação e comercialização -, sejam estas de caráter social, ambiental, tecnológico, econômico, e institucional, associados à necessidade de o Estado construir um mecanismo eficiente de acesso e fiscalização dos recursos naturais.

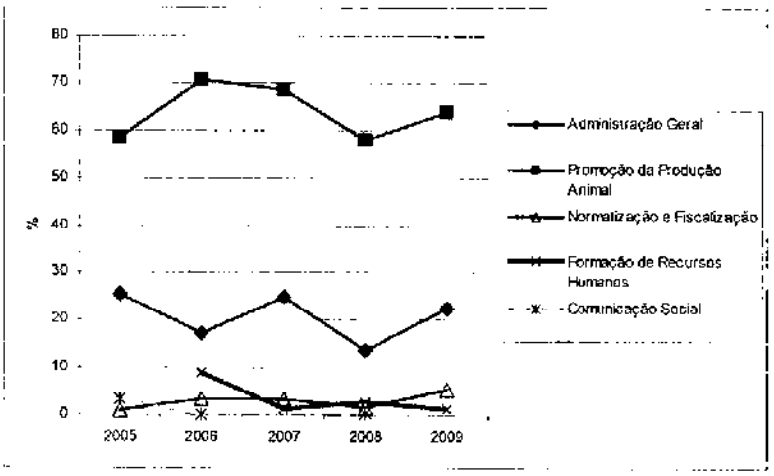
O quadro a seguir ilustra tal entendimento, considerando que a atividade pesqueira está sob a coordenação de um órgão do Governo Federal (MPA), sem desconsiderar as competências e atribuições de outros órgãos que possuem ações diretamente associadas à pesca e aquicultura (licenciamento, fiscalização, fomento, pesquisas, dominialidade de áreas físicas, trabalho e emprego).



Além disso, o MPA mantém relações com diferentes pastas do governo, necessárias para realizar aquilo que lhe compete, conforme estabelece a Lei que o criou, bem como outros instrumentos que regulamentam competências conjuntas referentes à gestão da atividade pesqueira em áreas de atuação comum. Exemplos são o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros com o Ministério do Meio Ambiente, regulamentado pelo Decreto nº 6.891/2009 e Portarias de ambos os ministérios; a questão relativa à sanidade pesqueira, com o Ministério da Agricultura – Decreto nº 7.024/2009; a cessão de águas públicas, com a Secretaria do Patrimônio da União, também regulamentada por meio da Instrução Normativa Interministerial n º 1/2009.

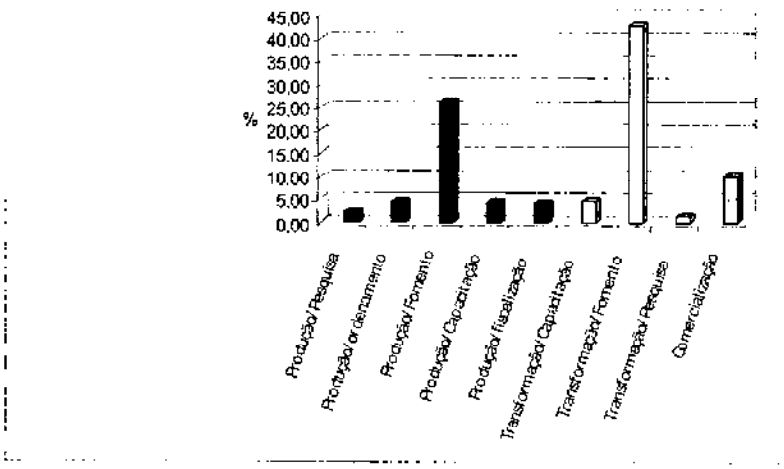
Execução Orçamentária por Subfunções

No ano de 2009, quando analisados os investimentos por *subfunção* de governo, observa-se que a maior parte dos recursos foi aplicada em ações de promoção da produção animal (cerca de 64%), padrão observado nos anos anteriores (2005 a 2008). Houve uma pequena variação no ano de 2006, em função de um maior aporte de recursos para a ação de apoio às unidades de ensino na pesca, e não houve variações significativas nas outras subfunções. O gráfico a seguir ilustra a descrição.



SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Geral	25,34%	17,16%	24,89%	13,72%	27,45%
Promoção da Produção Animal	58,30%	70,43%	68,37%	57,97%	63,83%
Normatização e Fiscalização	0,83%	3,18%	3,26%	1,60%	5,31%
Formação de Recursos Humanos		8,87%	1,19%	2,79%	1,25%
Comunicação Social	3,36%	0,11%		0,17%	

Analisando sob a ótica das etapas da cadeia produtiva, a aplicação dos recursos do Ministério da Pesca e Aquicultura, nas áreas finalísticas, mostra-se mais abrangente e atende a todas as etapas, ainda que a produção concentre boa parte dos investimentos (43%), como mostra o gráfico **INVESTIMENTOS DO MPA NAS ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA – 2009.**



A diversidade dos objetos das ações do Ministério da Pesca e Aquicultura, além da etapa da produção, é materializada em outras ações que dão continuidade à cadeia produtiva – transformação e comercialização, contempladas com uma soma considerável de recursos, 45% e 12%, respectivamente.

Mesmo que a atividade de pesca extrativa e a aquicultura representem, até o momento, montante de produção e econômico tímidos em relação ao PIB do Brasil, estes setores são dotados de um capital humano e social de grande valor, e muitas comunidades ainda guardam valores e culturas tradicionais dos seus modos de vida e de trabalho.

Representam também importância singular para a garantia de segurança alimentar em suas comunidades, e a relação de trabalho parte de um processo baseado na unidade familiar ou no grupo de vizinhança, tendo como fundamento o fato de que os pescadores, ou parte deles, são proprietários do seu meio de produção.

No Brasil ainda predomina a informalidade na pesca, com pouca tecnologia associada às diversas etapas da cadeia produtiva, existindo uma série de questões sociais, sanitárias, tecnológicas e ambientais a ser superada. Diante deste quadro, a cadeia produtiva se apresenta como uma chave analítica que, associada a outros aportes teóricos, parece ser capaz de captar esses diversos fenômenos.

Embora não existam muitas pesquisas sobre a cadeia produtiva da pesca artesanal no país, está cada vez mais disponível um conjunto de teorias para avaliar as atividades econômicas informais e que possuem outros atributos como solidariedade, beleza, sustentabilidade, que se distinguem das análises de outras atividades econômicas mais formais e de maior porte.

São cerca de quatro milhões de pessoas ligadas às atividades de pesca e aquicultura no país, e a maioria dos postos de trabalho não guardam vínculo empregatício, sendo realizados em regime de parceria, quase sempre não formalizado.

Grande parte destes postos de trabalho concentra-se na etapa da produção, sendo que o número de pescadores profissionais inscritos no Registro Geral da Pesca, atualmente, é de 834 mil.

Quando se trata de empregos formais, este número é da ordem de 30 mil trabalhadores, sendo que a maioria dedica-se aos processos de fabricação e conservação do pescado, ou seja, à etapa da transformação.

A produção de pescados no Brasil, depois das variações de aumento e queda experimentadas nas décadas de 70 e 80 do século passado, em função das diferentes visões e políticas adotadas para a pesca, se estabilizou, até 2009, em pouco mais de um milhão de toneladas/ano.

A possibilidade de crescimento da produção oriunda da pesca extrativa, no mar ou nas águas continentais, hoje restritas em função do histórico das pescarias no Brasil e no mundo, está associada à efetividade de medidas de ordenamento pesqueiro. O aumento da produção de pescado observado no período citado deve-se, em grande parte, ao crescimento da aquicultura, atualmente responsável por 27% da produção.

Os investimentos de 2009 apontados no gráfico INVESTIMENTOS DO MPA NAS ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA – 2009 seguem o padrão do que foi aplicado em 2008.

O fomento às etapas de produção e transformação compõe o maior volume de recursos. Para a etapa de fomento à produção, as ações principais são aquelas relacionadas à subvenção ao preço do óleo diesel, implantação de projetos e unidades demonstrativas, a implantação da aquicultura em águas públicas da União e ações de ordenamento desta produção.

No que se refere à etapa de transformação, o MPA investe a maior parte dos recursos na implantação dos Terminais Pesqueiros Públicos, nas unidades de beneficiamento do pescado, fábricas de gelo – as unidades integrantes da cadeia produtiva.

Em relação ao ano de 2008, os recursos aplicados pelo MPA para ações na área da comercialização foram mais vultosos que em 2009 (11%), em função da aquisição de 85 caminhões frigoríficos, permissionados para diversas entidades..

A capacitação para a gestão das unidades integrantes da cadeia produtiva tem recebido aporte financeiro ainda reduzido, mas que deve ser ampliado em função dos diagnósticos realizados pelas ações da política territorial adotada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

As entidades de classe do setor têm, em geral, caráter predominantemente representativo, necessitando de melhor capacitação para administração dos negócios que se constituem as unidades da cadeia produtiva.

Nas etapas da cadeia produtiva de transformação e comercialização encontram-se as melhores oportunidades para geração de postos de trabalho e renda para as comunidades pesqueiras, em contraponto com a etapa de produção, principalmente da pesca, visto a situação de sobreexplotação comercial dos principais estoques pesqueiros.

O planejamento estratégico do MPA "Mais Pesca e Aqüicultura", para 2008/2011, segue as orientações do Governo Federal no sentido de direcionar esforços para a redução da pobreza, combate à exclusão social e diminuição das desigualdades sociais e regionais, e a aceleração econômica para consecução desses objetivos.

O plano estabeleceu como diretrizes a abordagem territorial para a intervenção pública em prol do desenvolvimento sustentável, nos espaços de maior concentração da sua demanda social.

Tem como agenda social dois eixos de trabalho: o primeiro, uma ação estruturante para aliar questões referentes ao desenvolvimento do trabalho e da cadeia produtiva, da organização social das comunidades pesqueiras.

O segundo tem relação com o aumento de produção do pescado, especialmente proveniente da aquicultura, com ações para a inclusão social com geração de trabalho e renda.

Análise do Desempenho dos Programas Estruturantes

Os três programas das áreas finalísticas do MPA são: Desenvolvimento Sustentável da Pesca; Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Gestão da Política Pesqueira e suas ações estruturantes foram desenvolvidas tendo como objetivo subsidiar as políticas de ordenamento e desenvolvimento da pesca e aquicultura, abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura, desde a produção até o consumidor final.

O planejamento estratégico orientou a elaboração do PPA setorial do MPA. Entretanto, considerando que a lógica de elaboração do PPA tem nível maior de agregação, foram definidos os três programas citados. Todos os eixos do "Mais Pesca e Aquicultura" encontram abrigo nos programas e ações do PPA, havendo uma estreita correspondência entre os dois Planos.

Infraestrutura e Fomento

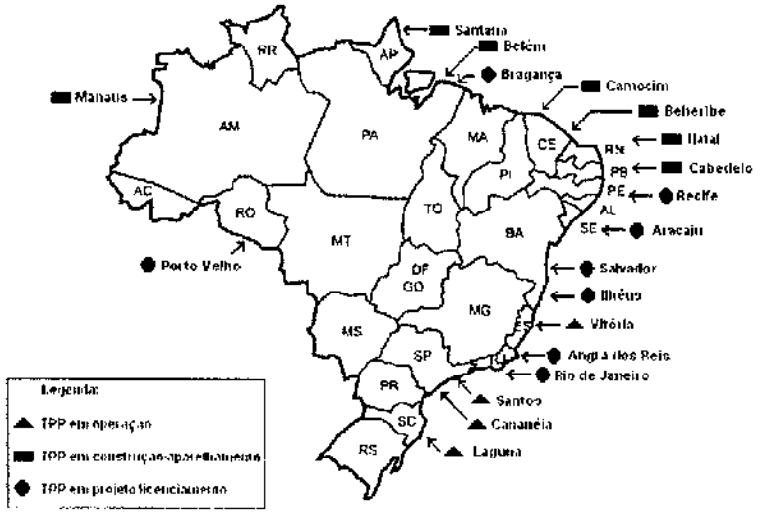
As ações nas áreas de infraestrutura e fomento estão associadas aos Programas de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura, e diretamente relacionadas à implantação de uma rede de estruturas para produção, recepção, armazenagem, beneficiamento e comercialização de pescado. Exemplos são a implantação de terminais pesqueiros públicos (TPP), os centros integrados da pesca artesanal (CIPAR), as fábricas de gelo, unidades de beneficiamento de pescado, entre outras estruturas. Aliada a essas ações, a adoção de políticas de comercialização tem como objetivo ampliar o consumo interno de pescado pela população, além de contribuir positivamente na balança comercial brasileira, aumentando a participação de produtos dessa natureza nas exportações do país.

Para que ocorra o estabelecimento efetivo dessa rede de estruturas, faz-se necessário garantir o acesso ao crédito de maneira a viabilizar essas ações. Outro fator condicionante para a estruturação da cadeia produtiva é a organização do setor por meio do associativismo e do cooperativismo.

Por fim, a realização de ações de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias permite a geração de subsídios para o planejamento, formulação, fortalecimento e controle das políticas nacionais direcionadas aos setores aquícola e pesqueiro.

Na área de infraestrutura e logística, o Governo Federal estabeleceu como meta, até 2011, a construção, recuperação e ampliação de vinte Terminais Pesqueiros Públicos em todo o Brasil.

Até o ano de 2009, quatro desses TPPs já se encontram em operação (Santos-SP, Cananéia-SP, Laguna-SC e Vitória-ES) e outros seis em processo de construção ou aparelhamento (Manaus-AM, Santana-AP, Belém-PA, Camocim-CE, Beberibe-CE, Natal-RN, e Cabedelo-PB). Os demais terminais (Porto Velho-RO, Bragança-PA, Recife-PE, Aracaju-SE, Salvador-BA, Ilhéus-BA, Angra dos Reis-RJ e Rio de Janeiro-RJ) encontram-se na fase de elaboração ou de licenciamento do projeto. O gráfico a seguir ilustra a localização destes empreendimentos.



Ainda nesta área, foi executado o estudo de viabilidade técnica e econômica para implantação das unidades de beneficiamento, conservação e comercialização de pescado da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP - SP). Além disso, foi feita a licitação de estudos de mercado e planejamento de investimentos para caracterização da cadeia produtiva da pesca nas regiões metropolitana de São Luís - MA e do litoral sul do Espírito Santo..

Para viabilização das atividades de apoio à implantação de infraestrutura aquícola e pesqueira, em 2009 foram investidos R$ 68.293.630,00, dos R$ 103.518.119,00 previstos, representando uma execução orçamentária de aproximadamente 66%. Quanto à execução física, 98 infraestruturas foram apoiadas, representando um quantitativo superior às 79 infraestruturas planejadas para o ano corrente; com relação aos cinco TPPs para 2009, dois terminais foram implantados, e os demais se encontram em processo de implantação.

Concomitantemente às ações de infraestrutura, o permissionamento de uso dos Caminhões do Peixe têm permitido o escoamento da produção nacional. Foram permissionados para uso por meio de edital público, 85 caminhões com capacidade entre 1,5 a 12 toneladas, equipados com baú frigorífico, e um caminhão para transporte de peixes vivos.

Outra importante ferramenta de comercialização são os módulos da Feira do Peixe que permitem a comercialização direta de pescados, sem intermediários. Este projeto, que prevê a distribuição de 1.200 desses módulos em todo o país, é fruto de uma parceira entre a Cia. Nacional de Abastecimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Em 2009, foi concluído o processo da 2ª etapa de distribuição de 360 módulos, fornecidos às comunidades no 1º trimestre de 2010. As entidades beneficiadas, também são selecionadas por meio de edital. Foi contabilizado um volume de 47.928kg de pescado comercializado/mês, gerando um faturamento de R$ 237.912,00 mensais, beneficiando cerca de 3.100 pescadores artesanais e aquicultores familiares.

De maneira a complementar os mecanismos de incentivo à comercialização de pescados, o MPA tem incentivado o consumo de pescado pela população, por meio da Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescado - Semana do Peixe. A 6ª edição da campanha foi realizada em parceria com o Ministério da Saúde, a Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL. A ABRAS divulgou que, em 2009, 92% das redes de supermercados do país participaram da campanha. Dez estados realizaram festivais gastronômicos durante a campanha, com participação de 150 restaurantes. Realizaram-se ações para ampliar o nível de conhecimento dos consumidores a respeito dos benefícios do consumo de pescado, dos padrões de qualidade e dos métodos de conservação e de preparo. Como balanço final, os dados da ABRAS mostraram que a campanha foi responsável pelo crescimento, entre 15% e 20%, do volume de vendas de pescado nos supermercados, em comparação à campanha do ano anterior, e um aumento acumulado de 40% em relação aos dois últimos anos.

Outra ação ligada ao incentivo ao consumo de pescado diz respeito à sua inclusão na alimentação escolar, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A partir de uma experiência piloto em Pernambuco, foi identificada a necessidade de unidades de beneficiamento de pescado nos pólos de produção, considerando as exigências específicas da alimentação escolar. Apesar dos ajustes requeridos ao projeto, dezenas de municípios já estão sendo beneficiados pelo pescado na alimentação escolar. No município de Fortaleza, mais de nove mil crianças recebem rotineiramente pescado na alimentação escolar. O pescado para alimentação escolar tem sido adquirido por meio de diferentes instrumentos, entre estes o Programa de Aquisição de Alimentos, que permitiu a aquisição de mais de 2.000 toneladas de pescado (correspondentes a R$ 8 milhões), oriundos de 16 estados.

Como parte das atividades de fomento, foram elaborados e adaptados diversos instrumentos de financiamento, com vistas a atender aos objetivos de desenvolvimento das atividades de produção dos pescadores, aquicultores e suas associações. Baseados em recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural, estes instrumentos são operados por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e das linhas de apoio ao desenvolvimento produtivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram realizados 8.195 contratos de crédito, contabilizando R$ 110.622.224,47 em valores concedidos durante o ano de 2009, a maioria nas regiões Norte e Nordeste, apontando um direcionamento de recursos para regiões com histórico de carência de investimentos. Como ação de articulação das linhas de crédito disponíveis ao setor pesqueiro, destaca-se a criação da linha Mais Alimentos em 2009. Esta linha dá oportunidade a que pescadores e aquicultores tenham acesso a financiamento para projetos entre R$ 7 mil e R$ 100 mil, com taxa de juros de 2% ao ano, prazo de pagamento de 10 anos e carência de até mais três anos. Com a reestruturação do Programa Profrota Pesqueira, haverá uma expansão do programa, possibilitando a abertura para beneficiar toda a frota pesqueira nacional, contemplando não somente a frota oceânica previsto anteriormente.

O total de recursos investidos em projetos de assistência técnica foi da ordem de R$ 6.011.960,00, destinados a atender 26 projetos que beneficiaram, de forma direta, um total de 18.267 pescadores e aquicultores. Dos projetos apoiados, 48% se concentram na região Nordeste; 30,5%, na região Sul; 17%, na região Norte e 3,5% na região Sudeste. Entre os projetos apoiados, destaca-se o executado em parceria com o Instituto Agropolos no Ceará, que tem integração direta com as

diversas frentes de ação do MPA. O projeto tem como foco a prestação de assistência técnica para aquicultores no Parque Aquícola do Castanhão.

Paralelamente, a organização do setor por meio do associativismo e do cooperativismo colabora com a estruturação da cadeia produtiva, reduzindo custos de produção, aumentando a qualidade e agregação de valor ao pescado, permitindo a melhoria de renda. Em 2009, as ações voltadas ao cooperativismo se deram, principalmente, por meio da incubação de empreendimentos com ações de assessoria e capacitação continuadas. Os investimentos para as incubações foram da ordem de R$ 808.351,00, destinados a cooperativas, aos CIPARs e unidades de beneficiamento de pescado. Ao todo, foram 2.200 beneficiários envolvidos e 10 empreendimentos apoiados, em sua maior parte na região Norte (40%) e Nordeste (40%). Além dessas ações, o MPA organizará seminários em diversas localidades do país, no ano de 2010, a fim de elaborar a Política Nacional de Apoio ao Cooperativismo e Associativismo na Pesca e na Aquicultura. Outras atividades relacionadas à área de organização pesqueira e aquícola, em 2009, deram-se pela participação do MPA em conselhos e comitês relacionados ao tema, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho Nacional de Economia Solidária e o Comitê Executivo do Programa Nacional de Incubação de Cooperativas.

Quanto às ações de fomento à Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação, o MPA intensificou sua atuação junto a diversos parceiros no apoio a projetos de pesquisa em aquicultura e pesca. Dentre os parceiros, destacam-se o Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e os Fundos Setoriais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. Esta parceria tem permitido a viabilização de editais de demanda induzida, como o Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/MPA Nº 036/ 2009, elaborado, divulgado e avaliado no ano de 2009. Do montante de recursos aportados, R$ 2.900.000,00 são oriundos do MPA, sendo R$ 1.926.637,00 em 2009, e R$ 973.363,00 para 2010; o restante será investido pelo Fundo Setorial do Agronegócio. A partir deste edital foram apoiados 16 projetos de pesquisa nas áreas de pesca e piscicultura marinha em 12 instituições de pesquisa e ensino de todo o Brasil, de 10 estados litorâneos brasileiros. Vale salientar que o apoio a projetos por meio de chamadas públicas possibilita ao MPA fortalecer as relações institucionais e abrir espaço para somar recursos financeiros com outros órgãos do governo, visando à ampliação do fomento em ciência e tecnologia, em aquicultura e pesca. Esta é uma estratégia que vem gerando bons resultados.

Como coroamento dessa ação, com término previsto para o ano de 2013, espera-se o desenvolvimento de tecnologias para o cultivo de diversas espécies de peixes marinhos nativos (ornamentais e destinados ao consumo), atividade ainda incipiente no país. Outro resultado diz respeito à realização de diagnósticos socioeconômicos de importantes pescarias realizadas no país, como a da lagosta e a de peixes pelágicos, que vai gerar subsídios para o estabelecimento de políticas que promovam o desenvolvimento social, ambiental e econômico da pesca marinha. O edital apoiou, ainda, estudos para a formação da cadeia produtiva da anchoíta, a ser estabelecida no sul do país. Em 2009, foram ainda investidos recursos na ordem de R$ 1.300.000,00 em outros dois editais publicados em conjunto com o CNPq/MCT no ano de 2008, destinados ao apoio de 26 projetos de pesquisa e tecnologias para produção de biodiesel a partir de microalgas, e apoio à geração e disponibilização de tecnologias para a agricultura familiar de base ecológica, comunidades tradicionais e povos indígenas.

Em 2009, houve também o apoio a projetos de pesquisa em rede, como o Projeto da Rede de Identificação Molecular do Pescado – RENIMP, de âmbito nacional, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, no qual o Ministério investiu R$ 600.000,00 via CNPq/MCT. O projeto utilizará tecnologia para identificação de espécies de pescado de interesse comercial. Com base nessas informações, pretende-se desenvolver e implantar uma metodologia segura para a identificação molecular das principais espécies de pescado comercializadas no Brasil. Outro projeto em rede apoiado em conjunto com o CNPq/MCT, intitulado Bases Tecnológicas para o Desenvolvimento da Aquicultura no Brasil – AQUABRASIL, sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, envolve cerca de 10 de suas unidades, 30 universidades públicas e privadas, e empresas do setor produtivo. O projeto visa identificar e propor soluções para os principais problemas das cadeias produtivas da aquicultura em consolidação no país, contemplando projetos componentes nas áreas de genética, nutrição, sanidade, manejo e tecnologia de processamento. Nesta ação foram investidos R$ 2.400.000,00. Ainda em parceria com a EMBRAPA, o MPA atuou decisivamente juntamente com o MAPA na criação de uma nova unidade descentralizada da empresa em Palmas (TO) - Embrapa Pesca, Aqüicultura e Sistemas Agrícolas. Além de desenvolver pesquisas e tecnologia com foco nas Regiões Centro-Oeste e Norte, a nova unidade também terá a responsabilidade de coordenar a estruturação de um Programa Nacional de Pesquisa em Aquicultura e Pesca.

Em cumprimento às ações de fomento à pesquisa, o Ministério também apoia diretamente diversas universidades e fundações brasileiras por meio da celebração de convênios e da descentralização de recursos. Estas atividades têm permitido a estruturação e a modernização de laboratórios de pesquisa, a formação e capacitação de recursos humanos, e a geração de conhecimentos que subsidiam a elaboração e condução da política nacional de pesca e aquicultura. Em 2009 foram realizados investimentos, da ordem de R$ 800.000,00, em centros de pesquisa e unidades de ensino no Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo. Dentre essas ações, destaca-se, no ano de 2009, a inauguração da Unidade de Melhoramento Genético de Peixes – da EPAGRI/SC, cujo

foco é a realização de pesquisas genéticas com tilápias e espécies nativas de peixes na estação experimental de piscicultura da EPAGRI em Itajaí. Também em SC foi inaugurado o Núcleo Sanidade Aquícola da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Já no CE, está sendo finalizada a reforma, ampliação e adequação de um navio de pesquisa, de propriedade da Universidade Federal do Ceará – UFC, cujo objetivo é a realização de pesquisas oceânicas na região Nordeste e o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão.

Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura

Relacionado diretamente às ações do Programa de Gestão da Política Pesqueira, este eixo se baseia na qualidade da informação com mecanismos de sistematização e difusão para a tomada de decisões. A apresentação de informações consistentes resulta em uma política pública mais adequada, e uma série de ações para a gestão da informação é necessária: o recadastramento da frota pesqueira nacional; o registro geral da aquicultura e pesca; o monitoramento da atividade pesqueira no litoral; o censo aquícola e pesqueiro; o rastreamento das embarcações pesqueiras; a consolidação da estatística pesqueira nacional, assim como o desenvolvimento de pesquisas estratégicas.

O monitoramento e controle das atividades de pesca e aquicultura são fundamentais para o correto dimensionamento das ações de governo voltadas ao fomento da produção, processamento e comercialização de pescados, bem como à geração de emprego, renda e alimentos de alta qualidade. Idealmente, os dados e informações de produção e esforço de pesca, somados aos dados cadastrais e socioeconômicos dos pescadores e aquicultores, empreendimentos e embarcações, bem como de consumo, gerados nesses processos de monitoramento e controle, devem alimentar o Sistema Nacional de Informações da Aquicultura e Pesca – SINPESQ (criado pelo Decreto nº 1.964, de 13/11/1995), de forma a subsidiar o Governo na gestão e elaboração das políticas públicas do setor.

O desenvolvimento e a implantação do SINPESQ é fruto da parceria do MPA com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, formalizada em agosto último por meio do Acordo de Cooperação Técnica. O SINPESQ é também apoiado pelo MMA, IBAMA, ICMBIO e Marinha do Brasil, e tem seguido duas metas prioritárias: desenvolver a infraestrutura de dados e seus diferentes subsistemas e módulos operacionais, e construir o Plano Nacional de Monitoramento Pesqueiro que garantirá a geração de dados e informações do setor pesqueiro, da produção à comercialização, em todo o território nacional, respeitando-se e adaptando-se às peculiaridades locais, valorizando as experiências, conhecimentos e vocações locais.

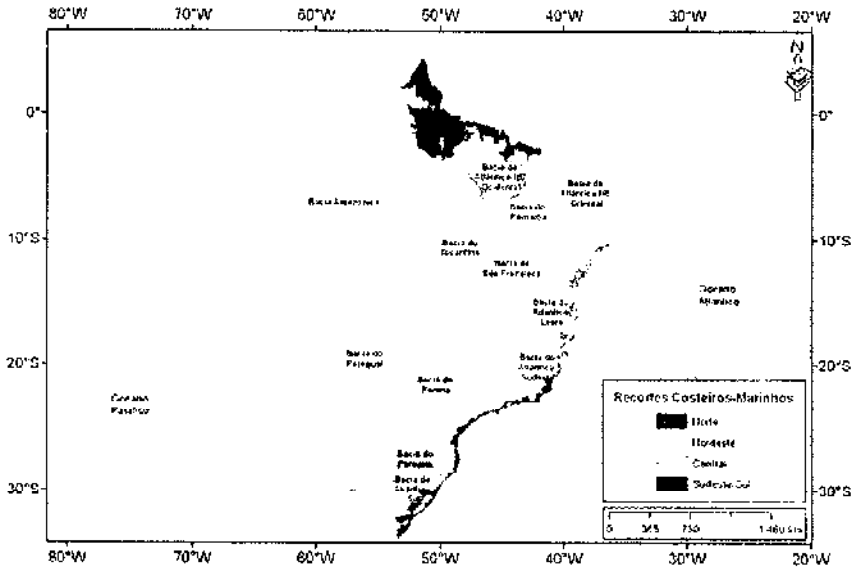
Os subsistemas e módulos operacionais do SINPESQ estão sendo desenvolvidos em etapas, e encontram-se em distintas fases de desenvolvimento. O Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS, o Sistema Emergencial de Mapa de Bordo, a Central de Observadores de Bordo, a Base de Dados do Censo Aquícola Nacional estão implantados e em plena operação. O Sistema de Subvenção ao Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais e Registro Geral da Pesca – RGP, que congrega o cadastro de pescadores, aquicultores, embarcações, empresas e o Módulo de Permissionamento de Pesca, estão na fase de homologação e deverão entrar em operação em 2010. A Base de Dados de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro, com seus módulos de pesca artesanal e industrial, está na fase de modelagem e deverá entrar em operação no final de 2010.

Em relação ao Sistema de Subvenção ao Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais – SSADP, vale considerar que no ano de 2009 mais de duas mil embarcações de 13 estados da Federação foram credenciadas no programa, e 24 milhões de reais foram direcionados para pagamento da subvenção. Também foi desenvolvido um sistema informatizado para controle mais efetivo do pagamento desta subvenção. Assim, foi licitada a contratação de empresa para análise de negócio, modelagem e desenvolvimento do SSADP, no valor final de R$ 1.464.796,26.

No que tange ao Plano Nacional de Monitoramento da Pesca, foi adotada dinâmica de trabalho distinta para a pesca e aquicultura. Na aquicultura, atendendo aos encaminhamentos do I SENAQ (Seminário Nacional de Informações da Aquicultura), o MPA decidiu realizar o 1º Censo Aquícola Nacional. Por ser uma experiência pioneira no país, optou-se por realizar um projeto piloto no Ceará, para avaliação, ajustes metodológicos e o dimensionamento do Censo Aquícola Nacional. Depois da validação da metodologia, lançou-se, em outubro, o 1º Censo Aquícola Nacional. Dessa forma, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO e apoiado pelo IBGE, o MPA está fazendo a primeira "fotografia" da aquicultura no país. O Censo Aquícola objetiva entrevistar, até abril de 2010, todos os produtores de organismos aquáticos do país (continental e marinho), que comercializam toda ou parte da sua produção. Até dezembro de 2009, 1.864 municípios brasileiros haviam sido amostrados, de um total de 5.425. Foram investidos R$ 4,6 milhões para realização do censo.

No caso da pesca, a implantação do Plano Nacional de Monitoramento exigiu ações em diferentes frentes: revisão e reestruturação do instrumento administrativo Mapa de Bordo; reorganização e ampliação do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira – PROBORDO; desenvolvimento da metodologia de monitoramento do desembarque pesqueiro, e a consolidação das parcerias para execução dos projetos.

Ao longo de 2009, foi continuada a estratégia de consolidar parcerias e firmar convênios para garantir a geração de informações da produção, esforço e áreas de pesca junto aos desembarques e portos pesqueiros no território nacional (frota artesanal e industrial), de acordo com o recorte espacial apresentado no mapa RECORTE ESPACIAL DO PLANO NACIONAL DE MONITORAMENTO DA PESCA. Até o momento, estas parcerias resultaram num investimento de R$ 17,2 milhões, sendo R$ 5,5 milhões executados em 2009, para garantir o monitoramento da pesca continental e marinha em grande parte do país no ano de 2010.



O controle da atividade de pesca foi realizado principalmente com base no Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS, instituído em 2006. Os proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras, para operarem nas zonas brasileiras de pesca, devem usar equipamentos para o rastreamento ou monitoramento por satélite. O uso de sistemas de monitoramento de embarcações tem sido mundialmente implantado, e é resultado de recomendações propostas por diversas convenções internacionais relacionadas à conservação e ao uso sustentável de recursos pesqueiros ratificadas pelo Brasil para a pesca responsável.

O PREPS é uma iniciativa conjunta entre o MPA, o Ministério do Meio Ambiente e o Comando da Marinha, e constitui um dos principais instrumentos de promoção da sustentabilidade da atividade pesqueira no Brasil. Atualmente, engloba todas as embarcações de pesca de comprimento igual ou superior a 15 metros - cerca de 1.200 embarcações. No entanto, os bons resultados para a gestão da pesca apontam para a ampliação de sua abrangência, incluindo embarcações de menor porte, garantindo que a parcela da frota nacional com maior poder de pesca esteja devidamente monitorada. Assim, pretende-se controlar as operações de cerca de 3.000 embarcações pesqueiras. As áreas marinhas protegidas estão representadas no PREPS e funcionam como cercas eletrônicas. Ao ultrapassar os limites destas áreas, a embarcação gera um alerta no sistema, disponível às autoridades competentes pela fiscalização. A possibilidade de constatação remota de infrações e em tempo próximo ao real inibe possíveis atuações ilícitas. O conhecimento sobre estratégias de captura, as áreas e épocas de pesca da frota nacional subsidiam a elaboração de políticas para atividade, a partir da identificação de novas áreas potenciais para a pesca. Embarcações que operam sobre recursos costeiros são reorientadas para outras áreas, objetivando-se reduzir o impacto sobre os recursos em grave situação de depleção e oferecer melhores opções de pescaria.

Para a análise das pescarias, são utilizadas informações (coordenada geográfica, data e hora) transmitidas pelos equipamentos de rastreamento instalados nas embarcações permissionadas. São consideradas, na análise da dinâmica espaço-temporal das frotas, as áreas de restrição à pesca, estabelecidas pela legislação em vigor. Inicialmente, a partir das informações transmitidas pelos equipamentos de rastreamento instalados a bordo, são realizados cálculos que permitem estimar quando a embarcação encontra-se em navegação ou pescando. Os dados referentes aos cruzeiros são utilizados para fins de verificação do cumprimento da legislação ambiental.

Além das políticas de desenvolvimento, o conhecimento sobre as áreas de ocorrência de recursos pesqueiros valiosos das águas brasileiras também é utilizado no planejamento de operações de patrulhas navais e de fiscalização, a partir da indicação de setores possivelmente mais visados por embarcações estrangeiras envolvidas na pesca ilegal. Possibilita, ainda, um maior controle sobre embarcações nacionais pesqueiras que operam sem autorização em águas sob jurisdição de outros países.

Em 2009, foi intensificada a identificação de embarcações pesqueiras que ainda não aderiram ao PREPS. Embarcações tiveram suas permissões de pesca suspensas até sua regularização. Além da suspensão de permissões de pesca, foram emitidas advertências aos armadores responsáveis por embarcações monitoradas em virtude de atrasos de envio de sinal não justificados, bem como por detecção de operação de pesca em área proibida. Também houve vistorias nos locais de permanência da embarcação declarados pelo armador de pesca, para esclarecer possíveis situações de declaração falsa de desativação de embarcações junto ao PREPS. Cerca de 10 comunicados diários são enviados à Coordenação do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel sobre a regularização das embarcações junto ao PREPS. Esta informação resulta na liberação ou suspensão do direito da subvenção, já que só podem ter acesso à subvenção apenas as embarcações em situação regular no PREPS.

Também foram realizados cursos oferecidos aos fiscais do Ibama e das Polícias Militares de Rio Grande-RS, Fernando de Noronha-PE, Natal-RN, São Luís-MA e Rio de Janeiro-RJ. Em 2009, como resultado final do PREPS, foram constatadas 1.242 adesões ao Programa. Também foram continuadas as ações de controle e ordenamento da atividade pesqueira, colocando em prática os acordos de cooperação com outros de pela fiscalização. Relatórios com informações sobre operações irregulares de embarcações pesqueiras foram encaminhados ao Ibama, a fim de subsidiar o planejamento das ações de fiscalização e apoiar a análise das infrações observadas. Os resultados das ações de controle da pesca foram divulgados por meio de publicações e palestras.

Também foram iniciados entendimentos com o Instituto Nacional e Pesquisas Espaciais – INPE, Polícias Militares de São Paulo e Paraná e Ibama para celebração de Acordos de Cooperação para subsidiar atividades de controle, fiscalização e monitoramento da pesca. Também em 2009, o MPA adquiriu cinco lanchas rápidas para patrulha e fiscalização da pesca e concedeu o uso destes equipamentos a parceiros nos estados de Santa Catarina, Pará, Ceará e Rio Grande do Sul, elevando, assim, a capacidade local de combater à pesca ilegal no Brasil.

Por fim, como consequência do Regulamento n.º 1005, publicado pela Comunidade Européia, o MPA instituiu o Regime Nacional de Certificação de Capturas do Brasil, a fim orientar os exportadores de produtos da pesca marinha à Comunidade Européia. Em continuidade à implantação de medidas que têm como objetivo prevenir, deter e eliminar a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada no mundo, este regime é considerado como uma medida de controle de mercado na busca pela sustentabilidade da atividade, de acordo com orientações da FAO.

Ainda em relação ao monitoramento e controle da pesca e aquicultura, são de responsabilidade do MPA a organização, a operacionalização e a manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP. Da mesma forma, a concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca na modalidade comercial (industrial e artesanal), de espécies ornamentais, de subsistência e amadora ou desportiva, no território nacional compreendendo as águas continentais e interiores e o mar territorial da Plataforma Continental, da Zona Econômica Exclusiva, áreas adjacentes e águas internacionais. Assim, a operacionalização do RGP, como uma ação integrante do Programa Gestão da Política Pesqueira, compreende, rotineiramente, diversas fases operacionais, que vão desde a elaboração de normas até a efetivação, o controle, a renovação e o monitoramento dos registros das pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor pesqueiro, bem como o permissionamento de embarcações pesqueiras para o exercício de suas fainas de pesca, ao longo de nosso litoral e das bacias hidrográficas brasileiras.

O RGP compreendia, nos termos da IN SEAP/PR nº 3/2004, sete categorias de registro: pescador profissional, aprendiz de pesca, armador de pesca, embarcação pesqueira, indústria pesqueira, aquicultor, e empresa que comercializa organismos aquáticos vivos. Com a Lei da Pesca (Lei nº 11.959/09), o MPA adquiriu uma série de competências que refletirão na existência de outras categorias de registro. Assim, serão criadas categorias referentes ao exercício da pesca amadora, aos concessionários de terrenos e infraestruturas públicas, aos trabalhadores vinculados à atividade pesqueira artesanal, mesmo que não exerçam diretamente a atividade de captura.

Na estrutura da referida norma, a emissão de licenças, permissões, autorizações e o consequente registro para o exercício da aquicultura e da pesca comercial, no Brasil, é realizada, na maioria dos casos, pelas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura (SFPA), onde também é feito o seu controle no âmbito estadual. Em âmbito nacional, cabe o controle dos referidos atos administrativos, o que vem sendo realizado por meio de relatórios e consultas formuladas às SFPAs, bem como com o auxílio parcial de sistemas informatizados específicos, os quais estão em fase de reformulação, visando a um sistema unificado e, em tempo real, que congregue todas as categorias de registro acima mencionadas. O número de registros efetivados diz respeito, portanto, ao número de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo as embarcações, até então inscritas no RGP, bem como aquelas que, anualmente, renovam seus registros, cujo cálculo é efetivado a partir da

contabilização do número de registros (novos e renovados) gerados em cada Superintendência do MPA, com a totalização em nível nacional.

No decorrer de 2009, além dos quantitativos acima referenciados, merecem destaque as operações especiais ou específicas que contribuíram para o alcance das metas preestabelecidas, como o ordenamento da pesca e da aquicultura, em especial na elaboração atos normativos de ordenamento do uso de recursos pesqueiros, portarias de permissionamento de embarcações, e de cancelamento de autorizações de pesca.A participação em Comitês e Grupos Técnicos e Comissões também foi outra dessa natureza que envolveu a operacionalização do Sistema de Gestão Compartilhada; do Grupo Técnico de Trabalho Interministerial do Pescador Profissional; da Comissão Técnica para apuração de irregularidades no registro de pescadores profissionais em Mato Grosso e do Grupo Técnico de Trabalho Interinstitucional para avaliação do esforço de pesca sobre o estoque de sardinha-verdadeira.

Outra questão diz respeito ao permissionamento e registro de embarcações pesqueiras, para o qual foi feito o recadastramento de frotas pesqueiras, conforme discriminado: recadastramento da frota de cerco para sardinha, no litoral SE/Sul, e continuidade dos trabalhos referentes ao recadastramento das frotas de lagostas (litoral norte e nordeste), camarão-rosa (litoral norte e SE/Sul) e camarão-sete-barbas (litoral SE/Sul). Quanto ao repermissionamento de frotas, foram continuados os processos para concessão de autorizações de pesca para a frota que opera na captura de polvo no litoral SE/Sul; autorização provisória de defeso para captura de tainha pela frota que opera no cerco de sardinha-verdadeira; concessão de autorização de pesca para captura de caranguejo-vermelho e caranguejo-real; concessão de autorizações de pesca para operação na captura de peixe-sapo no litoral SE/Sul; e permissões provisórias de defeso para o camarão-rosa (litoral SE/Sul) e piramutaba (litoral norte). Outras atividades realizadas dizem respeito ao permissionamento de embarcações a serem financiadas pelo Programa Profrota Pesqueira; à aplicação de sanções administrativas no âmbito do RGP a embarcações engajadas em diversas pescarias; à autorização para importação de embarcações pesqueiras.

Para o Registro de Pescador Profissional foram realizados exames de processos (recursos), com atendimento às demandas de todas as SFPA, bem como impressão e expedição de carteiras de pescador profissional, cancelamento de registros e apuração de denúncias. Ainda foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social e a renovação do acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Visando a imprimir maior agilidade e um melhor controle dos procedimentos de registro de embarcações de pesca, continuaram-se os trabalhos para estudar e propor um novo modelo de permissionamento de embarcações pesqueiras, cuja proposta está em fase final de revisão, depois da consulta pública, para aplicação em 2010. Para a aplicação deste novo modelo de documento, o convênio já celebrado em 2008 com a UNIVALI, para o desenvolvimento do sistema informatizado de permissionamento de embarcações pesqueiras, foi finalizado oficialmente em dezembro de 2009, faltando apenas a importação dos dados de registro das categorias de embarcação pesqueira, armador de pesca e indústria pesqueira.

Inclusão e Desenvolvimento Social

As ações deste eixo contribuem para o desenvolvimento dos Programas de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura.

Para pesca profissional artesanal, as ações do MPA têm sido orientadas priorizando a atuação nas diretrizes: estruturação da cadeia produtiva, inclusão social e organização do setor pesqueiro artesanal. Frente à complexidade dos problemas enfrentados por este setor, os projetos elaborados atuam sobre problemas sociais, ambientais e econômicos, buscando promover o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras.

No eixo do desenvolvimento social, são realizados projetos de alfabetização e capacitação profissional de pescadores, de inclusão digital nos Telecentros da Pesca Maré, e de distribuição de alimentos às famílias em risco nutricional.

Os altos índices de analfabetismo entre a categoria dos pescadores resulta da ausência histórica e real de formulação e construção de uma política pública específica que atenda ao segmento, respeitando sua cultura, diversidade e modo de vida, o que acabou por excluir o pescador dos sistemas de ensino. Para esses trabalhadores, não é o horário convencional que dita o tempo de trabalhar, tempo de descansar ou tempo de estudar. Sua jornada de trabalho é incompatível com o funcionamento da escola convencional.

Diante dessa realidade, foi lançado, em 2003, o projeto de alfabetização de pescadores e pescadoras. Pescando Letras - Brasil Alfabetizado, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, sendo que já foram alfabetizados mais de 120.000 pescadores. Em 2009, foram formadas cerca de 2.000 turmas, resultando no ingresso de aproximadamente 20.000 alunos, com destaque para o trabalho nos estados da Bahia, Pará, Ceará, Sergipe e Alagoas.

Visando aprimorar e avançar na implantação do Pescando Letras, o MPA está desenvolvendo cinco projetos pilotos de alfabetização integrada, educação cidadã e à qualificação profissional, um por região do Brasil, considerando as diferenças, modo de vida dos pescadores e período de defeso de cada região. O método que está sendo utilizado é aquele empregado em Cuba – ***Sim, eu posso*** –, que possibilita alfabetizar um jovem ou adulto em três ou quatro meses, sendo adaptável aos períodos de defeso, que dura em média quatro meses. O projeto tem como meta alfabetizar 4.100 pescadores e pescadoras profissionais artesanais nas

regiões do país, e ainda: 1.000 pescadores em Santa Catarina – Laguna, Imaruí e Imbituba; 900 pescadores no Rio de Janeiro – São Gonçalo, Maricá e Niterói; 200 pescadores em Mato Grosso – São Félix do Araguaia, Luciara, Porto Alegre do Norte e Santa Terezinha; 1.000 pescadores na Bahia – Morpará, Barra, Pilão Arcado e Remanso; e 1.000 pescadores no Pará – Curralinho, Breves, Portel e Melgaço.

O desafio de implantar um projeto que atenda e respeite as diferenças e peculiaridades dos pescadores artesanais é muito grande. É preciso considerar o período de defeso de cada localidade (em alguns municípios existe mais de um defeso), o que demanda um calendário múltiplo. É preciso formar as turmas de pescadores que realizam a mesma atividade de pesca. É preciso considerar cada cultura, a do pescador de rios e lagoas, do pescador do mar, do pescador da ilha de Marajó, no Pará, do pescador da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, do pescador do rio São Francisco, do rio Araguaia, no Mato Grosso. Foram investidos pelo MPA R$ 2.347.764,80 para implantação do projeto e mais R$ 80.000,00 pela ACASA – Associação Comunitária de Ação Social, entidade conveniada, que desenvolveu um sistema para gerenciamento e acompanhamento das atividades do projeto – o SISLETRAS, em *software* livre.

Em 2006, a então SEAP/PR assinou Acordo de Cooperação com o Ministério da Educação para a implantação de uma política de formação humana na pesca marítima, continental, e aquicultura familiar. Uma nova versão do referido acordo foi firmada em 2009. Como resultados desta política existem atualmente 20 núcleos de pesquisa, 23 cursos técnicos em pesca ou aquicultura implantados, e 32 em implantação até o final de 2010. Também como resultado desta política, foi firmada parceria entre o Instituto Federal do Paraná, objetivando oferecer, por meio da educação a distância, cursos técnicos de nível médio integrados à pesca e à aquicultura. Serão oferecidos a 2.000 pescadores e aquicultores familiares, em 50 Polos de Apoio Presencial (nos Telecentros da Pesca Maré), em âmbito nacional.

No projeto de Inclusão Digital Telecentros da Pesca Maré, o MPA está realizando significativos investimentos. São 120 Telecentros em instalação e revitalização. O MPA investiu, em 2008, mais de dois milhões reais, na aquisição de kit multimídia composto por 10 novos computadores, projetor de imagem e tela de projeção, impressoras e máquinas fotográficas. Estes equipamentos foram entregues aos Telecentros em 2009, quando também foram enviados equipamentos novos para revitalizar 28 Telecentros antigos e instalar 10 Telecentros. Junto com os equipamentos, o MPA enviou acervos de livros do projeto Arca das Letras, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), buscando ampliar as funções do Telecentro, tornando-os pontos de cultura para as comunidades pesqueiras.

Também em 2009, buscando qualificar ainda mais o acervo, o MPA descentralizou R$ 198.000,00 para aquisição de 120 kits minibibliotecas da Embrapa, que serão enviados aos Telecentros, servindo também de suporte para os cursos de ensino a distância. Igualmente e objetivando avançar na qualificação dos Telecentros, o MPA realizou pregão para aquisição de equipamentos complementares (webcam, caixas de som, entre outros), no valor de R$ 181.140,00. Com a conclusão da instalação dos Telecentros da Pesca Maré, cerca de 130.000 pescadores terão possibilidade de inclusão digital.

Além destes projetos, o MPA também apoia demandas espontâneas e de emendas parlamentares referentes aos projetos de capacitação. Em 2009, foram investidos R$ 3.315.015,69 em 11 projetos, beneficiando diretamente 15.490 pescadores artesanais em nove estados.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, na Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, foram distribuídas 10.314 cestas de alimentos para marisqueiras e catadoras de caranguejo, sendo que representantes destas comunidades participaram também de oficinas regionais de avaliação e qualificação da ação. Em resposta à situação emergencial para atendimento de famílias de pescadores atingidos por enchentes, foram distribuídas mais 2.048 cestas de alimentos no estado do Rio Grande do Sul.

No eixo do desenvolvimento econômico, são desenvolvidos projetos de estruturação da cadeia produtiva que permitem aos pescadores agregar valor à produção e dispor de insumos mais baratos e acessíveis, melhorando a qualidade do pescado e a economicidade da atividade. São efetivados mediante a implantação de Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), de unidades de beneficiamento de pescado, de fábricas de gelo e de pequenos empreendimentos, como pontos de venda de pescado e cozinhas comunitárias.

Estão em implantação 13 CIPARs que prevêem investimentos em estruturas de recepção, beneficiamento e comercialização de pescado, bem como em unidades de apoio ao processo de educação e capacitação das comunidades. Em 2008, investiram-se recursos da ordem de 10 milhões de reais em aquisição de equipamentos para os CIPARs e convênios para realização de obras. Em 2009, o MPA lançou edital para selecionar as entidades aptas a receber os equipamentos. Destaca-se, em 2009, a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Santarém, para implantação do CIPAR, no valor de R$ 2.375.000,00, bem como a assinatura de outros quatro convênios, no valor total de R$ 1.431.417,37, para incubação dos CIPARs de Pirapora-MG, Xique-Xique-BA, Parintins-AM e Beberibe-CE. Os projetos de incubação apoiarão as entidades de pescadores artesanais na autogestão destes centros. Considerado o número de pescadores registrados nos municípios da área de abrangência dos 13 CIPARs, ao final de seu processo de implantação serão beneficiados 42.635 pescadores profissionais artesanais.

Dando prosseguimento ao Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal, que irá implantar 120 fábricas de gelo em todo o território nacional, até o ano

de 2010, no ano de 2009 foram entregues 32 unidades. Além disto, o MPA realizou novo edital público de cadastramento de entidades, sendo que foi formado um cadastro de 88 entidades habilitadas e classificadas para o recebimento de novos equipamentos. No final de 2009, procedeu-se ao registro de preço para aquisição dos equipamentos visando a atender à demanda cadastrada, o que permitirá ultrapassar a meta do Programa. Ainda no contexto deste Programa, além das fábricas de gelo, o MPA lançou edital público para seleção de entidades para o recebimento de 10 câmaras frigoríficas no estado do Espírito Santo.

No final de 2008, a então SFAP/PR publicou edital para cadastramento de entidades interessadas em implantar pequenos empreendimentos da pesca artesanal. Foram selecionados 64 projetos de cozinhas comunitárias, pontos fixos de comercialização, acampamento de pescadores e equipamentos para manipulação de mariscos, com orçamento total do edital em R$ 2.800.000,00. No ano de 2009, em parceria com a CONAB e PNUD, foram realizados os termos de referência, os processos licitatórios, o recebimento dos materiais e equipamentos e a entrega dos materiais e equipamentos está prevista para o primeiro semestre de 2010. Além destes projetos, o MPA também apoia demandas espontâneas e de emendas parlamentares de projetos de infraestrutura para qualificação da cadeia produtiva. Em 2009, investiram-se R$ 1.265.987,98 em oito projetos, beneficiando diretamente 3.481 pescadores artesanais em cinco estados.

Estas ações têm objetivado sempre a melhoria das condições de vida e a geração de renda aos pescadores profissionais artesanais sem, contudo, implicar aumento do esforço de pesca e degradação dos recursos pesqueiros. As políticas públicas para pesca artesanal do MPA objetivam também o aumento da produção pesqueira; entretanto, não pela via do aumento do esforço de pesca, mas sim pela estruturação da cadeia produtiva e qualificação do setor. Tais ações vêm possibilitando também melhor processar e conservar o pescado, evitando os elevados índices de desperdício de pescado observados nesta cadeia produtiva, frutos da informalidade e da falta de estruturação.

Alternativas Para a Pesca Industrial

Com o objetivo de fomentar o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, em especial a pesca industrial o MPA tem apoiado projetos de caráter demonstrativo, visando desenvolver e inovar as tecnologias atualmente empregadas, reduzindo os custos operacionais e redirecionando parte do esforço de pesca para novas pescarias.

Neste sentido, o Projeto Anchoíta tem destaque por apostar em uma nova fase da pesca empresarial no país, mediante o aproveitamento de um recurso que não vem sendo explotado no Brasil. Com o potencial de produção sustentável em torno de 100 mil toneladas/ano, a pesca da anchoíta poderá ser referência para o setor pesqueiro nacional. O projeto financiado pelo Governo Federal prevê o dimensionamento ideal para as capturas, o melhor aproveitamento da matéria-prima, a inclusão do pescado no mercado institucional (escolas, creches, hospitais, forças armadas) e o envolvimento de pequenos e médios armadores em um novo segmento, considerado bastante promissor. Para os anos de 2009 e 2010, já foram repassados cerca de R$ 3.600.000,00 para a execução do Projeto Anchoíta, que prevê a contínua avaliação dos estoques disponíveis, a instalação de uma unidade experimental de processamento do pescado e a criação de uma frota de referência, com o papel fundamental de adequar e transferir a tecnologia necessária para esta nova atividade.

No segmento da pesca oceânica, o MPA tem envidado esforços para garantir o acesso à pesca dos recursos altamente migratórios, em especial os atuns e afins do Oceano Atlântico Sul. Em 2009, o Brasil sediou a reunião ordinária da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico (ICCAT), que contou com a participação de 44 países, 14 ONGs e cinco organizações intergovernamentais. Destaca-se que nesse cenário o Brasil tem assumido um papel importante na defesa dos interesses de países em desenvolvimento que têm competido por cotas anuais de capturas com as grandes nações pesqueiras.

Para estimular as capturas de atuns e afins, foram apoiados projetos de instalação de dispositivos de agregação de peixes do tipo boias atratoras. Em 2009 foram adquiridos 20 dispositivos, ao custo de R$ 400.000,00, para instalação nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com o objetivo de avaliar a interação dos atuns e afins com as boias. O princípio da agregação dos peixes com os dispositivos flutuantes permite minimizar os custos operacionais, uma vez que o pescador se dirige às áreas mais prováveis de ocorrência dos atuns.

Para a pesca do bonito-listrado, o MPA tem apoiado o desenvolvimento de novas tecnologias que permitem aperfeiçoar o uso de isca viva, que corresponde ao principal insumo da pesca. Em 2009, a CAPES/MEC aprovou o projeto para o desenvolvimento de tecnologia para produção de isca viva apresentado pela UFSC, envolvendo o montante de R$ 1.400.000,00, assegurando a formação de recursos humanos e o desenvolvimento tecnológico para o setor pesqueiro nacional.

Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura

A atividade da aquicultura é a principal responsável pelo aumento da produção de pescados no Brasil. Com um crescimento que atinge hoje cerca de 30% da produção nacional de pescados, a atividade tem uma tendência a crescer ainda mais no país e garantir a regularidade de oferta para reduzir o preço final do pescado e aumentar o consumo.

Dando continuidade à política de fomento do MPA para o desenvolvimento da aquicultura de forma sustentável, celebraram-se, no ano de 2009, convênios que possibilitam a construção de parcerias para a gestão de

projetos. Dentre os convênios firmados destaca-se o projeto de maricultura em Lagamar - SP e na baía de Guaratuba - PR, que objetivam a avaliação de diferentes sistemas de cultivo de ostras.

O desenvolvimento econômico da piscicultura na região de implantação das unidades demonstrativas pode ser ressaltado como ponto importante destas ações. O cultivo de peixes em tanques-rede em diversas regiões do Brasil está sendo realizado pelo MPA na forma de unidades demonstrativas, em parceria com várias instituições. Foram firmados nove convênios que abrangem os estados de São Paulo, Santa Catarina, Ceará, Bahia, Sergipe e Amapá. Dentre as espécies a serem cultivadas nestes projetos estão o pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), a piava (*Leporinus friderici*), o surubi ou bocudo (*Steindachneridion scriptum*) e a tilápia (*Oreochromus niloticus*).

Nessa área da piscicultura, o MPA pretende beneficiar 1.951 pessoas diretamente, atingindo agricultores, comunidade rural, pescadores profissionais, artesanais e piscicultores, além de outros beneficiários indiretos. Nesses projetos, o MPA está repassando um montante de R$ 3.585.217,99 às entidades proponentes, sendo R$ 1.708.738,59 em 2009 e o restante desse valor - R$ 1.876.479,40 - em 2010.

A estruturação de unidades produtoras de formas jovens representa hoje um ponto importante para assegurar o crescimento da cadeia produtiva de pescado. Os projetos visam ampliar a capacidade produtiva de unidades já instaladas, por meio da implantação e adequação de infraestrutura e de equipamentos laboratoriais. Em parceria com o estado do Rio Grande do Norte será construída a estação de piscicultura na Barragem de Apodi. É grande a importância do desenvolvimento deste projeto numa região apontada pela ONU como uma das áreas de mais baixo índice de qualidade de vida no mundo. Também com o estado do RN, o MPA apoiou o projeto de cultivo de macroalgas como uma alternativa para o desenvolvimento das comunidades litorâneas.

O projeto Subsídios para o Cultivo da Alga *Kappaphycus alvarezii*, na Paraíba, fruto do convênio firmado com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), visa avaliar o risco ambiental e monitorar a introdução desta espécie exótica. Com a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará, o MPA firmou dois convênios para estruturar a cadeia produtiva de pescado. Um para construção de estação de aquicultura, a fim de produzir alevinos, e outro para investimentos na infraestrutura da estação de aquicultura Orion Nina Ribeiro. Em SC, os investimentos objetivam suprir as demandas de sementes de larvas do mexilhão *Perna perna*.

Com os projetos de maricultura, serão beneficiários 4.625 pessoas diretamente, entre aquicultores, pescadores artesanais, pesquisadores, além das comunidades locais dos estados onde serão realizados os convênios. Para realização desses projetos, está sendo repassado a estas instituições proponentes um montante de R$ 5.474.839,00, sendo R$ 1.342.029,74 em 2009 e o restante deste valor (R$ 4.132.819,26) em 2010.

Para apoiar a gestão e o funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva da aquicultura, os recursos foram focados principalmente no apoio à gestão das estruturas implantadas com recursos públicos. Dentre as ações desenvolvidas para este fim, destaca-se o projeto de difusão de tecnologia para o aproveitamento de carapaças de crustáceos, fruto da parceria do MPA com o Parque de Desenvolvimento Tecnológico (PADETEC) no município de Itarema-CE, aproveitando os resíduos de camarão. Outro projeto provém de parceria com o município de Angra dos Reis para ampliação do cultivo de vieiras na região. Com o intuito de contribuir para a geração de trabalho e renda nas comunidades tradicionais de pesca e mariscagem nas regiões do Baixo Sul da Bahia e na baía de Todos os Santos, a UFBA está desenvolvendo o projeto Semeie Ostras, com o objetivo de ampliar a dinâmica produtiva solidária e as tecnologias empregadas nas unidades produtivas de ostreicultura.

Com o propósito de elaboração de Normas Técnicas para certificação do camarão cultivado, o MPA, em parceria com o Centro Tecnológico do Nordeste (CETENE), desenvolveu um programa de adequação de produção, por meio do projeto Produção Integrada de Camarão Cultivado - tem por finalidade maximizar a qualidade do produto, garantindo a segurança alimentar, bem como a sustentabilidade ambiental, social e econômica da carcinicultura. A implantação e construção de frigoríficos para filetagem de peixes é uma ação que dá suporte à aquicultura regional. Com o objetivo de atender à demanda dos aquicultores de Alvorada do Sul-PR, foi firmado um convênio com a prefeitura desse município para construção de uma unidade de beneficiamento local.

A aquicultura familiar se coloca também como uma alternativa e uma oportunidade de emancipação e promoção da autonomia de milhares de trabalhadores, gerando emprego, aumentando a renda e promovendo a qualidade de vida. A ampliação e reforma da estação de aquicultura marinha Fernando Flambot da Cruz, em Curuçá-PA, tem por objetivo a realização de pesquisas sobre as espécies com potencial para cultivo, como o robalo (*Centropomus parallelus*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) e tainha (*Mugil platanus*) e com os crustáceos camarão-branco (*Litopenaeus schimitti*) e camarão-rosa (*Penaeus subtilis*).

Para desenvolvimento dos programas de Estruturação da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar foram firmados 12 convênios atendendo aos estados do RS, SC, PR, MS, MG, RO, PA e AC. Envolvem projetos para implantação de tanques-rede, construção de unidades de processamento e filetagem do pescado, aquisição de uma escavadeira hidráulica e caminhão para a construção de tanques de piscicultura, adequação de entrepostos e demais unidades de beneficiamento, entre outras similares. Para capacitação e demonstração de práticas das atividades da aquicultura, prevê-se a ampliação e

reforma do Centro de Capacitação de Aquicultura e Pesca do Nordeste Paranaense, em Curuçá. O objetivo é incrementar a assistência técnica, com a capacitação dos comunitários para a adoção de empreendimentos produtivos adaptados ao desenvolvimento local e, simultaneamente, de novas opções profissionalizantes.

Nesta ação, o MPA pretende beneficiar 5.016 pessoas diretamente, abrangendo produtores familiares e piscicultores, além de outros beneficiários indiretos. Para realização desses projetos, está sendo repassado a estas instituições proponentes um montante de R$ 8.597.497,53, sendo que, desse total, R$ 4.934.868,58 foi pago em 2009 e o restante desse valor - R$ 3.662.628,95 - será pago em 2010.

Com o crescimento e intensificação da aquicultura, surge a necessidade de se adotar medidas sanitárias que atendam à produção de organismos aquáticos cultivados, de forma a controlar a transmissão e disseminação de enfermidades. As ações de Controle da Qualidade na Garantia de Conformidade, Segurança e Inocuidade de Produtos da Aquicultura da produção de moluscos bivalves (ostras, vieiras, mexilhões e sururus) têm como finalidade proporcionar maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros ao mercado interno e externo. Em 2009 foi formalizado um convênio entre o MPA e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa e do Agronegócio (FUNDEPAG) para realização do Programa Estadual de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves no estado de São Paulo (PECMB-SP). A existência de um programa desta natureza é condição obrigatória para o comércio internacional. Ainda na área de sanidade dos produtos da aquicultura, um projeto envolve ações do agente comunitário de saúde de animais aquáticos cultiváveis no estado do Rio Grande do Norte. Com a execução desse convênio, a intenção do MPA é beneficiar 830 pessoas diretamente. Para realização desses projetos, repassou-se a essas instituições proponentes um montante de R$ 563.499,57, em 2009.

A adoção de princípios internacionais e de códigos de conduta responsável, por meio da disseminação de Boas Práticas de Manejo (BPM) e certificação, promove o desenvolvimento sustentável da aquicultura, com a consequente mitigação de impactos ambientais e de conflitos. O propósito é desenvolver um sistema de certificação, edição e publicação de materiais, promoção de eventos para a disseminação de informações e de práticas sustentáveis de aquicultura.

O Projeto Gente da Maré é uma cooperação entre o MPA e a *Canadian International Development Agency* (CIDA), representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O objetivo maior é reduzir a pobreza nas comunidades costeiras, assegurando a utilização sustentável dos recursos marinhos, pela introdução e disseminação de técnicas simples e economicamente viáveis de maricultura, com envolvimento das comunidades na co-gestão de recursos pesqueiros em quatro estados do Nordeste (PI, PB, BA e RN). Em 2009, foram realizadas oficinas de metodologias participativas e mapeamento biorregional, envolvendo aproximadamente 100 pescadores artesanais e marisqueiras.

O Projeto Desenvolvimento das Comunidades Costeiras, cooperação técnica entre a ONU, a FAO e o MPA, concebeu uma intervenção para o Nordeste do Brasil, com princípios semelhantes ao Gente de Maré para o CE, RN e PB. Atualmente, o cultivo de algas nas três comunidades comercializa o produto seco e triturado para empresas locais. No ano de 2009 foram trabalhados os planos de negócios dos cultivos e a consolidação legal dos grupos.

Em parceria com a FAO, a Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura realizou em Brasília, nos dias 5 e 6 de junho de 2009, o I Workshop de Aquicultura Sustentável. Esse seminário teve por finalidade definir e padronizar uma metodologia de avaliação da sustentabilidade dos sistemas de produção da aquicultura no Brasil, assim como estabelecer metas, indicadores e avaliação.

A regulamentação do uso das águas públicas para criação de peixes e outros organismos aquáticos é um instrumento de inclusão social e possibilita que milhares de moradores de comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares) tenham acesso, de forma gratuita, a uma porção de água para produção por um período de até 20 anos. No caso de projetos de maior porte, as áreas são concedidas por meio de cessão onerosa. Dentro desse programa de governo, o Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura em Águas da União desenvolveu no ano de 2009 ações direcionadas à regularização de parques aquícolas continentais e marinhos, além de estudos para a liberação do cultivo de espécies de interesse para a aquicultura.

Ao final dos estudos de viabilização de reservatórios continentais para a implantação de parques aquícolas, como Itaipu, Castanhão, Tucuruí, Três Marias, Furnas, Ilha Solteira e áreas do litoral brasileiro aptas à instalação dos parques aquícolas em 2008, foram ofertadas, em 2009, cerca de 4.000 áreas não onerosas, destinadas à inclusão social de populações tradicionais. Paralelamente, houve a oferta de outras 14 áreas aquícolas à iniciativa privada, por meio de licitações onerosas. Destas, foram entregues 1.277 áreas não onerosas e 12 onerosas. Com relação às cessões de águas públicas individuais, lançaram-se dois editais para a licitação de 65 áreas aquícolas, com potencial de produção de 15 mil toneladas ao ano.

Foram formalizados dois Acordos de Cooperação do MPA com Administradoras de Usinas Hidrelétricas, no intuito de se obter informações prioritárias para a demarcação de parques aquícolas e evitar gastos desnecessários de recursos públicos. Dentre os acordos firmados, podem-se citar os assinados com FURNAS (Manso e Serra da Mesa) e a CHESF (Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Xingó, Boa Esperança e Pedra).

Com relação aos parques aquícolas marinhos, os principais avanços em 2009 foram: i) a contratação de serviços de elaboração do Projeto de Balizamento e Sinalização Náutica nos Parques Aquícolas do Estado de Santa Catarina, que atenderá em 10 municípios; ii) o estudo para implantação de Parques Aquícolas no Estado de São Paulo; iii) o produto final Estudos dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura – PLDM, com a indicação das áreas propícias para a demarcação dos Parques Aquícolas no Maranhão; iv) continuidade dos estudos do PLDM de Sergipe; v) estudos para implantação de parques aquícolas marinhos no Paraná; vi) continuidade dos estudos do PLDM do Pará; vii) continuidade dos estudos dos PLDMs do CE e RN.

Considerando os reservatórios continentais, foram repassados recursos para realização de estudos ambientais e socioeconômicos para a delimitação e implantação dos parques aquícolas de oito reservatórios no rio Paranapanema, no valor de R$ 2.392.561,00, sendo que, em 2009, o repasse foi de R$ 668.085,62. Serão realizados estudos que norteiem cientificamente o processo decisório sobre permissão ou não de se cultivarem tilápias em tanques-rede no lago de Itaipu, assim como na bacia do Rio Uruguai. Com estes projetos, o MPA visa beneficiar 54.440 pessoas diretamente e 122.550 indiretamente. Dentre os beneficiados estão os maricultores, aquicultores e comunidades tradicionais.

5.2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS CONSTANTES DA LDO PARA 2009

5.2.1. Aspectos Gerais

O Plano Plurianual 2008/2011 tem, em seu nível estratégico, a definição de 57 metas prioritárias que expressam parcela substantiva dos esforços governamentais para a consolidação de um modelo de crescimento sustentável com inclusão social e educação de qualidade.

O andamento dessas metas, destacando as possibilidades de alcance dos valores previstos ao fim do período de vigência do Plano, é contemplado, anualmente, no Relatório de Avaliação do Plano, nos termos do art. 19 da Lei nº 11.653, de 2008.

No exercício de 2009 houve o envio ao Congresso Nacional do referido Relatório, constituindo-se em um elemento de consolidação de informações sobre as prioridades do Governo Federal, uma vez que contempla no volume denominado "Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA 2008/2011" uma análise do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e enfrentamento a desigualdades ainda existentes na sociedade brasileira como forma de contribuir para a consolidação da prática da avaliação de políticas públicas, centrando, sobretudo, em sua eficácia e efetividade, medidas em função das vulnerabilidades e déficits que procuram atacar e das potencialidades que ajudam a efetivar.

Neste sentido, tem-se a pretensão de orientar a atuação do Governo Federal rumo à efetivação de um desenvolvimento sustentável e em bases inclusivas, preconizado no PPA 2008/2011, com uma interpretação geral de que tal avaliação traz consigo um elevado grau de complexidade e incerteza em função dos fatores que condicionam a execução das políticas públicas ou promovem inflexões nos cenários.

De modo geral, os dados atuais mostram um país no rumo certo, por vezes com uma velocidade maior do que a esperada, por outras, em ritmo menos intenso em função de um conjunto de restrições à implementação das políticas públicas.

Assim, pode-se inferir que uma visão de futuro que oriente a atuação governamental na direção de transformações essenciais para o Brasil em diversas áreas está calcada na definição de prioridades como elemento capaz de direcionar e corrigir os rumos no desenvolvimento dos planos e estabelecer insumos relevantes para a gestão dos recursos públicos.

As ações prioritárias do Governo Federal, no âmbito da análise dos orçamentos fiscal e da seguridade, estão contempladas no Anexo I – Prioridades e Metas da Lei nº 11.768/2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.

A consolidação da execução das ações prioritárias foi realizada a partir da identificação das ações contempladas no Anexo I da Lei nº 11.768 de 2008 – LDO 2009 e da execução física e financeira das ações correspondentes na base de dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual – SIGPlan do Governo Federal (www.sigplan.gov.br), que incorpora as informações da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, a qual estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009, LOA para 2009.

Inicialmente, a verificação foi realizada com a identificação das ações constantes do Anexo I da LDO para 2009 com a programação definida no Plano Plurianual 2008/2011, ano de 2009, consolidando as ações com registros na base de dados do SIGPlan e excluindo algumas situações como as referentes exclusivamente a restos a pagar (RAP 2008).

Desta forma, apurou-se a quantidade de ações prioritárias com execução no exercício financeiro de 2009.

5.2.2. Análise Setorial

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

CÓD.	AÇÕES PRIORITÁRIAS	ITEM DE INFORMAÇÃO				VALORES EM R$	
		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	RP NÃO PROCESSADOS INSCRIÇÃO	VALORES PAGOS	%
10YM	IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E LABORATORIAL PARA PESQUISA EM AGROENERGIA	3.600.000,00	3.600.000,00	1.421.977,16	2.178.022,84	1.421.977,16	100,00
2130	FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS - PGPM	3.300.000.000,00	2.876.661.979,48	2.686.676.143,20	189.985.786,28	2.496.025.380,47	87,17
2D36	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DA AGROENERGIA	76.336.000,00	26.310.950,64	20.378.846,31	5.932.104,33	20.229.591,59	99,90
4672	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM SISTEMAS INOVADORES DE PRODUÇÃO PARA O AGRONEGÓCIO	11.856.675,00	11.318.604,21	9.497.133,31	1.821.471,90	9.327.827,16	95,46
4682	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA DIFERENCIAÇÃO E AGREGAÇÃO DE VALOR A PRODUÇÃO EXTRATIVISTA, AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL DE PEQUENA ESCALA	5.641.617,00	5.567.613,00	3.844.761,18	1.720.851,82	3.705.772,13	98,45
4686	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE DE COMUNIDADES	4.384.515,00	4.234.144,02	3.622.423,58	611.670,44	3.311.609,49	92,01
4842	ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA	55.040.233,00	44.109.788,74	40.079.063,51	4.030.725,23	39.437.759,27	80,12
5920	ZONEAMENTO AGRÍCOLA	12.200.000,00	12.199.563,10	12.199.563,10	0,00	12.199.563,10	100,00
7H17	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	624.586.698,00	499.951.514,33	889.957,18	499.061.557,15	813.393,99	80,05
8577	PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE PRAGAS DOS VEGETAIS	24.200.000,00	19.906.650,39	17.288.694,09	2.617.956,30	16.731.793,87	82,26
8611	APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO	75.307.704,00	57.117.030,53	8.997.430,71	48.119.599,82	8.706.297,14	75,84
8658	PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DOS ANIMAIS	70.654.000,00	41.045.645,89	22.427.935,79	18.617.710,10	22.059.281,71	58,09
	TOTAL:	4.213.767.434,00	3.602.024.694,33	2.827.329.928,12	774.700.676,21	2.634.620.046,98	85,48

A média de execução das ações não prioritárias foi de 82,63%. O demonstrativo da execução das ações não prioritárias encontra-se nas informações adicionais. As ações prioritárias 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário e 7H17 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário são destinadas a apoiar projetos de infra-estrutura agropecuária executados mediante celebração de convênios ou contratos de repasse com os diversos entes federados, ou ainda com entidades privadas sem fins lucrativos, caso se trate de convênio.

Ocorre que na execução do OGU 2009 foram encontradas dificuldades de ordem técnica e operacional na celebração de contratos de repasse em função da necessidade de utilização do Sistema de Gestão de Convênios – SICONV, principalmente no que tange à participação da Caixa Econômica Federal – CAIXA na condição de mandatária da União na operacionalizaçao de programas do Governo Federal.

Mediante a realização de uma série de reuniões por parte da Secretaria de Relações Institucionais – SRI/PR, algumas com a participação de representante do Comitê Gestor do SICONV, viabilizou-se a adequação de muitas funcionalidades do Sistema. Entretanto, tais dificuldades repercutiram negativamente na realização de empenhos e consequentemente na celebração dos contratos de repasse, sendo, portanto, a causa do baixo desempenho das ações relacionadas.

Dos recursos disponibilizados e descentralizados à CAIXA nas ações 7H17 e 8611, mais de R$ 66 milhões deixaram de ser formalizados, dos quais cerca de R$ 27 milhões não foram empenhados. Dos recursos empenhados, cerca de 39 milhões não puderam ser contratados, a maioria por falta de vinculação do empenho à proposta no SICONV. Esses valores nos foram informados pela CAIXA na data de 01.03.2010 e ainda não foi possível analisar os valores correspondentes a cada uma das ações.

Ministério da Ciência e Tecnologia

As ações inseridas no anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2009 apresentaram execução média de 95,6% de recursos empenhados considerando as 31 ações com orçamento na LOA 2009, conforme Anexo I. As outras 7 ações discriminadas na LDO foram alocadas por emenda ao PPA e selecionadas como prioritárias no âmbito do Congresso Nacional, no entanto, não foram orçadas na LOA 2009.

TÍTULO	LEI + CRÉDITOS (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO	PAGO	% B/A
CONCESSÃO DE BOLSAS DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PESQUISADORES E PROFISSIONAIS PARA C,T&I	436.630.884	432.836.767	423.725.257	423.381.58 b	99,1%
CONCESSÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	95.241.080	95.241.080	92.854.903	92.794.903	100,0%
AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PARA O ESTUDO DA BIODIVERSIDADE, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE DOS ECOSSISTEMAS AMAZÔNICOS FRENTE AS MUDANÇAS GLOBAIS	10.000.000	10.000.000	5.513.545	5.494.041	100,0%
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO INSTITUTO NACIONAL DO SEMI-ÁRIDO - INSA - NA REGIÃO NORDESTE	1.373.000	1.070.304	649.043	583.462	78,0%
DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE OS ECOSSISTEMAS AMAZÔNICOS NO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA - NA REGIÃO NORTE	4.375.218	4.374.189	2.651.331	2.651.331	100,0%
FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL	48.845.000	48.845.000	44.220.712	43.047.903	100,0%
APOIO A REDES E LABORATÓRIOS DE PESQUISA EM FÍSICA DE ALTAS ENERGIAS	700.000	700.000	470.116	461.777	100,0%
DESENVOLVIMENTO DO SATÉLITE DE SENSORIAMENTO REMOTO COM IMAGEADOR RADAR - MAPSAR	7.000.000	6.999.937	6.991.877	6.991.877	100,0%
DESENVOLVIMENTO DO SATÉLITE AMAZÔNIA-1	30.800.000	30.799.923	28.936.607	28.931.584	100,0%
DESENVOLVIMENTO DO SATÉLITE SINO-BRASILEIRO - PROJETO CBERS-3	56.998.839	56.992.553	51.701.036	51.689.972	100,0%
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA - CEA - NO MUNICÍPIO DE ALCÂNTARA - MA	100.000.000	92.681.934	6.051.878	6.027.257	92,7%
REALIZAÇÃO DE OLIMPÍADAS EM CIÊNCIAS	12.330.000	12.330.000	12.330.000	12.330.000	100,0%
APOIO À PESQUISA, INOVAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - NACIONAL	4.755.813	3.435.094	1.796.665	1.775.849	72,2%
APOIO À IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE CENTROS VOCACIONAIS TECNOLÓGICOS - NACIONAL	10.500.000	9.513.986	3.781.355	3.581.355	90,6%
FOMENTO À PESQUISA NA ANTÁRTIDA	15.960.016	15.960.016	7.388.618	5.335.757	100,0%
MONITORAMENTO DE QUEIMADAS E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	1.200.000	1.199.463	1.082.900	1.082.900	100,0%
FOMENTO À ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL - NACIONAL	25.875.000	23.168.494	5.545.337	5.325.556	89,5%
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS - NA REGIÃO NORDESTE	3.000.000	3.000.000	3.000.000	3.000.000	100,0%
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	3.000.000	3.000.000	370.621	370.623	100,0%
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE PESQUISA DO PANTANAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE	2.500.000	2.500.000	200.000	200.000	100,0%
DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS SOBRE OS ECOSSISTEMAS DO PANTANAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE	694.494	683.105	683.105	683.105	98,4%
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM ENERGIAS DO FUTURO	1.230.210	840.686	598.716	596.332	68,0%
FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR DO AGRONEGÓCIO - CT-AGRONEGÓCIO	84.062.228	68.250.337	51.135.553	42.573.937	81,2%
FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AERONÁUTICO - CT-AERONÁUTICO	34.010.654	33.827.018	16.457.184	9.169.073	99,5%
APOIO À PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM BIOTECNOLOGIA - NACIONAL	1.007.534	1.000.000	818.231	687.198	99,3%
FOMENTO A INCUBADORAS DE EMPRESAS E PARQUES TECNOLÓGICOS - NACIONAL	1.000.000	1.000.000	0,0	0,0	100,0%
IMPLANTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO ITANOL - CNTE	1.800.000	1.800.000	1.800.000	1.800.000	100,0%
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO EM BIOCOMBUSTÍVEIS	2.500.000	1.849.956	591.119	591.119	74,0%
INFRA-ESTRUTURA PARA O SISTEMA CIENTÍFICO BRASILEIRO DE PREVISÃO DO CLIMA ESPACIAL	7.400.000	7.399.750	2.294.778	2.294.778	100,0%
MONITORAMENTO AMBIENTAL DA AMAZÔNIA POR SATÉLITES - NA REGIÃO NORTE	2.850.000	2.847.650	2.069.210	2.069.210	99,9%
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E OPERAÇÕES EM PREVISÃO DE TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS (CPTEC)	12.300.608	12.197.360	10.206.631	10.206.631	99,2%

Apenas quatro ações apresentaram execução financeira abaixo da média das ações não prioritárias de 88,74%, a saber: a) ação do INSA 2C66 - Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Nacional do Semi-Árido: estava prevista a contratação de empresas para realização de atividades de apoio à pesquisa na Estação Experimental. No entanto, não houve nenhuma empresa interessada, o que ocasionou a interrupção do processo de licitação; b) ação do FNDCT 4043 - Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio - CT-Agronegócio: em função de atrasos na implementação das ações previstas para 2009, foram empenhados apenas os projetos/convênios com compromissos firmes na realização de despesas; c) ações da SETEC 8971 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis e 2B41- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro: as instituições proponentes não conseguiram executar totalmente o cronograma de execução financeira proposto nos Termos de Cooperação ou Convênios e devolveram os recursos não investidos. Além disso, no caso da ação 2B41, alguns projetos previstos para serem apoiados, ou não apresentaram propostas adequadas, ou perderam o prazo de apresentação. No cálculo da média de empenho das ações não prioritárias, foi considerada a ação Reserva de Contingência.

Ministério da Cultura

A Lei nº 11.768 de 14/08/08 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2009) relacionou, em seu Anexo I, as prioridades e metas da Administração Federal vinculando-as a cada objetivo do Governo. No caso específico do Sistema MinC, as ações consideradas prioritárias pela referida Lei estão todas inseridas no "Objetivo de Governo 3 – Propiciar o Acesso da População Brasileira à Educação e ao Conhecimento com Equidade, Qualidade e Valorização da Diversidade". O texto a seguir apresenta informações sobre a execução física, orçamentária e financeira de cada uma dessas ações.

É importante ressaltar que o percentual de execução orçamentária do Sistema Minc como um todo, calculado na razão do montante de valores empenhados sobre o limite global de empenho autorizado pelo Decreto nº 6.752, de 28/01/09, e alterações posteriores, foi de 99,0%. Nesse cenário, a média da execução tanto para as ações prioritárias quanto para as demais é de 98,9%.

Dentre as ações estabelecidas como prioritárias pela LDO 2009 ressalta-se a execução das ações Instalação de Bibliotecas Públicas (1521) e Modernização de Bibliotecas Públicas (7367), ambas integrantes do Programa Livro Aberto (0168), que tem como objetivo formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura, facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário.

Com relação à ação de instalação de bibliotecas, em 2009 foram adquiridos 450 kits de bibliotecas compostos de 2.000 títulos selecionados por especialistas, mobiliário, equipamentos de informática e de fruição de som e imagem no local. Os 450 kits serão instalados nos municípios que ainda não possuem este equipamento, no sentido de debelar o número de municípios brasileiros que ainda não possuem bibliotecas públicas. Ainda no referido período, foram desenvolvidas iniciativas que viabilizarão a construção de 9 bibliotecas de pequeno porte em parceria com os governos locais nos municípios de Manaus, Recife, Belém, Fortaleza e Goiânia.

Esta ação era responsável pela consecução da meta de 242 bibliotecas instaladas, entretanto, obteve-se durante o ano de 2009 a execução de cerca de 186% da meta física programada. Esse percentual maior que a meta fixada na LOA 2009 (posição Lei + Crédito) foi obtido mediante alocação adicional de recursos do programa e teve como finalidade atender à política do Governo Federal no sentido de "zerar" o número de municípios brasileiros sem biblioteca pública. De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R$ 20,2 milhões, a ação teve um limite para empenho de R$ 18,1 milhões, dos quais foram empenhados 100%, mas liquidados e pagos apenas 0,8% devido ao tempo necessário para conclusão do processo de entrega dos kits e instalação das bibliotecas nos municípios.

Em relação à modernização de bibliotecas, o nível de empenhos em relação ao limite da despesa foi de 100,0% e a meta física atingida foi de 151% da meta prevista. Das iniciativas concluídas, cabe salientar a aquisição de 100 kits com 1.000 títulos, além de mobiliário e a modernização de seis bibliotecas de referência, com foco nas bibliotecas públicas estaduais para atender municípios com até 20 mil habitantes, selecionados por Edital, além do conveniamento com Estados e Municípios para a modernização de cerca de 660 bibliotecas.

Outros investimentos foram realizados para a modernização das bibliotecas Estaduais da Bahia e do Ceará e para construção da primeira "biblioteca parque" do Brasil em Manguinhos, no Rio de Janeiro - RJ, além da abertura de uma "biblioteca temática" da Amazônia, partindo do acervo do poeta Thiago de Mello. As iniciativas realizadas por intermédio dessa ação foram beneficiadas com recursos orçamentários de R$ 52,4 milhões, contando com autorização de limite para empenho de R$ 39,0 milhões, dos quais 100% foram empenhados e em torno de 15,7% liquidados e pagos.

A ação Apoio à Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura (8886), inserida no Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania (1141), tem como finalidade promover, ampliar e garantir o acesso da sociedade aos meios de fruição, produção e difusão cultural, especialmente das populações, comunidades ou segmentos excluídos em decorrência de aspectos econômicos, sociais ou culturais. Os Pontos de Cultura têm uma base antropológica que sintetiza traços culturais de territórios e comunidades, numa construção "de baixo para cima" em termos sociais com o poder público buscando a compreensão e difusão dos saberes e fazeres locais e aportando recursos de apoio ao desenvolvimento da cultura em comunidades com identidade própria.

Desde o início do programa na atual gestão, o Governo Federal contribuiu para o apoio e o funcionamento de 2.517 Pontos de Cultura localizados em todo o território nacional. Quanto aos Pontos de Cultura localizados no exterior, cabe informar que atualmente existem dois Pontos de Cultura localizados nos Estados Unidos, sendo um em Miami, na Flórida, e outro em San Francisco, Califórnia.

Como esta ação previa a consecução do apoio a 2.319 Pontos de Cultura, obteve-se durante o ano de 2009 resultados que contribuíram para a execução de 108,6% da meta física acumulada prevista. O percentual alcançado é resultado da adoção, desde 2008, de uma nova sistemática de execução com vistas a intensificar e descentralizar a implantação de Pontos de Cultura.

Essa sistemática consiste na substituição gradual dos convênios realizados com entidades da sociedade civil e alguns governos municipais por convênios diretos com os Estados e alguns municípios da Federação visando a formação de Redes Estaduais e Municipais de Pontos de Cultura (municípios acima de 200 mil habitantes). Em 2009, para a referida ação foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R$ 118,1 milhões e limite de

empenho de R$ 99,8 milhões, dos quais foram empenhados 99,5%, liquidados 26,3% e pagos 23,8%.

A ação Instalação de Espaços Culturais (1611), integrante do programa Engenho das Artes (1142), trata da construção, recuperação ou ampliação de espaços, tanto nas periferias quanto nos centros urbanos para fruição, produção, difusão, diálogo e convivência cultural das comunidades em que estão instalados ou venham a se instalar, e de estímulo à interação das linguagens artísticas em um mesmo ambiente.

Para a execução de todas as iniciativas compreendidas no âmbito dessa ação, foram autorizados recursos orçamentários da ordem de R$ 81,0 milhões e limite de empenho de cerca de R$ 52,0 milhões, dos quais foram empenhados 96,5%, liquidados e pagos 10,2%. Dentre as iniciativas desenvolvidas por meio dessa ação, vale ressaltar a instalação dos "Espaços Mais Cultura", pensados como equipamentos multiuso e flexíveis, com projetos arquitetônicos modulares, para que se adaptem às necessidades de cada local e possam comportar cine-teatro, biblioteca, salas para cursos e oficinas, mini-estúdios para edição de imagem e som, telecentros para acesso, formação e produção em cultura digital, saguão para exposições, etc. Eles são instalados em locais que atendam a populações de baixa renda, ou populações que tenham pouco ou nenhum acesso a meios de fruição, produção ou difusão cultural, como muitas no interior do país, e a programação e gestão desses espaços resultam de uma parceria entre poder público e comunidade local.

Dentro de uma concepção integrada de políticas de infra-estrutura e inclusão social, o Sistema MinC está selecionando projetos para a construção de "Espaços Mais Cultura" em áreas de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Em 2009, foram selecionados projetos em 16 cidades (15 capitais e uma cidade do interior): Recife, Natal, São Luís, Curitiba, Florianópolis, Brasília, Campo Grande, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Fortaleza, Teresina, Palmas, Salvador, Maceió e Santos. Esta iniciativa é desenvolvida em parceria com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal.

Ainda no que tange às ações prioritárias, é importante destacar a execução das ações Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural (2521), Preservação de Acervos Culturais (2630), Preservação de Bens Culturais de Natureza Material (2636) e Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos (4013), todas integrantes do Programa Brasil Patrimônio Cultural (0167).

A Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural (2521) tem o intuito de proporcionar a preservação desse tipo de bens no âmbito das Forças Armadas e, por isso mesmo, está sob a responsabilidade dos Comandos do Exército e da Marinha, bem como da gestão do Fundo Aeronáutico. A meta física atingida até outubro de 2009 foi de seis bens preservados, representando 40% da meta prevista. E, de um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R$ 1,1 milhão, foram empenhados e liquidados 68,4% e pagos 65,7%.

A Preservação de Acervos Culturais (2630) tem a finalidade de preservar bens móveis e integrados do Patrimônio Cultural por meio de ações de conservação preventiva, restauração e promoção, visando sua integridade, permanência e divulgação. No decorrer de 2009, esta ação foi responsável por iniciativas importantes como, por exemplo, a digitalização de acervo em domínio público e sua disponibilização para acesso, pela Internet, no Web Portal da Fundação Biblioteca Nacional - FBN. Atualmente, a Biblioteca Nacional Digital, uma inovação da FBN, disponibiliza em rede 23.000 itens, entre imagens, textos e músicas, totalizando mais de um milhão e cem mil imagens, das quais 9.300 arquivos sonoros com 5 terabytes de arquivos digitais armazenados, onde ocorrem mais de 140.000 acessos ao mês pela Internet.

Ainda nessa ação, vale mencionar a realização do Inventário da Biblioteca São Clemente, localizada no Rio de Janeiro e que contém cerca de 100 mil volumes. O referido trabalho, iniciado em 2008, teve seu escopo aumentado com a inclusão de periódicos. Também foram iniciados trabalhos para a realização de inventário na Biblioteca Infanto-Juvenil Maria Mazzetti.

Como essa ação previa a consecução da meta de preservação de 359.182 acervos, atingiu-se, durante o ano de 2009, um nível de execução física correspondente a cerca de 168,4% da meta original. Importante ressaltar que a meta física ultrapassou o valor estimado porque, além dos recursos provenientes da LOA 2009, a ação contou com recursos provenientes de parcerias firmadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, a organização Itaú Cultural e a Fundação Nacional das Artes, dentre outras. De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R$ 2,77 milhões, a ação teve um limite para empenho em torno de R$ 2,6 milhões, dos quais foram empenhados 100%, liquidados e pagos cerca de 31,0%.

A ação Preservação de Bens Culturais de Natureza Material (2636), que concentrou o maior montante de recursos dentro do Programa Brasil Patrimônio Cultural em 2009, se fez presente nas 27 Unidades da Federação - UFs, preservando 526 bens, ou seja, uma meta superior à prevista em 207%.

A meta atingida foi superior à fixada em função, principalmente, da contratação de banco de projetos e da preservação de diversos bens móveis. Tudo isso implicou a redução do custo inicialmente previsto. Com relação aos recursos utilizados nessa ação, de uma dotação autorizada de R$ 27,3 milhões e limite para empenho de cerca R$ 23,8 milhões, empenhou-se 98,2% e liquidou-se e pagou-se em torno de 21%.

Dentre as realizações do período, destacam-se nessa ação: restauração do Casarão do Chá em Mogi das Cruzes – (SP), obras de conservação e restauração do Sítio Roberto Burle Marx – Rio de Janeiro (RJ),

restauração da Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens – Coqueiro Seco (AL), gerenciamento do Patrimônio Arqueológico - Teresina (PI), pesquisa de arte rupestre na Chapada Diamantina - Lençóis (BA), serviço Emergencial Sobrado Ver-o-Peso - Belém (PA), restauração de Bens Imóveis e Tombados – Antonio Prado, Santo Amaro e Porto Alegre, Curitiba (RS e PR), banco de projetos para restauração de propriedades rurais dos Roteiros Nacionais de Imigração - Florianópolis (SC), restauração do Centro Cultural de Arraias - Arraias (TO), restauração das Igrejas Santana – Chapada dos Guimarães (MT) e Boa Morte - Cuiabá (MT), e restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo – Pirenópolis (GO).

A ação Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos (4013), também integrante do Programa Brasil Patrimônio Cultural, tem o intuito de organizar e preservar o patrimônio histórico, administrativo e artístico nacional, visando integrar subsídios que contribuam para a preservação da memória brasileira, especialmente a do Norte e Nordeste, possibilitando o acesso virtual ou informal à escolaridade e ao conhecimento de todos.

A execução das iniciativas dessa ação conta com a parceria das Universidades Federais de Pernambuco e de Santa Catarina, bem como da Fundação Joaquim Nabuco, sendo todos órgãos vinculados ao Ministério da Educação.

Em 2009 esta ação atingiu a meta física de 730.663 acervos preservados e, de um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R$ 1,5 milhão, foram empenhados, liquidados e pagos 15,7 %. Como a execução física das iniciativas se baseia em licitações de obras de restauro do patrimônio cultural, os tempos de maturação dos projetos geralmente extrapolam o ano fiscal da dotação orçamentária.

A ação Fomento a Projetos na Área Museológica (2838), do Programa Museu Memória e Cidadania (0171), tem como finalidade promover ações voltadas para preservação, conservação, aquisição e difusão de acervos culturais museológicos, assim como de democratização e acesso a bens culturais, publicações na área museológica, pesquisas, atividades educativas e de comunicação com o público.

Essa ação viabilizou iniciativas que estabelecem políticas de financiamento e fomento a museus, como é o caso dos Editais de Modernização de Museus e Mais Museus e o Prêmio Mário Pedrosa, as quais possibilitam a implantação de novos museus, em especial nas pequenas localidades, bem como a modernização e adequação do funcionamento de museus já implantados. Como resultados, nessa ação houve apoio a 14 projetos em 2009, representando cerca de 13% da meta física prevista.

De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R$ 12,9 milhões, a ação de museus teve um limite para empenho de R$ 10,0 milhões, dos quais foram empenhados 97,5%, liquidados 34,0% e pagos cerca de 33,0%.

Finalizando, no que se refere às atividades desenvolvidas na ação Preservação do Patrimônio Histórico Urbano (5538), que concentra o maior montante de recursos no Programa Monumenta (0813), destaca-se a finalização de 21 obras em 13 sítios: Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Diamantina (MG), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Natividade (TO), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP) e Serro (MG).

Dentre as obras finalizadas no período em referência, destacam-se: Quarteirão Leite Alves, em Cachoeira (BA); Quarteirão dos Trapiches, em Laranjeiras (SE); Reurbanização de Praças, em Natividade (TO); Estacionamento e Revitalização do Fortim, em Olinda (PE); Urbanização do Centro Histórico, em São Francisco do Sul (SC); e Edifício Ramos de Azevedo, em São Paulo (SP). De um total de recursos orçamentários autorizados de cerca de R$ 31,0 milhões, a ação teve um limite para empenho em torno de R$ 27,0 milhões, dos quais foram empenhados 100%, liquidados e pagos cerca de 6%. Esse fato decorreu em virtude da elaboração dos termos aditivos aos convênios e atrasos nas licitações para a contratação de obras de responsabilidade das unidades conveniadas. Soma-se a isso o fato de alguns municípios ficarem impedidos de receber repasses de recursos em razão de inadimplência junto ao Governo Federal.

Ministério da Defesa

Relativamente à execução financeira das ações orçamentárias constantes no Anexo de Ações e Metas Prioritárias da LDO, deve-se levar em consideração que o contingenciamento imposto pelas autoridades econômicas provocou a baixa capacidade de realização das metas previstas por essas ações. A média de contingenciamento atingiu cerca de 10% (dez por cento), conforme o demonstrativo a seguir:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA - AÇÕES PRIORITÁRIAS

Em R$ mil

PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	VALORES EMPENHADOS (B)	VALORES LIQUIDADOS (C)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (D)	VALORES PAGOS (E)	% (B/A)
11U9 - IMPLANTACAO DA 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	2.684,0	2.411,0	1.459,3	951,7	1.459,3	89,8
1209 - CONSTRUCAO DE EMBARCACOES PARA CONTROLE E SEGURANCA DA NAVEGACAO FLUVIAL NA REGIAO DO CALHA NORTE	7.200,0	4.519,5	3.840,1	479,4	3.819,7	60,0
1211 - IMPLANTACAO DA INFRA-ESTRUTURA BASICA NOS MUNICIPIOS DA REGIAO DO CALHA NORTE	170.020,0	129.834,1	0,0	129.834,1	0,0	76,4
1213 - IMPLANTACAO DE UNIDADES MILITARES NA REGIAO DO CALHA NORTE	41.500,0	27.826,4	15.791,6	12.034,8	15.374,7	67,1
1421 - CONSTRUCAO DO PROTOTIPO DE REATOR NUCLEAR	156.616,0	155.545,0	115.561,2	39.983,7	114.038,1	99,3
2345 - MISSAO ANTARTICA	10.911,0	9.875,4	4.844,8	1.030,6	4.671,2	53,8
2439 - APOIO AEREO NA REGIAO DO CALHA NORTE	4.000,0	2.140,1	1.408,5	731,6	1.408,0	53,5
2441 - MANUTENCAO DE AERODROMOS NA REGIAO DO CALHA NORTE	2.400,0	1.439,2	1.124,2	315,1	1.124,2	60,0
2442 - CONSERVACAO DE RODOVIAS NA REGIAO DO CALHA NORTE	2.000,0	1.200,0	597,3	602,7	597,3	60,0
2443 - MANUTENCAO DE PEQUENAS CENTRAIS ELETRICAS NA REGIAO DO CALHA NORTE	1.000,0	600,0	177,5	422,5	176,8	60,0
2445 - MANUTENCAO DE EMBARCACOES NA REGIAO DO CALHA NORTE	2.000,0	1.199,4	1.166,7	32,7	1.166,7	60,0
2452 - MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA INSTALADA NOS PELOTOES ESPECIAIS DE FRONTEIRA DA REGIAO DO CALHA NORTE	10.350,0	7.204,1	1.987,1	5.217,0	1.901,0	69,6
2912 - REGULACAO E FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL	30.496,0	20.047,9	18.438,8	1.609,1	18.438,8	65,7
2923 - OPERACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DO CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO	450.969,7	441.431,5	293.377,1	148.054,3	291.255,4	97,9
3128 - MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES	448.044,3	375.159,4	178.006,2	197.153,2	185.597,0	83,7
3133 - DESENVOLVIMENTO E MODERNIZACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO - SISCEAB	203.000,0	201.283,7	92.577,2	108.706,5	95.745,2	99,2
3134 - INSTALACAO E ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES	78.972,0	67.442,7	23.416,5	39.026,2	23.380,6	79,1
5154 - REFORMA E AMPLIACAO DE AEROPORTOS E AERODROMOS DE INTERESSE ESTADUAL	67.897,6	50.437,3	1.757,8	48.679,4	1.737,3	74,3
5373 - MODERNIZACAO OPERACIONAL DAS ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO	227.875,0	217.878,3	92.286,0	125.592,3	89.371,0	95,6
7H49 - CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO MATAPI, ENTRE MAZAGAO E SANTANA - AP	6.000,0	6.000,0	0,0	6.000,0	0,0	100,0
7J52 - AMPLIACAO E REFORMA DO AEROPORTO DE CHAPECO - SC	6.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
8969 - AQUISICAO DE AERONAVES	731.481,5	680.421,2	441.312,7	239.108,6	456.818,3	93,0
TOTAL	2.681.417,2	2.394.695,1	1.289.130,9	1.105.565,7	1.368.160,4	90,0

Fonte: Siafi

Calculada a execução média das ações orçamentárias a cargo do Ministério da Defesa, excluídas as despesas de pessoal e dívida, bem como as ações de caráter obrigatório, chegou-se ao índice de 78%, que servirá de base para seleção e justificativa para baixa execução. Quanto às ações que compõem o Programa Calha Norte (PCN), a baixa execução deve-se ao fato de que a dotação atualizada contempla valores provenientes de emendas orçamentárias, propostas nas discussões parlamentares do Orçamento Geral da União, cujos recursos destinados não foram integralmente disponibilizados. No exercício de 2009, o contingenciamento de cerca de 40% do orçamento total previsto para o Programa 0643 - Calha Norte - PCN prejudicou a execução de todas as suas ações orçamentárias, inclusive aquelas constantes do Anexo I – Prioridades e Metas – LDO 2009. Além disso, a execução das ações desse Programa tem sido realizada, em sua maioria, a título de restos a pagar em exercício posterior em função das dificuldades dos estados e municípios em atender às formalidades requeridas para a administração de convênios. O quadro a seguir discrimina, por ação orçamentária, os valores disponibilizados para o PCN realizar suas atividades e cumprir suas metas:

VALORES DISPONIBILIZADOS E METAS FÍSICAS PARA O PROGRAMA CALHA NORTE

em R$ 1,00

AÇÃO	RESULTADO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DOTAÇÃO DISPONÍVEL (B)	EXECUÇÃO (C)	% (C / B)
1209	Financeiro	7.250.000	4.320.000	4.319.739	99,9
	Físico %	10	06	06	100,0
1211	Financeiro	176.023.000	135.047.500	111.789.500	82,8
	Físico %	500	296	243	82,0
1213	Financeiro	46.100.000	27.897.639	27.828.150	99,8
	Físico %	20	12	12	100,0
2439	Financeiro	4.020.000	2.200.000	2.199.561	100,0
	Físico %	400	240	240	100,0
2441	Financeiro	2.450.000	1.440.000	1.439.232	99,9
	Físico %	04	03	03	100,0
2442	Financeiro	2.050.000	1.200.000	1.200.000	100,0
	Físico %	120	72	72	100,0
2443	Financeiro	1.050.000	600.000	600.000	100,0
	Físico %	06	04	04	100,0
2445	Financeiro	7.200.000	4.320.000	4.319.739	99,9
	Físico %	40	24	24	100,0
2452	Financeiro	90.350.000	7.204.386	7.204.386	100,0
	Físico %	28	18	18	100,0

Fonte: Programa Calha Norte

No quadro anterior ficam evidenciados os valores disponibilizados para execução do PCN na coluna "Dotação Disponível", comprovando a execução acima da média realizada para o Ministério da Defesa. Com relação à ação 2912 - Regulação e Fiscalização da Aviação Civil, do Programa 0630 - Desenvolvimento da Aviação Civil, sob a responsabilidade da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), resultados físicos da ação superaram em 13,45% a previsão da LDO, com a utilização de apenas 65,74% do orçamento previsto, uma vez que a dotação da LOA 2009 para essa ação foi contingenciada no valor de R$ 10.028.380, sendo R$ 7.648.380 na fonte 176 (contribuições sociais – contribuição para o ensino aeroviário) e R$ 2.380.000 na fonte 250 (recursos diretamente arrecadados – fiscalização da aviação civil). Desta forma, os recursos disponibilizados para efeito do gasto foram da ordem de R$ 20.467.570, dos quais foram efetivamente gastos R$ 20.047.888, ou seja, mais de 98% de execução. No que se refere às ações: 5154 e 7J52 – Ampliação e Reforma do Aeroporto de Chapecó – SC do Programa 0631 Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária, houve uma determinação superior do MD no sentido de que fossem paralisadas as negociações relativas às gestões do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos - Profaa, no exercício de 2009. Dessa forma, não houve execução dos recursos alocados na LOA 2009 para essa ação. Quanto à Ação 7I39 – Construção do Aeroporto de Cascavel, apesar de constar na LDO/2009 como meta prioritária, não foi contemplada no conjunto de ações na LOA/2009. No que concerne à ação orçamentária 2345 – Missão Antártica, do Programa 0472 – Proantar, foi alocado inicialmente o montante de R$ 10.911 milhões. Desse total, foram contingenciados R$ 5.021, restando R$ 5.889 milhões. Assim, a relação entre a disponibilidade e a execução (R$ 5.875 milhões) é de 99,7%. No Programa 0623 – Segurança de Voo, cabe mencionar que para a Ação 2923 - Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, apesar de constar da LDO/2009 uma previsão de realização de meta física de dois sistemas mantidos, existe apenas um Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, portanto, a execução dessa meta não poderia ser superior a uma unidade.

A Ação 3134 – Instalação e Adequação de Organizações Militares, do Programa 0628 - Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro teve o percentual de execução financeira de 41,97%, tendo sido, porém, empenhados 100% dos recursos autorizados. De 53 obras previstas na LOA/2009, 38 foram concluídas, equivalendo a 71,70% da previsão.

Cabe esclarecer que a previsão constante em plano de obras é baseada unicamente no orçamento da União no que tange a investimento, sendo disponibilizada após a aprovação da LOA. A autoridade que responde pela destinação desses recursos só gerará uma expectativa de crédito quando o orçamento for aprovado e, posteriormente, quando os órgãos de apoio do sistema de obras militares, responsáveis pelo aspecto técnico e financeiro da destinação dos recursos, recebam o aviso de expectativa de crédito. Só então se inicia o processo licitatório, paralelamente à elaboração de projetos e orçamentos referentes à obra. Contudo, entre a aprovação do projeto básico e executivo e a tramitação do edital de licitação, antecedentes à lavratura do contrato e à emissão das ordens de serviços necessárias ao início da obra, demanda-se um prazo de aproximadamente 105 dias. Da aprovação do orçamento da União até chegarmos à entrega definitiva da obra, ocorrerá um lapso temporal sujeito aos óbices recursais administrativos e técnicos. Esses aspectos justificam o fato de a ação 3134 (nacional) ter sido finalizada no ano de 2009, com 71,70% de conclusão do total de obras previstas.

Ministério da Educação

Como prioritárias foram selecionadas 168 ações orçamentárias, no entanto, para fins de análise, certas ações foram consideradas em conjunto, é o caso das 61 ações referentes à "Expansão do Ensino Superior". A mesma metodologia foi utilizada na análise das ações relacionadas à "Implantação de Universidades" (5 ações) e do "REUNI" (53 ações). Justifica-se esta metodologia devido ao fato de que individualmente elas não representariam prioridades, sendo assim, só podem ser consideradas em conjunto. No caso do Ministério da Educação, a média de execução das ações não prioritárias foi de 60,31%. Tendo por base a referida média e as considerações do parágrafo anterior, não foi observada baixa execução entre as ações prioritárias do Ministério da Educação.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA / AÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHADO LIQUIDADO	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO	
1060 - BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS							
8790	APOIO A ALFABETIZACAO E A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	87.000.000,00	82.000.000,00	81.958.840,00	81.958.840,00	94%	
8823	DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	23.300.000,00	21.819.296,56	20.593.530,40	20.593.530,40	94%	
1061 - BRASIL ESCOLARIZADO							
0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA A EDUCACAO BASICA	1.196.715.097,00	1.178.193.997,72	1.100.755.880,76	1.036.708.651,40	98%	
0969	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA	432.936.391,00	421.657.005,25	420.072.792,76	420.072.734,54	97%	
0A30	CONCESSAO DE BOLSA DE INCENTIVO A FORMACAO DE PROFESSORES PARA A EDUCACAO BASICA	269.470.596,00	197.744.996,00	197.732.346,00	171.497.200,00	73%	
0E36	COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB	5.070.150.004,00	5.070.150.004,00	5.070.150.000,61	5.070.150.000,00	100%	
4045	DISTRIBUICAO DE ACERVOS BIBLIOGRAFICOS PARA A EDUCACAOBASICA	76.600.000,00	57.862.957,65	7.073.772,20	7.046.452,62	76%	
4046	DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	645.000.000,00	591.408.143,68	492.476.645,45	395.376.804,76	92%	
6322	DISTRIBUICAO DE MATERIAIS E LIVROS DIDATICOS PARA O ENSINO MEDIO	146.500.000,00	137.563.421,71	127.124.396,13	107.231.098,17	94%	
8429	FORMACAO INICIAL E CONTINUADA A DISTANCIA	326.671.280,00	255.083.761,32	125.089.119,99	78.487.430,40	78%	
8744	APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA	2.026.625.172,00	2.022.756.103,49	2.013.431.229,03	2.013.422.237,78	100%	
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA							
1H10	EXPANSAO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	339.029.530,00	327.916.371,12	95.285.071,39	90.684.785,27	97%	
6301	ACERVO BIBLIOGRAFICO PARA AS INSTITUICOES DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL	5.494.258,00	4.206.790,13	1.157.547,91	1.136.277,74	77%	
1062 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - CONTINUAÇÃO							
8650	REESTRUTURACAO DA REDE FEDERAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	170.895.460,00	151.555.866,73	62.746.291,66	60.162.832,65	89%	
1073 - BRASIL UNIVERSITÁRIO							
4008	ACERVO BIBLIOGRAFICO DESTINADO AS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO	28.496.367,00	25.159.847,73	6.022.068,64	5.625.807,21	88%	
4005	APOIO A RESIDENCIA MULTIPROFISSIONAL	149.591.518,00	139.983.726,02	139.979.126,54	139.063.548,51	94%	
8551	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	227.523.354,00	150.563.985,50	71.940.808,36	59.227.203,87	66%	
6379	COMPLEMENTACAO PARA O FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO FEDERAIS	166.400.000,00	135.029.057,37	98.487.710,49	92.490.738,44	81%	
1H54	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DA FLORESTA EM CRUZEIRO DO SUL	3.270.775,00	3.259.271,24	860.540,72	816.695,36	99%	96%
1H92	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ALEGRE	4.523.247,00	4.501.150,30	2.145.569,78	2.145.569,78	100%	
11FM	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ANGICOS	7.362.031,00	7.356.824,11	380.238,43	380.238,43	100%	
10ZM	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ARAGUAINA	1.000.000,00	1.000.000,00	6.800,00	0,00	100%	
1H55	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ARAPIRACA	6.885.703,00	6.857.752,27	2.929.739,71	2.929.123,85	100%	
1H59	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BARREIRAS	5.936.704,00	5.726.369,44	1.620.481,94	1.509.787,53	96%	
1H56	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BENJAMIN CONSTANT	2.151.311,00	2.088.245,30	1.225.243,92	1.221.888,97	97%	
1H73	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BOM JESUS	7.025.109,00	6.335.371,25	1.095.385,28	1.041.659,71	90%	
10FO	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE BRAGANCA	1.453.883,00	1.387.027,80	565.978,33	562.882,79	95%	
1H94	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CASTANHAL	6.136.691,00	5.432.705,43	706.705,87	675.073,87	89%	
1H63	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CATALAO	7.968.681,00	7.966.712,54	3.542.692,05	3.511.281,82	100%	
10FQ	EXPANSAO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CEILANDIA	21.268.174,00	21.268.145,86	3.032.279,93	3.027.635,62	100%	

PROGRAMA / AÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHADO LIQUIDADO	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO	
10FR	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CHAPADÃO DO SUL	911.120,00	909.745,01	512.605,57	512.605,57	100%	
11I6	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CHAPADINHA	2.449.906,00	2.326.722,28	946.697,55	934.000,23	95%	
1H47	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE COARI	2.182.089,00	2.181.905,37	2.019.359,16	2.016.192,40	100%	
1H70	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE CURITIBA	2.193.076,00	2.180.212,97	1.583.966,10	1.565.271,26	99%	
1H84	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE DIADEMA	12.729.628,00	12.729.165,99	2.000.341,98	1.977.321,98	100%	
10G2	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE DIVINÓPOLIS	9.402.681,00	9.401.497,01	4.057.584,39	3.938.490,36	100%	
7F37	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN	706.996,00	703.635,97	316.881,88	305.169,78	100%	
11I27	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE GARANHUNS	2.706.768,00	2.060.798,50	1.429.418,14	1.404.967,59	75%	
1H85	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE GUARULHOS	1.550.000,00	1.529.007,27	804.940,80	801.503,93	100%	
102N	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE GURUPI	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100%	
1H58	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE HUMAITÁ	2.259.690,00	2.259.534,30	1.351.137,50	1.304.597,74	100%	
11I66	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE IMPERATRIZ	2.460.199,00	2.435.579,61	1.327.557,65	1.325.109,38	99%	
1H81	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ITABAIANA	2.324.712,00	2.331.137,03	1.395.872,46	1.331.145,12	99%	
10FD	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ITABIRA	4.479.466,00	1.775.688,85	473.990,99	473.990,99	45%	
10FY	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ITACOATIARA	2.190.912,00	2.187.117,49	790.828,93	776.241,08	100%	
1H64	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE JATAÍ	8.017.226,00	8.002.938,75	4.074.510,94	4.010.793,06	100%	
11I90	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE JUAZEIRO	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	100%	
11I93	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE MARABÁ	5.037.352,00	5.554.986,28	1.857.422,53	1.848.092,53	92%	
10FS	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE NOVA ANDRADINA	838.635,00	838.573,35	329.863,02	329.863,02	100%	
10UI	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE NOVA FRIBURGO	1.310.155,60	1.310.155,00	503.162,61	503.162,61	100%	
1H79	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE NOVA IGUAÇU	4.611.000,00	4.610.446,78	2.140.892,03	2.068.205,23	100%	
10ZO	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PALMAS	1.000.000,00	998.568,29	352.894,23	352.894,23	100%	
7F38	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PALMEIRA DAS MISSÕES	764.375,00	758.678,33	385.570,04	364.353,24	99%	
10C0	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PARAOPEBA	5.406.454,00	5.406.454,00	1.910.372,78	1.852.897,33	100%	
10F7	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PARNAÍBA	2.084.755,00	2.084.206,09	1.090.196,73	1.073.685,44	100%	
1H74	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PARNAÍBA	7.637.443,00	6.212.515,53	1.117.934,92	952.353,84	81%	
1H89	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PETROLINA	11.507.700,00	11.166.514,00	5.950.136,60	5.910.136,60	97%	96%
11I25	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PICOS	7.366.303,00	6.691.438,56	995.621,52	949.256,12	77%	
10HA	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PIRANHAS	7.892.872,00	7.892.872,00	3.681.981,18	3.447.371,22	100%	
10FT	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE POMBAL	2.177.000,00	2.175.641,50	1.589.696,73	1.589.696,73	100%	
10ZP	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE PORTO NACIONAL	1.862.783,00	1.860.810,38	810.936,56	793.502,57	100%	
10FV	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE QUIXADÁ	694.408,00	693.831,99	282.359,12	282.359,12	100%	
10U0	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE RIO DAS OSTRAS	6.471.326,00	6.470.950,63	403.561,79	403.155,39	100%	
10G1	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE RIO PARANAÍBA	6.430.750,00	6.424.118,78	1.285.863,83	1.284.871,20	100%	
1H68	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE RONDONÓPOLIS	3.152.681,00	2.941.810,94	1.277.323,89	1.277.034,44	93%	
1H95	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SANTARÉM	1.667.272,00	1.665.005,00	504.670,77	486.509,09	100%	
1H86	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SANTOS	8.056.123,00	8.046.067,06	1.891.807,08	1.888.442,45	100%	
10H3	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	23.376.626,00	21.596.661,47	1.794.081,74	1.793.235,45	92%	
10H4	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	1.164.628,00	1.163.414,39	579.693,69	579.693,69	100%	
2E91	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SÃO MATEUS	5.845.505,00	5.039.829,76	1.343.491,79	1.343.494,79	100%	
1H78	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SERRA TALHADA	3.435.706,00	3.379.817,76	1.416.161,61	1.307.274,22	96%	
11E8	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SETE LAGOAS	2.133.507,00	2.132.843,02	851.495,40	850.157,95	100%	
1H69	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SINOP	3.021.845,00	2.929.049,22	521.509,85	419.901,52	97%	
10FW	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SOBRAL	2.541.495,00	2.541.307,17	2.004.034,84	1.987.091,44	100%	96%
1H80	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SOROCABA	7.510.246,00	7.510.246,00	4.918.670,74	4.914.883,10	100%	
11E0	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE SUMÉ	4.560.152,00	4.559.754,02	3.003.085,37	2.988.276,65	100%	
1H83	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE TEÓFILO OTONI	4.700.000,00	4.700.000,00	1.190.914,01	1.037.353,90	100%	

PROGRAMA / AÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHADO LIQUIDADO	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO	
10US	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE TRES RIOS	3.384.000,00	3.383.740,75	1.164.583,55	1.137.883,55	100%	
11X0	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VARGINHA	2.200.000,00	2.199.896,00	715.688,89	715.688,89	100%	
1H60	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VITORIA DA CONQUISTA	5.734.258,00	5.450.282,62	546.310,92	546.310,92	95%	
1H72	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VITORIA DE SANTO ANTAO	1.566.423,00	1.565.738,96	635.432,64	619.353,69	100%	
1H62	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE VOLTA REDONDA	3.236.000,00	3.233.111,53	700.554,69	700.554,69	100%	
1H71	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO AGRESTE	15.143.024,00	14.919.246,62	1.462.347,92	1.404.450,29	99%	
1H61	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO CARIRI	970.566,00	969.467,70	699.234,99	699.234,99	100%	
10FP	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO GAMA	5.459.007,00	5.458.709,17	1.886.851,74	1.885.252,75	100%	
1H76	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO LITORAL	4.812.759,00	2.057.144,78	1.180.008,41	1.176.771,92	43%	
10G2	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO LITORAL NORTE EM MAMANGUAPE	9.943.159,00	9.936.919,35	1.972.717,80	1.972.717,80	100%	
1H67	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO MEDIO ARAGUAIA	1.935.866,00	1.933.298,19	988.039,19	950.960,64	100%	
10FX	EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DO PONTAL EM ITUIUTABA	10.795.000,00	10.792.953,79	2.243.490,97	2.230.949,43	100%	
125L	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL -UFFS	1.500.000,00	1.499.972,00	0,00	0,00	100%	
12EM	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	11.743.257,00	11.743.216,00	4.671.739,44	4.579.936,09	100%	
12EL	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	40.849.102,00	40.412.831,69	757.902,05	757.902,05	99%	100%
11G0	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA -UFOPA	5.020.000,00	5.019.942,25	280.142,25	280.142,25	100%	
10TM	IMPLANTACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	28.578.932,00	28.553.538,42	17.906.114,67	17.844.539,45	100%	
8282	REESTRUTURACAO E EXPANSAO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS - REUNI	586.631.227,00	468.391.419,33	197.173.918,31	190.389.583,65		80%
11C0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS (UFSCAR)	5.056.424,00	5.056.424,00	040.614,47	772.237,17	100%	
119W	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE DE BRASILIA (UNB)	23.655.840,00	23.651.222,64	5.579.076,63	5.571.167,66	100%	
119V	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DA BAHIA (UFBA)	15.259.396,00	15.205.. 58,64	9.367.103,67	8.533.048,13	100%	98%
11E0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	6.745.601,00	6.745.679,80	485.517,50	485.517,50	100%	
11HS	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DA PARAIBA (UFPB)	16.088.122,00	14.088.077,10	2.273.695,80	2.270.136,80	88%	
119R	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	8.520.000,00	8.267.063,77	1.340.720,57	1.340.720,57	97%	98%
11D7	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL)	4.710.797,00	4.710.563,77	2.117.439,68	2.117.439,68	100%	
11MW	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)	7.356.807,00	7.356.802,00	2.023.526,77	1.922.825,56	100%	
11DK	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE CIENCIAS DA SAUDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)	1.272.000,00	1.272.000,00	541.114,62	541.114,62	100%	
11GD	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE GOIAS (UFG)	17.045.048,00	17.045.003,51	2.284.849,60	2.015.967,61	100%	
11QT	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE ITAJUBA (UNIFEI)	6.516.000,00	6.488.177,52	4.211.228,40	4.211.228,40	100%	
11GN	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)	9.793.094,00	9.793.094,00	7.815.701,71	7.799.100,37	100%	
119O	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE LAVRAS (UFLA)	4.644.680,00	4.644.624,29	4.027.844,94	3.804.338,56	100%	
1180	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	21.493.975,00	20.553.306,25	5.632.524,56	5.548.648,95	96%	
11H0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)	26.977.795,00	26.977.795,00	25.329.130,56	25.114.247,38	100%	
1185	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)	8.758.704,00	8.758.031,51	5.271.118,42	4.774.159,59	100%	
1189	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	13.194.044,00	13.194.024,00	5.567.686,68	4.841.070,28	100%	
1110	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	15.519.629,00	15.519.454,96	134.104,99	134.104,99	100%	
1195	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE RONDONIA (UNIR)	7.486.336,00	7.483.668,53	1.507.888,64	1.507.888,64	100%	
11M0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE RORAIMA (UFRR)	5.610.000,00	5.609.970,00	1.651.649,18	1.638.627,05	100%	
11JX	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	17.952.333,00	17.952.333,00	4.123.260,89	3.939.521,92	100%	
11K0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	20.583.310,00	20.583.308,55	5.345.961,60	5.153.022,76	100%	

PROGRAMA / AÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHADO LIQUIDADO	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO
11DO	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE SAO JOAO DEL REI (UFSJ)	4.335.275,00	4.335.275,00	2.892.473,93	2.888.747,46	100%
11OY	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)	12.893.233,00	12.893.233,00	7.418.161,80	7.417.514,91	100%
11C1	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE SERGIPE (UFS)	12.219.218,00	8.931.263,70	1.410.831,65	1.337.476,19	93%
1192	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE UBERLANDIA (UFU)	9.300.000,00	9.299.912,49	1.612.205,11	1.610.575,26	100%
11DB	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DE VICOSA (UFV)	5.774.138,00	5.767.491,85	1.591.620,37	1.591.620,37	100%
11AC	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO ACRE (UFAC)	3.728.313,00	3.726.077,96	845.790,47	845.790,47	100%
11BQ	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO AMAPA (UNIFAP)	1.219.262,00	1.219.262,00	764.459,30	511.203,46	100%
119U	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	7.925.970,00	7.923.313,09	1.916.630,57	1.336.139,35	100%
11G4	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO CEARA (UFC)	14.488.800,00	13.484.788,04	768.245,03	768.245,03	93%
11GA	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO ESPIRITO SANTO (UFES)	16.296.490,00	16.295.337,40	2.050.072,69	2.050.072,69	100%
119T	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	6.873.185,00	6.873.011,37	954.573,47	941.073,47	100%
119X	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO MARANHAO (UFMA)	16.264.451,00	16.264.424,04	3.183.586,35	3.183.586,35	100%
11DH	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	14.802.060,00	14.802.060,00	3.317.892,31	3.317.892,31	100%
11H4	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO PARA (UFPA)	24.158.356,00	22.371.348,81	4.489.787,49	4.468.095,99	93%
11MK	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO PARANA (UFPR)	16.875.311,00	14.676.735,81	8.470.120,85	7.550.262,04	87%
11BA	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO PIAUI (UFPI)	6.548.000,00	6.547.308,68	763.653,58	763.653,58	100%
11EC	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA (UFRB)	1.869.445,00	1.867.685,50	1.742.122,42	1.739.002,42	100%
11I0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	17.341.244,00	17.341.244,00	5.858.969,47	5.737.459,90	100%
119Y	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	11.186.636,00	11.186.636,00	2.531.744,58	2.516.745,58	100%
11I9	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	27.700.800,00	27.700.762,76	15.440.083,32	15.314.015,32	100%
11II	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	10.617.000,00	10.617.000,00	3.754.336,54	3.754.336,54	100%
11MG	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	7.669.329,00	2.688.872,05	3.096.034,63	3.096.034,63	100%
11N2	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO (UFTM)	8.148.372,00	8.148.372,00	1.902.246,20	1.902.246,20	100%
11N9	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)	4.968.118,00	4.968.118,00	4.318.112,06	4.318.112,06	100%
11NN	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO (UNIVASF)	3.961.387,00	3.951.249,50	1.001.359,44	1.001.359,44	100%
11G1	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL FLUMINENSE (UFF)	28.819.204,00	28.819.204,00	6.476.338,03	6.149.154,71	100%
11N0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL RURAL DA AMAZONIA (UFRA)	4.458.220,00	4.234.535,13	186.085,35	132.465,35	95%
11L0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)	7.403.419,00	7.402.714,93	761.012,57	738.343,40	100%
11L6	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)	8.975.100,00	8.975.100,00	973.233,68	971.233,68	100%
119Q	REUNI - READEQUACAES DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADEFEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO (UFERSA)	6.603.400,00	6.603.277,54	2.428.385,70	2.428.385,70	100%
11O0	REUNI - READEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA DA UNIVERSIDADETECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA (UTFPR)	28.102.726,00	26.577.431,16	2.650.918,24	2.648.729,68	95%
4413	TREINAMENTO ESPECIAL PARA ALUNOS DE GRADUACAO DE ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR (PET)	30.123.901,00	26.466.060,00	25.872.960,00	25.029.930,00	83%
1374 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL						
6310	DISTRIBUICAO DE EQUIPAMENTOS PARA A EDUCACAO ESPECIAL	41.150.000,00	32.750.092,50	4.645,23	4.645,23	0,1%
8371	EDUCACAO ESPECIAL COMO FATOR DE INCLUSAO ESCOLAR	6.300.000,00	6.300.000,00	6.980,00	6.980,00	0,1%
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA						

PROGRAMA / AÇÕES		DOTAÇÃO AUTORIZADA	EMPENHOS EMITIDOS	EMPENHADO LIQUIDADO	VALORES PAGOS	% DE EXECUÇÃO
009K	CONCESSAO DE BOLSAS EM ATENDIMENTO AO PLANO NACIONAL DE POS-DOUTORADO	36.761.300,00	36.761.800,00	15.103.500,00	15.103.500,00	100%
0487	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO PAIS	789.867.384,00	722.369.564,40	648.909.176,85	624.257.174,25	92%
0935	CONCESSAO E MANUTENCAO DE BOLSAS DE ESTUDOS NO EXTERIOR	82.897.650,00	70.173.148,77	60.785.024,19	60.703.285,49	86%
1375 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA - CONTINUAÇÃO						
0895	CONCESSAO DE BOLSAS DE QUALIFICACAO DE PESSOAL DE ALTO NIVEL PARA PESQUISA EM TEMAS ESTRATEGICOS - NOVAS FRONTEIRAS DA POS-GRADUACAO	26.033.767,00	22.411.607,10	4.461.339,25	4.461.339,25	86%
2317	ACESSO A INFORMACAO CIENTIFICA E TECNOLOGICA	123.639.875,00	100.331.545,76	66.917.369,52	66.917.368,52	81%
4011	AVALIACAO E ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS DE POS-GRADUACAO E DE FOMENTO	12.657.457,00	12.653.364,00	10.997.190,71	10.919.931,70	100%
1377 - EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA						
8758	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO DO CAMPO, DAS COMUNIDADES INDIGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	30.922.354,00	22.560.756,25	7.753.976,99	7.753.976,99	74%
1448 - QUALIDADE NA ESCOLA						
0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA	1.284.037.017,00	794.150.841,50	378.246.060,97	241.100.020,05	62%
09CW	APOIO A REESTRUTURACAO DA REDE FISICA PUBLICA DA EDUCACAO BASICA	632.312.112,00	546.993.936,20	292.184.183,06	22.606.931,29	87%
0E53	APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCACAO BASICA - CAMINHO DA ESCOLA	142.821.000,00	136.264.337,04	115.568.236,50	37.571.837,00	95%
8609	DISSEMINACAO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	13.000.000,00	11.980.531,55	10.909.543,42	10.909.543,42	92%
1449 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS						
4014	CENSO ESCOLAR DA EDUCACAO BASICA	10.152.344,00	9.497.858,47	7.615.553,62	7.479.870,19	94%
4017	EXAMES NACIONAIS DE HABILIDADES E COMPETENCIAS	166.025.742,00	146.423.907,86	127.497.302,89	126.777.139,98	88%
4022	AVALIACAO DA EDUCACAO BASICA	56.981.811,00	51.996.595,07	48.416.780,07	47.607.445,76	90%
6291	AVALIACOES INTERNACIONAIS DE ALUNOS	3.429.632,00	2.661.112,64	2.246.473,07	2.239.937,01	78%
6503	CENSO DA EDUCACAO SUPERIOR	1.159.590,00	1.042.093,39	123.194,03	122.384,39	90%
8034 - NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM						
2A95	ELEVACAO DA ESCOLARIDADE E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO	53.510.480,00	50.925.600,00	50.925.600,00	50.925.600,00	95%

Fonte: Siafi Base: 22/01/2010. Mês de Referência – 12

Ministério da Integração Nacional

EXECUÇÃO DAS AÇÕES PAC NO ANO DE 2009

R$ mil

AÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RP NÃO PROC	EMP/ DOTAÇÃO
100N	6.632	6.632	743	743	5.789	98%
10ER	8.600	8.600	0	0	8.600	100%
1670	2.931	2.931	1.170	1.170	1.761	100%
5246	14.000	13.865	0	0	13.865	99%
7A16	23.000	23.000	0	0	23.000	100%
1622	4.000	4.000	2.819	2.819	1.181	100%
1692	60.000	60.000	23.186	23.186	36.813	100%
5260	18.000	18.000	3.101	3.041	14.899	100%
5314	60.000	60.000	25.618	25.608	34.382	100%
5327	8.000	8.000	2.670	2.670	5.330	100%
1012	41.019	41.019	27.400	27.400	13.619	100%
1017	36.570	36.570	21.716	21.716	14.854	100%
1021	84.800	84.800	29.495	29.495	55.305	100%
1025	11.359	0	0	0	0	0%
1028	62.848	62.848	26.927	26.927	35.921	100%
10CT	91.240	91.240	0	0	91.240	100%
10DA	43.600	43.600	22.411	22.411	21.189	100%
1069	49.851	49.851	0	0	49.851	100%
11NP	39.200	39.200	0	0	39.200	100%
1241	4.000	4.000	0	0	4.000	100%
124M	5.800	5.800	0	0	5.800	100%
1160	6.041	6.041	0	0	6.041	100%
1161	5.698	5.698	0	0	5.698	100%
1163	6.000	6.000	0	0	6.000	100%

AÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RP NÃO PROC	EMP/ DOTAÇÃO
1X48	1.370	1.367	0	0	1.367	100%
1X51	16.000	16.000	0	0	16.000	100%
5910	37.715	37.715	0	0	37.715	100%
5924	31.800	31.800	0	0	31.800	100%
7G76	45.806	45.806	45.806	45.806	0	100%
10GM	7.399	6.250	795	747	5.455	84%
5308	103.1	99.3	51,5	51,5	47.8	96%
123O	81.100	81.100	57.539	57.523	23.561	100%
7I31	101.554	101.554	31.739	31.739	69.815	100%
10F6	17.190	12.824	0	0	12.824	75%
12EP	673.846	672.976	180.264	180.264	492.712	100%
5900	492 346	489.754	41.222	41.214	448.532	99%
1N84	40.000	40.000	0	0	40.000	100%
126W	1.116	1.116	0	0	1.116	100%
126X	1.070	1.070	0	0	1.070	100%
126Y	1.182	1.182	0	0	1.182	100%
126Z	1.853	1.853	0	0	1.853	100%
127A	1.549	1.549	0	0	1.549	100%
127B	1.169	1.169	0	0	1.169	100%
127C	1.296	1.296	0	0	1.296	100%
127D	1.101	1.101	0	0	1.101	100%
116F	68.800	68.789	531	523	68.258	100%
10RP	17.200	12.081	120	119	11.962	70%
10RM	301.467	300.982	25.401	23.268	275.580	100%
10RN	1.131	0	0	0	0	0%
10ZW	63.203	57.013	9.651	9.646	47.362	90%
10RF	21.760	9.646	1.822	1.364	7.823	44%
Total	2.725.318	2.677.685	582.198	577.070	0	

Fonte: Relatório Gerencial do Siafi de 13.01.2010

EXECUÇÃO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO ANEXO I DA LDO

R$ mil

PROJETO/ ATIVIDADE	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RP NÃO PROC	EMP/ DOTAÇÃO
108C	131.703	36.367	0	0	0	28%
1028	62.848	62.848	26.927	26.927	0	100%
2869	76.300	76.731	43.989	43.180	0	99%
5380	1.500	1.488	635	632	0	99%
7H78	3.833	2.000	0	0	0	52%
7K44	100	0	0	0	0	0%
109H	22.300	1.090	0	0	0	5%
1091	2.615	1.304	0	0	0	50%
1851	44.170	27.547	1.877	1.877	7.4	62%
5910	37.715	37.715	0	0	0	100%
7G76	45.806	45.806	45.806	45.806	0	100%
6409	81.634	54.645	599	499	0	67%
8348	632.133	441.640	40.536	43.536	0	70%
TOTAL	1.144.715	789.183	161.368	160.457	0	

Fonte: Relatório Gerencial do Siafi de 13.01.2010

A Média de Execução das Ações não Prioritárias foi de 93% - Valores Empenhados/Dotação Atualizada.

Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada

Ação 1025 – Implantação do Perímetro de Irrigação Araras Norte (CE) - Em 2009, a baixa execução ocorreu devido ao atraso no processo licitatório (pregão) para a aquisição de equipamentos e a contratação de obras. As propostas recebidas encontram-se em análise.

Ação 108C - Implantação de Projetos de Irrigação na Região Centro-Oeste - Ausência de pleitos, impossibilidade de caráter legal e administrativo dos entes federativos, bem como problemas com a viabilidade dos projetos apresentados caracterizam o baixo valor empenhado. Alie-se a isso as limitações de caráter orçamentário.

Ação 7H78 – Implantação do Projeto de Desenvolvimento Hidroagrícola de Pedro Afonso - Não houve disponibilidade de limite orçamentário para empenho do valor total da ação.

Para a Ação 7K44 – Projeto de Irrigação Baixada Cuiabana no Estado do Mato - não foi apresentado pleito para esta ação.

Programa Infraestrutura Hídrica

Ação 10GM - Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica - A dotação da Ação 10GM no ano de 2009 atenderia aos estudos para o Empreendimento Xingó, Construção de Barragens de Regularização do Alto São Francisco no estado de Minas Gerais, Barragens Jequitaí e Estudos para a Adutora Guanambi.

Contudo, atraso na licitação dos Estudos de Impacto Ambiental -- EIA/RIMA gerou a baixa execução na Ação em função de os termos de referência do IBAMA só terem sido entregues em outubro de 2009. Com isso, o resultado da licitação só ocorreu em 31 de dezembro, permitindo que se emitisse nessa data o empenho no valor de apenas R$ 2.860.453,00.

Apesar de os Estudos de Barragens de Regularização do Alto São Francisco no Estado de Minas Gerais já terem sido retirados do PAC, já havia sido autorizada a realização da licitação da operação e da manutenção das redes hidrométricas nas principais sub-bacias dos tributários mais expressivos dos rios Paracatu, Urucuia, das Velhas e Jequitaí, para a qual foi empenhado R$ 1.542.931,55. O atraso na licitação teve como causa a anulação do Edital pelo Tribunal de Contas da União, processo 007.482/2007, Acórdão nº 2391/2007. Em função disso, a nova licitação foi realizada somente em setembro e a emissão da nota de empenho foi emitida em outubro.

A inclusão no PAC dos estudos de reconhecimento, concepção, viabilidade e elaboração de projeto básico de sistema adutor na região de Guanambi só foi solicitada ao Grupo Executivo do PAC do Ministério da Integração em 7 agosto de 2009, por meio do Ofício nº 577/2009-PR/GB. Assim, os recursos foram empenhados somente em agosto no valor de R$ 1.823.407,57, os quais estão sendo realizados dentro do prazo contratual.

Ação 109H - Construção de Barragens - A ausência de pleitos e limitações de caráter orçamentário, além da inadimplência dos proponentes, caracterizam o baixo empenho dessa ação.

Ação 109I - Construção de Açudes - A inadimplência dos proponentes não permitiu o empenho dos recursos.

Ação 1851 – Construção e Recuperação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Não houve disponibilidade de limite orçamentário suficiente para essa ação.

Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

Ação 6409 - Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais - O maior volume de recursos desta ação é oriundo de emendas parlamentares e dependem, primordialmente, de iniciativas técnicas, administrativas e institucionais dos proponentes (basicamente Prefeituras). A solicitação para execução dos projetos vinculados a esta ação concentrou-se no final do exercício, não havendo dessa forma, tempo hábil para o processamento técnico-administrativo e para o cumprimento de todas as exigências. Além disso, a baixa qualidade dos projetos apresentados e a inadimplência de muitos proponentes também contribuíram para a falta de êxito dos empenhos.

Programa Prevenção e Preparação para Desastres

Ação 8348 - Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nesta ação foram empenhados 70% da dotação inicial, no valor de R$ 632 milhões, provenientes do Plano de Ação e de Emendas Parlamentares aprovados na LOA, acrescidos de R$ 240 milhões do Decreto de 14 de janeiro de 2009, além de R$ 250 milhões provenientes das Medidas Provisórias nºs 463 e 473. Desse total, foram cancelados R$ 204 milhões. É importante ressaltar que foi executado somente 7% do valor total aprovado em função do redimensionamento de metas de alguns projetos e do não cumprimento das exigências previstas por parte de estados e municípios para as transferências de recursos da União mediante convênios, cabendo registrar que a celebração da maioria dos convênios ocorreu no final do exercício.

Programa Integração de Bacias Hidrográficas

Ação 10F6 - Implantação da Adutora do Agreste - Ramal Garanhuns/Pesqueira - no Estado de Pernambuco - Os recursos não empenhados nessa ação devem-se à diferença entre o valor estimado e o valor efetivamente contratado do Projeto Básico e Executivo pelo Estado de Pernambuco em convênio com o Ministério da Integração.
Existia uma percepção inicial de que se poderia executar a obra do Ramal do Agreste nesta funcional juntamente com os estudos e a execução da Adutora do Agreste. Contudo, o TCU orientou a equipe do PISF a utilizar essa funcional exclusivamente para a realização dos estudos e da obra, o que ensejou o remanejamento dos recursos que seriam utilizados para o Ramal, deixando nesta funcional apenas o montante necessário para a contratação do Projeto Executivo da Adutora.

Programa Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

Ação 10RP – Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba. A integralidade do empenho não foi obtida em função do deságio na contratação dos projetos para sistemas em 7 municípios das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba; da redução no valor do Termo de Compromisso com o Município de Olho d'Água das Flores/AL; da redução no custo do Projeto para a obra do aterro sanitário no Município de João Pinheiro/MG e pelo atraso na conclusão da licitação para aquisição de equipamentos para o aterro sanitário do Município de Irecê/BA.

Ação 10RN - Obras de Revitalização e Recuperação nas Bacias do São Francisco e Parnaíba - Problemas técnicos provocaram atraso na licitação para execução das obras e dos serviços relativos à construção do Centro de Triagem de Animais Silvestres nas Cidades de Barreiras e Montes

Claros. Em função disso, os procedimentos licitatórios somente serão concluídos no exercício de 2010.

Ação 10ZW - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba - Os recursos não empenhados devem-se ao atraso no processo licitatório para a contratação da execução do Centro Integrado de Revitalização de Recursos Pesqueiros de Porto Real do Colégio/AL, Guanambi/BA, Três Marias/MG e Nova Porteirinha/MG, e ao deságio na contratação referente à implantação de 86 bacias de captação; 5511 ha de terraços; 01 viveiro; plantio de 340.398 mudas nativas; cercamento de 620 ha de nascentes e matas ciliares na Bacia do Rio Tigre.

Programa Vetor Logístico Nordeste Meridional

Ação 10RF – Melhoria da Hidrovia do São Francisco - Trecho Ibotirama – Juazeiro - O atraso no envio do Plano de Trabalho pelo DNIT impossibilitou a celebração de Termo de cooperação para a execução do derrocamento na entrada da Barragem de Sobradinho, que será assinado em março de 2010. Além disso, foi adiada para fevereiro de 2010 a publicação do edital para a aquisição de uma draga por necessidade de sua revisão.

Ministério da Justiça

A execução das ações orçamentárias constantes no Anexo de Ações e Metas Prioritárias da LDO encontra-se evidenciada no quadro abaixo. Percebe-se que o percentual de execução ficou acima dos 94%.

1,00

METAS	LEI + CRÉDITO	EMPENHADO	%	RAP	
				NÃO PROC.	V. PAGO
0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	120.833.350	77.961.603	99,27	61.601.090	8.156.79
14.421.0661.10M1.0101 - Construção da Quinta Penitenciária Federal	1.800.000	-	-	-	-
14.421.0661.8914.0001 - Apoio a Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais	47.786.000	29.161.742	100,00	28.061.743	2.635.303
14.421.0661.8915.0001 - Apoio a Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais	6.480.000	4.753.870	100,00	4.753.877	-
14.421.0661.8916.0001 - Aparelhamento e Reaparelhamento dos Estabelecimentos Penais	17.840.000	12.938.409	100,00	12.768.303	1.273.51
14.422.0156.2C52.0001 - Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	1.000.000	-	-	-	-
06.181.0662.2726.0001 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens e Serviços e Interesse da União	80.233.050	68.310.716	99,29	1.063.935	119.803
06.181.0663.2723.0001 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	57.625.000	53.612.847	99,99	7.940.049	2.056.98
1127 – SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA – SUSP	290.575.331	214.527.345	99,92	128.041.902	3.666.24
06.181.1127.2000.0001 - Força Nacional de Segurança Pública	25.381.427	24.452.286	99,87	2.382.116	89.545
06.128.1127.2370.0001 - Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional	67.846.094	58.699.023	99,76	24.311.638	1.414.11
1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	112.871.925	80.412.753	100,00	41.539.054	9.262.938
06.183.1353.1778.0001 - Implantação do Sistema de Informática e Telecomunicações da Polícia Federal (Promotec/Pró-Amazônia)	75.053.866	55.949.694	100,00	15.158.037	460.322
06.181.1353.1899.0001 - Reaparelhamento das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico - Científico (Promotec/Pró-Amazônia)	37.218.059	32.468.059	100,00	26.381.018	8.802 61
1453 – PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI	1.250.255.691	1.196.494.173	99,76	356.360.651	84.630.407
06.128.1453.00CA.0001 - Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Civis, Agentes Penitenciários, Guardas Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais de Baixa Renda, Pertencentes a Estados Membros - Nacional	699.000.000	600.212.254	100,00	60.259.220	67.131.078
06.422.1453.8375.0001 - Campanha do Desarmamento	4.000.000	3.475.833	97,89	973.590	67.140
06.422.1453.8853.0001 - Apoio a Implementação de Políticas Sociais	80.047.705	76.149.476	99,40	37.410.291	3.334 474
06.181.1453.8855.0001 - Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública	151.637.979	149.300.007	99,59	65.365.111	5.134.53
06.421.1453.8856.0001 - Modernização de Estabelecimentos Penais	4.347.712	3.152.170	100,00	3.152.170	-
06.422.1453.8857.0001 - Apoio à Implementação de Políticas de Segurança Cidadã	193.280.264	172.835.814	99,62	83.791.239	8.506.25
06.181.1453.8858.0001 - Valorização dos Profissionais e Operadores de Segurança Pública	18.742.029	17.407.729	94,47	11.720.131	484.322
14.421.1453.8860.0001 - Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais	94.600.002	83.380.890	100,00	83.380.890	-
0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	45.377.467	37.080.397	97,28	6.405.307	1.004.246
14.423.0150.2384.0001 - Proteção Social dos Povos Indígenas	19.754.708	19.185.923	99,93	3.184.133	461.750
TOTAL GERAL	1.954.041.014	1.740.702.643		609.293.539	108.551.769

Ministério da Previdência

AÇÕES PRIORITÁRIAS LDO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES INCRITOS EM RP NÃO PROCESSADOS	VALORES PAGOS	%
5509	25.000.000	17.228.594	5.246.021	6.672.985	4.953.928	69%
Total	25.000.000	17.228.594	5.246.021	6.672.985	4.953.928	69%

A dotação orçamentária disponível para a ação prioritária desta pasta, Reformulação das Agências da Previdência Social, foi de R$ 25,5 milhões, dos quais foram empenhados R$ 17,2 milhões garantindo o início de 44 obras de reformas nas Agências da Previdência Social. O percentual de empenho em relação à dotação foi de 67,56%, ou seja, teve um bom desempenho se comparado à média de desempenho das demais ações do INSS. Estavam previstas inicialmente reformas em 87 unidades de atendimento, porém com a implantação do Plano de Expansão da Rede de Atendimento – PEX não foi possível a realização físico-financeira desta ação em níveis mais elevados.

Ministério da Saúde

Com finalidade de complementar as informações sobre o desempenho setorial no Exercício 2009 são apresentados algumas informações e alguns dados comentados sobre a cobertura financeira para execução das ações e suas formas de execução. As tabelas a seguir apresenta a execução das ações prioritárias e demais ações sob responsabilidade do setorial, com valores aprovados empenhados e pagos. Essas ações são os principais componentes dos programas estruturantes, sendo também responsáveis pela implementação direta da política setorial.

em mil

AÇÕES PRIORITÁRIAS	DOTAÇÃO (A)	EMPENHADO (B)	VALORES LIQUIDADOS (C)	RP NÃO PROCESSADOS (D)	VALORES PAGOS (E)	% (E / B/A)
Atenção Especializada em Saúde	8.073	5.981	5.981	2.782	3.199	74,09
Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar	233.492	169.121	169.121	137.351	31.762	72,43
Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	501.224	395.160	395.160	391.353	3.759	78,84
Atenção Básica em Saúde Bucal	74.143	32.894	32.894	25.110	7.784	44,37
Serviços de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192	459.702	458.184	458.184	123.190	334.994	99,67
Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue	27.623	24.199	24.199	13.138	11.061	87,60
Atenção Especializada em Saúde Bucal	90.078	89.911	89.911	5.943	83.968	99,81
Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	1.200.031	675.384	675.384	597.447	77.625	56,24
Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis	143.809	126.542	126.542	105.032	21.510	87,99
Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	823.779	814.708	814.708	262.755	551.540	98,91
Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégico	142.682	137.567	137.567	38.863	96.908	96,42
Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde	64.856	57.059	57.059	31.666	74.064	87,98
Promoção da assistência farmacêutica e insumos estratégicos na atenção básica	916.155	908.103	908.103	103.796	789.288	99,12
Manutenção e Funcionamento das Farmácias Populares	562.985	562.430	562.430	80.564	480.614	99,90
Implementação da Política Nacional de Humanização - PNH	5.350	5.093	5.093	136	4.957	95,20
Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Mulher	8.747	8.424	8.424	6.440	1.984	96,30
TOTAL das Ações Prioritárias (A)	5.263.527	4.470.841	4.470.841	925.527	2.525.017	84,94

Fonte: SPO/SE/Ministério da Saúde. – Excluídas as despesas com pessoal

As ações priorizadas pela LDO com desempenho abaixo da média das demais ações do MS, que ficou em 98,80% - excluídas as despesas com pessoal - apresentam os seguintes fatores de influência sobre suas execuções:

Atenção Especializada em Saúde – entraves na celebração dos convênios que possibilitam o repasse dos recursos. Entre outros, o principal deles é a inadimplência nas prestações de contas de convênios anteriores.

Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar – a execução no exercício 2009 foi prejudicada pelo nível de exigência dos registros no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, condição essencial para a celebração dos convênios. Diante da qualidade da informação apresentada pelos convenentes, o SICONV rejeitou os registros, o que impediu a celebração dos convênios.

Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica, Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue, Vigilância, Prevenção e Controle da AIDS e Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos para Programas de Saúde Estratégicos - essas ações enfrentaram entraves na celebração dos convênios que possibilitam o repasse dos recursos. Entre outros, o principal deles é a inadimplência nas prestações de contas de convênios anteriores, como também entraves em processos licitatórios para a execução das obras ou aquisições de insumos.

Atenção Básica em Saúde Bucal – em 2009 houve a expansão da abrangência da ação. Anteriormente era limitada à aquisição de kits para a saúde bucal, composto de creme dental e escova. A partir de 2009 incorporou a compra de cadeiras odontológicas e outros equipamentos estruturantes da atenção básica em saúde bucal, o que teve reflexo na sua execução pois passou a depender de convênios e licitações.

Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde – ação com recursos descentralizados para laboratório públicos e privados dependente de convênios, o que gera entraves na execução.

Ministério de Minas e Energia

Programa 0271 – Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis

Ação 2050.0001-Serviços de Geologia e Geofísica Aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural

No ano de 2009 foram aprovados os recursos orçamentários de R$197.910.826,00 através da LOA. Todavia, em razão de consultas orçamentárias junto às empresas interessadas por ocasião das licitações, os valores necessários para os projetos de 2009 desta Agência Nacional do Petróleo - ANP passaram à quantia de R$182.313.113,00.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

em R$ 1,00

AUTORIZADO LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	%L DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
197.910.826	182.313.113	69.489.976	69.489.976	92,12

Fonte: SISPAC

O percentual de execução orçamentária da ANP (92,12%) está acima da média de execução das ações não prioritárias, que foi de 76,28 %. Conforme demonstrado, a ANP alcançou a execução financeira (pagamento) de 38,4% do valor total aprovado pela LOA de 2009. Esse valor está circunscrito a 1 projeto concluído e 6 projetos em execução na ANP, sendo que destes, 3 projetos (a saber: Levantamentos Sísmicos na Bacia do São Francisco, na Bacia do Paraná e na Bacia do Parecis) respondem por 70 % dos recursos aprovados para o ano-calendário de 2009. Houve um atraso no começo da execução dos referidos projetos, bem como um desequilíbrio inicial nas finanças da empresa responsável pela execução do levantamento na Bacia do Parecis. Tais circunstâncias, alheias às responsabilidades da ANP, contribuíram sobremaneira para o atraso na execução financeira (pagamento) dos valores orçados e empenhados em 2009.

Programa 0391 – Mineração e Desenvolvimento Sustentável

Ação 10A4.0001 – Reformas de Unidades Regionais do DNPM

AUTORIZADO LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
2.541.394,00	1.028.586,49	810.505,65	810.505,65	40,47

Fonte: DNPM

A execução orçamentária abaixo da média de execução das ações não prioritárias, que foi de 71,75%, ocorreu devido ao contigenciamento no grupo de despesas Investimentos, o que impossibilitou a execução de parte do orçamento.

Programa 1115 – Geologia do Brasil
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

Na ação 2398.0001 - Levantamentos Geológicos, cujo objetivo é produzir informações geológicas para ampliar e diversificar a produção mineral brasileira, foram mapeados 272.214 km², contemplando 136.134 km² na escala 1:100.000 e 136.080 km² na escala 1:250.000 e concluídos os projetos de cartografia geológica executados com as Universidades: UFBA, UERJ, UFMG e UnB, que totalizaram 64.000 km² de área mapeada na escala 1:100.000.

Na ação 4872.0001 – Levantamentos Aerogeofísicos, que objetiva fornecer informações aerogeofísicas (magnetométricas e gamaespectrométricas) para estimular investimentos da iniciativa privada em prospecção e pesquisa mineral, foi levantado um total de 430.046 km de linhas de vôo, equivalente ao levantamento de 201.800 km².

Na ação 2397.0001 - Levantamentos Hidrogeológicos, que visa gerar o conhecimento necessário para o aproveitamento de recursos hídricos subterrâneos do País, foi finalizada a produção de 11 folhas protótipos do Mapa Hidrogeológico do Brasil;

Na ação 2D84.0001 - Levantamentos Geoquímicos, que visa ampliar e consolidar o conhecimento geoquímico do meio físico, avaliando em todo o território nacional as composições químicas do substrato rochoso, dos solos, e águas de drenagem e de abastecimento público, foram cobertos 667.000 km² com a realização de levantamento geoquímico multielementar através da coleta de amostras em sedimentos, solos e águas de drenagem e de abastecimento humano, objetivando definir indicadores de áreas potencialmente favoráveis a concentrações minerais, áreas passíveis de contaminação natural ou poluição provocada por atividade antrópica e áreas para monitoramento ambiental.

Em R$ 1,00

AÇÃO	LOA + CRED	ORÇAMENTO DESBLOQUEADO (*)		TOTAL DE EMPENHOS (**)		EXECUÇÃO (***)	
	VALOR	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Levantamentos Geológicos	25.367.000	23.939.031	94%	23.638.949	99%	13.465.205	56%
Levantamentos Aerogeofísicos	38.176.000	37.475.468	98%	37.471.607	100%	18.363.315	49%
Levantamentos Hidrogeológicos	11.375.122	10.612.170	93%	10.591.521	100%	5.485.692	52%
Levantamentos Geoquímicos	2.123.000	2.033.769	96%	2.032.133	100%	1.605.928	79%
TOTAL	77.041.122	74.060.438	96%	73.734.210	100%	38.920.140	53%

(*) Recursos orçamentários desbloqueados pela SOF e autorizados para empenho
(**) Total de empenhos emitidos
(***) Total de empenhos liquidados e pagos
Obs: A média de execução das ações não prioritárias da CPRM foi de 85,54%.
O demonstrativo da execução das ações não prioritárias encontra-se nas informações adicionais.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

A maior parte das ações prioritárias vinculadas à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA) apresenta execução de recursos da ordem de 90% do montante disponibilizado, à exceção da ação 2B54 - Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel.

PROGRAMAÇÃO		ORÇAMENTO 2009							
		DOTAÇÃO AUT	INDISPONÍVEL	DISPONIBILIZ.	EMPENHADO ATÉ 31/12/09	%	LIQUIDADO ATÉ 31/12/09	%	VALORES PAGOS ATÉ 31/12/09
		A	B	C	D	E=D/C	E	F=E/B	G
2B54	FOMENTO A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	15.369.500	7.549.500	7.820.000	4.255.920	54,42	4.255.920	54,42	2.306.469
2B81	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PAA	95.413.067	2.930.964	92.482.098	92.053.334	99,54	92.053.334	99,54	72 296.717
4280	FOMENTO A PROJETOS DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E AGREGADO D	5.500.000	-	5.500000	4.869.228	88,53	4.869 228	88,53	2.600.650
4280	FOMENTO A PROJETOS DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA E AGREGADO D - EMENDAS	3.500.000	300.000	3.200.000	3.197.500	00,00	3.197.500	99,92	-
4260	FOMENTO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTURA	256.482.520	-	256.482.520	243.935.435	95,11	243.935.435	95,11	58.939.144
4260	FOMENTO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRIC. - EMENDAS	3.270.000	720.208	2.549.792	2.349.792	92,16	2.349.792	92.16	-

Fonte: SPOA /MDA

As ações prioritárias do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) são: 8991 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais; e) 8394 Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DADOS FINANCEIROS R$					
	META 2009 (1) (A)	REALIZADO (2) (B)	VALORES PAGOS (3) (C)	RAP PAGOS (4)	% (B/A)	% (c/A)
8991 - APOIO A PROJETOS DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS NOS TERRITÓRIOS RURAIS	335.699.870 (5)	298 940.049 (5)	2.002.200	123.824.609 (5)	89,0	0,6
8394 FOMENTO AOS EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS E COOPERATIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA	33.606.645	33.296.362	3.457.596	18.775.520	99,1	10,3

Fonte: Resultados Financeiros: Siglas/Siaf, em 21/01/2010, e SPOA/MDA, de 10/01/2010.
(1) Com base no orçamento 2009 disponibilizado, ou seja, considerou-se os valores orçamentários do crédito inicial mais os créditos adicionais, subtraindo-se os valores de créditos contingenciados.
(2) Com base nos valores de empenhos liquidados.
(3) Valores pagos até 31/12/2009
(4) Valores inscritos em Restos a Pagar, pagos até 31/12/2009
(5) Inclusive Emendas Parlamentares.

Com relação às ações prioritárias vinculadas à Secretaria de Reordenamento Agrário (SRAMDA), o Programa Arca das Letras apresentou, no exercício de 2009, uma execução orçamentária abaixo da média das ações não prioritárias com 49% de empenhos emitidos em relação ao orçamento disponível (valor da LOA + Créditos), conforme quadro:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROGRAMA ARCA DAS LETRAS NO EXERCÍCIO DE 2009

Nº DA AÇÃO	AÇÃO	ORÇAMENTÁRIO (A)	DISPONÍVEL (B)	EMPENHOS EMITIDOS (C)	RESTOS A PAGAR INSCRIÇÃO	RESTOS A PAGAR (A LIQUIDAR) (D)	RESTOS A PAGAR PAGOS (F)	VALORES PAGOS 2009 (G)	TOTAL PAGO (H)=(F)+(G)	% DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (E) = (C)/(B)	% DE RECURSOS UTILIZADOS DE 2009 (I)=(G)/(B)
2C72	Arca das Letras	354.912	354912	175.186,87	3.242,66	1.377,66	1.865	175.186,87	177.051,87	49,36	49,36
TOTAL		354.912	354912	175.186,87	3.242,66	1.377,66	1.865	175.186,87	177.051,87	49,36	49,36

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi em 12/01/2010

Já com relação ao Programa 0137: Desenvolvimento Sustentável de Projeto de Assentamento, do Incra, a Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projeto de Assentamento visa prover ou recuperar os projetos de assentamento rural com infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável aos beneficiários da reforma agrária. Os recursos destinados a esta ação, compreendendo obras de infra-estrutura, são considerados básicos ao processo de estruturação e viabilização dos projetos de assentamento, na sua múltipla dimensão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ FINANCEIRA – NACIONAL

Valores em R$ milhões

LOA* (A)	SUPLEMENTAÇÃO (B)	CONTINGENCIAMENTO (C)	DESTAQUE RECEBIDO ** (D)	CRÉDITO DISPONÍVEL *** (E)	EMPENHO LIQUIDADO **** (F)	VALOR PAGO (G)	% EXECUTADO (H = F/E)
309,24	22,46	1,88	7,72	322,56	322,53	61,52	99,99

Fonte: Siafi (12/01/2010)

* Não inclui Emendas Parlamentares no valor de R$ 2.750.000,00.

** Os recursos envolvidos são destacados para estas instituições que têm a obrigação de prestarem contas do mesmo. Estas parcerias são efetivadas com instituições de ensino e formalizadas mediante Termo de Cooperação.

*** Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: E = A+B-C-D.

**** Parte destes recursos foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

A execução financeira para a ação de infra-estrutura no ano de 2009 foi de 99,99%. Ou seja, dos R$ 322.558.908,14 efetivamente disponíveis para uso nesta ação em 2009, o montante total de R$ 322.528.800,71 foi executado, o que demonstra excelente capacidade de alocação de recursos por parte do Incra para esta ação. De outro lado, verificamos que somente 53,07% do total disponível, foram efetivamente pagos (R$ 61.520.654,32). Verifica-se também, que do orçamento originalmente previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA (R$ 309.235.049,00), R$ 1.877.080,47 foi contingenciado, o que não chegou a causar impacto significante, tendo em vista que um conjunto expressivo de contratos, convênios e termos de parceria foram assinados no final de 2008 com os respectivos recursos inscritos em restos a pagar (RAP). Por outro lado, próximo ao final do exercício, ocorreu uma suplementação (a partir de recursos de outra ação – ATES), no valor de 22.458.801,00, o que efetivamente compensou o contingenciamento do início do ano, bem como aportou importante recurso para o cumprimento de compromissos assumidos no decorrer do ano. Com relação ao Programa 1427: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, a Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados teve a seguinte execução:

LOA* (A)	SUPLEMENTAÇÃO (B)	CONTIGENCIAMENTO (C)	DESATAQUE CONCEDIDO (D)	CRÉDITO DISPONIVEL (E)**	EMPENHO LIQUIDADO*** (F)	VALOR PAGO (G)	% EXEC. (H = F/D)
224.588.018,00	(22.458.801,00)	90.015.133,90	1.161.263,47	110.952.819,63	110.945.735,47	47.545.995,80	99,9

Fonte: Siafi (12/01/2010).

* Não inclui as Emendas Parlamentares no valor de R$ 260.000,00.

** Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: E = A + B-C-D.

*** Parte destes recursos foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

Como se pode observar, a execução financeira da ação foi de 99,99% dos recursos disponíveis em 2009. Dos R$ 110.952.819,63 disponíveis efetivamente para esta ação, foram executados neste exercício R$ 110.945.735,47. De outro lado, verificamos também que 42,85% do total disponível foram efetivamente pagos (R$ 47.545.995,80), restando ainda um percentual expressivo de recursos que foram inscritos em restos a pagar.

O forte contingenciamento verificado para esta ação, no valor de R$ 90.015.133,90 (40,08% do orçamento original), se deu por força do Decreto Nº 6.808 de 27 de março de 2009, que reduziu sobremaneira os recursos do Incra para o exercício. Como um conjunto expressivo de contratos, convênios e termos de parceria foram assinados no final de 2008 e inscritos em restos a pagar, havia relativa folga no orçamento desta ação para o exercício de 2009. Houve ainda, em relação ao orçamento originalmente previsto para esta ação, além do contingenciamento anteriormente citado, outra redução do orçamento originalmente previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para esta ação, retirando-se outros R$ 22.458.801,00 (10% do orçamento original), que foram alocados na ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento (ação também prioritária em relação à execução do Incra). No Programa 0138: Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, a Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais visa propiciar a destinação de terras públicas baseando-se no princípio da democratização de acesso a terra por meio da regularização da situação jurídica de posseiros com a expedição de títulos de domínio ou licença de ocupação aos ocupantes, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário. Cumpre destacar que esta Ação, no exercício de 2009, sofreu importantes modificações que reestruturaram a forma de execução da regularização fundiária na Amazônia Legal.

LOA (A)	CONTINGENCIAMENTO (B)	CRÉDITO DISPONÍVEL* (C)	EMPENHADO LIQUIDADO** (D)	PAGO (E)	% EXECUTADO (F = D/C)
102.632.378,00	81.896.838,09	20.735.542,91	20.697.376,01	8.219.706,80	99,82

Fonte: Siafi (12/01/2010)
* Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: C = A-B. ** Parte destes recursos foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

Observa-se que foi executado 99,82% do recurso efetivamente disponível, sendo pagos R$ 8.219.706,00, o que significa 39,71% do valor total liquidado (R$ 20.697.376,00). O restante do recurso que foi inscrito em restos a pagar será aplicado em convênios firmados com os estados de Sergipe, Bahia, Mato Grosso e Pará. Com relação ao Programa 1350: Educação do Campo – Pronera, a Ação 8370: Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior Para a Reforma Agrária teve a seguinte execução:

LOA (A)	CONTINGENCIAMENTO (B)	DESTAQUE CONCEDIDO* (C)	CRÉDITO DISPONÍVEL** (D)	EMPENHO LIQUIDADO*** (E)	VALOR PAGO (F)	% EXECUTADO (G = E/D)
41.097.600,00	26.126.538,11	4.338.687,01	11.432.374,88	11.272.723,49	6.066.996,35	98,60

Fonte: Siafi (12/01/2010).
* Os recursos envolvidos são destacados para estas instituições que têm a obrigação de prestarem contas do mesmo. Estas parcerias são efetivadas com instituições de ensino formalizadas mediante Termo de Cooperação.
** Crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra: D = A-B-C.
*** Parte destes foi efetivamente pago e parte foi inscrito em restos a pagar (RAP). Em relação aos recursos do RAP, parte já foi havia sido processado em 2009 e parte ainda não havia sido processado.

Como pode ser verificado, a execução financeira para esta ação no ano de 2009 foi de 98,60%, ou seja, do crédito efetivamente disponível para movimentação por parte do Incra, no valor de R$ 11.432.374,88, o montante total de R$ 11.272.723,49 foi executado através de parcerias efetuadas mediante convênios com instituições de ensino públicas, no âmbito estadual e municipal, e instituições privadas sem fins lucrativos. Tal situação aponta para a excelente capacidade de alocação de recursos por parte do Incra para esta ação. De outro lado, verificamos que 53,06% do total de recursos disponível foi efetivamente pago (R$ 6.066.996,35), acarretando em significativa inscrição de recursos em restos a pagar.

O limite de crédito para esta ação após o Decreto Nº 6.808/08 foi de R$ 15.771.061,89, sendo que destes, o montante total de R$ 4.338.687,01 foi repassado por meio de destaque orçamentário para Universidades Federais (UFRPE, UFPB, UFPI, UFG, UFGD, UFRRJ e UFSC), para o Instituto Federal do Paraná, para Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA e para CNPq.

O motivo para o elevado contingenciamento verificado em relação a esta ação, que consumiu R$ 26.126.538,11 (62,36% do orçamento original previsto na LOA), foi a limitação na execução dos recursos totais previstos para a implantação de novas parcerias para a realização de cursos provocada pelo Acórdão TCU nº 2653/08 – Plenário, que determinou ao Incra que " quanto ao instrumento a ser firmado com entidades que se encarregarão da execução dos cursos, em vez de convênios, valham-se de contratos, precedido de procedimento licitatório".

Quanto ao Programa 1336: Brasil Quilombola, do Incra, a Ação 0859 contava com uma dotação inicial de R$ 28.329.295,00 e uma meta prevista na Lei Orçamentária Anual – LOA de indenizar 1.046.004 ha, resultando em um custo unitário da ordem de R$ 27,00 por hectare. Constata-se, inicialmente, que este valor é insuficiente para se indenizar tanto a terra nua como as benfeitorias existentes em um hectare ocupado em qualquer região do Brasil. Uma posição mais realista seria multiplicar este valor por pelo menos 20 vezes para se ter uma média ainda bem conservadora da realidade do mercado de terras do país.

Deste total de recursos foi gasto, ainda em janeiro de 2009, a quantia de R$ 1.847.233,14 referente à indenização da área de 0,5529 ha. Esta área corresponde a terras particulares incidentes no Território Quilombola da Família Silva, localizado na zona urbana de Porto Alegre-RS. Um valor elevado para uma área pequena se

justifica pelo fato de que este é um quilombo urbano, localizado no bairro nobre de Três Figueiras, cujo valor da terra apresenta um dos metros quadrados mais caros da cidade de Porto Alegre.

No mês de maio de 2009, o Incra contingenciou todo o recurso ainda disponível para esta ação, no valor de R$ 26.482.061,86. Isto decorreu da constatação das condições em que o programa se encontrava em relação à regularização de terras quilombolas, verificando ser impossível gastar tal recurso no ano de 2009. Ocorre que para a execução da ação aqui destacada, qual seja o pagamento de indenizações aos ocupantes não quilombolas inseridos nas respectivas áreas, é preciso que a área quilombola esteja previamente decretada enquanto "desapropriada por interesse social" e, ainda, que se cumpra uma série de condições posteriores à decretação tais como a avaliação das propriedades, abertura de ação judicial e depósito da quantia correspondente, o que demanda expressiva quantidade de tempo e trabalho.

Deste modo, o fato é que no ano de 2009 somente foi possível indenizar a área do Quilombo família Silva, uma vez que apenas esta área se encontrava legalmente desapropriada desde o ano anterior. De outro lado, em 2009 nenhum outro decreto foi editado no 1º semestre do ano, fato que teria possibilitado a indenização de alguma outra área.

Para corrigir tal problema, o principal esforço do Incra durante o ano de 2009 foi no sentido de decretar a desapropriação de outras áreas quilombolas em diversos Estados da Federação. Como resultado deste esforço, foi assinado pelo Presidente da República 30 Decretos de Desapropriação, correspondendo a um tota de 342.007,18 ha. No entanto, este fato ocorreu apenas em 20/11/2009 e a data avançada inviabilizou que se completassem ainda no mesmo ano as demais fases necessárias para efetivar a desapropriação e o conseqüente pagamento das indenizações correspondentes. Para 2010, esse problema foi solucionado com a decretação das mencionadas áreas e projeção de que a totalidade do recurso previsto na LOA seja utilizado.

Com relação ao Programa 0135: Assentamento para Trabalhadores Rurais, Ação 4460: Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária, do total dos recursos orçamentários destinados para esta Ação, da ordem de R$ 743.913.538,31 para execução da meta física de 720.117,0000 hectares, foram obtidos 513.764,4900 hectares, correspondendo a 71,34% da meta física programada. O contingenciamento de R$ 206.641.025,00 (22% da dotação inicial), por força do Decreto 6.808, de 27 de março de 2009, contribuiu para que a execução financeira alcançasse 100%. Os recursos dessa ação foram destinados, em sua maior parte, 87%, para pagamento inicial das desapropriações e aquisições de imóveis rurais e para as complementações de indenização por acordo judicial, sendo que os 13% restantes foram destinados para pagamento de decisões judiciais referentes a ações de desapropriação ajuizadas em anos anteriores.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

AÇÕES PRIORITÁRIAS - LDO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	RP NÃO PROCESSADOS	VALORES PAGOS	%
6670 – PROMOÇÃO COMERCIAL DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE	464.436,00	230.291,76	4.551,29	225.740,47	4.551,29	49,59%
2706 – FEIRAS E EVENTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ARTESANAL (*)	9.635.000,00	624.990,00	523.950,00	101.040,00	523.950,00	6,49%
2710 – CAPACITAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE (*)	9.030.983,00	2.017.789,00	6.581,18	2.011.207,63	6.581,18	22,34%
TOTAL	19.130.419,00	2.873.071,00	535.082,47	2.337988,10	535.082,47	15,02%

Fonte: SIAFI Gerencial, SIGPlan

(*) Execução das ações prioritárias abaixo da média de execução das ações não prioritárias - 26,12%.

Ação 2706 – Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal. De acordo com a Lei Orçamentária nº 11.897, de 30/12/2008, os recursos previstos para a referida ação seriam compostos da seguinte forma: (A) Projeto de Lei = R$ 635.000,00 e (B) Emendas = R$ 9.000.000,00. O Decreto nº 6.752, de 28/01/2009, liberou o valor de R$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais) para a referida ação, o que possibilitou a realização de 9 nove) feiras. Para a ação 2710 - Capacitação para Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio, de acordo com a Lei Orçamentária nº 11.897, de 30/12/2008, os recursos previstos para a referida ação seriam compostos da seguinte forma: (A) Projeto de Lei = R$ 380.983,00 e (B) Emendas = R$ 8.650.000,00. Tendo em vista o contingenciamento dos recursos para a ação, o valor do limite de empenho liberado para 2009 foi de R$ 210.983,00 (duzentos e dez mil, novecentos e oitenta e três reais), conforme Decreto nº 6.752, de 28/01/2009. Com vistas ao cumprimento da meta física, as atividades de capacitação estão sendo realizadas por meio dos seguintes instrumentos:

- Termo de Cooperação nº 01/2008, firmado entre o MDIC e a Universidade de Brasília (UnB) em 30/12/2008;
- Convênio nº 35/2008 com o Instituto Nordeste de Cidadania – INEC; e
- Ações de capacitação em compras governamentais com o Ministério do Planejamento e SEBRAE.

Ministério do Esporte

R$ 1,00

AÇÕES PRIORITÁRIAS - LDO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	RP NÃO PROCESSADOS	VALORES PAGOS	%
09HW - CONCESSÃO DE BOLSA A ATLETAS	40.400.000,00	40.400.000,00	9.973.018,22	24.536.081,78	9.973.018,22	100%
2357 - PRODUÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO POR COMUNIDADES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL - PINTANDO A CIDADANIA	13.465.265,00	12.873.801,09	10.800.605,07	0,00	10.800.605,07	96%
4377 - FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EDUCACIONAL	187.383.340,00	128.906.128,82	47.876.190,96	73.391.345,32	42.285.495,96	69%
5450 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER	931.099.336,00	612.589.252,54	913.700,00	732.543.625,45	913.700,00	66%
8766 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO	14.000.000,00	3.100.000,00	0,00	6.320.453,39	0,00	22%
TOTAL	1.186.347.941,00	797.869.182,45	69.563.514,25	836.799.505,94	63.972.819,25	67%

Trata-se de ações constantes do Anexo I – Prioridades e Metas, da Lei no 11.768, de 14 de agosto de 2008 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2009 – LDO 2009, cuja execução orçamentária e financeira está representada no quadro anterior. A execução orçamentária dessas ações foi comprometida pela insuficiência de limite orçamentário que impossibilitou o empenho total das dotações autorizadas (lei + créditos), resultando em um montante de crédito não utilizado da ordem de R$ 388,4 milhões. As exceções ficaram por conta das Ações 09IW - Concessão de Bolsa a Atletas e 2352 - Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania, cujos empenhos de suas dotações atingiram nível satisfatório. Ainda sobre as ações prioritárias, vale destacar que a ação 8766 - Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento, que é composta integralmente de recursos de investimento, teve percentual de execução de 22%, abaixo da média de execução das ações não prioritárias que atingiu 59%, fato que ocorreu principalmente em função das restrições orçamentárias para execução da programação do ME no decorrer do exercício, não obstante a liberação de expressivo limite orçamentário para investimento na data de 24/12/2009, para atendimento de emendas inseridas no orçamento deste Ministério, cuja utilização ficou parcialmente prejudicada em virtude do exíguo tempo para formalização dos atos necessários à execução dos créditos ainda no exercício de 2009.

Ministério do Meio Ambiente

AÇÕES PRIORITÁRIAS (A)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	CONTINGENC.(D)	DOTAÇÃO LÍQUIDA (E)	VALORES EMPENHADOS (F)	VALORES LIQUIDADOS (G)	RP NÃO PROCESSADOS (H)	VALORES PAGOS (I)	% (K) = (F)
4932 – FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS	3.221.951	148.068	3.073.883	3.073.883	3.073.883	43.674	284.307	95%
6074 – PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS E CONTROLE DE QUEIMADAS	19.500.000	1.406.389	18.093.611	18.093.611	18.093.611	4.943.669	8.559.227	93%
6307 – FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE DESMATAMENTO	66.160.826	24.139.737	42.021.089	42.021.089	42.021.089	10.640.377	37.476.541	64%
6329 – CONTROLE DE DESMATAMENTOS E INCÊNDIOS FLORESTAIS	24.380.000	549.769	23.830.231	23.830.231	23.830.231		23.789.260	98%
107C – ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO FLORESTAL NACIONAL	3.300.000	2.225.581	1.074.419	1.074.419	1.074.419		283.574	33%
2D12 – PLANEJAMENTO E GESTÃO DAS CONCESSÕES FLORESTAIS	9.700.000	5.111.322	4.588.678	4.588.678	4.588.678	75.789	1.134.094	47%
8708 – RECUPERAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DE ÁREAS DEGRADADAS	2.561.509	1.229.304	1.332.205	1.332.205	1.332.205	78.293		52%
8289 – APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL SUSTENTÁVEL	2.800.000	2.700.000	100.000	100.000	100.000			4%
2807 – FOMENTO A PROJETOS DE CONSERVAÇÃO, USO E RECUPERAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	10.915.535	4.214.675	6.700.860	6.700.860	6.700.860	2.154.725	5.093.158	61%
8906 – APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NAS ÁREAS SUSCEPTÍVEIS À DESERTIFICAÇÃO	4.565.084	2.449.795	2.116.089	2.116.089	2.116.089	4.673	1.200.000	46%
2957 – FOMENTO A PROJETOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	3.141.008	251.675	2.889.333	2.889.333	2.889.333	111.387	85.386	92%
4928 – CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.000.000	878.863	121.137	121.137	121.137		121.137	12%
2001 – APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	1.889.000	831.163	1.057.837	1.057.837	1.057.837	7.624		56%
20A0 – APOIO A PROJETOS DE CONTROLE DA POLUIÇÃO POR RESÍDUOS EM BACIAS HIDROGRÁFICAS COM VULNERABILIDADE AMBIENTAL	200.000	200.000	0	0	0	370		0%
7H90 – RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	24.004.741	20.920.899	3.163.842	3.163.842	3.163.842			13%
8492 – APOIO A CRIAÇÃO E GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS	9.993.962	183.104	9.810.858	9.810.858	9.810.858	17.682.955	4.917.697	98%
6925 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL	12.500.000	4.212.255	8.287.745	8.287.745	8.287.745	39.415	7.171.663	66%
6618 – MONITORAMENTO DAS MUDANÇAS AMBIENTAIS LOCAIS E GLOBAIS OBSERVADAS NA ANTÁRTICA	550.000	498.576	51.424	51.424	51.424		51.424	9%
TOTAL	200.464.416	73.151.375	128.313.241	128.313.241	128.313.241	35.732.446	90.387.469	64%

Obs: O percentual da execução das ações não prioritárias foi de 70%.

AÇÃO PRIORITÁRIA - LDO	U.O	DOTAÇÃO ATUAL	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	%
2004	47.101	7.991.390	7.364.515	7.364.515	7.364.515	92,15%
2004	47.210	79.560	79.560	46.855	46.855	100%
2004	47.205	15.747.769	15.699.209	15.699.209	15.699.209	99,69%
TOTAL		23.818.719	23.143.284	23.110.579	23.110.579	97,16%

- A despesa refere-se ao pagamento a servidores ativos, aposentados e pensionistas da Administração Direta e da Indireta (MP-ENAP-IBGE)
- Com base na Portaria nº 3/SRH/MP, de 30.07.2009, mais usuários tiveram direito ao ressarcimento de valores pagos com planos de saúde.
- A Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (ação prioritária) apresenta percentual de empenho (97,16%) acima da média de execução das ações não prioritárias (79,90%).

Ministério do Trabalho e Emprego

em R$1,00

AÇÕES	LOA + CRÉD. (A)	PROVISÃO CONCEDIDA (B)	EMPENHADO (C)	LIQUIDADO (D)	PAGO (E)	% (F) = (C)/(B)
2686 - FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	3.600.000	1.220.229	1.215.209	1.199.618	1.199.618	99,59
TOTAL	3.600.000	1.220.229	1.215.209	1.199.618	1.199.618	99,59
4725 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORES PARA O ACESSO E MANUTENÇÃO AO EMPREGO, TRABALHO E RENDA EM BASE SETORIAL - PLANSEQS	209.446.660	91.499.131	91.499.131	22.834.448	22.834.448	100,00
4728 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM BASE TERRITORIAL - PLANTEQS	50.100.209	47.398.026	47.231.297	17.636.902	17.636.902	99,65
4733 - QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E OUTRAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE ALTA VULNERABILIDADE	3.000.000	-	-	-	-	-
6638 - CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE TRABALHADORES	1.000.000	-	-	-	-	-
TOTAL	263.554.869	138.897.157	138.730.478	40.471.350	40.471.350	99,88
2E00 - INSERÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO	300.000	119.808	119.669	119.445	119.445	99,88
TOTAL	300.000	119.808	119.669	119.445	119.445	99,88
2629 - FISCALIZAÇÃO PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	5.600.000	3.935.114	3.933.923	3.883.971	3.859.221	99,97
TOTAL	5.600.000	3.935.114	3.933.923	3.883.971	3.859.221	99,97
4737 - FOMENTO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E REDES DE COOPERAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	1.914.130	1.913.410	1.913.410	3.037	3.037	100,00
4739 - ORGANIZAÇÃO NACIONAL DA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	4.768.000	2.768.000	2.768.000	2.768.000	2.768.000	100,00
8078 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA POR MEIO DA ATUAÇÃO DE AGENTES DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO	8.200.000	7.635.129	7.635.129	2.091.491	2.091.491	100,00
TOTAL	14.882.130	12.316.539	12.316.539	5.862.528	4.862.528	100,00
6274 - FOMENTO PARA A ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS ATUANTES COM RESÍDUOS SÓLIDOS	8.100.000	-	-	-	-	-
TOTAL	8.100.000	-	-	-	-	-
0A26 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO - FINANCEIRO	116.733.121	71.175.268	71.175.268	52.842.000	52.842.000	100,00
2A95 - ELEVAÇÃO DE ESCOLARIDADE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - PROJOVEM URBANO E CAMPO	317.719.469	244.534.092	244.534.092	170.100.754	170.100.754	100,00
4789 - QUALIFICAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO	10.709.361	-	-	-	-	-
TOTAL	445.161.951	315.709.360	315.709.360	222.942.754	222.942.754	100,00

Ministério dos Transportes

A VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A apresentou, em 2009, uma média de execução das ações não prioritárias de 43% e execução das ações prioritárias de 26%. Processos licitatórios de alguns trechos, assim como retenções cautelares, períodos chuvosos e problemas com licenciamento ambiental inviabilizaram uma maior execução no exercício. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT apresentou, em 2009, uma média de execução das ações não prioritárias de 22% e execução das ações prioritárias de 40%. Apesar da execução ter ficado acima da média, algumas ações prioritárias apresentaram percentual de execução abaixo do esperado. Diversos serviços foram executados dentro do cronograma estabelecido, mas o baixo consumo dos valores empenhados em 2009 ocorreu em razão de grande parte da execução ter sido realizada com recursos de restos a pagar. As obras com recursos disponibilizados ao final do exercício não tiveram tempo hábil para serem executadas. Outros fatores que impossibilitaram o melhor desempenho foram: projetos executivos em fase de elaboração, questões de licenciamento ambiental, contratos em fase de licitação, processos de desapropriação não concluídos.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A execução das ações não prioritárias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi relativamente alta, alcançando o índice de 92%. O quadro seguinte evidencia a execução orçamentaria das ações prioritárias, o que permite comparar sua execução com as demais ações do Ministério.

AÇÕES PRIORITÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	RP NÃO PROCESSADOS	VALORES PAGOS	%
0573	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À PESSOA IDOSA	8.442.379.913	8.163.464.714	8.163.464.714	-	4.865.178.879	97%
0575	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	8.784.327.537	8.700.910.649	8.700.910.184	465	5.228.847.982	99%
2060	AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E DE CONVIVÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO	278.977.593	257.996.000	257.996.000	-	252.154.000	97%
2303	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL E SUAS FAMÍLIAS	71.590.400	65.772.200	64.537.300	1.234.900	64.155.300	97%
2798	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR	624.324.625	488.396.631	445.973.572	42.423.060	435.925.816	78%
4963	PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA	85.083.007	39.085.959	26.569.000	12.516.959	9.564.079	44%
0442	TRANSFERÊNCIA DE RENDA DIRETAMENTE ÀS FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)	11.844.280.000	11.844.280.000	11.844.280.000	-	11.734.280.000	100%
8524	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	23.900.488	20.635.612	20.635.612	-	20.635.612	86%
8929	APOIO À INSTALAÇÃO DE RESTAURANTES E COZINHAS POPULARES	98.222.500	46.114.044	24.736.103	21.377.941	21.094.797	75%
0948	ACESSO À ÁGUA PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS PARA O AUTOCONSUMO	25.102.000	25.102.000	25.102.000	-	25.102.000	100%
11V1	CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA	114.825.093	57.367.814	54.572.728	2.795.086	54.572.728	50%
2B88	SERVIÇO SOCIOEDUCATIVO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS	278.529.554	247.921.137	236.867.193	11.053.944	228.101.081	85%
2A60	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS	375.444.962	298.981.270	298.012.800	970.470	298.012.800	97%
2A69	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	194.733.627	142.814.599	142.803.939	10.660	141.343.043	92%
2B31	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	64.576.144	22.999.875	-	22.999.875	-	36%
TOTAL		31.176.297.443	30.421.844.503	30.306.451.144	118.383.359	23.384.768.916	96%

Execução das ações prioritárias abaixo da média de execução das ações não prioritárias
Fonte: CGPA/SPO/SE/MDS

Cabe comentar a execução de algumas ações prioritárias que possuem percentual de execução inferior ao das não prioritárias[1]. A ação 2798 – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, assim como a ação 8929 – Apoio à Instalação de Restaurantes e Cozinhas Populares pertencem ao Programa de Aquisição de Alimentos, que por sua vez é limitado por uma série de fatores que comprometem uma execução orçamentária mais robusta, como o descompasso entre a execução financeira e o calendário agrícola e ausência de um sistema informatizado para o monitoramento da execução físico-financeira e de elaboração de relatórios gerenciais. Com relação à ação 4963 – Promoção da Inclusão Produtiva, os projetos dos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Pará e Sergipe, bem como de algumas entidades sem fins lucrativos foram formalizados somente no final do exercício de 2009. Em relação à ação 2B31 – Estruturação da Rede de Serviços da Proteção Social Especial, não houve tempo hábil para a execução após análise de mérito das propostas apresentadas à Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) , ainda que os empenhos de recursos tenham sido realizados dentro do prazo legalmente estabelecido. Dessa forma a execução física e financeira dos projetos está prevista para o próximo exercício.

Ministério das Cidades

Ação 11IO - Recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN

Ao longo do exercício, a evolução dos empenhos acompanhou o andamento dos processos licitatórios previstos pela Superintendência de Natal. Em junho, atendendo a solicitação da Superintendência de Trens Urbanos de Natal, e com o apoio da Superintendência de Trens Urbanos de Maceió, foi autorizado o remanejamento de R$ 20 mil do limite emergencial autorizado para Maceió em maio para atendimento de despesas emergenciais em Natal. Em 29 de dezembro foi editada a Lei n.º 12.181, que abriu um crédito de R$ 23 milhões para a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, sendo R$ 2 milhões para o Sistema de Natal. Com a publicação desta Lei, o orçamento aprovado para a ação atingiu o valor de R$ 6,5 milhões.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 6.500.000,00	R$ 2.500.005,84	R$ 272.430,23	R$ 272.430,23	38 %

Fonte: Siafi Gerencial

[1] O Quadro da Execução das Metas não Prioritárias encontra-se nas informações adicionais.

4414 - Educação para a Cidadania no Trânsito

A suspensão do contrato de prestação de serviços de apoio logístico de eventos no mês de novembro impossibilitou a realização de atividades previstas para os meses de novembro e dezembro na ação. Outro fator que não permitiu a concretização da totalidade das atividades na ação foi a indisponibilidade de saldo no contrato de serviços gráficos que, por sua vez, inviabilizou a confecção de impressos educativos necessários à realização de capacitação de educadores previstos no Projeto de Educação Infantil e Ensino Fundamental que demandariam cerca de 50% dos recursos previstos na ação.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 14.900.000,00	R$ 7.511.704,20	R$ 7.511.704,20	R$ 7.511.704,20	50 %

Fonte: Siafi Gerencial

8487 - Fomento a Projetos Destinados à Redução de Acidentes no Trânsito

Os recursos destinados para atender a realização de projetos não tiveram execução total em razão da intempestividade na aprovação do manual de recebimento de propostas e da falta de tempo hábil para análise de mais de 4 mil propostas cadastradas no SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse, sendo que parte significativa delas não atendeu as especificações constantes do manual. Ademais, a ação se sujeita ao contingenciamento orçamentário disposto na Portaria Interministerial MP/MF nº 15/2009.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 251.500.000,00	R$ 189.173.086,64	R$ 0,00	R$ 0,00	75 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 8866 – Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado)

A ação não foi executada na íntegra em função da não disponibilização dos recursos. O valor de R$ 21,27 milhões foi bloqueado pelo controle interno, restando um limite para empenho no final do exercício no valor de R$ 7,72 milhões, que foi empenhado em sua totalidade.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 29.000.000,00	R$ 7.727.840,26	R$ 35.027,00	R$ 34.371,37	26 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 8874 - Assistência Técnica para o Planejamento Territorial e a Gestão Urbana Participativa

O recurso liberado para o apoio aos municípios na sistemática 2009 possibilitou o apoio a 11 municípios com contratos a serem executados em 2010, totalizando um valor global da ordem de R$ 1,5 milhão. Além disso, foram empenhados recursos para convênio com o estado de Roraima, o qual beneficiará 11 municípios. Um fator complicador ao bom desempenho da ação foi o período de liberação do edital de seleção de propostas: a liberação da sistemática 2009 só foi autorizada no mês de dezembro, desta forma os municípios tiveram pouco tempo para fechar a contratação junto às agências da Caixa Econômica Federal. Até o momento apenas cinco municípios conseguiram fechar a contratação. A opção adotada para o exercício 2009 foi trabalhar com a capacitação de municípios para a implementação de instrumentos de planejamento e gestão urbana. Estas atividades só foram possíveis dadas as parcerias estabelecidas com Estados, Municípios, agências internacionais e outros Ministérios.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 4.760.000,00	3.847.976,48	617.111,32	617.111,32	80 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10SB – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Requalificação de Espaços de Uso Público em Áreas Centrais de Capitais e Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas

A ação teve dotação inicial de R$ 25,90 milhões, dos quais R$ 25,10 milhões foram cancelados, restando R$ 800 mil de dotação autorizada para o exercício de 2009. No entanto, R$ 306,9 milhões (R$ 300 milhões do localizador nacional e R$ 6,90 milhões da emenda parlamentar para Fortaleza) foram bloqueados pelo controle interno, restando somente parte da emenda parlamentar de Fortaleza, que foi empenhada, resultando na baixa execução da ação.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 800.000,00	R$ 493.100,00	R$ 0,00	R$ 0,00	61 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10SC - Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes

Sua finalidade é proporcionar à população o acesso ao abastecimento de água potável, visando o seu bem estar, a melhoria da saúde e o desenvolvimento econômico. Consiste no apoio a Estados e Municípios para aquisição de equipamentos, implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água em municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE's), municípios com população superior a 50 mil habitantes ou que optaram pela constituição de consórcios públicos para prestação dos serviços, desde que sua área de abrangência reúna, pelo menos, 150 mil pessoas. Abrange iniciativas de captação, elevação, adução, reservação, tratamento, distribuição, ligações domiciliares e intradomiciliares, sistemas simplificados e soluções individuais, bem como fortalecimento social, fiscalização e avaliação. Apóia também iniciativas de abastecimento de água no âmbito de projetos de desenvolvimento econômico financiados ou apoiados pela União.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	ALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 504.688.207,00	R$ 488.808.912,83	R$ 188.785.956,86	R$ 188.785.956,86	96 %

Fonte: Siafi Gerencial

Esta é uma das mais expressivas ações do PAC-Saneamento, concentrando grande quantidade do total dos empenhos realizados em saneamento no ano de 2009. Ao final do exercício havia 570 contratos em curso na esfera dessa ação, totalizando R$ 8,27 bilhões em termos de valor de repasse. Destes, 15 foram efetivamente celebrados em 2009 num total de R$ 326,88 milhões de repasse, tendo os outros 555 sido firmados em 2007 e 2008. Do total já contratado, 45 empreendimentos foram iniciados em 2009 com valor total de R$ 381,29 milhões de repasse. Ao final do exercício havia 495 empreendimentos em andamento no valor total de R$ 7,77 bilhões de repasse. Além disso, 18 obras foram concluídas naquele ano, representando o repasse total de R$ 47,23 milhões.

Ação 10SJ – Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social

A ação Apoio a Provisão Habitacional de Interesse Social contou com a execução abaixo especificada:

10SJ	AUTORIZADA	EMPENHADA	%
INVESTIMENTO PAC	274.611.165,00	250.788.211,84	91%
INVESTIMENTO EMENDA	196.946.935,00	84.242.522,08	43%
CUSTEIO PAC	11.543.978,00	-	0%
TOTAL	483.102.098,00	335.030.733,92	69%

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

A execução total do PAC Investimentos foi de 91%. O índice de 69% se deve ao fato de que as emendas parlamentares tiveram um empenho de apenas 43% do valor autorizado e o resultado da seleção, da Modalidade FNHIS Assistência Técnica será divulgado em 2010, o que explica o índice de 0% empenhado para o Custeio PAC.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 483.102.098,00	R$ 335.030.733,92	R$ 47.049.123,32	R$ 47.049.123,32	69 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10SR - Apoio à Elaboração de Projetos de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano

A ação teve dotação inicial aprovada na Lei Orçamentária no valor de R$ 2 milhões dos quais R$ 1 milhão foi cancelado pela Lei nº 12.181, de 29 de dezembro de 2009. Foi disponibilizado em 19/12/2009 o valor de R$ 1 milhão para atendimento a emendas parlamentares do orçamento. Entretanto, não houve possibilidade de efetiva transferência de recursos do Ministério das Cidades para a Caixa Econômica Federal – CEF pois o prazo limite estabelecido para a transferência foi 20/12/2009.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 1.000.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	0%

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10SS - Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano

Nesta ação, cerca de 72% dos créditos, R$ 23,35 milhões, não foram disponibilizados no ano de 2009, o que justifica o baixo percentual de execução. Do saldo residual de R$ 9,45 milhões, foram empenhados R$ 3,65 milhões e a dotação referente aos R$ 5,39 milhões restantes foi disponibilizada apenas em 19/12/2009 para atendimento a emendas parlamentares ao orçamento. Entretanto, não houve possibilidade de efetiva transferência desses recursos do Ministério das Cidades para a Caixa Econômica Federal – CEF pois o prazo limite estabelecido para a transferência era 20/12/2009. No Sigplan não foram preenchidos os campos de meta física em função da recente situação em convênio.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 32.400.000,00	R$ 3.651.100,00	R$ 0,00	R$ 0,00	11 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10ST – Apoio a Projetos de Sistemas de Circulação Não-Motorizados

Para a dotação total de R$ 34,85 milhões, cerca de 68% dos créditos não foram disponibilizados. Do restante, R$ 10,97 milhões, o valor empenhado foi de R$ 8,46 milhões. O saldo de R$ 2,50 milhões teve a dotação disponibilizada em 19/12/2009 para atendimento a emendas parlamentares ao orçamento. Entretanto, não houve possibilidade de efetiva transferência desses recursos do Ministério das Cidades para a Caixa Econômica Federal – CEF pois o prazo limite estabelecido para a transferência era 20/12/2009.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 34.855.885,00	R$ 8.468.100,00	R$ 0,00	R$ 0,00	24 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10T2 - Apoio a Projetos de Acessibilidade para Pessoas com Restrição de Mobilidade e Deficiência

A ação teve dotação aprovada na Lei Orçamentária no valor de R$ 5,9 milhões, dos quais R$ 3,5 milhões foram cancelados pela Lei nº 12.181, de 29 de dezembro de 2009. A ação não foi executada na íntegra em função da não disponibilização dos recursos.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 2.400.000,00	R$ 1.294.416,64	R$ 0,00	R$ 0,00	53 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 10T3 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

A justificativa para o não atingimento de um melhor desempenho nos empenhos de recursos está associada ao contigenciamento orçamentário promovido pelo Ministério da Fazenda. Os créditos orçamentários que não foram atingidos pelo contigenciamento foram empenhados e os respectivos contratos firmados pela Caixa Econômica Federal, salvo as situações em que a proposta apresentada pelo proponente não atendia aos requisitos mínimos necessários para enquadramento estabelecidos nos normativos do MCIDADES ou o proponente não atendeu às regras operacionais de inserção de propostas e, na seqüência, de planos de trabalho no Sistema SICONV.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 1.981.443.974,00	R$ 1.454.751.640,27	R$ 17.920.157,50	R$ 17.920.157,50	72 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7H24 - Apoio à implantação da Linha 3 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro – Trecho Rio de Janeiro - Niterói – São Gonçalo-RJ

Dotação inicial aprovada pela Lei Orçamentária de R$ 65 milhões cancelada integralmente pelo Decreto de 11 de maio de 2009.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	0 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7H25 - Apoio à Implantação da Linha 4 do Sistema de Trens Urbanos do Rio de Janeiro - Centro do Rio - Barra da Tijuca – RJ

Dotação inicial aprovada pela Lei Orçamentária de R$ 35 milhões cancelada integralmente pelo Decreto de 11 de maio de 2009.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	0 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7K08 – Apoio à Implantação de Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário do Rio de Janeiro (sistema TS) – Terminal da Alvorada da Barra da Tijuca ao Terminal da Penha/RJ

Os recursos não foram disponibilizados, ficando a integralidade dos créditos bloqueada.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 35.000.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	0 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7L53 – Apoio à Implantação do Trecho Vitória-Serra do Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos na Região Metropolitana de Vitória – ES

Os recursos não foram disponibilizados, ficando a integralidade dos créditos bloqueada.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 20.000.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	0 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7L55 – Apoio à Implantação de Corredor Estrutural de Transporte Coletivo Rodoviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte – MG

Dotação inicial aprovada pela Lei Orçamentária de R$ 40 milhões cancelada no valor de R$ 39.236.505,00 pelo Decreto de 11 de maio de 2009. O valor residual de R$ 763.495,00 não foi disponibilizado, ficando a integralidade dos créditos bloqueada.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 763.495,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	0 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ação 7L64 - Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre – RS

O fator decisivo para o início efetivo das obras contratadas ocorreu em fevereiro/2009 com a inclusão do empreendimento no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/METRÔ, que disponibilizou diretamente à obra uma dotação orçamentária de R$ 250 milhões. A obra encontra-se em plena atividade. Sua execução física está desdobrada em cinco frentes de serviço correspondentes à implantação do elevado metroviário (9,30km), incluindo uma ponte na Travessia do Rio dos Sinos, e outra ponte no mesmo local, apenas rodoviária; acrescente-se ainda duas estações de passageiros (Rio dos Sinos e Liberdade) e o início das atividades relativas à contratação e execução dos sistemas operacionais.

DOTAÇÃO AUTORIZADA	VALORES EMPENHADOS	VALORES LIQUIDADOS	VALORES PAGOS	% DOT/EMP
R$ 250.000.000,00	R$ 250.000.000,00	R$ 173.568.487,00	R$ 171.717.314,70	100 %

Fonte: Siafi Gerencial

Ministério da Pesca e Aquicultura

AÇÕES PRIORITÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	%
106R	APOIO A ADEQUACAO DE ACESSOS AQUAVIARIOS	3.150.000,00	1.627.520,00	52%
1085	APOIO E IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA AQUICOLA E PESQUEIRA	86.377.794,00	62.909.166,07	73%
6948	APOIO AO FUNCIONAMENTO DE UNIDADES INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA PESQUEIRA(*)	25.616.707,00	9.896.909,89	39%

(*) Execução das ações prioritárias abaixo da média de execução das ações não prioritárias – 49,72%
Obs: O demonstrativo da execução das ações não prioritárias encontra-se nas informações adicionais.

PARTE VI

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

6 – BALANÇO GERAL DA UNIÃO

6.1 - ASPECTOS GERAIS: ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

A Prestação de Contas anual do Presidente da República, prevista no artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal, contempla, entre outras informações, o Balanço Geral da União, que agrega as informações dos órgãos da administração direta, das entidades da administração indireta e dos fundos, bem como consolida as demonstrações contábeis resultantes da execução das ações governamentais referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

6.1.1. Órgãos, entidades e fundos

Os órgãos, entidades e fundos que compõem a administração direta e indireta estão apresentados em tabela específica inserida nas Informações Adicionais da PCPR.

6.1.2. Criação, extinção, liquidação ou incorporação de órgãos

Em 29 de dezembro de 2008 foi publicada a Lei nº 11.892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A rede de ensino profissional no Brasil que, até 2008, era constituída por 140 unidades representadas por Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED) passou a ser composta por 38 unidades organizadas individualmente em estrutura multicampi, resultantes da transformação ou integração, conforme regulamentação constante da Portaria MEC nº 4 (DOU 07.01.2009).

Em virtude da exigência da supracitada lei de que a unidade de ensino passasse de forma automática à condição de campus da nova instituição sem, contudo, estabelecer um período de transição com prazo suficiente para se adequar às normas, foi publicado, em 02 de dezembro de 2009, o Decreto nº 7.022 que estabeleceu orientação no sentido de que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pudessem utilizar, em caráter excepcional nos exercícios de 2009 e 2010, as Unidades Orçamentárias, Gestoras, Organizacionais, Pagadoras, de Serviços Gerais e demais classificações de outras unidades de ensino em processo de transformação e integração, para prática dos atos de gestão necessários ao seu funcionamento.

Dessa forma, as áreas técnicas do Ministério da Educação e da Secretaria do Tesouro Nacional, em comum acordo, considerando os vários aspectos de natureza técnica envolvidos no processo, concluíram por promover a transição efetiva, da antiga para a nova estrutura dos IFs, a partir de 31 de dezembro de 2009, coincidindo assim com o fechamento do exercício do ano anterior e reinício, em 2010, das operações contábeis e administrativas no novo modelo concebido para os Institutos Federais.

Em 2009 foi criada a empresa CEITEC - Centro Nacional de Tecnologia e Eletrônica Avançada S/A, subordinada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. Foi feito o adiantamento de R$ 4,20 milhões corresponde à realização de 10% do capital subscrito, conforme dispõe o inciso II do artigo 80 da Lei nº 6.404/1976.

A Lei nº 11.958/2009 efetuou a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República no Ministério da Pesca e Aquicultura.

O Departamento de Gestão do Acervo de Órgãos Extintos (DEAEX), vinculado à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pelas atividades ligadas à extinção de órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional informou que não houve processos dessa natureza no exercício de 2009, e que continua em andamento o seguinte caso:

a) DNER: O Grupo Executivo vem envidando esforços para as transferências e baixas de valores e saldos remanescentes com o objetivo de regularizar as contas contábeis da unidade gestora 273087/27202.

O Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) também vinculado à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, é o órgão responsável pelas atividades ligadas à liquidação de empresas públicas e sociedades de economia mista. Segundo informa esse departamento, em 2009, não houve encerramento de nenhuma empresa estatal; indica, ainda, que estão em andamento os seguintes processos:

Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR (processo de liquidação iniciado em 03/08/2007 por meio do Decreto nº 6.182/2007);

Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (processo de liquidação iniciado em 22/01/2007 por meio do Decreto nº 6.018/2007; processo de liquidação encerrado e extinta a RFFSA pela Lei nº 11.483/2007, restando a execução de processo de inventariança;

Em 2009 foi concluída a extinção, baixa dos saldos contábeis e o definitivo fechamento da Unidade Gestora 276001, Gestão 27206 no SIAFI da Companhia de Navegação do São Francisco- FRANAVE em dezembro/2009.

6.1.3. Diretrizes sobre a elaboração das demonstrações e sua consolidação

As demonstrações que compõem o Balanço Geral da União foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais

de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; do Decreto-Lei nº 200/1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências; do Decreto nº 93.872/1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional e atualiza e consolida a legislação pertinente; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; da Lei nº 11.768/2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009; da Lei nº 11.897/2008 que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2009; do Decreto 6.752/2009 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2009; do Decreto nº 6.808/2009 que alterou os artigos 1º, 2º e 8º e os Anexos I, II, VI, VII, VIII, IX e X do Decreto nº 6.752; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

O BGU referente ao exercício financeiro de 2009 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado pela e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido por Notas explicativas.

Essas demonstrações refletem a utilização dos recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em favor dos Ministérios ou Órgãos equivalentes, das entidades da Administração Indireta, representadas pelas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e das entidades instituídas com recursos de destinação específica, denominadas de Fundos Especiais.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

As demonstrações foram elaboradas de forma consolidada, que permite o conhecimento e a disponibilização de macroagregados do setor público, a visão global do resultado e a instrumentalização do controle social.

Assim, a consolidação é o processo que ocorre pela soma ou pela agregação de saldos ou grupos de contas, excluídas as transações entre entidades incluídas na consolidação, formando uma unidade contábil consolidada. Nesse processo de consolidação das demonstrações contábeis foram consideradas as relações de dependência entre as entidades do setor público.

Em atendimento à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 751/2009, que aprova a segunda edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as demonstrações contábeis constantes do Balanço Geral da União estão complementadas por notas explicativas que têm a finalidade de apresentar o regime e os critérios contábeis usados na preparação e outras informações que facilitem a sua compreensão.

6.2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.2.1. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Esse balanço também está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, porém com mais detalhamento.

A verificação e análise desse balanço permite a definição dos indicadores que nortearão a avaliação da gestão orçamentária e, em linhas gerais, da política fiscal pelo impacto da arrecadação e pela execução da despesa pública. A seguir, apresenta-se o Balanço Orçamentário da União, desdobrado em Receitas (previsão atualizada e realização), detalhadas por categoria e subcategoria econômica, e Despesas (fixação e execução), detalhados por tipo de crédito, categoria econômica e grupo de despesa. Em virtude da riqueza de informações envolvidas, a realização das receitas e a execução das despesas foram analisadas em capítulo próprio deste relatório (3.3 – Execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social).

Receitas

TABELA 6-1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS – 2009

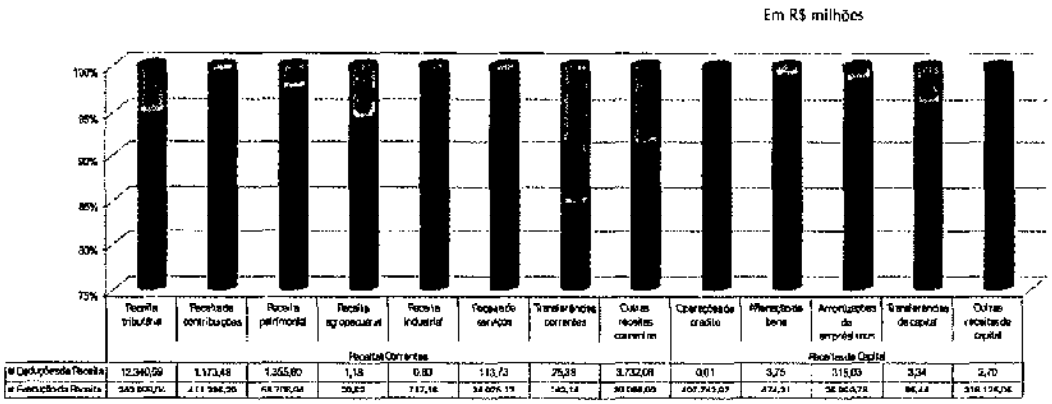
R$ milhões

RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	EXCESSO/INSUF.
RECEITAS CORRENTES	*852.252*	*786.533*	*65.720*
Receita Tributária	289.839	240.599	49.239
Receita de Contribuições	444.157	411.385	32.772
Receita Patrimonial	51.638	58.707	(7.068)
Receita Agropecuária	23	21	2
Receita Industrial	789	717	72
Receita de Serviços	33.704	34.975	(1.271)
Transferências Correntes	305	142	163
Outras Receitas Correntes	31.797	39.986	(8.189)

RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	EXCESSO/INSUF.
RECEITAS DE CAPITAL	**729.195**	**740.098**	**(10.903)**
Operações de Crédito	644.612	497.744	146.868
Alienação de Bens	5.070	474	4.596
Amortização de Empréstimos	22.262	25.670	(3.408)
Transferências de Capital	150	85	64
Outras Receitas de Capital	57.102	216.125	(159.023)
Subtotal	**1.581.448**	**1.526.631**	**54.817**
Superávit Financeiro do Exercício Anterior	**25.532**	**0**	**25.532**
Excesso de Arrecadação	**96.906**	**0**	**96.906**
Total (I)	**1.703.886**	**1.526.631**	**177.255**
TOTAL (1+2)	**1.703.886**	**1.526.631**	**177.255**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Na Tabela 6-1, o valor das Receitas Correntes inclui as Receitas Correntes Intra-orçamentárias, isto é, receitas auferidas por órgãos ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pagas por outros órgãos ou entidades integrantes desses orçamentos. Além disso, nas Receitas de Capital estão incluídas aquelas provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento da Dívida Pública da União, que alcançaram o valor de R$ 357.633 milhões, confirmando uma trajetória de queda verificada desde 2006, quando tais receitas somaram R$ 399.509 milhões (valores não-corrigidos). As Receitas Orçamentárias foram registradas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções, que totalizaram R$ 16.721 milhões, ou 1,1% do valor bruto arrecadado. Essas deduções, segmentadas por cada subcategoria econômica de receita, são detalhadas a seguir:



Destaque se faz para o desequilíbrio entre os valores totais das colunas Previsão (Receita) e Dotação (Despesa). Esta, como se nota na tabela 5.2, somou R$ 1.705.174 milhões e aquela, como se nota na tabela 6.1, R$ 1.703.886 milhões. Essa diferença se justifica por falhas no processamento eletrônico de alguns créditos adicionais originados de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício. Assim, em vez de se registrar o controle de abertura de crédito orçamentário decorrente de superávit financeiro (que se somaria a coluna da Previsão), sensibilizou-se o controle de abertura de crédito orçamentário decorrente de anulação de dotação (que, em termos quantitativos, não altera o valor da coluna Dotação, e nem da Previsão). Menciona-se, por exemplo, a escrituração do Decreto, de 30 de julho de 2009, que abriu ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R$ 1.277.319.942,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária então vigente.

Enfatiza-se que procedimentos para a correção dessa falha serão implementados no exercício financeiro de 2010.

Sobre a execução global da receita orçamentária, nota-se que o excesso de arrecadação obtido com receitas de capital não foi suficiente para compensar a frustração obtida com a arrecadação das receitas correntes.

Do lado das receitas de capital, indica-se que os principais fatos que contribuíram para tal excesso foram os registros do resultado do Banco Central do Brasil – BACEN, R$ R$ 185.353 milhões, e da variação positiva auferida com as Remunerações das Disponibilidades do Tesouro Nacional – R$ 30.503 milhões.

Do lado das receitas correntes, a baixa arrecadação tributária e de contribuições, em linhas gerais, pode ser explicada pela crise econômica mundial.

Despesas

O Balanço Orçamentário, na parte das despesas, apresenta uma divisão em duas partes, de forma que a segunda parte – "MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITO" – evidencia a execução da despesa por meio de descentralização de crédito orçamentário. Nesse caso, os créditos são executados por unidades distintas daquelas consignadas na Lei Orçamentário Inicial – LOA, ou seja, as unidades executoras receberam os créditos por meio de destaques e provisões, e não diretamente do orçamento. Por esse motivo, a coluna "Dotação" aparece com os valores zerados.

A movimentação líquida constante das Demonstrações da Execução da Despesa denota os seguintes fatos orçamentários:

a) Descentralização Externa de Créditos Concedidos e Recebidos;

b) Descentralização Interna de Créditos Concedidos e Recebidos;

c) Outras Descentralizações de Créditos:

c.1) créditos recebidos e concedidos por fusão/cisão/extinção;

c.2) créditos por compensação/disponível; e

c.3) outras movimentações.

d) Ajustes por Variação Cambial de Descentralizações Internas e Externas.

Os créditos concedidos e recebidos são movimentações orçamentárias entre os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta que não alteram a estrutura originária do orçamento. Tais movimentações conservam a integridade da célula orçamentária, permitindo somente o detalhamento pelo recebedor dos créditos.

TABELA 6-2 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO - DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – 2009

R$ milhões

DESPESAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	ECONOMIA/ EXCESSO
CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS INICIAIS E SUPLEMENTARES	1.678.014	1.357.880	320.134
Despesas Correntes	885.405	774.784	110.621
Pessoal e Encargos Sociais	169.149	165.851	3.298
Juros/Encargos da Dívida	164.928	124.603	40.329
Outras Despesas Correntes	551.328	484.331	66.997
Despesas de Capital	792.609	583.095	209.513
Investimentos	46.639	35.203	11.436
Inversões Financeiras	43.167	29.997	13.170
Amortização da Dívida	682.342	517.895	164.447
Reserva de Contingência	20.461	0	20.461
CRÉDITOS ESPECIAIS	18.968	10.448	8.520
Despesas Correntes	7.806	7.445	361
Pessoal e Enc. Sociais	15	3	12
Juros/Encargos da Dívida	0	0	0
Outras Despesas Correntes	7.791	7.442	349
Despesas de Capital	11.162	3.003	8.160
Investimentos	5.145	2.091	3.054
Inversões Financeiras	6.017	912	5.105
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	8.192	6.651	1.541
Despesas Correntes	2.906	2.159	748
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0
Outras Despesas Correntes	2.906	2.159	748
Despesas de Capital	5.285	4.492	793
Investimentos	5.284	4.492	793
Inversões Financeiras	0,3	0,3	0
Amortização da Dívida	0	0	0
Subtotal (1)	1.705.174	1.374.978	330.195
MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIOS INICIAIS E SUPLEMENTARES	0	40.329	-40.329
Despesas Correntes	0	33.522	-33.522
Pessoal e Encargos Sociais	0	1.213	-1.213
Juros/Encargos da Dívida	0	7	-7
Outras Despesas Correntes	0	32.303	-32.303
Despesas de Capital	0	6.807	-6.807
Investimentos	0	3.546	-3.546
Inversões Financeiras	0	3.244	-3.244
Amortização da Dívida	0	17	-17
CRÉDITOS ESPECIAIS	0	448	-448
Despesas Correntes	0	38	-38
Pessoal e Encargos Sociais	0	0,2	-0,2
Outras Despesas Correntes	0	38	-38
Despesas de Capital	0	410	-410
Investimentos	0	410	-410
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0	616	-616
Despesas Correntes	0	508	-508
Outras Despesas Correntes	0	508	-508
Despesas de Capital	0	107	-107
Investimentos	0	130	-130
Subtotal (2)	0	41.393	-41.393
TOTAL (1 + 2)	1.705.174	1.416.371	288.802
SUPERAVIT TOTAL	0	110.260	- 110.260
TOTAL GERAL	1.705.174	1.526.631	178.543

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

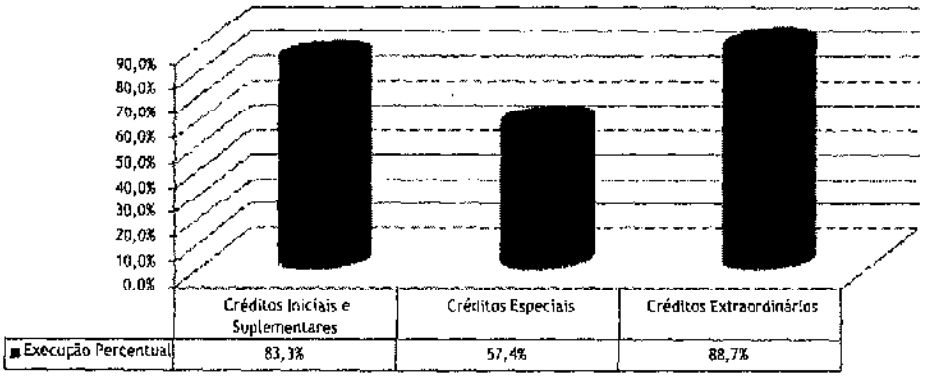
Nota: 1 – Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos;

2 – O déficit orçamentário identificado decorre da diferença positiva entre a despesa e a receita realizada.

Sobre a execução global, mediante os gráficos seguintes, percebe-se que os menores índices de execução da despesa orçamentária por tipo de crédito se referem aos Créditos Especiais e por grupo de despesa, Inversões Financeiras.

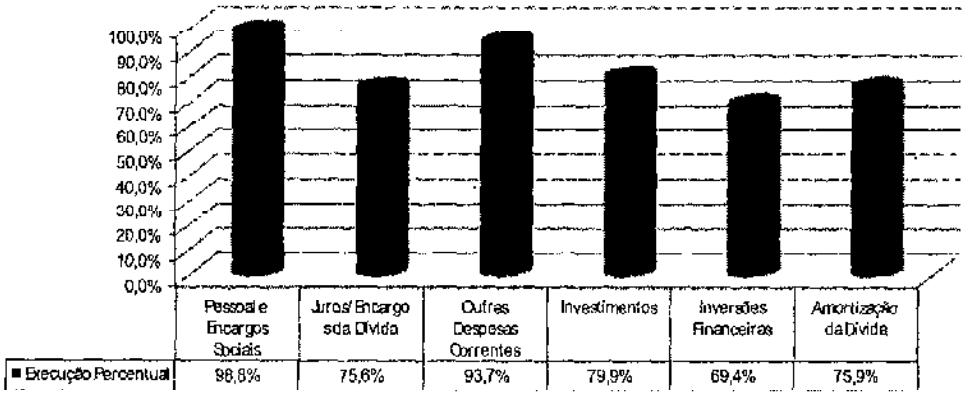
Despesa Orçamentária
(Por Tipo de Crédito)

Em Percentual



Despesa Orçamentária
(Por Grupo de Natureza de Despesa)

Em Percentual



A execução da despesa orçamentária foi analisada detalhadamente no capítulo 3.3 – *Execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social*.

Síntese do Resultado Orçamentário

R$ milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	PREV./DOTAÇÃO	REALIZ./ EXEC.	EXCESSO/INSUF.
I – RECEITAS	**1.581.448**	**1.526.631**	**54.817**
Receitas Correntes	852.252	786.533	65.720
Receitas de Capital	729.195	740.098	(10.903)
II – DESPESAS	**1.684.713**	**1.416.371**	**268.341**
Despesas Correntes	896.108	818.457	77.661
Despesas de Capital	788.595	597.915	190.680
III-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.461	0	30.461
IV – SUPERAVIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (I-II)		110.260	

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Após observância da tabela anterior, importa ressaltar que o total da dotação das despesas, adicionado ao valor da reserva de contingência, é superior ao total das receitas previstas.

Tal circunstância se deve em razão de abertura de créditos adicionais, ao longo do exercício, originados de excesso de arrecadação e de superávit financeiros de exercícios financeiros anteriores.

Em 2009, por meio desse balanço, evidenciou-se uma insuficiência de arrecadação de R$ 54.817 milhões e uma economia na execução da despesa de R$ 268.341 milhões.

O comportamento da receita, em linhas gerais, é fruto de um cenário econômico adverso; por outro lado, os números da execução da despesa refletem a postura da política fiscal adotada, bem como a ação dos gestores de cada unidade frente às necessidades dos órgãos ou entidades em prestarem/fornecerem bens e serviços públicos à sociedade.

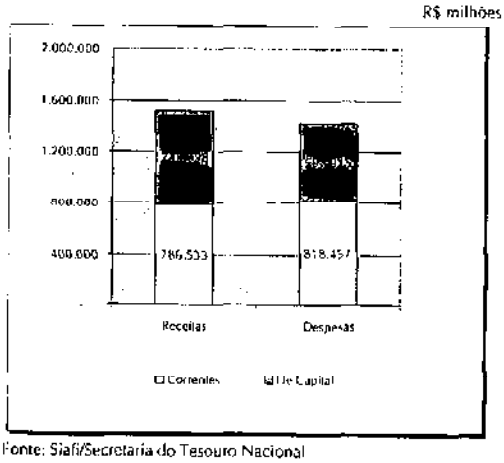
O exame do demonstrativo também revela a existência de um déficit corrente de R$ 31.924 milhões e de um superávit de capital de R$ 142.183 milhões.

Essa combinação de fatores, além de formar um resultado orçamentário global superavitário de R$ 110.260 milhões, denota, em termos econômicos, que a execução orçamentário da União em 2009 contribuiu para a descapitalização da estrutura do Estado Brasileiro.

Ou seja, recursos adquiridos por meio de receitas de capital foram alocados na aquisição de despesas correntes.

A figura seguinte ilustra essa situação.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2009



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

ANEXOS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS

ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
AUTARQUIAS
EMPRESAS PÚBLICAS
FUNDAÇÕES
FUNDOS
FUNDOS (DIRETA)
FUNDOS (INDIRETA)
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO: 2009 | MES: DEZ(FECHADO)
EMISSAO: 09/03/2010 | PAGINA: 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	852.252.321.137,00	852.252.321.137,00	786.532.569.207,91	65.719.751.929,09	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.581.447.761.494,00	1.674.013.903.384,00	1.357.879.507.451,30	320.134.395.932,70
RECEITAS TRIBUTARIAS	289.838.529.019,00	289.838.529.019,00	240.599.042.993,45	49.239.486.025,55	DESPESAS CORRENTES	834.264.560.055,00	886.405.279.976,00	774.744.119.192,81	110.621.160.783,19
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	444.157.077.434,00	444.157.077.434,00	411.385.293.396,61	32.771.784.037,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	168.787.876.711,00	169.148.884.713,00	165.860.513.014,40	3.288.371.698,60
RECEITAS PATRIMONIAIS	51.638.497.380,00	51.638.497.380,00	58.706.940.222,43	-7.068.442.842,43	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	124.710.971.428,00	164.928.400.761,00	124.802.564.918,43	40.125.835.842,57
RECEITAS AGROPECUARIAS	23.078.322,00	23.078.322,00	20.881.766,13	2.196.555,87	OUTRAS DESPESAS CORREN	540.765.731.929,00	551.328.274.482,00	484.331.041.259,98	66.997.233.222,02
RECEITAS INDUSTRIAIS	789.050.423,00	789.050.423,00	717.155.591,31	71.894.831,69	DESPESAS DE CAPITAL	747.183.181.439,00	792.608.623.408,00	583.065.388.258,49	209.543.235.149,51
RECEITAS DE SERVICOS	33.703.840.875,00	33.703.840.875,00	34.975.115.452,72	-1.271.274.577,72	INVESTIMENTOS	47.616.761.251,00	46.638.633.205,00	35.203.070.432,61	11.435.562.831,39
TRANSFERENCIAS	304.760.147,00	304.760.147,00	142.141.865,63	162.618.281,47	INVERSOES FINANCEIRAS	41.959.587.582,00	43.166.801.922,00	29.997.204.043,60	13.169.597.878,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	31.797.487.537,00	31.797.487.537,00	39.935.997.911,73	-8.138.510.434,73	AMORTIZACAO DA DIVIDA	331.677.751.824,00	682.342.931.129,01	517.695.113.781,28	164.446.817.347,72
RECEITAS DE CAPITAL	729.195.440.357,00	729.195.440.357,00	740.098.453.403,58	-10.903.013.076,58	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.929.080.802,00	20.461.157.092,00	0,00	20.461.157.092,00
OPERACOES DE CREDITO	644.611.501.160,00	644.611.501.160,00	497.763.874.299,04	146.867.626.860,96	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	16.968.060.960,00	10.447.617.018,41	6.520.443.941,59
ALIENACAO DE BENS	5.070.315.204,00	5.070.315.204,00	474.309.242,35	4.596.005.961,65	DESPESAS CORRENTES	0,00	7.805.656.949,00	7.444.988.693,90	360.668.255,10
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	22.261.895.492,00	22.261.895.492,00	25.669.779.754,68	-3.407.884.302,68	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	15.000.000,00	2.705.344,12	12.294.655,88
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	149.760.956,00	149.760.956,00	85.443.406,14	64.317.449,86	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	7.790.656.949,00	7.442.283.349,78	348.373.599,22
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	57.101.947.645,00	57.101.947.645,00	716.125.046.681,37	-659.023.099.036,37	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	11.162.204.011,00	3.002.626.324,51	8.159.575.686,49
					INVESTIMENTOS	0,00	5.144.685.869,00	2.090.533.001,71	3.054.152.867,29
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	6.017.518.142,00	912.093.322,80	5.105.422.819,20
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	8.191.859.853,00	6.651.224.356,64	1.540.635.496,36
					DESPESAS CORRENTES	0,00	2.906.565.880,00	2.158.755.339,24	747.810.540,76
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	2.906.565.880,00	2.158.755.339,24	747.810.540,76
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5.285.293.973,00	4.492.469.017,40	792.824.955,60
					INVESTIMENTOS	0,00	5.284.943.973,00	4.492.119.017,40	792.824.955,60
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	350.000,00	350.000,00	0,00
SUBTOTAL I	1.581.447.761.494,00	1.581.447.761.494,00	1526.631.022.641,48	54.816.738.852,51	SUBTOTAL I	1.581.447.761.494,00	1.735.173.624.197,00	1.374.978.348.826,35	330.195.475.370,65

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANCO ORCAMENTARIO - DFSS
SUBTÍTULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
09/03/10 0	2

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
					CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	0,00	40.329.220.695,54	-40.329.220.695,54
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	33.522.109.593,67	-33.522.109.593,67
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	0,00	1.212.800.001,81	-1.212.800.001,81
					JUROS/ENCARGOS DA DÍVID	0,00	0,00	6.645.005,55	-6.645.005,55
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	0,00	32.302.664.586,31	-32.302.664.586,31
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	6.807.111.101,87	-6.807.111.101,87
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	3.548.104.893,62	-3.548.104.893,62
					INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	3.244.120.445,63	-3.244.120.445,63
					AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	16.865.762,62	-16.865.762,62
					CRÉDITOS ESPECIAIS	0,00	0,00	447.906.821,52	-447.906.821,52
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	38.256.157,29	-38.256.157,29
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	0,00	240.912,14	-240.912,14
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	0,00	38.015.245,15	-38.015.245,15
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	409.650.664,23	-409.650.664,23
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	409.650.664,23	-409.650.664,23
					CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	615.937.038,85	-615.937.038,85
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	508.854.351,03	-508.854.351,03
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	0,00	508.854.351,03	-508.854.351,03
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	107.082.687,82	-107.082.687,82
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	107.082.687,82	-107.082.687,82
SUBTOTAL II					SUBTOTAL I	0,00	0,00	41.393.164.555,91	-41.393.164.555,91
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	25.532.310.892,00	0,00	25.532.310.892,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	96.906.035.595,00	0,00	96.906.035.595,00					
TOTAL	1.581.447.761.494,00	1.703.886.107.184,00	1.526.631.022.641,49	177.255.085.342,51	TOTAL	1.581.447.761.494,00	1.705.173.824.197,00	1.416.301.413.382,25	288.872.410.814,74
DEFICIT TOTAL					SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	110.259.009.259,23	-110.259.009.259,23
TOTAL GERAL	1.581.447.761.494,00	1.703.886.107.184,00	1.526.631.022.641,49	177.255.085.342,51	TOTAL GERAL	1.581.447.761.494,00	1.705.173.824.197,00	1.526.631.022.641,49	178.642.401.555,51

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	576.031.423.755,00	576.031.423.755,00	500.206.983.438,01	15824.460.319,95	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.151.236.755.886,00	1.236.155.622.206,00	977.391.554.505,72	258.865.067.700,28
RECEITAS TRIBUTARIAS	277.997.969.881,00	277.997.969.881,00	236.256.152.172,86	41313.817.708,14	DESPESAS CORRENTES	478.676.395.977,00	511.710.012.627,00	438.698.318.171,39	72.611.674.456,61
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	216.334.044.804,00	216.334.044.804,00	220.197.052.891,96	-3863.008.391,96	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	120.589.904.735,00	116.033.402.303,00	113.799.714.965,32	1.233.677.937,68
RECEITAS PATRIMONIAIS	33.431.948.071,00	33.431.948.071,00	45.815.532.541,60	-12383.584.470,60	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	124.694.389.306,00	164.908.323.552,00	124.588.415.839,43	40.319.887.425,57
RECEITAS AGROPECUARIAS	372.923,00	372.923,00	575.161,15	-202.242,15	OUTRAS DESPESAS CORREN	233.392.064.936,00	231.768.286.862,00	200.510.117.969,64	31.259.168.892,36
RECEITAS INDUSTRIAIS	1.420,00	1.420,00	0,00	1.420,00	DESPESAS DE CAPITAL	668.560.359.909,00	724.445.609.579,00	538.430.215.334,33	186.053.393.644,67
RECEITAS DE SERVICOS	24.678.719.879,00	24.678.719.879,00	24.962.254.976,48	-283.535.097,48	INVESTIMENTOS	25.152.706.585,01	23.305.923.083,00	17.148.740.543,42	6.157.182.539,58
TRANSFERENCIAS	86.527.064,00	86.527.064,00	77.039.518,58	9.487.552,42	INVERSOES FINANCEIRAS	31.748.390.377,00	31.061.710.165,00	3.426.945.577,61	8.582.744.587,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	23.931.839.913,00	23.931.839.913,00	32.808.356.971,38	-8968.518.159,38	AMORTIZACAO DA DIVIDA	631.692.675.107,00	692.261.320.051,00	517.856.470.213,30	164.435.649.187,70
RECEITAS DE CAPITAL	724.589.792.194,00	724.589.792.194,00	794.370.471.553,30	-9780.679.359,30	RESERVA DE CONTINGENCIA	11.985.579.840,00	6.007.856.130,00	0,00	6.667.856.130,00
OPERACOES DE CREDITO	643.742.300.308,00	643.742.300.308,00	737.635.860.351,82	-140100.039.955,08	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	17.599.437.148,00	9.925.962.238,82	7.673.494.909,18
ALIENACAO DE BENS	4.695.991.134,00	4.695.991.134,00	321.891.021,40	4374.100.105,60	DESPESAS CORRENTES	0,00	7.573.884.798,00	7.363.674.230,77	210.310.167,23
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	18.772.802.275,00	18.772.802.275,00	28.268.819.005,51	-1496.016.730,51	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	7.573.884.798,00	7.363.674.230,77	210.310.567,23
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	79.574.407,00	79.574.407,00	23.052.191,88	56.212.209,12	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	10.025.552.350,00	2.562.368.008,05	7.463.184.341,95
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	57.099.124.070,00	57.099.124.070,00	216.120.708.964,53	-159021.674.858,53	INVESTIMENTOS	0,00	4.043.906.208,00	1.650.444.885,25	2.393.461.322,75
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	5.681.646.142,00	911.923.122,80	5.069.742.819,20
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	5.679.520.418,00	4.537.260.827,48	1.142.259.590,51
					DESPESAS CORRENTES	0,00	2.836.747.880,00	2.109.625.508,03	727.122.371,97
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	2.836.747.880,00	2.109.625.508,03	727.122.371,97
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	2.842.772.538,00	2.427.634.319,45	415.138.218,54
					INVESTIMENTOS	0,00	2.842.422.538,00	2.427.284.319,46	415.138.218,54
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	350.000,00	350.000,00	0,00
SUBTOTAL I	1.300.621.215.949,00	1.300.621.215.949,00	1.294.577.454.991,31	6043.760.960,69	SUBTOTAL I	1.151.236.755.886,00	1.269.475.578.772,00	991.794.716.572,03	267.680.823.199,97

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORCAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
REPASSE	415.848.099.585,74	-413.562.666.875,88	378.931.792.571,75	-34.630.874.304,13	CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	2230.984.013,90	11.213.011.813,08	-8.987.047.799,18
SUB-REPASSE	-0,02	0,03	-16,99	16,97	DESPESAS CORRENTES	0,00	4990.265.031,34	9.286.949.468,43	-4.296.684.437,09
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	1.153.899.482,16	1.189.854.314,91	-35.954.832,75
					JUROS/ENCARGOS DA DIVID	0,00	-6.645.005,55	0,00	-6.645.005,55
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	3843.010.554,73	8.097.095.153,52	-4.254.084.598,79
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	-2759.301.017,44	-1.931.052.344,65	-4.690.353.362,09
					INVESTIMENTOS	0,00	62.916.017,85	1.755.686.672,44	-1.692.770.654,59
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	-2805.333.272,71	175.365.472,21	-2.980.698.744,92
					AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	-16.885.762,58	0,00	16.885.762,62
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	16.957.413,90	445.732.558,48	-428.775.144,54
					DESPESAS CORRENTES	0,00	2.124.871,08	39.140.116,23	-36.015.245,15
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	240.912,14	240.912,14	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	1.883.958,94	37.899.204,09	-36.015.245,15
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	14.832.542,82	407.592.442,25	-392.759.899,39
					INVESTIMENTOS	0,00	14.832.542,82	407.592.442,23	-392.759.899,39
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	-59.539.895,60	481.216.908,59	-540.816.775,19
					DESPESAS CORRENTES	0,00	118.901.083,61	389.849.634,95	-508.750.718,55
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	-118.901.083,60	389.849.634,95	-508.750.718,55
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	59.301.217,99	91.367.273,64	-32.066.055,64
					INVESTIMENTOS	0,00	59.301.217,99	91.367.273,64	-32.066.055,64
SUBTOTAL II	-415.848.099.585,75	-413.562.666.875,90	-378.931.792.588,74	-34.630.874.287,16	SUBTOTAL II	0,00	2.188.321.561,22	12.144.961.280,13	-9.956.639.718,91
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	24.940.482.932,00	0,00	24.940.482.932,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	96.567.609.294,00	0,00	96.567.609.294,00					
RECEITA LEG. DESCENTRALIZ.	254.775.590.782,00	254.775.590.782,00	203.162.649.715,80	51.552.741.066,20					
TOTAL	1.139.548.707.145,24	1.263.242.231.081,10	1.118.838.492.175,37	144.403.738.955,73	TOTAL	1.157.236.755.881,00	1.281.663.901.333,21	1.003.919.717.852,16	257.724.183.481,06
DEFICIT TOTAL					SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	114.918.774.273,21	-114.918.774.273,21
TOTAL GERAL	1.139.548.707.145,24	1.263.242.231.081,10	1.118.838.492.175,37	144.403.738.955,73	TOTAL GERAL	1.157.236.755.881,00	1.281.663.901.333,21	1.118.838.492.125,37	162.825.409.207,85

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
08/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	217.878.937.949,00	217.878.937.841,00	202.242.278.279,33	14.636.659.569,67	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	331.207.567.056,00	344.697.771.000,00	316.929.259.205,51	27.768.511.794,49
RECEITAS TRIBUTARIAS	4.591.605.481,00	4.591.605.481,00	4.017.953.577,51	573.651.907,41	DESPESAS CORRENTES	299.227.796.327,00	310.774.834.408,00	295.835.287.480,42	14.939.556.927,58
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	196.807.983.635,00	196.807.983.635,00	187.844.719.441,01	8.963.264.197,99	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	37.907.453.749,00	48.799.334.183,00	44.883.308.996,08	1.916.025.287,92
RECEITAS PATRIMONIAIS	8.656.124.882,00	8.656.124.882,00	3.757.588.124,08	4.898.536.757,92	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	16.585.119,00	20.077.119,00	14.129.082,00	5.948.037,00
RECEITAS AGROPECUARIAS	22.705.399,00	22.705.399,00	20.306.600,98	2.398.798,02	OUTRAS DESPESAS CORREN	261.303.747.459,00	263.555.423.106,00	250.941.829.503,34	13.013.593.602,66
RECEITAS INDUSTRIAIS	608.913.188,00	608.913.188,00	534.715.997,25	74.197.170,75	DESPESAS DE CAPITAL	31.979.770.729,00	33.922.936.592,00	21.093.991.725,09	12.832.944.866,91
RECEITAS DE SERVICOS	2.024.788.141,00	2.024.788.141,00	1877.603.804,33	147.184.336,67	INVESTIMENTOS	18.306.367.946,00	19.331.996.822,00	16.181.103.666,24	3.150.893.155,76
TRANSFERENCIAS	138.793.472,00	138.793.472,00	45.160.921,34	93.632.550,66	INVERSOES FINANCEIRAS	4.812.375.304,00	5.724.277.856,00	4.868244.490,87	855.013.365,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	5.028.023.163,00	5.028.023.662,00	5144.229.812,75	-116.206.149,75	AMORTIZACAO DA DIVIDA	45.076.693,00	50.711.126,00	39643.567,98	11.067.560,02
RECEITAS DE CAPITAL	930.238.340,00	930.238.340,00	197.173.835,66	733.064.504,34	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.815.950.786,00	6.815.950.786,00	0,00	6.815.950.786,00
OPERACOES DE CREDITO	777.297.953,00	777.297.953,00	246.378,45	777.051.574,55	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	1.271.340.920,00	489594.176,51	781.746.743,49
ALIENACAO DE BENS	98.129.180,00	98.129.180,00	143.605.671,02	-45.476.691,02	DESPESAS CORRENTES	0,00	179.793.388,00	49665.771,05	129.927.616,95
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	1.025.187,00	1.025.187,00	1.526.759,42	-501 572,42	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	15.000.000,00	2705.344,12	12.294.655,88
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	50.962.445,00	50.962.445,00	51.794.825,75	-832.381,77	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	164.793.388,00	47160.426,93	117.632.961,07
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	2.823.575,00	2.823.575,00	0,00	2.823.575,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.091.547.532,00	439728.405,46	651.819.126,54
					INVESTIMENTOS	0,00	1.056.555.532,00	439536.405,46	517.019.126,54
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	34.992.000,00	192.000,00	34.800.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	2.437.339.435,00	2.040622.115,80	396.717.319,20
					DESPESAS CORRENTES	0,00	69.816.000,00	49129.831,21	20.688.168,79
					OUTRAS DESPESAS CURREN	0,00	69.816.000,00	49129.831,21	20.688.168,79
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	2.367.521.435,00	1.991492.284,59	376.029.150,41
					INVESTIMENTOS	0,00	2.367.521.435,00	1.991492.284,59	376.029.150,41
SUBTOTAL I	218.809.176.189,00	218.809.176.189,00	203439.452.114,95	15.369.724.074,01	SUBTOTAL I	331.207.567.056,00	348.406.451.355,00	319.459475.497,82	28.946.975.857,18

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTÍTULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAC SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
REPASSE	343.291.622.737,00	361.144.193.952,25	316.657.008.716,38	44486.385.235,81	CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	17.539.337.406,01	26.890.746.809,32	-9.341.409.502,69
SUB-REPASSE	0,00	0,00	0,01	-0,01	DESPESAS CORRENTES	0,00	15.450.371.416,85	23 935 342 648,80	-8.484.971.231,95
MOV CRED FUSAO/CISAO/INCO	-1.370.467.960,02	-1.370 467.960,02	0,00	-1.370.467.960,01	PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	-1.160.532.482,18	15.312 686,00	-1.176.845 160,06
					JUROS/ENCARGOS DA DIVD	0,00	6 645.005,55	6 645.005,55	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	16 604.258.893,43	23 912.384.956,35	-7.308126.062,69
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	2 088 985.989,79	2.915.404.260,52	-856 438.270,73
					INVESTIMENTOS	0,00	993.671.839,48	1 677.491.484,50	-683819.645,02
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.078.408.387,69	1.251.027.013,40	-172619.625,71
					AMORTIZACAO DA DIVDA	0,00	16.885.762,62	16.885.762,62	0,00
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	-16.975.954,98	2 058.222,00	-19.034.176,98
					DESPESAS CORRENTES	0,00	-2.240.912,14	0,00	-2.240.912,14
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	-240.912,14	0,00	-240.912,14
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	-2.000.000,00	0,00	-2.000.000,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	-14.735.042,84	2.058.222,00	-16.793.264,84
					INVESTIMENTOS	0,00	-14.735.042,84	2.058.222,00	-16.793.264,84
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	60.424.866,57	134.720.130,26	-74.295.263,69
					DESPESAS CORRENTES	0,00	118.90? 083,65	118.804.716,06	96.367,52
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	118.901 083,65	118.804.716,06	96.367,52
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	-58.476 217,08	15.915.414,18	-74.391.631,21
					INVESTIMENTOS	0,00	-58.476 217,08	15.915.414,18	-74.391.631,21
SUBTOTAL II	340.921.154.776,98	359 773.725 992,23	316.657.808.716,37	43115.917.275,85	SUBTOTAL I	0,00	17.582.786.318,23	27.017.525 261,58	-9.434.738.943,35
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	69.542 836,00	0,00	69.542.836,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	214.926 643,00	0,00	214.926.643,00					
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	213.163.095.215,00	-213.163.095 219,00	-198 237.976 394,65	-14.925 118.824,35					
TOTAL	348.567.235.746,98	366.700.275.441,23	321.859 784.438,71	44.840.992.004,52	TOTAL	131.207.567.054,00	350 989 237.673,23	349.477.000.759,40	19.512.236.913,83
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	24.617.716.322,69	24.617.716.322,68	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	348.567.235.746,98	366.700.275.441,23	346.477.000.759,40	19.223.275 081,88	TOTAL GERAL	131.207.567.054,00	350.989.237.673,23	349.477.000.759,40	19.512.236.913,83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO -OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	213.897.988.568,00	213.897.988.568,00	201.272.034.716,85	12.625.953.851,15	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	304.443.745.201,00	313.273.564.088,00	288.901389.707,12	24.372.174.288,88
RECEITAS TRIBUTARIAS	4.591.605.485,00	4.591.605.485,00	4.017.953.424,59	573.652.060,41	DESPESAS CORRENTES	281.698.258.054,00	288.810.559.337,00	275.347.594.947,49	13.292.964.389,51
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	196.807.983.630,00	196.807.983.63000	187802.971 266,24	9.005.012.372,76	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	28.813.416.751,00	32.495.863.568,00	30.978509.334,09	1.517.354.233,91
RECEITAS PATRIMONIAIS	6.128.430.291,00	6.128.430.29100	3231.175.080,42	2.897.255.210,58	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	2.514.971,00	2.514.971,00	1.670.247,58	844.723,42
RECEITAS AGROPECUARIAS	7.684.082,00	7.684.08200	6.255.005,13	1.429.076,87	OUTRAS DESPESAS CORREN	254.782.326.932,00	258.182.180.798,00	244.367415.365,82	11.774.765.432,18
RECEITAS INDUSTRIAIS	74.886.610,00	74.886.61000	77.683.204,38	2.796.594,38	DESPESAS DE CAPITAL	22.845.487.147,00	24.573.004.749,00	13.553794.849,63	11 019.209.899,37
RECEITAS DE SERVICOS	1.351.949.111,00	1.351.949.11100	1276.733.631,64	75 215 479,36	INVESTIMENTOS	12.297 640.137,00	14.098.441.856,00	11.549449.401,93	2.548.992.454,07
TRANSFERENCIAS	107.836.900,00	107 836.90000	31.023.924,87	76.812.975,13	INVERSOES FINANCEIRAS	2.495.728.535,00	2.420.921.918,00	1.991871.962,66	429.049.955,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	4.827.612.450,00	4.827.612.45000	4628.339.179,58	-828.729,58	AMORTIZACAO DA DIVIDA	12.195.978,00	13 716.478,00	12473.485,04	1.244.992,96
RECEITAS DE CAPITAL	787.655.016,00	787.655.01600	99.008.156,16	688.646.859,84	RESERVA DE CONTINGENCIA	8.039.922.497,00	8.039.922.497,00	0,00	8.039.922.497,00
OPERACOES DE CREDITO	751.748.285,00	751.748.28500	0,00	751.748.285,00	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	879.977.632,00	297055.811,09	582.921.820,91
ALIENACAO DE BENS	27.250.258,00	27.250.25800	97.034.109,51	-69.783.845,51	DESPESAS CORRENTES	0,00	56.146 113,00	9470.322,16	46.675.790,84
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	1.025.187,00	1.025.187,00	1.526.709,42	-501.572,42	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	56.146.113,00	9470.322,16	46.675.790,84
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.807.701,00	4.807.701,00	447.293,23	4.360.407,77	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	823.831.519,00	287585.488,93	536.246.030,07
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	2.823.575,00	2.823.575,00	0,00	2.823.575,00	INVESTIMENTOS	0,00	789.031.519,00	287585.488,93	501.446.030,07
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	34.800.000,00	0,00	34.800.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	2.128.019.545,00	1.739703.162,91	388.310.382,09
					DESPESAS CORRENTES	0,00	69.818.000,00	49129.831,21	20 688.168,79
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	69.818.000,00	49129.831,21	20.688.168,79
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	2.058.195.545,00	1.690573.331,70	367.622 213,30
					INVESTIMENTOS	0,00	2.058.195.545,00	1.690573.331,70	367.622.213,30
SUBTOTAL I	214.685.643.584,00	214.685.643.584,00	201.371.042.873,01	13.314.600.710,99	SUBTOTAL I	304.443.745.201,00	316.211.555.283,00	290.938.148.771,12	25.283.405.491,88

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - CFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO: 2009 | MES: DEZ(FECHADO)
EMISSAO: 09/03/2010 | PAGINA: 2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
REPASSE	311.661.828.433,00	328.755.750.834,81	292983.865.357,36	35 771 885 478,45	CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	15.706.346.060,47	24.084.307.123,35	-8.377 961.062,88
MOV CRED FUSAO/CISAO/INCO	-1.370.467.960,02	-1.370.467.960,02	0,00	-1.370.467.960,02	DESPESAS CORRENTES	0,00	14.082 507.959,87	21.73/428.247,61	-7.654.920.287,74
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	-1.001.965.034,96	10.160.215,63	-1.012 125.220,59
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	15.084.472.994,83	21.727.268.031,98	-6.642.795.067,15
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.623.838.100,60	2.346878.875,74	-723.040.775,14
					INVESTIMENTOS	0,00	644.958 789,51	1.195475 *96,54	-550.519.426,93
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	978.882.330,99	1.151403.679,20	-172.521.348,21
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	16.735.042,84	2058.222,00	-16 763.264,84
					DESPESAS CORRENTES	0,00	-2.000.000,00	0,00	-2 000.000,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	-2.000.000,00	0,00	-2.000.000,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	14.735.042,84	2058.222,00	-16.763.264,84
					INVESTIMENTOS	0,00	14.735.042,84	2058.222,00	-16.763.264,84
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	91.060.061,84	13.239.419,21	-74.219.481,05
					DESPESAS CORRENTES	0,00	6.850.000,00	6757.849,84	92.150,16
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	6.850.000,00	6757.849,84	92.150,16
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	57.910.061,84	6481.569,37	-74.391.631,21
					INVESTIMENTOS	0,00	57.910.061,84	6481.569,37	-74.391.631,21
SUBTOTAL II	310 451 360 872,98	327.385 282.875,79	292983.865.357,36	34.401.417.518,43	SUBTOTAL II	0,00	15.828 550.855,79	24.099604.784,58	-8.471.053.808,77
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	52.954.793,00	0,00	52.954 793,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	156.304.635,00	0,00	156.304.635,00					
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	-210.700.522.143,00	-210.700.522.143,00	-197651.754.630,20	-13.048.767.512,80					
TOTAL	314.475.482.113,98	331.579.663.744,79	296703.153.600,17	34.876 510.144,63	TOTAL	304 443.745.201,00	331.650.106.218,79	315.037753.535,68	16.612 352.683,11
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	18334.599.935,51	-18.334.599.935,51	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	314.475 482.113,98	331.579.663.744,79	315037 753.535,68	16.541.910.209,11	TOTAL GERAL	304 443 745.201,00	331.650.106.218,79	315.037753.535,68	16 612.352.683,11

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	2.759.902.459,00	2.759.902.459,00	783.739.832,06	1.976.162.626,94	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	9.042.520.526,00	10.159.847.024,00	8.607.070.228,87	1.552.776.795,13
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	0,00	0,00	41.748.174,77	-41.748.174,77	DESPESAS CORRENTES	2.932.457.462,00	3.578.259.066,00	3.384.663.756,93	93.595.309,07
RECEITAS PATRIMONIAIS	2.457.556.258,00	2.457.556.258,00	462.256.033,94	1.995.300.224,06	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	2.027.524.010,00	2.512.590.890,00	2.497.302.840,33	15.288.049,67
RECEITAS AGROPECUARIAS	14.832.357,00	14.832.357,00	13.956.681,73	875.675,27	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	1.442.302,00	2.678.302,00	1.511.849,96	1.166.452,04
RECEITAS INDUSTRIAIS	100.953.421,00	100.953.421,00	62.058.190,97	38.895.230,03	OUTRAS DESPESAS CORREN	903.491.141,00	1.062.989.874,00	985.849.068,64	77.140.807,36
RECEITAS DE SERVICOS	113.459.756,00	113.459.756,00	122.729.348,10	-9.269.590,10	DESPESAS DE CAPITAL	6.110.063.064,00	6.481.587.958,00	5.022.406.471,94	1.459.181.486,06
TRANSFERENCIAS	13.279.996,00	13.279.996,00	4.663.106,91	8.616.889,09	INVESTIMENTOS	3.030.844.193,00	2.402.365.152,00	2.142.562.731,33	259.802.420,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	59.820.669,00	59.820.669,00	76.326.315,64	-16.505.646,64	INVERSOES FINANCEIRAS	2.300.000.000,00	3.300.000.000,00	2.876.664.929,48	423.335.070,52
RECEITAS DE CAPITAL	136.299.875,00	136.299.875,00	85.334.917,49	50.964.957,51	AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.180.582,00	3.194.517,00	3.178.811,13	15.705,87
OPERACOES DE CREDITO	19.790.658,00	19.790.658,00	245.378,45	19.545.279,55	RESERVA DE CONTINGENCIA	776.028.289,00	776.028.289,00	0,00	776.028.289,00
ALIENACAO DE BENS	70.404.473,00	70.404.473,00	39.022.789,54	32.381.683,46	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	339.025.255,00	162.229.367,79	176.795.887,21
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	46.104.744,00	46.104.744,00	47.065.749,50	-961.005,50	DESPESAS CORRENTES	0,00	104.871.036,00	40.392.393,89	64.478.642,11
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	15.000.000,00	2.785.344,12	12.214.655,88
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	89.871.036,00	37.607.049,77	52.113.986,23
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	234.154.219,00	121.836.973,90	112.317.245,10
					INVESTIMENTOS	0,00	233.962.219,00	121.644.973,90	112.317.245,10
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	192.000,00	192.000,00	0,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	12.623.490,00	12.623.490,00	0,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	12.623.490,00	12.623.490,00	0,00
					INVESTIMENTOS	0,00	12.623.490,00	12.623.490,00	0,00
SUBTOTAL I	2.896.202.334,00	2.896.202.334,00	869.074.749,55	2.027.127.584,45	SUBTOTAL I	9.042.520.526,00	10.511.495.769,00	8.781.923.086,60	1.729.572.682,34

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
05/03/2010	2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
REPASSE	10.046.845.103,00	10.731.413.019,64	6.817.841.729,28	3.913.571.330,36	CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	663.222.034,98	705080.084,85	-41.858.049,87
					DESPESAS CORRENTES	0,00	553.376.914,22	559250.487,83	-5.923.573,61
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	98.746,96	98.746,96	0,00
					JUROS/ENCARGOS DA DIVID	0,00	6.340.119,28	6340.119,28	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	546.888.047,98	552811.621,59	-5.923.573,61
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	109.885.120,76	145629.597,02	-35.744.476,26
					INVESTIMENTOS	0,00	945.363,44	36690.500,20	-35.945.136,76
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	92.060.994,70	92053.334,20	7.660,50
					AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	16.885.762,62	16885.762,62	0,00
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	-240.912,14	0,00	-240.912,14
					DESPESAS CORRENTES	0,00	-240.912,14	0,00	-240.912,14
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	-240.912,14	0,00	-240.912,14
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	21.585.833,80	21581.616,44	4.217,36
					DESPESAS CORRENTES	0,00	12.151.988,99	12147.771,63	4.217,36
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	12.151.988,99	12147.771,63	4.217,36
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.433.844,81	9433.844,81	0,00
					INVESTIMENTOS	0,00	9.433.844,81	9433.844,81	0,00
SUBTOTAL II	10.046.845.103,00	10.731.413.019,64	6.817.841.729,28	3.913.571.330,36	SUBTOTAL II	0,00	684.566.956,64	726661.701,29	-42.094.744,65
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	1.159.010,00	0,00	1.159.000,00					
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	-2.455.011.076,00	-2.455.814.076,00	-494.428.728,59	-1.961.385.347,41					
TOTAL	10.487.238.361,00	11.172.960.317,64	7.192.487.750,24	3.380.472.667,40	TOTAL	9.042.520.526,40	11.190.062.725,64	9.508584.787,95	1.687.477.937,69
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	2.316.097.037,71	-2.316.097.037,71	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	10.487.238.361,00	11.172.960.317,64	9.508.584.787,95	1.064.375.629,69	TOTAL GERAL	9.042.520.526,40	11.190.062.725,64	9.508584.787,95	1.687.477.937,69

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	601.166.396,00	601.166.396,00	598.685.703,56	2.480.692,44	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	15.292.246.870,00	18.146.037.079,00	17.004.366.309,69	1.741.670.769,31
RECEITAS TRIBUTARIAS	0,00	0,00	153,00	-153,00	DESPESAS CORRENTES	13.112.405.228,00	16.149.450.449,00	15.070095.778,45	1.479.354.670,55
RECEITAS PATRIMONIAIS	51.540.986,00	51.540.986,00	44.869.804,06	6.671.181,94	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	8.182.381.660,00	10.163.964.117,00	10.229011.627,06	334.952.489,94
RECEITAS AGROPECUARIAS	186.428,00	186.428,00	90.318,12	96.109,88	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	216.315,00	216.315,00	0,00	216.315,00
RECEITAS INDUSTRIAIS	2.317.979,00	2.317.979,00	2.037.757,33	280.221,17	OUTRAS DESPESAS CORREN	4.929.807.251,00	5.985.270.017,03	4.841084.151,39	1.144.185.865,61
RECEITAS DE SERVICOS	400.168.037,00	400.168.037,00	321.616.798,41	78.551.238,59	DESPESAS DE CAPITAL	2.179.841.641,00	2.197.466.630,00	1.935270.531,24	262.216.098,76
TRANSFERENCIAS	17.501.797,00	17.501.797,00	9.365.779,79	8.136.017,21	INVESTIMENTOS	2.163.194.875,00	2.194.130.692,00	1.934562.932,51	259.567.759,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	129.451.169,00	129.451.169,00	220.705.092,15	-91.253.923,15	INVERSOES FINANCEIRAS	16.646.769,00	3.355.938,00	707.598,73	2.648.339,27
RECEITAS DE CAPITAL	6.190.099,00	6.190.099,00	12.662.988,69	-6.472.889,69	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	37.249.106,00	16308.997,63	20.940.108,37
OPERACOES DE CREDITO	5.759.000,00	5.759.000,00	0,00	5.759.000,00	DESPESAS CORRENTES	0,00	18.687.312,00	3.055,00	18.684.257,00
ALIENACAO DE BENS	381.099,00	381.099,00	8.381.204,65	-8.000 105,65	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	18.687.312,00	3.055,00	18.684.257,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	4.281.784,04	-4.231.784,04	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	18.561.794,00	16305.942,63	2.255.851,37
					INVESTIMENTOS	0,00	18 561 794,00	16305.942,63	2.255.851,37
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	266.702.400,00	258295.462,89	8.406.937,11
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	266.702.400,00	258295.462,89	8.406.937,11
					INVESTIMENTOS	0,00	266.702.400,00	258295.462,89	8.406.937,11
SUBTOTAL I	607.356.495,00	607.356.495,00	611.348.692,25	-3.992.197,25	SUBTOTAL I	15 292.246.870,00	19.050.888.585,00	17.279970.770,21	1.770.917.814,79

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - DFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
REPASSE	18.406.240.039,00	19.533.098.840,70	15.260.284.011,27	4272.814.829,43	CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	1.022.546.057,09	1.927.247.229,36	-904.701.172,27
SUB-REPASSE	0,00	0,00	0,01	-0,01	DESPESAS CORRENTES	0,00	685.908.124,25	1.503.908.568,67	-618.094.464,42
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	-158.527.975,86	29.604,14	-158.597.580,00
					JUROS/ENCARGOS DA DIVID	0,00	304.886,27	304.886,27	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	844.131.213,84	1.503.575.095,26	-659.443.884,42
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	336.637.932,84	423.337.640,69	-86.699.707,85
					INVESTIMENTOS	0,00	329.175.870,84	410.767.640,69	-66.591.769,85
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	7.462.062,00	7.570.000,00	-107.938,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	99.899.094,61	99.899.094,61	0,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	99.899.094,61	99.899.094,61	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	99.899.094,61	99.899.094,61	0,00
SUBTOTAL II	18.406.240.039,00	19.533.098.840,70	15.260.284.011,28	4272.814.829,42	SUBTOTAL II	0,00	1.122.445.151,70	2.027.146.323,97	-904.701.172,27
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	11.429.643,00	0,00	11.429.643,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	32.622.008,00	0,00	32.622.008,00					
RECEITAS DESCENTRALIZ.	-6.759.000,00	-6.759.000,00	-86.486.477,63	79.427.477,63					
TOTAL	18.006.837.534,00	20.177.747.386,70	15.765.446.225,90	4.302.301.160,80	TOTAL	15.292.246.870,00	20.173.333.736,70	19.307.117.094,18	866.216.642,52
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	3.521.670.868,28	-3521.670.868,28	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	18.006.837.534,00	20.177.747.386,70	19.307.117.094,18	870.630.292,52	TOTAL GERAL	15.292.246.870,00	20.173.333.736,70	19.307.117.094,18	866.216.642,52

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	58.341.959.533,00	58.341.959.533,00	23.083.327.496,57	35.258.632.039,43	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	93.003.438.552,00	97119.510.178,08	63.616.693.740,07	33.500.816.437,93
RECEITAS TRIBUTARIAS	7.678.953.653,00	7.678.953.653,00	324.837.240,00	7.354.016.410,00	DESPESAS CORRENTES	58.360.387.752,00	62920.432.741,08	40.046.513.541,00	22.873.919.200,00
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	31.015.049.191,00	31.015.049.191,00	3.343.520.959,64	27.671.528.231,36	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	7.300.468.227,00	7315.868.227,00	7.167.479.754,00	148.388.473,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	9.550.424.427,00	9.550.424.427,00	9.133.819.556,75	416.604.870,25	OUTRAS DESPESAS CORREN	51.059.919.525,00	55604.564.514,08	32.879.033.787,00	22.725.530.727,00
RECEITAS INDUSTRIAIS	180.135.635,00	180.135.635,00	182.439.541,06	-2.303.707,06	DESPESAS DE CAPITAL	34.643.050.800,00	34199.077.437,00	23.572.180.199,07	10.626.897.237,93
RECEITAS DE SERVICOS	7.000.332.855,00	7.000.332.855,00	5.135.256.671,91	-1134.923.816,91	INVESTIMENTOS	4.114.680.723,00	3970.713.360,00	1.873.186.223,95	2.097.527.136,05
TRANSFERENCIAS	79.439.611,00	79.439.611,00	19.941.433,61	59.498.177,39	INVERSOES FINANCEIRAS	25.400.813.901,00	25450.813.901,00	21.698.993.975,12	3.751.819.925,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	2.837.623.561,00	2.837.623.561,00	1.943.412.086,60	894.211.674,40	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.127.550.176,00	4777.550.176,00	0,00	4.777.550.176,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.675.409.823,00	3.675.409.823,00	5.630.808.044,62	-1656.398.221,62	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	97.282.892,00	32.080.603,08	65.202.288,92
OPERACOES DE CREDITO	91.902.699,00	91.902.699,00	107.967.561,67	-16.064.868,67	DESPESAS CORRENTES	0,00	52.178.763,00	31.548.692,08	20.630.070,92
ALIENACAO DE BENS	76.194.890,00	76.194.890,00	8.812.342,93	67.382.547,07	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	52.178.763,00	31.548.692,08	20.630.070,92
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	3.488.068.030,00	3.488.068.030,00	5.389.434.028,69	-1911.365.999,69	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	45.104.129,00	531.911,00	44.572.218,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	19.244.004,00	19.244.004,00	10.286.381,49	8.957.622,51	INVESTIMENTOS	0,00	44.224.129,00	531.911,00	43.692.218,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	0,00	0,00	4.307.722,84	-4.307.722,84	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	880.000,00	0,00	880.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	75.000.000,00	73.342.413,35	1.657.586,65
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	75.000.000,00	73.342.413,35	1.657.586,65
					INVESTIMENTOS	0,00	75.000.000,00	73.342.413,35	1.657.586,65
SUBTOTAL I	62.017.369.356,00	62.017.369.356,00	28.814.135.536,19	33403.233.817,81	SUBTOTAL I	93.003.438.552,00	97291.793.070,00	63.724 116.756,50	33.567.676.313,50

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - DFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
REPASSE	73.556.476.818,74	52.418.472.923,63	62273.983.855,39	-9.855.510.931,76	CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	-19.370.301.420,54	2.230.461.973,14	-22.000.763.393,68
SUB-REPASSE	0,02	0,02	16,98	-16,96	DESPESAS CORRENTES	0,00	-20.410.630.446,19	296.817.476,44	-20.740.453.924,63
MOV CRED FUSAO/CISAO/INCO	1.370.467.960,02	1.370.467.960,02	0,00	1.370.467.960,02	PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	6.633.000,00	6.633.000,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	-20.447.269.448,19	290.184.476,44	-20.740.453.924,63
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	970.335.027,55	1.939.644.496,70	-1.260.309.469,05
					INVESTIMENTOS	0,00	-1.056.569.857,37	113.916.536,68	-1.169.135.394,05
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.126.904.885,02	1.811.727.960,02	-90.103.075,00
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	16.541,06	116.041,06	97.500,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	116.041,06	116.041,06	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	116.041,06	116.041,06	0,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	-97.500,00	0,00	97.500,00
					INVESTIMENTOS	0,00	-97.500,00	0,00	97.500,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	-824.999,97	0,00	-824.999,97
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	-824.999,97	0,00	-824.999,97
					INVESTIMENTOS	0,00	-824.999,97	0,00	-824.999,97
SUBTOTAL II	74.926.944.806,78	53.788.940.905,67	62273.983.872,37	-8.485.042.988,70	SUBTOTAL II	0,00	-19.171.107.879,45	2.230.576.014,20	-22.001.485.893,65
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	626.285.124,00	0,00	626.285.124,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	123.499.661,00	0,00	123.499.661,00					
RECEITA TES. DESCENTRALIZ	-41.612.495.563,00	-41.612.495.563,00	-4964.873.331,15	-36.667.622.231,85					
TOTAL	95.331.818.601,78	74.943.599.461,67	85933.246.079,41	-10.989.646.617,74	TOTAL	98.003.438.552,60	77.320.685.190,55	85.951.604.770,70	11.565.990.419,85
DEFICIT TOTAL					SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	19.971.551.308,71	-19.978.551.308,71
TOTAL GERAL	95.331.818.601,78	74.943.599.461,67	85933.246.079,41	-10.989.646.617,74	TOTAL GERAL	98.003.438.552,60	77.320.685.190,55	85.951.246.079,41	-8.412.360.888,86

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	57.186.000.303,00	57.186.000.303,00	21.648.080.774,21	35.539.919.528,79	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	91.838.976.435,00	95955.046.061,00	53.617.806.047,47	32.337.142.013,53
RECEITAS TRIBUTARIAS	7.678.953.653,00	7.678.953.653,00	324.937.240,00	7.354.016.410,00	DESPESAS CORRENTES	58.353.187.752,00	62913.232.741,00	40.045.725.846,40	22.867.506.892,60
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	30.386.599.017,00	30.386.599.017,00	2.641.258.952,71	27.745.340.064,29	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	7.300.488.227,00	7315.868.227,00	7.167.479.754,00	148.388.473,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	9.028.154.191,00	9.028.154.191,00	8.438.042.230,25	590.112.160,71	OUTRAS DESPESAS CORREN	51.052.719.525,00	55597.364.514,00	32.878.246.094,40	22.719.118.419,60
RECEITAS INDUSTRIAIS	180.135.835,00	180.135.835,00	182.439.542,06	-2.303.707,06	DESPESAS DE CAPITAL	33.485.788.683,00	33041.815.320,00	13.572.180.199,07	9.469.635.120,93
RECEITAS DE SERVICOS	7.000.129.731,00	7.000.129.731,00	8.130.447.293,13	-1.130.317.562,13	INVESTIMENTOS	4.114.686.722,00	3970.713.360,00	1.873.186.223,95	2.097.527.136,05
TRANSFERENCIAS	79.439.611,00	79.439.611,00	15.941.430,61	59.498.177,31	INVERSOES FINANCEIRAS	25.400.813.901,00	25450.813.901,00	21.698.993.975,12	3.751.819.925,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	2.832.588.065,00	2.832.588.065,00	1.909.014.079,45	923.573.985,55	RESERVA DE CONTINGENCIA	3.970.286.059,00	3620.285.059,00	0,00	3.620.285.059,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.675.409.823,00	3.675.409.823,00	5.494.391.114,79	-1.818.981.291,79	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	97.282.892,00	32.080.603,08	65.202.288,92
OPERACOES DE CREDITO	91.902.899,00	91.902.899,00	107.967.567,67	-16.064.668,67	DESPESAS CORRENTES	0,00	52.178.763,00	31.548.692,08	20.630.070,92
ALIENACAO DE BENS	76.194.490,00	76.194.490,00	8.812.342,93	67.382.547,07	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	52.178.763,00	31.548.692,08	20.630.070,92
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	3.488.058.030,00	3.488.058.030,00	5.363.017.099,86	-1.874.949.069,86	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	45.104.129,00	531.911,00	44.572.218,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	19.244.904,00	19.244.904,00	10.286.381,49	8.957.522,51	INVESTIMENTOS	0,00	44.224.129,00	531.911,00	43.692.218,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	0,00	0,00	4.307.722,84	-4.307.722,84	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	880.000,00	0,00	880.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	75.000.000,00	73.342.413,35	1.657.586,65
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	75.000.000,00	73.342.413,35	1.657.586,65
					INVESTIMENTOS	0,00	75.000.000,00	73.342.413,35	1.657.586,65
SUBTOTAL I	60.861.410.126,00	60.861.410.126,00	27.140.471.888,00	33.720.938.237,00	SUBTOTAL I	91.838.976.435,00	96127.330.953,00	53.723.329.063,80	32.404.001.889,10

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO: 2009 | MES: DEZ(FECHADO)
EMISSAO: 09/03/2010 | PAGINA: 2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
REPASSE	72.392.217.855,74	91.254.213.930,63	62427.402.355,67	-11.173.188.425,04	CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	-21.140.769.380,96	868.994.013,12	-22.009.763.393,68
SUB-REPASSE	0,02	002	16,98	-16,96	DESPESAS CORRENTES	0,00	-20.440.635.448,19	209.817.476,44	-20.740.453.924,63
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	6.533.000,00	6.533.000,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	-20.447.268.448,19	293.184.476,44	-20.740.453.924,63
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	-700.132.932,37	560.176.536,68	-1.260.309.469,05
					INVESTIMENTOS	0,00	-1.456.969.857,37	112.916.536,68	-1.169.906.394,05
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	156.456.925,00	447.260.000,00	-90.803.075,00
					CREDITOS ESPECIAIS	0,00	18.541,06	116.041,06	-97.500,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	116.041,06	116.041,06	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	116.041,06	116.041,06	0,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	-97.500,00	0,00	97.500,00
					INVESTIMENTOS	0,00	-97.500,00	0,00	97.500,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	-824.999,97	0,00	-824.999,97
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	-824.999,97	0,00	-824.999,97
					INVESTIMENTOS	0,00	824.999,97	0,00	-824.999,97
SUBTOTAL II	72.392.217.855,76	91.254.213.930,65	62427.402.372,65	-11.173.188.442,00	SUBTOTAL II	0,00	-21.141.575.839,47	869.110.054,18	-22.001.485.893,65
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	626.285.124,00	0,00	626.285.124,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	123.499.661,00	0,00	123.499.661,00					
RECEITA TES. DESCENTRALIZ	-40.456.739.457,00	-40.456.739.457,00	-3519.197.597,47	-36.937.541.859,53					
TOTAL	92.796.980.524,76	72.408.669.38465	86048.676.664,18	-13.640.007.279,53	TOTAL	91.838.976.435,60	74.485.756.113,53	64 583.439.119,08	10.402.115.995,45
DEFICIT TOTAL					SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	21.465.237.546,10	-21.465.237.546,10
TOTAL GERAL	92.796.888.524,76	72.408.669.38465	86048.676.664,18	-13.640.007.279,53	TOTAL GERAL	91.838.976.435,60	74.485.756.113,53	86.048.676.664,18	-11.062.821.050,65

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAOSUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
08/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.155.959.230,00	1.155.959.230,00	1.437.246.719,36	281.287.489,36	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.164.462.117,00	1.164.462.117,00	787.692,60	1.163.674.424,40
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	828.450.174,00	828.450.174,00	702.262.006,93	-73.811.832,9	DESPESASCORRENTES	7.200.000,00	7.200.000,00	787.692,60	6.412.307,40
RECEITAS PATRIMONIAIS	322.270.036,00	322.270.036,00	695.777.326,50	173.507.290,5	OUTRAS DESPESAS CORREN	7.200.000,00	7.200.000,00	787.692,60	6.412.307,40
RECEITAS DE SERVICOS	203.124,00	203.124,00	4.809.378,78	-4.006.254,7	DESPESAS DE CAPITAL	1.157.262.117,00	1.157.262.117,00	0,00	1.157.262.117,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	5.035.896,00	5.035.896,00	34.398.007,15	-29.362.111,1	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.157.262.117,00	1.157.262.117,00	0,00	1.157.262.117,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	36.416.929,83	-36.416.929,8					
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	0,00	0,00	36.416.929,83	-36.416.929,8					
SUBTOTAL I	1.155.959.230,00	1.155.959.230,00	1.473.663.649,19	317.704.419,19	SUBTOTAL I	1.164.462.117,00	1.164.462.117,00	787.692,60	1.163.674.424,40

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - OFSS
SUBTITULO	UNIÃO - FUNDOS(INDIRETA)
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
09/03/2010	2

TITULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TITULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA					MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
REPASSE	1.164.258.991,00	1.164.258.991,00	-153.418.500,28	1.317.677.493,28	CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	1.370.467.960,02	1.370.467.960,02	0,00
MOV CRED FUSAO/CISAO/INCO	1.370.467.960,02	1.370.467.960,02	0,00	1.370.467.960,02	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.370.467.960,02	1.370.467.960,02	0,00
					INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	1.370.467.960,02	1.370.467.960,02	0,00
SUBTOTAL II	2.534.726.951,02	2.534.726.951,02	-153.418.500,28	2.688.145.453,30	SUBTOTAL II	0,00	1.370.467.960,02	1.370.467.960,02	0,00
RECEITAS DESCENTRALIZ	-1.155.756.106,00	-1.155.756.106,00	-1.435.675.733,68	279.919.627,68					
TOTAL	2.534.930.077,02	2.534.930.077,02	-115.930.584,77	2.650.860.661,79	TOTAL	1.164.462.117,00	2.534.930.077,02	1.371.255.652,62	1.163.674.424,40
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	1.486.066.237,39	-1.486.066.237,39	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	2.534.930.077,02	2.534.930.077,02	1.371.255.652,62	1.163.674.424,40	TOTAL GERAL	1.164.462.117,00	2.534.930.077,02	1.371.255.652,62	1.163.674.424,40

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	619.880.426,00	619.880.426,00	587.818.026,86	32.062.399,14	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	2.429.054.459,00	2577.422.611,00	2.415.432.889,83	161.989.941,17
RECEITAS PATRIMONIAIS	18.597.347,00	18.597.347,00	19.287.205,16	-689.858,66	DESPESAS CORRENTES	1.564.675.585,00	1906.565.556,00	1.835.912.997,55	59.652.558,45
RECEITAS AGROPECUARIAS	2.532,00	2.532,00	2.615,30	-83,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	884.141.919,00	1126.915.608,00	1.078.485.099,60	48.430.514,40
RECEITAS INDUSTRIAIS	430.755.158,00	430.755.158,00	392.936.844,37	37.818.313,63	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	12.411.531,00	14.667.531,00	10.946.984,46	3,720.546,54
RECEITAS DE SERVICOS	159.211.235,00	159.211.235,00	156.524.026,18	2.687.208,82	OUTRAS DESPESAS CORREN	668.122.135,00	764.982.417,00	747.480.919,49	17.501.497,51
TRANSFERENCIAS	174.779,00	174.779,00	108.109,77	66.669,23	DESPESAS DE CAPITAL	844.378.874,00	670.857.255,00	579.519.872,28	92.037.382,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	11.139.375,00	11.139.375,00	18.959.225,38	-7.819.850,38	INVESTIMENTOS	814.688.741,00	537.059.122,00	554.528.600,47	82.530.521,53
RECEITAS DE CAPITAL	93.350,00	93.350,00	167.773,32	-74.423,32	AMORTIZACAO DA DIVIDA	29.690.133,00	33.798.133,00	25.991.271,81	9.806.861,19
ALIENACAO DE BENS	93.350,00	93.350,00	167.773,32	-74.423,32	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	15.088.927,00	11.000.000,00	1.088.927,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	88.927,00	0,00	88.927,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	88.927,00	0,00	88.927,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.000.000,00	11.000.000,00	1.000.000,00
					INVESTIMENTOS	0,00	15.000.000,00	11.000.000,00	1.000.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINAROS	0,00	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
					INVESTIMENTOS	0,00	30.000.000,00	30.000.000,00	0,00
SUBTOTAL I	619.973.776,00	619.973.776,00	587.985.800,18	31.987.975,82	SUBTOTAL I	2.429.054.459,00	2.622.511.738,00	2.459.432.869,83	163.078.868,17

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIAMISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
REPASSE	1.976.207.962,00	2.123.931216,10	1.595.817.618,45	528.113.597,65	CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	147.223.254,10	164.112.471,76	-16.889.217,66
					DESPESAS CORRENTES	0,00	128.828.418,51	134.754.324,69	-5.925.906,18
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	-138.248,39	6.024.120,12	-6.162.368,47
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	128.766.666,90	128.730.204,52	36.462,29
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	18.594.835,59	29.358.147,07	-10.763.311,48
					INVESTIMENTOS	0,00	18.594.835,59	29.358.147,07	-10.763.311,48
SUBTOTAL II	1.976.207.962,00	2.123 931216,10	1.595.817.618,45	528.113.597,65	SUBTOTAL I	0,00	147.223.254,10	164.112.471,76	-16.889.217,66
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	26.000000,00	0,00	26.000.000,00					
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	0,00	0,00	-5.606.559,23	5.606.559,23					
TOTAL	2.598.681.738,00	2.759 904992,10	2.178.196.880,40	591.703.131,70	TOTAL	2.429.054.451,00	2.769.734.992,10	2.613.545.341,59	146.189.650,51
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	445.348.481,19	-445.348.481,19	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	2.598.681.738,00	2.759 904992,10	2.623.545.341,59	146.389.650,51	TOTAL GERAL	2.429.054.451,00	2.769.734.992,10	2.613.545.341,59	146.189.650,51

6.2.2. Balanço Financeiro

O Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, define a estrutura do Balanço Financeiro, onde a Receita Orçamentária é desdobrada segundo as Categorias Econômicas e a Despesa Orçamentária segundo as Funções. No entanto, devido à estrutura do Siafi, o Balanço Financeiro está sendo estruturado por Categoria Econômica tanto para Receita quanto para Despesa Orçamentária.

A Portaria nº 749/2009, da Secretaria do Tesouro Nacional, aprovou a alteração dos anexos da Lei 4.320/64. O Balanço Financeiro, anexo 13, passará a ter sua estrutura elaborada por fonte. De acordo com o art. 7º, as novas estruturas já podem ser adotadas, de forma facultativa, a partir de 2010, mas passam a ser obrigatórias para União, Estado e Distrito Federal a partir de 2012 e para Municípios a partir de 2013.

A verificação/análise do Balanço Financeiro é um instrumento para a definição de indicadores que servirão para avaliar a gestão financeira.

No Balanço Financeiro consolidado por Órgão, quando da ocorrência de contas com saldos ora positivos, ora negativos, foi mantido o saldo líquido. Nos consolidados por Tipo de Administração, quando os saldos contábeis referiram-se a ajustes ora positivos, ora negativos, esses foram contabilizados de forma positiva, não alterando, contudo, a consistência dos registros efetuados. Os Ingressos e os Dispêndios do Balanço Financeiro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social demonstram o movimento das operações financeiras do exercício, evidenciando a Receita e a Despesa Orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza Extra-Orçamentária, bem como os saldos financeiros provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme tabela 6.3.

Para fins de análise, foram excluídos do Balanço Financeiro da União, a seguir, valores que, na consolidação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, são compensáveis, pelo seu ingresso, com outros valores situados nos dispêndios, ou seja, o recebimento de recursos por um órgão que pode gerar um desembolso para outro, e desta maneira, da forma consolidada, esses valores se compensam.

TABELA 6-3 – BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTÁRIOS	1.526.631	1.225.306	ORÇAMENTÁRIOS	1.416.371	1.258.841
Receitas Correntes	802.928	779.357	Despesas Correntes	818.457	732.491
Receitas de Capital	740.423	462.094	Despesas de Capital	597.915	526.350
Deduções da Receita	(16.721)	(16.145)		0	0
EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	3.074.183	2.272.310	EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	3.029.297	2.251.560
Transferências Extra-orçamentárias	0	0	Transferências Extra-orçamentárias	0	0
Ingressos Extra-orçamentários	3.074.183	2.272.310	Dispêndios	3.029.297	2.251.560
DISP. DO PERÍODO ANTERIOR	290.698	303.483	DISP. PARA PERÍODO SEGUINTE	445.845	290.698
TOTAL	4.891.513	3.801.099	TOTAL	4.891.513	3.801.099

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias, que integram os ingressos, foram objeto de análise no capítulo 3.3, item 3.3.1 – *Análise da Execução Orçamentária da Receita*, onde foi comentado o desempenho das receitas registradas líquidas, ou seja, deduzidas dos Incentivos, Restituições e Retificações, no âmbito da gestão dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e classificadas por Categoria e Subcategoria Econômica.

Transferências Recebidas Vinculadas à Execução do Orçamento

As Transferências Recebidas refletem a movimentação de recursos financeiros entre os Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, em cumprimento à execução do Orçamento. Esses valores, demonstrados na Tabela 6-5, são compensados pelas Transferências Concedidas constantes do subitem Transferências Concedidas Vinculadas à Execução do Orçamento.

Transferências Recebidas Não Vinculadas à Execução do Orçamento

Essas transferências demonstram a movimentação de recursos financeiros, sem vinculação com o Orçamento do exercício, recebidos pelos Órgãos e Unidades da Administração Direta e Indireta, que foram efetuadas para fazer face aos pagamentos ou para devolução de recursos de terceiros. Dessa forma, são correspondidas pelas Transferências Concedidas contidas no subitem Transferências Concedidas Não Vinculadas à Execução do Orçamento e se constituem dos seguintes itens.

Ingressos Extra-Orçamentários

Considerando as exclusões, esse grupo impactou fortemente os ingressos (62,85%) e compreende os saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte. Outros valores são relativos às receitas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

TABELA 6-4 – INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Valores em Circulação	426.057	383.224	13,86	16,86
Valores a Classificar	3.234	(650)	0,11	-0,03
Valores Pendentes a Curto Prazo	743.277	481.592	24,18	21,19
Depósitos	12.188	6.946	0,40	0,31
Obrigações em Circulação	967.583	476.291	31,47	20,96
Receitas Extra-Orçamentárias	281	838	0,01	0,04
Ajustes de Direitos e Obrigações	921.564	924.069	29,98	40,67
TOTAL	3.074.183	2.272.310	100	100

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

A participação desse grupo no total de ingressos experimentou um aumento significativo em relação a 2008, quando foi de 59,78%.

Entre os saldos dos ingressos extra-orçamentários que tiveram maior relevância, destacaram-se:

I- Valores em Circulação:

a) Recursos Especiais a Receber – compreendem o somatório dos recursos provenientes do orçamento da União, não recebidos até o final do exercício de origem, e responderam por 86,85% dos valores em circulação, ou 7,56 % do total de ingressos;

b) Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que representaram 10,72% desse grupo;

II- Valores Pendentes a Curto Prazo:

c) Valores Diferidos – compreendem o saldo financeiro total disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de Cota, Repasse ou Sub-Repasse do exercício seguinte e que somaram R$ 743.277 milhões, ou 24,18% dos ingressos extra-orçamentários, com aumento significativo de participação em relação ao exercício anterior.

III- Os Depósitos, que totalizaram R$ 12.188 milhões e representaram 0,4% dos ingressos.

IV- Obrigações em Circulação:

a) Restos a Pagar NãoProcessados a Liquidar – são os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, referentes ao exercício de 2009, mas registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, da Lei n.º 4.320/64, e ainda conforme o artigo 42 da Lei Complementar n.º 101/2000. Totalizaram em 2009 R$ 92.126 milhões ou 9,52% do total de obrigações em circulação;

b) Recursos a Liberar para Pagamento de RP – registra o valor do recurso financeiro concedido aos Órgãos e ou Entidades pelo Tesouro, para fazer face aos pagamentos de Restos a Pagar inscritos ao final do exercício anterior e que no Balanço revela o montante de R$ 590.813 milhões representando 61% das Obrigações em Circulação;

V- Ajustes de Direitos e Obrigações, que apresenta os seguintes desdobramentos:

a) Incorporação de Direitos – registra o valor dos créditos incorporados ao patrimônio por aquisição, doação, transferência e outras entradas, independentes de execução orçamentária composto por Créditos Diversos a Receber e Outras Incorporações de Direitos, totalizando R$ 607.059 milhões, 65,87% do total dos Ajustes de Direitos e Obrigações;

b) Desincorporação de Obrigações – registra o valor das variações patrimoniais decorrentes da baixa de obrigações financeiras independentes de execução orçamentária, totalizando R$ 311.743 milhões;

c) Ajustes de Créditos – registra o valor das variações positivas do Ativo decorrentes do ajuste de valor dos créditos ao seu valor econômico, totalizando R$ 2.760 milhões.

Disponibilidade do Período Anterior

É representada pelos recursos financeiros remanescentes do exercício anterior ao encerrado, provenientes da movimentação financeira de R$ 290.698 milhões, representando 5,94 % dos ingressos do exercício.

Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias, da mesma forma que as receitas orçamentárias, foram objeto de comentários nos seus principais aspectos quando da análise da execução do orçamento do exercício na Parte III deste relatório.

Transferências Concedidas Vinculadas à Execução do Orçamento

As Transferências Concedidas retratam a movimentação dos recursos financeiros transferidos para Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, com o objetivo de garantir a execução orçamentária do Governo. Esse grupo tem seus valores excluídos do balanço consolidado por manter correspondência com as Transferências Recebidas constantes do subitem 6.2.2, e pode ser identificado conforme tabela a seguir.

Transferências Concedidas Não Vinculadas à Execução do Orçamento

Essas Transferências indicam a movimentação de recursos financeiros sem vinculação com o orçamento do exercício, concedida pelos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, incluindo as liberações destinadas à liquidação de Restos a Pagar.

Desta forma, são correspondidas pelas Transferências Recebidas contidas no subitem Transferências Recebidas Não Vinculadas à Execução do Orçamento e foram também excluídas do balanço consolidado para fins de análise. A Tabela 6-9 demonstra as parcelas que compõem o grupo.

Dispêndios Extra-Orçamentários

Observa-se da Tabela 6-4 que esse grupo responde por 61,92% dos Dispêndios, em 2009, e os seus subgrupos estão listados a seguir.

Os dispêndios extra-orçamentários compreendem, pela relevância, os saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente. Outros valores são relativos às despesas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

TABELA 6-5 – DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Valores em Circulação	677.013	426.142	22,35	18,93
Valores a Classificar	3.175	(2.933)	0,10	-0,13
Valores Pendentes a Curto Prazo	743.277	481.592	24,54	21,39
Depósitos	6.946	15.034	0,23	0,67
Obrigações em Circulação	680.770	383.006	22,47	17,01
Despesas Extra-Orçamentárias	2.561	2.657	0,08	0,12
Ajustes de Direitos e Obrigações	915.557	946.062	30,22	42,02
TOTAL	**3.029.297**	**2.251.560**	**100**	**100**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Entre os valores classificados como dispendios extra-orçamentários destacam-se:

I- Valores em Circulação:

a) Recursos Especiais a Receber – representam o somatório dos recursos provenientes do Orçamento da União, não recebidos até o final do exercício que lhes deu origem, e que no período totalizou R$ 625.255 milhões, 92,35% dos Valores em Circulação ou 12,78% dos dispêndios;

b) Recursos Vinculados – representam os valores relativos a depósitos vinculados em contas bancárias, obrigações contratuais, acordos e ajustes que os Órgãos e Entidades precisam honrar, no valor de R$ 1.321 milhões, 6,07% dos Valores em Circulação;

c) Depósitos Especiais do FAT – são os valores dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT nas instituições financeiras oficiais federais, conforme Lei nº. 8.352/91, e representaram 1,35% dos dispêndios extra-orçamentários com o valor de R$ 41.147 milhões.

II-Valores Pendentes a Curto Prazo:

a) Valores Diferidos – compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de cota, repasse e ou sub-repasse financeiros do exercício seguinte. Em 2009, o valor é de R$ 743.277 milhões, o que representa 15,2 % dos dispêndios.

III- Depósitos:

b) Valores dos recursos recebidos a título de Depósitos de Diversas Origens, que totalizaram R$ 6.945 milhões.

Obrigações em Circulação:

a) Restos a Pagar Não Processados – Inscrição – são valores inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2009, registrados como despesas nos termos dos arts. 36 e 103 da Lei nº 4.320/64: R$ 67.937 milhões, 9,98% das Obrigações em Circulação ou 1,4 % dos dispêndios;

b) Recursos a Liberar para Pagamento de RP – representam os valores financeiros necessários ao cumprimento da despesa inscrita em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício financeiro anterior e registraram um valor de R$ 339.404 milhões, 49% das Obrigações em Circulação ou 6,94 % dos dispêndios;

c) Recursos a Liberar por Transferência – registram o valor dos recursos a liberar pelas unidades central ou setoriais de programação financeira, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo órgão central; atingiram o valor de R$ 29.571 milhões.

VI- Ajustes de Direitos e Obrigações :

a) Recursos Diversos a Liberar – demonstram as Mutações Passivas decorrentes da Incorporação de Obrigações com Dívidas, Empréstimos e ou Financiamentos vinculados a contrato, representam 12,34 % de todos os dispêndios de 2009, com um valor de R$ 359.822 milhões;

b) Créditos Diversos a Receber – registram a Baixa de Créditos Diversos a Receber em decorrência de suas realizações no montante de R$ 303.981 milhões e a 10,03% do total dos dispêndios.

Disponibilidade para o Período Seguinte

É representada pelos recursos financeiros disponíveis para imediata aplicação no exercício subsequente ao de realização e que, em 2009, atingiu a soma de R$ 445.844 milhões, detalhados na Tabela 6-11.

A Conta Única do Tesouro Nacional representa 51,36% do total da Disponibilidade para o Período Seguinte.

TABELA 6-6 – DISPONIBILIDADE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA – UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

DISPONIBILIDADES	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Conta Única do Tesouro Nacional	229.007,39	168.204,11	51,36	57,86
INSS	710,93	4.992,35	0,16	1,72
Recursos a Disposição da Dívida Pública	164.707,80	72.167,11	36,94	24,83
Aplicações Financeiras	32.741,68	30.013,70	7,34	10,32
Outras Disponibilidades	18.676,87	15.321,03	4,19	5,27
TOTAL	**445.844,52**	**290.698,31**	**100**	**100**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

TABELA 6-7 – ALTERAÇÃO DE CAIXA
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

DISPONIBILIDADES	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Variação Orçamentária	110.259,00	-33.534,00	71,07	262,31
Variação Extra Orçamentária	44.886,00	20.750,00	28,93	-162,31
TOTAL	**155.145,00**	**-12.784,00**	**100**	**100**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

No exercício de 2009, a alteração do caixa foi de R$ 155.145 milhões, sendo 28,93% ou R$ 44.886 milhões de variação das receitas e despesas extra-orçamentárias e 71,07% ou R$ 110.260 milhões de variação das receitas e despesas orçamentárias. Esta diferença entre receitas e despesas orçamentárias apresentou o valor positivo de R$ 142.184 milhões para a variação entre receitas e despesas de capital compensando o valor negativo apresentado pela diferença de receitas e despesas correntes que foi de R$ 31.924 milhões. Entre as variações extra-orçamentárias a que apresentou a variação positiva mais significativa foram as Obrigações em Circulação com R$ 286.813 milhões e entre as variações negativas, a mais significativa foi representada pelos Valores em Circulação, com R$ 250.956 milhões.

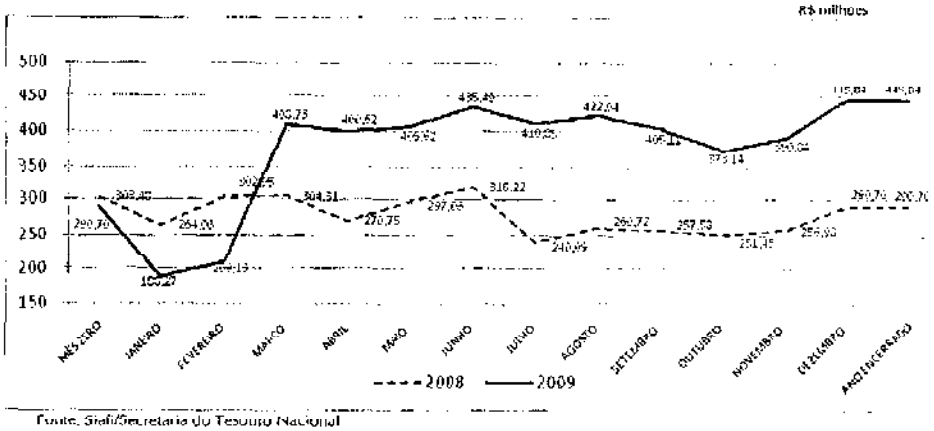
TABELA 6.8 – FLUXO DA VARIAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO -
DETALHAMENTO DO BALANÇO FINANCEIRO DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

	MÊS ZERO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO ENC
2008	303,48	264,06	302,05	304,21	270,78	297,06	318,33	230,09	260,72	267,68	361,46	268,98	290,70	290,70
2009	290,70	188,27	209,13	408,73	400,62	405,67	435,49	410,85	422,04	405,11	373,14	390,84	445,84	445,84

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

FIGURA 6.1 –VARIAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO – 2009 e 2008



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

O gráfico demonstra a variação mensal do Balanço Financeiro nos anos de 2008 e 2009. A variação é o resultado da diferença dos ingressos e dispêndios orçamentários e extra-orçamentários. Considerando o valor inicial no mês zero, ou seja, o montante de recursos que foram disponibilizados no final do exercício anterior, o gráfico da variação mensal do Balanço Financeiro revela, na realidade, os acréscimos e os decréscimos desse montante do decorrer do ano. Em termos numéricos, verifica-se que no início de 2008 os recursos iniciais disponíveis eram de R$ 303,48 bilhões, encerrando-se em R$ 290,70 bilhões. Consequentemente, 2009 iniciou com R$ 290,70 bilhões de recursos disponíveis, finalizando com R$ 445,84.

Dessa forma, verificamos a característica de dispêndios superiores aos ingressos, no ano de 2008, essencialmente a partir do segundo semestre. Em 2009, já no primeiro mês do ano, a tendência de queda iniciada em 2008 aprofunda-se chegando aos R$ 160,27 bilhões. No entanto, no final do 1º trimestre de 2009, com o ingresso de recursos provenientes do resultado do Banco Central, Custos das Reservas, no valor de R$ 185,35 bilhões, novo patamar de recursos foi atingindo, rompendo-se os R$ 400 bilhões.

ANEXOS DO BALANÇO FINANCEIRO - OFSS

ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
AUTARQUIAS
EMPRESAS PÚBLICAS
FUNDAÇÕES
FUNDOS
FUNDOS (DIRETA)
FUNDOS (INDIRETA)
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCERO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	802.923.377.883,71	779356.564.860,43	DESPESAS CORRENTES	858.456.883.328,20	732.491.285804,37
RECEITA TRIBUTARIA	262.939.732.133,97	268503.005.135,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	154.925.363.627,22	134.153.597525,92
RECEITA DE CONTRIBUICOES	399.289.449.785,62	381619.117.017,50	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	124.608.209.921,98	110.183.488727,45
RECEITA PATRIMONIAL	60.055.608.342,64	53609.242.148,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	520.171.843.607,16	477.292.410459,66
RECEITA AGROPECUARIA	22.066.186,83	22.495.489,82	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	177.992.894.964,00	177.934.974497,05
RECEITA INDUSTRIAL	575.505.964,94	504.445.699,87	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.018.927.363,38	1.161.013345,96
RECEITA DE SERVICOS	35.046.727.312,47	30843.481.905,63	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	216.594.056.802,16	195.463.496285,21
OUTRAS TRANSFERENCIAS	167.505.797,45	202.881.480,33	OUTRAS DESPESAS	126.465.964.477,50	102.732.926331,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.701.623.631,40	34518.464.468,13	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	12.750.466.160,84	10.851.789291,34
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	11.137.968.726,39	9533.431.508,75	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.140.695.645,24	10.330.076363,67
RECEITA TRIBUTARIA	997.369,13	771.872,45	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	609.570.514,60	521.712137,67
RECEITA DE CONTRIBUICOES	10.923.365.445,27	9342.910.460,32	DESPESAS DE CAPITAL	597.914.530.059,15	526.349.942108,25
RECEITA PATRIMONIAL	5.933.756,56	3.178.893,31	INVESTIMENTOS	45.807.755.086,17	36.166.107372,83
RECEITA INDUSTRIAL	148.260.448,56	133.922.859,13	INVERSOES FINANCEIRAS	33.087.706.658,56	40.098.832817,60
RECEITA DE SERVICOS	47.117.340,24	45.276.596,11	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	517.911.999.543,90	448.969.749340,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.252.365,63	7.471.027,39	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3.332.705,58	15.365342,29
RECEITAS DE CAPITAL	740.473.273.212,29	462094.424.831,03	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3.332.705,58	15.365342,29
OPERACOES DE CREDITO	497.743.886.915,18	409521.527.976,13	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.103.738.197,68	1.097.871535,48
ALIENACAO DE BENS	473.056.247,70	1049.355.961,39	INVESTIMENTOS	97.672.904,51	27.057731,28
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	25.981.804.797,35	20173.377.622,03	INVERSOES FINANCEIRAS	1.006.065.293,17	1.070.813304,20
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	89.783.126,78	371.736.635,52	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	3.029.298.838.492,72	2.251.559.925381,28
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	216.127.743.125,27	30978.426.635,93	VALORES EM CIRCULACAO	677.012.845.132,15	426.141.532264,65
DEDUCOES DA RECEITA	-16.720.528.454,51	-16144.603.959,31	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	7.613.096.102,21	7.680.401320,70
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	0,00	246,57	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	625.265.252.256,11	370.032.991233,36
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	246,57	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.114.799.297,27	976.454763,77
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00	246,57	CREDITOS TRIBUTARIOS	346.152.351,55	234.761.094,68
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	3.074.100.437.778,88	2.272309.765.067,75	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	63.759.215,22	9.828.836,07
VALORES EM CIRCULACAO	426.056.713.355,29	383393.741.512,7	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	19.029.455,64	107.463.172,60
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	7.565.401.326,70	4952.073.274,99	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,02	0,02
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	370.032.991.233,36	307042.569.065,69	OUTROS CREDITOS	19.029.455,62	107.463.172,58
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	976.454.763,77	976.152.276,97	RECURSOS VINCULADOS	1.321.736.193,40	1.379.224.103,52
CREDITOS TRIBUTARIOS	234.761.094,68	232.731.979,32	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	41.147.606.223,49	45.680.219222,33
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	9.828.836,07	27.361.701,21	RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	65.923.463,89	0,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	107.463.172,60	18.216.306,43	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	55.300.463,37	54.188191,62
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,02	0,02	VALORES A CLASSIFICAR	3.174.631.750,26	-2.932.657347,97
OUTROS CREDITOS	107.463.172,58	18.216.306,41	RECEITA A CLASSIFICAR	3.174.631.750,26	-2.932.657 347,97
RECURSOS VINCULADOS	1.294.404.194,16	14857.679.792,19	RESTITUICOES DA CR	-3.326.033,56	3.326 126,56
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	45.680.219.222,33	49271.789.156,14	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	148.270.733,60	93.703.663,49
RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	0,00	5753.460.435,69	COMPENSACOES	3.029.697.139,12	-3.029.697.139,12
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	91.188.481,62	91.705.524,34	RESTITUICOES	-9.501,10	9 501,10
VALORES A CLASSIFICAR	3.231.197.053,00	650.265.372,04	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	743.277.106.563,77	461.592.436.195,40
RECEITA A CLASSIFICAR	3.231.197.053,00	650.265.372,04	VALORES DIFERIDOS	743.277.031.140,12	461.592.358.769,75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - DFSS
SUBTITULO	UNIÃO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS REALIZAVEIS NC EXERCICIO SEGUIN	143.561.606,10	148.270.730,80	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	77.425,65	77.425,65
COMPENSACOES	2.864.366.851,99	-788.545.611,95	DEPOSITOS	6.945.641.115,53	15.033.888.410,87
RESTITUICOES	-10.222,59	9.501,10	CONSIGNACOES	92.129.531,04	179.969.834,76
RETIFICACOES DARF	226.278.617,59	0,00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.150.870.090,20	14.493.129.487,82
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	743.277.108.565,77	481.992.496.195,40	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.397.510,04	91.398.374,75
VALORES DIFERIDOS	743.277.031.140,12	481.992.358.769,75	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.621.243.984,25	269.409.713,54
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	77.425,65	77.425,65	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	380.759.635.808,03	383.005.777.568,43
DEPOSITOS	12.188.121.057,23	6.945.641.115,53	FORNECEDORES	5.657.209.148,08	4.868.965.850,30
CONSIGNACOES	176.707.355,11	92.129.531,04	DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.068.556.637,58	1.003.758.430,64
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.734.720.695,07	5.150.870.090,20	CONVENIOS A PAGAR	3.725.756.189,80	3.857.936.505,75
DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.407.882,71	91.397.510,04	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	84.244.229,02	24.950.912,95
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.183.270.023,30	1.621.243.984,25	PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	33.819,30	33.819,30
DEPOSITOS DEMUNICIPIOS POR BLOQUEIO DE FP	8.810,04	0,00	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	1.499.570,68	2.888.181,66
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	967.532.800.821,37	476.191.019.991,01	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	756.167.990,70	0,00
FORNECEDORES	7.658.200.838,07	5.657.209.148,08	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	22.650.711,00	0,00
DO EXERCICIO	1.770.306.691,34	152.840.907,76	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	295.003.440,07	417.586.874,84
DE EXERCICIOS ANTERIORES	391.351.728,95	313.715.729,82	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	67.537.227.918,88	55.136.786.469,83
CONVENIOS APAGAR	3.855.502.304,51	3.725.756.189,80	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	102.018.076,00	11.913.500,00
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	23.813.949,02	84.244.229,02	EM CONTRATOS	9.601.100,00	11.913.500,00
PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	33.819,30	33.819,30	EM TITULOS	92.416.976,00	0,00
DESPESAS A PAGAR-RP PROCESSADOS	127.945.484,57	0,00	EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.512.933.459,24	1.143.086.266,05
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	3.000.950,49	1.499.570,68	VALORES EM TRANSITO	10.682.719,03	12.808.293,42
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.230.905.309,56	756.167.990,70	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	9.384.488,21	268.788,09
CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	7.388.713,10	0,00	RESTITUICOES DE RECEITAS A PAGAR	0,00	3.889.052,84
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	139.804.272,58	22.650.711,00	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	29.571.040.697,21	24.734.625.233,96
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	3.007.414,62	0,00	BENEFICIOS A PAGAR	16.892.077.318,55	636.363.303,60
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	421.481.278,13	295.003.440,07	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	309.404.002.076,20	281.117.413.440,31
RESTOS A PAGAR	102.788.300.538,43	74.420.698.606,36	RECURSOS A LIBERAR PEMPENHO CONTRA ENTREG	378.624,27	459.930,29
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	92.126.197.153,45	67.537.227.918,88	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	5.753.469.435,53
CANCELADO	8.662.143.384,98	6.883.470.687,48	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PÚBLICA	880.720.617,57	1.057.014.473,39
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	199.156.513,20	102.018.076,00	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	200.571.116,30	270.440.228,52
EM CONTRATOS	199.156.513,20	9.601.100,00	OUTROS DEBITOS	118.628.061,31	49.217.886,58
EM TITULOS	0,00	92.416.976,00	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	210.851.628.753,38	5.884.481.715,56
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.626.182.559,18	1.512.933.459,24	PROVISOES FINANCEIRAS	53.634.153,59	7.719.395,53
VALORES EM TRANSITO	3.859.036,23	10.682.719,03	OUTRAS OBRIGACOES	1.262.255.080,43	1.036.227.422,67
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.932.142,56	9.384.488,21	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	2.560.587.012,50	2.657.102.050,91
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	33.967.377.137,05	29.571.040.697,21	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.317.015.444,65	1.835.061.798,72
BENEFICIOS A PAGAR	12.952.756.847,31	16.892.077.318,55	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	104.646.189,92	736.702.412,24
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	560.815.503.982,39	339.404.002.076,20	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	138.925.983,93	83.338.839,95
RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE	266.475,70	378.624,27	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	915.566.593.306,16	946.061.855.038,99
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	65.963.463,89	0,00	OUTROS MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	0,00	549.575.135,58
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	712.097.388,77	880.720.617,57	BAIXA DE DIREITOS	300.142.557.672,41	561.427.302.362,70

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO -DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	409.950.670,56	200.571.118,30	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	303.961.637,196,18	409.798.868.014,30
OUTROS DEBITOS	218.516.236,11	118.628.061,31	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	2.760.920.471,23	138.623.430987,90
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	216.851.629.089,19	5.889.542.256,57	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	604.203.625.899,21	361.365.423474,54
PROVISOES FINANCEIRAS	1.158.477,78	53.834.153,59	EXERCICIOS ANTERIORES	3.992,57	3326,12
OUTRAS OBRIGACOES	1.077.732.386,81	1.252.295.068,43	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	603.451.222.867,07	359.822.034936,90
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	280.784.147,22	837.763.890,55	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	752.399.039,57	1.543.385211,52
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	141.863.163,29	752.814.928,64	AJUSTES DE OBRIGACOES	4.610.409.938,56	35.724.454426,87
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	0,00	1.811.121,96	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	6.763.106,04	6.932919,28
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	138.920.983,93	83.337.839,95	VARIACAO CAMBIAL	2.284.392.979,29	2.826.164594,64
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	921.563.613.779,00	924.089.427.734,61	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	2.319.253.855,23	32.891.456912,75
INCORPORACAO DE DIREITOS	607.059.376.160,44	482.110.769.886,38			
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	594.802.677.547,56	343.793.769.329,59			
OUTRAS INCORPORACOESDE DIREITOS	12.256.498.612,88	138.316.999.556,79			
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	311.743.772.407,29	422.272.206.998,74			
EXERCICIOS ANTERIORES	5.233.702.285,78	533.633.438,44			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	305.379.084.855,57	421.240.366.516,69			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	136.985.265,86	98.207.043,61			
AJUSTES DE CREDITOS	2.760.465.211,27	19.686.451.847,49			
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	452.961,71	281.985,82			
VARIACAO CAMBIAL	1.339.033.947,57	3.725.736.407,60			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	1.420.978.301,99	15.960.423.454,07			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	290.698.312.884,86	303.483.315.832,13	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	445.844.521.430,12	290.698.312884,86
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	168.204.113.337,15	174.210.261.806,74	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	229.007.392.477,79	168.204.113337,16
INSS	4.992.350.678,84	1.711.799.554,13	INSS	710.928.153,64	4.992.350678,84
RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	72.167.114.171,29	91.949.124.864,42	RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	184.707.801.063,45	72.167.114171,29
APLICACOES FINANCEIRAS	30.013.703.232,81	21.261.954.228,05	APLICACOES FINANCEIRAS	32.741.583.383,37	30.013.703232,81
OUTRAS DISPONIBILIDADES	15.321.031.464,76	14.344.215.178,79	OUTRAS DISPONIBILIDADES	18.676.816.345,67	15.321.031464,76
INGRESSOS	4.891.512.773.305,23	3.801.099.466.678,78	DISPENDIOS	4.891.512.773.305,23	3.801.099.466678,76

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURONACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	576.717.158.499,40	571.731.274.421,38	DESPESAS CORRENTES	458.086.477.130,09	419.519.436.166,21
RECEITA TRIBUTARIA	246.589.561.641,06	264.152.934.369,32	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	107.685.807.757,81	94.407.584.032,68
RECEITA DE CONTRIBUICOES	207.417.179.637,66	210.289.147.444,85	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	124.588.435.838,43	110.140.633.748,23
RECEITA PATRIMONIAL	47.157.366.344,57	38.314.181.483,49	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.314.255.520,07	208.327.492.855,37
RECEITA AGROPECUARIA	578.905,15	306.263,32	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	159.098.245.556,01	163.260.625.252,51
RECEITA DE SERVICOS	25.072.980.381,57	21.452.300.714,89	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	961.667.010,93	1.047.082.774,38
OUTRAS TRANSFERENCIAS	99.512.600,41	87.561.781,88	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	523.505,00	1.281.955,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.477.352.277,15	27.082.061.872,70	OUTRAS DESPESAS	58.263.819.407,53	44.016.622.862,70
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	10.952.828.511,63	9.351.780.490,53	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	7.517.977.215,76	6.843.726.229,93
RECEITA TRIBUTARIA	704.397,04	465.648,02	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.324.011.834,56	6.481.870.819,85
RECEITA DE CONTRIBUICOES	10.923.369.295,33	9.342.810.460,32	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	193.966.381,23	151.854.409,98
RECEITA PATRIMONIAL	5.483.992,20	1.461.611,63	DESPESAS DE CAPITAL	545.853.240.722,23	482.179.665.926,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	66.685,60	INVESTIMENTOS	23.445.387.719,29	18.604.279.623,67
RECEITA DE SERVICOS	13.476.070,50	14.192.423,07	INVERSOES FINANCEIRAS	3.490.029.948,07	14.742.476.124,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.592.765,76	2.763.761,79	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	517.955.470.213,90	448.812.831.846,92
RECEITAS DE CAPITAL	734.568.807.005,42	457.218.123.950,29	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	3.316.467,58	3.353.423,95
OPERACOES DE CREDITO	497.636.672.969,06	409.497.852.721,62	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	3.316.467,58	3.353.423,95
ALIENACAO DE BENS	328.273.639,11	902.913.689,41	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.058.436.373,99	16.924.206,85
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	20.462.865.890,79	16.840.000.764,12	INVESTIMENTOS	32.481.949,44	16.924.206,85
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	26.360.116,00	307.303.174,50	INVERSOES FINANCEIRAS	1.025.954.424,55	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	216.123.434.402,43	29.757.053.400,44	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	4.801.070.755.355,10	3.763.043.095.150,03
DEDUCOES DA RECEITA	-15.708.530.517,51	-15.202.116.685,65	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	3.323.910.984.517,63	2.567.631.428.122,82
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.675.642.192.812,76	3.466.932.020.112,52	COTA CONCEDIDA	1.332.990.588.791,38	1.191.348.307.696,54
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	2.544.979.092.028,89	2.272.210.782.718,15	REPASSE CONCEDIDO	418.940.284.467,32	923.221.027.954,87
COTA RECEBIDA	1.332.990.588.791,38	1.191.349.307.696,54	SUB-REPASSE CONCEDIDO	870.316.129.830,31	191.697.821.774,01
REPASSE RECEBIDO	58.941.884.694,35	679.939.281.903,30	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	870.316.129.830,31	191.697.821.774,01
SUB-REPASSE RECEBIDO	870.316.129.830,31	191.697.821.774,01	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	249.051.116.230,35	33.095.124.455,20
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC	870.316.129.830,31	191.697.821.774,01	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	452.512.767.698,27	228.278.146.242,20
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	225.841.940.416,52	7.283.391.001,08	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	11.494.516.154,08	10.086.204.287,50
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	459.465.542.290,33	251.940.980.343,26	INCORPORACAO DE RECEITA	2.666.672.572,76	1.947.134.270,50
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	11.494.516.194,08	10.086.204.287,50	TRANSFERENCIA DE CREDITOS FINANCEIROS	8.827.843.621,32	8.141.070.017,00
DESINCORPORACAO DE RECEITA	2.666.672.572,76	1.947.134.270,50	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.465.665.355.543,39	1.185.323.462.739,71
TRANSFERENCIA DE CREDITOS FINANCEIROS	8.827.843.621,32	8.141.070.017,00	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	1.020.795.551,50	29.244.087.781,49
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.580.168.984.589,79	1.184.633.043.105,63	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	270.037.587,47	27.882.769.519,82
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.371.284.597,50	4.777.083.577,63	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	750.758.164,03	1.361.318.261,67
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	250.405.889,93	343.382.862,67	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.464.644.558.891,89	1.156.079.374.958,22
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.120.878.707,57	4.433.700.715,26	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	2.723.127.472.619,72	1.783.123.904.652,75
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	1.367.791.289.991,89	1.179.850.950.428,50	VALORES EM CIRCULACAO	555.396.909.211,24	310.029.718.201,14
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	2.750.669.350.301,40	1.941.634.282.315,32	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	7.608.078.785,24	7.858.454.685,14
VALORES EM CIRCULACAO	310.089.036.799,54	271.296.248.501,86	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	546.504.075.855,79	301.181.595.157,68
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	7.608.414.466,14	4.896.514.519,63	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.109.669.719,15	571.735.753,53
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	301.256.546.306,40	259.533.700.145,54	CREDITOS TRIBUTARIOS	2.749.447,55	2.191.732,17

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	971.735.753,53	970.904.203,56	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	303.877,77	92.759.345,22
CREDITOS TRIBUTARIOS	2.151.732,17	1.949.183,15	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,02	0,02
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	92.759.345,22	526.586,97	OUTROS CREDITOS	303.877,75	92.759.345,20
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,02	0,02	RECURSOS VINCULADOS	109.157.092,85	191.848.419,82
OUTROS CREDITOS	92.759.345,20	526.586,95	RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER	65.923.443,89	0,00
RECURSOS VINCULADOS	104.954.879,50	1.158.563,33	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	0,00	439.297,58
RECURSOS DA PREVIDENCIAA RECEBER	0,00	5.753.460.435,63	VALORES A CLASSIFICAR	3.026.370.512,56	-3.026.370.512,56
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	133.297,58	86.725.538,63	RECEITA A CLASSIFICAR	3.026.370.512,56	-3.026.370.512,56
VALORES A CLASSIFICAR	3.090.345.469,49	-798.545.611,95	RESTITUICOES DA GR	-3.326.626,56	3.326.626,56
RECEITA A CLASSIFICAR	3.090.345.469,49	-798.545.611,95	COMPENSACOES	3.029.697.139,12	-3.029.697.139,12
COMPENSACOES	2.864.365.851,09	-798.545.611,95	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	587.698.315.570,24	402.511.661.628,24
RETIFICACOES DARF	225.278.617,50	0,00	VALORES DIFERIDOS	587.698.315.570,24	402.511.661.628,24
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	704.668.349.742,42	405.796.629.000,78	DEPOSITOS	4.305.000.314,77	3.122.616.038,73
VALORES DIFERIDOS	704.668.349.742,42	405.796.629.000,78	CONSIGNACOES	49.910.839,63	113.125.418,43
DEPOSITOS	9.040.397.064,87	4.305.000.314,77	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.026.456.853,57	2.760.919.321,45
CONSIGNACOES	123.100.665,18	49.910.839,63	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.397.510,04	91.391.374,75
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.843.547.074,84	4.026.456.853,57	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	137.235.111,53	157.181.891,10
DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.107.862,71	91.397.510,04	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	547.539.778.516,66	340.707.111.472,11
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	982.432.652,10	137.235.111,53	FORNECEDORES	1.220.293.808,45	1.663.891.389,33
DEPOSITOS DE MUNICIPIOS POR BLOQUEIO DE FP	8.810,04	0,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	281.050.366,39	298.844.987,75
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	892.279.926.831,36	410.418.734.091,22	CONVENIOS A PAGAR	643.709.521,00	1.327.624.596,10
FORNECEDORES	2.251.368.550,12	1.220.293.808,45	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	75.485.261,58	24.956.912,95
DO EXERCICIO	936.113.412,53	212.371.679,24	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	1.499.570,68	2.462.892,53
DE EXERCICIOS ANTERIORES	175.291.737,89	98.879.627,35	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.417.466,67	0,00
CONVENIOS A PAGAR	1.023.915.966,34	893.709.521,00	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	17.131.681,93	0,00
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	16.176.598,69	75.485.261,58	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	118.551.844,05	155.377.443,03
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	992.389,61	1.499.570,68	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	39.369.073.774,64	32.646.511.423,90
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	16.347.549,23	1.417.466,67	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	92.416.978,00	0,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	74.521.481,21	17.131.681,93	EM TITULOS	92.416.978,00	0,00
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	3.007.414,62	0,00	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	981.037.667,24	867.581.012,37
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	60.557.090,18	118.551.844,05	VALORES EM TRANSITO	3.740.058,36	11.509.952,14
RESTOS A PAGAR	60.576.519.176,59	43.202.815.661,22	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	136,61	0,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	55.346.326.602,39	38.881.238.648,60	RESTITUICOES DE RECEITAS A PAGAR	0,00	0,17
CANCELADO	5.227.790.574,20	4.351.576.811,62	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	28.506.293.199,42	24.214.691.875,82
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	190.175.313,20	92.416.978,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	329.830.939.562,26	273.693.415.084,70
EM CONTRATOS	190.175.313,20	0,00	RECURSOS A LIBERAR P/EMPENHO CONTRA ENTREG	378.624,27	451.930,25
EM TITULOS	0,00	92.416.978,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	1.254.981.008,47
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	976.286.767,15	981.016.766,07	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	680.720.017,57	1.057.011.473,39
VALORES EM TRANSITO	1.591.092,14	3.740.058,36	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	200.571.116,30	273.444.229,52
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.410,72	136,61	OUTROS DEBITOS	84.461.481,12	15.331.639,17
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	32.828.806.495,67	28.506.293.199,42	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	216.197.713.237,58	4.701.391.677,26
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	577.825.372.570,00	329.830.939.562,26	PROVISOES FINANCEIRAS	1.044.682,14	0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO- ADM DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE	200.415,70	378.624,27	OUTRAS OBRIGACOES	72.561.808,95	161.630.333,05
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	712.097.988,77	860.720.617,57	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	605.962.302,67	295.717.346,84
RECURSOS VINCULADOS -ENTIDADES OT	489.850.670,56	200.571.116,30	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	469.264.321,83	218.426.312,54
OUTROS DEBITOS	101.375.173,73	84.441.481,32	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	136.297.980,84	77.289.004,30
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	216.117.713.237,58	5.212.947.768,73	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	854.395.536691,58	729.413.537.478,28
PROVISOES FINANCEIRAS	0,00	1.044.662,14	OUTROS MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	0,00	649.676.135,58
OUTRAS OBRIGACOES	149.452.589,24	72.561.606,55	BAIXA DE DIREITOS	260.823.618.140,57	361.399.947.446,67
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	115.996.820,74	57.276.987,43	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	258.204.259320,29	222.903.448.456,83
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	115.996.820,74	57.276.987,43	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	2.619.359823,28	138.496.498.990,04
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	834.410.999.572,98	650.556.939.031,21	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	589.336.418869,87	349.234.646.320,56
INCORPORACAO DE DIREITOS	533.178.221.001,95	417.675.795.830,32	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	588.671.431.159,11	348 515.970.191,23
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	529.970.714.114,14	287.517.006.072,06	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	664 987.710,71	718.676.129,33
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	3.207.505.887,31	130.258.789.758,26	AJUSTES DE OBRIGACOES	4.185.499.676,19	18.229.965.575,25
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	298.541.661.564,12	413.956.885.394,16	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00	765,24
EXERCICIOS ANTERIORES	190.265.624,02	249.557.935,00	VARIACAO CAMBIAL	2.143.701.619,54	2.610.682.693,59
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	298.203.668.462,74	413.660.228.954,67	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	2.051.796.056,65	15.618.882.116,42
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	87.687.477,36	57.098.504,49			
AJUSTES DE CREDITOS	2.651.116.007,41	19.024.257.807,73			
VARIACAO CAMBIAL	1.308.321.786,20	3.474.231.248,63			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	1.582.794.221,21	15.550.023.557,90			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	298.025.100.451,31	262.005.148.747,47	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	383.802.131.226,64	236.453.351.660,43
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	152.617.543.645,44	161.670.555.334,54	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	206.116.313.575,01	151.045.805.171,10
INSS	4.002.350.378,84	1.717.759.554,13	INSS	710.928 153,84	4.592.350.678,84
RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	72.167.114.171,29	91.949.124.864,42	RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	164.707.801.063,45	72.167.114.171,29
APLICACOES FINANCEIRAS	27.281.100,63	20.417.448,21	APLICACOES FINANCEIRAS	25.974 748,19	27.270.790,21
OUTRAS DISPONIBILIDADES	8.290.810.854,91	6.648.291.546,17	OUTRAS DISPONIBILIDADES	12.240.112.686,15	8.220.810.854,91
INGRESSOS	8.911.940.078.553,78	6.684.319.742.861,43	DISPENDIOS	8.911.940.078.553,78	6.684.319.742.861,43

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	204.035.415.443,92	185.315.000.919,09	DESPESAS CORRENTES	319.992.410.467,54	279.834.181.654,83
RECEITA TRIBUTARIA	4.021.532.742,54	4.010.982.378,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.052.215.346,83	33.546.516.355,38
RECEITA DE CONTRIBUICOES	188.524.366.400,08	167.513.531.049,81	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	20.774.087,55	52.854.979,22
RECEITA PATRIMONIAL	3.758.361.887,38	5.636.971.630,37	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	279.686.939.134,02	242.054.841.189,68
RECEITA AGROPECUARIA	21.479.283,68	12.189.226,50	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	17.078.073.037,16	12.880.738.013,02
RECEITA INDUSTRIAL	526.671.653,57	412.783.151,85	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	53.095.249,33	75.879.579,13
RECEITA DE SERVICOS	1.884.311.035,55	2.118.544.746,87	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	218.693.533.206,18	195.402.214.319,43
OUTRAS TRANSFERENCIAS	46.050.053,43	17.707.620,02	OUTRAS DESPESAS	38.882.237.551,35	33.636.009.277,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.215.566.203,41	5.414.979.898,74	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	5.192.461.879,34	4.179.961.130,55
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	34.476.184,28	17.317.210,18	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.810.111.578,47	3.843.460.980,66
RECEITA TRIBUTARIA	447.703,09	286.224,43	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	382.370.299,87	336.500.149,89
RECEITA DE CONTRIBUICOES	16.148,94	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	26.464.590.311,84	18.992.413.818,97
RECEITA PATRIMONIAL	1.381.631,61	1.601.116,08	INVESTIMENTOS	20.302.471.925,90	15.464.128.471,03
RECEITA INDUSTRIAL	8.582.243,44	4.486.500,14	INVERSOES FINANCEIRAS	6.080.354.676,65	3.348.758.929,76
RECEITA DE SERVICOS	23.120.862,68	16.279.010,93	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	56.529.300,60	156.914.093,13
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.127.595,52	4.684.358,58	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	16.236,00	7.726.218,33
RECEITAS DE CAPITAL	202.409.221,44	103.239.505,51	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	16.236,00	7.726.218,33
OPERACOES DE CREDITO	148.978,45	0,00	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	45.218.141,69	16.880.105,72
ALIENACAO DE BENS	145.199.454,30	55.915.814,53	INVESTIMENTOS	5.109.313,07	10.121.502,52
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	1.526.759,42	1.116.472,03	INVERSOES FINANCEIRAS	40.108.828,62	6.754.604,20
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	54.536.825,27	46.158.042,11	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	449.870.351.982,36	218.349.630.689,75
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	49.376,84	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	40.723.609.476,57	30.544.076.534,90
DEDUCOES DA RECEITA	-798.072.550,37	-668.657.745,14	REPASSE CONCEDIDO	1.626.744.361,59	1.375.934.415,11
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	567.978.933.960,45	475.415.619.522,96	SUB-REPASSE CONCEDIDO	27.540.794.399,91	20.755.798.849,55
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	357.361.418.192,94	308.686.041.525,37	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	27.540.794.399,91	20.755.798.849,55
REPASSE RECEBIDO	321.321.411.520,67	277.548.727.169,44	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	0,00	28.979,17
SUB-REPASSE RECEBIDO	27.540.794.399,91	20.755.798.849,55	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.707.772.590,09	4.290.806.178,49
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	27.540.794.399,91	20.755.798.849,55	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.648.297.604,98	4.112.504.112,56
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	0,00	28.979,17	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	0,00	1.309,63
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.674.518.304,89	5.047.045.441,58	DESINCORPORACAO DE DESPESA	0,00	1.309,63
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.844.193.967,47	4.714.441.085,63	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	409.146.742.505,79	185.805.554.845,22
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	0,00	3.309,63	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	2.451.432.118,95	2.864.830.627,52
INCORPORACAO DE DESPESA	0,00	3.309,63	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.903.269.972,94	1.419.086.308,89
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	210.597.515.767,51	166.849.774.787,96	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	548.172.146,01	1.445.744.258,63
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	2.182.413.064,67	1.998.711.314,08	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	406.695.310.386,84	182.940.720.217,70
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.926.462.884,10	1.792.304.636,77	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	77.085.966.060,55	323.125.061.679,87
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	255.950.180,57	206.406.677,31	VALORES EM CIRCULACAO	64.766.419.755,02	58.596.884.474,83
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	208.415.102.702,84	164.851.063.473,88	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	5.007.386,97	6.946.841,56
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	232.579.161.881,10	178.999.951.350,77	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	63.068.884.146,78	57.100.181.322,89
VALORES EM CIRCULACAO	58.596.690.898,97	53.172.514.672,53	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	36.045,59	31.564,30
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.946.841,56	1.758.450,27	CREDITOS TRIBUTARIOS	343.402.566,06	232.603.054,07
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	57.100.181.322,89	38.013.840.368,91	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	63.759.215,22	9.821.835,07

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	31.564,50	186.916,10	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.761.469,32	6.107.018,96
CREDITOS TRIBUTARIOS	232.609.054,57	230.792.796,17	OUTROS CREDITOS	7.761.469,32	6.107.018,96
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	9.628.836,07	27.361.701,24	RECURSOS VINCULADOS	1.212.268.479,72	1.187.416.652,25
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.107.018,96	7.413.899,18	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	65.300.455,36	53.751.184,03
OUTROS CREDITOS	6.107.018,96	7.413.899,18	VALORES A CLASSIFICAR	146.261.237,70	93.711.854,59
RECURSOS VINCULADOS	1.189.123.076,39	14.856.210.554,94	RECEITA A CLASSIFICAR	146.261.237,70	93.711.854,59
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	53.755.184,03	4.979.985,72	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	146.270.738,80	93.701.363,49
VALORES A CLASSIFICAR	143.552.305,00	148.280.239,90	RESTITUICOES	9.501,10	10.501,10
RECEITA A CLASSIFICAR	143.552.305,00	148.280.239,90	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	8.956.602.599,67	12.144.371.573,75
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	143.561.806,10	148.270.738,80	VALORES DIFERIDOS	8.956.602.080,04	12.144.370.054,12
RESTITUICOES	-9.501,10	9.501,10	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.622.739.210,24	9.752.112.554,34	DEPOSITOS	2.553.565.543,96	11.833.615.816,47
VALORES DIFERIDOS	11.622.738.690,61	9.752.111.874,71	CONSIGNACOES	25.047.650,70	57.011.553,29
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.045.011.390,79	11.664.960.800,57
DEPOSITOS	5.083.360.082,12	2.553.565.543,96	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.483.506.552,47	112.043.416,61
CONSIGNACOES	48.217.196,13	25.047.650,70	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	53.293.774.836,73	34.412.457.751,24
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.838.129.304,66	1.045.011.390,79	FORNECEDORES	3.963.757.952,13	2.808.145.171,18
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	196.013.581,33	1.483.506.552,47	DE EXERCICIOS ANTERIORES	719.568.935,45	666.322.432,22
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	61.096.895.938,82	54.397.414.804,40	CONVENIOS A PAGAR	2.474.414.543,85	2.141.669.600,50
FORNECEDORES	4.832.478.723,97	3.963.757.952,13	PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	33.819,30	33.819,30
DO EXERCICIO	794.312.825,00	478.577.103,25	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	0,00	422.289,13
DE EXERCICIOS ANTERIORES	212.883.426,19	242.981.832,20	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	764.750.524,03	0,00
CONVENIOS A PAGAR	2.414.595.649,35	2.474.414.543,85	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	5.300.039,50	0,00
PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	33.819,30	33.819,30	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	176.825.993,98	281.941.844,38
DESPESAS A PAGAR-RP PROCESSADOS	127.935.484,57	0,00	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	22.799.333.410,74	17.532.767.282,83
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	2.058.560,88	0,00	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	9.601.100,00	11.913.500,00
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.219.647.760,33	764.750.524,03	EM CONTRATOS	9.601.100,00	11.913.500,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	61.001.299,35	5.300.039,50	EMPREST,FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	341.970.327,24	176.825.993,98	VALORES EM TRANSITO	5.187.146,50	1.251.243,96
RESTOS A PAGAR	30.183.968.924,97	23.364.442.694,23	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	9.384.239,03	263.788,09
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	27.818.747.368,03	22.799.333.410,74	RESTITUICOES DE RECEITAS A PAGAR	0,00	31.860.052,67
CANCELADO	2.365.121.566,94	155.109.283,49	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	660.749.323,50	460.100.845,36
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	8.981.200,00	9.601.100,00	BENEFICIOS A PAGAR	16.692.077.318,55	606.388.303,60
EM CONTRATOS	8.981.200,00	9.601.100,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	7.269.166.841,00	5.921.034.514,27
EMPREST,FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	4.498.460.427,10
VALORES EM TRANSITO	1.892.506,11	6.197.146,50	OUTROS DEBITOS	33.871.519,78	33.334.080,94
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.526.095,97	9.384.239,03	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	328.037.467,41	879.313.793,67
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	878.141.145,01	660.749.323,50	PROVISOES FINANCEIRAS	52.589.491,45	7.774.395,53
BENEFICIOS A PAGAR	12.962.758.647,31	16.692.077.318,55	OUTRAS OBRIGACOES	1.093.192.122,06	1.522.817.707,60
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	10.226.676.463,93	7.269.166.841,00	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	105.088.809,41	748.527.150,86
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	65.993.483,89	0,00	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	104.646.183,92	736.762.412,24
OUTROS DEBITOS	112.884.852,55	33.871.519,78	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	442.625,49	3.824.738,62

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	621.790.216,13	676.568.151,65	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	47.262.273.276,06	205.301.499.048,13
PROVISOES FINANCEIRAS	1.158.477,78	12.569.491,45	BAIXA DE DIREITOS	35.357.944.561,26	179.209.793.561,76
OUTRAS OBRIGACOES	811.441.683,58	1.093.192.122,56	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	35.216.383.987,39	179.082.869.575,87
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	158.495.957,42	771.554.010,54	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	141.560.653,87	126.923.975,89
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	141.863.163,29	752.614.926,64	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	11.676.868.761,59	8.709.493.145,97
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	0,00	1.611.121,96	EXERCICIOS ANTERIORES	3.992,57	3.328,12
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	16.632.804,13	17.127.959,94	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	11.597.721.388,33	7.913.638.538,29
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	67.916.727.478,53	58.794.509.665,04	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	79.143.410,69	795.849.281,56
INCORPORACAO DE DIREITOS	56.115.902.392,81	52.276.535.638,84	AJUSTES DE OBRIGACOES	227.459.855,21	17.382.209.350,40
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	55.516.829.699,11	50.359.868.010,58	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	4.791.395,88	5.134.366,77
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	599.362.693,70	1.916.667.628,26	VARIACAO CAMBIAL	66.539.870,77	156.411.070,72
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	11.741.396.271,22	5.959.421.723,81	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	156.128.588,56	17.220.660.912,91
EXERCICIOS ANTERIORES	5.034.826.000,84	657.638.237,73			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	6.637.290.937,67	5.260.677.461,04			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	69.179.332,71	11.105.025,04			
AJUSTES DE CREDITOS	59.738.814,50	546.552.322,39			
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	152.961,71	291.985,82			
VARIACAO CAMBIAL	27.313.984,15	212.196.281,94			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	31.271.868,64	334.064.054,63			
DISPONIBILIDADEDO PERIODO ANT	6.632.059.499,50	5.918.200.689,73	DISPONIBILIDADE PO PERIODO SE	7.197.068.653,75	6.632.059.499,50
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	4.931.352.860,75	4.334.724.084,17	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	5.338.617.739,09	4.931.952.860,75
APLICACOES FINANCEIRAS	1.641.406.005,42	1.522.080.340,49	APLICACOES FINANCEIRAS	1.797.327.038,98	1.641.406.005,42
OUTRAS DISPONIBILIDADES	59.700.633,33	61.396.265,07	OUTRAS DISPONIBILIDADES	61.123.735,68	58.700.633,33
INGRESSOS	980.630.407.456,04	844.933.354.342,92	DISPENDIOS	980.630.407.456,04	844.933.354.342,92

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAC - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	202.025.604.930,12	183944.403.042,79	DESPESAS CORRENTES	297.150.381.198,31	260.699.068.271,88
RECEITA TRIBUTARIA	4.029.932.589,54	4010.982.108,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.926.666.741,46	23.514.596.284,94
RECEITA DE CONTRIBUICOES	188.482.631.874,63	167593.531.049,81	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.870.247,58	26.317.378,54
RECEITA PATRIMONIAL	3.231.274.675,23	5531.524.452,09	OUTRASDESPESAS CORRENTES	255.951.616.402,50	234.447.848.609,40
RECEITA AGROPECUARIA	5.278.240,91	6.775.756,50	TRANSFERENCIAS AESTADOS E MUNICIPIOS	16.976.540.748,62	12.686.656.430,29
RECEITA INDUSTRIAL	75.141.330,14	64.696.004,06	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	37.068.706,74	52.745.580,04
RECEITA DE SERVICOS	1.265.024.077,37	1523.429.129,25	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	218.678.819.488,93	195.447.635.253,15
OUTRAS TRANSFERENCIAS	38.819.472,06	74.879.480,35	OUTRAS DESPESAS	30.257.187.508,31	25.260.011.340,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.882.451.633,85	5122.318.553,14	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.270.427.776,57	2.708.300.996,91
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	8.131.035,48	16.266.097,69	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.062.002.808,26	2.505.147.621,17
RECEITA TRIBUTARIA	247.702,09	286.224,49	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	208.424.968,31	203.153.377,74
RECEITA DE CONTRIBUICOES	403,23	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	17.887.372.387,37	13.937.947.118,77
RECEITA PATRIMONIAL	564.333,32	751.609,22	INVESTIMENTOS	14.726.950.799,17	11.290.158.196,21
RECEITA INDUSTRIAL	2.725.935,17	2.441.844,75	INVERSOES FINANCEIRAS	3.141.096.641,86	2.570.636.363,93
RECEITA DE SERVICOS	3.446.585,99	8.879.826,00	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	12.473.485,04	76.218.358,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.154.076,69	3.907.193,52	OUTRASDESPESAS DE CAPITAL	0,00	701.786,03
RECEITAS DE CAPITAL	103.471.966,72	40.407.949,07	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00	701.786,03
ALIENACAO DE BENS	98.497.903,07	38.868.286,62	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	4.851.411,30	1.230.419,25
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	1.526.759,42	1.114.794,00	INVESTIMENTOS	2.672.411,30	54.319,25
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	447.293,23	375.490,87	INVERSOES FINANCEIRAS	2.179.000,00	1.176.100,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	49.376,81	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	419.490.383.097,83	201.944.101.180,96
DEDUCOES DA RECEITA	-755.114.012,83	840.041.975,27	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	30.062.031.196,10	23.892.847.228,86
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	514.621.934.545,06	443205.341.713,30	REPASSE CONCEDIDO	1.046.242.386,49	955.637.151,89
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	323.045.856.563,46	283753.800.530,81	SUB-REPASSE CONCEDIDO	18.506.354.115,17	15.445.356.212,75
REPASSE RECEBIDO	297.028.612.526,26	258951.540.352,92	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	18.506.354.115,17	15.445.356.212,75
SUB-REPASSE RECEBIDO	18.503.354.115,17	15445.356.212,75	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.260.074.503,93	3.880.200.370,30
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	18.503.354.115,17	15445.356.212,75	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.248.700.190,51	3.511.634.494,16
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.089.905.516,22	5030.025.243,89	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	0,00	3.207,30
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.412.124.395,81	4326.878.721,36	DESINCORPORACAO DE DESPESA	0,00	3.207,30
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	0,00	3.207,30	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	389.428.351.901,53	178.251.250.744,70
INCORPORACAO DE DESPESA	0,00	3.207,30	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	2.103.139.687,56	2.467.021.730,79
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	191.575.037.991,60	159451.537.975,19	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.742.490.070,90	1.235.400.010,66
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.977.140.258,51	1721.465.786,29	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	360.641.598,66	1.231.615.776,13
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.748.190.995,42	1588.377.724,99	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCLUIDAS	387.325.212.213,97	175.784.229.007,91
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	228.949.265,09	133.086.061,29	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	141.816.048.462,59	293.155.639.715,45
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	189.598.887.733,09	157730.072.188,90	VALORES EM CIRCULACAO	50.461.141.247,04	47.404.219.036,30
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	160.871.717.945,60	144063.312.442,98	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	49.268.447.538,88	46.194.108.864,85
VALORES EM CIRCULACAO	47.405.044.690,78	43560.864.848,30	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	34.650,59	21.206,42
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	46.194.108.864,85	28701.633.874,13	CREDITOS TRIBUTARIOS	695.379,08	530.244,67
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	24.206,42	176.912,45	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	2.386.501,69	1.567.185,92
CREDITOS TRIBUTARIOS	530.244,67	3.273.157,01	OUTROS CREDITOS	2.386.501,69	1.567.185,92
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.567.185,92	1.729.032,13	RECURSOS VINCULADOS	1.161.279.508,51	1.129.991.625,81

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
OUTROS CREDITOS	1567.185,92	1.729.632,16	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	28.297.558,31	28.257.558,31
RECURSOS VINCULADOS	1.181520.830,61	14.852.270.855,22	VALORES A CLASSIFICAR	62.190.534,73	29.924.327,29
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	28297.558,31	1.830.216,72	RECEITA A CLASSIFICAR	62.190.534,73	29.924.327,29
VALORES A CLASSIFICAR	100499.935,95	62.190.534,73	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	62.190.534,73	29.924.327,29
RECEITA A CLASSIFICAR	100499.935,95	62.190.534,73	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	7.823.769.409,60	11.016.603.931,16
RECEITAS REALIZAVEIS NOEXERCICIO SEGUIN	100499.935,95	62.190.534,73	VALORES DIFERIDOS	7.823.786.869,97	11.016.603.411,53
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	10.575839.401,49	8.020.958.929,54	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63
VALORES DIFERIDOS	10.575838.881,86	8.020.958.409,91	DEPOSITOS	2.460.720.660,28	11.684.550.527,20
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63	CONSIGNACOES	8.861.065,10	33.415.899,80
DEPOSITOS	2.960908.551,97	2.460.720.880,28	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.008.008.054,76	11.573.065.046,51
CONSIGNACOES	31.019.561,59	8.861.065,10	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.443.851.750,40	78.065.580,89
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.785922.252,86	1.008.008.054,76	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	42.262.315 435,77	24.263.694.355,34
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	144.056.737,42	1.443.851.750,40	FORNECEDORES	1.453.242.085,79	1.353.491.029,49
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	45.760.296.950,35	42.586.956.526,25	DE EXERCICIOS ANTERIORES	469.612.029,86	466.994.506,09
FORNECEDORES	1.739.561.302,17	1.453.242.085,79	CONVENIOS A PAGAR	961.905.177,11	886.041.414,97
DO EXERCICIO	430.022.963,12	255.320.884,78	PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	33.819,30	33.819,30
DE EXERCICIOS ANTERIORES	142721.903,07	214.491.345,10	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	0,00	429.280,13
CONVENIOS A PAGAR	954.428.536,22	961.905.177,11	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1.481.009,50	0,00
PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	33.819,30	33.819,30	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	120.358.421,09	167.916.268,66
DESPESAS A PAGAR-RP PROCESSADOS	127.945.484,57	0,00	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	16.242.043.213,65	11.566.449.073,67
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	464,88	0,00	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	9.601.100,00	11.913.500,00
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	66.308.709,39	0,00	EM CONTRATOS	9.601.100,00	11.913.500,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	7.721.431,63	1.491.039,50	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	290.463.316,12	120.358.421,09	VALORES EM TRANSITO	4.595 804,71	561.806,18
RESTOS A PAGAR	21.434.947.725,25	16.801.852.604,66	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	106.712,42	1.585,54
NAO PROCESSADOS A LIQUDAR	15.405.851.340,81	16.242.043.293,66	RESTITUCOES DE RECEITAS A PAGAR	0,00	31.890.052,67
CANCELADO	2 031.896.378,45	559.809.311,00	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	465.028.846,32	438.061.059,06
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	8.861.200,00	9.601.100,00	BENEFICOS A PAGAR	16.892.077.318,55	896.358.203,60
EM CONTRATOS	8.861.200,00	9.601.100,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	5.751.223.579,84	4.440.214.517,40
EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	4.498.490.427,16
VALORES EM TRANSITO	122.440,94	4.595.804,71	OUTROS DEBITOS	3.669.831,53	4.166.449,80
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	107.323,43	106.712,42	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	237.441.067,58	125.469,37
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	625.436.567,44	459.028.846,32	PROVISOES FINANCEIRAS	10.249,89	10.249,89
BENEFICIOS A PAGAR	12.962.356.232,48	16.892.077.318,55	OUTRAS OBRIGACOES	1.088.716.184,30	1 114.042.547,55
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	8.272.370.713,19	5.751 223.579,84	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	442.625,49	3.824.738,62
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	65.123.463,89	0,00	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	442.625,49	3.824.738,62
OUTROS DEBITOS	20 295.574,82	3.855.831,53	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	38.725.468.269,67	193.750.819.149,84
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	531.793.635,30	2.282.807,06	BAIXA DE DIREITOS	29.599.568.679,60	174.776.595.183,89
PROVISOES FINANCEIRAS	10.249,89	10.249,89	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	29.599.568 678,60	174.718.213.023,54
OUTRAS OBRIGACOES	806.705.684,42	1.088.716.184,30	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	0,00	58.183.160,35
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	16.130.545,34	17.127.959,94	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	9 113 696.972,93	6.810.551.048,55
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	16.130.545,34	17.127.959,94	EXERCICIOS ANTERIORES	3.992,57	3.326,12

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	53.102.107.669,72	47.314.462.963,89	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	9.057.797.551,90	6.081.843.607,99
INCORPORACAO DE DIREITOS	42.974.731.313,60	42.391.553.630,60	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	56.095.426,46	718.711.116,44
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	42.683.966.420,09	40.735.689.207,96	AJUSTES DE OBRIGACOES	11.982.618,14	17.163.561.917,40
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	290764.893,51	1.655.864.422,64	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	63.399,06	0,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	10.101.659.323,23	4.949.195.972,70	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	11.919.219,08	17.163.561.917,40
EXERCICIOS ANTERIORES	4.936.116.632,10	570.737.643,17			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	5.145.349.362,44	4.339.425.181,77			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	20.193.308,69	39.033.147,76			
AJUSTES DE CREDITOS	25717.032,89	733.360,53			
VARIACAO CAMBIAL	3.985,18	6.257,05			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	25713.047,71	727.103,54			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	6.112.660.321,99	5.445.981.436,29	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	6.683.170.539,77	6.112.660.321,99
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	4.713.665.855,69	4.196.974.089,20	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	5.149.577.426,68	4.713.665.855,69
APLICACOES FINANCEIRAS	1.379.930.111,21	1.235.654.826,76	APLICACOES FINANCEIRAS	1.511.303.931,92	1.379.930.111,21
OUTRAS DISPONIBILIDADES	18844.355,09	13.352.520,33	OUTRAS DISPONIBILIDADES	22.289.280,96	18.844.355,09
INGRESSOS	883.027.355.995,66	775.449.404.639,05	DISPENDIOS	883.027.355.685,66	775.849.401.609,05

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	793.711.003,49	267.472.203,30	DESPESAS CORRENTES	4.196.454.410,28	3.339.771.397,21
RECEITA DE CONTRIBUICOES	41.734.525,55	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.181.565.645,91	1.788.648.761,92
RECEITA PATRIMONIAL	402.143.773,30	25.613.295,50	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	7.851.969,24	6.165.353,73
RECEITA AGROPECUARIA	15.108.108,85	15.263.499,32	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.549.394.028,05	1.280.338.029,26
RECEITA INDUSTRIAL	56.360.742,73	24.276.110,78	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	5.998.412,36	3.048.693,13
RECEITA DE SERVICOS	123.961.798,67	103.912.790,84	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.734.145,62	9.227.271,26
OUTRAS TRANSFERENCIAS	4.463.108,91	4.065.957,40	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	111.698,75	85.857,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	82.418.494,90	80.095.074,39	OUTRAS DESPESAS	1.541.549.561,31	1.267.977.006,90
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	6.420.452,78	4.025.475,27	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	457.642.747,08	264.422.252,36
RECEITA DE CONTRIBUICOES	15.745,71	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	418.541.245,50	241.615.575,75
RECEITA PATRIMONIAL	710.824,82	837.553,74	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.101.481,58	22.806.676,61
RECEITA INDUSTRIAL	5.451.287,07	2.039.528,28	DESPESAS DE CAPITAL	5.312.130.317,67	2.458.734.681,46
RECEITA DE SERVICOS	78.230,47	589.382,24	INVESTIMENTOS	2.322.626.229,71	1.686.173.790,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	164.364,91	558.611,01	INVERSOES FINANCEIRAS	2.030.980.435,05	738.041.120,75
RECEITAS DE CAPITAL	85.158.649,91	96.509.262,13	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	20.064.573,75	16.946.181,95
OPERACOES DE CREDITO	249.378,45	0,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	3.191.040,00
ALIENACAO DE BENS	38.156.521,96	12.879.624,24	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00	3.191.040,00
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	0,00	1.677,35	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	38.458.109,15	14.390.548,29
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	47.252.749,50	43.627.960,54	INVESTIMENTOS	529.260,53	8.812.044,09
DEDUCOES DA RECEITA	-10.004.903,65	-8.910.725,87	INVERSOES FINANCEIRAS	37.929.848,62	5.578.504,20
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	30.129.609.283,24	13.910.542.976,73	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	23.779.387.830,96	9.955.210.150,97
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	12.822.471.759,15	6.919.189.670,25	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	8.004.630.029,87	2.998.979.489,23
REPASSE RECEBIDO	6.861.360.211,61	3.918.922.269,99	REPASSE CONCEDIDO	41.111.034,47	15.664.966,01
SUB-REPASSE RECEBIDO	5.945.678.776,31	2.965.847.847,79	SUB-REPASSE CONCEDIDO	5.945.678.776,31	2.965.847.847,79
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	5.945.678.776,31	2.965.847.847,79	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	5.945.678.776,31	2.965.847.847,79
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	0,00	28.979,17	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	0,00	28.979,17
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	14.545.695,55	2.170.335,72	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	12.220.217,58	621.916,70
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	567.075,68	12.220.217,58	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.620.001,51	16.615.777,56
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	0,00	102,33	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	0,00	102,33
INCORPORACAO DE DESPESA	0,00	102,33	DESINCORPORACAO DE DESPESA	0,00	102,33
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	17.307.137.524,09	6.991.353.204,15	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	17.774.757.801,09	6.956.230.559,41
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	11.681.424,94	11.255.458,92	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	16.047.498,46	19.321.489,66
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	6.782.773,96	9.568.343,49	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.433.021,93	1.964.783,57
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	4.898.650,98	1.686.115,43	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	14.614.476,52	17.356.716,09
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	17.295.056.099,15	6.930.097.745,23	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	17.758.720.302,64	6.936.909.059,75
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	12.842.394.307,37	11.264.520.255,68	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	10.538.285.061,25	9.747.835.904,61
VALORES EM CIRCULACAO	5.508.158.775,85	2.997.573.763,13	VALORES EM CIRCULACAO	4.724.818.631,30	3.508.140.105,74
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	3.300.615.858,96	2.776.735.471,74	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	4.345.018.031,73	3.300.615.858,96
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.115,00	5.298,77	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.115,00	1.115,00
CREDITOS TRIBUTARIOS	196.964.138,21	192.335.768,54	CREDITOS TRIBUTARIOS	315.530.451,59	196.964.138,21
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	9.828.836,07	27.361.701,24	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	63.759.211,22	9.828.836,07
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	557.168,59	941.384,12	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	315.854,04	557.168,59

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
OUTROS CREDITOS	537.166,59	941.384,12	OUTROSCREDITOS	315.855,04	537.166,59
RECURSOS VINCULADOS	193.988,89	176.484,59	RECURSOS VINCULADOS	176.484,59	176.406,78
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	17.674,13	17.674,13	OUTROS VALORES EM CIRCULACAC	17.674,13	17.674,13
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17.840.219,09	18.690.957,57	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17.162.853,24	15.830.592,67
VALORES DIFERIDOS	17.840.219,09	18.690.957,57	VALORESDIFERIDOS	17.162.853,24	15.830.592,67
DEPOSITOS	68.451.206,00	43.267.136,51	DEPOSITOS	43.267.136,51	91.630.261,94
CONSIGNACOES	7.846.125,54	7.626.719,02	CONSIGNACOES	7.626.719,02	8.337.018,65
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	23.535.519,20	9.079.609,52	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	9.079.609,52	61.728.578,45
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	37.069.561,26	26.560.807,97	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	26.560.807,97	21.562.164,84
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.380.964.280,52	3.979.337.651,71	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	3.220.422.753,63	3.600.178.918,61
FORNECEDORES	394.389.045,56	286.885.898,35	FORNECEDORES	256.885.898,35	118.469.737,26
DO EXERCICIO	256.333.572,73	118.508.458,10	DE EXERCICIOS ANTERIORES	126.184.903,14	68.913.316,83
DE EXERCICIOS ANTERIORES	76.226.251,22	7.586.475,04	CONVENIOS A PAGAR	129.132.966,21	50.556.315,43
CONVENIOS A PAGAR	88.226.827,06	129.132.965,21	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1.568.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	22.302.334,55	1.568.000,00	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	17.730.079,83	24.084.829,18
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	34.003.092,71	17.730.079,83	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	2.449.555.501,17	2.074.965.901,67
RESTOS A PAGAR	3.236.189.955,92	2.494.036.556,43	VALORES EM TRANSITO	182.715,55	761,14
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	3.125.046.487,97	2.479.655.502,17	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	8.944.657,13	59.196,24
CANCELADO	111.143.467,95	14.380.454,26	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	79.609,16	79.609,16
VALORES EM TRANSITO	406.644,08	182.715,55	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	484.472.315,79	307.639.345,68
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.221.237,09	8.944.657,13	OUTROS DEBITOS	6.443.470,82	3.576.534,97
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	84.824,93	79.609,16	AJUSTESDO PATRIMONIO/CAPITAL	117,49 ,36	603.605.914,89
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	700.857.608,25	484.472.315,79	PROVISOES FINANCEIRAS	2.813.400,42	4.655.433,64
OUTROS DEBITOS	2.892.045,73	6.443.470,82	OUTRAS OBRIGACOES	3.097.615,05	405.535.564,88
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	117.491,36	604.645.935,18	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	104.646.183,92	738.702.112,24
PROVISOES FINANCEIRAS	1.117.171,68	2.013.404,42	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	104.646.183,92	738.702.112,24
OUTRAS OBRIGACOES	3.780.103,00	3.097.615,05	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	2.417.947.330,65	1.793.553.523,61
RECEITA EXTRAORCAMENTARIA	141.863.163,29	754.426.050,00	BAIXA DE DIREITOS	1.615.541.985,49	1.238.132.817,65
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	141.863.163,29	752.814.928,64	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.484.785.531,68	1.172.620.975,29
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	0,00	1.611.121,36	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	130.756.437,81	65.511.842,36
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	4.725.316.659,62	3.581.629.876,16	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	738.648.421,56	510.682.855,80
INCORPORACAO DE DIREITOS	4.412.406.560,20	3.090.819.789,73	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	716.865.437,87	490.423.877,82
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.223.093.255,95	2.976.890.190,12	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	21.680.983,71	20.258.978,08
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	189.316.304,25	53.929.599,61	AJUSTES DE OBRIGACOES	83.853.911,58	44.738.050,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	312.909.964,98	327.695.425,13	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	19.598,47	1.474,07
EXERCICIOS ANTERIORES	10.902.896,29	11.697.845,15	VARIACAO CAMBIAL	485.606,34	157.864,15
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	258.696.143,20	214.171.302,75	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	83.350.710,27	44.578.711,84
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	44.310.925,49	1.826.277,23			
AJUSTES DE CREDITOS	2.000.191,11	22.114.151,30			
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	233.710,59	82.066,08			
VARIACAO CAMBIAL	170.308,07	512.150,47			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	2.466.095,18	22.540.254,75			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	137.023.490,53	118.048.633,01	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	152.034.149,53	137.023.490,53
APLICACOES FINANCEIRAS	132.626.513,47	113.913.063,40	APLICACOES FINANCEIRAS	143.618.930,58	132.626.513,47
OUTRAS DISPONIBILIDADES	4.396.977,06	4.135.569,61	OUTRAS DISPONIBILIDADES	8.415.218,95	4.396.977,06
INGRESSOS	43.978.301.830,69	25.638.582.604,98	DISPENDIOS	43.978.301.830,69	25.638.582.604,98

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO- DFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	623.388.350,37	519.522.735,64	DESPESAS CORRENTES	16.673.907.515,71	14.014.409702,92
RECEITA TRIBUTARIA	153,00	270,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.857.451.522,83	7.359.186512,34
RECEITA PATRIMONIAL	44.608.145,84	47.050.973,17	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	304.685,27	876042,55
RECEITA AGROPECUARIA	90.318,32	126.063,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.324.860.199,93	5.511.019154,45
RECEITA INDUSTRIAL	2.032.736,63	2.447.023,23	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	93.533.856,18	190.619115,75
RECEITA DE SERVICOS	315.991.022,38	336.321.401,13	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	14.292.376,97	13.906726,03
OUTRAS TRANSFERENCIAS	9.458.212,31	8.762.178,27	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	1.385,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	231.386.790,55	196.789.160,56	OUTRAS DESPESAS	6.217.052.57* 78	5.306.493310,66
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	19.810.971,34	17.025.637,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.391.260.907,68	1.143.327393,58
RECEITA PATRIMONIAL	2.750,00	12.153,14	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.271.578.708,37	1.051.654207,47
RECEITA INDUSTRIAL	5.021,20	5.127,10	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	119.681.199,31	91.033166,11
RECEITA DE SERVICOS	19.494.046,22	16.809.802,69	DESPESAS DE CAPITAL	2.633.209 577,45	2.090 545264,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	309.153,92	196.564,07	INVESTIMENTOS	2.624.256.988,48	2.016.462234,44
RECEITAS DE CAPITAL	16.400.842,49	4.612.206,14	INVERSOES FINANCEIRAS	8.277.588,73	36.082445,07
ALIENACAO DE BENS	8.277.255,05	2.457.615,44	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	0,00	1.424073,76
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	7.123.586,54	2.154.590,70	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	16.238,00	3.830.392,30
DEDUCOES DA RECEITA	-28.140.500,61	-46.128.343,64	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	16.238,00	3.830.392,30
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	21.418.345.685,23	16.716.102.916,16	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	658.751,24	751.139,18
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	19.720.171.318,71	16.316.054.770,63	INVESTIMENTOS	658.751,24	751.139,18
REPASSE RECEBIDO	15.804.362.080,13	13.199.467.254,50	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	6.391.100.157,11	4.257.861.338,26
SUB-REPASSE RECEBIDO	2.917.392.579,12	2.216.347.680,61	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	4.459.087.367,43	3.694.368.993,26
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	2.917.392.579,12	2.216.347.680,61	REPASSE CONCEDIDO	520.150 740,68	383 101.666,54
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	568.753.138,08	485.218 718,32	SUB-REPASSE CONCEDIDO	2.917.092.579,12	2.216.347.680,61
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	431.343.521,38	405.320.917,40	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	2.917 092.579,12	2 216.347.680,61
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.698.174.366,52	399.748.145,53	VALORES DIFERIDOS- BAIXA	434.856.639,28	418.771.888,57
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	193.591.381,22	385.990.068,98	VALORES DIFERIDOS- INSCRICAO	587.747.238 35	676.136.557,54
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	171.489 116,72	194.357.568,35	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.921.2*2.849,68	563 527.349,10
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	22.102.264,50	71.632.500,63	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	331 074.871,24	372 021.711,47
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	1.504 882.985,30	133.758.076,37	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	159.328.925,11	181.715.574,56
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	25.200585.801,39	20.608.176 166,45	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	171.745 942,13	190.305.136,91
VALORES EM CIRCULACAO	6.675 185.352,55	5.826.914.923,33	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.590 137.078,44	191.506.031,63
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	6.673978.869,62	5.825.789.393,10	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	21.574.246.172,37	17.533.736.158,72
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	6.243,08	34.704,87	VALORES EM CIRCULACAO	8.453.448.990,08	6.675.325.716,30
CREDITOS TRIBUTARIOS	120.281,42	90.092,23	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	8.451.774.711,36	6.673 978.869,62
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	563.755,60	422.071,61	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	70,00	6.243,08
OUTROS CREDITOS	563.755,60	422.071,61	CREDITOS TRIBUTARIOS	457.519,70	120.281,42
RECURSOS VINCULADOS	249 675,52	306 407,38	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	637.522,46	563.755,60
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	272.527,21	273.278,14	OUTROS CREDITOS	637 522,46	563.755,60
VALORES A CLASSIFICAR	43052.365,05	86.089.705,11	RECURSOS VINCULADOS	306 639,25	365.039,27
RECEITA A CLASSIFICAR	43052.365,05	86.089.705,11	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	272.527,31	22.527,31
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	43061.870,16	86.080.204,01	VALORES A CLASSIFICAR	66.070.702,97	63.788 537,30
RESTITUICOES	-9.501,16	9.501,16	RECEITA A CLASSIFICAR	66 070 702,97	63.788 537,30

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - DFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.023.068.255,75	1.101.361.223,05	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	86.080.204,07	63.779036,20
VALORES DIFERIDOS	1.023.068.255,75	1.101.361.223,05	RESTITUICOES	-9.501,10	9501,10
DEPOSITOS	37.674.731,15	40.210.540,39	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.107.460.078,91	1.101.423160,95
CONSIGNACOES	5.516.112,87	7.834.618,98	VALORES DIFERIDOS	1.107.460.078,91	1.101.423160,95
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	20.883.456,53	23.672.411,80	DEPOSITOS	40.210.544,39	44.098292,98
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	8.265.161,75	8.703.509,01	CONSIGNACOES	7.834.611,98	14.326123,50
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.622.314.239,62	6.799.132.700,67	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	23.672.411,80	19.848933,20
FORNECEDORES	2.660.013.017,67	2.207.104.627,44	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	8.703.509,01	9.923238,18
DO EXERCICIO	71.618.134,83	58.205.960,23	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	6.668.387.841,96	5.443.036740,89
DE EXERCICIOS ANTERIORES	40.547.868,51	14.829.642,76	FORNECEDORES	2.207.104.521,44	1.140.283944,24
CONVENIOS A PAGAR	1.361.942.285,21	1.362.376.400,42	DE EXERCICIOS ANTERIORES	78.036.601,99	67.218489,01
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	2.038.096,00	0,00	CONVENIOS A PAGAR	1.362.376.400,42	1.079.085475,23
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.153.469.050,94	784.750.524,03	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	784.750.524,03	0,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	30.447.582,18	1.941.000,00	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1.941.000,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	47.314.338,43	31.730.547,01	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	37.730.541,01	68.787248,91
RESTOS A PAGAR	4.627.266.294,03	3.501.871.122,06	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	3.389.012.188,38	3.211.042477,55
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	4.436.057.274,16	3.381.012.188,38	VALORES EM TRANSITO	1.363.541,19	645810,39
CANCELADO	191.229.019,87	111.858.933,68	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.396,51	0,00
VALORES EM TRANSITO	561.542,12	1.363.541,19	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	201.640.868,12	21.953967,14
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.418,52	3.396,51	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	807.915.840,08	967.784147,94
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	249.419.752,64	201.640.868,12	OUTROS DEBITOS	33.555.643,61	24.815304,22
BENEFICIOS A PAGAR	2.614,83	0,00	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	17.926,83	1.903.051,86
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	976.755.328,37	807.915.840,08	OUTRAS OBRIGACOES	43.349,79	19.488,64
OUTROS DEBITOS	90.892.632,04	33.555.642,61	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	5.218.648.016,00	4.206.061710,30
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	17.926,83	1.903.851,86	BAIXA DE DIREITOS	3.672.359.636,34	2.922.852832,17
OUTRAS OBRIGACOES	39.174,04	43.349,79	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.672.359.636,31	2.922.793813,01
RECETA EXTRA-ORCAMENTARIA	71.608,79	0,00	OUTRAS BAIXAS DE DREITOS	0,03	58519,16
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	71.608,79	0,00	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.466.826.401,72	1.114.506270,13
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	8.799.219.244,48	6.966.477.073,84	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.465.921.21833	1.103.734707,64
INCORPORACAO DE DIREITOS	7.738.891.405,77	6.038.237.089,24	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	905.18339	10.771.562,49
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.631.986.296,10	5.834926.985,86	AJUSTES DE OBRIGACOES	79.461.98000	166.702.308,00
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	106.905.109,67	203.310.103,38	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	4.708.24275	3.290.716,27
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.032.842.374,21	700.462.519,07	VARIACAO CAMBIAL	66.054.26543	156 256.206,57
EXERCICIOS ANTERIORES	81.837.376,04	77.985.036,40	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	8.699.47182	9.155.655,16
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	951.000.324,17	622489.662,42			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	174,00	7.820,25			
AJUSTES DE CREDITOS	27.485.464,50	223772.405,50			
VARIACAO CAMBIAL	27.135.754,81	211677.874,42			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	349.709,69	12099.591,11			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	241.070.268,12	196360.068,12	DISPONIBILIDADE PO PERIODO SE	209 197.02135	241.070.168,12
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	202.691.122,40	131341.855,33	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	173.879.68907	202.691.122,40
APLICACOES FINANCEIRAS	3.065.051,30	21327.988,77	APLICACOES FINANCEIRAS	5.049.32709	3.065.051,30

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
OUTRAS DISPONIBILIDADES	35.314.092,42	43.690.244,02	OUTRAS DISPONIBILIDADES	30.268.005,19	35.314.092,42
INGRESSOS	47.471.060.444,99	38.107.845.746,87	DISPENDIOS	47.471.060.444,99	38.107.845.746,87

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
09/03/2010	1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	25.175.803.940,39	22.150.269.519,96	DESPESAS CORRENTES	40.377.995.750,57	33.137.669.983,33
RECEITA TRIBUTÁRIA	327.237.750,37	339.088.390,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.167.340.822,78	6.199.413.837,86
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.346.903.747,88	3.345.436.523,24	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.170.648.153,07	26.910.076.414,61
RECEITA PATRIMONIAL	9.139.680.110,69	8.168.069.034,43	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	1.826.576.230,83	1.790.611.231,52
RECEITA INDUSTRIAL	47.834.311,37	51.662.648,03	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	4.165.103,53	38.070.992,27
RECEITA DE SERVIÇOS	8.134.435.996,35	7.162.626.443,81	OUTRAS DESPESAS	31.339.907.516,71	25.078.394.180,82
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	19942.943,61	27.612.075,45	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	40.006.374,72	26.096.730,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.009.105.150,84	2.121.428.696,75	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.772.231,22	4.745.153,06
RECEITA ENTREÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	150464.030,28	134.333.807,61	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.234.143,50	23.351.577,80
RECEITA TRIBUTÁRIA	45.270,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	25.576.699.020,12	25.177.663.063,28
RECEITA PATRIMONIAL	188.142,75	116.055,56	INVESTIMENTOS	2.059.835.442,98	2.099.693.978,13
RECEITA INDUSTRIAL	134.698.208,12	129.309.673,45	INVERSÕES FINANCEIRAS	23.516.721.936,14	22.009.537.763,25
RECEITA DE SERVIÇOS	10620.407,06	4.805.161,67	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	4.394.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4932.004,35	42.907,83	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	4.394.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.652056.584,43	4.373.001.375,28	DESPESAS ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	81.642,00	1.064.087.321,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	107907.567,67	113.675.254,38	INVESTIMENTOS	81.642,00	9.021,90
ALIENAÇÃO DE BENS	9083.155,29	90.526.457,48	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	1.064.059.300,00
AMORTIZAÇÕESDE EMPRÉSTIMOSFINANCIAMENTO	5.520412.157,14	3.929.260.385,88	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	104.010 296.914,63	143.203.230.634,33
OUTRAS TRANSIERÊNCIAS DE CAPITAL	10206.381,49	18.275.418,94	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	92.161.560.953,05	102.639.465.894,66
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4307.722,84	1.221.323.858,69	COTA CONCEDIDA	325.397.450,62	268.147.080,40
DEDUÇÕES DA RECEITA	-213725.388,63	-73.629.528,62	REPASSE CONCEDIDO	20.406.896.120,22	17.466.503.809,61
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	161.330278.476,88	180.148.166.985,34	SUB-REPASSE CONCEDIDO	44.430.144.748,88	18.261.422.589,34
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	154.435643.925,42	115.896.176.408,82	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	44.430.144.748,88	18.261 422.580,34
COTA RECEBIDA	325397.459,62	666.147.089,48	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	14.800.722,36	0,00
REPASSE RECEBIDO	60 312431.254,11	34.455.857.106,85	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	30.942.196.566,70	21.380.758.568,09
SUB-REPASSE RECEBIDO	44.430144.748,88	18.261.422.589,34	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	6.040.132.435,27	45.264.253.938,22
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	44.430144.748,88	18.261.422.589,34	CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS	2.945.183,62	3.961.096,07
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	14808.722,36	0,00	INCORPORAÇÃO DE RECEITA	2.945.183,62	3.961.096,07
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	45.181208.665,73	45.875.252.759,12	TRANSFERÊNCIAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	11.845.791.377,96	40 555.632.543,60
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	1.171561.074,72	20.939.496.864,1	ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	994.922.185,65	29.932.605.071,78
CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO	2945.183,62	3.961.096,07	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	843.223.213,73	26.970.111.061,88
DESINCORPORAÇÃO DE RECEITA	2945.183,62	3.961 096,07	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	151.698.951,93	2.962.494.009,90
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.891789.369,84	60.246.029.460,4	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	10.850.869.512,31	11.227.026.471,82
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	910453.273,53	54.865.828.488,73	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	129.083.380.312,45	145.310.863.548,85
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	836652.700,10	53.536.279.451,15	VALORES EM CIRCULAÇÃO	56.849.317.165,89	57 444.929.588,68
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	73.801.173,43	1.129 649.037,61	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	15.682.341 813,54	11.751.256.742,79
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	5.981336.596,31	5.380.100.991,61	VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	8.094.033,53	4.697.475,74
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	117.906.125.596,38	151.585 531.401,67	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	307,94	307,94
VALORES EM CIRCULAÇÃO	57.370085.655,78	58.752.978.338,31	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	10.964.108,55	6.596.808,42
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	11 676.255.604,07	8.465.519.530,71	OUTROS CRÉDITOS	10.964.108,55	0.596.808,42
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	4.697.475,74	5.081.157 21	RECURSOS VINCULADOS	310.672,83	159.031,45
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	307,94	0,00	DEPÓSITOS ESPECIAIS DO FAT	41.147.608.228,49	45.660.219.222,53

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
09/03/2010	2

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	8.596.808,42	10.277.820,30	OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,01	0,01
OUTROS CRÉDITOS	8.596.808,42	10.277.820,30	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	46.422.190.395,86	66.936.403.993,41
RECURSOS VINCULADOS	326.236,27	340.673,83	VALORES DIFERIDOS	46.422.113.489,04	66.936.327.087,39
DEPÓSITOS ESPECIAIS DO FAT	45.680.219.222,33	49.271.789.156,14	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,01	0,01	DEPÓSITOS	87.076.256,80	77.654.555,67
VALORES A CLASSIFICAR	-721,49	0,00	CONSIGNAÇÕES	7.171.040,71	9.823.833,04
RECEITA A CLASSIFICAR	-721,49	0,00	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	79.401.695,54	67.658.359,80
RESTITUIÇÕES	-721,49	0,00	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	502.320,25	172.362,83
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	26.985519.613,11	66.643.694.800,28	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	9.936.082.464,94	7.886.200.345,08
VALORES DIFERIDOS	26.985442.707,09	66.643.617.894,26	FORNECEDORES	483.157.477,50	426.924.289,79
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	65.947.395,54	38.863.040,67
DEPÓSITOS	63863.910,24	87.075.256,80	CONVÊNIOS A PAGAR	407.832.124,95	368.041.249,12
CONSIGNAÇÕES	7089.534,00	7.171.040,71	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	8.756.957,44	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	51990.685,67	79.401.695,54	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	618.989,57	0,00
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	4823.789,87	502.320,25	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	625.602,04	265.587,40
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	14.246078.051,19	11.474.871.055,30	RP S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	5.768.820.433,50	4.952.480.763,10
FORNECEDORES	473755.563,98	483.157.477,50	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	551.894.892,00	275.459.293,69
DO EXERCÍCIO	36680.353,81	93.892.125,27	VALORES EM TRÂNSITO	755.614,17	85.097,32
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3176.564,87	2.055.270,27	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	112,57	0,00
CONVÊNIOS A PAGAR	416990.686,82	407.632.124,95	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	403.998.174,19	59.643.717,78
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	5337.350,33	8.756.957,44	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	2.303.895.672,04	1.502.960.841,34
CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	7388.713,13	0,00	OUTROS DÉBITOS	515.050,41	551.756,48
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	4181.393,02	618.989,57	AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	325.878.058,40	515.719.245,93
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	19053 880,71	625.602,04	OUTRAS OBRIGAÇÕES	96.541.157,22	153.869.362,22
RESTOS A PAGAR	10.027.852.476,87	7.633.440.250,53	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.849 931.400,42	1.618.857.553,21
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	8.958521.183,03	6.256.655.658,84	DESPESAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.847 751.122,82	1.616.633.456,10
CANCELADO	1.069231.243,84	1.376.784.592,38	RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	2.180 477,50	2.224 097,03
EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	551894 892,00	551 815.733,17	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	13.938 783.938,54	11.046.817 512,60
VALORES EM TRÂNSITO	275.437,98	755.614,17	BAIXA DE DIREITOS	10.560.994.967,58	7.812.553.003,57
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.635,89	112,57	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	10.560.994.967,50	7.812 550.981,60
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	257269.506,38	403.998.174,19	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	0,08	2.021,97
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	2.763752.046,46	2.303.895.672,04	INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	3.190 338.767,80	3.421.086.008,01
OUTROS DÉBITOS	3255.909,83	515.050,41	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	3.182.070.379,63	3.392 426.207,38
AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	32125.635,48	26.340,18	OUTRAS INCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	8.267 388,17	28.658.800,63
OUTRAS OBRIGAÇÕES	116836.133,61	96 541 157,22	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	187.450.303,16	113.179.501,02
RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	6691 359,06	8.932.892,53	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA	1.971.710,16	1 697.787,27
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	6691.359,06	8.932 892,53	VARIAÇÃO CAMBIAL	74.151.864,98	59.097.630,33
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	13.938.783.938,54	11.046.817.512,60	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	111 327.108,02	52.413.885,42
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	17.785 562.755,19	15.258.674.679,23			
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	9.316 133.734,31	8.116.995.248,95			
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE DIREITOS	8.449.429.031,87	6.141.542.172,29			
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	3.846 779.571,95	2.345 899 980,77			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
09/03/2010	3

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
EXERCÍCIOS ANTERIORES	16.490.660,90	16.437.265,71			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.442.305.456,16	2.329.460.100,98			
OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	118.455,89	2.514,08			
AJUSTES DE CRÉDITOS	9.610.385,36	13.641.718,37			
VARIAÇÃO CAMBIAL	3.398.177,22	39.305.876,83			
AJUSTES FINANCEIROS A CRÉDITO	6.212.212,14	74.335.841,54			
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT	46.041.152.934,05	35.158.966.194,93	DISPONIBILIDADE P/O PERÍODO SE	54.845.328.549,73	47.612.901.718,93
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	10.654.616.630,97	8.204.992.368,03	CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	17.552.459.131,69	12.226.355.105,23
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	28.345.016.126,56	19.119.446.439,35	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30.917.281.561,20	28.345.026.937,18
OUTRAS DISPONIBILIDADES	7.041.519.976,52	7.634.537.387,55	OUTRAS DISPONIBILIDADES	6.375.579.861,84	7.041.519.176,52
INGRESSOS	353.893.602.547,50	394.442.385.948,52	DISPÊNDIOS	353.893.892.541,50	394.442.385.948,52

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	21.738.502.397,26	20.904.742.584,27	DESPESAS CORRENTES	40.377.208.067,97	33.137.886.983,33
RECEITA TRIBUTARIA	327.237.750,37	399.088.390,90	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.167.340.582,78	6.199.491.837,86
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.644.824.477,30	3.355.525.965,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.169.861.180,47	26.910.075.414,61
RECEITA PATRIMONIAL	8.444.107.648,34	7.958.265.219,43	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	1.926.576.230,63	1.793.611.231,52
RECEITA INDUSTRIAL	47.934.311,37	51.662.648,02	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	4.165.103,53	38.070.992,27
RECEITA DE SERVICOS	8.129.525.297,60	7.261.933.249,83	OUTRAS DESPESAS	31.330.119.826,11	25.078.393.190,82
OUTRAS TRANSFERENCIAS	19.942.943,61	27.612.075,49	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	40.006.374,72	26.096.730,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.974.696.987,17	1.566.334.659,65	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.772.231,22	4.745.153,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	150.432.981,50	134.320.474,52	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.234.143,50	23.351.577,80
RECEITA TRIBUTARIA	45.270,00	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	24.206.231.060,10	25.177.663.063,28
RECEITA PATRIMONIAL	137.176,72	102.732,87	INVESTIMENTOS	2.059.895.442,98	2.099.653.976,13
RECEITA INDUSTRIAL	134.698.206,12	129.359.870,45	INVERSOES FINANCEIRAS	22.146.253.975,12	22.009.557.763,25
RECEITA DE SERVICOS	10.820.407,06	4.805.161,61	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	4.304.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.931.919,00	47.936,79	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00	4.304.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	5.585.383.600,77	4.373.061.375,28	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	81.642,00	1.064.067.321,90
OPERACOES DE CREDITO	107.967.567,67	113.675.254,36	INVESTIMENTOS	81.642,00	8.321,90
ALIENACAO DE BENS	5.063.156,29	90.528.457,46	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.064.059.000,00
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	5.463.736.853,46	3.328.260.365,86	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	99.559.780.022,63	138.833.624.011,64
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	10.280.381,49	18.275.018,84	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	99.333.191.645,77	99.855.401.366,88
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.307.722,84	1.221.323.858,65	COTA CONCEDIDA	325.397.459,52	266.147.089,40
DEDUCOES DA RECEITA	-183.414.189,03	-171.955.761,30	REPASSE CONCEDIDO	20.406.898.720,22	17.418.019.985,06
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	158.297.092.145,80	177.270.789.017,41	SUB-REPASSE CONCEDIDO	44.430.144.148,88	18.261.422.589,34
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	151.760.594.018,42	117.157.127.864,71	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	44.430.144.148,88	18.261.422.589,34
COTA RECEBIDA	325.397.459,52	266.147.089,40	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	14.800.122,36	0,00
REPASSE RECEBIDO	63.312.431.254,11	34.469.601.540,16	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	29.842.185.566,70	21.380.738.568,09
SUB-REPASSE RECEBIDO	44.430.144.748,88	18.261.422.589,34	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.211.784.427,99	42.629.033.134,99
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC	44.430.144.748,88	18.261.422.589,34	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	2.945.183,62	3.951.096,07
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	14.800.722,36	0,00	INCORPORACAO DE RECEITA	2.945.183,62	3.951.096,07
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	42.506.258.758,75	43.220.459.761,76	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	10.223.643.193,24	38.974.231.548,69
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.171.061.074,72	20.229.496.864,11	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	994.813.968,38	29.332.835.071,78
CORRESPONDENCIA DE DEBITO	2.945.183,62	3.951.096,07	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	843.115.816,45	20.370.111.061,88
DESINCORPORACAO DE RECEITA	2.945.183,62	3.951.096,07	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	151.698.151,93	2.952.694.909,90
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	6.536.552.943,66	60.109.700.056,57	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	9.228.829.224,86	9.641.456.476,91
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	970.345.079,26	54.565.826.485,79	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	121.631.554.120,27	139.850.092.121,39
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	836.852.100,10	53.530.779.451,15	VALORES EM CIRCULACAO	62.450.688.913,28	54.760.664.870,57
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	72.692.976,16	1.129.649.037,63	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	11.983.713.560,83	5.066.022.024,68
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	5.621.207.867,00	5.443.771.567,70	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	8.094.033,53	4.687.476,74
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	[illegible]	[illegible]	CREDITOS TRIBUTARIOS	307,94	307,94
VALORES EM CIRCULACAO	52.450.688.913,28	54.575.362.394,41	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	10.964.108,55	8.996.808,42
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	8.991.010.385,96	5.787.897.496,91	OUTROS CREDITOS	10.964.108,55	8.996.808,42
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	4.687.476,74	5.061.157,29	RECURSOS VINCULADOS	31.873,83	159.031,45
CREDITOS TRIBUTARIOS	307,94	0,00	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	41.147.606.228,49	45.680.219.222,33

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS(DIRETA)
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
09/03/2010	2

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	8.596.808,42	10.277.820,30	OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,01	0,01
OUTROS CRÉDITOS	8.596.808,42	10.277.820,30	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	43.686.979.582,63	64.181.611.016,05
RECURSOS VINCULADOS	326.238,27	310.573,63	VALORES DIFERIDOS	43.686.802.666,61	64.181.534.110,03
DEPÓSITOS ESPECIAIS DO FAT	45.680.219.222,33	49.271.789.156,14	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	0,01	0,01	DEPÓSITOS	87.075.256,80	77.654.555,67
VALORES A CLASSIFICAR	-721,49	0,00	CONSIGNAÇÕES	7.171.040,71	9.823.833,04
RECEITA A CLASSIFICAR	-721,49	0,00	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	79.401.895,84	67.656.359,80
RESTITUIÇÕES	-721,49	0,00	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	502.320,25	174.362,83
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.157.151.205,83	53.908.483.997,05	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	9.624.436.182,20	7.885.366.952,48
VALORES DIFERIDOS	24.157.074.299,81	53.908.407.091,03	FORNECEDORES	483.157.477,50	426.924.269,79
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	65.947.395,54	38.882.040,67
DEPÓSITOS	63.853.910,24	87.075.256,80	CONVÊNIOS A PAGAR	407.632.124,95	388.041.749,12
CONSIGNAÇÕES	7.089.634,80	7.171.040,71	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	8.758.967,44	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORGENS	51.850.585,57	79.401.895,84	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	818.589,57	0,00
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	4.803.789,87	502.320,25	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	625.602,04	205.587,43
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	12.546.094.008,59	11.474.066.702,73	RPS NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	5.768.033.040,90	4.851.600.076,50
FORNECEDORES	473.755.563,98	483.157.477,50	EMPRÉST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	551.894.892,00	275.499.253,69
DO EXERCÍCIO	36.690.853,81	60.892.125,27	VALORES EM TRÂNSITO	755.514,17	86.097,32
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.176.564,87	2.055.270,27	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	112,57	0,00
CONVÊNIOS A PAGAR	416.990.588,82	407.632.124,95	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	403.996.174,19	99.843.717,78
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	5.397.350,33	8.758.967,44	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	2.303.895.672,94	1.502.960.641,34
CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	7.308.713,13	0,00	OUTROS DÉBITOS	515.060,41	551.166,18
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	4.181.393,02	818.989,57	AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	15.021.478,26	513.702.545,93
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	19.053.850,71	625.602,04	OUTRAS OBRIGAÇÕES	96.541.157,22	153.883.382,22
RESTOS A PAGAR	8.344.952.541,49	7.632.652.558,32	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.849.931.500,42	1.518.857.553,21
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	7.275.721.297,65	6.215.867.965,94	DESPESAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.847.751.122,82	1.516.633.456,18
CANCELADO	1.068.231.243,84	1.376.784.592,38	RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	2.180.377,60	2.224.097,03
EMPRÉST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	551.894.892,00	551.915.733,17	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	13.932.541.279,89	11.326.858.173,41
VALORES EM TRÂNSITO	275.437,98	755.514,17	BAIXA DE DIREITOS	10.555.589.967,58	7.912.553.003,57
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.635,69	112,57	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	10.555.565.967,50	7.912.550.981,60
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	257.259.506,38	403.996.174,19	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	0,08	2021,97
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	2.763.752.048,46	2.303.895.672,94	INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	3.189.521.008,15	3.401.125.668,82
OUTROS DÉBITOS	3.256.909,83	515.060,41	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	3.182.070.379,63	3.392.426.207,38
AJUSTES DO PATRIMÔNIO/CAPITAL	15.021.478,26	9.640,19	OUTRAS INCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	7.450.628,52	8.699.461,44
OUTRAS OBRIGAÇÕES	116.868.133,61	96.541.157,22	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	197.450.305,16	113.179.501,02
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.674.095,41	8.924.045,15	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA	1.971.710,16	1.697787,27
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	0.674.095,41	8.924.045,15	VARIAÇÃO CAMBIAL	74.151.481,98	09.067830,33
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	17.570.831.959,35	14.712.554.016,36	AJUSTES FINANCEIROS A DÉBITO	111.327.108,02	52.413883,42
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	16.100.756.998,04	12.253.012.419,22			
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.651.177.955,17	6.111.470.246,85			
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE DIREITOS	8.449.469.031,87	6.141.542.172,37			
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	1.460.714.571,95	2.346.599.880,77			

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
EXERCICIOS ANTERIORES	18.490.660,60	16.437.265,71			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.442.105.455,16	2.329.460.100,58			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	118.465,89	2.514,08			
AJUSTES DE CREDITOS	9.310.389,39	113.841.718,37			
VARIACAO CAMBIAL	3.898.177,22	18.306.876,83			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	6.312.212,14	74.336.841,54			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	45.867.378.197,95	35.334.945.622,30	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	51.559.453.788,53	47.439.026.982,83
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	10.490.742.094,87	8.010.961.815,40	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	17.256.592.342,49	12.052.486.569,13
APLICACOES FINANCEIRAS	28.345.026.126,56	19.719.446.439,35	APLICACOES FINANCEIRAS	30.917.281.562,20	28.345.026.437,16
OUTRAS DISPONIBILIDADES	7.041.519.976,52	7.614.537.367,55	OUTRAS DISPONIBILIDADES	6.375.579.883,84	7.041.519.976,52
INGRESSOS	340.334.327.529,45	384.438.043.102,47	DISPENDIOS	340.334.327.529,45	384.438.043.102,47

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	1.437.301.543,13	1.445.546.935,69	DESPESAS CORRENTES	787.692,60	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	702.279.270,58	668.912.556,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	787.692,60	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	695.772.462,35	659.823.814,99	OUTRAS DESPESAS	787.692,60	0,00
RECEITA DE SERVICOS	4.810.597,75	703.194,04	DESPESAS DE CAPITAL	1.370.467.960,02	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.406.163,67	55.094.037,10	INVERSOES FINANCEIRAS	1.370.467.960,02	0,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	31.048,78	13.333,15	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	4.450.516.692,00	4.369.666.422,89
RECEITA PATRIMONIAL	30.964,03	13.332,92	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	2.828.368.407,28	2.784.094.427,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	84,75	0,23	REPASSECONCEDIDO	0,00	48.983.824,55
RECEITAS DE CAPITAL	66.673.303,66	0,00	VALORESDIFERIDOS - INSCRICAO	2.828.368.407,28	2.735.210.803,23
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	66.673.303,66	0,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.622.148.484,72	1.585.571.994,91
DEDUCOES DA RECEITA	-30.311.197,60	-1.673.767,32	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	108.197,27	0,00
TRANSFERENCIASRECEBIDAS	3.033.186.332,98	2.977.377.967,89	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	108.197,27	0,00
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	2.674.919.907,00	2.841.048.544,05	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.622.040.287,45	1.585.571.994,91
REPASSE RECEBIDO	0,00	85.255.566,58	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	7.451.725.592,23	5.460.601.427,26
VALORES DIFERDOS - BAIXA	2.674.919.907,00	2.755.792.977,35	VALORES EM CIRCULACAO	4.398.628.252,61	2.685.244.718,11
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	358.266.425,98	136.329.423,84	RECURSOS ESPECIAISA RECEBER	4.398.628.252,61	2.685.244.718,11
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	108.197,27	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.735.210.803,23	2.754.792.977,36
RECEBIMENTODE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	108.197,27	0,00	VALORESDIFERIDOS	2.735.210.803,23	2.754.792.977,36
TRANSFERENCIAS DIVERSASRECEBIDAS	358.158.228,71	136.329.423,84	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	311.644.272,74	804.392,60
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	8.878.680.109,78	5.419.071.077,16	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	787.692,60	787.692,60
VALORES EM CIRCULACAO	2.685.244.718,11	2.677.622.033,91	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	310.856.580,14	16.700,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	2.685.244.718,11	2.677.622.033,91	AJUSTES DE DIREITOS EOBRIGACOES	6.242.253,65	19.959.389,19
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.828.368.407,28	2.735.210.803,23	BAIXA DE DIREITOS	5.425.000,00	0,00
VALORES DIFERIDOS	2.828.368.407,28	2.735.210.803,23	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	5.425.000,00	0,00
OBRIGACOES EMCIRCULACAO	1.700.004.042,60	804.392,60	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	817.253,65	19.959.389,19
RESTOS A PAGAR	1.062.895.885,38	787.692,60	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRGACOES	817.253,65	19.959.389,19
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.062.895.885,38	787.692,60			
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	17.104.157,22	16.700,00			
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	17.263,65	8.847,42			
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	17.263,65	8.847,42			
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.665.035.768,14	5.425.000,00			
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.665.035.768,14	5.425.000,00			
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.665.035.768,14	5.425.000,00			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	173.874.736,10	164.020.572,63	DISPONIBILIDADE DO PERIODO SE	285.866.781,20	173.874.736,10
CONTA UNICA DOTESOURO NACIONAL	173.874.736,10	164.020.572,63	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	285.866.781,20	173.874.736,10
INGRESSOS	13.559.361.918,05	10.004.342.786,05	DISPENDIOS	13.559.361.918,05	10.004.342.786,05

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	591.631.158,94	564.602.937,16	DESPESAS CORRENTES	1.971.667322,24	1.780.935.282,92
RECEITA PATRIMONIAL	10.335.293,01	22.582.909,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1 026.521416,43	883.887.795,28
RECEITA AGROPECUARIA	2.615,80	3.907,40	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	10.946964,46	17.495.604,40
RECEITA INDUSTRIAL	392.936.844,07	361.354.013,76	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	861.048473,44	815.035.396,46
RECEITA DE SERVICOS	160.134.137,13	154.891.425,84	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	0,00	416.573,84
OUTRAS TRANSFERENCIAS	109.262,15	0,00	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	14.600563,49	14.492.208,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.099.264,11	25.770.651,36	OUTRAS DESPESAS	846.447909,95	800.727.614,33
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	13.723,67	0,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	73 150447,91	63.916.485,68
RECEITA PATRIMONIAL	13.723,67	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.987797,34	45.003.576,27
RECEITAS DE CAPITAL	167.773,32	1.710.088,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.162650,57	18.912.909,41
ALIENACAO DE BENS	167.773,32	1.710.088,23	DESPESAS DE CAPITAL	651.878019,35	535.185.753,99
DEDUCOES DA RECEITA	-3.813.133,08	-3.776.700,40	INVESTIMENTOS	626.637877,64	471.144.251,92
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.808.544.446,92	1.573.832.016,77	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	25.99* 271,81	63.335.502,07
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	1.792.878.661,62	1.556.698.553,18	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.248670,00	506.000,00
REPASSE RECEBIDO	1.660.936.702,97	1.418.797.272,13	INVESTIMENTOS	1.248670,00	506.000,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	131.868.929,31	128.246.908,80	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	219.470885,66	192.431.021,46
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	131.868.929,31	128.246.908,80	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	197.060943,17	157.686.823,45
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.315.955,04	9.031.143,35	REPASSE CONCEDIDO	19.200679,95	21.300.830,67
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	56.974,30	21.229,30	SUB-REPASSE CONCEDIDO	171.666929,31	128.246.908,40
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	15.665.885,30	17.135.463,29	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	171.666929,31	128.246.908,40
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	15.865.885,30	17.135.463,29	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	21229,30	0,86
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	3 615.253.826,74	3.063.542.485,71	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.170104,51	8.111.283,32
VALORES EM CIRCULACAO	1.009.201.876,79	997.161.317,77	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	22.409.953,49	34.142.198,01
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.946.841,56	1.758.430,27	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	1.170.068,70	6 166.679,60
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	931.489.729,46	939.682.672,94	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.170.068,70	6 166.679,60
CREDITOS TRIBUTARIOS	34.994.390,27	45.083.777,79	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	21.239.884,79	28.075.518,41
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.438.910,85	4.320.811,29	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	3.157.403.383,35	2.667.863.900,89
OUTROS CREDITOS	3.438.910,85	4.320.811,29	VALORES EM CIRCULACAO	1.107.011.684,60	1.009.701.976,79
RECURSOS VINCULADOS	7.164.580,37	3.455.807,75	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	5.001.385,97	6.946.841,56
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	25.157 424,28	2.858.816,73	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.003.641.869,03	931.489.729,46
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.181.333,91	8.111.284,18	CREDITOS TRIBUTARIOS	26.711.945,69	34.994 390,27
VALORES DIFERIDOS	6.181.333,91	8.111 284,18	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.421.759,93	3.438.910,85
DEPOSITOS	16.035.593,00	9.366.986,78	OUTROS CREDITOS	4.421.759,93	3.438.910,85
CONSIGNACOES	775 396,13	725.247,60	RECURSOS VINCULADOS	30.509.997,37	7 164.580,37
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.778.075,97	4.251.264,69	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	36.711.705,61	25.157 424,28
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	6.482 120,90	4.390.474,49	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	8.179 257,92	8.712.888,97
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.233 710 468,39	1.140.982.925,63	VALORES DIFERIDOS	8 179.257,92	8712.888,97
FORNECEDORES	38.645.358,57	46 526.370,56	DEPOSITOS	9.366.986,78	12335.721,35
DO EXERCICIO	35 277 954,72	43.451 991,18	CONSIGNACOES	725.247,60	927.511,24
DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.367.403,39	2.074 369,30	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.251 264,69	9912.248,41
CONVENIOS A PAGAR	0,85	1.000 001,11	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	4 390 474,49	2496 874,70
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	189.579,98	5,91605	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.132.643 745,37	1.105547 736,40

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RESTOS A PAGAR	885474.959,76	749.583.011,08	FORNECEDORES	46.525.370,55	188.901460,19
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	854122.259,09	718.622.426,53	DE EXERCICIOS ANTERIORES	45.525.369,44	62.894.908,20
CANCELADO	31.352.700,67	31.080.584,55	CONVENIOS A PAGAR	1.000.001,11	126.006.551,90
VALORES EM TRANSITO	1.678,97	45.079,05	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	6.946,05	651497,63
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	366.116,83	329.478,97	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	718.622.426,53	685.378829,94
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	376994.814,12	225.555.057,29	VALORES EM TRANSITO	45.079,05	12863,95
OUTROS DEBITOS	4.099,06	2.574,82	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	329.478,97	221003,31
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	90460.961,64	67.734.557,55	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	225.555.057,29	155.396503,25
PROVISOES FINANCEIRAS	31.056,00	49.765.837,14	OUTROS DEBITOS	2.574,82	973191,95
OUTRAS OBRIGACOES	1511.642,50	1.334.973,33	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	90.460.961,64	67.734557,55
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	30.650,00	0,00	PROVISOES FINANCEIRAS	49.765.837,14	3.048712,10
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	30.650,00	0,00	OUTRAS OBRIGACOES	1.334.973,33	3.276116,53
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.290083.904,71	907.919.971,15	AJUSTES DE DIREITOSE OBRIGACOES	900.309.688,68	551.064664,38
INCORPORACAO DE DIREITOS	989563.113,24	814.925 129,27	BAIXA DE DIREITOS	470.454.280,63	272.117918,05
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	979906.726,97	812.161.626,64	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	459.650.059,80	269.241764,03
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	9576.386,27	2.763.502,63	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	10.804.221,03	2.876154,02
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	206847.608,80	92.067.806,91	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	357.598.963,36	273.740171,39
EXERCICIOS ANTERIORES	6066.596,41	7.217.713,01	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	357.137.120,23	227.634544,84
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	242241.067,86	84.611.314,10	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	461.843,13	46.105626,55
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	48537.924,53	238.779,80	AJUSTES DE OBRIGACOES	72.158.444,49	5.206574,94
AJUSTES DE CREDITOS	3673.162,67	937.034,97	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	161,80	1.842146,43
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	219.251,12	229.923,74	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	72.158.282,69	3.364428,51
VARIACAO CAMBIAL	2.875,49	0,00			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	3451.056,06	697.105,23			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	141305.420,86	137.810.552,31	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	152.865.893,10	141.305420,86
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	15375.882,66	6.403.139,64	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	15.160.653,13	15.375882,66
APLICACOES FINANCEIRAS	125784.329,44	131.194.481,56	APLICACOES FINANCEIRAS	137.354 899,39	125.784329,44
OUTRAS DISPONIBILIDADES	145.208,76	207 931,11	OUTRAS DISPONIBILIDADES	151.340,58	145208,76
INGRESSOS	6.153089.484,70	5.337.721.380,02	DISPENDIOS	6.153.089.484,70	5.337.721380,02

6.2.3. Balanço Patrimonial

Este Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da União em 31 de dezembro de 2009. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) deste Ente da Federação.

Convencionou-se, por meio da estrutura disposta no SIAFI, que os ativos segregam-se em financeiros (numerários e ativos cuja movimentação independa de autorização legislativa) e não-financeiros (ativos que dependam de autorização legislativa para serem adquiridos ou alienados); a soma dos montantes desses bens e direitos forma o conceito de Ativo Real. Por outro lado, firmou-se que os passivos segregam-se em financeiros (obrigações cujo pagamento independa de autorização legislativa) e não-financeiros (dívida fundada e demais passivos que dependam de autorização legislativa para serem honrados); a soma dos montantes dessas obrigações forma, a seu turno, o conceito de Passivo Real. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

A seguir, expõe-se um resumo do Balanço Patrimonial, com suas classes e grupos de contas contábeis e respectivos valores monetários, em unidades de milhões.

TABELA 6-9 – BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
Financeiro	531.259	376.463	Financeiro	165.907	133.760
Não Financeiro	2.279.534	1.886.699	Não Financeiro	2.294.550	1.673.230
Ativo Real	2.810.793	2.263.162	Passivo Real	2.460.457	1.806.990
			Patrimônio Líquido	350.336	456.172
Compensado	3.226.674	2.503.629	Compensado	3.226.674	2.503.629
TOTAL	6.037.467	4.766.791	TOTAL	6.037.467	4.766.791

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Ativo Financeiro

O Ativo Financeiro registra os recursos pecuniários provenientes da execução orçamentária da receita e de outros valores adiantados a terceiros ou recolhidos por estes a título de Depósitos, Cauções, Garantias e outros. Na Tabela 6-10, identificam-se os itens Disponível, Créditos em Circulação e Ativo Financeiro a Longo Prazo.

TABELA 6-10 – ATIVO FINANCEIRO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

ATIVO FINANCEIRO	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Disponível	445.845	290.698	83,92	77,22
Créditos em Circulação	85.349	85.711	16,07	22,77
Ativo Financeiro a Longo Prazo	65	54	0,01	0,01
TOTAL	531.259	376.463	100,00	100,00

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Disponível

O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda; está segmentado em Disponível em Moeda Nacional e Disponível em Moeda Estrangeira. Em 2009, representou 7,38% do Ativo Total e 83,92% do Ativo Financeiro. Nos gráficos a seguir, visualiza-se sua composição:

FIGURA 6.2 - DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL
Em R$ Milhões

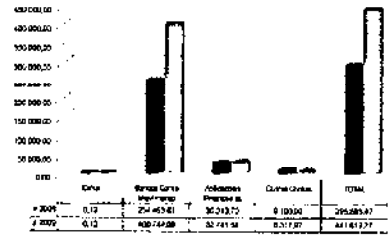
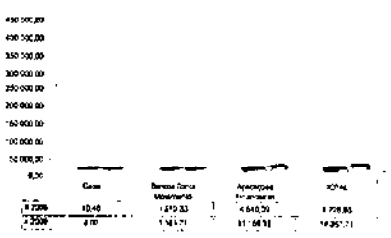


FIGURA 6.3 DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA
Em R$ Milhões

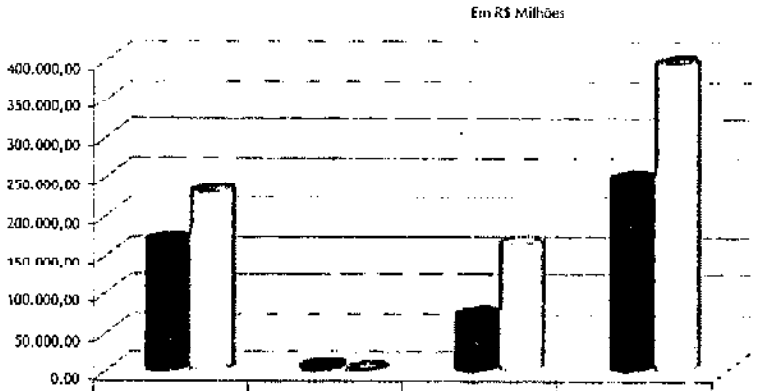


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Vale destacar, por seu elevado montante, a participação da Conta Única do Tesouro Nacional que integra a rubrica Bancos Conta Movimento em Disponível em Moeda Nacional. Atualmente, a Conta Única é subdividida em três segmentos: a destinada à administração de disponibilidades da dívida pública, a destinada à movimentação financeira do INSS, e a destinada a demais movimentações do Tesouro Nacional. Abaixo, segue ilustração dos montantes.

FIGURA 6.4 - DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - CONTA ÚNICA DA UNIÃO

Em R$ Milhões

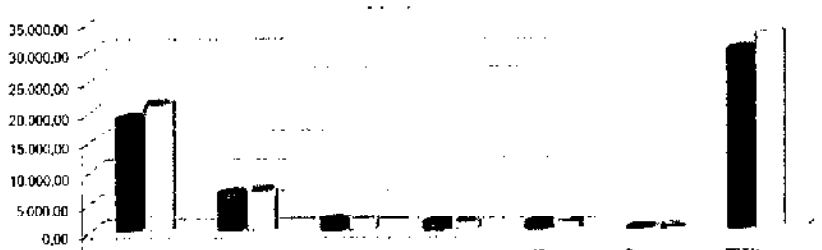


	Tesouro	INSS	Dívida Pública	TOTAL
2008	168.204,11	4.992,35	72.167,11	247.371,58
2009	229.007,39	710,93	164.707,80	396.435,12

Como se nota, no exercício financeiro de 2009, a maior variação ocorreu nas contas contábeis que indicam disponibilidades para a administração da dívida pública, 128,23%. Por outro lado, aponta-se um decréscimo de 85,76% na conta do INSS. Ainda sobre Disponível em Moeda Nacional, enfatizam-se os títulos do mercado aberto com direito a resgate imediato que integram o montante das aplicações financeiras efetuadas pela União. Entre as aplicações, a de maior volume se refere ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (que compõe a rubrica Fundo de Aplicação Extramercado FAT/FUNCAFÉ/FNDE), sob supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego, com R$ 16.135 milhões em 2008 e R$ 19.603 milhões em 2009. A seguir, pode-se vislumbrar a evolução das aplicações financeiras da União.

FIGURA 6.5 - DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em R$ milhões



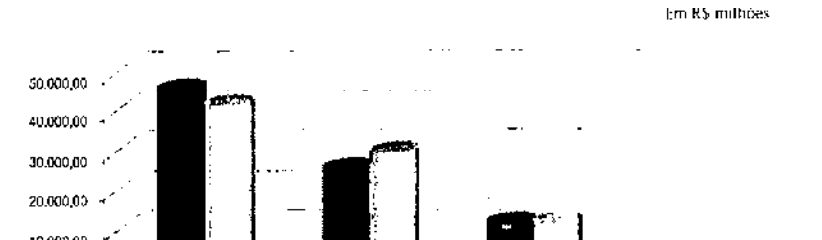
	Fundo de Aplic. - Extramercado FAT/ FUNCAP-E /FNDE	Fundo de Aplic. - Extramercado	LTN	Recursos da Conta Única	CTN	Outras Aplicações	TOTAL
2008	18.796,19	6.480,08	2.090,51	1.250,09	1.351,74	243,09	30.013,70
2009	21.075,30	8.920,98	2.056,90	1.310,04	1.100,51	277,85	32.741,59

Créditos em Circulação

Este subgrupo representa 16,07% do Ativo Financeiro e 1,41% do Ativo Total e segmenta-se conforme o gráfico seguinte.

FIGURA 6.6 - CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO - 2009

Em R$ milhões



	Depósitos Especiais do FAT	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	Créditos a Receber	Outros
2008	45.680,22	25.801,20	11.739,11	2.690,01
2009	41.147,81	29.516,96	11.730,18	2.954,19

Como se nota no gráfico, o item mais significante se refere a Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego, recolhidos ao Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste S/A, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Financiadora de Estudos e Projetos e Banco da Amazônia. Trata-se de uma faculdade concedida às disponibilidades financeiras do FAT pela Lei nº 8.352/91; são remunerados e disponíveis para imediata movimentação.

Em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, pode-se acompanhar o valor dos recursos financeiros a liberar pela Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do sistema de Programação Financeira, às Unidades Setoriais de Programação Financeira dos órgãos e entidades. O termo "Vinculação de Pagamento" indica que as liberações efetuadas são controladas por fontes de recursos e o tipo de despesa a ser paga, por exemplo: Pessoal-Sentenças Judiciais, Pagamento Pessoal, INSS-Benefícios Previdenciários, Custeio e Investimento com Exigência de Empenho, Custeio e Investimento – PAC, entre outros. Em Créditos a Receber são reunidos direitos a receber de diversas origens, como: receitas arrecadadas e ainda não recolhidas à Conta Única; créditos tributários devidos pela aquisição de bens; benefícios pagos aos empregados a recuperar por se tratar de gastos do INSS; entre outros.

Ativo Não-Financeiro

No Ativo Não-Financeiro, encontra-se a Bens e Valores realizáveis a curto e longo prazos, bem como os classificados em Permanentes. Sua composição está demonstrada na Tabela 6-16 e representa 37,76% do Ativo Total.

TABELA 6-11 – ATIVO NÃO FINANCEIRO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

ATIVO NÃO FINANCEIRO	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Realizável a Curto Prazo	101.639	(85.843)	4,46	(4,5)
Valores Pendentes a Curto Prazo	19	11	0,0	0,0
Realizável a Longo Prazo	1.757.607	1.577.797	77,1	83,6
Permanente	420.269	394.733	18,4	20,9
TOTAL	2.279.534	1.886.699	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

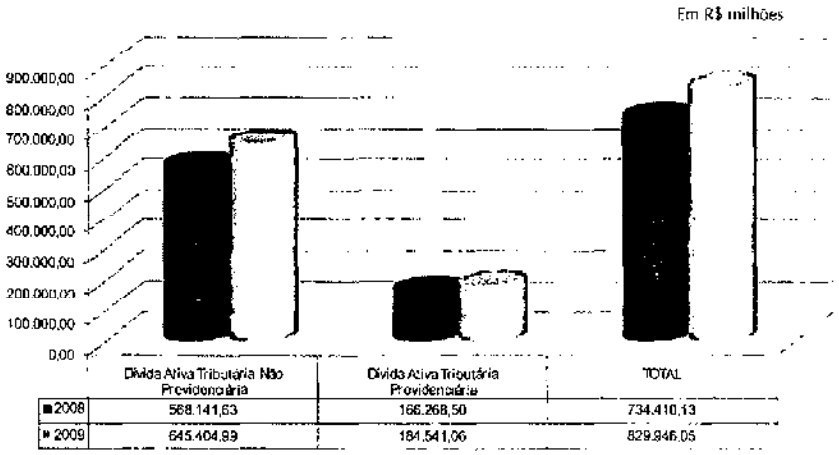
Realizável a Curto Prazo

Neste subgrupo, maior destaque se faz aos Créditos em Circulação que totalizaram R$ 97.318 milhões, representados pelos recursos recebidos pelos Órgãos, Ministérios e Entidades sem vinculação orçamentária. Desses, são muito relevantes os Recursos a Receber p/Pagamento de RP – Retificação, que totalizaram valores negativos da ordem de R$ 339.403 milhões em 2008 e valores zerados em 2009.

Realizável a Longo Prazo

Neste subgrupo estão os Créditos e os Haveres da União. Entre esses, o item de maior importância, em termos monetários, trata de Créditos da União, Estados e Municípios (montante de R$ 839.238 milhões, representando 36,82% do Ativo Não-Financeiro), no qual se destacam os Créditos Inscritos em Dívida Ativa Tributária, cujos montantes podem ser observados no gráfico seguinte.

FIGURA 6.7 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – 2009



	Dívida Ativa Tributária Não Previdenciária	Dívida Ativa Tributária Previdenciária	TOTAL
■2008	568.141,63	166.268,50	734.410,13
■2009	645.404,89	184.541,06	829.946,05

Seguindo a ordem de grandeza, em segundo lugar estão os Empréstimos Concedidos pela União a entidades e instituições, por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos, com retorno a longo.

Permanente

Neste subgrupo, registra-se o montante dos investimentos de caráter permanente, das imobilizações e despesas diferidas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício financeiro; em 2009, representou 18,44% do Ativo Não Financeiro e 6,96% do Ativo Total.

TABELA 6-12 – ATIVO PERMANENTE
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

ATIVO PERMANENTE	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Investimentos	182.765	172.367	43,5	43,7
Imobilizado	237.367	221.969	56,5	56,2
Intangível	107	46	0,0	0,0
Diferido	30	133	0,0	0,0
TOTAL	**420.269**	**394.733**	**100,0**	**100,0**

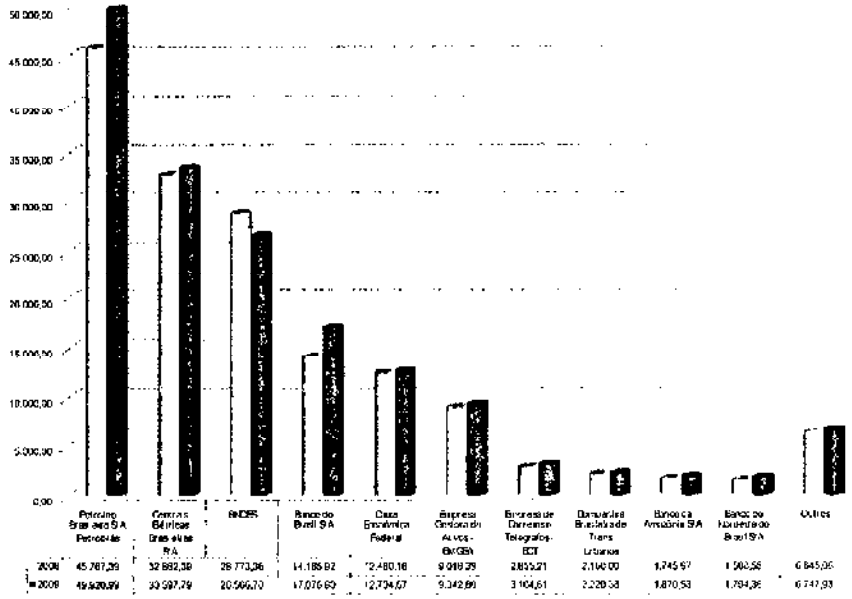
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Investimentos:

São participações permanentes no capital de empresas vinculadas aos Órgãos da Administração Federal Direta e Indireta e direitos de qualquer natureza não classificáveis no ativo circulante ou no realizável a longo prazo que não se destinem à manutenção da atividade do órgão ou entidade. Conforme a Tabela 6-12, no exercício financeiro de 2009, houve uma variação positiva de R$10.178 milhões.

FIGURA 6.8 – INVESTIMENTOS - 2009

Em R$ milhões



A principal causa dessa modificação nos montantes se encontra na rubrica Participação Societária, cujos montantes, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, são controlados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. No exercício de 2009, reconheceu-se o incremento de R$ 6.965 milhões, que são assim decompostos:

FIGURA 6.9 – MAIORES ACRÉSCIMOS - 2009

Em R$ milhões

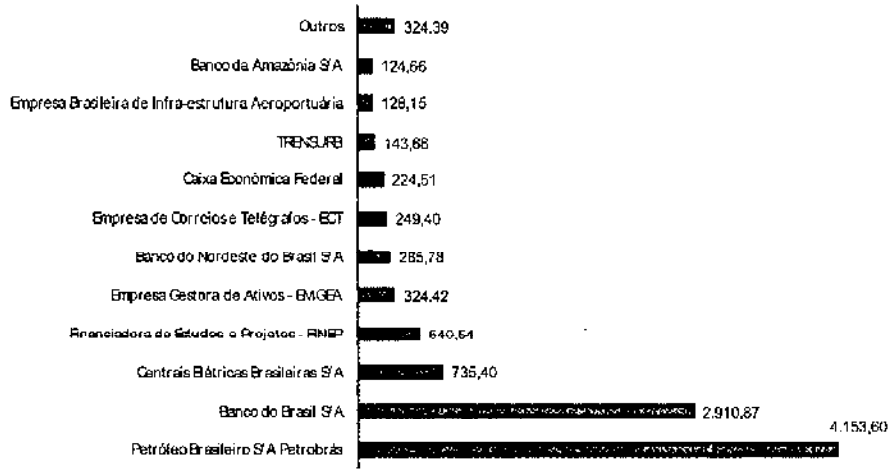
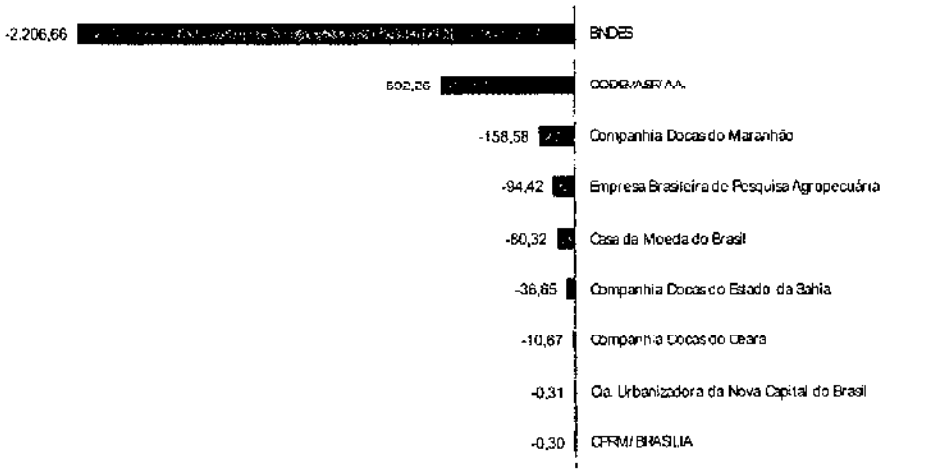


FIGURA 6.10 – MAIORES DECRÉSCIMOS - 2009

Em R$ milhões

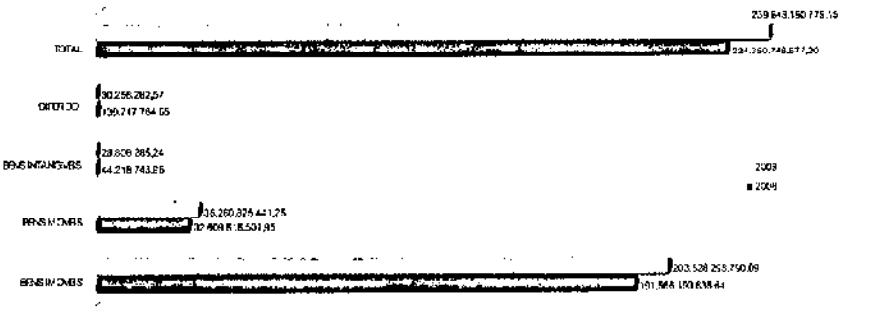


Imobilizado:

São direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade ou órgão ou exercidos com essa finalidade. Como se nota na figura 6-11 de 2008 para 2009, houve uma variação de R$15.398 milhoes, cuja avaliação é melhor compreendida quando se segrega esse item do balanço em imóveis, móveis, títulos e valores, intangiveis e diferido. O gráfico seguinte ilustra a situação.

FIGURA 6.11 – IMOBILIZADO - 2009

Em R$ milhões



a) Imóveis:

Os Bens Imóveis da Administração Direta, das Autarquias e Fundações estão registrados pelo valor corrigido, conforme as Notas Explicativas constantes do presente Relatório; e os da Administração Indireta, de acordo com a legislação pertinente. Variaram 6,2%, ou seja, R$ 11.962 milhões de 2008 para 2009. Destacam-se, pelo volume de variação, os terrenos e glebas e aquartelamentos (bens de uso especial), cujas movimentações financeiras mais significativas ocorreram no âmbito do Ministério da Defesa, em decorrência, principalmente, de reavaliações (aumento de R$ 4.363 milhões). Também vale citar os ativos Obras em Andamento cujo aumento perfez R$ 3.637 milhões.

FIGURA 6.12 – IMÓVEIS: OBRAS EM ANDAMENTO

Em R$ milhões



b) Móveis:

Os Bens Móveis dos Órgãos da Administração Direta estão registrados pelo valor aquisição ou pelo custo de produção ou de construção e os das Empresas pelo valor corrigido, retificados pelas Depreciações Acumuladas. Variaram 11,2%, que corresponde monetariamente a R$ 3.651 milhões. Entre esses, destacam-se as aquisições/reavaliações de aeronaves pelo Ministério da Defesa, de Equipamentos de Processamento de Dados pelo Ministério da Educação e de Importações em Andamento.

c) Intangível e Diferido:

A Lei nº 11.638/2007, que alterou a Lei nº 6.404/76, criou o item Intangível, que deve ser utilizado para a escrituração de direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Já as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuem, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, chamados de Diferido, foram extintos por força da Lei nº 11.941/2009. Os saldos remanescentes, no entanto, permanecem no Balanço Patrimonial até a sua total amortização.

Entre os R$ 107 milhões de Intangível, destacam-se, pelo valor da participação, as Indústrias Nucleares do Brasil S/A, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, com R$ 67 milhões.

Ativo Real

O Ativo Real corresponde ao somatório dos valores do Ativo Financeiro e o Ativo Não Financeiro, evidenciando as alterações patrimoniais ocorridas na Administração Pública durante o exercício.

Ativo Compensado

As contas do Compensado, sejam elas do Ativo ou do Passivo, são destinadas ao registro do controle de atos administrativos, conforme orientação da Lei nº 4.320/64. Nesse sentido, representam os Bens, Valores, Obrigações e outras situações não abrangidas no Ativo Real (Ativo Financeiro e Não-Financeiro), que possam vir a afetar o patrimônio no futuro, mediata ou indiretamente. Seu saldo variou de R$ 2.503,629 milhões, em 2008, para R$ 3.226,674 milhões, em 2009, e sua estrutura está demonstrada a seguir:

TABELA 6-13 – ATIVO COMPENSADO - DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

COMPENSAÇÕES ATIVA	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Responsabilidade por Valores, Títulos e Bens	63.120	49.433	2,0	2,0
Garantias de Valores	149.802	150.946	4,6	6,0
Direitos e Obrigações Conveniados	214.825	233.691	6,7	9,3
Direitos e Obrigações Contratuais	278.439	252.166	8,6	10,1
Outras Compensações	2.520.487	1.817.392	78,1	72,6
TOTAL	3.226.674	2.503.629	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Passivo Financeiro

No Passivo Financeiro, são registradas as exigibilidades provenientes da execução orçamentária da despesa (Restos a Pagar Processados e Não-Processados) e os depósitos de diversas origens. Tais valores refletem os valores de dívida flutuante, cujo pagamento ou devolução independem de autorização orçamentária. A seguir, expõem-se os montantes dos subgrupos relacionados:

TABELA 6-14 – PASSIVO FINANCEIRO - DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

PASSIVO FINANCEIRO	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Depósitos	12.186	6.946	7,3	5,2
Obrigações em Circulação	150.477	123.633	90,7	92,4
Valores Pendentes a Curto Prazo	3.234	3.175	1,9	2,4
Passivo Financeiro a Longo Prazo	7	7	0,0	0,0
TOTAL	165.907	133.760	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Depósitos

Os Depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros à União e não devolvidos até 31.12.2009. Tais recolhimentos foram efetuados em cumprimento a determinações legais e/ou contratuais e estão detalhados da seguinte forma:

TABELA 6-15 – DEPÓSITOS - DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

DEPOSITOS	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Consignações	179	82	1,5	1,2
Recursos do Tesouro Nacional	1.183	1.621	9,7	23,3
Depósitos de Diversas Origens	10.735	5.151	88,1	74,2
Depósitos Compulsórios	91	91	0,7	1,3
TOTAL	12.188	6.946	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Obrigações em Circulação

As Obrigações em Circulação, no valor de R$ 150.477 milhões, representam 90,7% do Passivo Financeiro e são constituídas dos seguintes itens:

TABELA 6-16 – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO-DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

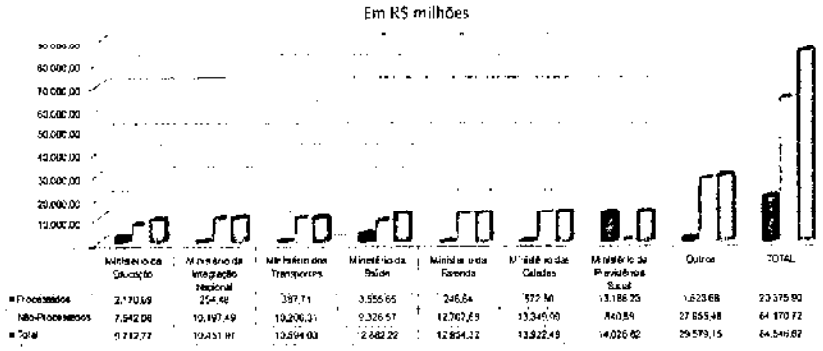
R$ milhões

OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Restos a Pagar Não Processados	114.126	92.082	75,8	74,5
Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento	30.087	25.706	20,0	20,8
Credores Diversos	6.264	5.844	4,0	5,0
TOTAL	150.477	123.633	100,0	100,0

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Pela importância, faz-se destaque aos valores de Restos a Pagar, que representam 75,8% das Obrigações em Circulação e compreendem os Restos a Pagar Processados, que são as despesas liquidadas e não pagas, lançadas nas contas de Fornecedores e ou Pessoal a Pagar, entre outras, e os Restos a Pagar Não Processados, que correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro, mas registradas nos termos dos art. 36 e 103 da Lei nº 4.320/64. No gráfico seguinte, notam-se os montantes inscritos por órgão:

FIGURA 6.13 – PASSIVO FINANCEIRO -OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO - RESTOS A PAGAR



Outra ênfase se volta para Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento, cujo valor se refere a recursos a liberar pelo Órgão Central de Programação Financeira, relativos ao Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, registrados no Ativo Financeiro, subgrupo Créditos em Circulação.

Passivo Não-Financeiro

No Passivo Não-Financeiro representa-se, majoritariamente, os saldos de obrigações a curto e longo prazos que necessitam de autorização legislativa para serem quitados; comumente, são os originados da execução do orçamento da receita e se confundem com o conceito de dívida fundada (mobiliária e contratual). Com menor expressão, também estão evidenciados provisões e outros passivos. Está segmentado em três subgrupos, conforme o seguinte detalhamento:

TABELA 6-17 – PASSIVO NÃO-FINANCEIRO-DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

PASSIVO NÃO FINANCEIRO	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Obrigações em Circulação	459.365	94.033	20,0	5,6
Exigível a Longo Prazo	1.835.178	1.579.194	80,0	94,4
Resultado de Exercícios Futuros	8	4	0,0	0,0
TOTAL	**2.294.550**	**1.673.230**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Obrigações em Circulação:

Primeiramente, registra-se que o acréscimo de R$ 365.333 milhões nas Obrigações em Circulação em 2009 frente a 2008 resulta, em grande medida, de um ajuste promovido na consolidação das contas no SIAFI. Até o ano de 2008, a rotina no SIAFI não excluía o saldo da rubrica retificadora "Recursos a Liberar para Restos a Pagar". Assim, essa conta que apresentou um valor consolidado negativo de R$ 339.403 milhões em 2008 passou, a partir de 2009, a ter saldo consolidado igual a zero.

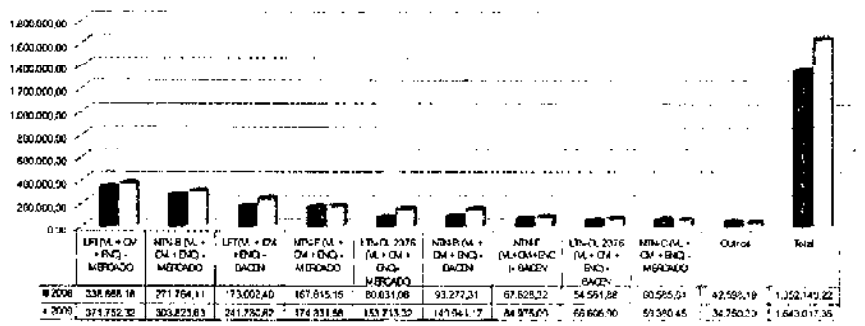
Outro destaque dado, pela relevância dos montantes, faz-se a Operações de Crédito Internas e Externas, nos valores de R$ 406.616 milhões e R$ 9.604 milhões, respectivamente. Essas operações estão registradas a Longo Prazo, não pelas suas características de colocação de títulos, pois existem muitas emissões a Curto Prazo, mas pelo seu prazo de resgate (sempre superior a 12 meses). Dessa forma, as Obrigações a Longo Prazo contemplam as dívidas a serem resgatadas após o término do exercício seguinte.

Exigível a Longo Prazo:

Neste item também se ressalta a participação da dívida mobiliária interna, cujos valores são representados graficamente a seguir:

FIGURA 6.14 – PASSIVO NÃO-FINANCEIRO - EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA

Em R$ Milhões



Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido – PL – é composto pelos subgrupos patrimônio/capital, reservas, lucro ou prejuízos acumulados e ajustes de avaliação patrimonial. Em termos monetários, o PL reflete a situação patrimonial líquida, ou seja, representa a diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Na União, a composição seu detalhamento é registrado a seguir:

TABELA 6-18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

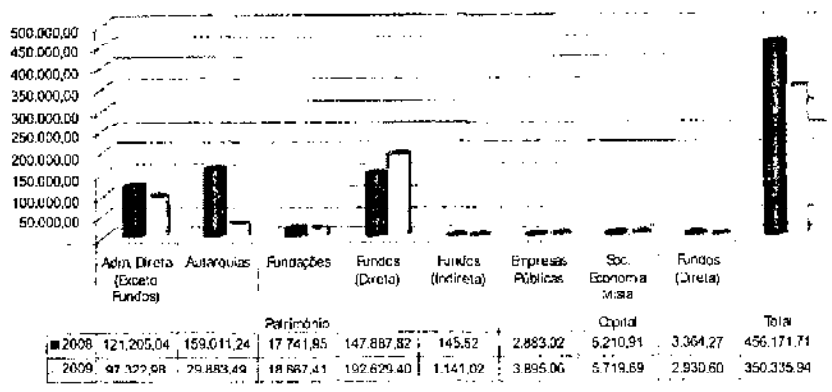
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Patrimônio/Capital	352.390	457.450	101	100,3
Reservas	2.804	2.746	1	0,6
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(4.860)	(4.024)	(1)	(0,9)
Ajustes do Patrimônio/Capital	2	0	0	0,0
TOTAL	350.336	456.172	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

No subgrupo Patrimônio/Capital, encontra-se de um lado, o resultado acumulado da administração direta, das autarquias, fundações, fundos da administração indireta e de alguns fundos da administração direta, esses compõem o Patrimônio, e de outro lado, o Capital das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de alguns fundos da administração direta. A seguir, evidencia-se graficamente essa composição:

FIGURA 6.15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO- PATRIMONIO/CAPITAL

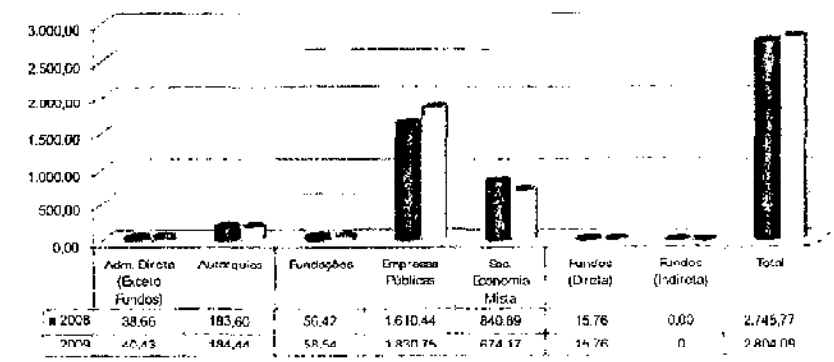
Em R$ milhões



Conjugando-se os números expostos na tabela 6-23 e no gráfico anterior, nota-se que a causa maior do decréscimo de R$ 105.836 milhões no do PL da União está majoritariamente evidenciada na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. Sobre o subgrupo Reservas, nos termos do Plano de Contas vigente, trata-se de parcelas do PL que não constituem aumento de capital ou que não transitam pelo resultado como receitas ou que se originam de acréscimos de valor de elementos do ativo ou de lucros não distribuídos.

FIGURA 6.16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO - RESERVAS

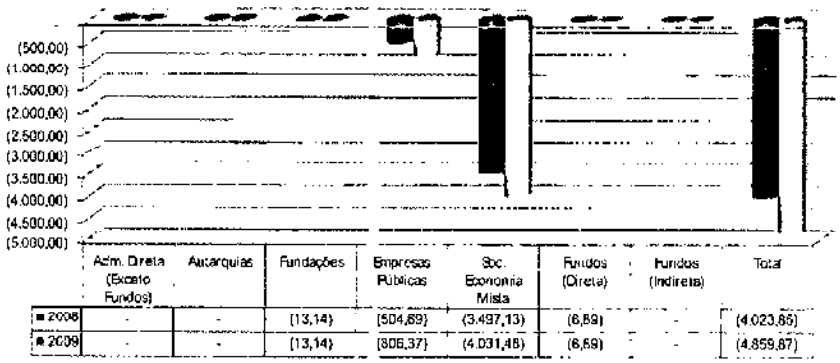
Em R$ milhões



A variação monetária do subgrupo Lucro ou Prejuízos Acumulados, prejuízo de R$ 836 milhões no exercício financeiro de 2009, está decomposta no gráfico seguinte. Mediante observância aos valores, nota-se que as sociedades de economia mista apresentaram maior contribuição para a formação desse resultado.

FIGURA 6.17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO - LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Em R$ milhões



Por fim, esclarecemos que o subgrupo Ajustes de Avaliação Patrimonial foi sensibilizado integralmente por meio de registro efetuado pela sociedade de economia mista Indústrias Nucleares do Brasil S/A.

Passivo Compensado

O Passivo Compensado contém a contrapartida dos valores do Ativo Compensado e representa os atos da Administração que não têm reflexo imediato sobre o patrimônio da instituição, mas que poderão vir a provocá-lo no futuro.

TABELA 6-19 – COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS - DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

COMPENSAÇÕES PASSIVAS	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Valores, Títulos e Bens sob Responsabilidade	63.120	49.433	2,0	2,0
Valores em Garantia	149.802	150.946	4,6	6,0
Direitos e Obrigações Conveniados	214.825	233.691	6,7	9,3
Direitos e Obrigações Contratuais	278.439	252.166	8,6	10,1
Compensações Diversas	2.520.487	1.817.392	78,1	72,6
TOTAL	**3.226.674**	**2.503.629**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

ANEXOS DO BALANÇO PATRIMONIAL – OFSS

UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
AUTARQUIAS
EMPRESAS PÚBLICAS
FUNDAÇÕES
FUNDOS
FUNDOS (DIRETA)
FUNDOS (INDIRETA)
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,NDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
10/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	531266.765.890,25	376.463.037.108,64	PASSIVO FINANCEIRO	165.906.665.727,80	133.758.531.719,81
DISPONIVE_	445844.521.430,12	290.698.312.868,86	DEPOSITOS	12.188.121.057,23	6.945 641.115,53
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	433485.807.027,45	284.477.437.659,26	CONSIGNACOES	178 707.396,11	82.129.531,04
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	12.358.714.402,17	6 220.875.225,60	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	1.183.270.023,30	1.621.213.964,25
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	85.348.943 994,46	89.710.535.740,16	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.734.726.965,07	5.150 870.090,20
CREDITOS A RECEBER	11730.178.854,57	11.739.110.770,66	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.407 662,71	91.397.510,04
LIMITE DESAQUE CVINC.DE PAGAMENTO	25516.963.918,76	25.601.197.577,98	DEPOSITOS DE MUNICIPIOS POR BLOQUEIO DE FP	8810,04	0,00
RECURSOS A RECEBER - GESTAO TES.NACIONAL	266.998,04	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	150.477.403.376,45	123.632.905.726,60
LIMITE DESAQUE BACEN	460.308.937,26	323.750.161,66	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	21.999.578.296,00	24.145.405.471,79
TITULOS RECOMPRADOS A BAIXAR	0,00	92.416.973,00	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	1.770.306891,34	752.860.907,76
RECURSOS DA UNIAO	63.758.215,22	9.928.836,07	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	391.351.728,95	313.715.729,82
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.315.060.495,13	1.287.517.378,69	CONVENIOS A PAGAR	3.855.502.304,51	3.725.756.189,80
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	41.147.606.228,49	45.680.219.227,33	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	23.613949,02	84.214.229,02
BANCO DO BRASIL S/A	12759.315.226,25	15.009.687.971,18	PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	33.819,30	33.819,30
BANCO DO NORDESTE S/A	395 252.602,65	444.426.845,32	DESPESAS A PAGAR-RP PROCESSADOS	127.945.484,57	0,00
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC	22070.880.214,12	24.933.771.281,58	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	336.626.428,14	185.388.260,11
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3880.476.177,65	4.267.167.681,11	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	32 918814,33	23.882.160,49
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	1.110.726.504,16	996.332.951,07	PRECATORIOS	24.413893,01	16.510.760,4*
BANCO DA AMAZONIA	30.553.903,76	28.802.709,13	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	27.522 142,65	69 212.259,00
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.114.799.297,37	976.454.799,77	PROVISOES DIVERSAS	1.158477,78	53.814.153,59
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	65.300.465,37	54 186.481,62	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.932.142,58	9.344.488,21
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	2.298.921,47	1.465.284,35	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	13.025.401263,02	16.942.340.683,47
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	41.999.229,51	33.667.571,26	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	985.404.286,42	1.177.993.558,37
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	21.032 314,39	19.055.611,01	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	3.060950,45	1.419.570,68
ATIVO NAO FINANCEIRO	2.279.534.333.345,28	1.850.698.932.421,46	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.235.985309,56	766.167.990,70
REALIZAVE_ A CURTO PRAZO	101639.442.626,85	85 842.943.137,43	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	7.388713,13	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	87063.981.750,61	87.317.620.921,64	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	139.804272,58	22.990.211,00
FORNECIMENTOS A RECEBER	670.564.199,60	582.475.921,65	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SIGONV	3.007.414,62	0,00
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-16.610.118,73	-16.556.131,55	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	52.126.197.153,45	67.937.227.918,88
RECURSOS A RECEBER	70.971.554,96	18.643 044,91	A LIQUIDAR	92 126.197.153,45	67.937.227.916,88
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	0,00	-389.403.092.211,11	CREDORES DIVERSOS	1.808.331.349,67	1.888.467 646,72
CREDITOS PARCELADOS	3652.574.230,59	12.759.242.384,45	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	3.859.036,23	10.682.719,03
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	89.364.601,41	32.756.051,76	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	3.874.944.371,22	3.965.158.405,57
DIVERSOS RESPONSAVEIS	8405.174.280,23	7.881.612.421,52	RECURSOS A LIBERAR P/VINC.DE PAGAMENTO	30.087.435.765,84	25.705.842.281,64
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	58693 490 830,08	59.582.567.307,36	RECURSOS A LIBERAR - GESTAO FUNDO	265.956,04	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	11807.261.129,60	8.029.173.481,39	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	409 850.670,55	200 511 116,30
RECURSOS VINCULADOS	53.633.872,59	61.312.105,51	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	966.942.735,44	79.400.156,97
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	5122 282.152,06	153.497.119.731,01	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.234.274.478,65	3.174.709.175 91
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA	207.060.743,55	114.738.591,84	RESTITUICOES E COMPENSACOES	3.090.635.246,90	3.026.361.511,46
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-2477.664.238,90	-2 328.1 36.420,93	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	140.561 806,10	146.230.738,80
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	145/5.461.070,21	11.474.677.789,21	OUTROS VALORES PENDENTES	77.425,65	77.425,65
ESTOQUES	12692.986.590,77	9.761.320.466,99	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	6.386.315,47	6.676.701,27

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
10/03/2010	2

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
TÍTULOS E VALORES	1.396.508.145,78	1.206.081.489,01	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	6.886.815,47	6.675.701,27
MATERIAIS EM TRÂNSITO	486.900.339,68	507.275.830,27	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	2.294.550.469.285,59	1.673.230.326291,07
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	19.199.266,50	11.324.345,79	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	458.385.334.033,28	94.032.728144,39
DESPESAS ANTECIPADAS	5.302.493,32	6.324.582,30	DÍVIDAS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/REQU	1.400.119.282,67	642 195288,19
CUSTOS A APROPRIAR	1.985.127,77	1.985.127,77	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	51.330.216,42	0,00
CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA	11.867.845,41	3.014.635,79	PROVISÕES	2.985 340 919,34	3.247.517255 17
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	*1.757.601.059.754,60*	*1.577397.405.922,17*	*RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR*	*0,00*	*-339.403.092210,07*
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	272.645.039,67	261.371.141,86	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	0,00	-339.403.092210,07
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	1.394 759,31	3.189.346,12	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	1.845,08	0,00
RECURSOS VINCULADOS	270.250.280,35	258 181.795,74	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	416.220.236,446,82	425.141.589281,75
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	1.757.334.414.715,13	1.577.528.034.780,24	INTERNAS	406.615.908.380,37	416.919.601732,42
CRÉDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	839.234.290.853,55	743 558.602.483,04	EXTERNAS	9.604.328.068,45	12.221.987549,33
DEVEDORES- ENTIDADES E AGENTES	124.576.087.900,66	125.882.095.047,81	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	204.994.445,19	307.079018,88
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	812.891 253.464,65	706.873.209.891,03	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	57.395.836,618,75	987.926207,84
CRÉDITOS A RECEBER	10.845.426.291,73	11320.181.071,96	OUTROS DÉBITOS A PAGAR	99.367 372 478,66	59.543.644298,79
PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS	-6.705.546.055,40	-6323.906.511,31	OUTRAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	8.351 054,33	8.874049,66
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-40.353.162.940,66	-28519.347.442,84	PRECATÓRIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	252.404.417,05	131.796445,98
INVESTIMENTOS	15 948 094,510,00	14243.986.592,39	PRECATÓRIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	10.079 170.114,92	6 020.130863,24
OUTROS CRÉDITOS	600,00	647,01	RETIFICAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID	-92.218.502.801,38	-67.937.209694,20
PERMANENTE	420.268.675.497,13	394733.145.297,94	OPERAÇÕES ESPECIAIS	3.001.984.180,32	1.320.149310,38
INVESTIMENTOS	102.764.735.805,97	172585.685 864,29	SUBVENÇÕES E DOAÇÕES PARA INVESTIMENTO	17.134.66* 91	22.128029,77
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	102.306.826 514,55	171.977.500.066,42	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.835 177.561 313,25	1.579.193.578549,53
PARTICIPAÇÕES EM FUNDOS E CONDOMÍNIOS	59.962,45	59.962,43	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	25.860.693.046,40	24.186.777570,96
OUTROS INVESTIMENTOS	508.083.023,53	718.643.078,04	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.809.316 988 216,85	1.555 006.800978,55
PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS	-86.234.294,56	407.517.242,63	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - INTERNA	1.567.367.386.691,05	1.379.876.138413,86
IMOBILIZADO	237.367.069.659,92	221969.441.794,64	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA	89.760.630.095,17	120 562 401384,69
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	239.789.124.231,34	224.175.810.140,59	OBRIGAÇÕES LEGAIS E TRIBUTÁRIAS	6.361.237.148,82	5 947 118425,84
TÍTULOS E VALORES	9.073.271,70	9.073 4*8,71	OBRIGAÇÕES A PAGAR	21.575.784.213,12	17.397.612,880,36
DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES	-2.431. 128.843,12	-2215.441 764,66	DIVERSAS PROVISÕES	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
INTANGÍVEL	166.617.768,67	46.299.894,38	SUBVENÇÕES E DOAÇÕES P/ INVESTIMENTOS	44.710.913,77	25.672731,51
DIFERIDO	30 268.282,57	130 717.784,68	OUTRAS OPERAÇÕES EXIGÍVEIS	103 371.760,29	84.002021,77
ATIVO REAL	2.810.796.099.235,53	2.263.861.969.535,18	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	7.573.040,06	4.015597,16
			RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	7.742.931,01	4.015597,16
			CUSTOS OU DESP.CORRESPONDENTES AS RECEITAS	-168.971,95	0,00
			PASSIVO REAL	2.100.457.155.013,39	1.606.990.256.010,68
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	350.335.944.222,14	456.171 711524,12
			PATRIMÔNIO/CAPITAL	357.389.038.530,44	457 449 786479,82
			PATRIMÔNIO	339.844.295.031,05	445.991.594.124,78
			CAPITAL REALIZADO	12 545 542 899,39	11.459.200.355,04
			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	12.367.568 092,37	11.934 145279,33
			CAPITAL A REALIZAR	-65 140.791,74	-132 735874,16
			CONTA SEM TESOURARIA	-776.864.541,19	-343.210.050,13

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - MRETA,INDIRETA E FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
10/03/2010	3

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
			RESERVAS	3.804.091.556,46	3.745.770.477,88
			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-4.859.669.214,64	-4.023.846.433,08
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	1.982.949,88	0,00
			RESULTADO DO PERÍODO	0,00	0,00
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	3.277.072.518.482,50	2.861.222.901.654,66
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-3.277.072.518.482,50	-2.861.222.901.654,66
ATIVO COMPENSADO	3.226.674.089.184,23	2.503.628.550.733,81	PASSIVO COMPENSADO	3.226.674.089.184,23	2.503.628.550.733,81
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	3.226.674.089.184,23	2.503.628.550.733,81	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	3.226.674.089.184,23	2.503.628.550.733,81
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	63.120.030.790,00	49.432.939.094,12	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	63.120.030.790,00	49.432.939.094,12
GARANTIAS DE VALORES	149.802.053.077,66	150.946.393.106,29	VALORES EM GARANTIA	149.802.053.077,66	150.946.393.106,29
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	214.825.293.427,67	233.690.765.611,00	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	214.825.293.427,67	233.690.765.611,00
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	278.439.317.348,85	252.166.295.510,83	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	278.439.317.348,85	252.166.295.510,83
OUTRAS COMPENSAÇÕES	2.520.487.394.520,05	1.817.392.157.411,57	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	2.520.487.394.520,05	1.817.392.157.411,57
ATIVO	6.037.467.188.399,76	4.786.790.520.268,91	PASSIVO	6.037.467.188.399,76	4.786.790.520.268,91

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
10/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	1.383.083.544.753,60	798521.421.328,05	PASSIVO FINANCEIRO	1.135.599.770.297,55	696.579.886.323,91
DISPONIVEL	383.802.132.226,64	236453.351.655,43	DEPOSITOS	9.340.697.061,87	4.305.000.344,77
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	371.605.323.791,87	280463.027.416,72	CONSIGNACOES	123.400.665,18	49.910.339,63
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	12.196.808.434,77	5990.324.247,71	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	982.432.652,10	137.735.111,53
CREDITOS EM CIRCULACAO	555.385.870.240,55	310011.553.917,90	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.843.647.075,84	4.026.456.853,57
CREDITOS A RECEBER	8.005.293.148,28	7933.436.037,02	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.407.882,71	91.397.510,04
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	16.769.909.683,96	13897.146.941,01	DEPOSITOS DE MUNICIPIOS POR BLOQUEIO DE FP	8.810,04	0,00
RECURSOS A RECEBER - TESTACO TESOURONACIONAL	266.988,04	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	870.854.429.019,58	403.854.209.512,87
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	528.617.391.679,99	286121.854.740,79	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.413.941.030,66	1.425.150.206,79
LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREG	198.816,29	325.415,52	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	939.313.412,53	212.371.679,24
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	65.923.483,69	0,00	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	175.291.737,89	68.678.527,35
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	772.097.988,77	860.720.617,57	CONVENIOS A PAGAR	1.023.915.966,34	843.709.521,00
TITULOS RECOMPRADOS A BAIXAR	0,00	92.416.978,00	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	18.476.598,69	75.485.261,58
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	106.119.122,18	103.917.434,25	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	38.077.038,99	100.479.140,58
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.106.689.216,15	971.735.753,53	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	412.428,34	816.481,06
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	459.465.642.296,41	252056.082.444,05	PRECATORIOS	14.977.561,58	7.120.569,21
VALORES DIFERIDOS	459.465.642.296,41	252056.082.444,05	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	6.960.071,27	10.136.655,20
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	0,00	433.297,55	PROVISOES DIVERSAS	0,00	1.044.662,14
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	0,00	433.297,55	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.410,72	136,61
ATIVO NAO FINANCEIRO	1.467.430.493.787,25	1.547210.801.652,24	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	101.515.979,54	85.259.757,51
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-457.434.604.544,41	-55889.438.481,78	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	992.309,61	1.490.570,68
CREDITOS EM CIRCULACAO	-459.308.758.739,00	-60339.856.427,52	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	16.347.549,23	1.417.465,67
FORNECIMENTOS A RECEBER	337.630,56	7.520.166,02	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	74.621.481,21	17.131.681,93
RECURSOS A RECEBER	508,61	508,61	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	3.007.414,62	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-528.6 7.391.679,98	-286.131.854.740,46	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	55.348.828.602,39	38.881.238849,60
CREDITOS PARCELADOS	3.702.885.535,00	12.567.549.314,00	A LIQUIDAR	55.348.828.602,39	38.881.238849,60
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	1.466.515,32	138.764,08	CREDORES DIVERSOS	1.244 527.595,24	1.124.701435,82
DIVERSOS RESPONSAVEIS	4.627.158.068,67	4 342 465.524,65	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1 691.092,14	3.740068,36
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	44.413.335.417,41	40 949.466.494,91	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	2.721 530.716,93	3.800 450007,75
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	6.076.444.320,34	3.691.369.037,69	RECURSOS A LIBERAR P/VINC.DE PAGAMENTO	30.087.435.765,84	25 705.842291,64
RECURSOS VINCULADOS	1.092.101,56	1.092.101,56	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	577.823.072.510,30	329.830.609.562,26
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	4.445.612.722,31	161 032.364.399,14	RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE	200.415,70	376.624,27
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	7.894.154.194,59	1.640.417.945,04	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	772.097.988,77	860.720.617,57
ESTOQUES	7.710.478.302,19	1.251.147.100,46	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCI	409.650.670,56	200.571.116,30
TITULOS E VALORES	79.148.647,73	76.897.863,18	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	71.246.568,45	475.840,48
MATERIAIS EM TRANSITO	104.527.444,67	310.372.981,40	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	455 733.412.767,65	231.419 616.125,58
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.415.504,84	1.175.072,55	RESTITUICOES E COMPENSACOES	3.090.645 459,49	3.026.371.512,56
DESPESAS ANTECIPADAS	1.415.504,84	1.175.072,55	VALORES DIFERIDOS	452 642 767 238,36	228.393.246.613,02
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.924.913.511.422,16	1.262.048.555.139,46	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	1.037.415,25	1.031.970,69
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	7.045.450,94	3.566.315,43	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	1.037.415,25	1.031.970,69
DEPOSITOS COMPULSORIOS	22.240,47	22.240,47	PASSIVO NAO FINANCEIRO	1633.140.863.897,05	1.994 577.810.400,23
RECURSOS VINCULADOS	7.021.330,47	3.566.074,96	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.146 564.550.372,91	68.315.151.0[illegible]5,26

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - ADM. DIRETA
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
10/03/2010	2

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	1.567.973.467.961,52	1.294.344.976.820,43	DÍVIDAS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECU	778.324.290,95	69.002,65
CRÉDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	831.625.200.547,81	736.002.401.396,33	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	51.329.899,72	0,00
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	124.376.831.865,74	281.602.835,71	PROVISÕES	496.106.331,19	1.356.321.260,02
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	655.723.299.367,63	558.073.996.188,21	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-577.823.072.570,00	-329.830.939.562,21
CRÉDITOS A RECEBER	1.468.954.334,54	2.355.097.184,55	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-577.823.072.570,00	-329.830.939.562,21
PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS	-5.175.240.561,31	-4.360.186.954,37	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	516.188.411.686,56	429.108.219.913,86
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-40.049.577.493,29	-28.307.933.820,01	INTERNAS	406.599.870.185,34	416.894.058.789,62
OUTROS CRÉDITOS	0,00	0,01	EXTERNAS	9.588.541.441,22	12.214.144.124,24
PERMANENTE	356.870.171.404,36	339.060.502.925,81	OUTROS CREDORES- ENTIDADES E AGENTES	56.850.423.899,51	404.961.993,17
INVESTIMENTOS	174.396.981.789,68	167.579.362.110,68	OUTROS DÉBITOS A PAGAR	1.700.460,87	8.548.760,89
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	174.396.768.235,81	167.579.050.417,01	OUTRAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4.008.305,15	4.104.019,28
OUTROS INVESTIMENTOS	213.553,87	311.693,67	PRECATÓRIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	251.749.681,00	130.941.226,01
IMOBILIZADO	182.473.075.059,14	171.476.635.582,14	PRECATÓRIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	10.076.977.837,48	6.014.011.346,44
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	182.496.603.262,06	171.476.635.582,14	RETIFICAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID	-55.440.910.105,34	-38.881.081.944,85
DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES	-23.527.692,62	0,00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.781.705.814.239,96	1.526.252.653.384,97
INTANGÍVEL	1.113.656,24	4.505.232,79	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	25.860.593.046,40	24.186.777.570,98
ATIVO REAL	2.886.104.038.550,86	2.345.732.225.978,30	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.755.845.221.193,56	1.502.065.875.813,99
			OPERAÇÕES DE CRÉDITO - INTERNA	1.645.548.363.777,30	1.354.900.948.374,29
			OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA	89.699.593.638,19	120.498.318.287,12
			OBRIGAÇÕES A PAGAR	20.597.263.818,07	26.676.611.152,58
			PASSIVO REAL	2.768.740.634.194,60	2.251.157.575.324,14
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.363.404.356,25	114.574.649.654,16
			PATRIMÔNIO CAPITAL	97.322.978.855,57	114.535.691.533,52
			PATRIMÔNIO	97.322.978.855,57	114.535.691.533,52
			RESERVAS	40.425.500,68	38.958.120,64
			RESULTADO DO PERÍODO	0,00	0,00
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	2886.104.038.550,86	2.345.732.225.978,30
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-2886.104.038.550,86	-2.345.732.225.978,30
ATIVO COMPENSADO	2.788.303.672.968,43	2.088.072.574.999,51	PASSIVO COMPENSADO	2788.303.672.968,43	2.088.072.574.999,51
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	2.788.303.672.968,43	2.088.072.574.999,51	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	2788.303.672.968,43	2.088.072.574.999,51
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	5.899.136.421,49	5.609.091.717,76	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	5.899.136.421,49	5.609.091.717,76
GARANTIAS DE VALORES	122.872.425.332,54	129.160.023.586,73	VALORES EM GARANTIA	122.872.425.332,54	129.160.023.586,73
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	42.714.891.077,12	50.811.242.754,38	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	42.714.891.077,12	50.811.242.754,38
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	215.133.005.787,56	191.336.125.149,33	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	215.133.005.787,56	191.336.125.149,33
OUTRAS COMPENSAÇÕES	2.401.681.211.349,72	1.711.156.091.791,31	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	2401.684.214.349,72	1.711.156.091.791,31
ATIVO	5.654.407.711.519,29	4.433.804.800.977,81	PASSIVO	5654.407.711.519,29	4.433.804.800.977,81

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTTULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
10/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	76.802255.319,46	69.888.568.352,11	PASSIVO FINANCEIRO	68.150.717.799,43	59.785.399.839,94
DISPONIVEL	7.197068.653,75	6.632.059.499,50	DEPOSITOS	3.083.360.082,12	2.553.565.543,96
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	7.168751.559,21	6.597.626.728,11	CONSIGNACOES	18.217.196,13	25.047.650 70
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	28317.094,54	34.432.771,31	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	196 013.981,33	1.483.508.552.47
CREDITOS EM CIRCULACAO	64.695792.232,91	58.539.312.582,95	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.839.129.304,66	1.045.011.340,79
CREDITOS A RECEBER	3.686486.635,47	3.741.125.397,13	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	58.069.984.155,75	52.965.737.388,32
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DEPAGAMENTO	6.377856.999,67	6.104.322.464,64	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	19.063.343.132,97	22.213 839 224,54
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	52.930391.277,30	47.176.560.987,14	FORNECEDORES - DC EXERCICIO	794.312.625.00	470.577.100,25
LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREG	1.499,41	53 206,45	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	212.883 426.16	242.981.832,20
LIMITE DE SAQUE BACEN	460308.987,28	323.790.180,64	CONVENIOS A PAGAR	2.414.595 649,35	2.474.4 M 543,85
RECURSOS DA UNIAO	63759.215,22	9.828.836,01	PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	33.819,30	33.819,30
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.206941.372,97	1.183.595.944,41	DESPESAS A PAGAR-RP PROCESSADOS	127.945.484,57	0,00
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	36.045,59	31.564,58	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	281 330.112,29	84.394.689,66
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.844093.967,46	4.774.441.085,63	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	32.406.600,68	22.864.499,26
VALORES DIFERIDOS	4.844093.867,46	4.774.441.085,63	PRECATORIOS	9.436.541,40	9,440.201,20
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	66.300 466,36	53.756.184,03	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	18.795.606,84	59.126 603,86
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	2.298 921,47	1.465.288,35	PROVISOES DIVERSAS	1.158.477,76	52.589.481,45
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	41.969 229,50	33.234.280,87	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	7.926.095,97	9.384.239,03
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	21.032.314,39	19.055.615,01	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	13.075.401.163,02	16.942.330.683,47
ATIVO NAO FINAICEIRO	40.256.255.735,30	171.108.281.356,82	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	854.408 744,99	1.089.947.954,48
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-30.984 533.269,86	-36.364.037 754,98	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	2.358.460,88	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-43.601.158.792,07	-40.139 889.656,00	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1 219.647.760,33	764.750.524,03
FORNECIMENTOS A RECEBER	551.485.499,28	568.753.022,69	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	81.001.998,35	5.000.039,50
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-16.610.118,73	-16.556 133,55	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	27.618.747.368,03	22.799.333 410,74
RECURSOS A RECEBER	76.971.046,37	18.642.536,30	A LIQUIDAR	27.618.747.368,03	22.799 333.410,74
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-52.900.391.277,31	-47.175.661.121,05	CREDORES DIVERSOS	11.908.952,43	11 870.477,73
CREDITOS PARCELADOS	149.668.594,50	181.693.050 45	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.892.500 11	8.187.146,50
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	81.875.580,84	32.617.285,70	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.PC TRANSFERENCIA	876.141.145,01	650.748.323,60
DIVERSOS RESPONSAVEIS	3.192.401.077,77	2985.045 039,53	RECURSOS A LIBERAR - GESTAOFUNDO	256 258,04	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.982.407,79	4.578.952,12	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	10 226.578 163,93	7 269.106.841,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4 954.078.422,54	2918.685.832,12	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	65.923.483,89	0,00
RECURSOS VINCULADOS	52.541.771,38	60.220.002,55	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	5.062.195,34	4.593.845,21
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	231 808.208,41	268.302 934,79	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6 981.850429,81	4.260.759 869,91
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	6 616 585.522,21	3.776.830.031,02	RESTITUICOES E COMPENSACOES	-9.501,10	-9.501,10
ESTOQUES	4.918.076.123,00	2354 478 528,63	VALORES DIFERIDOS	6.848.297304,96	4.112.509 112,09
TITULOS E VALORES	1.315.134.130,92	1.127.005.995,90	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	143.561800,10	148.270 738,80
MATERIAIS EM TRANSITO	382.373 268,79	294.146.306,49	OUTROS VALORES PENDENTES	519,63	519,63
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17 722 129,22	10 149.273,14	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	5.523 131,96	5.027 056,75
DESPESAS ANTECIPADAS	3.903.916,82	5 110 500,10	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	5.523131,96	5.027 056,75
CUSTOS A APROPRIAR	1.985 127,77	1.985 127,77	PASSIVONAO FINANCEIRO	-7.326.541650,56	2.201 064.550,36
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	11.867 645,41	3.014.635,10	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-31 158 510065,28	-25 831.510 179,41
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	22 585.363 674,22	197.298.717.026,68	DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITOS/RECU	185 061563,75	222.035.549,41

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
10/03/2010	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	265.970.783,96	257.771.720,28	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	365,70	0,00
DEPOSITOS COMPULSORIOS	2.372.518,84	3.167.105,66	PROVISOES	1.771.709.212,87	1.181.804.124,78
RECURSOS VINCULADOS	263.598.265,12	254.604.614,62	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-10.226.678.463,93	-7.258.256.974,92
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	22.419.782.890,26	157.032.945.306,40	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-10.226.678.463,93	-7.258.256.974,92
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	7.251.289.544,25	7.236.638.157,44	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	1.845,08	0,00
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	193.256.124,92	135.476.171.431,12	OPERACOES DE CREDITO	31.824.762,26	33.376.367,89
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.094.333.607,49	5.864.520.913,92	INTERNAS	16.038.135,03	25.534.942,80
CREDITOS A RECEBER	8.904.554.539,97	8.478.393.318,48	EXTERNAS	15.786.587,23	7.841.425,09
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-11.601.449,53	-10.608.444,21	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	107.796.232,77	214.020.855,43
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-12.107.076,84	-12.170.717,42	OUTROS CREDORES -ENTIDADES E AGENTES	545.412.753,24	482.973.214,67
OUTROS CREDITOS	600,00	647,07	OUTROS DEBITOS A PAGAR	629.036.153,76	747.385.921,52
PERMANENTE	54.567.783.201,71	50.171.452.821,88	OUTRAS OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.342.728,18	4.768.030,40
INVESTIMENTOS	278.211.675,30	203.693.744,44	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000)	664.883,05	848.219,97
PARTICIPACAO SOCIETARIA	220.653.246,61	135.196.121,70	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	2.192.337,44	6.115.516,80
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	59.962,45	59.962,45	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-27.818.883.372,78	-22.799.466.315,49
OUTROS INVESTIMENTOS	57.385.064,12	71.439.561,19	OPERACOES ESPECIAIS	3.601.884.180,32	1.320.145.310,36
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-85.597,88	-3.001.903,90	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	17.134.661,91	22.126.029,77
IMOBILIZADO	54.156.553.775,42	49.795.095.936,21	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	23.834.094.265,66	23.626.526.031,89
BENS MOVEIS E IMOVEIS	56.553.031.744,22	52.002.364.342,14	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	23.834.094.265,66	23.626.526.031,89
TITULOS E VALORES	9.073.271,70	9.073.418,73	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	21.819.003.173,75	21.975.190.039,56
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-2.405.601.240,50	-2.216.441.764,66	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	61.036.430,98	64.063.097,47
INTANGIVEL	102.749.468,42	41.045.290,56	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	829.438.980,54	748.578.892,52
DIFERIDO	33.258.262,57	130.717.784,65	OBRIGACOES A PAGAR	976.532.918,33	719.002.249,06
ATIVO REAL	117.088.521.054,78	241.107.849.708,97	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	44.710.580,77	25.670.731,51
			OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	103.371.780,29	94.002.021,77
			RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	7.573.949,06	4.015.597,16
			RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	7.742.521,01	4.015.597,16
			CUSTOS OU DESP.CORRESPONDENTES AS RECEITAS	-168.571,95	0,00
			PASSIVO REAL	60.823.875.949,67	57.584.335.289,53
			PATRIMONIO LIQUIDO	56.264.645.105,91	183.523.514.419,39
			PATRIMONIO/CAPITAL	58.365.842.059,34	184.847.124.639,88
			PATRIMONIO	48.750.897.359,47	176.753.194.794,42
			CAPITAL REALIZADO	9.614.944.700,87	8.093.929.845,46
			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	9.660.085.487,61	8.226.666.719,62
			CAPITAL A REALIZAR	-45.140.786,74	-132.736.874,16
			RESERVAS	2.747.904.119,45	2.691.350.019,71
			LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	-4.850.984.021,75	-4.014.966.240,20
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	1.882.949,86	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	117.088.521.054,78	241.107.849.708,97
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-117.088.521.054,78	-241.107.849.708,97
ATIVO COMPENSADO	218.916.429.414,97	202.392.546.392,10	PASSIVO COMPENSADO	218.916.429.414,97	202.392.546.392,10

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTTULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORG/O SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
10/03/2010	3

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	218.916.429.414,97	202.392.546.392,10	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	218.916.429.414,97	202.392.546.392,10
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	8.599.810.922,77	4.466.525.033,35	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	8.599.810.922,77	4.466.525.033,35
GARANTIAS DE VALORES	16.824.914.007,89	10.427.351.779,40	VALORES EM GARANTIA	16.824.914.007,89	10.427.351.779,40
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	109.370.994.174,04	115.473.859.164,41	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	109.370.994.174,04	115.473.859.164,41
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	58.040.962.997,70	49.780.229.490,88	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	58.040.962.997,70	49.780.229.490,88
OUTRAS COMPENSACOES	26.079.747.282,57	22.242.570.924,08	COMPENSACOES DIVERSAS	26.079.747.282,57	22.242.570.924,08
ATIVO	336.004.950.469,75	443.500.306.101,07	PASSIVO	336.004.950.469,75	443.500.306.101,07

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - DFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
10/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	61.571.148.437,33	57.880.354.816,73	PASSIVO FINANCEIRO	53.513.195.021,05	47.964.413.602,28
DISPONIVEL	6.683.170.589,77	6.112.660.321,99	DEPOSITOS	2.980.998.551,97	2.460.720.890,26
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	6.683.168.989,77	6.112.658.721,99	CONSIGNACOES	31.019.551,59	8.861.065,10
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	1.600,00	1.600,00	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	144.056.737,42	1.443.851.760,40
CREDITOS EM CIRCULACAO	50.447.855.893,44	47.372.518.215,08	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.785.922.252,96	1.008.008.064,76
CREDITOS A RECEBER	2.104.129.529,74	2.491.755.089,07	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	44.197.706.735,60	42.024.871.408,19
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	5.450.103.972,37	4.971.721.377,06	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	19.616.460.107,08	19.555.973.541,95
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	41.256.986.735,02	38.408.909.371,57	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	433.622.963,12	255.329.684,78
LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREG	95,32	23.277,08	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	142.721.903,07	214.491.345,10
LIMITE DE SAQUE BACEN	460.308.987,28	323.780.180,66	CONVENIOS A PAGAR	964.426.536,22	961.905.177,11
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.176.291.713,22	1.176.291.713,22	PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	33.819,30	33.819,30
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	34.860,59	24.206,42	DESPESAS A PAGAR/RP PROCESSADOS	127.945.484,57	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.412.124.395,61	4.326.878.721,35	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	253.991.846,92	70.550.319,93
VALORES DIFERIDOS	4.412.124.395,61	4.326.878.721,35	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	24.023.797,67	20.670.128,16
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	28.297.558,31	28.297.558,31	PRECATORIOS	5.165.579,53	5.169.439,30
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	27.495.585,38	27.495.585,38	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	7.262.092,00	23.965.533,70
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	801.972,93	801.972,93	PROVISOES DIVERSAS	10.249,88	10.249,69
ATIVO NAO FINANCEIRO	16.628.252.754,92	149.002.776.319,84	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	107.323,43	105.712,42
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-32.282.038.253,67	-31.714.844.252,75	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	13.025.398.648,19	16.942.330.883,47
CREDITOS EM CIRCULACAO	-34.138.548.293,11	-33.394.716.490,95	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	760.819.257,26	1.039.925.409,30
FORNECIMENTOS A RECEBER	388.041.998,44	393.106.764,68	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	464,88	0,00
RECURSOS A RECEBER	42.469.395,51	0,00	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	66.208.709,39	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-41.256.986.735,02	-38.408.909.371,57	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	7.721.421,52	1.491.039,50
CREDITOS PARCELADOS	148.509.773,42	187.501.645,56	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	19.403.561.346,81	16.242.049.293,66
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	86.567.131,01	29.443.675,00	A LIQUIDAR	19.403.561.346,81	16.242.049.293,66
DIVERSOS RESPONSAVEIS	2.077.222.136,75	2.039.481.202,50	CREDORES DIVERSOS	8.982.200,00	9.602.100,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.904.407,46	4.500.605,40	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	922.440,94	4.595.804,71
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.329.315.767,80	2.177.937.977,37	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	626.933.567,44	469.028.646,32
RECURSOS VINCULADOS	562.527,71	345.814,05	RECURSOS A LIBERAR - GESTAO FUNDO	266.598,04	0,00
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	42.825.804,11	31.875.186,05	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	8.272.270.713,16	5.751.223.579,84
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	1.856.510.039,44	1.370.072.238,21	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	65.923.483,89	0,00
ESTOQUES	224.371.115,19	119.061.484,44	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	2.872.678,23	2.407.241,70
TITULOS E VALORES	1.251.399.715,95	1.058.033.628,44	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.349.260.616,09	3.473.835.548,52
MATERIAIS EM TRANSITO	380.739.208,30	193.976.925,00	VALORES DIFERIDOS	6.248.760.160,51	3.411.641.494,16
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.889.420,07	3.041.632,10	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	100.495.535,95	62.193.534,73
DESPESAS ANTECIPADAS	24.282,80	26.996,40	OUTROS VALORES PENDENTES	519,63	519,63
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	11.865.137,27	3.014.635,70	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	5.226.117,39	4.987.795,29
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	21.816.011.080,89	166.490.718.357,21	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	5.226.117,39	4.987.795,29
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	11.909.629,53	11.868.000,12	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-5.381.422.092,62	283.873.068,16
DEPOSITOS COMPULSORIOS	740.988,45	702.700,27	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-27.350.133.766,44	-21.783.007.960,23
RECURSOS VINCULADOS	11.168.641,10	11.165.299,85	DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITOS/RECU	157.297.351,26	159.269.521,21
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	21.804.101.451,34	166.478.850.357,11	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	366,70	0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO -AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
10/03/2010	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	7.136.269.794,43	7.120.998.734,68	PROVISOES	151.338.629,80	30.546.801,00
DEVEDORES ENTIDADES E AGENTES	19.932.950,61	135313.110.037,96	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-5.272.270.713,19	-5.751.223.579,84
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.06 .314.232,04	5833.884.155,96	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIHC	-5.272.270.713,19	-5.751.223.579,84
CREDITOS A RECEBER	8.586.583 814,26	8210.666.828,57	OPERACOES DE CREDITO	4.361.485,80	7.185.079,48
OUTROS CREDITOS	600,00	600,00	EXTERNAS	4.361.485,80	7.185.079,48
PERMANENTE	27.081.390 507,63	24823.662.583,29	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	30.830,55	30.830,55
INVESTIMENTOS	173 386.300,65	90.528.399,25	OUTROS DEBITOS A PAGAR	12.114.965,64	7.837.666,38
PARTICIPACAO SOCIETARIA	173 307.835,19	90.448.278,35	OUTRAS OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.519,90	0,00
OUTROS INVESTIMENTOS	78.465,46	80.120,90	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	582.802,68	777.250,60
IMOBILIZADO	26.697.078.142,94	24719.751.196,54	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTR 05/05/2000)	95.245,92	4.623.662,80
BENS MOVEIS E IMOVEIS	26.699.902.435,65	24719.472.116,57	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-19.403.687.251,56	-18.242.179.798,41
TITULOS E VALORES	279.079,65	279.079,65	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	21.968.711.573,82	22.066.881.528,39
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-3.183.372,40	-0,08	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	21.968.711.573,82	22.066.881.528,39
INTANGIVEL	3.871.556,00	13.334.034,75	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	21.676.303.938,97	21.771.292.240,07
DIFERIDO	54.508,04	48.953,02	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	15.749.834,55	19.997.022,86
ATIVO REAL	78.199.701.192,25	207.443.133.136,57	OBRIGACOES A PAGAR	274.657.800,30	275.592.265,46
			PASSIVO REAL	48.131.772.928,43	40.248.292.200,44
			PATRIMONIO LIQUIDO	30.067.928.263,82	159.194.840.936,13
			PATRIMONIO/CAPITAL	29.883.487.523,92	159.011.239.909,94
			PATRIMONIO	29.883.487.523,92	159.011.239.909,94
			RESERVAS	184.440.739,90	183.601.026,19
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	78.199.701.192,25	207.443.133.136,57
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-78.199.701.192,25	-207.443.133.136,57
ATIVO COMPENSADO	171.723.399 631,29	158 331.328.775,25	PASSIVO COMPENSADO	171.723.399631,29	158 331 328.775,25
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	171.723.399 631,29	158.331.328.775,25	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	171.723.399 631,29	158.331.328.775,25
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	1.056.984.162,81	854.415.459,69	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	1 056 984.162,81	854 415.459,69
GARANTIAS DE VALORES	16.393.664.332,36	10.063.573.310,53	VALORES EM GARANTIA	16.393.064332,36	10 063.573.310,53
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	86.757.851 715,80	91.758.199.187,53	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	86.757.851.715,80	90 758.199.187,53
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	47 754 498 364,20	33.139.660.901,88	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	47.754.498.364,20	33.139.660.901,88
OUTRAS COMPENSACOES	19 760.421.056,12	17.515.485.915,32	COMPENSACOES DIVERSAS	19.760.421.056,12	17.515.485.915,62
ATIVO	249.923.100 823,54	366.774.461.911,82	PASSIVO	249.923.100.823,54	365.774.461.911,82

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - EMPRESAS PÚBLICAS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
10/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	4.877.240.573,92	3.651.209.497,07	PASSIVO FINANCEIRO	4.340.768.518,61	3.290.361.660,99
DISPONÍVEL	152.036.149,53	37.023.490,53	DEPÓSITOS	68.651.206,00	40.287.136,51
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	150.646.125,03	35.319.229,36	CONSIGNAÇÕES	7.846.125,54	7.628.719,02
DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	1.389.024,50	1.704.261,17	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	37.269.561,26	26.580.807,97
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	4.724.624.674,58	3.597.947.114,83	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	23.535.519,20	9.078.609,52
CRÉDITOS A RECEBER	344.567.971,13	165.836.072,28	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.269.303.321,21	3.230.305.262,27
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	338.471.744,27	145.787.501,42	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	439.322.992,98	252.817.504,55
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	3.977.834.828,96	2.486.470.430,70	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	296.833.672,73	116.598.458,10
LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREG	0,00	21.159,31	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	29.226.351,22	7.586.475,04
RECURSOS DA UNIÃO	63.759.215,22	9.828.836,01	CONVÊNIOS A PAGAR	88.228.827,06	129.102.965,21
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	1.115,00	1.115,00	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	26.487.701,01	7.012.145,53
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	567.075,68	12.220.217,54	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	23.126,06	6.955,46
VALORES DIFERIDOS	567.075,68	12.220.217,54	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	7.492.862,74	10.630.978,84
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	17.674,13	17.674,13	PROVISÕES DIVERSAS	1.117.771,89	2.813.404,42
CRÉDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	17.674,13	17.674,13	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	7.421.137,09	8.944.651,13
ATIVO NÃO FINANCEIRO	5.544.987.906,64	3.124.568.257,11	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.692.845,73	6.443.470,82
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	294.886.290,05	954.335.246,27	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	22.892.394,55	1.568.000,00
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	-3.576.603.762,32	-2464.733.385,48	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.125.046.487,57	2.449.695.502,17
FORNECIMENTOS A RECEBER	101.407.810,37	117.332.153,00	A LIQUIDAR	3.125.046.487,57	2.449.695.502,17
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-1.505.759,16	-1.551.629,00	CREDORES DIVERSOS	2.926.562,43	2.258.377,73
RECURSOS A RECEBER	956.213,30	568.411,65	VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	406.544,08	152.715,55
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-3.971.834.628,96	-2866.470.430,70	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERÊNCIA	84.824,90	79.609,18
CRÉDITOS PARCELADOS	30.442,68	121.797,53	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	700.657.508,25	464.472.315,79
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	21.895.294,88	48.173.012,05	OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	858.500,57	829.237,32
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	77.995,33	78.346,72	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	5.620.001,51	16.615.777,56
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	86.681.779,53	41.630.761,62	VALORES DIFERIDOS	5.620.001,51	16.615.777,56
RECURSOS VINCULADOS	1.982.137,59	3.884.213,17	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	193989,69	176.484,59
OUTROS CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	168.724.951,83	211.479.198,25	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	193989,69	176.484,59
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	3.871.489.052,37	1.510.398.119,45	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	1.159.020943,30	-497.357.157,96
ESTOQUES	3.805.465.207,40	1.442.436.490,12	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	709.011047,88	-890.369.668,69
TÍTULOS E VALORES	63.537.830,97	67.807.676,39	DÍVIDAS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RESCI	6.482175,62	0,00
MATERIAIS EM TRÂNSITO	1.486.014,00	51.951,14	PROVISÕES	337.777445,30	191.223.654,29
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.570.856,79	5.791.181,17	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-700.657608,25	-464.472.315,79
DESPESAS ANTECIPADAS	1.585.729,02	3.805.053,40	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-700.657608,25	-464.472.315,79
CUSTOS A APROPRIAR	1.985.127,77	1.985.127,77	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	437728,67	8.661.512,00
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	539.027.868,95	471.917.577,19	INTERNAS	0,00	8.153.439,35
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	100.331.209,58	69.512.294,86	EXTERNAS	437728,67	508.072,61
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	1.100.226,58	1.830.078,15	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	42.539031,97	29.171.843,10
RECURSOS VINCULADOS	99.230.984,00	67.682.215,51	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	526.714961,22	467.409.080,62
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	438.696.659,37	382.405.282,33	OUTROS DÉBITOS A PAGAR	7.165091,59	7.135.536,37
CRÉDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.960.460,97	14.636.264,17	PRECATÓRIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	704237,52	0,00
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	147.342.595,26	115.590.699,85	RETIFICAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID	-3.125.046487,57	-2.449.695.502,17

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - EMPRESAS PÚBLICAS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO: 2009 | MÊS: DEZEMBRO
EMISSÃO: 16/03/2010 | PÁGINA: 2

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	20.065.681,75	19.928.962,17	OPERAÇÕES ESPECIAIS	3.601.894.180,32	1.929.149.318,36
CRÉDITOS A RECEBER	299.174.670,36	253.939.399,34	SUBVENÇÕES E DOAÇÕES PARA INVESTIMENTO	11.005.271,92	18.279.212,53
PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS	-31.901.449,53	-9.501.651,33	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	446.226.112,36	393.387.978,57
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-11.833.409,64	11.833.409,64	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	446.226.112,36	393.387.978,57
OUTROS CRÉDITOS	2,00	47,67	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - EXTERNA	24.834.783,84	15.671.427,30
PERMANENTE	4.707.503.691,05	3.601.154.744,12	OBRIGAÇÕES LEGAIS E TRIBUTÁRIAS	184.886.879,99	182.073.429,30
INVESTIMENTOS	101.695.889,53	111.971.135,10	OBRIGAÇÕES A PAGAR	163.443.298,37	129.476.098,62
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	46.868.148,05	44.023.562,06	SUBVENÇÕES E DOAÇÕES P/INVESTIMENTOS	567.292,57	0,00
PARTICIPAÇÕES EM CONDOMÍNIOS E CONSÓRCIOS	55.962,45	55.962,05	OUTRAS OPERAÇÕES EXIGÍVEIS	92.388.867,79	85.666.154,35
OUTROS INVESTIMENTOS	70.355.358,91	70.065.195,77	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3.789.783,06	45.431,16
PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS	-38.597,88	-3.001.903,01	RECEITAS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3.960.766,01	45.431,16
IMOBILIZADO	4.511.463.858,96	3.471.929.330,95	CUSTOS OU DESP.CORRESPONDENTES AS RECEITAS	-170.982,95	0,00
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	5.980.399.180,76	4.682.933.484,93	PASSIVO REAL	5.602.795.461,81	2.793.007.602,37
TÍTULOS E VALORES	5.794.118,76	5.794.259,79	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.819.436.018,85	3.466.359.251,21
DEPRECIAÇÕES, AMORTIZAÇÕES E EXAUSTÕES	-1.317.729.493,56	-1.216.498.411,61	PATRIMÔNIO/CAPITAL	3.885.057.119,57	2.863.021.884,40
NÃO CIRCULANTE	2.816.055,31	3.956.148,83	CAPITAL REALIZADO	3.885.057.119,57	2.863.021.884,40
DIFERIDO	1.625.157,89	13.036.122,14	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.960.197.911,31	3.015.187.555,56
ATIVO REAL	10.422.231.480,76	6.781.176.754,18	CAPITAL A REALIZAR	-85.140.791,74	-152.165.671,16
			RESERVAS	1.830.745.731,84	1.510.135.214,44
			LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-896.366.838,56	-906.490.647,63
			RESULTADO DO PERÍODO	0,00	0,00
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	10.422.231.480,76	6.781.176.754,18
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-10.422.231.480,76	-6.781.176.754,18
ATIVO COMPENSADO	13.951.047.240,62	11.673.562.718,70	PASSIVO COMPENSADO	13.951.047.240,62	11.673.562.718,70
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	13.951.047.240,62	11.673.562.718,70	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	13.951.047.240,62	11.673.562.718,70
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	4.684.277.475,80	1.920.604.498,71	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	4.684.277.475,80	1.920.604.498,71
GARANTIAS DE VALORES	266.740.611,54	246.533.198,12	VALORES EM GARANTIA	266.740.611,54	246.533.198,12
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	1.262.378.244,94	1.755.388.145,72	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	1.262.378.244,94	1.755.388.145,72
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4.681.923.004,73	5.290.756.837,09	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	4.681.923.004,73	5.290.756.837,09
OUTRAS COMPENSAÇÕES	3.055.727.901,61	2.457.878.039,06	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	3.055.727.901,61	2.457.876.039,06
ATIVO	24.373.278.921,38	18.455.339.472,88	PASSIVO	24.373.278.921,38	18.455.339.472,88

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
10/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	9.053.826.755,93	7.351.470.611,40	PASSIVO FINANCEIRO	9.099.651.736,14	7.470.950.492,90
DISPONIVEL	209.197.021,35	241.070.266,12	DEPOSITOS	37.674.731,15	40.210.540,39
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	182.270.551,31	208.343.355,97	CONSIGNACOES	8.576.112,87	7.634.618,98
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	26.926.470,04	32.726.910,15	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	6.205.161,75	8.703.609,61
CREDITOS EM CIRCULACAO	8.453.013.685,80	6674.812.809,57	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	20.893.455,53	23.872.411,80
CREDITOS A RECEBER	1.169.314.578,07	925.406.452,35	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	8.431.077.252,92	6.668.369.915,13
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	531.610.977,00	642.684.631,13	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.768.274.221,59	2.268.414.970,50
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	6.728.742.994,26	5106.563.051,13	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	71.578.134,83	59.206.960,23
LIMITE DE SAQUE PARA EMPENHO CONTRA ENTREG	1.404,19	8.772,01	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	40.567.868,51	18.829.642,76
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	143.662,38	143.650,85	CONVENIOS A PAGAR	1.361.942.286,21	1.362.376.400,42
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	70,00	6.243,03	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	860.769,36	6.911.556,48
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	431.343.521,37	435.320.917,40	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	9.360.940,05	2.187.415,64
VALORES DIFERIDOS	431.343.521,37	435.320.917,40	PRECATORIOS	4.270.761,90	4.270.761,90
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	272.527,31	272.527,31	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	3.831.867,12	24.460.712,59
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	617,53	617,53	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.415,02	3.396,51
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	271.909,78	271.909,78	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	2.611,83	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	13.543.960.076,98	13735.700.972,67	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	90.892.892,04	23.576.099,54
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-4.368.431.273,49	-3374.565.165,11	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	2.058.099,00	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-5.099.018.626,12	-3897.087.906,38	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.153.439.059,94	754.750.524,03
FORNECIMENTOS A RECEBER	2.151.176,42	3.326.901,3	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	30.477.582,18	1.811.000,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-6.728.742.994,27	-5106.563.051,13	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	4.436.027.271,16	3.389.012.188,38
CREDITOS PARCELADOS	3.148.378,29	4.068.606,91	A LIQUIDAR	-4.436.027.271,16	3.389.012.188,38
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	1.288.449,83	3.173.611,79	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	561.542,12	1.363.547,19
DIVERSOS RESPONSAVEIS	1.091.219.040,23	901.326.219,04	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	249.819.752,64	201.640.398,12
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	521.848.971,45	288.060.552,9	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	876.755.324,37	607.915.348,08
RECURSOS VINCULADOS	2.586.602,48	19.421,18	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	39.174,04	22.892,86
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	9.481.749,39	9.498.631,65	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	530.799.701,40	782.267.260,51
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	721.587.352,63	522.522.721,20	RESTITUICOES E COMPENSACOES	-9.501,10	-9.501,10
ESTOQUES	721.972.067,77	521.938.052,3	VALORES DIFERIDOS	587.747.334,35	876.136.557,54
TITULOS E VALORES	467.238,87	467.238,87	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	43.061.876,15	85.060.204,07
MATERIAIS EM TRANSITO	148.045,99	117.430,01	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	100.024,67	152.776,87
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.506,14	0,00	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	100.024,67	152.776,87
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA	2.506,14	0,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-5.374.679.471,95	-4.169.305.676,21
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	4.749.738,33	5.126.852,51	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-5.399.214.721,34	-4.191.959.284,79
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	143.105,65	143.202,24	DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITOS/RECU	1.275.939,99	3.156.514,08
DEPOSITOS COMPULSORIOS	83.130,65	83.227,24	PROVISOES	10.479.712,61	0,00
RECURSOS VINCULADOS	59.975,00	59.975,00	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-976.755.328,37	-607.915.848,08
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	4.600.632,68	4.983.650,28	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-976.755.328,37	-607.915.848,08
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	2.175.431,97	411.568,51	OUTROS DEBITOS A PAGAR	347.410,22	347.410,22
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	49.491,43	193.630,96	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/200)	71.963,37	71.963,37
CREDITOS A RECEBER	4.375.709,28	4.378.250,78	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR05/05/2000)	1.392.854,00	1.392.854,00
PERMANENTE	17.905.639.104,00	17. 05 139.305,30	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-4.436.027.274,16	-3.389.012.188,38

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
10/03/2010	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
INVESTIMENTOS	316.715,53	615.614,79	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	24.638.243,39	22.952.618,58
PARTICIPACAO SOCIETARIA	195.646,55	474.413,17	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	24.638.243,39	22.952.618,58
OUTROS INVESTIMENTOS	121.068,98	141.201,62	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	10.053.348,96	8.468.724,15
IMOBILIZADO	17.894.388.453,10	17.098.305.734,51	OBRIGACOES A PAGAR	14.484.894,43	14.484.894,43
BENS MOVEIS E IMOVEIS	17.894.388.379,81	17.098.305.661,22	PASSIVO REAL	3.724.975.277,19	3.301.944.816,69
TITULOS E VALORES	73,29	73,29	PATRIMONIO LIQUIDO	18.912.811.555,72	17.785.232.667,36
INTANGIVEL	10.150.035,37	6.212.056,00	PATRIMONIO/CAPITAL	18.867.409.804,55	17.741.954.884,48
DIFERIDO	5.900,00	5.900,00	PATRIMÔNIO	18.867.409.804,55	17.741.954.884,48
ATIVO REAL	22.837.788.832,91	21.087.177.484,07	RESERVAS	58.543.894,26	56.419.915,99
			LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	-13.142.133,09	-13.142.133,09
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	22.837.788.832,91	21.087.177.484,07
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-22.837.788.832,91	-21.087.177.484,07
ATIVO COMPENSADO	25.721.074.495,04	25.403.000.956,94	PASSIVO COMPENSADO	25.721.074.495,04	25.403.000.956,94
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	25.721.074.495,04	25.403.000.956,94	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	25.721.074.495,04	25.403.000.956,94
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BI	2.858.467.681,77	1.693.048.509,96	VALORES, TITULOS BENS SOB RESPONSABILIDA	2.858.467.681,77	1.693.048.509,96
GARANTIAS DE VALORES	120.861.197,98	71.914.277,79	VALORES EM GARANTIA	120.861.197,98	71.914.277,79
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	19.211.952.490,65	20.829.719.462,65	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	19.211.952.490,65	20.829.719.462,65
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	2.186.364.040,00	1.860.546.361,29	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	2.186.364.040,00	1.860.546.361,29
OUTRAS COMPENSACOES	1.343.429.084,64	947.772.345,25	COMPENSACOES DIVERSAS	1.343.429.084,64	947.772.345,25
ATIVO	48.358.861.327,95	46.490.178.441,01	PASSIVO	48.358.861.327,95	46.490.178.441,01

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
19/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	112.865.888.116,53	126.002.982.547,48	PASSIVO FINANCEIRO	19.249.119940,18	55.455.401.075,31
DISPONÍVEL	54.846.320.549,73	47.612.901.718,43	DEPÓSITOS	63.863810,24	87.475.256,80
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	54.711.731.676,87	47.416.783.512,26	CONSIGNAÇÕES	7.089534,80	7.171.040,71
DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	133.588.872,86	196.118.206,17	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	4.823789,87	502.320,25
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	56.849.006.492,05	57.444.770.557,32	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	51.950585,57	79.401.895,84
CRÉDITOS A RECEBER	38.396.869,82	64.549.336,51	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	13.144.721.171,67	10.068.660.162,75
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	6.359.187.235,11	5.695.728.174,37	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	522.294132,37	506.409.038,46
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	9.295.720.125,10	6.095.586.348,27	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	36.680853,81	63.492.125,27
DEPÓSITOS ESPECIAIS DO FAT	41.147.686.228,48	45.680.218.222,43	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	3.179564,67	2.855.270,27
BANCO DO BRASIL S/A	12.759.315.226,25	13.009.697.974,18	CONVÊNIOS A PAGAR	416.990688,82	407.432.124,96
BANCO DO NORDESTE S/A	395.252.602,65	444.426.645,32	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	5.337350,33	8.158.967,44
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONÔMICO E SOC	22.970.880.214,12	24.933.171.281,98	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	17.219076,86	484.421,87
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	3.880.478.177,56	4.287.167.661,11	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	98319,31	141.180,17
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	1.110.726.504,16	998.362.052,81	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.736454,54	0,00
BANCO DA AMAZÔNIA	30.953.503,76	28.802.709,13	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4635,89	112,57
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS	8.094.033,53	4.087.475,14	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	29.480071,78	22.725.846,35
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.131.561.074,74	21.945.310.271,32	CONTRATOS DE SUBVENÇÃO A PAGAR	7.388713,13	0,00
VALORES DIFERIDOS	1.131.561.074,74	21.945.310.271,32	TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A PAGAR	4.181393,02	418.989,57
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	0,01	0,01	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	8.958.621183,03	6.256.655.658,54
DEPÓSITOS A LONGO PRAZO	0,01	0,01	A LIQUIDAR	8.958.621183,03	6.256.655.658,54
ATIVO NÃO FINANCEIRO	181.014.070.740,34	161.379.846.419,80	CREDORES DIVERSOS	551.894692,00	551.915.733,17
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	5.245.137.556,23	5.420.533.109,33	VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	275437,98	755.514,17
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	5.110.396.195,29	5.361.904.098,58	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERÊNCIA	257.268506,36	403.998.174,19
FORNECIMENTOS A RECEBER	110.731.070,02	106.202.731,39	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	2.763.752048,46	2.303.395.672,94
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP RETIFIC	-9.295.720.125,10	-6.095.586.348,27	OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR	80.612971,65	74.330.371,28
CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	22.505,25	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.040.206619,80	45.270.154.881,93
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	545.615.113,61	550.081.866,34	RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES	-721,49	0,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	14.245.173.009,66	12.028.499.854,33	VALORES DIFERIDOS	6.040.132435,27	45.270.078.075,91
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	712.736.386,72	419.118.617,58	OUTROS VALORES PENDENTES	76906,02	76.806,02
OUTROS CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.446.661.221,26	1.496.462.398,48	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	326238,27	310.673,83
PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS CURTO PRA	-287.050.743,56	-114.738.595,54	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	326238,27	310.673,83
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-2.417.664.238,90	-2.328.136.426,90	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	77.922.944156,71	60.853.580.441,20
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	64.741.359,44	58.629.012,45	OBRIG/COES EM CIRCULACAO	48.285.201389,09	51.549.186.308,53
ESTOQUES	64.430.165,58	55.694.639,70	DIVIDAS POR INSUBCIENCIA DE CREDITOS/RECU	456.733427,97	419.490.766,13
TÍTULOS E VALORES	244.557,14	177.630,91	PROVISÕES	717.522.395,18	709.183.871,37
MATERIAIS EM TRÂNSITO	66.636,72	2.756.541,84	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-2.763.752048,46	-2.303.395.672,94
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17.632,43	0,00	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-2.763.752048,46	-2.303.395.672,94
DESPESAS ANTECIPADAS	17.632,43	0,00	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	96.852232,42	93.958.153,45
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	166.911.194.858,12	156.458.123.759,58	OUTROS DEBITOS A PAGAR	58.736.632805,23	58.687.704.614,38
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	30.794,77	11.106,17	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-6.956.709.423,26	-6.256.155.433,66
RECURSOS VINCULADOS	30.794,77	11.106,17	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	25.637.852.787,63	29.304.994.132,67
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	166.911.163.863,35	156.458.112.653,41	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	29.637.851.787,63	29.304.994.132,67

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - DFSS
SUBTITULO	UNIAO -FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
10/03/2010	2

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	357.700.761,89	316.762.939,81	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	5.531.796.168,28	5.198.539.533,32
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	0,00	125.320.761,01	OBRIGACOES A PAGAR	1.997.476,72	1.997.476,72
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	151.070.653.489,73	142.534.692.789,41	DIVERSAS PROVISOES	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
CREDITOS A RECEBER	471.567.416,82	466.690.968,91	PASSIVO REAL	97.172.064.096,89	136.309.181.518,51
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-1.018.403.944,56	-1.053.111.112,81	PATRIMONIO LIQUIDO	196.707.894.159,98	158.073.647.450,67
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-291.418.370,53	-199.242.805,41	PATRIMONIO/CAPITAL	196.701.017.015,53	158.066.770.306,42
INVESTIMENTOS	16.348.064.510,00	14.240.999.592,35	PATRIMONIO	193.770.418.617,01	154.702.417.796,84
PERMANENTE	8.821.720.891,08	8.501.189.550,49	CAPITAL REALIZADO	2.930.597.998,52	3.364.212.509,58
INVESTIMENTOS	8.089.542.340,99	4803.633.009,17	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.707.482.569,71	3.707.482.569,71
PARTICIPACAO SOsocietaria	7.669.205.032,13	4753.253.524,71	COTAS EM TESOURARIA	-776.884.561,19	-343.270.060,13
OUTROS INVESTIMENTOS	420.485.005,64	644.861.823,13	RESERVAS	15.762.337,33	15.762.337,33
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-80.147.696,68	-104.515.338,72	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	-6.885.192,88	-6.885.192,88
IMOBILIZADO	731.425.225,06	696.810.216,31	RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS	731.425.225,06	696.810.216,31	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	293.879.958.856,87	294.382.828.967,38
INTANGIVEL	749.325,01	749.325,01	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-293.879.958.856,87	-294.382.828.967,38
ATIVO REAL	293.871.958.856,87	294382.828.967,38			
ATIVO COMPENSADO	219.461.986.780,83	213.163.429.342,20	PASSIVO COMPENSADO	219.461.986.780,83	213.163.429.342,20
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	219.461.986.780,83	213.163.429.342,20	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	219.461.986.780,83	213.163.429.342,20
RESPONSABILIDADES POR VALORES TITULOS E B	48.621.063.445,74	39355.322.343,01	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	48.621.063.445,74	39.355.322.343,01
GARANTIAS DE VALORES	10.104.713.707,23	11359 017.740,16	VALORES EM GARANTIA	10.104.713.707,23	11.359 017.740,16
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	62.739.408.176,51	67405.653.092,21	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	62.739.408.176,51	67.405.653.652,21
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	5.265.348.563,59	11049.940.870,62	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	5.265.348.563,59	11.049.940.870,62
OUTRAS COMPENSACOES	92.729.432.887,76	83993.494.696,20	COMPENSACOES DIVERSAS	92.729.432.887,76	83.993 494.696,20
ATIVO	513.333.945.637,70	507.546.258.309,58	PASSIVO	513.333.945.637,70	507.546 258 309,58

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
10/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	108.181.393.082,72	123.143.863.093,77	PASSIVO FINANCEIRO	14.737.851.647,52	52.719.602.579,48
DISPONIVEL	54.559.453.768,53	47.439.026.982,93	DEPOSITOS	63.860.910,24	87.075.256,80
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	54.425.184.895,67	47.242.908.776,26	CONSIGNACOES	7.089.534,80	7.171.040,71
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	133.988.872,86	196.118.206,67	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	4.823.769,87	502.320,25
CREDITOS EM CIRCULACAO	52.460.378.239,44	54.759.525.839,11	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	51.950.585,57	79.401.895,84
CREDITOS A RECEBER	38.393.869,82	64.549.336,51	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	11.461.821.288,49	10.897.272.479,15
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	3.625.554.750,64	2.919.908.456,20	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	522.294.132,37	506.505.038,46
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	7.630.714.356,96	8.090.161.348,27	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	36.680.859,81	63.892.125,27
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	41.147.606.228,49	45.680.219.222,33	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	3.176.561,87	2.055.270,27
BANCO DO BRASIL S/A	12.759.365.226,25	15.003.697.974,16	CONVENIOS A PAGAR	416.900.688,82	407.632.124,95
BANCO DO NORDESTE S/A	395.252.602,65	444.426.645,32	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	5.337.350,33	8.758.967,44
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC	22.970.880.214,12	24.933.771.281,58	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	17.219.075,86	484.421,87
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3.880.478.177,55	4.267.167.661,11	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	98.319,31	141.180,17
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN	1.110.726.504,16	999.352.952,01	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.736.468,54	0,00
BANCO DA AMAZONIA	30.963.503,76	28.802.706,13	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.636,89	112,57
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	8.004.033,53	4.667.475,74	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	29.480.071,70	22.725.846,35
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.171.561.074,74	20.945.310.271,82	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	7.388.713,13	0,00
VALORES DIFERIDOS	1.171.561.074,74	20.945.310.271,82	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	4.181.388,02	818.988,57
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	0,01	0,01	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	7.275.721.297,65	6.255.867.965,94
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	0,01	0,01	A LIQUIDAR	7.275.721.297,65	6.255.867.965,94
ATIVO NAO FINANCEIRO	181.739.173.936,89	168.368.232.984,32	CREDORES DIVERSOS	551.894.892,00	551.915.733,17
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	8.910.143.326,87	6.425.958.109,33	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	275.437,98	755.514,17
CREDITOS EM CIRCULACAO	6.645.401.967,43	6.367.329.086,88	RECURSOS ESPECIAIS A LIB.P/TRANSFERENCIA	257.209.509,38	403.996.174,19
FORNECIMENTOS A RECEBER	110.751.070,02	106.202.731,99	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	2.769.752.041,46	2.303.895.672,94
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-7.530.714.356,96	-6.090.161.348,27	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	90.613.971,65	74.330.971,28
CREDITOS ADMINISTRATIVOS	22.505,25	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.211.840.212,52	42.534.944.176,70
DIVERSOS RESPONSAVEIS	585.615.113,64	500.081.855,34	RESTITUICOES E COMPENSACOES	-721,49	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	14.245.103.009,86	12.628.499.854,33	VALORES DIFERIDOS	3.211.764.027,99	42.534.867.272,68
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	772.788.386,72	419.118.617,58	OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.908,02
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	1.445.581.221,30	1.196.462.398,48	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	326.234,27	310.673,83
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA	-207.080.743,56	-118.738.595,64	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	326.234,27	310.673,83
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-2.477.684.238,90	-2.328.136.426,93	PASSIVO NAO FINANCEIRO	79.605.644.041,09	80.854.358.133,80
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	64.791.359,44	58.629.017,45	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	49.968.191.274,46	51.549.974.001,13
ESTOQUES	64.490.165,58	58.694.839,70	DIVIDAS POR INSUFICIENCIA DE CREDITOS/RECU	455.733.421,97	419.590.766,13
TITULOS E VALORES	214.567,14	177.630,91	PROVISOES	717.525.396,10	709.383.871,37
MATERIAIS EM TRANSITO	86.626,72	2.756.544,84	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-2.763.752.041,46	-2.303.895.672,94
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	17.532,43	0,00	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-2.763.752.041,46	-2.303.895.672,94
DESPESAS ANTECIPADAS	17.532,43	0,00	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	96.858.231,42	93.058.163,45
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	165.991.292.086,53	156.431.085.324,90	OUTROS DEBITOS A PAGAR	58.736.835.801,23	58.687.704.814,36
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	10.754,77	11.106,17	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-7.275.809.531,85	-6.255.867.741,26
RECURSOS VINCULADOS	10.754,77	11.106,17	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	29.637.652.761,63	29.304.384.132,67
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	165.991.281.291,76	156.431.074.218,33	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	29.637.652.761,63	29.304.384.132,67

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS(DIRETA)
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
10/03/2010	2

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
CRÉDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS	330.562.326,81	282.724.504,73	OBRIGAÇÕES LEGAIS E TRIBUTÁRIAS	5.531.788.168,28	5.188.539.533,32
DEVEDORES - ENTIDADES FAGENTES	0,00	125.320.781,04	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.997.476,72	1.997.478,72
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	150.150.789.353,22	142.534.692.789,49	DIVERSAS PROVISÕES	24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
CRÉDITOS A RECEBER	471.567.416,82	406.690.668,93	PASSIVO REAL	94.343.695.649,61	133.573.976.713,28
PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS	-1.018.103.944,56	-1.053.111.112,61	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	195.566.671.330,00	157.928.125.364,81
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-291.416.370,53	-199.242.905,41	PATRIMÔNIO/CAPITAL	195.559.994.145,55	157.921.248.220,35
INVESTIMENTOS	16.348.364.510,00	14.243.999.592,36	PATRIMÔNIO	192.629.396.117,03	154.556.975.710,78
PERMANENTE	8.827.720.891,06	5.501.189.550,49	CAPITAL REALIZADO	2.930.597.998,52	3.364.272.509,58
INVESTIMENTOS	5.089.942.340,99	4.803.630.909,17	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.707.482.649,71	3.707.482.559,71
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	7.699.205.032,13	4.263.253.524,71	COTAS EM TESOURARIA	-776.884.651,19	-343.210.050,13
OUTROS INVESTIMENTOS	480.165.005,54	644.891.823,18	RESERVAS	15.762.337,33	15.762.337,33
PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS	-90.147.696,68	-104.515.338,72	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-8.685.192,88	-8.685.192,88
IMOBILIZADO	737.429.225,06	696.810.216,31	RESULTADO DO PERÍODO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	737.429.225,06	696.810.216,31	SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	299.910.587.019,61	291.502.096.078,09
INTANGÍVEL	749.325,01	749.325,01	SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-299.910.587.019,61	-291.502.096.078,09
ATIVO REAL	299.910.587.019,61	291.502.096.078,09			
ATIVO COMPENSADO	219.292.331.906,44	213.070.781.631,49	PASSIVO COMPENSADO	219.292.331.906,44	213.070.781.631,49
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	219.292.331.906,44	213.070.781.631,49	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	219.292.331.906,44	213.070.781.631,49
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	48.621.083.445,74	39.355.322.343,01	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	48.621.083.445,74	39.355.322.343,01
GARANTIAS DE VALORES	10.104.713.767,23	11.359.017.740,15	VALORES EM GARANTIA	10.104.713.767,23	11.359.017.740,15
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	82.739.408.176,51	67.405.653.692,21	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	82.739.408.176,51	67.405.653.692,21
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5.265.346.563,59	11.049.940.870,62	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	5.265.346.563,59	11.049.940.870,62
OUTRAS COMPENSAÇÕES	92.561.778.013,37	83.900.846.985,49	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	92.561.778.013,37	83.900.846.985,49
ATIVO	509.202.998.926,05	504.572.877.709,58	PASSIVO	509.202.998.926,05	504.572.877.709,58

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	**PAGINA**
10/03/2014	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	4.684.495.033,81	2.859.119.454,21	PASSIVO FINANCEIRO	4.511.266.392,66	2.735.988.495,83
DISPONIVEL	285866.781,20	173.874.736,10	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.682.899.885,38	787.692,60
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	285866.781,20	173.874.736,10	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.682.899.885,38	787.692,60
CREDITOS EM CIRCULACAO	4.398628.252,61	2.685.244.718,11	A LIQUIDAR	1.682.899.885,38	787.692,60
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	2.733622.464,47	2.679.819.718,11	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.828.366.407,28	2.735.210.803,23
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	1.665005.788,14	5.425.000,00	VALORES DIFERIDOS	2.828 366.407,28	2.735.210.803,23
ATIVO NAO FINANCEIRO	-715103.196,55	21.613.435,08	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-1.682.899.885,38	-787.692,60
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-1.665005.788,14	-5.425.000,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-1.682.899.885,38	-787.692,60
CREDITOS EM CIRCULACAO	-1.665005.788,14	-5.425.000,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-1.682.899.885 38	-787.692,60
RECURSOS A RECEBER P/FACTO DE RPRETIFIC	-1.665005.788,14	-5.425.000,00	PASSIVO REAL	2.828.366.407,28	2.735.210.803,23
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	949902.571,59	27.038.435,08	PATRIMONIO LIQUIDO	1.141.023.429,98	145.522.086,06
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	949902.571,59	27.038.435,08	PATRIMONIO/CAPITAL	1.141.023.429,98	145.522.086,06
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	27038.435,08	27.038.435,08	PATRIMONIO	1.141.023.429,98	145.522.086,06
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	922864.136,51	0,00	RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
ATIVO REAL	3.969391.837,26	2.880.732.889,29	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	3.969.391.837,26	2.880.732.889,29
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-3.969.391.837,26	-2.880.732.889,29
ATIVO COMPENSADO	161654.874,39	92.647.710,71	PASSIVO COMPENSADO	161.654.874,39	92.647.710,71
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	161654.874,39	92.647.710,71	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	161.654.874,39	92.647.710,71
OUTRAS COMPENSACOES	161654.874,39	92.647.710,71	COMPENSACOES DIVERSAS	161.654.874,39	92.647.710,71
ATIVO	4.131046.711,65	2.973.380.600,00	PASSIVO	4.131.046.711,65	2.973.380.600,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
10/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	1.259.736.552,30	1.150.928.526,96	PASSIVO FINANCEIRO	1.194.102.503,53	1.059.646.053,93
DISPONIVEL	152.666.893,10	141.305.420,86	DEPOSITOS	16.035.593,00	9.046.986,78
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	152.666.893,10	141.305.420,86	CONSIGNACOES	775.386,13	725.247,60
CREDITOS EM CIRCULACAO	1.078.297.978,99	984.034.452,51	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	6.482.120,90	4.390.474,49
CREDITOS A RECEBER	48.484.758,53	58.126.783,43	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.778.075,97	4.251.264,69
LIMITE DE SAQUE C/MINC.DE PAGAMENTO	54.160.306,03	144.125.954,94	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.171.896.406,02	1.042.147.783,73
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	936.826.913,06	774.618.133,77	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	39.266.211,34	96.690.207,53
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	39.505.997,37	7.164.580,37	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	35.277.954,32	43.491.000,14
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	58.974,60	21.229,30	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	3.367.403,39	2.074.365,30
VALORES DIFERIDOS	58.974,60	21.229,30	CONVENIOS A PAGAR	0,86	1.000.001,11
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	28.712.705,61	25.167.424,28	PESSOAL A PAGAR- DO EXERCICIO	595,00	567,72
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	2.296.303,94	1.464.670,62	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	188.984,98	6.378,33
DEPOSITOS A LONGO PRAZO	18.201.734,34	5.468.785,51	PROVISOES DIVERSAS	31.056,00	49.736.837,14
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO	20.212.967,33	18.235.967,95	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	398.116,83	329.478,97
ATIVO NAO FINANCEIRO	4.568.064.898,56	4645.233.607,70	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.095,96	2.574,62
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-629.009.032,75	-320 493.080,01	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	854.122.259,09	718.522.426,53
CREDITOS EM CIRCULACAO	-792.988 110,57	-493.130.833,24	A LIQUIDAR	854.122.259,09	718.522.426,53
FORNECIMENTOS A RECEBER	61.894.514,05	194.987.203,65	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	1.978,97	45.079,05
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	-13.104.359,68	-16.094.304,85	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	276.994.814,12	225.555.097,29
RECURSOS A RECEBER	27.585.437,98	18.053 124,14	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	1.511.642,50	1.234.973,33
RECURSOS A RECEBER PPAGTO DE RP-RETIFIC	-936.826.919,06	-773.708.267,69	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.170 104,61	6.111.283,32
DIVERSOS RESPONSAVEIS	64.605,67	64.605,67	VALORES DIFERIDOS	6 170 104,61	6 111.283,32
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	13.232.403,56	11.056.540,22	PASSIVO NAO FINANCEIRO	2 270 229 777,71	2.181.-24.715,65
RECURSOS VINCULADOS	47.410.503,60	55.970.666,68	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	871 827.375,52	1.034.-46.744,30
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	6.775.703,08	15.449.708,84	DIVIDAS POR INSURGENCIA DE CREDITOS/RECU	6096,88	60.195 484,12
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	163.979.077 77	172.037.752,83	PROVISOES	1.272.113525 20	960.033.999,49
ESTOQUES	163.269.732,04	172.040.500,83	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-276.994 814,12	-224.445.231,2*
TITULOS E VALORES	709 345,13	597.252 30	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-276.994.814,12	-224.445 231,21
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.259.344,23	1.316.459,57	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	1.845,08	0,00
DESPESAS ANTECIPADAS	2.259.344,23	1.316.459,57	OPERACOES DE CREDITO	27.025 887,79	17.061.776,41
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	323.564.966,05	322.951 238,14	INTERNAS	16.038.195,03	17.181.503,41
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	153.180.636,16	156.240.323,56	EXTERNAS	10.987.372,76	180.273,00
DEPOSITOS COMPULSORIOS	442.171,16	561.099,70	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	85.226.370,25	184 818.181,78
RECURSOS VINCULADOS	152.738.465,02	155.697.124,76	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	18.590.758,02	15.167.-34,05
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	170.384.146,67	166.706.0 5 5,58	OUTROS DEBITOS A PAGAR	609.407.636,34	731 812 308,55
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	97.093 856,88	100.391.550,13	OUTRAS OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.340.209,28	4.768.030,40
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	75 930.987,62	47.276.87 1,52	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-854.122.259,09	-718.522.426,53
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	12.222 623,79	11 142 811,50	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	6.123 389,99	3357.817,24
CREDITOS A RECEBER	34.570.245,07	9.249 53250	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	1 394 618 236,09	1 143303 805,35
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	0,00	-5 016 783,18	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	1 394.618 236,09	1.143303 805,35
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-333.667,40	-937.30798	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	140 699.234,76	203897.799,49
PERMANENTE	4 972 249 899,03	5.641 456 158,50	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	10.398,463,63	19744.923,16

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANCO PATRIMONIAL - OFSS
SUBTÍTULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZEMBRO
EMISSÃO	PÁGINA
10/03/2010	2

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
INVESTIMENTOS	212.769,59	578.595,20	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	664.508.100,56	586.505.463,22
PARTICIPACAO SOCIETARIA	183.616,82	245.550,39	OBRIGACOES A PAGAR	523.946.823,53	299.449.030,56
OUTROS INVESTIMENTOS	29.152,77	333.044,9[illegible]	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	44.043.701,10	25.870.731,51
IMOBILIZADO	4.773.151.371,02	4.606.009.725,8[illegible]	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	10.971.912,50	8.035.857,42
BENS MOVEIS E IMOVEIS	5.857.843.745,66	5.501.753.078,9[illegible]	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	3.784.166,00	3.974.166,00
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.084.689.374,64	-895.743.353,1[illegible]	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	3.784.166,00	3.974.166,00
INTANGIVEL	70.109.841,74	17.641.058,1[illegible]	PASSIVO REAL	3.464.302.281,34	3.241.050.769,48
DIFERIDO	28.772.696,68	17.326.809,3[illegible]	PATRIMONIO LIQUIDO	2.304.469.257,52	2.554.671.564,67
ATIVO REAL	5.828.801.548,86	5.795.762.334,1[illegible]	PATRIMONIO/CAPITAL	5.719.887.581,30	5.210.908.161,06
			CAPITAL REALIZADO	5.719.887.581,30	5.210.908.161,06
			CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	5.719.887.581,30	5.210.908.161,06
			RESERVAS	674.173.786,45	840.850.863,09
			LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	-4.031.475.050,11	-3.497.137.459,48
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	1.882.949,88	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	5.828.801.548,86	5.795.762.334,15
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-5.828.801.548,86	-5.795.762.334,15
ATIVO COMPENSADO	7.500.908.248,02	6.984.653.941,2[illegible]	PASSIVO COMPENSADO	7.500.908.248,02	6.984.653.941,21
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	7.500.908.248,02	6.984.653.941,2[illegible]	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	7.500.908.248,02	6.984.653.941,21
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	101.602,39	456.564,9[illegible]	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	101.602,39	456.564,99
GARANTIAS DE VALORES	43.647.594,01	42.930.592,96	VALORES EM GARANTIA	43.647.594,01	42.930.892,96
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	2.118.811.722,65	2.130.568.368,5[illegible]	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	2.118.811.722,65	2.130.568.368,51
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	3.416.177.588,77	3.489.283.390,6[illegible]	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	3.416.177.588,77	3.489.283.390,62
OUTRAS COMPENSACOES	1.920.169.740,20	1.321.434.824,1[illegible]	COMPENSACOES DIVERSAS	1.920.169.740,20	1.321.435.524,13
ATIVO	13.329.709.796,88	12.780.416.275,3[illegible]	PASSIVO	12.329.709.796,88	12.780.416.275,36

6.2.4. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da União durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária. A DVP revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas.

TABELA 6-20 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

VARIAÇÕES ATIVAS	VALOR		%	
	2009	2008	2009	2008
Orçamentárias	2.290.405	1.884.526	42,7	46,9
Receitas	1.526.631	1.225.306	28,5	30,9
Receita de Alienação de Ativos	478	1.049	0,0	0,0
Demais Receitas Orçamentárias	1.526.153	1224.257	28,5	30,9
Mutações Ativas	763.774	659.220	14,3	16,4
Extra-Orçamentárias	2.962.964	2.135.022	55,3	53,1
Receitas Extra-Orçamentárias	1.252	2.414	0,0	0,1
Acréscimos Patrimoniais	2.961.712	2.132.608	55,3	53,1
Resultado Patrimonial	105.824	0	2,0	0,0
Déficit	105.824	0	2,0	0,0
TOTAL	5.359.193	4.019.548	100,0	100,0
VARIAÇÕES PASSIVAS	**VALOR**		**%**	
	2009	2008	2009	2008
Orçamentárias	1.993.765	1.730.054	37,2	43,0
Despesas	1.416.371	1.258.841	26,4	31,3
Aplicação dos Recursos oriundos da Alienação de Ativos	455	1.024	0,0	0,0
Demais Despesas Orçamentárias	1.415.917	1.257.817	26,4	31,3
Mutações Passivas	577.394	471.213	10,8	11,7
Extra-Orçamentárias	3.365.428	2.049.882	62,8	51,0
Despesas Extra-Orçamentárias	2.662	2.887	0,0	0,1
Decréscimos Patrimoniais	3.362.766	2.046.995	62,7	50,9
Resultado Patrimonial	0	239.612	0,0	6,0
Superávit	0	239.612	0,0	6,0
TOTAL	5.359.193	4.019.548	100,0	100,0

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos

Variações Ativas Orçamentárias

As Variações Ativas Orçamentárias compreendem:

a) Receitas, que representam a arrecadação líquida dos recursos, em cumprimento à legislação pertinente;

b) Interferências Ativas, que significam as Incorporações e Desincorporações de Receitas e Despesas entre as Unidades Gestoras, mantendo correlação com as Interferências Passivas demonstradas no subitem 6.2.4.3.

c) Mutações Ativas, que decorrem do registro de uma despesa orçamentária na contabilização de um fato permutativo, com o objetivo de neutralizar uma redução indevida do Patrimônio Líquido.

Variações Ativas Extra-Orçamentárias

A composição das Variações Ativas Extra-Orçamentárias está demonstrada por:

a) Interferências Ativas que denotam as Transferências de Bens e Valores entre Unidades Gestoras, independentes da execução orçamentária, representadas pelas movimentações de Bens Móveis, Materiais de Consumo e Outros Valores e *que no exercício registraram valores significativos em relação ao exercício anterior, oriundos de transferências de saldos* financeiros entre unidades gestoras, mas que, não produziu impacto no resultado consolidado, destacando a transferência do estoque da dívida pública entre unidades gestoras dentro do mesmo órgão (Secretaria do Tesouro Nacional.

b) Acréscimos Patrimoniais que retratam as variações ocorridas em função das Incorporações de Créditos. Baixa de Obrigações e os ajustes correspondentes. Considera-se neste item o registro da reavaliação, a maior, dos imóveis da União baixados nas Mutações Passivas, cuja diferença representa o valor real das mesmas. Este grupo é responsável pela maior variação líquida da demonstração e para melhor visibilidade, detalha-se a seguir:

TABELA 6-21 – VARIAÇÕES ATIVAS
DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

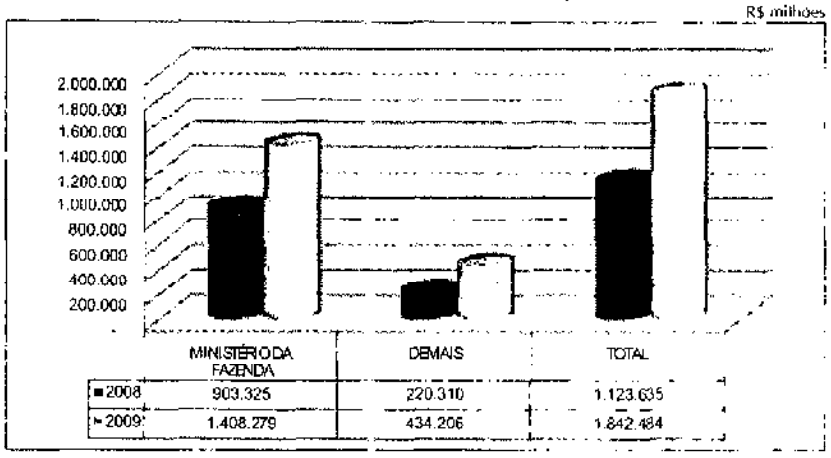
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	VALOR		Variação (a-b)
	2009 (a)	2008 (b)	
Incorporação de Ativos	1.876.037	1.198.888	677.149
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	126.239	153.222	-26.983
Desincorporação de Passivos	629.628	615.468	14.160
Ajustes de Obrigações	111.112	104.198	6.914
Ajustes Monetários do Balanço	1	3	-2
Resultado de Equivalência Patrimonial	23.942	26.623	-2.681
Ajustes de Exercícios Anteriores	194.753	34.205	160.548
Acréscimos Patrimoniais Diversos	**0**	**2**	**-2**
TOTAL	2.961.712	2.132.608	829.104

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Dos Acréscimos Patrimoniais, destacam-se as Incorporações de Ativos no valor de R$ 1.876.037 milhões. Isoladamente, este item respondeu por 81,67% de toda a variação de 2008 para 2009, ou R$ 677.149 milhões de um total de R$ 829.104 milhões. Por sua vez, o principal item das Incorporações de Ativos foi a Incorporação de Direitos.

Ao se segmentar a Incorporação de Direitos por Órgão, é possível observar que o Ministério da Fazenda é o principal responsável pela variação da rubrica de 2008 para 2009. Isoladamente o Ministério da Fazenda responde por R$ 505.000 milhões ou 70,2% de toda a variação.

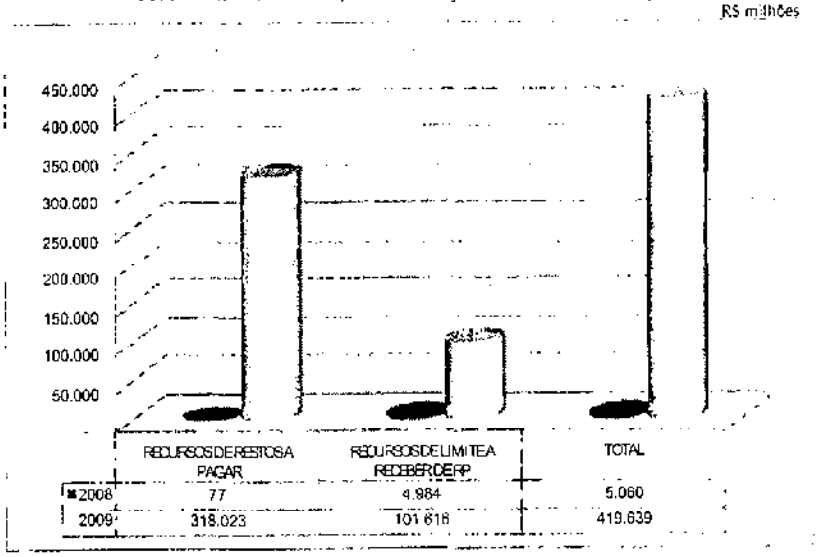
FIGURA 6.18 – INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - DISTRIBUIÇÃO POR ÓRGÃO



Dentro do Ministério da Fazenda, a Unidade Gestora 170013 (Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração) foi a principal responsável pelo incremento na Incorporação de Ativos. Este crescimento foi influenciado pelas contas contábeis 623170102 (Recursos de Restos a Pagar) e 623170103 (Recursos de Limite a Receber de Restos a Pagar) que passaram de um total de R$ 5.060 milhões em 2008 para R$ 419.639 milhões em 2009.

FIGURA 6.19 – INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - MINISTÉRIO DA FAZENDA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

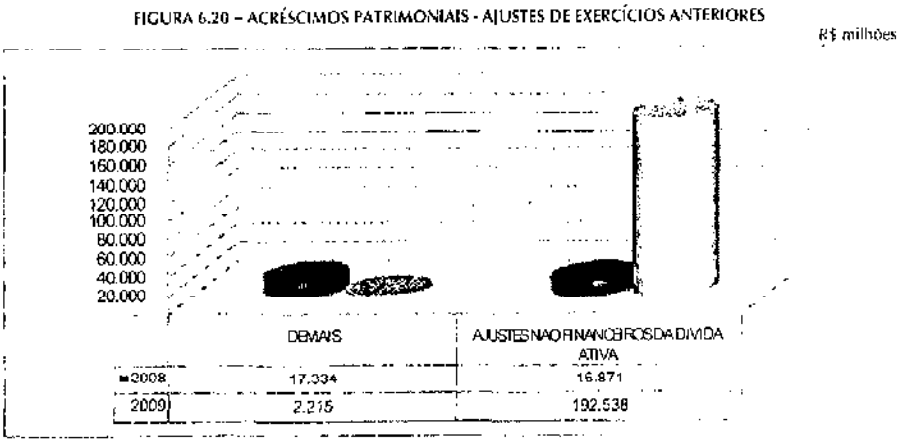
R$ milhões



Outro Acréscimo Patrimonial relevante em 2009 foi na rubrica Ajustes de Exercícios Anteriores. Este item passou de R$ 34.205 milhões em 2008 para R$ 194.753 milhões em 2009. Os Ajustes de Exercícios Anteriores apresentaram este crescimento devido, principalmente, aos Ajustes Não Financeiros da Dívida Ativa. Uma mudança na rotina contábil do Siafi fez com que o saldo do Ajustes Não Financeiros da Dívida Ativa passasse de R$ 16.871 milhões em 2008 para R$ 192.538 milhões em 2009.

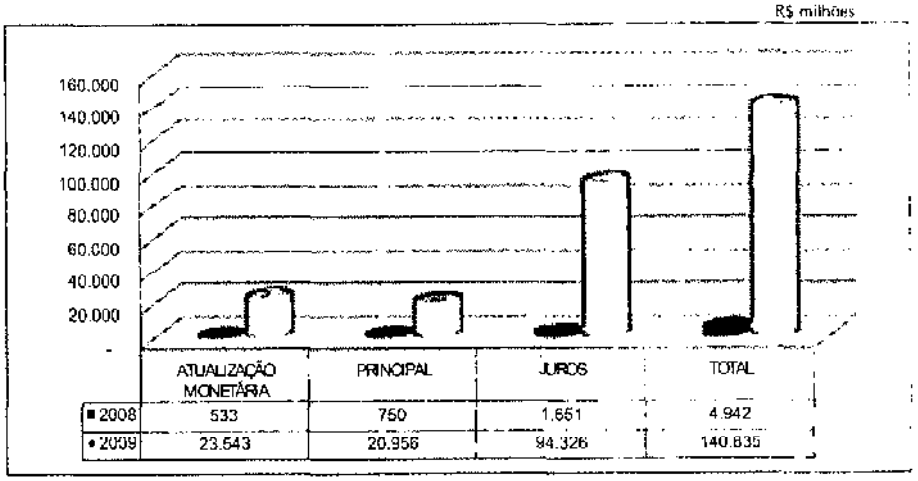
FIGURA 6.20 – ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

R$ milhões



Isoladamente a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional de São Paulo concentrou os Ajustes Não Financeiros da Dívida Ativa, totalizando um montante de R$ 140.835 milhões em 2009.

FIGURA 6.21 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - AJUSTES NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA - PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL/SP



	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	PRINCIPAL	JUROS	TOTAL
■ 2008	533	750	1.651	4.942
• 2009	23.543	20.956	94.326	140.835

Cabe ressaltar que os motivos que explicam as variações ativas na Incorporação de Ativos e Ajustes Não Financeiros da Dívida Ativa também ajudam a explicar as variações passivas desses itens.

Maiores variações ativas em termos relativos.

A seguir são apresentadas as maiores variações ativas em termos relativos:

1) Aumento de 118% em Receita entre órgãos do Orçamento – Receita Patrimonial. Este item passou de R$ 3,1 milhões em 2008 para R$ 6,9 milhões em 2009. O principal fator para o crescimento foi o pagamento de dividendos no valor de R$ 4,5 milhões que a Companhia Nacional de Abastecimento (UG/Gestão 135100 / 22211) fez à COREF/Secretaria do Tesouro Nacional (UG/Gestão 170510/00001).

2) Aumento de 118% em Receita entre órgãos do Orçamento – Outras Receitas Correntes. Este item passou de R$ 7,4 milhões em 2008 para R$ 16,2 milhões em 2009. O crescimento desta rubricas está associado à devolução de recursos de convênios recebidos pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde (UG/Gestão 257001 / 00001) e pela *Secretaria Executiva do Ministério da Integração (UG/Gestão 530001/00001), respectivamente nos valores* de R$ 1,8 milhão e R$ 1,5 milhão. Também contribuiu para o resultado a devolução de recursos de projetos financiados com recursos externos no valor de R$ 7,5 milhões que o Ministério do Meio Ambiente devolveu à COFIN/Secretaria do Tesouro Nacional (UG/Gestão 170500/00001).

3) Redução de 100% em Acréscimos Patrimoniais – Incorporação de Serviços de Terceiros. Em 2008, por determinação do TCU (decisão Nº 546/2002 DE 22/05/2002), A COFIN/Secretaria do Tesouro Nacional (UG/Gestão 170500/00001) emitiu a ordem bancária 2008OB900008 no valor de R$ 28 milhões para transferir recursos da conta Única do Tesouro Nacional para a Conta Única do INSS.

4) Aumento de 140% em *Acréscimos Patrimoniais – Incorporação de Custos Indiretos de Fabrica. Este item passou de* R$ 18,0 milhões em 2008 para R$ 43,3 milhões em 2009. O principal fator para o crescimento foi apropriação dos custos de produtos em processo no valor de R$ 33 milhões feita pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A. (UG/Gestão 113208/11506).

5) Aumento de 152% em Acréscimos Patrimoniais – Diferido: Este item passou de R$ 1,8 milhão em 2008 para R$ 4,8 milhões em 2009. As Indústrias Nucleares Do Brasil S/A (UG/Gestão 113206/11504), foram as principais responsáveis pela variação nessa rubrica.

6) Aumento de 90% em Ajuste de Bens, Valores e Créditos – Reavaliação de Títulos e Valores; Este item passou de R$ 4,2 bilhões em 2008 para R$ 8,0 bilhões em 2009. Este acréscimo está associado a *três itens: a) aumento da participação* da União em diversas empresas (por exemplo, Banco Do Brasil e Banco Nossa Caixa) contabilizado pela COREF/STN

(UG/Gestão 170510/00001); b) ajustes na carteira acionária do Fundo Garantidor das Exportações (UG/Gestão 170356/00001); c) ajustes no Fundo Soberano do Brasil (UG/Gestão 170474 / 00001).

Variações Passivas Orçamentárias

Nas Variações Passivas Orçamentárias estão consideradas:

a) Despesas, que representam a execução da dotação orçamentária, em cumprimento às determinações legais.

b) Interferências Passivas, que demonstram as Incorporações e Desincorporações de despesas e receitas entre as Unidades Gestoras, mantendo correlação com as Interferências Ativas descritas no subitem 5.2.4.1.

c) Mutações Passivas, que decorrem do registro de uma receita orçamentária na contabilização de um fato permutativo, com o objetivo de neutralizar um aumento indevido do Patrimônio Líquido.

Variações Passivas Extra-Orçamentárias

Na composição das Variações Passivas Extra-Orçamentárias são consideradas:

a) Interferências Passivas que refletem as Transferências de Bens e Valores entre as Unidades Gestoras, independentes da execução orçamentária, representadas pelas movimentações de Bens Móveis, Materiais de Consumo e Outros Valores; e

b) Decréscimos Patrimoniais que representam as variações ocorridas em função das Baixas de Créditos, Incorporação de Obrigações e ajustes correspondentes, incluindo as correções da Dívida Interna e Externa e as transferências do Resultado do Banco Central e da Dívida Pública. Nesse grupo, consta também o registro das baixas da reavaliação dos Bens Imóveis da União, inicialmente contabilizadas a maior. Para maior visibilidade dessas informações, detalham-se, abaixo, os itens que compuseram esses decréscimos.

TABELA 6-22 – VARIAÇÕES PASSIVAS
DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS A UNIÃO 2009 e 2008

R$ milhões

DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	VALOR		Variação (a-b)
	2009 (a)	2008 (b)	
Desincorporação de Ativos	1.213.419	984.787	228.633
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	69.468	54.771	14.697
Incorporação de Passivos	1.580.258	602.594	977.664
Ajustes de Obrigações	285.953	346.256	-60.303
Ajustes Monetários do Balanço	7	3	4
Resultado de Equivalência Patrimonial	17.661	5.030	12.631
Ajustes de Exercícios Anteriores	196.008	53.554	142.454
TOTAL	3.362.766	2.046.995	1.315.771

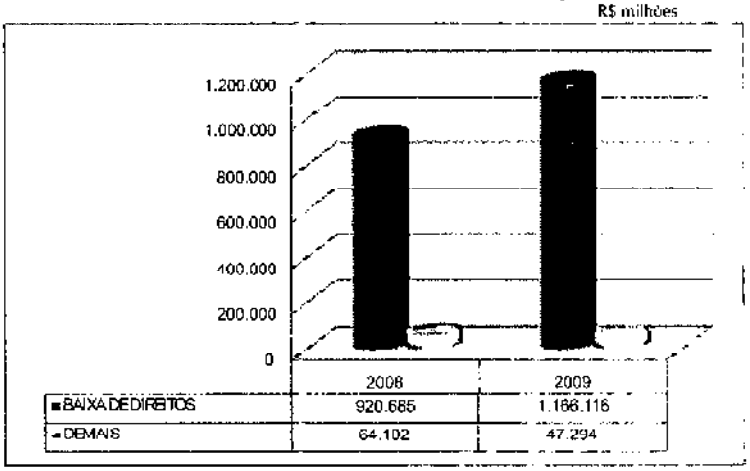
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Entre os Decréscimos Patrimoniais destacam-se a Desincorporação de Ativos, a Incorporação de Passivos e os Ajustes de Exercícios Anteriores.

A Desincorporação de Ativos é composta majoritariamente pela Baixa de Direitos.

FIGURA 6.22 – DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS - DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

R$ milhões

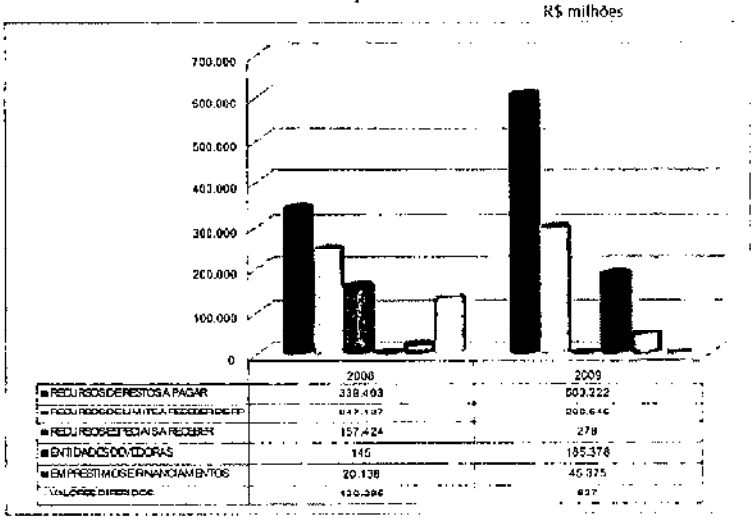


	2008	2009
■BAIXA DE DIREITOS	920.685	1.166.116
■DEMAIS	64.102	47.294

Os principais itens que afetaram a baixa de direitos foram os Recursos de Restos a Pagar, Recursos de Limite a Receber de RP, Recursos Especiais a Receber, Entidades Devedoras, Empréstimos e Financiamentos e os Valores Diferidos.

FIGURA6.23 – DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - BAIXA DE DIREITOS

R$ milhões



	2008	2009
■RECURSOS DE RESTOS A PAGAR	338.493	503.222
■RECURSOS DE LIMITE A RECEBER DE RP	442.137	500.646
■RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	157.424	278
■ENTIDADES DEVEDORAS	145	185.378
■EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	20.138	46.975
■VALORES DIFERIDOS	120.396	937

Maiores variações passivas em termos relativos.

A seguir são apresentadas as maiores variações passivas em termos relativos:

1) Aumento de 176% em Mutações Passivas – Baixa de Fornecedores a Receber – Ent. Industriais. Este item passou de R$ 108,9 milhões em 2008 para R$ 300,3 milhões em 2009. As unidades gestoras responsáveis pela maior parte da variação foram a Indústrias Nucleares do Brasil S/A (UG/Gestão 113206/11504), a Indústria De Material Bélico do Brasil (UG/Gestão 168003/ 16501) e Indústria De Material Bélico do Brasil/IMBEL (UG/Gestão 168008/16501), respectivamente com os valores de R$ 116,3 milhões, R$ 18,8 milhões e R$ 16,8 milhões.

2) Aumento de 1495% em Decréscimos Patrimoniais – Outras Baixas de Valores. Este item passou de R$ 129,0 milhões em 2008 para R$ 3,4 bilhões em 2009. Nas unidades gestoras 170504, 170505 e 170506 (responsáveis por controlar a execução orçamentária e financeira dos projetos financiados com recursos externos), ocorreram variações que

totalizam R$ 2 bilhões. As movimentações se deram principalmente na conta contábil 523160000 (Desincorporação de Disponibilidades), que registra, entre outros, a movimentação da Conta Especial (conta em moeda estrangeira, gerenciada pelo Tesouro Nacional e mantida no Banco do Brasil).

3) Aumento de 116% em Ajuste de Bens, Valores e Créditos – Ajustes de Créditos. Este item passou de R$ 30,0 bilhões em 2008 para R$ 64,9 bilhões em 2009. A variação não pode ser atribuída a uma única unidade gestora. Diversas UG's apresentaram oscilações que contribuíram para o aumento do saldo dessa rubrica.

4) Aumento de 171% Ajustes Monetários do Balanço. Este item passou de R$ 2,6 milhões em 2008 para R$ 7,2 milhões em 2009. Toda a variação se deu na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (UG/Gestão 275060/27208) e diz respeito à atualização financeira sobre valores a incorporar ao capital social da empresa.

5) Aumento de 251% em Resultado da Equivalência Patrimonial. Este item passou de R$ 5,0 bilhões em 2008 para R$ 17,6 bilhões em 2009. Todo o montante de R$ 17,6 bilhões foi contabilizado na COREF/STN (UG/Gestão 170510/00001) e diz respeito a ajustes da participação acionária da União em empresas (em especial no BNDES, Eletrobrás e EBCT) e fundos.

6) Redução de 95% em Ajustes de Exercícios Anteriores - Ajustes Financeiros. Este item passou de R$ 32,7 bilhões em 2008 para R$ 1,5 bilhão em 2009. Em 2008 ocorreram baixas de saldos na COFIN/STN (UG/Gestão 170500/00001) e na Coordenação Geral de Finanças do INSS no DF (510001/57202), respectivamente no valor de R$ 13,3 bilhões e de R$ 17,1 bilhões que não se repetiram em 2009.

7) Aumento de 864% em Ajustes de Exercícios Anteriores – Ajustes não Financeiros da Dívida Ativa. Este item passou de R$ 20,0 bilhões em 2008 para R$ 193,6 bilhões em 2009. Diversas UG's da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentaram oscilações que contribuíram para o aumento do saldo dessa rubrica. Destaque para a PGFN de São Paulo que totalizou um montante de R$ 144,4 bilhões entre ajustes no principal, juros, atualização monetária e multas da dívida ativa.

Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício, afetadas pelos fatos orçamentários e extra-orçamentários. Em 2009, registrou-se um déficit de R$ 105.824 milhões.

O Resultado Patrimonial observado na DVP é formado pelos resultados nas contas orçamentárias e extra-orçamentárias, no valor positivo de R$ 296.640 milhões e negativo de R$ 402.464 milhões, respectivamente.

TABELA 6-23 – RESULTADO PATRIMONIAL
DETALHAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS A UNIÃO – 2009 e 2008

R$ milhões

VARIAÇÕES LÍQUIDAS	VALOR		Variação (a-b)
	2009 (a)	2008 (b)	
Orçamentárias	296.640	154.472	142.168
Receitas - Despesas	110.260	(33.535)	143.795
Mutações Ativas - Passivas	186.380	188.007	(1.627)
Extra-Orçamentárias	(402.464)	85.140	(487.604)
Receitas - Despesas Extra-Orçamentárias	(1.410)	(473)	(937)
Acréscimos - Decréscimos Patrimoniais	(401.054)	85.613	(486.667)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(105.824)	239.612	(345.436)

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

ANEXOS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFSS

ADM. DIRETA, INDIRETA E FUNDOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (EXCETO FUNDOS)
AUTARQUIAS
EMPRESAS PÚBLICAS
FUNDAÇÕES
FUNDOS
FUNDOS (DIRETA)
FUNDOS (INDIRETA)
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOESPATRIMONIAIS - CFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	2.290.405.136.822,86	1.884.526.346.493,83	ORCAMENTARIAS	1.993.765.477.354,71	1.430.054.393.070,48
RECEITAS CORRENTES	802.928.377.683,71	679.356.564.860,43	DESPESAS CORRENTES	818.456.883.328,23	732.491.285.804,37
RECEITA TRIBUTARIA	252.938.732.139,97	268.503.005.138,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	154.925.363.327,22	134.153.597.525,92
RECEITA DE CONTRIBUICOES	399.268.449.785,52	381.319.117.017,96	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	124.609.209.323,98	110.193.488.727,45
RECEITA PATRIMONIAL	60.056.608.342,64	53.809.242.148,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	526.171.843.507,16	477.292.410.459,66
RECEITA AGROPECUARIA	22.058.188,83	22.495.489,82	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	12.760.466.169,84	10.851.789.091,34
RECEITA INDUSTRIAL	574.505.984,94	504.445.899,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.140.955.645,24	10.330.078.953,67
RECEITA DE SERVICOS	35.041.727.312,47	30.843.481.905,63	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	609.570.524,60	521.712.137,67
OUTRAS TRANSFERENCIAS	167.505.797,45	202.881.463,39	DESPESAS DE CAPITAL	597.914.530.054,10	526.349.947.106,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.701.823.631,40	34.518.464.468,13	INVESTIMENTOS	45.811.087.793,75	39.183.487.715,12
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	11.137.966.726,39	5.533.431.508,78	INVERSOES FINANCEIRAS	33.087.706.558,86	40.038.832.817,60
RECEITA TRIBUTARIA	997.369,13	771.972,45	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	517.911.999.543,90	448.969.779.840,05
RECEITA DE CONTRIBUICOES	10.925.385.445,27	9.342.810.400,32	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.103.736.167,68	1.067.871.635,48
RECEITA PATRIMONIAL	6.933.756,56	3.178.693,50	INVESTIMENTOS	27.672.904,51	27.057.731,20
RECEITA INDUSTRIAL	143.280.449,56	133.822.859,19	INVERSOES FINANCEIRAS	1.065.063.263,17	1.070.813.904,20
RECEITA DE SERVICOS	41.117.340,24	45.276.596,11	MUTACOES PASSIVAS	577.394.064.172,32	471.213.166.167,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.252.385,53	7.471.027,39	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	76.536.212.576,99	45.342.750.331,85
RECEITAS DE CAPITAL	740.423.275.212,29	462.094.424.831,08	ALIENACAO DE BENS	50.881.101,23	31.399.616,70
OPERACOES DE CREDITO	497.740.866.915,16	409.521.527.976,18	LIQUIDACAO DE CREDITOS	73.594.217.891,82	41.807.561.134,71
ALIENACAO DE BENS	478.056.247,70	1.049.355.961,39	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	1.897.082.884,63	2.140.583.200,18
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	25.984.804.797,35	20.173.377.622,00	BAIXA DE FORNECA RECEBER - ENT.COMERCIA	692.804.452,67	1.254.323.100,28
OUTRAS TRANSFERENCIAS	88.783.126,79	371.736.635,55	BAIXA DE FORNECA RECEBER - ENT.INDUSTRI	300.356.046,74	109.905.180,97
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	216.127.742.125,27	30.978.426.636,93	INCORPORACOES DE PASSIVOS	500.857.824.495,33	425.870.414.826,01
DEDUCOES DA RECEITA	-16.720.628.454,51	-19.144.605.959,31	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	3.365.427.814.842,86	2.049.881.577.313,26
MUTACOES ATIVAS	763.774.114.181,37	559.219.960.761,63	DESPESAS EXTRA ORCAMENTARIAS	2.691.656.744,00	2.886.561.084,25
INCORPORACOES DE ATIVOS	57.094.628.959,31	58.219.040.240,25	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.317.015.444,05	1.635.061.798,72
AQUISICOES DE BENS	16.006.468.767,35	12.370.002.780,28	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	323.271.129,22	1.014.129.581,63
INCORPORACAO DE CREDITOS	37.481.237.534,69	45.392.579.611,47	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	21.370.170,13	37.369.673,70
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	592.503.034,24	444.010.408,69	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.362.765.958.098,80	2.046.995.416.228,01
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	9.418.002,83	12.347.440,43	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.213.410.233.087,58	984.787.028.825,54
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	706.673.485.222,06	601.000.920.521,28	BAIXA DE BENS IMOVEIS	11.281.812.376,61	13.618.787.545,86
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	2.962.964.088.240,51	2.135.021.700.507,49	BAIXA DE BENS MOVEIS	12.978.370.630,72	14.639.471.508,95
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.252.071.980,83	2.413.677.343,76	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	6.245.738,96	3.972.511,77
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.054.501.393,56	2.096.198.869,07	BAIXA DE TITULOS E VALORES	3.438.469.696,39	25.777.928.113,50
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	197.570.587,27	317.478.474,69	OUTRAS BAIXAS DE VALORES	2.058.119.254,80	129.007.940,29
INTERFERENCIAS ATIVAS	0,00	246,67	BAIXA DE DIREITOS	1.165.119.918.547,26	920.684.483.194,16
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00	246,67	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	17.531.306.592,13	9.734.161.711,01
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.961.712.016.259,68	2.132.605.022.917,07	AJUSTES DE BENS VALORES E CREDITOS	69.468.005.869,84	94.771.031.439,10
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.876.036.821.002,27	1.198.860.308.434,15	DESVALORIZACAO DE BENS	1.930.415.210,60	13.186.412.096,79
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	11.397.026.621,71	21.017.267.171,70	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	2.387.520.726,70	11.310.925.404,12
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	6.597.747.855,75	12.638.406.297,55	AJUSTES DE CREDITOS	64.912.040.050,26	30.069.018.752,96
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	4.824.672,39	9.734.161,01	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	237.983.897,18	205.374.960,23

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	2.614.949.754,94	35.818.943.949,12	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.580.256.426.509,64	602.584.495.245,51
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	0,00	28.094.252,05	AJUSTES DE OBRIGACOES	265.953.266.106,35	346.255.950.967,32
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	10.977.798.471,60	6.271.698.950,04	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	7.254.431,90	2.672.574,24
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.842.484.242.253,16	1.123.534.945.172,67	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	17.550.875.556,51	5.030.049.056,58
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	40.345.967,95	18.032.113,33	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	196.007.834.416,58	53.553.878.224,72
DIFERIDO	4.885.556,72	1.939.945,80	AJUSTES FINANCEIROS	1.553.189.225,13	32.732.225.370,16
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	126.235.379.593,27	153.221.932.057,47	AJUSTES NAO FINANCEIROS	816.703.432,21	735.405.534,95
REAVALIACOES DE BENS	5.872.684.886,17	20.886.059.553,23	AJUSTES NAO FINANCEIROS DA DIVIDA ATIVA	193.637.941.761,24	20.086.247.319,59
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	8.001.950.481,55	4.206.743.301,17	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	239.611.676.617,58
AJUSTES DE CREDITOS	111.135.934.104,90	127.378.955.298,58	SUPERAVIT	0,00	239.611.676.617,58
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	228.810.120,85	150.173.915,52			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	629.628.054.452,05	615.167.972.162,67			
AJUSTES DE OBRIGACOES	111.112.251.511,46	104.197.507.232,59			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	633.263,57	2.968.000,06			
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	23.941.737.104,14	26.322.532.764,71			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	194.752.939.332,97	34.205.185.365,85			
AJUSTES FINANCEIROS	1.414.283.662,14	15.368.298.332,82			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	800.275.014,87	1.465.436.156,33			
AJUSTES NAO FINANCEIROS DA DIVIDA ATIVA	192.538.380.655,96	16.371.450.876,98			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00	1.618.869,53			
RESULTADO PATRIMONIAL	105.824.067.334,14	0,00			
DEFICIT	105.824.067.334,14	0,00			
VARIACOES ATIVAS	5.359.193.292.397,51	4.019.548.047.001,32	VARIACOES PASSIVAS	5.359.193.292.397,51	4.019.548.047.001,32

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - DFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	4.949.309.091.001,66	3.901.239.031.509,41	ORCAMENTARIAS	4.900.592.381.149,66	3.936.908.273.614,85
RECEITAS CORRENTES	575.717.150.489,40	571.761.274.421,38	DESPESAS CORRENTES	458.086.477.130,09	419.519.405.166,21
RECEITA TRIBUTARIA	248.589.561.641,06	264.452.934.369,32	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	107.665.807.757,81	94.407.586.332,08
RECEITA DE CONTRIBUICOES	207.417.170.637,66	210.280.147.444,85	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	124.588.435.806,43	110.140.633.748,23
RECEITA PATRIMONIAL	47.167.366.344,57	39.314.181.483,49	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	218.314.255.620,07	208.327.482.855,37
RECEITA AGROPECUARIA	576.805,15	306.263,32	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	7.517.977.915,78	6.643.775.728,93
RECEITA DE SERVICOS	25.022.980.381,57	21.462.300.714,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.324.011.884,55	6.481.970.819,95
OUTRAS TRANSFERENCIAS	99.512.800,41	87.561.761,88	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	193.966.031,23	161.804.909,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	35.477.352.277,15	27.092.061.672,70	DESPESAS DE CAPITAL	545.853.240.772,23	482.179.965.225,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	10.952.526.511,83	9.301.780.490,93	INVESTIMENTOS	23.448.704.136,87	18.607.633.047,63
RECEITA TRIBUTARIA	704.397,04	485.648,02	INVERSÕES FINANCEIRAS	3.490.629.968,07	14.742.475.124,59
RECEITA DE CONTRIBUICOES	10.923.389.296,33	9.342.810.460,32	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	517.855.470.213,30	446.812.831.946,92
RECEITA PATRIMONIAL	5.183.982,20	1.461.511,63	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.058.436.373,99	16.925.206,86
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	66.685,60	INVESTIMENTOS	32.481.919,44	16.925.206,86
RECEITA DE SERVICOS	13.175.070,50	14.192.423,57	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.026.954.424,55	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.587.765,76	2.763.761,79	INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.335.405.400.811,71	2.577.718.632.410,32
RECEITAS DE CAPITAL	734.568.107.606,42	457.208.123.850,29	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.323.910.884.617,63	2.567.631.429.192,82
OPERACOES DE CREDITO	497.635.172.969,06	409.437.852.721,82	COTA CONCEDIDA	1.332.930.586.791,36	1.191.349.307.606,54
ALIENACAO DE BENS	323.173.638,11	992.810.899,41	REPASSE CONCEDIDO	518.940.284.457,37	923.221.027.954,87
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTO	20.462.186.880,79	16.843.030.764,12	SUB-REPASSE CONCEDIDO	370.316.129.680,31	191.697.821.774,01
OUTRAS TRANSFERENCIAS	23.360.116,03	307.933.174,50	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	249.051.115.230,36	33.085.121.455,20
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	216.123.134.402,43	29.757.053.400,44	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAL	152.612.767.298,27	228.278.145.242,20
DEDUCOES DA RECEITA	-15.708.030.517,01	-15.202.116.885,55	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	11.494.515.104,08	10.088.201.267,50
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.956.473.408.222,97	2.282.298.987.005,69	MUTACOES PASSIVAS	361.247.202.415,65	457.469.348.612,42
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.944.979.092.028,89	2.272.310.782.718,18	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	64.909.358.119,69	35.577.573.360,40
COTA RECEBIDA	1.332.990.486.751,38	1.191.349.307.696,54	ALIENACAO DE BENS	6.319.615,69	13.311.562,72
REPASSE RECEBIDO	56.341.484.694,35	529.858.281.903,30	LIQUIDACAO DE CREDITOS	64.900.438.313,80	35.564.261.915,68
SUB-REPASSE RECEBIDO	870.316.29.830,31	191.697.821.774,01	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	0,00	1.882,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	225.844.448.416,52	7.233.391.001,38	INCORPORACOES DE PASSIVOS	196.277.904.215,96	421.911.764.432,02
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	458.485.342.296,33	251.910.980.343,26	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	5.729.603.738.710,36	3.075.823.564.030,21
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	11.494.516.194,08	10.088.204.267,50	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	469.264.321,83	218.421.342,54
MUTACOES ATIVAS	868.216.847.790,39	805.112.762.817,60	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	469.264.321,83	218.421.342,54
INCORPORACOES DE ATIVOS	19.701.445.186,44	27.878.067.160,65	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.196.066.761.596,81	1.390.199.141.794,76
AQUISICOES DE BENS	8.106.495.828,77	6.818.724.726,82	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	172.145.000.541,46	5.786.324.252,35
INCORPORACAO DE CREDITOS	11.592.460.490,22	21.017.936.366,57	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	60.173.402.946,85	43.050.559.846,96
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	5.800,00	203.294,60	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	1.353.748.358.115,50	1.341.360.271.605,45
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	1.483.067,45	1.202.752,76	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.133.067.712.851,72	1.685.405.881.582,91
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	578.557.402.603,94	577.314.655.656,95	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.970.543.879.137,58	699.475.812.506,44
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	5.534.430.275.064,01	3.264.567.795.782,95	BAIXA DE BENS IMOVEIS	3.654.960.110,07	7.043.944.856,83
RECEITAS EXTRAORCAMENTARIAS	0,00	7.162.537,46	BAIXA DE BENS MOVEIS	9.844.678.119,66	12.128.731.295,87
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	0,00	7.162.537,46	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	1.457.543,86	381.485,09
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.739.343.000.000,00	1.388.141.959.489,96	BAIXA DE TITULOS E VALORES	2.675.450.648,23	8.899.791.159,05

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	572.555.395.690,86	8.217.775.445,58	OUTRAS BAIXAS DE VALORES	1.992.195.341,00	127.801.979,65
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	243.098.495.361,91	18.557.523.439,56	BAIXA DE DIREITOS	1.910.645.826.042,63	061.541.370.915,94
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	1.983.659.997.812,39	1.363.352.656.601,44	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	17.531.306.592,13	9.734.181.711,01
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	2.735.148.990.198,86	1.876.352.697.758,51	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	26.157.176.643,97	30.352.041.752,44
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.706.500.304.654,78	1.069.351.403.032,69	DESVALORIZACAO DE BENS	657.880.396,15	9.300.201.657,38
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	5.556.214.502,77	14.750.911.241,50	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	1.093.918.591,11	4.828.227.016,03
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	5.649.238.969,55	9.971.957.070,43	AJUSTES DE CREDITOS	24.369.786.346,14	16.223.613.079,03
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	22.981,00	160.008,88	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	25.533.348,27	0,00
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	1.875.922.552,15	5.884.620.342,73	INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.531.933.782.944,70	569.066.900.907,59
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	2.529.971.579,84	193.207.776,64	AJUSTES DE OBRIGACOES	285.575.884.220,07	345.682.402.388,45
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.690.889.123.345,98	1.038.630.058.142,67	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	17.660.875.646,61	5.030.042.056,58
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	910.723,39	466.449,75	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	195.196.166.248,78	35.798.775.391,41
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	90.046.177.987,36	116.338.611.231,42	AJUSTES FINANCEIROS	1.411.685.637,30	15.537.518.225,10
REAVALIACOES DE BENS	5.997.516.444,10	16.715.694.374,39	AJUSTES NAO FINANCEIROS	146.338.910,25	175.015.846,72
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	1.301.405.783,36	1.227.171.822,23	AJUSTES NAO FINANCEIROS DA DIVIDA ATIVA	193.637.941.741,24	20.086.247.319,59
AJUSTES DE CREDITOS	82.595.163.674,26	98.312.257.128,96	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	153.014.990.647,20
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	152.502.085,64	123.467.905,84	SUPERAVIT	0,00	153.014.990.647,20
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	810.205.498.399,53	527.734.327.235,16			
AJUSTES DE OBRIGACOES	110.527.452.954,74	103.856.883.042,11			
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	23.941.137.104,14	26.692.532.784,71			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	193.924.419.098,21	32.429.100.432,42			
AJUSTES FINANCEIROS	1.382.319.613,17	15.523.582.906,26			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	4.118.829,08	14.065.649,26			
AJUSTES NAO FINANCEIROS DA DIVIDA ATIVA	192.538.180.655,96	16.871.450.876,90			
RESULTADO PATRIMONIAL	146.426.49.864,37	0,00			
DEFICIT	146.426.49.864,37	0,00			
VARIACOES ATIVAS	10.830.196.19.930,04	7.165.718.627.292,36	VARIACOES PASSIVAS	10.830.198.119.910,04	7.165.746.827.202,36

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - DFSS
SUBTÍTULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
09/03/2010	1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTÁRIAS	595.677.332.794,38	519.371.723.036,81	ORÇAMENTÁRIAS	345.244.130.321,63	337.942.282.750,11
RECEITAS CORRENTES	204.035.415.443,92	185.373.000.919,09	DESPESAS CORRENTES	319.892.410.441,54	278.834.182.594,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.021.902.742,54	4.016.982.378,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.092.215.348,63	33.546.519.355,38
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	188.524.346.400,09	167.591.531.049,81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.774.086,55	52.854.579,22
RECEITA PATRIMONIAL	3.758.361.887,39	5.028.971.630,37	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	274.686.939.134,02	242.054.041.189,68
RECEITA AGROPECUÁRIA	21.479.283,68	21.189.228,50	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	5.192.481.875,34	4.179.967.130,66
RECEITA INDUSTRIAL	526.671.653,57	451.783.151,85	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.810.111.579,47	3.843.460.980,66
RECEITA DE SERVIÇOS	1.884.311.035,55	2.121.544.746,07	*OUTRAS DESPESAS CORRENTES*	382.370.296,87	336.506.149,89
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	48.050.053,43	80.707.626,02	DESPESAS DE CAPITAL	20.484.590.311,84	18.992.413.318,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.215.365.203,41	5.414.973.898,74	INVESTIMENTOS	10.302.486.161,90	15.471.866.589,36
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	34.676.184,29	31.317.210,16	INVERSÕES FINANCEIRAS	6.080.354.675,65	3.346.758.629,76
RECEITA TRIBUTÁRIA	247.702,09	288.224,43	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	98.529.331,60	156.918.099,13
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	16.148,94	0,00	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	45.218.141,69	16.880.106,72
RECEITA PATRIMONIAL	1.241.631,61	1.601.116,08	INVESTIMENTOS	5.109.311,07	10.125.502,52
RECEITA INDUSTRIAL	5.982.243,44	4.486.600,14	INVERSÕES FINANCEIRAS	40.108.826,62	6.754.604,20
RECEITA DE SERVIÇOS	23.020.862,58	23.279.010,93	*INTERFERÊNCIAS PASSIVAS*	40.723.609.476,57	32.544.079.844,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.727.596,09	1.664.358,58	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	40.723.609.476,57	32.544.079.534,90
RECEITAS DE CAPITAL	202.409.221,44	101.239.505,51	REPASSE CONCEDIDO	1.626.744.881,58	1.375.934.415,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	216.378,45	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	27.540.794.399,91	20.755.758.849,55
ALIENAÇÃO DE BENS	145.689.454,30	54.915.614,53	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	0,00	28.979,17
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTO	1.526.759,42	1.119.472,03	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	4.707.772.590,09	4.299.806.178,49
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	54.926.629,27	46.158.042,11	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	6.848.297.604,98	4.112.508.112,68
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	49.376,84	CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS	0,00	309,63
DEDUÇÕES DA RECEITA	-788.312.550,37	-861.857.745,14	MUTAÇÕES PASSIVAS	8.043.520.081,68	9.572.616.437,75
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	357.381.416.192,94	308.806.044.035,00	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.634.340.561,34	4.730.442.774,56
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	357.381.416.192,94	308.806.041.525,37	ALIENAÇÃO DE BENS	41.551.211,34	17.787.857,98
REPASSE RECEBIDO	321.321.611.520,67	277.581.727.169,44	LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	79.056.761,90	2.360.285.011,74
SUB-REPASSE RECEBIDO	27.540.794.399,91	20.755.758.849,55	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA	709.791.711,72	1.136.511.871,26
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	0,00	28.979,17	BAIXA DE FONALCA A RECEBER - ENT COMERCIA	518.315.115,15	1.083.481.334,63
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.674.918.304,89	5.501.045.441,58	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT INDUSTRI	294.215.738,23	102.376.548,95
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	4.844.063.987,47	4.777.441.085,60	INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS	4.409.179.520,34	3.842.173.663,22
CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS	0,00	3.309,63	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	702.447.580.726,45	647.964.508.149,00
MUTAÇÕES ATIVAS	34.656.452.486,45	26.161.295.522,35	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	126.596.671,36	776.103.243,88
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	13.890.989.993,18	8.331.870.305,32	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	105.018.401,22	738.733.620,16
AQUISIÇÕES DE BENS	10.375.917.271,28	5.07.452.128,64	*DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS*	21.570.170,13	37.369.623,70
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	3.406.825.491,05	2.885.465.313,46	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	513.019.716.305,48	350.088.512.502,07
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORAÇÃO	101.712.294,67	61.817.175,53	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.571.269.821,98	1.647.070.902,74
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	7.534.935,38	1.144.687,67	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	265.349.901.201,41	3.015.325.435,92
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	20.965.482.493,27	18.130.416.217,03	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	345.097.547.275,09	345.405.117.383,41
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	525.715.966.255,21	519.611.822.433,27	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	[illegible]	[illegible]
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.018.870.646,81	2.121.675.394,46	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	193.127.130.938,65	241.473.849.947,15
RECEITAS DE ENTIDADES CONCORRID	*829.297.890,33*	*1.999.799.952,41*	BAIXA DE BENS IMÓVEIS	7.572.102.451,44	5.740.622.982,10

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO -INDIRETA(EXCETO FUNDOS)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOESPASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	191.522.946,48	311.665.442,05	BAIXA DE BENS MOVEIS	2.948.796.406,26	2.327.322.833,49
INTERFERENCIAS ATIVAS	355.143.109.373,07	332.872.543.984,29	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	4.748236,10	3.384.631,68
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.571.243.633,47	1653.390.524,76	BAIXA DE TITULOS E VALORES	514.787.362,04	1.324.194.176,95
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	23.421.579.122,82	2163.143.561,72	OUTRAS BAIXAS DE VALORES	65.923813,69	1.197.960,64
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	330.128.288.616,98	329056.009.877,61	BAIXA DE DIREITOS	92 071.272561,92	231.057.427.462,29
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	189.571.036.215,41	184622.603.055,02	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	37.055.459721,98	14.390.418.889,95
INCORPORACOES DE ATIVOS	127.401.343.087,50	71488.424.340,32	DESVALORIZACAO DE BENS	1.262.524902,15	3.886.109,888,70
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	5.754.871.157,08	6234.363.063,19	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	218637,53	167.356,98
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	2.641.766.835,26	1896.215.537,57	AJUSTES DE CREDITOS	35.620.265873,39	10.298.246.455,06
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	1.801.591,39	8.624.138,75	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	212.450508,01	205.174.890,23
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	171.660.960,33	955.067.939,13	INCORPORACAO DE PASSIVOS	37.844.581.704,51	22.948.312.711,16
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	0,00	28.094.252,15	AJUSTES DE OBRIGACOES	374.401246,60	570.197,938,37
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	0,00	68.202,50	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	7.254431,90	2.472.674,24
INCORPORACAO DE DIREITOS	118.767.293.081,22	82347.561.983,39	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	802.847797,98	17.733.830.353,16
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	41.123.905,52	16.448.678,14	AJUSTES FINANCEIROS	140.167621,64	17.187.348.750,12
DIFERIDO	1.885.556,72	1.939.945,83	AJUSTES NAO FINANCEIROS	662.680176,34	545.881.613,04
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	24.817.349 130,27	28540.309.138,29	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	53.088.554.565,47
REAVALIACOES DE BENS	860.484.633,52	4.168 522.910,21	SUPERAVIT	0,00	53.088.554.565,47
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	323.001,12	202.758,14			
AJUSTES DE CREDITOS	23.956.603.002,34	24360.768.759,21			
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	69.837.893,29	20.414.710,23			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	16.371.750.872,80	82.465.405.074,53			
AJUSTES DE OBRIGACOES	581.796.558,72	340.824.190,16			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	803.263,57	2.968.000,90			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	353.961.304,55	1.784.671.311,10			
AJUSTES FINANCEIROS	31.479.629,82	333.301.901,73			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	362.491.874,73	1.451.369.507,47			
RESULTADO PATRIMONIAL	4.298.822.022,41	0,00			
DEFICIT	4.298.822.022,41	0,00			
VARIACOES ATIVAS	1.125.662.111.052,08	1.038.996.545.470,58	VARIACOES PASSIVAS	1.125.662.111052,08	1.038.996545.470,58

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - DFSS
SUBTITULO	UNIAO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	546.629.699.567,60	484.078.778.607,19	ORCAMENTARIAS	345.680.004.796,04	303.001.053.861,45
RECEITAS CORRENTES	202.021.684.930,12	180.944.403.042,79	DESPESAS CORRENTES	297.150.361.196,31	260.099.053.271,88
RECEITA TRIBUTARIA	4.021.932.589,54	4.010.983.108,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.925.666.741,45	23.514.396.284,94
RECEITA DE CONTRIBUICOES	188.482.631.874,53	167.593.531.049,61	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.670.247,58	28.317.378,54
RECEITA PATRIMONIAL	3.731.274.675,23	5.531.624.452,69	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	265.951.616.432,60	234.447.818.609,49
RECEITA AGROPECUARIA	6.278.240,91	6.775.756,50	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	3.270.427.776,67	2.708.330.998,91
RECEITA INDUSTRIAL	75.141.330,14	64.696.004,05	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.062.002.808,26	2.505.147.621,17
RECEITA DE SERVICOS	1.283.094.077,37	1.523.429.129,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	208.424.968,41	203.183.377,74
OUTRAS TRANSFERENCIAS	31.819.472,06	74.679.490,36	DESPESAS DE CAPITAL	17.687.372.337,37	13.937.947.118,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.881.451.633,85	5.122.318.953,44	INVESTIMENTOS	14.728.950.799,17	11.290.662.980,24
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.131.036,49	18.266.097,89	INVERSOES FINANCEIRAS	3.141.096.641,86	2.570.605.363,93
RECEITA TRIBUTARIA	247.702,09	266.924,43	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	12.473.486,04	76.218.356,35
RECEITA DE CONTRIBUICOES	403,23	0,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	4.651.411,30	1.200.419,29
RECEITA PATRIMONIAL	554.333,32	751.009,20	INVESTIMENTOS	2.672.411,30	54.319,25
RECEITA INDUSTRIAL	1.726.935,17	2.441.644,76	INVERSOES FINANCEIRAS	2.179.000,00	1.176.100,00
RECEITA DE SERVICOS	1.448.585,99	8.879.826,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	30.062.031.196,10	23.692.850.436,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.154.076,69	3.907.193,50	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	30.062.031.196,10	23.692.847.228,96
RECEITAS DE CAPITAL	101.471.955,72	40.407.949,01	REPASSE CONCEDIDO	1.046.242.386,49	955.637.151,69
ALIENACAO DE BENS	91.497.903,07	38.868.286,62	SUB-REPASSE CONCEDIDO	18.506.354.115,17	15.445.356.212,75
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	1.576.759,42	1.114.794,68	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	6.280.674.533,93	3.980.229.370,36
OUTRAS TRANSFERENCIAS	447.293,23	375.490,87	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.248.760.160,51	3.311.611.494,16
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	49.376,84	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	0,00	3.207,30
DEDUCOES DA RECEITA	-756.114.012,83	-840.041.975,27	MUTACOES PASSIVAS	580.220.064,26	4.691.183.034,94
INTERFERENCIAS ATIVAS	323.041.896.553,46	283.753.803.736,11	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	147.263.425,41	2.438.535.849,19
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	323.041.896.553,46	283.753.800.530,81	ALIENACAO DE BENS	15.789.587,49	8.469.126,67
REPASSE RECEBIDO	297.031.517.526,26	258.961.540.352,82	LIQUIDACAO DE CREDITOS	49.533.541,76	2.363.983.801,30
SUB-REPASSE RECEBIDO	18.501.354.115,17	19.446.256.212,75	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	172.367,47	316.787,03
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.089.905.516,22	5.030.025.243,80	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT.COMERCIA	1.025.554,38	585.345,89
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.411.174.395,81	4.326.878.721,36	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT INDUSTRI	75.742.174,31	65.160.766,25
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	0,00	3.207,30	INCORPORACOES DE PASSIVOS	417.956.538,85	2.252.057.185,35
MUTACOES ATIVAS	22.201.760.141,13	17.180.235.852,55	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	677.155.132.934,02	609.276.011.602,28
INCORPORACOES DE ATIVOS	8.191.685.160,17	5.064.648.475,58	INTERFERENCIAS PASSIVAS	531.545.471.515,44	338.475.696.987,01
AQUISICOES DE BENS	5.541.081.417,46	2.755.532.348,26	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.357.753.368,94	1.517.464.168,63
INCORPORACAO DE CREDITOS	2.654.784.197,49	2.309.089.877,50	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	200.225.467.776,10	2.470.854.476,41
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	39.545,22	26.248,40	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	329.962.250.470,40	334.488.408.342,95
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	14.001.874.980,96	12.115.587.376,99	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	145.610.661.318,58	270.799.354.615,27
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	471.344.442.092,24	486.083.582.842,25	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	82.374.049.510,84	224.976.454.366,54
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	220.666.480,79	64.925.557,41	BAIXA DE BENS IMOVEIS	7.001.179.557,23	5.401.409.610,68
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	141.892.033,68	0,00	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.533.267.849,66	965.149.332,36
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	77.774.447,11	64.925.557,41	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	4.438.845,50	13.434,45
INTERFERENCIAS ATIVAS	334.341.094.243,05	321.224.133.746,88	BAIXA DE TITULOS E VALORES	442.700.215,23	1.288.851.269,71
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.351.148.166,59	1.023.748.973,27	OUTRAS BAIXAS DE VALORES	65.923.465,89	0,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - DFSS
SUBTITULO	UNMO - AUTARQUIAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2011	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	17.408.901.728,37	1.738.583.746,14	BAIXA DE DIREITOS	73.526.539.159,33	217.317.000.721,34
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	345.581.044.345,79	317.961.791.027,47	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	36.743.602.124,96	10.968.220.661,45
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	136.776.581.368,40	163.794.523.537,08	DESVALORIZACAO DE BENS	1.237.017.128,34	3.858.704.835,68
INCORPORACOES DE ATIVOS	99.122.370.636,77	58.269.274.994,87	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	108.170,33	34.074,20
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	4.368.122.439,76	3.970.423.282,05	AJUSTES DE CREDITOS	35.505.566.129,76	10.109.481.751,57
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.151.988.962,43	872.080.697,96	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	890.396,53	0,00
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	917.251,41	5.296.459,84	INCORPORACAO DE PASSIVOS	26.472.698.153,49	14.520.387.656,95
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	132.424.434,65	917.792.450,95	AJUSTES DE OBRIGACOES	526.169,60	157.696.464,12
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	0,00	26.094.252,05	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	19.783.359,49	17.176.595.254,21
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	0,00	88.202,90	AJUSTES FINANCEIROS	11.919.319,08	17.163.551.917,40
INCORPORACAO DE DIREITOS	93.467.917.528,50	50.875.494.649,12	AJUSTES NAO FINANCEIROS	7.864.040,41	13.033.336,81
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	24.626.492.248,30	28.140.735.390,72	RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	56.865.255.985,71
REAVALIACOES DE BENS	806.160.235,62	4.181.033.786,23	SUPERAVIT	0,00	56.865.255.985,71
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	62.811,14	90.907,73			
AJUSTES DE CREDITOS	23.825.269.401,54	24.059.610.699,67			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	12.491.723.333,98	79.161.872.148,33			
AJUSTES DE OBRIGACOES	504.939.227,99	308.919.196,63			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.156.021,42	13.721.804,35			
AJUSTES FINANCEIROS	25.713.047,71	727.103,51			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	2.442.973,71	12.994.700,81			
RESULTADO PATRIMONIAL	4.850.996.070,22	0,00			
DEFICIT	4.850.996.070,22	0,00			
VARIACOES ATIVAS	1.022.816.137.730,06	969.162.361.449,44	VARIACOES PASSIVAS	1.022.816.137.730,06	969.162.361.449,44

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOESPATRIMONIAIS - DFSS
SUBTÍTULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	19.995135.157,06	11.171.632.780,95	ORCAMENTARIAS	19.772.016.234,82	11.896 503.925,03
RECEITAS CORRENTES	793711.003,49	367.472.203,10	DESPESAS CORRENTES	4.196.454.440,28	3.339 778.397,21
RECEITA DE CONTRIBUICOES	41734.525,55	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.181.565.685,91	1.788.548.761,82
RECEITA PATRIMONIAL	462843.773,30	25.813.295,56	JUROS E ENCARGOSDA DIVIDA	7.851.939,24	6.185.353,73
RECEITA AGROPECUARIA	15108.108,65	16.283.499,03	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.549.394.028,05	1.260.338.029,28
RECEITA INDUSTRIAL	58580.742,73	24.276.110,76	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	457.642.747,08	264.422.252,09
RECEITA DE SERVICOS	123561.798,67	113.912.790,04	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	418.541.265,50	241.615.575,75
OUTRAS TRANSFERENCIAS	4663.106,91	4.069.957,40	OUTRAS DESPESASCORRENTES	39.101.481,58	22.806.676,63
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	82418.494,90	80.095.074,36	DESPESAS DE CAPITAL	5.312.130.377,67	2.458.735.661,46
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	5820.452,78	4.025.475,27	INVESTIMENTOS	2.327.026 259,71	1.086.305.830,46
RECEITA DE CONTRIBUICOES	15.745,71	0,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	2.930.980.435,06	738.041.120,79
RECEITA PATRIMONIAL	710.824,62	837.953,74	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	20.064 573,79	15.940.161,95
RECEITA INDUSTRIAL	5851.287,07	2 039.528,28	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	38.459.109,15	14.390.548,29
RECEITA DE SERVICOS	78.230,47	589.382,24	INVESTIMENTOS	529 260,53	5.812.044,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	164.364,91	558.611,01	INVERSÕES FINANCEIRAS	37.929 828,62	5.578.504,20
RECEITAS DE CAPITAL	65366.649,91	55.509.262,10	INTERFERENCIAS PASSIVAS	6.004.630.029,87	2.998.949.591,56
OPERACOES DE CREDITO	246.378,45	0,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	6.004.630.029,87	2.998.949.489,23
ALIENACAO DE BENS	38056.521,86	12.879.624,24	REPASSE CONCEDIDO	41.111.034,47	15.564.966,01
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	0,00	1.677,36	SUB-REPASSE CONCEDIDO	5.945.678.776,31	2.965.847.847,79
OUTRAS TRANSFERENCIAS	47065.749,50	43.827.960,54	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	0,00	28.978,17
DEDUCOES DA RECEITA	-10004.903,85	-8.910.726,87	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	12 220.217,56	831.918,70
INTERFERENCIAS ATIVAS	12.822471.759,15	5.978.189.772,58	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	5.620.001,51	16.835.777,56
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	12.822471.759,15	5.978 189.670,25	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	0,00	102,33
REPASSE RECEBIDO	6.861260.211,61	3.998.922.289,99	MUTACOES PASSIVAS	4.259 803.417,00	3.101.077.274,80
SUB-REPASSERECEBIDO	5.945678.776,31	2.965 847.847,79	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	892.817.142,73	1.700.442.472,88
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	0,00	28.978,17	ALIENACAO DE BENS	11.562.247,16	5.013.132,59
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	14946.535,55	2.170.336,72	LIQUIDACAO DE CREDITOS	11.666.562,03	9.011 490,22
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	567.075,68	12.220.217,56	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	262.389.935,65	744.300 073,87
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	0,00	102,33	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT.COMERCIA	354.941.496,46	941.773.121,01
MUTACOES ATIVAS	6.303568.548,36	3.877.372 278,81	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT.INDUSTR	52.256.601,38	1 655,24
INCORPORACOES DE ATIVOS	3.626768.428,61	1.317.350.871,72	INCORPORACOES DE PASSIVOS	3.655.986.274,27	1.400.634 801,02
AQUISICOES DE BENS	3.675321.341,75	1.391 631 391,74	RESULTADO EXTRA ORCAMENTARIO	30.610.612.017,80	15.807.742.680,22
INCORPORACAO DE CREDITOS	151300 823,51	121 777.204,61	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	126.584.681,98	760 549.380,20
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	0,00	21.028,61	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	105.014.511,85	738.700.955,68
CASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	2147.263,35	3.927.247,14	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	21.570 170,13	21 848.424,52
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.474819.219,75	2.460.015.407,03	INTERFERENCIAS PASSIVAS	19.089.386.291,41	10.748.345.153,75
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	30.364474.166,41	15.388.041.584,41	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	134.568.449,53	12.010 106,11
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	59905 155,45	1.731.186.842,11	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	5 787 119.508,10	166.977.044,24
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	532094 920,52	1 476.271.996,16	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	13.167.599.033,68	9.970.356.003,40
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	66958 235,93	54 913 845,81	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	11.403.641.344,41	7.998.845.148,27
INTERFERENCIAS ATIVAS	16.622183.019,96	10 133 473 495,85	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	7.305.428.590,56	5.215 422.274,83
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	134 568.449,53	12.010.106,11	BAIXA DE BENS IMOVEIS	935.237.656,27	282.646.210,43

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	5.813.940.846,47	157.911.003,50	BAIXA DE BENS MOVEIS	942.346.784,92	630.616.681,91
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	12.673.546.718,31	9.953.546.688,88	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	308.829,60	563.410,48
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	11.143.736.990,01	6.723.982.285,39	BAIXA DE TITULOS E VALORES	53.420.348,99	18.884.756,82
INCORPORACOES DE ATIVOS	9.877.301.974,91	4.793.509.647,07	OUTRAS BAIXAS DE VALORES	0,00	1.192.261,67
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	951.334.749,84	862.019.993,70	BAIXA DE DIREITOS	5.874.114.970,78	4.311.506.951,52
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	651.675.885,85	219.246.383,84	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	127.332.724,97	112.238.201,72
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	650.657,49	0,00	DESVALORIZACAO DE BENS	184.743,62	52.550,30
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	27.328.075,68	21.216.611,17	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	86.597,88	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	8.246.122.605,95	3.630.942.660,12	AJUSTES DE CREDITOS	13.009.807,90	16.850.706,26
DIFERIDO	0,00	84.196,24	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	114.071.486,57	93.329.945,16
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	23.416.388,68	38.783.449,65	INCORPORACAO DE PASSIVOS	3.617.978.471,94	2.414.434.001,64
REAVALIACOES DE BENS	2.449.232,87	2.190.665,33	AJUSTES DE OBRIGACOES	165.540.586,22	108.935.500,17
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	0,00	4.061,81	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	0,00	1.319.008,16
AJUSTES DE CREDITOS	13.962.132,11	30.785.547,26	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	187.351.670,72	16.508.159,75
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	6.965.023,67	5.823.172,25	AJUSTES FINANCEIROS	51.255.741,17	13.663.908,89
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.084.773.666,94	493.069.319,69	AJUSTES NAO FINANCEIROS	136.105.829,55	2.839.250,86
AJUSTES DE OBRIGACOES	15.845.374,83	444.901,79	SUPERAVIT	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	182.099.584,55	1.408.174.771,10			
AJUSTES FINANCEIROS	2.159.065,18	322.540.254,75			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	159.540.529,37	1.085.634.516,44			
RESULTADO PATRIMONIAL	32.021.829,15	845.978.229,80			
DEFICIT	32.021.829,15	845.978.229,80			
VARIACOES ATIVAS	50.391.631.152,62	30.706.282.605,25	VARIACOES PASSIVAS	50.391.631.152,62	30.706.282.605,25

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - DFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	25.244.802.769,41	29.840.815.450,51	ORCAMENTARIAS	24.183.828.841,30	20.143.486.057,69
RECEITAS CORRENTES	623.388.350,37	598.572.735,54	DESPESAS CORRENTES	16.573.907.516,71	14.014.409.702,92
RECEITA TRIBUTARIA	153,00	270,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.957.161.522,83	7.359.186.512,34
RECEITA PATRIMONIAL	44.908.145,84	47.050.973,17	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	304.686,27	476.642,55
RECEITA AGROPECUARIA	90.318,32	126.083,28	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.324.880.199,93	5.511.019.154,45
RECEITA INDUSTRIAL	2.032.736,63	2.447.023,23	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.391.260.907,68	1.143.327.393,58
RECEITA DE SERVICOS	315.591.022,38	336.321.401,13	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.271.579.708,37	1.051.694.207,47
OUTRAS TRANSFERENCIAS	9.458.212,31	8.762.178,27	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	119.681.199,31	91.633.186,11
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	231.396.790,55	186.789.180,96	DESPESAS DE CAPITAL	2.833.209.677,45	2.060.542.284,75
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	8.910.971,34	17.025.637,80	INVESTIMENTOS	2.624.273.227,48	2.020.362.626,74
RECEITA PATRIMONIAL	2.750,00	12.153,74	INVERSOES FINANCEIRAS	8.277.598,73	38.882.416,07
RECEITA INDUSTRIAL	5.021,20	5.127,10	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	0,00	1.424.073,76
RECEITA DE SERVICOS	19.494.046,22	16.609.802,69	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	658751,24	753.139,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	409.153,92	196.554,97	INVESTIMENTOS	658751,24	753.139,18
RECEITAS DE CAPITAL	15.400.842,49	4.612.206,14	INTERFERENCIAS PASSIVAS	4.459.887307,43	3.694.360.993,26
ALIENACAO DE BENS	8.977.256,95	2.457.615,44	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.459.887307,43	3.694.360.993,26
OUTRAS TRANSFERENCIAS	7.423.586,54	2.154.590,70	REPASSE CONCEDIDO	520.190780,68	383.101.666,54
DEDUCOES DA RECEITA	-28.440.500,81	-16.128.340,44	SUB-REPASSE CONCEDIDO	2.917.092579,12	2.215.347.880,01
INTERFERENCIAS ATIVAS	19.720.171.318,71	16.316.354.770,43	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	434.856609,28	418.174.888,57
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	19.720.171.318,71	16.316.354.770,43	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	587.747338,35	676.736.557,54
REPASSE RECEBIDO	15.801.982.060,13	13.199.487.254,30	MUTACOES PASSIVAS	416.824439,71	374.173.076,96
SUB-REPASSE RECEBIDO	2.917.092.579,12	2.216.347.880,01	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	412.465181,60	373.923.374,41
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	566.753.138,08	468.218.718,12	ALIENACAO DE BENS	14.134075,85	2.637.279,00
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	431.343.521,38	436.320.917,10	LIQUIDACAO DE CREDITOS	16.042310,65	16.295.143,73
MUTACOES ATIVAS	4.918.092.778,45	3.937.554.081,64	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	376.264351,84	346.030.484,54
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.256.409.019,90	1.021.823.236,10	BAIXA DE FORNECA RECEBER - ENT.COMERCIA	3.740171,38	6.278.594,61
AQUISICOESDE BENS	755.018.086,48	663.011.429,16	BAIXA DE FORNECA RECEBER - ENT.INDUSTRI	2.284271,57	2.291.871,93
INCORPORACAO DE CREDITOS	519.668.631,97	349.415.047,18	INCORPORACOES DE PASSIVOS	4.359258,11	649.702,55
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	20.722.301,45	19.394.030,15	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	19.299.573634,69	15.669.611.065,39
GASTOS E DISPESAS DIFERIDAS	0,00	2.722,10	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.014.566702,06	1.334.063.735,63
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.617.673.758,55	2.915.730.844,15	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	84.937678,73	117.415.201,44
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	18.375.411.795,78	12.084.645.153,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	331.098579,87	372.027.236,67
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	5.885.239,86	6.261.172,19	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	1.598.532443,46	844.921.297,52
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.729.310,94	5.031.297,96	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	17.285.006832,60	14.335.248.229,76
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	1.165.928,91	3.229.874,63	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	11.631.843686,61	9.650.914.131,03
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.792.251.827,69	1.157.047.520,91	BAIXA DE BENS IMOVEIS	131.162954,91	1.046.412.138,10
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	65.289.678,73	117.415.201,44	BAIXA DE BENS MOVEIS	437.740444,14	471.937.533,22
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	191.757.724,14	265.638.632,08	BAIXA DE TITULOS E VALORES	68568,81	0,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	1.510.204.424,82	812.993.487,39	BAIXA DE DIREITOS	11.059.652718,75	8.132.564.459,71
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	17.577.264.778,75	10879.336.459,80	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	91.327731,10	181.957.455,26
INCORPORACOES DE ATIVOS	16.941.291.630,36	9103.409.563,39	DESVALORIZACAO DE BENS	25.327730,19	26.496.756,85
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	387.362.937,72	349.844.163,39	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	0,00	4.999,76

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - DFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
INCORPORACAO DE BENSMOVEIS	731.410.889,14	581.810.234,93	AJUSTES DE CREDITOS	66.056000,91	156.257.839,67
INCORPORACAO DE BENSINTANGIVEIS	9.165.189,89	10.210,00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	5.364.778407,99	4.202.645.967,42
INCORPORACAO DE DIREITOS	14.818.289.924,12	7.169.533.917,37	AJUSTES DE OBRIGACOES	7.719323,70	12.059.205,45
INCORPORACAO CUSTOSINDIRETOS DE FABRICA	8.046.689,49	2.733.057,29	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	189.290663,20	287.411.429,58
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	117.449.495,24	303.807.414, 1	AJUSTES FINANCEIROS	5.904145,14	8.715.137,18
REAVALIACOES DE BENS	59.670.800,93	85.417.349,48	AJUSTES NAO FINANCEIROS	183.386538,06	279.696.292,40
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	67.665,55	105.977,45	RESULTADO PATRIMONIAL	1.136.612209,24	0,00
AJUSTES DE CREDITOS	28.154.455,67	211.782.735,23	SUPERAVIT	1.136.612209,24	0,00
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	28.556.569,09	6.521.352,15			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.328.537.622,34	1.162.606.057,32			
AJUSTES DE OBRIGACOES	5.291.024,54	5.203.758, 1			
AJUSTES MONETARIOS DOBALANCO	0,00	2.968.000,80			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	173.694.955,77	301.335.846,87			
AJUSTES FINANCEIROS	6.720,64	9.560.669,13			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	173.688.234,93	291.834.977,74			
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	2.887.537.419,37			
DEFICIT	0,00	2.887.537.419,37			
VARIACOES ATIVAS	44.620.014.585,20	35.813.098.023,28	VARIACOES PASSIVAS	44.620.014585,20	35.813.098.023,28

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	213.712.238.551,77	174.514.761.293,19	ORCAMENTARIAS	158.222.461.606,35	186.109.993.045,00
RECEITAS CORRENTES	23.175.803.940,39	22.250.299.519,99	DESPESAS CORRENTES	40.377.995.750,57	33.137.666.983,33
RECEITA TRIBUTARIA	321.237.750,37	339.088.390,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.157.340.622,78	6.199.493.837,86
RECEITA DE CONTRIBUICOES	3.346.903.747,88	3.745.438.523,74	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.170.646.653,07	26.910.076.414,61
RECEITA PATRIMONIAL	9.135.880.110,89	8.568.089.034,42	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	40.006.574,72	28.096.730,86
RECEITA INDUSTRIAL	47.834.311,37	51.062.548,02	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.772.231,22	4.745.153,06
RECEITA DE SERVICOS	8.134.435.995,35	7.362.696.444,87	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.234.143,50	23.351.577,80
OUTRAS TRANSFERENCIAS	15.942.943,61	27.612.075,49	DESPESAS DE CAPITAL	25.576.699.020,12	25.177.663.063,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.005.105.150,84	2.721.426.686,75	INVESTIMENTOS	2.059.895.442,98	2.103.997.978,13
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	150.464.030,28	134.333.807,67	INVERSOES FINANCEIRAS	23.516.721.935,14	22.009.597.763,25
RECEITA TRIBUTARIA	45.270,00	0,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	81.642,00	1.064.067.321,90
RECEITA PATRIMONIAL	168.142,75	118.065,59	INVESTIMENTOS	81.642,00	8.021,90
RECEITA INDUSTRIAL	134.698.206,12	129.369.673,45	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.064.059.300,00
RECEITA DE SERVICOS	10.020.407,06	4.605.161,61	INTERFERENCIAS PASSIVAS	92.161.505.336,67	102.643.457.090,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.932.004,35	42.907,02	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	92.161.560.653,05	102.639.495.994,66
RECEITAS DE CAPITAL	5.652.058.984,43	4.773.061.375,26	COTA CONCEDIDA	325.397.459,62	266.147.089,40
OPERACOES DE CREDITO	107.967.567,67	113.675.254,36	REPASSE CONCEDIDO	20.408.898.120,22	17.466.903.809,61
ALIENACAO DE BENS	5.083.155,29	90.526.457,45	SUB-REPASSE CONCEDIDO	44.430.144.748,88	18.261.422.589,34
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	5.520.412.157,14	3.329.260.385,84	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	14.800.722,36	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS	10.286.381,49	18.275.418,94	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	20.942.186.966,70	21.380.738.568,09
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.307.722,84	1.221.323.656,55	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.040.132.435,27	45.264.263.838,22
DEDUCOES DA RECEITA	-213.725.346,63	-73.629.525,62	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	2.945.163,62	3.961.096,07
INTERFERENCIAS ATIVAS	154.436.469.109,04	120.802.137.504,89	MUTACOES PASSIVAS	10.103.281.598,99	5.151.205.907,66
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	154.435.543.925,42	119.998.176.408,82	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	9.832.543.519,96	5.034.729.178,89
COTA RECEBIDA	325.397.459,62	266.147.089,40	ALIENACAO DE BENS	0,00	265.076,00
REPASSE RECEBIDO	63.312.431.264,11	34.955.857.106,85	LIQUIDACAO DE CREDITOS	6.554.722.805,12	3.853.013.267,29
SUB-REPASSE RECEBIDO	44.430.144.748,88	18.261.422.589,34	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	1.197.191.164,81	1.004.081.278,92
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	14.800.722,36	0,08	BAIXA DE FORNECA RECEBER - ENT.COMERCIA	174.489.533,52	170.839.982,66
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	45.181.208.665,73	45.975.352.755,17	BAIXA DE FORNECA RECEBER - ENT.INDUSTRI	6.140.616,51	6.529.632,02
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.171.561.074,72	20.939.496.864,11	INCORPORACOES DE PASSIVOS	170.737.679,03	116.436.730,77
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	2.945.163,62	3.961.096,07	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	66.355.139.474,71	108.370.529.902,13
MUTACOES ATIVAS	30.659.613.904,64	27.802.302.421,68	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.066.065.644,82	1.892.029.497,83
INCORPORACOES DE ATIVOS	23.505.593.779,69	22.307.093.774,28	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	1.847.751.122,82	1.616.633.456,16
AQUISICOES DE BENS	527.056.687,30	479.825.824,80	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	218.254.722,00	275.396.041,65
INCORPORACAO DE CREDITOS	22.488.751.552,82	21.449.277.811,42	INTERFERENCIAS PASSIVAS	14.492.564.224,43	42.009.058.481,25
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	490.785.539,57	377.989.938,06	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	623.390.632,45	635.958.365,03
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	7.153.020.124,95	5.555.808.647,40	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.162.451.560,36	29.935.169.745,17
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	66.356.287.081,93	133.173.803.058,65	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	12.564.730.038,59	11.905.396.434,50
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	233.251.334,02	284.879.411,83	OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	141.991.693,03	131.473.936,55
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	228.203.695,23	279.226.379,20	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	50.396.569.805,46	64.469.461.923,06
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	5.047.638,79	5.653.032,63	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	33.689.227.013,35	43.837.366.171,95
INTERFERENCIAS ATIVAS	9.140.043.502,50	61.266.221.543,48	BAIXA DE BENS IMOVEIS	54.749.701,10	25.215.906,93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOESPATRIMONIAIS - DFSS
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS
ÓRGÃO SUPERIOR	

EXERCÍCIO	MÊS
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
09/03/2010	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
TRANSFERENCIAS DE DENSE VALORES RECEBIDOS	213021.640,58	300.228.709,38	BAIXA DE BENS MOVEIS	184.936.372,80	182.845.276,59
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.165281.229,09	54.651.399.006,71	*BAIXA DE BENS INTANGIVEIS*	0,00	3.395,00
MOVIMENTO DE *FUNDOS A DEBITO*	7.619751.039,87	8.253.118.890,78	BAIXA DE TITULOS E VALORES	50.721.586,72	15.554.036.777,50
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	141991.993,03	131.479.936,51	BAIXA DE DIREITOS	39.398.819.352,73	28.875.464.815,93
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	66.992989.845,41	71.122.762.103,54	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	6.215.477.523,89	10.028.670.993,71
INCORPORACOES DE ATIVOS	42.1329/3.259,94	56.616.491.061,14	DESVALORIZACAO DE BENS	0,00	100.562,71
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	43540.961,88	31.972.266,31	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	1.293.489.500,06	8.481.411.221,13
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	250742.046,84	220.232.124,90	AJUSTES DE CREDITOS	4.921.988.023,83	3.547.159.219,67
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	560366.242,46	28.969.255.667,20	*INCORPORACAO DE PASSIVOS*	10.480.063.820,73	10.578.661.626,74
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	8.448726.841,76	8.138.600.970,56	AJUSTES DE OBRIGACOES	2.980.637,68	2.660.660,50
INCORPORACAO DE DIREITOS	32.827885.825,96	22.857.325.046,81	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.820.409,81	22.072.470,15
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	1311.339,04	1.094.985,96	AJUSTES FINANCEIROS	1.136.064,19	7.364.394,96
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	11.375252.475,64	8.373.011.697,76	*AJUSTES NAO FINANCEIROS*	7.684.345,62	14.708.075,19
REAVALIACOES DE BENS	11.283.808,55	1.442.267,86	RESULTADO PATRIMONIAL	44.900.904.552,64	33.508.031.404,91
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	6.700321.087,07	2.979.368.720,30	SUPERAVIT	44.900.904.552,64	33.508.031.404,91
AJUSTES DE CREDITOS	4.656967.428,30	5.385.929.410,33			
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	5680.141,72	6.271.299,45			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.050605.179,62	5.218.238.852,90			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	434.158.930,21	11.413.622,13			
AJUSTES FINANCEIROS	434.413,15	11.413.622,13			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	433674.511,06	0,00			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00	1.616.869,53			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	280.078525 633,70	307.588.564.352,04	VARIACOES PASSIVAS	280.078.525 633,70	307 988.561.352,04

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	208.190.369.342,96	170.529.839.580,77	ORCAMENTARIAS	163.992.601.172,52	163.325.818.417,22
RECEITAS CORRENTES	21.704.602.397,26	20.304.742.584,27	DESPESAS CORRENTES	40.377.208.157,97	33.137.816.983,33
RECEITA TRIBUTARIA	327.237.750,37	139.088.390,53	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.167.340.122,78	6.199.413.637,86
RECEITA DE CONTRIBUICOES	2.641.624.477,30	3.356.525.966,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.169.861.160,47	26.910.035.414,61
RECEITA PATRIMONIAL	9.447.107.646,34	7.368.265.219,43	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	40.006.174,72	28.036.730,86
RECEITA INDUSTRIAL	41.834.311,37	51.602.548,01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.772.191,22	4.745.153,06
RECEITA DE SERVICOS	9.129.626.297,60	7.261.933.249,81	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.234.183,50	23.291.577,80
OUTRAS TRANSFERENCIAS	15.942.943,61	27.612.075,41	DESPESAS DE CAPITAL	24.206.231.000,10	25.177.863.053,28
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.971.898.987,17	1.966.334.659,61	INVESTIMENTOS	2.059.895.442,59	2.103.997.978,13
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	150.432.981,50	134.320.474,51	INVERSOES FINANCEIRAS	22.146.253.975,12	22.009.597.763,25
RECEITA TRIBUTARIA	45.270,00	0,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	81.642,00	1.064.067.371,90
RECEITA PATRIMONIAL	137.178,72	102.732,51	INVESTIMENTOS	81.642,00	0,021,90
RECEITA INDUSTRIAL	134.698.206,12	128.369.073,41	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	1.064.039.300,00
RECEITA DE SERVICOS	10.620.407,06	4.805.161,81	INTERFERENCIAS PASSIVAS	89.336.136.829,33	99.859.362.462,96
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.931.919,60	42.906,79	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	89.333.191.646,77	99.855.401.368,68
RECEITAS DE CAPITAL	5.585.383.660,77	4.773.061.375,23	COTA CONCEDIDA	325.397.459,62	266.147.089,40
OPERACOES DE CREDITO	107.967.567,67	113.675.254,36	REPASSE CONCEDIDO	20.408.898.320,22	17.418.019.985,06
ALIENACAO DE BENS	9.083.155,29	80.526.457,45	SUB-REPASSE CONCEDIDO	44.430.144.146,89	18.261.432.589,34
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS/FINANCIAMENTO	5.455.738.853,48	3.129.260.365,89	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	14.000.722,36	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS	10.286.381,49	18.275.418,94	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	20.942.186.966,70	21.380.788.569,09
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	4.307.722,84	1.221.323.858,69	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	3.211.764.027,99	42.529.053.134,99
DEDUCOES DA RECEITA	-183.414.189,03	-171.955.781,39	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	2.945.183,62	3.901.093,07
INTERFERENCIAS ATIVAS	151.760.539.202,04	117.161.088.960,84	MUTACOES PASSIVAS	10.073.026.325,16	5.151.205.907,66
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	151.760.594.018,42	117.157.127.664,71	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	9.902.287.548,13	5.031.739.176,69
COTA RECEBIDA	325.397.459,62	166.147.089,40	ALIENACAO DE BENS	0,00	265.075,00
REPASSE RECEBIDO	63.312.431.254,11	34.409.601.540,16	LIQUIDACAO DE CREDITOS	8.524.466.401,29	3.893.013.207,29
SUB-REPASSE RECEBIDO	44.430.144.748,88	18.161.422.589,34	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	1.157.191.164,81	1.004.061.278,92
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS	14.000.722,36	0,00	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - INT.COMERCIA	174.489.333,42	170.839.982,88
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	42.506.258.758,73	43.120.459.781,76	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - INT.INDUSTR	6.140.616,51	6.520.632,02
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	1.171.561.074,72	20.939.496.864,1	INCORPORACOES DE PASSIVOS	170.737.670,03	110.476.730,77
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	2945.183,62	3.961.096,07	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	52.069.605.050,38	106.727.009.347,90
MUTACOES ATIVAS	29.268.358.251,92	27.462.302.421,68	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.065.005.844,82	1.892.026.497,83
INCORPORACOES DE ATIVOS	23.006.993.779,69	22.107.093.774,28	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	1.847.751.122,82	1.616.653.456,18
AQUISICOES DE BENS	527.058.687,30	479.825.924,66	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	218.254.722,00	275.355.041,65
INCORPORACAO DE CREDITOS	22.488751.552,82	21.449.277.911,42	INTERFERENCIAS PASSIVAS	11.278.477.671,89	40.423.461.436,34
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	450765.530,57	377.989.938,08	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	623.390.632,45	639.998.365,03
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	5.781.784.472,23	5.555.308.647,40	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.086.833.088,63	29.338.188.745,17
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	52.745664.756,34	133.132.014.737,58	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	9.426.261.257,78	10.319.798.389,59
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	233251.834,02	264.819.411,83	OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	141.991.653,05	131.473.936,55
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	228203.695,23	275.226 379,21	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	48.725.931.371,67	64.811.6?? 413,73
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	5047.638,79	5.593.032,82	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	32.018.795.745,21	43.799.552.001,82
INTERFERENCIAS ATIVAS	7.189854.345,53	61.29.656.222,44	BAIXA DE BENS IMOVEIS	54.749 701,10	25.2?.906,93

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOESPATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	213021.640,56	200.228.709,31	BAIXA DE BENS MOVEIS	184.936.372,80	182.615.276,59
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	917689.014,48	54.481.390.159,31	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	0,00	3.395,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	5.916951.096,98	6.116.765.416,94	BAIXA DE TITULOS E VALORES	50.721.586,72	15.554.016.777,50
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	141991.993,03	131.473.936,55	BAIXA DE DIREITOS	31.726.388.984,59	28.037.510.645,80
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	56.322559.077,27	71.617.337.103,54	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	6.215.477.523,89	10.028.670.993,71
INCORPORACOES DE ATIVOS	40.462542.491,80	58.813.056.061,14	DESVALORIZACAO DE BENS	0,00	180.552,71
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	43940.961,88	31.872.266,31	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	1.293.489.600,06	6.481.411.221,13
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	250742.048,84	220.232.124,98	AJUSTES DE CREDITOS	4.921.988.923,83	3.547.199.219,87
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	580308.242,46	28.968.255.667,28	INCORPORACAO DE PASSIVOS	10.479.246.557,08	10.550.772.287,55
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES	6.448726.841,76	6.138.500.870,50	AJUSTES DE OBRIGACOES	2.980.637,68	2.660.660,50
INCORPORACAO DE DIREITOS	31.157455.057,82	22.451.900.046,61	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	8.820.409,81	22.012.470,15
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	1311.339,04	1.094.985,59	AJUSTES FINANCEIROS	1.136.864,19	7.314.394,96
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	11.375252.475,64	8.873.011.697,76	AJUSTES NAO FINANCEIROS	7.684.345,62	14.798.075,19
REAVALIACOES DE BENS	11.263.808,55	1.442.267,68	RESULTADO PATRIMONIAL	44.875.627.636,30	33.508.916.553,24
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	6.700321.097,07	2.979.368.720,38	SUPERAVIT	44.875.627.636,30	33.508.916.553,24
AJUSTES DE CREDITOS	4.656967.426,30	5.885.929.410,33			
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	6680.141,72	6.271.299,45			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	3.050605.179,62	5.218.238.852,94			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	434158.930,21	11.413.622,13			
AJUSTES FINANCEIROS	484.419,16	11.413.622,13			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	433674.511,05	0,00			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS	0,00	1.616.869,51			
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	270.938.034.099,30	303.561.854.318,34	VARIACOES PASSIVAS	270.938.034.099,30	303.561.854.318,36

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DASVARIACOES PATRIMONIAIS - DFSS
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	**PAGINA**
09/03/2010	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	5.519.869.208,81	4.284.921.712,42	ORCAMENTARIAS	4.228.880.433,73	2.784.094.627,78
RECEITAS CORRENTES	1.437.301.543,13	1.446.545.935,69	DESPESAS CORRENTES	787.692,60	0,00
RECEITA DE CONTRIBUICOES	702.279.270,58	689.912.555,41	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	787.692,60	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	695.772.462,25	699.823.814,99	DESPESAS DE CAPITAL	1.370.467.960,02	0,00
RECEITA DE SERVICOS	4.910.597,75	703.194,04	INVERSOES FINANCEIRAS	1.370.467.960,02	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	34.408.163,67	55.094.037,10	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.826.368.487,28	2.784.094.627,78
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	31.049,78	13.333,19	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.826.368.487,28	2.784.094.627,78
RECEITA PATRIMONIAL	30.964,03	13.332,92	REPASSE CONCEDIDO	0,00	48.898.824,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	84,75	0,23	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.826.368.487,28	2.735.210.803,23
RECEITAS DE CAPITAL	66.673.203,68	0,00	MUTACOES PASSIVAS	30.256.373,83	0,00
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	66.673.203,68	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	30.256.373,83	0,00
DEDUCOES DA RECEITA	-30.311.197,60	-1.673.767,32	LIQUIDACAO DE CREDITOS	30.256.373,83	0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.674.949.907,00	2.811.046.544,05	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	4.885.334.334,33	1.643.539.554,23
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.674.949.907,00	2.811.046.544,05	INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.214.085.352,54	1.585.597.044,91
REPASSE RECEBIDO	0,00	85.255.566,69	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	75.617.571,73	0,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.674.949.907,00	2.754.792.977,36	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	3.138.467.780,81	1.585.597.044,91
MUTACOES ATIVAS	1.371.255.652,62	0,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.671.248.031,79	57.933.509,32
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.371.255.652,62	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.670.430.758,14	37.978.170,13
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	3.620.622.325,59	141.786.321,26	BAIXA DE DIREITOS	1.670.430.758,14	37.978.170,13
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.950.191.557,45	136.303.321,26	INCORPORACAO DE PASSIVOS	817.273,65	19.955.339,19
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	247.392.214,61	8.847,42	RESULTADO PATRIMONIAL	25.276.716,34	0,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	1.702.799.342,84	136.354.473,84	SUPERAVIT	25.276.716,34	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.670.430.768,14	5.425.000,00			
INCORPORACOES DE ATIVOS	1.670.430.768,14	5.425.000,00			
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.670.430.768,14	5.425.000,00			
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	915.148,33			
DEFICIT	0,00	915.148,33			
VARIACOES ATIVAS	9.140.491.534,40	4.427.625.182,01	VARIACOES PASSIVAS	9.140.491.534,40	4.427.625.182,01

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - DFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
ORCAMENTARIAS	3.816.885.280,31	3.188.396.188,06	ORCAMENTARIAS	3.828.278.45147	2.880.242.511,74
RECEITAS CORRENTES	591.691.159,94	568.602.937,36	DESPESAS CORRENTES	1.971.667.32224	1.780.935.782,82
RECEITA PATRIMONIAL	19.335.293,01	22.562.909,01	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.028.521.41643	883.987.796,28
RECEITA AGROPECUARIA	2.615,80	3.907,40	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	10.946.984 46	17.495.604,40
RECEITA INDUSTRIAL	392.996.844,07	361.364.013,76	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	881.046.47344	879.635.396,46
RECEITA DE SERVICOS	160.134.137,13	158.881.425,84	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	73.150,44791	63.916.485,88
OUTRAS TRANSFERENCIAS	199.262,15	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.987.79734	45.003.576,27
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.089.284,11	25.770.681,36	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.162.65057	18.912.909,41
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	13.723,67	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	651.876.01935	535.185.753,99
RECEITA PATRIMONIAL	13.723,67	0,00	*INVESTIMENTOS*	626.637.87754	471.344.251,92
RECEITAS DE CAPITAL	157.773,32	1.710.088,23	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	23.991.27181	63.035.502,07
ALIENACAO DE BENS	157.773,32	1.710.088,23	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.246.87000	606.000,00
DEDUCOES DA RECEITA	-3.813.133,08	-3.776.700,35	INVESTIMENTOS	1.246.87000	606.000,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.792.878.561,62	1.555.686.553,48	INTERFERENCIAS PASSIVAS	197.060.94317	157.888.823,45
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.792.878.561,62	1.555.686.553,48	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	197.060.94317	157.888.823,45
REPASSE RECEBIDO	1.618.896.702,87	1.418.797.272,12	REPASSE CONCEDIDO	19.200.67995	21.530.630,87
SUB-REPASSE RECEBIDO	171.068.929,31	128.246.908,40	SUB-REPASSE CONCEDIDO	171.668.92031	128.246.906,40
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.313.955,04	9.621.143,65	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	21.22930	0,86
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	58.974,80	21.229,30	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	6.170.10481	8.111.283,32
MUTACOES ATIVAS	1.436.020.918,51	1.068.163.309,35	MUTACOES PASSIVAS	801.672.16671	406.233.031,46
INCORPORACOES DE ATIVOS	566.926.384,50	430.050.721,25	*DESINCORPORACOES DE ATIVOS*	386.794.81760	217.941.078,03
AQUISICOES DE BENS	400.498.425,59	271.276.958,34	ALIENACAO DE BENS	475.30483	1.368.418,12
INCORPORACAO DE CREDITOS	80.091.828,88	105.183.182,97	LIQUIDACAO DE CREDITOS	1.814.268 11	964.576,49
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORACAO	80.999.993,22	46.402.110,31	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	51.965.06476	45.861.575,92
GASTOS E *DESPESAS* DIFERIDAS	5.348.126,81	7.188.469,63	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT.COMERCIA	158 607.49693	134.844.278,12
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	809.094.534,01	638.112.588,10	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT.INDUSTRI	163.932.68297	34.902.233,53
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	4.631.036.160,85	3.999.952.653,81	INCORPORACOES DE PASSIVOS	420.877.34911	168.291.573,40
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	193.204.769,72	317.302.822,33	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	5.372.561.34097	4.711.191.901,11
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	146.591.433,19	128.488.658,29	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.89537	15.553.653,68
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	46.623.336,53	188.816.164,04	*DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS*	1.09537	2.654,50
INTERFERENCIAS ATIVAS	383.590.282,38	317.889.260,61	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	000	15.551.199,18
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	10.330,58	210.586,54	INTERFERENCIAS PASSIVAS	370.293.70037	109.106.709,68
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	5.078.823,64	0,00	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	10.33068	210.586,54
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	358.491.126,06	317.678.674,07	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	6.218.24234	6.456 079,60
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.074 653.128,75	3.228.760.770 87	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	364.065.12755	102.429 493,54
INCORPORACOES DE ATIVOS	2 459 376.845,46	1.382.278.914,09	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	5.002.355.74603	4.086 531.331,75
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	55.331.029,62	77.416.223,94	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.865.809.14864	1.601.059.172,75
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	111.551.077,84	149.273.220,84	BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.507 18703	16.152.922,89
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	28.492,80	3.317.468,31	BAIXA DE BENS MOVEIS	235.441.32954	258.619 288,00
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	17.906.450,00	6.058.877,01	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	56000	3.007 786,75
INCORPORACAO DE DIREITOS	2.236.807.022,65	1.091 590.756,58	*BAIXA DE TITULOS E VALORES*	18 100.22901	16.348.918,42
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	33.077.216,03	13.715.520,75	OUTRAS BAIXAS DE VALORES	43000	5.608,97

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS
SUBTITULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
09/03/2010	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2009	2008	TITULOS	2009	2008
DIFERIDO	1.685.556,72	1.850.747,15	BAIXA DE DIREITOS	1.610.784.413,06	1.305.725.329,72
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	46.980.998,05	56.382.883,11	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	133.145.440,05	128.197.329,50
REAVALIACOES DE BENS	1.204.364,10	281.108,14	DESVALORIZACAO DE BENS	0,00	1.647.743,87
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	93.320,40	1.811,19	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	23.369,32	388.383,00
AJUSTES DE CREDITOS	10.397.012,99	48.629.777,15	AJUSTES DE CREDITOS	35.633.144,82	13.656.157,56
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	35.286.300,53	8.070.186,63	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	97.488.926,81	112.545.045,07
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.473.716.349,54	1757.858.640,79	INCORPORACAO DE PASSIVOS	2.389.126471,09	1.811.444.875,17
AJUSTES DE OBRIGACOES	58.922.929,32	26.250.333,69	AJUSTES DE OBRIGACOES	200.618568,88	291.956.766,63
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	833.263,57	0,00	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	7.254431,90	1.353.666,08
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	30.010.742,81	51.438.080,89	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	406.411384,57	252.520.519,62
AJUSTES FINANCEIROS	5.298.606,09	533.776,51	AJUSTES FINANCEIROS	71.088516,25	1.857.766,65
AJUSTES NAO FINANCEIROS	25.711.936,72	50.905.312,38	AJUSTES NAO FINANCEIROS	335.323158,32	250.712.732,97
RESULTADO PATRIMONIAL	552.418.332,28	43.085.770,58	SUPERAVIT	0,00	0,00
DEFICIT	552.418.332,28	43.085.770,58			
VARIACOES ATIVAS	9.000.939.793,44	7.091.434.812,65	VARIACOES PASSIVAS	9.000.939793,44	7.091.434.812,65

6.2.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Por meio da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, é possível observar com detalhamento a movimentação de cada conta que integra o Patrimônio Líquido ao longo do exercício. A seguir, apresenta-se um resumo dessa demonstração. Observado o valor total do PL, nota-se que após um acréscimo de 111,4% (saldo inicial de 2008 em relação ao saldo final de 2008), percebe-se um decréscimo de 23% no exercício de 2009; essa queda foi influenciada principalmente pelo déficit patrimonial apurado na Demonstração de Variações Patrimoniais.

TABELA 6-24 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA UNIÃO 2009 e 2008

R$ milhões

ESPECIFICAÇÕES	VALOR		Variação
	2009 (a)	2008 (b)	%
Saldo Inicial do Exercício	456.171,71	215.826,14	111
Var. Cambial do Saldo Inicial	-812,47	790,75	-3
Ajustes de Exercícios Anteriores	-636,24	-1.102,59	-42
Correção Monetária do Patrimônio Líquido	6,42	2,67	140
Reavaliação de Ativos	6,35	28,20	-77
Aumento de Capital	1.514,54	1.063,05	42
Resultado do Exercício	-105.825,36	239.611,06	-56
Constituição/Reversão de Reservas	7,92	5,13	54
Dividendos	-99,01	-34,38	188
Saldos de Integração	6,56	-17,75	-63
Provisão sobre Resultado do Exercício	-3,27	-0,36	804
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro	-1,19	-0,22	447
Provisões Tributárias - IRPJ Diferido	0	0	-
Saldo Final do Exercício	350.335,94	456.171,71	-23

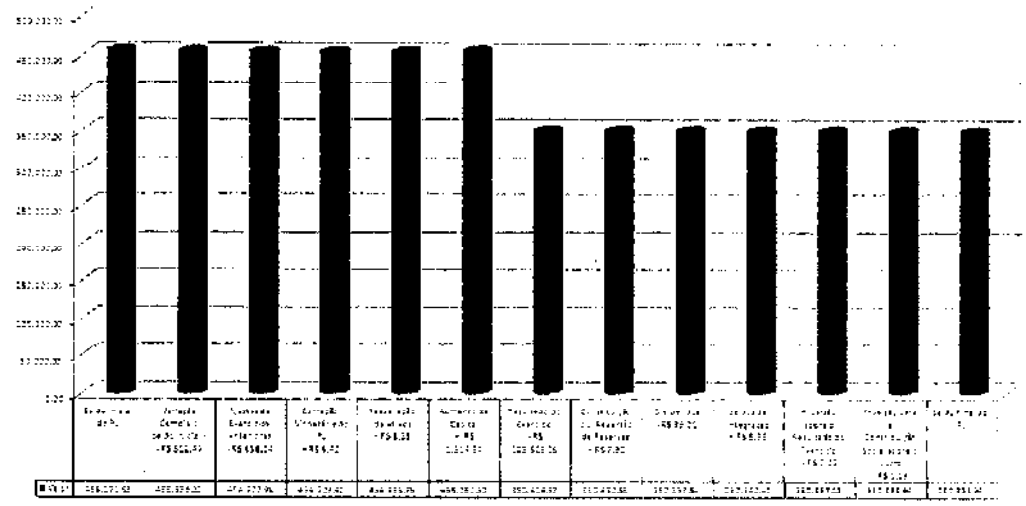
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

Com o auxílio do gráfico seguinte, é possível observar quantitativamente a influência de cada fenômeno específico sobre o PL. Dessa forma, parte-se de um valor inicial de R$ 456.171,69 milhões; após diminuírem-se os efeitos da Variação Cambial (R$ 812,47 milhões), obtém um PL de R$ 455.349,22 milhões; em seguida, após diminuírem-se os efeitos de Ajustes de Exercícios Anteriores (R$ 636,24 milhões), obtém um PL de R$ 454.722,98 milhões; assim sucessivamente até se verificar o saldo final do PL de R$ 350.335,94 milhões.

FIGURA 6.24 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA UNIÃO

R$ milhões



6.3 – NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO GERAL DA UNIÃO

6.3.1. Diretrizes Contábeis

O Balanço Geral da União (BGU) integra a prestação de contas anual do Presidente da República e refere-se as ações governamentais executadas pelos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, representada pelos Poderes da República, em cumprimento ao inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184/2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants - IFAC* e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente e a editar normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e Plano de Contas Nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas, em consonância com os pronunciamentos da IFAC e com as normas do Conselho Federal de Contabilidade, aplicadas ao setor público.

De acordo com o Decreto nº 6.976/2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, compete ao órgão central do referido sistema atualizar, sempre que julgar conveniente, os anexos que integram a Lei nº 4.320/64. Nesse sentido, com o intuito de melhor adequar o conteúdo e a apresentação das informações contábeis em consonância com os normativos supracitados, a STN publicou, em dezembro de 2009, as Portarias nº 749[1], que aprova a alteração dos demonstrativos obrigatórios exigidos pela Lei nº 4.320/64 e a inclusão de novas demonstrações (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico),e a 751[2], que aprovou a segunda edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: Válido de forma facultativa a partir de 2010 e obrigatoriamente em 2012 para a União, Estados e Distrito Federal e 2013 para os Municípios); sendo estabelecidos demonstrativos a serem elaborados e publicados pelos entes e seus respectivos órgãos e entidades, conforme cronograma.

Critérios contábeis

A contabilização da variação patrimonial é feita no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e abrange os atos e fatos referentes à execução orçamentária e aos independentes da execução orçamentária, os quais compreendem:

- Receitas e despesas dependentes da execução orçamentária: decorrem da execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual;

- Receitas e despesas dependentes da execução orçamentária decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: estas diferenciam das primeiras quanto à modalidade, cuja execução é feita na modalidade 91 (Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social), cuja finalidade é possibilitar o aperfeiçoamento do processo de consolidação dos balanços e demais demonstrações contábeis, especialmente com a eliminação das duplas contagens. Há que se ressaltar, também, que o utilização da modalidade de aplicação "91" não se aplica aos casos de descentralização de créditos orçamentários no âmbito da própria esfera de Governo para execução de ações de responsabilidade da unidade orçamentária descentralizadora dos créditos, realizada ou não por meio de convênios ou instrumentos similares, assim como não implica no restabelecimento das extintas transferências intragovernamentais, já que estas consistiam na alocação de recursos em uma unidade orçamentária para transferência a outra unidade orçamentária, sem configurar operação de compra e venda de bens, serviços e equipamentos e outras assemelhadas;

- Receitas e despesas independentes da execução orçamentária: sua contabilização envolve os recursos que independem de autorização legislativa, como as entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de 2009, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as distingue das processadas e não processadas.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em Restos a Pagar não-processados foi precedido de depuração das despesas pela anulação de empenhos, ou seja, verificando-se quais despesas deveriam ser inscritas em Restos a Pagar não-processados, anulando-se os demais empenhos.

[1] Portaria nº 749, de 15.12.2009: Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial) e nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), inclui os anexos nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) e nº 20 (Demonstração do Resultado Econômico) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências.

[2] Portaria nº 751, de 16.12.2009: Aprova a 2ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Válido de forma facultativa a partir de 2010 e obrigatoriamente em 2012 para a União, Estados e Distrito Federal e 2013 para os Municípios.

Durante o exercício, foram consideradas despesas incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, foram consideradas despesas executadas as despesas liquidadas e as inscritas em restos a pagar não-processados.

Os Restos a Pagar Não-Processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2009, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/64, e ainda atendendo aos preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

Os Restos a Pagar Processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

6.3.2. Mudanças de critérios contábeis

A partir de 2009, a STN criou uma rotina no SIAFI para apuração das contas de Resultado pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, nos meses 13; essas contas são representadas pelas seguintes classes: 3 - Despesas; 4 - Receitas; 5 - Resultado Diminutivo e 6 - Resultado Aumentativo. No mês 13 é feita a apuração do resultado consolidado e no mês 14 é feita a transposição do saldo dessa conta para as contas do Balanço Patrimonial; este procedimento faz com que as contas de resultado representadas pelas classes supracitadas apresentem saldo "zero" no encerramento do exercício. Até o ano de 2008, a rotina no SIAFI não excluía o saldo da rubrica retificadora "Recursos a Liberar para Restos a Pagar". Assim, essa conta que apresentou um valor consolidado negativo de R$ 339.403 milhões em 2008 passou, a partir de 2009, a ter saldo consolidado igual a zero, constante da conta do Balanço Patrimonial "Obrigações em Circulação" no Passivo Não Financeiro.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Órgão 32210/32210) registrou, pelo regime de competência, variações patrimoniais aumentativas no valor de R$ 42.469.395,11, referentes à conta contábil 1.1.2.1.4.01.00 - CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER.

A partir de agosto de 2009 o INSS passou a executar a rotina de pagamento de benefícios previdenciários no documento folha, permitindo, desta forma, o registro contábil de benefícios no mês de competência e o pagamento efetivamente no mês da saída do recurso financeiro. Este procedimento proporcionou um grande ganho na qualidade além da segurança e consistência das informações desta relevante execução de despesa do Governo Federal. A tabela e as figuras abaixo ilustram a significativa melhoria da qualidade das informações sobre a execução dos benefícios previdenciários do INSS, a partir do mês de setembro de 2009.

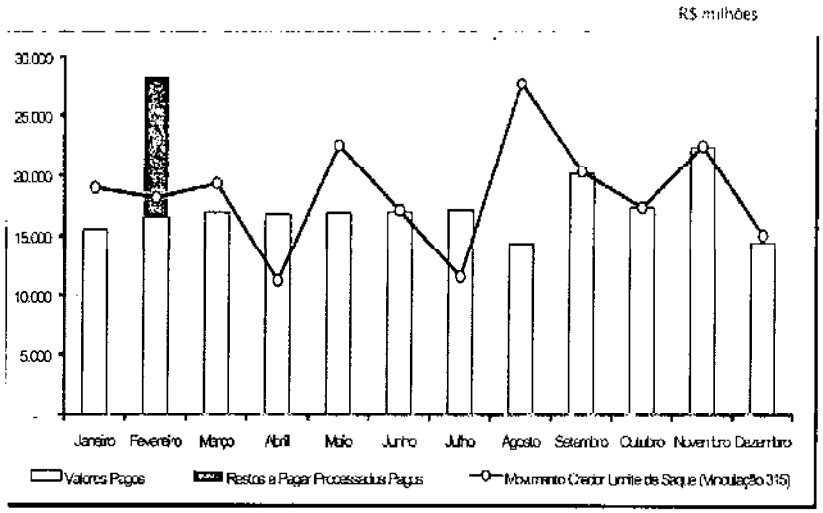
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSS: FLUXO MENSAL DE PAGAMENTOS *versus* MOVIMENTO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA E ESTOQUE DO PASSIVO DE BENEFÍCIOS A PAGAR *versus* CONTROLE ORÇAMENTÁRIO DAS DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR

R$ milhões

	Fluxo de Pagamentos de Benefícios: Controle Orçamentário (Passivo Compensado) x Movimento da Disponibilidade Financeira (Limite de Saque) Órgão da UG Executora 37202 - INSS				Estoque de Benefícios a Pagar: Controle Orçamentário (Passivo Compensado) x Passivo Financeiro Órgão da U.G. Executora 37202 - INSS	
	Movimento Líquido do Pagamento de Benefícios (UO 33904, Elementos 01, 03 e 05)			Movimento Credor Limite de Saque (Vinculação de Pagamento 315)	Saldo do Empenhos Liquidados a Pagar de Benefícios (UO 33904, Elementos 01, 03 e 05)	Saldo do Passivo Financeiro - Benefícios a Pagar
	Pagamentos de Empenhos do Exercício	Pagamentos de restos a pagar	Total			
jan/09	15.512	-	15.512	18.981	0	13.394
fev/09	16.573	11.714	28.287	18.138	0	12.147
mar/09	16.975	-	16.975	19.311	0	11.378
abr/09	16.776	-	16.776	11.213	0	18.314
mai/09	16.935	-	16.935	22.577	0	7.794
jun/09	17.003	0	17.003	17.122	0	7.479
jul/09	17.194	-	17.194	11.557	0	12.685
ago/09	14.343	-	14.343	27.711	0	52
set/09	20.182	-	20.182	20.349	7.353	7.556
out/09	17.314	-	17.314	17.320	7.278	7.390
nov/09	22.383	-	22.383	22.505	10.505	10.625
dez/09	14.466	-	14.466	15.051	12.993	12.963

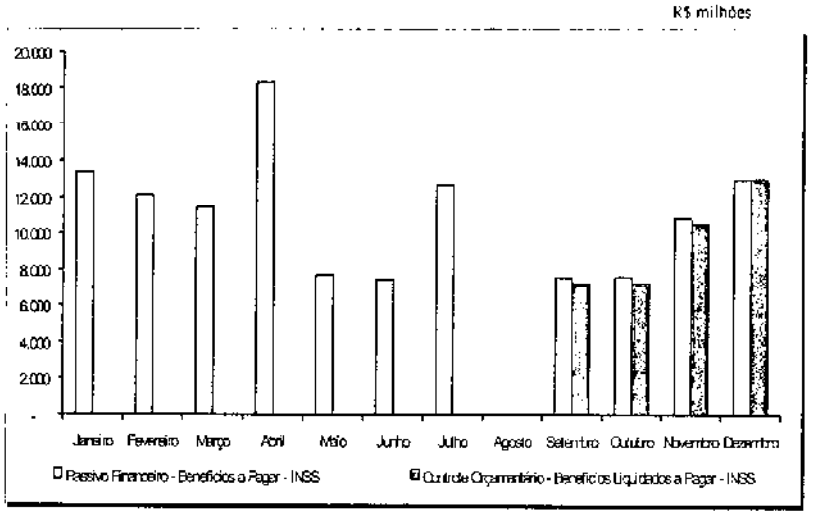
Fonte – Siafi / Secretaria do Tesouro Nacional

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSS: FLUXO MENSAL DE PAGAMENTOS *versus*
MOVIMENTO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA



Fonte – Siafi / Secretaria do Tesouro Nacional

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO INSS: ESTOQUE DO PASSIVO DE BENEFÍCIOS A PAGAR *versus*
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO DAS DESPESAS LIQUIDADAS A PAGAR



Fonte – Siafi / Secretaria do Tesouro Nacional

6.3.3. Critérios de avaliação do Ativo

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor de realização. Entretanto, não foram utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis, para os órgãos da Administração Direta.

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, exceto a Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor de realização. Na execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios de provisão para perdas prováveis, depreciação, exaustão e amortização somente nas Demonstrações das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Já os Investimentos foram avaliados pelo custo de aquisição com a valorização em 31 de dezembro de 2009.

Os valores das duplicidades decorrentes da consolidação dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são excluídos no momento da consolidação dos balanços.

Segundo informações prestadas pela Secretaria do Patrimônio da União, para os imóveis da União, conforme manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, a avaliação obedece aos seguintes critérios.

- As reavaliações dos imóveis cadastrados no Sistema SPIUnet que integram o BGU são elaborados pelas Unidades Gestoras às quais se encontram jurisdicionados, levando em consideração as alterações que agregam valor ao Patrimônio Imobiliário; e

- Os valores das reavaliações são calculados pelo Sistema conforme critérios pré-definidos, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente pelas UG.

Os ativos da União sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI – compõem-se de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos aos estados, Distrito Federal, municípios e suas entidades da administração indireta, em decorrência de programas de reestruturação das dívidas dos entes da federação.

Esses créditos encontram-se identificados em contas correntes individualizadas classificadas como Empréstimos Concedidos, exceto a Honra de Garantia cujo registro ocorre em Créditos Sub-Rogados. A contabilização desses haveres envolve o registro da concessão do empréstimo e dos encargos segundo o contrato e legislação aplicável, assim como o registro dos recebimentos e das baixas nos saldos devedores.

Não obstante o fato de a maioria dos contratos estar lastreada por garantias consistentes, 1% do total dos empréstimos concedidos é de difícil recebimento, cujos valores foram contabilizados em Provisão para Perdas Prováveis.

6.3.4. Critérios de avaliação do Passivo

As dívidas internas e externas constantes dos exigíveis a curto e longo prazo foram avaliadas observando os seguintes critérios:

- a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi – foi avaliada pelo valor a pagar em 31/12/2009, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e

- a Dívida Pública Federal Externa – DPFe - foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Apurou-se o equivalente em dólares americanos, de acordo com a cotação de 31/12/2009.

6.3.5. Conversão de moeda

As Demonstrações Contábeis dos órgãos com Unidades no Exterior são convertidas diariamente para o real até o último dia do mês de dezembro do exercício, observando o seguinte procedimento:

- É utilizada a taxa oficial do Banco Central do último dia de dezembro, ou a última registrada, para apresentação dos valores em moeda nacional. Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e em moeda estrangeira. Esta dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e a financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa.

- A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

6.3.6. Disposição da Receita

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas e de forma geral podem ser assim tratados:

- Receitas administradas pela Receita Federal do Brasil – RFB: Inclui as receitas arrecadadas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF e fiscalizados pela RFB. A classificação da receita é apropriada decendialmente com base no Sistema de Arrecadação da Receita Federal do Brasil – RFB; Considera as receitas arrecadadas por meio da Guia da Previdência Social – GPS, e têm sua apropriação realizada mensalmente com base nas informações prestadas pela Dataprev.

- Receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos: São formadas pelas receitas arrecadadas por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU. O registro contábil dessas receitas é feito diariamente a partir do arquivo de arrecadação encaminhado pelo Banco do Brasil, que é a instituição financeira responsável pela centralização da arrecadação.

As eventuais diferenças entre as informações de arrecadação por meio de DARF, GPS, aquelas arrecadadas por meio de GRU e os registros de classificação, no SIAFI, decorrem de registros de reclassificação e retificação de receitas após o seu efetivo ingresso. Além disso, algumas receitas ingressam diretamente via operações diretas do Tesouro com o sistema financeiro, como é o caso das Operações de Créditos decorrentes de emissão de títulos do Tesouro. O registro contábil da receita contempla, além da arrecadação efetivada, as restituições, retificações, compensações e incentivos fiscais.

6.3.7. Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2009, apesar de a conta contábil relativa a ajustes de exercícios anteriores possuir saldo igual a 196.007 milhões, não houve de fato fenômenos que justificassem o registro nas contas contábeis de ajustes de exercícios anteriores. Cumpre destacar que o valor referente à Dívida Ativa soma 193.637 milhões e foi registrado em contas de ajuste de exercícios anteriores de forma inadequada, representando cerca de 99% do valor total de ajustes de exercícios anteriores. Será realizado estudo para apreciação das rotinas e posterior regularização.

6.3.8. Integração de saldos contábeis

Cinco entidades da Administração Indireta que não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e que utilizam o SIAFI, em sua modalidade de uso parcial, integraram seus saldos contábeis, por meio da operação denominada Integração de Balancetes. Em 2009, as entidades representantes da Autoridade Monetária (Órgão 25280/17280), a Fundação Habitacional do Exército (Órgão 27201/16201), Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha (Órgão 31280/21201), Conta de Desenvolvimento Energético (Órgão 32991/32991) e Reserva Global de Reversão (Órgão 32992/32992) que não utilizam o SIAFI na modalidade total, tiveram seus saldos integrados ao SIAFI, observando os procedimentos especiais de integração de saldos e tendo por base os valores contidos nos balancetes. Com exceção das empresas estatais dependentes, as demais empresas controladas foram reconhecidas no Balanço Geral da União - BGU pelo valor dos Investimentos da União nestas empresas, utilizando-se o Método da Equivalência Patrimonial - MEP ou Custo, conforme procedimentos definidos no Manual SIAFI, código 02.11.22 Participação da União no Capital de Empresas.

6.3.9. Outras Informações Relevantes

Do Resultado do Banco Central do Brasil

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), UG/Gestão 170600/00001, efetuou lançamentos na conta contábil 21221.04.02 – Resultado Negativo BACEN – Custos das Reservas, no valor total de R$ 52.212 milhões, referentes ao Resultado da Equalização das Reservas/Derivativos Cambiais do Banco Central, de que trata o art. 6º da Lei nº 11.803/2008, apurado no segundo semestre de 2009, observada a metodologia definida na Portaria Conjunta nº 125/2008. Esse valor se constitui em direito do Banco Central para com a União, devendo constar em dotação orçamentária específica, nos termos do §1º do art. 7º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF. Cabe lembrar que a rotina de contabilização foi tratada na Nota Técnica nº 1.509/2008 da CODIV/STN, em conformidade com o disposto na mencionada Lei.

Por fim, a Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública, com lastro no art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36/2001, efetuou o registro na conta contábil 11221.05.01 - Resultado Positivo do BACEN – Balanço Apurado, no valor de R$ 4.000 milhões, na UG/Gestão 170600/00001, fruto do resultado do BACEN apurado no Balanço Patrimonial daquela instituição em 31/12/2009.

Desvinculação das Receitas da União

Em 11 de novembro de 2009 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 59 que acrescentou § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal. O percentual que era de 20% das receitas de impostos constantes do relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal, será de 12,5% no exercício de 2009; 5% no exercício de 2010 e nulo no exercício de 2011. Em cumprimento à referida emenda, a STN promoveu a alteração do cálculo da DRU o qual consta do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, de periodicidade bimestral.

Compatibilização entre a Receita e a Despesa de Operações Internas

No exercício de 2009, identificamos uma diferença de R$ 2.716.235.601,13 entre o valor das despesas intra-orçamentárias e o valor das receitas intra-orçamentárias, conforme resumido no quadro abaixo:

R$ 1,00

	VALOR
*Despesas intra-orçamentárias	13.854.202.327,52
**Receitas intra-orçamentárias	11.137.966.726,39
Diferença	2.716.235.601,13

A diferença acima apresentada é composta pelos seguintes valores discriminados a seguir:

R$ 1,00

	VALOR (R$)
Despesas intra-orçamentárias	13.854.202.327,52
Receitas intra-orçamentárias	11.137.966.726,39
Diferença (1)	**2.716.235.601,13**
*Liquidação de despesas sem pagamento (2)	5.917.809,88
*Pagamento de Restos a Pagar Processado e Não Processado (3)	-510.632.807,40
Total (1-2-3)	**2.199.604.903,85**

Da diferença acima descrita R$ 5.917.809,88 referem-se às despesas liquidadas e não pagas no exercício de 2009 para a modalidade de aplicação 91. A receita utiliza o regime de caixa e, dessa forma não houve a contabilização da classificação de receita correspondente, em função da inexistência de pagamento dentro do exercício.

Por outro lado, o pagamento em 2009 de restos a pagar inscritos nos exercícios anteriores, no montante de R$ 510.632.807,40 provoca o registro em receita

orçamentária sem a despesa correspondente, a qual foi contabilizada em exercícios anteriores por ocasião da respectiva liquidação ou da sua inscrição em restos a pagar.

O quadro acima demonstra um resumo do que foi exposto nos parágrafos anteriores tomando por base o exercício de 2009, ou seja, os efeitos da diferença de regime de contabilização entre as despesas e receitas orçamentárias, regime de competência para as primeiras e regime de caixa para as últimas e da inscrição de restos a pagar, nas operações intra-orçamentárias.

O total de R$ 2.199.684.983,85, demonstrado no quadro acima, indica uma diferença à maior das despesas intra-orçamentárias em relação às receitas intra-orçamentárias. Durante o exercício de 2009, esta CCONT/STN promoveu a criação de grupos de estudo com o intuito de minimizar e esclarecer a composição da diferença objeto desta nota, conforme ações descritas a seguir:

Ausência de Receita de Contribuições Previdenciárias Intra-Orçamentárias

Foi identificado no âmbito do INSS, órgão 37202, a não contabilização das receitas intra-orçamentárias oriundas das rotinas decorrentes dos encargos patronais das unidades decorrentes da prestação de serviços de terceiros pessoas física e jurídica e ainda aquelas relacionadas a folha de pagamento, no montante de R$ 1.155.119.929,43, conforme descrevemos abaixo:

331900415 – R$ 1.727.946,16 (Obrigações Patronais Contr. Temp. Determ)*
331901302 – R$ 133.027.841,69 (Obrigações Patronais)
331901309 – R$ 730.811,91 (Seguros de Acidente do Trabalho)
333900415 – R$ 11.757.991,88 (Obrigações Patronais Contr. Temp. Determ)*
333904718 – R$ 8.783.542,33 (Contrib. Prev. Serv. Terc Pessoa Física)
333904719 – R$ 154.486,50 (INSS Diárias)
333904720 – R$ 2.006.714,64 (Contrib. Prev. Serv. Terc. Pessoa Jurídica)
331910415 – R$ 10.065.961,35 (Obrigações Patronais Contr. Temp. Determ)*
331911302 – R$ 858.788.136,83 (Obrigações Patronais)
331911309 – R$ 28.924.431,48 (Seguros de Acidente do Trabalho)
333910415 – R$ 8.794.177,87 (Obrigações Patronais Contr. Temp. Determ)*
333914718 – R$ 130.530.554,01 (contrib. prev. serv. terc. pessoa física)
333914719 – R$ 13.933,60 (INSS DIÁRIAS)
333914720 – R$ 11.190.652,97 (Contrib. Prev. Serv. Terc. Pessoa Jurídica)

Quanto às contas 331900415, 333900415, 331910415 e 333910415 Obrigações Patronais incidentes sobre a contratação por tempo determinado, os valores constantes são aproximados tendo em vista que as mesmas registram outros encargos que não somente o INSS Patronal.

O registro da receita ocorre em natureza não intra-orçamentária. Assim, em razão da continuidade da ocorrência também verificada no exercício de 2008, foram realizadas reuniões com representantes da Setorial de Contabilidade do INSS, onde estão sendo mapeadas as rotinas e estudo de modificações no Sistema quanto aos códigos de pagamento objetivando solucionar os problemas advindos quando do recolhimento.

Ausência de Receita Salário-Educação Intra-Orçamentária

Em análise a transação Balancete foram identificados os registros concernentes as despesas com Salário-Educação, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sem o correspondente registro da receita intra-orçamentária. O montante de R$ 108.234.142,40 está assim discriminado:

331901304 – R$ 464,24 (Contribuição de Salário-Educação)
331911304 – R$ 108.233.678,16 (Contribuição de Salário-Educação)

A rotina de salário educação encontra-se em análise pela CCONT/STN e tem como objetivo a correção durante o exercício de 2010.

Ausência de Receita Serviço de Comunicação Intra-Orçamentária - EBC

Em análise a transação Balancete, foi constatado que órgãos pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estão realizando despesas na modalidade de aplicação 91, tendo como favorecida a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Esta empresa, do valor do documento, registra apenas o percentual de 20% como receita, a título de intermediação entre o veículo de comunicação e a unidade. Visando a solução da inconsistência, esta CCONT reuniu-se com os representantes da referida empresa e definiu que a parcela correspondente aos 80%, pagas ao veículo de comunicação, será registrada em despesa com a modalidade 90, sendo os 20% restantes pagos na modalidade 91 cujos procedimentos deverão ser adotados no exercício de 2010.

R$ 1,00

	VALOR
DIFERENÇA	2.199.684.983,85
Receita INSS não contabilizada como INTRA	-1.155.119.929,43
Receita Sal. Educação não contab. INTRA	-108.234.142,40
Receita Serv. Comunicação não cont. INTRA	-20.156.170,02
*Despesa Modalidade 91 total Serv. de Comunicação EBC	-45.560.342,06
DIFERENÇA A IDENTIFICAR	870.614.399,94

Notas:
*As consultas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Siafi Gerencial, considerando o somatório dos órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social nas operações intra-orçamentárias, considerando o mês de dezembro/2009 e a modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas – Operações Intra-Orçamentárias).
**As consultas foram elaboradas com base nos saldos constantes no Balanço Financeiro e Balancete para as Receitas Intra-Orçamentárias, considerando o somatório dos órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. No exercício de 2009 não houve registro para a receita de capital intra-orçamentária.

Transferência de direitos do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS para a Secretaria da Receita Federal do Brasil

O INSS (Órgão 37202 – INSS) transferiu em 30/11/2009 valores a receber no montante de R$ 123.303.862.883,26, reduzindo o Ativo Realizável a Longo Prazo em 31/12/2009. Esse montante refere-se aos Estoques Dos Créditos E Parcelamentos Administrativos, Contas: 12.222.00.00 – Créditos Parcelados e 12.226.00.00 – Débitos de Créditos Administrativos, nos montantes de R$ 33.183.309.558,83 e R$ 90.120.553.324,43, respectivamente, para as Unidades Gestoras (1ª Região Fiscal a 10ª Região Fiscal) sub jurisdição da Receita Federal do Brasil, conforme definido no art. 47, da Lei nº 11.457/2007, in verbis:

"Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado a:
I - transferir, depois de realizado inventário, do INSS, do Ministério da Previdência Social e da Procuradoria-Geral Federal para a Secretaria da Receita Federal do Brasil e para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional acervos técnicos e patrimoniais, inclusive bens imóveis, obrigações, direitos, contratos, convênios, processos administrativos e demais instrumentos relacionados com as atividades transferidas em decorrência desta Lei"; (grifos nossos)

Assim o valor do Ativo Realizável a Longo Prazo Da Receita Federal do Brasil (Órgão 25000 - Ministério da Fazenda) ficou aumentado pelo valor das transferências efetuadas pelo Instituto Nacional Do Seguro Social – INSS no montante de R$ 123.303.862.883,26.

Baixa contábil de Restos a Pagar pelo INSS por inscrição indevida

Em maio de 2009 o INSS efetuou a baixa contábil de cerca de R$ 4,9 bilhões relativo a Restos a Pagar que foram inscritos indevidamente em 2008. Estes valores tinham sido inscritos a maior no exercício de 2008, neste período o INSS não dispunha das informações de forma tempestiva do sistema da DATAPREV, deste forma o lançamento contábil da maciça competência dezembro 2008 foi contabilizado com base cálculos por estimativa, o que provocou a apuração deste valor a maior.

6.3.10. Aspectos inerentes às demonstrações

As demonstrações contábeis consolidados que compõem o BGU foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei n.º 4.320/64; no caso das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, as disposições da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações; e abrangem os órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais consolidadas foram eliminados:

- os valores de quaisquer contas decorrentes de transações entre as entidades incluídas na consolidação;
- as obrigações constantes na data do balanço patrimonial de uma das entidades (controladora ou controlada) com os direitos registrados na outra entidade referentes ao mesmo negócio.

Cabe mencionar que os valores excluídos não alteram a situação patrimonial, mas "inflam" os resultados consolidados. A exclusão foi realizada no SIAFI por meio da transação "CONCONSOL – Consulta Regras de Consolidação" com a exclusão de itens similares e de montantes iguais, que representam rubricas de movimentação interna. A visualização dos valores dos demonstrativos com ou sem a exclusão de itens de consolidação pode ser feita no SIAFI na transação BALANSINT – Balanço Sintético por órgão.

Para efeito de interpretação das demonstrações contábeis, considera-se Órgão o conjunto de parcelas do patrimônio geridas dentro do universo público, sujeitas a tomada ou prestação de contas, nos termos do princípio contábil da entidade estabelecido pela Resolução n.º 750/93, do Conselho Federal de Contabilidade. Órgãos e *Entidades* se diferenciam por estas possuírem personalidade jurídica própria (arts. 4º e 5º do Decreto-Lei nº 200/67).

6.3.11. Demonstrações Contábeis

Com o intuito de facilitar a interpretação das demonstrações contábeis, serão apresentadas notas explicativas referentes a cada uma delas, conforme descrição a seguir.

Balanço Orçamentário

A Lei Orçamentária Anual fixou a despesa para o exercício de 2009 em R$ 1.581.447.761.494,00, a qual sofreu alterações em decorrência de Créditos Adicionais aprovados, conforme segue:

- os Créditos Suplementares aprovados foram da ordem de R$ 96.566.141.890,00;
- os Créditos Especiais aprovados foram da ordem de R$ 18.968.060.960,00, tendo sido executados 55,08%, que correspondem a R$ 10.447.617.018,41;
- os Créditos Extraordinários aprovados foram da ordem de R$ 8.191.859.853,00, tendo sido executados 81,19%, que correspondem a R$ 6.651.224.356,64.
- As transferências recebidas no exercício estão registradas na coluna de Previsão Atualizada da Receita do Balanço Orçamentário, segregadas da seguinte forma:
- Transferências Correntes: previsão de R$ 304.760.147,00, tendo sido recebido 46,19%, correspondente a R$ 142.141.865,53;
- Transferências de Capital: previsão de R$ 149.780.856,00, tenso sido recebido 57,05%, correspondente a R$ 85.443.406,14.

As transferências realizadas constam dos grupos de natureza das Despesas Correntes e das Despesas de Capital, na coluna Dotação Atualizada da Despesa. O detalhamento das transferências foi extraído do SIAFI, transação "BALANSINT", Balanço Financeiro e estão assim dispostas:

- Transferências Correntes: no montante de R$ 179.011.822.327,39, segregadas em: Transferências a Estados Municípios: R$ 177.992.894.964,00 e Transferências ao Exterior: R$ 1.018.927.363,39.

- Transferências de Capital: no montante de R$ 3.332.705,58 referentes a Transferências ao Exterior: R$ 3.332.705,58.

As receitas intra-orçamentárias, decorrentes de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, estão dispostas nas tabelas constantes do item 3.1 (Análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social), conforme Quadro 3, Volume I, da LOA.

As despesas intra-orçamentárias empenhadas, por não constarem do Quadro 6 da LOA, serão apresentadas neste tópico conforme extração do SIAFI, por meio da transação "BALANSINT", Balanço Financeiro, com os seguintes montantes:

- *Despesas Correntes:* no montante de R$ 12.750.466.169,84, segregadas em Pessoal: R$ 12.140.895.645,24 e Outras Despesas Correntes: R$ 609.570.524,60;

- Despesas de Capital: no montante de R$ 1.103.736.157,68, segregadas em Investimentos: R$ 37.672.904,51 e Inversões Financeiras: R$ 1.066.063.253,17.

Do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, foram executados R$ 25.532.310.862,00 e do excesso de arrecadação das receitas foram executados R$ 96.906.035.598,00, conforme demonstrado na coluna de Previsão Atualizada da Receita do respectivo balanço.

Abertura de crédito por excesso de arrecadação em 2009

Aspectos Gerais

A abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação é viabilizada pela estimativa de receita efetuada anteriormente ao encaminhamento do crédito. O Balanço Geral da União apresenta a situação patrimonial, financeira e orçamentária ao final do exercício. Portanto, as diferenças entre a previsão da receita e a arrecadação fazem parte da dinâmica orçamentária.

No exercício de 2009, houve um valor relevante de créditos abertos por excesso de arrecadação, a despeito de, ao final do exercício, ter se verificado uma insuficiência de arrecadação. No entanto, a maior parte desses créditos (88,6%) decorreu de operações relacionadas à estratégia de financiamento da dívida pública federal.

Aspectos Técnicos da Previsão

Efetivamente, em termos técnicos, quando se encaminha propostas de abertura de créditos por excesso de arrecadação, a Secretaria de Orçamento Federal - SOF considera as estimativas elaboradas pelos órgãos pertinentes.

Como se trata de estimativas, mesmo dispondo de metodologias confiáveis, no exercício de 2009, ocorreram mais frustrações de arrecadação do que excessos. Sobre tais aspectos, seguem alguns esclarecimentos específicos:

- A arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil - RFB é estimada por aquela Secretaria. Dessa forma, no decorrer de 2009, quando a SOF enviou os projetos de abertura de créditos adicionais, a expectativa no início do exercício era de efetiva arrecadação adicional;

- As estimativas das receitas não administradas pela RFB são realizadas pelos respectivos órgãos arrecadadores. Tais receitas são fundamentalmente as arrecadadas nas fontes 48, 49, 50, 74, 75, 80, 81, 82, 95. Dois aspectos devem ser considerados neste caso: em primeiro lugar, usualmente as despesas à conta dessas fontes somente se realizam *se houver a respectiva arrecadação*, de modo que eventuais frustrações não acarretam qualquer necessidade de ajustes posteriores; outro aspecto relevante é que essas receitas são arrecadadas por diversos órgãos, de modo que pode haver excesso em um e frustração em outro, o que justifica a abertura de créditos adicionais naqueles que arrecadaram a mais.

- Nos casos das fontes 34 e 41 (compensações), são avaliados *melhor* os fatos, inclusive para evitar falhas futuras dessa natureza;

- No caso da fonte 52 (RESULTADO BACEN), é necessária também avaliação prévia. No entanto, a partir do segundo semestre de cada ano, essa receita não necessita mais ser estimada, visto que os dados do valor efetivo devido pelo Banco Central já são conhecidos.

Fontes 43 e 52

Trata-se de fontes utilizadas nas políticas macroeconômicas do Tesouro Nacional e Banco Central. A primeira, "Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal", é utilizada para a manutenção do equilíbrio fiscal e a outra, "Resultado do Banco Central", para a atividade cambial.

Ocorreu que, após o 1º quadrimestre de 2009, quando se verificou um excesso de arrecadação na fonte 52 no valor de R$ 161.975.903.379,97 e o consequente valor aberto no orçamento, optou-se, conforme estratégia de financiamento da dívida pública, por não emitir títulos do tesouro, levando a uma "insuficiência" de arrecadação na

fonte 43 no valor de 167.459.761.582,60, em relação ao alocado na LOA.

Também em decorrência disso, houve um cancelamento de dotações nessa fonte no valor de R$ 118.149.974.656,00, principalmente a partir do mês de outubro.

Observa-se, portanto, um efeito substituição entre fontes, não necessariamente em valor idêntico, mas bem próximos. Dessa forma, a abertura de crédito por excesso de arrecadação na fonte 52, no valor correspondente de R$ 85.833.503.843,00, correspondeu a 88,6% do valor total dos créditos orçamentários abertos por Excesso de Arrecadação no exercício de 2009.

DIFERENÇA ENTRE A DOTAÇÃO ATUALIZADA E A PREVISÃO ATUALIZADA DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Verificou-se, no Balanço Orçamentário do exercício de 2009, desequilíbrio entre os valores totais das colunas Previsão (Receita) e Dotação (Despesa). Esta somou R$ 1.705.174 milhões e aquela, indevidamente, R$ 1.703.886 milhões. Essa diferença se justifica por falhas no processamento eletrônico de alguns créditos adicionais originados de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício.

Assim, em vez de se registrar o controle de abertura de crédito orçamentário decorrente de superávit financeiro (que se somaria a coluna da Previsão), sensibilizou-se o controle de abertura de crédito orçamentário decorrente de anulação de dotação (que, em termos quantitativos, não altera o valor da coluna Dotação, e nem da Previsão).

Menciona-se, por exemplo, a escrituração do decreto, de 30 de julho de 2009, que abriu ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor de R$ 1.277.319.942,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária então vigente.

Enfatiza-se que procedimentos para a correção dessa falha serão implementados no exercício financeiro de 2010.

Balanço Financeiro

Do lado dos Dispêndios são demonstradas as despesas pagas e não pagas, sendo que, em relação a estas últimas, embora estejam demonstradas como saídas, ainda não ocorreu o efetivo pagamento da despesa.

Essa distorção é corrigida da seguinte forma: as despesas não pagas, ou seja, os Restos a Pagar do exercício, são demonstrados como Ingressos extra-orçamentários, para compensar a sua inclusão como despesas orçamentárias (parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/64).

Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas (artigo 36 da Lei nº 4.320/64).

Balanço Patrimonial

As contas do Ativo são dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do Passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.
O Ativo Financeiro corresponde a R$ 531.258.765.890,25 e o Passivo Financeiro a R$ 165.906.685.727,80. O valor resultante da diferença entre esses grupos corresponde à fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte.

O Patrimônio Líquido[3], que corresponde ao resultado patrimonial (diferença apurada entre o Ativo Real[4] e o Passivo Real) dos órgãos da administração direta, cabe mencionar as seguintes informações sobre as contas que o compõem:

- Patrimônio/Capital: estas contas destinam-se a registrar o investimento efetuado pelos acionistas nos órgãos/entidades da administração indireta, como as empresas públicas e as sociedades de economia mista. De 2008 para 2009 houve uma evolução de 156,25% (R$ 445.176.282.241,14/R$ 178.581.587.932,36);

- Capital Realizado: registra o valor do capital realizado/integralizado nos órgãos/ entidades da administração indireta, pelos acionistas. Em 2009 esta conta apresenta realização do capital das seguintes órgãos/entidades: Empresa Brasil de Comunicação, vinculada à Presidência da República; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e da Companhia Nacional de Abastecimento, ambas vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Nuclebras Equipamentos Pesados S/A e Indústrias Nucleares do Brasil S/A, ambas vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia; Fundo de Compensação e Variações Salariais e Fundo de Garantia à Exportação, ambos vinculados ao Ministério da Fazenda; Hospital de Clínicas de Porto Alegre, vinculado ao Ministério da Educação; Fundo Nacional de Desenvolvimento e Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade, ambos vinculados ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e Empresa de Pesquisa Energética, ambas vinculadas ao Ministério de Minas e Energia; Hospital Cristo Redentor S/A, Hospital Femina S/A e Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A, vinculados ao Ministério da Saúde; Valec Engenharia, Construções e Ferrovia, vinculada ao Ministério dos Transportes; Companhia de Desenvolvimento de Barcaren, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente; Instituto de Colonização e Reforma Agrária, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário; Comando do Exército, vinculado ao Ministério da Defesa; Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, vinculada ao Ministério da Integração Nacional; Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre e

[3] As contas Capital Realizado, Capital Social Subscrito, Capital a Realizar e Cotas em Tesouraria foram incluídas no SIAFI em 2008.
[4] O Ativo Real corresponde ao somatório do Ativo Financeiro e do Ativo Não Financeiro. O Passivo Real corresponde ao somatório do Passivo Financeiro e do Passivo Não Financeiro.

Companhia Brasileira de Trens Urbanos, vinculadas ao Ministério das Cidades;

- Capital Social Subscrito: registra o valor do capital subscrito[5] dos órgãos/ entidades da administração indireta, pelos acionistas. Em 2009 esta conta apresenta a subscrição do capital dos orgaos/entidades listados no item "b".

- Capital a Realizar: é uma conta retificadora que destina-se a registrar o valor do capital subscrito a realizar/integralizar dos órgãos/entidades da administração indireta, pelos acionistas. Em 2009 esta conta apresenta o valor de (R$ 132.165.923,46) referente à Empresa Brasil de Comunicação vinculada à Presidência da República e (R$ 42.000,00) referente ao Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia;

- Cotas em Tesouraria: é uma conta retificadora que destina-se a registrar o valor da cota em Tesouraria dos órgãos/entidades da administração indireta, ou seja, das ações ou cotas que foram adquiridas pela própria entidade. Em 2009 esta conta apresenta o valor de (R$ 776.884.561,19) referente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

- Ajustes de Avaliação Patrimonial: registra as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência. Em 2009 esta conta apresenta o valor de R$ 1.882.949,88 em ajustes realizados em entidade vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia;

- Ajustes do Patrimônio/Capital: registra o valor do resultado apurado por extinção, cisão ou fusão de unidade gestora executora durante o exercício. Em 2009 esta conta apresenta o total de R$ 8.477.178,66 referente a ajustes realizados em Unidades Gestoras dos seguintes ministérios: Fazenda, Minas e Energia, Previdência Social, Relações Exteriores, Transportes e Defesa;

- Resultado do Período: registra o resultado patrimonial decorrente das variações ocorridas no patrimônio, representadas pela diferença entre as variações ativas e passivas orçamentárias e extra-orçamentárias apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Demonstração das Variações Patrimoniais

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, ou seja, transações representadas pelos fatos modificativos.

Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, ou seja, transações representadas pelos fatos permutativos decorrentes da execução das receitas e despesas orçamentárias. Esses fatos são representados por entrada (receita) ou saída (despesa) de recursos trocados por patrimônio (bens, direitos ou obrigações).

Para um melhor entendimento da finalidade desse demonstrativo, pode-se dizer que ele tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício da área empresarial, qual seja a de apurar as alterações verificadas no patrimônio.

A Demonstração do Resultado do Exercício apresenta apenas as variações quantitativas, enquanto que a Demonstração das Variações Patrimoniais apresenta as variações quantitativas e qualitativas de forma separada.

O resultado apurado (déficit de R$ 105.824.067.334,14) está demonstrado no Patrimônio Líquido pela conta Resultado do Período, representado pela diferença entre as variações ativas e passivas orçamentárias e extra-orçamentárias.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A DMPL permite, entre outros aspectos, avaliar a evolução dos itens que compõem o patrimônio líquido, em complemento ao Anexo de Metas Fiscais integrantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, artigo 4º, § 2º. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O Patrimônio sofreu uma redução de 23,80% principalmente em função do Resultado do Período apurado em 2009 na Demonstração das Variações Patrimoniais.

[5] A subscrição é o ato através do qual o interessado formaliza sua vontade de adquirir um valor mobiliário. (Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, 7ª ed. Atlas: São Paulo, 2008).

PARTE VII

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TCU REFERENTES ÀS CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA - EXERCÍCIO DE 2008

PARTE VII - PROVIDÊNCIAS ADOTADAS SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS CONTAS DO GOVERNO DA REPÚBLICA - EXERCÍCIO DE 2008

7.1 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO

Recomendação: Ao Poder Executivo que adote providências com vistas ao estabelecimento de sistema de custos para avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial de que trata o § 3º, do art. 50, da Lei Complementar n.º 101/2000.

7.1.1. No âmbito do Ministério da Fazenda

O Tribunal de Contas da União – TCU determinou ao Ministério da Fazenda, por meio do Acórdão nº 3895/2009, que indique duas datas e pontos de controle para acompanhamento da implementação da operacionalização do Sistema de Custos da *Administração Pública Federal.*

Esta resposta aborda as ações realizadas no âmbito do Ministério da Fazenda relacionadas à implantação do projeto denominado PROTÓTIPO EXPLORATÓRIO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS, nova ferramenta para mensuração de custos do Governo Federal, projeto que foi iniciado em 15/04/2009.

Este projeto atenderá a necessidade de um sistema de informação de custos, auxiliando decisões gerenciais, comparações entre custos de atividade ou serviços. Essa ferramenta visa à melhora dos serviços *públicos*, bem como a avaliação da eficácia, eficiência, economicidade e dos resultados do uso de recursos na realização desses serviços.

Para a implementação de um sistema de custos para a Administração Pública Federal é necessário proceder a alguns ajustes para a adequação dos aspectos conceituais relacionados ao orçamento público e contabilidade aplicada à administração pública e à contabilidade para levantamento dos custos dos *programas e unidades* governamentais. Os quatro principais desafios de implementação do sistema de contabilidade de custos na Administração Pública Federal são o desafio do sistema orçamentário, do regime contábil e da alocação e a falta de uma estrutura administrativa para a gestão de custos.

a. Desafio do sistema orçamentário - A escrituração da execução orçamentária no âmbito do Governo Federal, aparentemente, poderia indicar que existe uma facilidade *para se alocar os* gastos aos *programas* e unidades com a utilização da classificação institucional e programática baseada em programa, projeto/atividade e unidade administrativa. Entretanto, em decorrência da dificuldade de introdução do conceito de programa, gastos de apoio administrativo e de pessoal deixaram de ser inicialmente planejados diretamente no programa finalístico ou de gestão de políticas públicas. Os gastos de apoio administrativo englobam ações de natureza tipicamente administrativa como, por exemplo, a administração de recursos humanos, a manutenção e conservação de bens imóveis, a manutenção de serviços de transporte, a manutenção de serviços gerais e as ações de informática. Apesar do programa de apoio administrativo colaborar para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos ou de gestão de políticas públicas e demais programas, suas despesas, até o momento, não são associadas a esses programas. Em decorrência, não é possível se ter conhecimento de quanto de recurso foi consumido para se atingir os resultados dos programas finalísticos ou de gestão. O fato de as despesas com apoio administrativo, como as de pessoal, não estarem alocadas aos programas finalísticos ou de gestão impossibilita a avaliação dos programas governamentais.

b. Desafio do regime contábil - Os custos na Administração Pública são representados tanto por fatos resultantes como independentes da execução orçamentária. Quanto aos fatos resultantes da execução orçamentária, *de maneira geral, o fato gerador da despesa* pública ocorre no momento do estágio da liquidação. Entretanto, na Administração Pública existem situações em que ocorre o fato gerador mas não é registrada a despesa orçamentária. Também acontece o contrário: há *situações em que se empenha, liquida e paga sem que* tenha ocorrido o fato gerador. Na Administração Pública ainda não está consolidada a prática de contabilização de fatos que independem da execução orçamentária. É o que ocorre com a depreciação de bens móveis e imóveis, que *representa custo da administração pública e que não* consta dos registros contábeis da maioria dos órgãos públicos. Torna-se necessário, portanto, que sejam efetuadas estimativas para a apuração e alocação dos custos dos fatos que independem da execução orçamentária.

c. Desafio da alocação - Um aspecto *criticado na* contabilidade de custos refere-se ao grau de arbitrariedade existente no processo de alocação. Esse problema decorre da existência dos denominados custos comuns, ou seja, custos que guardam uma relação com mais de um objeto de custo. Em algumas situações específicas, como é o caso dos denominados custos conjuntos, não existe um critério de alocação que possa ser considerado plenamente defensável. De certa forma, quanto maior a proporção dos custos comuns, menos precisa *será a informação de custo. Num processo de* alocação, o especialista em custo pode selecionar um critério que nem sempre guarda uma relação de causa e efeito com o objeto do custo.

d. *Desafio da falta de estrutura – É necessário a* instituição de um Órgão Central de Custos no âmbito do Governo Federal com as atribuições de: normatizar os padrões mínimos a serem observados no desenvolvimento e operacionalização dos sistemas de custos; monitorar o desenvolvimento e implantação de sistemas de custos sob a responsabilidade de cada organização federal; dar orientação técnica aos órgãos e entidades, no que couber, sobre mensuração e gestão de

custos; promover a gestão do conhecimento em custos; coordenar ações de capacitação em gestão de custos.

O protótipo está sendo desenvolvido a partir dos dados dos seguintes sistemas estruturadores: SIAFI, SIGPLAN e SIAPE. No âmbito deste protótipo não serão realizadas quaisquer alterações nos sistemas estruturadores. O protótipo trata-se de um Data Warehouse construído a partir das bases de dados dos sistemas estruturadores. Desta forma, o protótipo não deverá conter módulos transacionais, haja vista que o objetivo é apenas leitura e agregação de dados.

Como ponto de partida, contratou-se consultoria com o SERPRO encomendando estudos dos sistemas SIGPLAN, SIAPE e SIAFI, cujo objetivo foi o nivelamento de conceitos e conhecimento sobre os dois primeiros sistemas, que não estão sob a gestão da STN, e a identificação de possíveis ligações existentes entre os sistemas. Estes estudos foram realizados e aprovados pela STN.

No momento, a Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda (SE/MF) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF) estão realizando trabalhos de especificação do Data Warehouse.

A modelagem inicial foi entregue pelo SERPRO ao Ministério da Fazenda. Em dezembro de 2009 a Secretaria do Tesouro Nacional iniciou a fase da homologação do sistema. Esta fase de homologação está prevista para terminar em meados de março de 2010. O Ministério do Planejamento, por meio da SPI e da SRH, também participará desta homologação visando verificar a consistência dos dados do SIGPlan e do SIAPE.

Esta modelagem inicial do sistema foi apresentada no III Seminário de Custos que ocorreu nos dias 03 e 04 de Dezembro de 2009 na ESAF. Após o término da fase de homologação, a Secretaria do Tesouro Nacional iniciará a fase de capacitação do sistema para uso pelos órgãos da Administração Pública Federal. A liberação do sistema para utilização pelos órgãos está prevista para junho de 2010.

7.1.2. No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Em decorrência de entendimentos mantidos entre os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão com vistas à utilização de informações de custos no processo decisório dos órgãos do Governo Federal, foi editado o Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009. Referido Decreto dispôs sobre o Sistema de Contabilidade Federal e fixou entre as competências atribuídas ao órgão central do referido Sistema a de manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Nesse sentido, encontram-se em andamento, sob coordenação do Ministério da Fazenda, os trabalhos para o desenvolvimento de sistema de custos para utilização nos órgãos do governo federal.

7.2 - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Recomendação: Ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP que adote as providências cabíveis para que o orçamento contemple o disposto no inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que determina a aplicação, na Região Centro-Oeste, nos vinte e cinco anos subseqüentes à promulgação da Carta Magna, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação.

A programação orçamentária do Ministério da Integração Nacional constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2010 foi elaborada de forma a ensejar o cumprimento do art. 42, inciso I, do ADCT, conforme pode ser verificado no Anexo III das Informações Complementares ao PLOA 2010, encaminhado por meio da Mensagem Presidencial nº 750, de 15 de setembro de 2009. Do montante total de recursos destinados à irrigação, no valor de R$ 564.784.742, R$ 112.998.448 foram destinados à Região Centro-Oeste em cumprimento à destinação do mínimo de 20% dos recursos na Região Centro-Oeste.

Recomendação: Ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP que, como órgão responsável pelo monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual - PPA, conforme dispõe o art. 1º, § 3º, do Decreto nº 6.601, de 10/10/2008, adote as providências cabíveis, inclusive junto aos órgãos setoriais de planejamento e orçamento, no sentido de:

a) registrar no SIGPlan a despesa liquidada de acordo com o conceito da Lei nº 4.320/1964;

b) reduzir o volume de inconsistências entre as execuções orçamentária e física constatada nos registros do SIGPlan;

c) serem inseridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan todas informações relativas aos indicadores dos programas, especialmente seus índices, com vistas a possibilitar análise do desempenho destes;

d) realizar análise das razões que levam à situação identificada quanto ao descasamento das execuções física e financeira e quanto à falta de informação relativa aos indicadores de programas.

a) A partir do ano base 2009, o registro da despesa liquidada no SIGPlan está compatível com o conceito da Lei nº 4.320/1964.

As providências adotadas a seguir apresentam informações que contemplem as alíneas "b", "c)" e "d)", uma vez que estas se fundamentam por razões associadas ao possível descasamento das execuções física e financeira e à falta de informação relativa aos indicadores de programas. Sob esse contexto, a SPI vem organizando e promovendo duas principais frentes de atuação: uma relacionada à concepção dos programas; e outra associada a um referencial para a construção de indicadores de programas.

Deste modo, tem-se a especificação das providências adotadas em relação a essa recomendação.

A primeira refere-se à metodologia já experimentada e numa versão mais consolidada para a qualificação do desenho dos programas por meio da análise do Modelo Lógico, que em sua versão para 2009, incorpora elementos que ampliam a identificação das relações causais entre as ações dos programas e os resultados pretendidos, assim, criando condições para que se possa avaliar melhor os efeitos dos mesmos. Ao mesmo tempo proporcionou maior flexibilização na aplicação dessa metodologia por parte *dos órgãos responsáveis por programas do PPA mediante* estratégia de descentralização do Modelo Lógico para realização via ENAP, gerando avanços na capacidade de gestão por resultados e instituindo entendimento comum entre os principais interessados no programa quanto à sua estrutura e resultados, uma vez que possibilitará a constituição da documentação que explique a teoria do programa e dê base para o conhecimento sobre a natureza, gravidade e extensão do problema ou demanda da sociedade que o originou, proporcionando a organização das *informações relativas ao funcionamento*, ou seja, como se pretende intervir e com que recursos, estratégias e ações.

A segunda tem uma conotação mais orientativa e de cunho conceitual, centrada na constituição dos indicadores de programas e, neste sentido, tem-se avançado na elaboração de dois documentos basilares: o Marco Conceitual e o Guia Metodológico para Indicadores de Programas do PPA, que são versões de instrumentos que pretendem *consolidar* as menções que venham a sustentar um entendimento uniforme e harmonizado desse assunto e, assim, constituam em elementos que proporcionem o conhecimento para a produção de informações relativas aos indicadores de programas por parte dos Gerentes e Gerentes Executivos.

Em relação à existência de informações *quanto aos* atributos dos indicadores de programas, deve-se registrar que todos apresentam unidade de medida e periodicidade. *Além disso*, 99,7% apresentam fonte, 99,5% fórmula de cálculo e 99,6% base geográfica. Tendo em vista relatos frequentes de usuários do SIGPlan, foi disponibilizada por meio do roteiro de avaliação de programas a possibilidade de inserir os índices apurados dos indicadores, além do prazo de fechamento do módulo de monitoramento, o que permitiu ampliar o grau de apuração. *Até fevereiro de 2009, momento de fechamento do SIGPlan, cerca de 27%* dos índices estavam apurados. Em julho de 2009 esse índice saltou para cerca de 75%.

Finalmente, nota-se que a concepção do PPA não prevê uma parametrização entre o realizado físico e financeiro. Entende-se, dessa forma, que cada ação apresenta peculiaridades na sua implementação, não se observando, necessariamente, um desempenho proporcional entre físico e financeiro.

7.3 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Recomendação: *Ao Ministério da Integração Nacional – MI que aplique o mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.*

A Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional reconhece que a baixa execução em projetos de irrigação na Região Centro-Oeste ainda está aquém do estipulado legalmente, *entende ser necessário fazer referência* a algumas razões para este nível de efetividade de atendimento encontrado e informar o esforço que está sendo realizado para superar entraves ao cumprimento do indicado no Art. 42 do ADCT.

- processo de elaboração do Orçamento da União está estruturado com base no Sistema de *Planejamento e* Orçamento Federal, regulamentado pela Lei 10.180, de 06 de fevereiro de 2001. Nesse sentido, cabe aos órgãos setoriais de orçamento submeter ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão suas propostas orçamentárias setoriais. Este, por sua vez, tem que compatibilizar essas propostas com as prioridades gerais do Governo Federal e com a disponibilidade de receitas orçamentárias antes do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o Congresso Nacional - CN. Como *resultado desse processo*, tem sido recorrente o envio de propostas orçamentárias ao CN que não prevêem recursos suficientes para o atendimento do disposto no Art. 42 do ADCT;
- No entanto, os valores consignados para a irrigação no Centro Oeste encontrados nas Leis Orçamentárias Anuais para os exercícios de 2008 e 2009 alcançaram o valor de R$ 106,0 milhões (cento e seis milhões de reais) e R$ 136,0 milhões (cento e trinta e seis milhões de reais) respectivamente, que repõem o *nível de 20% do total para destinação ao Centro-*Oeste, e que foram definidos a partir de emendas genéricas apontadas pelos Relatores do Projeto de Lei Orçamentária com base em negociações promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste;
- A disponibilidade de recursos orçamentários, contudo, não garante o efetivo aporte de tais valores a programas e projetos de irrigação demandados pelas Unidades da Federação do Centro-Oeste, uma vez que todas as aplicações e transferências da União *dependem* não só da existência de limites orçamentários e financeiros para empenho dos recursos e posterior liberação, segundo as normas que embasam tais transferências, mas também da apresentação de propostas caracterizadas como viáveis de implementação pelos entes Estaduais e Municipais;
- Ademais, é necessário *limite orçamentário para* empenho destinado ao Ministério da Integração Nacional - MI pelos Decretos de Programação Orçamentária e Financeira em valor suficiente para viabilizar a execução das despesas com a irrigação no Centro Oeste no percentual estipulado pela Constituição Federal. Nesse sentido, deve ser

considerado que grande parte das despesas com irrigação destinadas a outras regiões estão priorizadas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, não havendo restrição de limites orçamentários para sua execução. Adicionalmente, há de se considerar que duas Unidades Orçamentárias do MI têm atribuições na área de irrigação, mas atuação restrita em grande parte a região Nordeste. Não é viável a paralisação ou redução do volume de atividades dessas Unidades ou relativas ao PAC no sentido de reduzir o volume de gastos com irrigação fora da região Centro Oeste e com isso facilitar o cumprimento do percentual estabelecido pela Constituição para os gastos de irrigação nessa região;

- Em conjunto com os valores agregados à economia regional pelo Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FCO e com aqueles oriundos de outras inversões vinculadas ao Orçamento da União, as aplicações obrigatórias em projetos de irrigação constituem um instrumento determinante da alavancagem de recursos privados direcionados à produção agropecuária e mesmo a toda a cadeia produtiva do agronegócio;
- É importante salientar que a não liberação de tais recursos impede, ou ao menos dificulta muito, a liberação de licenças ambientais para projetos de produção privada, impedindo a tramitação de propostas de financiamento junto à rede bancária, inclusive no que diz respeito ao FCO;
- Os projetos em carteira, por sua vez, são necessários ao suporte e sustentabilidade das demandas por água em projetos de irrigação. Com sua não implantação, geram a impossibilidade de negociação de recursos de crédito para a implantação dos projetos privados agregados a cada uma das estruturas de abastecimento não suportadas.

Para cumprir com a determinação do Art. 42 – ADCT, a União deverá liberar limites orçamentários e financeiros, suficientes, que permitam atender aos projetos em carteira, viabilizando, simultaneamente, a suspensão de ações eventualmente abertas em seu desfavor e abrindo espaço para a negociação de uma agenda plurianual de investimentos, inclusive em identificação de oportunidades e em projetos básicos e executivos que permitam novas aplicações em infra-estruturas de suprimento de água.

Alternativamente, a inclusão de projetos de irrigação do Centro Oeste no PAC, o que viabilizaria a destinação de limites orçamentários suficientes à sua execução, ou a caracterização dessas programações como despesas obrigatórias, o que eliminaria a necessidade da destinação de limites orçamentários para sua execução, seriam iniciativas que muito contribuiriam para a viabilidade do cumprimento do dispositivo constitucional.

Ao Ministério da Integração Nacional coube, nos exercícios de 2008 e 2009, por meio de Avisos específicos, indicar e alertar os Ministérios da Fazenda e do Orçamento e Gestão, e a Casa Civil da Presidência da República sobre a necessidade de liberação dos limites orçamentários vinculados aos Programas Orçamentários que suportam os investimentos em irrigação na região Centro-Oeste, de modo a caracterizar as demandas em carteira passíveis de atendimento, sem, contudo, ter sido atendido.

7.4 - PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS

7.4.1. Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério das Relações Exteriores

Recomendação: À Secretaria de Orçamento Federal – SOF do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda – MF e a setorial orçamentária do Ministério das Relações Exteriores – MRE, analise a possibilidade de instituição de mecanismos que corrijam as distorções geradas por alterações cambiais na execução orçamentária.

No âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Foram realizados encontros e tratativas entre a SOF e a STN para solução do assunto. No entanto, embora diversas propostas tenham sido apresentadas nessas ocasiões, nenhuma se mostrou suficiente para a completa solução dos problemas existentes. Dessa forma, as duas Secretarias mantêm o assunto em pauta, até que se encontre solução tecnicamente viável.

Cabe acrescentar que, ao longo do exercício de 2009, a variação cambial foi favorável ao processo de execução orçamentária de forma que não se verificaram inconsistências entre o valor do orçamento aprovado pelo Poder Legislativo e o correspondente valor, em Reais, das despesas executadas pelo Ministério das Relações Exteriores em moedas estrangeiras.

No âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda

A Secretaria do Tesouro Nacional em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal está envidando estudos sobre este fenômeno: efeito da rotina de variação cambial no SIAFI sobre a dotação orçamentária da despesa na setorial orçamentária do MRE *versus* a execução desta despesa em unidades gestoras do exterior. Ocorre que a dotação orçamentária é disponibilizada aqui no Brasil, pois a setorial orçamentária desta dotação está no MRE, portanto em moeda real. Em seguida, esta setorial efetua a descentralização do crédito orçamentário para as unidades do exterior. Junto com o crédito orçamentário é enviado o financeiro. Para envio do financeiro, a setorial financeira efetua a compra de dólares no Banco do Brasil e coloca os mesmos em contas bancárias das unidades gestoras no exterior.

As unidades gestoras do exterior, de posse do crédito orçamentário e do financeiro em dólares, efetuam a execução da despesa: efetuam o empenho da despesa utilizando a mesma taxa do dólar do recebimento do crédito por descentralização. Depois efetuam a

liquidação da despesa utilizando outras taxas de câmbio conforme o dia da operação e, finalmente, efetuam o *pagamento em dólares aos fornecedores.*

Portanto, já entre a fase da disponibilização do orçamento e sua respectiva execução no exterior ocorre variação da taxa de câmbio. Além disso, existe no SIAFI uma rotina automática que atualiza os saldos contábeis do Balancete efetuando a variação da taxa de câmbio entre o dia da execução até o dia da geração do Balancete, sendo a última atualização realizada com a taxa do fechamento do exercício financeiro, isto é 31/12.

Desta forma, quando se compara os valores da dotação orçamentária que está em reais *versus* a execução que está na moeda local da unidade gestora no exterior, ocorre a conversão automática no SIAFI desta moeda do exterior para reais, na data da consulta. Então surge a diferença entre a dotação e o executado, sendo que o executado pode estar a menor ou a maior que a dotação em função da oscilação da taxa do câmbio.

Visando buscar a melhor solução para o problema apontado, estudos estão sendo realizados e, num primeiro momento, já existem três propostas, quais sejam:

Alternativa 1: criação no SIAFI de rotina contábil para lançamento dos efeitos da oscilação da variação cambial entre a dotação orçamentária e sua respectiva execução. Esta alternativa terá uma conta contábil *que demonstrará* a variação cambial, e esta conta evidenciará a diferença entre a dotação e a execução quando esta for fruto do oscilação da taxa do câmbio;

Alternativa 2: A Secretaria de Orçamento criar mecanismo para efetuar dotações adicionais para o MRE visando suprir o efeito da variação cambial. Nesta alternativa esta dotação serviria apenas para recompor o efeito da oscilação da taxa de câmbio na dotação;

Alternativa 3: Retirar no SIAFI as contas contábeis do sistema orçamentário da rotina automática de atualização dos saldos contábeis do Balancete. Desta forma, as contas que controlam o orçamento não sofreriam o efeito da *variação cambial, apenas ocorreria a conversão pela taxa* da data da operação. Nesta alternativa teríamos que garantir no sistema que a taxa da execução da despesa teria que ser a mesma taxa da descentralização do crédito orçamentário.

Ressalte-se que ainda não há decisão quanto a melhor das alternativas, podendo inclusive surgir novas propostas de solução para o problema.

Diante disto, em 2010 esta Secretaria do Tesouro Nacional em conjunto com a SOF e o MRE continuará os esforços visando a solução definitiva do problema, com o horizonte para as correções no SIAFI ocorrerem na entrada do SIAFI2011, isto é, 01 de janeiro de 2011.

No âmbito do Ministério das Relações Exteriores

A Secretaria do Tesouro Nacional em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal e com o Itamaraty estão envidando estudos sobre a possibilidade de instituição de mecanismos que corrijam as distorções geradas por alterações cambiais na execução orçamentária.

A setorial orçamentária do Itamaraty efetua a descentralização dos créditos orçamentários em Reais para as unidades no exterior junto com o financeiro. Para o envio do financeiro, a setorial financeira efetua a compra de dólares no Banco do Brasil e deposita-os em contas bancárias das unidades gestoras no exterior.

As unidades gestoras no exterior, *de posse do crédito* orçamentário e do financeiro em dólares, efetuam a execução da despesa utilizando a mesma taxa do dólar do recebimento do crédito por descentralização. A liquidação da despesa, porém, é feita posteriormente utilizando outras taxas de câmbio conforme o dia da operação. Daí então é efetuado o pagamento em dólares aos fornecedores.

Nesse intervalo, entre a fase da entrada do orçamento e sua respectiva execução no exterior, *ocorre uma variação* da taxa de câmbio. Além disso, existe no SIAFI uma rotina automática que atualiza os saldos contábeis do Balancete efetuando a variação da taxa de câmbio entre o dia da execução e o dia da geração do Balancete, sendo a *última atualização realizada com a taxa do fechamento* do exercício financeiro, isto é 31 de dezembro.

Dessa forma, quando se comparam os valores da dotação orçamentária em Reais com a execução em moeda local *da unidade gestora no exterior, ocorre a conversão* automática no SIAFI da moeda estrangeira para Reais, na data da consulta. Então surge a diferença entre a dotação e a execução, sendo que o valor executado pode ser superior ou inferior ao da dotação em função da *oscilação da taxa do câmbio.*

Visando alingir a melhor solução para o problema apontado, o setor competente do Itamaraty, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional, analisa três propostas existentes:

1) criação, no SIAFI, de rotina contábil para lançamento dos efeitos da oscilação da variação cambial entre a dotação orçamentária e sua respectiva execução. Nesta alternativa há uma conta contábil que demonstrará a variação cambial e justificará a diferença entre a dotação e a execução quando esta for fruto do oscilação da taxa do câmbio;

2) a Secretaria de Orçamento estuda criar mecanismo para efetuar dotações adicionais para o MRE visando suprir o efeito da variação cambial. Nessa alternativa essa dotação serviria apenas para *recompor o efeito da* oscilação da taxa de câmbio;

3) retirar, no SIAFI, as contas contábeis do sistema orçamentário da rotina automática de atualização dos saldos contábeis do Balancete. Dessa forma, as contas

que controlam o orçamento passariam a não sofrer o efeito da variação cambial; apenas ocorreria a conversão pela taxa da data da operação. Trata-se, neste caso, de garantir, no sistema, que a taxa da execução da despesa seja idêntica à taxa da descentralização do crédito orçamentário.

7.5 - PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS

7.5.1. Casa Civil da Presidência da República e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Recomendação: À Casa Civil da Presidência da República que se articule com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP no sentido de elaborar um plano de ação para fortalecer os sistemas de planejamento, avaliação, monitoramento e controle da Administração Pública.

No âmbito da Casa Civil

A implementação de providências com vistas a sanar a impropriedade apontada é da alçada do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi encaminhada cópia da Nota ao Chefe de Gabinete, solicitando que as providências adotadas sejam encaminhadas aos órgãos de controle.

No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP

Providências adotadas pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI

Houve instituição da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual (CMA), na forma prevista na alínea "c" do inciso I do art. 2º do Decreto nº 6.601, de 2008, mediante a Portaria MP Nº 66, de 1º de abril de 2009, com competências, dentre outras, de elaborar diretrizes gerais relativas ao monitoramento e à avaliação das políticas e dos programas públicos no âmbito do Poder Executivo e acompanhar as iniciativas de monitoramento e avaliação desenvolvidas pelos órgãos setoriais, de modo a promover o aperfeiçoamento do sistema.

É uma instância colegiada de gestão no nível estratégico do PPA, composta por representantes dos órgãos do Poder Executivo Federal, sendo integrante desta CMA a Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), por meio de representantes titulares e suplentes da Subchefia de Articulação e Monitoramento (SAM) e da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG). O mencionado órgão, constituído para o PPA 2008/2011, com diferenciais em relação ao modelo anterior, caracteriza um aprimoramento para seu funcionamento por intermédio da formatação de duas Câmaras Técnicas que auxiliarão no desempenho de suas atribuições, uma de Monitoramento e Avaliação (CTMA) e outra de Projetos de Grande Vulto (CTPGV).

Além deste aspecto de estrutura organizacional, tem a consideração quanto a formulação de seu Regimento Interno, aprovado na forma do Anexo da Portaria MP Nº 183, de 7 de julho de 2009, em que se destaca a definição de funcionamento, o papel e as competências das respectivas Câmaras Técnicas, com ênfase que passam a integrar a CTMA as escolas de governo, no âmbito do Poder Executivo Federal (ENAP e ESAF), o que proporciona condições associadas à promoção do desenvolvimento e da disseminação de metodologias e orientações que subsidiarão o aperfeiçoamento da gestão do PPA e do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) para que sejam acompanhadas de formatação de eventos de capacitação ou transferências de conhecimento como meio auxiliar de consolidação e uniformização de procedimentos e processos que tenham a finalidade de apoiar o desenvolvimento do Plano e instrumentalizar o seu monitoramento e avaliação.

Neste sentido, a característica da providência adotada para essa recomendação está no fato de que a SPI como Secretaria-Executiva da CMA e das Câmaras Técnicas pode utilizar o aspecto colegiado e representativo desse órgão para promover a articulação com a CC/PR no sentido de estabelecer as diretrizes e parâmetros gerais que possam conduzir a elaboração de um plano de ação que respalde o fortalecimento dos sistemas de planejamento, avaliação, monitoramento e controle da Administração Pública sob uma ótica alinhada aos pressupostos da visão de longo prazo que norteia o PPA e dos respectivos Objetivos de Governo. No exercício de 2009 foram realizadas quatro reuniões da CMA. Registra-se ainda a importância do Comitê de Gestão do PPA como articulador de órgãos do Poder Executivo em seu nível estratégico.

O Comitê é integrado por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e está previsto no Decreto nº 6.601, de 10 de outubro de 2008, que trata do Modelo de Gestão do PPA.

7.6 - MINISTÉRIO DA CULTURA

Recomendação: Ao Ministério da Cultura – MinC, considerando a necessidade de melhor acompanhar e controlar a utilização dos recursos renunciados pelos projetos culturais, que:

a) adote providências com vistas à viabilização em sistema próprio de registro que identifique a localidade dos projetos culturais incentivados;

b) promova, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, estudos visando à contabilização das ações e recursos decorrentes das receitas renunciadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi;

c) estabeleça em ato normativo o detalhamento dos segmentos culturais contemplados no art. 18 da Lei nº 8.313/1991, para fins de enquadramento dos projetos culturais.

Quanto à recomendação constante na alínea "a", a questão ficou atendida com a adoção do Sistema Salicweb, pelo qual é possível a identificação da localidade de execução dos projetos culturais apresentados ao MinC a partir de 01 de janeiro de 2009. Quanto à alínea "b", mediante a realização de reuniões técnicas com representantes do Ministério da Fazenda, especificamente da STN e da SFR MF- a última delas em 25/11/2009 contando com a participação de técnicos da SEMAG/TCU- ficou deliberada a elaboração de um pré-projeto para viabilizar o atendimento à recomendação; esse documento encontra-se em fase de conclusão no âmbito do MinC com vistas a ser discutido com as áreas competentes do MF e, posteriormente, apresentado aos técnicos da SEMAG/TCU. Em relação à alínea "c", a informação prestada pela SE/MinC é de que se encontra em fase de conclusão no âmbito interno do Ministério a alteração do normativo visando disciplinar os mecanismos de incentivos fiscais, que deve incorporar a nova taxonomia e brevemente ser submetido à aprovação ministerial. Por outro lado, cabe ressaltar que essa matéria encontra-se contemplada no Projeto de Lei nº 6722 encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Presidente da Republica em 28 de janeiro de 2010, que "Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura - Procultura, e dá outras providências."

7.7 MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Recomendação: a) Ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, considerando a necessidade de melhor acompanhar e controlar os recursos oriundos da contrapartida da Lei de Informática (Lei nº 8.387, de 30/12/1991) que desenvolva, junto à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, gestões no intuito de viabilizar a identificação da destinação dos recursos aplicados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT oriundos da Lei nº 8.387, de 30/12/1991 – Lei de Informática, possibilitando a discriminação dos projetos beneficiados pelos recursos e os montantes neles aplicados.

As empresas beneficiárias dos incentivos previstos na Lei nº 8.248 de 1991, alterada pela Lei nº 10.176 de 2001, deverão efetuar depósitos trimestrais no FNDCT, em cumprimento ao disposto no art. 11, §1º, inciso III, da Lei nº 8.248, de 1991.

O Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, estabeleceu novos fluxos de receita para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), especificamente à categoria de programação específica denominada CT-INFO. Nesse contexto, o CT-INFO passou a dispor de quatro fontes de receita devidas como contrapartida pelas empresas beneficiárias dos *incentivos fiscais da Lei de Informática. Os recursos do* CT-INFO previstos pelo Decreto 5.906 de 2006 são identificados no Siafi de acordo com o quadro a seguir:

CÓDIGO DE RECOLHIMENTO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO	AMPARO LEGAL DECRETO Nº 5.906/2006
10045-5	4185	0172024303	Inciso III do §1º do art 8º
10045-5	4185	0172024303	§ 3º do art. 10
10046-3	4185	0172024303	Art. 35
10047-1	4185	0172024303	§ 3º do art.37

A Portaria MCT nº 493, de 02 de agosto de 2007, "Estabelece procedimentos para que os recolhimentos dos depósitos das empresas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos na Legislação de Informática sejam alocados no FNDCT em categoria de programação específica denominada CT-INFO conforme previsto nos §§ 2º e 3º do art.10 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006".

Isto posto, é entendimento do MCT que as receitas do CT-INFO são perfeitamente reconhecidas, o que permite também identificar e monitorar a aplicação destes recursos.

Recomendação: b) Ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, considerando a necessidade de melhor acompanhar e controlar os recursos oriundos da contrapartida da Lei de Informática (Lei nº 8.387, de 30/12/1991), que promova estudos com vistas à adoção de providências para a redução do prazo de apresentação e análise dos relatórios demonstrativos das empresas beneficiárias da renúncia, considerando os óbices de ordem *normativa e prática que concorrem para esse* atraso.

Encontra-se em curso, desde 2007, a informatização dos diversos processos de competência da Secretaria de *Política de Informática (SEPIN) relacionados à gestão da* Lei de Informática, denominado Sistema de Gerenciamento da Lei de Informática (Sigplani).

Neste sentido, o Módulo de Captação de Dados, que *reflete os Relatórios Demonstrativos Anuais (RDAs)* apresentados anualmente pelas empresas para demonstrar o cumprimento de suas obrigações, está em funcionamento desde o ano de 2007, relativo às informações de 2006.

Quanto à recomendação referente à adoção de providências para a redução de prazo de apresentação e análise dos relatórios demonstrativos das empresas beneficiárias da renúncia (considerando os óbices de *ordem normativa e prática que concorrem para esse* atraso), desde o ano de 2008 encontra-se em desenvolvimento na área de gestão de sistemas do MCT (usando ferramentas de informática hoje disponíveis) o Módulo de Análise dos Relatórios Demonstrativos.

A implantação desse Módulo, com previsão de operação até 31 de março de 2010, permitirá a redução significativa do tempo de análise dos referidos RDAs, além de permitir um controle mais eficiente e uma maior transparência das análises.

É importante ressaltar a necessidade de, inicialmente, ter sido desenvolvido o Módulo de Captação de Dados, como foi feito, para em sequência termos o Módulo de Análise de forma consistente e adequada para os requisitos de análise dos projetos de pesquisa e desenvolvimento, em conformidade com a legislação vigente.

7.8 - DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E CONTROLE DAS EMPRESAS ESTATAIS – DEST

Recomendação: Ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST que promova alterações nos demonstrativos que discriminam a abertura de créditos no âmbito do orçamento de investimento, de forma a que estes passem a contemplar colunas específicas para créditos extraordinários e para as alterações orçamentárias que não representem créditos adicionais.

Em atendimento à recomendação, foram promovidas as alterações nas estruturas dos demonstrativos que discriminam a abertura de créditos no âmbito do orçamento de investimento, de forma a contemplar colunas específicas para créditos extraordinários e para as alterações orçamentárias que não representem créditos adicionais.

7.9 - PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS

7.9.1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério de Minas e Energia

Recomendação: Aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa e das Minas e Energia – MME, supervisores das empresas Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – Ceasaminas, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – *Eletrobrás*, Petrobras Netherlands B.V. – PNBV, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, para que orientem suas supervisionadas no sentido de, na execução do Orçamento de Investimento, observarem a vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal.

No âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

A CeasaMinas está adotando medidas administrativas, promovendo ajustes em seus orçamentos, tanto de investimentos como de custeio, visando ajustar as *realizações aos seus valores orçados e aprovados para a realização dos exercícios 2009 e futuros.* Está adequando o sistema ERP de Gestão Administrativa às necessidades de maior controle das realizações orçamentárias.

No âmbito do Ministério das Minas e Energia – MME

Os setores responsáveis pelas áreas orçamentárias das unidades vinculadas ao MME, principalmente as empresas que fazem parte do Orçamento de Investimentos, estão cientes dos dispositivos constitucionais que limitam os valores a serem executados no orçamento. Por sua vez, os sistemas dessas empresas não possuem amarras tão rígidas como o SIAFI. O MME, ao longo do exercício, enviou comunicados alertando para o cumprimento dos limites orçamentários.

Petrobras

Documento Interno do Sistema Petrobras (DIP) divulgou, em 16/07/2009, a orientação emanada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro do MME aos responsáveis (Gerentes de Programas e Coordenadores de Ação) pela gestão orçamentária das Unidades da Petrobras e daquelas empresas (PNBV e TAG) do Sistema diretamente alcançadas pela recomendação.

Tal divulgação alcançou, ainda, os responsáveis orçamentários das demais Unidades da Companhia e das demais empresas do Sistema envolvidas no processo de Orçamento de Investimento.

Cabe mencionar que as empresas do Sistema Petrobras já vêm envidando esforços desde a formulação de seu planejamento e orçamento até a execução propriamente dita com o fito de buscar maior aderência ao dispositivo constitucional retrocitado.

Nesse sentido, é prática contínua da Unidade Estratégia e Desempenho Empresarial, que tem como uma de suas competências coordenar o tema orçamento no âmbito do Sistema Petrobras, orientar às diversas áreas de negócio e empresas do Sistema quanto à necessidade do cumprimento dos limites orçamentários estabelecidos em lei.

Cabe registrar, em complemento, que tal ação dá-se através:

a) da divulgação sistemática dos dispositivos legais que envolvem o planejamento governamental (PPA, LDO, LOA, PLs, PDG e outros Decretos, etc.);

b) da monitoração corporativa dos gastos por projetos e alerta às áreas pelos desvios ocorridos;

c) dos processos de treinamento promovidos pela Unidade ESTRATÉGIA; e

d) da disseminação de orientações emanadas pelos Ministérios de Minas e Energia – MME e do Planejamento Orçamento e Gestão - MPOG.

Finalizando, mencionamos que as empresas do Sistema Petrobras têm como objetivo a realização de seus programas de investimentos observando os limites orçamentários legais. Entretanto, devido às características das atividades de investimentos, existem situações em que não é possível evitar a extrapolação quando, então, os motivos são justificados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal (SIGPlan) e nas informações que compõem a Prestação de Contas do Presidente da República.

7.10 - PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS

7.10.1. Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Patrimônio da União

Recomendação: À Secretaria do Tesouro Nacional – STN, à Secretaria do Patrimônio da União – SPU e às unidades setoriais de contabilidade dos órgãos e entidades do Governo Federal que tomem providências a fim de eliminar as discrepâncias existentes entre os registros do Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi e do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet referentes aos imóveis de uso especial da União.

No âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda

A Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT tem envidado esforços em parceria com a SPU e a Setorial Contábil do MPOG visando proporcionar a consistência entre os valores registrados no SPIUNET e no SIAFI. Em 2009, efetuamos mensalmente o batimento dos valores do SIAFI com os do SPIUNET. Quando encerra o mês, enviamos consulta do SIAFI Gerencial para a SPU para que a mesma efetue a devida conferência com os valores do SPIUNET e, caso haja alguma diferença, as gestões para correção são imediatas.

No âmbito da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Foram solicitadas à Secretaria do Tesouro Nacional/STN e à Secretaria do Patrimônio da União/SPU orientações quanto aos procedimentos adequados para verificação e regularização das divergências existentes entre o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, tendo em vista a existência de divergência na forma de pesquisa, o que ocasiona distorções nos valores apresentados pelo TCU e pela Setorial de Contabilidade deste Ministério. Após encontros realizados entre a SPU, STN e o TCU, foram implementados/atualizados os manuais no SIAFI Web com as orientações adequadas para que sejam feitas as principais regularizações contábeis pelo gestores públicos e setoriais contábeis, inclusive as do SPIUnet. Foram expedidas orientações quanto aos procedimentos para compatibilização/regularização entre os dois Sistemas a todas as Superintendências, inclusive aquelas que apresentavam divergências, identificando os imóveis e respectivos valores que geravam as inconsistências. No mês de dezembro não foi verificado nenhuma divergência entre os Sistemas.

Providências adotadas pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU

A SPU identificou que o Tribunal de Contas, ao consultar o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet para obtenção dos valores dos imóveis de uso especial, não utilizou os parâmetros indicados para este fim específico. Por exemplo, toda consulta no SPIUnet pode ser realizada com o fator "Imóvel" ou com o fator "Utilização". Pretendendo-se obter no SPIUnet o universo correto a ser comparado com o do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, a consulta executada deve ser qualificada com o fator "Utilização" e não "Imóvel", pois existem determinadas utilizações que não são enviadas ao SIAFI. Se a consulta for qualificada com o fator "Imóvel", esta englobará inclusive os valores das utilizações que não são enviadas ao SIAFI. Evidentemente, as comparações apresentarão divergências, pois partiram de premissas equivocadas. Ressalto que os valores enviados ao SIAFI para contabilização são os de fator "Utilização". Todavia, é sabido que o SPIUnet gerencia imóveis cujos regimes são os mais variados, portanto, um mesmo imóvel pode apresentar Utilizações que contabilizam no SIAFI, mas também pode ter outras que não contabilizam, como é o caso das Doações, Transferências de Domínio, Entregas para Aquicultura, Locações de Terceiros, etc., pois o entendimento é que não pertencem mais à Administração Pública Federal. Não obstante, optou-se por mantê-los na base (SPIUnet), de forma a não se perder o seu histórico.

Para que o universo de comparação esteja correto, é preciso qualificar a consulta com o fator 'Utilização' e desse total ainda fazer a exclusão daqueles casos que apresentem algum dos regimes não contabilizáveis. O SPIUnet só dispõe de parte dessa consulta, já que permite a qualificação com o fator "Utilização", mas não exclui o Registro Imobiliário Patrimonial Utilização "RIP utilização" em regimes não contabilizáveis. O universo acima é atualmente extraído por intermédio do Sistema de Suporte à Decisão da SPU – SSD/DW.
De posse do universo correto de "RIP utilizações" no SPIUnet é possível conhecer as divergências reais em relação ao SIAFI.

Para sanar as divergências verificadas, foram adotadas algumas ações conjuntas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI e pela Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal desta SPU, a saber:

a) A CGTI prepara um relatório no SSD/DW que obtém mensalmente os valores do SPIUnet e o disponibiliza para acesso da Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal;

b) A CGTI negocia com a STN a extração de uma lista de imóveis contabilizados no SIAFI, a qual é encaminhada mensalmente à Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal;

c) A CGTI prepara uma base que recebe os dados do SPIUnet e os dados do SIAFI fornecidos pela STN e realiza uma confrontação gerando relatórios dos imóveis divergentes. Os relatórios apontam o RIP, a UG, o Regime de Utilização, os valores contabilizados em ambos os sistemas, além de outras informações. Esta base é repassada à Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal para que esta disponha de todos os elementos necessários a fim de

manter gestão junto às respectivas UG para acerto dos casos problemáticos;

d) A CGTI elabora um roteiro para tratamento para que as UGs possam sanar as divergências contábeis em seus âmbitos. O roteiro também foi repassado à Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal e poderá ser consultado sempre que surgir algum questionamento das UGs quando das ações para solução das pendências.

Ademais, ficou acertado que as divergências não passíveis de solução pelas UGs serão encaminhadas à CGTI por meio de pedido no Portal Colaborativo para correção via ação sistêmica interna.

Tendo como base todos os relatórios acima mencionados, a Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal elaborou o seguinte cronograma mensal para tratamento das questões junto às Unidades Gestoras e posterior repasse dos casos insolúveis à CGTI.
Cronograma de batimento SPIUnet X SIAFI:

a) Até o 5º dia útil a STN enviará planilha com a base de dados do SIAFI de imóveis especiais;

b) Até o 7º dia útil a Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal fará o cruzamento dos dados do SIAFI e do SPIUnet, levantará possíveis inconsistências e encaminhará as informações para as Superintendências Estaduais do Patrimônio da União para acerto no sistema;

c) Até o 10º dia útil as Superintendências responderão à Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal o que foi alterado e informarão quais os RIP's que continuam com inconsistências; e

d) Até o 11º dia útil a CGTI irá devolver os dados para STN fazer ajuste manual.

Ademais, a Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal já solicitou a criação de novos regimes e alteração de alguns regimes que não contabilizam no SIAFI, visando sanar tais inconsistências. Atualmente estes pedidos foram redirecionados à CGTI e estão aguardando priorização de pacote de alteração de sistema, que será definida pelo comitê responsável no âmbito desta SPU, instituído pela Portaria nº 92, de 28 de maio de 2009.

Dando continuidades às ações saneadoras, em 20 de agosto de 2009, após o conhecimento das informações acima relatadas e por solicitação do Tribunal de Contas da União – TCU, foi realizada reunião sobre o Acórdão nº 952/2009 – TCU-Plenário, a qual tratou das determinações feitas acerca do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e sobre possíveis melhorias efetuadas no sistema. Estiveram presentes integrantes da Secretaria de Macroavaliação Governamental/TCU, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG (Secretaria do Patrimônio da União - SPU, Assessoria Especial de Controle Interno e Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF).

Nessa ocasião, servidores da SPU fizeram uma apresentação aos analistas do TCU demonstrando toda a sistemática de consulta e como é feita a contabilização do patrimônio, retirando-lhes as possíveis dúvidas, fornecendo-lhes senha do Sistema de Suporte à Decisão – SSD/DW e colocando-se à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários para o melhor entendimento da questão.

Após esta reunião e análise da manifestação desta SPU, o TCU proferiu o Acórdão nº 2400 – TCU – Plenário, em que ordena o arquivamento do seguinte processo, tendo em vista o cumprimento de seu objeto e faz duas determinações:

"1.4.1. disponibilize no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) o detalhamento das informações dos imóveis de uso especial da União de forma a evidenciar os valores enviados ao SIAFI e os valores referentes aos regimes de utilização não contabilizáveis no SIAFI, conferindo maior transparência à contabilização do patrimônio da União;

1.4.2. elabore e disponilize no sítio oficial do órgão na internet, com amplo acesso ao público, relatórios gerenciais mensais com detalhamento das informações dos imóveis de uso especial da União de forma a evidenciar os valores enviados ao SIAFI e os valores referentes aos regimes de utilização não contabilizáveis no SIAFI, por Unidade Gestora, Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) e regime de utilização, tornando possível maior transparência e controle social na gestão do patrimônio da União."

Quanto a estas novas recomendações, informo que quanto ao item 1.4.1 foi submetida ao Comitê Gestor demanda para que seja disponibilizada no SPIUnet o detalhamento das informações dos imóveis de uso especial da União, de forma a evidenciar os valores enviados ao SIAFI e os valores referentes aos regimes de utilização não contabilizáveis. A demanda foi priorizada na última reunião, ocorrida em 12/11/2009, e foi encaminhada ao SERPRO em 13/11/2009 sob o número 025460.

No tocante ao item 1.4.2, já foi realizado o encaminhamento à Coordenação-Geral de Administração de Bens de Uso da Administração Pública Federal - APF para que seja realizada a extração dos relatórios do SSD/DW, e por sua vez encaminhá-los para a área responsável pelas publicações no sítio oficial desta Secretaria do Patrimônio da União.

7.11 - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Recomendação (a): À Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de

Contabilidade Federal, que faça refletir nas demonstrações contábeis consolidadas o patrimônio da União em sua plenitude, inclusive saldos e movimentos dos Fundos do Setor Elétrico, Fundação Habitacional do Exército, a Caixa de Construção de Casa do Pessoal da Marinha do Brasil e Funai-Patrimônio Indígena.

Será inserido nas demonstrações contábeis consolidadas, exercício de 2009, os saldos e movimentos de todos estes fundos. Até 2008 os valores da Fundação Habitacional do Exército, da Caixa de Construção de Casa do Pessoal da Marinha do Brasil e da Funai já estavam sendo integrados ou registrados no SIAFI, porém não foram levados para a parte impressa da PCPR, entretanto podem ser consultados no próprio SIAFI ou sítio do Tesouro Nacional no link:

https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/bguweb/index.asp

Ressaltamos que a partir de 2009, fruto de trabalho conjunto com a Setorial Contábil do Ministério das Minas e Energia, as demonstrações contábeis dos Fundos do Setor Elétrico passaram a ser integradas ao SIAFI.

Recomendação (b): À Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que providencie a compatibilização entre as receitas decorrentes de operações entre órgãos ou entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Conforme levantamento promovido por CCONT/STN, a diferença existente entre a Despesa e Receita Intra-Orçamentária, para o mês de julho, está assim composta:

Modalidade 91 – Orçamento do Exercício	6.569.729.404,59
Restos a Pagar MOD. 91	196.536.238,09
Total Despesa Modalidade 91	6.766.265.722,68
Total Receita Intra	5.684.497.805,19
DIFERENÇA DESPESA E RECEITA INTRA	1.081.767.917,49

Quanto à diferença apresentada, foi promovida análise que culminou na identificação das seguintes rotinas:

a) Rotina de Dividendos

A rotina da receita intra-orçamentária de dividendos está registrada na UG 170510 – Coordenação-Geral de Controle de Responsabilidades e Haveres Financeiros – COREF/STN e consiste no recolhimento ao Tesouro Nacional correspondente à participação que a União possui nestas empresas.

O saldo apurado em julho/2009, R$ 5.263.260,68, é ingressado por meio de GRU-INTRA pelas unidades nas quais a União detenha participação. Nesta rotina a unidade apropria obrigação financeira mediante a utilização da conta 212180100 – Dividendos a Pagar Tesouro Nacional com o intuito de reconhecer o passivo perante o Tesouro Nacional, promovendo o recolhimento via GRU. Ocorre que a unidade não promove registro em conta de despesa, gerando um saldo em conta de receita intra no Tesouro Nacional sem a devida compatibilidade em despesa no órgão emitente. Exemplo: UG 195006/11201 2009NL000392 e 000393 e 2009GR000015.

b) Ausência Receita Intra- INSS

O Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, responsável pelas contribuições de empresas e segurados, não vem registrando a Receita Intra-Orçamentária objeto destas contribuições. Assim, as unidades promovem a apropriação da despesa intra e a rotina gera saldo na conta 418000000 – Receita Corrente a Classificar no INSS. Este, por sua vez, não promove ao registro na Receita Intra-Orçamentária pela reclassificação. Como exemplo, podemos citar os documentos 2009DT000007 e 2009DT800208 da UG 153165/15239, bem como a 2009NL002821 da UG 510001/57202.

c) Recolhimento ao INSS Modalidade 90

Relativo à conta 331901302 – Contribuições Previdenciárias INSS, foi verificado que o documento ATUFOLHA não promove a crítica da modalidade de aplicação, permitindo a utilização da modalidade 90 – Aplicações Diretas para as situações em que deveria ser utilizada a modalidade 91. Como exemplo, temos a 2009FL000082 e 2009GP800469 da UG 070004/00001. O saldo em julho/2009 desta despesa é R$ 78.325.673,27 para o Orçamento Fiscal e Seguridade Social.

A não observância desta crítica no documento é observada também na conta 331901304 – Contribuição do Salário Educação (R$ 464,24) 331901308 – Plano de Seguridade Social – Pessoal Ativo (R$ 2.313.442,98), 331901309 – Seguro Acidente de Trabalho – SAT (R$ 250.665,42), 331900415 – Obrigações Patronais (R$ 543.547,47), 331911304 – Contribuição do Salário Educação (R$ 84.673.465,50), 331910415 – Obrigações Patronais (R$ 3.991.961,25) 333900415 – Obrigações Patronais (R$ 5.534.114,86), 333910415 – Obrigações Patronais (R$ 3.683.953,68).

Para a rotina do INSS há que se ressaltar ainda os recolhimentos de obrigações patronais decorrentes da prestação de serviços por pessoas físicas e jurídicas descritos nas contas 333904718/333914718 – Contribuições Previdenciárias – Serviços de Terceiros e 333904720/333914720 – Obrigações Patronais s/ Serviços Pessoa Jurídica, não contabilizados como receita intra, compostos dos seguintes valores:

333904718 – R$ 3.756.594,30
333904720 – R$ 881.202,21
333914718 – R$ 54.373.850,62
333914720 – R$ 5.587.391,62

d) Salário-Educação

Quanto à rotina do Salário-Educação, cujos recursos são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação pertencente ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, foi verificada a existência de despesa

compatível (331911304), porém a ausência de receita intra-orçamentária. Os valores são registrados na conta 412100200.

Quanto aos itens 'c' e 'd', a Coordenação-Geral de Contabilidade -CCONT está redefinindo as rotinas e regras do Sistema com o intuito de disponibilizar as novas regras para janeiro/2010.

e) Empresa Brasil de Comunicação

As despesas que tratam a rotina de receita intra-orçamentária de publicidade são evidenciadas na modalidade 91 pelas unidades gestoras emitentes do pagamento. A Empresa Brasil de Comunicação recebe tais pagamentos e registra apenas 20% (vinte por cento) como receita intra-orçamentária por força de legislação, sendo que os 80% (oitenta por cento) restantes são repassados para os veículos de comunicação (jornais). Desta forma haverá o registro da despesa intra-orçamentária na sua totalidade e a receita intra-orçamentária com apenas um percentual, gerando o desequilíbrio. Esta CCONT realizou reunião com representantes da Empresa Brasil de Comunicação e Setorial Contábil da Presidência da República visando adotar medidas para correção desta rotina.

f) Obrigações Tributárias

Conforme verificado por esta CCONT, as rotinas de recolhimentos tributários, em especial aqueles da Secretaria da Receita Federal, estão registrando as despesas nas contas de despesas 333904700 e, quando do recolhimento a esta Secretaria, não estão gerando receita intra orçamentária.

g) Outras Situações

Esta CCONT tem trabalhado no levantamento de rotinas que, em parte, como apontado em especial nos itens b e c, decorre de erro na operacionalização pelo usuário. Ainda que os usuários tenham recebido as orientações descritas em COMUNICA por esta CCONT/STN, ainda há a ocorrência de erros.

Assim, esta CCONT está permanentemente em discussão quanto à adequação e adoção de mecanismos que impeçam a ocorrência de erros na classificação da receita e despesa como intra ou não intra.

Estes estudos continuam, porém queremos enfatizar que temos que efetuar um acompanhamento mensal destas diferenças no SIAFI.

O nosso objetivo é proporcionar a devida consistência destas informações, porém o trabalho é muito grande e o prazo é médio em função do volume e complexidade das transações.

Recomendação (c) : À Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que estabeleça critério para o agrupamento de contas nos demonstrativos contábeis e detalhe os agrupamentos de contas (Ex.:"Outros Créditos em Circulação" e "Outras Compensações") em nível razoável de evidenciação.

Com relação a "Outros Créditos", em 2009 não ocorreu o fenômeno de valor expressivo nesta linha do balanço, conforme consta do Balanço Patrimonial de 31/12/2009. Em 2008 esse fenômeno ocorreu em função do Resultado do BACEN incorporado com um crédito a receber. Com relação a linha "Outras compensações, informamos que estamos efetuando estudos visando proporcionar um melhor detalhamento deste agrupamento de contas no Balanço Patrimonial e que se pretende, em 2010, efetuar as alterações necessárias para que o BGU 2010 apresente uma melhor evidenciação das demonstrações contábeis.

Recomendação (d): À Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que deixe de efetuar rotinas de retificação em grupos de Ativo e de Passivo que prejudiquem a utilidade e a fidedignidade da informação em outros grupos do Balanço Patrimonial.

A recomendação pauta-se na inclusão de itens que efetuam retificação do Ativo Financeiro (Recursos a Receber p/ Pag. de RP) e Passivo Financeiro (Retificação de RP Não Processados a Liquidar) em grupo do Ativo Não-Financeiro e Passivo Não Financeiro, respectivamente, conforme tabela a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL DA UNIÃO E RETIFICAÇÕES EM GRUPOS DO ATIVO FINANCEIRO E PASSIVO FINANCEIRO – 2008

R$ milhões

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	2008	TÍTULOS	2008
Financeiro	376.463	Financeiro	133.760
Disponível	291.698	Depósitos	6.946
Créditos em Circulação	85.771	Obrigações em Circulação	123.633
		(...)	
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	67.937
		(...)	
		Valores Pendentes a Curto Prazo	3.175
Ativo Financeiro a Longo Prazo	54	Passivo Financeiro Longo Prazo	7
Não Financeiro	1.886.699	Não Financeiro	1.673.230
Realizável a Curto Prazo	(85.443)	Obrigações em Circulação	94.033
(...)		(...)	
		RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	(67.937)
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	(339.404)	RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	(339.404)
(...)		(...)	
Valores Pendentes a Curto Prazo	11	Exigível a Longo Prazo	1.579.134
Realizável a Longo Prazo	1.577.792	Resultado de Exercícios Futuros	4
Permanente	394.733		
Ativo Real	2.263.162	Passivo Real	1.806.990
		Patrimônio Líquido	456.172
Compensado	2.503.629	Compensado	2.503.629
TOTAL	4.766.791	TOTAL	4.766.791

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Quanto à retificação das contas de Ativo Financeiro e Passivo Financeiro denominadas "Recursos a Receber para Pagamento de RP" e "Recursos a Liberar para Pagamento de RP", no Ativo Não Financeiro e Passivo Não Financeiro, respectivamente, tal rotina contábil se justifica devido ao fato de determinadas Unidades Gestoras apresentarem inscrição em restos a pagar em volume maior do que a disponibilidade de caixa no encerramento do exercício. Isso gera lançamento automático de "Recursos a Receber para Pagamento de RP" (no Ativo Financeiro) e "Recursos a Liberar para Pagamento de RP" (no Passivo Financeiro), de forma a equilibrar o superávit financeiro na Unidade Gestora.

Devido ao fato desses recursos não representarem efetivos ativos e passivos, ocorre, atualmente, a sua retificação nos Grupos de Ativo Não Financeiro e Passivo Não Financeiro.

É importante ressaltar que essas contas devem ser excluídas no Balanço Patrimonial Consolidado em função de consistir em transações intra-governamentais, tanto no Ativo e Passivo Financeiro, quanto as retificadoras no Ativo e Passivo Não Financeiro (no Ativo e Passivo Não Financeiro tais contas não foram excluídas para efeito de consolidação no Balanço Patrimonial de 2008, de forma indevida).

Quanto à questão da retificação dos Restos a Pagar Não Processados, o questionamento pauta-se em uma interpretação dos fundamentos da Lei 4.320/64, que estabelece normas de direito financeiro. É importante destacar que devem ser observados outros normativos como a Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Decreto-Lei 200/67 em seu Título X, o Decreto 93.872/86 e a Constituição Federal de 1988, bem como os conceitos da ciência contábil.

A Constituição Federal no Título VI, expõe os princípios e normas a serem seguidos em termos de tributação e de orçamento público. O título apresenta inicialmente aspectos tributários e no Capítulo II trata de Finanças Públicas.

O inciso I do artigo 163 estabelece que lei complementar deverá dispor sobre finanças públicas. Até a presente data não foi editada lei complementar que trate do assunto por completo, tendo sido editada a LRF, a qual regulamenta uma parte do tema ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Sabe-se que, pela ausência de edição de lei complementar, a Lei 4.320/64 foi recepcionada pela Constituição de 1988 com status de lei complementar em tudo o que não for contrário ao texto constitucional ou que não conflite com a LRF a partir de 2000. Dessa forma, devem ser observados esses três normativos e os conceitos da ciência contábil.

A Constituição cita a fiscalização na Seção IX do Capítulo I, Título IV, sob a denominação "Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária" separando o tema sob três aspectos: o contábil, o financeiro e o orçamentário, evidenciando que existem conceitos, princípios e procedimentos próprios de cada aspecto.

O artigo 70 esclarece:

"A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder." (grifo nosso)

O constituinte compreendia a distinção existente entre contabilidade e orçamento, exigindo que o controle externo analisasse a gestão pública sobre diversos aspectos, incluindo o contábil. Este deve ser entendido abrangendo o uso de princípios, normas e técnicas da ciência contábil. No setor público, a técnica dos registros por meio de partidas dobradas deve ser utilizada para o controle orçamentário segundo seus próprios conceitos, princípios e procedimentos. O orçamento público e a ciência contábil têm princípios e conceitos particulares para o alcance de objetivos distintos, utilizando-se das mesmas técnicas.

A contabilidade, assim como outras ciências, vive em constante evolução e o mandamento constitucional é claro ao determinar que deve ser utilizada na fiscalização da gestão dos recursos públicos.
Não seria razoável que o mandamento constitucional fosse estanque no tempo, ou seja, o aspecto contábil não pode ser entendido como o conjunto de conhecimentos acumulados até a promulgação da Constituição de 1988 ou edição da Lei 4.320/64.

É perfeitamente compreensível que a Constituição determinasse a utilização deste campo do conhecimento humano para fiscalização da gestão, pois a contabilidade é a ciência do patrimônio por excelência, sendo um meio altamente eficiente de controle do patrimônio público em sua totalidade.

Assim, não pode a contabilidade abster-se de aplicar na evidenciação do patrimônio público a totalidade de seus princípios e normas, pois, procedendo desta forma estaria fugindo de sua missão constitucional como sistema de controle e avaliação da gestão pública.

Faz-se necessária, então, a perfeita compatibilização de princípios contábeis e normas contábeis com toda a legislação que trate de assuntos conexos com a ciência contábil, sejam normas de direito financeiro, administrativo ou constitucional.

O inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 101 determina o reconhecimento da despesa obedecendo-se ao regime de competência, o qual considera a despesa incorrida nas seguintes situações:

"a) – quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiros;b) – pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;c) – pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo." (Resolução CFC nº 750/93)

A alínea "c" trata do surgimento de um passivo gerado pela despesa reconhecida segundo o regime de competência. Depreende-se dessa afirmação que o passivo passa a existir após a ocorrência do fato gerador. Portanto, não é suficiente para a geração de passivo a expectativa futura da prestação do serviço ou da entrega do bem. A reserva de recurso financeiro para garantia de pagamento de obrigações futuras não se enquadra no conceito contábil de passivo.

Portanto, em relação à questão dos restos a pagar primeiramente deve-se observar a legislação que trata do assunto.

A Lei 4.320/64 define: "Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas." Observe-se, ainda, o Decreto 93.872/86:

"Art. 67. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas (Lei nº 4.320/64, art. 36).
§ 1º Entendem-se por processadas e não processadas respectivamente, as despesas liquidadas e as não liquidadas, na forma prevista neste decreto.
§ 2º O registro dos Restos a Pagar far-se-á por exercício e por credor."

O Decreto 93872/86 traz a definição de despesas processadas e não processadas como sendo, respectivamente, as liquidadas e não liquidadas. A regra geral estabelecida pelo normativo é que os empenhos de despesas processadas são inscritos em restos a pagar, enquanto que os de despesas não processadas devem ser cancelados.

"Art. 35. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:

I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;
II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em curso a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;
III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;
IV - corresponder a compromissos assumido no exterior."

O texto do caput declara que o empenho da despesa orçamentária não é suficiente para caracterizá-la como uma obrigação exigível, ou seja, um passivo, pois é característica do empenho os cancelamentos sem qualquer fato novo e o retorno à dotação disponível. A exigibilidade passa a existir no momento do fato gerador, mas o pagamento da despesa orçamentária só é possível após a liquidação, conforme artigos 62 e 63 da Lei 4.320/64:

"Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:
I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;
III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:
I - o contrato, ajuste ou acôrdo respectivo;
II - a nota de empenho;
III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço."

O texto da lei define que o processo de liquidação é o mecanismo administrativo de verificação do "direito adquirido pelo credor". O empenho gera obrigação que não é liquida e certa, não tem eficácia de exigibilidade. Cabe ressaltar que empenho, liquidação e pagamento são estágios da despesa orçamentária relacionados ao comprometimento de fluxo de caixa. A obrigação gerada pelos estágios da despesa orçamentária é um comprometimento do recurso financeiro e não obrigação no conceito de exigibilidade. O empenho é uma reserva orçamentária que também cria um comprometimento do recurso financeiro, sem qualquer pretensão de registrar exigibilidade.

A legislação estabelece distinção entre a inscrição de Restos a Pagar e o surgimento da obrigação conforme Decreto-Lei 200/67:

"Art. 76. Caberá ao Inspetor Geral de Finanças ou autoridade delegada autorizar a inscrição de despesas na conta "Restos a Pagar" (Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), obedecendo-se na liquidação respectiva as mesmas formalidades fixadas para a administração dos créditos orçamentários.
Parágrafo Único. As despesas inscritas na conta de "Restos a Pagar" serão liquidadas quando do recebimento do material; da execução da obra ou da prestação do serviço, ainda que ocorram depois do encerramento do exercício financeiro." (grifo nosso)

O texto demonstra que a despesa orçamentária não liquidada inscrita em restos a pagar somente será liquidada quando ocorrer o implemento de condição, mesmo que em exercício diverso do seu empenhamento. Ou seja, a despesa foi inscrita em restos a pagar, mas a verificação do "direito adquirido pelo credor" só ocorreu após o exercício, devendo, portanto, neste momento configurar-se como obrigação exigível, ou passivo exigível.

Verifica-se, ainda, a possibilidade de despesas não liquidadas serem inscritas em restos a pagar. Este procedimento está regulado pelo artigo 35 do Decreto 93.872/86, que estabelece quatro exceções ao princípio de que os empenhos não liquidados devam ser anulados, como já descrito, mas que aqui se faz necessário enfatizar:

"I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;
II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em curso a liquidação da despesa, ou seja, de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;
III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;
IV - corresponder a compromissos assumido no exterior."

As exceções descritas não objetivam determinar que nessas situações o "direito adquirido pelo credor" já foi caracterizado, mas tão somente permitir que a gestão orçamentária tenha um período de ajustes em sua execução. Não trata o dispositivo de questões contábeis, mas de aspectos orçamentários.

O que se pretende é definir restos a pagar não processados como garantias a potenciais credores, e diferenciá-lo do conceito de uma exigibilidade, ou seja, de passivo.

Convém relembrar o conceito de passivo para a ciência contábil, bem como as bases para o seu reconhecimento.

O passivo pode ser observado sob duas perspectivas: uma obrigação a pagar ou de fazer; ou como fonte de recursos dos quais se utiliza a entidade para consecução de seus fins.

Segundo HENDRIKSEN e VAN BREDA[1] "passivos são sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes". (grifo nosso). O conceito de obrigação presente relaciona-se com o fato de passivos referirem-se a eventos ou transações que já ocorreram, ou seja, fatos passados. Assim não há que se falar em passivos relativos a eventos ou transações futuras, como é o caso dos restos a pagar não processados.
Os passivos devem ser reconhecidos pela contabilidade quando for provável que uma saída de recursos será necessária para a liquidação da obrigação.

Nesse sentido, manifesta-se o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC:

"Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará possa ser determinado em bases confiáveis. Na prática, as obrigações contratuais ainda não integralmente cumpridas de forma proporcional (por exemplo, obrigações decorrentes de pedidos de compra de produtos e mercadorias, mas ainda não recebidos) não são geralmente reconhecidas como passivos nas demonstrações contábeis. (grifo nosso)

O CPC admite ainda que obrigações não integralmente cumpridas possam se enquadrar "na definição de passivos e, desde que sejam atendidos os critérios de reconhecimento nas circunstâncias específicas, poderão qualificar-se para reconhecimento." Todavia, enfatiza, o sobre esse aspecto não pode haver dúvidas, o "reconhecimento do passivo exige o reconhecimento dos correspondentes ativo ou despesa."[2]

Os Restos a Pagar não processados relacionam-se com aspectos orçamentários e como tal são tratados nos registros contábeis do Governo Federal, permitindo sua inclusão no cálculo do passivo financeiro e da dívida flutuante. A retificação dos Restos a Pagar Não Processados no Balanço Patrimonial da União, em 2008,

[1] HENDRIKSEN, Eldon; VAN BREDA. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.
[2] Pronunciamento Conceitual Básico – www.cpc.org.br

não alterou o cálculo do superávit financeiro e da dívida flutuante.
Os restos a pagar processados, os quais se configuram como passivos verdadeiros sob a perspectiva de avaliação da gestão patrimonial, não sofrem retificação, tendo procedimentos próprios de evidenciação.

Outro ponto que deve ser observado é que o procedimento de inscrição dos restos a pagar deve se dar de forma automática pelo sistema, cabendo ao gestor a análise dos quesitos estabelecidos pelo artigo 35 do Decreto 93.872/86.

"Art. 68. A inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas neste Decreto, e terá validade até 31 de dezembro do ano subseqüente.

Art. 69. Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

Art. 70. Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, § 10, VI)."

Ainda com relação ao assunto sobre restos a pagar não processados, se configuram ou não como passivos, podemos observar a opinião de alguns autores de Contabilidade Pública.
Os professores Heraldo da Costa Reis e J. Teixeira Machado Jr assim se pronunciam sobre o tema[3]:

"Muitos balanços têm apresentado no Passivo Financeiro, pensamos que indevidamente, Restos a Pagar Não Processados, indicando que os respectivos fatos geradores das obrigações e, conseqüentemente, das contrapartidas, não se efetivaram no exercício. Isto, sem dúvida alguma, prejudica a informação sobre a situação econômico-financeira da entidade, cuja informação não a evidencia corretamente.

Aliás, lembra-se a necessidade de se extinguir dos procedimentos contábeis a expressão Restos a Pagar Não Processados, porque, em realidade, não existem. O que existe, sem a menor dúvida, são contratos e convênios em franca execução, cujo reconhecimento das obrigações dependem do cumprimento de alguma exigência, que muitas vezes serão cumpridas no período seguinte."
No mesmo sentido, pronuncia-se o professor João Fortes[4]:

"Ao fazermos a inscrição de Restos a Pagar, no final do exercício, estamos reconhecendo como despesa um fato que ainda vai ocorrer, ou seja, uma despesa que não ocorreu, contrariando frontalmente o princípio da competência. É bom lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal definiu que a despesa seja reconhecida pela competência, o que ensejaria a eliminação dos restos a pagar não processados."

O professor Francisco Glauber[5] afirma:

"Os *restos a pagar processados* são origem ao compromisso de poder público de efetuar o pagamento aos fornecedores, porquanto estes já entregaram os bens ou prestaram os serviços contratados de *acordo com as especificações do empenho*; enquanto que os não processados, dentro da ótica contábil, não deveriam gerar compromissos, porque não ocorreu nem mesmo o recebimento de *bens e serviços no exercício de emissão do empenho*."

Já o professor Lino Martins[6], ao comentar o artigo 36 da Lei 4.320/64, alerta:

"Essa conceituação, embora constante de Lei, deve ser vista com reservas e analisada, agora, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece como normas de escrituração das contas públicas a observância de que a despesa e a assunção de compromisso sejam registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter suplementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa (art. 50, II, da LRF).
A regra anterior de inscrição pura e simples das despesas empenhadas e não pagas, denominados de restos a pagar não processados e cujo material, serviço ou obra ainda não tinha sido executado, levava ao não-atendimento da independência dos exercícios, criando-se exigibilidades fictícias que serviam para liquidar e pagar despesas que pelo princípio da competência eram do exercício subseqüente."

É de concordância desta Secretaria que parte dos valores inscritos em restos a pagar não processados pode preencher os quesitos necessários ao seu reconhecimento como passivos. A verificação destas condições deve ser levada a termo pelos gestores e contadores de cada órgão, os quais analisando cada transação deverão proceder aos registros contábeis pertinentes para evidenciação dos passivos no sistema patrimonial.

Assim, cada unidade deverá, segundo um suporte documental, identificar o valor da parcela exigível dos restos a pagar não-processados.

Esse é o procedimento mais adequado para a rotina de inscrição de restos a pagar não processados, pois é o que melhor se adequa à legislação e aos Princípios e Normas Contábeis.

Em face do exposto acima, consideramos correto o procedimento de retificação de contas que não representam efetivos ativos e passivos à luz da teoria contábil, cujos registros ocorrem em função da lei.
Porém, é de concordância desta Secretaria que as retificações dos RP Não Processados e dos Recursos a Receber e a Liberar para Pagamento de RP não sejam realizadas nos Grupos de Ativo Não Financeiro e Passivo Não Financeiro, devendo figurar, assim, em linha específica no Ativo e Passivo, não integrantes do Ativo Financeiro e Não-Financeiro e Passivo Financeiro e Não-Financeiro.

Recomendação (e) : À Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que apresente em notas

[3] A Lei 4.320 Comentada, Machado Jr. José Teixeira e Heraldo da Costa Reis. 31ª Ed. Rio de Janeiro: IBAM,2002. pg. 97
[4] Contabilidade Pública. João Fortes. 7ª Ed. Brasília: Franco & Fortes, 2002. pg. 166.
[5] Curso Básico de Contabilidade Pública. Francisco Glauber Lima Mota. 1ª Ed. Brasília, 2005. pg. 118.
[6] Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. Lino martins da Silva. 7ª Ed.Rio de Janeiro: Atlas, 2004. pg. 161

explicativas: quaisquer mudanças na elaboração dos demonstrativos contábeis, com respectivos impactos nas análises das contas que forem influenciadas por tais mudanças; casos em que as contas sofram variação anual substancial, com as respectivas justificativas; ajustes efetuados em valores relevantes, bem como, quadros com órgãos e entidades que compõem os demonstrativos consolidados, com informações sobre inclusão, exclusão, criação, extinção, liquidação ou incorporação de órgão e entidades.

Preliminarmente, cabe destacar que o processo de aperfeiçoamento da Prestação de Contas Anual do Presidente da República (PCPR), iniciado em 2007, também alcança a elaboração das Notas Explicativas ao Balanço-Geral da União. Nesse contexto, foram incluídas, nas Notas Explicativas da PCPR 2008 – em especial na seção "Mudança de Critérios Contábeis", uma série de explicações a respeito de alterações de rotinas contábeis, criação de contas contábeis, lançamentos de valores relevantes e ajustes de exercícios anteriores. A despeito disso, como observado no relatório do Tribunal de Contas da União, algumas explanações de fato ainda restaram ser incluídas entre as Notas.

Assim, com o intuito de atender a recomendação do Tribunal, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) vem buscando, ao longo do exercício de 2009, a identificação – para posterior menção em notas explicativas quando da elaboração da PCPR 2009 – de variações significativas de saldos contábeis, ajustes contábeis de valores relevantes e alterações de critérios e rotinas com impacto nos demonstrativos contábeis. Pretende-se ainda aumentar a participação dos demais integrantes do Sistema de Contabilidade Federal (setoriais contábeis) na identificação dessas informações.

Além disso, a STN adotará as seguintes providências específicas em relação às Notas Explicativas para o exercício de 2009:

- Inclusão de explicação sobre as novas contas relacionadas ao Patrimônio Líquido, com possíveis interpretações para os valores apresentados nas referidas contas;
- Explicação sobre a alteração na classificação do item "Deduções da Receita" na Demonstração das Variações Patrimoniais e sobre o impacto dessa alteração, além de inclusão de quadro suplementar com a evolução das receitas correntes e de capital;
- Melhoria da identificação de variações abruptas dos valores de itens das demonstrações contábeis, de modo a incrementar a quantidade de casos apresentados em notas explicativas com as respectivas justificativas;
- Confecção de quadros demonstrativos dos órgãos e entidades do Siafi, evidenciando a composição do universo do BCU e de cada tipo de administração, além de apresentar aqueles criados, extintos ou em extinção, liquidados ou em liquidação, com respectivos órgãos sucessores (caso existam), e os incorporados e os que incorporaram durante o ano a que se referem as demonstrações.

Por fim, é preciso ressaltar que a PCPR 2008 apresentou informações sobre Órgãos e Entidades em processo de Extinção/Liquidação. No entanto, tais informações foram prestadas no item 1.2 da Parte I, e não nas Notas Explicativas.

Recomendação (f) : À Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que apresente todos os demonstrativos devidos, referentes a todos os tipos de administração.

Informamos que na versão impressa do Balanço Geral da União buscamos uma visão de consolidação, proporcionando uma análise consolidada das demonstrações contábeis de toda a Administração Pública Federal.

Por outro lado, visando proporcionar uma visão mais detalhada, disponibilizamos no sítio do Tesouro Nacional o link: https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/bguweb/index.asp com todos os demonstrativos contábeis: consolidados, por tipo de administração e por órgãos. Ressaltamos que este link é de acesso público, podendo ser utilizado por qualquer cidadão comum.

O nosso objetivo é, na versão impressa, proporcionar uma visão consolidada das demonstrações contábeis e, na internet, disponibilizar a versão detalhada com vistas propiciar consultas analíticas.

Recomendação (g): À Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que corrija a divergência de valores da receita orçamentária entre o balanço orçamentário e balanço financeiro e demonstração das variações patrimoniais dos fundos da administração direta.

Verificamos que a publicação dos Balanços Financeiro, Demonstração das variações patrimoniais(D.V.P) e do Balanço Orçamentário para o tipo de administração Fundo da Direta está em conformidade a esses demonstrativos na transação BALANSINT, no SIAFI. Os valores das receitas orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro e DVP estão compatíveis entre si e correspondem aos valores apurados através do Siafi Gerencial. Quanto à publicação do Balanço Orçamentário dos Fundos da Administração direta, verificamos que a diferença existente entre este e os outros demonstrativos é a seguinte:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	BF/DVP	DIFERENÇA
26.949.721.366,62	25.505.848.198,25	1.443.873.168,37

Em análise à tabela do órgão, verificamos que no Siafi esta tabela não separa o tipo de fundo, se direta ou

indireta. Esta ação é efetuada no programa da transação BALANSINT, onde se tem a lista de códigos para cada tipo, no caso de fundo.

Verificamos que a diferença apresentada refere-se a inclusão das receitas orçamentárias dos órgãos 41232 e 52912, respectivamente FUST e Fundo Aeroviário, ambos da administração indireta, sendo o primeiro da ANATEL e o outro da ANAC. A diferença está assim composta:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	26.949.721.366,62
41232 Fust	1.443.875.058,29
52912 Fundo Aeroviário	1.889,92
Valor correto	25.505.848.198,25

Informamos que esta diferença foi gerada por uma falha no SIAFI no momento da geração dos demonstrativos consolidados por tipo de administração na elaboração do BGU. Entretanto, no nível de órgão e do consolidado geral da União, os valores estão corretos.

Em 2009, os valores guardam conformidade entre os balanços, porém vamos reforçar nos nossos procedimentos de análise a consistência por tipo de administração versus o consolidado da União.

Recomendação (b): À Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que faça constar nas notas explicativas justificativa no caso da não integração do resultado do Banco Central, órgão 25.280.

Gestões junto à setorial do Ministério da Fazenda para que, a partir da PCPR 2009, esta integração seja feita corretamente, ainda que tenhamos que dar um prazo maior para eles efetuarem este processo. Caso ocorra algum erro, passaremos a relatar em Notas Explicativas.

7.12 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

Recomendação (a): Ao Banco Central do Brasil – Bacen, na qualidade de órgão responsável pelas estatísticas fiscais oficiais, que desdobre por esfera do governo as informações referentes à Dívida Fiscal Líquida do Setor Público.

O valor da Dívida Fiscal Líquida é divulgado de forma agregada, o que possibilita verificar o resultado nominal do setor público consolidado em determinado período, a partir da diferença entre os estoques inicial e final.

A Dívida Fiscal Líquida corresponde, basicamente, ao estoque da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) deduzidos os ajustes patrimoniais e metodológicos acumulados ao longo do tempo (reconhecimento de dívidas, privatizações, ajustes decorrentes de variação cambial etc).

Sendo um indicador construído a partir do estoque do endividamento líquido total, a Dívida Fiscal Líquida depende da escolha de data base para o estoque inicial. Assim sendo, o próprio saldo da Dívida Fiscal Líquida pode variar em função da data escolhida.

Atualmente, já são apresentadas nas publicações divulgadas pelo Banco Central informações cujo objetivo é explicitar a conciliação de estoques e fluxos da DLSP. Há demonstrativos específicos que apresentam os estoques inicial e final do endividamento líquido em determinado período, bem como os fluxos ocorridos, a saber: resultado nominal, desmembrado em juros nominais e emissões/resgates líquidos (primário); e variações descritas anteriormente (ajustes patrimoniais e metodológicos), desmembradas de acordo com sua natureza.

Essa conciliação é realizada considerando diversos níveis de agregação: para o setor público consolidado, por esfera do setor público, por área (interna e externa), e, ainda, por componente de dívida nas diversas esferas. Com isso, pode-se chegar ao resultado nominal, tanto a partir da variação da Dívida Fiscal Líquida (que já exclui os ajustes patrimoniais e metodológicos acumulados), como a partir da variação da DLSP, deduzidos, neste último caso, os ajustes do período. Em ambos os casos, a mesma verificação é possível.

Apesar de o início das séries históricas das estatísticas fiscais ter ocorrido em 1991, verificou-se ao longo do tempo evolução significativa no nível de detalhamento das informações, tanto em relação às esferas do setor público quanto em relação aos componentes da dívida líquida, em cada esfera.

Consequentemente, embora possa ser apurado o atual estoque da Dívida Fiscal Líquida para a totalidade das esferas deduzindo-se os ajustes patrimoniais e metodológicos acumulados ao longo do período, a apuração desse estoque por esfera não pode ser realizada em virtude da impossibilidade de desdobrar os ajustes patrimoniais e metodológicos que foram realizados nos períodos em que os dados eram compilados de forma agregada. Isso não prejudica a verificação da compatibilidade de estoques e fluxos, que atualmente é realizada e explicitada para valores mensais e acumulados no ano, em nível de esfera e de componente da dívida.

Ressalte-se que a Dívida Fiscal Líquida não constitui indicador de sustentabilidade para avaliação financeira do setor público e de suas diversas esferas. O estoque de ativos e passivos incluídos no indicador não representa o saldo total do endividamento líquido que o setor público é obrigado a honrar – esse saldo é representado pela DLSP. No caso da Dívida Fiscal Líquida, trata-se apenas de valor utilizado como referência na demonstração da relação entre estoques e fluxos, e que pode perfeitamente ser obtido a partir da DLSP, inclusive de forma mais detalhada.

Adicionalmente, a partir de maio de 2009, foi disponibilizado no site do Banco Central na Internet, no endereço http://www.bcb.gov.br/?FATORESDLSP, série retroativa a 2001 dos fatores condicionantes da DLSP, por

esfera, evidenciando a conciliação entre estoques e fluxos para período mais longo.

Em resumo, a apuração da Dívida Fiscal Líquida, além de depender da escolha da data do endividamento inicial, não constitui indicador do total das obrigações do setor público. Por outro lado, as informações atualmente divulgadas pelo Banco Central permitem a explicitação dos fluxos e estoques de todas as esferas do setor público e de seus componentes, garantindo a obtenção do resultado nominal a partir da variação da DLSP, deduzidos os ajustes do período. Assim sendo, em relação à recomendação, propõe-se que a matéria tenha o seguinte tratamento:

Utilização dos demonstrativos de fatores condicionantes da DLSP ao invés da Dívida Fiscal Líquida para análise e acompanhamento da evolução do endividamento público por esfera de governo. Os demonstrativos divulgados na Nota para a Imprensa - Política Fiscal – já permitem esse acompanhamento. Adicionalmente, conforme ressaltado anteriormente, o Banco Central passou a disponibilizar, desde maio de 2009, em seu site na internet (http://www.bcb.gov.br/?FATORESDLSP), séries históricas em bases anuais e mensais dos fatores condicionantes da evolução da DLSP, por esfera do setor público, o que facilitará a análise por parte dessa Colenda Corte de Contas.

Recomendação (b): Ao Banco Central do Brasil – Bacen, na qualidade de órgão responsável pelas estatísticas fiscais oficiais, que evidencie nas estatísticas fiscais oficiais, em item específico, o montante de obrigações assumidas em favor do Fundo Soberano do Brasil – FSB.

As informações da DLSP divulgadas pelo Banco Central destacam os principais componentes dos ativos e passivos do setor público (dívida mobiliária, bancária, externa etc). O acompanhamento da destinação dos recursos provenientes do endividamento líquido não é realizado pelo Banco Central, tendo em vista que esse controle depende do conhecimento das receitas e despesas, ou seja, é realizado por meio de informações "acima da linha". Dessa forma, as estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central incluem, no caso da dívida mobiliária, o total dos títulos emitidos, independentemente da sua destinação.

Os fluxos e estoques da dívida mobiliária federal estão explicitados nas informações divulgadas pelo Banco Central. As emissões líquidas (resultado primário), os juros nominais apropriados e os ajustes patrimoniais e metodológicos estão conciliados com os estoques iniciais e finais da dívida. Com isso, o efeito de novas emissões ou do resgate de títulos pode ser verificado nas informações divulgadas.

A apuração do resultado primário e dos juros nominais do setor público por meio da metodologia "abaixo da linha" é realizada a partir da variação dos estoques de ativos e passivos. No caso do FSB, os recursos que compõem o Fundo podem ser provenientes, dentre outras fontes, de transferências do Tesouro Nacional consignadas no orçamento anual. O impacto das operações relativas ao FSB no resultado do setor público requer, portanto, o acompanhamento de todos os ativos e passivos sensibilizados nas operações com o Fundo, não se restringindo à dívida mobiliária. Essas relações podem ocorrer também via Conta Única, sem afetar a dívida mobiliária.

Por outro lado, os recursos do FSB podem ser transferidos ao Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), conforme prevê a Lei nº 11.887, de 2008. O FFIE é um fundo privado, com patrimônio separado do patrimônio da União, estando, por isso, sujeito a regras próprias. Observa-se ainda que os títulos originalmente emitidos para compor a carteira do FSB podem ser renegociados no mercado secundário.

Por fim, ressalte-se que a própria Lei nº 11.887, de 2008, que criou o FSB, prevê ampla divulgação das informações contábeis e do resultado do Fundo, resguardando, assim, tanto o acesso dos cidadãos como dos membros do Congresso Nacional às informações, conforme dispõe seus arts. 9º a 11, litteris:

"Art. 9º As demonstrações contábeis e os resultados das aplicações do FSB serão elaborados e apurados semestralmente, nos termos previstos pelo órgão central de contabilidade de que trata o inciso I do art. 17 da Lei n.º 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.
Art. 10 O Ministério da Fazenda encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho, conforme disposto em regulamento do FSB.
Art. 11. O FFIE deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido em estatuto."

No caso do FSB, portanto, a explicitação dos títulos emitidos para compor o Fundo não se mostra compatível com o padrão das estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central, requerendo o acompanhamento e a divulgação de informações que não fazem parte da metodologia atualmente adotada. Além disso, a explicitação dos títulos, por si só, não assegura o acompanhamento do impacto total das operações com o Fundo no resultado do setor público, tendo em vista que esse impacto pode ocorrer por outros meios. No entanto, o impacto total dos aportes e retornos de recursos nas operações com o Fundo é contemplado na DLSP e nas Necessidades de Financiamento do Setor Público, divulgadas pelo Banco Central.

Assim sendo, em relação às recomendações do Tribunal de Contas, proponho que a matéria tenha o seguinte tratamento:

Utilização dos próprios demonstrativos contábeis e gerenciais do FSB, previstos em lei, para acompanhamento dos recursos do Fundo, tendo em vista a impossibilidade de sua completa evidenciação por meio das estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central, dadas as especificidades da metodologia utilizada.

7.13 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

Recomendação: À Setorial Contábil do Ministerio da Fazenda, que efetue regularmente a integração do resultado do órgão 25.280 – Banco Central, e que, no caso da não integração, faça constar justificativa nas notas explicativas do BGU.

A ausência de informações no SIAFI alinente ao resultado do Banco Central do Brasil – Autoridade Monetária, corresponde a não integração do balancete Mensal do mês de agosto/2008, encaminhado por intermédio do Ofício DEAFI/DICON/BACEN – 2008/075. de 04/09/2008. Os dados encaminhados foram lançados no SIAFI em 05/09/2008, conforme calendário de fechamento estabelecido pela CCONT/STN/MF, entretanto não foi efetivado pela Setorial Contábil do Ministério da Fazenda o registro da confirmação da operação via transação SIAFI > REGINT.

A respeito desse *fato*, a Coordenação de Análise Contábil do MF intensificará a rotina de consulta às integrações realizadas mensalmente de maneira a identificar tempestivamente possíveis ocorrências. A Setorial Contábil fará constar em notas explicativas fatos dessa *natureza ou outras consideradas indispensáveis a correta* leitura das informações contábeis, conforme Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.133/2008.

7.14 - PROVIDÊNCIAS CONJUNTAS

7.14.1. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério dos Transportes, Ministério da Previdência Social e Ministério da Integração Nacional

Recomendação: Aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; dos Transportes – MT; da *Previdência Social – MPS* e da Integração Nacional – MI, que identifiquem os saldos remanescentes de entidades vinculadas extintas ou liquidadas, tomando as providências necessárias para as devidas baixas desses valores no Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi.

No âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

1. Dos saldos contábeis identificados em unidades gestoras de órgãos extintos, encontram-se pendentes de regularização os registros existentes em nome das extintas Companhia de Colonização do Nordeste – COLONE, Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRAS e Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA.
2. Quanto aos saldos da extinta COLONE, foi solicitada a regularização ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em 2007, reiterada em 2009, considerando a sucessão das atividades por aquele órgão conforme Decreto nº 2.646/98, não havendo outras informações até esta data.
3. Foram apurados saldos em contas de imobilizado nas extintas COLONE, PORTOBRAS e Fundação LBA, sendo vários registros já regularizados, com existência, ainda, de valores pendentes em *função de dificuldades* observadas em cada caso, conforme recentemente justificado pela Secretaria de Patrimônio da União- SPU, órgão competente para tratar a matéria.
4.No âmbito deste Departamento de Gestao de Acervo de Órgãos Extintos, que a *partir de agosto de 2009* sucedeu o Departamento de Extinção e Liquidação – DELIO nas competências relativas aos órgãos extintos encontra-se pendente de regularização, na situação de "A COMPROVAR", o Convênio nº 146/91, celebrado entre a então Secretaria de Desenvolvimento Regional/SDR-PR e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, também com pendência no âmbito do Ministério dos Transportes.
4.1.Sobre esse assunto, foi encaminhada à Secretaria *Federal de Controle Interno SFC/CGU/PR proposta de* solução pela aplicação da Instrução Normativa nº 56/2007-TCU, que no início de 2010 mereceu posicionamento favorável quanto ao arquivamento do registro pelas razões explicitadas, sugerindo, no entanto, *alguns procedimentos prévios que estão sendo* observados por este Departamento.
5. Cumpre esclarecer ainda que os saldos da Unidade Gestora da extinta Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE, que teve sua liquidação *supervisionada pelo então DELIQ, foram regularizados* pelo Ministério dos Transportes.

No âmbito do Ministério da Previdência Social

Com relação às transferências dos saldos remanescentes de entidades extintas vinculadas a este Ministério da Previdência Social – MPS, órgão 33202 – Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA, informamos que, em ação conjunta com as Secretarias do Tesouro Nacional – STN e do Patrimônio da União – SPU, esta área técnica adotou providências necessárias para regularização das pendências apontadas pelo Tribunal de Contas da União.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional

O Ministério da Integração Nacional está em processo de *levantamento das informações/dados referentes* aos saldos contábeis constantes das demonstrações das extintas unidades gestoras 193012 – SUDAM/PA e 193021 – SUDENE/sede, a fim de adotar as providências necessárias no sentindo de transferir tais saldos.

Ademais, em relação à SUDENE, foi identificada a existência de informações contábeis constantes do Balancete Patrimonial da referida UG, de 31/12/2009, no qual constam bens e direitos a transferir. No que diz respeito à SUDAM, este Departamento ainda não dispõe de quaisquer informações sobre eventual saldo contábil.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI - mudar temporariamente sua sede;

VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI - dispor, mediante decreto, sobre:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;(Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X - decretar e executar a intervenção federal;

XI - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99)

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional *ou nele permaneçam temporariamente*;

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I - da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II - dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

.....



Edição de hoje: 984 páginas
OS: 2010/11723